REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "B" AO Nº 113 SEXTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24

Líder
Humberto Costa - PT (22,28)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (3,37)
Benedito de Lira (16,18,44)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Telmário Mota (4,38,42)
Regina Sousa (41)
.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (22,28)

Vice-Líderes do PT
Paulo Rocha (32)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Lindbergh Farias (30)
Fátima Bezerra (34)

Líder do PDT - 6
Acir Gurgacz (3,37)

Vice-Líder do PDT
Telmário Mota (4,38,42)

Líder do PP - 5
Benedito de Lira (16,18,44)

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21

.....

Líder do PMDB - 17

Líder do PSD - 4
Omar Aziz (13)

Vice-Líder do PSD
Sérgio Petecão (12)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17

Líder
Alvaro Dias - PSDB (20)

Vice-Líderes
Ataídes Oliveira (33)
Wilder Morais (46)
Antonio Anastasia (47)
.....

Líder do PSDB - 12
Cássio Cunha Lima (17)

Vice-Líderes do PSDB
Paulo Bauer (23)
Aloysio Nunes Ferreira (40)

Líder do DEM - 5
Ronaldo Caiado (6)

Vice-Líder do DEM
José Agripino (39)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9

Líder
Lídice da Mata - PSB (11,25)

Vice-Líderes
José Medeiros (15,19,29)
Vanessa Grazziotin (21,26)
Randolfe Rodrigues (24,27)
.....

Líder do PSB - 6
João Capiberibe (1,14)

Vice-Líder do PSB
Roberto Rocha (45)

Líder do PPS - 1
José Medeiros (15,19,29)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (24,27)

Líder do PCdoB - 1
Vanessa Grazziotin (21,26)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9

Líder
Fernando Collor - PTB (5,10)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (9)
Eduardo Amorim (8)
Marcelo Crivella (2,7)
.....

Líder do PTB - 3
Fernando Collor (5,10)

Líder do PR - 4
Blairo Maggi (9)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (8)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (2,7)

Governo

Líder
Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE
Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de junho de 2015 005
Ata da 18ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de junho de 2015 039
Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de junho de 2015 078
Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de junho de 2015 119
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2015 134
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2015 157
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de maio de 2015 177
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de junho de 2015 198
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2015 220
1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ
Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de junho de 2015 248
Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de junho de 2015 297
1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE
Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de junho de 2015 334
1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle– CMA
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2015 350
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de junho de 2015 398
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2015 423
Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 10 de junho de 2015 (realizada em conjunto com a 14ª reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura) **(vide item 1.1.7)**
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2015 450
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2015 471
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de junho de 2015 490
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de junho de 2015 503
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2015 524
1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de abril de 2015 550
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de abril de 2015 577
Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de abril de 2015 612
Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de maio de 2015 630
Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de maio de 2015 655
Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de maio de 2015 696
Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de maio de 2015 737
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de junho de 2015 765
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2015 779
Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de junho de 2015 800
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2015 835
Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de junho de 2015 857
Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de junho de 2015 875
1.1.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de maio de 2015 904
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de junho de 2015 931

Ata da 14ª Reunião, Conjunta, realizada em 10 de junho de 2015 940
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de junho de 2015 988
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de junho de 2015 1024
1.1.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de maio de 2015 1048
1.1.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2015 1056
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2015 1080
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2015 1109
1.1.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de junho de 2015 1139
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2015 1165
Ata da 19ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de junho de 2015 (realizada em conjunto com a 18ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos) **(vide item 1.1.1)**
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2015 1178
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de junho de 2015 1197

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezessete minutos do dia dois de junho do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Hélio José, José Agripino, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, José Medeiros, Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Lindbergh Farias, Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Wilder Morais e Flexa Ribeiro. O Presidente declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 15ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 40 de 2015 (Aviso nº 141/GMF/MF-DF), de 16 de abril de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando documentação com a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de março de 2015, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 41 de 2015 (Aviso nº 142/MF), de 16 de abril de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior; Aviso nº 43 de 2015 (Aviso nº 54/2015-BCB), de 27 de maio de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de abril de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 42 de 2015 (Aviso nº 338-Seses-TCU-Plenário), de 21 de maio de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 018.838/2013-8, na Sessão Ordinária de 20/5/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; e Aviso nº 523-GP/TCU, de 19 de maio de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 028.089/2014-6, na Sessão Ordinária de 29/4/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da primeira parte da pauta: **Item 1**– Mensagem (SF) nº 30 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Doutor EDUARDO FRADE RODRIGUES, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, em substituição ao senhor Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo", tendo como relator o Senador Reguffe, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Em 26/5/15, foi concedida vista coletiva da matéria. Após a exposição do sabatinado, usam da palavra os(as) Senadores(as) Reguffe, Benedito de Lira, Tasso Jereissati, Raimundo Lira, Lúcia Vânia, José Medeiros e José Agripino. Encerradas as votações secretas, a Comissão aprova o nome do senhor Eduardo Frade Rodrigues para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção. **Item 2**– Mensagem (SF) nº 31 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do senhor JOÃO PAULO RESENDE para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao senhor Alessandro Serafim Octavianni Luis", tendo como relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. O Presidente da Comissão designa o Senador Douglas Cintra relator "ad hoc" da matéria. Em 26/5/15, foi concedida vista coletiva da matéria. Após a exposição do sabatinado, usam da palavra os(as) Senadores(as) Reguffe, Benedito de Lira, Tasso Jereissati, Raimundo Lira, Lúcia Vânia, José Medeiros e José Agripino. Encerradas as votações secretas, a Comissão aprova o nome do senhor João Paulo Resende para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção. **Item 3**– Mensagem (SF) nº 32 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do senhor PAULO BURNIER DA SILVEIRA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em subs-

tituição ao senhor Ricardo Machado Ruiz", tendo como relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Em 26/5/15, foi concedida vista coletiva da matéria. Após a exposição do sabatinado, usam da palavra os(as) Senadores(as) Reguffe, Benedito de Lira, Tasso Jereissati, Raimundo Lira, Lúcia Vânia, José Medeiros e José Agripino. Encerradas as votações secretas, a Comissão aprova o nome do senhor Paulo Burnier da Silveira para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção. **Item 4**– Mensagem (SF) nº 33 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Doutor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao senhor Eduardo Pontual Ribeiro", tendo como relator o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Em 26/5/15, foi concedida vista coletiva da matéria. Após a exposição do sabatinado, usam da palavra os(as) Senadores(as) Reguffe, Benedito de Lira, Tasso Jereissati, Raimundo Lira, Lúcia Vânia, José Medeiros e José Agripino. Encerradas as votações secretas, a Comissão aprova o nome do senhor Alexandre Cordeiro Macedo para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção. **Item 5**– Mensagem (SF) nº 34 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da senhora CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição à senhora Ana de Oliveira Frazão", tendo como relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Em 26/5/15, foi concedida vista coletiva da matéria. Após a exposição da sabatinada, usam da palavra os(as) Senadores(as) Reguffe, Benedito de Lira, Tasso Jereissati, Raimundo Lira, Lúcia Vânia, José Medeiros e José Agripino. Encerradas as votações secretas, a Comissão aprova o nome da senhora Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, a presidência dá início à apreciação da segunda parte da pauta, contendo o seguinte item extrapauta: **Item 1–** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 11 de 2015, de iniciativa do Senador Douglas Cintra, que "requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com a presença do Excelentíssimo Senhor Armando Monteiro, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para discutir as diretrizes e perspectivas desse Ministério para o ano de 2015". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 11 de 2015-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, junto com meu Presidente, Senador Raimundo Lira.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 15ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico também o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento.

Aviso nº 40, de 2015 (Aviso nº 141, do Ministério da Fazenda, de 16 de abril de 2015). Encaminha, nos termos do art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de março de 2015, tabelas demonstrativas da posição e endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Aviso nº 41, de 2015 (Aviso nº 142, do Ministério da Fazenda, de 16 de abril de 2015). Encaminha Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior.

Aviso nº 43, de 2015 (Aviso nº 54, de 2015, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2015). Encaminha Demonstrativo das Emissões do Real referentes ao mês de abril de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Aviso nº 42, de 2015 (Aviso nº 338, do TCU, Plenário, de 21 de maio de 2015, do Tribunal de Contas da União). Encaminha cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 018.838/2013-8, na sessão de 20 de maio de 2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Item 2 do item 3. Aviso nº 523-GP/TCU, de 19 de maio de 2015, do Tribunal de Contas da União. Encaminha cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 028.089/2014-6, na sessão ordinária de 29 de abril de 2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800–612211. Isso é muito importante, porque proporciona uma interação, além da sabatina dos Senadores e Senadoras, com aqueles que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado. Portanto, isso é muito importante.

Vamos à pauta.

Item 1.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2015
– Não terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Doutor EDUARDO FRADE RODRIGUES, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, em substituição ao Senhor Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Reguffe
Relatório: Concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações: *1. Em 26/05/2015, foi concedida Vista Coletiva.*

O relatório já foi lido pelo Relator, o Senador Reguffe, na 15ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2015, ocasião em que foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, inciso II, item "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 2.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 31, de 2015
– Não terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor JOÃO PAULO RESENDE para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Alessandro Serafim Octavianni Luis.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações: *1. Em 26/05/2015, foi concedida Vista Coletiva.*

O relatório já foi lido pelo Relator, o Senador Lindbergh Farias, na 15ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2015, ocasião em que foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, inciso II, item "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 3.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2015
– Não terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor PAULO BURNIER DA SILVEIRA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Ricardo Machado Ruiz.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações: *1. Em 26/05/2015, foi concedida Vista Coletiva.*

O relatório já foi lido pelo Relator, o Senador Valdir Raupp, na 15ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2015, ocasião em que foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, inciso II, item "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 4.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2015
– Não terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Doutor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição ao Senhor Eduardo Pontual Ribeiro.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações: *1. Em 26/05/2015, foi concedida Vista Coletiva.*

Acabam de chegar os Senadores Tasso e Telmário. V. Exª manda aqui, não pede, Senador Tasso.

O relatório já foi lido pelo Relator, o Senador Fernando Bezerra, na 15ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2015, ocasião em que foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, inciso II, item "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2015
– Não terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 4 anos, em substituição à Senhora Ana de Oliveira Frazão.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações: *1. Em 26/05/2015, foi concedida Vista Coletiva.*

O relatório já foi lido pelo Relator *ad hoc*, Senador Marcelo Crivella, na 15ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2015, ocasião em que foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, inciso II, item "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

Os indicados já se encontram no recinto da Comissão.

Solicito que a Secretaria os conduza ao plenário da Comissão. (*Pausa.*)

Dando início à sabatina, inicialmente passarei a palavra, para que façam suas exposições, ao Sr. Eduardo Frade Rodrigues, seguidos pelo Sr. João Paulo Resende, pelo Sr. Paulo Burnier da Silveira, pelo Sr. Alexandre Cordeiro Macedo e, para fechar a fase de exposições, a Srª Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós temos, dos 27 titulares desta Comissão, apenas 10 com registro no painel, mas não temos 10 aqui no plenário. Eu gostaria de saber de V. Exª se mesmo assim será feita a sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Nós verificamos, Senador Reguffe, que muitos Senadores já se encontram aqui. Falamos com os gabinetes dos titulares e dos suplentes e, pelas informações colhidas pela Secretaria da Mesa, nós temos o número de Senadores necessários para que a façamos a votação.

Portanto, é evidente que começaremos com as exposições, para, em seguida, começarmos a sabatina. Evidentemente, tomando as cautelas devidas, se nós tivermos dificuldades de quórum, nós encerramos essa fase e, depois, fazemos simplesmente a votação, se não for alcançado o quórum. Mas o que nós verificamos aqui pela Secretaria é que nós teremos quórum na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu sei que a preocupação de V. Exª é muito pertinente, porque nós já tivemos problemas de quórum em outras comissões que abriram hoje às 9h da manhã.

A Adriana acabou de me alertar que, para iniciar a reunião, é preciso um quinto dos Senadores, o que nós já temos; são seis Senadores aqui presentes. Então, de acordo com o Regimento, que foi alterado, por isso que a Adriana está fazendo esse registro, temos as condições necessárias de iniciar os trabalhos.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas para deliberar precisa de 14 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sem dúvida nenhuma, nós precisamos ter 14 Senadores entre titulares e suplentes. Então nós vamos caminhar...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E como é um tema importante, acho que todos deveriam acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sem dúvida nenhuma. E nós estamos inclusive conversando, Senador Reguffe, com os gabinetes, para que tenhamos certeza de que poderemos fazer a votação hoje, porque o Cade já está há um bom tempo com muitas vagas em aberto. Isso prejudica muito o trabalho do Cade, que é um trabalho fundamental para o nosso País.

Portanto, passo a palavra para o Sr. Eduardo Frade Rodrigues.

O SR. EDUARDO FRADE RODRIGUES – Obrigado, Presidente Delcídio, Senadores, agradeço muito a oportunidade de estar aqui. Sinto-me verdadeiramente honrado de fazer parte desta sabatina, em especial, porque esta é a primeira vez que um servidor federal, que fez sua carreira dentro do próprio Cade, está sendo indicado para um cargo de alta direção dentro do Conselho. De forma que eu me sinto representando hoje também todo o corpo técnico do Cade, vários deles aqui presentes – agradeço a presença de todos.

Sempre estudei, sempre tive afinidade com a área antitruste. Sou Bacharel em Direito, em Relações Internacionais, fiz uma especialização na Fundação Getúlio Vargas em Defesa da Concorrência, sou mestrando na Universidade de Brasília com pesquisa também na área concorrencial e sou professor convidado da Fundação Getúlio Vargas, lecionando também sobre esse mesmo tema.

Ingressei no Cade há oito anos como Gestor Governamental recém-concursado, assessorei diferentes composições do Conselho e, em 2012, após uma temporada breve na Secretaria de Aviação Civil, retornei ao órgão para participar da sua reestruturação.

Eu queria aproveitar este momento para ressaltar que faz três anos este mês que entrou em vigor a nova Lei de Defesa da Concorrência, aprovada aqui neste Congresso Nacional. Fico muito feliz de reportar aos senhores que a aprovação dessa lei aqui neste Congresso possibilitou um salto de eficiência enorme na defesa da concorrência do Brasil e nos interesses dos consumidores brasileiros. Eu me orgulho muito de ter feito parte desse processo, primeiro como Superintendente-Adjunto e há um ano como Superintendente-Geral Interino.

É justamente por fazer parte da vida do órgão há tanto tempo que eu sei que há muito a ser feito. Para mim, seria uma realização muito grande continuar fazendo parte desse trabalho se o Senado Federal me conceder essa honra.

Fico à disposição dos Srs. Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Eduardo Frade Rodrigues, pela objetividade da exposição, porque nós teremos agora as condições necessárias, no debate, para os Senadores explorarem melhor os vários temas aderentes às atividades do Cade.

Passo a palavra ao Sr. João Paulo Resende, para que faça uma breve exposição.

O SR. JOÃO PAULO RESENDE – Bom dia, Srs. Senadores, a quem cumprimento na figura do Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, e a todos os presentes.

Queria iniciar dizendo que é com grande respeito e consideração que venho a esta Casa me submeter à sabatina por parte de V. Exªs. Acredito que esse é um processo meritório e que muito tem a contribuir com a qualidade das indicações do Poder Executivo e com o fortalecimento das nossas instituições.

Assim como o meu colega Eduardo Frade, sou servidor público da carreira de Gestor Público Federal, admitido em concurso em 2006, carreira que, é bom lembrar, hoje abastece o Cade, até porque a grande maioria dos seus quadros, tanto técnicos quanto cargos comissionados, são ocupados por membros da carreira, e a carreira já fez também ex-conselheiros, superintendentes, e até mesmo o atual presidente do órgão é um servidor de carreira.

Conforme consta no meu currículo, tenho formação em Administração Pública, mestrado *stricto sensu* em Economia pela UFMG, e estou concluindo os créditos do doutorado neste semestre na UFRJ. Tanto a UFMG quanto a UFRJ são duas escolas com grande tradição e histórico de participação no Cade por meio de seu corpo docente. Vários professores já foram conselheiros do Cade.

E destaco também minha experiência como professor na Escola Nacional de Administração Pública, uma escola que tem cursos de treinamento e aperfeiçoamento para os servidores tanto das carreiras das agências reguladoras quanto da própria carreira de Gestor Público Federal, em que leciono a disciplina de Economia de Regulação nos cursos da Enap.

Mas acredito que, apesar dessa formação, a principal razão da minha indicação se deva à minha trajetória profissional dentro da Administração Pública Federal, que se deu totalmente relacionada a temas de regulação econômica na área de infraestrutura. Minha primeira atuação foi na Agência Nacional do Petróleo. Coincidentemente ou não – à época eu não tinha noção de que estaria aqui hoje –, mas fiscalizava postos de gasolina, e postos de gasolina são, talvez, os casos mais recorrentes de prática de cartel levados ao Cade.

Além disso, nos últimos dez anos, ocupei posições de assessoria e de direção em áreas do Governo Federal que lidam direta ou indiretamente com infraestrutura.

Pelo Ministério de Minas e Energia, acompanhei de perto vários marcos regulatórios na área de petróleo, de gás, de energia elétrica e de mineração. A Senadora Gleisi, à época era Ministra, tivemos muita interação; passava muito tempo na sala dela. E, pelo Ministério do Planejamento, também, discussões relacionadas a portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, uma discussão relacionada à aviação civil e também a transporte interestadual de passageiros. Nesse período pude, então, participar de vários processos, como a Lei dos Portos, que promoveu a concorrência no setor, abriu para terminais privados competirem com os terminais em portos organizados. A Lei do Gás, que fez o *unbundling* do setor de transporte de gás natural, criando uma concessão só para o gasoduto e separando *mainstream* de *upstream* para permitir maior concorrência. A discussão do transporte interestadual de passageiros, que migrou de um regime de concessão para autorização, reduzindo as barreiras regulatórias para entrada no setor e promovendo a concorrência.

Eu poderia citar mais umas dez experiências relacionadas a essa, mas vou ser sucinto, por conta do tempo que temos aqui.

Mas eu destaquei isso, porque queria lembrar que o Cade tem atuado cada vez mais em setores de infraestrutura. Só neste ano, nos primeiros cinco meses de 2015, foram dez casos julgados relacionados à infraestrutura no Cade, no setores de telefonia, de petróleo, de gás natural, de energia elétrica e de saneamento.

Bom, com isso, acho que a minha experiência demonstra duas coisas que acho importantes para estar aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS. Fazendo soar a campainha.) – Eu queria pedir, por favor, silêncio.

O SR. JOÃO PAULO RESENDE – Prometo concluir em breve, Senador.

A experiência em diversos setores de infraestrutura, que são setores de difícil regulação, talvez os mais desafiadores, por se tratar de monopólio natural. Aí, há uma quantidade de regras e normas e controles muito maiores do que a legislação e a regulação antitruste.

E, ao mesmo tempo, acho que essa experiência diversa, numa multiplicidade de setores, agrega no sentido de que, acho, uma das grandes habilidades de quem mexe com direito e com economia antitruste, com regulação antitruste, é a capacidade de migrar de um setor para outro, ter versatilidade para tratar de vários setores, tendo em vista que praticamente, senão todos os setores da atividade econômica podem, em algum momento, estar sujeitos à jurisdição do Cade.

Com essas razões, defendo minha indicação e me coloco à disposição de V. Exªs para quaisquer esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, João Paulo Resende.

Passo a palavra ao Sr. Paulo...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sei que não é um procedimento usual, mas hoje o quórum está um pouco baixo.

Hoje, às 11h, haverá o lançamento do Plano Safra no Palácio do Planalto, e como a Ministra é do meu Partido, eu mesmo vou ter de comparecer.

Então, aqueles que já estão convictos do seu voto, se pudesse abrir o painel, havendo concordância do Plenário, porque já estamos aqui há várias semanas conversando com todo o pessoal indicado, eu mesmo fui Relator de um dos indicados – vários Senadores foram relatores de outros também –, então, se pudesse abrir o painel... Esse é o apelo que faço aos colegas e a V. Exª, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Levo ao Plenário a solicitação do Senador Valdir Raupp.

Àqueles que tiverem convicção do seu voto em relação aos sabatinados...

Vejo que o Senador Raupp e o Senador Moka, estarão lá, tenho certeza, às 11h. Eu também deveria estar lá, mas não vou poder. Acredito que outros Senadores e Senadoras também estarão lá. Portanto, se todos concordarem, faremos a votação eletrônica, quer dizer, abriremos o painel.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ah! Vai ser na cabine? Mas e o painel eletrônico? Ao invés de facilitar embanana ainda mais a vida da gente! (Risos.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas no painel não há como o Parlamentar votar em secreto também? (Pausa.)

Aí é de lascar!

Então, é o seguinte: eu vou abrir o painel, se todos estiverem de acordo, e aqueles Senadores que ainda não estão convictos terão a oportunidade de sabatinar os candidatos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Como faltava apenas um Senador e agora chegaram duas Senadoras, V. Exª poderia reprisar a proposta do Senador Raupp e colocá-la em votação, já com a presença das Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Moka tem a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu vou repetir o que já disse na última reunião para àqueles que não estavam presentes: eu tive a oportunidade de conversar com esses jovens que hoje são sabatinados e vou dar um testemunho. Estou há algum tempo nesta Casa e raramente vi pessoas tão qualificadas para o que se pretende. Primeiro, à exceção de uma que não é concursada pública, os demais, todos são concursados público. Todos eles são concursados públicos. E o que é melhor, Sr. Presidente, com formação específica na área. Há um jovem aí que tem mestrado em Direito Internacional Concorrencial. Eu acho isso fundamental. Acho que é fundamental que cada vez essas indicações venham neste sentido: jovens, de carreira, com compromisso, e o que é melhor, com formação específica na área.

Eu me sinto absolutamente à vontade para exercer o meu direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Moka.

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu não tenho nenhum óbice a que os Senadores deem os seus votos antes, que possam votar. Mas acho que essas sabatinas do Cade, como outras, não podem ser algo simplesmente protocolar. É uma sabatina importante e, por isso, faz parte do processo.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Para isso existe o instrumento da sabatina. Eu, por exemplo, tenho perguntas a fazer e quero ouvir as respostas dos sabatinados, pois as considero importante no papel desempenhado pelo Cade dentro da estrutura do Governo que temos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Reguffe.

O Senador Reguffe, anteriormente, havia manifestado essa preocupação muito justa, legítima.

Portanto, como não há nenhum óbice com relação à abertura do painel, refiro-me àqueles Senadores que já têm seu voto formado com relação aos sabatinados –, vou fazê-lo agora. Mas deixo aqui minha divergência, porque, se lá no plenário a gente vota na mesa, e todo mundo vê como a gente vota, mesmo em voto secreto, por causa daquela maquininha que existe atrás, não sei como é que a gente instala esse sistema todo e usa uma cabine?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, mas a maquinazinha é que está na cabine, não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pois é, mas essas máquinas tinham que estar aí.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Só para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Porque, na CCJ, na sabatina do Fachin, nós votamos nos laptops.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – A CCJ, Sr. Presidente, é a Comissão do primo rico, esta é a do primo intermediário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É a do primo pobre, a de economia.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – É de economia.

Olha, o Senador Moka foi de uma felicidade a toda prova. Sem dúvida alguma, eu tive a oportunidade de conversar com todos eles, mas não com o Alexandre, mas com os demais, sim, e eu fiquei extremamente contente e feliz com a exposição, com o preparo, um grupo jovem, realmente têm esse aditivo de ser do quadro, e, sobretudo, tecnicamente bem preparados e com muita vontade e determinação de trabalhar.

Então, estou convencido do meu voto, inclusive vou me manifestar, até porque eu tenho que sair também.

Quero parabenizar a todos. Tenham a certeza de que todos terão o meu voto positivo, faço essa declaração abertamente, por entender que todos estão preparados.

Sucesso nas novas atividades!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Portanto, vou abrir a votação.

Imediatamente, passo a palavra ao Sr. Paulo Burnier da Silveira, para que ele faça uma breve exposição também.

Então, está aberta a votação.

Peço à Secretaria da CAE, Senadora Adriana, para informar aos gabinetes que a votação está aberta.

Estou preocupado com o lançamento do Plano Safra, que será às 11h, no Palácio do Planalto, e acho que muitos Senadores e Senadoras estarão lá presentes.

Seja bem-vindo, Senador Alvaro Dias!

Portanto, peço que faça a comunicação aos gabinetes para que tenhamos o quórum necessário.

Então, agora, com a palavra o Sr. Paulo Burnier da Silveira.

O SR. PAULO BURNIER DA SILVEIRA – Obrigado, Senador Delcídio. Prometo ser bastante breve.

Bom dia a todos os presentes! Em especial, muito bom-dia aos Srs. Senadores aqui presentes.

É uma grande honra estar aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO BURNIER DA SILVEIRA – Eu queria endossar as palavras dos meus colegas de que é uma grande honra para mim também estar aqui hoje, submetido a esse processo republicano, importante de apreciação e eventual aprovação pelo Senado Federal dos nomes indicados pela Presidência da República.

Eu também sou formado em Direito, como o meu colega Eduardo Frade.

Recém-formado, eu optei por aprofundar os meus estudos no exterior, em particular na França, onde tive a oportunidade de concluir mestrado e doutorado nessa área de defesa da concorrência. A minha tese de doutorado teve como objeto o exame das fusões internacionais, que são notificadas a duas ou mais autoridades de concorrência no mundo e como os países têm lidado com essa complexidade de analisar uma mesma operação societária, uma mesma fusão internacional com impactos, com efeitos em diferentes jurisdições. Um exemplo emblemático, talvez seja o caso da fusão da Latam, da fusão da Lan e da Tam, que tivemos a oportunidade de conversar com os Senadores, porque o setor aéreo é muito importante na economia brasileira.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu queria pedir silêncio, por favor.

O SR. PAULO BURNIER DA SILVEIRA (*Fora do microfone*.) – Quando eu estava no final, no último ano de doutorado, eu recebi o convite, pelo então presidente do Cade, na época, para coordenar a área internacional do Cade. Isso foi em 2011. Razão pela qual eu vim a Brasília, e aqui estou há quatro anos, justamente para trabalhar no Cade, por conta desse convite que me foi feito há quatro anos.

No Cade, eu tive a oportunidade de trabalhar com diversos casos internacionais, não só fusões, mas também cartéis internacionais e outras práticas anticompetitivas, como abuso de posição dominante. E, durante esse meu período no Cade, eu busquei e tive a oportunidade de sempre conciliar as minhas atribuições no Cade com a atividade de docência, com a prática universitária.

Atualmente, sou Professor-Adjunto na Faculdade de Direito na Universidade de Brasília, onde leciono Direito Comercial na graduação e Direito da Concorrência na pós-graduação, que inclui tanto os programas de mestrado quanto os de doutorado.

Eu não quero me alongar muito, Senador Delcídio, então, para finalizar, eu gostaria de dizer, de uma forma muito genuína, verdadeira, que eu espero que essa minha experiência acadêmica no terreno da defesa da concorrência e essa minha vivência profissional no Cade possam, eventualmente, enriquecer as discussões do tribunal do Cade, caso, evidentemente, o meu nome venha a ser aprovado nesta Casa.

Muito obrigado pela atenção.

Coloco-me à disposição para responder a eventuais questões e esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Paulo Burnier da Silveira.

Passo a palavra agora para o Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, para que faça uma breve exposição. Depois, concluindo, falará a Srª Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

Com a palavra o Sr. Alexandre Cordeiro.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador Delcídio!

Bom dia, demais Senadores!

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui me submetendo ao crivo de V. Exªs e dizer que é um prazer muito grande. Sei da responsabilidade que é assumir um cargo como o de Conselheiro do Cade.

Como consta do meu currículo, que foi lido no relatório, sou formado em Direito e em Economia, tenho pós-graduação em Direito Administrativo Sancionador, sou mestre em Direito Constitucional, com foco em Direito Econômico, pelo IDP – minha dissertação tratou das restrições verticais no Direito antitruste brasileiro à luz da análise econômica do Direito –, leciono a matéria de Direito Econômico na Escola de Direito de Brasília do IDP, tive algumas experiências na Administração Pública, sou concursado da CGU, de carreira, desde 2006 – fiz a minha carreira praticamente toda lá –, tive uma passagem pelo Ministério das Cidades, assumi alguns cargos dentro da própria CGU, como de Chefe de Gabinete e Assessor do Corregedor-Geral da União.

Bom, este é um resumo do meu histórico profissional.

Por algum tempo, no próprio Ministério das Cidades, trabalhei com uma parte de infraestrutura que está muito ligada às atividades relacionadas ao Cade, e tem uma outra área que complementa muito bem essa parte, que é a parte jurídica com relação ao próprio Direito Administrativo Sancionador, que hoje compõe aproximadamente 80% dos processos que sobem para o Tribunal, que são os casos de conduta.

Então, acho que essas características me credenciam, evidentemente, sob o ponto de vista técnico, mas me submeto, por óbvio, ao escrutínio de V. Exªs e me coloco à disposição para responder as perguntas que se fizerem necessárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Alexandre Cordeiro.

Quero só registrar as presenças do Dr. Vinícius Marques de Carvalho, Presidente do Cade – caríssimo Vinícius –, a do Dr. Gilvandro Araújo, Conselheiro do Cade, e a do Dr. Diogo Andrade, Superintendente-Adjunto do Cade.

Sejam muito bem-vindos, assim como todos aqueles que fazem do Cade uma das instituições mais importantes do nosso País.

Passo a palavra agora à Srª Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, para que faça uma breve exposição.

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Obrigada pela palavra, Senador.

Exm**O SR. PRESIDENTE** Delcídio do Amaral, Exmo Sr. Vice-Presidente Raimundo Lira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, colegas da Mesa, senhoras e senhores presentes nesta sabatina, sinto-me extremamente honrada

de estar hoje nesta Casa, no Senado Federal do Brasil, para me submeter ao escrutínio republicano de V. Exªs para o cargo de Conselheira do Cade.

Se aprovada for, atuarei dentre as melhores práticas e paradigmas internacionalmente reconhecidos e exercerei minha função de forma técnica, equilibrada, responsável, comprometida e ética, valores, aliás, que sempre pautaram minha trajetória laboral.

Fazendo um breve resumo da minha carreira, tenho mestrado e doutorado em Economia *stricto sensu* em uma das instituições mais bem avaliadas da América Latina, a Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e fui aceita para um concorrido programa de *visiting scholar* na Universidade de Columbia. Minha tese de doutorado composta por três artigos microeconométricos sobre o tema da concorrência teve duas premiações: uma, em primeiro lugar, do IBRAC, num tema de telecomunicação do mercado relevante, e outra, sobre a questão das distribuidoras de gasolina, em que tirei o segundo lugar, e recebi menção honrosa, perdão, da Seae, Fundação Getúlio Vargas.

Escrevi um livro em coautoria com o Dr. Fabio Giambiagi, capítulos de livros e diversos artigos. Atualmente sou coordenadora e professora de cursos da Fundação Getúlio Vargas e de Manchester Business School.

As passagens que tive pela academia, pelo Governo e pelo setor privado, tanto no Brasil como no exterior, contribuíram incontestavelmente para a minha formação profissional. Em cada instituição, tive a oportunidade de extrair importantes aprendizados e de compreender as idiossincrasias de cada tipo de atividade.

A maturidade profissional que desfruto hoje, portanto, permite-me afirmar que, se aprovada for hoje aqui na Casa, contribuirei de forma agregadora nos julgamentos que venham a ser submetidos ao tribunal do Cade e, nos assuntos que porventura possam me trazer dúvidas, não me furtarei em buscar conhecimento.

No tocante ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ao qual o Cade pertence, é possível observar a sua contínua evolução desde os anos 90 e o seu indubitável fortalecimento institucional, independentemente dos governos no poder. O Cade, portanto, vem se tornando um bom exemplo do que deve ser uma instituição de Estado, que, por isso, precisa seguir agindo de forma técnica e argumentar suas decisões de modo transparente, sempre à luz da teoria microeconômica e das leis que regem o tema antitruste no Brasil.

Como bem advertem Acemoglu e Robinson no livro *Why Nations Fail*, uma condição necessária para um país se desenvolver é o fato de ter instituições sólidas. Quero assim, aqui, enfatizar meu desejo e energia em seguir lapidando o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência através de minha participação no Cade, se aprovada for.

Num contexto histórico, a partir dos anos 90, com a abertura da economia e introdução da concorrência em diversos setores, a promulgação da Lei nº 8.884, substituída pela Lei nº 12.529, se fez necessária para balizar as concentrações de mercado por meio das fusões e aquisições e principalmente o comportamento anticompetitivo das empresas, que prejudica os consumidores e diminui a eficiência econômica. Em especial o cartel, uma das piores condutas anticompetitivas, deve ser combatido com firmeza e a dosimetria da pena deve considerar, além do dano causado, a escolha pelo ato ilícito.

A Teoria dos Jogos, vale dizer, tendo tido incomensurável contribuição do recém-falecido Prêmio Nobel em Economia e um dos principais matemáticos do século 20, o Prof. Nash, nos ajuda a compreender o comportamento dos agentes econômicos e, a partir daí, a pensar em doses das multas.

Por fim, quero destacar o papel que a concorrência pode ter no desafiador cenário macroeconômico brasileiro. Depois de aprimoramentos institucionais e melhorias em diversos indicadores, as limitações estruturais do País resultaram na baixa capacidade deste crescer sustentavelmente. Aumentar a produtividade dos fatores e a taxa de crescimento do País passou a ser, evidentemente, uma prioridade de Estado e a concorrência pode ter um relevante papel nesta agenda.

Nesse sentido, o Cade e a Seae, que compõem o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, podem ter um papel proativo no tocante ao incentivo à concorrência em diversos setores.

Diante do exposto, portanto, enfatizo meu compromisso, se aprovada for por esta Comissão e pelo Plenário federal, de atuar de maneira construtiva, visando proteger os direitos difusos dos consumidores brasileiros.

No mais, me coloco à disposição de V. Exªs.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Srª Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

Seguindo o Regimento, darei a palavra, primeiramente, aos Relatores. Começaremos pelo Senador Reguffe.

Mais uma vez, informo aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que aqueles que já tenham convicção de seus votos com relação aos sabatinados podem votar. Nós já abrimos a votação. Está aberta a votação nesse cubículo aí. Eu sempre brigo com a tecnologia aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Não é fácil, não. É um desafio enorme.

Senador Reguffe com a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Primeiramente o Relator, Senador Benedito, mas V. Exª já está inscrito aqui, sem dúvida alguma.

Alguns Relatores inclusive estão ausentes. Portanto, daremos maior agilidade à sabatina.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Senador Delcídio, tenho algumas perguntas gerais para todos e tenho algumas perguntas específicas. Considero muito importante esta sabatina, para que não só o Senado Federal, mas a população brasileira tome conhecimento da importância do Cade e também das qualificações e pensamentos de V. Sªs.

A primeira pergunta é com relação ao Dr. Eduardo, que pleiteia a Superintendência-Geral. Cabe ao Superintendente-Geral eleger prioridades de investigação e onde concentrar recursos. Quais são as prioridades na atuação preventiva e repressiva do órgão, especialmente quando se tem um quadro de limitados recursos financeiros e humanos, hoje, no Cade? Quais seriam as prioridades de V. Sª na Superintendência-Geral?

Segundo questionamento: hoje, a Superintendência-Geral concentra uma série de atribuições. Estão concentradas ali ações próprias da instalação e instrução de inquéritos administrativos para apuração de infrações à ordem econômica; imposição de sanções administrativas; apuração de ato de concentração; e também a competência para arquivar tais inquéritos, de acordo com o art. 13, inciso XIV, da Lei nº 12.529.

Eu queria saber como o senhor vê essa concentração e se acha razoável que a Superintendência-Geral tenha concentrada nela todo esse poder.

Terceiro, queria saber de todos os indicados como os senhores avaliam dois casos específicos: um, que foi uma tentativa, e outro que acabou virando realidade, eu gostaria de saber a visão dos senhores, até porque considero o Cade um órgão muito importante para o consumidor deste País. Eu aqui tenho um lado meu, que é o lado do contribuinte e do consumidor deste País. Eu queria saber como cada um dos senhores avalia a tentativa de fusão do Carrefour com o Pão de Açúcar, em que inclusive se discutiu a possibilidade de o BNDES colocar dinheiro nessa fusão, que concentraria mercado. E o caso da Sadia com a Perdigão. Como são coisas passadas, penso que V. Sªs podem opinar a respeito.

Como cada um opina sobre esses dois casos?

Com relação a perguntas objetivas, tenho questões para dois dos indicados. Primeiro, para a Cristiane. Cristiane, você trabalhava no Banco Itaú, de onde está saindo. Até sou crítico de várias ações do Governo Federal, mas considero que aumentar a contribuição social sobre o lucro líquido dos bancos é uma atitude corajosa do Governo Federal. No entanto, os bancos, segundo informações que temos, estão se organizando para transferir isso para os consumidores, aumentando taxas.

Eu queria saber como a senhora, saindo do Banco Itaú, como vê esse caso. E se o fato de sair do Banco Itaú causa algum constrangimento para atuar na questão de regulação do setor financeiro. Apesar de uma controvérsia entre Cade e Bacen, o Cade também atua nessa regulação. O fato de ter passado pelo Itaú causa algum constrangimento nesse sentido?

Com relação ao Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, é importante que se expliquem algumas questões, não só para mim, como para o Senado e para a sociedade. Acho que há uma curiosidade neste momento.

O Estadão, o jornal *Estado de S. Paulo*, fez uma reportagem que diz que o seu nome foi indicado para o Cade pelo Partido Progressista. Eu queria saber: o senhor foi indicado pelo Partido Progressista? Houve uma indicação político-partidária ou ela não aconteceu? Uma das pessoas ouvida nessa reportagem diz o seguinte – abre aspas –:

"O Cade é uma das poucas autarquias que conseguia se blindar dessas indicações políticas. Claro que um conselheiro em seis não consegue decidir, mas consegue atrapalhar, pedir vista de processos, atrasar julgamentos" – disse uma fonte ligada ao Conselho.

Eu queria saber se a sua indicação foi uma indicação de um partido político e qual é a sua visão sobre indicações de partido político para o Cade e para órgãos também reguladores como as agências reguladoras?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Reguffe.

Se todos concordarem, eu gostaria já de, pelo menos... Alguns Senadores que são relatores tiveram que se ausentar em função de outros eventos e nós inclusive estamos aqui indicando alguns relatores *ad hoc*. Falo especificamente do Senador Douglas Cintra, Relator *ad hoc* do sabatinado João Paulo Resende.

V. Exª gostaria de fazer alguma observação, algum comentário como Relator *ad hoc?*

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Não, Sr. Presidente. Podemos dar celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Douglas Cintra.

O Senador Raupp também está se deslocando lá para o Palácio em função do Plano Safra. O Senador Fernando Bezerra acabou de passar aqui dizendo que tem uma reunião sobre o Pacto Federativo e, portanto, teve que se ausentar. E estamos devolvendo a relatoria para o Senador Alvaro Dias. O Senador Crivella foi o Relator *ad hoc*.

V. Exª gostaria de questionar os sabatinados?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou trabalhar a favor da economia de tempo em respeito, sobretudo aos colegas que, hoje, possuindo várias atividades na Casa, estão com dificuldades de permanecer o tempo todo para uma sabatina que envolve tantas pessoas. Parece-me não ser essa a melhor forma de sabatinarmos, mas V. Exª não tem como aguardar mais tempo para designar aqueles que integrarão o Cade doravante.

Em relação à Srª Cristiane, tem qualificações técnicas inegáveis. Se houve alguma indicação política, nós desconhecemos, mas, se houve indicação política, essa indicação procurou atender os pressupostos indispensáveis para o exercício da função, a qualificação técnica da pessoa indicada.

Por essa razão, Sr. Presidente, não farei indagações, apenas entendo estar a Srª Cristiane em condições de exercer a função para a qual está sendo designada neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Antes de passar a palavra aos sabatinados, gostaria de registrar que estão inscritos os Senadores Benedito de Lira, Tasso e Raimundo Lira. São esses os que estão inscritos aqui. Vou encerrar as inscrições da sabatina.

Agora, passo a palavra, na sequência das exposições, primeiramente, para o Sr. Eduardo Frade Rodrigues. Na sequência, todos respondem aos relatores e depois passo a palavra ao Senador Benedito de Lira, Senador Tasso, Senador Raimundo Lira.

O SR. EDUARDO FRADE RODRIGUES – Obrigado, Senador Delcídio.

Senador Reguffe, agradeço pelas perguntas e também pela iniciativa de trazer luz aos debates de concorrência que envolvem o Cade. Acho que já tive oportunidade de dizer ao senhor que somos bastante alinhados na nossa função de defesa dos consumidores dos contribuintes brasileiros.

Com relação à primeira pergunta de V. Exª, acho interessante o senhor ter perguntado isso, porque a pergunta foi em relação à priorização e como executar tarefas tão importantes e tão complexas com o quadro que o Cade tem. Eu acho que isso foi a pedra de toque, a nossa principal questão, o nosso principal pensamento quando cheguei ao Cade em 2012, recém-reestruturado. Como executar as tarefas que precisávamos com o quadro que temos? O senhor mesmo dividiu isso em duas partes: a parte preventiva – estamos falando em controle de atos de concentração, fusões e aquisições – e a parte repressiva, que tem a ver com a penalização e o controle de condutas anticompetitivas.

Com relação aos atos de concentração, a própria lei já define critérios de notificação obrigatória. Então, é algo que nós não poderíamos mexer muito. Sem dúvida, é uma das atividades, se não a atividade principal do Cade, do ponto de vista de demanda da sociedade, porque aquele ato de concentração é notificado. Lembro que, na lei nova, estamos falando de um controle prévio, ou seja, a empresa não pode fechar a operação até ter a aprovação do Cade. Isso foi, no início, provavelmente, o nosso principal desafio. Havia um ceticismo muito grande se o Cade seria capaz de analisar, de forma correta, um ato de concentração em um tempo razoável, deixando as empresas, o empresariado brasileiro esperando por uma definição, com potenciais efeitos sobre os consumidores brasileiros. Nós fizemos um esforço de gestão muito grande, criamos uma organização interna, que inclui uma coordenação de triagem de atos de concentração, nos dividimos em coordenações setoriais. E eu acredito que o resultado disso seja a principal entrega do Cade depois da reestruturação, que é o fato de que o tempo médio da análise de um ato de concentração passou de cinco meses para uma média hoje de trinta dias. Então, foi um esforço de gestão que nós conseguimos, com resultado muito bom.

Com relação a condutas anticompetitivas, o que verificamos foi o seguinte; que, em 2012, havia um estoque imenso de casos, de processos administrativos, de inquéritos, de investigações pendentes e, vários deles não tão bons, instaurados sem tanta evidência, sem grande chance de sucesso, e isso acabava comprometendo os recursos que precisávamos para analisar e dar prioridade aos casos com real impacto sobre os consumidores e com reais chances de uma investigação exitosa. Então, houve um esforço inicial muito grande de, primeiramente, eliminar o nosso estoque pendente. Pegamos todas aquelas investigações com baixa chance de sucesso, com baixo nível de prova e eliminamos essas investigações. Foi um esforço inicial grande que fizemos, justamente para conseguir priorizar os nossos recursos naqueles casos efetivamente mais importantes. Conseguimos fazer isso de alguma forma exitosa. Se bem me lembro, em maio de 2012, o estoque de casos de conduta no Cade era superior a 800 processos; hoje, temos aqui por volta de 250. Então, de fato, conseguimos fazer isso. Isso significa menos efetividade, significa que o Cade está abrindo menos processos e, portanto, está

investigando menos, está subpunindo, o que é justamente o contrário. O que nós conseguimos fazer hoje é não gastar os nossos recursos com casos que não iriam parar em lugar nenhum e focar os nossos recursos em casos que têm um nível de provas razoável ou, no mínimo, uma possibilidade de angariarmos provas de forma razoável, juntamente com uma análise de casos que, realmente, causam impactos para o consumidor brasileiro. Então, essa é a forma como nós temos nos organizado.

Com relação à segunda pergunta, que tem a ver com o tema de concentração de poderes na superintendência geral, isso foi um tema muito debatido quando da aprovação da lei aqui. Essa era uma preocupação que havia, e a própria lei criou uma série de instrumentos para tentar dirimir esse problema. Eu me sinto bastante confortável com isso por algumas razões. Primeiramente, o Cade hoje, felizmente, tem um corpo técnico institucionalizado de uma forma bastante impressionante. Por exemplo, qualquer parecer que sai da superintendência geral, começa com um técnico, lá embaixo, que faz o parecer, que assina aquele parecer, que passa pelo chefe dele, por um coordenador-geral, pelo Superintendente-Adjunto, e aí chega para o Superintendente-Geral assinar.

Então, você tentar, como Superintendente-Geral ter uma conduta de abuso de poder nesse ambiente institucional, fico feliz de dizer que acho que o corpo técnico do Cade não sustentaria uma conduta desse tipo.

Para além disso, a própria lei criou mecanismos de fiscalização pelo tribunal do Cade. Então, existe a figura de recursos para o tribunal, a parte interessada pode recorrer ao tribunal, e uma possibilidade de avocação também de casos pelos Conselheiros do Cade.

Nós tentamos instituir também um ambiente de gestão interna que permita isso de forma mais favorável. Então, a interação do Superintendente-Geral com os membros do Tribunal é muito importante, a gente tenta ser o mais transparente possível. De todo caso que sai da Superintendência, os Conselheiros recebem um memorando informando do arquivamento daquele caso, etc. Também há uma fiscalização grande por parte do tribunal.

Finalmente, uma fiscalização externa. O Cade, eu considero um dos órgãos da Administração mais transparentes. Todos os nossos pareceres, todas as nossas publicações estão no *site*, as sessões de julgamento são públicas. Também há um controle muito grande por parte da sociedade, advogados, órgãos de controle, assim por diante.

Para não me prolongar muito aqui, só adiantando suas outras duas perguntas gerais, Senador, em relação ao caso Carrefour/Pão de Açúcar, sem dúvida, seria um caso a ser analisado com muito cuidado. Estamos falando de dois dos maiores varejistas brasileiros, e quando estamos falando de casos envolvendo supermercados, há uma dupla preocupação, porque a gente está falando de uma concentração com potenciais impactos sobre os consumidores que vão lá e fazem suas compras na cidade, naquele bairro, no Município, mas também uma discussão de poder de compra. Supermercados têm um poder muito grande em relação a pequenos produtores de diversos tipos de produtos que os ofertam ao supermercado. Então, isso, sem dúvida, seria uma discussão difícil.

O caso Sadia/Perdigão considero talvez o caso mais complexo que já passou pelo Cade. Um caso dificílimo do ponto de vista técnico, do ponto de vista do tamanho e das preocupações que geravam. Tanto é que a polarização que ocorreu no final, quando esse caso foi julgado, transitava entre um parecer de reprovação total da operação ou um parecer – que acabou sendo o parecer vencedor – de imposição de restrições muitíssimo severas. Houve um pacote de venda de ativos talvez sem precedentes em algum remédio do Cade, juntamente com remédios envolvendo marcas e assim por diante.

Seriam essas as minhas observações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Frade Rodrigues.

Passo a palavra agora para o Sr. João Paulo Resende.

O SR. JOÃO PAULO RESENDE – Senador Reguffe, muito obrigado pela pergunta.

Como o Eduardo colocou aqui, o caso Carrefour/Pão de Açúcar não chegou ao Cade, não chegou a ser submetido ao Cade. Acho, inclusive, que foi algo que surgiu num contexto bastante delicado, porque havia saída do controlador de uma das empresas, houve toda uma movimentação em relação a isso. Então, não temos dados e detalhes do caso. Acho que se o caso tivesse chegado ao tribunal, teria enfrentado sérias dificuldades para defender o mérito da sua aprovação, o que não quer dizer que seria impossível. Temos que lembrar sempre que nesses processos de análise de concentração o Cade olha, por um lado, todo o potencial para constituição de abuso de poder econômico, a probabilidade de exercício desse poder econômico, mas olha por um outro lado, também eventuais eficiências que podem ser geradas por parte do processo. Então, é uma análise – vamos dizer assim – de custo-benefício. Pode ser que eles conseguissem comprovar que havia mérito por alguma razão de ganhos de eficiência, de redução de custo marginal e esse tipo de coisa, mas eu acho que

é um caso que teria dificuldade para ser aprovado, sem dar obviamente uma opinião taxativa. E acho que se fosse aprovado, certamente o Cade imporia uma carga pesada de remédios, de medidas para poder evitar que essa concentração produzisse prejuízo ao consumidor e, como o Eduardo falou, ao fornecedor na outra ponta.

Em relação ao caso Sadia/Perdigão, da BRF, como o Eduardo disse, um caso extremamente complexo. Se me lembro corretamente, foram definidos 25 mercados relevantes em que havia sobreposição horizontal entre as duas empresas. Assim como o Eduardo colocou no caso dos supermercados, da rede varejista, seriam afetados nesse caso não só os consumidores dos produtos Sadia/Perdigão, mas também os fornecedores para produtos para abate e tudo mais. Então, as duas pontas do mercado estavam expostas.

E, em alguns desses mercados, a gente percebeu – a gente, não, porque eu não estava lá, mas se pôde ver pelos relatórios – elevados níveis de concentração, que gerariam preocupações.

Tem sido a cultura do Cade, nos últimos anos, ou historicamente, eu acho, nem reprovar completamente, nem aprovar completamente esses tipos de operação. Se não me engano, o Cade reprovou completamente uma – foi o caso da Braskem-Solvay –, e houve duas, recentemente, que foram aprovadas sem nenhum remédio. Normalmente, são impostas restrições. E acho que o Cade foi feliz em impor restrições.

Quando analisamos friamente o caso, sem ter acesso a detalhes, fica parecendo que duas grandes marcas se fundiram e nada foi feito a respeito. Mas, como o Eduardo colocou, 80% da capacidade da Perdigão foi vendida; exigiu-se que se vendesse 80% da capacidade da Perdigão. Então, está-se tirando aí praticamente um terço do que seria o mercado da mão dessas empresas. A marca Perdigão foi suspensa durante cinco anos. Houve também venda de fábricas de frangos, de peru e de suínos, e a venda de todas as marcas, exceto Sadia e Perdigão. E hoje uma das concorrentes é a Seara, que foi uma das marcas vendidas.

Acho que o objetivo do órgão é, na medida do possível – e acho saudável que seja assim –, aprovar com restrições, impor remédios pesados. Acho que o fato de ter havido essa divisão no posicionamento do órgão, com alguns conselheiros a favor, outros contra, criou um ambiente para que se pudesse viabilizar a assinatura de um acordo de controle de concentração que fosse benéfico, de certa forma, para o mercado. Essa seria a minha posição.

Mas eu gostaria de fazer uma última ressalva: é difícil julgar e formar uma opinião em relação a esses casos sem ter acesso aos detalhes. O Cade é um órgão bastante transparente. Todos os votos, relatórios estão na internet, conseguimos ter acesso, mas várias partes são restritas em função, naturalmente, do sigilo comercial das empresas, como vários itens relacionados a níveis de concentração e tudo mais. É como se alguém tivesse que avaliar um julgamento de um ilícito em alguma outra seara, talvez penal, sem ter acesso a todas as provas, vamos dizer assim. Então, é difícil formar uma opinião aqui. E são casos bastante complexos. Esse que o senhor citou talvez tenha sido um dos casos mais complexos a chegar a tramitar no Cade.

Deixo aqui as minhas considerações. Não sei se os colegas teriam algo a contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. João Paulo Resende.

Passo a palavra, agora, para o Sr. Paulo Burnier da Silveira.

O SR. PAULO BURNIER DA SILVEIRA – Obrigado, Senador Delcídio.

Senador Reguffe, antes de endereçar as suas questões gerais, eu queria fazer um breve testemunho aqui de que ficamos muito sensibilizados com a audiência que o senhor nos concedeu, e ficamos muito satisfeitos também pelo enfoque que V. Exª dá à valorização do servidor público, à valorização do corpo técnico de uma instituição. E eu gostaria de deixar registrado, assim como o meu colega Eduardo Frade também o fez, que pessoalmente sinto a minha indicação hoje como um reflexo do reconhecimento do trabalho de todo um grupo, de todos os servidores do Cade, sem exceção, muitos deles hoje presentes aqui nesta Comissão, a quem faço esta especial referência.

Para tocar, então, comentar pelo menos as questões gerais que V. Exª trouxe, Senador Reguffe, eu não quero ser repetitivo, endosso aqui as palavras dos meus colegas, mas queria só talvez chamar atenção para um aspecto que acho importante na atribuição do Cade. O Cade existe – as autoridades da concorrência no mundo, a própria história do surgimento das autoridades da concorrência no mundo confirmam esse papel – para combater a concentração econômica. Então, uma autoridade da concorrência existe com muitas atribuições, mas uma das principais é combater a concentração econômica. E os casos que V. Exª trouxe, tanto o caso da fusão Sadia-Perdigão quanto o outro caso, que acabou não ocorrendo, não chegando ao Cade. Como muito bem falou o meu colega João Paulo, são casos relevantes, sobretudo, pela concentração econômica que geram.

Então, o Cade e a Autoridade da Concorrência, em geral – o Cade não foge a essa regra –, combatem a concentração econômica nas suas duas dimensões, em duas modalidades, na modalidade preventiva, que é a análise dos atos de concentração e das fusões, e, eventualmente, se necessário, também na outra dimensão, que é a repressão do abuso dessa eventual posição dominante. Aí entraria no eixo de controle de condutas

tanto nas práticas concertadas, em conluios entre concorrentes, quanto eventualmente nas práticas, nas condutas unilaterais, como é o caso do abuso de posição dominante, entre outros também existentes.

Então, acho que essa é uma mensagem muito importante. Eu não gostaria de ser repetitivo. Tento ser o mais breve possível, mas deixo essa mensagem do combate à concentração econômica, agradecendo, mais uma vez, ao Senador Reguffe pela audiência e pelas palavras, que muito nos sensibilizaram.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Paulo Burnier da Silveira.

Passo a palavra agora ao Sr. Alexandre Cordeiro Macedo.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Obrigado, Senador Reguffe, pelas perguntas. Deixe-me começar pela questão técnica.

O ato de concentração, muito embora o Cade tenha a obrigação de combater a concentração, não é um ilícito por si só. Inclusive, é uma prática normal entre as empresas. A lei deixa isso muito claro no art. 88, no §5º e no §6º. O art. 88 da norma fala, inclusive, que os atos de concentração, quando geram efeitos prejudiciais para a concorrência, devem ser proibidos. No §6º, avisa que, quando se geram benefícios, esses benefícios devem ser sopesados com os prejuízos. Havendo benefícios líquidos, o ato deve ser aprovado. Isso é o que diz a regra da razão, inclusive, muito bem analisada em todos os casos pelo Cade. Senador, o próprio §6º do art. 88, incisos I e II, traz alguns parâmetros para isso, como os benefícios que podem gerar aumento de produtividade, melhoria da qualidade dos produtos, o que afeta diretamente os consumidores, e aumento da eficiência. No inciso II, diz-se exatamente que esses benefícios, de alguma forma, nesses processos, têm de ser repassados ao consumidor. Isso deve ser comprovado para as pessoas que pretendem fazer esses atos de concentração.

Então, isso serve, evidentemente, para o caso do Pão de Açúcar e do Carrefour. Muito embora isso não tenha chegado ao Cade, acredito que o Cade analisaria dessa forma a questão. Eles são, sem dúvida alguma, os maiores varejistas que temos, e isso traz efeitos diretos aos consumidores. Todo mundo vai ao Pão de Açúcar e vai sentir, realmente, uma diferença ou não quanto ao prejuízo ou ao benefício que porventura um ato de concentração desses poderia gerar no mercado.

Com relação ao caso da Sadia, os colegas já comentaram. Falo do caso da Sadia e da Perdigão. O Cade aprovou com restrições. A princípio, parece que tomou as medidas necessárias. A gente não tem acesso ao caso para saber os detalhes, mas me parece que seguiu a regra da razão, porque impôs restrições severas à fusão, com a venda de marcas, com a proibição de cinco anos de circulação de alguns produtos da Perdigão, com a venda de ativos e com diversas outras medidas que previnem condutas anticompetitivas ou efeitos deletérios para a concorrência.

Com relação à suposta indicação política, Senador, eu queria agradecer a oportunidade de poder me explicar. Acho que isso é importante. Não sou vinculado ao PP, não sou filiado ao PP e não considero a minha indicação política. Ao contrário, acho que ela é uma indicação técnica, o que reflete minha experiência em toda a minha vida acadêmica e profissional. Sou um servidor de carreira da CGU e acredito que essa vinculação que se faz ao meu nome se dá devido ao fato de eu ter sido Secretário Executivo no Ministério das Cidades na gestão do PP. Então, por isso, por óbvio, as pessoas vão fazer essa vinculação, mas não tenho filiação partidária. E tenho a certeza de que, como eu estive em vários órgãos e pautei toda a minha carreira pela ética e justamente pela necessidade de agir tecnicamente, assim eu farei no Cade. Tenho certeza disso. Aqui, inclusive, há vários colegas meus de carreira da CGU que podem comprovar e atestar isso durante a minha vida profissional.

Eu queria agradecer, Senador, a oportunidade que o senhor me deu de esclarecer isso e dizer que estou muito tranquilo e muito seguro, sabendo das responsabilidades que tenho no Cade. Tenho certeza de que irei cumprir da melhor forma possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Alexandre Cordeiro Macedo.

Agora, passo a palavra a Srª Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Obrigada pelas palavras.

Agradeço as perguntas, Exmo Senador. Deixe-me primeiro dizer que estamos extremamente alinhados ao fato de defendermos os direitos difusos dos consumidores brasileiros, porque essa é a real função do Cade e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Nós queremos estar ali para justamente defender esses direitos difusos dos consumidores. Nesse aspecto, reforço aqui as palavras dos meus colegas que já comentaram isto: estamos muito alinhados.

Com relação aos casos gerais – já foi falado aqui das duas fusões, uma hipotética e a outra que já ocorreu –, só quero acrescentar uma coisa ao que já foi dito. Eu acho que, talvez, o que o Cade pode, sim, fazer no futuro, pode trazer à mesa, é tentar fazer algumas avaliações *ex post* de alguns casos que já ocorreram, para,

assim, podermos avaliar de maneira um pouco mais crítica as nossas próprias decisões do passado, e, se houver alguma jurisprudência que poderia ter sido feita de outra maneira, à luz da experiência internacional, inclusive, que possamos fazer. Não vejo nenhum problema, no futuro, em tentarmos fazer algumas análises *ex post* de alguns casos que aconteceram no passado.

Com relação, em particular, à pergunta que me foi feita sobre os bancos, em primeiro lugar, não tenho nenhum constrangimento em atuar no setor financeiro, de maneira geral, em particular no setor bancário, porque sempre trabalhei, em todos os lugares, de maneira muito técnica, equilibrada, responsável e ética. Então, assim o farei também no Cade. E, se de alguma maneira eu me sentir impedida, por algum caso de alguma natureza, eu assim direi, mas, regra geral, não me sinto nem um pouco constrangida em atuar agora desse lado do balcão, em nenhum caso, em nenhum setor privado que eu já atuei.

Com respeito ao aumento da alíquota, que o senhor mencionou, no fundo ela é um aumento dos custos para os bancos. Se eles vão conseguir, nesse cenário desafiador macroeconômico brasileiro, nesse cenário em que estamos vendo que a recessão está aí, o desemprego está chegando, a inflação está alta, se eles vão conseguir repassar esse aumento de taxa para os consumidores, eu não sei. No fundo, olhando do ponto de vista da teoria econômica, nós temos que avaliar as elasticidades, preço da oferta e da demanda. Mas, se eles o fizerem de maneira unilateral, ou seja, se cada um estiver tomando a sua decisão à parte, essa não é uma atitude anticompetitiva, muito embora nós não gostemos. O problema é se, de fato, houver algum indício de que os bancos estão se sentando para combinar taxas de juros, inclusive houve o caso da Libor, na Europa, que aconteceu. Não estou falando que isso pode ou não pode acontecer. Só estou falando que, se eles fizerem de maneira coordenada, sentando-se à mesa, essa será uma atitude anticompetitiva e deve ser punida, como todo cartel deve ser punido, em qualquer mercado, não necessariamente só o setor bancário. Estamos falando de qualquer mercado. Quando entramos no Cade e vemos os casos de cartéis que estão sendo investigados, verificamos que são vários mercados, que incluem, inclusive, licitações públicas. Há os casos da Sabesp, há os casos dos hospitais, medicamentos, próteses, etc..

Portanto, o cartel é uma atitude anticompetitiva muito lesiva ao consumidor. Obviamente o Cade tem que atuar de maneira incisiva.

Com respeito à controvérsia entre as competências sobre a prevenção e repressão à infração contra a ordem econômica no âmbito do sistema financeiro nacional, que até foi uma ótima pergunta, porque, no fundo, esse já é um dilema que já está vindo desde 2001, com o caso Bradesco, e até agora isso ainda não foi exatamente concretizado, eu entendo que hoje a gente poderia ter uma decisão salomônica, porque são duas instituições, o Banco Central e o Cade, importantíssimas para nossa economia. Então, a pergunta é porque não tentar reaver o Projeto de Lei Complementar nº 265, que houve no passado, em 2007, que tentava justamente modificar a Lei nº 4.595, de 1964, do sistema bancário, e a 8.884, que agora mudou para 12.529, porque não resgatar esse PL e tentar... Esse PL, para deixar claro, está tentando justamente colocar as duas instituições como tarefas complementares. Há até um texto que eu escrevi para o *Valor Econômico* uma vez em que eu coloco essa situação de poder haver uma decisão salomônica que deixa o Banco Central analisando o que lhe é de mérito, que é a questão da crise sistêmica, que é o ponto dele, e deixa a questão de competição para o Cade, que é o órgão competente para fazer esse tipo de análise.

Só para fazer uma observação nesse tema, só para as pessoas que estão aqui ficarem sabendo, esse tema começou quando a AGU emitiu, em 2001, um parecer que, na verdade, deu a prerrogativa para o Banco Central, depois o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em 2002, disse que ambos poderiam fazer ditas análises, e depois veio o Superior Tribunal de Justiça, em 2010, dando a prerrogativa para o Banco Central. Esse caso foi ao Supremo Tribunal Federal, mas o Ministro José Toffoli, sobre o juízo de admissibilidade do caso de fusões e aquisições, acolheu o parecer do Procurador-Geral da República, que dizia que se tratava de uma disputa infraconstitucional que envolve leis ordinárias, e não a Constituição.

Então, esse caso está aí. Seria excelente que esse caso retornasse à mesa e findasse com uma conclusão de que, na verdade, o Cade e o Banco Central poderiam estar alinhados, trabalhando em conjunto, assim como o Cade trabalha com as agências reguladoras de forma geral. A gente tem convênios com elas. Então, por que não ter com o Cade? Aliás, a gente fez um convênio com o Banco Central em 2005 e a gente atua em cartões de créditos e em outros mercados que não sejam exatamente de fusões no setor bancário.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se os bancos subirem as taxas de forma uniforme e de forma conjunta, isto, para a senhora, seria um indício de cartel?

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – O indício seria se eles tivessem sentados... A gente precisa ter indícios de que eles se sentaram em conjunto para coordenar o que farão com o preço. E isso é o que se faz... É esse o maior indício quando a gente está querendo entender se houve um cartel ou não. As provas que a gente tenta buscar são provas de que eles se sentaram para conversar e para acordar preços. Se

isso ocorreu, isso é um cartel, uma atitude anticompetitiva. Se isso não ocorreu, a gente não pode afirmar que houve um ato, uma atitude anticompetitiva, um ato ilícito. Não pode.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Entendi.

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Só para concluir o meu pensamento, só para fechar, hoje mesmo, no *Valor Econômico* –, vale fazer uma leitura –, o Vice-Presidente do FED, Stanley Fischer, está falando sobre exatamente sobre isso, no jornal, dizendo que, na questão da Libor nos Estados Unidos, as empresas foram muito multadas, mas os agentes não foram. Então, isto é para a gente notar que esse é um tema antitruste. Esse é um tema que precisa ser pautado pelas agências antitruste, e não pode ficar só a cargo do Banco Central.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Srª Cristiane Alkmin.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, só quero dizer que estou satisfeito com as respostas às minhas perguntas e reiterar a todos aqui o que eu falei quando vocês fizeram uma visita para se apresentarem. Na minha concepção, há uma série de indícios de cartel em toda a atividade econômica, nos bancos, mas também em outros setores. Eu espero que o Cade atue com rigor em defesa do consumidor deste País, porque é um órgão público que precisa estar em defesa daquele lado mais fraco dessa relação, que e o consumidor deste País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Reguffe. Muito obrigado pela qualidade das perguntas.

Quero registrar aqui a presença do ex-Governador de Pernambuco, João Lyra Neto. Muito bem-vindo, caro Governador!

Também aqui presente a Deputada Estadual Raquel Lira.

O nosso querido Senador Douglas fez questão de registrar, e com justa razão, as presenças do ex-governador de Pernambuco, um Estado que nós admiramos muito, e também da nossa Deputada Raquel Lyra.

Senador Douglas, mais alguma coisa?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Não, Sr. Presidente, apenas, depois, solicitar um requerimento extrapauta, se o senhor puder autorizar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O.k..

É só trazer aqui para a Comissão. Esse não segue os atos da Comissão de Assuntos Econômicos, mas é que de comum acordo com a CCT, nós vamos fazer uma audiência pública com o Senador Armando Monteiro, perdão, Ministro Armando Monteiro, na próxima terça-feira. Portanto, é só um requerimento para formalizar essa audiência pública conjunta CAE e CCT, segundo orientação da Senadora Adriana, que está aqui me assessorando, pela equipe da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, se todos os Senadores estiverem de acordo com esse requerimento, até para acelerar os trabalhos, permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, Senadora Adriana.

Vou passar a palavra agora para o Senador Benedito de Lira. Informo que temos inscritos o Senador Benedito de Lira, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Raimundo Lira e o Senador José Medeiros.

Eu pergunto aos senhores se a gente pode fazer um bloco de perguntas, com os quatros Senadores que ainda vão fazer o debate, para irmos nos encaminhando para a conclusão dessa sabatina.

Todos de acordo. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores e senhoras sabatinados, preliminarmente, Sr. Presidente, eu fiquei satisfeito com as apresentações dos nossos sabatinados. Mas, para que a gente possa melhorar o debate, eu vou formular algumas perguntas que abrangem todos os convidados.

Qual a opinião dos senhores e senhoras acerca da nova estrutura funcional adotada pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica? Os senhores sugerem alguma modificação na nova lei?

Os senhores possuem conhecimento acerca das principais ações judiciais que desafiam o cumprimento de decisões do Cade?

Em que medida a atuação do Poder Judiciário pode afetar e impedir ações à ação do Cade?

Os senhores acreditam que o Cade possui estrutura institucional suficiente para efetivar a defesa da concorrência no Brasil, em especial para o combate dos cartéis?

Quais deveriam ser os parceiros do Cade na efetivação do combate ao abuso do poder econômico? Procons, por exemplo?

O acordo de leniência, previsto da lei do Cade, Lei nº 12.529, de 2011, apenas concede benefício ao primeiro delator que celebrar o acordo. Isto é, as demais empresas que participam de um ilícito concorrencial ficam de fora do acordo de leniência? Os senhores não consideram a lei, nesse caso, excessivamente rigorosa? Não seria o caso de permitir que as demais empresas praticantes de ilícitos concorrenciais possam também celebrar o acordo de leniência, da mesma forma como já ocorre hoje na Lei Anticorrupção, aplicável às empresas em geral, Lei nº 12.486, de 2013?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira. Muito pertinentes suas perguntas.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Delcídio, Presidente desta Comissão; Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente; me parece que os currículos dos nossos sabatinados são bastante corretos, pelo que nós percebemos, basicamente técnicos, que têm uma formação mais do que adequada para as funções que vão exercer.

Eu queria colocar duas ou três perguntas aqui sobre o momento atual.

Em relação à economia, hoje, há um processo de retração da economia bastante acentuado, Presidente, que me parece que, neste segundo semestre, vai se aprofundar mais ainda, chegando talvez a ser um dos piores momentos de retração econômica da nossa história recente. Muitas coisas podem e deverão acontecer. Um dos fenômenos que devem ocorrer, e já estão ocorrendo, é uma natural tendência de fusões e aquisições em função das dificuldades, consequência da própria retração da economia. E a questão que eu gostaria de fazer é: dentro desse contexto, como os senhores veriam esse processo que vai ocorrer, me parece que vai ocorrer? E pergunto se teriam um olhar diferente em função das dificuldades, já que determinadas fusões ou aquisições poderão ser até necessárias, mesmo que ocorra em determinado ponto algum tipo de concentração.

A minha outra questão é sobre o processo de cartelização do chamado petrolão. Esse processo de cartelização, com certeza, vai ter no Cade, vai desaguar no Cade uma das discussões mais importantes e duras de toda essa questão que está hoje aí preocupando todos os brasileiros. E como aqui a maioria são garotos e meninas que estão neste conselho, com exceção do Alexandre, em quem uma calvície já começa a aparecer, eu gostaria de perguntar se estão preparados para uma pressão que vai ser exercida em função das consequências econômicas e políticas de atuação firme do Cade nesse processo de cartelização que hoje é mais do que evidente na questão do petrolão.

E a outra questão que eu queria colocar é para entender um pouco. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência junta o Cade à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Qual é a atribuição, qual é o nível de competência de cada um e como é feita essa interação?

São essas as minhas questões.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Tasso. Perguntas sempre muito objetivas e competentes.

Senador Raimundo Lira com a palavra.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Senador Delcídio; senhores sabatinados, Srs. Senadores, este é um momento muito importante, porque estamos verificando aquilo que já foi dito por alguns Senadores, inclusive pelo Senador Tasso Jereissati. É alvissareira esta oportunidade de aprovar, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, nomes predominantemente técnicos para funções essencialmente técnicas.

Portanto, acho que o Sr. Eduardo Frade, Sr. João Paulo, Sr. Paulo Burnier, Sr. Alexandre Cordeiro e Srª Cristiane Alkmin estão perfeitamente preparados para essa função.

Agora, reforçando o que falou o Senador Tasso Jereissati, todo momento de crise econômica é momento também de fusões de empresas: empresas do mesmo ramo, uma mais capitalizada, mais preparada, mais moderna faz a fusão com outras empresas para salvar aquelas que estão em maiores dificuldades econômicas. Em muitos casos, essas fusões são importantes porque salvam empregos, mantêm empregos, mas têm de ser feitas e analisadas com toda cautela, para que a concorrência desleal não venha a prejudicar o mercado consumidor.

Gostaria aqui de dizer que a experiência da Srª Cristiane Alkmin na iniciativa privada é uma oportunidade muito boa de ela levar esse conhecimento para o Cade, considerando que o seu nível acadêmico é excelente, à altura, para ocupar essa condição de conselheira do Cade.

Gostaria, também aqui, Sr. Presidente, de responder um pouco àquilo que foi uma preocupação do Senador Reguffe quanto ao aumento de impostos da rede bancária e que esses aumentos poderiam ser repassados imediatamente para os consumidores.

O mercado é que vai definir essa condição. Tenho informações precisas de grandes bancos que estão oferecendo recursos a grandes empresas, empresas capitalizadas e sólidas, com juros mais baratos do que antes do aumento dos impostos, porque eles não têm tomadores confiáveis, no momento, para emprestar os recursos de que estão dispondo em caixa. E, na medida em que os bancos aumentam de forma exagerada os juros, somente aqueles tomadores com maior nível de risco vão aceitar esses recursos. Portanto, é também uma saia justa para os bancos no momento de crise receber aumento de impostos. Eles vão ter necessariamente, pelas próprias circunstâncias do mercado, de absorver esses custos. Eles só poderão repassar no futuro, quando o Brasil começar a retomar o crescimento econômico, e aí a demanda passar a ser maior no mercado financeiro.

Aqui, eu falaria também com relação ao Cade. Essa aprovação no passado da união da TAM com a Lan Chile. Eu acho que o Brasil, os consumidores e os usuários do transporte aéreo só tiveram prejuízos com essa união, porque hoje sabemos, de fato, que as decisões empresariais, as decisões administrativas da TAM, hoje, são tomadas no Chile, e não no Brasil.

E o que verificamos hoje?

A TAM, que, no passado, se orgulhava de ser uma empresa brasileira, a TAM, que, no passado, dizia na sua propaganda e no seu *marketing* que era a empresa que possuía a frota mais jovem do Brasil, hoje, possui no mercado interno uma frota velha, antiga. E, mais ainda: retiraram as poltronas mais confortáveis e colocaram verdadeiras cadeiras, semelhantes aos ônibus urbanos, a fim de colocar dentro do avião a maior quantidade possível de passageiros.

Então, a TAM hoje é uma empresa que precisa, pelos órgãos de controle do País, ser enquadrada em empresa de baixo custo, ou seja, uma empresa que não oferece conforto aos seus usuários. Está operando como empresa de baixo custo e cobrando tarifas absurdas, como se fosse uma empresa de primeira linha, a exemplo das melhores empresas internacionais.

Então, eram essas as colocações que eu queria fazer, a fim de que a gente evitasse, no futuro, que o Cade, hoje composto por técnicos de alto nível, que o Brasil não cometesse mais o erro de uma fusão, como aconteceu entre a TAM e a LAM, até porque a forma como operam é ilegal, porque o Brasil não permite, no mercado interno de transporte aéreo, o controle de uma empresa estrangeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira, principalmente por tocar num ponto importante: a fusão TAM e LAM...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ...pouco compreendida nos últimos anos.

Minha querida Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra apenas para cumprimentar todos os representantes aqui que vão ocupar uma posição de destaque no Cade.

Quero dizer da minha alegria de ver jovens com currículos tão importantes, tão competentes. As perguntas que foram feitas e as respostas que foram dadas me agradaram profundamente. Sei que nós estamos diante de técnicos altamente competentes.

Quero saudar aqui a presença de uma mulher, que demonstra, com seu currículo, a importância de a mulher ocupar o espaço através da competência, do estudo, do trabalho.

Portanto, deixo a todos um abraço e torço para que este desafio de enfrentar um país em crise possa fazer com que os senhores tenham um resultado efetivo, ajudando a alavancar este País rumo ao desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pelas palavras.

Passo a palavra para o último Senador inscrito, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, senhores candidatos, todos os que nos acompanham pela TV Senado e todos os que estão presentes no recinto, Dr. Eduardo Frade Rodrigues, indicado para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Srs. João Paulo Resende, Paulo Burnier da Silveira, Alexandre Macedo Cordeiro e Srª Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, indicados para exercer o cargo de Conselheiros do Conselho Administrativo do Defesa Econômica (Cade), meus cumprimentos.

Dois mil e catorze foi um ano desafiador para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Ao mesmo tempo em que caminhou para a consolidação das inovações legais e institucionais decorrentes da nova Lei

de Defesa da Concorrência, o Cade iniciou o ano tendo que lidar com o caso que ganhou ampla repercussão nacional, que foi o suposto cartel dos trens de metrô de São Paulo, e terminou o ano com novo caso de um suposto cartel também, dessa vez envolvendo compras feitas pela Petrobras. Há ainda uma série de questões da mais alta relevância institucional.

Passo à primeira pergunta. Em junho, de 2014, o Cade vetou a primeira fusão desde a entrada em vigor da Lei nº 12.529, de 2011. A operação envolvia uma oferta de US$200 milhões da Braskem pela subsidiária da belga Solvey Indupa. De acordo com a Braskem, a Solvey era sua principal corrente em diversos mercados relevantes da América do Sul, inclusive Brasil e Argentina.

No entanto, ao vetar a operação, o Cade argumentou que tal fusão significaria permitir o surgimento de um monopólio na produção de PVC no País, o que ensejaria potencial aumento exagerado dos preços e outras distorções econômicas. Por outro lado, alegou-se a operação permitiria um estratégico ganho de escala em termos internacionais, o que se coadunaria com a própria dimensão do mercado de PVC, eminentemente mundial.

Pois bem, essa decisão é paradigmática, bem revela a tensão entre uma abordagem concorrencial mais ortodoxa, cerradamente voltada para o mercado doméstico, e a outra mais aberta à consideração global da economia. Qual a opinião de V. Sªs sobre o assunto?

A segunda pergunta. Eu gostaria de saber de V. Sªs o que pensam sobre a tentativa de se utilizar o Cade como instância de revisão de decisões da CVM, notadamente nos casos de análise de alienação ou não de controle de companhias abertas. Cito aqui o exemplo envolvendo a CSN e a Usiminas. No caso, o Cade já havia decidido negativamente sobre o ato de concentração, assim como a CVM já havia julgado o tema sob o aspecto societário da alienação de controle. Ainda assim, reabriu-se a discussão no Cade, aparentemente para se tentar revisar a decisão da CVM. É possível evitar esse tipo de confusão competencial?

São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador José Medeiros.

Senador Agripino, V. Exª gostaria de...?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Presidente Delcídio, como V. Exª instou a minha palavra... Eu estava aqui hesitando em falar, mas eu vou fazer aqui uma revelação: eu tenho um parente muito próximo, muito bom técnico, jovem desse naipe de jovens, que me telefonou há um mês – é parente muito próximo meu, e é advogado no Rio de Janeiro – me dizendo que a empresa dele estava sendo instada, no grupo de seleção para indicá-los ao Cade, a colocar o nome dele. E ele me perguntava sobre o meu aconselhamento. Eu disse: "Não entre, porque você é meu parente, e pode ser que, na sabatina ou ao longo do processo, interpretem que a sua indicação possa ter qualquer tipo de viés político. E eu não poderia jamais admitir, até pelo fato de eu ser Presidente de um partido de oposição". E ele desistiu.

Eu digo isso, porque nós estamos aqui sabatinando cinco indicados para o Cade, num momento de crise econômica, em que o País vive uma crise de competitividade, e a função do Cade é fundamental para defender a competitividade. Eu tenho a impressão de que V. Sªs vão ser aprovados. Em sendo, guardem este depoimento que eu deixei aqui: talvez essa pessoa estivesse aqui, nessa banca, mas eu me neguei para evitar qualquer tipo de viés político, até ligado a um partido de oposição, mas longe de mim, qualquer tipo de ilação.

Procurem ver o dia a dia do cidadão. Por exemplo, cartel de combustíveis. Muitas vezes, não chega nem a denúncia, mas afeta o dia a dia das pessoas lá em Campos, no Rio de Janeiro, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, em União, no Piauí. As coisas que dizem respeito ao cidadão. Não são as fusões e aquisições. Claro que elas são importantes, porque, em última análise, a formação de conglomerados ou de gigantes pode afetar, pela via da competitividade, o cidadão na medida em que a prática dos preços passe a seguir a norma do absurdo, das coisas fora do normal. Mas eu gostaria que V. Sªs ficassem muito atentos ao dia a dia do cidadão, aos cartéis que podem prejudicar a vida daqueles que estão, neste momento de crise, com o seu poder de compra achatada e que, pela via de atuação do Cade, podem ter um alívio nas suas finanças pessoais.

E há a geração de exemplos. Hoje, há a ação do Ministério Público e a ação da Polícia Federal dando uma aura de esperança ao cidadão brasileiro. O Cade pode fazer a sua parte nesse sentido, na medida em que vocês ajam emblematicamente em cima de coisas que digam respeito a interesse da sociedade, do cidadão individualmente, que saiam da faixa do conglomerado Carrefour etc e entrem nos cartéis que dizem respeito ao interesse ou ao bolso do cidadão no seu dia a dia.

Era a palavra de consideração que eu deixo, com o exemplo em que falo, com muita franqueza, sobre o que aconteceu comigo e com um parente muito próximo, que deu a oportunidade a que pessoas como V. Sªs fossem indicados, suponho eu, sem isenção política para que possam ter liberdade absoluta para tratar do interesse do cidadão, da sociedade brasileira.

Era isso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino, pela postura pública sempre muito respeitada aqui, nesta Casa, pelo Congresso e pela população do nosso País.

Agora, vou passar a palavra para a etapa final de respostas à sabatina. E aqueles Senadores e Senadoras que queiram votar ainda, o processo de votação está aberto, eu os convidaria para fazê-lo para que possamos concluir rapidamente mais esta reunião da CAE.

Passo a palavra agora para o Sr. Eduardo Frade Rodrigues.

O SR. EDUARDO FRADE RODRIGUES – Muito obrigado. Sr. Presidente.

Vou tentar ser objetivo aqui. São muitas as perguntas e somos muitos.

Em relação às perguntas do Senador Benedito de Lira: primeiramente, ele pergunta a nossa opinião sobre a estrutura formada pela Lei nº 2529.

Isso, Senador, foi um dos principais benefícios dos resultados da nova lei, de a gente transformar um sistema da defesa de concorrência, em que pareceres e análises passavam obrigatoriamente por três órgãos para concentrar essas funções num único órgão. Os ganhos de eficiência disso são notáveis. Então, por hora, a minha avaliação a esse respeito é positiva, sem prejuízo, obviamente, no decorrer dos anos, de a gente avaliar se há melhorias a serem feitas.

Com relação a ações judiciais que vêm desafiar, posteriormente, decisões do Cade e como isso afeta o nosso dia a dia lá no Cade.

Eu deponho aqui, primeiramente, que o Judiciário é um aliado nosso, é um aliado do Cade. Então, nós dependemos do Judiciário, por exemplo, na aprovação de um mandado de busca e apreensão que precisamos fazer numa empresa. Somos um órgão administrativo, então, é natural que sejamos demandado de tempos em tempos, e acho muito saudável ver o Judiciário como um órgão balizador das ações do Cade, do devido processo legal, contraditório, ampla defesa e até mesmo, eventualmente, balizamentos de mérito de tempos em tempos. E nós ficamos sempre de olho nisso, no nosso dia a dia.

Eu quero só registrar aqui que hoje, salvo engano – nosso procurador-geral do Cade está aqui presente –, o índice de sucesso do Cade no Judiciário é por volta de 80%. Então, estamos bastante alinhados com o Judiciário brasileiro.

Com relação à pergunta sobre se o Cade entende se nos encontramos em condições de combater os cartéis no Brasil e com que tipo de parceiros podemos contar nessa tarefa.

Senador Benedito, estamos a cada dia com mais condições de combater cartéis no Brasil. Isso avançou muito no Brasil ao longo dos últimos anos. Mas eu sou o primeiro a dizer – enfim, devo ser o primeiro a dizer – que acho que temos que avançar muito mais. Ainda há muitos cartéis que não estamos pegando, e precisamos nos aprofundar na medida do possível cada vez mais a nossa atuação nesse sentido.

E as nossas parcerias sãos instrumentos fundamentais nesse sentido, talvez um dos instrumentos mais importantes quando falamos de detecção e punição de cartéis.

Historicamente, nossos principais parceiros são os diferentes ministérios públicos. O Cade tem uma inteiração constante, próxima, de colaboração com o Ministério Público Federal, ministérios públicos estaduais. Temos casos que são trazidos pelos ministérios públicos constantemente, e polícias. A Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal nos ajudam em busca de apreensões, nos ajudam na análise de material apreendido e também são focos de detecção de casos e órgãos diversos, como a CGU, com que temos uma inteiração quando falamos de cartéis em licitação e assim por diante.

A extensão dessas parcerias e a manutenção disso é algo importante para a atuação do Cade.

Com relação à pergunta sobre o programa de leniência e ao fato de que a Lei de Defesa da Concorrência somente permite que leniências feitas ao Cade envolvendo a conduta de cartel só podem gerar aqueles benefícios de isenção, de multa etc. para o primeiro.

É bom lembrar que a conduta de cartel difere bastante, normalmente, da conduta de corrupção no sentido de que o cartel, necessariamente, é uma ação coordenada entre diferentes agentes.

Então, uma das funções primordiais de a gente só aceitar a leniência com o primeiro é o fato de a gente querer que haja sempre uma atenção e uma corrida para que um dos membros do cartel venha e desvende ao Cade aquele conluio que está ocorrendo. É daí a importância desse instrumento, de a gente valorizar o primeiro indivíduo, a primeira empresa que venha ao Cade.

E entendo isso, Senador, como algo essencial para a conduta de cartel. Eu só lembro aqui que existe, no âmbito do Cade, também um outro tipo de acordo que chamamos de Termo de Compromisso de Cessação, e isso vale para cartéis ou para qualquer outro tipo de conduta. A empresa pode vir ao Cade, mesmo não sendo a primeira, e pedir um acordo. Nesse caso, ao contrário da leniência, não haverá benefícios penais. Ao contrário

da leniência, não existe isenção completa de multa. No caso de cartéis, assim como na leniência, a empresa vai ter de confessar e de colaborar com provas, mas ela pode eventualmente ter uma redução na multa pela sua colaboração e pela redução de custos administrativos, dentro de uma análise de conveniência e de oportunidade.

Senador Tasso Jereissati, agradeço suas perguntas. A primeira delas é, de fato, uma observação importante em relação à situação da economia brasileira e a potenciais impactos disso sobre fusões e aquisições. De fato, é um movimento comum em tempos de alguma turbulência econômica que recebamos fusões e aquisições que ocorram em decorrência disso. Acho que o Cade já tem precedentes razoavelmente assentados no seguinte sentido. Primeiro, há a manutenção de uma preocupação com o fato de que temos de continuar tendo cuidado com concentrações no mercado. Então, o fato de isso surgir em razão de uma turbulência econômica ou de uma dificuldade na empresa é algo a ser considerado, mas a história econômica já mostrou, remontando à época da crise de 1929 nos Estados Unidos, que permitir monopólios em razão de uma situação temporária pode surtir efeitos negativos futuros. Então, isso é algo que se deve ter em mente.

Dito isso, existe, sim, dentro do âmbito do direito da concorrência, amplo espaço para a consideração das dificuldades que uma empresa está passando naquele momento. Então, primeiramente, pode ser que determinada fusão gere naquelas empresas eficiências e melhorias que vão ter um impacto positivo, não negativo, no consumidor. Isso é algo a ser considerado.

Também faço uma consideração no âmbito do que se chama, na doutrina de direito da concorrência, de teoria da *failing firm*. Se uma firma está falindo, a gente tem de considerar se o fato de aquela firma eventualmente falir e sair do mercado não gera para o consumidor uma situação pior do que aquela que surgiria se a gente aprovasse a operação. Essa também é uma análise que deve ser feita.

O senhor mencionou muito bem aqui a questão da Operação Lava Jato e do cartel, que é amplamente divulgada e da qual se tem falado muito no País corretamente. É uma discussão importantíssima no âmbito do Cade se estamos preparados para isso. Talvez, a melhor maneira de responder isso é dar um testemunho do que já fizemos em relação a esses casos. A primeira observação é que, sem dúvida alguma, esse caso é um caso prioritário para nós. Temos consciência completa da relevância desse caso para a economia, para os consumidores brasileiros e para a história do Brasil.

Quando, em outubro do ano passado, começaram a surgir as primeiras evidências, quando começou a se falar no jornal de um possível cartel nesse âmbito, na ocasião, eu já era o Superintendente-Geral interino. Então, isso já estava a meu cargo, a cargo da minha equipe. Nós, proativamente, procuramos o Ministério Público para ter acesso àquelas evidências. Conseguimos ter acesso à ação penal e passamos a estudá-la com cuidado desde então. Instauramos um inquérito administrativo. Posteriormente, negociamos e firmamos um acordo de leniência com uma das empresas, que trouxe contribuições valiosíssimas para a análise do cartel, a serem utilizadas não só na investigação do Cade, mas também na investigação que está sendo conduzida pelo Ministério Público, pelo TCU e pela CGU.

Hoje, somos, no âmbito da análise do cartel, o órgão principal que está analisando o material das buscas e das apreensões e outras evidências que foram colhidas na operação até agora. Nossa interação e colaboração com o Ministério Público é total, estamos amplamente alinhados. Eles têm reconhecido bastante nossa contribuição para a investigação do cartel do ponto de vista administrativo e também do ponto de vista penal, nas competências do Ministério Público.

Senador, digo isso, até porque eu ficaria muito mal com a minha equipe se eu não defendesse aqui o trabalho, a meu ver, excepcional que a equipe do Cade tem feito até agora nesse caso. Até agora, a meu ver, ele é irreparável. Não houve nenhum incidente judicial obstando a operação. Temos contribuído muito com as investigações. E tenho a convicção de que conseguiremos gerar um caso robusto, que vai enfrentar essa questão de forma extremamente relevante. Nosso comprometimento com uma resposta tranquila, mas com rigor a esse caso é completo.

Com relação à interação Seae e Cade, enfim, as funções de Advocacia da Concorrência, como chamamos, ficaram relegadas à Seae. Temos uma relação extremamente saudável com eles, é algo histórico, e continuamos tendo.

Senador Raimundo Lira, em relação à fusão entre TAM e Lan Chile. Eu não participei como decididor nessa operação, mas, obviamente, eu a acompanhei de alguma forma no Cade.

É bom lembrar aqui que a decisão sobre se um controlador estrangeiro poderia entrar na empresa e como isso ocorre é competência da Anac, e não do Cade. A análise do Cade ficou dirigida à análise concorrencial dessa questão. Foi uma operação aprovada, inclusive, com algumas restrições.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO FRADE RODRIGUES – O que eu espero, como participante do Cade e como cidadão, é justamente que eventuais problemas, eventuais condutas negativas que estejam sendo implementadas por alguma empresa sejam justamente sopesadas por um processo de concorrência. Então, ao mesmo em que nós vemos, por um lado, o que parece uma deterioração do serviço de algumas empresas, vemos também a ascensão de outras empresas que estão crescendo no mercado brasileiro. A concorrência vai ser um instrumento importante nesse sentido. Isso depende, em algum sentido, de atuações regulatórias também. Nós sabemos que há uma discussão de longo tempo sobre a alocação de *slots*, por exemplo, em aeroportos brasileiros, para que haja inserção maior de empresas menores. Esse também é um trabalho a ser feito pela Secretaria e Aviação Civil e pela Anac. Pelo que conheço das pessoas que lá estão, eu sei que essa é uma preocupação deles.

Senador José Medeiros, em relação à decisão do Cade que vetou a operação entre Braskem e Solvay, o senhor relatou muito bem. Foi um caso muito difícil, do ponto de vista técnico. Tivemos análises de diferentes tipos na Superintendência, depois com conselheiros do Cade, Departamento de Estudos Econômicos do Cade, e, ao final, constatou-se justamente que a pressão de importações de PVC no Brasil não era suficiente para obstar o que seria um monopólio das empresas produtoras no Brasil de PVC. Isso denotava uma preocupação muito grande dos efeitos sobre essa operação aos consumidores brasileiros e à indústria que depende da aquisição de PVC.

É bem verdade que operações desse tipo – e outras no passado já aconteceram – compõem uma discussão sobre maior escala, possibilidade maior de exportações, crescimento dessas empresas. O antitruste não é cego a isso, em absoluto. Pelo contrário, o Cade reconhece o direito da concorrência, reconhece os benefícios disso. O Cade, porém, tem tido uma posição histórica, que, a meu ver tem que ser mantida, de sopesar o custo/benefício dessas duas coisas. Então, exportar mais e uma empresa crescer não é um fim em si mesmo. Isso é bom, porque gera benefícios ao consumidor, gera benefícios ao País.

Se observarmos que uma fusão, embora gere isto em alguma medida, vai acabar gerando um problema na forma de aumento de preços, diminuição de oferta para o mercado interno brasileiro e para os consumidores brasileiros, a lei determina que nós nos preocupemos com essas pessoas. Essa é a função do Cade.

Com relação à interação Cade/CVM, esse não é um problema recorrente que temos. Eu não me lembro de nenhuma outra discussão no Cade em que houve algum debate de competências entre Cade e CVM. Então, parece-me algo pontual e que, nesse caso, a meu ver, funcionou. Acabou que o Cade, depois, reconheceu que algumas das questões que estavam sendo trazidas novamente ao órgão era uma matéria que havia sido abordada pelo Cade, do ponto de vista concorrencial. Então, não é algo que eu anteveja como problema a ocorrer constantemente.

Finalmente, só respondendo ao adequado levantamento do Senador José Agripino, eu só queria dizer aqui, Senador, que conte conosco para lutar pelos consumidores brasileiros de forma isenta e com empenho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Frade Rodrigues.

Passo a palavra agora ao Sr. João Paulo Resende.

O SR. JOÃO PAULO RESENDE – Srs. Senadores, também tentarei ser bastante breve aqui. Sabemos do tempo.

Em relação à estrutura do Cade, à Lei nº 12.529, existe, para discussão, um texto da Consultoria do Senado que trata dos pontos que precisam de aprimoramento, uma discussão sobre o que poderia ser aprimorado nessa legislação. Para não entrar aqui nos detalhes de cada um, um deles envolve a questão que a Cristiane discutiu, sobre a relação do Banco Central com o Cade, e eu simplesmente vou me subscrever a esse texto. Acho que todos os quatro pontos que são levantados lá são pontos meritórios. E, para não perdermos tempo aqui, deixo essa posição.

Em relação a ações judiciais, minha área não é na formação jurídica, mas sabemos todos que é inafastável o Poder Judiciário; não temos como impedir que as empresas recorram ao Poder Judiciário depois de uma decisão do Cade. O que eu acho que nós devemos fazer é tentar fazer um bom trabalho dentro do Cade para que as nossas posições sejam defensáveis também perante o Poder Judiciário e possamos ganhar. E acho que o Cade, como o Dr. Eduardo colocou aqui, vem fazendo isso muito bem – de 70% a 80% das decisões são mantidas.

Estrutura institucional suficiente e parceiros – do Senador Benedito de Lira. Temos parcerias com Procons, e muitas denúncias vêm do Ministério Público, de partes que são prejudicadas no processo, ou de acordos de leniência. Acho que o Cade vem fazendo um esforço importante no sentido de tentar ser mais proativo na detecção de casos de cartéis e de atos de concentração, aqueles atos de concentração que se enquadram abaixo do limite legal e que não necessariamente precisariam ser informados. Então, o Cade vem fazendo um esforço – temos conhecimento – de um amplo levantamento de dados e de um tratamento estatístico e eco-

nométrico desses dados para tentar identificar alguma regularidade ou padrão que pudesse sugerir, enfim, um conluio ou alguma ação de abuso de poder econômico. Obviamente, isso não pode ser usado como prova material, mas eu acho que isso pode ser usado para sustentar um pedido de petição perante um mandato na Justiça para poder fazer, enfim, buscas e apreensões, eventualmente, com a autorização do Ministério Público, interceptações telefônicas e tal. Então, acho que o Cade pode ser mais ativo nesse sentido, usando técnicas de *screening*, de filtragem de dados e tudo mais.

Em relação ao acordo de leniência, só o primeiro, concordo com o meu colega Eduardo, que diz que é importante que isso seja dosado muito bem para que toda a lógica do acordo de leniência não seja perdida, que é de que as empresas tenham incentivo a trair o cartel e vir fazer a denúncia. Pode ser que se reduza um pouco a pena de outros que colaborem, que é o que já acontece com os casos de TCC, como foi citado aqui pelo Eduardo, mas acho saudável que seja o primeiro que tenha o grande benefício da leniência.

Em relação às perguntas do Senador Tasso Jereissati, a retração da economia, de fato o senhor tem razão. Acho que há dois efeitos em função do momento econômico que vivemos: por um lado, há a questão que o senhor levantou, de que várias empresas, talvez por força de uma retração muito forte da demanda, estejam encontrando dificuldades e estejam em condições falimentares; mas, por outro lado, também existe uma dificuldade para se promoverem fusões neste momento, porque as empresas estão descapitalizadas, os bancos estão descapitalizados, e sabemos que é preciso muito recurso por trás dessas operações. Então, é difícil saber qual será o efeito líquido disso, mas eu acho que o Cade está preparado para lidar. Havia um estoque enorme de casos de atos de concentração que foram praticamente limpados nos últimos dois anos, então acho que hoje, principalmente, o que sobrou lá são casos de cartel.

Somos sete conselheiros, e as pessoas às vezes até perguntavam: precisam de sete conselheiros? Acho que, nesse caso, em havendo um aumento de atos de concentração em função da conjuntura econômica, acho que o Cade tem perfeitas condições de processar, já que processou tantos casos nos últimos anos; duvido que venham a surgir tantos casos como foram os que havia no estoque do Cade nos últimos anos.

E aí, obviamente, há a questão que o Eduardo falou, da empresa falimentar. Porque, muitas vezes, ao deixar a empresa falir, está-se tirando a empresa do mesmo jeito do mercado e não há nenhum controle sobre o que vai acontecer depois. Se houver uma tentativa de fusão submetida ao Cade, o Cade talvez possa até aplicar remédio. Então, no fundo, ele teria mais influência sobre o processo do que se simplesmente deixar a empresa falir. Essa é uma tese bastante discutida na academia.

Em relação a Lava Jato e cartel, metrô de São Paulo e todas as outras questões que estão levantadas – acho que foram muito bem colocadas pelo senhor –, vou complementar com uma observação apenas ao que o Eduardo falou. O senhor perguntou se estaríamos preparados para a pressão, dada inclusive a questão da idade, da juventude. Acho que podemos ver, pelos jornais, que a maioria dos investigadores, dos juízes, do pessoal do Ministério Público, da Justiça Federal e da própria Polícia Federal que estão comandando esses casos é de pessoas relativamente jovens, nos seus 30, 40 anos. Então, acho que sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Só fazendo uma referência a isso. Os cabelos brancos do nosso Presidente ficam estranhos no meio desses jovens. (*Risos.*)

O SR. JOÃO PAULO RESENDE – Então, a resposta, Sr. Senador, seria que sim. Acho que estamos preparados, embora eu reconheça que seja talvez a maior coisa com problema no Cade hoje.

Atribuições da Seae (Secretaria de Acompanhamento Econômico). Houve a mudança da legislação em 2011, tirando um pouco de atribuições da Seae, que ficou mais como advocacia da concorrência; ela se manifesta nos casos principalmente das agências regulatórias e tudo o mais. Foi criada uma estrutura dentro do Cade para reforçar essa analise econômica, e temos um departamento econômico muito competente, inclusive, a meu ver. Mas numa parceria ao longo da minha carreira, todos os assuntos lidei com a Seae: uma relação muito forte e intensa com a Seae, quadros excelentes. E, na minha opinião, nada impede que eles se manifestem como partes interessadas e coloquem suas opiniões no processo.

Em relação às preocupações do Senador Raimundo Lira, houve uma discussão rápida que a Cristiane fez sobre aumento de impostos do setor bancário – o Senador Reguffe havia feito essa pergunta. A experiência que tenho no Governo Federal é de que qualquer setor, quando colocada à frente a questão do aumento de impostos, vai fazer uma declaração dizendo que vai repassar aos consumidores, assim como, quando solicitam uma redução de impostos, dizem que vão passar aos consumidores. É prático e usual isso na negociação de aprovação de tributos, é compreensível até.

Eu acho que o que vale é a ação efetiva. Isso tem de ser monitorado. Talvez tenha acendido um alerta, porque o senhor mesmo colocou na discussão. E aí, possivelmente, poder-se-ia monitorar se houve – como a Cristiane falou – algum acordo mais contundente e com provas materiais a respeito disso.

Em relação ao caso da Latam, a fusão da Lan com a Tam, é uma questão que acredito mais propriamente do setor de aviação civil, porque existe, inclusive, uma legislação que impede o controle estrangeiro de empresas aéreas, uma legislação antiga. Ainda existe uma discussão dentro da agência se ela faz sentido ou não e em outros setores da sociedade, mas acho que, no ponto de vista do Cade, é a questão da concorrência que importa. Então, o controle estrangeiro é uma questão que a sociedade brasileira precisa discutir, mas, do ponto de vista do Cade, se as empresas continuarem concorrendo de forma quanto mais agressiva melhor, tudo bem. Acho que não é o caso de o Cade entrar nessa discussão, embora eu reconheça as preocupações do Senador, inclusive em relação à qualidade com que a empresa vem prestando seus serviços.

As perguntas do Senador José Medeiros. Quanto ao caso da Braskem e Solvay, como eu disse anteriormente, é difícil formarmos uma opinião categórica não tendo acesso a todos os detalhes do caso. Mas gostaria só de ressalvar um aspecto importante, de que, tudo bem, poderia ser categorizado como um mercado global, um mercado relevante para PVC, porque você poderia, em tese, importar PVC. Mas é importante lembrar que não é só uma questão de importação. Há outros aspectos associados ao mercado que precisam ser levados em consideração para saber se haveria rivalidade e concorrência nesse setor, por exemplo, quanto aos custos de transporte relacionados. É um material relativamente barato. Não sei se custo de transporte teria um efeito grande no preço das empresas que chegariam aqui com esse material. Também uma cadeia de rede de distribuição e a própria marca, que sabemos que são barreiras na entrada.

Então, acho que o Cade entendeu, como o Eduardo falou, que as pressões competitivas vindas do exterior não seriam suficientes e que seria criar um monopólio no caso interno de PVC. Estou satisfeito com essa decisão do Cade, embora, como eu disse, com a limitação do conhecimento do caso fático.

Quanto à questão da CVM com o Cade. O Eduardo colocou muito bem que foi só esse caso, mas que foi esclarecido. Eu entendo a preocupação de conflito com outras agências. Acho que existe um tremendo espaço para que ambas emitam suas opiniões sem que haja prejuízo de nenhuma das partes. Muitas vezes, as agências têm objetivos conflitantes, e é natural que haja uma discussão saudável. Acho que a história do Cade mostra que isso tem sido bem resolvido com as demais agências.

Eu gostaria de agradecer e elogiar as colocações do Senador José Agripino. Acho que são muito bem colocadas. Faço compromisso aqui de segui-las, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. João Paulo Resende.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Burnier da Silveira.

O SR. PAULO BURNIER DA SILVEIRA – Obrigado, Senador Delcídio. Vou tentar ser o mais breve possível, mais sucinto, ao mesmo tempo evitando ser repetitivo. Vou abordar as questões que foram formuladas e tentar, através delas, dar um pouco do meu testemunho pessoal, dos últimos quatro anos que passei no Cade, e, eventualmente, trazer algumas breves notas de experiência estrangeira, que acho que podem também ilustrar e ajudar a solucionar algumas dessas problemáticas que foram levantadas pelos Senadores.

Em primeiro lugar, o Senador Benedito de Lira aqui elaborou uma série de questões sobre alguns temas.

A título de testemunho pessoal sobre a nova estrutura da Lei nº 12.529, de 2011, eu tive a oportunidade de presenciar tanto o antigo sistema, a fase de transição da antiga lei para a nova lei, em junho de 2012, e, claro, a nova estrutura.

Na área internacional, ela foi completamente reestruturada, graças ao novo desenho institucional da nova legislação. Antes, eram três assessorias internacionais divididas entre SDE (Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável), Seae e Cade, e hoje, no que toca à instrução de casos, essa parte ficou centralizada no Cade. Isso permitiu uma série de sinergias de eficiência de gestão na área internacional da autoridade de concorrência brasileira, o que elevou o Cade para um patamar muito especial no cenário internacional.

É claro que isso não foi somente em razão da aprovação da nova lei. O Cade vinha avançando, desenvolvendo de uma forma muito acentuada desde a década de 90, na gestão do Presidente Gesner Oliveira, na seguinte, a de Elizabeth Farina, e assim por diante. Mas acho que a nova lei, realmente, permitiu dar um salto de qualidade muito grande no cenário internacional, a ponto de a principal revista internacional, uma revista britânica chamada *Global Competition Review*, ter premiado o Cade, neste ano de 2015, em relação ao ano de 2014, e também no ano de 2011, em relação ao ano de 2010, como a melhor agência antitruste das Américas. E, quando a revista internacional britânica diz isso, ela está comparando o Cade com outras agências muito desenvolvidas e maduras, como ambas agências americanas antitrustes, a agência do Canadá, a autoridade da concorrência chilena, dentre outras tantas importantes autoridades da concorrência nas Américas.

Além disso, acho que vale citar também, somente a título de registro, que o Cade foi convidado, na figura do seu presidente Vinícius Marques de Carvalho, para exercer a vice-presidência da ICN (International Compe-

tition Network), a Rede Internacional da Concorrência, que reagrupa hoje 129 autoridades da concorrência no mundo. Então, também acho que é uma sinalização, um ponto muito importante.

Apenas para citar aqui a questão dos parceiros, o que foi levantado pelo Senador Benedito de Lira, eu acho que o Cade tem uma série de parceiros, e eu gostaria também de enfatizar os parceiros estrangeiros, ou seja, as outras autoridades da concorrência com quem o Cade tem um relacionamento muito estreito. E, através desse relacionamento, pode encorpar o exercício das suas atribuições. Cito aqui, a título de exemplo, dois casos internacionais: um que foi julgado em fevereiro deste ano, em 25 de fevereiro, na sessão de julgamento, o cartel das mangueiras marítimas, em que o Cade teve a oportunidade de condenar o cartel internacional, que foi condenado também em outras jurisdições.

Também a título exemplificativo, ilustrativo, cito aqui o cartel dos compressores. Em 2008, o Cade pôde, numa ação conjunta, sincronizada com as autoridades da concorrência dos Estados Unidos e da Comissão Europeia, fazer uma busca/apreensão conjunta, cada um no seu território, cada um na sua jurisdição, mas, no mesmo dia, de forma sincronizada, preservando dessa forma o chamado "efeito surpresa" e garantindo, assim, maior qualidade nas provas arrecadadas, nas provas angariadas que alimentam ou que substanciam todo o processo administrativo da prática anticompetitiva.

Senador Tasso Jereissati, acho que V. Exª aqui trouxe realmente o momento delicado e importante da economia brasileira. Concordo com as suas preocupações – e é claro que, talvez, atuar num cenário de crise econômica seja novidade para algumas pessoas, inclusive para mim, do ponto de vista individual –, mas me parece que, do ponto de vista institucional, o Cade já é uma autoridade madura o suficiente e já enfrentou momentos de crises econômicas, que são cíclicas não só no Brasil como no exterior.

Portanto, do ponto de vista institucional, vejo com certa tranquilidade o fato de a Autoridade da Concorrência brasileira ter de atravessar este momento delicado, considerando que momentos como este já se passaram, já foram vivenciados no passado tanto pela Autoridade da Concorrência do Brasil quanto pelas autoridades estrangeiras. Cito aqui o exemplo europeu: em 2007 e em 2008, por conta da forma como se acentuou a crise na Europa nesses particulares anos, as Autoridades da Concorrência tiveram o seu trabalho incrementado e até, de certa forma, dificultado em função de fusões complexas e de teses como as já citadas aqui da *failing firm,* que são muito debatidas na Academia e que, é claro, numa situação concreta, também são endereçadas. Então, aqui também endosso as palavras dos meus colegas.

Com relação ao caso da Petrobras, Senador, acho que o Cade tem de cumprir sua função de forma rigorosa, e a sua função é aplicar a lei da concorrência. A lei da concorrência brasileira é muito clara ao estabelecer a multa, as sanções, inclusive no aspecto de sanção de multa, de 1% a 20% do faturamento bruto da empresa naquele setor específico que incorreu na infração. Então, acho que o Cade tem de ter essa responsabilidade e, de certa forma, essa tranquilidade, de aplicar estritamente, com rigor, a legislação concorrencial que existe no País, caso práticas como essa venham a ser comprovadas, é claro com direito à ampla defesa, ao contraditório e a eventuais garantias legais.

Em seguida, há uma discussão sobre dosimetria. A própria lei do Cade também estabelece alguns parâmetros de dosimetria, como, por exemplo, a gravidade da infração, a situação econômica da empresa, princípios constitucionais que, eventualmente, podem aplicar-se ao caso. Então, é claro que, depois, há uma discussão sobre dosimetria, mas acho que a posição do Cade – digo isso, porque o senhor perguntou o que acontecerá se nossos nomes tiverem a felicidade de serem aprovados nesta Casa – é a de ter essa tranquilidade e essa responsabilidade de aplicar a lei tal como ela está elaborada.

Com relação à interação com a Seae, quero dizer que a nova lei mudou as atribuições e deixou a Seae com atribuição predominante em advocacia da concorrência. Eu queria dizer que acho que o Cade exerce um papel complementar muito importante nessa parceria da advocacia da concorrência. Cito aqui um eixo específico, no espírito complementar ao que foi falado, que é a agenda de *compliance*. O Cade tem investido muita energia em promover essa agenda de *compliance*, que, no fundo, significa promover ou incentivar as empresas a adotarem programas internos corporativos de respeito às regras concorrenciais. Isso incentiva um bom ambiente econômico do ponto de vista de regras concorrenciais.

O Senador Raimundo Lira, que cumprimento na Mesa, também me endereçou algumas questões importantes. Vou me ater aqui ao caso da fusão Latam. Essa fusão internacional foi notificada não só ao Brasil, mas também ao Chile e à Argentina. O Brasil concordou com a análise concorrencial chilena e impôs pelo menos duas restrições importantes de que me lembro aqui, Senador: uma delas se deu na rota São Paulo-Santiago, em que havia sobreposição ou concentração horizontal, e a segunda foi a exigência de as companhias escolherem uma das duas alianças globais das quais ambas participavam, a TAM na Star Alliance e a LAN na Oneworld. Acabou que as companhias optaram pela aliança Oneworld. Salvo engano, esses foram os dois principais remédios ou restrições impostos pelas Autoridades da Concorrência tanto brasileira quanto chilena nesse caso específico.

Digo isso com relação aos aspectos concorrenciais.

Com relação aos outros aspectos, eu gostaria de concordar com as observações que o Senador fez e de dizer que acho que isso passa por uma discussão regulatória importante.

Pessoalmente, coloco-me favorável a maior liberalização do setor aéreo brasileiro, na linha do que vem acontecendo em outros países, mas essa é uma opinião pessoal com relação ao aspecto regulatório, que, atualmente, o Cade, *stricto sensu,* não teria a atribuição de avaliar.

Para finalizar, e pedindo desculpas pela delonga, eu gostaria de endereçar rapidamente os pontos levantados pelo Senador José Medeiros e pelo Senador José Agripino.

O caso da Braskem/Solvay, um caso recente em que houve uma reprovação. Já foram abordados alguns aspectos aqui. Acho que a questão da definição do mercado relevante foi chave nesse caso. Houve uma discussão teórica, importante e substancial se era um mercado nacional, regional ou mundial, e acho que o Departamento de Estudos Econômicos e a equipe do conselheiro Gilvandro, que foi o Relator desse caso, tiveram um trabalho muito importante para endereçar essas preocupações e fazê-las chegar ao resultado obtido.

Para finalizar, os questionamentos do Senador José Agripino.

Acho que o Cade deve um comentário, na verdade, sobre a participação cotidiana ou pelo menos uma preocupação do Cade com relação aos assuntos do dia a dia do cidadão.

Eu gostaria só de destacar um aspecto que diz respeito à diversificação que o Cade tem adotado – em relação a isso, cumprimento aqui o trabalho da Superintendência-Geral –, tanto no âmbito setorial da economia quanto no geográfico, na atuação dessas atividades e atribuições da Superintendência-Geral. Se pegarmos as últimas buscas e apreensões feitas nos últimos anos no Cade, perceberemos uma diversidade de setores de economia e, ao mesmo tempo, uma diversidade regional no Brasil, de onde essas buscas e operações foram desenvolvidas, como prova, talvez, da tentativa de endereçar a preocupação aqui alertada ou ressaltada pelo Senador José Agripino.

Obrigado pela atenção.

Espero ter abordado aqui os comentários e agradeço a palavra, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Apenas um esclarecimento em relação ao Cade.

Uma das questões em relação às quais, com certeza, nós todos aqui somos muito abordados e que tem a ver com a pergunta do Senador Agripino diz respeito a planos de saúde. Acho que todos nós somos abordados com reclamações de planos de saúde. E vemos aí um processo de verticalização desses planos de saúde, que controlam os hospitais, que controlam isso, que controlam aquilo, laboratórios, etc..

Até que ponto existe um papel do Cade nisso aí? Até que ponto é exclusivo da Anvisa?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ANS.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – ANS. E se o Cade tem acompanhado a evolução desses planos de saúde no dia a dia do cidadão, como comentou aqui o Senador Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Delcídio, só acrescentar um ponto ao que o Senador Tasso Jereissati muito bem colocou.

É claro que essa questão dos planos de saúde e da sua regulamentação depende da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), mas há alguns pontos que me chamam a atenção e que podem ser da alçada do Cade. Por exemplo, os planos de saúde, de uma vez só, estão se negando a vender planos individuais para obrigar o consumidor a adquirir planos coletivos, em relação aos quais não existe garantia de reajuste controlado e que podem ser rescindidos unilateralmente a qualquer momento.

Então, é estranho que, no mesmo momento, todos os planos de saúde, todas as operadoras de planos de saúde tenham-se negado a vender planos individuais, obrigando os consumidores a ter de adquirir planos coletivos. Isso é, no mínimo, estranho e, na minha concepção, lesivo ao consumidor deste País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Reguffe, pelas observações. Agradeço ao Senador Tasso também.

Como os futuros conselheiros, se esse for o entendimento dos Senadores, já se posicionaram com relação às perguntas anteriores, eu vou aproveitar aqueles que ainda não responderam, que é o caso do Alexandre e também da Cristiane, para eles tentarem fazer as observações pertinentes a essas preocupações do Senador Tasso, do Senador Reguffe também, do Senador Agripino e dos demais Senadores. E aí, eventualmente, se alguém quiser, poderá fazer mais alguma observação, até por economia de tempo e para que já caminhemos para a conclusão desta sabatina.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, como já estamos indo para o final, eu gostaria aqui também...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Meu caro Senador Wellington, aniversariante de ontem. Não é sempre que alguém faz 42 anos de idade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Ainda mais podendo contar com o apoio do Presidente para dar os conselhos na hora certa.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta bastante genérica. Já tive a oportunidade de conversar com quase todos os sabatinados. De sete, são cinco, a princípio, que estão entrando agora. Então, é praticamente uma nova diretoria quase completa que está assumindo o Cade.

Pergunto se eles têm algum plano de trabalho do que tem acontecido até agora em relação ao Cade; se há alguma coisa que os incomoda, como pessoas que vão assumir essa responsabilidade, que creio ser muito grande; se há alguma coisa que poderiam citar, até para que o Brasil possa ter mais esperança de que, com essa juventude que está assumindo o Cade, haja alguma modificação, enfim.

Há alguns setores, que não vou especificar, em que percebemos muito claramente, inclusive, o fechamento de indústrias Brasil afora, porque tem havido essa prática de se comprar para fechar, para diminuir a concorrência. Então, como não quero ficar expondo aqui as empresas, eu prefiro que vocês coloquem, de forma genérica, se vocês entendem, se vocês têm algum planejamento de, ao ir para o Cade, discutir isso, que já estava acontecendo no passado do Brasil. E agora, principalmente, em função da crise econômica que o Brasil está tendo, nós estamos vendo também, de forma isolada, esses fechamentos de empresas de setores que são mais abatidos. E o que o Cade poderia fazer, também, no sentido contrário.

É possível o Cade tomar alguma providência no sentido de estimular a que, principalmente, os nossos fundos de pensão, esses investidores que têm alguma ligação mais específica com o Governo, tenham algum rumo de proteção a essas empresas, principalmente empresas nacionais? Eu creio que não, mas, de qualquer forma, estou fazendo uma pergunta mais genérica aqui, até para que sintamos que vocês estarão no Cade também inovando.

Aqui se falou em regulamentação. Acho que há sugestões que talvez vocês possam oferecer. Quando estão do lado de lá, estão na atribulação do dia a dia, mas seria importante até que vocês tivessem o Congresso como parceiro, inclusive esta Comissão. Acho que há algumas questões que vocês podem ver no dia a dia e que podem até trazer como sugestão para que possamos atuar aqui no campo legislativo.

No mais, quero declarar o meu voto aqui, apesar de ser secreto, acreditando na juventude que está aí renovando o nosso Cade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington. E parabéns, mais uma vez, pelo aniversário.

O Senador Hélio José quer também dar uma palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Delcídio, primeiro, quero agradecer-lhe a deferência em abrir ainda esta fala.

Peço perdão aos nossos amigos, jovens servidores, alguns com grande experiência internacional. Eu estava dirigindo a Comissão de Ciência e Tecnologia – estávamos debatendo um assunto importante com relação à TV Digital – e não pude chegar antes para ouvir a exposição de vocês. Mas já tive a oportunidade de conversar com quase todos, à exceção do Frade, com quem eu não havia conversado, porque não estava aqui.

Acho que é de grande relevância essa presença de vocês aqui, até por ser uma juventude que está assumindo funções cruciais para o nosso País.

Acho que a Cristiane, como representante feminina desse time, tem uma grande responsabilidade. São quatro homens e uma mulher aqui que estamos aprovando. Estou vendo aqui que sua formação é extraordinária, com experiência americana, Columbia, FGV, como os demais.

É com muita alegria que a gente parabeniza o Palácio do Planalto, parabeniza vocês por essa disposição de estarem em tão relevante função que assumirão, com a esperança de que este País possa realmente mudar algumas questões que estão envergonhando todos nós. Com muita dificuldade, construímos a democracia, soubemos superar um monte de questões. Tenho uma expectativa muito positiva desse time tão jovem.

O Alexandre Cordeiro colaborou com o meu Ministro, Kassab, foi do Ministério das Cidades, da CGU, um jovem em formação da minha querida UnB, Ceub, Iesb – estou vendo aqui sua experiência em vários lugares. Alexandre, você, servidor público, concursado, AFC (Analista de Finanças e Controle). Acho isso muito importante e quero desejar muito sucesso a você nessa tarefa.

Paulo Burnier da Silveira, cujo currículo é maravilhoso, invejável – USP, Paris, Universidade Católica, PUC-Rio, *my God!,* Harvard. Para um jovem igual a você, é uma experiência muito significativa. Além de também

ser um servidor público, se não me engano, concursado também, com certeza, bem representará os servidores públicos nesse trabalho tão importante.

O nosso querido João Paulo Resende também não fica atrás: UFRJ, UFMG, servidor do MPOG (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão), serviu ao meu querido MME (Ministério de Minas e Energia). Eu e o Senador Delcídio, que somos engenheiros eletricistas, sabemos o quanto é importante a questão de energia. Você, que esteve na assessoria econômica tanto do MPOG quanto do MME e é um especialista em regulação concursado, vai colaborar muito nessa tarefa.

E o Frade, Dr. Eduardo Frade Rodrigues, eu não conhecia ainda. Quero ter a oportunidade de com ele dialogar. Também da minha querida UnB, onde tive oportunidade de me formar em Engenharia, em 1982, mestrado e graduação no Ceub, prestigiando nossa universidade do Ceub aqui. Formado em relações internacionais. É também servidor público, Frade?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – De carreira também. Está aqui nosso Relator, nosso mestre em Economia, nosso querido Senador Reguffe.

Então, Senador Delcídio, fiz essa fala principalmente para reconhecer a qualidade dos técnicos que a nossa Presidente da República, o nosso Palácio do Planalto, está encaminhando para ocupar postos importantes no momento em que passamos crises e dificuldades.

Estou saindo agora para ir à CPI do Carf. Nós sabemos o que significa essa situação do Carf, CPI da qual sou membro titular. Um debate importante ocorre lá, e tenho certeza de que vocês vão verificar que muitos milhões de dinheiro passam nas fusões, nessa questão de evitar que a economia brasileira seja dominada por poucos e quem pague o pato seja o consumidor.

Então, para nós, servidores públicos que temos nosso salário minguado e que queremos ser servidores públicos sempre sem nos envolver em nenhum tipo de ilícito, em nenhum tipo de corrupção, é com bastante esperança que vemos pessoas como vocês enfrentando tamanha responsabilidade. Não tenho dúvida de que esse time jovem vai fazer a diferença.

Conversei com meu amigo Subprocurador-Geral da República, Dr. Franklin Costa, que esteve no Cade como conselheiro antes de vir para cá, conhece o Paulo e outros que passaram pelo Cade. Deu as melhores recomendações, como Subprocurador-Geral da República, dos indicados.

Então, quero dizer, Senador Delcídio, Senador Lira e Senadores aqui presentes, que é com muita alegria que vemos esse time. Não quero fazer perguntas específicas, mas só elogiar e dizer que estaremos aqui vigilantes, cobrando, à disposição para ajudar naquilo que vocês precisarem. Contem conosco, estamos juntos. Já votei. O voto é secreto, mas fiz questão de votar "sim" a todos.

Desejo muito sucesso a todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Eu só queria registrar – já que o Senador Tasso fez referência aos meus cabelos brancos...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone*.) – Destoa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Completamente. Eu já fiquei de cabelo branco de tanto sabatinar gente do Cade aqui, todos eles jovens. (Risos.)

A primeira turma toda foi sabatinada quando eu fui Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos pela primeira vez. E, agora, Deus me dá esta oportunidade de pegar todos os conselheiros de novo para mais um mandato. Então, fico muito feliz. E fico feliz de ver uma juventude preparada, qualificada e competente – e algumas candidatas ao Conselho, bonitas também, além de competentes.

Repetindo, eu vou passar a palavra agora ao Alexandre e, depois, à nossa Cristiane. Com relação às últimas indagações que foram feitas, para aqueles que entenderem que gostariam de fazer qualquer esclarecimento, então, a palavra está aberta.

Sr. Alexandre Macedo.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Inicio com as perguntas do Senador Benedito de Lira, que perguntou, primeiro, sobre a estrutura do Cade. Vou tentar ser bem breve, até mesmo para não ser muito repetitivo. Vou tentar trazer alguns dados novos. Por exemplo, a Lei nº 12.529 entrou em vigor em 2012 e, realmente, reestruturou o sistema de uma maneira geral. Isso trouxe alguns resultados positivos. Um deles é com relação à quantidade de processos julgados. Em 2011, para se ter uma ideia, foram 18 processos julgados, com 4 condenações e 14 arquivamentos. Já em 2014, foram 57 processos julgados. Isso significa o resultado da reestruturação do Cade em relação à Lei nº 12.529.

Com relação às próprias ações judiciais, é óbvio, nosso sistema se pauta pelo princípio da inafastabilidade do Judiciário. Como já foi falado aqui, 80% das decisões do Cade são mantidas. É interessante dizer que, no Direito Administrativo sancionador, de uma maneira geral, isso tem uma repercussão interessante, porque grande parte das decisões do tribunal é de condutas. E, nessas condutas, quase a totalidade das nulidades, quando existem, é em decorrência da ausência de contraditório em ampla defesa. Então, essa é uma preocupação muito grande, por exemplo, que tem de haver na abertura de processo concorrencial e na condução desse processo.

Com relação aos parceiros do Cade, são vários, como a Polícia Federal, a CGU, o Ministério Público. Por óbvio, eu acho que essa relação tem de ser cada vez mais ampliada, e o trabalho tem de ser em conjunto com a Administração Pública de modo geral.

O acordo de leniência é um instrumento importantíssimo para a obtenção de provas, principalmente com cartéis, que são condutas difíceis de serem descobertas e condenadas, se não houver provas suficientes e claras do ato colusivo. E o acordo de leniência tem o objetivo, justamente, de fazer com que as pessoas que participaram do cartel venham a trair, e o incentivo de ser o primeiro é justamente este: fazer com que ele venha primeiro e seja isento de uma pena, eventualmente, ou tenha redução dela, contribuindo com provas que tornem possível identificar o restante dos agentes, bem como a condenação.

Com relação à Lei Anticorrupção, ela também prevê que tem de ser o primeiro. E o objetivo é o mesmo, o instituto é o mesmo. São muito parecidos, com algumas ressalvas, principalmente com relação à redução da pena. No Cade, é possível a redução total, e, inclusive depois de cumprido o acordo, a extinção da punibilidade dos crimes relacionados – a Lei nº 8.137, a Lei nº 8.666 e o Código Penal. Já a CGU não tem essa... Os ilícitos da Lei Anticorrupção não têm essa prerrogativa. E, como muito bem tratado aqui pelo Eduardo, o Cade ainda tem a possibilidade do termo de compromisso de cessação, que tem um impacto muito grande até na arrecadação do Cade. E esse recurso é destinado para o Fundo de Direitos Difusos. Para se ter uma ideia, em 2011, foram três termos de compromisso de cessação realizados; em 2013, foram 53. Isso mostra exatamente a mudança da estrutura que se fez no Cade em decorrência da entrada em vigor da Lei nº 12.529. Isso fez, inclusive, com que se aumentasse a arrecadação do Cade de 2011: de R$30 milhões para R$169 milhões.

Com relação às perguntas do Senador Tasso, preocupou-se, evidentemente, com as questões dos atos de concentração. Numa situação de crise da economia, isso é muito importante.

E eu acho que, aqui, um tema que deve ser lembrado é que ato de concentração não é ilícito por si só; é uma prática normal da atividade privada, da economia, e o que tem que se buscar aí é exatamente verificar quais são os benefícios que o ato de concentração traz para a economia.

E quando, no art. 1º, parágrafo único, da 12.529, fala em "coletividade", "titular dos direitos garantidos por essa norma", ali há exatamente duas vertentes: tanto o consumidor quanto o desenvolvimento do País de uma maneira geral. E o desenvolvimento do País passa pela eficiência locativa, redução de custos, maior produtividade, maior qualidade dos produtos e, por consequência, um aumento da competitividade da empresa não só nacional, como no mercado externo. Então, eu acho que o Cade tem esse papel importante de olhar esses dois aspectos da coletividade.

Com relação à atuação firme do Cade em relação à Operação Lava Jato, eu acho que tem de ser assim – tanto o Ministério Público como a CGU têm que pensar... Este é o momento de o Cade, inclusive, pensar no País e atuar de maneira muito firme nisso.

Com relação às perguntas do Senador Raimundo Lira, que também se preocupou com os atos de concentração, com o aumento dos juros e, inclusive, com o repasse dos aumentos dos impostos em relação ao aumento de juros para os consumidores. Acho que é importante não só visualizar a conduta paralela, como já foi tratado aqui, mas é um indício de cartel – isso deve ser analisado a fundo.

Com relação à fusão da TAM com a LAN Chile, também foi dito que é uma questão regulatória. O Paulo lembrou bem as duas restrições que foram feitas, tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional: a linha de São Paulo, bem como a opção pela aliança.

E o Senador José Medeiros trouxe um caso interessante, um caso de reprovação da fusão da Braskem com a Solvay. Ali faltaram duas coisas. Eu acho que a gente não chegou a comentar aqui que faltou a Braskem trazer alternativas para o Cade aprovar a fusão. E ali estava-se tratando da fusão do primeiro colocado com o segundo colocado, que geraria um monopólio de PVC no Brasil. Isso teria efeitos evidentemente sérios para a concorrência.

Quanto à questão da CVM, isso está muito relacionado às questões de mercado regulado, assim como do Bacen, e é importante frisar aqui que é possível a convivência das duas formas, tanto do mercado regulado quanto do sistema concorrencial. Para isso, um modelo ideal seria um modelo complementar, deixando a agência reguladora com as competências de regulação técnica e econômica, e o Cade tomando conta das

questões concorrenciais. Eu acho que existe a possibilidade de coexistência e de um funcionamento tranquilo entre as agências reguladoras e a agência antitruste.

Voltando à questão da pergunta do Senador Tasso com relação à ANS e à questão dos planos de saúde – essa preocupação, inclusive, foi levantada pelo Senador Reguffe na visita que a gente fez –, é muito pertinente, mas aí tem uma questão de regulação. Eu acho que é a ANS tem um papel até maior do que o Cade com relação a isso, para poder organizar a regulação – e ele fala de regulação econômica e regulação técnica –, porque ela abre caminho para que as empresas de planos de saúde não tenham um limite para cobrar os valores com relação aos planos coletivos e imponham limites nos planos individuais. Isso faz com que, naturalmente, o mercado procure fazer mais planos coletivos do que individuais.

Com relação à pergunta do Senador, V. Exª tem uma preocupação interessante com relação, justamente, ao fechamento de mercado, e esse é um dos efeitos mais prejudiciais para a concorrência. Está muito atrelado, evidentemente, ao poder econômico de algumas empresas, à posição dominante, e esse abuso da posição dominante é que deve ser combatido pelo Cade. Isso também entra na questão de políticas industriais *versus* políticas concorrenciais. Também existe a possibilidade de coexistência das duas políticas. O ideal ali é se achar o ponto de equilíbrio.

Muitas vezes alguns setores da economia brasileira não têm o interesse direto da iniciativa privada, por uma série de motivos. O primeiro, às vezes pelos altos investimentos necessários ou até mesmo pela dificuldade técnica.

Aí, cabe ao Governo identificar essa falha de mercado e apoiar a indústria. O problema é que isso não pode ser em detrimento dos consumidores, em detrimento da concorrência. Então, eu acho que há os dois lados da moeda. A gente tem que analisar isso de uma maneira bem eficiente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, vou exemplificar, porque o Brasil é um país rural. Nossa produção agropecuária representa muito da nossa economia. Com relação à questão de frangos e suínos, por exemplo, desenvolveu-se no Brasil, principalmente no Sul, o sistema integrado. Isso foi um sucesso que inclusive outros países copiaram. E as duas principais empresas que começaram com o sistema integrado no Brasil acabaram sendo compradas. E a gente percebe que essas empresas maiores que compraram aquelas outras, inclusive com capital externo, estão abandonando o setor de produção. E isso é muito mau para o Brasil. Então, permitir-se que grandes empresas comprem outras nacionais, sendo que o forte daquelas empresas é exatamente aquilo que o Brasil mais precisa, que é produzir.

Portanto, eu vejo isso com muita temeridade. Se não houver um acompanhamento muito grande, isso pode fazer com que um país possa perder uma cadeia produtiva. Nós somos o maior produtor de frangos hoje e de suínos graças a isso principalmente. Então, esse é um exemplo que estou colocando, mas a gente pode citar outros tantos exemplos.

E aí eu perguntei se vocês, como Cade, essa juventude preparada, como já disse aqui o nosso Presidente, têm algum plano de trabalho também, inclusive para interferir naquilo que foi feito, mas que pode estar levando o Brasil a perder aí uma capacidade de produção, principalmente uma capacidade técnica também. Nós desenvolvemos com isso uma capacidade de pesquisa muito forte. Não sei se estou sendo claro na minha indagação.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Sem dúvida. Só para complementar, Senador. Essa é uma preocupação importante. O Cade, lógico, preocupa-se com isso. Em um caso desses, o Cade inclusive tomou uma decisão de que, numa situação em que há essas fusões, as próximas compras, ou de plantas, teriam que passar, mesmo que não se cumprisse o requisito do faturamento máximo e do faturamento mínimo de quem está comprando e de quem está vendendo, independentemente do faturamento, teriam que passar pelo crivo do Cade. Ou seja, toda e qualquer futura aquisição – esse é um caso bem famoso –, toda e qualquer futura aquisição deveria passar, independentemente do montante, independentemente do valor e do tamanho da planta, deveria passar antes pelo Cade, sob pena de aplicação de penalidades.

Enfim, essa é uma forma de mostrar que o Cade está atento a essas questão que são de extrema importância para a economia nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Alexandre.

Eu vou passar rapidamente a palavra ao Eduardo Rodrigues, até para que ele possa responder ao Senador Tasso, ao Senador Reguffe e também ao Senador Wellington, apesar de o Alexandre já ter feito uma abordagem sobre esses temas. Em sendo votado e aprovado o nome, ele vai ser o Superintendente-Geral. Então, o presidente do clube é o que bate o pênalti, não é, Senador Tasso? Então, o superintendente futuro – espero – vai responder e depois...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone*.) – Como já dizia o Neném Prancha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – E como já dizia o Neném Prancha. Grande Neném Prancha!

Depois, fechamos com a Cristiane.

Por favor, Eduardo.

O SR. EDUARDO FRADE RODRIGUES – Obrigado.

Bom, com relação ao tema de planos de saúde, de fato, esse é um mercado importantíssimo, e posso falar aqui que é um dos mercados que nós, Cade, mais acompanhamos. Dentro da Superintendência-Geral, há uma coordenação que cuida de mercados de serviços em geral, e boa parte do trabalho dessa coordenação é o acompanhamento de casos no setor de saúde ou que envolvem planos de saúde. Então, acompanhamos diversos casos. Falando especificamente de planos de saúde, tanto os Atos de Concentração são notificados ao Cade, o que acompanhamos com cuidado, como também há os casos de condutas.

Então, já tivemos condenações, por exemplo, de planos de saúde por atuações coordenadas, como cartel, e também de abuso de posição dominante na discriminação de prestadores de serviços e outros tipos.

Uma observação que eu faço sobre esse mercado é que é muito importante vê-lo de uma forma um pouco mais geral. É um mercado em que atuam planos de saúde, de um lado; de outro, os médicos; de outro, os hospitais, e há uma cadeia imensa de prestadores de outros tipos de serviço e fornecedores de insumo para a indústria de saúde. O Cade atua em todas essas esferas. Então, de planos de saúde já falei um pouco.

De forma mais recente, o Cade tem tido uma atuação importante no acompanhamento de condutas anticompetitivas e atos de concentração envolvendo hospitais. Já houve restrições do Cade em fusões entre hospitais e também, quando é uma ação de hospitais por cartel, o que é algo grave.

Ao mesmo tempo, também há investigações e casos gerados, relacionados a empresas que fornecem insumos para toda essa cadeia, e é importante entendê-la de forma conjunta, para que a gente consiga manter um nível concorrencial adequado nessa indústria como um todo.

Isso me leva, ao mesmo tempo, para uma outra consideração que tem a ver com o fato de que é uma indústria bastante regulada. Essa visão conjuntural e os incentivos gerados aos agentes, isso é uma tarefa bastante importante por parte das agências reguladoras que atuam aí.

Então, em saúde suplementar, nós estamos falando da ANS, e, de insumos, nós estamos falando da Anvisa. Parece-me que várias dessas matérias e muito do que ocorre nesse mercado hoje tem a ver com o tipo de regulação que é colocada. Isso é exemplificado, por exemplo, com a questão trazida pelo Senador Reguffe, da questão de algumas empresas estarem abandonando a prestação de planos de saúde individuais para passar para plano de saúde coletivos.

Isso, num primeiro momento, parece-nos, a princípio, salvo uma investigação mais aprofundada, resultado de uma conformação regulatória em que as empresas começaram a ver vantagens em prestar o serviço coletivo ao invés de prestar o serviço individual.

E eu digo aqui uma coisa importante: quanto mais empresas debandam da prestação do individual, maior é o incentivo para as que ficam debandarem também, porque os ônus do plano individual ficam com as que sobram.

Então, economicamente falando, faz sentido, a princípio, você entender isso como um efeito manada em razão de uma estrutura regulatória que foi assim colocada. Isso me leva a entender que, primordialmente, a ANS estaria mais bem colocada para lidar com essa questão, mas eu não excluo, de modo algum, que, em havendo algum indício de conduta anticompetitiva, por exemplo, uma ação coordenada por parte de planos de saúde no sentido de deixar de ofertar um determinado tipo de serviço, o Cade possa vir atuar. Traz certo conforto o fato de realmente ser um mercado que acompanhamos muito e no qual, inclusive, temos relações de convênios próximos tanto com a ANS quanto com a Anvisa.

Com relação às perguntas do Senador Wellington Fagundes, pareceram-me bastante direcionadas, ao menos indiretamente, à análise de atos de concentração e de que forma, enfim, o Cade pode impedir que certas práticas ocorram nesse mercado.

Nós temos lá os critérios de notificação de atos de concentração, e, a princípio, grandes fusões sempre passarão por nós, o que não exclui o acompanhamento que temos feito. E, falando em planos, Senador, o que podemos implementar, temos planos de que o acompanhamento do Cade, em fusões que, eventualmente, não sejam de notificação obrigatória, possa acontecer em relação a essas fusões também; podemos, eventualmente, pedir sejam notificadas ao Cade. Essa é uma possibilidade legal, para que tenhamos um acompanhamento mais próximo de fusões pequenas.

Isso é importante, por exemplo, como o senhor falou, em um mercado de abatedouros, porque às vezes acontece de uma empresa grande – tem R$750 milhões de faturamento, um dos critérios do Cade – estar

comprando um abatedouro pequeno, que não tem R$75 milhões de faturamento, que é o segundo critério. E, eventualmente, pode ser importante analisar uma fusão como essa no mercado.

Não por outro motivo, como Alexandre bem disse, em uma análise, um ato de concentração do Cade, especificamente, no setor de bovinos, o Cade determinou que todas as operações feitas por aquela empresa fossem avisadas ao Cade, para que pudéssemos fazer esse controle. E, ao longo dos últimos anos, temos analisado vários atos de concentração envolvendo abatedores suínos, de frango e aves, em geral, e bovinos. Então, isso é uma *expertise* que estamos tendo.

Inclusive, já tivemos restrições em alguns casos. Ainda com um plano e uma meta, do ponto de vista de atos de concentração, temos feito grandes investimentos na qualidade das nossas análises. Eu considero que o Cade novo já conseguiu um avanço muito grande na velocidade da análise, e agora precisamos continuar investindo na qualidade da análise. Isso significa formar os nossos servidores – fazemos isso por meio de convênios, cursos, trazemos gente de outras autoridades no exterior – e investindo também no nosso Departamento de Estudos Econômicos. Isso é uma prioridade nossa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Creio que era isso, Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Eduardo Frade Rodrigues.

E, agora, fechando esta sabatina, que parecia que ia ser rápida, mas não foi,concedo a palavra para Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Muito obrigada, Exmº Senador.

Vou ser breve, prometo. Sou a última e acho que todos aqui já falaram bastante sobre todos os tópicos que foram questionados. Deixe-me só colocar um depoimento. Entrei no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), na Seae propriamente dita, no ano 2000, e é um orgulho muito grande ver uma medida que começou a ser estudada lá atrás, nos anos 2000, como a Lei nº 12.529, hoje está em vigor. E é com muito orgulho que vejo que, de fato, ela veio para continuar melhorando essa estrutura institucional do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

O Senador Benedito de Lira perguntou, de alguma maneira, se teria algumas sugestões de melhoria nessa lei, ou de procedimentos, ou algo que pudesse estar aí presente. Acho que há alguns pontos que eu gostaria de mencionar e que não foram mencionados. Por exemplo, criar algumas regras sobre a dosimetria da pena; da multa; criar listas de remédio quando das restrições; especificar um pouco melhor, muito embora o Cade já tenha especificado, mas talvez melhorar isso, os acordos associativos, os entendimentos.

E, mais ainda, há um assunto que o Senador Raimundo Lira comentou, da fusão Tam e Lan Chile – já comentei nas minhas outras palavras aqui e volto a falar: acho que o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é muito novo e, apesar de o Cade existir desde 62, no fundo, a partir dos anos 90, é que realmente começamos a atuar, com a Lei nº 8884, de 1994. É muito recente. Então, acho que rever decisões tomadas, não para voltar ao caso ou tentar reabri-lo – não é isso –, é para aprendermos com os acertos e erros que fizemos. E, se tiver que mudar alguma jurisprudência, que se mude; se tiver que mudar algum entendimento de mercado relevante ou de alguma outra definição, que possamos ter essa liberdade, porque é, de fato, recente. E acho que vale essa volta para revisão.

E, ainda mais, ter uma coordenação ainda melhor com as agências reguladoras, com a Anac, nesse caso, com a ANS, no caso de planos de saúde, ou com qualquer outra – Anatel, Aneel etc.

Só fazer um ponto com relação ao acordo de leniência. O Senador Benedito de Lira comentou que só o primeiro entra no acordo. É sumamente importante que seja dessa forma, porque esse é, de fato, o incentivo correto para que se tente fazer com que alguém denuncie um cartel. Caso contrário, a melhor estratégia que essa pessoa tende a fazer é justamente não delatar. Ela vai esperar o primeiro delatar para, então, ir adiante, a reboque, já que vai ter isenções tão boas quanto. Então, é sumamente importante que seja o primeiro aquele que tem, de fato, reduções importantes.

E, por fim, com relação aos comentários que fizeram sobre como o Cade poderia ter uma relação com a Seae. A Seae é, hoje em dia, o órgão de advocacia da concorrência, mas isso não impede que o Cade também atue de forma harmônica com a Seae. Acho que a Seae não tem mais o poder instrutório, que era obrigatório dela, mas tem, hoje, um aspecto que não é obrigatório, mas que é sumamente importante, principalmente aí, neste cenário que vemos conturbado da macroeconomia, em que precisamos fomentar os investimentos na nossa economia, os investimentos privados.

Vai haver algumas concessões que vão começar a surgir a partir deste mês, inclusive, que estão sendo anunciadas.

Então é importante, talvez, o Cade ter uma atitude proativa junto com a Seae, em prol da concorrência, em prol de trazer o melhor arcabouço institucional para os diversos mercados e regulados que temos aí, não só olhando do ponto de vista das fusões e aquisições e dos cartéis, que é a nossa prioridade obviamente.

Com essas palavras, eu acho que eu fecho aqui essa sabatina.

Os temas aqui tratados foram sumamente importantes, relevantes. Se aprovada for tanto pela Comissão e pelo Plenário, entendo que a gente deva ter um diálogo muito aberto com esta Casa, para que se possa ter uma ida e vinda: vocês trazendo os problemas, a gente levando-os a vocês, e a gente tendo esse diálogo aberto, para poder inclusive apresentar como o mundo faz e como a gente faz, tentando implementar as melhores práticas internacionalmente reconhecidas.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Cristiane.

Uma vez que os Senadores e as Senadoras já votaram, eu dou por encerrado o processo de votação e gostaria que fosse apurado o resultado dos sabatinados. Então, vamos aí demorar alguns segundos, mas...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Certa emoção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Como?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com uma certa emoção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Claro, evidentemente, senão não tem graça, não é?

Mas o resultado vai aparecer ali no painel. (*Pausa.*)

Foram 23 votos, nenhum em branco, e para todos eles – Eduardo Rodrigues, João Resende, Paulo Silveira, Alexandre Macedo, Cristiane Schmidt – 22 votos "sim" e um voto "não".

Portanto, os cinco nomes do Cade estão aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero aqui dizer a todos, em nome do Vinícius, que foi o meu primeiro sabatinado aqui, anos atrás, que é um prazer enorme acompanhar essas sabatinas do Cade, porque é gente jovem, gente competente, bem formada. E eu espero, quando há uma preocupação tão grande com a gestão, que tenhamos a oportunidade de sabatinar, para as agências reguladoras, gente tão qualificada como esse time do Cade. Não só o time que já vinha dirigindo o Cade, comandando o Cade, mas essa turma que, a partir da votação em plenário, vai comandar um órgão tão importante como é o Cade para a economia do nosso País e especialmente para cada brasileiro, para cada cidadão e para cada cidadã.

E eu queria também agradecer a toda a nossa equipe e aos Senadores e Senadoras, porque hoje foi um dia atípico. Está sendo um dia atípico, pelo menos até agora. Várias comissões, que inclusive tinham sabatinas, Dr. Gonzaga, o pai da matéria, foram canceladas por falta de quórum, e, na Comissão de Assuntos Econômicos, comandada pelo Senador Benedito, pelo Senador Raimundo Lira e por mim, nós tivemos um quórum de 24, e 23 votaram, porque é 22 mais 1. Vinte e três Senadores e Senadoras votaram. Portanto, isso mostra o quê? A importância que os membros da CAE dão para um tema tão relevante como é a sabatina dos novos conselheiros do Cade.

Eu vou pedir aqui que o processo vá para o plenário do Senado. Eu não garanto que se vote hoje, porque nós temos de votar com segurança depois de uma sabatina tão boa quanto essa e com a votação que vocês tiveram.

Então, se nós tivermos quórum suficiente, nós votaremos hoje, porque é votação nominal. Se não, nós votaremos na próxima terça-feira, sem dúvida nenhuma, até para vocês ficarem com esse gostinho de esperar a grande vitória, se Deus quiser, na próxima terça-feira. Mas, se for possível hoje, nós vamos colocar em votação.

Quero agradecer a presença de todos e anunciar, antes do encerramento dos trabalhos, que, na próxima terça-feira, dia 9 de junho, será realizada, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, (CCT), audiência pública com a presença do Sr. Armando Monteiro, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Eu queria também, antes de encerrar, dizer que estive hoje com o Presidente Luciano Coutinho, do BNDES. Há um pleito antigo da Comissão de Assuntos Econômicos, Gonzaga, que a Srª Adriana lacra, tem de assinar, cujos envelopes não pode mostrar, os empréstimos internacionais do BNDES... A esse respeito, o Ministro Armando Monteiro e o Presidente do BNDES, Senador Wellington e Senador Raimundo Lira, vão agora disponibilizar todas essas informações. Então, acabou o segredo de polichinelo – todo mundo ficava preocupadíssimo com financiamentos na África, na América Central. Hoje, vai ser anunciado às 14h30min.

Agora, evidentemente, algumas questões de caráter concorrencial, comercial, como, por exemplo, a Embraer, o próprio Presidente Luciano Coutinho ficou de discutir com a CAE e com a Comissão de Relações Exte-

riores que procedimentos precisamos adotar para preservar aquilo que é segredo comercial. Vocês conhecem muito bem a importância disso no sistema concorrencial.

Portanto, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

Parabéns a vocês, sabatinados. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 28 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (18ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT (19ª REUNIÃO), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia dezesseis de junho do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos Senadores Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Raimundo Lira, Vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e Douglas Cintra, Presidente eventual, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos(as) Senadores(as) Alvaro Dias, Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Dalirio Beber, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Humberto Costa, José Agripino, José Medeiros, José Pimentel, Lasier Martins, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Reguffe, Ricardo Ferraço, Sandra Braga, Tasso Jereissati, Telmário Mota, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Walter Pinheiro e Wilder Morais. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Roberto Requião, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes, Angela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e Vicentinho Alves. A presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes e perspectivas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para o ano de 2015, bem como a agenda e prioridades do MDIC associadas às políticas de ciência, tecnologia, inovação e competitividade, no Brasil, para o biênio 2015-2016, tendo como convidado o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. Após a exposição do Ministro, usam da palavra os(as) Senadores(as) Douglas Cintra, Hélio José, Ricardo Ferraço, Gleisi Hoffmann, Omar Aziz, Wilder Moraes, Blairo Maggi, Tasso Jereissati, Sandra Braga, Antonio Carlos Valadares, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Flexa Ribeiro, Ana Amélia e Marta Suplicy. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete às Comissões a dispensa da leitura da ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 19ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Gostaria de registrar aos Srs. Senadores, às Srªs Senadoras, ao Senador Moka aqui presente, sempre impecável e pontual...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aliás, Sr. Presidente, fui um dos primeiros a assinar, mas a lista de inscrição... Peço a V. Exª que estabeleça um critério: junto à lista de inscrição que se deixe a lista de presença também. Senão, depois, na hora em que voltamos, já tem um monte na frente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – A minha luta contra a burocracia na Comissão de Assuntos Econômicos e no Senado é absolutamente desigual. A burocracia acaba com o Brasil. Portanto, eu pediria, Idiane, que passasse a lista para que os Senadores que foram pontuais e chegaram no horário se inscrevessem para o debate com o nosso Ministro Armando Monteiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É, mas na lista de presença não adianta, porque a pessoa assina e ninguém vê o horário.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Delcídio, alguns nem assinaram, mas seus nomes estão datilografados. Já se vê que não é assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Moka, só para esclarecer, são os autores do requerimento. É por isso, essa é a razão.

Eu gostaria de informar que esta é uma reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, presidida brilhantemente pelo Senador Cristovam Buarque.

Antes de iniciarmos os trabalhos, comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, Senador Omar, Senador Wilder, Senadora Gleisi Hoffmann, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

A presente pauta se refere à audiência pública que tem como assunto a discussão das diretrizes e perspectivas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para o ano de 2015, bem como a agenda e as prioridades do MDIC associadas às políticas de ciência, tecnologia, inovação e competitividade no Brasil para o biênio 2015-2016.

Os requerimentos de realização da audiência são da autoria dos seguintes Senadores: o primeiro Requerimento, de nº 16/2015, do Senador Cristovam Buarque; o de nº 34/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores; e o Requerimento 11/2015, de autoria do Senador Douglas Cintra.

O convidado é o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. S. Exª o Ministro Armando Monteiro já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço ao Senador Douglas e ao Senador Moka que convidem o Ministro Armando Monteiro a fazer parte da mesa de trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Uma informação. Nós vamos ter uma parte deliberativa na Comissão hoje?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não. Hoje somente audiência pública, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Ah, pois não. É que eu encaminhei um expediente a V. Exª e gostaria de saber se falo sobre ele agora ou no final da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu vou já aproveitar o tempo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O Expediente encaminhado pela Senadora Gleisi Hoffmann:

Com os meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a V. Exª para sugerir a esta Presidência a realização de um ciclo de debates sobre o desenvolvimento econômico do Brasil a partir de quatro painéis temáticos: política de exportações, política industrial, agrícola e infraestrutura e logística.

Para qualificar e ampliar o debate, sugiro ainda, a critério de V. Exª, que o evento seja realizado em conjunto com as demais comissões permanentes do Senado Federal que tenham afinidade temática com os respectivos painéis. No momento que o País discute as bases para a retomada do crescimento da sua economia, entendo que o Senado Federal deve ter o protagonismo nesse debate liderado por esta Comissão.

Agradecendo desde já a valiosa atenção de V. Exª, renovo expressões de apreço e elevada consideração.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero aproveitar também para fazer uma saudação ao nosso Ministro Armando Monteiro, que vem a esta Comissão. É um prazer imenso tê-lo aqui.

Esse ofício, Sr. Presidente, tem o objetivo de inserir o Senado da República em um grande debate sobre o desenvolvimento do País. Ontem, tive a oportunidade de representar V. Exª num seminário promovido pelo jornal *Valor Econômico*...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS. Fazendo soar a campainha.) – Por favor, eu pediria silêncio.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Ontem, tive a oportunidade de representar V. Exª num seminário promovido pelo jornal *Valor Econômico* sobre política de exportação.

O Ministro Armando Monteiro também esteve nesse seminário e encerrou com uma palestra magna. Depois, gostaria muito também que o Ministro se reportasse a esse tema, e hoje há uma manchete muito

qualificada do jornal *Valor Econômico,* dizendo que os empresários pedem que se despolitize o debate sobre o apoio às exportações, à política de exportação no Brasil.

É de fundamental importância. O que ouvi lá ontem, dos empresários, das pessoas que participam desse setor, é completamente diferente do que tenho ouvido nesta Casa e tenho ouvido de muitas pessoas, de muitas lideranças políticas.

Acho que o Senado da República tem essa responsabilidade. V. Exª tem trabalhado muito nesse tema, tem feito os debates qualificados aqui na CAE, e penso que a CAE poderia junto com as demais comissões do Senado fazer um painel, uma série de debates sobre esses temas, começando pela política de exportação.

Então, queria deixar essa sugestão, para que V. Exª a analise. Também receba sugestão de quem poderíamos convidar. Acho que tem de ser um debate muito plural, baseado em questões técnicas e de desenvolvimento do nosso País.

Por isso, faço essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Gleisi, em primeiro lugar, quero felicitá-la pela iniciativa dos painéis.

Agora, se a gente olha os quatro painéis, em todos eles, está o assunto da ciência, tecnologia e educação.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, pergunto: haveria uma maneira de colocar esse item dentro dos quatro temas, ou por que não se cria um quinto item, que seria ciência, tecnologia e educação?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu acho ótimo.

Sem nenhum problema. Concordo com o Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senadora Gleisi, eu solicitaria a V. Exª o encaminhamento de um requerimento, para que o aprovemos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e, em função desse requerimento, tenhamos condição de trazer as demais comissões para, efetivamente, fazer um grande debate sobre esses temas.

Hoje, até falaremos com o Presidente Renan, porque esse tema, evidentemente, é de interesse de todos os Senadores e Senadoras.

Até, e aí quero focar especificamente na questão da política de exportações, quero dizer que estamos fazendo uma confusão muito grande com relação a esse tema e, de certa maneira, levando a população brasileira a um entendimento desvirtuado da importância dessas políticas, principalmente para gerar emprego no próprio País, a despeito de o Governo trabalhar, através do BNDES especialmente, em operações de investimento em infraestrutura em outros países, porque, na verdade, são as empresas de engenharia do Brasil que estão indo para lá. E, como diz o Ministro Delfim Netto, nesse mesmo *Valor Econômico* de hoje, quando vem, dependendo do perfil da obra, um investimento nesse nível, tem-se a formação de um EPCista que coordena não só a engenharia, a construção, mas a aquisição de equipamentos.

Portanto, isso, efetivamente, gera emprego no Brasil e viabiliza a nossa indústria. Então, teremos a oportunidade de fazer um grande debate sobre isso para inclusive desmitificar algumas versões que, lamentavelmente, não são corretas e, pior, que tentam dizer que só no Brasil acontece isso, quando não é verdade. Os Estados Unidos fazem isso, a Alemanha faz isso, os principais países fazem isso, a China faz isso, a Espanha – muito bem lembrado pelo Senador Armando Monteiro –, inclusive com relação à questão do sigilo. Eu já ouvi argumentações aqui no sentido de que se quiser guardar sigilo que procure um banco privado. Sigilo comercial não se abre em lugar nenhum do mundo, a não ser que inventemos mais uma jabuticaba no Brasil.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Meu caro Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Eu concordo com V. Exª e concordo com a Senadora Gleisi. Eu tenho falado muito sobre esse assunto. Acho que o Brasil é um País que pode produzir em outros países, gerando empregos aqui e tendo algumas condições, mas não é esse o questionamento. O questionamento não é sobre se essa política está correta ou não. O questionamento é outro. É se, realmente, esse dinheiro subsidiado no nosso País pelo povo brasileiro está sendo aplicado corretamente lá, se são esses os preços praticados. É isso que o brasileiro quer saber. É isso que o Senado quer saber. Não é a forma, não é o que está sendo feito.

Então, quando o senhor coloca que outros países fazem, a exemplo dos Estados Unidos, da China, todo país que tem dinheiro sobrando dá para outros países, eu digo que o Brasil, neste momento, não tem dinheiro sobrando para dar para outros países, até porque não há recurso do BNDES para fazer investimento aqui. Não

há. Hoje, se a gente quiser pegar R$10 mil no BNDES, o banco não está em condições de fazê-lo. Concordo em que o *Valor Econômico* coloca essa questão como se fosse uma coisa normal. É normal sim; agora, o dinheiro é subsidiado pelo povo brasileiro, porque quem paga isso é o Governo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – É. Mas, olha, gera emprego aqui a um custo mais alto. Eu vou dar um exemplo aqui, Senadora Gleisi, não contestando V. Exª, porque, como sabe, tenho carinho por V. Exª, mas a cobertura da Arena da Amazônia custava aqui duas vezes mais do que se fosse feita fora do Brasil. Fazê-la em Portugal sairia pela metade do preço, e o BNDES exigia que fosse feita aqui porque era recurso do BNDES. Então, essa coisa de fazer aqui para pagar duas vezes o valor não é economicamente correto. É isso que temos que questionar também. Tanto é que, com os recursos do BNDES, não foi possível fazer a cobertura da Arena, que teve que ser feita em Portugal, pela metade do preço que era praticado no Brasil. Portanto, não é sempre que há a obrigação de fazer para gerar emprego. Gera-se emprego, mas também dá um prejuízo grande aos Estados e Municípios brasileiros.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, não vou debater aqui com o Senador – eu acho esse debate muito rico –, apenas para encaminhar. Acho que teremos a oportunidade, Senador Omar, em um dos painéis, de fazer esse debate com profundidade, e seria muito importante a presença de V. Exª e de todos os Senadores aqui.

Sr. Presidente, eu vou encaminhar o requerimento até o final desta reunião da CAE, para que fique, desde já, lido, para fazermos os encaminhamentos do debate.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi. Portanto, V. Exª apresentará o requerimento e, na outra reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, votaremos o requerimento.

Agora, vou passar a palavra para o Sr. Ministro Armando Monteiro para sua exposição. O Ministro terá 30 minutos, mas, se necessitar de um tempo maior, meu querido Ministro Armando Monteiro, a Casa é de V. Exª. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. A palavra será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro,

Concedo a palavra ao Sr. Armando Monteiro, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para fazer a sua exposição.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Cumprimento o Presidente desta Comissão, Senador Delcídio Amaral, no momento em que duas comissões desta Casa promovem uma audiência conjunta. Portanto, quero saudar o Presidente Delcídio e o nosso companheiro e amigo, Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação desta Casa.

Quero saudar as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores aqui presentes, dizendo que, para mim, é motivo de muita satisfação voltar a esta Comissão.

Quero até dizer e confessar que, embora muito animado com a missão que me foi confiada na convocação que recebi da Presidente Dilma, tenho muita saudade desta Casa e do debate que travávamos aqui nesta Comissão, onde tive oportunidade de aprender muito e de estar sintonizado, dado o nível do debate que aqui se realiza, com os temas de maior interesse da agenda do País. Portanto, desde já, quero expressar o testemunho de apreço e de reconhecimento aos companheiros, a esta Casa, e a satisfação que tenho e tive de conviver aqui.

Presidente Delcídio, Presidente Cristovam, tenho absoluta consciência de que minha missão se inicia num contexto de severas restrições, em que o Brasil vive um processo de ajuste fiscal que, por assim dizer, nos impõe um processo de restrições. Esse ajuste é absolutamente necessário para que possamos promover o reequilíbrio macroeconômico do País.

Creio que, no debate que se tem produzido em todas as latitudes neste País, não vi ainda nenhum economista ou alguém que pudesse estar presente no debate econômico deixando de reconhecer a necessidade desse processo de ajuste.

No entanto, desde o discurso da nossa posse, pude afirmar que, embora sendo irrecusável esse ajuste, dadas as condições da economia brasileira, eu entendia que esse ajuste não poderia ter um efeito paralisante sobre uma agenda de reformas e uma agenda pró-competitividade da economia brasileira; ou seja, nós precisamos discutir os temas que dizem respeito à agenda da competitividade, porque o Brasil tem de sair desse processo, fortalecendo as suas condições, para relançar a economia brasileira para aquilo que se constitui na

verdadeira vocação deste País, que é um país que tem imensa energia empreendedora, que tem uma extraordinária capacidade de enfrentar e superar crises episódicas.

Desse modo, quero, desde já, expressar a minha confiança, a minha crença, de que o Brasil vai, mais uma vez, superar essas dificuldades conjunturais, e, quem sabe, a partir mesmo da discussão e da compreensão de todas as questões que ainda estão presentes no cenário econômico do País e que são muito desafiadoras, talvez se possa construir e começar a construir neste País uma visão minimamente convergente sobre uma agenda de reformas que o Brasil precisa promover para que o País readquira sua capacidade de crescer e, sobretudo, de crescer em bases sustentáveis.

Nesse contexto de restrições severas, ficamos discutindo quais são e quais podem ser os canais em que temos de apostar a curto prazo sem ferir a própria lógica do processo de ajuste.

Eu digo isso, porque a política industrial do nosso País esteve muito associada nos últimos anos a um amplo repertório de desonerações e de estímulos que, evidentemente, não podem ser reeditados em meio a esse quadro de restrições.

Por outro lado, assistimos até, eu devo dizer, com pesar, ao fato de que o ajuste fiscal que está em curso nos impõe, inclusive, a necessidade de rever a estrutura de desonerações que foram feitas nos últimos anos e que, a meu ver, traduzem claramente a compreensão de que sobre o setor produtivo nacional recai um ônus tributário muito forte, e, por isso, assim que o País retomar as condições de equilíbrio na sua economia, nós haveremos de voltar a discutir esse que é um tema de fundamental importância.

Então, em meio a esse quadro de restrições, me parece que há alguns vetores de crescimento nos quais devemos e podemos apostar. O primeiro deles é o investimento. Ora, o investimento pressupõe, em diria, a confiança dos agentes econômicos, e eu creio que essa agenda do investimento está muito associada ao êxito do processo de ajuste que está em curso na economia brasileira, mas o Estado, o Governo brasileiro pode já oferecer algumas iniciativas no sentido de estimular essa agenda.

E foi isso que a Presidente Dilma pretendeu quando lançou, há poucos dias, um programa de concessões que, a meu ver, corresponde a uma iniciativa importante, porque parte da compreensão de que, nessa agenda de infraestrutura no País, dada a defasagem que temos e as deseconomias que são resultantes dessa defasagem, o Brasil precisa, com sentido de urgência, retomar os investimentos nessa área. E esses investimentos passam necessariamente pela participação do setor privado. E o Governo agora, ao relançar esse programa de concessões, dá uma demonstração de que quer fazê-lo de maneira absolutamente amigável ao mercado, com a compreensão de que não se podem criar modelos artificiais, querendo impor taxas de retorno que não sejam compatíveis com a realidade do mercado.

Portanto, a modelagem desse novo plano de concessões tem a compreensão de que, para estimular a participação do setor privado, é fundamental oferecer regras, condições e condições de remuneração ao investidor privado compatíveis, absolutamente compatíveis com as expectativas dos agentes econômicos. Portanto, o investimento é um vetor importante, e creio que o relançamento de um plano de concessões ajuda a estimular os investimentos, a retomar e a estimular sobretudo a participação do setor privado.

O outro canal que me parece absolutamente óbvio é o canal da exportação. O Brasil é um país que tem economia ainda fechada, segundo os padrões internacionais. A nossa corrente de comércio equivale a pouco mais de 20% do PIB, quando a média dos países desenvolvidos e até mesmo dos BRICS representa quase o dobro do que o Brasil faz na área de comércio exterior. Então, o canal de exportação, de maior inserção da economia brasileira no comércio internacional se nos apresenta como um canal absolutamente óbvio neste momento em que temos restrições no mercado doméstico, uma grande contração da atividade no mercado interno. Portanto, é absolutamente necessário, é imperioso até que o Brasil possa voltar-se para o comércio exterior.

E aí nós não desconhecemos, e seria ingênuo, as desvantagens comparativas que acumulamos e que estão muito associadas a custos sistêmicos, a ineficiências que estão presentes hoje na economia brasileira.

Mas a flutuação cambial que ocorreu, sobretudo a partir do segundo semestre do ano passado, aponta-nos claramente uma situação em que essas desvantagens do País são mitigadas ou atenuadas pela flutuação cambial que ocorreu. Só este ano, é bom lembrar, o real desvalorizou-se mais ou menos 20%, 22% em relação ao dólar. Isso permite que alguns setores da economia brasileira que estavam inteiramente fora da exportação pudessem já voltar a olhar esse canal. Por outro lado, a desvalorização cambial já produz um resultado de curto prazo que é um surto de substituição de importações, pelo encarecimento das importações.

Isso já começa a se evidenciar no próprio desempenho da balança comercial brasileira, que começou o ano com um déficit, em dois meses, de quase US$6 bilhões, e agora, no acumulado até a primeira semana de junho, já temos uma situação em que praticamente esse déficit foi zerado, dado o resultado que já tivemos em março, em abril, em maio e o resultado já registrado na primeira semana de junho. Esse dado eu quero aqui deixar de forma absolutamente fiel aos números. Nós estivemos, até fevereiro, com um déficit acumulado de

US$6 bilhões, e agora, até a primeira semana de junho, esse resultado do déficit acumulado caiu para US$320 milhões. E não há nenhuma dúvida de que as projeções nos apontam a perspectiva de um superávit na balança comercial. Devo dizer que isso se dá por uma diminuição das importações, e ainda não temos os volumes de exportação comparáveis ao de anos anteriores. E ainda há o resultado da conta petróleo, que passou a ser menos deficitária este ano.

Então, parece-me que o comércio exterior é um caminho, é um canal que o Brasil tem que valorizar, sobretudo nesta conjuntura.

E, finalmente, algo que se situa em um plano que todos reconhecem, o do aumento da produtividade da economia brasileira. Creio que a política industrial, se tiver que ser – e deve ser – reposicionada, deve ter um foco fundamental na questão da elevação da produtividade do nosso País.

Nós estamos com um quadro de relativa estagnação de ganho de produtividade na indústria brasileira, o que é extremamente preocupante, dado o descompasso entre o aumento de custos que tivemos, sobretudo de custo unitário de trabalho, de custo de energia, *vis-à-vis* da produtividade, que está estagnada se levarmos em conta os dados dos últimos oito anos. Então, a política industrial, a nova política industrial deve estar menos focada nos grandes agregados e metas de caráter mais amplo, para um foco que esteja mais ligado à empresa, aos ganhos de produtividade que podem ser obtidos na empresa.

Vamos falar um pouco disso adiante, de um grande programa de extensão industrial e tecnológica; vamos falar de um amplo programa de modernização do parque industrial do País, sobretudo em setores tradicionais e voltados para a pequena e média empresa industrial do nosso País, que sofre hoje um processo de defasagem tecnológica, que está aí evidente. Mas eu gostaria de continuar a falar da exportação.

Nós estamos ultimando uma proposta de um Plano Nacional de Exportação, que será lançado ainda este mês. Esse plano se apoia em alguns pilares. Um desses pilares é a política comercial brasileira.

O Brasil precisa ter uma política comercial mais ativa, de modo a que o País se integre de forma mais efetiva aos fluxos de comércio em regiões mais dinâmicas do mundo.

Nesse sentido, a América do Norte representa, na nossa visão, um mercado importantíssimo para o nosso País. Por isso, a primeira visita que fizemos como Ministro do Desenvolvimento foi aos Estados Unidos. Lá, oferecemos a possibilidade de trabalharmos numa agenda que pode produzir resultados de curto prazo, num tema que chamamos de convergência regulatória e harmonização de normas. É sabido que as tarifas de importação nos Estados Unidos para os bens industriais são tarifas médias muito baixas – 3,5% é a tarifa média para bens industriais acessarem o mercado americano. No entanto, a barreira maior se dá pelo que são chamadas barreiras não tarifárias. Aí há o desafio de trabalhar numa agenda de convergência regulatória e harmonização de normas técnicas. Exemplo: a indústria cerâmica brasileira não pode exportar para os Estados Unidos, porque lá, para entrar no mercado, existem normas que não são compatíveis com as normas vigentes no Brasil.

Com a proposta de um acordo de convergência regulatória no âmbito da relação MDIC e Departamento de Comércio dos Estados Unidos, os grupos técnicos trabalham desde março nessa agenda. E, como resultado concreto dessa agenda, levamos o INMETRO que dialoga com o órgão equivalente nos Estados Unidos, que é Nist. Como resultado disso, levamos a ABNT, que também dialoga com o órgão correspondente nos Estados Unidos, que é Ansi. Como resultado de tudo isso, o setor cerâmico já promoveu um acordo com a entidade de representação empresarial dos Estados Unidos exatamente de harmonização de normas. Esse acordo será estendido para os setores têxtil, de máquinas e equipamentos e de luminárias. Portanto, há um espaço para construirmos e removermos barreiras não tarifárias que hoje prejudicam o acesso dos produtos brasileiros ao mercado americano.

No entanto, em que pesem essas dificuldades, é sempre muito importante lembrar que o mercado americano é o principal destino das manufaturas brasileiras. O país que recebeu o maior volume de exportações de manufaturados do Brasil foi os Estados Unidos. Portanto, nosso comércio com os Estados Unidos se reveste de uma importância estratégica, porque é o comércio que tem maior densidade econômica, que está centrado, sobretudo, numa corrente de comércio de bens industriais, diferentemente do que ocorre com a China, em que 80% da pauta de exportação estão representados por *commodities* agrícolas e *commodities* minerais. Portanto, o mercado americano representa uma perspectiva extraordinária de ampliação de comércio para o Brasil.

Estivemos no México há 15 dias. E, no México, nós pudemos celebrar dois acordos importantes. O primeiro é o de ampliação do acordo de complementação econômica firmado em 2002, que abrange um universo pequeno de produtos que representam mais ou menos 12% do universo tarifário. Pudemos construir lá um entendimento para ampliarmos a margem de preferências tarifárias no mercado mexicano, que vai alcançar três mil produtos – saindo, portanto, de 800 para 3 mil –, o que vai representar um grande ganho em termos de acesso ao mercado mexicano.

Quando se fala que o Brasil tem limitações para fazer maior inserção no comércio internacional, sobretudo, pelas travas que são impostas pelo Mercosul, no qual temos um acordo de união aduaneira e de tarifa externa comum, é sempre lembrar que, em algumas áreas, já temos um grau de liberdade.

E temos que exercitar, como estamos fazendo com a América do Norte e com os países da Aliança do Pacífico, o México, a que já me referi, e temos ainda a possibilidade de ter uma desgravação quase que completa dos produtos olhando o mercado chileno, colombiano e peruano.

Com o Chile, já temos alíquota zero. Com o Peru e a Colômbia, nós temos um cronograma de desgravação que, até 2019, se completará com um quadro praticamente de livre comércio.

Por outro lado, o acordo Mercosul-União Europeia, que se desenrola desde 1999 – há 16 anos, o Brasil ensaia esse acordo –, eu creio que a finalização dele se coloca agora num horizonte muito mais próximo do que imaginávamos há algum tempo.

Na semana passada, em Bruxelas, junto à comissária da Europa Cecilia Mallmann, fizemos um acordo com a presença dos chanceleres do Paraguai, da Argentina, do Uruguai e os representantes do Brasil, para que possamos, ainda este ano, trocar as ofertas, Mercosul-União Europeia, alcançando um universo que é minimamente exigido, ou seja, superior a 85% de todo o universo tarifário que está indicado nessa perspectiva.

Portanto, eu creio que, se temos condições, como já nos apontam esses primeiros movimentos, de ampliar o nosso comércio com a América do Norte, de promover uma efetiva e mais ampla integração com os países da Aliança do Pacífico e de completar o acordo do bloco Mercosul-União Europeia, com isso, o Brasil estará investindo em áreas e regiões que têm e oferecem um maior dinamismo para que o comércio do nosso País possa ser ampliado nesses próximos anos.

Um outro pilar do plano de exportação é a questão de financiamento e garantias. Não se exporta sem um sistema de financiamento e sem garantias. Dessa forma, nós estamos trabalhando para fortalecer alguns instrumentos existentes.

Quero cumprimentar o Senador Raimundo Lira, que está chegando aqui.

Vamos falar agora de financiamento e garantias.

Creio que o plano de exportação precisa ter instrumentos, e um desses instrumentos é o Proex Equalização. Há pouco, a Senadora Gleisi falava das exportações de manufaturados. Eu quero falar sobre as exportações de serviços de engenharia. E quero lembrar que não se exporta serviços de engenharia sem ter um padrão de financiamento correspondente àquele que os países que concorrem com o Brasil oferecem. Por exemplo, hoje o Brasil tem uma presença no mercado de infraestrutura na América Latina que alcançou 20%. Até poucos anos, só as empresas espanholas e as empresas americanas tinham presença no mercado de grandes obras de infraestrutura na América Latina. Ainda Hoje, a Espanha lidera esse mercado.

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Aliás, a Espanha lidera no mundo a exportação de serviços de engenharia, com uma participação muito expressiva.

E o que fazem esses países quando participam de concorrências internacionais? Esses países oferecem condições de financiamento atrativas. Eu diria que, nessa área, o financiamento é mais importante do que o próprio preço desses bens. E explico: a exportação de serviços é algo que tem um ciclo longo, que demanda uma operação que se desenvolve em anos. Se não houver um mecanismo de financiamento adequado, não se exportam serviços de engenharia.

E vejo com preocupação esse debate que se instalou, a meu ver, de maneira equivocada, que pretende olhar a exportação de serviços de engenharia como sendo uma dádiva, um prêmio a algumas empresas brasileiras. Ora, o serviço de engenharia, a ele se agrega uma cadeia de fornecimento naquilo que podemos chamar de exportações indiretas; um grande número de pequenas e médias empresas que se associam à empresa âncora – no caso, a grande empresa de engenharia brasileira – para exportar bens.

Portanto, a exportação de serviços é algo muito importante para o nosso País. O Brasil desenvolveu competência, o Brasil criou *expertise* nessa área. Isso produziu internamente um ganho, na medida em que os requerimentos técnicos, as normas que precisam ser observadas, elas, de alguma maneira, são replicadas no mercado doméstico com ganho de qualidade para a engenharia brasileira. Dessa forma, é fundamental compreender que a exportação de serviços tem que ser parte permanente da estratégia brasileira, para haver empresas capazes de poder, no quadro do mercado de infraestrutura no mundo, capacitar-se e desenvolver-se.

Quero dizer que, segundo estudo da OCDE, 25% das exportações no mundo já são de serviços. E, se considerarmos o valor adicionado, ou seja, o que há de serviços na exportação de bens industriais – e é sempre bom lembrar que temos tecnologia de informação, temos *design*, temos intermediação financeira, temos logística, temos financiamento –, veremos que eles representam serviços agregados à exportação de bens ma-

nufaturados. Ou seja, a fronteira que separa hoje os bens industriais da área de serviço é uma fronteira muito tênue, e os países que hoje se integram de maneira mais efetiva às cadeias globais de valor são aqueles que desenvolvem na área de serviço competência, poque isso é decisivo para a competitividade das exportações.

Portanto, creio que exportar serviços é algo muito importante para o nosso País, e não existe a possibilidade de exportar serviços sem mecanismos adequados de financiamento. No caso presente, sem o Proex Equalização, que é um instrumento que equaliza as taxas de juros, aquelas que são oferecidas pelos países que concorrem com o Brasil.

Nós já sabemos, por exemplo, que a China hoje se apresenta como um grande e importante *player* nessa área de exportação de serviços. O que a China oferece? A China oferece, sempre, um pacote de financiamento. Assim sendo, se o Brasil, nesse processo, não puder oferecer instrumentos e condições de financiamento que se aproximem dos padrões internacionais, o resultado disso tudo será simplesmente o da não participação do Brasil na exportação de serviços.

Quero também destacar que é fundamental que o País tenha um sistema robusto de garantias e seguro de exportação. Não se exporta sem ter um mecanismo de garantia e de seguro adequados. E o sistema financeiro privado não se engaja na exportação se não construirmos um sistema de garantias. Temos hoje o FGE (Fundo de Garantia à Exportação), que é muito pouco alavancado. O Brasil pode ter um grau maior de exposição no seu sistema de garantias sem pôr em risco nenhuma regra prudencial, segundo os padrões internacionais. Hoje, o grau de alavancagem é muito pequeno, o que significa dizer que o Brasil não pode ampliar a sua presença em alguns mercados, inclusive de maior risco, em que o importador se situa em áreas de maior risco. Portanto, é fundamental dispor de um mecanismo de garantia como este do FGE, mas um mecanismo robusto.

Quero dizer que o Brasil, na experiência de 1998 até hoje, o Brasil não teve prejuízos com sinistros nessa área. O grau de sinistro no seguro de crédito para exportação é muito pequeno. Nós tivemos perdas, até agora registradas, muito pequenas e, por outro lado, uma grande receita com prêmios de seguro.

Portanto, esse sistema dá uma contribuição positiva ao ajuste fiscal, na medida em que os prêmios de seguro, a receita dos prêmios é maior do que os sinistros, as perdas decorrentes do sistema.

Um outro pilar do programa é o aperfeiçoamento dos regimes tributários de exportação. Nós conhecemos o Drawback, o Recof que são instrumentos muito importantes pra quem exporta. No caso do Drawback, é preciso simplificar o sistema. Vinte e cinco por cento das exportações brasileiras são feitas com amparo nesse regime. É um regime em que se suspendem os tributos para insumos importados...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO – ... ou insumos adquiridos no mercado interno que se destinam à transformação para exportação.

Há uma proposta no sentido de simplificar o sistema, e eu creio que isso vai oferecer um ganho muito significativo ao setor exportador. Por outro lado, estamos atuando na simplificação do processo aduaneiro, em linha com aquilo que preconiza o próprio Acordo de Bali, que foi gestado no âmbito da OMC.

Simplificar procedimentos aduaneiros: hoje levamos 13 dias para que se processe uma exportação. É algo que está muito distante dos padrões internacionais, que hoje se situam em sete dias, em seis a sete dias. E o que precisamos fazer? Algo que já está em curso, que é o Portal Único do Comércio Exterior. É uma espécie de guichê único. Todos os órgãos intervenientes na exportação, que hoje são quatro ou cinco estruturas do Governo... O exportador é obrigado a fornecer informações a cada um desses guichês, quando, na realidade, esses dados poderiam ser compartilhados, de modo a que o usuário externo pudesse apenas fazer uma vez a informação, que seria compartilhada com os outros órgãos.

Portanto, é fundamental simplificar e integrar os procedimentos aduaneiros e de importação e exportação. Com isso, o Brasil tem uma perspectiva concreta de reduzir muito a burocracia que está associada ao processo exportador e importador com grandes e extraordinários ganhos.

Portanto, esses são os pilares de um plano de exportação, que será apresentado em poucos dias e que, a meu ver, tem um caráter mobilizador do setor empresarial, para que esse canal, que me parece muito importante, possa ser, neste momento, valorizado.

Quando a demanda interna cai, é fundamental contratar demanda externa, e é sempre bom ter a compreensão de que existem 33 brasis, em PIB equivalente, fora das nossas fronteiras, na medida em que o Brasil representa apenas três por cento do PIB mundial.

As oportunidades estão aí fora, e é bom entender sempre que a exportação não pode ser como tem sido: uma válvula conjuntural. É um caminho que se percorre ao sabor das flutuações do mercado interno. Os países que apostam no comércio exterior trabalham o canal de exportação como um canal permanente. Não é algo que se faz conjunturalmente, até porque, retomar os canais de exportação é sempre algo muito difícil, não se

faz do dia para a noite. Mas há setores no Brasil, meu caro Senador Tasso Jereissati, que podem suportar muito mais em curto prazo, e dou o exemplo do setor automotivo.

O setor automotivo, que recebeu importantes investimentos nos últimos anos, tem hoje uma capacidade instalada para produzir mais de quatro milhões de veículos e, no entanto, sabemos que o mercado interno vai viver um período de retração.

Já estamos experimentando este ano uma queda nas vendas domésticas de mais de 20%, e, no último mês, alcançou quase 27%.

Ora, as plantas são mais modernas, porque os investimentos são recentes. As montadoras brasileiras criaram produtos de classe mundial. Por que não exportar mais? Lembro que já exportamos 800 mil veículos por ano. E essas exportações caíram a praticamente a 200, 250 mil veículos, quase que exclusivamente para o mercado argentino. Ora, podemos e devemos recuperar espaços para o setor automotivo em vários mercados do mundo, lembrando que essa decisão, no fundo, é uma decisão que se dá entre as próprias companhias. Eu quero lembrar, por exemplo, que o mercado mexicano foi abastecido durante muito tempo a partir do Brasil. A Ford da Bahia já vendeu durante muito tempo o EcoSport no mercado mexicano. Depois, em função da valorização cambial e de outros problemas, nós perdemos essa exportação, e, hoje, esse mesmo produto é exportado para o mercado mexicano através da base de produção da companhia da Índia.

Então, temos que recuperar esses mercados. E creio que isso é algo que se pode fazer e se pode conseguir a um prazo relativamente curto, porque, volto a dizer, as nossas plantas industriais no setor automotivo são muito mais modernas, têm um grau elevado de automação, sem deixar de levar em conta também que temos hoje produtos de maior qualidade e que podem, portanto, atender perfeitamente às exigências do consumidor lá fora.

Então, eu creio que o plano de exportação tem um efeito importante do ponto de vista da mobilização do setor empresarial como forma de sustentar a atividade e o nível de atividade em setores que serão...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO – ... muito afetados agora nesse contexto de maior restrição no mercado interno.

Quero finalmente, para não cansá-los, dizer que há outra agenda irrecusável. Nós precisamos melhorar o ambiente regulatório e o ambiente tributário no Brasil. Não há como imaginar que o Brasil possa deixar de oferecer o melhor ambiente de operação às empresas, mesmo que isso não se traduza em desonerações a curto prazo. Vejam, por exemplo, na área tributária, temos espaço para obter ganhos com a eliminação de muitas obrigações acessórias que são impostas hoje às empresas, como, por exemplo, no caso do PIS/Cofins, que é hoje um ambiente muito complexo para as empresas operarem, já que convivem muitos regimes diferentes no mesmo ambiente: regime cumulativo, regime não cumulativo, créditos presumidos. Em suma, é um ambiente extraordinariamente complexo.

Já estamos com estudos avançados, e há uma perspectiva de que o Brasil possa, já no início do próximo ano, consagrar a ideia do crédito financeiro, ou seja, para ter um sistema de valor adicionado, como IVA na Europa, tudo o que a empresa compra tem que gerar crédito por definição, sistema muito simples de apropriação, débito e crédito.

Então, creio que podemos, com a adoção do crédito financeiro, a partir de uma experiência que será feita inicialmente com o PIS, e as empresas já terão o benefício de um ganho extraordinário de operação com essa medida que, volto a dizer, não se traduzirá numa desoneração a curto prazo, mas que vai ajudar imensamente o ambiente de operação das empresas.

Quero, por outro lado, dizer aqui aos meus caros, por que não dizer, colegas Senadores e Senadoras, que a agenda de reforma do ICMS, minha cara Senadora Lúcia Vânia, a quem cumprimento – quero saudar também a minha queridíssima Senadora Ana Amélia, que chegou há pouco – também precisamos enfrentar.

Sei que é um tema sensível, sou nordestino, sei o que significou, para nós, uma política, vamos dizer, de incentivos fiscais para desconcentrar a indústria, mas quero dizer que recaiu sobre os Estados um ônus demasiado com essa exacerbação da guerra fiscal. Os Estados já não podem prover a infraestrutura, as externalidades porque o grau de renúncia que, hoje, está associada ao processo de atração de investimentos, a meu ver, cria uma dificuldade, e, por outro lado, a guerra se anula na medida em que mesmo os Estados desenvolvidos disputam investimento com a mesma lógica.

Não me considero tão velho assim, Senador Tasso, mas me recordo de que, nos anos 70, os incentivos fiscais eram quase todos de caráter federal. Lembro-me de que, por exemplo, a indústria mecânico metalúrgica do Ceará foi fruto de uma medida de política industrial muito inteligente, na época, que era o preço SIF uniforme.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Eu não era nascido, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Eu sei, mas é por isso mesmo que estou dizendo a V. Exª, porque não precisaria dizê-lo se V. Exª tivesse sido contemporâneo. Agora, sabe quem foi contemporâneo dessa luta, Senador? O seu sogro, Edson Queiroz, e um grande cearense, o eminente cearense, o grande político Virgílio Távora, que foi um grande lutador nessa agenda.

Então, lembro que, no tempo em que se fez o primeiro movimento de desconcentração e de atração de investimentos, as medidas eram típicas de política industrial e renúncia fiscal da União, e não dos Estados. Depois, a União foi pouco a pouco se recolhendo há muitos anos, e os Estados entraram nessa guerra.

Criamos, hoje, na área do ICMS, um ambiente caótico, porque as empresas concorrem com bases de cálculo distintas, com legislações distintas, o que desequilibra a concorrência interempresarial e, ao mesmo tempo, a meu ver, consagramos uma ideia, que a de exportar tributos nas operações interestaduais.

Então, creio que teremos, efetivamente, de convergir para um sistema se não de uniformização das alíquotas interestaduais, mas de redução delas, para diminuir esse combustível, esse incentivo da guerra fiscal. E creio que a nova geração de incentivos tem que estar centrada em elementos que são um pouco diferentes do repertório tradicional. Creio que devemos pensar muito nas regiões menos desenvolvidas, na questão da infraestrutura. E, aí, precisamos conceber modelos novos que estimulem o investimento privado nessas regiões em que os projetos são menos atrativos naturalmente, mas cabe criar mecanismos para induzir esse processo de investimento em regiões menos desenvolvidas.

Creio, minha cara Senadora Lúcia Vânia, que a estratégia de desenvolvimento regional vai estar mais centrada na infraestrutura e do capital humano e menos no repertório tradicional de incentivos, que, a meu ver, dá sinais já de esgotamento.

Então, o que quero dizer é que a política industrial do País, além de ter foco mais nítido nas questões microeconômicas, na produtividade das empresas, nos ganhos de produtividade, na modernização industrial das plantas, tenho certeza, terá que ter preocupação com a dimensão espacial e regional. Tenho notado que a dimensão regional tem estado ausente das políticas industriais que foram gestadas nos últimos anos e creio que não há como dar a uma política o caráter nacional sem atentar para as questões regionais, para esses desníveis, para esses descompassos que ainda estão presentes.

Há pouco, um recente estudo coordenado pela Fundação Getúlio Vargas e pelo ex-Presidente do Banco Central, o Economista Carlos Langoni, um estudo sobre 50 microrregiões do País sobre competitividade, e o resultado desse estudo, meu caro Senador Walter Pinheiro, é alarmante, na medida em que só as microrregiões do Sudeste se situam nas 40 microrregiões consideradas competitivas.

Há uma imensa defasagem, um imenso descompasso quando olhamos a questão da competitividade no espaço microrregional, que é efetivamente onde está o tecido produtivo e onde se pode avaliar a questão da competitividade.

Então, encerro, dizendo que precisamos, em meio a esse processo de ajuste que está em curso, não perder a capacidade de gerar iniciativas. Ou seja, o ajuste não pode ter um efeito paralisante. O País precisa focar as questões que são fundamentais para a retomada do crescimento.

Creio que o fim do superciclo das *commodities* nos devolve a uma realidade, e essa realidade nos aponta a compreensão de que o Brasil ainda tem problemas e ineficiências do ponto de vista da sua economia que precisam e devem ser enfrentadas com o sentido de urgência.

E tenho certeza de que essa Casa, pela responsabilidade que tem, pela qualidade do debate que produz e pela compreensão dos desafios do Brasil, vai convergir, meu caro Senador José Agripino, para uma agenda que eu chamaria de pró-competitividade, que combine melhoria do ambiente regulatório, do ambiente tributário, para que uma série de custos sistêmicos possam ser mitigados.

E mais, que se retome uma agenda de reformas importantes sem as quais o Brasil não vai retomar verdadeiramente o seu crescimento econômico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Caro Ministro Armando Monteiro, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Ciência e Tecnologia têm dois motivos básicos para recebê-lo com muita satisfação. Primeiro, porque V. Exª é um Senador, é uma pessoa da Casa, daqui, do Senado Federal, e, segundo, porque temos, hoje, a satisfação de ter um Ministro na área econômica inteiramente conhecedor dos assuntos a que ele se propõe, e isso, muitas vezes, não acontece. E, portanto, são dois motivos, Sr. Ministro, pelos quais temos a satisfação de recebê-lo aqui.

A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se os oradores de cada partido. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Vamos fazer as rodadas aqui com blocos de três Senadores, para dar mais agilidade. Em vez de quatro, cinco, vamos fazer com três e vamos iniciar, passando a palavra ao Senador Douglas Cintra, autor do Requerimento nº 11, de 2015, da CAE.

Com a palavra, o Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Meu caro Presidente, primeiro, parabenizo esta Comissão, junto com a CCT, por dar essa oportunidade ao Brasil de conhecer melhor todos os pontos positivos e fundamentais que temos.

Eu acho que estamos precisando, como bem falou nosso Ministro Armando, de...

(Soa a campainha.)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – ... medidas propositivas, de pensarmos mais a médio e longo prazos, de entendermos e refletirmos que estamos numa crise, mas que, sobretudo, só através dos investimentos, do planejamento é que conseguiremos levar o Brasil a um grau de desenvolvimento adequado para a nossa população.

Ministro, quero deixar registrada aqui a nossa alegria e a nossa satisfação de contar com um Ministro que não só conhece o tema, mas que tem feito todos os esforços junto com o Governo Federal para que isso se transforme em realidade.

Então, fica aqui esse registro e o desejo de que, em outros momentos, possamos continuar vendo e acompanhando o que está acontecendo e que possamos transmitir ao nosso Brasil as coisas positivas que também existem. Acho que há um certo negativismo que precisamos reverter para que o processo do desenvolvimento possa acontecer de forma mais planejada.

Sr. Presidente, só deixo ao nosso Ministro a pergunta sobre o que temos planejado de políticas mais específicas para o nosso Nordeste, porque acho que temos muita coisa acontecendo no Brasil, mas pergunto: em que o Nordeste brasileiro está inserido nesse plano de importações e de desenvolvimento econômico?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Ministro. Nós vamos fazer blocos de três, mas, considerando que o Senador Douglas Cintra foi o autor do requerimento, V. Exª pode respondê-lo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Senador Douglas, quero cumprimentá-lo e tenho satisfação de ser conterrâneo. Quero saudar o Senador Humberto Costa, que está aqui presente, nosso companheiro e amigo, e quero dizer, Douglas, de forma muito objetiva, que pude registrar no final da fala, mas procurei dar muita ênfase à necessidade de que as políticas industrial, de inovação, de comércio exterior tenham dimensão espacial e regional, porque não adianta formular políticas nacionais sem incorporar essa visão.

Um dos objetivos do plano de exportação é não apenas diversificar os destinos, ou seja, incorporar novos mercados a esse esforço exportador, mas, sobretudo, diversificar a origem das exportações brasileiras, incorporando as regiões em função das suas vocações, das suas potencialidades; oferecer maior suporte dos programas de capacitação, de difusão da cultura exportadora, do apoio à promoção comercial que a nossa Apex já realiza sobretudo com um olhar focado nas diferentes realidades do País.

Portanto, o Plano Nacional de Exportação tem que ter esse olhar sobre a questão regional e sobre a necessidade de incorporar todo o setor produtivo nacional a esse esforço. Assim, o nosso Ministério tem esse compromisso e, de igual modo, quando falamos da política industrial propriamente dita.

Esse programa de modernização que queremos fazer, que parte, por exemplo, da constatação de que a idade média das máquinas brasileiras em muitos setores tradicionais alcança mais de 20 anos, ou seja, há um grau de obsolescência já do parque fabril brasileiro, tem que focar mecanismos de garantia como o *leasing* operacional e mecanismos que tornem possível um processo de renovação do parque fabril. Ele tem uma visão e um foco prioritariamente regionais, na medida em que a indicação que temos é de que há uma defasagem tecnológica maior na indústria e nos setores tradicionais, especialmente dessas regiões menos desenvolvidas.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No primeiro bloco falarão a Srª Senadora Sandra Braga, em primeiro lugar, em seguida a Senadora Gleisi Hoffmann e, em terceiro, o Senador Wilder Morais.

Com a palavra a Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, pela ordem. A CCT, da qual eu sou Vice-presidente, foi signatária dessa audiência pública e nós, da CCT, gostaríamos de nos pronunciar. O Regimento diz que as duas signatárias se pronunciam primeiro, então, eu gostaria de fazer o pronunciamento em nome da CCT, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Raimundo Lira, muito obrigado, agradeço V. Exª pela direção dos trabalhos nesta audiência conjunta da CAE e da CCT de altíssima importância.

Nosso querido Senador e Ministro Armando Monteiro, é com muita alegria que recebemos V. Exª aqui, expondo pontos importantes do Plano Nacional de Exportação.

Eu gostaria, Sr. Presidente e Sr. Ministro, em nome da CCT, de dizer o seguinte: nós, da CCT, estamos muito preocupados com a relação da necessidade que o Brasil tem, por exemplo... Temos discutido muito aqui a questão da energia alternativa, a energia fotovoltaica. Como hoje essa tecnologia está mais dominada pelos países, principalmente, da Europa e do Oriente Médio, e pelos Estados Unidos, precisamos facilitar e baratear esses produtos aqui no nosso País. Portanto, eu gostaria de saber de V. Exª: o que podemos fazer no sentido de facilitar a industrialização desses setores aqui no nosso País?

Outra questão importante nesse momento, falando agora mais como membro da Infraestrutura, é o lançamento do plano nacional de concessões e do PIL. Eu gostaria de saber do senhor, que está à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, como V. Exª vê a possibilidade de trazer grandes empresários para investir no País? Se V. Exª vê com otimismo essa possibilidade e como o nosso Ministério pode colaborar nessa linha.

E para finalizar, gostaria de saber de V. Exª sobre as dificuldades ainda existentes no País com relação à questão de abrirem e fecharem empresas, principalmente as grandes empresas. Como V. Exª vê a desburocratização disso para que possamos andar com mais tranquilidade para que os grandes investidores possam vir para o nosso País. Acho muito importante o que V. Exª colocou, o fim da guerra fiscal, para que possamos realmente desenvolver nosso País como um todo.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Ministro, o senhor quer responder agora ou o Senador...

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Não eram blocos?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, ele falou isoladamente, em nome da CCT.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Ah.

Bom, quero cumprimentar o Senador Hélio e dizer a ele que esse tema é muito importante, as energias alternativas. Quero dizer que nosso Ministério, através de um programa, o Padis, que administramos, já confere incentivos, sobretudo à importação de componentes e equipamentos para essa área.

Por outro lado, vejo que há propostas para desonerar os equipamentos que estão voltados para a geração de energia solar e dos elementos fotovoltaicos. Creio que essa agenda é extraordinariamente importante para estimular os investimentos nessa fonte de energia que é, a meu ver, muito importante.

Então, todo o desenvolvimento, inclusive da cadeia de fornecedores, para que o Brasil desenvolva competências... Agora mesmo, quando da vinda dos chineses, foi anunciado um grande investimento em Campinas, em São Paulo, de uma fábrica que vai desenvolver equipamentos para essa área. Nosso Ministério está à inteira disposição para apoiar, para discutir. Sei que V. Exª é um defensor desse tema e tem atuado de forma muito proativa nessa agenda.

Com relação aos grandes investimentos, creio que o Brasil, independentemente dos ciclos econômicos, é um País extremamente atrativo para os investidores estrangeiros, por várias razões: a dimensão do nosso mercado, as oportunidades que são oferecidas ainda em diversas áreas do nosso País. Portanto, sou otimista. Acho que, apesar de todas as dificuldades, o Brasil se constitui numa opção, e tenho percebido, nos contatos lá fora, que a visão que se tem do Brasil lá fora é uma visão mais positiva, às vezes, do que a que encontramos aqui, em certas áreas.

Eu acho que o olhar do investidor externo não é um olhar de curto prazo, não é algo que se coloca na visão de um ou dois anos, mas é a compreensão de que o Brasil é um dos principais mercados do mundo e que, portanto, oferece oportunidades extraordinárias.

Há pouco, vi um dado impressionante, Senadora Gleisi: o México, que é uma potência emergente, que é um país que tem crescido, um país importante, é, no mercado interno, por exemplo, no setor automotivo, uma quarta parte do mercado brasileiro.

Então, o Brasil tem esse ativo extraordinário, que é a dimensão do seu mercado doméstico, e me parece que todo investidor estrangeiro tem claramente essa compreensão. Portanto, tenho uma visão otimista de que, apesar das dificuldades, vamos aumentar esse fluxo de investimentos. E, apesar de tudo, o investimento estrangeiro direto no Brasil mantém-se em um nível bastante razoável, algo como U$60 bilhões por ano.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em face do retorno de vários Senadores ao plenário, mudamos a ordem agora do primeiro bloco. Vamos fazer, em vez de três, um bloco com quatro Senadores, sendo no primeiro bloco o Senador Ricardo Ferraço, do PMDB; nº 2 a Senadora Gleisi Hoffmann; nº 3 o Senador Omar Aziz; e nº 4 o Senador Wilder Morais.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Permita-me inicialmente cumprimentar o Senador e Ministro Armando Monteiro e dizer da alegria em tê-lo conosco aqui. Registro que é visível, Sr. Ministro, o esforço e o foco que V. Exª tem traduzido no exercício do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, fruto da sua notável experiência não apenas como Parlamentar, como industrial e como Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Permita-me também compartilhar com V. Exª desse otimismo que todos deveremos ter ou devemos ter na superação de complexos desafios que o nosso País está vivenciando. Não sei se V. Exª concorda comigo nesse particular, mas são problemas que não foram importados; são problemas que foram, de certa forma, produzidos por nós mesmos, pelos equívocos de condução política ao longo dos últimos anos.

Nenhum de nós deve discordar da necessidade dos ajustes, mas é preciso que façamos uma reflexão sobre o porquê de estarmos fazendo esses ajustes. Até para que, do ponto de vista pedagógico, essa travessia, que vai custar muito ao povo brasileiro, ao empreendedor brasileiro, não possa se repetir em outro momento por conta de termos, por assim dizer, nos últimos anos, desafiado a gravidade quando o Governo entendeu que poderia conviver pacificamente, de certa forma, com a inflação, quando o Governo entendeu que, de certa forma, responsabilidade fiscal não é uma premissa para que o Governo possa se colocar firme de pé diante do contribuinte brasileiro.

Ainda assim, essa é uma crise que terá que ser superada, a um custo muito grande, e V. Exª tem pautado esse esforço em torno da necessidade de rompermos o isolamento e a inserção quase que irrelevante do nosso País no comércio internacional.

V. Exª pôde dizer aqui que um País da nossa dimensão, continental, que tem uma participação ínfima, que exporta 20% do seu produto interno bruto, é muito pouco. Mas há algumas preocupações que eu gostaria que merecessem a atenção de V. Exª. Uma delas tem a ver com o Reintegra.

V. Exª o conhece bem e aqui, como Senador, foi um atuante militante dessa causa. A preocupação é por tudo o que o Reintegra representa como programa de ampliação de competitividade das exportações brasileiras, por permitir que esses resíduos possam ser reintegrados à cadeia e o exportador brasileiro possa se creditar.

Mas temos tomado notícia, Sr. Ministro, de que o Ministério da Fazenda – o Governo, por assim dizer – não tem ressarcido as empresas exportadoras do Reintegra. Há informações de que esse passivo já chega à ordem de R$2 bilhões. Há matérias veiculadas, nos últimos 15 dias... O jornal *Folha de S. Paulo* trouxe uma matéria...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... muito detalhada a respeito desse tema. Eu gostaria de saber do esforço do Ministério de V. Exª para que o Governo possa, de fato, estar adimplente com os exportadores brasileiros.

A outra questão que gostaria de merecer de V. Exª, neste escasso tempo que temos aqui, diz respeito à necessária reinserção da política industrial no plano de trabalho do Governo Federal, que, nos últimos anos, limitou-se à política industrial, resumindo a tentativa de manutenção de estímulos econômicos ao consumo e ao financiamento de empresas, sobretudo via BNDES, através de transferências de recursos do Tesouro Nacional. Esses esforços não produziram resultados. Que tipo de avaliação V. Exª, como Ministro, faz desses esforços e a que tipo de inclinação poderemos assistir, nos próximos meses e anos, para que, para muito além disso, o País possa ter, de fato, uma política industrial compatível com a necessidade da nossa indústria.

E concluindo, Sr. Presidente, a política externa e a política comercial externa têm sido uma preocupação do nosso Ministro Armando Monteiro. Ocorre que temos um *gap* extraordinário de opções e de conservadorismo, pelo menos a meu juízo, na política comercial brasileira. Nos últimos dez anos, mais de 500 acordos bilaterais de comércio, em todo o mundo, fomentando exportações e importações, estabelecendo melhor integração no comércio, em diferentes regiões, foram firmados. V. Exª citou o México, de onde veio V. Exª, recentemente, assim como a Presidente Dima. Somente o México tem acordos bilaterais com 45 países; o Chile tem acordos bilaterais com, pelo menos, 63 países.

O Brasil ainda está amarrado às regras de unanimidade do Mercosul e, por estar subordinado a essas regras, perdeu a sua soberania comercial. Disse bem V. Exª, há 15 anos, nós estamos trabalhando pela construção de um acordo comercial com a União Europeia. Fico feliz e otimista em ver que V. Exª sinaliza que 2015 deve ser o *deadline* dessa longa história de omissões e ausências, de ofertas objetivas, na busca não de um acordo

qualquer, mas de um acordo que possa, de fato, beneficiar e trazer resultado aos interesses da economia brasileira e do Mercosul.

O fato objetivo é que estamos amargando um profundo isolamento, com o Mercosul, em razão dos três acordos que o Brasil tem com a Palestina, com Israel e com o Egito, em um momento em que estamos vendo os Estados Unidos avançarem na discussão, celebrando acordos, ou mesmo o Congresso norte-americano sinalizar *fast track* para o Presidente Barack Obama, na direção de construir associação transpacífica com 12 países, que envolve não apenas os Estados Unidos, mas a Aliança do Pacífico e países da Ásia, que podem representar algo próximo de 40% do PIB mundial. Enfim, a impressão que dá, Sr. Ministro, é que o mundo se move, e nós estamos aqui, como naquela velha música: "... na praça, dando milho aos pombos".

A pergunta que quero fazer a V. Exª é sobre a expectativa que tenho de que V. Exª possa influenciar, com maior intensidade, a inerte política comercial externa brasileira, no entendimento de que o Brasil possa superar esse *gap* de isolamento, e nós possamos, recuperando a competitividade, ter uma melhor inserção na política comercial global, até porque isso pode representar um espaço de crescimento e de geração de oportunidades para o povo brasileiro.

São as reflexões que trago a V. Exª, cumprimentando-o, evidentemente, pelos esforços louváveis e visíveis que V. Exª faz à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Já tinha cumprimentado nosso Ministro Armando Monteiro. É um prazer tê-lo nesta Casa.

Não quero aqui contraditar o nosso Senador Ferraço, porque nós vamos ter oportunidade, na Comissão de Relações Exteriores, Ministro, inclusive de fazer um debate numa audiência pública que estamos chamando sobre relações do Mercosul e o Mercado Comum Europeu, porque muitas vezes não é um posicionamento do Mercosul não querer fazer acordos comerciais; há também posicionamentos de dificuldade por parte da própria União Europeia e de alguns outros países. Então discordo do posicionamento do Senador Ferraço aqui, mas vou deixar para fazer esse debate na Comissão de Relações Exteriores.

Gostaria, entretanto, de ressaltar algo que V. Exª colocou, que eu acho muito importante, que é a situação do México e a diferença do nosso mercado interno. Se é verdade que o México tem mais de 40 acordos bilaterais, e que isso é positivo, também é verdade que, hoje, 50% da população do México vive na pobreza. Esse é um dado que nos foi trazido aqui pelo embaixador que assumirá a Embaixada do Brasil no México. Quinze por cento na extrema pobreza. O salário mínimo no México decresceu mais de 70% nos últimos 30 anos, enquanto que o do Brasil mudou esse patamar nos últimos doze anos. Sessenta por cento do trabalho no México está na informalidade. Então, obviamente, o México está tentando fazer um comércio diferenciado para fora, mas esse comércio não está beneficiando o país.

Relações exteriores são necessariamente para beneficiar o seu desenvolvimento. Nós nos inserimos no mundo global, nos inserimos nas relações comerciais, porque queremos que o nosso desenvolvimento seja bom, a qualidade de vida do nosso povo seja boa. E, obviamente, uma relação de troca é melhor quando é equilibrada, quando você não quer tirar o couro do outro país nem ele quer tirar o seu couro, ou seja, quando a gente consegue equilíbrio nas relações.

Entretanto, a gente precisa se preocupar com isto: que relações externas estamos fazendo que beneficiam o nosso desenvolvimento? Então, eu quero deixar aqui evidenciado o que V. Exª coloca sobre a importância do mercado interno brasileiro.

Mas eu quero, Ministro, falar que: ontem nós tivemos a oportunidade de participar de um evento em São Paulo, o seminário do jornal *Valor Econômico*, ao qual eu fui representando o Senador Delcídio, e foi um seminário que achei muito positivo. Eu até brinquei, quando fiz a minha colocação, que eu não esperava encontrar um clima tão ameno e tão propício ao financiamento das exportações de serviços. Aí eu entendi, claro, lá estavam os empresários exportadores de serviços.

Falei que, ultimamente, o que tenho ouvido sobre isso aqui no Congresso Nacional são muitas críticas, muitas críticas, ou seja, de que nós não deveríamos investir nessa área, inclusive críticas que trazem um grande grau de preconceito. Por que é que nós exportamos serviços para a Venezuela, por que é que nós exportamos serviços para Cuba, por que é que nós exportamos serviços para os países árabes, por que é que nós exportamos serviços para a África? Bom; ontem me pareceu claro: porque não há necessidade ou não há interesse de países de economia desenvolvida em importar os nossos serviços. É uma relação comercial, pragmática. Se houvesse interesse, poderíamos exportar serviços para os americanos, mas não parece que seja o interesse deles. Então eu queria que V. Exª abordasse um pouquinho essa situação da exportação de serviços do Brasil.

Nós estivemos lá ontem – e todos estavam muito coesos nas posições – pessoas de diferentes referências políticas. Estava lá o José Augusto de Castro, que é o Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil;

o Luiz Eduardo Barretto, do Sebrae; o David Barioni, da Apex; o Ministro Rodrigo de Azeredo, que é o diretor do Departamento de Promoção Comercial do Ministério de Relações Exteriores...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... o Marcelo Odebrecht, que é o Diretor-Presidente da Odebrecht; o Ralph Lima, que é o Vice-Presidente executivo da Abdib; o Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES; o Presidente do Tribunal de Contas, Aroldo Cedraz; o Embaixador Rubens Barbosa, que hoje é Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp; o Roberto Giannetti da Fonseca, Presidente da Kaduna Consultoria e V. Exª.

As posições de todos com quem conversei são convergentes. O Brasil precisa ser mais ativo na sua exportação de serviços. A exportação de serviços gera emprego, gera desenvolvimento das nossas indústrias aqui no Brasil. Nós precisamos tirar o preconceito que há em relação a isso e abrir esse debate, tanto que protocolei, agora, requerimento para que esta Comissão, Presidente, faça um ciclo de debates sobre aquilo que é importante para o desenvolvimento econômico brasileiro. E uma das questões importantes é a política de comércio externo.

Então, eu gostaria que V. Exª falasse um pouquinho a respeito disso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, Ministro Armando Monteiro, Senador e nosso colega, que, em momento complexo, é chamado a ajudar o Brasil e assume essa responsabilidade, como homem público e como uma pessoa que tem respeito pelo Brasil. Quero aqui dar o meu testemunho do seu esforço, Ministro Armando Monteiro. Amanhã ou depois, ninguém pode querer criticá-lo por não ter tentado. V. Exª tem tentado. Não é fácil.

Eu estava conversando, agora, com o Senador Tasso Jereissati e até lhe lembrava da fábula da cigarra com a formiga. A formiga se preparava para o grande inverno, e a cigarra ficava cantando.

O Brasil, de 2003, 2004 a 2008, teve um momento de enorme crescimento da nossa economia. Veio a crise de 2008, 2009, que não foi uma crise – foi chamada de marolinha. Depois, por diversas vezes, ouvi a Presidenta Dilma dizer que o Brasil não está passando por uma crise, mas a realidade que vemos no dia a dia não é essa.

Eu quero aqui expor algumas coisas que só no Brasil, realmente, acontecem.

Senadores e Senadoras, o maior polo eletroeletrônico da América do Sul e de parte da América Central é na cidade de Manaus. Vejam bem: eu não estou falando que é o maior só do Brasil. Eu estou falando que é o maior polo eletroeletrônico de diversos países. E qual é o único transporte que temos? Através do rio ou através da aviação. O Brasil tem um polo eletroeletrônico competitivo, com qualidade, que poderia estar exportando para outros países, e se nega a discutir o asfaltamento de uma via para escoar essa produção. Os ambientalistas não são irresponsáveis. É o Governo brasileiro que não tem responsabilidade com o seu povo, com a sua riqueza, com a sua produção.

Ministro – e aqui vamos discutir e fazer plenárias e outras coisas mais, Senador Ricardo –, veja bem: o custo de um produto sair de Manaus para São Paulo é mais caro do que o de um produto vir da China. Agora, me diz uma coisa: o navio da China é mais barato? O combustível da China é mais barato? As pessoas que trabalham dentro do navio que transporta custam menos? Ou é a burocracia brasileira que mantém mercadorias por dias a fio, sendo pago lá o estacionamento delas, porque a Receita só trabalha das 8 às 11 e não há ninguém para liberar a mercadoria ou não há ninguém da área do Ministério da Agricultura para liberar? É essa burocracia, Ministro! Não adianta discutirmos política se não discutirmos a burocracia brasileira, os custos aeroportuários que temos. Não conheço nenhum país que produza carros tão bons quanto os nossos. Os nossos carros perdem para quais outros carros? Por favor, digam-me aí!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. *Fora do microfone*.) – Para vários! Os brasileiros? Vamos relacionar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Quais, por exemplo? Vamos lá?

Eu acho que um carro da General Motors tem qualidade, pelo menos para Bolívia, para a Argentina, para o Chile, para o Peru, para o México, e é uma coisa que nós não estamos exportando hoje. Por quê? Porque a política internacional das relações exteriores do Brasil não é relacionada para o mundo, mas para alguns países que têm o mesmo pensamento. Essa é a diferença! Essa é a diferença! Essa é a diferença! O Brasil prefere ter uma relação próxima, institucional, pessoal, política e, muitas vezes, escusa com a Venezuela do que discutir com um país desenvolvido para que a gente possa exportar.

Aliás, falando em Venezuela, hoje, alguns senadores estarão lá, e eu até os aconselho a ver se poderão pousar lá na Venezuela, porque o governo é tão democrático que mandou dizer que não vai deixar o avião da FAB pousar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. *Fora do microfone*.) – Eles vão em avião de carreira, agora. Está decidido.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Outra coisa, Ministro: Manaus não tem um porto, tem terminais de que toda a indústria depende... Uma indústria! Veja bem, eu estou falando de uma indústria toda; não estou falando de duas ou três empresas. Eu estou falando de quase 600 indústrias na cidade de Manaus que dependem de um terminal. E não se faz um porto lá porque, ambientalmente, ninguém quer. Não se pode construir nada: tem a indústria, mas não se tem como levar a mercadoria.

Eu, outro dia, fiquei feliz. Eu fui lá na semana passada. A Presidente Dilma lançou um pacote de R$200 bilhões... Bem, vai acontecer daqui a alguns anos, talvez eu não esteja mais aqui e muitos de nós não estaremos mias aqui quando isso acontecer. Sobre a Bioceânica, não se se conversaram com a Ministra do Meio Ambiente, mas eu não acredito que dê para fazer... Ou falaram aquilo para a Presidente Dilma e não foram ouvir a realidade do solo, pois é para fazer uma estrada férrea para lá, ou disseram à Presidente: "Não, isso aí é tranquilo. Vamos passar lá pelos pântanos, vamos passar lá pelos igarapés, vamos passar pelos rios, vamos passar por tudo isso. É tranquilo fazer uma..." É difícil asfaltar a BR-319! É difícil asfaltar a BR-319! Que já foi afastada, não é uma estrada nova! É uma estrada antiga.

E a gente está aqui, Ministro, exigindo que V. Exª tome providências em relação à exportação de nossos produtos. Eu posso lhe assegurar, Senadora Gleisi, minha querida amiga, que não tem nenhum país do mundo que produza uma televisão igual à que o Amazonas produz hoje. Nenhum! Pode chamar, pode fazer fila! Faça fila! Coloque uma televisão, uma Samsung ou uma LG e façam fila... Até porque os japoneses pararam de produzir; a Philips parou de produzir televisão; os Estados Unidos não produzem mais televisão. Só quem produz televisão hoje, no mundo, com qualidade e de alta tecnologia, são as indústrias coreanas, onde estão as maiores... E mais de 90% do consumo, da compra de televisores, são dessas duas empresas que eu acabei de citar aqui. Isso é no mundo todo, não é no Brasil, não! Isso é no mundo todo. Não há mais.

Antigamente, você chegava e existiam: Colorado, Sharp, Itachi, Philco, Philips. Esses televisores... Não se produz mais isso, não se produz. O Brasil produz... Só que uma televisão dessas, de alta qualidade, a Argentina não compra, o Chile não compra, o Peru – que está ali ao lado – não compra, a Colômbia – que está ali ao lado – não compra, a Venezuela, que a gente chega por estrada, não compra. E por quê? Qual é a razão? Existe alguma coisa errada! Existe alguma coisa errada! O Polo de Duas Rodas, Ministro, não tem financiamento. E eu nem posso obrigar um banco a financiar, porque se o banco... Ele não vai financiar o que ele não vai receber. Ele não vai financiar para não receber. Então, nós temos dificuldades no Polo de Duas Rodas.

E eu não estou aqui no Senado... Já estive com o senhor e já coloquei a minha posição e vou colocá-la aqui novamente de público: não tenho nomes para indicar para a Suframa. Houve um Senador, que esteve lá neste último final de semana, dizendo que era uma briga política. Não há briga política, Ministro! O senhor indique quem quiser para a Suframa. Eu não tenho interesse em nomear nenhum cargo no Governo Federal. Não me elegi Senador para brigar, para eleger cargo no Governo Federal. Não me interessam os cargos do Governo Federal; e aqueles que estiverem interessados podem nomear quem quiserem! Eu não vou trocar o meu voto por um cargo; eu vou votar naquilo que é importante para o País e, principalmente, naquilo que é importante para o meu Estado, o Estado do Amazonas.

Dito isso, Ministro, gostaria de afirmar que eu sei da sua capacidade e espero que o senhor possa ajudar a nossa Zona Franca, principalmente no momento em que o Senado aprovou, à unanimidade – não foram 10 ou 20, foi unânime! –, a reestruturação de cargos da Suframa. E, infelizmente, a Presidenta Dilma vetou.

Mas, hoje, deve haver sessão do Congresso; e, se houver essa reunião Congresso, irei lutar, junto aos meus colegas do Amazonas e com o apoio dos Senadores, para que a gente possa derrubar esse veto, porque, há muitos anos, já era para ter sido resolvido esse problema. Esse problema não começou agora com o senhor nem comigo, quando cheguei ao Senado; esse problema vem sendo discutido aqui há mais de três anos, e não foi resolvido antes ou porque não quiseram resolver, ou porque, realmente, ficaram temerosos em levar esse problema para a Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra Senador Wilder Morais, encerrando o primeiro bloco.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente, Senador Raimundo Lira.

Cumprimento o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Armando Monteiro.

Quero aqui, Ministro, parabenizá-lo, dizendo do meu carinho e do respeito, porque sei da sua capacidade. É talvez um dos Ministros mais preparados que este Governo tem.

Como sempre falo, talvez até esteja sendo repetitivo com os outros Ministros, e usando a mesma linguagem do Senador Ricardo Ferraço e também do Senador Omar: a gente nota, Ministro – e isso fica aqui na condição de seu colega –, que o Governo, quando trata a economia e tenta ajustar com todos os Estados para tentar fazer uma economia regional, tentando respeitar a potencialidade de cada Estado, tinha que focar em algumas coisas, tais como: qual é a balança comercial mais prioritária do Governo?

Então, acabou de se falar aqui sobre a questão de Manaus, que é tão importante. Eu acho que o Governo... Qual é a importância de Manaus para o Brasil? Se estamos falando de economia de exportação, isso independe se se refere a Manaus ou ao Rio Grande do Sul, se é do Norte ou do Sul. Mas qual a prioridade? O Senador tem razão.

Então, sobre esses itens, acho que o Governo tem... Se pegarmos o caso do Mercosul, a contribuição dos países do Mercosul é muito pequena em relação à União Europeia ou até, como o senhor disse, aos Estados Unidos. Olhe o avanço que teve a Colômbia com o acordo com os Estados Unidos. Eles têm avançado muito mais do que nós.

Então, quanto a essa relação com os países do Mercosul, acho que o Brasil tem que avaliar. E acho que o Ministro, como técnico talentoso, deve pegar a nossa cadeia de exportação e estudar, item por item, o que perdemos e o que ganhamos na mineração, na carne, de que somos grandes exportadores, e o que devemos desonerar. Acho que o Ministério tinha que ser focado e tentar ver o que podemos aumentar na nossa exportação, de acordo com os itens que a gente tem – indústrias modernas, carros, como V. Exª falou – e como podemos avançar nisso.

A sua explicação, a sua apresentação foi muito precisa, mas muito longa. Ela tem um foco que agrada politicamente, mas seria muito mais eficiente tentarmos, vamos dizer assim, fazer o dever de casa, o arroz com feijão, que a gente já fez e que deu certo, como é o caso dos carros, um item que tínhamos uma exportação grande e que, hoje, é pequena.

Diante disso, temos de fazer o que é verdade. Ele tem razão: nós temos uma indústria montada em Manaus, e é prioridade a gente ver o que é que Manaus precisa fazer. Então, eu vou falar até do meu Estado: se lá é prioridade, que lá se atenda a prioridade dele, e que o meu seja o segundo, o terceiro, mas que a prioridade do meu Estado também seja contemplada no tempo.

Quanto à questão da exportação de serviços, eu, que tenho uma empresa de engenharia que faz obras em alguns países lá fora e tudo da iniciativa privada, acho que, sobre o volume de bilhões que nós utilizamos, para levar o serviço, o Governo tinha que pensar o seguinte: se ele tivesse feito isso, para desonerar a indústria brasileira em alguns pontos, com certeza, o resultado do produto interno era maior; a geração de recursos e mão de obra no País eram maiores. Então, são coisas, Ministro, para as quais o senhor tem capacidade. E eu acho que o Governo tinha que pensar em escolher uma espinha dorsal para os Ministérios e fazer o seguinte...

(Soa a campainha.)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... quais são os Ministérios importantes? E acho que, a partir daí, ter foco e, principalmente, o seu, porque nós estamos falando da economia brasileira.

Então, desejo a V. Exª que Deus lhe dê muita sabedoria para que a gente possa sair dessa crise e colocar o Brasil no crescimento de que tanto precisamos.

Obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (*Fora do microfone*.) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro para responder às indagações dos quatro Senadores do primeiro bloco.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Eu queria saudar o meu companheiro e colega Senador Ferraço, com quem pude, aqui nesta Comissão, travar alguns debates interessantes sobre temas que são de interesse da economia brasileira.

Gostaria, primeiramente, de fazer um registro, Senador Ferraço: V. Exª, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, tomou uma iniciativa importante que foi a sua ida aos Estados Unidos. E eu tive o cuidado, Senador, de, antes de ir aos Estados Unidos, ler o seu discurso em que V. Exª, de forma muito adequada, a meu ver, focou e contextualizou bem os desafios dessa relação Brasil-Estados Unidos. E quero dizer que encontrei lá uma boa semente, que V. Exª deixou, quando indicou alguns caminhos para que a gente pudesse dar, cada vez mais, dimensão a essa relação.

V. Exª falou aqui de alguns temas muito importantes, e eu vou diretamente ao ponto: o Reintegra. E tenho que dizer a V. Exª que, quando houve essas medidas do ajuste, alguns setores entendiam que nós deveríamos até prescindir do Reintegra, tendo em vista que, com essa flutuação do câmbio, o setor exportador teria tido uma compensação. E eu quero dizer a V. Exª que eu lutei, de maneira muito efetiva, dentro do Governo,

para que esse mecanismo fosse preservado, ainda que, como sabe V. Exª, ele tenha sido reduzido para esses próximos dois anos – o Reintegra, que era 3%, caiu para 1% –, mas o importante é que o mecanismo foi preservado e há o compromisso de que, em 2017, ele passe para 2% e 2,18%, voltando ao patamar anterior, que era o patamar de 3%.

E por quê? Porque o Reintegra não é um bônus, não é um prêmio. O Reintegra é uma compensação pelos resíduos tributárias que você não consegue desonerar ao longo da cadeia de exportação e, sobretudo, quando a cadeia é mais longa, mais extensa, você vai acumulando um resíduo tributário. O mundo inteiro consagra mecanismos como esse. Na China, por exemplo, faz-se um "Reintegra" que é quatro vezes maior do que o nosso.

Então, nós lutamos para preservar esse instrumento. E, ao mesmo tempo, eu levei à Presidente Dilma a preocupação com o atraso na liberação e no pagamento dos créditos que o setor privado tem e que têm origem no Reintegra. E a Presidente deu uma instrução muito clara de que se deve regularizar imediatamente essa situação.

Veja V. Exª: nós estamos na iminência de lançar um plano de exportação, e a nossa pretensão é fortalecer e até recalibrar os instrumentos. Ora, como poderemos fazê-lo se, primeiro, não operacionalizarmos bem os mecanismos que já existem?

Então, isso é uma pré-condição, ou seja, nós temos que honrar os compromissos com o setor exportador, pagando, de maneira tempestiva, os créditos correspondentes ao Reintegra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ministro, eu faria essa pergunta adiante, mas já que o senhor está respondendo ao Senador Ferraço, oportunidade que quero cumprimentá-lo, para dizer que há muitas empresas exportadoras cujo resultado financeiro está nas mãos do Governo. Na crise, as coisas vão se complicar. Então, é urgente que os recursos do Reintegra, os créditos que estão lá sejam monetizados e que sejam devolvidos aos empresários.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – O Reintegra, ainda que alguns dissessem: "Mas 1%, 2%..." Ora, se nós estamos falando que no mercado americano a tarifa média é de 3,5%, qualquer 1%, quaisquer 2%, qualquer *plus* que você tenha na formação de preço etc., é algo relevante.

Então, Senador Ferraço, nós conseguimos preservar o mecanismo, ainda que diminuído, nesses próximos dois anos, pelas restrições que são decorrentes do próprio processo de ajuste fiscal. Essa é uma conta que, segundo as estimativas, representaria de R$5 a R$5,5 bilhões por ano, e que vai ser reduzida a um terço.

V. Exª falou da política industrial e, a meu ver, colocou bem. Para a política industrial, nós temos que fazer uma avaliação de três gerações de políticas. Três! A PITCE – Política Industrial, Tecnológico de Comércio Exterior, a PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo, que foi feita a partir de 2004 e, finalmente, o Plano Brasil Maior. Se fizermos um balanço dessas três gerações da política industrial, eu acho que algumas coisas importantes foram feitas. E eu queria dar um testemunho a V. Exª, porque eu tiver a oportunidade de interagir com o Governo à época, na condição de Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Um ponto importante que eu destacaria: bens de capital. Equipamentos, no mundo inteiro, são desonerados. Ninguém tributa o investimento, o que é algo burro na essência. O que se deve é desonerar o investimento, porque o investimento é que gera a riqueza. Não há nada mais reprodutivo do que o investimento. E o Brasil se dava ao luxo, e ainda se dá, de tributar o investimento.

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Só que, na primeira fase da política industrial, nós pagávamos IPI sobre as máquinas, nós tínhamos um prazo longo para devolver os créditos de PIS/Cofins da aquisição de bens de capital. Foi nesse primeiro período, à época com o Ministro Furlan, que se criou a Lei do Bem, que foi um marco importante nessa agenda da inovação.

Então, algumas coisas positivas podem e dever ser creditadas a essas políticas anteriores. Mas, ao mesmo tempo, também devo reconhecer que, dado ao processo macroeconômico e às condições que ocorreram no mundo de mudança de ventos, algumas coisas da política industrial brasileira ficaram perdidas diante desse novo ambiente. E, aí, nós tivemos uma certa confusão, na última fase da política industrial, entre o que é política anticíclica e o que é política industrial.

Política anticíclica não é na essência e pode não ser política industrial. São desonerações que você promove pontualmente para animar alguns setores, para estimular a atividade econômica, mas que não guardam lógica com uma estrutura, vamos dizer, do que seriam realmente as bases de uma política industrial.

Na minha avaliação, Senador, nós precisamos reposicionar a política industrial. E o foco da política industrial deve ser, a meu ver, mais voltado para a visão microeconômica. Na realidade, o desafio da produtividade está na empresa também, os ganhos de produtividade que nós precisamos estimular. Portanto, uma visão focada na elevação da produtividade em amplos setores da economia industrial do Brasil, definindo para

os diferentes programas que existem – Sebrae atua nessa área com o Sebraetec, Senai atua, o Governo atua –, vamos ver se a gente cria uma metodologia para fazer extensão industrial e tecnológica inspirados em bons exemplos que existem no mundo, como, por exemplo, o Instituto Fraunhofer, da Alemanha, que desenvolveu uma extraordinária competência para melhorar e otimizar processos industriais, para atuar na questão da própria capacitação do capital humano da indústria.

Então, acho que nós precisamos ter um foco mais voltado para a produtividade e os ganhos de produtividade na indústria. E, evidentemente, poder mensurar esse processo.

A outra forma é a seguinte, Senador: o processo de desoneração, a meu ver, não pode ser feito pontualmente ao final, nos bens de consumo. Se alguma desoneração deve ser feita, ela deveria ser feita na área que define, em última instância, a competitividade, que é na base da formação de preços do setor industrial. Significa olhar a energia, que é um insumo básico, significa desonerar uma série de insumos básicos, que são fundamentais para dar competitividade à produção brasileira, significa rever a estrutura tarifária de uma série de insumos e bens que são importados e que, hoje, são incorporados crescentemente ao processo de transformação industrial do Brasil; e a competitividade do produto exportado depende, em grande medida, da sua capacidade de agregar componentes importados e insumos.

Portanto, veja o belo exemplo da Embraer. A Embraer não é um modelo de autossuficiência nem poderia ser. Se a Embraer não tivesse, no seu modelo de negócio, entendido que tinha que se valer da importação de componentes e bens, nos quais ela não poderia desenvolver competência a curto prazo, e ter a essência do seu foco voltado para a qualidade do projeto, para a questão da aerodinâmica, para aquilo que representa a essência do sucesso da Embraer...

Então, eu acho que a política industrial, meu caro Senador Ferraço, precisa realmente focar nos ganhos de produtividade, modernização do parque, redução de custo de insumos e precisamos ter uma política de energia para a indústria. Isso significa a necessidade de rever a estrutura, meu caro Senador Walter Pinheiro. Temos a questão dos eletrointensivos, dos setores que hoje estão vinculados ao mercado livre e ao mercado regulado, aqueles que estão na base de formação de preço da indústria, e temos também que ter e atuar sempre nos chamados custos sistêmicos, embora reconhecendo que essa é uma agenda mais demorada, porque depende da revisão da estrutura tributária, depende da melhoria da infraestrutura no País, depende da melhoria das condições de financiamento da nossa economia e, portanto, isso é remetido a uma agenda muito mais, eu diria, complexa do que esse foco que a gente deve dar.

Mas eu concordo inteiramente com V. Exª de que nós precisamos reposicionar a política industrial à luz das novas condições presentes, tanto no ambiente externo quanto no ambiente interno.

V. Exª fala da questão da política comercial e, aí, lembra que o Brasil está em uma posição de crescente isolamento. Permita-me discordar de V. Exª. Eu acho que, embora sabendo que alguns países promoveram acordos bilaterais, como o México, a que V. Exª se referiu – 45 acordos bilaterais –, eu acho que, olhando alguns mercados importantes, o Brasil tem condições, sim, de se integrar a determinados blocos, mesmo com a limitação imposta pelo Acordo de União Aduaneira, ou seja, de tarifa externa comum com o Mercosul.

Veja, com a América do Norte, nós não temos nenhum problema, o Mercosul não nos impõe nenhuma trava. Veja V. Exª que, com relação ao México, nós já tínhamos um acordo de margem de preferência tarifária, que estamos ampliando. Com os Estados Unidos, o nosso problema para bens industriais não são tarifas propriamente dita, é mais uma agenda de convergência regulatória e de harmonização de normas técnicas. Com os países da Aliança do Pacífico, aqui na América Latina o Brasil pode, sim, e deve se integrar de forma muito mais efetiva, com um foco maior na questão do Chile, da Colômbia, do Peru, onde há, sim, oportunidades para o Brasil, para a indústria brasileira.

Por exemplo, com esses países, já temos um cronograma de desgravação: com o Chile, alíquota zero hoje; e com esses dois países, até 2018, há praticamente uma situação de livre comércio, porque estaremos completando a desgravação.

Agora, a União Europeia. A própria União Europeia vive o desafio também de se inserir em meio às mudanças que estão ocorrendo e os grandes acordos, os megablocos, que também estão desafiando a própria inserção da União Europeia. Há o Acordo Transpacífico, que os Estados Unidos estão fechando, e a perspectiva de um acordo dos dois blocos, Estados Unidos e União Europeia. Eu tenho, Senador Ferraço, razões para acreditar que nós vamos, finalmente, trocar as ofertas com a União Europeia.

E quero ainda dize que, com relação a alguns mercados emergentes na África e no Oriente, nós podemos ampliar, sim, as nossas relações.

Agora, eu não poderia tangenciar. Quando V. Exª fala do Mercosul, eu quero lhe dizer o seguinte: uma vez instado a falar sobre a relação com o Mercosul, eu disse que o Mercosul me lembra de algo como um casamento indissolúvel, mas, mesmo em um casamento indissolúvel, é preciso discutir a relação permanentemen-

te, até para que ele seja indissolúvel. Eu acho que o Mercosul é um ativo que o Brasil construiu. Não creio que seja apenas, na visão que foi expressa aqui por alguns Senadores, um exercício de boa vizinhança ou apenas algo que decorre de um posicionamento político. Se nós levarmos em conta o período de vigência do Mercosul, o ganho que tivemos nas relações de comércio com o bloco e o incremento que tivemos ao longo do tempo, especialmente para a indústria brasileira, eu não tenho nenhuma dúvida de afirmar que o Mercosul se constituiu num ganho.

No entanto, reconheço que, nessa questão da união aduaneira e da tarifa externa comum, que tem um grau de perfuração já alto, porque há uma lista de exceções, nós precisamos, na discussão dessa questão do Mercosul para o futuro, verificar como podemos construir algum grau de liberdade, sem desmontar essa construção institucional que foi tão importante para o nosso País. Aí quero dizer a V. Exª que não estou fazendo apologia disso para o acordo com a União Europeia, porque nós estamos acertando já praticamente toda a harmonização intrabloco, dentro do próprio bloco, considerando que existem assimetrias, porque o Uruguai não tem um tecido industrial, mas a Argentina tem, e a indústria é mais sensível na Argentina a essa maior exposição em relação à perspectiva de se reduzir tarifa com a maior perspectiva de acesso de bens industriais da Europa no mercado argentino. Então, eu acho que nós podemos consagrar um mecanismo, sobretudo quando nos relacionamos com outros blocos, que consagre a ideia de velocidades distintas no processo de integração e mesmo das listas individuais, ou seja, um tipo de sincronismo diferente do processo hoje mais rígido que temos. Então, meu caro Senador Ferraço, em última instância, eu acho que nós precisamos promover, dinamicamente, ajustes. Nada deve se cristalizar, sobretudo em relação ao comércio internacional em que as mudanças ocorrem e estão ocorrendo com uma velocidade impressionante. O Brasil não pode ficar amarrado.

O nosso Senador Aziz faz aqui um desabafo sobre a sua inconformidade com a questão da infraestrutura na Região Norte. E aí, Senador, eu queria lhe dizer que estou à disposição das empresas do polo, porque, em última instância, quem exporta é a empresa, e eu tenho uma curiosidade especial. Na realidade, em função desse próprio isolamento a que V. Exª se refere, qual é o mercado da Zona Franca? O mercado brasileiro. E posso dizer que, num certo sentido, a Zona Franca exporta para o resto do País, dada a distância, que não é pequena, dos principais centros consumidores, e deficiência de infraestrutura, que, na realidade, valem também para a própria venda do mercado doméstico.

Então, eu lhe pergunto: por que, efetivamente, a Zona Franca não tem podido ter maior inserção no comércio externo? É algo que eu, pessoalmente, gostaria de conhecer mais num diálogo com as empresas, porque creio que às empresas interesse, evidentemente, sobretudo no momento em que o mercado doméstico se contrai, as empresas têm um grande interesse, suponho, de que possam exportar na medida do possível.

O que eu queria prometer a V. Exª? Dentro dessa visão mais regionalizada do comércio exterior brasileiro, eu queria criar um grupo técnico no Ministério, sob a nossa supervisão, exclusivamente voltado para entender os desafios do setor eletroeletrônico que está instalado. Isso vale para o Polo de Duas Rodas, que eu conheço. Aliás, é algo impressionante, porque, diferentemente do que se supõe, o grau de integração e de verticalização da cadeia produtora do Polo de Duas Rodas é impressionante! Você faz o bloco dos motores...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Algumas até com mais de 90%.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – ... você faz a mecanização completa, a usinagem. É um processo impressionante!

Então, Senador Aziz, eu queria deixar essa proposta, para que possamos entender bem quais são efetivamente, hoje, os problemas que impedem ou que dificultam a exportação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Mas a finalidade da Zona Franca, quando foi criada, era exportar internamente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Certo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Se a economia do Brasil não vai bem, a Zona Franca é a que sofre mais.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Para se ter uma ideia, a média, em alguns Estados brasileiros, é bem menor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – O Amazonas perdeu da sua economia, nesses primeiros meses do ano, em torno de 20% na arrecadação do Estado, para vocês terem uma ideia. Foi o Estado que mais demitiu diretamente dentro da indústria; e, indiretamente, também houve a demissão de um número muito grande de pessoas.

A nossa luta constante é que, quando a economia interna do Brasil não tem condições de comprar os produtos produzidos na Zona Franca... Esse mercado foi quando comecei falando sobre a fábula da formiga e

da cigarra. Enquanto tivemos uma economia forte no Brasil de consumo e de crédito, todos os setores estavam bem. A partir do momento em que houve alguns problemas econômicos no País, problemas esses profundos, causados... E já era cantada essa pedra, Ministro Armando. É porque viemos falar sobre o que está acontecendo agora, mas os primeiros a sofrer com isso foram os Municípios. Com as desonerações que o Governo Federal saiu dando aleatoriamente, quem começou a quebrar lá trás foram os Municípios brasileiros; depois, os Estados, e agora o Governo Federal está com esse problema. É um problema por quê? Porque a economia do Brasil não cabe no orçamento brasileiro. Simplesmente isso. Nós gastamos mais do que arrecadamos.

Estamos fazendo um discurso, cada um no seu setor, mas o grande desafio seu, Ministro, que os outros Ministros não conseguiram fazer – o Ministro Pimentel, que hoje é Governador de Minas; e outros com os quais, como Governador ou agora como Senador, tive oportunidade de discutir –, é dar transversalidade. Um exemplo claro, que já discuti com o senhor, é o CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia, que está parado, não está funcionando, e é um centro de conhecimento para que pudéssemos ter alternativa à Zona Franca.

Só para concluir, Senador Raimundo Lira, e pedindo escusas dos meus colegas, principalmente de quem vai falar depois, quero, sim, participar dessa reunião.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Estou à disposição.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Vamos promover isso com os Parlamentares do Estado Amazonas e da Região Norte, porque a Zona Franca está em Manaus, mas há ZPEs e há outras indústrias relacionadas na Região Norte.

Muito obrigado pela resposta, Sr. Ministro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Sobre o CBA, V. Exª vai ter uma notícia muito boa proximamente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – A Senadora Gleisi me instou aqui a falar sobre o tema da exportação de serviços, e eu quero, Senadora, até agradecendo esta oportunidade, dizer-lhe que é impressionante como esse tema – está o Giannetti aqui presente, que esteve ontem lá no seminário – da exportação de serviços ganhou uma sensibilidade política que, às vezes, faz com que o debate fique muito enviesado. Então, eu gostei hoje desta manchete: vamos despolitizar esse debate, na medida do possível. E vamos entender um pouco essa questão.

Por exemplo, aqui nesta Casa, quando eu estava aqui presente, ouvi uma opinião que ia na seguinte direção: de que o apoio a um projeto externo de infraestrutura implicava, necessariamente, preterir um projeto brasileiro, como se houvesse uma ação concorrente, ou seja, o Brasil financiou um porto em Cuba em detrimento de uma grande obra de infraestrutura no Brasil, coisa que não acontece a rigor; não são projetos que concorrem.

Por outro lado, o total de recursos, Senador Flexa, que o Brasil gastou ao longo desse tempo; o total do financiamento que foi alocado para esse esforço corresponde, na média, a menos de 2%, a 1,5% do orçamento do BNDES. O orçamento do BNDES hoje, para simplificar, representa algo como US$50 bilhões/ano. A média desses financiamentos aí alcançou, no período de sete, oito anos, um pouco mais de US$1 bilhão, US$1,5 bilhão ao longo desse período. Tanto é verdade que, no levantamento que fizeram, ao longo de todo o período, nós alcançamos US$11 bilhões. Então, é uma fração pequena do orçamento do BNDES. E volto a dizer: isso não compromete, isso não é excludente, isso não retira a possibilidade de apoio a outros projetos no País.

Por outro lado, é preciso entender que a essa exportação, Senador Flexa, corresponde... Primeiro, o desembolso é feito em reais aqui, internamente. Os fornecedores que são agregados a essa exportação... Por exemplo: quando se exporta, está-se agregando serviços outros – estudos da área ambiental, estudos econômicos daí decorrentes, serviços na área de engenharia elétrica, serviços da área de consultoria ambiental –, e há todo um conjunto de bens que são agregados, desde veículos que são exportados nessas operações, transformadores, geradores elétricos, uma ampla gama de produtos que se incorpora ao negócio de exportação de serviços.

Além disso, empresas pequenas e médias também participam. Há, por assim dizer, uma forma de exportação indireta: empresas que não conseguiriam exportar diretamente exportam através do pacote de serviços. Por exemplo: vi nos últimos dias uma comparação sobre o que seria – entre aspas – o "prejuízo" decorrente desses financiamentos. E aí, Senador Tasso, alguém fez uma comparação, dizendo o seguinte: que as taxas de juros eram inferiores àquelas que são oferecidas no lançamento de títulos públicos nesses mesmos países. Ou seja, a República Dominicana...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO – ... emite um título público com juros de 7,5%, e o Brasil, quando exporta para a República Dominicana, vende com taxa de juros abaixo. Ocorre que quem compra um título público da República Dominicana ou de qualquer país assume o risco inteiramente dessa aplicação.

Na exportação com amparo no sistema do FGE e do Convênio de Créditos Recíprocos, que envolve 14 países da Aladi – e vem de 1982 esse sistema –, mesmo a Argentina, nos piores momentos de crise cambial etc., não deixou de honrar os pagamentos do Convênio de Créditos Recíprocos.

É isso, Giannetti?

Ou seja, não há registro de nenhuma inadimplência no Convênio de Créditos Recíprocos que vigora no âmbito dos países da Aladi. Então, essas exportações estão amparadas também por uma cogarantia do CCR (Convênio de Créditos Recíprocos). Ora, se há mais garantia, evidentemente, pode-se imaginar que a taxa de juros seja menor.

Por outro lado, hoje, há uma colocação de que o FAT tem prejuízo. Ora, todas as linhas do BNDES, sobretudo as do PSI e as que foram, nos últimos anos, oferecidas, envolveram um certo grau de subsídio, porque havia uma diferença entre a taxa praticada e o custo de captação pelo Tesouro, mas eu acho que o *funding* que é o FAT do BNDES tem também uma razão importante que é a de estimular o investimento e o desenvolvimento de atividades que gerem empregos no País e que possibilitem, portanto, uma ativação das cadeias de fornecimento etc.

Eu acho – permitam-me – que as exportações de serviços representam para o País algo muito importante. As empresas brasileiras desenvolveram competência, *expertise e* se transformaram em *players* importantes no mercado, nas disputas dos projetos de infraestrutura. A participação hoje das empresas brasileiras na América Latina é de quase 20%. É algo muito relevante. E os concorrentes nossos oferecem condições de financiamento. Não é uma disputa que se dá sem que haja uma disputa das condições de financiamentos. Eu disse aqui, Giannetti, e até repito que, nesse tipo de negócio, o financiamento é mais importante que o próprio preço, porque, em última instância, é o financiamento que define o negócio. Então, eu insisto em dizer que acho que esse debate sobre a questão da exportação dos serviços precisaria ser, a meu ver, menos contaminado pela disputa política, porque acho que é algo que interessa ao País. Isso aconteceu ontem, acontece hoje e vai acontecer amanhã, porque o Brasil não vai se retirar desses mercados. Eu quero lembrar também que o negócio da exportação, seja de serviços, seja de manufaturados, conta no mundo inteiro com o apoio de agências especializadas de crédito. Todos os países que atuam no mercado internacional têm agências de crédito especializadas. E essas agências atuam de duas formas: ou elas financiam operações de maior risco político, naturalmente, lastreadas também em sistemas de garantia, ou elas, para que o sistema financeiro privado entre no negócio, proveem garantias ao sistema financeiro privado. É assim que as agências de crédito de exportação funcionam no mundo. Portanto, o apoio ao financiamento de exportação é algo que existe na experiência internacional em todas as direções.

Para concluir, o Senador Wilder me coloca a visão muito própria – e eu estou absolutamente de acordo – de que, quando se definem esses programas nacionais, esses grandes programas, esses programas que são grandiloquentes às vezes, é preciso ter um olhar sobre a questão regional, sobre a questão local, sobre como se incorporam os setores a esse esforço de exportação, sobre onde é que se pode ir buscar ganhos do ponto de vista da incorporação desses setores, da integração desses setores. Essa visão regional é fundamental e a visão local. Quero dizer a V. Exª que concordo inteiramente com a sua colocação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O segundo bloco tem os seguintes Senadores que participam: Senador Tasso Jereissati, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Lasier Martins e Senador Walter Pinheiro.

Na ausência do Senador Walter, falaria o Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Raimundo Lira, Presidente desta Comissão, Ministro, meu amigo, Armando Monteiro, eu queria, primeiramente, parabenizá-lo pela exposição absolutamente lúcida, absolutamente imbuída de uma visão global dos problemas de desenvolvimento do nosso setor produtivo, não só da indústria, mas serviços e comércio, e, como V. Exª sabe, essa sua explanação e essa capacidade de articular essa visão e seus pontos de vista não me surpreendem já que o conheço de longo tempo e de outras atividades e sei muito bem da sua competência e espírito público, herdado, aliás, do seu pai.

No entanto, essa visão, com a qual concordo em praticamente em tudo, teríamos uma grande discussão aqui sobre a questão de exportação de serviços; alguns dos argumentos de V. Exª poderiam ter uma visão diferente, mas, como aqui propôs a Senadora Gleisi, na Comissão de Relações Exteriores poderemos debater sobre esse assunto. E acho que será mais objetivo nesse fórum debatermos, porque acho que se prende muito mais à questão dos subsídios, ao tamanho dos subsídios, à oportunidade ou não dos subsídios e à confidencialidade dessas transações.

A sua visão, Ministro, e as suas iniciativas, que tenho acompanhado pela imprensa, pelos jornais, com a tentativa de dar um novo foco sobre as grandes economias importadoras de manufaturados, principalmen-

te, não apenas as economias importadoras de produtos primários, mas que possam dar vazão a produtos de maior valor agregado, dar mais emprego no nosso País, fortalecendo a nossa indústria; essa sua ida aos Estados Unidos. Agora, tenho a impressão, pelo menos, que V. Exª faz um esforço enorme nessas duas iniciativas com os Estados Unidos e com a União Europeia, às vezes não tão acompanhado de todo pensamento do Governo, já que, ao longo destes anos todos, a visão era diferente, profundamente diferentes dessa sua, e a gente está à procura do caminho correto, evidentemente.

Sobre essa questão, especificamente, eu queria fazer uma pergunta bem objetiva: são sabidas as dificuldade que a Argentina tem posto em relação ao acordo com a União Europeia. A pergunta é bastante objetiva: como anda a posição, hoje, depois desses encontros mais recentes havidos em Bruxelas, da Argentina? Qual o grau de dificuldades e a possibilidade de superá-las?

A retomada do investimento, como V. Exª colocou muito bem, é fundamental.

V. Exª sabe, mais do que eu, que se não retoma o investimento, sem confiança, sem construir um quadro de confiança, V. Exª é empresário, foi Presidente, anos, da Confederação Nacional da Indústria e sabe que a confiança é fundamental.

Se alguém, se um industrial, se um investidor não está acreditando no País, na economia, a curto prazo, ninguém investe, e, por mais que sejam promissoras as promessas, os discursos, a coisa não sai do lugar, e nós precisamos de um conjunto. Não é um Ministro só, e dois Ministros, ou três Ministros, dizerem "eu acho".

Até que nessa situação que nós estamos vivendo e que nós vamos enfrentar, na minha opinião, no meu sentimento, Ministro, talvez – V. Exª fez uma lembrança, aí, do tempo da discussão do CIF, FOB, do aço, mas, então, nós temos uma vida, já, longa por trás aí, e, espero, pela frente também, não é? –, uma das recessões mais profundas que nós tenhamos vivido na nossa época de trabalho, talvez.

Estou com muito receio do que está por acontecer no próximo trimestre, quer dizer, nos próximos trimestres. Realmente, muito preocupado. Não só pelo que a gente vê, pelos números, mas pelo que a gente está sentindo de amigos e companheiros seus também.

E nós temos que ter alguma saída, preparar alguma saída. E eu acho que a coerência deste Governo seria dar ao seu Ministério o mesmo peso de importância e prioridade que o Ministro da Fazenda tem. Se o Ministro da Fazenda, de uma maneira ou outra, não de uma maneira voluntária, mas, em função das circunstâncias, o Banco Central, um processo de segurar o crescimento, segurar o consumo que vai elevar essa recessão, nós, se não tivermos uma contraparte, mesmo que lutando contra a maré, brigando no sentido de criar iniciativas para que o contrário ocorra, não necessariamente no consumo, mas na exportação, nós vamos ter problemas, não só de curtíssimo prazo, mas vamos ter problema de médio e, até, longo prazo.

Por isso, queria falar sobre confiança para isso, porque sei da sua luta, mas confiança, V. Exª acha que, por exemplo, quando a Presidente da República lança um evento que me pareceu oportuno, vamos fazer um grande evento de promover novos investimentos e investimentos em infraestrutura para dar uma mudança na curva em que a gente começa a falar de coisas positivas em que o empresário acredite, que o investidor acredite, que possa investir.

Lança-se, no meio disso, um delírio chamado Bioceânica. O senhor não acha que tira toda a credibilidade e joga por água abaixo aquele evento, aquele objetivo principal que era de animar o investidor novamente? Acho que V. Exª não vai poder ser tão franco e explícito quanto eu, mas sabe que é um delírio aquela Trans, Bioceânica, não sei mais nem o nome dela.

Aqui tem o Senador Blairo Maggi, por exemplo, acabou de sair, mas sabe, porque é um grande exportador de soja, e, em qualquer, no investimento, no tempo ou na operação, ela é absolutamente delirante. E essas coisas é que fazem a gente ainda não acreditar que realmente o conjunto do Governo esteja falando seriamente nos propósitos que eu sei que V. Exª tem.

E, puxando um pouquinho, aqui, para o nosso Nordeste, é preciso mudar, ao meu ver – e, talvez, V. Exª seja a pessoa adequada –, colocando essa discussão do ICMS no âmbito correto. Lembrando a força, a importância e a relevância que tinha o Governo Federal no passado, nos incentivos que passaram a ser todos dados pelos Estados, talvez até por falta de uma política federal, os Estados começaram, por falta de opção, a chamada guerra fiscal, e eu fui um dos pioneiros nessa chamada guerra fiscal por falta, absolutamente, de alternativas. Ou nós dávamos incentivos fiscais nós mesmos, ou nós íamos nos afundando numa paralisia, desemprego e aquela quase condenação do nosso Nordeste à pobreza e a viver de benesses do Governo Federal.

No entanto, isso perdeu o sentido, virou guerra fiscal, todo mundo dá, etc, hoje o mundo é outro. Mas a guerra fiscal não se resume, ou a questão do ICMS não é o único problema tributário brasileiro. Nós temos toda uma teia de complicações, nós temos o sistema tributário mais complexo do mundo. V. Exª também falou muito bem, o problema agora não é nem desonerar impostos, é simplificar para que as pessoas possam

trabalhar, gastar menos, entender e até sonegar menos do que isso. E o ICMS é uma parte pequena que atinge hoje principalmente os Estados mais pobres nessa questão.

O IPI, por exemplo, foi usado no seu Ministério, não agora, mas anteriormente, vastamente, com recursos muito maiores, como incentivo fiscal na questão da indústria automobilística anticíclica. O incentivo do IPI é um incentivo perverso porque ele dá incentivo à indústria de uma região e prejudica os Estados e Municípios de outras regiões. Foi usado amplamente e continua sendo usado amplamente sem que seja discutido como instrumento de guerra fiscal. Ou se faz – eu sei que não é possível agora, não é fácil fazer no curto prazo – pelo menos uma política, não vamos chamar de reforma tributária, de simplificação tributária, em que o ICMS vai estar embutido nessa simplificação tributária como parte do problema, ou nós estaremos jogando e empurrando todo o problema para o lado mais fraco da questão, que são os Estados que precisam desse incentivo.

Então, essa discussão eu acho que precisa ser revista, porque senão nós não vamos chegar a lugar nenhum. Essas são as colocações básicas que eu queria fazer, novamente dizendo do apreço que eu tenho pelo seu trabalho e pela sua pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra...

Senador Antonio Carlos Valadares, eu faria um apelo para V. Exª ceder a posição para a Senadora Sandra Braga, uma vez que ela tem um compromisso fora. V. Exª concorda?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Após a palavra da Senadora Sandra, então eu falarei, não é? Farei as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Não há problema. É um prazer fazer a permuta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Sandra Braga.

Obrigado, Senador.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Obrigada Senador. Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, criador desta Comissão nesta Casa, nosso Ministro Armando Monteiro; obrigada Senador Valadares. Eu tinha três perguntas para fazer, mas vou fazer só uma, Senador. Na verdade essa não é uma pergunta, é sobre a questão dos servidores da Suframa com relação à questão da reestruturação salarial.

Essa é uma discussão que já vem ocorrendo não de hoje, mas de vários anos – e creio que o Sr. Ministro deve estar acompanhando –, mas, hoje, nós temos a votação no Congresso sobre a Medida Provisória 660, que trata desse assunto. E a Bancada está organizada para derrubar esse veto. Na verdade, tentamos construir junto ao Governo Federal, a Bancada toda do Amazonas esteve tentando uma construção, uma conversa para que pudesse haver uma sinalização de negociação, que não fosse agora, mas fosse no futuro, infelizmente ainda não temos essa definição.

Portanto, essa seria a minha primeira colocação. A minha pergunta, Sr. Ministro, é sobre o CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia).

Esse CBA foi criado em 2002 e inaugurado em 2004. O Governo Federal gastou R$100 milhões para erguer essa estrutura. O último convênio celebrado com a Suframa e a Fundação de Defesa da Biosfera foi de R$2,8 milhões, recursos necessários para pagamento de bolsa, compra de insumos, manutenção de equipamentos. Cm validade de seis meses. No entanto, esses equipamentos estão há dois anos sem receber manutenção corretiva e nem preventiva.

A imprensa local noticiou o encerramento das atividades do CBA no último dia 10 em vista da não renovação do referido convênio, deixando hoje 48 bolsistas que trabalham em 25 laboratórios, vendo o resultado do seu trabalho ir por água abaixo. No início, eram quase 200 bolsistas.

Bem, a maior indignação desses técnicos é que, terminando esse contrato, eles saem da instituição sem qualquer rescisão trabalhista. O pesquisador Dácio Mendonça, integrante da Comissão do Movimento Pró-CBA, expôs a situação em audiência pública no dia 4 de junho na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. A Suframa, responsável pela execução da administração da CBA, respondeu em um comunicado à imprensa que a autarquia está analisando todas as questões envolvendo a CBA, a Suframa que deu a resposta.

Diante do exposto, quais são as reais providências que serão tomadas pelo MDIC para reverter esse quadro?

Obrigada, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, gostaria de registrar a presença do Senador Wellington Salgado, de Minas Gerais, que foi o primeiro presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa.

É um prazer tê-lo aqui, Senador.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares. Em seguida, darei a palavra ao Senador Walter Pinheiro e, encerrando o bloco, ao Senador Lasier Martins.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente. Quantos Senadores estão inscritos após o Senador Lasier?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Depois desse bloco, o próximo será V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu iria sugerir a V. Exª, como são poucos os Senadores, se o nosso Ministro concordar, que fizéssemos um bloco só e terminar.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Estou inteiramente de acordo, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, Sr. Ministro Armando Monteiro, de início gostaria de felicitar V. Exª, Senador e Ministro Armando Monteiro, pela desenvoltura, pelo desempenho e pela *performance* de sua palestra, posso dizer assim.

Os esclarecimentos prestados por V. Exª a esta Comissão, a sua permanência hoje aqui no Senado Federal, para nós, representam uma grande alegria, de vez que V. Exª sempre se portou aqui como Senador da República, como homem público exemplar, sempre afinado com o desenvolvimento nacional, não apenas torcendo, mas lutando pelo desenvolvimento industrial do nosso País. Sempre que algum projeto se relacionava com esse segmento, V. Exª estava sempre à frente, estava sempre comandando as ações para a aprovação de matérias visando o desenvolvimento do Brasil, com a indústria participando desse desenvolvimento.

Por isso, eu quero felicitar V. Exª pela forma brilhante como está respondendo a todas as indagações e pelas explicações dadas nesta Comissão.

É lógico que V. Exª e o seu Ministério enfrentam um momento de grande dificuldade, vivenciado pela economia nacional. Essa é uma tarefa árdua, que foi colocada sobre os seus ombros. O País enfrenta graves problemas de infraestrutura, alto custo de exportação, o processo burocrático ainda interfere, muitos dos incentivos fiscais brasileiros à indústria giram em torno da questão tributária. E em razão disso, Estados e Municípios sofreram o impacto da desoneração que foi feita há poucos anos pelo Governo Federal, antes da presença de V. Exª no Ministério. Ou seja, a União incentiva segmentos econômicos em detrimento das receitas que serão repartidas também com Estados e Municípios. É como descobrir um santo para cobrir o outro.

Apesar dessa prática, estudos mostram que muitos dos ganhos de exportação no Brasil são provenientes de alteração dos preços dos produtos e não resultado de uma política pública para o setor. De outro lado, em 2013, o Presidente da Finep, Agência Brasileira de Inovação, afirmou que a baixa produtividade da indústria nacional está diretamente relacionada aos investimentos insuficientes em inovação e tecnologia. Segundo essa informação, a inovação será capaz de reverter o quadro de estagnação da economia brasileira, cuja produtividade hoje é a mesma de 1980, segundo ele. Enquanto nesse mesmo período, a produtividade dos países asiáticos quase que triplicou.

Interessa mencionar ainda, Sr. Ministro, que segundo matéria divulgada por uma das revistas de maior circulação em nosso País, a *Veja*, no dia 10 de maio, a solução de apenas dois componentes da cadeia de suprimentos – administração aduaneira e a infraestrutura de transporte e comunicação – bastava para que essas duas cadeias fossem resolvidas...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – ... seria suficiente para somar US$84 bilhões à economia brasileira. E o que é mais surpreende é que esses componentes – administração aduaneira e a infraestrutura de transporte e comunicação – precisariam alcançar, segundo a reportagem, a metade da eficácia dos melhores do mundo. Ou seja, com metade da eficiência lá de fora poderemos ter um incremento de US$84 bilhões.

Diante desse quadro, eu gostaria de perguntar a V. Exª se o Plano Nacional de Exportações e o conjunto de planejamento que V. Exª e sua equipe desenharam para a indústria e o comércio exterior, que enfrentam os seguintes pontos... Farei as perguntas a seguir:

I) Como resolver o impasse da alta demanda por infraestrutura e os baixos investimentos praticados no Brasil?

Apesar do anúncio feito, a que se referiu o Senador Jereissati, pela Presidenta da República de um pacote de quase R$200 bilhões, com a participação da empresa privada. Qual é a expectativa da indústria e do comércio exterior para ser resolvido ou atenuado esse drama, considerando um orçamento altamente restritivo como o nosso?

II) Como fortalecer a indústria nacional sem incorrer em protecionismo, sem violar o princípio da não discriminação, consubstanciados em três dos principais acordos da OMC, e diante do fato de o Brasil já haver sido citado em recente relatório da OMC como o que mais adotou mais medidas protecionistas em 2013?

III) Quais as principais medidas para garantir investimentos em inovação e tecnologia?

IV) Há uma pretensão de mapear os ramos diversos da economia, apontando os de maior potencial de crescimento, e atacar as questões pontuais para cada setor? Ou seja, isso já foi feito? Quais os segmentos selecionados? Quais as prioridades?

V) Com relação ao drama vivido pelas indústrias, digo melhor, pela indústria automobilística, com as demissões, fábricas paradas, pátios superlotados, férias coletivas, quais são as medidas imediatas já adotadas ou em vias de adoção pelo Governo Federal para minimizar essa crise?

Hoje, a imprensa, a mídia registra que o endividamento das famílias brasileiras aumentou substancialmente. Em março, esse endividamento chegou a 46%, e cresce o calote. O calote cresceu 4,8% no mês de maio em relação a abril. Isto é, o alto endividamento das famílias vai reduzir o consumo também pela alta de juros para conter a inflação. Como resolver essa questão e compatibilizar essa equação (consumo x endividamento das famílias x inflação) para salvaguardar os interesses do comércio e da indústria?

E, por último, Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu gostaria de me referir à preocupação com o Pacto Federativo, que tem muito a ver com o desenvolvimento da indústria, do comércio e da realização das obras de infraestrutura, uma vez que os Estados estão praticamente parados em razão do seu alto endividamento e da queda da arrecadação pela retração econômica que existe em nosso país, como é público e notório.

Dezoito estados estão na mira do limite da responsabilidade fiscal. Isso significa que esse fator vai contribuir mais ainda para a recessão econômica em nosso País, pois, se os Estados estão parados, não podendo fazer investimentos, só um Pacto Federativo para solucionar a questão, conforme V. Exª já defendeu aqui muitas vezes, e nós também estamos defendendo; um Pacto Federativo que faça uma repaginada na arrecadação da União, dividindo uma parte desse bolo tributário com Estados e Municípios, para que eles possam fazer obras de infraestrutura, algumas das quais estão paradas. Os Municípios porque não recebem as verbas individuais; os Estados porque estão enfrentando problemas com a sua folha de pagamento e também com o cumprimento das suas obrigações previdenciárias.

Pergunto a V. Exª: como sair dessas dificuldades para ajudar os Estados e Municípios e, consequentemente, repor o crescimento econômico com a participação da indústria, do comércio, do turismo?

Enfim, é uma tarefa árdua, como disse a V. Exª. É um dicionário que V. Exª terá de ler todos os dias para ajudar a resolver problemas tão graves.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu estava brincando aqui com o Senador Tasso. É o seguinte: quando chega um Ministro aqui – viu, meu caro Armando? –, a ansiedade é tão grande que o cara já começa até a esquecer que sua pasta é o MDIC e termina cobrando até que ele esclareça problemas do turismo, da pesca, da saúde, da previdência, dos Municípios... (*Risos.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Claro, tudo isso é desenvolvimento econômico.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Tudo isso?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Tem a ver com a pasta do Ministro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Aí já vai tudo: índio, todo mundo.

Mas, Ministro, acho que foi o entusiasmo. Como ele disse que V. Exª teve uma *performance* excelente na apresentação do trabalho, a gente falou: "O homem já está dominando tudo". (*Risos.*)

Então, já está dominado.

Mas, meu Ministro, acho que uma coisa é importante salientar nessa fala do Senador Valadares: não poderia ser diferente essa expectativa nossa em relação à sua fala, por conta exatamente da larga experiência que V. Exª carrega, não só parlamentar mas, principalmente, na área.

Eu até já tive a oportunidade de dizer isso a V. Exª, que há uma virtude na indicação de V. Exª, mas há um problema: V. Exª é um Ministro que é da área, e, portanto, algumas pessoas costumam dizer que a quem é da área não é dado o direito de errar. Portanto, a responsabilidade aumenta, e aumenta enormemente.

Mas eu queria, a partir da própria exposição de V. Exª... Eu li atentamente o material que V. Exª trouxe, do que chama de foco para esse plano de exportação. Eu também já tive a oportunidade de dizer a V. Exª isso: acho que nesse quadrante que estamos atravessando esse Ministério é mais importante do que o Ministério da Fazenda – essa é a minha opinião. A Fazenda não irá resolver o problema da crise se não ampliar nossa ca-

pacidade de arrecadação. A Fazenda não irá resolver o problema da nossa economia se não aproveitarmos a oportunidade do momento. É bem verdade que a alta do dólar causa transtornos, mas, por outro lado, abre um imenso clarão para que possamos trilhar essa estrada da exportação e resolver problemas sérios da arrecadação, da nossa balança comercial. Consequentemente, a Fazenda, sem isso, não terá instrumentos para preparar o novo vetor de crescimento, se ela assim quiser agir e quiser pensar.

Portanto, é por isso que insisto com V. Exª: acho que esse é o Ministério que deveria estar no centro do debate. Não dá para o Governo lançar um pacote de concessões sem passar pelo MDIC. Na minha opinião, é hora de eleger onde vamos apostar nossas fichas. Não sou contra a Transoceânica, até porque a defendi aqui durante muito tempo, fazendo inclusive a defesa de um projeto de 1965, de Vasco Neto – e, por sinal, parte desse projeto, que é a Fiol, continua parada. Então, como eu posso falar em chegar ao Peru – e a proposta de Vasco Neto era chegar a Porto Bayóvar – se não estamos conseguindo chegar nem ao Porto Sul? A proposta dele era o Porto de Campinhos, que era o porto de Juscelino Kubitschek, conhecido como Porto Brasília – aliás, está lá até hoje a rampa e 12 metros de profundidade, só que não há mais condição de ser um porto ali, porque é uma área de turismo.

Portanto, acho que esse é o primeiro aspecto que está faltando nisso aí; e eleger prioridades em cima, inclusive, da própria questão do foco, que V. Exª aponta de forma correta. Qual é o foco neste momento? Ampliar a exportação.

Ampliar a exportação para a gente ampliar a nossa receita, ampliar a exportação para a gente aumentar a capacidade de produção interna. Eu só exporto o que eu produzo, a não ser que a gente queira continuar na lógica de exportar *commodities*.

Portanto, o fortalecimento da indústria está associado exatamente a essa capacidade de ampliar. Consequentemente, a facilitação para o comércio, que V. Exª levanta no plano também, é um subproduto desse esforço de dialogar com outros parceiros. Com os Estados Unidos, que apontam um nível de crescimento acentuado, saindo da crise; a Europa, que toma medidas consubstanciais. A comunidade europeia se reuniu, inclusive, naquela semana de 2, 3 e 4, tomando medidas, inclusive, importantíssimas para estimular a produção local e estabelecer novas relações, principalmente com o Brasil.

A outra questão fundamental do plano que V. Exª levanta, eu poderia traduzir como uma política de incentivos e estímulos, que se relaciona à inovação. Agora, inovação não pode ser invenção. A gente não faz inovação da noite para o dia, inovação é um processo.

Por isso que eu volto para essa questão de eleger. Quem é que, efetivamente, hoje está em condição de disputar um mercado competitivo para aproveitar esse momento de oportunidade? Eu não posso chegar agora, Senadora Ana Amélia, e inventar a roda, quer dizer, "vamos colocar uma indústria nova aqui ligeiro para aproveitar esse momento". Até eu consolidar essa indústria, Senador Tasso, a oportunidade passou, o cavalo já passou batido e eu não tive condição nenhuma de botar nem a cela, quanto mais pongar nele.

Então, a inovação não é um elemento estranho. V. Exª, por exemplo, como eu disse aqui, vem de um setor que, no Brasil, foi preponderante para a estrutura de inovação. Vide o nosso Cimatec/Bahia, a posição que a indústria assumiu via CNI neste Brasil. Aquele projeto Bahia é um projeto CNI. É um dos centros mais importantes, hoje, da América Latina.

Portanto, nós temos todos os elementos para isso.

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Quando V. Exª falou da Ford, a Ford na Bahia é um dos pontos de excelência no mundo em inovação. V. Exª falou da Índia, que está exportando para o México, mas hoje a Ford só tem duas unidades de *design* no mundo, uma está na Índia e a outra está em Camaçari.

Então, se a gente perde essa disputa, aí eu vou virar minhas baterias, vou fazer inovação onde eu não tenho nada. Vamos ampliar a inovação da Ford, vamos para cima de onde já está instalado. Vamos estimular... O incentivo tem que chegar para quem tem efetivamente as condições, nesse momento, de adotar inovação, prática de modernização, com financiamento e incentivo para aumentar a produtividade.

E a competitividade é um negócio extremamente delicado. A gente fala em competitividade... Se eu pegar aqui agora e dotar todo mundo de inovação no Brasil, os nossos *players*, por isso eu quero insistir, Senador Armando, eleger prioridades. Quais são os *players* brasileiros que podem entrar no mercado internacional, que podem vender para a China, que podem vender para os Estados Unidos, que podem vender para a Europa? Então, a gente tem que aproveitar esses *players* que estão aí e bombá-los, vamos chamar assim, e incentivá-los. Agora, esses *players*, para serem competitivos, além da inovação, além do investimento, além da modernização, precisamos ter uma discussão concreta com esses *players* sobre os insumos. E aí V. Exª tocou na questão da energia.

Os *players* brasileiros, hoje, aliás, jogadores nossos que não precisam de incentivo nenhum nosso para disputarem o mercado internacional são os eletrointensivos. Esses caras fazem isso 24 horas por dia, não precisa a gente empurrá-los para o mercado internacional, eles já estão. Até porque a disputa é no mercado internacional.

Só que, Senadora Ana Amélia, esses competidores dessa área são competidores, são todos gigantes, nós não enfrentamos nenhum pequeno. Aí, é disputa é desproporcional. E olha que nós estamos falando dos gigantes nossos aqui, tipo Vale, Brasken, Gerdau, mas esses sujeitos também só enfrentam figuras como os grandes do Canadá, da África do Sul, da Inglaterra, da Rússia, que estão comprando energia a R$200 – traduzindo para reais.

Enquanto, no nosso caso aqui, a energia está chegando até a 600. Traduzindo essas 200 pilas, como dizem os gaúchos... Então, não há competitividade que se segure nesse processo. Portanto, é eleger quais são os setores que a gente pode usar, e o Governo, inclusive, fazer o contrário: ir para cima e dizer que está dando incentivo para que se faça o jogo da Nação. Essa é a diferença.

Nós fizemos aqui a aprovação de uma pancada de incentivos e não fizemos nenhum plano associado a essa política de incentivo. E ficou incentivo a qualquer um. Aí o cara que foi incentivado, acabou o consumo, ele diz: "Meu irmão, eu estou fechando as minhas portas, porque na minha área não há mais consumo e eu não tenho mais nada." Então, é eleger a prioridade com foco no que V. Exª está colocando.

Por último, quero levantar exatamente uma das questões que até o Senador Tasso tocou aqui, que tem a ver com tributos e tem a ver com programas. Nós fizemos o PPB a partir da lista de produtos, o Padis, a Lei de Informática, o Reintegra.

Senador, eu até estou com o relatório do Padis aqui na Comissão e conversei com V. Exª... Aliás, a Apex, agora, fez um grande evento na cidade de Munique, de eu tive a oportunidade de participar. Fui convidado pela Apex. Foi agora, do dia 9 ao dia 12, em Munique, onde o Brasil era a bola da vez. Todo o mundo está de olho no sol do Brasil. Todo o mundo, o mundo inteiro.

Agora, onde é que residem as desconfianças? Na insegurança jurídica, uma série de processos, nessa incapacidade de resposta da indústria... Imaginem o que é instalar aqui a indústria de celulares e não ter certificação. Aí o cara se instala no Ceará, no Rio Grande do Sul, na Bahia, no Pará, e vai certificar seus produtos em São Paulo. Então, entra numa fila quilométrica para poder ter a certificação. Todo mundo lá fora cobra isso.

Há várias agências de financiamento desesperadas para vir para cá para financiar uma fonte de alternativa. Portanto, era juntar a fome com a vontade de comer.

Nós teremos um leilão agora em agosto. Aliás, a Bahia, inclusive, foi o Estado que apresentou o maior número de projetos ao leilão: 140 projetos com mais de 4 mil mega para esse leilão de solar. Portanto, é uma coisa importante a gente ir ao encontro. E eu não tenho como fazer isso sem o Padis.

No ano passado, nós incluímos o solar no Padis. E não é só o solar, mas outros componentes. Nós estamos falando de TV digital. Distribuir agora milhões e milhões e milhões de conversores para TV digital para estimular essa indústria. Essa é uma indústria de ponta.

A sílica lá em Ilhéus. Na cidade na região de Ilhéus, perto da Fiol, há uma sílica, Senador Armando, que é uma das melhores do mundo, em pouca quantidade, das melhores do mundo para produção de semicondutores. Está lá em Ilhéus. Mas qual é a expectativa que a turma tem lá? É tirar aquilo ali e mandar para a Ásia e não sei para onde, para o cara produzir o semicondutor. É tirar o que há de mais importante na produção do semicondutor e mandar o conteúdo, o insumo básico, em vez de a gente disputar esse processo da indústria.

Então, é para essa oportunidade que estou tentando chamar a atenção. E aí entra essa questão que V. Exª acompanhou como ninguém aqui, que é a simplificação do ICMS, como traduziu V. Exª e, muito bem, o Senador Tasso.

Nós estamos querendo só isto: simplificar. Não é possível um Estado continuar querendo energia solar, indústria, não sei mais o que, e a gente aplicar 35% de ICMS.

Eu brinco muito com o Governador dizendo: Governador, é melhor a gente cobrar 7% de tudo do que 17% de nada.

Esse debate sobre a questão dos tributos tem que fazer parte do contexto do Ministério de V. Exª. Não é só responsabilidade de Joaquim Levy. A responsabilidade dele é de um número, é de nos dar lá a conta. O Ministério de V. Exª é para dar a saída. Feito isso, o que eu vou produzir? Vou chegar a que lugar? Porque só pegar o ICMS e unificar não vai resolver absolutamente nada, se eu não tiver um plano de desenvolvimento econômico, se eu não tiver um plano de incentivo.

O atual texto da Lei de Informática – a Lei de Manaus, como todos falam – é de minha autoria, numa disputa ferrenha, no plenário da Câmara dos Deputados, com São Paulo, com o meu amigo Júlio Semeghini. Ele brincava comigo dizendo: "Você é de Manaus ou da Bahia?" Eu dizia: eu sou do Nordeste, meu irmão. Então, farinha pouca aqui, o pirão do Norte e Nordeste primeiro.

Então, o texto da Lei de Informática é de minha autoria, porque eu entendia que era correto fazer essa expansão, porque, senão, não crescia indústria no Brasil, em lugar nenhum! E não houve nenhum prejuízo para São Paulo com isso.

Assim como fizemos o Padis em 2007! O Padis, que se tenta renovar aqui, é de 2007! E é fundamental para esse quadrante agora. Senão, não adianta se falar em inovação, não adianta se falar em competitividade!

Hoje, Senador Armando Monteiro, semicondutor só acontece em quatro lugares do mundo, e todos os quatro lugares estão na Ásia! Na Ásia! Alguém vai dizer: "Nos Estados Unidos". Nos Estados Unidos, nada. A Qualcomm é que desenvolve, manda o seu bolachão, Senadora Sandra, faz, desenvolve, pega o seu bolachão e enfia lá na Ásia!

Portanto, não é um mercado qualquer, para a gente achar que vai competir, da noite para o dia. Pode apostar na inovação que for, não entra na escala da noite para o dia! Então, a gente tem que eleger com o que se pode entrar nessa escala, como a gente pode ofertar a quantidade de bocas, de gente e de condições que existem, no Brasil, para a gente entrar nessa escala.

Assim, esse é um elemento que está diretamente associado diretamente a essa política de simplificação, e, como V. Exª traduziu muito bem, vou encerrar dizendo isto: no passado, era o nosso Finor, a Sudene, o imposto de renda. O Senador falou do FPE e do FPM. A gente fez o projeto aqui, Senadora Ana Amélia, quando foi feita a proposta do FPE. No rabicho da proposta do FPE, eu botei um texto que dizia o seguinte: "Todas as vezes em que o Governo fizer isenção com o IPI, o dinheiro que vai ser repassado para os fundos de Municípios e de Estados terá que ser levado em consideração o cálculo da arrecadação e não da arrecadação abaixo a isenção." Porque aí é fazer política de isenção com o chapéu dos outros!

Isso foi bancado com o chapéu de Estados e Municípios! Então, o Governo tinha que continuar bancando, se ele queria fazer isenção para a indústria, não há problema nenhum, o IPI é um imposto federal. Mas quem pagou a conta fomos nós, que a recebemos, no ano passado, parece, a conta de 5 bilhões de redução. Cinco bilhões a menos! Então, esta é uma coisa que eu acho importante e, por isso, quero insistir com V. Exª: eleger quais são os setores, apostar nessa ampliação que V. Exª defende.

Eu não faria como o Senador Valadares, porque eu não quero que V. Exª tome conta de tudo, não, mas V. Exª tem que ser o principal Ministério, para a gente sair da crise! É na exportação e, consequentemente, na produção, aqui dentro, no estímulo à atividade de produção, de comércio que a gente vai conseguir achar a rota de saída, neste quadrante da nossa história.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Seguindo com o nosso bloco, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Senador Douglas Cintra.

Ministro Armando Monteiro, muito obrigado por estar aqui, pacientemente, respondendo perguntas tão árduas. Eu sou inclinado a concordar com o Senador Walter Pinheiro que V. Exª hoje responde por um dos mais importantes, senão o mais importante, Ministério, para isto que todos desejamos: a recuperação da economia nacional, atualmente tão deficitária. Conhecimento do tema V. Exª tem, e a tarefa é muito árdua, como já foi dito aqui pelos colegas, anteriormente, porque atravessamos uma etapa tão crítica para a economia nacional. Seu esforço é louvável, e sua proposta é recorrer ao comércio exterior, criando o Plano Nacional de Exportação, mas é evidente, desde logo, que exportação pressupõe a existência de produtos para se exportar, e aí começam os nossos problemas.

A nossa indústria está estagnada, e dizer isso virou lugar-comum no País. O aumento do desemprego é um fato, e os motivos também são sobejamente conhecidos.

A desestimularem a produção: juros altos, que desanimam investimentos; energia elétrica muito cara; falta de infraestrutura; governos estaduais quase todos deficitários, endividados, pedindo socorro ao Governo Federal, sem serem socorridos; carência de um programa de reformas. E V. Exª reconhece, desde logo, a necessidade de um ambiente tributário favorável, melhor, o que, aliás, tem sido reclamado há décadas; e fala na concorrência nociva da diversificação de alíquotas interestaduais – o ICMS, a guerra fiscal.

Enquanto isso, a receita de produtos básicos vem caindo – minérios, complexo soja, petróleo bruto – e sem receberem uma compensação com a exportação de produtos industrializados, apesar do câmbio favorável. E V. Exª fala na prioridade do comércio com os Estados Unidos, mas evidente que haverá necessidade de um entendimento com o governo Obama. E agora geram-se expectativas nessa próxima visita da Presidente aos Estados Unidos, porque estamos todos bem lembrados do problema de um estremecimento acontecido não faz tempo entre a Presidente brasileira e os Estados Unidos.

Então, para não me alongar muito, Ministro, porque já vamos longe com tantas perguntas e algumas repetitivas e enfatizadas exatamente por causa do problema, das dificuldades, da infraestrutura e demais: para alcançar esse projeto que V. Exª está propondo, há necessidade de um prévio vencimento...

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – ... desses crônicos obstáculos que o País enfrenta. E isto demanda muitas ações governamentais paralelas em uma época de tantos cortes orçamentários. Então, nós não queremos ter ilusões, nós queremos ver a viabilidade, o modo de fazer. Porque há muitos obstáculos a serem vencidos e em um prazo razoável.

Então, resumindo, aquilo que parece ser o mais difícil: como fazer isso se há esse conjunto de dificuldades que foram exaustivamente aqui descritos? Para que, a exemplo de outros eminentes Ministros que têm vindo aqui, nos falam tanto nos projetos, mas quanto à viabilidade, nesse momento em que o crescimento econômico do País é zero. Ou, segundo os analistas mais conceituados, uma previsão de uma taxa abaixo de zero para este ano. Como é que nós vamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a palavra o nosso Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Douglas Cintra; meu amigo Ministro Armando Monteiro, Senador e Ministro Armando Monteiro; Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Ministro Armando, festejei a escolha de V. Exª para o Ministério da Indústria e Comércio. V. Exª tem uma visão do País por inteiro, pela experiência que passou à frente, primeiro, da Federação de Pernambuco, depois, da Confederação Nacional. E, com isso, pode, tenho certeza – não chegaria a tanto como o Senador Valadares, que já o colocou como Primeiro-Ministro de um governo parlamentarista –, mas não há dúvida de que o Ministério de V. Exª é aquele que vai impulsionar, é a locomotiva do nosso Brasil.

Não vejo como a gente possa sair dessa crise, que não, a juízo meu, é consequência da crise internacional lá atrás, de 2008; ela foi provocada por nós mesmos, por falta de cuidado na gestão dos últimos anos que levaram o Brasil a gastar mais do que recolhia. Então, a morte era anunciada. Nós íamos chegar, tentar resolver o problema com política anticíclica, aumentando o consumo interno, endividando as famílias, isso é um absurdo.

Hoje, nós estamos vendo o resultado dessa política anticíclica: as famílias brasileiras nunca estiveram tão endividadas como estão agora. E pior: endividadas e sem condições de quitarem os seus compromissos. Mas eu perguntaria, Armando, lembro que inúmeras vezes nós discutíamos na CNI sobre a necessidade de o Brasil ter uma política industrial, política industrial essa que tivesse entre os seus objetivos a diminuição das desigualdades regionais, que servisse para que se diminuíssem as desigualdades regionais. V. Exª é de uma região, como eu, que necessita de ter uma visão diferenciada do Governo central, senão nós vamos continuar crescendo menos do que as outras regiões. Ou seja, em vez de diminuir a desigualdade, nós estamos aumentando, com o tempo, essa desigualdade. Perguntaria a V. Exª – não é nem uma pergunta – se, aproveitando essa oportunidade que é dada ao setor industrial, com V. Exª no Ministério, não poderíamos elaborar uma política industrial de médio e longo prazo, independente de partido que esteja sentado na cadeira de presidente, cumpra aquela política de médio e longo prazo. Ou seja, não se desvie, na tentativa de dizer: o que foi feito para trás não serve, só serve o que for feito daqui para frente. Isso nos leva à situação que nós nos encontramos hoje.

Eu perguntaria isso sobre essa política industrial. O Brasil, lamentavelmente, está sofrendo uma desindustrialização. A indústria hoje representa 13% do PIB. Nós estamos voltando ao Brasil Colônia: só estamos exportando *commodities*. E aí aqueles Estados, como o meu Estado do Pará, que tem 40% da sua economia na exportação de minérios, sofre por não poder ter receitas sobre esses 40% de exportação. O melhor dos mundos para qualquer Estado seria só importar, porque da importação você pode cobrar o ICMS e não exportar nada, porque da exportação você não tem receita nenhuma. Mas isso não é bom para o Brasil. Isso não é bom para o Brasil. É preciso que haja a exportação não da forma como fazemos há décadas.

O Pará já passou pelo extrativismo da floresta – da borracha primeiro, depois da floresta, da castanha e agora mineral, que é uma riqueza finita; ela, daqui a alguns anos, dependendo do volume da exportação, décadas, ela vai se exaurir. Então, eu perguntaria: não é justo que esses Estados exportadores de *commodities* ou de produtos primários tenham o retorno do imposto que abre mão na exportação por parte do Governo, ou seja, que o Governo cumpra, efetivamente, a Lei Kandir?

No ano passado, pela primeira vez, o Fundo de Exportação, que corresponde a R$1,9 bilhão, que é colocado aqui no Congresso, na Lei Orçamentária – porque quando vem do Executivo, vem zerado –, não foi repassado aos Estados brasileiros. E não se sabe quando será repassado. Está em "Restos a Pagar" – entre aspas –, vamos dizer assim.

Como proposta, nós poderíamos – isso já foi aventado – usar o imposto de importação como um instrumento para cobrir os tributos não cobrados na exportação, porque o imposto de importação efetivamente não deveria entrar como receita para o Tesouro brasileiro, mas deveria ser um dos instrumentos para devolver aos Estados exportadores o ICMS perdido. Então, essa é uma pergunta que eu coloco para V. Exª.

Por último, Ministro, V. Exª fez referência, no início da resposta do bloco anterior, à exportação de serviços. Eu sou a favor, não sou contra exportação de serviços. Muito pelo contrário. Mas não posso ser a favor, quando não há recursos para atender minimamente às necessidades internas do País, que se possa exportar serviços para outros países em detrimento de obras importantes que devem e precisam ser feitas internamente, em nosso País.

Segundo, a concentração dessa exportação de serviços em quase 80% em uma única empresa. E essa empresa tendo como seu lobista um ex-Presidente da República. Então, isso acho que não é republicano. Não podemos dizer que isso esteja na linha correta.

Terceiro, V. Exª fez referência a que não há possibilidade de esse recurso não retornar ao Brasil. Eu tenho minhas dúvidas. Os empréstimos feitos para os países para os quais foram feitos, cuja maioria está em crise, dificilmente voltarão para o nosso País.

V. Exª deve se lembrar de que nós, aqui no Senado Federal, anistiamos vários empréstimos feitos a países africanos, muitos deles ditaduras corruptas com desvios dos recursos que para lá foram. E nós anistiamos a dívida. Ou seja, a sociedade brasileira ficou sem os recursos que foram ali aplicados. Então, pergunto a V. Exª sobre essa exportação de serviços.

Eu estive numa reunião do Parlatino no fim da semana passada, em Havana, e tive a oportunidade de, no sábado à tarde, ir ao Porto de Mariel para visitá-lo. Realmente, é uma obra de envergadura para Cuba e acho que houve uma coincidência fundamental: no momento em que foi feito, os Estados Unidos flexibilizaram as penalidades sobre Cuba. Então, atirou-se numa direção e acertou-se em outra. Mas isso poderá, não tenho dúvida, levantar o País, porque na hora em que se abrir – e vai abrir aos poucos, não tem retorno –, nós teremos ali o desenvolvimento.

Vamos exportar serviços para o Pará, Senador Armando Monteiro. O Pará precisa do derrocamento do Pedral do Lourenço, do asfaltamento da BR-163, do asfaltamento da Transamazônica.

Estou me referindo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Estou me referindo à verticalização dos nossos minérios. Em vez de nós os exportarmos na forma bruta, que nós possamos desenvolver a cadeia, agregando valor. É isso que a gente poderia fazer com essas exportações de serviços que foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a palavra, para encerrar, a nossa Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caros colegas, para poupar o Ministro, vou fazer uma frase e um ponto de interrogação.

Fico aqui babando de inveja cada vez que o Senador Walter Pinheiro fala da Ford na Bahia, em Camaçari. Eu lá como gaúcha penso: "Perdemos tudo isso." Mas faz parte do jogo.

Ministro, pontualmente, o senhor sabe que sou do Rio Grande do Sul, e lá nós temos setores que são muito sensíveis e muito importantes, como é o setor coureiro-calçadista. Há um processo de revisão do direito *antidumping* das importações de calçados da China. Sei que a área técnica já está examinando no seu Ministério esse processo. A questão é a seguinte: quanto mais rápido isso for definido, clareado, maior segurança para os produtores da indústria calçadista. Então esse é um ponto.

Nós tivemos e temos sempre, pela fatalidade geográfica, a questão com a Argentina. A Argentina, vez ou outra, ou quase sempre, ou permanentemente, está criando as licenças prévias, está fazendo isso ou aquilo, impedindo. Queria saber do senhor, que tem tido contato com seus colegas argentinos, em que pé está hoje, neste momento, essa relação comercial, se ela já deu uma melhorada, qual é a perspectiva.

E queria abordar um tema que certamente já foi tratado aqui, o Senador Flexa também tratou, e seguramente outros Senadores trataram: incentivar a exportação. V. Exª tem toda a razão, é um setor... Eu sou de um Estado exportador, o Rio Grande do Sul, mas é um Estado que paga o preço por ser exportador, porque a Lei Kandir, bendita esta, atrapalha, cria um problema de desequilíbrio das contas, muito bem abordado pelo Senador Walter Pinheiro aqui.

E eu vim do Canadá esta semana e peguei um voo da Air Canada, uma empresa canadense, que tem empresas de aviação. E o avião em que eu vim era da Embraer. Então, Senador, quando eu vi aquilo, eu disse: puxa, que coisa boa isto! Como faz bem para o ego brasileiro ver um avião... Então, por que nós não investimos nessas áreas que têm agregação tecnológica, geração de emprego, uma cadeia produtiva enorme, porque não é só aquele aparelho, mas tudo o que está no entorno? Então esses setores com dinamismo maior e com uma chance grande de estar... O Vietnã quer comprar aviões da Embraer, e nós não estamos sinalizando para vender aviões...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pois é, mas o Vietnã quer comprar, Ministro Armando Monteiro. Então, acho que a Embraer é um ponto importante.

E para repetir agora e para encerrar, este tema foi certamente abordado por vários Senadores, mas eu gostaria de tratá-lo. Com o senhor, antes de assumir o Ministério, nós debatemos, inclusive no plenário, a questão...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Exatamente, lembro perfeitamente bem agora. E o raciocínio é o mesmo, elementar. Lá não há estrada, no Rio Grande, como não há no Pará, como não há na Bahia. É o seguinte: por que não bota esse dinheiro aqui? Até porque o juro está subsidiado.

E aí o que me preocupou foi a notícia dada hoje por *O Globo*, de que, de 2007 até agora, foram R$11,9 bilhões que foram emprestados. E significou uma retirada do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) de R$1,1 bilhão. Quem fez o estudo é gente séria, e eu vou dar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É. E vou dar-lhe a frase – que eu assino embaixo – de um ex-diretor do Banco Central: "Recursos são escassos, e seu eventual uso para beneficiar alguma atividade implica restringir outras políticas públicas...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ...ou onerar a população com maiores tributos, toda distribuição de recursos públicos deve avaliar custos e benefícios dos seus usos alternativos, de modo a permitir a deliberação democrática da escolha."

O autor dessa frase – que eu, o senhor, todos nós poderíamos assinar – é o Marcos Lisboa, que foi diretor do Banco Central.

Então, eu penso, Senador, que a sua visão é clara. O BNDES está vinculado ao seu Ministério. Eu queria o BNDES apoiando hospitais, apoiando a micro e pequena empresa, apoiando mais agricultura, dando mais, serviços também, mas não se deve, como diz o velho ditado, colocar todos os ovos num cesto só.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a palavra, o nosso Ministro Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Bom, eu quero agradecer e dizer que há aqui um amplo rol de perguntas, que até me faz lembrar uma história, Senador Valadares: endereçavam ao Governador de Pernambuco cobranças muito veementes sobre uma série de demandas. Aí alguém disse: "Sobre ombros estreitos não pode recair tanta..." Embora os ombros não sejam tão estreitos – vocês talvez imaginem de quem estou falando –, mas o fato é que são questões que, vamos dizer, transcendem e vão além, evidentemente, da esfera de competência do Ministério. Quero traduzir isso tudo dizendo o seguinte: isso, em última instância, significa que os Senadores admitem que tenho algo a acrescentar neste debate. Portanto, só posso agradecer muito por essa gentileza.

Eu quero começar dizendo que é muito bom, Senador Tasso, vê-lo novamente aqui nesta Casa. Digo isso não para retribuir uma gentileza de V. Exª, mas porque – eu já lhe disse isso em outros momentos – alguém que tem o seu acúmulo, a sua bagagem, a sua experiência, tanto no setor privado quanto no setor público, que foi um gestor exemplar – conheço o Nordeste e sei o que representou a sua passagem pelo Governo do Ceará –, não pode se ausentar do debate dos temas que são de interesse do País. Portanto, o seu retorno é muito importante.

E aproveito, Senador, para lhe dizer algo, não sei se de forma, talvez, impertinente, porque, na realidade, não estou atuando na esfera da articulação política do Governo propriamente, mas, como brasileiro, quero lhe dizer o seguinte: percebo, às vezes, com muita preocupação, que o debate político no Brasil ganhou um tom e uma certa taxa de radicalização, que é produto, evidentemente, de circunstâncias que não cabe analisarmos agora. O que acho é que um quadro com a sua dimensão pode desempenhar um papel muito importante, neste momento, no sentido de que possamos construir, de forma convergente, uma visão do que seria um acordo mínimo sobre uma agenda para o nosso País, porque há temas, Senador, que não estão colocados no horizonte deste Governo, que é um horizonte, de resto, muito curto quando se contempla a trajetória do País. E há algumas questões que, a meu ver, não estão sendo endereçadas corretamente e que podem acarretar um preço elevadíssimo para o País, olhando até as futuras gerações, questões que V. Exª sabe que são, a rigor,

intergeracionais e estão aparecendo no debate com uma clivagem que contempla apenas uma visão de curto prazo em prejuízo.

Então, quero saudar o seu retorno a esta Casa. Tenho certeza de que V. Exª dará uma contribuição muito importante.

Sobre os temas que V. Exª trouxe ao debate aqui, quero falar, logo, direto, sobre o tema da Argentina. É verdade, Senador, que nós temos, quando construímos essa posição, o desafio de harmonizar as posições do bloco do Mercosul. Existe uma assimetria muito grande dentro do bloco. São países que não têm coordenação nas políticas macroeconômicas e, no entanto, construíram uma união aduaneira que tem políticas cambiais distintas, que tem políticas industriais distintas, que tem estágios de desenvolvimento distintos.

O Paraguai *vis-à-vis* a Argentina, o tecido industrial é completamente diferente. Então, é muito desafiador construir uma posição de harmonização nesse bloco para levarmos uma posição conjunta para a negociação Mercosul-União Europeia. Então, realmente, a posição mais sensível sempre foi a da Argentina, porque a Argentina experimentou, há algumas décadas, um processo de certa perda na área industrial; a indústria argentina viveu um processo regressivo; e foi relançada de alguma forma nos últimos dez, doze anos, com muitas dificuldades, mas foi relançada. E, portanto, há uma sensibilidade maior em relação a alguns setores da indústria argentina que veem com preocupação a maior exposição dos mercados aqui do Mercosul à presença de produtos, por exemplo, provenientes da Europa. Quando a gente imagina uma Alemanha, que é uma potência industrial, você se vê amanhã num acordo amplo, com margem de preferência tarifária. Então, há uma sensibilidade.

No entanto, o processo de oferta contempla alguns mecanismos inteligentes a meu ver, que são as cestas de desgravação. Você não faz a desgravação num primeiro momento do acordo. Você faz a desgravação em até 15 anos. Portanto, há períodos de... Essa desgravação também não é linear. Ela pode ser menor nos primeiros anos e mais acelerada nos últimos anos. E pode se admitir, inclusive, alguma coisa com relação à própria carência dessa cesta de desgravação.

Portanto, há mecanismos que podem ser utilizados para encontrar um ponto possível de convergência de modo a viabilizar a oferta do Mercosul. E eu estou muito animado de que temos hoje uma aproximação já bastante razoável para fechar essa oferta do Mercosul.

Por outro lado, a Europa está dizendo que, tecnicamente, a sua oferta está pronta. Eles estão, agora, numa fase que é a de consultar os países, embora o Comissariado Europeu tenha um mandato, que é dado pela União Europeia para negociar, mas isso tem que ser validado de alguma forma depois por cada país-membro.

Então, eu quero dizer a V. Exªs que eu tenho a expectativa de que, depois de 16 anos, a gente possa... E mesmo sabendo que há uma interferência dos calendários políticos, inclusive de eleições em alguns países do Mercosul, inclusive na Argentina, eu creio que a gente possa fechar essa posição. Eu quero expressar, portanto, a minha convicção de que isso possa acontecer.

V. Exª falou dos investimentos. Reconheceu que, na infraestrutura, nós temos um desafio imenso e que esse programa vem em boa hora, porque nós precisamos animar o investimento, estimular o investimento. E não há melhor maneira de fazê-lo se não pela infraestrutura, que impacta, vamos dizer, positivamente todo o ambiente econômico.

V. Exª fez referência à Ferrovia Bioceânica, este grande projeto. Eu quero dizer a V. Exª que os estudos ainda vão ser feitos e vão ser concluídos. E eu pude acompanhar a visita do Primeiro Ministro chinês aqui no Brasil e posso dizer que houve, da parte da China, não só do governo, mas de bancos etc, um interesse com esse projeto. No entanto, nós estamos ainda numa fase muito preliminar, porque os estudos não estão sendo feitos.

Portanto, eu não sei se essa referência à Ferrovia Bioceânica teria peso para anular de certa forma o impacto que eu reconheço como positivo desse relançamento de um plano de concessões que eu volto a dizer: é um plano que agora reconhece certas circunstâncias mais realistas em relação à perspectiva de participação do setor privado. Ele traz de novo, em alguns casos, o modelo de outorga. Ele vai discutir taxas de retorno de maneira realista, para estimular efetivamente a participação do setor privado.

E ainda temos um certo desafio de completar e aperfeiçoar alguns marcos regulatórios que, infelizmente, no Brasil, estão atrasados, como, no caso da ferrovia, temos uma indefinição em relação a este novo marco que consagra uma compreensão de que não basta fazer a via e, de repente, o direito de passagem ser apropriado pelo concessionário de forma definitiva. Isso porque o que ocorreu, na prática, é que, nas concessões feitas, não resultou, ao final, pelas características desse modal, em redução de custos de frete de transferência como se desejava, porque o agente, no caso, calcula os preços em função da posição de vantagem que tem etc.

Então, agora se introduziu um elemento novo que é o seguinte: o Governo compra o direito de passagem na modelagem da concessão para que aquela via possa ser utilizada por outros demandantes, de modo que aquele benefício, ao final, possa ser apropriado. Então, acho que vamos ter um resultado que será testado

a curto prazo, inclusive com o desafio que é a emissão das debêntures e da forma como o próprio mercado vai receber essa questão da participação das debêntures e da captação dos recursos.

O Senador fez ainda referência e eu não desconsidero esta preocupação que traz de não supor que o problema do ambiente tributário no Brasil, as dificuldades residem apenas no ambiente do ICMS. Mas, de outro modo, Senador, não podemos deixar de reconhecer que o ICMS é isoladamente o maior imposto do Brasil, ele representa 7% do PIB brasileiro em termos de arrecadação, ele é de longe o imposto que tem maior peso do ponto de vista arrecadatório. Então, qualquer disfunção no ICMS, qualquer problema tem um impacto na atividade econômica muito sensível. Já o IPI é um imposto, sob certos aspectos, de caráter regulatório ou mais regulatório, ele tem perdido um pouco o peso que já teve no passado do ponto de vista de ser um imposto arrecadatório.

Quero me somar a sua preocupação de que a questão do ambiente tributário é muito importante. Temos um sistema complexo, disfuncional, que ainda tributa investimento, exportação, que impõe uma série de obrigações acessórias, é um ambiente que temos que reconhecer como quase caótico. No PIS/Cofins, que é um imposto que ganhou muita importância, que foi criado ainda no início dos anos 2000, 2001, essa contribuição também tem distorções imensas, vários regimes convivem no PIS/Cofins, regime cumulativo, regime não cumulativo, quando mudar do cumulativo para o não cumulativo jogaram a alíquota lá para cima. Então, é preciso acertar o ambiente do PIS/Cofins, que hoje causa graves problemas à operação das empresas, problema de créditos presumidos, problema de acúmulo de crédito na exportação.

Mas há algo de errado com o sistema tributário brasileiro que tem de ser discutido levando em conta quais são as políticas nacionais. Aproveitando o que o Senador Flexa nos disse, é fundamental que a ação dos agentes da Federação se harmonize com os objetivos da própria Federação. Por exemplo, hoje no que diz respeito ao ICMS, temos um viés antiexportador. Se a exportação é uma prioridade para o País, mas o sistema tributário que criamos termina por se constituir num desincentivo à exportação.

V. Exª sabe bem que, por exemplo, no que diz respeito a crédito de exportação, o Estado que cedia o estabelecimento, que, portanto, é o final do elo, é obrigado a reconhecer créditos de operações que foram feitas e do imposto que foi apropriado por outro Estado. Portanto, a exportação, Flexa, é um mau negócio, do ponto de vista das finanças estaduais.

Por outro lado, reconhecemos que a energia é um insumo básico para a indústria, e não há uma política industrial que se preze que não leve em conta a questão dos custos de energia. No entanto, a energia virou uma base de tributação. Alguns Estados tributam a energia, que é um insumo básico, e não estou dizendo que não seja legítimo, porque era a base de tributação. No entanto, isso acarreta, para a competitividade da produção nacional, uma imensa desvantagem. Então, ao discutir o sistema tributário brasileiro, uma nova discussão sobre o sistema, necessariamente, essa discussão tem que levar em conta quais são as políticas e os objetivos nacionais que remetem à discussão do Pacto Federativo, porque, a rigor, os Estados precisarão de compensações também, ao abrir mão de bases tradicionais de tributação.

Então, creio, Senador, que, dessa forma, chegamos mais ou menos, não sei se ainda restou algum ponto a V. Exª.

A Senadora Sandra nos colocou a preocupação com uma série de questões da Suframa. Quero dizer que, quanto a essa demanda de reestruturação da carreira, reconheço que é um problema. Infelizmente, é um problema que está presente hoje nas autarquias, que têm um modelo jurídico que, ao final, ao longo do tempo, impôs esse tipo de restrição. Agora, há essa dificuldade que está colocada. Evidentemente, a posição do Governo, neste momento, no momento em que estamos com um ajuste fiscal, que está em curso, e considerando não apenas a questão da Suframa, estritamente, mas a repercussão que, eventualmente, uma flexibilização poderia acarretar em todo o universo de servidores, é evidente que a posição do Governo, neste momento, é pelo veto. Sendo integrante do Governo, eu não poderia assumir posição diversa – não poderia. Mas quero lhe dizer que, no que dependa do MDIC, se nós pudermos fazer, no momento adequado, uma discussão com as outras áreas do Governo, para que encontremos uma fórmula que garanta uma recomposição dessas estruturas, ou, ainda, uma mudança no modelo jurídico da própria entidade, ou seja, na medida em que tivéssemos uma estrutura de OS, por exemplo, que deixasse de ser uma autarquia, poderíamos ter uma flexibilidade maior.

Em suma, estou disposto a, no momento próprio, trabalhar de forma a que a gente possa enfrentar essa questão, porque isso é muito importante para motivar os quadros, para qualificar, capacitar mais ainda essa presença lá.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Ministro, nós estamos aguardando, não é de agora, não é desde o momento do ajuste fiscal, isso vem se arrastando há muitos anos. Essa questão da reestruturação é uma injustiça. Portanto, a forma legal como ela tem que ser resolvida, ainda não encontramos, mas temos que encontrar, porque isso é uma realidade.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Quero lhe dizer...

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – A sua proposta de conversar, de buscar essa solução... É que nós estamos aguardando essa solução já há algum tempo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Quero dizer, de forma muito franca, a V. Exª: a curto prazo, não temos condição de construir essa solução, em meio a esse processo de ajuste que está em curso. Mas quero lhe dizer que temos e podemos construir uma agenda realista, que nos indique uma perspectiva de solução do problema.

Quanto ao CBA, que eu acho que foi citado...

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Foi o CBA.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – ...eu quero dizer que nós estamos oferecendo uma solução, que me parece muito interessante, que é fazendo agora o contrato do CBA com o INMETRO, que é uma instituição que tem um quadro, uma *expertise*, um conjunto de técnicos, de pessoas que têm amplas condições de poder nos ajudar a dar um suporte à manutenção e ao desenvolvimento do CBA.

Então, eu vou anunciar, nas próximas horas, e garanto à Senadora que nós vamos oferecer uma solução, nessa circunstância, uma solução que valoriza o CBA e que oferece realmente a perspectiva de que a gente possa sustentar não só através do custeio, mas também do atendimento às necessidades, inclusive de investimento, que se colocam para garantir, vamos dizer, a melhor utilização desse recurso que é tão importante.

A questão dos bolsistas que V. Exª falou, há um período da bolsa que a gente não pode ter, naturalmente, vínculo trabalhista, porque a lei não permite, portanto, de acordo com o que a lei estabelece, a gente está aí e, volto a dizer, vamos manter as operações do CBA e vamos fazer um novo alinhamento, para que possamos fortalecê-lo.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Isso é muito importante para nós, já que a missão do CBA é muito importante, porque vai trabalhar, vai trazer para nós uma das nossas riquezas maiores que nós temos, que é a biodiversidade e ela precisa desse estudo, dessa pesquisa, que vai trazer o equilíbrio, exatamente, para a preservação do meio ambiente e a questão econômica do nosso Estado.

Então, não são só os investimentos que eu citei aqui, mas a expectativa do resultado dessas pesquisas que vai nortear e vai nos dar uma perspectiva no futuro de economia e da forma correta de extrair a nossa biodiversidade.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Perfeito, eu só quero registrar que o CBA veio e, ao final, foi transferida para a Suframa a responsabilidade de manter o custeio de uma estrutura que, de resto, deveria estar localizada em outra área...

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Mas, só para complementar...

O SR. ARMANDO MONTEIRO – ... mas nós não estamos agora discutindo o que deveria ter sido, nós estamos oferecendo uma solução com as condições de que dispomos, mas eu lhe garanto que isso vai ensejar a manutenção das atividades e, eu tenho certeza, que, a médio prazo, o fortalecimento do CBA.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Ministro, o modelo da Zona Franca é responsável direto pela manutenção da nossa floresta. Se hoje nós temos 98% da nossa floresta intacta é por causa do modelo da Zona Franca, portanto, a participação da Zona Franca dentro desse contexto – que não é só do Amazonas, da Amazônia, mas é um contexto mundial – é muito importante.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Muito bem, eu reconheço que é um ativo, o CBA é um ativo da região, a região que tem aquela biodiversidade e que não transforma ou não pôde ainda transformar essa riqueza no próprio modelo de industrialização da região, que deve dialogar com a base de recursos naturais disponível na região. Então, eu sei da importância do CBA e, como lhe disse, vamos anunciar uma medida concreta, que vai garantir a sustentação das atividades desse centro.

Eu creio que, dessa forma, já atendi às perguntas de V. Exª.

Agora o meu caríssimo Senador Valadares, conterrâneo, amigo, que me endereçou uma série de questões aqui, que eu vou lhe dizer, se eu passar nesse vestibular aqui, de alguma forma, eu vou me sentir habilitado a continuar como...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Eu tenho certeza que V. Exª ganhará nota 10.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Mas, olhe, eu compartilho com V. Exª suas preocupações, a questão da infraestrutura é um imenso desafio e não sei se foi exatamente o foco da pergunta de V. Exª, mas, nesse programa que se desenha de infraestrutura, olhando a exportação e tal, esse plano tem um olhar sobre a questão da logística exportadora, porque infraestrutura, *lato sensu*, é muita coisa.

Mas, vamos dizer, qual é a infraestrutura que ajuda na exportação? E, aí, nós temos a oportunidade, não só de fazer novas rodovias, ampliar algumas rodovias, fazer, por exemplo, novos trechos da ferrovia Norte-Sul, envolvendo sete Estados e três regiões, que essa ferrovia integra. É o principal eixo da parte relativa a ferro-

vias. E V. Exª sabe que, na área portuária, há uma série de investimentos que estão aí previstos, não só diárias de arrendamento como de terminais de uso privado. E, agora, por força da nova legislação, sem aquela amarra do terminal de carga próprio, ou seja, muitos podem operar os terminais privados, e eu tenho certeza de que isso vai resultar, por exemplo, olhando a experiência no meu Estado, em uma maior concorrência intraporto dos terminais e que signifique redução de custos para o processo de exportação. Então, na infraestrutura, eu estou absolutamente de acordo.

V. Exª fez muito bem o registro de que política industrial não pode ter um viés protecionista, não deve se voltar apenas para essa coisa de reclamar proteção, em uma visão protetiva. É um pouco como na educação dos filhos: quem protege demais não ajuda à emancipação dos filhos. Então, a gente tem de combinar esse processo. Como é que o fazemos? A gente tem de ter uma certa proteção, mas é necessário expor, de algum modo, para que você ganhe em produtividade e possa, por meio da própria concorrência, estimular o processo de desenvolvimento de competências, etc.

Eu creio que o Brasil tem de fazer isso, crescentemente. E, aí, nós precisamos mudar o foco: não é uma política industrial para proteger, é uma política industrial para fazer uma aliança entre o setor privado e o setor público para elevar a competitividade da indústria. É com esse olhar que nós temos de ver essa questão.

E a inovação, que é outro ponto que V. Exª falou, é fundamental. Os países que, de alguma maneira, estão em uma posição de protagonismo na indústria, são, sobretudo, países que desenvolveram ambientes mais propícios à inovação. A inovação requer uma série de externalidades, desde o ambiente da educação. O grande pilar da inovação é a educação em certo sentido. Agora, precisamos criar um ambiente favorável à inovação e precisamos ter uma visão que não é apenas a visão acadêmica que, em grande medida, prevaleceu de que a inovação nasce na pesquisa básica só. Eu acho que um marco interessante da Lei de Inovação construído é quando ela reconhece que o ambiente da inovação é o ambiente da empresa também, porque eu diria que é quando o conhecimento é apropriado pela comunidade, quando o conhecimento se transforma em uma solução tecnológica, em algo que represente um benefício para as pessoas.

É essa ponte da ciência que vem por meio da tecnologia e que resulta em ganhos para a comunidade. E a inovação *latu senso*, a inovação de processos. Não é apenas a inovação de produtos, mas de processo, de modelo de negócio. Em suma, é a inovação no conceito mais ampliado dessa palavra. O futuro da indústria depende da capacidade que ela tem de inovar, crescentemente, processo e produtos, e a questão também que está muito associada à capacitação e à qualificação da mão de obra.

O nosso Senador fez referência à indústria automobilística. Acho que temos um imenso desafio agora. O mercado encolheu, e esse setor que tem hoje uma capacidade instalada de quase...

O Brasil tem condições de produzir hoje mais de quatro milhões de unidades pela capacidade instalada, mas o mercado, que ficará agora menor, impõe, a meu ver, ao setor e à visão nossa da política pública, o caminho da exportação. As plantas são mais eficientes, os produtos são de classe mundial, então por que não podemos exportar mais e transformar em plataforma de exportação algumas unidades? Estamos já trabalhando com o setor para ver se podemos fazer uma ação na direção de maior participação do setor no comercio externo e nas exportações. Acho que esse é um caminho.

V. Exª fez referência ao endividamento das famílias. Concordo, houve um aumento do endividamento das famílias, e isso é, de certo modo, uma trava ao consumo. E, quando isso se associa, como disse V. Exª, à inflação, ao aumento do endividamento e taxa de juros, não há dúvida nenhuma de que há um reflexo. O que posso dizer sobre isso? Que não temos, a meu ver, um caminho que não seja o de buscar esse reequilíbrio fiscal para criar bases novas e relançar a economia. Mas isso não significa dizer que vamos esperar que o processo de ajuste se complete. Acho que o desafio é gerar iniciativas agora. E, aí, como não há muito espaço na politica fiscal, temos de olhar a exportação, olhar esse plano de concessões, o apoio, de qualquer maneira, ao setor primário, que vai produzir a maior safra da história do Brasil este ano, mais de 200 milhões de toneladas, 204 milhões de toneladas de grãos. Portanto, é daí é que temos que buscar energia para manter o nível de atividade econômica, porque a exportação gera emprego, a exportação permite a manutenção do nível de emprego e, portanto, a meu ver, é um canal importante.

Olhando para além desse horizonte, o desafio que temos é retomar essa agenda de reformas, sem o que todas essas questões pendentes de custo sistêmico...

O Senador Lasier já saiu, mas há a visão, às vezes, de que temos que esperar que tudo se resolva. A indagação foi: com esses problemas que temos, de custos, de ineficiências, como vamos fazer isso? Acho que a história do Brasil nos aponta sempre a compreensão de que o Brasil foi vencendo os caminhos. É como diz a história do poeta: "os caminhos se fazem a andar". Se formos esperar que tudo se resolva para fazermos...

Acho que, na medida em que se faz, vai-se resolvendo de um lado, vai gerando demandas de outro. O fato é que o Brasil tinha uma dotação de infraestrutura muito menor no passado e, a despeito disso, construiu

uma trajetória de crescimento ao longo do tempo. Então, a minha visão é de que esse processo, ele próprio, vai criando e vai permitindo que o Brasil vença os desafios e que ofereça essas respostas. No entanto, é evidente que não é algo trivial, não é uma coisa fácil.

Finalmente, o Senador me fala da questão do pacto federativo, que é um desafio imenso, rediscutir o pacto federativo, sobretudo em uma Federação que tem tantas desigualdades, assimetrias e desníveis como temos.

O Senador Flexa falava da questão do ICMS e lembrava que a importação gera ICMS para os Estados. Aí, pergunto: é muito justo, Senador, esse seu justo reclamo de que é preciso que os Estados que exportam também tenham alguma receita. A questão é saber o seguinte: estarão os outros Estados que apropriam a receita de importação dispostos a partilhar, de maneira mais solidária, vamos dizer, esse equilíbrio que V. Exª tão bem lembrava, da necessidade de compensar um pouco com a questão da importação?

Por isso que eu digo que, aí, é uma questão que já nos remete à discussão das grandes reformas e à questão do Pacto Federativo, que, de resto, é uma questão que só o Congresso Nacional pode endereçar corretamente, em especiai esta Casa, que tem um papel fundamental, na medida em que é a Casa da Federação brasileira e que tem o desafio de poder responder, levando em conta todas essas desigualdades etc.

Mas eu reconheço que essa coisa da revisão do Pacto Federativo se impõe, sobretudo considerando o estágio em que estamos e os desequilíbrios que estamos identificando.

O meu prezadíssimo companheiro, Senador Walter Pinheiro, com quem, nesta Casa, em vários momentos...

(Interrupção do som.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO – ... e sei da preocupação, da visão muita atenta que ele sempre teve sobre vários temas da agenda, inclusive e de forma mais específica sobre a questão da inovação.

Senador, o nosso Padis que se volta para a questão de semicondutores e para toda essa área de processadores, memórias, *displays*, essa área em que o Brasil precisa desenvolver competência, nós defendemos a sua renovação, a extensão do prazo. E sei que V. Exª vai relatar, ou melhor, relata aqui na CAE essa questão. Então, não poderia estar em melhores mãos essa relatoria, porque V. Exª conhece muito bem essa questão.

Portanto, nós, no MDIC, temos um compromisso com a renovação do Padis.

O nosso Senador coloca aqui a sua visão em relação a todas essas questões tributárias e à questão da energia. E, aí, meu caro Walter, esse é um grande problema que nós temos em uma visão de política industrial no Brasil, porque o que ocorreu no Brasil, nos últimos anos, foi um pouco numa direção diferente, ou seja, lá fora, o custo da energia para a indústria diminuiu enquanto que, aqui, se elevou de forma extraordinária. Mas, olhando as possibilidades que se colocam, inclusive com a questão do pré-sal, e olhando a questão do gás associado lá no pré-sal, nós vamos ter muito gás disponível, e o gás é também, para a indústria, algo muito importante.

Assim, eu acho que nós temos de ter uma política para o gás, com os olhos voltados para a competitividade da indústria brasileira e, ao mesmo tempo, considerar que a visão do custo da energia, especialmente para a indústria de base, é fundamental. O Brasil está perdendo, inclusive, alguns investimentos em áreas importantes, como, por exemplo, no campo da produção de alumínio primário. O Brasil está perdendo espaço, exatamente por conta da elevação do custo da energia. Então, esse é um tema fundamental.

E, como disse o companheiro Walter, essa questão da inovação tem que estar muito focada e bem direcionada para você colocar os recursos em áreas que respondam, e não uma coisa generosa e, às vezes, como é que eu posso dizer, um pouco desfocada com a visão de resultados e de compromissos.

Lembro o quanto me satisfaz, por exemplo, o seu registro em relação ao Cimatec, que eu tive, como Presidente da CNI, a oportunidade de apoiar. Trata-se de um projeto que é uma referência, hoje, internacional; é um centro de manufatura integrada que é, na área de manufatura avançada e de automação industrial, uma referência, hoje, eu diria, não apenas no Brasil e que foi fundamental como suporte à própria Ford, ou seja, o Cimatec é muito demandado pela Ford, pela indústria automobilística também.

Então, sei que você, Walter, sempre teve compromisso com esse projeto. Portanto, eu compartilho de todas as suas opiniões e preocupações.

Ao Senador Lasier já pude dizer que reconheço todos os problemas que ele colocou, mas acho que, se a gente for esperar resolver todos os problemas da infraestrutura e das deficiências, se a gente ficar desanimado por essas deficiências, a gente não vai gerar nenhuma iniciativa e, consequentemente, não vai mais... Eu reconheço que as preocupações do Senador são muito pertinentes, sobretudo quando ele lembra as questões de infraestrutura e as dificuldades que o atual processo de ajuste acarreta para impulsionarmos essas agendas e essas iniciativas.

O nosso queridíssimo companheiro Flexa Ribeiro, com quem convivi no Senado, na CNI, em vários momentos, e sei que você sempre foi um lutador nesses temas da agenda de desenvolvimento da Região Norte e sei o quanto lhe incomoda a constatação de que um Estado tão rico como o Pará – talvez seja a maior pro-

víncia mineral do País, seguramente – ainda convive com carências estruturais muito grandes, exatamente porque o modelo de exploração, a meu ver, não repõe ao Estado devidamente o que representa essa dotação de recursos naturais do Estado.

Então, Flexa, o desafio é ver como se pode estimular uma maior integração dessas cadeias, ou a verticalização dessas cadeias, porque o ideal é que se agregue valor localmente, que se possa ter uma política industrial que preencha esses elos de modo a que se possa ter lá não apenas a exportação de produtos primários ou semielaborados, mas que se possa agregar valor à cadeia, agregando valor, gerando emprego, gerando renda, gerando receita tributária para o Estado.

Esse é um imenso desafio. Essa questão, que você lembra, de se utilizar o ICMS de importação como uma forma de criar um modelo que compense essas circunstâncias, eu acho que é algo que está no debate e que deve continuar no debate para se ver se já condição de se evoluir para um entendimento nessa área.

Quando você pergunta o que, em termos de política industrial, a gente pode fazer, eu quero dizer que tive, logo no início da minha gestão, oportunidade de receber o nosso Presidente da Federação das Indústrias do Pará e ele me cobrava, de forma muito própria, a visão de que ele reconhece, ele identifica uma certa obsolescência na indústria tradicional dessas regiões. Está ficando velha, ou seja, equipamentos de 20 anos, 25 anos, etc. E uma das propostas que nós temos é verificar como podemos estimular um processo de modernização e de renovação do parque fabril brasileiro, olhando, sobretudo, os setores mais tradicionais que precisam dessa visão e estruturando um modelo também de garantias que permita que se possa alcançar todo esse universo.

Eu falei aqui no *leasing* operacional, de algum mecanismo que permita que as empresas tenham acesso a uma linha de crédito, porque reconheço que o PSI foi muito importante. Na minha visão, o PSI foi muito importante. Mas entendo que ele não chegou a média e pequena empresa industrial como seria desejável. Então, o que eu posso lhe dizer é do meu compromisso de, ao definir um programa de modernização, ter um olhar preferencial sobre as regiões que têm mais defasagem tecnológica hoje.

E, finalmente, você fala da questão novamente da exportação de serviços. E aí eu quero pontuar a minha discordância da maneira mais respeitosa possível. Eu vejo, às vezes, um debate sobre essa questão e parece que a gente está discutindo o OGU, a distribuição do Orçamento Geral da União: colocaram nisso e deveriam ter colocado naquilo, o dinheiro ter sido posto ali.

Ora, nesse caso, estamos falando de um banco. E, ao falar de um banco, estamos falando de projetos, estamos falando de uma demanda que é colocada.

E volto a dizer a minha caríssima amiga, por quem tenho a maior estima e admiração, Senadora Ana Amélia: quando V. Exª disse que estamos colocando todos os ovos na mesma cesta, eu tive a oportunidade de dizer, num momento anterior da minha exposição, dizer que esses US$11,9 bilhões – é sempre um número muito grande, bilhões de dólares; sobretudo para nós que somos de regiões, não é, Flexa? –, quando relacionamos esse número com o orçamento do BNDES no mesmo período, nós estamos falando de algo que se traduz em US$420 bilhões em valores equivalentes é o orçamento do Banco nesse período. E nós temos que colocar US$11 bilhões sobre US$420 bilhões. Vamos encontrar 2% ou 2,5% do orçamento do Banco. O Osvaldo está aí para me corrigir, mas acho que é menos de 2%, é 1,6% do orçamento.

Então, veja, não me parece que nós estivéssemos colocando todos os ovos... Porque o orçamento anual do BNDES é de US$50 bilhões. Em oito anos, estamos falando de US$400 bilhões. Acho que devemos relativizar, e não acho que a visão seja excludente. Ou seja, ao apoiar um projeto, você deixou de apoiar um projeto de infraestrutura no Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Só para complementar e que eu tenha uma noção e uma compreensão melhor, porque a minha ignorância...

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Não é ignorância. Longe de ser.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria que o senhor me dissesse, Ministro, para efeito comparativo, se nós estamos falando de exportação de serviço.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Estamos falando de serviço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, gostaria que o senhor me dissesse quanto o BNDES dá para exportação de manufaturados e de outros setores que têm agregação de valor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Agradeço sua pergunta e posso dizer que deve ter sido, ao longo desse período, algo equivalente a US$50 bilhões. Houve anos em que o BNDES Exim liberou US$11 bilhões para exportação, mas, na média dos últimos oito anos, podemos falar de cerca de US$7 bilhões por ano. Então, estamos falando de US$50 bilhões. Ao falar de US$11 bilhões, estamos falando de 20%.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Essa é a conta que tem mais lógica, Ministro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – No meu entendimento modesto, é a que tem mais lógica, se comparada com outros, o que é prioritário e o que não é prioritário. Eu acho que isso me dá um parâmetro um pouco melhor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Eu me permiti falar do orçamento mais geral porque quando falamos de infraestrutura e do apoio que o Banco dá à infraestrutura, a questão da infraestrutura está fora dessa conta de exportação *stricto sensu*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E calçados?

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Eu quero lhe dizer que o setor couro-calçadista é muito importante para o Rio Grande do Sul e muito importante para nós. No que depender de nós, estamos concluindo a análise técnica para apresentar uma medida que espero que seja tempestiva e que venha ao encontro da situação que está criada.

É muito complicada essa visão, prezada Senadora. É impressionante esse processo. Quando se fala dos desafios da indústria brasileira, há uma questão que está muito associada à escala da China e ao efeito que a emergência da China produziu nesse quadro.

Para que se tenha ideia, recebi a informação de um número impressionante em relação ao setor calçadista. O Brasil dispõe de matéria-prima, de todos os recursos e é um produtor importante. No entanto, nós produzimos menos de um bilhão de pares de calçados. A China produz 13 bilhões de pares atualmente. Portanto, o Brasil agora se volta menos para a questão da quantidade e mais para alguns nichos e para a qualidade em alguns segmentos que podem dobrar o valor da exportação por unidade.

Por exemplo, no mercado americano, há uma perspectiva de maior penetração do calçado brasileiro, sobretudo em nichos de qualidade ou de maior qualidade. Mas, no que diz respeito à sua pergunta, que é sobre a medida *antidumping*, a área técnica está concluindo esse processo, e nós vamos responder a essa demanda.

Creio que, a respeito da questão da exportação de serviços, já fiz referência. Não sei, Senadora, se ficou...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ficou a questão da Argentina.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Sobre as DJAIs, assim chamadas, que correspondem ao represamento das licenças de importação, em relação às quais nós padecemos desse mecanismo burocratizado, para segurar as nossas exportações. A avaliação que temos é a de que, nos últimos três meses, melhorou a situação. Nós temos um acompanhamento lá no Ministério, de que diminuiu o represamento.

Na realidade, essa questão está associada à questão cambial, nitidamente à questão cambial da Argentina. Portanto, é uma questão até certo ponto delicada, porque não se pode, de repente, também imaginar que se pague quando você não tem a cobertura cambial necessária. Mas, por outro lado, é importante dizer, que isso fere as normas de comércio, porque se constitui, na prática, numa barreira ao livre comércio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Isso é inaceitável no Mercosul, Ministro!

O SR. ARMANDO MONTEIRO – É inaceitável no Mercosul!

Portanto, eu quero lhe dizer que nós recebemos o Kicillof, o Ministro da Fazenda, aqui, há pouco tempo, e essa questão foi colocada de forma muito clara, no sentido de que isso causa ao setor produtivo brasileiro uma situação de desconforto.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Sim, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Sei que não está mais aberto para as perguntas e a hora também já é uma hora em que o nosso Ministro deve estar bastante cansado, mas é só para saudá-lo. Eu acompanhei parte de sua audiência, no seu gabinete, entrando e saindo, mas quero mais é parabenizá-lo, colega e atual Ministro, porque tenho acompanhado as suas ações do Ministério com muito entusiasmo e muita esperança.

A situação, como aqui foi dito por vários que me antecederam, é muito difícil para o Brasil – a situação interna e a situação internacional também, mas eu tenho posto muita fé nas suas ações, e só vim agora desejar todo o sucesso, porque nós vamos depender bastante do seu êxito.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Agradeço-lhe muito essa manifestação, que eu vou guardar como um estímulo lá para o nosso trabalho. E é um prazer muito grande revê-la aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Após esta riquíssima audiência, que estamos encerrando agora, eu fico feliz, Ministro, por termos tido aqui a oportunidade de fazer uma renovação de pauta. Acho que falamos muito já no Brasil sobre ajuste fiscal, que é pré-requisito para que o Brasil dê certo, mas sobretudo falamos hoje sobre crescimento econômico, produtividade e competitividade, fortalecimento do comércio exterior, política de industrialização, fazendo efetivamente uma agenda para o Brasil.

Então, acho que temos hoje essa mudança de pauta, que espero que, daqui para frente, seja muito mais comentada e debatida nesta Casa.

O Sr. Ministro quer fazer mais alguma consideração?

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Agradeço a V. Exª pela condução e a todos os Senadores que me proporcionaram esta oportunidade. Fico sempre à disposição da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Proponho a leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 46 minutos.)

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e três de junho do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Dalirio Beber, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Omaz Aziz, Fernando Bezerra Coelho e Douglas Cintra. O Presidente declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 17ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 43 de 2015 (Aviso nº 54/2015-BCB), de 27 de maio de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de abril de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 362-Seses-TCU-Plenário, de 28 de maio de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 020.830/2014-9, na Sessão Ordinária de 27/5/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso nº 45 de 2015 (Aviso nº 403-Seses-TCU-Plenário), de 8 de junho de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.911/2014-0, na Sessão Ordinária de 3/6/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; e Ofício GP/DL/0048/2015, de 26 de fevereiro de 2015, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia de moção manifestando contrariedade à intenção externada pela equipe econômica do Governo Federal sobre a possível abertura de capital da Caixa Econômica Federal. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. Item 1– Projeto de Lei do Senado nº 606 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que "acrescenta o § 8º ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar os Microempreendedores Individuais (MEI), as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho" e com o Projeto de Lei do Senado nº 351 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que "acrescenta o artigo 879-A ao texto da Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revoga o art. 39 da Lei 8.177, de 01 de março de 1991", tendo como relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao PLS nº 606 de 2011 nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), com duas subemendas que apresenta, e contrário aos PLS nºs 92 e 351, de 2012. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao PLS nº 606 de 2011 nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), com duas subemendas, consolidadas na Emenda nº 2-CAE (substitutivo), conforme decisão da Comissão, e contrário aos PLS nºs 92 e 351, de 2012. As matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 65 de 2012 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Lauro Antonio, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural", tendo como relator o Senador Wilder Morais, que oferece relatório favorável ao projeto. Anunciada a matéria, usam da palavra os(as) Senadores(as) Wilder Morais, relator, José Agripino, Marta Suplicy, Blairo Maggi, Ri-

cardo Ferraço, Tasso Jereissati e Telmário Mota. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Item 3– Projeto de Resolução do Senado nº 21 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Aécio Neves, que "altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de crédito que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014", tendo como relator o Senador Roberto Requião, que apresenta relatório pela prejudicialidade do projeto. A matéria é retirada de pauta. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 252 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências", tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que apresenta relatório favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CI (substitutivo) com uma subemenda que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CI (substitutivo), com uma subemenda, consolidadas na forma da Emenda nº 2-CAE (substitutivo), conforme decisão da Comissão. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 139 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Davim, que "altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica", tendo como relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório contrário ao projeto. A matéria é retirada de pauta. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 172 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "altera as Leis nos 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, para assegurar a qualidade de insumos farmacêuticos ativos", tendo como relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Walter Pinheiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A Matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Item 7– **MENSAGEM (SF)** nº 58 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre e para o ano de 2014", tendo como relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Item 8– **MENSAGEM (SF)** nº 87 de 2014, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "encaminha, nos termos do art. 6° da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2014", tendo como relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Item 9– Projeto de Lei da Câmara nº 160 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado George Hilton, que "dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil", tendo como relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 a 8-CAS, com duas subemendas que apresenta às Emendas nº 2 e nº 7-CAS, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Waldemir Moka e Tasso Jereissati. Encerrada a discussão, é solicitada vista pelos Senadores Tasso Jereissati e Ricardo Ferraço. O Presidente da Comissão concede vista coletiva, nos termos regimentais. Item 10– Projeto de Lei da Câmara nº 21 de 2015, não terminativo, de autoria do Deputado William Woo, que "altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD", tendo como relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Cristovam Buarque. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprova também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. Item 11– Projeto de Lei da Câmara nº 65 de 2012, terminativo, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, que "acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991", tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Paulo Rocha relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) Senadores(as) Marta Suplicy, Antonio Carlos Valadares, José Agripino e Walter Pinheiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o projeto por dez votos contrários, sete votos favoráveis e nenhuma abstenção. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 257 de 2013,

terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Constribuição para o PIS/PASEP incidentes nas operações com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa portadora de deficiência", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 2 a 4-CDH, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T-CDH. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Emenda nº 5-CAE (substitutivo) por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. De acordo com o art. 282 do RISF, o substitutivo será submetido a turno suplementar. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 704 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "acrescenta inciso e altera parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos", tendo como relator o Senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 95 de 2015, terminativo, de autoria do Senador José Serra, que "altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB, com o objetivo de estimular as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP)", tendo como relator o Senador Blairo Maggi, que oferece relatório pela aprovação do projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) Senadores(as) Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Lúcia Vânia, Dalirio Beber e Antonio Carlos Valadares. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o projeto, por vinte votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 15– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 10 de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o Ministro Aroldo Cedraz, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), para apresentar os resultados da auditoria realizada por aquela Corte de Contas sobre o Processo nº 014.205/2011-4 e as razões que têm levado à demora no julgamento dos autos. Retirado de pauta, a pedido da autora. É apreciado ainda o seguinte item extrapauta. Item 16– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 14 de 2015, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 21de 2015, que "altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispo e sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 14 de 2015-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os seguintes requerimentos: Requerimento n° 12 de 2015, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema "os impactos econômicos derivados das irregularidades verificadas no Relatório do Ministro Augusto Nardes, em relação as Contas do Governo 2014", com a presença dos seguintes convidados: 1. Augusto Nardes – Ministro relator no TCU do Relatório das Contas do Governo 2014; 2. Júlio Marcelo de Oliveira – Procurador do Ministério Público junto ao TCU; 3. Mansueto Almeida – Especialista em Contas Públicas 4. Antônio Carlos Costas Dávila Carvalho Jr. – Auditor Federal de Controle Externo do TCU; 5. Luís Inácio Adams – Advogado-Geral da União (AGU); 6. Gil Castelo Branco – Secretário-Geral da ONG Contas Abertas; e Requerimento nº 13 de 2015, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater acerca da renovação das concessões de 42 distribuidoras de energia elétrica que expiram até 2017, com a presença dos senhores Eduardo Braga, Ministro de Minas e Energia; José Múcio, Ministro do TCU; Romeu Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Max Nagl Carcez, advogado e consultor do setor elétrico; e Nelson Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Declaro aberta a 19ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 17ª Reunião.

Eu só vou colocar para aprovação quando completarmos o quórum.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento:

I – Banco Central do Brasil

1. Aviso nº 43 de 2015 (Aviso nº 54/2015-BCB), de 27 de maio de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de abril de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

II – Tribunal de Contas da União

1. Aviso nº 362-Seses-TCU-Plenário, de 28 de maio de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 020.830/2014-9, na Sessão Ordinária de 27/5/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

2. Aviso nº 45 de 2015 (Aviso nº 403-Seses-TCU-Plenário), de 8 de junho de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.911/2014-0, na Sessão Ordinária de 3/6/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

III – Correspondências

1. Ofício GP/DL/0048/2015, de 26 de fevereiro de 2015, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia de moção manifestando contrariedade à intenção externada pela equipe econômica do Governo Federal sobre a possível abertura de capital da Caixa Econômica Federal.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Vamos ao item 2.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu iria pedir inversão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas há mais um relatório, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, eu tenho um relatório, que é o PL...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra o Senador Blairo.

Nós estamos aqui mais enrolados do que bobina na Mesa.

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, eu sou Relator do PLS 95, de autoria do Senador José Serra, que é o item 14.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Item 14.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu gostaria de pedir inversão de pauta. Ele é terminativo. Não sei se nós teremos quórum para terminativo, mas adiantaríamos o nosso serviço, deixando lido. Na próxima reunião em que tivermos quórum para deliberar, poderemos colocar em votação, se V. Exª concordar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o item 9 é não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O item 9 é não terminativo. Se V. Exª pudesse... É um projeto que está há seis anos aqui já.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Se todos os Senadores e Senadoras concordarem, nós vamos começar pelo item 9, Senador Blairo, que é não terminativo, do Senador Crivella. Aí V. Exª também apresenta o relatório do item 14, projeto de autoria do Senador José Serra.

Portanto, todos estando de acordo, vamos fazer a inversão de pauta.

Começamos pelo item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 160, DE 2009

– Não terminativo –

Dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Autoria: Deputado George Hilton
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 a 8-CAS, com duas subemendas que apresenta e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CE.
Observações: *1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CE;*
2. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 2 a 8-CAS, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CE;
3. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Relator, Senador Crivella.

O Senador Telmário está presente também.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 160, de 2009, de autoria do Deputado George Hilton, que dispõe sobre as garantias e os direitos fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos religiosos, regulamentando os incisos VI, VII e VIII do art. 5º e o §1º do art. 210 da Constituição Federal.

A proposição é constituída por 19 artigos.

Quero fazer um pequeno resumo de cada um, Sr. Presidente.

Em seu art. 1º, esclarece as finalidades da nova lei: estabelecer mecanismos que asseguram ou regulam a liberdade de consciência, crença e culto religiosos, a proteção aos locais de culto e suas liturgias, a inviolabilidade da crença religiosa e a liberdade de ensino religioso, regulamentando assim os dispositivos constitucionais mencionados acima.

Em seu art. 2º, reconhece o livre exercício público da religião, quaisquer que sejam as formas de vida religiosa, observada a legislação correspondente.

No art. 3º, reafirma o reconhecimento da personalidade jurídica das instituições religiosas, mediante regras de registro e averbação de alterações supervenientes.

No art. 4º, determina que as instituições religiosas que sejam voltadas para finalidades de assistência e solidariedade social gozarão de todos os direitos, imunidades, isenções e benefícios atribuídos a entidades irreligiosas de natureza assemelhada, conforme disposto em lei.

Em seu art. 5º, o projeto trata de definir como parte relevante do patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais de natureza histórica, artística e cultural das instituições religiosas, bem como os documentos integrantes de seus arquivos e bibliotecas, sem prejuízo das finalidades propriamente religiosas desses bens; obriga ainda as instituições religiosas a zelar por tal patrimônio.

No art. 6º, trata de assegurar as medidas necessárias à garantia, contra violação e uso ilegítimo, da proteção dos lugares de culto das instituições religiosas, bem como de suas liturgias, símbolos, imagens e objetos culturais, no interior dos templos ou nas celebrações externas.

Assegura ainda a integridade dos edifícios, dependências ou objetos religiosos contra quaisquer finalidades que não as de interesse público. Outrossim, o dispositivo declara ser livre a manifestação religiosa em logradouros públicos, desde que não contrarie a ordem e a tranquilidade públicas.

Em seu art. 7º, prevê a possibilidade da destinação de espaços para fins religiosos nos Planos Diretores dos espaços urbanos.

Em seu art. 8º, a proposição dispõe sobre a liberdade de assistência espiritual aos fiéis internados em estabelecimentos de saúde, de assistência social, de educação ou similares, bem como aos detidos em estabelecimentos prisionais.

No art. 9º, regula a liberdade de representação de cada credo religioso por capelães militares no âmbito das Forças Armadas e das Forças Auxiliares, que deverão, para tanto, constituir organização própria, assegurada a igualdade de condições, honras e tratamento a todos os credos religiosos, indistintamente.

Em seu art. 10, o PLC nº 160, de 2009, afirma a liberdade dos órgãos de ensino das instituições religiosas, em todos os níveis, de se colocarem a serviço da sociedade, referendada a livre escolha do cidadão por qualquer uma dessas instituições, na forma da lei; afirma também que o reconhecimento de títulos e qualificações em nível de graduação e pós-graduação, bem como dos efeitos civis dos mesmos, fica sujeito às exigências previstas na legislação vigente.

Em seu art. 11, a proposição determina que o ensino religioso, cuja matrícula é facultativa, deverá constituir parte integrante da formação básica do cidadão, constante dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade religiosa do País, em conformidade com os precei-

tos constitucionais e a lei vigente. Matrícula facultativa. Fica, porém, vedado, nessas aulas, o proselitismo nos espaços educacionais.

O art. 12 dispõe sobre o reconhecimento estatal do casamento, que, celebrado em conformidade com as leis canônicas ou com as normas das denominações religiosas, esteja também conforme a legislação vigente. Nesse caso, o casamento religioso deverá gerar os mesmos efeitos do casamento civil.

O art. 13 da proposição garante o segredo do ofício sacerdotal reconhecido nas instituições religiosas, incluindo-se aí o segredo da confissão sacramental.

No art. 14, o projeto reconhece a garantia da imunidade tributária referente a impostos, em conformidade com a Constituição Federal, às pessoas jurídicas eclesiásticas e religiosas, assim como ao patrimônio, renda e serviços relacionados às finalidades das mesmas. Seu parágrafo único reza que, para fins tributários, as pessoas jurídicas das instituições religiosas que se dedicam a atividade social e educacional, sem finalidade lucrativa, deverão receber o tratamento e os benefícios previstos pelo ordenamento jurídico brasileiro em relação às entidades filantrópicas.

O art. 15 estabelece que não existe vinculação empregatícia entre os ministros ordenados ou os fiéis consagrados, por um lado, e as respectivas instituições religiosas, por outro, excetuados os casos em que fique provado o desvirtuamento da finalidade religiosa, de conformidade com a legislação trabalhista brasileira. Em lugar do vínculo empregatício, afirma a existência do "vínculo de caráter religioso", que poderá, inclusive, ser de natureza voluntária.

No art. 16, o projeto determina que os responsáveis pelas instituições religiosas pátrias poderão convidar sacerdotes, membros ou leigos de institutos religiosos estrangeiros para prestar serviço no País, desde que no âmbito de suas jurisdições religiosas.

No art. 17, a proposição determina que, no interesse público, os órgãos do Poder Executivo e as instituições religiosas poderão celebrar convênios sobre matérias de suas atribuições, reiterando e modulando (por especificar o Poder Executivo) o disposto no art. 19, inciso I, da Constituição Federal.

O art. 18 reza que a violação à liberdade de crença e a proteção aos locais de culto e suas liturgias sujeitam o infrator às sanções previstas no Código Penal, bem como à responsabilização civil pelos danos.

Por fim, o art. 19 do PLC nº 160, de 2009, estabelece a entrada em vigor da norma quando da data de sua publicação.

Na justificação da proposta, seu autor alertou que, "desde o início da vigência da Constituição Federal de 1988, o Brasil tem experimentado os direitos e garantias previstas na Carta Magna com respeito às religiões, aos cultos religiosos e à assistência religiosa, assegurada a laicidade do Estado brasileiro."

O autor argumenta que os desenvolvimentos havidos desde então trouxeram a possibilidade, a oportunidade e mesmo a necessidade de se regulamentarem os incisos VI, VII e VIII do art. 5º, e o §1º do art. 210, todos da Constituição da República.

Referiu-se, ainda, em sua justificação, ao Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado no Vaticano, aos 13 de novembro de 2008. Tal acordo veio a ser uma espécie de referência para o texto consolidado no PLC nº 160, de 2009. A extensão dos conteúdos do referido acordo a todas as religiões é o objetivo último do PLC nº 160, que, caso aprovado, mereceria, de acordo com o autor, ser chamado de "Lei Geral das Religiões".

Na Câmara dos Deputados, o PLC nº 160, de 2009, foi apreciado por Comissão Especial e aprovado pelo Plenário, na forma do substitutivo por ela apresentado.

No Senado Federal, a proposição foi originalmente distribuída às Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Posteriormente, por força da aprovação do Requerimento nº 848, de 2010, o projeto foi distribuído também para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A CE aprovou a proposição em 6 de julho de 2010, com uma emenda de redação.

Nos meses de julho, agosto e outubro de 2010, foram juntados ao processado documentos encaminhados pelo Núcleo Especializado do Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, e uma manifestação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, firmada conjuntamente por outras instituições.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pois não, Sr. Presidente; estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, não, Senador Crivella, pode relatar, fiz soar a campainha para, como V. Exª está apresentado o relatório, pedir silêncio ao Plenário.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ambos os documentos têm um só teor: a indicação de inconstitucionalidade do art. 3º do PLC nº 160, de 2009, que trata da obrigação de as organizações religiosas fazerem registro de seus estatutos junto às instâncias de registro civil, conforme os termos dos art. 44, 45 e 46 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

Em função dessa manifestação, a CAS deliberou pela realização de audiências públicas para dar voz àqueles que consideravam o projeto inconstitucional.

Na audiência pública, realizada em 23 de maio de 2013, com representantes da sociedade civil e do Poder Executivo, o tom das manifestações foi de condenação do projeto por inconstitucionalidade. Na CAS, porém, foram apresentadas seis emendas pelo Relator, o ex-senador Eduardo Suplicy, sanando os óbices de inconstitucionalidade aventados.

Ao final, a proposição foi aprovada pela CAS na forma das emendas.

Após exame por esta Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto seguirá para análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e será terminativo no Plenário da Casa.

Análise.

Gostaríamos de, de início, oferecer interpretação sintética do significado normativo geral do PLC nº 160, de 2009. A nosso ver, a proposição significa a reiteração e a consolidação de uma série de dispositivos constitucionais e legais, direta ou indiretamente ligados à vida religiosa, que se encontram dispersos pelo ordenamento jurídico. O móvel de tais gestos de consolidação é defensivo: acuadas pelas elites científicas e políticas laicas há quase trezentos anos, embora dispondo de enorme aceitação popular e compondo parte viva da consciência moral das sociedades, as religiões têm procurado, desde então, evitar como podem a incessante tentativa de bani-las da vida social sob os epítetos de ignorância, superstição, credulidade etc., que seriam incompatíveis com a autonomia individual, maior conquista da época das Luzes.

Essa é, a nosso ver, a principal razão de ser do PLC nº 160, de 2009, bem como da Concordata entre o Brasil e o Vaticano, referida acima como uma das origens do projeto que ora se examina.

A consideração antecedente objetiva esclarecer porque não há que se falar em óbices de constitucionalidade ou de juridicidade. Isso porque, além de a proposição não contrariar, em momento algum, a Constituição ou a legislação vigentes, a reiteração que ela significa, com relação a normas em vigor, constitucionais ou legais, em razão de seu caráter de consolidação e organização, certamente acrescenta algo a uma ordem jurídica sempre pronta a diminuir o espaço público das religiões em nome do banimento destas para a ordem privada.

Outrossim, a proposição é regimental, em face do disposto no art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que atribui a esta Comissão a tarefa de opinar sobre proposição que diga respeito a tributos e a normas gerais sobre direito tributário.

De modo sintético, podemos afirmar que as relações entre o Estado e a religião no Brasil foram sempre intensas e estreitas. Houve religião de Estado nos primeiros quatrocentos anos de existência da sociedade; com o advento da República, uma vaga de crenças iluministas e antirreligiosas logrou estabelecer forte separação entre as duas instâncias, o que veio a ser posteriormente mitigado, em função da força das estruturas históricas profundas.

Assim, a partir da Constituição de 1934, todas as nossas constituições afirmaram, ou ao menos deixaram aberta, a possibilidade de cooperação entre o Estado e a religião, desde que no interesse de todos.

Porém, com a Concordata entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, as demais instituições religiosas brasileiras viram-se tratadas diferentemente por este último. Daí o PLC nº 160, de 2009, ter surgido, oportunamente, como uma espécie de exigência isonômica de diversas expressões e hierarquias religiosas perante a já referida Concordata, assinada em novembro de 2008, quando de visita oficial do então Presidente Luiz Inácio da Silva ao Papa Bento XVI.

A despeito da polêmica então instaurada, que trazia, por um lado, o tema da laicidade do Estado, e, por outro, o suposto favorecimento deste à Igreja Católica, a grande maioria das instituições religiosas movimentou-se para buscar o que considerou mais justo: equiparação com os termos acertados entre o Brasil e a Igreja Católica. E, de um modo geral, pode-se dizer que o PLC nº 160, de 2009, granjeou amplo consenso entre as expressões religiosas presentes no Congresso Nacional.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou o projeto com apenas uma emenda de redação. Por seu turno, a Comissão de Assuntos Sociais, como já visto, aprovou o parecer do Senador Eduardo Suplicy com sete emendas, com as quais estamos de acordo.

A partir da oitiva das instituições que, de fato, prestam assistência religiosa às Forças Armadas e às Forças Auxiliares, percebemos a demanda desse meio de que os capelães tenham orientações muito claras de suas instituições de origem. É igualmente necessário que o Estado conheça bem as formas e os conteúdos dessa assistência cuja prestação ele apoia. Nesse sentido, propomos subemenda referente ao art. 9º, de modo a que

entre o Estado e a instituição religiosa representada por capelão exista uma relação clara, formalizada em um Termo de Cooperação.

À guisa de conclusão, lembramos aqui as judiciosas ponderações do constitucionalista Jayme Weingartner Neto acerca do projeto em análise e do Acordo do qual ele deriva, vejamos: "A principal crítica que poderia ser levantada seria de eventual privilégio da Igreja Católica, em relação às demais instituições religiosas."

O princípio da igualdade, então, antes que obstáculo intransponível, pode-se concretizar "sem lei, contra lei e em vez de lei" (Canotilho), pelo que, constatando o desigual peso político das diferentes confissões religiosas, razoável estender-se o patamar de tutela mais razoável obtido pela Igreja Católica automaticamente às minorias. Seja como for, logo após votar o texto do Acordo, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei batizado de lei geral das religiões – que segue o mesmo lastro do Acordo, harmonizando "tanto a laicidade do Estado brasileiro quanto o princípio da igualdade", pelo qual "todas as confissões de fé, independentemente da quantidade de membros ou seguidores, ou do poderio econômico e patrimonial", devem ser iguais perante a lei, que, além de beneficiar à Igreja Romana, também "dará as mesmas oportunidades às demais religiões, seja de matriz africana, islâmica, protestante, evangélica, budista, hinduísta, entre tantas outras".

De fato, utilizando a expressão ampla instituições religiosas (também denominações religiosas, organizações religiosas e credos religiosos), ao longo de dezenove artigos, o projeto de lei, com pequenas variações, assegura a todas as instituições religiosas, sem qualquer discriminação, o regime jurídico alcançado à Igreja Católica.

Voto

Em face do exposto, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade da Emenda nº 1 – CE, dada a apresentação, pela CAS, de outra emenda para sanar o problema, pelo acatamento das sete emendas aprovadas pela CAS e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009, com as seguintes subemendas:

Subemenda nº – CAE

(à Emenda nº 2 – CAS)

Adicione-se um §3º ao art. 6º do PLC nº 160, de 2009, com a seguinte redação:

".....

Art. 6º .....

.....

§ 3º É assegurada, nas manifestações religiosas, a dispensa de observância das normas previstas na Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, aos músicos, instrumentistas e cantores, independentemente de haver vínculo empregatício entre estes e as entidades religiosas.

Subemenda nº – CAE

(à Emenda nº. 7 – CAS)

Dê-se ao caput do art. 9º do Projeto de Lei da Câmara nº. 160, de 2009, a seguinte redação:

".....

Art. 9. Cada credo religioso representado por capelães militares no âmbito das Forças Armadas e Auxiliares poderá constituir organização própria, assemelhada ao Ordinariato Militar do Brasil, via celebração de termo, com a finalidade de cooperar com a direção, coordenação e supervisão da assistência religiosa aos membros daquelas Forças.

Parágrafo único. Fica assegurada a igualdade de condições, honras e tratamento a todos os credos religiosos referidos no caput, e aos seus representantes nos termos da Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado.

Quero parabenizar o Senador Crivella pelo relatório e a iniciativa também do Deputado George Hilton, o Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009.

Eu queria até pedir aos Senadores e Senadoras, porque nós, depois da apreciação dessa matéria, vamos ter três votações nominais, que permanecessem aqui, porque aí, pelo menos, aqueles projetos de caráter terminativo nós já votaríamos. Porque nós conseguimos um milagre. Nós estamos com um quórum alto, 22 Senadores e Senadoras na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – É porque nós estamos deliberando uma matéria importante e abençoada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – E é uma matéria abençoada que nos iluminou até no quórum, Senador Crivella.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, estão dizendo que é fruto de um painel eletrônico. Será que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Painel eletrônico. Mas ele está refletindo relativamente a presença de todos e todas aqui.

Eu passo rapidamente a palavra ao Senador Moka, que havia pedido, e ao Senador Tasso Jereissati.

Senador Moka.

Eu só gostaria de fazer um registro, para os Senadores se prepararem. O Senador Paulo Rocha, conversando ali, muito tranquilo, com o Senador Reguffe. Como o Senador Humberto Costa não está presente, eu sugiro que V. Exª seja relator *ad hoc* do item 11, o PLC nº 65/2012. E, como o Senador Flexinha não apareceu ainda aqui, se até lá nós não conseguirmos contar com a presença do Senador Flexa, eu sugiro que o Senador Tasso Jereissati fosse o relator *ad hoc* do item 12. Do item 11, o Senador Paulo Rocha, e do item 12, o Senador Tasso Jereissati, se os Senadores não comparecerem, não estiverem ainda presentes aqui. Eles devem estar no meio do caminho, Senador Paulo Rocha, chegando aqui ao Senado Federal.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Vice-Presidente, Fernando Lira, eu quero chamar a atenção: esse projeto já esteve para ser votado no Plenário do Senado, quando o Senador Suplicy pediu que voltasse, e foi à Comissão de Assuntos Sociais, o ano passado, quando tive a honra de presidir. Fizemos uma audiência pública, e o Senador Suplicy sugeriu seis ou sete emendas, sete emendas, que foram acatadas pelo Senador Crivella. E, a partir daí, Sr. Presidente, esse projeto tomou uma tramitação e veio, hoje, aqui à CAE.

Eu só queria dar esse testemunho, que, na Comissão de Assuntos Sociais, houve uma discussão ampla, em audiência pública, onde vários representantes dos mais variados credos e religiões estiveram presentes. E eu posso assegurar que, ao final da audiência pública, com raríssimas exceções, foi considerado um projeto que, sem dúvida nenhuma, além de prestigiar as igrejas e os credos, preserva também a questão do Estado laico, ou seja, não vai privilegiar nenhuma igreja, mas vai permitir o livre credo a toda população brasileira.

Penso que esse projeto merece aprovação.

Esse é o testemunho que eu gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Moka, pelas considerações muito pertinentes à relatoria do Senador Crivella e também fazendo jus ao trabalho do Senador Suplicy, que muito contribuiu para esse projeto.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, com a devida permissão do Senador Crivella, eu gostaria de pedir vista, porque não participei de todas essas discussões. Na verdade, apenas para poder entender melhor essa proposta, eu gostaria de pedir vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Vista coletiva.

Portanto, na próxima reunião, Senador Crivella, vamos deliberar sobre esse projeto.

Senador Agripino, nós vamos aproveitar o quórum para votar os projetos terminativos. E nós vamos começar, por solicitação do Senador Blairo, com o PLS nº 95/2015. É o item 14 da pauta.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2015

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB, com o objetivo de estimular as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP).

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto.*

Lembro mais uma vez que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Portanto, eu passo agora a palavra ao Relator do projeto, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentando todos os colegas Senadores, quero dizer que este projeto é de autoria do Senador José Serra e está incluído no esforço que o Senado está fazendo em relação ao Pacto Federativo, no sentido de buscar alguns projetos da Casa, conforme aquela grande reunião que foi feita com os governadores. Este projeto, então, faz parte desse acordo e irá avançar dentro disso.

Então vamos ao relatório.

O projeto de lei em análise institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB), com o objetivo de estimular o aumento dos investimentos no setor por parte das prestadoras desse serviço público. Nesse sentido, acrescenta quatro artigos à Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

O Regime Especial consiste no desconto de créditos do valor apurado a título de Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidente sobre investimento constante de projeto aprovado pelo Ministério das Cidades.

Podem ser aprovados projetos coerentes com o Plano Nacional de Saneamento Básico, que representem um adicional sobre o valor médio investido no período de 2010 a 2014 e de alta relevância e interesse social, caracterizados como regularização urbanística e fundiária, limpeza, despoluição e canalização de córregos, preservação de áreas de mananciais e unidades de conservação, esgotamento sanitário em áreas de baixa renda e redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água.

O REISB pode ser acumulado com o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, ficando a adesão da pessoa beneficiária condicionada à sua regularidade perante a Receita Federal do Brasil.

O crédito não aproveitado em determinado mês ficará acumulado para o mês seguinte, não podendo o valor anual superar o valor devido a título de PIS/Pasep e Cofins. Os créditos não constituem receita bruta da pessoa beneficiária nem ensejarão revisão tarifária por parte do ente titular do serviço de saneamento.

O benefício gerado pelo REISB poderá ser usufruído com relação aos investimentos realizados no período de cinco anos contados da habilitação da pessoa jurídica, podendo ser renovado mediante preenchimento dos mesmos critérios exigidos para aprovação do projeto.

O REISB produzirá efeitos apenas a partir do exercício financeiro de 2016.

Em sua justificação, o autor apresenta o grave quadro de carência do saneamento em nosso País, bem como as significativas externalidades positivas associadas a sua universalização. Em seguida, aponta a insuficiência dos investimentos atuais, correspondentes a aproximadamente dois terços do valor requerido para se alcançar a meta de universalização no ano de 2033, constante do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Em contradição com essa demanda, o setor teria sido prejudicado pela mudança no sistema de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins ocorrida entre os anos de 2002 e 2003, que passou de um regime cumulativo para um não cumulativo. Essa mudança foi acompanhada de um aumento das alíquotas, como forma de preservar a arrecadação. Ocorre que o principal insumo do setor é a água, sobre a qual não incidem essas contribuições, por se tratar de uma outorga de recurso natural.

Assim sendo, o aumento de alíquotas não foi compensado pelo acúmulo de créditos na cadeia produtiva, o que resultou em um aumento da carga tributária. A proposição apresentada visa a reverter esse processo, incentivando uma ampliação dos investimentos em saneamento, sob controle do Governo Federal.

O projeto foi distribuído às Comissões de Assuntos Sociais (CAS); e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas. Na CAS, foi aprovado parecer favorável à matéria.

Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria. Tendo em vista que sua decisão será terminativa, faz-se necessário também proceder à análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – O projeto insere-se na competência da União para promover programas de melhoria das condições de saneamento básico (CF, art. 23, IX) e observa os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Como bem aponta o autor da proposição, as empresas de saneamento foram muito prejudicadas pela alteração da forma de cálculo da Cofins e do PIS/Pasep, de cumulativa para não cumulativa.

Considerado abstratamente, o sistema não cumulativo é mais eficiente que o cumulativo, pois impede a incidência de tributo sobre tributo, ou seja, sobre uma base de cálculo já onerada pelo pagamento do mesmo tributo em uma etapa anterior do processo produtivo. No sistema não cumulativo, tributa-se apenas o valor agregado em cada etapa da produção, o que se operacionaliza pela constituição em favor da empresa de créditos correspondentes ao valor do tributo pago nas etapas anteriores do processo produtivo. A transição de um regime para o outro exige, no entanto, uma elevação das alíquotas, a fim de manter inalterada a receita pública.

Se o sistema não cumulativo é melhor para a sociedade como um todo, sua adoção não impacta homogeneamente todos os setores, uma vez que cada um apresenta uma cadeia produtiva com características próprias. No caso do saneamento, o efeito da mudança foi adverso, pois a cadeia produtiva é curta e o principal insumo é a água, sobre a qual se paga um valor de outorga de recursos hídricos, que não é tributado.

Diante desse quadro, as empresas de saneamento tiveram suas alíquotas de Cofins e de PIS/Pasep praticamente triplicadas, sem se beneficiar de créditos oriundos das etapas anteriores de produção.

Há que se considerar, ainda, que grande parte das doenças tratadas no Sistema Único de Saúde (SUS) decorre das más condições de saneamento básico. O estudo "Benefícios econômicos da expansão do saneamento básico", elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e publicado pelo Instituto Trata Brasil em junho de 2010, conclui no sentido de que a universalização do saneamento básico reduziria em 25% as internações e em 65% a mortalidade decorrentes de infecções gastrintestinais, o que economizaria ao menos R$42 milhões ao ano.

Além desses, foram estimados os seguintes benefícios para a sociedade em geral:

– melhoria de 30% no aproveitamento escolar das crianças;

– economia para as empresas em torno de R$309 milhões por ano em horas de trabalho pagas, mas não trabalhadas, em função da redução, em 19%, da probabilidade de um trabalhador se afastar do trabalho em decorrência de infecções gastrintestinais;

– aumento da produtividade do trabalhador, em média, de 13,3%, gerando aumento real da massa de salários da economia de 3,8% (equivalente a R$41,5 bilhões por ano);

– redução das desigualdades regionais, visto que a carência de saneamento e suas consequências negativas são mais intensas nas Regiões Norte e Nordeste;

– criação de 120 mil novos postos de trabalho no setor de turismo, gerando um aumento de R$1,9 bilhão no PIB do setor e uma massa salarial da ordem de R$935 milhões ao ano;

– valorização média de 18% dos imóveis que passarem a contar com acesso à rede de saneamento básico;

– aumento da arrecadação de IPTU e ITBI, decorrente da valorização imobiliária, da ordem de R$465 milhões por ano.

O modelo institucional proposto pelo projeto, de aprovação de projetos pelo Ministério das Cidades, assegurará que os créditos constituídos em benefício das empresas de saneamento sejam direcionados para a universalização do atendimento e para a ampliação dos investimentos.

Do voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2015.

Esse é o meu relatório e o meu voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

A matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Para discutir, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, em primeiro plano, cumprimento o Senador José Serra pela iniciativa e o parecer do Senador Blairo Maggi, que foi preciso e cirúrgico na necessidade de nós desonerarmos esse segmento dessa mudança que foi incorporada na cobrança de PIS/Cofins, na medida em que isso tem representado uma ameaça à manutenção e à expansão de investimentos em um segmento de absoluta importância para a sociedade brasileira.

A Organização Mundial de Saúde preconiza que, a cada R$1,00 investido em saneamento básico – portanto, em saúde preventiva –, o Governo economiza outros R$4,00 em investimentos hospitalares, que, na prática, em lugar de cuidar da saúde, cuida da doença, Senador Raimundo Lira.

Portanto, essa iniciativa do Senador Serra é uma iniciativa na linha de reduzirmos a carga tributária desse segmento, permitindo que o setor de saneamento básico possa estar mais a contento com a necessidade de o Brasil se alinhar a tantos outros países que já conseguiram solucionar esse problema em sua realidade.

Portanto, acho que esse projeto merece, por parte desta Comissão, toda celeridade e atenção para que possa ir ao plenário do Senado e o Senado possa, finalmente, deliberar sobre essa importante iniciativa, Sr. Presidente.

É a manifestação que gostaria de fazer, cumprimentando o Senador Serra e também o nosso Relator, o Senador Blairo Maggi, como homem experiente, ex-Governador, trazendo a realidade e a necessidade de sermos velozes na aprovação desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço. Senador Blairo e depois Senadora Lúcia Vânia.

Não havendo mais nenhum... Senador Moka, Senadora Lúcia Vânia e não havendo mais nenhum Senador... Senador Beber também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Delcídio, eu tive o privilégio de ser o Relator na Comissão de Assuntos Sociais desse projeto e me sinto quase que na obrigação de ratificar, elogiar. Evidentemente, não consegui fazer o relatório com o mesmo brilho do Senador Blairo Maggi, mas a verdade é esta. Há uma estatística mostrando que nos últimos anos o investimento em saneamento básico diminuiu qualquer coisa em torno de 30%. Na verdade, isso representa um atraso em termos de saneamento. Se fizerem uma pesquisa, cidades onde há saneamento básico e água potável e fizerem um comparativo com mortalidade infantil, nós vamos ver que a cidade em que há saneamento básico ou esgotamento sanitário e água potável, comparada com uma cidade em que não há, a mortalidade infantil é três vezes maior. Isso, por si só, já justificaria.

O que faz o projeto do Senador José Serra é estimular as empresas de saneamento que, ao investirem em saneamento, tenham, na medida do investimento – fica muito claro e ele faz questão de não deixar nenhuma brecha para nenhum tipo de fraude ou qualquer coisa parecida –, no sentido de que isso seria então retirado, ele teria um crédito e seria abatido do investimento esse PIS e Cofins.

Eu acho que o projeto é muito meritório e vai estimular uma área fundamental, sobretudo quando se fala em saúde pública.

É essa observação que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senado Moka, pelas observações.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero, a exemplo do que fez o Senador Ferraço e o Senador Moka, cumprimentar o autor desse projeto, Senador José Serra, que mais uma vez vem demonstrar a sua preocupação com o novo Pacto Federativo que estamos discutindo aqui.

Esse projeto, sem dúvida nenhuma, relatado pelo Senador Blairo Maggi – a quem cumprimento pelo brilhantismo da sua exposição, pelo estudo acurado que fez do assunto... Discuti com ele algumas alternativas, no entanto, rendi-me aos argumentos dele em relação ao projeto.

Esse projeto do Senador José Serra vem sanar uma grande deficiência das empresas de saneamento básico, que têm uma cadeia curta, onde a incidência do PIS/Cofins se torna extremamente penosa para essas companhias. Com esse projeto, o Senador José Serra vem atacar esse problema, deduzindo os impostos dos investimentos acima da média dos quatro meses, criando, portanto, um fundo especial, o PIS/Cofins será deduzido dos investimentos relativos a este fundo.

Portanto, é um projeto extremamente importante, que vem recuperar uma série de empresas de saneamento básico que estão hoje em grandes dificuldades.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Senador Dalirio Beber, depois Senador Valadares.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Primeiramente, cumprimento realmente a iniciativa do Senador José Serra e o brilhante trabalho feito pela relatoria do Senador Blairo Maggi.

De fato, estaremos conquistando, com a aprovação dessa medida, o resgate de uma solicitação, de um pedido feito pelas companhias estaduais de saneamento há muito tempo. Através, inclusive, da Associação Aesbe, que representa os interesses das 27 companhias estaduais de saneamento básico.

Não existe tributação por parte dos Municípios e não existe tributação por parte dos Estados e, infelizmente, as companhias são penalizadas com a tributação federal.

A grande maioria dessas empresas está descapitalizada e, por isso, os contratos de financiamento muitas vezes deixam de ter a velocidade necessária na execução das obras de infraestrutura do saneamento, em razão da falta da contrapartida. Só a empresa de Santa Catarina recolhe mais de R$100 milhões, por ano, em tributos federais.

Portanto, essa medida, se aprovada pelo Plenário e pelo Congresso, nos dará tranquilidade para fazer com que os financiamentos da Caixa Econômica, do BNDES, da Agência Francesa, com quem nós mantemos, lá em Santa Catarina, um financiamento, e da Agência Japonesa de fomento, tenham mais velocidade. Aí, sim, a Casan, com estes R$100 milhões por ano, terá condições de dar a contrapartida necessária a esses contratos de financiamento, permitindo que alcancemos índices de cobertura do esgotamento sanitário, como coleta e tratamento, de forma adequada e mais rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dalirio Beber.

Com a palavra o Senador Valadares.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora inscrita depois do Senador Valadares, nós vamos abrir a votação.

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, a minha palavra é de apoio a esse projeto que tem uma finalidade muito nobre, que é fortalecer o sistema de saneamento básico em nosso País, um dos mais atrasados do mundo. Basta dizer que, em São Paulo, a cobertura, em matéria de esgoto, é da ordem de 77%, enquanto que, no Norte do nosso País, a cobertura em esgotamento sanitário é da ordem de 7% e, no Nordeste, de 20%.

Isso significa que a saúde da população está em perigo, está prejudicada, muitas doenças infectocontagiosas acontecem, fazendo com que o Sistema Único de Saúde seja obrigado a gastar mais recursos dos parcos recursos que existem para atendimento à população.

Por isso que o Senador José Serra tem razão, tem todo o meu apoio e eu votarei favoravelmente, na certeza de que estímulos como esse para as empresas de saneamento vão conferir às obras de infraestrutura necessárias ao nosso País a prioridade única, que já deveria ter sido exercida há muitos anos.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, só para retificar a minha manifestação, pois esse projeto que nós estamos votando aqui é em caráter terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Terminativo. E, portanto, não vai ao plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não vai ao plenário. Apenas para retificar a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – V. Exª é um regimentalista.

V. Exª, quando afirmou isso, estava distraído, porque V. Exª conhece bem o regimento da Casa. Foi uma escorregadela menor...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a generosidade de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ...perto de toda a produção legislativa de V. Exª. E é sincero isso que eu estou lhe falando.

Vamos à votação.

Para proceder à votação eletrônica, basta os Senadores digitarem o código de sete dígitos usado no plenário.

Portanto, está aberta a votação. Os Senadores e Senadoras já podem iniciar a votação pelos computadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, enquanto nós procedemos ao processo de votação, ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... eu gostaria de solicitar a V. Exª que nós pudéssemos ultimar – há requerimento meu nesse sentido, há requerimento do Senador Tasso Jereissati –, para que nós pudéssemos trazer à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República o Procurador do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas da União, o Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, que teve um protagonismo na avaliação das contas da Presidência da República, em relação aos pontos que estão sendo questionados, aos 13 pontos que estão sendo questionados.

Eu mesmo cheguei a propor que nós pudéssemos também trazer aqui o Ministro Conselheiro José Mucio. Mas, considerando que o Ministro Conselheiro José Mucio vota, talvez a sua presença não seja a mais adequada, porque ele ainda não apresentou o seu parecer. Entretanto, trazer o Ministério Público do Tribunal de

Contas, nesta Comissão, o Dr. Júlio Marcelo, parece-me algo imprescindível, Sr. Presidente, para que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado possa conhecer, em detalhes, as razões e as motivações que levaram o Tribunal de Contas da União a esse relatório.

Pela primeira vez na história da República, nós temos um relatório com graves denúncias de violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, que é um patrimônio brasileiro, que contribuiu de maneira inequívoca para a organização das contas públicas. E a Comissão de Assuntos Econômicos precisa fazer esse debate.

Esse requerimento, salvo melhor juízo – há uma convergência de um requerimento que fiz também com o Senador Tasso Jereissati –, já foi aprovado. Nós gostaríamos de merecer a atenção de V. Exª, tão diligente na atuação aqui na Comissão, para que nós pudéssemos tentar, quem sabe, marcar para próxima semana. Já fizemos contato com o Dr. Júlio Marcelo, ele está disponível para esse debate.

Esse é um debate importantíssimo, Sr. Presidente, porque não estamos tratando aqui de questões relacionadas à situação ou à oposição, mas às escolhas que o Estado brasileiro tem feito na organização ou na desorganização das suas contas públicas, na utilização ou não dos bancos públicos, para que esses bancos possam ser usados. No passado isso foi rotina, durante um período isso foi interrompido – a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe severa restrição a essa questão – e isso me parece que volta ser rotina no Estado brasileiro.

Então, o nível de organização do Estado brasileiro e dos seus bancos públicos é do absoluto interesse da Comissão de Assuntos Econômicos, até porque, de quando em quando, nós recebemos aqui o Presidente do Banco Central, nós recebemos aqui a equipe econômica do Governo Federal. A vinda, portanto, do Ministério Público do Tribunal de Contas poderá trazer luz, elucidação, para que cada um dos Senadores possa afirmar o seu juízo de valor em relação a essas contestações que estão sendo feitas pelo Tribunal de Contas da União.

É o apelo que faço a V. Exª, tão diligente na condução dos nossos trabalhos: que nós possamos definir essa agenda desse tema, que é central, Sr. Presidente, nessa altura da vida brasileira.

Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Ferraço, eu inclusive, um pouco antes do início da reunião – a presente reunião da CAE –, eu conversei com o Senador Tasso sobre essa questão e, sem dúvida alguma, disse a ele que nós estamos programando esse agendamento, até pelo tema, que é um tema importante e, consequentemente, acho que vai gerar um debate muito qualificado com relação a esse tema, que tem causado muitas polêmicas na mídia nacional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O importante é que nós tentássemos isso antes do recesso, inclusive de julho, Sr. Presidente, pela oportunidade e tempestividade desse debate.

Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Perfeitamente registrado, meu caro Senador Ferraço.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu quero concordar com isso, desde que decorridos os trinta dias em que a Presidência da República tem para responder, aí a gente vai debater à luz daquilo que foi respondido pela Presidente da República, em relação ao relatório do TCU.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Devidamente registrado, Senador Donizeti.

Concluímos já a votação? (*Pausa.*)

Então, vou encerrá-la.

Encerrada a votação: 20 votos SIM; nenhum voto NÃO. Nenhuma abstenção em um quórum de 21.

Portanto, o projeto está aprovado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito bem, Presidente, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Projeto aprovado.

Eu gostaria aqui de registrar que a Comissão aprova o projeto de iniciativa do Senador Serra e relatado pelo Senador Blairo Maggi. Um projeto muito pertinente, tratando de uma área fundamental para a saúde pública do nosso País. Portanto, eu quero parabenizar o Senador Blairo Maggi e o Senador Serra, bem como os Senadores todos que fizeram esse debate extremamente relevante para um segmento fundamental para a saúde pública brasileira.

Se todos os Senadores me permitirem, nós temos quórum ainda e eu pediria para que nós mantivéssemos esse quórum. Mas o Senador Wilder Morais está sendo pressionado, e muito, para votar em outra Comissão, porque o negócio está feio hoje. Trata-se de item não terminativo, mas, se V. Exªs concordarem, ele apresentará o seu relatório rapidamente. Já foi lido, não é? Já foi lido. É o item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2012
– Não terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural.
Autoria: Senador Lauro Antonio
Relatoria: Senador Wilder Morais
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações: *1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao Projeto;*
2. O relatório já foi lido pelo Relator na 12ª Reunião, realizada em 5 de maio de 2015, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Consulto o Relator se deseja fazer o uso da palavra.

Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, presidente.

Eu acho que esse projeto é importante, até pela posição que o Brasil vive hoje. Na verdade, nós estamos limitando a 3% para incentivar o turismo rural. Nosso Estado de Goiás tem um grande atrativo. Não só aqui, mas no Brasil inteiro. E, nesse momento, acho que precisamos – como aconteceu anteriormente aqui na saúde pública – ter mais esse incentivo para a iniciativa privada do setor rural.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wilder Morais. Parabenizá-lo, também, pelo relatório.

A matéria está em discussão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, uma palavra rápida.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Eu gostaria... Eu gostaria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Agripino Maia. Perdão, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Acho importante o projeto, interessante. Realmente o turismo rural faz parte do mesmo nicho do turismo religioso e, quanto mais incentivos nós pudermos ter, melhor para o desenvolvimento econômico da região.

Parabenizo o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, rapidamente.

Às vezes, pequenos projetos, como esse do Senador Wilder, tem um enorme alcance e uma grande repercussão sobre a geração de emprego. O turismo rural pode e deve ter um sentido de amplo espectro. Por exemplo, eu vou na sexta-feira agora fazer turismo rural no Município de Santa Cruz, onde o prefeito erigiu uma estátua enorme – turismo religioso – na área rural...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – ... e a cidade de Santa Cruz modificou-se completamente. A principal atividade econômica do Município, hoje, é o turismo. Vem gente da Paraíba, vem gente de Pernambuco, de Recife. Final de semana, em Santa Cruz, é uma romaria: os restaurantes, os bares, o comércio, tudo ativo.

Esta medida do Senador Wilder de limitar em 3% o imposto sobre atividade turística na área rural é fundamental, porque é na área rural onde há maior carência de emprego e, quando o turismo é vocação daquela área rural, você acrescenta as potencialidades locais para o turismo.

No meu Estado, para citar um segundo exemplo, está em vias de construção, através, até, de uma emenda coletiva de bancada, da qual eu sou autor, o teleférico de Martins. É um Município numa serra. É uma serra no interior do Estado, que dá acesso a cavernas, a estalagmites e estalactites. Eu tenho certeza absoluta de que Martins, que já é um polo turístico, com essa iniciativa, vai multiplicar as suas atividades e vai multiplicar a geração de emprego.

A preservação que o Senador Wilder pretende dar a iniciativas como essa é a da garantia de competitividade com a limitação da imposição do Estado, porque o Estado é sugador. O Estado é sugador, eu vou repetir, é sugador.

Na medida em que se estabelece um limite de taxação de imposto na atividade, você está gerando perspectiva de emprego e desenvolvimento nas áreas mais carentes deste País, que são as áreas rurais.

Eu quero cumprimentar de forma especial a lucidez do projeto e o alcance do projeto, com os aplausos ao Senador Wilder Morais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino. V. Exª também conhece muito bem meu Estado. Essa medida é fundamental para incentivar o turismo de Bonito e o turismo do meu Pantanal, lá na minha cidade, Corumbá. Portanto, é absolutamente pertinente esse projeto. Nós temos dois terços do Pantanal, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, me permite?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu quero discutir só o seguinte: o Mato Grosso do Sul tem dois terços do Pantanal, mas as cabeceiras, as nascentes estão todas em Mato Grosso. Se nós não conservarmos bem aquilo lá e não cuidarmos, vocês não terão nada, também, no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com toda razão, Senador Blairo.

Senador Ferraço. Depois, Senador Telmário.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora inscritos para fazer o debate, portanto, aí, nós vamos colocar em votação.

Peço aos Srs. Senadores e Senadoras que permaneçam aqui no plenário, porque nós vamos ter mais duas votações nominais.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Lauro Antonio, assim como o Senador Wilder Morais.

Creio que deva, assim como fez o Senador José Agripino, trazer o meu testemunho, do meu Estado, do Estado do Espírito Santo, que é um Estado dominado e liderado pela pequena propriedade de base familiar, que recebeu, lá na sua origem, uma enorme migração de italianos e de alemães, de pomeranos, suíços.

Toda essa migração está na base constitutiva do nosso Espírito Santo. Toda essa população, todos esses migrantes nos ensinaram, no Espírito Santo, em função da limitação territorial do nosso Estado, que a propriedade rural pode e deve se valer da diversificação da sua atividade.

Historicamente, a atividade que lidera e domina a base rural em nosso Estado, e ainda é, é a atividade do café: nas regiões de montanha, o café arábica; nas regiões mais quentes, o café robusta, que é um café mais resistente às dificuldades de temperatura.

Em todas essas regiões, ao longo do tempo, o turismo rural e o agroturismo vêm representando um informe, um importante indicativo de agregação de valor à propriedade rural do Espírito Santo.

O agroturismo do nosso Estado é referência nacional e essa iniciativa cria um padrão, um protocolo nacional na cobrança de Imposto sobre Serviços. De modo que você passa a ter um padrão nacional e não apenas uma diversificação extraordinária de alíquotas em relação ao ISS, que agrava a situação e o funcionamento dessa atividade, que é, via regra, uma atividade desempenhada pela família. Não é uma atividade em que você tenha contratações. Não, é a família que cuida da produção e da atividade rural.

Então, isso estimula, fomenta, cria condições atrativas para que o agroturismo e a atividade rural, não apenas em meu Estado, mas em tantos Estados brasileiros, possam contribuir com o desenvolvimento econômico, social, e social sustentável, porque são atividades que precisam conviver em perfeita harmonia com a preservação, a conservação e a recuperação dos ativos ambientais, porque os ativos ambientais são pré-condição para o desenvolvimento do agroturismo e da atividade do turismo rural.

Por isso, eu quero cumprimentar o Senador Wilder e também o Senador Lauro Antonio, que não está conosco, aqui, neste momento, mas aqui esteve e sempre foi um advogado dessas questões no período em que exerceu o mandato de Senador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Senador Tasso, pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Delcídio, eu queria colocar aqui uma sugestão, antes deixando bem claro que sou favorável a todos e votarei com todos os relatórios aqui feitos, especificamente com esse de turismo rural, que são medidas de isenções ou reduções em cima de atividades economicamente muito frágeis ainda. Iniciam-se, portanto, altamente meritórios.

Mas eu gostaria de uma sugestão, porque me chamou a atenção que nós, hoje, basicamente aprovamos, aqui, votamos reduções ou isenções. Nós passamos a manhã – até aqui são 11h30 – votando reduções e isenções de impostos. Que a gente pudesse levantar, aqui, na Comissão, a cada semana, a quantidade do que representou e a quantidade de isenções de impostos e reduções que nós fizemos, apenas para se ter uma noção geral do que é que nós estamos fazendo em termos de número, dado que, de vez em quando, somos surpreendidos com o aumento de impostos, novos impostos, e fica essa coisa que a gente não entende direito, não tem uma visão geral do que está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – A Comissão levantará esses números, até para que, na próxima semana, a gente faça uma apresentação muito rápida, Senador Tasso. Até para que nós venhamos a esclarecer essa preocupação de V. Exª, que é fundamental, é muito importante.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Delcídio, Senador Raimundo Lira, que está ali, quietinho: primeiro, eu quero parabenizar os dois Senadores, tanto o autor, Senador Lauro, quanto o Senador Relator, Wilder, por essa iniciativa que favorece, sem nenhuma dúvida, o meu Estado, um Estado pequeno, que precisa de fontes que possa desenvolver e crescer. E o turismo, sem nenhuma dúvida, alavanca qualquer economia. Basta ver, aí, como está, hoje, o Nordeste, principalmente em época de Carnaval, fora de época, temporada de verão, que realmente ajuda.

Roraima favorece muito o turismo rural, porque nós temos, ali, área de campo. Seria, ali, a Savana africana. Então, sem nenhuma dúvida, talvez seja o Estado que mais possa oferecer esse serviço, esse turismo rural, sem desbancar o Espírito Santo, bem colocado, aqui, pelo Senador.

Mas, sem nenhuma dúvida, quero parabenizar e apoiar, porque, com certeza, favorece, e muito, não o Brasil, mas, principalmente, o meu Estado de Roraima.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Roraima é um Estado muito bonito, principalmente aquela região de serra, lagos maravilhosos, multicoloridos. Realmente, Roraima é muito bonita, além da Savana, que é um bioma absolutamente diferenciado em termos de Brasil, e os cavalos selvagens. Quem quiser domar cavalo, aprende lá em Roraima. Não é fácil, não.

Portanto, em votação o relatório do Senador Wilder Morais.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao Projeto.

Quero parabenizar o Senador Wilder Morais pelo Relatório.

E nós voltamos, agora...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de ver a possibilidade de votar o item 4.

Eu tenho que sair, porque eu estou comemorando, junto com o Alô Senado, os três anos da Ouvidoria, e não há como eu permanecer mais aqui. Se V. Exª entender que poderia fazer... Senão, peço para deixar para a próxima semana a votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senadora Lúcia Vânia, nós teremos duas votações muito rápidas, nominais. Eu estou ficando um pouco preocupado com a questão do quórum.

E, aí, priorizar-se-ia – se todos estiverem de acordo – o item 4, e nós votaríamos o item 4, muito rapidamente, até porque, quando V. Exª diz que quer votar o item 4 para ir embora, faremos agora um esforço enorme para mantê-la aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós temos exatamente 14 Senadores aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, o item que eu relato é o primeiro da pauta. Eu abri mão, porque V. Exª disse que analisaríamos os terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Exato.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Perfeito. Então, vamos seguir assim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Vamos fazer agilmente.

Senadora Lúcia Vânia, com a paciência de V. Exª e com a tolerância, peço só um pouquinho...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Como sou muito paciente, vou atender o pedido de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Estamos com 14 cravados!

Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Voltamos, então, para os terminativos.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2012
– Terminativo –

Acrescenta alínea ao §3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.
Autoria: Deputado Leonardo Monteiro
Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Rocha.
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE;*
2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer contrário ao Projeto.

O relatório é do Senador Humberto Costa e aqui foi indicado o Senador Paulo Rocha, como Relator *ad hoc*.
Lembro que o projeto é terminativo e exige, portanto, quórum qualificado.
Com a palavra o Relator, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Sr. Presidente, embora o projeto seja composto de dois artigos, é um relatório longo do Senador Humberto Costa, que eu tentarei resumir, tentando fazer com que fique claro para os nossos pares.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 65, de 2012, do Deputado Leonardo Monteiro, é composto por dois artigos. O primeiro acrescenta a alínea "i" ao §3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet, para inserir a implantação e a produção das rádios e das televisões comunitárias na lista de segmentos culturais aptos a receberem doações e patrocínios passíveis de dedução integral do Imposto sobre a Renda devido pelos doadores e patrocinadores.

Na justificativa, o autor do PLC alega que seria importante a inserção das emissoras comunitárias na Lei Rouanet, o que promoveria e estimularia a produção cultural local e valorizaria, assim, os direitos humanos.

Concernente à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente, em concorrência com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre direito tributário e sobre cultura, conforme previsto, respectivamente, nos incisos I e IX do art. 24 da Constituição da República.

Quanto à juridicidade, é importante registrar que o PLC não atende às exigências contidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, especificamente no que concerne às regras relativas à renúncia de receita e à perda de arrecadação.

Discorda-se, assim, da conclusão da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados que, ao analisar a proposição em questão, entendeu não haver aumento de renúncia fiscal, sob o argumento de que haveria apenas ampliação das opções de aplicação dos recursos com a inserção de novo segmento no §3º do art. 18 da Lei Rouanet.

Uma das diferenças entre os benefícios fiscais previstos no art. 18 e no art. 26 é que, no caso do primeiro dispositivo, é integral a dedução das doações e dos patrocínios do imposto devido, ao passo que, no caso do segundo, há limites por doação e por patrocínio que restringem o montante a ser deduzido e, consequentemente, não permitem que todo o gasto seja dedutível.

Entende-se, assim, que o PLC nº 65, de 2012, não está adequado às normas de direito financeiro mencionadas. A referida adequação é imprescindível, visto que se trata de responsabilidade com a gestão das contas públicas, objetivo perseguido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela LDO de 2014.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – A existência de distorções no referido programa – o Pronac (Programa Nacional de Apoio à Cultura), instituído pela Lei Rouanet com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor – foi apontada pelo próprio Poder Executivo na Exposição de Motivos nº 46, de 2009, do Projeto de Lei nº 6.722, de 2010. Esse projeto propõe a implementação do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), com o objetivo de reformular os instrumentos normativos vigentes relativos às políticas públicas de cultura no País.

Para evitar que aumentem as distorções do atual sistema, parece ser mais adequada a discussão da matéria tratada no PLC nº 65, de 2012, ora em discussão, no âmbito de projeto de lei mais abrangente e que trate a matéria de maneira mais completa, como é o caso do PL nº 6.722, de 2010, que está em tramitação na Câmara dos Deputados. Serão minimizadas, portanto, as chances de benefícios diferenciados indevidos a determinados segmentos culturais.

Portanto, Sr. Presidente, o Relator diz que há um projeto provocado pelo próprio Poder Executivo, um projeto mais abrangente e mais adequado para tratar da matéria, para dar chance às rádios comunitárias e às tevês comunitárias. O projeto que está em tramitação na Câmara, portanto, seria mais adequado, mais abrangente e resolveria esse problema.

Por isso, em face do exposto, o Relator opina pela rejeição deste projeto, uma vez que há, na Câmara, um projeto em tramitação com mais adequação, que resolve o problema de patrocínios e incentiva, na Lei Rouanet, as oportunidades que se dariam às rádios comunitárias e às tevês comunitárias.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – A matéria está em discussão.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Primeiro, eu queria colocar que a questão da Lei Rouanet nós temos que deixar de lado, porque a Lei Rouanet é ultrapassada, é uma lei completamente desatualizada em todos os sentidos, sobre a qual toda a comunidade artística reclama. Não está em caso o julgamento da Lei Rouanet, que tem nesta Casa projeto importante para sua reavaliação, que deveria inclusive ter um estipêndio maior para ajudar o desenvolvimento das atividades artísticas, desde que o Fundo Nacional de Cultura tivesse o mesmo estipêndio.

Mas, não estando em discussão a Lei Rouanet, vamos discutir a importância das rádios comunitárias poderem ter um patrocínio da Rouanet. Ouvi os argumentos, mas ouvi também que, na Câmara, passou e teve parecer favorável. Acredito que as rádios comunitárias têm uma importância para aquela comunidade muito grande; e muito grande também na questão da cultura. Não há por que acharmos que a Lei Rouanet possa – essa lei tão criticada – ser prejudicada, porque a Lei Rouanet hoje trabalha com 1,6 bilhão e o montante que se consegue arrecadar, que eu me lembre, era 1,35 bilhão.

Então, ela não consegue arrecadar o que pode arrecadar. Isso sem falar na recessão que hoje vivemos em que os patrocínios serão muito mais difíceis. Não acredito que ela vai ser uma imposição na disputa por esses benefícios da Lei Rouanet de jeito nenhum.

Não vi. Já é terminativo aqui? Já passou na Comissão de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É terminativo, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Vou votar a favor, porque acho que temos que enfrentar esse desafio e tentar ultrapassar os limites do projeto, que é interessante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS. Fazendo soar a campainha.) – Pediria silêncio, por favor.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, quando a Lei das Rádios Comunitárias passou aqui no Congresso Nacional, na época, fui um dos grandes incentivadores de sua aprovação, porque achava, como ainda acho, que elas prestam um serviço inestimável, não só quanto à valorização da cultura regional e local...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – ...quanto ao fortalecimento das ideias de aprimoramento democrático, uma vez que as rádios comunitárias conseguiram penetrar no ambiente fechado das grandes emissoras que dominam as comunicações no Brasil, popularizando, portanto, a audiência daquelas pessoas que queriam ouvir música, que queriam entretenimento a participarem dos debates da comunidade local.

Ora, se há um projeto que a Câmara dos Deputados aprovou e que merece nossos aplausos, é este, porque valoriza, substancialmente, a produção cultural regional...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – ... e esse incentivo através da Lei Rouanet, que, a meu ver, teria questão ser fortalecida mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS. Fazendo soar a campainha.) – Pediria silêncio, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sem dúvida alguma que as rádios comunitárias aumentarão o seu papel de destaque na sociedade.

Voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Não havendo mais Senador ou Senadora que queira comentar o projeto, vamos colocar em votação nominal o projeto.

É importante registrar quem vota com o Relator, com o Senador Paulo Rocha, vota "não" ao projeto. Quem vota com o Relator, Senador Paulo Rocha, vota "não" ao projeto.

Está aberta a votação.

Os Senadores e Senadoras já podem iniciar a votação pelos computadores.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Não. Então, quem é a favor do projeto vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quem é a favor do projeto vota "sim". Quem vota com o Relator, Senador Paulo Rocha, vota "não".

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – O PSB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O PSB vota "sim".

Agora o sistema é muito rápido, muito ágil. Parabéns, mais uma vez.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente. Voto pelo fortalecimento dessas rádios que são importantes hoje dentro da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Telmário. Hoje votando aqui tudo eletronicamente, um processo eficiente, quero parabenizar a equipe técnica da CAE do Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Uma prova da modernidade da Presidência desta Casa e da Vice-Presidência desta Comissão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Presidente, o Democratas vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Graças a Deus, Senador Valadares.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não há mais voto.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Eu queria apenas fazer um comunicado importante para esta Casa, para esta Comissão, a respeito da Medida Provisória 677, que trata da questão dos eletrointensivos. Esse foi um assunto bastante discutido, inclusive questionado na vinda do Ministro de Minas e Energia. Portanto, acaba de ser editada essa medida provisória que trata desse assunto.

Eu acho que é um assunto importante. O Ministério está propondo uma reunião com os Senadores do Nordeste para discutir essa medida provisória, e esse era o aviso que eu gostaria de passar a todos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – ... para parabenizar uma luta importante, fundamental para o Norte e para o Nordeste do Brasil – algumas empresas estavam à beira do encerramento de atividades –, e o compromisso do Ministro de Minas e Energia, com a bancada e com a região, que foi cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quero fazer o registro aos Senadores e Senadoras, principalmente do Nordeste, que aguardavam isso com muita ansiedade, acerca da medida provisória dos eletrointensivos, que é um segmento extremamente relevante para a economia do Nordeste.

O Senador Eduardo Braga concluiu as negociações, especialmente com as empresas eletrointensivas, e, sem dúvida nenhuma, nós estamos preservando companhias importantes para a economia do Nordeste e preservando também a Chesf, pela solução que foi encontrada, inclusive com o adiantamento de R$250 milhões para a Chesf, que são extremamente importantes, principalmente pelo momento que a Chesf enfrenta, e, consequentemente, mantendo-se esses contratos até 2037, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu acho que foi uma grande vitória do Ministro Eduardo Braga, do Ministério de Minas e Energia e também do Governo Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Queria ressaltar que graças à pressão da Senadora Sandra Braga.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – À pressão da Senadora Sandra Braga e dos Senadores e Senadoras do Nordeste...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... que fizeram um trabalho exemplar, cobrando do Governo e do Ministro Eduardo Braga uma decisão para um segmento tão importante, que é o segmento eletrointensivo. Eu só vou...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Walter...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Só para, antes de V. Exª encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... eu só queria abrir, porque há mais uma votação e eu tenho um compromisso com a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu quero antes até da votação.

Eu vou falar do eletrointensivo depois, porque, no momento em que eu cheguei, V. Exª estava encerrando a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Benedito de Lira, muito bem-vindo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... votação dessa matéria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Chegou.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Viu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É que o Senador Benedito de Lira está vindo, inclusive, do São João. Abandonou o São João e veio para cá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Abandonou o São João e veio para cá.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Veio no mesmo voo que eu até.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu acho o seguinte: primeiro, quanto a essa matéria que nós estamos votando, apesar das ponderações corretas do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal, eu quero dizer até que eu voto favoravelmente a essa questão, mesmo sabendo desse conflito, por conta exatamente duma luta histórica, para nós inserirmos, nesse contexto das disputas, inclusive, de verbas publicitárias, meu caro Tasso Jereissati, e, ao mesmo tempo, dessa pressão mais importante que é do acesso a recursos da cultura, para uma parcela expressiva desse setor de radiodifusão.

Aqui falo, Sr. Presidente, como um dos autores do projeto de lei de radiodifusão pública, que terminou resultando também na própria inclusão da nossa TV Brasil, mas principalmente pelo fato da capilaridade dos meios. Esse é o processo mais ajustado, se nós quisermos discutir democratização das comunicações, Senador Tasso Jereissati, V. Exª que é um homem, inclusive, do ramo. Não se discute democratização das comunicações através de aprovação de medidas que possam cercear, ou inibir, ou proibir, inclusive, veiculação. Isso, na realidade, trama contra a liberdade. O melhor dos mundos, digamos assim, para a área de comunicação foi exatamente o advento dessa ferramenta de pulverização dos meios. Então, se acusa muito de monopólio aqui, monopólio acolá.

A única forma de quebrar o monopólio da comunicação é se houver a pulverização dos meios. Portanto, há a possibilidade de se ampliar, no espectro de frequência, o número de concessões e de veículos. Assim crescemos no Brasil.

Então, essa medida, com a inclusão, para as rádios comunitárias, do acesso à Lei Rouanet, é uma ferramenta desse porte. Criam-se mecanismos de introdução, inclusive, de peças culturais. Assim, fixa-se a questão da comunicação.

Por isso, Senador Delcídio, eu pedi a palavra. Na hora, V. Exª estava encaminhando, e eu não quis ocupar mais tempo. No entanto, fiz questão de frisar a importância desse projeto.

Acho que, se houver erros, lá na frente nós vamos corrigir as imperfeições do ponto de vista do conflito com essa questão da Lei de Responsabilidade. Parece-me que a medida é muito mais do ponto de vista fiscal do que do ponto de vista do mérito dessa questão no que diz respeito ao acesso – como bem disse aqui o Senador Valadares – por parte desses veículos de comunicação, que são as rádios comunitárias.

Quanto ao segundo tema que V. Exª abordou, eu ainda vou ter a oportunidade de tocar nessa matéria. Essa é uma matéria que, eu diria, brinda, apesar de já estar quase na boca, no apagar das luzes, porque esses contratos vencem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – No apagão das luzes.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... em 30 de junho, Senador Tasso. Eu conversava com V. Exª, na semana passada, no plenário, sobre o que isso significa, por exemplo, para o Ceará, para Pernambuco, para a Bahia, para Alagoas, do meu amigo Benedito de Lira.

Só para V. Exª ter uma ideia, Senador Benedito de Lira, hoje, se tivéssemos um projeto ajustado, sem essa medida provisória, nós teríamos um desembolso de 181 milhões/mês no Estado de Alagoas para manter a atividade econômica a partir do uso de energia.

Portanto, foi uma medida correta. Agora nos resta discutir essa medida em 120 dias...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Nós temos tempo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... e, se for o caso, aprimorá-la.

Quero parabenizar o Ministério, na pessoa do Ministro Eduardo Braga, que esteve nesta Casa e disse que traria essa solução, que, ainda chegando, como diz o outro, na undécima hora, chegou salvando o gongo e com uma boa redação, com valores, Senador Delcídio, até abaixo do que aqueles que havíamos proposto em outra medida. Acusaram-nos de que estávamos jogando um valor muito para baixo, mas a progressão bolada pelo Ministério foi muito boa, até porque permite investimentos e, ao mesmo tempo, faz aquilo que V. Exª levantou, que é salvaguardar a nossa Chesf, que, fruto da Medida Provisória 579, banca o ajuste do sistema: entra com R$6,66, meu caro Benedito, de cada R$10 para bancar o sistema. A Chesf, meu caro Lira, entra com 66% dessa brincadeira para manter o equilíbrio no sistema.

Portanto, essa medida provisória ajusta um setor e também dá um fôlego novo à Chesf, para que não entremos, cada vez mais, num processo perigoso de perda, do ponto de vista de receita, da nossa querida Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro, pelas considerações.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Benedito, V. Exª já votou também?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Já votei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu posso abrir o painel e aí V. Exª...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu vou abrir o painel, até por causa do quórum.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

NÃO, 10 votos; SIM, 7 votos.

A Comissão rejeita o projeto, restando prejudicada a Emenda de nº 1 da Comissão de Educação.

Nós vamos agora ao item 12. Antes disso, só pediria mais um pouquinho de paciência dos Srs. Senadores e das Senadoras, Senadora Lúcia Vânia, porque nós temos mais um projeto com votação nominal, relatado pelo Senador Flexa Ribeiro, Flexinha.

Senador Benedito de Lira, V. Exª queria fazer algumas considerações. Por favor, com a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria, nesta oportunidade...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – No mesmo encaminhamento com que o Senador Walter Pinheiro discorreu, queria agradecer ao Ministro e ao Governo pela sensibilidade da prorrogação no que diz respeito aos contratos para o Nordeste de fornecimento de energia eletrointensivo.

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Em fevereiro próximo passado, tive uma audiência com o Ministro Braga, de Minas e Energia, para tratarmos desse assunto com um grupo de empresários do Nordeste. No meu Estado, por exemplo, se não houvesse essa prorrogação e essa medida provisória dentro de um processo amplo de negociação entre os empresários do Nordeste, a Chesf e o Ministério de Minas e Energia, logicamente haveria dificuldade não só para a empresa que fornece energia, mas principalmente para as empresas que dependem do fornecimento da energia via Chesf.

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Então, eu queria, nesta oportunidade, cumprimentar o Ministro e, logicamente, cumprimentar a Presidenta Dilma pelo encaminhamento da medida provisória em tempo para que não houvesse o caos com relação à vigência dos contratos que exatamente se venceriam agora, no dia 30.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria, como alagoano e preocupado com esse segmento produtivo da minha região, para geração de emprego, melhoria de qualidade de vida e geração de renda, agradecer e cumprimentar aqueles, inclusive companheiros Senadores, independentemente de região... Eu senti que V. Exª, por exemplo, defendeu com intransigência essa tese. Na terça-feira próxima passada, na reunião do Palácio do Planalto com a Presidenta Dilma, estavam presentes o Ministro da Fazenda, o Ministro Braga e o Ministro da Casa Civil, quando nós cobramos e eles disseram que na quarta-feira haveria uma reunião entre a cúpula do Governo e os empresários, para fechar a medida provisória que hoje foi publicada no *Diário Oficial da União*.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria agradecer e, ao mesmo tempo, cumprimentar os empresários, que sensivelmente também sentiram a dificuldade da Chesf e estão hoje como parceiros.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira. Esse foi um grande esforço da Bancada do Nordeste, uma grande vitória, principalmente na manutenção dos eletrointensivos na Região Nordeste, pelo que eles representam economicamente.

Quero parabenizar a Senadora Sandra Braga pela iniciativa do Ministro Eduardo Braga. É um tema extremamente relevante.

Vamos ao item 12. Peço aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que permaneçam aqui. É a última votação nominal. Senão, vou ter que trancar as portas, Senadora Marta Suplicy. Cárcere privado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Nós temos mais um projeto só, com votação nominal.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 2013
– Terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP incidentes nas operações com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa portadora de deficiência.
Autoria: Senador Casildo Maldaner
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 2 a 4-CDH, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T-CDH.
Observações: *1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-T-CDH e as Emendas nºs 2 a 4-CDH.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra, o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio do Amaral; Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente; Srªs Senadoras, Srs. Senadoras; vem a esta Comissão, em decisão terminativa, o PLS nº 257...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu pediria, por favor, aos assessores... Está confusa a conversa da assessoria. Nós temos um Relator, o Senador Flexa Ribeiro, apresentando o seu relatório.

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – PLS nº 257, de 2013, do Senador Casildo Maldaner. A matéria isenta do IPI os acessórios e adaptações especiais, como plataforma de elevação para cadeira de rodas, elevadores do tipo lift; rampa para cadeira de rodas, suas partes e acessórios; guincho para transportar cadeira de rodas; e bancos móveis.

Assegura a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem e aquele relativo ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente aos equipamentos originários e procedentes do Mercosul, saído do estabelecimento importador de fabricante dos acessórios.

O projeto afasta o PIS, Pasep e Cofins, nas receitas decorrentes de venda e aquisições, no caso de importação, dos acessórios e adaptações supracitados.

Em sua justificação, o autor lembra que a elevada carga tributária sobre as adaptações veiculares para pessoas com deficiência limita o acesso dos mais necessitados, o que compromete o seu direito de ir e vir. Assim, qualquer medida que reduza o valor de venda das adaptações, além da repercussão social positiva, repercutirá favoravelmente na economia, pois promoverá o desenvolvimento da indústria nacional e a geração de emprego e renda.

A matéria foi distribuída à CDH e à CAE; nesta última, em decisão terminativa.

Foi apresentada uma emenda da Senadora Ana Amélia, que busca estabelecer a obrigatoriedade de a União compensar financeiramente os demais entes da Federação pelas isenções criadas.

O parecer da CDH é pela aprovação com emendas que substituem as expressões "pessoa portadora de deficiência" e "pessoa portadora de deficiência física, mental séria ou profunda" por "pessoa com deficiência"; e emenda que altera a entrada em vigor da lei para o "primeiro exercício financeiro subsequente ao de sua publicação".

ANÁLISE

Sr. Presidente, a proposta é justa e meritória. Estamos de acordo com o autor, que assevera: para que o benefício gerado com a isenção já existente seja universal e vise o pleno exercício da cidadania das pessoas com deficiência, é necessário estender a isenção aos acessórios e adaptações veiculares.

Hoje, Sr. Presidente, já existe isenção para compra do veículo automotor.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu pediria aos assessores, por favor! O Senador Flexa está apresentando o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Hoje já existe isenção para aquisição do veículo automotor pelos deficientes, e o Projeto do Senador Casildo Maldaner amplia essa isenção também para os acessórios que sejam necessários ao veículo. Realmente, não faz sentido adquirir o veículo automático com redução de imposto, se for financeiramente inviável adaptá-lo com rampas e elevadores.

Lembramos, entretanto, a necessidade de promover mais ajustes, no sentido de adequar o projeto aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Complementar nº 95, de 1998.

É fundamental, a estimativa de renúncia de receita. Por esse motivo, anexamos ao processado o cálculo da estimativa da renúncia efetuado pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf).

Isso é importante, Senador Delcídio, para que o Governo não crie dificuldade na aprovação do projeto, por não ter ainda a estimativa do efeito financeiro, ou seja, da renúncia, que está anexada ao projeto.

A emenda nº 1, embora meritória, não merece prosperar, em nossa opinião. Somos inteiramente favoráveis à ideia de se estabelecer um mecanismo legal permanente que obrigue a União a compensar Estados e Municípios pelas perdas decorrentes de políticas de desonerações temporárias, aquelas feitas para incentivar determinado setor da economia que esteja em dificuldade. Nesse caso, a Senadora Ana Amélia tem toda razão de que a isenção deve ser toda feita pela parte que cabe à União, deixando a parte dos Estados e Municípios sem colaborar com essa isenção.

No entanto, a matéria em análise não estabelece desoneração passageira,...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... mas, sim, permanente e estrutural, o que justifica, em nosso entender, a desnecessidade de compensação. Não vai existir mais o imposto. Então, não há o que compensar.

Outro detalhe que merece atenção é a Emenda nº 4, oferecida pela CDH. O texto altera a entrada em vigor da lei para – aspas – "o primeiro exercício financeiro seguinte ao de sua publicação."

Para que a sentença se apresente de forma mais adequada, sugerimos que faça referência não ao primeiro exercício, mas ao – aspas – "primeiro dia do exercício"...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS. Fazendo soar a campainha.) – Eu pediria por favor. O Senador Flexa Ribeiro está apresentando o relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... nos termos de emenda que apresentamos.

Consideramos também imprescindível reparar a numeração do §1º do art.1º do PLS, que deve ser considerado como parágrafo único.

No mesmo artigo, reputamos necessária a devida referência à classificação na tabela Tipi dos produtos.

Feitas essas pequenas correções, recomendamos veementemente a aprovação da matéria.

O voto, Sr. Presidente.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2013, e das Emendas nºs 2 a 4, da CDH, e pela rejeição da Emenda nº 1, da CDH, nos termos do substitutivo que apresentamos.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa. Parabenizo-o pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o substitutivo.

Votação nominal.

Quem vota com o Senador Flexa Ribeiro vota "sim" ao substitutivo.

Está aberta a votação. Os Senadores e as Senadoras já podem iniciar a votação pelos computadores. Mais uma vez, para proceder à votação eletrônica, basta que os Senadores digitem o código de sete dígitos usado no plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não abriu o painel, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Vai abrir agora a votação. Nós estamos raspando a trave com 14 Senadores. O Senador Moka retornou depois de uma audiência importante.

Abriu o painel?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sugiro irmos ao velho "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Abriu o painel. Foi só falar. Portanto, os Senadores e as Senadoras podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Dado o número de Senadores presentes, há quórum. Votação um.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Então, nós vamos no gogó.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Infelizmente, a informática, às vezes, deixa a gente na mão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone*.) – O problema está entre o equipamento e a cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Então, em votação. Eu vou olhando aqui e vou chamando, é melhor.

Senador Benedito de Lira, como vota?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Benedito de Lira com o Relator.

Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Tasso, "sim", com o Relator.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. Fora do microfone.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com o Relator, "sim".

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com o Relator, "sim".

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com o Relator, voto "sim".

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Com o Relator e não abro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com o Relator e não abre, "sim".

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – "Sim".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, já com saudades de votar desta forma, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – "Sim". (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Dá muita saudade.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido – GO. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – "Sim".

Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – "Sim".

Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – "Sim", acompanhando o Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – "Sim", acompanha o voto do Senador Flexa.

Foram 13 votos "sim".

Como nós temos 14 presentes, incluindo o Presidente, que, claro, votaria "sim" também, o projeto está aprovado.

A Comissão aprova a Emenda nº 5 da CAE, Substitutivo, ficando prejudicados o projeto e a emenda a ele oferecida, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado o Substitutivo integral ao projeto.

Portanto, agora, voltamos aos não terminativos.

Eu chamo a Senadora Lúcia Vânia para relatar o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 2011

– Não terminativo –

Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo) com uma emenda que apresenta.

Observações: *1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo);*

2. A Matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Com a palavra, a Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Depois, a Senadora Vanessa, claro.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – O PLS nº 252, de 2011, doravante, neste relatório, nomeado simplesmente PLS, é composto por cinco artigos em sua versão original, que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis, destinado prioritariamente aos agricultores familiares. São esta-

belecidos, ainda no PLS, os prazos de financiamento, as condições de comercialização dos produtos obtidos pelas microdestilarias, a fonte de recursos para o programa e a *vacatio legis*.

O Substitutivo aprovado estabelece os objetivos e as diretrizes da Promicro, enfatizando os aspectos sociais da iniciativa, ligados à agricultura familiar, mas sem descuidar das questões ambientais, técnicas e econômicas envolvidas.

Destacam-se, em matéria econômica, os instrumentos do Promicro, que incluem subvenção econômica a fundo perdido, linhas especiais de crédito e incentivos fiscais. O Substitutivo também define os critérios de seleção para acesso aos recursos da Promicro, favorecendo os projetos que apresentem maior retorno social, sejam ambientalmente sustentáveis e situem-se em regiões de menor IDH.

Cabe à CAE, nos termos do *caput* e inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições pertinentes ao aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

Eu vou logo já ao voto, Sr. Presidente, porque acho que todos já dispõem do relatório em mãos.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a seguinte emenda: Dê-se a seguinte redação ao § 1° do art. 7° do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura: "Os biocombustíveis comercializados pelas microusinas devem atender às especificações físico-químicas determinadas pela ANP, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal nos termos da legislação vigente."

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pela objetividade.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação, o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Agradeço, Senadora Lúcia Vânia, pelo carinho e pela tolerância.

Portanto, aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Infraestrutura, Substitutivo, com a subemenda apresentada que será incorporada na forma da Emenda nº 2, da CAE, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa.

Começamos agora pelo Item 1 da pauta.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA]

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, DE 2011
– Não terminativo –

Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.
Autoria: Senador Romero Jucá

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2012
– Não terminativo –

Acrescenta o § 8º ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar os Microempreendedores Individuais (MEI), as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho.
Autoria: Senador Eduardo Amorim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, DE 2012

– Não terminativo –

Esta Lei acrescenta o artigo 879-A ao texto da Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revoga o art. 39 da Lei 8.177, de 01 de março de 1991.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Favorável ao PLS nº 606 de 2011 nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com duas subemendas que apresenta, e contrário aos PLS nºs 92 e 351, de 2012.
Observações: *1. As Matérias foram apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao PLS nº 606, de 2011, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário aos PLS nº 92 e 351, de 2012;*
2. As Matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra a Relatora, Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, primeiro eu quero destacar a importância de um projeto que vem sendo debatido desde 2011, quando o Senador Romero Jucá apresentou seu projeto. E, como V. Exª já localizou, estão apensados dois outros projetos: o Projeto nº 92, de autoria do Senador Amorim e o Projeto de Lei nº 351, de autoria do Senador Lindbergh.

E, aqui, faço um parêntese. O Senador chegou, Sr. Presidente, solicitando que adiássemos essa discussão para a semana que vem e, mediante um debate que travamos aqui, o Senador Lindbergh se propõe a reapresentar o seu projeto posteriormente, visto que o principal da matéria não versa sobre o assunto de iniciativa do Senador Lindbergh, que debate tão somente a indenização de ações trabalhistas. Então, quero registrar aqui a compreensão que teve o nobre Senador em garantir a discussão, votação da matéria neste momento e, posteriormente, apresentará um novo projeto de lei.

Esse projeto de lei, Sr. Presidente, tem a sua proposta justificada diante da necessidade da revisão dos trâmites da execução trabalhista em função do aprimoramento das normas do Direito Processual comum previstas no Código de Processo Civil, mas que não vêm sendo aplicadas na justiça trabalhista; e talvez aí esteja o grande mérito do projeto porque o projeto remete a questões da própria legislação trabalhista, da CLT, mas naquilo que ali não estiver tratado, imediatamente, remete ao Código de Processo Civil, o que é um avanço significativo para a Justiça do Trabalho no País e para dar celeridade e eficiência a esse importante Poder, Sr. Presidente, em que pese seu caráter mais efetivo e célere.

Além do mais, preservando as regras já existentes sobre a execução das contribuições previdenciárias, o texto amplia o rol dos títulos executivos extrajudiciais viabilizando a cobrança direta de valores inequivocamente reconhecidos em favor dos trabalhadores.

Em 2011, foram apresentados os Requerimentos 621 e 667 para que fossem ouvidas a CCJ e esta Comissão, visto que ele estava remetido somente à Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, quando veio a esta Comissão, dois outros projetos foram apensados a ele, como V. Exª já falou.

Em relação à análise, o substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça refere-se a normas processuais a serem executadas na Justiça do Trabalho, cuja competência para disciplinar é a União, o teor do art. 22, inc. I, da Constituição Federal.

Desse modo, lei federal pode regular o assunto e cabe, pois, ao Congresso Nacional disciplinar a matéria.

Portanto, não há qualquer vício de competência, nem de legitimidade quanto à proposição.

Superada essa análise formal da proposição, verificamos que também não há incompatibilidade material, na medida em que o projeto corrige a distorção do sistema processual trabalhista, garantindo-se, não somente, a celeridade, mas também a efetividade da prestação jurisdicional.

Ademais, em relação aos aspectos tributários, a proposta não modifica a legislação vigente. As contribuições previdenciárias relativas às sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho continuarão a ser executadas de ofício na forma prevista pela própria CLT.

Por sua vez, os débitos lastreados nas certidões da dívida ativa serão cobrados mediante a Lei da Execução Fiscal, conforme prevê o art. 876, *a*, da própria CLT, na redação conferida pelo art. 1º do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

A única sugestão, portanto, que fazemos, Sr. Presidente, neste momento, visa aperfeiçoar o projeto, retirando-se a expressão "de natureza alimentar", prevista no § 9º, do art. 879, *a*, da CLT, na redação conferida pelo

substitutivo aprovado na CCJ. Com a modificação, limita-se a dispensa da caução nas execuções provisórias aos créditos decorrentes de atos ilícitos.

Na redação sugerida pela CCJ, em relação a execuções provisórias, o levantamento do dinheiro pelo exequente, bem como a alienação de bens do executado, que possam causar a este grave dano, dependerão de caução idônea. Essa garantia poderá ser dispensada nos créditos de natureza alimentar ou decorrentes dos atos ilícitos até o limite de 30 vezes o valor do salário mínimo.

Haja vista que quase todas as execuções trabalhistas envolvem verbas de natureza alimentar, a dispensa da caução que era para ser execução passaria a ser regra, haveria, assim, o risco de as execuções provisórias estarem dispensadas da caução para o credor levantar o dinheiro, mas que, não se confirmando, seriam irreversíveis, diante da impossibilidade de ressarcimento em função de os bens do trabalhador exequente serem, na maioria dos casos, impenhoráveis.

A caução visa proteger não somente o executado, mas também o exequente, e a própria justiça, pois, caso haja algum prejuízo decorrente da reversão da decisão, a dívida já estará garantida, não sendo necessário diligenciar para localizar outros bens.

Então, esse é o relatório.

E o voto, Sr. Presidente, diante do exposto, pela aprovação do projeto de lei do Senado 606, de 2011, na forma do substitutivo aprovado pela CCJ, com as seguintes subemendas e pela rejeição dos PLS nºs 92 e 351, ambos de 2012.

Subemenda nº 1

SUBEMENDA Nº 1 – CAE

(à Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo))

Dê-se à alínea *b* do parágrafo único do art. 878-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na redação conferida pelo art. 1º da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, a seguinte redação:

Art. 878-B .....

.....

b) os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia;

.....

É apenas uma emenda de redação, Sr. Presidente.

Subemenda nº1, da CAE.

Acho que é a Emenda 1 do substitutivo.

Dê-se ao § 9º do art. 879-A da Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na redação conferida pelo art. 1º da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, a seguinte redação:

Art. 879-A .....

.....

§ 9º A caução poderá ser dispensada nos casos de crédito decorrente de ato ilícito, até o limite de trinta vezes o valor do salário mínimo, se o credor demonstrar situação de necessidade.

.....

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senadora Vanessa, hoje a caução gira, em média, em torno de 13 salários mínimos. O projeto propõe aumentar para 30 vezes o valor do salário mínimo. Acredito que seja um aumento muito representativo que o demandado tenha que fazer.

Qual a justificativa desse aumento para 30 vezes da média de 13?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Já, Sr. Presidente?

Acho que é pertinente a colocação de V. Exª, Senador Flexa. Quero primeiro dizer que esse projeto vem sendo debatido desde 2011, pela Justiça do Trabalho, pela Anamatra, pelos trabalhadores, e principalmente pelos empregadores, através de suas entidades.

Aqui eu creio que muitas coisas não ficaram talvez do jeito que os trabalhadores quisessem, como poucas ficaram do jeito que os empregadores, através das suas entidades, quisessem.

Hoje, o Código de Processo Civil, segundo informações que tenho, prevê uma caução de até 60 salários mínimos. E nós determinamos, mediante um acordo das entidades patronais, inclusive com a própria Justiça do Trabalho, ficarmos em cinco.

Acho que isso está de bom tamanho. Se V. Exª entender que deva ser modificado aí, vamos entender que o projeto tem que ser modificado em muitos outros pontos. E não creio ser o caso.

Apenas para relatar que, de fato, há um aumento, mas muito abaixo do limite que poderia ser, que seria o dobro dos 30, que é 60.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quero só informar aqui a presença do juiz auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, Renan Ravel Rodrigues. Na pessoa de S. Exª, cumprimento todos os membros e o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ, substitutiva, com duas subemendas apresentadas que serão incorporadas na forma da Emenda nº 2, da CAE, substitutiva, e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 92 e 351, de 2012.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Gostaria de registrar que os itens 3, 5, 13 e 15 foram retirados de pauta por solicitação dos seus Relatores.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 21, DE 2013

– Não terminativo –

Altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de crédito que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações: ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2012

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações: *1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto;*

2. A Matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Agricultura e Reforma Agrária; e, em decisão terminativa, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta inciso e altera parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos.
Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações: *1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao Projeto.*

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 10, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o Ministro Aroldo Cedraz, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), para apresentar os resultados da auditoria realizada por aquela Corte de Contas sobre o Processo nº 014.205/2011-4 e as razões que têm levado à demora no julgamento dos autos.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria:
Relatório:
Observações: *1. Em 26/05/2015, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.*)

Passamos imediatamente ao item 6, cuja relatoria é da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2012
– Não terminativo –

Altera as Leis nos 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, para assegurar a qualidade de insumos farmacêuticos ativos.
Autoria: Senador Walter Pinheiro
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações: *1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Com a palavra, a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Primeiro quero cumprimentar o Senador Walter Pinheiro, Sr. Presidente, pela iniciativa.

Gostaria infinitamente de ter sido eu, Senador Walter, uma farmacêutica, a ter apresentado este projeto tão importante.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Estão vendo a sugestão que eu estou recebendo aqui? Modifique a assume a autoria do Substitutivo.

Para nós é um prazer muito grande que o projeto seja de autoria do nobre Senador Walter Pinheiro.

Bem, a proposição acrescenta o inciso XXI ao art. 4º da Lei nº 5.991, de 1973, para estabelecer a seguinte definição de insumo farmacêutico ativo – que é o que nós farmacêuticos chamamos o princípio ativo do medicamento, porque o medicamento é composto por vários elementos, mas o medicamento mesmo é chamado de princípio ativo, e é isso o que o Senador chama insumo farmacêutico ativo:

Qualquer substância introduzida na formulação de uma forma farmacêutica que, quando administrada a um paciente, atua como ingrediente ativo, podendo exercer atividade farmacológica ou outro efeito direto no diagnóstico, na cura, no tratamento ou na prevenção de uma doença e afetar a estrutura ou o funcionamento do organismo humano.

Adicionalmente, propõe as seguintes alterações à Lei nº 6.360, de 1976:

– acrescenta, entre as definições referidas no *caput* do art. 3º, o inciso XXI do art. 4º da Lei nº 5.991, de forma a que o dispositivo fique coerente com a mudança proposta anteriormente;

– acrescenta o inciso 16-A para tornar obrigatório o registro dos insumos farmacêuticos ativos, nacionais ou importados, destinados à industrialização – e essa parte de importados é a mais importante de todas;

– acrescenta o art. 76-A para tornar obrigatória a solicitação de inspeção para a emissão de certificado de Boas Práticas de Fabricação, ou certificado equivalente, por parte das empresas que fabriquem ou importem insumos farmacêuticos ativos;

– acrescenta o art. 76-B para tornar obrigatória a certificação de Boas Práticas de Fabricação no caso de empresa fabricante de insumos farmacêuticos ativos instalada fora do Território Nacional e que pretenda exportar insumos para o Brasil;

– acrescenta o art. 76-C, de forma a esclarecer que o disposto na lei não exclui a responsabilidade dos produtores, importadores, distribuidores, fracionadores e demais utilizadores de insumos farmacêuticos ativos no tocante aos desvios de qualidade observados.

Segundo o autor, o projeto visa basicamente transformar em lei procedimentos que ora se encontram regulamentados apenas por normas infralegais, de forma a proporcionar maior segurança jurídica.

A proposição será ainda encaminhada para análise pela Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas à matéria.

Quanto à análise, Sr. Presidente.

Em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal, a presente Comissão está apta a analisar o referido projeto.

Segundo o autor da proposição, de acordo com a Associação Brasileira dos Distribuidores e Importadores de Insumos Farmacêuticos (Abrifar), estima-se que o Brasil importou cerca US$1,5 bilhão de insumos farmacêuticos em 2005, sendo os países da Europa, Índia, China e Coreia os principais fornecedores. Esse valor subiu para US$2,6 bilhões no ano de 2012, ou seja, um crescimento significativo, Sr. Presidente.

O autor também lembra que, para assegurar a qualidade na produção dos medicamentos no País, a Anvisa tem competência para autorizar o funcionamento de empresas e o controle sanitário dos insumos farmacêuticos, mediante a realização de inspeções sanitárias e a elaboração de normas. A Anvisa vem certificando as indústrias nacionais de farmoquímicos que seguem as Boas Práticas de Fabricação, tendo implementado o cadastramento dos insumos farmacêuticos ativos, também denominados princípios ativos, que são as substâncias responsáveis pela ação principal do medicamento.

Em 2010 foi iniciada a certificação internacional de empresas fabricantes de insumos farmacêuticos ativos. A certificação é concedida por meio de inspeção para verificação do cumprimento das Boas Práticas de Fabricação, conforme dispõe a Resolução nº 249, de 2005, da Anvisa.

E aí, Senador Walter, desde a década de 1990, uma CPI dos medicamentos verificou a crescente importação de insumos, de princípios ativos que não passavam por nenhum critério. Então, é muito recente isso, e V. Exª propor a transformação de uma instrução normativa da Anvisa em lei é fundamental para a garantia da qualidade dos medicamentos que nós, seres humanos, utilizamos.

Com isso está garantida a isonomia das exigências sanitárias – e também garantida a isonomia – em relação aos insumos farmacêuticos elaborados no País e os importados, o que representa um incentivo ao desenvolvimento dos setores farmoquímicos e farmacêuticos do Brasil, bem como possibilita o acesso a produtos de melhor qualidade por parte da população brasileira.

Nesse contexto, objetivando maior segurança jurídica, a proposição vem transformar em lei procedimentos que se encontram regulamentados por normas infralegais. Com vista a oferecer maior proteção e incrementar a defesa da saúde da população, foram incorporadas algumas incorporações às normas vigentes, tais como a possibilidade de certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de entidades certificadoras, especificamente habilitados e autorizados para esse fim. A nosso ver, a preocupação com a qualidade dos medicamentos é meritória e oportuna.

Incorporar ao arcabouço legal a definição de insumo farmacêutico ativo, bem como as normas e exigências de registro e certificação de qualidade, deverá trazer maior segurança jurídica ao setor. Além disso, a normatização legal poderá, de fato, contribuir para a melhoria do padrão de qualidade da indústria farmacêutica e garantir a qualidade e segurança do uso de medicamentos fabricados no Brasil.

Como as mudanças legais pretendidas não terão novas atribuições ao Governo Federal, uma vez que a legislação vigente já define as competências, normatização e fiscalização do setor, as normas infralegais disciplinam a matéria de forma semelhante. A mudança legal não trará impacto sobre as finanças públicas da

União. Por sua vez, as empresas não terão seus custos aumentados, pois já estão submetidas às referidas normas infralegais.

Diante do exposto, com mérito e aplausos, apresentamos o voto para a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2012, de autoria do Senador Walter Pinheiro.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu não quero discutir a matéria, pois há outro projeto que é de suma importância e existe um prazo... Mas eu quero fazer o registro de que foi importante o projeto ter ido para as mãos que sabem manipular fármacos e, portanto, entendem do assunto, para que, por meio desse conhecimento, a Senadora Vanessa pudesse, exatamente, dar o que nós chamamos de reforço a qualquer projeto nesta Casa, que é o relatório de alguém que, conhecendo a matéria, faz mais do que uma avalização, faz uma consubstanciação de um processo que, na minha opinião, é extremamente proveitoso para essa área no País.

A nossa intenção, Senadora Vanessa, foi só trazer para o corpo da lei algo que tenha a ver com a certificação, o que, aliás, esse é um embate que eu trago, Senador Delcídio, não só nessa área de fármaco, que tem a ver muito com minha profissão, e também por uma das tarefas que assumi no mandato parlamentar desde que cheguei ao Congresso Nacional, que é exatamente o processo de certificação, o processo de investimento, de pesquisa, de investimento em áreas que são extremamente caras a todos nós e cujo desdobramento sempre se dá para o cidadão brasileiro.

Portanto, quanto mais a gente investe nessas práticas, mais a gente aprimora o acesso, reduz o custo e universaliza o benefício que a tecnologia nos traz.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Não havendo mais nenhum Senador que queira discutir o relatório, vamos colocá-lo em votação.

Em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Passamos, agora, aos itens 7 e 8, que serão relatados pelo Senador Lindbergh Farias.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 58, DE 2014

– Não terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre e para o ano de 2014.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta.

Observações: Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

E pediria a V. Exª, até por economicidade de tempo, que V. Exª relate o item 8.

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2014

– Não terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 6° da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2014.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta.

Observações: Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, nós temos de ajustar a legislação em relação à questão da programação monetária. Sabe-se que, nos termos dos §§1º e 2º, do art. 6º da Lei

nº 9.069, de junho de 1995, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos emitir parecer sobre a programação monetária, encaminhada a esta Casa trimestralmente.

O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição da matéria pelo Congresso Nacional.

O que acontece? Com a adoção do Plano Real, mediante a Lei nº 9.069, de 1995, decorrente da Medida Provisória nº 542, de 1994, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia.

Com efeito, as autoridades monetárias, além das audiências públicas, em Comissões, nas duas Casas do Congresso, têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a programação monetária de cada trimestre. Só que, Sr. Presidente, em 1999, com a adoção do regime de metas de inflação, ficou atribuída à taxa básica de juros o papel de principal instrumento da política monetária, para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância estabelecidos.

Acontece que nós estamos falando em programação monetária ainda. Tem um projeto do Senador Paulo Hartung, que foi aprovado no Senado Federal, e está na Câmara dos Deputados, que prevê a substituição. Em vez do envio dessa programação monetária, o envio de um relatório da inflação a esta Comissão de Assuntos Econômicos. Eu acho que seria muito importante que nós aprovássemos, numa articulação com a Câmara, esse projeto do hoje Governador Paulo Hartung.

Dessa forma, estou aqui fazendo a apresentação do meu voto, pela aprovação das duas programações monetárias, não deixando de registrar, Sr. Presidente, que, quando se vota isso tanto tempo depois, existem algumas questões no mínimo interessantes aqui.

Eu pretendia citar – havia mostrado ao Senador Tasso Jereissati –, por exemplo, isso no terceiro trimestre, a avaliação do Banco Central, no campo fiscal, ressaltava que o superávit primário, obtido pelo setor público, no primeiro quadrimestre de 2014, mostrou-se consistente com a meta de 1,9% do PIB, estabelecido para o ano passado. É duro, mas é uma votação protocolar que temos que encaminhar aqui.

Então, encaminho pela aprovação, mas, sinceramente, temos que alterar a Legislação. Ninguém hoje, no centro da política do Banco Central, é o controle da inflação. Temos regime de metas da inflação. Nós estamos usando um instrumento errado e temos que ajustá-lo, porque, senão, vai acontecer de termos de votar, de forma protocolar, outras vezes, a programação monetária muito tempo depois superada, com avaliações que se mostraram inclusive equivocadas – a avaliação feita no terceiro trimestre do ano passado.

Apesar dessas ressalvas todas, Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação dos itens 7 e 8.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias, gostaria de fazer só o registro sobre isso. Nós, há muito tempo, votamos aqui na CAE essa matéria que já não tem mais nenhum sentido. Então, V. Exª tem absoluta razão, especialmente no que se refere ao projeto do Governador Paulo Hartung, que, realmente, disciplina e traz à realidade a legislação que, sem dúvida nenhuma, hoje, faz-se necessária. Até para que não votemos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos temas de política monetária de faz de conta.

Como temos que cumprir isso, protocolarmente, até pela legislação, não havendo mais nenhum Senador e Senadora que queria discutir o assunto, coloco em votação o relatório do Senador Lindbergh Farias.

As Srªs e o Srs. Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PDS apresentado.

Agradecer ao Senador Lindbergh Farias.

Da mesma maneira o item nº 8, se nenhum Senador quiser discutir, que é o mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Também aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto do Decreto Legislativo apresentado.

Agora, o último item da pauta – *last, but not least*, como dizia um professor.

Item 10, com relatoria do Senador Walter Pinheiro.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2015

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Progra-

ma de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD.
Autoria: Deputado William Woo
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações: *1. A matéria foi apreciada pela CCT com parecer favorável ao projeto.*

A relatoria é do histórico Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Histórico? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Estoico Senador Walter Pinheiro. O relatório é favorável ao projeto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Como V. Exª vem do setor de petróleo e eu venho do setor de TI, então V. Exª é pré-histórico. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – A matéria foi apreciada pela CCT, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Exª que entendo as necessidades e as proezas dessa chamada manifestação cultural, particularmente no meu Estado, Senador Flexa, onde tem marcadamente um peso importante na economia. Para que V. Exª tenha ideia, Senador Cristovam, que é nordestino de nascimento, as festividades de junho mobilizam, meu caro Lira, todo o povo do Nordeste. Muita gente pensa até que a maior festa na Bahia é o Carnaval. Não é. A maior festa na Bahia é exatamente a Festa Junina, porque em todos os 417 Municípios, inclusive na capital, temos diversas atividades.

Mas eu fiz questão de vir aqui hoje, meu caro Flexa, exatamente porque esse projeto tem uma importância fundamental na nossa economia, na discussão que nós estamos fazendo, neste momento, para o País. E não tenho a menor dúvida do estímulo que esse programa estabeleceu, desde 2007, no País para produção de bens e serviços de alto valor agregado. Portanto, é uma peça importante.

Falo isso, Senador Delcídio, até com a paixão de quem tem dedicado uma parcela expressiva do tempo aqui, ao longo de toda a minha trajetória parlamentar. E eu costumo dizer, Senador Flexa, que, se encerrar o meu mandato em janeiro de 2019, eu, do ponto de vista da contribuição para esse setor, considero que minha tarefa, como diz o Apóstolo Paulo, foi extremamente proveitosa. Dá para encerrar a carreira com a fé plenamente assegurada da contribuição para a indústria de base, para o desenvolvimento, Senador Cristovam, V. Exª que é um batalhador dessa área do conhecimento. E eu costumo sempre dizer, Senador Cristovam, que o conhecimento está acima da cabeça de todos nós. Uns pegam isso e aplicam e batizam isso de tecnologia.

É esse esforço que eu tenho empreendido desde que cheguei ao Congresso Nacional, para que tenhamos a capacidade de pegar esse conhecimento e dar a ele o sentido de tecnologia e aplicar. Isso não se faz só com vontade, não se faz só com demonstração de interesse, não se faz só com discurso, nem muito menos com aquela história de dizer: sem ciência e tecnologia não se avança.

Isso se faz com práticas concretas. E esse projeto, Senador Flexa, V. Exª que foi o Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, que ajudou a batalhar para que essa matéria pudesse lograr êxito, eu trabalhei, Senador Flexa, nessa matéria, em 2007, na Câmara, por isso que fiz questão de dizer à Senadora Vanessa que isso tem um impacto direto lá na Região Amazônica. A atual lei de informática, inclusive, que beneficia a Zona Franca, cujo texto é de minha autoria, não foi uma disputa qualquer no Plenário da Câmara dos Deputados. Aliás, o nosso Senador Eduardo Braga, Governador e Deputado Federal, acompanhou de perto a nossa participação na defesa da Zona Franca, principalmente ajustando, adotando nessas regiões medidas para que a gente pudesse desenvolver, não só essa história de ponto de fabricação ou linha de montagem, Senador Cristovam. Porque achar que, para a Amazônia ou para o Nordeste, só devem ir linha de montagem, incentivo para isso, a gente nunca cresce, não desenvolve.

Por isso, participei ativamente, durante o Governo Fernando Henrique, da política de criação de parques tecnológicos, da política do fundo de desenvolvimento científico e tecnológico, Senador Delcídio do Amaral. E é por isso que eu batalho nessa área com eu diria até com entusiasmo e com paixão. É uma coisa que move meu sentimento.

Eu me lembro que, quando cheguei no Congresso Nacional, Senador Delcídio, um dos companheiros do PT chegou para mim e disse: "Pinheiro, você vai para onde com esse negócio de ciência e tecnologia? Isso não dá voto." E eu brincava muito com os pesquisadores da Bahia: seus desgramados, na hora de votar, vocês

estão tudo fazendo doutorado em Londres e não sei onde, e eu termino perdendo o voto de vocês. Mas eu dizia assim: mas meu caminho é esse aqui. Se isso não der voto, eu não sei.

Recentemente, eu provoquei esse companheiro do PT, disse: se não desse voto, eu fui o Deputado Federal da Bahia que mais cresceu em votação, tanto que, em 2006, fui o Deputado mais votado, em termos absolutos, do PT, no Brasil. E na eleição para o Senado, terminei tendo a maior votação da história da Bahia, superando inclusive figuras históricas que tinham uma certa hegemonia política no Estado, como o Senador Antônio Carlos Magalhães. Demonstrando que, quando a gente faz o trabalho sério, a população se identifica e acompanha.

Então, esse projeto, Senador Delcídio, é isso, para uma área que V. Exª, por exemplo, tem a excelência, tem a sapiência, tem se jogado, que é a área de energia. No ano passado, junto com o Governo, nós adotamos uma política para inclusão das células e painéis solares. Mas isso está em portaria. Não há por que o Governo temer, Senador Delcídio, a ampliação desses benefícios, porque quem vai decidir são os dois Ministérios, o MDIC e o MCT, que vão avaliar os projetos. Nós não podemos pegar isso e colocar na bacia das almas do chamado ajuste fiscal. Se fizermos isso, é aquilo que eu disse ao Ministro Armando Monteiro aqui nesta sala, que o Ministério dele é o mais importante nesse quadrante da história, porque nós vamos resolver o problema da exportação. Agora, vamos continuar exportando o quê, Senador Cristovam, *commodities*? Olha quanto foi a exportação nessa área: 7% apenas, o total exportado pelos setores da indústria nacional!

Se a gente não crescer, não aproveitar isso, nós vamos perder. A Bahia, Senador Delcídio, tem um celeiro, tem uma área que tem a melhor sílica do mundo – a melhor sílica do mundo! Está situada em uma pequena área na Bahia. Ora, se eu retirar essa sílica... Para quem está nos ouvindo, a sílica é o principal componente para fabricar aquilo que hoje efetivamente move o mundo, o pequenino *chip*, que congrega em si todas as informações, que faz essa revolução. Ora, se eu pegar essa sílica, tirar essa areia lá da região da Bahia e mandar para fora, não vai resolver meu problema, ou seja, o problema do País.

Portanto, eu queria chamar a atenção para isso. Eu sei que não se faz isso no curto prazo. Quando nós fizemos esse debate, Senador Flexa, em 2007, nós tínhamos o programa de TV digital, quando os japoneses prometeram que, se o Brasil adotasse o padrão japonês, eles iam botar a fábrica de semicondutores no Brasil. Ora, desde aquela época, eu provocava o Governo, eu dizia assim: eu só conheço quatro lugares do mundo e nenhum dos quatro, nenhum, está presente nem na Europa nem nos Estados Unidos.

São quatro lugares do mundo onde podemos dizer que efetivamente há fábrica daquilo que os japoneses estavam propondo fazer aqui. Todos os quatro estão na Ásia. Isso até parece conversa de português com índio: espelho e caixa de fósforo para tentar levar a nossa riqueza.

Portanto esse é um projeto importantíssimo. Nós estamos pedindo somente a ampliação desse benefício. Vamos ter, em agosto, um grande leilão de solar. O que nós vamos fazer com isso? É só importar, importar e importar as células?

Estive agora na Alemanha, onde um importante técnico me disse: "Me empreste metade do solo do Brasil". Eu falei: vamos fazer um negócio? Você me dá a metade do desenvolvimento de vocês, passam a desenvolver lá, e a gente lhe dá metade do solo do Brasil.

Portanto é esse jogo decisivo.

Nós fizemos uma campanha em 2012 que culminou com o projeto assinado pela Presidenta Dilma lá em Hanover. Pela primeira vez na história, a grande CeBIT, a feira de tecnologia, numa batalha de que eu tive oportunidade de participar. No nosso Softex eu sou o timoneiro. A CeBIT foi CeBIT Brasil em Hanover, com Dilma e Angela Merkel assinando um termo de convênio entre os dois países. Isso resultou na vinda do principal instituto de pesquisa alemão, o Instituto Fraunhofer, para o Brasil. Coincidentemente, ele está na Bahia. É óbvio, é claro!

Portanto, é uma coisa importantíssima. De lá para cá, nós avançamos consideravelmente. Há instalação de parques tecnológicos em todos os Estados, com a participação, por exemplo, meu caro Raimundo Lira, da nossa Universidade de Campina, de João Pessoa, portanto, da Universidade Federal da Paraíba. As duas universidades participam do grande movimento que nós fizemos no Brasil, de 2007 para cá, para produzir o principal instrumento da TV digital, que se chama Ginga, um *software* que, como o seu nome diz, é claro, tem jeito de corpo, dialoga com qualquer padrão. O Ginga, inclusive, ganhou prêmio recentemente. É um padrão utilizado no mundo inteiro. Ginga é um *midleware,* ou seja, é um instrumento de interface, é algo com que você interliga duas coisas que não se falam. E isso foi desenvolvido pelas nossas universidades, comandado pela PUC Rio, com a presença do Prof. Luiz, que, aliás, foi brilhante nesse processo, mas nós envolvemos todas as universidades.

Sabe de quanto foi o investimento, Senador Lira? R$70 milhões. Sabe quanto foi o investimento europeu para tentar produzir algo como o Ginga? Superior a um bilhão de euros.

Portanto, na nossa criatividade é que reside exatamente o diferencial, mas é preciso ter incentivo. Então, é preciso ajustar isso.

Agora, Senador Delcídio, com a vinda dessa expansão do solar, nós vamos fabricar, por exemplo, inversores trifásicos no Brasil. Nos Estados Unidos, isso é vendido hoje como se vende celular, o cara entra na internet e compra. Aqui no Brasil, só temos certificação em um lugar, em São Paulo. Agora é que o instituto está liberando mais três unidades.

Por que não pode haver certificação na Paraíba? No Ceará? No Pará? No Mato Grosso do Sul? Na Bahia? Em Pernambuco? No Amazonas? Por que não? Por que não podemos espalhar essas unidades de produção?

Isso requer uma política de atenção especial.

Por isso, Senador Delcídio, conversei muito com V. Exª, como Líder do Governo, tive de V. Exª o apoio, fui conversar com o Ministro Armando Monteiro para ganhar o apoio dele, estive agora na Intersolar de Munique, inclusive muito bem patrocinado o evento pela nossa Apex. Quero fazer aqui um elogio à equipe do Ministro Armando Monteiro, que fez um verdadeiro, eu diria até um grande ato internacional. Solar não estava no nosso radar. O Brasil demorou muito para entrar nisso.

Eu tive a oportunidade, Senador Delcídio, em dois deslocamentos, na chegada a Munique e na saída de Munique, de andar de trem para passar em locais e verificar como aquilo cresceu na Alemanha. Como se pode ver, não é só de forma ampla, mas também de forma micro. Não há uma casa daqueles vilarejos, Senador Delcídio, no trajeto entre Munique e Frankfurt, sem a aplicação dessa placa solar.

Visitamos uma experiência, eu e o Senador Fernando Bezerra, do Minha Casa, Minha Vida lá da Alemanha, em que o prédio é completamente eficiente, e não é só na utilização das placas solares, é inclusive no modelo de construção, na forma de ventilação, na forma de utilização da energia.

Todo mundo sabe que, nesses lugares, seis meses são dedicados à calefação e, portanto, o consumo de energia é alto.

E a Alemanha não está fazendo isso só pelo modismo de entrar na rota alternativa, mas para se livrar da dependência do gás russo e para resolver um problema, inclusive, da sua meta de reduzir a produção de energia nuclear. Portanto, isso é política. Mas a Alemanha não fez isso de forma dissociada, não fez isso só para colocar placa aqui, ali e acolá; fez, inclusive, de maneira casada com uma política industrial agressiva, com uma política de desenvolvimento centrada nos seus institutos.

E é isso que a gente está chamando. Será que os alemães são melhores do que os nossos? Não! A diferença, Senador Cristovam Buarque, é que os alemães pegaram o que estava aqui e deram sentido.

E o que estamos propondo é isso, mas, sem o incentivo, não adianta fazer isso. É esse o meu apelo, Senador. Estou, inclusive, conversando com o Senador Renan, para que a gente tenha a oportunidade de que essa matéria vá para a urgência, porque, no dia 30, encerra-se o Padis. Então, seria jogarmos de novo por terra.

Eu conversei com várias, várias, várias empresas que estão aguardando o leilão de agosto. Esse é um dos leilões mais aguardadas da história do Brasil – o leilão de agosto, de energia solar. E o meu Estado, o Estado da Bahia, entrou com 140 projetos, mais de 4 mil mega. Há projetos no País inteiro, mas isso precisa da política do incentivo.

A placa que é utilizada na China é a placa que pega seis meses de neve e seis meses de sol, e não é a mesma placa que pode ser usada no Brasil. Quanto à limpeza de placa, não dá para eu fazê-la com água em determinados lugares do Sertão; não há água para beber, quanto mais para limpar placa. Portanto, é, exatamente através desse desenvolvimento, que nós vamos chegar à utilização que se encaixe neste sol brasileiro e que se ajuste a essa política.

Nós vamos fazer, Senador Delcídio do Amaral, já na primeira semana de julho, aqui nesta Casa, eu e o Senador Fernando Bezerra, estamos chamando todas as montadoras do Brasil. Vamos conversar com as de eletrointensivos e vamos conversar com as montadoras. Estamos propondo às montadoras e eletrointensivos que eles plantem verdadeiras fazendas de solar para compensar o seu consumo. É uma forma de a gente amarrar aqui a Convenção Climática que vai discutir se vai implantar como projeto, é preciso colocar como carga e dizer: "Meu amigo, você é um consumidor intensivo de energia. Então, você tem que produzir o outro lado!" E é essa produção que nos dará a garantia da oferta.

Vamos enfrentar um período de hidrologia complicado, principalmente para o nosso Sertão, meu caro Lira – complicadíssimo! Sobradinho hoje não bate 20%, Senador Delcídio. Então, não dá para a gente ficar só apostando em que São Pedro vai continuar derramando água, e continuarmos tentando resolver as nossas mágoas através dos nossos lagos.

É essa a história, essa é uma pequena parte. O Padis é isso aqui, e temos que discutir, depois, a questão do ICMS. V. Exª é um dos grandes defensores disso. Eu estou relatando um projeto de V. Exª que é importantíssimo. E eu já avisei ao Governo que esse projeto de V. Exª tem que vir para a pauta, para a gente trabalhar exatamente nessa área do incentivo, para criar as condições. Porque não adianta, se os Estados acharem que

não continuar arrecadando só dessa parte que nem existe, não vamos conseguir colocar isso para rodar. Então, precisamos resolver o problema.

Essa vitória com a MP dos Eletrointensivos eu diria que tem percalços, porque, de qualquer maneira, ainda estamos tirando recursos do Tesouro, ainda há recursos da Chesf, há toda uma cesta, vamos chamar assim, de incentivos e produtos que vamos balanceando. Eu ouvi ontem uma reclamação de um dos dirigentes dessa área do setor elétrico, dizendo: "Olha, terminou colocando incentivo só para um setor. Para quem está indo para o mercado livre está sobrando. Está havendo dificuldade. O comércio, por exemplo, reclamou uma barbaridade!" Portanto, são outros setores da indústria que dependem da energia.

Então, esse não é um debate dissociado. E é com isso que eu tenho me preocupado, Senador Delcídio do Amaral: esse é um debate que temos que fazer com espinha dorsal. Não se debatem estruturalmente esses setores de maneira solta.

Por isso, Senador Delcídio, insisti com a comissão geral em relação à questão da Petrobras. Não é o debate ideologizado. Muitos dizem que queremos fazê-lo. Não quero fazer debate ideologizado! O debate do "monopólio sim, monopólio não" foi em 1997, 1998, e nós participamos. Agora, é o debate de como eu estruturo, de como eu tiro vantagens competitivas para a Nação em relação a isso. A Petrobras avançou na pesquisa, por exemplo, em águas profundas. O Centro de Pesquisa é uma excelência. O que ficou para nós? Como utilizamos isso na indústria? Ainda utilizamos muita coisa que vem de fora. Aliás, recentemente, nesta sala aqui, debatemos uma grande compra da Petrobras na Halliburton, comprando sabem o quê? *Software*. *Software*! Eu desafio, no mundo, quem tem hoje os melhores *softwares* se não o povo brasileiro.

Portanto, esse é um debate que está muito lincado, associado. É importante isso. Esse é o divisor de águas do mundo.

Com esse empenho, quero não só o apoio de V. Exª para essa matéria tramitar aqui, como também que consigamos, com o Presidente da Casa, dar a devida importância, tratar isso com urgência e aprovar essa matéria.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O Senador Walter nem relatou a matéria, fez uma ampla exposição sobre tecnologia, pesquisa, semicondutores, energia, placa solar etc. e tal.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Delcídio, o Senador Walter Pinheiro pode não ter lido o relatório, mas ele fez um discurso que, por duas razões, merece ficar registrado como algo muito marcante: primeiro, de ter sido na Comissão de Economia, e não na Comissão, por exemplo, de Ciência e Tecnologia. É para cá que a gente precisa trazer o problema da ciência e da tecnologia como elemento fundamental do progresso econômico. Ou seja, como ele diz, é aqui que a gente precisa colocar o que está aqui em cima e trazer para cá como tecnologia. E, segundo, porque ele trouxe, com uma clareza e uma ênfase muito grande, o discurso de aonde queremos chegar e como vamos chegar através da ciência e da tecnologia.

Ontem, tivemos uma audiência lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, à tarde, e eu fiz uma pergunta para os que estavam ali: o Ministério da Ciência e Tecnologia no Brasil completa 30 anos este ano. Eu perguntei: se nós evoluirmos, nos próximos 30, o mesmo que evoluímos nos últimos 30, onde vai estar o Brasil? E a conclusão foi trágica: nós vamos importar quase todos os remédios que a gente usa, quase todos os equipamentos médicos – a concepção, pelo menos; pode até fabricar aqui, mas a concepção, a invenção de quase tudo. Como ele disse, vamos continuar exportando *commodities* e importando *chips*.

Temos que fazer um esforço para o Brasil derrubar a barreira que nos separa do mundo da inovação. E o projeto que ele relata é um dos que podem nos ajudar, tratando, especificamente, de um assunto fundamental, que é o setor de energias alternativas. E por que a gente tem resistido tanto, ficando para trás, sendo, talvez, olhando o território, o melhor território de fonte solar no mundo inteiro?

Eu acho que estamos muito prisioneiros, Walter, dos barragistas no caso da energia. Eu converso com o pessoal, sobretudo daqui, da Companhia Energética de Brasília, e o pessoal ri quando a gente fala em energia solar. Estou falando, pelo menos, do anterior presidente – não conheço o atual. O pessoal ria, dizendo que isso era brincadeira, que isso custa demais por quilowatt. Custa demais, um pouco mais, hoje, mas em 10 anos vai custar muito menos. E, em 20, não haverá nem outras coisas, porque a gente está esgotando as nossas reservas, mesmo hídricas, ainda que possam surgir barragens num nível sem necessidade de grandes quedas. Então, é fundamental que a gente invista nisso.

Eu apoio perfeitamente esse projeto. E lembro que, enquanto a Alemanha está usando energia solar, mesmo sem ter tanto sol, porque aposta no futuro e para fugir da energia nuclear, eu acho lamentável que, no Brasil, estejamos construindo mais uma central nuclear em Angra. Acho um absurdo, sobretudo porque a gente não precisa disso. A Alemanha precisa, a França precisa.

A gente não precisa. Mas estamos fazendo isso, em vez de estarmos investindo mais em energia solar.

Aí faço um parêntese só para lembrar que aqui nós temos um Senador que hoje se dedica, basicamente, no seu mandato, a isso, que é o Senador Hélio José, aqui do Distrito Federal. Ele é Engenheiro da Companhia Energética de Brasília. Mas se salvou, talvez, até pelo nome dele, de Hélio. Aí há tanta mania para o sol, que é o nome de sol.

Pois bem, eu quero apoiar e dizer que fico feliz com o discurso e com o parecer que ele deu ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Quero também, cumprimentar o Senador Walter Pinheiro, conheço o preparo intelectual do Senador Walter Pinheiro, toda a sua história, não só como político, mas, especialmente, como profissional de uma área – como diz o Walter – um pouco árida, especialmente quando envolve o dia a dia da política, nessa interação com a população, com as comunidades.

Porque as áreas tecnológicas são áreas sofisticadas, complexas e, consequentemente, são áreas que a população conhece o reflexo disso. Por isso a ação de Parlamentares, como o Senador Walter Pinheiro, que efetivamente trabalham para disponibilizar essa tecnologia, colocar à disposição da população essa tecnologia ou essas tecnologias que vão melhorar a qualidade de vida da nossa gente.

Eu acho que isso é absolutamente fundamental. E eu acho que o Padis vem ao encontro dessas preocupações, e não existe país, com todo o respeito, hoje em dia, que não investe em pesquisa e tecnologia vai ficar definitivamente para trás. Não há dúvida nenhuma disso. Inclusive, não tendo vergonha de avançar, principalmente, no que se refere ao desenvolvimento de tecnologias, principalmente tecnologias renováveis, que não é só a hidroeletricidade.

Essa é uma cultura, Senador Cristovam, eu vim dessa cultura, e no Brasil isso se consolidou. Mas nós precisamos olhar as outras alternativas, porque são alternativas vocacionadas até para o perfil ou para o clima que o Brasil tem.

Primeiro, no que se refere à energia solar, pelo nível de insolação, por tudo aquilo que essa tecnologia vai nos proporcionar, inegavelmente. A Alemanha está fazendo um esforço gigantesco para diminuir a participação da geração nuclear no país. Como outros países também estão fazendo.

A energia eólica é uma absoluta realidade. E, à medida que as encomendas aumentam, a produção cresce, claro, que o valor do megawatt/hora gerado tende a cair, naturalmente. Até porque você tem produção, você tem escala.

A França, por exemplo, que V. Exª citou aqui, Senador Cristovam, desenvolveu muito o programa nuclear francês por uma razão, primeiro, porque a França não tinha alternativas e, ao mesmo tempo, fez um desenvolvimento em escala industrial. Portanto, a França conseguiu baratear o custo da geração nuclear, o que era, anteriormente, um grande impeditivo, também. Desenvolvendo o quê? Tecnologia. Reatores super-regeneradores, reatores que representam o *top* em termos de tecnologia e geração nuclear, no mundo.

Então, esse é um tema de que nós não podemos abdicar, nós temos que fazer um debate aprofundado. Porque o Brasil tem todas as condições de, com tecnologia, explorar outros tipos de energia e, principalmente, sinalizando para uma matriz energética renovável, uma matriz energética limpa.

Por isso, não podia deixar de fazer esse registro. Se nenhum Senador ou Senadora tem alguma coisa a acrescentar, nesse debate de profundidade que o Senador Walter Pinheiro e o Senador Cristovam aqui fizeram, eu vou colocar o relatório do Senador Walter Pinheiro em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o Relatório do Senador Walter Pinheiro permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

E parabenizando o Senador Walter Pinheiro pelo excelente trabalho, trabalho este que passa, especialmente, pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, há dois requerimentos meus e eu quero retirar um e tentar ler o outro para ser votado na próxima semana porque são temas muito parecidos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Qual V. Exª pretende retirar?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu tenho um já mais antigo que era um ciclo de audiências públicas sobre a análise do relatório do TCU a propósito das manobras fiscais, as pedaladas. Eu quero deixar isso de lado.

Eu quero um que trata de estudar aqui os impactos econômicos derivados das irregularidades verificadas no relatório. Eu vou dizer por que acho importante.

O primeiro ainda está na linha do que todo mundo por aí está falando, que são os aspectos legais em relação a isso.

Eu não estou mais interessado nesses aspectos legais, eu quero ver os impactos econômicos. Existem ou não impactos econômicos? As chamadas pedaladas e irregularidades apenas provocaram problema legal da relação do Governo com a Constituição? Com isso, eu não estou preocupado, deixa aí. Eu estou preocupado com: isso causa problema econômico ou nenhum, ou é apenas uma questão de contabilidade que afeta ou não a legalidade – segundo o Tribunal afeta. Eu não, eu quero saber: há problema econômico isso?

Nesse sentido, sugeri chamar pessoas do próprio Tribunal como o Ministro Augusto Nardes, chamar alguém de Contas Públicas, como Mansueto Almeida, chamar um auditor federal de controle, o Advogado-Geral, e Gil Castello Branco, Secretário-Geral da ONG.

Mas o objetivo é analisar o impacto econômico, não os aspectos legais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – V. Exª, Senador Cristovam, já havia manifestado a preocupação de V. Exª com relação a esse tema e os impactos econômicos, o que efetivamente é a essência, a gente faz muito a polarização política, mas o importante é o resultado disso.

Portanto, vou ler rapidamente, tenho dois requerimentos aqui que, evidentemente, dentro dos atos aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, nós só votaremos na próxima reunião.

O primeiro requerimento, do Senador Cristovam.

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar do tema Os impactos econômicos derivados das irregularidades verificadas no relatório do Ministro Augusto Nardes em relação às contas do Governo em 2014.

Com a presença dos seguintes convidados: Ministro Relator do TCU, Augusto Nardes; Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira; especialista em contas públicas, Mansueto Almeida; Auditor Federal de controle externo do TCU, Antônio Carlos Costa d'Ávila Carvalho Júnior; o Advogado-Geral da União, Ministro Luís Inácio Adams; o Secretário-Geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Queria até registrar, meu caro Senador Cristovam, quando falamos da importância desse requerimento de, muito possivelmente, fazermos essa discussão mais à frente, no segundo semestre, até por que todos nós sabemos que o Tribunal de Contas da União deu 30 dias para que o Governo apresente a sua justificativa, portanto, nada mais razoável de que discutamos esse tema depois dos 30 dias que o próprio Tribunal de Contas da União julgou suficientes para que o Governo apresentasse as suas defesas em função dessa questão das pedaladas.

Portanto nós iremos, depois da aprovação aqui do plenário, agendar essa reunião.

O outro tema também apresentado pelo Senador Pinheiro, novamente.

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com as presenças dos senhores Eduardo Braga, Ministro de Minas e Energia; José Múcio, Ministro do TCU; Romeu Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel; Mauricio Tolmasquim, Presidente da EPE, Empresa de Pesquisa Energética; Max Garcez, advogado e consultor do setor elétrico; e Nelson Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuição de Energia Elétrica, Abradee, para debater acerca da renovação das concessões de 42, que expiram até 2017.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Esse tema é muito relevante. Já aconteceu na geração e, agora, vem a distribuição também.

Justificação.

O Tribunal de Contas da União (TCU) expediu medida cautelar obstaculizando o Poder Executivo em seu intento de renovar as concessões de 42 distribuidoras de energia elétrica que expiram até 2017 ao determinar que o Governo se abstenha de assinar a renovação dos contratos até o julgamento do mérito pelo Tribunal. Teria a Corte de Contas identificado a ausência de pressupostos suficientemente robustos para demonstrar que a medida de promover a prorrogação das concessões por 30 anos atenderia, de forma integral, ao interesse público.

Um decreto assinado pela Presidenta Dilma Rousseff instituiu metas de qualidade na prestação de serviços conforme cada concessionária, permitindo, assim, uma prorrogação condicionada à das concessões.

As atuais distribuidoras aguardam uma solução desde setembro de 2012, quando a MP 579 foi editada, uma vez que esta apenas limitou-se a prorrogar as concessões de geração e transmissão. Na medida em que os atuais contratos começam a vencer em julho, instala-se no País ambiente de incerteza e insegurança energética.

Portanto, esses são os dois requerimentos.

Quero agradecer ao meu querido Vice-Presidente, Senador Raimundo Lira,...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, em relação ao projeto anterior...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... e cumprimentar também o nosso Senador Francisco Escórcio, aqui presente, uma liderança importante junto à SRI da Presidência da República.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Antes de V. Exª encerrar, eu pediria a V. Exª que, em nome da Comissão, pudesse remeter o pedido de urgência.

É óbvio que vou pegar a assinatura dos Srs. Líderes em plenário para que possamos apreciar essa matéria em urgência, a matéria do Padis. Mas, seria de bom alvitre que a Comissão pudesse fazer essa recomendação, que peço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sem dúvida nenhuma, até porque é um projeto importante para o País.

Se todos os Senadores e as Senadoras presentes concordarem com a proposta do Senador Walter Pinheiro, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o encaminhamento.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 14, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 21 de 2015, que "altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD".

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos

Relatoria:

Relatório:

Observações:)

Quero só lembrar também a aprovação da Ata da 17ª Reunião. Eu propus a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata da 17ª Reunião da CAE está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Aos senhores, às senhoras e àqueles que nos acompanham desde as 10 horas da manhã os nossos agradecimentos.

A reunião está encerrada.

Na próxima terça-feira, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos às 10 horas da manhã.

Muito obrigado pela atenção e muito obrigado a todos os Senadores e às Senadoras que, numa semana atípica, se empenharam e votaram matérias importantes para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Muito obrigado.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia trinta de junho do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Raimundo Lira, vice-presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Humberto Costa, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Omaz Aziz, Valdir Raupp, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Douglas Cintra, Marcelo Crivella, Elmano Férrer e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Wilder Morais e Wellington Fagundes. O Presidente declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 19ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 48 de 2015 (Aviso nº 175/GMF/MF-DF), de 29 de maio de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando documentação com a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de abril de 2015, e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 46 de 2015 (Aviso nº 450-Seses-TCU-Plenário), de 11 de junho de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 032.448/2014-7, na Sessão Ordinária de 10/6/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Comunico, ainda, nos termos do art. 76, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que findo o prazo regimental, a Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal não concluiu a sua tarefa, portanto não será submetido nenhum relatório à apreciação do Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1–** Projeto de Resolução do Senado nº 21 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Aécio Neves, que "altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de crédito que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014", tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório pela prejudicialidade do projeto. O Presidente em exercício da Comissão designa o Senador Douglas Cintra relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. **Item 2–** Projeto de Lei do Senado nº 139 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Davim, que "altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica", tendo como relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório contrário ao projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3–** Projeto de Lei da Câmara nº 160 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado George Hilton, que "dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil", tendo como relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório favorável ao projeto com as Emendas nºs 2 a 8-CAS, com duas subemendas que apresenta às Emendas nº 2 e nº 7-CAS, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Marcelo Crivella. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com as Emendas nºs 3, 4, 5, 6 e 8-CAS-CAE, e às Emendas nºs 2 e 7-CAS, na forma das subemendas apresentadas, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Item 4–** Projeto de Lei do Senado nº 6 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "isenta os produtos classificados na posição 22.04 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, originários e procedentes de Portugal, do Imposto de Importação", tendo como relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório contrário ao projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Item 5–** Projeto de Lei do Senado nº 5 de 2015 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para alterar o enquadramento no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) das atividades de prestação de serviço de representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros", tendo como relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável

ao projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6–** Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "altera o art. 191-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional e os arts. 57, 70 e 71 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para deixar de exigir certidões negativas de débitos tributários e facilitar a recuperação judicial das microempresas e empresas de pequeno porte", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE. **Item 7–** Projeto de Lei do Senado nº 704 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "acrescenta inciso e altera parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos", tendo como relator o Senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela rejeição do projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o projeto por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. **Item 8–** Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 257 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Constribuição para o PIS/PASEP incidentes nas operações com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa portadora de deficiência", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro. Em 23/6/2015, foi aprovado Substitutivo Integral ao PLS 257/2013. De acordo com o art. 282 do R.I.S.F., a matéria é submetida a Turno Suplementar. Não tendo sido apresentadas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. **Item 9–** Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2014, terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado", tendo como relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece relatório pela prejudicialidade do projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Walter Pinheiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2014 por dezessete votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 10–** Projeto de Lei do Senado nº 173 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Sergio Souza, que "institui o cheque promissivo", tendo como relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório pela rejeição do projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11–** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 10 de 2015, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o Ministro Aroldo Cedraz, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), para apresentar os resultados da auditoria realizada por aquela Corte de Contas sobre o Processo nº 014.205/2011-4 e as razões que têm levado à demora no julgamento dos autos. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 10 de 2015-CAE. **Item 12–** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 12 de 2015, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema "os impactos econômicos derivados das irregularidades verificadas no Relatório do Ministro Augusto Nardes, em relação as Contas do Governo 2014", com a presença dos seguintes convidados: Augusto Nardes – Ministro relator no TCU do Relatório das Contas do Governo 2014; Júlio Marcelo de Oliveira – Procurador do Ministério Público junto ao TCU; Mansueto Almeida – Especialista em Contas Públicas; Antônio Carlos Costas Dávila Carvalho Jr.– Auditor Federal de Controle Externo do TCU; Luís Inácio Adams – Advogado-Geral da União (AGU); e Gil Castelo Branco – Secretário-Geral da ONG Contas Abertas. Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Tasso Jereissati. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 12 de 2015-CAE. **Item 13–** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13 de 2015, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater acerca da renovação das concessões de 42 distribuidoras de energia elétrica que expiram até 2017, com a presença dos senhores Eduardo Braga, Ministro de Minas e Energia; José Múcio, Ministro do TCU; Romeu Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Max Nagl Carcez, advogado e consultor do setor elétrico; e Nelson Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Anunciada a matéria, colocada em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 13 de 2015-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo vice-presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Raimundo Lira,** Vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 19ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para o seu conhecimento.

I – Ministério da Fazenda

Aviso nº 48/2015

Aviso nº 175/GMF-MFDF, de 29 de maio de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando documentação, com relação às operações de crédito analisadas, no âmbito daquele Ministério, no mês de abril de 2015, e tabelas demonstrativas da posição do endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

II – Tribunal de Contas da União

Aviso nº 46/2015, de 11 de junho de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela corte, nos autos do Processo nº TC032.448/2014-7, na Sessão Ordinária de 10/06/2015, acompanhado o relatório do voto que o fundamentam.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal

Requerimento nº 06, de 2011 (CAE)

Por não ter apresentado relatório final, fim do prazo sem apresentação do relatório final, nos termos do art. 76, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, fim do prazo regimental, o Subcomissão não submeteu nenhum relatório à apreciação do Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, fica extinta essa Subcomissão.

Vamos passar agora à parte deliberativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2012

– Não terminativo –

Isenta os produtos classificados na posição 22.04 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, originários e procedentes de Portugal, do Imposto de Importação.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, com parecer contrário ao projeto.*

Com a palavra, o Relator.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, sem dúvida, há boa intenção na proposta do Senador Vital do Rêgo. No entanto, os obstáculos, o que é inconveniente, o que afronta, inclusive, a Lei de Responsabilidade Fiscal e parecer da nossa representação no Mercosul nos obrigam a apresentar um voto contrário à aprovação do projeto do Senador Vital do Rêgo, que propõe a isenção de impostos para a importação de vinhos de Portugal. Sou apreciador do vinho português, do bom vinho português, mas não creio que...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone*.) – Todos nós o somos, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – O Senador Tasso concorda.

Mas não creio que seja essa uma solução adequada no momento em que o Mercosul busca estabelecer uma interação também com o mercado europeu. Ademais, temos no Brasil uma indústria vinícola em ascensão. São cerca de 20 mil brasileiros trabalhando em vinícolas nacionais. O nosso vinho, inclusive, vai adquirindo qualidade, respeitabilidade e conceito internacional.

Por essas razões, Sr. Presidente, há contrariedade à Lei de Responsabilidade Fiscal e contrariedade a um parecer da Representação Brasileira no Mercosul. Entendemos também que caberia, neste caso, ao Poder Executivo a iniciativa da matéria, uma vez que diz respeito à perda de receita com o benefício da isenção tributária.

Portanto, Sr. Presidente, em que pese o respeito e a admiração pelo ex-Senador Vital do Rêgo, nosso voto é contrário à sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está em discussão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Peço a palavra para discutir a matéria, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, tem a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu queria manifestar também meu apoiamento ao voto do Relator, o Senador Alvaro Dias, destacando que a produção de vinhos no Brasil também ocorre no Vale do São Francisco. Nós, hoje, produzimos 15% da produção nacional de vinhos. Não faz sentido essa isenção de impostos para a importação de vinhos de origem em Portugal, porque eles vão competir diretamente com a produção nacional. E não existe nenhuma troca, nenhuma permuta. Eu lembro que as frutas produzidas no Brasil são sobretaxadas pela Comunidade Europeia em 15%, quando não ocorre esse tratamento em relação às frutas do Chile, do Equador, do Peru. Essa iniciativa do Senador Vital do Rêgo poderia até ser apreciada se houvesse alguma contrapartida em cima de produtos brasileiros com destino ao Mercado Comum Europeu.

Portanto, o Senador Alvaro Dias está correto na sua argumentação, propondo a rejeição desse projeto.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Alvaro Dias.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE contrário ao projeto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado – e questiono a Mesa – um requerimento que tenho em que convido a virem aqui o procurador do Tribunal de Contas da União e o auditor do Tribunal de Contas da União que fizeram aquele relatório sobre as pedaladas do Governo anterior.

Assim como esse convite, nós fizemos um requerimento convidando também o Ministro Mantega a vir a esta Comissão para explicar isso, para dar a sua versão, mostrar o seu lado sobre essas pedaladas. Foi V. Exª que, competentemente, como é de hábito, presidiu a reunião em que esse requerimento foi aprovado. Que V. Exª viesse dar a sua versão para esses acontecimentos.

Até agora nós não tivemos, eu não tive, nenhuma resposta sobre a vinda. Quero lembrar que, talvez, seja um assunto dos mais graves que esteja rodando no nosso setor econômico, ações do Ministério da Fazenda, uma das mais graves, porque se trata de um suposto ou provável crime contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, e esta Comissão, como Comissão de Assuntos Econômicos, não teve até agora nenhuma resposta. Nós vamos ter um recesso, daqui a aproximadamente 15 dias, e não podemos passar para o período seguinte ignorando completamente o assunto, conhecendo apenas pelos jornais o que aconteceu. Então, peço a V. Exª, mais uma vez, a gentileza da sua eficiência e presteza para que possamos ter pelo menos o depoimento do procurador do TCU já na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Tasso Jereissati, levarei ao Presidente Delcídio do Amaral a questão de ordem de V. Exª. Independentemente de ela constar da Ata, levarei pessoalmente esse questionamento.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 2013

– Terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP incidentes nas operações com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa portadora de deficiência.

Autoria: Senador Casildo Maldaner.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: aplicável somente se houver apresentação de emendas.

Observações: *1. em 23/6/2015, foi aprovado substitutivo integral ao projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria é submetida a turno suplementar;*

2. não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do RISF.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passamos ao Item 3, em homenagem ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E ao Deputado George Hilton, autor da matéria. Sou um mero, obscuro e anônimo Relator. O pai está aqui. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 160, DE 2009

– Não terminativo –

Dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no §1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Autoria: Deputado George Hilton.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatório: pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 a 8-CAS, com duas subemendas que apresenta às Emendas nº 2 e nº 7-CAS, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CE.

Observações: *1. a matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CE;*

2. a matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 2 a 8-CAS, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CE;

3. a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

4. Em 23/6/2015, foi concedida vista coletiva.

O relatório já foi lido pelo Relator na 19ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2015, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Consulto o Relator se deseja fazer uso da palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para pedir aos meus colegas que aprovem essa matéria, que já há seis anos tramita na nossa Casa, já foi alvo de diversas audiências públicas e tramitou em muitas Comissões. Ela ainda retornará à Câmara dos Deputados para ser novamente apreciada. É uma matéria de alta relevância, de tal maneira que eu pediria aos colegas que pudéssemos aprová-la.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Marcelo Crivella.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 3, 4, 5, 6 e 8-CAS/CAE e as Emendas nºs 2 e 7-CAS, na forma das subemendas apresentadas e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, é possível pedir urgência à matéria?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella. Questão de ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu pediria um requerimento de urgência à matéria, se fosse possível nós votarmos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não pode, porque ele ainda vai à CCJ. Só lá pode ser pedida a urgência.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Tenho a impressão de que não, Presidente. Nós podemos levá-la direto para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, porque daqui ela vai para a Comissão de Constituição e Justiça. Então, só pode ser pedida a urgência lá na Comissão de Constituição e Justiça, que é a última Comissão onde ela será apreciada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Está bem, Presidente. Depois, podemos fazer também um requerimento de Líderes.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – De nada, Senador.

Em homenagem ao Senador José Pimentel, vamos colocar em pauta o item 6: Projeto de Lei nº 285, de 2011 – Complementar.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, DE 2011

– Não terminativo –

Altera o art. 191-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional e os arts. 57, 70 e 71 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para deixar de exigir certidões negativas de débitos tributários e facilitar a recuperação judicial das microempresas e empresas de pequeno porte.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, relatório:

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 285, de 2011 – Complementar, de autoria do Senador Ciro Nogueira, cujo objetivo é facilitar a concessão de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte.

A proposição tem cinco dispositivos. Os dois primeiros alteram, respectivamente, o Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 1966, e a Lei nº 11.101, de 2005, para dispensar as microempresas e as empresas de pequeno porte de exigência de comprovação de regularidade fiscal como condição prévia à concessão de recuperação judicial.

O terceiro dispositivo insere no art. 70 da Lei nº 11.101, de 2005, a previsão de que se aplicará ao plano especial de recuperação judicial o disposto no art. 67 da referida lei, que considera extraconcursais, em caso de decretação de falência, os créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial. O parágrafo único do mencionado art. 67 prevê, ainda, que os créditos quirografários sujeitos à recuperação judicial pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuarem a provê-los após o pedido de recuperação judicial terão privilégio geral de recebimento em caso de decretação de falência.

O quarto dispositivo altera a redação do inciso II do art. 71 da Lei nº 11.101, de 2005, para aumentar o número máximo de prestações possíveis para o parcelamento previsto no plano especial de recuperação judicial aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Por fim, o quinto dispositivo trata da vigência da norma, ao dispor que entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor do projeto afirma que é necessário facilitar os procedimentos de recuperação judicial e extrajudicial, de modo a evitar a falência de empresa com dificuldades financeiras, especialmente no caso de microempresas e de empresas de pequeno porte.

A proposição foi distribuída, inicialmente, apenas à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa. Em 25 de agosto de 2011, a Mesa do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 1.037, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, relativo à solicitação de tramitação conjunta do PLS nº 285, de 2011 – Complementar, com o PLS nº 396, de 2009 – Complementar.

A matéria passou, então, a tramitar em conjunto e foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à CAE. Entretanto, ante o arquivamento do PLS nº 396, de 2009 – Complementar, o PLS nº 285, de 2011 – Complementar, voltou a ter tramitação autônoma e retornou à CAE.

É de registrar que não foram apresentadas emendas.

Análise

No tocante à constitucionalidade da proposição, a União é competente para legislar sobre direito empresarial e, em concorrência com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre direito tributário, conforme preveem, respectivamente, o inciso I do art. 22 e o inciso I do art. 24, ambos da Constituição Federal.

Além disso, o inciso III do art. 146 da Constituição Federal determina caber à lei complementar o estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária. Por isso, alterações no Código Tributário Nacional requerem a veiculação por meio da referida espécie legislativa.

A competência da CAE para deliberar sobre a proposição decorre do art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Relativamente à técnica legislativa, não identificamos ajustes necessários ao texto da proposição.

No tocante ao mérito, comungamos do entendimento de que é necessário facilitar a concessão de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte, pois parcela expressiva da geração de empregos no nosso País advém de empresas de menor potencial econômico.

Por disposição expressa do CTN e da Lei nº 11.101, de 2005, a concessão de recuperação judicial depende da apresentação de certidão de regularidade fiscal. Trata-se de regra geral que, a nosso ver, merece ser afastada na hipótese de o interessado na recuperação ser microempresa ou empresa de pequeno porte. Esse afastamento tornará possível que, independentemente do pagamento imediato de dívidas com a Fazenda Pública ou de obtenção de suspensão de exigibilidade de créditos, essas empresas possam se valer da recuperação judicial e se reerguerem economicamente, de modo a manter a sua atividade produtiva.

É importante registrar que a dispensa de certidão de regularidade fiscal não significa perdão de dívidas com a Fazenda Pública. A empresa devedora continuará obrigada a arcar com débitos de titularidade do Estado, mas poderá obter a recuperação judicial ainda que existam débitos desta natureza vencidos. Em outras palavras, não haverá necessidade de a empresa quitar ou parcelar débitos com a Fazenda Pública previamente à concessão de recuperação judicial.

Como se sabe, a jurisprudência flexibilizou, de modo geral, a exigência de prova da regularidade fiscal para a concessão de recuperação judicial, ao argumento de que não havia sido instituído parcelamento específico para devedores em recuperação judicial, conforme previsto no § 3º do art. 155-A do Código Tributário Nacional e no art. 68 e respectivo parágrafo único da Lei nº 11.101, de 2005.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A própria Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a apresentação de certidões negativas tributárias não é necessária para a homologação do plano de recuperação judicial.

Entretanto, a Lei nº 13.043, de 2014, inseriu o art. 10-A na Lei nº 10.522, de 2002, para prever condições diferenciadas de parcelamento de créditos com a Fazenda Nacional para o empresário ou sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial. Entre as condições, está a previsão de pagamento de débitos em 84 parcelas mensais, prazo mais alongado do que o previsto para o parcelamento ordinário, cuja quantidade máxima de prestações é 60, conforme previsão do art. 10 da Lei nº 10.522, de 2002.

É possível, assim, que passe a ser exigida a prova da regularidade fiscal das empresas como condição prévia à concessão de recuperação judicial. Por isso, é importante conceder tratamento especial para as microempresas e empresas de pequeno porte, de sorte a permitir que tenham a recuperação judicial deferida mesmo sem a apresentação de certidões negativas de débitos. A dispensa de apresentação de certidão tem respaldo na Constituição, que determina, no inciso IX do art. 170, tratamento favorecido para as empresas de menor potencial econômico.

Entendemos adequado, também, o objetivo de inserir na Seção V do Capítulo III da Lei nº 11.101, de 2005, que trata das regras aplicáveis ao plano especial de recuperação judicial, norma que preveja, expressamente, que os créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial serão considerados extraconcursais em caso de decretação de falência. É igualmente salutar a definição de que os créditos quirografários sujeitos à recuperação judicial pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuarem a provê-los após o pedido de recuperação judicial terão privilégio geral de recebimento em caso de decretação de falência.

A previsão expressa acerca da aplicação das referidas normas ao plano especial de recuperação judicial trará segurança jurídica aos fornecedores de bens ou serviços que firmarem contratos com microempresas e empresas de pequeno porte submetidas à recuperação judicial regida pelas normas da Seção V do Capítulo III da Lei nº 11.101, de 2005. Será fomentada, portanto, a continuidade da atividade econômica da empresa em recuperação, visto que poderá ter acesso a crédito, bens e serviços disponíveis no mercado. Trata-se de importante passo na concretização do princípio da preservação da empresa, que constitui pedra angular do direito econômico e empresarial brasileiro.

No tocante ao aumento da quantidade de parcelas objeto do plano especial de recuperação, entendemos que a questão já está adequadamente atendida pela legislação que, atualmente, prevê parcelamento em

até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Não vislumbramos razão para aumentar o número máximo de parcelas permitido. Por isso, propomos emenda supressiva do art. 4º da proposição.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2011 – Complementar com a seguinte emenda: "Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2011 – Complementar, renumerando-se o art. 5º como art. 4º".

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador José Pimentel.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto com a emenda de nº 1-CAE.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 21, DE 2013

– Não terminativo –

Altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de crédito que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, ainda que meritória a iniciativa, verifica-se ser despiciendo adentrar no exame aprofundado da matéria.

O projeto destina-se precipuamente a alterar temporariamente o limite de endividamento estabelecido no art. 7º da Resolução do Senado nº 43, de 2001, aplicando-se especificamente aos anos de 2013 e 2014.

Visava o autor, com a proposta, a impulsionar a atividade econômica a partir do estímulo à tomada de empréstimos pelos entes federados, por meio da nova redação aos §§ 9º e 10 do referido artigo.

O exaurimento do tempo de aplicação da norma (anos de 2013 e 2014) configura uma verdadeira preclusão consumativa da proposta – no sentido dado por AURÉLIO àquele termo: "Perda de uma determinada faculdade processual haver-se realizado uma atividade incompatível com esse exercício".

No caso, o transcorrer do tempo de aplicação da proposta tornou-a absolutamente inaplicável, ou seja, perdeu-se a "faculdade processual" de aprovar-se a norma.

De fato, seria absolutamente irrelevante e inútil aprovar-se agora uma autorização para que, em anos pretéritos, fosse possível a tomada de empréstimos.

Voto.

Em face do exposto, entendo estar prejudicada a matéria, devendo ser, portanto, arquivada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Roberto Requião.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam com estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE pela prejudicialidade do projeto.

Informo que o item 7, cujo Relator é o Senador Douglas Cintra, e o item 9, cujo Relator é o Senador Tasso Jereissati, tratam de projetos terminativos. Por não haver quórum presencial de 14 Senadores, não colocaremos logicamente em discussão e votação esses projetos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Questão de ordem, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como não temos quórum ainda para os itens 7 e 9, se os nobres Relatores concordarem, nós poderíamos fazer a leitura, a discussão e deixá-los prontos para a votação tão logo haja quórum.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Se for do desejo do Senador Tasso Jereissati e do Senador Douglas Cintra, podemos atender a questão de ordem do Senador José Pimentel.

Senador Douglas Cintra, V. Exª quer ler o relatório?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sim, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) –

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2011
– Terminativo –

Acrescenta inciso e altera parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos.
Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela rejeição do projeto.
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto.
Com a palavra, o Relator.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Relatório
Vem para decisão terminativa desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 704 de 2011, de autoria da Senadora Kátia Abreu, cujo objetivo é o descrito em epígrafe.
A matéria se apresenta em três artigos.
O art. 1° acrescenta inciso XXIII ao mi. 28 da Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de caminhões chassi com carga útil igual ou superior a 1.800 kg e caminhão monobloco com carga útil igual ou superior a 1.500 kg, classificados na posição 87.04 da Tabela de incidência do IPI (Tipi), positivada no Decreto n° 7.660, de 23 de dezembro de 2011, observadas as especificações estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, efetuadas a transportador autônomo de cargas (TAC) devidamente inscrito no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).
O mesmo art. 1º ainda modifica o parágrafo único do citado art. 28, para permitir que a inovação proposta no inciso XXXIII possa se regulamentar por norma do Poder Executivo.
O art. 2° isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os mesmos veículos descritos no art. 1º.
O art. 3° contém cláusula de vigência imediata da lei resultante apresentada em novembro de 2011, a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.
Em 12/09/2012, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) emitiu parecer pela aprovação da matéria.
Análise
Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito e sistema tributários, IPI e contribuições sociais, haja vista o disposto nos arts. 24, I, 48, I, 153, IV, 149 e 195, I, b e 239, todos da Constituição Federal (CF). A competência para legislar sobre diretrizes da política nacional de transportes é privativa da União, conforme o art. 22, IX, da mesma Carta, ao passo que a iniciativa parlamentar encontra-se amparada pelo art. 61.
A prerrogativa da Comissão de Assuntos Econômicos para deliberar sobre a proposição decorre do art. 99, inciso IV, combinado com o art. 91, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).
O projeto está em plena conformidade com os ditames da técnica legislativa, segundo a Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998, exceto pela questão formal adiante apontada.
Mérito.
A matéria em análise visa facilitar a aquisição de caminhões por parte de transportadores autônomos de carga, por meio a redução de alíquotas e da isenção de tributos federais incidentes sobre o produto.
A justificação do PLS n° 704, de 2011, lembra que existem mais de dois milhões de veículos de carga em circulação em todo o País e que cerca de cinquenta por cento desta frota pertencem a transportadores autônomos. Alerta também que a idade média desses veículos é superior a dezoito anos, o que toma urgente sua modernização em nome da segurança nas estradas e da economia na manutenção da malha viária.
Não é demais acrescentar que o escoamento da produção agrícola, no Brasil, ainda depende fundamentalmente do transporte rodoviário, apesar da vocação natural do País em abrigar outros modais, especialmente o ferroviário e o aquaviário.
Algumas ponderações, entretanto, devem nortear a análise desta bem-intencionada matéria.
Em engenharia, define-se "modal" como uma das cinco categorias básicas de transporte de pessoas e cargas, conforme o caso: rodoviária, ferroviária, dutoviária, aquaviária e aérea.

Nos países economicamente desenvolvidos e de vasta extensão territorial, como os Estados Unidos da América, é notável a implementação do sistema dito multimodal, em que todas as modalidades de transporte são modernas e integradas.

No Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XX, políticas públicas priorizaram o modal rodoviário em detrimento dos demais, tanto para transporte de carga como de passageiros. Incentivos governamentais (fiscais, principalmente) atraíram montadoras automobilísticas estrangeiras, que aqui instalaram fábricas e contribuíram com a geração de empregos e o desenvolvimento do parque industrial do País. Contribuíram também, entretanto, para a disseminação exacerbada do uso de veículos de pequeno e grande porte, o que exigiu do Poder Público a construção de rodovias e a adaptação das cidades a esse tipo de transporte.

Ao mesmo tempo, outros modais importantes para o desenvolvimento nacional foram praticamente abandonados pelo governo, que diminuiu substancialmente o investimento em ferrovias e hidrovias, apesar de as características naturais do Brasil (relevo, hidrografia) sugerirem a direção oposta.

A abertura das importações de automóveis, a partir da década de 1990, ampliou o desequilíbrio em favor da opção pelas rodovias. O recente surto de desenvolvimento econômico do Brasil, combinado com a melhoria na distribuição de renda e os incentivos fiscais específicos, como a redução do IPI para automóveis, impulsionou sobremaneira a aquisição desses bens e a pressão sobre o sistema rodoviário. O investimento em transporte público de massa, por sua vez, se mostra precário qualquer que seja a modalidade considerada.

Observa-se, ademais, que a construção, conservação e utilização de ferrovias e hidrovias permanecem incipientes, e que nossas rodovias, apesar de concentrarem a maior parte do fluxo de pessoas e cargas, são perigosas e apresentam sinalização inadequada.

Do ponto de vista da ciência dos transportes, a proposta contida no PLS nº 704, de 2011, se mostra temerária por incentivar ainda mais a utilização do meio rodoviário como opção para o escoamento de cargas. Embora reconheçamos o mérito social da matéria no direcionamento do incentivo ao transportador autônomo, é forçoso alertar que o projeto, se aprovado, aumentará o tráfego de caminhões pesados e trará como consequências o desgaste do estado de conservação e o aumento do número de acidentes graves nas estradas.

Também da perspectiva estritamente tributária, tanto a redução do IPI como do PIS/Pasep e da Cofins desenhadas no projeto são desaconselháveis.

No caso do IPI, a pretendida renúncia de receita em prol de um grupo econômico específico fere o Pacto Federativo, pois o imposto compõe os fundos constitucionais de participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). A questão é mais grave em relação à imensa maioria dos Municípios brasileiros, pobres e com pouca ou nenhuma arrecadação de tributos próprios e, por isso, dependentes fundamentalmente da distribuição de recursos dos fundos constitucionais.

Ademais, o IPI tem como um de seus princípios norteadores o da essencialidade do produto, ou seja, alíquotas mais elevadas são impostas a itens claramente não essenciais à população, como cigarros e bebidas, ao passo que, noutro extremo, o tributo é zerado para medicamentos e alimentos básicos, por exemplo. Difícil entender, como de fato não entendeu o legislador até então, que caminhões pesados possam ser considerados tão essenciais a ponto de se livrarem completamente da incidência do IPI. É o que se observa na TIPI, em que a maioria dos veículos classificados na posição 87.04 recebe alíquotas variando entre 5% e 10%.

A redução a zero das alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins, por sua vez, também significa privilegiar um grupo em desfavor de outro maior. O alívio no bolso do caminhoneiro autônomo representará, em contrapartida, diminuição de recursos para toda a população alcançada pelas políticas públicas oriundas da arrecadação das referidas contribuições.

Importante também é o peso do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente no preço final dos veículos destinados ao transporte de carga. Suas alíquotas elevadas fazem desse tributo um dos principais fatores de elevação de preço final para o os produtos classificados na posição 87.04 na TIPI. A alíquota interna usual de ICMS para esses veículos, na maioria dos Estados, é de 12%.

Além do enfoque tributário e daquele emprestado pela engenharia, vale a pena tecer ressalvas sobre as consequências econômicas da eventual aprovação da presente matéria.

Um eventual e desejável sucesso profissional do caminhoneiro autônomo pode destituí-lo do regime favorecido ora em debate, o que por si só inibiria o ímpeto de crescimento no setor. Se, por exemplo, o caminhoneiro resolver ampliar seu negócio e passar a contar com dois ou três caminhões, em uma pequena empresa, já ficará fora do âmbito do benefício.

Ademais, ainda haveria quebra de isonomia entre o autônomo e o pequeno empresário que hoje já conta com dois ou três veículos de carga.

Atente-se, por fim, para algumas questões formais em relação ao texto do projeto. O novo inciso XXXIII proposto para o art. 28 da Lei nº 10.865, de 2004, contém a expressão "efetuadas a transportador autônomo", quando o mais coerente com o comando do *caput* seria "destinados a transportador autônomo". Essa nova redação, além de concordar com "caminhões chassi", se harmonizaria com diversos outros incisos do mesmo art. 28, que também utilizam a palavra "destinados(as)".

Outra questão formal é que não se estabeleceu, no texto do PLS, cláusula de estimativa de renúncia de receita, obrigatória de acordo com os artigos 5º, inciso II, e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Vislumbramos, portanto, inúmeras razões de ordem técnica e jurídica que desaconselham o prosseguimento da matéria.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Por ser um projeto terminativo, será aberta nova discussão, ou seja, a continuidade da discussão na próxima reunião, quando houver quórum presencial de 14 Senadores.

O Senador Tasso Jereissati deseja ler o relatório do item 9?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Pois não, Presidente.

Antes, porém, com sua licença, eu gostaria de comentar que entrei em contato com o Procurador do Tribunal de Contas da União e ele se dispôs a estar presente aqui, na próxima terça-feira. Sei que depende da conversa de V. Exª com o Presidente, mas estou comunicando. Eu gostaria apenas que a Mesa fizesse o contato oficial com o Procurador – e, caso o Presidente desta Comissão não concorde com a data, mudaríamos para a data seguinte – só para que ele deixe reservado, dada a necessidade de que tenhamos essa audiência antes do recesso que se inicia já, na outra semana.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está registrada a nova questão de ordem de V. Exª, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª quer ler o relatório do item 9?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) –

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CRA.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, por designação do Presidente da CAE do Senado Federal, cabe-nos relatar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que altera a Lei n° 9.393, de 19 de dezembro de 1996...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicito silêncio aos senhores presentes, para que possamos ouvir com clareza o relatório do Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – ...para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.

A Proposição compõe-se de dois artigos.

O art. 1º do PLS acrescenta o inciso III ao art. 3° da Lei n° 9.393, de 1996, a fim de isentar do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) o imóvel cuja titularidade foi reconhecida pelo Estado

em favor dos remanescentes das comunidades quilombolas, nos termos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais.

O art. 2° do Projeto estatui a cláusula de vigência.

O PLS nº 236, de 2014, foi distribuído às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Em 16/12/2014, a CRA aprovou o relatório do Senador WALDEMIR MOKA, que passou a constituir parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com uma emenda para substituir, no texto da Proposição, a expressão "dos antigos quilombos" por "quilombolas".

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAE opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

Não obstante ser louvável em seu mérito, constata-se que a proposição em análise perdeu sua oportunidade com a edição da Lei n° 13.043, de 13 de novembro de 2014, a qual, por meio de seu art. 82, insere o art. 3°-A na Lei n° 9.393, de 1996, que determina que os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos que estejam sob a ocupação direta e sejam explorados, individual ou coletivamente, pelos membros destas comunidades são isentos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

Constata-se, portanto, que a Lei n° 13.043, de 2014, já modificou a Lei n° 9.393, isentando do ITR os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos que estejam sob a ocupação direta e sejam explorados, individual ou coletivamente, pelos membros dessas comunidades.

Como esse é o objeto do PLS n° 236, de 2014, entendemos que a proposição em análise deve ser declarada prejudicada pelo Presidente do Senado Federal, com base no art. 334, I.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2014.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, esta discussão será reaberta novamente na próxima reunião.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
Nº 10, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o Ministro Aroldo Cedraz, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), para apresentar os resultados da auditoria realizada por aquela Corte de Contas sobre o Processo nº 014.205/2011-4 e as razões que têm levado à demora no julgamento dos autos.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria:
Relatório:
Observações: *1. Em 26/5/2015, foi lido o requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.*

A palavra seria da Senadora Gleisi Hoffmann, que não está aqui, mas colocamos o requerimento em discussão.

(*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 10, de 2015, CAE.

Com a palavra, pela ordem, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nós temos a presença física de 14 Senadores, Sr. Presidente.Talvez nós pudéssemos...

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Temos 13 agora, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu queria pedir a V. Exª, se pudesse, para inverter o item 12 da pauta. É o requerimento do Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos colocar agora.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mesmo com a ausência do...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Tudo bem. Eu aguardo a votação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 12

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Questão de ordem, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Se V. Exª pudesse ler o meu requerimento de audiência pública – só ler; votaríamos na semana que vem –, ficaria agradecido. Quando puder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No final, faremos a leitura, Senador.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 12, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema "os impactos econômicos derivados das irregularidades verificadas no Relatório do Ministro Augusto Nardes, em relação as Contas do Governo 2014", com a presença dos seguintes convidados:

1. Augusto Nardes – Ministro relator no TCU do Relatório das Contas do Governo 2014;

2. Júlio Marcelo de Oliveira – Procurador do Ministério Público junto ao TCU;

3. Mansueto Almeida – Especialista em Contas Públicas;

4. Antônio Carlos Costas Dávila Carvalho Jr. – Auditor Federal de Controle Externo do TCU;

5. Luís Inácio Adams – Advogado-Geral da União (AGU);

6. Gil Castelo Branco – Secretário-Geral da ONG Contas Abertas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Observações: *1. Em 23/6/2015, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Não estando presente o autor do requerimento, colocamos em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, eu só queria comunicar ao Senador Walter Pinheiro que eu tenho um requerimento já lido e aprovado – já tinha feito no início desta reunião o comunicado ao Presidente – cobrando a presença do procurador e do auditor do TCU em uma audiência pública nesta Comissão, para vir esclarecer as famosas pedaladas do governo anterior. Também fiz um convite ao ex-Ministro Guido Mantega para que viesse em outra oportunidade, para dar a sua versão dos acontecimentos. Hoje, logo no início desta reunião, nós comunicamos ao Presidente que o procurador tinha se disposto a estar aqui presente na próxima terça-feira, juntamente com o auditor. Eu não sei se fica prejudicado, mas acho que neste momento poderia ser repetitivo ter duas audiências. Na verdade, eu gostaria de ouvir – esse é o intuito – isoladamente o procurador e o auditor, para que ele esclarecesse tecnicamente, de uma maneira pedagógica e de uma maneira jurídica também, o que aconteceu e as consequências dessas pedaladas. Não foi propriamente o debate. É isso que eu gostaria, não querendo prejudicar, mas entendo que poderia ser repetitivo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 12, de 2015, da CAE.

Vamos voltar ao item 7.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, vota logo o 13, pelo amor de Deus. Já está na sequência. O senhor não quer que eu volte. É por causa do quórum? Não tem problema, não, eu posso... Não, vota o 7, porque aproveita o quórum, pode ser que alguém...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Walter Pinheiro, a solicitação de V. Exª vai ser atendida.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, eu cedo a votação do sétimo item, por conta da questão do quórum. Pode ser que alguém saia pela tangente e a gente não consiga votar. Eu aguardo aqui, pacientemente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já foi lido o relatório pelo Senador Douglas Cintra, na condição de Relator ad hoc. Colocamos em discussão. Alguém ainda quer discutir o relatório? (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto. Votação nominal. Item 7.

Quem vota com o Relator vota contra, vota "não". (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Quórum de 14: "não", 13; "sim", zero; abstenção, zero.

Fica rejeitado o projeto.

Vamos voltar agora ao item 9, outro projeto terminativo, já lido anteriormente.

Em discussão o projeto.

Senador Walter Pinheiro, para uma questão de ordem. Informo que, em seguida, será o requerimento de V. Exª, de acordo com a generosidade de V. Exª de permitir que coloquemos estes dois projetos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr, Presidente, acompanhei o voto. Minha dúvida é a seguinte, por isso atentamente acompanhei a leitura e também o texto feito pelo Senador Tasso: em 16/12/2014, a nossa CRA, pelo nobre Relator Waldemir Moka, deu parecer favorável, que é anterior, Senador Tasso, à posição que V. Exª levanta aqui acerca da modificação feita, em novembro de 2014, na edição da Lei nº 13.043. V. Exª argui o art. 82, que insere o art. 3º, que reconhece oficialmente as áreas ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas que estejam sob ocupação direta e sejam explorados individual ou coletivamente pelos membros dessas comunidades.

Era só a minha dúvida. Se V. Exª pudesse me esclarecer. O texto da lei, que não tem aqui... Eu não sei se essa é a tradução literal ou uma interpretação do relatório de V. Exª. O art. 3º, que foi modificado da Lei nº 9.393, de 1996, faz o reconhecimento e a inserção da isenção dos impostos sobre propriedade territorial ou, na realidade, é só o reconhecimento? É o esclarecimento que eu queria de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esse esclarecimento quem tem que lhe dar é o Relator, Senador Tasso Jereissati.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Porque, se tiverem os dois, realmente, eu concordo com V. Exª que não é nenhuma prejudicialidade. Eu diria até que é já um atendimento. Então, a matéria já foi atendida. Então, portanto, a prejudicialidade de V. Exª aqui eu inclusive apoiaria. É só esta dúvida: com a edição da Lei nº 13.043, a determinação é só sobre a inclusão dos imóveis e o seu reconhecimento como explorados individualmente por membros da comunidade quilombola ou, nesse artigo também ou nessa lei, melhor dizendo, há isenção dos impostos sobre propriedade territorial rural? Essa isenção já estaria assegurada?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pelo relatório do Senador Tasso Jereissati, ele está rejeitando o projeto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Já li o texto da lei aqui. Trouxeram-me aqui. O art. 3º já inclui a isenção. São isentos os impostos sobre propriedade territorial. Portanto, o relatório de V. Exª está correto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, ele está indicando a prejudicialidade do projeto.

Encerrada a discussão.

Quem vota com o relator... (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2014, votação nominal. Quem vota com o Relator, pela prejudicialidade, vota "sim". Diferentemente do que aconteceu com o item 7, quem vota com o Relator, agora, é "sim", pela prejudicialidade do projeto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Para quem estiver nos ouvindo, Sr. Presidente, na realidade, a prejudicialidade refere-se, inclusive, ao atendimento. A matéria já foi sobejamente atendida em outra lei. Portanto, para que não entendam que...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Enquanto os colegas votam, só para justificar que esta é uma matéria que passou pela CRA e nós votamos favorável à matéria, mas, com o novo entendimento aqui do Senador Tasso...

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – O "sim" lá significa que, a prejudicialidade, é o "sim" aqui também. Não há rejeição da intuição. Não é contra o relatório do Senador Moka, que entendeu que deveríamos fazer a isenção do ITR para os quilombolas, para as terras reconhecidas como tais. Então, não estamos voltando atrás da decisão, porque já existe uma legislação que protege isso, que dá a isenção. Está contemplado. Portanto, nenhum demérito para o Senador Moka, nem para o Senador Tasso aqui, pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está bem esclarecido, Senador.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos encerrar a votação.

Votaram 18 Srs. Senadores e Senadoras: "sim", 17; "não", 0; abstenção, 0.

Aprovado.

A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2014.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Item 13, Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Gostei da defesa. Solidariedade?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em solidariedade ao Senador Walter Pinheiro, Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13/2015.

Questão de ordem ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Um elogio à Presidência, que, sempre coloca as matérias do Walter como 13 na pauta. É um detalhe que precisa ser notado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Número da sorte, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) –

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater acerca da renovação das concessões de 42 distribuidoras de energia elétrica que expiram até 2017, com a presença dos Srs. Eduardo Braga, Ministro de Minas e Energia; José Múcio, Ministro do TCU; Romeu Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Max Nagl Carcez, advogado e consultor do setor elétrico; e Nelson Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Observações: *1. Em 23/6/2015, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Com a palavra, o autor do requerimento, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, só muito rapidamente, eu quero chamar a atenção para essa questão, assim como fiz, Senador Tarso, aqui, em 2011, com as renovações de 2015.

Na semana passada, eu diria até que de forma providencial, o Governo soltou uma medida provisória para resolver os problemas dos contratos que venciam em 30 de junho – aliás, vencem hoje, meu caro Bené –, os eletrointensivos. Terminamos até por fazer isso na undécima hora, apesar de ser uma solução extremamente criativa, correta, positiva. O que nós estamos querendo é fazer o que nós fizemos, inclusive, em 2011. Fomos ao Ministério de Minas e Energia, em 2011, inclusive comandados – à época – pela Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, Senadora Lúcia Vânia, com o Presidente desta Comissão, que era o Senador Delcídio do Amaral; portanto, do setor. Depois daquela audiência, efetivamente, nós não tivemos nenhuma luz em relação a essas renovações. Depois, nós tivemos a própria questão aqui, meu caro Crivella, da Medida Provisória nº 179, do setor elétrico, que terminou resultando em uma série de problemas.

Então, nós estamos chamando esse debate. Conversei, inclusive, com o próprio TCU. Tenho conversado com os responsáveis pelo setor. A ideia é, inclusive, que nós pautemos isso, Sr. Presidente, para o segundo semestre – portanto, não teria nenhuma necessidade de ir até o dia 17, até para que a gente possa continuar, de forma importante, esse diálogo – e que o Ministério, e, principalmente, a Agência, e o Tribunal de Contas não percam do horizonte a oportunidade de discutir essas renovações.

Nós estamos tratando de algo que não se faz, Sr. Presidente, em dois, três, cinco anos, basta ver que o contrato, por exemplo, do eletrointensivo, foi prorrogado para 2037. Estamos tratando de um setor em que investimentos e planejamentos são coisas impossíveis de serem feitas em um curto espaço, e, efetivamente, para 2017, faltam só dois anos. Portanto, requer um nível cada vez mais aguçado e antecipado de debates para que não cometamos equívocos numa das áreas estratégicas principalmente para a economia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Relatarei as considerações de V. Exª ao Presidente Delcídio do Amaral, Senador Walter Pinheiro.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o Requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 13-CAE, de 2015.

Agora, vamos homenagear novamente o Senador Crivella com a leitura do seu requerimento.

Requerimento nº 15, de 2015, CAE

Requeiro, nos termos dos arts. 90, inciso XI e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar sobre o endividamento da Petrobrás com entes federados.

A estatal é hoje devedora bilionária do governo fluminense, encontrando-se inscrita na dívida ativa do Estado por conta de um débito de tributos que soma mais de R$1,6 bilhão, a aprofundar, ainda mais, a crise que o Rio de Janeiro passa por conta das perdas enfrentadas com royalties do petróleo e a retração econômica.

Não fosse bastante o padecimento já causado ao povo fluminense, a Petrobras vem depositando em juízo as participações especiais do "Campo de Lula", na "Bacia de Santos", localizada a cerca de 230 Km da costa do Estado do Rio de Janeiro, devido a uma briga judicial com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o que levou o Governo do Estado a acenar com a possibilidade de suspensão benefícios fiscais concedidos à Petrobrás e outras empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), algo que, se ocorrer, só irá piorar esse imbróglio econômico.

Mas os problemas causados pela inadimplência da Petrobras não são primazia do Rio de Janeiro. Outro ente federado que vem amargando com as dívidas da petroleira é o Estado do Amazonas. Entre os cem maiores devedores inscritos na dívida ativa do Estado, a estatal é a primeira colocada, com uma dívida que chega a quase R$600 milhões.

Por essas razões e pela evidente relevância dos interesses públicos envolvidos, solicito aos nobres Pares que endossem a aprovação para que se realize a audiência pública, com o convite às personalidades abaixo enumeradas, sem prejuízo de outras que o colegiado considere convenientes.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2015.

Senador Marcelo Crivella

Os convidados são os seguintes: Aldemir Bendine, Presidente da Petrobras; Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora-Geral da ANP; Afonso Lobo, Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas; Júlio Bueno, Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; e Igson Monteiro da Silva, Prefeito da cidade de Coari.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a presença das Srªs e Srs. Senadores.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta minutos, do dia treze de maio de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores: Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Dário Berger, Otto Alencar, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Benedito de Lira, Garibaldi Alves Filho, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sou-

sa, Angela Portela, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Registra-se a presença do Senador José Medeiros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1– SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO – Nº 6, de 2015 – Não Terminativo – **Autoria:** Câmara dos Deputados. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Disc Jockey – DJ Profissional. Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015, e pela manutenção do texto do Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010, aprovado pelo Senado Federal. Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015; e pela manutenção do texto do Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010, aprovado pelo Senado Federal. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2008 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Alvaro Dias. Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas. Relatório: Pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2008. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Benedito de Lira. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2011 – Terminativo – **Autoria:** Deputada Íris de Araújo. Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2011 – Terminativo – **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011. Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011. Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad hoc: Senadora Regina Sousa. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, de 2011 – Terminativo – **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. Dispõe sobre o empregador arcar com os custos advindos de planos ou seguros de saúde para seus empregados. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2011. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Benedito de Lira. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2012 – Terminativo – **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2012. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador José Pimentel. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, de 2013 – Terminativo – **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para determinar que o paciente inscrito há longo tempo na lista única de espera e receba atenção prioritária e seja objeto de critérios diferenciados de alocação e distribuição e para responsabilizar o Ministério da Saúde pela segurança e confiabilidade da lista única nacional. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2013. Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2013. Relatoria: Senador Humberto Costa. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a obrigatoriedade de reserva de vaga e espaço para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Waldemir Moka. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Acrescenta o art. 63-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para instituir o auxílio doença parental. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2014. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2015 – Terminativo – **Autoria:** Senador José Medeiros. Acrescenta §3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre aos malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015. Resultado: Durante a Reunião, a Senadora Lídice da Mata apresenta Voto em Separado, sem proceder sua leitura, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. A Presidência concede Vista à Senadora Lídice da Mata nos termos regimentais. Relatoria: Senador Otto Alencar. EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, de 2015 **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da

Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 e os incisos I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências, com a participação dos convidados abaixo relacionados. – Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; – Representante do Grupo de Estudos e Assistência em Transtornos Alimentares (GEATA); – Representante do Projeto Anorexias e Bulimias do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; – Representante do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo (SATED/SP); – Representante de agências de modelos; – Representante da indústria da moda. Resultado: Aprovado. ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, de 2015 **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PROJETO DE LEI DO SENADO nº. 433, de 2011, que Altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998,que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para modificar regra sobre rescisão contratual por inadimplência; PROJETO DE LEI DO SENADO nº. 463, de 2013, que Altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998,que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para admitir a suspensão ou rescisão do contrato somente em caso de fraude ou de não pagamento por sessenta dias consecutivos, com notificação pessoal do consumidor; PROJETO DE LEI DO SENADO nº. 507, de 2013, que Altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998,que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a suspensão ou rescisão unilateral, por parte das operadoras, dos contratos coletivos; e PROJETO DE LEI DO SENADO nº. 100, de 2015, que Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estabeleça o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação. Para o debate, indico: Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Representante da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON; Representante da Unimed do Brasil; Representante da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRANGE; Representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde; e Representante da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Marcelo Crivella, Humberto Costa, Otto Alencar; as Senadoras Lídice da Mata, Ana Amélia, Regina Sousa, Marta Suplicy, Lúcia Vânia; Vanessa Grazziotin; o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais; e o Senador José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de dois itens não terminativos e oito itens terminativos, conforme pauta previamente distribuída.

Srs. Senadores, nos termos regimentais, deveremos escolher políticas públicas para enviar a**O SR. PRESIDENTE** do Senado como sendo propostas desta Comissão.

Encontram-se distribuídas, sobre as bancadas de V. Exªs, sugestões de políticas públicas do âmbito da competência desta Comissão, enviadas pela Senadora Lúcia Vânia e pela Consultoria Legislativa desta Casa, a título de contribuição aos nossos trabalhos.

Portanto, peço aos Srs. Senadores que analisem as sugestões apresentadas e que, até o dia 18 próximo, segunda-feira, encaminhem à Secretaria da Comissão a política pública da preferência de V. Exªs, para que, na próxima reunião, possamos eleger duas ou três políticas públicas que serão avaliadas no decorrer desta Sessão Legislativa.

Determino à Secretaria que envie por *e-mail* as referidas sugestões, que passo a ler.

SUS – é uma das sugestões; benefícios previdenciários; Bolsa Família; abastecimento de água nas regiões metropolitanas; proteção à propriedade industrial; no setor farmacêutico, regulação de preços de medicamen-

tos; avaliação do Sistema Único de Assistência Social, nacional de assistência social; Programa de Geração de Emprego e Renda; e funcionamento do seguro-desemprego.

O item 1 diz respeito ao projeto que será relatado pelo Senador Marcelo Crivella.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2015

– Não terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Disc Jockey – DJ Profissional.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015, e pela manutenção do texto do Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010, aprovado pelo Senado Federal.
Observações: – *Votação simbólica.*

O Relator é o Senador Marcelo Crivella, a quem concedo a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Querido Presidente, trata-se do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015, do Senador Sérgio Zambiasi, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Disc Jockey.

Sr. Presidente, nos termos do art. 90, incisos I e XII, combinados com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir parecer sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015, oferecido ao PLS nº 322, de 2010, que trata da regulamentação de profissões inseridas no âmbito da diversão e dos espetáculos públicos e das criações artísticas.

Vale dizer que as proposições destinadas à regulamentação de profissões inserem-se no campo do Direito do Trabalho, estando sujeitas ao exercício da competência privativa da União e às disposições do Congresso Nacional.

Nesta fase legislativa, não se permitem mais alterações de mérito às proposições, devendo o parecer concluir pela aprovação do projeto de lei na forma em que foi aprovado no Senado, ou o Substitutivo da Câmara, considerado o seu todo, ou partes dele, nos termos dos art. 285 a 287 do Regimento Interno do Senado Federal.

Assim, após análise da matéria, optamos por manter o Projeto de Lei do Senado, rejeitado o Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Inicialmente, o PLS nº 322, de 2010, na sua redação final, harmoniza-se com a forma preconizada no art. 12, inciso III, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, pois não se justifica uma lei autônoma para tratar de apenas uma atividade profissional do espectro artístico.

No tocante ao mérito, impõe-se ressaltar que as atividades profissionais de DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ – DJ, Presidente, é disc-jóquei – e de Produtor DJ deixaram de ser secundárias há vários anos, tornando-se preeminentes na sociedade atual, tanto pela criatividade quanto pelo profissionalismo que envolvem.

Estima-se, hoje, que mais de um milhão de disc-jóqueis atuam à margem da legislação, como autônomos, nos diversos meios de espetáculos de diversão ao público, animando número incalculável de pessoas.

Ora, se os artistas já têm sua profissão regulamentada, é hora de atribuir a esses profissionais tratamento isonômico, com o fito de assegurar-lhes direitos comuns aos trabalhadores, evitando lides judiciais, que, na situação deles, seria de difícil efetividade, dada a característica de sua atividade.

Vale dizer que a atuação desses profissionais certamente auxiliará aspectos tecnológicos da educação, mormente da educação a distância, tornando-se ferramenta útil para o desenvolvimento da educação nacional como um todo.

Entendemos que o Congresso Nacional já tem posição sobre a matéria, pois ele aprovou o PLS nº 740, de 2007, de autoria do saudoso Senador Romeu Tuma, fonte declarada de inspiração para a iniciativa agora apresentada pelo Senador Sérgio Zambiasi, um dos mais experientes e competentes comunicadores do País.

A Senadora Ana Amélia deve ser fã dele lá no Rio Grande do Sul.

O Substitutivo da Câmara praticamente repete o PLS nº 322, de 2010, com alterações mais restritivas à atividade profissional, como a que exige a formação com carga mínima de 800 horas-aula, o que irá restringir o mercado de trabalho aos atuais DJs.

Não há sentido nenhum se exigir de um DJ formação equivalente à carga horária exigida, por exemplo, para duas e meia especializações *lato sensu*, em nível de pós-graduação, que atualmente é de 360 horas-aula.

Inclui, também, dispositivos que tratam de insalubridade, Programa Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, e Norma Regulamentadora nº 7, do Ministério do Trabalho e Emprego, que são afeitas à relação de trabalho e ao ambiente de trabalho e não a uma atividade profissional específica, sendo inoportuno o tratamento dos temas no âmbito desta proposição.

Senador Moka está aqui preocupado com o DJ.

Assim, por estar em conformidade com as regras do processo legislativo, e por preservar a liberdade de trabalho preconizada no art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, é que a proposição original atende mais aos interesses dos DJs e da sociedade em geral.

Sr. Presidente, na verdade, temos milhares de ofícios no País e sessenta e poucas profissões regulamentadas. O Supremo Tribunal Federal acha, tem o veredito, que o Estado deveria apenas regulamentar três profissões, Sr. Presidente. Uma é a profissão que trata da liberdade, das garantias, dos direitos, que é a profissão de V. Exª, a advocacia. Outra, a minha profissão, que trata da segurança, das construções, das estradas, dos aeroportos, portos, dos edifícios. A terceira, a profissão dos médicos, da vida. E acha que o Estado não deveria interferir na liberdade do cidadão, nas criações artísticas.

Isso foi um debate profundo no Congresso Nacional, e o Congresso Nacional, diferentemente do Supremo Tribunal Federal, achou que deveria contemplar algumas profissões, inclusive as que tivessem capacidade de exercer pressões aqui nesta Casa.

Foi o caso do jornalista, em que nos debruçamos anos para acabar regulamentando a profissão de jornalista.

Mesma coisa com os DJs. Eles vieram aqui e, através do nosso companheiro Zambiasi, contemporâneo de V. Exª e meu, esse projeto se iniciou. Foi à Câmara dos Deputados, onde fizeram um substitutivo longo que, segundo os pareceres dos especialistas aqui da nossa Consultoria do Senado, ficou exorbitante. De tal maneira que eles me aconselharam – e eu aceitei – a rejeitar o substitutivo da Câmara e apresentar aos Srs. Senadores para o debate o projeto do Sérgio Zambiasi.

Em face, Sr. Presidente, das razões expostas, nós, então, votamos pela rejeição do substitutivo e pela aprovação ou encaminhamento do projeto de lei do Senado, que irá à sanção.

Não sei se será sancionado, Sr. Presidente, mas é até uma homenagem que presto aqui a um dos Senadores mais ilustres lá do Rio Grande do Sul, que passou aqui, e que tanto ilustrou o nosso convívio no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão a matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu confesso que, nos dois últimos anos, tivemos vários pedidos de regulamentação de profissão. E, sistematicamente, esses projetos aprovados nesta Comissão têm sido vetados. E o veto é exatamente em função do que acabou de colocar aqui o ilustre Relator, Senador Crivella.

Primeiramente, Sr. Presidente, quero dizer ao Senador Crivella que eu não vou votar contra a regulamentação; não é isso. Eu penso só que, em algum momento, nós vamos ter de fazer uma discussão com o Ministro do Trabalho, com o ministro da área, e ter uma política, porque é difícil...

Há pedidos... Nós estamos chegando a detalhes, como a regulamentação do DJ, que me parece uma coisa... Ele é mais um artista do que... Na verdade...

É evidente que entram outras coisas, porque, regulamentando-se, só aquele que realmente for um profissional da área poderá ser contratado. Ele ganha um mercado ou ele torna específico aquele mercado para um determinado segmento. Eu acho que esse, em última análise, é o maior objetivo da regulamentação.

Então, eu confesso que chegamos a suspender a tramitação dessas... Mas não conseguimos reunir os ministros para fazer um debate e estabelecer um critério. Porque eles dizem que essas profissões já estão regulamentadas. Então, nós estamos chegando aos detalhes.

Eu estou falando isso para uma contribuição, porque se cria uma expectativa, e, depois, vem o veto, e acabamos ainda... Claro que nós não temos certeza de que será vetado. Mas, via de regra, esses projetos têm sido vetados pela Presidente. Eu penso que ela veta em função dessa decisão do Supremo. Eu penso que seja isso.

Mas, de qualquer forma, há um pedido, há um segmento, e esse segmento pressiona no sentido de que se apresente o projeto de lei e que essas profissões sejam todas regulamentadas.

Nós estamos, então, neste caminho de regulamentação de profissões que, muitas vezes... Nós já aprovamos projetos aqui de outras... Por isso, eu não posso ser contra mais um projeto. Eu não sou contra.

Acho que teríamos, em algum momento, de estabelecer o critério que esta Comissão vai adotar. Mas confesso que tentei e não consegui, Sr. Presidente.

Sou favorável ao relatório do Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu agradeço a compreensão do Senador Moka, e apenas lembro aos meus colegas que não temos mais condições de rejeitar este projeto, porque ele já foi aprovado no Senado; foi aprovado na Câmara, com um substitutivo, de tal maneira que hoje nós podemos ou aprovar o substitutivo ou reprová-lo, mas não temos mais como discutir o mérito do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bem rápido, Sr. Presidente.

Eu comungo das preocupações do Senador Moka. Nós, quando éramos Deputados ainda, tínhamos tentado construir um critério para que não comecemos a regulamentar, às vezes até, uma profissão que abrange uma área "x"... Acabamos regulamentando três, quatro profissões na mesma profissão, se continuar assim.

Mas, como foi dito aqui muito bem pelo Senador Crivella e pelo próprio Senador Moka, o projeto, agora, terá de ser aprovado de uma forma ou de outra, porque não há como rejeitá-lo. Eu me socorro – permita-me usar o seu nome, minha querida Senadora – no sentido de que este projeto tem origem no nosso querido Senador Zambiasi, do Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia. Então, acho que, por uma deferência à autoria do Senador Zambiasi, eu acompanho o parecer do Relator, entendendo que o Senador Crivella fez um belo trabalho, e só nos resta votar de uma forma ou de outra.

Acompanho o Relator, cumprimentando-o e, ao mesmo tempo, homenageando o nosso querido ex-Senador Sérgio Zambiasi.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A Senadora Lídice já havia pedido a palavra antes. Em seguida, ouviremos V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Presidente, eu também me mostro preocupada, como o Senador Moka, a respeito dessa questão, porque muitas são as solicitações que temos enfrentado.

Para os senhores terem uma ideia, na área do turismo, a profissão de turismólogo, há 39 anos, tenta a sua regulamentação. Foi vetada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi vetada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, certamente, se nós viermos novamente a aprová-la, será vetada pela Presidente Dilma, até porque já há o procedimento dos outros dois.

Há a graduação de turismo, há o exercício da profissão, que é chamada de turismólogo. No entanto, não há o reconhecimento, com base, justamente, nessa posição do Supremo Tribunal.

Para nós, Senadores e Parlamentares em geral, cria-se uma situação muito difícil. Eu própria acompanho a luta daqueles que buscaram e buscam o reconhecimento do *designer* gráfico. O reconhecimento do restaurador, que é uma coisa extremamente importante, uma profissão muito sofisticada dentro das Artes Plásticas e valiosa, que é o restaurador de arte, e, no entanto, este também foi vetado pela Presidente da República. Aprovado nas duas Casas, veio o veto, nós tentamos derrubar o veto. Então, há uma dificuldade grande para que façamos avançar essa posição.

Na mesma direção em que falaram os outros Senadores, eu vou acompanhar o parecer do Senador Crivella. Novamente, quando o Senador Moka foi Presidente da Comissão, nós fizemos um procedimento, que era o de ter audiências públicas a respeito desses assuntos de regulamentação da profissão, mas continuamos quase na estaca zero nessa questão. Talvez pudéssemos avançar...

Por outro lado, é muito difícil impedir que aqueles que têm a sua profissão queiram o seu reconhecimento. É preciso um debate mais global para compreender que os direitos não necessariamente se dão com o reconhecimento da profissão e, por outro lado, garantir esses direitos.

Muito obrigada.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente Edison Lobão; Senadora Maria do Carmo, nossa Vice-Presidente; caros colegas Senadoras e Senadores, a minha posição em relação ao tema suscitado na discussão da matéria pelo Senador Moka, pelo Senador Paim e pela Senadora Lídice não é diferente.

Teremos que ter, daqui para adiante, um cuidado na chegada das matérias, para um exame mais acurado dessas questões, até porque, às vezes, pode haver conflito dentro de uma mesma área, seja na área de turismo, seja na área de saúde, seja em tantas outras.

Então, eu acompanho o Relator nas condições já expostas pelos demais colegas, salientando também a alegria de estarmos homenageando a autoria do projeto e a relatoria do nosso dedicado e aplicado Senador Crivella.

O meu voto é favorável também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Srs. Senadores, concluído o debate em torno dessa matéria, vamos votar o relatório do Senador Marcelo Crivella, que se manifesta contrariamente ao substitutivo da Câmara e a favor do projeto já aprovado nesta Comissão e no Senado Federal, conforme nos adverte o Senador Moka.

Portanto, em votação o relatório do Senador Marcelo Crivella.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao substitutivo da Câmara dos Deputados e pela manutenção do texto do Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010, já aprovado anteriormente.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação. (*Pausa.*)

Srs. Senadores, o item 2 tem por Relator o Senador Benedito de Lira, que não se encontra presente.

Então, passaremos ao item 3, cujo Relator é o Senador Marcelo Crivella, engenheiro e bispo da Igreja Evangélica, e que tem caráter terminativo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Autoria: Deputada Íris de Araújo

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: *– Em 08.12.2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH.*

– Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, esse é um projeto da Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Íris de Araújo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – É um projeto da nossa Senadora, depois Deputada, esposa do Governador de Goiás, Íris de Araújo, também contemporânea de V. Exª nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Exatamente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A Senadora manisfesta uma preocupação com a reserva de habitação para idosos.

Agora, o Senador Paim alerta-nos de que existem dois... Até ontem à tarde, Sr. Presidente, havia encaminhamento favorável por parte do Governo. Por volta das 19h, 20h, vieram o Ministério das Cidades e a CBIC pedindo que fizéssemos algumas alterações.

Esse projeto volta para a Câmara, porque foi aprovado lá, veio para cá, houve alterações nas demais comissões, e, agora, é terminativo conosco. Ele volta para a Câmara dos Deputados.

Uma pergunta que faço ao Senador Paim e à Comissão. É um projeto de muito interesse dos idosos, que teriam 6% das residências dos programas de habitação do Governo. Um deles, inclusive, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, foi aprovado quando V. Exª era Presidente da CCJ. Era um projeto que estava não tramitando, mas dormitando nas gavetas do Congresso havia mais de dez anos. Tinha 1,5 milhão de assinaturas, uma delas do então operário Luiz Inácio Lula da Silva, e nós, Sr. Presidente, eu e V. Exª, resolvemos levá-lo à discussão.

Havia, por parte do Senador Jefferson Peres – saudoso Senador do Amazonas, já falecido –, a tese de que era inconstitucional. Por quê? Porque um projeto de iniciativa popular não poderia criar órgão no Executivo, porque era atribuição exclusiva, Paim, era iniciativa exclusiva do Executivo. Graças ao nosso Presidente e

à Comissão – foi um debate profundo –, conseguimos mostrar e criar uma jurisprudência de que projeto de iniciativa popular não pode ter vício de iniciativa, porque todo poder emana do povo. Todo poder emana do povo. Então, se as pessoas se unirem com milhões de assinaturas elas podem propor o que desejarem, e isso não pode ser encarado como vício de iniciativa.

O Presidente Lula, então, promoveu uma festa no Palácio – V. Exª estava presente, foi muito elogiado –, e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social surgiu naquela ocasião com um bilhão; hoje tem muito mais. Depois, vieram o Minha Casa Minha Vida e diversos outros programas.

Pois bem. A Senadora quer que todos esses programas do Governo tenham uma cota para o idoso, já projetada no início. Já se saberia onde seriam as unidades – no primeiro andar –, como seriam as facilidades. Não se pode colocar o idoso no último andar, pois esses prédios residenciais não têm elevador; são três pavimentos.

De tal maneira que é um projeto relevante, é um projeto importante.

Eu gostaria de saber, Senador Paim, se nós vamos aprovar e pedir ao Governo que faça as suas emendas – que não são para rejeitar, são para aperfeiçoar – na Câmara dos Deputados ou se nós o tiramos de pauta e vamos discuti-lo na semana que vem. Sobre isso, eu preciso ouvir a Comissão, Sr. Presidente, *data venia* de V. Exª, para que não venhamos a ler, e, depois, o projeto ser retirado de pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir, eu faria só uma sugestão. Olha bem a sugestão que estou fazendo: a matéria sofreu alterações quando veio da Câmara. Onde? Lá na CDH. De quem foi a emenda? Dos Senadores Paulo Paim, Ana Rita e Cyro Miranda, que ampliou a reserva.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – De três para seis.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De três para seis. Veio para cá. De qualquer forma, agora, ele vai para a Câmara.

O que o Governo nos pediu, Senador Crivella? Eles fizeram um estudo profundo. Eles não são contra o projeto, mas pediram mais uma semana para ver se nós construímos algum tipo de entendimento, porque, se voltar para a Câmara, e a Câmara, digamos, quiser alterar, ela só vai poder suprimir o que nós colocamos – como foi o caso anterior, que V. Exª explicou muito bem – ou aprová-lo. Agora, se construirmos aqui um entendimento, quando for para lá, com esse entendimento já costurado na Câmara, será aprovado e irá para a sanção.

Então, me pediram, e estou fazendo um apelo a V. Exª: não seria pedido de vista. Se V. Exª concordar que retiremos de votação neste momento, voltaria semana que vem, quando nós votaremos, com acordo ou sem acordo junto ao Governo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu concordo. Eu concordo. Na semana que vem nos debruçamos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito bem. Então, por proposta do Relator, com apoio do Senador Paulo Paim e certamente da Comissão, retiraremos de pauta este projeto, devendo retornar à nossa pauta na próxima reunião.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Fazendo um apelo ao Governo para não deixar para a última hora. Foi às 21h de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Item 4.

Também decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011.

Observações: *– Em 22.04.2015, a Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Regina Sousa, em substituição ao Senador José Pimentel.*

Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A Senadora Regina Sousa já emitiu o seu parecer.

Indago se S. Exª ainda deseja usar da palavra nesse estágio da apreciação do projeto.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É só para relembrar, pois nem todos estavam presentes, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, que o projeto é para incluir o artesão como segurado especial no Ministério da Previdência.

Então, a justificativa pela rejeição é exatamente porque não está presente o principal componente para ser segurado especial, que é a questão da sazonalidade da profissão.

E, depois, conversando com artesãos, eles têm entidades, e não é bem uma luta deles para isso, porque é mais benéfico para eles, mais econômico, se enquadrarem, aqueles que quiserem ser segurados da Previdência, como microempreendedores individuais, que é mais barato – são 5% do salário referência; e também porque o artesão é aquele trabalhador que faz um trabalho manual, produz peças, uma por uma. Então, não é ele quem ganha dinheiro com o artesanato; é o atravessador que compra as peças e vai vender nas feiras. Mas ele mesmo produz muito pouco.

Então, se ele tiver interesse em se cadastrar como segurado, ele vai como MEI, que é bem mais acessível para a renda dele; e já está assegurado também que o artesão, que é trabalhador rural, não perde a condição de trabalhador rural, mesmo vendendo artesanato,

Então, o voto é pela rejeição.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Presidente, para discutir, por favor. Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, esse projeto é de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, e é um esforço que o Senador Rodrigo Rollemberg fez por ter, durante muito tempo do seu mandato, representado e participado da tentativa de organização dos artesãos brasileiros.

Há cerca de duas semanas, eu participei, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, de uma grande reunião dos artesãos brasileiros, que continuam mobilizados no sentido de conquistar uma política pública para o artesanato no Brasil, que se encontra hoje dividida em diversos ministérios, mas, especificamente, está designado para tratar do assunto, digamos assim, o Ministério da Pequena e Micro Empresa.

Nenhum dos ministérios – o Ministério da Cultura, o Ministério do Turismo, o Ministério da Micro e Pequena Empresa – tem um plano geral que unifique as ações do Governo a respeito do artesanato brasileiro.

Nós, do Nordeste, como todos os Estados brasileiros, especialmente o Estado de Minas Gerais, que é um Estado grande, com grande tradição no artesanato brasileiro, de grande qualidade, não conseguimos ainda ter uma atenção maior do Governo Federal no sentido de se adotar realmente uma política para o artesão.

O turismo brasileiro precisa de um artesanato forte. O artesanato é considerado uma atividade, uma produção associada ao turismo. Os Estados nordestinos têm uma riqueza de artesanato imensa, mas também sem conseguir dar um tratamento efetivo, correto ao artesão em nosso País.

Eu também considero que o parecer da Senadora Regina busca apoio na legislação atual, que considera prejudicada a proposição do Senador Rodrigo Rollemberg, que justamente busca um tratamento especial para o artesão numa legislação que faça com que lhe custe menos o pagamento da Previdência Social.

Ainda que caracterizado como microempresário e atendido nessas condições de pagamento da Previdência Social, o artesão brasileiro continua lutando por um outro tratamento do Governo Federal que lhe dê um condicionamento diferenciado, já que ele tem dificuldades outras que a sua condição de microempresário não atende no fortalecimento da sua atividade artesanal. Ele não é necessariamente um microempresário.

Talvez o Brasil ainda não tenha entendido a necessidade de caracterizar e qualificar a economia criativa deste País.

O artesão, diferente do microempresário, tem uma atividade que depende da sua criação, da sua criatividade. Isso traz a necessidade – já houve no Ministério da Cultura – de um tratamento específico para nós criarmos a ideia de um Brasil criativo, de um marco legal para as atividades da economia criativa do Brasil, que, hoje, no mundo todo, se destaca. É aquela economia gerada a partir da criação que não é apenas artística, mas também na área da ciência e da tecnologia; justamente nessa área onde há, hoje, um grande apelo, um grande progresso e uma geração de riqueza imensa, numa atividade que depende da criação, da criatividade, do conhecimento tecnológico.

Então, eu queria dizer que, embora vá votar com a Senadora Regina Sousa, acompanhando o seu parecer, eu considero que não está plenamente atendida a ideia geral do legislador de querer tratar de maneira diferenciada o artesão brasileiro. A sua caracterização apenas como microempresário serve para atender a um desejo de que ele pudesse ter uma aposentadoria e pagar menos à Previdência Social na sua condição específica de artesão. Mas, ainda assim, ele não tem as condições de um microempresário, de outras atividades, porque ele é um artesão. Ele vive em condições muito difíceis, numa condição em que é preciso dar-lhe uma proteção maior

e tratar de maneira especial aqueles que dependem de uma economia que vem da criatividade, que no mundo inteiro, hoje, é caracterizada como a economia criativa. E o Brasil não dá tratamento devido a essa questão.

Muito obrigada.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/PARTIDO – SP) – Acredito que a reflexão feita pela Senadora Lídice é procedente.

A identidade de um povo é feita pela sua cultura, cultura da qual o artesanato é um marco muito importante. E nós, no Brasil, temos uma riqueza extraordinária por parte dos artesãos, que sofrem mesmo.

A média de salários é muito baixa. Eles dependem única e exclusivamente da sua capacidade criativa. Eles têm ajuda muito restrita das instâncias governamentais, até do próprio Ministério da Cultura.

Acredito que é positivo tudo o que for feito para que possamos reforçar não só a questão de sobrevivência, mas dar condições mais dignas.

Se alguém está preocupado em comer ou pagar o aluguel, é muito difícil também conseguir dedicar-se da forma como precisa, pois trata-se de uma pessoa que precisa ter a liberdade de criar e poder pesquisar, muitas vezes.

Então, também voto favoravelmente a este projeto, mas é um projeto que não responde ao que é o artesão. De qualquer forma, é um passo nesse sentido. E é muito importante prestigiar todos os passos, para que o artesão possa, cada vez mais, contribuir para a cultura brasileira.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Lembro, Sr. Presidente, que nosso Imperador Dom Pedro, que era péssimo no latim, péssimo no Português...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Qual deles?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O primeiro, o pai. Mas era um grande artesão e um grande músico. Tocava diversos instrumentos, inclusive violão. Desde aquela época, nós ainda não conseguimos definir o que é um artesão. Impressionante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª, que é pastor, esquece-se de São Paulo, que também era um artesão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – São Paulo fazia tendas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, só para dizer que vou votar com a Senadora. Eu entendo a reflexão que fizeram a Senadora Lídice e a Senadora Marta Suplicy. Porém, o projeto específico do Senador Rodrigo Rollemberg não trata disso.

Então, a Senadora, na verdade, disse que o que ele está propondo já tem uma legislação que permite. Então, apenas e tão somente – não para sair em defesa, porque a Senadora Regina não precisa – para voltar. Voto pela rejeição, porque a Senadora abordou exatamente o texto, a proposta do Senador.

Agora, concordo com a reflexão que fizeram as Senadoras Lídice e Marta Suplicy. Mas não é isso que o projeto está propondo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Moka.

Bem, vou proceder, então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, só mesmo uma consideração rápida. Eu quero sempre aqui enaltecer a iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg. Ele, de fato, teve uma preocupação de deixar muito explícito esse direito dos artesãos, que estão em todas as cidades do País, buscando esse tratamento especializado para efeito dos seus direitos. Mas entendo também o relatório que mostra que já existe uma legislação. Quero aqui cumprimentar a intenção do Senador Rodrigo Rollemberg de melhorar a vida dos artesãos.

E acompanho, claro, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Srs. Senadores, desafortunadamente, perdemos o quórum. Embora a Senadora Marta Suplicy tenha manifestado a sua posição solidária com a Relatora Regina Sousa, temos um procedimento segundo o qual não se pode seguir com a votação, senão com a presença do Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A Senadora Marta volta em instante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Bom, mas agora foi restaurado o quórum.

Quem vota com a Relatora, Senadora Regina Sousa, que se manifeste pela rejeição do projeto, responderá "não".

Quem vota a favor do projeto responderá "sim".

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sim, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Portanto, o voto é "não".

Paulo Rocha.

Não está presente.

Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto com o Relator José Pimentel e com a Senadora ad hoc, Senadora Regina Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto "não", com a Relatora; com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto "não", com a Relatora ad hoc e também com o Relator, eminente Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a Relatora, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O projeto foi, então, reeditado na forma do parecer do relatório da Senadora Angela Portela, por unanimidade, o que demonstra o prestígio da Relatora.

Será, agora, comunicada a decisão da comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, peço a V. Exª uma correção: o relatório é da Senadora Regina Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Regina Sousa.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado a V. Exª.

O Senador Benedito de Lira, Relator do item 5, não se encontra presente.

O Senador Pimentel teve que atender um compromisso.

Passamos, então, ao item 7, cujo Relator é o Senador Humberto Costa, que diz respeito ao Projeto de Lei do Senado nº 355.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, DE 2013

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para determinar que o paciente inscrito há longo tempo na lista única de espera e receba atenção prioritária e seja objeto de critérios diferenciados de alocação e distribuição e para responsabilizar o Ministério da Saúde pela segurança e confiabilidade da lista única nacional.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2013.

Observações: – *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eis o relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 355, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

A iniciativa acrescenta os §§3º e 4º ao art. 10 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 (Lei dos Transplantes), para determinar que o paciente inscrito há longo tempo na lista única nacional de receptores de órgãos, tecidos e partes do corpo humano receba atenção prioritária e seja objeto de critérios diferenciados de alocação e distribuição para fins de transplante; e para responsabilizar o Ministério da Saúde pela segurança e confiabilidade dessa lista.

A cláusula de vigência da proposição estabelece que a norma originada do projeto entre em vigor um ano após a data de sua publicação.

O autor argumenta, na justificação do projeto, que há importantes falhas que comprometem a segurança e a confiabilidade da lista única de transplantes, detectadas pelo Tribunal de Contas da União. Assim, a proposição objetiva aprimorar o Sistema Nacional de Transplantes.

O projeto foi distribuído para ser apreciado em caráter terminativo e exclusivo pela CAS e não foi objeto de emendas.

Análise.

Nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito a condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante.

Ademais, como incumbe à CAS a decisão em caráter terminativo e exclusivo, cabe a ela também analisar, além do mérito da proposição, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Inicialmente, quanto aos requisitos de constitucionalidade, entendemos que a matéria se insere na competência da União, por tratar da proteção e defesa da saúde, consoante os arts. 24, inciso XII, e 197 da Constituição Federal.

Além disso, avaliamos que o projeto de lei não apresenta impropriedades ou vícios regimentais e preenche os requisitos de juridicidade, bem como os de técnica legislativa, pois foi redigido de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, julgamos que a iniciativa é merecedora de elogios em seu propósito de aprimorar o Sistema Nacional de Transplantes, notadamente no que diz respeito à organização da lista de receptores. No entanto, parece-nos que esse intuito não foi plenamente atingido.

A base legal do SNT é constituída, essencialmente, pela Lei nº 9.434, de fevereiro de 1997, que estabelece a Política Nacional de Transplantes de Tecidos, Órgãos e Partes do Corpo Humano; pelo Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, que regulamenta a Lei dos Transplantes; e pela Portaria nº 2.600, de 21 de outubro de 2009, do Gabinete do Ministro da Saúde, que institui o Regulamento Técnico do SNT.

O referido regulamento determina que tecidos, órgãos, células ou partes do corpo – obtidos de doador falecido – para os quais existam potenciais receptores em regime de espera sejam distribuídos conforme o sistema de lista única.

Tal sistema de lista única é constituído pelo conjunto de potenciais receptores brasileiros, natos ou naturalizados, ou estrangeiros residentes no País, inscritos para recebimento de cada tipo de órgão, tecido, célula ou parte do corpo humano.

Quando ocorre uma doação, o órgão é inicialmente ofertado ao Estado de origem. Caso não haja receptor nessa lista, ou não haja receptor compatível, o órgão é oferecido à Central Nacional de Transplantes – vinculada ao SNT e situada em Brasília –, que providencia a distribuição para outro Estado, de acordo com critérios de urgência, logística e macrorregionalização, para que o órgão possa ser transportado sem perder a sua viabilidade para o transplante.

A posição do paciente na lista é definida por critérios técnicos – compatibilidade sanguínea, antropométrica e, em alguns casos, histocompatibilidade e gravidade – e de tempo de permanência. Note-se, portanto, que o critério "tempo em lista" já é levado em consideração para todas as modalidades de transplante, apesar de não constituir critério único e nem se sobrepor aos demais, que também são imprescindíveis. Em verdade, dada a extensa área territorial do País, levar em consideração somente o critério "tempo em lista" poderia trazer efeitos deletérios para a logística do SNT e acarretar perdas.

Na operacionalização da distribuição de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante, os centros e equipes autorizados pelo Ministério da Saúde utilizam um sistema de gerenciamento informatizado do próprio Ministério, que armazena todas as informações dos pacientes presentes na lista única

e das equipes que os acompanham. Tal sistema é constantemente monitorado e avaliado por aquela Pasta. São de responsabilidade da equipe especializada em transplantes a inserção, a manutenção e a atualização das informações sobre a situação clínica dos pacientes por ela listados, em especial a explicitação dos dados concernentes aos critérios de seleção a serem utilizados para a alocação do órgão ou tecido a ser transplantado.

As falhas apontadas pela auditoria do TCU no Sistema Nacional de Transplantes, e mencionadas na justificação do projeto, referem-se a casos pontuais e isolados, que, de acordo com o Ministério da Saúde, já foram devidamente averiguados. Essas falhas estão sendo corrigidas com o desenvolvimento de um novo *software* e com a revisão do regulamento técnico de transplantes, ora em curso. Ressalte-se, ainda...

Pessoal, está difícil eu conseguir ouvir o que estou lendo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Peço aos Srs. Senadores que atentem para o parecer do Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Ressalte-se, ainda, que as fragilidades detectadas no sistema que gerencia a lista não comprometem a segurança de doadores e receptores como um todo e não justificam a suposição de que a lista não é respeitada.

Sobre o dilatado tempo de espera de alguns candidatos a transplante, observou-se que alguns pacientes inscritos antes da entrada em vigor da Portaria nº 2.600, de 2009, permaneceram por longos períodos em "semiatividade", ou seja, sem condições clínicas para a realização de transplantes ou sem exames atualizados. No entanto, como o sistema registra todo o histórico dos pacientes, ele acabou contabilizando o tempo desde a data de primeira inscrição, prolongando artificialmente o tempo de permanência na fila.

Ressalte-se, por fim, que a legislação vigente já atribui ao Ministério da Saúde a responsabilidade de coordenar e monitorar as atividades que envolvam o processo de doação de órgãos e os transplantes.

Por essas razões, ainda que consideremos o projeto de lei meritório em seu propósito, questionamos as medidas que ele institui. A nosso ver, elas não irão resolver as agruras da lista de espera, nem aprimorar a segurança do sistema de transplantes.

De fato, mais importante do que impor o cumprimento da lista por critério exclusivo de tempo, que não nos parece adequado nem justo, é conscientizar a sociedade acerca da importância da doação, pois esse ato deve ser voluntário e altruísta. Em verdade, o que realmente eleva o tempo de espera por um transplante é a escassez de órgãos e o reduzido número de doações.

A legislação atual já traz segurança para o doador e para o receptor e garante o respeito à lista, elaborada de acordo com critérios técnicos e médicos debatidos com todos os segmentos interessados na matéria.

Importante frisar, ainda, que a experiência acumulada pelo SNT demonstrou que as regras técnicas não devem estar detalhadas em lei, pois isso engessa a atualização de normas que estão em constante processo de aperfeiçoamento resultante da experiência dos serviços.

Voto

Ante o exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O parecer do Relator é contrário ao projeto.

Em discussão.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o autor do projeto, é o Senador Vital do Rêgo, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas da União. Este é um tema realmente importante.

Eu sei que ainda esta semana eu ouvi, acho que no Jornal Nacional, se não e engano, a notícia de que se reduziu violentamente o número de transplantes no País. E o relatório do Senador Humberto Costa acaba concluindo exatamente isso. Qual é a maior dificuldade? A doação. Na verdade, a questão é você fazer uma campanha nacional no sentido de estimular a doação. Eu concordo com isso, porque as técnicas de transplantes mudam constantemente, em função da experiência dos serviços.

Então, você regulamentar isso em uma lei... Tem que haver a lei, mas a regulamentação tem que ficar a cargo do Ministério da Saúde, porque, senão, essas modificações terão uma enorme dificuldade de serem feitas.

Então, sair votando a favor... Agora, não tiro o mérito do Senador Vital do Rêgo ao propor, porque ele mesmo recebeu do Tribunal de Contas da União uma série de considerações, e criticas ao modelo. Eu aproveito porque, no início desta reunião, V. Exª distribuiu uma lista de sugestões para que a gente pudesse contemplar aqui uma para avaliação anual de políticas públicas.

Quem sabe, Humberto, este não seria um bom tema: transplantes. Por quê? Porque é de alcance nacional. Nós poderíamos fazer uma avaliação das políticas públicas de transplante e, quem sabe, no final, sugerir algumas modificações. Eu gostaria, se o Plenário concordasse, que, entre os temas já elencados, a gente pudesse também sugerir, como tema desta comissão permanente, para avaliação até o final do ano, o tema do transplante de órgãos e tecidos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª poderá propor, e acrescentaremos a essa lista a proposta de V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Só para tecer um comentário. Primeiro, concordo plenamente com a sugestão do Senador Moka de que nós poderíamos ter uma conversa específica sobre o Sistema Nacional de Transplantes e o seu aprimoramento. Segundo, é uma oportunidade que se tem de nós podermos publicizar, debater, enfim, uma política, na área da saúde, que, sem duvida, é uma das mais exitosas. O Brasil, hoje, é o maior transplantador público de órgãos e tecidos. Perdemos para os Estados Unidos, onde o modelo é predominantemente privado. Aqui, no Brasil, é um sistema quase que exclusivamente feito pelo SUS. Há algumas autogestões, mas, em verdade, é o SUS que, predominantemente, faz isso, com resultados muito bons. Então, acho que é uma oportunidade de as pessoas conhecerem uma politica bastante reconhecida internacionalmente e que o SUS tem, ao lado de outras, também, que são pouco conhecidas, como as políticas de medicamentos estratégicos, de medicamentos de alto custo, de atenção ao paciente renal crônico, enfim.

O meu relatório vai muito nessa linha, no sentido de que é um sistema que precisa ser aperfeiçoado, mas ele funciona muito bem, e acho que o controle que o Ministério estabelece é bastante eficiente. Sempre que surge qualquer hipótese de alguém tentar furar a fila, vira um escândalo nacional. É o próprio reconhecimento de que é um sistema que funciona bem, que é transparente.

Então, acho que, apesar da ótima intenção do projeto, é melhor deixar as coisas como estão hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O relatório do Senador Ministro Humberto Costa é, portanto, pela rejeição do projeto, a despeito das qualidades que S. Exª reconhece nele.

Os Srs. Senadores que desejarem acompanhar o Relator, pela rejeição do projeto, responderão "não" e os que aprovam o projeto responderão "sim".

O Humberto Costa já votou como Relator.

Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator, vota "não".

Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator.

Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com o Relator e concordando com a proposição do Senador Moka, em relação às políticas públicas da CAS, sobre esta questão dos transplantes. Até considerando que, no meu Estado do Rio Grande do Sul, na área de pulmão, que foi a que mais evoluiu, temos zonas de excelência na área dos transplantes. Então, acho que é muito pertinente. E cumprimento o Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator, "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, com o Relator, mas aproveito para dizer que estou sugerindo o tema para dar visibilidade, para a gente transformar esse nosso relatório em uma visibilidade e, quem sabe, estimular uma campanha nacional de doação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – "Não".

Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, voto com o Relator, que já foi Ministro da Saúde e conhece o tema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – E competente.

Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – "Não", Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O projeto foi, então, rejeitado, à unanimidade.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a obrigatoriedade de reserva de vaga e espaço para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: *– Em 07.05.2014, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ.*

– Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nesse caso, o Senador Vital do Rêgo quer regulamentar o transporte de órgãos e tecidos. Ele quer prioridade para este transporte.

Sr. Presidente, eu havia feito um substitutivo, mas o pessoal do Ministério da Saúde e o pessoal da aviação civil entendem que o substitutivo apresentado está dentro do que pretendem.

Eu consultei porque, nessa questão do transporte, às vezes você perde um órgão em função da logística mesmo, da dificuldade. Então, é preciso priorizar, no transporte aéreo, para que esses órgãos doados tenham agilidade, porque eles têm um tempo para que possam ser realmente transplantados.

Mas eles sugeriram pequenas modificações. Eu já até fiz um novo relatório, mas eu prefiro retirar de pauta, porque, embora sejam pequenas modificações, há modificação, e eu não vou me sentir à vontade com o relatório que tinha aí e que eu, a pedido das pessoas – vou citar o nome –, da Shaira Sampaio, da Secretaria de Aviação, do Ministério da Saúde... Vários estiveram aqui. Na verdade, todos eles concordaram com o projeto, mas sugeriram algumas pequenas modificações, e eu, só por uma questão de... Citei o nome da Shaira, da Secretaria de Aviação Civil, do Marco Antônio Silva, da assessoria do Ministério da Saúde, da Amélia Diniz, da coordenação da Central Nacional de Transplantes, que é o Heder Borba, com a colaboração de assessores da Casa Civil, Dario Durigan e Flávio Roman.

A reunião foi realizada ontem, à tarde, e foi só depois que V. Exª pautou que o Governo se manifestou, e eu fiz questão de ouvi-los e fazer as modificações, até porque eu entendo que, quando a gente recebe essa contribuição do Governo, significa que o projeto, se aprovado, vai encontrar recepção por parte do Governo.

Então, eu estou retirando de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Marcado pela prudência e pelos cuidados devidos, o Senador Waldemir Moka pede o adiamento da votação do projeto, no que é atendido por esta Presidência.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2014

– Terminativo –

Acrescenta o art. 63-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para instituir o auxílio doença parental.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2014.
Observações: – *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou ler o relatório, que é bem sucinto, pulando a parte que V. Exª já localizou.

Vou apenas dizer que se busca, com a aprovação desse Projeto de Lei, segundo a autora, nossa querida Senadora Ana Amélia, acrescentar ao plano de benefícios da Previdência Social uma regra que possibilite a concessão, ao segurado do Regime Geral de Previdência Social, do benefício auxílio-doença por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, filhos, padrasto, madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste da sua declaração de rendimentos, mediante comprovação por perícia médica, até o limite máximo de doze meses, nos termos e nos limites temporais estabelecidos em regulamento.

Na justificativa, a nobre Senadora, a autora da matéria, a Senadora Ana Amélia, argumenta que o pensamento restritivo que vigora atualmente no âmbito do Regime Geral da Previdência Social indica que somente poderá receber o benefício do auxílio-doença aquele que sofreu uma lesão incapacitante ou que tem um problema psiquiátrico, por exemplo.

O que é objeto de grande indagação e carece de resposta adequada, segundo a Senadora autora, é se, por exemplo, poderia uma mãe ou um pai receber um benefício de natureza previdenciária em decorrência do tratamento de saúde de um filho.

Até a presente data, Sr. Presidente, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

Análise.

O projeto, de acordo com o Regimento Interno, cabe a sua análise por esta Comissão.

As alterações promovidas nos Planos de Custeio e de Benefícios do Regime Geral da Previdência inserem-se no campo da Previdência Social. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, também cabendo a iniciativa de apresentação do projeto de lei.

E ressalte-se ainda que não se trata de matéria cuja disciplina demande a aprovação de lei complementar. Assim, a lei ordinária revela-se o instrumento adequado à sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

Observados estes pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de antijuridicidade, no que concerne ao aspecto formal.

A matéria versa sobre tema de profunda reflexão em matéria previdenciária, que alcança os mais sagrados direitos fundamentais, dentre os quais o direito à vida, e a proteção à família como dever do Estado.

Sobre o tema, importante lembrar que a Lei nº 8.112, de 1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, tem previsão expressa no sentido de conceder o benefício em casos como os que ora se apresenta. Ou seja, Sr. Presidente, isto já ocorre no serviço público. Então, é muito importante.

O princípio da proporcionalidade, tradicionalmente, traduz-se na proibição do excesso/Ubermassverbot (garantismo negativo). Atualmente a doutrina vem apontando uma nova face da proporcionalidade, qual seja, a proibição da proteção deficiente (garantismo positivo). O sistema de proteção dos direitos fundamentais se expressa em proteção negativa (proteção do indivíduo frente ao poder do Estado) e proteção positiva (proteção, por meio do Estado, dos direitos fundamentais contra ataques e ameaças provenientes de terceiros). Pelo princípio da proibição de proteção insuficiente (proibição de não suficiência ou proibição por defeito), expressão cunhada por Claus-Wilhelm Canaris, o Estado também será omisso quando se omite ou não adota medidas suficientes para garantir a proteção dos direitos fundamentais. No caso presente, há uma clara desproporção entre duas classes de segurados: os segurados do Regime Próprio, com direito ao auxílio-doença parental, e os do Regime Geral, sem este direito, embora sem vedação expressa.

E aí segue.

Não se trata, como estamos vendo, Sr. Presidente, de extensão ou criação de um novo benefício, mas, sim, de interpretar afirmativamente a lei, assegurando a proteção do risco social envolvido, que é a diminuição total ou parcial da capacidade laborativa do segurado.

Neste processo, todos ganham e já está comprovado que uma pessoa assistida pelos seus familiares tem recuperação mais rápida e efetiva, o que também diminui os gastos de internação hospitalar e a reabilitação do paciente é mais rápida.

Portanto, o voto é pela aprovação do PLS nº 286, de 2014.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Ana Amélia, autora do projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu quero agradecer muito à Senadora Vanessa pela qualidade desse relatório e chamar a atenção das colegas Senadoras e dos colegas Senadores exatamente para uma questão de isonomia entre os servidores públicos.

O art. 83 do regime do servidor público diz:

Art. 83 Poderá ser concedida a licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

No nosso projeto está bem claro: esse auxílio será dado ao dependente que viva às suas expensas e conste da sua declaração de rendimentos, mediante comprovação por perícia médica, até o limite máximo de 12 meses, nos termos e nos limites temporais estabelecidos em regulamento.

Então, não é um benefício que vá se estender a tudo genericamente, mas especificamente naqueles casos. Muitas mulheres cujos maridos estão internados perdem o emprego, tem que pedir demissão, para poder acompanhá-los. Pelo menos, nesse prazo de um ano... E, como diz também a nossa relatora Vanessa Grazziotin, com a presença de um parente próximo de uma pessoa que está enferma, ela tem uma condição de melhora muito mais rápida.

Penso que é fazer justiça sem haver um acréscimo de despesas para a Previdência, porque, veja, é apenas tornar isonômico o benefício que o servidor já recebe para o Regime Geral da Previdência.

Então, são muitos os benefícios decorrentes dela, e esse benefício só será concedido mediante essas condições.

Portanto, agradeço muito à Senadora e digo que gostaria muito de ter o apoio das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos proceder à votação nominal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A Senadora pede vista.

Concedido vista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Vista coletiva, com a solicitação também da autora.

Último item da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2015

– Terminativo –

Acrescenta §3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre aos malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015.

Observações: *– Em 29.04.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.*

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente Edison Lobão, esse é o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015, em decisão terminativa, de autoria do Senador José Medeiros, que acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os malefícios de seu consumo abusivo.

Conforme a proposta, as embalagens das bebidas açucaradas deverão informar o teor calórico e conter advertência sobre os malefícios decorrentes do consumo abusivo dessas bebidas, segundo frases estabelecidas pelo Ministério da Saúde, usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa, acompanhadas de imagens ou figuras que ilustrem o sentido da mensagem (art. 1º da proposição).

O art. 2º do projeto estabelece que a vigência da lei ocorra no prazo de 180 a contar da data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o nobre Senador José Medeiros ressalta que, em 30 anos, o consumo brasileiro de refrigerantes quintuplicou, e corresponde hoje à ingestão anual de 66 litros ou 6 quilos de açúcar por pessoa. Ele assinala que um excesso diário de calorias correspondentes a apenas um copo de refrigerante pode acarretar, em 10 anos, um acréscimo de peso superior a 50 quilos.

Segundo o autor do projeto, o número de jovens obesos no Brasil cresceu, em 20 anos, quatro vezes mais que nos Estados Unidos, onde o problema é gravíssimo. Lembrando as inúmeras disfunções acarretadas pela obesidade, ele defende sua proposta como uma medida indispensável no combate a tão furtiva ameaça à saúde e ao bem-estar de nosso povo.

A proposição foi distribuída somente à Comissão de Assuntos Sociais, para ser apreciada em caráter terminativo, e não recebeu emendas.

Análise.

Compete à CAS, na forma do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os temas concernentes à proteção e defesa da saúde, matéria de que trata o PLS nº 8, de 2015.

Tendo em vista a natureza terminativa da apreciação, assinalamos que, a nosso ver, não existem óbices constitucionais ou regimentais à aprovação do projeto.

No que concerne ao mérito e à técnica legislativa, porém, a proposição incorre em erro ao tratar de tema técnico e específico – apresentação, na rotulagem, do teor calórico e de advertências sobre o consumo de bebidas açucaradas -, que não deve ser objeto de norma legal, mas sim de regulamentos técnicos, instituídos por meio de normas de *status* infralegal, como é o caso das portarias dos Ministérios da Saúde e das resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A lei, por definição, deve ser restringida a temas gerais e abstratos. Há que se considerar, portanto, as inconveniências de determinar por lei federal medida como a proposta pelo projeto em tela. Tendo em vista o longo tempo de tramitação e a necessidade de concerto político para sua aprovação, uma norma legal pode engessar a evolução técnica e tecnológica das matérias das quais venha a tratar.

No caso específico da rotulagem de alimentos e bebidas, salientamos um grande problema adicional: o fato de as normas em vigência terem sido acordadas no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O Mercosul possui foros de negociação com o propósito de harmonizar especificações, requisitos e controles sanitários. Qualquer proposta de alteração nessas resoluções implica uma consulta aos Estados Partes e, posteriormente, uma decisão do Conselho Arbitral do Mercosul.

Se agir de forma diferente, o Brasil romperá os acordos comerciais e sanitários existentes. Na prática, os regulamentos atuais somente podem ser modificados se essa alteração for justificada por avanços tecnológicos e por regulamentações internacionais sobre o assunto.

Em virtude das razões expostas – a matéria não constitui objeto de lei e deve ser regulada por normas de rotulagem harmonizadas com os países que integram o Mercosul -, entendemos que a medida proposta no PLS nº 8, de 2015, não deve prosperar.

O nosso voto, portanto, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O parecer do Relator é pela rejeição. Sucede que há um voto em separado da Senadora Lídice da Mata, que se manifesta pela aprovação, com duas emendas que apresenta.

Eu concedo a palavra, portanto, a V. Exª, em seguida, ao autor, Senador José Medeiros, e, depois, à Senadora Ana Amélia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu apresentei um voto em separado, dada a importância, que reconheço, do projeto não só na defesa da saúde como também na defesa do consumidor... (Falha na gravação.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – ... de um Senador novo na Casa, que é o Senador José Medeiros, que vai usar da palavra logo após, e achar que é possível nós entrarmos num acordo a respeito desse relatório... Aliás, o dia de hoje, nesta Comissão, foi só de rejeição, Presidente.

Apesar de ter apresentado um voto em separado, eu gostaria de pedir vistas do projeto, para que pudéssemos ter tempo de conversar com o Relator e, quem sabe, convencê-lo de uma posição em contrário. O Relator é um Senador por quem eu tenho um grande afeto e meu grande amigo da Bahia. Eu não consegui falar com ele antes do relatório. Sou Líder do Bloco que integra o Senador José Medeiros, que me procurou, como Líder do Bloco e membro desta Comissão, para que aqui tentasse encaminhar uma posição em outra direção.

Portanto, vou pedir vista do projeto, para que possamos ter tempo de encontrar outro caminho. Se não encontrarmos, eu manterei o meu voto em separado. Considero que assim posso contribuir mais para acharmos uma solução para o problema.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu acredito que os baianos vão conseguir uma solução açucarada para o tema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A Senadora Lídice da Mata solicita a retirada do projeto.

Consulto o Relator, Senador Otto Alencar, se está de acordo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – O pedido de vista da Senadora Lídice da Mata, sem nenhuma dúvida, poderá ser aceito, para que ela analise melhor o projeto. Estarei à disposição, como estive esse tempo inteiro. Eu trouxe o projeto para votação três vezes. É a terceira vez que relato o projeto. Então, por falta de informação não foi, porque é a terceira vez que eu leio o projeto, que relato o projeto. Estou convencido de que o projeto não pode prosperar. Uma norma geral para estabelecer esses critérios aprovada aqui, no Senado, seria um transtorno muito grande, porque há regras do Mercosul que o Brasil, sem nenhuma dúvida, tem que obedecer, tem que seguir. Portanto, já é a terceira vez que a Senadora pede vista. Não vejo nenhum obstáculo a que se conceda o pedido de vista à Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Na verdade, a Senadora Lídice da Mata solicitou vista do projeto.

Quero perguntar se algum outro Senador deseja acompanhá-la no pedido de vista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu havia pedido na hora da discussão.

Eu entendo as razões. Eu queria chamar a atenção não só pelo preciosismo regimental, pelo relatório do Senador Otto Alencar, que acompanharia. Eu queria destacar, digamos, a vontade e o desejo do Senador José Medeiros, que eu já admiro pela convivência que temos aqui, no Senado, nesses poucos meses, pela sua aplicação, pela sua dedicação e pelo seu compromisso com a saúde pública e com os interesses nacionais. É uma figura exemplar que aqui dentro já se revelou nesse pouco tempo. Também entendo as razões políticas da Senadora Lídice da Mata. Isso revela sua habilidade política de concertar para dar apoio a um Senador jovem.

Mas, sobre esse tema, Presidente, hoje mesmo – aí foi referida até a questão dos transplantes –, uma matéria muito elucidativa. A lei não é capaz de nos educar. A lei é um norte. Nós temos o mais perfeito Código de Trânsito do mundo. O Código de Trânsito brasileiro é um dos mais perfeitos do mundo. No entanto, se o código fosse, de fato, respeitado, nós teríamos... E falo porque ele é da Polícia Rodoviária Federal. Falo porque temos o trânsito mais violento do mundo. Então, há uma contradição entre termos uma lei perfeita e um trânsito violento.

O que acontece, no meu modesto juízo? Nós não temos uma cultura de respeito à lei, e aí estão os problemas. Então, nós amontoamos leis, e elas não são respeitadas.

O que aconteceu hoje? Há uma escola, a 40 quilômetros do centro de Brasília, que cuida – há orientação das nutricionistas da escola – de reduzir o consumo de sódio das crianças. Aí é que estão os procedimentos adequados, porque, se nós sabemos que sódio em excesso faz mal, tanto quanto o excesso de açúcar e o excesso de adoçantes artificiais, então nós temos que fazer, em casa, a educação alimentícia das crianças que estão obesas. No meu Estado, as crianças estão com alto índice de colesterol, por uma questão de hábito alimentar. Os italianos consomem muito salame, muito queijo, muito leite, e, hoje as pessoas estão se cuidando.

Uma cidade do meu Estado, Lagoa dos Três Cantos, fez um regime coletivo. A cidade estava gorda, as pessoas haviam engordado, e aí um Prefeito lá, de boa iniciativa, fez um regime coletivo nessa cidade de quatro mil habitantes. Essa matéria foi parar no *New York Times*, porque foi um regime coletivo. Eles se pesaram antes do regime e depois do regime para ver quantas toneladas a sociedade havia reduzido.

Olha, eu penso, Presidente – e eu queria, novamente, exaltar a iniciativa do Senador José Medeiros –, que a educação e a lei têm que estar diretamente relacionadas. Então, essa lei pode ser muito boa, mas ela está, do ponto de vista do relatório do Senador Otto Alencar, alcançando alguns dispositivos que não são só nacionais, mas que são internacionais, pela relação com o Mercosul, e nós temos que zelar por isso.

Então, se nós tivermos aqui, na Comissão, nas escolas, os médicos, os nutricionistas, todo mundo que trabalha com a questão da nutrição...

A Presidente Dilma emagreceu. Emagreceu muito. Está muito bonita a Presidente Dilma. Ela fez um regime, o regime do tal Ravenna. Não sei quem é Ravenna. Não sei. Desculpem-me, mas não sei quem é. Mas está famoso o Ravenna, porque é visível. O Ministro da Justiça Eduardo Cardozo emagreceu, está bem. Ele fez o regime do Ravenna. Acho que há uma propaganda, um nome. Não sei se é um médico, parece-me que é um médico.

Eu também tive que me cuidar, porque eu estava com um alto índice de colesterol, com o colesterol subindo. Tive que ir ao médico. Tem que controlar a alimentação. Não pode sódio em excesso, não pode gordura em excesso. Tudo em excesso faz mal, tudo, lamentavelmente. Tudo que é bom engorda ou é pecado.

Então, eu queria congratular o Senador Otto Alencar pelo relatório, e, sobretudo, salientar ao José Medeiros que não se desestimule pela posição do relatório e cumprimentar a Senadora Lídice pela habilidade política da Senadora Lídice, porque acolheu essa iniciativa. Mas eu penso que essa questão é, basicamente, de consciência e educação com a saúde de cada um.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, apenas para uma questão aqui: a Senadora Ana Amélia não citou a elegância do nosso Presidente da Comissão. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sem a dieta do Ravenna.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu teria que dizer à Senadora que eu, V. Exª e a Senadora Vanessa Grazziotin estamos livres neste momento do regime alimentar. (Risos.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, só pegando um gancho da Senadora Ana Amélia, eu acho que deveria ser feito um estudo regional, porque o Rio Grande do Sul tem o churrasco, na Bahia tem o acarajé... Em cada cidade, em cada região tem...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em 2006, abriu consulta pública sobre este assunto: a propaganda de alimentos com alto teor de açúcar, gordura saturada, gordura trans, sódio e bebidas com baixo teor nutricional, como refrigerantes e refrescos artificiais.

Atualmente, a legislação sobre a propaganda de alimentos abrange apenas os destinados a crianças de até 3 anos, como o leite. Isto em 2006. Estou lendo um documento da Anvisa de 2006. A ideia agora era veicular, junto da publicidade desses produtos, mensagem.

Vejam bem que esse projeto que eu apresentei aqui era ideia da Anvisa, que pretendia juntar, nos rótulos, na publicidade desses produtos, frases como "Este alimento possui elevada quantidade de açúcar", "O consumo excessivo de açúcar aumenta o risco de desenvolver obesidade e cárie dentária", "Este alimento possui elevada quantidade de gordura saturada", "O consumo excessivo de gordura saturada aumenta o risco de desenvolver diabetes e doenças do coração", entre outras frases.

A Anvisa já tinha feito um estudo técnico sobre isso e caminhava para a regulamentação desse tipo de publicidade. O Governo pretendia, com a medida, restringir a publicidade de alimentos potencialmente prejudiciais à saúde, para diminuir o avanço de doenças crônicas não transmissíveis como a obesidade, por exemplo.

A proposta inicial do texto não surgiu de uma hora para outra. Ela contou com a participação de representantes do Ministério da Agricultura, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, do Ministério Público Federal, da Sociedade Brasileira de Pediatria e desta Comissão. Esta Comissão debruçou-se sobre este assunto já na década passada. Houve também a participação do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária e até mesmo da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerante e da Associação Brasileira de Alimentos.

Além das mensagens que seriam publicadas junto com a propaganda desses alimentos, o objetivo da possível Resolução era proibir a publicidade que encorajasse as crianças a persuadirem os pais a adquirir ou consumir os alimentos listados. E também seriam previstos horários para veiculação da propaganda na televisão.

Então, Sr. Presidente, esse era o projeto da Anvisa. Estava tudo pronto, caminhando. E aí eu fico a imaginar: ou inventaram algum tipo de açúcar, de lá para cá, que não causa mal à saúde, ou a Anvisa foi desencorajada depois, pois os rótulos desses alimentos continuam chamativos e encorajadores ao consumo em excesso.

Na semana passada, o Senador Otto Alencar apresentou relatório concluindo pela rejeição da matéria apresentada. A discussão, contudo, foi suspensa, e agora tem prosseguimento.

Assim, em primeiro lugar, gostaria de manifestar todo o meu respeito pela posição do Relator, que, como de costume, debruçou-se sobre o tema e realizou um cuidadoso trabalho analítico. Todavia, Sr. Presidente, com a devida licença de todos aqui e, em especial, do Senador Otto, gostaria de expor alguns argumentos em favor do projeto. Isto porque creio que, às vezes, o espaço destinado à justificação pode não ser suficiente para esclarecer a razão de ser.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador, permita-me interromper V. Exª.

V. Exª poderá, realmente, expor as razões. Porém, entendo que, do ponto de vista objetivo, melhor seria que nós fizéssemos a leitura do documento que pretende na próxima reunião, quando se dará a votação. Isto porque, ainda há pouco, o Senador Otto Alencar nos informou que já leu o seu parecer por três vezes, o que é verdadeiro e está, inclusive, registrado no avulso distribuído a todos os Srs. Senadores.

Então, seria mais prático – é a sugestão que dou a V. Exª, e V. Exª pode não aceitar – deixar para ler essas razões na próxima reunião.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Presidente, concordando com o encaminhamento dado, quero lembrar que, apesar de muitas vezes termos, mais de uma vez, leitura de relatório feita, nem sempre conseguimos votar e nem sempre o autor, quando não faz parte, inclusive, desta Comissão, consegue acompanhar em função das inúmeras tarefas paralelas aqui, no Senado. Digo isto em socorro do próprio autor, que, desde a semana passada, me procurou, como Líder do Bloco, para pedir que iniciasse uma conversa com o Senador Otto, o que, infelizmente, não foi possível em função das minhas atividades no final de semana e também das do Senador Otto.

Pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, também para, nos termos do inciso II do §2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 e o inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requerer a realização de uma audiência pública no âmbito desta Comissão.

Na verdade, requeiro que V. Exª possa consultar nossa Comissão se, extrapauta, podemos aprovar um requerimento, que faço, de audiência pública nesta Comissão para instrução de um projeto que recebi da mesma para relatar. É o projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelo com sede no Brasil manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências. Ela contaria com a participação dos convidados relacionados: representante do Ministério do Trabalho e Emprego, representante do Grupo de Estudos e Assistência em Transtornos Alimentares, representante do Projeto Anorexias e Bulimias do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, representante do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo (SATED), representantes de agências de modelos e representantes da indústria da moda.

Recebi esse projeto para relatar e peço a V. Exª que...

O Dr. Otto diz que também deveria estar presente um representante dos modelos. Assumo, incorporo o projeto dele e vou pedir a uma agência de modelo que traga também uma modelo para representar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Talvez até o Paulo Zulu. Ele está propondo uma mulher e eu estou propondo um modelo masculino.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Lídice da Mata por essa iniciativa de solicitar uma audiência pública para tratar desse projeto. Fui Relatora de um projeto semelhante, de autoria do Senador Jayme Campos, na Comissão de Justiça. Esse assunto é de extrema gravidade, acho que não podemos votar açodadamente, uma vez que temos conhecimento de que a obesidade infantil hoje é um problema gravíssimo no País. Ouvir os especialistas a respeito do assunto eu acho fundamental, para que possamos ser informados dos danos que os refrigerantes e os sucos têm causado às nossas crianças no País. Portanto, quero cumprimentar e dar o meu apoio a essa audiência pública.

Cumprimento o Senador Otto pela sua relatoria, uma vez que ele também entendeu que poderia ser feita outra abordagem sobre o assunto.

Concordo que existem outros meios, mas sabemos que as dietas e as academias são muito caras e de pouco acesso à população mais carente. É preciso que haja uma modificação na merenda escolar, é preciso que haja uma tomada de consciência da sociedade brasileira quanto aos danos que estamos causando à infância brasileira.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, há alguns anos, apresentei um projeto para que as agências e as emissoras de televisão, obrigatoriamente, levassem a exame médico os artistas que estivessem com índice corporal abaixo do aconselhado pela Organização Mundial de Saúde. O Senador Mozarildo, na ocasião, deu parecer contrário, mas esse assunto é importante, Sr. Presidente, porque aumentam os casos de anorexia e bulimia.

A França, recentemente, criou um dispositivo legal para criminalizar – imagine, Sr. Presidente – a incitação ao emagrecimento. É crime, hoje, a incitação ao emagrecimento, ou seja, nos meios de comunicação, tele-

visões, teatros, jornais e revistas, impor padrões estéticos que não são saudáveis, obrigando jovens que estão fascinados pelo horizonte do sucesso a comprometerem a saúde.

Eu lamentei quando o Senador Mozarildo rejeitou o meu projeto. Eu já vislumbrava que nós iríamos ter problema no futuro. Acho que é da maior relevância discutirmos isso, porque afeta psicologicamente meninos e meninas e rapazes e moças que hoje estão cada vez mais preocupados em perder peso, tornando-se pessoas, de certa forma, com sintomas de neurose: pensamento fixo, não comem, vomitam, se sentem inferiorizados diante das pessoas. Quando elas vão, por exemplo, a uma agência, as pessoas dizem: "Não, você está muito gordinho, não pode, não está nos padrões..." Isso, na França, agora é crime.

Então, eu quero apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Crivella, eu não sou francês, mas, se fosse, essa recomendação seria despicienda. Eu não tenho o que emagrecer.

Concedo vista à Senadora Lídice...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – No projeto anterior.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – ... no projeto anterior.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Só um minuto.

Eu solicitei que pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sim, pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, eu queria apenas esclarecer que a Senadora Lídice da Mata vai apresentar, ou apresentou, aqui um requerimento para fazer uma audiência pública sobre essa questão da anorexia de modelos, essa situação que realmente tem, eventualmente, mostrado casos graves, inclusive de óbito por pressão. Essa foi uma proposta que ela fez. E esclareço à Senadora Lúcia Vânia que a audiência pública não é para discutir o Projeto nº 8, de 2015, do Senador José Medeiros.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sim, mas eu gostaria de requerer uma audiência pública sobre a questão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – A audiência pública me parece fora de propósito agora, até intempestiva, porque já fiz meu relatório aqui para votação, e foi pedido vista coletiva. Então, não caberia uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O requerimento da Senadora Lídice da Mata é sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2012.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Que, aliás, já coloquei em votação e já foi lido por S. Exª.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Quero esclarecer à Senadora Lúcia Vânia que ninguém é contra publicidade que se faz em rádio, televisão ou jornal. O que se está contestando aqui é a colocação no rótulo das bebidas, que é uma atribuição da Anvisa, do Ministério da Saúde, que vai de encontro às normas do Mercosul. Então, seria, do ponto de vista do mérito da legislação, totalmente inconveniente aprovar uma matéria que criaria dificuldades com os países aqui da América do Sul.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Eu concordo, Senador Otto. Só que eu acredito que nós podemos fazer a rotulação de forma gradativa, não precisa ser intempestivamente, não precisa ser amanhã. Isso pode ser feito como foi feito com a questão do cigarro.

Eu acho que um tema como esse – não quero ser a dona da verdade –, mesmo que votemos o seu projeto, independentemente dessa votação, eu acredito que nós precisamos discutir essa questão da obesidade infantil aqui, nesta Comissão, independentemente do seu projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Pode-se discutir, inclusive, na audiência pública que está requerendo a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Exatamente. Não há nada que impeça uma coisa e outra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu posso, na próxima semana, fazer um requerimento para discutir obesidade infantil. Mas acho que esse requerimento é para tratar do caso inverso, que é justamente a situação das modelos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª já leu o requerimento, que ponho em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

(É o seguinte o item aprovado:)

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, DE 2015

– Não terminativo –

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 e os incisos I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências, com a participação dos convidados abaixo relacionados.

– Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;

– Representante do Grupo de Estudos e Assistência em Transtornos Alimentares (GEATA);

– Representante do Projeto Anorexias e Bulimias do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae;

– Representante do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo (SATED/SP);

– Representante de agências de modelos;

– Representante da indústria da moda.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria:

Relatório:

Observações: O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Temos ainda um requerimento...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de apresentar o requerimento, então, para discutir obesidade infantil, independentemente da votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª apresenta o requerimento, e, na próxima semana, ele será apreciado.

Em votação, também, o requerimento do Senador Humberto Costa, que é, por igual, subscrito pela Senadora Regina Sousa.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:)

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PROJETO DE LEI DO SENADO nº. 433, de 2011, que Altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998,que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para modificar regra sobre rescisão contratual por inadimplência; PROJETO DE LEI DO SENADO nº. 463, de 2013, que Altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998,que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para admitir a suspensão ou rescisão do contrato somente em caso de fraude ou de não pagamento por sessenta dias consecutivos, com notificação pessoal do consumidor; PROJETO DE LEI DO SENADO nº. 507, de 2013, que Altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998,que dispõe so-

bre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a suspensão ou rescisão unilateral, por parte das operadoras, dos contratos coletivos; e PROJETO DE LEI DO SENADO nº. 100, de 2015, que Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estabeleça o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação.

Para o debate, indico:

• Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;

• Representante da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON;

• Representante da Unimed do Brasil;

• Representante da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRANGE;

• Representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde; e

• Representante da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações: O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores pela presença.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e sete minutos, do dia vinte de maio de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Maria do Carmo Alves reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Edison Lobão, Otto Alencar, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, José Pimentel, Benedito de Lira, Garibaldi Alves Filho, Wilder Morais, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Lídice da Mata e Marta Suplicy. O Senador José Medeiros registra a presença. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. Às nove horas e quarenta e um minutos, assumiu a presidência o Senador Edison Lobão. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Presidente da República. Dá nova redação ao art. 27 da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, que trata do patrocínio do Instituto Geiprev de Seguridade Social. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2014. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2014. Relatoria: Senador Paulo Paim. ITEM 2 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Paulo Davim. Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS). Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2011; e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, que tramita em conjunto, e da Emenda que apresenta. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Lídice da Mata, em substituição ao Senador Roberto Rocha. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, com a Emenda nº 1-CAS; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2011, que tramita em conjunto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Decisão Terminativa. Relatoria: Senador Roberto Rocha (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Lídice da Mata. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2012 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Paulo Paim. Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de

Lei do Senado nº 424, de 2012. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em Decisão Terminativa. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2012 – Terminativo – **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as operadoras de planos de saúde a garantir atendimento de emergência em hospitais de grande porte e estabelecer multa pelo descumprimento da medida. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2012. Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2012. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2015 – Terminativo – **Autoria:** Senador José Medeiros. Acrescenta §3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre aos malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015. Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 20, de 2015-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa das Senadoras Lúcia Vânia e Lídice da Mata, solicitando Audiência Pública para instruir o PLS nº 8, de 2015. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do RISF, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Relatoria: Senador Otto Alencar. EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 20, de 2015 – **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia e outros. Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a questão da obesidade infantil, a fim de obter subsídios para instruir as Senhoras e os Senhores Senadores a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015, que acrescenta §3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os malefícios do consumo abusivo dessas bebidas. Solicita-se a participação dos seguintes expositores: 1. Elias Hanna, médico endocrinologista de Goiás; 2. Antônio Carlos Figueiredo Nardi, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; 3. Élido Bonomo, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN); 4. Cíntia Cercato, Presidente da Associação Brasileira para Estudos da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO); 5. Walter José Minicucci, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD); 6. Valéria Guimarães, médica endocrinologista no Distrito Federal. 7. Renato Alencar Porto, Diretor da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resultado: Aprovado. ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 21, de 2015. **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Requer, nos termos do art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Política Nacional do Poder Executivo para avaliação em 2015 o SUS – Sistema Único de Saúde. Resultado: Aprovado. ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 22, de 2015. **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Requer, nos termos do art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Política Nacional do Poder Executivo para avaliação em 2015: Benefícios Previdenciários. Resultado: Aprovado. ITEM 14 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 23, de 2015. **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. Em aditamento ao RAS 19, de 2015, requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que se convide a Associação Brasileira das Entidades da Previdência Complementar, para a referida audiência. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: Item 4 – Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011; Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2011; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2014; Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2014; Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2014. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Marcelo Crivella, Otto Alencar, e as Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata, Angela Portela, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy; e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de três itens não terminativos e sete terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2014

– Não terminativo –

Dá nova redação ao art. 27 da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, que trata do patrocínio do Instituto Geiprev de Seguridade Social.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2014.
Observações: – Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bom dia a todos e a todas. Presidenta Maria do Carmo Alves, vou fazer a leitura do projeto. O relatório é pequeno. Para que todos entendam, vou ler na íntegra, porque, na verdade, ele visa a ajustar o interesse daqueles que fazem parte desse tipo de plano.

Submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 103, de 2014 (Projeto de Lei nº 7.578, de 2010, na origem), de iniciativa da Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

A proposição tem por objetivo estender a responsabilidade da Valec pelo patrocínio do plano de benefícios administrado pelo Instituto Geiprev de Seguridade Social em favor, além dos empregados ativos do extinto Geipot, também dos assistidos do plano.

O art. 1º do PLC altera o art. 27 da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, inclui os assistidos, junto aos participantes ativos do plano de benefícios, como massa fechada pela qual a Valec assume a responsabilidade como patrocinadora.

Na justificativa da proposição, os autores argumentam que a Lei nº 11.772, de 2008, que tratou das normas relativas à transferência dos servidores do extinto Geipot, por sucessão trabalhista, para a Valec foi omissa em relação aos assistidos do plano de benefícios administrado pelo Instituto Geiprev de Seguridade Social (entidade fechada de previdência complementar do extinto Geipot), do qual a empresa é patrocinadora. A regulamentação não deixou claro a quem competia patrocinar o plano de benefícios em relação aos assistidos. A omissão levará a desequilíbrios econômico-financeiros já que os assistidos estão em gozo de benefícios de prestação continuada, na modalidade de Benefício Definido.

O art. 2º estabelece a vigência imediata da lei, se aprovada, produzindo efeitos retroativos a partir de 12 de maio de 2008.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada conclusivamente pelas Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Encerrado o trâmite na Câmara dos Deputados, a proposição foi enviada ao Senado Federal e distribuída exclusivamente à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde fui designado Relator.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete à CAS, nos termos do art. 100 do Regime Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias pertinentes à Previdência Social e outros assuntos correlatos. Ademais, por não haver audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabem ainda análises sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao projeto, pois:

i) compete concorrentemente à União legislar sobre Previdência Social, conforme disposto no art. 24, inciso XII, da Constituição Federal (CF);

ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, caput);

iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e

iv) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da nossa Carta Magna.

Em face dos dispositivos constitucionais acima referidos, o nosso entendimento é o de que o PLC em tela está em acordo com a nossa Constituição. No mesmo sentido, não enxergamos óbices que impeçam a livre tramitação da iniciativa no que diz respeito à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa.

Quanto ao mérito, constata-se que a proposição em apreço visa a corrigir omissão da Medida Provisória nº 427, de 9 de maio de 2008, que originou a Lei nº 11.772, de 2008, que ora se pretende alterar. Ao tratar das responsabilidades assumidas pela Valec, como sucessora trabalhista do Geipot, incluiu-se somente o grupo de empregados ativos como integrantes da massa fechada do plano de benefícios administrado pelo Instituto Geiprev de Seguridade Social. Assim, a Lei nº 11.772, de 2008, foi omissa com relação a quem caberia o patrocínio dos assistidos do plano.

Como sucessora trabalhista do Geipot, a Valec fica responsável pelos direitos e obrigações pertencentes à antecessora. Dessa forma, o patrocínio dos assistidos do plano de benefícios, anteriormente a cargo do Geipot, deve ser feito pela Valec. Além disso, o fato de os assistidos estarem em gozo de Benefício de Prestação Continuada, na modalidade benefício definido, levará a desequilíbrio financeiro atuarial do plano, caso não ocorra a contribuição da patrocinadora, comprometendo a solvência do plano.

Como bem destaca a exposição de motivos que acompanhou o envio da proposição à Câmara dos Deputados e o disposto no art. 1º do projeto, a contribuição da Valec, como patrocinadora do plano de benefícios, obedece ao disposto no art. 202, §3º, da Constituição – o chamado princípio da paridade contributiva. Por meio dele, a contribuição da patrocinadora não pode exceder a do segurado.

A falta de paridade contributiva em relação aos assistidos no período a partir de maio de 2008 contribuiu para o resultado deficitário do plano em 2013. O número de participantes ativos no Geiprev corresponde a, aproximadamente, 20% da massa total, o que demonstra o peso que os assistidos representam no plano e, portanto, a essencialidade da contribuição da Valec para o equilíbrio financeiro atuarial do plano. Assim, Srª Presidente, nos balanços apresentados em 2013 e 2014, o plano de benefícios administrado pelo Geiprev apresentou déficit técnico.

A proposição, se aprovada, produzirá efeitos retroativos a maio de 2008, data da medida provisória que limitou o patrocínio do plano de benefícios aos empregados participantes ativos do extinto Geipot.

À luz das informações e considerações que envolvem a matéria, o nosso entendimento é no sentido de que a presente proposição deve ser acolhida por esta Casa.

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Paim.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei de Câmara nº 103, de 2014.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para o prosseguimento da tramitação.

Nós vamos passar para o item 3, porque o relator do item 2 não está na Casa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2012

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012.

Observações: – A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

– Em 06.05.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– Votação simbólica.

Consulto a Relatora Ana Amélia se gostaria de fazer alguma consideração a respeito do seu relatório, lido anteriormente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Srª Presidente, caros colegas Senadores, até por estar presente o autor deste oportuno projeto para o estabelecimento de uma bolsa ou o equivalente para os estagiários, hoje há uma legislação que trata do assunto no caso dos estágios obrigatórios, mas existem também estágios não obrigatórios. No caso dos obrigatórios, existem alguns benefícios já concedidos pela própria

lei que tratam, por exemplo, do seguro pessoal e de algum tipo de apoio na realização desse estágio, mas no caso dos não obrigatórios fica em aberto.

Entende o autor que essa é uma prestação de serviço, mesmo que ele próprio reconheça que o estágio é fundamental na complementação do estudante, em todos os setores acadêmicos, do Direito à Engenharia. A intenção do Senador Paim foi exatamente a de criar uma condição para evitar que essa mão de obra, mesmo que experimental, do estagiário tenha algum tipo de benefício no seu trabalho. Então, ele é muito singelo, muito simples.

Houve um pedido de vista por parte do Governo, na outra reunião, mas uso o mesmo argumento que usei naquela oportunidade, de que aqui na CAS o projeto do Senador Paulo Paim que trata da bolsa de estudos para o estagiário não é terminativo. Ele o será na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Nós estamos encaminhando pela aprovação, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que o próprio Governo entende que esse encaminhamento está correto, e a Comissão de Educação fará o debate da matéria. Eu me dispus a conversar – o Senador Paulo Rocha fez a solicitação – com o MEC a fim de que este também opine sobre a matéria, e isso será feito em audiência pública na Comissão de Educação. Então, proponho a aprovação pelos colegas Senadores, elogiando novamente a iniciativa do Senador Paulo Paim, que dá uma cobertura adicional de bolsa para os estagiários.

Esse é o meu voto, apenas para um esclarecimentos às Srªs e aos Srs. Senadores, que eu espero que concordem também com a aprovação do projeto do Senador Paulo Paim.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se V. Exª me permite, eu só quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia e agradecer a boa vontade do Governo, que entendeu que o projeto apenas amplia o direito dos estagiários, sem nenhum ônus para o empregador, que acolhe essa moçada para a sua formação, pois eles serão os profissionais que vão comandar este País no futuro. Eu agradeço a boa vontade do Governo, que entendeu que nesta que é a Comissão de Assuntos Sociais ele deveria ser aprovado, e lá na Comissão de Educação faremos a audiência pública a fim de aprofundar o debate.

Portanto, cumprimento o relatório brilhante da Senadora Ana Amélia e a boa vontade do Governo para que o projeto andasse e que nós aprofundássemos o debate sobre custos, enfim, na Comissão de Educação.

Era isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Ana Amélia.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2011

– Não terminativo –

Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas.

Autoria: Senador Paulo Davim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, DE 2012

– Não terminativo –

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2011; e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, que tramita em conjunto, e da Emenda que apresenta.
Observações: – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. – Votação simbólica.

Como o Relator, Senador Roberto Rocha, não se encontra presente, eu peço à Senadora Lídice da Mata que, como Relatora ad hoc, pronuncie o parecer.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Trata-se do projeto de lei do Senador Paulo Davim que altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas, e do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, do Senador Eduardo Amorim, que altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar 30% da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS). Portanto, são dois projetos que tratam de modificação no Código de Trânsito Brasileiro.

Vêm a esta Comissão esses dois projetos de lei, que alteram o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – a fim de permitir que parte do valor arrecadado com multas de trânsito seja destinada para a área de saúde.

O PLS nº 193, de 2011, de autoria do Senador Paulo Davim, determina que 15% do valor arrecadado com as multas de trânsito serão depositados no Fundo Nacional de Saúde, para serem repassados aos hospitais que atendam às vítimas de acidentes de trânsito. Segundo o art. 3º do PLS, a lei que se originar da proposição entrará em vigor na data de publicação.

Já o PLS nº 426, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, visa a destinar 30% da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, o PLS nº 426, de 2012, altera o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (a Lei Orgânica da Saúde), para incluir entre os recursos considerados como outras fontes de financiamento do SUS parte do valor arrecadado com multas de trânsito. De acordo com o art. 3º – cláusula de vigência –, a lei em que o projeto se transformar entrará em vigor no exercício financeiro seguinte ao da data de sua publicação.

Ambos os autores alegam, na justificação da respectiva proposição, que o SUS tem de prestar assistência a milhares de vítimas de acidentes de trânsito, o que representa, anualmente, enorme encargo financeiro para o sistema. Com isso, os recursos disponíveis para a efetivação das demais atribuições do SUS e para outras políticas públicas ficam ainda mais restritos. Assim, a medida que ambos propõem tem a finalidade de destinar mais verbas para a saúde pública, de forma a contemplar, ainda que parcialmente, as necessidades do setor.

Os projetos começaram a tramitar de forma independente nesta Casa Legislativa.

O PLS nº 426, de 2012, foi distribuído para ser analisado pela CAS e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a quem caberia a decisão terminativa. Na CAS, o projeto foi aprovado com uma emenda – Emenda nº 1-CAS –, que alterou a redação do novo §2º inserido no art. 320 da Lei nº 9.503, de 1997, para explicitar que o percentual dos recursos advindos das multas de trânsito destinados ao SUS (30%) deve ser transferido diretamente para o Fundo Nacional de Saúde.

O PLS nº 193, de 2011, por seu turno, havia sido distribuído exclusivamente para análise da CCJ, que não chegou a se pronunciar sobre a proposição.

Por força da aprovação do Requerimento nº 419, de 2013, do Senador Paulo Davim, os projetos foram apensados e distribuídos à CAS e à CCJ, cabendo à última a decisão em caráter terminativo.

Análise.

Compete à CAS, em conformidade com o disposto no art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, avaliar o mérito das proposições legislativas que tratam de questões relativas à saúde.

Do ponto de vista do mérito, reconhecemos como relevante qualquer medida que contribua para diminuir a deficiência de recursos financeiros que é, hoje, um dos principais desafios e pontos de estrangulamento do sistema público de saúde brasileiro. Assim, as duas proposições sob análise são meritórias.

De fato, a magnitude do problema dos acidentes de trânsito no País justifica a preocupação manifestada pelos autores dos projetos que ora examinamos. Em 2010, segundo dados do Ministério da Saúde, foram realizadas mais de 155 mil internações de pessoas acidentadas no trânsito e foram gastos cerca de R$205 milhões com essas internações. Grande parte das internações ocorre em unidades hospitalares do SUS ou em hospitais conveniados. Além da magnitude dos acidentes de trânsito, há que considerar que a atenção ao acidentado no trânsito, em grande parte dos casos, envolve procedimentos de alta complexidade e, portanto, apresenta elevado custo.

Nada mais justo, portanto, que reverter parte da receita arrecadada com multas de trânsito para os cofres do SUS, a exemplo do que já ocorre com o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), que destina 50% dos prêmios ao SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.

No caso em tela, cremos que não se deva determinar uma destinação específica para os recursos, mas sim deixá-la a cargo dos gestores do SUS, que a estabelecerão com base nas prioridades do setor. Nessa perspectiva, o PLS nº 426, de 2012, parece-nos mais adequado.

No entanto, a sistemática de transferência dos recursos ao SUS deve ser explicitada na lei, com a previsão de que eles sejam depositados diretamente no Fundo Nacional de Saúde, conforme muito adequadamente sugeriu o Relator que nos antecedeu na análise da matéria neste Colegiado, o ilustre Senador Sérgio Petecão.

Voto.

Em vista do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2011, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao §2º inserido pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, no art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a seguinte redação:

> "§2º O percentual de trinta por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será transferido ao Fundo Nacional de Saúde, na forma do regulamento."

Esse é o voto do Relator, Sr. Presidente, o Senador Roberto Rocha, já que sou a Relatora ad hoc.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Senador Paulo Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar o relatório da Senadora Lídice da Mata e o projeto do Senador Eduardo Amorim, que S. Exª decidiu pela aprovação.

Sr. Presidente, estou cada vez mais convencido de que temos de destinar, sim, o maior número possível de verbas para a área da saúde. Confesso que quando o Governo decidiu que metade das verbas parlamentares deveriam ir para a saúde eu fiquei meio indeciso, mas estou convencido de que houve um motivo justo, correto e adequado para o Governo dizer que metade das emendas parlamentares deveriam ir para a saúde. E, agora, a brilhante iniciativa do nosso querido Senador Eduardo Amorim, que diz que 30% das multas de trânsito também deverão ira para a saúde. Já havia a iniciativa do nosso querido Senador Paulo Davim, que era de 15%, e a Senadora Lídice da Mata, correta e adequadamente, entendeu que o projeto de 30% deveria ser aprovado.

Ontem, Senador Edison Lobão, na Comissão de Direitos Humanos, nós realizamos uma audiência pública sobre a situação no Brasil das operações e dos cuidados que temos que ter com o coração do nosso povo. Houve uma declaração de uma senhora, chamada Janaína, que tem uma organização nacional que cuida disso. Eu não estava lá, porque eu presidi até às 11h e, depois, fui para o plenário. A maioria dos Senadores, assim me relataram, chorou, devido à realidade da falta de estrutura. O Dr. Lucchese, que casualmente cuida do meu coração, do da Senadora Ana Amélia, do Senador Simon, estava lá e foi muito duro e muito firme, como foram os outros especialistas na área, em relação à realidade da falta de estrutura para se fazer principalmente cirurgias de coração.

Meus cumprimentos ao Senador Eduardo Amorim, a todos os médicos da Casa que são Senadores e que têm demonstrado essa preocupação, como todos também temos, mas eles, como o Senador Moka, por exemplo, conhecedor da causa muito mais que nós, entende que temos que achar recursos para fortalecer a nossa saúde.

Ao mesmo tempo, posso dizer aqui que a Senadora Ana Amélia – Senadora Ana Amélia, estou citando a senhora devido ao Lucchese, que é seu médico e meu amigo, que é nosso médico e do Senador Simon – e toda a população devem ter médicos do mais alto nível. Quando o Dr. Lucchese faz o depoimento, ele o faz porque está sensibilizado com a situação de crianças e de adultos que estão na expectativa e na fila para fazer operação de coração.

Meus cumprimentos ao querido Senador Eduardo Amorim e à Relatora, Senadora Lídice da Mata.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar o Senador Eduardo Amorim, autor, acho justo, e também a Senadora Lídice da Mata.

Pedi a palavra para dizer que, quando o Governo obriga 50%, o ideal é que esses 50% das emendas fossem além do orçamento. O problema é que o Governo usou os 50% para diminuir o valor destinado à saúde.

Nós não somamos isso. Não ficou um recurso a mais. Na verdade, ele somou os recursos da saúde, das emendas dos Parlamentares, e deduziu daquilo que o Governo já coloca, que é pouco.

Na verdade, nós temos um sistema universal subfinanciado. Essa que é a realidade. E o que se viu ontem, na Comissão de Direitos Humanos, é um reclamo de falta de estrutura para a chamada média e alta complexidade, que nós, realmente, lamentavelmente, não temos no País. Esses recursos fazem falta porque nós temos um sistema universal, o SUS, que é ótimo, que tem que existir, mas que precisa de um financiamento mais adequado.

Voto favoravelmente ao projeto relatado pela Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Parabenizo-o também pelo excelente projeto, e os dois Senadores que me antecederam, o Paim e o Moka, têm absolutamente razão.

Ontem, o depoimento dos diretores dos hospitais do Brasil todo foi extremamente comovente. Ao mesmo tempo, deixou-nos todos muito apreensivos.

Por exemplo, sou de uma cidade, de um Estado onde as pessoas também vão buscar auxílio médico. E a cidade também não está mais comportando. Por exemplo, o Incor tem fila de atendimento muito maior do que sempre teve. As pessoas não estão sendo atendidas, e isso num hospital de ponta. Dos outros, nem se fala!

Sabemos que gestão é um problema, mas recurso também é um problema. Aí entra o que falou o Senador Moka muito apropriadamente: na hora em que conseguimos alguma coisa para a saúde, ou que até o próprio Governo nos impõe – e achei muito boa essa imposição de metade das nossas emendas serem para a saúde –, ele retira o resto do recurso, sendo que a situação é realmente de descalabro. Então, parece-me que o projeto é muito bom.

Estou vendo que esse projeto não é terminativo, vai para a CCJ. Vou pedir a relatoria lá para poder, Moka, se for possível, pôr uma emenda de que esse dinheiro não pode ser subtraído do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Edison Lobão, na mesma linha dos Senadores e da Senadora que me antecederam...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O Senador Moka tem toda a razão. O Governo demonstra não ter compromisso com a saúde dos brasileiros, porque, quando ele impôs que 50% das emendas individuais fossem destinadas à saúde, ele teria que acrescer ao Orçamento do Governo. Não; vai acontecer exatamente o que acontecia com a CPMF: se o Governo colocar 100 para a saúde, e o valor das emendas der 10, ele vai pôr 90, e os 10 voltam para os 100. Ou seja, ele não eleva o teto dos recursos para a saúde.

Ontem, eu participei, no gabinete do Presidente Renan, e a Senadora Marta Suplicy também participou, de uma reunião com médicos de vários Estados do Brasil – inclusive, de São Paulo, o Dr. Fábio Jatene, do Incor –, e todos eles relataram, eu não diria nem a dificuldade, a situação que estão vivenciando – todos eles, cirurgiões cardíacos. Ele deu números assustadores, Senador Edison Lobão. Eu não lembro exatamente os números, mas foi algo assim: no Brasil, eles precisariam fazer 18 mil cirurgias cardíacas em crianças recém-nascidas e de pouca idade e fazem 3 mil só, porque não há recursos. Então, como ele disse, o médico tem que ficar em frente à criança e à família e decidir qual daquelas vai sobreviver, porque não pode atender todas.

Então, é preciso, urgentemente, dar condições, aumentando os recursos para a saúde, mas aumentando seriamente, e não fazendo – vou usar um termo que talvez nem coubesse, mas é o que acontece – fazendo politicagem com um setor que corresponde à vida humana.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador José Medeiros, para discutir.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero seguir na mesma linha dos Senadores, na importância desse projeto, Senador Edison Lobão.

No Brasil, existe, na verdade... Às vezes, as pessoas dizem que existe indústria de multa. Na verdade, existe uma indústria de infrações que provoca uma mortandade imensa. E o Estado brasileiro, nas suas três esferas, não consegue multar 1% das infrações que ocorrem.

Há alguns anos, a Unicamp fez um estudo: as infrações que ocorriam em um dia, no Estado de São Paulo, a CET não conseguia multar, fazer essas infrações em um ano. Então, toda vez que o Estado aperta um pouquinho, vem essa reclamação, mas, na verdade, o resultado pernicioso disso acontece na ponta, lá na saúde. O Senador Moka é médico, sabe do que estou falando, e todos aqui sabem da mortandade e das sequelas que ficam. Para boa parte dos que morrem, há outro tanto de sequelados, e isso tem um custo imenso.

Então, esse projeto foi de uma felicidade muito grande. O Senador Eduardo Amorim está de parabéns. E fica uma reflexão para que o Governo possa investir mais na fiscalização. Na verdade, temos pouca fiscalização de trânsito. Nas cidades, isso pouco ocorre, e o couro come no trânsito, e a mortandade é tamanha. Então, pre-

cisamos investir em fiscalização. Na rodovia, por exemplo, o que está havendo é um verdadeiro sucateamento dos organismos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal, que poucos agentes tem.

Nas cidades, isso também não existe muito. Temos, assim, uma coisa que é e uma que deveria ser. Na verdade, temos órgãos de fiscalização, mas um pouco só pró-forma.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O parecer do Senador Roberto Rocha, indulgentemente relatado pela Senadora Lídice da Mata, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2012, e da emenda que apresenta e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 193, que tramita em conjunto.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – E coloco em votação o relatório lido pela Senadora Lídice da Mata.

Os Srs. Senadores que o aprovam...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª está colocando em votação o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sim, o item 2.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – É pela aprovação do...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É pela aprovação da emenda. Não é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – ... do projeto de lei. Rejeita...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Rejeita um e aprova o...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Rejeita o projeto que está apensado a ele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O que está em votação, agora, é o relatório do Relator Roberto Rocha, lido pela Senadora Lídice da Mata.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 426, com a Emenda nº 1-CAS, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 193, que tramita em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça em decisão terminativa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Apenas para lembrar: de uma maneira pedagógica, cada vez que nós discutimos saúde nesta Casa, cada Senador deve ter um grão de remorso na sua consciência, pelo menos os que estavam aqui, porque nós derrubamos a CPMF – por um voto, perdemos –, e era um recurso de 40 bilhões que iam para a saúde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Bi.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Quarenta bi iriam para a saúde.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Hoje, seriam talvez 70.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, só para registrar e dar boas-vindas ao Senador Dalirio Beber, que está pela primeira vez aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Acho que é o sentimento da Casa.

Seja bem-vindo, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Só para contraditar o Senador Crivella.

O Senador Crivella lamenta termos derrubado a CPMF por um voto.

A CPMF, Senador Crivella, nunca acrescentou recursos para a saúde. O Governo reduzia da meta que ele colocava para a saúde o valor da CPMF. Ou seja, se fossem 40 bilhões, como V. Exª disse, ele retirava 40 bilhões do Orçamento da saúde e colocava como sendo CPMF. Ou seja, o Dr. Jatene, quando criou – e passou pelos gabinetes de todos os Senadores para criar – a CPMF, tinha o intuito de aumentar os recursos para a saúde, o que nunca aconteceu.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, na época, eu lembro – era meia-noite quando nós votamos – que havia essa controvérsia mesmo. O Flexa tinha razão. Mas veio uma mensagem, lida pelo Senador Pedro Simon da tribuna da Casa. Do alto da autoridade da sua vida pública, ele leu uma carta que chegou do Presidente Lula, assumindo conosco, Senadores, o compromisso de aqueles 40 bilhões serem colocados todos na saúde. E nós perdemos aquela eleição por um voto. O Paim lembra disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, como esse é um assunto, de fato, polêmico e que mexe na questão da saúde, eu também quero confirmar.

Fui também à tribuna naquele dia e votei pela proposta que chegou do Presidente Lula de que, entre os 40 bilhões e também aquele número da CPMF, que ajudava no combate à sonegação, naquela época já dava 70 bi. Hoje daria, como V. Exª disse, somando tudo, 140 bi.

Então, temos que discutir isso com a profundidade que o momento exige. A saúde, no Brasil, precisa de mais investimento. Aí, claro, Oposição e Governo, enfim, não devem ficar nessa polêmica de quem é Base e de quem não é. Nós tínhamos que achar um caminho para fortalecer a saúde no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, já temos quórum qualificado para discutir e votar os projetos que são terminativos nesta Comissão.

O item 6 já teve seu relatório lido aqui pela Senadora Ana Amélia. Ele diz respeito ao:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as operadoras de planos de saúde a garantir atendimento de emergência em hospitais de grande porte e estabelecer multa pelo descumprimento da medida.
Autoria: Senador Vital do Rêgo.
Relatoria: Senadora Ana Amélia.
Relatório: pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2012.
Observações: – Em 08.05.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.
– Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves apresentou Voto em Separado, sem proceder sua leitura, concluindo pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
– Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Foi lido o relatório e concedida vista nos termos regimentais.

Em 14 de maio de 2013, o Senador Vicentinho Alves apresentou voto em separado sem proceder à sua leitura, concluindo pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

A votação será nominal.

O Senador Vicentinho, que havia apresentado o voto em separado, não se encontra.

Consulto a Relatora, Senadora Ana Amélia, se gostaria de fazer alguma consideração a respeito do relatório já lido anteriormente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador, apenas para dar um esclarecimento adicional a essa proposta. Vou ser sintética.

O correto na proposta, toda ela fundamentada pelo Senador, nosso ex-colega, agora Ministro do Tribunal de Contas, Vital do Rêgo, seria inserir a determinação proposta pelo projeto, estabelecendo como obrigatória a cobertura do atendimento nos casos de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente – nesse caso, inciso I –, e de urgência, se atendidos os resultados de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional – inciso II.

Com relação aos dispositivos que tratam de a multa ser aplicada em caso de descumprimento da medida, a lei já dispõe sobre a matéria, nos seus arts. 25 e 27. Ademais, acreditamos que, ao fixar a multa no valor mínimo que a lei preconiza, a proposição abranda as multas já definidas pela agência reguladora. Então, trata-se de matéria que já tem legislação em vigor.

Assim, como esse dispositivo não inova e não contribui para coibir a ocorrência dos problemas que o autor da proposição pretende atacar, seria indicada a supressão. Essa é a questão. Já temos uma cobertura daquilo que o Senador Vital do Rêgo, louvando a iniciativa dele, propôs.

Por isso, nós rejeitamos o projeto, pela preexistência de legislação a respeito desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim para discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, os planos de saúde têm problemas gravíssimos. Gravíssimos. São denúncias para todo lado!

Quero ter muito cuidado ao falar aqui porque fui muito bem atendido. Quando cheguei ao hospital, fui pelo plano de saúde daqui da Casa. Já mencionei esse fato. Só que, depois de tudo pronto, eu operado, e graças a Deus estou bem, fiquei sabendo que o plano de saúde não cobria a operação. Já relatei esse fato aqui. Isso aconteceu comigo.

O que acontece no País com os planos de saúde é da maior gravidade. Isso é da maior gravidade.

Por isso, vou acompanhar a Relatora, porque ela foi a fundo na questão, estudou a questão. Esse projeto do nosso querido Senador Vital do Rêgo não a resolve. Vamos ter de voltar aqui a fazer, quem sabe, uma audiência pública, chamando os órgãos do Governo dessa área. Já que falamos tanto em saúde, vamos chamar, enfim, os representantes dos planos de saúde para falar da gravidade da questão.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na Comissão de Direitos Humanos, Sr. Presidente, as maiores denúncias que recebo são contra os planos de saúde. Nada tenho contra os planos de saúde. Quem puder pagar que pague! Eu, por exemplo, tenho plano de saúde, mas, para grande parte da população que o paga, dando grande parte do seu salário para o plano de saúde, na hora H é dito: "Isso não se cobre, isso não pode, isso também não pode, esse exame não se faz." E aí entramos numa situação quase de desespero. O cidadão, naquela hora em que o filho, a filha, ele mesmo ou sua esposa, sua companheira está doente, paga qualquer preço, pois ele quer que se salve a pessoa.

Por isso, acompanho a Relatora. O Governo mostra, com uma série de informações, que o projeto tem uma série de problemas. Só manda, por exemplo, fazer o atendimento nos grandes hospitais. E os grandes hospitais que fazem atendimento de alta complexidade são muito poucos, não é, Senadora?

Por isso, acompanho o parecer da Relatora, mas faço questão de dar esse depoimento.

Vou dar um exemplo: já troquei os planos dos meus filhos por quatro vezes, porque é um pior do que o outro. Já não sei mais o que fazer. O meu é o do Senado, que é um dos melhores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Penso que o Senador Paim dá uma valiosa contribuição sobre um aspecto da relação entre cliente e plano de saúde.

Hoje, a saúde complementar ou suplementar envolve muitas empresas, grupos econômicos muito atuantes no País. Mas eu queria chamar a atenção, Senador Paulo Paim, de novo, para a ineficiência na defesa do interesse do mais fraco, que é o usuário da saúde, que é o cliente. Nós temos uma agência reguladora, exatamente para fazer a interface entre o cliente e a prestadora de serviços, que é a ANS (Agência Nacional de Saúde). E a função dela qual é? É exatamente a de fiscalizar o funcionamento e o cumprimento real dos contratos que o usuário faz quando assina e compra um plano de saúde, mostrando quais os direitos e os deveres que ele tem quando paga e escolhe o plano adequado ao seu padrão.

Então, penso que, com essa manifestação do Senador Paulo Paim, precisamos também que a ANS (Agência Nacional de Saúde), que tem essa responsabilidade, cumpra seu papel, para evitar a choradeira, no bom sentido, a crítica ao mau atendimento e à não cobertura de muitas necessidades dos pacientes. É preciso que isso seja fiscalizado adequadamente pela ANS. Qual a razão de existir de uma agência reguladora? Qual é a razão?

Então, é essa questão que temos também de verificar, Senador Paulo Paim, que haja rigor no funcionamento das agências, porque, em muitos casos, temos mais queixas do que motivos para celebrar a atuação das agências reguladoras.

Portanto, aproveito para reafirmar exatamente a necessidade de darmos proteção aos clientes e também de a própria ANS exercer adequadamente sua função fiscalizadora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Quero só acompanhar, Sr. Presidente, o que a Senadora Ana Amélia falou. Há necessidade de as agências reguladoras serem mais rigorosas.

Quero lembrar aqui um fato que aconteceu com um dos diretores do MPOG, do Ministério de Planejamento, o Duvanier, que acabou falecendo numa portaria de um dos hospitais daqui, de Brasília, devido a esses problemas de plano de saúde: "Atende ou não atende?" Foi aquela dificuldade, e ele faleceu na portaria. Eu o estou citando porque ele era uma figura pública, uma das pessoas da República. Mas isso acontece diariamente pelo Brasil afora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, é um assunto que mexe com vidas!

Tenho de fazer uma rápida consideração: concordo que a agência tem de fiscalizar, mas os planos de saúde é que são responsáveis. Onde é que está o espírito humano de salvar vidas? Então, se a agência não vai lá e não o fiscaliza, ele mata ou não atende simplesmente? Onde é que está a responsabilidade de cada um de nós?

Se eu sou dono do plano de saúde, eu tenho que assumir a responsabilidade do plano que eu fiz e dizer por que eu não estou atendendo a população!

Eu entendo a Senadora Ana Amélia. Vamos pegar o exemplo dos fiscais do trabalho. O número de fiscais do trabalho reduziu pela metade nominalmente, e o número de empresas no País subiu mais de 1.000%. Vai fiscalizar? Não vai! Não há como fiscalizar! Agora, se os empresários não tiverem o entendimento de que não pode haver trabalhadores em condições subumanas no local de trabalho, não há como fiscalizar.

Eu acho que a agência tem sua responsabilidade, sim; mas os donos de plano de saúde também têm a sua responsabilidade. Se cada um não assumir sua parte, não há quem consiga fiscalizar a contento.

Eu não entendo, e já tive informação aqui de que o Senador Humberto Costa já pediu uma audiência pública para discutir exatamente esta questão dos planos de saúde, chamando também a agência reguladora.

Por isso, quero só cumprimentar a Senadora, o Senador Medeiros, toda a Comissão pelo debate que aqui levantamos. Cada um, para o bem das nossas vidas e do nosso povo e, eu digo, da humanidade, tem que assumir a sua parte.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Eu acho esse projeto muito complexo, é difícil ter posição sobre ele, principalmente porque, de um lado – a Senadora Ana Amélia colocou muito bem –, está o que deveria ser e o que deveria acontecer. Por outro lado, acho que todos aqui têm consciência de que isso não acontece.

Por exemplo, se há um acidente grave num dos grandes hospitais – eu vou me remeter à minha cidade, que conheço melhor –, se o cidadão não tem plano de saúde, ele não vai ser atendido. Ele morre ali na porta. Eu acho que nós não podemos admitir isso.

Então, eu gostaria que isso fosse mais discutido. Acho muito arriscado tomar uma posição sobre isso, porque, como disseram os que já se manifestaram, trata-se de vidas.

E são levantadas algumas coisas que também não entendi bem. Em sua justificação, o autor alega "ser prática comum a negativa de atendimento de emergência durante o período de carência." Então, estamos misturando coisas também. O mais importante nós estamos votando: se tem que atender na carência, se não tem que atender na carência. Eu nem sei se isso ainda existe nos planos de saúde, porque vários deles não têm carência. Mas eu acredito que se trata sempre de uma vida, quer dizer, se isso acontece na porta de um hospital, não importa se pequeno ou grande, a pessoa não tem que mostrar um plano de saúde para ser atendida.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, isso é no mundo inteiro. Eu estava com minha esposa num país da Europa, rico, minha esposa acidentou-se, fomos lá, e a primeira coisa que perguntaram foi – ela estava sangrando: "Têm dinheiro para pagar? Cartão de crédito?" Eu disse: "Tenho". E eles disseram: "Se não tiver dinheiro, se não tiver cartão de crédito, só atendemos casos de vida ou morte".

Eu espero que, no Brasil, pelo menos vida ou morte eles atendam.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado pela contribuição, Senador.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Lembram do caso do filho do Flávio Dino? Não foi por essa questão que ele morreu?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Foi.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Gente, é isso!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, eu também quero parabenizar a Senadora Ana Amélia e o autor do projeto.

A realidade é que os hospitais não atendem o paciente que chega em estado de emergência; eles fecham as portas, porque ele não tem plano de saúde. E, como disse aqui o Senador Crivella, nos países ricos, também acontece isso. Mas é uma questão de humanidade. Deveria ser obrigatório o atendimento emergencial do doente. Equilibra-se o paciente, depois o transfere para um hospital público, e cobra-se do plano de saúde, se tiver, o atendimento que foi feito.

O que é inadmissível é o não atendimento emergencial de um doente por qualquer tipo de hospital. E mais: nos hospitais, muitas das vezes, o paciente é atendido pelo SUS, e o plano de saúde não restitui o valor desse atendimento feito pelo SUS no hospital para o paciente que tem plano de saúde.

Esta é uma questão que é discutida há muito tempo, Senador Moka: o pagamento pelos planos de saúde aos associados atendidos pelo SUS. Esse é outro assunto.

Mas, Senadora Ana Amélia, deveria haver alguma obrigatoriedade com penalidade – não adianta dizer que é obrigatório, se não há penalidade – para os hospitais que não recebessem os pacientes em estado de emergência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Antes da fala do Senador Moka, peço licença, Sr. Presidente, só para falar da ponderação feita pelo Senador. Eu tinha me referido a isso, mas, talvez, não tenha dado a evidência necessária.

Ao fixar a multa no valor mínimo que a lei preconiza, o projeto do Senador Vital, a proposição dele abranda as multas já definidas pela agência reguladora. A que ele determina é menor. A multa da agência é maior do que aquela que está na lei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Deveria ser o contrário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Deveria ser o contrário!

Então, por isso, eu queria salientar as razões pelas quais estou levando a proposição de rejeitar, em função exatamente de que ele fragiliza, enfraquece as penalidades em relação ao não cumprimento. A lei não pode generalizar. Num país como o nosso, acontece aquilo a que alguém fez referência aqui. Qual é a cidade onde há hospital? Hoje, eu estava vendo o caso de Perus, em São Paulo. É Perus, Senadora?

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Perus.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Perus, em São Paulo, é quase uma cidade. É um bairro de São Paulo. A senhora, que vai ser prefeita lá, sabe isso melhor do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela segunda vez.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela segunda vez.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela segunda vez? Ah, a Senadora será prefeita pela segunda vez! Obrigada, Sr. Presidente. Eu não tinha entendido.

Perus é um bairro, é quase uma cidade dentro de São Paulo que não tem hospital, que não tem nenhum pequeno shopping, que não tem cinema, que não tem nada. E fica dentro da capital mais rica do País! E se quer generalizar um atendimento complexo como esse num País continental como o nosso, em que há carências na saúde!

Hoje, pela manhã, aqui, em Brasília – saí do exemplo de São Paulo para o de Brasília –, no Saúde da Família, dez pessoas foram atendidas. Elas chegam ali de madrugada e ficam na fila. São dez pessoas por dia. Há pobreza na periferia de Brasília.

Então, se criamos uma lei, ela deve ter validade. E a lei abranda a multa do hospital que não atende os casos que especifica a lei preexistente. Então, essa foi a razão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Quero dar uma sugestão: por que V. Exª, em vez de rejeitar o projeto, não faz um substitutivo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Senador Vicentinho Alves, que não está aqui, fez um voto em separado, mas tenho de defender meu relatório. Tenho de defender o relatório que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O Senador Vicentinho deu um voto em separado que não pode ser examinado em razão de S. Exª não se encontrar presente nesta reunião. O Regimento estabelece como regra a presença do autor da emenda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Senador Moka...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O que propõe, portanto, a Senadora Ana Amélia, pelas razões que explicitou, é a rejeição do projeto, para que se possa edificar outro projeto, aí sim atendendo às ponderações que quase todos os Senadores, nesta manhã, fizeram a respeito desse tema de fundamental importância para o País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, só para ajudar, quero acompanhar a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não tenho nenhuma dúvida! Li todo o parecer que veio do Ministério da Saúde. Ela está correta. Inclusive, o dado que ela destacou aqui é importante e está aqui, nas informações que tenho. O projeto diminui a multa, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, infelizmente, não pode ser aprovado.

A iniciativa do Líder Humberto Costa resolve a questão. Ele está marcando uma audiência pública para debater esse tema aqui – a data, se não me engano, já está ajustada com o Ministério da Saúde –, para a gen-

te aprofundar esse debate e, quem sabe, ali construir outra proposta alternativa, que vá na linha da visão de todos os Senadores da Casa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E pode ser uma proposta coletiva da Comissão de Assuntos Sociais. Pode ser uma iniciativa nossa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra, o Senador Moka.

Em seguida, falará o Senador Otto Alencar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o assunto é realmente... A Senadora Ana Amélia está rejeitando o projeto, porque ele, em vez de resolver a questão, está abrandando a multa. Na verdade, é preciso haver mais rigor nisso. Daí o porquê da rejeição.

Eu acho que a iniciativa do Senador Humberto Costa é a mais apropriada mesmo. É reunir aqui os planos de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar, que tem a responsabilidade de fiscalizar e até de multar e penalizar, para que possamos estabelecer...

O pior de tudo isso é quando o paciente tem plano de saúde e é assistido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em rigor, quem tem plano de saúde teria um atendimento e seria pago pelo plano de saúde. Ele é atendido no SUS, e o SUS, quase sempre, não tem ressarcimento por isso. Na verdade, isso precisa ser mais bem definido.

Eu defendo, por exemplo, o seguinte: os hospitais, o SUS, têm que receber um percentual fixo, para exatamente fazer... Porque ele atende planos de saúde, e os planos de saúde, na maioria das vezes, não dão ressarcimento. Então, eles ganham dos dois lados. Isso está errado!

Mas eu acho que não é nesse projeto, lamentavelmente, que nós podemos definir. Por isso, eu acompanho o voto da Senadora Ana Amélia, entendendo que, embora o Senador Vital do Rêgo, certamente, tenha tido boas intenções, o projeto dele decididamente não contempla, principalmente quando ele abranda a punição, a multa dos planos de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu acompanho o voto da Senadora Ana Amélia, mas queria perguntar a V. Exª se, para essa audiência pública, está sendo convocado o diretor da Agência Nacional de Saúde. Se, por acaso, ele não foi convocado, que se convoque, para que ele possa prestar esclarecimentos.

No entanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu sou um crítico das agências federais. Uma agência federal para regular serviços em 26 Estados da Federação e no Distrito Federal? Não há como fazer isso!

Além disso, todas essas agências têm pessoas egressas dessas empresas, de laboratórios. No caso, por exemplo, da Anatel, há componentes que vieram da OI, da Vivo, e são conselheiros lá dentro. Não julgam absolutamente nada!

Eu quero perguntar a V. Exª: um cidadão tem um seguro de saúde lá numa cidade do Amazonas, tem um problema de saúde, não é atendido; ele vai chegar aqui na Agência Nacional de Saúde? Não vai chegar!

O Congresso Nacional deveria modificar a legislação para que cada Estado tivesse sua agência reguladora próxima do consumidor, para regular esses serviços. Isso para energia elétrica... Um governador de Estado... Lá na Bahia, nós temos a Coelba – uma empresa só para distribuir energia. Se faltar energia e a culpa for da empresa, o governador do Estado não tem autonomia nenhuma para punir a empresa; tem que vir aqui na Aneel; se for na telefonia móvel, na Anatel; se for na aviação, na Anac.

Então, o Congresso Nacional deveria começar Pacto Federativo dando autonomia aos Estados para fiscalizarem serviços de interesse da população, sobretudo serviços essenciais.

Eu tenho estudado isso, não sei se o Congresso tem essa condição, mas seria uma bandeira a ser levantada pelo Senado Federal dar a cada Estado autonomia de fiscalizar serviços essenciais, porque alguém lá do Maranhão, terra de V. Exª, num dos Municípios do interior, que tenha um problema com um atendimento médico com o seguro de saúde não vai chegar aqui em Brasília em hipótese alguma! Então, esse princípio federativo precisa ser restabelecido.

Nos Estados Unidos, até o Município pode punir. Até um Condado pode fazer isso. O Estado muito mais ainda. E aqui, não. Aqui no Brasil, tudo se resolve em Brasília.

A concentração de poder político, administrativo e financeiro fez de Brasília Roma em seu auge, quando se dizia: Roma locuta est, Causa finita est – Roma falou, a causa se encerrou. Ou se descentraliza poder administrativo, financeiro e político, ou, então, eu tenho muita dificuldade em dizer que este País vai oferecer bons serviços aos seus consumidores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Só lembro, Presidente, apenas para esclarecer, que as multas que a ANS já aplica hoje variam de R$80 a R$100 mil, dependendo do caso de urgência ou emergência.

Agora, houve uma discussão também aqui da cobrança efetiva dessas multas. Aqui, no Senado Federal, nós discutimos essa matéria longamente e vimos também a questão do funcionamento das agências regula-

dores. Grande parte dos Senadores – agora também o Senador Otto Alencar – fala a respeito da eficácia desse funcionamento.

Penso que essa iniciativa do Senador Humberto Costa, nosso colega, ex-Ministro da Saúde, é um bom caminho para que consigamos proteger o interesse do cliente do plano de saúde e para que esse sistema, que é necessário, funcione bem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Otto Alencar, V. Exª indaga sobre o requerimento do Senador Humberto Costa, que já foi aprovado nesta Comissão. Ele propõe a presença de representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar, representante da Secretaria Nacional do Consumidor, representante da Unimed do Brasil, representante da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar e representante da União Nacional das Instituições de Autogestão da Saúde. É um grupo abrangente de todas essas questões.

O requerimento não diz respeito a esse projeto, cujo relatório da Senadora Ana Amélia é no sentido da rejeição, rejeição não por rejeitá-lo, mas por não atender àquilo que pretendia em matéria de correição dos planos de saúde. O que se pretende agora, como disse, é a edificação de um outro projeto, que seja capaz, aí, sim, de atender ao cerne dessa matéria essencial para a saúde do povo brasileiro.

Srªs e Srs. Senadores, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto de lei do Senado.

Quem vota com a Relatora vota "não" ao projeto.

Votação nominal.

Senador Paulo Paim, como vota?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente. "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com a Relatora. "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – "Não". Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A Relatora já votou.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto com a Relatora.

Peço desculpas, Sr. Presidente, eu estava atendendo ao Governador do meu Estado ali, na sua sala.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Desculpas plenas.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente, voto "não", voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – "Não". Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com a Relatora, Sr. Presidente, por todas as questões levantadas por ela.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Roberto Rocha. (Pausa.)

Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O projeto foi rejeitado por unanimidade.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para se dar ciência ao Plenário e para ser feita a publicação no Diário do Senado Federal.

Vamos ao item 10.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pode ser o item 4?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nós votaremos o item 4 depois. É que estamos dando preferência aos projetos cujos relatórios já foram lidos em reuniões anteriores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O meu já foi lido. O item 4 já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O item 4 ainda não foi lido.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O item 4 já foi discutido, conversado. Por três ou quatro vezes, já esteve em pauta. O Governo pediu para dar uma olhada, e ele voltou. A última palavra, se o senhor olhar a transcrição da reunião passada – tenho até a transcrição aqui –, foi dada pelo Paim, que disse o seguinte: "Nos votaremos, com acordo ou sem acordo, junto ao Governo." Essas são as notas taquigráficas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E estou aqui para isso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – São as notas taquigráficas da reunião passada. Disse o Senador Paim: "Nós votaremos, com acordo ou sem acordo, junto ao Governo."

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero reafirmar minha posição. Estou aqui para votar o projeto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, qual é o projeto?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – É o que dizem as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – São da Comissão de Assuntos Sociais?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – São notas taquigráficas da Comissão do Senador Lobão. Conhece?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Conheço. Já ouvi falar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Já ouviu falar?

É o que está aqui. Disse o Senador Lobão: "Muito bem! Então, pela proposta do Relator, com o apoio do Senador Crivella e, certamente, da Comissão, retiraremos de pauta esse projeto, devendo ele retornar na próxima semana."

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Então, ele não foi lido, mas foi retirado de pauta. V. Exª traz o socorro ao Presidente desta Comissão. Mas vamos votar o projeto em seguida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Crivella, não só a Caixa deveria ter enviado a sua posição – não a enviou a tempo –, mas também o setor da indústria da construção está pedindo isso ao senhor. Acho que essa decisão foi sábia, para que houvesse a avaliação desses aspectos do impacto. Aqui, cumprimento o senhor por sua iniciativa, para proteger os aposentados, as pessoas de mais idade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Vamos retornar ao item 10.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, fiquei na dúvida agora: vamos votar ou não o projeto do Senador Crivella?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Vamos votá-lo em seguida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos votá-lo.

Estou aqui para isso, Senador Crivella. Nada melhor do que a palavra dada, como sempre digo. Falei isso, inclusive, sobre a Presidenta da República. O fim do fator previdenciário é um compromisso de campanha tanto do Aécio Neves, em nome da oposição, como dela, como Presidenta. Então, digo que palavra dada, escrita e assumida tem de ser honrada. E estou aqui para isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito bem!

Voltaremos ao item 10, então, que está em decisão terminativa e que trata do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015, do Senador José Medeiros, que tem como Relator o Senador Otto Alencar.

Sucede, Senador Medeiros, que há um requerimento das Senadoras Lúcia Vânia e Lídice da Mata, solicitando o sobrestamento dessa matéria.

Então, teremos de colocar o requerimento em votação. Nesse caso, a votação do projeto ficaria suspensa, para ser reeditada no passo seguinte.

Ponho em votação, portanto, o requerimento das Srªs Senadoras Lúcia Vânia e Lídice da Mata de sobrestamento desse projeto, para que se proceda em seguida...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que está em discussão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. O senhor está colocando-o em votação?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Ainda vamos ter a discussão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, em discussão, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Está em discussão.

V. Exª tem a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Inscreva-me para discutir, após a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, esta Comissão está assistindo a um fato muito raro: há uma divergência muito eventual entre mim e o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – A Senadora Lúcia Vânia não está presente. Então, o requerimento dela fica prejudicado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Mas o requerimento é assinado por mais dois Senadores, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Quem são os dois Senadores?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Eu própria, que estou aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – E V. Exª vale por dois Senadores! (Risos.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Quero justificar minha posição.

O autor do projeto está aqui. É membro do meu Bloco e, como membro do Bloco, solicitou a mim, como Líder do Bloco, que pudesse fazer a defesa do seu projeto e apresentar um voto em separado nesta Comissão. Por isso, estudei a matéria e apresentei um voto em separado.

No entanto, na discussão da semana passada, a Senadora Lúcia Vânia, que assistia ao debate do seu gabinete, veio aqui correndo e quis participar da discussão. E nesta semana, ontem, ela apresentou um requerimento solicitando uma audiência pública, o sobrestamento dessa matéria, para que houvesse uma audiência pública que pudesse discutir essa questão. Como ela não pôde vir hoje, pediu-me, ontem, que assinasse com ela essa solicitação, para que pudéssemos ter a participação de senhores e senhoras relacionados com a área médica; que pudessem discutir aqui as consequências do excesso de bebidas açucaradas nesta Comissão.

São representantes da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde; representante do Conselho Federal de Nutricionistas; representante da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica; presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes; médica endocrinologista do Distrito Federal e diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O que pretende a Senadora Lúcia Vânia é que, antes da votação deste requerimento ou deste projeto,possa haver uma discussão a respeito desse assunto.

A divergência em relação ao parecer do Senador Otto se resume a duas questões. No momento em que formos discutir o projeto, apresentarei as duas questões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, estou apenas tentando aproveitar ao máximo o projeto de um Senador. É óbvio que há momentos em que o projeto tem que ser rejeitado, como foi agora há pouco, e votei com ele. Mas, sempre que a matéria me vem à mão, eu tento, ao máximo, garantir a aprovação, ou substituir o projeto para garantir ao autor que ele possa ter sua ideia preservada. O autor está aqui. É o Senador José Medeiros, do PPS, e eu, como Líder do seu Bloco, que compõe esta Comissão, apresentei um voto em separado.

Neste momento, apoio a proposição da Senadora Lúcia Vânia, que apresenta a ideia de se fazer uma audiência pública antes do voto da Comissão.

Se V. Exª considerar, se o Regimento lhe permite isso e puser em votação, obviamente aceitaremos a decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O Regimento permite plenamente a iniciativa de V. Exª e a da Senadora Lúcia Vânia. Não estando presente S. Exª, vale a assinatura de V. Exª.

Antes do Senador Flexa, ouço o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, o requerimento da Senadora Lúcia Vânia foi para se fazer uma audiência pública a respeito do assunto, que não tem absolutamente nada com a votação do projeto. Pode-se fazer audiência pública, como ela mesma falou aqui, no dia em que estava presente, a posteriori.

O que se está discutindo aqui é votar o projeto como eu relatei ou o substituto da Senadora Lídice da Mata. A meu ver, é isso que se tem que colocar em votação.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, o requerimento da Senadora Lúcia Vânia é específico pela discussão do projeto, para contribuir para a discussão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu vou ler o requerimento para que fique mais clara a intenção das duas ilustres Senadoras.

Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do §2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a questão da obesidade infantil, a fim de obter subsídios para instruir os Srs. Senadores a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 8 [que é o projeto de que estamos agora cuidando], que acrescenta §3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre aos malefícios do consumo abusivo dessas bebidas.

Portanto, o requerimento pede o sobrestamento da votação da matéria para que se realize audiência pública a fim de instruir a votação do referido projeto.

Se a Comissão aprova o requerimento, o projeto fica sobrestado. Se rejeita o requerimento, aí colocaremos em votação o projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª vai colocar o requerimento em votação, então.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sim. Em votação simbólica, o que não impede que depois do resultado algum Senador peça votação nominal.

Em votação, portanto, o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, fica sobrestada a matéria.

Registro que o voto do Senador Otto é contrário.

(É o seguinte o item sobrestado:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2015

– Terminativo –

Acrescenta §3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre aos malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015.

Observações: – Em 29.04.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– Em 13.05.2015, a Senadora Lídice da Mata apresentou Voto em Separado, sem proceder sua leitura, concluindo pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

A Presidência concede Vista à Senadora Lídice da Mata nos termos regimentais.

– Votação nominal.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, eu quero até chamar a atenção da Senadora Lídice da Mata para dizer que recebi ontem um ofício da Associação das Baianas de Acarajé e do pessoal que vende rapadura no Mercado Modelo pedindo para não incluir o acarajé, o abará e a rapadura, que também podem causar obesidade. O que mais causa obesidade em baiano é acarajé, abará e rapadura.

Portanto, Sr. Presidente, eu espero que não se inclua no projeto esses alimentos; do contrário, as baianas vão morrer de fome sem vender acarajé, abará e rapadura, que a Senadora Lídice da Mata come muito, mas não engorda porque tem um... (Risos.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – O que me dá tranquilidade é justamente não haver excesso de açúcar pelo menos no acarajé e no abará. Quanto à rapadura, já não digo, mas é um açúcar não industrial.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA. Fazendo soar a campainha.) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu quero acompanhar o voto do Senador Otto Alencar, contra o requerimento, e dizer à Senadora que o acarajé pode não ter açúcar, mas tem óleo e fritura, que também leva à obesidade.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – E a rapadura então, essa nem se discute.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu certamente não me deixarei atemorizar por essa proposição. O acarajé é uma fritura assim como diversos outros tipos de alimentos no Brasil. Recomenda-se que não se coma todos os dias. Eu como acarajé, gosto de acarajé, o meu médico me permite comer de 15 em 15 dias, o que o torna mais saboroso. Às vezes saio daqui sonhando em comer acarajé.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA. Fazendo soar a campainha.) – Senadora Lídice, não se deixe motivar pelos atos de terrorismo do Senador Flexa.

Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu quero apoiar o requerimento sem causar qualquer prejuízo às baianas de Salvador e da Bahia.

Eu queria também, Sr. Presidente, pedir a possibilidade de inversão de pauta para o item 8. Eu gostaria de ler, já que sou a relatora, porque daqui a dez minutos precisarei me ausentar para a reunião com os governadores, aqui no Senado. Já vai começar e gostaríamos de participar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. Fora do microfone.) – Já vai começar. Vamos deixar para a semana que vem, Presidente. Onze horas começa a reunião com os Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora, podemos...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Podemos, Sr. Presidente. Podemos deixar, então, para a próxima semana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Para que nós possamos...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Flexa...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – ... analisar com mais cuidado esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – ... nós temos um prazo para decidir sobre as políticas públicas.

Atenção, Srs. Senadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me só lembrar a todos que, ao meio-dia, temos reunião da CDH, deliberativa. Depois da reunião dos Governadores, estão todos os membros daquela Comissão convidados.

Obrigado, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Esta Presidência comunica que, de acordo com os preceitos regimentais, aprovaremos de forma colegiada, mediante requerimento de autoria desta Comissão, políticas públicas para avaliação anual, o que resultará num relatório a ser apresentado ao final desta Sessão Legislativa.

A Secretaria da Comissão recebeu, ao longo da semana, sugestões de políticas públicas encaminhadas por V. Exªs, e as mais votadas foram: SUS; Benefícios Previdenciários; Bolsa-Família; Avaliação do Sistema Único de Assistência Social; Política Nacional de Assistência Social; Transplante de Órgãos e Tecidos; Abastecimento de Água; Programa de Relação de Emprego e Renda; Proteção à Propriedade Industrial; Funcionamento do Seguro-Desemprego; Regulação de Preços de Medicamentos.

Duas dessas políticas obtiveram preferências, por quatro votos; as demais, dois votos e um voto.

Eu terei que nomear um relator, e desejo fazer homenagem a um ex-Presidente desta Comissão. Portanto, Senador Moka, fica nomeado Relator, para que, na próxima reunião, possa trazer a esta Comissão o seu pensamento como Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem, se me permite.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Então, V. Exª será o Relator, no caso do Sistema Único de Saúde, e eu peço à Senadora Ana Amélia que relate os Benefícios Previdenciários.

Pela ordem, o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, é só um adendo àquela audiência pública já aprovada, do Senador Humberto Costa. Como ele não está presente, ele mandou aqui o requerimento, que eu passo a ler para V. Exª. É bem curtinho.

Em aditamento ao Requerimento nº 19/2015, requeiro, nos termos do art. 93, II, desta Casa, que se convide a Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar para a referida audiência.

Do Senador Humberto Costa e eu estou assinando, por estar presente. É só um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Vamos concluir esta matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 21, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Política Nacional do Poder Executivo para avaliação em 2015 o SUS – Sistema Único de Saúde.
Autoria: Comissão de Assuntos Sociais

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 22, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Política Nacional do Poder Executivo para avaliação em 2015: Benefícios Previdenciários.
Autoria: Comissão de Assuntos Sociais.)

Esta Presidência designa, portanto, os dois Relatores, e espera que, por gentileza, acelerem um pouco as suas decisões.

Votemos agora o requerimento do Senador Humberto Costa, subscrito também pelo Senador Paim, que eu agora coloco em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 23, DE 2015
– Não terminativo –

Em aditamento ao RAS 19, de 2015, requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que se convide a Associação Brasileira das Entidades da Previdência Complementar, para a referida audiência.
Autoria: Senador Humberto Costa e outros

A Senadora Ana Amélia está lá...

Por sua gentileza, a política pública de Benefícios Previdenciários.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou me empenhar em fazer um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – E o Senador Crivella, que tinha tanto interesse na votação do seu projeto, por razões superiores, não pôde permanecer nesta Comissão.

A matéria, portanto, volta à pauta da próxima reunião.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu só queria comunicar que, na reunião anterior, eu retirei o relatório para que eu pudesse ouvir o pessoal do Ministério da Saúde... Eu fiz uma reunião.

Depois de pronto, ontem, ainda veio uma contribuição do pessoal da aviação civil, que eu incorporei num parágrafo. Foi apenas um parágrafo, que eu já queria considerar, para dar ciência, a fim de que, na próxima quarta-feira, eu pudesse ler esse relatório. Então, naquele relatório que está aí, eu já substitui apenas um parágrafo.

O que diz o parágrafo? Eu achei a questão justa. As empresas de aviação vão ter por obrigação reservar um lugar, quando há um órgão que vai para algum outro lugar, numa doação de um órgão para ser transplantado em outro lugar. Elas vão se comprometer com isso, não vão cobrar nada por isso. Elas acabam perdendo espaço, porque deixam de vender um lugar. O projeto até prevê que, quando não há um lugar, porque está lotado, a empresa tem de convencer alguém de não viajar naquele dia.

As empresas de aviação disseram que a única coisa que elas gostariam é que, se, por acaso, durante o transporte, não por culpa delas, por atraso de voo, por exemplo, houver uma deterioração do órgão, porque esses órgãos têm um tempo, que elas não fossem penalizadas por isso. Eu achei isso mais que justo, Sr. Presidente, e adotei isso no parágrafo.

Essa é a única modificação no relatório anterior. Eu achei isso justo e estou dando ciência, oficialmente, dessa modificação pequena, porém, na minha avaliação, muito justa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª se refere ao Projeto nº 39, de 2014, que se encontra na Ordem do Dia. Como não há mais quórum para deliberação terminativa, ele, automaticamente, fica inscrito para a próxima reunião.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e dois minutos, do dia vinte e sete de maio de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores: Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Benedito de Lira, e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Lídice da Mata, Fátima Bezerra, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2014 – Não Terminativo – Autoria: Deputado George Hilton. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista à Senadora Angela Portela nos termos regimentais. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2008 – Não Terminativo – Autoria: Senador Alvaro Dias. Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas. Relatório: Pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2008. Resultado: Aprovado Parecer pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2008. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Relatoria: Senador Benedito de Lira. ITEM 3 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual. Autoria: Senador Armando Monteiro. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Bauer. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2012 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artísti-

ca e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2013 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador José Pimentel. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2013 – Complementar – Não Terminativo – Altera a redação dos arts 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir à microempresas e empresas de pequeno porte que prestem serviços de corretagem de imóveis a opção pelo Simples Nacional. Autoria: Senador Ciro Nogueira. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2013 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Armando Monteiro. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2014 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Wilder Morais. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte dos ramos de atividade que especifica. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011 – Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 63 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; e 16, de 2014, todos complementares, que tramitam em conjunto. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Otto Alencar. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2011 – Não Terminativo – Autoria: Senador Sergio Souza. Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e altera o § 2º do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a responsabilização solidária da Administração Pública e da pessoa jurídica tomadora de serviços, com o respectivo prestador, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, e, em caso de dolo ou culpa, pelos encargos trabalhistas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011, e da Emenda que apresenta. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. ITEM 5 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2013 – Terminativo – Autoria: Senador Valdir Raupp. Altera a redação do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o objetivo de instituir a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade da Emenda nº 1 e pela aprovação da Emenda nº 2, ambas apresentadas no Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 62, de 2013. Resultado: Aprovados, em Turno Suplementar, o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2013, com a Emenda nº 2-CAS de Turno. Suplementar. Fica prejudicada a Emenda nº 1 do Turno Suplementar. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2011 – Terminativo – Autoria: Deputada Íris de Araújo. Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em TURNO ÚNICO, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011. Fica prejudicada a Subemenda do Senador Paulo Paim. A matéria vai a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada apresentação de novo Substitutivo integral. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2009 – Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim. Fixa o piso salarial do gari e define o grau do adicional de insalubridade que lhe é devido. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2009, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, de 2014 – Terminativo – Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a obrigatoriedade de reserva de vaga e espaço para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em TURNO ÚNICO, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2014. A matéria vai a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento. Poderão ser oferecidas emendas no Tur-

no Suplementar, vedada apresentação de novo Substitutivo integral. Relatoria: Senador Waldemir Moka. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2014 – Terminativo – Autoria: Senadora Ana Rita. Acrescenta § 1º-B ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que cinquenta por cento das vagas obrigatórias para fins de Aprendizagem sejam preenchidas por jovens em situação de trabalho infantil ou em risco de envolvimento com as piores formas de trabalho infantil ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2014. Relatoria: Senadora Angela Portela. Resultado: Adiado. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2014 – Terminativo – Autoria: Senadora Ana Amélia. Acrescenta o art. 63-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para instituir o auxílio doença parental. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2014. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2014. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. EXTRAPAUTA – ITEM 11 – **MENSAGEM (SF)** Nº 23, de 2015 – Não Terminativo – Autoria: Presidente da República. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora KARLA SANTA CRUZ COELHO, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor André Longo Araújo de Melo. Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: Lido Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão nos termos do artigo 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria retornará à Pauta, em data oportuna, para arguição pública do indicado e posterior votação procedida por escrutínio secreto. Relatoria: Senadora Angela Portela. ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 24, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 14 de 2015, desta Comissão, de forma que seja incluído o seguinte convidado para participar da referida Audiência Pública: Dr. Ricardo Romiti, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – USP. Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, e as Senadoras Angela Portela, Lídice da Mata, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin; e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e seis terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu já estou com meu parecer pronto para a indicação da Karla Santa Cruz Coelho para a Agência Nacional de Saúde.

Gostaria de fazer a leitura do meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu concedo a palavra a V. Exª para leitura do parecer e, em seguida, na forma regimental, abriremos vista por uma semana para que, em seguida, se proceda à votação secreta.

Tem a palavra V. Exª, depois dos cumprimentos afetuosos do Senador... (*Risos.*)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, vou fazer a leitura do parecer.

Sobre a Mensagem nº 23, de 2015, da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Srª Karla Santa Cruz Coelho para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. André Longo Araújo de Melo.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e o art. 5º do Anexo I ao Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, a Presidente da República, mediante a Mensagem nº 23, de 2015, submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome da Srª Karla Santa Cruz Coelho para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. André Longo Araújo de Melo. Em anexo à mensagem, está o *curriculum vitae* da indicada.

A Srª Karla Santa Cruz Coelho é brasileira, médica, graduada pela Universidade Federal Fluminense. Fez curso de residência médica em Medicina de Adolescentes na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Nessa mesma universidade, obteve os títulos de mestre e de doutora, cujas teses eram na área de epidemiologia e saúde coletiva.

Aprovada em concurso público realizado em 2009, a indicada é Professora Adjunta de Saúde Coletiva do curso de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa instituição, além de exercer atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, publicou diversos livros e artigos na área de saúde suplementar.

Participa ainda de várias entidades científicas, tais como a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias em Saúde, a Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde, a Rede Cegonha no Ministério da Saúde, entre outras. É membro da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, do Health Technology Assesment International e do Guidelines International Network.

Desde 2001, atua na Agência Nacional de Saúde Suplementar, onde atualmente é gerente de assistência à saúde na Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos. Como gestora pública, exerce funções de planejamento e elaboração de políticas públicas na área de saúde.

Nessa agência, entre outras atividades, a Srª Karla Santa Cruz Coelho alega ter coordenado as últimas revisões do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, além de ter participado do processo de incorporação da terapia antineoplásica oral para tratamento do câncer, assegurando, assim, a obrigatoriedade de cobertura desses medicamentos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Além disso, implementou ações de estímulo ao parto normal, que resultaram em publicação de resolução normativa que regulamenta o tema da saúde suplementar.

Diante do histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Srª Karla Santa Cruz Coelho para o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Sr. Presidente, este é o nosso parecer.

Solicito da Presidência da Comissão uma agenda para que possamos fazer a sabatina da nossa indicada para a Agência Nacional de Saúde.

Era esse o nosso parecer, o nosso relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência concede automaticamente vista coletiva a todos os senhores membros da Comissão.

A matéria retorna, assim, à pauta do dia 17 de julho, quarta-feira, para arguição e posterior votação, em escrutínio secreto, da indicação do nome da Srª Karla Santa Cruz Coelho para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar na vaga decorrente do término do mandato do Sr. André Longo Araújo de Melo.

O parecer da Relatora encontra-se sobre a mesa dos Srs. Senadores.

[É concedida vista coletiva do seguinte item:

ITEM 11

MENSAGEM (SF) Nº 23, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora KARLA SANTA CRUZ COELHO, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor André Longo Araújo de Melo.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Observações:]

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2014
– Não terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico.
Autoria: Deputado George Hilton
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014.
Observações: – *Votação simbólica.*

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que chegou, na tarde de ontem, solicitação da Mesa quanto ao item 1 da pauta, no sentido de atender a requerimento de oitiva de outra Comissão.

Esta Presidência consulta inicialmente a Relatora, Senadora Marta Suplicy, e, posteriormente, seus demais membros sobre o seguinte: se iremos dar continuidade à deliberação desta matéria nesta reunião antes de encaminhá-la à Mesa, ou se, alternativamente, atenderemos o pedido de retirada de pauta do projeto para que seja enviado à Mesa do Senado Federal.

Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Sr. Presidente, o projeto não é terminativo, a Relatora está aqui, ele ficou muito tempo parado na Casa, não vejo por que não possamos dar seguimento aqui nesta Comissão. Gostaria de poder fazer o relatório, votar aqui e, depois, a Mesa resolve se encaminha para outra Comissão ou não.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Os Srs. Senadores membros da Comissão que concordam com a posição da Senadora Marta Suplicy, Relatora, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir à leitura do seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – O Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014, do Deputado George Hilton, dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico.

A proposição está estruturada para assegurar o devido reconhecimento profissional ao instrumentador cirúrgico. Na sua parte substancial, o projeto prevê as condições para o exercício profissional, as atribuições, os deveres, a ética e disciplina.

Em sua justificação, o autor afirma que o ambiente hospitalar, é, por definição, típico para o desenvolvimento das ações e promoção, proteção e recuperação da saúde. Dentro desse contexto, os instrumentadores cirúrgicos são os responsáveis, nos procedimentos cirúrgicos, pela qualidade e a segurança dos pacientes, diminuindo o risco de infecções hospitalares e maximizando o sucesso das intervenções cirúrgicas. Essas importantes atribuições demandam a necessidade de um profissional com qualificação específica. Nada mais justo do que a pronta regulamentação da referida profissão.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Em 6 de agosto de 2014, na Comissão de Assuntos Sociais, foi designada Relatora da matéria a Senadora Ana Rita, que apresentou relatório com voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014, mas que, em virtude do término da Legislatura, não pôde ser apreciado pela Comissão.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A regulamentação de profissões insere-se no campo temático do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição original não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade.

No mérito, importante salientar que o inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal estabelece que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabe-

lecer. Por sua vez, o art. 22, XVI, também da CF, dispõe que é competência privativa da União legislar sobre organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício da profissão.

Assim, resta evidente, pela sua importância e complexidade, que as atividades de instrumentador cirúrgico exigem do profissional uma habilitação específica, que agora a lei passa a reconhecer.

No âmbito da Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada nos termos dos pareceres proferidos pela Comissão de Seguridade Social e Família; pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Ana Rita, na condição de Relatora, apresentou em dezembro de 2014 parecer pela aprovação da matéria, cuja argumentação acolhemos e reapresentamos em nosso parecer.

Cabe ainda destacar que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado realizou audiência pública no dia 2 de dezembro de 2014 para discutir a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Na ocasião estiveram presentes representantes da Associação Médica Brasileira, do Conselho Federal de Enfermagem, da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos e do Conselho Federal de Medicina, e o debate foi importante para a compreensão da importância da regulamentação da profissão.

O instrumentador cirúrgico é o profissional da área da saúde que, habilitado para tanto, tem o papel de acompanhar e participar da cirurgia em todas as fases, além de exercer atos direcionados a prestar serviços ao paciente e à própria equipe cirúrgica.

As atividades desse profissional são importantes para a dinâmica do hospital, para o trabalho da equipe cirúrgica e para o melhor resultado do tratamento do paciente, extrapolando, em muito, o momento da cirurgia.

Ante os princípios que regem, nos dias atuais, a saúde, e em conformidade com as normas ético-profissionais que regem qualquer atividade da saúde, a responsabilidade do instrumentador cirúrgico transcende o campo técnico, atingindo uma dimensão social.

O profissional em instrumentação cirúrgica não está descompromissado da sensibilidade com relação ao cliente-paciente, uma vez que influencia no seu equilíbrio emocional, favorecendo-lhe e contribuindo na promoção da saúde, quando desenvolve suas atividades em campo cirúrgico, auxiliando o cirurgião e proporcionando um trabalho que requer uma habilitação adequada. Assim passa a oferecer à sociedade segurança técnica e qualificação profissional.

É necessário, pois, investir no profissional instrumentador cirúrgico não apenas no sentido de se empregarem esforços em favor da formação e de competentes profissionais, mas também de forma a responder pela demanda vigente, movida por nova mentalidade e consciência que se posicionam em nossa sociedade.

No Brasil, estabeleceram-se cursos oficiais para a qualificação e formação do profissional instrumentador cirúrgico a partir do ano de 2000. O surgimento desses cursos deixou expresso tratar-se de atividade/função distinta de qualquer outra na área da saúde, e somente admissível o respectivo exercício quando qualificado especificamente na instrumentação cirúrgica.

Nesse sentido encontramos pronunciamentos do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde.

Parecer datado de 10 de abril de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, proferido no Processo nº 25000.010967/95-385, deixou expresso que: "a instrumentação não pode ser exclusiva nem privativa sendo permitida aos profissionais da saúde com qualificação específica".

Em expediente do Conselho Federal de Medicina, datado de 15 de setembro de 1998, dirigido à Associação Nacional de Instrumentador Cirúrgico, informa-se que "esclarecemos que o Conselho Federal de Medicina entende que a Resolução CFM n° 1.490/98 é clara quando explicita que o instrumentador deve ser devidamente qualificado".

A proposição que ora apreciamos foi precisa ao resguardar os direitos daqueles que já estiverem exercendo a profissão em data anterior a dois anos a contar de 31 de dezembro de 2001.

Fundamenta-se no fato de terem se instituído no Brasil cursos regulares e oficiais de qualificação profissional de instrumentador a partir do ano de 2000, conforme referido. Os instrumentadores, a partir de então, tendo a sua disposição cursos regulares, deverão portar diploma de qualificação especifica, como recomendado pelo Conselho Nacional de Saúde e Conselho Federal de Medicina.

Dessa forma, acreditamos que a regulamentação desta profissão contribuirá para que a saúde no Brasil conte cada vez mais com profissionais qualificados para a prestação de um serviço de qualidade.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de contar com a compreensão da Senadora Marta, pois eu peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Vista concedida a V. Exª.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2008
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pelo arquivamento do Projeto.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em análise nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, que visa alterar a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

O art. 1º altera o §5º do art. 3º da Lei nº 10.101, de 2000, para determinar que à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas deverão aplicar-se as regras do art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que estabelece:

Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

Na análise da matéria, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria insere-se na competência da Comissão de Assuntos Sociais, pois está diretamente relacionada com os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, entre eles, relações de trabalho.

A proposta é meritória, eis que a participação nos lucros e resultados das empresas representa um fator de inclusão dos empregados no contexto da organização e dos objetivos empresariais. É também um fator de cidadania, pois gera efeitos sociais e econômicos positivos, vinculados ao trabalho. Se quisermos avançar para uma sociedade mais justa, a utilização desse instrumento de partilha dos resultados é imprescindível.

A despeito do seu mérito, todavia, registramos aqui o advento da Medida Provisória nº 597, de 26 de dezembro de 2012, convertida na Lei nº 12.832, de 20 de junho de 2013, que introduziu mudanças significativas na tributação relativa à participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas.

Como se sabe, a participação nos lucros ou resultados das empresas foi regulamentada pela Lei nº 10.101, de 2000. No §5º do seu artigo 3º, dispunha que as participações seriam tributadas na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês, como antecipação do imposto devido na declaração, competindo à pessoa jurídica a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do imposto.

A redação dada ao citado dispositivo pela Lei nº 12.832, de 2013, determina que a participação nos lucros deve ser, a partir de 1º de janeiro de 2013, tributada integral e exclusivamente na fonte, com base na tabela constante do Anexo à lei, não integrando a base de cálculo do imposto devido na declaração:

Tabela..

Valores em reais:

De 0 a 6.777 – zero de taxa, de alíquota;

De 6.777 a 9.922 – 7,5%;

De 9.922 a 13.000 – 15%;

De 13.167 a 16.380 – 22%;

Acima de 16.380 – 27,5%.

Determina, ainda, que quando houver pagamento de mais de uma parcela no mesmo ano, o imposto será recalculado com base no total da participação nos lucros, deduzindo-se o retido anteriormente (§7º). As participações nos lucros pagas acumuladamente relativas a mais de um ano serão também tributadas exclu-

sivamente na fonte, com base na tabela progressiva presente no Anexo (§§8º e 9º). Podem ser deduzidas da participação nos lucros ou resultados das empresas as importâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia, quando correspondentes a essa participação, vedada a utilização da mesma parcela para determinação da base de cálculo dos demais rendimentos (§10).

A medida atende a uma antiga reivindicação dos trabalhadores e centrais sindicais, que é a de concessão de isenção do imposto de renda sobre pagamentos da participação nos lucros, também objeto do presente projeto de lei. O pleito é atendido, em boa parte, pela Lei nº 12.832, de 2013, uma vez que a isenção para os pagamentos de até R$ 6.000,00 (valor referente à época da edição da medida provisória) no ano-calendário abrange cerca de 60% dos beneficiários, de acordo com as informações fornecidas pelo Ministério da Fazenda.

À época da edição da medida provisória, convertida na mencionada lei, a renúncia fiscal estimada com base na sua aprovação foi de R$1,7 bilhão em 2013; R$1,88 bilhão em 2014; e R$2,09 bilhões em 2015.

A propósito, nesse último aspecto, a despeito de o art. 2º da proposta determinar medidas de adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal e o art. 3º estipular cláusula de vigência, estabelecendo que a alteração pretendida na lei somente produzirá efeito a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que forem implementadas as medidas previstas no art. 2º, vale ressaltar que o projeto em tela não cumpre o disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. A proposição não contém estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que irá iniciar sua vigência e nos dois seguintes, nem está acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

> I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
> II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
>
> .....
>
> A título de ilustração, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados vem rejeitando proposições iniciadas no Senado Federal que não estejam acompanhadas da estimativa da renúncia fiscal, com base na Súmula nº 1, de 2008, da Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados, *verbis*:
>
> **SÚMULA – CFT nº 1/08**

É incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – deixe de apresentar a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro, bem como a respectiva compensação.

Assim, pelas razões ora apresentadas, entendemos que o PLS nº 175, de 2008, tenha perdido sua oportunidade, além de não cumprir o disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Registre-se, por fim, que, durante a tramitação da Medida Provisória nº 597, de 2012, no Congresso Nacional, não foi apresentada emenda de igual teor ao conteúdo ao do presente projeto de lei.

Voto.

Em face do exposto, Presidente, votamos, em conformidade com o art. 133, III, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2008.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Benedito de Lira.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2008.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Item nº 3. O Item nº 3 diz respeito à tramitação do PLS 246 com vários adendos. É Relator o Senador Otto Alencar, que solicita a esta Presidência o adiamento da votação pela impossibilidade de S. Exª de se encontrar presente nesta reunião.

Enquanto aguardamos a presença do Senador Eduardo Amorim, quanto ao Item nº 4, vamos deixá-lo para o passo seguinte, no aguardo, portanto, da presença do Ilustre do Senador.

O comendador Marcelo Crivella já se encontra presente.

Portanto, passo a palavra a S. Exª para relatar o item nº 5, que diz respeito ao PLS 62, de 2013.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o projeto é do Senador Valdir Raupp.

A matéria pretende alterar a CLT, em decisão terminativa.

O PLS nº 62, de 2013, altera a legislação trabalhista, para permitir que, em caso de crise econômico-financeira da empresa, seja possível a suspensão do contrato de trabalho, desde que haja previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado.

O proponente esclarece, em sua justificação, que o objetivo é flexibilizar a modalidade já existente de suspensão contratual não remunerada.

Sr. Presidente, nos termos do nosso Regimento, é possível a apresentação de emendas ao substitutivo, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Assim, as emendas em foco, oferecidas em momento oportuno, não apresentam vícios formais que obstem a sua tramitação.

No mérito, ainda que ao sindicato da categoria profissional caiba a defesa dos interesses dos trabalhadores, motivo pelo qual as condições para a suspensão do contrato de trabalho em momentos de crise econômico-financeira da empresa serão por ele negociadas sempre visando à proteção daqueles que representa, o restabelecimento da aquiescência formal do empregado, na forma originalmente prevista no PLS nº 62, de 2013, afigura-se salutar. Isso porque, na prática, pode o empregador abusar da faculdade a ele atribuída pelo instrumento de autocomposição dos conflitos envolvendo capital e trabalho. Ante tal quadro fático, a única defesa de que disporá o empregado contra o ato ilícito do empregador será a recusa em suspender o seu contrato de trabalho.

Nesses termos, a providência que se busca inserir no substitutivo aprovado pela CAS, por consistir em mais um mecanismo de proteção aos interesses do trabalhador brasileiro, merece ser aprovada por este Parlamento.

Em face das razões expostas, votamos pela aprovação da Emenda nº 2, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1, apresentadas em turno suplementar ao substitutivo ao Projeto de Lei do Senado.

É um projeto importante, Sr. Presidente, porque visa, nesses momentos difíceis, proteger o trabalho diante das ambições desmedidas e insaciáveis do capital.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – ... o relatório do Senador Marcelo Crivella.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Desde o primeiro momento, quero dizer que fui contra este projeto.

Fizemos aqui um debate muito firme, muito duro, mas muito respeitoso com o Senador e Ministro Armando Monteiro, porque não se pode, em momento de crise... As crises, às vezes, são fabricadas, e também há as falências fabricadas, como todo mundo sabe. Eu me lembro de empresas que declaram falência com objetivos outros, e o trabalhador paga a conta. Por isso, chegamos a um acordo com o próprio Senador de que deveria haver uma emenda que garantisse a contribuição do empregado de concordar ou não com aquela decisão.

Depois de um longo debate, eu e outros Senadores fizemos emendas, e o Senador Marcelo Crivella acatou a emenda da maioria. Eu me sinto contemplado, porque não precisa ser especificamente a minha emenda, quando diz: "... mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e" – principalmente – "aquiescência formal do empregado." O empregado vai ter que dizer que também concorda com aquela decisão. Faço isso com tranquilidade.

Quando eu era sindicalista – Massey Ferguson é de Canoas –, ninguém tinha a ousadia de assinar, devido à crise, um contrato de redução de salário e de emprego. Lembro-me de que, naquela oportunidade, assinei um acordo e assumi toda a responsabilidade quanto à redução de salário e emprego, com a concordância dos trabalhadores da empresa. Todos assinaram, eu assinei como representante do sindicato, e tinha um artigo dizendo: se a empresa se recuperar, ela pagará todas as horas não trabalhadas.

O que aconteceu? Graças a Deus, à empresa e aos trabalhadores, ela se recuperou e os trabalhadores receberam o salário integral, inclusive as horas não trabalhadas, porque a empresa entendeu que era o correto.

Por isso, quero cumprimentar o Senador Marcelo Crivella, que acatou as emendas que apontavam nesse sentido, principalmente essa parte, com a aquiescência formal do empregado.

Era isso, então.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, para discutir, também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Penso que o projeto, neste momento, é muito oportuno, porque do jeito que foi aprovado, com a contribuição do Senador Paim e de outros Senadores, é aquela coisa: a empresa e seus funcionários vão chegar a um acordo, dizer: "Olha, estamos em crise." Vou dar um exemplo. Uma fábrica de caminhões, por exemplo, que está demitindo em função... Às vezes, chega a um acordo em que vai diminuir o salário, mas vai evitar demissão maciça. Isso é fundamental num momento como este.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E normalmente diminui a jornada também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, quando há as duas partes – e o projeto diz claramente isso –, é preciso que a empresa tenha o aval do sindicato dos trabalhadores. Acho que o projeto ficou muito bem colocado.

Parabenizo o autor, Valdir Raupp, e também o Relator, Senador Marcelo Crivella, que teve a sensibilidade de construir um acordo que me parece muito oportuno neste momento, principalmente no momento de crise pelo qual o País passa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Continua em discussão.

Sªs e Srs. Senadores, penso que é ilusão entender que o capital em si mesmo é inimigo do trabalho e que o trabalho, por sua vez, é inimigo do capital. O que vejo é uma simbiose entre os dois, uma junção de interesses. O que se faz aqui, com esse projeto, é exatamente premiar a negociação, o entendimento. A intolerância em momento de crise não prospera. Não serve, sobretudo, ao trabalhador, mas não serve por igual ao capital.

O exemplo que o Senador Paulo Paim nos traz, do acordo feito em seu Estado, com a suspensão do pagamento das horas extras, que depois foram pagas, é uma demonstração da utilidade, do quanto faz bem a negociação. Até o Poder Judiciário, hoje, se encaminha pelos tribunais e pelas instâncias de negociação prévia antes de uma decisão formal.

Acho, portanto, que esse é um projeto de muito boa índole e muito bem relatado, como de hábito, pelo Senador Marcelo Crivella, com os comentários do Senador Paulo Paim e do Senador Moka. Deixaremos de votá-lo, todavia, porque ainda não temos quorum qualificado para fazê-lo.

Portanto, a discussão e a votação ficam suspensas.

Item nº 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Autoria: Deputada Íris de Araújo

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: *– Em 08.12.2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH.*

– Em 02.07.2013, o Senador Paulo Paim apresentou Subemenda à Emenda nº 1-CDH.

– Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, na verdade, esse projeto já é bem conhecido da nossa Comissão. Ele visa apenas reservar 6% dos lançamentos imobiliários do Governo para idosos de baixa renda.

Há uma emenda, também, que tirou da definição de idosos de baixa renda a expressão *per capita*. Então, o art. 38, que é o que estamos discutindo, em seu parágrafo único, ficaria:

> Art. 38. .....
> I – Reserva de pelo menos 6% (seis por cento) das unidades habitacionais em favor dos idosos, sendo a metade destinada apenas aos idosos de baixa renda;
> .....
> § 1º Para efeito do disposto neste artigo, considera-se idoso de baixa renda aquele com rendimento familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos.

O Governo, então, através da sua assessoria, nos pediu que fizéssemos, da primeira vez que lemos o relatório, uma reunião. Aí fomos para a reunião, só que o Governo não compareceu. Então, voltou à pauta. E houve, mais uma vez, o apelo para que nós nos debruçássemos sobre a matéria e fizéssemos uma nova reunião para que o Governo pudesse estabelecer aqui as suas condicionantes. Marcamos a reunião. Também não foi possível ser realizada a reunião. De tal maneira, Sr. Presidente, que esse nosso projeto já está mais idoso dos que os idosos que ele quer beneficiar. Daqui a pouco vai caducar. Então, nós estamos...

É uma coisa justa, é uma coisa importante que eles tenham, na fila, uma precedência, como hoje ocorre até em estacionamento de *shoppings*, onde há vagas de idoso, preferência na fila do banco...

É um projeto da Deputada Íris de Araújo. V. Exª conhece bem. É do seu Partido, ex-esposa do governador, do Estado de Goiás. Ela, com muita sensibilidade, apresentou esse projeto há muitos anos, e hoje se encontra na nossa Comissão para deliberação.

Eu acho justo.

Apresentei um parecer pela aprovação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, para discutir e, se possível, bem rápido.

O Senador Crivella tem toda razão. Eu fui que pedi, inclusive, a pedido do Governo, que não fosse votado naquele dia. Ele acatou uma emenda da Comissão de Direitos Humanos, assinada por diversos Senadores, inclusive este, que ampliou o percentual. E nós, naquele dia, fizemos aqui um acordo: se o Governo não tivesse uma contraproposta, assumimos aqui a palavra, votaríamos o projeto. O Senador Crivella, na última reunião, ainda, quando não houve o tal acordo de novo, disse: "E daí, Paim? Disse que botaria de qualquer jeito..."

Eu quero dizer, Senador Crivella, que estou aqui para votar, com a maior tranquilidade, a sua proposta.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Eu acredito que esse é um projeto extremamente meritório, porque hoje, no mundo todo, temos o problema do idoso, o idoso que tem família e não tem condições de cuidar e o idoso solitário. Geralmente, eles habitam nos grandes centros, têm uma dificuldade gigantesca para se alimentar, para a sobrevivência, para pagar um modesto aluguel.

Eu tenho uma experiência bastante exitosa disso em São Paulo, quando construímos um prédio pequeno para portadores de deficiência e idosos. Ele tinha que ser ajustado às duas situações. O resultado foi excelente.

Então, acho esse projeto extremamente meritório. Deveríamos aprová-lo, porque hoje, no Brasil, o número de idosos não decresce; cresce. E vamos ter cada vez mais situações de idosos com condição muito precária e que vão poder se beneficiar desse arranjo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, verdadeiramente esse projeto tem significado extraordinário no que diz respeito a proporcionar aos idosos, principalmente aos de baixa renda, oportunidade de ter um lar para morar.

Nós termos observado, ao longo da trajetória de vida, como disse a Senadora Marta, que a cada dia, pela expectativa de vida que está tendo o brasileiro, cresce cada vez mais o número de idosos que muitas vezes ficam relegados, muitos até vivendo em favelas.

São dois projetos da maior importância. Primeiro, para dar oportunidade àqueles que moram numa favela.

No primeiro governo do Presidente Lula, considerando que a minha cidade de Maceió se tornou a quarta cidade mais favelada proporcionalmente do Brasil, eu tive a oportunidade, me bateu uma curiosidade, Moka, e eu disse: eu vou saber como as pessoas vivem numa favela. E é inacreditável, é uma coisa sub-humana: crianças, adolescentes, idosos morando numa favela, num barraco de papelão, de madeira, ou coisa que o valha, três, quatro famílias, às vezes.

E então, no meu primeiro mandato, eu me dediquei muito a essa causa, porque naquela época não existia esse meritório Programa Minha Casa Minha Vida, mas tinha o programa de habitação de interesse social, que era exatamente destinado às pessoas que habitavam nas áreas de risco e particularmente nas favelas. E tive oportunidade de, realmente, neste programa, levar milhares de casas populares para tirar favelados.

E lógico que há essa lacuna, Moka, de atendimento para os idosos. O número de pessoas idosas que vão para os asilos porque não têm onde ficar.

Então, eu queria cumprimentar não só a autora do projeto, mas particularmente o Senador Crivella. Acho que esse projeto é da maior importância no que diz respeito ao alcance social.

Por isso, votamos favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Continua em discussão.

Lamentavelmente não poderemos votá-lo hoje ainda. Vamos ter que adiar a votação, embora seja procedente a queixa do Senador Crivella de que o projeto já é idoso. O projeto conta com treze anos de idade. Mas não se queixa o Senador Crivella de que Noé, quando construiu a sua famosa arca, já tinha seiscentos anos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A única semelhança é o dilúvio que a gente vive hoje, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em virtude da falta de quórum qualificado para votação nominal, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a obrigatoriedade de reserva de vaga e espaço para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: *– Em 07.05.2014, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ.*

– Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o relatório.

Trata do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 39, de 2014, altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para acrescentar dispositivos que visam a regular o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.

O PLS confere prioridade ao transporte de órgãos e tecidos humanos em veículos de transporte de pessoas e cargas, por via terrestre, aérea ou aquática, de órgãos públicos civis, instituições militares e de empresas públicas ou privadas.

Para tanto, as transportadoras deverão reservar espaço adequado à acomodação do material, na forma do regulamento, além de prever uma vaga de passageiro para integrante da equipe de captação e distribuição de órgãos que acompanhará o transporte do material.

De acordo com o PLS, o transporte quando feito em veículo de órgão civil público, de instituição militar ou de empresa pública será gratuito, mesmo que o estabelecimento de saúde de origem ou de destino do material seja privado.

Já o transporte realizado por empresa privada será a título oneroso. No caso de a instituição destinatária do material transportado ser pública, o pagamento será provido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Nos demais casos, o pagamento será feito: 1) de acordo com o estabelecido pelas partes, quando os estabelecimentos de origem e de destino do material forem privados; 2) pelo destinatário, quando este for privado e o estabelecimento de origem do material for público.

O PLS insere dispositivos na Seção I do Capítulo V da Lei nº 9.434, de 1997, que trata das sanções penais em caso de crimes. Por meio dos arts. 20-A a 20-C que o projeto introduz nessa norma, são criminalizadas a recusa injustificada de proceder ao transporte de órgãos ou tecidos humanos destinados a transplante e tratamento, a conduta de deixar de reservar vaga ou espaço para o transporte do referido material e a de transportá-los em desacordo com o disposto na lei ou no regulamento.

Segundo o ilustre autor do projeto, Senador Vital do Rêgo, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas da União, um dos desafios enfrentados pelo Sistema Nacional de Transplantes é o transporte de órgãos, tecidos ou partes do corpo captados em cidade diferente daquela onde será realizado o implante ou o transplante. O projeto por ele apresentado busca dar resposta aos problemas enfrentados pelas equipes de transplantes no transporte do material, que, hoje, em grande parte das vezes, dependem de acordos informais e da boa vontade de passageiros em ceder a sua vaga para que o referido transporte possa ser feito.

O PLS foi distribuído para ser apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Sociais, a quem incumbe a decisão terminativa.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, a proposição foi aprovada com uma emenda, que visa a corrigir a pena prevista no parágrafo único do art. 20-B, de forma que ela seja mais severa do que aquela prevista no *caput* do artigo.

Análise.

A matéria de que trata o PLS nº 39, de 2014, encontra-se entre aquelas para as quais esta Comissão de Assuntos Sociais, segundo o Regimento Interno desta Casa tem a competência de se manifestar sobre o mérito, uma vez que envolve proteção e defesa da saúde (art. 100, inciso II).

Com relação aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, a CCJ já se manifestou de forma favorável ao projeto, por não vislumbrar vícios na matéria e tampouco óbices regimentais à sua tramitação.

No tocante ao mérito, reconhecemos a relevância da proposição para a saúde pública, uma vez que trata de introduzir no ordenamento jurídico a garantia de que sejam priorizados o transporte de tecidos ou órgãos humanos para fins de transplante e tratamento e o de integrantes da equipe de transplantes, quando necessário.

Sabe-se que o transporte tempestivo dos enxertos para transplantes é essencial para diminuir a perda de órgãos ou tecidos e para garantir que eles cheguem ao destino em tempo hábil de cumprir a sua finalidade precípua, que é a de salvar vidas. Sabemos da dificuldade de acesso aos transplantes e das longas filas de espera hoje existentes que, em grande parte, são resultantes da escassez de doadores. Não se pode admitir que os órgãos doados não cheguem aos destinatários por dificuldades operacionais ligadas ao transporte dos materiais.

Assim, consideramos que o projeto inova o ordenamento jurídico, ao estabelecer a prioridade para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano destinados a transplante e tratamento de saúde, e merece, portanto, nossa aprovação.

No entanto, julgamos ser necessário aprimorar a proposição. A comissão que nos antecedeu já deu um passo no sentido do aperfeiçoamento da matéria, mediante a apresentação de uma emenda que efetua correção das penas cominadas. Entendemos que do ponto de vista do mérito e da técnica legislativa, também seja possível e necessário promover aprimoramentos.

Atualmente existe já um sistema operacional desenvolvido por acordo estabelecido entre o Ministério da Saúde, as empresas aéreas, o comando da Aeronáutica e as empresas concessionárias de aeroportos, que visa a garantir o transporte gratuito dos órgãos e tecidos para transplantes e dos respectivos integrantes das equipes de transplantes, quando necessário. O referido sistema tem apresentado resultado bastante positivo: no primeiro semestre de 2014, segundo dados do próprio Ministério da Saúde, houve aumento de 86% no volume de órgãos transportados gratuitamente em relação ao mesmo período do ano anterior.

Assim, cremos que a lei não deva introduzir inovações que coloquem em risco o sistema operacional já em funcionamento e que se tornou, inclusive, uma referência internacional. A lei deve dar a segurança jurídica necessária para que os acordos firmados tenham continuidade e para que as empresas aéreas tenham o respaldo legal para cumprir o seu papel na priorização do transporte de órgãos e tecidos para transplantes.

A nosso ver, a reserva prévia de vagas para fins de transporte de órgãos ou tecidos para transplantes é medida que pode resultar em ônus excessivo para as empresas, uma vez que elas estariam impedidas de comercializar tais vagas ou espaços mesmo quando inexistir órgão ou tecido a ser transportado. Cremos que a melhor solução é o sistema atual, no qual a Central Nacional de Transplantes acompanha diuturnamente os voos e comunica às empresas em caso de necessidade de transporte do órgão ou do tecido, aqui chamado de enxerto.

Assim, propomos que a lei determine a obrigação de dar prioridade ao transporte de órgãos ou tecidos para transplantes dos respectivos acompanhantes, remetendo para o regulamento o detalhamento dos procedimentos operacionais necessários para viabilizar esse transporte. Nesse caso, para dar segurança jurídica às empresas, deve-se prever que, para a acomodação de material e de integrante da equipe de transplante, o eventual e necessário cancelamento de reserva de vaga de passageiro deve ser considerado como "justa causa". Evita-se, assim, que recaia sobre a empresa sanções por violação de contrato de transporte.

Também não concordamos que a lei obrigue a que o transporte seja feito a título oneroso, quando, hoje, ele é feito de forma gratuita, mediante acordo e adesão voluntária das empresas.

Para contemplar as alterações julgadas pertinentes, apresentamos emenda substitutiva ao projeto de lei. Em face das alterações efetuadas, restou prejudicada a Emenda nº 1 da CCJ.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2014, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

Sr. Presidente, vou ler aqui, – é pequeno –, a importância que ficou depois desse substitutivo.

Art. 1º O Capítulo IV da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 13-A:

> "Art. 13-A. Os órgãos públicos civis, as instituições militares e as empresas públicas ou privadas que operem ou utilizem veículos de transporte de pessoas e cargas, por via terrestre, aérea ou aquática, são obrigados a dar prioridade ao transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e de integrante da equipe de captação e distribuição de órgãos que acompanhará o transporte do material.
>
> § 1º O transporte previsto no caput será gratuito e coordenado pelo Sistema Nacional de Transplante, por meio da Central de Nacional de transplante, realizado de forma articulada entre o remetente, o transportador e o destinatário, em tempo adequado para cada tipo de órgão, tecido ou parte do corpo, garantindo-se a qualidade, segurança e integridade do material, conforme as disposições do regulamento.
>
> § 2º Constitui justa causa para o cancelamento de reserva de espaço ou de vaga de passageiro, em virtude de lotação esgotada no veículo, realizada para fim do disposto no caput o que isenta a empresa transportadora de responsabilidade por descumprimento do contrato de transporte."
>
> § 3º O disposto no caput deste artigo não se aplica às instituições militares quando as aeronaves, veículos e embarcações estiverem em missão de defesa aeroespacial ou engajada em operações militares, conforme definido pelo respectivo comando da força militar competente.

Art. 2º A Seção II do Capítulo V da Lei 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 20-A e 20-B:

Art. 23-A As empresas e as instituições que se recusarem, sem justa causa, a fazer o transplante de órgãos, tecidos ou parte do corpo humano para fim de transplante e tratamento, instando autorizado a fazê-lo, nos termos legais, regulamentares ou contratuais, estarão sujeitos à multa de 100 a 150/dias/multa. Aí tem uma unidade que corresponde a valor em real. É considerado isso porque esses valores podem aumentar.

Parágrafo único: se da infração prevista no caput resultar a perda do material, a multa será de 150 a 360 dias/multa.

Art. 23-B. Transportar órgãos, tecidos ou partes do corpo humano para fins de transplantes e tratamento em desacordo com o disposto nesta lei ou no regulamento:

Pena – as previstas no inciso XXIII do art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Eu tenho aqui essa lei, que diz o seguinte:

XXXII – descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por pessoas física ou jurídica, que operem a prestação de serviços de interesse da saúde pública em embarcações, aeronaves, veículos terrestres, terminais alfandegados, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículos terrestres: pena – advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa [conforme a gravidade dos casos.]

Sr. Presidente, ouvi o Ministério da Saúde, claro, o pessoal da Saúde, do Comando Militar ligado à Aeronáutica principalmente, as empresas de aviação civil, tive contato com pessoas que, na prática, fazem esses transplantes. A verdade é que temos um modelo que funciona. Ele não é regulamentado. Através dessas contribuições, fiz esse substitutivo, que me pareceu ser mais equilibrado do que o proposto pelo nosso hoje Conselheiro do Tribunal de Contas da União, Senador Vital do Rêgo, porque eu entendi que essas coisas tem que ter o bom senso e as pessoas têm que ser parceiras nessa área.

E ninguém, eu não acredito que nenhuma empresa vai deixar de transportar um órgão. É importante que os Senadores saibam que há uma fila. Às vezes, há uma doação, e, naquela cidade, naquele Estado, o órgão não é compatível, porque se precisa de uma certa compatibilidade. Eu falo com conhecimento pela minha formação. E, às vezes, em outro Estado, existe uma pessoa necessitando daquele órgão, que lhe é compatível. Então, aquele órgão tem de ir com muita urgência para quem está precisando. E aí se precisa de uma cooperação. Eu não acredito que uma empresa ou a Aeronáutica vão se negar a transportar, porque é claro que esse órgão tem de ser acompanhado de alguém da equipe do transplante, porque precisa ser adequadamente conservado. Há o tempo, tudo isso.

Penso que o nosso relatório contempla todas essas peculiaridades, porque ouvi... Essa é a terceira vez em que apresento um relatório ouvindo as pessoas e as partes envolvidas nisso.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Para discutir, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Prezado Senador Moka, quero parabenizá-lo pelo cuidado que teve V. Exª ao apresentar esse relatório, que já existia, e, agora, V. Exª nos dá todos os detalhes de todos que foram procurados e puderam dar sua opinião numa situação que realmente é extremamente delicada e urgente na maioria dos casos.

Eu queria, primeiro, fazer uma pergunta. No seu relatório, acabou-se mudando de "oneroso" para o SUS e para o portador – se não fosse o SUS – para "gratuito". Eu queria saber o porquê dessa mudança. Depois farei outros comentários.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Porque até hoje funcionou assim, Senadora Marta. Ninguém nunca cobrou para transportar órgão.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Então, melhor.

Está respondido.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, não vejo por que...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... se tem funcionado, tornar oneroso aquilo que funciona gratuitamente.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Sim. Muito boa resposta, contundente.

E a outra questão é uma ideia que me ocorreu. A FAB voa o Brasil inteiro, muito mais do que os aviões de carreira, com muito mais facilidade de pouso, porque pousa em aeroportos militares. Foi pensado alguma possibilidade de a FAB ter uma presença um pouco mais forte nessa situação de transplante de órgãos, porque até os aeroportos deles facilitariam muito e, muitas vezes, também a questão de disponibilidade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na prática, são os que mais transportam.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Já fazem isto?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Já fazem isso. Eles só pedem para retirar porque, às vezes, eles têm uma operação militar em que há todo um envolvimento. Naquele momento, onde estiver ocorrendo, não há como eles disponibilizarem. Eles chegaram a me dizer que em um voo onde estiver a própria Presidente, é prioridade transportar. Quer dizer, eles dão prioridade máxima a isso. Só em casos de operações militares, que aí não tem como cancelar, já que às vezes está no meio de uma operação.

Essa foi a resposta. E ao ouvi-los, me pareceu convincente.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Eu acredito, Senador, que V. Exª pensou muito bem, porque se eles já o fazem e têm essa prioridade não há por que ficar regulamentando isso daí.

Eu o parabenizo porque é um excelente projeto que precisava de uma regulamentação ampla. E como V. Exª fez. Parabéns! Acho que todos nós aqui vamos aprová-lo com palmas.

Parabéns pelo excelente trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, em primeiro lugar quero cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Perdão. O Senador Crivella havia solicitado antes. Em seguida, V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu cedo a minha vez. O Paim pode falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou ser muito rápido. Obrigado, Senador Crivella.

Só quero cumprimentar o nosso sempre colega e Senador, hoje Ministro do Tribunal de Contas, Vital do Rêgo, pela iniciativa, como disse bem a Senadora Marta Suplicy, que vem regulamentar uma operação de alto nível e de alta complexidade e delicadeza, que é o transporte de órgãos. Também quero cumprimentar o Senador Moka pela melhoria que ele fez no projeto. Quando estamos debatendo aqui uma lei que vai salvar vidas, isso não tem preço. Por isso, concordo tanto com a explicação que ele deu à nobre Senadora Marta Suplicy, e para mim também tirou uma curiosidade importante que eu tinha. E ficou clara a participação da nossa querida Força Aérea Brasileira, que tem se dedicado com o maior carinho em relação ao transporte de órgãos.

Enfim, era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o nosso Relator, Senador Waldemir Moka, pela precisão cirúrgica que ele, como médico, teve ao elaborar a sua proposta final, e também ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Marcelo Crivella. E, em seguida, o Senador Benedito de Lira.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, na linha dos meus colegas, quero parabenizar o Senador Moka e o povo do Mato Grosso do Sul, que mandou para a nossa Casa um médico capaz de não apenas pedir um relatório à Consultoria, mas se devotar diligentemente em ouvir as partes e construir um projeto da maior importância para nós.

Vale a pena também, Sr. Presidente, alguns comentários. Somos uma civilização cristã e é de se admirar que faltem doadores na sociedade brasileira. Aliás, a Bíblia começa com uma lição interessantíssima, que é a criação da mulher da costela do homem.

Há três pontos importantes: o primeiro é que a doação de um órgão já foi preconizado há milhares e milhares de anos; segundo, é a anestesia, porque Deus fez Adão dormir um sono profundo; terceiro, Sr. Presidente, é porque ele não tirou nem um pedaço da cabeça e nem dos pés, mas da costela, para que fôssemos iguais. E a humanidade sempre tratou mal as mulheres. Por último, uma lição que muitos homens ainda precisam aprender. É que, para Adão, Deus fez uma Eva e não duas, nem três, nem quatro, nem cinco, nem seis. É sempre bom rememorar a base da família aqui nesta Casa.

Então, acho que neste momento e neste projeto nós temos muitas lições a rememorar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Crivella.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, somente um projeto dessa espécie... E foi muito bem iluminado o Presidente da Comissão de Justiça, e posteriormente aqui o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais em designar o Senador Moka como Relator dessa matéria, até porque ele não só tem assiduidade, competência e responsabilidade, mas tem, acima de tudo, conhecimentos no que diz respeito a essa matéria.

É um projeto meritório. Agora, o que precisa, em minha opinião – e eu conversei com o Senador Moka –, é que nós deveríamos ter mais divulgação, campanhas educativas no que diz respeito à doação de órgãos. Porque nós temos, por exemplo, diariamente, algumas centenas de mortes inesperadas, e nos bancos de órgãos há deficiência. Milhares de pessoas estão nas filas aguardando um rim, um fígado, um braço, uma perna, e coisa que o valha...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Biu, só para acrescentar: são 50 mil brasileiros que morrem por ano nas estradas e 50 mil que morrem nos crimes: são 100 mil brasileiros; se você dividir isso por 365, que são os dias do ano, são quase 3 mil pessoas, ou 300 pessoas – perdão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – O que precisa, na verdade, é exatamente isso. O relatório do Senador Moka está completo, até porque ele é um abnegado, um conhecedor profundo. É médico...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – São 300 pessoas por dia, Biu. Desculpe.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – E fez esse relatório, pelo que quero cumprimentá-lo, ao mesmo tempo em que cumprimento o ex-Senador e Ministro Vital do Rêgo pela lucidez na apresentação desta matéria e deste projeto.

Eu gostaria apenas de fazer uma observação: é da maior importância que um projeto desta qualidade tramite com rapidez nesta Casa, e não passe mais anos para que possa chegar ao Plenário do Senado Federal.

Então, ele é terminativo nesta Comissão? (*Pausa.*)

Então, sendo nesta Comissão terminativo, seria interessante que pudéssemos pedir o regime de urgência, no momento da aprovação da matéria, para que possa chegar ao Plenário do Senado matéria desta importância, que vai trazer inúmeros benefícios para a humanidade.

Então, quero cumprimentar o Moka e, ao mesmo tempo, fazer essa solicitação. Se possível, Presidente, V. Exª conduzir esse processo de modo a chegar ao Plenário do Senado com a rapidez necessária pelo que a matéria representa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para também ressaltar a importância do projeto. Não é à toa que é de médico para médico; do Senador Vital do Rêgo, que é também é médico, para a relatoria do Senador Moka, que tem se revelado sempre um Senador dedicado às suas relatorias, e faz modificações que, realmente, equilibram e melhoram o texto do projeto original.

Então, quero parabenizar o Senador Moka, que tem, nestas questões, ainda mais sido absolutamente dedicado a esta Comissão e à causa da saúde pública em nosso País.

Quero ressaltar também que a nossa Comissão soube entender o sentido geral da importância desse projeto ao ressaltar a necessidade de nós chamarmos a atenção do povo brasileiro para a necessidade de mais doações, de mais doadores.

Realmente, essa é uma grande questão, e a divulgação, a promoção desse projeto deve ser amplamente divulgada, justamente para que possamos estimular a doação de órgãos e poder fazer avançar a luta daqueles que necessitam de transplante no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – São só dois comentários. Primeiro, Sr. Presidente, precisamos falar do mérito da contribuições que tivemos, principalmente das pessoas que nos deram sugestões, como o pessoal da Casa Civil, o pessoal do Ministério da Saúde, da Aviação Civil e da Aeronáutica. É preciso registrar que essas pessoas contribuíram para que o relatório tivesse esse texto.

Em segundo lugar, é importante dizer que neste ano o número de doações diminuiu. Infelizmente, o número de doações tem caído neste ano.

É fundamental que a gente aproveite também para dar visibilidade e estimular campanhas, no sentido de que a família faça a doação, porque a pessoa, às vezes, é doadora, deixa por escrito, mas se a família não concordar, mesmo havendo a autorização, a doação não é concretizada. Então, é preciso estimular a doação desses órgãos.

Eu queria registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A votação dessa matéria fica adiada, pelas mesmas razões das anteriores.

Há, sobre a mesa, um requerimento do Senador Paulo Paim, em consórcio produtivo com a Senadora Ana Amélia, de adiamento ao Requerimento nº 14, desta Comissão, de forma que seja incluído mais um convidado, que é o Dr. Ricardo Romiti, Professor na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

O Senador Paulo Paim deseja se manifestar? (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, a Senadora Ana Amélia está em uma missão no exterior, a convite inclusive do Governo, da Senadora Kátia Abreu, e ela só pede – e aqui eu fui signatário do requerimento dela – que o Dr. Ricardo Romiti, Professor na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, seja incluído para participar da audiência pública, já aprovada por nós. Ela diz: "Requeiro, nos termos do art. 193, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento ao Requerimento nº 14, de 2015, desta Comissão, de forma que seja incluído este convidado na referida audiência".

É só isso, Sr. Presidente, mais um convidado em uma audiência que será marcada no momento em que V. Exª entender adequado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A audiência, objeto do requerimento em causa, já está marcada para a próxima quarta-feira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Será que já há quórum para a gente votar a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Já há quórum. Portanto, vamos proceder à votação dos projetos em caráter terminativo. Pediria apenas aos Srs. Senadores que, ao explicá-los, façam-no com brevidade, para que não percamos o quórum que agora temos.

Item 5, cujo relatório já foi lido pelo Senador Marcelo Crivella, a quem indago se deseja fazer alguma explicação sobre ele.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, é apenas para regulamentar o acordo entre trabalhadores e patrões em momentos de crise.

É um projeto que tem o parecer favorável de todas as nossas Comissões, e aqui terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – É de autoria do Senador Valdir Raupp.

Vamos proceder, então, à votação do substitutivo, em turno suplementar, ressalvadas as emendas que existem.

Os Srs. Senadores que aprovam o substitutivo responderão "sim".

Senador Paulo Paim, como vota?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto com o Relator, o Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – "Sim".

Senadora Regina Sousa. (*Pausa.*)

Senadora Ângela Portela. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto com o Relator. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Crivella já votou.

Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – "Sim".

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Voto com o Relator, o qual parabenizo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – "Sim".

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O substitutivo foi aprovado por unanimidade.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação que teve substitutivo, nesse turno suplementar, para a Emenda nº 02, que recebeu, por igual, parecer favorável.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a Emenda nº 02.

Em votação a Emenda nº 01, para que se vote o parecer pela prejudicialidade.

Quem vota com o Relator, vota "sim" para a prejudicialidade da emenda.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Voto "sim".

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Marcelo Crivella já votou.

Senado Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Aprovado, em turno suplementar, o Substitutivo, vencido o Projeto de Lei. Fica prejudicada a Emenda nº 01 e será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O item 6, que também já foi lido, tem por Relator o Senador Marcelo Crivella, a respeito do Projeto da Câmara nº 52, de 2011.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2011
– Terminativo –

Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Em votação.
Senador Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Voto "sim".
Senador Waldemir Moka.
O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – "Sim".
Senador Dário Berger.
O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lídice da Mata.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Crivella já votou.
Senador Elmano Férrer.
O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Voto "sim", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Eduardo Amorim.
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Voto "sim", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira.
O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Voto com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy.
A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Aprovado o parecer, por unanimidade.

Aprovada, em turno único, a Emenda nº 02, substitutiva do Projeto. Fica prejudicada a subemenda do Senador Paulo Paim. A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de substitutivo integral.

O item 8, do Senador Vital do Rêgo,cujo parecer foi pronunciado pelo Senador Waldemir Moka, pela aprovação do projeto de lei, na forma do substitutivo que apresenta. Trata-se do Projeto de Lei nº 39.

Em votação o substitutivo.

Os Srs. Senadores que acompanharem o parecer do Relator votarão "sim".

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu, mais uma vez, elogiando o relatório do Senador Waldemir Moka, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – "Sim."
Senador Moka, como Relator, já votou.
Dário Berger.
O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Lídice da Mata.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com o Relator, Presidente,
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Marcelo Crivella
O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Elmano Férrer.
O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eduardo Amorim.
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Aprovada, por unanimidade, em turno único, a Emenda nº 2-CAS substitutiva ao Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2014.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, quando poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, aprovado este projeto, renovo o meu requerimento de urgência ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Concederemos no devido momento, porque ainda haverá uma votação suplementar, na forma da lei.

Último item, que é o item 10.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Não, Sr. Presidente. Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Questão de ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Há o item 4 também, não terminativo, de nossa relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nós voltaremos à pauta logo que haja a conclusão dos projetos em caráter terminativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Eu queria ver se não é possível também apreciarmos o item 7, que é terminativo, e é uma questão de justiça para os garis. Esse projeto foi fundido, foi elaborado. O Senador Sérgio Petecão diminuiu o alcance que ele queria, mas eu concordo, porque foi o meio-termo, para ver se poderíamos votar o item 7, que é de minha autoria. O Relator é o Senador Sérgio Petecão. Se ele não estiver, que alguém possa fazer o relatório *ad hoc*.

É a consulta que eu faço a V. Exª e V. Exª é quem decide, claro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O Relator havia solicitado a retirada de pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tudo bem então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Se V. Exª estiver de acordo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Item 10. É o último terminativo. Voltaremos aos não terminativos.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2014

– Terminativo –

Acrescenta o art. 63-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para instituir o auxílio doença parental.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2014.
Observações: – *Em 13.05.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.*
– Votação nominal.

A Presidência concede a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, se julgar necessário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente. Eu já fiz a leitura do relatório. Quero apenas confirmar a importância do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação, que será nominal.

Os Srs. Senadores votarão "sim", se aprovarem o parecer da Relatora.

Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Acompanho a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A Senadora Vanessa Grazziotin já votou, como Relatora.

Aprovado por unanimidade.

Será comunicado a Presidência do Senado da decisão aqui tomada pela Comissão.

Cumpridas as votações dos projetos em caráter terminativo desta Comissão, voltaremos ao item 4, que se encontra em decisão não terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2011

– Não terminativo –

Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e altera o § 2º do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a responsabilização solidária da Administração Pública e da pessoa jurídica tomadora de serviços, com o respectivo prestador, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, e, em caso de dolo ou culpa, pelos encargos trabalhistas.

Autoria: Senador Sergio Souza

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011, e da Emenda que apresenta.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.* – *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, para proceder à leitura de seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas corrigindo, a autoria é do ex-Senador Sérgio Souza.

E, como já foram distribuídos previamente o relatório e a análise e já é conhecido também o nosso voto, Sr. Presidente, procurarei ser mais simples, objetivo e sintético, como o V. Exª nos ordena.

O objetivo, Sr. Presidente, do referido projeto é ampliar a responsabilidade solidária, forçando a Administração Pública ou tomador de serviços a adotar melhores critérios para a escolha do prestador contratado, bem como para a fiscalização do acompanhamento do contrato de prestação de serviço, sob pena de responsabilização em culpa *in eligendo*, ou seja, culpa por ter escolhido a pessoa errada. Assim, é presumível a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado ou do preposto e/ou vigilando, ou seja, pela culpa daqueles que têm obrigação de vigiar, tornando-se civilmente responsável pelos atos daqueles que deixam de vigiar adequadamente, respectivamente.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação do projeto de lei do Senado, com a seguinte emenda, que modifica a redação do §8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, substituindo a palavra – abre aspas – "pode" – fecha aspas – pela palavra – abre aspas – "deve" – fecha aspas. Ou seja, o art. 31, §8º, passa a ser da seguinte forma:

A pessoa jurídica tomadora de serviços públicos deve condicionar o pagamento pelos serviços prestados à comprovação, por parte do prestador contratado, de que recolheu os correspondentes encargos previdenciários e trabalhistas.

Sr. Presidente, portanto, esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão. (Pausa.)

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, havia até uma possibilidade de um pedido de vista, porque esse projeto trata de terceirização, mas o Senador Sérgio Souza foi feliz aqui, ao garantir o princípio que defendemos, que é a responsabilidade solidária da empresa que contrata sobre a contratante. Se a contratante não paga, ela tem que pagar. E isso se refere, principalmente, a casos, como o da Petrobras, que defendo integralmente – são 12,5 milhões de trabalhadores que estão nessa situação de terceirizados, ganham 30% a menos, e os dados mostram – não há como, os números não mentem! – que, de cada dez acidentes, oito são com empresas terceirizadas; de cada cinco mortes, quatro são em empresas terceirizadas.

Eu até iria pedir de vista, mas, como vejo aqui o meu querido Senador Eduardo Amorim com o seu parecer preciso também... Além disso, o projeto vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, lá, já está o PL nº 30, que trata também da terceirização – acho que é o fórum adequado. Inclusive, quem sabe, lá, talvez ele possa ser apensado ao PL nº 30, e a gente possa tratar dessa questão no seu todo.

Por isso, como ele vai na linha da responsabilidade solidária, vou acompanhar o Relator. E cumprimento, inclusive, o nosso ex-Senador Sérgio Souza.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE. Fora do microfone.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Encerrada a discussão.

Em votação: os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável da Comissão ao Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião agradecendo a presença dos Srs. Senadores.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE JUNHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos, do dia três de junho de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim, José Pimentel, e Benedito de Lira e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os demais membros. Registra-se a presença do Senador Delcídio do Amaral. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Primeira parte da 11ª Reunião. ITEM 1 – **MENSAGEM (SF)** Nº 25, de 2015 – Não Terminativo – Autoria: Presidente da República. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor FERNANDO MENDES GARCIA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Jaime César de Moura Oliveira. Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão nos termos do artigo 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria retornará à Pauta, em data oportuna, para arguição pública do indicado e posterior votação procedida por escrutínio secreto. Segunda parte da 11ª Reunião. Audiência Pública destinada a tratar "O cenário da Psoríase no Brasil", em atendimento aos Requerimentos nºs 14 e 24 de 2015-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Waldemir Moka e Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores: CLARICE ALEGRE PETRAMALE, Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, Representante do

Ministério da Saúde e da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS; GLADIS LIMA, Presidente da Psoríase Brasil; PAULO ANTÔNIO OLDANI FELIX, Assessor da Coordenação da Psoríase da Sociedade Brasileira de Dermatologia, representante de Gabriel Gontijo, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia; e MARCELO ARNONE, Coordenador do Ambulatório de Psoríase do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, representante de Ricardo Romiti, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Usam da palavra a Senador João Alberto Souza, Waldemir Moka, Marcello Crivella; a Senadora Ana Amélia; o Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; e o Senador Delcídio do Amaral. Às nove horas e dezessete minutos a Senadora Ana Amélia passa a presidência para o Senador Edson Lobão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Edison Lobão**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais*(Texto com revisão.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião está dividida em duas partes: na primeira parte, a leitura de relatório de escolha de autoridades. E na segunda parte, audiência pública destinada a debater o cenário da psoríase no Brasil. Vamos ao item 1, de imediato.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 25, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor FERNANDO MENDES GARCIA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Jaime César de Moura Oliveira.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra, com muito prazer, em nome do nosso Presidente, Senador Edison Lobão, ao Senador João Alberto Souza, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com base no art. 152, Srª Presidente, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, a Presidente da República, mediante a Mensagem nº 25, de 2015 (Mensagem nº 119, de 27 de abril de 2015, na origem), submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Fernando Mendes Garcia Neto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na vaga decorrente da renúncia do Sr. Jaime César de Moura Oliveira.

Anexados à mensagem, encontra-se o *curriculum vitae* e declarações do indicado, além de cópias de documentos legais e fiscais. O *curriculum vitae* informa que o Sr. Fernando Mendes Garcia Neto é brasileiro, natural de Ribeirão Preto, São Paulo, e tem 55 anos. O indicado é cirurgião dentista. Graduou-se em Odontologia, em 1980, pela Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

O Sr. Fernando Mendes Garcia Neto ocupa, desde 18 de julho de 2014, o cargo de Adjunto de Diretor da Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária da Anvisa, tendo atuado também como Gerente, na mesma instituição, da Gerência de Sistemas de Informação, órgão da Gerência Geral de Gestão de Tecnologia da Informação, no período de 22 de dezembro de 2011 a 31 de março de 2013.

Anteriormente à sua atuação na Anvisa, ele exerceu, no Ministério da Agricultura, os cargos de Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, de 14 de janeiro de 2011 a 28 de setembro de 2011, e de Secretário-Executivo Substituto, de 16 de março a 28 de setembro de 2011, além de ser, durante todo o

tempo em que esteve naquele Ministério, membro do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

No período de 14 de maio de 2010 a 14 de janeiro de 2011, o indicado foi o Coordenador-Geral da Gestão de Projetos, do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, no Ministério da Saúde, tendo sido também, no Datasus, Coordenador Geral de Fomento e Cooperação Técnica, de março de 2004 a 14 de maio de 2010, e Diretor Substituto, de janeiro de 2007 até 31 de julho de 2009.

Entre março e dezembro de 2003, o Sr. Fernando Mendes Garcia Neto foi o Coordenador do Cartão Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Na esfera municipal, o indicado atuou em diferentes cargos na Secretaria de Saúde de Ribeirão Preto, tendo sido: Secretário Municipal Adjunto de Saúde, de janeiro de 2000 a janeiro 2002; Assistente Técnico do Secretário Municipal de Saúde, de janeiro de 1992 a dezembro de 1996; Secretário Municipal de Saúde, de agosto a dezembro de 1988; e Diretor do Departamento de Odontologia, de maio de 1984 a agosto de 1988.

Na vertente acadêmica, ele foi docente do Departamento de Materiais Dentários e Próteses, da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, entre junho de 1985 a junho de 1995.

Além dos cargos acima enumerados, o *curriculum vitae* elenca inúmeras participações em congressos, jornadas e encontros, além das atuações do indicado em monitorias e estágios.

Dessa forma, o *curriculum vitae* apresenta as atividades profissionais do indicado atendendo ao dispositivo do item 1 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há, contudo, menção a publicações de sua autoria, conforme especifica o item do dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal.

Em complementação ao *curriculum vitae*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, devem apresentar declaração sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores, elencados nos cinco itens da alínea "b" do inciso I, do art. 383 do Regimento Interno.

A documentação enviada pelo indicado para atender a esses requisitos contém quatro declarações e alguns documentos comprobatórios. Para atender ao item 1, ele envia declaração de que não possui parentes que exerçam ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional.

Quanto ao item 2, outra declaração de sua autoria, informa que, de 1997 a 1998, foi sócio da empresa Instituto Mais Saúde, extinta em 16 de outubro de 1998, conforme indica cópia de certidão de baixa de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitida pelo *site* da Receita Federal, em 27 de abril de 2015.

Acerca da regularidade fiscal, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, item 3 do citado dispositivo do Regimento Interno, o indicado apresentou a declaração de regularidade fiscal exigida. A documentação também traz duas certidões positivas de débitos com efeito negativa, uma relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pelo Secretário da Receita Federal; e outra emitida pelo Subsecretário da Receita do Distrito Federal, que abrange débitos e dívida ativa distrital, conforme exige o §3º, do art. 383, do nosso Regimento.

Em relação ao item 4, ele declara que não figura como réu em nenhuma outra ação judicial, além das três por ele elencadas e esmiuçadas em cópias que exibem a tramitação dos processos e o resumo das sentenças. Duas ações já extintas, conforme informam as cópias enviadas, são relativas às taxas de condomínio de imóvel pertencentes a seus falecidos pais.

A terceira ação ajuizada contra a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto diz respeito à incorporação de gratificação salarial. Ressalte-se que, em sua declaração, o indicado compromete-se a apresentar, se forem requeridas, certidões expedidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Por fim, ele apresenta a declaração prevista no item 5 do mencionado dispositivo do Regimento Interno, enumerando as funções que ocupou nos últimos cinco anos, das quais merecem menção, para os fins estipulados no Regimento, suas atividades como adjunto de Diretor da Anvisa e como membro do Conselho Fiscal da Embrapa.

Assim, considerando o histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido e a documentação enviada, entendemos dispor esta comissão de informações para a deliberação de indicação do Sr. Fernando Mendes Garcia Neto, para o cargo de Diretor da Anvisa, na vaga decorrente da renúncia do Sr. Jaime César de Moura Oliveira.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado, esta Presidência concede automaticamente vista coletiva aos membros desta Comissão.

A matéria retorna à pauta no dia 17 deste mês de junho, quarta-feira, para arguição e posterior votação, em escrutínio secreto, da indicação do nome do Sr. Fernando Mendes Garcia Neto para exercer o cargo de Di-

retor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na vaga decorrente da renúncia do Sr. Jaime César de Moura Oliveira.

Obrigado também à Senadora Ana Amélia pela gentileza de presidir esta reunião sempre com brilho, assim como ao Relator João Alberto pelo seu relatório.

Segunda parte: audiência pública.

Em atendimento aos Requerimentos nºs 14 e 24, ambos de 2015, da CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Waldemir Moka e Paulo Paim, com o objetivo de debater o cenário da psoríase no Brasil: uma revisão necessária.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Clarice Alegre Petramale, Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (representante de: Ministério da Saúde e Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS); Gladis Lima, Presidente da Psoríase Brasil; Paulo Antônio Oldani Felix, Assessor da Coordenação de Psoríase da Sociedade Brasileira de Dermatologia (representante de: Gabriel Gontijo, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia); Marcelo Arnone, Coordenador do Ambulatório de Psoríase do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (representante de: Ricardo Romiti, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.)

Concedo a palavra à Drª Clarice, pelo tempo de 10 minutos.

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Bom dia a todos!

Quero agradecer o convite da Senadora Ana Amélia e do Senador Edison. Bom dia aos colegas que já nos encontramos em outras oportunidades, justamente no enfrentamento dessa importante doença que o Brasil já reconhece como uma doença importante para a saúde pública. É uma doença que preocupa e desafia as nossas capacidades.

Eu, Clarice Petramale, faço parte do Ministério da Saúde há muitos anos – pelo menos há 35, 40 anos – e hoje estou trabalhando na direção de uma área de incorporação de tecnologias.

Eu gostaria de trazer rapidamente a vocês o desenvolvimento da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias em Saúde, que foi criada, com o aval desta Casa, há três, quatro anos. E agora, nós trazemos um pouco do balanço das atividades feitas, mostrando como o SUS está preenchendo a necessidade de atualização do sistema com novas tecnologias e como isso tem sido feito.

Pode passar o próximo.

O marco da Lei nº 12.401, que trouxe para a Lei nº 8.080 todo o arcabouço legal de como avaliar novas tecnologias para incorporá-las ao Sistema Único de Saúde. Com esta lei, além de alterar a Lei nº 8.080 nas atribuições de tecnologias, também criou a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias em Saúde, que, no momento, eu presido.

Pode passar o próximo.

Esta comissão é um órgão colegiado de caráter permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério, que tem por objetivo assessorá-lo nas atribuições relativas à incorporação, exclusão, alteração de tecnologias no SUS, bem como na constituição de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas e mantê-las atualizadas.

Pode passar o próximo.

A comissão se compõe de um plenário de 13 membros, com variadas instituições envolvidas: o Ministério da Saúde, o Conselho Federal de Medicina (CFM), o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), o Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), a ANS e a Anvisa. Esses representantes é que avaliam e votam as propostas de incorporação de novas tecnologias.

A Secretaria Executiva está no Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, que faz parte da Secretaria de Ciência e Tecnologia em Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

Próximo, por favor.

Esse departamento, então, vai cuidar de receber as propostas de incorporação, analisar os documentos dessa proposta, se estão corretos no que respeita à lei e também dispõe de instituições parceiras para auxiliar nessas análises.

Pode passar.

Qual é a missão e a visão deste departamento, que é, talvez, o mais novo departamento do Ministério da Saúde? Qualificar o processo de decisão na avaliação de tecnologias em saúde, buscando a promoção, a proteção da saúde da população brasileira, a melhor alocação de recursos disponíveis e a redução das desigualdades regionais.

Nossa visão é ser reconhecido pela excelência na gestão e incorporação dessas tecnologias em saúde, promovendo as transformações necessárias para o desenvolvimento social do País.

Pode passar o próximo.

Qualquer pedido de incorporação de tecnologia depende de certos requisitos para a avaliação. O primeiro deles é um formulário, integralmente preenchido de acordo com o modelo estabelecido pela comissão; segundo, o número e validade de registro da tecnologia na Anvisa. Não há possibilidade de se incorporar algo que não tenha registro no País ainda. Seria um despropósito inclusive. A Anvisa é que tem que ver os critérios de eficácia e segurança de um novo produto para que ele entre no País. E, finalmente, as evidências científicas que demonstrem que essa tecnologia que se pede seja, no mínimo, tão eficaz e segura quanto aquelas já disponíveis no SUS para a mesma indicação.

Pode passar o próximo.

O fluxo de trabalho da Conitec mostrando que tem, primeiro, uma submissão e uma avaliação dos documentos, para ver se os documentos estão ali no dossiê de submissão, e, depois, passa-se à análise técnica para ver a propriedade, ou não, de se incorporar esse produto novo no elenco, na lista de tecnologias do SUS.

Finalmente, a comissão decide, em uma primeira instância. Toda documentação vai para uma consulta pública. Atualmente a consulta pública tem relatórios para as pessoas, para a sociedade, e tem relatórios para o profissional de saúde, justamente promovendo a participação social, para que todos possam comunicar o seu sentimento em relação àquela doença ou àquela condição clínica ou àquela tecnologia. Após a consulta pública, há uma recomendação final da comissão, que é só uma recomendação. A comissão não incorpora, ela não é responsável nem por incorporar, nem por localizar recursos para essa incorporação, quem faz isso é o Ministério da Saúde, mas ela recomenda ao gestor que incorpore, ou que não incorpore determinada tecnologia.

Pode passar o próximo.

A avaliação tem um prazo para acontecer. A lei diz isto: 180 dias, mais 90 dias em casos de necessidade de maior, e existe também um prazo para disponibilização. Então, após a recomendação da Conitec, o gestor acata e publica em *Diário Oficial*. Após aquela data, está correndo o prazo de implementação em que o SUS e seus parceiros estão comprando a tecnologia, distribuindo, fazendo um protocolo de uso, e, eventualmente, treinando profissionais para usá-lo adequadamente na ponta. Ou seja, em todos os pontos do Sistema Único. São mais 180 dias para esta implementação.

Pode passar o próximo.

Alguns números da Conitec. Nós começamos a funcionar em janeiro de 2012, e, até abril de 2015, tivemos 37 reuniões: 34 ordinárias, três extraordinárias. É possível, quando a matéria demanda, a gente fazer uma reunião extraordinária e votar alguma coisa de muita importância ou de muita urgência.

O número de demandas para incorporação, que nós avaliamos, foram 413, até abril de 2015; oriundas de área externa ao Ministério – empresas, sociedades de pacientes ou sociedades de médicos –: 183; internas – Ministério da Saúde e as Secretarias de Estado e de Municípios da Saúde que pertencem ao SUS, portanto são demandas internas –: 230; demandas externas não conformes, que não trouxeram a documentação completa e que foram devolvidas para complementação: 70; demandas, hoje, em avaliação: 67 – ainda não concluídas.

Pode passar o próximo.

Consultas públicas, nesses três anos e pouco, 112 consultas públicas – estamos ficando especialistas em consultas públicas; número de contribuições totalizou 6,8 mil contribuições de pacientes e de profissionais de saúde; tecnologias incorporadas, 127; não incorporadas, 65. E tivemos todas as recomendações da Conitec até o momento acatadas pelo Secretário, pelo gestor, que, no caso, a lei determina que seja o Secretário de Ciência e Tecnologia e, em nome do Ministro, isso seja colocado à disposição para o SUS como um todo.

Próxima, por favor.

Aqui, analisando o gráfico que demonstra as demandas internas e externas recebidas nesse período.

(Soa a campainha.)

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Em vermelho mais forte temos as demandas externas, vindas das empresas que produzem tecnologia, vindas em geral de empresas, e um pouco também de sociedades de médicos e pacientes, mas bem mais raramente. Em cor-de-rosa, na cor mais clara, as demandas internas, mostrando que o Ministério da Saúde e os outros agentes do SUS, que são as Secretarias de Estado e de Municípios também vêm demandando fortemente a evolução e a modernização desses programas de saúde.

Pode passar o próximo.

Que demandas são essas? Sessenta e um por cento são medicamentos, e o restante, 23% em procedimentos; produtos para a saúde, 15%, e 1% para a realização de novos protocolos não existentes ainda no sistema.

Pode passar.

Várias áreas trazem contribuições. Então vocês vão ver aí áreas principais, como a reumatologia, que teve grande número de tecnologias avaliadas, com 12%; 15%, ali – a maior delas –, oncologia, que também

tem muitas demandas. Então vocês vão ver principalmente as áreas clínicas que têm maior pico de inovação, maior quantidade de novos remédios ou novas tecnologias.

Pode passar.

Essa é uma média anual de incorporação, comparada com o período anterior à Conitec. Antes de existir a Conitec, incorporávamos apenas um terço do que se incorpora hoje, comparativamente, mostrando que a Conitec consegue trazer mais inovação para o SUS, mais ou menos nessa taxa de três vezes mais.

Pode passar o próximo.

A gente trabalha tudo o que se faz num *site*. As consultas públicas estão aí, as demandas, os pedidos de novas avaliações. Tudo o que está sendo avaliado, a gente procura dar transparência completa a tudo o que nos vem, porque sabemos que sem a participação da sociedade, sem a participação das forças vivas deste País, a gente não conseguirá dar legitimidade a esse processo. A maioria dos países que implementou trabalhos como esse, comissões que avaliam, agências que avaliam tecnologia, se valem muito dessa transparência, da ciência e da participação da sociedade nos trabalhos.

Pode passar o próximo.

Então há lugar para você fazer a sua proposta.

Pode passar a próxima.

Há lugar para você ver quais demandas estão sendo avaliadas pela Conitec hoje e que já foram avaliadas no passado e qual o resultado dessa avaliação.

Pode passar.

Há lugar para você ver todas essas 112 consultas públicas que eu lhe disse, algumas abertas ainda hoje. Até o dia 5 nós vamos ter a consulta de hepatite C, com os novos remédios, ainda está aberta. Três, quatro consultas acontecem ao mesmo tempo nesse *site*.

Pode passar o próximo.

As decisões finais da recomendação da Conitec constam nesse outro pedaço, nesse outro capítulo do *site*.

Pode passar o próximo.

Todos os protocolos clínicos, cerca de 100 protocolos já atualizados e publicados nesses cinco anos, estão também aí à disposição.

O painel de priorização das doenças raras, que fizemos recentemente, em abril agora, com as doenças que serão endereçadas em primeiro lugar, estão aí também.

Pode passar.

Os parceiros que a Conitec tem. Nós temos fortalecido muito a parceira com universidades, academia, hospitais de ensino, justamente para criar a cultura das evidências, criar a cultura do desenvolvimento científico nessa área da tecnologia.

Pode passar o próximo.

Temos parceiros internacionais que nos ajudam a trilhar os caminhos mais tranquilos, no sentido de áreas já exploradas por outros países. Então, fazemos parte da rede internacional de países que avaliam tecnologia, que é INAHTA, fazemos parte do movimento da rede G-I-N (Guidelines International Network), que é uma rede que faz protocolos clínicos; fazemos parte da RedETSA (Red de Evaluación de Tecnologías en Salud de las Américas), e tivemos o prazer de ganhar um prêmio na Enap, no ano passado, em que tivemos a oportunidade de visitar a Noruega e conhecer o sistema deles, o que foi muito interessante para melhorar a qualidade do nosso trabalho aqui.

Pode passar o próximo.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Drª Clarice...

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Acho que já acabou.

Passa o próximo, por favor.

O balanço todo está também na página, vocês podem consultar.

Pode passar.

Temos, aqui o último eslaide, que contém o nosso endereço.

Estamos à disposição.

Desculpe-me passar do prazo estipulado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A senhora não está circunscrita a esse tempo, em seguida virão as perguntas, as indagações.

Agora, concedo a palavra à Drª Gladis Lima, que é Presidente da Associação Nacional de Psoríase no Brasil.

A SRª GLADIS LIMA – Bom dia a todos!

Agradeço especialmente à Senadora Ana Amélia Lemos, ao Senador Moka, pela iniciativa desta importante audiência pública, para falarmos de uma doença que, realmente, causa impactos na vida do paciente.

A psoríase é uma doença crônica, manifestada na pele e, em alguns casos, nas articulações. A Psoríase Brasil, atualmente, possui 11 mil pacientes cadastrados.

Vou agora passar à apresentação de vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRª GLADIS LIMA – Justamente o maior órgão do ser humano, a pele, que está sempre exposta. E precisar dizer o tempo inteiro que isso não pega é uma tarefa muito difícil! Talvez, quem não tem a doença, não tem noção do que é ter que se esconder debaixo de roupas o tempo inteiro, ter que se explicar, ter que mudar a rotina diária para que as pessoas não sejam constrangidas, e as portadoras também não fiquem constrangidas.

Vou deixar essa tarefa para os dermatologistas falarem mais sobre essa doença, que tanto impacta os pacientes. Vejam bem o que as pessoas falam sobre estar com isso estampado o tempo inteiro.

É uma doença realmente impactante. Muitas pessoas dizem: "Meu Deus do céu! O que é isso?" Apenas no olhar, a pessoa imagina: "Isso pega". É o impacto que a doença provoca.

A minha tarefa hoje aqui, realmente, é sensibilizar e contar um pouco do que essas pessoas passam. Além da doença de pele, há também outras doenças associadas: artrite psoriásica, que também é uma doença que atinge as articulações e é degenerativa, se não houver tratamento. Ela desenvolve diabetes, doença de Crohn, doenças cardiovasculares – doenças que eu acho que são importantes, inclusive dizem que a doença não mata, mas mata, se ela não estiver bem assistida, se ela não estiver sendo tratada –, a obesidade, a depressão. Vocês não têm ideia o que as pessoas choram, sofrem, com depressão, porque elas não têm mais o direito de sair, o direito de passear, o direito de ir a um *shopping*, a uma piscina, porque elas não têm condições. As pessoas olham, e elas são obrigadas a se esconder. A doença desfigura. Ela tem mutilações. As pessoas ficam com as mãos mutiladas. Vejam bem o que é sofrimento dessas pessoas.

Aí nos perguntam: e o diagnóstico?

O maior desafio desse portador é no diagnóstico lá na Unidade Básica de Saúde (UBS); quando ela chega ao dermatologia, facilita. Mas, até essa doença ser diagnosticada na ponta, na Unidade, é muito difícil. Ela é tratada como se tivesse qualquer outra doença, por exemplo, erisipela, como se falava anteriormente, dermatite atópica, enfim, tudo, menos psoríase. O que indica isso? Tratamento tardio, progresso da doença e tratamento errado, e a pessoa cada vez mais se vendo com aquelas lesões estampadas na pele, sem ter a psoríase controlada.

O maior problema hoje que o paciente enfrenta, realmente, é na ponta. É no médico generalista. Eu acho que aí é um problema sério que deve ser resolvido. Capacitar essas pessoas para que esse diagnóstico seja correto e para que essa pessoa tenha o tratamento logo em seguida, porque demora. Se vocês olharem essas informações ali, elas são da base de dados da psoríase Brasil, de quatro a 12 meses. Ontem, eu estive conversando com uma pessoa que levou três anos para ter o diagnóstico correto. Imaginem o estado em que essa pessoa ficou nesse meio tempo.

E a doença, com a gente sabe, não é só uma doença de pele, ela tem outras doenças associadas. Então, não se pode ver a psoríase só como pele, mas, sim, como doenças cardiovasculares. Temos que ter uma equipe multidisciplinar tratando esse paciente.

Problema maior: centros de referência. Não os temos. São poucos, pouquíssimos. Centros de referência para tratar. Imaginem essas pessoas que moram no interior, como fazem? Quem as atende? Porque profissionais dermatologistas não há, muitas vezes, no interior dos Estados.

O preconceito é pior coisa. Trinta e sete por cento dessas pessoas foram, de alguma maneira, tratadas com muita indiferença no ambiente de trabalho, ou elas se escondem. Eu pude testemunhar um fato: uma pessoa, com psoríase, que estava em um banco, estendeu a mão para cumprimentar o gerente. O gerente, antes de estender-lhe a mão, pensou durante minutos se a estendia ou não. A estendeu, mas depois, logo em seguida, após ter estendido a mão, ele pediu um minutinho e foi ao banheiro lavar a mão com certeza. Isso foi visível. Então, para vocês verem o que isso impacta para quem tem a doença e para quem não tem a doença.

Então, as pessoas mudam realmente seus hábitos, sua rotina. Imaginem, eu ouvi de uma senhora, a esposa dizendo que não aguentava mais juntar cascas, lavar lençóis, porque por onde o marido dela andava era cascas, feridas, sangue, tudo. Então, o próprio familiar também é atingido com isso. Ele também, muitas vezes, tem que mudar a rotina dele, porque ele tem que pensar no que vai fazer, porque se vai à praia, o marido quer ficar naquela mais isolada, porque as pessoas não vão aceitar. Todo o mundo olha o tempo inteiro.

Então, acho que, a partir disso aí, de todas essas manifestações de pacientes, precisamos melhorar o acesso, para que essas pessoas tenham condições de ter melhor qualidade de vida, tratamentos, medicamen-

tos que possam, pelo menos controlar a doença. E são inúmeros! Como eu disse a vocês: o paciente mesmo informa onde estão mais atingidos. Imaginem: couro cabeludo, braço e tronco. Imagine isso sempre estar com a psoríase manifestada.

Fizemos uma enquete entre as pessoas que acham que falta informação: 84% desse banco de dados nesse 11 mil cadastrados. Todos acham que se tivéssemos mais acesso à informação, campanhas, divulgação, isso se reduziria bastante.

A autoestima, como eu disse, é a vaidade afetada: 52% interfere, realmente, nos relacionamentos interpessoais. Até no tipo de roupa a ser usada. Sabe o que eu ouço muito das mulheres: "Eu tenho um sonho: usar um pretinho básico." Ela não pode usar, porque as cascas ficam sempre expostas. Elas têm um sonho... E se sentem envergonhados com a doença: 73% dessas pessoas.

Quero contar uma coisa muito interessante para vocês. Eu recebi um paciente e mandei que ele sentasse. Ele disse-me: "Eu não posso." "O senhor está com problema de alguma articulação ou alguma outra coisa que não lhe permite sentar?" Ele: "Com todo meu respeito, eu posso lhe mostrar?" Eu não imaginava o que eu ia ver; simplesmente, ele abaixou a calça e me mostrou toda a bunda, que estava em petição de miséria! Que vida tem uma pessoa dessa, que não pode sequer se sentar, não pode dormir, não pode fazer nada! "Eu não tenho tratamento". Olha, as cenas que a gente vê diariamente... Só quem recebe essas pessoas, como eu, que vê o sofrimento delas. Não é tarefa simples.

Aqui nós temos algumas manifestações enviadas por eles. Isso demonstra, realmente, o preconceito e a discriminação que eles sofrem diariamente.

Recentemente, fizemos também esta pesquisa: quais eram os tratamentos que essas pessoas estavam fazendo? Tópicos: 64%; sistêmicos: 18%; biológico: 11%; fototerapia – Drª Clarice –: 3%. Significa o quê? Se há o equipamento, ele não funciona, há centros de referência que não têm esse equipamento. Então, vejam bem! E fazem uso de dois tipos de tratamento 2,5%.

O pior problema que também enfrentam os pacientes é a falta periódica ou mesmo por um longo período de alguns medicamentos. Sofremos, há pouco tempo, a falta da Acitretina. As pessoas ficaram desesperadas tentando comprá-la – é um medicamento caro –, para poder continuar seus tratamentos. Essa falha não pode acontecer. Isso aqui, o Ministério da Saúde tem que controlar muito isso, pois trata-se de um paciente que precisa estar em tratamento contínuo. No entanto, acontece muito essas falhas com a medicação.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Vou lhe conceder mais dois minutos. Embora seja muito instrutiva sua exposição, repito o que disse ainda há pouco à Drª Clarice, nós teremos a fase ainda das inquirições e ainda temos dois oradores.

Peço à senhora que seja mais econômica.

A SRª GLADIS LIMA – Vejam bem, então, a necessidade que temos de incorporação de novas tecnologias, de novos tratamentos para a psoríase, principalmente para aqueles pacientes que não respondem mais a nenhum tipo de tratamento convencional.

Então, aqui é o que a gente tem também de percentuais, o que as pessoas sentiram, preconceito. Quem trabalha diretamente com o público acha que a psoríase afeta o seu desempenho no trabalho, porque, muitas vezes, há afastamento do trabalho.

Uma das coisas mais importantes que aconteceram em 2014, agora, em maio, foi o reconhecimento pela OMS da doença psoríase como uma doença crônica, incapacitante, que precisa, realmente, de tratamento.

Com relação às políticas públicas, elas são necessárias, como vocês viram. Acho que, a partir do reconhecimento no qual o Brasil foi signatário, é imperioso que a gente comece a ter políticas públicas para essas pessoas.

E aqui vem a nossa manifestação, nossa demanda: o desdobramento da resolução; uma revisão do protocolo hoje; ações de capacitação desses profissionais, porque, como disse, é difícil o diagnóstico pelos médicos generalistas, e campanhas de esclarecimento sobre a doença. Eu acho que aí fecharíamos ações bastante importantes.

Quero agradecer mais uma vez.

Aqui está o nosso *site* e o nosso contato.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Drª Gladis.

Tem a palavra o Dr. Paulo Antônio Oldani Felix.

O SR. PAULO ANTÔNIO OLDANI FELIX – Bom dia a todos!

Eu gostaria de agradecer o convite. Estou aqui representando o Dr. Gabriel Gontijo, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia.

Fui chamado para explicar um pouco sobre o que é a psoríase.

A psoríase é uma doença bastante comum, bastante frequente. Normalmente, as pessoas já têm um conceito dela, que é uma doença dermatológica que tem uma origem psicológica, que, normalmente, é desencadeada por estresse, e acomete somente a pele e causa danos estéticos importantes. Esse conceito é totalmente errado. Inclusive, se procurar no Google e em algumas fontes não confiáveis, você encontra essas informações.

Hoje em dia, a gente sabe que a psoríase é uma doença sistêmica, ou seja, acomete todos os órgãos: coração, fígado, rim e, principalmente, as articulações. É uma doença não contagiosa, inflamatória. Ela é incapacitante e deformante. Esse é um conceito que, muitas vezes, as pessoas não conhecem. Ela acomete, principalmente, a pele, mas as articulações também. A artrite psoriásica é uma comorbidade, ou seja, uma doença que acompanha a psoríase, além de outras, como já falei: hipertensão, obesidade, diabetes, infarto do miocárdio, derrame. E ela causa, além de tudo, um grande impacto psicossocial, que a Gladis estava falando agora. Imagina uma mulher com essa pele, caindo escama pela casa inteira.

Ela ocorre em pessoas que nascem com essa predisposição – é uma predisposição genética –, que, devido a alguns gatilhos, estresse emocional ou físico, algumas medicações ou infecções, como o HIV, desencadeia um processo imunológico que leva a um processo inflamatório tanto cutâneo como sistêmico. Acomete tanto homens quanto mulheres, em torno de 1% a 3% da população mundial.

No Brasil, não temos um estudo de prevalência da psoríase. Falta isso. Estima-se que seja em torno de 1,3%. O curioso é que, nos Estados Unidos, a incidência vem aumentando muito nas últimas três décadas.

Ela inicia, 75% das vezes, em pacientes menores de 40 anos, ou seja, pacientes no auge da vida produtiva. Desses, a maior parte apresenta quadros localizados, quadros que podem ser tratados com medicação tópica, mas de 20% a 30% deles já necessitam de alguma intervenção maior: fototerapia ou alguma medicação sistêmica. E de 6% a 42% deles podem desenvolver artrite. Essa artrite, em um ano, pode causar, em 70% dos casos, lesão destrutiva óssea irreversível.

Sobre o aspecto de qualidade de vida, eu só gostaria de chamar a atenção aqui que a psoríase tem um impacto na qualidade de vida muito maior do que em pacientes com câncer, com depressão, com hipertensão, ou seja, tanto fisicamente, quanto mentalmente, esse paciente tem um comprometimento muito grande.

Isso levou a OMS, no ano passado, em maio, a publicar resolução sobre a psoríase, definindo-a como uma doença crônica, incapacitante, não transmissível, dolorosa, desfigurante, para a qual ainda não existe cura.

Essa resolução da OMS, de que o Brasil participou, é justamente para melhorar o atendimento ao paciente de psoríase e facilitar o acesso ao tratamento, e que é, justamente, um dos pleitos por que a SBD – Sociedade Brasileira de Dermatologia – já vem brigando há muitos anos.

Aqui, repetindo algumas coisas que a Gladis nos disse. O paciente percebe o nojo ou a repulsa quando tem um convívio social; tem dificuldades sexuais; alteram o vestuário – uma paciente minha disse que o psoriático não se veste, ele se esconde. Imagine uma mulher com uma lesão vulvar dessa, qual o contato que ela vai ter? Que relação ela vai ter? E, além disso, causa um impacto financeiro muito grande. O próprio PCDT levanta isso, falando das comorbidades, ou seja, o paciente com psoríase tem outras doenças a mais, e, quando internados, eles consomem muito mais medicamentos do que as outras doenças. Então, isso causa um impacto muito grande, direto, e, além disso, esse paciente tem uma queda de produtividade, com licenças médicas, aposentadoria precoce, que também levam ao aumento do custo indireto.

Nos Estados Unidos, apenas para mostrar o custo por paciente e o custo anual com a população que o governo tem. Apenas com a psoríase, o custo direto chega a US$51 bilhões por ano. No total, de US$112 a US$135 bilhões por ano só com psoríase, isso é o que o governo gasta. De custo indireto, nós temos US$24 bilhões. Com comorbidades, US$36 bilhões. Então, é uma doença que causa um gasto muito grande para o governo e, se não for bem controlada, esse gasto triplica.

Aqui, só para se ter ideia, um conceito que as pessoas têm de que psoríase não interna. Isso aqui é do meu serviço. Eu sou o chefe do Serviço de Dermatologia do Hospital Federal dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro. A gente fez um levantamento das causas de internação de 2012 até hoje. A psoríase, disparado, na frente, com quase 25% dos casos de internação. Isso sem artrite. A causa da internação era a psoríase.

O quadro clínico é bastante variado. A maior parte dos pacientes apresenta essas lesões avermelhadas, escamativas, que doem, coçam, algumas vezes abrem fissuras que incomodam muito, mas o quadro começa a ficar um pouco mais grave, começando acometer, se disseminando, chegando a esses quadros.

Aqui, um paciente com lesão de unha. Essas lesões de unha são extremamente dolorosas. O paciente não consegue abrir uma garrafa, não consegue mexer em algumas coisas, e, além de tudo, esse paciente já tem um comprometimento articular com deformidades.

Aqui, um quadro mais inflamatório, que é extremamente doloroso, o paciente sente muita dor nessas lesões. Aqui, eu só mostrei um pedaço, mas esse quadro se dissemina pelo corpo todo.

Crianças. Imaginem uma criança com essa lesão na face ir para o colégio. Que convivência que ela vai ter? Imaginem o trauma que isso causa numa criança.

E os quadros podem se disseminar acometendo o corpo todo. Essa paciente aqui tirava a roupa, o chão ficava lotado de escamas.

Esse paciente não tinha lesão articular, era apenas lesão cutânea. Ele não conseguia segurar o garfo para se alimentar. Ele teve perda de oito quilos, em menos de um mês, por conta de não conseguir se alimentar – não é que ele tivesse algum outro problema.

Quadros extensos como esse, o paciente conviver com isso é praticamente impossível e, algumas vezes, os quadros inflamatórios como esse chegam a necessidade de internação em CTI.

E o principal, o tratamento precoce. O que a gente tenta é evitar um quadro como esse, uma destruição óssea como essa e uma incapacidade.

O tratamento. A gente se dirigindo ao PCDT, nós temos esses tratamentos para as formas leves. Vale lembrar que eu nunca soube de ninguém que tenha conseguido Ácido Salicílico ou Alcatrão na rede pública. Recentemente, foram aprovados o Calcipotriol e o Clobetasol.

Os Consensos. O primeiro Consenso Brasileiro em Psoríase foi feito pela Sociedade Brasileira de Dermatologia, em 2006, revisado em 2009, 2012. Em 2012, a primeira opção de tratamento tópico é a associação de calcipotriol e betametasona na mesma fórmula, isso por ter maior rapidez de ação e maior aderência ao tratamento, com menos efeitos colaterais. E quando a gente se reporta a Consensos internacionais, a opinião é a mesma.

Isso não foi incluído no PCDT, apesar da indústria que produz o produto ter se comprometido a manter o mesmo preço do calcipotriol isolado. Então, um dos pleitos da SBD seria a inclusão da formulação única.

Já nas formas mais graves, o tratamento deve ser individualizado conforme sexo, idade, forma da doença. Quando a gente se dirige ao Consenso Brasileiro de Psoríase, nós vemos que esse tratamento é escalonado. A primeira opção é fototerapia.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ANTÔNIO OLDANI FELIX – Já estou terminando.

Caso haja falha, os tratamentos clássicos: metotrexato e acitretina, ciclosporina, para casos mais graves e os imunobiológicos em caso de falha a esses tratamentos.

O PCDT libera as medicações clássicas, ou seja, acitretina, metotrexato e ciclosporina. E como a Gladis disse, muitas vezes em falta, a acitretina é difícil de comprar e muitas vezes não tem na rede. Recentemente, em 2013, foi incluído o metotrexato injetável, que também é difícil para se comprar e para conseguir na rede.

A fototerapia é um tratamento muito barato e que trata muito tempo muitos pacientes, inclusive de outras doenças. Aqui só para se ter ideia da disponibilidade da fototerapia: 54% das fototerapias realizadas no SUS são no Rio e São Paulo. Em todos os outros Estados não têm nenhum relato de fototerapia.

Os imunobiológicos foram aprovados para artrite psoriásica, artrite reumatoide e espondilite anquilosante. Vale lembrar que a artrite psoriásica é uma manifestação da psoríase e é indicada para os pacientes que falharam à terapêutica tradicional e não só apenas a gravidade. Também não foram incluídos para a psoríase apesar de ter sido incluído para artrite.

Então, o que acontece? Nós caímos num ciclo bastante perverso. O paciente falha à terapia tradicional e não tem a disponibilidade do tratamento biológico. Assim, nesse paciente, teríamos que voltar a fazer tratamentos que sabemos que não funcionam. Praticamente está-se enganando o paciente, o que acaba gerando judicialização.

Os motivos para a negativa foi a falta de estudos a longo prazo de segurança e eficácia. Aqui só para mostrar o número de estudos que existem que suportam isso, inclusive alguns mostrando melhora das comunidades com o tratamento.

Além disso, existe registro dos pacientes, ou seja, os pacientes que estão em uso de biológicos são acompanhados durante anos nesses registros.

Outro motivo é que não foi definido como doença grave. O Consenso Brasileiro define muito claramente quais são os candidatos ao uso de biológicos e o que é falha terapêutica e de gravidade de doença. Olhando o Consenso de outros países, todos incluem os biológicos, logicamente com restrição, e isso a SBD se coloca à disposição do Ministério para criar esses restritores. Aqui só para se ter ideia, um dos medos seria o volume que isso teria. Vemos que usando todos os restritores, principalmente a falha terapêutica, o número de 204 mil da população maior que 20 anos cai para 742, que seriam candidatos, poderiam precisar usar.

Essas são algumas reuniões que a gente, eu e a Drª Cláudia Maia, que está aqui presente, tivemos inclusive com a Drª Clarice, e que culminou com a submissão da Conitec que está sendo feita nesta semana.

Aqui são os pleitos: facilitar o acesso aos tratamentos, conforme a resolução da OMS; aumentar a rede de fototerapia; facilitar a inclusão de novas tecnologias e regularizar o fornecimento de medicações já incluídas.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Concedo a palavra ao Dr. Marcelo Arnone.

O SR. MARCELO ARNONE – Bom dia a todos!

Queria agradecer a iniciativa da Senadora Ana Amélia. Acho que é importante podermos discutir isso aqui hoje e mostrar um pouco do cenário da psoríase no Brasil, das dificuldades que os pacientes que têm psoríase enfrentam.

Sou Coordenador do Ambulatório de Psoríase do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. O Hospital das Clínicas é um hospital de alta complexidade. Temos um Ambulatório de Psoríase, onde fazemos o acompanhamento de cerca de 500 doentes portadores de psoríase. Esses pacientes têm uma doença crônica, que vai acompanhá-los por grande parte de suas vidas.

Pelas características do nosso hospital, não temos, embora a forma mais comum sejam as formas leves, praticamente não acompanhamos pacientes com formas leves, acompanhamos em nosso Ambulatório pacientes com a forma grave da doença. Destes 500 pacientes, temos cerca de 20% que hoje utilizam imunobiológicos. Essas medicações que foram citadas são altamente eficazes e que ainda não fazem parte das medicações disponibilizadas pelo SUS para o tratamento da psoríase.

Isso mostra um pouco que é necessário que o médico dermatologista tenha em suas mãos essa opção terapêutica para esses casos graves. Porque, como foi mostrado aqui, o paciente terá que ser tratado por muitos anos e, ao longo desses anos, ou ele vai desenvolver uma toxidade, um efeito colateral a um desses tratamentos, ou esse remédio vai deixar de fazer efeito. Quando chegamos a essas condições, precisamos trocar o tratamento. Precisamos ter a disponibilidade dos imunobiológicos na falha dos tratamentos clássicos, que são a acitretina, a ciclosporina, o metotrexato e fototerapia.

Então, queria ser bem breve aqui ao mostrar um pouco das dificuldades que os médicos vivenciam no seu dia a dia, e que muito mais os pacientes que sofrem na própria pele, a dificuldade do acesso às terapias. Como foi falado aqui pela Gladis, pelo Paulo, precisamos melhorar o atendimento em nível primário. Sabemos que, muitas vezes, é difícil conseguir uma consulta com um especialista, seja endocrinologista, dermatologista ou os demais especialistas. Então, é uma coisa que precisa ser melhorada.

Segundo, precisamos tentar melhorar o acesso aos tratamentos tópicos. Por quê? Porque predominam as formas leves e esses pacientes com formas leves vão tratar com medicações locais. Também precisamos tentar oferecer o que temos de melhor dessas medicações locais para os nossos pacientes. Em especial, os pacientes que têm a forma grave da doença, que sofrem um impacto muito grande na qualidade de vida. Não foi detalhado aqui, mas sabemos que a ideação suicida é muito frequente nesses pacientes com as formas graves da doença. Por quê? Porque aquilo traduz o sofrimento que o paciente enfrenta. Então, precisamos melhorar, conseguir ofertar a esses pacientes novas tecnologias, como os tratamentos imunobiológicos. Acho que isso vai melhorar o arsenal terapêutico do dermatologista, para que consigamos manejar, da melhor forma possível, o paciente com psoríase, já que não vamos conseguir curá-lo, mas queremos controlar a doença, e controlar de uma maneira efetiva. Para se controlar de uma maneira efetiva, precisamos dispor dessas ferramentas.

Estou representando o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, mas compartilho aqui das opiniões da Sociedade Brasileira de Dermatologia, na qual precisamos fazer uma revisão do PCDT, para tentar ofertar mais tratamentos para os pacientes com psoríase.

Acho que, em linhas gerais, era isso que queria expor. Tentei ser o mais breve possível para tentar trazer isso de uma forma bem objetiva.

Obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Dr. Marcelo.

Srªs e Srs. Senadores, observamos que os expositores não foram redundantes e sim complementares, o que é muito bom no trato de uma questão de saúde dessa magnitude.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, uma das autoras do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente, Senador Edison Lobão. Queria agradecer ao Senador Waldemir Moka, que também é signatário desta audiência pública e que, como médico, mais do que eu, que sou generalista, aqui apenas uma jornalista, conhece as questões de saúde...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É clínica geral.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É clínica geral, mas ele é cardiologista, ele entende mais.

Como disse o nosso Presidente – agradeço aos Senadores e às Senadoras – os expositores reafirmaram princípios, necessidades e demandas dos pacientes, que são as mesmas nas falas da Drª Gladis, do Dr. Paulo e do Dr. Marcelo.

Depois, quero perguntar – porque vou dirigir as demandas para a Drª Clarice –, mas, Dr. Marcelo, o senhor disse que o hospital acompanha aqueles pacientes com a lesão grave. A lesão média ou leve pode se tornar grave? Essa é a primeira questão.

O SR. MARCELO ARNONE – Sim, a doença pode ter uma evolução natural. Começar localizada e, com o passar dos anos se disseminar e atingir outras áreas do corpo. Isso pode ocorrer pela evolução natural da doença, por fatores agravantes, como infecção ou uso de terapias inadequadas. Por exemplo, se o paciente é medicado de uma maneira inadequada, ele pode evoluir para o que a gente chama de eritrodermia, que é quando a doença atinge o corpo todo.

E na evolução da doença também ocorre o comprometimento articular. A história natural da psoríase, geralmente começa pela pele e, depois de 5 a 10 anos, os pacientes que têm uma predisposição desenvolvem o comprometimento articular, que é essa inflamação das articulações que leva à deformidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigado, Dr. Marcelo.

Drª Gladis, dois pontos me chamaram atenção na sua exposição. Um é gravíssimo do ponto de vista da pessoa, que é não só o sofrimento pela doença, a dor da doença no estágio grave, mas é, sobretudo, a dor do preconceito. E esse parece ser o caso.

Então, quero saber da senhora se, no caso da psoríase, o mais grave é a dor do preconceito, é o preconceito quanto à doença na relação das pessoas, no seu meio interpessoal, ou se é a desinformação na identificação do diagnóstico da doença, que pode levar, como houve, de acordo com o depoimento da moça, três anos para se chegar ao diagnóstico de psoríase. Então, entre esses dois males, qual é o pior o preconceito ou a dificuldade no diagnóstico?

A SRª GLADIS LIMA – O preconceito. A falta de informação gera, realmente, essa baixa na qualidade de vida, esse preconceito e discriminação, porque, na verdade, a pessoa fica tolhido, não consegue mais sair, não consegue mais ter uma vida. Claro que o diagnóstico é difícil, ele tenta, ele vai, mas o pior disso tudo é não poder ter uma vida normal como qualquer outro ser humano. É ter que estar o tempo todo se explicando. Temos uma enquete que mostra que 29% das pessoas disseram que pelo menos três vezes por semana ela têm que estar se explicando e têm que estar se escondendo – a pessoa não tem uma vida!

Então, o preconceito é consequência também por essa falta de informação. Tanto é que os dados mostram que, se parcela da população, setenta e poucos por cento soubessem o que era a psoríase, isso acabaria. E a pessoa acometida pela doença poderia ter uma vida; ter a psoríase, tratar a psoríase, e não ser tratada dessa forma como ela está sendo tratada, com preconceito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Gladis.

Agora, vem tudo para a Drª Clarice, porque ela é o foco. Por que não se amplia a fototerapia no território brasileiro? São poucas as unidades desse tipo de tratamento, mesmo sendo um tratamento barato e já está incorporado pelo SUS. Então, por que não ampliar esse tratamento?

Os medicamentos não liberados são caros, segundo os que tratam dessa matéria, têm um custo. Mas qual é o custo do paciente que está tendo controlada a doença com outras medicações?

Quanto às internações, na internação, a pessoa falta ao emprego, tem licença médica, tem complicações da doença e, ainda, há o que foi mencionado muito aqui que é a tendência ao suicídio. Quer dizer, esse é um paciente de tratamento especial.

A senhora, quando fez a sua exposição, falou das demandas. E até as anotei aqui: 413 demandas, sendo 183 externas e 230 internas. Só que a senhora não identificou quais são as áreas das doenças. Quero saber em que nível e grau está a psoríase no levantamento da incorporação de novas tecnologias.

Pelo gráfico apresentado aqui pelo presidente da Associação de Apoio aos Portadores de Psoríase do Brasil, pareceu-me que, para o Ministério, as demandas 2 e 3 são as mais importantes: a revisão do protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para inclusão de novas terapias e, a segunda, as ações de capacitação para profissionais de saúde reconhecerem os primeiros sinais e sintomas da psoríase, podendo, assim, agilizar o correto tratamento.

Então, as duas demandas me parecem... Porque as campanhas dependem muito mais da mobilização dos pacientes, da interlocução que as entidades e o próprio Ministério poderiam fazer com as escolas, com o universo da compreensão humana sobre essa doença. Então, aí também poderia, mas acho que essas duas são mais...

E, finalmente, por que, Drª Clarice, os dois medicamentos citados pelo Dr. Paulo e confirmados pelo Dr. Marcelo, que são eficazes, comprovados cientificamente por outros países, não foram incorporados na ado-

ção desses medicamentos, como os que – digamos –, do ponto de vista médico, do ponto de vista técnico, do ponto de vista farmacêutico, são os mais aplicados pelos dermatologistas no tratamento da doença.

Essas são as minhas questões para a senhora.

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Obrigada pelas perguntas.

Eu queria estabelecer as competências. A Conitec avalia tecnologias e tem um defeito de origem, um vício de origem: não demanda... Ela própria não demanda a análise de uma nova tecnologia, porque decide assim. Ela recebe uma demanda de outra instância, seja de uma empresa produtora, seja de uma Secretaria de Saúde, seja de uma sociedade como a Psoríase Brasil, por exemplo, seja de uma sociedade médica, como a Sociedade Brasileira de Dermatologia. Isso precisa ser provocado. Da mesma forma como o Judiciário não age, sem haver uma provocação inicial, também a Conitec não tem, na sua competência, condição de ela própria propor uma inovação ou analisar uma novidade, uma coisa assim.

Cada demanda tem características. Então, se uma empresa pede a incorporação de um determinado medicamento, ela escolhe para que população está pedindo aquela incorporação, junta documentos que comprovem a eficácia, a segurança daquele medicamento para aquela população.

E, infelizmente, no estudo das doenças crônico-degenerativas, com esse caráter que é parecido com a doença reumática, que é parecido com a doença de Crohn, as empresas que desenvolveram os biológicos começaram a fazer pesquisas para a parte reumatológica, para a parte da doença de Crohn e deixaram para o final os estudos com relação à psoríase. Então, foi uma escolha das empresas desenvolver mais estudos para uma doença do que para outra.

Então, há poucos estudos comparando biológicos numa proporção de tempo longa, que nos dê segurança – não no estudo de poucas semanas ou que geralmente não ultrapassam um ano, um ano e pouco, mas por uma vida inteira – sobre o que significa usar um medicamento que tem eventos adversos, que reduz a imunidade, que é imunossupressor, numa população grande, porque não é uma doença rara, é uma doença frequente. Então, as preocupações com a segurança e com a falta de estudos de comparação com coisas ativas, porque todos os estudos comparam com o não fazer nada, com o placebo. E a gente tem já tratamentos ativos.

Então, existe uma lacuna na pesquisa desses medicamentos, para essa doença, embora haja muito mais consolidadas evidências para, no caso, a artrite reumatoide.

Então, se, por um lado, o médico – entendo – não tem outra solução para aquele caso grave, que, como mostrado aqui, é o caso menos frequente, o grupo mais infrequente... Há casos com essas fotos que você viu aqui, graças a Deus. A maioria dos doentes têm lesões pontuais, localizadas, que não evoluem, graças a Deus, para toda essa desgraça que vocês viram na apresentação.

Mas separar para quais doentes vamos usar uma terapia que é nova, que, como o Marcelo disse, se desencadeia por uso de medicamentos, em que a infecção pode ser um desencadeante – esses medicamentos baixam a imunidade, portanto favorecem as infecções –, então, a gente ainda não sabe numa população desse tamanho.

Esse é o problema que o gestor tem, quando avalia tecnologias. A gente não está dizendo que o remédio não cura o doente, não melhora o doente, não melhora todos. Você sabe que, como todo remédio, nada é 100% e que vai haver perdas também. E como conter o problema da insegurança por falta de estudos nessa área.

Em relação aos medicamentos é isso.

Com relação à fototerapia, temos um sistema muito grande, então, a fototerapia está incluída. Você vai ver que ela existe nos Estados com mais desenvolvimento. Isso não é só saúde, em quase todos os aspectos da vida social, você vai ver falta de tudo no interior, falta de tudo onde tudo é distante. Então, é um desafio para a sociedade brasileira fazer com que chegue a cada lugar um centro de referência que tenha fototerapia, um especialista e também um generalista preparado para olhar e dizer: "Isso aqui está com jeito de uma doença desse tipo, vou encaminhar para alguém que possa me ajudar".

Então, é um desafio do sistema como um todo, Senadora. Infelizmente, a gente tem que lutar mais para levar o SUS a todos os pontos em que as pessoas vivem, não só nos grandes centros. Isso faz parte do desafio da saúde.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Minha última pergunta. Como a Drª Clarice fala com termos de especialista sobre os medicamentos: isso é uma pesquisa, não há pesquisa, não há confirmação, não há comprovação da eficácia, então, quero saber o que o Dr. Paulo, que é especialista, sobre o que disse a Drª Clarice, se, de fato, esses medicamentos são isso que ela referiu sobre a sua eficácia.

O SR. PAULO ANTÔNIO OLDANI FELIX – Certo. Até mesmo eu e a Drª Cláudia tivemos algumas reuniões com a Drª Clarice. Isso culminou na produção de um dossiê, que está aqui impresso, se alguém quiser ler, que está sendo submetido esta semana à Conitec, seguindo as exigências que a Conitec faz, que acho perfeitas. Inclusive, isso já foi enviado a Drª Clarice, de forma física.

Vou discordar um pouquinho em algumas coisas da Drª Clarice em relação a estudos. Existem quatro biológicos que são aprovados para a psoríase, sendo um deles desenhado exclusivamente para a psoríase, que é o ustekinumab. Existem estudos há cinco anos ou mais comprovando a eficácia e a segurança. Eu passei rapidamente, mas foram quatro eslaides só de estudos, mostrando a eficácia, a segurança e a manutenção do efeito a longo prazo.

Curiosamente, a artrite psoriásica, que é uma manifestação da psoríase, conseguiu ser aprovada, tendo o mesmo número de estudos, de segurança e eficácia a longo prazo; a psoríase, não. A mesma doença, de repente, tem perfil de segurança para uma parte, não tem perfil para a outra. São medicações imunossupressoras, são medicações novas, mas que, hoje em dia, a gente já sabe que tem um perfil de segurança muito bom. Imunossupressor por imunossupressor, a ciclosporina é tanto ou mais imunossupressora do que os biológicos, metotrexato é imunossupressor. Então, a gente fica nisso. A gente sabe que é uma medicação cara, que vai causar um impacto, mas a SBD também sabe que é para uma população muito restrita, muito selecionada, que está disposta a colocar câmara técnica, centro de referência, o que for, para ajudar o Ministério a realmente indicar certamente essa medicação.

O SR. MARCELO ARNONE – Concordo com o que o Dr. Paulo falou, compartilho dessa opinião. Acho que tem um dado a mais que vai nos dar segurança, porque, quando tratamos o paciente com psoríase com essas novas tecnologias, com os imunobiológicos, nós as utilizamos em monoterapia. O que isso significa? Você dá só aquele medicamento. É diferente da artrite reumatoide, por exemplo, em que você associa essa medicação, o imunobiológico, mais uma medicação imunossupressora, mais o corticosteróide, que também tem ação imunossupressora. Aquele paciente tem um perfil de segurança mais complicado, um risco maior. O paciente com psoríase, os estudos mostram que nós conseguimos controlar esses pacientes, na maioria das vezes, com a monoterapia. Então, quando ele chega candidato a essa medicação, porque já apresentou falhas outras, que já foram listadas aqui, nós fazemos o uso em monoterapia. Isso dá um pouco mais de segurança.

Seria bom se tivéssemos as informações que a Conitec nos exige. No entanto, a gente sabe que o desenvolvimento dessas pesquisas de longo prazo é muito caro. Então, muitas vezes, não existe um desenho de pesquisa que acompanhe pacientes por muitos anos. Mas, como o Paulo disse, para o ustekinumab isso está muito bem desenhado, foi até uma exigência na época do FDA. Quando liberou a medicação, eles disseram: "Essa medicação vai ser aprovada, mas a gente quer que vocês mostrem a segurança ao longo dos anos." A empresa se comprometeu e desenvolveu estudos para isso.

Esse é um ponto.

O segundo ponto é que a gente vai usar essa medicação, a proposta da SBD, que está exposta naquele algorítimo de tratamento, é a pós-falha dos tratamentos convencionais. Embora consideremos a medicação altamente eficaz, ela não será a primeira linha de tratamento, porque se fala: "Poxa, vamos tratar com o que tem de melhor". Não, não é essa a proposta. A nossa proposta é: pensando em saúde pública, gastar com aquele paciente, tentar fazê-lo melhorar com terapias mais baratas, só que existirão casos em que você precisará lançar mão dessas terapias quando ocorrer ou toxidade ou falha. Então, acho que hoje a gente tem mais informação, que talvez respondam essas perguntas.

E outra coisa, que acho importante saber, é que algumas dessas informações virão desses estudos de registro que acompanharam pacientes a longo prazo, porque, nesses estudos de registro estão pacientes do dia a dia que os médicos colocaram lá e disseram: "Seguimos tantos pacientes com psoríase com tanto tempo e o que aconteceu de efeito colateral foi isso". Então é um substrato a mais para fornecer informação de segurança.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Marcelo.

E para terminar o meu questionamento, o Senador Moka tem preferência depois de mim...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não tem. Não tem. Ele não tem preferência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Tem, ele é signatário da audiência.

O Dr. Marcelo insistiu na questão dos mais baratos, começar por aquilo que pode oferecer ao paciente um tratamento imediato e, depois, para as doses da medicação.

Como a fototerapia, referida aqui, por que o SUS não entra? Ele já fornece, mas amplia, porque parece que... Nós vamos determinar que esses pacientes fiquem o resto da vida sofrendo... É um entendimento assim, porque eu vejo a sua boa vontade, só que não é a senhora que decide. É uma política de governo, do País. Mas o SUS é isso, é uma política pública. Eu queria que senhora dissesse assim alguma coisa que paciente que lhe assiste agora se sinta confortado, pelo menos: "Estamos fazendo um esforço para isso", ou que disseram os dois médicos e a Drª Gladis sobre o que objetivamente pode ser feito.

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Eu gostaria de lembrar que a Conitec quando avaliou esses medicamentos biológicos, isso foi em 2012, era muito recente o lançamento do medicamento específico para a psoríase, o tempo de estudo era muito curto, mas as coisas acontecem. O mundo inteiro está estudando e

temos mais três anos a frente com mais dados, espero, e com uma colocação mais apropriada de um medicamento com um perfil de segurança que tem que ter para um grupo de pacientes falhados. É normal que drogas novas, que não se conhece a segurança completamente, fiquem em linhas de pacientes falhados, que são aqueles que podem arriscar mais porque têm mais a perder e podem ganhar mais, porque perderam muito, portanto, teriam mais vantagens.

Então, eu vejo que a submissão da Sociedade Brasileira de Dermatologia é uma possibilidade de reestudarmos o assunto sob outro foco e com evidências novas que surgiram de 2012 para cá. Sempre o protocolo vai poder ser atualizado cada vez que entrar qualquer nova medicação para qualquer doença. Isso faz parte do natural.

Portanto, é uma doença que não tem cura, mas tem controle e que há boas práticas para serem feitas. E há muita coisa por fazer. E que o esforço para que o SUS seja o sistema de todos, inclusive daqueles que têm doenças que precisam de especialistas, não só do doente da atenção básica, mas também daquele que precisa de especialidades, como oftalmologia, dermatologia, cardiologia, é um esforço do SUS que está acontecendo hoje neste Ministério para que tenhamos mais centros de especialidades que venham a ter todo o aparato, não para todos, 100% da população que não vão precisar, graças a Deus, mas para aqueles que, infelizmente, vão precisar de um tratamento especializado no Hospital das Clínicas ou num lugar mais distante.

Então, é um desafio para todos. A Conitec faz uma parte, mas não faz todas as partes. Todas as partes nós fazemos juntos, a sociedade como um todo, entendendo as necessidades que a saúde tem e a necessidade de investimentos que deverão ser feitos daqui para frente para manter um sistema que seja bom para todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Drª Clarice.

Concedo a palavra ao Senador e Dr. Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Segundo minha filha, Sr. Presidente, estou proibido de falar em Medicina, porque não sei mais nada sobre Medicina. Eu tenho uma filha médica que é residente. Ela faz clínica médica, ela fazia Nefrologia. Ela fala: "Pai, não fala em Medicina mais não, porque o senhor não sabe mais nada de Medicina." Eu acho que ela tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Mas, Senador Moka...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas, como eu sou menos leigo aqui, eu...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Quero só fazer um ligeiro aparte.

O Senador Crivella também se queixa disso. Ele foi um dos maiores pregadores deste País. Ele próprio acha – eu não – que já não é um dos maiores pregadores e nunca mais pregou. Isso faz 15 anos. Ele é pregador evangélico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou me ater ao fato – percebi que isso foi importante – de se colocar a psoríase na sua forma mais grave, que é o que vai fazer com que as pessoas que nos estão ouvindo e assistindo se choquem com isso. Na minha avaliação, além de todo o incômodo, o preconceito é o pior de tudo isso.

Sou do Mato Grosso do Sul, onde não há psoríase, mas temos o pênfigo foliáceo, um negócio terrível também. Aqui, muitas vezes, o paciente perambula, perambula, mas não se dá o diagnóstico. É uma doença tão pouco conhecida, que, se não houver realmente um dermatologista muito experiente – de clínico nem se fala! –, não se dá o diagnóstico. E temos um hospital que é referência nacional.

Drª Clarice, eu queria fazer a primeira pergunta: a senhora tem autonomia?

Vejo prazos que me assustam. A Senadora Ana Amélia provocou – eu o subscrevei – um projeto de lei sobre pesquisa clínica. Por quê? Por que há uma morosidade nessas coisas. A senhora colocou ali que são 180 dias mais 90 dias mais 180 dias. Então, nós estamos falando de mais de um ano. Essas coisas, para quem tem a doença...

Imagine que hoje a pessoa fica sabendo que existe um imunobiológico. Tudo bem, ele é imunodepressor, mas, como o Marcelo disse, é diferente dos outros, porque ele atua de forma muito... É só o imunobiológico, ele não está associado a outras drogas, como o corticoide, que também diminui a resistência do paciente. Então, por que não esse? A senhora falou: "Há dois anos, havia pouco conhecimento da doença." Hoje, parece-me que está comprovada a eficiência. O efeito colateral deve ser mínimo, porque eles estão usando isso. Aí pergunto: a senhora tem autonomia?

Sr. Presidente, a prática de uma audiência pública, nos dois anos em que estive aí, ensinou-me o seguinte: audiência pública, para mim, só tem sentido se, ao cabo, dermos um encaminhamento concreto.

Por isso, estou me dirigindo à Drª Clarice: o que fazer, no menor prazo possível, para que, do seu departamento, da sua coordenação, saia uma deliberação? "Não, este imunobiológico precisa e deve ser liberado."

E olha que o Marcelo, ponderado, disse: "Pretendemos iniciar o tratamento com as drogas mais baratas." Ele conhece isso. "Ah, vamos começar a tratar os casos mais simples de forma mais simples." Mas vão existir casos em que a doença começa a evoluir, é resistente a esse tratamento. Aí é a hora de o dermatologista, o médico, ter à mão o medicamento capaz de fazer com que aquele paciente possa realmente controlar aquela doença. Aí é a minha pergunta direta.

Se não for possível agora, por que não uma parceria – foi até uma sugestão das colegas médicas aqui – da sociedade, ou então junto com a Presidência, uma parceria entre a Sociedade Brasileira de Dermatologia e vocês para deliberar. O pessoal tem experiência, isso vai ajudar no encaminhamento. Penso que essa seria...

A gente poderia estipular prazo, Presidente. Vamos dar um prazo de 60 dias. Se nesses 60 dias não tivermos uma definição, vamos voltar aqui, porque, senão, há uma audiência pública, é muito bonito, mas não acontece nada na prática. Aí você frustra um monte de gente e a Comissão perde a eficiência que, na minha avaliação, tem que ter, que é a de forçar as coisas a acontecerem. Nós fizemos isso com...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Dentro de uma semana estará aqui o Ministro da Saúde. Vamos aproveitar a sugestão de V. Exª, que é oportuna, e a Comissão, com todos os Srs. Senadores, entregará ao Ministro, aqui, na Comissão mesmo, o resultado desta audiência pública, que acho extremamente oportuna.

Faremos isso, então.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, Sr. Presidente, mas ele sempre vai recorrer a essas instâncias, mesmo o Ministro. Eu conheço relativamente isso. Se chegar na mesa dele, porque isso é o Poder Público. As pessoas têm dificuldade de assumir determinadas posições em detrimento do sofrimento de um paciente.

Sobre esse projeto de pesquisa clínica, nós falamos aqui, o Conep, eu fiz uma audiência pública; demos prazo, pedimos para melhorar. Em média, nos outros países, nós levamos 60 dias, no máximo 80 dias para autorizar o início de uma pesquisa clínica. No Brasil é mais de ano – há casos de três anos e não se autoriza. É o fim da picada isso! Essas coisas não podem acontecer. Eu falo isso porque acho que temos de melhorar essas coisas.

O projeto está aí para ser debatido e já existe gente se colocando: "Ah, mas não é bem assim..." Por que isso? O que há por trás disso? Porque a mim me move apenas um único interesse: fazer com que essas coisas aconteçam num prazo razoável, porque senão, nós vamos discutir, minha cara Senadora Ana Amélia, criar uma expectativa e daqui a um ano, um ano e meio, Marcelo, vamos estar discutindo uma coisa, se já tem na rede do SUS os imunobiológicos. Um negócio que não tem sentido para nós. Não faz sentido isso. "Ah, custa caro". Custa muito mais caro a hora em que você interna um paciente desses e ele é um paciente crônico e vai ficar lá o tempo todo demandando medicação, leito. Você tem que pensar nisso também, na economia que se faz quando se tem uma droga dessas, eficiente, que você pode usar.

Eu tenho ainda outras perguntas. Desculpe a veemência, mas é só o estilo de falar, não tem nenhuma dose de agressividade. Quem não me conhece acha que... É que lá do oco do Pantanal é duro você não ter essa veemência.

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Senador, se eu puder explicar.

A maioria dos países que têm sistemas de avaliação de tecnologia para entrada em sistema público de cobertura universal, que é o caso do Brasil – não se vai cobrar por nenhum tipo desses tratamentos, eles são, têm de ser gratuitos em todas as faixas.

Esses países levam, maios ou menos, o mesmo tempo. Cento e oitenta dias para avaliar é um tempo curto na maioria dos países que têm sistemas públicos e, portanto, terão que fazer a conta do impacto orçamentário e do impacto logístico de colocar na rede um novo remédio, uma nova tecnologia, para que haja sustentabilidade no que foi incorporado.

Também não adianta nada discutir rapidamente, sem a profundidade necessária, a inclusão de uma tecnologia em um País ou em um Estado e, depois, não ter dinheiro, não ter orçamento para bancar a continuidade dele.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas nós estamos falando de 2012, Drª Clarice.

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Então, em 2012, as evidências, como eu disse, eram fracas para a incorporação na população aberta de psoriásicos que tinham doença moderada à grave, que foi o que a empresa pediu. Não foi pedida a proposta que, hoje, o nosso colega coloca, que o Marcelo coloca: como uma droga de resgate em um nível, digamos, do paciente falhado. Não foi desse jeito que foi colocado. Então, o impacto orçamentário é muito maior. O impacto logístico de distribuir o remédio, comprá-lo e tudo o mais é

muito maior. E se, eventualmente, a incerteza sobre a segurança fosse confirmada, teríamos um desastre de proporções muito maiores.

Então, veja que uma incorporação significa que, a partir dali, o Estado vai bancar, a política de governo vai criar condições de que aquilo se mantenha ao redor ao longo do tempo, independentemente de uma pessoa política ou de uma pessoa que indique aquilo ali.

A negativa, por outro lado, não quer dizer que aquilo está afastado para sempre. Só quer dizer que, naquele pedido, com aquela abertura, não foi considerado apropriado. Mas pode-se aperfeiçoar o pedido, que foi o que a Sociedade fez. A Sociedade de Dermatologia aperfeiçoou o pedido e está demandando de novo, que é outra pergunta.

O que ele coloca, e o doutor coloca também, mostra que é outro nível que se está pedindo, agora: o resgate com mais segurança de usar o remédio apenas em populações mais restritas que, realmente, estão em uma situação que o que elas perdem compensa o risco desta "insegurança", entre aspas, que sempre uma droga vai ter.

Claro que drogas mais antigas, conhecemos mais sobre elas, conhecemos mais do que elas podem e não podem fazer. Drogas novas causam para nós essa incerteza, faz parte do jogo. Faz parte do jogo conhecermos muito mais cedo os benefícios e muito mais tarde os malefícios, mas isso faz parte da vida.

Então, na hora em que você diz...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas, mas...

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – ...o que faz o doente hoje.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Me permita.

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Ele tem tratamentos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Isso não pode fazer...

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Ele não está.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Isso não pode fazer parte da vida. Nós estamos falando...

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Mas faz.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... de pessoas...

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Mas ele faz.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas são 180 dias, e a senhora coloca, 180 dias mais 90. Então, já não são mais seis meses, não é?

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Isto é o máximo. Não quer dizer...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – São nove meses.

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Não quer dizer que tem que gastar isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E aí mais 180 dias. É mais de um ano!

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Mas é preciso saber de onde vem o dinheiro. É preciso saber que orçamento vai sustentar isso. Se há necessidade de treinar pessoal, profissionais. É preciso ter tempo para fazer isso. Porque, senão, o uso irracional dos medicamentos vai produzir mais evento adverso do que benefício, e não é isso que nós queremos – médicos, profissionais e gestores do SUS –, não queremos isso para o nosso doente.

Então, há que se ter calma para se analisar. Claro que outras vias podem existir. A via da Conitec tem um limite máximo de tempo, e isso não quer dizer que não se possa concluir antecipadamente essa análise, mas ela demanda estudos, demanda análise econômica, tudo isso, para que se possa dizer ao gestor: "É segura esta recomendação. Você pode acatar que vai custar isso, vai ter esse benefício e vai ser colocado para esse grupo pacientes".

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. Fora do microfone.) – Muito obrigado, Drª Clarice, muito obrigado.

Dr. Marcelo, eu acho que uma audiência pública dessas só tem sentido se formos diretos e francos, porque, senão, para mim, isso fica um jogo de coisas que não vão a lugar nenhum. Eu pergunto, você acha razoável esses prazos?

O SR. MARCELO ARNONE – Na verdade, esses prazos, realmente, quem vai entrar fica chocado com isso, porque você quer uma solução rápida. Acho que a gente entende da complexidade do assunto, reconhece que é um assunto muito complexo. E gostaria que a gente conseguisse acordar um prazo menor – acho que a gente pode tentar isso – e a gente se empenhar, se comprometer. Represento o Hospital das Clínicas e sou membro também da Sociedade Brasileira de Dermatologia, então, que nos empenhemos para tentar abreviar isso ao máximo. Porque eu acho que hoje, não só eu, mas a maioria dos médicos que trabalham em hospitais de centro de referência em psoríase, não imaginam tratar a psoríase moderada a grave sem ter essa opção de tratamento.

Eu estou até numa situação mais confortável que o resto dos colegas, porque em São Paulo a gente tem uma alternativa, que é o processo administrativo, é uma via na qual você faz uma análise, caso a caso, com a Secretaria da Saúde, e a Secretaria da Saúde compra a medicação. Mas a gente sabe que fora de São Paulo isso é muito mais complicado. Os pacientes que usam remédio muitas vezes o conseguem via judicial.

Então, eu acho que seria muito bom se nós conseguíssemos incorporar essas medicações. E a gente pode tentar se empenhar. Da nossa parte, tanto da USP quanto da SBD, a gente vai tentar abreviar isso ao máximo, e vai trabalhar em conjunto, numa força tarefa, para que a gente consiga abreviar esses prazos. Eu acho que se for viável, se a gente tiver esse aceite, a gente está empenhado nisso também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu queria ouvir o Dr. Paulo e, depois, a Dr. Gladis nesse sentido, para termos objetividade, senão nós vamos só tratar da doença psoríase. E, na minha avaliação, a audiência tem uma finalidade de melhorar isso. Quer dizer, fazer com que as pessoas realmente tenham medicamentos que possam melhorar.

O SR. PAULO ANTÔNIO OLDANI FELIX – Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a Drª Clarice, que sempre nos recebeu, tanto a mim quanto a Cláudia, de uma forma bastante aberta, bastante receptiva, tanto ela quanto a Drª Marina, da Secretaria de Educação à Saúde.

A SBD vem há alguns anos tentando fazer essa parceria para tentar agilizar, não só na psoríase, mas em outras doenças. Inclusive, da última vez, não conseguimos falar com a Drª Clarice, mas falamos com a Drª Vânia. Uma das coisas que a gente deixou pleiteando foi a revisão de alguns PCDTs, como o de dermatite atópica; estamos dispostos também a sentar e conversar.

Em relação ao PCDT, só gostaria de deixar alguns pontos um pouquinho mais claros. PCDT não, desculpem-me. Na decisão da Conitec, foi usada uma linha de pesquisa extremamente restritiva para estudos de longo prazo. O ustequinomabe, realmente, tinha pouco tempo de uso, mas já havia estudos com três anos; os anti-TNFs já tinham estudos com mais de cinco anos, só que foi usado numa linha de pesquisa em que exigia estudo randomizado a longo prazo. Isso, metodologicamente, é quase impossível e, financeiramente, totalmente impossível. Então, o tipo de estudo que foi exigido não se encaixaria com o tipo de resultado que gostaríamos. Isso é até comentado no dossiê que está sendo feito agora e que está sendo entregue.

Em relação ao tempo, realmente, é longo, é uma coisa difícil, eu entendo. A Conitec precisa ver muita coisa. Essa elaboração do dossiê que a gente fez já inclui análise de impacto orçamentário, fármaco-econômica, é um trabalho bastante complexo. Acho o tempo longo? Acho. Mas, talvez, abreviando esse tempo, a gente vai ter perdas muito grandes.

Logicamente, o que a SBD puder fazer para abreviar esse tempo, a SBD está disposta. Como também sabe que o impacto orçamentário disso é muito grande. Então, ela está disponibilizando os serviços credenciados dela, os profissionais que ela tem para ajudar, ou com câmara técnica, ou criar restritores que não prejudiquem o doente, mas que privilegia o paciente que realmente precisa dessas drogas.

Eu acho que já estamos conseguindo algum diálogo. E é importante, sim, rever esse PCDT, rever essa decisão da Conitec, isso é algo de que a gente realmente precisa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Drª Gladis, por favor.

A SRª GLADIS LIMA – E para o paciente não interessa prazo, ele quer agora. "Eu quero a medicação."

Hoje a internet, às vezes, nos possibilita saber muito mais do que os médicos o que está acontecendo no mundo.

Essas medicações realmente são necessárias, para que essas pessoas, mesmo essa parcela pequena de pacientes, pela incorporação dessas tecnologias, melhorem sua qualidade de vida. Para pacientes que sofrem, como vocês viram, não interessa quem vai aprovar ou não. Eles querem a medicação. É um direito deles. Está na Constituição.

Na verdade, o tratamento dá resultados muito bons – eu tenho visto isso. Não vejo as pessoas se queixando tanto de efeitos colaterais, porque, para elas, o que interessa é a qualidade de vida, é estar bem, é poder trabalhar.

E quanto custa isso? Muito mais caro custa via judicial! E se poderia pagar bem menos.

Então, eu acho que o prazo tem que realmente diminuir, e concordo plenamente com o senhor em que, com uma audiência pública como esta, que trouxe tantas personalidades aqui, não se pode apenas dizer "ah, já sei o que é psoríase" e ir embora. Não. Eu acho que temos que sair daqui com um comprometimento.

Sessenta dias foi o que aconteceu. Eu fiz um ofício ao Ministro da Saúde com uma pergunta bem básica: "Ministro, o que se fez, que ação se fez após a aprovação da Resolução da OMS?" Ele me respondeu tudo, menos o que eu perguntei. Mais liso do que bagre!

Então, nós precisamos é de efetividade. Eu preciso saber! Eu não quero saber que, lá em 2013, o PCDT (Protocolo Clinico e Diretrizes Terapêuticas) tem ou ingressou com calcipotriol; eu estou perguntando 2014! Eu sei de 2013!

É isto que o senhor diz: chegar lá, não. Nós temos que sair daqui todos comprometidos. Todos os atores comprometidos de que, em 60 dias, nós teremos alguma resposta efetiva, e não deixar simplesmente acontecer uma audiência pública como esta, de importância, sem que se tome um caminho que é necessário. Ações a partir daqui. Se não, não tem sentido. Eu concordo plenamente com o senhor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, só para encerrar.

Drª Clarice, eu não quero... Por favor, não veja em mim alguma coisa... É que essas coisas, quando a gente tem uma formação, incomodam. Eu vejo a angústia dos colegas. Os colegas evidentemente que não... E a senhora não é a responsável por isso. A senhora atualmente coordena. Mas eu acho que é fundamental...

Eu acho que, estando no Ministério da Saúde e detendo o cargo que a senhora tem, e pelo respeito demonstrado tanto pelo Marcelo, quanto pelo Dr. Paulo, vejo que eles têm na senhora uma parceira. Então, vamos aproveitar para tentar abreviar o tempo, porque, na hora em que chegar isso de forma concreta, "em vez de 180 dias, nós vamos decidir isto aqui em 90 dias; em 100 dias, nós vamos levar ao Ministro uma proposta concreta no sentido de apontar o que se deve adotar", claro que o dinheiro é sempre diferente.

Na verdade, nós temos um sistema universal que é subvencionado, e aí falta dinheiro para tudo. Mas, em algum momento, eu penso que determinadas coisas como essa podem significar, na verdade, economia do tratamento.

Eu fico por aqui, Presidente, torcendo para que a sugestão de que possamos... E claro que é V. Exª que tem a prerrogativa, como Presidente da Comissão, de fazer com que esse grupo se reúna, talvez junto com o próprio Ministro ou com quem de direito, para colocarmos isso com franqueza. O Ministro Chioro me conhece, e conhece bem a minha forma de ser.

Eu torço para que possamos sair daqui com alguma coisa que diminua principalmente esses prazos, que a mim me incomodam muito, porque o tempo passa, passa, nós juntamos, juntamos... Eu me lembro da quimioterapia oral. Nossa! Fizemos duas, três reuniões para que pudéssemos ter algum resultado prático.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Waldemir Moka.

Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Paulo, Gladis, Clarice e Marcelo, eu tenho aqui uma pergunta. Mas pelo que o médico expôs, vemos que os biológicos são indicados para casos muito selecionados da psoríase, já que muitos são controlados com medicamentos tradicionais.

Portanto, mesmo sendo remédio de alto custo, o incremento financeiro não parece ser tão alto. Se não se liberar para casos selecionados, o Ministério da Saúde acaba pagando a conta por via judicial, já que o paciente entra na justiça.

Isso toca mais ou menos no caso do Moka. Quer dizer, sempre que encontramos esses casos dramáticos, nós nos obrigamos a encontrar uma solução, um caminho. É assim que se constrói a civilização. E muitas vezes os caminhos são longos e trazem agonia na espera.

Graças a Deus, nós temos a via judicial. A via judicial traz um certo alívio. Por quê? Porque muitas vezes o medicamento não está completo no seu ciclo de pesquisa, que é necessário obedecer, de maneira religiosa, para que amanhã as pessoas não carreguem culpas por terem prescrito ou autorizado alguma coisa que trouxe um efeito colateral pior do que os benefícios que o medicamento garante.

Eu sei disso porque acompanho, há doze anos, o caso da mucopolissacaridose. O Chioro já é o quinto Ministro da Saúde que eu visito com as associações que cuidam dessas cerca de trezentas pessoas e que gastam em torno de R$350 milhões para salvá-las. Elas nascem sem uma enzima e, sem essa enzima, elas morrem. Então, sobrevivem, mas muitas deformadas, cegas.

Nós vimos coisas impressionantes, porque a associação entra na justiça, o juiz manda dar o dinheiro, e existe, por exemplo, um Município no Rio de Janeiro que libera R$400 mil na conta do paciente, que volta à associação e diz: "Olha, tem R$400 mil na minha conta. O que eu faço com isso? Na minha conta nunca teve R$3 mil."

Nessa luta, conheci empresas da Coreia do Sul que gostariam de vender para o Brasil um biosimilar. A despesa nossa cairia de 300 milhões para 150 milhões. E aí apresentei isso ao Ministro e à Anvisa. Mas como incorporar um novo medicamento biosimilar, quem serão os pacientes testados? Nós vamos retirar esses que estão recebendo o atual medicamento e trazê-los para cá? Quem se responsabiliza pela vida deles, se isso não ocorrer? "Ah, mas existem testes no exterior." E nós podemos aceitar esses testes no exterior? É realmente uma discussão incrível, científica.

Eu entendo a agonia do Dr. Moka, do Senador Moka, porque ele, como médico, humanitário, como político, ele não está aqui à toa. O povo do Mato Grosso do Sul mandou ele para cá por uma razão específica, porque ele sente a dor do povo. Aliás, Senador é isto: é sentir a dor. O povo na rua diz isso. Vereador vê a dor; Senador sente a dor; Deputado não faz nada.

Mas o fato é que o Moka tem razão num aspecto: sai mais caro. Sai mais caro porque essas empresas americanas, de certa forma, são impiedosas e desalmadas. Quando se tem de comprar de última hora, o paciente está para morrer, o preço vem mais caro. E, como eu disse, no caso da muco, nós gastamos mais de 300 milhões por ano, com poucos pacientes.

Nesse caso da psoríase, também sai mais caro? É a pergunta.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Quem me deu essa pergunta foi uma senhora que passou para eu fazer essa pergunta. Então, por que não incorpora? Não incorpora pelas razões já ditas pela doutora Clarice, a quem não quero supliciar, porque eu sei que ela gostaria de rapidamente adotar todos os medicamentos, desde que um anjo do céu viesse e desse a ela toda a garantia de que estava tudo certo e de que poderíamos abreviar e tal.

No caso da mucopolissacaridose, já são dez anos de pesquisa – as mães vão, os pacientes, os médicos mostram diminuição de sintomas, isso e aquilo. E também a gravidade se não começar bem cedo: a cegueira, as deformações.

Sr. Presidente, precisamos da genialidade política de V. Exª para que não nos conformemos – o Senador Moka até briga conosco – de maneira nenhuma. Nós não vamos ficar conformados, Moka. Nós vamos buscar um caminho. Agora, realmente, é um caminho árduo.

Ela aqui está dizendo: "Nós precisamos desse biológico." É o que Moka falou: "imunobiológico". Nós temos que tratar. Tem que pagar, tem que pagar. Via justiça. Paga mais caro. Por quê? Porque, se tivéssemos previsto em orçamento, poderíamos ter uma produção que reduziria o custo desse medicamento pela metade.

É aquela coisa: você está no décimo andar. Qual a maneira mais rápida de chegar ao térreo? Pulando pela janela, mas dói um pouquinho. O ideal é descer de elevador. Às vezes, o elevador para no nono, no sétimo, no sexto, no quinto.

Mas eu queria parabenizar a Senadora. Esta Comissão de Assuntos Sociais não será mais a mesma, porque hoje nós mostramos os casos graves. E me veio à mente a época em que eu era pastor em Santo Amaro, Rua Netuzzi Perez, e entrou uma senhora com alta gravidade de psoríase. Ela nos assustava. Ninguém conseguiu olhar para ela sem... Eu percebi que, dos pés ao cabelo, ela tinha problemas. Mas havia uma coisa extremamente comovente: ela tinha uma filhinha, nos seus 4, 5 anos, agarrada à mãe. A filha era uma bonequinha de porcelana, linda, linda, linda. Para ela, a mãe não tinha nada. Foi uma cena que não consigo esquecer. Que demonstração de amor puro, que coisa fantástica. Acho que é por isso, Ana Amélia, que Jesus disse que deveríamos ser como crianças, porque o amor daquela filha foi algo fantástico. Já faz 40, 30 e tantos anos, mas eu nunca mais esqueci aquela cena simples e comovente de uma filha abraçada com a mãe. E todas as pessoas na igreja... E olha que igreja é um local de extrema solidariedade. Quem vai ali são pessoas que querem...

Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Crivella, V. Exª que é um pastor, também não vamos pôr em dúvida a presença salvadora dos anjos com a sua ação divina.

Drª Clarice ou Drª Gladis para responder. A quem V. Sª se dirigiu?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Seria a Drª Clarice.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Está bom.

V. Sª pode responder brevemente.

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – O custo, Senador, é um ponto importante, mas o conhecimento a respeito da segurança e da eficácia de um produto é de primeira importância. Só vamos estudar quanto vai custar se houver evidências bastante robustas de que não vamos ter que voltar atrás amanhã. Não vamos incluir um medicamento no sistema, que não é simples, fazer a logística de incorporação de algo para, amanhã, vir um novo estudo e voltar tudo para trás. Tudo o que você coloca é correto. A pesquisa clínica é difícil. E os problemas éticos que envolvem isso também o são. Então, temos que ter segurança no que incorporamos, porque, uma vez incorporado, a desincorporação é muito mais difícil. O fato de não ter incorporado em 2012 significa que, imediatamente após, pode se fazer uma nova proposta que inclua outras condições que viabilizem, potencializando a eficácia que já conseguimos obter nos estudos, a segurança que conseguimos nos estudos de mais curto prazo e incluir para um grupo de pacientes.

Só que não é simples reunir essas informações. Nós demoramos para fazer isso porque é demorado, o mundo inteiro demora. A própria sociedade também tem dificuldades em reunir essas informações, tanto que somente agora, em 2015, eles conseguiram reunir a quantidade de informações científicas que embasam uma incorporação para um país do tamanho do Brasil. É diferente a decisão do Marcelo com relação ao paciente dele, que ele está cuidando. Na hora em que a coisa não está dando certo ele tira, ele substitui, ele elimina aquele remédio. Diferente é quando há a incorporação de uma política pública e, portanto, temos de ter mais segurança sobre o que estamos fazendo para não banalizar uma incorporação que, ao final, vai ser nefasta para o doente. O que o Senador Marcelo coloca é a disputa das várias doenças com necessidades. Todos têm necessidades. Então, o custo de oportunidade vai ver para que doenças, para que grupo de doentes, dentro de uma doença, investir certo valor vai valer mais à pena para aquele grupo, para a saúde pública do país. Isso tem de ser pesado a cada vez, porque, senão, apenas os grupos de pacientes que, advoga-se, têm grupos de representação, conseguem as coisas, e grupos como os marginalizados, os pacientes que têm problemas de saúde mental – eles não querem se tratar, eles não assumem sequer que têm a doença –, seriam negligenciados para sempre. O Poder Público tem a obrigação, o gestor público tem a obrigação de compensar essa coisa. Então, nós temos de ver o todo, ver todas as doenças, ver todas as inovações que estão chegando e para que grupo de pacientes elas seriam mais custo/efetivas, ou seja, que trariam maior quantidade de ganho em saúde populacional, não apenas para um doente. São problemas diferentes, o médico tem um problema e o gestor tem um problema diferente, que tem de ser analisado com critério. Volto a dizer que nós estamos absolutamente abertos para simplificar os prazos, reduzir os prazos, fazer reuniões de entendimento entre o grupo que propõe e o grupo que vai analisar para ver se alguns mal-entendidos podem ser sanados na conversa e com algum reparo de algum estudo que faltava, alguma situação dessa forma, para que a demanda avalize, simples, sem problemas, para o plenário, que vai votar. Se for muita dúvida, eles ficarão... A incerteza é que mata a proposta. Com uma boa colocação da tecnologia, temos grande chance de passar.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sr. Presidente, eu penso que nós chegamos a um ponto de finalização. As ponderações do Senador Moka e do Senador Crivella são absolutamente pertinentes, que são também as minhas ponderações. Eu penso que o encaminhamento desta audiência é o seguinte: nós somos cobradores, fiscalizadores, legisladores. Esta Comissão tem essa finalidade, de dar trato e abertura a este debate. Como disse a Drª Clarice, existem outros setores, de outras doenças, que não têm esse mesmo grau de organização da Psoríase. Bem estão atendidos, do ponto de vista da sua defesa, os pacientes da psoríase, que se organizaram. Num processo democrático é assim que deve ser feito, e é dever do Estado também dar cobertura, acolhida e proteção àqueles que não têm o mesmo grau de organização. Então, não é porque eles estão organizados que eles precisam ser considerados privilegiados. Não, eles estão defendendo uma justa causa. Nós vamos, então, esperar os sessenta dias para que o entendimento da Sociedade Brasileira de Dermatologia, o Hospital de Clínicas de São Paulo, que nos trouxe, digamos, um parabéns ao Dr. Marcelo, como cidadãos, como órgão público, um hospital escola, que é o Hospital de Clínicas. O Estado de São Paulo também nos dá essa satisfação, como legisladores, de ver que há um compromisso com a saúde pública. Então, parabéns a toda a sua equipe, à equipe da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Eu queria que, no Rio Grande do Sul, nós também tivéssemos, Drª Gladis, o mesmo tipo de política estadual para isso, mas sabemos das dificuldades. Então, Drª Gladis, Dr. Marcelo e Dr. Paulo, é, digamos, nosso encaminhamento que, passados os sessenta dias, nós recebamos dos Senhores um relatório do que aconteceu e do que não aconteceu, para que entremos com uma ação política junto ao Ministério.

Além disso, na próxima semana, lamentavelmente, não estarei aqui, mas peço ao Senador Moka, ao Senador Crivella e aos demais colegas Senadores, quando o Ministro da Saúde estiver aqui, na quarta-feira, imagino, que esse tema seja levado pessoalmente ao Ministro nessa audiência. O Presidente fica também com a delegação nossa de fazer esse encaminhamento. Independentemente disso, o prazo de 60 dias nós aguardaremos.

Então, penso que essa é uma forma adequada. Entendo as dificuldades todas e as aceito. A Drª Clarice deixou claro que houve um novo encaminhamento pela SBD no sentido de obter mais informações, no sentido de a Conitec aceitar pelo menos reabrir um processo que já tinha sido aberto. Isso é muito importante. Há a garantia de que, com esta audiência, a Drª Clarice vai sair daqui convencida de que a cobrança vai continuar havendo.

Quero aproveitar para agradecer muito, Senador Presidente Edison Lobão, a presença de todos os palestrantes, que, para nós, para mim especialmente, mostraram a evidência dessa doença, o seu alcance, as consequências, o dramático viver das famílias que têm esse problema.

Então, muito obrigada a todos pela presença aqui e pelo que nos ensinaram.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Agora, concedo a palavra ao Líder do Governo, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Meu caro Presidente, Senador Lobão, eu queria cumprimentar também a Clarice, a Gladis, o Marcelo e o Paulo Felix.

Eu não sou membro da Comissão de Assuntos Sociais, mas não poderia deixar de vir a esta audiência pública. Primeiro, parabenizo a Senadora Ana Amélia, o Senador Moka e o Senador Paim pela iniciativa de promover esta audiência pública.

Era para eu ter vindo aqui mais cedo, mas, como disse o Senador Crivella, a vida de um sofrido Líder do Governo é difícil. E, hoje, começamos matando dois leões pela manhã.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E não é o do Imposto de Renda.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não é o do Imposto de Renda, que já é difícil.

Falo especialmente da CCJ. Por isso, não tive a oportunidade de participar desta reunião desde o princípio.

Sei que o Haroldo está aí também. Onde está o Haroldo, que foi Diretor do Senado? Não estou vendo o Haroldo. Onde está o Haroldo? (*Pausa.*)

Ô Haroldo!

O Haroldo foi Diretor-Geral do Senado, é funcionário de carreira e muito me ajudou nessa batalha com relação à psoríase.

A Gladis é uma pessoa com que a gente, permanentemente, dialoga, conversa.

Fui, inclusive, autor do projeto sobre o Dia da Psoríase, que o Senado aprovou. Esse é um problema que muitas pessoas enfrentam. Não é só a questão da doença, é o impacto social. Muitas pessoas confundem a psoríase com outras doenças também. Isso traz uma série de traumas para as pessoas que sofrem de psoríase. Não tomam banho de mar, porque têm vergonha. Não vão a uma piscina. É uma doença que tem um forte viés psíquico, um forte viés psicológico, melhor dizendo. Às vezes, a pessoa falta ao trabalho porque fica envergonhada. E até muitas pessoas que não conhecem a doença rejeitam. É uma doença que tem particularidades, especificidades ímpares.

Esta audiência pública é importante. Já estive com a Gladis várias vezes, Clarice, no Ministério, e sempre há essa discussão em torno da medicação voltada para psoríase e dos problemas para que isso venha a ser efetivado. Não pude acompanhar a audiência pública, mas imagino que isso rodou por aí. Pelo que a Senadora Ana Amélia disse, isso foi o que foi falado.

Precisamos buscar uma solução, uma saída. São muitas pessoas diretamente impactadas pela psoríase. Acho que precisamos buscar... Como foi dito aqui pela Senadora Ana Amélia, acredito, pela Clarice e pelos outros também, talvez se possam ajustar um pouco melhor os critérios, sem deixar de atender. São medicações caras e que precisam, efetivamente, dessa sensibilidade do Ministério da Saúde.

Então eu não podia, Presidente Lobão, deixar de fazer esse registro, até porque eu sei a batalha que é o dia a dia dessas pessoas que sofrem de psoríase e o trabalho, principalmente, da Gladis. Não é só o trabalho, aqui, no Senado, na Câmara, mas é um trabalho diuturno. Ela...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Fora do microfone.) – Sacerdotal.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Hã?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Fora do microfone.) – Sacerdotal.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sarcedotal. Inclusive eu mesmo participei de alguns eventos que foram organizados pela própria Gladis. E acho que esse é um tema que merece uma atenção absolutamente importante do Ministério da Saúde. E eu não tenho dúvida nenhuma que o Ministro Chioro terá a sensibilidade necessária para resolver esse assunto que já se arrasta. Nós mexemos, Gladis... Eu, pelo menos, envolvido com você estamos há quanto? Há uns cinco ou seis anos? Mais até.

A SRª GLADIS LIMA (*Fora do microfone*.) – Eu estou desde 2000.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, você está há mais tempo.

A SRª GLADIS LIMA (*Fora do microfone*.) – Mas foi a partir do projeto...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Do projeto. Mas eu suponho que são uns cinco ou seis anos, e a gente avançou um pouco mais, não é? Então, acredito que a gente avançou pouco, principalmente nessa questão dessa relação com o Ministério da Saúde e da medicação necessária para mitigar esse drama que muitas pessoas, lamentavelmente, enfrentam.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral pela oportuna interferência; aos Senadores todos, Moka, Crivella; à Senadora Ana Amélia, que, inclusive, fala na capacidade fiscalizadora do Parlamento. O Poder Legislativo – os Senadores –, no mundo inteiro, legisla mas,

hodiernamente, mais fiscaliza do que legisla. É nosso dever, portanto, fiscalizar a ação do Governo naquilo que diz respeito – no caso da CAS – às suas funções precípuas, específicas.

Quero agradecer a presença muito útil aqui, hoje, agora, da Drª Gladis, do Dr. Paulo, da Drª Clarice e do Dr. Marcelo. Haveremos de levar em boa conta aquilo que aqui foi dito sobre psoríase, que, de fato, é algo que preocupa a humanidade. E em torno de uma solução nós trabalhamos, nós insistimos, nós atuamos.

Srs. Senadores, muito obrigado pela iniciativa que tiveram. Aos conferencistas também o agradecimento por igual.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – E nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião. (Palmas.)

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE JUNHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e sete minutos, do dia dez de junho de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, e Vicentinho Alves; e das Senadoras Regina Souza, Angela Portela, Maria do Carmo Alves, Fátima Bezerra, Rose de Freitas, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Justifica a ausência o Senador Walter Pinheiro e deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Primeira parte da 12ª Reunião: Item 1 – **MENSAGEM (SF)** nº 24, DE 2015. Leitura do relatório do Senador Elmano Férrer que submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor Jarbas Barbosa da Silva Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano. Suspensa às nove e cinquenta e seis, a reunião é reaberta as dez e onze sob a mesma presidência. Segunda parte da 12ª Reunião: Audiência Pública destinada a debater a "Epidemia da Dengue no País", em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2015-CAS, de iniciativa do Senador Marcelo Crivella, com a presença do Ministro da Saúde Arthur Chioro. Usam da palavra os Senadores Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim, e Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e as Senadoras Regina Souza, Rose de Freitas e Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Consulto os Srs. Senadores se podemos inverter a pauta, iniciando pela leitura do relatório do Senador Elmano Férrer e, após, daremos início à audiência pública, com a presença do Sr. Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Concedo, então, ao Senador Elmano Férrer para leitura do seu relatório.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 24, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999,

e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor Jarbas Barbosa da Silva Júnior para o cargo de Diretor da ANVISA.

Observações: – *Após a leitura do Relatório, será concedida, automaticamente, Vista Coletiva nos termos do artigo 383, inciso II, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal.*

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e o art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, a Presidente da República, mediante a Mensagem nº 24, de 2015 (Mensagem no 118, de 27 de abril de 2015, na origem), submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor Jarbas Barbosa da Silva Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano.

Anexado à mensagem, foi enviado o curriculum vitae do indicado.

O Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior é brasileiro, tem 58 anos de idade e é médico graduado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) desde 1981. Possui especialização em Saúde Pública e em Epidemiologia pela Escola Nacional de Saúde Pública, além de mestrado em Ciências Médicas e doutorado em Saúde Coletiva, títulos obtidos pela Universidade Estadual de Campinas em 1995 e 2004, respectivamente.

O indicado iniciou sua trajetória no Sistema Único de Saúde (SUS) em 1982, como médico da Secretaria de Estado de Saúde de Pernambuco, sendo alçado à Coordenador do Programa Estadual de DST– Aids em 1987. Foi nomeado Secretário Municipal de Olinda-PE em 1993 e, em 1995, galgou ao cargo de Secretário Estadual de Saúde de Pernambuco.

Em 1997, passou a atuar na esfera federal do SUS, como Diretor do Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI). Com a transferência das atribuições do CENEPI para a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério Saúde (SVS-MS). Em 2003, o indicado assumiu a titularidade deste órgão até 2006, quando foi convidado a ocupar o cargo de Secretário Executivo do Ministério.

Após ser aprovado em concurso público internacional, em 2007, o Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior ocupou o posto de Gerente da Área de Vigilância em Saúde da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) até janeiro de 2011, ano em que foi convidado a assumir novamente a SVS-MS,órgão que comandou até o fim de 2014.

Desde então, o indicado exerce a função de Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

Paralelamente a essa longa atuação no SUS, o Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior é servidor efetivo do Senado Federal, ocupante do cargo de Consultor Legislativo desde 2002 – ano em que solicitou exoneração do cargo de médico da Secretaria de Estado de Saúde de Pernambuco –, encontrando-se cedido ao Ministério da Saúde. É também professor adjunto do Departamento de Medicina Preventiva e Social e da Faculdade de Ciências Médicas da UFPE desde 1989, cargo do qual está licenciado.

A produção acadêmica do indicado é vasta, com a publicação de vários artigos científicos em revistas especializadas, a presença em bancas de avaliação de mestrado, de doutorado e de concurso público, além da participação em mais de duzentos congressos, seminários e conferências relacionados às áreas de saúde pública, epidemiologia, vigilância em saúde e gestão de sistemas de saúde.

O Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior já atuou também no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária no período em que foi membro do Conselho Consultivo da Anvisa, em 2003.

Considerando as exigências regimentais para a apreciação do Senado Federal sobre a escolha de autoridades, previstas no inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), assinalamos que, além do *curriculum vitae* aqui relatado e exigido pela alínea *a* daquele dispositivo, o indicado enviou ao Senado Federal a declaração prevista na alínea *b* e a argumentação escrita requerida pela alínea *c*.

Assim, tendo em vista o histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido e a documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão de informações para deliberar sobre a indicação do Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nos termos do art. 383, inciso II, alínea p, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência concede automaticamente vista coletiva aos Srs. Membros da Comissão.

Srs. Senadores, esta reunião foi reservada para ouvirmos o Sr. Ministro da Saúde a respeito da dengue no Brasil, por sugestão e requerimento do eminente Senador Marcelo Crivella.

Sucede que o Sr. Ministro precisou viajar às pressas, ontem à noite, para João Pessoa, no heroico Estado da Paraíba, mas está chegando, segundo sua assessoria, dentro de alguns minutos, a caminho, portanto, desta Comissão, demandando esta Comissão.

Nesse caso, vou suspender a reunião por alguns minutos, até a chegada do Ministro da Saúde, pedindo aos ilustres Senadores membros desta Comissão que permaneçam aqui, na medida do possível.

Muito obrigado.

(Suspensa às 9 horas e 56 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 11 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Está reaberta a reunião.

Eu peço ao Senador Humberto Costa e à Senadora Ângela Portela que acompanhem o Sr. Ministro da Saúde até o recinto desta Comissão – segundo o Senador Crivella, ao altar desta Comissão, ao altiplano desta Comissão. (*Pausa.*)

É com grata satisfação que recebemos S. Exª o Sr. Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, que comparece a esta Comissão para debater a epidemia de dengue no País, em atendimento ao Requerimento nº 16/2015, de iniciativa do Senador Marcelo Crivella.

Concedo, portanto, a palavra ao Ministro Chioro para sua exposição, cumprimentando os técnicos e diretores do Ministério da Saúde que acompanham o Ministro.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. ARTHUR CHIORO – Muito obrigado, Presidente Edison Lobão, Senador amigo.

Quero saudar todos os Senadores e Senadoras, o Senador Crivella, autor do convite para que eu pudesse discutir, nesta Comissão, a situação da dengue no nosso País.

Preparei um material o mais didático possível. Estamos à disposição para fazer todo o aprofundamento, para apresentar todas as informações adicionais necessárias. Estamos aqui com os responsáveis pelas áreas que cuidam do controle de doenças transmissíveis, da dengue, mas vamos tentar apresentar as informações mais essenciais para os Senadores. A situação da dengue tem contornos que preocupam muito a população brasileira; portanto, acho que é muito importante este espaço de discussão, esta oportunidade de dialogar com os Senadores e Senadoras sobre esse tema.

A primeira questão – deixe-me ir passando aqui – é que nós estamos trazendo dados fechados, em âmbito nacional, até o dia 30 de maio, ou seja, até a Semana Epidemiológica nº 21. Isso vai nos permitir fazer comparações com os anos anteriores até a mesma data, o que nos possibilita avaliar o desempenho, o andamento do comportamento da dengue no País.

Até o dia 30 de maio, ou seja, de 1º de janeiro a 30 de maio, houve 1.021.000 casos prováveis de dengue. Por que prováveis? Porque nós trabalhamos com o conceito de casos notificados.

É possível que uma parte desses casos não se confirme, mas essa é a maneira como Municípios, Estados e o Ministério da Saúde trabalham a informação.

O maior número de casos se concentra na Região Sudeste: são 659,9 mil casos, seguidos da Região Nordeste, com 162 mil; Região Centro-Oeste, com 119 mil; Sul, 54 mil; e Norte, 24 mil casos.

Quando falamos de casos de dengue, como lidamos com populações de tamanhos diferentes, é extremamente importante comparar cidades, populações de portes diferentes. Não posso comparar o Município do Rio de Janeiro com uma cidade que tem 12 mil habitantes simplesmente utilizando como parâmetro o número de casos absolutos. Para isso, tecnicamente, falamos de número de casos por 100 mil habitantes, ou seja, temos um coeficiente uma taxa de incidência da doença que permite fazer comparações.

É possível apagar essa luz que foi acesa agora? Não, a de frente da telinha. Essa. Obrigado. É que fica mais nítido.

A Organização Mundial da Saúde trabalha com o conceito de que epidemia de dengue é quando se ultrapassam 300 casos por 100 mil habitantes, que seria essa lista tracejada que é apresentada nesse gráfico.

Dessa forma, duas regiões do País vivem situação epidêmica até o dia 30 de maio: a Região Centro-Oeste, com 787 casos por 100 mil habitantes, e a Região Sudeste, com 775 casos. A Região Nordeste se aproxima, mas não ultrapassou ainda 300 casos por 100 mil habitantes e a Região Norte e a Região Sul objetivamente não vivem uma situação epidêmica.

Nós tivemos 300 casos graves notificados e 378 óbitos notificados.

Eu já vou falar um pouco sobre a magnitude desses óbitos no contexto epidemiológico do nosso País.

Portanto, a maior incidência, de maneira muito expressiva, encontra-se na Região Centro-Oeste e na Região Sudeste.

Aqui temos o quadro em que estão destacados numa cor mais escura os Estados que estão em situação epidêmica, ou seja, que têm um coeficiente de incidência maior do que 300 por 100 mil, independente do número de casos. Então nós temos Acre, Tocantins, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e o Estado de Goiás.

Esses nove Estados, que registram maior incidência, aparecem por magnitude, em ordem decrescente de importância. Os Estados de Goiás, São Paulo e Acre são aqueles que expressam o maior volume, a maior magnitude de incidência da dengue este ano no nosso País.

Temos situações de variação importantes, inclusive Estados, como é o caso do Amazonas e do Espírito Santo, e o Distrito Federal, que tiveram uma diminuição do número de casos.

Eu chamo a atenção também para o Estado de Goiás, porque, no ano passado, em 2014, tivemos uma situação muito positiva em relação ao comportamento da dengue no País, mas houve uma situação epidêmica que aumentou significativamente em 2015.

É importante destacar também a situação do Brasil como um todo.

Em 2014, tivemos uma incidência de 202 casos por 100 mil habitantes, portanto abaixo do valor que significa epidemia. Este ano, temos 503 casos por 100 mil habitantes, puxados, como eu disse, alavancados pela região Centro-Oeste e pela região Sudeste do País.

Esse gráfico é muito importante, porque aqui podemos ver a tendência secular, ou seja, o comportamento histórico da dengue no nosso País, olhando ao longo de três anos, o ano de 2014, 2013 e 2015 por semana epidemiológica.

Na linha vermelha, temos a epidemia em 2013, que foi, sem dúvida nenhuma, maior. Até o dia 30 de maio, tínhamos acumulados 1,306 milhão casos. Portanto, um comportamento muito superior ao que tivemos este ano.

Na linha em azul, temos o comportamento da epidemia de dengue no ano passado. Eu tenho insistido que foi um comportamento muito positivo, porque tivemos grande redução do número de casos. Ainda que tenhamos tido casos de dengue em praticamente todas as semanas, não estancamos, mantivemos um resíduo de casos pequenos. Mas, ao longo de todo o ano no País, o comportamento foi muito diferente do que este ano.

E este ano, que está em verde, já identificamos 1,21 milhão de casos prováveis. Vejam que ela faz um comportamento absolutamente parecido com o que aconteceu em 2013, semana a semana, apenas com uma expressão um pouco menor. Então, em 2015, voltamos a ter uma manifestação muito parecida com a de 2013.

Eu tenho dito, com muita convicção, que este resultado expressivo que tivemos em 2014 infelizmente não foi lido pelos gestores municipais, pelos gestores estaduais, por parte da população, por parte da imprensa como uma situação de resultado positivo que deveria ter desencadeado uma intensificação das medidas de controle, para que pudéssemos reproduzir esse padrão e não o padrão de 2013. Objetivamente, é uma fotografia de 2015, em menor escala do que tivemos em 2013, com exceção de que 2013, por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro foi fortemente atingido, e agora, em 2015, o Estado de São Paulo é responsável por um número absoluto de casos.

Só voltando um pouco aqui, se pegarmos o número de casos, São Paulo responde por quase metade dos casos: 495 mil casos este ano foram identificados em São Paulo. E o Rio de Janeiro, embora tenha uma elevação em relação a 2014, ainda assim tem uma taxa da incidência das mais baixas do País, de apenas 30 casos por 100 mil habitantes.

Então, voltando aqui, tivemos, comparando 2015 a 2013, uma redução de 22% dos casos, mas, se compararmos com o excelente resultado obtido em 2014, tivemos uma elevação de 148%.

Um dado importante é que nós já estamos agora enfrentando, observando uma diminuição expressiva do número de casos de dengue. Ou seja: no mês de abril, quando registramos no País 348 mil casos, nós chegamos ao pico. Um comportamento importante é que os casos já iniciaram em janeiro, tiveram uma elevação de 112% em fevereiro, 90% no mês de março; bateu o pico, e, agora, 68% de redução. E é muito provável que, no mês de junho, tenhamos um número de casos menor ainda do que observamos em maio, confirmando a característica sazonal da dengue, ou seja, uma enfermidade que responde a duas questões importantes, que é chuva e temperaturas elevadas.

Então, com a diminuição do índice pluviométrico em todo o País e com a diminuição das temperaturas, teremos uma diminuição. Claro que também o esgotamento do número de suscetíveis vai também contribuindo. Então, a tendência é continuar caindo o número de casos.

Outro dado importante, e isso é muito significativo para quando pensarmos em medida de prevenção e gravidade da doença, reintrodução, é a circulação dos quatro sorotipos de dengue no nosso País.

Há, claramente, uma predominância do sorotipo da Dengue 1:93,4% dos casos, principalmente Sudeste e Sul, a circulação é de Dengue 1, mas no Norte do País, temos também a circulação da Dengue 4, da Dengue 2 e da Dengue 3. Então, quando falamos de dengue é importante lembrar que as pessoas, a população pode ter dengue até quatro vezes, porque ela pode ser infectada pelos quatro sorotipos, e a tendência é que os sintomas aumentem a partir da reinfecção.

Em relação ao número de óbitos, tivemos, em 2013, 494 óbitos. Em 2014, tivemos uma diminuição expressiva, 285 óbitos, e neste ano, apesar da magnitude da epidemia, tivemos uma redução em relação a 2013, de 23,5% do número de óbitos identificados.

Em que faixas etárias esses óbitos se concentram? Há uma clara concentração dos óbitos em idosos que apresentam comorbidade, ou seja, são pessoas que são portadoras de outras enfermidades e que, uma vez que se infectam e que desenvolvem a dengue, acabam evoluindo para óbito. Então, 57% dos óbitos estão concentrados em pessoas com mais de 60 anos. Vemos uma elevação principalmente em adulto, que é a faixa etária mais frequente, faixa com maior incidência dos casos de dengue, mas, efetivamente, entre os idosos, o risco relativo de óbito é 20 vezes maior, ou seja, nas pessoas com mais de 60 anos.

O comportamento dos óbitos, a letalidade por dengue no nosso País se encontra em parâmetros extremamente baixos, considerados adequados quando se compara com a estatística da taxa de letalidade em âmbito internacional. Não é possível aqui identificar um padrão de ocorrência de maior número de óbitos em alguns Estados, até porque há Estados que têm uma quantidade de óbitos muito pequena, portanto, esses dados não são muito significativos. Mas quando olhamos uma série histórica da taxa de letalidade, desde 1990, observamos que foi havendo um aumento importante a partir de 2003, atingindo o pico na epidemia de 2007, 2008, e, a partir daí, houve uma melhoria significativa da capacidade de resposta do sistema público e privado de saúde no País.

Observamos uma tendência importante de redução do número de óbitos, o que se observa também no ano de 2015. E aqui podemos comparar, porque estamos falando em taxa. Portanto, a taxa de letalidade permite uma comparação histórica em nosso País.

Quando observamos o que acontece nos demais países das Américas acerca do comportamento da letalidade, vemos que o padrão do Brasil é o padrão mais baixo. Os Estados Unidos tiveram um número muito pequeno de casos, mas o que observamos perto dos demais países, das demais regiões é que temos um comportamento bastante adequado e que mostra uma capacidade de resposta do nosso sistema de saúde em relação à dengue.

Em relação à chikungunya, é o vírus encontrado em regiões tropicais e subtropicais da África, no Oceano Índico, no Sul e Sudeste da Ásia, introduzido no Brasil a partir de 2013, está certo? Nós temos duas linhas diferentes de casos, de cepas: uma, a *asian*, que está circulando no Amapá desde setembro do ano passado; e na Bahia, a ECSA, que está circulando desde setembro do ano passado também. Nós tínhamos antes casos que vinham do Caribe, militares que voltaram do Haiti, pessoas, brasileiros que estiveram na República Dominicana, mas eram casos importados, então, já tínhamos registros. Agora, casos chamados autóctones, ou seja, casos cuja manifestação da doença, a infecção e o desenvolvimento da doença ocorrem efetivamente no nosso País, são registrados a partir de setembro do ano passado.

Nós temos, este ano, 2,568 mil casos confirmados. São 5,548 mil casos notificados, alguns casos ainda em investigação, concentrados, fundamentalmente no Amapá, principalmente no Oiapoque, em Feira de Santana e nos Municípios no entorno de e Feira de Santana.

Não tivemos ainda uma distribuição importante, embora tenhamos casos confirmados em Brasília, mas os casos estão concentrados na Bahia e no Amapá.

No caso do Oiapoque, tivemos, a partir da semana epidemiológica 38, um aumento expressivo de casos. Ao final do ano, houve provavelmente uma diminuição da notificação, funcionamento de serviços de saúde, mas não deve ter ocorrido essa interrupção; na prática esse número deve ter sido mantido, mas hoje já se observa uma diminuição expressiva dos casos no Amapá.

Em relação aos casos de Feira de Santana, houve um aumento expressivo dos casos até a semana 40, uma diminuição do número de casos, e, novamente, o número de casos agora começa expressivamente também a diminuir. Lembro que a chikungunya também é transmitida pelo mesmo mosquito, o *Aedes aegypti*, pelo *Aedes albopictus*, portanto, as medidas de prevenção, de controle, são exatamente as mesmas adotadas em relação à dengue.

Quando avaliamos o grau de infestação pelo mosquito *Aedes aegypti,* o mosquito transmissor da dengue, vemos que ele está domiciliado, ou seja, ele ocupa praticamente todo o território nacional. Com exceção de uma parte significativa do Estado de Santa Catarina, do sul do Paraná e de uma parte de Municípios do Rio

Grande do Sul, e regiões da Floresta Amazônica, ele se encontra hoje domiciliado em todo o território nacional, que é o padrão de repetição em mais de 160 países.

O Aedes é um inseto que acabou ambientalmente prevalecendo nas características da vida urbana, da vida rural da população não só do Brasil, mas de outros países também.

No caso do *Aedes albopictus*, ele tem uma grande concentração na Região Sudeste, em parte da Região Norte e da Região Nordeste; e mesmo no Sul, em Santa Catarina, onde não há presença do *Aedes aegypti,* vocês vão perceber que há a presença do *Aedes albopictus*.

Eu queria falar agora das ações de prevenção, contingência e melhoria da assistência, que foram adotadas pelo Ministério da Saúde, em parceria com os Municípios e Estados em todo o País. O Ministério primeiro adotou um plano nacional de contingência da dengue e da chikungunya, com a elaboração de manual de preparação e resposta e introdução da chikungunya, mais recentemente do zika vírus, com a capacitação de laboratórios para a realização de testes de diagnósticos para a chikungunya – no caso de dengue a gente já tinha tanto de sorologia quanto de isolamento viral.

Esse plano nacional de contingência de dengue e chikungunya orienta Estados e Municípios. É o conjunto de medidas que devem ser adotadas em relação à prevenção, promoção, educação sanitária, controle de vetores, cuidado dos pacientes, manejo dos pacientes graves, enfim, o conjunto de medidas individuais e coletivas destinadas ao trabalho de prevenção e controle da dengue.

Importante também, o Brasil realiza já há alguns anos o LIRAa o Levantamento Rápido do Índice de Infestação pelo *Aedes aegypti.* Isso é muito importante porque o LIRAa permite que seja identificado por setor censitário o grau de infestação. E isso orienta a ação das prefeituras, dos agentes de saúde da comunidade, que podem assim focalizar as ações naquelas localidades que têm o maior índice de infestação.

Nós divulgamos o LIRAa em novembro do ano passado, outubro, lembrando que o LIRAa é feito pelas próprias prefeituras. O Ministério trabalha os dados e divulga nacionalmente, e 1844 Municípios realizaram o LIRAa.

Em relação ao *Aedes aegypti,* 627 tinham situação satisfatória; 877 já estavam em situação de alerta – esses são os dados de janeiro – e 340 em situação de risco. Portanto, Municípios que atenderam à determinação do Ministério da Saúde, que realizaram o LIRAa e puderem orientar suas atividades tiveram mais capacidade de fazer o enfrentamento dos vetores, diminuindo a densidade larvária, a infestação pelo mosquito e, portanto, a cadeia de transmissão da doença.

No caso do *Aedes albopictus*, temos hoje, dos 1884 Municípios, 1516 Municípios não tinham, deu zero; 216 em situação satisfatório; 58 em alerta; e 9 em situação de risco. Aqui está o padrão de como consideramos sinal de alerta o grau de infestação/risco, quando temos acima de 4%.

Agora, uma parte significativa de Municípios, que está em branco, não realizaram o LIRAa. Portanto, esses Municípios que não realizaram o LIRAa não tiveram a mesma capacidade de enfrentamento da epidemia daqueles que tiveram essa informação estratégica para fazerem a orientação das suas ações. Com base no LIRAa, no dia 6 de dezembro, nós lançamos o Dia D de mobilização, de prevenção e controle da dengue, na cidade do Rio de Janeiro. Aqui a presença do Prefeito Eduardo Paes, comigo, em uma unidade básica de saúde, perto do sambódromo, onde existe uma clínica de família, não me lembro agora do nome da unidade. Você lembra, Jarbas? Nós fizemos uma grande atividade, inclusive, de controle. Agora, no dia 7 de fevereiro, já identificando a situação crítica da Região Centro-Oeste, com o Governador Rollemberg, com o Secretário Estadual do Distrito Federal e com o Secretário Estadual do Estado de Goiás, no entorno, fizemos também o Dia D+1 de mobilização em todo o País. Portanto, tratamos não apenas de lançar a campanha publicitária, mas de mobilizar dois sábados adicionais ao esforço de mobilização da comunidade.

Fizemos uma campanha de utilidade pública 2014/2015, que foi lançada em novembro do ano passado, rodou durante todo o verão, no valor de R$12,5 milhões, com o *slogan* "O perigo aumentou e a responsabilidade também", chamando a atenção para o fato de que agora, além da dengue, nós tínhamos a chikungunya – aliás, tínhamos, não, temos a chikungunya. Portanto, como as medidas de prevenção são exatamente as mesmas, há necessidade de redobrar as nossas ações de prevenção.

A partir do momento em que passamos a ter a chikungunya como uma realidade, incluímos o capítulo no Guia de Vigilância Epidemiológica, enviamos equipes do Ministério da Saúde para apoiar os trabalhos de prevenção no Oiapoque, em Feira de Santana, fortalecendo as ações de vigilância. Quando passamos a ter os primeiros casos, elaboramos o Guia de Manejo Clínico e o Protocolo de Classificação de Risco, com a capacitação das equipes estaduais e municipais, e estamos realizando uma sequência de videoconferências com as secretarias estaduais.

Um dado importante é que, da mesma maneira como temos um Plano Nacional de Contingência, estimulamos Estados e Municípios a construírem seus planos de contingência. Dezenove Estados, que estão aqui em cor mais escura, encaminharam seus planos de contingência ao Ministério da Saúde. Isso significa que são

Estados que se prepararam, tomaram medidas, adotaram medidas de mobilização para o enfrentamento da epidemia de dengue/chikungunya.

Nós também ampliamos a nossa capacidade de análise laboratorial para a chikungunya. Ainda não existe um teste laboratorial disponível de mercado para a chikungunya, portanto, é extremamente importante que a nossa rede de laboratórios públicos tenha capacidade de poder dar suporte à rede municipal e estadual no diagnóstico de casos de chikungunya. Temos, na Região Norte, o Instituto Evandro Chagas; no Nordeste, o Lacen, do Pará e de Pernambuco; no Sudeste, o Adolfo Lutz, em São Paulo, a Funed, em Minas Gerais, e a Fiocruz, no Rio de Janeiro; no Centro-Oeste, o Lacen, no Distrito Federal e no sul do Paraná, que já fazem o diagnóstico, mas capacitamos outros laboratórios, que entrarão agora também na rede de apoio e diagnóstico.

Outra ação importante do Ministério da Saúde foi o fornecimento de inseticidas para as ações de prevenção e controle dos vetores. No ano de 2014 e 2015, nós disponibilizamos a Estados e Municípios 228 mil litros de malathion; em 2014, 30 mil litros de lambidacialotrina; este ano, 68 mil; do piroproxifen, que é o larvicida, este ano, 120 mil quilos, contra 100 mil quilos em 2014.

Portanto, estamos garantindo a ação além de mandar mais bombas intercostais, mais bombas nos carros para pulverização, quer dizer, conseguimos construir uma estratégia de apoio a Estados e Municípios para ação.

Também de maneira inovadora a Universidade Aberta do SUS disponibilizou este aplicativo para dengue para os profissionais médicos e enfermeiros, que ajuda muito no desenvolvimento do raciocínio clínico. Ele é muito interativo, muito fácil: a partir das informações das características do paciente, se é masculino, feminino, se é criança, qual que é o peso, quais são os informes, ele vai nos dando orientação profissional sobre quais são as medidas a serem adotadas.

Isso é muito importante, porque aprendemos, por meio principalmente da epidemia de 2013, analisando os óbitos, que, a partir dos sinais de agravamento, principalmente a presença de dor abdominal contínua e vômitos, além dos sinais característicos da dengue, a hidratação venosa feita de forma adequada evita os óbitos, de maneira extremamente importante. Portanto, trabalhamos muito junto a Estados e Municípios, nas redes privadas de saúde, com os profissionais que atuam nos planos de saúde, nas clínicas privadas, para que possam adotar as medidas de manejo clínico adequado.

Em relação a recursos financeiros, ao longo dos últimos quatro anos e quatro meses, repassamos para Estados e Municípios R$5 bilhões no Piso Fixo de Vigilância em Saúde, que é praticamente 90% utilizado para as ações de controle da dengue. E este ano já foram R$414,5 milhões repassados, então, R$5 milhões. E, em dezembro deste ano, assinei uma portaria liberando mais R$150 milhões, liberados no mês de janeiro, sendo R$28 milhões para os Estados e R$121,8 milhões para os Municípios, especificamente para reforçar as ações durante o verão. Portanto, são recursos da ordem de R$5,150 bilhões, ao longo desse período de quatro anos e quatro meses, disponibilizados para Estados e Municípios, sem contar naturalmente as ações que são desempenhadas pelos Municípios.

É importante destacar que as ações de prevenção não são feitas apenas pela área da saúde. Muito das ações de prevenção são realizadas áreas de manutenção urbana desencadeada pelas próprias prefeituras, que são responsáveis pelas limpezas das áreas públicas, coleta de lixo, coleta dos despejos, por fazer o bota-fora, para retirar os bens inservíveis, que são acumuladores de água parada e, portanto, criadores de mosquito. Então, a ação intersetorial, ação educativa que as escolas, que as entidades fazem, as ações de mobilização da população para eliminação dos criadouros no ambiente doméstico e nos ambientes coletivos são determinantes, porque temos, como arma hoje contra a dengue, a eliminação dos criadouros e depois o diagnóstico e o tratamento correto. Aliás, não é o tratamento, porque dengue não tem tratamento, é uma doença viral, mas o manejo clínico correto dos pacientes com dengue.

Por fim, queria só falar muito rapidamente das vacinas e do zika vírus. Em relação às vacinas, tem sido objeto de muita polêmica pública, grande especulação...

Deixe-me dar uma explicação rápida particularmente para aqueles que não são afeitos a como se dá o processo de incorporação tecnológica: nós temos quatro fases para pesquisa e desenvolvimento de uma vacina. Ela começa na chamada fase pré-clínica, em que a pesquisa é feita na bancada de laboratório em animais de experimentação. Superada esta fase, a vacina vai para aquela que chamamos de fase 1, que é a avaliação da segurança da administração da produção em seres humanos com primeiros resultados sobre a capacidade que ela tem de desenvolver proteção no organismo dos seres humanos. Concluída a fase 1, a vacina tem condição de ir para a fase 2, que é a avaliação da capacidade de resposta, ou seja, o que ela confere de proteção no ser humano e qual é a segurança que essa vacina tem.

Por fim, terminada essa fase 2, a vacina pode ir para fase 3, que é avaliação da eficácia. Então, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, é preciso demonstrar a eficácia da doença confirmada virologicamente, que é resultada pela infecção de pelo menos um dos quatro sorotipos da dengue.

No caso da dengue, não interessa, não é importante para nós que ela só responda a um sorotipo. Vocês notaram que já mostrei naquele cartograma anterior que temos quatro sorotipos circulando. E há determinados anos em que o número de casos é determinado por um sorotipo, aí se esgota o número de suscetíveis daquela região; depois, no ano seguinte, volta o outro sorotipo. Então, precisamos encontrar uma vacina que tenha capacidade de resposta para os quatro sorotipos.

Depois disso, concluídas essas quatro fases, o laboratório, a indústria, faz o pedido de registro, ou seja, ela apresenta os resultados de estudos, quais são as condições de produção, e submete à aprovação da nossa agência reguladora. Aliás, isso vale também para o FDA, para agência europeia, para a agência canadense, para agência japonesa. Essa é a sequência de procedimentos internacionalmente resolvidos.

Se uma vacina recebe o registro da Anvisa, ela está autorizada a vender o produto nas condições que Anvisa determinar. Isso não significa que ela será incorporada ao SUS. Muitos produtos que recebem o registro sequer vão a mercado; outros vão a mercado, mas não são incorporados ao SUS, porque, para ser incorporada ao SUS, ela tem que ser aprovada pela comissão de especialistas do Ministério da Saúde, com a participação de *experts* das nossas universidades, das sociedades de especialistas e, depois, de ser submetida à análise da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias, que vai avaliar primeiro qual é a necessidade do produto, qual é a eficácia, qual é a segurança, qual é a efetividade e qual é o custo para a rede pública. Ou seja, o Brasil sustenta? Tem capacidade de bancar aquela vacina no preço que está sendo ofertado?

Então, essas são as fases. Portanto, o fato de uma vacina conseguir chegar ao registro não significa que ela será incorporada. Ela precisa ser necessária, ser boa, qualificada, ter segurança, ter resposta e um custo adequado para que possamos tomar a decisão técnica e política de incorporá-la ao nosso Calendário Nacional de Vacinação, que já é o calendário completo, porque nós fornecemos à população brasileira todas as vacinas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde.

E hoje não temos nenhuma vacina contra dengue que tenha chegado a esta fase, que tenha vencido a fase do registro. Nenhuma delas está registrada em nenhum lugar do mundo. Não são apenas aquelas que estão sendo desenvolvidas no Brasil, mas em outros países, nenhuma vacina chegou ao ponto de registro.

E é claro que há uma fase 4, que é, depois de já ter sido utilizada, do monitoramento do uso, para ver se ela produz alguma reação adversa e assim por diante.

Nós, do Ministério da Saúde, fomos contatados. Existem outras iniciativas em âmbito mundial, mas nos procuraram, apresentaram os seus estudos, e nós estamos de alguma maneira acompanhando, quatro conglomerados de empresas que estão desenvolvendo vacinas contra a dengue. A GSK, em parceria com a Fiocruz, que é uma entidade que pertence ao Ministério da Saúde, vem desenvolvendo estudos, vem desenvolvendo vacinas que se encontram na fase 2 do estudo. Esta aqui inclusive conta com recursos do Ministério da Saúde.

O Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos, em parceria com o Instituto Butantan, também está desenvolvendo uma pesquisa que está no final da fase 2, não concluiu a fase 2 ainda, tem previsão agora para o meio do ano de concluir a fase 2. E o Instituto Butantan (INH) já entrou com o pedido para iniciar a fase 3, o que está sendo avaliado pela Anvisa, mas não concluiu a fase 2 ainda. O Instituto Butantan, como laboratório público, também é fortemente apoiado pelo Ministério da Saúde.

Há uma iniciativa de um laboratório privado, Sanofi Pasteur, que já concluiu a fase 3 e entrou com pedido de registro na Anvisa. Eu quero lembrar que entrar com pedido de registro na Anvisa é uma etapa que, mesmo concedido o registro, não significa que o Ministério da Saúde irá incorporar a vacina ao Sistema Único de Saúde.

E, na semana passada, um laboratório japonês, uma empresa japonesa que se chama Takeda, solicitou à Anvisa também o pedido de início de fase 3, tendo concluído, portanto, a fase 2.

Essas são, objetivamente, as quatro iniciativas de desenvolvimento de pesquisa que estão em curso de conhecimento do Ministério da Saúde. Quero usar, de maneira muito clara, antes de entrar aqui no zika – eu tenho só dois eslaides para finalizar a minha apresentação –, o exemplo da vacina proposta, da qual está sendo pedido o registro pelo laboratório Sanofi Pasteur. Os dados preliminares dão conta de que ela tem uma eficácia, ela responde pela capacidade de prevenir para os quatro sorotipos de apenas 62%, ou seja, teria uma capacidade de produzir resposta imunológica em apenas 62%; que teria uma capacidade de responder aos casos graves, prevenir casos graves, em 83%, 84%. Entretanto, não pode ser utilizada inicialmente em crianças nem em idosos. Portanto, não nos anima a perspectiva da utilização da vacina proposta pela Sanofi. Claro que essa é uma opinião técnica do Ministro, e eu sou um profissional da área de saúde pública, sou um sanitarista, sou Ministro de Estado, tenho todo o direito de fazer uma avaliação preliminar, mas quem vai fazer os estudos são os especialistas, são os cientistas e a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias.

Mas não me sinto estimulado, até porque a vacina tem que ser dada em três doses ao longo de um ano e, portanto, também não tem boa capacidade de resposta para enfrentamento de um surto particularmente se forem utilizadas em faixas etárias em que a população normalmente não se vacina, que é a população

adulta. Portanto, as vacinas que vêm sendo desenvolvidas pelos nossos laboratórios públicos, pelo Instituto Butantan e pela Fiocruz parece que são mais promissoras, muito embora não tenham capacidade de nos dar respostas em curto prazo.

Infelizmente, algumas notícias que têm sido colocadas, de que teríamos possibilidade de ter a vacina já para o verão que vem, são absolutamente infundadas. Nenhum dos nossos laboratórios públicos, nem o Butantan, nem a Fiocruz, terão capacidade de produzir vacina para o verão que vem. Portanto, temos é que investir na capacidade de prevenção. Prometer para a população uma vacina num curto prazo que não chegará só desarma a população, desarma os profissionais de saúde pública.

Eu quero lembrar um episódio que eu vivi como Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo em 2010, quando fui convidado para uma solenidade da Faculdade de Medicina da USP com o Governador de São Paulo, com o então Secretário de Estado e com o Diretor do Instituto Butantan em 2010, anunciando a vacina para 2014. E a vacina não deu certo, teve que se buscar outro caminho. Pesquisa e desenvolvimento é assim que funciona. Portanto, é muito mais concreto contarmos com a vacina num momento adequado – ela vai chegar um dia, mas no momento adequado em que ela chegar – do que lançarmos uma promessa à população brasileira de que vamos ter uma... aliás, a população do Brasil e a população mundial; porque, além de tudo, nenhum desses laboratórios hoje, se tivesse uma vacina aprovada, teria capacidade de produção num curto prazo do número de vacinas que precisaríamos para atender a população brasileira e a população mundial.

Eu quero lembrar que o Aedes está domiciliado em mais de 160 países. Portanto, não se trata apenas de um problema sanitário do nosso País.

Creio ter colocado de maneira muito clara as questões que envolvem as perspectivas de vacina. Ninguém mais do que o Ministro da Saúde gostaria de contar com a vacina de prevenção contra a dengue. Mas nós só vamos incorporá-la ao SUS quando tivermos uma vacina que seja efetiva, segura e que tenha um custo que seja capaz de ser sustentado e além de ser disponibilizada para a população brasileira.

Por fim, eu queria falar do zika. Nós agora, recentemente, tivemos a introdução no Brasil, muito provavelmente já deve estar circulando desde a Copa do Mundo, mas só agora fomos identificados, do zika vírus. É um arbovírus isolado em 1947 na Floresta Zika em Uganda, daí vem o nome da doença. Tem uma distribuição predominante na África, na Ásia, na Oceania e na América do Sul, 80% das infecções humanas são assintomáticas, desaparecem espontaneamente de três a sete dias. É aquilo que nós chamamos de doença benigna.

A chikungunya causa muita dor.

Pode manter dor por algumas semanas, alguns meses, nas articulações, que incomodam muito os pacientes, trazem muito incômodo, mas não tem a mesma letalidade da dengue, porque dengue mata. chikungunya não mata.

E o zika vírus é, de fato, uma doença bastante benigna. Ela tem, como principal característica, além dos sintomas da dengue, a vermelhidão, o eczema, e o tratamento é simples. O diagnóstico laboratorial também. Nós temos trabalhado com notas à imprensa e ao serviço de vigilância, aos serviços que fazem assistência.

Temos feito reuniões com os representantes das secretarias estaduais e municipais de saúde, por meio do nosso comando de vigilância em saúde. Fizemos inquéritos conjuntos com as Secretárias da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Maranhão.

Temos disponibilizado informações sobre zika. O protocolo da vigilância sentinela, hoje, está disponibilizado, e, agora, no dia 14 de junho, vamos ter um Congresso de Medicina Tropical, em Fortaleza, em que vamos discutir a interface entre dengue, chikungunya e zika pro SUS, até porque são três enfermidades causadas pelo mesmo vetor *Aedes aegypti*.

Só quero terminar aqui com uma premissa. É claro que são doenças que incomodam a população, dão carga maior sobre o sistema de saúde, mas o que nos preocupa é a dengue. Na dúvida, tratar e manejar a dengue e lembrar que ainda estamos tendo casos de sarampo, particularmente no Ceará, e, portanto, como também é uma doença exantemática, que dá vermelhidão, temos também destacado alerta, para não desconsiderarmos a possibilidade de ocorrência de casos de sarampo, especialmente no Estado do Ceará.

Eram essas as informações e a apresentação que gostaria de fazer às Srªs e aos Srs. Senadores e de me colocar à disposição. Como disse, não tive a pretensão de esgotar – informações detalhadas de cada Estado, de Municípios, é claro que temos isso à disposição –, mas fazer uma apresentação a mais abrangente e completa possível às senhoras e aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito obrigado ao Ministro da Saúde pela dissertação esclarecedora sobre o avanço da dengue em nosso País. É uma questão de fundamental interesse do povo brasileiro.

Esta audiência está sendo transmitida pela Internet também, possibilitando a participação interativa da sociedade civil, cujas perguntas e sugestões serão aqui encaminhadas ao Sr. Ministro.

Temos, até agora, inscritos nove Senadores da Comissão, que são os Senadores Marcelo Crivella, Waldemir Moka, Eduardo Amorim, Senadoras Angela Portela e Regina Sousa, Senadores Humberto Costa, Ronaldo Caiado, Senadora Marta Suplicy e Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem, por favor, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, quando da discussão da vinda do Ministro Arthur aqui, aprovei um requerimento nesta Comissão, no sentido de que estariam presentes o Prefeito de São Paulo e o de Cruzeiro do Sul, lá no meu Estado do Acre, duas cidades, respectivamente a maior cidade do nosso País e uma cidade do interior do nosso País.

Quero saber, até porque este é um tema que preocupa a todos nós, principalmente no meu Estado – penso que, no Estado do Acre e na Cidade de Cruzeiro do Sul, proporcionalmente, os índices de dengue são mais altos do País – por que não a vinda dos Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Explico a V. Exª, respondendo à questão de ordem.

Fizemos o convite ao Prefeito de São Paulo e ao de Cruzeiro de Sul.

O Prefeito de São Paulo, depois, falou comigo e com a Senadora Marta Suplicy, dizendo que, se fosse realmente indispensável, ele realmente viria. Todavia, esclarecia que, em São Paulo, Capital, não há essa incidência de dengue. No Estado de São Paulo, sim.

Ele, então, tomava a si a liberdade de sugerir, apenas como sugestão, que fosse convidado o Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, e não o Prefeito de São Paulo, pelas razões que apresentou.

Estamos, agora, aguardando a manifestação do Prefeito de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. Já mandamos a comunicação, o convite, já a encaminhamos oficialmente, e estamos fazendo um contato com o governo de São Paulo, para a vinda do Secretário.

Portanto, atendida a preocupação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, só pra ver se entendi direito. O Prefeito de São Paulo disse que, na Cidade de São Paulo, não existe dengue. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não. Existe, com um incidência pequena.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Pequena?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Portanto, não justificaria a vinda dele, mas confirma que, no Estado de São Paulo, a incidência é grande, sobretudo em Santos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sim, mas a possibilidade de os prefeitos virem a esta Comissão ainda não está descartada, até porque o Prefeito de Cruzeiro do Sul faz questão de vir, e acho que as pessoas moram é nos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito bem. Já convidamos o Prefeito de Cruzeiro do Sul.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Sr. Presidente, também gostaria, então, de colocar que não é verdade que São Paulo não está com uma epidemia. São Paulo, a Capital, vive uma epidemia.

Então, essa desculpa não é aceita pela Comissão.

Aliás, não foi meu o convite, mas do Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Até porque temos a grande oportunidade. O Ministro está aqui para dizer se existe ou não.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Exatamente. Em seguido, ouviremos o Ministro mesmo. Mas ele não se recusou a vir. Ele apenas fez essa observação.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Mas essa observação poderia não ter sido aceita por esta Comissão, porque ela não procede.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora, é um convite. Podemos reiterar um convite e podemos...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Eu sei. Ele não está sendo convocado, mas, na hora em que ele dá uma desculpa desse tipo, ele tem de arrumar outra melhor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Bem, nada nos custa, então, ouvir o Ministro em seguida.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, que é um sanitarista tentativo. (*Risos.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Senador Lobão, penso que esta Comissão, hoje, se engrandeceu com a palestra muito ilustrativa e didática de um Ministro incansável, que é o Ministro Arthur Chioro.

Muito obrigado, Ministro, por ter vindo à nossa Comissão.

Algumas questões: no eslaide nº 10, se não me engano, temos a Campanha de Utilidade Pública para 2015. O perigo aumentou; e a responsabilidade, também. Dengue e chikungunya: uma vaso de flor e também uma caixa d'água aberta.

Sr. Ministro, queria pedir a V. Exª, para que, na próxima campanha também, colocasse um foco, a que precisamos dar atenção, que são as lajes. Na Região Sudeste, muitas casas, nas comunidades carentes, não possuem telhado.

Portanto, a água das chuvas se acumulam nas lajes em poças e acabam virando um criador de mosquitos. Também, já estive conversando com diversos diretores de hospitais do Rio de Janeiro, e eles estiveram me dizendo que essas lajes, sem telhado, são também trampolins.

Meninos, soltando pipas; donas de casa, estando roupa no varal, acabam caindo. É um problema sério termos casas sem telhados.

Mais uma coisa, Sr. Ministro. Aí já falo como engenheiro. Há o crescimento vertical das comunidades carentes: casa um filho; então, fazemos mais um pavimento. Este tem mais um filho; então, mais outro pavimento. Às vezes, essa construção não tem estrutura.

Quando há problemas de chuvas no verão, aí ocorrem tragédias, porque as pessoas acabam soterradas na lama e no lixo em casas, que não têm estrutura, para subirem daquela maneira, altas, em terrenos íngremes. Então, queria pedir a V. Exª que incluísse na campanha o perigo dessas lajes, para que pudéssemos tomar providências.

Queria pedir também a V. Exª que se dignificasse a fazer um comentário sobre a entrevista dada pelo Professor Isaías Raw, lá do Butantan.

O Professor tem 88 anos e larga experiência. Ele é o criador de duas vacinas importantes para nós: uma é a da hepatite B e a outra é da Tríplice Bacteriana – difteria, coqueluche e tétano.

Ele diz, aqui nesta entrevista que concedeu à *Folha de S.Paulo*, que não acredita, como o Ministro, nos bons resultados da vacina desenvolvida pelo laboratório francês. E ele levanta aqui o que o Ministro diz: é preciso três doses, elas não atingem um bom nível de proteção. Se são três doses, custam três vezes mais. E, segundo eles, os pesquisadores usaram os princípios da vacina de febre amarela, para construírem uma para a dengue. Demora um ano para a imunização, e só funciona em quem já teve a doença. Aí, Ministro, ele termina aqui, dizendo o seguinte – ele é um cientista que temos de tirar o chapéu para ele, porque ele é um pesquisador de larga experiência: "Isso não engana nem um débil mental. Essa vacina é uma porcaria!"

Ele é o Presidente do Butantan. Não é qualquer um! Ele fala aqui numa entrevista. Ainda diz mais: "Se a vacina é francesa, ela precisa ser testada na França. Nós não somos cobaias!"

Gostaria de ouvir o Ministro sobre essa entrevista do Presidente do Butantan.

Ele faz também uma reclamação. Ele fala que nós perdemos 18 meses, porque os protocolos da Anvisa, que é uma grande empresa, demorou a passar de fase. Ele faz aqui um veemente protesto: "Nós não temos tempo a perder!" Os óbitos são grandes.

Ministro, vou passar às mãos de V. Exª uma cópia dessa entrevista. Peço à Secretaria da Comissão, porque fiz até um *high-light* em linha amarela, por gentileza, que entregue ao Ministro, pois talvez nem tenha tido oportunidade de ler.

O fato é que, para terminar, Sr. Ministro, V. Exª teria os números da dengue hemorrágica? As informações que temos são de que a reincidência da dengue podem levar à dengue hemorrágica. Já verifiquei, em hospitais, que as pessoas colocam sangue pelos olhos, pela boca, pelas unhas, e precisam de transfusão de sangue.

No meu Estado, por exemplo, há a necessidade de baldes de sangue, porque as pessoas entram nas enfermarias, nas emergências, baleadas, esfaqueadas, atropeladas, num índice de violência anômico no Rio de Janeiro! E os médicos vivem como se fossem em hospitais de campanha, em teatros de operação! Quando você tem uma doença em que é necessária transfusão de sangue nesse volume, as pessoas não sabem o que fazer. Pediria ao Ministro que fizesse algum comentário sobre os casos de dengue hemorrágica.

Muito obrigado, Sr. Presidente, parabenizando o Ministro pela linda palestra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Peço as Ministro que, antes de responder ao Senador Crivella, sucintamente diga à Comissão sobre a incidência de dengue na Cidade de São Paulo, porque, realmente, foi uma sugestão da Senadora Marta Suplicy, num adendo ao autor do requerimento, Senador Marcelo Crivella.

Em seguida, V. Exª passa às respostas ao Senador Crivella.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Sr. Presidente, estou aqui com os dados. Em São Paulo, temos os casos de dengue até maio – 57.794 casos e 13 mortes, sendo que estão sendo investigadas ainda 24. Se isso não é uma situação difícil, ninguém entende.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não é pouco.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Aliás, se ele acha um êxito, ele tem de explicar como conseguiu tão poucas mortes.

O SR. ARTHUR CHIORO – O Senador Petecão não está mais aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Ele não está aqui.

O SR. ARTHUR CHIORO – Bem, de qualquer maneira, vou tentar ser bem objetivo nas respostas, para que possamos dialogar e esclarecer o máximo possível.

Estou aqui com a lista das cinco cidades com a maior incidência de dengue no País. O que acontece? Comecei a minha apresentação às Senadoras e aos Senadores, explicando que, quando falamos de doença, não é possível considerar número absoluto de casos.

A epidemiologia exige, para comparar o Acre, a Cidade de Cruzeiro do Sul, com a Cidade de São Paulo, que transformemos isso num coeficiente de incidência, ou seja, num número relativo que possa comparar cidades que tenham populações diferentes, ou a mesma cidade em tempos históricos diferentes, porque a sua população flutua. Ou seja: como o indicador é calculado número de óbitos ou número de casos sobre a população, a população vai acabar fazendo com que Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Recife tenham o maior número de casos.

Então, é por isso que nós, no Brasil, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Pan-Americana, qualquer pesquisador sério, quando faz uma comparação, ele transforma os números absolutos em coeficiente de incidência.

Pegando alguns exemplos de São Paulo, Porto Ferreira tem 7.801 casos para cada 100 mil habitantes; Tanabi, 6.958; Santa Rita do Oeste, 6.798; Campinas, 3.914 casos por 100 mil habitantes; Cruzeiro do Sul, colocado pelo Senador Petecão, 5.699 casos. A Cidade de São Paulo tem 342 para cada 100 mil habitantes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARTHUR CHIORO – É epidemia, porque passou de 300 casos por 100 mil. Consideramos epidemia, mas são 342 casos por 100 mil habitantes.

O Estado de São Paulo, só para lembrar, tem 1.125 casos para cada 100 mil habitantes. Então, é essa a questão que o nosso Presidente nos fez.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – E a Senadora Marta Suplicy tem razão, porque a Cidade de São Paulo tem epidemia.

O SR. ARTHUR CHIORO – Numa magnitude muito menor comparativamente ao Estado, mas ultrapassou a faixa de 300 casos por 100 mil habitantes, assim como ultrapassou o Brasil.

Eu tenho duas Regiões do País – Centro-Oeste e Sudeste – epidêmicas. Outro dia, a imprensa me perguntou: "então, o Brasil está vivendo uma epidemia?"

Ora, se o Brasil tem uma incidência que ultrapassa 300, estamos vivendo uma epidemia, ainda que esteja localizada e concentrada em duas Regiões. Os dados são os dados. Eles servem para que possamos balizar e conversar de maneira clara e transparente sobre eles.

Então, são as informações sobre o que V. Exª me perguntou.

Em segundo lugar, vou tentar responder ao Senador Marcelo Crivella, que tem toda a razão.

Essa campanha foi preparada em outubro, novembro, aqui são só dois exemplos, os filmes, as peças publicitárias trabalham com outros temas: pneu, brinquedo, caixa d'água, tudo que pode acumular água.

Agora, V. Exª tem razão. Laje é um problema muito sério, porque, dependendo da irregularidade da laje, desde que ela possa acumular água limpa parada, ela serve. Sabemos também que as pessoas enfeitam, colocam um vaso, sobra um bloco, sobra um brinquedo. Então, qualquer recipiente, na laje, que possa acumular água limpa parada...

Por isso, nós, do Ministério da Saúde, preparamos um material educativo, distribuído largamente para a população, em que ela faz um *checklist,* olhando todas estas questões: laje, telhado, calha, etc. Mas V. Exª tem toda razão, e é verdade, sim, aquilo que o senhor identifica, principalmente nas regiões metropolitanas, os acidentes de queda de laje são um importante fenômeno tanto para traumatismo crânio-encefálico, quanto para politraumatismos. É um problema grave de saúde pública.

Há inclusive teses de mestrado e de doutorado que mostram isto: o impacto que tem os TCEs por conta de quebra de laje. Então, o senhor tocou num ponto muito importante do ponto de vista de saúde pública.

Quero chamar a atenção do ponto de vista de saúde pública.

Eu quero chamar a atenção para outra dimensão, que eu não destaquei na minha apresentação de forma proposital, que diz respeito ao efeito da seca no País, da falta de água. No Norte e Nordeste, principalmente nas capitais da regiões metropolitanas do Nordeste, onde há muita intermitência no abastecimento de água, o LIRAa, aquele levantamento rápido, já mostrava que o perfil dos criadouros era efetivamente o acúmulo de água pela população para sobreviver à falta de água. No Sudeste, São Paulo, por exemplo, eram principalmente recipientes no quintal, no domicílio. Então, era o pneu, era a caixa d'água aberta, era um brinquedo, era a vasilha que usa para colocar água para os animais.

Com a crise hídrica, o LIRAa de janeiro já mostrou o aumento importante na Região Sudeste de recipientes que estão acumulando água para enfrentar a falta d'água, mas não podemos atribuir apenas à falta d'água, porque também tivemos aumento de casos de dengue em cidades em que não houve falta d'água. Portanto, ele ajuda a explicar em parte, mas não pode ser utilizado como argumento. Agora, sabemos que enfrentaremos, neste ano, pelas condições climáticas, novamente problemas de falta d'água em muitas regiões do País. Então, estamos insistindo em reforçar com a população, que se vê obrigada a fazer armazenamento de água, que o faça com todo o cuidado possível, fazendo a acondicionamento adequado, que tampe, que, enfim, tome as medidas de proteção.

Nós tivemos muita gente acumulando água em piscina, em piscina de criança, numa caixa d'água adicional, em baldes, sem proteção. É claro que isso também favoreceu, mas insisto: a falta d'água não pode ser utilizada como o único argumento para explicar o aumento do número de casos de 2015 em relação a 2014.

Em relação às questões colocadas pelo Prof. Isaías Raw, que é um cientista muito experiente, muito renomado, é claro que eu não posso me referir àquilo que foi apresentado até agora por uma instituição séria, como é o Laboratório Sanofi Pasteur, como sendo uma porcaria, etc. Agora, vocês viram que, no mérito, as questões – eu não tinha lido, viu, Senador Crivella...

(Soa a campainha.)

O SR. ARTHUR CHIORO – Eu não tinha lido a matéria do Prof. Isaías Raw no final de semana, então tomei conhecimento agora, mas surpreendentemente os argumentos que eu aqui coloquei são exatamente os mesmos. Não desqualifiquei. Um produto, desde que ele não seja apresentado para registro, apresentando ou se propondo a fazer aquilo que ele não tem capacidade de fazer, eu não posso dizer que é uma porcaria, simplesmente ele não serve, ou ele tem seus limites apresentados naquilo que foi desenvolvido. Eu, particularmente, tenho as mesmas restrições apresentadas pelo professor, mas isso será objeto, primeiro, do registro da Anvisa e, depois, das nossas comissões científicas, da avaliação da incorporação em que há esses limites colocados.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Ministro, há muita gente nos assistindo nas redes sociais. Eu também quero deixar aqui uma ressalva: eu também não desqualifiquei não, eu apenas li. A entrevista foi dada pelo professor, não fiz nenhuma avaliação...

O SR. ARTHUR CHIORO – De mérito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – De mérito, até porque não tenho a competência para isso.

O SR. ARTHUR CHIORO – Então, acho que estamos de acordo.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR CHIORO – Coloco muita expectativa, Senador, nos processos de pesquisa e desenvolvimento que estão em curso na Fiocruz e no Instituto Butantan. Gostaríamos de ter a capacidade de produzir no Brasil a vacina para a dengue, que vai ser utilizada em escala mundial, e de que ela pudesse, inclusive, ser produzida no nosso País e exportada. Seria uma oferta da ciência brasileira para outros países, para o mundo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Esse médico diz que as vacinas que produzimos aqui, muitas delas, são do tipo coca-cola: vem o xarope de fora, nós enlatamos, envazamos e colocamos "produzido no Brasil", mas não sabemos o segredo do xarope, como é a coca-cola.

O SR. ARTHUR CHIORO – Agora, de qualquer maneira, também é importante destacar que, tanto a vacina que está sendo produzida no Instituto Butantan como a vacina que está em desenvolvimento e pesquisa na Fiocruz, todas elas contam com parcerias internacionais: no caso da Fiocruz, com a GSK, que é um grande laboratório privado internacional; e, no caso do Instituto Butantan, com o Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos. Então, são parcerias. Isso é muito comum no desenvolvimento científico, até porque temos no Brasil hoje laboratórios públicos respeitados, com capacidade técnica e científica, com capacidade de investigação e com a presença de casos no nosso território nacional, o que vai ser muito importante para poder testar a eficácia da vacina.

Respondendo a sua última questão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Dengue hemorrágica.

O SR. ARTHUR CHIORO – Dengue hemorrágica.

Nós tivemos 10.691 casos com sinais de alarme, sendo desses 736 casos graves que nós podemos considerar dengue hemorrágica. A Organização Mundial de Saúde não está mais usando o conceito de dengue hemorrágica, porque muitos pacientes iam a choque e morriam sem apresentar fenômenos hemorrágicos explícitos, como aqueles que o senhor descreve.

Há dois anos, houve uma reclassificação internacional, então hoje nós trabalhamos com sinais de alarme, casos graves e óbito, para poder padronizar a nomenclatura internacional, mas, respondendo objetivamente, se tivéssemos que comparar a nomenclatura antiga, nós poderíamos identificar 736 casos, que seriam equivalentes ao que, até três anos atrás, nós considerávamos dengue hemorrágica. Por isso que eu, inclusive na apresentação, não falei em dengue hemorrágica, o senhor deve ter observado, tratei como casos graves.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Moka, pedindo aos Srs. Senadores que, na medida do possível, circunscrevam as suas indagação há cinco minutos, tanto quanto possível.

O SR. ARTHUR CHIORO – Desculpe-me, só me esqueci de responder a uma questão importante – perdão, Presidente – do Senador Crivella, que também tem a ver com a matéria, que foi o fato de a Anvisa ter demorado 18 meses.

É sempre mais fácil criticar a Anvisa – e naquilo que a Anvisa tiver que ser criticada, eu acho que é importante, eu, como Ministro, quero que ela seja criticada, para nós podermos aperfeiçoar –, mas é sempre mais fácil colocar a culpa no órgão regulador – e isso não acontece só no Brasil, acontece no mundo inteiro –, do que enfrentar a realidade. No caso específico desses 18 meses, o Instituto Butantan não tinha cumprido satisfatoriamente as exigências solicitadas pelo órgão regulador de acordo com aquilo que é previsto pela Organização Mundial de Saúde que era sobre exatamente a avaliação de imunogenicidade. Então, à medida que o Instituto Butantan cumpriu, segue-se em frente. Tanto é verdade que ele fez o pedido de Fase III, sem concluir a Fase II, pela relevância, em termos de saúde pública. Eu, como Ministro, determinei à direção da Anvisa – e isso foi acatado – que iniciasse imediatamente a apreciação para ganhar tempo da Fase III da vacina do Instituto Butantan, o que não é comum. O comum é esperar a Fase II concluir-se, para depois começar a avaliação. Então, nós fizemos uma antecipação da avaliação, reconhecendo a importância.

Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, primeiro, quero dizer que tenho um respeito muito grande pela figura no Ministro Arthur Chioro. Acho que a forma com que ele aborda essas questões é sempre muito direta e muito transparente, e isso é importante, sobretudo, quando se está tratando de saúde, de vidas humanas.

Eu quero ser muito objetivo, Ministro Arthur.

Eu tenho comigo que, enquanto não tivermos uma vacina realmente eficiente, temos que apostar na prevenção. Nós não temos outro caminho. Aí, Ministro, eu vou insistir num tema, que é a questão financeira dos Municípios. V. Exª sabe que os Municípios são, dos entes da Federação, os que mais gastam com saúde percentualmente. O mesmo critério que V. Exª usou para classificar.

Quer dizer, os Municípios, por lei, são obrigados a gastar 15%, no mínimo, na saúde. Sr. Presidente, nós não temos no Brasil hoje nenhum – falo com a certeza – Município que gaste menos de 20%. A média eu acho que chega a 25%, há casos de 30% do que se arrecada para a saúde. E por que isso? Porque dos Estados, que teriam a obrigação de 12%, alguns também acabam não dando os 12%, e a União, o Governo Federal não tem obrigação de piso mínimo nenhum, nenhum percentual. O Senado já teve, por duas vezes, a oportunidade de regulamentar; aliás, é um pedido do Conselho Nacional de Saúde, de uma mobilização intensa que a União gaste, no mínimo, 10% do que arrecada.

Por quê? Porque temos o Sistema Único de Saúde, que é universal. Todo cidadão tem direito à saúde.

Então, na hora de fazer a prevenção, esses Municípios não têm recursos para fazer uma propaganda eficiente e eficaz. Acho que não temos alternativa, Senador Crivella, senão a de investir na prevenção. O que é prevenção? Agora, vai entrar o inverno. V. Exª e os colegas médicos aqui sabem que vai cair, como já está caindo, o número de dengue. Agora, é hora de massificar, porque, senão, na hora em que houver condições de temperatura e de água, que é o que acontece, novamente haverá casos da doença. Eu sei disso, porque Campo Grande já passou por isso, pois, na cidade, chove muito, as temperaturas são altas. Mas, na época, com um serviço bem-feito, esse índice baixou muito. Mas, daí a pouco, a doença volta. É só descuidar, que volta a dengue. Então, enquanto não houver a vacina...

Por último, não quero polemizar, mas, como me perguntaram pela rede, parece-me que já houve uma tentativa até aprovada pela CTNBio de se fazer um controle biológico. Isso seria feito com mosquitos, por meio da transgenia. Quando o macho copulasse a fêmea, a fêmea já ficaria estéril, infértil. Com isso, evitaríamos a proliferação, porque ela é a única capaz de fazer isso.

Eu queria saber se isso está sendo levado a sério, qual a posição que a Anvisa tem a respeito disso, se eles acham que isso é uma coisa difícil de ser feita. Essa é uma tentativa. Assim como as vacinas não cobrem 100%, parece-me... Confesso que não li muito sobre isso, mas, como me perguntaram pela rede, eu me senti na obrigação de falar disso. A informação é a de que a CTNBio – é preciso checar – aprovou essa possibilidade, como alternativa. Eu queria ouvir isso de V. Exª.

O SR. ARTHUR CHIORO – Senador Moka... Desculpe-me. O senhor quer rodar?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra, o Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – ...eu queria só dar uma sugestão, para ganharmos agilidade. Minha pergunta vai um pouco na direção... Não sei se sou o próximo inscrito, Sr. Presidente? Eu era o terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª, na minha avaliação, é sempre um dos primeiros.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado pela generosidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em todo caso, pela avaliação da Secretaria, é o terceiro.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu queria propor, até para dar continuidade, se o Senador Moka não se incomodasse, que o Ministro respondesse às duas perguntas, porque minha pergunta vai na direção da prevenção também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Amorim, penso que, até por economia processual, nós podemos avançar um pouco nas perguntas. E o Ministro responderá em seguida, a cada bloco de três Srs. Senadores que tiverem feito suas perguntas.

V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Então, Sr. Presidente, pensando assim, pode ter a certeza de que seguirei suas orientações, sua solicitação.

Ministro, minha pergunta também vai na direção da prevenção, que é o melhor remédio para a dengue e para tantas outras doenças infecciosas ou não infecciosas, como a doença cardiovascular, como os casos das insuficiências renais. Nós sabemos que, em Medicina, o melhor tratamento, o que não causa praticamente sofrimento nenhum, é a prevenção.

Essa história da dengue – desculpe-me a expressão – é vergonhosa. Em pleno século XXI, Senador Crivella, sabemos, há mais de um século, da história do mosquito, do vírus, sabemos do tratamento, sabemos da prevenção, e essa é uma guerra que estamos perdendo. É uma guerra que estamos perdendo ano a ano! Isso me lembra um pouco a história da seca no Nordeste. Estamos perdendo vidas! Estamos lidando com vidas, com sofrimento! E isso se dá numa época em que a Medicina avançou, em que o Governo tem avançado em suas ações, em suas gestões. Mas me desculpe, é vergonhoso o que estamos passando, é coisa de submundo! Desculpe-me a expressão.

Não dá mais para conviver com isso.

Com toda a certeza, como insiste aqui o Senador Moka, a prevenção é o melhor tratamento, é onde o Governo tem de investir mais.

Digo – dou meu testemunho aqui – que o senhor também é uma daquelas pessoas que empresta sua história, seu estudo, sua vida a esse Governo, que vive um pouco desacreditado em muitas áreas. Honestamente, como profissional da saúde, acredito na sua gestão. Espero que, daqui a algum tempo, a gente possa dizer: "Valeu a pena dar esse crédito de confiança, valeu a pena dar essa palavra." Sei que o senhor está pegando um momento difícil. Oxalá o senhor consiga corrigir não apenas essa história vergonhosa da dengue e de tantas outras infecções com que convivemos, mas também muitas outras mazelas!

Vamos à pergunta. Ministro, nós temos um exército que poucos cantos do mundo têm – na verdade, eles não os têm, Senador Crivella –, que são os agentes de saúde e os agentes de endemia. Qual país tem quase 500 profissionais que são obrigados, profissionalmente, a visitar todas as casas, todos os lares, exatamente para cuidar da prevenção? Cuidam não apenas da prevenção infecciosa, mas também de qualquer outra prevenção na área da saúde. Na prevenção infecciosa, temos até um soldado especializado, que é o agente de epidemia. Não é verdade? E há um número grande! Mas não estamos subutilizando esses profissionais? Eles ainda não estão na era da prancheta, quando poderiam estar na era da informática? Eles poderiam carregar

um celular ou um computador, passando dados e informações para os postos de saúde, para as secretarias municipais, para as secretarias estaduais, com controles e com níveis de senha até para o Ministro da Saúde, para conseguir, realmente, um diagnóstico real, concreto, do que está acontecendo em todos os cantos deste País, em todos os lares.

Isso é possível, Senador Crivella. Isso é muito possível hoje em dia. Por que o Ministério não investe nisso, não faz com que esse exército especializado, realmente, fique antenado com a Tecnologia da Informação? Acho que, se assim fizermos – fui Secretário de Saúde –, evitaremos muita coisa. A vacina...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – E dos bons!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Pois é! A vacina é muito boa, é uma prevenção, mas o bom seria que não ocorresse nada disso, que não houvesse o acúmulo de água, que não houvesse tanta coisa!

Ministro, no dia em que o Ministério tiver esse olhar diferenciado – tive a oportunidade de dizer isto à Presidente, mas, infelizmente, ela não enxergou isto –, ele será não só um agente promovedor de saúde, mas também um agente de educação, de combate ao analfabetismo. É preciso dar informações em tempo real: "Olhe, nesta casa aqui, as crianças não estão indo para a escola, não! Nesta casa aqui, existe gente sem trabalhar, existe gente desempregada." Ele pode, realmente, informar. Não é a missão dele. Essa seria até uma extensão.

Em nenhum canto do mundo, há um exército tão qualificado, tão preparado! Mas, infelizmente, no meu entender – desculpe-me a sinceridade –, ainda é subutilizado. Está na época da prancheta. Depois, tem de passar esses dados para uma pessoa no posto de saúde. Será que vai fazer isso mesmo? Na verdade, todas essas informações o senhor poderia saber se eles estivessem qualificados e preparados. Com um simples aparelho desse ou menos qualificado do que esse – não precisa ser um desse –, com certeza, em tempo real, o senhor, a Presidente, qualquer um poderia saber dados da nossa população, das nossas famílias. Com certeza, haveria economia de medicamento, haveria menos sofrimento.

Coisas como essas são vergonhosas! É uma batalha contra algo do século passado, ou melhor, do século XIX! Hoje, conhecemos tudo! E, até agora, a coisa vem se fortificando, vem se alastrando. São outros vírus. E a gente sabe que a prevenção, realmente, é o melhor remédio.

Ministro, olhe de forma diferente. Acredito nisso. Por esse exército nós pagamos. Reconhecemos agora o Piso Nacional desse exército. Vamos qualificar mais esse exército, valorizar esse exército. Nenhum canto do mundo tem um exército como esse, não! Nenhum canto do mundo, nenhum país tem um exército qualificado como esse. São agentes de epidemia, são agentes epidemiológicos. Não são só agentes de saúde. Há os agentes de saúde e os agentes epidemiológicos.

E estamos perdendo essa guerra em pleno século XXI.

Oxalá o senhor consiga. E acho que a solução, Ministro, passa pela informação em tempo real, com certeza, valorizando este nosso exército...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – ... os agentes de saúde, os agentes de epidemia, fornecendo a eles, lógico, instrumentos adequados. Não uma prancheta, pelo amor de Deus. Isso é coisa do século passado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Ouviremos V. Exª e, em seguida, a Senadora Regina Sousa, para uma ligeira intervenção.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu também não posso deixar de me manifestar para expressar o meu ponto de vista com relação a essa matéria...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Peço desculpas a V. Exª, mas o Senador Marcelo Crivella está me corrigindo: eu falei 500, mas falo de 500 mil, quase 500 mil agentes de epidemia e agentes de saúde. É quase isso, não é Sr. Ministro?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Por nada.

Eu também preciso trazer o meu ponto de vista com relação a esse assunto. Eu acho que a situação é dramática, em alguns casos desesperadora. E quero me associar aos demais Senadores quando eles, inclusive médicos, afirmam que a prevenção é a alma de todos os problemas que existem, não apenas com relação à dengue.

Lamentavelmente, ao longo do tempo, nós nos deparamos com esse problema. O tempo vai passando e observamos que vai aumentando a cada ano. Eu acho que é fruto da irresponsabilidade do Poder Público de maneira geral. Muito mais do Poder Público municipal. Porque administrar, pelo que entendo, e quero expressar a visão de um administrador público, é estabelecer prioridades. E não há, Senador Moka, prioridade maior do que uma epidemia, seja de que doença que for. A de dengue então é recorrente, e muitos Municípios bra-

sileiros, irresponsavelmente, não agiram como deveriam ter agido e por isso, verdadeiramente, devem estar pagando um preço maior do que aqueles que fizeram o dever de casa.

Fui prefeito de duas cidades. Nos dois casos, nós distribuímos por todo o Município um arsenal de iscas em pontos vulneráveis para identificar possíveis focos.

Quero me associar também à questão financeira, no sentido de voltarmos a discutir o Pacto Federativo. Os Municípios estão quebrados, estão falidos.

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Se por um lado, eles têm uma certa irresponsabilidade por não atacar isso de maneira preventiva, por outro, muitas vezes, têm que fazer uma análise melhor da sua situação econômica e financeira para que o Governo Federal, o Ministério da Saúde, possa assisti-los em tempo real, orientá-los, a fim de que avancem nessa questão.

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Já vou concluir, Sr. Presidente, só mais um minutinho.

Portanto, a questão é grave. Nós precisamos ter uma resposta urgente. A vacina é muito importante, mas é a consequência disso. A causa é que durante o verão, nós que somos um País continental, estamos propensos a esse tipo de endemia. Nós temos os agentes comunitários, que formam um exército, todos envolvidos, mas não dá para envolvermos também o Exército mesmo? Seria uma operação de guerra, uma força-tarefa, principalmente nos Municípios que se revelam com maiores problemas. Dessa forma, poderíamos enfrentar com mais ousadia e corrigir esse triste cenário e essa triste realidade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Regina Sousa. Em seguida, V. Exª responderá.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Bom dia a todos e a todas.

Sr. Ministro,...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Só um minutinho, Senadora.

Em seguida, se V. Exª estiver de acordo, nós encerraremos com V. Exª indagando, Senadora Regina Sousa, e com a resposta do Ministro.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – São apenas duas questões.

Uma delas diz respeito à prevenção, à forma como é feita. Por exemplo, a propaganda nos meios de comunicação. Existe um estudo sobre a sua eficácia? É um dinheiro gasto que não é de se desprezar. E o resultado disso? O que sabemos é que a propaganda passa nos intervalos da programação. As pessoas estão de olho na novela, mas chega o intervalo, vão fazer outra coisa, vão conversar, e o que passa de educativo não tem significado. Deveriam ser peças muito importantes, muito bem feitas, muito interessantes, para prender a atenção. Eu gostaria de saber se há uma medição da eficácia da propaganda nos meios de comunicação, a questão do custo benefício.

A outra questão diz respeito a uma preocupação minha em relação à vacina. É claro que tem de haver vacina, mas temos o exemplo recente da vacina contra a gripe, que não atingiu a meta em muitos Estados, embora as pessoas saibam que têm que se vacinar, principalmente os idosos e as crianças. No meu Estado a meta não foi atingida.

(Soa a campainha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – As pessoas apostam que nada vai acontecer, mas, quando acontece, vão para o hospital, lá o atendimento não é o que esperam, e passam a satanizar os médicos, as enfermeiras, o Ministro, o Secretário de Saúde, o Governo, etc. É cultural deixar acontecer e partir para o tratamento.

Já se pensou em uma campanha nas escolas? Porque criança, quando coloca alguma coisa na cabeça, vai fundo nisso. Cito o exemplo de uma campanha de trânsito nas escolas lá no Piauí. Durou uma semana. As crianças receberam um bloquinho para multar os pais que estavam dirigindo e fizeram algo errado. Foi um sucesso. Porque criança aprende mesmo e pratica. Isso é importante. Além dos agentes de saúde, de que eu ia falar, e do próprio Exército, as crianças também seriam úteis na campanha de prevenção.

Como foi dito aqui, é vergonhoso. É algo que depende do Município, mas depende também da população. A pessoa é internada com dengue, mas não sai de lá educada para chegar em casa e agir de forma diferente. É preciso ensinar a prevenir a doença nos próprios hospitais e nas clínicas. Onde for possível, que haja essa parte educativa de prevenir para que não aconteça mais. Porque é lamentável que as pessoas saibam o

que fazer, mas não fazem, e depois ficam satanizando o prefeito, o Governo e os hospitais, principalmente. E quem sofre na pele são os médicos, que estão lá na frente atendendo, sem poder atender, sem ter como atender aquela quantidade de gente que chega com dengue.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra, o Sr. Ministro da Saúde.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, só para que eu tenha conhecimento da ordem de inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em seguida, a Senadora Marta Suplicy, o Senador Humberto Costa, a Senadora Ângela Portela, que não está no momento, e V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR CHIORO – Eu acho que as questões levantadas são muito convergentes. E são convergentes inclusive com a minha avaliação. Eu deixei muito clara aqui a avaliação de que o instrumento que nós temos é a prevenção, a educação ambiental e uma ação intersetorial.

Em relação à prevenção, eu demonstrei aqui, desde o início do Governo da Presidenta Dilma, foram repassados R$5 bilhões para as ações de prevenção e vigilância em saúde; R$150 milhões liberados agora em dezembro, especificamente para fortalecer. Eu concordo com o fato de que existe uma situação de subfinanciamento e de pressão sobre os Municípios. Houve Municípios que fizeram escolhas muito equivocadas, de desarticular o sistema de prevenção dos agentes de controle de endemias, dos agentes comunitários de saúde, ou mesmo das ações de manutenção urbana.

Existe uma tarefa que é de nossa responsabilidade na área da saúde: do SUS, do Ministro, dos Secretários de Estado e municipais e das equipes de saúde. Mas não dá para lidar com a dengue como sendo uma responsabilidade só da área da saúde.

A Senadora acabou de dar o exemplo da escola, e eu vou voltar lá. Existe o aspecto formativo e o envolvimento da população. Aí a imprensa diz: "Você está culpando a população!". É claro que não estou culpando, mas nós temos que chamar à responsabilidade o protagonismo da população.

Ora quem cuida do quintal de casa não pode ser o Poder Público. Agente comunitário passa, o agente de controle de endemia passa, orienta etc., mas, no dia a dia, nós temos de chamar a responsabilidade também da população para colaborar. As autoridades que fazem a manutenção urbana têm de cuidar dos espaços coletivos. Não digo só das praças, há o problema dos terrenos baldios. De repente, eu faço tudo direitinho na minha casa, mas o vizinho não faz. Então, há uma dimensão que é solidária, que é comunitária.

Tanto é verdade, Senador, que, em 160 países, o *Aedes* se domiciliou. No último verão, houve dengue em Miami. Só para lembrar. Não teve a mesma dimensão que tivemos, mas houve dengue em Miami, ou seja, de alguma maneira, esse mosquito teve uma capacidade de adaptação muito grande às condições ambientais e à vida urbana e rural que levamos hoje de grande acúmulo de potenciais criadouros.

Eu acho que essa questão do financiamento é importante, mas eu não acho que ela seja decisiva para explicar o que estamos colocando, Senador Moka. E eu quero chamar atenção para duas coisas...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ministro...

O SR. ARTHUR CHIORO – E eu concordo que temos de ter mais recursos. Não estou dizendo que não tem de ter, não. Por favor, nos ajudem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, não é isso. É que V. Exª fala em 5 bilhões, eu falo em mais de 5 mil Municípios.

O SR. ARTHUR CHIORO – Mesmo assim, é recurso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, considerando os grandes Municípios... E são 5 bilhões em quatro anos. E são 5 mil Municípios.

O SR. ARTHUR CHIORO – Senador, deixe-me lhe dar dois elementos importantes.

O Prefeito, o Secretário de Estado da Saúde ou o Governador que fizer a conta – e muitos de vocês já foram prefeitos e governadores e sabem do que eu estou falando – do quanto ele gasta com internação e atendimento médico, calculando qual o impacto dos casos de dengue sobre a rede e quanto custa a prevenção, vai chegar à clara conclusão de que é muito mais correto, muito mais barato, mais efetivo investir na prevenção.

O problema é que, em 2014 – eu mostrei aqui a taxa de incidência –, nós mergulhamos... O ano foi excepcionalmente bom em praticamente todos os Estados, com exceção do Estado de Goiás e um ou outro Estado, que, de fato, viveram uma situação complicada. E aí o que aconteceu? Houve um relaxamento, e um relaxamento coletivo das autoridades sanitárias, dos agentes de saúde, da própria população. Aquilo que o senhor falou: depois que o inverno chegou, e as ações tinham de ser intensificadas... Tinha o LIRAa na mão. Com o LIRAa, vai-se à localidade, olhando o local censitário, onde há a infestação. A história das iscas que o Senador estava colocando é isto: faz-se um jeito de identificar e orientar, ou seja, não se trata a cidade de forma igual,

pois se consegue saber onde é preciso destinar mais esforço, mandar os agentes comunitários e os agentes de endemia irem mais. Então, é possível. O problema é que não pode haver relaxamento.

Eu acho que a questão financeira é importante hoje. As prefeituras, de fato, estão sobrecarregadas, mas também é verdade que nós encontramos – e fomos para cima, porque acabamos tendo acesso a esses dados – sobras de recursos para essa ação contra a dengue nos fundos estaduais e nos fundos municipais de alguns Estados e de alguns Municípios. Ora, em plena epidemia, reclama-se de falta de dinheiro, mas, quando se vai lá no bloco... Porque esses recursos caem num bloco, inclusive para não ser desviado para outra finalidade. É uma decisão estratégica que já foi tomada há algum tempo – o Senador, ex-Secretário, sabe do que eu estou falando –, inclusive para que não haja mudança da destinação desse recurso. Em alguns Estados e em alguns Municípios, o que nós encontramos foi dinheiro parado na conta, e fomos para cima, cobrando.

Há um pouco da dimensão do subfinanciamento que o senhor coloca, que é uma realidade, mas há também problemas de gestão da área da saúde e da área de controle urbano, de mobilização da população.

Outra coisa que eu queria dizer é em relação aos mosquitos transgênicos que o senhor colocou – chama-se assim: mosquito transgênico. Há algumas experiências em curso, o processo vem se aperfeiçoando. A própria Fiocruz, neste momento, desenvolve, numa área específica, uma pesquisa controlada para ver o impacto. A dificuldade que se encontrou é que se precisava de uma quantidade e de uma produção de mosquitos tão grande num determinado momento que a eficácia, a efetividade era muito baixa.

A outra coisa importante tem a ver um pouco com a história natural da doença: o ovo fica de seis meses a dois anos esperando as condições adequadas. Se está seco, ele está parado num canto, na parede da caixa d'água, depositado na laje. Na hora em que começa a chover e a esquentar, eclode...

Quando a gente mata o mosquito, seja usando inseticida, seja usando mosquito transgênico, há uma duração média de 15 dias. Se não se fizer o controle dos ovos, a gente não vai conseguir ter efetividade na ação. Então, assim, há várias pesquisas...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas me parece que aí a fêmea não ia colocar os ovos.

O SR. ARTHUR CHIORO – Sim, mas teria de ter uma quantidade de mosquito...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim.

O SR. ARTHUR CHIORO – Está se pesquisando, mas não há ainda escala, não há ainda impacto para que possamos usar como medida de prevenção.

Há, inclusive, vários pesquisadores de várias universidades, de vários institutos agrícolas etc. experimentando, por exemplo, a utilização de produtos agrícolas, de determinadas plantas, de determinados extratos, mas não há nada, neste momento, com o qual possamos dizer que há uma alternativa com evidência científica que supere a nossa capacidade de prevenção.

Nós estamos de olho, nós estamos acompanhando, com a nossa área técnica. Há uma Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, que acompanha a incorporação. A própria área vê com muita expectativa o que podemos ter de novidade tecnológica...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Rose de Freitas, em seguida, V. Exª está inscrita.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu apenas estou aproveitando o raciocínio dele – Ministro, eu não sou muito formal, o senhor me desculpe; com oito anos de mandato, ficar na fila assim – para não ter de voltar a esse raciocínio.

Eu quero saber se o órgão regulador avançou nessa pesquisa que está sendo feita sobre esse mosquito transgênico. Como anda isso? Andou? Nós conhecemos a máquina pública.

O SR. ARTHUR CHIORO – Nós estamos com uma pesquisa feita pela Fiocruz em andamento.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – CNTBio é outra...

O SR. ARTHUR CHIORO – Não, CNTBio é o órgão responsável...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É quem está desenvolvendo esse...

O SR. ARTHUR CHIORO – Isso.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse processo está em que pé?

O SR. ARTHUR CHIORO – Pesquisa.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Há quanto tempo? O senhor podia me dizer?

O SR. ARTHUR CHIORO – Eu não sei dizer. Posso levantar e lhe dar o andamento com certeza de que quais são os estágios em que se encontram os estudos, que nós temos em acompanhamento pelo Ministério

da Saúde, sendo realizados no País. Eu não tenho informação agora, mas eu lhe passo, Senadora, com detalhes. Vou pedir já para o pessoal da equipe identificar e trazer essa informação.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigada.

O SR. ARTHUR CHIORO – Eu queria só acrescentar algumas questões que o Senador Eduardo Amorim nos trouxe em relação aos agentes comunitários.

Eu acho, Senador, que todo o ganho de tecnologia de informação que pudermos trazer vai ser muito significativo. Todo o sistema da saúde precisa entrar, de fato, na área da informática. Hoje, os agentes comunitários chegam à unidade básica de saúde e já conseguem encontrar, em boa parte, conectividade por banda larga para poder digitar o seu relatório. E o próximo passo é fazer conexão, de fato, porque não faz mais sentido não haver essa tecnologia à disposição.

Agora, também vemos algumas questões serem utilizadas quase como factoides. Por exemplo, a utilização dos *drones* que estão sendo usados em algumas cidades pode ser útil se ele serve para identificar se há algum terreno fechado que está acumulando, trazendo alguma imagem, ou se há pontos de acumulação de água numa residência que está fechada. Agora, também isso não pode substituir a ação efetiva do agente de saúde e da família.

Acho que é importante entender que a mais efetiva das ações é, de fato, o *check-list* semanal, que, por 15 minutos, uma pessoa da família possa fazer. Pode ser o dono da casa, pode ser a dona da casa, pode ser a criança, mas tem de ser alguém, com segurança, para chegar, identificar e eliminar os criadouros. Durante muito tempo, essa é a fundamental estratégia. Quando os agentes chegam – e é claro que eles vêm com larvicidas etc. –, essa é a orientação fundamental.

Eu fico muito feliz, porque a Pesquisa Nacional de Saúde que o IBGE divulgou na semana passada mostra que mais de 54% dos domicílios são visitados mensalmente – isso significa: por agentes comunitários ou por agentes de controle de endemias. Sabemos que as necessidades das pessoas são diferentes. Pode haver um casal jovem que trabalha fora, que é visitado periodicamente; pode haver um idoso acamado, uma gestante, uma criança pequena, pessoas naquelas condições de maior vulnerabilidade que o senhor bem destacou, que precisam ser acompanhados mensalmente e, às vezes, diariamente. E isso está acontecendo. Se há coisa que funciona no Brasil, é a estratégia de saúde da família, é o programa dos agentes comunitários, que precisa ser aperfeiçoado.

Nós estamos agora, neste momento, exatamente discutindo com os Estados e com os Municípios como aprimorar e responsabilizar melhor esses agentes, que, inclusive, trabalham de maneira diferente, dependendo do perfil de doenças. Por exemplo, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, não há problema da malária. No Norte do País, o agente de controle de endemias, além de cuidar da dengue, também tem de se responsabilizar, por exemplo, pela malária. Em compensação, o agente comunitário de saúde, na Região Sul e na Região Sudeste, vai lidar com determinados problemas que não vão ser encontrados no Norte e Nordeste.

Então, essa adaptação à realidade regional é também muito importante.

Eu falei muito da questão do envolvimento intersetorial, de trazer as áreas de governo, da sociedade e das próprias pessoas e famílias para a responsabilidade, mas eu quero destacar uma tarefa que é nossa, que é específica da área da saúde, para além da prevenção. Se é verdade que nós temos que investir na prevenção como prioridade, nós também não podemos deixar de armar as nossas equipes médicas e de enfermagem que atuam na área pública e na área privada para o manejo adequado dos casos, porque a identificação dos casos com sinais de agravamento evita óbito. Então, essa tem sido também uma preocupação que, nos últimos anos, o SUS tem conseguido alavancar. E as cidades que mobilizaram os diretores clínicos dos hospitais privados, os responsáveis pelos prontos-socorros privados, que repassaram as informações e treinamento para os médicos da rede privada, dos consultórios particulares e que mobilizaram os profissionais do SUS ganharam do ponto de vista do manejo. Por exemplo, com alguém que está na fila na recepção de um pronto-socorro de uma UPA e que está se queixando de dengue, não dá para alguém da enfermagem não ir fazer pelo menos a primeira classificação de risco, para ver se há ou não sinal de agravamento e passar essa pessoa na frente, porque aí é decisivo começar a hidratação, ou, se há sinais de dengue, mandar para casa, mesmo havendo sinais de alerta. Então, são determinadas situações que nós fomos aprendendo que têm ajudado a diminuir a taxa de letalidade, tanto que a nossa taxa de letalidade é baixa. Internacionalmente, ela é baixa. Ela aumenta no início dos casos, quando ainda não se está desperto, e, depois, se consegue um bom controle. E observamos isso em praticamente todos os Estados.

Eu acho que eu já coloquei as questões que o Senador Dário também levantou, ficou só faltando dizer para ele o seguinte: no caso do Exército, das Forças Armadas, em muitos Municípios, os prefeitos, os secretários municipais pediram e contaram com a ajuda das Forças Armadas. As Forças Armadas, de maneira geral, não faltam à sociedade nos momentos mais difíceis. Eu tenho relato de inúmeras cidades, inclusive de prefeitos

que me pediram para fazer ofícios ajudando a justificar junto ao Comando do Exército ou da Marinha ou da Aeronáutica a importância – e nós fizemos isso, apoiando –, que obtiveram resultados. Então, eu acho que essa é uma possibilidade. É claro que isso depende da mobilização que as prefeituras fazem no sentido de sentirem a necessidade desse apoio ou não.

Por fim, eu queria só falar de uma questão que tanto o Senador Dário como a Senadora Regina levantaram que diz respeito ao impacto da propaganda, da atividade de educação. Como a Senadora Regina, eu acredito muito nessa ação com as crianças. Ela é muito transformadora da realidade. Nós temos trabalhado, há muitos anos, com a inclusão de temas da área da saúde na estrutura curricular, no processo curricular das crianças, na preparação dos professores. Utiliza-se muito – vocês viram aqui em várias fotos – o teatro. Os agentes de saúde vão às escolas fantasiados de mosquito, trabalham com fantoche, trabalham com cartilha, com quebra-cabeça, com quadros para colorir. As crianças fazem gincanas para aplicar na escola e, depois, aplicam em casa. Isso tem um trabalho muito educativo. Agora, quanto ao impacto das ações de propaganda e de publicidade, por mais benfeitas que elas sejam, elas têm muitos limites. Eu dou o exemplo da ação de Aids. Se há coisa que temos trabalhado, assim como a dengue... Qual é o brasileiro que não sabe como é a proliferação do mosquito transmissor da dengue no País? É uma informação que está sendo martelada há duas décadas. Então, objetivamente, o difícil é transformar isso em ação. Quando pegamos o exemplo da Aids, é muito claro. Quando nós fizemos uma pesquisa recentemente – e eu vou concluir, Senadora –, 94% da população adulta entrevistada sabem que, nas relações sexuais casuais, o uso do preservativo previne a infecção pelo HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis, mas apenas 46% admitiram que usaram na última relação casual que tiveram. Então, há uma dissociação entre saber e transformação da prática. Portanto, nós vamos ter que conseguir envolver mais ainda a população, enquanto não houver a vacine a tudo aquilo que conversamos, para poder fazer com que a população seja protagonista e tenha uma visão solidária, comunitária. Não adianta também só fazer a lição de casa no seu quintal, pois, se o vizinho não fizer, o mosquito vai atravessar, como não adianta um Município fazer e o Município vizinho do lado não.

Aí não há essa história. Eu tenho dito sempre, quando me perguntam de quem é a responsabilidade pela dengue: é de todos.

A pior coisa que podemos fazer agora é botar a culpa só no prefeito, só no governador, só no ministro ou só na população. Ora, conhecendo as características da doença, como ela é multifatorial, como é difícil o controle, apesar de ser, como o senhor disse, uma coisa que desde o século XIX vem se arrastando, nós precisamos reconhecer que, nesta hora, o mais importante é alerta, mobilização, ação de prevenção, ação concreta e ação conjunta, solidária. O mosquito não é nem municipal, nem estadual, nem federal. Não há essa história.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy e, em seguida, o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Rose de Freitas.

Com a palavra V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Obrigada, Presidente.

Prezado Ministro, no dia 8 de abril, o senhor esteve presente na Comissão de Assuntos Sociais, na ocasião em que, de certa forma, antecipamos o debate sobre a iminente epidemia de dengue, que já estava, naquele momento, demonstrando força em vários Estados da Federação, mas, em particular, no Estado do São Paulo – sou paulista, e o senhor também.

Naquela ocasião, V. Sª destacou – entre aspas:

"Se compararmos os três primeiros meses completos deste ano em relação ao ano passado, no Brasil, tivemos 162% de crescimento do número de casos de dengue. Em compensação, se compararmos com 2013, temos 47% a menos. A epidemia, este ano, o número de casos de dengue, não teve, ainda, o comportamento dramático que tivemos em 2013."

Eu lembro que, naquele momento, eu manifestei minha grande preocupação, porque, se talvez não houvesse uma epidemia declarada, já havia todo o quadro para ela acontecer, e ela acabou acontecendo. V. Exª reiterou o que acabou de reiterar agora: isso é um problema de todos, não tirando a responsabilidade de Ministério e tal.

Eu penso um pouco diferente, porque, quando é de todos, ele não é de ninguém. Isso tem sido mostrado do jeito como não caminha. É de todos, ninguém faz, ou todo mundo faz um pouco, os mais conscientes fazem mais. Eu acredito – e eu gostaria que o senhor me corrigisse, se eu estiver enganada – que há uma parte que é do Ministério da Saúde, relacionada a recursos, que pode ser feita com o poder do Ministério, mas há uma parte que cai nas costas do prefeito local. É claro que há também a responsabilidade do Estado, que tem de ajudar nisso, inclusive com dinheiro, mas o prefeito local tem muito poder nisso.

Eu lembro que nós recebemos a Prefeitura de São Paulo com epidemia de dengue em 2001 e deixamos a cidade de São Paulo com oito casos de dengue. Por quê? Porque várias ações foram feitas pela prefeitura,

desde o tal do fumacê até funcionários que faziam só isso. Uma coisa que a Senadora Regina colocou, que achei muito bem colocado, é que as crianças são fundamentais. Eu lembro que fazíamos uma campanha nas escolas em que as crianças desenhavam mosquito, depois saíam junto com a professora no bairro para ver o que havia no bairro, pediam licença para entrar nas casas e, nas suas próprias casas, iam ver caixa d'água e laje. Eu sei que foi controlada.

Os médicos de família também colaboraram. E eu não sei como está na cidade de São Paulo ou como está no Brasil o programa do médico da família, se ele tem aumentado continuamente, se ele tem restrição. É um programa extremamente efetivo que pode ajudar muito também nessa situação.

Eu diria que há uma responsabilidade, sim. E aí me chamou muita atenção o Prefeito não comparecer, com os dados que nós temos de 57.794 casos na cidade de São Paulo. Convidado aqui para falar da situação, ele disse que a cidade de São Paulo não vive essa epidemia, segundo fomos relatados pelo Presidente da nossa Comissão, Senador Edison Lobão. O que me chamou muita atenção foi, com 13 mortes e 24 sendo investigadas, dizer que a cidade não vive uma epidemia – depois, o Ministro até teve que colocar que, realmente, há epidemia. Quando se há mais de 300 casos por 100 mil habitantes, é epidêmico. Então, como há 342 em São Paulo, é epidêmico.

Mas, então, eu queria colocar essas considerações, inclusive, sobre a propaganda, porque a ideia aqui não é a qual Ministro, mas como fazer para melhorar. A Senadora que me antecedeu colocou a questão da propaganda de forma bem adequada: no meio da novela é um horário privilegiadíssimo e caríssimo; é muito bom também ver neste momento.

Agora, concordo que temos de inovar as propagandas. É necessário que haja historinha, a criança entrando e falando com a mãe, sei lá. Quem é de propaganda vai saber fazer uma propaganda que as pessoas acompanhem e aprendam. Então, acho que essa mudança seria muito bem-vinda.

A outra questão é que o inverno está começando. O inverno é inimigo do mosquito. Então, tivemos esse decréscimo e podemos aproveitar esse momento para outro tipo de ação, mas 2013 foi muito ruim; 2014 foi mal, mas não foi tão ruim; e 2015 está indo para o péssimo de novo.

De tudo isso, que acabou sendo um problema muito sério no Brasil, principalmente por causa das mortes, porque não tínhamos tantas mortes, quando começou o problema da dengue no Brasil. Agora, há muita morte, e entrou também a morte hemorrágica. Vou até pedir ao senhor não ter o trabalho de repetir tudo o que foi explicado, porque aqui todo mundo já ouviu e entendeu, mas o que foi aprendido nesse tempo todo? O que a gente aprendeu? Porque, naquela última audiência, ainda estava muito no "vamos ter", "estamos fazendo", mas, de lá pra cá, aconteceu, e nós temos, agora, um período para não deixar acontecer dessa forma tão drástica. Ou não temos condições de evitar? Quais serão esses instrumentos? Será que vai haver uma atitude focada em município? Acredito que aí há o maior problema. Como seria isso com a municipalidade? Aí, volto com o Programa Saúde da Família, se ele vai ser usado em algum momento.

Queria voltar à questão da vacina. Tenho acompanhado, desde aquela última audiência, a questão da vacina. Todos os laboratórios procuram os Senadores incessantemente para explicar que a sua vacina é melhor, isso ou aquilo, mas gostaria muito de uma vacina brasileira. Penso que isso seja muito importante para nós. Temos dois institutos reconhecidos que estão desenvolvendo a vacina: o Butantan e o do Rio de Janeiro.

Agora, qual a possibilidade de termos a vacina brasileira acelerada? Por que estou perguntando isso? V. Exª disse que, quando viu que estava atrasado, depois da audiência, entrou na questão da Anvisa e tentou.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Foi antes então? Ótimo! Mas quando percebeu que a situação estava complicada entrou em contato com a Anvisa, ou conversou com a Anvisa, ou falou com a Anvisa, como V. Exª disse, para apressar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Sim, mas o senhor disse aqui, há uma hora, que foi sua interferência. Até anotei porque achei muito bom. E queria perguntar por que não foi feita essa... Qual é a associação com a Anvisa? Qual é a possibilidade de o Ministro dizer o que é prioridade?

Agora lembrei até a palavra. O senhor disse: "Isso é prioridade, eu tenho de avançar" e tal. Bem, mas é prioridade desde antes...

O SR. ARTHUR CHIORO (Fora do microfone.) – Como eu posso pedir prioridade se o Butantan não apresentou a vacina?

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Não sei se o Ministro pode mais do que pode, mas acho que, quando, geralmente, quando queremos e levamos um pedido mais contundente de uma calamidade, como a que estamos vivendo hoje, porque o número de mortos é realmente uma calamidade nacional, o Ministro da Saúde tem, sim, a competência de chegar na Anvisa, ou de falar, pedir uma audiência pública, aqui nesta Comissão, para irmos juntos, se o Ministro não conseguir ir até a Anvisa.

É disso que estou falando. Se não for possível fazer dessa vez, que nós todos aprendamos para as próximas, porque, realmente, a vacina está muito atrasada.

Aí, eu nem digo que eu entenda dessa área, mas tenho a impressão que é muito triste se não conseguirmos ser os primeiros a patentear a nossa vacina, porque, no mundo, não há vacina da dengue ainda, e nós vamos perder essa corrida. Qual é o ônus disso para o nosso País? Para o nosso Butantan, que fica lá, labutando, sem recurso?

Gostaria que o senhor nos esclarecesse, porque deve ter mais informações sobre isso do que eu.

Agora, quero fazer uma pergunta que não tem nada a ver com a dengue, mas tem a ver com o Ministério, e quero saber a opinião de V. Sª.

Recentemente, tivemos aqui uma reunião com os Governadores dos nossos Estados brasileiros. Foi muito interessante, porque todos fizeram seus pleitos, falaram das dificuldades, da falta de recursos, sobre o que o Congresso Nacional poderia fazer para ajudar, que não dependesse recurso, já com projetos nesta Casa.

Fruto dessa conversa, se não me engano, o Governador Alckmin – mas pode ter sido outro, não tenho certeza – comentou que as seguradoras, quando se recebe alguém, num hospital público, por exemplo, no caso de São Paulo, mas pode ser em qualquer lugar também, do Estado ou do Município, ou seja, alguém é atendido e tem um seguro de saúde, a seguradora, depois, é requisitada a pagar pelo serviço prestado.

A ANS deveria recolher esse recurso e enviar para o Ministério da Saúde, porque é bastante dinheiro – R$1,6 bilhões. E o que acontece? Só 37% desses R$1,6 bilhão são cobrados pela ANS e foram efetivamente pagos cerca de R$62 milhões. Enquanto isso, 19%, R$331 milhões, foram parcelados e 44%, mais R$742 milhões, não foram pagos, nem parcelados. Isto é, 63% das dívidas ainda não foram quitadas pelas operadoras.

Então, foi pedido pelo Governo de São Paulo, mas isso atinge todos os governos, que, se não poderíamos deixar essa cobrança para os Estados e para os Municípios, porque eles teriam mais condição de fiscalização, porque isso deve ser até um problema operacional de menos gente, mas os Estados e Municípios teriam mais agilidade, maior poder de fiscalização e um enorme interesse, caso esse recurso fosse para eles.

Assim, fiz um projeto de lei. A proposta seria que 50% fossem para o Ministério da Saúde; e 50%, para os Estados e Municípios, de acordo com os hospitais que recebessem e prestassem serviço.

Gostaria de saber uma opinião de V. Exª sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Vou procurar ser bem breve, por conta do adiantado da hora.

Primeiramente, quero agradecer ao Ministro. Pessoalmente, gostei muito da sua transparência, no sentido de fazer um relato da verdadeira situação por que estamos passando em nosso País.

Sou do Acre. Lá, no meu Estado, a situação é mais grave. Esse Município que citei, Ministro, é o Município de Cruzeiro do Sul, é o segundo Município do Estado. Temos a Capital, Rio Branco, e Cruzeiro do Sul, mas ele cuida de uma região, que é a do Juruá. Essa região toda está afetada.

Lá, o Governo é do PT, do Governador Tião Viana, e existe uma relação não muito boa do Governador com o Prefeito. Então, este último fica praticamente isolado. Não existe parceria do Governo do Estado para ajudar neste momento tão difícil por que o Município está passando. Ele é um Prefeito do PMDB.

Então, Ministro, aqui fica um apelo, um pedido de socorro, porque é muito grave a situação.

Só sabe o que é uma dengue, o que é uma malária, quem já pegou. Eu já peguei dengue e malária. Eu já peguei várias malárias e várias dengues.

Então, eu fico muito triste, pois o meu prefeito está doido para vir aqui, está-se coçando para vir aqui, ligou-me a semana toda, porque esta é uma oportunidade ímpar, para que ele fizesse um relato do seu Município, pois está exatamente atrás de alguém que possa ouvir o seu relato e dar um grito de socorro. A população está sofrendo.

Quando fiz o requerimento nesta Comissão para que o Prefeito de São Paulo viesse é porque a imprensa nacional tem divulgado. Lembro-me de que alguns jogadores de futebol pegaram dengue, salvo engano aquele jogador de futebol do Corinthians pegou dengue e os artistas pegaram também. Ora, se esse povo está pegando dengue, imagine a população!

Quando foi dito aqui pelo nosso Presidente Lobão que o Prefeito não teria vindo porque, em São Paulo, Capital, não há dengue. Só há dengue no Estado. Alguns jornalistas me chamaram ali e me perguntaram o que

eu achava disso. Respondi que não achava nada. O Prefeito é que vai ter de se explicar. Em seguida, o senhor disse que não. Em São Paulo, há uma epidemia de dengue.

Então, Ministro, espero que o Prefeito tenha a oportunidade de vir, as pessoas moram nos Municípios. A vinda do Ministro é algo muito bom, maravilhoso, mas é importante que possamos ouvir os prefeitos e o relato do que está sendo feito em São Paulo, o que deu certo em São Paulo, o que deu certo em Cruzeiro do Sul, para que os outros Municípios afetados possam ir desenvolvendo as suas defesas.

Às vezes, o recurso que vai para o Estado, mas essa relação politiqueira que atrapalha, não chega ao Município. E as pessoas não moram no Estado; as pessoas moram no Município.

Então, fica aqui um apelo e um pedido de socorro, para que o senhor possa tratar a situação de Cruzeiro do Sul com todo o carinho que aquela população merece e, neste momento, precisa.

Agradeço a presença de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Rose de Freitas, peço a V. Exª que me conceda um aparte.

Senadora Marta Suplicy e Senador Sérgio Petecão, quando o Senador Crivella tomou a iniciativa do requerimento, ele relacionou o Ministro da Saúde, o Presidente da Anvisa, um representante da Fundação Oswaldo Cruz, um representante do Centro de Pesquisa René Rachou, um representante do Programa de Computação Científica, o Prefeito do Município de São Paulo, por iniciativa da Senadora Marta Suplicy, o Prefeito de Cruzeiro do Sul, por iniciativa de V. Exª.

O Senador Crivella não propôs datas. Então, julguei-me livre para estabelecer as datas. Entendi, inicialmente, até por uma questão de cortesia, que deveríamos ouvir o Ministro sozinho, e não com todos os seus subordinados juntos.

Como o Estado de São Paulo tem uma grande densidade demográfica no País, a mais importante do País, falei ao telefone com o Prefeito de São Paulo, que me transmitiu a informação não de que não há dengue em São Paulo, Capital, mas, sim, que existe dengue, porém em incidência infinitamente menor do que em outras cidades de São Paulo e do que o Estado de São Paulo. Ele não se recusou definitivamente a vir, fez somente essa observação. Mas se os Senadores desejam – e eu percebo que desejam –, vamos manter o convite ao Prefeito de São Paulo.

Todos os demais já estão convidados para o dia 24 deste mês. Então, convidarei oficialmente o Prefeito de São Paulo, para que venha também dia 24, que foi a proposta do Senador Crivella. Não foi convocação, foi um convite. A autoridade convidada decidirá se deve ou não vir. Se a Comissão julgar por bem, convocará em seguida.

Então, é essa a questão posta no seu devido tempo.

Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, queria saudar o Ministro da Saúde, a quem admiro e digo, no meu oitavo mandato parlamentar, que temos encontrado pessoas, na vida pública, pessoas dedicadas, pessoas omissas e outras simplesmente em cargos públicos, sem qualquer afinidade com o setor. V. Exª, além de ter afinidade, porque é médico, além de ser dedicado, e o é bastante, tem uma atitude que me chama a atenção nesta Comissão.

Normalmente, pelo quórum que está aqui, os outros palestrantes e convidados, em outras situações, já estariam olhando para o relógio, dizendo que a Presidente chamou. E V. Exª continua aqui debatendo, firme.

(Intervenção fora do microfone.)

(*Risos.*)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Tenho certeza, mas nós saberemos se ela chamou também, porque, já em outras situações, fomos confirmar, e a pessoa não havia sido chamada.

Então, queria parabenizá-lo pela explanação. Eu sei que é um dever, mas V. Exª faz isso com muita dedicação. Admiro-me muito de encontrar na vida pública pessoas como V. Exª . Que bom seria se houvesse mais "Chioros" na vida pública, principalmente nessa área!

Vi as observações feitas aqui e fui dar uma entrevista à Rádio Globo não sei de onde, falando sobre essa questão da dengue. No meu Estado, a situação de dengue cresce.

Os dados que estão ali, muitas vezes, me deixam apreensiva, porque sou uma Senadora eleita pelos Municípios do meu Estado. Vou falar de Município, porque é a instituição Município que me elegeu, pela luta, pela melhora, pela infraestrutura. No caso de Cariacica, por exemplo, há um índice alarmante.

Queria, na verdade, falar de uma palavra chamada "compartilhamento", porque, há anos, ainda quando tinha Temporão, depois tinha Padilha, quando o Ministro da Educação era o Haddad, eu dizia que só propagan-

da não era suficiente e poderia até ter um *merchandising* aí na novela – não tem de produtos Natura? –, como diz a Senadora Marta Suplicy, algum chamamento, alguma criança, algum protagonista, alertando para isso.

Gostaria de me ater a algo de que sou discípula: a questão do compartilhamento. Naquela época, eu advogava que a saúde sozinha, sem a educação e sem também a agricultura, através das suas associações e cooperativas, jamais debelaria a questão da dengue, porque a escola não participa disso didática e pedagogicamente, indicando que as professoras teriam de convocar os seus coordenadores, os chefes de turma, sei lá como eles chamam, a associação da comunidade, para estarem presentes, dentro da escola, e termos lá os representantes da saúde, para compartilharem as informações e terem, ali, dentro da saúde. Já falei isso para o Leopoldo e talvez seja por isso que ele esteja rindo. Falei muitas vezes que precisamos colocar a escola como papel decisivo no combate à dengue, porque estamos falando de dengue há quantos anos?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois é, sozinho o Ministério não vai dar conta; a propaganda, sozinha, não dá conta. Fiz um cálculo aqui: são R$5 bilhões que V. Exª injetou nessa área de combate à dengue – quase R$1 milhão por Município. Quer dizer, não vou estabelecer as proporcionalidades, porque Irupi, com 6 mil habitantes, não vai ter um orçamento de R$1 milhão.

Mas colocando que é um recurso considerável, quero dar uma ideia do que seja esse compartilhamento, porque usei isso em determinado Município cujo índice era muito alto. Eu fui até a escola e disse: vamos juntar o agente de saúde, os professores, os sindicatos rurais, e a dengue diminuiu drasticamente naquele Município. Acho que precisamos inovar.

Também queria solicitar a V. Exª que, diante dessa questão da aprovação pela Anvisa, desse *status* de mosquito transgênico, que houvesse um empenho – não da sua parte, mas da sua equipe talvez, porque o senhor não vai conseguir fazer tudo, mas pode estar atento a isso também – para acelerar essa aprovação, dado o estado de epidemia que estamos vivenciando no País.

Então, eu sempre digo que quem não tem pressa no Brasil são os políticos – é incrível, não têm pressa! É comum. E eu estou dizendo, porque acabei de ter a notícia de que nós vamos ter o nosso aeroporto iniciado depois de 12 anos, e 12 anos é um menino aí na adolescência. Eu já vi a BR com 20 anos! Então, quando se trata da saúde, eu tenho mais pressa, Presidente Lobão.

Então, eu acho que este momento que nós estamos vivenciando, tendo à frente do Ministério da Saúde uma pessoa como senhor, eu acho que o senhor pode contar com nosso apoio, e também contar com esforço e as considerações que a Marta faz, que faz o Petecão, que fizeram outras pessoas aqui, no sentido de colaborar.

E eu também queria perguntar, quer dizer, considerando tudo isso... Depois, eu não vou perguntar hoje sobre recurso de saúde do meu Estado. O senhor pode saber que eu vou lá perguntar pessoalmente.

Mas queria perguntar: há, entre as ações do Ministério, essa capacitação de laboratórios, para realização de testes na área de diagnóstico para a avaliação dos mosquitos, etc. Há também teste tanto na sorologia, como no que se refere a outros testes. Mas eu queria saber: no Espírito Santo, nós não temos, proporcionalmente ao que enfrentamos, laboratórios, e o senhor teria dados para nos dizer quantos laboratórios, afinal de contas, estão capacitados para realizar esses testes em cada Estado e no meu Estado principalmente?

Era o que eu queria colocar.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E eu gostaria de parabenizar a sua equipe aqui.

O senhor aperta a campainha para mim, mas para os outros o senhor não aperta, não!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não, eu supus que V. Exª tivesse concluído. Eu não faria nunca! (Risos.)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não.

É porque eu sou índia, sabe, Ministro? Então, essas tribos são tratadas medievalmente assim, sabe?

Então, queria dizer para o senhor que é isso que eu gostaria de saber. Lá no Estado do Espírito Santo, nós temos epidemia de dengue que aumenta a cada dia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra o Ministro da Saúde.

O SR. ARTHUR CHIORO – A pedido do Presidente, vou tentar ser mais sucinto e mais objetivo possível, mas eu vou tentar responder a todas as questões.

Acho que a Senadora Marta levanta, a partir, inclusive, da sua experiência política, da sua experiência como gestora municipal, uma série de elementos que são muito importantes. Acho, sim, que todos somos responsáveis, mas é preciso individualizar as responsabilidades e atribuições. Eu tenho absoluta convicção de

que o Ministério da Saúde, em 2013, 2014, 2015, vem cumprindo tudo aquilo que é da sua competência, da sua atribuição, repasse de recursos, apoio a Estados e Municípios.

Não sinto que Estados tenham, de maneira homogênea, trabalhado da mesma maneira. Alguns só despertaram para o apoio efetivo depois, como se diz, vulgarmente, que a vaca foi pro brejo. Assim como alguns Municípios só começaram a tomar ações, depois que a situação já tinha, de alguma maneira, degringolado.

Agora, de qualquer maneira, isso não resolve o nosso problema, porque nós vamos ter que aperfeiçoar o nosso sistema de competência, de responsabilidades. Nós temos uma grande expansão da estratégia de saúde da família. Só o Mais Médicos colocou 18.420 mil equipes, hoje já ultrapassamos 36 mil equipes.

Tem sido muito importante que consigamos integrar essas ações da atenção básica, para poder fazer as ações de prevenção, mas também o diagnóstico precoce e o tratamento. Até porque, quando começa a haver casos de dengue, chikungunya, de zika, aumenta muito a demanda sobre os prontos-socorros, sobre a rede básica, sobrecarrega-se naturalmente.

E quero colocar, mais uma vez, para a senhora, de maneira muito clara: nós consideramos epidemia quando ocorrem acima de 300 casos por 100 mil habitantes. A cidade de São Paulo atingiu 348. Portanto, há epidemia.

Agora, há uma epidemia de magnitude inferior ao que se observa no Estado de São Paulo em muitos Municípios do Estado de São Paulo e do Brasil, isso é claro. Então, é questão de comparar e observar.

Em relação ao número de óbitos, também é importante dizer o seguinte: a nossa taxa de letalidade é muito baixa – trouxe os dados comparativos, em âmbito internacional. É claro que não queremos nunca perder nenhuma vida, queremos sempre evitar. O ideal é sempre morte zero, é não haver nenhum óbito, é conseguir trabalhar com todas as circunstâncias.

Os óbitos estão concentrados mais de 50% em pacientes com mais de 60 anos que têm comorbidade, que trazem dificuldades. Portanto, é importante observar a taxa de letalidade, cidade a cidade. É poder investir na rede pública e privada, para poder trabalhar essa situação.

Queria também aproveitar essa oportunidade que a Senadora Marta nos traz de esclarecer, mais uma vez, a questão da vacina do Instituto Butantan.

O Instituto Butantan demorou 18 meses, inicialmente, para ter o seu registro aprovado, porque não entregou a documentação necessária para atender às exigências da agência. A partir do momento em que ele entregou, todas as exigências foram cumpridas.

Em segundo lugar, ele não terminou até agora a fase dois. A regra do jogo, Senadoras – quero colocar isso de maneira muito clara –, é a seguinte: termina a fase dois, entra com o pedido da fase três. Sem que terminasse a fase dois, o Butantan já pediu a fase três. O que eu fiz? Eu determinei à direção da Anvisa que, pela prioridade que o tema tem, já começasse a apreciar a fase três. A prioridade que eu pedi foi essa. Ainda que não tenha terminado a fase dois, que está previsto para o fim de junho – é isso, ou julho? Em junho termina a fase dois. Então, nós já estamos antecipando. Agora, eles não podem começar a fase três sem concluir a fase dois. Portanto, nós estamos ganhando tempo com a aprovação acelerada, priorizada por mim como Ministro, pela diretoria da Anvisa, para que o Instituto Butantan...

Agora, deixe-me só deixar mais clara uma coisa: eu tive, recentemente, uma longa conversa com o Dr. Kalil, diretor do Instituto Butantan sobre as questões da vacina. Se tudo der certo na fase três, e nós acelerarmos – porque não somos nós, não é a Anvisa que faz a fase três; é o Instituto Butantan, é a pesquisa, que vai enfrentar um problema, porque a fase três é feita na população, no campo. Só que nós vamos agora passar os próximos seis meses praticamente sem caso, porque a doença é sazonal. Isso cria uma dificuldade adicional da avaliação. Ele tem um certo número de doses para serem feitas na fase de avaliação. Se tudo der certo, nós precisaríamos... E nós já estamos antecipando; o Ministério da Saúde, através do seu comitê de especialistas, está trabalhando para definir quais são os grupos etários, quais são as faixas prioritárias para iniciar a vacinação. Mas nós precisamos ter a conclusão da vacina do Instituto Butantan, o pedido de registro, a avaliação da incorporação, e haverá a necessidade de o Instituto Butantan ter capacidade de produção de vacinas suficiente. E é muito melhor, por quê? Porque, inicialmente, ele está propondo dose única, e não três doses.

Deixe-me só concluir, para V. Exª entender uma coisa.

Qual é a capacidade de vacinação, Senadora? Nós vamos vacinar quantos brasileiros? Treze milhões de brasileiros? Quem serão os 13 milhões de brasileiros? Qual é o tamanho de doses?

Para que o Instituto Butantan consiga entregar, no final do ano que vem, alguma coisa em torno de 80 milhões de doses – dito pelo Dr. Kalil –, ele terá que começar em agosto a construção de uma nova fábrica, que, se tudo der certo, ficará pronta até julho do ano que vem. E, se tudo der certo, ou seja, se ela tiver todos os certificados, toda a capacidade de produção... Ou seja, no diálogo franco que tive com ele, disse o seguinte: Dr. Kalil, se tudo der certo, é muito mais seguro que tenhamos a vacina para 2018. Mas criar na população brasileira a expectativa de que vamos ter a vacinação disponível para 2016 não é correto, porque a chance de nós não

conseguirmos é muito grande. E nós vamos torcer, vamos apoiar para termos uma vacina contra a dengue, e de preferência vacina brasileira. Se for possível, melhor ainda. Será uma grande contribuição da ciência brasileira.

Agradeço muito a senhora me permitir colocar claramente todos esses pontos, porque eles têm que ficar muito claros.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – É sobre o tema?

O SR. ARTHUR CHIORO – Não pode haver uma percepção de que o Ministério não tem interesse. Isso seria um absurdo. Quem ajudou a reerguer o Instituto Butantan foram os investimentos feitos pelo Ministério da Saúde naquele Instituto...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Eu agradeço...

O SR. ARTHUR CHIORO – ... particularmente com a vacina do HPV.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Eu agradeço as explicações. V. Sª aprofundou mais um pouco explicações que nós todos já conhecíamos. Isso aqui todos já sabemos. Aonde eu quero chegar o senhor não chega.

A minha pergunta fundamental – e é para prevenir as próximas coisas que vão acontecer, porque essa é uma doença que veio, mas virão outras. O que está parecendo é que houve muita intensificação de ações, etc., depois que a coisa estava começando a acontecer. Agora, quando começou essa intensificação? Porque nós tivemos em 2013 uma calamidade já. A partir disso, que ações foram tomadas nesse sentido? A vacina está atrasadíssima! O senhor concorda com isso também e tal.

Agora, é parte da função do Ministério da Saúde também estar antenado para essas coisas, porque o povo brasileiro também quer saber isso. É preciso haver uma calamidade para ir o Ministério correr atrás, a Anvisa descobrir que tem que fazer mais rápido, o Instituto Butantan dizer: "Agora temos uma doença para a qual temos que arrumar uma vacina."

Qual é o papel do Ministério? Porque o Ministério só entrou agora, se é uma vacina...

O SR. ARTHUR CHIORO – Não é verdade, Drª Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Se a dengue já... Mas, então, se não é verdade, explique como é que vocês atinaram que tinha que ter uma vacina. É isso.

O SR. ARTHUR CHIORO – Então, vou explicar. Há mais de dez institutos em todo o mundo trabalhando na pesquisa. Nós estamos falando de uma doença viral.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – No Brasil, estou falando.

O SR. ARTHUR CHIORO – Desculpa, Senadora Marta, no mundo há mais de dez instituições pesquisando. No Brasil, nós temos dois grandes institutos – que nós temos capacidade – produzindo pesquisa e desenvolvimento. Só que nós estamos falando de uma doença viral, quatro sorotipos.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Mas não eram nem quatro no começo.

O SR. ARTHUR CHIORO – Desculpa, deixe-me só concluir. Nós estamos falando do desenvolvimento de uma vacina que seja de fácil capacidade de desenvolvimento com segurança e com eficácia. Se a senhora tentar descobrir há quanto tempo o Sanofi Pasteur está desenvolvendo essa pesquisa, há quase duas décadas de investimento, para chegar aos resultados a que chegou.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – E aqui?

O SR. ARTHUR CHIORO – E nós estamos investigando isso há muito tempo. São grandes esforços. O comportamento da doença é muito claro aqui. Eu fiz uma apresentação muito objetiva do conjunto de ações de prevenção e promoção, conduzidas e coordenadas pelo Ministério, o Plano Nacional de Contingência.

Não posso aceitar que tenhamos uma postura de negligência e de omissão. Isso não é verdade. Nós estamos lidando com um problema multifatorial. O *Aedes* está domiciliado em 160 países do mundo. Nós temos características ambientais, características climáticas que são favorecedoras e, portanto, extremamente desafiadoras. E nós vamos continuar trabalhando, no âmbito da saúde pública e da saúde privada, nesse sentido.

A Senadora Rose já está se retirando, mas eu queria dizer o seguinte: o Estado do Espírito Santo, ainda que alguns Municípios tenham tido de fato elevação, apresentou resultados muito importantes. No ano passado, já houve diminuição do número de casos – foram 11.825 – e este ano houve uma redução de 24%, são 8.980 casos. O Espírito Santo, o Amazonas e o Distrito Federal foram as três localidades onde tivemos redução do número de casos.

Concordo plenamente com a sua concepção de compartilhamento de responsabilidades – acho que é isso que eu aqui, o tempo inteiro, coloquei – e o despertar da solidariedade, romper com essa visão da própria população de que eu cuidei do meu, está feito. Eu tenho que cuidar do meu, mas eu vou ter que mobilizar os meus vizinhos, eu vou ter que mobilizar as autoridades sanitárias, ter um protagonismo no sentido de que a solução para o enfrentamento da dengue é, de fato, um ambiente de compartilhamento e de solidariedade, responsabilidades mútuas, mas, ao mesmo tempo, de protagonismo e ação conjunta.

Não quero deixar de colocar a questão do ressarcimento, que a Senadora Marta também colocou, que não tem a ver com o tema da dengue, mas eu acho que é importante.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ministro, desculpe, mas eu tenho que presidir a Comissão de Orçamento.

O SR. ARTHUR CHIORO – Pois não, à vontade. Muito obrigado pelas suas palavras.

Senadora Marta, desde que foi criada a lei que regulamentou a Saúde Suplementar e criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar, nós já vivemos dois momentos determinados pela legislação. No primeiro momento, os Municípios e os Estados, inclusive, lá em São Paulo, a Secretaria de Estado da Saúde, os próprios Municípios paulistas fizeram todo o movimento de lutar pelo ressarcimento. Depois, houve uma reestruturação a partir de ações que as operadores de planos de saúde chegaram a levar ao Supremo, e o Ministério da Saúde, através da Anvisa, é que passou a fazer o processo de cobrança. Esse processo veio ainda com muito litígio, com muita disputa judicial. A partir de 2013, começou a melhorar substancialmente. No ano passado, nós conseguimos um grau de ressarcimento maior que todos os anos anteriores, somados, em relação ao ressarcimento.

Como é que está funcionando agora? Ele funciona assim: quando alguém se interna no SUS, ele gera uma IAH, uma internação. Então, fica lá o registro pelo CPF, pelo cartão SUS. Todos os beneficiários de plano de saúde – segurados, Unimed, medicina de grupo, não importa –, além do CPF, têm o cartão SUS. Os sistemas, agora, se cruzam e identificam quem foram aquelas pessoas que têm planos de saúde e foram internadas pelo SUS, seja no hospital municipal, estadual, federal, santas casas, não importa. Isso gera automaticamente – agora o sistema é informatizado – um aviso de cobrança para a operadora do plano de saúde. Ela tem um prazo para contestar e dizer, por exemplo: "olha, é homônimo; esse aqui estava fora da carência."

Enfim, administrativamente ela pode contestar.

Se ela não contestar no prazo, automaticamente é emitida a Darf para o pagamento. Se ela não fizer o pagamento no prazo adequado, ela vai para a inscrição na dívida ativa.

Essa mudança, que faz um ano, desde que entramos no Ministério, permitiu mudar substancialmente, tanto que nós lançamos agora, há um mês e meio, no Rio de Janeiro, a cobrança do primeiro trimestre do ano passado já no lote de quase R$380 milhões. Então, está mudando. E incluímos, agora, as autorizações de procedimentos ambulatoriais de alto custo. Antes era só internação. Agora entrou mais um lote.

Em relação à transferência para os Estados, não há problema. A legislação diz que é federal, mas todo esse recurso, que é ressarcido e vai passar a ser ressarcido cada vez mais, nós temos uma expectativa de que 2014 tenha um universo de R$1,4 bilhão para ser lançado. Tudo bem, pode ser questionado administrativamente e, se não for pago, pode ser lançado na dívida, mas, de qualquer maneira, isso vai ter implicações para as operadoras.

Todo esse recurso que o Ministério recompõe, ressarce, vai para o Fundo Nacional de Saúde e financia as ações de Estados e Municípios no campo da média e da alta complexidade.

Se for discutido um aprimoramento, nós estamos abertos, não tem problema, mas, de qualquer maneira, o que já vem e agora está chegando em volume mais vigoroso é ressarcido diretamente para a manutenção das ações dos Estados e Municípios, das santas casas e dos hospitais universitários.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Obrigada pela explicação.

Ficou uma dúvida para mim sobre se esse recurso que volta, ele volta inteiro para o Estado ou volta também parte para o hospital que fez o procedimento?

O SR. ARTHUR CHIORO – Não, volta para o Fundo Estadual e para o Fundo Municipal. E aí o Estado...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – E volta inteiro?

O SR. ARTHUR CHIORO – Inteiro para o fundo...

Ele compõe o Fundo Nacional de Saúde e é usado no custeio das ações...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Mas ele é descontado no recurso que vai normalmente para o Estado?

O SR. ARTHUR CHIORO – Não, ele compõe. Ele compõe.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Porque senão não teria sentido o Governador reclamar disso. Por isso é que eu estou na dúvida.

O SR. ARTHUR CHIORO – Ele compõe. Ele é usado para compor os recursos que nós transferimos para Estados e Municípios.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Ah, bom. Então ele é embutido.

O SR. ARTHUR CHIORO – Embutido. E aí ele cai no Fundo Estadual e no Fundo Municipal.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Não, mas é por isso que eles devem querer diferente, porque ele é embutido.

O SR. ARTHUR CHIORO – Provavelmente ele está discutindo como individualizar para o próprio serviço, não é isso? Podemos discutir.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Não só. Não só. Se ele é embutido... Por exemplo, se vai 100 e teria que ressarcir 10, vão só 90 de verdade; 10 são ressarcimento. Pode ser que aí é que esteja a vontade de recuperar esse recurso.

O SR. ARTHUR CHIORO – Mas a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo foi um das secretarias, junto com a de Minas, que tiveram a maior experiência. E ela não conseguiu prosperar no ressarcimento exatamente porque o custo administrativo da disputa judicial e a inviabilidade... Porque as operadoras começaram a levar até o Supremo o ressarcimento. Acabou inviabilizando. Por isso é que nós demoramos tanto tempo para engrenar no ressarcimento.

Agora nós entramos numa outra fase. Estamos abertos para discutir como qualificar o sistema.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – É, vamos discutir. Essa vai ser uma nova audiência pública para tentar entender. Aí a gente chama o Governador de São Paulo. Eu acho que ele virá com dados para explicar e provavelmente virá mais facilmente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu agradeço aos Srs. Senadores pela presença e agradeço ao Ministro Arthur Chioro pela presença aqui, esclarecedora desse ponto fundamental da saúde pública brasileira.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos)

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2015.

Às dez horas e dezessete minutos, do dia dezessete de junho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Humberto Costa, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Roberto Requião, Omar Aziz, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger, Sérgio Petecão, Raimundo Lira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, José Medeiros, Douglas Cintra, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Rose de Freitas, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Romero Jucá e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: ITEM 1) OFICIO "S" Nº 53, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, o nome do Promotor de Justiça CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO, indicado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Promotor de Justiça CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO, indicado para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 25 votos favoráveis e 1 voto contrário. ITEM 2) OFICIO "S" Nº 57, de 2015 – Não Terminativo. Indicação do Sr. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO, para recondução ao cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público – CNMP, na forma do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal. **Autoria:** Líderes Partidários e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Sr. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO, indicado para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 25 votos favoráveis e 1 voto contrário. ITEM 3) OFICIO "S" Nº 58, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, o nome do Subprocurador-Geral do Trabalho OTÁVIO BRITO LOPES, indicado pelo Ministério Público do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Subprocurador-Geral do Trabalho OTÁVIO BRITO LOPES para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 25 votos favoráveis e 1 voto contrário. ITEM 4) OFICIO "S" Nº 62, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, o nome do advogado WALTER DE AGRA JÚNIOR, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Relatoria: Senador Lindbergh Farias (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer

favorável à escolha do nome do advogado WALTER DE AGRA JÚNIOR para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 25 votos favoráveis e 1 voto contrário. ITEM 5) OFICIO "S" Nº 61, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, incisos IV, da Constituição Federal, o nome do Juiz Estadual SERGIO RICARDO DE SOUZA, escolhido pelo Plenário do STJ, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2015-2017. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz Estadual SERGIO RICARDO DE SOUZA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 26 votos favoráveis. ITEM 6) OFICIO "S" Nº 59, de 2015 – Não Terminativo. Comunica, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor ORLANDO ROCHADEL MOREIRA, eleito para vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2015-2017. **Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG). Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do senhor ORLANDO ROCHADEL MOREIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 25 votos favoráveis e 1 voto contrário. ITEM 7) OFICIO "S" Nº 63, de 2015 – Não Terminativo. Comunica, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor MARCELO FERRA DE CARVALHO, eleito para vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2015-2017. **Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG). Relatoria: Senador Blairo Maggi (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do senhor MARCELO FERRA DE CARVALHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 25 votos favoráveis e 1 voto contrário. ITEM 8) OFICIO "S" Nº 64, de 2015 – Não Terminativo. Comunica, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor FÁBIO BASTOS STICA, eleito para vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2015-2017. **Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG). Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do senhor FÁBIO BASTOS STICA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 24 votos favoráveis e 2 votos contrários. ITEM 9) OFICIO "S" Nº 66, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, o nome do advogado ESDRAS DANTAS DE SOUZA, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do advogado ESDRAS DANTAS DE SOUZA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 25 votos favoráveis e 1 voto contrário. ITEM 10) OFICIO "S" Nº 72, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, com fundamento no art. 1º, § 2º, e art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com os incisos II e III do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA, membro do Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Eunício Oliveira (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Raimundo Lira. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do senhor FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 23 votos favoráveis e 3 votos contrários. 2ª PARTE: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, de 2015 – Terminativo. Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (SINASE). **Autoria:** Senador José Serra. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para atender Requerimento nº 691/2015, de tramitação em conjunto e nº 692/2015, de urgência para a matéria. ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, de 2015 – Não Terminativo. Cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais, e transforma funções de Chefe de Cartório. **Autoria:** Tribunal Superior Eleitoral. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento nº 7, de 2015-CCJ de urgência para a matéria. ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2015 – Não Terminativo. Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e das Carreiras dos Servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa os valores de sua remuneração; revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006; e dá outras providências. **Autoria:** Ministério Público da União. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 5, de 2015-CCJ de urgência para a matéria. ITEM 11) OFICIO "S" Nº 65, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, o nome da Juíza DALDICE MARIA SANTANA DE

ALMEIDA, escolhida pelo Plenário do STJ para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2015-2017. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Walter Pinheiro (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2015 – Complementar – Não Terminativo. Dispõe sobre a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1o do art. 40 da Constituição Federal. **Autoria:** Senador José Serra. Relatoria: Senador Lindbergh Farias. Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. Aprovado o Requerimento nº 6, de 2015-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 5, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2015. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. ITEM 21) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 6, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2015 – Complementar. **Autoria:** Senador Benedito de Lira. Resultado: Aprovado. ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 7, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2015. **Autoria:** Senador Benedito de Lira. Resultado: Aprovado. A Presidência registra o Voto de Pesar de autoria dos Senadores Valdir Raupp, José Maranhão e José Pimentel, pelo falecimento do Ex-Presidente da Câmara dos Deputados Paes de Andrade. O Senhor Senador José Maranhão passa a Presidência ao Senador José Pimentel. O Senhor Senador José Pimentel devolve a Presidência ao Senador José Maranhão. O Senhor Presidente suspende a presente Reunião às 14 horas e 6 minutos e reabre às 14 horas e 9 minutos. A Presidência declara encerrada a Reunião, às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia dezessete de junho de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: 2ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2015; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011; ITEM 8) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2015; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2011; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2012; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2013; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2011; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 562, de 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente (Senador José Pimentel) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Pimentel,** Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira parte se destina à realização de sabatinas e a segunda parte se destina à deliberação dos Itens 1 a 18.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou Relator do Item 9 da segunda pauta, depois das sabatinas. São 10 sabatinas. Nós sabemos que essas sabatinas vão terminar lá pelas duas ou três horas da tarde, e olhe lá! Dificilmente nós iniciaremos as votações da segunda parte.

O PLC 41, de 2015, Item 9 da segunda pauta, trata da questão do Ministério Público, para atrelar à do Judiciário, que já está no plenário. Já votamos aqui e já está no plenário. E o Presidente Renan pautou para o dia 30 próximo, a votação, em plenário, dessa pauta do Judiciário. Se não votarmos hoje aqui, na CCJ, temo que, na semana que vem, talvez o quórum esteja muito baixo ou talvez nem haja reunião, devido à semana das festas juninas. Então, se pudéssemos inverter a pauta, na segunda metade ou agora, no início, eu faria um relatório de três minutos. Como a matéria não é terminativa, votaríamos esse item rapidamente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu estou de acordo, Sr. Presidente, que seja o primeiro item após a sabatina, para já entrarmos na sabatina. Andaremos rápido. Sugiro que seja o primeiro item após a sabatina o item do nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, o Projeto nº 24 já está com o relatório pronto. Então, eu gostaria de pedir a V. Exª, se possível, na segunda parte, que o colocasse para ser apreciado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, após o Item 2, do qual sou Relator, que já está com urgência de plenário. Portanto, o Item 9 iria para o Item 1, e o Item 2, que é o PLS 333, se manteria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferidos os pedidos que acabaram de ser formulados, naturalmente submetidos à razoabilidade das intenções que foram solicitadas. Desde que não haja controvérsia do Plenário, esta Presidência concorda completamente com a inversão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, tramita nesta Comissão, já com parecer pronto, projeto de lei complementar que trata da continuidade da PEC da Bengala, que tem como Relator o Senador Lindbergh.

Essa matéria deveria ter sido pautada na semana passada, mas, infelizmente, não foi possível, porque o Relator estava viajando. Então, eu pediria que, se, por acaso, ela não constar da pauta, Sr. Presidente, nós a incluíssemos como extrapauta após a sabatina. É uma matéria de muita importância. O Congresso Nacional votou a PEC com o compromisso de votar a lei complementar, que foi, imediatamente, protocolada e já está com parecer pronto para ser objeto de discussão e votação nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferido o pedido de V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 1.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 53, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, §2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Promotor de Justiça CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO, indicado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: – *Na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 03/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 57, DE 2015

– Não terminativo –

Indicação do Sr. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO, para recondução ao cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público – CNMP, na forma do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal.

Autoria: Líderes Partidários

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: – *Na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 03/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 59, DE 2015
– Não terminativo –

Comunica, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor ORLANDO ROCHADEL MOREIRA, eleito para vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2015-2017.
Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG)
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pronto para deliberação
Observações: – *Na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 03/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 62, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, o nome do advogado WALTER DE AGRA JÚNIOR, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações: – *Na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 03/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – S. Exª o Senador Lindbergh Farias foi substituído pela Senadora Simone Tebet.

ITEM 5

OFICIO "S" Nº 61, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, o nome do Juiz Estadual SERGIO RICARDO DE SOUZA, escolhido pelo Plenário do STJ, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2015-2017.
Autoria: Superior Tribunal de Justiça
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pronto para deliberação
Observações: – *Na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 10/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 58, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Subprocurador-Geral do Trabalho OTÁVIO BRITO LOPES, indicado pelo Ministério Público do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público
Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pronto para deliberação
Observações: – *Na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 03/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

ITEM 7

OFICIO "S" Nº 63, DE 2015
– Não terminativo –

Comunica, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor MARCELO FERRA DE CARVALHO, eleito para vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2015-2017.
Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG).
Relatoria: Senador Blairo Maggi.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações: – *Na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 10/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*
Relator *ad hoc*: Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No Item 7, está com a Relatoria ad hoc o Senador Valdir Raupp.

ITEM 8

OFICIO "S" Nº 64, DE 2015
– Não terminativo –

Comunica, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor FÁBIO BASTOS STICA, eleito para vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2015-2017.
Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG).
Relatoria: Senador Romero Jucá.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações: – *Na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 03/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

ITEM 9

OFICIO "S" Nº 66, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, o nome do advogado ESDRAS DANTAS DE SOUZA, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.
Relatoria: Senador Alvaro Dias.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações: *Na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 03/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

ITEM 10

OFICIO "S" Nº 72, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, com fundamento no art. 1º, § 2º, e art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, combinado com os incisos II e III do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do senhor FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA, membro do Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público.
Relatoria: Senador Eunício Oliveira.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações: *– Na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 10/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No Item 10, está com a Relatoria ad hoc o Senador Raimundo Lira.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridade no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Convido os Srs. Cláudio Henrique Portela do Rego, Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, Orlando Rochadel Moreira, Walter de Agra Júnior, Marcelo Ferra de Carvalho, Fábio Bastos Stica, Esdras Dantas de Souza e Fábio George Cruz da Nóbrega a participarem da Mesa Diretora dos trabalhos, tomando assento às cadeiras que já estão postas aqui. (*Pausa.*)

Esta Presidência, considerando o volume e o tamanho da pauta, resolveu limitar o tempo de manifestação daqueles que quiserem fazê-lo há dez minutos improrrogáveis, em benefício de todos aqui presentes, tanto aqueles a serem sabatinados, como o Plenário da Comissão e as pessoas que compareceram para prestigiar esse ato.

Concedo a palavra ao Sr. Cláudio Henrique Portela do Rego, para sua exposição, pelo tempo de dez minutos.

O SR. CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO – Bom dia a todos.

Senador José Maranhão, é uma honra muito grande estar novamente nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, essas três palavras que são o tripé do próprio Ministério Público: a defesa da Constituição, da justiça e da cidadania brasileira.

Agradeço ao Senador Eunício Oliveira, que me deu a honra de ser meu Relator, e aos Srs. Senadores aqui presentes, que estão para nos ouvir neste momento, no meu caso, de recondução.

Agradeço aos amigos membros do Ministério Público e a minha esposa, Rita de Cássia, que está aqui presente para me dar apoio.

Serei breve, Senador.

Sou membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Sou Promotor de Justiça há 13 anos. Esta é a minha segunda vinda ao senhores para tentativa de um segundo mandato, e espero, na graça de Deus, que os senhores possam aprovar meu nome. Na minha primeira vinda, fui encaminhado pelos Promotores de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal com um sufrágio de 212 votos. Nesta empreitada, venho com um sufrágio de 277 votos, de um total de 330 votantes, o que significa que a minha classe concordou, aprovou o trabalho que fiz no Conselho Nacional do Ministério Público. Venho aos senhores para pedir aprovação também desse primeiro trabalho e a corroboração para um segundo mandato.

Sou cearense, de Ibiapina, interior do Estado do Ceará. Vim para Brasília em 1993, quando comecei a faculdade de Direito no Ceub. Em 1994, fiz o primeiro concurso para servidor do Ministério Público da União. Fui lotado como técnico no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, onde permaneço, com a graça de Deus, porque, em 2002, após terminar a faculdade, fiz o concurso de Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal logrei êxito, com a graça de Deus. E em 2013, o Ministério Público me encaminhou aos senhores para que eu fosse ao Conselho Nacional, onde estou nesse primeiro biênio.

Sou Promotor de Justiça criminal, sempre atuei na área criminal.

No CNMP, participo de todas as sete comissões do Conselho Nacional, porque entendo que, como estamos, no Conselho Nacional, em dedicação exclusiva, precisamos atuar em todas as áreas, em todos os eventos

do Conselho Nacional em prol do Ministério Público, e, especificamente, sou Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico, que tem a finalidade de buscar integração e cooperação entre os ramos do Ministério Público, as 30 unidades do Ministério Público brasileiro.

Nessa toada, nós trabalhamos com ações nacionais, em que buscamos unificar a atuação do Ministério Público em determinadas áreas – todos os Ministérios Públicos do Brasil, as 30 unidades participam dessa atuação –, e traçamos objetivos comuns para todo o Ministério Público brasileiro.

Nós tivemos atuações juntas, em parceria com as demais comissões, para desenvolvimento das ações, principalmente nos direitos fundamentais.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência solicita aos convidados aqui presentes o máximo de silêncio para podermos ouvir com a devida atenção os oradores que estão na tribuna.

O SR. CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO – Além disso, Sr. Presidente, durante esse período, apresentamos algumas propostas de resolução que entendemos de fundamental importância para o desenvolvimento do Ministério Público brasileiro, além de sermos relatores de outras propostas. Entre elas, eu poderia acrescentar uma proposta de resolução que trata do controle externo da atividade policial militar, que era uma necessidade do Ministério Público brasileiro, uma proposta de resolução que instaura a tramitação da notícia de fato e do procedimento administrativo dentro do Ministério Público, que era de fundamental importância, e duas outras propostas, que reputo de suma importância, uma de emenda regimental que estabelece prazo máximo de 30 dias para apresentação de voto-vista do Plenário do Conselho Nacional, para evitar que um conselheiro possa pedir vista de um processo indefinidamente e não dar o andamento célere que a sociedade exige do Ministério Público brasileiro, e uma proposta de resolução que unifica as tabelas na gestão administrativa do Ministério Público brasileiro, para que o Ministério Público possa falar uma linguagem só, e, por último, uma proposta de resolução, recente, de proibição do exercício da função eleitoral por membro do Ministério Público que tenha sido punido por atraso nos processos que tramitam sob sua promotoria.

Além disso, nós discutimos os processos, atuamos nos processos de relatoria, como, por exemplo, da Recomendação nº 16, em que estamos disciplinando a atuação do Ministério Público no processo civil, e em outros processos, principalmente processos disciplinares, em que nós aplicamos pena aos membros do Ministério Público.

Considerando, Sr. Presidente, o *quantum* de sabatinados, eu vou me limitar a esta apresentação.

Fico à disposição das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores para que possamos discutir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em continuidade, concedo a palavra ao Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, para a sua exposição, pelo tempo improrrogável de dez minutos.

O SR. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO – Bom dia a todos.

Bom dia, Senador José Maranhão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer, na pessoa do Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB, a todos os Líderes partidários que subscreveram a nossa recondução.

Agradeço também ao Senador Blairo Maggi, ao Senador Cássio Cunha Lima, ao Senador Randolfe Rodrigues, ao Senador José Agripino, ao Senador Omar Aziz, ao Senador Benedito de Lira, ao Senador José Pimentel, ao Senador Acir Gurgacz, ao Senador João Capiberibe e a todos os Senadores que compõem esta augusta Casa Legislativa, esta Casa que representa a Câmara Alta do nosso País.

Quero também cumprimentar a Senadora Ângela Portela, que aqui se faz presente, a Senadora Ana Amélia, a Senadora Gleisi, o Senador Eduardo Amorim, o Senador Caiado e o Senador Jorge Viana.

Bem, eu venho do Estado do Ceará. Sou advogado. Concluí, em 1999, minha graduação na Universidade de Fortaleza, onde cursei especialização em Processo Civil e, atualmente, estou participando do curso de mestrado profissional em Direito, Concentração em Gestão de Conflitos, em uma parceria existente entre a Universidade de Fortaleza e a Universidade de Columbia, em Nova York.

Minha advocacia é na área eleitoral, atuo na área eleitoral há 15 anos e conheço as angústias dos políticos que se submetem ao crivo do processo eleitoral. Participando do Conselho Nacional do Ministério Público, estou tendo a oportunidade de levar um olhar externo para aquele Conselho no sentido de aperfeiçoar e otimizar a participação do Ministério Público neste cenário tão importante para a democracia brasileira do processo eleitoral propriamente dito.

No Conselho Nacional do Ministério Público, participei de 426 julgamentos e de todas as sessões ordinárias do Conselho. Componho a Comissão de Planejamento Estratégico e a Comissão de Direitos Fundamentais, presidida pelo Conselheiro Jarbas Soares Júnior. Nesta Comissão, tivemos a oportunidade de participar de inúmeras audiências públicas, e aqui destaco a audiência pública do bioma e a audiência pública, realizada no Estado de São Paulo, a respeito do assassinato de jovens negros. Participamos, também, Senadores, de inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nos Estados de Tocantins, Pernambuco, Goiás, Maranhão, Rondônia, oportunidade em que pudemos constatar, *in loco*, a atuação do Ministério Público, seus avanços e suas dificuldades.

Como Conselheiro do Ministério Público, apresentei propostas de resolução visando a um controle social e transparência das decisões do Ministério Público, porque, no meu entender, a partir do momento em que o Ministério Público transmite para a sociedade o conteúdo e o alcance de suas decisões, é possível construir um parâmetro de atuação do Ministério Público a fim de substituir aquela ideia de que o promotor se apresenta como uma ilha pela de que ele, na verdade, tem que construir um continente. Não é possível que um promotor atue isoladamente e não acompanhe o parâmetro estabelecido pelas demais unidades ministeriais.

Também apresentamos uma resolução para que, nos relatórios que forem encaminhados ao Conselho Nacional do Ministério Público, seja estabelecido o cumprimento de prazos eleitorais, para que o Ministério Público acompanhe a finalidade maior do processo eleitoral, que é a celeridade.

Também apresentamos naquela Casa uma proposta de emenda regimental com o objetivo de estimular a conciliação e a mediação dos conflitos na nova perspectiva do Código de Processo Civil, proposta que se encontra em discussão no Conselho e que traz a ideia de que aquele que procurar o Conselho deve procurar, ainda que de forma informal, estabelecer uma ligação, uma perspectiva de mediação em conflito antes de ser submetido a julgamento.

Atualmente, Senadores, sou Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência, onde estamos desenvolvendo projetos na publicação da *Revista do Conselho Nacional do Ministério Público*. Constituímos o Conselho Editorial da revista, que conta – e isto muito nos honra – com a presença do Ministro Ricardo Lewandowski, do Ministro Bruno Dantas, do TCU, do Presidente Marcus Vinícius Furtado Coelho, do Conselheiro Fabiano Silveira, do CNJ, do Ministro Raul Araújo e de outras autoridades. Em breve, estaremos publicando a nossa edição do ano de 2015.

A nossa atuação no Conselho Nacional do Ministério Público tem sido pautada na perspectiva de estabelecer o diálogo entre as demais instituições. E, nessa ordem de ideias, estamos com um projeto sendo desenvolvido no Conselho para criar um plano piloto e estimular para que, nos cursos de formação de jovens promotores, seja instituído um módulo de relação institucional, para que os jovens promotores saibam da importância e da atuação dos agentes políticos nas comunidades em que eles atuarão.

Objetivando o tempo, Sr. Presidente, são estas as considerações que colocamos a V. Exªs.

Estarei à disposição para responder às indagações que V. Exªs fizerem a minha pessoa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Sr. Orlando Rochadel Moreira, para sua exposição, pelo prazo de dez minutos.

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – Exmo Sr. Senador José Maranhão, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa de quem, respeitosamente, cumprimentamos todas as Senadoras e todos os Senadores, Exmo Sr. Senador Eduardo Alves do Amorim, Relator do nosso processo de indicação ao CNMP, a quem pedimos licença para fazer um agradecimento especial a V. Exª pelo relatório favorável ao nosso nome e, também, pela confiança em nós depositada, Exma Srª Senadora Maria do Carmo, Senadora do nosso Sergipe, a quem dirijo um cumprimento especial, Exmo Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, Senador do nosso Sergipe, que cumprimentamos de maneira especial e a quem agradecemos pelo incentivo e estímulo, Exmas Srªs Senadoras, Exmos Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma saudação a todos os membros do Ministério Público do Estado de Sergipe na pessoa do Exmo Sr. Procurador-Geral, Dr. José Roney da Silva Almeida, gostaria de cumprimentar os procuradores-gerais do Brasil que votaram e permitiram que nós estivéssemos aqui na presença do Presidente do CNPG, Exmo Sr. Dr. Lauro Machado, e a Drª Norma Angélica Reis Cardoso, Presidente da Conamp, a quem também dirijo uma saudação especial.

Peço licença a V. Exªs para fazer uma saudação ao meu amado pai, que está aniversariando no dia de hoje, e aos meus amados filhos.

Agradecemos a Deus, criador de todas as coisas, pelo dom da vida e pela graça de viver este momento.

Senhoras e senhores, nascemos na cidade de Lages, em Santa Catarina, e escolhemos Sergipe para viver e criar nossos filhos. Portanto, somos uma mistura de catarinense com sergipano.

Vou fazer aqui um resumo da minha atuação.

Eu trabalhei durante 11 anos no Banco do Brasil, no interior da Bahia e no interior de Sergipe, onde tive a oportunidade de ter contato com as comunidades mais carentes. Portanto, o Banco do Brasil foi minha primeira escola.

Posteriormente, passei no concurso para o Ministério Público e trabalhei muitos anos até me tornar Secretário-Geral e Procurador-Geral na área de educação, na promotoria especializada na defesa do direito à educação do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Eu gostaria de destacar dois projetos que desenvolvemos no Estado de Sergipe. O primeiro é o projeto chamado Censo Educacional. Lá, em Sergipe, a cada três ou quatro meses, nós visitamos um determinado bairro ou um determinado Município atrás de crianças que estejam fora da sala de aula, atrás de crianças com deficiência e atrás de analfabetos. Esse contingente, esse grupo de professores e de alunos, faz o cadastramento dessas crianças, desses adolescentes e os traz para a sala de aula.

Esse projeto foi considerado modelo pelo Ministério da Educação. Vou aqui apenas resumir os números: 257.000 domicílios visitados, 32.000 crianças e adolescentes localizados fora da sala de aula, 1.059 crianças com deficiência, 1.475 crianças e adolescentes sem registro de nascimento e 16.523 analfabetos.

Então, nós temos esse programa, um programa permanente, de parceria do Ministério Público com a sociedade sergipana.

Fruto desse projeto, nós, há alguns anos, visitamos um bairro chamado Terra Dura, onde, Senador Amorim, detectamos duas mil crianças e adolescentes fora da sala de aula. O que fazer com essas duas mil crianças? O mais fácil para nós do Ministério Público é entrar com as ações pertinentes. Nós optamos por fazer um termo de ajustamento de conduta envolvendo o Governo Federal, o governo estadual, o governo municipal, a Petrobras e o empresariado local. Como fruto desse projeto, um projeto de parceria, foi construída a melhor escola pública do Estado de Sergipe, o Centro Educacional Vitória de Santa Maria, que teve a participação do senhor, que teve a participação da Senadora Maria do Carmo, do Senador Valadares, do Prefeito de Aracaju, Dr. João Alves, e do nosso saudoso ex-Governador Marcelo Deda, a quem eu gostaria de render uma homenagem neste momento tão importante da minha vida profissional, que participou desse projeto de construção da maior escola pública do Estado de Sergipe para crianças e adolescentes de zero a 18 anos, projeto premiado pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Nós temos muita honra de dizer que tem sido modelo para vários Estados da Federação.

Eu sonho, Senador, com este Ministério Público, o Ministério Publico que faça parte da solução, não do problema. É muito fácil detectar um problema social e entrar com as ações pertinentes. O difícil é a interlocução. Mas eu acho que é este o nosso papel: fazer uma interlocução com a sociedade civil, fazer uma interlocução com a classe política, propondo recomendações.

O uso das recomendações, o uso dos termos de ajustamento de conduta têm que ser incentivado no Ministério Público. Se eu for honrado com a nomeação e com a escolha de V. Exªs para o CNMP, pretendo estimular no Brasil o uso das recomendações e o uso dos termos de ajustamento de conduta. Evidentemente, estou falando de políticas públicas, não de desvio de erário público, para o que não há o que se conversar: tem que entrar com as ações pertinentes. Mas, em relação a questões relacionadas à educação, saúde e meio ambiente, é preciso que se faça o que as Comissões fazem aqui: reunir a sociedade, discutir e apontar as soluções para os problemas.

Então, sonho com esse Ministério Público.

Passei os últimos oito anos na esfera administrativa, quatro anos como Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe e, depois, mais quatro como Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe.

Eu destacaria, nesse meu período, a conclusão da construção da nova sede do Ministério Público, a criação de uma Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade, preocupada com o bem-estar físico, espiritual e emocional dos membros e servidores do Ministério Público, onde nós desenvolvemos vários projetos, como o Coral Voz da Cidadania, o Projeto Bom Samaritano, o Projeto Sensibilizar, o Projeto Evolução Humana e O Espaço de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade, tudo para fazer concretas as normas da Organização Internacional do Trabalho e da Organização Mundial de Saúde.

Criamos, também, um projeto chamado Ministério Público Itinerante, o chamado Ônibus da Cidadania. Esse ônibus está percorrendo, Senador, todo o Estado de Sergipe. São seis gabinetes, sendo um para deficiente. Ele vai todo mês para um Município, vai para um povoado diferente. É um Ministério Público que sai dos seus gabinetes e vai ao encontro da comunidade.

Eu também, se for escolhido para o CNMP, pretendo estimular esse tipo de prática. Nós, em Sergipe, um Estado pequeno, ainda temos parte da população sem acesso aos serviços do Ministério Público. Então, nós nos deslocamos para esses povoados do interior mais distantes com uma equipe de promotores e servidores,

com esse ônibus, que é o Ministério Público Itinerante, e levamos o serviço do Ministério Público para a comunidade de lá.

Também tenho a honra de dizer que fui Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público, no período de 2013 a 2014.

Eu destacaria algumas realizações nossas lá. A primeira é a instituição de três projetos nacionais para o Ministério Público brasileiro. O primeiro é o Projeto Mobilidade Urbana e Ministério Público, o segundo é o Projeto Direitos Humanos nas Manifestações Populares e o terceiro é o Projeto Combate à Violência Doméstica.

Então, nesses seis meses em que cada projeto desses foi implantado no Ministério Público brasileiro, milhares de promotores do Brasil todo discutiam essas questões relacionadas à violência doméstica e às manifestações urbanas.

Lá, propusemos a criação da Comissão Permanente do Meio Ambiente, a criação da Subcomissão de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Sexual e, representando o Ministério Público brasileiro, integramos a Comissão Especial de Segurança Pública e Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Com relação a nossa formação intelectual, começamos a ensinar muito cedo. Lá, no Nordeste, a gente chama de "dar banca". Então, eu "dava banca", aulas particulares para crianças e adolescentes. Depois, passei no concurso para o Banco do Brasil, fui instrutor do Banco do Brasil, trabalhei muitos anos nessa área de formação de pessoas. Quando passei no concurso para o Ministério Público, continuei estudando. Fiz mestrado em Educação e comecei o doutorado em Direito. Mas, como acredito que minha vocação esteja na área educacional, pretendo fazer, realmente, doutorado em Educação.

Devido à exiguidade do tempo, este é um pequeno resumo.

Coloco-me à disposição de V. Exªs.

Eu queria agradecer a honra e o privilégio de poder me dirigir a cada um de V. Exªs. Esta Casa é o berço da democracia, e todas as nações que se desenvolveram sempre tiveram um Parlamento forte.

Muito obrigado.

Que Deus nos abençoe a todos!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em continuidade, concedo a palavra ao Sr. Walter de Agra Júnior, para sua exposição.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Sr. Presidente desta egrégia Comissão de Constituição e Justiça, Srªs e Srs. Senadores, bom dia.

Obrigado por esta oportunidade.

As primeiras palavras que tenho a proferir aqui são de agradecimento, Senador Anastasia. São de agradecimento, primeiro, à minha classe, a Ordem dos Advogados do Brasil, que, em mais uma oportunidade, indica meu nome, aprovado pelos representantes do Conselho Federal de cada um dos Estados da nossa Federação, para dar continuidade ao nosso trabalho no CNMP por mais um mandato. Aqui vai meu primeiro agradecimento.

Meu segundo agradecimento, Sr. Presidente, vai a esta Casa, ao Senado Federal, porque não seria possível, sem a participação dos senhores, sem a chancela dos senhores, sem a confiança dos senhores, eu estar exercendo, como ainda estou, embora já no final, este mandato junto ao CNMP. Aqui vai meu segundo agradecimento.

Sou Walter de Agra Júnior, natural, com muito orgulho, de Campina Grande, Paraíba, filho de funcionários públicos, que me deram pouco, mas o pouco que me deram foi a oportunidade de me educar e de exercer condignamente a profissão que escolhi, a profissão de advogado.

Já sou advogado há 20 anos, e muitos foram os desafios nessa minha caminhada. Primeiro, eu pensava, como muitos que estão aqui, que o caminho ideal para mim seria o concurso público e, por que não, o Ministério Público.

Há longínquos 18 anos, fiz concurso para o Ministério Público. Fui aprovado, fui nomeado, exerci o Ministério Público por pouquíssimos meses, mas constatei que aquela não era a minha praia, Senador Raimundo Lira. Não era o que eu queria para mim. Eu não tinha vocação para aquilo. Por isso, voltei para a advocacia, e, com isso, já faz quase 20 anos que minha função precípua é advogar. E pretendo continuar assim.

Por essa conduta é que o Conselho Federal, à unanimidade, entendeu por bem renovar essa confiança em mim. E aqui, nesta oportunidade, humildemente, peço a esta Comissão e ao Senado Federal que confiem novamente em mim para que eu possa ser reconduzido e continuar a desenvolver o trabalho que venho mantendo no CNMP.

Mas o que eu fiz no CNMP? Aqui também uma oportunidade para uma prestação de contas.

Diversas foram as atuações. E nós, que somos membros externos, que estamos no Conselho Nacional do Ministério Público como membros externos – e somos poucos, Senador José Agripino: dois representantes da OAB, um do STJ, um do Supremo, um da Câmara e um desta Casa, o Senado Federal –, temos uma missão

a mais. Dentro de uma composição de 14, somos apenas seis para propiciar que se quebrem todas as caixas-pretas que porventura existam, para que o Ministério Público se apresente, como vem se apresentando, cada vez mais transparente, e também para evitar corporativismo de qualquer natureza.

Para isso, apresentamos diversas recomendações. Por exemplo, havia, quando chegamos ao CNMP, uma recomendação que dizia, Senador Maranhão, que o Ministério Público era dispensável em diversos atos processuais na área cível. Propusemos recomendação para acabar com isso. Há uma recomendação, que já foi votada e aprovada no CNMP, de obrigatoriedade da inclusão da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência nos concursos públicos. É necessário verificar e garantir o direito dessas pessoas também.

Há diversas outras resoluções, como, por exemplo, estabelecer limites objetivos para regular o magistério pelos membros do Ministério Público. Quem é do Ministério Público tem que exercer o ministério público como sua função precípua, sua função basilar, sua função primeira. O magistério, embora útil, necessário, conveniente e autorizado constitucionalmente, não pode ser, em qualquer aspecto, em qualquer prisma, a atividade principal do representante do Ministério Público.

Também buscamos, através das resoluções, a agilização dos processos de adoção, a possibilidade de fazer, através da videoconferência, a instrução dos pares, permitindo, com isso, que não se gastem tantos recursos com deslocamento para instrução dos processos administrativos disciplinares contra os membros do Ministério Público. Ora, se o Ministério Público é uno, por que não haver uma unificação também nas identificações dos representantes do Ministério Público? Por isso e para isso, propusemos também resolução nesse sentido.

Por fim, no desempenho da presidência da Comissão da Infância e da Juventude, apresentamos nota técnica para que o Conselho Nacional do Ministério Público, representando o Ministério Público nacional, oferte a sua posição atinente à redução ou não da menoridade penal. Adianto que a nota técnica que apresentei já foi distribuída e ainda está em fase de debate, mas eu já a ofertei, e ela vai no sentido contrário à redução. E o fiz porque pensei, sobretudo, Senador Cássio Cunha Lima, nos efeitos colaterais dessa medida. Tenho filhos pequenos, como muitos dos senhores podem ter filhos ou netos em idade menor, e eu não queria, não quero que uma criança de 16 ou 17 anos seja vítima ou aliciada e digam que não houve sedução de menor ou que não houve tráfico de menor porque a menoridade no Brasil é a partir de 16 anos.

Se ainda temos muito que fazer nessa seara com relação à menoridade penal, talvez a saída não seja a redução por completo, mas a possibilidade de enfrentar a menoridade ou a sua relativização quando da prática de determinados crimes específicos.

Com estas colocações, Srs. Senadores, encerro minha apresentação, reservando-me para responder as perguntas que cada um dos senhores tenha interesse em fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Sr. Sergio Ricardo de Souza, para sua exposição.

O SR. SERGIO RICARDO DE SOUZA – Bom dia.

Quero cumprimentar o Exm**O SR. PRESIDENTE** da Comissão de Constituição e Justiça, Senador José Maranhão, os Exmos Srs. Senadores que integram esta relevantíssima Comissão do Senado Federal, Senador Ricardo Ferraço, Relator do meu processo, e também o Presidente da Associação dos Magistrados do meu Estado, Dr. Ezequiel Turíbio, aqui presente, e a minha esposa, juíza Gisele, coordenadora do projeto Audiência de Custódia no Estado do Espírito Santo.

De início, agradeço a confiança depositada pelos Ex^{mos} Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça na indicação do meu nome, uma vez que quase 70 juízes de todo o Brasil concorreram a esta vaga, e passo a me apresentar.

Sou Juiz de Direito do Estado do Espírito Santo, sou oriundo da Polícia Militar, fui policial militar, policial civil, funcionário de carreira e advogado do Banco do Brasil, fui Promotor de Justiça por três anos e ingressei na magistratura há pouco mais de 20 anos.

Na carreira acadêmica, sou professor da Universidade Federal do Espírito Santo, tenho me dedicado principalmente às pesquisas relativas à questão carcerária e tenho livros publicados na área da violência doméstica e na questão do controle da liberdade de imprensa. Tive também a oportunidade de publicar livros em outras áreas de atuação do Ministério Público.

Como palestrante e Diretor da Escola da Magistratura do meu Estado, tive a oportunidade de circular por várias regiões do Brasil, por vários Estados, por várias escolas da magistratura, e de contribuir e aprender com o debate, conhecendo melhor não só a magistratura de outros Estados, mas também o Ministério Público, suas dificuldades, suas diferenças em razão das questões regionais, tão diversas em nosso País continental.

Após reunir essas experiências, eu submeti o meu nome ao STJ para concorrer ao relevante cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, onde pretendo colaborar para que aquele Conselho preste este

serviço relevantíssimo de controle administrativo e também de auxílio na questão da gestão do Ministério Público brasileiro.

É com esse propósito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que agora meu nome está sendo submetido a esta Comissão.

Espero, sinceramente, poder contar com a aprovação e poder prestar esse serviço, por dois anos, à frente do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público do meu Brasil.

Era o que tinha a dizer, Presidente.

O tempo é curto, mas estou à disposição dos Srs. Senadores para responder aos questionamentos que me forem feitos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dando continuidade, com a palavra o Sr. Otávio Brito Lopes.

O SR. OTÁVIO BRITO LOPES – Exmo Sr. Senador José Maranhão, Presidente da CCJ, na pessoa de quem cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores, Dr. Eduardo Amorim, a quem agradeço pela honra que tenho de ser V. Exª o Relator do meu processo, Ludmila, minha esposa, Procuradora do Trabalho, na pessoa de quem cumprimento meus colegas Procuradores do Trabalho, e Dr. Luís Camargo, Procurador–Geral do Trabalho, a quem também cumprimento e agradeço.

Eu não vou falar sobre a minha pessoa porque o currículo consta do processo e o tempo é curto. Prefiro pontuar algumas questões em relação às quais eu acho que o Ministério Público precisa se debruçar e precisa melhorar. Eu tenho também uma visão crítica em relação à própria instituição, uma visão de quem na instituição há quase 27 anos.

O Ministério Público precisa trabalhar muito mais voltado para os resultados. Hoje, nós trabalhamos muito voltados para o processo, para o número de procedimentos, número de TACs firmados, número de sentenças, número de ações civis públicas. Mas a sociedade não entende o que é um TAC. Então, de nada adianta o Ministério Público, ao final de um ano, apresentar um balanço com o número de TACs firmados ou o número de ações ajuizadas se a sociedade não consegue ver em que aquilo a beneficia.

Nós temos que nos voltar para o resultado da atuação. Por exemplo, o número de pessoas com deficiência inseridas, incluídas efetivamente no mercado de trabalho. Esse dado é importante para a sociedade, esse dado diz alguma coisa para a sociedade. O número de contratos de trabalho que foram regularizados ao longo do ano em decorrência da nossa atuação é um dado importante. Esses são apenas dois exemplos de uma atuação voltada para o resultado, voltada realmente para a sociedade.

Vejo que hoje nós ainda trabalhamos muito voltados para o processo, para a quantidade de processos, para a movimentação burocrática dos processos e nos esquecemos muito do resultado, que é o que realmente interessa à sociedade. E creio que era isso que a sociedade esperava da nossa instituição, o Ministério Público, quando ele foi, eu diria, criado, porque há um novo Ministério Público a partir de 1988.

Na área penal, que não é minha área – eu sou do Ministério Público do Trabalho –, a sociedade quer saber, com a atuação do Ministério Público, a que se reduz a violência. A sensação de segurança de cada cidadão aumentou com a atuação do Ministério Público ou não?

Então, é voltado para essa atuação, visando ao resultado muito mais do que aos processos, tendo os processos como meio, não uma finalidade de atuação, é que eu vejo a nossa atuação, e acho que o CNMP tem um papel muito importante em relação a isso.

Defendo também uma atuação administrativa, uma gestão muito mais profissional, uma gestão voltada para o resultado, voltada para a produtividade.

Quando nós falamos em produtividade no meio público, as pessoas costumam se chocar. E, dentro do próprio Ministério Público, alguns colegas se chocam. Mas produtividade, para uma instituição como o Ministério Público, significa, com os mesmos recursos orçamentários, prestar um serviço melhor e de mais resultado. E nós ainda carecemos de um pouco mais de aprimoramento da nossa função administrativa.

Nós temos, hoje, uma assimetria muito grande entre os ramos do Ministério Público. Nós temos, no Ministério Público da União, uma realidade em número de servidores, uma realidade em termos de recursos na área de TI, de recursos materiais, muito diferente da dos ministérios públicos estaduais.

Dentro do próprio Ministério Público da União, nós temos uma realidade diferente. Nós temos um ramo, que é o Ministério Público Federal, que seria o parâmetro desejado por cada um de nós, e temos os demais ramos, que não têm a mesma quantidade de servidores, não têm os mesmos recursos em termos de TI. E nos Estados nós temos uma realidade até pior. Temos Estados da Federação onde os promotores não possuem nem mesmo uma sala para trabalhar.

Então, acho que é papel do Conselho Nacional do Ministério Público dotar cada ramo do Ministério Público e cada Estado da Federação de um ministério público com condições humanas e materiais para prestar o melhor serviço para a sociedade.

Eu acho que nós ainda precisamos aprimorar muito a nossa transparência. O Ministério Público ainda é um pouco desconhecido da sociedade. Com a mesma ênfase com que nós exigimos transparência dos demais órgãos públicos, eu acho que o Ministério Público precisa aprimorar muito a sua transparência, em especial no tocante ao resultado da sua atuação.

Quando fui Procurador-Geral, criei o MPT digital. Nós não tínhamos, no Ministério Público do Trabalho, até poucos anos atrás, uma noção do número de procedimentos que existiam em todo o Brasil. Então, fica difícil falar em transparência se nós não possuirmos esses dados e, mais importante do que possuir os dados, possibilitamos que a sociedade tenha acesso a esses dados.

Então, são algumas colocações que pontuo aqui e que acho que são extremamente importantes para que o Ministério Público possa, como um todo – e aqui já não falo o nome apenas do Ministério Público do Trabalho, porque o papel do CNMP é muito mais amplo do que o de representação de uma unidade do Ministério Público –, realmente servir à sociedade em primeiro lugar. Tanto nossa independência funcional quanto os recursos humanos e materiais que recebemos têm uma única destinação e uma única finalidade: servir à sociedade.

Então, essa é a visão que tenho do Ministério Público e é dentro dessa visão que, se eu for aprovado pelo Senado, pretendo pautar minha atuação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em continuidade, concedo a palavra ao Sr. Marcelo Ferra de Carvalho, para sua exposição.

O SR. MARCELO FERRA DE CARVALHO – Eu gostaria de cumprimentar esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na pessoa do seu Presidente, Senador José Maranhão, e na pessoa do meu Relator, Senador Blairo Maggi, pessoa que prestou, por oito anos, serviços como Governador do Estado de Mato Grosso e trouxe ao nosso Estado muito crescimento, muita pujança e cuja atuação aqui, no Senado, muito nos envaidece e dignifica nosso Estado.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Valdir Raupp por ter lido meu relatório na reunião passada, de cumprimentar os colegas também sabatinados e de agradecer ao Colégio de Procuradores-Gerais, ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais pela indicação, novamente, do meu nome, nas pessoas do Presidente, Lauro Machado, e do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, Paulo Roberto Jorge do Prado, dileto amigo.

Cumprimento os presidentes de associação de classe aqui presentes na pessoa da Presidente da Conamp, Norma Angélica, e na pessoa do ex-Presidente da Conamp, José Carlos Cosenzo.

Cumprimento todos os Conselheiros aqui presentes, os servidores do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público aqui presentes. Meu desejo de sucesso na luta pela causa de vocês!

Quero dizer que este ano completo 20 anos de Ministério Público. Ocupei diversos cargos na instituição, fui Presidente da nossa entidade de classe por dois mandatos, Secretário-Geral da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Procurador-Geral de Justiça do meu Estado por dois mandatos e Conselheiro Nacional do Ministério Público por um mandato.

O Conselho Nacional do Ministério Público, agora, no dia 21, vai completar dez anos de existência e tem diversos serviços prestados não só ao Ministério Público, mas à sociedade.

Ele editou diversas normatizações, das quais destaco duas: as Resoluções 13 e 23, que disciplinam a investigação na seara criminal e a investigação na seara do inquérito civil público, pois, não obstante seja uma função institucional do Ministério Público exercer essa investigação, ela deve ser feita com normas, com regulamento, com regras, de forma clara e transparente, especialmente a previsão que tem de evitar que o membro do Ministério Público se abstenha de emitir juízo de valor sobre investigação não concluída, pois o Ministério Público deve ser uma instituição que atua de forma combativa, mas tem que ser uma instituição que atua de forma séria e responsável.

A Constituição de 1988 trouxe um grande avanço ao Ministério Público. Muitos consideram que, com ela, o papel do membro do Ministério Público passou a ser um papel de agente político, mas o colega que ingressa na carreira tem que ter uma consciência a mais, de que o papel de agente político transcende o de servidor público normal e traz a necessidade de uma interação, ou seja, a necessidade de um diálogo, de uma interlocução.

Quando o art. 2º da Constituição Federal fala em harmonia e independência, ele não estabelece uma faculdade aos membros de cada instituição ou de cada Poder, e, sim, um comando normativo. O promotor de justiça é obrigado a ouvir prefeitos, vereadores e cidadãos em geral.

Quando eu fui Procurador-Geral, eu costumava fazer um discurso aos novos promotores que ingressavam na carreira: "se você não gosta de dialogar, se você não gosta de interagir com a classe política, se você

não gosta de atender a população, você escolheu a profissão errada. Você não pode, no estágio atual, ser membro do Ministério Público, pois o Ministério Público tem que ter a consciência de que ele, forte, sozinho, não resolve o problema da sociedade". A sociedade precisa de Poderes fortes, precisa de um Legislativo forte, de um Executivo forte, de um Judiciário forte, de um Ministério Público atuante. Por isso, membro do Ministério Público tem que ter essa consciência de que ele não pode, e jamais deve, criminalizar qualquer forma de atividade política, pois o Ministério Público é um agente político. O fato de ele não ser partidário não significa que ele não tenha que ser um agente político e atuar nesse diálogo, pois a transformação que tanto desejamos da sociedade só acontece quando há interação, quando todos atuam juntos. E eu acho que um dos papéis mais importantes do Conselho Nacional do Ministério Público é exercer essa conscientização, esse novo perfil de membro do Ministério Público apto a atender ao que o Constituinte nos outorgou.

Estou à disposição para perguntas. Em razão do tempo, procurei ser breve.

Meu muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em continuidade, concedo a palavra ao Sr. Fábio Bastos Stica.

O SR. FÁBIO BASTOS STICA – Exmo Sr. Senador José Maranhão, Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, Exmos Srs. Senadores, eu gostaria de cumprimentar especialmente o Relator da indicação do meu nome, Senador Romero Jucá, que não está presente, e a Senadora Ângela Portela, Senadores do meu Estado, o Estado de Roraima, Estado em que, depois de 23 anos, resolvi fixar a minha residência e em que fiz a minha carreira. Sou membro do Ministério Público daquele Estado há 23 anos, oriundo do primeiro concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Roraima, e sou o membro mais antigo daquela instituição.

Eu gostaria de estender meus cumprimentos e meus agradecimentos em especial aos membros do Ministério Público do meu Estado, que, em uma votação praticamente unânime, me indicaram ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais para que eu hoje pudesse concorrer a essa vaga de membro do Conselho Nacional do Ministério Público indicado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. Eu faço este agradecimento na pessoa do Presidente da Associação do meu Estado, Dr. Marco Antônio, aqui presente, e também da Procuradoria-Geral, Drª Elba Amarante de Moraes.

Brevemente, Senadores, em função do reduzido tempo, eu gostaria de fazer um pequeno relato da minha atuação e da minha vida.

Como eu disse, sou um paranaense de São Mateus do Sul que reside, há 23 anos, no Estado de Roraima, onde construí uma carreira e onde construí minha família. Sou casado com a Marcela, tenho três filhos – Marcelle, Eduardo e Manuela – e, como disse, sou membro do Ministério Público há 23 anos.

Eu tive nesse período a oportunidade de ser, durante três anos, promotor do júri e, depois, Corregedor-Geral do Ministério Público e, por quatro vezes, Procurador-Geral de Justiça.

Sempre estive, durante esse período, muito voltado em especial à administração da instituição, mas nunca perdi o necessário contato com a nossa população. O nosso Estado é um Estado pequeno, é um Estado com inúmeras dificuldades, com inúmeras peculiaridades, e isso faz com que o Ministério Público seja uma instituição muito necessária e muito presente perante a nossa população. Assim, por esse motivo, não pode qualquer membro do Ministério Público se desgrudar desses reclamos da população local.

Durante o período em que estou no Estado de Roraima, também tive a oportunidade de ser professor na Universidade Federal do nosso Estado, bem como de uma faculdade particular, lecionando a matéria Direito Penal.

Eu entendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Ministério Público, como foi dito pelos que me antecederam, é uma instituição que não pode e não se permite nenhum tipo de isolamento, nenhum tipo de caixa-preta, como foi dito, mas muito menos isolamento, seja da população, seja da classe política. Nós vivemos num contexto de sociedade e, por este motivo, sendo uma instituição que defende os interesses, evidentemente, da coletividade, não poderíamos ficar alheios aos reclamos.

Nós temos, dentro dos quadros do Ministério Público, porque formado por seres humanos, pessoas que, evidentemente, cometem alguns deslizes, cometem algumas falhas. Então, o Conselho Nacional evidentemente veio, há cerca de dez anos, justamente para tentar corrigir, para tentar minimizar essas falhas que, eventualmente, são praticadas no curso da atuação dos membros do Ministério Público e, muito mais, e muito especialmente, aquela atuação no aspecto administrativo, não tanto no aspecto funcional, porque não pode, evidentemente, o Conselho Nacional se imiscuir em uma atividade funcional do membro do Ministério Público, mas pode, sim, dar uma correção, um novo rumo, um direcionamento à atuação que o pensamento nacional do Ministério Público espera dos seus membros.

Então, Senadores, em função realmente do tempo reduzido e do grande número de sabatinados nesta reunião, eu gostaria de me colocar à disposição dos senhores para eventuais perguntas que venham a ser feitas. Estou me colocando à disposição para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência, novamente, pede a cooperação dos senhores presentes no sentido de guardar o necessário silêncio para que o Plenário possa ouvir as posição de cada um dos sabatinados.

Concedo a palavra a Esdras Dantas de Souza, para sua exposição de motivos.

O SR. ESDRAS DANTAS DE SOUZA – Eu peço para falar de pé para ser visto.

Primeiramente, cumprimento o Presidente, Senador José Maranhão, as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores da República, meus colegas advogados aqui presentes e meus colegas do Conselho Nacional do Ministério Público.

Vou me ater à minha apresentação.

O meu nome é Esdras Dantas de Souza. Eu sou natural de Caicó, Rio Grande do Norte. Sou filho de pioneiro de Brasília. Meu pai veio para cá acreditando na construção de Brasília, acreditando na ideia de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ele veio para cá em 1958 e ajudou a construir os prédios públicos, inclusive esta sede do Congresso Nacional. Eu tive a honra de acompanhá-lo trabalhando como um modesto servidor do Governo do Distrito Federal, da Novacap.

Tenho certeza de que ele, de saudosa memória, pois faleceu em 1989, ficaria muito feliz, assim como minha mãe, se soubesse que, um dia, o menino de Caicó, no Rio Grande do Norte, estaria falando aqui para Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado da República. Eu gostaria que ele estivesse aqui neste momento, presenciando este ato.

Eu queria fazer um agradecimento especial ao Senador Alvaro Dias, que, gentilmente, aceitou ser o Relator do meu processo.

Bem, como eu disse, sou de Caicó. Iniciei minhas atividades laborais com 16 anos de idade, aqui, no Tribunal de Justiça, como estagiário, que era conhecido como *boy* naquele tempo. Ingressei aos 19 anos, quando fiz concurso público para o Tribunal de Justiça, e pedi demissão aos 25 anos, porque queria ser advogado. Montei um escritório que não deu certo, – como sempre, foi muito difícil –, mas fiz outro concurso público para a advocacia pública. Ao longo do tempo, vi que a minha vocação era ser advogado privado e, portanto, depois de 17 anos atuando na advocacia pública, por concurso público do Distrito Federal, voltei a me dedicar exclusivamente à advocacia privada.

Eu sou advogado há 35 anos. Ingressei na OAB em 1979, sob a presidência de um ex-colega de V. Exªs, o Senador Maurício Corrêa. Em 1979, ele me entregou a carteirinha e me nomeou para a Comissão de Direitos Humanos, onde, então, comecei a atuar defendendo a população, ainda no regime anterior.

Paralelamente à advocacia, nesses 35 anos também exerço o magistério jurídico. Fui professor de Direito do CEUB, da UDF, e, atualmente, meu vínculo é com a Faculdade de Direito da UPIS, uma faculdade das mais tradicionais do Distrito Federal.

Minha vocação também foi servir à minha classe. De 1979 para cá, passei 32 anos com mandatos consecutivos, com cinco mandatos de Conselheiro Seccional, quatro mandatos de Diretor da Seccional e dois mandatos de Presidente, tendo tido a honra de presidir a minha instituição aqui, no Distrito Federal. De lá, eu passei a me dedicar à OAB nacional, onde atuei, por quatro mandatos consecutivos, como Conselheiro Federal, Diretor do Conselho Federal e Presidente da 3ª Câmara.

Em 2010, resolvi cuidar mais da família e me dedicar mais à minha profissão e deixar para os mais jovens a continuação desse trabalho em prol da cidadania.

Estou sendo indicado, mais uma vez, pelo meu órgão de classe, pelos advogados brasileiros, para ser reconduzido para mais um mandato. Caso V. Exªs me autorizem, eu me sentirei muito honrado. Neste primeiro mandato em que participo do Conselho, tenho atuado em prol do cidadão. Eu sou um dos seis membros externos do Conselho do Ministério Público e tenho lá o compromisso de representar a minha classe e de representar a cidadania.

Nosso trabalho é fiscalizar a atuação administrativa, financeira e disciplinar dos membros do Ministério Público brasileiro dos Estados e da União. Nós temos recebido representações infundadas, que nós arquivamos prontamente, mas estamos também punindo exemplarmente aqueles membros do Ministério Público que insistem em desrespeitar o cidadão e em desrespeitar as leis do País.

Desse modo, quero, mais uma vez, agradecer, não quero me alongar. Sei que todos já estão cansados de tanto ouvir, mas quero pedir a V. Exªs a oportunidade de continuar no Conselho Nacional do Ministério Público e desempenhar essa missão em prol do cidadão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega.

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA – Bom dia a todos.

Saúdo o Exmo Sr. Senador José Maranhão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, na pessoa de quem saúdo todos os Senadores e as Senadoras que estão nesta Casa, peço licença para saudar os Srs. Senadores Eunício Oliveira e Raimundo Lira, Relatores original e *ad hoc* do nosso caso – para mim, é uma honra muito grande ter minha indicação sendo relatada por V. Exªs –, os colegas do Ministério Público de todo o País, dos seu 30 ramos, gostaria de saudar minha esposa e meu filho, que aqui se encontram – a família, sempre presente do nosso lado, é a base, realmente, da nossa vida –, os membros e servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, as senhoras e os senhores.

Eu fui eleito pelos colegas do Ministério Público Federal com 550 votos, 95% dos votos dados, para compor, com muita honra, o Conselho Nacional do Ministério Público.

Tenho 44 anos de idade, sou de João Pessoa, atuo no Ministério Público Federal já há 19 anos. Fui Promotor de Justiça por dois anos, no meu Estado, e tenho a honra, portanto, de integrar o Ministério Público brasileiro por 21 anos.

Exerci, no Ministério Público Federal, praticamente todos os cargos. Fui chefe e coordenador da Tutela Coletiva da área penal, fui Corregedor da Unidade Descentralizada da Corregedoria na 5ª Região, que abrange os Estados do Ceará até Sergipe, tenho atuação em órgãos colegiados, fui Procurador Regional Eleitoral de Goiás por duas eleições, com muita honra, em 1998 e 2000, atuo nos fóruns de combate à corrupção da Região Nordeste há mais de dez anos, uma iniciativa muito importante que congrega os esforços dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada para, juntos, combatermos esse mal.

Em decorrência de diversas funções que exerci, pude conhecer a fundo o trabalho realizado pelo Ministério público em nosso País, os seus pontos fortes e os seus defeitos.

Como aqui foi dito por muitos dos que aqui se encontram, a sociedade reconhece no Ministério Público uma instituição essencial ao regime democrático em nosso País, mas reconhece, ao mesmo tempo, falhas. É preciso que venhamos a aprimorar as nossas funções e esse olhar de que não somos donos da verdade e de que precisamos buscar parceiros para enfrentar os desafios enormes que nós temos em nosso País. Exemplo: a violência. E lembro dos discursos feitos, tão bem feitos, como sempre, pelo Senador Cássio Cunha Lima, em relação a esse tema, nesta Casa. O Brasil é recordista mundial de homicídios, 56 mil homicídios ocorridos ano a ano. E nós temos uma identificação de autoria muito baixa: apenas de 5 a 8% dos autores dos homicídios são identificados em nosso País. Um desafio enorme sobre como podemos melhorar essa máquina para fazermos funcionar o sistema punitivo.

Não há nenhuma dúvida de que, com o sistema dessa maneira, a impunidade fica como uma marca e a sociedade passa a desacreditar nas instituições. Então, o Ministério Público precisa reconhecer essa falha, precisa reconhecer que faz parte de um sistema de justiça que não está funcionando de maneira adequada e tentar obter esforços para que a gente possa avançar nesse tema. É um dos exemplos.

Eu creio que o Conselho Nacional do Ministério Público tem duas funções fundamentais. Uma função de controle externo da atividade administrativa, da atuação disciplinar dos seus membros. Nos dez anos de funcionamento do Conselho Nacional, mais de 100 membros da instituição foram punidos com penas máximas ou penas mínimas. Nós temos, também, dificuldades em alguns setores. O Ministério Público sempre cobra transparência dos órgãos externos, mas, muitas vezes, precisa aprimorar o seu sistema de transparência.

Quero ressaltar que, ontem, o Conselho Nacional do Ministério Público lançou o Manual Nacional de Transparência e está cobrando de todos os ramos do Ministério Público 250 itens para que possamos levar o conhecimento da sociedade a todos os órgãos de controle o que fazemos na área-meio e o que fazemos na área-fim e quero destacar que as seis Comissões do CNMP tentam capacitar e qualificar, nos mais diversos temas, os membros do MP para enfrentar esses desafios marcantes.

Em suma, tenho muita honra de estar presente em um Conselho, que é um Conselho plural, composto de advogados, juízes e membros do Ministério Público, mas que, acima de tudo, apesar dos pontos de vista contrários, exprime, sem dúvida nenhuma, uma harmonia no que diz respeito ao seu funcionamento.

Obviamente, estamos à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores para responder todas as dúvidas que forem aqui suscitadas, mas registro, por fim, dois pontos finais.

Registro que, apesar de o controle externo da atividade do Ministério Público ser uma das funções mais relevantes do Conselho Nacional, o Conselho também vem desenvolvendo um olhar para a qualificação e a integração dos mais diversos ramos do Ministério Público. Há iniciativas, muitas das quais foram citadas, em praticamente todas as nossas áreas de atuação: no controle externo da atividade policial, no combate à malversação de recursos públicos, na área de controle interno, na área da transparência. Realizam-se encontros

nacionais nos mais diversos Estados para tentarmos tirar daí uma estratégia comum para avançarmos nesses mais diversos desafios.

E, último ponto, Srªs e Srs. Senadores, registro que, por esta Casa ter uma importância fundamental para o nosso País – debates os mais relevantes estão sendo aqui tratados, como sobre a violência e sobre a respeito da malversação de recursos públicos – o Ministério Público se sente muito honrado de poder participar desses debates e com eles colaborar para que, conjuntamente, possamos enfrentar esses desafios marcantes que levam a crises no nosso País nos tempos atuais.

Senador José Maranhão, permito-me fazer uma saudação especial a V. Exª, ao Senador Cássio Cunha Lima e ao Senador Raimundo Lira, que aqui se encontram, pois somos da Paraíba.

É uma honra muito grande ter sido, pela segunda vez, eleito pela minha classe para representar o Conselho Nacional do Ministério Público.

Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição de todos os Senadores para responder a toda e qualquer pergunta que seja a mim dirigida.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, permita-me aqui fazer uma consideração de fundo em relação ao que ocorre hoje nesta Comissão.

Na verdade, se nós pudéssemos comparar o Senado com o corpo humano, esta Comissão seria o coração desse corpo. Por aqui passam os mais importantes projetos. Todos aqueles que vão à deliberação final no plenário têm, obviamente, que ser aprovados por esta Comissão. Além disso, temos nós, nesta Comissão, a prerrogativa de sabatinar membros dos tribunais superiores e também dos conselhos nacionais.

Eu apresentei, já há algum tempo, um projeto, que foi relatado pelo Senador Caiado e já foi entregue à Mesa, que, na verdade, regulamenta essa sabatina, transforma a sabatina naquilo que, efetivamente, ela deve ser: a oportunidade de o sabatinado externar seus pontos de vista, de defender-se de determinados questionamentos e, na verdade, de permitir que nós, Senadores, em nome da sociedade brasileira, conheçamos aqueles que estão sendo indicados para os seus respectivos cargos.

Não há, aqui, Srs. sabatinados, *a priori,* qualquer contestação ou dúvida em relação à capacidade ou à idoneidade de cada um dos senhores, que me parecem preparados para as funções que os trazem aqui hoje.

Mas o que ocorre hoje nesta reunião, Senador Maranhão, é algo inexplicável, é algo, a meu ver, inaceitável. É impossível, humanamente impossível, que nós possamos, em uma só reunião, sabatinar dez ilustres indicados. Seria importante que acontecesse como aconteceu, por exemplo, recentemente, em um grande momento desta Comissão, na sabatina do hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal Fachin, quando houve a oportunidade do contraditório, quando o sabatinado teve a oportunidade de externar seus pontos de vista e o contraditório foi estabelecido.

Repito, sem qualquer questionamento, *a priori*, em relação à capacidade de cada um dos senhores, nós não podemos transformar a sabatina em um mero instrumento homologatório. Não é para isso que ela serve, não é essa a sua função.

Portanto, fica aqui o registro que faço, com a anuência do meu Líder, Senador Cássio Cunha Lima, de que nós temos que tratar as sabatinas como elas efetivamente devem ser: a oportunidade de o sabatinado mostrar-se como é, mostrar a sua história de vida e, obviamente, os objetivos que tem ou que terá no cumprimento das funções para a qual foi indicado.

Assim, fica este registro do meu protesto em relação a uma ausência, na verdade, de oportunidade para que os próprios senhores sabatinados possam, aqui, com maior tempo, sem essa pressão absurda que hoje se impõe sobre eles, externar seus pontos de vista e, repito, serem, eventualmente, questionados pelos Srs. Senadores. É humanamente impossível fazermos uma sabatina adequada com dez senhores sabatinados ao mesmo tempo.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já concedo a palavra a V. Exª pela ordem. Antes, uma explicação ao Senador Aécio Neves, que nos merece muito. Aliás, louvamos a sua preocupação com relação a uma maior transparência dos atos praticados por esta Comissão e por seus ilustres integrantes.

Movido por escrúpulos, eu comentei com a assessoria sobre esta pauta. Realmente, é uma pauta longa. São dez sabatinados, na verdade. E pedi a eles que me levantassem os dados estatísticos constantes do arquivo desta reunião.

Em 2005, nós tivemos aqui uma reunião em que sabatinamos 15 indicados. Em 2007, nós tivemos, na história da Comissão, 23 indicados. Em 2009, tivemos uma sessão com 13 indicados e outra com 12 indicados.

Portanto, essa decisão da Comissão de incluir uma pauta com 10 indicados não é uma inovação, pois é uma prática que já se vem verificando aqui na Comissão.

Eu entendo que a função faz o órgão. Evidentemente, nós estamos, hoje, analisando os currículos e fazendo a sabatina com dez indicados porque a própria Comissão, por intermédio de seus membros, pressionou, no bom sentido, para que tivéssemos maior celeridade nesse processo. No meu entender, sem que isso signifique nenhuma crítica ou discordância mais contundente ao Senador Aécio Neves, eu acho que nós estamos aqui – ainda são 11h45 ainda – e ainda temos o segundo expediente. Esta Comissão pode trabalhar, se quiser, o segundo expediente de maneira a clarear qualquer dúvida sobre a questão que V. Exª está suscitando.

Eu, de minha parte, disponho-me a permanecer na reunião – sou, talvez, o mais velho desta Comissão, mas não faço questão de ficar aqui – para garantir o melhor resultado possível a esta sabatina.

Esta Comissão já deu, há poucos dias, uma prova de sua eficiência, de suas preocupações com esses esclarecimentos, com essa lisura, quando sabatinou aqui o Ministro Fachin, que tomou posse no Supremo ontem, e parece que todas as dúvidas que existiam na cabeça de muitas e na imprensa nacional foram plenamente esclarecidas em função mesmo do resultado aqui, na Comissão, depois confirmado no plenário do Senado Federal.

Essa era explicação que eu queria dar ao Senador Aécio Neves, considerando, no entanto, legítima sua ponderação. Eu creio que, aqui, nós temos que aceitar aquele adágio francês: "Não concordo com o que diz, mas morro defendendo o direito de dizer".

V. Exª tem todo o direito de expressar as suas preocupações, que eu considero, em último caso, absolutamente legítimas, mas acho que não há uma sangria desatada. Nós já temos seis Senadores inscritos para arguição. Evidentemente, dessa arguição, se a luz ainda não existe, ela vai surgir.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Presidente, Senador Maranhão, V. Exª sabe o respeito que lhe tenho muito antes de nos encontrarmos, mais uma vez, nessas estradas da vida, agora no Senado Federal.

Não faço a V. Exª uma crítica pessoal. Faço uma manifestação em defesa desta Comissão. V. Exª é correto ao dizer que não há inovação no que foi feito hoje, mas essa – perdoe-me – é uma justificativa que não convence, porque as boas práticas é que devem ser repetidas reiteradas vezes, não os equívocos. Se, no passado, esta Comissão – eu não estava aqui – reuniu-se para sabatinar, ao mesmo tempo, dez, quinze, vinte, trinta, cinquenta indicados, ela o fez, a meu ver, também equivocadamente, e nós não podemos, com essa justificativa de que isto já ocorreu no passado, continuar reiteradamente no equívoco.

Portanto, fica aqui apenas este registro, com o respeito que tenho por V. Exª. Nós estamos no meio de uma reunião – ela, certamente, ocorrerá, não estou aqui propondo sequer a sua interrupção –, mas esta reunião poderia ser, de alguma forma, para nós, pedagógica e a última em que nós não tenhamos, repito, as condições devidas, as condições adequadas para conhecer com maior profundidade a história, o currículo e os compromissos de cada um dos sabatinados.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB – PA) – Sr. Presidente!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu me sinto no dever de dar outra explicação ao Senador Aécio Neves para mostrar que não estou sendo movido por nenhum sentimento de melindre pessoal: esta pauta não foi organizada pelo Presidente da Comissão, que sou eu. Eu estava de licença para tratamento de saúde. Quem a organizou foi o Senador José Pimentel.

Quero lhe dizer, Senador Aécio Neves, que nós trocamos opiniões sobre isso por telefone. O motivo que o Senador José Pimentel me apresentou para justificar uma pauta tão longa foi exatamente a necessidade de atender às legítimas pressões que os membros desta Comissão faziam no sentido de agilizar o processo.

Mas eu acredito, continuo dizendo que não há uma sangria desatada, porque nós estamos aqui a serviço dessa causa. Estamos aqui para fazer as nossas arguições e, possivelmente, projetar a luz necessária em todas as indicações que nós estamos apreciando nesta reunião.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB – PA) – Presidente José Maranhão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, também...

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB – PA) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem está... Quem pediu a palavra em primeiro lugar foi o Senador Jader Barbalho, pela ordem também.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB – PA) – Eu gostaria...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, Presidente,...

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de secundar as observações feitas pelo Senador Aécio Neves e dizer da minha solidariedade em relação às observações que ele fez, sem nenhum sentido de censura à Presidência da Comissão, que, como bem disse V. Exª, se viu pressionada

por representantes, por integrantes desta Comissão que pleitearam ao Vice-Presidente José Pimentel a realização desta reunião.

Mas eu quero concordar com o Senador Aécio Neves, até pelo prestígio do Senado e pelo prestígio desta Comissão e pelo respeito às pessoas que vêm aqui, hoje esses dez ilustres sabatinados, para expor as suas ideias.

Apesar de ter pouco tempo na vida pública, fico prestando atenção... Eu, ontem, fiquei bastante preocupado por ter ouvido, salvo engano, a Senadora Rose de Freitas se dirigir, ao final da sessão do Senado de ontem, ao Presidente Renan Calheiros para dar uma informação dela, como Presidente da Comissão de Orçamento, de que faz 25 anos – peço perdão se ouvi errado – que as contas do Executivo, da Presidência da República, não são apreciadas pelo Congresso Nacional. Já estou aqui há algum tempo, apesar de não ser muito tempo, e confesso que fiquei bastante... Saí daqui preocupado, porque entendo que a missão maior do Parlamento moderno é a fiscalização, até porque a iniciativa da lei o Executivo conseguiu tomar, e não só este Governo. Ao longo do tempo, o Executivo conseguiu tomar a iniciativa da lei. No passado, na ditadura, com o decreto-lei; depois, com a redemocratização do País, com a medida provisória. Resta ao Poder Legislativo exatamente...

Quando o Ministro Fachin veio aqui foi um dos momentos mais interessantes para esta Comissão e para o Senado, festejado, inclusive, pela imprensa brasileira, de que, efetivamente, o Parlamento estava exercendo o seu dever de fiscalização, ao passar dez horas aqui indagando o indicado para a vaga no Supremo Tribunal Federal.

Então, eu quero sem censura absolutamente, muito menos a V. Exª, que deixou bem claro, também sem censura nenhuma ao Vice-Presidente da Comissão, mas eu quero me solidarizar com as observações e acho que deve haver um cuidado por parte do Parlamento de não abrir. Porque aqui eu fiquei ouvindo e estou ouvindo as manifestações rápidas, telegráficas – não é isso? – dos sabatinados, tentando dizer o que fizeram no seu passado, o que pensam, numa instituição das mais importantes fundamentalmente a partir da Constituição de 1988, que é o Ministério Público do Brasil, e com poderes enormes, que o Ministério Público foi ampliando ao longo do tempo. E que a sociedade brasileira, mas do que nunca, precisa indagar e saber desses poderes, até porque eu venho de um tempo, não tão longo, como bacharel em Direito, de um tempo em que o Ministério Público, no Brasil – e teve grandes integrantes – era representante da sociedade. Lembro-me bem das minhas aulas de Direito quando se diziam que era fundamental o juiz, o advogado, defendendo o réu, e o Ministério Público. Mas o Ministério Público, de um tempo para cá, adotou, talvez uma escola estabelecida no Ministério Público, que ele tem a obrigação incondicional de acusar, de acusar. Mesmo quando, talvez, ele constate que a acusação é improcedente. Eu acho que era uma oportunidade que nós teríamos aqui de debater, para saber se o Ministério Público representa única e exclusivamente a acusação ou o Ministério Público defende a aplicação da lei e o interesse da sociedade, como representante da sociedade?

Entrevistarmos dez ilustres sabatinados aqui, sem buscar a informação e o que eles pensam, até porque, num determinado momento – e eu posso dizer a V. Exª até porque me senti vítima – o Ministério Público resolveu formar um grupo de ação política, inclusive aqui em Brasília, de ação política. O que eu acho que não pode de forma alguma ao Ministério Público. Os senhores são funcionários públicos que têm o dever de defender o interesse da sociedade e o respeito e a aplicação da lei. Mas não o compromisso com a acusação, exclusivamente com a acusação, mas o compromisso fundamental com a lei.

Então, eu quero aqui me solidarizar com as observações do Senador Aécio Neves, sem absolutamente, Presidente – longe de mim –, desejar estabelecer algum tipo de crítica à direção dos nossos trabalhos. Mas eu creio, e concordo com o Senador Aécio Neves, que nós não devemos repetir o que estamos assistindo no dia de hoje aqui. Nós deveríamos apanhar um por um dos sabatinados, saber o que eles pensam e extrair deles as suas ideias, o seu comportamento na atuação desse Conselho, que é fundamental. O Ministério Público não pode absolutamente estar acima da lei. Não. Ele tem que estar observando a lei e, como representante fundamentalmente dos interesses da sociedade.

Então, me perdoe, Aécio, que eu tenha enveredado nessa questão, mas eu considero que o Ministério Público é da maior importância para a sociedade brasileira, para a sociedade brasileira. Não é mais importante para a acusação. Não. Para os interesses da sociedade brasileira.

Portanto, Presidente, eu gostaria de dizer, em adendo ao que disse o Senador Aécio Neves, que eu ficarei aqui, como fiquei na do Fachin, durante dez horas aqui na Comissão, inclusive V. Exª chegou aqui adoentado e deu uma demonstração aqui – naquela noite em que nós passamos 10 horas –, eu também ficarei 10 horas aqui. Só que eu fico muito preocupado, porque naquela oportunidade era um só e nós ficamos 10 horas. Aqui são dez vezes dez, seriam 100 horas. Não é isso?

Então, eu considero que a sabatina dos senhores não é menos importante do que a sabatina do Ministro Fachin – de forma alguma! –, apesar de todo valor intelectual. Não tenho a menor dúvida de que será um grande Ministro no Supremo Tribunal Federal.

Desculpem-me se eu, aproveitando essa intervenção do Aécio, com o pouco tempo de vida pública que eu tenho, seguramente a minha inexperiência e minha pouca vivência na vida pública, me incomoda e eu fico curioso e querendo aprender, cada vez mais, como diz a música do Milton Nascimento, e ontem, aprendi, no final da sessão do Senado, que há 25 anos o Parlamento brasileiro não aprecia as contas da Presidência da República. E o noticiário de hoje é que há problemas com as contas da Presidência da República neste momento. E essa é a função, no meu entendimento, a mais importante do Parlamento, seja este ou qualquer outro parlamento, que é a fiscalização.

Muito obrigado e me desculpem se me alonguei demais.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu sinto até dificuldades para falar depois do Senador Jader. Mas a verve de suas palavras e seu sentimento de indignação – eu espero que os homens e as mulheres permaneçam assim por muito tempo, que nem a idade e nem o tempo tirem esse sentimento de indignação –, que não é contra V. Exª, V. Exª sabe disso perfeitamente, mas, eu tomei conhecimento desta reunião conjunta, que parece um julgamento, porque nós, aqui, não estamos exercitando, de maneira nenhuma, o que seria o objetivo desta Comissão tão importante nesta Casa, como o disse o Senador Aécio. Aliás, quero dizer que o meu Estado tem um representante aqui, que é o Dr. Sérgio Ricardo.

Eu quero dizer que vou fazer uma solicitação a V. Exª – V. Exª é Presidente da Comissão por um tempo –: não permita que isso se repita, nem sob interferência direta do Presidente, o Líder Pimentel, porque, na verdade, nós estamos sucateando o nosso mandato. Sinto-me, aqui, constrangida na frente deles! Tenho certeza de que eles se prepararam muito para essa sabatina. Encontrei vários deles que me disseram que ainda teriam que se preparar para essa sabatina – isso há uma semana. No entanto, aqui, em poucos minutos, apenas poderem fazer um breve histórico de uma vida inteira, vida que seria questionada, debatida, para ocuparem cargos importantes!?

Por que falo isso a V. Exª? Estou no meu oitavo mandato. Evidentemente que o Senado é uma novidade para mim. Mas esta novidade de hoje eu gostaria de subtrair da atividade Parlamentar. V. Exª disse que ficaria aqui 10 horas, mas V. Exª sabe que existem as outras Comissões. Acabei de votar na CAS, tinha de votar na CAE, tenho que presidir, daqui a uma hora, a Comissão de Orçamento. Então, é como se fizesse o malfeito tentando mostrar que é benfeito. Pelo malfeito que eu estou fazendo aqui, sinto-me constrangida.

Gostaria de pedir a V. Exª que, no máximo, em qualquer outra reunião, nos traga, para serem sabatinadas, no máximo, três ilustres pessoas. Porque, assim, não há condições! Nós, aqui, daremos o voto homologatório. Se é para isso, eu não preciso estar aqui, basta que se designe uma comissão de técnicos, leiam os currículos de s, procurem, nas vidas pregressas se não têm nada em contrário, nada que os desabone em suas condutas e V. Exªs seriam aprovados. Eu não preciso passar por uma urna, não preciso lutar para ter o mandato de Senadora. Basta chegar aqui e ter um ilustre e muito digno presidente desta Comissão nos colocando a tarefa de votar ou não, para ocupar esse ou aquele cargo.

Portanto, fica aqui o meu registro, que não é com V. Exª, como todos fazem questão de frisar, mas minha indignação pela conduta, da forma como se deu este trabalho na Comissão.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, eu havia solicitado a palavra, desde o início, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não, pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Serei breve, Sr. Presidente, para não ser repetitivo.

Diz o sábio popular que a vida é um eterno aprendizado; que saibamos aprender com este momento.

No pouco tempo em que estou aqui, vi dois momentos extremamente importantes nesta Casa. Um, foi durante as manifestações, quando os líderes concluíram que deveria se fazer alguma coisa para dar uma resposta ao País e resolveram apreciar os vetos, para fechar o ciclo legislativo. Uma grande evolução. E era até incompreensível como o Congresso Nacional abria mão da última palavra sobre o ciclo legislativo.

O segundo momento, Sr. Presidente, foi na sabatina do Ministro Fachin, onde, pela primeira vez, todos nós tivemos a oportunidade de verdadeiramente sabatinar. E ele, que estava sendo muito questionado até pelo País, num momento extremamente engrandecedor, em que tiramos nossas dúvidas. E foi exatamente sob a sua presidência, o seu comando.

Agora, Sr. Presidente, vivemos um momento diferente, mas que não deve ser repetido, como foi feito aqui. Confesso que estou extremamente incomodado com a situação, porque, na mesa, nem cabem todos! Tivemos que fazer arranjos, tanto que o Dr. Otávio está quase caindo ali.

Não devemos repetir, Sr. Presidente, o mau costume. A Nação está nos vendo, o País está nos cobrando; esta não é a melhor forma. Concordo com todos que já se manifestaram de que não devemos repetir o mau costume.

Pena que eu não tive oportunidade de conversar com o senhor antes, mas conversei com os Líderes, a exemplo do Senador Pimentel, que não deveríamos sabatinar dez de uma vez, porque é humanamente impossível. Eu não tenho questionamento para os dez, farei apenas alguns, terei que escolher. Conheço alguns, como o Dr. Orlando Rochadel e toda sua história, o Dr. Otávio, porque minha esposa também é membro do Ministério Público do Trabalho e foi através dela e de outros colegas que aprendi a conhecer com profundidade a instituição e a valorizar a sua importância para este País, não como uma instituição condenadora. Pelo contrário. Como disserem o Dr. Orlando e o Dr. Marcelo, uma instituição baseada no diálogo, que faz as correções necessárias de que este País precisa. Se chegamos aonde chegamos, devemos muito ao Ministério Público. E sabemos que o Conselho Nacional do Ministério Público é extremamente importante para continuidade dessa evolução democrática de que a nossa jovem democracia tanto precisa.

Então, Sr. Presidente, não vamos repetir isso! Não é bom. Esse costume não é bom. Como disse a colega Senadora Rose, vamos sabatinar aquilo que a mesa realmente comporta. Se formos seguir o bom exemplo da sabatina do Ministro Fachin, teremos, Senador Jarbas, que ficar aqui 120 horas. E como médico, e não precisa ser médico para dizer isto, sabemos que isso é humanamente impossível.

Repito: fiz o questionamento a alguns Líderes, não ao senhor, a outros Líderes, de que não deveríamos fazer isso. Mas o senhor, com toda sua história, e aqui emprega a sua história e deposita a sua história na condução desta tão importante Comissão desta Casa, realmente que, daqui para frente, copiemos e sigamos o bom costume, não o costume ruim, mas o bom costume.

Perdoem, os senhores que estão sendo sabatinados, por este momento, mas faz parte, com toda certeza, de um aprendizado. Conheço o Presidente há pouco, e sei que isso não se repetirá daqui por diante, mesmo porque já existe até um projeto do Senador Cássio Cunha Lima regulamentando momentos como este. Espero que esta Comissão e o Plenário o aprove também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só uma explicação ainda. Não sei quantas vezes terei que dizer isto: esta pauta não foi organizada pelo Senador José Maranhão, que estava de licença para tratamento de saúde e, evidentemente, não podia ter organizado a pauta, já que quem estava no pleno exercício das funções de Presidente da Comissão era o seu Vice-Presidente, o Senador José Pimentel. E conhecendo, como conheço, como todos aqui conhecem, a lisura do proceder do Senador José Pimentel, é evidente que S. Exª pode até ter feito uma pauta longa, que também não é exceção nesta Comissão, mas o fez, tenho certeza absoluta, conhecendo o seu histórico, a sua vida, ele foi já o meu Vice-Presidente na Comissão de Orçamento, quando a Senadora Rose de Freitas também integrava a Comissão, e sou testemunha da forma correta como ele costuma agir.

Estou aqui dando sequência a um ato que o Senador Pimentel praticou no pleno exercício de suas prerrogativas, ele estava no exercício da Presidência, como seu Vice-Presidente. Então, se isso constitui alguma coisa que deva ser corrigida, eu acho também que é bom que se corrija, não somente esse problema, mas muitos outros. Inclusive que essa iniciativa do Senador Cássio Cunha Lima se efetive. Eu votarei nela sem nenhum constrangimento. Porque o grande problema é que, de ontem para hoje, eu pude ver que não somente o Senador Pimentel, que organizou a pauta, mas muitos Senadores pediram para incluir, mais um, mais um, mais um, por isso chegou aos dez, o que está gerando – eu não digo desentendimento – essa divergência de entendimento entre os membros da Comissão.

De maneira que, prosseguindo...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu solicitei a palavra. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não. O Senador Caiado com a palavra. Para questão de ordem, Senador?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente, Sr. Presidente.

Diante desse fato consumado e dessa situação que, sem dúvida alguma, constrange a Comissão e ao mesmo tempo constrange também todos os que são sabatinados, eu quero apresentar a V. Exª uma solução para o problema.Refiro-me exatamente ao projeto de resolução, já apresentado à Comissão pelo Senador Aécio Neves, para o qual coube a V. Exª me indicar como Relator, a matéria já está devolvida à Comissão, desde o dia 4 do mês de maio, e como tal, Sr. Presidente, aí nós teremos uma regra clara e que, independente do pedido de quem quer que seja, nós já teremos então, dentro das normas do Senado Federal, a maneira como cada arguido deverá ter em termos de prazo, ao mesmo tempo, tempo de arguição, réplica, tréplica, e até a necessidade de audiências públicas.

Então, dessa maneira, eu acho que nós podemos chegar a uma conclusão, votando o projeto de resolução sem ficarmos, amanhã, tendo que buscar momentos em que esta Comissão já arguiu 20, 30 sabatinados. Isso, realmente, eu acho que é um ponto que depõe contra a Comissão, principalmente depois da sabatina, aqui, do atual Ministro Fachin, que mostrou a necessidade de, cada vez mais, nós nos aprofundarmos nesse debate.

Há poucos dias também, na Comissão de Relações Exteriores, esta Casa teve a oportunidade de conhecer a fundo um dos sabatinados, e o próprio Plenário da Casa votou negativamente, rejeitou a sua indicação.

Então, eu quero aqui, em primeiro lugar, dizer a todos os candidatos que, da nossa parte, nós não tínhamos conhecimento de todo esse volume no dia de hoje, mas que V.Sªs não são responsáveis por isso. Portanto, cabe-nos agora levarmos esta reunião adiante, mas com a certeza que uma situação como essa não se repetirá mais nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só respondendo ao Senador Caiado, que pede para ser o Relator do projeto de lei...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – V. Exª já me indicou como Relator. Eu já devolvi o projeto, que está pronto para ser colocado na pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos colocá-lo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador José Agripino, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu queria, com todo respeito a V. Exª, fazer algumas considerações rápidas, até em colaboração a Presidência de V. Exª, que é sempre muito equilibrada. V. Exª é um homem com muita experiência, um Parlamentar que merece todo o nosso respaldo, toda a nossa confiança.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado a V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Nós estamos num processo de sabatina de membros do CNMP. E aqui foi referido, por várias vezes, o fato de a sabatina do Dr. Fachin, que tomou posse ontem, ter demorado, ter durado quase 12 horas. É uma sabatina longa? É. Para uma função importante? Sim. Quem disse que o CNMP também não é um órgão colegiado da maior importância? Na medida em que se sabatinam mais de dez integrantes do CNMP, passa-se a imagem de que os membros do CNMP podem não ter a importância que têm.

Acho que, até em respeito aos sabatinados – e a sabatina é uma instituição da CCJ, é uma prerrogativa da CCJ –, é preciso que daqui pra frente se faça a correção, até dentro do modelo proposto pelo Senador Ronaldo Caiado, que se minimize, principalmente, Senador Maranhão, com um objetivo.

V. Exª se lembra que o Dr. Fachin, quando foi indicado, foi objeto de muitas especulações, muitas manifestações a favor e em contrário, e que a sabatina dele foi marcada por uma curiosidade do Brasil inteiro, que esteve presente por meio da imprensa. V. Exª sabe que da sabatina, que durou perto de dez horas, resultou o esclarecimento de um mundo de fatos – um mundo de fatos – que... Este é outro fato a que eu me referia: o burburinho atrás. Estamos aqui num processo de sabatina para apreciação de votos "sim" ou "não".

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – V. Exª imagine uma sessão do STJ ou do Supremo...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu queria pedir a cooperação dos convidados aqui presentes no sentido de guardarem o necessário silêncio para que os oradores possam se manifestar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Isso. Imagine V. Exª se numa reunião do STJ, de uma turma do STJ ou do STF haveria um burburinho como esse. A hora da sabatina é uma hora sagrada, porque quando é dada uma oportunidade aos indicados de falarem, e aos que vão votar, de perguntarem. É preciso que haja concentração e silêncio no respeito ao processo de apreciação para julgamento do voto "sim" ou "não". Aqui somos juízes para votar "sim" ou "não".

Agora, voltando ao meu raciocínio. O Dr. Fachin quando aqui chegou, chegou debaixo de grandes interrogações e dúvidas. E, ao longo da sabatina de dez horas ele teve a oportunidade de dirimir as dúvidas e obter o resultado que ao final obteve. Quero colocar aqui que sobre os indicados pode não haver nenhum ruído, ou

nenhum questionamento, ou pode haver. A oportunidade que se dá a que se dirimam as dúvidas é esta agora, com as perguntas e respostas focadas não em doze, não em treze, não em dez, mas em dois ou, no máximo, três.

Então, até para se dar a oportunidade de se dirimirem as dúvidas, de se esclarecerem questionamentos, acho fundamental que, no processo de sabatina, se reduza o número de sabatinados, para dar oportunidade a que o Plenário conheça o pensamento do sabatinado e o sabatinado tenha a oportunidade de esclarecer dúvidas que porventura existam sobre a sua indicação.

É a sugestão que deixo com as considerações que faço a V. Exª, insistindo no rigor de V. Exª, na manutenção, durante o processo de sabatina, do silêncio no plenário, para que a concentração possa imperar no ambiente.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem.

(Soa a campainha.)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu insisto no sentido de que os convidados aqui presentes guardem o necessário silêncio, em respeito à magnitude deste ato que estamos a praticar hoje. É importante. E os senhores estão aqui movidos pelos mesmos interesses da sociedade brasileira. Então, a forma de os senhores demonstrarem que realmente aqui estão movidos por esse sentimento é guardar o necessário silêncio, que é o respeito a esta Casa, respeito a esta comissão.

Não vou fazer aqui nenhum tipo de ameaça mais dura no sentido de evacuar as galerias, porque isso contraria meu espírito democrático, mas estou fazendo um apelo aos senhores no sentido de manter o silêncio para que os oradores possam ser ouvidos com o devido respeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem.

Presidente, está muito claro que esta pauta não foi feita por V. Exª, mas V. Exª agora é o nosso Presidente, aliás, é o Presidente, de fato, desta Comissão tão importante. Também está claro que não há consenso entre os membros da Comissão para sabatina coletiva. Muitos se sentem constrangidos, outros se sentem até contrariados com relação à reunião de hoje. Então, eu pediria a V. Exª que consultasse os membros desta Comissão – afinal, nós somos soberanos para decidir com relação à pauta –, para que nós pudéssemos, hoje, ouvir e sabatinar três dos indicados, e os demais – três e depois quatro – ficariam para as próximas reuniões. Já faz uma hora que nós estamos discutindo essa questão e já poderíamos ter avançado.

Neste momento, aqui no Senado, está acontecendo um evento da mais relevante importância: temos, aqui, mais de cem prefeitos de capitais e grandes cidades do Brasil, discutindo um possível novo Pacto Federativo. Eu, o Senador Anastasia e demais Senadores aqui somos membros da Comissão Especial, designada pelo Presidente Renan, e precisamos também estar em outras comissões, como disse a Senadora Rose Freitas. Então, eu pediria a V. Exª que, se for possível, consultar os membros da Comissão, para que nós pudéssemos sabatinar talvez três dos indicados e deixar os demais para as próximas reuniões da Comissão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Meu querido Presidente José Maranhão, gostaria de deixar claro que não foi V. Exª que fez essa pauta de hoje, até porque V. Exª passou um tempo afastado, retornou ontem, para a nossa satisfação, e bem, e tem conduzido esta Comissão como um grande democrata que é.

Eu acho que a gente mudar, neste momento, a regra é chato para os nossos convidados, para as pessoas que estão sendo ouvidas. Olha, sabatina, quando eu era menino, era feita ao aluno, pelo professor, para a gente não colar, porque um falava e o outro não repetia o que o primeiro havia falado. Quando a gente errava, a gente levava bolo. Eu acho que o Senado precisa levar um bolo, porque a gente está fazendo uma coisa errada aqui. Eu não estou brincando, não, estou falando sério sobre isso. O cargo para o qual eles estão aqui sendo analisados é um negócio muito importante para a Justiça brasileira! Não é uma brincadeira qualquer. Vejam: o Ministério Público, hoje, é uma instância respeitada no Brasil. Hoje as pessoas dizem: "Vou recorrer a uma instância que me garanta direitos, que me estão sendo negados". E nós não estamos dando, não digo "nós", eu não vou aqui generalizar... Mas eu acho que, neste momento, mudar a regra, depois de ouvi-los! É lógico que cada um teria uma ou duas perguntas para fazer para cada um dos senhores. Aliás, só há homens. Não há mulheres escolhidas por vocês, rapazes? (*Risos.*)

Alguém tem alguma coisa contra mulher? Só há homens, Senadora Rose! Eu não tenho nada contra os homens, mas sou, sobretudo, a favor das mulheres.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – É verdade. Se não fosse uma mulher, eu não estaria aqui: a minha mãe. (*Risos.*)

Presidente, eu acho que, neste momento, seria uma falta de respeito para com quem teve que se deslocar para cá, pois nem todos moram aqui, e têm outras tarefas a serem feitas. Já que nós começamos de uma forma não propícia a se tirar o máximo possível dos senhores, que estão ou sendo reconduzidos ou dos que são novos, nós teríamos que fazer alguma coisa para que se pudesse adaptar, neste momento. Das próximas vezes, eu tenho certeza de que o nosso Presidente José Maranhão vai fazer totalmente diferente do que foi feito hoje aqui.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

Serei rápido. É só para dizer que, para esta Comissão, tenho certeza absoluta, não existem duas categorias de indicados. Quando eles se submetem a uma sabatina, todos são iguais para nós, tanto membros do Supremo como de outros segmentos, como do Ministério Público. Dessa forma, como foi organizada essa pauta de hoje, e V. Exª já explicou, detalhadamente, que não tem culpa, já que encontrou a pauta devidamente organizada.

Acho que ela foi organizada em detrimento do valor que tem cada um dos indicados. Nós sabemos o passado de cada um, é só ler o currículo dos indicados, o trabalho que eles fizeram para chegar até onde chegaram, um passado ilibado, competência profissional, todas as qualidades que eles dispõem para o exercício dessa função no Conselho Nacional do Ministério Público.

Da forma como se organizou, quero dizer apenas que há uma desvalorização de todos aqueles que merecem as nossas homenagens, que estão aqui presentes para serem sabatinados, e também uma desvalorização da própria Comissão. Isto é, depois de votado pelo Plenário, um membro do Ministério Público pode fazer um comentário até desairoso contra nós, dizer: "Fui lá cumprir uma formalidade de cinco minutos, seis minutos, e obtive a indicação".

É uma prerrogativa inalienável, insubstituível do Senado Federal, está na Constituição, a indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público. Pessoas que merecem a nossa consideração, o nosso respeito. Estou vendo uma das figuras eminentes do Ministério Público, de Sergipe, Orlando Rochadel. Para mim é uma honra votar com ele, mas, conforme outros já se pronunciaram, a pauta já foi devidamente aprovada pela Mesa da CCJ. Eu não vou me rebelar, mas fica a sugestão de tantos outros Senadores: vamos votar a proposta que já está aqui, e o Relator é o Senador Caiado, no sentido de organizarmos essa sabatina com um número mais reduzido de indicados, dois ou três, no máximo. O ideal seriam dois; eu votarei pela indicação de dois em cada reunião.

Agradeço a V. Exª e, espero, que nas próximas indicações não haja esse constrangimento aqui foi criado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Outro assunto, Presidente. O Líder do meu Bloco partidário, o Senador Collor, enviou para o Presidente da Casa um ofício e, segundo ele, esse ofício veio parar aqui na Comissão e aguarda uma deliberação por parte do Presidente. Não sei se será lido esse requerimento ou se não será acatado, mas, enfim, para deixar registrado que o Líder do meu Bloco fez esse requerimento. Eu gostaria de saber qual a posição da Mesa a respeito desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tenho esse requerimento em mãos, porque o Presidente do Senado, Renan Calheiros, me entregou ontem à tarde. Agora, ao que consta, esse requerimento versa sobre matéria vencida, que já foi objeto de deliberação do Plenário, por sinal, com uma votação bem expressiva. O requerimento teve apenas um voto favorável, os demais foram contra. Mas vamos fazer o processamento do requerimento e vamos dar o tratamento regimental que cabe nesse caso.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, acho que aprendemos, em quase todas as instâncias, que não se deve mudar a regra no meio do jogo. Se há um requerimento para mudar a regra daqui para frente, que possamos votar e mudar daqui para frente, mas esses indicados já estiveram aqui semana passada. Não foi possível votar porque o Presidente Collor não aceitou que se quebrasse o interstício de uma semana, e eram só cinco dias. Eles estavam aqui, portanto, boa parte deles poderia ter sido sabatinado na semana passada. Agora vieram todos hoje. Então, acho que mudar isso agora ficaria meio constrangedor. Então, que possamos fazer isso daqui para frente. Vamos continuar com a lista de oradores para os questionamentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência, ante os vários pronunciamentos que aconteceram aqui, e que nós anotamos devidamente, sente-se no dever de manter a pauta

que já foi estabelecida, pelas razões que os senhores mesmos expenderam aqui, e vai prosseguir agora com a arguição dos sabatinados.

Temos uma lista de inscrição com o nome de seis Senadores, começando pelo Senador Eduardo Amorim.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Então, Sr. Presidente, como eu disse, não tenho como fazer questionamentos a todos, farei a alguns, e espero que os colegas Senadores façam aos demais. Mas, com certeza, acho que estamos aprendendo todos nós, isso faz parte da nossa democracia, e o Presidente José Maranhão, com certeza, vai nos ajudar muito nisso.

Sr. Presidente, a pergunta que faço é diretamente ao Dr. Otávio, representante do Ministério Público do Trabalho. Serei rápido e objetivo. Depois farei aos membros do Ministério Público do Estado: Dr. Orlando Rochadel, Dr. Cláudio e Dr. Marcelo.

A primeira pergunta é para o Dr. Otávio. Na opinião de V. Exª, como o Conselho Nacional do Ministério Público pode atuar para conferir efetividade à Emenda Constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014, ano passado, que passou a determinar a expropriação das propriedades rurais e urbanas em que for localizada a exploração do trabalho escravo? É um tema muito importante, um tema recente.

E aos Procuradores, aos Promotores, a pergunta que faço é a seguinte: na opinião de V. Exªs, as resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público podem inovar o ordenamento jurídico? É o primeiro questionamento. Há uma sobreposição entre a função normativa do CNMP e os conselhos superiores de cada ramo do Ministério Público, por exemplo?

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência considera de sentido mais prático que cada sabatinado responda imediatamente ao interpelante.

Então, com a palavra o Dr. Otávio, para responder à interpelação que acabou de lhe ser feita.

O SR. OTÁVIO BRITO LOPES – Pois não, Excelência.

Senador Amorim, hoje os operadores do Direito...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Antes de o senhor responder, eu queria fazer, Sr. Presidente, uma questão de encaminhamento. Eu lamento interromper V. Exª, mas nós acabamos de dizer, há uma hora eu tenho que abrir uma sessão, estou verificando que o quórum está se esvaindo e eu queria sugerir a V. Exª que aqueles que não queiram fazer uso da prerrogativa da pergunta, que sejam liberados para votar, como é o meu caso, que tenho que presidir uma sessão. E eu gostaria de estar aqui e votar. Normalmente é depois de todos os sabatinados, todas as respostas, que V. Exª abre a votação. O Senador Pimentel veio votar, mas ele não vai ficar sozinho aqui votando, nós queremos participar.

Portanto, se V. Exª deliberar, eu gostaria de exercitar o meu voto para que eu possa presidir a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos dar um sentido prático ao que V. Exª está propondo. V. Exª deseja votar...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu sugiro, se todos estiverem de acordo nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois é. Deixe-me ver se eu consigo sintetizar ou clarear o que eu acabei de ouvir de V. Exª.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu não estou sintetizando; desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª quer que se faça a interpelação, porém a votação fica suspensa até...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, eu propus o contrário a V. Exª. Eu propus que aqueles que não quiserem fazer uso da sua prerrogativa da sabatina, perguntar e ouvir resposta, possam ser liberados.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª quer que se inverta o processo: que aqueles que quiserem votar se manifestem logo. É isso?

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Se o Plenário concordar, não fazemos nenhuma objeção.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – A questão, Sr. Presidente, é que aqueles que já estiverem satisfeitos com a exposição dos membros que estão aqui, os que não têm pergunta nenhuma a ser feita, podem votar, não vai mudar absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Certo. Entendi assim mesmo. Só que isso contraria um pouco tudo o que foi dito até agora, mas tudo bem.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim, mas contrariedade maior vai ser ver este plenário vazio e os sabatinados sem voto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não é contrariedade, é regimental isso. Só vota se houver presença em plenário.

Acabei de dar a decisão anteriormente. Se os presentes concordam em votar sem a necessária interpelação, sem a sua interpelação, a interpelação de cada um, a Presidência recebe e registra a votação.

Tem a palavra o Sr. Otávio.

O SR. OTÁVIO BRITO LOPES – Senador Amorim, os operadores de Direito ainda defendem, para que realmente a expropriação possa ocorrer, em razão do trabalho análogo ao escravo, de uma norma infraconstitucional. Mas é preciso ampliar um pouco a questão do combate ao trabalho escravo, direcionando ações públicas para o cidadão, aqueles que são efetivamente resgatados dessa condição.

Temos vários casos em que o trabalhador resgatado é resgatado uma vez, duas, três. Então, algo está errado em relação à estratégia. Acho que a estratégia de combater – a do Ministério do Trabalho, a do Ministério Público, a da Polícia Federal, a do Ministério Público Federal – está correta, tem que permanecer. Mas é preciso também que existam ações públicas dirigidas ao cidadão de qualificação profissional. Porque, se ele não tiver a cidadania resgatada através de uma qualificação profissional eficiente, a única possibilidade de sobrevivência que ele vai ter é realmente se submeter a esse tipo de trabalho. É por isso que encontramos ainda várias e várias situações de pessoas que são resgatadas inúmeras vezes.

Então é preciso que o Conselho Nacional do Ministério Público estimule não só todos aqueles operadores que participam desse combate, mas que estimulem também ações políticas, ações no sentido de qualificação profissional, de preparação dessas pessoas para uma nova vida, para um novo trabalho. Aí, as ações promocionais do Ministério Público em conjunto com todas as outras instituições são extremamente importantes e têm que ser estimuladas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Dr. Rochadel, para responder à interpelação que lhe foi feita.

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – Senador Eduardo Amorim, agradeço a pergunta. Realmente, entendo que o Conselho Nacional do Ministério Público, no que for possível, deve uniformizar os procedimentos. Existem dois tipos de matéria. Algumas matérias são regulamentadas no âmbito dos Estados. Então, onde há lei local, o CNMP não pode interferir. Dou um exemplo para o senhor na questão das promoções dos Promotores, o avanço na carreira. Nessas questões, cada ramo do Ministério Público tem um determinado tipo de norma, mas essa abrangência não é ilimitada, digamos assim, não há liberdade para fazer o que se queira. Por exemplo, o Promotor que figurar na lista de merecimento três vezes consecutivas, por merecimento, tem que ser promovido, seja em Sergipe, seja no Amapá, seja no Rio Grande do Sul, seja no Ministério Público Federal. Agora, a composição da lista, quais os critérios que vão ser utilizados, os indicadores que serão utilizados, há uma margem para que cada Ministério Público atue nessa seara. Eu daria um exemplo ao senhor, por exemplo, de uma matéria do CNMP, que o CNMP já regulamentou, e que todos os Estados têm que cumprir: a questão da Lei de Acesso à Informação, a questão do Portal da Transparência. Todo o Ministério Público, seja do ramo da União, seja dos Estados, tem que ter, à disposição da população, indicadores de administração, indicadores financeiros, o que está sendo feito, o que está sendo criado, o nome dos Promotores, os indicadores de como a instituição vem funcionando, o número de ações ajuizadas pelos Promotores. Então, eu diria a V. Exª que, num regime federativo como o brasileiro, o CNMP pode interferir em algumas matérias, no âmbito estadual, desde que haja margem para isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dr. Marcelo Ferra, para responder ao questionamento.

O SR. MARCELO FERRA DE CARVALHO – Gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Amorim pela pergunta. Acho essa pergunta extremamente importante. Embora, o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido no Conselho Nacional do Ministério Público um poder normativo, o Conselho tem que ter um certo zelo, um certo cuidado e deliberar matéria que seja de interesse do Ministério Público e da sociedade. Não se deve normatizar excessivamente. Nós temos que tomar muito cuidado para não substituir o Legislativo, seja nacional ou estadual.

O poder de inovação nas resoluções se limita àquelas matérias que não são dispostas de forma diversa nas legislações, seja a lei federal ou lei estadual. Vivemos numa Federação. Então, devemos respeitar a autonomia dos Estados membros, dos Ministérios Públicos de cada Estado.

Pode sim o Conselho uniformizar matérias que são disciplinadas não em legislação, mas, às vezes, por resoluções dos conselhos superiores de cada ramo do Ministério Público. Daí eu achar que o Conselho tem essa supremacia.

Eu sou um crítico, particularmente, da excessiva normatização por parte dos conselhos nacionais. Acho que algumas matérias devem ser discutidas no âmbito do Parlamento e não no âmbito dos conselhos nacionais.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ao Dr. Cláudio Portela a palavra, para responder ao questionamento que lhe foi feito.

O SR. CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO – Senador Eduardo Amorim, boa tarde.

Da mesma forma, o Conselho Nacional do Ministério Público, nas matérias em que há ausência de lei e que não há reserva expressa de lei, é dada essa normatização, sempre respeitando o Pacto Federativo e sempre respeitando os regramentos estaduais e o regramento federal para a matéria específica.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares, para formular o seu questionamento. (Pausa.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares não está presente.

O Senador Raimundo Lira, que seria o seguinte, também não está presente. Não sei se está, na cabine, votando. (*Pausa.*)

Não.

Seguindo a ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar todos os nossos sabatinados de hoje.

Também não quis, na hora da discussão, discutir acerca do sexo dos anjos, mas, de fato, o número de sabatinados é bastante grande, portanto, não há a mínima condição de, aqui, os inquirir ou buscar o posicionamento de cada um deles.

De maneira geral, o meu pensamento a respeito do Ministério Público – e aí é o papel do Conselho Nacional buscar a intermediação dentro daquilo que a legislação pede e o que é possível e factível de se fazer –, a minha preocupação não é com a ação do Ministério Público sobre Parlamentares Federais, Senadores ou coisa parecida, porque são pessoas que já têm larga e vasta experiência política e sabem como se conduzir e sabem dos problemas que virão pela frente. Mas eu sempre me preocupo muito com a gestão municipal. Lá, nós temos prefeitos que, muitas vezes, são inexperientes na política, e temos também, lá, Promotores inexperientes na sua atividade como Ministério Público. E ali tem-se criado uma grande confusão, uma grande confusão. Existe prefeito – coitado – que, se não atender à recomendação do Promotor Público da cidade, vai sofrer um processo. Mas se ele atender também, logo depois ele vai responder a outro, porque ele acabou fazendo alguma coisa que não tinha o orçamento para tal.

Por exemplo, cai o muro da escola. Chega o Promotor e diz: "Se você não fizer o muro da escola, você vai responder a uma ação". Aí ele, o prefeito, com medo, vai e ergue o muro da escola. Passa algum tempo e vem outro Promotor, e diz: "Ah, você fez o muro da escola, mas você não tinha previsão legal para fazer". Então, está estabelecido o conflito. E é isso o que tem acontecido no interior do Brasil. São centenas e centenas de ações a que cada um dos prefeitos respondem aí fora.

E isso tem criado, senhores membros do Conselho Nacional, um afastamento da vontade política dos líderes locais, daqueles que têm condições de dar um pouco de si para aquela comunidade, que, socialmente, fazem parte das discussões, mas eles têm procurado ficar longe, dizendo que não vale a pena mais ir para o Executivo; não tem valido a pena ir para o Executivo, porque não há nenhum prefeito, ou raríssimos deles, que saem da condição de prefeito ao terminar o seu mandato sem ter 10, 15 processos a responder.

E se nós formos olhar, se posso chamar de qualidade do processo, o porquê de esse cidadão estar sendo processado, de estar sendo levado a discutir uma ação, eu diria que, depois da vírgula, é na terceira casa decimal. Não vale a pena. Então, tem afastado muita gente de ir para a política e tem criado um ambiente muito ruim para o Administrador Público, porque ele perde o ímpeto de fazer as coisas; ele perde o ímpeto. Ele diz: "Eu não posso ser ousado; eu não devo fazer porque eu não consigo depois responder". Muitos prefeitos, muitos, eu conheço muitos lá em Mato Grosso, que já disseram: "Eu vou entregar a chave da prefeitura para o Promotor Público; eu não consigo administrar! Quando eu penso em fazer, vem uma recomendação; eu faço, vem uma punição; eu faço, vem outra coisa".

Então, eu gostaria de pedir aqui, não é nem uma pergunta, aos membros do Ministério Público que olhassem um pouco para esse setor. Nós, no Brasil, infelizmente não é só nos setores que os senhores vão trabalhar, vão militar, mas em todos os setores, estamos cuidando muito da fiscalização, muito da punição, muito da recomendação e não estamos cuidando daqueles que, efetivamente, devem produzir. E aí é o prefeito, é o governador, é a área empresarial que também está no mesmo setor. Quer dizer, nós estamos relegando a segundo plano o fazedor, aquele que tem que fazer e que, muitas vezes, acaba passando por cima de algum procedimento ou atrasando o procedimento.

Assim, não quero defender aqui a ilegalidade de forma nenhuma, mas, o Promotor Público – e quero me referir muito mais aos prefeitos que estão lá na base desse negócio – precisa olhar um pouco para isso, regular um pouco isso. É como falou o Dr. Marcelo aqui, quando Procurador-Geral do Estado do Mato Grosso: "Se você não está disposto a dialogar, se você não está disposto a entender a posição daquele prefeito naquele momento, a necessidade que ele tem, e a decisão que ele toma muitas vezes no calor da discussão, no calor do problema que surgiu, nós não teremos bons prefeitos, nós não teremos prefeitos ousados, que possam fazer a diferença para mudar a vida das pessoas".

Então seria muito mais um comentário, Presidente, do que uma pergunta.

Que fique na cabeça de cada um uma reflexão disso. Lá na base as coisas são muito diferentes do que é aqui no ápice dessa pirâmide. E lá é que precisa ser olhado, é que precisa ser cuidado.

Quero cumprimentar a todos e muito obrigado.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu só queria aproveitar as considerações feitas pelo Senador Blairo Maggi, eu já votei, faltam 15 minutos para eu estar na minha Comissão, mas eu queria dizer que as palavras dele são extremamente importantes, haja vista que, desinteressados, ou desinformados sobre o que eventualmente acontece no lançamento de programas nacionais, Governador Blairo Maggi, o Governo lançou recentemente mais um dos programas sobre tratamentos de resíduos sólidos. O que faz o Promotor, após o lançamento desse programa, e ao com ver o lixo de uma cidade?

Ele diz assim: "Eu vou dar o prazo aos senhores prefeitos, para que cumpram a determinação ou cumpram, apliquem o programa, até a datal tal." Dizem isso sem saber se o programa foi eficazmente aplicado, se ele foi realmente estruturado orçamentariamente, se ele chegou até aquelas prefeituras, como recentemente aconteceu no Espírito Santo. E aí dá o prazo até o dia 14 para que os prefeitos se enquadrem ou serão afastados da prefeitura. Isso é tão desumano quanto desinteressante de discutir, quando os Promotores não sabem se houve ou não, se esse programa foi lançado, cumprido, se foi dotado de orçamento, se o prefeito tinha condições de fazer, quais são as condições.

E nós Senadores, Deputados, quem quer que seja, estamos correndo atrás para tentar salvar o mandato que o povo deu àquele cidadão que ali está, e que não necessariamente tem de ser um indisciplinado, um irresponsável, um desonesto. Acho que foram muito oportunas as colocações do Senador Blairo Maggi; muito conscientes, muito humanas.

Eu queria, ao sair, dizer a todos, em especial ao Dr. Sergio Ricardo e ao Dr. Walter – o Dr. Sergio Ricardo será o primeiro representante do Estado do Espírito Santo, isso acontece porque estamos espremidos ali, na Região Sudeste, entre Minas, Rio de Janeiro, São Paulo e o Espírito Santo é visto como o pobrezinho abandonado da região –, portanto, primeiro membro do Conselho Nacional de Justiça, primeiro representante da Magistratura Estadual do nosso Estado. Não é por isso que quero dizer do meu prazer, mas eu queria que, antes de eu sair, V. Exª dissesse o que pode fazer como membro da Magistratura Estadual no Conselho Nacional da Justiça para melhorar, sobretudo, essa representação, essa interlocução.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Dr. Sergio, para responder à interpelação que lhe foi feita.

O SR. SERGIO RICARDO DE SOUZA – Muito obrigado, Presidente.

A indagação do Senador Blairo, complementada aqui pela Senadora Rose de Freitas, dois Senadores dos mais gabaritados para fazer esse tipo de colocação – um ex-Governador e um ex-Senadora experiente –, uma Senadora municipalista que, lá no Estado, representa praticamente todos os Municípios com a sua atuação, com a sua presença perante os prefeitos, e a gente também – eu fui Presidente de Associação de Magistrados, sou professor – tem contato com os prefeitos. Trabalhei muito tempo no interior, mais de 10 anos, e é a pura realidade: os prefeitos estão desmotivados, as pessoas de bem estão desmotivadas de seguir na política, porque elas ingressam para prestar um serviço à sociedade, dar a sua contribuição, e saem de lá processadas criminalmente, respondendo ações de improbidade administrativa; e, às vezes, elas não conseguem entender como isso se dá.

Acho que no que concerne à atuação do Conselho é importantíssimo aperfeiçoar a formação do Ministério Público. É importantíssimo! São mais de 15 mil membros. Então, é importantíssimo que o Conselho tenha esse viés de formação para compreender a situação dos prefeitos.

Nós temos uma lei de licitação, com o perdão dos Srs. Parlamentares, que é um convite a que o administrador ou não consiga administrar ou administre e seja processado posteriormente. A lei é cheia de falhas, é muito ruim. Exemplo disso são as diversas, as centenas de obras paradas País afora, porque as licitações não chegam ao final, ou chegam à licitação, mas as empresas não cumprem o que está no contrato. Então, é muito complexo isso. Acho que o Conselho pode contribuir através de uma melhor formação, uma atualização contínua para que o membro do Ministério Público tenha essa compreensão do papel político, do papel dos admi-

nistradores no contexto, e se preocupe mais e principalmente com a questão da má-fé. Observe o seguinte: se o prefeito, que é o caso, foi eleito pela sua comunidade para gerir o Município, não podemos trabalhar com a presunção de que ele é um bandido; temos que trabalhar com a presunção de que ele é uma pessoa de bem. Para se candidatar há certos requisitos e, para obter os votos necessários para o exercício do mandato, ele tem que angariar da comunidade que ele representa a representatividade, a confiança, e ele tem que ser visto com olhar de que é uma pessoa que age de boa-fé e não de má-fé. E se preocupa, então, em tomar providências, providências enérgicas com aquele que agiu de má-fé, mas seja justo com quem agiu de boa-fé.

Eu acho que o caminho é esse, Senadora.

Estou à disposição para complementar em caso de alguma dúvida.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª.

Agradeço a todos, Presidente, e peço licença para me retirar. Dizer que o meu voto foi de fé, confiança e esperança.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Walter de Agra Júnior.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Sr. Presidente, a Senadora Rose foi muito feliz e demonstra, o que o Dr. Sérgio Ricardo me falava, que ela não é só municipalista, mas ela está cada vez mais pronta para, quem sabe, em breve administrar o Estado do Espírito Santo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Fico muito feliz de saber, Senador.

Aqui o Espírito Santo tem uma coincidência a mais com a Paraíba: é que a Paraíba também tem em mim o primeiro paraibano a integrar um conselho, seja ele o CNMP ou o CNJ. É um prazer dobrado após a chegada do Conselheiro Fábio George, que também é outro paraibano, que integra atualmente o CNMP.

Eu quero abordar um ponto que a senhora coloca: a questão da marginalização – e assim eu a nomino – da atividade política. Esse é um fato que temos que buscar cada vez mais extirpar da mente dos membros do Ministério Público. Quem exerce uma função pública tem que partir inicialmente do pressuposto de que ele buscou fazer o certo, de que ele tentou acertar e de que ele é probo. Esse é o primeiro ponto. E para isso, o que é preciso? Diminuir o distanciamento entre os membros do Ministério Público do político, do prefeito, do vereador. E os administradores do Ministério Público eles têm que ter a exata ciência de que eles são tão administradores quanto aquele prefeito.

Eu pensei que isso não existisse, Senadora, e nesse meu primeiro biênio no CNMP – espero humildemente ser reconduzido – eu me deparei com coisas diferentes das quais pensava. Eu busquei e vi um Procurador-Geral que havia feito uma operação, há pouco tempo, por causa do procedimento de um prefeito que não tinha licitado, algo em torno de R$500 mil. Todavia me chega às mãos um processo contra esse mesmo Procurador-Geral, que não havia feito uma licitação de vários milhões. Então, quando ele chegou ao gabinete, eu disse: "Olha, eu quero saber qual a diferença do prefeito para V. Exª?" Simples assim. Qual a diferença? A lei é a mesma? A situação é a mesma? O que houve? Agora, V. Exª tem em mim, como Conselheiro, aqui estou aberto para V. Exª me colocar tudo o que puder dizer, fazer, provar e me convencer de que não é dessa forma, que esse procedimento não deve ser suspenso. O que houve?

Mas o CNMP não é apenas um órgão punitivo, por isso digo que devemos receber e orientar. Esse também deve ser o procedimento dos Promotores na base, dos Procuradores da República, dos Procuradores do Trabalho, dos Procuradores Militares na base. Certa feita, um Procurador antes de sair, disse-me: "Eu queria agradecer pela forma com que o senhor me recebeu aqui". Eu disse-lhe: "Eu tenho um pedido a lhe fazer: eu gostaria que o senhor recebesse cada um dos advogados, quando o senhor voltar à sua base, da forma como nós, representantes da Advocacia, o recebemos". Simples assim. Porque é o nosso dever e não podemos nos distanciar disso. Foi isso, Senadora, que aprendi com a liderança pujante do advogado Claudio Lamachia, que está aqui, certamente nosso atual Vice-Presidente do Conselho Federal, quem sabe, assim como a senhora, nosso futuro presidente nacional do Conselho Federal da OAB, é assim que a gente deve proceder. Essa é a minha concepção.

Essas eram as colocações que eu gostaria de fazer, dentro do tema, quando a senhora me citou nominalmente, óbvio, provocando que eu enfrentasse o tema posto por V. Exª, e agradeço a oportunidade sinceramente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Fábio Stica, que, voluntariamente, se inscreve para responder o último questionamento feito aqui.

O SR. FÁBIO BASTOS STICA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu, realmente, não podia deixar de me manifestar, especialmente nesse tema, nessas colocações que foram feitas pelo Senador Blairo Maggi e também pela Senadora Rose de Freitas, que não é diferente da esteira do que foi dito pelo Senador Jader Barbalho também.

Essa é uma preocupação nossa, Srs. Senadores, muito grande nos Ministérios Públicos Estaduais. Em todas as oportunidades em que estive à frente da Procuradoria-Geral de Justiça do meu Estado, em todas as ocasiões em que tive a oportunidade de dar posse a novos Promotores de Justiça, sempre citei exatamente esses dois pontos, em especial o primeiro deles, Senador Blairo Maggi: o respeito e o reconhecimento da dificuldade dos prefeitos do interior. E eu sempre citei também lá, como exemplo, o Município de Uiramutã, no Estado de Roraima, um Município mais ao norte que nós temos – fronteira com a Guiana Inglesa –, que vive basicamente das receitas do FPM e, consequentemente, não tem... É um Município formado, quase todo ele por indígenas: o prefeito, os vereadores, quase todos são indígenas, ou seja, pessoas com muita dificuldade, com pouco grau de instrução, mas que tentam dar o máximo de si na condução daquele Município. E sempre procurei fazer exatamente isto: mostrar a eles a dificuldade desses prefeitos do interior do Estado, citando, como disse, o Município de Uiramutã, por que como um Município daquele tamanho, naquela localidade, vai ter, por exemplo, Senador, um Secretário de Fazenda ou um Procurador-Geral que tenha o conhecimento necessário para a realização de uma licitação?

Então, essa sempre foi uma grande preocupação minha, como Procurador-Geral, conversando sempre com os Promotores nesse sentido, dessa preocupação de não criminalizar, de não marginalizar a função do prefeito, a função dos vereadores, muitas vezes a do presidente da Câmara.

(Soa a campainha.)

O SR. FÁBIO BASTOS STICA – Quer dizer, por um equívoco em uma licitação, muitas vezes formal, acaba-se com a carreira política, acaba-se com aquilo que há de mais caro, especialmente, para o político – todo ser humano tem, mas especialmente o político –, que é o seu patrimônio moral, o seu nome. E isso é algo com que o Ministério Público tem que ter muito cuidado, o Promotor de Justiça tem que ter muito cuidado.

O questionamento que a Senadora Rose de Freitas fez foi também exatamente o segundo exemplo que eu sempre procurei trazer para os Promotores de Justiça. Municípios do Brasil inteiro – acho que não é privilégio de nenhum Município ser diferente – convivem com um problema sério, que é o problema do lixo, e há séculos. Não é um problema recente; são séculos se acumulando os resíduos produzidos. E, de um momento para outro, um Promotor, muitas vezes recém-ingresso na instituição, vai a uma comarca do interior, toma conhecimento da nova Lei dos Resíduos Sólidos, e diz: "Olha, o senhor tem agora 180 dias para resolver essa situação. Foram 20, 30, 50, 60 anos se acumulando, mas o senhor tem 180 dias para resolver, senão, o senhor será processado, será responsabilizado, e a sua carreira, não só política, mas a sua vida financeira pode terminar aqui por conta de uma ação".

Então, Senador Blairo, Senadora Rose e Senador Jader, também na esteira do que foi colocado, essa é uma preocupação que, não tenho dúvida, tem que ser do Ministério Público brasileiro, e o Conselho Nacional tem que estar atento exatamente a isso.

Sempre brinquei – embora já me alongando – que o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e da Magistratura também, parece-me, que é feito de uma forma equivocada. Primeiro, teríamos que avaliar: o cidadão tem caráter, tem bom senso? Se tiver um pouquinho de conhecimento jurídico, não vai atrapalhar. Nós trabalhamos de uma maneira inversa: exigimos do candidato ao cargo de Promotor de Justiça e ao cargo de Magistrado que ele tenha um conhecimento jurídico absurdo, que, durante toda a carreira, seguramente, ele não conseguirá, Senador Blairo, utilizar 5% daquilo que lhe foi exigido durante o concurso, em toda a sua carreira. Mas não vemos o mais importante, que é o caráter e o bom senso.

(Soa a campainha.)

Então, Senador, eu entendo que o Conselho Nacional tem exatamente essa missão importante; evidente que as corregedorias locais, a procuradoria local também, mas, em último caso, o Conselho Nacional tem exatamente esta missão, esta função, de tentar corrigir os trilhos desses abusos e excessos que ocorrem.

O Ministério Público é formado por homens, mulheres, seres humanos falíveis.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Fábio George, que espontaneamente quer aduzir os seus esclarecimentos sobre essa questão.

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA – Sr. Presidente, eu queria resgatar esse tema relevantíssimo que foi trazido pelos Senadores Jader Barbalho e Blairo Maggi.

Eu acho que essa distância entre a instituição Ministério Público e os gestores não pode realmente mais ocorrer. Na Região Nordeste, era muito comum, Senadores, fazermos reuniões com vereadores, com gestores. Eu mesmo participei duas vezes de encontro, em nível de Estado, com prefeitos do Estado inteiro, para discutirmos temas comuns a nossa atuação. Fui Corregedor e sempre mencionei: temos que estar sempre abertos ao diálogo.

O Ministério Público, reconhecendo que nós temos um sistema judicial realmente muito difícil, porque há quase cem milhões de ações em curso e um estoque de 70%, pois de cada cem ações em curso o Judiciário só consegue julgar 30, vem dando estímulo para que se implemente uma política nacional de autocomposição. Eu acho que vai muito nesta linha de, em qualquer caso que vier se tratado, o Ministério Público sentar e dialogar com os gestores, para que não exista realmente nenhum tipo de preconceito.

Só para mencionar o que o Senador Blairo Maggi tratou aqui, este instituto das recomendações tem sido objeto de atenção do Conselho Nacional do Ministério Público. Para a próxima sessão, no dia 23 de junho, está pautada uma resolução que trará uma normatização nas recomendações, de maneira que nós possamos, primeiro, ouvir a outra parte – se vai se expedir uma recomendação, é muito importante que se escute o outro ponto de vista –, segundo, ter uma formatação de responsabilidade quanto à expedição das recomendações.

Então, tenham certeza V. Exªs que esse é um tema de muita atenção pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Quiçá tenhamos condições de votar essa resolução já na próxima sessão, no dia 23.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Raimundo Lira, eu consulto V. Exª se quer fazer a sua interpelação.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Presidente José Maranhão, é uma satisfação muito grande participar desta reunião, primeiro, porque V. Exª é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, um homem de muita experiência, de muita tarimba, de muito carisma e que sabe valorizar o mandato que exerce, e, em segundo lugar, porque temos aqui, neste momento, quatro Senadores paraibanos: o Senador Lindbergh Farias, Cássio Cunha Lima, este amigo que fala ao microfone...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Raimundo Lira, além do Fábio George e do Dr. Walter Agra, nós reivindicamos o Dr. Esdras também como paraibano, apesar de ser do Rio Grande do Norte.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – E eu ia complementando, Senador Lindbergh, a satisfação de ter aqui o Procurador, membro do Conselho Nacional do Ministério Público, o advogado Walter Agra, paraibano de Campina Grande, e o Dr. Fábio George, paraibano de João Pessoa, como membro do Ministério Público e membro agora, na recondução, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Para encurtar um pouco aqui, vou fazer as seguintes indagações ao Procurador Fábio Jorge: verifico que, ao longo do biênio, V. Exª exerceu papel de destaque no Conselho, tendo integrado a Comissão do Sistema Prisional, a de Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, bem como a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público. V. Exª poderia fazer um breve relato das principais atividades realizadas durante o primeiro biênio no CNMP e de suas perspectivas para exercer o segundo mandato como membro dessa instituição?

Aproveitaria também para fazer uma indagação ao paraibano Dr. Walter Agra. Qual o entendimento de V. Exª acerca da responsabilização dos membros do Ministério Público em razão de atos relacionados à atividade-fim? Em sua opinião, o CNMP tem tomado as medidas adequadas para promover a fiscalização de tais atos?

Então, eram essas duas indagações, Sr. Presidente. Naturalmente, gostaria de ouvir, em primeiro lugar, o Dr. Fábio George e, em seguida, o Dr. Walter Agra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Fábio George.

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA – Senador Raimundo Lira, é uma honra realmente poder responder V. Exª e poder falar um pouquinho da atuação do Conselho Nacional em relação a esses aspectos.

No âmbito do Controle Externo da Atividade Policial, acredito eu, uma função ainda não tão bem exercida por nossa instituição, precisamos avançar e muito nessa área, o CNMP trouxe um avanço muito marcante para este ano, que foi cobrar as inspeções em todas as unidades policiais do nosso País. Nos últimos meses, de abril e maio, foram realizadas inspeções em milhares de unidades policiais que se espalham pelo País. Sem dúvida nenhuma, esse acompanhamento da atividade policial é fundamental para que se possa inclusive controlar os excessos que venham a ocorrer.

E aqui trago um tema muito importante no momento, e me recordo que o Senador Lindbergh Farias acompanha esse tema numa CPI que está em curso, a questão dos autos de resistência. O Brasil tem a maior taxa de intervenção letal na atuação policial do mundo. A cada dia, seis pessoas morrem em razão de intervenção policial. Sobre esse tema também há uma proposta de resolução em curso no CNMP para que o representante

do Ministério Público tome todas as cautelas legais no momento em que ocorrer uma ação com o resultado morte. Não se pode simplesmente, como acontece hoje em dia, registrar isso num boletim de ocorrência sem que isso gere inquérito, sem que se consiga aprofundar realmente como essa situação ocorreu. Então, o Conselho está tomando a iniciativa de percorrer o País inteiro – nós dividimos os Estados e os conselheiros estão tratando dessa matéria com as autoridades dos respectivos Estados – e há essa proposta de resolução que vise a permitir que os membros do Ministério Público possam cumprir essa função.

A questão do sistema prisional, Senador Raimundo Lira, é uma questão muito grave em nosso País sem dúvida nenhuma. Nós temos 300 mil faltas de vagas no sistema prisional; esses presos estão amontoados e não há dúvida nenhuma de que essa condição resulta no fortalecimento do crime organizado. O CNMP lançou, no ano passado, nessa linha de atuação, o programa Segurança sem Violência, que visa justamente a visitar essas unidades e a contribuir junto com os órgãos parceiros para que possamos enfrentar essa dura realidade.

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, só ela, e eu me recordo que o Conselheiro Jarbas Soares se encontrava até há pouco aqui, realiza mais de 30 projetos nacionais. Nas áreas mais diversas, ela está qualificando realmente a atuação do Ministério Público, seja na questão dos resíduos sólidos, seja na questão da transparência. De uma forma ou de outra, todos esses projetos que estão em curso são importantíssimos e os conselheiros que aqui se encontram, todos eles, sem exceção, ajudaram a construí-los.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o sabatinado Dr. Walter Agra.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Sr. Presidente, obrigado por mais esta oportunidade. Gostaria de...

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dr. Walter Agra, antes de V. Exª fazer os seus esclarecimentos, eu gostaria de dizer que nós temos aqui uma quinta Senadora da Paraíba, Senadora Fátima Bezerra.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Era esse o registro que eu ia fazer também, Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Foi uma falha de que não vou me perdoar. Desculpe, Senadora.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – A Paraíba tem sido pródiga em emprestar talentos em diversas áreas, sobretudo na área política para outros Estados. A Senadora Fátima Bezerra e o Senador Lindbergh Farias são duas demonstrações exitosas disso.

O Senador Raimundo Lira me fez um questionamento a respeito da responsabilização em razão de atos atinentes à atividade-fim do Ministério Público.

É bem verdade que, diante da roupagem constitucional que foi dada ao CNMP, cabe ao CNMP a fiscalização dos atos administrativos. Todavia, alguns atos praticados pelos representantes do Ministério Público transbordam, e muito, a questão da sua atividade-fim dentro dos limites que lhe convêm. E, quando isso extrapola, cometem-se infrações administrativas e, aí, sim, é trazida a responsabilização perante o CNMP.

Trago aqui apenas um exemplo para tal fato.

Certa feita, um representante do Ministério Público entrou com algumas ações judiciais para que determinada festa não acontecesse numa das praias mais famosas do País.

Ao fim e ao cabo, aquela pretensão não foi acolhida. O que fez S. Exª o representante do Ministério Público? "Ah, eu fiz judicialmente e não consegui. Vou fazer uma recomendação". Faça! Obedeça você! Desligue a luz! Não deixe a festa acontecer!

Ora, se ele perquiriu aquele mesmo caminho pela via judicial, se aquilo que pediu lhe foi negado judicialmente, seria justo, ético, ou seria uma violação administrativa permitir que, diante daquela negativa judicial, ele pudesse buscar aquele mesmo intuito, aquele mesmo objetivo pelas vias de recomendação? Entendemos que não. Ao fazer aquilo, ele ultrapassou suas barreiras. "Ah, é uma atividade-fim? É.

Quantas vezes, por exemplo, o CNJ determinou a minoração, por exemplo, dos precatórios? Quantas vezes determinou o refazimento dos cálculos? "Ah, mas não é atividade-fim?" Sim, mas quando essa atividade-fim transborda ao ponto de cometer uma infração administrativa disciplinar, aí, sim, são dadas ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público atribuição e competência para não só fazer sobrestar aquele ato, como também para fazer punir quem assim proceder.

Era o esclarecimento que eu tinha a fazer e a resposta que eu tinha a ofertar ao questionamento feito pelo Senador Raimundo Lira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, senhores debatedores, membros do Ministério Público, advogados, eu gostaria de, em primeiro lugar, me dirigir ao Dr. Orlando Rochadel.

S. Exª se destacou como Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e também Presidente do Grupo de Acompanhamento de Fatos de Interesse do Ministério Público Brasileiro junto ao CNMP e ao Conselho Nacional de Justiça.

Está tramitando aqui, nesta Comissão – inclusive, consta da pauta da reunião de hoje –, o debate sobre uma matéria que se coaduna com a atuação de V. Exª no Ministério Público. Trata-se da audiência de custódia. Nessa audiência de custódia proposta por nós, o preso ou o acusado é obrigado a ser apresentado ao juiz 24 horas após a ocorrência de sua prisão e a lavratura do flagrante delito. Eu gostaria de saber qual a sua opinião a esse respeito, já que o próprio Conselho Nacional do Ministério Público organizou um verdadeiro mutirão no Estado de São Paulo para a verificação da objetividade da aplicação dessa medida.

Em São Paulo, pelo menos 40% dos presos, das pessoas recolhidas à prisão estavam ali por um ato arbitrário do delegado ou do próprio Ministério Público ou presas sem nenhuma necessidade de prisão provisória ou temporária.

A segunda pergunta eu farei a quem se habilitar, já que são dez os indicados.

O Conselho Nacional do Ministério Público aprovou, por unanimidade, a criação do Fórum Nacional de Recursos Hídricos, destinado a discutir o papel do MP brasileiro e o planejamento de ações nacionais coordenadas referentes à grave atuação verificada em todo o País e fomentar a integração entre todos os ramos das instituições interessadas nesse assunto e o Ministério Público. Inclusive, na Região Nordeste, de onde eu sou, há uma grita geral, pelo menos de irrigantes e de pescadores, em virtude da baixa vazão que é determinada pela Chesf, sem uma audiência dos interessados.

Nesse sentido, para minorar ou resolver essa situação e equilibrar esse descompasso entre a atividade de produzir energia e também a irrigação para a produção agrícola, nós apresentamos um projeto de lei obrigando os órgãos institucionais que cuidam das vazões, tipo Chesf, a ouvirem os ribeirinhos antes de tomarem qualquer providência.

Tenho outras perguntas, mas, para que os companheiros Senadores também tenham oportunidade de fazer as suas, ficarei apenas nessas duas perguntas.

Agradeço a V. Exªs e desejo que sejam bem-sucedidos nessa nobilitante função para a qual foram indicados e que o desempenho de V. Exªs seja o melhor possível para o Ministério Público e para o Brasil e peço que não levem em consideração o fato de os Senadores terem reclamado por V. Exªs terem ficado na fila, dez indicados. Nós fizemos essa reclamação em defesa do valor que V. Exªs têm perante a sociedade brasileira. Tenho certeza absoluta de que, se dependesse de cada um dos senhores, a audiência seria individual, para que cada um pudesse mostrar a profundidade de seus conhecimentos e a fidelidade às respostas formuladas pelos Srs. Senadores e pelas Srªs Senadoras.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Dr. Orlando.

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – Senador Antonio Carlos Valadares, agradeço a pergunta de V. Exª. O senhor sabe da honra que nós, sergipanos, temos do senhor, da sua atuação no Senado Federal.

Esse projeto das audiências de custódia, que é da sua autoria, é uma matéria de suma importância e tem tudo a ver com a matéria dos direitos humanos. Realmente, o primeiro direito de quem tem a sua liberdade cerceada é de que essa prisão seja justa, seja motivada. A grande discussão que está acontecendo em Sergipe e em vários Estados é sobre a questão do prazo, mas nós vamos ter que viabilizar. É importante que esse preso, esse cidadão tenha contato com o juiz, tenha contato com o promotor, tenha contato com seu advogado, com o defensor nas primeiras 24 horas, para se manter, ou não, aquela prisão. É uma medida moderna, que existe em várias partes do mundo e que tem que vir realmente para o Brasil.

Existem dois problemas aí: de logística, porque é preciso haver o espaço adequado para esse tipo de trabalho; e, outro, as distâncias do Brasil, porque, em muitos lugares, você não tem um juiz ou não tem um promotor. Mas tenho certeza de que, com o passar do tempo, vai-se procurar fazer uma adequação, e tudo vai ser resolvido.

É um inovação que tem de vir. Ela preserva os direitos humanos, está calcada em fundamentos, em direitos de matriz constitucional, e eu realmente sou totalmente favorável.

Por isso, eu queria parabenizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Ah, desculpe-me!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – ..., eu tinha outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Como não indiquei ninguém, vou indicar um advogado: o da esquerda... Daqui eu não estou conseguindo ver ninguém.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Dr. Esdras.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Indico o Dr. Esdras para dar a resposta.

Está lembrado da pergunta que eu fiz? (*Pausa.*)

Foi sobre recursos hídricos.

O SR. ESDRAS DANTAS DE SOUZA – Sr. Senador, eu sou Ouvidor nacional do Ministério Público e tenho recebido, no âmbito da Ouvidoria, várias manifestações e ocorrências de cidadãos nesse sentido. Não participo dessa Comissão e confesso que tenho acompanhado só no sentido da cobrança, mas comungo plenamente do entendimento de V. Exª no que diz respeito a um debate amplo que deve ocorrer em torno desse tema.

Acho que essa questão hídrica é uma preocupação não do Brasil, mas do mundo. Vemos aí a situação difícil por que passam alguns Estados da Federação com a escassez de água.

Enfim, entendo que é um tema que precisamos realmente fiscalizar e em que temos de atuar prontamente lá no Conselho Nacional do Ministério Público. Minha atuação lá, como eu disse, tem sido mais no campo de ficar "rouco de tanto ouvir" o cidadão, ouvindo suas reclamações e sua participação no que diz respeito a ser a voz do cidadão; o cidadão participando do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares, quer a réplica?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu teria pelo menos três questionamentos a fazer, mas, em respeito aos indicados e aos Senadores que se encontram aqui, pois ainda há alguns Senadores inscritos para fazer perguntas, eu me limitarei a uma. Mas eu gostaria de ouvir a resposta de todos de uma forma muito objetiva, com um "sim" ou um "não". É o suficiente para mim. Quem quiser fazer suas considerações pode ficar à vontade, mas eu gostaria de ouvir a resposta de todos.

O Código de Processo Civil, no art. 85, é taxativo em relação à responsabilidade de representantes do Ministério Público por seus atos. Essa responsabilidade se daria apenas quando houvesse dolo ou fraude. Por conta disso, alguns juristas entendem que não há responsabilidade de membros do Ministério Público diante da culpa, ainda que grave – negligência, imprudência ou imperícia.

Todavia, a Constituição Federal de 1988, no seu art. 37, é categórica no que se refere à responsabilidade do Estado por danos causados por seus agentes a terceiros, independentemente de dolo ou culpa. E o §6º trata do direito de regresso aos agentes públicos, portanto Ministério Público também, pois membro do Ministério Público é um agente público. O Estado teria direito de regresso em relação a responsabilidade civil, seja por dolo, seja por culpa.

Então, diante das diversas interpretações, com alguns juristas entendendo com base no art. 85 do CPC, não só o atual, mas o que vigorará a partir de março de 2016, eu quero saber a opinião dos senhores em relação à responsabilidade do Ministério Público, responsabilidade civil, diante também da culpa, em que pese não haver dolo ou fraude.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como as perguntas são dirigidas a todos, vamos iniciar com o Dr. Otávio.

De lá para cá, aqueles que pretenderem manifestar-se, podem fazê-lo, conforme a nossa Senadora disse.

O SR. OTÁVIO BRITO LOPES – Eu acho que o Código de Processo Civil, como toda legislação infraconstitucional, tem de ser interpretado a partir da Constituição; não o contrário. Existe uma responsabilização, que pode ser administrativa...

É difícil. Não se pode utilizar a responsabilização administrativa nos atos finalísticos, mas qualquer ato com culpa grave, a meu ver, merece uma reparação, sim. E o membro do Ministério Público que tiver agido com culpa grave e causar dano a alguém, a ele se aplica também o direito de regresso em relação ao art. 37 da Constituição, para ser bem objetivo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O próximo.

O SR. ESDRAS DANTAS DE SOUZA – Srª Senadora, eu também comungo da mesma opinião. Acho que, havendo culpa, ele deve, sim, ser responsabilizado.

Hoje, nossa legislação não acolhe; diz que há responsabilidade por dolo ou fraude. Mas estamos caminhando nesse sentido. Tenho certeza de que o Congresso Nacional poderá, sim, corrigir talvez essa falha.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O próximo.

O SR. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO – Senadora Simone Tebet, inicialmente, eu gostaria de render homenagens à família Tebet. O Senador Ramez Tebet foi presidente desta Casa, e vejo que a senhora dá continuidade ao profícuo trabalho realizado no âmbito deste Poder Legislativo.

Em relação à indagação de V. Exª, comungo das ideias destacadas pelos que me antecederam, salientando ainda que, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça avançou e entendeu ser cabível inclusive ação de improbidade em relação a membros do Ministério Público. Então, vejo que a interpretação está-se mostrando evolutiva, e, certamente, este Poder Legislativo poderá implementar aperfeiçoamentos quanto a esse aspecto de controle e prevenção de danos praticados por membros do Ministério Público ou mesmo pelos demais agentes públicos em nosso sistema.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O próximo.

O SR. MARCELO FERRA DE CARVALHO – Senadora Simone Tebet, primeiramente, agradecer a pergunta e a oportunidade em respondê-la. Esse tema da responsabilidade do Estado é um tema que constantemente evolui, que surgiu da total irresponsabilidade do Estado no tempo feudal, já que atribuída poder divino ao gestor para uma responsabilidade civilista; e, finalmente, uma responsabilidade publicista, em que optou o Constituinte pela teoria do risco administrativo, no art.37, §3º, que fez duas espécies de responsabilidades: a responsabilidade direta contra o Estado, bastando o nexo causal, na qual não é preciso discutir dolo ou culpa, bastando discutir que houve o dano sem que fosse responsabilidade da pessoa, do administrado; e a responsabilidade na ação de regresso, em que se discute a questão civilista do dolo e da culpa.

A meu ver, a interpretação que se deve dar a esse artigo do CPC, ao art. 85, quando optou pela utilização dolo ou fraude, seja para membro do Ministério Público ou membro da Magistratura, quis dizer que precisa ser uma culpa mais grave, uma culpa além daquela culpa cotidiana, pois as atividade do Ministério Público e da Magistratura, às vezes, são mais sujeitas a risco. Uma análise nesse sentido. Não que não se responda. Eu acho que não pode haver uma responsabilidade diferente dos membros do Ministério Público dos outros servidores públicos.

Não comungo e não concordo com a tese da responsabilidade direta, seja em relação a membro do Ministério Público ou a qualquer outro servidor público. A meu ver, a Constituição separou bem que a responsabilidade do servidor público no Direito brasileiro é na ação de regresso, quando aferido dolo ou culpa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Consulto a Senadora Simone Tebet se quer fazer alguma outra interpelação, além das que já foram feitas?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu perguntei a todos, mas podem ser bem objetivos. Eu quero só saber, porque, afinal, eles estarão formando o novo Conselho Nacional do Ministério Público. Portanto. Essa questão me interessa, inclusive para os futuros posicionamentos dos senhores sabatinados nas decisões que virão.

O SR. CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO – Senadora, então, para ser bem objetivo, somos promotores de Justiça, servidores públicos, e, por isso, nós devemos satisfação à sociedade pelos nossos atos. Por isso, concordo com o que os colegas colocaram.

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – Senadora, agradecendo à pergunta e ratificando tudo o que foi dito pelo Conselheiro Marcelo Ferra, entendo que, havendo responsabilidade com dolo ou fraude, deve ser responsabilizado seja o promotor, seja o magistrado, mas com as ponderações que ele fez.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Senadora Simone Tebet, o representante do Ministério Público, qualquer que seja o seu ramo, não é menos nem mais do que qualquer outro servidor público.

Então, nos exatos termos do que um servidor público deve responder, inclusive regressivamente, assim também entendo que o Ministério Público deva fazer. Pelo menos, é isso que eu tenho a honra de lecionar na cadeira de Processo Civil, na Paraíba.

Obrigado.

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA – Eu entendo que não há como fazer distinção entre os membros do Ministério Público ou os da Magistratura em relação a outros agentes públicos. Todos, seja por culpa grave, seja por dolo, devem ser responsabilizados, mas considerando realmente essa forma como se dá hoje em dia: ao Estado, acionado judicialmente, cabe, depois, o direito de regresso em relação aos agentes.

O SR. FÁBIO BASTOS STICA – Senadora, na mesma linha dos demais, o promotor de Justiça, o magistrado, o prefeito, o governador somos todos, em última análise, funcionários públicos, funcionários do povo.

Devemos a esse povo a prestação de contas dos nossos atos e, consequentemente, respondermos por esses atos. Entendo que a ação regressiva é possível, sim, uma vez, evidentemente, que reconhecido o dolo ou eventualmente a culpa grave.

O SR. SERGIO RICARDO DE SOUZA – Senadora Simone Tebet, muito obrigado pela forma cortês que me recebeu quando eu a procurei.

Penso no mesmo sentido dos demais quanto a essa manifestação, porque, se o Ministério Público tem uma função extremamente relevante, a sua atuação tem o poder também de causar um grave dano àquele que sofre as consequências da sua atuação com culpa grave, com dolo. Então, ele deve, sim, ser responsabilizado quando extrapolar sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Anastasia para fazer a sua interpelação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Maranhão, eu gostaria de, também, me inscrever.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, eminentes Senadoras e Senadores, membros indicados, reconduzidos ao Conselho Nacional do Ministério Público, primeiro, os meus cumprimentos.

Sr. Presidente, também não posso deixar de lamentar, rapidamente, porque a sabatina, a meu juízo, ficou um pouco prejudicada, de fato, pelo excesso do número de candidatos – evidentemente não por culpa de V. Exª, como aqui já foi dito.

Na semana passada, eu fui Relator de um sabatinado, colega de V. Exªs, e a sabatina dele durou mais de duas horas. Ele foi indagado sobre todos os assuntos, até mostrou um conhecimento muito grande, mas, lamentavelmente, foi o que aconteceu. Então, até peço escusas, porque acho que os senhores acabaram sendo prejudicados.

Ao mesmo tempo, também peço escusas porque eu tive de ausentar-me rapidamente, Sr. Presidente, em razão da recepção dos prefeitos, já que sou membro da Comissão da Federação.

Mas a minha pergunta na verdade serão duas sobre dois temas, e eu, seguindo o exemplo da Senadora Simone, vou pedir a resposta de todos os senhores, mas da maneira mais sucinta possível. Se puder ser "sim" ou "não", eu já me satisfaço.

A primeira delas refere-se à posição de cada qual sobre a possibilidade de o promotor de Justiça poder investigar o seu Procurador-Geral, ainda que a lei não disponha sobre esse ponto. É possível? Sim ou não?

E a segunda refere-se à matéria publicada essa semana por uma revista semanal, que trata de remuneração, e trazendo vários casos. Eu indago se não seria oportuno ao Conselho Nacional do Ministério Público avançar nesse tema, que é de sua competência, para tratar desse assunto de maneira mais coordenada.

São as duas perguntas que coloco aos senhores indicados, cumprimentando-os, não só pelo histórico que cada qual tem, mas também pela apresentação que, ainda que sucinta, foi feita por todos com muito esmero, com muita qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra aos interpelados para as respostas.

O SR. OTÁVIO BRITO LOPES (*Fora do microfone*.) – ... Supremo Tribunal Federal, se não me engano, na semana retrasada, alguma coisa assim, e o Supremo terminou não conhecendo, não adentrando no mérito da questão. Eu não vejo problema nenhum, desde que a legislação estadual o permita.

Não vejo empecilho algum nesse sentido, em relação ao primeiro tema.

Em relação ao segundo , a questão da remuneração, o Conselho Nacional tem um papel muito forte, muito grande, em relação a essa matéria, para fazer cumprir a Constituição efetivamente, para que o teto constitucional e para que todas as regras constitucionais aplicáveis a todos os ramos sejam realmente observados.

O SR. ESDRAS DANTAS DE SOUZA – Sr. Senador, essa questão, como bem salientou o eminente colega, Dr. Otávio Lopes, depende da legislação. Cada Estado tem uma legislação. É lógico que, na ausência dessa legislação, realmente acho que não há o menor empecilho para que um membro do Ministério Público possa investigar o Procurador-Geral. Parece-me que o mais adequado é ele ser submetido ao Conselho Superior do Ministério Público, que, no meu sentir, tem uma competência melhor para fazer esse tipo de investigação, até porque temos uma situação hierárquica.

Com relação à remuneração, temos um portal de transparência, e a Ouvidoria, pelo menos do Conselho Nacional do Ministério Público, tem cobrado muito de todos os Estados da Federação, para que coloquem nos seus *sites* toda a remuneração dos membros do Ministério Público, a fim de que possamos fiscalizar e dar transparência à sociedade.

O SR. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO – Senador Anastasia, inicialmente, gostaria de cumprimentar V. Exª, representante do Estado de Minas Gerais, que chega a esta Casa para dar continuidade ao excelente trabalho que fez no Estado como governador.

Em relação ao primeiro tema, de fato, temos de analisar a legislação de cada Estado quanto à designação de atribuições de membros do Ministério Público.

Agora, de fato, não podemos permitir que um membro do Ministério Público, sob a ótica de uma investigação administrativa, venha a surpreender o PGJ e investigá-lo de forma paralela contra quem não teria a competência legal para investigá-lo. De fato, é uma preocupação constante inclusive no campo dos gestores públicos em relação aos governadores de Estado: termos promotores de primeiro grau sob a ótica de investigar assuntos administrativos, quando, na verdade, se pretende investigar o governador. Nessa ótica, entendo que haveria aí uma contaminação das atividades praticadas por esse membro do Ministério Público, até porque o governador do Estado, a exemplo do Procurador-Geral de Justiça, possui competência para ser investigado.

Então, nessa ótica, entendo que o promotor de primeiro grau não pode investigar o Procurador-Geral de Justiça. Ele pode, sim, no campo de sua competência, fazer as investigações que lhe digam respeito, mas, uma vez identificado o ato, ele tem de parar imediatamente e remeter ao órgão competente.

Em relação ao segundo ponto, Senador, quanto à remuneração. De fato, o Conselho Nacional do Ministério Público tem sido vigilante neste aspecto do controle dos chamados "penduricalhos", que assim são denominadas essas remunerações que surpreendem a todos, surpreendem a toda a sociedade. Lamentavelmente, algumas dessas remunerações são previstas em lei, e, de fato, o Conselho não tem competência para exercer o controle de constitucionalidade dessas leis estaduais.

Então, identificada uma lei que preveja uma remuneração que, de fato, não condiga com a expectativa da sociedade ou mesmo da própria remuneração do membro do Ministério Público, o caminho natural dessas leis é serem questionadas perante o Supremo Tribunal Federal, através do controle de constitucionalidade a ser exercido pelo Supremo. O Conselho Nacional do Ministério Público, infelizmente, não detém essa prerrogativa de exercer esse controle de constitucionalidade.

O SR. MARCELO FERRA DE CARVALHO – Senador Anastasia, quero agradecer pela pergunta, um tema recorrente no Conselho Nacional do Ministério Público. Vou procurar ser bem curto e grosso, embora eu desejasse explanar sobre o tema.

Na primeira pergunta, para mim, não depende de legislação estadual. Para mim, é interpretação do art. 29, inciso VIII, da lei nacional. Quando é chefe de Poder, o mesmo se aplica ao procurador-geral, ao governador de Estado, ao presidente do tribunal. A atribuição não é do promotor.

Não se discute competência e, sim, atribuição. A atribuição é do Procurador-Geral e, quando é caso do Procurador-Geral, como ele não pode investigar a si mesmo, cabe ao decano da instituição.

Então, a meu ver, essa questão não depende da legislação estadual. Essa questão deve ser uniforme em todo País.

No tocante à matéria da revista *Época*, eu acho que o Conselho Nacional deve estar sempre vigilante para verificar se as verbas recebidas por membros do Ministério Público estão de acordo ou não com as devidas legislações. É matéria de remuneração é matéria de reserva do Parlamento: quem vai definir é o Parlamento, seja federal, seja estadual, e não compete, a meu ver, ao Conselho analisar justo ou injusto. Devemos controlar a legalidade.

O SR. CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO – Senador Anastasia, boa tarde. Também vou ser bastante curto.

Em relação ao primeiro ponto, cabe ao decano, por interpretação da lei nacional, a investigação do Procurador-Geral de Justiça, como cabe ao Procurador-Geral de Justiça a investigação dos chefes de Poderes estaduais.

Em relação à remuneração, o meu pensamento é o mesmo do Marcelo: o Conselho Nacional tem de debruçar-se sobre aqueles Estados em que há legislação ou não; em não havendo legislação, sim, é imperioso ao Conselho Nacional fazer cessar o pagamento dessas verbas.

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – Senador, obrigado pela pergunta.

Também serei breve para dizer a V. Exª que, no meu entendimento, também a investigação do Procurador-Geral tem de ser feita pelo substituto dele ou pelo decano, que é o representante do colégio de procuradores.

E, com relação à remuneração, o Conselho Nacional tem inúmeros procedimentos para investigar; tem a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro. Então, o Conselho Nacional do Ministério Público investiga, em todos os Estados, os procuradores-gerais. Eu passei quatro anos, mensalmente, tendo de informar isso para o Conselho Nacional. Ele investiga. E o que o Conselho Nacional verifica é se o pagamento daquele auxílio tem base legal. Se tiver base legal, não há o que fazer.

Aí a discussão: se não é por lei, é por resolução; se é por resolução, se pode ser discutido ou não.

Espero ter respondido a sua pergunta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Presidente José Maranhão, eu sou o próximo inscrito. Por economia de tempo, queria fazer agora uma indagação e pediria resposta do Dr. Walter Agra e do Sr. Fábio George. Acho que ganharíamos tempo. Será uma pergunta bem sintética, que gostaria de fazer neste momento. Pode ser?

(Intervenção fora do microfone.)

Eu seria o próximo, mas, para ganhar tempo...

Eu, na verdade, queria aqui tirar do Conselho Nacional do Ministério Público, pergunta que dirijo ao Dr. Walter Agra e ao Dr. Fábio George, um compromisso, um compromisso em cima de um movimento pela redução de homicídios no País.

Tivemos, em 2013, 53 mil homicídios. Mais de 50% deles, mais de 30 mil, de jovens. Dos jovens, 77% jovens negros que moram nas periferias brasileiras.

Qual o problema?

Nós temos aqui uma CPI de extermínio de jovens, temos conversado com vários especialistas, e todos apontam a necessidade de colocar o Ministério Público nesse grande esforço. Não há como modificar esse quadro dramático no País sem o envolvimento do Ministério Público, e temos menos de 8% de resolução de casos de homicídio no País. É algo dramático!

Em relação ao que o Dr. Fábio George falou, dos autos de resistência também, em relação a homicídios cometidos por agentes do Estado, também, há uma grande ausência.

Então, eu queria aqui que nós conseguíssemos isso, com esse grande esforço que está sendo feito, com a participação do Ministério da Justiça, de universidades, de entidades, mas estou convencido de que, sem a presença muito ativa do Ministério Público, não vamos conseguir resolver esse problema.

Nós temos a polícia que mais mata e a que mais morre, também, no mundo.

Então, acho que esse é um tema fundamental, e esse compromisso dos senhores é muito importante para que o Brasil avance nesse tema.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Vamos responder de forma sequenciada as perguntas.

Inicialmente, sobre o questionamento do Senador Anastasia, entendo que, penalmente, o PGJ deve, sim, ter o trâmite que o colega Marcelo Ferra citou. Todavia, é o meu entendimento, e assim já votei no CNMP. Entendo que o promotor tem a atribuição, sim, para investigar atos administrativos do PGJ.

Uma coisa é o PGJ, e outra coisa é a administração do Procurador-Geral de Justiça. É a resposta à primeira pergunta.

Com relação à segunda, é tema recorrente no CNMP. Basta falar que, para a próxima terça-feira, quando será a nossa sessão, dia 23 de junho, há um processo que se refere à venda de férias, em que se busca fazer a limitação disso. Então, é a hora, é chegada a hora. Acho que já está tardando muito regulamentar esse assunto.

Aí, volto para a pergunta do Senador Lindbergh Farias, lembrando o seguinte: o Ministério Público já está participando disso, sim. De que forma? Tem a Enasp (Estratégia Nacional de Segurança Pública), que envolve o Ministério Público, o Ministério da Justiça, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário também. Sem essa junção de esforços, nada vai operar. E um dos esforços decorrentes disso é o quê? A questão, por exemplo, dos presídios.

Senador Lindbergh, imagine que, lá na nossa Paraíba, houve um convênio para construir um presídio, e não saiu do projeto porque, disseram: "Ah, não tinha um projeto exequível." Aí, o que se disse? "Olha, vamos fazer diferente; vamos começar a pensar e já a fazer o projeto, vamos deixar já tudo pronto, porque, quando se fizer o convênio, vai se ver. Olha, tem esses projetos aqui. Qual deles é adequado à sua realidade?" Porque é bem verdade que a realidade do Rio Grande do Sul, do Presidente Lamachia, ou aqui do DF, do Presidente Ibaneis, não é a mesma da nossa Paraíba, de Sergipe ou dos Estados aqui circundados.

Era o esclarecimento que eu tinha a fazer.

Muito obrigado.

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA – Eu acho que, na mesma linha de tudo o que foi dito, é o decano que deve realizar isso. A lei nacional assim indica. E me parece que a questão dos salários depende realmente de vigilância contínua.

Quero exaltar aqui uma questão. Se a *Época* fez essa matéria, é uma matéria muito bem-vinda, ela se deve a uma resolução do Conselho Nacional, que cobrou de todos os ramos do Ministério Público que colocasse isso de público, para que a sociedade em geral possa saber quanto ganhamos, de que forma isso está sendo pago.

Sem dúvida nenhuma, a mais alta Corte do País, o STF, entende que nós não podemos fazer controle de constitucionalidade. Portanto, se há uma lei que ampara o pagamento, isso tem que ser feito ou combatido através de ADI, ação de inconstitucionalidade, que pode ser proposta por qualquer dos legitimados no Supremo.

Senador Lindbergh Farias, também é uma honra responder. Aceito o compromisso desde já. A Estratégia Nacional de Segurança Pública vem sendo acompanhada pelo CNP desde 2010, envolve o CNJ, envolve o Executivo.

Nós temos dados vergonhosos: 53 mil, 56 mil homicídios no mundo. O Brasil tem 0,3% da população do mundo, mas 12% dos homicídios ocorridos no mundo todo estão sendo feitos aqui. É a polícia mais letal, como V. Exª bem destacou, mas não é só a polícia que mata; é a que morre muito no dia a dia.

Nós temos uma identificação de autoria de 5% a 8%; quer dizer, a cada 100 homicídios, só 5% a 8% dos autores são identificados. Isso realmente não é um dado que nos deixe feliz. É preciso reconstruir todo esse sistema.

Eu não tenho nenhuma dúvida, como bem ressaltado aqui, de que é uma construção contínua e que depende da participação do Senado, do Executivo, do Ministério Público e do Judiciário.

O Conselheiro e amigo Walter Agra era representante na Enasp até maio deste ano, e, agora, eu, que estou lá, indicado como representante, e estamos à disposição de V. Exª para falarmos muito a respeito dessa matéria.

O SR. FÁBIO BASTOS STICA – Senador Anastasia, entendo também, na linha do que foi dito por quase todos os que me antecederam, que realmente a investigação, no que tange à administração do Procurador-Geral, essa, sim, pode ser feita por qualquer um dos seus membros. Mas, no que tange à investigação criminal, no aspecto criminal, esta, sim, teria de ser feita especificamente pelo decano do Colégio de Procuradores.

Quanto à segunda colocação, o Conselho Nacional do Ministério Público dispõe hoje de uma comissão, que é a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, que já tem conhecimento do que ocorre dentro do aspecto administrativo e remuneratório do Ministério Público. E, como foi dito também, salvo engano, pelo Conselheiro Fábio, esses dados estão vindo a público justamente por conta dos portais da transparência que foram exigidos de todos os ministérios públicos.

E digo aqui, até com uma certa vaidade, por ter sido, por três anos seguidos, Procurador-Geral do meu Estado, Roraima, que o meu Ministério Público, naquela época, nesses três anos, ficou em primeiro lugar nesse portal da transparência, pelo índice medido pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Quer dizer, esses dados que estão hoje sendo trazidos a público justamente pelas próprias instituições, cobradas pelo Conselho Nacional, é que estão permitindo que eventuais descompassos com a legislação venham a público, embora não diga que seja o caso, evidente, dessa matéria que nós vimos agora, esta semana, até porque me parece, lógico, sem me aprofundar, que existiam verbas anteriores, pagamentos retroativos que não comporiam a base do subsídio. Então, independentemente dessa questão.

Peço desculpas ao Senador Lindbergh por ter respondido à pergunta que foi dirigida especificamente aos dois ilustres paraibanos, mas, especialmente pelo fato de ter sido, durante muito tempo, promotor do júri, essa necessidade, muitas vezes, de manifestação, fica presa. E, quando se tem oportunidade, não se despreza.

Então, Senador, nessa questão da segurança pública, a meu ver – e falo, lógico, dentro do que ocorre, do que vem ocorrendo no meu Estado –, parece-me ser algo imprescindível a participação do Ministério Público em todo tipo de discussão de segurança pública nos Estados. Falo isso porque, em anos anteriores, em discussões com governadores que passaram pelo meu Estado, eu sempre coloquei essa questão como prioritária. Em tudo o que se refere à segurança pública, entendo eu, o Ministério Público deve ser um dos atores convidados a auxiliar o Poder Executivo, especialmente o Poder Executivo, porque é quem trata diretamente dessa questão. É preciso, sim, Senador, que se tenha um olhar mais atento.

O índice de resolução dos homicídios no Brasil realmente é vergonhoso. Nós temos resolução apenas naqueles casos em que há prova testemunhal. Se não há prova testemunhal, praticamente não existe. Não existe. Os nossos institutos de polícia técnica hoje estão extremamente desaparelhados. Todos nós aqui, quando assistimos a algum filme, especialmente a filmes americanos, acho que morremos de inveja e imaginamos que aquilo ocorra no nosso País, mas aquilo, para nós, é pura ficção.

Então, não tenho dúvida, Senador, de que se faz necessária, sim, uma participação ativa do Ministério Público em todo tipo de política de segurança pública no nosso País.

Peço desculpas por atravessar.

Obrigado.

O SR. SERGIO RICARDO DE SOUZA – Senador Anastasia, eu vou acompanhar a manifestação do meu antecessor quanto à primeira questão, da atribuição do Ministério Público para investigar.

Quanto à questão da revista *Época*, acho que o Conselho tem, sim, que se preocupar com a matéria, mas tem de olhar, obviamente, que não se pode pinçar um mês, pinçar aquele mês em que houve o pagamento de um décimo terceiro, de uma verba excepcional, e somar aquilo para dizer que ultrapassou o teto. É preciso observar-se o que o Supremo diz sobre a matéria.

Também vou arriscar uma manifestação em relação à questão levantada pelo Senador Lindbergh, porque é um assunto extremamente relevante. Realmente, nós só conseguimos identificar a autoria em relação a 5% dos homicídios que ocorrem. Isso é vergonhoso para o Brasil. E o Conselho tem, sim, de se preocupar com isso; tem de regulamentar, como já o fez, para melhorar. Talvez tenha havido algum ruído na comunicação da atuação do Ministério Público no controle externo da atividade policial, principalmente nessas questões em que o próprio investigado seja um policial. Então, eu acho que o Conselho tem que se preocupar com essa questão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – É uma breve fala, Sr. Presidente.

Obviamente, não preciso justificar por que não farei as indagações, além do apelo dos meus colegas que já estão aqui há muito tempo.

Eu, evidente, teria indagação a todos os sabatinados, mas gostaria de homenageá-los e dizer da convicção que nós temos de estar votando e confirmando a presença de pessoas preparadas para exercer essa função, representando o Ministério Público. Tive a satisfação de ser o Relator do Dr. Esdras, com um currículo que o honra, certamente, com uma passagem brilhante não só pelo Ministério Público, mas no âmbito jurídico, com amplo conhecimento do Direito, uma biografia que o recomenda para exercer qualquer função na República. Os nossos cumprimentos a V. Exª e a certeza de que cumprirá bem essa missão.

Nós sabemos da importância do Ministério Público, uma instituição independente e essencial, sobretudo nesta fase crucial vivida pelo País, em que vivemos a turbulência da transição na esperança de tempos melhores para este País. É por essa razão que nos opomos sempre a qualquer tentativa de reduzir o poder de investigar do Ministério Público. Essa seria uma das indagações que faria, mas temos a convicção de que devemos valorizar, oferecer condições, qualificar sempre, cada vez melhor, os integrantes do Ministério Público para essa função essencial que vem cumprindo no País. Repito que é uma fase de turbulência, em que uma tempestade devastadora se abate sobre o País no terreno da ética. É evidente que, nessa hora, uma instituição como esta deve valorizar-se, ser protegida e ser reconhecida como fundamental para o futuro do País.

Essas as palavras, Sr. Presidente, já que não vou fazer nenhuma indagação, com o objetivo de – sempre e cada vez mais – destacar a importância do Ministério Público e a necessidade de sua valorização. Os cumprimentos a todos os sabatinados e a certeza de que honrarão a função a ser exercida a partir da confirmação da indicação pelo Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais quem queira arguir os candidatos, vou encerrar a fase de arguição.

Consulto se todos os Srs. Senadores já votaram.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Jorge Viana. O Senador votará agora, e vamos aguardar um instante. (Pausa.)

Consulto se todos já cumpriram o dever do voto. (*Pausa.*)

Encerrada a votação, vamos ao resultado. (*Pausa.*)

O resultado está exibido no painel. Acho que não é preciso repetir verbalmente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, poderia ler. Acho que é importante. Somente ler, do jeito que está lá.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aqui, eu satisfaço o freguês.

Cláudio H. Rego: 25 votos SIM; 1 NÃO.

Leonardo H. C. Carvalho: 25 votos SIM; 1 NÃO.

Otávio Brito Lopes: 25 votos SIM; 1 NÃO.

Walter de Agra Júnior: 25 votos SIM; 1 NÃO.

Sergio Ricardo de Souza: 26 votos SIM; zero NÃO.

Orlando R. Moreira: 25 votos SIM; 1 NÃO.

Marcelo Ferra de Carvalho: 25 votos SIM; 1 NÃO.

Fábio Bastos Stica: 24 votos SIM; 2 NÃO.

Esdras Dantas de Souza: 25 votos SIM; 1 NÃO.

Fábio G. C. da Nóbrega: 23 votos SIM; 3 NÃO.

Consequentemente, todos os sabatinados foram aprovados.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu requeiro urgência para os dez sabatinados.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Requerimento de urgência do Senador José Pimentel deferido pela Presidência.

O processo segue para o plenário do Senado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Anastasia com a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Presidente.

É para solicitar, se possível, a inversão do item 11, por solicitação do Senador Valter Pinheiro. Depois dos outros que serão apreciados, se eu puder ler o relatório, agradeceria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Conhecido o resultado que acabou de ser divulgado no painel e lido por esta Presidência, quero suspender por um minuto a reunião, para que os interpelados, os sabatinados, possam retirar-se da reunião; não necessariamente, se assim acharem conveniente.

(Suspensa às 14 horas e 6 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 9 minutos.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

Aqui, Presidente, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, quero pedir a devida vênia de V. Exª e do Plenário, para que iniciemos a reunião deliberativa com a apreciação do item 9, que é o Projeto de Lei nº 41, de 2015, que trata da questão dos servidores do Ministério Público da União. Já temos aqui o Relator, que é o Senador Valdir Raupp. (*Palmas.*)

E como nós temos inclusive auditório aguardando há algum tempo, seria de bom tom iniciarmos a reunião pelo item 9, depois dando sequência aos itens seguintes.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós já estamos aqui com o roteiro...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nós já aprovamos isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...da votação, e esse item 9 é exatamente o primeiro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Agradecemos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou anunciá-lo agora.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2015

– Não terminativo –

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e das Carreiras dos Servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa os valores de sua remuneração; revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Autoria: Ministério Público da União

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 41, de 2015 (nº 7.919, de 2014, na origem), de autoria do Ministério Público da União (MPU), que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e das Carreiras dos Servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa os valores de sua remuneração; revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

O Capítulo I trata da estrutura das carreiras dos servidores do Ministério Público da União.

Define-se que os quadros de servidores são compostos pelas carreiras de Analista (de nível superior) e de Técnico do Ministério Público da União (de nível médio), ambos cargos de provimento efetivo. A carreira de Auxiliar do Ministério Público da União, por sua vez, passa a constituir cargo em extinção (art. 2º).

Esse capítulo também dispõe que integram o Quadro de Pessoal do Ministério Público da União as funções de confiança FC-1 a FC-3 e os cargos em comissão CC-1 a CC-7, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento (art. 4º). No caso das funções de confiança, o reajuste corresponde a 15%. Já os cargos em comissão são reajustados em percentuais que variam entre 25% e 65%.

O Capítulo II trata do ingresso na carreira, que se realizará no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas, inclusive prova prática e de capacidade física, ou de provas e títulos (art. 6º, *caput*).

O Capítulo III dispõe sobre o desenvolvimento na carreira, que poderá se dar mediante progressão funcional e promoção (art. 8º, *caput*). Em ambos os casos, deve-se observar o interstício mínimo de um ano (art. 8º, §§1º e 2º).

O Capítulo IV trata da movimentação dos servidores. Seu art. 9º dispõe que será permitida a movimentação de servidores, a critério do Chefe do Ministério Público da União, para a ocupação de vagas, mediante concurso de remoção e permuta. Tanto na hipótese de lotação determinada em provimento inicial quanto na de remoção ou permuta, o servidor deverá permanecer na unidade administrativa em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano. No caso de lotação determinada em provimento inicial, contudo, o servidor poderá ser removido antes do prazo mínimo em caso de interesse da administração. Prevê-se, ainda, que a movimentação de servidores, na forma desse artigo, é vedada entre o Ministério Público da União e o Conselho Nacional do Ministério Público.

O Capítulo V trata da remuneração dos cargos de provimento efetivo, a qual é composta pelo vencimento básico do cargo e pela Gratificação de Atividade do Ministério Público da União (Gampu), acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Os vencimentos básicos das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União constam do Anexo II da proposição. Para os cargos de Auxiliar do Ministério Público da União, os vencimentos variam de R$ 2.584,50 (classe A, padrão 1) a R$ 3.928,39 (classe C, padrão 13); para os cargos de Técnico do Ministério Público da União, os vencimentos variam entre R$4.363,94 e R$6.633,12, respectivamente; por fim, para os cargos de Analista do Ministério Público da União, os vencimentos variam entre R$7.323,60 e R$10.883,07, respectivamente.

O aumento varia, de acordo com a classe e o padrão do servidor, de 53,00% a 78,56%. Em média, corresponde a 59,49%. Trata-se, assim, de aumento idêntico ao proposto para os servidores do Poder Judiciário da União, objeto do PLC no 28, de 2015, cujo parecer foi aprovado nesta Comissão em 20 de maio de 2015.

A diferença entre o vencimento fixado no Anexo II do PLC nº 41, de 2015, e o decorrente da Lei no 11.415, de 15 de dezembro de 2006, atualmente em vigor, será implementada em seis parcelas sucessivas, entre 1º de julho de 2015 e 1º de dezembro de 2017.

O Capítulo VI, por seu turno, trata da jornada de trabalho dos servidores do Ministério Público da União.

Por fim, o Capítulo VII trata das disposições finais e transitórias. Destaca-se, nesse contexto, dispositivo que condiciona a eficácia da lei à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação prévia, nos termos do §1º do art. 169 da Constituição Federal, e ao atendimento das normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (art. 32º). Destaca-se, ainda, a criação dos cargos de natureza especial de Secretário-Geral e de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República, cuja retribuição consta do Anexo V da proposição.

Na justificação, o Procurador-Geral da República pondera que o presente projeto de lei é de grande relevância, pois tem como objetivo reestruturar as Carreiras dos servidores do Ministério Público da União, atualmente regidas pela Lei nº 11.415, de 2006.

Ainda segundo o autor, a proposição objetiva aprimorar as políticas e as diretrizes estabelecidas para a gestão de pessoas, além de procurar solucionar os principais problemas relacionados à questão remuneratória.

Aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposição vem ao exame do Senado Federal, onde não recebeu emendas.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 41, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário. (*Palmas.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Solicito de V. Exª, ouvido o Plenário, a urgência dessa matéria para ir ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) –

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 5, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2015.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria:
Relatório:
Observações: Em votação o pedido de urgência.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada. (*Palmas.*)
Item Extrapauta nº 1.

EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2015
– Não terminativo –

Dispõe sobre a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.
Autoria: Senador José Serra.
Relatoria: Senador Lindbergh Farias.
Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias para proferir o seu relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, vou fazer aqui uma leitura bem rápida, apenas para dizer que o projeto é de autoria do Senador José Serra, mas o Senador Benedito de Lira se transformou quase que em um coautor, porque, em verdade, tem feito gestões, tem ligado; enfim, tem trabalhado muito pela aprovação desse projeto.

Relatório. Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado – PLS nº 274, de 2015 – Complementar, que dispõe sobre a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do §1º do art. 40 da Constituição Federal, de autoria do Senador José Serra, que pretende elevar para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O PLS foi despachado a esta Comissão para proferir parecer nos termos do art. 101, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF.

Análise. Preliminarmente, no que se refere à constitucionalidade da proposição, não há qualquer ofensa material ou formal à Constituição Federal de 1988.

De fato, almeja o Projeto regulamentar o inciso II do §1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 88, de 2015, onde se lê:

> Art. 40. .....
> §1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§3º e 17:
> .....
> II – compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar; (grifamos)

Não há que se falar em iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, §1º, inciso II, alínea "c", da Constituição, pois o PLS em análise busca atender ao comando de dispositivo constitucional que carece de regulamentação legal, encontrando-se, assim, no âmbito da competência comum, atribuída aos membros do Congresso Nacional pelo *caput* do mesmo art. 61.

No que se refere à juridicidade e à regimentalidade, não se encontram, tampouco, quaisquer vícios impeditivos da tramitação do Projeto.

Quanto à técnica legislativa, há dois reparos a fazer.

O primeiro deles refere-se aos incisos IV e V do art. 2º do PLS.

Os Conselhos de Contas são mencionados na parte final do *caput* do art. 75 da Constituição Federal como órgãos a serem facultativamente instituídos pelos Estados-membros da Federação, com a competência para analisar e julgar as contas dos Municípios de seu território.

Desse modo, são os Conselhos de Contas órgãos estaduais que encontram paralelo nos tribunais de contas dos Estados, mostrando-se inadequado, sob o ponto de vista da técnica legislativa, tratar dos seus membros em inciso próprio.

O segundo reparo refere-se à menção expressa aos membros das Defensorias Públicas em inciso próprio.

De fato, após as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nº 45, de 2004, nº 74, de 2013, e nº 80, de 2014, passaram as Defensorias Públicas a gozar do mesmo patamar institucional do Ministério Público, sendo-lhes assegurada autonomia funcional e administrativa.

Por esse motivo, propomos uma emenda de redação, a fim de aglutinar a referência aos membros dos tribunais e conselhos de contas num único inciso e de inserir novo inciso a fim de abranger os membros das Defensorias Públicas.

No que tange à análise do mérito da proposição, resgatamos alguns dos argumentos apresentados na justificação do PLS.

Assim, argumenta o autor, Senador José Serra, que, de acordo com dados fornecidos pelo Ministério do Planejamento, "10,3% da força de trabalho da Administração Pública Federal é composta por servidores com mais de 60 anos de idade" e que "no ano de 2014, 802 servidores públicos civis do Executivo Federal se aposentaram compulsoriamente aos 70 anos de idade, o equivalente a 5,1% do total de aposentadorias naquele ano".

Acrescenta o autor que "com o aumento da expectativa de vida da população brasileira, essas pessoas costumam gozar da plenitude de sua capacidade laborativa" e que "a extensão da aposentadoria compulsória para os 75 anos de idade se mostra vantajosa tanto para esses agentes como para a Administração Pública", porquanto "adia-se a contratação de um novo ocupante para a vaga daquele que, ao se aposentar, ensejaria a vacância do cargo".

Concordamos com os argumentos apresentados. De fato, de acordo com dados divulgados em 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a expectativa de vida média dos brasileiros alcançou o patamar de 74,9 anos em 2013, chegando a atingir 78,6 anos no caso das mulheres, idade esta que deve continuar avançando nos próximos anos, seguindo a tendência mundial de ampliação do acesso a melhores condições de saneamento básico, alimentação e tratamentos de saúde.

Além disso, as despesas com pessoal inativo e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) vêm aumentado a cada ano. De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, no ano de 2014 foram gastos mais de R$100 bilhões com o pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores públicos da União.

Desse modo, além de permitir a manutenção na ativa daqueles servidores que ainda podem em muito contribuir ao País, a aprovação do PLS nº 274, de 2015 – Complementar, representará uma importante economia nos gastos com o RPPS, reduzindo o déficit previdenciário da Administração Pública.

Voto. Nesse sentido, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2015, com a emenda de redação a seguir:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I – os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações;

II – os membros do Poder Judiciário;

III – os membros do Ministério Público;

IV – os membros das Defensorias Públicas;

V – os membros dos Tribunais e Conselhos de Contas."

Este é o voto pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, por favor, eu solicito de V. Exª um esclarecimento: trata-se de projeto de lei complementar, se não me engano; portanto, nós iremos votá-lo em dois turnos. Perfeito?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em turno único.

Em discussão o parecer.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, só para tecer pequenas considerações, queria cumprimentar V. Exª e agradecer por ter incluído este projeto extrapauta, por sua sensibilidade.

Também quero agradecer ao Senador Lindbergh por seu maravilhoso e extraordinário parecer, ao tempo em que agradeço aos Senadores presentes para que a gente possa liquidar essa matéria daqui a pouco.

Assim que for aprovado o parecer, eu requeiro urgência, Sr. Presidente, para que submete ao Plenário da Comissão, a fim de que possamos levar ao Plenário ainda hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Registrado o requerimento de V. Exª.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 6, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2015 – Complementar.
Autoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria:
Relatório:
Observações: Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vamos submetê-la à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, só um comunicado.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr; Presidente, pela ordem, queria fazer uma ressalva aqui.

Quero agradecer à Senadora Gleisi Hoffmann, que tinha interesse em pedir vista, mas, diante do meu apelo, com a sensibilidade que tem, ela fez esse gesto de grandeza. Queria agradecer a S. Exª, para que a gente possa levar essa matéria ao Plenário, se possível, ainda hoje.

Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria foi aprovada por unanimidade.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Apenas para fazer um comunicado, Sr. Presidente.

É, com tristeza e pesar, que quero anunciar aqui nesta Comissão o falecimento do nosso grande Líder Paes de Andrade,que foi Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do nosso Partido, o PMDB nacional, foi um guerreiro junto com Ulysses Guimarães e tantos outros expoentes do PMDB, como V. Exª, na trincheira pela redemocratização do Brasil.

Ele acaba de falecer há uns 20 minutos, com 88 anos de idade.

Então, os nossos votos de pesar à família, aos amigos e a todos aqueles que o admiravam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu quero me acostar ao requerimento de V. Exª, ao registro que V. Exª acaba de fazer.

Na realidade, Paes de Andrade foi um dos expoentes da vida política nacional, participou da história deste País, da história do Brasil – as duas se confundem, evidentemente. E prestou relevantes serviços ao seu Estado do Ceará e ao nosso Partido, o PMDB.

O seu desaparecimento deixa um vácuo profundo na vida política, tanto cearense, como nacional...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero também me somar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu quero também me somar a essa manifestação.

Paes de Andrade é do nosso Estado, o Estado do Ceará, meu conterrâneo. Fizemos campanhas juntos várias vezes, desde a sua vitória em 1974, quando, na época, nós éramos obrigados a votar num único partido de oposição, que era o PMDB, e o elegemos Deputado Federal.

Em seguida, tive a oportunidade de ser candidato a Deputado Federal em 1998, e ele era candidato ao Senado na nossa chapa. E, fazendo a campanha de Lula desde 1989 até a última, ele sempre acompanhou essa aliança.

Sr. Presidente, ele fará muita falta à política nacional, e queremos trazer aqui o conforto a sua família e dizer que ele faz falta ao Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Secretaria registrará na ata dos nossos trabalhos o voto de pesar que acaba de ser apresentado pelo Senador Raupp, secundado aqui por mim próprio e pelo Senador José Pimentel.

Voltando à pauta, passamos à votação do requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 11:

ITEM 11

OFICIO "S" Nº 65, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, o nome da Juíza DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, escolhida pelo Plenário do STJ para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2015-2017
Autoria: Superior Tribunal de Justiça
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pronto para deliberação
Observações: Como o Senador Walter Pinheiro não se encontra presente, esta Presidência indica o Senador Antonio Anastasia como Relator *ad hoc* para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passando em exame o relatório de autoria do Senador Walter Pinheiro, com o nosso endosso:

Vem ao exame do Senado Federal a indicação, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), da Senhora Juíza Daldice Maria Santana de Almeida, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada a juiz de Tribunal Regional Federal (TRF), nos termos do inciso VI do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a Reforma do Judiciário, e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Consoante o dispositivo constitucional acima referido, os membros daquele Conselho, a quem cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a citada Resolução nº 7, de 2005, proceder à sabatina dos indicados.

Em obediência aos ditames desse diploma legal, a Juíza Daldice Maria Santana de Almeida, que integra o TRF da 3ª Região, com sede na capital do Estado de São Paulo, encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

S. Exª é natural de Riacho de Santana, no Estado da Bahia, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Federal daquele Estado em 1986, onde também se especializou em Processo Civil, em 1989.

Ainda no tocante à sua formação acadêmica, a magistrada tem especialização em Direito Administrativo pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia, em 1992; em Direito Público, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2000; e, em Direito Constitucional Aplicado, pela Escola de Magistratura do TRF da 3ª Região, em 2008.

Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região desde 2010, a Drª Daldice Santana ingressou na Magistratura federal no ano de 1993, onde atuou como Juíza Federal Titular da 1ª Vera Federal de Santos, no Estado de São Paulo, até ser promovida à segunda instância. Como magistrada federal, exerceu diversas funções no âmbito da 3ª Região, tendo sido Coordenadora Administrava das Subseções Judiciárias de Bauru e de Santos e, por duas vezes, Coordenadora do Programa de Conciliação daquela Região. Anteriormente à Magistratura, S. Exª foi Procuradora da Fazenda do Estado da Bahia, de 1991 e 1993, e, sucessivamente, entre 1987 e 1991, Analista Administrativa, Analista Financeira e Auditora Fiscal da Secretaria da Fazenda daquele Estado.

Atuou também como professora de Direito Tributário no Curso Preparatório para os cargos de juiz e membro do Ministério Público Federal, de 1994 e 2002, e foi instrutora e palestrante nas áreas de Direito Ambiental, Sistema Financeiro da Habitação e Conciliação no XVII Congresso Internacional do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad), realizado em Cartagena, na Colômbia, e no Encontro sobre Mediação e Conciliação, que teve lugar em Hamamatsu, no Japão.

Foi coordenadora da elaboração do Manual de Conciliação da Justiça Federal da 3ª Região, publicado em 2013, sendo, também, autora dos artigos "TRF da 3ª Região: a conciliação no âmbito da Justiça Federal em São Paulo e Mato Grosso do Sul", publicado na Revista *Letrado,* do Instituto dos Advogados de São Paulo, em 2013, e "A crise do Sistema Financeiro da Habitação e a Resolução Consensual dos Conflitos: uma política voltada à concretização do direito à moradia", que integra o livro *Justiça Federal: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos*, publicado pela Editora Gazeta Jurídica, em 2014.

A Desembargadora Federal Daldice Santana recebeu, por três vezes, o Prêmio Conciliar é Legal do Conselho Nacional de Justiça, sendo duas em 2013, nas categorias Tribunal Regional Federal e Prêmio Especial de Qualidade, e uma em 2012, na categoria Justiça Federal. Ademais, também recebeu, em 2013, menção honrosa na categoria Instrutores de mediação e conciliação, com a prática Conciliação na Justiça Federal, e moções das Câmaras Municipais de Americana e Palmital, por procedimentos de conciliação na competência delegada, no mesmo ano. Em 2004, S. Exª recebeu o IV Troféu Lydia Frederici, como mulher destaque na área jurídica, como Juíza Federal Coordenadora da Subseção Judiciária de Santos.

Finalmente, cabe registrar que S. Exª apresentou todas as declarações exigidas pela já citada Resolução nº 7, de 2005.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição da candidata e a votação.

O último item da pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2015

– Não terminativo –

Cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais, e transforma funções de Chefe de Cartório.

Autoria: Tribunal Superior Eleitoral

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para proferir o relatório. Por gentileza.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2015 (nº 7.027, de 2013, na origem), do Tribunal Superior Eleitoral, que cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos tribunais regionais eleitorais, destinados às zonas eleitorais, e transforma funções de Chefe de Cartório.

Relatório:

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 25, de 2015 (nº 7.027, de 2013, na origem), de autoria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos tribunais regionais eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais, e transforma funções de Chefe de Cartório.

O art. 1º da proposição cria dois cargos efetivos para cada zona eleitoral e duas funções comissionadas, de níveis FC-1 e FC-6, para as zonas eleitorais localizadas no Distrito Federal e na capital e interior dos Estados.

O art. 2º do PLC transforma para o nível FC-6 as funções comissionadas de Chefe de Cartório das zonas eleitorais do Distrito Federal e da capital e interior dos Estados.

O art. 3º cria, nas zonas eleitorais do Distrito Federal e da capital e interior dos Estados, constantes do art. 1º da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, uma função comissionada de Assistente 1, de nível FC-1.

O art. 4º, por sua vez, determina que as instruções necessárias à aplicação da lei competem ao Tribunal Superior Eleitoral.

O art. 5º estipula que as despesas decorrentes da aplicação da lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos tribunais regionais eleitorais (art. 5º).

A eficácia da lei e de seus efeitos financeiros foi condicionada à existência de dotação orçamentária e à autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do §1º do art. 169 da Constituição (art. 6º).

Ao todo, são criados 332 cargos de provimento efetivo, sendo 166 de Analistas Judiciários e 166 de Técnicos Judiciários. São criadas, ainda 167 funções comissionadas de nível FC-6 e 3.040 de nível FC-1. Por fim, são transformadas 314 funções comissionadas de nível FC-4 e 2.559 funções de nível FC-1 em 2.873 funções comissionadas de nível FC-6.

Na justificação, o TSE informa que a proposição tem por objetivo dar continuidade ao processo de implementação do quadro de pessoal próprio da Justiça Eleitoral nos cartórios das zonas eleitorais, iniciado com a edição da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004.

Ainda segundo o autor, levantamento realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral constatou que, atualmente, 166 zonas eleitorais estão desprovidas de quadro de pessoal próprio, o que justificaria a criação dos cargos efetivos mencionados em seu art. 1º.

Seria necessário, ainda, criar uma função comissionada de chefe de cartório para cada cartório de zona eleitoral.

A transformação de funções comissionadas para o nível FC-6, por sua vez, decorreria de estudos realizados por comissão instituída para examinar propostas de valorização da remuneração dos Chefes de Cartórios (atualmente de nível FC-4), e aprovados pelo TSE.

Por fim, a criação de funções comissionadas de nível FC-1 para cada cartório de zona eleitoral decorreria da busca de melhoria das atividades de suporte técnico e assistência ao chefe de cartório, de forma a conferir maior celeridade aos procedimentos e ao atendimento ao público.

Aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposição vem ao exame do Senado Federal, onde não recebeu emendas.

Análise. No tocante à constitucionalidade formal, não há qualquer restrição ao PLC nº 25, de 2015, tendo em vista tratar-se de matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Tribunal Superior Eleitoral, na forma do que dispõe o art. 96, II, b, da Constituição Federal. Igualmente, do ponto de vista material, não há qualquer reparo a fazer.

Além disso, o projeto não apresenta vícios de juridicidade e regimentalidade e vem vazado em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, é indiscutível a necessidade de criação dos cargos previstos na proposição, os quais são indispensáveis para se assegurar um contingente mínimo de pessoal próprio às 166 zonas eleitorais criadas após a Lei nº 10.842, de 2004. Meritória, ainda, a transformação de funções comissionadas dos Chefes de Cartórios para o nível FC-6, de forma a compatibilizar a remuneração desses servidores à relevância e à complexidade de suas atribuições.

Voto. Do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 25, de 2015, e voto, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa ...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Peço urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 7, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2015.

Autoria: Senador Benedito de Lira e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações: As Srªs e Srs. Parlamentares que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, também, a urgência. (*Palmas.*)

Devolvo a presidência ao Senador José Maranhão. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O item 2, que é o PLS nº 333/2015, teve aprovada a urgência ontem pelo Plenário do Senado Federal, e já veio o pedido. A nossa assessoria está informando que, ainda hoje, encaminhará ao Plenário do Senado o PLS 333/2015.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é que nós...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O PLS será encaminhado ao Plenário do Senado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado.

A segunda questão de ordem, Sr. Presidente, é que temos um conjunto de pessoas que irão integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Com a leitura de hoje, Sr. Presidente, passamos a ter cinco nomes preparados. Tivemos, hoje, um protesto. Eu pediria a V. Exª que chamasse o feito à ordem e designasse as novas datas para sabatinarmos os membros do CNJ.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para a próxima reunião da Comissão, indicamos o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira e o Juiz Federal Fernando Cesar Baptista de Mattos para a próxima reunião.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Então, Sr. Presidente, quarta-feira, dia 24, teremos dois sabatinados?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dois sabatinados.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 47 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2015.

Às dez horas e um minuto, do dia vinte e quatro de junho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel (Vice-Presidente da CCJ), com a presença dos Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Walter Pinheiro, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Roberto Requião, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, José Medeiros, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Simone Tebet, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, José Maranhão, José Serra, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Magno Malta e a Senadora Fátima Bezerra. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e Conselheiro Nacional de Justiça, Lelio Bentes Corrêa; Ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas; Deputado Federal, Max Filho (PSDB-ES); Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), Antônio César Boechenek; Vice-Presidente da 3ª Região da AJUFE, Fernando Marcelo Mendes; Conselheiro Nacional de Justiça, Emmanoel Campelo de Souza Pereira; Conselheira Nacional de Justiça, Gisela Gondin Ramos; Conselheiro Nacional do Ministério Público, Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho; Ex-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Paulo Luiz Schmidt; e Ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo Filho. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: ITEM 1) OFICIO "S" Nº 56, de 2015 - Não Terminativo. Indicação do Senhor. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA, para recondução ao cargo de Conselheiro Nacional de Justiça - CNJ, na forma do art. 130-B, inciso XIII, da Constituição Federal. Autoria: Líderes Partidários. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 22 votos favoráveis e 1 voto contrário. ITEM 2) OFICIO "S" Nº 60, de 2015 - Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal

FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, escolhido pelo Plenário do STJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça. Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz Federal FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 22 votos favoráveis e 1 voto contrário. 2ª PARTE: ITEM 1) OFICIO "S" Nº 69, de 2015 - Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VIII e IX e § 2º, da Constituição Federal, o nome do Desembargador GUSTAVO TADEU ALKMIM, escolhido pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça. Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Senador Marcelo Crivella (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 2) OFICIO "S" Nº 70, de 2015 - Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Juiz CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS, escolhido pelo Plenário do TST, para compor o Conselho Nacional de Justiça. Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião, às quatorze horas e onze minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: 2ª PARTE: ITEM 3) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2015; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011; ITEM 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2015; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009; ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2014; ITEM 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, de 2014; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2011; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2012; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2013; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2011; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 562, de 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Maranhão) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Maranhão,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes: a primeira destina-se à deliberação dos Ofícios "S" nºs 56 e 60, de 2015; e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 18.

Convido o Senador Valdir Raupp a conduzir o Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira e o Sr. Fernando Cesar Baptista de Mattos ao nosso recinto. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira para a sua exposição, por até 15 minutos.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Bom dia a todos!

Sr. Presidente, Senador José Pimentel, agradeço muitíssimo pela condução de todo o processo desta sabatina, por sua cortesia, pelo seu modo simples de ser e pela sua capacidade de articulação. Não tenho dúvida de que essas características o tornam um dos parlamentares mais respeitados e mais admirados no Congresso Nacional.

Eu também gostaria de saudar todos os Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Permita-me, Sr. Presidente, também saudar aqui o Senador José Maranhão, que nos recebeu do mesmo modo, com muita abertura, com muito diálogo, com muita disponibilidade. Eu não poderia deixar de saudar também o Líder Eunício Oliveira, para com quem tenho uma enorme dívida de gratidão, S. Exª foi Relator no processo da minha indicação e, novamente, para a minha honra imensurável. Agradeço, de modo muito especial, todas as lideranças partidárias que subscreveram a minha indicação. Não poderia deixar de mencionar as Lideranças do PMDB, do Democratas, do PSD, do PP, do PT, do PSDB, do PDT, do PR, do PSOL e do PSB, na ordem em que figuram no ofício da minha indicação. Sinto–me muitíssimo honrado

pelo apoio recebido e espero, sinceramente, estar à altura, Sr. Presidente, desta indicação. Saúdo também, de modo muito especial, o eminente Senador Valdir Raupp, que acompanha a minha trajetória, a quem admiro também muitíssimo pelo seu brilhantismo, pela sua parcimônia, capacidade de leitura, que é para todos nós uma fonte de inspiração.

Também, Sr. Presidente, quero mencionar, de forma muito grata, o nome do Presidente Rena Calheiros, que preside esta Casa pela quarta vez. É uma pessoa com quem mantenho um diálogo fecundo e bastante respeitoso. Vejo e saúdo os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, Emmanoel Campelo, Gisela Gondin, Ministro Bruno Dantas, companheiro de estrada – antes de ser Ministro, um talentoso jurista –, Dr. Fernando Mattos, com quem tenho o privilégio de dividir este momento tão especial; servidores desta Casa, amigos, amigas, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, sou consultor legislativo do Senado Federal há 13 anos. Tenho muito orgulho de pertencer aos quadros técnicos desta Casa. Esta Casa, verdade seja dita, me ofereceu e proporcionou muito mais do que as minhas modestíssimas retribuições; esta Casa, Sr. Presidente, me ofereceu lições de vida, lições de humildade, de trabalhar com as diferenças, com a pluralidade, com as divergências, ainda que sejam divergências duríssimas. É praticamente um lugar comum dizê-lo, mas os lugares comuns também têm a sua força: o Senado Federal é uma verdadeira escola.

No CNJ, ocupo, Sr. Presidente, as funções ouvidor nacional de justiça e também de Presidente da Comissão de Articulação Federativa e Parlamentar – aproveito para saudar aqui e reverenciar a presença do eminente Senador Ricardo Ferraço, do PMDB, do Espírito Santo. Muito obrigado. Essa tem sido, para mim, uma experiência inigualável. Não teria realmente palavras para descrever, do ponto de vista pessoal, o que representa ocupar uma função tão importante como a de representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Justiça.

Tentei, no limite das minhas possibilidades e das nossas forças, dividir essa experiência, na medida em que enviei periodicamente relatório das minhas atividades às Srªs e Srs. Senadores. Realmente, eu me sentiria profundamente honrado se me fosse concedida a oportunidade de dar prosseguimento a esse honroso trabalho.

O Conselho Nacional de Justiça, Sr. Presidente, completou, no dia 14 de junho, dez anos de sua instalação. A primeira reunião se deu no dia 14 de junho de 2005. Talvez seja este o momento oportuno para fazer uma avaliação sobre a trajetória desse órgão tão jovem e tão promissor, que representa um verdadeiro divisor de águas na Justiça brasileira.

Digo que não estamos falando de um conselho nacional da magistratura como ocorre em outros países; não estamos falando, Senador Benedito de Lira – saúdo V. Exª – de um conselho nacional do Poder Judiciário. Embora formalmente o CNJ seja um órgão do Poder Judiciário, vinculado ao Poder Judiciário, assim está na Constituição da República, o CNJ é mais do que isso; o CNJ é um Conselho Nacional de Justiça no sentido de que para esse órgão confluem todos os segmentos da Justiça: Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, delegados, defensores públicos.

Ou seja: o CNJ é esse entroncamento, essa zona de interseção, as suas decisões repercutem, portanto, não apenas na magistratura, mas também na advocacia e, enfim, em todos os principais atores do sistema de justiça. E o que falar dos próprios jurisdicionados?

Bem, eu pediria, portanto, licença, eminentes Senadores, para, ainda que seja um filtro arbitrário, muito arbitrário de minha parte, citar algumas iniciativas do CNJ que marcaram a sua trajetória, fecunda trajetória. Eu me refiro, por exemplo, à proibição de prática de nepotismo no âmbito do Poder Judiciário. Recordemo-nos de que essa proibição se deu em 2005, sendo que a súmula do Supremo Tribunal, Senador Ferraço, se deu apenas em 2008. Portanto, o CNJ inaugura práticas de moralidade pública voltadas a essa questão problemática que se dava em relação ao nepotismo.

O CNJ inaugura, ainda nos idos de 2006, eminente Senador Ronaldo Caiado, um sistema nacional de estatísticas. Não dispúnhamos de estatísticas credíveis àquela altura. O Judiciário era representado por ilhas de poder sem um feixe que pudesse organizar dados, dados esses que, como todos sabemos, fornecem a base para aprimoramento da gestão, planejamento, etc.

O CNJ é precursor do Movimento pela Conciliação, talvez uma das políticas públicas mais longevas daquele órgão; o CNJ cria o Cadastro Nacional de Adoção; o CNJ disciplina, com muito rigor, o pagamento de precatórios por parte dos tribunais; o CNJ realiza, eminente Senador Valdir Raupp, mutirões carcerários por todo o Brasil, com mais de 400 mil processos analisados, com resultados realmente impressionantes; edita um código da magistratura, em 2008, e estabelece, de forma realmente bastante arrojada, metas para o Poder Judiciário, metas que são construídas de baixo para cima, juntamente com todos os tribunais de Justiça e que vem sendo constantemente aprimoradas.

Ele é também órgão responsável por impulsionar o processo judicial eletrônico. Na nossa gestão, na gestão de que tive a honra de participar, o CNJ editou uma resolução que define diretrizes de atenção prioritária

ao primeiro grau de jurisdição, inovando mais uma vez, rompendo resistências, propondo que o orçamento dos tribunais, a equalização da força de trabalho dos tribunais, rompendo, como disse, muitas resistências, que ainda precisam ser vencidas.

Sr. Presidente José Pimentel, o CNJ também foi um órgão que proporcionou a realização de concursos públicos nos cartórios. Embora essa decisão tenha sido do Constituinte de 1988, passávamos por 20 anos sem que todos os Estados realizassem concursos dessa natureza. Tenho a satisfação de dizer que hoje todos os Estados, desde o ano passado... O Tocantins foi o último Estado a realizar. Portanto, cumprimos essa importantíssima etapa.

Do ponto de vista disciplinar, o levantamento que fiz foi de que, nas mais de 200 sessões já realizadas, o CNJ, eminente Senador Anastasia, a quem saúdo e agradeço a presença, assim como saúdo o Senador Benedito de Lira, o CNJ aplicou a pena de aposentadoria compulsória, a pena mais drástica possível na esfera administrativa, a 47 magistrados. Não creio que o CNJ tenha faltado para com essa dificílima função que é o exercício da função disciplinar.

Portanto, estamos falando de um órgão de controle administrativo, de um órgão de controle financeiro, mas, especialmente, como vimos, de um órgão de fomento e de planejamento de todas as atividades do Poder Judiciário.

Fiz, agora, um brevíssimo e, repito, arbitrário levantamento do estoque de ações do Conselho Nacional de Justiça, e também gostaria de olhar para adiante, para o futuro. Quais seriam os principais desafios a serem enfrentados pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Poder Judiciário?

Saúdo o eminente Senador Jorge Viana.

Não há dúvida de que a morosidade processual é um problema estrutural e que merece, de nossa parte, reflexão e coragem para o enfrentamento diuturno.

Como Ouvidor do Conselho Nacional de Justiça, nós recebemos, anualmente, cerca de 18 mil reclamações, Sr. Presidente José Pimentel, metade das quais se referem ao problema da morosidade. Nós não podemos tratar esse problema como um tabu, como algo que não possa ser dito. Nós temos de tocar o dedo nessa ferida. Estamos falando de uma tramitação processual absurdamente elevada, de 95 milhões, Senador Anastasia, de processos judiciais, que tramitaram pelos nossos tribunais em 2013. Esses são os dados mais recentes de que dispomos. Desse montante, 80% tem a ver com a Justiça Estadual, 90% com a Primeira Instância, com o Primeiro Grau de Jurisdição. Nos últimos cinco anos, 12 milhões de novos casos; uma média de crescimento de 3,4% ao ano.

Qual é o problema dos dados? O que os dados nos apontam? É que aumenta o estoque ano a ano, aumenta o número de casos novos, aumenta o número de casos julgados – repito: há um aumento do número de casos julgados –, e a Magistratura brasileira, realmente, responde por uma carga de trabalho bastante exagerada. E esses são os números elevados inclusive se comparados com as realidades de outros países. Nós temos um número de juízes por 100 mil habitantes ainda bastante inferior ao de outras realidades, como é a Europeia, como é a norte-americana. Nós temos 17 mil juízes no País hoje.

É preciso, realmente, romper, criar inflexões na cultura de litigância, Eu registraria aqui duas importantíssimas e recentes contribuições do Congresso Nacional para a solução desse problema: o novo Código de Processo Civil, que, realmente, descortina, aposta, investe na possibilidade da conciliação e da mediação ao estabelecer a audiência de conciliação como a primeiríssima etapa do processo, antes mesmo da contestação da parte contrária, ou seja, permite que as partes possam sentar, com os ânimos mais arrefecidos, proporcionando às partes um ambiente confortável para que possam realmente chegar a uma solução consensual do conflito, eminente Senador Ronaldo Caiado.

Os números, portanto, não são animadores. Nós estamos falando de um orçamento de quase R$62 bilhões por ano, o que representa 1,3% do PIB nacional, para gerir essa máquina.

E nem podemos dizer que é uma máquina ineficiente, porque, afinal de contas, os investimentos ocorrem, nós temos referências de centros de excelência nos tribunais – alguns tribunais realmente exportam qualidade na prestação de serviços; nem podemos, portanto, dizer, mas se trata de uma máquina morosa, lenta, muito difícil de ser administrada.

Nós poderíamos discutir aqui, Sr. Presidente, algumas alternativas de enfrentamento, alguns enfoques, algumas linhas de ações prioritárias a serem possivelmente seguidas pelo Parlamento brasileiro. Talvez a ocasião mais apropriada seja no momento das intervenções das eminentes Srªs Senadoras e dos eminentes Srs. Senadores.

Eu destacaria que, além do problema da morosidade, Senadora Gleisi Hoffmann – a quem saúdo –, nós temos outro, digamos, calo na Justiça, que é a qualidade do atendimento prestado ao jurisdicionado. Como ouvidor do CNJ, eu tenho condições de fazer, com segurança, Senador Jorge Viana, esta afirmação. Nós tínha-

mos um paradigma de justiça em que a prestação jurisdicional era interpretada apenas como ato de poder. Se nós entendermos a prestação jurisdicional como, pura e simplesmente, um ato de poder, isso é um campo fértil para uma cultura hermética, hierarquizada, pouco porosa à participação popular.

Eu tenho para mim que nós estamos vivendo um momento de transição, em que a prestação jurisdicional, eminente Senador Jader Barbalho – a quem saúdo também pela distinta presença –, não pode ser vista apenas como um ato de poder. É um ato de poder? Definitivamente, todos sabemos que é um ato de poder, mas deve ser compreendida, essencialmente, como um serviço público prestado à população brasileira. Se é um serviço público, o foco não pode ser a autoridade que decide; a crítica dirigida à autoridade não pode ser uma crítica que deva ser interpretada como crítica à pessoa do juiz, mas uma crítica no sentido de melhoria, de aperfeiçoamento do serviço público; portanto, o destinatário desse serviço deve ser o ponto de principal referência da prestação jurisdicional.

E nós temos essa dificuldade ainda na Justiça brasileira – já concluo, Sr. Presidente –, no sentido de que há muita desigualdade. Nós não estamos falando de um Judiciário; nós estamos falando de muitas magistraturas, de muitas realidades. Dentro de um mesmo Estado, nós temos Justiças distintas, com uma qualidade de serviço muito diferenciada. Então, o CNJ pode exercer essa função de aproximação entre as Justiças no sentido de oferecer ao cidadão brasileiro uma Justiça mais atenta, mais zelosa, mais eficiente.

Eu concluo, com essas brevíssimas considerações, dizendo da minha imensa honra de receber, mais uma vez, a confiança das Lideranças partidárias e de ter, se assim entender esta Comissão e o Plenário desta Casa, a possibilidade de dar prosseguimento a esse trabalho no Conselho Nacional de Justiça.

Saúdo, por fim, a presença do Conselheiro Lelio, Ministro do TST, e agradeço aos colegas que, com muita paciência, ouviram esta modestíssima exposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Registro a presença do Ministro Lelio Bentes Corrêa, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e Conselheiro Nacional de Justiça.

Registro a presença do Ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União; do Deputado Federal Max Filho, do Espírito Santo – até porque o próximo a expor é também do Espírito Santo; não é isso, Dr. Fernando Cesar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Risos.*)

Registro a presença do Sr. Antônio César, presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil; a presença do Sr. Fernando Marcelo Mendes, vice-presidente da 3ª Região da Associação dos Juízes Federais do Brasil; Vice-Presidente da 3ª Região da Associação dos Juízes Federais do Brasil; do Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, do Conselho Nacional de Justiça; da Srª Gisela Gondin Ramos, Conselheira Nacional de Justiça; do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; e do Sr. Paulo Luiz, ex-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

E convido o Ministro Lelio Bentes Corrêa para estar conosco, aqui, na Mesa. Por gentileza.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Cesar Baptista de Mattos, para sua exposição, por até 15 minutos.

O SR. FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador José Pimentel; Exmº Sr. Senador Ricardo Ferraço, que é Relator deste procedimento, objeto desta sabatina, Senador pelo Estado do Espírito Santo, como bem disse V. Exª, um Estado que me acolheu há dez anos e onde eu crio minhas duas filhas, Maria Fernanda e Ana Carla. Eu queria saudar os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras da Comissão de Constituição e Justiça e, aqui, se me permitirem, especialmente todos os Senadores, e me desculpar com aqueles Senadores com os quais, pessoalmente, eu não pude estar, mas porque estou no exercício da jurisdição, ainda, do Espírito Santo, e procurei estar aqui, apresentando meu currículo. Mas cumprimento o Senador Ronaldo Caiado, Senador Benedito de Lira, Senador Valdir Raupp, Senador Ricardo Ferraço – como já disse –, Senador Anastasia, Senador Jorge Viana, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Jader Barbalho – que já presidiu esta Casa –, Senador Alvaro Dias e Senador Sérgio Petecão.

Eu gostaria também de saudar o Sr. Fabiano Silveira, Conselheiro do CNJ, e parabenizá-lo pela exposição. Ele tem sido também um companheiro já de longa data, desde a época em que estive na Associação dos Juízes Federais. Eu queria saudar os meus colegas juízes federais, e permitam-me saudá-los na presença do Ministro Lelio Bentes, do Conselho Nacional de Justiça, e do Presidente da Ajufe, Dr. Antônio César Bochenek. Eu queria saudar o Ministro Bruno Dantas, também do Tribunal de Contas da União, com quem também pude, desde o CNJ, ainda também na Consultoria Legislativa do Senado, apresentar as propostas dos juízes federais. Eu queria saudar os Conselheiros que se fazem aqui presentes: Dr. Emmanoel Campelo, Drª Gisela e o Dr. Leonardo, do Conselho Nacional do Ministério Público. Eu queria saudar a todos os meus amigos que vieram e

compareceram, aqui, do Espírito Santo. Eu gostaria de saudar as senhoras e os senhores servidores do Senado, os profissionais da imprensa, as autoridades presentes.

Minhas senhoras e meus senhores, inicialmente eu gostaria de registrar a minha honra e a minha alegria em comparecer perante o Senado, especialmente neste dia de submeter-me a V. Exªs após a indicação do meu nome, pelo STJ, a esta Casa, para integrar o CNJ. Digo isto, porque, neste momento, se cumpre uma etapa fundamental do processo de avaliação de agentes públicos, permitindo que se estabeleça um saudável diálogo interinstitucional, cumprindo o sistema de freios e controle previsto pela Emenda 45.

Eu gostaria de, inicialmente, destacar a importância do Senado e dessa sabatina. É, na verdade, um poder que o Senado dispõe, conferido pela Constituição, e, ao mesmo tempo, é um dever, do sabatinado, de mostrar a sua trajetória, mostrar as suas convicções e também prestar contas da sua atuação profissional. Então, eu venho aqui, Senador Jader, com muita humildade, perante este Senado.

Eu não poderia deixar de registrar, como disse, a minha alegria de retornar ao Senado, onde eu diversas vezes estive, na condição de diretor, na condição de presidente da Ajufe, para apresentar pleitos, as contribuições dos juízes federais, para o aperfeiçoamento do sistema de Justiça e o fortalecimentos dos direitos e garantias fundamentais.

Nessa caminhada, é importante registrar, eu sempre fui extremamente bem recebido por todas as Srªs e Srs. Senadores, com quem pude manter um diálogo franco e respeitoso. E aqui eu gostaria de afirmar a importância do Senado e o que eu aprendi em todos esses anos em que aqui pude estar: a representação das realidades de cada Estado, mas, principalmente, que é possível, dentro da divergência, construir consensos.

Então, isso, para mim, foi muito importante, uma lição que eu aprendi.

Eu não poderia deixar de apontar as valiosas contribuições e a sensibilidade do Senado em projetos estratégicos da Justiça Federal, como a criação de Varas federais, de turmas recursais ou do projeto que garantiu a segurança dos magistrados.

O Senado também tem exercido com muito destaque essa missão constitucional de aperfeiçoamento do sistema de Justiça.

Pude acompanhar, aqui junto ao Senado, os Senadores se recordam, a celebração de dois pactos republicanos. Esses pactos republicanos resultaram em diversos projetos de lei, projetos aprovados pelo Senado Federal, e deliberações e a preocupação do Senado no que se refere a modificação e aperfeiçoamento dos códigos, Senador Ferraço: Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Código Eleitoral, a nova Lei de Arbitragem, da Conciliação, dentre tantos outros que a gente tem verificado.

Aqui, já queria, na verdade... Se houver outras oportunidades, eu gostaria, já, de ter esse compromisso, recebendo a honra do Senado de ser confirmado, Senador Pimentel, de estar aqui todas as vezes que o Senado Federal achar conveniente, para prestar esclarecimentos, dentro daquele sistema de responsabilidade que se estabelece.

Agora, eu queria lembrar um pouco da minha trajetória e reafirmar, primeiro, o compromisso de cumprir a Constituição, o compromisso com a ordem jurídica, o compromisso na afirmação de que o sistema de Justiça é a última fronteira na afirmação de direitos desse tripé, que é composto pela Magistratura, pelo Ministério Público e pela Advocacia.

Eu nasci no Estado de São Paulo, eu fui criado no Rio de Janeiro e há 10 anos eu vivo no Espírito Santo, com muito orgulho, nesse Estado que me acolheu.

A minha escolha pelo estudo do Direito foi, em grande parte, influenciada pelo exemplo dos meus pais, Norton e Luíza, que são membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e do meu irmão, Luiz, que também é Juiz Federal, como eu.

Eu estudei na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na Faculdade de Direito, concluí o meu curso em 1996. Depois, lá também, fiz o meu curso de Mestrado em Direito Público e iniciei a minha vida profissional trabalhando na assessoria parlamentar do Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, onde trabalhava exatamente com toda essa parte relativa ao processo legislativo, acompanhamento, elaboração de minutas, razões de veto, sanção.

No ano de 1997, depois de concluir a Faculdade de Direito, eu fui aprovado em concurso público para advogado da Comissão de Valores Mobiliários. Em 1998, eu tomei posse como Procurador da Fazenda Nacional, onde permaneci até janeiro de 2000, tomando posse como Juiz Federal Substituto, e eu atuei em diversas Varas Federais, em auxílio, no Estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2004, eu fui promovido a Juiz Federal titular e, em 2005, fui removido para a 1ª Vara de Execução Fiscal de Vitória, onde permaneço até hoje.

Eu tive a honra de ser eleito para representar os juízes federais, primeiro como diretor, vice-presidente e, nos anos de 2008 a 2010, como presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Exatamente em razão desse cargo, eu pude, também, ter assento no Conselho da Justiça Federal, que é o órgão de planejamento estratégico da Justiça Federal, órgão de controle também, principalmente depois da Emenda Constitucional nº 45. Esse foi um período de intenso aprendizado, principalmente quanto às diferenças de cada região, de cada Estado, que, no conjunto, formam essa Justiça Federal e formam o Brasil.

Aprendi, também, a necessidade de manter um permanente diálogo entre os Poderes e instituições, serenidade e responsabilidade para avançar na construção de um País mais justo e cada vez mais solidário, reduzindo as desigualdades.

No ano de 2010, eu encerrei o meu mandato como presidente da Ajufe, eu retornei à jurisdição, voltei a atuar na 1ª Vara de Execução Fiscal. Atuei, também, perante as turmas recursais dos Juizados Especiais Federais e, no ano de 2011, fui eleito pelo Tribunal Regional Federal, mas a partir da indicação dos meus colegas e dentro de um critério de antiguidade, para dirigir o foro da Justiça Federal do Espírito Santo.

A Justiça Federal tem uma peculiaridade que, até hoje, a administração da primeira instância, e me parece de forma muito positiva, é feita pelos próprios juízes de primeiro grau.

Então, eu pude me deparar, também, com todas aquelas dificuldades que vive o ordenador de despesa, pelos órgãos de controle interno, pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho da Justiça Federal e também pelo Tribunal de Contas da União.

Para terem uma ideia, lá, o orçamento é bastante expressivo, e isso, para mim, foi também uma experiência que reputo muito importante na afirmação da Justiça.

No ano de 2012, fui convocado pelo Ministro Carlos Ayres Britto, quando ele assumiu a Presidência do Supremo Tribunal Federal, para atuar junto ao Conselho Nacional de Justiça. Tive a oportunidade de já travar contato com diversos dos conselheiros que estão aqui e com o funcionamento do conselho, e lá eu exerci as funções de Secretário-Geral Adjunto e de Coordenador do Comitê Nacional do Fórum da Saúde.

Também, por dois biênios, integrei o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo – encerrei agora, este ano – como membro suplente, representando os juízes federais, Senador Anastasia.

Eu gostaria de dizer que ter sido indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça representa, para mim, um momento de grande alegria e realização profissional.

Não tive oportunidade ainda, mas gostaria também de agradecer aos Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Uma vez sendo confirmado pelo Senado Federal, pretendo honrar essa escolha da melhor forma possível.

Como sabem V. Exªs – e eu queria falar um pouco do CNJ, após a exposição do Dr. Fabiano, que basicamente já esgotou o tema, mas vou-me permitir algumas considerações –, o CNJ foi criado pela Emenda 45 e é responsável pelo controle e pelo planejamento estratégico do Poder Judiciário.

O CNJ funciona também como órgão de correição, ainda que, e os números demonstram, em cerca de 17 mil juízes no Brasil nós tenhamos pouco mais de 40 casos de aposentadoria compulsória, o que mostra o compromisso dos juízes brasileiros com uma Justiça ágil e eficaz.

Seus membros atuam em colaboração com os diversos ramos do Poder Judiciário e, com um olhar atento às peculiaridades de cada Estado e de cada região, têm a missão de definir políticas que permitam uma prestação jurisdicional mais célere, mais eficaz e mais transparente.

Eu gostaria aqui de falar de como, na verdade, esse sistema de Justiça, que é liderado hoje pelo Conselho Nacional de Justiça em matéria administrativa, tem atuado como agente de transformação. Nas suas diversas composições, acredito que cada uma delas deu a contribuição para o aperfeiçoamento desse sistema.

É um órgão novo, um órgão que tem cerca de dez anos, como disse o Dr. Fabiano, mas tem tido uma preocupação muito grande com a questão relativa à gestão estratégica do Poder Judiciário, de que forma exatamente o Conselho pode definir metas em conjunto com os juízes, com os desembargadores, com os ministros, melhorar essa prestação jurisdicional? Agora temos também o sistema do processo eletrônico. O processo eletrônico é uma realidade, mas tem que ser realizado de maneira que seja inclusivo, que permita cada vez mais que essa prestação seja rápida. Nós vivenciamos lá, na minha pequena realidade, não só a implementação do processo eletrônico, mas a digitalização do acervo processual. Então, hoje, como já acontece, inclusive, aqui no Senado e em outras realidades, os processos tramitam eletronicamente, o que permite que o juiz, na verdade, profira suas decisões em qualquer lugar que esteja e também permite que as partes peticionem 24 horas por dia perante o Poder Judiciário.

Então, houve exatamente essa política transformadora por parte do CNJ, e aqui eu poderia falar ainda do Mutirão Carcerário, do Fórum de Precatórios, da Atenção Prioritária ao Primeiro Grau. Parece-me que esse é um grande desafio que o CNJ ainda tem porque exatamente trata da forma como se pode dotar o primeiro grau de uma estrutura melhor de funcionamento, que atenda melhor à população.

Há a questão recente das audiências de custódia. Ontem o Ministério da Justiça revelou os dados relativos à população carcerária: mais de 600 mil presos no Brasil, sendo que, desses 600 mil, 240 mil presos são

presos provisórios, são presos que ainda não têm uma sentença. E mais ainda: desses 240 mil, 40% são presos que ainda não têm uma decisão judicial quanto à manutenção da sua prisão. Então, daí a importância, parece-me, do Mutirão Carcerário, da Audiência de Custódia, programas que foram implementados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Agora, com relação às medidas socioeducativas, há um tema que é inclusive objeto de discussão no Congresso Nacional: a maioridade penal...

(*Soa a campainha.*)

...as opções que existem para a maioridade penal, além da questão de se modificar o Estatuto da Criança e do Adolescente para aumentar os períodos de internação; da conciliação, ou seja, o novo Código de Processo Civil traz, de maneira mais firme, a conciliação; e, como se tem dito, da execução fiscal. Hoje, a execução fiscal na Justiça Federal representa quase a metade do número de processos. Que medidas podem ser feitas exatamente para racionalizar essa estrutura do Poder Judiciário?

Da mesma forma, parece-me que, hoje – e com muita razão –, o foco da atuação desse sistema de Justiça tem que ser exatamente a prestação de um serviço público, um serviço público que seja de qualidade, um serviço público que seja em tempo socialmente adequado.

Eu queria terminar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dizendo o seguinte...

(*Soa a campainha.*)

... eu me apresento perante V. Exªs com o mesmo entusiasmo de quando ingressei na magistratura. É exatamente com esse mesmo espírito que, com humildade e respeito, eu me submeto ao Senado da República. Uma vez sendo merecedor da aprovação de V. Exªs, pretendo contribuir no CNJ, para ampliar o acesso à Justiça e para que o processo tenha uma duração socialmente adequada.

Eu gostaria muito de agradecer a V. Exªs pela paciência de me ouvir e me coloco inteiramente à disposição para responder às indagações dos membros desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos à fase de arguição.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, por dez minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, o senhor está reduzindo o tempo, mas acho que não vou gastar nem três minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Peço a inscrição.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Por três minutos?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Por dez minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Dez? Achei que eram três. Desculpe-me.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Peço a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Senador Ferraço está pedindo sua inscrição.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou fazer apenas duas perguntas. Fica a critério dos dois, Dr. Fabiano e Dr. Fernando, quem vai responder ou talvez os dois, já que são só dois. Nós já sabatinamos aqui dez num dia só. Era difícil os dez falarem, embora algumas perguntas coubesse aos dez responder, o que seria muito difícil.

Eu queria saber a opinião dos nossos sabatinados aqui, indicados para o CNJ, sobre a redução da maioridade penal, tema muito debatido, muito discutido e polêmico.

Participei, recentemente, na capital do meu Estado, Porto Velho, de um evento organizado pela diocese do Estado de Rondônia, porque eles são contra.

Com a situação existente hoje – a segunda pergunta está praticamente ligada à primeira –, o que o CNJ pode fazer para ajudar na melhoria do sistema prisional brasileiro? Não adianta reduzir a maioridade penal, se temos hoje milhares e milhares de condenados sem poderem ser sentenciados e recolhidos às prisões, porque não há vagas. Além das péssimas condições dos nossos presídios, não há sequer vagas para colocar na cadeia todos que já estão condenados. Então, de que adianta reduzir a maioridade penal, se não temos nem vaga hoje e a situação dos presídios é muito difícil?

Existem algumas ilhas de excelência na área prisional. Os presídios federais, por exemplo, são excelentes. O Governo Federal é interessante: algumas coisas não funcionam, outras funcionam. As nossas universidades públicas são excelentes, e os presídios federais também são excelentes. Não sei se é porque são novos. Vamos ver com o passar do tempo, porque não faz muito tempo que foram criados os presídios federais.

Se a União pudesse transformar todos os presídios ou construir mais presídios federais, talvez pudéssemos chegar, com a criação de um fundo... Nós já temos um fundo, que não é suficiente para socorrer os Estados

que não têm condições de melhorar o sistema prisional, até porque manter um preso, hoje, fica três, quatro, cinco vezes mais caro do que manter um aluno na escola.

Eram essas as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, se me permitir V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Adicionando à importante reflexão que faz o Senador Raupp acerca da maioridade penal, nós fizemos muitas audiências públicas nesta Comissão, e houve um debate sobre se maioridade penal é ou não cláusula pétrea.

Eu gostaria de, na esteira do que fez aqui o Senador Valdir Raupp, que V. Sªs pudessem explorar essa questão da definição e do conceito de cláusulas pétreas para além daquilo que está explícito na Constituição Federal. Qual seria a interpretação de V. Sªs.

Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra o Sr. Fabiano Augusto e, em seguida, o Sr. Fernando Cesar.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Eminente Senador Valdir Raupp, agradeço a V. Exª pelas instigantes indagações feitas, secundadas, há tão pouco, pelo Senador Ricardo Ferraço.

Começo por um tema muito intrincado, que é a questão de cláusula pétrea. A Constituição diz que não será objeto de emenda proposta tendente a abolir direitos e garantias fundamentais. O Supremo já decidiu que as garantias fundamentais não estão, digamos, enclausuradas no art. 5º em matéria tributária e, no art. 218 da Constituição, está prevista... Talvez haja algum problema com o som, Sr. Presidente. Ele está um pouco baixo.

Bem, prosseguindo, eminente Senador, a questão é o fato de não estar no art. 5º não significa que não seja um direito fundamental a ser observado.

No caso, qual seria o direito? Seria o direito a uma imunidade penal. Ou seja, a partir de uma tal idade é que se abre a possibilidade de sanção do ponto de vista penal.

Eu me coloco numa posição delicada nesse processo, porque – digo com toda honestidade – já defendi, em outros momentos, a tese da inconstitucionalidade. Ela já me seduziu em algum momento. Passados os anos, talvez, não vou dizer maturidade, enfim, com os anos, com a estrada, parece-me que nações democráticas adotam parâmetros diferenciados em relação à questão da imputabilidade penal.

Parece-me que o argumento da inconstitucionalidade, pura e simplesmente, é uma tentativa de interdição do debate. Hoje, vejo com um pouco mais de abertura a possibilidade ao debate.

Cito como exemplo a proposta do Senador Aloysio Nunes Ferreira – V. Exª é o Relator. Ela pareceu-me vazada em termos bastante razoáveis, criando-se um incidente. Recordo-me, inclusive, que, em 1969, em período militar, o Congresso brasileiro chegou a aprovar a redução da maioridade de 18 para 16 anos, criando uma presunção relativa entre 16 e 18 anos.

Dito isso, eminentes Senadores Ferraço e Valdir Raupp, com a mesmíssima honestidade intelectual – e todos nós sabemos o tamanho desse debate –, acompanhei, como Consultor Legislativo, o momento histórico, nesta Comissão, quando se contrapuseram duas posições defendidas, de um lado, pelo Senador Demóstenes Torres, e, de outro, pela Senadora Patrícia Saboya, quando esta Comissão entendeu pelo não prosseguimento da proposta. Falo de cerca de talvez cinco ou oito anos atrás.

Bem, no que diz respeito ao mérito propriamente da questão, é difícil. Hoje, o debate avançou muitíssimo. Vemos que o Governo Federal tomou uma posição; partidos importantes tomaram posição. Quer dizer, posso dizer que nunca testemunhei esse debate num estágio tão avançado, mas devo dizer, repito, com toda a honestidade, reconhecendo, inclusive, o nosso tamanho nesse debate, que tenho muito receio em relação à redução da maioridade.

Penso que a clientela... Temo, receio pelo aumento exponencial da clientela penal ao criminalizar a nossa juventude.

Os presos no Brasil, se V. Exª perceber, e outros já se debruçaram e se debruçam constantemente sobre esses dados, a população carcerária brasileira é jovem. Então, as pessoas que lidam com gestão do sistema penitenciário têm bastante receio em relação a esse aumento exponencial. Nós temos números desde 2000, mas a série histórica desde 2005, que apresenta números mais credíveis, mostra um aumento crescente da população.

Então, me parece que, repito, respeitando todas as posições divergentes, talvez o caminho fosse o do meio, um caminho intermediário, no sentido de aumentar o período de internação, que hoje é de três anos, e estendê-lo para cinco ou oito anos em caso de crimes graves.

Mas, repito, tenho para mim que a questão, o debate não pode ser interditado ao argumento... Nós, juristas, gostamos muito da simplificação constitucional *versus* inconstitucional. E há tonalidades entre essas duas

posições que devem ser respeitadas. E, talvez modestamente, eu diria que nós poderíamos tentar antes o caminho de aumentar o período de internação, o que não dependeria de uma alteração na Constituição, mas, sim, uma alteração de um projeto de lei.

Enfim me posiciono... É um tema difícil, dificílimo, num nível altíssimo de politização, mas eu procurei ser muito franco, muito honesto intelectualmente com relação às minhas posições.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra o Sr. Fernando Cesar.

O SR. FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS – Srs. Senadores Valdir Raupp e Ricardo Ferraço, da mesma forma, eu tenho algumas dúvidas quanto à questão do enclausuramento, dos direitos e garantias fundamentais do art. 5º.

O Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de examinar esse tema quando da questão relativa ao imposto provisório sobre movimentações financeiras, afirmando a imunidade tributária, que, mesmo não estando no art. 5º, ele também se aplicaria, não poderia ser objeto de uma emenda à Constituição.

Acredito, como já foi dito aqui, que, se pudessem... E essa é uma decisão que vai caber ao Parlamento brasileiro quanto a essa escolha da opção a seguir ou na redução da maioridade penal. Mas, sem esgotar o debate, parece que há a possibilidade de se modificar o Estatuto da Criança e do Adolescente, no sentido de se aumentar o período da internação. E essa, portanto, poderia ser uma solução.

Também o Senador Valdir Raupp pergunta sobre a questão do sistema prisional, o que pode ser feito.

Senador, parece-me que o Conselho Nacional de Justiça, desde a gestão do Ministro Gilmar Mendes, tem adotado o sistema de mutirões carcerários, para exatamente estabelecer rotinas que permitam agilizar ou priorizar o exame desses processos relativos à progressão de regimes e à análise dos presos provisórios também com o tema relativo às audiências de custódia. Aquela pessoa que é presa em flagrante é apresentada no prazo de 24 horas ao juiz, para que ele possa ou determinar a conversão em prisão preventiva ou estabelecer outras medidas que possam ser adotadas. Nesse aspecto me parece que esse também é um elemento importante para reduzir esse tema dos presos provisórios. E o CNJ, com o apoio dos juízes do Brasil inteiro, do Ministério Público e da Advocacia, tem evoluído.

Por último, quando o senhor indaga a respeito da questão dos presídios federais, gostaria de dizer que sempre foi uma pretensão dos juízes federais que a União, utilizando o Fundo Penitenciário, já que uma parte das nossas custas são destinadas a esse Fundo, às custas que as partes recolhem, que fossem construído presídios para atender não apenas àqueles chamados presídios de segurança máxima, mas também à criminalidade relativa aos presos oriundos das condenações da Justiça Federal.

Também é uma pretensão nossa, sempre foi, que se pudesse aperfeiçoar esse sistema e, portanto, colaborar com os Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Registro a presença do Ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo, ex-Presidente desta Comissão, convidando-o para se sentar à mesa conosco. (*Palmas.*)

Eu indagava há pouco se ele pretendia voltar a presidir. Ele disse que tem que voltar, primeiro, à Paraíba, para depois pensar nisso.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para a sua réplica ao Sr. Fabiano.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Se V. Exª me permitir, pois a minha resposta ao Senador Raupp está incompleta.

Nós temos 600 mil presos. Como eu disse, esses números são crescentes, Senador. O mais grave até é que esses números refletem uma fotografia. O número de presos que circulam anualmente no sistema carcerário é muito maior do que 600 mil. Imagine V. Exª um hotel chegar ao final do ano dizendo: "Olha, aqueles hóspedes que lá estão não significa que sejam hóspedes do ano inteiro". Há uma circulação, sobretudo de presos provisórios. Esses dados são estáticos. Nós não dispomos de tecnologia de informação de dados dinâmicos nesse sentido. Portanto, a circulação, a rotatividade é muito grande. É um problema gravíssimo.

Até 2008, não havia alternativas cautelares. Esta Casa aprovou alternativas cautelares, como a prisão domiciliar, a tornozeleira eletrônica, a proibição de frequentar determinados lugares, etc. Até então, nós vivíamos num deserto de alternativas cautelares. Hoje, o juiz já dispõe de alternativas cautelares.

Esta Casa também aprovou o novo Código de Processo Penal. Eu tive a honra de participar da comissão redatora da proposta que veio a ser aprovada pelo Senado Federal e ainda está pendente de apreciação na Câmara dos Deputados. A proposta previa uma medida simples, mas que também poderia surtir bastante efeito, que é o reexame obrigatório da decisão que determina a prisão provisória, especialmente a prisão preventiva. Ou seja, decretada a prisão preventiva, a cada intervalo de tempo considerável, seis meses que seja, o juiz deveria, obrigatoriamente, revisitar a sua decisão para saber se subsistem os fundamentos que ensejaram

a decretação da medida cautelar de prisão. Essa providência simples poderia ser adotada e viria também ao encontro das nossas preocupações.

Para finalizar, eminente Senador Raupp, se nós examinarmos, digamos, o panorama da população carcerária no Brasil, podemos perceber um número muito elevado de presos em razão de crimes patrimoniais, o que mostra a vocação do nosso sistema penal para a microcriminalidade violenta e patrimonial. Talvez o CNJ pudesse focar as suas intervenções no sentido de rever esse ponto, porque, por exemplo, em se tratando de furto simples, e até de furto qualificado, não se justificam prisões tão prolongadas.

Então, eu acho que poderíamos focar as nossas intervenções de acordo com o perfil da nossa população carcerária, especialmente no que diz respeito às condenações por crimes contra o patrimônio.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Peço a V. Exª um minuto, Senador Benedito de Lira, só para que o Senador Valdir Raupp encerre. Em seguida, passo a palavra a V. Exª, que já está inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr.Presidente, eu não ia fazer a réplica, mas o Dr. Fabiano falou da juventude de 18 a 29, que está no Estatuto da Juventude, que pode se tornar mais alto o percentual de presos nessa faixa etária, em função das drogas. Cadeia e presídio não recuperam ninguém. O presídio de segurança máxima – seja qual for – pode até instruir o preso a aumentar sua periculosidade no mundo do crime.

No Rio Grande do Sul, foi realizada uma pesquisa, e, se não me engano, 87% dos presos são reincidentes.

Ele sai depois de cumprir a pena e, logo em seguida, comete crime de novo, porque vai roubar aparelho celular, bicicleta, motocicleta, televisor, qualquer botijão de gás para sustentar o vício. Então, a cadeia não recupera dependentes químicos. Nós precisamos partir para outro lado. Esses jovens têm que ser recuperados da dependência química. O Brasil tinha que combater de uma forma mais dura as drogas, porque, só assim, nós vamos ter vaga sobrando. Não precisaríamos construir mais presídios; teríamos vagas sobrando nos presídios.

Eu queria saber se o CNJ poderia ajudar nesse sentido também.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, antes de fazer as indagações aos nossos convidados, gostaria de sugerir a V. Exª, se possível, para economia de tempo, que ouvisse o plenário e abrisse o painel para que os Senadores que já têm um convencimento, se desejarem, começarem o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Hoje é uma reunião atípica. Se vocês observarem o plenário, há poucos nordestinos, exatamente por conta das festas juninas.

Eu pediria a nossos pares que, por conta de ser um dia atípico, nós concordássemos com o nosso Senador Benedito de Lira, sem prejuízo da arguição e do debate.

Está, portanto, atendido o pedido de V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra pelo tempo regimental.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – O nosso Caiado está aqui acrescentando: "Em nome de São João, faremos essa concessão".

Sr. Presidente, Dr. Fabiano, Dr. Fernando, a pergunta é comum aos dois.

O CNJ é, sem dúvida, uma das instituições mais relevantes para a República. Para citar alguns poucos exemplos disso, foi por meio da determinação do CNJ que efetivamente se passaram a realizar concursos públicos para a outorga de delegações de cartórios extrajudiciais em todo o Brasil. Foi também por intermédio do CNJ que se passou a estabelecer metas de trabalho para todos os órgãos do Poder Judiciário. Nesse ponto indago: que lacunas os senhores enxergam na atuação do CNJ?

Em outras palavras, os senhores poderiam indicar as medidas que ainda não foram adotadas pelo CNJ, mas que deveriam ser?

Essa é a pergunta comum para os dois sabatinados.

Agora eu me dirijo ao Dr. Fabiano: como renomado jurista, V. Sª possui um invejável histórico acadêmico e profissional acompanhando da produção de diversos livros e artigos. Chama-nos a atenção a sua obra *Da Criminalização do Racismo: Aspectos Jurídicos e Sociocriminológicos*.

Recentemente a CNJ, em combate ao racismo, estabeleceu a cota de 20% para negros em concurso para a Magistratura. Nesse contexto, indago: V. Sª entende haver outras medidas que o CNJ poderia adotar no combate ao racismo no Brasil?

Para o Dr. Fernando Cesar Baptista: sabemos que no início do próximo ano entrará em vigor o novo Código de Processo Civil. Entre várias questões polêmicas nesse Código, merece destaque a ênfase dada à obrigatoriedade de os juízes fundamentarem as suas decisões. Sobre esse aspecto, o jurista Lenio Luiz Streck, no 3º Congresso da Magistratura Laboral, foi vaiado por uma plateia composta por juízes do trabalho após defender – transcrevo matéria do *site* eletrônico Conjur –: "Os juízes devem, sim, explorar todos os aspectos apontados pelas partes, pois precisam seguir as leis, e não aplicar o que acham certo. Direito não é filosofia nem moral. Se fosse não iria querer que juízes aplicassem as leis, e sim moralistas e filósofos."

Na palestra, o jurista Streck afirmou também: "O sentimento de justo cada um tem, o problema é saber se o Direito dará a mesma resposta. Se não der, a opinião do juiz tem o mesmo peso da opinião do porteiro. Temos que tomar cuidado para que a democracia não seja substituída pela juristocacia, que é a substituição do legislador pelo juiz."

É verdade que ainda vigora entre os magistrados uma concepção de independência funcional sobre uma perspectiva individualista e não institucional. Muitos magistrados acreditam que a sua independência funcional autoriza desprezar os entendimentos dos tribunais superiores e até mesmo as regras legais para decidir conforme a sua consciência pessoal do justo. Nesse contexto, indago: V. Sª entende que o CNJ deve exercer um papel de tentar mudar essa concepção individualista, de independência funcional que ainda existe em muitos magistrados?

V. Sª considera legítimo que o CNJ se sirva, entre outros caminhos, de medidas disciplinares contra magistrados que de modo flagrante não atentam para a jurisprudência dos tribunais superiores?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra o Dr. Fabiano e, em seguida, o Dr. Fernando.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Agradeço imensamente as indagações que foram feitas pelo eminente Senador Benedito de Lira. Aproveito, Sr. Presidente, para saudar aqui a presença do Senador Blairo Maggi, Senadora Marta Suplicy, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador José Agripino, Senador Aécio Neves, Senadora Gleisi Hoffmann e Senador Alvaro Dias, a quem não tive a oportunidade de mencionar.

V. Exª dirige perguntas comuns no que diz respeito aos cartórios. O CNJ teve uma atuação muito firme em relação a esse tema. Para V. Exª ter uma melhor compreensão da matéria, a Corregedoria Nacional teve de notificar nove tribunais dizendo da possibilidade de abertura de procedimento administrativo disciplinar se não fossem realizados concursos. Portanto, alguns tribunais tiveram de ser admoestados para que realizassem esses concursos e, como eu disse em razão da primeira intervenção, todos os tribunais acabaram por realizar os concursos. Isso se deu recentemente. Então, estamos vivendo um período agora de renovação das delegações.

Grande parte, Sr. Presidente, das nossas atribuições processuais no CNJ dizem respeito a pedidos relativos a cartórios, porque são movimentos organizados e que sabem estrategicamente provocar o CNJ e, muitas vezes, intervenções do CNJ que paralisem concursos acabam por beneficiar o prolongamento da situação provisória, o que beneficia economicamente algumas pessoas interessadas. Então, o CNJ, primeiro, tem que ter muito cuidado, muitos escrúpulos ao fazer essas ponderações no sentido de fazer intervenções rápidas para definir rapidamente a situação. Esse é um aperfeiçoamento que nós podermos ter, ou seja, um cuidado cada vez maior para que as decisões do CNJ em matéria de serventias extrajudiciais sejam tomadas com a maior rapidez possível, Senador, Ministro Vital do Rêgo, no sentido de que a situação se defina com a maior rapidez. Isso e um ponto.

Um segundo melhoramento possível seria o sistema de justiça aberto. Quando o CNJ entrou nessa questão ele criou um sistema nacional que pudesse ser visualizado por qualquer cidadão, por qualquer pretendente a cartório sobre a situação de cada serventia, em cada Estado, em cada Município. Esse sistema precisa ser atualizado.

Eu creio que poderia ser também um aperfeiçoamento nosso cuidar desse sistema no sentido de atualizá-lo com mais frequência.

Com relação às metas, V. Exª também pergunta quais são as lacunas, o que poderíamos... O sistema de metas foi construído de uma forma bastante inteligente, a meu ver, de cima para baixo, com o envolvimento e compromisso dos tribunais. Não foi, digamos, o CNJ que estabeleceu verticalmente essas metas, no sentido de buscar o envolvimento, e que a Magistratura pudesse assimilar essas metas.

Creio, eminente Senador, que talvez pudéssemos, com a sensibilidade necessária, dar um passo adiante e ter uma posição mais exigente em relação ao efetivo cumprimento das metas. Quer dizer, as metas são estabelecidas anualmente, nós sabemos os percentuais de cumprimento das metas, mas poderíamos, em algum momento – creio que esse momento está próximo – ter uma atitude mais exigente no cumprimento das metas.

V. Exª traz uma outra pergunta, que é a questão das cotas – e veja que nós aqui não estamos tratando de questões simples, como por exemplo a questão da maioridade penal e a questão das cotas. A reserva de vagas

foi aprovada por esta Casa em relação ao funcionalismo público federal. O que o CNJ fez foi estender essa lei – repito, aprovada pelo Congresso Nacional – ao Poder Judiciário, em nível de servidores e em nível dos membros do Poder Judiciário, ou seja, acesso aos servidores e acesso à Magistratura. Portanto, a recente decisão do CNJ cuidou apenas de estender; mas não apenas de estender. Diferentemente da lei, a resolução aprovada pelo CNJ diz também que os tribunais poderão adotar ações afirmativas outras no sentido de garantir o acesso de negros à Magistratura nacional.

Participar dos negócios do Estado é um direito fundamental. Não há, portanto, que... Temos de lutar contra os cortes de classe, os cortes de cor. E o racismo é um fenômeno bastante resistente, ainda, na sociedade brasileira. Não podemos ignorar essa situação e os compromissos que temos de reverter esses déficits históricos de acesso da população brasileira, primeiro, às universidades e agora, mais recentemente, aos cargos públicos.

Estamos falando, portanto, de uma segunda leva de ações afirmativas. Primeiro, foram aquelas ações que buscaram garantir acesso às universidades públicas e, agora, um passo mais arrojado, no sentido de garantir acesso também a postos do Estado. Veja, a Resolução do CNJ, na linha do que fora adotado pelo Congresso Nacional, é uma resolução que vale por dez anos, ou seja, é no sentido de apresentar uma fórmula que possa colorir a Magistratura brasileira.

A Magistratura brasileira, indiscutivelmente, é branca. Não há a presença de negros, lamentavelmente, na magistratura brasileira. Quer dizer, estou falando em termos percentuais – apenas 5% dos magistrados são negros no Brasil, ou pardos e negros. Ou seja, há um corte de cor evidente e que, de alguma forma, tentamos compensar, por um período de tempo histórico de dez anos, essa desigualdade, igualando-a positivamente.

Esse foi o espírito da proposta, de seguir a orientação adotada, inclusive, pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra, o Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS – Senador Benedito de Lira, agradeço a pergunta e a colocação.

Na verdade, também entendo como papel fundamental do CNJ a definição de metas de julgamento de processos, e V. Exª me indaga sobre algumas lacunas que eu enxergue. Eu gostaria de pontuar duas, Sr. Senador, sem prejuízo de outras.

A primeira diz respeito à implementação efetiva da priorização do primeiro grau de jurisdição. O Conselho Nacional de Justiça tem estabelecido metas, e essas metas têm sido realizadas com a atuação dos tribunais, com a atuação dos juízes. Tem havido um esforço muito grande, mas o que se tem verificado é que, na verdade, de alguma forma, há que se estabelecer um diálogo com os tribunais para que seja possível o quê?

Para que seja possível, na verdade, aumentar um pouco e variar a estrutura à disposição dos juízes de primeiro grau. E aqui, de forma alguma, quero estabelecer qualquer tipo de conflito. Eu acho que isso tem que ser feito por meio de um convencimento, e o CNJ tem o papel de dialogar com os tribunais para que seja possível essa priorização.

E também uma questão relativa à execução fiscal. Por quê? Porque, hoje, quase a metade dos processos que estão no Poder Judiciário é relativa a execuções fiscais. De alguma forma – já está em debate no Congresso –, é necessário aperfeiçoar a Lei nº 6.830, que é a Lei de Execução Fiscal, a fim de racionalizar essa cobrança, garantindo, obviamente, os direitos do contribuinte e os direitos do devedor. Para isso existem alguns mecanismos, como, por exemplo, que a cobrança seja interrompida ainda na fase administrativa. Isso, é claro, vai ser objeto de deliberação do Senado.

E talvez, Senador, para que se recupere um pouco daquilo que a Fundação Getúlio Vargas fez recentemente, um relatório sobre a confiança nas instituições, de que forma o Conselho Nacional de Justiça pode dialogar com a sociedade no sentido de aperfeiçoar, de prestar um serviço melhor, um serviço em que a população confie cada vez mais.

E aqui respondo a segunda pergunta de V. Exª: os juízes decidem numa perspectiva individualista? Creio que há um dever da magistratura e dos juízes de fundamentar suas decisões. Por quê? Porque, mais do que a imposição da autoridade do juiz, ele tem que convencer o destinatário da sua decisão. E essa decisão precisa ser fundamentada para que...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, está impossível ouvir. A plateia não nos deixa ouvir.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – É efeito das festas juninas. Estamos aqui administrando. Está certo, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS – Para que essa seja uma decisão de qualidade e que convença o seu destinatário.

Só tenho dúvidas, Senador Benedito de Lira, quando V. Exª indaga a respeito do papel do CNJ. Aquele juiz que não cumpre a jurisprudência de um tribunal superior, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Em primeiro lugar, o Conselho Nacional de Justiça, na minha visão, é um órgão de natureza administrativa, não é um órgão que pode rever decisões judiciais. Portanto, entendo ser essa uma garantia de que o juiz dispõe, mas existe todo um sistema recursal, inclusive na forma de reclamações jurisdicionais aos tribunais superiores, que vai permitir a afirmação dessa jurisprudência.

Basicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para a réplica, o Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, peço que me inscreva para o debate. Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos ver se conseguimos ouvir, apesar da festa junina do Nordeste, lá de Fortaleza, do Presidente José Pimentel, ou do Vital do Rêgo também, ter vindo para a Comissão de Constituição e Justiça hoje. A festa está aqui atrás, não é, Ricardo?

O Dr. Fabiano é o indicado do Senado Federal para o CNJ. Eu perguntaria ao Fabiano sobre a realidade processual penal atual, com sua morosidade e quebra de estrutura decorrente de remendos legislativos apressados e da legislação esparsa; o delineamento do processo à luz do perfil que se colhe no novo Código de Processo Penal; a necessidade premente de agilização da justiça criminal brasileira; suas observações, com base na experiência adquirida até aqui, em relação a essas questões que são cruciais.

Para o Dr. Fernando, V. Exª é membro da Magistratura Federal de Primeiro Grau.

E o Brasil vem experimentando, há meses, uma fase que ressuscita as nossas esperanças de que a jurisdição criminal é para todos. Aliás, a denominação dessa última fase da Operação Lava-Jato tem esse significado: *erga omnes*. Se efetivamente essa fase de avanço da justiça, especialmente de primeira instância – o Juiz Sérgio Moro vem cumprindo notável missão, e os brasileiros começam a perceber que a Justiça é para todos no País, e não apenas, como se consagrou denominar, para os pobres, para os humildes. A indagação para os dois, para o Fabiano e para o Fernando, é relativamente a essa questão: a opinião de ambos sobre as perspectivas que podemos alimentar em relação a essa mudança.

Há uma nova fase na Justiça brasileira, decorrente do ânimo que adquirimos agora, com esse comportamento de instituições essenciais, onde estão fincados alguns dos alicerces fundamentais do Estado de direito, instituições como a Justiça Federal, como o Ministério Público, como a Polícia Federal, que, alcançando poderosos, recuperam a imagem das instituições, desacreditadas em razão dos escândalos de corrupção impunes no País, e agora restabelecem a esperança do povo de ver instituições acreditadas, instituições recuperadas, instituições reconstituídas sobre os escombros da descrença semeada no País nos últimos tempos.

Então, este é um momento crucial para o futuro do País. A indagação é exatamente a respeito da opinião de ambos em relação ao futuro da Justiça no nosso País.

E por último, a indagação em relação ao Conselho Nacional de Justiça, que estaria enfrentando uma preocupante campanha pela redução das suas prerrogativas, pela contenção do seu poder e por restrições em suas competências constitucionais, campanha movida principalmente por tribunais de justiça em Estados, e que vem sendo denunciada por vozes como a do Ministro Gilmar Mendes, do Ex-Ministro Carlos Ayres Britto, ambos do Supremo Tribunal Federal, e da Ex-Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon. V. Exªs percebem essa campanha? Há mesmo essa campanha objetivamente? E qual a posição em relação a essas tentativas de amordaçamento, ou de apequenamento do Conselho?

São essas as indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra, o Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Eminente Senador Alvaro Dias, V. Exª, em um primeiro momento, questiona a questão da morosidade processual, especialmente na esfera penal. De fato os dados são muito preocupantes, porque nós temos uma Justiça Penal muito lenta, em que a prescrição acaba sendo um artigo comum, frequente, tem presença assídua nas decisões judiciais, e preocupa-me especialmente no que diz respeito aos crimes dolosos contra a vida. Nesse setor há um desastre da Justiça brasileira.

Quando eu falo em Justiça, eu me refiro a todo o sistema de Justiça: polícia, Ministério Público, Judiciário. Por quê? Porque os índices de solução são muito aquém de um patamar mínimo de civilidade.

Nós precisamos investir seriamente na capacitação das polícias, na melhoria das instituições de produção da prova técnica, e uma recente pesquisa do Ministério da Justiça pôde identificar que providências simples, como o recebimento da denúncia, demoram muitíssimo que isso... Quer dizer, é uma medida relativamente simples, que poderia ser tomada de forma rápida, e que acaba por atrasar toda a cadeia processual.

Creio também, eminente Senador, que, em algum momento, teremos de fazer as contas com o modelo que nós adotamos em relação do tribunal do júri, porque esse modelo prevê praticamente três etapas de pro-

dução de prova: na fase inquisitorial, na fase de inquérito, quando não há prova, propriamente, porque prova é aquele resultado do contraditório da ampla defesa, mas depois, no momento que antecede o juízo de admissibilidade, para remessa do caso ao júri, e, novamente, no júri, se repete a produção de provas.

Então, em algum momento, nós vamos ter de mudar esse modelo processual e buscar uma convergência na fase processual, para que a produção de provas se dê de forma mais razoável, sem prejuízo das garantias processuais. Mas, em virtude da intervenção de V. Exª, eu diria que, nesse setor específico dos crimes dolosos contra a vida, nós temos de adotar medidas urgentes, efetivas, para que possamos alcançar patamares mínimos de civilidade no que diz respeito à punição de homicídios no Brasil.

Nesse sentido, eu aceno em relação a essa possível alteração legislativa, no sentido de buscar simplificar a produção de provas na fase anterior à pronúncia, como também na fase de recursos da pronúncia. Isso pôde ser identificado, Senador Anastasia e Senador Jader, como um retardamento impressionante, porque antes de definição da pronúncia, os juízes muito dificilmente designam as datas para júri.

O CNJ realiza uma Semana Nacional do Júri, quando nós conseguimos índices apreciáveis de julgamento, de realização de audiências. Mas, repito, esse é um setor onde há um desastre, há uma calamidade, e nós precisamos enfrentar, de uma vez por todas, esse problema.

O novo de Código Processo Penal previa um incidente denominado incidente de agilização processual. Repito: foi aprovado no Congresso, ainda está pendente. Poderia ser um instrumento em que o juiz... Não superada a fase de instrução no prazo processual assinado em lei, o juiz poderia deflagrar esse incidente de agilização processual e poderia realizar atos processuais aos finais de semana, a contagem de prazo seria diferenciada, poderia requisitar servidores dos tribunais para ajudá-lo, enfim, é uma alternativa legislativa que poderia ser adotada.

V. Exª ainda faz um questionamento de alta indagação, no que diz respeito ao futuro da Justiça brasileira. Eu, como disse na minha intervenção inicial, creio que estamos passando por um período de transição, em que o foco de referência deixa de ser a autoridade que decide e passa a ser o destinatário do serviço público, ou seja, de uma Justiça hermética para uma Justiça em que a participação popular, a crítica seja acolhida, seja utilizada como um verdadeiro vetor de transformações no campo da Justiça.

Nós vivíamos o primado da igualdade perante a lei. Vivemos o primado da igualdade perante a lei, e conquistá-lo não foi fácil.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, só um momentinho.

Presidente, talvez V. Exª pudesse solicitar à técnica que eleve um pouco o volume do som (*Fora do microfone*.) do sabatinado...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu peço à nossa assessoria que aumente um pouquinho o som.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – ...já que está impossível diminuir aqui a euforia da festa junina aqui atrás, vamos aumentar o som à frente aqui.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Eu dizia, eminente Senador Alvaro Dias, que nós lutamos pelo primado da igualdade perante a lei, pela qual temos de lutar e que temos de buscar a todo instante. E há uma demanda social legítima no sentido de que outro passo seja dado, que é a igualdade perante a Justiça.

Do ponto de vista da legalidade, nós temos um País inclusivo, mas, no que diz respeito aos códigos verdadeiros, que operam verdadeiramente o sistema de Justiça, nós temos ainda outras agendas, outras gramáticas que afastam o cidadão, que tornam a Justiça algo muito inacessível ao cidadão, aos verdadeiros sistemas de distribuição da Justiça e de influência no Poder Judiciário.

Portanto, creio que casos mencionados como os que aqui foram por V. Exª são emblemáticos justamente porque revelam, por parte da população brasileira, um desejo reprimido de igualdade perante o sistema de Justiça. Que tenhamos não só a igualdade perante o guarda-chuva da lei, mas que o sistema de Justiça realmente reflita a igualdade de oportunidades em relação à população brasileira.

Não sei se com essas palavras atendo aos questionamentos de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra, o Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS – Sr. Senador Alvaro Dias, respondo aqui.

Bem, no que se refere à alteração do Código de Processo Penal, parece-me que esse é um anseio de todos, na perspectiva de que se possa conciliar uma racionalização do procedimento que não prejudique as garantias fundamentais, que não prejudique o contraditório.

Quanto a este, como se diria, novo momento, eu pediria a compreensão de V. Exª para, na verdade, eu não me manifestar especificamente em relação ao caso concreto, mas dizer que, em todo esse período em que eu atuei na representação dos juízes federais, como um todo, eu verifiquei um compromisso muito grande dos juízes, como a atuação conforme a lei, conforme o direito, assegurando exatamente a igualdade de todos pe-

rante esse sistema de Justiça, de tal sorte a decidir de maneira fundamentada, de maneira correta, de maneira adequada. E exatamente essas decisões judiciais dentro da independência podem ser objeto dos recursos próprios e das revisões dessas decisões.

O senhor também, perdão, V. Exª também indaga se existe algum movimento quanto à questão das prerrogativas do Conselho Nacional de Justiça e dos seus poderes. V. Exª bem conhece essa realidade, redigiu também a Emenda Constitucional nº 45, em que o Congresso Nacional definiu de maneira muito clara os poderes, as atribuições, as competências do Conselho Nacional de Justiça.

O Conselho Nacional de Justiça, no seu início, foi muito questionado pela magistratura, tendo sido, inclusive, objeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em que o Supremo Tribunal Federal também definiu de maneira muito clara os contornos do CNJ, a sua atuação concomitante em matéria correicional com os demais tribunais. E me parece que exatamente esses poderes que o Conselho tem estão muito bem definidos.

Portanto, caso efetivamente mereça a confiança de V. Exªs, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, tenho certeza de que a atuação será dentro desses limites que a Constituição estabelece.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Dr. Fabiano, sobre essa questão da campanha contra...

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Eu perguntei se V. Exª estava satisfeito e V. Exª, muito gentilmente, disse que sim. Eu é que estou insatisfeito em não ter respondido adequadamente a todas as questões encaminhadas aqui por V. Exª, sensíveis.

Eu tenho, para mim, que o CNJ significa um ponto de não retorno. Não há como pensar mais a realidade da Justiça brasileira sem o Conselho Nacional de Justiça. A verdade, a grande verdade é que é um órgão que passa por um processo de afirmação.

Em relação às cúpulas do Judiciário, ainda há resistências em relação ao CNJ. Por que há resistências? Veja: eu não sou membro do Poder Judiciário, eminente Senador, e o Dr. Fernando Mattos é juiz de primeira instância. Mas a decisão de um juiz de primeira instância, em tese, pode afastar um Ministro de um Tribunal Superior. Então, veja que é uma cultura muito voltada para a hierarquia. Eu estive no Conselho Nacional do Ministério Público e posso dizer: a hierarquia é um dado fundamental para a compreensão da cultura judicial.

É óbvio que há uma dificuldade de assimilar. O ecletismo do Conselho Nacional de Justiça, que é o seu dado mais caro, o seu maior patrimônio, não reside apenas no fato de que há setores externos à magistraturas ali representados, mas também no fato de que há várias magistraturas a serem representadas. Inclusive isso: um juiz de primeiro grau representa, na verdade, uma faixa do Judiciário que responde por 90% dos processos e alçado à condição de Conselheiro Nacional de Justiça pode, inclusive, em decisões liminares, intervir na gestão de tribunais superiores. Então, veja como nós passamos ainda por um momento de afirmação.

E com relação à base da magistratura? Com relação à base da magistratura, houve um processo de empoderamento da base das associações, no sentido de que elas iam ao CNJ. Antes, não havia esse canal, digamos, de questionamento das decisões. As decisões eram tomadas no âmbito do tribunal e ponto final. Então, o CNJ desconcerta um pouco as relações de hegemonia estabelecidas nos tribunais e permitem que elas sejam rediscutidas e retrabalhadas à luz de fatores do interesse público e da igualdade, inclusive, dos magistrados.

No entanto, ainda em relação à base da magistratura, também há questionamentos, porque o CNJ em alguma medida envia mensagens moralizadoras para a base, na medida em que toma decisões duras, difíceis até, mas que vem tomando, cumprindo a sua função disciplinar.

Então, a legitimidade do CNJ – digo eu – depende e vem dependendo, essencialmente, do respaldo social das suas ações, da repercussão desta Casa, por exemplo, mas também da sociedade civil e da advocacia em relação à defesa desse instrumento.

Quero dizer a V. Ex: o CNJ está hoje na 514 norte, afastado do centro de poder. Isso, para um órgão que está em segundo lugar na hierarquia do Poder Judiciário, é bastante representativo. Há um compromisso do Ministro Presidente Lewandowski, no sentido de mudarmos, de termos instalações condignas. Mas as nossas instalações hoje não são condizentes com posição do Conselho Nacional de Justiça. Quero dizer isso com muita tranquilidade, mas com a verdade de experimentar essa realidade.

Eu não creio, eminente Senador, que exista em marcha um processo de desconstrução do CNJ. Mas, como diz um mineiro, Guimarães Rosa: eu – não sei se traduzo bem, se a memória não me trai – conheço poucas coisas, mas desconfio de muitas coisas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para a réplica.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Obrigado, Presidente. Vou passar a bola para os colegas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Senador José Pimentel, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, distintas autoridades do Poder Judiciário que nos visitam, eminentes indicados ao

Conselho Nacional de Justiça, primeiramente, eu queria me congratular com ambas as exposições, que demonstram bem o preparo de ambos os candidatos – o Dr. Fabiano, já na sua recondução, e o Dr. Fernando, na sua primeira indicação.

O eminente Prof. Fabiano, nosso conterrâneo, eminente belo-horizontino, mineiro, estudante da mesma escola que nós, da querida Casa Afonso Pena, demonstra o seu preparo pelos estudos que lá realizou, muitos, inclusive, de além-mar.

Receba os meus cumprimentos. Da mesma forma o Dr. Fernando, eminente magistrado federal, com graduação no Rio, mas com exercício no Estado do Espírito Santo.

A exposição de ambos bem demonstra, senhoras e senhores, a relevância do Conselho Nacional de Justiça, que se consolida, ao longo dos últimos dez anos, como órgão fundamental, não só da justiça brasileira, mas como foi bem dito aqui, da própria sociedade e da necessidade que temos do conhecimento pleno do funcionamento da prestação jurisdicional no Brasil.

Os temas abordados até agora, por si só, demonstram, de forma cabal, como é relevante a atuação do CNJ. A questão penitenciária, a questão cartorial, a questão da agilidade da prestação jurisdicional, por si só, já permitiriam aqui conferências e palestras que nos tomariam dias e, até mesmo, semanas.

Eu gostaria, dentro do prazo que me é destinado para fazer as indagações, fazer rapidamente dois comentários. No que se refere à questão penitenciária – não é uma pergunta, é só um registro e uma lembrança que o Prof. Fabiano certamente, por ser mineiro, conhece bem, tem ciência da experiência, que eu relembro Senador Valdir Raupp, que mencionava a questão relativa à execução penal, das nossas APACs, em Minas Gerais. Uma experiência extremamente positiva, onde o indicador – e o Senador Ferraço também mencionava esse tema –, a experiência e estatística demonstram exatamente o inverso em relação à reincidência criminal.

São atividades, Dr. Fernando, em que, na verdade, a própria sociedade toma conta dos seus presos. E que teve um grande amparo, à época da gestão do Governador, agora Senador Aécio Neves, aqui presente, e também durante o meu governo. É uma experiência que eu acho que o CNJ deveria, ao meu juízo, pelo menos estimular em relação a outros Estados da Federação, ainda embrionária, mas já com bastante robustez quanto aos seus resultados.

A minha indagação refere-se ao tema do novo Código de Processo Civil. Aliás objeto de uma pequena polêmica nos últimos dias sobre a sua vigência: se deveria entrar imediatamente ou – como alguns alegam, em razão da sua complexidade – mais avante. Mas não entro nessa querela porque isso, evidentemente, não será uma decisão do CNJ.

O Código traz uma grande inovação que coincide com o esforço imenso do Congresso Nacional, especialmente do Senado, no que se refere a diminuir um pouco o que existe na nossa cultura, Presidente José Pimentel, que é, eu diria, um "furor querelante". No Brasil todos gostamos de demandar, levar tudo a juízo. E isso, é claro, que se transforma em um dado pavoroso – como aqui foi dito.

Nós temos milhões de processos, Ministro Lelio, a Justiça do Trabalho que o diga, e isso é inconcebível! O custo, a morosidade, não haveremos de ter, jamais, juízes suficientes para julgar com a brevidade possível e com a técnica e proficiência necessárias tantos e tantos processos. O caminho evidente é apostar na via da composição extrajudicial e previamente ao conflito. A mediação, a arbitragem, a composição extrajudicial, a conciliação, são imprescindíveis.

Sabemos, por outro lado, que é claro que o próprio Poder Judiciário – isso é natural e até humano –, por uma questão corporativa, também resiste um pouco a isso, porque significa, em última análise, abrir mão de um certo poder. Então a minha indagação vai exatamente no sentido de como o CNJ – dentro da linha do novo Código Processo Civil, da nova legislação que acabamos de aprovar sobre a questão da mediação, da arbitragem – pode, mais do que estimular, fomentar a nossa justiça a diminuir um pouco o seu escopo? Claro, sem jamais ferir a cláusula constitucional de reserva, o recurso ao Poder Judiciário, mas demonstrando aos próprios magistrados como é importante prestigiar essa via negocial e da composição, sob pena de jamais termos, no Brasil, ainda que gastemos fortunas, um Poder Judiciário ágil e que dê a resposta rapidamente.

E a segunda indagação – e ambas vão para os dois eminentes juristas aqui presentes – refere-se a um tema que foi levantado e que me aguçou a curiosidade, também é objeto de uma recente polêmica. Trata-se da resolução do CNJ sobre a cota – que é claro estamos totalmente favoráveis a ela no campo do mérito, da reserva para as pessoas afrodescendentes. Mas a indagação que surge: não teria o CNJ infringindo o princípio da reserva legal do Poder Legislativo, interpretando, talvez, de um modo um pouco extensivo essa norma?

Então, são as indagações que submeto a ambos, cumprimentando-os pela exposição e pelo preparo que aqui demonstraram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra... (*Falha na gravação.*)

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Eminente Senador Anastasia, eu felicito-me aqui com V. Exª pela menção que V. Exª fez à nossa Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. V. Exª é para mim um exemplo, porque consegue, como poucos, conciliar a função, a perspectiva do acadêmico, do intelectual com a do homem público. Eu nem poderia comparar as ordens de grandeza, mas tenho, nessa capacidade de V. Exª, um exemplo a ser seguido.

V. Exª menciona as APACs, que foram criadas com metodologias em que os presos participavam ativamente da gestão da unidade prisional. Um professor nosso, Ariosvaldo de Campos Pires, saudosa memória, dizia o seguinte, que as APACs são milagres; não há como, digamos, categorizá-las juridicamente, elas são verdadeiros milagres. E eu comungo com essa percepção de que essa experiência deveria ser expandida, exportada, como também a experiência em Minas, com as parcerias público-privadas na gestão do sistema prisional, por meio das quais nós temos excelentes resultados na qualidade do tratamento humano que deve ser prestado aos presos.

Com relação ao novo Código de Processo Civil, eu propus ao Presidente Ricardo Lewandowski, a criação de um grupo de trabalho, no âmbito do CNJ, que pudesse coordenar esse trabalho de transição da *vacatio legis* do novo Código de Processo Civil – socorre-me aqui o Presidente, dizendo que seria no dia 1º de janeiro de 2016.

E os desafios são realmente de monta. Eu poderia citar aqui a questão do julgamento em ordem cronológica. Nós vamos ter realmente... É outro cenário, critérios, portanto, para que os juízes decidam, podendo ser temperados com as metas e outros casos de reconhecida prioridade na lei, mas é um desafio para os magistrados a sistematização dos casos a serem julgados a partir da sua cronologia, da ordem de entrada de propositura das respectivas ações.

Eu dizia da importância do grupo de trabalho: o Presidente Lewandowski anuiu e está empenhado na criação desse grupo de trabalho, para que possamos construir as condições para que o novo Código de Processo Civil entre em vigor. Todos nós gostaríamos de que ele pudesse entrar rapidamente em vigor, porque traz indiscutivelmente avanços especialmente no setor da mediação, como aqui mencionado por V. Exª.

Essa é uma decisão do Congresso Nacional, é uma decisão sensível, de caráter eminentemente político. O que talvez eu poderia dizer é que nós deveríamos fazer primeiro o esforço e talvez, mais adiante, a avaliação sobre o momento mais adequado para a entrada em vigor. Mas temos o compromisso primeiro do esforço da implementação. E estamos engatinhando, temos de dar mais provas nesse sentido.

A polêmica mencionada por V. Exª diz respeito à questão do juízo de admissibilidade, na medida em que o Código de Processo Civil não mais referendou a velha ideia do duplo juízo de admissibilidade. É uma questão polêmica, e eu pessoalmente defendo a ideia de um único juízo de admissibilidade. Sei que os tribunais terão muitas dificuldades em se organizar para dar concretude a essa medida, reconheço, mas, cada vez que nós criamos uma barreira para os recursos, seguem-se dois outros recursos, ou seja, há um efeito cascata. Parece que a solução para o recurso é criar um obstáculo, quando do obstáculo criado, por meio desse obstáculo, surgem dois, três, quatro novos recursos, novas estratégias, o que acaba repercutindo no curso da ação.

Também concordo inteiramente com V. Exª sobre a avaliação da nossa tradição da litigiosidade. Nós nos formamos na mesma universidade e somos testemunhas disto: em nenhum momento, essa disciplina foi apresentada; nós não temos a cultura da concórdia e, sim, a cultura da litigância, da postulação em juízo.

O CNJ adota medidas de capacitação de instrutores. Está aqui o Conselheiro Emmanoel Campelo, responsável pelo Movimento pela Conciliação no Brasil, que realiza a Semana Nacional de Conciliação, tem dedicado esforços e participado, no Ministério da Justiça, junto à Escola Nacional de Mediação e Conciliação. Acho que esses resultados serão colhidos, em médio prazo, mas há medidas adotadas por parte do Congresso, do Judiciário e do Executivo, no sentido de que haja uma inflexão nessa cultura.

Eu entendo que esse é um compromisso primário do CNJ. Tanto é assim que a sua Presidência, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, elegeu dois principais compromissos: o primeiro, com a descarcerização; e o segundo, com uma cultura de mediação e conciliação. Evidentemente, os passos devem ser dados por todos. Problemas complexos coletivos requerem respostas coletivas, e creio que nós estamos no caminho.

Se V. Exª me perguntasse: "O que mais poderíamos fazer?" É uma proposta que coloco para a reflexão de V. Exª, mas, em algum momento, nós teremos de desjudicializar alguns atos de instrução, como ocorre nos Estados Unidos. Muitos atos de instrução são realizados no âmbito dos escritórios de advocacia e são respeitados, nem por isso são contestados. Há hoje grande desconfiança, no nosso modelo, com relação a isso, mas, em algum momento, teremos de tomar este passo de desjudicializar atos de produção probatória que poderiam ser realizados no escritório de advocacia, porque o advogado exerce o ministério privado, mas cumpre o múnus público. A sua função é pública e essencial à administração da justiça.

Em alguns atos, creio que poderíamos testar, em algum campo – talvez na questão dos Juizados Especiais –, mas começar a romper isto: que todo e qualquer ato que tem influência seja realizado perante um juiz, em juízo. Isso é insustentável, não há como gerir essa condição.

Muito obrigado, mais uma vez, pelas indagações de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra, o Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS – Exmo Sr. Senador Anastasia, eu, da mesma forma que o Dr. Fabiano, admiro esta característica de V. Exª de concentrar um gestor e também um acadêmico. Isso é motivo de orgulho.

Queria dizer a V. Exª que também há uma preocupação, sim, com relação à vigência do novo Código de Processo Civil e a essa inovação. A questão da ordem cronológica, mesmo assim, tem sido objeto de alguns debates entre os magistrados, mas parece-me que é perfeitamente compreensível o fato de que, não naquelas gestões de massa, porque acontece muito, na nossa realidade, o quê? O juiz tem cem processos que versam exatamente sobre aquele mesmo tema, então, ele dá uma prioridade para aquilo.

Mas tem havido uma mudança de cultura, e o Código de Processo Civil vem em um bom momento. Então, na medida em que seja possível – examinando a questão da própria vigência do novo Código –, se estabeleça efetivamente o julgamento pela ordem cronológica, porque, às vezes, aquela parte não entende por que o seu processo – e com razão – permanece sem julgamento, se outras ações são julgadas na frente.

Quanto à questão que V. Exª bem coloca, de os juízes, na verdade, procurarem entender que é... Eu vivi um pouco essa realidade de que, na verdade, no início, entendia-se que ter processo era ter competência, mas V. Exª colocou muito bem, os próprios juízes hoje já interpretam de outra forma.

Nós, na Justiça Federal, temos vivenciado uma grande parceria com os nossos principais clientes, vamos dizer assim, os nossos principais demandados. E, aí, eu poderia dar dois exemplos: a Caixa Econômica Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por quê? Porque nós temos o quê? Por exemplo: processos relativos ao Sistema Financeiro de Habitação. Os juízes têm se engajado de maneira muito firme, o Conselho da Justiça Federal e o Conselho Nacional de Justiça têm definido essa política pública, nós fomos procurados pela empresa gestora de ativos e nós fizemos uma grande conciliação em torno desses processos do Sistema Financeiro de Habitação. E isso tem se estendido. Isso tem se estendido para questões relativas ao INSS e isso tem se estendido para a questão relativa aos conselhos de fiscalização profissional.

Então, me parece que os juízes, hoje, na minha experiência da Justiça Federal, estão muito imbuídos dessa ideia da conciliação. E esse é um movimento que foi lançado pelo CNJ, de uma Semana Nacional da Conciliação, mas hoje nós fazemos, já, essa conciliação processual o ano inteiro.

E eu gostaria também de compartilhar com V. Exª que hoje nós estamos fazendo essa conciliação pré-processual. Hoje, os foros da Justiça Federal têm núcleos específicos, em que determinadas demandas, que envolvam esses grandes litigantes, são recebidas pela Justiça e já encaminhadas para esse setor, antes de serem distribuídas. Para quê? Para que seja possível se tentar uma conciliação prévia e esse processo, depois, não entre no Poder Judiciário.

Isso, Senador, se V. Exª me permite, tem sido muito o fruto, até, da criação dos Juizados Federais, em 2001, que foi feita pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, que mudou essa face na nossa experiência da Justiça Federal, porque trouxe uma celeridade maior e mudou também a própria cultura daquele litigante, ou daquele demandado dessas demandas de massa. Por quê? Porque me parece que não é possível se estabelecer, nessas demandas, que, na verdade, dizem respeito à interpretação do direito e que trazem um fato que lhe é razoavelmente comum... Ele se modifica, mas a interpretação do direito traz soluções diferentes.

Então, isso tem sido uma preocupação muito grande do Poder Judiciário e parece que é uma preocupação do CNJ que se possa implementar, cada vez mais, e convencer os magistrados da importância dessa cultura.

Eu gostaria também de dizer a V.Exª que essa experiência das APACs, para nós, também, do CNJ, é algo muito importante e que podemos fazer, também, eventualmente sendo confirmado pelo Senado, recebendo a honra da confirmação, que isso possa ser expandido também para o Brasil inteiro, como que tem feito o CNJ. Pelo menos no que vivi, nas oportunidades em que lá estive, há essa preocupação muito grande em incorporar as experiências de sucesso.

Eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para réplica,o Senador Anastasia. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – Sr. Presidente Pimentel, eu gostaria, na pessoa do Ministro Lelio Corrêa, cumprimentar os integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público que nos visitam nesta manhã.

Eu gostaria, Presidente Pimentel, em primeiro lugar, de festejar as presenças do Dr. Fabiano Silveira e do Dr. Fernando Mattos e festejar o fato de verificar que são dois jovens com um currículo apreciável, com uma produção intelectual fantástica. É um estímulo, para nós, que fazemos vida pública, verificar isso. Fico admira-

do de verificar a peregrinação administrativa, e no Poder Judiciário, e nas Letras Jurídicas, de ambos os nossos sabatinados de hoje. Portanto, desde já, os meus cumprimentos.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de – já outros colegas tiveram a oportunidade, aqui, de se manifestar sobre diversos temas, importantíssimos e que me dispensam de voltar a eles – dizer da minha solidariedade com a ideia do Conselho Nacional de Justiça.

Eu entendo que o Conselho Nacional de Justiça, apesar de ser uma instituição nova, é fundamental para a sociedade brasileira. Fundamental. É a necessidade de que os integrantes do Poder Judiciário, como todos nós, entendamos que somos prestadores de serviço público. Prestadores de serviço público. Porque há muita autoridade, seja no Legislativo, no Executivo, no Judiciário, que acha ou se coloca numa posição de tal ordem que não se sente na obrigatoriedade dessa prestação de serviços. E eu acho que a criação do CNJ – e tenho ouvido isso em toda parte – coloca, inclusive, e com todo o respeito que tenho pelo Poder Judiciário, essa espada de Dâmocles em que se transforma o CNJ sobre os integrantes do Poder Judiciário, a dizer a eles que eles não são donos do processo, eles são responsáveis pela solução do processo. Quantas vezes ouvi advogados e pessoas interessadas dizerem: "Eu fui lá com o juiz para pedir para ele que julgue até contra mim, mas que ele julgue. Que ele remeta para que eu possa recorrer."

Então, entendo que o CNJ cria um ambiente no Poder Judiciário de fiscalização e de instrumento da sociedade para recorrer dessas atitudes que são não só de omissão, mas de arbítrio, lamentavelmente, e que não podem persistir, não podem existir numa sociedade organizada e democrática como é a nossa.

Há pouco, foi tratada aqui essa questão da maioridade penal. Vou-me dispensar de maiores considerações porque tenho juízo formado e que coincide, de certa forma, com o que foi exposto por alguns colegas e também pelos nossos dois sabatinados. Não entendo que, enclausurando menores de 18 anos e de 16, nós vamos encontrar solução para a violência no Brasil, porque depois disso vai passar para dez anos, talvez para cinco e talvez, para filho de pobre e desvalido, já comece no dia do nascimento. Vai-se chegar ao absurdo, principalmente levando-se em conta as estatísticas do sistema penitenciário brasileiro.

Ainda ontem, eu assistia, no noticiário da televisão, o Ministério da Justiça, como tantos outros organismos já declararam: 600 mil presidiários no Brasil. Somos, salvo engano da minha parte, o quarto país a aprisionar. Mas o que mais me assustou, ainda ontem à noite – e o Ipea acabou de lançar um documento também com esse levantamento –, é o número de presos – e aí a indagação para o comentário dos nossos dois sabatinados – sem julgamento. Sem julgamento!

E vou tratar de outro tema aqui, como bacharel em Direito, e bacharel de província, que é a presunção da inocência. Quer dizer, entre os direitos fundamentais, está lá que até que alguém seja condenado em sentença judicial transitada em julgado, ele tem a presunção da inocência. Acho que é uma conquista da civilização a presunção da inocência, devido aos casos de injustiça, não só no Brasil, mas até nos Estados Unidos, uma sociedade considerada mais organizada. E de vez em quando sai no noticiário: um sujeito passou 25 anos preso, 25 anos detido e foi liberado depois de 25 anos porque descobriram que ele não era o responsável pelo crime – depois de 25 anos.

Aqui no Brasil eu assisti, certa feita, a uma entrevista de um homem que estava lá também há vinte e tantos anos, quase trinta anos de cadeia, por um crime que não havia cometido. Então, a questão da presunção da inocência, acho que é um dado fundamental da caminhada da civilização.

Estamos falando em melhorar, e, neste País, algumas áreas têm melhorado. Essa questão de proteger os mais pobres, essas bolsas que alguns criticam, eu não critico porque acho que o Governo tem a obrigação de funcionar em algumas situações em que só há esse caminho.

Mas eu fiquei assustado, ontem à noite, quando tomei conhecimento de que 40% dos que estão nas penitenciárias estão sem julgamento. Eu mesmo, como governador, tive oportunidade de, visitando a penitenciária do meu Estado, conversar com um homem que estava lá há oito anos. Ele me disse que não tinha sido levado a julgamento. Eu perguntei: advogado? "Não, a minha família me abandonou e estou aqui há oito anos."

Fomos calcular e, pelo crime de que era acusado, ele já tinha cumprido duas vezes, se tivesse apanhado a pena máxima. Ele estava há oito anos. A pena máxima do crime da acusação contra ele era de quatro.

Eu chamei o pessoal da Defensoria Pública, e o homem estava de tal ordem desvalido, meu caro Anastasia, que ele me disse que não queria mais sair do presídio, porque não tinha mais para onde ir. Ele tinha sido esquecido por todos, inclusive pela família dele.

Ontem à noite, assistindo ao noticiário da televisão, verifiquei que 40% dos que estão nas penitenciárias sequer tiveram a oportunidade de serem submetidos a um julgamento. Esse é um dado assustador neste País onde se pretende fazer com que os mais pobres passem a ser classe média. Eu nem sei como é que podem ser classe média, com um valor que eu considero muito pequeno para serem considerados como classe média. Mas é uma coisa assustadora isso.

Eu acho que o CNJ tem, no meu entendimento, a obrigação de estar atento, nessa relação com os demais integrantes do Poder Judiciário, para encontrar uma fórmula... Afinal de contas, são os juízes, é o Ministério Público, somos nós, da classe política, que temos a obrigação de encontrar uma solução para isso.

Colocar na cadeia, às vezes, por um crime pequeno, menor – se é que podemos hierarquizar o crime –, jogar lá e esquecer, eu acho que quem está cometendo o crime é a autoridade judicial; quem está cometendo o crime é o Ministério Público; quem está cometendo o crime somos nós, que representamos a população, ao esquecer esses brasileiros desvalidos que estão lá, nesses depósitos humanos que não recuperam ninguém.

A minha ideia, como bacharel em Direito de sistema penal, é de hospital social. As pessoas foram afastadas do convívio, como são afastadas as pessoas infectadas por doenças graves e vão para o isolamento, mas não como vingança da sociedade. Se nós imaginarmos que a solução é a vingança, então é melhor adotarmos a pena de morte. Mas essa história da recuperação que não recupera, numa cela colocar 20, 30 pessoas, no meu entendimento é fazer só pós-graduação, mestrado e doutoramento no crime. Quer dizer, os que entram nesse sistema falido por pequenas infrações saem de lá doutorados no crime. A sociedade gastou dinheiro e não recuperou coisíssima alguma.

E vejo a discussão passional dessa questão dos 16 e 18 anos, que é muito simpática para alguns, porque é fácil resolver pela violência legal. É fácil, é escandalosa essa coisa toda e tal, pegar esses meninos e jogar lá dentro. Não! Eu acho que aqui há contribuições, como foi dito, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, do Senador José Serra e outros, no sentido de atuarmos na questão do Estatuto da Criança e do Adolescente. Se é para ampliar prazos, vamos colocar em prática esse documento, que é um documento literário.

Eu considero uma das peças mais interessantes da literatura nacional o Estatuto da Criança e do Adolescente. É uma peça fantástica a redação, mas que não tem nada a ver com a realidade. Li que a instituição talvez melhor estruturada seja a Fundação Casa, em São Paulo, e a pena de dois anos, Sr. Presidente e senhores sabatinados... Eu li, não sei se é verdade – e, com todo o respeito à imprensa, nem sempre a imprensa escreve o que é verdade. Estava lá escrito que os menores apenados de dois anos na Fundação Casa, que seria a melhor estruturada no Brasil, estavam sendo liberados com um ano, e não porque a Fundação Casa estivesse conseguindo recuperá-los na metade do tempo. Não! Sabe o que era? Para abrir vaga. Para abrir vaga. Quer dizer, o tempo seria de dois anos, mas tira-se um ano para abrir vaga.

Então, eu gostaria de ouvir os senhores em relação... Outra coisa foi discutida aqui pelo nosso querido Anastasia, a questão do volume de processo, de processo da área cível. O Dr. Fernando falou aqui das questões fiscais, e nós gostaríamos de receber contribuições nesse sentido, porque, pelo o que tenho notícia, a maior parte dos recursos existentes é do próprio Governo. O Governo perde na primeira instância e mantém os recursos como obrigatoriedade, principalmente nas questões fiscais.

A questão do efeito vinculante praticamente desapareceu – que seria um grande instrumento –, quer dizer, decidido já pelos tribunais superiores e pelo Supremo Tribunal Federal. Por que manter processos infindáveis? E processos infindáveis patrocinados pelo Poder Público, que, mesmo já com decisões dos tribunais superiores, continua recorrendo em todas as ações, entupindo – permita-me a expressão – a Justiça brasileira.

Por último – já vou longe demais, mas não queria perder a oportunidade do privilégio de termos esses dois jovens, que nos estimulam e nos animam a verificar, vocês que são estudiosos e cedo estão interessados nessas questões – é com relação à questão dessas delações premiadas. Eu queria ouvir a opinião dos senhores. Eu sou apenas um bacharel de província, com alguma estrada na vida pública.

Eu quero saber o seguinte: delação premiada é espontânea ou não? Eu não posso entender que o juiz, por mais probo que seja, por mais sério que seja, possa abrir um precedente... Dr. Fernando, o senhor que está aqui hoje como representante da Justiça Federal e cujo nome acho que vai ser aprovado pela competência que o senhor demonstrou e pelo seu currículo, e com o meu voto, eu posso imaginar delação premiada em que um juiz diz – se é verdade ou se é mentira, foi a imprensa que publicou –: "se delatar, eu mando para casa com a tornozeleira; se não delatar, fica preso!"

A ideia que eu tenho é a da presunção da inocência e da excepcionalidade da prisão preventiva...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – ...– permita-me, Sr. Presidente, que eu possa concluir –, é que seria basicamente em dois casos: no caso de o acusado solto ser um perigo para a sociedade e, então, a Justiça tem que mantê-lo preso por isso; ou se ele está, de alguma forma, obstruindo a ação processual, estar comprovado de que ele agiu coagindo testemunha, suprimindo documentos ou coisa parecida.

Mas imaginar, Sr. Presidente, que a prisão preventiva, que é uma excepcionalidade, passe a ser um instrumento... Com todo o respeito ao juiz federal do Paraná – e não só eu tenho respeito, mas a sociedade brasileira –, no meu entendimento, se o Supremo Tribunal Federal não deixar claro isso, vai-se abrir um precedente sério. Por que ele pode, lá no Paraná, fazer isso, e um juiz federal no meu Estado não pode pegar, em qualquer situ-

ação, e dizer para o camarada: olha, ou tu confessas ou delatas ou então tu vais ficar preso aqui. É só o Juiz do Paraná, em razão desse escândalo da Lava Jato, que tem o direito de fazer isso? Onde está a garantia jurídica?

Então, indago aos senhores. Eu perguntei aqui ao Ministro Fachin sobre isso. Ele me disse que delação é só indício, mas eu quero saber se delação só vale se for espontânea ou se delação é um instrumento de pressão que o juiz passa a ter para dizer: se delatar te mando para casa com a tornozeleira; se não delatar, fica preso aí.

Os juízes não estão acima da lei, os juízes têm a obrigação de observar e colocar em prática a lei.

São as observações. E me permita se eu fui um pouquinho longe demais. É que eu não poderia, de forma alguma, perder a oportunidade, com esses dois jovens altamente preparados, de ouvi-los. É para o bacharel de província que não teve a oportunidade de atuar na área jurídica, praticamente só na área política, fazendo clínica geral, poder ouvir dos senhores o seu ponto de vista a respeito disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra o Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Eminente Senador Jader Barbalho, V. Exª se autodenomina um bacharel de província. Quanta inveja tenho eu desse bacharel de província, pela sua trajetória, pela sua liderança, pela sua história em momentos difíceis da vida nacional!

Não vou começar pelo último tema, que me pareceu mais delicado e sensível, mas vou começar por uma intervenção de V. Exª em relação à questão da mediação.

Hoje, a taxa de congestionamento dos tribunais brasileiros, o dado nacional é de 71%. O que significa isso? Em 2013, de cem processos que tramitaram nos tribunais brasileiros, nós conseguimos baixar apenas 29; 71 seguiram para o ano seguinte. E o estoque tem aumentado. Dos 27 tribunais, apenas 11 conseguiram, em 2013, reduzir, ainda que em níveis modestos, a sua produtividade, reduzir o seu estoque de trabalho, o que sinaliza realmente um cenário de muitas dificuldades.

O Congresso Nacional aprovou recentemente um mecanismo que me parece uma técnica da qual podemos talvez colher bons frutos, que é a conciliação por meio eletrônico. O CNJ pode ajudar a regulamentar melhor esse mecanismo da conciliação, inclusive se valendo de mecanismos de conciliação eletrônica.

O Congresso também aprovou a arbitragem em relação à Administração Pública, também um avanço considerável. A Administração agora pode eleger árbitros, contanto que se trate de direitos patrimoniais disponíveis.

Creio que são avanços. Quais são os resultados? Podemos colhê-los daqui a 10, 15, mas temos de realmente dar esse passo agora, porque o reflexo é no médio prazo.

V. Exª menciona a questão da presunção de inocência. O Supremo Tribunal Federal, em 2005, se não me falha a memória, decidiu que não cabe, em matéria penal, o cumprimento da execução provisória da sentença.

Foi uma decisão apertada àquela altura, 6 a 5 alguma coisa, mas me pareceu corretíssima a decisão no sentido de que a sentença penal, em homenagem ao princípio da presunção de inocência, não transitada em julgado não pode ser cumprida desde logo. Pode haver prisão preventiva desde que existam razões cautelares. Mas, por exemplo, a gravidade objetiva do crime por si só não é uma razão autossuficiente para justificar a prisão cautelar, o valor do dano também não seria, a simples fuga da comarca também não seria. Então, deve haver uma razão cautelar razoável que justifique o aprisionamento provisório. Do contrário, faríamos tábula rasa do princípio da presunção de inocência. Parece-me acertada essa orientação do Supremo Tribunal Federal.

Com relação ao nosso sistema prisional, a intervenção de V. Exª me possibilita fazer duas observações. Como se dá o nosso regime de cumprimento de pena? Nós temos três regimes: aberto, semiaberto e fechado. No papel, qual seria a configuração ideal desse modelo? Ora, imaginemos uma pirâmide em cuja base nós tenhamos o maior número de presos em regime aberto; no centro, regime semiaberto; e, no ápice da pirâmide, numa parcela diminuta, presos cumprindo pena em regime fechado.

Os dados nos mostram exatamente que a pirâmide está de cabeça para baixo. Nós temos, na base, presos em regime fechado; no centro, em menor quantidade, semiaberto; e ainda em menor quantidade, presos em regime aberto. Isso significa que o nosso modelo, adotado na Lei de Execução Penal de regimes penitenciários muito rígidos, vem dificultando a mobilidade da população carcerária.

Eu entendo que nós precisaríamos rever a forma como funcionam os regimes de cumprimento de penas, de maneira a permitir uma maior mobilidade da população carcerária.

Com relação à outra observação de V. Exª, de fato qual fenômeno que observamos no Brasil? Geralmente, a nossa expectativa, Senador Ferraço, é que a prisão ponha fim na criminalidade. Uma vez presos, aquelas pessoas condenadas deixem de praticar crimes. O que observamos no Brasil, sobretudo a partir da década de 90, quando houve um crescimento, ou seja, a curva do número de presos no Brasil aumentou por políticas adotadas, como, por exemplo, nos crimes hediondos, com o cumprimento integral da pena em regime fechado, o que depois foi declarado inconstitucional? O que nós observamos é que não. Que as prisões brasileiras foram

as responsáveis pelo surgimento das organizações criminosas mais nocivas à sociedade brasileira, como o PCC e o Comando Vermelho. Surgiram onde? Surgiram nos presídios. Portanto, realmente a política de encarceramento tem que ser analisada com essa ponderação. No Brasil, historicamente, os presídios funcionaram como celeiros das organizações. Elas não nasceram externamente aos presídios, mas nasceram nos presídios. Vejam que dados graves da nossa condição.

Ainda sobre a questão das formas alternativas, 41% dos processos em tramitação dizem respeito à execução fiscal e, nesse setor, a taxa de congestionamento é de 90%, ou seja, os processos não conseguem ser impulsionados. Nós precisamos adotar mecanismos de cobrança em relação a créditos públicos por meios alternativos.

Isso já tem ocorrido, por exemplo, em relação a alguns Estados. Está aqui o Senador Anastasia, isso se dá em Minas Gerais. Até determinado valor, a cobrança dos títulos de dívida ativa, títulos extrajudiciais pode se dar por meio dos cartórios de protesto. A União também, abaixo de R$50 mil, tem utilizado o mecanismo da cobrança por protesto, inclusive que se revelou mais eficiente até. A resposta é mais imediata.

Finalmente, eminente Senador Jader Barbalho, V. Exª menciona a questão das delações premiadas. A prova testemunhal é prova contanto que se submeta ao contraditório e à ampla defesa. Qualquer informação colhida na fase pré-processual não merece esse estatuto de prova. Porque prova é informação que se colhe mediante contraditório e ampla defesa. Antes disso, nós temos um elemento de informação, uma informação precária, que não pode sozinha servir para nenhuma condenação. Mas, mais que isso, a legislação brasileira, no que diz respeito à prova testemunhal colhida mediante colaboração premiada, diz, com sabedoria – a legislação brasileira de 2013 –, que nós não podemos impor condenações unicamente a partir de testemunhos colhidos em colaboração premiada. Ou seja, essas informações devem ser corroboradas por outras provas produzidas em contraditório e ampla defesa.

Daí por que a colaboração premiada – e a legislação, repito, a meu juízo, foi sábia – não pode ser, digamos, no cenário probatório o elemento principal. Ela pode coadjuvar, ela pode orientar a produção probatória, as investigações na fase pré-processual, mas ela não é o elemento decisivo, não pode ser. Por quê? Porque o colaborador, o delator, tem interesses. Ao delatar, ele recebe determinadas vantagens, prêmios, do ponto de vista da sua situação processual. Então, *cum grano salis*, devemos examinar com parcimônia essas informações. Por quê? Porque há interesse do delator em obter uma vantagem. E como essa vantagem é estabelecida em acordo, ora, quanto mais se aprofunda a delação, maior é a premiação.

Então, devemos examinar com muita parcimônia essa prova. Para mim, não é tão relevante dizer... Ela é prova na medida em que ela entra no processo e se submete ao contraditório e à ampla defesa. Esse é o dado a partir do qual poderíamos designá-la como prova. Mas ela não pode ser o elemento principal, e assim diz a legislação, unicamente a partir dessa delação, não pode. E, para finalizar, eminente Senador Jader Barbalho, essas provas tomadas em colaboração premiada não podem ser impulsionadas por prisões. Essa é a minha convicção.

O regime de prisão é um regime constitucional da necessidade cautelar. Qualquer outra razão que informe a decisão do magistrado, que não seja uma necessidade cautelar de prisão, invalida a própria prisão e eventualmente a delação premiada. Essa é modestamente a minha compreensão jurídica.

Quer dizer, o instrumento da prisão se refere a uma determinada ordem de valores constitucionais? Pode haver prisão antes do trânsito em julgado? Pode, contanto que haja uma necessidade cautelar evidente. E entre essas razões cautelares evidentes não está a de conseguir a prova de aproveitar-se do instrumento da prisão para forçar determinados comportamentos.

Não quero com isso acender polêmicas, não estou me referindo a casos concretos. Mas essa é a minha compreensão jurídica desse instituto. Quer dizer dos seus efeitos limitados em relação à produção probatória. E que a prisão deve ser presidida por outros elementos, não exatamente a obtenção da prova. Para isso, há meios previstos na legislação para a obtenção da prova.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Enfim, encerro a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra, o Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS – Sr. Senador Jader Barbalho, V. Exª tem uma longa experiência na vida pública. Então, da mesma forma, eu queria ser um bacharel de província como V. Exª.

Eu gostaria de dizer que nada angustia mais um magistrado, Senador, do que aquele processo que não termina. Quer dizer, logo que eu ingressei na magistratura – vou contar um caso, se V. Exª me permitir, muito rápido –, eu recebi uma execução de uma questão já pacificada. Eu era o juiz substituto junto a uma das varas federais e recebi aquele processo. E, ao iniciar aquele processo de execução, nós fomos intimar aquelas partes. O processo tramitou, com vários incidentes; foi aos tribunais superiores e houve uma série de recursos que

foram interpostos. Quando chegou para a execução, nós fomos intimar aquelas pessoas. E daquelas pessoas, uma já tinha morrido, as outras, na verdade, não sabiam mais se orientar, precisavam ser interditados.

Então, eu queria dizer a V. Exª que isso é algo que nos angustia muito. E hoje se tem uma percepção muito grande dentro do Poder Judiciário de que aquele sistema de solução de litígios – de cada processo – não adianta mais.

Nós vamos ter hoje alternativas que foquem essencialmente na gestão. E essa é uma dificuldade da magistratura, porque, primeiro, nós fomos criados na cultura do litígio. Na faculdade, estudamos ter um processo. E, na verdade, nós não fomos trabalhados na questão da gestão de processo, na gestão das varas, na gestão das nossas unidades. Então, essa é uma deficiência que nós temos. Mas que, principalmente, depois da criação do Conselho Nacional de Justiça, tem-se tentado reverter. E nós temos hoje uma série de mecanismos e de experiências exitosas, nos vários ramos do Poder Judiciário, que podem ser replicadas no Brasil inteiro, e têm, inclusive, servido para mudar a própria cultura desses nossos maiores litigantes: dos órgãos públicos, das empresas públicas, das empresas estatais e, muitas vezes, até dos nossos litigantes privados. Não temos tanto na Justiça Federal, mas na justiça dos Estados temos, como os concessionários de serviço público, etc.

E aí eu entro naquilo que V. Exª disse da questão penitenciária, porque a gestão hoje do sistema, também a Lei de Execução Penal dá os instrumentos, mas isso não será só o juiz. Esse juiz que atua na Vara de Execução Penal precisa ter muito apoio de estrutura, de ferramenta de gestão, precisa ser um juiz vocacionado, precisa ser um juiz que, na verdade, não esteja só no seu gabinete, que ele visite, até porque existe essa atribuição legal.

Então, há uma preocupação, sim, da magistratura como um todo de exatamente reconhecer essa deficiência, de adotar ferramentas de gestão que permitam que se preste uma jurisdição melhor, com mais qualidade e mais efetiva, porque nós defendemos muito a efetividade dessas decisões.

Quanto à questão da presunção de inocência, a minha opinião é como a do Dr. Fabiano. Quer dizer, é até o trânsito em julgado. E se houver necessidade de alguma prisão preventiva, essa prisão preventiva precisa ser justificada. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é restrita nesses casos em que cabe a prisão preventiva. Portanto, da mesma forma que o Dr. Fabiano, esse é o meu entendimento.

E, por último, essa questão relativa à colaboração premiada. Gostaria só de dizer que, da mesma forma, como, acho, que todos aqui, o que eu conheço desse caso é exatamente aquilo que a imprensa tem divulgado. Nunca tive acesso a nenhum documento desse processo e há uma limitação muito grande de fazer algum comentário mais específico. Mas, da mesma forma que foi dita aqui – e a lei que estabeleceu a colaboração premiada é muito clara –, ela só pode se dar, só pode ser aceita, na medida em que existam outras provas que sejam acolhidas pelo juiz e que a justifiquem.

Até porque, Senador, vou ser muito honesto: não tenho experiência grande na área criminal; aliás, diria que tenho pouca experiência na atuação criminal, mas estava conversando esses dias com os meus colegas que atuam na área criminal e até uma deles estava me dizendo: "Fernando, se você for lá, e se, eventualmente, for indagado sobre alguma questão, não se esqueça de que, na Itália, quando a colaboração premiada surgiu, havia sempre uma preocupação da existência de outras provas." Por quê? Por conta daquela seletividade do benefício do delator. Porque o delator, na verdade, com aquele instrumento, e se só o seu testemunho fosse válido para a delação, ele poderia, na verdade, escolher exatamente a facção criminosa que ele gostaria de denunciar.

Então, como também foi dito aqui, a questão da delação premiada, ou da colaboração, não pode ser utilizada como um instrumento, na verdade, ou não pode ser condicionada a uma prisão, a uma liberação, a outra medida cautelar, porque tem que estar presentes aqueles requisitos para a prisão preventiva.

Em síntese, era isso, mas me coloco à disposição para qualquer outro esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para réplica, o Senador Jader.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA. *Fora do microfone*.) – Presidente, muito obrigado, gastei muito tempo nas minhas indagações e não quero prejudicar os oradores que estão inscritos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Maioria/PMDB - PA) – Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, acho que o primeiro registro que devo fazer é de satisfação pessoal por ver a nossa Comissão de Constituição e Justiça retomar um procedimento e um rito que, a meu juízo, valoriza esse diálogo e esse debate que não apenas estamos fazendo como precisamos fazer.

Há uma evolução em curso na qualidade das nossas sabatinas aqui no Senado da República. Durante um período, essas sabatinas, de certa forma, foram banalizadas e essa banalização não valoriza a indicação, o currículo, a experiência e a responsabilidade que a Constituição consagrou, como papel do Senado da República, especificamente, de maneira preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça.

Quando, na reunião anterior, tivemos aqui a sabatina de dez indicados para o CNJ, para o CNMP, essa é uma página que precisamos virar, já viramos, e não podemos mais caminhar por essa direção, porque essa direção, seguramente, não valoriza o papel da Comissão de Constituição e Justiça, tampouco aqueles que são indicados para que possam ocupar as relevantes tarefas do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, do CNJ, do CNMP e assim por diante.

Acho que essa missão precisa ser seguida no limite do critério, para que, volto a afirmar, não banalizemos e não façamos da mediocridade um papel e uma prerrogativa constitucional. Quero cumprimentar V. Exª, porque essa sabatina, de fato, recupera essa nossa tarefa.

Em seguida, gostaria de cumprimentar o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, que está sendo indicado para recondução, já foi sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça e candidato à renovação do seu mandato.

De igual forma, quero trazer aqui o meu testemunho ao Dr. Fernando de Mattos – e um testemunho muito pessoal, próprio, franco e sincero.

O Dr. Fernando de Mattos não é capixaba por origem, mas ele foi adotado pelos capixabas. Há alguns anos, ele exerce a função de juiz federal no Espírito Santo, e todos nós, capixabas, devotamos uma profunda admiração pelo trabalho do Dr. Fernando de Mattos, que já teve a oportunidade, convocado que foi pelo Ministro Ayres de Britto, de trabalhar no CNJ, como Subdiretor Adjunto ou Diretor Adjunto, portanto, vivendo a experiência e os desafios do nosso CNJ.

Portanto, estamos aqui diante de duas biografias, de duas trajetórias, que seguramente saberão honrar os desafios do Conselho Nacional de Justiça. Desafios esses que estão consagrados na nossa Constituição Federal, no art. 103-A. Sobretudo, quero chamar a atenção para os incisos VI e VI, que, dentre tantas outras tarefas, como as registradas no art. 37, que trabalha valores e conceitos que são de fundamental importância, como a impessoalidade, a legalidade, a moralidade, a atividade do Estatuto da Magistratura, enfim, entre tantas atribuições do CNJ, os incisos VI e VII tratam de uma performance que está relacionada à produtividade, à capacidade de nós, de uma vez por todas, respondermos àquela que se tornou máxima, em nosso País, que é a afirmação do sempre Rui Barbosa, que "a justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta". O Dr. Fernando pôde dar aqui o seu testemunho de, ao chegar à magistratura, o constrangimento de um magistrado em viver a circunstância, pela ausência de prazo, de produtividade, enfim, pela cultura de um litígio a que todos são levados, inclusive na formação acadêmica, na cultura do dia a dia do nosso País.

O fato objetivo é que o nosso CNJ está fazendo 15 anos, que tem sido, a meu juízo, um aprendizado extraordinário, para todos nós, inclusive para aqueles que estão ou passaram por lá. Observo uma evolução nesse período, que precisa e pode ser sempre aperfeiçoada e aprimorada, ou seja, é grande a expectativa de todos em relação ao Conselho Nacional de Justiça, que foi e é uma ótima ideia.

Vamos ao fato objetivo. Estou inclusive valendo-me de uma manifestação de uma colega de V. Sªs, porque já exerci o meu voto, que é naturalmente favorável, pela qualidade da biografia de V. Sªs, mas esse voto carrega também uma enorme expectativa: que a geração de V. Sªs possa representar ousadia, capacidade empreendedora, sobretudo na gestão e na busca de novos mecanismos que possam oferecer uma Justiça mais célere, sem que isso comprometa evidentemente a qualidade da decisão jurisdicional.

A Drª Maria Cristina Peduzzi, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Conselheira do CNJ e Presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do órgão e Coordenadora também da Justiça em Números, traz dados estatísticos que me parece importante serem aqui registrados.

Ela diz que o número de processos, em 2014, foi maior do que o número de ações julgadas em caráter definitivo, principalmente nas justiças estaduais. O Poder Judiciário continuará congestionado; por consequência, moroso, o que é uma preocupação de V. Sªs, mas também uma preocupação de todos nós.

Entre 2009 e 2013, o número de processos pendentes aumentou de 58,9 milhões para 66,8 milhões. Desse total, 31,8 são processos relativos a direito do consumidor e a questões ambientais, e 41,4 são ações de execução fiscal. De cada cem ações de execução fiscal, apenas nove foram julgadas em caráter definitivo no ano passado – o Senador Jader Barbalho pôde fazer aqui um sobrevoo sobre esse tema – e o Estado brasileiro aparece como litigante em todos os níveis, congestionando essas demandas.

Um levantamento do próprio CNJ indica que o número de ações pendentes deverá aumentar ainda muito nos próximos anos; aspas: "Apesar do constante crescimento da demanda processual, o rito de produção dos tribunais permanece o mesmo [diz o estudo]. Assim, o Poder Judiciário, cujos gastos totais foram de quase R$62 bilhões no ano passado, ante R$54,4 bilhões em 2011, teria atingido o ápice da produtividade que pode oferecer a sua estrutura atual." Ou seja, o agigantar das estruturas meios não é solução, não é resultado para esse problema, e, sim, caminhos alternativos ousados e empreendedores, inclusive olhando para o Direito comparado, na experiência internacional, à luz da nossa realidade e das nossas características.

Indo adiante, a Drª Maria Cristina afirma que a taxa média de congestionamento de todos os tribunais passou de 70%, em 2012, para 70,9% no ano passado. Na Justiça Estadual, onde tramitam 74,2 milhões de processos, as taxas mais altas foram a do Tribunal de São Paulo, com 82%; a do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com 79%; a do Tribunal da Bahia, com 78%. As menores taxas foram as dos tribunais de Justiça do Amapá e do Acre, respectivamente dos Estados do meu querido amigo Senador Jorge Viana e do Senador Randolfe.

Enfim, estamos diante desse desafio. Nós inclusive estamos votando, na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, o item 12, e é um momento e uma oportunidade para que possamos acelerar, Sr. Presidente, a tramitação desse projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que institui e altera o inciso I do art. 306 do Código de Processo Penal, estabelecendo as chamadas audiências de custódia. Em São Paulo e em alguns Estados, já dá efetivos resultados, até para diminuir a população dos presos provisórios.

Eu gostaria de ouvir V. Sªs a respeito dessas questões que estamos colocando e que expectativas nós podemos ter de que V. Sªs, chegando ao CNJ, possam estar associados a tantos outros, magistrados ou não, na busca dessa demanda nacional. Nós temos feito um esforço aqui no Senado, aprovamos a lei da arbitragem. Eu, inclusive, sou autor da lei da mediação, que durante três anos foi discutida aqui no Senado, na Câmara.

O Senador Pimentel foi Relator dessa importante lei. Agora estamos aguardando a regulamentação por parte da Presidente da República. Trata-se de mecanismos alternativos de modo a trabalhar a cultura do litígio ou substituir a cultura do litígio pela cultura do entendimento, da conciliação, para que nós possamos evitar esse congestionamento da nossa Justiça.

Ao cumprimentar V. Sªs, pela trajetória de V. Sªs, a biografia e a expectativa que têm, eu gostaria de merecer de V. Sªs uma abordagem a respeito dos desafios do CNJ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... considerando que o CNJ está fazendo 15 anos. Quer dizer, as dificuldades até aqui, os desafios que estão postos e a expectativa que nós devemos ter da presença de dois competentes quadros – um que é Consultor do Senado e outro que é Juiz Federal; portanto, são experiências distintas, porém, complementares, mas são dois jovens quadros. Há expectativa de que isso possa representar renovação e essa renovação possa trazer, de fato, janelas de oportunidade na superação dessas questões.

Agradeço, Sr. Presidente, a V. Sª e aos nossos dois sabatinados, cumprimentando-os.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra o Dr. Fabiano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É para fazer uma sugestão a V. Exª, se houver a aquiescência do Plenário e dos nossos sabatinados. É que desta feita tenhamos logo um grupo de questionamentos aos sabatinados. Eu creio que poderá dar maior celeridade aos questionamentos.

É a sugestão que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos ouvir os nossos sabatinados e, em seguida, faltam apenas o Senador Ronaldo Caiado e o Senador Antonio Carlos Valadares, pelo que nós estamos compondo aqui. Portanto, vamos seguir no ritmo, porque acho que dez minutos a mais...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu quero parabenizar a iniciativa de V. Exª, dando oportunidade para nós, agora, sim, podermos arguir todos os candidatos. Isso é muito positivo. Eu cumprimento essa decisão e esse novo modelo da Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Então, com a palavra o Sr. Fabiano.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Eminente Senador Ricardo Ferraço, agradeço V. Exª pelas palavras, pela avaliação, pela forma de abordagem de problemas tão difíceis, enfim, a forma precisa como V. Exª tocou nesse grande mosaico da Justiça brasileira. De fato, os dados são muito preocupantes. Temos as informações de que o índice de produtividade por Magistrados está estagnado, porque há uma carga de trabalho considerável – a média nacional é muito alta, é em torno de 1,5 mil processos, 1,5 mil casos novos; recebe-se uma carga de trabalho de 6 mil processos por ano –, então, realmente os índices mostram que estamos num momento de esgotamento.

Acho que a abordagem de V. Exª é uma abordagem geracional. E quem sabe a nossa geração conseguirá apresentar soluções criativas! Eu acredito na força do Direito, nas boas ideias, e, para problemas aparentemente difíceis de serem vencidos, com reflexão, com honestidade poderemos encontrar soluções.

Os dados mencionado por V. Exª estão em constante processo de aprimoramento. No próximo Relatório Justiça em Números, nós teremos, por exemplo, o tempo de duração média do processo, mercê do trabalho

da Ministra Maria Cristina Peduzzi, mencionada aqui por V. Exª, e também os índices de conciliação. Nós não tínhamos essas informações até então. E, no próximo relatório de 2015, nós teremos, digamos, informações cruciais para entrarmos nesse grande mosaico.

Eu acredito, eminente Senador, que nós devamos fazer as contas com a questão de execução fiscal. Se tirarmos os dados de execução fiscal, nossa taxa de congestionamento já cai em dez pontos. Então, a desjudicialização ou um novo modelo de governança nas Varas de Execução Fiscal é algo urgente e que pode trazer resultados já bastante expressivos.

Gostaria de mencionar aqui, eminente Senador Ferraço, uma proposta de autoria de V. Exª. Por quê? Porque o nosso modelo, de fato, não é apenas a nossa cultura de litigância. O modelo recursal no Brasil precisa ser repensado. As quatro instâncias devem ser repensadas. V. Exª é autor da PEC nº 15, que define um novo conceito de trânsito em julgado, uma proposta arrojada. E os tribunais, sobretudo os tribunais superiores, devem pensar e repensar seu papel nesse modelo. Se nós temos quatro instâncias e se o trânsito em julgado só advém quando superadas essas quatro etapas, realmente, nós estamos incentivando...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Até porque a Constituição fala em duplo grau.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Exatamente. Como direito fundamental, o duplo grau de jurisdição.

Parabenizo V. Exª por aquela iniciativa. A matéria, relatada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, colocou o problema, e nós não fugimos do problema, ele está aí. Realmente, no Brasil, o modelo de quatro instâncias deve ser repensado, pois é um convite permanente à litigância, à litigância de grandes grupos empresariais e à litigância do próprio Estado em protrair os efeitos da decisão judicial.

Eu diria também, eminente Senador, que o processo judicial eletrônico pode dar alento na celeridade. Há muitas questões envolvendo o processo judicial eletrônico. Eu partilho inteiramente das preocupações aqui lançadas pelo outro sabatinado, Dr. Fernando Mattos, magistrado da Justiça Federal, de que tem que ser um processo inclusivo. Eu inclusive, no CNJ, me posicionei no sentido de um período de transição mais generoso a fim de que não houvesse um impacto tão grande. De 2013 para 2014 já houve um incremento impressionante no número de processos em sistema eletrônico. Em 2013, 20% de todos os processos no Brasil eram em meio eletrônico; em 2014, 35%. São os dados mais recentes de que dispomos. Ou seja, no período de um ano, 15% de digitalização de processo eletrônico. Isso, sim, pode ajudar também na celeridade.

Sinto-me também obrigado a dizer que o Poder Judiciário precisa de mais magistrados. É importante que se diga isso. O número de magistrados ainda é muito modesto, mesquinho até, eu diria, em relação às necessidades de um país. Por quê? Porque nós vivemos o fenômeno da complexidade. Ou seja, todas as relações passam pelo Direito. As relações familiares passam pelo Direito. É a juridicização da vida. Todas as nossas relações, com os filhos, as relações mais rotineiras, estão sob a ótica do Direito. Parece que todas as soluções também devem passar pelas instâncias judiciais.

Eu recebo a intervenção de V. Exª, sim, como um desafio, como um estímulo pessoal para dedicar, se assim entender a CCJ, se assim entender o Senado Federal, meus melhores esforços no sentido de buscar essas soluções, de contribuir para que esses problemas sejam solucionados.

Esses números – já concluo, Sr. Presidente – são números frios. Na Ouvidoria do CNJ, tive a oportunidade de sentir o calor desses números. Quando as pessoas vão reclamar do Poder Judiciário, isso significa que elas estão no seu limite e que não há, digamos, um olhar do próprio Poder Judiciário em compartilhar essas preocupações. Ou seja, quando uma pessoa vai à Ouvidoria e diz: "Olha, o meu processo tem dez anos", isso significa que ela venceu tantas etapas para chegar nesse estágio de relatar. Então, eu recebo de V. Exª como estímulo profundo, que se assim entender V. Exª e os demais Senadores, de seguir essa caminhada no Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra o Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS – Senador Ferraço, da mesma forma, eu gostaria de agradecer as palavras que V. Exª me dirigiu, da acolhida que sempre tive de V. Exª nos pleitos que diziam respeito à Justiça Federal ainda como Diretor do Foro, a acolhida também nesse momento da sabatina.

Há um grande paradoxo na atividade do juiz. Eu lembro que quando foi promulgada a Emenda Constitucional nº 45, o Poder Judiciário tinha cerca de 45 milhões de processos, e esse ano devemos fechar com mais de 50 milhões de processos. E aí se pode dizer: "Bom, mas o juiz não trabalha?". Não, o juiz brasileiro é o juiz mais produtivo do mundo. Se pegarmos os dados colacionados pelo Conselho Nacional de Justiça com as comparações com os outros países vamos verificar essa realidade.

Por isso é que hoje se verifica o seguinte: na verdade, a produtividade está chegando ao seu limite máximo, e ainda existe um outro paradoxo. Quando analisamos os dados do Justiça em Números, vamos verificar que grande parte dos Tribunais Estaduais brasileiros, onde se concentra a maior parte da nossa demanda, dos

90 milhões de processos, quase 75 milhões de processo estão na Justiça dos Estados, grande parte desses tribunais estão no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou estão, ou então estão muito próximos.

Esse é o grande desafio que vai se apresenta: de que maneira se pode, Senador Ferraço... E a contribuição de V. Exª para esse debate com a redefinição do modelo recursal é relevantíssima, eu tenho certeza de que os Juízes Federais, a nossa entidade de classe já teve a oportunidade inclusive de estar com V. Exª, de apresentar as contribuições e, necessariamente, terá que haver um debate muito profundo com os outros partícipes do sistema de Justiça, principalmente a Ordem dos Advogados do Brasil que, em nossa realidade, sempre foi um parceiro, fizemos tudo em colaboração com a Ordem dos Advogados do Espírito Santo, sempre mantivemos uma ótima relação, em que ponto se vai garantir o contraditório e ampla defesa e se vai ser possível se racionalizar os recursos. Esse é um dado.

Agora, outros mecanismos, e o CNJ tem dado essa contribuição, vão ter que ser pensados. Fala-se muito na questão da execução fiscal e, realmente, um novo modelo de execução fiscal – e vai caber ao Congresso nacional debater se é possível desjudicializar a execução fiscal, ou se, na verdade, apenas vão se delegar algumas tarefas à administração. Esse é uma discussão essencialmente da escolha de um modelo e essa escolha vai ser feita pelo Parlamento, cabe ao Parlamento decidir qual é o melhor modelo que vai poder ser apresentado. Eu também vejo como um grande desafio a contribuição que nós possamos estabelecer, uma vez merecendo a confiança de V. Exªs, a aprovação do Senado Federal, de que maneira nós vamos poder contribuir nesse processo.

Na questão da Execução Fiscal, por exemplo, já é feito pela Corregedoria nacional, eu já tive a oportunidade de verificar, em que medida, por exemplo, a Execução Fiscal tem um custo. O que custa mais: custa mais, na verde, manter o processo na Justiça? Mas a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2001 pelo Congresso Nacional, prevê que, quando o custo da cobrança não for compatível com o custo da dívida, se tem que estabelecer a dispensa daquele pagamento ou se tem que estabelecer outro tipo de cobrança. Então, é exatamente dentro desse modelo, dentro desse estado da arte é que vai se colocar a atuação do CNJ e o que o CNJ, efetivamente pode contribuir para essa efetivação da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para a réplica, tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de retificar: eu disse, aqui, que o CNJ está fazendo 15 anos, mas são 10 anos. Eu cometi um equívoco, porque, na realidade, a sua implantação se deu em 2005, então, ainda que seja um longo aprendizado, nós estamos, ainda, no começo daquilo que são as tarefas, as responsabilidades e as expectativas que todos nós temos pelo CNJ.

Eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente, na expectativa de que o Dr. Fabiano e o Dr. Fernando possam levar para o CNJ – o Dr. Fabiano já está lá –, com mais intensidade ainda, a necessidade de nós encontrarmos mecanismos para revermos o modelo.

A manutenção do modelo não vai nos levar àquele patamar de que todos nós necessitamos e precisamos. Então, eu acho que é preciso que, até numa relação institucional do CNJ com o Congresso, nós possamos visitar caminhos e modelos que possam nos fazer, a todos nós, mais empreendedores, criativos e ousados na busca dessas soluções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Dr. Fabiano e Dr. Fernando de Mattos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu aproveito para registrar, também, que, durante esses 10 anos, nós tivemos a primeira grande sabatina em 2007. Quem presidia esta Comissão de Constituição e Justiça era o Senador Antônio Carlos, da Bahia, o nosso conhecido ACM, e ele fez a sabatina, em 2007, com 23 membros, num único dia – a primeira grande sabatina indicando os membros do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça. Portanto, a gente está aprimorando, também aqui na CCJ, esse processo.

Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas esse, seguramente, não é um bom exemplo. Nós temos que nos basear nos bons exemplos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Só estou registrando a história da Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, claro, claro, eu estou ....

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, nossos sabatinados, Dr. Fernando e Dr. Fabiano, Ministro Lelio, que aqui se faz presente, pessoa com quem tive a oportunidade de conversar e ter noção também, um pouco, da realidade do Ministério do Trabalho, enfim, eu quero parabenizá-los pela exposição, pela maneira, pelo conhecimento, pela capacidade de argumentar, que, realmente, mostra o conteúdo e pessoas qualificadas para, exatamente, exercer essa função no Conselho Nacional de Justiça.

É lógico que ninguém tem, aqui, essa varinha de condão para resolver todos esses fatos que foram citados aqui, seja no julgamento, em relação às decisões da Justiça. É algo complexo e que precisa ter uma nova cultura para podermos quebrar aquilo que, antigamente, era aceito e que, nos tempos de hoje, já não aceitamos mais.

Citou o nosso Presidente que já foi feita, aqui, uma sabatina com 23 sabatinados. Quer dizer, isso faz parte da história e não deve se repetir nada próximo a isso – no máximo com dois sabatinados, para que todos nós possamos, aqui, ter oportunidade de saber, e, naquele momento, o ex-Governador Jader Barbalho reagiu duramente no momento em que 10 pessoas foram colocadas aqui, na frente deste plenário, o que constrangeu todos nós.

Mas, voltando aos fatos, essa preocupação de todos nós, brasileiros, e desta Casa com o Poder Judiciário vem, para mim, exatamente representada pela fala do Ministro Marco Aurélio Mello.

Eu não diria, na íntegra, mas o resumo da entrevista era dizendo que o cidadão, hoje, já não teme mais a Justiça. Ele sabe que ela demora a julgar. Essa morosidade da Justiça é que estimula, é que favorece o ilícito, é que dá ao cidadão – principalmente àquele que está envolvido nessas chicanas jurídicas em procrastinar as decisões – um espaço enorme para poder cansar as pessoas de bem e criar um clima que hoje é uma realidade no Brasil, como colocou aqui o ex-Governador Anastasia, dizendo que o espírito é litigante. É verdade. Mas, hoje, eu não sei se está tão assim, no momento, o que você nota na população é um quadro de descrença. "Não vou recorrer mais, porque eu não tenho dinheiro para pagar taxas, não tenho dinheiro para honorários advocatícios."

Então, realmente, o que foi dito aqui por um de vocês é que essa litigância tem sido um ponto de apoio principalmente de grandes grupos de empresas, de pessoas que têm uma estrutura, seja ela lícita, ou, na maioria das vezes, também ilícita, que têm um corpo de advogados já constituído, e para quem levar uma demanda por 20, 30 anos é algo que normalmente os favorece nessa lentidão em poder ter uma solução.

Eu quero, primeiramente, perguntar objetivamente a V. Sªs qual é o pensamento, qual é a posição dos senhores em relação àquilo que são os Juizados Especiais?

Depois de toda essa dificuldade de se chegar a uma conclusão de uma definição final, com todas essas instâncias Recursais que nós temos hoje, eu pergunto: por que esses Juizados Especiais não são mais estimulados, ou, pelo menos, mais fortalecidos ou reconhecidos por vocês, para que a sociedade brasileira possa buscar outras alternativas?

O Dr. Fabiano chegou a citar que, nos Estados Unidos, esses acordos ocorrem até dentro de escritórios de advogados. O que nós estamos falando não é nem chegar a isso, mas, nesses Juizados Especiais, para que possamos diminuir esse tempo, onde nós sabemos o que é a capacidade de um advogado quando não quer fazer com que o processo seja julgado. É aquilo que o Senador Jader Barbalho colocou. O que nós desejamos é uma coisa só: julgue; julgue a favor, julgue contra, mas julgue! "Ah, mas a nossa Justiça é célere." Só que existem tantos recursos, tantas chicanas, desde o oficial de Justiça conseguir intimar uma pessoa até depois você ter o julgamento, e aí outra tese... Veja bem, eu não tenho o conhecimento do Senador Jader Barbalho ou dos que me antecederam. Sou um médico-cirurgião. Não saberia aqui descrever com tanta clareza, como foi colocado pelo Senador Jader Barbalho, mas, objetivamente, dizendo que, quando nós procuramos fortalecer os Juizados Especiais, sempre vem uma regra, principalmente das grandes empresas, logicamente não todas, mas de algumas, que normalmente não estão preocupadas com o julgamento célere, e a celeridade, em hora nenhuma, prescinde da seriedade do julgamento. Ninguém está colocando em risco a seriedade. Nós estamos colocando que o processo possa ser mais célere, mas com todos os cuidados, dando os direitos a todos os cidadãos.

Então, eu pergunto: por que os Juizados Especiais não são acionados com maior amplitude para que possamos ter essa diminuição do tempo?

Em segundo lugar, a tese é que tentam muitas vezes desmoralizar os Juizados Especiais, dizendo o seguinte: "Os juízes que estão lá são juízes em período probatório", como se, na Justiça, juiz também em fase probatória não julgasse. Então, se esses juízes julgam nos Juizados Especiais, eles também julgam dentro da Justiça comum, e não há nenhum preconceito, até porque eles foram aprovados, são qualificados para o julgamento. Em segundo lugar, é que há a instância do Tribunal de Justiça, e vocês e nós demos esse Segundo Grau, que seria exatamente não com Desembargadores, mas com três juízes, e, a partir daí, indo para o Supremo Tribunal Federal. Então, pergunto: V. Sªs têm alguma restrição a esse modelo de Juizado Especial? Ele é algo que V. Sªs reconhecem válido no julgamento até chegar ao Supremo Tribunal Federal, que não cerceia o direito do cidadão, que não impede acordos, nem apresentação de provas?

Eu quero ser bem objetivo em saber exatamente o que vocês pensam sobre o Juizado Especial, porque, muitas vezes, as pessoas tentam dizer: "Não, mas o Juizado Especial não dará tempo para que as pessoas possam apresentar as provas. Poderá amanhar cercear o direito do cidadão". Realmente, essa interpretação, para mim, é de quem está mais preocupado com a chicana do que com a solução ou a decisão do projeto.

Mas eu quero ouvir o pensamento de V. Sªs e a linha de raciocínio que defenderão no Conselho Nacional de Justiça.

Muito obrigado.

Agradeço o espaço que V. Exª me concedeu a mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra, Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Eminente Senador Ronaldo Caiado, agradeço pela sua intervenção, seus questionamentos, também pelo fato de haver me recebido em seu gabinete. Sou muito grato a V. Exª.

A intervenção de V. Exª coincide com os 20 anos dos Juizados Especiais. Os Juizados Especiais foram previstos inovadoramente na Constituição de 1988. Em 1995, veio a Lei nº 9.099, de setembro, se não me engano, então, em setembro, faremos em 25 anos. É definitivamente uma experiência exitosa, que transformou a Justiça brasileira. imagino eu as dificuldades que estaríamos vivenciando se não tivéssemos tomado aquela decisão há 20 anos, e apostado no caminho dos Juizados.

Na esfera penal, que eu conheço um pouco melhor, a previsão daqueles institutos de descarcerização, suspensão condicional do processo, composição dos danos civis e transação penal foram três institutos que produziram um grande impacto no nosso sistema. Eu digo até que a Lei do Juizado Especial passou a disputar com o Código Penal o verdadeiro centro de gravidade do sistema penal. Nós temos, possivelmente na esfera penal, mais de 300 mil pessoas que já foram submetidas a penas restritivas de direitos no âmbito dos Juizados Especiais.

Na década de 90, o que pudemos perceber? Que os tribunais resistiram aos Juizados. Isso é um fato notório. Não estou aqui fazendo nenhum tipo de acusação. Muitos tribunais resistiram. Por quê? Porque aquilo impunha mudanças estruturais na forma como a Justiça era administrada.

Então, eu entendo que esta iniciativa deve ser valorizada e aprofundada. Eu partilho de todas as premissas aqui lançadas por V. Exª no sentido de que a celeridade, a informalidade, a oralidade são caminhos muito promissores para a solução dos conflitos.

O dado preocupante é que o Supremo recebe, hoje, uma carga impressionante de processos oriundos dos Juizados. Então, voltamos aqui a andar em círculos, de alguma forma. Por quê? Porque grandes demandantes levam, postergam, prolongam os efeitos da decisão, mas o modelo dos Juizados Especiais me parece uma das maiores contribuições que o Congresso brasileiro ofereceu à administração da Justiça nesse período recente. E essa experiência deve ser aprofundada, agudizada no sentido de sensibilizar os tribunais, no sentido de descentralizar a administração da Justiça.

Portanto, eu o parabenizo, não poderia ter sido mais feliz a intervenção de V. Exª, ao trazer esse fato ao debate, ou seja, que a experiência é exitosa e que devemos levar adiante com todo o compromisso.

Muito obrigado pela intervenção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra, Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS – Sr. Senador Ronaldo Caiado, também agradeço a pergunta de V. Exª, e gostaria de dizer, de forma muito franca que, particularmente, sou um entusiasta do sistema de Juizados Federais que nós temos lá na Justiça Federal.

Quando esses Juizados foram criados, no âmbito da Justiça Federal, em 2001, havia uma expectativa de que eles recebessem poucos processos: 280 mil, 300 mil processos. E o que se verificou foi exatamente o contrário. Esses Juizados Federais já receberam mais de 3 milhões de processos ao longo desse período, e eles têm representado um dado impressionante quanto às condenações impostas à Fazenda Pública.

Seguramente, esses Juizados já representaram o pagamento de condenações superiores a R$30 bilhões no âmbito da União. Se nós pegarmos os dados de precatórios e RPVs pagos no âmbito dos Juizados. E exatamente essas condenações e um sistema com os princípios da oralidade, da informalidade, da celeridade, mudou a cultura com estes nossos litigados: a Caixa Econômica, o INSS, os órgãos públicos federais, as pessoas estatais de competência da Justiça Federal, mudou completamente. Tanto é assim que hoje nós fazemos muita conciliação no âmbito dos Juizados. Eles têm sido uma experiência extremamente exitosa. Nós temos um sistema próprio. Por quê? Porque o Senado e a Câmara aprovaram, há alguns anos, a estabilização do juiz da turma recursal. Ao contrário da Justiça dos Estados, na Justiça Federal, o juiz relator dos Juizados é titular daquele cargo. Ele não fica ali temporariamente, ele fica de maneira definitiva. E isso tem sido uma experiência muito positiva para nós porque se estabilizou a jurisprudência e se permitiu uma celeridade maior no julgamento desses processos.

É claro que, na verdade, não é ainda o ideal. Há ainda uma questão que está sendo examinada pelo Conselho da Justiça Federal, que diz respeito à estruturação dessas Turmas Recursais, porque os Juizados Federais

e as Turmas Recursais foram criadas sem nenhuma estrutura. Então, isso se deu exatamente por um sistema que foi sendo criado pelos tribunais e pelos juízes. Então, há ainda essa peculiaridade.

Nós, na semana passada, na última sexta-feira, concluímos o Fórum Nacional dos Juizados Federais. Esse Fórum tem sua 12ª edição, e foi realizado lá em Vitória, por isso, e reuniram juízes do Brasil inteiro. Houve uma sessão da Turma Nacional de Uniformização, que é presidida pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro Jorge Mussi, que esteve lá exatamente para discutir com os juízes federais os mecanismos para o aperfeiçoamento desse sistema.

Então, nós – e eu particularmente – temos sido entusiastas muito grandes dessa sistemática dos Juizados. Espero que isso possa, cada vez mais, ser fortalecido.

V. Exª disse assim: "Ah, mas por que, de repente, os tribunais não incentivam." Eu digo: primeiro, por causa do desconhecimento. No nosso ambiente, os Juizados Federais têm cerca de 15 anos. Eu conheço poucos juízes federais, e normalmente são os juízes mais modernos que vão para os Juizados e Turmas, com algumas exceções, mas talvez porque poucos deles – e aí talvez, na realidade, os Estados –, como há uma transitoriedade, poucos deles já tenham ascendido aos tribunais, que formulam essa política pública no âmbito da Justiça dos Estados, mas parece-me que esse é um modelo que pode, sim, ser incentivado, pode ser desenvolvido cada vez mais.

Agora, digo a V. Exª que, na nossa experiência, tem dado muito certo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para a réplica, tem a palavra o Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sinto-me contemplado com a resposta.

Veja V. Exª como eu sou extremamente democrático e liberal nessa hora em que não quero cansá-los também, já que eles foram tão didáticos na resposta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente; Sr. Ministro Lelio Bentes; senhores sabatinados, Dr. Fabiano, Dr. Fernando Cesar, também, em virtude das perguntas, que foram muitas, e respondidas com muita competência, serei breve nas minhas indagações.

Primeiro quero enaltecer a participação dos sabatinados nesta audiência pública, quando demonstraram, de forma bastante clara, a profundidade de seus conhecimentos, a facilidade em dar explicações, as mais diversas, sobre assuntos controvertidos, que exigem conhecimento, preparo e qualificação profissional.

Portanto, o meu reconhecimento por essa participação tão valiosa, hoje, dos senhores sabatinados. Nós Senadores nos sentimos, realmente, partícipes de uma audiência pública, em que todos tiveram o direito de fazer suas perguntas e, de forma individual, obtiveram suas respostas.

O Dr. Adilson Gurgel... Vou me referir ao CNMP, cujos membros têm semelhança na atuação com os membros do CNJ. Por quê? O CNJ, em 2008, aprovou o chamado Código de Ética da Magistratura Nacional. Este Código de Ética foi criado com o objetivo de acompanhar a conduta, o comportamento dos magistrados nas suas mais diferentes esferas, visando a dar confiança à sociedade na atuação de seus membros. Conduta ética é uma regra fundamental em qualquer instituição. Existe o Código de Ética na Presidência da República, existe o Código de Ética no Senado Federal, existe o Código de Ética na Câmara dos Deputados, existe o Código de Ética da Magistratura, que foi aprovado pelo CNJ.

O que quero perguntar é o seguinte: o Senador José Agripino, em duas oportunidades, fez essa indagação em audiências como esta: o que V. Sªs acham de o Ministério Público ter o seu próprio Código de Ética, já que todas as instituições têm?

Há um projeto no CNMP de autoria do ex-membro daquela instituição, que considero modelar, que é o Dr. Adilson Gurgel, uma proposição dele. Logicamente que alguns poderiam fazer a seguinte indagação: "Mas Senador, o senhor está arguindo futuros membros – não só aquele que vai ser reconduzido, o Dr. Fabiano, e, pela primeira vez, o Dr. Fernando –, como é que o senhor vem falar sobre CNMP?" Eu venho falar justamente em defesa do próprio CNMP, o Conselho Nacional do Ministério Público, que está devendo esse Código de Ética à sociedade.

Eu sou um dos admiradores dessa instituição, pelos enormes serviços que tem prestado à nossa sociedade, com aquela sua atribuição específica de defender os interesses da sociedade.

Outra pergunta: pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2011, revelou dados preocupantes acerca da efetiva oferta de escolarização e profissionalização devida pelo Estado a adolescentes submetidos a medida de internação. A pesquisa abrangeu 320 estabelecimentos de internação existentes no Brasil e teve como objetivo analisar as condições de internação de 17.502 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade. Em vista desses fatos, há o Projeto nº 199, de 2014, de nossa autoria, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), para definir a obrigatoriedade

da oferta de escolarização e profissionalização ao adolescente em conflito com a lei. Após esse mapeamento feito pelo CNJ, V. Sª tem conhecimento das medidas que vêm sendo tomadas pela instituição com relação ao cumprimento das medidas socioeducativas?

Por último, eu farei uma pergunta que também não é relacionada, diretamente, com o CNJ, mas como se trata de um órgão de julgamento, que faz julgamento de contas, uma instituição pela qual eu tenho o maior respeito, com cujos membros eu tenho uma ótima relação, não só no âmbito do Tribunal de Contas, como também no âmbito do meu próprio Estado, o que acham V. Sªs da possibilidade da proibição de candidaturas de parentes, de filhos, de membros do Tribunal de Contas, seja do Tribunal de Contas da União, seja dos Tribunais Estaduais ou Municipais? Segundo essa proibição, não poderiam participar de eleições enquanto houver a titularidade, ou seja, o exercício do mandato. Queria saber a opinião de cada um, uma vez que nós sabemos da influência dos Tribunais de Contas, notadamente dos Estados, sobre os Prefeitos Municipais e sobre as Câmaras Municipais, cujas contas são julgadas por Conselheiros. E o Conselheiro hoje pode ter um filho candidato a Deputado Federal, a Deputado Estadual, a Prefeito Municipal, e não existe nenhuma lei regulando esse assunto. Também existe uma PEC, tramitando nesta Casa, a esse respeito, que é da minha autoria. Eu confesso que alguns Parlamentares olharam duas vezes antes de assinar. "Senador, eu vou assinar, mas eu ainda tenho contas a serem julgadas".

Quer dizer, há um receio entre Parlamentares, imaginem entre Prefeitos, Vereadores, que são, vez por outra, chamados para dizer: "Eu tenho um filho candidato. Não sou candidato, mas tenho um filho candidato, e eu gostaria que, no meu Município, o meu filho não saísse em branco".

Qual é o prefeito, qual é o vereador que não vai atender a essa sugestão, a esse pedido, a esse aconselhamento? Caso o voto não apareça, é possível que aquele pedido funcione como uma ameaça. E a nossa PEC, até para fazer justiça aos atuais que já têm mandato, ressalva os que já têm mandato. É um direito constitucional, que não queremos infringir. Mas os futuros, a partir da vigência ou da promulgação da Emenda à Constituição, seriam proibidos.

De modo que eu queria saber da opinião de cada um dos senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eram as perguntas que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com a palavra o Dr. Fabiano.

Vamos liberar o Dr. Fernando por dois minutos.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Eminente Senador Antonio Carlos Valadares, agradeço à intervenção de V. Exª. V. Exª que é um dos Parlamentares mais longevos no Senado Federal, que construiu uma história nesta Casa e que também serve sempre de inspiração para a nossa atuação.

Muito obrigado, sinto-me muito honrado em ter a oportunidade de responder algumas considerações feitas por V. Exª.

Eu estive no Conselho Nacional do Ministério Público por dois anos e acompanhei um pouco esse debate do Código de Ética do Ministério Público, e era francamente favorável à adoção de um Código de Ética do Ministério Público. O processo chegou a ser pautado, mas houve pedidos de vista e não tivemos a oportunidade de concluir. E sou informado agora por V. Exª que, ainda, o Ministério Público não dispõe de um Código de Ética. Eu acho que isso deve ser sanado, o Ministério Público brasileiro deve adotar, sim, um Código de Ética que possa orientar, que possa servir como diretriz para a atuação dos membros daquela importante instituição.

O problema, no âmbito do Ministério Público – e não vou me alongar muito –, a meu juízo, está ainda, eminente Senador, no fato de que temos legislações esparsas. Não há estatuto disciplinar único, Senadora Ana Amélia, ao contrário da Magistratura, onde todas as condutas vedadas estão dispostas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, no Ministério Público temos legislações esparsas em cada Estado. Esta Casa aprovou um estatuto único. Foi quando esta Casa, parece-me que ao final de 2011, dispôs sobre o fim da pena de aposentadoria compulsória, um processo que contou com o envolvimento de diversos Senadores, em especial do Senador Blairo Maggi e do Senador Aloysio Nunes. E, naquela altura, foi prevista a edição de um estatuto único. E por que a necessidade de um estatuto único? Porque os prazos prescricionais são diversos. Há muita prescrição na esfera administrativa disciplinar do Conselho Nacional do Ministério Público. Isso é um fato.

E esse estatuto único poderia trazer, sim, regime prescricional mais condizente com a gravidade das infrações praticadas e poderia proporcionar... A solução adotada na PEC é que, enquanto não houver o estatuto disciplinar único, prevaleceria a Lei do Ministério Público Federal. Foi essa a solução, que me pareceu uma solução inteligente, e que poderia avançar na Câmara dos Deputados, que fará, sem dúvida alguma, um juízo político sobre essa matéria.

V. Exª menciona também a questão da oferta de ensino aos adolescentes em conflito com a lei. Eu devo admitir que eu não tenho todas as informações sobre o trabalho que foi realizado. No CNJ, há um departamento, denominado Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Cumprimento das Penas Privativas de Liberdade e Medidas Socioeducativas, que tem a supervisão de um Conselheiro e execução de juízes auxiliares, vinculados à presidência do conselho.

Mas eu tenho certeza de que propostas legislativas, como as mencionadas por V. Exª, viriam dar segurança, dar conforto e cumprir um dever, que é o dever de Estado, de oferecer os meios de educação a todos, especialmente àqueles que estão em situação de fragilidade, de exposição de fragilidade, de vulnerabilidade social, como são os adolescentes em conflito com a lei.

V. Exª menciona, por fim, o tema dos Tribunais de Contas. É a primeira vez que tenho contato com esse tema. Também tenho a humildade em reconhecê-lo. Os Conselheiros dos Tribunais de Contas possuem as mesmas vedações e impedimentos dos magistrados. Essa é uma determinação constitucional. Portanto, eles se submetem às regras de impedimento e suspeição dos magistrados. Se essas regras não estão sendo bem observadas, poderiam ser adotadas medidas disciplinares.

Mas, eminente Senador, eu seria prematuro, talvez temerário de minha parte, emitir um juízo sobre uma realidade. V. Exª apresenta uma realidade que realmente preocupa, ou seja, o cenário político é determinado pelo exercício da função pública. Toda nossa luta é esta: no sentido de que a função pública não possa interferir decisivamente nas disputas políticas. Eu até ouço dizer que há propostas no sentido de que magistrados, ao final de suas carreiras, tenham um período de quarentena, o que me perece adequado em relação a eleições galgarem mandatos eletivos. Parece-me adequado. Por quê? Porque, infelizmente, pode ser que decisões tomadas ali, na antevéspera do pleito eleitoral, na condição de magistrado, eles já se submetem a regimes diferenciados em relação à filiação partidária, ao prazo para a filiação partidária, enfim, é um tema novo, que será evidentemente trabalhado no Congresso, mas me parece que o Estado não pode ser utilizado para intervir, desnivelar o debate eleitoral. Se isso está acontecendo, algo de muito errado está acontecendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra, o Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS – Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, também agradeço pelas questões.

Parece que todo agente público tem o dever de prestar contas, não é? A todos nós se aplica o dever de transparência. E o Código de Ética do Poder Judiciário veio em boa hora complementar aquilo que a Constituição já estabelece, com outras vedações, e aquilo que também a Lei Orgânica da Magistratura estabelece.

A Emenda à Constituição nº 45, em grande parte, ela equiparou os regimes da Magistratura e do Ministério Público. Por quê? Porque hoje os magistrados e os membros do Ministério Público estão sujeitos aos mesmos requisitos de ingresso, às mesmas vedações e às mesmas garantias.

Confesso, com toda a honestidade, que não acompanhei muito a discussão sobre o Código de Ética e os termos em que isso se encontra dentro do Conselho Nacional do Ministério Público, mas parece-me que haja, sim, essa necessidade.

Da mesma forma, quanto às medidas socioeducativas, sei que essa questão vem sendo um pouco tratada pelo Conselho Nacional de Justiça, mas parece-me que, em conjunto com o Mutirão Carcerário e o Projeto Começar de Novo, seja muito importante que se estabeleçam medidas que permitam a escolarização e a profissionalização, até para evitar aquilo que o próprio Senador Jader Barbalho disse, que, amanhã, reduzindo a maioridade penal, não adianta nada nós colocarmos essas pessoas para dentro do sistema e não oferecermos nenhum tipo de escolaridade ou nenhum tipo de uma nova chance, para que não haja aquele "doutoramento" no crime, como V. Exª fez menção.

E, quanto à questão dessa proposta, aqui também me penitenciaria por não conhecê-la, mas vejo que é um tema importante, que está sendo colocado à apreciação do Senado Federal e do Congresso Nacional. Da mesma forma como existe para os magistrados – e foi bem dito aqui pelo Dr. Fabiano –, das vedações que a eles se aplicam, e essas vedações junto, também, aos membros dos Tribunais de Contas.

Eu me coloco à disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu indago ao Senador Antonio Carlos Valadares se S. Exª quer exercer o seu direito de réplica.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu prometo aos colegas Senadores, que já estão cansados, que serei muito breve. Não vou nem fazer perguntas, porque o questionamento, aqui, já foi levantado, apenas uma observação sobre o que foi dito pelos Dr. Fabiano e Dr. Fernando.

Mas eu queria cumprimentar o nosso Presidente, o Senador José Pimentel, pelo zelo, pela dedicação, eu diria, sacerdotal à efetividade desta sabatina, buscando o quórum necessário para que nós pudéssemos realizá-la. E também cumprimento pela inauguração, na CCJ, desse sistema de sabatina, que tem sido extremamente proveitoso, e abrindo uma oportunidade para que os candidatos indicados aos diferentes cargos submetidos a esta Comissão possam revelar o seu conhecimento, a sua capacidade e a sua habilidade no trato da palavra, na transparência e na emissão dos seus juízos de valor, na sua avaliação e na sua análise. Então, isso ficou muito claro aqui.

Quero cumprimentar os dois pela serenidade, que foi, para mim, muito parecida com a que teve, aqui, o Ministro Fachin, quando participou da mais longa sabatina da história desta Comissão de Constituição e Justiça. E ele passou pelo crivo da CCJ, foi aprovado, aqui, no Plenário, pela qualidade da sabatina. Não tenho nenhuma dúvida disso, porque aquelas resistências havidas em relação a ele foram quebradas naquele momento.

Por isso, os cumprimento pela qualidade. Também gostaria de levantar uma questão que foi suscitada, aqui, com muita, eu diria, inteligência e sagacidade pelo Senador Jader Barbalho, que também a suscitou – porque eu estava aqui – ao Ministro Fachin, que diz respeito à delação premiada. Eu abordo essa questão, não como uma "bacharel de província", como ele assim classificou, porque nem bacharel eu sou. Sou uma jornalista observadora, fazendo a chamada clínica geral. Então, a delação premiada não é um pau de arara na obtenção de uma informação relevante na instrução de um processo. A delação premiada é um instrumento legal, que é voluntário do réu, ou do denunciado, ou do indiciado. Ele a faz se quiser. Agora, foram dadas aqui as razões do interesse do indiciado na participação de uma delação premiada pelas vantagens que ele terá no processo.

Mas, uma delação premiada, como também disse o Ministro Fachin, é uma declaração de uma parte. Ela é uma prova testemunhal. Ela não pode ser, evidentemente, usada como a última palavra para definir o resultado de uma sentença. Ela é apenas, eu diria, uma oitiva, que tem que ser confrontada com os outros que foram citados, eventualmente condenados. Eu sou uma pessoa que vejo o senso médio, o senso comum das coisas, e é isso que eu entendo, mesmo não tendo conhecimento da informação jurídica.

Então, a delação premiada é esse dispositivo. E acabou esse instrumento... E nós não podemos demonizar o Juiz Sérgio Moro. E aqui trago também um depoimento insuspeitíssimo, porque se alguém tem alguma restrição ao Poder Judiciário, chama-se Senador Roberto Requião. Talvez seja o Senador mais processado no âmbito da Justiça. E ele, por ser do Paraná, conhece melhor o exercício Judiciário do seu Estado. Ele disse-me que o Juiz Sérgio Moro é um dos mais sérios e compenetrados juízes brasileiros. Uso a palavra do Senador Requião, porque exatamente é insuspeitíssimo de fazer uma avaliação dessas. Não podemos demonizar, portanto, o Juiz Sérgio Moro.

Trazemos, com a delação premiada, ao conhecimento do País, abrimos como se fosse uma caixa-preta essa relação entre as empreiteiras – também não podemos demonizar o sistema – e o poder institucional de governos, sejam Executivos, Federal, Estaduais ou Municipais. Traz um véu sobre isso, resultando como sequela ou consequência na própria reforma política, que trata do financiamento público de campanha, o financiamento privado de campanha. É essa a extensão que vejo, como comunicadora que fui, da relevância que a delação premiada traz ao País, por conhecer um processo que, felizmente, imagino e desejo, acho que é o pensamento de todos os nossos colegas Senadores, que ele se encerre através de uma clareza maior, de uma relação mais isenta, mais transparente, mais séria e mais responsável na relação de quem contrata e o contratado, contratante e contratado.

Então, o que foi dito aqui ficou muito claro: delação premiada é um passo, mas não é o passo definitivo. Temos escutas telefônicas, temos sigilo fiscal, temos o Imposto de Renda, tudo isso dentro de um regramento jurídico democrático. Como está fazendo a Itália agora em relação à extradição do Sr. Pizzolato. Não é um processo de "isso vai ser definitivo".

Faço essa observação pela forma como o Dr. Fabiano e o Dr. Fernando responderam a essa questão, com muita clareza e muito didatismo sobre delação premiada. Eu apenas acrescento esses aspectos pela relevância que isso vai dar. Pode ser que, numa delação premiada, nada do que o indiciado disser tenha validade, mas pelo menos o País fica sabendo de muitos detalhes das coisas irregulares que foram feitas e praticadas. E que isso sirva também de efeito didático, como lição para que o País, com essa transparência, possa caminhar por um rumo mais ético na relação entre o setor público e o setor privado. É disso que nós precisamos.

Então, eu queria agradecer a V. Sªs, Dr. Fabiano e Dr. Fernando, pela clareza que trataram a delação premiada. Eu tenho realmente um grande respeito por isso. Entendo que ela não é a última palavra na emissão da sentença do juiz, do magistrado. Ela é um instrumento. Não é, como eu disse, um pau de arara. É um belo caminho que, voluntariamente, o indiciado vai fazer.

Parabéns aos dois!

Presidente José Pimentel, cumprimentos por esta audiência e por esta sabatina.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Dr. Fabiano, para as considerações finais.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Eu gostaria de agradecer a intervenção e as palavras da eminente Senadora Ana Amélia. Acompanho seu trabalho brilhante, dinâmico, realmente.

De alguma forma, reconhecendo essa vitalidade, tentemos sempre buscar motivação para seguirmos o nosso caminho.

V. Exª fez considerações, eu também creio que fizemos aqui considerações gerais sobre esse instituto da delação premiada, tentando, de alguma forma, estabelecer o seu devido lugar no cenário do processo penal. Em outras oportunidades tivemos, digamos assim, uma panaceia em relação às interceptações telefônicas. Vejam que em alguns momentos... Hoje até o CNJ tem ajudado a estabelecer critérios, mas a confissão sempre foi subconsiderada no processo penal, e, de uma década pra cá, observamos tentativas reiteradas de que ela pudesse ser. Cabe ao magistrado, sempre, sempre cabe ao magistrado ponderar, avaliar.

Há uma frase de um jurista famoso, Luigi Ferrajoli, que diz que o Judiciário não está submetido a vínculos de maioria, ao contrário do Congresso, ao contrário do Poder Executivo. Muitas e muitas vezes, eminente Senador, ele se afirma contramajoritariamente. Ou seja, nenhum juiz pode condenar alguém porque a opinião pública assim deseja, tampouco absolver alguém porque a opinião pública assim deseja. Ele é um Poder que se afirma especialmente de forma contramajoritária.

Eu, por fim, quero agradecer aqui a presença dos Conselheiros do CNJ, amigos, servidores desta Casa, a que pertenço com tanto orgulho; repetir que o Senado Federal me proporcionou até hoje muito mais, muito mais do que eu pude retribuir. E espero que, em algum momento, eu possa retribuir todas essas oportunidades riquíssimas, como esta diante da qual estou: a possibilidade de ser reconduzido ao Conselho Nacional de Justiça.

Eu não poderia deixar de registrar a presença do Senador Lindbergh Farias, a quem muito admiro, Senador pelo Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra, o Dr. Fernando, para as suas considerações finais.

O SR. FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS – Exmo Sr. Presidente, José Pimentel, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia, que fez a última consideração, e agradeço a consideração de V. Exª. Há, realmente, como disse o Dr. Fabiano, uma preocupação dos juízes da sua fidelidade à Constituição e às leis e, por isso, muitas vezes, na nossa atuação, podemos contrariar interesses e ser contramajoritários exatamente por conta desse compromisso.

Eu, em nome de todas as autoridades aqui presentes, queria agradecer ao Ministro Lelio Bentes. Na verdade, eu só queria dar um depoimento muito pessoal do orgulho que eu tive de estar aqui hoje. Muitos disseram: "Ah, vai haver uma sabatina com muitas pessoas, uma sabatina com poucas pessoas." Eu quero dizer o seguinte: eu me senti muito honrado, independentemente do resultado. Eu sempre gostei muito de vir ao Senado, à Câmara. Eu sempre trouxe os pleitos dos juízes federais quando fui dirigente associativo. E eu sempre me senti muita acolhido aqui e digo sempre aos colegas, inclusive ao Dr. Fabiano, que já está no CNJ, que um dia a gente poderia pensar que os juízes, quando estivessem no seu estágio probatório, deveriam ter que vir ao Senado e ao Congresso Nacional para apresentar os seus projetos: "Olha, há um crédito suplementar do Judiciário que vai ser examinado na comissão. Vá lá e fale com o Senador do seu Estado." Na verdade é aqui que os grandes temas nacionais e a democracia se estabelecem.

Eu queria dizer que, obviamente, espero ser confirmado, mas eu vou guardar este momento como um dos grandes momentos da minha carreira.

Eu queria, portanto, agradecer, Presidente, ao senhor e a todos os Senadores esta oportunidade que eu tive aqui hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não havendo mais quem queira arguir os candidatos, declaro encerrada a arguição.

Indago se ainda falta algum Senador ou Senadora para votar. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Vamos à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vou proclamar o resultado em relação ao indicado Fabiano Augusto Martins Silveira.

O Dr. Fabiano teve 22 SIM e 1 NÃO. Foram 23 ao todo.

O Dr. Fernando Mattos teve 22 SIM e 1 NÃO. Foram 23 ao todo.

A escolha do nome do Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao plenário.

A escolha do nome do Sr. Fernando Cesar Baptista de Mattos foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, solicitação de urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Acolho o pedido de urgência apresentado pelo Senador Randolfe.

Por unanimidade está aprovado.

Está encerrada essa fase da reunião.

Vamos suspender a reunião por dois minutos, para que os nossos convidados possam retirar-se.

(*Suspensa às 14 horas e 01 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 02 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Está reaberta a reunião.

Reabrindo os trabalhos, nessa segunda parte, por acordo de liderança, vamos ler apenas duas mensagens que tratam de sabatinados, até porque os demais Líderes passaram por aqui, e fizemos esse acordo político.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Pela ordem. Era isso que eu iria solicitar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos ao item 1.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 69, de 2015

- Não terminativo -

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VIII e IX e § 2º, da Constituição Federal, o nome do Desembargador GUSTAVO TADEU ALKMIM, escolhido pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria *ad hoc*: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Enquanto o Senador Randolfe Rodrigues recebe o relatório, queria fazer apenas uma observação.

Desde 2011, meu caro Presidente, há iniciativas de minha autoria – são 20 iniciativas ao todo – entre PDS, PECs, PRs e PLS não distribuídas, então, algumas dessas iniciativas acabaram sendo adotadas pelo Poder Executivo antes que a matéria tivesse tido um relator designado.

Talvez não seja só meu caso, mas o de outros colegas Senadores, mas que a Presidência fizesse a designação dos relatores, para que não fiquemos com uma produção, digamos, guardada na gaveta. Eu sei que V. Exª tem um cuidado muito grande com questões, assim como eu trato, por exemplo, de regulamentar a criminalização de quem cometer violência contra professor ou de quem destruir uma escola pública.

Então, gostaria de pedir o seu apoio neste aspecto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nobre Senadora, vou conversar com o nosso Presidente titular, para que ele acelere as distribuições.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado, Presidente.

Trata-se de Ofício "S" nº 69, de 2015 (681, de 2015, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Desembargador Gustavo Tadeu Alkmim para a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Compete, na forma da Constituição, os membros do CNJ, com exceção do seu presidente, serem nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria dos membros desta Casa.

O indicado encaminhou seu currículo, do qual consta ser Bacharel em Direito, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Mestre em Literatura Brasileira e Doutor em Literatura Brasileira e Estudos Culturais, ambos os títulos conferidos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), onde também realizou Especialização *lato sensu* em Literatura Brasileira – Mediações entre Literatura e Cultura.

Exerceu a advocacia entre 1985 e 1989, predominantemente no meio sindical, tendo sido aprovado, em 1989, para o cargo de Juiz Substituto do Trabalho do TRT-RJ. Em 1995, foi promovido a Juiz titular, assumindo

então a 4ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro, e, em 1998, a 66ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Em 2003, foi promovido a Desembargador Federal do TRT da 1ª Região (RJ), integrando, atualmente, a 1ª Turma daquele Tribunal.

Foi também Ouvidor-Geral da Justiça do Trabalho no Rio de Janeiro entre os anos de 2005 e 2007, bem como possui longa atuação em associações de classe da Magistratura, em nível regional e nacional.

O indicado apresentou as declarações e certidões exigidas pelo Regimento Interno do Senado Federal. O indicado juntou também argumentação escrita em que demonstra experiência profissional, formação técnica e adequada, e afinidade intelectual, conforme preceitua o art. 383 do Regimento Interno do Senado.

Encontram-se, assim, Sr. Presidente, atendidas as exigências das normas pertinentes à instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que a Srªs e Srs. Senadores, integrantes da CCJ, dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013.

Vamos ao item 2.

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 70, de 2015

- Não terminativo -

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Juiz CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS, escolhido pelo Plenário do TST, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com a Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013, publicada no *Diário Oficial da União* em 30/8/2013, esta Presidência comunica às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feita em duas etapas: na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório, na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para proferir o seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado, Presidente.

A presente indicação do Sr. Carlos Eduardo Oliveira Dias foi aprovada pelo egrégio Tribunal Superior do Trabalho, através da Resolução Administrativa nº 1.746, de 12 de maio de 2015. Acompanha o expediente que formaliza a indicação, o currículo resumido do indicado, a declaração de que possui parente consanguíneo ou afim vinculado a estrutura do Poder Judiciário, a declaração de que não sofre ação judicial ou processo administrativo disciplinar, a declaração de que não possui parentesco com membro do Poder Legislativo e a declaração de que não exerce qualquer atividade em empresa ou entidade não governamental na qualidade de sócio, gerente ou proprietário, além do atestado de regularidade fiscal, federal, estadual e municipal, e a certidão negativa de débitos federais e estaduais, a declaração de exercício da Magistratura e argumentação em escrito do indicado.

Relativamente à existência de parentes na estrutura do Judiciário, o indicado informa que sua esposa, Drª Ana Paula Alvarenga Martins, atua como Juíza do Trabalho na Primeira Vara de Americana, Estado de São Paulo.

O exame das credenciais do Dr. Carlos Eduardo Oliveira Dias revela, além de sólida carreira jurídica, uma atividade acadêmica de fôlego, na qual se destaca, à guisa de exemplo, a atuação como professor convidado em curso de pós-graduação *lato sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto. E, como Professor, na Escola da Associação de Magistrados da 15ª Região, além de expressiva produção intelectual, editorial; além de atuar com palestrante e conferencista. É Doutor em Direito do Trabalho e Pós-Doutor Multidisciplinar pela Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina.

Em áreas que interessa diretamente às competências do Conselho Nacional de Justiça, é de se registrar a sua condição de membro do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro

Grau de Jurisdição do TRT da 15ª Região, além de ter sido membro de comissões de informática do referido Tribunal Regional do Trabalho.

Diante disso, Sr. Presidente, o considero apto, dadas as informações necessárias, para apreciarmos posteriormente a indicação do Sr. Carlos Eduardo Oliveira Dias.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013.

Por acordo político, esta Presidência declara encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto,, a reunião é encerrada às 14 horas e 11 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2015.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Simone Tebet, Sandra Braga, Otto Alencar, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Wilder Morais Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Berger, Lídice da Mata, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Walter Pinheiro, Ana Amélia, Raimundo Lira, Hélio José, Marta Suplicy, José Agripino, Antonio Carlos Valadares e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Ivo Cassol, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Jader Barbalho e Roberto Rocha. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio". O relator designado é o Senador Antonio Anastasia e o parecer é favorável, com a emenda oferecida, acatando a emenda apresentada pelo Senador Donizeti Nogueira. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentar de IOF as operações de câmbio efetuadas por bolsistas brasileiros em estudo no exterior". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer favorável é aprovado. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base". O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias ao relatório apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues na reunião de hoje, com adequações

regimentais e de técnica legislativa à conclusão do voto. **Item 9: Requerimento nº 61/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Fátima Bezerra e Cristovam Buarque, que requerem "(...) nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, a realizar-se no dia 08 de julho de 2015, visando fazer um balanço do primeiro ano do Plano Nacional de Educação, o PNE, que tem por objetivo a sua implementação em todos os estados e municípios brasileiros, e realizar um debate sobre como o PNE pode contribuir para se atingir as novas metas para a Educação estabelecidas no Fórum Mundial de Educação 2015. Para o referido evento, solicito que sejam convidados os senhores: Daniel Cara, representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Roberto Franklin de Leão, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Heleno Araújo; representando o Fórum Nacional de Educação; Binho Marques, representando o Ministério da Educação (MEC); e a senhora Cleuza Repulho, representando a Inião Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)". O Requerimento é aprovado. **Item 10: Requerimento nº 63/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ana Amélia e Antonio Anastasia, que requerem "(...) nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE LOUVOR ao Ministro de Estado da Educação, Renato Janine Ribeiro, pela nota oficial do Ministério da Educação manifestando discordância a qualquer forma de discriminação, em resposta aos lamentáveis acontecimentos ocorridos na Universidade Federal de Santa Maria". O Requerimento é aprovado. **Item 11: Requerimento nº 62/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Antonio Anastasia, que requerem "(...) nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovação de Voto de Repúdio à atitude antissemitista da reitoria da Universidade Federal de

Santa Maria (USFM), formalizada por meio de um memorando circular subscrito pelo Prof. Dr. José Fernando Schlosser, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, e encaminhado a todos os Programas de Pós-Graduação da universidade, no dia 15 de maio do corrente ano, com o objetivo de proceder a um levantamento 'urgente' de informações sobre "sobre a presença ou perspectiva de discentes e/ou docentes israelenses". O Requerimento é aprovado. **Item 12: Requerimento nº 59/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Hélio José e Cristovam Buarque, que requerem "(...) nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Professor Mauro Boianovsky, por ter sido o primeiro latino-americano escolhido para presidir a History of Economics Society, a mais tradicional e importante associação internacional de história do pensamento econômico". O Requerimento é aprovado. **Item 13: Requerimento nº 64/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Donizeti Nogueira e Paulo Paim, que requerem "(...) nos termos do inciso II do art. 90 e inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento 58/15 de minha autoria já aprovado nesta comissão para que seja convidado o representante do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil), em audiência pública a fim de debater as dificuldades de acesso à internet por parte de jovens do campo, e de cidades do interior do país". O Requerimento é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 538, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre o limite de dedução relativa a despesas com instrução da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas". O relator designado é o Senador Otto Alencar e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, os Senhores Senadores Romário e Paulo Paim, requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Itens 14 e 15**). Neste momento, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 15: Requerimento nº 65/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer "(...) nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015 de autoria do Senador Lasier Martins, sobre a realização de Audiências Públicas nessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para discutir o PLC 37, de 2013, que 'dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas', seja incluído o seguinte convidado, de forma a atender a Proposta nº 16.821 de 2015, endossada pela manifestação de apoio de mais de 10 mil cidadãos no Portal e-cidadania do Senado Federal: Julio Rey, Presidente da 'Federación Nacional de Cannabicultores Del Uruguay'". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 14: Requerimento nº 66/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romário, que requer "(...) nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2014, que 'Altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura' (biografias não autorizadas)". O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2014, fica sobrestado na Comissão aguardando a realização de Audiência Pública. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2014; Item 7: Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2013; e Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2014**. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romário,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos à deliberação da pauta.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, por gentileza, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Sim, Senador.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Eu gostaria de submeter a V. Exª o pedido de retirada da pauta, por gentileza, do item 5, do qual eu sou Relator, para que eu possa fazer uma reconsideração.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Atendido, Senador.
(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2015
– Terminativo –

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.
Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Favorável, acatando a emenda apresentada pelo Senador Donizete Nogueira e oferecendo ainda uma emenda de sua autoria.
Observações: *1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, e outra para as emendas. 2 – Em 13/5/2015, foi apresentada uma emenda de autoria do Senador Donizete Nogueira.*)

Vamos aguardar um pouco mais a presença de alguns relatores, para que possamos iniciar a nossa pauta, porque os relatores de todos esses projetos, no momento, não estão presentes. (*Pausa.*)

Dando continuidade à nossa pauta – acabou de chegar a nossa Senadora Ana Amélia –, vamos ao item 4:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2014
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentar de IOF as operações de câmbio efetuadas por bolsistas brasileiros em estudo no exterior.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável.
Observações: *1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.*

Passo a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, para a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Romário, caros colegas Senadores, desculpem a disfonia, mas isso não me impede de trabalhar e apresentar esse relatório.

Antes, cumprimento o autor, Senador Ciro Nogueira, pela iniciativa, que pretende acrescentar novo artigo à Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários, o famoso IOF, a fim de isentar desse tributo as operações de câmbio efetuadas por estudantes brasileiros, financiados pelo Governo, regularmente inscritos em programas de bolsas de estudo no exterior.

Para justificar essa iniciativa, o Senador Ciro Nogueira destaca a necessidade de salvaguardar a situação dos estudantes brasileiros no exterior, prejudicados pelas sucessivas altas das alíquotas do IOF. Afirma, também, não ser compreensível que o mesmo Governo que oferece bolsa de estudo recupere parte dos rendimentos por meio de tributação sobre as operações financeiras. Pretende, portanto, com o presente projeto de lei, evitar o desestímulo da adesão de estudantes brasileiros a programas de bolsas de estudo no exterior.

A proposta foi distribuída para análise desta Comissão, em caráter terminativo, e na Comissão de Assuntos Econômicos, não tendo, até esta data, recebido qualquer emenda.

Vou à análise agora.

Por força do disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e do Ato nº 2, de 2014, da Mesa do Senado Federal, a matéria continua a tramitar.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação (inciso I), entre outros assuntos. Assim, a análise do PLS nº 76, de 2014, enquadra-se nas competências regimentalmente atribuídas a este colegiado.

O imposto de que trata a Lei nº 8.894, de 1994, também conhecido como IOF, cuja instituição é de competência da União, pode ter suas alíquotas alteradas pelo Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei (art. 153, §1º, da Constituição).

A mencionada Lei nº 8.894, em seu art. 5º, estabelece que o IOF incidente sobre operações de câmbio será cobrado à alíquota de 25% sobre o valor de liquidação da operação cambial. O parágrafo único do referido dispositivo, por sua vez, faculta ao Poder Executivo reduzir e restabelecer a alíquota fixada pelo *caput*, em conformidade com os objetivos das políticas monetária, cambial e fiscal.

Observa-se, assim, que o imposto analisado detém atributo extrafiscal, já que em sua cobrança há interesses diversos além da mera arrecadação de recursos financeiros. Percebe-se, pois, que a norma constitucional delegou ao Executivo a possibilidade de manejar as alíquotas do IOF, desde que em conformidade com a legislação infraconstitucional, para atingir finalidades incentivadoras ou inibidoras de comportamentos.

A propósito, observa-se que, com a finalidade de conter os gastos dos brasileiros no exterior, o Governo Federal editou o Decreto nº 7.454, de 25 de março de 2011, que aumentou de 2,38% para 6,38% a alíquota do imposto nas compras no exterior com cartão de crédito. Ademais, o Decreto nº 8.175, de 27 de dezembro de 2013, ao alterar o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, elevou a alíquota de IOF de 0,38% para 6,38% nas operações de cartões de débito no exterior, compras de cheques de viagem e saques de moeda estrangeira no exterior.

Essas medidas, que visaram principalmente a equilibrar as contas externas, tendo em vista notadamente as altas sucessivas de gastos dos turistas brasileiros em outros países, atingiram sobremaneira os estudantes beneficiários de bolsas de estudo no exterior. Com efeito, as sucessivas imposições de ônus a operações de câmbio em muitos casos inviabiliza a permanência fora do País de estudantes beneficiários das referidas bolsas concedidas pelo Governo e, ainda, contribui para o desestímulo de novas adesões aos programas.

Ademais, em vez de recuperar, por meio da tributação, parte dos investimentos feitos pelo País com a concessão de bolsas de estudo no exterior, o Brasil deve facilitar a adesão de novos estudantes aos programas de bolsa de estudos. Assim, pode-se criar um ambiente mais favorável para que os estudantes saiam e voltem ao Brasil para aplicar os conhecimentos adquiridos em nações estrangeiras. Dessa maneira, a concessão de isenção de alíquota de IOF sobre operações de câmbio para os beneficiários de bolsa de estudo contribuirá com esses objetivos.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação, com louvor, do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2014, de autoria do Senador Ciro Nogueira.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Em discussão. (*Pausa.*)

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Não ficou claro para mim, Senadora Ana Amélia, se todas as operações estariam isentas ou somente as operações que são enviadas pelo Governo. Isso porque, as vezes, a família envia um recurso para melhorar a vida do estudante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É todo o recurso usado pelo estudante que está no exterior com bolsa de estudos.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Qualquer envio de recurso?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, a regra é aquele estudante que está lá. Porque, hoje, mesmo sem o IOF, quando o IOF era baixo, de 0,38, passou para 6, Senadora. Mesmo assim, já era uma dificuldade, porque o recurso, com a alteração das economias, o aumento de preços, as inflações nos países, isso também onerou o custo de vida para o estudante que está lá fora, mesmo tendo a bolsa de estudos. Então, é para todos os estudantes com bolsas de estudos e, evidentemente, o recurso que ele tem para se sustentar lá, independentemente de ser da família ou dele, desde que inscrito no programa.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Quero parabenizar o projeto do Senador Ciro Nogueira, com relatoria da Senadora Ana Amélia, pois acho que vai ajudar. Às vezes, pode parecer pequeno o recurso, essa taxação de 0,38, agora de 6, mas, realmente, a bolsa é pequena e eles têm uma vida de muita austeridade. Então, acho que isso procede, foi uma ótima ideia, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria agradecer, Senadora Marta. Parece contraditório àquilo que diz a análise. O Governo dá com uma mão, que é a bolsa, e tira com a outra, com o imposto caro. Então, é uma situação um pouco contraditória, mas o projeto corrige essa injustiça com os estudantes.

Obrigada, Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Sim, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, como sou o Relator do item 1, projeto de lei de autoria do Senador Cristovam, peço a V. Exª, de acordo com a conveniência de V. Exª, para proferir o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2008

– Terminativo –

Cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável, acatando a emenda nº 1 – CCJ, na forma do substitutivo oferecido.

Observações: *1 – Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.*

2 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 2/6/2015.

Com a palavra o Relator, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Agradeço, Sr. Presidente.

Submete-se ao exame da nossa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2008, de autoria de S. Exª, o Senador Cristovam Buarque. Esta proposta pretende criar o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base. O programa ainda, Sr. Presidente, incumbe à União a obrigatoriedade de oferecer meios para a melhoria da estrutura física das escolas de educação básica e para o atendimento, em tempo integral, de alunos das redes estaduais e municipais de ensino.

Por sua vez, a criação da Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base tem por finalidade eliminar discrepâncias, em termos remuneratórios e de carreira, entre os professores dos Estados e Municípios.

Na justificativa, o autor se mostra convicto de que nossa educação precisa mudar, afirma que devemos escolher entre melhorar a educação paulatinamente ou dar um salto de qualidade. Dada a dimensão do País e a falta de condições da maioria das escolas e dos professores, o autor defende a implementação gradativa da federalização.

A proposição, Sr. Presidente, foi distribuída para análise na Comissão de Constituição e Justiça e, em caráter terminativo, nesta Comissão. Na CCJ o projeto recebeu parecer favorável à aprovação com emenda que deu caráter autorizativo à redação do art. 3º do projeto de lei. Nos termos do art. 102 do Senado, Sr. Presidente, compete à nossa Comissão opinar sobre proposições que tratam de normas gerais sobre educação. Assim, a análise deste PLS enquadra-se nas competências regimentalmente atribuídas a este Colegiado.

Já passando à análise do mérito, convergimos com a opinião do ilustre Senador Cristovam Buarque, de que é necessária a transformação da educação básica no Brasil. Os problemas do nosso sistema educacional são os mais variados: pouco investimento, descaso do Poder Público, falta de vagas, desvalorização dos professores, infraestrutura precária, altos índices de repetência e evasão, além do baixo rendimento e da aprendizagem dos alunos entre outros dos inúmeros problemas que vive nossa educação de base.

Uma das razões centrais dessa realidade parece a descentralização da educação básica, financiada e organizada principalmente pelos Estados e Municípios. Ainda que tenha avançado nas políticas de valorização e de gestão pela qualidade do ensino, o Governo Federal nunca se ocupou diretamente com a oferta da educação básica, relegando-a a uma posição secundária na agenda das prioridades nacionais.

A presente proposição, de seu turno, traz em seu bojo medidas mais ousadas, a exemplo da instituição do Programa Federal da Educação Integral e de Qualidade para Todos (PFE), que transfere à União a incumbência de oferecer meios para melhoria da estrutura física das escolas e para atendimento de alunos em tempo inte-

gral. Adicionalmente, pretende o PLS criar a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base para eliminar discrepâncias remuneratórias de carreira entre os professores de Estados e Municípios.

Além de louváveis, as iniciativas descritas podem ser viabilizadas em um prazo razoável, tendo em vista a perspectiva de aumento no investimento público em educação, trazida pela Meta 20 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.055, de 25 de junho de 2014, que estabelece 7% do PIB do País, em 2019, e 10%, em 2024.

Insta, por outro lado, destacar que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou emenda ao PLS nº 320, destinada a imprimir caráter autorizativo ao art. 3º, que trata da Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base.

Da mesma forma, adotamos o mesmo procedimento em relação ao art. 1º e, por consequência, a emenda do projeto necessita também de uma mera adequação redacional.

Em suma, Sr. Presidente, nossa posição quanto ao mérito educacional, é pelo acolhimento das contribuições trazidas pelo PLS.

Portanto, nosso voto é pela aprovação do projeto, com as modificações decorrentes da Emenda nº 1 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que dá nova redação ao art. 1º e ao art. 3º.

Sendo assim, Sr. Presidente, e por fim, recomendamos a aprovação do projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador. Apenas uma observação. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta na próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 02/06/2015.

Em discussão. (*Pausa.*)

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Sr. Presidente, tenho algumas dúvidas. Eu vou aproveitar as presenças do autor e do relator para esclarecê-las

A primeira dúvida tem a ver com a constitucionalidade da proposta, pois ela gera despesa. A outra, a criação de cargos com a institucionalização da carreira. Eu quero esclarecer que eu aprovo tudo o que está sendo proposto no sentido de que é absolutamente correto. Mas, às vezes, fico preocupada em aprovarmos coisas aqui que sabemos que não vão acontecer, porque está tudo fora dos parâmetros; mas talvez não esteja, e eu não tenha conseguido perceber, porque a criação de cargos é uma coisa muito necessária na carreira do professor, absolutamente necessária, para que a gente possa dar um salto, inclusive na questão de Pátria Educadora, mas para isso também nós não temos essa autorização aqui no Senado. Um outro fato que me deixou preocupada é a não consideração dos limites dados pela Lei de Responsabilidade Fiscal também.

Então, são três questões que eu gostaria que nós apreciássemos aqui, porque o projeto é altamente meritório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, apenas dois esclarecimentos que considero pertinentes. O primeiro: eu não estou apresentando substitutivo.

Eu acatei a matéria como veio da CCJ com as retificações que a CCJ assim proporcionou. O segundo aspecto – aí procurando dialogar com a preocupação apresentada pela Senadora Marta –, parece-me que, Sr. Presidente, quando o art. 1º e o art. 3ª, incluído no texto pela CCJ, fala em "autorizativo", isso aí fica como uma faculdade para o Executivo, ou seja, corrigindo as eventuais inconstitucionalidades que a matéria poderia vir a ter.

Só esse esclarecimento.

Então, em primeiro lugar, não é substitutivo. Eu acatei o relatório da CCJ como ele veio, e creio que esses dois itens fazem a correção necessária.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Só um minuto, Senador.

Diz o voto: "Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2008, na forma do substitutivo a seguir:". Então já veio da CCJ, veio da sua relatoria o seu parecer como substitutivo.

Por favor, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Havia, de nossa parte, uma total concordância com o projeto. Até não pude participar do debate dessa matéria, inclusive na CCJ, Senador Cristovam, mas havia algumas ponderações que nós gostaríamos de fazer. Mas como, efetivamente, não houve tempo – eu tinha inclusive falado isso com o Senador Cristovam –, minha proposta era pedir vista nesta reunião, para que, na próxima reunião – portanto, poderíamos pedir vista coletiva – nós pudéssemos trazer sugestões na expectativa de contribuir com essas correções e com essas ponderações, dentre elas, algumas até já feitas pela própria Senadora Marta Suplicy.

Então, essa é a proposta que a faríamos ao Senador Cristovam para que pudéssemos, exatamente, no bojo dessa semana, com o Relator, conversar sobre esses pontos. E aí, como é um pedido de vista coletivo, Sr. Presidente, a matéria teria que voltar à pauta na semana seguinte. Então, portanto, teríamos tempo suficiente para que nós pudéssemos dialogar com o Relator em relação a esses pontos, já que, no caso específico da CCJ, a questão foi muito mais pautada sobre os temas da constitucionalidade, e não efetivamente, até porque não cabia à CCJ adentrar nas questões inclusive de mérito da matéria, dentre elas, inclusive, algumas questões que envolvem a própria situação de piso, estrutura salarial e uma série de pontos que nós achamos que era importante que a gente pudesse, cada vez mais Senador Cristovam, na linha do que V. Exª defende, o processo de federalização, para a gente não continuar com o que nós estamos convivendo hoje, que é o aspecto inclusive da sobrecarga dos Municípios.

Por isso que a proeza da federalização é importante para garantir a sustentação desse projeto e, ao mesmo tempo, garantir que Municípios – independente da sua condição econômica e até da sua posição geográfica – possam ter a aplicação efetiva de um processo de análise dessa matéria, de maneira que atenda ao princípio básico da federalização do ensino.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Walter, em virtude da sugestão do Senador, eu vi que é terminativo aqui. Mas há várias questões de ordem econômica que ele poderia encaminhar para outra comissão também. Porque são várias questões aqui que foram levantadas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Passo a palavra para o autor do projeto, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia Sr. Presidente, Srs.Senadores, Srªs Senadoras, eu entendo todas as preocupações. E o substitutivo trouxe algo positivo, Senadora Marta, que é a ideia de ser autorizativo. Alguns dizem: "Mas autorizativo não quer dizer nada". Quer! A lei do piso salarial era impossível, saiu daqui autorizativo. O Presidente Lula, junto com o Ministro naquele momento, agarrou a ideia e a transformou em um projeto legítimo e legal, com o aval do Governo.

Nós estamos em uma Pátria Educadora. Por que esse projeto não poderá ser agarrado pelo Governo Federal ao longo do debate que vai ocorrer na Câmara, como aconteceu com o piso? E está na hora de se fazer isso! A abolição da escravatura só aconteceu quando se percebeu que era uma insanidade o trabalho escravo em um mundo do trabalho livre mais eficiente e a imoralidade da compra e venda de pessoas. Hoje é insano e imoral excluir pessoas da educação por causa da renda da cidade.

Senadora Marta, levantei agora, há uma cidade na Bahia chamada São Francisco do Conde, que tem R$297 mil de receita.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É o nosso maior *per capita*.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso. E o outro que tem R$2.270,00. Como vamos condenar a criança a ficar nessa desigualdade na sua educação? É insano e imoral. A desigualdade de renda não é imoral, mas a igualdade no acesso à saúde e à educação são duas imoralidades. Uma pessoa viver mais ou menos, porque tem dinheiro; ter educação ou não, porque não tem dinheiro, seja seu, seja da prefeitura, é uma imoralidade. E na economia do conhecimento é uma insanidade jogar fora um cérebro, cremar um cérebro, como nós cremamos. É como se tapássemos os poços de petróleo que descobríssemos. Cada menino que nasce tem um poço mais rico do que o de petróleo dentro da sua cabeça, é o seu cérebro. Mas, em estado natural, ele não é capaz de gerar o que precisamos, ele tem que passar pela educação.

Então, este projeto visa a que as cidades que desejarem tenham suas escolas adotadas pelo Governo Federal. Vai gastar mais? Vai gastar menos? Vamos discutir, vamos ver. A Câmara vai fazer este trabalho de debate.

Por isso, pessoalmente, acho que nem precisaríamos, e agradeço muito o parecer do Senador Randolfe, mas é uma prerrogativa de cada Senador fazer isso. Eu espero que melhore um pouco ainda o projeto, se for o caso, mas que possamos mandar para Câmara. O Senado tomou a ousadia, a coragem de dizer que está na hora de que uma criança, ao nascer, é brasileira, por isso tem que ter a mesma educação das outras, não é paulistana,

recifense, belo-horizontina. Não! A criança é brasileira! Para ser brasileira, tem que ter acesso à educação igual, não importando a cidade. E isso hoje não existe. Nem o piso salarial se consegue pagar, imagine gastar o que se necessita para uma boa educação, que eu estimo em R$10 mil por ano por aluno.

Por isso, Sr. Presidente, esta é a ideia do projeto: fazer uma revolução, para consertar a insanidade de cremar cérebros e imoralidade de dar educação diferenciada neste País. Criança é brasileira, por isso o Brasil tem que cuidar da educação delas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador Cristovam Buarque. Concordo com V. Exª plenamente.

Senador Walter Pinheiro, V. Exª mantém o pedido de vista?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu queria manter, porque acho que é muito mais producente isso do que, efetivamente, pegar esta matéria e remetê-la para CAE, fazer o pedido para ela ir à CAE. Acho que ela tem que terminar aqui. Portanto, essas ponderações nós poderíamos travar, as entendendo como mérito e não como questões de caráter que só a CAE poderia tratar, e faríamos isso. Senador Cristovam, concordo plenamente com V. Exª, ou seja, ela é uma questão indicativa e esse indicativo pode não só ser abraçado pelo Governo Federal como deveria ser trabalhado pelo Governo Federal, até porque, como V. Exª citou São Francisco do Conde, a cidade tem condição de fazer, mas Chorrochó não tem. Portanto, se um abraçar do ponto de vista do indicativo, São Francisco do Conde vai ao encontro desse abraço. São Francisco do Conde é a cidade, Senador Cristovam, onde fica a nossa refinaria da Petrobras, por isso é o nosso maior *per capita*. Talvez São Francisco do Conde perca para São Desidério, aqui no oeste, um dos maiores celeiros do Estado da Bahia, mesmo assim, disputa. A ideia é que possamos mexer nesses ajustes de maneira a contribuir, do ponto de vista da educação, nesses impactos econômicos.

Meu temor, Senador Cristovam, é que, mais uma vez, no indicativo abraçado pelo Governo Federal, depois a outra conta sobre para Municípios e Estados. Como temos hoje a própria situação em que o Governo Federal, de forma muito clara, trata o piso, mas quem banca o piso, na realidade, são os Municípios. Portanto, quanto à federalização do processo de educação concordo em gênero, número e grau com V. Exª, mas é uma federalização que não podemos continuar no aspecto em que todos os recursos, aliás, este é um tema que lembro que discuti com V. Exª quando V. Exª era Ministro.

E, desde aquela época, eu defendia que as universidades saíssem do Ministério da Educação e fossem para Ciência e Tecnologia, era uma bandeira minha, inclusive, como Deputado. Eu dizia o seguinte, que o MEC termina tratando com exclusividade as universidades pelo peso, pela força, pela necessidade, pela demanda de investir em pesquisa, pela oportunidade de capilarizar as universidades, e aí a gente vai jogando o ensino de base para a responsabilidade de Estados e Municípios. Alguns Municípios têm condições. Naquele ano, inclusive, discuti com V. Exª sobre o Município de Paulo Afonso, na Bahia, quando V. Exª era Ministro, teve a ousadia de pagar um valor acima do piso nacional. Quando chegava a Rodelas ou a Glória, que é coladinho em Paulo Afonso, o Município de Glória não tinha condição de pagar nem o piso, quanto mais acima do piso. Então, criava-se uma situação para a educação que é essa disparidade. Um aluno tinha um tipo de educação... Todo mundo dizia: "Educação se faz até embaixo da árvore". De jeito nenhum! Educação tem que ser feita em local... Embaixo da árvore a gente pode fazer até atividade de lazer! O povo que tem educação na zona rural termina sendo submetido ao sistema mais precário, como era, inclusive, a história do multidisciplinar.

Então, eu queria pedir a V. Exª essa compreensão. É uma semana em que a gente avalia a nossa posição, sem fazer nenhum pedido para a CAE. Portanto, eu não assinaria nenhum pedido para que essa matéria deixasse de ser terminativa e passasse a tramitar na Comissão de Assuntos Econômicos. O ideal é que fizéssemos as tratativas e as correções nesta própria Comissão e teríamos condições de apreciar essa matéria em caráter terminativo na própria Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem!

Senador Anastasia com a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, antes de solicitar vista coletiva, se houver aquiescência dos nossos nobres pares, e com todo respeito e admiração ao Senador Cristovam Buarque, eu gostaria, primeiro, de cumprimentá-lo mais uma vez pela iniciativa. O projeto é de 2008, então, já tramita há muitos anos, motivo pelo qual merece ser debatido e colocado em votação.

Mas, eminente Senador Cristovam, de 2008 para cá, as coisas mudaram muito. A situação econômica da União naquele momento não era a mesma de hoje. É só um alerta, porque, como o projeto foi muito modificado em relação ao original, eu fiz a comparação, ele se transformou, como V. Exª bem disse – o Senador Randolfe, que fez um belo relatório também apresenta – em um projeto indicativo, como o senhor coloca. Na verdade, é um princípio que se coloca como uma ideia para ser debatida e apresentada ao Governo Federal. Sob o ponto de vista prático, haverá dificuldade hoje de a União assumir essa despesa, que é muito alta. Quando se fala a

palavra "federalização", eu já tinha dito a V. Exª anteriormente, confesso que não posso deixar de arrepiar um pouco, porque, a posição que temos hoje, acho que é majoritária do Brasil, é da descentralização. É claro que, no mérito, V. Exª está totalmente correto. O ideal, o correto, a solução seria à adequada reforma tributária, reformarmos o FPE, o FPM, de modo que os Estados e Municípios tivessem lastro e recursos suficientes para pagar e ter a renda necessária para dar educação de qualidade; e não a União concentrar, como ocorre hoje, o grosso dos recursos, ainda que parcos, neste momento, e distribuí-los em um processo centralizado.

Uma carreira nacional, portanto, do magistério terá essas dificuldades, caso venha a ser implementada. Mas é claro que é mais do que louvável a discussão e a ideia em si, a despeito das dificuldades práticas e da inclinação para a centralização, que é sempre um pouco delicada. Mas solicito a vista coletiva, manifestando apreço e apoiamento ao projeto, até pelo fato de ser uma bandeira desse nosso eminente Ministro, que quer colocar o tema educação verdadeiramente como centro da atenção das políticas públicas nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sei que já tem vista, mas eu gostaria de aproveitar o momento. O Senador Anastasia trouxe coisas interessantes. Veja bem: eu defendo a federalização com descentralização radical. Nem o prefeito vai administrar a escola, são os pais, os professores, os funcionários e os alunos. Isso é descentralização, e com liberdade pedagógica. A União não tem que se meter no que o professor diz. Então, é descentralização gerencial.

Todos querem escolas federais nas suas cidades. Nunca vi um prefeito recusar uma escola técnica federal, ou se o Colégio Militar quiser abrir uma escola, ou se um instituto de aplicação, todos querem. Por que só 250 mil crianças no Brasil têm direito à escola pública federal? Por quê?

A gente esquece essa injustiça. A gente fala muito da desigualdade dos ricos, que podem pagar a escola dos seus filhos, mas e os filhos que conseguem entrar numa escola pública? São 250 mil em 450 escolas federais boas.

A média, Senador Romário, do Ideb das escolas públicas federais é maior do que a do Ideb das particulares e duas vezes a do Ideb das municipais. Por que a gente não faz todas iguais às escolas federais? Ou os CEUs, ou seis escolas que tem em Tocantins, maravilhosas, das 64 da cidade? A prefeitura levou 10 anos, de prefeito em prefeito, para ter seis. Multiplique: para chegar a 65, vai precisar de 100 anos!

Então, isso é o que tem que ser feito.

Quanto aos recursos, estamos em crise, esse projeto visa a ser implantado em 20, 30 anos. Nesses 20 ou 30 anos, a gente vai ter que ter recursos.

Se a gente tiver um crescimento de apenas 2% do PIB ao ano – dois, o que é metade da média brasileira –, daqui a 20 anos, vamos precisar de 6,4% do PIB para pagar a escola que eu defendo aqui, com R$10 mil por aluno/ano, que permitem pagar R$10 mil por mês a um professor. São 6,4, um pouco mais da metade do que o PNE manda, e que eu acho que não vai ser cumprido. Isso é uma farsa, esses 10% do PIB para educação, mas é uma lei, e hoje já se gastam cinco. Então, é viável a longo prazo.

Eu me considero, aqui, dos mais responsáveis financeiramente, Senador. Eu sou um radical defensor da responsabilidade fiscal. Talvez tenha sido o único que fez crítica ao fim do fator previdenciário. Talvez seja o único – crítica ao fim, porque vai quebrar a Previdência.

Agora, qual é a diferença entre um irresponsável e um responsável na realização dos sonhos? É o tempo.

O responsável tem direito de sonhar, desde que não diga que é para já. Ponha o tempo. Eu ponho 20, talvez seja mais de 20, mas é um processo.

No projeto, eu pus três milhões de alunos por ano. São quase 60, levaria, portanto, 20 anos. Então, haverá recursos, mas, se não houver, faz-se em 30.

O importante é saber: a gente quer ou não que a criança brasileira tenha educação igual? Umas vão ser mais educadas que outras pelo talento, pela persistência, pela vocação. Não dá para obrigar todos, mas o acesso, sim, esse é igual.

Esta é a questão hoje: a criança brasileira tem que ter direito ao acesso à uma educação igual, não importa onde ela nasça e não importa de quem ela seja filho. A gente vai apagar o carimbo do CEP e o carimbo do CPF que uma criança, hoje, tem na cabeça quando nasce ou não? Essa é a questão.

Eu acho que se quisermos apagar esses carimbos, e todos, a meu ver, querem, não tem outra maneira a não ser o Brasil assumindo a educação dos brasileiros e não os pobres Municípios.

Quanto à reforma fiscal, mesmo que a gente mande o dinheiro para Curralinho, que é essa cidade que tem 2.270, ela não vai ter o professor. Mesmo que mande o dinheiro, não vai ter a competência técnica para fazer, porque a desigualdade não é só da renda. É de cinco séculos de um atraso.

Por que fizeram o Mais Médicos? Não adiantava mandar o dinheiro e dizer: "Contrate o médico." Não ia ter o médico. Foi preciso trazer de fora.

Se se fez o Mais Médicos, por que não se faz o "Mais Escola", "Mais Professores", federais, com salário digno, e mudando a carreira? Esse professor que ganha bem tem que ter dedicação exclusiva, tem que ser avaliado. Tem que acabar com a estabilidade plena. Manter a estabilidade em relação ao prefeito, ao governador, ao Presidente da República, aos pais, aos colegas, mas não em relação a uma avaliação. É outra carreira.

Então, é isso, mas vamos voltar ao debate.

Eu vou explicar no texto pequeno, para cada Senador, as dúvidas, para que a gente possa já chegar num nível de debate mais profundo, e espero que a gente, um dia, consiga aprovar isso e mandar para a Câmara, e que a Câmara discuta com mais tempo, para que possamos aprovar a quebra da insanidade de jogarmos fora cérebros e a imoralidade de diferenciar os cérebros conforme o dinheiro da cidade ou dos pais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bom, Senador. Muito bem, Senador Cristovam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, só, rapidamente, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Tem a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Rapidamente, para um esclarecimento.

Eu não estava entendendo por que, no meu relatório, eu estava afirmando que não era substitutivo, e a Mesa e os demais colegas estavam vendo como substitutivo.

Permitam-me esclarecer.

Na verdade, o relatório que está com os colegas não é o relatório de fato que apresentei. No meu relatório original, que vou encaminhar e protocolar junto à Mesa, agora, salvo as modificações vindas da Comissão de Constituição e Justiça, não procedi a mais nenhuma modificação. Ou seja: não há a disposição de substitutivo.

Mas vou encaminhar a V. Exªs para o devido esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – O. K..

Concedo vista coletiva pelo prazo regimental de cinco dias.

Passamos ao próximo item.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 61, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, a realizar-se no dia 08 de julho de 2015, visando fazer um balanço do primeiro ano do Plano Nacional de Educação, o PNE, que tem por objetivo a sua implementação em todos os estados e municípios brasileiros, e realizar um debate sobre como o PNE pode contribuir para se atingir as novas metas para a Educação estabelecidas no Fórum Mundial de Educação 2015. Para o referido evento, solicito que sejam convidados os senhores: Daniel Cara, representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Roberto Franklin de Leão, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Heleno Araújo; representando o Fórum Nacional de Educação; Binho Marques, representando o Ministério da Educação (MEC); e a senhora Cleuza Repulho, representando a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatoria:

Relatório:

Observações: De autoria da Senadora Fátima Bezerra, subscrito pelo Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero subscrever a proposta da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Um minuto, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Para o item 3, estão presentes o Relator e o autor. Refere-se à Bolsa Permanência. O Governo copiou esse projeto no passado e vem agora tirando o quórum há anos e anos. A primeira vez que iniciei

esse debate foi em 2006; em 2010, eu o reapresentei, e o Governo conseguiu arquivar. Agora, retirou o quórum outra vez.

Eu quero fazer essa colocação bem rápida e dizer da nossa indignação de o Governo estar trabalhando contra um projeto singelo, que aperfeiçoa aquilo que já copiaram, que é a chamada Bolsa Permanência. Eu sei que não há quórum, porque o Governo retirou o quórum, mas fica registrado, pelo menos, este meu protesto.

E não é a primeira vez. Eu dizia aqui, agora, para um assessor do Governo que mais de 20 projetos meus eles copiaram, reproduziram e dizem que a autoria não é do Legislativo. É lamentável que, mais uma vez, eu tenha de aceitar que um projetinho como este, que o Governo sabe que é justo, tanto que copiou, e não aceita sequer o debate. Pode ser que, debatendo, aprovando, na hora do veto, ele diga: "O projeto do Paim já está contemplado, porque nós apresentamos, copiando o projeto dele, algo semelhante, há tantos anos". Mas nem isso eles aceitam.

É aquilo: é como querer, Senador Romário, dizer que V. Exª não foi fundamental para aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência. E nós sabemos que, não fosse sua liderança, não o teríamos aprovado, pois conseguiu, no diálogo amplo com os Senadores, aquela vitória que o Brasil não há de esquecer.

Mais um desabafo, Senador, mas que preciso fazer aqui na tribuna do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador. Concordo com V. Exª. Infelizmente, nosso Governo, nesses momentos tão importantes, por exemplo, como a aprovação de um projeto da relevância como a nossa Bolsa Permanência, faz com que não tenhamos quórum para votar. Mas é o nosso Governo. Fazer o quê?

Voltando ao item 9, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que subscreveu o requerimento da Senadora Fátima Bezerra.

Por favor, Senador, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero aqui subscrever essa boa iniciativa da Senadora. Agora, gostaria de acrescentar mais um item, que também está fazendo mais ou menos um ano, que é como estão os recursos do pré-sal vindo para a educação.

Então, eu não sei, mas, para colocar isso, teria de ouvir se a Senadora Fátima quer fazê-lo junto ou separado. Mas o da Senadora eu subscrevo contente. Está precisando fazer uma avaliação do PNA, mas acho que também devemos fazer uma avaliação dos recursos do pré-sal, se estão vindo ou não.

Como a gente faz?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Na verdade, Senador, acredito que esse é um item que podemos esperar para a próxima reunião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Faço outro. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Se a Senadora Fátima estiver de acordo, não vejo problema algum.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas vamos aprovar o dela logo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Exatamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, precisa ler? Não?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Por favor. É importante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a ler o item 9:

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 61, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, a realizar-se no dia 08 de julho de 2015, visando fazer um balanço do primeiro ano do Plano Nacional de Educação, o PNE, que tem por objetivo a sua implementação em todos os estados e municípios brasileiros, e realizar um debate sobre como o PNE pode contribuir para se atingir as novas metas para a Educação estabelecidas no Fórum Mundial de Educação 2015. Para o referido evento, solicito que sejam convidados os senhores: Daniel Cara, representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Roberto Franklin de Leão, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Heleno Araújo; representando o Fórum Nacional de Educação; Binho Marques, representando o Ministério da Educação (MEC); e a senhora Cleuza Repulho, representando a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

Relatoria:
Relatório:
Observações: A justificativa, que foi elaborada pela Senadora Fátima Bezerra, mostra com clareza a importância, primeiro, do PNE e, segundo, de nós avaliarmos como está indo a sua execução.

Portanto, fico feliz de subscrever, em segundo lugar, este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 63, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE LOUVOR ao Ministro de Estado da Educação, Renato Janine Ribeiro, pela nota oficial do Ministério da Educação manifestando discordância a qualquer forma de discriminação, em resposta aos lamentáveis acontecimentos ocorridos na Universidade Federal de Santa Maria.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria:
Relatório:
Observações: Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tive a honra de subscrever requerimento da eminente Senadora Ana Amélia, de tema que foi discutido aqui na semana passada na presença do eminente Ministro Renato Janine, da Educação, do episódio ocorrido na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

O requerimento da Senadora Ana Amélia trata de um voto de louvor ao Ministro de Estado da Educação pela nota oficial do Ministério da Educação, manifestando discordância a qualquer forma de discriminação, em resposta aos lamentáveis acontecimentos ocorridos no âmbito daquela Universidade Federal de Santa Maria.

Justificando-se na Lei de Acesso à Informação, a Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria expediu ofício solicitando a órgãos da universidade a elaboração de uma lista enumerando alunos e professores de origem Israelense. A nota emitida pelo MEC esclarece de maneira pertinente que a referida lei não serve a propósitos discriminatórios, que atentam contra nossa própria Carta Magna em seus princípios fundamentais. A nota do MEC, portanto, é oportuna e alentadora ao mostrar que o Ministério não compactua com a discriminação, e por isso merecedora de louvor.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 62, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovação de Voto de Repúdio à atitude antissemita da reitoria da Universidade Federal de Santa Maria

(USFM), formalizada por meio de um memorando circular subscrito pelo Prof. Dr. José Fernando Schlosser, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, e encaminhado a todos os Programas de Pós-Graduação da universidade, no dia 15 de maio do corrente ano, com o objetivo de proceder a um levantamento "urgente" de informações sobre "sobre a presença ou perspectiva de discentes e/ou docentes israelenses".
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria:
Relatório:
Observações: De autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, subscrito pelo Senador Antonio Anastasia, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Também o requerimento que subscrevo, de autoria do Senador Aloysio Nunes, é pertinente ao mesmo assunto que acabamos de aprovar, na semana passada igualmente aqui manifestado. Trata-se de voto de repúdio.

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovação de voto de repúdio à atitude antissemita da Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), formalizada por meio de um memorando-circular subscrito pelo Prof. Dr. José Fernando Schlosser, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, e encaminhado a todos os programas de Pós-Graduação da universidade, no dia 15 de maio do corrente ano, com o objetivo de proceder a um levantamento "urgente" de informações sobre "sobre a presença ou perspectiva de discentes e/ou docentes israelenses".

Na justificação, o eminente Senador Aloysio Nunes demonstra, de fato, que essa lei não pode servir, em momento algum, a essa medida discriminatória que, aliás, pela nossa Constituição, é totalmente repudiada.

Portanto, o voto de repúdio apresentado pelo Senador Aloysio tem o nosso apoio e é objeto deste requerimento que ora se submete aos nossos Pares.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, há um requerimento extrapauta, do Senador Lasier, que pediram que eu lesse. Se V. Exª concordar, eu o farei no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – O. K..

Vamos ao item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 59, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Professor Mauro Boianovsky, por ter sido o primeiro latino-americano escolhido para presidir a History of Economics Society, a mais tradicional e importante associação internacional de história do pensamento econômico.
Autoria: Senador Hélio José.
Relatoria:
Relatório:
Observações: Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero subscrever um requerimento de iniciativa do Senador Hélio José, que não pode estar aqui presente, e que pede voto de congratulações ao Prof. Mauro Boianovsky.

Trata-se de um professor nosso, da Universidade de Brasília, que foi o primeiro latino-americano escolhido para presidir a sociedade de História Econômica mundial. É a mais tradicional e importante associação internacional de história do pensamento econômico.

Eu o subscrevo porque é uma honra para o Brasil que um professor nosso, Prof. Mauro Boianovsky, seja hoje o presidente dessa nobre e secular instituição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 64, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 90 e inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento 58/15 de minha autoria já aprovado nesta comissão para que seja convidado o representante do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil), em audiência pública, a fim de debater as dificuldades de acesso à internet por parte de jovens do campo, e de cidades do interior do país.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira.

Relatoria:

Relatório:

Observações: Autoria do Senador Donizeti Nogueira e subscrito Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Donizeti não está presente, e acabei assinando, em solidariedade ao mesmo, porque entendo que esse requerimento é procedente e merece ser apreciado por esta Comissão.

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 90 e inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento 58/15 [de autoria do Senador Donizeti], aprovado nesta comissão, para que seja convidado o representante do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil), em audiência pública, a fim de debater as dificuldades de acesso à internet por parte de jovens do campo e de cidades do interior do País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Voltamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 538, DE 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre o limite de dedução relativa a despesas com instrução da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: favorável.

Observações: *1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.*

Com a palavra o Relator, Senador Otto Alencar, para leitura do relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Romário, quero até apresentar desculpa, porque estava na Comissão de Meio Ambiente. Terminamos agora a Comissão de Meio Ambiente, e vim para cá para relatar esse projeto.

Trata-se do Projeto de Lei nº 538, de 2013, do Senador Eunício Oliveira, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre o limite de dedução relativa a despesas com instrução da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas.

Nos termos da proposição, a dedução poderá ocorrer até o limite anual individual, correspondente a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes o valor anual mínimo por aluno estabelecido no âmbito do Fundeb.

A cláusula de vigência estabelece que a lei em que a proposição vier a se transformar entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do ano calendário subsequente.

Ao justificar a iniciativa, o autor argumenta que, apesar do progresso observado no País no que tange à oferta de educação pública, persiste o problema da baixa qualidade do ensino oferecido. Essa realidade faz com que muitas famílias, até mesmo de estratos sociais menos favorecidos, busquem a escola privada como alternativa para assegurar melhores perspectivas de futuro para os seus filhos.

A proposição foi distribuída à Comissão de Educação e à Comissão de Assuntos Econômicos, na qual tramitará em caráter terminativo.

Cabe registrar que o Senador Roberto Requião chegou a oferecer relatório à matéria, cujo teor, em linhas gerais, adotamos em nossa manifestação.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Análise.

A análise de mérito no âmbito desta Comissão de Educação circunscreve-se a apreciar a oportunidade, a necessidade, a relevância social e os benefícios sociais que poderão advir da aprovação da matéria. A avaliação da adequação orçamentária e financeira, por sua vez, compete à CAE.

Sob o ponto de vista das competências regimentais da Comissão de Educação, o projeto de lei em tela apresenta bastantes vantagens, configurando-se como um instrumento para assegurar o direito à educação preconizado no art. 205 da Constituição Federal.

De acordo com dados do Ministério da Educação, somente na educação básica estão matriculados cerca de 50 milhões de estudantes, 17% dos quais em escolas particulares.

De fato, em que pese à ampliação da oferta escolar pública, os baixos níveis de qualidade fazem com que muitos pais e mães optem pela escola privada para matricular seus filhos. Eles suportam, então, o ônus financeiro de um serviço que deveria ser assegurado a toda a sociedade. E esses custos assumidos pelas famílias não são pequenos, chegando em algumas escolas a cifras superiores a R$10 mil por ano – isso, no ensino básico; nas universidades privadas, o custo é muito maior do que eu citei aqui.

Considerando esses valores elevados, o autor do projeto em tela encontrou uma fórmula bastante razoável para assegurar que parte dos recursos investidos pelas famílias possa ser deduzida do imposto de renda. Assim, toma-se como referência o valor anual médio investido por aluno por meio do Fundeb, e determina-se que a dedução corresponderá a até 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes esse valor.

No ano de 2014, o valor anual mínimo nacional por aluno, na forma prevista no art. 4º, §§1º e 2º, e no art. 15, inciso IV, da Lei nº 11.494, de 2007, foi definido em R$2.476,37. Isso significa que, caso a proposição em análise já estivesse aprovada, o limite para o valor da dedução de despesas com educação seria de R$8.667,29 – quase triplicando a dedução. Nos termos do atual texto da Lei nº 9.250, de 1995, a dedução em razão de despesas com educação a partir do ano-calendário de 2015 é de apenas R$3.561,50. Trata-se, portanto, de uma atualização bastante condizente com os valores das anualidades escolares, que promove justiça tributária para aqueles que investem numa boa educação para seus filhos.

Nesse sentido, sob o ângulo das competências desta Comissão, a proposição exibe inegáveis méritos ao incentivar a busca das famílias por uma melhor educação, o que certamente produzirá impacto positivo na formação dos cidadãos e do capital humano em nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Romário, em face do exposto, nós nos manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 538, de 2013, do nobre Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bom, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer.

Item extrapauta.

Consulto o Plenário sobre a inclusão extrapauta de requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim e por este que vos fala também. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 65, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015 de autoria do Senador Lasier Martins, sobre a realização de Audiências Públicas nessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para discutir o PLC 37, de 2013, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas", seja incluído o seguinte convidado, de forma a atender a Proposta nº 16.821 de 2015, endossada pela manifestação de apoio de mais de 10 mil cidadãos no Portal e-cidadania do Senado Federal: Julio Rey, Presidente da "Federación Nacional de Cannabicultores Del Uruguay".

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria:

Relatório:

Observações: Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Romário, foi requerido, nos temos regimentais, por mim, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins, sobre a realização de audiência pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para discutir o PLC 37, de 2013, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas", seja incluído o seguinte convidado, de forma atender a Proposta nº 16821, de 2015, endossada pela manifestação de apoio de mais de 10 mil cidadãos no Portal e-Cidadania do Senado Federal, Julio Rey, Presidente da Federación Nacional de Cannabicultores del Uruguay.

Enfim, essa é a solicitação, Sr. Presidente, com a assinatura de V. Exª feita aqui oralmente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passo à leitura de requerimento de minha autoria.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 66, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2014, que "Altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura" (biografias não autorizadas). A relação de convidados será posteriormente enviada à secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Romário

Relatoria:

Relatório:

Observações: Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Para encerrar a reunião, convoco para amanhã, dia 17 de junho, às 10h, audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2014, que modifica o art. 21 da Lei Pelé, para dispor sobre a dispensa por justa causa do atleta e a cláusula indenizatória esportiva à lei referente.

A reunião será realizada em atendimento aos Requerimentos nºs 27 e 42, de 2015, desta Comissão, de autoria dos Senadores Dário Berger e Antonio Anastasia, e contará com a presença dos seguintes convidados: Alexandre Agra Belmonte, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Amilar Fernandes Alves, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); Rinaldo José Matorelli, Presidente do Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo; Pedro Fida, advogado; Nilton Macedo Machado, Presidente do Avaí Futebol Clube.

Agradecendo a presença dos senhores, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2015.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Donizeti Nogueira, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Humberto Costa, Regina Sousa, Benedito de Lira, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Otto Alencar, Lídice da Mata e João Capiberibe**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa à PAUTA, destinada à realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA para debater "Debater a eficiência das entidades que compõe o Sistema "S"", em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira. Comparecem como convidados: Sr. Josias Albuquerque, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Sr. Adelmir Santana, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Sra. Nicole Goulart, Diretora Executiva do SEST/SENAT; Sr. José Claudio dos Santos, Diretor de Administração e Finanças do SEBRAE Nacional; Sr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do SENAI; Sr. Daniel Kluppel Carrara, Secretário Executivo do SENAR; Sra. Karla Oliveira, Gerente Geral do SESCOOP. A Presidência concede a palavra aos convidados, pelo tempo de cinco minutos. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Blairo Maggi, Benedito de Lira, Douglas Cintra, Humberto Costa, José Agripino, Davi Alcolumbre, Regina Sousa e Donizeti Nogueira, que tecem comentários e perguntas. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às quinze horas e cinco minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Ataídes Oliveira,** Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia a todos, bom dia a todas; bom dia aos nossos queridos Senadores aqui presentes, ao Ministro Bezerra, ao nosso Senador Lira, por quem tenho muita admiração e muito respeito; aos nossos companheiros aqui da Comissão, que nos prestam sempre um belo serviço; aos nossos assessores; bom dia a todos.

Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a debater a eficiência das entidades que compõem o Sistema S, em andamento ao requerimento nº 7, de 2015-CMA, de minha autoria, Ataídes de Oliveira.

Qualquer cidadão pode acessar o Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e, na página desta audiência, acompanhar a transmissão ao vivo e registrar sua participação no Mural do Cidadão.

Os convidados terão um tempo apenas de dez minutos para sua exposição. Lamento designar este tempo tão curto, de cinco minutos, porque os nossos Senadores aqui presentes sabem que, daqui a pouco, deve iniciar a Ordem do Dia, e temos hoje a Medida Provisória nº 668/2015 para ser julgada. Isso pode, então, atrapalhar os nossos trabalhos nesta Comissão.

Eu também vou tentar ser o mais rápido possível, apesar desse tema de tamanha relevância. Acredito que, desde a criação do Sistema S, há 70 anos, este seja o primeiro encontro, o primeiro debate nesta Casa, Se-

nador Lira. Eu não me lembro de ter havido outro debate. Eu vejo que será de fundamental importância para o nosso País e para o nosso povo.

Não temos lugar na mesa para todos. São oito representantes e temos espaço tão somente para cinco. Vamos chamar, então, os primeiros cinco convidados, me permitam.

Convido a participar da mesa o Sr. Sr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Senai (representante da CNI e entidades conveniadas).

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Josias Albuquerque, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio. (*Palmas.*)

Convido o nosso sempre Senador da República, pai da nossa querida, me permita, Srª Cíntia, assessora do Presidente da nossa Comissão (CMA), Sr. Adelmir Santana, também Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio. (*Palmas.*)

Convido a Srª Nicole Goulart, Diretora Executiva do Sest/Senat. (*Palmas.*)

Aproveito para cumprimentar a chegada deste brilhante e querido Senador Blairo Maggi, que está aqui conosco.

Convido também o Sr. José Claudio dos Santos, Diretor de Administração e Finanças do Sebrae Nacional. (*Palmas.*)

Dando sequência, atendendo também ao pedido do nosso grande amigo e Senador Bezerra, concedo a palavra, repito, com muita dor no coração, por tão só cinco minutos, porque, ratifico, eu acho que a exposição dos senhores aqui, com trinta minutos, ainda seria um tempo exíguo, diante de tantas coisas que os senhores, com certeza, têm a nos dizer. Mas, cumprindo o que já acertamos, concedo a palavra ao Sr. Josias Albuquerque, Vice-Presidente nacional da Confederação Nacional do Comércio.

V. Sª tem a palavra por cinco minutos.

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE – Sr. Senador Ataídes Oliveira, Senador Benedito, aqui também presente, nosso companheiro – somos vizinhos de Alagoas; Senador Blairo Maggi também está aqui presente; meus amigos e companheiros das confederações e dos S que estão aqui representados, eu gostaria, realmente, de ter um tempo maior, nós nos preparamos para isso.

O Deputado Laercio, que é nosso companheiro da Confederação, aqui presente também, a quem faço referência, porque ele tem sido um grande colaborador, não só aqui, mas tem prestado um grande trabalho em benefício da representação que ele tem no comércio em Pernambuco e Sergipe.

O relatório que foi feito, o material que nós recebemos é muito extenso. Então, nós nos preparamos para fazer uma apresentação em um tempo maior, Senador, e nesse tempo, realmente, não vai ser possível. Mas eu queria dizer que nós estamos prontos. Aliás, ontem, por acaso, encontrei com o Senador e terminei indo para o gabinete dele. Sei que a pretensão dele é melhorar o funcionamento das instituições. Ele demonstrou isso claramente e apoia o trabalho que se faz. Agora, tem que haver alguns regulamentos. Ele discorda da forma como estão sendo orientados e o objetivo dele é fazer com que funcionemos da melhor forma possível. Esse é o grande objetivo, pelo menos, é o que nós conversamos ontem. Então, eu sei que ele tem uma boa intenção, quer colaborar conosco, mas não vamos ter tempo de fazer uma exposição aqui.

Posso fazer uma sugestão, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim; claro.

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE – Talvez fosse interessante esta reunião, até ser suspensa, e haver uma prorrogação, para que todos tivessem oportunidade de falar dos problemas que foram levantados no documento que o senhor nos passou. Se isso fosse possível, seria ótimo, mas, se não for possível, nós estamos – inclusive, o Senador está convidado, e farei isso oficialmente – convidando o Senador Fernando Bezerra Coelho, que é um grande amigo de Pernambuco e tem um trabalho extraordinário, aqui no Senado, e conhece de perto o trabalho que fazemos lá, e também os membros desta Comissão, para visitar Pernambuco e conhecer o trabalho que nós fazemos lá. Aí ele vai ter uma referência, porque é preciso que ele conheça o trabalho que as instituições realizam. É preciso que ele faça isso porque, conhecendo, certamente esse documento que ele elaborou vai ser muito amenizado.

Nós sabemos que existem falhas. Como existe falha aqui, no Senado, Senador, existe falha em todas as representações das quais participam várias pessoas. Todos não agem da mesma forma. Aqui, o senhor dá demonstração do seu interesse de resolver o que o senhor considera um problema do Sistema S. Nós queremos contribuir com isso, Senador, estamos dispostos a contribuir com isso. Por isso, estou convidando o senhor e os membros da Comissão para conhecerem o nosso Estado, porque lá o senhor terá um exemplo do trabalho que nós realizamos.

Por exemplo, diz-se aqui que não existe transparência no Sistema. Desde 2000, temos na nossa Federação o Portal da Transparência, que é divulgado. Na terça-feira, fizemos uma reunião na Federação do Comércio de Pernambuco, e, à noite, o trabalho já estava no Portal da Transparência de todo o Sistema. Não fazemos só o do Senac e do Sesc. Nós fazemos também o da Federação de Pernambuco. Tudo isso está no sistema.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim, Senador!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Desculpe-me, Sr. Josias, mas o senhor fez uma proposta, e eu queria fazer um comentário sobre ela: a de suspender esta reunião. Se os componentes da Mesa acharem que assim deve ser, como também o nosso Presidente que está conduzindo a reunião, penso que por parte dos Senadores não haverá dificuldade para isso. Eu, inclusive, assumiria o compromisso de marcar a próxima reunião com tempo, para que os senhores pudessem explanar sobre o assunto, falar sobre ele, para que pudéssemos debater sobre ele. Se tivermos de ficar aqui a manhã inteira ou o dia inteiro, não terei dificuldade de fazer isso. Outro dia, fiquei por doze horas numa Comissão, do começo ao fim, para poder entender como as coisas funcionam. Acho que esse é o nosso papel.

De fato, cinco minutos para cada um dos senhores expor, explanar o que fazem e o que são essas entidades é muito pouco, é realmente muito pouco. E nós não temos tempo para isso, porque agora são 9h32min, e, às 10h, começa a nossa Ordem do Dia. Temos uma medida provisória para discutir. Então, são 9h32min. Se cada um falar por cinco minutos, já terá acabado o tempo, não vamos poder questionar nada, e vocês não vão poder explicar nada.

Acho que assim, Senador Ataídes, não será cumprido o objetivo de V. Exª, que é debater o Sistema S. Acho que este é o principal motivo aqui: debater o tema. E, para se debater, é preciso que haja tempo. Não se pode debater com regrinha de cinco ou de três minutos. Assim, não vamos a lugar algum.

Quero deixar aqui minha opinião. Obviamente, o Presidente da reunião, o Senador Ataídes Oliveira, tem a última palavra, mas nós, aqui, da Bancada, podemos também nos manifestar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, eu conversava aqui com o Senador Fernando exatamente na mesma linha do que disse o Senador Blairo. Na verdade, o Sistema S é tão grande, é tão importante, que não podemos discutir e tampouco chegar a bom termo em cinco minutos, tempo que é concedido aos palestrantes. O Josias, por exemplo, não tratou de uma vírgula ainda do que diz respeito à Confederação Nacional do Comércio, e já acabou o seu tempo.

Sr. Presidente, a sua ação é louvável, o senhor conta com a contribuição, com a colaboração de todos nós que compomos esta Comissão, mas nossos convidados precisam, na verdade, de um tempo maior para poderem fazer suas exposições, inclusive com demonstrações.

Realmente, o Sistema S tem uma importância significativa para este País. Não podemos discutir um órgão desse tamanho e as ações que ele desenvolve em todos os setores em apenas cinco minutos. Quando V. Exª começar a tratar do assunto do requerimento, da proposta que fez para esta audiência pública, V. Exª vai gastar, no mínimo – eu o conheço –, 40 minutos.

Quando se entra na Ordem do Dia, interrompe-se tudo. V. Exª sabe que, regimentalmente, quando inicia a Ordem do Dia, toda e qualquer Comissão que esteja tratando de assuntos relevantes tem de suspender os seus trabalhos. Então, para que possamos atingir os objetivos, para que a sociedade brasileira possa tomar conhecimento ao vivo do que representa esse setor... Daqui a pouco, por exemplo, esta reunião sai do ar, porque entra a da Comissão de Relações Exteriores, que tem primazia no que diz respeito ao horário da televisão.

Então, comungo com o pensamento do Josias e, ao mesmo tempo, sou solidário com a proposta encabeçada pelo Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Ataídes, eu queria dar uma palavra também na direção do que foi proposto pelo Sr. Josias Albuquerque e que foi referendado aqui pelo Senador Blairo Maggi e pelo Senador Benedito de Lira.

Na realidade, eu tive a trajetória de ter sido Prefeito, ter sido Secretário de Estado, Secretário de Desenvolvimento Econômico e me impus a obrigação de vir a esta audiência pública porque acho que a sua iniciativa, a iniciativa de V. Exª é altamente meritória. É preciso que o Congresso Nacional possa fiscalizar, exigir transparência de instituições tão relevantes para a promoção do nosso desenvolvimento, como é o Sistema S, através do sistema Fecomércio, do Senai, do Sest, do Sebrae. Todas essas instituições têm dado uma contribuição re-

levantíssima para a preparação, qualificação, capacitação profissional, empresarial, criando, portanto, as bases para o aumento da produtividade da economia brasileira. Portanto, acho que nós iríamos, de certa forma, tolher a iniciativa de V. Exª. Nós iríamos apequenar esta audiência pública com intervenções tão breves, tão curtas, e não chegaríamos ao objetivo principal de V. Exª, que todos nós aplaudimos.

Eu queria até dizer, não só em função da Ordem do Dia, mas sou membro titular da Comissão de Relações Exteriores – estamos tendo a presença do Ministro da Comissão de Relações Exteriores na Comissão – que vou ter que me ausentar, mas não poderia deixar de dar aqui um testemunho do trabalho do Dr. Josias Albuquerque, como Presidente do sistema Fecomércio em Pernambuco, como Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

Pernambuco não só vivenciou, nos últimos anos, um forte movimento de reindustrialização, mas Pernambuco também avançou muito no que diz respeito aos investimentos na área do turismo, da gastronomia, da cultura. Esse movimento não teria sido desencadeado sem os investimentos que foram desencadeados pelo Senac, no nosso Estado, no sentido de qualificar a mão de obra para toda uma nova economia que surgiu no nosso Estado.

Portanto, quero trazer aqui o meu depoimento do trabalho do sistema Fecomércio, mas, de forma particular também, porque é um traço da história do Dr. Josias, a integração com a sociedade. Ele tem lá um programa que, como Ministro da Integração Nacional, procurei divulgar para todo o Brasil, inclusive trouxemos para Brasília, que é Banco de Alimentos. Esse Banco de Alimentos atende hoje a mais de 70 mil pessoas diariamente no meu Estado. Funciona próximo ao Ceasa do Recife, e eu tive a alegria, como Ministro da Integração, de pegar o exemplo de Pernambuco e trazer para o Ceasa do Distrito Federal.

Portanto, fico muito à vontade e irei participar, se V. Exª acatar a sugestão de uma nova data para uma nova audiência. Estarei aqui para poder acompanhar o belo trabalho que V. Exª desenvolve nessa área da fiscalização de todas as instituições que formam o Sistema S.

Parabenizo-lhe pela iniciativa, mas acho que deveríamos atender a essa sugestão do Dr. Josias, que foi aqui apoiada pelos nossos pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – No momento em que V. Exª designou essa data, nós não tínhamos previsão de que teríamos que discutir uma medida provisória hoje. Então, isso, realmente, criou a dificuldade.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Aproveito para registrar a presença do Deputado Laercio Oliveira. Tivemos a oportunidade de nos conhecer e de já ter conversado alguns dias atrás.

Com toda vênia, Srs. Senadores Blairo, Benedito de Lira, Fernando Bezerra, o que me trouxe a solicitar esta audiência hoje é exatamente um dos pontos de maior relevância, que é o princípio da publicidade, a falta de transparência no Sistema S. Esse é o motivo maior. O art. 37 determina, a Constituição Federal, em seu art. 70, parágrafo único, a auditoria, quando feita pelo TCU, em que disse que ao Sistema S falta transparência.

Eu vejo o seguinte: nós vamos ter, doravante, outras tantas reuniões, imagino eu. Acabei de obter a informação do nosso assessor de que a sessão de hoje, para julgar a MP 668, é extraordinária. Portanto, não será necessário interromper os trabalhos desta Comissão, De acordo com o Regimento Interno, parágrafo único do art. 107: "Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado". Será uma sessão extraordinária. Assim sendo, com essa informação...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só mais um segundo, Senador, por favor.

Nós podemos então alongar esses cinco minutos para dez, que eu continuo achando pouco. E vejo, sem nenhuma autonomia, que o que mais me interessa, como autor do requerimento e como escritor do livro que acabei denominando de *A Caixa Preta do Sistema S*, por falta de transparência, é a continuação do meu trabalho. Tenho dito que sou um defensor do Sistema S, mas que ele precisa ser aprimorado, principalmente nesta Casa.

As minhas dúvidas são de grande relevância, Senador Blairo, e o Sistema S não vai dar conta de aqui, em dez, trinta minutos, uma hora, três horas, quatro horas ou um dia todo, expor as suas atribuições. Para isso há o princípio da publicidade. Portanto, eu permaneço com esta reunião em andamento, com todo respeito ao nosso querido convidado, o Sr. Josias Albuquerque. Esta reunião é a primeira de tantas outras que vamos realizar, e tenho certeza de que terei muito proveito quando dirigir as minhas perguntas, as minhas dúvidas aos nossos convidados.

Com a palavra o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente.

V. Exª tem toda liberdade e autoridade de continuar com a reunião, porém peço desculpas aos nossos convidados e a V. Exª também, pois vou me retirar porque tenho de acompanhar a votação da Medida Provisória nº 668, que é importante para o País. Há posicionamentos que precisamos discutir. Acho que o Senador Benedito também vai se retirar.

Eu gostaria muito de pedir desculpas. Infelizmente, V. Exª vai debater sozinho com eles porque eu pelo menos não estarei aqui. Não sei se algum outro Senador voltará a esta Comissão com a medida provisória em encaminhamento. Peço desculpas aos nossos convidados, mas tenho que me retirar desta reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, vamos passar aos dez minutos. O Sr. Josias, terá, a partir deste momento, dez minutos.

Com a palavra o Sr. Josias Albuquerque.

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE – Nesta exposição, agora principalmente, justificada a continuidade da reunião, o aspecto principal que deve ser discutido é a transparência.

No Sistema, e acho que isso deve acontecer com outras instituições, nós sofremos uma... Sofremos não, estamos obrigados a prestar contas, primeiro, ao nosso Conselho Fiscal, que é um órgão em nível nacional, que mensalmente funciona. Todos os processos passam pelas mãos do Conselho Fiscal, de todas as unidades do Sesc nos Estados – Sesc e Senac. São dois conselhos, um cuida dos aspectos de transparência e de prestação de contas do Senac e o outro do Sesc.

Sempre que acontece qualquer tipo de irregularidade, o Conselho Fiscal, inclusive, recomenda que a confederação, através do seu conselho de representantes – nós temos esses conselhos –, passe a fazer até intervenção, se for o caso, no regional que não está cumprindo as normas. Então, acredito que esse é um princípio de transparência.

Além disso, eu vou fazer algumas referências a Pernambuco, porque eu vivo o dia a dia do Estado, com esse trabalho que é desenvolvido.

Neste momento, por exemplo, a CGU está em Pernambuco, e passa lá o dia todo. Aliás, mais de um dia; às vezes, passa até oito dias. Pede tudo que é prestação de contas, a documentação é colocada à disposição deles, e eles verificam documento por documento. Então, a responsabilidade é da CGU.

Depois vai para o tribunal de contas que julga as nossas contas. Nós estamos sujeitos à apreciação do Tribunal de Contras da União.

O nosso Conselho Fiscal, quem geralmente o preside é uma pessoa do Governo do Federal. É uma pessoa do Governo que faz parte do Conselho e, geralmente, preside os nossos conselhos fiscais.

Na nossa representação, no caso, nós temos, no Conselho de Administração, no conselho do Sesc e do Senac, representação de trabalhadores, representação indicada pelas centrais sindicais. Isso faz parte das normas hoje. Foi uma determinação do conselho de representantes da confederação, juntamente com uma solicitação do Governo Federal, nós temos representação nos nossos conselhos de membros das forças sindicais, da CUT, da CGT, nós temos hoje representação em todos os nossos conselhos. Então, é uma forma também...

No caso de Pernambuco, todos os nossos balancetes – e nós fazemos questão que isso aconteça – são relatados pelos representantes dos trabalhadores, porque a eles interessa também que esse dinheiro seja da melhor forma aplicado. Então, nós não temos dificuldade, não temos nenhuma dificuldade.

Eu comecei dizendo aqui que, quando nós reunimos a federação, é feita a reunião conjunta do Sesc e do Senac. Então, todo mundo sabe o que se passa nessas instituições. Nossa reunião foi feita na terça-feira. Na terça-feira à noite, tudo já estava publicado no nosso Portal de Transparência. E isso nós não estamos fazendo agora, não. Esse Portal de Transparência nós fazemos já há algum tempo, desde 2010. Não existe nenhuma exigência nesse sentido, mas nós achamos que temos o dever de mostrar ao público, de mostrar à comunidade, principalmente à comunidade do nosso Estado, o que nós fazemos em Pernambuco.

E eu gostaria que a Comissão pudesse visitar os nossos Estados, para conhecer de perto o trabalho que nós realizamos, porque, aí, podem ter uma ideia diferente. Acredito que podem haver falhas. Disto eu não tenho dúvida: podem haver falhas. Agora mesmo, nós temos um regional sob intervenção. Porque foi constatado pelo Conselho Fiscal, que recomendou que fosse feita uma comissão de inquérito. A comissão de inquérito foi feita, contratamos uma auditoria independente para fazer o acompanhamento dos atos que haviam sido praticados – a KPMG, que todo mundo conhece, de renome internacional. E foi comprovado. Depois de comprovado, voltamos à reunião do Conselho, que determinou a intervenção desse regional. Está sendo apurado tudo. Hoje nós estamos com intervenção nesse regional. Então, isso ocorre em todo o sistema. Eu acredito que nos outros também devem ocorrer coisas idênticas.

É esse o nosso trabalho. É um trabalho que nós procuramos fazer com transparência. Agora, achamos que podem existir falhas, e devem existir falhas. E o nobre Senador faz essa proposta de contribuir para corrigir essas deficiências, o que eu acho muito válido. Nós estamos de acordo. Totalmente de acordo! Estamos à disposição da Comissão, para trazer todo o esclarecimento que for necessário. Tanto é assim que estou convidando a Comissão, pelo menos no meu caso; eu sei que certamente a Comissão deve conhecer outros Estados da Federação e conhecer as instituições que funcionam lá, porque lá nos temos o Senac; temos o Sebrae, que funcional ali em Pernambuco; Senac e Sesc. Eu acho que é possível aproveitar para fazer uma visita a essas instituições.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE – O Senador Douglas, que é da área de comércio – está chegando agora o ilustre Senador –, conhece bem o trabalho que é feito em Pernambuco; como também o Senador Fernando Coelho, que foi Ministro, conhece esse trabalho que nós temos feito lá.

Então, eu convido! Nós estamos abertos a isso. Eu gostaria que a Comissão visitasse não só o Senac e o Sesc, mas que visitasse as outras instituições também, porque eu acho que é uma forma de mostramos o trabalho que fazemos. E não é só Pernambuco: eu acho que devem-se visitar outros Estados, porque nós temos condições de mostrar que existe transparência, pelo menos no Sistema do Comércio. No Sistema do Comércio, existe transparência, e nós estamos às ordens, Senador.

Eu acredito que, com esses esclarecimentos... E meu tempo de dez minutos está terminado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE – Ainda tenho dois minutos? Então, está ótimo.

Isso que nós colocamos aqui é a realidade. Ali estão os números, por exemplo, do atendimento que o Senac realiza no Brasil. Nós temos hoje, no Senac, 625 unidades de formação profissional; nessas unidades, há 6.924 ambientes pedagógicos; e alcançamos, com os diversos cursos que nós realizamos, 3.061 Municípios brasileiros. Isso com os mais variados cursos. O nosso elenco de cursos é muito grande, e nós temos realmente feito esse trabalho no Estado. Eu, por exemplo, praticamente deixei minha vida como empresário – não cuido mais das minhas empresas – para cuidar desse Sistema. Eu faço isso como missão! Eu acho que quem se dedica a algum trabalho dessa ordem tem que fazer assim. Eu faço como missão. Hoje eu dou tempo integral a essas instituições, porque precisam de acompanhamento.

Nós temos lá a Ouvidoria, Senador; essa Ouvidoria foi um exemplo que nós começamos em Pernambuco, e o Departamento Nacional do Sesc e do Senac adotou esse mesmo procedimento.

A Ouvidoria não é interna não! É Ouvidoria para ouvir o público. A qualidade de todo o trabalho que nós desenvolvemos para o Estado é avaliada. Avaliada pelo público, por aqueles que são beneficiados pelos cursos que o Senac desenvolve.

Estão ali os números, numa apresentação, e isso é feito por uma pesquisa independente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE – Esta aí o resultado da qualidade dos cursos. E imaginem que há os cursos pelo PCG (Programa de Comprometimento e Gratuidade) que o Senac mantém. Nós teríamos obrigação, com os recursos compulsórios que o Senac recebe, de atender apenas 66%. Passamos muito mais desse percentual em atendimento. Hoje o atendimento gratuito feito diretamente pelo Senac é muito superior a isso.

Então, eram essas coisas que eu gostaria de apresentar. Estão ali. Com a receita líquida, nós atendemos 72%, quase 73%, de gratuidade nos cursos.

Além disso, há o Pronatec. Houve um problema, o Governo atrasou nosso pagamento, mas nem por isso nós deixamos de atender todos os cursos que estavam em andamento. Deixamos de fazer matrículas novas porque realmente não daria para o Senac suportar, o Sistema S certamente não teria condições de suportar. Mas todos os cursos, todos os alunos ficaram mantidos, e há cursos que vão até 2016; nós estamos mantendo esses cursos funcionando normalmente, por conta das nossas instituições, porque, até agora, o Governo tem um débito muito elevado conosco. Nós não sabemos se vamos suportar. Matrículas novas não fizemos, mas mantivemos os cursos que estavam em andamento.

Senador, eu quero agradecer a V. Exª e dizer que acredito mesmo nas suas colocações feitas aqui, no seu interesse de melhorar o Sistema. E todos nós temos de acreditar nisso, porque nós não somos perfeitos não; nós precisamos melhorar o Sistema a cada dia. Precisamos melhorar. Estamos juntos nessa batalha, e queremos contribuir com a Comissão no sentido de ajudá-la a atingir seus objetivos.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Concedo a palavra ao nosso sempre Senador, Sr. Adelmir Santana, por 10 minutos.

O SR. ADELMIR SANTANA – Bom dia a todos e a todas.

Sr. Presidente, Senador Ataídes Oliveira, Srªs e Srs. Senadores – já passaram por aqui o Senador Blairo, o Senador Benedito de Lira, o Senador Fernando Bezerra, o meu querido Deputado Laercio Oliveira, companheiro também da CNC, o Senador Douglas Cintra –, nossos cumprimentos a todos.

A dupla representação aqui do Sistema do comércio nos induz a ser em alguns momentos até repetitivos. Eu gostaria mais uma vez que fosse iniciado, porque, vejam, esta audiência tem como fundamento a busca da eficácia das instituições do Sistema S. É isso o que diz a nossa convocação. Na verdade esse Sistema, no caso do comércio Sesc, Senac, eles são os braços sociais – Senador e Líder pernambucano, nossos cumprimentos – do Sistema comércio. Eles foram criados, como foi colocado aqui, na década de 1940, objetivando ocupar espaços, lacunas deixadas pelo Estado brasileiro no que diz respeito à questão da formação profissional e da assistência aos trabalhadores.

Então, o nosso objetivo, o objetivo do Sistema comércio naturalmente é atender a esse espaço, a essa lacuna existente, que deveria ser preenchida pelo Estado brasileiro, valorizando o trabalhador na questão da sua assistência e, ao mesmo tempo, buscando a formação daqueles que têm vocação para o comércio e serviço através do Senac. O Sesc trata da assistência aos trabalhadores, e o Senac trata da formação profissional.

O modelo – e isso foi dito aqui pelo meu antecessor – de gestão do Sesc e do Senac tem uma estrutura organizacional eu diria extremamente abrangente. Há o Conselho Nacional, que é o órgão deliberativo e que tem uma composição, como foi colocado, tripartite, com um número aproximado de cem pessoas, representantes do Sistema, dos trabalhadores e do Estado brasileiro.

Do mesmo modo, há também um Departamento Nacional, que é o órgão executivo, formado essencialmente por pessoas com capacitação técnica e voltado para a gestão, a governança do Sistema, a governança do Sesc e do Senac. Além disso, do mesmo modo, dentro dessa mesma linha há 27 Departamentos Regionais, um por Estado, que têm uma composição do seu Conselho Regional também tripartite. Lógico, com menor dimensão do que o nacional, mas também formado por representantes das atividades de comércio e serviço, trabalhadores e Governo. Esse Departamento Regional também tem o seu órgão executivo, que é o Departamento Regional, formado também por técnicos e visando a governança do Sistema em cada Estado brasileiro. São extremamente profissionais e voltados para essa finalidade, tanto da formação profissional como da assistência aos trabalhadores.

A administração tem, sim, a transparência como princípio. Talvez não exista no País uma instituição que tenha tanto controle como os órgãos que controlam esse Sistema. Como foi dito pelo meu companheiro Josias, existe um Conselho Nacional, os Conselhos Regionais, auditores independentes, Conselho Fiscal, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União. E é bom que se diga, Senador, que o Conselho Fiscal tem como maioria de seus partícipes representantes do Estado, não só os nossos. Nós temos apenas dois representantes nos Conselhos Fiscais – quatro do Estado e três dos trabalhadores. Se não me falha a memória, essa é a sua composição. Só sei que – e o Josias colocou isso – quase sempre a presidência do Conselho Fiscal dessas entidades é exercida por membro indicado pelo Governo.

Além desses órgãos de controle internos e externos, os mecanismos de transparência são evidentes através da publicação dos orçamentos anuais, feito pelos Ministérios correspondentes. No caso do Senac, o Ministério do Trabalho e Emprego; no caso do Sesc, o Ministério do Desenvolvimento Social. Eles são disponibilizados por todos os meios possíveis para que a sociedade e as autoridades tomem conhecimento desses dados.

Então, não há instituição, no Brasil, que tenha maior transparência do que as vinculadas a esse sistema pela própria composição dos organismos que os fiscalizam.

A eficiência – que é o objetivo, parece-me, do Senador Ataídes, quando eles nos convoca – a busca da eficiência da atividade, do sistema, é extremamente clara. Eu diria que o Senac, por exemplo, tem uma atuação com 625 unidades operativas fixas e com 6.924 ambientes pedagógicos, alcançando – vejam os senhores – 3.061 Municípios brasileiros.

Ainda não é o que nós desejávamos. Queríamos que fosse em todos os Municípios brasileiros. Mas ele alcança 3.061 Municípios brasileiros. E a composição de 300, 90 e 600 de formação profissional. Enfim, são todos aqueles dados e mais de 1,2 mil títulos de cursos profissionalizantes. Além disso, do ponto de vista dessa rede física, o Senac mantém a educação à distância com 251 polos de ensino superior e 228 polos de cursos técnicos. Esse é o Senac.

O Sesc é a parte de assistência aos trabalhadores. Muitos fazem confusão. O Senac é a formação; o Sesc é a assistência e está presente também, do ponto de vista de atuação, em 492 unidades fixas e com todo aquele volume de espaços esportivos, espaços recreativos, restaurantes e lanchonetes, e presente, não tanto quanto o Senac, em mais de 2,2 mil Municípios brasileiros.

Então, é esse volume, essa forte atuação do Sesc em todos esses 2,2 mil Municípios brasileiros, formando, como eu disse, uma intercambialidade inclusive regional. Quando os senhores veem aí essas unidades, esses

espaços recreativos, como hotéis, é para fazer o que chamamos de turismo social dos nossos trabalhadores, fazendo essa intercambialidade dos Estados que mandam trabalhadores para usar as unidades em outros Estados. Essas estruturas fazem o atendimento, como eu disse, em mais de 2,2 mil Municípios.

Quando eu vi ali que são cinco minutos, pensei: "Como é que você vai falar de um sistema que tem mais de oito milhões de atendimento em cinco minutos?" É realmente impossível. O Senac, só em 2014, fez mais de 2,7 milhões atendimentos; mais de 1,8 milhão integralmente gratuitos em todos esses Municípios, com essas matrículas que ali aparecem e às quais não vou me ater pela questão do tempo.

O Sesc, por sua vez, fez quase seis milhões de atendimentos. Então, somando os dois, são mais de oito milhões de atendimentos e não dá para se falar em eficiência ou da atuação do sistema nem em dez, nem em vinte, nem em trinta minutos. O importante é que o Sesc hoje faz, como eu disse, mais de seis milhões de atendimentos nessas áreas, que são os pilares básicos: assistência, cultura, educação, lazer e até saúde. E a educação aqui é diferente; não é a educação profissional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADELMIR SANTANA – ... é a educação formal que temos presente em todos os Estados brasileiros.

A ação, portanto, dessas instituições, tem, além dessas questões que eu falei, ações inclusivas de outros alcances. Foi citada aqui a questão do Banco de Alimentos, que é o Mesa Brasil, que está presente em todos os Estados Brasileiros. Diferentemente do Fome Zero, que foi quem atendia às pessoas, o Mesa Brasil atende a instituições. Nós beneficiamos em torno de 6,2 mil

beneficiando em torno de 6,2 mil instituições espalhadas pelo Brasil todo. Foram 41 mil toneladas de alimentos distribuídas no ano passado, com 1,6 milhão de pessoas/dia atendidas por essas instituições.

Eu, se fosse aqui me estender, se tivesse tempo, poderia falar da área de odontologia, da área médica, das bibliotecas, da alimentação do trabalhador... São quase 50 milhões em alimentação, aqui, diferentemente dos ambientes escolares, como há aqui no Senado e na Câmara, que têm o Senac. São restaurantes que dão assistência aos trabalhadores.

Então, eu teria muito mais a falar, mas o nosso foco aqui é a transparência, é de qualidade... E a qualidade não somos nós que dissemos não; há uma pesquisa que mostra que essa qualidade é aceita tanto do ponto de vista nacional, quanto também por indicação do programa do PSG, do índice do Pronatec, que dão conta de que a empregabilidade dessas pessoas é extremamente alta quando passam pelo Senac em um dos seus cursos profissionalizantes.

O nosso foco, então, repito, é na qualidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADELMIR SANTANA – Teria ainda muito a falar, mas o tempo se esgotou.

Contudo, reafirmo que o compromisso do Sistema Comércio é um compromisso, como se diz no nosso texto, com o Brasil; um compromisso com a formação profissional e um compromisso de assistência aos trabalhadores do comércio e serviços, objetivando o desenvolvimento social e a competitividade econômica do Brasil.

Senador, apenas complementando as informações do meu companheiro Josias, era isso que eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço os seus esclarecimentos, nosso sempre Senador, Adelmir Santana.

Quero também registrar a presença do nosso querido Senador Douglas Cintra, do nosso tão pró-ativo e competente Senador Humberto Costa, que está aqui conosco, e também registrar a presença do Deputado Federal por Pernambuco, Jorge Côrte Real. E assim percebo que Pernambuco tem força mesmo!

Parabéns!

Os Srs. Senadores sempre têm direito à palavra a qualquer momento, conforme o nosso Presidente da Casa, Senador Renan, tem sempre dito.

Então, portanto, concedo a palavra, se me permitem os nossos convidados, ao Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, antes mesmo de fazer qualquer questionamento aos nossos convidados, membros do Sistema S, eu quero dar um testemunho.

Eu sou de Caruaru e, ao Josias falar, eu me lembrei de um pequeno detalhe; eu fui estudar em Recife, no ano de 1984, e, naquele tempo, eu almoçava no restaurante do Senac, porque era bom e barato.

(*Interrupção do som.*)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – A qualidade era melhor que a do som daqui, não é, Josias? (*Risos.*)

Sr. Presidente, lembro que, hoje, as pessoas vêm aqui à Brasília, onde o tempo é sempre muito corrido, e raramente eu almoço fora do Senado; e eu, aqui, almoço no restaurante do Senac. Então, nesses anos todos,

começo com esse registro, para demonstrar o quanto essa instituição tem trabalhado ao longo desses anos primando sempre pela qualidade, pela certeza do bom atendimento.

Conheci o Senado, talvez o Sistema S, o Sesi e todos eles, mais de fora, a princípio, e, depois, por dentro. Mais de fora porque conheço as pessoas que trabalham comigo, as pessoas que falam sobre o Sistema e também muito as pessoas que trabalham no Sistema. Então, sou testemunha da capacidade técnica das pessoas que fazem parte do Sistema e sou testemunha da qualidade dos gestores do Sistema. Pude, nesses anos, acompanhar a evolução da estrutura física de forma exemplar.

Inclusive, Professor Josias, na reunião onde foi decidido fazer esse convite para que pudéssemos ter esta audiência, eu já tive ocasião de convidar o nosso Presidente para conhecer o que está sendo instalado ma minha cidade, Caruaru: um exemplo de estrutura, não apenas pela qualidade física, mas pela oportunidade técnica que está sendo oferecida a todos os caruaruenses e a toda a região agreste a que pertence a nossa cidade.

Também tenho um bom exemplo. A minha empresa faz parte como doadora no banco de alimentos do Sesc. São pequenos exemplos de como eu conheço a estrutura, não apenas por ser empresário, por ser amigo das pessoas, por ser testemunha dos trabalhos desses gestores, mas podemos dizer, por todas as visões que a gente deve ter, que é o ponto de vista de quem está dentro, de quem está fora, de quem avalia, então, de um ponto de vista de quem quer conhecer bem o sistema eu quero deixar, Presidente, esse testemunho e também das oportunidades de diálogo, que são, sempre, reiteradamente colocadas por essas instituições, sejam elas na área comercial, seja na área da indústria, seja na agricultura, seja nos transportes.

Caruaru conta, Prof. Josias sabe disso, com uma excelente estrutura do Senat, que tem feito lá um excelente trabalho técnico com relação à capacitação das pessoas. Dito esse testemunho, eu também, Prof. Josias, Senador Waldemir, todos os senhores. Quero me colocar à disposição para aquilo que for necessário. Eu não quero nem falar sobre esta audiência. Eu quero falar sobre o que o sistema precisar do meu apoio aqui no Senado ele saiba que pode contar porque eu tenho certeza de que estarei fazendo um bem para o Brasil.

É com essa expectativa, essa esperança, essa certeza, essa convicção que presto esse sentimento de apoio a esse sistema, que, sem dúvida nenhuma, é hoje um grande diferencial para o nosso País. O Brasil precisa e temos certeza de que vamos dar o apoio necessário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço, Senador Douglas Cintra, por esse seu belo testemunho.

Quero, também, cumprimentar aqui e agradecer a presença desse grande líder do Senado Federal e meu Líder, José Agripino, que está aqui conosco abrilhantando esse nosso encontro.

Ao Senador Humberto Costa já fiz referência.

Se me permite os demais convidados, eu gostaria de passar a palavra à Srª Nicole Goulart.

A SRª NICOLE GOULART – Obrigada, Senador.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar todos os Senadores aqui presentes na sua pessoa; agradecer a oportunidade de mostrar para os senhores o potencial e o trabalho desenvolvido pelo Sest e pelo Senat. Conforme consta do requerimento, o Sest/Senat hoje e também mencionado pelo Senador Waldemir, a gente vai acabar sendo um pouco repetitivo, mas e´necessário.

O Sest/Senat hoje conta com 149 unidades espalhadas em todo o Brasil. Na realidade, todas essas unidades são ligadas diretamente ao departamento executivo nacional, aqui em Brasília. acredito que assim como eu, o Sest/Senat, aqui na Mesa, é o mais jovem do Sistema S. Ele foi criado em 1993 e vem desenvolvendo um trabalho de qualificação, no caso do Senat e no atendimento à saúde do trabalhador em transporte, no caso, o Sest.

O ano de 2014, exemplificativamente, eu posso dizer que tivemos 7,3 milhões atendimentos no Sest. Em contrapartida, também tivemos 1,5 milhão de atendimentos de cursos realizados pelo Senat. O Sest hoje presta atendimentos, tanto o Sest quanto o Senat, na realidade, gratuitos para todos os trabalhadores em transporte. No Brasil inteiro, desempenhamos essas atividades gratuitamente.

Toda atividade desempenhada, todo plano orçamentário e de execução de trabalhos é aprovado, inicialmente, aqui em Brasília, após a remessa das informações pelos conselhos regionais e submetido, no caso do Sest, à apreciação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ao Ministério do Trabalho e Emprego, no caso do Senat. Todas as atividades executadas e todos os orçamentos disponibilizados e também executados são colocados no *site* do Sest/Senat trimestralmente, para apreciação de todos os interessados.

As contas das duas instituições são aprovadas em conselho nacional, em reunião ordinária realizada pelo Conselho Nacional, que também conta, conforme já mencionado pela CNC, com o tripartidismo. São 57 membros, dentre eles trabalhadores e governo. Aprovadas essas contas, também temos o dever de prestá-las à Controladoria-Geral da União e ainda ao Tribunal de Contas, para julgá-las. Então toda a prestação de contas, todo o trabalho desenvolvido é disponibilizado para qualquer interessado consultá-lo. Prova maior é que aten-

dendo ao pedido do próprio Senador Ataídes, a Controladoria-Geral da União disponibilizou esses dados através de um ofício, porque constam dos seus arquivos todas as informações do Sest/Senat, como dos outros "Ss".

Então o que a gente quer demonstrar é que o Senador Waldemir falou com muita propriedade. Eu acredito que nós somos hoje a instituição com a maior fiscalização externa de órgãos. Passamos pelo nosso próprio crivo interno, passamos pelo crivo da CGU, passamos pelo crivo do TCU, e vimos desempenhando com excelência as atividades que nos são propostas, que nos são previstas estatutariamente. Capacitamos os trabalhadores para que eles possam exercer melhor os seus postos de trabalho, possam aperfeiçoar os seus postos, possam progredir.

Hoje o Senat tem um programa denominado CNH social – exemplificativamente também, uma vez que os dez minutos são insuficientes para dizer sobre todas as nossas atividades –, nós temos hoje um programa denominado CNH social, que visa fornecer 30 mil carteiras para a comunidade, a fim de capacitar, de profissionalizar essa mão de obra, de formar profissionais na área de transporte. Também temos um outro programa, que é de alteração da categoria, para que esse motorista que possui uma categoria de tipologia A possa se aperfeiçoar e progredir. Já investimos, Senador, aproximadamente R$110 milhões nesses dois programas para fim de capacitação da mão de obra.

Eu queria aproveitar os cinco minutos. Eu deixei um material para ser apresentado, que eu acredito ser de suma importância para vocês conhecerem o Sest/Senat.

Também deixo aqui o convite para que o senhor, Senador, possa ir até lá. Nós estamos de portas abertas e agradeceríamos muito a visita.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRª NICOLE GOULART – Bem, Senador, eu sei que o meu tempo se exauriu. Assim, agradeço pela oportunidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço à Srª Nicole pela sua bela exposição.

Concedo, então, a palavra ao Sr. José Cláudio dos Santos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, já que V. Exª franqueou a palavra aos Senadores, eu gostaria de dizer que também eu, realmente, gostaria de ficar até o final desta audiência, mas, infelizmente, tenho de assumir minha responsabilidade no plenário daqui a pouco.

Contudo, queria somente dar um testemunho e fazer uma pequena consideração sobre como nós devemos conduzir esse papel do Poder Legislativo no relacionamento com as entidades do Sistema S. Em primeiro lugar, tenho também uma experiência pessoal, especialmente com o Sistema Sesc e algumas administrativas com outros integrantes do Sistema S.

O meu pai era comerciário; portanto, era afiliado ao Sesc. E eu, na minha infância e adolescência, tive oportunidade de utilizar alguns serviços do Sesc, sempre de boa qualidade. Posteriormente, os meus pais se tornaram comerciantes. Saíram de uma posição para outra. Até hoje, minha mãe, com 85 anos, trabalha dois expedientes, inclusive no sábado pela manhã também num comércio. Também nessa condição de empresária, tem também essa vinculação com o Sesc. E o Sesc tem sido realmente muito importante para os funcionários que a empresa tem, para os próprios dirigentes que uma empresa de pequeno porte tem.

Portanto, eu valorizo bastante o que o Sesc tem oferecido, além de nós podermos acompanhar outras atividades no caso de Pernambuco, até mesmo o desenvolvimento de algumas regiões que têm potenciais econômicos significativos, o Sesc contribuiu. No caso de Triunfo, o Hotel do Sesc lá foi um fator determinante para o desenvolvimento do turismo numa região que é totalmente vocacionada para isso, em que pese a pequena infraestrutura, enfim.

Também tive oportunidade um relacionamento mais administrativo com o Senat quando nós implantamos – eu era Secretário das Cidades do Governo Eduardo Campos – e nós criamos lá a chamada CNH Popular. Ainda existe esse programa lá. E há uma concessão gratuita de carteira de habilitação para jovens de baixa renda, como uma tentativa de inclusão no mercado de trabalho. E nós construímos esse programa numa parceira com o Sest/Senat, principalmente a parte das experiências que eles tinham também. Então, eu acho que vale bastante a pena. Qualquer um dos Senadores ou parlamentares que tenhamos aqui sempre terá tido uma boa experiência com o Sistema.

Eu acho que é importante o Senado, o parlamento ter o seu papel de fiscalização exercido em relação a todos os segmentos. Nós já o exercemos indiretamente, porque o Tribunal de Contas tem uma responsabilidade de avaliação das contas do Sistema. Só acho que nós temos que ter o cuidado de, ao fazer essa fiscalização, não comprometermos, do ponto de vista político, a imagem da sociedade em instituições que são extremamente

importantes. Se temos déficit de regulação, vamos discuti-los, enfim. Mas sempre tendo como referência que seja no sentido de aprimorar esses sistemas.

A iniciativa de V. Exª de nós podermos discutir agora, e vamos ter outras oportunidades para discutir, me parece muito importante. Mas é importante também que seja sempre numa linha de aperfeiçoar uma coisa boa que o Brasil tem. Aliás, essa é uma das coisas que outros países não têm oportunidade de ter. E acho que, por isso mesmo, nós deveríamos valorizar.

Agradeço a V. Exª a oportunidade de aqui falar. Deixo aqui meu abraço ao Dr. Josias. Espero que, nesta Comissão, nós consigamos exatamente isto: contribuir para melhorar – não é verdade? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço, Senador Humberto Costa, o seu depoimento.

Quero registrar também a presença aqui do nosso querido Senador Davi e também da Senadora Regina, que está aqui conosco.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, inicialmente é uma palavra de congratulações a V. Exª pela iniciativa desta audiência pública. V. Exª é um Senador zeloso, cônscio de suas responsabilidades, tem dentro da Casa o respeito dos seus pares, tem uma preocupação permanente, que eu deixo pública aqui, com o funcionamento do Sistema S. E acho que esta audiência pública é muito boa para dirimir dúvidas, para esclarecer fatos.

Eu, pessoalmente, já disse a V. Exª que sou um entusiasta do Sistema S e vou dizer aos senhores por que razão. Quando fui governador pela primeira vez, em 82, eu ganhei a eleição e, no primeiro ano de governo, instalou-se uma seca bravíssima, e estava em construção, em minha capital, Natal, a residência oficial do governador – era um projeto de Oscar Niemeyer (uma casa imensa) que eu entendi que não se justificava, sob nenhuma hipótese, que o Governador do Estado do Rio Grande do Norte, um Estado pobre, morasse naquela casa. E eu resolvi transformar a casa em um hotel escola. Revi o projeto e o adaptei para um hotel escola. E quem eu escolhi para gerir o hotel escola? O Senac. Naquele tempo... Nós estamos falando de 1982. As Parcerias Público Privadas não existiam. Quem era a referência em matéria de prestação de serviço de qualidade? Era a organização do Sistema S, do Senac. E assim foi feito. Nós estamos falando de 1982.

Eu sempre tive muito boa relação com o Sistema S. Isso não significa dizer que nós não devamos estar... Como o Senador Ataídes tem essa preocupação, todos nós temos a preocupação com o zelo e aplicação dos recursos públicos no Sistema, e nada mais apropriado do que esta audiência pública. Veja bem: nós estamos com várias reuniões de Comissões Permanentes: Relações Exteriores, Agricultura... E o Senador Ataídes traz a esta Comissão sete Senadores. Qual é a tradução? Primeiro de tudo, o prestígio do Presidente; segundo, o prestígio do Sistema S.

Desejo de ouvir para avaliar e, se for necessário, corrigir rumos. Se se impuserem falhas no sistema, lacunas nos debates que vão se processar, que se apliquem correções, mas dentro do espírito de preservar uma coisa que, na minha opinião, deu certo e dá certo. Agora, é infalível? Não. Ninguém é infalível. Estamos aqui para quê? Sob o comando do Senador Ataídes, para avaliar o que é feito, o que está sendo feito, o que se pretende fazer, se existem defeitos no sistema e, se existem, que nos juntemos no rumo da correção.

De modo que eu queria cumprimentar o Presidente, pela iniciativa da audiência pública, e cumprimentar todos os dirigentes que comparecem com elementos, com subsídios para prestar contas ao Poder Legislativo, do funcionamento de um Sistema que, na minha opinião, existe, é bom, tem de ser preservado e que, se contém erros, os erros têm de ser corrigidos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço, Senador José Agripino, por suas – sempre – sábias palavras, no seu testemunho de que, em 1982, o Sistema... Esse Sistema, criado na década de 40, logo no início da industrialização do País, foi, e ainda continua, sim, sendo uma ideia maravilhosa. E V. Exª sabe que meu propósito é tão somente aprimorar e fazer as correções necessárias.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Só um adendo, Senador Ataídes: eu não deixei claro – e é bom que aqueles que estão aqui saibam do que aconteceu e das consequências. Ainda no meu Governo, a obra foi concluída; o hotel escola foi instalado. Fui eu quem instalou no Estado o Distrito Industrial do Turismo, na Via Costeira, e o hotel escola está na Via Costeira, um lugar conhecido no Brasil inteiro e em muitos lugares do mundo. Esse hotel escola, gerido pelo Senac desde aquela época, vem produzindo, ao longo do tempo – e produziu ao longo do tempo – uma imensa, uma enorme quantidade de chefes de cozinha, de copeiras, de arrumadeiras, de gente habilitada a fazer com que um hotel funcione bem ou de forma que o hóspede que ali se hospedou faça boa propaganda e traga, por sua propaganda, outros hóspedes.

Então, a iniciativa do hotel escola, que transformou a casa do governador em uma fábrica de empregos, porque, na verdade, ali se adestram pessoas que trabalham em uma vocação natural de minha terra, que é o

turismo, na verdade, vem prestando, ao longo do tempo, enorme serviço na qualificação de mão de obra de uma vocação natural de minha cidade. Então, é a união de uma entidade, no caso, o Senac, com o Poder Público, em benefício da geração de empregos pela via da iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito. Muito obrigado, Senador José Agripino.

Não é peculiar, nas audiências aqui no Senado Federal, dar a palavra aos nossos queridos Deputados Federais, mas eu o faço com todo prazer, Deputado Jorge Real.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JORGE CÔRTE REAL (PTB - PE) – Senador, muito obrigado. O seu espírito democrático colaborou e muito para V. Exª fazer essa concessão com a minha pessoa.

Eu gostaria de cumprimentar o meu companheiro e amigo Josias Albuquerque e, em nome do nosso Presidente, todos os demais componentes da mesa.

Senador, a sua iniciativa é extremamente importante, porque, como V. Exª mesmo disse, o Sistema S foi fundado em 1940 e, diferentemente da própria CLT, que é mais ou menos desse tempo e não acompanhou a evolução dos anos – hoje está obsoleta –, em geral, tem e teve autocrítica. Ele veio se adaptando às questões nesses períodos e vem, nessas épocas, cumprindo com sua obrigação, com sua finalidade desde a sua fundação, que é justamente dar o apoio ou criar condições favoráveis ao desenvolvimento, à sustentabilidade do desenvolvimento, gerando por si só oportunidades de emprego e renda.

Esse sistema, hoje, é considerado extremamente transparente. Ele é fiscalizado e auditado pelos órgãos e organismos fiscalizadores e, hoje, tem metas e objetivos necessários não só para nós que fazemos parte, que conduzimos o sistema, mas uma prestação de contas até para toda a sociedade.

O sistema tem avançado e muito no sentido de adaptar o País à nova realidade. Evidentemente, todos sabem das dificuldades de determinados segmentos, como é o caso da indústria brasileira, à qual eu pertenço, da qual eu participo como empresário. E vemos o esforço do sistema no sentido de dotar a indústria brasileira da competitividade necessária para que nós possamos responder às realidades de um mercado internacional. A indústria brasileira vem perdendo competitividade não só de hoje, mas já de algum tempo.

Mas temos também outros gargalos. E digo o seguinte – é importante também que se diga: a colaboração do sistema fez com que, do portão para dentro das nossas indústrias, sejamos competitivos em todos os segmentos produtivos do País. Onde se perde muita competitividade é dos nossos portões para fora.

Então, fico extremamente tranquilo e, mais uma vez, parabenizo V. Exª por esta audiência pública, porque, como foi dito aqui, vamos ter, com certeza, sugestões que venham melhorar o nosso desempenho. E isso faz parte. V. Exª não tenha a menor dúvida de que essa autocrítica que temos fez com que chegássemos aos dias de hoje com sistemas modernos, com sistemas que são referências em outros países, principalmente da América do Sul. Ninguém tem, na iniciativa privada, um sistema de educação e de preparo para o trabalho como o Sistema S nacional. (*Palmas.*)

Nesse ponto, nós somos referência, posso dizer, mundial. Inclusive, na feira WorldSkills, que é, vamos dizer assim, o campeonato mundial de competitividade de funções, o Brasil, além de ser muito bem representado, ele pontua, aí, entre os quatro países que melhor preparam seus trabalhadores, seus industriários, seus comerciários e em todos os segmentos.

Por isso, Senador, é que eu, em meu nome e em nome do Presidente Robson, da CNI, quero nos colocar a sua disposição, primeiro, para ouvir, com sua experiência, com sua liderança, e eu tenho certeza de que o senhor também, fruto do que vai ser colhido nessa audiência, será muito – muito – importante para que nós possamos aprimorar as nossas administrações nesse sistema.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço as suas palavras, Deputado Jorge Real, e ratifico: mesmo não sendo regimental, foi de muito proveito a sua fala.

E concedo a palavra ao Exmº Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Meu caro Presidente, eu queria cumprimentar, mais uma vez, V. Exª, porque V. Exª, através dessa audiência pública, proporcionou a Senadores e ao Brasil conhecerem melhor as atividades desenvolvidas pelo Sistema S.

Vou falar, aqui, particularizando meu Estado, o Estado de Alagoas, penúltimo Estado, geograficamente, da Federação e o mais pobre de todos.

A atividade desenvolvida por esses órgãos – Sesc, Senac, Senai – especialmente no meu Estado, deu uma melhorada na qualificação das pessoas.

Eu sou um admirador e muito mais, a partir de hoje, porque conheci detalhes que eu não conhecia, e me coloquei, sempre, à disposição para, desde quando fui Deputado Federal, para ajudar o Sistema S naquilo que dependesse da nossa participação.

V. Exª proporciona a esta Casa um fato, pelo menos no período em que eu estou aqui, primeiro, isso é muito bom, e os órgãos que aqui compareceram, sentimos, na fisionomia de cada um, um desejo profundo de alegria. Não tem nenhum constrangimento na fisionomia dessas pessoas. Pelo contrário, se sentiram, porque não tiveram mais tempo, em decorrência, exatamente, da agenda nossa aqui.

Mas, como eu dizia, no meu Estado, por exemplo, o Sesc, Senac, particularmente Senai, têm prestado uma contribuição extraordinária para melhorar a qualidade dos serviços do Estado e vou lhe dar um exemplo. Nesses últimos oito anos, dez anos aproximadamente, era uma coisa rara, porque a primeira indústria que se instalou em Alagoas foi a indústria conhecida como Salgema, hoje Braskem, que é aquela que produz matéria-prima para a indústria plástica nacional e exterior, e, a partir dali, com a participação destes órgãos, o Estado de Alagoas recebeu médias e grandes indústrias em volume considerável. Cerca de 100 indústrias se instalaram no meu Estado.

Se instalaram em Alagoas com a participação da Federação Nacional da Indústria, sob a responsabilidade de José Carlos Lyra, e os órgãos Sesc, Senac, Senai, que paralelamente a isso deram a sua contribuição.

Eu não sei, sinceramente, Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que seria deste País se não tivesse esse Sistema S para ajudar na educação da juventude... (*Palmas.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – ... para profissionalizar, porque, infelizmente, o ensino brasileiro se tornou acadêmico e o próprio Governo, o sistema de educação nacional não se preocupou com o ensino técnico.

Qualquer país que deseja se desenvolver tem que dar prioridade à qualificação das pessoas, porque quando uma pessoa chega numa empresa para se candidatar a uma vaga, a primeira coisa que o órgão responsável, ou seja, os recursos humanos, pergunta é o que a pessoa sabe fazer. Se disser que não sabe nada, que terminou o curso científico, terceiro ano científico no passado, hoje é segundo grau, então essa pessoa não tem qualificação para o exercício da atividade que se está propondo.

Os órgãos do Sistema S deram essa qualificação. E tanto é verdade que o Governo criou o Pronatec – o primeiro parceiro – porque não tinha estrutura necessária e suficiente para atender a demanda da juventude do meu País.

Isso já nos conforta profundamente. Lembro-me muito bem na minha infância e juventude, quando fiz a opção pessoal pelo ensino técnico. Terminei o ginásio e fui para uma escola agrícola numa cidade próxima a Maceió e fiz o curso de Mestre Agrícola. Depois fui para a capital do Estado e me inscrevi num curso técnico na Escola Técnica Federal, hoje o Instituto Federal de Educação. Naquela época só existia essa, hoje tem umas dez ou quinze. Com o advento do Presidente Lula, foram criadas mais de 500 escolas técnicas. Aí sim o País começou a enxergar que era o ensino técnico que dava a qualificação das pessoas.

Eu queria cumprimentar a Nicole pela apresentação, pela preocupação que se tem com o profissional do volante para que ele seja, realmente, um profissional qualificado.

Então, Presidente, cumprimentando a todos os senhores que aqui se encontram, lamento profundamente porque eu desejava ficar aqui até amanhecer o dia já que essas instituições nos trazem subsídios para que possamos amanhecer o dia discutindo. Mas vamos ter outras oportunidades.

Em nome do órgão do meu Estado, quero cumprimentar todos senhores e dizer que nós aqui somos um... General não, porque general é o Ataídes, mas somos soldados. Estou à disposição. Com isso, eu queria cumprimentar e dizer que ao longo de toda a minha vida, meu caro Senador Ataídes, eu nunca tive oportunidade ler, ouvir por rádio ou televisão um escândalo de imoralidade, de corrupção ou de indecência no Sistema S brasileiro. Nunca vi. Pode ser até porque não sou de estar o tempo todo na frente de uma televisão, mas leio os jornais todos os dias.

E de acordo com a apresentação que já foi feita preliminarmente, é um sistema muito bem fiscalizado, e aquelas pessoas que são diretamente beneficiadas estão lá dentro participando da gestão. Então, cumprimento a todos e logicamente cumprimento V. Exª pela iniciativa. Quero dizer que sempre que for necessário estaremos juntos para defender esse sistema, porque é bom, traz melhorias, qualidade e é um grande parceiro do País.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

General, não! Muito longe disso. Sou um empresário como todos aqui, a maioria, e hoje Senador da República.

Concedo a palavra ao Senador Alcolumbre.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – V. Exª, Senador Ataídes, inaugura um sistema diferente de audiência pública. Normalmente a gente ouve os convidados e, depois, faz as interrogações a cada um. V. Exª está fazendo uma intermediação entre um apresentação e uma declaração de cada Senador.

Muito obrigado.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – O Benedito deu uma de general agora. Quando eu ia começar a falar, ele tomou o microfone. (*Risos.*)

Presidente Ataídes, bom dia, quero cumprimentar, em nome do Senador Adelmir Santana, todos os membros que compõem esta Mesa hoje, nossos expositores deste importante encontro promovido pelo Presidente Ataídes, quando suscitou a possibilidade de participarmos de um momento como este. Assim como todos os brasileiros, quanto mais transparência, mais efetivamente a sociedade brasileira tem ganhos, sejam eles políticos, institucionais, empresariais, comerciais, sociais ou ambientais. A sociedade pede por transparência, por informação.

Nós políticos, todos nós, que fazemos política com mandato e os senhores sem mandato que gerem instituições nacionais, que movimentam recursos públicos têm por obrigação fazer o que V. Exª está proporcionando fazer no dia de hoje. Só que vai além, Presidente Ataídes, hoje, acompanhando, lendo, tendo a oportunidade de participar. Cheguei um pouco atrasado, mas a missão do Senado nos impõe isso, temos que participar de cinco, seis comissões no mesmo horário, e acabamos participando um pouco em cada uma daquelas que achamos ter maior importância e maior relevância. Eu saí agora da Comissão em que se encontrava o Ministro Patrus Ananias e vim para cá porque sei da importância do debate que está sendo promovido hoje por V. Exª.

Mas também quero dizer que sou entusiasta do sistema, porque vejo o sistema, às vezes um pouco de longe, mas vejo a oportunidade de formar pessoas que não tinham perspectiva na vida, que talvez não pudessem ter a oportunidade de estudar em uma escola boa, para passar em um concurso público bom, e que buscam nessas instituições a qualificação profissional para sobreviver, para sustentar sua família e para ter dignidade, porque o trabalho é que dignifica o homem.

Quando vejo aqui milhões de pessoas sendo beneficiadas, quando vejo o Governo Federal, que era para estar fazendo muito mais do que faz hoje, dizer que ver nos senhores a possibilidade, a competência, porque já foi provado ao longo dos anos, de fazer o que ele não tem, que é dar essa capacitação profissional, dar essa perspectiva de vida, dar este direcionamento na vida das pessoas. Então, quando o Presidente Ataídes pede transparência, é o que a sociedade nos pede também, a todos homens públicos com mandato, homens públicos sem mandato. Onde tiver um centavo de dinheiro público tem que ser dado transparência. E da forma que vejo que as entidades hoje, Sesi, Sesc, todas elas que estão envolvidas hoje aqui, prestaram conta desses recursos públicos que foram encaminhados pela Presidência da República, pela Controladoria-Geral da União, R$31 bilhões no ano de 2014, estão aqui nestes milhões de pessoas, nestes milhares e milhões de brasileiros e brasileiras que utilizam este instrumento, uma ferramenta importante que temos no nosso País para melhor de vida e para promover a verdadeira justiça social.

Então, é missão, sim, prestar contas, mas também é missão, sim, reconhecer o papel e a importância que os senhores têm na sociedade brasileira. E eu falo do Amapá, Senador Adelmir, onde, graças a Deus, as instituições têm feito um belo papel. E tivemos a felicidade, Drª Nicole, de há poucos anos ter a inauguração do Sest/Senat no Amapá, formando nossos motoristas, capacitando, cuidando do atendimento de saúde, enfim, e vemos uma oportunidade nestes órgãos para melhorar a vida das pessoas.

Se houver, como foi colocado por outros Senadores, aqui, alguma irregularidade, vamos punir dentro da lei, mas o que a gente não pode é criminalizar uma instituição que vem prestando serviços importantíssimos para o nosso País. Isso, como Senador, eu não vou aceitar que seja feito, porque, infelizmente, alguns setores da sociedade tentam criminalizar as instituições e elas não são todas iguais.

Não existe... Um irmão pensa diferente de outro irmão, dentro de uma casa, então, nós temos que dar a César o que é de César, separar o joio do trigo, como tem sido feito, ao longo dos últimos anos pela sociedade e como tem sido cobrado pela sociedade, inclusive da classe política, que, hoje, tem 93% de desconfiança da sociedade brasileira.

Automaticamente, no decorrer desse processo, vai havendo a depuração e as coisas vão acontecendo, e foi essa depuração que me fez chegar no Senado Federal com 37 anos de idade, representando um Estado que está a 2,5 mil quilômetros da decisão do Brasil, que é Brasília, do centro de decisão, e que tem o Rio Amazonas, que Deus nos deu, a maior beleza do Planeta, o maior rio do mundo, mas que, em compensação, para nós, no Amapá, se torna um muro de 200 quilômetros que nos separa do resto do Brasil.

Infelizmente, o Brasil real é esse Brasil do Amapá, da Amazônia, das regiões mais distantes do nosso País, não é esse Brasil do centro, do sul, do sudeste. As decisões ficam por aqui e esse muro do Rio Amazonas acaba

nos distanciando das decisões. O Governo Federal, muitas vezes, olhando muito para cá, esquece de olhar para lá, e essas entidades têm olhado para lá com o olhar que o Governo não tem dado pelo nosso Estado. (*Palmas.*)

Então, eu queria parabenizá-lo, Presidente Ataídes, pela iniciativa. É uma forma, como foi dito ainda há pouco, de a gente aprender um pouco mais e de a gente estar mais atento, porque a sociedade está nos vendo, a sociedade vai cobrar de nós e, agora, a partir deste debate, também irá cobrar deles, porque estão aqui os relatórios, está aqui a prestação de contas, estão aqui os milhões de pessoas atendidas, está aqui o recurso público gasto, nosso, de todos nós, brasileiro, e serão muito mais cobrados a partir desta audiência pública que V. Exª proporcionou.

Então, eu tenho certeza de que esse era espírito que V. Exª queria trazer para cá, para a gente, realmente... Como, no Brasil, está se passando tudo a limpo, vamos passar tudo, e V. Exª proporciona isso.

A gente tem, aqui, uma instituição muito fiscalizada, uma instituição que emprega os seus recursos de uma maneira muito mais eficiente, porque, se fosse o Estado brasileiro que estivesse fazendo o que eles fizeram aqui, eu não tenho dúvida ao dizer: não ia custar 31 bilhões aqui, não. Se fosse o Estado brasileiro, ia custar 200 bilhões. (*Palmas.*)

Então, estão fazendo com pouco dinheiro.

Eu queria pedir permissão a V. Exª, pelas funções que falei a V. Exª, para que pudesse me liberar, mas eu queria deixar cinco questionamentos, que eu gostaria ter feito pelos expositores, e que eu pudesse, depois, encaminhar ao gabinete, deixar na Comissão. Eu gostaria de fazer, Presidente, porque eu vou ter que me retirar e eu gostaria de fazer.

Para o Senai, quatro perguntas.

O que o Senai está fazendo para democratizar o atendimento às demandas de educação profissional fora dos grandes centros?

Segunda pergunta: como o Senai vem atuando em relação à qualificação profissional de pessoas com deficiência para sua inclusão no mercado de trabalho, em atendimento ao estabelecido pela Lei de Inclusão Social? O que, efetivamente, o Senai tem feito pelas pessoas com deficiência, com qualquer tipo de deficiência?

Terceira pergunta: qual é a estratégia utilizada pelo Senai para atrair o jovem para a educação profissional? Tem um planejamento estratégico para isso? Tem uma secretaria que cuida disso, para atrair o jovem para a educação profissional?

A última pergunta: que ações o Sesi desenvolve para os trabalhadores que não possuem certificação, mas têm grande experiência profissional? Qual é o tratamento?

Ele não possui um certificado ou um diploma, mas tem uma experiência de vida, profissional, ao longo dos anos, porque aprendeu com o pai – um mecânico que aprendeu com o pai a profissão de mecânico, o torneiro mecânico que aprendeu com o irmão. Qual é essa estratégia?

E a pergunta para o Sesi: pensando no aumento da produtividade e da competitividade da indústria brasileira, o que o Sesi está fazendo para contribuir com a redução de acidentes de trabalho e seus respectivos custos? O que tem feito para contribuir efetivamente na questão do acidente de trabalho e quanto gasta para isso que eles fazem na proteção do acidente de trabalho?

Então, Presidente, deixo consignadas essas perguntas. Sei que vão ser respondidas, mas não vou poder estar presente. Queria que me encaminhassem esses cinco questionamentos, que, com certeza, darão mais oportunidade de debatermos mais.

E muito obrigado pela paciência, pela concessão de V. Exª, por conceder que, antes de todos os expositores falarem, eu faça meus questionamentos, para me dirigir para outra missão, que o Amapá e o Brasil me dão como Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço, Senador Davi Alcolumbre, suas palavras e também seus questionamentos, que serão, evidentemente, de grande valia para este debate.

Seguindo, então, ouvindo os nossos convidados...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Concedo a palavra à Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Acho que hoje é um dia atípico, e os senhores ficaram prejudicados, porque hoje convocaram sessão, e estão chamando já, para começar a discussão da votação de uma medida provisória.

Então, seria melhor ter acontecido, como sempre acontece: ouvirmos e depois perguntarmos. Mas, como tenho de ir para lá, estão me chamando aqui...

Vou falar como consumidora de serviços. Não é nada... Não tenho aqui nenhuma intenção de desconfiança ou de qualquer coisa, mas é curiosidade mesmo, porque tenho muitos jovens na família. Então, o que

posso dar a eles é qualificação para disputar mercado. Eu não questiono a qualidade do que vocês oferecem. Uso muito o Senac, por isso vou perguntar ao representante do Senac.

Então, o que pergunto é: por que são tão caros os cursos no Senac? Sei que há a parte gratuita, mas há uns cursos que são muitos bons... Agora, por que são tão caros? Para a população são muito caros. Para mim, Senadora, que tenho uma condição razoável de vida, é caro, porque boto muitos para fazer o mesmo curso.

Há a vantagem do parcelamento, que é bem suave, mas acho caro pelo que vocês apresentam de contabilidade, do dinheiro que entra, dos impostos, da questão sindical, da questão de Governo.

São essas as perguntas, mas quero dizer, testemunhar que os cursos são de muito boa qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senadora.

Então, vamos continuar ouvindo os nossos convidados.

Eu passo a palavra ao Sr. José Claudio dos Santos, Diretor de Administração e Finanças do Sebrae Nacional.

Com a palavra, Sr. José.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – Sr. Senador Ataídes Oliveira, quero cumprimentá-lo pela iniciativa, que demonstra a preocupação com todo esse trabalho que é feito no País inteiro pelo Sistema S.

Mas o saúdo em nome dos dirigentes do Sistema Sebrae, em nome da diretoria e do nosso Presidente do Conselho, também Presidente da CNI, e quero, em seu nome, saudar os demais Parlamentares que já se manifestaram e destacar a importância deste trabalho, principalmente neste momento em que o País vive.

Considero de alta relevância e consideração este trabalho em que o Sebrae é apenas um operador de um protagonismo que é feito pela própria classe dos Senadores no Congresso e dos Parlamentares Deputados, em prol de um ambiente mais favorável para os pequenos negócios do Brasil. Portanto, congratulações por essa iniciativa.

Também quero saudar o Vice-Presidente da CNC, o Senador Aldemir Santana, que também foi Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae e que conhece o Sebrae tão bem quanto todos nós.

O que cabe colocar de forma aqui, só como um *highlight,* é a diferença entre os demais entes do Sistema S tradicional, na medida em que o Sebrae é um dos entes mais jovens e tem um foco no fomento ao empreendedorismo. Portanto, com 43 anos, nós somos os mais jovens, mas o fomento ao empreendedorismo, à qualificação, à gestão e à competitividade dos pequenos negócios têm sido a razão de ser do Sebrae nestes 43 anos. Porque entendemos que, através desses pequenos negócios, os números vão mostrar, nós podemos contribuir com a economia nacional gerando emprego renda, que é o que todos nós desejamos.

Temos uma delimitação pelo porte de empresas, como está determinado na Constituição Federal, no art. 170, então não são 100% das empresas, mas é um grande número de empresas que se enquadram dentro deste limite que a Constituição determina e que tem sido motivo de várias modificações e alterações no Congresso. E quem opta pelo SIMPLES está dispensado também da contribuição para o sistema.

Dito isto saúdo, em nome do Senador Aldemir, todos os demais dirigentes, componentes da Mesa, das entidades empresariais do Sistema S que aqui estão bem representadas. Temos aí um relatório do Sebrae que pode ser distribuído, está com a nossa assessoria, quem tiver interesse lá há todos os dados. Esses dados todos também estão disponíveis no *site*, no portal do Sebrae, de maneira que estão com plena transparência para tudo o que temos feito ao longo do tempo e a forma como aplicamos estes recursos.

Pediria para passar o primeiro eslaide.

A questão do empreendedorismo tem uma razão de ser, na medida em que mais de 95% das pequenas empresas no País são micro e pequenos negócios na economia brasileira. Isto é muito relevante quando se trata de um País que tem, muitas vezes, suas dificuldades como a questão do emprego.

O próximo eslaide mostra que estas empresas geram mais da metade dos empregos no Brasil. 52% dos empregos formais do País e que representam 40% da massa salarial do País, nestes pequenos negócios. Portanto nós temos aí uma elevada contribuição no contexto.

Pode passar o próximo eslaide.

Da preocupação com a geração de pequenos negócios, com a formalização desses pequenos negócios, para que tenham sobrevivência e para que tenham longevidade essas empresas. E os últimos dados mostram que de cada 100 empresas 76 se mantém ativas, ou seja, a sobrevivência em até dois anos vem aumentando significativamente e hoje já alcança o patamar de 75%. Nos idos anos já chegamos a presenciar números bem piores da ordem de 40% ou 50%. E esse trabalho de muitas entidades tem feito com que a sobrevivência das empresas se prolongue e tenha maior longevidade.

O outro ponto que vale a pena considerar é que a mortalidade, com isso, tem diminuído a cada ano.

O próximo eslaide vai nos mostrar que essa questão do empreendedorismo nos BRICS tem aumentado, também... Faltou um eslaide aqui, por favor... Isso tem mostrado que o empreendedorismo aumenta significativamente em função da oportunidade que o País gera com novos negócios, novas economias, negócios so-

ciais e tantos outros tipos de negócios que vão surgindo como oportunidades para muitos jovens que estão saindo das universidades.

E, no próximo eslaide, vamos ver que o empreendedorismo, segundo pesquisa internacional, tem esse mesmo nível de 78 a 50 – e o Brasil está entre os maiores.

Ainda quanto ao empreendedorismo, o próximo eslaide mostra que, entre os países que formam os BRICS, o Brasil tem a maior taxa de empreendedorismo.

E, indo adiante, gostaria de destacar aqui que a evolução da legislação, com o apoio do Congresso, tem sido importante para criar esse ambiente. O apoio do Congresso é fundamental, desde 2006, com a criação da Lei Geral; em 2007, quando se reduzem os impostos com o Super Simples; em 2009, com a criação do Micro-empreendedor Individual (MEI); em 2011, com a atualização dos limites de faturamento do Simples; em 2015, há trabalho forte para o aumento do Simples para mais 140 categorias – e isso é muito relevante.

Eu queria chamar um vídeo que mostra quais são os grandes números do Sebrae, já que a sua preocupação é demonstrar, dar transparência e evidência àquilo que estamos realizando. Por favor, o vídeo que mostra os grandes números.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

Desculpe, Sr. Senador, mas são três minutos importantes e eu vou concluindo a minha parte, pedindo para passar a conclusão da apresentação.

Por favor.

Nós falamos que tudo isso é feito com capacitação em gestão, consultorias nas empresas e trocas de experiência entre as empresas; da mesma forma com o processo de desenvolvimento, certificação de empresas e subsídios para a inovação de grande volume através dos resultados dos programas de Sebraetec.

Pode passar o próximo.

Aqui o próximo, também. Já falamos sobre esse papel do Sebrae, podemos passar.

O Conselho do Sebrae é composto por estas entidades aqui em Brasília, no Sebrae Nacional, em todos os Estados está lá um presente – empresários, instituições financeiras, instituições tecnológicas e representantes do Governo. Portanto, há uma participação de vários setores no Conselho desses SEBRAEs, que estão em todo o Brasil. Cada Sebrae tem a sua autonomia em seu Estado, tem o seu CNPJ próprio, tem o seu conselho comandado pelas entidades privadas locais, com apoio dos governos e das entidades financeiras. Pode passar.

Também pode passar.

Pode passar.

Aqui também pode passar.

Aqui mostra que o nosso público é um público bem diferenciado, na medida em que tem uma transversalidade, o que começa com o potencial empreendedor, com o potencial empresário, com o produtor rural e também com as micro e pequenas empresas e as empresas de pequeno porte, cada uma delas exigindo soluções diferentes – pode passar –, que são adequadas para o seu nível, seu porte de empresa, com soluções das mais diversas que aí estão – pode passar –, e isso representa já, hoje, mais de dois milhões de pequenos negócios atendidos.

Mais de dois milhões de potenciais empresários também atendidos, quase 830 mil potenciais empreendedores e um total de mais de cinco milhões de clientes atendidos pelo Sebrae – pode passar –, através de instrumentos como este. Cinco milhões e quinhentas mil horas de consultorias, mais de 1,1 milhão em consultorias específicas, 29 mil cursos, 5 milhões de orientações, 68 mil palestras, 464 feiras de negócios e rodadas de negócios e mais de 1,8 bilhão missões internas, somando ao total mais de 10 milhões de atendimentos ao total de empresários.

E a governança do Sebrae – pode passar – também não é diferente das demais entidades do Sistema S que aqui se apresentaram, porque temos uma governança que trabalha muito focada num processo decisório de colegiado, seguindo diretrizes de um conselho; tem uma ouvidoria, tem o código de ética, tem o portal da transparência e todo o controle externo – pode passar –, que fazem parte dessa fiscalização de como atuamos e de evidencialização dos dados que aqui apresentamos.

O nosso orçamento, com todas as relações empresariais, fornecedores, tudo isso está publicado no Portal da Transparência: a relação dos colaboradores com a remuneração e os fornecedores do Sebrae.

Pediria que passasse mais uma, para concluir.

O controle externo e interno tem um papel fundamental de suporte a esse conselho de empresários, entidades e Governo, através da CGU, que faz as fiscalizações e as auditorias de acompanhamento; através das auditorias internas, que fazem gestão de risco e monitoramento de todos os nossos resultados; através de uma auditoria externa, que faz toda a parte contábil, atendendo o nosso conselho fiscal; e através do TCU, que faz o julgamento das contas, como os senhores bem sabem.

Destaco aqui, com relevância, que já implantamos também, no Sebrae, um sistema de *compliance*, um sistema de auditoria muito mais aprofundado, que vai buscar a evidência das ações do Sebrae. Esse serviço de *compliance* é uma modalidade que procura buscar, justamente, aquilo com que o senhor tanto se preocupa: a evidência dos resultados.

Para concluir, eu diria que, dessa forma, nesses resultados, o Sebrae está aplicando 85% da arrecadação que tem no País, dedicando e aplicando, nesses pequenos negócios, na sua missão finalística, e dedica apenas 15% para suporte aos negócios.

Então, essa é a nossa realidade, que compartilho, com muito prazer. Ficamos á disposição para podermos avançar nesse trabalho, com um convite para que visitem o Sebrae, quando teremos mais tempo para fazer essa exposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço as palavras do Sr. José Cláudio dos Santos, Diretor de Administração e Finanças do Sebrae.

Só uma pequena interveniência: esses milhares de atendimentos são todos gratuitos?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – São, na sua grande maioria, quase 96% são gratuitos. Na classe de microempreendedores individuais, basicamente é gratuito. O subsídio é bastante elevado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado.

Concedo a palavra, então, ao Sr. Gustavo Leal Sales, Diretor de Operações do Senai Nacional.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Muito bom dia, Senador Ataídes Oliveira. É um prazer estar aqui, em nome da CNI, do Presidente Robson. Aceitar o convite para este debate nos deixa muito felizes. Nós gostamos do bom debate e temos certeza de que daqui sairão oportunidades de melhoria, e isso é muito bom para o País e para todas as nossas instituições.

Em seu nome, eu saúdo todos os Parlamentares que estiveram aqui e os demais componentes da Mesa, porque, efetivamente, eu preciso usar o tempo, que é curto, para mostrar um pouco os resultados que o Senai e o Sesi têm conquistado, no País, ao longo dos últimos anos.

A missão do Senai é promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria brasileira. Então, aqui há palavras muito direcionadoras e muito fortes. Nós somos uma instituição muito focada no mercado, muito focada na busca da competitividade da indústria brasileira e atuamos em educação profissional, pelo que temos um reconhecimento mais consolidado na sociedade, mas também estamos nos tornando um grande parceiro da indústria, no que diz respeito às questões ligadas a inovação e pesquisa.

Na área da educação profissional, desde a sua criação, foram mais de 65 milhões de brasileiros que passaram pelas escolas do Senai. Temos cerca de 518 unidades fixas, em todo o Brasil, muitas unidades móveis, terrestres e fluviais, que buscam levar o atendimento do Senai onde ele é demandado.

Temos um nível de abrangência muito grande. Atuamos em cerca de dois mil Municípios no Brasil. Isso não significa dizer que temos unidades em todos eles, mas temos matrículas em todos eles, atuamos de forma muito regionalizada; é da essência do nosso modelo. Nos últimos tempos, temos experimentado uma forte expansão no número de matrículas do Senai. Nós praticamente dobramos o número de matrículas nos últimos anos. Isso sempre alinhado com as expectativas de uma gestão privada, de maximizar resultado, de procurar fazer mais com menos. Essa é a vantagem efetivamente da gestão privada dessas instituições, que nos dá mais flexibilidade e que, portanto, nos permite alcançar resultados mais expressivos, e somos cobrados por isso.

Atuamos em 28 diferentes áreas industriais. Isso traz uma enorme complexidade para a instituição, mas, por outro lado, a transforma num grande repositório de conhecimento estratégico para o País. Atuamos desde petróleo e gás a química, a celulose. Quer dizer, isso traz uma enorme relevância estratégica para a instituição.

Como é que trabalhamos, Senador? Isso é importante, é um pouco técnico, mas acho importante mostrar isso. Trabalhamos muito alinhados às demandas do mercado. Temos os observatórios que mapeiam as tendências do trabalho, as tendências da tecnologia, as tendências da educação, o que serve de insumo para o que chamamos Comitês Técnicos Setoriais. Em cada área dessa, reunimos os principais interessados. Então, se é na área de celulose, é indústria de celulose, o sindicato dos trabalhadores de celulose, é o Crea, nós, junto com eles, definimos qual o perfil de competência que essa área, esse setor industrial precisa ter nos alunos formados pelo Senai. A partir daí, desse perfil, desenvolvemos uma série de ações que buscam padronizar cursos, desenvolver materiais didáticos nacionais, desenvolver conteúdo para colocar na internet, kits didáticos que permitam mobilidade na distribuição do curso, fazemos capacitação de docentes, sempre olhando esse referencial, que veio do setor produtivo, da empresa.

Há avaliação dos estudantes e, no fim, a gente acompanha os egressos. Aqui a gente vê que 72% dos egressos dos cursos técnicos do Senai estão no mercado de trabalho. O nível de satisfação dos alunos com os

cursos do Senai é dessa magnitude. O terceiro, que acho que é o mais relevante: a preferência das empresas por contratação de egressos do Senai, exatamente porque este trabalho foi feito a partir das suas necessidades e alinhado com elas. Isso é eficácia e eficiência de gestão privada, foco e resultado, busca de fazer mais com menos, não desperdiçar recursos.

A gratuidade, fizemos acordo com o Governo, a meta é chegarmos a dois terços da receita compulsória líquida com cursos gratuitos. Essa é a curva. Em cima, é a curva do realizado, temos cumprido o acordado com o MEC.

Temos aqui o outro lado do Senai. Estou sendo muito rápido, por causa do tempo. Temos o outro lado do Senai, não tão conhecido, que é a questão da inovação e tecnologia. Quando o Senai se prepara com essa infraestrutura para fazer uma educação profissional cada vez mais tecnológica, porque essa é a demanda do setor industrial, temos condições de prestar uma série de outros serviços e de atender uma série de outras demandas relevantes e importantes para a sobrevivência e a competitividade da indústria. Atuamos com mais de 20 mil empresas, atuando em várias áreas. Temos a maior rede de laboratórios acreditada pelo INMETRO no Brasil. Isso é caro, Senador, não é barato manter laboratórios acreditados, mas, por outro lado, é a base da qualidade industrial, testes de calibração, de *insights*. Quem não sabe medir não pode garantir qualidade no que produz. Então, isso é fundamental para a competitividade da indústria brasileira, e isso não é rentável. A iniciativa privada pura não tem condição de manter uma rede dessa natureza. Então, isso tem que ser subsidiado. Agora, isso é relevante e importante para a sobrevivência da indústria.

Estamos agora, nos últimos anos, com um projeto de futuro muito relevante, que diz respeito a transformar o Senai no principal parceiro da indústria na busca por inovação pré-competitiva. O que é isso? É ajudar o setor produtivo a se apropriar do conhecimento, transformá-lo em novos produtos, em novos processos, gerando riqueza e emprego.

A sociedade brasileira carece disso. Não temos essa infraestrutura no País. Então, estamos implantando no Senai dois tipos de unidades diferentes. Um, são os institutos Senai Tecnologia. Esses institutos têm foco setorial, trabalham focados em consultoria na melhoria do processo produtivo, melhoria da produtividade através disso. Estão localizados próximos dos grandes *clusters* industriais, exatamente para trabalhar com eles e melhorar a sua produtividade. O grande foco do seu conhecimento é no seu processo produtivo.

Então, são 61 institutos espalhados ao longo do Brasil e são setoriais: instituto de tecnologia voltado para calçados, para o vestuário, para a construção civil, para petroquímica, para automobilística.

E temos um segundo tipo de instituto que chamamos de Instituto Senai de Inovação, que é, este sim, um grande desafio, um enorme desafio. Trata-se de institutos que têm domínio profundo em áreas do conhecimento transversais a todos os setores industriais e que, juntos – são 26 – podem construir e criar uma rede de conhecimento de alto nível capaz de ajudar as empresas na solução de seus gargalos tecnológicos, buscando trazer inovação de produto e de processo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – O foco, portanto, é em pesquisa aplicada, é voltado para a inovação. E são 26 institutos.

E o senhor pode ver o que eu chamo de transversais: é laser, é biossintética, é engenharia de superfície, é engenharia de cerâmica. Quer dizer, engenharia em várias áreas. Quando você trata isso como uma rede, você tem condição de dar uma abordagem multidisciplinar na solução dos problemas da indústria brasileira.

Logicamente, isso será feito como um grande elo entre a academia, que gera conhecimento, e o setor produtivo, que precisa se apropriar dele.

Dessa infraestrutura o País tem enorme carência. Nós estamos montando isso em parceria com a Sociedade Fraunhofer, da Alemanha, que tem isso há mais de 60 anos. E é decisivo para a competitividade da indústria alemã. E estamos com um projeto de parceria já assinado de longo termo com o MIT, para que essa rede também esteja disponível para o jovem talentoso que queira investir, que queira pensar em *startups* tecnológicos, quer dizer, trata-se criar de fato uma infraestrutura de apoio no Brasil.

O Sesi. Sua missão é promover qualidade de vida, educação, saúde, lazer e gestão. Então, o foco do Sesi educação para o mundo do trabalho, educação básica, muito atrelada e alinhada ao mercado de trabalho, com grande nível de articulação e sinergia com os cursos profissionais do Senai. E é a qualidade de vida com foco no ambiente de trabalho, segurança no ambiente de trabalho, com foco no trabalhador, saúde para o trabalhador.

Essas são as duas grandes vertentes.

Aqui temos da mesma forma a infraestrutura que o Sesi disponibiliza no País. São 710 unidades, 638 unidades móveis. Na educação, 2,1 milhões matrículas, 15 mil professores. Aqui há um indicador relevante, Senador. Esta aqui é a Meta Brasil de qualidade da educação básica, isso aqui é Ideb. A Meta Brasil é chegarmos em

2021 atingindo índice 6. Aqui estão os resultados da rede privada, estadual, municipal. O Sesi já atingiu isso em 2011, está com 7,1.

Aqui, o Fundamental 2 também já atingiu a meta, que é 5,5. Estamos tentando trazer resultados que mostram a eficácia do nosso trabalho.

A gratuidade do Sesi também se divide em duas: um terço da receita compulsória líquida deve ir para a educação. Está aí o resultado. E desta, a metade deve ser gratuita também atingida ao longo do período.

Na área de qualidade de vida, foco nas normas regulamentadoras. Hoje há um cipoal de normas e instruções normativas que criam enormes dificuldades para as empresas.

Então, o Sesi está trabalhando muito no sentido de ajudar as empresas a se preparar, para que estejam aderentes a todas as normas regulamentadoras que aparecem. Então, o trabalho é muito focado nisso. Qualidade do trabalhador: mais de 1,3 milhão vacinas, todas com altíssimos subsídios, cerca de 90% de subsídios, para o trabalhador; qualidade de vida, ações de cultura, levando isso para o trabalhador da indústria, também com valores bastante subsidiados; qualidade de vida, esporte, lazer e clubes, levando esse tipo de informação, de lazer e de qualidade de vida para o trabalhador da indústria.

Aqui eu estou praticamente concluindo, mas mostrando o seguinte: o portfólio de atuação do Sesi tem-se expandido. Se no início, até a década de 60, o foco era em lazer e cultura na área de qualidade de vida, nos anos 80 a isso se somaram preocupações com atendimento de saúde, com foco no trabalhador. E nos anos 90 isso se ampliou também para o atendimento à legislação. E agora nós estamos preocupados em preparar o Sesi para trabalhar com inteligência desse dado. Um dado relevante, Senador: a população brasileira está envelhecendo rapidamente.

Como preparar os ambientes de trabalho da indústria para conviver com um trabalhador mais idoso? Ninguém no País está pensando nisso. Então, temos que preparar essa coisa, trazer essas informações, construir essa nova realidade, para que possamos manter a qualidade. Esgotei o tempo.

Em relação à transparência, é exatamente a mesma coisa que já foi apresentada aqui: aprovadas todas as contas apresentadas ao TCU, todos os Conselhos, a auditoria interna, externa, CGU, participação plural nos Conselhos, orçamento enviado para os Ministérios, publicados. Temos dois regulamentos: o Regulamento de Licitações e Contratos e um regulamento de contratação de pessoal, que não está aqui. Se o senhor me permitir, eu gostaria de deixar com o senhor tudo isso, que é referendado pelo TCU, todos os S seguem, então é com esse espírito, muito ligado à natureza da gestão privada que temos: orientação para o mercado, foco em resultado, busca de eficácia, fazer mais com menos. É assim que entendemos que deve ser a atuação do Sesi e do Senai.

Muito obrigado pela paciência com o tempo, que estourou. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço ao Sr. Gustavo Leal pela suas belas exposições e quero registrar aqui a presença do nosso querido Senador lá do meu querido Estado do Tocantins, Senador Donizeti. Se me permite, Senador, faço o convite aos demais convidados, que são o Sr. Daniel Kluppel Carrara, aqui presente – nós vamos ter que fazer aqui uma ligeira substituição, me permite, porque o espaço na mesa é pequeno. Também convido a Srª Karla Oliveira, Gerente-Geral do Sescoop, e o Sr. Daniel, Secretário Executivo do Senar para compor a Mesa.

Passo, então, a palavra ao Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Primeiro, Senador Ataídes, parabenizo-o pela iniciativa da audiência. Segundo, quero dizer que a nossa ausência na primeira parte se deve às múltiplas tarefas aqui no Senado: tomei posse na Frente Parlamentar Mista do Biodiesel como Secretário-Geral, terminei presidindo a Comissão de Agricultura em função de que o Senador Acir, Vice-Presidente, está no plenário – está acontecendo, já, sessão plenária – como Relator da Medida Provisória nº 668. Estou aqui também para cumprir a tarefa como membro desta Comissão. Então, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço a sua participação, Senador Donizeti. E passo, então, a palavra ao Sr. Daniel Kluppel Carrara. Por favor.

O SR. DANIEL KLUPPEL CARRARA – Muito obrigado, Senador Ataídes, Srs. Senadores presentes, técnicos e dirigentes do nosso sistema.

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de falar um pouquinho do nosso trabalho no setor rural. Via de regra, o nosso setor é muito lembrado quando se trata de balança comercial, mas, nas nossas ações, efetivamente, nosso trabalho silencioso no campo nem sempre é visto. E digo que é um prazer muito grande estar aqui hoje.

(*Procede-se à exibição de eslaides*)

O SR. DANIEL KLUPPEL CARRARA – Vou falar um pouquinho da nossa atuação no Brasil. Nós fomos criados em 1992, após a extinção do Senar, publico. Já existia o Senar, público, vinculado ao Ministério do Trabalho;

uma estrutura física muito grande de equipamento. Essa estrutura não se mostrou eficiente e foi extinta, e, em 1992, foi recriada no formato privado, vinculada à Federação de Agricultura e Pecuária do Brasil.

E, nesse formato, começamos as nossas atividades em 1993 com uma estrutura para atender 5,175 mil empresas ou produtores em todo o País. Tratou-se de um desafio muito grande, tendo em vista a nossa ação ter que ser descentralizada em função da característica do nosso setor e da necessidade de que essas capacitações fossem feitas em serviço, nas próprias propriedades rurais. Então, a ideia inicial era não termos um centro e, sim, termos cinco milhões de centros.

E, assim, iniciamos o nosso trabalho. Hoje, temos uma estrutura descentralizada por Estado e com uma grande parceria com sindicatos rurais de todo o País, contando com cinco mil instrutores em campo para formação profissional, via de regra, por meio de cursos voltados para operações, voltados para trabalhador, aquela pessoa que põe a mão na massa, para melhorar o que ele faz, o seu desempenho, com segurança e com saúde no trabalho, e garantindo o rendimento e a efetividade da produção agropecuária.

Essas cinco milhões de propriedades, em 2012, sob a batuta da nossa Senadora Kátia Abreu, hoje Ministra, sofreram, vamos dizer assim, uma radiografia: como o setor rural tem se posicionado em 2012 em relação a rentabilidade e resultado do trabalho? E, numa grande pesquisa feita junto à FGV, identificamos que 300 mil propriedades produzem 80% da riqueza do nosso setor, do agronegócio. Oitocentas mil seriam a Classe C e as demais, as Classes D e E. Demonstrando uma grande diferença em termos de eficiência e eficácia no processo produtivo e no processo de geração de renda, essas 300 mil da classe A e B precisam, efetivamente, de curso para operadores, para trabalhadores, de logística e de um trabalho na questão de imposto; não precisam de um atendimento, propriamente dito, do nosso sistema. Mas as demais precisavam de mais, além de curso de formação profissional.

E, neste sentido, em prol da eficiência e da eficácia no atendimento ao nosso cliente, que é o produtor e o seu funcionário e a sua família, foi feito um grande estudo em termos do que mais se podia fazer pelo nosso produtor rural. E, iniciamos, aí, um grande trabalho, tendo sempre os nossos "S" mais antigos, que são os nossos exemplos – o Senai, o Senac –, com grandes projetos e com cabedal de experiência muito grande e de técnica. Iniciamos um grande projeto para entrar no ensino formal, ou seja, fazer a formação técnica de uma juventude que precisa ter uma profissão para entrar e permanecer no setor rural. É isso que se quer.

E uma outra iniciativa foi, também, a necessidade de que o produtor rural precisa ter uma produção assistida, principalmente os médios e pequenos. O sistema de assistência técnica e extensão público não tem atendido a contento esses clientes, e o Senar se predispôs a entrar num grande projeto de produção assistida ou de assistência técnica e gerencial para garantir que a classe menos favorecida em termos de rentabilidade conseguisse absorver tecnologia disponível no mercado seja pela Embrapa, seja pelas multinacionais.

Assim, conseguiria, efetivamente, participar do processo de rentabilidade do nosso setor, que, como eu já disse, não é para muitos, é para poucos. E, aí, iniciamos um grande projeto de assistência e de produção assistida, tendo o técnico como necessidade óbvia para a implementação dessa produção, seja ele de nível médio, seja ele de nível superior. Isso fez com que o Senar, nos últimos dois anos e a partir de 2014, aumentasse o seu escopo de atuação, trabalhando também em assistência técnica e gerencial, e também em formação profissional em nível formal, técnico e superior, principalmente utilizando metodologias de educação à distância, tendo em vista a capilaridade do nosso cliente. Isso faz com que o Senar, hoje, tenha atendimento em todos os Municípios do nosso País: não existe nenhum Município do nosso País que o Senar não atenda.

Em termos de número, tivemos a oportunidade da iniciativa de distribuir o nosso relatório de atividades de 2014. A nossa assessoria fez isso para todos os Senadores, então, eu vou passar muito rápido em termos de números para não ser repetitivo. Mas, via de regra, em formação profissional rural – formação inicial e continuada –, 927 mil pessoas são atendidas por ano pelo nosso sistema. Projetos na área social, como exames, formação de mulheres na área de gestão, questões de artesanato, melhoria de alimentação, de saúde e de sanidade em propriedades rurais: 1.640 mil pessoas nas ações de promoção social.

O nosso primeiro curso técnico formal, presencial, em florestas teve seu início em 2013, na cidade de Palmas – é a nossa primeira instalação física, própria, do Senar. E entramos, também, por uma demanda do Ministério da Educação, na Rede e-Tec – ensino técnico à distância – e já temos, hoje, 20 polos, com mil alunos em formação.

Na Rede e-Tec Brasil, para uma grande surpresa nossa, na nossa primeira chamada, nós tivemos 5.600 inscritos para participar do projeto, mas só conseguimos, tendo em vista as dificuldades do Pronatec, em execução, 1.300 pessoas.

Assistência técnica com grandes projetos já em implementação, com destaque para a região do Matopiba e Mato Grosso do Sul. E um grande projeto de inclusão produtiva no Semiárido nordestino, com grandes resultados, também está em execução.

Educação a distância: 41 mil matrículas/ano. Isso é uma grande estratégia para que consigamos atingir o Brasil, como um todo, com uma ação mais profunda – mais de formação básica e de maior carga horária –, garantindo, aí, uma formação mais integral.

O Pronatec: nós temos uma pequena parcela do Pronatec; organizamo-nos para atender uma clientela de jovens, com a capacitação de 200 horas, principalmente na questão do ensino médio; e fizemos 53 mil matrículas em 2014; e estamos aguardando as próximas definições do Ministério, em termo de parceria, para saber se vamos avançar ou não.

Um grande investimento em inovação, então: R$162 milhões investidos em formação de técnicos de assistência técnica e de produção assistida; R$67 milhões em polos de educação à distância; e, o mais novo projeto, que é a ampliação da rede física, que são dez centros de excelência, por ocupações prioritárias, vocacionados para a área de leite, de café, de pecuária de corte, de pecuária de leite, de ovino/caprino, de palma de óleo, de floresta, e de grãos e fibras, que serão, além de escolas técnicas presenciais, centros de geração de conteúdo e materiais para o uso dos nossos polos e da nossa rede de educação á distância, seja para o ensino médio, seja para o ensino superior.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL KLUPPEL CARRARA – Aí, os números desde a nossa criação: 64 milhões, 65 milhões de pessoas atendidas pelo nosso sistema, como eu coloquei, em todos os Municípios do País – a maior parte dos atendimentos na própria propriedade rural.

E, sem querer ser repetitivo, não podemos deixar de colocar aqui as dez instâncias de análise das nossas contas, dos nossos documentos financeiros, físicos e fiscais.

Chegando ao TCU, é encaminhado ao Ministério do Trabalho. Cabe aqui uma observação, Senador, fazíamos parte de um grupo técnico de discussão com o TCU em relação aos normativos uniformes de nosso sistema. Em determinada ocasião, o TCU, alguns técnicos aqui presentes devem se lembrar, pediu que padronizássemos nossos relatórios de gestão definidos numa DN. Em reunião técnica no TCU, foi-nos colocado que essa padronização se devia porque os relatórios de gestão estavam vindo, além de desuniformes, com muitas informações que o TCU não utilizava. Ou seja, não temos nenhum problema em passar informações, em vender nosso trabalho, vender da forma mais simples da palavra, divulgar nossos números, nossas realizações, mas precisamos ter uma orientação, o que exatamente precisamos colocar em termos de transparência, que tipos de dados são realmente relevantes para que possamos prestar conta das nossas atividades, que tipo de informação. Desde que se tenha isso definido, nosso sistema não tem nenhum problema em passar qualquer tipo de informação à sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço ao Sr. Gustavo Leal a sua exposição.

Passo a palavra a Srª Karla Oliveira, gerente-geral do Sescoop.

A SRª KARLA OLIVEIRA – Muito bom dia, gostaria de cumprimentar o presidente desta Comissão, os demais Senadores aqui presentes e saudar também os integrantes, os representantes das confederações e do Sistema S aqui representado.

Gostaria de agradecer a oportunidade especialmente de trazer um pouco do esforço da atuação do Sescoop e especialmente os resultados alcançados. O Sescoop é uma entidade nova do Sistema S, que muitas vezes, quando falamos a sigla, precisamos trazer na sequência o descritivo, para melhor entendimento. Agradeço a oportunidade de poder aqui compartilhar com os senhores um pouco do que o Sescoop faz e os resultados que tem alcançado.

Considerando que o tema deste encontro, desta reunião de hoje é a eficiência na gestão do Sescoop, inicio trazendo um pouco do quem somos. O que é o Sescoop? O Sescoop é o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. É o S do cooperativismo, compreendendo o cooperativismo como um modelo que busca o resultado econômico, mas que traz no seu bojo, de forma indissociável, a necessidade de desenvolvimento social, até porque cooperativas são união de pessoas, cooperativas são compostas por pessoas. O maior ativo de uma cooperativa é as suas pessoas. As pessoas se unem em torno de um objetivo, de um propósito comum, portanto a propriedade é coletiva e a gestão é democrática. Costumamos dizer que, dentro desse contexto, desse sentido, sem viabilidade econômica uma cooperativa não existe, mas sem viabilidade social ela não tem razão de ser. Então, o pouco daquilo que é o Sescoop e o contexto da sua atuação, o S do cooperativismo.

O Sescoop foi criado por meio de uma medida provisória em 1998, teve sua regulamentação em 1999, percorreu um caminho até para o efetivo início dos trabalhos em 2000, portanto somos um S que tem 15 anos de atuação, um dos mais novos integrantes do Sistema S. E a sua criação em 1998 partiu de um momento especial, onde as cooperativas agropecuárias passavam por um momento de grande dificuldade, que acabou

levando o governo à época a propor e a implementar o Recoop, o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias.

Dentro do contexto do Recoop, havia uma série de instruções para que as cooperativas pudessem acessar esses recursos, entre elas uma forte demanda por planos de desenvolvimento das cooperativas, planos de profissionalização da gestão das cooperativas, o que acabou identificando a necessidade de se ter um S específico para tratar do cooperativismo, dado seu contexto, dado sua forma específica de gestão. Então, desse contexto é criado o Sescoop, que já nasce sob a ótica de autogestão, as cooperativas precisam ser autogestionadas, isso faz parte dos seus princípios. Então, isso é um pouco do atual ambiente cooperativista.

Esses dados são de 2013, coletados pela Organização das Cooperativas Brasileiras. Somos 6,827 mil cooperativas distribuídas em 13 ramos distintos, que compreendem, hoje, mais de 11,5 milhões de cooperados e empregando 338 mil pessoas. Se formos considerar cooperados e empregados, temos uma participação de cerca de 5,9% da população brasileira. E se formos avançar um pouco nesta visão e trouxermos os cooperados, os empregados e seus familiares, tendo uma média de quatro pessoas por família, passamos de 20% da população de alguma forma envolvida com o cooperativismo. Esse é o nosso atual ambiente de atuação.

Vamos falar um pouco do Sescoop. Diante de todo esse contexto e do seu contexto de criação muito fortemente voltado para a autogestão, o Sescoop tem hoje a missão de promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão. Nós entendemos que esse é um trabalho extremamente importante, mas, por trás desse trabalho, temos um propósito ainda maior, que é o de desenvolvimento das cooperativas brasileiras. É para isso que trabalhamos.

Como fazemos isto? Desde a sua criação, o SESCOOP foi instituído com o propósito de fazer o monitoramento das cooperativas, a formação profissional e a promoção social. Então, promovemos a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas por meio do monitoramento, que gera dados e informações que melhor nos orientam nas nossas ações de formação profissional e de promoção social.

Os nossos recursos vêm da folha de pagamento das cooperativas, num percentual de 2,5%. Em 2014, a título de referência, a arrecadação bruta do Sescoop foi de R$267 milhões, o que representa 0,75% diante da arrecadação total de terceiros. Esses são os recursos. E sem querer ser repetitiva, esses recursos, ao serem executados, passam exatamente pelo mesmo formato que já foi colocado aqui: verificação pelo conselho fiscal, conselho de administração, auditoria independente, auditoria externa, além da auditoria interna que nós também temos, e fiscalização pelos órgãos de controle, CGU e TCU.

Como estamos falando de eficiência na gestão dos recursos, trazemos aqui alguns dados. Dentro desses recursos que foram utilizados também com base em referência 2014, 82% dos recursos foram direcionados para a nossa atuação finalística, ou seja, para promover o monitoramento das cooperativas, na formação profissional e na promoção social.

Atendemos mais de um milhão de pessoas em ações de formação profissional e de promoção social com gratuidade de 99,5%. Esse, então, é o nosso cenário de execução de recursos.

Ainda falando do bom uso dos recursos, neste ano o Sescoop empreendeu num formato diferente chamado Centro de Serviços Compartilhados. A partir do entendimento das nossas estruturas enxutas, um OS ainda novo com estrutura pequena, empreendemos aqui em Brasília, no Sescoop nacional, a instituição de um Centro de Serviços Compartilhados, ou seja, um centro de serviços que, mantendo a independência dos Estados que têm CNPJs distintos, traz para Brasília todo um processo de trabalhar a folha de pagamento e contabilidade dos Estados.

Priorizamos neste ano, e estamos implantando em projeto piloto, as Regiões Norte e Nordeste, onde prestamos serviços padronizados de contabilidade e folha de pagamento, com um propósito muito claro e muito distinto, que é absorver as atividades de apoio a negócios de forma que as nossas unidades estaduais possam direcionar melhor os seus esforços na atuação finalística.

Então, trazemos uma série de benefícios que identificamos neste processo: redução de custos, melhoria de processos, melhoria dos níveis de serviços, aumento de controle, foco nas atividades finalísticas, implantação de um RP único e acurácia na obtenção de informações. No atual estágio, estamos com folha de pagamento e contabilidade com foco prioritário, neste momento, para as Regiões Norte e Nordeste.

O nosso modelo de atuação, como já colocado, parte do monitoramento do que nos traz o diagnóstico das cooperativas e do que melhor orienta as suas soluções focadas na suas necessidades, por meio da formação profissional e da promoção social.

E aqui acho que vale a pena, quando falamos de eficiência, ter muito clara a necessidade de utilização correta dos recursos, da melhor utilização possível dos recursos, mas não podemos perder de vista que preci-

samos gerar valor para o nosso público, precisamos ser eficazes. Precisamos gerar valor em um processo que acreditamos que deva ser de melhoria contínua e com foco na excelência da gestão.

Então, trago, aqui, de forma bastante breve, um programa que é relativamente novo. Está, em 2015, no seu terceiro ano, no seu terceiro ciclo. É o Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas. É um programa feito em parceria com a Fundação Nacional da Qualidade e baseado no modelo de excelência de gestão que traz um diagnóstico das cooperativas a partir dos critérios de excelência do MEG, ou seja, com liderança a partir do seu entendimento e compreensão das necessidades dos clientes e da sociedade, elaboram-se estratégias e planos, que são desenvolvidos por pessoas, por meio de processos, e que geram resultados, e isso tudo se retroalimenta por meio de informações e conhecimento.

Esse é o programa que implantamos. Já estamos na terceira edição. Com isso, estamos não só identificando para as cooperativas os seus pontos de melhoria, as suas oportunidades e melhorias, e, para nós, do Sescoop, as melhores necessidades de atuação na formação profissional e na promoção social, mas também conseguimos identificar e disseminar boas práticas para que possam ser utilizadas por outras cooperativas.

Acho um ponto importante a questão do reconhecimento. A cada dois anos, temos um prêmio que cuida justamente de reconhecer essas melhores práticas e divulgá-las. É um selo de excelência de gestão.

Ainda em relação ao reconhecimento, o Banco do Brasil, a partir do seu conhecimento e entendimento desse processo, já começa colocar, na sua pauta de análise de risco para liberação de recursos para as cooperativas, a identificação de se elas estão nesse programa.

De forma bem breve, indo para o final, qual é nosso grande propósito, então? Contribuir para o aumento da eficiência, da produtividade e da competitividade do setor cooperativista, cumprindo, dessa forma, o que entendemos ser uma nobre missão: promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras com uma visão de futuro. É o nosso desejo. É para isso que trabalhamos e empreendemos todos os nossos esforços.

Nossa visão de futuro traz o horizonte 2025, para que, em 2025, o cooperativismo seja reconhecido pela sociedade por sua competitividade, integridade e capacidade de promover a felicidade dos cooperados e dos demais que compõem o sistema.

Eram essas as informações. Agradeço a oportunidade e permaneço à disposição para continuar dialogando sobre esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço à Srª Karla Oliveira pela sua bela exposição.

Quero pedir minhas escusas, minhas desculpas, porque, quando quis agradecer a fala do Sr. Daniel Kluppel, na realidade, agradeci a fala novamente do Sr. Gustavo Leal. Acho que eu estava querendo, então, que o Sr. Daniel fosse para o Senai. Minhas desculpas, Sr. Daniel. (*Risos.*)

Antes da minha fala, e vou tentar ser o mais breve possível, peço licença a todos os nossos convidados e a todos e a todas aqui presentes para que eu dê um pulinho ali, muito rapidamente, e retorne. Me permitam. Enquanto isso, concedo a palavra ao Senador Donizeti. Pode ser, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Ataídes, Srs. Convidados, sinceramente, fico muito entusiasmado. Pude acompanhar essas quatro últimas apresentações: Sebrae, Senai, Senar e Sescoop.

Essa questão de nos preocuparmos com o futuro é relevante e importantíssima para o nosso País. Temos que definir, agora, no meu ponto de vista, qual Brasil queremos para esse próximo período, que período é esse, em que tempo vamos construir o Brasil que desejamos e sonhamos, e quanto ele custa para ser construído.

As apresentações que tive oportunidade de acompanhar aqui me dão a certeza de que estamos no rumo certo.

Estava na Comissão de Agricultura, agora, ouvindo o Ministro Patrus Ananias, a segurança que tem da diretriz que o Governo está dando para resolver o problema crucial da agricultura familiar, que é a assistência técnica, como bem colocou o Daniel. A assistência técnica para o pequeno é fundamental. O grande não precisa de assistência técnica. Ele precisa de um bom marco regulatório e de um bom sistema de logística. Com isso, ele se vira. Ele tem condições para isso. Coincidentemente, eu ouvia, ontem, o Ministro Afif Domingos, na agenda legislativa da Fenacon, falando a mesma coisa: o apoio que o Senai, o Sesi, o Sebrae, o Sescoop, todos os S, podem dar para o pequeno. Ele nos dava dados interessantes.

Eu estava falando do Ministro Afif Domingos na Fenacon, ontem, à noite, Senador Ataídes, dizendo que, mesmo com esse problema que estamos tendo, a pequena e a média empresa garantiram um crescimento nominal de 14% e um crescimento real de 6% na geração de riqueza, na geração de empregos, e não foram alcançadas pelos subsídios dados para as grandes. Então, hoje, acreditarmos nos pequenos, acreditar nessa iniciativa, Srª Karla, do cooperativismo...

Fui muito cético e muito pessimista com relação ao cooperativismo, porque vivi, no norte de Goiás, as pessoas deturpando e desviando o sentido do cooperativismo, mas tenho que reconhecer que, nesses últimos dois anos, recobrei a minha confiança no associativismo, no cooperativismo. Estou entusiasmado com esse processo para o momento em que o País vive.

Na verdade, não tenho perguntas aqui, um pouco premido, porque está na hora de votar nominalmente no plenário, mas queria dizer que estou bastante surpreso. É claro que acredito que vocês não se consideram perfeitos, porque se considerar perfeito é iniciar a morte de qualquer instituição. A perfeição é algo para estarmos sempre buscando. Quando a gente alcança aquela meta, já existem novas metas para seguir. Acredito ser muito positivo, como para nós, aqui, no Parlamento, contribuir e fiscalizar, ter as informações por parte de vocês de como estão sendo aplicados esses recursos e de como está funcionando isso.

Para dizer exclusivamente do Senar, esta instituição, no Tocantins, nesse último período, está fazendo um trabalho extraordinário. Está conseguindo ajudar, suprir aquilo que disse que é um gargalo da agricultura familiar, que é a assistência técnica, em um momento muito importante para o nosso Estado. O nosso Estado – não é, Senador Ataídes? – caminha para um processo de agroindustrialização. Vamos conseguir, nesse próximo período, agregar mais valor a nossa produção. Nesse momento, é preciso que o pequeno venha junto, para que não seja só o grande, só os chegantes aproveitando a oportunidade, mas aqueles que estão lá também venham junto. Para isso, a assistência técnica, a formação profissional, a qualificação são extremamente importantes.

Tenho mais que parabenizar o Senador Ataídes por ter feito o requerimento da audiência. Estou muito satisfeito com as informações que obtive aqui. Certamente, vamos continuar dialogando. Quero colocar o nosso gabinete à disposição para debater as questões do Sistema, compreendendo-o melhor. O Senador Ataídes já o compreende bem mais do que eu, mas quero compreender mais para ver de que forma posso contribuir para que o Sistema continue ajudando o Brasil a se desenvolver.

Sou apaixonado pelo Brasil, acredito no Brasil, acima de tudo porque acredito nas pessoas. Acho que são as pessoas que fazem as coisas, mas são as instituições que garantem o processo democrático. Precisamos fortalecer as instituições. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Donizeti.

É uma pena que o Senar demorou um pouco a chegar ao nosso querido Estado, onde o agronegócio e a pecuária são a nossa força motriz. No entanto, chegou e lá está, e graças a Deus está fazendo realmente um bom trabalho. E a Senadora Kátia tem dado toda atenção ao Senar, também no Tocantins.

Eu vou tentar ser o mais breve possível, mas dá para perceber que tenho muitas dúvidas e indagações a serem feitas aos senhores. Como disse, vou tentar ser o mais breve possível nessas indagações.

Eu acho que poderíamos deixar designado para a resposta dos senhores e senhoras, nossos convidados, cinco minutos porque serão perguntas, indagações muito diretas. Se forem necessários mais de cinco minutos, não há problema de prorrogação.

Primeiramente, agradeço a presença de todos os senhores por terem aceitado o nosso convite. Também agradeço aqui a presença de todos que estão aqui, nesta reunião, nos ouvindo. Isso, com certeza, será de muita valia a todos nós e ao povo brasileiro.

Ouvidos aqui, quero fazer só um breve relato. Aqui estão as notas taquigráficas desta Casa, desta reunião, e se os senhores quiserem ter acesso a cada fala, eu acredito ...

Raimundo, todos nossos convidados poderão ter acesso às notas taquigráficas não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Isso, as notas das suas apresentações, das suas respectivas apresentações. Terão acesso.

Ouvimos aqui o Sr. Josias Albuquerque do CNC, tão querido pelo povo do seu Estado. Aqui apareceram vários Senadores e até Deputado Federal. Você é muito querido lá, pelo que percebi. Bem, o senhor disse que o Conselho Fiscal tem uma responsabilidade muito grande e que os atos e fatos do CNC têm muita transparência porque o Conselho assim então o faz. Também presta conta ao TCU. Disse 72% dos seus cursos representam gratuidade, são gratuitos; falou também sobre o Pronatec, que teve uma importância tamanha, mesmo sabendo – todos sabemos – que o Pronatec, esse programa tão importante, que é a formação profissional, lamentavelmente, tem, dessas oito milhões de matrículas feitas através do Sistema S e de outras entidades, evasão de mais de 60%. Ou seja, desses R$15 bilhões aplicados no Pronatec, R$8 bilhões foram para o ralo, foram para o lixo, lamentavelmente.

Também ouvimos aqui o nosso queridíssimo Senador Adelmir, também do CNC, que falou do Conselho Fiscal, falou da publicidade, tem representante inclusive do Governo; ouvimos também a Srª Nicole, com a sua bela apresentação, do Sest, do CNT, do Conselho Nacional de Transporte, Sest Senat, cujo Presidente é o

nosso ex-Senador Clésio Andrade. E, se eu não anotei errado, a senhora disse que no Brasil afora os cursos são gratuitos, o que é importante.

Do Sebrae, ouvimos a apresentação do Sr. José Claudio, muito boa. Ele disse que 95% das nossas empresas são pequenas e médias e microempresas. Olhem o tamanho da responsabilidade do Sebrae. É aí que são gerados emprego e renda em todo o nosso País, que sustenta o nosso PIB, e que 52% das empresas ...

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – Cinquenta e dois por cento dos postos de trabalho estão nas pequenas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – 52%. É porque eu não fiz essa anotação. Foi uma falha minha.

Cinquenta e dois por cento dos empregos neste País estão dentro do segmento das pequenas e microempresas. Olha o tamanho da responsabilidade. Disse também que cada filial, que cada Sebrae Estado tem o seu CNPJ. Olha que coisa maravilhosa. É filial do Sebrae, são filiais.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – Não. Nós não temos o sistema de filiais, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – São entidades autônomas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – São autônomas?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas a contabilidade é centralizada?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – Os recursos passam...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Os recursos.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – ... pelo Sebrae nacional e são distribuídos para essas unidades estaduais, que têm os seus planos orçamentários plurianuais.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

O senhor também disse sobre a transparência. Disse que o TCU e a CGU fazem fiscalização sempre, não é? O.k.

O Sr. Gustavo Leal, do Senai, da Confederação Nacional da Indústria, cujo Presidente é Robson Andrade, disse aqui que a gratuidade chegou, então, em 2014, a 66,66%, de conformidade com aquele acordo que foi feito, imagino eu, com o hoje prefeito de São Paulo, na época, Ministro da Educação, Haddad. Eu acredito que seja aquele acordo com o MEC. A gratuidade hoje chega a 66,66%. Falou sobre a qualidade do serviço. Também falou sobre o Sesi, que tem uma gratuidade em torno de 33,33%, e falou que há transparência.

No Senar, o Sr. Daniel Kluppel colocou que o cenário está em todo o País, e, através do mapa, pude perceber – e aqui o Alcolumbre, o Davi colocou – que o nosso Senar precisa ir um pouco mais ao Norte e Nordeste do nosso País, que atende a todos os Municípios do nosso País. O Sr. Daniel disse que o Senar atende a todos os Municípios do nosso País, salvo engano.

No Pronatec, 23 mil matrículas, e lamentavelmente esse número de evasão enorme, que hoje é sabido por todos nós aqui no Congresso Nacional, acima de 65%. Quanto ao Sescoop, a Srª Karla Oliveira colocou uma gratuidade acima de 99%, ou seja, praticamente 100% de gratuidade, isso muito me satisfaz. Arrecadação: 0,75. Também CNPJ, são filiais?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – São autônomas, mas com CNPJ próprios.

Pois bem, eu só queria fazer esse ligeiro *briefing*.

Eu sempre tenho dito e quero aqui ratificar: eu sou empresário, acabei de chegar na política pelos desígnios de Deus, porque não era nosso projeto. Quando cheguei a esta Casa, em 2011, como suplente, por um pequeno período, eu percebi que o Brasil tem vários gargalos que impedem o nosso crescimento, vários gargalos. Agora nós estamos a assistir à pior crise. Aos meus 55 anos de idade, eu percebo que nós estamos a assistir à pior crise de toda a história do nosso País.

Eu não torço para que ela piore, pelo contrário. Quanto a essas medidas provisórias – eu sou do PSDB, eu sou oposição –, eu percebo que várias dessas medidas provisórias que são para corrigir o que foi feito de errado são fundamentais. Eu não tenho dúvida disso.

Mas, então, eu percebi, em 2011, que um dos gargalos que impedia o nosso crescimento era exatamente a qualificação da nossa mão de obra, a educação profissional.

E, diante daquele tão curto espaço de tempo, como empresário, quero saber onde é que estava a deficiência dessa nossa mão de obra; o porquê dessa baixa produtividade da mão de obra dos nossos trabalhadores. Se fizermos uma comparação da produtividade do trabalhador brasileiro com o trabalhador americano, é lamentável.

Pois bem. Fui buscar via internet, não consegui encontrar nada. Percebi que o Sistema S foi criado na década de 40, em 1942, mais precisamente Sesi e Senai. Veio o Sesi, veio o Senai e, depois vieram Sesc e Senac; posteriormente, as demais. Não havia transparência no sistema. Tentei buscar informações, também não consegui. De forma que, por um lapso do Presidente da Casa, à época, José Sarney, consegui aprovação de um requerimento de auditoria junto ao Sistema S. Cumpri os quatro meses como suplente, e a auditoria continuou; em 2013, ela foi concluída, e cheguei a escrever um livro. Um livro que denominei de Caixa Preta do Sistema S.

Peço desculpa aos senhores pelo título do livro. Peço desculpas, mas, naquele momento, via que não tinha outro título a não ser esse. Esse livro foi escrito 100%, posso dizer, baseado nos acórdãos do Tribunal de Contas da União e também nas diligências feitas pela Controladoria-Geral da União.

Portanto, tudo que aqui eu colocar, de forma mais breve possível, estou de acordo com o que disse TCU. E mais: o TCU não fez essa auditoria *in loco*, até porque eles não têm pessoal – justificaram para nós. Essa auditoria foi feita em conformidade com as informações fornecidas pelo próprio sistema, pela próprias entidades.

O objetivo do Sistema S – essa coisa tão linda e tão bela chamada Sistema S – é tão somente qualificar a mão de obra e levar lazer e saúde ao nosso trabalhador. Para isso, o Estado, então, através do art. 149 da nossa Carta Maior, criou essas contribuições sociais, em 1942, que chamamos de terceiro. Cada categoria tem o seu repasse. No caso, por exemplo, do Sesi/Senai: 1,5, me parece que é Sesi; 1,0, Senai, se não me falha a memória. E 0,6 para o Sebrae.

Quanto à natureza jurídica desse repasse de dinheiro público a essas entidades, acho que não há mais dúvida alguma que se trata de tributos. Questionei muito esse assunto. O art. 149 cria esses tributos.

E o Supremo Tribunal Federal, como Relator, o competente Gilmar Mendes disse, no seu Acórdão nº 556.664, disse que a natureza jurídica dessas contribuições é tributo.

Princípio da publicidade. O art. 37 da nossa Constituição deixa muito claro que é sabido que os entes do Sistema S não estão enquadrados na administração pública direta ou indireta por serem entidades privadas e sem fins lucrativos, porém são mantidas com recursos públicos, portanto, deveriam obedecer aos princípios básicos do referendado art. 37, que é o princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O art. 70 da nossa Constituição Federal também diz no seu parágrafo único: "Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária."

Nós sabemos que as confederações recebem repasse dessas contribuições ou desses tributos. CNI, através do Decreto nº 294, de 1942 – vamos deixar os detalhes – recebe um repasse das suas entidades, no caso, Sesi e Senai, de 4%; o CNC recebe 3%, e daí por diante. Ou seja, as confederações, CNC, CNI, CNT, CNA recebem parte desses tributos e não prestam conta a nenhum órgão de fiscalização deste País.

Aí, o art. 70, então, parágrafo único, diz que quem colocar a mão em dinheiro público tem que prestar contas. Nós entramos com um projeto, mas, infelizmente, está engavetado nesta Casa. Isso é uma preocupação muito grande minha, senhoras e senhores representantes desse sistema chamado S. As confederações devem prestar contas ao TCU e à CGU.

A Lei de Acesso às Informações, 12.527, de 2011, deixa muito claro que têm que prestar conta todos aqueles que mexem com tributos, que recebem dinheiro público. No seu parágrafo único: "A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no *caput* refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação." Estou falando do princípio da publicidade.

A nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias, Senador Donizeti, desde 2008, no seu art. 6º, parágrafo 3º, também deixa muito claro – refiro-me à Lei nº 11.768, de 2008, e suas sucedâneas determinam que os entes do Sistema Senado deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.

E agora vem o Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 2.172, de 2011, com referência a esta auditoria, item nº 21. Disse o TCU: Analisamos os relatórios anuais de 2010 divulgados nos *sites* das cinco principais entidades que mais arrecadam, que são o Senai, Sesi, Sesc, Sebrae e Senac, responsáveis por 89% de toda essa arrecadação.

Não localizamos os do Sebrae e Sesc. Nos demais, nenhum deles continha informações financeiras, nem balanços ou outros demonstrativos contábeis.

No item 23 do próprio acórdão do Tribunal:

Constatou-se que a LDO não está sendo cumprida por nenhuma das cinco entidades que mais arrecadam [não vou repeti-las]. Nos *sites*, as poucas informações financeiras que existem são difíceis de localizar e de má qualidade, além de haver casos em que não conferem com aquelas prestadas a este Tribunal (exceção feita ao Sebrae) [...].

Mesmo acórdão, item 28:

Nos casos do Senai/Sesi e Sesc/Senac não existe a informação da receita consolidada. A qualidade das demonstrações contábeis deixa a desejar. O Sesc não contempla notas explicativas. O Senac apresenta apenas duas notas. O Senai/Sesi apresentam balanços assinados pelo mesmo contador, cujas notas explicativas pouco esclarecem.

Eu tenho o privilégio de dizer que eu venho da contabilidade. Sou de família muito pobre e passei pela contabilidade, como contador, durante 14 anos de porta aberta, e depois como advogado tributarista e empresário. E hoje estou aqui.

Pergunto: as entidades do Sistema S são transparentes? Cumprem o que determina a legislação? Eu gostaria que os senhores anotassem essa pergunta, por favor. As entidades do Sistema S são transparentes? Cumprem o que determina a legislação de transparência, de divulgação?

Arrecadação. A arrecadação do Sistema S é a que mais cresce no País. Como disse o Senadores Davi, em 2012 R$23 bilhões; em 2013 R$27 bilhões; em 2014 R$31 bilhões, segundo a Controladoria-Geral da União. Acredito que neste ano seja algo em torno de R$36 bilhões. Mas aqui eu quero fazer um comentário sobre a arrecadação direta.

Constituição Federal, art. 37, inciso XXII:

As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

Portanto, a arrecadação de tributos é de estrita competência do Estado e é exercida por servidores de carreira.

Lei 11.457, de 2007, art. 2º, §3º, da Receita Federal do Brasil:

Art. 2 Além das competências atribuídas pela legislação vigente à Secretaria da Receita Federal, cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art.11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e das contribuições instituídas a título de substituição.

Terceiro: As contribuições de que trata o art. 2º desta Lei, se estendem às contribuições devidas a terceiros, ou seja às entidades do Sistema S. assim entendidas outras entidades de fundo e etc.

O Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 1966, no seu art. 7º, diz: Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.

Por que estou dizendo isso? Sesi e Senai continuam, ao longo dos anos, fazendo essa arrecadação de tributos, diretamente, Senador Donizeti, com as empresas, com as indústrias. Diretamente, sem passar pela Receita Federal do Brasil. Essa é uma preocupação enorme minha. Volto a repetir que o nosso intuito é tão somente aprimorar e fazer as correções. E nós temos inclusive um projeto de lei aqui no Senado, que também não anda.

E aí então o Tribunal de Contas da União disse, através do seu Acórdão nº 2.527, de 2012.

Item 20. "No caso do sistema indústria, composto pelo Sesi e Senai, verifica-se uma especificidade a mais. Essas entidades ainda adotam a prática de arrecadar parte de suas receitas, de contribuições sociais, diretamente das indústrias, sem a intervenção da Receita Federal do Brasil. Por essa razão, a arrecadação informada pela Receita Federal do Brasil a mim não constitui informação suficiente para conhecer a verdadeira receita dessas entidades, sendo necessário solicitar a informação" – fecha aspas.

Em 2011, o Sesi e o Senai arrecadaram diretamente R$3,50 bilhões. Acredito eu hoje que essa arrecadação seja superior a R$8 bilhões. Suponho R$8 bilhões. Por conseguinte a legislação mencionada é abundante e insofismável com relação à competência de arrecadação de tributos. Ademais a Lei nº 11.457, sem ressalvas, diz que a competência é da Receita Federal do Brasil.

E aqui tenho duas preocupações. Primeira: esses contribuintes que estão pagando diretamente, para mim, vão ter que pagar novamente. Eles são devedores com o Sistema S, com essas entidades. Esse é o meu entendimento. E estive falando com o Secretário da Receita, por duas vezes, porque lá na Gefip, que é aquela guia, tem que informar 0000, porque, senão, essas empresas aparecem como inadimplentes, e isso bagunça-lhes a vida.

Tomara eu que eu esteja muito errado e que essas empresas não tenham que pagar de novo, porque, se tiverem que fazê-lo, vão quebrar todas, porque faço uma conta muito próxima de R$100 bilhões.

E ademais quando essa arrecadação é feita via Receita Federal,a União, Senador Donizeti, retém 3,5 dessa arrecadação para o Fundo, o Fundep, Fundap. Pode me ajudar alguém?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – é uma cobrança pelo serviço, de 3,5.

Ou seja, com uma arrecadação dessa feita diretamente, o povo brasileiro também está perdendo, a União também está perdendo esse 3,5. E há uma resolução...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Se eu entendi a Receita cobra esse 3,5% para o caixa dela pelos serviços prestados ao Sistema.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Isso. Ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização: 3,5.

Então, a União está deixando também de fazer essa arrecadação. E o Sesi e o Senac fazem esse procedimento balizados, ancorados na Resolução da Receita Federal nº 101, não me lembro em qual artigo, que diz que pode feito, desde que tenha amparo legal. É um risco enorme.

Dando sequência.

O Acórdão nº 257, de 2012, diz também: a receita que mais cresceu no Brasil nos últimos anos foi a do Sistema S, atingindo aproximadamente 21% ano a cada ano.

Disponibilidade financeira do Sistema S.

Eu pergunto aos senhores, aqui especificamente ao Sesi e ao Senai: essa arrecadação feita diretamente aos contribuintes deveria ser feita? Deverá continuar?

Disponibilidade financeira

O Sistema S informou ao TCU ter uma disponibilidade financeira de R$4,3 bilhões em 31/12/2011. O Acórdão 2.527, de 2012, do TCU aponta que a disponibilidade total do Sistema S, em 2010, era de R$3,4 bilhões.

Porém, somente o Sesi declarou em seu relatório de atividades em 2010 ter uma disponibilidade de R$2,8 bilhões. Ou seja, essa disponibilidade está distorcida com a auditoria do TCU, uma vez que só o Sistema S, desculpa, que só o Sesi, em 31/12/2010 – eu consegui pegar na internet – possuía uma disponibilidade de R$2,8 bilhões, que se encontra aqui no livro.

O TCU observou receita total do Sesi de R$775 milhões em 2010, porém o relatório de atividades do Sesi apresentou um total de receita de R$4,9 bilhões.

A Receita Federal, por meio do Memo nº 886, de 2011, concluiu que o Sistema S arrecadou R$8,9 bilhões em 2009, em 2010. Já o TCU concluiu pela arrecadação de R$12,8 bilhões. Ou seja, nada confere. Percebe-se que a arrecadação de tributos feita diretamente causa uma verdadeira balbúrdia.

Nem mesmo a Receita Federal, que tem como atribuição arrecadar e fiscalizar, conhece o volume de dinheiro disponível nos caixas das entidades do Sistema S – obviamente aplicado no mercado financeiro, que imagino hoje ser acima de R$13 bilhões, Senador Donizeti.

Isso muito me preocupa também, senhoras e senhores, meus queridos convidados e convidadas.

Eu disse que nós precisamos qualificar a nossa mão de obra e melhorar essa produtividade. O Brasil foi para a China, e não veio para o Brasil.

Acredito que seja, além dessa legislação trabalhista, porque precisamos de uma reforma trabalhista e tributária, a qualificação da nossa mão de obra.

O Sistema S, para mim, não é um fundo de pensão. O Sistema S tem como objetivo principal, já disse, qualificar nossa mão de obra, levar lazer e saúde aos nossos trabalhadores e não atuar no mercado financeiro.

Foi aprovado recentemente um requerimento pedindo informação sobre gratuidade, que é uma preocupação maior, e sobre a disponibilidade. Pergunto aos senhores aqui representantes: os senhores sabem hoje qual é o valor dessa disponibilidade financeira hoje aplicada em bancos e quais são esses bancos?

Cursos gratuitos, a gratuidade. Essa muito me preocupa também, porque quero ver esse sistema funcionando maravilhosamente como na década de 40, como na década de 50, porque nasci em 59, mas ouvia o meu pai dizer. Na década de 60, na década de 70, este era o meu sonho. Ver aqui o Senador Paim, que começou a sua vida fazendo curso no Senai, ouvir testemunho de vários Senadores começando sua vida fazendo cursos no Senai e outras entidades do Sistema S. Isso é maravilhoso! Tudo isso gratuitamente.

Cursos gratuitos.

Conforme auditoria realizada pelo TCU, os cursos que deveriam ser oferecidos gratuitamente ao trabalhador são cobrados em valores exorbitantes, inviabilizando a qualificação da nossa mão de obra e, consequentemente, os cursos gratuitos oferecidos apresentam queda constante a cada ano.

A Senadora Regina, com a sua curta fala, perguntou por que os cursos são tão caros. No meu Estado, por exemplo, no nosso Estado, Senador Donizeti, o Senac cobra R$1,68 mil para uma dona de casa fazer um curso de cabeleireira, para ajudar o seu marido na renda familiar. Eu não trouxe por escrito. Para torneiro mecânico,

o curso é de cerca de R$2 mil reais. Em São Paulo, um curso de chefe de cozinha industrial é mais de R$20 mil, mais caro do que a Fundação Getúlio Vargas.

Acordão 2.527, de 2012, do TCU. "Em 2011, os cursos gratuitos prestados pelo Senac representaram 24,95%. Em contrapartida, os cursos pagos cresceram 75,05%". Lamentavelmente, difere das informações. No Sesc, foi verificada queda de 21,58% no número de beneficiários atendidos de 2010 para 2011. Acórdão 2.527, de 2012. No Senar, segundo o TCU, houve uma redução de 65,76% no atendimento gratuito de 2010 para 2011, 70% praticamente, conforme informações prestadas pelo próprio Senar.

Diz o TCU, no Relatório 28.956, de 2011-7, que o Sebrae, em 2011, ofereceu, em cursos gratuitos, somente 4,7% de toda a sua receita bruta. Na média dos últimos quatro anos, ficou em 4,9%. Essa é uma preocupação enorme.

Cinquenta e dois por cento dos nossos empregos estão nessas pequenas, médias e microempresas. No meu Estado, está, lamentavelmente, um fecha-fecha. Nós sabemos disso.

O nosso livro está aqui, os acórdãos estão todos anexos.

Uma observação: somente o Sesi, em 2010, faturou, em serviços prestados, R$788 milhões, confessados pelo próprio Sesi em seu balancete – está aqui também. Setecentos e setenta e oito milhões de reais.

Eu queria, inclusive, ter condições financeiras para comprar o Sesi e o Senai e pedir ao Governo que não me repassasse mais essas contribuições sociais.

Eu pergunto: é lícito, é moral que o Sistema S, que recebe esses tributos, cobre por cursos oferecidos? É lícito, é moral que se cobre, por esses cursos oferecidos, valores lamentavelmente acima de mercado?

Contratação de pessoal e supersalários.

É sabido que o Sistema S é um verdadeiro cabide de empregos, pois não há nenhum critério de contratação, por não estar na Administração Direta e Indireta.

A sua folha de pagamento deve ter ultrapassado R$5 bilhões, isso em 2010, uma vez que somente o Sesi, em 2010, gastou com despesa de pessoal R$1,62 bilhão. Está tudo aqui no livro, tudo são acórdãos e números do próprio Sesi.

Outro exemplo: o Sest e o Senat, de 2010 para 2011, tiveram um acréscimo em suas folhas de pagamento de 33%. Empresa nenhuma contrata tanta gente como se foi contratado no Sest nesse período – imagino eu.

E o Sescoop contratou 63,76% – isso está no acórdão do tribunal.

É claro que já foi indagado aos nossos tribunais este sistema de contratação, que não atende sistema de seleção. E o tribunal, tenho conhecimento, já declinou que o Sistema S pode, mesmo com dinheiro público, fazer as suas contratações e pagar os salários que julgar necessários.

Mas eu pergunto aos senhores: por se tratar de recursos públicos, o entendimento dos senhores não é de que deveria haver uma seleção através de concurso público, como fazem os órgãos públicos, mantidos com dinheiro público, dinheiro do povo? Essa é a minha pergunta.

Não seria mais ético, mais moral que o Sistema S fizesse concursos públicos? Isso não dói!

E não precisaria atender favores políticos, Senador Donizeti, porque esse tal de favor político acaba com as nossas entidades, destrói as nossas entidades. E acredito que aqui há, inclusive, nepotismo e nepotismo mesmo.

Lá no Rio de Janeiro, a esposa do presidente é funcionária, e lá, inclusive, houve distribuição de lucros. A isso foi dado publicidade. Como é que distribui lucro entidade sem fins lucrativos? E quem recebeu mais foi, exatamente, a esposa do presidente? O nepotismo aqui deve correr frouxo.

Cumulatividade de cargos.

Esse é um outro problema muito sério. O Sistema S está interligado e, ali, um dos nossos convidados apresentou que o Senai tem conselheiro do Sebrae, Sebrae tem conselheiro do Senai, Senai tem conselheiro do Sest. Está tudo interligado.

Conforme as leis de criação das confederações, os seus presidentes, salvo exceção, são natos. O presidente da CNC, Sr. Antonio Oliveira, está no cargo há quase 40 anos. Essa continuidade é boa para o Sistema, Senador? Será que o nosso vice já não deveria ter assumido essa presidência? Ou outros membros? Lá no meu Estado é diferente. Lá o presidente, pela sua idade já avançada, passou o comando sucessório para seu filho. Isso é muito ruim para o Sistema S, esse sistema tão lindo, tão interessante ao nosso País e ao nosso povo. Eu pergunto: É lícito, é moral, é ético esse procedimento de continuidade desses presidentes?

Desvio de finalidade.

Qualificar a mão de obra, levar lazer e saúde. O sistema hoje está no mercado imobiliário, no mercado financeiro e no mercado comercial, e nós sabemos disso, é muito claro. Só de serviço prestado, o Sesi recebeu R$788 milhões, em 2010.

O CNC (Confederação Nacional do Comércio) – aqui em Brasília, Senador Donizeti, eu não me lembro se foi 2011 ou 2012 – contratou empresa sem licitação, salvo melhor juízo, a Via Engenharia, para construir sete

grandes edifícios, aqui no Centro, pelo valor de R$750 milhões. Ou seja, além da disponibilidade financeira, hoje, no mercado financeiro – dentro da CGU, ouvi há uns seis ou oito meses, que essa disponibilidade era algo em torno de 13, eu ainda não tenho –, além do mercado financeiro, está no mercado imobiliário e no mercado comercial, ou seja, desviou essa função tão brilhante, tão brilhante que era a qualificação da nossa mão de obra.

Somente o Sesi obteve, em 2010, uma receita patronal – como contador, nessa rubrica, concluo que sejam aluguéis – de R$ 276 milhões. Está no livro.

Pergunto se é de conhecimento dos senhores que o sistema atua no mercado imobiliário, no mercado comercial.

E pergunto também se esse dinheiro todo – esse ano deve ser algo em torno de R$36 bilhões – não deveria estar sendo aplicado no seu todo na atividade fim. Eu gostaria de ter essa resposta também, se possível.

Estou quase concluindo.

Contabilidade do Sistema S. TCU. Segundo relatórios do TCU, auditoria, os métodos contábeis das entidades que formam o Sistema S não oferecem transparência, não são uniformes, não têm padrão técnico definido e a eles não é dada publicidade.

TCU: "seus fatos contábeis constituem autênticos labirintos que não obedecem aos princípios básicos da contabilidade estabelecido no ITG, 2002". Isso é minha praia. Interpretação técnica referente a entidades sem fins lucrativos do Conselho Federal de Contabilidade.

Pergunto aos senhores e senhoras convidados: não acham que o Sistema S deveria ter uma contabilidade única, padronizada, que atendesse esses princípios contábeis? O ITG 2002? Ou vamos sujar a água para ficar mais fácil de pegar o peixe.

Irregularidade nos procedimentos licitatórios. Aqui a coisa é feia.

Diz o TCU, 526/13, Sesi e Senai. Dos oito processos auditados, Senador Donizeti, sete apresentam irregularidades tais como superfaturamento, favorecimento a licitações entre tantas outras.

E aí nomeia aqui de A a Z, mas se o nosso alfabeto tivesse mais eu acredito que iria mais um pouco.

Não estou fazendo essas críticas com prazer, meus convidados. Eu queria estar aqui elogiando, como o Senador Humberto Costa fez e tantos outros Senadores. Não era essa a minha vontade.

Diz o Acórdão nº 768. Senar, auditoria. Algumas irregularidades apontadas. Eu fiz questão de pinçar duas: contratação direta de serviço de consultoria e instrutoria por inexigibilidade de licitação sem previsão legal.

Na divulgação de cursos em algumas ações educacionais desenvolvidas pelo Senar consta o nome e a imagem da Presidente do Conselho Deliberativo do Senar, que também é a Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, o que caracteriza promoção pessoal de agente público, infringindo o princípio constitucional da impessoalidade.

E aqui me refiro a uma pessoa por quem tenho o maior carinho, o maior respeito e a maior admiração.

Acórdão nº 769, de 2013. Sesc e Senac. Algumas irregularidades apontadas:

Contratação indevida por inexigibilidade de licitação.

Realização de pagamento sem cobertura contratual.

Acórdão nº 766, de 2013. Sescoop. Irregularidades apontadas. Aqui só estou colocando duas pontuações. São de A a Z.

Participação de organizações da sociedade civil de interesse público, OSCIPs no certame.

Ou seja, olha só isso aqui. Quem vai ganhar da OSCIP? Ninguém.

Eu pergunto: o sistema de licitação inclusive do Sest/Senat, uma empresa mineira, Senador Donizeti, presta serviço a todo o Brasil.

Ou seja, no nosso Tocantins não há ninguém que possa construir um prédio para o Senat, nem Sest, nem Senat. Só essa empresa mineira.

Eu pergunto: O Sistema S, por ser mantido praticamente com o dinheiro do povo, não teria que atender a Lei nº 8.666/93? Apesar de que o Tribunal já disse que as entidades do Sistema S não pertencem à Administração Direta e Indireta.

Mas, pensando na Constituição Federal no art. 37, da impessoalidade, da imparcialidade, da eficácia, será que não seria mais ético que o próprio Sistema S surpreendesse todo o nosso País e cumprisse a Lei de Licitações, a Lei 8.666/93?

Fiscalização da CGU, quase terminando.

Auditoria da CGU, Controladoria-Geral da União apontaram irregularidades de toda a natureza nas contas dos entes do Sistema S entre 2005/2009, que está aqui. Diz: "O relatório da CGU aponta que quase 90% de 172 entidades fiscalizadas têm contas irregulares". Noventa por cento!

Em três unidades, a CGU constatou gestão irregular e em outras 148 unidades problemas como falhas em compras e contratações de pessoal.

Matéria divulgada pela *Folha de S.Paulo*, 1º/2/2007.

Eu pergunto: Diante desse quadro, não seria adequado uma... Não, eu não vou fazer essa pergunta aos senhores. Eu gosto tanto do Sistema.

Por derradeiro, pergunto aos senhores, principalmente Sesc, Senac, Sesi, Senai e Senar, como também Sest e Senat: por que não atender mais a parte mais pobre e mais carente deste País? O norte de Goiás, o nosso querido Tocantins, o norte do País, Maranhão, Piauí, Acre, Roraima, Rondônia, a própria Manaus, Amazonas, um boa parte do nosso Sudeste, porque lá a arrecadação é pequena.

Só para se ter uma ideia, foi feita uma piscina no Senai, em São Paulo, em 2011, parece-me que no 3º andar de um prédio, com teto retrátil, e foram gastos R$53 milhões.

Eu queria tanto que tudo, esta avalanche de dinheiro, fosse aplicada na atividade fim e que nós qualificássemos a nossa mão de obra, melhorássemos a produtividade desses trabalhadores.

E eu quero aqui, então, por fim, agradecer novamente e dizer aos nossos queridos convidados que eu estou aqui, neste Senado Federal, sem nenhuma vaidade política e muito menos financeira. Quero contribuir com o meu País e com o meu Estado e quero colocar-me à inteira disposição dos senhores.

Perdoem-me se fui um pouco duro, perdoem-me se fui pouco direto, mas estou à disposição dos senhores.

E, aqui, como nós colocamos no início, houve já várias manifestações de telespectadores dizendo sobre a falta de transparência no Sistema S. Isso me deixa muito triste. E, também, falta de qualificação e etc.

Era só isso que eu queria...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu tenho três perguntas.

As contas do Sistema S estão rejeitadas pelo TCU? Segundo, essas colocações que tratam dos levantamentos das constatações do TCU foram respondidas, para aprovar as contas?

E, por último, eu não compreendo bem. Tenho uma certa divergência do Senador Ataídes no que diz respeito à necessidade de concurso para contratar, à questão das licitações, por compreender que esse recurso tem endereço certo: ele é para qualificar os trabalhadores em cada setor, seja no Senar da agricultura, no Senai da indústria, no Senac do comércio. Quer dizer, é um recurso arrecadado para esse fim. Então, não teríamos como colocá-lo a serviço de outra natureza ou atender outros trabalhadores que não fossem desse Sistema.

É certo que o Senador Ataídes trouxe para nós um conjunto de informações sobre as quais eu não tenho muito conhecimento, mas... Eu estou vivendo no Brasil e hoje eu li uma poesia do Raul Seixas, "Mamãe, eu não quero ser perfeito". Há um trecho lá que diz assim: "mamãe, eu não vou ler mais jornais, mentir igual eu sou capaz".

Eu quero dizer com isso que o Brasil hoje vive na imprensa um momento em que parece que tudo acabou. Tudo está destruído. E, na verdade, o Brasil vive a maior oportunidade de todos os tempos, do meu ponto de vista, de dar um salto de qualidade e de dar um salto no seu modelo de desenvolvimento porque tem fundamentos econômicos importantes para fazer isso.

Se eu ficar com 100% do que o Senador Ataídes aqui falou, talvez fizesse a pergunta: não era melhor acabar com o Sistema S? Mas acho que, assim, há os problemas. Eu acho que é importante que tenha uma pessoa que fustigue, tenha um quadro político, como o Senador Ataídes, que fustigue essa questão, chamando atenção porque isso vai fazer as instituições ficarem mais atentas. E isso é positivo.

Eu não compreendo e não tenho a dimensão para perceber esse aparente desastre que poderia estar acontecendo com o Sistema S, mas acho que é importante que tenha alguém fustigando.

Por fim, eu queria dizer o seguinte. Quem elege os presidentes é a categoria. Hoje, sou empresário, estou empresário na área de consultoria e estou agora montando uma pequena indústria de um negócio que vai ser revolucionário neste País no sistema de drenagem. E, aí, quero fazer parte desse negócio de discutir, entender esse negócio porque, daqui a pouco, a minha empresa precisa de curso do Sebrae. Eu acho que ela vai dar certo.

Então, é isso, Senador Ataídes. Eu acho que podemos continuar defendendo o Sistema e o senhor, com o seu papel e a importância e a relevância que tem, continuar fustigando para que o Sistema esteja mais atento e mais presente na vida do povo brasileiro.

Eu preciso me retirar, infelizmente. Eu tenho que ir para o Tocantins agora. Às 15h, tenho que estar no aeroporto, ainda tenho algumas coisas a fazer. Devo dizer que a MP 668 já foi aprovada. Não precisou da nossa presença lá, você para votar contra e eu para votar a favor. Empatou, não é? Empatou aqui, não fez diferença, não.

Tenho que ir, infelizmente. Mas eu quero continuar dialogando com o Sistema e com o senhor especialmente, Senador. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Donizeti, pela sua fala e pela sua presença. E começamos, então, seguindo a mesma ordem, com a palavra o Sr. Josias Albuquerque, repito, tão querido pelo seu Pernambuco.

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE – Eu peço permissão, Senador, primeiro para dizer que acredito que acredito piamente.

Não estou aqui usando uma retórica para dizer que o senhor está enganado. Eu acredito plenamente no que o Senador procura fazer. Ele começou dizendo que conhece o Sistema S a partir da sua criação. Aliás, no livro dele, ele faz referência à criação do Sistema S.

O Sistema S, principalmente o Senai e o Sesi... O Senac logo depois. O Senac e o Sesc foram criados por iniciativa dos empresários. Acredito que as outras instituições foram da mesma forma. Foram criadas exatamente assim: por iniciativa dos empresários.

Numa reunião, logo após a guerra... O Brasil tinha mão de obra escrava. A verdade era essa. Não tinha mão de obra qualificada. Era mão de obra escrava. Numa reunião... No caso, o Senai e o Sesi já tinham sido criados exatamente para suprir essa necessidade de mão de obra, por uma solicitação do Presidente da República que não tinha condições de manter o ensino profissional. Era aquilo para o Brasil, porque eu fui de escola profissional e quero dizer que luto por isso, porque escola de formação profissional antigamente era para os filhos dos outros. Aqueles que não tinham condição era quem frequentava escola de formação de profissional. Eu fui aluno de uma escola de formação profissional.

Ainda pior, o próprio Governo... Você fazia um curso de formação profissional e não podia dar segmento aos seus estudos, porque o Governo não reconhecia, mesmo escola oficial, mesmo escola do Governo. Você tinha que se submeter a um exame de adaptação para poder prosseguir no seu curso ginasial ou no seu curso técnico ou científico. Naquela época, era científico o curso, clássico ou científico. Era assim que era tratado o ensino de formação profissional.

Vêm as iniciativas... Os empresários tomaram essa iniciativa. Ele coloca aqui muito que é tributo, que nós trabalhamos com recurso público. Isso foi criado pelos empresários e se fez um convênio com a Previdência Social, porque nem o Senac inicialmente era recolhido diretamente para o Senac, para a Federação do Comércio e para a Confederação da Indústria também.

Depois se fez um convênio com a Previdência Social, porque nós não tínhamos condições de ter uma estrutura adequada para fazer essa cobrança. E começamos pagando 1% da receita, pelo recolhimento que era feito através da Previdência Social. Fomos nós que solicitamos isso da Previdência Social, porque, naquela oportunidade, podíamos até ter feito o recolhimento diretamente. Era preciso que montássemos uma estrutura para fazer esse recolhimento. Achamos que a Previdência Social tinha isso e fizemos um convênio com a Previdência Social. Depois continuamos pagando esse 1% sobre a receita total.

No Governo do Presidente Lula, que foi um dos beneficiários... O Presidente Lula foi beneficiado pelo Sistema S e ele diz, em todo lugar, que o curso que ele tem... Ele dizia: "Meu curso foi um curso que eu fiz no Senac". Ele dizia, em todo lugar, quando falava em ensino profissional. O Presidente Lula achou pouco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE – Eu tenho tempo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE – O Presidente Lula, naquela época, de uma forma, não respeitou o contrato e simplesmente aumentou esse pagamento que nós fazemos para a Previdência Social de 1% para 3%. E nós passamos a pagar 3% a Previdência Social por esse trabalho que ela presta para o sistema. Então, a partir daí, nós tivemos muitas dificuldades, mas continuamos nesse trabalho.

E eu faço aquela mesma indagação que fez aqui: o que seria do sistema, o que seria do ensino brasileiro se não tivéssemos um sistema como esse?

E quero dizer mais: eu tenho andado no mundo inteiro, em missões empresariais – e por isso essas ligações todas que eu tenho com os Senadores, porque eles participaram de missão. Não era missão de passeio. Eram missões feitas pela Federação do Comércio ao exterior para divulgar, todos os empresários pagavam. Não custou um tostão à Federação nem ao governo nem a coisa alguma. Foi paga pelos empresários. Chegamos a levar 150 empresários. Em uma missão que fizemos para a China com a participação do Governo Eduardo – que pagou também a dele. Ele foi e pagou. Todo mundo pagou. Nessa missão em que fomos à China, tudo foi pago.

E não era missão. Como eu estava dizendo, nós tínhamos um trabalho nesse sentido. E nesse ano vamos voltar à China e à Coreia do Sul. E as nossas orientações com relação às missões são: primeiro, nós mantemos contato com as embaixadas e com o governo e através do Ministério do Desenvolvimento Econômico e Social é o Ministério do Comércio Exterior. Mantemos um convênio, montamos um projeto e levamos para eles. Eles têm conhecimento, aprovam e, inclusive, dão a condição de essas missões serem missões oficiais. Nós recebemos essa credencial.

Montamos um projeto, levamos isso para o exterior e temos trazido muitos investimentos para o Brasil, inclusive para Pernambuco, é evidente, meu Estado. Nós trabalhamos sempre em benefício do Estado em que estamos...

Então, nós fazemos isso.

Hoje, temos esse trabalho desenvolvido, e o Tribunal de Contas, no caso do Senac, acompanha. E aí eu pergunto: se há todas essas deficiências, por que aprovam? Eu ia responder, inclusive... Por que aprovam as nossas contas? As contas são aprovadas! Se aqui levantou um questionamento em relação ao Presidente da Confederação, de que ele teria feito uma compra sem observar... Fazer uma licitação, uma concorrência. Mas foi justificado que aquilo era material... A condenação que ele teve foi pagar uma multa de R$ 3 mil, porque diz o Tribunal, a CGU levantou o questionamento de que ele não tinha... Que poderia ter procurado um sucedâneo para aquele equipamento que ele queria comprar.

Era um equipamento que não era vendido no Brasil, era estrangeiro. Foi para montagem de um gabinete dentário para uma experiência que o Sesc estava fazendo e ele comprou. Baseado nas informações – e aqui eu faço questão de destacar isso –, baseado nas informações jurídicas, baseado no relatório que foi feito pelo diretor do Departamento Nacional do Sesc, e ele assinou, autorizou a compra.

Depois, como ele autorizou a compra, foi condenado a pagar uma multa, porque disseram que ele poderia ter procurado um aparelho igual ou parecido àquele, fabricado aqui, o que não existia na verdade. Foram R$3 mil. Ele foi multado e pagou. E agora está sendo levantado esse questionamento.

Por que está levantado esse questionamento? Permita-me, Senador, eu vou dizer as coisas que acho que devo. Porque há uma pessoa e que nós estamos tentando resolvendo esse problema, e isso já vem se arrastando há quase cinco anos junto ao Tribunal de Contas e, até hoje, não foi... Primeiro, ele tem nove processos lá. Agora, que foi julgado um processo; condenado. Nós não conseguimos resolver os problemas porque o Tribunal de Contas também não anda com os processos lá.

Está sendo apresentado tudo isso aqui, mas eu, por exemplo, que faço parte do sistema, que estou ali na CNC, não tenho conhecimento de nada disso. Por que o tribunal não comunica ao sistema que nós estamos com essas deficiências todas? Nós não temos essas comunicações. Eu, por exemplo, tenho um excelente relacionamento com o pessoal do Tribunal de Contas. Dois, três, aliás, membros, Ministros do Tribunal de Contas são de Pernambuco e nunca soube que havia esses problemas lá dentro. E eu me comunico com eles. Talvez como seja através do Senado, o Senado pedindo, eles possam.. Mas a gente, eu pelo menos nunca tomei conhecimento.

Não há conhecimento... Quando se faz qualquer exigência nós cumprimos as exigências do Tribunal. Nós cumprimos as exigências.

Com relação a que nós não temos a contabilidade, nós temos um código, que é do conhecimento do Tribunal de Contas. Nós temos o Codeco, que o Tribunal conhece e aprovou a orientação que nós estamos dando com relação às nossas instituições. Há o Codeco, que orienta toda contabilidade do Senac e do Sesc.

Isso aí é que tem ocorrido.

Quanto as custos, se verificarem os custos que são dados, aí se fala em cobrança. Nós assumimos um compromisso com o Governo. O Governo, naquela época, queria oferecer inclusive dinheiro para que nós recebêssemos o sistema do comércio. Não recebemos um centavo emprestado para fazer construção. Ele queria que nós ampliássemos as nossas dependências, para atender a um número maior. Nós não tomamos um centavo emprestado. Foi o Ministro da Fazenda da época que esteve reunido conosco, ofereceu recursos do BNDES, e nós nunca quisemos nenhum recurso do BNDES. Existem algumas outras entidades que podem ter recebido. Nós nunca recebemos um tostão.

Com relação à aplicação no mercado financeiro, é a própria CGU que exige, porque o dinheiro que fica parado está se desvalorizando, e ela quer que aplique. Nesse mercado, todas as nossas receitas, o que há de receita disponível nós aplicamos. Aplicamos diariamente. Se eu tenho dez, aplicamos diariamente. Se eu tenho R$100 mil no meu regional, em Pernambuco, eu aplico, embora tire no outro dia, mas está aplicado, porque é a própria CGU que exige.

O Sebrae sabe disso. O Sebrae está aqui representado e sabe disso. Por exemplo, as contas do Sebrae. Nós fazemos um convênio com o Sebrae. Os recursos que forem depositados na conta, para execução de um projeto com o Sebrae, esses recursos têm que ser aplicados. É a exigência que se faz. Nós não exploramos, não estamos trabalhando com o mercado financeiro. Agora, fazemos, por uma exigência do próprio Tribunal de Contas, através da CGU, e por exigência das instituições com que estamos conveniados.

Quanto à contratação de pessoal, há uma decisão do Tribunal dizendo que nós não estamos obrigados a fazer concurso público. No outro dia, saiu uma orientação da Confederação Nacional do Comércio dizendo que nós não estaríamos obrigados, mas somos obrigados a fazer seleção pública, e nós continuamos a fazer seleção pública. Quer dizer, houve apenas uma mudança – concurso, não, seleção pública. Estamos fazendo isso.

Isso, inclusive, traz um embaraço muito grande, porque nós não temos esse nepotismo. O sistema todo – e isso deve ser para as outras instituições –, por uma determinação legal, não pode contratar pessoas ligadas aos diretores até o terceiro grau. Parente até terceiro grau não pode ser contratado. Onde existe um diretor que está ligado à Confederação, onde existe um diretor que está ligado a uma federação, nós não podemos fazer essa contratação. Se existe, Senador, na verdade, nós desconhecemos isso. No sistema, é obrigado a fazer isso.

Houve um Estado aí que fez isso. O pessoal chegava, entrava com um mandado de segurança na Justiça pedindo uma liminar, porque havia uma seleção pública e ele queria participar da seleção pública, embora fosse irmão de um servidor do Senac ou do Sesc. Mas terminou ele desistindo dessa prática, porque o próprio Tribunal de Contas da União nos ajudou nesse sentido. Era só um Estado que eu conheço que tinha isso.

E o Estado do Rio de Janeiro – eu faço até questão de dizer –, ao qual o senhor fez alguma referência aqui, dizendo que a esposa do camarada tinha um salário altíssimo, é esse Estado cujas contas nós queremos que o Tribunal julgue. Há lá vários processos pendentes, e nós não conseguimos até hoje.

O Sesc já está sob intervenção, porque nós conseguimos implantar isso. No Sesc, ele tem conseguido liminar direto na Justiça, e até hoje está mandando do Senac. Agora, desviando realmente o dinheiro das instituições para outra finalidade. Nós sabemos disso, está denunciado ao Tribunal de Contas. Nós estamos em cima acompanhando, mas ele vai conseguindo retardar esse julgamento do processo.

Então, há muitas coisas que não dependem da gente; dependem também dos órgãos públicos. Começou o Conselho Fiscal denunciando-o. No Senac, foi feito pela Confederação, que é o gestor do sistema.

Nomeou uma comissão de inquérito para apurar os fatos, porque também não se pode fazer uma coisa, entrar numa regional dessas, fazer intervenção sem ter elementos que comprovem realmente. Foi feito o inquérito. O inquérito aprovou tudo. Foi contratada uma auditoria, como eu já disse aqui, a KPMG, que levantou todas as irregularidades, e nós pedimos à CGU que fizesse uma denúncia pública.

Ele hoje está denunciado pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro e a Polícia Federal já o está procurando. Mas até agora nós não tivemos nenhuma posição. Isso vem rolando há mais de quatro anos. O senhor sabe disso.

Nós tentamos fazer as coisas como devem ser feitas. Eu acredito que isso não é só no Sistema S, não. Há algumas divergências de atuação com relação ao Sistema S como um todo. Cada um tem uma posição, mas nós procuramos zelar.

É por isso que eu acho – agora vou responder se eu acho que existe transparência – que nós temos transparência. Posso lhe assegurar isso. Eu já convidei o senhor e convido o senhor novamente. Visite os Estados; vá conhecer a realidade dos Estados; comece por Pernambuco. Eu falo muito e seria bom que o senhor conhecesse Pernambuco para saber se isso o que nós estamos afirmando aqui é verdade. Procure saber se é verdade.

Eu estava dizendo ao senhor. E não é de agora, não. A última reunião nossa do Conselho do Senac e Sesc foi na terça-feira, inclusive eu não pude presidir porque eu vim para cá, mas deixei o Vice-Presidente. À noite já estavam no Portal da Transparência da Federação todos os resultados. E isso nós fazemos desde 2010, independentemente de exigência de tribunal, quando assumimos a Federação.

Nós não temos nada escondido. Eu não estou na Federação. Hoje a minha vida privada está prejudicada por causa dessas instituições, porque quem conhece o trabalho que o Sesc realiza se apaixona. Não há coisa mais gratificante. Por exemplo, Pernambuco, falou-se que não se faz investimento em Estado pobre. Eu não teria condições de fazer se a Confederação não repassasse recursos. Também para o Estado de Tocantins, um Estado pobre. Todos esses recebem recursos extras. Há Estado que não pode se manter, não tem condições. É o Sesc e o Senac que pagam até folha de pagamento, para os Estados terem uma assistência realmente. Nós temos unidades em todos os Estados da Federação. E muitas delas são mantidas diretamente pelo Departamento Nacional.

Eu desafio a quem quiser fiscalizar vá. A minha contabilidade, a de Pernambuco, está aberta, da mesma forma como está aberta a contabilidade dos outros Estados com relação ao Senac e ao Sesc.

Nós temos contadores. Nós não podemos assinar balanço. Quem assina balanço é contador. Eu também sou contador, mas não exerço a profissão há muito tempo. Fui deixando tudo e entrei no Sesc e Senac e tenho isso como uma missão. Eu acho que Deus me deu uma possibilidade de contribuir para o desenvolvimento do meu País. Com todas essas dificuldades, eu sou um otimista.

Nós construímos unidades, lá no caso de Pernambuco, é por isso que eu tenho esse relacionamento todo, no interior. Temos unidades na capital, mantivemos as unidades que nós temos na capital, melhoramos o funcionamento das unidades, mas todos os investimentos foram no interior.

Hoje, por exemplo, nós temos uma unidade em Goiana, chegamos antes da fábrica. É uma unidade construída em seis e meio hectares. Tudo o que pode existir em uma escola nós temos lá. As reuniões da Fiat são feitas lá no nosso auditório, num centro de convenções que nós temos lá.

Agora mesmo nós realizamos um seminário lá sobre investimentos em Pernambuco. Investimos nisso, em pesquisa, a Federação. Fizemos levantamento de todas as oportunidades de emprego que estão sendo geradas no Estado de Pernambuco. Nós oferecemos à comunidade, oferecemos aos empresários, mostramos o que é que eles podem investir hoje, naquela região.

Eu acho que o sistema tem transparência. Se existem algumas distorções, nós temos que corrigir. Nós vamos tentar corrigir.

Com relação à eleição do Presidente, o senhor até insinuou que eu poderia estar na presidência. É a mesma coisa que o Senado.

Há Senadores aqui que estão há 40 anos e não querem sair, não; são eleitos.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permita-me; eleito pelo voto do povo.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE – No caso do presidente, ele é eleito por todos os Estados, pela representação de comércio de todos os Estados. Também é eleito. E foi eleito por unanimidade.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE – Na última eleição dele, que ocorreu agora, ano passado, foi eleito por unanimidade, depois de 40... Vai para quase 40 anos também... Por conta disso...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Vai morrer lá.

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE – Eu também acho. Se o tirarem de lá, ele morre, porque ele adora a Confederação, adora o trabalho que faz com o Sesc e com o Senac.

Por exemplo, em Pernambuco, o que eu recebi de ajuda adicional para poder fazer o trabalho que realizo lá – e todos os Estados recebem – foi graças a esse empenho dele, desses recursos que ele consegue reter para distribuir com os Estados.

Então, Presidente, se eu fosse responder, ia de um em um, porque anotei tudo o que ele falou aqui. Mas vou lhe dar essa resposta por escrito. À Senadora que fez colocação com relação ao Piauí nós vamos responder. Já disse ao Senador: vou passar para ele essa resposta, e ele, então, a encaminhará para ela. E todas essas colocações que ele fez aqui com relação ao Sistema CNC, nós vamos responder, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Sr. Josias.

Vamos seguir aqui a mesma linha.

Vamos ouvir, então, o nosso querido e eterno Senador Adelmir.

Com a palavra.

O SR. ADELMIR SANTANA – Serei mais sucinto do que o meu companheiro, até porque seria repetitivo.

Pelo início das suas colocações, foi dito que o Sistema S fosse, efetivamente, por lei, o responsável pela formação profissional e pela assistência aos trabalhadores. Veja: essa é a função do Estado. Essas entidades...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ADELMIR SANTANA – ... surgiram para contribuir, como bem colocou o Josias; foram convocadas, e em um sistema que – não é nem bom recordarmos – era um sistema ditatorial. Em 1942, o Senai e o Sesi; em 1944 ou 1946, Senac e Sesc.

Então, Senador, a nossa função, vamos dizer assim, do ponto de vista da formação profissional e da assistência aos trabalhadores, é específico para o comércio, trabalhadores do comércio e seus dependentes e formação de contingente para atender às atividades de comércio e serviços, e assim, sucessivamente, na indústria, na agricultura, nos transportes.

É bom que se diga que, neste País, em 1909, surgiu o primeiro curso profissionalizante. Em 1909! Nilo Peçanha, presidente do Rio de Janeiro – naquela época, ainda existiam os presidentes de Estado. O primeiro curso era chamado de Artífice. O Brasil não produzia nem mesmo abridor de lata, nem ferro de passar – era aquele que se soprava com carvão, que vinha da Inglaterra. De 1900 até 2009, o País tinha pouco mais de 100 escolas técnicas. Surgiram as escolas industriais no governo Vargas, no governo Nilo Peçanha, depois vieram as escolas técnicas. Até 2009 não se ultrapassavam 100 escolas técnicas no Brasil. Por isso, existem os cursos profissionalizantes: na área do comércio, o Senac; na área da indústria, o Senai – apenas para citar esses dois – para ocupar esse vazio.

Então, disse bem o Josias, chega à Presidência da República um trabalhador, egresso de um desses sistemas – curso de torneiro mecânico, que não existe mais, do Senai –, e descobre que precisa dotar o País de pessoas técnicas.

E alcançamos, até 2012, 400 escolas técnicas no Brasil. Convenhamos que é muito pouco, é um número muito baixo. Por isso mesmo, se faz necessária a continuidade do Senac, do Senai, do Senar para ajudarem e não para serem os responsáveis pela formação profissional.

Vamos falar um pouco da natureza dessas instituições. O senhor falou de uma série de acórdãos, mas, agora, muito recentemente, no dia 17 de setembro de 2014, posterior aos acórdãos citados aqui, saiu um acórdão do Supremo Tribunal Federal. Eu vou simplesmente ler o que diz esse acórdão:

Os serviços sociais autônomos integrantes da denominação Sistema S vinculados às entidades patronais de grau superior e patrocinados basicamente por recursos recolhidos do próprio setor produtivo beneficiado ostentam natureza de pessoa jurídica de direito privado e não integram a Administração Pública, embora colaborem com ela na execução de atividades de relevante significado social. Tanto a Constituição Federal de 1988 como a correspondente legislação de regência [...] asseguram autonomia administrativa a essas entidades, sujeitas, formalmente, apenas ao controle finalístico, pelo Tribunal de Contas, da aplicação dos recursos recebidos.

Essa é uma decisão do Supremo Tribunal Federal – Recurso Extraordinário nº 789874, de 2014. Portanto, nós somos entidades privadas.

O senhor, como contador e advogado, falou sobre contribuições sociais, muitas vezes, e falou sobre impostos, tributos. Eu não sou nem contador nem advogado, mas sou administrador de empresa, e havia uma cadeira de direito tributário em que se definia claramente – eu me lembro do meu Prof. Aliomar Baleeiro – o que são tributos. Tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria; contribuição social não é tributo. Portanto, em não sendo tributo, ela não está alcançada por essa questão do Código Nacional Tributário, por essas exigências que foram citadas em alguns acórdãos contrariados por esse que eu acabei de ler. Apesar da natureza compulsória das contribuições sociais do Sesc e do Senac – eu me refiro ao Sesc e ao Senac, mas englobo os demais –, elas não se constituem tributo de qualquer natureza, pois não se classificam nem como impostos, nem como taxas de contribuição, nem como taxas de melhoria e, assim, não integram o sistema tributário nacional previsto no art. 145 da Constituição Federal, e o Código Tributário Nacional tampouco.

O senhor disse também, em determinado momento – e eu já falei isto na minha explanação –, da falta de transparência. Meu Deus! Eu disse aqui: há um Conselho Nacional com quase cem membros egressos de todos os Estados brasileiros, formado também de forma tripartite: trabalhadores, governo e nossas representações nos Estados. Esse é o nacional. Há um Conselho Regional com o mesmo critério de formação, de dimensão menor. Há um Conselho Fiscal, há auditores independentes. Foi dito aqui por vários que fazem isso. Há a Controladoria-Geral da União. Há o Tribunal de Contas. Não existe nenhuma organização no Brasil que tenha o controle como tem esse sistema. Do mesmo modo, os mecanismos de transparência – eu disse aqui também – são todos esses que foram citados aqui, as publicações. Além disso, os nossos orçamentos e prestações de conta são submetidos, além desses órgãos, no caso do Senac, ao Ministério do Trabalho e Emprego e, no caso do Sesc, ao Ministério de Desenvolvimento Social.

Então, eu não sei onde é que falta transparência.

O senhor falou nos índices de evasão. No nosso caso específico, eu fiz um questionamento ao meu diretor do Senac: é possível nós recebermos do Ministério valores do Pronatec sem que exista o aluno na sala de aula? Ele disse: "Não, não é possível."

O nosso índice de evasão dos programas do Pronatec chega a 13,59. E nós não recebemos desses que evadiram. Não há como receber, porque há uma frequência, há um controle de fatura para receber esses valores. Aliás, eles estão é atrasados conosco. Deveriam nos pagar o que devem do passado e já abrir novas matrículas para 2015. (*Palmas.*)

Em razão da dificuldade que eles têm de formar gente. O País precisa. Os nossos equipamentos estão disponíveis e o Estado nos procurou, inicialmente, o Senai e o Senac, para fazer isso. Depois, abriu, e eu não sei como é o critério, se há evasão, se há falcatruas. Não vou aqui entrar aqui nessa questão. Quero lhes dizer: no Senac não existe e, certamente, creio eu, em outras instituições sérias também não.

Então, meu ilustre amigo e querido Senador, o senhor também falou sobre as disponibilidades. Aliás, houve uma pequena confusão. O senhor misturou as confederações com o Sistema, com o Sesc, com o Senac, com o Senai.

Vejam bem, as confederações vivem, naturalmente, da contribuição dos seus associados, dos seus componentes, da universalidade da representação. Poder-se-ia gastar esse dinheiro com muitas outras coisas, mas, até em nome da subsistência do sistema, fazem-se aplicações no mercado financeiro e no mercado tributário.

O senhor também criticou a questão dos concursos públicos. Ora, a diversidade de atuação dessas instituições é tamanha. Pegando o Sesc, vai de um porteiro ao médico, ao engenheiro, ao arquiteto, porque nós precisamos, para prestar aqueles serviços de assistência aos trabalhadores, das mais diversas categorias. Agora, não se entra numa unidade do Sesc nem do Sesi, certamente, em que esteja lâmpada quebrada, a tomada ou a

descarga sem funcionar. Por quê? Porque elas são geridas como se instituições privadas fossem, com eficiência, com cuidados. Não depende de decisão governamental, de contingência de financiamento, de contingência da liberação dos recursos. Há uma ação muito rápida para atender as nossas necessidades.

Com relação ao processo seletivo, concursos públicos, o senhor bem sabe como se dão os processos quando o servidor público diz: "Agora eu arrumei um emprego, eu sou protegido pelo manto da estabilidade." É objeto, hoje, de contestação o volume de licenças médicas que existem no serviço público, notadamente na área educacional e de saúde, porque ficam fazendo trocas, inclusive, de atestados. Há aqui, na rodoviária, venda de atestados: cinco dias custa um valor; dez dias, valor maior; quinze dias, mais.

No Sesc, no Senac, nessas instituições que são administradas como instituições privadas, isso não ocorre. Tanto que a evasão de professores e de médicos das nossas instituições – evasão, não, o *turnover* – é extremamente alto, porque lá nós exigimos ponto eletrônico, atendimento do volume x, e eles não se sujeitam a esse tipo de procedimento. Caem fora, vão embora.

Processo seletivo existe, sim. Não existe o concurso público, até porque não há estabilidade dos nossos empregados. Aliás, a nossa recomendação como diretor regional, nós já assinamos um contrato de 30 dias de experiência e mais 30. Em 60 dias, que seja observada criteriosamente a ação desse servidor, porque há um processo seletivo e cada vez que se abre um processo seletivo nessas instituições, o volume de procura é enorme, porque todos querem trabalhar nelas.

Cito um exemplo. Agora mesmo, nós tivemos um concurso para auxiliar administrativo, uma das funções mais simples. Não tenho nem definição do número de vagas.

Apareceram 1.600 candidatos, dos quais apenas 87 preencheram ou passaram no processo seletivo. E nós seguimos rigorosamente a escala de classificação. Agora, fazemos nos 60 dias. Chamamos o primeiro, que, às vezes, é um especialista em processo seletivo ou em concurso público e não é um bom servidor. Nesses 60 dias, se não se der bem, demite-se e busca o segundo, o terceiro, e assim sucessivamente.

Com relação às compras, às licitações, pelo menos, aqui no meu regional e Distrito Federal, não precisa ir a Pernambuco, não. Está mais próximo. Visite o regional do Distrito Federal, visite as nossas unidades, visite a nossa administração que o senhor terá uma compreensão nítida de que como é que funciona isso. Eu estou há 13 anos, não estou há 40. Estou há 13, bato à mão, são 13 anos de contas aprovadas pelo Conselho Deliberativo Regional, pelo Conselho Nacional, pelo Conselho Fiscal, pela CGU, pelo Tribunal de Contas da União. Eu bato à mão, provo, peço, e tenho uma única restrição – olha só! –, uma única restrição nesses 13 anos. Sabe qual foi? Um dos nossos conselheiros questionou na Justiça que não daria o envelope fechado com a declaração do seu Imposto de Renda. No Tribunal exige, a lei exige que todos nós ofereçamos, a cada ano, cópia da nossa declaração do Imposto de Renda, para serem questionados de enriquecimento ilícito ou coisa que o valha. Foi a única restrição que tive nesses 13 anos. E assim há em muitos Estados. Agora, há administradores e administradores; há profissionais médicos e profissionais médicos. Não estou dizendo que todos sejam no mesmo nível. Mas, se há incongruência, que se faça cumprir a lei.

A transparência, portanto, existe. Nós queremos cada vez mais acertar.

E voltando à questão, ainda, do mandato – como eu disse, tenho 13 anos, tenho quatro mandatos –, o processo eleitoral eu diria que é mais puro do que o processo eleitoral proporcional brasileiro. (*Palmas.*)

É mais puro porque os eleitores nos conhecem e estão ligados diretamente a nós.

Quem elege os presidentes regionais? Exatamente os representantes das categorias econômicas que constituem a nossa federação. Isto é, os representantes dos sindicatos dessas categorias econômicas.

Quem elege o presidente da CNC? Os representantes dos regionais, os delegados eleitos. Nós, eleitos na base. Veja bem: as federações não representam empresas; as empresas são representadas pelos sindicatos; a federação é um conjunto de sindicatos; e a confederação é um conjunto de federações, que têm os seus delegados, eleitos lá nos sindicatos, eleitos lá nas federações, e que reelegem sucessivamente o nosso presidente.

Nós já tivemos aqui ou temos casos de alguns Deputados de 44 anos, também certamente porque a população os tem como bons representantes, como bons Deputado. Tivemos o caso do meu amigo Pedro Simon, que ficou 32 anos, acho que só perdeu para o Ruy Barbosa. E outros Senadores aqui, nós temos alguns já no terceiro mandato, há 24 anos como Senador.

Então, isso é uma escolha. É uma escolha do Colégio Eleitoral. No caso dos Parlamentares, é o eleitor. No caso das confederações e federações e sindicatos, os representantes da base, que são as empresas, os sindicatos e as federações.

Então, enquanto estiver merecendo a confiança desses delegados, certamente será reeleito por muitas e muitas vezes. Não é mandato continuado, são mandatos sucessivos, com temporariedade e com eleições durante os prazos regimentais.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que, apenas complementando as colocações feitas pelo meu amigo Josias, era isso que eu queria acrescentar e dizer da nossa satisfação em estar aqui a seu lado no sentido de dar clareza às nossas posições e também, em algum momento, contestar algumas declarações e alguns acórdãos, que são sempre refeitos por outras turmas ou por outros juízes.

São essas as nossas colocações.

Muito obrigado pela oportunidade.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço o Sr. Aldemir pelas suas...

O SR. ADELMIR SANTANA – E o convite está feito: Brasília! Não precisa ser Pernambuco. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É uma pena que eu possa ir sozinho, porque o povo brasileiro, os 215 milhões de brasileiros não podem vir a Brasília para fazer a visita a sua Confederação.

Seguindo a ordem, passo a palavra, então, à Srª Nicole Goulart.

A SRª NICOLE GOULART – Obrigada.

É muito difícil falar depois de duas belas explanações, duas belas defesas e argumentações do que realmente nós hoje representamos e atuamos.

Inicialmente, é importante esclarecer que, ao que parece, o Sest/Senat e os outros "S" não se submetem à 8.666 ou a algumas leis porque são entidades privadas, mas, sim, temos normativos internos, instruções de serviços e instruções normativas que disciplinam o bom andamento dos trabalhos, que dispõem sobre processos de contratação de pessoal e de serviços e materiais.

Começando pelo final, o senhor comentou o Pronatec. E, segundo a minha colinha aqui, hoje nós temos 83% de concluintes aprovados, de estudantes. De 96.121 matrículas, 83 pessoas foram aprovadas e concluíram os seus cursos.

Então, essa informação inicial era até então desconhecida por mim.

Foi comentado o processo de licitação e de construção de novas unidades. Como é bem sabido, são realizadas concorrências públicas e as empresas que apresentam o menor preço são contratadas. É importante esclarecer também que os editais para essas concorrências contam, e contaram, com o auxílio da própria Controladoria-Geral da União, que se disponibilizou para nos auxiliar em caso de dúvidas.

Também é importante ressaltar que, nos Estados que o senhor mencionou, nós temos unidades Sest/Senat em Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas, Dourados, Porto Velho, Vilhena e Rondonópolis. Também temos em Brasília, Anápolis, Luziânia, Rio Verde, Palmas, Cariri e Goiânia. São unidades que estão em pleno atendimento para esse trabalhador em transporte. Independente de arrecadação, nós temos um projeto de expansão, inclusive, de mais 15 unidades com editais na rua para ampliar esse atendimento.

Sobre as contas rejeitadas no TCU, eu tenho a dizer que esses apontamentos de 2012 foram feitos para algumas entidades e foram, sim, respondidos, foram encaminhados esclarecimentos. E também tenho a dizer que, de 2012 para cá, muito se evoluiu, muito se aprimorou, muito se cresceu no sentido de normatizar, de trazer essa correção de falhas que o senhor tanto mencionou.

Sobre o processo de seleção, em que pese já ter sido defendido pelo Senador Adelmir e também pelo Josias, não estarmos submetidos ao processo de concurso público, conforme o próprio Supremo Tribunal Federal, que assim determinou, há um normativo interno que o disciplina. Os processos seletivos realizados dentro do Sest/Senat contam com a participação de quatro pessoas. E há, sim, a vedação de benefícios a pessoas ligadas; há, sim, o respeito à lei que diz que não é possível contratar parentes até o terceiro grau, como mencionado pelo Josias. Então, os princípios são, sim, respeitados, são, sim, adotados.

Considero relevante, de extrema importância este debate para que possamos clarear, trazer à luz para os senhores todo o trabalho desempenhado, todo o trabalho desenvolvido pelas instituições.

(*Soa a campainha.*)

A SRª NICOLE GOULART – Ademais, o senhor comentou se as entidades do Sistema S são transparentes e se cumprem, sim, o que determina a legislação. Para não me alongar mais, eu acredito que o senhor teve uma amostra do que foi debatido aqui, do que foi dito.

Acredito que podemos, sim, as próprias entidades do Sistema S, contribuir para aprimorar e corrigir esses eventuais erros. Numa atitude um pouco ousada, permita-me sugerir que, ultrapassado esse momento de dúvidas, seja lançada uma segunda edição do livro dizendo que *Não existe caixa-preta do Sistema S*. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Srª Nicole.

Passo agora a palavra, então, ao Sr. José Claudio dos Santos, do Sebrae.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – Obrigado, Sr. Senador, por mais uma oportunidade de fazer esclarecimentos adicionais.

Antes, entretanto, gostaria de dizer que como dirigentes aqui, tanto os que já falaram todos eles e nós, que estamos aqui nos apresentando, nós temos as preocupações convergentes com as suas, todas, porque todos nós respondemos com o nosso patrimônio, com o nosso CPF e as nossas declarações de Imposto de Renda arquivadas dentro dessas entidades, analisadas pelas auditorias e pelos conselhos. Portanto, as suas preocupações são convergentes com as nossas, porque nós não podemos deixar de ser vigilantes dia e noite com tudo que compramos, adquirimos e contratamos dentro desse sistema.

Como o senhor, eu também sou contador de família lá do interior, fiz a minha vida desta forma e não quero nunca comprometer esse patrimônio que é a questão legal perante a família, amigos e todos aqueles com quem trabalhei ao longo de 40 anos. Então, temos a mesma preocupação de não comprometer as entidades, os dirigentes e o nosso patrimônio nesse contexto. Nós temos de ser vigilantes e assim todos, eu tenho certeza, que o são, porque se não forem, vão responder por isso.

Podemos apresentar nossos sistemas ainda dentro das nossas entidades com todas as informações, com todos os programas de qualidade, de eficiência e de eficácia de gestão que temos buscado dia a dia para aprimorar a gestão dos órgãos e dos sistemas com mais dificuldade no Governo, mas nessas entidades estão sendo feitos esforços muito significativos.

Entrando um pouco na sua pauta, Sr. Senador, posso dizer que, no caso do Sebrae, não existe reeleição. O Estatuto que foi definido pelo Conselho Deliberativo dispõe sobre essa situação, determinando que haja a eleição pelos órgãos representados. Isso está na Lei nº 128, de que foi, inclusive, Relator o Senador Ademir Santana, na época. Os seus dirigentes são demitidos *ad nutum*, por qualquer falha desses processos que possa levar à conclusão de dolo ou coisa do tipo.

No caso dos recursos do Sebrae, eles são arrecadados 100% pela União. Dez milhões de empresários que optaram pelo sistema Simples não contribuem com nada para o Sebrae. E nós estamos trabalhando para aumentar isto: de 3,6 milhões, que é o teto, para 7,4 milhões. Estaríamos nós trabalhando contra nós mesmos? Não, estamos trabalhando para um processo de desenvolvimento de micro e pequenos negócios que respondem por um grande volume de empregos, de rendas e de produtividade do País. Por isto que há esse tipo de trabalho, para melhorar a economia nacional, porque essas pequenas empresas representam hoje 27% do PIB nacional.

Com relação às pessoas... Aliás, ainda com relação a esse ponto, eu poderia dizer que a arrecadação é feita 100% pela Receita Federal, e todo o orçamento e aplicação dos recursos do Sebrae, centavo por centavo, estão definidos em um fundo que vai para os seus PPAs, projeto por projeto, ação por ação, no PPA que está lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – ... no portal, para toda a sociedade, até 2018. E nós já estamos trabalhando para o que vai até 2019, centavo por centavo.

A questão da contratação de pessoal, é feita, como foi colocado, seguindo critérios e princípios constitucionais. São feitos por processos seletivos estruturados, aprovados, discutidos com órgãos de controle, como TCU, CGU e demais órgãos que nos auxiliam nesse processo.

As nossas arrecadações ou cobranças que acontecem têm uma meta, uma diretriz de pelo menos uma contrapartida de 10%, porque entendemos que, muitas vezes, o serviço que não é cobrado também pode não estar sendo útil. Então, temos uma diretriz de, no máximo, 10%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – No máximo, 10%. Portanto, 90% é a regra geral em que nós temos que atuar sem cobrança.

Quando se trata dos empreendedores individuais, que já estão na faixa de cinco milhões de formalizados, em um grande programa de inclusão social, econômica e produtiva, esses não pagam nada; é 100% gratuito.

Quando estamos trabalhando com grandes empresas, que não se enquadram no limite do nosso teto de 3,6 milhões e que cobram serviços do Sebrae para melhorar a sua rede de fornecedores, que são pequenos negócios, essas empresas têm, sim, que pagar a parte que lhes convém, porque os recursos arrecadados não podem servir às grandes empresas quando elas estão solicitando esse tipo de serviço, porque visam a melhorar a sua cadeia produtiva de pequenos fornecedores, e os recursos são destinados a esses pequenos fornecedores. Portanto, eles, sim, são beneficiados com esse subsídio maior.

Observa-se também, na questão do Sebrae, que ele não trabalha com a formação de empregados. É um conjunto complementar: enquanto há um sistema que vai formando trabalhadores, nós vamos formando empresários e capacitando os empresários. Portanto, essas são parcerias necessárias para atender, com esses subsídios, às empresas pequenas, ao pequeno empreendedor, ao produtor rural e, inclusive, aos potenciais empreendedores, aqueles que estão nas universidades e que não sabem se terão empregos. Esses também recebem toda uma capacitação 100% gratuita.

Com relação às contratações também de aquisições, nós temos um regulamento que tem os princípios constitucionais em primeiro destaque, de ampla divulgação, de ampla participação e, principalmente, com a participação privilegiada das micro e pequenas empresas nas aquisições. Nem sempre nós vamos encontrar pequenas empresas para atender a determinados projetos de maior relevância, mas elas têm o privilégio de ser priorizadas nas licitações.

Não temos também qualquer pendência com o TCU, no momento, que possamos conhecer. E todas as questões que o senhor sugeriu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – ... de um modelo contábil único, eu diria que nós já somos obrigados a seguir as normas contábeis internacionais. Essas são as normas que valem para fins de auditoria do sistema, do Sebrae.

Ou seja, o Sebrae também trabalha lado a lado com o Tribunal de Contas, com a CGU ou em qualquer outro cenário constante de aperfeiçoamento. A cada processo de licitação em que é constatada qualquer oportunidade de melhoria, nós estamos lá os primeiros a trocar, conversar, fazer intercâmbio de como podemos avançar, porque, em cada setor, nós temos de compreender como ele funciona e aperfeiçoar isso permanentemente. Os órgãos de controle, na verdade, assim como este seu trabalho, acabam ajudando a melhorar esse processo. É assim que nós fizemos. E isso é uma aproximação permanente, de forma que o Sebrae não tem nenhuma conta julgada irregular nesse período nem mesmo a aplicação de multas aos seus gestores.

O Sebrae, em parceria com os bancos oficiais – foi perguntado sobre onde estão esses recursos, e eles estão nos bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica –, atuamos na facilitação do crédito para os pequenos negócios...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Tem esse valor?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Tem? Poderia me passar o disponível do Sebrae hoje? Poderia?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – Sim, posso colocar.

Esses valores disponíveis no Banco do Brasil e na Caixa Econômica, há 500 a 600 milhões que estão lá para garantir honras de aval de pequenos negócios que sofrem determinadas crises e nem sempre podem adimplir seus financiamentos; 1,9 bilhão estão na Caixa Econômica; e mais 1,2 bilhão no Banco do Brasil. Isso está...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permita-me? São 600 milhões que estão para garantia...

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – Para fundos e avais.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.. E 1,9 milhão ou 1,9 bilhão?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – São 1,9 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E no Banco do Brasil?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – No Banco do Brasil, são 1,2, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Essa é toda a disponibilidade hoje do Sebrae?

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – Ela não é uma disponibilidade, porque toda ela está comprometida com os projetos até 2019, centavo por centavo, Estado por Estado, projeto por projeto, ação por ação. Portanto, temos de ter um cuidado, porque, se gastarmos alguma coisa além do que é projeto finalístico, podemos não concluir os projetos com os quais nos comprometemos com a classe empresarial. Portanto, isso está lá, mas não é reserva, é apenas a garantia de que nós vamos cumprir os compromissos e os projetos que temos formalizados com todos esses segmentos da sociedade.

Com relação aos fundos de avais, nesse período de dez anos, nós já conseguimos salvar mais de 260 mil empresas com honra de 11 bilhões de avais cedidos para salvar essas empresas num processo de crédito garantido.

Ademais, Sr. Senador, eu posso dizer que o senhor votou favoravelmente à aprovação da Lei Complementar nº 147, de 2014, que universalizou o acesso ao Simples Nacional, que foi aprovado por unanimidade. Portanto, eu quero já aqui fazer, de público, porque isso demonstra o seu também reconhecimento da importância desse processo de inclusão dessas empresas, desses micro e pequenos negócios para a economia do País.

É isso, de forma bastante sintética.

Estamos à disposição para aprofundar qualquer discussão e para visita ao Sebrae, como melhor convier ao senhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. José Claudio, por todas essas informações.

Eu sou oposição, mas eu tenho os meus princípios e as minhas convicções. Eu tive problemas dentro do meu Partido, recentemente, quando fui Relator da 663, que designou subvenção ao BNDES no valor de R$50 bilhões, passando de R$402 bilhões para RS452 bilhões.

Como a história do Simples. Então, a minha linha de pensamento vai um pouco além de ser uma oposição simplesmente por ser uma oposição. Eu penso o Brasil. Gostaria que todos os políticos pensassem assim.

Passo, então, a palavra à Srª Karla Oliveira.

Ah, ao Sr. Gustavo Leal Sales Filho.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Obrigado, Senador. Eu vou precisar também do seu espírito democrático porque eu vou precisar mais do que cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, me faça um favor.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Aqui só tem S. Até agora, não recebi uma palma. (*Palmas.*)

Eu não estou pedindo palmas. Eu quero mais uma licença para ir ao toalete e não ser vaiado como a Dilma.

Com a palavra, o Sr. Gustavo Leal.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Obrigado, Senador. Como disse, eu vou precisar mais do que cinco minutos. Conto com o seu espírito democrático.

O senhor citou o Acórdão 526, de 2013. Citou uma série de problemas, se não me engano, de oito processos, sete estavam irregulares.

Eu quero informar o seguinte: o TCU não constatou irregularidades, mas, sim, algumas impropriedades formais, situações absolutamente resolvíveis. Impropriedade não implica conta irregular. E tanto isso é verdade, Senador, que eu tenho aqui – e gostaria até de deixar com o senhor depois – uma certidão, emitida pelo Tribunal de Contas da União, que mostra todas as contas julgadas do Sesi e do Senai, de 2007 até 2012, absolutamente regulares, algumas ainda não julgadas, certamente por questão de tempo.

Então, veja: isso nos dá tranquilidade de dizer que a gestão privada é eficaz sob todos os aspectos. O senhor é empresário e sabe disso.

Eu sugeriria, Senador, neste debate que o senhor está liderando, que o primeiro tema a ser debatido seja: qual é, quer se mudar a natureza do Sistema S, do Sesi e do Senai, se o que se quer é que nos tornemos uma instituição pública ou se mantém o *status quo* de hoje.

O legislador aprovou uma gestão privada porque ele queria a eficácia da gestão privada. Se não se quer mais a eficácia da gestão privada, então torne-a uma gestão pública e nós vamos ter os resultados que vêm da gestão pública.

Isso é importante discutirmos, porque eu sinto, nas colocações que o senhor faz, algumas dúvidas do tipo: por que gera receita? Veja só: talvez a situação mais fácil seria ficar numa zona de conforto. Eu recebo o recurso compulsório, faço a quantidade de cursos que aquilo ali me permite, e está tudo bem. Mas o Brasil precisa mais do que isso, Senador, muito mais do que isso. Nós temos que multiplicar a potencialidade dessas instituições.

Vou lhe dar alguns exemplos. Quando a gente olha só acórdãos, só números, talvez a gente fique um pouco distante da realidade. Então, os convites que foram feitos ao senhor para visitar, para conhecer, eu também o estendo, para conhecer o Senai, conhecer o Sesi, visitar alguns clientes, ver como a gente atua. Porque isso traz um outro lado, o da sensibilidade da realidade, que é importante na análise dessa discussão.

Como é que a gente funciona? Nós temos escolas, nós temos cursos regulares, em que os alunos chegam, são matriculados e tal. Mas nós temos demandas do setor produtivo que são as mais inusitadas, aquelas que precisam ser atendidas com maior prioridade. É uma usina hidroelétrica lá no Rio Madeira, que precisa ser construída, é uma refinaria nova que surge, é uma planta automotiva que vai para um Estado que não tem nenhuma tradição com aquilo. E esse projetos, quando surgem, Senador, eles surgem com o *timing* da iniciativa privada. Começa a terraplanagem e, em dois anos, aquela fábrica tem que estar funcionando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – E como é que a gente consegue fazer isso? A gente consegue fazer isso mobilizando gente, mobilizando recursos para ir para o interior fazer a capacitação de duas mil, três mil, cinco mil pessoas em seis meses, para atender àquele tipo de necessidade. Quer dizer, isso não é zona de conforto, mas isso é uma necessidade real que precisa ser atendida. Você só consegue fazer isso com a eficácia da gestão privada.

São vários os exemplos que a gente tem dessa natureza, e o sistema tem procurado fazer isso, tem procurado atuar orientado por demandas. Ele tem procurado identificar essas demandas, procurando ser ágil na sua implementação.

Então, não é justo também que se faça tudo isso para uma pessoa jurídica e isso seja coberto pela gratuidade. É preciso que essa pessoa jurídica faça o ressarcimento desses custos. Então, a receita de serviços é algo saudável, salutar. Quer dizer, nós estamos ampliando os nossos atendimentos. E, hoje, eu digo ao senhor: nós temos muitas frentes, muitos compromissos assumidos, seja na área da educação, seja na área da saúde, assumindo trabalhos importantes de monitoramento do ambiente de trabalho, da saúde do trabalhador, em locais onde não existe isso; garantindo ao trabalhador, de fato, que aquele serviço está sendo feito com os níveis de qualidade que o protegem efetivamente, esse trabalho todo nessa área de tecnologia, de metrologia.

Só para o senhor ter ideia, ontem, foi inaugurado numa das unidades do Senai o maior supercomputador da América Latina, em parceria com a British Petroleum – o maior computador da América, maior do que o do CENPES, prestando serviço às indústrias brasileiras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Isso tudo exige investimento, custeio, exige também participação de recursos de terceiros, mas você vai assumindo compromissos. Estes compromissos são da natureza da iniciativa privada; assumir esse tipo de coisa para fazer mais. Isso nós estamos fazendo muito no sistema.

Na próxima semana, nós temos uma reunião na Suécia com executivos da Saab, que, o senhor sabe, ganhou a licitação dos jatos da FAB. Eles querem fornecedores brasileiros. Eles querem que nós possamos desenvolver aqui empresas capazes de atender as suas necessidades de fornecimento de peças no Brasil. Isso é geração de emprego, isso é geração de renda.

Quer dizer, só se faz isso, Senador, com um clima organizacional que só a gestão privada pode dar – o senhor sabe disso.

(*Interrupção do som.*)

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Então, quando nós... do Sesi e do Senai, que é o dobro da receita compulsória, isso advém da vontade de fazer mais e das necessidades identificadas nos diversos setores alvo do nosso atendimento que precisam ser atendidas.

É por isso que o Senai goza dessa respeitabilidade junto aos seus clientes, porque ele consegue fazer isso com rapidez, com *timing*.

Eu vou dar um exemplo para o senhor que fala dessa diferença da eficácia do setor privado.

Eu tenho aqui alguns dados que foram recentemente publicados. A rede federal de ensino realizou, em 2014, 226 mil matrículas de curso técnico; nós fizemos 304 mil, Senador. Fizemos 304 mil. Mas fizemos, além desses 304 mil, mais 3 milhões de matrículas. Isso é fazer mais com menos. Se ficarmos só olhando, só gratuito, nós vamos fazer menos. O Brasil precisa de mais. E temos que fazer isso? É lógico. E a sua preocupação é pertinente. Nós temos que fazer isso com transparência, nós temos que fazer isso mostrando a boa aplicação dos recursos públicos.

Esse é um compromisso, como o colega do Sebrae falou, que nos atinge a todos. Nós somos os principais responsáveis em relação a isso. Então essa é uma questão importante.

Agora, o que tem acontecido com as instituições? Quando começamos a abrir tantas frentes, ficamos preocupados também, porque é aquilo: você está assumindo compromissos. E nós sabemos da economia brasileira. Nós nunca tivemos um patamar tão estável ao longo do tempo. Nós temos muitas oscilações. Agora mesmo, estamos num período de baixa.

Então, ao longo do tempo, é importante ter uma gestão prudente para fazer frente a tudo isso. O superávit que o Sesi tem hoje é da ordem de 3,6 bilhões – a reserva, a aplicação, a disponibilidade. Isso não aconteceu do ano passado para cá.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Sesi e Senai?

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Sesi. No Sesi nós temos um número consolidado mais fácil. A metodologia do Conselho é mais simples.

Então, o que acontece? É importante. E o gestor, porque nós temos uma gestão descentralizada, enxerga. Se estou assumindo um monte de compromissos, é natural que eu precise ter uma certa reserva. Se eu tiver alguma crise, é da natureza também do empresário e da gestão privada a prudência na gestão das coisas.

Essa disponibilidade de 3,6, construída ao longo de 14 anos, porque foi aí que a gente começou esse movimento, ela representa 6,48 da disponibilidade da receita total que o Sesi teve no período. Então, isso não é um valor fora de padrões da boa gestão. E volto a frisar: isso atende às necessidades do dia a dia da organização. É com essa disponibilidade que nós também planejamos os investimentos futuros. Esses institutos de

que estamos falando, o Sesi vai investir firmemente na questão de inovação, saúde e segurança para reduzir absenteísmo. E isso se dá a partir da tranquilidade de que você tem esse tipo de disponibilidade.

Outra coisa que eu gostaria também de abordar, da lista que o senhor pediu, diz respeito à questão da transparência e da consolidação. Veja, Senador, o sistema é federativo, ele nasceu assim. Cada regional é fiscalizada e julgada pelo Tribunal de Contas. Nós não temos, no nacional, esse tipo de atribuição, de execução de tudo. Eu diria até que esse modelo federativo é responsável pelo êxito da instituição. É muito melhor descentralizar do que centralizar. O pessoal da Bahia entende muito melhor as demandas do que se isso fosse tratado aqui em Brasília.

Então, o modelo descentralizado é mais eficaz e eu acho que esse é um dos fatos que geraram o êxito da organização.

Nosso entendimento nesse contexto é de que a LDO 2015 deve ser atendida regionalmente, com a consolidação em cada regional. A Instrução Normativa nº 1.470 da Receita Federal do Brasil permitiu que o modelo organizacional dos S, dos serviços sociais autônomos, fosse com CNPJ diferente, dada a dificuldade dessa consolidação. Os órgãos regionais dos serviços sociais podem ser descritos no CNPJ na condição de matriz, por solicitação do respectivo órgão nacional, sem prejuízo da responsabilidade tributária deste. Quer dizer, é tudo separado, a legislação é assim para suportar o modelo federativo e autônomo, mas precisamos aprimorar, o senhor tem razão, é difícil para a pessoa coletar esses dados todos, nós precisamos aprimorar e estamos trabalhando firmemente nisso.

Todos os regionais já publicam as suas informações nos seus respectivos *sites*. O que nós estamos fazendo agora, tanto no Sesi quanto no Senai, é uma consolidação do acesso. Então, o senhor brevemente vai poder entrar num *site*, encontrar lá o mapa do Brasil, entrar no Estado e ver. Nós vamos também providenciar o somatório dessas informações. Isso acho que já vai trazer um nível de transparência e de atendimento às solicitações, que, com razão, o senhor traz, bastante satisfatório.

Um outro item importante diz respeito à arrecadação direta.

Senador, o senhor preguntou se vamos continuar fazendo arrecadação direta. A arrecadação direta tem uma série de requisitos legais que são atendidos. A legislação do Sesi e do Senai autoriza a arrecadação direta. Essa legislação foi recepcionada pela Constituição no seu art. 240. A contribuição arrecadada é de titularidade do Sesi e do Senai. O titular da contribuição tem o direito e o dever de cobrar as suas contribuições. A Receita Federal admite e reconhece a arrecadação direta. O TCU também decidiu que a arrecadação direta é válida, Acórdão 3.214/2013-Plenário. O STJ também decidiu pela legalidade da cobrança direta.

Portanto, Senador, nós vamos continuar fazendo a arrecadação direta, porque ela é legal. Segundo, porque entendemos que ela é transparente. A Receita Federal do Brasil dispõe de meios para alimentar seu banco de dados por intermédio do Banco do Brasil, que é o banco depositário final dos recolhimentos efetuados diretamente ao Senai e ao Sesi. O Banco do Brasil produz um arquivo de retorno com o detalhamento do crédito e a identificação do contribuinte. Isso é habitualmente encaminhado ao Senai e ao Sesi e pode ser também encaminhado à Receita Federal, já que não há problema de sigilo fiscal com a Receita Federal.

Nesse arquivo a Receita Federal do Brasil pode tomar conhecimento não só das empresas que estão recolhendo as contribuições, mas também das que não estão. Também, achamos que é estratégico. Por quê? Porque isso gera um nível de proximidade muito grande do negócio. Quer dizer, nós nos aproximamos muito dessas empresas, são empresas maiores as que fazem esses convênios. Isso permite identificar melhor suas necessidades.

Isso permite que a gente atenda melhor a essas empresas, que são os clientes que, em última instância, são a razão de ser da existência do Sesi e do Senai. Esse vínculo de proximidade nós entendemos extremamente estratégico. Em função disso, a gente entende que os benefícios são muitos. Portanto, nós vamos continuar.

Bom, outro ponto...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só um segundinho. O senhor disse o número da norma que permite essa arrecadação direta. Por favor, só repita a ele.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Número 3.214, de 2013, Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Em relação à evasão. Da mesma forma...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor o tem aí?

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Não, não tenho, infelizmente, mas, se o senhor precisar, a gente pode providenciar à tarde.

Em relação à evasão, similar ao Senac, a evasão do Senai, do Pronatec, foi de 9% no curso técnico e 14% nos cursos-fim, um pouco acima do que normalmente é feito nos nossos cursos.

Outro tópico.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor tem o montante dessa arrecadação feita diretamente?

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Por favor. Só do Sesi ou Sesi/Senai?

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Tenho os dois.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Por favor.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Arrecadação direta 2014 do Senai, R$1,423 bilhão e do Sesi, R$2,279 bilhões. Isso é do orçamento suplementado, não é do realizado. O suplementado é o orçado que a gente suplementa no segundo semestre, exatamente pela dificuldade de consolidar – aquilo que nós já conversamos sobre a dificuldade de consolidação. Leva mais tempo para a gente ter esses números.

Bom, contratação de pessoal. Senador, há cerca de dois anos o Departamento Nacional do Sesi/Senai contratou a Hay Group para fazer uma pesquisa de mercado que permitisse definir as faixas salariais do Departamento Nacional do Sesi e do Senai. Isso foi feito. Foi adotada uma estratégia de remuneração inferior à mediana de mercado. No *site* está publicado o salário inicial, equivalente a 90% de cada faixa. A amplitude da faixa vai até 130%. O sistema, como eu falei, é federativo. Então, cada Estado tem o seu próprio plano.

Não identificamos nos *sites* dos departamentos regionais do Sesi e do Senai nenhum salário de diretor regional, de superintendente superior a esses parâmetros que nós definimos junto com a Hay Group. Também é importante destacar que os dirigentes, os líderes empresariais que compõem a administração superior, não são remunerados.

Irregularidades das auditorias. Eu acho que isso aqui mostra que, de fato, todas as contas estão aprovadas.

Em relação a salário, também, o Sesi tem 43 mil funcionários próprios no Brasil, com um salário médio de R$5.400,00 com encargos. O Senai tem 37.480 funcionários, com um salário médio de R$6.883,00 com encargos. Não nos parece nenhuma média de supersalários, nem coisa do tipo, para o tipo de exigência e de resultados a que eles estão submetidos.

Em relação à disponibilidade financeira, os recursos são aplicados na Caixa e no Banco do Brasil, conforme a legislação.

Eu acho que seriam esses os comentários, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço, Sr. Gustavo, pelas informações, pelas respostas e passo a palavra Srª Karla Oliveira do SESCOOP.

.

A SRª KARLA OLIVEIRA – Sobre as questões mais gerais de transparência, concurso público, acho que já foi amplamente colocado, amplamente defendido e brilhantemente defendido pelos aqui que já se manifestaram.

Então, até pelo avançado da hora, eu vou me ater a dois pontos específicos que o Senador colocou em relação à atuação do SESCOOP. Um dos pontos que foi colocado é que em 2009/2010 houve um aumento na contratação de cerca de 67%. Acho que é importante lembrar, foi apresentado aqui, o SESCOOP teve o início de suas atividades a partir do ano de 2000, e, até 2008, nós não tínhamos um processo formalizado de um plano de cargos, carreiras e salários. Vínhamos enfrentando um processo bastante forte de rotatividade e precisávamos atender com a eficiência que precisávamos ao nosso público-alvo.

Então, em 2008, fizemos a contratação por licitação da Fundação Getúlio Vargas, que nos apoiou com o método a partir da construção da cadeia de valor da identificação dos macroprocessos prioritários. Fizemos o desenho num plano de cargos, carreiras e salários a partir, também, de uma pesquisa de mercado ampla entre os outros S, entre o próprio setor produtivo, entre as cooperativas amplamente debatido com o Conselho Nacional, que é composto de forma tripartite, em que temos representantes de governo, representantes de empregados de cooperativas e representantes dos Estados. Esse processo foi amplamente debatido, amplamente negociado, até que chegamos à implantação de um plano de cargos, carreiras e salários.

Então, esse número que V. Exª coloca desse aumento, ele representa, na verdade, a implantação, o marco de implantação de um plano de cargos, carreiras e salários do SESCOOP. Eu preciso colocar que nos trouxe um salto de atuação em relação ao atendimento ao nosso público-alvo.

O outro ponto que V. Exª colocou, Senador, diz respeito à participação de OSCIPs em processos de licitação. Sobre esse aspecto, eu gostaria de colocar que esse processo foi cancelado, até porque o próprio TCU tinha manifestado dúvidas em relação a possibilidade ou não. Então, esse processo foi cancelado e acho que demonstra que nós estamos abertos e atentos a oportunidades e a pontos de melhoria.

Acho importante, também, ressaltar que na TC 002989 de 2013, que é fruto de um dos requerimentos do Senador, o próprio TCU reconhece, no item 8, que o SESCOOP adotou procedimento para melhorar os seus procedimentos de contratação.

Então, essas eram as considerações que eu gostaria de fazer a respeito dos pontos que V. Exª levantou.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Srª Karla.

E passo, então, a palavra ao Sr. Daniel Kluppel

O SR. DANIEL KLUPPEL CARRARA – Bom, Senador, não tem muito mais o que falar e também não vou tratar de casos citados do Senar, mas, em relação às teses colocadas aqui, eu acho que a gente tinha que avaliar que nós, como instituição privada, nós temos os nossos sistemas de controle e deliberação internos e que são estabelecidos mediante o conhecimento do setor e os pares que estão dentro do nosso conselho.

Eu vou citar, aqui, o caso do Senar. Ontem, nós tivemos a aprovação e a reunião do Conselho Deliberativo Nacional do Senar, que é composto por um terço dos membros vindos da Contag, e analisam tudo e olham tudo de uma forma muito consistente. E o fato de ser um terço não muda em nada se fosse só um membro, porque nada é feito via voto. E a importância dessa instância de deliberação é porque eles conhecem o nosso negócio, o Conselho conhece e tem características de trabalhador, de empresário que conhece o nosso negócio.

E, então, eu vou dar um exemplo, o nosso Conselho, há 12 anos, definiu que os cursos do Senar seriam de graça, não seriam cobrados. Não tem lugar nenhum escrito que não pode cobrar, isso foi uma decisão interna do conselho. E, então, eu remeto a um outro problema que eu acho que V. Exª tem razão, não de transparência, mas de comunicação, que V. Exª citou que o Senar cobra os custos. Então, tem, realmente, um problema de comunicação do Senar nesse caso. O Senar não cobra os cursos, mas não é porque é proibido, não é porque o TCU disse que não quer, é porque o Conselho do Senar assim definiu e assim ele pode mudar também essa deliberação.

Passando às instâncias de controle, obviamente, quer dizer, nem o conselheiro tem razão sozinho, nem o auditor da CGU tem razão sozinho, nem o técnico da Secex tem razão sozinho. Temos instâncias de discussão e aceitação ou não, e quem julga é o Tribunal, o TCU e podemos ir ao STF discutir esse assunto também.

Então, a questão do uso da imagem que o senhor colocou, houve uma discordância do jurídico com o auditor da CGU e, depois, com o parecer da Secex, e a pessoa interessada preferiu não avançar e, simplesmente, retirar a imagem da questão. Agora, quem define se é proibido ou não não é o auditor da Secex. E, aí, temos uma discussão interna muito grande da publicação de relatórios, da CGU e da Secex, antes de ter sido julgado no TCU, porque a CGU é um órgão muito importante, ajuda-nos muito, mas, às vezes, e não raro acontece, são feitos relatórios por pessoas que ainda, não sei se por imaturidade, não cabem questões passadas e que não resolve nada.

Então, o mais importante, nesse processo interno, é que há divergências, não é o posicionamento do advogado de uma regional, ou do advogado da administração central que tem que definir a orientação das nossas instituições. Então, quando não há confluência, alguém tem que definir isso aí.

E vou dar outro exemplo: pelo acórdão do STF, as nossas auditorias deveriam avaliar nossas atividades finalísticas, que, na cabeça de alguns dirigentes de alguns Estados nossos é o seguinte: ninguém olha mais licitação, ninguém olha mais processo seletivo, vai analisar porque estou fazendo em campo. O nosso conselho interno é que não permite que esse gestor faça isso. E, aí, vamos definir o que é atividade finalística, que vai ser outra briga jurídica, e sou agrônomo, prefiro não entrar nessa discussão.

Então, é óbvio que temos que melhorar, temos como melhorar. Esses processos administrativos internos são complexos. Nós, como gestores, às vezes, enfrentamos situações que nunca tínhamos enfrentado, e, enquanto alguém não definir o que é certo, o que é errado, ou por lei, ou por jurisprudência, ou por acórdão, o gestor privado pode executar suas atividades com eficácia, com eficiência, com economicidade.

Muito obrigado pela oportunidade.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, agradeço a todos pelas respostas.

O que quero fazer aqui, antes de encerrar esta nossa reunião, este nosso debate, um breve relato, mas prometo pelo elevado da hora...

Ainda há mais um para ser ouvido?

Todos, né? Todos.

Ouvimos, então, aqui, o Sr. Josias Albuquerque, que disse sobre as contas aprovadas, o TCU não é, até certo ponto, proativo, às vezes, deixa a desejar, parece-me que senti...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, não? Então me perdoa, me perdoa. Senti que...

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE (*Fora do microfone.*) – Na demora.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Da demora.

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE (*Fora do microfone*.) – Mas às vezes, não é nem responsável pelo CTU, porque o camarada fica entrando com ação para que o CTU não julgue as suas contas. Há contas lá que estamos há quatro anos tentando resolver, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está demorando a decidir, a se pronunciar. Então, não está sendo um proativo, até certo ponto.

O SR. JOSIAS ALBUQUERQUE (*Fora do microfone*.) – É nesse aspecto que coloquei, porque há ações que impedem até o julgamento, o camarada entra com ação e fica...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Entendido, então. Pois bem.

Sr. Adelmir, nosso amigo, falou aqui a respeito do acórdão do TCU; também disse que essas contribuições sociais não são tributos, apesar de ser compulsório, não são tributos; que há transparência por causa das contas que são enviadas ao TCU; seleção de pessoal; convidou-nos para fazer uma visita. A qualquer momento, Adelmir, quero fazer, sim, uma visita, vai ser um prazer enorme. Disse que a transparência existe.

O Sest/Senat, a Srª Nicole disse que precisa aprimorar e corrigir. E disse que, se eu for escrever um próximo livro, ele não terá esse título de caixa-preta.

Os senhores podem ficar à vontade e rir à vontade. Aqui há vários advogados, não é?

Houve um acórdão do Tribunal de Contas da União, um simples acórdão, tinha 68 advogados o Sesi, advogados em abundância. E eu tenho o maior respeito aos advogados e aqui temos, com certeza, tantos causídicos.

Srª Nicole, em 2010... se eu for escrever outro livro, talvez eu venha a dar outro nome a ele. Talvez eu venha dar o nome a ele: *Os Presidiários do Sistema S*.

E aqui eu vou colocar só uma situação, só uma. V. Sª forçou-me. Senador Clésio Andrade, em 2010, foi a uma instituição financeira, em Minas, e sacou R$32 milhões. Acho eu, Srª Nicole, que ele deve ter levado uns três ou cinco carros-fortes. Com isso, ele está respondendo a um processo penal no Supremo Tribunal Federal. Com aquela renúncia dele, o processo então voltou à Justiça comum. Acho que a senhora não foi bem-sucedida nessa colocação.

A SRª NICOLE GOULART – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permita-me, eu vou passar-lhe a fala.

Sebrae, o Sr. José Cláudio disse que discorda de todos os pontos que eu coloquei. Isso me preocupa demais. Eu queria que todos os pontos que eu disse aqui, Sr. José Cláudio...

O senhor disse que discordava de todos os pontos que eu coloquei, eu escrevi.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – Eu falei que são pontos convergentes de preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Convergentes? Depois eu vou olhar as notas taquigráficas, então. Eu espero que todas essas informações, essas argumentações fossem tão somente minhas.

Falou sobre a contratação de pessoal, 90% de gratuidade. Isso é muito bom, saiu daqueles 4,67%. Falou das licitações. Falou da disponibilidade de R$3,7 bilhões. Como também aqui o Senai colocou uma disponibilidade de R$3,6 bilhões. E aqui é possível que a gente chegue ao Sistema aos R$15 bilhões.

E aqui eu faço uma ligeira colocação. Tirando as instituições financeiras hoje do nosso País, eu não sei qual é o empresário brasileiro que tem uma disponibilidade de R$3 bilhões. Nós estamos falando de bilhões de reais. Isso não é dinheiro. Eu só queria fazer essa colocação.

O Sr. Gustavo Leal, do Senai, colocou as contas aprovadas, colocou aqui a gestão pública, colocou a transparência, usando a nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias, colocou a disponibilidade financeira do Sesi, que é R$3,6 bilhões. Também colocou aqui a situação da arrecadação direta.

Só um ligeiro comentário, Sr. Gustavo. O senhor mencionou a nossa Carta Maior, art. 240. Permita-me ler:

Art. 240. Ficam ressalvadas do disposto no art. 195 as atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salário, destinada às entidades privadas de serviço social e de formação profissional ao sistema sindical.

O Senai e o Sesi não são sindicatos. O sindicato foi criado através do art. 8º da Constituição Federal. Aqui nós estamos falando de contribuições sociais. Portanto, permita-me fazer a colocação de que o argumento do senhor para a arrecadação direta não tem sustentação, não está sob a égide desse art. 240, salvo melhor juízo.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Senador, o senhor pode... Só sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu vou também dar a palavra ao senhor.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Pois não. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quanto ao Acórdão nº 3214, de 2013, cujo teor eu não tenho ainda, eu vou olhar esse acórdão, com certeza, porque essa história da arrecadação direta, como eu fui muito claro, pela lei, só quem pode arrecadar tributo é... Vou esperar o assessor orientar direitinho a senhora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Já atendeu. O.k.

Então, eu discordo do senhor com relação a essa arrecadação direta. Eu não vejo amparo legal para essa arrecadação. Espero eu estar enganado, porque a coisa é muito grave.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO (*Fora do microfone.*) – Senador, posso?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Deixa eu concluir, por favor?

Me perdi nas folhas, gente. O Adelmir virou a folha. O Adelmir sumiu com a minha folha, aqui.

O SR. ADELMIR SANTANA (*Fora do microfone.*) – Foi o vento que virou.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, mas essa aqui estava o.k. Eu é que estou obnubilado. Eu estou obnubilado.

O SESCOOP, a Srª Karla Oliveira colocou a respeito daquele aumento que houve de 67 nas contrações. Ela foi muito clara explicando o porquê daquilo, daquela contratação, e também a respeito da Oscip, que tomou a decisão de que não seria o caminho mais adequado.

O Senar, através do Sr. Daniel, disse sobre os cursos todos, que são gratuitos, e que o sistema realmente precisa ser aprimorado.

O que eu queria dizer, antes de passar a palavra primeiro para a Srª Nicole e depois para o Sr. Gustavo, é que eu estou um tanto quanto preocupado. Por que a minha preocupação? Este Senador que está aqui hoje falando com os senhores... Tudo isso que ele disse não são palavras dele, são palavras da nossa suprema corte de fiscalização, o TCU, e da Controladoria-Geral da União, como também do Supremo Tribunal Federal, quando disse que essas contribuições sociais são tributos. Então, eu estou preocupado. Agora eu estou preocupado. Ou seja, o Supremo Tribunal Federal está errado, o Tribunal de Contas da União está errado, a Controladoria da União está errada.

Sobre transparência, todos os senhores dizem que há transparência, mas lamentavelmente na internet eu ainda não consegui ter acesso aos balanços dos senhores.

Eu gostaria, aqui por derradeiro, porque depois da fala dos senhores, eu prefiro encerrar, porque já está tão tarde, que os senhores me vissem – me perdoe a minha audácia – como parceiro, e não como adversário.

Podem rir, podem zombar, mas quem sabe um dia os senhores chegarão à conclusão de que a intenção deste Senador era tão somente contribuir com esse sistema tão maravilhoso. Agora, se nós caminharmos nesse rumo que eu percebi hoje, talvez possamos ter uma dor de cabeça muito grande lá na frente, porque, enquanto eu puder defender esse sistema em seu aprimoramento e nas correções, que acredito que deverão ser feitas de acordo com as informações, vou permanecer.

Passo a palavra, então...

A SRª KARLA OLIVEIRA – Senador, permita-me só esclarecer. Quando eu comentei do livro, fiz menção exclusivamente aos dois pontos que o senhor acabou de reiterar: aprimoramento e correções. Foi no sentido de que, uma vez convencido de que os aprimoramentos foram feitos, e uma vez convencido de que as correções foram feitas, nós entendemos perfeitamente que o senhor é nosso aliado. Foi nesse sentido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então está, desculpe-me.

Com a palavra, o Sr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Obrigado, Senador.

Só dizer que o art. 240 fala que "vinculado à instituição sindical". Então, o Sesi e o Senai são vinculados à CNI, que é uma instituição sindical de nível superior. Essa é a interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas as confederações dessas entidades! Não é CUT, não é CGT. Não é. Então, não tem nada a ver com o sindicato, salvo melhor juízo, eu continuo.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – É o sistema sindical patronal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu peço muito cuidado com essa arrecadação direta. Eu ratifico. Se possível, tenha-me como um defensor desse sistema para aprimorarmos.

Sr. José Cláudio.

O SR. JOSÉ CLAUDIO DOS SANTOS – Sr. Senador, apenas quero registrar que, quando fiz a minha manifestação, anteriormente, iniciei dizendo que nós temos as mesmas preocupações que o Senador traz e que as preocupações são todas elas convergentes. Nós trabalhamos na mesma direção. Foram estas as palavras que registrei: preocupações convergentes, na mesma linha que o senhor traz também, que entendo ser uma preocupação que tem com o sistema que temos hoje no País.

Num segundo momento, eu respondi aos temas que o senhor destacou de pessoal, de aquisição, aqueles que foram destaque na sua fala.

No terceiro, acho que estamos neste momento evoluindo, e esta é mais uma evolução, como tem sido ao longo dos anos, para ter melhorias e mais segurança na aplicação dos recursos. O senhor, com uma visão bem ampla; nós, dirigentes, cada um na sua entidade, mas também preocupados em não haver comprometimentos das questões pessoais, profissionais e organizacionais, garantir e dar segurança e sustentação a tudo isso, e principalmente à sociedade, que é quem está esperando o serviço que nós estamos prestando.

Então, é com esses todos que nós temos esses compromissos. Acho que por isso esta nossa reunião tem um futuro de trazer melhorias para o Brasil, embora não tenhamos almoço, etc, tudo isso vai para segundo plano, porque isso é muito mais relevante.

Por último, eu fiz um agradecimento pela sua parceria quando votou no Projeto nº 147. Foram esses os meus registros, que reitero aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, agradeço a todos e a todas aqui presentes. E agradeço, do fundo do coração também, aos nossos convidados, as nossas convidadas. E espero que tenhamos a curto prazo outras audiências.

Agradeço a todos e uma boa tarde!

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2015.

Às dez horas e vinte minutos do dia três de junho de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Donizeti Nogueira, Flexa Ribeiro, Douglas Cintra e Regina Sousa**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, João Capiberibe e Eduardo Amorim**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos e passa à PAUTA, destinada à realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA para discutir a crise hídrica no Brasil. Comparecem como convidados: Sr. Marcelo Medeiros, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – MMA; Sr. Luis Alberto de Mendonça Sabanay, Assessor Especial para Assuntos Estratégicos – MPA; Sr. Antônio Gomes Barbosa, Coordenador Nacional do Programa "Uma Terra e Duas Águas"; e Sra. Luz Adriana Cuartas Pineda, Pesquisadora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. A Presidência concede a palavra aos convidados, pelo tempo de dez minutos. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Donizeti Nogueira e Regina Sousa, que tecem comentários e perguntas. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Regina Sousa,** Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Bom dia a todos e a todas, Srs. Senadores, Srªs Senadoras!

Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a discutir a crise hídrica no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 15 de minha autoria – sou a Senadora Regina Sousa, para quem não me conhece.

Esta reunião é de caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Os cidadãos podem participar fazendo perguntas por meio do portal e-Cidadania, pelo endereço www.senado.leg.br.

E temos os nossos convidados: Sr. Marcelo Medeiros, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Luis Alberto de Mendonça Sabanay, Assessor Especial para Assuntos Estratégicos, do Ministério da Pesca e Aquicultura.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Esqueci de colocar. O Senador Donizeti também é autor do requerimento. Juntamos os dois requerimentos. Os assuntos eram idênticos e fizemos um só. Depois, vou passar a Presidência para ele.

Sr. Antônio Gomes Barbosa, Coordenador Nacional do Programa Uma Terra e Duas Águas; Srª Luz Adriana Cuartas Pineda, Pesquisadora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Inicialmente, dez minutos para cada um, com a tolerância necessária que pode chegar a 15 minutos, porque são quatro.

É uma audiência oportuna. Véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente, dia 5. Talvez por isso o esvaziamento. Nós não atentamos que amanhã é um feriado nacional, e aí a dificuldade para o pessoal ficar. Todo mundo já começou a viajar. Mas é uma oportunidade.

O debate é para refletirmos sobre a escassez da água. É um debate que precisa estar presente em todos os lugares. Não é mais só São Paulo que está sofrendo a crise da água de beber. Inicialmente, deu-se muita ênfase a São Paulo, mas hoje está presente em todos os lugares.

Eu fiquei estarrecida. No meu Estado, há uma lagoa, a Lagoa de Parnaguá, com 72 mil metros quadrados de superfície, uma das maiores lagoas do Brasil, 74 milhões de litros de água. Ela está totalmente seca. Abastecia quatro Municípios. Onde há vestígio de água é só lodo e lama. É uma coisa estarrecedora, para quem viu o mar que era a lagoa de Parnaguá e para quem vê agora. Então, há alguma coisa errada acontecendo. A intervenção é responsável. Somos nós que temos que discutir. O Governo, os poderes e a sociedade, principalmente.

A ONU lançou o seu relatório no começo do ano e é um grito de alerta sobre a questão da água. Diz que, em 2030, 40% vão estar sofrendo escassez. Vai haver déficit de 40% da água. Fala também que, nos últimos dez anos, o consumo cresceu duas vezes mais que a população. Então, são muitos dados. É aconselhável que todo mundo leia o Relatório da ONU, que divulguemos nas escolas.

Esta audiência é para isto: para ver que rumos, que dicas temos, tanto para o Governo quanto para o Congresso, para a sociedade; o que fazer para enfrentar a questão da crise hídrica no Brasil.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Medeiros, que tem dez minutos, com a tolerância. Depois revemos a questão do tempo durante o debate.

O SR. MARCELO MEDEIROS – Bom dia a todos, Senadora.

Eu fiz uma apresentação muito maior do que dez minutos, porque sei que ficam as apresentações, depois, para as pessoas copiarem. Então, há muito mais informação nela. Alguns eslaides eu vou passar rapidamente.

Eu vou falar rapidamente sobre os fatores – porque não foi somente a falta de chuva – que levaram a esse problema de escassez, e vou falar de algumas ações, tanto do Ministério do Meio Ambiente quando do Governo Federal como um todo.

Temos que levar em consideração não só o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, mas os fatores da ocupação humana que levam também à seca.

É sabido que temos o problema de falta de chuva na Região Nordeste. Há um problema geológico também na região, que não favorece a ocorrência de água subterrânea. Isso atinge quase 60% do Nordeste, ou seja, há falta de chuva e falta de reservação natural.

Temos um problema na Região Sudeste, que é intensamente ocupada. Há uma intensa atividade industrial, de comércios, e um adensamento popular, que levam não só ao esgotamento da fonte de água, mas também a problemas de qualidade.

Há o problema no Sul, onde a água é extremamente demandada para a irrigação. Não há um regime regular de chuva. Em qualquer dia, no Sul, pode haver uma seca ou uma cheia em partes diferentes do mesmo Estado.

A Amazônia, que é pouco ocupada, tem a maior concentração de água, mas tem o problema de qualidade. Depois eu vou falando sobre isso.

Um dos problemas que levaram a essa escassez é a nossa ocupação, tradicionalmente no litoral. Esses pontos mais escuros indicam maior densidade demográfica,enquanto que o interior do País foi pouco ocupado. Esse adensamento está piorando. Se levarmos em consideração que, em 1950, 55% das pessoas moravam em cidades, no Censo de 2010, com 190 milhões de pessoas, 85% já moram em cidades. Então, há um adensamento de pessoas e a concentração da pressão sobre a água em um ponto. Não só concentração da pressão, mas também, no caso de desastres naturais – eu trabalho com isso há muitos anos, sou do setor de águas há quase 20 anos, nos últimos sete anos coordenei, na Agência Nacional de Águas, a área de eventos críticos –, você expõe mais pessoas ao risco, por causa do adensamento. Você as expõe aos deslizamentos, às enxurradas, porque as pessoas estão mais juntas, ocupam uma menor área no espaço.

Esse adensamento também exerce uma pressão sobre a qualidade da água, e a má qualidade – nós, que trabalhamos com engenharia de recursos hídricos – é um fator de perda de disponibilidade de água. Quando piora a qualidade, é menor a chance de eu usar um certo estoque de água, seja um rio, um aquífero ou um reservatório.

E é justamente nos grandes adensamentos urbanos que há uma perda maior: maior lançamento de esgoto que não é tratado; maior lançamento de efluente industrial que não é tratado, ou mesmo que sejam tratados, não são suficientemente tratados a ponto de remover toda a carga de poluição.

Isso é comum também no Nordeste: não só o adensamento populacional, mas o problema de não haver vazão nos rios. Há muito rio intermitente, muita região que diminui bruscamente a vazão, quando cessa o período chuvoso. Onde diminui a vazão, há o aumento da concentração de carga poluente. O rio não faz mais a diluição. Perde-se mais água por conta disso. É um efeito perverso que, agora, São Paulo também passa. Como não chove, a vazão diminui muito e a carga de esgoto é a mesma, praticamente passa-se a perder mais estoque de água.

Nós temos muitas legislações que versam sobre águas, desde a Política Nacional, que é de 97, e está quase fazendo 20 anos. Há uma lei que cria depois a ANA, porque a política criou uma gestão descentralizada participativa; mas, em 2000,vimos que isso não ia andar muito para frente e criamos a Agência Nacional de Águas.

Concentramos, no plano federal, algumas coisas. Há a Lei de Saneamento Básico, o Estatuto das Cidades. Todas elas dizem alguma coisa sobre isso. Além da Lei de Saneamento Básico e da Política Nacional de Recursos Hídricos, temos o Plano Nacional de Recursos Hídricos e também o Plano Nacional de Saneamento Básico, que conversam entre si.

Nos Estados e Municípios, há reflexos dessas legislações. Hoje, todos os Estados possuem uma Política Estadual de Recursos Hídricos. Nem todos os Estados têm todos os instrumentos. Mais da metade já tem Plano Estadual de Recursos Hídricos, quase todos outorgam o direito de uso da água e quase todos cobram pelo uso da água de alguma forma, ou vão começar a cobrar.

A outorga, para nós, é muito importante. A nossa legislação é moderna. A Constituição diz que a água é um bem público. Se a água é bem público e é bem de todos, então tem que se regular não o preço mas o acesso; o acesso isonômico. A outorga é um meio de se ter o acesso isonômico.

Vou começar a falar sobre a escassez. Essa foto é de 24 de fevereiro deste ano. Foi um período de fevereiro em que houve várias enxurradas em São Paulo e inundações, ao mesmo tempo que você passa por um problema por falta de água para o abastecimento público. São as incoerências do tempo.

São Paulo também tem um problema que acontece em todas as cidades brasileiras. Eu sou de Belo Horizonte, moro em Brasília desde 2001, mas em Belo Horizonte também é o mesmo problema: você tem grandes rios que cortam as cidades, mas eles não são utilizados para abastecimento público por conta da poluição. É muito complicado e caro tratar um rio muito poluído e voltar atrás. Então, tradicionalmente, as companhias de abastecimento, ao invés de tratar o esgoto, começam a buscar água em locais mais distantes.

Essa é uma contagem de eventos de seca, pela Defesa Civil Nacional, de 2003 até 2012. Houve vários eventos de seca e vários de estiagem no Brasil inteiro. Só por conta de seca, que é a estiagem prolongada, nesse período nós tivemos 956 Municípios que declararam situação de emergência ou de calamidade pública, isso no Brasil todo. Mas se formos para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que são os mais afetados hoje, veremos que essa conta de 2013 não teve registro para São Paulo e Rio de Janeiro. O que eu estou tentando dizer é que essa situação que a gente vive hoje foi um pouco abrupta.

No final de 2013, começamos a ver que os reservatórios baixavam; e o período chuvoso de 2013 para 2014, que é o do final do ano nessa região, quando começam as grandes chuvas, não foi suficiente para encher os reservatórios. No início de 2014, nós conversamos com o Estado de São Paulo sobre isso. Começou a declinar rapidamente e as chuvas não vieram. Então é uma situação muito atípica para nós.

Na Agência Nacional de Águas nós temos a Rede Hidrometeorológica Nacional, coletamos dados há muitos anos e não temos registro de uma seca tão forte nos últimos 84 anos em que observamos a chuva. Nunca tivemos períodos chuvosos tão baixos.

Temos várias secas históricas em grandes aglomerados urbanos e sabemos como esses aglomerados lidaram com isso.

Vou deixar isso para depois. Fica na apresentação.

Em vários deles, houve não só planos de contingência. Uma coisa em que estamos batendo muito firme agora com os Estados e Municípios é que eles precisam ter formas, gatilhos que indicam que a partir de uma certa diminuição do estoque de água, seja um rio, seja um reservatório, deve haver ações restritivas a serem tomadas.

Londres é um bom exemplo, assim como Sacramento, na Califórnia, em que a partir de um certo limite de água, não se pode irrigar jardim, não se pode lavar prédio público, não se pode irrigar gramados. São várias medidas restritivas, tudo isso aliado a campanhas de conscientização pública, o que São Paulo está fazendo também.

Barcelona, a mesma coisa. Barcelona foi mais urgente ainda, porque foi abrupta como a nossa. Foi de um ano chuvoso para um ano muito seco. Além de fazer medidas restritivas, eles tiveram que apelar para a importação de água da França. Tiveram que instalar plantas de dessalinização de água do mar, o que, para nós que somos da engenharia, é a coisa mais complicada e mais cara a se fazer; mas eventualmente tem que ser feita.

O que tradicionalmente se faz na gestão da seca, principalmente do ponto de vista de abastecimento público?

A primeira tentativa que sempre se faz é buscar água nova: ou se busca um novo manancial ou se trata o esgoto melhor para poder oferecer água de volta. Isso é o que se chama de aumento de suprimento. A outra medida conjunta é diminuir a demanda, forçar a demanda.

As grandes secas são uma boa oportunidade para isso, principalmente para se mudarem os padrões de comportamento da população. Só que os padrões não são somente diminuir o tempo no chuveiro. Houve um aumento de renda das populações hoje em dia e isso aumenta a pressão sobre consumo de bens e serviços. E, com isso, aumenta-se o consumo de água. As pessoas começam a comprar mais coisas e tudo depende de água para a produção, não só o alimento. Qualquer coisa industrial também depende de água, e isso aumenta a demanda.

Então, temos que forçar a redução sobre a pressão não só do ponto de vista de uso direto da água pela pessoa, mas também por novos padrões de consumo. E tentamos minimizar impactos, o que, em parte, tem a ver com o aumento de suprimento.

Esses são os mananciais de São Paulo. Há oito grandes mananciais. De um a sete são os principais. O Cantareira é o mais famoso justamente devido ao volume de água que é retirado dele. Isso é para mostrar que a cidade de São Paulo não é abastecida só pelo Cantareira.

Esse é o gráfico exemplo de que eu falei antes. Essa é a produção de água tratada na metrópole de São Paulo de 2012 até 2015. Vejam que em 2012 e em 2013 há patamares de 70 metros cúbicos por segundo. Era a água entregue para as pessoas. Por conta da seca, a Sabesp e as companhias municipais foram diminuindo a vazão tratada. Hoje em dia, atende-se a cidade com 50 metros cúbicos. Reduzimos mais de 40% da vazão tratada. E as pessoas estão vivendo. Hoje a estimativa média de consumo está em torno de 200 litros por dia por pessoa.

É um dado meio falso, porque nessa conta entram a indústria que está dentro da cidade e as companhias de serviço também: restaurantes, lavanderias. Então, talvez o consumo da pessoa seja menor do que isso.

Essa é a distribuição dos sistemas. O Cantareira é o maior deles, atende a 5,4 milhões de pessoas. Aliás, ele era o maior, mas está perdendo espaço para o Guarapiranga, porque a própria Sabesp está fazendo modulações para retirar a pressão sobre o Cantareira, que é o nosso pior manancial em São Paulo hoje. Ele está com menos 10%. Menos é porque, em engenharia, consideramos negativo quando se começa a usar o volume morto. Ainda tem água. Estamos no volume morto dois, mas ainda tem água. Isso é para mostrar o quão abrupta foi a perda de vazão para o reservatório. De 82 até agora, em junho, sempre oscilávamos muito acima do volume morto. De repente, em 2014, houve essa queda de uma vez.

Esse gráfico é das vazões que chegam ao Sistema Cantareira. Temos um gráfico de médias. Até 2013, dizíamos que o pior ano do Sudeste foi 53. Quem lida com barragem faz o último teste num projeto de barragem, quando está construindo, que é o de simulação: se a barragem aguenta as demandas sobre ela. E há uma recomendação da Eletrobras e de outros órgãos de que se simule isso usando a década de 50, que sempre foi a pior década. Se o reservatório aguentar demandas com as chuvas da década de 50, ele é um bom reservatório.

O patamar mudou. Hoje em dia não é mais 53, é 2014. Todo o ano de 2014 é o pior ano do histórico que já registramos em oitenta e poucos anos de observação. E 2015 começou pior do que 2014. Tivemos uma afluência muito menor. Em fevereiro e março choveu, houve um aumento de vazão. Isso gerou aquela recuperação do volume dois para o volume um; só que nós estamos em maio e as vazões continuam menores do que em 53. Não temos uma perspectiva de recuperação de reservatório para este ano, nem mesmo no período chuvoso, porque grandes reservatórios como Cantareira, Três Marias, Sobradinho são o que chamamos de plurianuais. Eles têm que aguentar períodos severos de mais de um ano de seca, e já deplecionamos essa reserva que nós tínhamos. Então, vamos demorar alguns anos para recuperar esses reservatórios, mesmo que chova muito no final do ano.

O Paraíba do Sul é outro problema no Sudeste, é a bacia mais industrializada que nós temos, com maior desenvolvimento econômico.

O Paraíba do Sul é um pouco diferente do Cantareira, porque o Cantareira só tem o Cantareira. No Paraíba do Sul nós temos uma série de represas que foram construídas para o setor elétrico. Isso está garantindo a reserva. É a mesma coisa do São Francisco. Temos Três Marias, Sobradinho, Itaparica. Reservatórios do setor elétrico hoje suprem a demanda de abastecimento público.

É bom lembrar que o Paraíba do Sul sofreu uma das primeiras grandes transposições. Retira-se água do Paraíba do Sul para alimentar a metrópole do Rio de Janeiro através do Sistema Guandu.

No Paraíba do Sul, adotamos medidas restritivas de retirada de vazão através da Agência Nacional de Águas, que é um órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Então, hoje em dia ele está com 17%, que é a soma de todos os reservatórios. É um valor muito baixo. Estamos começando o ano com menos do que começamos 2014, como esse gráfico mostra. É a evolução desde 93 desse sistema equivalente do Paraíba do Sul.

Vejam que hoje temos 17%, mas no mesmo período, em 2014, tínhamos 33%. E, se olharmos um ano antes, nós tínhamos 50%. Como isso diminuiu muito!

De Belo Horizonte, no início do ano, recebemos pedido de ajuda também, do governo do Estado. É a mesma coisa. Há vazões diminuindo os mananciais principais da cidade. Esse é o único sistema de reservatório, que são três. Hoje ele tem 37%, mas esteve pior. Logo no início do ano ele tinha 30%. E essa queda foi de 2014, em um ano, até chegar em janeiro. Como ele desceu abruptamente por falta de chuvas.

Na Bacia do São Francisco, temos o mesmo problema. Ordenamos a redução de vazão em Sobradinho, mas isso foi feito em conjunto com o Comitê de Bacia. A mesma coisa fizemos em São Paulo, com os Comitês de Bacia e os usuários. Se não tivéssemos reduzido a vazão em Sobradinho, estaríamos usando o volume morto agora também.

O Nordeste é muito crítico. Eu já falei daquela condição de não ter reservação natural em aquífero. Hoje em dia, para nós, um dos piores é o Ceará. Temos um valor muito baixo no reservatório do Ceará e em Pernambuco. Eles estão bem baixinhos. Isso pode levar a um colapso se não houver aumento de chuvas e se não houver racionamento.

Esse gráfico acompanha a evolução dos sistemas de reservação dos Estados. Vejam que há uma queda desde 2012. Houve uma subida só na Bahia.

A Bahia era o Estado que mais nos preocupava até 2013. A seca dele começou em 2011. A seca severa foi mais ou menos em 2012. Mas houve chuvas no interior da Bahia que aumentaram o nível de um grande reservatório, Pedra do Cavalo, que abastece a porção sul da Bahia. Então a gente teve como se fosse um certo alívio; mas as demais caíram muito.

O Epitácio Pessoa é um reservatório emblemático. Quase todos os grandes reservatórios do Nordeste tiveram esse comportamento. A gente teve armazenamento e, de 2012 para cá, com a seca, queda abrupta. É uma queda tão descendente que é como se não tivesse chovido nos últimos três anos, de tanto que desce. Ele não sentiu as chuvas que houve, de tão poucas que foram.

Bom, dentro do Governo Federal, a gente tem um comitê de doze Ministros, a gente se reúne periodicamente, os Ministros numa frequência menor e nós técnicos toda semana, para discutir o que é feito para cada Estado. Nós estamos auxiliando Estado a Estado, até por conta do pacto federativo. Todo mundo tem uma legislação estadual de recursos hídricos e elas têm que ser obedecidas. E essas são as linhas principais de apoio do Governo.

No plano do Ministério do Meio Ambiente, tem a Agência Nacional de Águas e a gente exerce isso através da regulação. Em todos os Estados, principalmente no Nordeste, em São Paulo e no Paraíba do Sul, nós fizemos atividades de articulação com os comitês, com os Estados e Municípios, para diminuir as retiradas de vazão; e também com os setores dos grandes usuários, da indústria, da irrigação. A gente está diminuindo a outorga de todo mundo. E isso é feito negociado, não é imposto. E a gente está fazendo regras de operação mais restritas para os reservatórios do setor elétrico também. Lá existem linhas de apoio financeiro, através do PAC, do BNDES.

Esses foram os pedidos de obras do Rio de Janeiro feitos ao Governo Federal. Deles o mais relevante é o Sistema Guandu, que abastece mais da metade da região metropolitana do Rio de Janeiro. É um manancial. Há uma transposição do rio Paraíba do Sul para ele, são 60 m^3 por segundo, só que uma grande parte dessa vazão é para diluir o esgoto que chega através de três rios nessa área aqui onde fica a captação que vai para a região metropolitana. Vem Poços, Queimados e mais um terceiro do qual esqueci o nome. Eles vêm do Distrito Industrial, da Baixada Fluminense. Então, para diluir o esgoto você tem essa grande adução de água. Essa adução não foi feita por causa disso. Na década de 50, isso tudo foi construído pelo setor elétrico, só que como existia disponibilidade de água, o Rio de Janeiro começou a tomar água para abastecimento público. Essa transposição era do setor elétrico.

Então nós estamos financiando uma obra que vai aumentar uma barragem aqui, que segura esses três rios, vai ter um canal subterrâneo aqui, para jogar essa água poluída mais à frente e vai diminuir a necessidade de diluir essa água. Então, eu posso diminuir essa pressão sobre o Paraíba do Sul.

Ao mesmo tempo, isto aqui é a foz do Guandu, no São Francisco, no Paraíba do Sul, no Guandu, em diversos rios que diminuíram a vazão no ponto de contato com o mar, porque o mar entra. É o que a gente chama de avanço da corrente salina. Quem capta a água, quem pega a água salina não estava... Nenhum sistema de

tratamento foi feito para tratar a água salina. Então, os sistemas ficam inviáveis, não se consegue mais captar a água. São várias cidades.

No caso do Guandu, a gente autorizou um excesso de água para empurrar de novo a corrente salina, mas o São Francisco também, Sobradinho e Xingó, todo mundo está soltando água para deter o avanço, justamente para favorecer essas cidades que estão na beira do mar.

Nesse caso aqui não tem mais como fazer isso. Então as indústrias, sob uma articulação do Governo do Estado, fizeram uma barragem subterrânea aqui... subterrânea não, uma barragem submersa que diminuiu o avanço. É uma obra simples, barata, e por conta disso a gente vai economizar uns 10 m^3 por segundo nessa região. É muita água para ser economizada.

Aqui são as obras de São Paulo. A mais emblemática, que ficou na mídia o tempo todo, foi uma transposição do Paraíba do Sul para um rio estadual que justamente leva para o Cantareira. A gente fez uma articulação entre os três Estados que acompanham a Bacia, os Comitês de Bacias, alguns usuários e vários órgãos federais para que isso fosse feito, mas isso só vai estar pronto em 2017.

Na ANA, a gente tem outras ações que não são só de regulação, mas são de informação. Então, tem o Atlas (Abastecimento Urbano de Água), que está sendo refeito agora e diz justamente sobre esse problema: Município a Município do País, qual o problema com o manancial, se ele tem que ser ampliado ou não ou se tem que buscar um novo manancial. E a gente está fazendo a mesma coisa agora para o esgotamento sanitário, porque lembra que eu falei que o problema de seca não é só chuva, é um problema também muito sério de qualidade da água.

Na ANA também, junto com a Integração Nacional,estamos fazendo um Plano Nacional de Segurança Hídrica. É um projeto que já começou no ano passado para garantir a oferta de água; e outra vertente é aumentar a resiliência das comunidades quanto aos desastres de origem hídrica que são seca e inundação.

A gente tem também um programa de revitalização de bacia, no Ministério; mas ele está sendo reformulado agora, pelo Governo Federal, a partir de uma decisão da Presidente, porque há muitas ações que têm de ser articuladas em conjunto, principalmente saneamento e controle de erosão, que não são exercidas pelo Ministério do Meio Ambiente.

Também temos um programa para comunidades no Semiárido, que é muito interessante, que a gente chama de Água Doce, que é tratar a água salobra salgada do poço, para a comunidade ter água potável através de um pequeno dessalinizador. Ele é mantido pela própria comunidade e o rejeito dele vai para uma estação não de tratamento, mas de criação de peixes. Então você passa a ter proteína animal e essa água que sai do peixe vai irrigar uma planta australiana que se chama Atriplex, que vive muito bem com o sal e retira cloreto de sódio do solo, porque o cloreto de sódio estraga o solo, não é?

Bom, passei um pouquinho, mas ficam a apresentação e as perguntas.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Passo a palavra ao Sr. Luis Alberto de Mendonça, do Ministério da Pesca.

Você também tem apresentação?

O SR. LUIS ALBERTO DE MENDONÇA SABANAY – Não. Aqui é a minha discussão.

Bom dia a todos e a todas.

Senadora Regina Sousa, parabéns pela Comissão de Meio Ambiente e a iniciativa do debate sobre a questão da crise hídrica. Para nós, como o Marcelo terminou com peixe, eu vou começar com peixe. Certo?

Quero cumprimentar os meus companheiros de Mesa: o próprio Marcelo, o Antônio, a Luz; o Senador Donizeti, com quem eu tive o privilégio de estar na semana passada, num debate da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Estado dele: Tocantins.

Discutindo o peixe, Senadora, temos que dizer que a água é intrínseca ao nosso sistema de produção. E toda crise vai impactar sobre um novo sistema produtivo brasileiro que tem tempo de experiência, mas de fato, como política pública no País,foi consolidada a partir de 2003; e em 2009 tivemos a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

E para iniciarmos esse debate, eu não vou entrar nas considerações mais técnicas e gerais porque a obviedade está colocada inclusive pelos gráficos que o Dr. Marcelo apresenta na sua exposição. Mas olhando para São Paulo, nós já tivemos um impacto significativo na produção da nossa aquicultura continental, com a diminuição das águas dos reservatórios aos quais nós temos acesso para a utilização na produção.

Então, a perdurar essa mesma lógica, principalmente com a questão das mudanças climáticas, que é o maior impacto, na verdade, no recurso hídrico para o setor produtivo que atinge oceanos e águas continentais, nós temos essas questões do modelo de desenvolvimento que temos vivido nesses últimos 50 anos, que precisa ser colocado em pauta, principalmente o adensamento demográfico das cidades, a exemplo da minha

cidade que é Florianópolis, em Santa Catarina, Senadora, que tem a maior produção de moluscos bivalves do País, responsável por 78% da produção nacional.

É uma ilha. A cidade aumentou, a população aumentou, e uma das questões centrais para o desenvolvimento da produção em águas brasileiras é ter qualidade de água. Eu não posso ter água ruim. Se tiver água ruim não tem peixe ou não tem comida.

Então, o principal debate que se faz em Florianópolis é o saneamento básico, porque impacta diretamente nas bacias nossas, principalmente nos lugares de produção que estão ao sul da ilha de Florianópolis, que é a produção de moluscos.

Se a qualidade de água que vai ser despejada nesses lugares não estiver adequada, obviamente eu vou ter uma consequência objetiva no impacto da produção daquela região. Então isso é fundamental no conceito geral do debate do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Eu considero o impacto das mudanças climáticas, tanto nos oceanos quanto nas águas interiores... O comportamento do recurso, a escassez, e nos oceanos também o aumento de acidez, a mudança no comportamento dos biomas, do ecossistema, a mudança do comportamento dos estoques pesqueiros... Óbvio, não é só a crise da diminuição da água, mas aquilo que de fato, de um modo geral, impacta sobre o recurso.

Então, o que nós ponderamos nessa discussão? Essa questão do modelo de desenvolvimento não pode ser a qualquer custo.

O Brasil tem um grande potencial de desenvolvimento do setor pesqueiro brasileiro, tanto a aquicultura como a pesca. Ainda que a pesca tenha o seu estoque controlado e o recurso não seja abundante pelos nossos oceanos, ainda há, dentro da política, pelo que estamos constituindo, principalmente num plano de ordenamento e de manejo, de extração do recurso natural que seja de forma sustentável, ainda há um grande espaço para a produção do alimento, do pescado brasileiro, na pesca extrativa. Digo isso tanto na costa quanto no continente brasileiro. E a aquicultura como sendo de fato a ferramenta para o aumento da produção da proteína animal.

Diferente dos outros sistemas pecuários, a aquicultura basicamente deve ter esse controle. E nós temos hoje, no critério de desenvolvimento da aquicultura, a prática do licenciamento ambiental, que já é uma regra segura do ponto de vista da sua consequência, do seu objetivo, do que está no objetivo do nosso desenvolvimento, uma produção altamente sustentável para o setor da aquicultura. Tanto é que nós regulamentamos, desde o início, a utilização dos copos de água para a produção de aquicultura em 1% do total do recurso. Sabe-se no mundo que pode-se utilizar até 4%. E nenhum dos nosso projetos de desenvolvimento de aquicultura chega a 1% de ocupação do espaço.

Então há impactos? Obviamente há, porque é um recurso externo que você implanta dentro da natureza, agora é de baixo impacto, com toda a certeza, para essa questão. E a exigência que nós fazemos, no monitoramento do controle da água para a produção de aquicultura, de fósforo, daquelas coisas todas que são colocadas como elementos de identificação da qualidade da água, é fundamental para o que nós vamos subtrair depois, que é o produto da aquicultura.

A segunda grande questão que nós queremos colocar do cultivo da aquicultura. Nós criamos... Nós apoiamos, na verdade, uma iniciativa da Unesp, uma rede de sustentabilidade que inclui quase 38 pesquisadores e 15 instituições nacionais que estão responsáveis por levantar as condições de qualidade de água, a questão da boa utilização do recurso hídrico e também de uma forma coordenada fazer a pesquisa da eficiência da utilização do recurso hídrico para a produção do setor de aquicultura.

Nós temos um terceiro exemplo que colocamos, que é o planejamento do desenvolvimento da aquicultura no Estado do Maranhão, que envolve os apicuns e os salgados. É um bioma essencial que no Código Florestal foi muito debatido; e temos uma responsabilidade muito grande sobre esses recursos. Mas também existem populações que sobrevivem... e não são poucas pessoas que sobrevivem da extração desse alimento, principalmente do caranguejo e de outros produtos, da carcinicultura e do seu desenvolvimento nessa região.

Nós temos que regular a boa utilização do recurso. E o plano de desenvolvimento desse setor no Maranhão, da carcinicultura, tem sido um exemplo para nós, porque os cientistas analisam os impactos do contorno da produção e propõem elementos reguladores que deem conta de fazer com que essa produção seja sustentável. É um exercício analítico muito importante que nós temos; são dois exemplos entre tantos outros que o Ministério da Pesca e Aquicultura tem apoiado ao longo desses anos.

Agora, o que de fato o MPA observa em termos de futuro, com o que eu gostaria de contribuir em relação à proposição em debate nesta Comissão?

Nós temos que investir, ampliar o investimento em pesquisa, desenvolvimento, inovações e tecnologias que otimizem a utilização dos recursos, como mostrou o Dr. Marcelo ali. Aproveitar a água para o consumo humano, aproveitar a água para a adubagem de lavouras, o que é possível acontecer; principalmente quando

tem peixe há uma presença muito forte de adubo natural, que pode ser potencializada; há a utilização para a produção do pescado e outros tantos... E nós temos uma pesquisa desenvolvida na Furg, no Rio Grande do Sul, que aproveita a água em até seis meses, no mesmo sistema para a produção, que é um exemplo importante a ser considerado aqui.

A segunda questão é ampliar a pesquisa da rede de sustentabilidade para o monitoramento do recurso hídrico, a diminuição e a sua reutilização, que eu acho fundamental.

À similaridade do Ministério da Agricultura, que teve uma iniciativa muito interessante, que é a agricultura de baixo carbono, nós precisamos também implementar sistemas de controle e monitoramento e também políticas e tecnologia para uma pesca extrativa que tenha essas considerações do baixo carbono como critério e como um plano de desenvolvimento nacional, associado ao ordenamento, ao monitoramento, ao plano de manejos no recurso natural.

Há outra questão que é a água da chuva. É um recurso em que nós temos que nos aprofundar. No caso nosso da produção, temos esse mapa de uma seca sistêmica que há no noroeste do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná, que perdura há alguns anos e é um dos lugares de maior produção de aquicultura daquela região do Sul do Brasil. Nós temos já aqueles chiqueiros de suínos, de aves, utilizados como uma ferramenta de reaproveitamento do recurso, que tem sido aplicado para o desenvolvimento da aquicultura.

Obviamente, nós temos essa questão da preservação dos mananciais, das florestas, do controle desse processo da expansão de um programa de desenvolvimento da agricultura e da pecuária brasileira que precisa ter esse horizonte em vista. Não dá para fazer uma expansão de qualquer forma.

Para nós, as matas ciliares dos rios, dos mananciais são fundamentais. A caracterização da conservação desses sistemas garante para nós um recurso adequado, com qualidade, em que a produção pode ser desenvolvida de alguma outra forma.

Do ponto de vista de curto, médio e longo prazo, o que eu colocaria em perspectiva para o desenvolvimento do setor pesqueiro brasileiro, envolvendo tanto a produção quanto a extração? A primeira grande questão é que nós temos que, no nosso caso do desenvolvimento, partir para além dos estudos dos recursos naturais que ainda não são totalmente conhecidos. E nós temos que aprofundar como podemos utilizar isso de forma inteligente, esse processo do recurso natural pesqueiro no Brasil, porque não é só a utilização da água.

O peixe, por exemplo, Senadora, pode servir para o alimento, pode servir para combustível, os seus restos. Há as algas, que podem ser vetores de meio ambiente. Principalmente em águas que estão muito sujas, elas também podem ser aproveitadas para uma série de questões e para desenvolver um sistema de controle de vetor ambiental.

Nós temos que trabalhar o zoneamento da pesca e da aquicultura em que incluamos no processo uma análise de risco rigorosíssima, para garantir a viabilidade da produção, considerando as mudanças, considerando a escassez do recurso hídrico, que é fundamental nesse processo. Um planejamento para o desenvolvimento que evite a concentração. Nós precisamos ter essa lógica em perspectiva, para garantir a sustentabilidade do futuro do sistema produtivo brasileiro.

Eu vou fazer uma comparação que fiz lá no Tocantins. Em um hectare de terra e pasto e boi, proteína animal, na melhor performance, eu consigo produzir 700kg em três anos. No mesmo hectare de lâmina d'água em tanque escavado, eu consigo produzir, em seis meses, 16 toneladas de proteína animal, olhando a tilapinha que você apontou ali, Marcelo. Está certo? Um hectare de pasto, proteína bovina, 700kg em três anos. Em seis meses, no mesmo hectare, com água, eu consigo 16 toneladas de produção de pescado.

Então, é pouco espaço. E se não adensar, a reutilização do recurso pode ser feita, e nós temos um alto impacto no sistema produtivo brasileiro.

Dentro da pesca, precisamos ter uma pesca seletiva, não concentrada, diminuir o esforço, qualificar a intervenção dos sistemas de pescarias, que têm baixo impacto nos recursos naturais, no meio ambiente e na sua totalidade, mas que são elementos em perspectivas para o desenvolvimento brasileiro.

O zoneamento pesqueiro, o zoneamento aquícola, um plano de zoneamento para o desenvolvimento são fundamentais, por quê? Porque mantém as populações produtivas nos seus espaços e evita, por exemplo, a migração e a concentração nos grandes centros urbanos, que é um dos grandes problemas para a questão da escassez do recurso hídrico, mantendo uma atividade rural sustentável.

Aliás, quero considerar isso neste debate, já finalizando a minha intervenção. Tenho que considerar duas faces do mundo rural: o que tem a terra como seu insumo fundamental para a produção, para a vida, para a produção de alimentos etc., e outro que está na água, e com uma diferença fundamental. Qual é a diferença fundamental? A terra tem o seu estatuto privado.

Senadora, sabemos que o problema da pobreza... Tocando num problema que não é só do Brasil, mas a América Latina vive e tem superado ao longo destes últimos anos, falamos do grande problema da má dis-

tribuição de espaços. Está certo, Senadora? Se a terra tivesse sido bem dividida, Senador Donizeti, no começo da nossa história, não teríamos as concentrações e os bolsões de pobreza que vemos, porque há espaço para todo mundo. Então, essa atividade de regularização ou de redimensionamento da atividade do sistema fundiário é fundamental.

Mas a água, no Brasil, no nosso País, é um bem público, é um recurso público. Por isso, defendo, em absoluto, que a política de desenvolvimento de pesca e aquicultura e de produção e águas no nosso País necessita fundamentalmente de uma presença forte do Estado brasileiro, na conduta dessa política, e do Estado como um todo, na sua Casa de legislação, na sua ação executiva, na questão do Judiciário, porque a água em nosso País tem que ser tratada com essa natureza pública, com um alto controle social, porque é um bem de consumo humano e com múltiplo uso que precisa de uma responsabilidade na sua preservação, de forma bastante rígida e sistemática. Por que? Por causa das futuras gerações, do futuro do nosso País e do nosso continente.

E não dá para pensar em recurso hídrico sem pensar numa política integrada do ponto de vista continental. A mesma água que sai dos Andes vai para a Bacia Amazônica, que é o nosso grande potencial de desenvolvimento do pescado brasileiro. E temos um Ministro hoje, é o primeiro Ministro da Amazônia, que é o Ministro Helder Barbalho, que tem tentado projetar e ampliar como foco do desenvolvimento amazônico a questão do desenvolvimento do pescado, como também o de gelo na Antártica, no sistema, que tem impacto nos recursos hídricos do nosso País e do nosso continente de forma bastante intensa. Então, temos que pensar uma política continental para isso.

E encerro, aqui, agradecendo a oportunidade da participação do nosso Ministério da Pesca e Aquicultura neste debate, propondo que água e peixe devam estar sempre presentes na mesa de todo brasileiro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Convivam harmoniosamente.

Vou convidar o Senador Donizeti para dividir a Presidência, o requerimento foi nosso, e vou para o lugar dele ali assistir.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Não, não precisa não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Vem, Donizeti, presida aqui um pedacinho.

Eu queria só cumprimentar, de novo, uma pessoa, o Barbosa, porque só depois da segunda olhada o reconheci, fomos companheiros de militância no Partido dos Trabalhadores. Bem-vindo. Prazer em vê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom, estou vendo que a Senadora Regina está ficando numa posição em que qualquer hora escapa.

Então, agradeço a oportunidade, Senadora, fizemos este requerimento juntos.

Eu estava ouvindo aqui e penso que vamos chegar a um tempo em que vamos ficar no dilema: a cama ou a mesa. Ou lava a roupa de cama, ou toma banho, ou faz comida e planta. Mas não vamos chegar nisso não porque há uma solução.

Vamos passar a palavra para a Drª Luz Adriana Cuartas, que é Pesquisadora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Então, Drª Luz, estou fazendo uma equidade aqui. Já ouvimos dois homens, agora vamos ouvir uma mulher, para mudar a fonética no nosso ouvido.

A senhora tem a palavra, como os outros, por dez minutos; depois que tocar a campainha, quanto tempo precisar.

Antes, eu só queria dizer uma coisa que eu deveria ter dito, desculpem. No dia em que tomei posse aqui, no Senado, que foi dia 3 de fevereiro, sou Senador Suplente, no meu discurso, pautei esta questão da água como um tema que precisava estar na agenda: a defesa da água, a questão da crise hídrica.

Eu, que venho da agricultura de alta tecnologia, do agronegócio, por um bom período da minha vida, venho convivendo com esta questão da chuva, água, terra, agricultura, de longa data. E, na ação direta do homem na natureza, há o desequilíbrio, de certa forma, porque, na agricultura de cerrado, por exemplo – e vivemos no início dos anos 70, meados dos anos 70, 80, a expansão da agricultura no Cerrado, que foi um negócio que cresceu muito, porque a Embrapa desenvolveu tecnologia, variedades -, rapidamente, começamos a sofrer com o problema dos veranicos, que não eram comuns antes da agricultura naquela região, no Cerrado, agora tão frequentes; e com outro fator, que é um fenômeno chamado pé de grade, isto é, à medida que se vai praticando a agricultura naquela área, forma-se uma camada impermeável, a água bate e não consegue percolar. E o que ela faz? Duas coisas: leva a fertilidade da terra e assoreia os rios, os córregos, os mananciais. Então, uma das alternativas que havia para rebater isso era plantio em nível.

Estou dizendo isso, porque, agora, mais recentemente, fui a uma região do Rio Grande do Sul e vi que essa questão do plantio em nível foi abandonada. E, naquele dia, estávamos vendo lá, naquela feira, em Não-

-me-Toque, uma experiência de um cientista da Embrapa aqui, de Brasília, se não me engano, Dr. Jorge, em que ele mostrava a diferença de plantar em nível e não plantar em nível, em relação à melhor utilização da água.

Quero dizer, com isso, resumidamente, que, na verdade, o problema da água é de gestão, porque não vamos conseguir eliminar os períodos de estiagem assim, não há uma tecnologia para isso; aquele negócio de bombear as nuvens não deu certo. Então, não vamos conseguir resolver isso, mas amenizar, na medida em que tivermos uma utilização melhor dos recursos naturais.

Sendo assim, precisamos melhorar a gestão dos recursos hídricos que temos, pois só melhorando a gestão nós vamos conseguir dar longevidade à utilização desse bem tão precioso para a vida humana no Planeta.

Então, Drª Luz, é com você agora, para trazer as suas colaborações aqui para nós, nesta manhã, com poucos Senadores, mas com dois Senadores aguerridos aqui, de muitos anos de luta em defesa dos interesses do Brasil e do povo brasileiro, Senadora Regina e Donizeti Nogueira.

A SRª LUZ ADRIANA CUARTAS PINEDA – Obrigada, bom dia a todos, bom dia aos Senadores, agradeço o convite da Senadora Regina para participar desta audiência pública.

Aqui vou mostrar rapidamente... Como eu falei, venho do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, é um centro relativamente novo, nós fomos criados em 2011, infelizmente depois de uma tragédia, do desastre da região serrana do Rio. Então, a partir dali foi criado este centro. Os nossos objetivos são, principalmente, o alerta de desastres naturais, com relevância para a proteção civil e para dispor de capacidade científica e tecnológica para melhorar cada vez mais esses alertas para todo o território.

Então, o Cemaden opera 24 horas por dia, 7 dias por semana. Elaboramos e emitimos alertas principalmente sobre risco hidrológico e movimentos de massa, que são traduzidos como deslizamento de terra para Municípios monitorados. E nesse momento o Cemaden monitora 888 Municípios. Esses Municípios, normalmente, segundo o plano e gestão de riscos, são Municípios prioritários, a maioria deles. Prioritários por terem áreas de risco, tanto deslizamento quanto inundação. Já emitimos mais de três mil alertas desde 2011. Temos uma equipe multidisciplinar, com diversas áreas, e essa é mais uma estratégia. O Cemaden está aqui, nós fazemos monitoramento e alerta; e há o fluxo de informações que passamos. São muitas informações de diversos institutos estaduais, federais, por exemplo, Agência Nacional de Águas, CPRM, o INMET, Funceme e diversos outros.

Emitimos somente o alerta para o Cemaden e o Cemaden retransmite para as defesas civis, que aí fazem a parte da mobilização.

Como eu falei, dos tipos de alerta existem diferentes níveis. Então, dependendo do que foi observado através do monitoramento e o que o modelo pode prever, se faz uma análise, uma decisão, e a gente possui esses diferentes níveis de alerta. Então, após a observação, é que a gente fica no alerta moderado, alto, muito alto, quando o risco já é de um impacto forte do evento.

Aqui é o que eu falei, as nossas principais áreas de atuação para o alerta são deslizamentos, inundações graduais e bruscas e alagamentos urbanos severos.

E, nesse momento, estamos começando a fazer pesquisas de desenvolvimento para começar a dar alertas para o quê? Para incêndios florestais; e estamos trabalhando também na parte das secas.

Então, aqui é mais ou menos para se ter uma ideia; esses aqui em vermelho são os Municípios que estamos monitorando, alguns prioritários, outros não. Essa é a nossa rede de observação de pluviômetros automáticos instalados, que enviam informações a cada dez minutos das chuvas. Temos também medidores de sensores de nível de rio. Obviamente contamos com toda uma rede de monitoramento no Brasil da Agência Nacional de Águas, do INMET e todas essas informações nós recebemos para poder ter um alerta e monitoramento melhor do País.

Temos também... O Cemaden instalou radares, principalmente, como o Dr. Marcelo mostrou, nas áreas mais densamente populadas, que são nestas regiões aqui, e obviamente também contamos com o apoio dos outros radares de diversas instituições para fazer o monitoramento. Então, vemos, por exemplo, que temos um grande vazio neste ponto aqui.

Agora, só para mostrar, vamos começar com as partes das chuvas, do monitoramento. Aqui vamos mostrar as chuvas do Brasil na estação chuvosa, de outubro de 2013 a 31 de março de 2014, que foi a do ano passado, e comparado com a desse ano, quer dizer, outubro de 2014 a março de 2015.

Então, vemos claramente aqui, em tons de laranja, vermelho, que choveu bem menos do que o esperado e, em tons de azul, acima da média do esperado. E vemos claramente aqui na Região Sudeste as áreas secas, grande parte aqui do Nordeste, porém, acho que muitas pessoas ainda não perceberam, neste ano, nesta última estação chuvosa, vejam no Brasil como um todo.

Então, tivemos chuvas, realmente, bem abaixo da média para todo o Brasil. O Sudeste melhorou um pouco, mas muito pouco, vejam aqui agora nesta mancha. O Nordeste também foi, só que nas regiões que ti-

veram um pouco de chuva mais acima da média, no Sul continua tendo, mas o Estado de Minas Gerais, estão vendo, bem abaixo do esperado.

E esta é a comparação, principalmente já para o Sul, na Região Sudeste, que foi a estação de chuvas 2013/2014, comparada com a deste ano agora. Então, estão vendo o núcleo estava bem aqui nestas áreas, aqui está a parte do Cantareira, concentrou-se mais aqui, este ano foi um pouco melhor, porém, ainda abaixo da média.

Então, aqui mostrando, o Dr. Marcelo também já mostrou, o sistema de abastecimento, e estas são as condições dos reservatórios que abastecem a grande São Paulo no final da estação chuvosa, 31 de março. Aqui em 2013, 2014 e 2015. E como ele mostrou, realmente estamos no negativo no Cantareira. Então, como ele era um dos maiores, agora o Guarapiranga está ajudando, mas ainda assim o Cantareira e o Alto Tietê são os maiores reservatórios.

E nesta época, quando chegamos ao final da estação chuvosa, com 13%, aí o Cemaden falou: "Bom, vamos verificar e começar a monitorar quanta chuva está caindo lá no sistema". Acontece que quando fomos olhar e estudar, percebemos que havia um vazio de monitoramento nesta região.

Essas são as quatro sub-bacias, essa é a bacia principal, a maior, que é o principal reservatório Jaguari e Jacareí, em preto; não sei se dá para diferenciar, são os pluviômetros do DAEE/SAISP que fazem o monitoramento da chuva no histórico. E, aqui, não tinha nada, e o Cemaden, no final de abril e início de maio, instalou 33 pluviômetros automáticos do mesmo sistema, eles enviam informações a cada 10 minutos, quando está acontecendo.

Além das informações históricas, agora, com os novos dados, começamos a monitorar e estudar a bacia como um todo. E, bom, esse o Marcelo também já mostrou, a situação crítica, como que estava ontem, na verdade, anteontem, esse seria o 15,3%, considerando todo o volume. O volume útil mais os dois volumes mortos, as duas reservas técnicas. Então, realmente, ainda está muito crítico, mas, além do monitoramento para podermos dar um alerta, nós precisamos saber o que vai acontecer para o futuro. Então, para isso nós implementamos um modelo hidrológico, que é um modelo hidrológico relativamente simples, faz um balanço, quanto que chove, quanto que vai evaporar, quanto que vai ficar no solo, quanto que vai para o lençol freático, que eventualmente vai abastecer a parte das vazões mínimas, e o que vai para o escoamento.

E, obviamente, o que acontece? Todo mundo sabe, a maioria das pessoas sabe, é impossível prever chuva com vários meses de antecedência. É uma realidade hoje na meteorologia dos modelos que é complexa. Então, não conseguimos, o máximo que conseguimos prever é para um horizonte de sete dias, o máximo de dias, de quanto vai chover, onde e como. Para meses não conseguimos ter essa informação.

Então, o que podemos fazer? Criar cenários. Falar: "Bom, se chover na média, 25%, 50%, acima ou abaixo dessa média do esperado, o que vai acontecer?"

Então, aplicando o modelo, como o Marcelo mostrou, essas são as médias, em preto, é a vazão afluente para todo o sistema, ou seja, somando todas as afluências para os quatro reservatórios.

E, aqui, é observado neste ano, 1953, como ele também falou, era considerado o mais seco; agora 2014 está aqui.

E essa foi uma simulação que fizemos no dia 1º de junho, segunda-feira. E, aqui, este valor é o que foi observado em 1º de junho. E, aqui, estes são os diversos cenários, o que é que vai entrar no sistema, dependendo da chuva que vai chegar. Então, por exemplo, se chover na média, vamos estar, praticamente, no mesmo patamar de 1953. E se tivermos o pior cenário? Que seria 50% abaixo da média, estaremos bem próximos de 2014 novamente.

Então, isso é mais ou menos o que nos mostra. E, obviamente, além de saber quanto que vai chegar no sistema, também vamos querer saber como que vai ficar o reservatório, quanto que vai ser o que está armazenado dependendo destes cenários. Então, aqui, dependendo destes cenários, vemos, por exemplo, aqui, no final da estação seca... Então, ainda não vai ser possível. Nem chovendo no cenário mais otimista, ele vai conseguir recuperar o volume morto, ainda estamos abaixo. Está vendo o zero, aqui, nos volumes? O volume útil, aqui abaixo o volume morto.

E, continuando, fizemos essa simulação até 31 de dezembro de 2015, e essas seriam as diversas porcentagens, obviamente, aproximado, é um modelo. Mas é mais ou menos as condições que poderíamos chegar no final do ano. Sendo que, se vocês veem aqui, em 31 de dezembro de 2014, estava com 0,6%; então, no pior cenário, chegaria a 9,3%.

Isso se consideradas as afluências e, obviamente, as saídas, o que está sendo extraído do sistema, esses valores foram acordados, informados pela ANA, pela Agência Nacional de Águas e o DAEE. Então, estamos considerando esses valores de referência para nossas simulações.

Esse relatório, esse trabalho foi desenvolvido...

(Soa a campainha.)

A SRª LUZ ADRIANA CUARTAS PINEDA – ... ao longo do ano passado. Sempre fomos informados, e sempre se foi informado para a Casa Civil, Ministério da Ciência e Tecnologia, e nos reunimos, também, com a Agência Nacional de Águas. A Sabesp, não tivemos muito sucesso. Mas o relatório é atualizado semanalmente na página do Cemaden, então ele está público, tem essas e outras informações, é completo, umas 12 páginas, ele acompanha tudo.

Normalmente, periodicamente, também, conversamos com a Agência Nacional de Águas; então, essa é a nossa contribuição, neste momento, que, além do monitoramento, mostrar os possíveis cenários do que vai acontecer.

Também, fomos demandados, pelo Cemaden, a começar a fazer um monitoramento, uma noção, tentar fazer aquele cenário para alguns reservatórios da parte hidrelétrica. Então, começamos a fazer o trabalho para Furnas, temos alguns pluviômetros, poucos, do Cemaden.

Aqui, também, começamos. Mas esse ainda foi rodado em 25 de maio, tem um buraco aqui, é mais ou menos. Esse trabalho ainda está em andamento e estamos, também, nessa mesma linha, tentar fazer cenários, projeções de como vão ser as vazões afluentes para esses diversos reservatórios. Esse seria para Furnas. Emborcação, como falei. Também estamos aqui, estamos em desenvolvimento, estamos na fase ainda de calibração do modelo.

Bom, seca do Semiárido nordestino. O que estamos fazendo, também, é a parte do monitoramento. Aqui vemos as chuvas, alguns anos anteriores com chuvas, esses são os mais recentes, agora. Esses valores aqui são os anos mais secos. O azul mais escuro são chuvas quase acima de 800mm. Esses aqui são em torno de 60, 160mm, valores muito baixos de precipitação.

E aqui a condição, agora, dos últimos 30 e 90 dias. Então, aqui o acumulado é 30 dias, agora em maio. Então, esses Municípios tiveram somente 30mm de chuva. Então, 514 Municípios, com precipitações, acumularam, nos últimos 30 dias, menos de 30mm, muito pouca chuva.

E nos últimos 90 dias, 98 Municípios, com precipitações acumuladas, menores que 100mm. Então, realmente, muito pouca água. Essa seria a precipitação para os diferentes Estados e, acompanhando o acumulado, desde outubro a setembro, considerando o ano hidrológico, é o início, mais ou menos, das chuvas. Então vemos, também, aqui, realmente, pouca chuva para muitos, o Ceará, aqui, também, pouca. Aqui a Paraíba. Então, realmente, o panorama está difícil.

Aqui, nessa parte, nós que estamos fazendo agora, também, a parte do risco agroclimático. Principalmente, a parte de abastecimento, na que está acompanhando, a Funceme, também, para o Ceará. E nós estamos tentando focar mais na parte da agricultura, da pequena produção. E aqui vemos, por exemplo, que o norte da Bahia está bem grave, então, em números de dias, o déficit é de mais de 75 dias, está muito alto. Aqui, número de dias com déficit, 60 a 75 dias com déficit hídrico, alto também. Então, esta região está bem difícil.

E amenizou um pouquinho aqui no sul, um pouquinho aqui na Bahia, por conta da chuva no final. Estão vendo? A avaliação está sendo de abril de 2015 a maio.

Abril foi bem ruinzinho, estava bem seco aqui. Aqui melhorou um pouquinho, agora, em maio. Mas há bastantes locais que estão, realmente, muito secos.

Aqui, nessa parte, seria a avaliação do impacto em áreas agrícolas e pastagens, principalmente.

(Soa a campainha.)

A SRª LUZ ADRIANA CUARTAS PINEDA – Então, a região do Semiárido, dos últimos meses, afetada pela seca, em porcentagem, outubro, novembro, nos últimos anos. Esse foi atualizado em maio, principalmente.

E aqui vemos, de abril para maio, aquilo que estávamos falando, então, por exemplo. O Ceará está em uma situação realmente crítica. Cinquenta e três por cento do Estado está afetado pela seca. A Paraíba também está bem crítica.

Bom, esses são trabalhos que estão em andamento, estamos tentando criar índices de vulnerabilidade para esses impactos da seca. Então, através de informações socioeconômicas e aspectos ambientais que nos permitam juntar e avaliar quais seriam as áreas mais vulneráveis para essa seca, em função da população, da atividade econômica, agrícola e tudo mais.

E, também, está sendo desenvolvido o Sistema de Previsão de Riscos de Colapsos de Safra no Semiárido brasileiro, esse é um dos trabalhos que estão sendo feitos lá. A princípio eu falei, nosso foco está mais nessa parte agrícola, agora. E nesse caso as culturas principais são feijão, milho, sorgo, mandioca e arroz. Então, esses são trabalhos que ainda estão em desenvolvimento.

Aqui, só para mostrar, com relação à parte da previsão climática, e explicar um pouco aquilo que estava falando com relação, também, às mudanças climáticas. Essa previsão climática é feita mês a mês e é feita para os próximos três meses, para saber o que pode acontecer nos próximos três meses. Porém, ela não dá a quantidade de chuva, ela só pode dar se vai chover acima, abaixo da média, ou na média. É essa a previsão climática.

E aqui, nessas áreas, então, por exemplo, nesses aqui, em verde, vai chover acima da média, nesses, abaixo da média. E nas áreas em cinza não se tem previsão, não se sabe o que vai acontecer. Então, praticamente, o Brasil. E essa foi uma previsão de dezembro a fevereiro de 2014. Aí depois, janeiro, fevereiro e março de 2014, também não se sabia. Agora, também, novembro, dezembro e janeiro de 2015, não se tinha a previsão, principalmente, para essa região, tampouco a gente tinha para o Nordeste.

Então, é bem complicado. E essa é a última previsão, que é agora, junho, julho e agosto de 2015, só para mostrar um pouco de previsão aqui, aí se espera que chova um pouco abaixo da média aqui, no Norte do Brasil, e nessas regiões um pouco acima da média, mas nessa grande área não se tem previsibilidade. Por quê? Porque como eu falava, agora estamos em uma época de eventos críticos, eventos extremos, e que estão associados principalmente às mudanças climáticas que estamos vivenciando.

Então, infelizmente, nossos modelos meteorológicos hoje não estão conseguindo lidar com esses tipos de fenômenos que nunca tinham sido observados. Então, essa era a nossa...

Bom, aqui é só, vou deixar para vocês. Aí, depois, as perguntas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Drª Luz, pela sua excelente contribuição.

Nós vamos agora ouvir aqui a contribuição do Sr. Antônio Gomes Barbosa, Coordenador Nacional do Programa Uma Terra e Duas Águas, pelo tempo necessário.

O SR. ANTÔNIO GOMES BARBOSA – Queria cumprimentar o Senador Donizeti; cumprimentar, também, a Senadora Regina Sousa, Senadora do meu Estado de origem. É um prazer estar aqui, inclusive.

Queria começar dizendo que o debate de crise hídrica no Semiárido já é um debate bem antigo. Na verdade, esse é um debate bem histórico. A gente queria, talvez, passar um pouco pela experiência que o Semiárido tem hoje nessa perspectiva de convivência com esse fenômeno.

Ali é um mapa comum, um mapa do Semiárido, falando um pouquinho sobre a extensão do Semiárido, o tamanho da população; nós estamos falando de uma população considerável em relação à população brasileira, que envolve nove Estados; não apenas os Estados do Nordeste, mas, inclusive, o Norte e o Vale do Jequitinhonha, lá em Minas Gerais.

Seca é a única coisa que naquela região é possível prever. Euclides da Cunha dizia que se há uma coisa que é previsível é a seca no Semiárido, e é importante trabalhar basicamente esse dado. Nós temos uma seca que começou em 2010, deu uma melhorada em 2011, mas volta e a gente considera a partir de 2010 a 2015. Mas é importante dizer que da chegada dos portugueses aos dias atuais, há um registro de 72 secas, 40 anuais e 32 plurianuais, das quais uma é essa, e ali há anos. Há algumas coincidências, inclusive, em relação a 82, 52, 32 e 2012; basicamente são ciclos de 30 anos, nós estamos falando de grandes secas.

São emblemáticas duas outras questões. É emblemático a gente estar discutindo em 2015 a crise hídrica, quando em 1915 nós tivemos uma grande seca no Nordeste, uma grande seca registrada, inclusive, por Raquel de Queiroz no livro chamado *O Quinze*, que dá conta até da quantidade grande de pessoas que morreram, ou seja, esta é uma situação bem triste.

Esse é um quadro bem conhecido, ele retrata basicamente três secas. Aquele primeiro é de uma seca que aconteceu em 1878, de uma página de um jornal chamado *O Besouro*, que dá conta inclusive de retratar a parte do que significa a região. E a gente tem logo abaixo ali um trilho, um conjunto de pessoas mortas, parece ser de outro lugar, mas isso aconteceu também no Nordeste, isso é no Ceará, na região de Senador Pompeu, que dizem que as pessoas, para escapar da velha do chapelão, então estamos falando ali da seca de 32. E ali em cima um retrato da seca que aconteceu em 79 e terminou em 83, que é, inclusive, um retrato do meu Estado do Piauí, de famílias que precisavam comer ratos para matar a fome.

A revista *Veja*, em 1993, dizia que o problema do Nordeste não era a falta de chuvas. Tem que se considerar algumas questões, mas uma das coisas que se dizia era da falta de infraestrutura. Pela quantidade de água que caía, perdiam-se 92% por falta de lugares para armazenar essa água.

É importante dizer isso porque o Semiárido hoje vive uma outra perspectiva, ele vive uma outra relação, e essa outra relação levou em consideração alguns outros elementos, e eu queria partir deles. Uma das situações é que as soluções quase sempre estão no próprio lugar, então existe um esforço muito grande no sentido de encontrar grandes soluções e procurar saídas em outros lugares e, muitas vezes, a solução está no próprio lugar; é importante reforçar isso.

É importante dizer também que, muitas vezes, a solução é algo pequeno, simples, não é tão complexa, e a gente quer construir soluções que sejam mais complexas, mais caras, então é importante partir disso. É preciso fazer um esforço imenso no sentido de identificar, e já existe no Brasil um conjunto de iniciativas não apenas no Semiárido, mas em várias outras regiões do País, no sentido de soluções simples para resolver inclusive situações de crise.

A outra coisa é que a solução precisa ser para todas as pessoas, não se pode fazer nenhum debate no sentindo de dizer: olha, nós precisamos resolver o problema de 20%, de 30%, de 50% e de 80%. A crise hídrica é intensa, mas ela afeta muito mais determinados grupos em detrimento de outros grupos. E a outra é que as pessoas não querem só assistir, elas precisam participar da solução. Eu acho que é importante, inclusive, trazer essa perspectiva para o Senado, valorizar essa audiência para esse debate. Ou seja, as pessoas não querem simplesmente assistir ao problema, elas também querem participar da solução.

Aqui há um conjunto de iniciativas em relação ao meio rural do Semiárido. São cisternas, cisternas calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedra, bomba d'água popular. Existem outras iniciativas como barreiras trincheiras, barraginhas, ou seja, existe um conjunto de iniciativas olhando para o Semiárido. Ali são números atuais, são números a partir da ação da ASA, a partir do programa da P1MC, nós estamos falando até o dia de ontem de 578 mil, um pouquinho perto de 579 mil cisternas de primeira água, 16 mil litros, isso construído exclusivamente na parceria da ASA, via P1MC, mas, na parceria com os Estados, o MDS, o Ministério tem falado de algo em torno de 1,1 milhão de tecnologias de captação de águas de chuva no Semiárido.

Se a gente levar em consideração que, dessas, algumas devem ser de polietileno, então nós estamos falando, de qualquer forma, de 850 mil tecnologias construídas no meio rural. E mais, ali nós estamos falando de 87, 88 mil tecnologias de captação de água de chuvas para produção de alimentos, e dados oficiais falam de 120 mil tecnologias construídas no Semiárido.

Nós estamos falando de uma população no meio rural de 1,5 milhão de pessoas, então nós estamos falando que desse 1,5 milhão de pessoas, um milhão têm água de beber e 120 mil têm água para a produção. Isso tem um impacto significativo, e é isso que vai, inclusive, fazer com que a gente entenda porque não conseguimos mais visualizar imagens como aquelas que a gente estava vendo anteriormente, de pessoas mortas, de relatos de pessoas saindo do meio rural, ocupando as grandes cidades, migrando, na grande maioria.

Nós vivemos no Semiárido um processo inverso; os últimos números do IBGE dão conta de que nós vamos fazer um processo agora em que a população começa a voltar para o Semiárido, então nós estamos em um processo de aumentar a população. O último censo já diz que o êxodo do Semiárido foi menor do que a média nacional, então a perspectiva é de que no próximo se tenha até um processo de inversão.

Esses são números, nós fizemos um levantamento de 80 mil famílias recentemente no Semiárido, naquele quadro, de famílias que poderiam ter sido abastecidas com carros-pipa. E a gente acredita que esse número talvez seja bem próximo da realidade se a gente considerar um milhão de famílias. Então, se a gente considerar um milhão de tecnologias, possivelmente 50% delas tenham sido abastecidas com carros-pipa nesse período e a metade não. Esse número, por si só, não diz muita coisa, porque se precisaria discutir qual a qualidade dessa água abastecida, já que só a metade recebeu e a outra não recebeu; mas a verdade é que hoje se tem uma malha hídrica que permite que as populações rurais do Semiárido não mais passem pelo que passaram anteriormente.

Obviamente discutir a questão hídrica não passa só por água de beber, ela tem uma perspectiva e um problema central que estão associados à questão do saneamento básico. Então, existe uma lei nacional de saneamento básico, existe um decreto que regulamenta o saneamento básico e que trata também de infraestruturas no meio rural. Acho que é importante. Aqueles são números dessa mesma pesquisa de abastecimento que dão conta de que 7,15% não têm energia elétrica no meio rural, ou que 15%, 18%, quase 19% não possuem banheiro e 28% não possuem fossa. Então, isso também impacta, obviamente, na qualidade da vida dessas famílias.

Mas, ao mesmo tempo, se a gente não tem essa perspectiva de uma grande seca ou de um grande sofrimento no meio rural, não significa dizer que a gente não tenha esse sofrimento no Semiárido. Acho que as apresentações anteriores aqui já dão conta disso. E onde ela é mais sentida hoje?

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO GOMES BARBOSA – Ela é mais sentida hoje nas grandes cidades, nas médias cidades e nas pequenas cidades. Ali, inclusive, é o registro de uma matéria que circulou ontem na imprensa: Seca que atinge o Nordeste chega aos grandes centros urbanos. E ali um outra matéria que circulou no mês passado e que dá conta de que: Famílias sofrem com a falta d'água e com a seca no Nordeste. E eu queria fazer um registro de que na área urbana do Município de Salitre, na divisa do Ceará com Pernambuco, os moradores só têm água se for comprada pelos moradores no valor basicamente de R$100.

Nós vivemos uma inversão, e a inversão é a seguinte: antes as pessoas saíam do meio rural para conseguir água nas cidades. Hoje, no Semiárido, para conseguir água nas cidades, você precisa ir para o meio rural para dividir a água das cisternas, para dividir a água das tecnologias que ali estão.

Eu queria dizer que, no campo, no meio rural, obviamente, o nível de infraestrutura aí que está colocado, de cisternas e um conjunto de outras, não dão conta de resolver o todo, é preciso fazer um conjunto de outras iniciativas, mas hoje elas conseguem amenizar significativamente a situação no meio rural. E, por necessidade, possivelmente a gente consegue ter no Brasil a única experiência de infraestrutura descentralizada de abastecimento humano, que é a questão das cisternas, porque toda a nossa estratégia sempre foi a concentração de grandes obras. Então, quando a gente fala, fala nos grandes reservatórios, mas possivelmente a gente precisasse discutir para além dos grandes reservatórios, a gente precisasse discutir estratégias intermediárias, que resolvessem problemas de comunidades de Municípios, que resolvessem problemas inclusive de regiões.

E aí eu falo isso. E ao mesmo tempo em que falo isso é porque quero dar um destaque para a questão do Atlas produzido pela ANA, inicialmente conhecido como Atlas do Nordeste; a ANA refez basicamente esse estudo para todo o território brasileiro. Está ali. O Atlas, na verdade, tem proposta para 5.565 Municípios. Então, já existe todo um esforço de um conjunto de técnicos do Governo brasileiro, organizados na ANA, com contribuição de várias outras áreas. A gente avalia que esse é um documento ao qual pouco se tem dado importância e validade que tem.

Então se tenta construir um conjunto de outras iniciativas, quando já existe um estudo para isso, estudo inclusive que dá conta de diminuir a pressão sobre o Rio São Francisco ou sobre um conjunto de outras fontes.

Eu queria só fazer um registro em relação ao Atlas. Ele diz o seguinte, tem uma anotação aqui que 33% dos Municípios do Semiárido já estariam com suas demandas satisfatórias, 12% precisariam concluir obras para resolver isso, 7% são soluções que já foram definidas e precisariam concluir os projetos, inclusive, vão iniciar esse projeto; 39% precisam ter seus sistemas de água bruta ampliada, ou seja, as fontes já existem, mas elas precisariam ser ampliadas com um conjunto de obras, com limpezas, com tratamento basicamente disso. Estamos falando de abastecimento humano e, quando se fala em abastecimento humano, é importante considerar três situações: a fonte em si, o tratamento da água e o transporte dessa água.

Então, um dos grandes problemas que a gente tem é o transporte. Quanto mais perto for a fonte, quanto melhor for a forma de tratamento, quanto mais próximo das pessoas... e apenas 9% precisariam de novos mananciais. Isso com toda a crise que a gente vive. Acho que é importante dizer isso.

Então, requer uma política de obras de infraestrutura que não são tão caras, é importante... porque, normalmente, quando se fala assim dá ideia de que são obras muito caras. Aqui tem uma situação do Estado do Pernambuco, um dos Estados que tem uma das maiores deficiências hídricas, apontada inclusive pela própria ANA, e que é possível suprir a partir de um conjunto de demandas que já estavam aí colocadas.

Esse é um quadro que interessa muito, em especial para o Nordeste, porque é um resumo do Atlas do Nordeste, também do Atlas do Brasil, com valores atualizados em relação ao ano passado, que precisam ser atualizados, mas com níveis de investimento, dizendo para cada Município o que precisaria fazer, qual é a obra necessária, onde está a fonte; e nós achamos que precisaríamos avançar na perspectiva de valorizar, de conhecer e de discutir o Atlas. E discuti-lo a partir de cada Estado, discutir o Atlas a partir de cada Região, a partir de blocos de Município, porque o próprio Atlas organiza os Municípios a partir das fontes.

Acho que seria importante que a gente reconhecesse, conhecesse e avaliasse um pouco essa perspectiva.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO GOMES BARBOSA – Esse é um quadro, também produzido pelo Instituto Nacional de Meteorologia, que pega o conjunto das precipitações de 31 a 90. Estamos falando de um conjunto de secas, e o que a gente consegue perceber com esse mapa é que chove no Brasil.

Obviamente, o Brasil é um País... É até estranho para muita gente ouvir o Brasil discutir sobre crise hídrica, por quê? Porque é um País que tem uma oferta de água acima do que se tem em quase todos os outros lugares.

Mas pegando um dado aqui levantado, acho que pelo Dr. Marcelo, esse número de 200, é por isso que está ali em percentuais para a gente entender um pouco o que significa dizer isso.

Existe um desperdício muito grande da água. Não adianta só a gente discutir a ideia das fontes, precisa discutir, inclusive, o uso dessas águas; e ali a gente tem que de cada 200 litros dessa água, 27 são para o consumo, cozinhar e ingerir, que é beber água, 27 para higiene, para banho, escovar os dentes, 12% para lavagem de roupa, 3% para um conjunto de outros usos, inclusive lavagem de carro, e 33% em descarga das bacias sanitárias; ou seja, o maior uso que se faz da água não é...

Nós temos um desperdício de água de qualidade, porque boa parte da água que se usa é água potável, é água tratada, ou seja, teve todo um processo e um gasto sobre essa água e que coloca para a gente, talvez,

dois debates: a importância da água de chuva... e estava sendo levantado. Mas não é um debate para ser só um debate da sua importância, ou seja, é um debate para a gente identificar o que significa dizer água de chuva.

Cidades. A gente viu a apresentação ali, em que você tinha dois quadros, ou seja, a mesma cidade que tem problema de água, de falta de água, tem problema de excesso de água.

Então, como usar essa água? Como guardar essas águas nos edifícios? Como guardar essas águas para esses usos, para lavar o carro, para jardinagem, para um conjunto de outras águas? Dependendo da região, essa água pode ser usada para o consumo humano, e em outras regiões precisa tomar mais cuidado. Talvez, a região de São Paulo e outras regiões mais contaminadas precisariam fazer um conjunto de estudos sobre a qualidade dessa água, mas é uma água que é possível ser usada, ser trabalhada.

Infelizmente, no Brasil apenas duas cidades têm leis municipais que tratam sobre o uso da água: Curitiba, com uma lei de 2003, e Campinas, com uma lei de 2005. Então, investe-se muito pouco nessa perspectiva. Seria importante avançar nesse campo. Conseguiríamos resolver grande parte dos nossos problemas.

Para terminar essa parte, dizer que o Semiárido é prova disso, o meio rural, o Semiárido é prova disso.

Até 15 anos atrás, se você olhasse para o Semiárido, era impossível você pensar em soluções de água para aquela região; e hoje nós somos possivelmente a maior experiência de produção de água de chuva do mundo.

Existe um conjunto de outras experiências, mas, na quantidade que a gente tem hoje, nós somos uma experiência relevante para resolver um problema social secular, que era o problema da fome, e um conjunto de outros problemas no Semiárido.

Queria terminar essa fala dizendo que o debate da água, para além dessas questões aqui colocadas, tem um problema da questão do acesso; e o acesso é diferente, não é igual para todo mundo. É preciso discutir o acesso. É muito estranho que, em períodos de grande crise, você ainda esteja usando água para irrigação.

O Brasil usa pouco, é importante dizer. O Brasil tem áreas poucas em relação à irrigação, mas é um processo caótico, que gasta muito mais água do que o necessário, que tem um desperdício muito grande nesse campo; muitas regiões não têm acesso à água. Faz-se seleção. Aleatoriamente, você tem bairros que recebem água e outros que não recebem e, normalmente, os que não recebem água são os bairros que têm mais problemas, que carecem... têm mais necessidade, que têm populações muito mais afetadas.

Há um debate sobre a questão da qualidade dessa água. Então, nós até temos água disponível, mas nós temos água que está contaminada; que está contaminada pelos agrotóxicos, está contaminada. Ou seja, nós temos as nascentes que estão contaminadas. Nós temos um problema seriíssimo em relação à Região Norte, uma Região que tem muita água, mas uma quantidade muito grande de água contaminada.

Há um debate da questão da gestão. Para terminar, é preciso valorizar um conjunto de iniciativas. Ou seja, as pessoas... Eu dizia anteriormente que elas querem participar; então, quando você discute com a sociedade o uso dessa água, como é que você consegue... quais são as prioridades que a gente precisa dar, a gente consegue construir uma outra perspectiva nesse campo.

São dados que a Senadora Regina Sousa levantava, que a ONU tem divulgado; ela já tinha levantado, anteriormente. Então, você fala em 1,7 bilhão de pessoas sem acesso à água potável, equivalente a 18% da população mundial; 2,2 milhões morrem a cada ano; e a gente saiu dessa estatística, é importante dizer isso. O Brasil saiu da estatística de pessoas que morriam por falta de água, e essa é uma contribuição importante que deve ser atribuída ao governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma.

Até 2025, se for mantido o padrão de consumo e de poluição, 2/3 da população do Planeta poderá sofrer de escassez, e a previsão para 2050 é uma das piores possíveis. Ou seja, nós podemos construir uma outra perspectiva, nós temos caminho para isso, mas a gente precisa fazer esse debate de uma forma organizada, séria, e chamando todo o mundo para fazer o debate.

Esse não é um problema apenas dos governos, esse não é um problema apenas da sociedade, não é um problema apenas da academia dos cientistas, esse é um problema brasileiro, e nós podemos nos tornar referência. A exemplo do que virou o Semiárido brasileiro, o meio rural do Semiárido brasileiro, o Brasil pode virar uma referência de uso correto da água.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. Antônio.

Vamos ouvir aqui algumas ponderações da Senadora Regina e, em seguida, ir para as perguntas. Em seguida, há alguns comentários e perguntas a fazer e, depois, nós vamos ouvi-los, novamente, para as conclusões finais. Aliás, as respostas às perguntas e as conclusões finais, considerações finais.

Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Então, o Barbosa lembrou bem... Eu chamo o Barbosa assim porque, depois que eu estive aí, não dá para chamar com o título. Era um menino e eu era quase tutora quando eles eram da juventude. Então, ele falou uma coisa interessante que é a questão do abaste-

cimento no Nordeste, o carro-pipa, a cisterna. O carro-pipa não tem mais onde buscar água. O exemplo que eu dei lá, a Lagoa de Parnaguá, que abastecia quatro Municípios, está lá. Então, na próxima crise, no próximo aprofundamento da crise, nós vamos ter problema de achar água para carro-pipa, porque não temos cisterna ainda pra todo mundo.

Eu acho a cisterna uma tecnologia social perfeita que mostra a capacidade dos organismos não governamentais, porque foi uma invenção desse grupo que se articulou na ASA, na Articulação no Semiárido, e o Governo aderiu. Só que tem uma questão controversa no Governo, porque, de repente, em função de levar água mais urgente, mudou a concepção da cisterna.

A cisterna que a gente fazia nas nossas militâncias lá, de conversar com o povo, era a cisterna de placa, que é construída com mão-de-obra local, que educa as pessoas para o uso da água. Não é só construir a cisterna, eles são educados para economizar, tanto que vivem o ano inteiro com aquela água, não falta água de beber. A gente não vê o flagelo que víamos há 15, 20 anos atrás, que eram as pessoas desesperadas na frente das prefeituras, saqueando. Não tem mais isso. Tem as políticas sociais; mas também porque se garante a água de beber que é o nosso grande dilema desse momento: a água de beber.

E, então, inventaram uma cisterna de plástico que quando chega lá, já chega meio deformada por conta do sol que leva; e chega lá e coloca no lugar, fica levando sol, e tem muita queixa em relação a isso. E é muito mais cara.

Então, acho que a gente devia voltar, o Governo devia voltar à tecnologia da cisterna de placa de cimento, porque é muito educativa e é uma água gostosa. Adoro quando eu chego naqueles Municípios lá no sul do Piauí, que me servem uma água de chuva, uma água da cisterna que é gostosíssima, melhor água que eu já bebi. Então, é uma questão para já dizer pro Governo, as duas áreas do Governo.

Vou insistir na cisterna, porque a cisterna foi feita pra quem estava passando sede. Então, acho que ela tem que ser uma política abrangente, agora. Por exemplo, por que não as escolas todas terem cisterna? Por que ficam tentando cavar poço nas escolas, 180m de profundidade pra ter um poço? Não educam as pessoas para usar aquele poço, e, então, depois a água vai ser usada para aguar as plantas. Então, toda escola podia ter, porque é uma tecnologia barata também. Quanto está, hoje – tu lembras? – uma cisterna? Acho que não chega a R$2 mil ainda, uma cisterna. Então, é muito barato. Podia cada escola ter uma cisterna, que educava os meninos, porque vai passar por ali, pela escola, a educação ambiental. Nós vamos viver dias difíceis – as previsões da ONU são catastróficas –, se a gente não fizer uma revolução de comportamento, uma mudança radical de comportamento do uso da água.

Então, eu acho que a cisterna é uma tecnologia, e a gente vê, de vez em quando, muitas iniciativas interessantes individuais, as pessoas individualmente. Seria o caso de o Governo pegar essas iniciativas e reproduzir o que a pessoa faz, inventa pra si. Ela está vivendo o problema e inventa. E nesse momento de crise que a gente vê as invenções. Eu tenho lido muita coisa interessante sobre o reúso, porque no momento de crise a criatividade aflora, felizmente.

E outra coisa também seria o Governo e a questão das construções públicas do Governo. Tinham de já estar voltadas pra isso. Eu fiz um discurso no Dia Mundial da Água em que falava da questão da chuva: "Meu Deus, é tanta água de chuva". Então eu dizia assim: "São Paulo é aquele Estado que está morrendo de sede e com água abundante, afogado em água boa". É uma contradição muito grande; está morrendo de sede e afogado em água boa, porque chove demais naquela cidade. Então, tem que ter um jeito, uma tecnologia para aproveitar aquela água. Não é a cisterna; tem problema com a paisagem urbana, porque a cisterna na paisagem rural é linda.

Eu viajo no interior do Piauí e fico olhando toda casa com uma cisterna ali naquele telhado; é uma coisa muito bonita de ver, mas tinha que virar hábito. Na minha família, lá em casa, nós estamos construindo, vamos construir. A minha mãe mora na roça ainda, até hoje. Eu vim da roça, e os filhos que vão se aposentando estão voltando pra lá. Então, as casas que já foram construídas, todas vão ter uma cisterna, porque a gente usa muito, aguar planta, mamãe gosta de jardim, minhas irmãs gostam de jardim. Então, para não usar água do poço, que a gente tem lá, a duras penas que a gente construiu.

Então, pra Luz é uma perguntinha rápida. Vocês fazem todo esse trabalho, e ele é socializado com quem? Os Estados são parceiros? Vocês oferecem esses estudos aos Estados? Vai responder na hora certa aí com o pessoal, mas, assim, achei muito interessante o estudo de vocês. Se tem parceria com os Estados? Se tem algum estudo sobre o meu Estado, o Piauí? Porque você falou ali da Bahia, então quis saber se tem alguma coisa também no Piauí.

Barbosa, só parabenizá-lo e dizer que é importante que vocês continuem nessa teimosia boa, essa teimosia saudável de querer continuar nessa questão da água da chuva e da cisterna de placa.

O Luis Alberto... Tem uma coisa que a gente ouve muito quando anda por aí, na questão da criação de camarão. O camarão em cativeiro é o vilão, é apontado como um vilão. Lá no Parnaíba, por exemplo, a Lagoa do Portinho secou, um ponto turístico maravilhoso. Está agora, de novo, voltando a água, e o pessoal acusa muito os criadores de camarão. Eles analisaram a água da Lagoa nas fazendas de camarão, que, então, está apresentado como vilão.

O camarão maravilhoso, o camarão do Piauí vai para os outros Estados, mas tem isso também, porque é preciso ver como eles estão fazendo essa história. Tem sempre a intervenção humana pra destruição, mas essa mesma intervenção, essa mesma humanidade é que tem de construir.

Lá em Parnaguá, também, o que a gente ouve... Não foi só isso, claro, teve o desmatamento, as queimadas na beira da Lagoa do Parnaguá, mas os rios que abasteciam as lagoas foram barrados, fizeram barragens, os fazendeiros fizeram também suas barragens, e impediram a ida da água para a Lagoa. Então, é uma paisagem triste demais a gente ver a Lagoa de Parnaguá no Piauí.

E eu acho que é só. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom, eu vou fazer também as minhas perguntas, que são poucas, mas, primeiro, quero apresentar aqui, do e-Cidadania, o Jorge Carlos Fernandes Campos, lá do Rio de Janeiro. Obrigado, Jorge, pela participação aqui na audiência que está discutindo a crise hídrica, essa coisa séria para o nosso País e para o mundo.

Então, a pergunta dele é a seguinte: "Por que não existe o aproveitamento excedente das águas das cheias dos rios do Norte para a distribuição de água para as regiões em seca, com crise de água no País?". No momento, principalmente o povo do Governo para responder... Os criadores de peixe aqui.

Foram extraordinárias as apresentações, aqui, pra esse debate que nós estamos nos propondo a fazer. E devo informar o seguinte, sobre o que eu disse no início da minha fala, quando assumi a Mesa, que nós já tomamos algumas medidas. Apresentei um Projeto de Lei que é para construir reservatórios em todos os edifícios, a partir de agora. A arquitetura tem que considerar um armazenamento da água da chuva para abastecer aquela família, aquele prédio, aquela repartição pública. Então, pode até construir... Uma vez aprovando essa lei, que eu espero que a gente logre êxito e aprove o mais rápido possível, pode até construir, mas não receberá o habite-se se não estiver considerando isso.

E fui surpreendido há duas semanas. Uma empresa baiana que está fazendo um conjunto habitacional com duas entidades, lá em Palmas, já chegou com essa solução para aquele conjunto habitacional de 800 famílias. Ela já chegou com a solução de fazer reservatório da água da chuva para poder aproveitar para o jardim, para lavagem das áreas públicas dos prédios e para usar em banheiros, por exemplo.

Então, o empresariado ou alguns empresários estão, de certa forma, na vanguarda nesse aspecto, ao analisar essa questão da crise hídrica.

E, então, eu quero fazer uma das perguntas, porque, na verdade, fico imaginando que a chuva cai, bate aqui, e se o solo for permeável, ela vai para o lençol freático. Ela irriga as plantas que houver, as plantas retêm uma parte, e a parte que saturar vai para o lençol freático.

Bom, à medida que nós usarmos a água para o reúso e ela não for para o lençol freático e nem subir mais – aquela água que finda com a poluição –, não vai faltar água, não vai faltar chuva?

A pergunta é: quantos por cento da água das chuvas que caem todos os anos no País seria necessário aproveitar? Vamos considerar o nosso Brasil aqui? Se fosse aproveitada, se fosse retida, não comprometeria... Ou se é verdade que pode contribuir. Isso é uma dedução minha. Eu não tenho dados científicos para dizer que comprometeria. E quantos por cento a gente usa hoje ou que poderia usar sem nenhum problema?

Nós estamos com uma audiência pública marcada, que vai debater o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), dia 10. Nós vamos debater isso aqui numa audiência pública que eu pedi.

Nós estamos preparando um projeto de lei. Já existe um projeto de lei tramitando na Câmara – e acho que até aqui no Senado –, mas nós estamos preparando um projeto de lei... A partir dessa audiência pública a gente quer instrumentalizar isso.

Como bem falaram aqui sobre as matas ciliares – acho que foi o Sabanay que falou –, eu tenho visto sempre essa preocupação. Um dia daqueles em que acordei mais cedo, fui assistir a um programa da TV Globo que só passa de madrugada – que eu acho que é para ninguém ver ou para poucos verem – que mostra a experiência... Inclusive o grupo que produziu essa experiência em Minas Gerais vai estar no debate aqui da audiência pública do dia 10.

Eu fiquei muito animado com aquilo, porque, como eu disse para vocês no início, eu assisti às águas desaparecendo na região médio-norte do Estado do Tocantins, à medida que a agricultura foi chegando.

E o que eu disse daquele negócio da crise da mesa e do banho: nós precisamos produzir alimentos, nós precisamos racionalizar como produzir os alimentos sem comprometer a continuidade das coisas.

Então, eu vi que as cisternas estão dentro daquela diretriz que é assim: a solução é endógena, pode ser simples. Por que ao longo de muitos séculos essa solução não foi dada para o Nordeste?

Nós ficávamos com as frentes de trabalho: aqueles grandes reservatórios que, na verdade, eram verdadeiros oásis de algum coronel, que depois serviam para vender a água para o coitado que tinha ajudado a fazer o açude para ele.

Então, penso que a solução está mesmo nas pessoas. E, Senadora Regina, essa questão da crise hídrica em São Paulo, Belo Horizonte etc. não é um azar, para se pegar aquele ditado chinês da sorte e do azar. Ela, na verdade, é uma sorte para nós; a pauta da crise hídrica hoje está tão efervescente porque foi num grande centro.

Isso está acontecendo há muitos anos, há muitos séculos no Nordeste e não prestam tanta atenção assim. Mas agora comprometeu o grande centro econômico do País. Imagina São Paulo ficar sem água e se esvaziar aquela monstruosidade para ir para o interior.

Falando da questão do interior – essa questão do retorno –, o Ministro Patrus Ananias falou para nós um negócio interessante: reconceituar os Municípios abaixo de 20 mil habitantes, dar a eles um conceito que não é de urbanismo exacerbado, mas da sua ruralidade. Essa reconceituação da ruralidade dos Municípios pequenos também pode ser uma saída para ajudar a contribuir com isso.

Eu falei da questão do projeto de lei dos pagamentos ambientais e, no meu discurso de posse aqui, eu disse, Senadora Regina, o seguinte: a União, os Estados e os Municípios têm que sair da condição de disciplinador, regulador e fiscalizador desse problema do meio ambiente, da questão da sustentabilidade – considerando a questão da sustentabilidade não só a existência da floresta, mas a existência das pessoas em condições dignas de viver, conviver e ser felizes –, mas precisam assumir o ônus de a floresta dar retorno para o proprietário da terra.

A minha concepção de propriedade da terra é uma concepção que não cabe muito, porque eu penso que a terra é pública, como a água. Ela tem que ser objeto de concessão, mas já era, "Inês é morta", a terra é privada e nós não vamos ter como torná-la pública.

Então, essa questão de a União, os Estados e os Municípios assumirem a responsabilidade para garantir a defesa da água passa pelo pagamento de serviços ambientais para os proprietários da terra, dentro de um parâmetro que possa contribuir para isso.

Eu fico com a pergunta que fiz – que parece um tanto inusitada, mas era essa – e com a crença de que nós estamos no rumo certo. Porque, como aconteceu lá em São Paulo, nós temos a oportunidade de discutir a crise hídrica em todo o Brasil, com a responsabilidade de envolvimento da sociedade.

Se nós perdemos 37% da água tratada... É mais do que um terço da água que nós temos lá. Então, nós não temos falta de água, nós temos uma má gestão da água. Para má gestão há solução fácil: é só fazer uma boa gestão.

Eu vou passar...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Senador, antes de eles responderem... Eu estou com tempo, porque vou embarcar, mas quero ouvir ainda. Vou ficar uns 15 ou 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu vou, inclusive, privilegiar a Drª Luz.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Porque eu vou, também, pegar o final do debate sobre o Matopiba lá no meu Estado – os Governadores estão lá. É uma região com a qual nós temos que ter cuidado.

Eu fiz um discurso esta semana sobre a questão ambiental, as nascentes dos rios que há naquela região. Se a gente não tiver cuidado, elas podem ser destruídas.

Então, eu quero participar, por isso vou embarcar mais cedo hoje. Mas quero convidá-lo para, a partir desses elementos que eles deram, a gente fazer uma publicação didática – pode ser os dois gabinetes, assim nós dois assinamos – para as escolas, nessas cotas de publicação que a gente tem. Usa-se a minha cota e a sua cota e a gente faz um número bom de publicações para ver se conseguimos fazer com que esse debate chegue onde tem que chegar.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Está combinado. Nem que a gente tenha que sentar com o Senador Renan para ele patrocinar, a gente vai fazer essa publicação.

Eu vou passar agora para a Drª Luz fazer as considerações e responder as perguntas que foram colocadas, porque ela também tem que pegar um avião "agorinha" mesmo – como dizem os mineiros.

A SRª LUZ ADRIANA CUARTAS PINEDA – Bom, eu vou começar respondendo a pergunta da Senadora com relação aos estudos e disponibilização dos mesmos, e as parcerias.

Realmente nós fazemos contato com os Estados, com as diversas instituições dos diversos Estados. O nosso contato principal é com a Agência Nacional de Águas.

Então, por exemplo, esse estudo do Cantareira é público, está na página para qualquer um que possa... Inclusive os dados também são públicos.

Então, quem quiser ir ou verificar... Há pessoas que vêm, perguntam, entram em contato conosco. Nós estamos 100% disponíveis para atender todas as pessoas.

Os estudos, principalmente agora do Semiárido, que eu mostrei, estão em andamento. Mas uma meta que temos é começar a publicar na nossa página, a partir de julho, os primeiros resultados desses estudos, tanto do monitoramento de colapsos quanto da vulnerabilidade – mapeamento da vulnerabilidade.

Então, esses estudos já estão em andamento e nós estamos colocando. O nosso problema é que eu falei: somos um órgão relativamente recente – começou em 2011 –, mas, na verdade, o *staff* permanente começou no final de 2014.

Então, temos seis meses de pessoas permanentes, pesquisadores nessa área. Então estamos nesse processo.

Bom, agora vou responder algumas das questões que o Senador Donizeti falou, com relação a por que não levar o excedente de água do Norte para as áreas que estão...

Bom, porque – aquilo que o Antônio falou – é custo, é o transporte, é longe, são milhares de quilômetros. Acho que é importante procurar soluções um pouco mais locais. Por exemplo: no Semiárido, a partir das cisternas. É aquilo que estamos falando. Eu não mostrei, mas os principais centros urbanos produzem o efeito de ilha de calor, bem conhecido. Aquele efeito, o que faz? Produz aquelas chuvas intensas, que estão aumentando. Nós temos séries que mostram que, na cidade de São Paulo, as chuvas estão aumentando desde 1960, e no Cantareira estão diminuindo nos principais meses de chuva: dezembro, janeiro e fevereiro. Então, a 80 quilômetros de distância, São Paulo está cheia de água. As pessoas não estão percebendo ainda que realmente está faltando água, porque em São Paulo está chovendo. As pessoas perguntam: "Ué, por que todo mundo fala que está faltando água se estamos quase nos afogando?"

Com relação a isso, vamos usar essa água da chuva? Eu acho que é válido, porque nesses centros urbanos a maioria da área é impermeável. Então a água que está caindo está escoando. Tudo bem, está indo para os rios. E os rios a jusante, eles vão ter que manter assim, mas acho que pode ser feito um manejo. Eu não tenho a parte de engenharia, estudo mais a parte dos processos. Então essa área, eu não conheço, mas acho que dá, sim, para tentar fazer um uso como aquele que você falou: os prédios começarem a pensar em outras alternativas, fazer construções diferentes. Então não é só a arquitetura; a engenharia precisa se reinventar e pensar em novas soluções. É disso que eu acho que precisamos.

Com relação às mudanças climáticas, você apontou também uma coisa muito importante: as mudanças do uso do solo.

Realmente, com o desflorestamento, com as mudanças que estão acontecendo ao longo de todos esses anos, o que está acontecendo? Com aquela entrada da agricultura diminuiu bastante essa precipitação na região. E o que está acontecendo agora com a Amazônia? A água vem principalmente do Atlântico, entra pelo norte da América do Sul, atravessa toda a Floresta Amazônica e, nesse processo, chove, evapora, volta para a atmosfera, mas é criado um ciclo de reciclagem. Muita daquela água que está chovendo à medida que os ventos entram no continente vem da própria reciclagem da floresta, então é importante a manutenção dessa floresta. Na hora em que ela for acabando, realmente pode começar a secar.

São estudos recentes. Aconteceu já na china. No interior da China, por conta das mudanças de uso e do desflorestamento, foi começando a ficar mais e mais árido. O que aconteceu agora? Eles estão reflorestando novamente. Então é realmente muito importante. E agora a Mata Atlântica. Também precisamos pensar em recompor os biomas da Mata Atlântica não só pela quantidade, mas também pela qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Em nome da Senadora Regina, em meu nome, do Senado Federal e desta Comissão, Drª Luz, nós queremos agradecer.

Nós acabamos de ouvir a Drª Luz Adriana Cuartas, que é pesquisadora do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais.

Se a senhora precisar se retirar, fique à vontade. Desde já, muito agradecido. E pedimos a sua autorização para publicar o debate realizado nesta Comissão, nesta manhã.

Vamos ouvir agora o Dr. Antônio Gomes, Coordenador Nacional do Programa Uma Terra e Duas Águas.

O SR. ANTÔNIO GOMES BARBOSA – Queria, na verdade, finalizar agradecendo o convite. Acho que é um debate importante.

Queria fazer dois outros registros antes de agradecer.

Um é dizer que existe uma iniciativa, a partir de agora, de um programa chamado Cisternas nas Escolas cuja intenção é levar cisternas para as escolas rurais. Já existe uma experiência em andamento. Obviamente, ela está sendo melhor formatada e discutida, mas esse é um problema geral que nós temos no Semiárido, ou seja...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Urbanas também, porque quando falta água manda o menino para...

O SR. ANTÔNIO GOMES BARBOSA – A nossa experiência é rural. É importante ver... A falta de água é geral.

Uma situação é importante quando se discute água. Necessariamente ela apareceu aqui, mas é importante fazer o registro de qualquer forma. De fato é a expansão das fronteiras agrícolas. Esse é um debate difícil, é um debate caro. Muitas vezes fica essa contradição: "Ah, são contra a produção; não são contra a produção".

De qualquer forma, concordando ou não com o conjunto de teorias que estão aí, uma coisa que se percebe muito fortemente é que o avanço das fronteiras agrícolas, o desmatamento da Floresta Amazônica, de fato, têm mudado o ciclo de chuva, em especial na Região Sudeste, com toda essa perspectiva que a Drª Luz colocava anteriormente. Há teorias sobre a história dos rios voadores. Esse é um debate que precisa ser aprofundado. E, de fato, os efeitos são nefastos, são grandes.

Outro debate que precisamos fazer está associado à ideia da transposição de águas. Normalmente se acredita que a solução seja transportar água. O Brasil tem uma situação de água bem diferenciada, mas a solução para cada região é solução dentro de cada bacia. Então, se temos 12 bacias, precisaríamos discutir o planejamento a partir dessas bacias ou como se abastece cada população a partir das suas necessidades dentro de suas bacias. Obviamente, em eventuais situações, até poderia haver transposição de águas, mas a situação que vivemos no Brasil hoje é o que diz, inclusive, o estudo da ANA a partir do Atlas: não seria necessário isso. Então precisaríamos privilegiar o que tem sido estudado e o que tem sido proposto.

Queria agradecer o convite em nome da Asa, da Articulação do Semiárido, e nos colocar à disposição inclusive para continuar esse debate, em especial da contribuição que a Asa tem dado e da experiência que se tem no meio rural sobre captação e manejo de água de chuva. Essa é uma água importante; uma água com a qual existem experiências em vários outros lugares do mundo, como Estados Unidos, Alemanha e Japão, só para citar alguns, inclusive experiências urbanas, além das experiências rurais que ocorrem no México, no Peru, na China e em vários outros países.

Agradeço o convite e nos coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Nós falamos muito aqui, mas não tocamos numa questão, que é a água subterrânea, a questão dos aquíferos.

Eu me lembrei disso porque está no material que li hoje e queria fazer uma pergunta que talvez o companheiro Marcelo possa responder.

Ao que me parece, pelo que aprendi até hoje, existem as áreas de recarga dos aquíferos, não é? Não é em qualquer lugar que chove e a água vai para o aquífero. Ele tem as suas áreas próprias de recarga.

Os dois maiores aquíferos, que são o Guarani e o Alter do Chão, da Amazônia, são internacionais ao que parece.

E lembrei que alguém já me disse que o Tocantins é um dos locais de recarga do Aquífero Guarani. Essa é uma questão importante também de se saber, porque há muita água embaixo da terra, mas também depende... Ela aflora nas nascentes e depois volta.

Vou passar a palavra, então, para o Luis Alberto de Mendonça Sabanay.

Tivemos uma audiência pública em Palmas, essa semana, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para discutir agricultura de baixo carbono e piscicultura. E, na agricultura de baixo carbono, encontra-se solução para amenizar – eu não diria que é a solução total – essa questão e produzir de forma sustentável, com mais qualidade, articulando a lavoura, a pecuária e a floresta. A Embrapa está bastante avançada nesse trabalho. O Brasil tem um programa chamado Agricultura de Baixo Carbono, que já é um compromisso com a questão das mudanças climáticas. Então é importante esse programa. E nós estávamos, sexta-feira, discutindo essa temática lá em Palmas, nossa capital, a capital mais bonita do Brasil.

Com a palavra, Alberto de Mendonça Sabanay.

O SR. LUIS ALBERTO DE MENDONÇA SABANAY – Obrigado pelo convite para participação nesta importante audiência pública.

Quero considerar três questões nas minhas considerações finais.

Primeiro, nós temos mais de 1,5 milhão de famílias que, em vez de estarem na terra, estão nas águas brasileiras por subsistência, por necessidade de produção, por cultura e por perspectiva de futuro.

Então, é um contingente populacional significativo no Brasil. Eles eram invisíveis durante muitos anos. Os trabalhadores e as trabalhadoras das águas brasileiras passaram a ter um endereço e um lugar nas políticas públicas do Estado e do nosso País, com potencial e perspectiva de desenvolvimento e de futuro.

O segundo registro que quero fazer, um pouco na fala da Senadora Regina, é que obviamente houve distorções no processo de desenvolvimento no nosso País. Foi citada a questão da carcinicultura no Piauí, mas, obviamente, em se tratando de um recurso público de múltiplo uso, de responsabilidade comum na sociedade

brasileira, o desenvolvimento da produção de pescado deve necessariamente ser muito bem planejado. Então, envolve vários interesses, envolve um recurso significativo e comum, de múltiplo uso, que é a água do nosso País, e deve estar incluído na nossa pauta de debates todo o tempo.

Dei um exemplo do modelo de planejamento da carcinicultura no Maranhão, que é um modelo em que temos, na medida do possível, de implementar e corrigir as distorções que houve nesse sentido durante todo o processo; não só as distorções de desvio de rios, mas as distorções sociais precisam ser corrigidas nesse processo.

A terceira consideração que quero fazer é com os meus Pares de Mesa, invocando inclusive a presença do Senado Federal. Precisamos ter uma ação integrada e sistemática em relação a isso, porque o que impacta tanto na questão do controle das variações climáticas quanto também das crises produzidas por várias situações no recurso hídrico pode gerar impactos significativos no desenvolvimento do nosso setor. Então, quero invocar essa articulação para que possamos avançar nesse processo.

Por último, gostaria de dizer que temos ainda um desafio no nosso País, que é a questão de segurança alimentar e nutricional, ou seja, alimento de qualidade. O pescado pode ser um vetor e uma característica, um proporcionador dessa oportunidade diferenciada no modelo de desenvolvimento. Que nós, do ponto de vista do Estado e da sociedade, tenhamos a responsabilidade de dividir bem não só o espaço de produção, que é a água, mas dividir a própria água, para que o Brasil não cometa as injustiças que cometeu, em consequência da má divisão dos seus espaços durante quase cinco séculos.

Então, temos esses desafios a cumprir. O Ministério da Pesca e Aquicultura está à disposição na vanguarda desse processo. Queremos nos disponibilizar a esse debate toda vez que for necessário, principalmente quando envolver água e produção no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ouvimos o Dr. Luis Alberto de Mendonça Sabanay, Assessor Especial para Assuntos Estratégicos do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Vamos ouvir agora o Dr. Marcelo, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, mas, antes, quero citar um dado que dá o tamanho da nossa responsabilidade. Não estou com a fonte, mas diz o seguinte: 97,2% das águas são os oceanos; 2,8%, portanto, são de água potável. O desesperador aqui é que 2,38% desses 2,8% são de água constituída de gelos glaciais; 0,39% são de água subterrânea e apenas 0,029% são os lagos e os rios do Planeta.

Então, imaginem se essas águas que estão em gelos glaciais se descongelarem mesmo. Isso será uma tormenta que vai devastar todo o Planeta. Tudo vai virar praticamente mar.

Mas vamos ouvir, então, o Dr. Marcelo, para as suas considerações e respostas às perguntas.

O SR. MARCELO MEDEIROS – Pois é. Tenho uma lista de respostas. Vou colocá-las pela ordem das perguntas.

Sobre o uso da água em construções públicas, em 2005, na ANA, lançamos um manual sobre isso, para fomentar a eficiência da água em edificações. Assim, é possível, com pequenos gastos, reduzir e muito o uso da água em qualquer edificação.

São dois os exemplos bem sucedidos no País. Primeiro, é aquele aerador de torneira. Em qualquer prédio, hoje em dia, as torneiras têm aerador. Ele reduz em torno de 50% do consumo da água que usamos para lavar a mão, na cozinha e tal. Outra coisa que qualquer prédio construído há menos de 10 anos tem são aquelas descargas com um ou dois botões em cima. Antigamente, aquela descarga de parede gastava em torno de 50 litros por segundo, enquanto aquela pequena, que é a caixa acoplada à descarga, gasta 4 ou 5 litros e tem dois botões – um para mais e outro para menos água.

Fizemos isso em 2005. Também daí saiu, a partir desse manual, uma iniciativa nossa, no sentido de induzir os Estados a fomentarem o hidrometro individual em apartamentos. Também é algo interessante, porque se você pega pelo bolso e mostra à pessoa que ela consome muito, ela reduz o consumo.

Bem, agora, no início do ano, pelo Ministério do Meio Ambiente, relançamos essa publicação. Fizemos uma nova publicação sobre uso eficiente da água, principalmente voltado para edifícios públicos. Em fevereiro, participamos de um grupo de trabalho no Ministério do Planejamento, e fizemos uma Portaria Federal que obriga todas as edificações públicas existentes e novas a adotarem essa medida, inclusive captação de água de chuva.

Para nós, do Executivo Federal, isso é Normativo Mandatório. Somos obrigados a seguir esse tipo de portaria do Órgão Central Administrativo, que é o Ministério do Planejamento.

Isso é muito interessante, porque são coisas pequenas que podem ser feitas, mesmo indicações existentes, que vão levar a um uso muito menor da água. Acho que edifícios antigos, ainda mais em áreas urbanas consolidadas, que não têm mais espaço em volta, não foram construídos para aguentar aquela carga dos grandes reservatórios, mas é possível essas pequenas coisas serem feitas.

Bem, isso me leva à pergunta do próprio Senador, no sentido de podermos aproveitar 100% do reúso, 100% das águas da chuva. Do ponto de vista técnico, isso é possível, mas você tem de considerar o ponto de vista econômico, pois é muito caro fazer um equipamento para reúso, principalmente se for de uma água de dejetos humanos. É muito difícil tratar esse tipo de água. Conseguimos tratar bem a água com gordura, a água da pia, a água que se usou para lavar o piso, mas o custo econômico disso é muito alto. Tecnicamente, isso é possível, mas a nossa visão de reúso de água de chuva é de outro tipo, é um pouco menor.

Há algo interessante, que são mudanças invisíveis, que demoramos um pouco para perceber, mas a construção civil, já há alguns anos, entrega prédios para a classe média, classe média alta, com reservatório de água da chuva.

Por exemplo, aqui em Brasília, nesse bairro novo, o Noroeste, todos os edifícios têm reservatórios de água de chuva. É interessante. Conversando com o pessoal de construção civil, eles nos dizem que isso é uma demanda dos moradores. Nos condomínios novos, eles pedem que se implante esse tipo de sistema.

Em São Paulo, floresceu muito – o que se via muito pela televisão – aquele comércio de vender bombona, ou de reservatório de água de chuva. Sumiu, não é? Não se conseguia mais pequenos reservatórios um tempo atrás. Só que, já há alguns anos, há um serviço profissional, que é o de reúso de água. Há várias empresas que oferecem esse serviço para reaproveitar a água de lavanderia comercial. Se o indivíduo for a algum *shopping center*, na cidade, pode-se ver que as pessoas lavam o chão com água colorida, geralmente azul ou verde, porque ela é água de reúso.

Então, dentro da engenharia nacional, há várias empresas, oferecendo esse tipo de serviço. O que estão nos pedindo, e estamos começando a fazer agora, é uma norma nacional para reúso. Existem normas complementares, mas eles queriam uma norma que desse segurança jurídica ao empresário, para que ele faça o reúso na empresa.

Sabemos que diversas empresas nacionais fazem reúso, só que, geralmente, não é declarado, porque não se pede para se declarar esse tipo de coisa, mas elas já fazem reúso. Vemos isso por causa das outorgas que temos.

Várias empresas reduziram a demanda de água, pediram para reduzir o volume de outorga, porque eles estão usando em algum tipo de ciclo fechado, porque ele não precisa mais captar água, ou da rede de abastecimento, ou de algum rio.

Então, já há isso em andamento. O que precisamos é ajudar a regulamentar para que ele tenha conforto jurídico na hora de fazer a medida.

Sobre essa pergunta que houve de usar a água do Norte. Recebo muitas contribuições de populares sobre a crise. Isso é recorrente. Há um problema sério em retirar a água da Amazônia, e levar para outras regiões do País, principalmente essas mais distantes, como Sudeste e Sul, e não é tanto a distância, a distância vencemos com o canal – estamos fazendo isso na transposição. O nosso maior problema é vencer o desnível geográfico: como é que jogo água para cima?

Eu sou de Minas Gerais. Lá, se você vai para o meio rural e olha para o lado, você vê as divisas das bacias. É muito claro para a gente. Para quem mora no Centro-Oeste e nunca foi para o meu lado e para a Bacia Amazônica, essa divisa está mais distante, mas existem os grandes desníveis. E, para vencer um desnível, tenho que elevar a água, usando estações de bombeamento.

O custo energético disso é até mais alto do que a construção. Isso implica outro problema: preciso ter energia gerada para poder fazer isso. Eu preciso gastar água para gerar energia hidroelétrica, e o custo de bombeamento costuma ser muito mais caro do que a obra. Então, torna-se inviável esse tipo de coisa.

Quanto ao pagamento por serviço ambiental, estamos tentando no Ministério... Temos o Bolsa Verde, que está caminhando, mas, no campo de recursos hídricos, temos duas iniciativas muito boas da Agência Nacional de Águas. Uma chamamos de Produtor de Água, que, dentro de bacias rurais, principalmente nas menores bacias, nos mananciais e nascentes, paga-se um valor ao produtor rural para que ele preserve as matas, principalmente ao redor de nascente. E não é só a ciliar – a ciliar é interessante, é muito interessante, porque ela retém assoreamento, diminui a carga de sedimento na beirada, retém, por exemplo, agrotóxico, dá uma diminuída na carga poluidora –, mas tem também que repor topo de morro, poque a maior carga de sedimento vem de topo de morro e, se eu não tiver vegetação nas partes altas, principalmente em áreas agricultáveis ou onde está havendo movimentação de solo, por conta de novos assentamentos urbanos, isso tudo vai descer para o rio também. Então, isso tudo tem que ser considerado.

Esse programa faz o ressarcimento ao produtor rural por este tipo de serviço, inclusive o cercamento da vegetação remanescente. O custo é pequeno, e já temos vários experimentos científicos que comprovam que, por meio das pequenas coisas, incluindo barraginha, é possível haver de volta a vazão no rio; há ganho em água depois.

Temos uma nova legislação ambiental. Existe a Lei Complementar nº 140, que mudou um pouco a relação entre o licenciador e os licenciados e que distribuiu competência entre os Governos. Então, passa a haver uma competência muito forte no Município. E o Município para nós é uma coisa que tem que se trazer para mais perto de Estado e União, porque podemos legislar sobre meio ambiente, legislar sobre recursos hídricos, mas Município detém o uso do solo. Então, posso dizer que ele não pode poluir, mas ele vai e instala um distrito industrial. Então temos que trazer, nem que seja através de legislações complementares, o Município para perto de nós.

Temos no Município também o plano de saneamento. O saneamento é uma concessão municipal; o Município é responsável por dar a concessão a alguém e por fiscalizar. Nesse saneamento, estamos ouvindo muito, inclusive de pessoas comuns, sobre a perda de água na rede – a perda de água tratada, que é a perda mais perversa. A água já foi retirada do manancial, foi tratada, foi distribuída, e há uma perda.

No Brasil, esses índices variam de 20% a 76%. Está em 20% no Sudeste, principalmente em algumas cidades, como São Paulo, e chega, no Amapá, a 76% de perda.

Só que essa perda tem dois componentes. Há um que é a perda física, que é mais fácil de entendermos, que é quando se perde água por vazamento. No Sudeste, isso já é mais bem resolvido; há um alto índice; mas ele é mais bem resolvido.

O que não resolvemos é a outra perda, que é a que chamamos de aparente: a água foi tratada, chegou ao consumidor, mas não foi medida ou não foi contabilizada por algum motivo. Vários Municípios no País optaram por não cobrar água, isso é muito comum em Municípios menores. E há várias companhias estaduais até em Municípios maiores que optaram por...

Tudo bem ele não mede, mas ele cobra uma taxa referencial. Isso para nós de recursos hídricos é um problema. Tudo bem que há considerações sociais que têm que ser levadas em conta, mas, se você não cobra ou se você cobra apenas uma taxa referencial, a pessoa tende a gastar mais do que ela devia, porque ela não é cobrada por aquilo; então, temos que reduzir isso.

No Estado do Rio de Janeiro, a Cedae, pelo que lembro, tem 50% de perda por causa disso. Além das perdas físicas, existe alto índice de Municípios em que se aplica a taxa referencial. Aqui mesmo no DF temos isso, principalmente fora do Entorno, nos limites do DF, em que há a taxa referencial.

Por fim, sobre essa questão de aquíferos. Já fui da CPRM por muitos anos, coordenei grandes projetos de hidrogeologia, trabalhei no projeto do Aquífero Guarani, fizemos 12 mil cisternas, as primeiras do Governo Federal, e estamos num esforço, já nos últimos 15 anos, para aumentar o mapeamento hidrogeológico do País.

Houve, na década de 60, grande contribuição do DNOCS, depois ficou parado; a CPRM retornou com isso há 15 anos; e a própria ANA também está fazendo isso, principalmente em regiões metropolitanas. E temos dois objetivos. Além do conhecimento da disponibilidade de água, outro muito grande é o de conservação, que protege áreas de recarga, como bem o Senador disse. Grandes sistemas aquíferos, como o Guarani, têm área de recarga – vejam que ele está lá no Paraguai, Argentina, mas chega até Goiás.

Então, há áreas espalhadas por oito Estados da União. O Alter do Chão talvez seja maior do que o Guarani – ele está para ser estudado, e provavelmente é maior do que o Guarani –, porque o Guarani não é um aquífero único, são blocos compartimentados, que têm ligações entre si.

E funcionam, às vezes, como uma coisa única, mas a área de recarga é muito exposta, porque está muito na superfície. E é uma região muito porosa. Então, qualquer coisa em cima contamina – posto de gasolina, força negra, qualquer coisa pode contaminar a água subterrânea.

E, nas regiões metropolitanas, o nosso medo ou a nossa preocupação é quanto a aquíferos que são mais superficiais, porque o aquífero não é uma rocha única, há camadas de rochas de formações diferentes, de materiais diferentes, que compõem aquela rocha. E cada uma dessas rochas porosas é um sistema aquífero. O Guarani está lá embaixo, no Paraná, está há 4 mil metros de profundidade, e, acima dele, há o Serra Geral, e, acima desse, há outras formações.

Essas que estão mais próximas da superfície estão muito sujeitas à contaminação, como falei. É uma rocha porosa e aceita qualquer coisa que se jogue lá de cima. E o pior é que elas são as mais usadas, principalmente nas cidades, porque você não vai escavar 4 mil metros, para chegar até o Guarani, é muito caro; você vai escavar 50 metros e tirar a água de um aquífero mais superficial. Só que a maior parte da carga contaminante não é visível, e os exames laboratoriais são caros.

Para benzeno, existente em postos de gasolina, é fácil, pois a água tem cheiro. No entanto, o resto – coliformes fecais, um monte de outros patógenos – não dá odor e nem cor. A água sai límpida, e você acha que ela está limpa, mas, na verdade, pode estar contaminada. Então, estamos fazendo estudos em regiões metropolitanas.

E estamos dizendo isto também em vários discursos: a crise é uma oportunidade para testar o sistema de gestão e para modificá-lo e aperfeiçoá-lo.

A Luz falou sobre o Cemaden. Ele foi criado em julho de 2011, e participei da criação, porque, na época, trabalhava com desastres hidrológicos na Agência Nacional de Águas. E foi por causa daquele desastre de janeiro de 2011, no Rio de Janeiro, na região serrana, que criamos um sistema de alerta.

A Luz não teve tempo de explicar, mas temos reuniões diárias entre vários órgão federais e estaduais, com o Cemaden. E isso inclui os institutos oficiais estaduais e federais de metrologia, Agência Nacional de Águas, a CPRM. Tudo é retirado desses locais, agregado dentro do Cemaden – que é a nossa base pensante para monitoramento e previsão – e levado à Defesa Civil.

E também, por conta desses desastres, reformulamos todo o Sistema Nacional de Defesa Civil. Antes, não existia carreira; hoje em dia, temos uma carreira de Defesa Civil, e essas pessoas trabalham por meio de informações que recebem do Cemaden e dos outros órgãos. Então, houve uma mudança.

Essa crise é uma oportunidade para vermos o nosso sistema e as falhas que acontecem e tentar mudar. Temos proposições do Senado e da Câmara quanto a isso. E, desde o ano passado, este número de proposições aumentou.

Sei disso, porque sou o responsável pela pasta do Meio Ambiente dentro do Governo Federal. E canalizamos os PLs, quando eles saem da Casa e vão aos ministérios. Então, há um aumento muito grande de proposições. E a grande maioria são boas intenções – principalmente essas de fomentar o reúso, fomentar o uso da água de chuva, regras diferentes de acesso à água, cobrança pelo uso da água. São medidas muito boas e têm que ser implementadas.

E temos também outra oportunidade que é justamente a transposição do Rio São Francisco. Tirar a água de uma bacia e levar ao Nordeste – não vou discutir os benefícios de distribuir essa água – cria um conceito para nós de bacia estendida. Isso muda as regras de alocação de água, ou seja, entra água nova no sistema, mas, ao mesmo tempo, há o doador, que tem que ser revitalizado.

E, se não for revitalizada a Bacia do Rio São Francisco, como é que vou tanto continuar mantendo essa entrega de água na própria bacia, quanto criar essa bacia estendida? Então, também temos que ter essa ideia. Por isto estamos refazendo o nosso programa de revitalização de bacia: justamente por causa do Rio São Francisco.

Tenho que agradecer. É muito bom poder explicar o que fazemos e, principalmente, tirar dúvidas. E, quando você vai em ambientes diferentes, você passa a ter ideias diferentes – somos muito acostumados a pensar dentro da caixinha.

Recursos hídricos, até pouco tempo atrás, era uma coisa pequenininha. Ficava entre nós da Agência Nacional de Águas e o setor elétrico, que é mais diretamente envolvido por conta do planejamento energético. E, nos últimos cinco anos, nós conseguimos ampliar isso para os outros ministérios. Temos uma conversa muito melhor hoje com Minas e Energia, com Cidades, com Integração Nacional e mesmo com Pesca, que não tínhamos.

Estamos tendo essa oportunidade porque a água influencia qualquer política setorial. Não dá para fugir. E a água, se não for bem usada, principalmente nas políticas setoriais, nós vamos criar conflitos. E nós temos muita água, nós temos boa disponibilidade ainda. O que nós precisamos, como o Senador disse, é de gestão. Nós temos de resolver problemas de qualidade da água, mas isso não é o suficiente para que criemos conflitos por conta de políticas setoriais mal programadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Nós estamos encerrando aqui os trabalhos. Eu quero agradecer, em meu nome, em nome da Senadora Regina, em nome da Comissão de Meio Ambiente do Senado, ao Dr. Marcelo, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, ao Dr. Luis Alberto de Mendonça Sabanay, Assessor Especial para Assuntos Estratégicos do Ministério da Pesca e Aquicultura, ao Dr. Antônio Gomes Barbosa, Coordenador Nacional do Programa Uma Terra e Duas Águas, e à Srª Luz Adriana Cuartas Pineda, pesquisadora do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais.

Terminamos esta audiência e queremos deixar aos ouvintes da Rádio Senado e da TV Senado a seguinte mensagem: o Senado, através das comissões, tem debatido permanentemente essa temática desde o início deste ano. Hoje, por exemplo, nós estamos nesta Comissão. Haveria às 14h30 outra comissão, que é a Comissão de Mudanças Climáticas, também fazendo esse debate. Foi suspensa a reunião hoje, para ser feita na semana que vem. É presidida pelo Senador Fernando Bezerra, que tem feito um debate também extraordinário sobre essa questão. Ou seja, embora às vezes as pessoas não percebam, o trabalho aqui no Senado Federal não se reduz a ir ao plenário votar, apertar um botão e fazer discurso; está havendo uma discussão muito intensa sobre os diversos problemas que o nosso País enfrenta.

E em um momento que eu considero muito oportuno, porque eu disse esta semana duas vezes já que estou como aquela música do Raul Seixas: "Eu não preciso ler jornais, mentir sozinho eu sou capaz." Porque o que vemos nos meios de comunicação, principalmente nos grandes conglomerados de comunicação do País, o que vemos por parte da oposição é que o País acabou e que nós estamos vivendo um desastre, que nós estamos no caos. E, na verdade, nós estamos vivendo um Brasil muito intenso.

Ontem eu fui à Câmara Federal, à Comissão de Agricultura, participar de uma discussão sobre o Matopiba. Estive, no final da semana, discutindo agricultura de baixo carbono etc. Mas o que eu quero dizer é que está havendo, neste momento, no País, um debate intenso sobre os problemas, e estão sendo produzidas alternativas que vão ser consolidadas num curto espaço de tempo, o que fará certamente o Brasil dar um salto ainda maior na qualidade de vida para o seu povo, no crescimento da renda distribuída e uma nação mais soberana perante o mundo, mais feliz e fraterna. Então nós somos otimistas com o Brasil que nós estamos vivendo neste momento, porque o que pode esta crise trazer para nós? Uma grande oportunidade de resolução dos problemas, que vai resolver os problemas para as próximas gerações, para muitos e muitos anos, certamente, porque eu acredito nesta geração, acredito neste País, acredito nas pessoas, acredito no Brasil.

Encerro aqui, então, a audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nesta manhã de quarta-feira, um trabalho intenso, bem feito, e, com o compromisso da Senadora Regina e meu, nós vamos trabalhar para ser publicado, para colocar a serviço da sociedade brasileira o que foi discutido e proposto aqui hoje.

Está encerrada a audiência pública. Muito obrigado e até a próxima, com fé em Deus.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 2015.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia nove de junho de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Humberto Costa, Delcídio do Amaral, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Lídice da Mata e João Capiberibe**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA, destinada à realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA para "Debater sobre problemas no Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS", em atendimento aos Requerimentos da CMA nº 22, 24 e 39, todos de 2015, de autoria dos Senadores Ronaldo Caiado e Flexa Ribeiro. Comparecem como convidados: José Rodrigues dos Santos Neto, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios, Telégrafos e Similares – FENTECT; Luiz Alberto Menezes Barreto, Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios – ADCAP; Ângelo Donga, Conselheiro Fiscal do POSTALIS; José Aparecido Gimenes Gandara, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios – FINDECT; Maria Auxiliadora Alves da Silva, Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do POSTALIS (representante de: Antonio Carlos Conquista, Diretor-Presidente do POSTALIS); Afonso Oliveira de Almeida, Superintendente Executivo da Vice-Presidência de Gestão de Pessoas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (representante de: Wagner Pinheiro de Oliveira, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos); José Carlos Sampaio Chedeak, Auditor-Fiscal em exercício da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc (representante de: Carlos Alberto de Paula, Diretor-Superintendente da Previc). A Presidência concede a palavra aos convidados, pelo tempo de dez minutos. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Ronaldo Caiado, que tecem comentários e perguntas. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **OTTO ALENCAR**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta esta reunião, formulada a partir de um requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

Submeto aos Srs. Senadores presentes a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Sobre a questão o Instituto Social de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis), o requerimento do Senador Flexa Ribeiro se deu em função das várias constatações de irregularidades que aconteceram, incriminando diretores responsáveis pelo rombo no fundo Postalis, que, segundo informações, supera mais de R$5 bilhões, como é o caso do fundo dos portos e de tantos outros fundos de pensão formados no Brasil, cujo tema será aqui debatido.

Posso assegurar, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que a Comissão estará sempre aberta para debater temas dessa natureza, como já fizemos aqui, em outras oportunidades.

Por iniciativa, inclusive, do Senador Ataídes Oliveira, debateu-se aqui o Sistema S – Sebrae, Senai –, todas essas entidades e todos esses fundos, que deveriam ter uma gestão correta, uma gestão que pudesse ser transparente, fiscalizasse e aplicasse com correção os recursos oriundos dos trabalhadores, talvez as principais vítimas de todo esse processo de gestão fraudulenta e temerária que acontece nos fundos de pensão do Brasil.

Sou baiano. Pela primeira vez venho a Brasília como Senador, mas ocupei todos os cargos no meu Estado: de Deputado a Governador de Estado. Fui Secretário por três vezes, Conselheiro do Tribunal de Contas e chego a Brasília para ver de perto e constato aqui algo que me chama a atenção, em função dos diversos escândalos que se sucedem permanentemente na Capital do Estado. Fala-se somente em bilhão; não se fala em milhões, somente em bilhões de desvios de recursos, tal a quantidade e a concentração de recursos.

Então, desse requerimento, gostaria de convidar o autor, o Senador Flexa Ribeiro, para ficar à mesa. Inclusive, ele vai ser o coordenador e tocar todo esse debate aqui. (*Palmas.*)

Queria convidar também o Vice-Presidente da Comissão, Ataídes Oliveira. (*Palmas.*)

São merecidos, inclusive, os aplausos ao Senador, porque ele tem sido um fiscalizador permanente das ações que acontecem tanto em nível da administração central, quanto em nível da administração descentralizada e dos fundos de pensão.

É preciso que realmente se chegue a tomar uma atitude ou até a aprovar uma legislação. Agora, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, tomou essa iniciativa de fazer uma lei de responsabilidade das estatais, podendo até incluir esses fundos de pensão, para que não aconteça coisa dessa natureza. Porque me chama a atenção, falei há pouco, vindo lá da Bahia, e meu limite foi o meu Estado, até como Governador que fui do meu Estado da Bahia, não vi acontecer no meu Estado tanto desvio de recurso, fala-se em bilhões e bilhões de reais desviados, sem que alguém pudesse fiscalizar. Chama-me a atenção, porque, desviar um centavo, um real, mil reais, ou até um milhão de reais, mas bilhões e bilhões, e se chegar e dizer que não houve ninguém que fiscalizasse a nociva ação de diretores contra os funcionários dos Correios e Telégrafos, que terão, depois, de talvez até pagar essa conta de forma injusta e incorreta...

Então, foi convidado o Sr. José Rodrigues dos Santos Neto, que está presente.

Como não temos vaga na mesa, o senhor pode sentar-se aqui à frente, porque cada um vai falar. Não podemos fazer a composição da mesa por falta de espaço. O senhor pode sentar aqui e vai ter a palavra dentro de pouco tempo.

Chamo o Dr. Luiz Alberto Menezes Barreto. Por favor, o senhor pode sentar-se aqui à frente também, Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios. (*Palmas.*)

Chamo Angelo Donga, Conselheiro Fiscal do Postalis. O senhor pode sentar-se aqui à frente, Sr. Angelo Donga. (*Palmas.*)

Chamo José Aparecido Gimenes Gandara, por favor. (*Palmas.*)

A Srª Maria Aparecida Alves da Silva, Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do Postalis. É claro que, como Chefe de Gabinete, a senhora tem todo o conhecimento da gestão do Postalis, mas me causa espécie não estar presente aqui o próprio Diretor-Presidente – deveria aqui estar, diante da importância do fato –, que é o Sr. Antonio Carlos Conquista. (*Palmas.*)

Este é um momento de os responsáveis mostrarem a cara e não tirar o braço da seringa, pois é algo muito ruim para quem dirige qualquer entidade.

O Sr. Afonso Oliveira de Almeida, Superintendente Executivo da Vice-Presidência de Gestão de Pessoas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, representante do Sr. Wagner Pinheiro de Oliveira. Também não veio o Sr. Vice-Presidente. O Sr. Wagner é o Presidente. Então, o senhor está representando o Presidente.

Sr. José Carlos Sampaio Chedeak, auditor-fiscal em exercício da Superintendência Complementar (Previc), representante do Sr. Carlos Alberto de Paula.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – À CPI, eles virão, Sr. Presidente. Pode ficar tranquilo. À CPI, eles virão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Concordo plenamente com o Senador Aloysio Nunes Ferreira e serei signatário dessa CPI. O Senado Federal, o Congresso Nacional tem de realmente fiscalizar, com a acuidade necessária, ações dessa natureza.

Passo a palavra ao primeiro convidado, o Sr. José Rodrigues dos Santos Neto.

O senhor pode vir à frente e usar o microfone ao lado do Vice-Presidente, o Senador Ataídes de Oliveira. Para que a reunião possa andar com celeridade, o senhor vai dispor de dez minutos para a sua exposição.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS NETO – Bom dia, Srs. Senadores. Bom dia a todos os presentes.

É muito importante a iniciativa da Comissão de Defesa do Consumidor, que representa os consumidores dos Correios, que vêm sendo prejudicados durante muitos anos.

O nosso plano Postalis, Fundo de Pensão dos Correios, foi fundado em 1981, há 34 anos. Naquele período, para ser admitido nos Correios, também tinha que assinar a ficha no Postalis obrigatoriamente; ou entrava no Postalis, ou não seria admitido nos Correios.

Nesse período, todos os Governos que passaram nunca trataram com a devida responsabilidade, com o devido cuidado, o dinheiro dos trabalhadores, com a preocupação de, no final da sua vida profissional, garantir a sua aposentadoria, uma complementação decente para manter a qualidade de vida da sua família.

Em 1995, o plano basicamente quebrou. Ele faliu. Houve uma intervenção. O governo, através da ECT, teve de aportar, assumir parte dessa dívida, para que salvasse o plano naquele momento. Porém, a questão constante era que já havia uma dívida desde quando foi criado o fundo, chamado de RTSA (Reserva Técnica de Serviço Anterior).

Quando foi fundado o plano, em 1981, com cinco anos, estava garantida a complementação dos funcionários, o seu benefício, mas a ECT, através do governo, tinha de garantir aquele fundo sem a devida contribuição mínima necessária. Então, essa dívida da reserva técnica vem rolando até hoje.

Em 2005, na verdade, foi criado, logo, um novo plano, o PostalPrev. A partir daquele momento, quem fosse admitido nos Correios teria de ir logo para esse novo plano, o PostalPrev.

Em 2008, o plano Postalis foi encerrado de forma unilateral, ou seja, o único plano das estatais, empresas públicas, foi encerrado de forma compulsória, de forma unilateral. Naquele momento, em 2008, foi divulgado pelo Postalis, pela própria ECT, a patrocinadora, que estava tudo resolvido. O equacionamento feito daria para cobrir todos os benefícios presentes e futuros dos trabalhadores pensionistas assegurados no fundo.

E em 2012, cinco anos após, foi feito novo equacionamento e descobriu-se que já havia uma dívida a ser paga pelos trabalhadores e pela patrocinadora ECT, e passou-se a cobrar 3,94% a partir de abril de 2013. Houve muito protesto, trabalhadores entrando com ação judicial, mas a gente tem percebido que... Até anteriormente, no momento do encerramento, houve várias ações judiciais tanto por parte da federação, como por parte de vários sindicatos, contestando a forma daquele encerramento, mas isso não tem surtido efeito. Dentro daquele período, a gente conseguiu várias liminares contrárias àquele encerramento, mas, depois, foram caindo as liminares, e o Judiciário basicamente vem rolando, e essas ações não têm conseguido êxito. Quando se passou a cobrar 3,94%, em abril de 2013, mais uma vez, houve muito protesto, e os trabalhadores reagiram. Houve ação judicial novamente, mas a coisa rolou.

No Postalis, até 2003, não havia eleição nem para os conselhos, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Passou a haver em 2003 e, em 2004, foram alguns conselheiros eleitos tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal. Mas esses conselheiros nunca tiveram acesso às questões dos investimentos na prática, transparência, porque a direção do Postalis é totalmente indicada pela patrocinadora, pelo governo de plantão, e os conselheiros não têm esse acesso.

E também houve por parte da Previc, do Ministério da Previdência, que é o órgão fiscalizador dos fundos de pensão, omissão e houve, em muitos casos, até aval. No momento do encerramento, do aval, estava tudo tranquilo, como agora. Ou seja, em vários momentos, a Previc ou foi omissa ou então ajudou nesse rombo, nessa roubalheira que tem sido feita aos trabalhadores dos Correios assegurados no fundo. Tanto é que agora, em 2014, foi realizado novo equacionamento do déficit e descobriu-se que não eram mais 3,94%, mas esse valor teria passado para 25,98%, em cima do valor saldado daqueles trabalhadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS NETO – Os trabalhadores da ativa. E mais 9% para os aposentados e pensionistas. Ou seja, um absurdo!

Houve uma rebelião muito grande dos trabalhadores no Brasil inteiro e uma repercussão política muito grande. Além disso, houve muitas desfiliações, muitas pessoas se desfiliando: "Não quero mais nem saber disso

aí!" E aumentou-se, inclusive, o prejuízo, porque muitos que estavam próximos do período de afastamento, de aposentadoria, com o afastamento e a desfiliação, poderiam até ter aumentado o seu prejuízo, mas não gostariam de pagar quase 26%, sabendo que não tinham contribuído para esse débito.

Portanto, Senadores e senhores presentes, mais uma vez, recorremos ao Judiciário. A ADCAP até conseguiu uma liminar que logo caiu. Ou seja, o Judiciário não tem dado resposta, até porque a legislação garante que essa cobrança seja realizada, qualquer que seja o déficit tem que ser cobrado dos trabalhadores e cobrado da patrocinadora, o que a gente avalia que é colocado na regra e que é compartilhado: a cada um real que a gente coloca, que a ECT patrocinadora também colocaria um real.

Por conta desse desvio, por conta dessa roubalheira que tem havido no fundo, eu acredito que os trabalhadores não têm nem o valor que eles colocaram durante esses anos. Eles não têm nem o valor que teriam se eles estivessem colocando, depositando todo mês, corrigido. Eles não têm, por conta de tudo isso que vem ocorrendo.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS NETO – A responsabilidade maior, ou total mesmo, é do Governo e da direção da empresa, das indicações políticas. E não é do Governo atual, é de todos os governos que passaram, porque eles é que indicam a direção.

Esses diretores do Postalis são quem faz os investimentos, esses investimentos que têm sido denunciados na grande mídia, sempre em bancos quebrados, em empresas cujas ações estão em queda, ou seja, isso só vem dando prejuízo.

Nós, a FENTECT, representando todos os trabalhadores dos Correios do Brasil e o pessoal segurado no plano, no fundo de pensão Postalis, queremos uma solução.

Nós tivemos, agora, recentemente... Por conta da pressão política, por conta da repercussão, o Ministério das Comunicações chamou as partes, chamou a Previc e assinou um TAC, um documento que prorroga por um ano essa cobrança de 25,98%, mas a gente não viu, por parte do Governo, uma iniciativa de assumir pelo menos a parte que já é clara, que é da ECT.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para concluir, por favor, Sr. José.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS NETO – Só para concluir, para se ter uma ideia, hoje, o estatuto do Postalis proíbe dirigentes sindicais e de associação de serem conselheiros, participarem de votação para serem conselheiros. O pessoal ligado aos trabalhadores que foi conselheiro tem que entrar com uma ação judicial. Isso amarra, porque esses dirigentes sindicais ou de associação é que têm uma certa segurança para cobrar, para reivindicar e para lutar pelo segurado do Postalis.

Então, bom dia, desculpa e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço ao Sr. José Rodrigues dos Santos e convido o Sr. Luiz Alberto Menezes Barreto, que é o Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios, para usar a palavra pelo tempo de dez minutos. (Palmas.)

O senhor poderia, inclusive, com a explanação que foi feita pelo Sr. José Rodrigues, esclarecer como foi formulado, como são indicados os componentes do Conselho, quem indica os diretores do Postalis, se houve algum problema de não fiscalização por parte da Previc. Então, eu acho que esses esclarecimentos são importantes.

Destaco, aqui, a presença do Senador Ronaldo Caiado, que foi também signatário desta audiência pública para verificar as irregularidades. (*Palmas.*)

Com a palavra. O senhor dispõe, Dr. Luiz Alberto, de dez minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar e agradecer ao Senador Flexa Ribeiro e ao Senador Caiado pela iniciativa desta audiência, e ao Senador Otto, Presidente da Comissão, por ter pautado, ter agendado esta reunião, que é muito importante para todos nós que trabalhamos nos Correios e para os aposentados dos Correios.

Senador, no seu nome de V. Exª, eu cumprimento todos os Senadores presentes e todas as pessoas, os colegas que vieram de Minas, do Rio Grande do Sul, que estão presentes aqui. Infelizmente, a maioria está trabalhando e não é liberada para sair, senão este auditório estaria lotado.

Eu queria cumprimentar também os representantes do superintendente da Previc, do presidente dos Correios e do presidente do Postalis, e também estranhar, Senador, demonstrar aqui a minha profunda indignação pelo desrespeito em faltar a esta audiência. Esse pouco caso, esse desrespeito é o que tem feito o nosso fundo de pensão ir para o buraco, como está hoje.

Todos os fundos de pensão do Brasil têm rombo, mas o do Postalis é o mais significativo, porque ele representa 100% dos ativos. Tudo que os trabalhadores juntaram desde 1981 foi para o ralo ou para o bolso do ladrão.

Respondendo a sua pergunta, todos os diretores são indicados pela diretoria dos Correios. Não dá para falar sobre o Postalis sem falar em Correios, porque as coisas estão umbilicalmente ligadas. O empregado, apesar de ter, pela legislação, paridade no Conselho, são três conselheiros deliberativos do patrocinador e três eleitos pelos empregados. Só que o voto de minerva é do indicado pelo patrocinador, ou seja, já entramos perdendo.

Infelizmente, os nossos últimos representantes eleitos não cumpriram com a obrigação e não representaram os trabalhadores lá.

O José Rodrigues fez uma explanação... Foi essa a única pergunta que o senhor fez, se são indicados pelo patrocinador?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Perguntei se o senhor poderia explanar como é a composição do Conselho, como era composto, qual a indicação, quem indica os conselheiros. Porque ele falou sobre os conselheiros, queria saber quem indica.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Quem indica é a empresa, a direção da empresa. Ela indica tanto a diretoria do Postalis, como os membros do Conselho Deliberativo, exceto os três que são eleitos por nós, e o membro do Conselho Fiscal também...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – É paritário.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – É paritário.

Eu gostaria de aproveitar o momento para dizer que foi com essa camisa que nós fomos para a manifestação nas ruas, em todo o Brasil. Eu queria que todos vissem essa camisa. E gostaria de presentear o senhor com a camisa, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Ataídes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O Senador Ataídes saiu há pouco. Está ali o Senador Caiado.

Não sei, é GG, acho que dá no senhor. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Senhores, a minha fala vai começar agora, zerem o cronômetro, por favor.

Apesar da brincadeira, com muita tristeza, eu recebo de um empregado com 34 anos de Correios o broche que ele recebeu quando tinha 25 anos de Correios. Ele, com lágrimas nos olhos, me entregou esse broche dizendo que não sentia mais orgulho dessa empresa que está indo para o buraco, do Postalis, que está indo para o buraco, pela dificuldade da vida dele, porque ele não sabe o que vai fazer quando se aposentar.

Como disse o José Rodrigues, 35% da renda do aposentado vai ser para pagar esse roubo.

Então, eu gostaria de mostrar para os senhores, depois eu vou levar de volta, porque eu espero ainda que nós, que as entidades representativas, reconquistemos o orgulho e a dignidade de ser "ecetista".

O José Rodrigues perguntou e o senhor também perguntou, Senador – agora que eu me lembro –, sobre os órgãos fiscalizadores. Quem tem a obrigação de fiscalizar, primeiro, é a patrocinadora. Ela tem a obrigação de fiscalizar e de acompanhar. E ela não fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA. Fora do microfone.) – Patrocinadora? O que é isso?

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – São os Correios. Os Correios têm a obrigação de fiscalizar o Postalis, depois a Previc. Uma entidade que representa pensionistas e a parte de fundo de pensão disse que a obrigação é nossa. Nós não temos que fiscalizar nada, não. Nós temos que confiar nas instituições, nós temos que ter confiança total nas instituições, porque elas existem para isso. Então, se eu indico alguém, eu tenho responsabilidade por quem eu indiquei.

Eu trouxe aqui várias cartas. Depois vou passar uma para esta Comissão. Desde 2011 que nós passamos cartas para os Correios, para a Previc e para o Ministério das Comunicações. Aquele pacote ali é só de cartas. Algumas têm resposta, mas sempre respostas evasivas. Nenhuma – quando a gente está do lado de cá, a gente seca a boca – tem uma resposta que consiga nos trazer alento. Estão sempre empurrando com a barriga, um empurrando para o outro.

Essa questão do superintendente da Previc não estar aqui, do presidente dos Correios não estar aqui, do presidente do Postalis não estar aqui é por conta disto: porque um empurra para o outro. Agora todo mundo quer tirar o braço da seringa. Mas todos eles têm responsabilidade com essa situação do Postalis.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Agora, eu sempre me pergunto, todo dia eu me pergunto o que é que merece uma pessoa que rouba de idosos. O que é que merece uma pessoa dessa?

Quando a gente vai analisar os investimentos... Porque uma coisa é você investir em uma ação da Petrobras e ela ter uma queda na bolsa, como aconteceu agora. Isso é uma coisa. Outra coisa é investir no botequim do Sr. Manoel. Outra coisa é investir sem garantias.

Outra coisa: a Previc, recentemente, fez algumas autuações por investimentos desenquadrados, por certas situações que acontecem nos investimentos, e ninguém toma providência. Ninguém toma providência e nem a Previc cobra essa providência. Isso é outra coisa.

Eu fui criado de forma tal que eu aprendi que todo ato tem consequência. Quem faz coisa errada tem que ser punido. Infelizmente, não é a realidade, não só no Postalis, mas neste País. Quem comete irregularidade está flanando por aí, rindo dos bobos que pagam os impostos, que confiam nas instituições para as quais contribuem.

O José Rodrigues falou, também, sobre a entrada, o ingresso no Postalis ter sido obrigatório. E eu trouxe aqui, depois vou passar também, a portaria da época de criação do Postalis que vincula o contrato de trabalho ao ingresso ao Postalis; só era contratado se entrasse no Postalis.

Para quem quiser conhecer mais sobre o fundo de pensão há um *link* do Sindicato dos Bancários de São Paulo, de 2003, que traz os nomes de todas as pessoas que ocuparam o fundo de pensão e que ocupam o fundo de pensão, o Ministério da Previdência.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Está tudo aqui.

Agora, Senador, eu gostaria de pedir aos senhores uma atenção especial a um grande investidor, chamado Banco de Nova York, o BNY Mellon, porque grande parte do rombo do Postalis está vinculada ao BNY Mellon. Há uma cláusula no contrato, – só mais dois minutos para encerrar – do BNY Mellon com o Postalis que diz o seguinte: que cabe ao administrador – o administrador, no caso dos investimentos, é o BNY Mellon, e gestor também, ele é gestor de alguns fundos –, tanto à instituição como a seus dirigentes e àqueles registrados, como pessoa física, junto à CVM, todas as responsabilidades, especificamente as de ordem criminal, administrativa e civil, decorrentes do serviço que prestar ao fundo, bem como daqueles que vierem a subcontratar com terceiros.

Ou seja, de que é composto esse rombo? Uma grande parte está aqui no BNY Mellon, são investimentos mal feitos, inclusive, aquele que ensejou investigação na CVM americana, a SEC. Tudo no BNY Mellon, mais de R$3 bilhões. E há a RTSA.

Quando o Postalis foi saldado, o plano BD (Benefício Definido), que foi saldado em 2008, tinha que estar equilibrado para ser saldado, e ele foi saldado sem nenhuma consulta aos empregados, aos participantes. Quando ele foi saldado, a ECT assumiu a responsabilidade de pagar o débito porventura existente. E esse débito ela deixou de pagar, que corresponde hoje a R$1,4 bilhão. Então, a empresa tem que assumir a parte dela.

Eu solicito aos senhores que encaminhem. Primeiro, que reforcem junto aos Líderes das Bancadas o pedido para indicarem logo os representantes da CPI, porque essa CPI tem que andar. (*Palmas.*)

Segundo, que peçam, que façam uma nova audiência pública, convidando a BNY Mellon para explicar os rombos do Postalis, porque daí vai sair muita coisa.

Nós temos um gráfico do Postalis que vamos passar para todos os presentes, porque a gente sabia que o tempo iria ser curto, com a posição da ADCAP com relação a essa audiência sobre o rombo do Postalis. Depois nós vamos distribuir para todos que estão aqui.

A situação do Postalis é tão característica, Senador, que o Postalis tem investimentos totalmente... Aí há um gráfico que fala sobre os investimentos do Postalis com relação aos outros fundos de pensão, à media dos outros fundos de pensão. Os senhores vão ver a diferença.

Houve um momento em 2007 – há, inclusive, um jornal do Postalis que fala sobre isso – em que, na época, o Presidente Lula mandou que os fundos de pensão aplicassem nessas empresas maravilhosas, tipo Raesa, New Energy, Multiner. Então, há uma ordem para isso.

Isso aqui é um documento da Multiner. A Multiner hoje é para estar... Pode ser salvo esse investimento.

Mas, ou seja, existe uma decisão de governo para que os investimentos fossem feitos de forma a alavancar essas empresas, empresas novas, sem histórico, sem base.

Um plano saudável não tem que trabalhar com investimentos de alto risco, tem que trabalhar com investimentos seguros, que permitam a ele pagar toda a aposentadoria dos seus participantes.

Senador, eu peço desculpas por avançar no tempo. Encerro aqui minhas palavras.

Muito obrigado, mais uma vez.

E obrigado aos colegas que vieram de longe, assim como eu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu peço, inclusive, ao Sr. Luiz Alberto Menezes que, se ele tiver outros documentos que queira encaminhar para o Senador Flexa Ribeiro...

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Eu vou entregar todos os documentos que eu trouxe...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ... seria importante.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Só um minuto, por favor.

Eu queria agradecer os colegas do Pará, que tanto têm trabalhado em prol dessa luta do Postalis.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Convido o Sr. Angelo Donga, Conselheiro Fiscal do Postalis. (Palmas.)

O senhor é o indicado pelos funcionários.

O SR. ANGELO DONGA – Isso mesmo.

Bom dia, Srs. Senadores que se fazem presentes aqui nesta audiência. Bom dia meus queridos colegas dos Correios, trabalhadores e aposentados, que vieram aqui também prestigiar esta audiência pública.

É com muita honra que eu venho aqui, na qualidade de representante dos participantes do Postalis, tentar pontuar algumas questões que eu acho importantes nesse processo todo em que o nosso fundo de pensão se viu envolvido.

Eu sou participante do Postalis há 28 anos e há pouco mais de dois meses eu assumi o cargo de Conselheiro Fiscal do Postalis, eleito pelos participantes.

Nesse pouco tempo de Conselheiro, nas poucas reuniões em que já tive oportunidade de participar, também tive oportunidade de me deparar de uma forma mais aprofundada com os números e com os fatos que levaram, que conduziram o Postalis à situação em que hoje ele se encontra.

Eu não sei se os Senadores aqui presentes já tiveram a oportunidade de ter acesso ao relatório recentemente emitido pela Previc sobre o Postalis. Eu sinceramente recomendaria que os Senadores requisitassem esse documento e se debruçassem sobre ele, porque ali vão ver realmente um rosário de fraudes, de situações em que o nosso dinheiro foi aplicado e em que você nota que, naquelas dezenas de situações, só um risco não existia: o risco de dar certo aquela aplicação.

Então, tudo o que foi levantado nesse relatório da Previc mostra que o relatório não trata de aplicações de risco, trata de aplicações de certeza. Infelizmente, certeza de que o nosso dinheiro teria só o caminho de ida e de que nunca retornaria para os cofres do Postalis para cumprir sua finalidade: proporcionar uma aposentadoria digna aos trabalhadores dos Correios.

Eu peço desculpas, eu sei que é uma posição da Previc e dos próprios fundos de pensão de uma forma geral, que defendem a solidez do sistema de previdência complementar do Brasil. Mas eu acho que um sistema que fecha o ano de 2014 com um rombo de R$31 bilhões, somados os déficits de todos os fundos, pode alegar tudo, menos que não seja invulnerável à ação de outros interesses.

E essa invulnerabilidade do sistema, infelizmente, recai sobre todos os participantes, porque a única coisa que realmente garante essa solidez hoje é que depois vai se descontar da aposentadoria, de quem já está aposentado, e vai se descontar do salário de quem já está na ativa para que o buraco seja coberto lá no fundo.

Infelizmente, no atual modelo, que se diz ser sólido, a única garantia que o participante tem é a de que vai contribuir – e mais nenhuma. Atualmente é isso. É isso que o caso Postalis vem fazer aflorar nesse sistema de previdência complementar brasileiro: a única garantia que nós temos é que nós vamos contribuir. Se vamos receber, infelizmente não temos mais essa garantia. (*Palmas.*)

É a patrocinadora, como já foi comentado aqui, que designa os dirigentes do fundo de pensão. Os conselhos têm uma composição paritária, mas o Conselho Deliberativo, que é o principal conselho, tem o voto de qualidade do representante da patrocinadora.

O Conselho Fiscal, que tem o voto de qualidade do representante dos empregados, infelizmente, toma conhecimento – essa é uma situação com que eu tenho me deparado lá – com um atraso muito grande dos fatos. Por exemplo, hoje a gente está examinando ainda as contas de 2014. Estamos examinando coisas que aconteceram em janeiro e fevereiro. Então, quer dizer, a coisa já aconteceu. A gente vai ter, quando muito, que apontar alguma coisa.

E essas designações que a patrocinadora faz obedecem a indicações políticas. Eu acredito que os senhores saibam que os cargos de direção dos fundos de pensão, há muito tempo, passaram a compor esse fatiamento que o governo faz para formar sua base de sustentação.

Então, os partidos políticos e os parlamentares, de uma forma geral, que nunca contribuíram com um centavo para o nosso fundo de pensão, acham-se no direito de ir lá indicar uma pessoa para gerir o nosso dinheiro.

E a gente sabe, a gente precisa ser muito ingênuo para acreditar que essa indicação é para que o fundo seja bem gerido, seja gerido com eficiência e que os recursos lá prosperem para que retornem na forma de aposentadoria. Não é isso que a gente tem visto.

E a situação é... Não é correto dizer que o Postalis é um caso à parte. Não é. O tamanho do rombo verificado no Postalis, em termos absolutos, é o mesmo do rombo da Petros e o mesmo do rombo da Funcef – todos

da ordem de R$5 a R$6 bilhões. Ou seja, o tamanho da mãozada, vamos assim dizer, foi o mesmo. A diferença, no caso, é que a Funcef e a Petros têm um patrimônio muito maior do que a Postalis. Por isso não estão hoje passando por essa situação, aflição, que os trabalhadores dos Correios, os aposentados postais estão passando.

Também digo, se me permitem os nobres Senadores, talvez esteja sendo até um pouco mal educado nessa colocação que vou fazer, que o Senado tem a sua cota de responsabilidade nessa situação do Postalis, uma vez que, como se noticia pela imprensa, foram indicações de Senadores da Casa que colocaram esses dirigentes que foram responsáveis por toda essa situação que aconteceu no Postalis. (*Palmas.*)

Por isso mesmo, faz-se importante que nesta Casa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, o Sr. Angelo Donga fez uma declaração que coloca todo o Senado sob suspeição.

Então, pediria que V. Sª pudesse nominar quem fez a indicação dos Conselheiros.

O SR. ANGELO DONGA – Naturalmente, Senador, vou falar com base no que vemos na imprensa. Na imprensa, fala-se do ex-Senador José Sarney, Senador Renan Calheiros e do Senador Edison Lobão como responsáveis por indicações dos dirigentes do Postalis. Estamos dizendo isso, obviamente, com base naquilo que a imprensa noticia. Não temos a intimidade com o poder para afirmar se realmente isso é verdade ou não, mas é o comentado também nos corredores. (*Palmas.*)

Fiz essa colocação, Senador, mais no sentido de que, talvez, por isso mesmo, seja importante que esta Casa instale logo esta CPI dos Fundos de Pensão e dê a solução que todos estamos precisando, porque a CPI dispõe dos instrumentos capazes de rastrear esse dinheiro, de identificar onde foi parar esse dinheiro.

Não é possível que 5,6 bilhões de reais sumam e não se consiga identificar pelo menos onde foi parar uma parte desse dinheiro. Ao identificar isso, vamos conseguir evidenciar o caráter brutalmente injusto da atual legislação, que trabalha, na verdade, a favor do crime, porque ela impõe à vítima, que são os aposentados, o dever de ressarcir o dano causado por terceiros. (*Palmas.*)

Então, essa é uma situação de uma injustiça brutal. Somos roubados. Metem a mão no nosso dinheiro, e nós mesmos vamos ter de cobrir esse rombo.

Um pedido que os participantes fazem a esta Casa é no sentido de que implementem essa CPI, que ela investigue, que dela também surja uma nova investigação que proporcione um mínimo de garantia aos participantes.

Teria mais algumas coisas a falar, mas, de certa forma, já foram colocadas pelos colegas que aqui estiveram.

Agradeço a oportunidade de estar aqui presente e me coloco inteiramente à disposição da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradeço as palavras do conselheiro Angelo Donga e convido o Sr. José Aparecido Gimenes Gandara, que é o Presidente da Federação Interestadual do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios.

O senhor dispõe de dez minutos para fazer a sua explanação.

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – Bom dia, Senador Otto Alencar. Bom dia, Senador Flexa Ribeiro. Bom dia, Senador Ronaldo Caiado. Bom dia a todos os companheiros trabalhadores dos Correios.

Gostaria de nem usar os dez minutos, porque foi muito bem colocada aqui pelos nossos colegas, presidentes das entidades representativas dos trabalhadores, a situação que vem ocorrendo desde 1981.

Entrei para os Correios em 8 de janeiro de 1978, portanto, há 38 anos. Em 1981, reuniram-nos numa sala e nos venderam um plano, dizendo que ia nos trazer tranquilidade, em termos de uma aposentadoria, no futuro. Passados alguns anos, na década de 90, já houve alguns escândalos do fundo de pensão.

Em 2005, criaram um plano aleatoriamente, a empresa, tentando minimizar os problemas do nosso fundo.

Em 2008, a empresa fez o saldamento obrigatório. Foi uma guerra judicial das representações sindicais. A patrocinadora ignorou totalmente os trabalhadores, aqueles que contribuem com esse plano, fez esse saldamento e assumiu a responsabilidade de pagar a dívida de R$1,4 bilhões para zerar a conta e, dali pra frente, começar com um plano novo, com vida nova e tranquilidade.

Infelizmente, passados quatro, cinco anos, começaram de novo os escândalos. Não é possível que desapareçam R$5,6 bilhões de um total de R$11 bilhões! Não estamos falando de bilhões num total de trilhões, ou seja, sumiram com a metade do dinheiro. Ainda vêm nos dizer que isso é superficial, porque, se nos aprofundarmos, talvez esse rombo seja muito maior.

Quando o Conselho Deliberativo do Postalis aprovou a contribuição dos trabalhadores, de 25,98% para os trabalhadores da ativa e de 34,98% para os trabalhadores aposentados, disseram que nós iríamos contribuir. O aposentado vai deixar de receber uma parte. Se ele recebe R$1.000,00, ele vai deixar de receber R$350,00, mas o que não dá é o trabalhador dos Correios, que tem um salário de R$1.084,00, e não começou a receber – ele não começou a receber o fundo – ouvir o que estão nos dizendo, que temos de começar a pagar R$350,00.

Os trabalhadores têm filhos na escola, na faculdade, têm problema de doença na família, e não têm R$300,00 para pagar, não têm de onde tirar!

É por isto que foi criado um TAC: porque a empresa previa que ninguém iria pagar. Por isso, eles prorrogaram para o próximo ano. Não tenho, hoje, como pagar R$350,00 do meu salário.

Então, esse rombo que eles fizeram... Porque, se essa placa está aqui e veio para cá, ela não desapareceu. Então, os R$5,6 bilhões... O pessoal diz que não podemos usar a palavra "roubado", porque não temos prova; o negócio é tão benfeito que não temos prova mesmo e não podemos nem acusar, mesmo sabendo o que está acontecendo, não podemos nem falar. Temos de respirar fundo, ir à Justiça. Aí a Justiça dá uma decisão, dentro de três dias, reverte essa decisão – sabemos que existe um *lobby*. Recorremos ao Legislativo, recorremos à parte administrativa, enfim, estamos mobilizando o Brasil todo, mobilizando o Senado para nos ajudar a recuperar o que, sabemos...

O banco Mellon mexe com trilhões de dólares. Se apertarmos, eles vão devolver os 2, 3 bilhões nossos que eles pegaram e investiram. Nossos são só R$2 bilhões, para um banco do tamanho e do porte do Banco Mellon.

Então, pedimos aos Senadores, pedimos a esta Casa que se responsabilize.

A empresa é administradora do plano e ela nunca aceitou a eleição que estamos pedindo, a alteração estatutária do Postalis. Gostaríamos que esse estatuto fosse cumprido, mas não que mexessem no nosso bolso, porque não temos responsabilidade alguma sobre esse rombo.

Se a empresa indicou, se foram indicados aqueles investimentos de risco... Gente, investiram no Banco Santos, o único plano que deixou o dinheiro, os demais tiraram. Só um fundo não sabia que ia ter esse dinheiro lá, que o dinheiro podia ficar lá; os demais tiraram. É orientação, gente; é orientação para que se invista naquele lugar; é orientação para que esse dinheiro seja colocado ali. E Argentina e demais aí... Tudo podre, não é, gente? Eu cito os podres que a gente fala.

Nós gostaríamos que o Senado fosse atrás, sim, do banco Mellon, que fosse instalada o mais rápido possível a CPI. Quem conversa com o trabalhador são os sindicatos, são os dirigentes sindicais. Quem faz rombo está no ar-condicionado, está escondido nos gabinetes. E o trabalhador não tem acesso a ele, não tem o corpo a corpo.

E a única esperança dos trabalhadores do Correios... E 140 mil estão no plano, é quase meio milhão de pessoas que estão sendo afetadas, que estão sendo prejudicadas – é duro usar um termo que não seja "roubadas". Então, é isso que nós queremos, porque, judicialmente a gente vai. Em 2008, fizeram tudo errado. Só que, judicialmente, depois de quatro ou cinco anos, nós não tivemos êxito.

Agora, eu acho que esta Casa, o Senado, com a força que tem, pois temos acompanhado os trabalhos do Senado nos últimos tempos, com uma briga grande dentro desta Casa e da Câmara para tentar colocar o País no rumo, nós gostaríamos, sim, que esses Senadores fossem atrás desses bancos. Que tragam esses bancos aqui, do jeito que foi pedido pelo Luiz Alberto, que tragam essas pessoas aqui para justificarem o que foi feito com o dinheiro, onde foi feito, por que foi investido.

É um absurdo! Há gente que pode pegar dinheiro emprestado no fundo, que é um dinheiro que não é de risco, mas não há dinheiro para emprestar para os trabalhadores do próprio fundo nosso. Só um pequeno percentual pode ser emprestado para os trabalhadores, e é descontado do nosso holerite. Isso não tem risco. Não, eles preferem investir em alto risco.

É isso que nós pedimos a esta Casa, aqui. Hoje, nós estamos aqui e vamos continuar.

O trabalho começou agora. Suspenderam, simplesmente, mas os trabalhadores estão angustiados lá, embaixo. Eles estão pedindo desligamento de um plano que ia trazer tranquilidade para nós no futuro. Estão falando: "Olha, no ano que vem, vai vir a dívida". Se não for de todo esse investimento, pelo menos, a dívida que nós temos, a parte do investimento, a taxa de mortalidade, que aumenta a taxa. Mas, gente, se for bem investido o dinheiro, se o dinheiro for investido de forma correta, em vez de chegarmos aqui e falarmos que um plano de 11 bilhões tem menos 5,6 bilhões, esse plano poderia ter 15 bilhões.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – Ele não é obrigado a dar prejuízo de nem R$5 bilhões, nem de R$1 bilhão, nem de R$100 mil se ele for bem investido, inclusive para que seja feita uma previsão para futuro.

Nosso processo deu 600 folhas. A gente vai encaminhar depois, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pode encaminhar.

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – São 600 folhas o processo que nós montamos. Só não entramos na Justiça, porque tínhamos a esperança da criação desse TAC – e agradeço todo esse empenho que foi feito aí. E há esse TAC, que suspendeu o pagamento, mas a dívida vem pela frente.

Eu agradeço os Senadores. Agradeço a Casa. Agradeço os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Encaminhe, então, para o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – A gente encaminha cópia de todo o processo que nós temos lá, do banco Mellon, todos os investimentos. O.k.

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu queria agradecer o Sr. José Aparecido.

Convido a Srª Maria Auxiliadora Alves da Silva, que vem representar o Diretor-Presidente do Postalis, o Sr. Antonio Carlos Conquista. A senhora dispõe de dez minutos, Srª Maria Auxiliadora.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Bom dia.

Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar os Senadores aqui presentes, na pessoa do Senador Otto Alencar, e de agradecer a oportunidade.

O setor de fundos de pensão é um setor importante no País. Eu acho que, realmente, ele precisa de olhares atentos. Acho importante este tipo de reunião que está ocorrendo aqui.

Vou, inicialmente, transmitir as desculpas do Presidente Antonio Carlos Conquista, que, por um problema de agendamento médico em São Paulo – inclusive, ele estava...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Não pôde comparecer. Inclusive, ele estava até com problema de ter que, eventualmente, passar por uma cirurgia, mas, felizmente, neste momento, foi descartado. Inclusive, mandou carta para a Comissão, informando-a dessa situação e é por isso que estou aqui.

Quero dizer que esta diretoria que, hoje, está no Postalis tenta recuperar parte desses investimentos que estão dando esses problemas todos aí, que compõem esse déficit. Essa diretoria chegou ao Postalis em 2012 e esses investimentos foram feitos em gestões anteriores. Inclusive, nenhum gestor desses está mais no Postalis, alguns já foram punidos pela Previc.

Confirmada a punição no Conselho...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Confirmada a...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu peço – vamos permitir que ela possa fazer a explanação, como os outros fizeram, e, depois, nós poderemos ceder até a palavra a quem quiser falar, os Senadores vão falar também – para não interromper, por favor.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Alguns, inclusive, já tiveram a punição confirmada na Câmara de Recursos, que é a instância máxima da Previdência Complementar, e nenhum está mais no Postalis.

Nós, quando chegamos ao Postalis, percebemos que, realmente, tem uma carteira difícil, ilíquida e bastante heterodoxa para um plano já saldado. Nós sabemos da responsabilidade de administrar um plano de previdência que tem 71.600 ativos – o plano que está com problema tem essa quantidade de participantes ativos –, mais 22.800 aposentados e pensionistas, mais o plano PostalPrev, que é um plano que foi criado após o saldamento desse plano anterior, que tem 112 mil participantes ativos e 2,6 mil aposentados, sendo que alguns desses estão nos dois planos. Então, não é a soma disso. São cerca de 140 mil participantes. Então, é muita gente e a responsabilidade é muito grande.

É por isso que eu, inicialmente, me solidarizo com os participantes desse plano, porque a situação, realmente, é difícil. Já fiz isso numa outra Comissão e repito que me solidarizo com esses participantes.

Eu estou nesse sistema de previdência complementar desde 2003 e compreendo as dificuldades, os acertos e os erros do sistema.

O plano PostalPrev, que é aquele plano que é mais novo e foi criado junto com o saldamento do mais antigo, não tem problema nenhum. Fechou, em dezembro de 2014, com um patrimônio de cobertura de 2,7 bilhões e tem uma provisão, que é a obrigação com os participantes, de 2,678 bilhões. Então, ele tem 63 milhões de superávit.

O outro plano, que está numa situação bastante delicada, tem um patrimônio fechado, em dezembro de 2014, de 5 bilhões, para uma obrigação de 10 e 700. Aí, nós levantamos esse déficit enorme de 5,6 bilhões.

A legislação, infelizmente, eu acho assim: para um sistema de muito longo prazo, a legislação impõe um equacionamento num prazo muito curto – opinião minha e de várias pessoas que militam no sistema. O prazo é muito curto. Então, de fato, dado o prazo máximo de três anos com o déficit, se não conseguirmos, realmente, equacionar no período, obrigatoriamente, teremos de fazer um plano de equacionamento e a legislação impõe que metade seja dos participantes ativos e assistidos e a outra metade, dos patrocinadores.

Colocou-se muito essa questão aqui, da responsabilidade dos patrocinadores. Em fundo de previdência complementar, realmente, quem normalmente indica os seus diretores são as patrocinadoras e isso independe

de ser uma patrocinadora do setor público ou privado – já trabalhei em uma que veio a ser do setor privado. Normalmente, você indica certamente pessoas da sua confiança e que tenha qualificação, até porque a legislação obriga que as pessoas que sejam indicadas tenham qualificação para o cargo. É obrigatório, inclusive, certificação. Então, não se pode indicar de qualquer forma.

Até também, na legislação para os fundos de previdência complementar ligados a patrocinadoras estatais, os participantes têm paridade no Conselho Deliberativo com os indicados pelo patrocinador, sendo que realmente o voto de desempate no Conselho Deliberativo é atribuído aos representantes do patrocinador. No entanto, no Conselho Fiscal, que também é paritário, que analisa as contas e que dá parecer sobre as contas dos fundos, acompanha e faz os controles internos, no Conselho Fiscal, que também é paritário, o voto de desempate é do representante dos participantes. Então, há um certo equilíbrio.

Infelizmente, da diretoria, ainda são poucos os fundos que têm participantes eleitos na sua composição. Felizmente, para o Postalis, nós estamos com alteração de estatuto em andamento, até porque o presidente dos Correios é uma pessoa que veio, está ligada a esse setor de fundo de pensão há muito tempo e compreende muito bem a situação e fez um esforço muito grande para que esse estatuto pudesse ser aprovado. Ele já foi aprovado no Conselho Deliberativo do Postalis, já foi aprovado no Conselho da empresa, da estatal, dos Correios, e hoje está tramitando no âmbito do Ministério das Comunicações. Certamente, num prazo muito curto, ele será encaminhado à Previc e aí nós vamos ter representantes dos participantes eleitos em dois cargos de direção, ou seja, serão dois diretores indicados pelos Correios e dois eleitos pelos participantes.

Dizer que o déficit é imenso, isso ninguém veio aqui para defender, investimentos ou déficits. Realmente, é um déficit quase que indefensável. Só quero dizer que, de origem atuarial, ou seja, por conta de aumento de longevidade, rotatividade, tábua de mortalidade, que quer dizer, que representa o aumento da longevidade, de origem atuarial, tem 2,138 bilhões e, de origem financeira, infelizmente, por investimentos que não performaram, tem 3,595 bilhões. E dentro desse déficit aqui, há aquele valor controverso, que é de reserva de tempo anterior, que acabou sendo contestado pelo Tesouro Nacional e, em seguida, pelo DEST e acabou sendo incorporado neste déficit aqui, que seria 1,086 bilhão.

Até por legislação, por obrigação, o fundo de pensão é obrigado a cobrar judicialmente a patrocinadora. Nós entramos com processo judicial contra a patrocinadora, no sentido de buscar que esse recurso volte a ser pago. Já vinha sendo pago pela patrocinadora, aí, levantaram essa controvérsia e acabou sendo suspenso. O Tesouro Nacional deu parecer contrário, o DEST teve que rever a sua posição, em que pese a patrocinadora nunca ter se recusado a pagar. Então, ela vinha pagando, dessa forma, não é assim de *motu proprio* que a patrocinadora parou de pagar. Então, aqui tem a explicação mais aberta e tem também a estratificação dos impactos das contribuições sobre os salários dos ativos e assistidos.

Felizmente, no esforço conjunto dos participantes do Postalis, Ministério das Comunicações e até da Previc, e também da Previc – não vamos falar até, não é?, mas também da Previc –, nós conseguimos assinar recentemente um Termo de Ajustamento de Conduta, e ajuste de conduta não quer dizer que a gente estava fazendo a coisa errada e agora vai fazer a coisa certa, não é isso; é um ajuste de conduta no sentido de suspender a aplicação desse equacionamento neste exercício, colocar essa obrigação mais para frente, lá para o exercício seguinte, e, enquanto não chega esse momento, a gente tentar de todas as maneiras buscar algum retorno destes investimentos que não performaram.

A gente tem uma lista relativamente grande de investimentos não performados. De crédito privado de provisionamentos efetuados, todos eles feitos entre 2005 e 2011 – frise-se, essa diretoria aqui está desde 2012 –, nós temos 926 milhões em provisionamentos e temos, também, o valor de 1,5 bilhão que se refere à queda das cotas dos fundos, esses, em boa parte, administrados pelo BNY Mellon, que era o nosso administrador maior. Evidentemente é um banco de porte internacional, não é uma empresa qualquer, é um banco grande.

Por conta disso, nós estamos acionando, inclusive, o BNY Mellon, particularmente pelo investimento em títulos da dívida externa. A gente está acionando pelos investimentos nos títulos da dívida externa, pois havia uma obrigação de que fossem investidos em papéis da dívida pública brasileira 80% do valor, e esses papéis foram trocados por títulos de outras dívidas, e é aí que vem a história da Venezuela e da Argentina. Não estou aqui depreciando nenhum País, não estou aqui para fazer juízo de valor, mas o que acontece é que houve, à revelia do Postalis, e sem o dever fiduciário de acompanhamento adequado do BNY Mellon, a troca destes papéis. Estou falando deles exatamente porque é um dos focos deste convite aqui para participarmos dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA. Fora do microfone.) – A Senhora tem o valor total disso?

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Tenho. Nesse fundo da dívida externa, em que pese alguém ter falado aí em bilhões, e não seria isso, foram investidos 371 milhões e 150 mil, entre 2006 e 2008, foram esses os investimentos, e, por conta dessa troca de papéis, à revelia do Postalis, nós entramos com uma ação

contra o Mellon. Conseguimos êxitos parciais, mas muito importantes. Já conseguimos bloquear 250 milhões, a justiça deu bloqueio dos recursos do BNY Mellon de 250 milhões. Eles recorreram. Foram já a uma instância colegiada, e perderam novamente. Hoje temos lá esses 250 milhões, certamente eles ainda vão recorrer, com carta de garantia do Banco Bradesco.

Então, o que eu vim dizer aqui é que tudo o que está sendo possível fazer para recuperar o investimento que não performou lá no Postalis está sendo feito.

Outra coisa que fizemos foi melhorar muito a governança. Então, nós criamos uma gerência de risco ligada à Presidência, ao invés de ficar todo mundo ligado à Diretoria Financeira. Nós mudamos o comitê de investimentos, que hoje conta com um...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – ... membro de cada diretoria, para não ficarem todos vinculados à Diretoria Financeira. Essa gerência de risco vem elaborando o Manual de Risco, que será brevemente implantado, o Manual de Investimentos, reduzindo a alçada do diretor financeiro. Enfim, todas as alterações que a gente está entendendo possível e que tenham condições de ser feitas lá no Postalis a gente está fazendo, buscando melhorar essa governança. E creio que, logo que aprovado o novo estatuto, o Postalis virá a contar com dois diretores eleitos.

Eu digo que isso é muito importante, porque o conselheiro vai a reuniões e volta, mas não fica lá dentro vendo todos os dias amiúde o que está acontecendo. Eu mesma já fui diretora financeira eleita de um dos fundos de uma previdência grande no Brasil, décimo fundo do Brasil, e sei o que significa você estar lá dentro, olhando com seus próprios olhos, olhos de participante, o que está sendo feito com o seu dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para concluir, por favor.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Fico à disposição. Concluo, porque até já extrapolei o tempo. Fico à disposição para responder a questionamentos que forem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Obrigado. Agradeço à senhora e convido o Sr. Afonso Oliveira de Almeida, que vem representar o atual Presidente da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, Wagner Pinheiro de Oliveira.

O senhor dispõe de dez minutos.

O SR. AFONSO OLIVEIRA DE ALMEIDA – Muito bom dia a todos.

Presidente Otto, em nome do Presidente, cumprimento todos os presentes.

A maior parte do que foi dito aqui não há como ser contra, seja por alguém entidade representativa dos trabalhadores, seja pela chefe de gabinete do Postalis.

Eu estou há quatro meses nos Correios. Sou oriundo do Ministério do Planejamento, sou gestor governamental.

Quando eu cheguei aos Correios, o primeiro documento que me deram para ler foi o documento da Previc, aqui citado. Aquele documento é um roteiro do que não ser feito com recursos, sejam públicos, sejam privados, como os recursos do Postalis. Mas mais do que isso: aquele documento é quase um filme de movimentos que a gente fez no passado contra atitudes de dirigentes.

Eu lembro, Presidente, que o então futuro Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, tinha acabado de ser eleito, eu era sindicalista, ele assumiu o Banco de Brasília, e o Banco de Brasília tinha um patrimônio líquido de R$200 milhões. No último dia, 31 de dezembro, tentou-se fazer uma operação no banco de R$65 milhões, um terço do patrimônio líquido – eu vou explicar depois porque eu estou contando essa história. Nós conseguimos inviabilizar essa operação. Depois, não sei se por causa disso, o atual Senador me convidou para ser diretor do banco.

É impressionante: onde há dinheiro, todo dia aparece alguém querendo fazer uma movimentação heterodoxa, atípica, dentro do sistema. Todo dia aparece alguém querendo vender uma carteira podre. Todo dia aparece alguém querendo vender um banco. Todo dia aparece alguém querendo fazer algum negócio.

Então, a vigilância é permanente. Eu confesso que, à época, depois de dois anos nessa vigilância, nessa disputa, a gente, de certa forma, vai cansando.

Como Secretário Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, fui conselheiro... Lá no Ministério do Planejamento, quando a gente ocupa certos cargos, a gente praticamente é obrigado a assumir conselho de administração das empresas estatais, assim como os funcionários do Ministério da Fazenda são obrigados a ir para o Conselho Fiscal. Lá fui eu para um conselho de administração, não vou citar a empresa, e participei de duas reuniões daquele conselho. Na primeira reunião, tentou-se fazer uma operação atípica; na segunda reunião, eu renunciei. Deixei registrado meu voto contra, saí do conselho e tal; não tinha condições de permanecer.

Por que eu estou contando essas coisas? Porque onde há dinheiro, o nosso olhar tem que ser muito vigilante.

A empresa, como instituição, tem sim parte de responsabilidade em todo o processo, como algumas pessoas estão dizendo. Mas nós trabalhadores, representantes dos trabalhadores, também temos que olhar para esse fundo de pensão, Postalis, temos que olhar para essa empresa, assim como para todas as empresas estatais do País.

Nós temos dois caminhos aqui para facilitar. Nós temos que olhar para o passado, Senador, porque daquilo que foi feito errado – o relatório da Previc tem titular, tem CPF, tem CNPJ – temos de ir atrás, desses recursos, para que, no futuro, o ônus total não recaia sobre os trabalhadores e sobre a empresa, porque, de alguma forma, como é estatal, também é dos seus trabalhadores. Então, o que podemos fazer nesse aspecto é perseguir aqueles que de alguma forma contribuíram para que o resultado, a exigência de equacionamento fosse tão grande.

Podemos trilhar esse caminho juntos. Acho que é uma missão tanto para a associação quanto para o sindicato, quanto para a federação, e até para as empresas. Cada um em seu campo, cada um tem que cumprir seu papel para buscar esses recursos de volta. Não adianta ficarmos, porque é fácil, acusando um ente que não tem CPF. Você fala assim: "Ah, o Congresso Nacional" – como bem fez o Senador Flexa Ribeiro – "não são os Senadores, é o Senador." O senhor exigiu, não estou entrando no mérito do debate, o nome para saber quem. Do mesmo jeito, não é a empresa, não se deve falar simplesmente que é a empresa, porque há pessoas responsáveis, há CPF, há CNPJ, e nós temos de perseguir isso.

Outra coisa é o futuro. Nós temos um desafio muito grande com relação ao futuro desse fundo de pensão. Demos o primeiro passo agora, que foi a assinatura do TAC, com a participação e a anuência dos Correios, a participação da Previc, a participação do Postalis.

O que, basicamente, diz o TAC? Envia para o futuro a solução do equacionamento. Temos pouco mais de seis meses para melhorar a condição atuarial e melhorar as condições das operações para que tenhamos um resultado melhor. No outro ano, vamos buscar outras operações – no outro ano –, de forma tal que, ao longo dos próximos anos, nós consigamos uma equação melhor hoje do que a equação que os trabalhadores estão assumindo e que também a empresa está assumindo. Também não é bom para a empresa, do mesmo jeito que não é bom para os empregados, pagar o ônus do que foi feito no passado.

Então, para resumir, temos completa solidariedade com a situação, estamos pensando no passado, tem polícia envolvida, Ministério Público envolvido, Poder Judiciário entrando, vamos ver, para esse passado, qual a solução que temos. Mas para o futuro precisamos nos juntar para buscar uma solução para o fundo de pensão.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Eu queria só perguntar ao Dr. Afonso: o Presidente Wagner Pinheiro de Oliveira foi nomeado há quanto tempo?

O SR. AFONSO OLIVEIRA DE ALMEIDA – Parece-me que em janeiro de 2011, não é isso?

Presidente, estou há quatro meses nos Correios.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AFONSO OLIVEIRA DE ALMEIDA – Janeiro de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Há cinco anos, não é? (Pausa.)

Vou passar a palavra agora ao Sr. José Carlos Sampaio, que é Auditor Fiscal da Previc.

Depois usarão a palavra o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Ronaldo Caiado e o Senador José Medeiros.

O senhor dispõe de dez minutos, Dr. José Carlos Sampaio.

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – Bom dia.

Quero agradecer ao Senador, em nome de todos.

Estou aqui representando a Previc.

Eu trouxe uma apresentação rápida, quer dizer, vou passá-la rapidamente; ela está disponível para os senhores.

Gostaria só de esclarecer um pouco o papel da Previc nesse processo como um todo, porque acho que é importante para dar essa contextualização.

A apresentação vai consistir nessas telas: a previdência no Brasil, a previdência complementar fechada, a Previc, a EFPC, o equacionamento de déficit e a SBR na Previc, que é o nosso procedimento de supervisão.

Bom, lembramos que o Sistema Previdenciário Brasileiro tem três pilares: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS); o regime próprio, ao qual os servidores públicos estão vinculados; e a previdência complementar, que é dividida em dois setores, fechada e aberta, na qual a fechada é de competência da Previc e a aberta é de competência da Susep.

Lembrando que o sistema de previdência complementar é facultativo, e não obrigatório.

Bom, aspectos relevantes dos sistemas: é um sistema independente; a participação é voluntária; é uma relação contratual entre empregador e seus empregados e por associações e sindicatos também; as contribuições são baseadas em regime de capitalização – então, não é um sistema de repartição simples. Durante as contribuições, esse dinheiro vai sendo capitalizado ao longo dos anos para poder depois fazer uma reserva de poupança. É uma relação contratual privada; a gestão do fundo é uma gestão privada, mas não tem finalidade lucrativa.

Principais funções listadas nesse sentido: tem a obrigação de regular, orientar e disciplinar. E, com isso, a gente vai determinar padrões de segurança e solvência para o plano; garantir transparência das informações aos participantes e assistidos; e supervisionar para proteger os interesses dos participantes e assistidos – que é nossa meta principal.

A legislação que rege a previdência complementar – a gente tentou simplificar no processo como todo – é um comando constitucional, pelo art. 202. Temos duas legislações complementares, a LC nº 108 e a LC nº 109, de 2001, sendo que a LC nº 109 se aplica a todos os fundos de pensão e a LC nº 108 se aplica única e exclusivamente às entidades de patrocínio público, seja federal, estadual ou municipal e seus entes – autarquias e empresas públicas.

Um marco importante foi, em 2009, a criação da Previc, uma autarquia que tem cinco anos, em substituição à Secretaria de Previdência Complementar. Nesse processo, temos o Decreto nº 7.075, de 2010, que aprova a estrutura regimental da Previc, as competências de todas as diretorias da Previc, como funciona. Temos o decreto sancionador, que trata sobre o processo administrativo, que vai ser instaurado em caso de apuração de irregularidade, é o Decreto nº 4.942, de 2003; uma resolução de investimentos, editada pelo Conselho Monetário Nacional. Lembrando que essa resolução, por comando legal da LC nº 109, tem que ser editada pelo Conselho Monetário Nacional, porque ela dá as diretrizes de investimento sobre o que pode e o que não pode ser aplicado como parte de um fundo de pensão.

A CGPC nº 13, que é a principal CGPC, que trata sobre governanças e entidades. Então, ela dá várias diretrizes de como as entidades deveriam se comportar, em termos de governança. É um marco em termos de governança.

A CGPC nº 18, que trata sobre as questões de premissas e parâmetros atuariais para estruturação de planos de benefícios.

A CGPC nº 26, que trata exclusivamente de processos de distribuição e superávit e de equacionamento de déficits. É um comando legal.

E a Recomendação CGPC nº 2, que adota a questão da Supervisão Baseada em Riscos no modelo de supervisão da Previc.

Bom, o sistema de governança é feito pelo CNPC, que é o órgão de regulação. CRPC é a Câmara que julga os recursos administrativos da Previc. SPPC de políticas públicas e a Previc, que trata do processo de supervisão. A Previc, como um todo, é composta de uma diretoria colegiada, com quatro diretorias, e de uma procuradoria, composta por membros da AGU.

Dentro das principais competências da Previc estão a supervisão do plano das EFPC; apurar e julgar as infrações, aplicando as penalidades cabíveis, no âmbito administrativo...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu queria interromper o senhor, Dr. José Carlos...

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para entrarmos na questão do Postalis. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Porque o senhor vai tomar o tempo todo... Nós não estamos aqui para entender a organização estrutural da Previc. Eu quero saber qual foi a fiscalização que foi feita pela Previc. (Palmas.)

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – Senador, só dando uma sequência, porque eu tenho que explicar o procedimento de equacionamento de déficit e SBR.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – Bom, a questão do Postalis... O procedimento de ação e fiscalização da Previc é baseada em matrizes de risco. No caso específico...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Como foi feita essa fiscalização ao longo desses anos.

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – O procedimento de fiscalização é feito normalmente em um modelo de supervisão baseado em risco e temos parâmetros técnicos indicadores baseados em risco, o que vai ser feito em cada entidade, ou como será feito o modelo de supervisão.

Tentando falar um pouco sobre o caso Postalis, na verdade, a Previc vem agindo em fiscalização há bastante tempo. Como algum de vocês podem saber, em 2012, foram aplicados 12 autos de infração, todos eles julgados procedentes em primeira instância na diretoria colegiada da Previc. Dois deles já foram julgados em segunda instância pela Câmara de Recursos em Previdência Complementar, na qual seus dirigentes, por resultado – e o resultado é público –, foram condenados a inabilitação e pagamento de multa.

Nesse processo com um todo, a Previc vem atuando no sentido de tentar trabalhar o instituto, para tentar melhorar a governança desse instituto, de modo a fazer com que o Postalis venha voltar a ser um plano solvente, um plano que possa oferecer a seus trabalhadores aquilo o que foi prometido, que é o pagamento das suas pensões e aposentadorias. Claro que, num processo como esse do Postalis, temos uma preocupação especial, o órgão é preocupado com esse processo. O próprio termo de ajustamento de conduta, firmado entre a Postalis, o Ministério de Comunicações e os Correios, é um prova de que estamos preocupados em relação à situação.

Claro que não há como falar aqui especificamente sobre cada investimento que foi feito no Postalis em função dos processos de fiscalização que estão em andamento, mas posso garantir, Senador, que a Previc vem tomando todas as providências necessárias no sentido de tentar fortalecer o instituto, determinando procedimentos de governança que possam melhorar o instituto.

Acho que, em grande parte das mudanças que estão ocorrendo, a Previc vem atuando firmemente nesse processo, vem conversando periodicamente com o fundo. As entidades representativas de classe do Postalis se reúnem periodicamente na Previc; as portas da Previc estão abertas para qualquer tipo de debate. Então, os próprios aqui representados já tiveram várias vezes na Previc, conversando; outras representações de classe também vêm conversando com a Previc, e a atuação da Previc é no sentido de fazer a melhoria da gestão do fundo, de modo que isso possa melhorar a governança do fundo.

Quanto à gestão do equacionamento, na verdade, isso é um comando constitucional, um comando legal, previsto no art. 21 da Lei Complementar nº 109 e na CGPC 26, e, por comando legal e constitucional...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – ...essa equação de déficit é paritária, na proporção contributiva das contribuições entre patrocinadores e participantes.

É um comando constitucional, existe uma regra que diz que, depois de três anos consecutivos ou depois de um determinado limite de percentual, esse equacionamento tem que ser imediato. Portanto, nesse processo de equacionamento, a Previc não tem muito o que fazer, a não ser cumprir o regulamento legal. Mas, de qualquer forma, o trabalho é feito para que o plano possa se recuperar e, aí sim, poder fazer cumprir o seu papel, que é o de pagar as contribuições e aposentadorias.

A apresentação está disponível a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O que gostaria de solicitar é que o senhor encaminhasse à Comissão de Fiscalização e Controle, o relatório completo da auditoria que foi feita em cima da questão do Postalis. (Palmas.)

Estamos requerendo, vamos encaminhar o requerimento, pedindo essa fiscalização, até porque essa superintendência, esse tempo todo, com auditores contratados, deveria ter identificado essa má gestão, essa má aplicação dos recursos.

Parece muito com o que aconteceu na Carf, que é o Conselho de Administração de Recursos Fiscais, que foi criada em 2008 para os grandes não pagarem os autos de infração.

Realmente, superintendências, conselhos, dentro da Administração Pública fazem muito mais mal à gestão pública do que bem aos funcionários que contribuem para a formação. (*Palmas.*)

Mas eu agradeço a participação e passo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, eu lhe pergunto se nós vamos fazer os questionamentos em bloco, os três Senadores que estão inscritos, para ter as respostas dos participantes, ou individualmente, perguntamos e eles respondem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem, Presidente.

O nobre Senador Flexa Ribeiro acaba de fazer uma pergunta que está me intrigando profundamente.

É perguntar realmente a quem sendo que ninguém assumiu nada e ninguém aqui disse nada com nada. Não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu concordo, eu concordo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – V. Exª mesmo teve que chamar a atenção porque veio trazer aqui um cronograma... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Uma estrutura organizacional de uma instituição, a Previc, que não fiscalizou absolutamente nada.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Se por acaso não existisse, como não existiu o Carf, também não adiantaria nada, absolutamente nada.

Se extinguisse, não faria falta nenhuma, a Previc nem a Carf, nem essa estrutura toda interna do Governo que serve só para empregar pessoas e não resolver absolutamente nada.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu, em função de não ter...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Importante que se possa perguntar, ela tem subsídios, a Drª Maria Auxiliadora, o Dr. Afonso, que tem 4 meses à frente dos Correios. Não é isso mesmo?

Ele vem representando, também...

Enfim, são as pessoas que podem dizer alguma coisa.

A Previc seria completamente dispensável, porque não tem absolutamente nada a complementar.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, senhoras e senhores que participam desta audiência pública sobre o Postalis.

O Senador Caiado tem razão, nós vamos perguntar para quem não pode responder, mas eu diria, Senador Caiado, que o que nós estamos fazendo hoje é uma *avant-première* da CPI. A CPI está aprovada... (*Palmas.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... ela está aprovada pelo Senado Federal, aguardando apenas que os líderes dos partidos façam as indicações dos Senadores que vão participar, integrando essa CPI.

Os que nós podemos fazer, Senador Caiado, Senador José Medeiros, como disse o Senador Aloysio Nunes, é cobrar que essa indicação seja imediatamente feita para que possamos instalar a CPI, não só do Postalis, a CPI dos fundos de pensão, porque aí ela será muito mais abrangente.

Eu tenho aqui alguns questionamentos e estava conversando com o Presidente Senador Otto, sobre um boletim legislativo da Consultoria do Senado Federal que dá uma informação de que os fundos de pensão são também conhecidos como investidores institucionais.

Hoje, o volume de investimentos desses fundos de pensão representa R$679 bilhões. Então, estamos falando, Senador Otto, de algumas vezes mais do que o que aconteceu lamentavelmente na Petrobras, algumas vezes mais de recursos, sendo que 64% desses R$679 bilhões referem-se a fundos de pensão de empresas estatais, o que representa alguma coisa em torno de R$450 bilhões. É disso que a CPI vai atrás.

Eu perguntaria, já foi dito aqui como são indicados os conselheiros, os representantes dos funcionários, os conselheiros representantes da patrocinadora.

Já foi dito aqui também que o desempate é feito pela patrocinadora, então o jogo já começa perdido desde o início, porque o representante da patrocinadora não vai votar contra os interesses dela.

Mas eu perguntaria – e aqui me parece que nós não abordamos isso –: nós estávamos nos referindo ao conselho, e a diretoria executiva do fundo de pensão? Não existe uma diretoria executiva? Como é que essa diretoria executiva é formada. Aqui sim é que existe a importância, porque é quem está no dia a dia à frente do fundo de pensão.

Então, a primeira pergunta é – quando eu faço a pergunta, aqueles dos nossos convidados que puderem responder que o façam –: como é escolhida a diretoria executiva no caso do Postalis? Como é que foi?

Eu vou fazer as questões todas, eu pediria que anotassem, porque, depois das minhas, o Senador Caiado fará as deles, o Senador José Medeiros também, e cada um responderá aquilo que couber a si.

Eu recebi hoje – lamentavelmente só chegou às minhas mãos agora há pouco –, entregue por um dos convidados, uma matéria em que está escrito: audiência pública sobre o Postalis, manifestação da ADCAP. Isso aqui deveria ter chegado aos Senadores antes da audiência pública, para que a gente pudesse ter como roteiro esse documento, porque há informações importantes aqui. Há uma referência, Senador Otto – e aí é uma pergunta que eu faço, não sei se poderão responder –, de que o que ocorre no Postalis com o déficit de R$5,6 bilhões, pelo que estou vendo aqui, também está acontecendo na Funcef, na Petros e na Previ. Então, é uma pergunta que eu gostaria de ter: se os outros fundos de pensão também estão em situação como o Postalis, de ter um déficit financeiro em relação ao seu patrimônio.

Aqui ele fala em déficit milionário, aplicações duvidosas nos mesmos grupos econômicos. Isso é um caso, Senador Caiado, Senador José Medeiros, de extrema importância. Pelo que está dito aqui, Presidente, Otto, esses fundos de pensão, todos fizeram aplicações de risco nas mesmas empresas, ou seja, nos parece que foi algo direcionado, para ser aplicado a essas empresas. (*Palmas.*)

Então, é um caso bastante grave, porque atende a todos os fundos de pensão das estatais. Aqui, há uma relação dos investimentos de risco que foram feitos pelo Postalis, e aí nós vamos, pela CPI, saber se também esses investimentos de risco não ocorreram, como é dito aqui, nos outros fundos de pensão. Aqui, há uma formação de um cartel dos fundos de pensão. Pode até ser, mas nós vamos aprofundar na CPI.

Eu lamento aqui, quero deixar registrado, a ausência dos representantes da patrocinadora e da Previc, que é a fiscalizadora dos fundos de pensão. Não estou menosprezando a presença da Srª Maria Auxiliadora nem do José Carlos, e o representante dos Correios, do presidente dos Correios.

Mas é preocupante, porque eu ia fazer alguns questionamentos aqui para saber se é possível obter uma resposta agora.

Nessa relação dos investimentos de risco do Postalis, nós vemos repetidas vezes surgir o BNY Mellon. Aí eu perguntaria: isso é um fundo de investimento americano, brasileiro, como é que surgiu esse BNY Mellon na história? Porque, pelo que eu estou vendo aqui, através do BNY Mellon é que foram feitos investimentos na Argentina, na Venezuela. Aí eu perguntaria: no governo desses países ou em empresas da Venezuela e da Argentina, como é o caso aqui da PDVSA, que é a empresa petrolífera da Venezuela?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É importante que a gente pudesse saber quando foram feitos os investimentos e quem era o responsável no Postalis à época desses investimentos, porque todos esses fundos de pensão têm, fiscalizada pela Previc, uma carteira em que obrigatoriamente têm que fazer aplicações, parece, que é em empreendimentos imobiliários, em ações, quer dizer, há uma regra, há uma regra que tem que ser seguida.

Então, ao representante da Previc: V. Sª falou que não tem muito o que fazer a Previc; eu acho que tem tudo o que fazer, porque, pelo que está se vendo aqui, esse rombo do Postalis vem ocorrendo há algum tempo, não é? A Previc fiscaliza permanentemente; não seria o caso de ela, ao verificar os investimentos fora do padrão definido, fazer uma auditoria e fazer uma intervenção no fundo? (*Palmas.*)

Quer dizer, em vez de se ter R$5,6 bilhões, nós poderíamos ter R$100 milhões. Quer dizer, no primeiro desvio de conduta feito pela diretoria do Postalis, a Previc deveria ter feito a intervenção imediata. Então, a meu juízo, a Previc é tão responsável quanto a diretoria e o conselho do Postalis.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Também foi dito que somente em 2012 foram feitos autos de infração. Eu queria ter essa confirmação, se só foi em 2012 ou se antes foi feito algum auto de infração, porque as ações, parece, já vêm há algum tempo, e nós vamos ter depois, se não tiverem essas informações agora, que, por favor, encaminhem à Presidência da Comissão, ao Senador Otto Alencar, a data desses investimentos de risco e quem estava responsável à época por fazê-los.

O termo de ajuste de conduta não resolve nada. Ele apenas empurra – como popularmente dizemos – com a barriga a coisa para um ano à frente. Fui procurado por funcionários dos Correios, eu não diria nem preocupados, mas desesperados, porque receberam uma notificação da empresa dizendo que a partir de abril, além da participação que já faziam ao fundo de previdência, eles teriam que fazer uma aplicação adicional de 25% do seu salário.

Então, como todos disseram aqui, é impossível de ser suportado por qualquer funcionário dos Correios.

Era essa a preocupação... O TAC apenas tirou de abril de 2015 e jogou para abril de 2016. Então, nós vamos ter de enfrentar esse problema de encontrar uma solução que não pague, que não seja pago somente pelos funcionários. Ou que não seja pago pelos funcionários, mas por aqueles que contribuíram para que fosse feita a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Os responsáveis, exatamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Aqui, nesta relação, me chamou a atenção... Eu não sei se o Senador Caiado ou o Senador Medeiros têm cópia deste relatório. Quem distribuiu pode entregar cópia aos Senadores, por favor? Porque aqui tem um dado importante: investimento duvidoso, BNY Mellon e Lava

Jato. Eu queria entender qual é a ligação que existe entre esses investimentos duvidosos. E atores envolvidos, aí vem: BNY Mellon DTW Vaccari... Minha dúvida: é Vaccari, tesoureiro do PT? E Youssef.

Então, há uma interligação, Senador Caiado e Senador Medeiros, entre a Lava Jato e os fundos de pensão que precisam ser buscado onde e em que momento se entrelaçaram as duas ações.

Esse dado também é importante porque diz qual o veículo que publicou a matéria. Então, nós vamos mandar à Consultoria do Senado, para identificar e copiar todas essas matérias que vocês colocam aqui como tendo sido faladas à época.

Bom, os questionamentos maiores para este momento, se vocês puderem definir, são exatamente estes que eu fiz: como é escolhida a diretoria executiva, por que a Previc não agiu temporariamente para que pudesse evitar, de forma preventiva, ou, se não foi... Deveria ser preventiva!

Uma pergunta: se os fundos de pensão não são fiscalizados pela Previc anualmente, ou seja, prestação de contas, para quem os fundos de pensão prestam contas? Se o TCU age como fiscalizador desses fundos de pensão. Todas essas questões nós vamos dirimir.

Quero desejar melhoras ao Presidente dos Correios...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Do Postalis? Não, dos Correios.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Do Postalis? Então, é. Ao Presidente do Postalis, Antônio Carlos Conquista, para que ele tenha uma recuperação rápido de sua saúde, porque ele vai estar conosco aqui durante a CPI. Então, eu espero que ele se recupere rapidamente.

Eram essas as questões que eu tinha a levantar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Bom, eu vou passar a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro, porque vou à outra Comissão, e volto ainda. Nós estamos aqui, hoje, em várias Comissões.

Vou passar, por concordância...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ele vai só formular três perguntas... Nós também estamos com o Ministro da Educação aí também. Ele pode fazer as três perguntas, e eu farei também um comentário rápido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Ele pode... Antes do Senador Ronaldo Caiado, Senador José Medeiros.

O senhor assume a Presidência aqui, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Eu agradeço, Presidente; agradeço ao Senador Ronaldo Caiado e já passo à pergunta.

Recentemente, identificou-se um rombo de R$5,5 bilhões na contabilidade do Postalis. Veicula-se que o déficit bilionário é resultado da má administração, da má gestão dos recursos e de uma sequência de investimentos suspeitos, que maculam não só o Postalis, mas todos os fundos de pensão de empresas estatais, como as compras de papéis emitidos por governos virtualmente falidos, como a Argentina e a Venezuela, e as aquisições de títulos de banco às vésperas da quebra, a exemplo do BVA em 2013.

Não bastasse, ainda faltam explicações e responsáveis por investimentos deficitários, como o aporte de R$40 milhões em fundo de investimento em dezembro de 2012.

E aqui faço um parêntese, porque a representante que esteve aqui falou que todos esses investimentos tinham sido feitos pelas diretorias anteriores. Mas aqui esse investimento, esse aporte de R$40 milhões, foi feito em dezembro de 2012, cujo principal resultado foi uma rentabilidade aquém da esperada para o fundo irrigado com dinheiro público e por influência do doleiro Alberto Youssef, figura comum nos recentes escândalos de corrupção do País e que já aparecia como agente influente no Postalis, na CPI dos Correios, em 2005.

Para cobrir os prejuízos, o conselho deliberativo do fundo decidiu pela imposição de uma contribuição extra e mensal pelos próximos 15 anos, que equivale ao corte de 26% no contracheque de 75% dos funcionários, que já fazem contribuições extraordinárias desde 2013, para saldar déficit anterior.

Em resumo, em uma década, o Postalis perdeu cerca de 25% de seu patrimônio durante a luta política pelo controle das áreas-chave de sua gestão e agora impõe aos seus participantes, os funcionários dos Correios, a obrigação de pagar pelo rombo causado por investimentos deficitários suspeitos e pela gestão temerária dos recursos.

Agora passo à segunda pergunta. Dado esse cenário, não seria bem-vinda a alteração no processo de seleção dos dirigentes, nos respectivos mandatos e restrições político-partidárias às suas indicações, tal como acontece com as agências reguladoras, Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários e autarquias vinculadas ao Ministério da Fazenda? Não seria recomendado que os diretores da Previc se submetessem à sabatina do Senado, para terem confirmadas suas nomeações, por exemplo?

Em relação a esses assuntos, Sr. Presidente, aqui apresentei o PLS 10, justamente solicitando que isso seja aprovado e se torne uma realidade.

E, para finalizar, já há algum planejamento a respeito da maneira de cobrança e de responsabilização de dirigentes envolvidos nesse investimento pouco rentável ou deficitário, que levou a esses prejuízos bilionários?

Bem, são esses os meus questionamentos.

Muito obrigado, Senador Caiado e Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço, Senador José Medeiros, e passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, demais convidados, todos os funcionários que aqui estão representando os trabalhadores dos Correios.

É uma empresa, como aqui vários dos seus próprios funcionários e também diretores que compõem os sindicatos realçaram, que sempre gozou de credibilidade junto à população e que, infelizmente, de 2005 para cá, vem acumulando uma sucessão de malfeitos, denegrindo a imagem do cidadão que trabalha, do cidadão que vive honestamente, cumprindo a sua função, que é a figura do carteiro, daquele que realmente faz a alegria de milhões de pessoas. E todos nós temos um carinho enorme por essas figuras, que ultimamente têm sido tão agredidas por esses escândalos sucessivos desde 2005.

Presidente, é lógico que esse é um assunto extremamente técnico. Eu gostaria de saber se a Drª Maria Auxiliadora Alves da Silva conhece algum desses planos complementares de bancos privados que dão esse prejuízo todo – do Bradesco, do Itaú, de algum desses bancos –, se há alguma semelhança com o Postalis.

Já que não é uma matéria muito ligada, assim diretamente, é um dado. Por exemplo, esses fundos complementares do Sistema Financeiro Nacional também apresentam esses balanços assim?

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Eu não acompanho a previdência complementar aberta. Não tenho como responder. Não sei.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Tudo bem. Mas é lógico, é óbvio, Presidente, que esses resultados devem ter um percentual muito maior. Por quê? O que o levantamento da assessoria do Senado mostrou? O retorno dos investimentos realizados continuou baixo. Em 2011, a rentabilidade foi de menos 4,39. Então, não foi rentabilidade, houve, realmente, prejuízo, em 2011. Em 2012, também se manteve abaixo da meta, com déficit de R$592 milhões no ano, e R$985 milhões no acumulado.

Ora, o que isso demonstra para se chegar a esses R$5,6 bilhões? Primeiro, uma concentração inexplicável que todos aqui já citaram. Quem é o pai dessa criança do BNY Mellon? Quem é? Porque isso aqui não apareceu por acaso. Isso, logicamente, foi guiado para que beneficiasse alguém, para que alguém tivesse as condições de receber todo esse dinheiro... (*Palmas.*)

Depois, nós vemos aqui que, nessa distribuição, temos o Vitória Asset com 4,07; depois vemos também, tudo no BNY Mellon. Enfim, essa concentração de R$1,3 bilhão em R$1,49 bilhão alocados. Quer dizer, R$1,3 foi exatamente para esse banco Mellon americano. Isso mostra... Como é que um fundo vai fazer uma aplicação apenas dirigida a essa?

Depois, tivemos também R$135 milhões aplicados no Banco BVA. Desses R$135 milhões, apenas R$55 foram resgatados.

Do aplicado no Banco Cruzeiro do Sul e da financeira Oboé, quebraram. Nada foi recuperado.

Dos R$50 milhões do fundo de recebíveis do Tradebank e de fomento comercial, também nada foi recuperado.

Dos R$127 milhões do Eike Batista, da EBX, em meados de 2013, também não temos nem noção, se é que houve algum retorno ao Postalis.

Perda de 51% do investimento dos R$370 milhões em títulos da dívida argentina! O Brasil, os funcionários do Postalis acreditaram que a Argentina estava dando lucro!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Que o Eike estava dando lucro, que o Banco Cruzeiro do Sul estava dando lucro...

Debêntures, veja bem, comprando debêntures o Postalis, da Universidade Gama Filho, que já havia fechado as portas! Estava descredenciada pelo MEC!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Perda de R$231 milhões, em 2012, em certificados recebíveis imobiliários, certificados de direitos creditórios e cédulas de certificado bancário. Então, Presidente, fica muito claro, em primeiro lugar, aquilo sobre o que nós já estamos falando há muito tempo.

Hoje, eu tive a oportunidade de ver uma análise feita por um cientista político que dizia que, infelizmente, o atual interesse de políticos que não fazem a política da seriedade, com princípios republicanos, não é ter

ministérios. Eles hoje preferem, em vez de ter ministérios, ter fundos de pensão, porque, aí sim, está a condição de poder fazer o grande processo de corrupção, ampliando, cada vez mais, os ganhos bilionários.

Um dos apresentadores ficava constrangido em falar do roubo. Onde é que o roubo é praticado, de uma maneira avassaladora, descarada, e com proporções inimagináveis? Exatamente nessas estruturas. Esse é um processo acobertado dentro de uma máquina com a conivência de pessoas que lá estão e, ao mesmo tempo também, benefícios àqueles que indicaram para aqueles cargos.

Infelizmente, isso é algo que tem deixado sinais bem claros. (*Palmas.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O que eu poderia dizer a V. Exª, Sr. Presidente, não é nem uma conclusão minha, mas é exatamente outro levantamento feito pela nossa assessoria técnica, que é de altíssima qualidade, da responsabilidade da Previc, ou seja, em tudo isso, a Previc envolveu, fez alguns processos administrativos, mas não teve uma intervenção extrajudicial, tempestiva, que é típico dessas instituições. Por que, então, a Previc não mandou intervir na Postalis? Por quê? (*Fora do microfone.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exato.

Então, nós estamos assistindo a um fato, já que esse quadros todos, ou seja, já que a essas informações todas têm acesso a nossa assessoria, por que a Previc, naquele momento, caracterizando toda essa fraude, na mesma hora, não pediu uma intervenção extrajudicial?

São essas as engrenagens, Sr. Presidente, que nós sentimos, dessa conivência exatamente de todos esses elos da cadeia, ou seja, é um processo contaminado, é um processo que vem, esse aparelhamento da máquina do Estado, com visão de assaltar a aposentadoria de milhões de pessoas, de milhares de pessoas... (*Palmas.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – E é algo que está tomando uma proporção inimaginável.

Como um dos trabalhos que eu até solicitei à minha assessoria, Presidente, diante desse relato aqui da Consultoria Legislativa, acho que é fundamental que passemos a discutir no Senado Federal algo que nós pudéssemos propor, para poder ter uma metodologia diferente daquilo que se pratica hoje na gestão desses fundos. Porque eu tenho a certeza absoluta de que, dentro do sistema financeiro brasileiro, esses fundos não só são bem geridos como apresentam um alto lucro para essas instituições bancárias. E não é possível que no momento em que tenha – eu sei que tem o lado social, ninguém tira a função social desses fundos de pensão em aplicação e em investimento também –, mas isso não quer dizer que os funcionários dos Correios tenham que financiar obras que serão amanhã motivo de assalto, de prejuízo e de desvio intencional de verba.

Então, não há por que a matéria não ser previamente bem avaliada, para que possamos dar a esses fundos de pensão uma outra gestão que não seja por indicação política ou por quem esteja no comando do Executivo no País. É algo que precisamos pensar para dar maior mobilidade, porque, senão, fica sempre por conta ou recai sobre os aposentados, que não vão receber a aposentadoria, que vai ser retida como também a dos funcionários, ou senão deságua no Tesouro Nacional, e que todos nós brasileiros temos que pagar também por isso, até por que governo não produz dinheiro algum, só faz assaltar nossos bolsos. (*Palmas.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, Sr. Presidente, eu concluiria dizendo a V. Exª que estou convencido da importância dessa CPI.

Informo a V. Exª que vou ser seu colega. Já fui indicado pelo meu partido para ser membro titular da CPI dos fundos de pensão. Então, nós vamos poder aqui exatamente aprofundar esse conhecimento nessa área, não é minha especialidade, reconheço, mas é uma matéria da qual vamos poder buscar a verdade. Eu vi o quadro de constrangimento do representante da Previc, que, realmente, não tinha o que esclarecer, não tinha o que falar. Falar o quê? Se ele é responsável por aquilo, ele não teve uma intervenção extrajudicial.

Os titulares não vieram aos convites que foram formulados, mas na CPI eles, logicamente, não terão a opção de achar algum acometimento de saúde na data e muito menos alguma outra desculpa, porque a CPI tem essa prerrogativa de trazê-los aqui.

Muito obrigado, Presidente, eram exatamente as ponderações que ia fazer e ao mesmo tempo agradecer a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Ronaldo Caiado.

E vou passar a palavra, pela ordem das suas participações aqui, aos nossos convidados.

Só, antes, fazendo uma referência ao que o Conselheiro Fiscal do Postalis, Angelo Donga, disse. Ele fez uma referência, falando que o Senado era responsável. E eu o questionei, dizendo que ele estaria colocando o Senado por inteiro e que ele teria que dizer quem seria. E ele citou três Senadores, mas citou – e é importante que isso fique registrado – "por ouvir dizer". Então, não dá para a gente citar como responsabilidade sem ter uma prova concreta disso. Ou seja, ouvir dizer que foi o Senador tal que fez a indicação fica muito vago. Vocês

precisam ter algo que seja correto no sentido da afirmação de vocês. E vão ter oportunidade disso, de fazê-lo, por ocasião da CPI.

Então, com a palavra o Sr. José Rodrigues dos Santos Neto, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios, Telégrafos e Similares.

V. Sª pode responder aos questionamentos dos Senadores naquilo que lhe couber.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS NETO – Cedo a palavra para uma outra pessoa que queira.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pois não.

Sr. Luiz Alberto Menezes Barreto, Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Permita-me uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Quanto aos seus questionamentos, a minha sugestão é que a Srª Maria Auxiliadora responda a primeira pergunta, sobre quem indica a diretoria.

De antemão, quero aqui defender os técnicos da Previc, os auditores fiscais da Previc, que são todos competentes e conscientes. Agora, o que acontece com a Previc, hoje, é o que acontece no Brasil inteiro: o aparelhamento. Certo?

Depois eu tenho alguns questionamentos, porque esse relatório tem 23 autos de infração. Só foram entregues nove. Onde é que estão os 14 restantes?

Em 2012, no relatório que a Previc fez, havia um relatório, de dois auditores, que solicitava a intervenção na Previc. Esse relatório não foi apreciado até hoje. Por quê? Certo?

Essa coisa que a Srª Maria Auxiliadora falou, da gestão anterior, até me preocupa, porque ela coloca o presidente dos Correios numa situação delicadíssima. Quanto à trajetória do presidente dos Correios, em 2003 ele assumiu a Petros. Saiu em janeiro de 2011 para assumir os Correios. Quem estava lá com ele, na Petros, era o Sr. Conquista, que veio da Geap, que estava com a Srª Maria Auxiliadora. E depois o presidente dos Correios trouxe...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – ... o Sr. Conquista para o Postalis. Imaginem se o atual presidente da Petros dissesse: "Não, a culpa é das gestões anteriores. Bota o Sr. Wagner Pinheiro no buraco".

E quanto a essa similaridade de perda de fundo de pensão que o senhor falou, o Funcef, há um documento que eu entreguei para o senhor, que está aqui na pasta que eu passei, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, datado de 2003. Se o senhor verificar... Ele está aqui.

Eu não gostaria de falar aqui os nomes, mas, se o senhor verificar os nomes aí, são todos os que compuseram Petros, Funcef.

Hoje, o presidente... Deixe-me achar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu queria identificar o documento. Eu não estou conseguindo.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Não, ele está aqui. Está nesta pasta.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu pediria à Secretaria que trouxesse até a mesa.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Já vou lhe dar a pasta e essa folha em separado, apesar de ter aí dentro.

Aqui cita todos os nomes do pessoal do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que assumiu os fundos de pensão. E o senhor falou se eles apresentaram prejuízos; sim, apresentaram.

Gostaria de chamar a atenção para o caso do Postalis, porque, apesar de o valor da Funcef, por exemplo, ou da Petros, que foi R$5,6 bilhões, ser igual ao do Postalis; no Postalis, representa 100% dos ativos, ou seja, todo o nosso dinheiro. Na Petros, representa um percentual menor, mas o valor nominal é o mesmo, em termos percentuais é outro.

Outra coisa, o TAC não foi assinado ainda, é a informação que temos, e aí gostaria de fazer a pergunta para os técnicos da Previc, porque o Sr. Antônio Carlos Conquista e a Srª Maria Auxiliadora receberam Auto de Infração nº 1713282190/2013, da Previc, quando estavam na Geap. Segundo a Lei Complementar nº 108, de 2001, no art. 20, inciso III, diz:

Art. 20 Os membros da diretoria-executiva deverão atender aos seguintes requisitos mínimos

.....

III não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar.

Mas hoje a Sr. Maria Auxiliadora faz parte do comitê de investimentos do Postalis e foi autuada pela Previc. Esse é um dos pontos interessantes.

Em 2012, a Previc fiscalizou o Postalis, aplicou 12 autos de infração. Aí vem a parte da Previc. Nessa fiscalização de 2012, esse relatório que já falei, inclusive me causou estranheza, o Diretor de Fiscalização, Sr. Nakata, que é auditor fiscal, acho que da Receita Federal, há pouco tempo foi exonerado e ficou como diretor-adjunto. Será que isso tem alguma coisa a ver? Será que é pela firmeza dele para que os procedimentos fossem seguidos? Será que não é uma retaliação? Não estou afirmando, estou perguntando, mas causa estranheza isso.

Então, essa conversa de gestões passadas não existe. Os Correios, quando falei da ligação Correios e Postalis, nunca sofreram tanto quanto de 2003 para cá. Ninguém nunca ouviu falar em Correios em escândalo; 2005 foi escândalo da CPI dos Correios, que descambou no mensalão. Naquela CPI já entrou o Postalis. Nos relatórios da CPI, já consta o Postalis, inclusive uma solicitação do Deputado Osmar Serraglio, solicitando uma CPI específica para fundos de pensão; em 2005. Quando o senhor pega as declarações que foram dadas naquela época, o senhor vê que são as mesmas de hoje.

Em 2008, houve o saldamento compulsório do plano. Aqui foi falado – inclusive a Previc falou – que não é obrigado. O senhor tem aí na pasta a portaria que obriga o empregado dos Correios a entrar no Postalis, ou, então, não entrava, ou, então, perdia a função. Lembrando-se de que é 1980, antes da nova Constituição de 1988. Foram obrigados, sim. O equacionamento, fomos obrigados, sim; não houve adesão. "Olha, agora acabou, pronto. Qual é o benefício de vocês? Nós temos documentos, vocês não terão que pagar mais nada, o benefício saldado já está garantido; então esse dinheiro não pode ser aplicado em investimento de risco."

Quando o senhor fala da atuação da Previc – já defendi os técnicos da Previc –, há um componente político, e esse componente político é que estraga tudo.

Falando em Correios e Postalis, os Correios estão totalmente aparelhados, totalmente. (*Palmas.*)

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Vai de diretores regionais até o distrito. Para que o senhor entenda, o carteiro trabalha numa determinada região, essa região se chama distrito; até no distrito o carteiro é indicado.

Se o carteiro for filiado a um determinado partido, ele pede ao chefe dele e é indicado. Ele vai trabalhar naquele ali. Acabou. É assim que funcionam hoje os Correios. Em 2010, houve o escândalo da Erenice Guerra, a então Ministra da Casa Civil, que teve que renunciar no contrato da MTA.

Agora, o Postalis. Correios de novo. Do mesmo jeito que o Postalis está quebrando, os Correios também. Em 2011, os Correios tiveram um lucro de R$1 bilhão. O lucro deste ano foi de R$9 milhões. O senhor sabe por que é que... Esse documento do Dest, eles falam que o Governo mandou parar de pagar, é um documento provavelmente irregular, porque não conta a assinatura do atuário. Consta o nome do atuário, mas não tem assinatura. Então, nós, da Adcap, entendemos que foi um movimento político para evitar que esses R$9 milhões virassem um prejuízo muito grande. Desprovisionaram... (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Agora em 2015, desprovisionaram o valor que estava provisionado para o pagamento da RTSA, e entrou no balanço de 2014.

Então, nós vivemos hoje, nos Correios, de propaganda e de mentira. A qualidade de entrega caiu. Um Sedex de Belo Horizonte para Belém, o senhor mandava hoje e chegava amanhã. Vá ver o prazo que está hoje. A reclamação aumentou. A indenização aumentou. O que está acontecendo no Postalis é um reflexo dos Correios. É por isso que não dá para dissociar.

Eu pedi que ela respondesse essa primeira pergunta, da indicação, porque é a palavra dela, que ela vai dizer, que todos são indicados pela Diretoria dos Correios. Por que esse povo está lá? O Presidente do Conselho Deliberativo, que por coincidência é do mesmo Partido do Governo, fez parte da gestão anterior, mas foi indicado pela patrocinadora para ser presidente do Conselho. Provavelmente, é outro que tem que ser chamado para a CPI.

(*Manifestação da plateia.*)

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Provavelmente será indicado para permanecer no cargo, porque o prazo dele venceu. Eles estão no prazo de 90 dias. O prazo do Presidente Conquista venceu, está no prazo de 90 dias. Então, essa história de gestão anterior... Nós temos, hoje, gestões anteriores...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Concluindo, Sr. Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO – Então, concluindo, eu gostaria que a Srª Maria Auxiliadora respondesse sobre o que eu falei, dessa autuação da Previc. Gostaria que o José Carlos, da Previc, respondesse onde é que estão os 14 autos de infração que somam os 23, porque só foram apresentados nove. Por que a fiscalização, a auditoria de 2012, não foi apreciada até hoje? Por que não foi feita intervenção no Postalis? A Adcap e outras entidades pediram a intervenção no Postalis em 2014. Foi feita essa auditoria. Não entregaram em outubro por motivos óbvios. Foi datado para dezembro, e entregaram em maio. Por que é que demoraram tanto? E se ele tem conhecimento de que nesse relatório há autos de infração contra dirigentes atuais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Obrigado, Sr. Luiz Alberto.

Com a palavra, o Sr. Angelo Donga, Conselheiro Fiscal do Postalis.

O SR. ANGELO DONGA – Senador, inicialmente quero realmente pedir desculpas por ter me excedido, talvez, um pouco nas palavras quando joguei a responsabilidade para toda a instituição sobre algumas questões das quais a gente toma conhecimento pela imprensa, e não tem realmente uma comprovação oficial, até porque elas não são tratadas oficialmente.

Se gerou algum desconforto para os senhores aqui, eu realmente peço desculpas, porque para nós também gera muito desconforto ler um jornal e ver que o nosso dinheiro está sendo objeto de barganha política entre Governo, para compor sua base, etc e tal, e depois a gente vê o resultado lá dentro do próprio instituto. Realmente, eu posso ter ido um pouco além do necessário, mas é fruto também de toda uma indignação de anos e anos, que a gente vem vendo, acompanhando os resultados tristes que o nosso instituto vem apresentando.

Então, seria mais sobre essa primeira pergunta, de como é formada a diretoria do Postalis. Eu acho que a Drª Maria Auxiliadora pode responder melhor, mas eu fiquei muito satisfeito também com a colocação do Senador Caiado, no sentido de que isso vai ser objeto de atenção aqui no Senado, no sentido de que os fundos de pensão sejam blindados dessa interferência política, porque, em não acontecendo isso, dificilmente vai-se conseguir montar um sistema que consiga proteger os participantes dos fundos de pensão.

A gente sabe que, hoje, os fundos pairam num limbo jurídico. Então, ninguém sabe se o TCU pode ou não fiscalizar os fundos. A própria Justiça não sabe se é a Justiça do consumidor ou se é a Justiça comum. Enfim, existe uma série de indefinições nesse sistema que só prejudica o participante. A única definição que existe é que, havendo o déficit, o participante tem que cobrir.

Então, a gente está muito esperançoso com todo o trabalho que está sendo desenvolvido nesta Comissão.

Passo a palavra para os demais.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Angelo.

Passo a palavra ao Sr. José Aparecido Gimenes Gandara, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios.

O SR. JOSÉ APARECIDO GIMENES GANDARA – Bom, Excelência, gostaria de fazer apenas duas colocações.

Primeiro, quero concordar com o Luiz Alberto, dizendo que os técnicos da Previc são pessoas técnicas que estão ali preocupadas.

Nós fizemos um pedido de intervenção, juntamente com a Adcap – a Findect e a Adcap – e com a Anapost também, solicitando esclarecimentos sobre isso desde o ano passado. A gente sabe que isso foi embarrigado, empurrado com a barriga. Em outubro, teriam que dar uma resposta, e até hoje eu não sei o que aconteceu: se tem ou não essa resposta. Politicamente, também há indicações dentro da Previc.

A gente não pode misturar, mas é preciso separar o joio do trigo. Os técnicos são pessoas responsáveis que têm preocupações. Inclusive, no parecer, há a assinatura e a responsabilidade deles. Mas as pessoas que estão acima não têm, às vezes, toda essa responsabilidade. Jogam o abacaxi para a gente descascar e, depois, dão um jeitinho lá.

Então, queremos saber como está essa intervenção pedida. Inclusive não pedimos de coração, não. Pedimos muito preocupados, porque realmente poderia vir a acabar com o nosso plano esse pedido de intervenção.

A outra colocação é sobre a responsabilização desses investimentos. Eu gostaria de ter aqui uma informação mais segura da Previc ou do próprio Postalis, porque, quando há um investimento de milhões, parece que existe um teto para a pessoa responsável, para o diretor responsável pagar, em torno de R$40 mil. Não sei se isso é por processo – R$40 mil. Por que só isso? E por que não responsabilizar por tudo isso? Essa é uma dúvida, uma interrogação que eu tenho pela Findect.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. José Aparecido.

Passo a palavra à Srª Maria Auxiliadora Alves da Silva, representando o Presidente do Postalis.

Microfone, por favor.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Bom, eu vou começar aqui falando das colocações do Senador Ronaldo Caiado, até porque ele fez perguntas muito diretas, e eu tenho mais condições de responder às perguntas diretas, inicialmente.

Primeiro, ele havia falado dos planos abertos, dos quais eu falei que não tinha conhecimento. Porém, posso dizer que, dado o conhecimento que tenho de previdência complementar, dificilmente um plano desses daria déficit, até porque ele não é de benefício definido. Quando se perde, perde-se no valor da cota. Então, o participante que, eventualmente, investe nesses planos pode perder no valor da cota. Vai reduzir o que ele teria a receber no futuro, mas, não necessariamente – não necessariamente, não – com certeza, ele não será chamado a cobrir déficit. Não quis fazer esse debate, porque ele estava numa sequência e não quis cortá-lo.

Sobre o BNY Mellon, ele falou de, talvez, R$1,3 bilhão investido no BNY Mellon. Não! Não é isso. O BNY Mellon é um administrador de recursos, que administra trilhões de dólares pelo mundo todo – é um dos maiores administradores de recursos. O contrato com o BNY Mellon para ser o administrador das carteiras já estava feito quando chegamos. Como funciona? O administrador contrata gestores e administra esses gestores. Então, esses recursos, seguramente, estão espalhados por vários gestores. Não é assim que ele está gerindo aquela quantidade de recursos; ele está administrando os diversos gestores.

Ele falou também de R$135 milhões investidos no BVA. Eu quero só colocar aqui que é exatamente isso mesmo. Confirmando, são R$135,7 milhões. Até o momento da liquidação do banco pelo Banco Central, o Postalis recebeu R$56,3 bilhões.

São investimentos antigos.

Ele falou também do Banco Cruzeiro do Sul, que teríamos perdido tudo; o Postalis não perdeu absolutamente nada. Estou falando de investimentos antigos também, não são novos; todos antigos. O Postalis investiu R$110 milhões e recebeu R$136,6 milhões na carteira própria, sem nenhum prejuízo – muito pelo contrário, com lucro.

Sobre o investimento na Universidade Gama Filho, o fundo chama-se Galileo; foram investidos R$81,4 milhões e, até o momento do descredenciamento das universidades, nós vínhamos recebendo, não havia nenhuma inadimplência. Recebemos R$44,6 milhões.

No Banco Santos o Postalis investiu R$24,3 milhões e recebeu apenas R$10 milhões; o resto está na massa falida, sendo discutido.

Sobre o fundo de investimento em dívida externa, eu já havia falado, na minha apresentação, que nós investimos R$371 milhões; 80% desses recursos deveriam estar investidos em títulos da dívida pública brasileira. O Postalis foi surpreendido em 2012 com a troca dos papéis da dívida brasileira por papéis de outras empresas estatais, de outros países, inclusive papéis de outros países – Argentina, Venezuela. Nós entramos com uma ação, até porque foi descumprido o regulamento do plano, e conseguimos obter êxito, pelo menos em parte expressiva: temos R$250 milhões já guardados – realmente já foram retirados da conta do BNY Mellon, esperando chegar a outra instância. Já chegamos a uma instância colegiada e foi confirmado, inclusive com carta de garantia do Banco Bradesco.

Pena que o Senador não esteja aqui para ouvir as respostas, mas espero que fique registrado nos anais, até porque ele fez questões muito pontuais e, infelizmente, não consegui responder enquanto ele estava aqui. Um outro Senador – desculpe-me, esqueci o nome.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – José Medeiros.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – José Medeiros fez uma afirmação de R$40 milhões que teríamos investido em 2012. Ele leu uma notícia grande, mas em momento nenhum ele falou que investimento é esse; eu também não sei. Não sei de que investimento ele está falando. Se o senhor pudesse até levantar, nós poderíamos responder. O que eu sei... E falou que era ligado ao doleiro Alberto Youssef.

O que eu sei é que mais ou menos por esse período – pode ser que ele esteja falando disso, não sei, porque ele não falou o nome...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pelo que foi entregue aqui pela Associação dos Profissionais dos Correios, há uma aplicação em dezembro de 2012 de R$40 milhões, exatamente R$40 milhões; os atores envolvidos: BNY Mellon, DTW, Vaccari e Youssef.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – A matéria foi veiculada pelo jornal O Globo.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Então, de novo, não há o nome de nenhum investimento. Está falando de um administrador de recursos, está listando o nome de pessoas que não têm nenhuma interferência no fundo, porque são pessoas de outras esferas.

Sei que, realmente, por esse período, tentou-se passar lá no Postalis um investimento que era mais ou menos desse valor, e nós, do comitê de investimento, reprovamos o investimento. Não sei se é esse, mas reprovamos o investimento e à época foi veiculado pela imprensa que esse investimento teria alguma relação com o doleiro Alberto Youssef. Esse investimento não foi feito no Postalis, e eu gostaria que o Senador pudesse depois até passar o nome do investimento de que ele está falando, para que possamos responder com mais precisão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Acredito que é esse que foi entregue pela Associação dos Profissionais, que dá investimento por investimento, de risco – só os de risco.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Se o Senador pudesse informar qual é o investimento, de que investimento ele está falando, poderíamos, talvez, responder. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Mas conclua a resposta, por favor.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Outra coisa que o mesmo Senador perguntou: se não seria bem-vinda a alteração da forma de escolha dos diretores. Sim, é bem-vinda, tanto que estamos procedendo à alteração no estatuto, para que dois diretores possam ser eleitos – com muito empenho, inclusive, da patrocinadora.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – É, desde 2011. Talvez agora... Houve um esforço grande...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – E vamos conseguir chegar ao final.

O Luiz Alberto falou de investimentos feitos, que sempre falei de investimentos feitos na gestão anterior, realmente este déficit aqui de investimento feito na gestão anterior, não falei que a culpa é da gestão anterior. Eu disse que esses investimentos foram feitos, até porque falei, no início, que não queria fazer juízo de valor, então, não falei de culpa, apenas que os investimentos foram feitos em gestões anteriores.

O TAC já foi assinado e, inclusive, publicado no *Diário Oficial da União*, então, talvez, a pessoa que disse que o TAC não está assinado não está com esta informação.

E sobre as autuações que ele relatou da Geap. Tanto eu quanto o Conquista sofremos uma autuação, sim, quando estávamos na Geap, por ter investido num banco que, à época, tinha grau de investimento e veio a quebrar três anos depois. Esse investimento tinha análise do gerente de risco, do gerente de investimento, da área jurídica, todos eles dando parecer favorável e, inclusive, nessa diretoria, havia um diretor que foi da Previ, uma pessoa da mais alta qualidade, está junto conosco nessa autuação, não chegou ainda ao final, não transitou em julgado e, por isso, ainda estamos discutindo e nos defendendo, pude compor o Comitê de Investimento do Postalis.

O que mais?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu gostaria que V. Sª respondesse como é indicada a Diretoria Executiva, porque falamos aqui só do Conselho.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – A Diretoria Executiva, assim como a indicação de qualquer fundo de previdência ligado a qualquer empresa estatal ou não, costuma ser indicada, aliás, nem é indicada, sugerida pela empresa patrocinadora que manda os nomes para o conselho deliberativo e, nesse nível, que os diretores são nomeados, assim como é em qualquer fundo de previdência de qualquer empresa privada ou não. É assim que funciona, não é específico de empresa estatal, normalmente, é assim que funciona.

Teria mais alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não sei se V. Sª poderia responder se esse administrador de recursos, o BNY Mellon, também é administrador de recurso dos outros fundos de pensão.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – O BNY Mellon é administrador de recurso dos maiores do mundo, como eu havia falado, ele administra trilhões pelo mundo todo e...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Refiro-me aos daqui.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – ...certamente, deve ser administrador de recursos da maioria expressiva dos fundos de pensão, até por ser um grande administrador de recursos. Infelizmente, no contrato com o Postalis deu problema seriíssimo, por isso está sendo acionado judicialmente, mas, certamente, não posso dizer para o senhor com certeza, até porque não faço esse acompanhamento, mas, certamente, pelo porte do administrador, deve ser administrador de vários fundos de pensão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Dos fundos de pensão abertos também?

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Não posso também dizer, mas, se houver fundo de pensão aberto que terceirize alguma administração, é possível que ele seja, sim, administrador de fundos abertos também.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Obrigado, Srª Maria Auxiliadora.

E passo a palavra ao Sr. Afonso Oliveira Almeida, que representa o Presidente dos Correios, Wagner Pinheiro de Oliveira.

O SR. AFONSO OLIVEIRA DE ALMEIDA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ligue o microfone, por favor. Não, não, é aí embaixo.

O SR. AFONSO OLIVEIRA DE ALMEIDA – Na minha época de sindicato, Senador, o microfone era muito diferente, há muito tempo que não falo.

Presidente, não vi manifestação dos Senadores dirigida a mim, então, prefiro passar a palavra para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Afonso.

E, com certeza, o Presidente dos Correios, Sr. Wagner Pinheiro de Oliveira, poderá e deverá responder numa audiência da CPI.

Passo a palavra ao José Carlos Sampaio Chedeak, que representa o Diretor Superintendente da Previc.

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – Senador, algumas perguntas, acho que a primeira pergunta que foi feita é se, no passado, houve outras autuações no Postalis.

Eu não saberia dizer o número, mas o Postalis, no passado, foi autuada também. Se não me engano, em 2007, 2008. O número eu não tenho de cabeça.

Com relação à atuação da Previc na fiscalização, o Postalis vem sendo, continuamente, fiscalizado, tem sofrido ação fiscal por parte da Previc, que tem atuado sim, quero deixar claro, e tem, no seu dever de ofício, atuar e autuar desvios de comportamento ou indícios de irregularidade. Então, isso foi feito. A prova de que foi feito é a autuação, em 2012, como os próprios colegas aqui já falaram, o relatório de fiscalização promoveu alguns autos de infração já entregues.

Respondendo à pergunta sobre por que os outros foram entregues, os autos – novamente – são complexos, então, nem todos conseguem ser feitos ao mesmo tempo, em função da complexidade que podem ter algumas demandas e, por ser objeto de fiscalização, não existe obrigatoriedade de se fazer a lavratura imediatamente, junto com a entrega do relatório. Deixando claro que o relatório é entregue à Diretoria Executiva, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal, obrigatoriamente. Então, os conselheiros, sejam eleitos ou indicados, têm acesso ao relatório de fiscalização.

É claro que um relatório de fiscalização é investigativo, então, maior abertura com relação ao seu conteúdo, infelizmente, no momento, não posso tecer mais comentários, mas a atuação da Previc foi firme nesse sentido, e também foram feitas as autuações necessárias.

Se houver desvio de comportamento, é dever de ofício da entidade fazer representações aos órgãos competentes para apuração. Assim, é bom se entender que a competência da Previc cinge-se à área administrativa. Se houver algum indício de irregularidade que não seja na área administrativa, cabe aos outros órgãos reguladores – Ministério Público, Polícia Federal – ou outros órgãos de competência fazer a apuração. É dever de ofício da Previc encaminhar a documentação necessária a esses órgãos, para que essa apuração seja feita, e, com certeza, esse procedimento foi realizado pela Previc.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Só uma dúvida: a Previc fiscaliza as aplicações do...

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – A Previc, pela Lei nº 12.154, foi instituída como órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar, cuja competência é fiscalizar tanto os fundos de natureza privada quanto aqueles que têm patrocínio público.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Mas a Previc tem competência também para solicitar uma intervenção no fundo?

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – Sim, ela também...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – E por que não o fez?

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – Bom, existe, na própria Lei Complementar nº 109, existem alguns critérios utilizados que devem ser observados para a decretação de uma intervenção. Eu gostaria de falar, na verdade, em regime especial, porque intervenção é só uma das modalidades do regime especial.

Então, existem alguns critérios que devem tomados, que devem se apurados, lembrando que uma decretação de regime especial é a medida mais extrema que um órgão pode ter com relação ao seu fiscalizado. Intervenção, regime especial não é uma medida que se toma assim, do dia para a noite, sem uma avaliação técnica do assunto. É claro que, em todos os casos que podem ser feitos, se a Previc tiver que fazer alguma intervenção ou algum regime especial, isso será feito dentro de critérios técnicos, com avaliação, proposto pela Diretoria do Colegiado, que irá fazer e tomar sua decisão com relação ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Parece-me que essas notificações da Previc ocorreram ao longo de um tempo bastante grande. Nós estamos falando de 2008 até 2012, 2013. Então, houve tempo para que essa medida especial fosse sugerida pela Previc, pelo menos.

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – O procedimento é a avaliação técnica, encaminhada, nesse processo. A decisão de entrar, fazer uma intervenção ou não, é da Diretoria do Colegiado da Previc. É bom lembrar que movimentos anteriores já foram feitos, em outros fundos, até de forma preventiva, em algum momento, e, havendo as condições, se tiver que se avaliar, vai ser avaliado.

Mas isso aí – novamente – é avaliado, tecnicamente, dentro da autarquia, encaminhado à Diretoria do Colegiado, que vai tomar essa decisão ou não.

Perguntaram-me sobre os outros 12 autos de infração, por que acho que a penalidade é tão branda. Não consegui fazer isso na minha apresentação, mas o Decreto nº 4.942 é um decreto regimental que disciplina parte do processo administrativo, no âmbito da previdência complementar fechada. E nele são indicadas todas as penalidades possíveis para um dirigente de um fundo de pensão ou do fundo de pensão como um todo. Então, as penalidades começam a partir do art. 63, 64, e lá são definidos os tipos de penalidades que podem ser feitas – advertência, multa, suspensão ou inabilitação – e os valores das multas que podem ser aplicados.

E a gente não pode ultrapassar os valores da multa que são estipulados no decreto. Então, as multas que foram colocadas aqui, no valor de R$40 mil, são as multas que são previstas no decreto administrativo. A previc não tem muita ingerência quanto a isso nesse processo.

Em caso de apuração, novamente deixa-se claro, que, havendo algum desvio de comportamento, desvio de conduta, apuração de irregularidade em que haja o indício, a Previc tem o dever de ofício de fazer essa representação aos órgãos competentes.

Foi perguntado também sobre a questão do Tribunal de Contas da União (TCU), que é responsável por fiscalizar o dinheiro público, os patrocinadores. Por competência da legislação vigente, a competência exclusiva de fiscalizar fundos de pensão é da Previc, nesse processo.

A outra questão foi sobre a responsabilização de dirigente, independentemente da ação da Previc ou não. No caso desvio do dirigente, cabe também à fundação o direito de regresso em relação ao seu dirigente, para poder reaver os valores.

Não sei se deixei de responder algo. Pelo menos, era tudo o que estava anotado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Só perguntaria a V. Sª se houve, por parte da área técnica da Previc, pedido de uma intervenção especial, se houve a indicação da área técnica para que existisse esse regime especial.

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – Senador, nessa área, em função até do processo como um todo... Esse é um processo de investigação, e a gente não...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não, não. Pergunto só se houve a solicitação.

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – Nesse processo como um todo, isso foi avaliado por algum técnico. Teria que olhar a documentação para ver se houve ou não, mas...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – Mas, no caso concreto, infelizmente, não posso me manifestar. No caso concreto, não é nem do Postalis ou de qualquer outro fundo de pensão. Não é por que é o Postalis ou qualquer outro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Então, pediria a V. Sª, Sr. José Carlos, que fizesse a averiguação e encaminhasse, por escrito, ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, se houve, ao longo desse tempo, alguma solicitação da área técnica ao conselho ou à diretoria para que fosse instalada uma intervenção ou um regime especial.

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – Agora, lembrei-me só de mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS SAMPAIO CHEDEAK – Ele me perguntou sobre o Maurício Nakata, Diretor de Fiscalização. O Maurício Nakata é Diretor de Assuntos Atuariais. O Diretor de Fiscalização, desde 2012, é o Sérgio Dijundi Taniguchi, e não foi mudada essa direção, ele continua como Diretor de Fiscalização.

O que aconteceu é que houve uma troca de comando na Diretoria da Previc, e o Maurício Nakata, que era Diretor na Diretoria de Assuntos Econômicos e Atuariais, passou a ser Diretor de Fiscalização substituto, assumindo a Coordenação-Geral de Fiscalização Direta. Então, foi uma troca interna.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. José Carlos e agradeço a participação de todos os convidados.

E, pelas informações que aqui foram transferidas à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, vamos nos encontrar novamente, por ocasião das audiências da CPI que será instalada no Senado Federal. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a reunião.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2015.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia dez de junho de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Donizeti Nogueira, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Donizeti Nogueira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e Vanessa Grazziotin**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, João Capiberibe e Douglas Cintra**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA, destinada a realização de audiência pública para debater aspectos teóricos e práticos de arranjos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), em atendimento ao Requerimento RMA 38/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira. Participam como convidados: Jorge Madeira Nogueira, Professor do Departamento de Economia da UnB; Cláudio Klemz, Especialista em Conservação da Organização não Governamental The Nature Conservancy (representante de: Fernando Veiga, Gerente de Segurança Hídrica da ONG The Nature Conservancy); Jefé Leão Ribeiro, Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; e Francisco Gaetani, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente – MMA. A Presidência concede a palavra aos convidados, pelo tempo de vinte minutos. Após a exposição dos convidados, o Senhor Presidente usa da palavra. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. A Presidência declara encerrada a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Donizeti Nogueira,** Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senhoras e senhores, bom dia!

Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da 21ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se a debater aspectos teóricos e práticos de arranjos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Em atendimento ao Requerimento nº 38, de 2015-CMA, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos e cidadãs que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, ou ligando para o número 0800 61 22 11.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Jorge Madeira Nogueira, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB).

Obrigado, Professor pela sua presença nesta manhã aqui conosco.

Convido o Sr. Cláudio Klemz, Especialista em Conservação da Organização não Governamental The Nature Conservancy, representante do Sr. Fernando Veiga, para tomar assento à mesa.

Muito agradecido, Sr. Cláudio.

Convido o Sr. Jefé Leão Ribeiro, Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para tomar assento aqui à mesa conosco. Obrigado pela presença, Sr. Jefé.

Informo que o convidado Sr. Devanir Garcia dos Santos, Coordenador de Implementação de Projetos Indutores da Agência Nacional de Águas justificou sua ausência a esta audiência.

Podem sentar-se, por favor.

Vamos iniciar com a minha fala, porque, na medida em que os convidados forem fazendo suas exposições já vão respondendo àquilo que eu indaguei.

Adotaremos o tempo de 20 minutos para cada expositor, depois abriremos a palavra para os questionamentos.

Também quero registrar que a ausência das Srªs e dos Srs. Senadores a esta audiência não é desprestígio aos debatedores desta manhã, mas é que neste momento está havendo também uma reunião conjunta desta Comissão com a de Infraestrutura, com a presença do Ministro Nelson Barbosa, além de outras comissões que também estão em reunião.

Senhores convidados, às vezes, nesta Casa, fazemos parte de três Comissões ao mesmo tempo: vamos a uma, marcamos presença; vamos a outra, debatemos e vamos ainda a uma terceira. É muito dinâmico e muito trabalho.

Em resumo, sou signatário desse pedido de audiência em que debateremos esse tema, tema que, de fato, já fez parte do meu discurso de posse, aqui no Senado, no dia 3 de fevereiro de 2015, em que colocamos a preocupação que temos com relação à crise hídrica. Não fundamentalmente apenas em relação à crise hídrica, mas em relação àquilo que a gente considera que precisa ser feito, que é a defesa da água.

Portanto, esta audiência tem por objetivo nos instrumentalizar e nos prepararmos para, além dos projetos que já tramitam sobre o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na Câmara e no Senado, que possamos preparar um projeto de lei que dê conta das nossas indagações e as da sociedade em geral, dos acadêmicos e dos produtores rurais, fundamentalmente quem lidam com a terra diretamente.

Os arranjos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) são mecanismos que buscam remunerar ou recompensar quem protege o meio ambiente. Presume-se que o agente privado que implemente ações com o objetivo de proteger o meio ambiente presta um serviço ambiental à sociedade ou a um grupo de indivíduos e deve ser recompensado por essa decisão.

Os arranjos de PSA baseiam-se em um conceito muito pouco difundido no Brasil, chamado Princípio do Provedor Recebedor. Os arranjos de PSA estabelecem as regras pelas quais os agentes que se beneficiam de um determinado serviço ambiental possam pagar aos agentes que o produzem. É uma forma de criar mercado para os bens ou serviço ambientais que têm como resultado final o estímulo à proteção, recuperação e à conservação do meio ambiente.

Quando bem desenhados, os arranjos de PSA transformam a proteção ambiental em algo atrativo do ponto de vista de quem esteja em condição de produzir esse serviço. É uma forma de tentar transformar a proteção do meio ambiente mais interessante do que sua destruição. Ou seja, os ganhos auferidos pelo prestador de serviço ambiental a partir dos arranjos de PSA podem tornar a proteção ambiental mais atrativa do que outras atividades econômicas ou simplesmente do que a inação.

Entende-se normalmente como serviços ambientais a retenção ou captação de carbono, a conservação da biodiversidade, a conservação e proteção de serviços hídricos e a conservação de beleza cênica. Mas existem serviços ambientais menos óbvios, por exemplo, uma empresa que opere um hidroelétrica ou um serviço de captação de água de uma grande cidade pode estar interessada em reduzir o assoreamento dos seus reservatórios. Essa empresa pode gastar milhões com atividades de drenagem ou pode pagar para que os detentores dos imóveis rurais adotem práticas agrícolas que conservem o solo, evitem a erosão superficial que aterra o reservatórios.

Estimular práticas como o plantio direto, o plantio em nível ou o replantio de mata ciliares em torno dos reservatórios pode sair mais barato para a empresa do que as obras de engenharia para adaptar a exploração do reservatório a um lago assoreado.

Todos podem sair ganhando em uma situação como essa.

Os arranjos de pagamentos por serviços devem ter o objetivo de dar segurança e reduzir os custos de transação entre os agentes que demandam um serviço ambiental e aqueles que podem produzi-lo.

Através de arranjos de PSA podemos encontrar formas de estimular, por exemplo, que os produtores rurais do Brasil recuperem suas Áreas de Preservação Permanente (APP), além dos limites mínimos estabelecidos nas regras transitórias do novo Código Florestal. A nova lei florestal brasileira diz que os produtores devem recuperar obrigatoriamente, no mínimo, as metragens listadas no art. 61-A, mas não existe teto. Nenhum produtor está proibido de recuperar mais do que estabelece as regras transitórias da lei.

Como estimular os produtores a protegerem mais os seus recursos hídricos é uma pergunta que pode ser respondida por meio de arranjos de PSA? O próprio Código Florestal trouxe a figura das Cotas de Reserva Ambiental (CRAs). Um produtor rural que tem uma propriedade extremamente produtiva, mas não tem área de Reserva Legal suficiente pode pagar, por meio de transações de CRAs, para que outro produtor mantenha

um maciço maior de Reserva Legal em outro lugar. As CRAs são um arranjo de PSA, cujas regras gerais estão delineadas no novo Código Florestal, Lei nº 12.651, de 2012.

A presença do Ministério do Meio Ambiente é importante, porque uma lei aprovada no Congresso pode ou não conflitar com uma regulamentação do novo Código Florestal no que tange às Cotas de Reserva Ambiental. O produtor rural, no Brasil, sobretudo os pequenos e médios, precisa ser auxiliado pelos governos a proteger o meio ambiente. Precisamos encontrar formas inovadoras de irmos além da ordem do comando e controle e da punição. Os mecanismos de PSA podem ser uma dessas formas inovadoras de incentivar os produtores rurais a mudarem de atitude em relação à proteção ambiental.

Minhas perguntas sobre uma legislação que trate do PSA endereçadas a todos os convidados: o que já está protegido pela legislação ambiental é passível de receber por serviços ambientais?

O agente privado que mantém o mínimo exigido pelo Código Florestal, como áreas de Reserva Legal e os limites recuperação mínimas nas margens de cursos d'água devem receber por fazer o que estão fazendo obrigados pela lei?

Por outro lado, as Unidades de Conservação de Proteção Integral em terras indígenas, em que o desmatamento é proibido por lei, são passíveis de reconhecimento por serviços ambientais?

Ao nosso convidado, Sr. Cláudio, representante da TNC: quais os principais problemas enfrentados pelos arranjos de PSA, nos quais a TNC está envolvida, que podem ser solucionadas por meio de alterações ou inovações legislativas?

O representante do Ministério do Meio Ambiente não chegou ainda, mas ele nos avisou que iria atrasar um pouco. Portanto, as perguntas dirigidas ao Ministério as farei ao final.

Vamos, então, senhores convidados, que muito nos honram com suas presenças nesta manhã, começaremos concedendo a palavra ao Sr. Jorge Nogueira, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB). O senhor tem 20 minutos para sua exposição no debate dessa temática, que consideramos muito importante para o Senado e para o Brasil.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. JORGE MADEIRA NOGUEIRA – Exmo Senador, eu gostaria de, em primeiro lugar, em meu nome pessoal e em nome da Universidade de Brasília, do Departamento de Economia, agradecer o convite e nos colocar à disposição para sempre que julgar necessário retornar a esta Casa para bater assuntos, como o PSA, a política de PSA do Brasil, que me parece ser uma das estratégias mais interessantes que estão na mesa, em termos de conservação da natureza.

A minha preocupação – como toda audiência pública é o local, é o *locus* excelente para você trazer, enfatizar, certos aspectos que, na minha opinião, são aspectos fundamentais em termos de uma estratégia de longo prazo, que é a característica de uma política – foi tentar fazer exatamente isso na minha exposição. Porém, audiência pública não é o *locus* ideal para você ficar aprofundando certas debates. Então, tenho certeza absoluta de que alguns pontos que vou levantar aqui – são, fundamentalmente, cinco pontos – serão aprofundados posteriormente pelos assessores, pelos consultores do Senado Federal.

Então, como coloquei, acho que, para uma decisão estratégica, existem hoje cinco aspectos que me preocupam com relação ao que eu li de vários projetos, várias propostas que estão hoje dentro da Casa; preocupações essas que, pelas perguntas que o Sr. Senador fez no início da nossa apresentação, creio que dei sorte de conseguir respondê-las de alguma forma.

O primeiro aspecto que eu gostaria de destacar é um aspecto que vou chamar aqui de conceitual básico. Ou seja, do que eu li de vários documentos de dentro da Casa, eu recomendaria fortemente que nós continuássemos insistindo em pagamentos por serviços ambientais. Existem outras propostas em que outras terminologias surgem, e essa proliferação de terminologias, de conceitos, não é só uma questão semântica, é uma questão muito prática. Por exemplo: se nós mantivermos PSA (Pagamentos por Serviços Ambientais), vamos evitar uma discussão que me diz um pouco cansativa, do ponto de vista jurídico, quase estéril, mas, recentemente, eu ganhei um livro inteirinho, com 400 páginas, tentando dizer que pagamento por serviços ecossistêmicos seria inconstitucional. Então, alguém já se deu ao trabalho de escrever um livro sobre a inconstitucionalidade de pagamentos por serviços ecossistêmicos. Eu lamento; nós não estamos aqui falando de pagamentos por serviços ecossistêmicos. Nós estamos aqui falando de Pagamentos por Serviços Ambientais.

Outra discussão estéril é que, quando se fala de pagamentos por serviços ecossistêmicos, vem aquele eterno argumento de que isso representa colocar valor econômico na natureza, é mercantilização da natureza. Já estou em uma idade avançada e um tanto quanto cansado, depois de trinta e poucos anos como economista ambiental, para voltar a discutir esse tipo de coisa. Mas, mantendo os esquemas, como a política para Pagamentos por Serviços Ambientais, vamos minimizar um pouco isso, creio eu, e evitar certos problemas.

Vou usar uma definição que é bem próxima do que foi dito aqui: com os PSA (Pagamentos por Serviços Ambientais), a sociedade deseja compensar agentes de mercado – produtores rurais, proprietários, arrendatários, posseiros, o que seja – que se comportam hoje de forma a garantir que o serviço ecossistêmico continue sendo ofertado de maneira a gerar um benefício para essa sociedade, benefício esse maior do que o benefício obtido pelo agente.

Então, só há sentido em falarmos de Pagamentos por Serviços Ambientais, primeiro, porque nós estamos remunerando, gratificando alguém que está fazendo mais do que faria se olhasse apenas do ponto de vista individual egoísta; segundo, nós estamos pagando ou propondo um pagamento por uma ação humana que gera um benefício que aumenta o bem-estar humano, *vis-à-vis* a situação que seria, o nível de bem-estar que teríamos se essa ação humana fosse interrompida. Nós não estamos pagando pela natureza, nem pelos serviços da natureza, nem por funções ecossistêmicas. Nós estamos pagando por uma ação humana que permite que isso permaneça.

Parece cansativo, mas é algo que, vira e mexe, volta ao debate, quer na literatura científica, quer na literatura técnica. E isso depois de 30 anos. Não se esqueçam de que o conceito de serviços ecossistêmicos – e não de serviços ambientais –, o *ecosystem services*, foi proposto inicialmente em 1981 no famoso trabalho de dois biologistas da conservação da Universidade de Stanford: Ehrlich e Ehrlich. Os dois Ehrlich são famosos pelo famoso *The Population Bomb* e são menos famosos pela proposta de 1981, de que, com base numa literatura anterior, que enfatizava o valor para a sociedade de funções da natureza, eles acreditavam que a natureza fornecia uma série de serviços importantes para a sociedade e que isso não estava sendo reconhecido por essas sociedades. A partir de então, a coisa prolifera.

Na ecologia, há o termo função ecossistêmica, há uma série de termos, que precisamos ter o devido cuidado de lembrar-se das diferentes funções ecossistêmicas, dos diferentes serviços ambientais, e que nós estamos simplificando por alguns poucos que nos permitem hoje pensar num Pagamento por Serviços Ambientais, remunerar a ação humana.

Lembrando um trabalho de De Groot, de 1992, ele lista 37 possíveis funções ecossistêmicas. Destes 37, fomos, ao longo destes 30 anos, reduzindo a lista para 20 funções ecossistêmicas. E, mesmo essa lista de 20 chama a atenção pela variedade de serviços ecossistêmicos, que é imensa. E aí eu vou para o meu segundo aspecto: qualquer política de PSA, na minha humilde opinião, precisa ter como preocupação flexibilidade espacial e flexibilidade temporal. O que estou querendo dizer com isso? As especificidades da relevância dos serviços ecossistêmicos, essa relevância varia no tempo e no espaço geográfico. Um mesmo serviço ecossistêmico, por exemplo – vou citar um que está na lista –, controle da erosão pode ser mais relevante na atualidade do que era há 20 anos. Vocês não se lembram, mas eu me lembro de que eu comecei a minha vida como economista do meio ambiente, trabalhando com os aspectos econômicos da conservação do solo e da água no setor agropecuário. Naquela época, a erosão do solo era algo fundamental. Então, o serviço de proteger o solo, de controlar a erosão era grande. Depois, desapareceu essa preocupação e, para minha surpresa, hoje retoma. O Paraná, que, parece, estava controlando a sua erosão, volta a ter problemas de erosão imensos. Esse serviço é muito importante no Paraná, hoje; porém, tenho certeza de que não tem grande importância no Amapá, hoje. Então, essa a especificidade histórica, temporal, e a especificidade geográfica.

Uma lei, uma política de PSA precisa contemplar a flexibilidade espacial e a flexibilidade temporal. Apesar de ser uma política federal, ela o será em um país de imensas dimensões, no qual especificidades locais podem indicar que uma ação humana, em determinado ponto do território, deve ser compensada por um PSA significativamente superior do que uma semelhante ação humana em outro ponto do Território nacional. E como a lei vai permitir essa flexibilidade temporal e espacial é um dos grandes desafios de uma política, na minha opinião.

Regulação da água pode ser muito relevante hoje – estávamos conversando aqui, antes de começar, exatamente isso – e vai ser durante algum tempo. São Paulo está aí, que não nos deixa mentir. Agora, pode não ser daqui a 30 anos. Pode haver outros serviços ecossistêmicos lá listados na literatura que a lei precisa contemplar, a lei precisa abrir essa possibilidade e perceber que o que é muito relevante, hoje, em São Paulo talvez não seja tão relevante assim.

Eu me lembro – e discutimos isso depois – do famoso caso da Fundação Boticário, com seu famoso programa de PSA Oásis. Funcionava brilhantemente em São Paulo, quando tentaram levar para o Paraná foi um fracasso. O mesmo programa. E por quê? Discutimos isso um pouco mais tarde. Esse é o segundo ponto que eu traria, para provocar um debate aqui com os senhores e com as senhoras.

O terceiro ponto, para mim, é extremamente fundamental. Eu sou economista ambiental e, por gentileza, aqueles que nunca pecaram podem jogar a primeira pedra; economista peca, o de meio ambiente também, e um dos nossos pecados é o seguinte: a política de PSA, no Brasil, tem que saber combinar mercado e governo.

Ao longo destas três décadas de crescimento da discussão sobre serviços ecossistêmicos, PSA, tanto no debate acadêmico quanto nas experiências de PSA, a busca pela criação de Mercados para Serviços Ambientais, aquilo que chamamos de MSA. Durante uma década nós tentamos criar esses mercados em que demandantes e ofertantes negociam entre si um preço de equilíbrio, que os demandantes irão pagar aos ofertantes.

Nestes 30 anos, também tivemos, em vários pontos do planeta, o estabelecimento de esquemas de PSA em que o demandante único é o governo e os pagamentos dependem do orçamento público ou de recursos financeiros originários de doadores mais ou menos generosos. Uma política de PSA que se propõe estratégica deve contemplar situações nas quais soluções de mercado, que o economista gosta de chamar de soluções...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Acaba de chegar o Dr. Francisco Gaetani, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), nós queremos convidá-lo para fazer parte da mesa, ao tempo em que agradecemos sua honrosa presença nesta manhã, para tratar de tema importante, que estamos considerando nesta Comissão.

Neste momento, estamos ouvindo a brilhante exposição do Prof. Jorge, que está abrindo caminhos para um projeto de lei que queremos encaminhar aqui no Senado.

Tem a palavra o Prof. Jorge.

O SR. JORGE MADEIRA NOGUEIRA – Muito obrigado pela "brilhante exposição". Vou tentar retomar de onde parei.

O terceiro aspecto dos cinco que trago para provocar uma discussão é que, na minha opinião, uma política de Pagamento de Serviços Ambientais no Brasil, ou em qualquer outro canto do planeta, precisa ter equilíbrio, precisa combinar mercado e governo.

Nestas três décadas em que o debate de PSA, serviços ecossistêmicos cresceu muito, quer na academia, quer nas experiências práticas. Mais tarde, no debate, citarei o caso mexicano que tive o susto de conhecer no ano passado. Dando uma aula no México, eu fazia críticas ao PSA prestado no Brasil, que era muito de governo e pouco de mercado – e o México é o país da América Latina que tem o maior número de esquemas de PSA –, e, para a minha surpresa, os alunos disseram-me: "Meu Professor, aqui no México não é muito diferente, não. Nós estamos com muito governo e pouco mercado. A gente precisa inverter isso, porque não está dando para conciliar". Então por que não dá para conciliar? No início, nós pensávamos que teríamos que criar Mercados para Serviços Ambientais, os MSAs, em que demandantes e ofertantes negociariam entre si, com a intermediação, muitas vezes, do governo do Estado, e também pensamos em estabelecer, nestes 30 anos, os esquemas de PSA, em que o grande demandante, quase único, é o governo, os pagamentos dependem do orçamento público e de recursos financeiros originários de doadores mais ou menos generosos.

Uma política de PSA estratégica deve contemplar situações nas quais soluções de mercado, que o economista gosta de chamar de soluções Coaseanas, estejam lado a lado com soluções de governo, que o economista gosta de chamar de soluções Pigouvianas. Essa não pode ser uma política que estabeleça apenas um comprador público para todas as situações. Nessa política, a iniciativa privada precisa ser estimulada a participar de uma transação comercial na qual ela pagará por um serviço ambiental que lhe gera um ganho, e não ser apenas uma doadora passiva para um programa que lhe trará pouco mais do que ganho de imagem diante da opinião pública.

Esse é um grande desafio para a política de PSA brasileira: tanto de mercado quanto de governo.

Para que alternativas Coaseanas estejam presentes, uma política de PSA deve trazer ganhos financeiros para os ofertantes dos serviços ambientais, serviços ecossistêmicos, e ganhos financeiros para os demandantes envolvidos. Mas uma política de PSA, por ser política, precisa também trazer ganhos econômicos para a sociedade como um todo.

Esse é o quarto aspecto que eu gostaria de enfatizar aqui com os senhores e com as senhoras. A política de PSA será uma política ambiental com repercussões financeiras, repercussões econômicas e repercussões sociais. Uma política de Pagamentos por Serviços Ambientais pode até ser componente de rede de amparo social, mas ela não deve ser uma política social de amparo aos menos favorecidos simplesmente. Existem instrumentos muito mais eficazes para alcançar objetivos de amparo social do que PSA. O maior ganho possível em termos de conservar o capital natural deve ser, na minha humilde opinião, o objetivo básico de uma PSA. E com base nesse objetivo é que iremos analisar a eficácia e a eficiência dessa política de PSA.

Finalmente, vou tomar a liberdade de destacar, com base em critérios nem sempre muito explicitados, as inúmeras funções ecossistêmicas – já mencionei mais de 30, no início – têm seu número reduzido para compor uma lista cada vez menor de serviços ecossistêmicos. Essa redução, com critérios não muito claros, acaba tendo como critério único escolher o serviço ecossistêmico relevante para esquemas de Pagamento por Serviços Ambientais. A redução é quase pragmática do que numa justificativa maior para você eliminar certos serviços ecossistêmicos em nome de outro.

Na verdade, é meu entendimento que a longa lista de De Groot, de 1992, que eu mencionei – e o Sr. Senador foi perfeito nisso – se reduz a quatro funções ecossistêmicas, que têm recebido atenção quando se pensa em esquemas de PSA: a) regulação de água (quantidade e qualidade da água); b) regulação da qualidade do ar (armazenamento de carbono); c) conservação da diversidade biológica; e d) serviços culturais, turismo e recreação. Eu gostaria de lembrar que muitos outros serviços ecossistêmicos talvez fiquem mais importantes no futuro e que certos pontos do Território também não deveriam ser esquecidos numa política.

Bom, essa lista reduzida obscurece – tenho que me calar?–,...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE MADEIRA NOGUEIRA – ... mas não esconde totalmente um outro aspecto relevante na regulamentação de uma política de Pagamentos de Serviços Ambientais. Funções ecossistêmicas têm atraído individualmente a atenção de inúmeros formuladores de política pública, não necessariamente política ambiental: política agrícola, política de saneamento, uma série de outros setores também têm políticas que, de uma forma ou de outra, fazem interface com esses serviços ecossistêmicos.

Então, dito de outra forma, uma imensa variedade de políticas públicas relacionadas com aquelas quatro funções – e só vou ficar nas quatro. Surge, então, a necessidade – e aí, estou chegando ao meu último ponto – do que eu chamo de consistência de políticas, para que complementaridades sejam efetivadas e os conflitos entre políticas sejam minimizados.

Só para dar dois exemplos, um de complementaridade e um de conflito potencial, complementaridade existe com a Lei nº 12.651, de maio de 2012, chamado novíssimo Código Florestal. Em seu art. 41, é explícito, que o pagamento ou incentivo a serviços ambientais, como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais dentro da propriedade rural. Está na lei isso. Na política de PSA essa complementaridade deveria ser claramente explorada.

Agora, existem conflitos potenciais sérios que poderão ocorrer, por exemplo, com os arts. 47 e 48 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985, de julho de 2000.

Permitam-me ler rapidamente os arts. 47 e 48:

Art. 47. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, beneficiário da proteção proporcionada por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica.

Art. 48 O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiário da proteção oferecida por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica.

Não tenho absolutamente nada contra, muito antes pelo contrário! A única coisa que peço, encarecidamente, é que esses dois artigos sejam regulamentados, depois de 15 anos sem regulamentação. Está certo?

Agora, quando regulamentarem esses dois artigos – o Prof. Peter May, da UFRJ, e Prof. Jorge Madeira Nogueira, que talvez vocês conheçam, já fizeram proposta de regulamentação desses dois malditos artigos. E estamos esperando a terceira proposta de regulamentação. O grande problema é que, dependendo da forma de regulamentar esses dois artigos do SNUC, você pode estar eliminando dois demandantes potenciais de serviços ambientais: as companhias de abastecimento de água e as companhias de geração e energia elétrica. Estarão automaticamente, ou quase automaticamente, alijados de mercado de Serviços Ambientais (MSA) ou de Pagamentos de Serviços Ambientais (PSA), como eu disse no início.

Existem muitos outros conflitos e muitas outras complementaridades entre legislações. Estou citando uma complementaridade e um potencial conflito. E tenho certeza de que os assessores e consultores deste Senado Federal estarão competentemente identificando esses conflitos de complementaridade, para que a política de PSA do Brasil possa ser aquilo que nenhuma outra política de PSA na América Latina ainda o é. Há um exemplo fantástico de combinar mercado e combinar governo para beneficiar aquele que, lá no fim da linha, está fazendo o seu esforço para conservar a biodiversidade, conservar a água, conservar o solo, seja lá o que for.

Muito obrigado, desculpe ter passado um pouco do tempo, e agradeço mais uma vez o convite.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Professor, aqui, a prática é esta mesma: primeiro, 20 minutos, depois, mais cinco, para concluir. V. Sª terminou no tempo. A gente não avisa para não empolgar.

O SR. JORGE MADEIRA NOGUEIRA – Para não abusar.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Vamos ouvir, agora, o Sr. Cláudio Klemz, Especialista em Conservação da Organização não Governamental The Nature Conservancy, representando o Sr. Jorge Fernando Veiga.

Com a palavra o Sr. Cláudio, por 20 minutos, prorrogáveis por mais cinco, se necessário.

O SR. CLÁUDIO KLEMZ – Senador Donizeti Nogueira, primeiramente, eu gostaria de agradecer ao convite para esta apresentação, extremamente pertinente o tema, extremamente atual.

Inicialmente, eu gostaria de fazer uma breve apresentação de quem é a TNC.

A TNC é uma Organização não Governamental, não muito conhecida no Brasil. É uma das organizações não governamentais mais antigas do mundo. Foi fundada em 1951, nos Estados Unidos, e, hoje, atua em mais de 35 países. Um pouco do fato de a TNC não ser muito conhecida é justamente por ter como princípio uma conduta não confrontacional, buscando sempre conciliar desenvolvimento e conservação e sempre em parceria com órgãos de governo, com órgãos privados, com outras ONGs, e por assim vai.

Na região da América Latina temos trabalhado com três estratégias, e uma delas a segurança hídrica, que é de onde trago boa parte das experiências para contribuição com esta discussão.

Quando a gente fala em segurança hídrica, basicamente estamos falando de conectar três mundos, pelo menos: um mundo natural, um mundo produtivo, um mundo urbano, industrial, comercial, que estão essencialmente interligados. Não existe dissociação ecológica, existe dissociação política, econômica e é dessa integração que a gente está falando.

Essencialmente, falar de segurança hídrica, aqui tomando a liberdade de não entrar em tanto detalhe nos outros todos serviços ambientais que o Prof. Jorge Nogueira bem comentou, segurança hídrica começa com a garantia da conservação das bacias hidrográficas, através do investimento do que temos chamado de infraestrutura verde ou infraestrutura natural. E deve também incluir o equilíbrio com os outros usos, com as outras atividades econômica dessa delimitação geográfica.

Dentro desse esforço de conseguir garantia desse serviço ecossistêmico, suprimento de água em qualidade e em quantidade, o investimento em infraestrutura verde, na conservação de bacias hidrográficas, é parte da fórmula, é parte da solução. Então, existe o esforço de trabalho com a disponibilidade de água. A situação hoje vivida no Sudeste, vamos dizer que a gente tenha uma escassez quase sem precedentes, prescinde também de soluções de infraestrutura cinza por assim dizer: barragens, novas captações e tudo o mais. Mas a gente não pode se esquecer da importância da infraestrutura verde que vem antes. A gente pode muito bem investir em construções de novas captações e tudo o mais, se não houver água naquele ecossistema ou essa água passe muito rápida de nada vai valer esse investimento.

Dentro da TNC, nesse nosso trabalho na região da América Latina, temos uma iniciativa que se chama Aliança de Fundos da Água da América Latina, composta por diversos parceiros. Basicamente, aqui no Brasil, temos trabalhado muito em conjunto com a Agência Nacional de Águas, talvez do Programa Produtor de Água. Então, em essência, posso usar umas palavras diferentes, mas estamos falando muito da mesma coisa. Trata-se de uma abordagem integrada de manejo de bacias hidrográficas, que busca promover a conservação de longo prazo, que busca promover a transparência na gestão – e, aí, a gente começa a poder se aproveitar um pouco dessas experiências práticas na discussão de um marco legal nacional sobre o PSA –, naturalmente, a integração com políticas públicas. Quando a gente fala de fundos d'água, a gente tem uma participação privada muito importante, através da atração de investimentos, como o Prof. Jorge muito bem colocou também, procurando trazer a oferta e a demanda para a mesa de negociação.

Hoje são 44 fundos de água em construção na América Latina em 14 países; são 17 fundos, 17 projetos já criados e operando; outros 17 que estão em desenvolvimento, e 10 em avaliação, uma fase inicial, realmente avaliação de viabilidade. Esse é um ponto bastante importante que quero enfatizar mais à frente. Vou me furtar de mencionar os benefícios disso agora.

A TNC trabalha também sob a orientação de um Conselho de Conservação na América Latina, composto por eminências do setor produtivo: bancos, agências de cooperação. E aqui no Brasil, como mencionei anteriormente, muitos projetos estão dentro do mesmo arranjo institucional dos Projetos Produtor de Água, que hoje acontecem, que hoje estão em andamento. Só para mencionar alguns, na região de São Paulo, na região da Bacia do PCJ, do alto Tietê; na Bacia do Paraíba do Sul; no Espírito Santo, neste caso, não necessariamente envolvendo o Programa Produtor de Água, mas uma iniciativa estadual das mais importantes no Brasil, em termos de política pública de PSA; Brasília; Palmas e Balneário Camboriú, em Santa Catarina.

Senador, quando V. Exª pergunta sobre as dificuldades enfrentadas, é bastante didático nós tratarmos de quais são os passos, desde a ideia inicial, desde a concepção, quais são os passos necessários para que um projeto desse possa acontecer, possa efetivamente chegar a um estágio de operação, de maturação.

Então, como mencionei, hoje existem 10 projetos que estão em fase de análise de viabilidade. Existem estudos iniciais para a identificação clara de qual serviço ambiental se está tratando. Também, o Prof. Jorge bem mencionou, isso é extremamente importante, que, num projeto, num arranjo de PSA, se tenha muito claro para todos os atores envolvidos qual é o produto, qual é o serviço que está em negociação.

Todos esses projetos envolvem um arranjo institucional local. E isso, quando a gente fala de flexibilidade e adaptação das condições locais, é essencial. Cada local vai ser diferente do outro, vai ter um arranjo institucional diferente, as relações de interesse vão ser diferentes. Então, essa a análise inicial, também buscando responder duas perguntas – quem paga a conta e quem faz o quê? São perguntas bem importantes de serem respondidas logo nas primeiras discussões. Havendo essa viabilidade, a gente entra em um nível mais detalhado de estudos de viabilidade, um estudo socioeconômico daquela região específica: o que existe de atividade econômica? Qual é o custo de oportunidade da terra? E por aí vai.

Estudos biofísicos, isso é uma coisa que eu trago bastante da nossa experiência, porque a TNC é uma instituição que se baseia muito em soluções técnicas, em embasamento científico, hoje nós temos ferramentas extraordinárias para planejar uma região, uma bacia hidrográfica, por exemplo. Então, ter uma boa noção da hidrologia, modelagens hidrológicas, modelagens do clima são todos estudos técnicos, às vezes, bastante aprofundados, às vezes, não, que vão dar o suporte para gestão de uma iniciativa dessa no futuro.

A análise jurídico-institucional, igualmente importante – novamente, respondendo à pergunta quem faz o quê dentro daquele arranjo –, e um dos exemplos em que nós estamos trabalhando, no caso da Bacia hidrográfica do Rio Camboriú, uma análise de retorno de investimento, nós temos ali um exemplo de uma iniciativa a partir de uma companhia de água, que tem sido única no sentido de nós podemos identificar, exatamente, os impactos daquelas intervenções de conservação de infraestrutura verde implantadas no campo, simplificando, o quanto a redução de sedimentação dessas ações vai interferir na estação de tratamento de água, e quanto isso representa financeiramente para a companhia de água. E, aí, a gente pode colocar um número do custo do projeto frente ao número do benefício econômico e a gente tem uma análise de retorno no investimento.

Um pouco mais adiante, seguem os planos. Vamos dizer, nesses projetos, tanto nos produtores de água, ou fundos de água, segue também uma etapa de desenvolvimento do plano estratégico. Quais vão ser a metas para aquela região específica? Hoje nós temos, em todos os projetos que estão em andamento, experiência suficiente já para podermos estimar razoavelmente bem os custos envolvidos. E, daí, também decorre um plano de captação.

Se nós respondemos, lá no início, a pergunta de quem paga a conta, e isso não necessariamente precisa ser um ator só, nós podemos apropriadamente fazer esse plano de captação, para, então, finalmente, a gente passar para uma fase de operação, de implantação daquelas atividades, daquelas ações de conservação, e acompanhado da avaliação e monitoramento. Entra um pouco mais de detalhe nesses aspectos.

Procurando tirar alguns extratos dessas experiências práticas, eu gostaria de destacar a diferença que existe, hoje, nos arranjos financeiros dos projetos que estão em andamento. Então, basicamente quatro linhas eu destaco aqui. A primeira delas aquelas em que ou o Município ou o Estado levantou a mão, tomando a liderança: "Eu vou pagar por serviços ambientais".

No caso de Municípios, o exemplo mais conhecido no Brasil, talvez, de Extrema, em Minas Gerais, um Município que tem uma economia muito forte, por uma característica específica local, um Município que está no Estado de Minas, tem uma concentração de indústrias muito forte e está muito perto de um polo consumidor, e é um Município bastante abastado, e tem essa possibilidade, mas nem todos têm.

O Estado do Espírito Santo, da mesma forma, estruturou seu programa de recuperação da cobertura florestal do Estado com base nos recursos provenientes dos *royalties* do petróleo, que são um dos recursos financeiros mais abundantes para o Estado. Novamente, é uma adaptação local.

Experiências que têm tido sucesso e têm, também, potencial de ganho de escala são através dos Comitês de Bacia, também já previsto em alguns dos projetos de lei que estão circulando na Câmara e no Senado. É a forma mais lógica. Se você já tem um recolhimento da cobrança pelo uso da água naquela bacia hidrográfica, que parte desse recurso seja também investida na infraestrutura verde. E isso tem acontecido com sucesso.

Os casos privados, destaco aqui o caso de duas companhias de água, a Emasa, de Balneário Camboriú, e a Saneatins, do Município de Palmas, que têm tomado a liderança de desenvolver esses projetos, catalisar o arranjo institucional e financeiro, promovendo a implantação dos projetos. E uma outra via financeira bastante importante que nós estamos procurando fazer acontecer em Santa Catarina e também recentemente foi aprovada uma lei municipal em Jaguariúna, São Paulo, de incluir os custos da conservação da bacia hidrográfica na tarifa da água.

Então, hoje, em geral, no Brasil, a gente paga, vamos dizer, um valor bastante irrisório, quiçá irrealista, para a água que a gente consome nos nossos domicílios. E, pelas nossas análises, a inclusão dos custos de conservação e dos custos de transação de um projeto desse dentro da tarifa pode não ter um impacto muito forte na tarifa e pode ser uma fonte de sustentação financeira de longo prazo para esses projetos.

Falando sobre o aspecto técnico, e aqui também passando um pouco pelas dificuldades e desafios de ter projetos assim implementados, é essencial que nós tenhamos uma boa base técnica, uma boa base científica

para o planejamento. Então, ter uma boa base cartográfica, que tenha uma hidrografia, o uso do solo, malha viária. Existe uma interface muito importante, entre isso que eu estou falando aqui com o CAR – o CAR é uma ferramenta que pode, apropriadamente, atender a essa demanda em maior ou menor profundidade. Usando as ferramentas científicas, modelagens hidrológicas, nós podemos estudar uma bacia hidrográfica de modo a identificar quais são aqueles hectares específicos, dentro daquela bacia hidrográfica, mais importantes de serem atacados primeiro. Então, a gente dá uma ordem de prioridade dentro de um planejamento de PSA. Isso funciona muito bem nos projetos locais menores. Se vai funcionar assim numa política nacional, é uma discussão um pouco mais ampla. O conceito de prioridade pode ser um pouco diferente.

E, posteriormente, vamos dizer, vem todo o trabalho de campo, o trabalho prático, de engajamento de interessados, de convencimento, de mobilização. Vem o trabalho de elaboração de projetos técnicos dentro da propriedade e negociação desses projetos com o proprietário. Nos projetos que têm acontecido hoje, as intervenções que são remuneradas dentro do PSA são fruto de uma negociação entre o projeto e o proprietário. Então, o proprietário decide aquilo que ele quer dispor ao projeto para, finalmente, passarmos para a fase de implantação das intervenções de campo e, não menos importante, o monitoramento de resultados. Essa também é uma base técnica extremamente importante, especialmente nos projetos de recursos hídricos, que, embora esteja mencionando o monitoramento de resultados no final, é bastante importante que o monitoramento comece logo no início da discussão do projeto. Quando a gente vai trabalhar com as ferramentas tecnológicas, modelagens, a gente precisa de bons dados para calibração e validação desses modelos. Mas o monitoramento vai além disso. Passa também pelo monitoramento socioeconômico – aquele projeto está realmente atendendo ao seu propósito – e também pelo monitoramento gerencial de contratos propriamente ditos.

Agora, algumas considerações gerais sobre a implantação de projeto de PSA. Acho que já é bastante sabido, temos vivido isso na experiência prática, o alto custo de transação envolvido, principalmente nas primeiras etapas de discussão técnica e de estruturação de planejamento desse projetos. Isso passa pela discussão do arranjo institucional, demanda tempo e dedicação de pessoas. Os estudos técnicos, o planejamento e a gestão também têm o seu custo administrativo, por assim dizer.

Então, pensando numa política nacional de PSA, aqui levanto um ponto bastante importante, vamos dizer, existe essa demanda de suporte nas etapas iniciais na discussão desses arranjos e também a necessidade de algumas definições legais que precisam estar inseridas a nível federal. Por exemplo: aspectos fiscais e tributários, aspectos trabalhistas, previdenciários. Isso, vamos dizer, nos primeiros projetos que começaram fazer o Pagamento por Serviços Ambientais surgiu a questão: o sujeito, o produtor rural, o proprietário, está recebendo um recurso por um serviço, então ele tem de recolher Imposto de Renda – essa é a lógica –, mas não necessariamente. Então, vamos dizer, se ele está promovendo esse bem para toda a sociedade, é pouco razoável que haja uma incidência de imposto sobre isso. Para resolver essa questão, só podemos inserir isso num marco legal nacional, promovendo os devidos ajustes também na legislação tributária.

Quanto aos aspectos previdenciários, há uma experiência prática também que mencionarei logo mais.

Então, a discussão e implantação de um marco federal sobre PSA deve garantir a replicação das iniciativas, que hoje já acontecem bem, e o ganho de escala. Existem diversas proposições hoje tramitando, nas duas Casas. Assim, bastante dessa discussão já tem avançado. Existe o art. 41 do Código Nacional, ainda não regulamentado, e também, como o Prof. Jorge mencionou, com relação aos arts. 47 e 48 do SNUC.

Durante o ano de 2014, houve um trabalho bastante interessante e importante que vale a menção. Um grupo de organizações, especialistas e pessoas interessadas no tema, sob a liderança do WWF, produziu esse documento, chamado Diretrizes para a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais.

Durante pelo menos seis meses, todo o trâmite de alguns dos projetos de lei, especialmente o Projeto de Lei nº 792, da Câmara dos Deputados, foi discutido e analisado em detalhe e essas diretrizes e sugestões estão todas compiladas.

Eu tiro aqui um pequeno resumo sobre isso.

O Prof. Jorge já mencionou bem a preocupação com relação aos conceitos; eu ratifico a preocupação do Professor. A discussão sobre uma política nacional de PSA é diferente de um programa federal de PSA. A política nacional, no meu entendimento, tem a atribuição, a responsabilidade, como eu disse, de permitir que as iniciativas locais e regionais aconteçam tranquilamente, sem percalços, e garanta também o ganho de escala. Então, quando falamos de fundos para isso, falar em fundos federais para pagamentos de PSA é algo tão específico, tão localizado, que ele perde importância. Por outro lado, o suporte do Governo Federal, por exemplo, para facilitar a transposição daqueles custos de transação iniciais, isso, sim, é bastante fundamental.

Sobre a menção previdenciária, trato disso com bastante cuidado, porque recebi essa demanda, como gerente de um projeto, de um presidente de sindicato rural, que, na sua simplicidade, me abordou, levantando a questão: "Escuta, você está propondo aqui que os meus produtores adotem esse projeto. E como é que fica

a Previdência da agricultura familiar? Se ele recebe esse dinheiro, vai entrar um dinheiro na conta dele, como é que fica isso? Ele vai perder a aposentadoria especial?"

Consultando uma das pessoas que é referência em Previdência rural no País, Dr. João Cândido de Oliveira de Neto, que pude conhecer trabalhando na Federação da Agricultura do Paraná, ele trouxe esse conceito que foi, para mim, muito esclarecedor, vamos assim dizer, ao trazer que a proteção ambiental da propriedade não é em nada diferente do que a produção de alimentos ou qualquer outra das classificações que ponham aquela propriedade dentro da categoria de uma propriedade de agricultura familiar. Então, preservar a natureza é essencialmente uma das responsabilidades daquela propriedade. E com esse argumento, ele nos brinda, com a sugestão de dois artigos para serem inseridos devidamente, já trazendo a menção à garantia da condição de segurado especial, explicitamente, e a alteração da Lei nº 8.212, que é a Lei Geral da Previdência, já inserindo a menção específica a programas de PSA. Uma sugestão bastante válida trazida por esse especialista.

O ponto sobre adicionalidade e condicionalidade já foi abordado, de certa forma, pelo Prof. Jorge. Só uma nota importante, Senador, o conceito de adicionalidade surgiu num marco do Protocolo de Kyoto, como forma de regular e regulamentar o mercado de carbono. Traduzir esse conceito *pari passu* para a lógica de serviços ambientais não é uma abordagem muito boa, porque ela fecha muitas portas.

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO KLEMZ – Reitero o mesmo ponto: o PSA é uma ferramenta econômica relacionada a um bem natural. Então, não deve ser confundida a nenhum tipo de salvaguarda social, pelo bem do próprio potencial que tem a ferramenta econômica.

Concluindo, o PSA não é nenhuma salvação da Pátria. PSA não é uma solução universal, não é um chapéu de tamanho único. Então, a flexibilidade é extremamente importante, e a discussão do marco nacional sobre PSA precisa considerar muito isso: quais são os limites do que precisa estabelecer uma lei federal?

Outro ponto que destaco, dentre esses, é que a discussão precisa sempre começar pelo lado da demanda e não pelo lado da oferta, senão invertemos a lógica de mercado, e, sendo uma ferramenta econômica, não podemos inverter essa lógica.

A importância do monitoramento de resultados é digna de nota. Uma vez que estejamos usando recursos públicos, sejam eles federais, estaduais, municipais ou privados, em um determinado momento alguém vai perguntar – algum Deputado ou Senador da oposição, algum Vereador – se aquele dinheiro está sendo mesmo bem aplicado.

Então, o monitoramento de resultado é importante para a salvaguarda da política.

Com isso, concluo essa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Dr. Cláudio, muito agradecido pela extraordinária contribuição que trouxe a esta Comissão ao debate, nesta manhã.

Vou passar a palavra, agora, ao Sr. Jefé Leão Ribeiro, Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária.

O senhor dispõe do mesmo tempo para fazer a sua exposição.

O SR. JEFÉ LEÃO RIBEIRO – Obrigado.

Bom dia a todos!

Exmº Sr. Senador Donizeti Nogueira, gostaríamos, inicialmente, de parabenizá-lo pela iniciativa de trazer essa discussão e por nos convidar a estar aqui para tentar contribuir para essa discussão.

Este de 2015 foi escolhido pela FAO como o Ano Internacional do Solo. Então, esse tema "solo", está sendo discutido no mundo inteiro com certa importância. Foi criada recentemente uma aliança mundial para solos, no âmbito da FAO, em que diversos países, atores discutem a importância desse recurso natural. E, neste mês de junho, ocorrerá a 3ª Plenária na sede da FAO, em Roma. Isso porque vemos que os serviços ambientais passam obrigatoriamente pela questão da conservação do solo e da água. E não há como discutir essa temática dissociando isso.

No Ministério da agricultura a discussão sobre a importância da conservação do solo é como levar essa mensagem àqueles que trabalham diretamente nisso, cujas atividades têm grande impacto sobre a temática de conservação de solo e água, que são os agricultores. Ou seja, como levar essa mensagem de forma adequada, apropriada para que eles tenham condições de escolha de conservar o seu solo e, com isso, conservar água.

Nós temos discutido isso internamente, inclusive pensamos que, do pondo de vista legislativo, possamos formular um plano ou algo assim, chamando-o de "Meu Solo Minha Água", para levar essa mensagem àqueles que produzem. Falamos aqui sobre a importância do pagamento pelos serviços ambientais, porém, temos duas situações: áreas que já são hoje protegidas pela legislação, em que não se é permitido cultivar ou

exercer qualquer outra atividade, portanto, são áreas já preservadas e protegidas pela lei; e outras áreas, em que o agricultor pode utilizar para desenvolver sua atividade econômica.

Então, o grande desafio talvez seja – nessa área onde é permitida a atividade econômica – lavar uma mensagem no sentido de que com a preservação do solo, o agricultor está também preservando o seu bem, que é a base de sua produção. Porque quando se perde solo por meio de erosão, que é um dos principais problemas ambientais, está-se perdendo uma parte importante do potencial de produção do seu solo. Sabemos que as áreas naturais têm a capacidade de infiltração maior de água no solo e, com isso, os aspectos de conservação são preservados. Porém, quando se faz a transição dessas áreas naturais para uma área de produção agrícola, aí já tem uma condição, havendo uma grande perda de solo, dependendo do manejo adotado nessas áreas.

Senador, talvez o desafio seja buscar algum tipo de mecanismo, e isso o Ministério está buscando, ao longo desse ano, para levar essa discussão, essa mensagem ao agricultor, dizendo a ele que conservar a água e conservar o solo é um grande negócio para o seu negócio. Ou seja, dentro dessa filosofia, o que se estaria pagando para esse agricultor. Então, ele, ao fazer a conservação do seu solo e a conservação da água, estaria automaticamente trazendo para si um benefício, que seria a preservação dessa camada superficial de solo, que é a camada mais fértil.

Ele não perderia isso. E com isso estaria garantindo a ele um potencial produtivo maior, com menores aportes de fertilizantes agrícolas e outras ações mitigadoras que poderiam ser necessárias no futuro para corrigir uma deficiência que, em algum momento, ele não adotou alguma ação necessária para conservação da sua área produtiva.

Talvez esse seja um grande desafio. E aí não envolveria, ou talvez não seria necessário o aporte de recursos públicos se conseguíssemos alcançar esse desafio de levar essa mensagem. Não é uma mensagem de mero cunho filosófico, dizendo que é importante conservar o solo para as gerações futuras, que de fato é importante, mas, que ele, ao preservar o seu solo e ao conservar a água da chuva que cai em sua propriedade, buscar meios para que essa água que cai em sua propriedade fique ali mesmo, porque o solo, como é sabido, é uma grande caixa d'água, um estoque muito grande que deveria ser utilizado dessa forma. Porém, como dissemos, quando avançamos para um cultivo agrícola, criamos um ambiente em que a taxa de infiltração de água no solo, em certa medida, é drasticamente diminuída em alguns casos e há o corrimento superficial levando parcela importante do solo em que está a fertilidade que propicia a produção agrícola, como também há o assoreamento dos corpos d´água e, alguns casos, eutrofizando, levando a uma condição de externalidade ambiental.

Então, há essas duas situações, áreas que já estão protegidas por normas. Não sei se seria, dentro dessa política, o caso de também se avançar com um pagamento para preservar essas áreas que já estão protegidas.

Por outro lado, o Prof. Jorge enfatizou bastante a questão da ação humana. Um pagamento pela ação humana de preservar os recursos que são importantes.

E aí me chama a atenção, Professor: eu não sei se seria uma ação humana ou uma não ação. Seria o pagamento por uma não ação humana. Existem as áreas naturais, ainda preservadas, não englobadas naquelas áreas protegidas, cada região tem uma delimitação de porcentagem de área que deve ser preservada. Haveria o aspecto de não ação humana de preservar essas áreas naturais ainda não exploradas e outras áreas já antropizadas, onde existem efetivamente as ações. Como se faria para preservar os recursos nessas áreas. Quer dizer, se existe ali uma atividade econômica nessa área, talvez essa atividade tenha ou deveria ter condições de pagar pela preservação daquela área. Então, se há intenção de desenvolver atividade econômica em uma determinada área, que essa atividade seja desenvolvida, considerando os aspectos de preservação ambiental. Hoje já existem mecanismos de financiamento de produção. Isso tem sido discutido. A questão de quando o agricultor busca o financiamento para a sua produção, esses aspectos de conservação e preservação ambiental em certa medida não estão ainda considerados, quando da concessão desse crédito.

É uma discussão longa, ampla, é um desafio grande que temos. Talvez por meio da nossa legislação possamos avançar para um ambiente em que o produtor, para ter acesso a um crédito, seja estimulado por algum mecanismo que o faça adotar práticas conservacionistas na sua área. Talvez fosse um mecanismo interessante, em que o próprio sistema produtivo se paga, paga o aspecto da conservação na delimitação da sua área.

E, dessa forma, talvez não fosse o caso da necessidade de um aporte extra por este serviço, ou seja, a própria atividade econômica desenvolvida nas áreas se pagaria, mas nós, obviamente, deveríamos conseguir agregar informações suficientes demonstrando que este investimento por parte dos produtores de fato tem um retorno econômico para o produtor, não é um retorno econômico para outros de fora da propriedade, mas que ele, adotando essas tecnologias de conservação de solo e água, vá trazer um retorno financeiro para ele mesmo.

Então, esse é um grande desafio em que nós, talvez, tenhamos pecado ao longo do tempo, mais no formato da mensagem ou mais na questão de repassar informação mais elaborada.

Enfim, levantei esses pontos aqui só para a gente contextualizar um pouco o que temos feito. E o Ministério tem desenvolvido parcerias com o Plano ABC, que é a agricultura de baixo carbono. Está em curso também o Pradam, que é um Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na Área da Amazônia. E, com isso, espera-se, porque usam mecanismos do financiamento da produção agrícola, que, por meio disso, desses programas, para estimular o agricultor a adotar, a recuperar, aquelas áreas que por motivos de degradação estão, em certa medida, ou fora do processo produtivo ou com uma taxa de produção muito abaixo do potencial daquela área. Isso poderia levar esses produtores a avançar sobre novas áreas, sobre áreas ainda naturais.

Então, o Ministério tem trabalhado no sentido de estimular a recuperação de áreas degradadas por meio de financiamento público, ou seja, a própria produção estaria pagando esse processo de recuperação de áreas e, com isso, estaríamos aumentando a produtividade dessas áreas e evitando o avanço sobre novas áreas ainda não exploradas.

Acho que é basicamente esta a mensagem que nós gostaríamos de passar e gostaríamos de agradecer pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Dr. Jefé, nós é que agradecemos a sua contribuição.

E, dando continuidade, nós vamos ouvir agora o Dr. Francisco Gaetani, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), para fazer as suas considerações aqui sobre esta temática que estamos discutindo, que é sobre o pagamento de serviços ambientais.

Tal como os outros, o senhor possui 20 minutos e, depois que tocar a sirene, o senhor tem mais cinco minutos.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Obrigado.

Obrigado, Senador Donizeti, primeiro queria saudar a todos aqui presentes na pessoa do Senador, nosso Presidente e atual coordenador da Mesa, dizer em nome da Ministra Izabella Teixeira que é uma honra, é uma satisfação muito grande estar aqui hoje para discutir este assunto.

E também queria destacar que estou cercado de pessoas especialistas no tema, em especial o Prof. Jorge Nogueira, que foi meu professor há alguns dias, digamos assim, quando eu vim para Brasília e transformei-me em um funcionário público federal ele já era, enfim, um professor importante do Departamento de Economia. E hoje, talvez, uma das maiores autoridades neste assunto. É uma honra muito grande estar aqui na mesa com ele.

Bom, queria começar dizendo que hoje nós temos clareza de que sustentabilidade é um fator de competitividade global, então, quando falamos de desenvolvimento sustentável, nós precisamos ver em que se traduz, do ponto de vista de nossa realidade, do nosso projeto nacional de desenvolvimento.

E o conceito de sustentabilidade tem um parentesco com dois outros conceitos que fazem parte do nosso dia a dia. Um mais conhecido, que eu diria que é o da rentabilidade, e o outro menos, mas que também é igualmente importante, que é o da institucionalidade. Isto tem a ver com a continuidade das coisas a médio e longo prazo. A sustentabilidade do ponto de vista da gestão dos recursos naturais, a rentabilidade do ponto de vista do funcionamento dos negócios e a institucionalidade do ponto de vista das nossas instituições do nosso Estado, da nossa democracia.

Por que eu estou mencionando esses três fatores, esses três conceitos de forma conjunta? Porque toda história da agenda ambiental é uma história de inserção na nossa vida, em nosso dia a dia, na nossa realidade. E toda vez que surge um assunto novo, uma demanda nova, que a sociedade começa a problematizar, a discutir como lidar com ela, como internalizá-la em suas políticas, no seu dia a dia, uma coisa que aparece em algum momento é, geralmente no início, quem vai pagar a conta? De onde vem o dinheiro?

Como o Cláudio mencionou, essa questão do financiamento, do equacionamento do ponto de vista econômico, das necessidades de nos assimilarmos novas necessidades em nossa vida, ela precisa ser discutida pela sociedade de forma democrática e enfrentada.

A agenda ambiental, nesse sentido, é uma agenda na qual esta questão vem sendo trabalhada nas últimas décadas, mas que está longe de estar resolvida.

Eu dou um exemplo que eu acho particularmente dramático. Nós somos o País detentor das maiores florestas tropicais nativas do mundo, possuímos um dos maiores sistemas de preservação de unidade de conservação, em especial na Amazônia, do mundo. Pois bem, as nossas unidades de conservação da Amazônia, os nossos parques, as nossas reservas, as nossas estações ecológicas, elas são custeadas, fundamentalmente, pelo governo alemão e por fundações norte-americanas.

Se nós pegarmos o programa de áreas protegidas da Amazônia, é um programa em que o governo põe lá o básico do custeio do pessoal, geralmente atingido por cortes, porque o custeio, muitas vezes, é mal interpretado como sendo uma atividade dispensável, falta, às vezes, a clareza de que o investimento de hoje é o custeio de amanhã, mas, enfim, hoje, se nós observarmos esse grande sistema nacional de áreas protegidas,

ele não é financiado pela sociedade brasileira, ele não é financiado pelas empresas brasileiras. Nós nos orgulhamos muito disso, da nossa biodiversidade, das nossas riquezas naturais, mas não nos dispomos a pagar por isso. Na disputa orçamentária, na elaboração das emendas parlamentares, no processo de alocação de recursos, a sociedade brasileira não sanciona o custeio dessas unidades de conservação.

Então, nós temos aí um paradoxo: nós temos uma agenda contemporânea, uma agenda portadora de futuro, que é a agenda ambiental, mas nós não encontramos direito ainda como pagar por isso.

Bom, estou dando um exemplo das unidades de conservação na Amazônia, pois, quando a gente fala em Amazônia, o pulmão do mundo, o sequestro de carbono, nós estamos falando de algo que beneficia o Brasil e beneficia o mundo, um bem público global, algo que nós precisamos discutir sobre como financiar.

Curiosamente, nós temos atores estrangeiros que têm a sensibilidade para a importância do financiamento deste tipo de atividade.

Bom, o que isso tem a ver com o PSA? As unidades de conservação estão na Amazônia, mas os serviços ambientais estão espalhados pelo Brasil inteiro, o potencial para estas atividades.

O pouco que eu assisti da exposição do Prof. Jorge, acho importante destacar que, quando a gente está discutindo este assunto estamos falando, em geral, de custos concentrados e benefícios dispersos no longo prazo. Exemplo: Cantareira.

A exposição que foi feita recentemente por um parceiro nosso da Embrapa, do pessoal da Embrapa, trabalhando e mostrando que a crise da Cantareira tem sido trabalhada quase que exclusivamente da perspectiva de obras. Nada contras as obras, são necessárias, são importantes, mas o que a gente não pode perder de perspectiva é que nós chegamos a esta situação em função do absoluto esgotamento de uma série de rios da região e que não vêm sendo tratados, protegidos do ponto de vista ambiental.

Isso vale para as matas ciliares, para nascentes. E, se não recolocarmos esta questão, nós vamos estar sempre procurando soluções muito mais caras e muito mais difíceis do ponto de vista tecnológico do que as soluções mais simples e baratas que envolvem um outro tipo de atitude em relação ao problema.

Não sei se vocês se lembram da discussão do Código Florestal, o que foi a discussão sobre as matas ciliares e as nascentes. Foi uma discussão dramática, mostrando, até certo ponto, que a nossa sociedade, o nosso Congresso ainda não tem clareza, não é tão simples assim o equacionamento do financiamento da preservação e da prestação desse serviço que beneficia não só regiões onde essas situações se colocam, mas, também, a sociedade mais ampla.

Bom, dito isso, acho importante a gente conversar um pouco sobre o que está acontecendo em termos de PSA. Nós temos, no Congresso Nacional, projetos a respeito, o Prof. Jorge recordou aqui algumas iniciativas já foram tentadas, eu gosto de lembrar uma citação que eu coloquei na minha tese de doutorado, que eu acho que pode ser ilustrativa, em inglês: "*Try. Fail. Try again. Fail better*". "Tentar. Fracassar. Tentar de novo. Fracassar melhor." Até que uma hora a coisa se resolve.

Nós tivemos, recentemente, na esfera ambiental, dois exemplos importantes para a gente recuperar aqui e que, talvez, quem sabe, façamos do PSA o terceiro. Primeiro, foi o Código Florestal. O segundo foi a negociação do marco regulatório do patrimônio genético e repartição de benefícios, recentemente aprovado pela Câmara.

Em todos os dois casos, o que é que nós tivemos? Uma construção coletiva, um engajamento da sociedade, um engajamento das empresas, um engajamento da sociedade civil, das organizações não governamentais, dos movimentos sociais, da classe política, todos discutindo uma legislação no sentido de atualizar o que o País precisa. Uma legislação aderente, uma legislação equilibrada, que dê condição de o País virar a página e andar para frente.

Por que que isso não é tão simples assim? Porque democracia é conflito, é negociação, é discussão, é problematização e é discussão de quem vai pagar o que, para fazer o que, onde, quando, de que jeito. Nós somos um País heterogêneo, um País complexo, um País onde a repartição dos custos em relação ao interesse público é problemática. Somos ainda um dos países mais desiguais do mundo. Somos um País que temos mecanismos produtores de desigualdades, alguns deles cristalizados na nossa Constituição.

Então, enfrentar essa situação é um desafio político respeitável e que, só recentemente, nas últimas décadas, o País começou a enfrentar esses seus passivos históricos. E na área ambiental, nós não somos uma exceção.

Quando a gente discute, por exemplo, a questão do Pagamento de Serviços Ambientais, alguns exemplos foram dados do ponto de vista de água, de diversidade, nós temos, também, florestas, resíduos sólidos. Tivemos, recentemente, uma – estamos implementando no Ministério – experiência que tem algumas características de PSA, embora seja mais um programa de transferência de renda, que é o Bolsa Verde, que remunera as populações em extrema miséria, que vivem em unidades de conservação e assentamentos, pela preservação das matas, isto é, para que não desmatem.

É o conceito de inação, que foi mencionado aqui, pelo Jefé, no sentido de que, em situações onde a gente discute o combate ao desmatamento, nós precisamos, às vezes, nos conscientizar de que a maior ameaça é a pobreza. Em que sentido? Aquela população, às vezes, precisa ter uma forma de renda e de remuneração para que ela não desmate.

Então, nessas unidades de conservação da Amazônia, nos assentamentos, nós estamos procurando hoje remunerar, através do Bolsa Verde, com R$300 a cada três meses, para que as populações auxiliem na preservação daquela mata nativa.

Bom, nós temos outras áreas onde essa discussão também se coloca, discussão dos catadores, das cidades, enfim, a discussão da água, que foi mencionada, o estudo que o Cláudio mencionou, do WWF. Acabamos de ter o lançamento, um mês atrás, um outro estudo semelhante, coordenado por uma organização chamada Forest Trends, que também trabalha com várias empresas, vários colaboradores nacionais, de organizações não governamentais, movimentos sociais, produziu um grande apanhado de todas as experiências de PSA que nós temos no Brasil, locais, estaduais, públicas, privadas, enfim, para que a gente vá engrossando o caldo e ajude na construção de massa crítica, para que a gente possa trabalhar melhor essa legislação nova.

Há um consenso, acho que todos que falaram aqui antes de mim, em geral, também, nós precisamos conciliar mecanismos de baixo para cima, como a legislação de cima para baixo. Os espaços institucionais ilegais, alguns já existem, o Código Florestal traz essa abertura e, por outro lado, a construção de uma modelagem que não signifique passar a conta para o Tesouro, porque assim é fácil. E nós estamos falando de passar a conta para o tesouro em um momento que o País vive de necessidades, vive um ajuste fiscal, vive uma situação econômica dura.

Nós precisamos encontrar formas dessa conta ser repartida adequadamente entre sociedade, empresas, Estado, de forma equilibrada. Esse desafio o Congresso vai ter na análise e na construção de uma legislação para PSA.

Nós temos procurado, também, engrossar esse caldo, em termos de massa crítica. Estamos observando como é que isso é equacionado na Europa, estamos trabalhando com a América Latina, estamos trabalhando com alguns professores universitários, para ver como é que a gente pode traduzir essas experiências internacionais na legislação brasileira de uma forma adequada.

E não é um assunto simples. Não é simples por quê? Aqueles de vocês que conhecem o assunto sabem que até hoje a remuneração da água é uma coisa complicada. Muita gente entende, em muitos lugares do Brasil, a água é grátis. Energia elétrica, outra história complicada, e essa é bem mais complicada. Os nossos modelos de concessões, se nós pegarmos o marco regulatório de saneamento, ele não proporcionou o *boom* de investimentos que se esperava para enfrentamento do desafio das necessidades de saneamento básico do Brasil.

Então, nós ainda estamos, no processo de tentativa e erro, enfrentando vários dos nossos passivos históricos. E no caso do PSA, o conjunto de experiência que nós temos ainda não permitiu que a gente escale, que a gente massifique, que a gente busque umas soluções que sejam genéricas, que sejam diretrizes para o País inteiro.

O Prof. Jorge Madeira colocou, com muita propriedade, essa possibilidade de utilizar os sistemas institucionais de energia e de água para que seja embutida nessas atividades a questão do financiamento do PSA de preservação. É uma ideia, é interessante. Mas, se nós formos observar a experiência que nós estamos tendo nas concessionárias estaduais, por exemplo, vão ver que essa vai ser uma briga grande.

O nosso Pacto Federativo tem muitos fios desencapados e, se nós não conversamos com o Brasil inteiro sobre esses fios desencapados, nós não vamos encontrar soluções que permitam que o País ande para frente. No caso do *royalties* de petróleo, esta Casa sabe melhor do que muitos brasileiros o que é que significa essa discussão, como contemplar diferenciadamente o local e o interesse nacional, e como equacionar isso do ponto de vista macro.

Esses são alguns dos desafios que nós temos colocados para enfrentar no próprio Ministério. Hoje, nós estamos buscando, para cada um desses problemas, estruturar mecanismos de construção de soluções. Já faz tempo que o Ministério não é mais um Ministério que fica isolado em um gueto, com uma postura contrária a tudo. Nós somos um Ministério hoje que se percebe e que trabalha com o conjunto do Governo, do setor privado e da sociedade civil, na construção de soluções para que esses desafios sejam objetivados.

No caso do PSA, justamente em função desse evento recente que nós tivemos, nós optamos por caminhar na direção de construir um grupo de trabalho para trabalharmos com o Congresso na construção de uma proposta que a gente possa discutir nacionalmente.

Isso não é simples. Por quê? Nós já temos algumas propostas postas, de uma forma conceitual, são propostas que não ficam em pé. Elas não são capazes de aglutinar os interesses de forma a empurrar o seu avanço

no Congresso e no Governo. Então, nós estamos hoje buscando detalhar uma legislação que seja adequada para que o PSA seja uma realidade nacional.

Ao mesmo tempo, estamos, no contexto do Código Florestal, discutindo os caminhos da regulamentação possíveis. Estamos discutindo isso com movimentos sociais, estamos discutindo isso com empresas, estamos discutindo isso com algumas organizações internacionais, por quê? Quando se trata de modelar mercados, quando se trata de estruturar o funcionamento da economia, o Governo, em geral, não é um bom articulador. Não é um bom protagonista.

Por outro lado, o mercado costuma correr na frente, costuma caminhar por conta própria e não necessariamente da forma mais adequada. Então, nós temos que encontrar uma forma de trazermos para a mesa os atores privados, as autoridades governamentais e a sociedade civil, os movimentos sociais, para que a gente tenha uma solução de equilíbrio. Esse equilíbrio, em geral, vai ser construído às custas de muito conflito, e é natural que seja assim em uma democracia.

Nós estamos, em relação a isso, abrindo processos de consultas para algumas das possibilidades colocadas. Queria lembrar uma fala do Cláudio aqui, o Cadastro Ambiental Rural, que por sinal deve até ele ser uma boa parte de sua inspiração, alguns anos atrás, mudou a plataforma tecnológica da discussão da problemática de solos no Brasil.

Por quê? Porque o Ministério do Meio Ambiente ao comprar imagens de satélites, do Brasil inteiro, por quatro anos, disponibilizar essas imagens para todos os órgãos públicos federais, estaduais, municipais, com os quais o Ministério tenha acordo de cooperação, possibilitou o desenvolvimento de soluções para políticas públicas que dependiam enormemente da questão tecnológica. Eu costumo dizer que nós atiramos no que vimos e acertamos no que não vimos.

Hoje, dentre os grandes usuários das imagens de satélite compradas pelo Ministério, nós temos o sistema elétrico, a Agência Nacional de Águas, as universidades públicas. Então, do ponto de vista tecnológico, nós hoje temos condições de enfrentamento desse problema, como não tínhamos antes. As redes de drenagem por Município, hoje, podem ser construídas a partir dessas imagens de satélite, projeto esse que estamos desenvolvendo em parceria e com financiamento justamente do setor privado – a Febraban, o Ibá, que trabalha com árvores, a Sociedade Rural Brasileira, a Única, o pessoal da Abag, o Instituto Aço, temos vários atores procurando trabalhar essas imagens, para que as informações sejam disponibilizadas para prefeituras municipais e para os atores econômicos e privados do País, para a construção de soluções no enfrentamento desses desafios. Então, precisamos entender que, no que diz respeito a essas questões, vai dar problema, já está dando problema.

Usos múltiplos da água. Nós não podemos discutir irrigação, consumo humano, uso para o setor elétrico, como se cada um pudesse resolver as coisas independentemente dos outros. Todo mundo sabe disso. No entanto, nós temos ainda dificuldade de enfrentar o desafio no âmbito das microbacias, no âmbito dos rios que envolvem dois, três Estados. O caso do São Francisco é uma chaga nacional. Enfim, esses são os conflitos que precisamos processar e nós só vamos encontrar as soluções para esses conflitos na política, nesta Casa e na interação do Executivo com o Legislativo com a sociedade brasileira.

O PSA é hoje, talvez, uma esperança de poder encontrar mecanismos, de forma que esses conflitos sejam processados. E é bom que o façamos logo, porque alguns desses problemas relacionados a pagamento de serviços ambientais estão se agravando. Não é só o caso da água, mas também o caso da biodiversidade, o caso das florestas.

Nós buscamos, no Ministério, no primeiro mandato da Presidenta Dilma e no atual Governo, mudar o sinal da agenda ambiental. Nossa agenda, agora, é uma agenda de desenvolvimento, de preservação, de combate ao desmatamento – que, por sinal, atingimos as taxas mais baixas da história nos últimos quatro anos –, é uma agenda de qualidade ambiental e também de desenvolvimento, integrada na construção da riqueza nacional. Por isso, concordo aqui com o Jefé: solos e águas são, hoje, uma realidade nacional e precisam ser tratados como tal.

Sem prejuízo do que é feito no plano local, nós precisamos construir uma forma de criar as condições que possibilitem ao País se desenvolver e enfrentar os desafios. As regras do jogo, a governança hídrica, a governança climática, nós precisamos trabalhar isso para encontrar formas de o País sair deste momento em que, às vezes, ele se encontra, de impasse e de indefinições. Essas indefinições têm um custo de oportunidade alto.

Há dois assuntos em que o Brasil está na principal mesa do mundo: agricultura e meio ambiente, os dois incidindo sobre o mesmo solo, os mesmos mananciais de recursos hídricos. Trabalhando juntos, agricultura e meio ambiente, a nossa realidade urbana, os nossos dirigentes, nós temos condições de colocar o País numa condição competitiva global de não só superar essas restrições com protecionismo verde, mas também de mostrar para o mundo que nós podemos produzir, proteger e participar do comércio global em condições diferenciadas em relação a vários outros parceiros emergentes ou antigos no comércio global.

Então, voltando ao início desta discussão, sustentabilidade é uma questão de competitividade. Ou nós enfrentamos isso, ou seremos enquadrados na competição internacional, que vai fazer muito mal ao País. Essa riqueza é nossa. Agora, nós precisamos tratá-la com carinho, e só vamos fazer isso se enfrentarmos os desafios políticos que o País tem e que eu acho que, cada vez mais, fazem parte da nossa consciência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Muito obrigado, Dr. Gaetani.

Foram levantadas algumas questões. No início da minha fala, Dr. Gaetani, eu havia dito que faria algumas perguntas ao Ministério. Na verdade, eu vou repetir as perguntas aqui. Aquelas que foram respondidas, nós apartamos; as que não, falamos sobre elas.

O que já está protegido pela legislação ambiental é passível de receber por serviços ambientais?

O agente privado que mantém o mínimo exigido pelo Código Florestal, como áreas de reserva legal e os limites de recuperação mínima nas margens de cursos da água, devem receber por fazer o que estão obrigados por lei?

Por outro lado, as Unidades de Conservação de Proteção Integral e terras indígenas, onde o desmatamento é proibido por lei, são passíveis de recebimento por serviços ambientais?

Essas eram de cunho geral. Da TNC, foi basicamente respondido, mas vou falar novamente.

Quais os principais problemas enfrentados pelos arranjos de PSA, nos quais a TNC está envolvida, que podem ser solucionados por meio de alterações ou inovações legislativas?

O representante nosso, aqui, do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Gaetani.

O novo Código Florestal autoriza, por meio do inciso I do art. 41, que o Poder Executivo Federal crie programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente através de pagamento por serviços ambientais. Existe já alguma previsão para a criação desse programa?

Ainda sobre meio ambiente.

Existe previsão para regulamentação do art. 44 do novo Código Florestal, que institui a cota de reserva ambiental?

Bem, eu venho da agricultura, Dr. Jorge, Dr. Jefé. Eu sou técnico em agropecuária e administrador. Em 1978, eu vim para Goiás como técnico agrícola. Fui trabalhar numa empresa de calcário e, depois, numa empresa de sementes melhoradas. Acompanhei toda a fase de abertura da fronteira agrícola no Cerrado. A fronteira agrícola era, obrigatoriamente, aberta com arroz de sequeiro. Com o tempo, começou-se a perceber que, mesmo em veranicos curtos, o arroz não tinha mais resistência. Um dos problemas levantados àquela época era que dois fatores ajudavam nisso. A cada dia, a camada de solo fértil ficava menor porque era levada pela água. Outro problema era a questão do pé de grade, que fazia com que essa camada ficasse menor ainda e mais flexível para ser arrastada para o leito dos rios.

Muitas alternativas foram criadas, como quebrar esse pé de grade, etc., o plantio em nível. Afastei-me um pouco e, recentemente, fui com a Comissão de Agricultura à feira de Não-me-Toque, no Rio Grande do Sul, e percebi que lá não está se plantando em nível. Naquela feira, havia um cientista da Embrapa, que, se não me falha a memória, chama-se Jorge, que estava fazendo uma demonstração muito bacana desta questão: por que plantar em nível, os ganhos e os prejuízos de não plantar. E ele me explicou, por ser aquele que estava lá comigo, que o que estava ocorrendo era que, em função da agricultura de precisão, as grandes indústrias, para fazerem máquinas cada vez maiores e mais precisas, estão inviabilizando essa questão do plantio em nível.

E aí eu pergunto aqui para o companheiro Jefé, do Ministério da Agricultura: há uma discussão para isso, hoje, no Ministério em relação a retomar o plantio em nível onde não está sendo feito? Seria possível?

Quando eu estava fazendo meu curso de administração na Universidade Federal do Tocantins, desenvolvi um projeto lá para a área econômica. Propus que o Governo do Estado buscasse um recurso para bancar, a fundo perdido, para os agricultores duas coisas: a recuperação, através da correção de calcário e até fosfatagem, e a conservação, através da retomada do plantio em nível, quer dizer, o Estado buscaria, a fundo perdido, como quando constrói estradas, que depois retornam via desenvolvimento, recursos para poder retomar no Tocantins, especificamente, uma nova fase para a agricultura.

Nós não conseguimos a agroindustrialização, nós paramos no tempo em relação a plantio de algumas culturas, porque nós não tínhamos competitividade para levar para o Porto de Santos e para o Porto de Paranaguá. Agora nós temos competitividade, nós temos uma logística extraordinária e a agricultura retoma lá. E a preocupação que eu tinha naquela época do Governo, bancar isso não me parece muito mais necessário, porque voltou a agricultura e está chegando a indústria, mas há que se considerar essa questão do plantio em nível, da conservação das nascentes e das matas ciliares.

Então, por tudo o que vocês colocaram aqui para nós, e muito bem colocado, e com as perguntas com as quais a nossa assessoria colaborou para a gente fazer aqui, eu gostaria de devolver a palavra por mais algum tempo para cada um de vocês para a gente pontuar e depois...

Antes ainda, Dr. Gaetani, quando nós chegamos aqui, e esta audiência tem origem nisso, a preocupação era com a defesa da água. E aí, discutindo com a nossa assessoria, nós chegamos a essa questão do PSA, que não era nem um negócio muito claro na minha cabeça. Eu devo dizer para vocês que eu estou fazendo uma especialização aqui em meio ambiente, em PSA, crise climática, porque eu estou na Comissão do Clima, eu estou na aqui na Comissão de Meio Ambiente, e a gente tem discutido muito isso. Então, eu estou muito feliz por essa oportunidade.

Passo a palavra novamente para o Dr. Jorge, da UnB, para as suas considerações e respostas àquelas questões que foram levantadas.

O SR. JORGE MADEIRA NOGUEIRA – Todos me ouvem? Todos.

Eu não vou me furtar de responder a uma pergunta que, da lista toda, é a que mais preocupa, a que mais incomoda: se uma pessoa, um agente qualquer, é obrigado por lei a fazer alguma coisa e faz, essa pessoa ainda vai receber algum tipo de compensação por isso? Eu confesso que eu tenho uma certa dificuldade de entender a riqueza da pergunta. É óbvio que pode receber. Para um economista isso é imensamente claro. Se não é para um advogado, problema do advogado – meu relacionamento com eles é sempre muito problemático, mas, de qualquer forma, isso é um problema dele.

Vejam bem, a sociedade define uma lei, e quando ela diz: "Olha, nós queremos que isso seja feito – a sociedade como um todo –, ela está dizendo que quer que isso seja feito porque o benefício que isso traz para a sociedade no seu conjunto é extremamente importante." E os agentes, as pessoas, seres humanos, vão ter que obedecer.

Ora, nós temos três situações em geral: tem alguém que não obedece, porque tem uma mania horrorosa, desde pequenininho, no DNA, de desobedecer às leis. É só dizer que não pode que o cara vai e faz. Esse é o safado, esse não tem jeito, tem que levar chicotada.

Agora, há a possibilidade de um segundo caso, em que o cara não obedece, apesar de ser vantajoso, inclusive para ele, individualmente, obedecer, mas ele não percebe a vantagem e, portanto, continua fazendo o contrário, mesmo podendo ser beneficiado se obedecesse. Vamos dizer que ele é o burro. A gente explica para ele, cria uma porção de programas, na área ambiental, então, há um monte de programas de educação ambiental, só que acontece que o cara não entende porque é ignorante. Mas tudo bem, é uma segunda opção.

Agora há uma terceira. O ser humano lá, o agente que quer obedecer, sabe que a lei exige que ele obedeça, ele deseja obedecer, ele acha que, se conseguir obedecer, ele próprio vai se beneficiar, entretanto, ele tem restrições concretas de recursos, de capital, de insumos, de fatores, de equipamentos; seja lá o que for, do tamanho da propriedade, da renda que ele tem, que o faz desobedecer. Ora, se o benefício para a sociedade é grande o suficiente, não vejo o porquê disso. Para um economista me dá um arrepio; por que é que essa sociedade pensa: "Ah, não posso efetivamente criar nenhum esquema para compensá-lo porque a lei manda obedecer dessa forma."

Eu vou terminar, porque essa provocação... eu tenho um colega na UnB que tem um hábito horroroso de me provocar, não é o único, mas ele me provoca muito, e eu gosto muito dele talvez por causa disso, que é o Prof. Maurício Amazonas, e o Maurício tem o hábito de dizer: "Jorge, pela Constituição brasileira nenhum cidadão pode receber nenhum tipo de compensação para obedecer à lei." E eu digo: Maurício, não fala isso alto. E ele diz: "Por quê?" E eu: porque, senão, o Bolsa Família deveria ser proibido, uma vez que a contrapartida do Bolsa Família é manter os filhos na escola e com a carteira de vacinação... Bom, mas a Constituição diz que os pais têm que fazer exatamente isso. Mas, se não faz, se um pai ou uma mãe não faz isso, se não levava o seu filho à escola é porque esse pai e essa mãe devem ter alguma restrição muito grande para deixar o seu filho no meio da rua. E a sociedade brasileira teve o bom senso de perceber isso e dizer: "Não, vamos ter que ajudar essa pessoa a compensar..."

Ora, se isso é verdade para o bolsa seja lá qual for, por que não pode ser verdade para um esquema de PSA? É só identificar. Você está com dificuldade? E toda dificuldade e custo de transação aqui já foi mencionada, mas toda sociedade decente, e algumas até indecentes que eu conheço, fazem isso sem o menor questionamento, porque o benefício para a sociedade é muito maior do que o custo de fazer aquilo e de ajudar aquele que não pode.

Então, essa pergunta que o senhor formulou duas vezes é uma pergunta que me incomoda há muito tempo, o senhor me perdoe assim, mas eu gostaria de deixar claro que, na minha opinião, como economista, humilde economista ambiental – e agradeço muito as palavras elogiosas do Dr. Gaetani, eu não fui lá um tão

grande professor assim naquele curso dele –, mas não há o menor problema; não há lógica econômica em não remunerar...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Mas pela aula que ele deu aqui, não é... (Risos.)

O SR. JORGE MADEIRA NOGUEIRA – Mas isso já era bagagem que ele trazia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Vamos ouvir então o Dr. Jefé, do MAPA.

O SR. JEFÉ LEÃO RIBEIRO – Eu acho interessante essa provocação do Prof. Jorge e a sua incomodação com a questão do pagamento por situações que a lei já impõe. A gente conhece situações em que os agricultores financiam, pegam o financiamento, e aí há aquelas três classes que o senhor mencionou: uns não pagam de jeito nenhum, outros pagam ali no limite, outros honram seu compromisso no dia, outros até anteriormente à data, o pessoal vai lá e paga certinho. Há aqueles que não pagam e falam que não vão pagar porque vem aí uma anistia, uma coisa assim e tal. E um belo dia a anistia vem e essa pessoa faz aquela festa, com muitos fogos. E o vizinho, que paga tudo em dia, ele fica ali, para ele é o fim, porque ele faz questão de honrar os seus compromissos. Por outro lado, o outro que deveria fazer o mesmo, não o faz não por questões de falta de recursos, mas por uma questão de lógica de mercado, porque, financeiramente, às vezes é interessante ele não fazer aquela contribuição. A gente coloca isso como uma experiência prática, a gente acompanha de perto a questão no campo e a gente vê isso.

Agora a questão da segmentação parece ser importante. Em quais condições seria o caso de haver pagamento por serviços ambientais, em que ambiente, quais os critérios para se fazer isso?

E, especificamente em relação à questão de conservação de solo, essa é uma discussão ativa no Ministério, porque a gente sabe que, na Região Sul, até aquelas pessoas que fizeram anteriormente os terraceamentos, hoje muitas dessas pessoas estão desfazendo esses terraços para propiciar que as máquinas trabalhem de forma mais adequada, mais ágil, ganhando tempo, enfim. E a discussão acerca disso é: vale a pena impor restrições nessas áreas a esses agricultores?

Existe essa tecnologia disponível e a questão dos terraços, que estão aí, de certa forma ,não viabilizando o uso pleno da tecnologia. Qual o impacto disso, de ele não utilizar uma tecnologia que está aí? E, se ele adota essa tecnologia, aparentemente é porque isso traz algum ganho financeiro para ele, isso propicia o uso dessa tecnologia. Ou, por outro lado, impor a necessidade de manter esses terraços, ou que se façam novos terraços, e, com isso, impedir que o agricultor tenha algum ganho competitivo na propriedade dele.

Então, é uma discussão ativa e que ainda não se chegou a termo do que fazer em relação a isso. Inclusive, em algumas regiões, já é um problema; onde foram retirados os terraços, já se tem o problema de voltar a carga os processos erosivos.

Então, essa discussão existe, é uma preocupação, e o desafio é buscar o equilíbrio entre possibilitar o agricultor o uso pleno da tecnologia e buscar equacionar talvez a pesquisa, buscar conciliar o uso desses implementos com uma outra forma de conservação do solo. Ou seja, conciliar as duas coisas, tanto o uso da tecnologia, como também permitir que essa tecnologia não vá descambar para propiciar a erosão do solo, ou, em alguns casos, agravar o estado que já está.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. Jefé

Nesse caso, eu acho que a tecnologia disponível, o conhecimento da mecanização, precisam se adequar aos terraços em vez de extingui-los. E, então, é preciso que os donos das indústrias pesquisem e encontrem um caminho para voltar a essa necessidade, porque, fora disso, do ponto de vista do que se pode observar em relação à perda de fertilidade do solo, em relação à perda para os mananciais, para os leitos da água, vai ser muito prejuízo para o País, que não vai compensar.

Então, eu penso que a gente precisa dialogar com a indústria de mecanização agrícola para que ela faça um mecanismo de alta precisão, que conviva com um sistema de terraçamento, mesmo que seja um sistema de base mais larga, que é o melhor adequado para a situação.

Mas também, Prof. Jorge, eu não estou na categoria do burro, mas talvez esteja na categoria do que tem mais dificuldade. Mas a nossa tese, aqui, dentro do nosso discurso de posse, é que o Estado não pode ficar, a União, os Estados e os Municípios não podem ficar só apenas com o papel de disciplinar, fiscalizar e punir; eles têm que ter a responsabilidade de ajudar a criar as condições para que a lei seja efetivamente aplicada.

Mas essa pergunta é uma pergunta em todo instante colocada, porque há aqueles que não concordam com isso. Eu ainda não tenho muita segurança...

O SR. JORGE MADEIRA NOGUEIRA (*Fora do microfone*.) – Vou convencê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Mas espero, ao fim, estar convencido de que esse é o mecanismo, já que eu levantei essa questão no dia 3 de fevereiro.

Vamos, agora, passar a palavra para o Dr. Gaetani para suas ponderações em relação às perguntas, e considerações finais.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Bom, eu queria começar mencionando duas coisas importantes relacionadas com a fala do Prof. Jorge Madeira.

Primeiro, num relatório sobre o desenvolvimento mundial, acho que de 1997, o hoje prêmio Nobel Stiglitz, que coordenou esse relatório, falava um pouco sobre a questão do direito da economia.

Ele dizia que, em geral, algumas leis – há duas grandes escolas – trabalham legislações, em grande parte, aspiracionais, elas procuram onde a sociedade deseja chegar; e, outra visão, as legislações procuram guardar alguma proporção como os meios e com as capacidades que as sociedades possuem para fazer valer aquelas legislações.

Eu acho essa conversa interessante porque, muitas vezes, as nossas legislações não guardam absolutamente nenhuma relação com a realidade produtiva e econômica do País, mas retratam o desejo, a aspiração de se chegar a uma nova situação. Só que a construção dessa trajetória depende muito da realidade objetiva dos meios disponíveis para se fazer valer aquela legislação.

Nós não temos a palavra inglesa *enforcement* em português, mas, em geral, toda legislação deveria vir junto com alguns dispositivos relacionados a tanto a fazer valer a lei, quanto como aquela legislação vai ser financiada. Do contrário, o direito, na medida em que ele não é respeitado, ele é frustrado e isso gera um risco de desagregação social.

O segundo ponto: quando a gente conversa, às vezes, com alguns economistas, eles dizem: "Basta alinhar os incentivos institucionais e organizacionais que tudo se resolve". Bom, se fosse assim, nós não estávamos encalacrados com tantas situações complicadas.

Quando a gente fala de incentivo, a gente fala, em geral, de três coisas: nós falamos do porrete, falamos da cenoura e falamos do sermão.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO. Fora do microfone.) – Esse era o da minha mãe.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Pois é, mas, às vezes, precisava do seu pai, ou precisava da avó, ou dos avós.

Então, o que ocorre; tanto porrete quanto a cenoura são caros. Manter o porrete, a ameaça para fazer cumprir, para coagir, é caro. Manter a cenoura também é caro. O sermão é grátis. Mas, em compensação, demanda a persuasão, o convencimento. Muitas vezes a gente tem que procurar equilibrar esses três instrumentos para que as coisas aconteçam. E a sociedade é conflito, é dinamismo.

Então, em relação às perguntas, muitas vezes as legislações miram ou alto demais, ou baixo demais. E não há nada de errado em que haja um apoio, um suporte diferenciado, um incentivo maior para que aquela legislação seja efetivamente honrada. Eu compartilho dessa visão que o Prof. Jorge Madeira mencionou de que isso precisa ser discutido pela sociedade. Às vezes, é mais fácil o governo dar um empurrãozinho – faz um desconto, dá um apoio e tal –, para que haja, efetivamente, adesão. Por exemplo, na discussão do Cadastro Ambiental Rural, nós estamos discutindo, hoje, se teria condição de haver um incentivo, um juro, um benefício para que haja uma adesão mais efetiva.

Bom, em relação às Unidades de Conservação em terras indígenas, eu volto ao que eu mencionei anteriormente. Como é o processo nosso de criação de Unidade de Conservação? Há toda uma discussão, uma consulta. Quando se cria, corre pro abraço. Bom, mas e o financiamento? E o recurso para demarcação? E a indenização do ponto de vista das propriedades privadas que estão lá? E a regularização fundiária? E a infraestrutura para aquela unidade ser efetivamente consolidada? Não há.

A área ambiental, ao contrário da saúde, da educação, da assistência social, ela não dispõe de mecanismos de transferência de fundos constitucionais institucionalizados em nossa legislação. Ela depende de disputas anuais com relação ao orçamento, de verba de compensação ambiental, de recursos de doação para as quais o Brasil não se gradua mais, porque nós somos hoje um País de renda média.

Então, a sociedade brasileira tem que resolver como é que vai financiar isso, porque, se não, não vai ser o PSA que vai equacionar isso. Nós que estamos criando muitas vezes algo que a gente valoriza, algo que diz respeito ao patrimônio natural, mas nós não estamos discutindo, simultaneamente, como sustentar, como viabilizar econômico e financeiramente esses ativos naturais.

Então, a preservação ambiental custa. Ela não acontece de graça. Ela precisa ser valorizada, precisa ser atribuído valor, e precisa ser pago. Por quem? Essa é a discussão, como mencionei anteriormente.

Nós temos uma contradição muitas vezes de percepção em relação à agenda ambiental do Sul, do Sudeste, do Norte. Eu me lembro de uma conversa com o governador do Amazonas, em que ele perguntava: "Bom,

nós temos aqui, na região da Amazônia, 25 milhões de pessoas; vocês querem que elas vivam de quê?" Nós temos que encontrar forma de exploração sustentável das riquezas naturais da região. Não há outra maneira.

Então, se nós queremos a floresta em pé, nós temos que remunerar; se nós queremos os rios protegidos, os rios despoluídos, nós temos que encontrar formas de viabilizar isso, combinando o porrete, o sermão e a cenoura. E isso tem que ser feito de forma transparente, não de forma oculta.

Então, Senador, eu acho que nós temos hoje o desafio de conversarmos sobre como nós vamos repartir essa conta. Há, aqui, na mesa, pessoas que acompanharam o desmanche do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, de que o País tanto se ressente, e não vai ser a criação da Anater que vai dar conta do que havia no passado: nós tínhamos EMATERs em todos os Estados, tinha empresa federal, essas contas eram repartidas por Estados, Prefeituras, Governo Federal, enfim, por que nós fracassamos? Por que a sociedade brasileira deixou isso acontecer? Então, agora estamos novamente enfrentando esses desafios, precisamos discutir essas questões, precisamos de assistência técnica, precisamos qualificar, precisamos de construção institucional, mas as instituições são feitas por pessoas e as pessoas somos nós.

Então, eu queria dizer que eu acho que os desafios do País são recorrentes e passam por encontrarmos formas adequadas de solucionar os nossos desafios de forma equilibrada, compartilhando os custos e benefícios desses desafios. A área ambiental é uma área em que o mundo inteiro olha para o Brasil com inveja e esperança em relação à agenda ambiental.

Para nós brasileiros não está claro ainda. A mesma coisa vale para o nosso mundo agropecuário. O Brasil está fadado a ser um dos grandes fornecedores mundiais de alimentos. Bom, como nós vamos fazer isso? De que forma nós vamos repartir isso? Como nós vamos nos apropriar disso? Também está em aberto. E, se meio ambiente e agricultura trabalharem juntos, dificilmente, nós vamos ter concorrentes do ponto de vista global para poder dizer o como nós estamos produzindo esses produtos e como nós estamos preservando o nosso meio ambiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. Gaetani.

Se eu entendi bem, eu tenho uma discordância que eu queria ter perguntado antes: que país nós queremos construir para esses próximos 20, 30 anos? Quanto ele custa? E quem paga a conta?

E aí eu fico com a impressão de que, em relação ao pagamento de serviços ambientais, a gente não pode ficar só pela demanda, a gente tem que aproveitar a oportunidade de determinada demanda, já antecipando para outros casos, fazendo o investimento necessário, que não é nem para responder a uma demanda atual, mas que evite que a demanda aconteça.

Vamos ouvir, agora, o Cláudio klemz, da TNC. Se eu entendi bem, ele falou da questão da demanda para poder aparecer o serviço. E também do Prof. Jorge, se eu entendi, era mais ou menos isso. Eu estou numa linha de pensar que a gente tem que aproveitar a demanda e aí foi muito bom ter acontecido o que aconteceu nesse último ano, lá no Estado de São Paulo, principalmente.

É muito bom, porque o que aconteceu lá, eu tenho dito, não é azar, é sorte, porque, acontecendo lá, ganha mais repercussão, ganha mais vitrine, mais luz e pode abrir mais a nossa cabeça e aí a gente pode lançar mão mais do porrete, da cenoura e do sermão.

A minha mãe era do sermão, porque ela não batia nos filhos, mas ela convencia os filhos mais do que as pancadas do meu pai, é porque ela tinha essa questão da persuasão.

Mas é isso Cláudio, é com você, passo a palavra para suas respostas e ponderações finais.

O SR. CLÁUDIO KLEMZ – Bom, sobre essa questão que ficou bem forte na nossa discussão sobre se paga ou não paga por áreas que são protegidas. Prof. Jorge trouxe um conceitual teórico interessante. Eu queria trazer três exemplos práticos, que foram vividos nessa experiência de implantação.

Primeiro deles, discussão com uma companhia de água, recuperação daquele manancial da qual ela capta sua água e vende para uma população. Estávamos nós num grupo de três, quatro pessoas discutindo qual seria o arcabouço técnico daquele projeto e chegamos à questão.

Bom, áreas de preservação permanente, nascentes são as mais importantes a serem conservadas naquela bacia.

A sugestão inicial foi investir, especialmente, na recuperação de áreas degradadas, com investimentos de restauração e PSA. Aí surgiu a questão: mas o sujeito que cuidou bem, durante os últimos 50, 100 anos, ele não vai receber nada? Enquanto aquela floresta que está de pé, já está suprindo água de qualidade em quantidade.

A questão ficou clara, todos têm que receber naquele contexto. E a empresa de água é uma empresa municipal, então, aquilo é recurso público e faz todo o sentido. Então, é uma forma de responder à pergunta, sim: áreas protegidas devem receber incentivos.

Uma outra análise, vamos dizer, numa escala um pouquinho maior, o Estado do Espírito Santo hoje tem o Programa Reflorestar, que tem uma meta de recuperar agressivamente a cobertura florestal do Estado, porque é um Estado que já enfrenta grandes problemas com ausência de cobertura florestal, dado o histórico de uso desses recursos florestais.

O incentivo se aplica a todos. E é evidente que aquilo vai trazer um benefício para toda a sociedade e não só para aquele agricultor, ou produtor, ou proprietário, ou chacreiro que está lá na ponta. Uma outra forma de abordar a questão.

Um terceiro exemplo, vem de bastante tempo atrás, eu conversando com um agente de um órgão de extensão, num Município pequenininho lá no Sul do País e ele foi me explicar a ideia dele de proteção de nascentes e ele me explicou que a proteção de nascentes, para ele, é você encontrar onde está o veio de água, cavar um buraco, encher aquilo de brita, colocar um cano ali dentro, deixar bem cuidadinho com cimento em volta e aí a nascente está protegida. Eu perguntei para ele: e na hora em que acabar de sair água do cano? E ele me respondeu: "Aí é outro problema".

Então, o outro problema é do que nós estamos tratando aqui. A gente precisa manejar esse recurso e usar todas as ferramentas disponíveis para que a gente tenha sucesso nessa tarefa.

Sobre pagamento, embora eu concorde com a simplificação dos conceitos de pagamento por PSA, o incentivo, a gente está chamando de pagamento o que é um incentivo, o incentivo pode ser pecuniário ou não. Na verdade, em boa parte dos projetos, a gente fala do PSA como um dos componentes do incentivo, mas o sujeito recebe a cerca, para proteger a nascente, que é um investimento caro; recebe a restauração daquela área ou a condução da regeneração natural daquela área, que custa muito dinheiro e ele recebe isso gratuitamente. Então, é um incentivo, não é um pagamento direto. E a conservação do solo – é uma pena que o colega Devanir da Agência Nacional de Águas não tenha podido estar presente –, é uma das formas talvez das mais eficientes de a gente ganhar bastante em escala, em termos de resultado positivo, no suprimento de serviços ecossistêmicos, a conservação de solo e de estradas rurais, que também é um problema à parte no Brasil.

Então, dessa forma, a gente traz, em três níveis diferentes, a questão da demanda como motivadora.

E há um quarto exemplo ainda: recentemente, eu tive a oportunidade de conhecer uma região do País, que eu não conhecia ainda, o oeste da Bahia, também com um olhar sobre como estruturar um projeto de PSA numa região daquela. Foi um desafio profissional interessante, porque, habituado a trabalhar com projetos pequenos, de repente pegar uma situação complexa, grande, agricultura bem desenvolvida, em conjunto com uma agricultura familiar, num cenário geográfico muito maior e o que eu vi ali foi um risco, talvez iminente, de escassez, um risco aos investimentos que estão sendo feitos ali e um anseio de um dinheiro do além que venha para pagar um PSA.

Ora, ali também, esse dinheiro tem que ser de um programa federal? Na minha opinião, existe dinheiro suficiente na região, para que a própria demanda pela conservação daquele recurso, para a sua irrigação, também possa ter uma participação ativa na solução do problema.

Então, quatro exemplos de argumentação em favor do sim. É preciso ter incentivos e pagar PSA também para áreas que são protegidas.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Pergunto se algum dos senhores quer fazer mais alguma ponderação ou se estão satisfeitos. (Pausa.)

Essa questão de pensar em longo prazo, de discutir o Brasil além dos quatro anos de cada governo está nos levando por exemplo, e tudo isso tem a ver, a apresentar hoje uma Proposta de Emenda à Constituição ao art. 165, que inclui a obrigação de o Poder Executivo pensar o País através de um planejamento estratégico pelo menos para 30 anos; que seja o eixo que vai coordenar o desenvolvimento a partir do qual vem o PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) para ser executados.

Temos percebido que nós temos dado respostas só para as coisas urgentes. Aparece um problema, você corre e trabalha para resolver.

Houve uma audiência aqui que discutiu crise hídrica, e eu perguntava à época sobre a questão da água no subsolo. Aprendi que há locais – e o Cerrado é um deles – que são abastecedouros dos aquíferos. E nós estamos caminhando para incluir o Cerrado cada dia mais na produção de alimentos, necessária para o País e para o mundo. A fome está aí, em grande escala. Como racionalizarmos e equilibrarmos tudo isso? Esse é um debate que nós temos que continuar fazendo para encontrar as saídas para os problemas que o nosso País apresenta.

Quanto à questão ambiental, no momento em que nós estamos discutindo um negócio chamado Pacto Federativo – e aqui no Senado há uma comissão especial para isso –, acredito que esse tema não pode ficar apartado. Uma coisa me intriga: tudo que se discute é para a viúva pagar, no caso, a União. Nós temos um bolo federativo, mas hoje o que se discute é o Pacto Federativo. E vem a discussão que estamos fazendo. Mas nós vamos instituir o PSA, um programa, etc., e a União vai bancar tudo?

Concordo com a Mesa que não pode ser tudo dos cofres de recursos públicos que a sociedade aporta, a não ser que a gente institua fontes arrecadadoras – e estamos pensando em apresentar um projeto para isso –, que não existem hoje, para financiar essas coisas. Mas eu penso que a sociedade tem que ser chamada, à luz do porrete, da cenoura e do sermão, plagiando o Dr. Gaetani, para cumprir a responsabilidade que ela tem com o Planeta de garantir a vida por muitos e muitos séculos. Sem água, como é que nós vamos fazer? Sem alimento, como vamos continuar? E não podemos ficar nessa disputa entre a cama e a mesa. Nós vamos ter água para tomar banho e lavar as roupas ou só para comer? É uma pergunta com uma certa brincadeira, mas eu estou muito imbuído, Prof. Jorge, Dr. Jefé, Dr. Gaetani e Dr. Klemz, em contribuir com esse debate. Por isso pedimos esta audiência.

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade que vocês nos deram hoje de debater esse tema. É uma pena que não pudemos ter aqui outros Senadores, mas dois deles vieram aqui cochichar comigo que não puderam estar presentes, como a Senadora Vanessa, porque está acabando de chegar da Rússia. Haveremos de ter outra oportunidade para discutir.

Eu me coloco à disposição do Ministério para fazermos esse debate. A nossa intenção é apresentar um projeto de lei que dê conta da maioria das questões pontuadas hoje, porque, na nossa compreensão, o que tramita aqui ainda não dá as respostas necessárias para essa temática.

Declaro encerrada a nossa audiência pública sobre o pagamento de serviços ambientais, agradecendo aos nossos convidados e àqueles que participaram conosco nesta manhã.

Obrigado.

Bom dia.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2015.

Às dez horas e cinco minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Reguffe, Paulo Rocha, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Humberto Costa, Regina Sousa, Delcídio do Amaral, Benedito de Lira, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Ivo Cassol, Jader Barbalho e Ronaldo Caiado. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) **MENSAGEM (SF)** Nº 29, de 2015 – Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9° da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3° do Anexo I do Decreto n° 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o nome do Senhor NEY MARANHÃO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada por doze votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. Usam da palavra os Senhores Senadores Otto Alencar, Reguffe, Lídice da Mata, Regina Sousa, Flexa Ribeiro e Ataídes Oliveira. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Otto Alencar,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos senhores Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado e será publicado no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes. Na primeira, faremos a sabatina do Dr. Ney Maranhão, indicado para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. Em seguida, faremos a deliberação dos projetos de lei que constam da pauta.

Passemos à primeira parte. Como sou Relator e fui Relator da Mensagem, que foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, tenho a honra de convidar o Dr. Ney Maranhão para que ele possa ocupar, aqui, à minha direita, a cadeira em que ele sentará para ser sabatinado. (*Palmas.*)

Vou passar a Presidência ao nobre Senador Ataídes Oliveira, já que fui o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra o Relator, Senador Otto Alencar. (Fora do microfone.)

O relatório foi lido na reunião do dia 26 de maio de 2015 e foi concedido vista coletiva, nos termos do art. 383, inciso II, letra "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

Conforme o art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno, qualquer cidadão pode acessar o portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e, na página desta sabatina, registrar sua participação no Mural do Cidadão ou enviar suas perguntas pelo Alô Senado.

Nós já convidamos aqui o nosso...

Passo a palavra ao Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA. Fora do microfone.) – O relatório foi lido na reunião anterior. Meu parecer foi pela aprovação do nome do Dr. Ney Maranhão, mas houve um pedido de vista coletiva.

São as informações que quero prestar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu vou ter que me ausentar daqui a pouco, porque está havendo uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, mas eu já queria deixar um questionamento. Se o Sr. Ney Maranhão puder contemplar esses questionamento já em sua exposição inicial, ficarei grato.

Eu tenho uma visão, hoje, muito crítica sobre o papel das agências reguladoras. As agências reguladoras são algo muito importante dentro da visão de Estado que eu tenho. Penso que nós temos que ter um Estado cada vez mais regulador e mobilizador, até porque o Estado não consegue mais ser detentor dos meios de produção, como no socialismo clássico, e também porque não há como se pensar num Estado totalmente liberal, principalmente num país que tenha as desigualdades sociais que o Brasil tem.

Então, o Estado tem que ser regulador e mobilizador. O problema é que as agências reguladoras simplesmente viraram órgãos burocráticos e atuam muito pouco na regulação dos serviços públicos que são importantes para o contribuinte, para o consumidor deste País.

Com relação à ANA, de forma específica, e à questão dos recursos hídricos, o que nós vemos no Brasil é as diversas concessionárias de serviços públicos e as empresas públicas que prestam o serviço de oferecer água à população sempre reajustarem seus preços e a conta de água dos cidadãos deste País num patamar superior ao da inflação ou, às vezes, pela inflação, mas nunca abaixo. Não se preocupam em ter ganhos de escala, ganhos de produtividade, não se preocupam em tentar livrar o consumidor, que é, sempre, o mais penalizado. E o meu lado é o de defesa do consumidor, de pensar no que é melhor para o consumidor, para o cidadão. E, além disso, também não se faz, neste País, nenhum trabalho no sentido de se conscientizar as pessoas de que a água é um recurso natural finito. Não se faz absolutamente nada com relação a isso.

Então, eu queria saber o que, do ponto de vista da ANA, vai ser feito, primeiro, com relação ao preço que os consumidores... É claro que isso também depende muito de políticas setoriais nos Estados, nas unidades da Federação. Eu queria saber o que a ANA, como agência reguladora, pode fazer para o consumidor deste País e o que vai ser feito em termos de conscientizar a população do valor que a água tem tanto do ponto de vista ambiental, como do ponto de vista de ser um recurso natural finito.

Eu tenho um lamento muito grande, como já falei várias vezes. Quando eu fui Deputado Distrital aqui, no Distrito Federal, eu apresentei, em 2008, um projeto, que foi aprovado, sancionado e virou lei, que previa que, no Distrito Federal, o consumidor que conseguisse economizar água, tomando-se como base o mesmo mês do ano anterior, teria na conta um bônus desconto de 20% sobre a economia realizada.

Então, alguém que, por exemplo, economizasse 10% pagaria 10% a menos, porque economizou 10%. Com o meu projeto, passaria a pagar 12% a menos, 10% mais 20%, para estimular as pessoas a controlarem o seu consumo de água.

O projeto foi sancionado, mas o Governo daqui simplesmente fez o cálculo pelo ano e não faz campanha de economia de água. Então, tem no verso da conta de água de todo mundo que a pessoa tem direito ao bônus desconto, às vezes vem na conta que a pessoa que a pessoa está pagando R$5,00 a menos, mas não há nenhuma campanha com relação a isso. As pessoas não sabem disso. E o Governo faz o cálculo anual, o que dificulta o controle dos próprios consumidores. E eu não vejo uma preocupação do órgão regulador em fazer um... Apenas quando houve essa crise hídrica em São Paulo é que nós começamos a ter uma discussão sobre isso. Mas ninguém discute.

Então, como o senhor vai passar por uma sabatina e vai depender do voto aqui, eu queria ouvir a sua posição, até porque as sabatinas aqui são muito protocolares, são muito... E acho que é preciso discutir aqui

algumas questões, importantes para o consumidor deste País sobre o papel que as agências reguladoras têm ou, pelo menos, deveriam ter neste País.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senador Reguffe.

Portanto, passamos, então, a palavra ao Sr. Ney Maranhão para suas considerações.

Com a palavra o Sr. Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO – Sr. Presidente, Senador Ataídes Oliveira, Sr. Presidente da Comissão, Senador Otto Alencar, Srªs e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, registrar meus agradecimentos a S. Exª o Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão, pelo relato da mensagem que indica meu nome para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

Agradeço, ainda, à Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, com quem tenho colaborado como Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e a quem devo a proposta feita à Senhora Presidente da República para indicação de meu nome para o honroso cargo de Diretor da ANA.

Minha formação e meu histórico profissional encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores desta Comissão.

Destaco minha formação profissional na área de Geologia, graduado pelo Instituto de Geociências da UFRJ e que, posteriormente, doutorei-me em Engenharia Civil com concentração em Recursos Hídricos na própria UFRJ.

Atuo profissionalmente na área de Engenharia de Recursos Hídricos desde a década de 1970. Ingressei nos quadros da Agência Nacional de Águas em 2006, onde ocupei os cargos de Superintendente-Adjunto de Planejamento de Recursos Hídricos e, posteriormente, de Superintendente dessa mesma área.

Desde 2013, até o presente, respondo pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

Desejo iniciar minha manifestação com uma reflexão sobre o Antropoceno, termo compartilhado por cientistas para descrever esse período mais recente na história da Terra, marcado por importantes impactos ambientais que introduzem um processo peculiar de mudanças no Planeta, no qual a atividade humana tem desempenhado um papel preponderante.

Parte desse conjunto de mudanças deve-se às características do crescimento demográfico em escala mundial, associadas à urbanização, ao crescimento da economia, ao desenvolvimento de novas tecnologias e ao uso intensivo de recursos naturais que conferem ao homem a capacidade de modificar a paisagem e de produzir impactos ambientais ou mesmo desastres de grandes proporções.

Neste cenário, a água é um dos recursos naturais mais expostos a esses impactos, tanto em sua dimensão quantitativa como na qualitativa. Embora o País conte com uma das maiores coleções de água do Planeta, correspondendo a cerca de 12% da quantidade de água doce superficial, sua ocorrência se observa irregular, tanto em quantidade como em qualidade, no tempo e no espaço, nas características e na acessibilidade.

No Brasil, temos menos água onde somos mais populosos. A incidência da água é maior exatamente onde a densidade demográfica é menor: na Amazônia brasileira. Não por outra razão, ela tornou-se a fronteira de crescimento do parque gerador de hidroeletricidade. No entanto, sabemos bem que nem todos os empreendimentos planejados poderão ser implantados, e um processo de avaliação estratégica deverá estabelecer os necessários *trade-off*. Não obstante às enormes vantagens que advêm da condição de País com a maior bacia hidrográfica do Planeta, a Bacia Amazônica, é necessário atentar cada vez mais para as fragilidade ecossistêmicas daquela região e para seu papel fundamental e cada vez mais evidente na regulação climática de outras regiões do País, em especial, as Regiões Sul e Sudeste.

Essas questões pressupõem o fortalecimento do que se convencionou chamar de governança da água, conceito que compreende os componentes político, social, econômico e administrativo montados para regular a gestão dos recursos hídricos, prover serviços associados a esses recursos para toda a sociedade e promover a sua implementação por meio de organizações e instituições. Ela engloba todo o ciclo da água, todos os setores usuários, todas as suas dimensões, assim como as diversas escalas espaciais e temporais em que é tratada.

A governança da água evolui com o tempo. Deve acompanhar o desenvolvimento do País respondendo às novas condições que se apresentam. Requer uma construção continuada, especialmente na legislação complementar, no desenvolvimento de políticas públicas, nos processos decisórios e no monitoramento de resultados.

Nesse aspecto, o País já conta com um acervo legal expressivo, tendo na Lei nº 9.433, de janeiro de 1997, conhecida como a Lei das Águas, o seu principal normativo.

Dentre os desafios a superar, talvez o mais acentuado sejam o processo das alterações climáticas e os esforços decorrentes para decodificar essas mudanças, em termos que permitam iniciativas de adaptação estruturais e não estruturais.

À variabilidade climática e, em decorrência, à hidrológica somam-se fatores de difícil interpretação e modelagem, comprometendo nossa visão de futuro e exigindo posturas mais cautelosas das intervenções de engenharia.

Os recursos hídricos situam-se no epicentro dessa preocupação, uma vez que deles dependem, entre outras, as alternativas de abastecimento de água para as populações, de geração de energia, de produção de alimentos e conservação ambiental.

Num contexto mais pragmático, cabe reconhecer os avanços que se fazem necessários na integração de políticas públicas setoriais frente às alternativas de utilização da base de recursos naturais, em especial a água.

Fica claro que as conquistas contabilizadas na construção da governança da água no País no período compreendido entre a sanção da Lei nº 9.433 e os dias de hoje precisam ser aprofundadas, ampliadas e transformadas em processos contínuos geradores de sinergias entre os diferentes setores da economia que marcarão o ingresso da gestão dos recursos hídricos em um segundo ciclo para não comprometerem a efetiva implementação de uma governança adequada para o setor nesse novo quadro.

Os exemplos de situações de escassez que temos observado em todo o País mostram claramente a necessidade de uma abordagem múltipla para o enfrentamento dessas situações. Por um lado, é preciso melhor equacionar o conjunto das fontes de abastecimento com a precaução requerida pelos novos tempos. Por outro lado, faz-se necessário investir na administração da demanda, criando, para tanto, sistemas de distribuição flexíveis o suficiente para permitir um gerenciamento das reservas hídricas adequado a cada situação identificada.

Naturalmente, essas iniciativas não são de fácil implantação. No entanto, quanto mais cedo se inicie um processo amplo de mudanças, mais sustentáveis serão as nossas cidades no futuro.

Sem essa visão crítica estratégica, não será possível a superação das adversidades relativas aos recursos hídricos que se apresentam pelo País. Precisamos de estratégias e técnicas que permitam prevenir, lidar e enfrentar os imprevistos, a incerteza, especialmente quando o esperado não se cumpre.

É fundamental extrairmos lições das situações adversas, disciplinarmos e instrumentalizarmos a convivência com o risco em níveis acordados como aceitáveis. Esse cenário pressupõe processos decisórios e mecanismos de descentralização e participação ainda com espaço para aprimoramentos.

A centralidade da água no desenvolvimento de uma nação resulta evidente das considerações aqui apresentadas. O crescimento de um país depende de sua capacidade para assegurar-se dos recursos hídricos necessários em um quadro de mudanças climáticas e crescimento de demandas hídricas, garantindo sua segurança hídrica, energética e alimentar.

Em seus 15 anos de existência, a ANA vem consolidando de forma efetiva seu papel de agência reguladora e implementadora da Política Nacional de Recursos Hídricos no País. Sua singularidade, sua capacidade de emulação, suas realizações e seu papel na construção do primeiro estágio da governança da água no País a credenciam para ser o elemento condutor do novo ciclo de construção da governança da água.

Do seu acervo de iniciativas exitosas, avulto a operação da Rede Hidrometeorológica Nacional, as Salas de Situação, os Planos de Recursos Hídricos, os Atlas de Abastecimento Urbano de Água e os Relatórios de Conjuntura de Recursos Hídricos, que apresentam o estado das águas no Brasil, além do Plano Nacional de Segurança Hídrica e do Atlas de Esgotamento Sanitário, ambos em elaboração.

No seu cotidiano regulador, ressalto suas mediações em bacias em que se convive com problemas de conflitos de uso, a gestão de açudes da União em rios de dupla dominialidade, a operação de reservatórios, além da alocação de água em regiões metropolitanas, que a qualificam para o enfrentamento das complexas situações que adiante se anteveem.

Mais recentemente, a ANA incluiu em seu acervo o Pacto Nacional pela Gestão das Águas, por meio do qual apoia Estados que se comprometem a afinar seu processo de gestão de recursos hídricos.

Entendo que a Agência Nacional de Água é, no presente momento, o local mais adequado para aprofundar as reflexões aqui colocadas e registro minha motivação especial ante a possibilidade de vir a ocupar um cargo de dirigente dessa prestigiosa organização.

Finalmente, reitero meu reconhecimento pessoal à Ministra Izabella Teixeira e à Presidenta Dilma Rousseff pela indicação do meu nome a essa Agência para exercer o honroso cargo de diretor da Agência Nacional de Águas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Agradeço ao Sr. Ney Maranhão por sua exposição. Sua bela biografia, que é a sua história, por si só, já o credencia.

Eu gostaria de fazer uma consulta aos nossos Senadores e Senadoras.

Como hoje, terça-feira, Sr. Ney, é um dia de muitos trabalhos aqui, nesta Casa, e os nossos Senadores não sabem para onde ir primeiro, pergunto se eu já poderia abrir a votação e passar, então, a palavra aos nossos Senadores, em especial ao nosso Relator Otto Alencar.

Se os senhores estiverem de acordo, já abriríamos, então, a votação e passaríamos a palavra a cada um dos senhores.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Como Relator, eu concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Perfeito.

Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu também não vejo nenhum óbice. Eu queria apenas que ele respondesse os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra, então, o Sr. Ney.

O SR. NEY MARANHÃO – Acho que suas considerações são bastante oportunas e interessantes na medida em que foi constatado, durante esses episódios de crise que nós vivemos, que as empresas de saneamento não possuem um sistema de aferição das suas *performances* colocado para o público e que possa ser auditado adequadamente.

Além disso, nós precisaremos, cada vez que enfrentarmos uma situação dessa, ter condição de fazer uma avaliação antecipada das opções, das alternativas que nós temos, e ela tem que ter planos de contingência para isso. O fato de elas não terem planos de contingência já mostra a fragilidade com que elas estão operando.

Agora, por outro lado, não cabe à Agência Nacional de Águas a responsabilidade direta sobre a fiscalização dos preços praticados e sobre a *performance* que elas vêm tendo. Cada Estado tem uma agência reguladora que regula todos os serviços prestados à população. No Rio de Janeiro, desde o transporte das barcas que atravessam a Baía da Guanabara aos transportes coletivos e a própria Cedae têm seus preços regulados por essa agência.

De modo que há um problema que nós temos que construir pouco a pouco, que é essa integração das diversas gestões. Eu destacaria o fato de que a ANA propôs e desenvolveu com os 27 Estados da Federação, recentemente, o Pacto de Gestão, o Progestão, em que esses assuntos deverão ser aprofundados e discutidos na medida em que se encontre isso como um problema que o próprio Estado identifica como uma limitação ou um desejo de fazer adaptações.

Quanto a bônus, a gente verifica que, no caso de São Paulo, a concessão de bônus no período de escassez não foi tão efetiva quanto foi, no passado, quando nós tivemos a crise da energia elétrica, a penalização. A penalização, quando houve, em 2002, aquele corte de 20% de energia elétrica, gerou uma resposta muito mais efetiva. No caso de São Paulo, os bônus reduziram o consumo, relativamente, menos do que se esperava e reduziram bastante a receita da Sabesp. Eu acho que o efeito foi um pouco negativo para a empresa. Acho que a gente precisaria ter tido uma gestão mais efetiva no sentido de controlar, reduzir o consumo p*er capita*. Ao final da crise, a gente verificou que o consumo de água em São Paulo reduziu de 180 litros para 120 ou 130 litros por habitante/dia.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só mais um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por que, para o consumidor deste País, na sua visão, é importante a existência de um órgão como a ANA?

O SR. NEY MARANHÃO – Essa é uma pergunta bastante interessante. Eu tenho a convicção plena de que este País precisa conhecer melhor os seus recursos hídricos e precisa ter uma agência nacional que consiga fazer com que os princípios da Lei nº 9.433, da descentralização, possam, efetivamente, acontecer sem as assimetrias que nós verificamos hoje.

A ANA tem feito planos de gestão de recursos hídricos, planos de bacias, muito importantes para orientar e diagnosticar sobre como essas bacias estão hoje e o que precisa ser feito. Ela opera uma rede de qualidade de água e uma rede hidrométrica em conjunto com os Estados e integra todas essas informações.

É preciso que haja um órgão que sistematize, homogeneíze e normalize todo esse conhecimento. Além disso, como uma instituição que dá outorgas nos rios de domínio da União, já que nós temos uma dupla dominialidade, ela também precisa fazer uma regulação junto com os Estados.

A nossa lei, a Lei nº 9.433, é uma lei que estabelece uma política geral e que precisa de uma construção coletiva. Ela fala de participação pública, fala de participação social, fala de descentralização, mas também reconhece como entes desse processo os Estados, e nós precisamos, então, ter uma articulação muito forte com os Estados, dadas as simetrias que eles possuem.

Quando nós olhamos o desenvolvimento dos estudos feitos na ANA ou nos planos de bacia, identificamos conflitos pelo uso da água entre irrigantes e o setor hidrelétrico, entre irrigantes e abastecimento públi-

co. Esses processos precisam ser negociados, esses conflitos precisam ser administrados. A lei fala sempre em negociação e em cooperação. Esses conflitos não eram identificados antes da ação da ANA no sentido de planejar a gestão de recursos hídricos do País, regulamentar através de outorgas, estabelecer comitês de bacia, estimular a formação dos comitês de bacia, quer dizer, estimular essa descentralização, essa participação social.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Satisfeito, Senador Reguffe? Portanto, passo a palavra, então, ao Senador Otto Alencar, Presidente desta douta Comissão e Relator da indicação do Sr. Ney Maranhão para a Diretoria da Agência Nacional de Águas – ANA.

Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Prezado Senador Ataídes Oliveira, Dr. Ney Maranhão, eu gostaria de, primeiro, fazer o alerta, aos Senadores e também àqueles que estão assistindo à reunião pela TV Senado, de que a falta de água em São Paulo, o Estado mais rico da Federação, onde há até racionamento, chamou a atenção do Brasil, assim como a falta de água no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Então, a questão da água, do consumo da água para qualquer atividade, para produção de alimento, para irrigação, para consumo animal, para consumo humano, para as indústrias ou para a área rural, vai, com o passar do tempo, ser algo estratégico para o Brasil, como é para qualquer país do mundo. E creio que o Ministério do Meio Ambiente e a ANA têm um papel relevante, importante para estabelecer políticas que possam ser seguidas, inclusive pelo Governo Federal e por outros Ministérios, para a preservação do único bem que a natureza nos deixou, porque não há o que possa substituir a água. Se faltar petróleo, usa-se etanol, energia eólica, fotovoltaica, biomassa, nitrogênio, xisto; se faltar água, não há como resolver o problema.

E os relatórios que tenho lido, que não se referem somente ao que acontece no Nordeste ou no meu Estado da Bahia, mostram que os mananciais, os rios que estão sendo monitorados têm, ao longo dos anos, perdido muito a sua capacidade em função do desmatamento, do aterramento, do assoreamento, da degradação das suas margens. Isto está acontecendo no Brasil todo.

Há poucos dias, conversando com o Senador Jorge Viana, ele me passou um dado, que eu até estou tentando cotejar, de que o Rio Tocantins, um rio muito caudaloso, já diminuiu sua capacidade, eu acho, 10 mil metros cúbicos por segundo. Eu até pedi ao Presidente da ANA que verificasse isso e, se pudesse, encaminhasse para mim a informação, porque é um número que assusta.

O Rio São Francisco, segundo o relatório da Chesf, teve, no ano de 2002, uma vazão média de 2,98 mil metros cúbicos por segundo e teve, agora, no ano de 2013, uma vazão média de 1,56 mil metros cúbicos por segundo. Eu queria, inclusive, que o senhor observasse e, se pudesse, me passasse esses dados.

Então, se essa capacidade do rio, se essa vazão do Rio São Francisco diminuiu pela metade, nós estamos diante de um quadro muito grave a ser analisado e que, eu acredito, é uma coisa de política pública, de interesse do Brasil, e deve ser colocada como prioridade essa questão da água.

Segundo a Agência Nacional de Águas, hoje, no Brasil, 72% da água vai para irrigação, 11% vão para o consumo animal, 9% vão para o abastecimento humano urbano, 7% vão para o setor industrial e 1% vai para o abastecimento humano rural. Eu estou achando, inclusive, que esse percentual do abastecimento humano rural está muito aquém daquele com que eu convivo no meu Estado, que tem um semiárido muito grande. Para se ter uma ideia, a Bahia tem só no semiárido, no Polígono das Secas, uma extensão territorial duas vezes e meia maior do que todo o Estado do Ceará. São 328 mil quilômetros quadrados. E lá nós temos trabalhado com barragens, com poços artesianos, com sistemas simplificados de abastecimento de água. Esse número que a ANA forneceu me chamou a atenção.

Diante disso, eu queria perguntar a V. Sª que medidas a ANA poderia adotar para, por exemplo, reduzir o consumo para irrigação. No Brasil, a maioria das áreas irrigadas – e eu tenho observado isto no meu Estado e em outros – ainda consome muita água. Na Bahia mesmo, em alguns casos, era água de rega, água por inundação, e eu acho que o melhor caminho seria o gotejamento, que economiza muito mais. Já modificamos lá em alguns lugares. Essa é a primeira pergunta que eu queria fazer a V. Sª.

De acordo com a Lei nº 9.433, de 1997, a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Pergunto o seguinte: em sua opinião, o modelo de gestão descentralizado dos recursos hídricos tem se mostrado eficaz na gestão dos recursos hídricos? Quais as ações que poderiam ser implementadas para fortalecer a gestão dos recursos hídricos em nível estadual?

No meu Estado mesmo, a Bahia, eu não tenho conhecimento de nenhuma representação da Agência Nacional de Águas. Não sei se já existe essa representação, que seria muito importante.

E pergunto também qual o maior desafio para a implementação da cobrança das bacias hidrográficas brasileiras? Nas bacias em que se está implementando a cobrança, os recursos arrecadados e aplicados são suficientes para reverter a situação de degradação ambiental? Em degradação ambiental entram desmata-

mento das matas ciliares, lançamento de esgoto e de afluentes sólidos e líquidos dos rios e degradação das margens dos rios.

Eu creio que, com o que o Brasil representa para o mundo em termos de abastecimento de água, diante de 39 ministérios, como nós temos... Eu até sugeri ao atual Governador da Bahia, Rui Costa, e ele recriou a Secretaria de Infraestrutura Hídrica para ser um braço controlador e operacional da revitalização dos nossos rios. Na Bahia, há um rio, o Rio Paraguaçu, que é responsável por 52% do abastecimento de 13 milhões de baianos. Sua revitalização começou agora. Ele nasce na minha região, na região em que eu nasci. Eu tomei essa iniciativa de chamar a atenção dos usuários dos rios, dos irrigantes e dos índios também. Os índios paiaiás estão fazendo um viveiro de mudas nativas para oferecer aos proprietários rurais para replantar essas margens. Então, eu acho que nada seria mais próprio para o Brasil neste momento do que um ministério de recursos hídricos, porque o órgão responsável, por exemplo, pelo Rio São Francisco é a Codevasf, e a Codevasf tem, hoje, além de responsabilidade pelo São Francisco, responsabilidade pelas bacias do Rio Parnaíba, no Piauí, e do Mearim, no Maranhão.

Assim, creio que seria próprio que se pudesse, de alguma forma, departamentalizar tantos ministérios que eu vejo sem ação efetiva e de resultados aqui, no Brasil... São 39 ministérios! O da Pesca mesmo poderia ser um departamento do Ministério da Agricultura. Outros tantos poderiam ser departamentalizados.

Em 1991, eu trabalhei com o governador Antônio Carlos Magalhães. Ele pegou o governo com 26 secretarias e reduziu para 11. E eu tive, como Secretário de Saúde, a oportunidade de construir 112 equipamentos de saúde, sendo, nesse meio aí, três grandes hospitais de grande porte, com recursos próprios.

O que eu vejo que aconteceu e está acontecendo no Brasil é essa falta de capacidade do Governo Federal de ter recursos próprios para investir. Basta olhar o orçamento. O gasto maior é com o pagamento da dívida, com o pagamento da folha de pessoal do Governo Federal, que se agiganta mais a cada dia que passa.

Eu fui Secretário de Saúde quando o Ministro da Saúde era o Adib Jatene. Aqui, em Brasília, havia um prédio para o Ministério da Saúde. Hoje há cinco prédios para o Ministério da Saúde. Então, essa máquina pesada, burocrática, lenta e incapaz até, em alguns momentos, de resolver essas dificuldades vai levar o nosso País a perder a capacidade de investir no que é mais importante para todos nós, que é a preservação da água.

A Mata Atlântica foi embora. No meu Estado há pouca coisa, 15%, sendo que esses 15% ficaram por causa dos proprietários de fazendas e produtores de cacau, que plantaram lá a mata de cabruca, que, de alguma forma, substituiu e preservou a Mata Atlântica. A Amazônia está no mesmo caminho. Então, eu acredito que, em termos de meio ambiente, se o Governo Federal, a Presidente Dilma e os órgãos responsáveis não tomarem a decisão de resolver o meio ambiente, nós vamos para um processo de matança do meio ambiente, sobretudo de matança das matas ciliares das margens dos rios.

Eu conheci o Rio São Francisco com 15 anos de idade. Agora tenho 68 anos. Eu conheci esse rio vivo, com toda a floresta, todas as matas ciliares preservadas... Você tinha lá todas as árvores – caviúna, cerejeira, baraúna, maria-preta, pau-d'arco, angico, itapicuru, tudo. Hoje, você não vê uma árvore dessas na beira do Rio São Francisco. E agora, na campanha de 2014, eu corri, de ponta a ponta, esse rio e não vi nada, a não ser uma vegetação anemófila, pequena, tipo capoeira, que não resolve. E ele sendo aterrado de Minas até a Bahia. O aterramento do Rio São Francisco, o assoreamento é de uma gravidade... V. Exª sabe disso, porque conversei há pouco com o Presidente. É a mesma coisa. Tanto que, na audiência que eu tive, no dia 23 de março, com a Presidente Dilma, estavam presentes a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o Ministro Jaques Wagner, da Defesa, porque o Exército fez um bom trabalho na calha do rio, no Município da Barra, pela ação do Bispo Dom Luiz Cappio, que levantou a bandeira contra a transposição do São Francisco, dizendo que, antes da transposição, teria que ser feita a revitalização, porque não vai haver água para a transposição. Estão sendo investidos R$8 bilhões na transposição do Rio São Francisco. Podem marcar aqui, no Congresso Nacional, que, se não for feita a revitalização, daqui a oito anos, o próximo Presidente da República, que eu não sei quem será, vai colocar lá um epitáfio: "aqui jaz o Rio São Francisco". Ele vai ser um retrato na parede, uma lembrança na parede, porque ele não vai ter condições de transpor água sem água.

Portanto, esse é um questionamento que eu faço e que lembro aqui. No dia 23 de março, tive essa reunião com a Ministra Izabella Teixeira, o Ministro Jaques Wagner, o Ministro Nelson Barbosa, do Planejamento, e o Ministro da Integração Nacional, o Gilberto. Por sinal, agora mudaram a Codevasf, tiraram o rapaz que estava e colocaram outro rapaz, que espero que possa dar seguimento a este trabalho. E a Presidente pediu aos ministros um projeto, em 23 dias, para intensificar a revitalização do rio. Então, completou 30 dias no dia 23 de maio, quando teriam que entregar esse projeto, mas ele não foi entregue. Vamos, agora, em 23 de junho, para 60 dias, mas sei, pelas informações que tenho, que o projeto para intensificar a revitalização do Rio São Francisco não saiu do papel. Ou seja, vai fazer 60 dias que a Presidente se reuniu comigo e com quatro ministros e

pediu o projeto, mas o projeto não saiu do papel. O único ministério que tomou uma ação foi o Ministério do Meio Ambiente, porque a ANA ajudou e esteve em Minas Gerais.

O grande problema do São Francisco está em Minas Gerais, porque é um rio que tem 75% das suas águas formadas em Minas Gerais, com seus grandes afluentes: na margem direita, Rio das Velhas, Rio Paraopeba, Rio Verde Grande, Rio Jequitaí; do lado esquerdo, Rio Paracatu, Rio Urucuia, até entrar na divisa da Bahia, com o Rio Carinhanha. Depois, ele recebe o Rio Corrente, e, no Município de Barra do São Francisco, onde mora o homem que alertou que não devia fazer a transposição sem revitalização, o Bispo Dom Luiz Cappio, uma figura importante da igreja da Bahia, entra o último afluente do Rio São Francisco. Da Barra do São Francisco ele vai até o Atlântico, Senador Flexa Ribeiro, quase 900km, sem receber uma gota de nenhum afluente, porque todos morreram. Morreram os da Bahia, na margem direita, os de Pernambuco, morreram todos os afluentes. Então, é um rio singular. Quase a metade dele não recebe nenhuma gota d'água.

Estou chamando a atenção porque são R$8 bilhões que estão sendo jogados na transposição do Rio São Francisco, e não vai haver água daqui a dez anos se ele não for revitalizado. São R$8 bilhões! Seria outra obra inacabada, outro canal sem água, seco.

Eu chamo a responsabilidade dos homens do Governo e da Presidente Dilma para esta questão. Dá tempo para revitalizar. E não se vai revitalizar em um, dois ou três anos, não. Pelo projeto de revitalização que eu conheço, seria necessário, no mínimo, dez anos, com um investimento anual de R$600 milhões, para fazer o desassoreamento, para fazer a revitalização das nascentes.

Eu vejo, até com muita surpresa, que se fala em revitalizar o rio e a calha do rio. A água que está na calha do rio não nasceu no rio; nasceu na nascente, nasceu no riacho, nasceu no afluente intermitente, no perene. É o que forma o rio. Então, para salvar o rio, é preciso salvar a bacia do rio, as nascentes, os afluentes, começando essa revitalização por Minas Gerais, ontem, imediatamente. Senão, vamos ter, realmente, algum presidente do futuro que vá lá para colocar, como falei aqui antes, o epitáfio "aqui jaz o Rio São Francisco". Poderá acontecer a mesma coisa com a Região Norte, com o Amazonas, com os rios da Amazônia, com o Tocantins do Senador Ataídes Oliveira, porque a degradação ambiental vem lentamente, quase sem ser percebida. Quando se percebe, é um desastre.

Vejam o que aconteceu em São Paulo agora. Estamos com 24 anos de governos do PSDB, de governos "tucanos", e ninguém levantou a bandeira de que os paulistas iriam precisar de água e que Cantareira não iria ser a solução. E agora querem fazer a transposição do Rio Paraíba do Sul para suprir Cantareira.

Por isso, eu apresentei aqui, no Congresso Nacional, no Senado Federal, um projeto de lei que proíbe qualquer transposição de bacia de rio doador para rio receptor sem antes se fazer completamente a revitalização do rio doador, no caso o Paraíba do Sul. Revitalizem o Paraíba do Sul todo, tirem o esgoto dele, façam o replantio de suas matas ciliares.

Fui visitar São Paulo com dois técnicos do exterior. Disseram que estava faltando água, mas passavam lá o Tietê contaminado, uma cloaca, e o Rio Pinheiros, outro rio contaminado. Esta é a sexta ou a sétima economia do mundo, que não pode tratar os seus rios com tanto desleixo, com tanta falta de atenção, o que está acontecendo agora.

Eu sou uma pessoa indignada com isso. Por que eu sou indignado? Porque eu vi um rio vivo quando eu tinha 15 anos e vejo um rio morrendo agora, e estou percebendo que o Governo Federal vai passar esses quatro anos sem nenhuma ação efetiva para salvar o Rio São Francisco. É uma coisa absurda, indignante! Como Senador, eu me pergunto, de vez em quando, o que eu vim aqui, se a voz de um Senador não resolve, não é ouvida. Ela é até ouvida, é até publicada num jornal, numa televisão, numa rádio, mas não tem eco para que ações de governo se transformem, pela voz de um Senador comprometido com o seu Estado, com os Estados da Bahia, de Minas, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, numa ação efetiva que possa revitalizar o bem mais precioso, a água.

Eu dei um parecer reconhecendo as suas qualidades. Conheço todos os diretores da ANA e sei que vocês podem ajudar muito.

Sejam, antes de tudo, brasileiros, não diretores da ANA, para levantar a bandeira de revitalização dos nossos rios.

Era essa a colocação que eu queria fazer para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senadora Lídice da Mata e Senadora Vanessa, nós estamos aqui inscrevendo os nossos Senadores e Senadoras para os seus questionamentos.

Senador Otto, desde o dia em que V. Exª assumiu a Presidência desta tão conceituada Comissão, eu tenho ouvido V. Exª chamar a atenção dos Senadores e deste Congresso Nacional para esta causa tão séria e tão importante do País.

A primeira vez que eu o ouvi, eu fiquei prestando atenção na forma indignada, contundente com que V. Exª coloca principalmente a situação do Rio São Francisco. Depois, V. Exª chamou minha atenção para os dois rios que circundam o nosso Estado do Tocantins, o Tocantins e o Araguaia, que ficam, ali pelo mês de setembro, literalmente não navegáveis.

V. Exª despertou em mim, realmente, um interesse muito intenso de comprar essa causa com V. Exª. Eu espero que o Congresso Nacional ouça a sua fala e a sua indignação.

Portanto, parabenizo V. Exª e passo a palavra, então, a S. Sª o Sr. Ney Maranhão, para suas respostas ao Relator, Senador Otto.

O SR. NEY MARANHÃO – O Senador Otto colocou três questões, basicamente.

Primeira: como se poderia reduzir o consumo de água em irrigação? Evidentemente, nós estamos passando por um processo de transformação dos nossos métodos, das nossas tecnologias, da nossa agricultura irrigada. Hoje, 96% da área irrigada no Brasil e do consumo de água são feitos por particulares e 3,2% a 4% são destinados a perímetros públicos irrigados, que trabalham mais com irrigação por inundação, sem pressurização, e alguns poucos por gotejamento, quando há fruticultura sendo plantada.

Eu acho que há um espaço enorme para trabalhar a redução do consumo de água em irrigação. O que é necessário, essencialmente, é colocar no solo a água de que ele precisa. Se colocar de menos, a produtividade não acontece; se colocar de mais, está-se perdendo água.

Nós temos feito grandes progressos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, no cultivo do arroz por inundação, há 20 anos, a média era gastar 17 mil metros cúbicos de água por hectare e produzir 3 mil quilos de arroz por hectare, o que dá uma relação de 0,2 de eficiência do uso da água, se considerarmos produtividade dividido pelo consumo de água. Nos primeiros anos de 2000, essa relação já era outra. Já se conseguia gastar só 8 mil metros cúbicos de água por hectare e produzir 8 mil quilos de arroz. Então, nós tínhamos uma relação de um para um.

Mais recentemente, a Embrapa e o Irga, no Rio Grande do Sul, trabalharam variedades de arroz – há uma chamada BRS Pampa e uma chamada BRS Querência – que já estão conseguindo consumir 7 mil metros cúbicos de água por hectare e produzir 9 mil quilos de arroz. Portanto, uma relação de 1,36. Saímos de 0,2 para 1,36 com desenvolvimento genético, com métodos de controle das plataformas irrigadas... Isto no Rio Grande do Sul, um grande consumidor de água para irrigação.

Nas demais áreas, conforme o método que se use, conforme o clima, o calendário agrícola, os cultivares, o tipo de solo, é possível, realmente, ter um rendimento muito melhor do que o que se consegue hoje. Atualmente, temos métodos de GPS digitalizado para acompanhar as máquinas, podemos fazer ensaios de solo e conseguir fazer o mapeamento das variedades das propriedades do solo, das necessidades de adubação e de água, que variam numa fazenda. Então, é possível, hoje, fazer uma agricultura de precisão. E, com essa agricultura de precisão, é possível dar ao solo o quanto de água ele realmente precisa, e não dar excedentes.

Quando nós damos excedentes, nós estamos produzindo alguns efeitos deletérios. O primeiro é o problema da erosão, se essa água escoa em superfície.

Ao mesmo tempo, se eu coloco mais água do que eu preciso, eu estou gastando mais energia do que eu preciso quando eu faço esse bombeamento. Portanto, é antieconômico. Nós estamos deixando de ter ganhos de produtividade, ganhos de economia e gastando mais água do que precisamos.

Essa água volta de alguma maneira, mas ela fica consignada quando se dá uma outorga, e isso pode impedir que outros irrigantes possam se instalar na mesma região.

É preciso trabalhar na extensão rural. É preciso trabalhar na formação de associações de irrigantes de um vale, de uma bacia. É preciso fazer com que eles tenham um sistema de monitoramento das vazões de água. É preciso ter monitoramento hidrometeorológico.

Há exemplos notáveis de desenvolvimento nessa área no Brasil. Eu citaria o caso do Vale do Acaraú, lá no Ceará, onde os irrigantes são cadastrados num banco de dados. Há um sistema hidrometeorológico que transmite, por telemetria, para um centro de computação. Esse centro tem um programa e devolve, por SMS, para os irrigantes qual a dotação que eles devem fazer naquele dia para a cultura que eles têm naquele local em que eles estão instalados.

Portanto, esse é um caminho para a gente perseguir que pode reduzir em 20% ou 30% o consumo de água na irrigação.

Com relação à descentralização...

Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Nesse caso – eu ouvi com atenção o que V. Sª falou –, eu acho que a solução para diminuir o consumo de água com a irrigação é a política do Governo Federal para financiamento da modificação da irrigação por inundação, por água de rega, que gasta muita água.

No meu Estado da Bahia, onde eu visitei, o Vale do Paramirim, onde fica a Barragem do Zabumbão, é uma área seca do Semiárido. Esse Rio Paramirim era afluente do Rio São Francisco, mas não é mais, morreu. Ele não chega mais no Rio São Francisco. Ele era um rio perene belíssimo. Então, todos os irrigantes de Paramirim fazem por inundação e todos encaminharam projetos, para o Banco do Nordeste, para o Banco do Brasil, atrás de recursos para modificar de inundação para gotejamento, e os projetos não foram aprovados.

Ou seja, não haverá nenhuma condição de se gastar 72% de irrigação com água no Brasil se o Governo Federal não tiver uma política normativa e de financiamento, o que é fundamental, para a produção de alimentos e para a economia da água. Eu não vejo outro caminho.

É por isso que eu digo, eu falo sempre, que a coisa tem que sair do papel, não pode ficar na formulação. É muita formulação, é muita lei, muito descumprimento de lei e muito descumprimento de formulação. É dessa crise que eu falo.

E estou citando um caso, mas também conheço os irrigantes lá do Rio Salitre, de outras áreas do meu Estado, do Rio Tinga, que agora está começando a se modificar, no oeste, lá na Chapada...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Dr. Otto, permite-me um aparte? Indo mais perto ainda do senhor...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Essa voz eu conheço. É da Bahia. É a Senadora Lídice da Mata? A senhora manda na Bahia e manda aqui também no aparte, até porque eu a respeito muito.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – O Açude Cocorobó, o maior açude da Bahia...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Ela chegou e eu nem vi.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – ..., ainda não consegue servir a nenhum Município que não seja o próprio onde ele está e também tem o sistema de irrigação por inundação.

Nós apresentamos projeto ao Ministério de Integração Nacional, mas isso até hoje não saiu do papel. É um escândalo! Até porque aquele açude é até, simbolicamente, uma grande referência do que é a falta de água do Nordeste brasileiro. A Guerra de Canudos está aí para comprovar a miséria, a fome e a dificuldade por que passava, e ainda passa, o povo nordestino.

O Açude Cocorobó, com toda a sua importância para a Bahia, não consegue levar água a outro Município que não aquele próprio onde ele está.

Só para fazer um apoio à posição do Senador Otto Alencar, que é também a minha, em relação a essas questões que ele levantou aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – A Senadora tem um grande compromisso com todas essas ações de meio ambiente, de preservação ambiental e de água e é uma baiana de alto relevo político e também moral. Portanto, sua voz vai contribuir muito aqui para que as coisas possam sair do papel, acontecer.

O SR. NEY MARANHÃO – Senador, eu queria só concluir.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Menos que a vossa.

O SR. NEY MARANHÃO – Eu queria concluir, então, dizendo exatamente isto: toda vez que temos possibilidade de criar avanços tecnológicos, nós precisamos de políticas públicas, precisamos estimular e criar mecanismos para que esses agricultores possam fazer as conversões dos seus sistemas e possam, também, adotar manejos mais adequados. Isso é capacitação, isso é difusão, isso é extensão rural, mas é também criar linhas de crédito, associativismo, descentralização, participação no processo.

Então, eu acho que esse é um ponto em que nós temos um espaço enorme para trabalhar no Brasil, ainda mais agora, com a vinda do Cadastro Ambiental Rural, que tem que estar completo até o final deste ano. Nós teremos oportunidade de ter uma radiografia perfeita do que está sendo feito neste País e do que precisa mudar nessa relação entre o agricultor e a água.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu pediria a V. Sª que encaminhasse ao meu gabinete essa relação da irrigação que o senhor explicou há pouco, que reduziu no Rio Grande do Sul...

O SR. NEY MARANHÃO – Com o maior prazer.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – ... com a redução da inundação para gotejamento.

O SR. NEY MARANHÃO – Inclusive as soluções que eles têm buscado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – As soluções... Eu gostaria que o senhor me mandasse.

O SR. NEY MARANHÃO – Eu queria falar mais uma coisa.

Recentemente, foi aprovada a Lei nº 12.787, que institui a Política Nacional de Irrigação. É uma lei que foi criada muito à imagem e semelhança da Lei nº 9.433, de Recursos Hídricos. Ela também fala de objetivos, de diretrizes, estabelece uma política geral e fala que um dos instrumentos importantes dessa Política Nacional de Irrigação seria a elaboração do Plano Nacional de Irrigação e dos Planos Estaduais de Irrigação. A lei

ainda prevê tarifas mais reduzidas de energia e extensão rural, enfim, todos esses mecanismos de estímulo à produção agrícola.

O senhor fez mais duas perguntas.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu queria lembrar aqui. A segunda pergunta eu vou lembrar aqui. É sobre o modelo de descentralização de recursos hídricos.

O SR. NEY MARANHÃO – A Lei nº 9.433 estabelece, como um dos seus princípios, a descentralização. Isso significa que é preciso criar comitês de bacia, conselhos estaduais de recursos hídricos, criar todo um sistema de gestão de recursos hídricos.

Nós temos tido um grande progresso nesse sentido. Nós temos, hoje, mais de 200 comitês de bacia instalados e temos os Estados que já montaram todas essas estruturas: fizeram suas leis, fizeram seus conselhos estaduais, têm suas secretarias que, de uma ou de outra forma, são especializadas em recursos hídricos ou em meio ambiente, que têm uma área de recursos hídricos.

No entanto, ainda havia muita heterogeneidade nesse processo. E a ANA, compreendendo, percebendo essa situação de assimetrias entre os Estados, desenvolveu um programa, chamado Progestão, que visa exatamente consolidar, solidificar e nivelar essa descentralização, de tal sorte que as decisões são levadas até a ponta do sistema através desse sistema de comitês de bacia, sendo que os mais avançados são exatamente os quatro comitês da bacia de domínio da União: Paraíba do Sul, Piracicaba, Doce e São Francisco.

A outra pergunta que o senhor fez...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – A outra pergunta é sobre a cobrança das bacias hidrográficas, as outorgas. Como estão sendo investidos esses recursos? Eles estão indo para um fundo? Eles estão sendo aplicados na revitalização das bacias, dos rios?

O SR. NEY MARANHÃO – Há uma questão que se coloca desde já. Nós temos um passivo muito grande. O senhor falou sobre a degradação das bacias brasileiras. Eu diria que são quase 500 anos de degradação de bacias neste País. O próprio Rio São Francisco serviu de via de penetração para a colonização portuguesa, que foi feita sem o cuidado de preservar os recursos. Temos uma história de exploração dos recursos naturais, em alguns casos até predatória.

O resultado é esse cenário que a Lei nº 9.433, a Lei das Águas, encontrou em 1997: muitas bacias degradadas, bacias que passaram por vários ciclos... A Bacia do Paraíba do Sul passou pelo ciclo do café. Virou tudo pastagem quando a escravatura acabou e não dava mais para produzir café ali.

A Bacia do Rio Doce, em 1920, era selva, Mata Atlântica, habitada por índios e palco de febre amarela. Hoje, é um conjunto de degradação de pastagens, enfim, uma situação que para se recuperar vai levar muito tempo. E são projetos, esses de revitalização, que demandam muitos recursos.

O senhor falou em R$6 bilhões só por causa da Bacia do São Francisco. Talvez seja muito mais do que isso.

O Plano Nacional de Saneamento Básico prevê R$330 bilhões só para se fazer o saneamento básico: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos. (*Fora do microfone.*)

O SR. NEY MARANHÃO – Não, para o Brasil inteiro. São R$330 bilhões para o Brasil inteiro. Isso significa aplicar R$18 bilhões por ano.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Para se ter uma ideia, Dr. Ney Maranhão, este ano estão previstos no Orçamento da União R$1,1 bilhão para a transposição e 175 para a revitalização. E, até agora, não foi aplicado um real. Nós estamos no meio do ano, e ainda não foi aplicado um real através da Codevasf. Só está se pagando a transposição do Rio São Francisco. É uma coisa assim de uma insanidade mental que acontece.

O SR. NEY MARANHÃO – De qualquer forma, creio que os recursos da cobrança nos níveis em que estão colocados hoje, quer dizer, os valores que estão sendo pagos pela cobrança não serão suficientes para se fazer esse resgate da degradação dessas bacias. Então, precisamos de muito dinheiro para fazer esse trabalho e de muito tempo.

Esses processos de revitalização não são rápidos. Eles costumam durar décadas. O projeto de revitalização do São Francisco foi pensado para 20 anos. O senhor sabe bem disso. E, nos primeiros dez anos, ele não evoluiu na trajetória que se imaginava que fosse evoluir, o que significa que terá de ser feito um esforço adicional ou se terá de pensar numa repactuação de cronogramas. E é preciso injetar muito recurso.

Nós temos atuado na Bacia do São Francisco também, na revitalização, e sabemos das dificuldades que existem. Temos trabalhado em Minas Gerais, temos trabalhado no controle da erosão, principalmente em ações de controle de... (*Ininteligível.*)... de fiscalização preventiva, enfim, nesse trabalho de preparação de infraestrutura para a revegetação da bacia.

Não atuamos na parte de saneamento básico, mas acredito que os recursos da cobrança tenham uma parte destinada para o custeio das operações dos comitês e uma parte para ser investida. A decisão de investir é do comitê da bacia. A decisão de onde aplicar está contida em parte no plano e a partir da priorização que

as bacias fazem. Com esses recursos, para se cumprirem todos esses objetivos, levar-se-á pelo menos 20 anos. Essa é a minha avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Satisfeito, Senador Otto? (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Os assuntos são tão parecidos que deveríamos ter feito um bloco só de perguntas para o senhor responder conjuntamente.

Mas, ainda falando dos rios – não é só o Rio São Francisco, como ele disse. Eu sobrevoei o Rio Paranaíba domingo, e ele é só barranco de areia.

Mas não é nem do rio que vou falar. A Lagoa de Parnaguá, no Piauí, é a maior do Estado, uma das maiores do Nordeste: são 72 mil metros quadrados com 74 milhões de metros cúbicos de água. Ela secou totalmente! E o alerta vem há muitos anos. Ela foi diminuindo, houve alerta dos ambientalistas, mas nada foi feito. Então, ela está seca. A lagoa está seca; é só lama. Quando os animais tentam captar alguma coisa de água ficam atolados. E ela abastecia um conjunto de Municípios a sua volta.

Uma das razões que o pessoal aponta foi o barramento de dois rios que alimentavam a lagoa. E a questão do barramento é particular.

Quem fiscaliza isso? É a pergunta que eu faço. Quem cuida disso?

A pessoa, até por não saber, não teve outorga alguma. Por não saber, por ignorância até, ela está criando o seu gado, faz um barramento para ter a sua água. E esse barramento impediu a passagem da água de dois rios que alimentavam a lagoa, que secou.

Então, quem é o responsável por isso?

Desculpe, pode até ser ignorância minha, mas isso preocupa muito.

Nós temos também a Lagoa do Portinho, que é um cartão postal, um ponto turístico no litoral do Piauí, e ela também secou. E sempre a mão humana.

O pessoal fez criação de camarão lá na ponta, canalizou água da lagoa para criar camarão, e a lagoa secou. Então, quer dizer, sempre a mão humana destruindo as nossas águas.

E a preocupação é porque é Nordeste. No Nordeste choveu pouco, mas encheram-se cisternas, mas ainda tem o carro-pipa.

Um sonho que eu tinha era de que chegasse a hora em que não haveria carro-pipa, mas tenho a impressão de que teremos muito mais no ano que vem por conta de toda essa questão de secagem dos mananciais.

A preocupação é: onde os carros-pipa vão pegar água?

Estamos chegando a um caminho em que, cada vez, a água vai ficar mais distante. Então, ainda que ele vá buscar água nos rios que restam, a água vai ficar muito mais cara. É um problema para a Defesa Civil também. Deveria haver um trabalho em conjunto, uma ação mais rápida, porque se ouve falar muito: "Está sendo elaborado um projeto disso e disso". Demora. É preciso atropelar a burocracia. Não vamos atropelar a lei, mas a burocracia precisa ser atropelada para as coisas andarem mais rápido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO – Eu imagino que esses rios de que a senhora está falando sejam rios de domínio do Estado do Piauí Portanto, cabe ao órgão gestor do Estado do Piauí a ação de fiscalização e de punição, de repressão a essa situação, restabelecendo a situação primitiva.

Essa é a primeira medida que eu tomaria. Isso pode ser feito até por denúncia de pessoas para esse órgão da secretaria. Mas, de novo, essas secretarias muitas vezes não têm pessoal, não têm equipamentos, não estão preparadas para atender...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não têm fiscal.

O SR. NEY MARANHÃO – ...a todas essas situações, porque muita gente atua simultaneamente, e o órgão gestor é ainda incipiente no seu corpo técnico. Para isso, inclusive, o Progestão está permitindo a contratação de recursos humanos para os Estados. É um programa que a ANA tem.

Voltando aos seus comentários, o Estado do Piauí é muito rico em água subterrânea. E há também uma preocupação nossa com o desenvolvimento daquela região que se chama Mapitoba, onde o Piauí tem território e é muito suscetível à erosão, aqueles tabuleiros.

Esse é um dos lugares em que a chegada da irrigação precisa ser acompanhada de um controle ambiental, de proteção contra a erosão, para que ela seja realmente útil e não degrade; quer dizer, que ela produza sem degradar. Para isso, é preciso tomar medidas preventivas de planejamento, organização de projetos e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e convido o nosso ínclito, insigne Presidente desta Comissão para assumir a presidência, Senador Otto Alencar.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. E, posteriormente, à Senadora Lídice da Mata.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Ataídes Oliveira, Presidente Senador Otto Alencar, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nosso indicado, Sr. Ney Maranhão, para a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, como membro da ANA (Agência Nacional de Águas).

Dr. Ney, o Senador Otto deu uma aula para nós todos aqui. Ele levantou duas questões que são determinantes para se ter uma visão desse Brasil que queremos. Nós não sabemos para onde estamos indo, e isso é muito preocupante. Nós não temos um projeto de futuro. Nós não sabemos aonde queremos chegar. E ficamos inventando lançamentos de programas e pirotecnia a cada vez.

O Senador Otto comentou, primeiro, o que eu considero um desrespeito para com o cidadão brasileiro, que é um governo ter 39 ministérios. Não são mais 39, Senador Otto; são 38, porque parece que um está vazio, mas já vão ocupar. Daqui a pouco ocupam de novo. E ter gastado bilhões de reais na transposição do Rio São Francisco, obra essa que foi colocada em xeque lá no início.

O Frei Luís Cappio a que V. Exª fez referência, fez greve de fome, colocando o contrário; não foi ouvido pelo Governo, muito pelo contrário.

Então, levou a isso. Era uma obra que já deveria estar pronta há não sei quantos anos, e não se sabe quando ficará pronta. Ou seja, são recursos dos brasileiros que estão saindo, escoando pelas mãos como se água fosse. Eu lamento isso aí.

Na minha região, Sr. Ney, na Amazônia, nós não temos problema de falta d'água; é o contrário. Nós temos 20% de toda a água potável do mundo – lá na Amazônia –, que é uma riqueza que vai valer mais do que petróleo, mais à frente. Será mais valiosa do que o petróleo é hoje.

O aquífero, não só as águas de superfície, mas nós temos o maior aquífero do mundo, que é o Aquífero de Tapajós, maior que o do Guarani, que era o maior, mas agora já foi identificado como sendo o Tapajós o maior aquífero.

Então, em tudo, a Amazônia é solução para o Brasil. Em todos os aspectos. Lamentavelmente, o Governo fica de costas para a Amazônia; não tem um projeto de desenvolver a Amazônia, para que ela possa contribuir mais do que já contribui para o desenvolvimento do Brasil.

O Senador Otto falou, também, e V. Sª, que é lamentável que, em pleno século XXI, a maioria dos Municípios brasileiros, para não dizer quase a totalidade, não possuam rede de esgoto. É inacreditável isso.

O homem já foi à Lua, já voltou da Lua, está querendo ir a Marte, e nós não temos aqui condições de ter a rede e o tratamento de esgoto, que é despejado *in natura* nos rios.

Aí sim, deveria haver um plano, mas que fosse para ser cumprido, porque o plano existe, inclusive com prazos para que Estado e Município possam apresentar o seu projeto. Mas não há recursos para isso ainda, não tem como atender. Mas é preciso dar o primeiro passo.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos declara que a água é um bem de domínio público. Eu perguntaria a V. Sª, já que a ANA vem trabalhando para minimizar os efeitos das secas e inundações nas regiões mais críticas do País, como a ANA deveria proceder no caso, por exemplo, de uma crise de desabastecimento de água para consumo humano.

Nós vimos agora os Estados do Sul e Sudeste, em especial São Paulo, com uma grave crise hídrica de abastecimento humano. Então, eu gostaria de saber se a ANA tem um plano de emergência para isso ou uma solução para a questão da escassez de água para o uso humano.

Uma segunda pergunta. O Programa Produtor de Água, desenvolvido pela ANA, tem como foco o estímulo à política de pagamento por serviços ambientais, voltada à proteção hídrica no Brasil. Quais os principais desafios para implementação sistemática do Programa Produtor de Água no Brasil?

Na sua opinião, que medidas devem priorizadas neste momento: regulação por comando e controle ou aplicação de instrumentos econômicos? Pedimos que exemplifique o tipo de medida escolhida, considerando sua possibilidade de implementação.

São essas questões.

O SR. NEY MARANHÃO – Só um esclarecimento, Senador. Quando o senhor fala sobre opção entre comando e controle e instrumento econômico, o senhor está se referindo exatamente a que situação? A essa crise do Sudeste?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. Fora do microfone.) – Não. A implementação do Programa Produtor de Água.

O SR. NEY MARANHÃO – Entendi agora.

Então, o senhor colocou duas perguntas. Primeiro, o papel da ANA nessas crises do Sul e Sudeste; quer dizer, o Sul e o Sudeste aqui são mencionados como exemplo de uma crise que pudesse acontecer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – A pergunta é se a ANA tem um plano de emergência para atender essas necessidades.

O SR. NEY MARANHÃO – Eu diria que a ANA está fazendo um Plano Nacional de Segurança Hídrica, neste momento. Já tinha começado a fazer e está em desenvolvimento. O plano está avançado e vai colocar em discussão a capacidade de reservação, as áreas críticas. Ele focaliza, principalmente, o Nordeste do Brasil, a região leste, a Região Sudeste e a Região Sul, as quatro regiões que se configuraram como as mais problemáticas do ponto de vista de escassez de água.

Evidentemente, a Amazônia tem que ter um outro tratamento; terá um plano de segurança hídrica, também, mas o tratamento lá é o excesso de água. Nunca tem sido a falta de água.

Está em elaboração, e acho que, em mais um ano, estará pronto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O que falta na Amazônia é água potável, tratada.

O SR. NEY MARANHÃO – Isso. Verdade.

Mas, então, eu acho que isso responde a pergunta de maneira bem objetiva para o senhor. Está em elaboração um plano que vai dar diretrizes gerais para o Brasil naquilo que precisa, de reforçar suas estruturas, de melhorar o que já existe e de exigir planos de contingência depois de cada um dos desdobramentos que vierem daí.

Quer dizer, todas as concessionárias vão precisar ter seus planos de contingência para que possam aplicá-los sempre que os sinais amarelos e vermelhos, as luzes amarelas e vermelhas começarem a acender no painel de controle. Nós vamos ter que saber, exatamente, como proceder e quando proceder.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Sª não acha que a ANA esperou demais para estudar esse plano emergencial? É preciso que tenha o efeito para se combater a causa?

O SR. NEY MARANHÃO – Não, Senador. Na verdade, os planos de recursos hídricos das bacias já contêm um conjunto de ações, também, que visam a ser colocadas exatamente quando se identificam situações de escassez.

Eu diria até que nós temos um registro periódico. Todo ano, desde 2008, sai um relatório de conjuntura, e esse relatório de conjuntura aponta várias situações de escassez e várias situações de excesso de água, ou de enchente de água, onde foram declaradas situações de emergência, onde foram declaradas calamidade pública, e isso tem servido de orientação para um conjunto de ações remediativas e de recuperação desses quadros.

Então, quer dizer, os planos de recursos hídricos, sempre que fazem o diagnóstico de quantidade e qualidade, também fazem uma avaliação dos eventos críticos que têm sido historiados.

Eu diria que, até um determinado instante, os planos de recursos hídricos respondiam por si sós. No entanto, a implementação dos planos de recursos hídricos – aí, sim, o senhor pode fazer uma crítica – não se deu na intensidade que se desejava. E uma das razões é a falta de recursos financeiros para uma grande quantidade de demandas que existem nesses planos. Nós temos um grande passivo a resgatar; durante anos as coisas deixaram de ser feitas.

Houve, inclusive, conceitos que nós assimilamos neste País. Por exemplo, nós não queríamos ter reservatórios, porque achávamos que reservatórios eram coisas que podiam trazer efeitos ambientais indesejados. No entanto, com as mudanças climáticas que se afiguram no horizonte, esse tipo de avaliação muda, o quadro muda. Nós precisamos agora ter reservatório, porque vamos ter menos precipitações pluviométricas, durante longos períodos de estiagem, e vamos ter uma precipitação muito intensa em um curto espaço de tempo. Se eu não conseguir armazenar essa água, eu vou estar em déficit o resto do ano, e essas situações que nós estamos vivendo só se complicarão, porque eu estarei acrescentando dois ingredientes graves: o primeiro é o crescimento demográfico; o segundo, o crescimento econômico. Ambos demandam água. E, se eu tiver uma situação de diminuição dos volumes de água que são aportados, climatologicamente, todos os anos, então, eu terei um problema muito sério.

Por causa disso, fazendo essa previsão de longo termo, agora, e não mais tentando responder localmente a um plano de bacia, a ANA está fazendo um plano nacional, para todo o País, para inventariar as necessidades de infraestrutura, de complementação, para poder fazer frente a um quadro que nós ainda não temos clareza de como vai manifestar-se em termos quantitativos e no Território nacional, especificamente, distribuído.

Então, eu acho que nós temos um grande desafio diante de nós, e até agora a ciência não foi capaz de permitir o desdobramento, o detalhamento, a regionalização das previsões de mudanças climáticas a ponto de eu poder fazer projetos que respondam a essas novas situações.

Nós passamos a navegar um pouco assim. As nossas séries históricas têm uma validade cada vez mais restrita, e as observações que nós fizemos vão ter que redirecionar as nossas séries históricas. Sabemos que, por exemplo, vamos precisar aumentar a drenagem urbana.

Então, a mudança climática vai exigir um investimento em infraestrutura muito grande dos países que vão ser afetados por ela. Então, nós temos que nos preparar para isso. Esse Plano Nacional de Segurança Hídrica é o primeiro passo para construir essa resposta de longo termo para estes desafios que estarão lá em 2040 se apresentando diante de nós.

Sua segunda pergunta é muito interessante. Ela trata do produtor de água e uma experiência que a ANA vem desenvolvendo desde 2006, se não me falha a memória, inicialmente em Extrema, de uma maneira mais restrita; depois, foi-se multiplicando, porque ela teve um efeito multiplicativo por várias outras entidades. Pegando o modelo que foi desenvolvido em Extrema, começaram a aplicar, por exemplo, em Rio Verde, aqui em Goiás, e em vários outros locais do País, alguns contando com o apoio da ANA e outros, simplesmente, pegando as ideias e adaptando-as às suas regiões. E ele se revelou bastante interessante no sentido de melhorar a qualidade do território e melhorar, também, a disponibilidade de recursos hídricos.

Então, agora, pensa-se em uma expansão desse programa, utilizando-o não como um comando e controle, mas utilizando-o como um instrumento econômico realmente, quer dizer, como um estímulo econômico para que os agricultores, os guardiões das nossas águas no Território brasileiro, possam ser remunerados e cuidar da revegetação, da proteção das águas, dos aquíferos, do nosso Território.

Então, eu acho que ele é, efetivamente, um instrumento econômico e não um instrumento de comando e controle.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, só um...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Tem a palavra o nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O Brasil está cometendo um erro que vai custar muito caro às gerações futuras.

Por várias vezes, em audiências públicas e uma ou duas específicas para isso, não conseguiram dar a justificativa de por que o Brasil adotou o modelo de geração de energia a fio d'água e não por reservatório.

A energia hídrica é a única que pode ser acumulada nos reservatórios. A eólica e a solar têm de ser produzidas e ligadas no sistema imediatamente; não há como se fazer reserva disso.

E a solução que nós tínhamos para os problemas de geração de energia, fora a térmica, era a acumulação através de reservatórios. Todas as hidroelétricas que estão sendo feitas agora são feitas a fio d'água; não há acumulação. Ou seja, se houver uma diminuição do volume de água, vai parar de produzir. Diferentemente se tivéssemos reservatórios: a água estocada seria para que gerasse energia.

Não sei se a ANA teria alguma justificativa para que se tivesse alterado a geração hídrica por bulbo, por turbinas a fio d'água.

Outra pergunta rápida: Israel usa a dessalinização da água. Isso seria uma possível solução para essas áreas que nós temos com problemas de secas, onde temos o mar próximo? Qual seria o custo dessa dessalinização?

O SR. NEY MARANHÃO – Primeiro, o senhor falou das usinas. Uma usina a fio d'água é feita quando não há condições de se construir um reservatório. Esse é um princípio de projeto de engenharia. Quando eu não tenho condições de construir um reservatório, terá que ser a fio d'água.

Por várias razões, às vezes queda...

Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu vou discordar de V. Sª porque as usinas de fio d'água foram uma opção do Governo.

O SR. NEY MARANHÃO – Espera aí. Eu queria chegar aí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não é porque não pode ser feito o reservatório. O reservatório poderia ser feito em todas elas.

O SR. NEY MARANHÃO – Senador, entenda...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Apenas haveria uma área maior de alagamento.

O SR. NEY MARANHÃO – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – E aí é que vem a questão.

Então, não é por não poder fazer o reservatório; é por opção do Governo de que não seja feito o reservatório.

O SR. NEY MARANHÃO – Talvez eu não tenha me expressado bem. Eu estava começando a resposta e comecei com um princípio teórico que diz que, quando eu não posso construir um reservatório, a usina terá que ser a fio d'água, especialmente se ela tem uma boa queda, não é? Então, eu ganho queda, mas fico sem a vazão regularizada.

Eu diria que, por exemplo, uma usina como a de Itaipu trabalha quase a fio d'água hoje, mas ela tem um reservatório, porque ela possui uma cascata por detrás dela, e Itaipu tem 0,89 de fator de capacidade, quer dizer, um belíssimo fator de capacidade.

Tucuruí, em compensação, com o seu grande reservatório, tem o fator de capacidade de 0,49. Não é tão alto, mas, se comparado aos modelos europeus que funcionam com 0,25, 0,30, ela é uma usina muito boa.

Então, a razão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. Fora do microfone.) – Da mesma forma que Itaipu, Tucuruí precisava ter tido outras obras de engenharia para melhorar o seu fator.

O SR. NEY MARANHÃO – Isso. Ela foi construída antes das outras. Se começassem por Serra da Mesa, então, quando Tucuruí fosse a última, teria um fator de capacidade bem mais alto.

Mas, de qualquer modo, a escolha por fazer as usinas a fio d'água foi exatamente porque o setor elétrico preferiu fugir à discussão e aos retardamentos no licenciamento ambiental dos seus projetos. Como lhe disse, houve um momento em que reservatórios envolviam deslocar pessoas da área do reservatório, e isso se constituía em uma grande dificuldade, inclusive para os financiamentos internacionais do Banco Mundial; existiam restrições quanto à fauna e à flora, quanto aos barramentos para os peixes. Então, eles acabaram escolhendo essa opção.

Acaba que, se não tem um grande reservatório, há mais barragens na cascata do rio.

Então, é discutir se você tem uma grande pegada hídrica em um só reservatório ou se você terá várias pegadas hídricas em vários reservatórios. Acho que o somatório pode até ser maior do que aquele reservatório só.

Em outras palavras, eu acho que a discussão foi bastante emocional, a gente não teve a tranquilidade de fazer algumas escolhas, em que algumas usinas hidrelétricas deveriam ter reservatório; em outras, quem sabe, poderíamos abdicar deles, mas o fato concreto é que o Brasil possui, hoje, qualquer coisa como 3.700m^3 por habitante. Distribuídos pela população brasileira, temos 3.700m^3 de água armazenada, e, se tirassem os reservatórios do setor elétrico, nós ficaríamos com 327 só. Esse é um fato concreto.

Quer dizer, houve uma política do setor elétrico para construir reservatórios no passado, e essa política, hoje, é a principal fonte de armazenamento de água deste País. Este é um fato concreto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEY MARANHÃO – Ah, sim, dessalinização.

Eu acho que a dessalinização talvez seja o último estágio de busca de soluções não convencionais para o abastecimento de água. Por quê? Porque eu preciso, para cada metro cúbico de água gerado, gastar 3,5kW. Portanto, eu gasto energia. E, para muitos países, essa energia não é hidrelétrica; essa energia é fóssil. Portanto, quando eu crio água dessalinizada para mim, eu estou queimando, estou gerando gases de efeito estufa. Além disso, o preço é bem mais caro.

Fazer junto ao litoral é outra restrição: somente junto ao litoral.

Então, eu acho que nós podemos perseguir outros objetivos primeiro, como regulamentar o reuso da água; estabelecer regras de diminuição da nossa demanda, controlar um pouco a nossa demanda. Nós temos espaço ainda para trabalhar essas coisas antes de chegar à dessalinização, que seria um caso extremo e limitado apenas ao nosso litoral.

Só por curiosidade, eu mencionaria que nós praticamos a dessalinização hoje no País, nos postos do Nordeste que têm água salinizada. Lá, nós estamos fazendo um programa chamado Água Doce, em que nós recuperamos estes postos e criamos uma estação de dessalinização por osmose reversa. E o custo está saindo, por habitante, nessas comunidades rurais – como são comunidades rurais, não temos como levar a água doce e adutoras, nem nada; são pequenas comunidades, 400 pessoas –, a R$450,00 por cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Concedo a palavra à nobre Senadora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEY MARANHÃO – Não. O investimento total do poço. O poço gera mil litros de água por hora para pequenas comunidades, de até 400 pessoas, e ele custa, o investimento todo – as membranas, a recuperação do poço, treinamento – R$450,00 por pessoa, o que é bastante atrativo. É muito mais barato do que levar uma adutora para 400 pessoas só.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Tem a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente e caro Sr. Ney Maranhão, que se candidata, participando desta sabatina para compor a ANA, a questão da água e a questão ambiental são tão graves no mundo hoje que, além de diversos encontros internacionais que movimentam o mundo, nesta próxima quinta feira – já foi vazado – o Papa Francisco lançará a sua encíclica, que já está sendo chamada

de Encíclica Verde. É um documento de 200 páginas que analisa a situação ambiental no mundo, condena os excessos e dedica uma parte, inclusive substancial, à discussão dos recursos hídricos.

O Papa Francisco, ao fazer isso – eu não tenho dúvida – encontra-se cada vez mais com o pensamento do seu povo, do povo católico, que espera uma renovação da Igreja Católica, justamente no sentido de que ela aborde, cada vez mais, a vida, e oriente a vida dos católicos em face dos graves problemas que vive a humanidade.

E é nessa direção que nós voltamos a tratar dessa questão dos recursos da água. O Brasil tem realmente muita água e passa a ideia de que é um país que não precisa ser econômico no uso dos recursos hídricos.

Eu acho que essa deve ser uma primeira questão a ser debatida pela ANA e a ser revertida. A ANA tem que fazer uma ampla campanha nacional, campanha até publicitária, de utilização dos recursos hídricos. Durante toda a seca do Semiárido, eu canso de chegar a uma cidade do Semiárido e ver coisas como uma pessoa lavando de mangueira um carro, justamente numa área extremamente difícil para acesso à água.

Eu acho que a ANA, como uma instituição voltada, uma agência voltada justamente para o cuidado dos recursos hídricos nacionais, deveria ter uma ação de chamar a atenção do Brasil para a situação dos nossos recursos hídricos, da possibilidade de escassez, como aconteceu agora em São Paulo, já aqui destacado e denunciado pelo Senador Otto Alencar.

Mas eu gostaria de fazer duas perguntas e um comentário a mais – para ser um pouquinho chata – sobre a situação do Rio São Francisco.

A Bahia viveu um momento de grande dificuldade quando da discussão da Transposição da Bacia do Rio São Francisco. Por quê? Nós temos 70% do rio, que atravessa o nosso território, e se passou a imagem para o Brasil de que se tratava de uma atitude de egoísmo dos baianos, que, tendo tanto acesso ao rio, negavam aos seus irmãos nordestinos a possibilidade de acesso à água para consumo humano, em primeiro lugar, e também para a agricultura e as atividades econômicas.

Ora, o que nós estamos vendo é que, independente do andar da carruagem das obras da transposição, a Bahia está convivendo com diversas áreas e grandes áreas de morte do rio.

Então, em vez de nós estarmos dividindo um recurso, que tínhamos abundante, nós estamos, na verdade, vivendo a parte da dificuldade desses recursos hídricos – como aqui já foi denunciado diversas vezes –, com o rio em situação cada vez mais difícil e em áreas em que o rio está praticamente seco, onde se atravessa andando de uma margem à outra do Rio São Francisco.

Essa situação faz com que a Bahia vire agora uma pedinte: nós estamos pedindo uma parte da obra da transposição para o eixo sul do rio, para ver se melhora o abastecimento de algumas cidades nossas, como se essa fosse a questão.

E a questão não é essa, muito bem colocado aqui pelo Senador Otto Alencar e já também colocada outras vezes aqui por nós, por outros Senadores do Nordeste, como é o exemplo do Senador Valadares, que é o autor de um projeto que cria o Fundo Nacional de Revitalização do Rio São Francisco. Eu, como Deputada Federal, tive oportunidade de votar esse projeto, e, até então, nada acontece, Senador Otto Alencar, como V. Exª já destacou.

Então, para nós, vai ficando uma situação... Eu sei que o senhor não tem responsabilidade, mas, como técnico, diz: "Não, é preciso ter paciência, porque esse processo precisa de muitos recursos e precisa de muito tempo".

Ora, mas nós estamos ouvindo isso há muito tempo. Isso quer dizer que, se o primeiro passo não é dado, não há caminhada. É preciso que o Governo, que a ANA tenha uma posição muito clara em relação à revitalização do Rio São Francisco.

Eu apresentei uma ideia de nós criarmos um corredor ecológico em torno do Rio São Francisco, para que nós garantíssemos a sua revitalização. O Governo diz que não é possível, que não é de iniciativa parlamentar propor isso como um projeto de lei, mas também não toma a decisão de fazer isso por iniciativa própria.

Então, eu quero deixar aqui o meu protesto e o meu pedido de que a ANA tome iniciativas reais na defesa da revitalização do Rio São Francisco.

Mas, finalmente duas perguntas. A primeira – eu tenho um requerimento, já aprovado nesta Comissão, presidida pelo Senador Otto Alencar, que já programou essa discussão mais para frente – pergunta é: qual a razão de a ANA autorizar a diminuição da vazão da Barragem de Sobradinho? Que análise o senhor faz dos impactos sociais, econômicos e ambientais da diminuição da vazão da Barragem de Sobradinho para a nossa região?

Inclusive, o Senador Fernando Bezerra já fez uma grande reunião, lá na sua terra, na ligação entre a Bahia e Pernambuco, em Petrolina, e onde estiveram presentes também muitos representantes da nossa cidade de Juazeiro, para que nós pudéssemos discutir os impactos dessa posição da ANA. Eu gostaria de entender que razões levaram a ANA a autorizar essa medida? E também saber se a ANA tem alguma política de apoio aos

Estados, no sentido de dar capacidade aos Estados de gerir um programa de segurança hídrica para cada um dos Estados.

Nós sabemos que os Estados brasileiros, com o atual Pacto Federativo, não dispõem de recursos que os coloquem em condições de ter a gestão dos seus recursos hídricos e a preservação dos seus rios.

Na Bahia – o Dr. Otto tem falado, e eu também aqui nessa questão do Rio São Francisco –, por exemplo, há um rio que é muito caro para mim e para ele, que é o nosso Paraguaçu, que abastece a cidade de Salvador e uma boa parte das cidades. Nasce na região dele, mas vai desembocar na minha Cachoeira, terra onde nasci. E é um dos principais rios da Bahia.

Ora, sem recursos, o Governo do Estado da Bahia não pode hoje desenvolver um programa ousado de revitalização do Rio Paraguaçu.

Qual é a ação da ANA nessa direção?

Essas eram as duas perguntas que gostaria de fazer, além de recolocar a questão do Cocorobó, porque nós apresentamos isso, Senador Otto, ao Ministro de Integração Nacional. Trouxemos o prefeito de Canudos, com a Câmara de Vereadores e representantes de produtores da região, para solicitar um modelo, um estudo de reconversão do perímetro daquele Açude Cocorobó, que é o maior açude da Bahia; tem, como já disse, um sistema de garantia de acesso à água para produção por inundação, e não por gotejamento; e uma perda permanente de água por evaporação; e, com tudo isso, um tamanho, uma dimensão que poderia atender 22 cidades, se fosse feita essa reconversão de perímetro. E, hoje, abastece apenas metade da cidade de Canudos, onde ele está. Isso é um crime, claro, num Estado e numa região com as dificuldades de abastecimento, de acesso à água que tem o Semiárido baiano e brasileiro.

O SR. NEY MARANHÃO – Primeiro, queria voltar, se a Senadora me permite, a um comentário da senhora, quando se referiu ao fato de que toma tempo e de que precisava começar já.

Eu concordo: temos que começar o mais cedo possível, mas precisamos também ter certeza de que não resolvemos as questões em um ano; quer dizer, precisamos de ações continuadas...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sim, sem dúvida.

O SR. NEY MARANHÃO – Não podem ser intermitentes, têm que ser continuadas. E nós temos de começar no momento em que...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Mas tem que ser começada e depois continuada.

O SR. NEY MARANHÃO – Com certeza, e, de acordo com a priorização que a gente faça, da gravidade de cada situação dessas.

Eu queria responder, primeiramente, a sua segunda pergunta, porque ela me ajuda na primeira.

De fato, eu diria que a ANA já tem começado ações no sentido de capacitação dos Estados para trabalhar a sua segurança hídrica. Uma das ações mais importantes de que tenho notícia é exatamente a Sala de Situação que a ANA ajudou os Estados a montarem. Essa sala permite a integração de todas as informações de natureza hidrológica e hidrometeorológica, a antecipação de problemas e o encaminhamento de soluções.

Ela pode ser trabalhada em dois momentos: no momento da observação, em que os dados chegam, são trabalhados e se transformações em informações e em decisões; o segundo momento é a resposta, que, muitas vezes, pode ser até de outras secretarias – Defesa Civil ou Secretaria de Obras, assim por diante.

Sobre capacitar, evidentemente sempre há a possibilidade de capacitar. Assim como falei do Programa Progestão, acho que vamos ter grandes mudanças nos próximos anos com essa injeção de recursos que o programa vai fazer, especialmente na capacitação e no aparelhamento e equipamento dessas instituições gestoras de recursos hídricos de cada Estado.

Portanto, tenho notícia de que a Bahia já está engajada nesse processo também. Agora, é medir os resultados.

É importante destacar que esse programa passa recursos todo ano, mas exige uma contraprestação, que é o cumprimento das metas acordadas entre o órgão gestor e a ANA, e que são validadas pelo próprio Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Portanto, descentraliza-se o processo decisório e tem a participação da sociedade.

Então, acho que esse caminho... Se a Bahia... Aí, é questão de a Bahia também escolher segurança hídrica como prioridade dela. Ela pode ter escolhido outros pontos como prioritários para esse primeiro ano, e, quem sabe, no segundo ano, ela pode escolher esse. Eu não sei exatamente o que a Bahia tratou.

Então, com relação à questão de Sobradinho, eu não tenho participado desses processos decisórios, mas a informação que tenho é de que, se essa vazão não fosse reduzida, nós chegaríamos a um ponto em que Sobradinho secaria e o rio secaria.

Portanto, é como aconteceu em São Paulo. Na Cantareira, havia 33m³/s passando todos os dias para a região metropolitana de São Paulo; hoje, passam 13, e chegará a 10 em outubro, se o quadro continuar dessa maneira.

Portanto, precisamos ter uma visão de futuro e uma estratégia para chegar ao futuro, de alguma maneira.

É claro que sempre há um preço, porque o projeto original não foi feito para trabalhar assim, mas, como estamos em uma situação excepcional, é preciso encontrar um denominador que permita atender...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEY MARANHÃO – Tanto quanto sei, foram feitos ensaios, foram feitos testes. O Ibama participou. Houve monitoramento de um processo experimental de 15 dias ou 10 dias, em que essa vazão foi solta, para ver as repercussões, os impactos e tudo mais. E, agora, se não há melhoria na condição hidrometeorológica, vai ter que cumprir isso para chegar ao fim do ano com água em Sobradinho e com água na calha de São Francisco, a jusante de Sobradinho. Essa é a informação que tenho.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Em Cantareira, a função da ANA foi de avisar ao Governo do Estado de São Paulo dos perigos a que o Estado de São Paulo estava colocado? A ANA teve uma ação proativa?

O SR. NEY MARANHÃO – Sim. Eu acompanhei inclusive uma dessas reuniões. Sou testemunha disso e até diria que a solução de explorar o volume morto saiu de dentro da ANA.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – O. K.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agradecendo a participação da Senadora Lídice, passo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu vou ser bem rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Até porque o senhor vai ser responsável pela apuração dos votos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – O.k., e já está um pouco avançado o horário.

Já é sabido por todos nós, brasileiros, que o sistema hídrico no Brasil implodiu. Aqui estamos com a presença do Presidente e dos demais diretores da nossa querida ANA (Agência Nacional de Águas).

Só quero fazer uma indagação porque quero entender.

Hoje, o Presidente Otto nos deu aqui uma verdadeira aula, e eu vou me aproximar um pouco mais dele, para que me ajude mais nessas informações. Esse requerimento que ele fez a V. Sª a respeito daquelas informações, eu gostaria de ter o compartilhamento também dessas informações, Sr. Ney.

Tenho apenas uma indagação a fazer: o Ministério da Integração Nacional tem lá sua Secretaria de Recursos Hídricos, inclusive com orçamento extraordinário. Sabemos que temos aqui centenas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – É infraestrutura hídrica. Isso, obrigado.

Temos centenas de projetos Brasil afora e, segundo o próprio Ministério, mais de 70% desses projetos estão paralisados ou com diversas irregularidades. Também temos, no Ministério da Integração, a Secretaria de Desenvolvimento Regional, que é Água para Todos.

Eu pergunto a V. Sª: como é esse trabalho feito pela agência e por essas duas secretarias, a de infraestrutura hídrica e a de desenvolvimento regional, que têm realmente um bom Orçamento. E eu também não tenho conhecimento do Orçamento da ANA.

Como é feito esse trabalho? Quem, nessas duas secretarias e na agência, é o maior responsável pelo sistema hídrico no nosso País? Essa é a pergunta.

O SR. NEY MARANHÃO – Bom, acho que há uma distinção básica aí. A ANA é uma agência reguladora, mas que também realiza estudos, opera uma rede, mas ela não faz obras.

A principal preocupação da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração é fazer obras. Então, projetos de irrigação, projetos de infraestrutura hídrica de grande porte, barragens, açudes, isso é uma missão do Ministério da Integração. Não é uma missão da ANA. A missão da ANA é dar outorga, se a obra for em rio de domínio da União, e é também emitir um certificado de qualidade hídrica da obra, do projeto, o Certoh (Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica).

Então, essas são as missões.

O olhar da ANA é um olhar para o Território nacional, no sentido de implementar a gestão de recursos hídricos de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos da Lei nº 9.433. Então, ela tem que ter um controle

da situação dos recursos hídricos nacionais. Para isso, ela emite um relatório todos os anos, chamado Relatório de Conjuntura, onde ela descreve o estado das águas do País. Se ela identifica que o estado das águas do País não é bom, como não é em muitas das capitais deste País, ela está lá apontando uma necessidade de correção de rumos. Se ela identifica que é bom, então, precisamos manter essa situação.

Ela faz isso segundo quatro grandes dimensões. Ela avalia as disponibilidades hídricas do País – então, ela funciona quase como se fosse um banco central das águas do País; diz quanta água tem em cada bacia. Ela vai dizer qual é a qualidade dessa água e ela vai dizer quais foram as anomalias que aconteceram com relação à regularidade dessas águas no País – se teve seca, se teve enchente, onde teve e onde não teve. E destaca um ou outro evento importante, para que possamos aprender as lições com esses eventos. Por exemplo, a grande cheia do Rio Amazonas há alguns anos, em Manaus; a cheia do Rio Madeira, no ano passado.

E isso tudo é reportado com detalhes dentro desse relatório.

A segunda vertente desse relatório faz um balanço das demandas: quanto se está gastando de água neste País pelos diversos usos e nas diversas bacias.

A terceira é a vertente das vulnerabilidades, onde nós temos problemas de qualidade, onde nós temos problemas de demandas.

E a quarta vertente é a da gestão, onde ele faz um relato de tudo o que foi construído na gestão neste País: comitês que foram criados; leis, resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que foram emitidas; arrecadação com a cobrança pelo uso da água.

Tudo isso é reportado lá de forma transparente, para que todos possam saber.

Esse é o grande papel da ANA como agência reguladora.

O Ministério da Integração, por intermédio de sua Secretaria de Infraestrutura Hídrica, está preocupado em fazer projetos e licitações de obras de infraestrutura hídrica.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas sob os olhos da ANA, então?

O SR. NEY MARANHÃO – Vai passar por lá a outorga, se for rio de domínio da União.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Maravilha. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu quero agradecer a presença de todos e destacar a presença do Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da ANA; do Dr. Paulo Lopes Neto, Diretor da Área de Gestão; e do Dr. João Gilberto Conejo, Diretor da Área de Regulação.

Solicito que o Senador Ataídes proceda ao escrutínio para a escolha do Dr. Ney Maranhão.

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Então, são 12 votos SIM; e 01 NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Teve uma votação expressiva: quase 95% dos votos. Foi mais votado do que qualquer Senador neste Senado, qualquer Presidente da República.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Há mais um voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Outro voto "sim". Então, vai para 96%. Eu me elegi na Bahia só com 56%, e estou feliz da vida. Então, o senhor deve estar também feliz da vida por ter sido eleito hoje com 96% dos votos.

Está aprovado, portanto, por mérito, pela história e pelo seu currículo.

Eu o parabenizo e espero que o senhor possa contribuir na ANA, com seus conhecimentos e seus compromissos, com a questão das águas no Brasil.

Não vou continuar a reunião.

Vou declarar encerrada a reunião por falta de quórum para observação dos requerimentos e dos projetos que estão sobre a mesa, convocando reunião para a próxima terça-feira, quando serão observados todos os projetos, todos os requerimentos que estão postos aqui. Está encerrada a presente reunião, que aprovou o nome do Dr. Ney Maranhão. (*Palmas.*)

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2015.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia dezessete de junho de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Vanessa Grazziotin**.** Deixam de comparecer os Senhores Sena-

dores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim e Douglas Cintra**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA, destinada a realização de audiência pública para discutir a eficiência das entidades que compõem o Sistema "S", em atendimento ao Requerimento RMA 7/2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira. Comparecem como convidados: Luiz Moan Yabiku Júnior, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA; Francisco Balestrin, Presidente da Associação Nacional de Hospitais Privados – ANAHP; Fernando Pimentel, Diretor Superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT (representante de: Rafael Cervone – Presidente da ABIT); e Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAR. A Presidência concede a palavra aos convidados, pelo tempo de dez minutos. Após a exposição dos convidados, o Senhor Presidente usa da palavra para tecer comentários e perguntas. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e onze minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Ataídes Oliveira,** Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Bom dia a todos e bom dia a todas.

Declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se a discutir a eficiência das entidades que compõem o Sistema S, em atendimento ao requerimento da CMA nº 7, de 2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que neste momento preside esta reunião, e também Vice-Presidente desta aludida Comissão, CMA.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Desta forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o nº 0800-612211.

Passamos, então, a chamar os nossos ilustres convidados: o Sr. Luiz Moan Yabiku Júnior, por favor, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). (*Palmas.*)

Também, o Sr. Francisco Balestrin, Presidente da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp). (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Herivelto Bastos, Presidente da Associação dos Comerciantes de Material de Construção do Pará (Acomac), representante do Sr. Cláudio Elias Conz, Presidente da Anamaco.

Encontra-se?

Não se encontra.

Convido, também, o Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear). (*Palmas.*)

Convido, também, o Sr. Fernando Pimentel, Diretor Superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), representante do Sr. Rafael Cervone. (*Palmas.*)

Primeiro, então, eu quero cumprimentar a todos e a todas, agradecer imensamente a presença dos senhores, que aceitaram gentilmente o nosso convite, para a gente falar um pouco sobre o Sistema S. Então, agradeço a todos os senhores. Eu sei que a responsabilidade dos senhores diante dessas associações é de tamanha relevância para a nossa economia brasileira.

No dia em que eu fiz o requerimento eu disse: vão vir aqui os donos do PIB deste País, não deste PIB negativo. Então, eu sei que é muito difícil o deslocamento dos senhores, mas eu acredito que eu tenha sido bem sucedido neste nosso convite e que nós tenhamos aqui hoje proveito deste nosso encontro. Então, quero agradecer, novamente, a presença dos Senhores.

Podemos ter aqui uma dinâmica: passamos a palavra aos senhores e depois eu quero falar sobre o Sistema S com os senhores. Mas antes eu gostaria, aqui, de dizer sobre a importância do Sistema S em nossa economia.

Eu venho da contabilidade, quando garoto, passei pelo Direito Tributário, empresário há 30 anos administrando alguns negócios em nosso País, com muita dificuldade, como os senhores aqui sabem, e cheguei ao Senado Federal pelos desígnios de Deus e aqui estou.

Quando cheguei aqui em 2011, eu percebi que o País, este País, este gigante adormecido, continuo dizendo, tem vários gargalos que impedem o nosso crescimento econômico, vários gargalos, diversos. Com esse

Governo, então, foi elevado ao cubo esses gargalos. Mas um deles é a mão de obra brasileira, se eu estiver enganado, salvo melhor juízo de V. Sªs. Nós temos uma mão de obra desqualificada e uma produtividade muito baixa dos nossos trabalhadores.

Eu fui verificar, então, onde é que estava esse gargalo e o porquê dessa mão de obra desqualificada do nosso trabalhador. E cheguei até o Sistema S, Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar, a própria Apex-Brasil, Sescoop, fui buscar informação e não encontrei informação nenhuma. Mas eu tive a feliz sorte em conseguir um pedido de auditoria junto ao TCU no Sistema S.

Essa auditoria não foi feita *in loco*, porque o TCU não possui pessoas, mas, de acordo com os dados fornecidos por essas entidades, o TCU, então, formalizou vários acórdãos e, em conformidade com esses acórdãos, eu acabei até escrevendo um livro, porque não havia nenhuma informação e diante dessas informações eu acabei escrevendo um livro que eu denominei *A Caixa Preta do Sistema S*, que nós vamos colocar aos senhores.

Eu sempre tenho dito aqui, no Senado Federal, que eu sou um defensor do Sistema S, que foi criado na década de 40, conforme os senhores sabem. Um sistema maravilhoso. Permitam-me um exemplo, não me levem a mal com esse exemplo, mas o Sistema S, para mim, é como uma garota linda e bela que cresceu e se prostituiu.

Nós temos aqui um projeto de aprimoramento do Sistema S, que eu criei uma lei geral, para aprimorar o sistema e corrigir as deficiências desse sistema, que é tão importante para a nossa economia, para o nosso País, para nós aqui e para os senhores, que representam grandes categorias.

Eu queria fazer, em princípio, este ligeiro comentário: sou um defensor, e a nossa intenção aqui é tão somente aprimorar e fazer as correções devidas.

Eu quero dizer aos senhores as informações que possuo do Sistema S. E quero também os senhores.

Hoje o cenário econômico deste País é caótico. Não tenho dúvidas de que os senhores talvez possam, inclusive, dar aula para nós, pois estão na ponta, como também estou, mas os senhores estão mais à ponta.

A elevação dessa taxa de juro para combater essa inflação é o único remédio que este Governo tem, é o único, ele não em outro. Ele não acha que a produtividade pode resolver o problema, como os Estados Unidos fizeram. "Vamos aumentar juros, porque aumentando juros, vamos debelar a inflação." Produção, não. Com isso, então, vem a recessão. Vem a recessão e, então, a desmotivação dos nossos empresários, que geram emprego e renda e pagam impostos neste País. E decorrente dessa desmotivação dos nossos empresários está aí o nosso quadro.

Divulgou-se que as empresas estão sem fazer investimento este ano, 46% das empresas não fizeram investimento este ano, e nem vão fazer. Empresa que tem um patrimônio de R$200 milhões, se vender esse patrimônio ou empregar esse capital no mercado financeiro, vai ganhar muito mais.

Então, os nossos empresários estão desmotivados. Com isso vem o tal do desemprego. Todo mundo ficou desempregado. E esse é o bicho papão deste Governo, que ainda não acordou para esse ponto. Sobre esse emprego que eles dizem ser de oito ponto qualquer coisa eu fiz uma pesquisa e cheguei à conclusão de que, lamentavelmente, nosso desemprego está acima de 20%. Essa metodologia é errática. E depois do desemprego, então, vem a criminalidade.

Eu queria só fazer esses breves comentários. Agradeço os senhores por ter me ouvido fazê-los, e é até um desabafo, porque aqui, em vez de aumentar a taxa de juro, eu aposto, e eu falei com o Ministro Levy: vamos produzir, vamos produzir. Nós temos que chamar os novos empresários, sentar com eles e incentivá-los, porque a lei de mercado equilibra, controla essa tal inflação. Agora, chegaram à conclusão de que vão ter que chamar realmente os empresários para conversar. Passou da hora, está muito tarde. Já há um desemprego, eu diria, em massa.

Era só essa introdução que eu queria fazer.

Gostaria, então, de passar a palavra aos senhores. E depois faço as minhas considerações.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Moan Júnior, Presidente da Anfavea, para as suas considerações.

Estamos aqui um problema de tempo, Dr. Luiz, mas a Casa é nossa. Vamos pensar em dez minutos. Eu devo gastar daqui uns 30 a 40 minutos para fazer a exposição do Sistema S aos senhores. E os senhores têm dez minutos, mas se precisarem de um pouco de tempo, não há problema. A Casa é nossa.

O SR. LUIZ MOAN YABIKU JÚNIOR – Bom dia a todos e a todas.

Permita-me, caro Senador Ataídes, em seu nome cumprimentar a Casa, a Comissão, os Senadores presentes e dizer que eu tenho uma satisfação muito grande de discutir esse assunto. Eu ingressei na indústria automotiva há 40 anos, justamente na área de recursos humanos, dentre uma das tarefas, cuidando da parte de aprendizagem industrial. Então, eu conheço bem os efeitos positivos do treinamento da qualificação que as nossas associadas fazem. E elas fazem via de regra em convênio com o Senai, apoiando-se no trabalho do Senai.

E nós, indústria automotiva, temos hoje um quadro de funcionários extremamente qualificado. Eu posso reputar que boa parte dessa qualificação advém de vários organismos do Sistema S, entre eles, o Senai, como eu disse, no treinamento, qualificação básica.

Como o senhor disse, nós estamos numa crise neste momento. Eu tenho hoje cerca de 30 mil funcionários ou em férias não voluntárias, férias determinadas, *lay-off*, justamente para que possamos enfrentar a crise deste momento. E aí, neste momento de dificuldade, mais uma vez o Senai tem nos apoiado com a requalificação profissional desses funcionários nossos que estão colocados dentro do chamado sistema de lay-off.

Mas eu acho que não se esgota aqui o papel. Eu acho que o Sesi tem um papel muito importante, impossível de suprir a necessidade de ensino básico, mas tem um belíssimo trabalho na parte de ensino básico.

Saindo um pouco da área industrial e indo para a comercial, a nossa rede de concessionários, temos hoje quase seis mil concessionários pelo Brasil inteiro, utilizando inclusive treinamento promovidos pelo Senac na área comercial.

Na área dos nossos clientes, o Sest, ligado à área de transporte, tem qualificado e trabalhado com muita intensidade, inclusive com a Anfavea no treinamento dos caminhoneiros, dos grandes frotistas.

E eu queria destacar ainda o papel do Sebrae agora, que está fazendo, na minha visão, um belo trabalho de gestão, de preparação, de treinamento em gestão dos micro e pequenos empresários. Não tenho dúvida de que serão parte da sustentação do desenvolvimento econômico do Brasil daqui para frente.

Eventuais falhas podem acontecer? Sem dúvida, mas aí é uma questão de gestão. E quando a gente fala em gestão, eu gostaria de lembrar, Senador, um ponto específico. O Sistema S tem uma visão nacional, mas a sua gestão é descentralizada.

Nós temos fábricas em sete Estados da Federação, nesses sete Estados, as nossas associadas e a minha própria empresa trabalhamos muito em conjunto com os gestores de vários organismos do Sistema S para que possamos buscar em conjunto uma maior eficiência e eficácia.

Então, acho que é um trabalho nosso também estarmos juntos com essas entidades, com esses organismos, melhorando a gestão de cada uma delas. Essa é a posição nossa.

Agradeço aqui a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Dr. Luiz por suas considerações.

Passo a palavra ao Dr. Francisco Balestrin, Presidente da Associação dos Hospitais Privados.

O SR. FRANCISCO BALESTRIN – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador, pelo convite.

Nós, como entidade estruturante do setor de saúde, gostamos sempre de participar dessas discussões exatamente para trazermos a nossa contribuição. Ao mesmo, cumprimento os meus colegas de entidades associativas, que vêm trazer o seu ponto de vista.

Vamos fazer breves comentários a respeito dos recursos humanos no setor de saúde, que é evidentemente um setor fundamental para o nosso País. Hoje representamos algo em torno de 9,3% do PIB, o que significou no ano passado algo em torno de R$480 bilhões, que foram divididos entre o setor público e o privado, sendo 45% para o setor público e 55% para o setor privado.

Há de se chamar atenção para o fato de que, das dez maiores economias do mundo, somente duas têm este perfil em que o setor privado é maior que o setor público: os Estados Unidos, evidentemente, e o Brasil. E há de se considerar, evidentemente, que a sociedade brasileira tem uma estrutura socioeconômica e cultural muito diferente da americana. Então, teoricamente, não deixa de ser uma iniquidade você ter o setor privado maior que o setor público.

E também é importante que os senhores saibam que, no setor privado, nós temos, basicamente, dois elementos de sustentação do setor: os chamados planos de saúde, as chamadas operadoras de planos de saúde, a medicina suplementar, que correspondem, do total de R$280 bilhões de despesas, a algo em torno de R$110 bilhões, e os outros R$170 são as despesas *out-of-pocket*, despesas que nós brasileiros fazemos tirando dinheiro diretamente do bolso, para pagar política farmacológica, para pagar pequenos procedimentos que não são cobertos, para, eventualmente, aquelas pessoas que têm cobertura apenas do SUS e não se contentam com a espera, às vezes, de meses para um procedimento acabarem fazendo um procedimento pago, muitas vezes financiado por um esforço grande da família para dar saúde àquele cidadão.

A ANAHP...

Próximo, por favor.

O senhor quer que eu troque?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ MOAN YABIKU JÚNIOR – Ah, tá bom!

Então, por favor.

A ANAHP é uma entidade representativa dos hospitais brasileiros. Nós somos 71 hospitais no Brasil como um todo. Acredito que nós estamos em 15 Estados brasileiros e acredito que a maior parte desses hospitais seja de conhecimento dos senhores: o Albert Einstein, o Sírio-Libanês, os hospitais da Rede D'Or, o HCor, o Oswaldo Cruz, vários hospitais daqui, de Brasília, o Vita de Curitiba, o Mãe de Deus, o Moinhos, em Porto Alegre... Ou seja, é aquele conjunto de hospitais que, de alguma forma... No Tocantins ainda não temos nenhum, Senador. São, basicamente, aqueles hospitais onde a gente, de alguma forma, vê que existe um esforço grande no sentido de melhoria de qualidade e assistencial e, ao mesmo tempo, um esforço grande no sentido de governança corporativa e de estruturação dos seus processos.

No ano passado, esse conjunto de hospitais faturou algo em torno de R$21 bilhões. Eu queria que os senhores soubessem que o Brasil tem 6.300 hospitais, e esses 71 hospitais faturaram, no ano passado, R$21 bilhões, o que significou, aproximadamente, 30% de todas as despesas com medicina suplementar no nosso País e, praticamente, 50% de todas as despesas hospitalares no nosso País no setor privado.

E esses outros número que temos aí, de cinco milhões de atendimento em pronto-socorro, uma quantidade muito grande, só para configurar para aqueles que, eventualmente, não conhecem a entidade.

Nós temos ainda esses números que os senhores podem ver.

A maior característica das instituições é que elas são focadas no processo de acreditação. Acreditação é a certificação que existe para o setor industrial ou de serviços. Na área de saúde, é chamado de acreditação, sendo que as principais são as chamadas acreditações internacionais, uma americana, a Joint Comission, e uma canadense, a Accreditation Canada, e temos também o processo de acreditação nacional, chamado ONA.

Quais são os nossos desafios para atrair e reter profissionais do setor de saúde à medida que não fazemos parte do Sistema S, inclusive uma lembrança que eu queria trazer para os senhores?

Em 2014, dos 391 mil empregos formais que foram criados no nosso País, 56 mil deles foram no setor hospitalar. Ou seja, um para cada sete empregos criados no Brasil foi no setor hospitalar. Não estou nem falando do setor de saúde, porque seria maior, mas do setor hospitalar, da prestação de serviço de saúde. Nós geramos mais de cinco milhões de empregos no setor de saúde e algo em torno de dois milhões de profissionais com formação para profissional de saúde. Ou seja, nós temos um conjunto de algo em torno de cinco milhões, sendo que dois milhões deles são profissionais técnicos no setor de saúde, porque, evidentemente, além dos profissionais técnicos, que lidam diretamente com a assistência, existem todos aqueles profissionais de suporte administrativo, de suporte técnico, de logística, de engenharia, de administração... Ou seja, no total, são cinco milhões.

Nós convencionamos chamar esses cinco milhões de profissionais de profissionais de saúde, porque, afinal de contas, eles estão inseridos no contexto. São, evidentemente, trabalhadores altamente especializados – os senhores vão ver que quase 40% dos profissionais que trabalham, que atuam dentro de uma instituição de saúde têm uma formação universitária ou uma formação de, no mínimo, nível médio, e sempre com especialização.

Todas as profissões do setor de saúde são altamente regulamentadas – os médicos, a enfermagem, a fisioterapia –, ou seja, praticamente todas as profissões são regulamentadas e existe uma forte presença de terceirização no nosso setor, principalmente em algumas áreas administrativas e muito também nas áreas de atenção direta.

Só para falar um pouquinho a respeito do nível de escolaridade, vocês vão ver que 65% dos nossos profissionais têm, no mínimo, nível médio completo, e 21% são aqueles que têm o superior completo, ou seja, é um conjunto de profissionais altamente qualificado, até porque lidar com uma mercadoria, vamos assim colocar, tão importante e tão nobre, que é a vida humana, se incorpora e se impõe realmente a existência de profissionais altamente qualificados.

Esse é um aspecto importante, porque vocês vão ver que de 2013 para 2014, portanto de um ano para o outro, nós tivemos um incremento no salário médio mensal dos profissionais ligados aos hospitais da ANAHP de quase 38%; é um número enorme. Isso, vocês irão ver mais à frente, tem a ver principalmente com a dificuldade de retenção de profissionais que nós temos hoje. Os profissionais optam por atuar em outros tipos de trabalho, porque, evidentemente, atuar dentro de instituições de saúde é muito doído, muito sofrido, as jornadas de trabalho são muito repetitivas e, muitas vezes, bastante pungentes, então os profissionais, se você não criar para eles outros tipos de qualificação, de retenção eles têm dificuldades. O salário, a gente vem comprovando, e vocês vão ver, quando eu falar em rotatividade, que esse não é o principal dos itens, mas nós temos, eu não sei quanto são nos outros setores, um salário médio em torno de R$2,9 mil, que significa um salário relativamente alto dentro do contexto do nosso País.

Aqui vocês verão o índice de rotatividade que, apesar de tudo, é alto. Praticamente, 25% dos nossos profissionais mudam a cada ano. Isso traz para a instituição um trabalho enorme...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO BALESTRIN – ... porque nós acabamos perdendo um conjunto muito grande de profissionais, e temos que gastar, novamente, em treinamento, gastar novamente em inserção, gastar novamente na capacidade de trazer. Então isso cria...

A taxa de desligamento é muito alta. O desligamento voluntário em torno de 55%.

O tempo médio e o preenchimento de vagas hoje também é muito alto, em torno de 30 dias. E quando falamos em enfermagem é algo em torno de 40 dias, principalmente pela desqualificação do profissional que existe no mercado – existe uma desqualificação enorme sob o ponto de vista de condição técnica, condição pessoal e, muitas vezes, condição humana mesmo. Então, nós temos que trazer essas pessoas. E o que é interessante, nos primeiros 90 dias, que é o período de experiência, praticamente 20% do pessoal que é trazido desiste e acaba saindo voluntariamente.

A taxa de absenteísmo é alta, em torno de 3%.

A quantidade de profissionais por tipo de profissional, principalmente por aqueles profissionais com deficiência física – e vocês sabem que as instituições de saúde têm uma necessidade de ter profissionais com deficiência dentro da estrutura, aliás todas as instituições têm –, a nossa dificuldade é que no setor técnico, para nós, fica mais difícil agregar profissionais que tenham competência, que se sujeitem à estrutura de trabalhar de madrugada, trabalhar em instituições que tenham de fazer esforço, ou seja, isso é uma condição para nós.

Finalizando, Senador, temos aqui algumas possíveis sugestões que a gente pode trazer exatamente para enriquecer o debate.

Primeiro, o Sistema S para a saúde. Não existe o Sistema S para a saúde. O Sistema S para a saúde está dentro do Senac, dentro do comércio. O setor de saúde, no nosso País, por incrível que pareça, é considerado comércio. E, praticamente todos os treinamentos que são feitos dentro do Setor S de saúde são treinamentos de interesses diretos do setor de saúde, na medida em que cursos como cosmetologia, podologia, Shiatsu são considerados investimentos no setor de saúde.

Evidentemente, quando falamos de hospitais e outras estruturas, estamos falando de coisas completamente distintas: estamos falando de enfermeiros, de médicos, de profissionais altamente qualificados, de cursos focados na gestão de materiais, focados na gestão de pessoas, focados na gestão de infecção hospitalar, que é nosso ponto principal.

A outra seria atualização da legislação para pessoas com deficiência, até para enriquecer o debate aqui, na medida em que é difícil hoje termos um equilíbrio entre aquilo que o "mercado", entre aspas, consegue fornecer e aquilo que as instituições precisam agregar. A maior parte das nossas instituições têm mais de mil funcionários, e, temos de ter 5% do nosso corpo de funcionários com deficiência física, o que torna absolutamente difícil essa consignação.

E também há a chamada regulamentação da terceirização, à medida que eu disse, no instante inicial, que temos um conjunto muito grande de profissionais ligados à terceirização.

Obrigado, Ministro, e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Muito obrigado, Dr. Francisco, pelas suas exposições. Para mim, já contribuiu bastante.

Passo a palavra ao Dr. Fernando Pimentel, Diretor Superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Bom dia, Senador. Bom dia a todas e a todos É um prazer e uma honra poder participar desta reunião, tratando de um tema crucial para o nosso desenvolvimento, que é formação, capacitação, produtividade e competitividade.

O senhor fez considerações muito precisas sobre o estágio atual por que passa a economia do País, e, entre outros fatores, o mais fundamental, sem dúvida alguma, é a capacitação de recursos humanos, para sairmos dessa posição.

Eu represento um setor, através da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), entidade com mais de 50 anos de existência, que tem como fator fundamental levar e trazer não só os aspectos institucionais das nossas relações com todos os governos, mas também uma agenda particular e própria que se insere profundamente naquilo que temos com o Senai e outras instituições de ensino e capacitação.

Tenho, digamos assim, quase 40 anos nessa indústria e convivo com ela desde os teares com lançadeira, quando a quantidade de pessoas trabalhando nas fábricas era enorme, e, hoje, com operações altamente

automatizadas. Portanto, se não tivéssemos tido a capacidade de desenvolver propostas capazes de adaptar toda qualificação e formação das pessoas, realmente não teríamos chegado aqui.

Gostaria de destacar, Sr. Senador e público presente, que a indústria têxtil e de confecção do Brasil é a quarta maior do mundo em termos de produção de vestuário, a quinta maior em termos de têxteis e a maior do Ocidente quando consideramos a cadeia produtiva integrada; ou seja, o Brasil tem todos os elos da cadeia produtiva da matéria-prima natural e sintética, até o produto final.

E faço menção aqui embaixo, na parte mais externa desse infográfico, da profunda relação e necessidade de integração com as escolas técnicas e com toda parte de centros de pesquisa em desenvolvimento, objeto de uma atenção maior mais à frente. Então, esse setor é relevante sob o aspecto de geração de riqueza, impostos, etc., e empregos fundamentalmente, e também é um setor que depende muito da inovação para manter-se competitivo. O Brasil vive um sanduíche; ou seja, nem somos um país de custo baixo, como aqueles que enfrentamos no comércio mundial – China, Índia, Paquistão, etc. –, nem estamos na fronteira do conhecimento. Portanto, nosso desafio de encontrar o nosso espaço nesse mercado mundial não é pequeno e nós só o faremos se tivermos pessoas competentes, capazes e motivadas, integradas e integrando cada vez mais academia e indústria.

Os grandes números estão aqui: US$54 bilhões de faturamento. Nós temos aqui que o pagamento de salários no ano passado foi no valor de R$18 bilhões, o quarto maior pagador de salários da indústria de transformação, o que mostra sua importância e capilaridade.

Pegando um pouco carona com o Luiz, meu amigo, nós somos um setor extremamente distribuído em todo o Território nacional. Temos atividades formais registradas em mais de 3 mil Municípios. Consequentemente, toda a integração com as instituições de ensino e capacitação depende enormemente de um trabalho em rede e da capilaridade dessas próprias instituições.

Uma referência ao PIB, da indústria de transformação: nós temos 4,9% desse PIB e 10,6% dos empregos. Adicionando calçados, que tem muita afinidade com o nosso setor, juntos temos 6,8% e 16,5% dos empregos na indústria de transformação. Esses empregos são: cerca de 50% de pessoas com ensino médio completo, 5% com ensino superior, 17% com ensino fundamental e o restante distribuído em outras categorias que eu não tenho aqui de cabeça, mas posso endereçar àqueles interessados.

Essa indústria, como eu falei anteriormente, está distribuída em todo o Território nacional, porém ela apresenta uma concentração na Região Sudeste; as Regiões Sul e Nordeste, crescendo a participação; o Centro-Oeste, com o avanço da cultura do algodão, também está atraindo unidades produtivas; e o Norte menos adensado nesse segmento, porém, se destacando na área de juta e outros elementos que compõem essa cadeia que, eu volto a repetir, é a maior cadeia produtiva integrada do Ocidente.

O senhor falou de produtividade. Esse é um tema que está na pauta de qualquer indústria que pretenda realmente sobreviver no mundo. O Brasil já foi mais produtivo. O Brasil, na década de 70, início da década de 80, tinha uma participação no comércio mundial superior à da China e Índia. E a nossa produtividade, comparada com a daqueles países, era muito maior. Infelizmente, a trajetória da nossa Nação não privilegiou a formação e a qualificação das pessoas e estamos pagando um preço elevadíssimo hoje.

E eu digo, Sr. Senador, que uma boa parte do que nós temos na nossa indústria hoje, se não a maioria, advém dos trabalhos que nós fazemos com as instituições de ensino e fundamentalmente com o Senai, que é o nosso braço maior. O Senai CETIQT, no Rio de Janeiro, só para dar o exemplo de algumas ações de que nós estamos tratando, hoje, em cadeias globais de valor, que é um tema em que o Brasil ficou à margem, na medida em que não estabeleceu acordos e convênios com países mais desenvolvidos, nós estamos tentando correr atrás do tempo. Hoje, nessa questão de formação de profissionais de comércio exterior para trabalhar com a manufatura 4.0, nós temos em andamento a confecção contemporânea, com o Senai CETIQT e com a Fundação Certi, temos o trecho de 2030, que são as projeções e rotas tecnológicas. E há demanda de profissional para essa manufatura 4.0. Saímos de atividades repetitivas para atividades que empoderem as pessoas, e isso exige formação da base, muitas vezes. Você não consegue tirar diferença só no ensino técnico, mas ele é fundamental.

A questão da rotatividade. Aqui eu acho que é um problema de todos, ou seja, atrair e reter talentos, como atrair e reter talentos. Nos últimos anos tem sido difícil, por quê? Porque a economia vinha crescendo, gerando emprego, programas assistenciais, nada contra eles, abrindo espaço. E é legítimo que as pessoas se movimentem dentro das melhores oportunidades que elas entendem para si. Mas essa temática da produtividade está inserida na nossa ação junto com o Senai CETIQT, inclusive com pilotos que nós deveremos coordenar agora, intitulados Indústria Mais Produtiva, começando com programas de três, quatro, cinco meses, até programas mais alongados para atender uma base de empresas que se viu ali: 33 mil companhias com 5 ou mais funcionários. Mas, para o senhor ter ideia, nós temos 90 mil empresas, entre têxteis e confecção, com um

ou mais funcionários e 100 mil registros no Microempreendedor Individual. Então, atendimento a essa massa de pessoas é um grande desafio.

Com relação ao Senai, o que nós temos de mais vinculados são exemplos de alguns cursos: auxiliar de confecção, de costura, confeccionador de bolsa – são cursos operacionais –, técnicos em tecelagem, técnicos em vestuário, modelagem, afora as formações superiores e 72% dessas pessoas têm encontrado colocação no mercado de trabalho no seu primeiro ano de formadas.

No âmbito do serviço de tecnologia e inovação, onde nós estamos inserindo mais, toda essa parte laboratorial que o Sr. Fernando, dos hospitais, falou você não exporta mais se não tiver um trabalho profundo de acreditação dos seus produtos, sejam eles na área hospitalar, com substâncias danosas, segurança infantil, tudo isso requerendo do país um investimento pesado, coisa que está sendo feita neste momento. E essa expansão dos Institutos Senai de Tecnologia que já operam em 35 Estados – desculpe, 35 já operando em 14 Estados –, expandindo mais, como os senhores verão no mapa mais à frente.

Fica um pouco difícil enxergar aqui, mas essa é a distribuição do Instituto Senai de Tecnologia, onde nós estamos interagindo, levando, como o Brasil é muito grande, através da Abit, os convênios com os sindicatos locais, com as federações locais, trabalhando no Sibratec, trabalhando nessa formação e capacitação, porque sem pessoas treinadas, motivadas e com espírito empreendedor, nós vamos ficar patinando e vamos entregar aquilo que nós conseguimos conquistar nos últimos tempos.

Ainda indo um pouco indo para o Sesi, é de um tamanho gigantesco o que tem sido feito em termos de atendimento. E, além da parte técnica e de educação básica, há uma série de treinamentos voltados à segurança do trabalho, à saúde, ao bem-estar, coisas que têm que estar inseridas numa estratégia de competitividade e de ganhos de produtividade que é fundamental para o nosso desenvolvimento próximo futuro.

Eu gostaria de encerrar dentro do prazo regulamentar, dizendo que, como o Luiz colocou, existem, evidentemente, discussões nos comitês temáticos para saber o que está e o que não está atendendo, aquilo que deve ser melhorado, aquilo que deve ser extinto, aquilo que deve ser incrementado.

Mais do que nunca estamos vivendo um momento em que o ensino está catapultado a sua real posição. Nós não vamos ter competitividade neste País sem formação das pessoas. E eu entendo que o grupo, a rede Senai, todo o Sistema S, o Sebrae...

Hoje nós estamos trabalhando com os encadeamentos produtivos tanto a partir do varejo, puxando da produção, quanto do montante da produção das grandes indústrias e levando conhecimento para a indústria de confecção, que é o elo mais frágil dessa cadeia produtiva, porém o elo que mais emprega. E 75% dos empregos são das mulheres. Então nós temos que cuidar da questão da gravidez, da saúde da mulher, da higiene da mulher em várias áreas, como transporte, segurança. Em determinadas regiões metropolitanas é difícil trabalhar à noite, os maridos não querem, porque há insegurança no deslocamento do trabalho.

Enfim, produzir no Brasil é um desafio. Nós acreditamos no Brasil, não neste Brasil que vivemos hoje, neste momento, do juro alto. Nós estamos entalados numa praga dos economistas dos juros altos ou da esquerda atrasada que quer taxar e gastar. No meio do caminho tem a gente, que paga. E está ficando difícil pagar essa conta num momento tão dramático como o que estamos passando.

Mas nós temos confiança no futuro. A indústria têxtil e de confecção sempre foi proeminente no País e vai continuar sendo. E nós entendemos que esta audiência tem muito valor e importância para tratarmos da visão holística do processo de capacitação e de qualificação das pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Agradeço ao Dr. Fernando.

Deixe-me só dar uma palavrinha? Permita-me.

Agradeço a exposição do Dr. Fernando.

Lamentavelmente, o Dr. Luiz terá que se ausentar, porque tem um encontro no Palácio. Espero que esse encontro seja de grande valia para a nossa economia. Nós sabemos que a indústria automobilística emprega milhares de trabalhadores e roda essa nossa economia, Dr. Luiz, mas eu queria fazer um ligeiro comentário.

O senhor disse que a mão de obra na indústria automobilística, assim como nas redes – inclusive eu faço parte da rede Honda – está bem atendida pelo Senai e pelo Sesi, falando-se da indústria. Quanto às concessionárias, com relação ao Sesc e ao Senac, também está indo muito bem. O senhor também disse que o Sebrae tem tido uma prestação de serviço também muito boa, não é?

É lamentável que hoje eu não tenha a oportunidade de falar para o senhor um pouco sobre o Sistema S, do qual, volto a repetir, sou defensor, mas que precisa ser muito melhorado. Eu não tenho esse tempo, mas vou tê-lo um dia. Vou marcar um dia com o senhor e dar um pulinho lá. Eu só queria fazer um ligeiro comentário.

A gratuidade do Sistema S hoje, segundo a própria informação do Sesc, do Senac, do Sebrae, do Sesi, não ultrapassa 10%. Isso está nos acórdãos, nesse livro. Dez por cento. Ou seja, essas entidades, que foram cria-

das com a finalidade de tão somente qualificar a mão de obra e levar lazer e saúde ao nosso trabalhador, não prestam 10% de gratuidade. Eu queria deixar esse recado para o senhor.

Outro fato de tamanha relevância diz respeito a esses cursos ora cobrados. São valores exorbitantes, acima do valor de mercado. Então esse é um problema. E houve aqui uma pequena contradição, quando o Dr. Francisco Balestrin disse que a qualificação técnica, a qualificação da nossa mão de obra realmente não é boa.

O custo Brasil é muito alto. Hoje nós sabemos disso. Esse é o grande problema.

V. Exª, que representa essa grande categoria, paga 2,5 para a categoria, se for indústria, Sesi e Senai e, se for comércio, Sesc e Senac. Paga mais 0,6 para o Sebrae e paga mais 0,20 para o Incra. Acho que poucos aqui sabiam disso. Quem sabia disso? Mas são poucas pessoas. Aqui dentro do Senado Federal, você pergunta a dez Senadores e onze não sabem. Paga-se 0,20 sobre o salário bruto do trabalhador. O que a indústria automobilística tem a ver com o Incra, e assim por diante? Isso dá um percentual de 3,3% sobre a folha de pagamento bruta. Isso aumenta o custo Brasil.

Lamento a saída de V. Sª, mas aguardo um dia poder falar aqui sobre o Sistema S e, juntos, trabalharmos em prol dessas correções para a gente ter realmente esse sistema funcionando.

O senhor quer falar?

O SR. LUIZ MOAN YABIKU JÚNIOR – Apenas para agradecer e, sem dúvida, vamos marcar um tempo mais longo para conversarmos, até para colocar três pontos: a questão dos cursos que utilizamos no Senai, nós também, como empresa, adicionamos pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO. Fora do microfone.) – Não são gratuitos, não?

O SR. LUIZ MOAN YABIKU JÚNIOR – Não. Por quê? Porque entendemos o seguinte: nos últimos anos, efetivamente, o custo Brasil e o custo de operação cresceu de uma maneira extraordinária. E muitas vezes, nós precisamos de cursos específicos. Então, nós ajudamos financeiramente no desenvolvimento desses cursos específicos.

Em relação a setor automotivo, por exemplo – pouca gente sabe também, Senador –, temos aqui no Brasil montadoras que desenvolvem inteiramente um veículo. Nós temos engenharia, pesquisa e desenvolvimento aqui no Brasil que já desenvolveram e continuam desenvolvendo veículos. E, muitas vezes, nós precisamos de um treinamento específico.

Nesse treinamento específico é que talvez saia o milagre da multiplicação, porque, ao atender a um pedido específico ou a um curso específico, o *know-how* de treinamento naquele novo tema permanece com o Senai, podendo fazer a multiplicação desses conhecimentos.

Mas, Senador, com muito prazer, nós marcaremos uma nova data e conversaremos mais amiúde.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Dr. Luiz, vou só lhe fazer uma perguntinha.

V. Sª sabe quanto o Sistema S tem aplicado no mercado financeiro no Brasil?

O SR. LUIZ MOAN YABIKU JÚNIOR – Olha, nós temos algumas informações através das federações onde nós temos montadoras, onde temos plantas. O montante total, não, porque nós temos plantas em sete Estados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu vou dar a informação aos senhores: R$15 bilhões estão aplicados no mercado financeiro hoje. Ou seja, o Sistema S virou um fundo de pensão. É aí que eu estou querendo, juntamente com os senhores, fazermos essas correções.

A arrecadação do Sistema S, hoje – não sei se os senhores sabem –, a CGU nos mandou uma correspondência: em 2012, foram R$23 bilhões; em 2013, R$27 bilhões; em 2014, R$31 bilhões. E acredito que este ano chegue a R$36 bilhões. São R$15 bilhões aplicados no mercado financeiro! Isso não está certo!

Quero saber qual é a indústria brasileira que, hoje, tem R$500 milhões disponíveis aplicados em banco! Só R$500 milhões e não R$15 bilhões. Então, alguma coisa está errada. E nós temos que investir na qualificação dessa nossa mão de obra. Esse é o meu objetivo nessa reunião para conversamos.

V. Sª esteja à vontade, nós vamos continuar com os nossos companheiros.

O SR. LUIZ MOAN YABIKU JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Senador, um abraço, satisfação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Passo a palavra, então, ao Dr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas), que até há bem pouco tempo não pagava o Sistema S. Mas o Sest/Senat, através do Senador Clésio Andrade e todo o seu lobby, colocaram mais esse segmento para pagar e engordar os caixas do Sistema S.

Com a palavra, o Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Bom dia, Senador, bom dia a todos. É um prazer estar aqui, atendendo a esse convite da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Senador, para ser bem objetivo, somos um setor que passou por um processo de desenvolvimento bastante importante nessa última década. A aviação brasileira tem quase 90 anos e vem vivendo diferentes momentos. Destacadamente, a partir de 2002, com a liberação das tarifas, dois movimentos são percebidos claramente pela sociedade: o primeiro é o triplicar do número de passageiros. Passamos de 30 para pouco mais de 100 milhões de passageiros/ano, no País, em uma década.

O segundo movimento é a queda no valor do preço médio das passagens aéreas. Em 2002, uma passagem aérea tinha o preço médio de R$520. Hoje, as passagens têm preço médio ao redor de R$278,00. Isso fez com que as empresas naturalmente associadas à Abear – são sete empresas: Gol, TAM, Avianca, Azul, TAM Cargo, TAP e a Boeing, que, no caso, não está incluída aqui no faturamento – faturassem na aviação comercial brasileira aproximadamente R$30 bilhões por ano; R$31 bilhões por ano é o faturamento dessa aviação. Para o ano de 2020, temos uma previsão de chegar a 200 milhões de passageiros/ano. Dos atuais 520 aviões que hoje voam pelo Brasil, pretendemos estar voando com pouco mais de 800 aviões; dos atuais 120 Municípios atendidos pela aviação, queremos chegar a pouco mais de 200.

Os desafios que hoje enfrentamos, primeiro, são de ordem estrutural, quer dizer, para atingir essas metas é necessária a contínua ampliação da infraestrutura aeroportuária. Em segundo lugar, temos desafios do ponto de vista dos nossos custos. Destacadamente o grande tema, repetido incessantemente pelos meios de comunicação, das distorções e diferenças entre o mercado brasileiro e o mercado internacional, é que o dado mais claro, Senador, entre a passagem aérea que pagamos, o senhor paga e eu pago, é que 40% do custo é querosene de aviação, quando a média internacional é de 33%. Esse sete pontos, que correspondem a 20% de diferença hoje, impactam diretamente os preços das passagens aéreas.

Se nós, hoje, dividimos praticamente pela metade o preço da passagem aérea em uma década, o que, hoje, nos impede de continuar esse movimento de queda já não é mais a tecnologia, o investimento ou o que chamamos de lição de casa interna, mas fatores que estão além da capacidade de governança interna da indústria, porque estão vinculados à estrutura de preços, quer seja a praticada pela Petrobras, que seja a tributação efetuação em cada Estado brasileiro.

Outro grande componente de custo é o ICMS. O Brasil é o único País do mundo que tem tributos regionais sobre querosene de aviação. Muitas vezes, o consumidor embarca em um avião em Guarulhos com destino a Fortaleza e, de repente, percebe que o voo para Fortaleza custa mais caro que o voo para Buenos Aires – são distâncias semelhantes – e fica irritado com isso. Por quê? Ele não sabe que o Brasil é signatário de acordos comerciais internacionais. Como não se tributa regionalmente o voo em Buenos Aires, não se pode tributar aqui o voo que vai para lá. Ora, já que se tributa internamente, esse tributo é feito. Portanto, o mesmo equipamento que põe querosene de aviação no avião que embarca para Buenos Aires e para Miami põe querosene no avião que embarca para Fortaleza, Brasília ou Manaus.

Esse que embarca para Fortaleza é tributado e o outro não é tributado. Portanto, nós estamos exportando capital líquido por conta de injustiças e distorções tributárias.

Nesse cenário de desafios, a aviação tem uma característica bastante interessante, Senador, nós temos o nosso crescimento contratado independente do cenário nacional. Por quê? Porque, falava há pouco o Luiz, nosso colega da área automobilística, da Anfavea, quando a gente quer comprar um automóvel, a gente vai em uma concessionária e, em boa parte dos casos, você sai de lá com o seu automóvel, ou você vai ter que esperar 15 dias, 18, 20, vai ter que montar o assunto A, B ou C.

Nós não entramos em uma fábrica de avião e saímos pilotando o avião, nós o contratamos para três anos, cinco anos, quatro anos, por conta das características da indústria, o que me tomaria amanhã inteira para explicar detalhes. Mas o fato é que nós contratamos um avião que nos será entregue em três anos, por exemplo.

Por termos, portanto, o crescimento contratado, para nós, planejar formação e qualificação de mão de obra é fundamental. Nós sabemos hoje quantos pilotos terão que estar voando daqui a dois anos, quantos atendentes têm que estar no aeroporto daqui a seis meses, quantos técnicos em manutenção têm que estar prontos para atuar, em que tipo de aparelho e daqui a quanto tempo. Isso é planejado, isso é contratado. Isso já faz parte do nosso processo.

Nesse sentido, somos um setor de uso intensivo de mão de obra. Para ser bem específico, essas empresas todas hoje contratam diretamente pouco menos de 100 mil pessoas, quase 90 mil pessoas, e o conjunto da cadeia produtiva envolve pouco mais de um milhão de pessoas, se somarmos todos os fornecedores e todos os produtos e serviços que giram ao redor da existência e da chegada do avião, da partida dele, em determinado Município.

Nesse sentido, e aí vale a pena esclarecer uma informação, fomos nós que procuramos o Sistema CNT, não foi o Sistema que nos procurou. A aviação, por uma decisão muito antiga, do tempo em que a Varig era –

digamos – a rainha dos céus do Brasil, todos nós temos saudades da Varig, a Varig tomou uma decisão de não se confederar, porque ela relacionava-se com todas as indústrias.

Esse tempo passou, hoje a aviação é um setor que compete tanto quanto qualquer outro. E é um dos setores, talvez ao lado do setor têxtil, absolutamente disposto à concorrência internacional. O Fernando eu já tive oportunidade de vê-lo descrevendo como é a competição internacional do setor têxtil, no nosso, vocês a veem todos os dias, porque todo dia alguém opta entre uma empresa brasileira e uma empresa estrangeira, para ir daqui pra qualquer outro país e voltar. E essa competição é livre, hoje é aberta.

Portanto, nós somos um dos setores brasileiros que disputa mais de peito aberto e disputa mais na ponta da faca com o mercado internacional. E não nos queixamos disso. Isso é parte da nossa vida. Quando a gente entra nesse setor a gente sabe quais são as regras do jogo, que são, inclusive, definidas internacionalmente.

Por isso qualificação de mão de obra, para nós, é um assunto absolutamente vital. Por quê? Porque nós disputamos a permanência do nosso profissional com empresas internacionais.

Um profissional para entrar em um avião, para falar só dos profissionais de bordo, que o tempo vai acabar logo, é um profissional que pode pilotar, no caso dos tripulantes de cabine, piloto e copiloto, ou pode atender um tripulante comercial, um comissário, tanto em uma empresa brasileira como em uma empresa americana, italiana, sueca, do Qatar, de Dubai, de onde for. Por quê? Porque os padrões de formação são rigorosamente os mesmos definidos pela Icao e pela Iata, são as duas entidades internacionais, sem os quais nenhuma empresa aérea é certificada, um pouco, digamos, similar à acreditação, a que se referir no Dr. Balestrin, a acreditação no nosso caso é a certificação Iosa.

Certificação Iosa são os *standards* internacionais, é aquilo que é fundamental para que um avião possa cruzar de um país para o outro. Se ele não tem a certificação Iosa, ele não é autorizado a fazer isso. Porque são esses certificados que garantem que ele está cumprindo com todos os padrões técnicos, operacionais e fundamentalmente de segurança para que possa fazê-lo. O que significa inclusive a habilitação para operar em outro idioma que não seja o seu; daí a necessidade da língua inglesa.

Isso faz com que a nossa mão de obra seja extremamente qualificada, portanto, com necessidades de formação bastante específicas. Não seria adequado dizer que mais elevadas que de outras categorias. Cada categoria tem os seus níveis de excelência, de especificação e tem os seus profissionais de ponta. No caso dos nossos, isso envolve os profissionais não apenas de nível superior, mas, inclusive, os técnicos.

O meu técnico de manutenção, por exemplo, tem que saber atuar num equipamento que chega para ele todo, inclusive o seu manual de instrução, em outro idioma, e ele não pode vacilar. Imaginem, os senhores sabem o que significa segurança para a aviação. É uma espécie de dogma, é como se fosse a santa. Não se ofende isso.

Portanto, nós tomamos a decisão, como indústria, de nos associarmos ao Sistema Sest/Senat. Esse sistema passou a nos atender há pouco mais de um ano. Já nos atende em cinco modalidades de formação de mão de obra. Nós estamos extremamente satisfeitos com o resultado. Começamos e, aí a pedido nosso, inauguraram um modelo exclusivo para nós, que é o modelo de MBA, porque nós precisamos, na nossa média gerência, formar o pessoal para uma visão sistêmica do que é a aviação, que é uma cadeia produtiva que envolve diversos setores da economia.

Eu tenho alguns números grandes do sistema. Eu sei que, em 2014, o sistema atendeu quase 1,5 milhão de pessoas; no conjunto das atividade sociais, quase 7 milhões. Nós somos parte disso. Pretendemos, inclusive, abrimos um debate dentro do sistema. Esse debate está, ainda, em andamento, mas, para nós, é fundamental qualificar pessoas em mestrado, dourado e pós-doutorado.

Isso não é comum no País, Senador, mas para nós é importante pelo seguinte, para narrar um fato triste: os senhores se lembram de um acidente da Air France, a alguns anos atrás, com aquele voo do Rio. O que causou o acidente foi um aparelhinho deste tamaninho, chamado *pitot*, que é um negocinho assim. Para mexer naquilo ali, o profissional é um caro que tem pós-doutorado em Engenharia, para mexer naquele aparelhinho deste tamaninho, porque há um conjunto de desenvolvimento tecnológico, ali, brutal. São anos e anos de trabalho, e, ainda assim, aquilo apresentou uma falha.

Então, nós temos a intenção de formar, no Brasil, um conjunto de profissionais, no médio prazo, absolutamente também capacitados para enfrentar desafios que hoje nem estão colocados, por quê? Porque a cada quatro ou cinco anos, a geração de aviões muda. Os aviões em que nós voávamos nos anos 80 são os bisavós dos aviões em que nós voamos hoje, sob todos os aspectos. Para isso, há necessidade de renovação, de requalificação de mão de obra enorme.

Veja, Senador, o simulador de voo – simulador esse por que todos os pilotos têm que passar de duas a três vezes por ano – custa quase o preço de um avião. São US$70 milhões, dependendo do simulador que nós comprarmos.

Por conta disso, portanto, eu queria, primeiro, saudar a iniciativa de debater o Sistema S; segundo, cumprimentar o senhor pela qualidade do trabalho que vem conduzindo e pela qualidade dos debates que vem promovendo; terceiro, ressaltar, aqui, o nosso interesse nesse debate e nosso compromisso com o segmento da qualificação dessa mão de obra; e, por fim, cumprimentá-lo por ter reunido, nesta mesa, esse conjunto de lideranças, que poucas vezes nós vemos reunidos.

Eu havia também, Senador, avisado o seu secretário que estava, integralmente, à sua disposição até às 11 horas, porque eu tenho uma audiência com o nosso Ministro. Hoje, está sendo debatido o projeto de lei que regulamenta a profissão de aeronauta.

Então, eu queria ressaltar o compromisso da aviação de estar à sua disposição e dizer que nós estamos absolutamente abertos a debater todos os nossos números. Estamos interessadíssimos em ouvir o senhor.

Eu vou ficar aqui mais um pouco, para ouvir ao menos o início da sua explanação, agradecendo o honroso convite.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu vou tentar ser o mais breve possível.

Agradeço ao Dr. Eduardo.

Eu tive um táxi aéreo e falo que eu tive dois prazeres: comprar e vender. Foram os meus dois prazeres que eu tive.

Percebo que, aqui, os nossos três convidados representam milhões de trabalhadores Brasil afora. A natureza jurídica dessas contribuições que nós pagamos ao Sistema S sobre a folha bruta de pagamento, lá na GFIP – que eu coloquei aqui que são 3.1 e mais 0.20 – é compulsória e foi criada através do art. 149 da Constituição Federal. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, decidindo sobre a natureza jurídica dessas contribuições compulsórias, chegou à conclusão de que se trata de tributos.

Eu acredito que nenhum dos senhores aqui tenha dúvida de que, quando pagamos essa contribuição, nós estamos pagando tributo. Interessante é que esse tributo não faz parte das receitas da União. Esse é um crime que o Governo tem cometido há longa data. É tributo e não compõe a receita da União. Eu acho que o senhor não tem dúvida de que isso é tributo.

A respeito do princípio da publicidade, nós temos que ler aqui com abundância, mas se eu perguntar se os senhores já pediram a um auxiliar que entrasse na internet para ter acesso a um balanço, eu tenho certeza de que os senhores não conseguiram.

O art. 37 da nossa Carta Maior fala dos princípios básicos. Sabemos que essas são entidades privadas sem fins lucrativos, mas são bancadas com tributos. Portanto, elas têm que obedecer aos princípios do art. 37 da Constituição: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O art. 70 da Constituição, no seu parágrafo único, diz que prestará conta a qualquer pessoa física ou jurídica que mexer com dinheiro público.

A Lei de Acesso à Informação, a 12.527, também diz – inclusive estende às empresas privadas sem fins lucrativos – que quem recebe tributos, dinheiro público, têm que dar publicidade. Isso aqui nunca foi feito. Eu queria que os senhores soubessem disso, se é que os senhores não sabem. Ou seja, não há transparência alguma no Sistema S.

A nossa LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), desde 2008, no seu art. 6º, §3º – mudou nas demais – diz que o Sistema S tem o dever de divulgar, pela internet, seus dados e informações acerca de valores recebidos à conta de contribuições. Nunca foi feito por nenhuma entidade do Sistema S.

E aí, então, vêm acórdãos do Tribunal de Contas da União. O Acórdão 2.172 diz, no seu item 21: "Analisamos relatórios anuais de 2010, divulgados no *site* de cinco principais entidades que mais arrecadam (Sesi, Senai, Sest, Sebrae e Senac), responsáveis por 89% da arrecadação total [...] nenhum deles continha informações financeiras, nem balanços ou outros demonstrativos contábeis."

O próprio sistema deu essas informações ao TCU e o TCU, então, nos prestou as informações.

Item 23: "Constatou-se que a LDO não está sendo cumprida por nenhuma dessas cinco entidades."

Item 28: "Nos casos do Senai/Sesi e Sesc/Senac, não existe a informação da receita consolidada."

Estou dando essa informação aos senhores. O Sistema S não tem transparência alguma em relação a esses trinta e tantos bilhões que as empresas pagam anualmente. Isso está errado.

As confederações dessas entidades, no caso do Sesi, Senai, CNI, Sest e Senat, que é o CNT, e daí por diante, recebem repasses desses recursos e não têm nem a obrigação de mandar os seus balanços para o TCU. Veja isso.

Arrecadação direta. Não sei o senhor sabe que o Sesi e o Senai fazem arrecadação direta com seus contribuintes – o senhor é da indústria –, fazem arrecadação direta com as indústrias. Isso representa 56% da arrecadação do Sesi e do Senai. O art. 37, no inciso XXII, da Constituição Federal deixa muito claro que isso não é legal.

A Lei 11.457, de 2007, que criou a Super-Receita, diz que cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil planejar, executar, acompanhar, fiscalizar e arrecadar. E, em seu art. 3º, que "as contribuições de que trata o

art. 2º desta lei estendem-se às contribuições devidas a terceiros", porque nós pagamos lá na GFIP, lá naquele quadro de terceiros.

Código Tributário Nacional, Lei 5.172, art. 7º:

A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

Ou seja, olha o crime que o Sesi e o Senai estão a cometer há vários anos. Só quem pode arrecadar tributos, está aqui na nossa Carta Maior e também no Código Tributário Nacional... E o Sesi e o Senai arrecadam, hoje, algo em torno de R$8 bilhões, por fora. Não passam nem pela Receita Federal, que deveria cobrar 3.5 do serviço prestado para o Fundep.

E aí vem, então, o Tribunal e diz, no Acórdão 2.527, de 2012, item 20:

No caso do sistema indústria composto por Sesi e Senai, verifica-se uma especificidade a mais. Essas entidades ainda adotam a prática de arrecadar parte de suas receitas de contribuições sociais diretamente das indústrias, sem a intervenção da Receita Federal do Brasil.

Eu fico contente em poder, hoje, passar essas informações aqui aos senhores. Por conseguinte, a legislação mencionada é abundante e insofismável com relação à competência da arrecadação de tributos. O volume da arrecadação, eu disse, é monstruoso.

Dr. Eduardo, V. Sª disse que está satisfeito com o Sest/Senat. Mas será que o volume de dinheiro que as companhias aéreas pagam hoje, que está embutido no preço da passagem aérea, assim como a indústria têxtil e os hospitais, será que nós temos esse retorno à altura desses bilhões de reais? Será? Essa é a pergunta. E eu tenho a resposta: não.

Então, esta arrecadação, hoje, é gigantesca: R$36 bilhões este ano. Não é brincadeira! Quinze bilhões aplicados em banco. Já pensou esse dinheiro retornando, então, às empresas, com juros subsidiados, ou, sei lá, para o nosso trabalhador, com juros subsidiados? Ou deixando de cobrar esses valores exorbitantes desses cursos gratuitos e capacitando essa nossa mão de obra?

Essa disponibilidade financeira é algo em torno de R$15 bilhões. Ou seja, o Sistema S deixou de ser uma empresa privada sem fins lucrativos de prestação de serviços na qualificação da nossa mão de obra e passou a ser, então, um fundo de pensão.

E aí eu pergunto: será que todas as indústrias têxteis, hoje, no Brasil, têm disponíveis R$15 bilhões aplicados no mercado financeiro? As companhias aéreas? Os hospitais? Duvido, porque a coisa não está fácil. Mas o Sistema S tem R$15 bilhões aplicados em banco, e o TCU, através dos balancetes, diz que esse valor tem aumentado ano a ano.

O que o TCU diz aqui? O TCU, no Acórdão 2.527, de 2012, apontou que a disponibilidade do Sesi/Senai, em 2010, era de R$3,4 bilhões e que esses valores aumentam 21%, em média, a cada ano. Só que esses valores não conferem, porque o próprio Sesi, em 2010, tinha uma disponibilidade de R$2,831 bilhões. Então, esse valor é muito acima do que o TCU nos informou.

Os cursos gratuitos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Espero ter outra oportunidade com o senhor. Mas eu estou concluindo, estou concluindo.

Cursos gratuitos.

Então, esse dinheiro deveria ser aplicado. E aqui o TCU disse que os cursos gratuitos do Sesc/Senac encontram-se, em contrapartida: cursos, 24,95%, em 2010, e 75% eram cobrados; no Senar, 65%, redução havida de 2011 para 2012. Resumindo: a gratuidade do Sistema S, hoje, não passa de 15% – não passa de 15% – de todo esse volume de R$36 bilhões, que acredito vai ser este ano.

E aí, então, houve uma mudança de finalidade do Sistema S. Hoje, está no mercado financeiro, atuando firmemente, está no mercado comercial, cobrando cursos exorbitantes – só o Sesi recebeu, em 2010, R$763 milhões de cursos oferecidos –, e hoje está no mercado imobiliário – o Sesi, em 2010, recebeu R$276 milhões de aluguéis.

Cumulatividade de cargos.

Isso é um caso sério. Cargos vitalícios. Nós sabemos disso, e isso é um problema gravíssimo. Aqui, no CNC, por exemplo, um cidadão está há 40 anos diante da entidade.

Desvio de finalidade. Nós já falamos do desvio de finalidade.

A contabilidade, segundo o TCU, é totalmente despadronizada. Isso o próprio sistema disse para o TCU, que não há padronização alguma, não obedece o ITG 2000, que é da contabilidade.

O sistema licitatório é uma verdadeira farra, e nós sabemos disso. Não há controle algum, não segue a Lei de Licitação, porque não está na Administração direta nem indireta, e aí, então, o TCU e o CGU, através de diversos acórdãos que se encontram no livro – e eu estou adiantando, para a gente encerrar –, diz que isso aqui é uma verdadeira farra com o dinheiro público. Isso está nos acórdãos.

Eu encerro.

A fiscalização da CGU aponta que quase 90% de 172 unidades fiscalizadas têm contas irregulares.

Portanto, o Sistema S precisa ser aprimorado e precisa ser corrigido e, por isso, a razão hoje deste nosso encontro. E eu gostaria que os senhores tivessem essas informações, tivessem o nosso livro. E eu espero que a gente venha a ter outras informações.

Eu estou à disposição do senhores. O dia em que os senhores quiserem fazer uma reunião com a associação e nos convidar para falar sobre o Sistema S, eu estarei à disposição. O nosso objetivo aqui é um só: baixar o custo Brasil, qualificar essa nossa mão de obra, porque ela está desqualificada, sim. Aqui na área do segmento aéreo, que eu conheço um pouquinho, talvez o pessoal de solo – talvez – tenha algum treinamento gratuito. Porque o pessoal de cima está muito aquém de ter cursos gratuitos oferecidos pelo Sest/Senat.

Ou seja, temos que aprimorar e fazer a correção desse sistema, porque ele é um rio de dinheiro público, que está elevando o custo Brasil. Ele é responsabilidade de todos nós e, principalmente, dos senhores, que representam grandes categorias.

Quero, então, por derradeiro, agradecer ao Dr. Eduardo e o Dr. Fernando Pimentel – o senhor quer dar uma palavrinha?

O SR. FRANCISCO BALESTRIN – Bom, eu continuo à disposição do senhor, porque não preciso ir a nenhum lugar. Se o senhor quiser continuar a discussão, eu gostaria de enfocar ainda os aspectos ligados à saúde, porque me parece que um setor tão fundamental e importante do nosso País está à margem exatamente desse processo como um todo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – É, eu o chamei de Francisco. Peço desculpas. (Risos.)

O SR. FRANCISCO BALESTRIN – Mas eu gostei do nome. Obrigado.

Eu continuo à disposição do senhor, porque a rigor o setor de saúde é um setor onde a mão de obra, principalmente a mão de obra qualificada, é um ponto tão importante, porque nós estamos lidando, porque existe um processo.

No processo de aviação, e o setor de saúde é muito semelhante ao processo de aviação, nós também temos investimentos muito altos. É um setor de mão de obra intensiva e é principalmente um setor onde você acaba tendo a necessidade de altíssimo treinamento, porque a fundamentação do setor de saúde é segurança, qualidade e segurança institucional. Nem todos nós precisamos viajar de avião em algum momento da vida, mas, infelizmente, quero comunicar que todos nós passaremos por um hospital, no seu nascimento ou na sua morte. E o que a gente percebe hoje é que o setor de saúde, de forma alguma, é aquinhoado dentro desse processo. Não estou nem discutindo a forma de como eles são, e me parece que as colocações que o senhor fez são altamente interessantes e muito objetivas e, consequentemente, merecem e devem ser discutidas.

Mas eu queria também deixar ao senhor este pleito aqui: que o senhor se interessasse pelo setor de saúde e que ele pudesse, sim, contar com o Sistema S, para que nós possamos ter não só nosso processo de treinamento e desenvolvimento definido para o setor saúde como também todos aqueles benefícios que eventualmente um sistema como esse traz ao trabalhador inserido nesse contexto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Dr. Francisco. Mais uma vez, perdão, porque também o chamei de Dr. Fernando.

O SR. FRANCISCO BALESTRIN – Mas eu gostei do nome.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Portanto, encerro a aludida reunião agradecendo a todos os presentes, agradecendo ao nosso pessoal aqui de suporte da Comissão, nosso querido Raimundo, e a todos.

Muito obrigado.

Encerro a aludida reunião.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2015.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Donizeti Nogueira, reúne-se a Comis-

são de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Regina Sousa, João Alberto Souza e Vanessa Grazziotin**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim e Douglas Cintra**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA, destinada a realização de audiência pública para debater aspectos teóricos e práticos de arranjos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), em atendimento aos Requerimentos nº 38 e 40, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira. Comparecem como convidados: Devanir Garcia dos Santos, Coordenador de Implementação de Projetos Indutores da Agência Nacional de Águas – ANA; João Carlos de Petribu de Carli, Assessor Técnico da Comissão de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; e Marcelo Arguelles, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria – CNI. A Presidência concede a palavra aos convidados, pelo tempo de vinte minutos. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senhor Presidente e a Senhora Senadora Regina Sousa, que tecem comentários e perguntas. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Donizeti Nogueira,** Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom dia a todos e todas.

Declaro aberta a 25ª reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se a debater aspectos teóricos e práticos de arranjos de pagamento por serviços ambientais (PSA).

Em atendimento aos Requerimentos nºs 38 e 40, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Desta forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Para dar início aos nossos trabalhos nesta manhã, registrar aqui a chegada do Senador Paulo Rocha, agradecer pela presença e vamos compor a Mesa com os nossos convidados. Quero convidar Devanir Garcia dos Santos, Coordenador de Implementação de Projetos Indutores da Agência Nacional de Águas (ANA); João Carlos de Petribu de Carli, Assessor Técnico da Comissão de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Marcelo Arguelles, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em nome da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, quero agradecer a presença de vocês por se disporem a vir aqui debater um assunto que consideramos de extrema relevância que é o pagamento por serviços ambientais.

Desde que tomei posse no dia 3 de fevereiro de 2015 aqui no Senado, eu já registrei, naquela oportunidade, a minha preocupação com a defesa da água e, de lá para cá, a gente tem trabalhado no sentido de dar curso a essa preocupação debatendo essa temática. Sempre temos registrado que a grave crise hídrica acontecida no Sudeste, especialmente em São Paulo, se revelou uma oportunidade para o Brasil e para a gente poder discutir essa temática com mais presença e pautá-la como necessidade urgente.

Hoje faremos a segunda audiência pública com o objetivo de orientar a elaboração de um projeto de lei que tratará da regulação de arranjos de pagamento por serviços ambientais no Brasil. Na primeira audiência realizada no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle ouvimos especialistas da Universidade de Brasília, ONGs e dos Ministérios da Agricultura e Meio Ambiente.

Nesta segunda audiência pública, ouviremos as entidades sindicais que representam setores interessados no tema, além do técnico da Agência Nacional de Águas que não pôde participar da audiência anterior por problemas de agenda.

É importante frisar a importância que essa audiência seja realizada para que as entidades façam sugestões sobre como deveria funcionar esses arranjos de pagamento por serviços ambientais, no sentido de atender aos setores que representam.

É muito comum, quando se debate esse assunto, que a discussão esbarre em becos sem saída como a origem dos recursos para o pagamento, a criação de novos impostos verdes ou a constituição de fundos.

Na primeira audiência, o Prof. Jorge Nogueira, da Universidade de Brasília, trouxe contribuições relevantes no que tange à necessidade de definir claramente a diferença entre serviço ambiental e serviço ecossistêmico, em relação à importância de se dosar a participação do Estado e do mercado nos arranjos de pagamento para os serviços ambientais.

Da mesma forma, o representante da TNC, Cláudio Klemz, trouxe importantes contribuições baseadas na forma como funcionam alguns arranjos de PCA nos quais a ONG está envolvida. O ambientalista chegou a sugerir artigos à proposição no sentido de solucionar problemas relacionados à incidência de imposto de renda e de problemas previdenciários ligados ao reconhecimento dos pagamentos por serviços ambientais por parte dos agricultores e trabalhadores rurais.

Gostaria que esta audiência seguisse nessa linha propositiva. É fundamental saber de que maneira as entidades que representam os produtores rurais e os trabalhadores na agricultura e na indústria se sentiriam atendidas em um regulamento que trate de PSA. Mudar a cultura poluidor/pagador para a cultura do provedor/recebedor.

É preciso também ressaltar que, na maior parte das vezes em que se fala em pagamento por serviços ambientais, usa-se normalmente o chamado princípio de poluidor/pagador. Normalmente, o exemplo que se dá é o de uma empresa que joga um poluente no rio, causa um custo social para uma comunidade que vive a jusante. Nesses casos, a solução – via de regra – é a proposição de uma taxa de poluição à empresa que desestimule de poluir o rio, reduzindo, assim, a quantidade de poluentes despejados e o custo social da poluição.

É natural que esse tipo de solução de mercado preocupe a indústria, uma vez que implica elevação de custo de produção. Entretanto, gostaria de enfatizar as soluções que pretendemos construir são arranjos e pagamentos por serviços ambientais com base no princípio do provedor/recebedor.

De acordo com esse princípio, agentes que provoquem melhoras na proteção ambiental devem receber algum tipo de compensação por essa ação. Não estamos falando aqui de propor novas punições para quem polui ou degrada – já existe um marco regulatório para isso –, mas de criar soluções para incentivar quem conserva ou melhora, de alguma forma, o meio ambiente.

Gostaria, então, de dar sequência à nossa audiência pública sobre pagamento por serviços ambientais. Vou conceder a palavra para o Dr. Devanir Garcia dos Santos, Coordenador de Implementação de Projetos Indutores da Agência Nacional das Águas.

Nós vamos ouvir a exposição por vinte minutos, Dr. Devanir. Quando tocar a campainha, terá mais cinco para concluir.

O SR. DEVANIR GARCIA DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas! Bom dia, Senador Donizeti!

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite da Comissão para estar aqui.

Eu preparei para esta oportunidade falar um pouco sobre um dos programas mais exitosos que nós temos de pagamento por serviços ambientais hoje no Brasil. É uma experiência contínua, que já tem mais de dez anos. Nós vamos apresentar os projetos que nós temos, alguns resultados.

Na sequência, eu tomei a liberdade de apontar algumas questões que eu julgo importante serem observadas no nosso projeto de lei.

Bom, a Agência Nacional de Águas foi criada pela Lei nº 9.984 e tem como responsabilidade a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e a coordenação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A missão da ANA é implementar e coordenar a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso à água, promovendo seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações.

Nesse âmbito então, a ANA desenvolve a gestão compartilhada das águas, que passa necessariamente pelo conhecimento da disponibilidade – é por isso que nós fazemos planos de bacia, para identificar o que é que nós temos –, identificar adequadamente os diversos usos que nós temos e, através de um grande número de reuniões nos comitês de bacia, estabelecer um marco legal das nossas outorgas. Então é um ponto importante na gestão de recursos hídricos essa divisão inicial da água que nós temos, como é que nós vamos, em cada bacia, definir quanta água vai para a indústria, quanta água vai para irrigação, quanta água vai para o abastecimento humano. Esse é o ponto de partida da nossa gestão.

A gestão compartilhada tem dois componentes muito importantes: gestão da oferta e gestão da demanda. Gestão da demanda é o uso racional da água, usar na quantidade necessária, não é usar nem menos, nem mais do que o necessário para o desenvolvimento das ações. E a gestão da oferta passa pela conservação do

solo. E nós temos ainda um terceiro ponto importante nessa gestão, que é a questão do reúso, que tanto serve à gestão da oferta – ofertar água de qualidade inferior para usos menos exigentes –, como serve à gestão da demanda, ao exigir, por exemplo, um volume menor de água para a diluição dos meus efluentes.

Então esse tripé – conservação do solo, uso racional e reúso – é que vai possibilitar que eu atenda um maior número de usos nas minhas bacias hidrográficas.

Hoje nós vamos centrar muito na questão da gestão da oferta. Como se sabe muito bem, a água é um resultado da interação do clima, dos recursos naturais e das atividades humanas. E para que eu tenha água nas minhas bacias, é preciso que o meu espaço rural esteja adequadamente ocupado, que ele tenha floresta onde deve haver floresta, mas principalmente, que ele tenha uma agricultura e uma pecuária sustentáveis.

O problema que nós estamos vendo hoje em São Paulo, acho que São Paulo está aprendendo um pouco com a crise, porque se está discutido muito investir-se em novas transposições, em novas infraestruturas para aportar água, esquecendo que, quando eu transponho água de uma bacia, essa bacia também pode não ter água amanhã; então, eu teria que investir na sustentabilidade da minha bacia, ou seja, trabalhar na melhor ocupação dos espaços das estruturas que eu tenho hoje.

Nós deveríamos incentivar, então, o pagamento por serviços ambientais, para que os produtores adequassem as suas técnicas, as suas atividades agropecuárias, de tal forma que uma parcela maior da água da chuva viesse a infiltrar nessas bacias, e aí sim, eu teria disponibilidade de água para o atendimento às demandas.

Bom, se nós observarmos bem, uma coisa é muito importante: eu preciso de práticas conservacionistas de caráter vegetativo, que passam necessariamente, primeiro, pela manutenção das áreas florestadas que eu tenho hoje; segundo, pela recuperação daquelas áreas importantes. E quais são essas áreas importantes? Primeiro, as zonas ripárias, que são as áreas úmidas no entorno dos corpos d'água. Essas áreas precisam estar permanentemente com vegetação nativa, porque é uma vegetação mais perene, que protege adequadamente essas áreas. Eu não posso ter desequilíbrio nessas áreas, porque eu vou afetar diretamente a qualidade da minha água. Então, não adianta eu praticar uma agricultura, uma pecuária sustentável nesses locais, porque, em determinado momento, se eu tiver um descompasso, eu perco todo o meu trabalho, eu perco toda a minha qualidade de água.

Um outro ponto muito importante são as minhas nascentes, mas não no senso que se discute muito no Brasil. Todo mundo fica preocupado em proteger a torneira; ninguém está preocupado em proteger a zona de recarga, que é por onde a água entra. E se nós fizermos um raciocínio, pensar nisso aqui como uma caixa d'água, isso aqui é apenas a torneira por onde eu tiro água. Claro que, se ela estiver quebrada lá na minha casa, eu não tenho água; mas não significa que a caixa d'água do meu prédio esteja vazia. Continua existindo água no meu prédio, desde que ele esteja sendo abastecido.

Ora, então, se eu trabalho a minha zona de recarga, independentemente do funcionamento aqui, eu tenho água na minha bacia, que se não sair por essa nascente, vai continuar, vai chegar ao curso d'água e vai servir a outras atividades.

Então, proteger nascente não significa só cercar 50m no entorno da água por onde ela sai; significa eu olhar para minha paisagem e trabalhar meu solo, trabalhar minhas áreas de recarga que, de tal forma, eu possa ter água nas minhas bacias.

Outro ponto fundamental que a lei não menciona em momento algum: se nós não tivermos práticas de caráter vegetativo, ligadas à agricultura e pecuária sustentáveis, nós não vamos conseguir resolver a nossa equação. Não vai ser com 15%, 20% de florestas das bacias hidrográficas que terei água para abastecer minhas cidades. Essa água tem que ser produzida no espaço em que eu produzo grão, em que eu produzo leite, em que eu produzo carne. Ele também tem de ser um espaço produtor de água. Eu tenho de adequar essa área com técnicas, por exemplo, como: plantio direto, técnica de plantios adensados... Observem: isto aqui é um café, plantado no Espírito Santo, em uma área que, certamente, é de proteção permanente. Mas o café está plantado adensado, com carreadores em níveis, com sistema de drenagem desses carreadores. Então, ainda que plantado em uma área de proteção permanente, ele é uma área que contribui para a gestão de oferta da água da bacia, porque ele cumpre dois objetivos: primeiro, protege o solo; segundo, cria estruturas que aumentam o tempo de oportunidade e infiltração de água na bacia. E essa é a visão que os PSAs, os programas de PSA têm de ter. Nós temos de incentivar práticas que aumentem a infiltração e que aumentem a disponibilidade de água nas bacias.

Temos outros exemplos: pastagem. Normalmente, nós chamamos de pastagem isso aqui. Se a passagem não for manejada, se não tivermos uma passagem constante e protegendo a superfície do solo, o impacto da chuva sobre o solo é um desastre. Nós temos dois problemas: erosão e perda permanente de água. Então, nós temos de trabalhar no sentido de sistemas agrossilvipastoris e outros sistemas que protejam adequadamente a superfície do solo. Então, pagar serviços ambientais para incentivar que o cara saia de uma prática normal

para uma prática que gere externalidade... Porque a questão do pagamento de serviços ambientais não é a questão de recompor as mazelas que eu criei, é uma questão de gerar externalidade positivas. E o que são externalidades? São decisões individuais que trazem benefícios para as outras pessoas.

Eu gosto de dar sempre o seguinte exemplo, Senador: se eu construo uma barragem em minha propriedade e que só sirva para irrigar minha área, o dia em que eu tiver um problema com essa barragem, ninguém vai querer me ajudar a consertar, porque é um problema meu, vindo de uma atividade econômica. Mas, se eu construir uma barragem que permita que dez outras pessoas irriguem suas áreas a jusante do ponto onde estou, no dia em que eu tiver um problema em minha barragem, esses dez vão me ajudar a recuperar, porque a atividade econômica deles também depende disso.

Então, a visão do PSA tem que ser esta: eu vou incentivar a pessoa porque eu preciso do que ele faz. Nós recebemos água todo o dia em casa e, se você perguntar aqui em Brasília, a água vem ali do Descoberto ou vem lá do Pipiripau. Ninguém para para pensar que, para ter água na barragem do Descoberto, é preciso que o produtor, lá na cabeceira, lá na nascente, esteja ocupando adequadamente seu espaço, esteja ocupando sua área para que aquela nascente esteja abastecida e tenha água na barragem.

Esse cara faz isso para a gente a vida inteira de graça e nós nunca fomos lá perguntar a ele se precisa de ajuda. No entanto, se ele atrapalhar o sistema, nós vamos levar a polícia lá, vamos levar o meio ambiente lá, vamos multar o cara, por quê? Ele toda vida prestou serviço de graça e agora não quer prestar mais.

Acho que a lógica tem de se inverter. Nesse momento, nós precisamos ir procurar esse cara e dizer a ele: olha, quem sabe eu o ajude e você consiga produzir ainda mais serviços do que você produz e eu possa ter mais tranquilidade com minha indústria, com minha casa, com minha agricultura, porque eu vou ter água suficiente para abastecer essas questões.

Então, falar de PSA é falar dessa busca de incentivar ações que produzam externalidades positivas. E todo projeto de lei precisaria ser permeado com essa visão.

Bom, não só as práticas vegetativas; práticas mecânicas são fundamentais. E aí nós temos sistemas como construções das barraginhas, principalmente ao longo das estradas. Uma barraginha, como esta, tem oito metros de diâmetro e pega 20m^3 cada vez que ela enche. Em uma região de regime de chuva como a nossa, ela enche 20 a 25 vezes por ano. Significa que uma única unidade desta é capaz de infiltrar de 400m^3 a 500m^3 a mais por ano em uma única unidade dessas. Imagine se, ao longo de sua bacia, você tem mil ou duas mil barragens dessas e quanta água você não conserva a mais no seu solo.

Observo algumas outras visões de posições dessas barraginhas, outras práticas, por exemplo, estradas. Um grande problema que nós temos de perda de água hoje, de qualidade e de quantidade, são as estradas. Normalmente, o que as prefeituras fazem? Todo ano passam patrol, nós construímos um canal e, na primeira chuva, o produtor não tem estrada, e a terra que saiu vai entupir nascentes e prejudicar a qualidade da água. Por que não trabalhar isso de acordo com a paisagem, montando sistemas de drenagem? Observe isso aqui em Brasília. Há o Pipiripau, que está a 50m daqui, e eu convido a Comissão de Meio Ambiente, se tiver oportunidade, e sei que os senhores são ocupados, para visitar, conversar com os produtores que estão recebendo serviços ambientais e ver o que está sendo implementado lá dentro, no abastecimento de Brasília.

Numa manhã dá perfeitamente para visitarmos. Seria uma oportunidade ímpar e nos dispomos a dar o apoio que for necessário para uma visita desse tipo. Mas, no resto, é trabalhar estradas.

Aqui são estradas no Pipiripau, onde se tem um sistema de drenagem e, aí sim, o cascalho, todo o trabalho que se fez na estrada vai durar cinco ou seis anos, porque o que atrapalha a estrada não é o carro passando, mas a água escorrendo. Então, tenho um sistema adequado. Observando os terraços em nível, podemos verificar a quantidade de água que um terraço em nível segura em um período chuvoso.

E por que estou falando dessas práticas? Porque o serviço ambiental que eu preciso é água. E o que acontece com a água quando chove? Primeiro, ela tem um caminho da infiltração. Quando ela infiltra, vai por um fluxo não saturado, redistribui, vai para as plantas, ou vai para um fluxo saturado e forma as nascentes. Ou, ainda, vai para o subsolo, para o lençol freático, água subterrânea. A água que passa por esse ciclo azul é a água que eu posso outorgar, porque é a água que está reservada no solo para as atividades agrícolas, para as atividades econômicas. O restante da água escorre rapidamente para os rios e lagos e daí para o oceano.

A água que passa pelo ciclo vermelho é a água do prejuízo, é a água que causa enchentes e causa erosão. O que acontece quando eu aplico as práticas que acabamos de discutir? Pego grande parte dessa água que passa no ciclo do prejuízo e jogo para o ciclo azul. Passo a reservá-la para ser utilizada nas atividades econômicas. Então, em determinado senso, eu estou produzindo água para as atividades econômicas. Por isso que o programa que vamos apresentar se chama Programa Produtor de Água, não que se possa produzir água, o que seria ótimo. Na verdade, estamos aproveitando uma água que causava enchentes, causava prejuízos e estamos utilizando-a nas nossas atividades econômicas.

Independentemente de onde esteja utilizando, se eu quiser ter água preciso de duas coisas: cobertura vegetal e práticas que aumentem o tempo de oportunidade de infiltração de água, porque o que me interessa é a saúde da minha bacia. Uma bacia com saúde é uma bacia capaz de fornecer os recursos naturais de que eu preciso sem perder a biodiversidade, sem perder a fertilidade do solo e sem perder o funcionamento hidrológico, ou seja, é uma bacia que está no equilíbrio dinâmico e que me fornece aquilo que preciso durante um ano e que se recompõe ao longo do ano para que eu possa utilizar novamente esses recursos naturais no próximo ano.

Nessa linha, para ter esse tipo de equilíbrio, nós precisamos dos serviços ambientais. Ora, serviços ecossistêmicos são serviços produzidos pelos ecossistemas naturais, ou seja, uma floresta produz uma enormidade de serviços. Só que nós esquecemos que, para ela continuar produzindo esse tipo de serviço, ela precisa continuar existindo. Então, o trabalho, a ação humana – e aí é outro conceito importante que precisa permear o conceito do PSA – é a atividade humana que protege e que recupera essa floresta, que melhora a qualidade da produção de serviços ecossistêmicos; é o que eu considero como serviços ambientais e que deve ser alvo da minha remuneração. É aquilo que é feito para manter um ecossistema funcionando ou melhorando a qualidade do seu funcionamento. Então, esse é um ponto que precisa um pouco de atenção.

Vamos entrar agora na questão do Programa Produtor de Água, que é desenvolvido pela Agência Nacional de Águas. Ele é um programa de melhoria da qualidade de água nos mananciais. É um programa de adesão voluntária. E na questão ambiental, voluntarismo é um negócio importante, pois precisamos ter uma lógica da voluntariedade, as pessoas precisam querer fazer, já que se você impõe não consegue o resultado que é preciso.

E os pagamentos são feitos àqueles produtores que reduzem a erosão, que aumentam a infiltração de água, que melhoram a infiltração de água, que melhora a cobertura vegetal da sua bacia, ou seja, são os provedores dos serviços ambientais.

Na verdade, se olharmos um produtor de água, quando ele faz a conservação do solo, ele reduz a poluição difusa. Por quê? Porque, se ele reduz a erosão, ele reduz a perda de qualidade da água; então, ele melhora a qualidade da água. Ora, se ele cria estruturas para que a água não escoe rapidamente, ele aumenta o tempo de oportunidade de infiltração, então, ele aumenta a captação de água dentro da bacia. Ao fazer isso, ele presta um serviço à bacia. E a bacia é quem? Somos nós, usurários.

Eu só quero ter água na bacia porque tenho usuário, onde não há usuários, não adianta, se a água está sobrando, ninguém vai falar de PSA, ninguém vai falar de pagamento por serviços ambientais. É preciso que eu tenha um bem econômico. Nós estamos falando de um instrumento econômico, que é o pagamento por serviços ambientais, e eu preciso ter um bem econômico envolvido para que isso aconteça.

É ilusão pensar que vamos um projeto de PSA que vai atender ao Brasil todo em todos os locais. Nós não temos dinheiro nem temos organização para isso. Nós precisamos, sim, apoiar aquelas comunidades que já sentiram a necessidade da água, que estão se organizando, que se organizaram localmente para pagar. Aí, eu tenho um fundo federal de pagamento por serviços ambientais, para ser um equalizador desses pagamentos, para ser um complementador desses pagamentos, justifica-se ter um fundo. Senão, nós vamos ter um fundo que vai seguir a mesma história de todos os fundos que nós temos no Brasil que acabam não produzindo os resultados que esperamos.

Então, nesse senso, se ele presta um serviço ambiental para a bacia, ele é um provedor, é um recebedor, é o mesmo princípio: se ele quando usa, ele paga, se ele agora produz essa água para o sistema, ele deve receber.

O objetivo é melhorar a qualidade da água, aumentar a oferta e conscientizar os produtores e consumidores. É preciso que a cidade entenda que para ter água ele precisa daquele produtor, porque, se nós não tivermos essa conexão, nós não vamos ter condição de desenvolver o projeto. E quando ele se conscientiza de que, para ter água em casa, ele precisa incentivar o produtor, ele está disposto a pagar os serviços ambientais para o produtor. Essa lógica tem que ser quebrada porque a União, o Estado nunca vai ter dinheiro suficiente para pagar os serviços ambientais. Entendam isso. Acho que o fundo nesse projeto de lei talvez seja um ponto não tão importante, ele é um ponto de complementação; se ele não existir, os projetos vão continuar existindo, porque é a necessidade local que vai mover essa ação.

O programa incentiva arranjos para pagamentos ambientais a apoia a construção de terraços, de estradas, recuperação de nascentes, todas aquelas práticas de que falamos. Os projetos são desenvolvidos em parceria com o Estado, com comitês de bacia, com as companhias de geração de energia elétrica, com as companhias de saneamento. É um absurdo nós olharmos para a nossa conta, para a planilha de cálculo da tarifa de água e ver lá: energia, pessoal, transporte, produto químico. Não se vê um tostão para a proteção do manancial. Como se você, se tivesse dinheiro, pudesse tratar a água. São Paulo está descobrindo que, mesmo tendo dinheiro, não pode tratar a água, porque não tem água para ser tratada. Então, nós temos que mudar o nosso esquema de tarifa, temos que começar a pensar em incluir na nossa tarifa um custo de manutenção dos nossas mananciais.

(Soa a campainha.)

O SR. DEVANIR GARCIA DOS SANTOS – Bem, vou ser rápido porque a campainha já está me avisando. A estratégia então é...

Cinco minutos. Vou terminar dentro dos cinco, se Deus quiser.

O programa visa comprar benefícios. Isso é um ponto importante. O nosso projeto de lei muitas vezes é contaminado pelas bolsas. Gente, bolsa é um instituto diferente, bolsa você paga um valor fixo para alguém fazer alguma coisa; PSA, você remunera a quantidade e a qualidade do serviço prestado. Então, é um estímulo para que se produza mais porque, quem produz mais ganha mais. Na bolsa, independente do que você produza, você ganha sempre o mesmo valor.

Então, não misturar PSA com bolsa – são dois institutos completamente diferentes. Têm seus objetivos, um é eminentemente social, o outro é uma questão econômica. PSA é econômico. Nós temos que ter mercado, se nós não tivermos quem compre os serviços ambientais, não adianta fazer isso. Acho que o papel do Estado é facilitar para que esse mercado funcione. Auxiliar, sim, com o fundo complementando, mas nunca sobrepondo-o à iniciativa local porque senão ele vai criar falsos mercados e o recurso vai ser sempre insuficiente para o atendimento das necessidades.

Um ponto importante é a flexibilidade na questão das práticas. Os pagamentos são feitos, proporcionais ao abatimento, assistência técnica é fundamental.

Infelizmente, eu não tenho como comentar isso, mas, se não voltarmos a discutir nesta Casa a questão da assistência técnica, não vamos melhorar o uso racional da agricultura, não vamos melhorar o meio ambiente, não vamos melhorar as práticas da agricultura, porque, sem uma orientação adequada, sem assistência técnica, é muito difícil avançar nessas questões.

A base conceitual é pagamento baseado em custo preestabelecido. Normalmente, nós utilizamos o custo de oportunidade de uso daquela área. Os pagamentos são feitos após a implementação do projeto. Vou ser mais rápido ainda, hoje temos usado como fonte de orçamento o Orçamento da União, fundos estaduais, o Fundo Nacional de Meio Ambiente, os bancos, organismos internacionais, empresas de saneamento e de energia elétrica.

Vou gastar mais meio minuto. Energia elétrica no Brasil temos um problema seriíssimo, os nossos reservatórios estão sendo todos assoreados e nós não estamos preocupados com isso. Seria muito mais lógico que pagássemos um ou dois centavos a mais por quilowatt. Já pagamos tanto! Mas que isso fosse revertido no estímulo aos produtores para reduzir a erosão nas suas propriedades, porque se aumentássemos a vida útil dos nossos reservatórios iríamos garantir um patrimônio que estamos depredando todo ano e não estamos nem um pouco preocupado com essas questões.

Nós temos um arranjo sobre o qual não vai dar para falar.

Hoje, só para dar números, temos em andamento 38 projetos no Brasil dentro desses modelos. A ANA nunca pagou um tostão de PSA. A ANA entende que programa para ter sustentabilidade o arranjo e local tem que pagar por esse serviço. Quem precisa da água tem que pagar, a ANA ajuda com recursos para financiar as ações, para ajudar a movimentar, para chamar parceiros, mas não paga por serviços ambientais. Esses 38 projetos todos são pagos com recursos gerados pela própria comunidade.

Estamos abrangendo uma área hoje de 400 mil hectares, temos 35 milhões de pessoas impactadas, porque temos diversos projetos em mananciais de abastecimento das capitais dos Estados e Distrito Federal. Temos mais de 1.200 produtores rurais recebendo por serviços ambientais hoje. Temos mais de 40 mil hectares já trabalhados e investimentos da ordem de 35 milhões.

Aqui, só para ter uma ideia, onde estão esses projetos, em cada pontinho temos uma concentração, maior aqui na Sudeste e Centro-Oeste, regiões produtoras de água, que têm suas razões então para ter essa questão.

Nesse *site*, depois vai ficar nos Anais, existe o que temos feito.

Agora vou comentar rapidamente, nesses dois minutos que me sobram, primeiro, serviços ambientais, já comentei a questão das atividades humanas, é imprescindível que, nas definições de serviços ambientais, seja colocada a atividade humana, seja individual ou coletiva.

Na questão dos objetivos, já vi alguns objetivos, não sei como está hoje, o objetivo é disciplinar o Poder Público. Não é disciplinar, a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais tem que ser abrangente, tem que disciplinar o papel público, o privado e o terceiro setor. Nós precisamos de todos, o exemplo dos nossos projetos que funcionam são exemplos que mandamos arranjos. O projeto aqui de Brasília tem 20 parceiros, 20 financiadores. Então, o que vai fazer com que funcione são essas questões, então temos que disciplinar.

Outra coisa, tem que ser voltado a reconhecer, a fomentar iniciativas que favoreçam a manutenção, recuperação e melhoria dos ecossistemas. Estimular a elaboração e execução de projetos privados voluntários. A política tem que dar oportunidade para que tenhamos a participação privada nessa questão.

Nas diretrizes tem um negócio que me incomoda muito – e o Senador se referiu a isso –: atendimento ao princípio do poluidor/pagador. Não existe esse princípio na nossa legislação. A legislação hoje prevê o usuário pagador e o provedor recebedor, o usuário pagador. Não temos o poluidor/pagador. Quem polui é criminoso! Nós temos crimes ambientais. Tudo bem que se fale: "Mas o Município lança acima da capacidade de resiliência". É um problema que está sendo resolvido, mas não está outorgado para isso. Ele só pode ser outorgado até o limite da capacidade de resiliência. Só aquilo que é possível usar é que ele faz.

A integração e coordenação das políticas, observa, aqui temos integração e coordenação das políticas setoriais, a gente fala em meio ambiente, agricultura, energia e não fala em recursos hídricos. Então, precisaríamos inserir recursos hídricos como uma política também setorial a ser observada aí nessas diretrizes.

O reconhecimento da complementaridade do papel do setor privado como financiador. Infelizmente, a nossa Legislação se centrou em dois pontos, que acho dois erros. Vou falar mais adiante. Vou passar rápido aqui.

Conservação e melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Aqui é só uma questão de semântica, mas acho que deveria ser água, porque é mais abrangente.

Recuperação e conservação de solos, recuperação da cobertura vegetal e áreas degradadas. Agora, por que por meio exclusivo das espécies nativas? Isso contaminou. Nós queremos pensar num recurso federal, num recurso da União e fazer uma política ampla. Então, eu vou lá e começo a limitar as coisas porque não quero que meu fundo financie certas coisas. Isso contamina. A política é ampla. Nós vamos recuperar e conservar solos. Qualquer prática que se fizer está ótimo. Agora, se o Fundo não quer pagar uma ou outra prática, lá no fundo eu coloco que ele não paga isso, mas a política é ampla.

Outra coisa: entraram coisas de bolsa aqui. Triagens e coletas... Aliás, nem bolsa é porque triagem e coleta individual de resíduos sólidos... Resíduo sólido tem preço transacionado no mercado. Quem produz resíduo sólido tem um preço e recebe por ele. Isso não pressupõe serviços ambientais, que não são, na verdade, precificados. São serviços que precisam ser avaliados para serem pagos de outra forma. Então, não justifica eu ter coisas em que tenho remuneração direta dentro de uma política de pagamento por serviços ambientais.

Bem, um ponto importante na questão do objeto de remuneração: todo mundo retira área de preservação permanente e reserva legal. Eu não entendo. O nosso Código Florestal coloca como principais áreas a área de proteção permanente e a reserva legal. E aí eu vou lá e retiro da minha política de pagamento por serviços ambientais exatamente essas duas questões. "Está lá na lei que ele é obrigado a fazer." Obrigado a fazer não significa que tem dinheiro. E eu vou dar um exemplo: nós reduzimos a área de APP. Hoje são cinco metros. Um pequeno produtor rural de agricultura familiar que tenha que fazer um hectare tem que, no mínimo, cercar um hectare. A cerca de um hectare, como ele tem cinco metros de largura, vai dar dois quilômetros. Cada quilômetro de cerca custa R$8.000,00. Ele vai gastar R$16.000,00 para cercar a área dele para se adequar. Uma família que ganha R$800,00 por mês nunca vai investir R$16.000,00 para cercar a sua área e nunca vai ter condições de fazer isso. Então, ou nós montamos um sistema em que a gente possa agregar essas pessoas, trazer essas pessoas para a realidade, ou vamos continuar, daqui a alguns anos, na hora em que o Ministério Público apertar, a discutir nesta Casa, de novo, o Código Florestal, porque as pessoas não podem acessar crédito porque não conseguiram se adequar.

Uma outra coisa importante: a questão da pesca. Isso aqui é puramente bolsa. Você tem o defeso que você paga para aquelas pessoas que não podem pescar. Então, não há sentido termos isso misturado com o PSA.

(Soa a campainha.)

O SR. DEVANIR GARCIA DOS SANTOS – Estou acabando. Mais meio minuto.

E, fundamentalmente, áreas de ocupação de produção agropecuária sustentável que contribuam para a redução da erosão, sedimentação e melhoria da quantidade de água. Nós não vamos conseguir produzir água se não incentivarmos os nossos produtores a olhar melhor para o seu solo, a fazer mais do que fazem hoje do ponto de vista de sustentabilidade, porque é esse mais do que fazem hoje que vai nos permitir aumentarmos a oferta de água nas nossas bacias.

Então, não colocar na Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais como área objeto de remuneração as áreas com produção agropecuária sustentável é simplesmente um absurdo, é dar um tiro no pé, é continuar, como São Paulo, falando que está faltando água, mas eu vou só fazer transposição, não vou trabalhar as minhas áreas agrícolas.

Por último, aqui, nós temos a questão da isenção – que já foi falada – dos impostos, mas a gente tem de ter cuidado com as aposentadorias especiais, porque a pessoa que é aposentada nesse regime perde o direito se tiver outra remuneração. Então, é preciso prever que, quando ele recebe PSA, ele não se enquadra nesse caso.

Outra coisa: o fundo federal de pagamento por serviços ambientais. Como disse, nós precisamos dar um tratamento, Senador – e eu espero que o senhor levante essa bandeira –, para que ele seja um equalizador dos pagamentos. Ele precisa ser um impulsionador, ajudar a quem quer que faça, porque descobrir, aqui de Brasília, onde é importante fazer o projeto ou não é muito difícil. E, quando a sociedade local se organiza para pagar, é porque lá está faltando. Então, o senhor pode pôr dinheiro lá porque lá está faltando dinheiro, senão vamos criar falsos mercados. Aqueles mais organizados terão acesso ao fundo e aquelas áreas que mais necessitam não vão ter acesso a esse fundo. Então, acho esse um ponto fundamental.

E, por ultimo, uma coisa que eu vi que sumiu do projeto de lei ultimamente é que nós tínhamos uma previsão legal para uso dos recursos da cobrança. É claro que ele precisa ser, por decisão do comitê, mas precisava haver uma legalidade no uso, precisava ficar explícito na lei que é legal usar esse recurso para o pagamento por serviços ambientais.

Desculpem-me o passar do tempo, era o que tinha para falar para os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. Devanir pela excelente contribuição que o senhor deu.

Quero dizer para o senhor que este Senador aqui é Relator da avaliação da política de assistência técnica e extensão rural no âmbito na Comissão de Agricultura.

Passo a palavra agora para o Sr. João Carlos Petribu de Carli, assessor técnico da Comissão de Meio Ambiente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária).

O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI – Sr. Senador Donizeti, na sua pessoa, cumprimento todos os colegas aqui da Mesa, as pessoas que estão aqui presentes.

Primeiro, a gente fica muito satisfeito em ouvir uma palestra como essa apresentada pelo Dr. Devanir, mostrando que muitos dos pensamentos que temos hoje na CNA vão muito contra o que o colega colocou e muitas das questões que vou colocar aqui já estão incluídas exatamente nas propostas que o Dr. Devanir colocou.

A primeira pergunta que podem fazer: a CNA é favorável ou não? Lógico que a CNA é favorável. Nós temos que pensar que a maior herança que um produtor rural pode passar para o seu filho e seu neto é a qualidade do solo e a qualidade da água. Não tem como discutir isso. O que se pensava antigamente em relação ao uso do solo e ao uso da água, na tecnologia que nos foi oferecida há algumas décadas é completamente o que nos pensamos em relação ao uso da propriedade rural.

Uma coisa tem que ser colocada e se tem que entender um pouco da política. Como é que ela vai ser efetivada? Mais imposto, mais taxa, mais pesquisa, mais tecnologia? Não é só, de repente, fazer o pagamento. Pode ser também disponibilizar para o produtor rural, de forma gratuita, novas tecnologias que venham a ajudar a melhorar sua produção e a qualidade do solo e da água. Tudo isso tem que ser colocado e é extremamente importante.

Uma coisa que a gente observa hoje é que o aumento de impostos, o aumento de taxas já cria uma certa restrição pela população que não aguenta mais a quantidade de impostos e taxas colocadas. Então, como nós vamos conseguir solucionar essa questão? Existe um histórico aqui no Congresso em relação a projetos de lei que tratam desse assunto, existem mais de dez na Câmara, existem vários aqui no Senado e cada um coloca algumas definições e algumas obrigações de formas diferentes, e uma prejudicando a outra.

O Devanir colocou algumas ideias aqui – é mais ou menos isso que a gente coloca – existem umas em que não se devem colocar áreas já protegidas como reserva legal e área de preservação permanente; só que a gente sabe que o benefício dessas áreas é da coletividade e quem hoje tem o ônus e tem o dever de proteger essas áreas é o individuo, é o proprietário daquela área e temos que observar exatamente como vai ser feita essa observação das áreas que serão ajudadas em relação à parte ambiental.

Outra questão: quem vai receber? Quais são as pessoas? Como é que nós vamos dizer que essa pessoa recebe e aquela pessoa não recebe? Tem que ser algo muito bem colocada, porque não se pode utilizar como fundo político, você não pode utilizar como questão de amizade e tem que ter uma questão muito séria e clara de como se vai definir as pessoas que vão participar desse programa. Você tem que observar também a precificação. Como é você precifica?

Nós temos secas no Nordeste há décadas – que nós conhecemos. Quando começamos a ter a seca no Estado de São Paulo, começou-se a observar como problema nacional. E como é que você consegue fazer precificação? "Ah, o problema de São Paulo é maior do que o problema do Nordeste?" O problema é o mesmo, é a

falta de água. Como é que nós vamos conseguir fazer essa definição, esse trabalho junto aos produtores rurais dessas áreas para que ajudem na questão do pagamento pelo serviço ambiental?

Como será o orçamento? Não pode ser uma questão de todo ano ter um orçamento, descobrir de onde vai vir esse aumento, colocar esse orçamento e, de repente, num ano de crise, fazer contingenciamento. Tem que ser um programa duradouro em que tem que haver responsabilidade das duas partes – tanto quem solicita do produtor rural ajuda quanto do produtor rural continuar o programa de qualidade das suas áreas dentro da propriedade.

Muito se falou no mundo do desmatamento da Amazônia. Eu lembro que, desde 2004, a gente vem conversando aqui no Congresso a respeito desse problema do pagamento por serviço ambiental e muito se falou em relação a fontes internacionais custearem alguns programas brasileiros. A gente observa hoje que existe uma crise grande lá fora. Uma crise grande. Aí gente volta à questão do orçamento. Esse dinheiro hoje estaria disponível para o programa?

Então, não podemos achar que todo ano vamos estipular um valor x porque saiu no projeto de lei ou porque foi uma emenda de algum Parlamentar. Nós temos que ter uma política séria dizendo que vai ser assim anualmente e sempre buscando aumentar x por ano, tendo em vista a melhoria da qualidade ambiental.

Uso de novas tecnologias. Isso é uma coisa também extremamente importante para pensar. Pode ser que o fato de você oferecer para aquele produtor rural uma tecnologia diferenciada, como o Devanir ponderou, você fazê-lo mudar de uma tecnologia convencional para um plantio direto para você fazer terraceamento, o ILPF dentro da propriedade rural, o fato de você dar essa ajudar ao produtor rural é muito importante porque você sai um pouco daquelas áreas prioritárias, como área de preservação permanente, e amplia as áreas protegidas, não as deixando intactas, mas fazendo uso correto do solo da propriedade.

Foi bem ponderado aqui o problema do assoreamento. Nas tecnologias que nos apresentaram há décadas, havia o uso da grade, da aração de forma muito agressiva. Hoje já se observa e há tecnologias que mostram que se deve diminuir a quantidade de passadas dessas máquinas dentro do solo. Isso vai ajudar muito a questão do não carreamento do solo para a água. É uma forma de pagamento por serviços ambientais essa mudança de tecnologia? Pode ser uma coisa extremamente interessante a gente sugerir.

Uma coisa que foi apresentada – já estava aqui, mas o Devanir também mencionou... O problema do Devanir é que sua palestra foi muito completa. Então, algumas coisas a gente vai repetir ou então é bom saber que a gente está tendo uma união muito grande nos pensamentos. Nós temos as famosas barragenzinhas, como ele apresentou. Só que nós entramos em outra questão. Qualquer obra civil, não importa o tamanho, precisa de licenciamento ambiental daquela área. Então, você imagina: se eu estou junto com a ANA, tentando fazer as barragenzinhas dentro daquela estrada para as propriedades rurais, pode vir uma pessoa, um fiscal ambiental, embora eu esteja na melhor das boas intenções em relação à parte ambiental, e me aplicar uma multa porque não tenho licenciamento ambiental para fazer aquela barragem; ou outras que você pode fazer dentro da propriedade: limpeza de açude. Se você for fazer uma limpeza de açude, a dragagem num açude pequeno de meio hectare, coisa mínima de 1 hectare, se você estiver tirando aquele solo que carreou, você pode levar multa ambiental. Então, você vê que nós não estamos num ponto de equilíbrio. Se formos para um lado, nós ajudaremos o meio ambiente, mas, se formos pelo outro lado, poderemos prejudicá-lo em relação à legislação de crimes ambientais.

Então, são essas coisas que temos que esclarecer, porque, por mais que exista boa vontade do nosso lado, do setor agropecuário, existem questões legais que podem nos impedir de fazer o uso dessa melhoria, dessa tecnologia.

Isso é uma coisa interessante porque este ano o Senar, nosso sistema lá da CNA, lançou o Programa de Proteção de Nascentes.

Vamos proteger mil nascentes este ano. Nós vamos ensinar o produtor rural que nós vamos ensinar a qualquer produtor rural que queira saber como proteger uma nascente e nós vamos dar a parte técnica, ensinando o que ele deve fazer para tentar ajudar. E nosso pensamento é que seja duradouro, que ano que vem sejam mais 1000, mais 1000, mais 1000, e assim sucessivamente, sempre pensando em ter essa melhoria da qualidade ambiental dentro da propriedade rural.

O proprietário rural tem a esperança de ser reconhecido pelo bem ambiental que ele também faz. Existe sempre uma espada sobre nossa cabeça, sempre nos culpando, mas as pessoas esquecem que o produtor rural também faz uma melhoria ambiental muito grande. Um exemplo claro é o Rio Tietê. Quando o Rio Tietê passa por dentro da cidade de São Paulo, ele é um rio morto. Ali ele é somente um meio, uma lava, uma lama que desce rio abaixo. Quando ele sai da área urbana e começa a entrar nas áreas rurais, começa a viver de novo. Ainda mais no Estado de São Paulo, que é um Estado extremamente populoso, onde suas propriedades estão

muito próximas umas das outras, mas, mesmo assim, existe um benefício ambiental em relação à despoluição que acontece no Rio Tietê. E isso pode acontecer no Brasil inteiro.

Nós, produtores rurais, também queremos receber o reconhecimento de que estamos ajudando, não só a espada sobre a cabeça, mas também o aperto de mão e o abraço. E pode ser que esse programa de pagamento por serviços ambientais apresente, para a população urbana, como nós estamos ajudando também na preservação do meio ambiente.

Agradeço o tempo disponibilizado aqui para nós da CNA e estou aqui à disposição para qualquer questionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. João Carlos, nós que agradecemos a sua exposição.

Para dar continuidade, vamos passar aqui para Dr. Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Por favor, Dr. Antoninho, com a palavra.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Bom dia, Presidente. Bom dia aos demais companheiros da Mesa. Bom dia aos senhores e senhoras que se encontram no plenário.

Nós vamos tentar também ser rápidos e objetivos, visto que o Dr. Devanir trouxe para nós uma espécie de uma aula, colocando muitos pontos que nós analisamos nos vários projetos – são 19 projetos de lei entre os que estão na Câmara e aqui no Senado. Já tivemos, inclusive, audiência pública na Câmara dos Deputados, participando, e temos, digamos, algumas questões que já foram levantadas, em parte, aqui pelo Dr. Devanir. Isso facilita um pouco para que a gente discorra sobre o assunto.

Primeiramente, Senador, a quantidade de projetos na Casa, desde 1997, demonstra uma vontade, em princípio, de se buscar fazer uma espécie de uma democratização, ou o reconhecimento, de uma nova forma de compensação de algum tipo de forma de preservação que, no caso os brasileiros – sejam eles agricultores ou não – participariam desse processo. Então, esse é um primeiro registro de que há uma boa vontade. O problema é que essa boa vontade acaba não se concretizando. Desde 1997 que esse processo rola na Casa – ou nas duas Casas – e a gente não consegue chegar a alguns parâmetros mínimos de entendimento. E estamos aqui, exatamente nesse momento, nos perguntando: "Que parâmetros são esses?"; "Qual é a forma"?; "Quem leva?"; "Quem recebe, quem não recebe?"; "Como é que faz?".

Então, é um assunto extremamente complexo, mas que entendemos, de nossa parte – falando aqui mais pelos pequenos agricultores –, ela é primordial em um momento no qual a gente precisa, efetivamente, buscar formas de autossustentação, seja do ponto de vista ambiental, seja do ponto de vista da manutenção das famílias em suas comunidades rurais.

Acho que é chover no molhado aqui, mas o novo código traz uma nova realidade em que a agricultura terá que mudar concretamente a sua forma e o seu meio de produção efetivamente. Talvez não a curto prazo, mas a médio e a longo prazo com certeza haverá mudanças significativas.

Por outro lado, também somos conhecedores de que o modelo atual do desenvolvimento rural brasileiro, Senador, é incoerente e excludente. Eu não quero entrar na lógica da ideologia aqui, mas foi colocada pelo Dr. Devanir uma questão que para nós é básica: assistência técnica e extensão rural.

Nós não vamos trabalhar em serviços ambientais, em pagamentos por serviços ambientais; nós não vamos ter – desculpem a minha franqueza – sucesso, a não ser daqueles que são conscientes, se nós não tivermos uma forma diferenciada de termos assistência técnica e principalmente crédito rural.

Os bancos estão moldados para financiar o milho, o arroz, o feijão, a soja, o gado, ou seja, financiamento por produto. Se nós não mudarmos a conceituação do crédito rural na lógica de buscarmos um financiamento para a manutenção e para a sustentabilidade da propriedade, dentro da lógica que o Dr. Devanir trouxe e outras mais que possivelmente existirão, a gente também não vai ter muito sucesso nesse processo. Porque a assistência técnica vai chegar num determinado local, vai fazer um diagnóstico, vai fazer tudo isso e na hora em que ele for ao banco o banco vai dizer: não, eu só financio o milho. A vegetação nativa que você vai querer plantar ou não nativa isso não passa por aqui. E outra, é custeio. Eu financio agora e você paga o ano que vem. Investimento é em cinco anos, seis anos. Ou seja, são mudanças, na nossa avaliação, de estrutura para que a gente possa ter efetivamente uma lógica de se trabalhar a busca da questão do pagamento de serviços ambientais.

E entrando um pouco, Senador, nessa questão dos serviços ambientais, nós temos uma gama enorme que passa desde o econômico pelo ideológico, pelo lazer, pelo paisagismo, por uma série de fatores – e não vou entrar aqui no lado bom ou ruim de cada um –, mas que eu vou me centrar numa questão que entendemos ser fundamental.

Primeiro, precisaríamos ter muito claro o que o Dr. Devanir nos traz: a questão das APPs e da reserva legal. Isso é lei. Agora, se não tiver agricultor lá colocando isso, preservando dentro da lei, não vai existir. Nas ci-

dades nós não vamos fazer APPs na reserva legal. Então, eu entendo muito concretamente que não é porque está numa lei, que é obrigatório, que você não vai ter nenhum tipo de valoração diferenciada, etc. Mas alguma coisa tem que ter para isso.

O fundamental, na nossa avaliação, é a questão da interpretação do que são serviços ambientais. E aí é aquilo que eu coloquei, vamos entrar numa ceara difícil, complicada. Vamos ter várias e várias interpretações.

No nosso entendimento, o meio rural – e hoje vivo no urbano, para vocês não me confundirem – é uma espécie de reserva que nós teríamos que, de todas as maneiras possíveis, buscar a manutenção desse espaço como sendo a preservação não só do meio ambiente, mas principalmente a preservação da vida.

Se nós entendermos que isso é muito maior que a produção da soja do pessoal da CNA ou do leite do nosso pessoal da agricultura familiar, se entendermos que isso é muito maior, acho que é um passo bastante grande no sentido de que a gente consiga partir para uma conceituação em que a gente busque uma valoração, digamos, desses ambientes e dessas condições que a gente está colocando. E para mim deve ficar muito claro que é independente da questão ideológica. Eu acho que deve ser uma coisa em que a gente consiga fazer com que, racionalmente, nós, do meio urbano, entendamos que há uma prestação de serviços já feita pelo meio rural, de uma forma até indireta, mas que isso já existe.

A outra questão que eu acho muito importante é entendermos que a forma com que teremos de trabalhar isso tem que passar necessariamente também por um processo da pesquisa agropecuária, minha gente. Eu não sou daqueles que colocam que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, não passo por aí. Porém, se nós continuarmos nesse modelo de desenvolvimento rural que temos, com essa carga enorme de defensivos modernos, como se diz, nós fatalmente vamos estar cada dia mais poluindo os lençóis freáticos, poluindo toda essa parte, e isso é falta, digamos, de condição de vida futura. Alguém lá na frente vai nos condenar por isso, com certeza.

Então também esse modelo, essa forma de produção, precisa ser revisto, e aí entra a pesquisa, entra a Embrapa, entram outras organizações, e também deve haver, na nossa avaliação, em paralelo à questão do pagamento dos serviços, mecanismos com que se possa concretamente buscar alternativas ao nosso modelo hoje existente no Brasil.

E obviamente, no meio disso, nós temos que ver as questões regionais. Eu acho que esse é um ponto, Senador, que talvez seja o mais complexo, porque por mais que hoje se fale de São Paulo, do Sudeste, no Sudeste já aconteceu, sei lá, de dez anos para cá, quando os reservatórios estão diminuindo, etc., etc... Mas nós temos um Nordeste que é centenário. Nós temos outras regiões. O Sul a cada dez anos tem sete secas.

Então há que se olhar, em termos, digamos, de água, se é que vamos falar também na questão água, porque para mim essa questão de serviço, em verdade, é muito mais ampla, mas, se nós olharmos pelo aspecto da água, deverá haver, digamos assim, uma conotação regional, como forma de se buscar contemplar as necessidades regionais. E então os arranjos provavelmente também terão que ser regionais e entrar numa lógica em que se busque concretamente trabalhar naquilo que é talvez a melhor solução possível, que seria nós termos uma busca conjunta, dentro da lógica da solidariedade campo-cidade, como se diz, buscando um equalizador comum para todos nós.

Eu acho que essa é a nossa expectativa e essa é a nossa busca, Senador, e a contribuição que queremos dar junto aos senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Muito importantes as suas contribuições aqui.

Agora passamos para o último convidado, para fazer sua exposição. Depois voltaremos a discutir um pouco mais o tema.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo Arguelles, especialista em políticas e indústria da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

O SR. MARCELO ARGUELLES – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Donizeti Nogueira. Bom dia a todos os expositores.

A gente percebe que há uma grande convergência, na verdade, entre as falas, e todos os expositores convergem também ao pensamento predominante dentro do setor produtivo.

Gostaria de iniciar a fala dando um panorama geral sobre a própria indústria. Existe uma base bastante heterogênea de setores industriais que têm prioridades, que têm direcionamentos políticos bastante, digamos assim, heterogêneos. O que a CNI faz é buscar a convergência daquilo que é possível se buscar de consenso dentro da orientação da indústria. Para isso a CNI dispõe de uma gerência específica de meio ambiente que trata desse tema, dispõe também de um conselho de meio ambiente, que traz esses diferentes setores para a mesa para sentar para definirem políticas a serem defendidas pela CNI.

Neste momento, a CNI tem um grupo de trabalho específico sobre a questão do planejamento de serviços ambientais e que está aprofundando o debate para consolidar um posicionamento majoritário da indústria. Mas, independente desse avanço, dessas discussões, a gente já vem acompanhando a temática aqui no Congresso há muitos anos. A CNI acompanha 32 projetos de lei que têm o PSA como elemento central, seja na forma de políticas nacionais, de pagamento de serviços ambientais, seja na forma de bolsas, seja na forma de diferentes modalidades, RED. Então, a gente vê que existe uma gama grande de proposições e uma fragmentação também dessas proposições. E a gente vem acompanhando, com mais ênfase, aqueles projetos que realmente tomaram mais relevo, aqueles que propõem uma abordagem mais ampla sobre a questão: na Câmara, o 792; aqui no Senado, o projeto do Senador Blairo Maggi, o 276. A gente percebe que tem havido, dentro dos sucessivos textos aprovados em Comissões e substitutivos, um avanço do ponto de vista da conceituação. Então, aí, a gente pega o que está sendo colocado do ponto de vista de se conceituar, de uma forma clara, o que é planejamento de serviços ambientais e como se dá essa provisão. A gente observa realmente esse avanço.

A indústria considera como instrumento estratégico importante o planejamento de serviços ambientais como uma medida de incentivar o setor privado a investir na melhoria da qualidade ambiental e também para garantir a sustentabilidade da provisão de insumos que são fundamentais para a produção. Então, a gente tem setores industriais que são, vamos dizer, hidrointensivos, a gente tem siderurgia, a gente tem a base da CNI, o próprio setor elétrico, que faz parte da base da CNI e que depende da água para a geração da qualidade, para a redução dos custos, para a geração e, realmente, a estruturação de um modelo e de uma política nacional que vai trazer mais coesão e mais coerência ao que já se tem praticado.

A gente tem algumas iniciativas hoje em andamento, de empresas que trabalham com a remuneração por serviços ambientais de forma direta. E há aquelas de forma indireta. É o exemplo do Amazonas, que tem um programa de pagamento por serviços ambientais pela manutenção da floresta que é financiado pela iniciativa privada por meio de fundações. Contudo, não existe, hoje, uma consolidação de um marco que dê segurança jurídica para que o setor privado possa se engajar. A gente considera que, como foi colocado aqui, os recursos públicos são absolutamente insuficientes para realmente dar escala a um programa de pagamentos por serviços ambientais. A gente tem alguns exemplos já – no caso do Amazonas, o Proambiente – de programas que iniciaram e perderam fôlego, gerando uma grande frustração aos provedores durante seu caminho, certamente, por questões de contingências, questões de falta de recursos. Então, o engajamento do setor privado é fundamental para dar corpo e para dar escala a esse processo.

Agora, há alguns pontos que realmente são essenciais em defesa da indústria. Primeiramente, como já foi colocado aqui, a questão do caráter voluntário. O pagamento por serviços ambientais tem de ter essencialmente esse caráter voluntário, tanto do ponto de vista do provedor, do engajamento do provedor, como também daquele ponto de vista do eventual pagador que não seja o Estado. Então, a indústria é absolutamente contrária a qualquer tipo de contribuição compulsória para o pagamento de serviços ambientais. A gente sabe que o Estado é pródigo em estabelecer contribuições e botar, muitas vezes, a conta na mão do setor privado. Muitas vezes, esses recursos não são executados e, realmente, não atendem às razões pelas quais eles foram criados. Então, o caráter voluntário é um aspecto fundamental para a indústria.

Outra questão é como trazer o setor privado, efetivamente, para ser um agente financiador importante. Há uma série de incentivos e de formas de trazer o setor privado. Eu acho que, primeiramente, a gente precisa ter segurança jurídica nessas relações que vão ser estabelecidas, relações contratuais. Devemos ter clareza dentro das obrigações contratuais que vão ser estabelecidas.

Nós temos alguns mecanismos de incentivo que são fundamentais. Os últimos projetos de lei, os últimos substitutivos aprovados na Câmara dos Deputados já preveem isso, preveem mecanismos, por exemplo, de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física daquele que provê, ou seja, daquele que está recebendo, o beneficiário do recurso, o provedor do serviço. O pagamento dos serviços ambientais não se caracterizaria como renda para esse provedor. Isso é importantíssimo. Mas também é fundamental que se pense do lado do provedor privado, ou seja, em como uma empresa de geração de energia, uma empresa de bebidas, uma empresa que depende da água como insumo, por exemplo, e de outros insumos pode ser incentivada a se engajar, a pagar efetivamente, a ter um grupo de beneficiários ou um grupo de provedores associados ao pagamento de serviços ambientais, então, na própria questão da dedução da base de cálculo do Imposto de Renda.

Hoje temos alguns exemplos associados à cultura, associados a investimentos para a infância e para a adolescência, enfim, uma série de previsões legais. Hoje, há dedução de base de cálculo. Acredito que o pagamento de serviços ambientais seria bastante interessante. Em tempos de ajuste fiscal é sempre um pouco complicado falar isso, mas existem mecanismos. Os próprios limites estabelecidos hoje para determinadas deduções, por exemplo, podem ser utilizados, colocando, na verdade, o pagamento de serviços ambientais como

mais uma opção à disposição do setor privado para que ele possa investir e deduzir parte do seu imposto em investimentos que, na verdade, vão estar em benefício da coletividade e da própria sociedade.

E é fundamental que ele seja centrado em serviços que sejam efetivamente mensuráveis, ou seja, que sejam objetivos e sejam também de percepção por parte da sociedade. É muito difícil falarmos que o Estado estará investindo o dinheiro do contribuinte ou que o próprio setor privado estará investindo seus recursos em serviços ambientais que são de difícil percepção pela sociedade. Então, alguns projetos de lei preveem serviços ambientais, como já foi citado pelos outros expositores, para beleza cênica e outras coisas que são importantes, ninguém tira a importância desses outros aspectos, mas são de difícil mensuração, difícil verificação e difícil percepção pela sociedade.

É importante que se consiga esse tipo de incentivos e incentivos também para o engajamento do setor privado associado a aspectos não monetários, ou seja, como se engajam produtores rurais que estão em uma bacia hidrográfica dentro de um programa de pagamentos de serviços ambientais com fundos públicos ou privados, mas com benefícios que não são efetivamente monetários, são benefícios, enfim, em infraestrutura, em infraestrutura de armazenamento, de reservação de água, de melhorias das práticas de equalização dos custos entre as boas práticas e as práticas convencionais? Muitas vezes, as boas práticas agrícolas de conservação do solo, etc., não são efetivamente aplicadas porque têm um custo a mais; nem sempre, mas muitas vezes. Então, como o pagamento dos serviços ambientais pode equalizar e tornar essas práticas mais competitivas? Então, é por uma série de mecanismos. Aí acho que é importante realmente buscar mecanismos inovadores para o engajamento do setor privado e por aí vai.

O João citou a questão do licenciamento ambiental, a questão das condicionantes ambientais, se é possível também trabalhar isso dentro de uma perspectiva de incentivo, ou seja, não financeiro. São todas ideias e opções que estão sendo colocadas e que merecem ser consideradas na hora da elaboração do texto.

Quando falamos em segurança jurídica, entendemos essa lei como o aparato regulatório mínimo para que haja essa segurança jurídica, ou seja, estabelecimento de métricas. Como o João falou, quanto vai custar, quanto custa um hectare de recuperação de uma mata ciliar em um ambiente que tem maior ou menor resiliência, em um ambiente mais ou menos suscetível à erosão, por exemplo, ou numa bacia mais crítica para abastecimento humano, numa bacia mais crítica para abastecimento industrial?

Então, essas métricas, é fundamental que as tenhamos estabelecidas, que isso esteja em contratos, que os contratos tenham as suas cláusulas de acompanhamento, de monitoramento, de cumprimento, e que tenham transparência. E isso exige, de fato, um aparato minimamente regulatório.

Nós estávamos falando de serviço. Todos os serviços que são prestados hoje pela iniciativa privada, na forma de concessão, fazendo aqui uma analogia, são objetos de uma atividade regulatória do Estado. Então, vemos que o pagamento de serviços ambientais tem esse desafio, coloca esse desafio da regulação para o Estado. A gente avalia que uma vez que esses contratos tenham, por exemplo, recursos públicos, seja na forma de deduções, seja na forma de isenções, ou seja, que contratos operacionalizados pelo setor privado, mas que, de forma indireta se utilizam... (*Falha na gravação.*)

... associados a uma métrica de controle, a uma métrica estabelecida pelo próprio serviço público, ou à própria métrica que ele utiliza nos contratos nos quais ele é efetivamente o financiador e o pagador pelo serviço ambiental. Agora, os contratos entre privados ou que não envolvem recursos públicos entendemos que têm de ter uma livre negociação. Ou seja, os agentes privados, uma vez que não têm recursos públicos, podem negociar de acordo com as suas prioridades, de acordo com os seus interesses.

Do ponto de vista de pontos essenciais, entendemos também a questão do baixo custo de transação, ou seja, como reduzimos esse custo de transação tanto para o Estado como para o próprio ente privado, seja no papel de provedor dos serviços ou no papel de financiador desse serviço, são desafios que são colocados. Eu acho que existem experiências muito interessantes nas próprias agências reguladoras, enfim, sobre como trazer esses instrumentos para o próprio mercado, esses instrumentos de regulação, para que tenhamos um sistema que seja eficiente.

Do ponto de vista de garantir a sustentabilidade, já que temos experiências de programas que não foram à frente justamente pela falta de recursos, do ponto de vista, como diz o Devanir, de serem os recursos da União complementares aos investimentos privados, percebemos que existe a oportunidade. Há uma fragmentação muito grande de recursos, de arrecadações, de contribuições feitas pela própria iniciativa privada, enfim, no acesso, na concessão, seja de recursos naturais, seja da própria água citada pelo Devanir, ou na compensação ambiental, uma série de mecanismos, uma série de fundos que hoje estão fragmentados e o pagamento por recursos ambientais pode também ter esse papel de concentrar a ação do Estado na promoção do desenvolvimento ambiental, na promoção da melhoria da qualidade ambiental.

Há uma fragmentação muito grande e obviamente têm-se interesses também difusos e associados a esses fundos, mas acho que vale a pena avaliar, vale a pena pensar no pagamento de serviços ambientais como um agente que possa integrar as diferentes políticas ambientais.

A legislação ambiental brasileira hoje está bem avançada. Temos legislações consolidadas em praticamente todos os aspectos da questão ambiental, seja floresta, seja água, seja acesso à biodiversidade, seja mudança climática, então, no pagamento de serviços ambientais. Só que diversos instrumentos dessas legislações muitas vezes o próprio Estado não consegue implementar. Ou seja, você tem desafios grandes associados ao Código Florestal, desafios grandes associados à Política Nacional de Recursos Hídricos que estão em meio de caminho, que estão com dificuldades de serem implementados. Então, o pagamento de recursos ambientais também pode ser pensado como um meio de integrar essas políticas, como um meio de financiar a efetivação desses instrumentos. Para isso é necessário que haja também uma boa governança no processo. Então, entendemos que a boa governança no processo é fundamental, ou seja, como se estabelecem as prioridades para os investimentos, como é possível viabilizar recursos para que essas políticas possam ser efetivadas.

Aqui, parece-me que foi unânime, quanto às APPs, que existe uma grande oposição. Percebemos que essa oposição é grande. Inclusive, na própria Consultoria Legislativa, conversando com os consultores legislativos, por exemplo, da Câmara dos Deputados que são contrários ao pagamento de serviços ambientais em áreas sob limitação administrativa, percebemos que é realmente um mecanismo importante e pode ser pensado de forma adaptada, com uma métrica própria, ou seja, dentro de um planejamento próprio, de uma estrutura onde os pagamentos podem estabelecer prioridades que sejam de alguns anos.

Então, durante alguns anos, prioritariamente, vai se investir em determinado serviço ambiental, em determinadas áreas. Com isso, realmente se gera o incentivo, para que haja a efetivação desse instrumento e a efetivação dessas leis.

Alguns aspectos que a gente também considera interessante serem avaliados estão associados a aspectos administrativos. Ou seja, esse pagamento de serviços ambientais tem que ter uma estrutura mínima. (*Falha na gravação.*)

A gente de falou de fundos. Os fundos não têm sido efetivos. Existe alguma outra alternativa? Existem instrumentos, no mercado, que podem ser utilizados para a viabilização da aplicação dos recursos? Acho que vale a pena também uma reflexão a respeito dessa efetividade da questão administrativa ao redor do pagamento de serviços ambientais.

E há o próprio aspecto, por exemplo, da Lei Geral de Licitações, ou seja, esses pagamentos por serviços ambientais vão ser objeto de licitação? Para se fazer um investimento com recursos públicos, vai se licitar? Eu acho muito complicado. Muitas vezes se fala em pagamentos por serviços ambientais e se pensa muito na pessoa física, no provedor físico, no fazendeiro, no colono, no produtor rural, e existem mecanismos, por exemplo, de se trabalhar para baixar o custo de transação com associações, de se trabalhar contratos coletivos de pagamentos por serviços ambientais em que se facilita a transferência desse recurso, a gestão desses recursos, facilita-se também a execução do que está programado nesses projetos a serem apresentados.

Também pode se pensar em mecanismos de chamadas, ou seja, existe o recurso e vai se destinar esse recurso para um determinado fim, então, estabelece-se também quais seriam os objetivos, as métricas e as chamadas, para que esses grupos possam se organizar e possam acessar esses recursos. Ou seja, há uma série desafios associados a questões estratégicas, administrativas e a questões de governança que, realmente, acho que vale a pena serem analisadas, para elaboração do texto, Senador.

A CNI, neste momento, está justamente realizando essa discussão com o conjunto de associações que representam o setor industrial, para que a gente possa formalizar um posicionamento, por escrito, e encaminhá-lo a vocês. Neste momento, a gente está trazendo algumas ideias e reflexões, e a gente se coloca à disposição, para seguir contribuindo dentro do processo de discussão do projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Marcelo, muito obrigado pela contribuição.

Está conosco agora a Senadora Regina, lá do Piauí.

Nós vamos fazer algumas considerações.

Você gostaria de fazer uso da palavra, Senadora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ainda não.

Bom, eu tenho debatido, no âmbito do Senado, tentado dizer que há uma discussão aqui do Pacto Federativo que acho que é feita meio assim para se remediar. Vai se fazendo o urgente, mas o importante não se

faz. A nossa Constituição prevê, no art. 165, o planejamento máximo de quatro anos para o País, que está na lei, no PPA. Então, a gente não tem pensado o País a longo prazo. A gente não tem um planejamento estratégico com longevidade. Por isso, propusemos uma emenda para que o Executivo seja obrigado, em sendo aprovada essa emenda – a gente espera por isso –, a fazer um planejamento estratégico com um horizonte de trinta anos.

Por que estou dizendo isso? Porque precisamos discutir hoje, no Brasil, e essa questão, do meu ponto de vista, precisa ser pensada desta forma: que País nós queremos para daqui a vinte anos? Quanto custa esse País e quem vai pagar a conta? Porque, para construir o País, nós queremos melhorar a qualidade de vida, melhorar o serviço de saúde, etc. Nós temos um caminho para resolver uma parte e é pela gestão. Acho que é preciso uma gestão mais eficiente, para se ter resultados mais efetivos, mas isso não é suficiente.

Falando do PSA, bom, as empresas que usam insumos que vêm da natureza, como a água, para poder gerar a sua renda, elas têm que ter mais responsabilidade quanto a isso. Aí é o seguinte: o que é mais barato: eu deixar a minha hidrelétrica, deixar o reservatório da minha hidrelétrica assorear para depois limpar ou eu tomar medidas efetivas, criando incentivos para que as pessoas que convivem, habitam, trabalham, retiram seus sustentos das imediações possam ter práticas conservacionistas que vão impedir o assoreamento?

Fui para a agricultura, sou técnico em agricultura, disse isso aqui já outras vezes. Nos anos 70, saí do Estado de São Paulo, da escola em que estava, sou mineiro, e vim aqui para o norte de Goiás para vender semente de arroz, milho e soja. Era o momento em que a Embrapa tinha desenvolvido variedades para a gente poder plantar arroz de sequeiro, por exemplo. Nos primeiros anos, onde eu estava trabalhando, tinha um bom resultado, mas depois, na medida em que ia mexendo com o solo, pisoteando, criava o pé de grade e não tinha a prática do plantio em nível, aconteciam duas coisas: assoreava os rios, os córregos, as nascentes e diminuía a fertilidade do solo, diminuía a camada que retinha água e, consequentemente, não tinha mais condições de plantar arroz com segurança, porque não aguentava um veranico de dez dias, porque o sistema radicular ficava muito raso e a água batia e ia embora.

Hoje vemos que, pelo uso da tecnologia do plantio direto, temos uma meia solução. Fui com a Comissão de Agricultura a Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, a uma feira de desenvolvimento científico e tecnológico, e pudemos ver uma experiência da Embrapa extraordinária. Eu fui atrás dessa experiência porque peguei um jornal no hotel que dizia: "A Embrapa faz chover na exposição". Nós fomos lá, eu e o Ciro, ver o que era a Embrapa fazer chover. Ela criou um sistema de chuva com um pedaço de plantio direto com plantio em nível e outro de plantio direto sem plantio em nível. O resultado da retenção da água no plantio em nível era, sei lá, umas dez vezes maior do que o não plantio em nível. A gente pode ver ali, naquela região do Rio Grande do Sul, que é a região de Passo Fundo e tal, que o pessoal não está mais plantando em nível; está fazendo plantio direto, mas não está plantando em nível.

Segundo também pude levantar, o Paraná, que teve um momento que plantava em nível terraço em bases mais largas e desmanchou isso para dar efetividade aos grandes equipamentos da agricultura de precisão, agora está tendo que retornar por causa da erosão. É outro problema muito sério que o Devanir nos mostrou nas estradas.

Então, eu fico na provocação, no entendimento do seguinte: temos que pensar a longo prazo. Não dá para hoje termos a preocupação só com a represa Cantareira ou outras. Temos que ter a preocupação de evitar que o que está acontecendo com o Cantareira continue acontecendo.

Existem os aquíferos. Pelo que aprendi até hoje, e eu aprendi pouco, entendo muito pouco desse tema, o Cerrado é um abastecedor, é onde captam a água para levar aos aquíferos. Nós temos agora, principalmente na nossa região, Tocantins, o projeto do Matopiba, que eu acho que é uma experiência inédita e podemos errar menos, por quê? Porque com a participação do Governo, através da agência, vai poder ter controle melhor e fazer com que, na agricultura que venha a ser praticada em mais larga escala agora, na região do Cerrado da Bahia, do Tocantins, Maranhão e Piauí, tenhamos, Senadora Regina, práticas como as que o Devanir nos mostrou aqui hoje, que todo mundo está defendendo, para que possamos garantir a existência da água e a vida com mais qualidade.

Nós não falamos sobre isso aqui, mas nós precisamos repensar, então, como desimpermeabilizar as cidades, porque a água bate na cidade e corre. Aquele sistema de drenagens que existe é um sistema de captação da água pluvial, que são galerias enormes, a água vai para o rio, do rio para o mar, e não vai para o lençol freático, não vai para irrigar, abastecer a terra. Então, há também que se pensar, no Brasil, em se tratando aqui de programas brasileiros, como desimpermeabilizar as cidades, porque a água que cai ali vai embora, não serve para abastecer aquíferos, não serve para continuar abastecendo o lençol freático, etc. Agora, como fazer isso? Quanto custa isso?

Eu acho que esse debate aqui, que nós temos travado agora, na primeira e na segunda audiências públicas, tem sido muito rico para mim, eu tenho aprendido muito. Eu tenho dito aqui para os nossos convidados que eu estou fazendo uma especialização ou mestrado aqui no Senado e tem sido extraordinário para mim.

Pergunto, por exemplo: para o agricultor que está na Amazônia, que vai prestar o serviço ambiental em uma região em que os impactos são menores, mas, já prevendo o futuro, para não acontecer o que está acontecendo em outras regiões, nós vamos precificar a mesma coisa para esse agricultor, o mesmo valor ele vai ter de pagamento por serviço ambiental que o daquele que está em uma região gravemente afetada, que vai ter um trabalho, de repente, maior? Como é que a gente vai medir isso? Penso que, o companheiro Marcelo, da CNI, levantou bem essa questão, mas esse é o desafio. Nós estamos desafiados neste tempo.

Quando eu era produtor cultural, escrevia poesia e fazia teatro, um dia eu escrevi uma letra de uma música para o meu filho que era o seguinte: era a minha dúvida se nós éramos daqui ou se nós éramos alienígenas, porque a gente vinha degradando tudo, em nome da exploração, em nome do lucro, etc. E quando isso acabasse? Será que nós iríamos para outro Planeta? Então, na minha viagem, na poesia, eu recordei isso aqui agora, essa é uma preocupação que eu tenho há mais de trinta anos. O que nós estamos fazendo? Será que nós somos daqui mesmo? A gente, na ganância do lucro, etc., não percebe as coisas pequenas que as comunidades indígenas e quilombolas estão aí ensinando para a gente a cada dia? É isso. Acho que são indagações que nós vamos ter que responder.

Eu não estou vendo no Brasil uma crise tão grave, nada disso. O que eu estou vendo é uma grande oportunidade. Mas a minha angústia é se nós estamos preparados para aproveitar essa oportunidade e dar as respostas que este País precisa, em todos os setores da vida, para mais qualidade de vida, mais inserção social, mais felicidade, mais paz e mais solidariedade.

Senadora Regina, com a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sim. O Rovaris está pedindo licença, pois ele tem uma consulta, e precisa ir. A gente agradece...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Mas vamos conversar mais.

Senadora Regina, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu, infelizmente, não ouvi os expositores. Esta Casa tem o péssimo defeito de fazer as comissões todas na mesma hora. Hoje mesmo há três comissões, e eu sou de todas as três. Eu fui para a de Assuntos Sociais, porque eu coordeno a Bancada e tinha muitos assuntos polêmicos lá, aí, infelizmente, não pude estar aqui.

Mas, a partir da fala do Senador Donizeti, algumas coisas eu queria colocar, primeiro, sobre a questão da educação ambiental. Nem é preciso, talvez, pagar as pessoas. Basta educá-las para a preservação. Eu vou dar um exemplo da Serra da Capivara, lá no Piauí, que é um patrimônio da humanidade. No começo, quando os arqueólogos chegaram, foi aquela expulsão das pessoas. Descobriram um tesouro, tinha que sair todo mundo. Aí foi aquela revolta dos trabalhadores que moravam no lugar, que caçavam, que se alimentavam dali, que plantavam no meio daquele sítio arqueológico maravilhoso.

Depois a coordenadora do processo foi percebendo que, se ela ganhasse aquelas pessoas para o trabalho, elas iriam ser os guardiões. Então, ela está com uma experiência ótima lá, porque hoje as pessoas que trabalham, que fazem a guarda do Parque de Serra da Capivara, são as famílias que moravam lá – e que moram ainda. Ao invés de caçar, eles agora estão preservando, porque estão recebendo um salário. Ela empregou todos eles para serem os guardas do parque. Então, é um exemplo fantástico, que paga salário-mínimo, porque, para um trabalhador rural, ganhar salário-mínimo já é um evento, já é uma riqueza, para ele que vivia só de plantar um feijãozinho, uma mandioca, que desmatava, plantava e caçava um animal para comer. Então, esse tipo de coisa tem que ser estimulada.

Aí eu já entro exatamente na Matopiba, que é uma região de nascentes fantásticas, porque me preocupa. O meu Estado tem vários rios que nascem naquela região. E a gente precisa ter muito cuidado, porque, apesar de o projeto escrito ser bonito, o que já está acontecendo lá é a corrida, a compra das terras dos pequenos – e lá há pequenos produtores que vivem miseravelmente, apesar de ser 100 hectares de terra, mas não há tecnologia. Como há o programa do Governo, já há a corrida para comprar as terras. Não sou contra o agronegócio. Eu acho que ele é necessário, gera as *commodities*, mas é preciso que a gente tenha cuidado.

Eu entro nas questões das nascentes exatamente por isto: ao invés de expulsar as pessoas da nascente – lá existirá um problema sério, porque há muitas nascentes –, vamos ganhar essas pessoas para elas serem

guardiãs das nascentes. E, se tivermos que remunerar, que se ache a forma de remunerar. É muito mais fácil, porque o Governo não tem guardas, não tem fiscais para fiscalizar todas as nascentes, é muito caro, principalmente a do Rio Parnaíba, que é um rio federal. Não há fiscal que vá lá para a Serra da Canastra, no extremo ali, Bahia, Piauí, um pedacinho de Minas. Não há. Ninguém vai morar ali para ficar permanentemente fiscalizando, a fim de que não se destruam as nascentes para plantar grãos.

Então, eu acho que é preciso apostar nisto: na educação. Eu dou um exemplo bem simples da minha casa, da minha mãe, que tem um sitiozinho de 5 hectares lá no interior do Piauí. Eu sou apaixonada por ipê. Então, comprei um monte de muda de ipê, coloquei em um caminhão, aluguei um caminhão e levei lá para a casa da minha mãe. Chegando lá, plantando, com os outros, chegou o meu irmão mais velho e disse assim: "Isso aí que é ipê?" Eu disse: é. E ele disse: "Mas isso aqui tem um monte, só que a gente corta para fazer cerca." Então, quer dizer, a cerca do sítio toda é de ipê. Aí eu baixei um decreto lá dizendo que não se corta mais ipê ali. Daqui a uns cinco anos nós vamos ter uma floresta maravilhosa de ipê roxo, ipê amarelo, já está aparecendo. Mas ele não sabia. Ele chama de pau d'arco. E o pau d'arco é uma madeira boa para fazer cerca, para fazer móvel, para fazer tudo. Então, ele cortava tudo. Lá é uma região nativa, mas se corta todo ipê para fazer a cerca das roças. Tudo isso é educação ambiental. Eu já comecei a conversar com os vizinhos quando eu vou lá.

Uma Prefeitura pode tomar atitude de reinserir a mata nativa. Ipê naquela região é mata nativa, só que ele é cortado e ninguém chega a ver uma flor. A coisa mais linda do mundo é um ipê florido, mas ninguém chega a ver, porque, quando está com uma certa altura e já dá para tirar a madeira para fazer cerca, cortam. Então, é tudo uma questão de as pessoas não terem acordado para a questão ambiental. Não acordaram ainda.

Aí você falou no planejamento de vinte anos. A gente tem que pensar como é que vai estar este País – não precisa ser nem o Planeta – daqui a vinte anos e pensar o que pode ser feito. Porque remediar é difícil.

Eu dei um exemplo aqui, em outra audiência pública, da lagoa do Piauí, Lagoa de Parnaguá, que estávamos vendo morrer; a gente assistiu à morte da lagoa. Uma lagoa com 72.000m^2 e 74.000.000m^3 de água secou. A gente assistiu à morte dela lentamente, e não fez nada. E aí fazemos o mea-culpa, porque nós fomos Governo lá oito anos. E a população alertava. E foi tudo pela mão do homem: barramento. Foram fazendo barramento dos rios que alimentavam a lagoa e a lagoa secou.

Então, eu aposto muito nessa questão de que, se a gente educa as pessoas, elas fazem esse serviço até sem pagamento. Sem receber nada, elas fazem esse serviço. E, se precisar remunerar, acho que têm de remunerar pelo bem do Planeta, pelo bem do ar que vamos respirar daqui a vinte anos.

Era essa a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Fiz minha monografia do curso de Administração sobre a função social da terra. A gente vai percebendo as coisas. É possível a terra cumprir sua função social se não se protege a água, se não se protegem as nascentes? Não vai cumpri-la! Aí a gente fica com aquela visão exploratória de que produzir, de que obter retorno e riqueza resolve o problema. Daqui a pouco, não haverá riqueza no mundo que resolva isso. Quanto vai custar a recuperação de um lago? Isso poderia ter sido evitado.

Vamos ouvir os nossos convidados mais uma vez.

Penso que as indagações foram feitas por todos, mas, no sentido de sistematizar a nossa fala aqui, vamos ceder cinco minutos ou mais para cada um dos senhores, para que voltem a falar.

A gente precisa conversar muito com a ANA. Estou vendo que há muita solução lá que a gente está precisando divulgar. Talvez, tenhamos de fazer uma audiência pública aqui sobre o que a ANA está fazendo, que é muito importante.

Dr. Devanir, está com o senhor a palavra.

O SR. DEVANIR GARCIA DOS SANTOS – Eu gostaria de comentar, primeiro, a fala do Senador Donizeti sobre a questão da impermeabilização do solo. A crise que temos hoje de falta d'água no País passa necessariamente por uma reflexão mais profunda. Vamos pegar o caso mais crítico: o reservatório de Cantareira. Em 2010, ele estava extravasando, havia excesso de água. Em 2011 e em 2012, houve chuvas normais; em 2013, choveu um pouco menos; e, em 2014, realmente, o nível foi mais baixo do que o normal. Mas estamos falando que saímos de 1,5 mil milímetros e fomos para 1,1 mil milímetros ou para mil milímetros. Então, não é uma coisa tão drástica. Há diversos países que convivem com menos de 600 milímetros ou de 700 milímetros de água, principalmente numa região de solo profundo, com capacidade de armazenagem.

Então, o que ocorreu? Nós não fizemos poupança durante o período. O reservatório foi utilizado? Apenas a água da chuva que chegou até o reservatório foi utilizada. Se trabalhássemos mais adequadamente o nosso solo, alimentaríamos o lençol freático, haveria a alimentação dos nossos reservatórios durante o período seco. Ou seja, nós teríamos feito uma poupança para atravessar os meses de dificuldade.

Ocorreu um caso muito interessante. O senhor falou do Sul. Fui chamado ao Rio Grande do Sul. Numa região que chove 2,2 mil milímetros, estava havendo o abastecimento com carro-pipa, porque a chuva tinha baixado para 1,6 mil milímetros. Eles tinham exatamente passado do plantio convencional para o plantio direto, sem quebrar o famoso pé de grade. Então, havia um solo impermeabilizado, porque, com 1,6 mil milímetros de água, tem de haver uma alimentação do lençol.

Então, temos de aproveitar a crise para pensar em estimular práticas que aumentem a capacidade de captação da água de chuva. Precisamos aproveitar melhor a nossa água de chuva. Temos de parar de pensar em fazer obras de transposição. Temos de reservar essa água no lugar onde ela é mais protegida, que é o solo. E só temos uma forma de fazer isso: trabalhar com nossos agricultores. Temos de parar de pensar que o econômico é contra o ambiental. Hoje, temos práticas de convivência em que é possível inserir a dimensão ambiental na atividade econômica, gerando ganhos para o produtor e ganhos para o meio ambiente. Mas isso tem um custo, e esse custo precisa ser dividido, porque quem vai se apropriar dos benefícios é a sociedade. A sociedade precisa achar uma forma de criar estímulos para que isso aconteça no curto prazo.

Um dia, isso vai acontecer, Senador, porque, na medida em que falta água, em que aparecem os problemas, as coisas acontecem. Mas será que precisamos esperar degradar o nosso meio ambiente para ver essas coisas? Será que precisamos esperar a ocupação do Matopiba sem proteger as nascentes, sem incentivar os produtores que estão lá? Se os produtores estão lá na região de nascente, vamos pagar para que eles fiquem lá e cuidem da nascente. Que se deixe a atividade econômica ocupar o resto! Mas vamos estabelecer regras para que ela ocupe com uma visão ambiental, para que a área ocupada pela atividade econômica também seja utilizada para a produção de água. Temos de pensar que a mesma área que produz grão, que produz leite, que produz carne tem de ser produtora de água. É a única solução que temos para o futuro.

Há outros pontos que foram colocados aqui, como a questão da apreensão em torno de como é que um projeto de PSA funciona no Brasil. Primeiro, a regra é: PSA é um instrumento econômico. E se não tivermos um bem econômico envolvido, é muito difícil. Daí esta preocupação: como é que a Amazônia vai receber isso? Ela pode ter outros instrumentos. Ela pode ter instrumentos de bolsa, pode ter outros instrumentos de proteção da região, enquanto o mercado não chega lá. Mas o PSA vai se adequar onde eu tenho mercado, onde o bem é escasso. O que é um bem econômico? É um bem que não dá para atender às suas demandas. Então, se eu tenho um bem escasso, eu tenho quem pague para ter um pouco mais desse bem. É essa a lógica.

O programa tem que ser montado numa lógica de mercado, e a política tem que favorecer o setor privado, para que você possa avançar na criação de projetos em que o setor industrial, os outros setores se sintam confortáveis.

Estava ouvindo a fala do Marcelo: "A indústria está disposta, voluntariamente."

(Soa a campainha.)

O SR. DEVANIR GARCIA DOS SANTOS – Hoje, se você for a São Paulo perguntar para a indústria que está sem produção, que está reduzindo a produção porque não tem água se ela está disposta a pagar para ter mais água, ela está disposta, sim, a pagar para ter mais água. Talvez, há uns cinco anos, ela não estivesse.

Então, é a lógica de mercado, é a lógica das necessidades, e nós temos que priorizar. Quem vai receber? Vai receber quem contribui. Nós temos regras.

Não dá tempo de falar em vinte minutos. Eu até falei a mais e peço desculpas novamente.

Lá na nossa página, nós temos mecanismos para avaliar os serviços ambientais. Se a pessoa deixa de plantar morro abaixo e planta em nível, já contribui para o aumento de água. Só que contribui com 2%. Então, ela vai receber um valor pequeno. Agora, se faz terraço, faz plantio direto, contribui muito mais. Então, ela vai receber muito mais. Essa lógica existe, e temos como medir isso nos diversos projetos. Por isso que eu insisto muito que o fundo não pode criar falsos mercados. Ele tem que fortalecer os mercados que se estão criando dentro da lógica econômica, porque ele é um instrumento econômico. Onde já existe o projeto, onde a sociedade já se organizou para pagar, ótimo. O fundo vem e fortalece, aumenta, amplia, facilita a execução dessas ações.

E só um dado final: eu gostaria de dizer que o pagamento dos serviços ambientais, além de servir para manter pequenos produtores que protegem nascentes, criando uma proteção ou avanço, muitas vezes até crescimento desordenado de cidades e tudo o mais, observamos isso, ele é muito importante, porque, quando o produtor é um parceiro da recuperação ambiental, todas as empresas que querem investir em meio ambiente, todo mundo que quer investir em meio ambiente quer colocar o dinheiro onde tem certeza de que o produtor vai cuidar daquilo que for feito, porque tem efetividade na aplicação do recurso. Por isso o sucesso dos programas dos produtores de água. Nós temos em média quinze, vinte parceiros. Por quê? Se eu quero investir no meio ambiente, eu não vou plantar uma muda de que ninguém vai cuidar. Eu vou plantar num lugar onde tenho um produtor que recebe para cuidar.

Não quero me alongar de novo. Já estou vacinado com a questão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Dr. Devanir, muito obrigado pela contribuição.

Vamos ouvir agora o João Carlos, da CNA, com suas considerações para este debate.

Só quero colocar uma questão que eu estava lembrando aqui. É possível envolvermos os agentes financeiros, até na liberação de crédito para agricultura, por exemplo, dando incentivo para aquele que usa as práticas conservacionistas pagar menos juros. De repente há um prazo a mais. São formas indiretas de ter os atores envolvidos nessa questão, que acho muito importante.

É isto que estamos fazendo: o debate, a discussão, e as ideias vão vindo meio em tempestade, mas depois podem ser aproveitadas.

João Carlos, por favor.

O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI – Obrigado, Sr. Senador.

O que achei interessante nesta audiência pública é que parece que a Mesa sentou-se uma semana antes para conversar e afinar um pouco o que ia ser dito aqui, porque praticamente todos falaram a mesma coisa de forma diferente, o que mostra, primeiro, a importância do PSA; segundo, o modo como o PSA vai ser implementado e os recursos que vão ser disponibilizados para o PSA.

Coisas importantes também têm que ser apresentadas. Volto a dizer da necessidade de apresentação de novas tecnologias para o produtor rural. Todos colocaram aqui, o Devanir principalmente, que foram as novas tecnologias que ajudaram muito em relação a se implementar o serviço ambiental dentro da propriedade.

O Antoninho colocou aqui bem forte – e a gente repete o que ele colocou – a necessidade de assistência técnica. É extremamente importante que, quando se for apresentar essa tecnologia, ela seja aplicada de forma eficiente, seja aplicada de forma correta. Não basta dar um panfleto, fazer um eslaide de apresentação e, depois, deixar o agricultor tentar entender o que foi apresentado ali. Tem que ser efetivada essa apresentação de novas tecnologias.

Como muito bem dito aqui pelo Senador, planejamento tem que ser de longo prazo. A gente lembra que a nossa vida é pequena em relação ao que acontece com o que a gente deixa aqui. Então, o planejamento no longo prazo é extremamente importante para que eu já consiga me programar e ensinar essa programação para o meu filho e o meu neto que ali na minha propriedade vão ficar se Deus quiser.

É importante aquilo que coloquei no início: o que é o PSA? Desde 1997, como o Antoninho colocou, como o Marcelo colocou, existem mais de trinta projetos de lei que tratam disso. E, alguns anos depois, a gente continua perguntando: o que é o PSA? Como ele vai ser efetivado? O que ele vai abarcar? O que ele vai incluir no seu programa? Então, isso mostra que existem muitas dúvidas, dentro das duas Casas, sobre como efetivar esses programas.

É extremamente importante – dito tanto pelo setor agropecuário patronal quanto pelo de trabalhadores da agricultura, pela indústria, por uma agência reguladora do Governo – a participação de APP e reserva legal dentro dos serviços ambientais. Isso demonstra uma maturidade em dizer que demos um passo além em relação a tentar sair daquele pensamento fechado: "se está na lei, esquece, vamos partir para outra". Não; a gente tem que observar a importância dessas duas áreas, não só por estarem na lei, mas pela forma como elas serão cuidadas dentro das propriedades rurais. Deixar a área largada, somente cercar e abandonar é muito fácil. Pode ser que ela não traga o resultado esperado.

Também foi muito bem colocado que o urbano deve entender a importância dos serviços ambientais que o meio rural faz. É muito fácil criticar. É muito fácil criar blogues, fazer Twitter e usar outras formas que existem na parte urbana; é muito fácil colocar na internet sem entender o que está acontecendo na parte rural. É extremamente importante que eles entendam que o que se está fazendo de errado na parte urbana também pode trazer problema para o rural, e vice-versa. Então, é preciso ter um conhecimento muito forte de como o serviço ambiental pode ser efetivado também na área urbana.

Foi muito bem colocada aqui a questão sobre não existir mais a infiltração da água no solo nas áreas urbanas.

Termino aqui. Agradeço o convite; a CNA agradece o convite, Sr. Senador. Sempre que for necessário, nós estaremos aqui. E, se o senhor necessitar de qualquer tipo de informação, o nosso corpo técnico estará à disposição para ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, João Carlos. Vamos precisar muito e vamos continuar debatendo.

Eu estava pensando aqui que está existindo uma coisa que vem em uma crescente: por exemplo, o debate do Código Florestal, há pouco passamos pela Lei da Biodiversidade, e estamos falando aqui de pagamento por serviços ambientais. Acho que nós viemos, de certa forma, nos desarmando, ao longo desse período, e há

essa ideia de que o grande produtor ou o produtor rural degrada a natureza. É exatamente o contrário! A degradação está muito mais na cidade do que na zona rural.

Ressalto o que foi colocado pelo Dr. Devanir aqui, por exemplo, de que nós precisamos fazer ver que a zona rural, as áreas rurais são as áreas por onde temos ainda condições de salvar esse processo. E temos aqui a CNI, a CNA, a Contag e uma agência reguladora do Governo debatendo isso, todos com alguma diferença, mas na mesma visão.

Antes de passar aqui para o Marcelo, quero falar que, no meu discurso de posse, disse que a União, os Estados e os Municípios têm que sair da condição de reguladores, disciplinadores e punidores em relação ao meio ambiente para terem uma ação mais efetiva de incentivar e, inclusive, financiar essas coisas. Eu acredito que a sociedade organizou o aparelho de Estado para poder regular suas relações, prover suas necessidades. Então, há coisas que têm que ser claras. A gente não tem que enganar a sociedade; ela tem que pagar para que a vida seja melhor. O dinheiro vem da própria sociedade.

Aí eu penso que a proposição colocada aqui hoje, de um fundo que seja fomentador dessas políticas, articulador dessas políticas, é que pode ser a nossa solução. E nós vamos batalhar aqui para juntar todos os projetos de lei que existem tramitando na Casa e, junto com o Ministério do Meio Ambiente, que tem discutido muito com a gente, e, agora, com as entidades, poder preparar um marco regulatório para essa questão que dê resposta de curto, médio e longo prazo, por um bom período, para essa situação que nós vemos tão necessária.

Vamos ouvir o Marcelo, da CNI, para as suas conclusões.

O SR. MARCELO ARGUELLES – Senador, para terminar, para fazer as minhas considerações finais, devo reforçar o aspecto colocado pelo Devanir, em relação ao PSA como instrumento de mercado de fato, lembrando que o setor privado, o setor industrial já paga pela concessão de uso, pelo uso de recursos naturais. Por exemplo, o senhor citou a questão das hidrelétricas. O setor elétrico paga mais de R$2 bilhões por ano, a título de cobrança, pelo uso de recursos hídricos para geração de energia elétrica; as indústrias pagam as suas outorgas, ou seja, já há mecanismos estabelecidos de compensação pelo uso de recursos naturais. Então, é muito importante que o PSA entre nesse jogo como um mecanismo de incentivo, mantendo absolutamente o caráter voluntário dele, e que o Estado seja parceiro, disponibilizando os mecanismos de incentivo.

E, conforme o Devanir colocou, no momento em que os investimentos em pagamentos de serviços ambientais forem, do ponto de vista de mercado, competitivos, eles vão tomar a frente. Então, na hora em que uma hidrelétrica perceber que o custo dela em relação aos sólidos que estão na água, em relação ao assoreamento da barragem, ao tempo útil de vida da barragem, os investimentos são maiores do que os que ela faria na prevenção e pagando pela conservação daquela bacia, efetivamente, isso vai acontecer.

Então, a gente precisa de um ambiente regulatório estável, um ambiente regulatório que permita que isso aconteça, que os contratos se estabeleçam e, também, que o Governo entre como parceiro dentro desse processo. Eu acho que o pagamento de serviços ambientais não difere de outras atividades também econômicas, atividades de serviço, em que a estabilidade regulatória, regras claras são fundamentais. O que realmente não é possível a gente pensar é em pagamento de serviços ambientais como mais uma contribuição compulsória, um pagamento compulsório por parte do setor público.

E, para terminar, também outro aspecto interessante de ser colocado, a título de sugestão para a elaboração do projeto, é a atenção às iniciativas estaduais que já estão em andamento. Há Estados que já possuem leis próprias para tratar da questão de pagamento de serviços ambientais, ou seja, que a lei federal realmente venha em harmonia com esses outros marcos legais e possa propiciar um ambiente seguro também para que os Estados e, cada vez mais, também conforme colocou o Devanir, as iniciativas locais possam acontecer de forma, inclusive, independente do próprio Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Nós estamos concluindo a nossa audiência pública, a segunda audiência pública sobre pagamento por serviços ambientais e quero dizer que estou extremamente satisfeito, esta Comissão está extremamente realizada por tudo que conseguimos acumular aqui nessas duas audiências.

Agora vamos sistematizar esse material aqui da Comissão, vamos voltar a conversar com vocês sobre o tema e espero que em breve possamos estar aqui, da parte do Senado e da Comissão de Meio Ambiente, apresentando uma proposta para ser debatida com a sociedade, que traga efetivamente um caminho a ser seguido, em curto, médio e longo prazo, para a questão da defesa principalmente da água.

Agradeço a participação dos nossos convidados: Dr. Devanir Garcia dos Santos, Coordenador de Implementação de Projetos Indutores da Agência Nacional de Águas (ANA); João Carlos de Petribu de Carli, Assessor Técnico da Comissão de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Antoninho Rovaris,

Secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); e Marcelo Arguelles, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Muito obrigado a todos.

Agradeço à assessoria da Comissão, que tem sido muito carinhosa com a gente. Agradeço aos meus colegas de trabalho lá do gabinete que estão sempre presentes conosco: Osni, Pablo, Fred, Mônica e Ciro, o principal responsável comigo neste debate do PSA. Agradeço aos companheiros e às companheiras da Comissão. Muito obrigado mesmo pelo carinho que vocês têm dedicado aos trabalhos desta Comissão.

Está encerrada a segunda audiência pública sobre Pagamento por Serviços Ambientais da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Uma boa tarde a todos.

Muito obrigado.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia trinta de junho de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Humberto Costa, Regina Sousa, Delcídio do Amaral, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Ivo Cassol, Valdir Raupp e Jader Barbalho. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa à PAUTA. 2ª PARTE. Apreciação do Plano de Trabalho apresentado ao Requerimento da CMA nº 25, de 2015, que estabelece como política pública a ser avaliada, no âmbito do Senado Federal no exercício de 2015, o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica Rio São Francisco. Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho. A seguir, submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA. A Presidência informa que: 1) o Aviso nº 4, de 2015, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, distribuído ao Senador Eduardo Amorim, será arquivado por se tratar de assunto já contido na AMA nº 3, de 2014, conforme alertado na Nota Técnica nº 1.649, de 2015, da Consultoria Legislativa; 2) os Requerimentos da comissão, oriundos da Legislatura anterior, nº 48 e nº 85, de 2009, e nº 7, de 2010, permaneceram tramitando, aguardando providência do Tribunal de Contas da União; 3) foram recebidas na secretaria da comissão as seguintes Propostas de Fiscalização e Controle do Senado Federal, de autoria do Senador Fernando Collor, que estarão distribuídas para relatoria: PFS nº 3, de 2015, que propõe seja investigado o Termo de Contrato nº 55, de 2014, celebrado em 14/10/2014, entre o Ministério Público Federal e a empresa Lúcia Bittar e Filhos Incorporadora Ltda; e o de nº 4, de 2015, que propõe seja investigado o Termo de Contrato nº 83, de 2015, celebrado no dia 26/10/2014, entre o Ministério Público Federal e a empresa Oficina da Palavra Ltda; 4) os seguintes avisos e ofícios recebidos serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados: Ofício nº 71, de 2015, da Aneel; AVS nº 44, de 2015, do TCU; Aviso nº 47, de 2015, do Senado Federal; Ofício nº 564 da Câmara Municipal de Diadema; Ofício nº 524, de 2015, do TCU; Aviso nº 527, de 2015, do TCU. Os seguintes documentos serão relatados: MSF nº 44, de 2015, da Presidência da República; e Aviso nº 634, de 2015, do TCU. PAUTA. 1ª PARTE. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 45, de 2015. Requer, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao Ministro Integração sobre o montante aplicado na Transposição do Rio São Francisco e o montante aplicado na Revitalização do mesmo rio, desde o inicio das obras até 31 de dezembro de 2014, bem como o montante aplicado de janeiro a abril do corrente ano. **Autoria:** Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 46, de 2015. Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam convidados a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização o Presidente da ELETROBRÁS, o Superintendente da ANEEL, a Promotora do Ministério Público de Goiás, Senhora Alice de Almeida Freire, o Senhor José Fernando Navarretti Pena, representado a CELGPAR, bem como Marcelo Heleno Coelho de Souza, Maria Lúcia Caciano e Lys Alcântara, a fim de explicarem a passagem de linha de alta tensão por bairros de Goiânia. **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. Observações:

Na aprovação do RMA nº 53/2015 (item 12) ficou acertado de se incluir o convite ao Ministro de Minas e Energia para tratar da situação da CELG nesta mesma audiência. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 47, de 2015. Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja convocado o Ministro de Estado das Minas e Energia, bem como sejam convidados a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização o Presidente da ELETROBRÁS, o Superintendente da ANEEL, a Promotora do Ministério Público de Goiás, Senhora Alice de Almeida Freire, o Senhor José Fernando Navarretti Pena, representado a CELGPAR, bem como Marcelo Heleno Coelho de Souza, Maria Lúcia Caciano e Lys Alcântara, a fim de explicarem a passagem de linha de alta tensão por bairros de Goiânia. **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Retirado definitivamente pelo autor. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 48, de 2015. Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita que seja convocado o Ministro Edinho Silva, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para prestar esclarecimentos a respeito do aprofundamento da crise econômica e social.**Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado com aditamento para que o requerimento seja transformado em convite. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 49, de 2015. Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita que seja convocado o Ministro Edinho Silva, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Retirado definitivamente pelo autor. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 50, de 2015. Com fulcro no art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e nos arts. 90, III, do Regimento Interno do Senado Federal, convido a Ministra Izabela Teixeira, do Meio Ambiente, para prestar esclarecimentos, a esta Comissão, sobre o aumento dos níveis de desmatamento da Amazônia, no período de fevereiro a abril do corrente ano, conforme detectado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE e pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia-Imazon. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado com aditamento para que se incluam no rol de convidados o Sr. Dalton de Morrison Valeriano, pesquisador do INPE, e o Sr. Carlos Souza Júnior, pesquisador do IMAZON. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 51, de 2015. Requer, nos termos do art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação ao Tribunal de Contas da União, que seja realizado uma auditoria no Postalis, fundo de pensão do Correios e Telégrafos. **Autoria:** Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 52, de 2015. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para debater sobre o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, sua reestruturação, planejamento e relação com o Polo Industrial de Manaus. Para debater o tema sugerimos os seguintes convidados: senhor Marcos Vinicius de Souza – Secretário de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior – MDIC; representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus– SUFRAMA; representante do Movimento Pró-Centro de Biotecnologia da Amazônia – Pró-CBA; e representante do Sindicato dos Funcionários da Suframa. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado com solicitação para que a audiência pública seja convertida em seminário a ser realizado na cidade de Manaus. ITEM 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 53, de 2015. Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita que sejam convocados para prestarem depoimento na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) os Ministros de Estado do Planejamento e o Ministro de Estado das Minas e Energia, bem como convidados o atual presidente da ANEEL, os ex-presidentes da Celg dos últimos quatro anos, além dos presidentes do Conselho Fiscal da referida empresa no mesmo período, a fim de explicarem o processo de deterioração da Celg que acabou culminando com sua federalização e possível privatização. **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado com aditamento para que seja dispensada a convocação do Ministro de Estado do Planejamento e que seja transformada em convite a convocação do Ministro de Estado de Minas e Energia, sendo que seu comparecimento se dê na mesma audiência aprovada no item 5. ITEM 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 54, de 2015. Requer ao Plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do art. nº. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado, combinado com o art. n.º 50 da Constituição Federal, a convocação da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Exma. Sr.ª Kátia Abreu para tratar sobre o tema, Sanidade Animal. **Autoria:** Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado com aditamento para que o requerimento seja transformado em convite. ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE,

DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 55, de 2015. Nos termos do art 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debate: Elementos para Elaboração da Lei Geral das Agências Reguladoras Federais. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 56, de 2015. Requeiro, de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para instruir a matéria do PLC nº 34, de 2015, que propõe a extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Para a referida audiência pública, sugiro a participação dos seguintes convidados: Vidal Serrano Nunes Jr., Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor – Idec; José Elaeres Marques Teixeira,Subprocurador-geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Sr. Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Sra. Kátia Abreu, Ministra da Agricultura; Dra. Ana Cláudia Farranha, Professora da Universidade de Brasília; André Dallagnol, membro da organização Terra de Direitos; Representante da Embrapa; Representante da CTNBio. **Autoria:** Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. ITEM 17) EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2014. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para definir regras sobre a oferta e a apresentação de produtos ou serviços. Autoria do Projeto: Deputada Nilda Gondim. Relatoria da(s) Emenda(s): Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela rejeição das emendas nºs 1 e 2-PLEN. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição das emendas nºs 1 e 2-PLEN. ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2012 – Terminativo. Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2013 – Terminativo. Altera o art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, para vedar a utilização de sistemas de cobrança, tais como comandas, cartões eletrônicos ou similares, que submetam o consumidor a confinamento compulsório em locais fechados. **Autoria:** Senador Jorge Viana. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Aprovado o projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA, por unanimidade. ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2013 – Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar o fornecedor a notificar previamente o consumidor sobre a cessão do crédito. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Alvaro Dias (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Rejeitado o projeto, por unanimidade. ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, de 2014 – Terminativo. Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para incluir exigências quanto à alteração da vazão de reservatórios regularizadores em outorga de direitos de uso de recursos hídricos. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de pauta pela relatora. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Otto Alencar,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura.

Começo informando às Srªs e aos Srs. Senadores presentes que adotamos, como programa principal desta Comissão de Meio Ambiente, a revitalização da bacia do Rio São Francisco, que é, aliás, uma prioridade em nosso trabalho. Deveria ser e não é uma prioridade do Governo Federal, até porque a crise do Rio São Francisco vem se agudizando a cada dia. Nesse final de semana, no trecho da bacia do rio mais ou menos na região de Xique-Xique, dá para se atravessar o rio a pé, andando, o que nunca aconteceu. E, nessa proposta de trabalho, aqui da Comissão para avaliar as políticas públicas, com o objetivo principal de aprimorar a gestão do Estado por meio da mensuração de sua eficiência, eficácia e efetividade, o resultado da avaliação é fundamental para orientar as ações do Poder Público.

Esta Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, que prevê que a Casa Legislativa realize avaliação de políticas públicas, por meio de tal avaliação legislativa federal buscará, entre outras medidas, adequar ao dispositivo normativo e às necessidades sociais.

Nos termos do art. 1º da norma supracitada, as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competente, as políticas públicas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas. Com base no dispositivo, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, será analisado o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Trata-se de um programa governamental, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos em Ambiente Urbano, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, diversos órgãos da Administração Pública Federal, como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba; Agência Nacional de Águas (ANA); Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Universidades Federais e Comitê da Bacia do Rio São Francisco (Chesf), com prazo de execução de 20 anos e uma política pública de articulação e integração permanentes que envolvem a população local, o Governo Federal, Estadual e Municipal.

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco deve observar as posições da Política Nacional de Meio Ambiente e da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Atividades Propostas:

A fim de estruturar a avaliação do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, propõem-se as seguintes atividades:

– Requerimentos de informações ao Poder Executivo, notadamente Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Integração Nacional;

– Obtenção de dados de diversos órgãos e entidades públicos, incluindo Agência Nacional de Águas, Tribunal de Contas da União, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), universidades federais, bem como instituições bancárias e financeiras que atuem no fomento a projetos específicos na bacia hidrográfica;

– Análise da legislação correlata;

– Realização de audiências públicas e de diligências.

As atividades ora mencionadas deverão abordar os seguintes subtemas, dentre outros:

– Projetos de controle de erosão do solo, reflorestamento e recuperação de matas ciliares – esse ponto é fundamental; nada poderá revitalizar um rio senão o replantio das suas matas ciliares; o plantio das matas significa a produção de águas;

– Projetos de despoluição das águas e de saneamento básico;

– Avaliação da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, no âmbito da Bacia Hidrográfica do São Francisco;

– Avaliação dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso da água propostos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas;

– Projeto de transposição de águas do Rio São Francisco e de outros corpos hídricos para o Semiárido;

– Conflitos pelo uso múltiplo das águas;

– Vulnerabilidade e respectiva adaptação das populações e dos sistemas agrícolas aos efeitos da escassez hídrica.

Sugere-se a realização de audiências públicas com representantes do Poder Executivo Federal, das secretarias estaduais de meio ambiente, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, de universidades federais e com atores sociais locais relevantes.

Propõe-se ainda a realização de, pelo menos, duas diligências da CMA, em localidades da bacia hidrográfica a serem selecionadas em função de sua relevância para o tema avaliado, podendo uma delas ser uma experiência internacional de sucesso – e chamo a atenção dos Srs. Senadores – do Programa de Revitalização de Bacia, como, por exemplo, a revitalização da bacia do Rio Tennessee, no Vale do Tennessee, nos Estados Unidos, que foi um sucesso, uma revitalização muito importante. Hoje, é um rio completamente saudável, com todas as condições. Com a revitalização do Rio Tennessee, veio o retorno, inclusive, de recursos importantes para os Estados Unidos.

Então, é uma proposta estudar e ver de perto a revitalização do Rio Tennessee, como, em 2003, tive a oportunidade de ir ao Colorado estudar e ver a transposição e a revitalização do Rio Colorado. Passamos lá 30 dias, percorrendo todo o trecho do Rio Colorado, da sua nascente até os Estados receptadores das águas do Rio Colorado. Essa transposição funciona muito bem, tanto que, Senador Ataídes, o projeto que apresentei aqui só permite a transposição das águas de um rio doador depois que ele seja completamente revitalizado, para não acontecer o que aconteceu no Rio São Francisco, que começou por onde termina: a transposição, primeiro, e nunca foi feita a revitalização. E o rio está morrendo.

Então, vou repetir aqui para que fique gravado nos Anais da Comissão de Meio Ambiente: não haverá transposição do Rio São Francisco, não haverá água para isso se não houver, rapidamente, a revitalização da

Bacia do Rio São Francisco, dos seus afluentes, da sua nascente, sobretudo no Estado de Minas Gerais, onde ele é formado. O projeto que apresentei, que está tramitando no Senado, só permite a transposição das águas de qualquer rio do Brasil depois que o Governo Federal fizer todos os investimentos para sua revitalização, o que significa: recomposição de matas ciliares, contenção da erosão, do assoreamento, do tratamento do esgoto, porque, senão, vamos ter uma crise hídrica neste País dentro de 30 anos por falta de água para consumo humano, para consumo animal, para irrigação e também para consumo industrial.

Então, essa é a proposta que nós estamos fazendo. Esse plano de trabalho propõe uma programação, que eu vou, inclusive, passar, depois, aos Srs. Senadores, com audiência pública para a revitalização, aqui, no Senado Federal, em Brasília, com representantes do Poder Executivo Federal, Ministério da Integração, Agência Nacional de Águas; audiência pública, também, em Brasília, para efetivar as ações do programa de revitalização do Rio São Francisco; diligências nas localidades da bacia hidrográfica. Sugiro aqui que a gente possa identificar três localidades ao longo do rio. O rio tem a extensão muito grande, 2.780km. Então, poderíamos fazer no Alto São Francisco, no Médio e no Baixo São Francisco, próximo do Atlântico, onde o mar já avança em quase 20km no rio, o mar já entrou quase 20km no rio. Tanto que as cidades próximas à foz do Rio São Francisco estão prejudicadas, porque houve uma salinização de 20km do Rio São Francisco, de uma gravidade muito grande. Essa diligência nós vamos buscar fazer e contar com o apoio de todos os Senadores.

Eu estou falando sobre esse assunto, porque, agora, no dia 5 de Julho, eu vou estar presente, como sempre faço, no Município que é a capital religiosa do Rio São Francisco, o Município de Bom Jesus da Lapa. Acho que, por graça de Deus, a catedral, a igreja, o santuário, fica dentro de uma rocha que foi talhada pela natureza para ser, talvez, o local de religiosidade que mais me chama a atenção do ponto de vista do sentimento e da emoção de um ser humano católico como eu sou.

Então, todos os dias 5 de Julho, nós temos, lá, a Romaria da Terra e das Águas, onde estarão presentes todos os representantes da igreja da bacia hidrográfica do São Francisco; deverão estar presentes o Bispo de Barreiras, Dom Josafá, o Bispo da Barra, Dom Luiz Cappio, um lutador, na época, contra a transposição sem a revitalização; os representantes, todos, das igrejas, as lideranças políticas, os Prefeitos, o Prefeito Eudes Ribeiro, de Bom Jesus da Lapa, o Prefeito Artur, da Barra de São Francisco, o Prefeito de Xique-Xique, o Ricardo. Enfim, todos nós estaremos presentes no dia 5 de Julho, em Bom Jesus da Lapa, onde, às 7h da manhã, nós teremos a celebração da missa, no Santuário do Bom Jesus, e, depois, teremos uma caminhada e um movimento para chamar a atenção do Governo Federal para a gravidade do problema.

Hoje, Senador Ataídes, nós temos, no Orçamento Geral da União, R$1,1 bilhão para transposição e, até agora, praticamente nenhum investimento na revitalização, tendo orçamento, se eu não me engano, de R$175 milhões, mas não foi aplicado absolutamente nada.

Eu percebo a insensibilidade do Governo Federal e do Ministério da Integração Nacional, que, infelizmente, sempre está mudando de Ministro e não tem uma sequência, não tem uma política sequencial para resolver essa dificuldade, e, como eu já disse antes, aqui, eu não sei se será no Governo da Presidente Dilma, porque deve ser concluído em 2018, ou será com outro Presidente da República. O que eu posso dizer é que, este ano, a barragem de Sobradinho vai para o volume morto, pela primeira vez, no mês de setembro. Já está certo, todo mundo sabe, todos os técnicos sabem. O Rafael, que é um técnico da Codevasf, sabe que, agora, no mês de setembro, a barragem de Sobradinho deve ir para o volume morto e o rio deve ser interrompido, pela primeira vez, ao nível de Xique-Xique, na Bahia.

Então, esse é um problema muito sério, muito grave. Se nós não tivermos o Rio São Francisco, não teremos água para os Estados que se propõem a receber essas águas, os Estados receptores dessas águas, o Estado da Paraíba, que é o que mais necessita, o Rio Grande do Norte, o Ceará e Pernambuco, na área do Agreste.

Estou trazendo esse tema frequentemente para não passar por omisso. Um Senador não tem o poder de fazer a execução das obras necessárias, mas tem o poder de chamar a atenção. Tanto é que, no dia 23 de abril, eu tive uma audiência com a Presidente da República, onde estavam presentes o Ministro da Integração, Gilberto Occhi; a Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente; o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa; e o Ministro da Defesa, Jaques Wagner. A Presidente pediu um programa de intensificação de revitalização do Rio São Francisco para 30 dias. Completaram-se 30 dias no dia 23 de maio e esse programa não saiu do papel em nenhum Ministério. No dia 23 de junho, também não saiu do papel. Estamos com mais de 60 dias sem que o Governo Federal apresente a proposta de intensificação do Rio São Francisco, que é o único rio do Nordeste. Ele está em uma situação de gravidade, até porque – aqui está o Senador Eduardo Amorim, do Estado de Sergipe, que recebe as águas do Rio São Francisco – o último afluente ainda vivo – isso é importante que os senhores tomem conhecimento, inclusive da imprensa, todos os representantes – do Rio São Francisco na Bahia é o Rio Grande, que desemboca ao nível do Município de Barra do São Francisco. É o último afluente do Rio São Fran-

cisco vivo! Os outros todos daí em diante já morreram. Todos morreram! Inclusive os da margem direita, todos morreram. Hoje são caminhos de areia.

Pois bem, de Barra do São Francisco até chegar ao Atlântico, o Rio São Francisco percorre 850 quilômetros sem receber uma gota d'água de nenhum afluente, porque todos morreram: o Salitre, o Pajeú, o Paramirim, o Santo Onofre, o Rio Verde, o Rio Jacaré, todos morreram por desmatamento, erosão e degradação ambiental. E vai acontecer também isso aqui no Centro-Oeste. Podem ter absoluta certeza de que o Araguaia terá o mesmo fim, o Tocantins terá também o mesmo fim, se o Governo não tomar providências, porque as águas dos rios são importantes para a sobrevivência humana, porque não existe nenhum outro bem na natureza que possa substituí-las.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – V. Exª me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Passo a palavra ao Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Presidente Otto, quero, neste momento, fazer uma declaração. Eu tenho muito orgulho, hoje, Senador e Presidente Otto, de ser vice desta tão conceituada Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, tendo V. Exª como Presidente desta Comissão. Presidente Otto, eu percebo que, a cada reunião desta Comissão, V. Exª tem me surpreendido. Eu precisava, ao vivo, fazer essa declaração. Mesmo V. Exª sendo da Base do Governo, eu percebo que, acima dessa postura da Base do Governo, V. Exª tem se colocado como um Senador da República, um Senador do seu querido Estado da Bahia.

No caso do Rio São Francisco, desde o primeiro dia, eu tenho visto a sua preocupação, Senador e Presidente Otto, com o Rio São Francisco, esse rio tão importante para o povo brasileiro.

V. Exª colocou aqui que bilhões já foram gastos na transposição do rio, R$8 bilhões. Mas, na verdade, deve ser mais do que isso. E criamos aqui a Subcomissão de Obras Inacabadas e vamos olhar o caso dessa transposição também. V. Exª colocou que, para revitalização do rio, foram designados R$175 milhões, ou seja, o Governo está preocupado com o leite, mas não está preocupado com a vaquinha; o Governo está preocupado com o ovo, mas não está preocupado com a galinha. E V. Exª tem batido nessa tecla por dias e dias aqui. E agora V. Exª traz este programa de revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco. A palavra que posso dizer é o seguinte: parabéns!

Mas eu queria, Presidente, se possível, pegar carona nessa ideia extraordinária e colocar aqui também os nossos dois queridos rios que são a vida de nosso Estado do Tocantins e também a vida do povo brasileiro, que são o Rio Araguaia e o Rio Tocantins.

Pediria, Presidente Otto, que incluíssemos, nesse programa de revitalização, tão bem elaborado por V. Exª, o Rio Tocantins e o Rio Araguaia. Mas, na verdade, queria, neste programa tão bem elaborado, colocar todos os nossos rios, mas vamos por etapa. Eu pediria a V. Exª que acrescentássemos o Rio Tocantins e o Rio Araguaia, que o senhor disse que daqui a uns dias estaremos andando no leito dele também.

Era tão só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Prezado Vice-Presidente, Senador Ataídes, neste caso foi decidido como política pública para este ano o Rio São Francisco, mas V. Exª pode encaminhar um requerimento, que traremos aqui, aprovaremos e faremos audiências públicas no sentido de estudar o Araguaia e o Tocantins.

Acho muito correto, porque o Senador Jorge Viana, quando aprovamos aqui o novo marco regulatório da biodiversidade, deu-me um dado que me preocupou muito. Fui verificá-lo e é verídico. O Senador Jorge Viana disse que, em dez anos, o Rio Tocantins perdeu 10 mil m^3/seg. É um dos rios mais caudalosos da região. Fala-se, inclusive, na transposição do Tocantins para o São Francisco, o que é uma coisa absurda.

Tanto é, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que apresentei um projeto para não permitir transposição sem antes se fazer revitalização, porque é um erro. É um erro! A transposição do Rio São Francisco deveria ser o fim, depois da revitalização, mas foi o começo de um erro, onde já foram aplicados R$8 bilhões.

No dia 5, estarei em Bom Jesus da Lapa. Esta semana, estando na Bahia, tive oportunidade de receber um relatório do pessoal da Codevasf e, em Xique-Xique, as canoas não podem mais ser usadas no rio São Francisco, porque não há calado para canoa. Não tem um metro de calado o Rio São Francisco. E ele vai interromper no nível de Xique-Xique e, pela primeira vez, o lago do Sobradinho, em setembro ou antes disso, vai entrar no volume morto. Então, é uma coisa de uma irresponsabilidade completa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vão matar o rio, se fizerem isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O rio está marcado para morrer. Não sei se será o Governo da Presidente Dilma até 2018 ou será o governo do próximo presidente, se não revitalizarem,

que vão colocar o epitáfio: "Aqui jaz o Rio São Francisco". Mas se continuar como vai, acontecerá isso. Como aconteceu no seu Estado de São Paulo, com a falta de água.

Tem que se colocar na cabeça de quem governa que só se produz água, plantando árvores, replantando as margens dos rios. As matas ciliares seguram a erosão. Se não tiver mata ciliar, há erosão. Se há mata ciliar, a água da chuva cai na copa da árvore, desce pelo caule, as raízes deixam a terra com mais possibilidade de penetração da água, que entra no talvegue do rio, alimenta o braço subterrâneo do rio e o rio vive, ele não é assoreado.

Destroem-se as matas ciliares, e o que acontece? A terra fica nua, a água bate, a enxurrada vem e leva a terra para dentro do rio, aterrando e assoreando o rio. Isso é um crime contra a natureza.

Então, eu estou me batendo nisso porque eu sou do Sertão e convivi a vida inteira com a seca. Eu sou produto da seca. Cheguei até aqui com muita dificuldade, bebendo água de lama, igual ao povo sertanejo. Aliás, tem até uma música que diz que boi com sede bebe lama. Eu bebi água bruta até 21 anos de idade, quase. Quando cheguei à universidade, praticamente era um sujeito patológico, de tanta verminose que tinha. Tive que tomar todo tipo de remédio. Fui cobaia do Mansil para combater o *Schistosoma mansoni*. Quando eu cheguei lá, o Dr. Aloísio Prata e o Dr. Rodolfo Teixeira disseram: "Olha, você tem esquistossomose, porque bebeu muita água bruta no interior, e a esquistossomose mata. Mas nós estamos com um produto novo, aqui, que é o Mansil. Você quer se submeter a tomar o Mansil?" Eu disse: "Pode aplicar." Aquela injeção enorme e vermelha, eu tomei duas ou três e fiquei bom do *Schistosoma*.

Então, eu sou produto da seca. Convivi com a seca, não tenho medo da seca, ela não me assusta, mas a falta de água me assusta, para consumo animal, para irrigação, consumo humano, consumo industrial e para a geração de energia. Por isso, aqui na Comissão, eu venho batendo, esse tempo inteiro, para chamar a atenção do Governo Federal. O Governo Federal tem que ter um projeto para manutenção dos rios que não estão comprometidos e para revitalização dos que estão comprometidos.

Creio, inclusive, e sou um crítico da quantidade de Ministérios... Senador Aloysio, eu sou um crítico da quantidade de Ministérios existentes, podiam fazer a fusão de vários Ministérios. Mas o Brasil não pode existir, não pode ter uma estrutura organizacional sem ter o Ministério das Águas ou o Ministério dos Recursos Hídricos. Não existe esse Ministério. Quem cuida disso é o Ministério da Integração Nacional, que cuida de catástrofe. Tem uma chuva, tem uma enchente, tem uma seca, vai cuidar.

O País precisa de um Ministério de Recursos Hídricos, um Ministério para produção de água, para não perder a água que tem e produzir mais água, porque o grande drama do futuro não vai ser petróleo. O xisto substitui o petróleo, o etanol, o nitrogênio, a eólica, a fotovoltaica, a biomassa vão substituir o petróleo, mas eu quero ver qual é o elemento da natureza que substitui a água. Absolutamente nenhum elemento da natureza. Até agora, não inventaram. Deus não criou nada que pudesse substituir a água.

Tem algumas coisas que a gente fala, lá no interior, na minha terra, tem um amigo meu que era boiadeiro e tinha umas tiradas muito boas – lembrei-me dele agora, o Toninho. Ele fazia umas frases que eu achava espetaculares. Uma delas dizia assim: "Deus criou água, gente, terra e boi. Boi e gente Deus ainda faz, mas terra e água nem Deus faz mais." Ele botava nas camisas e entregava para a gente para valorizar a terra e valorizar a água, entendeu? Eu me lembrei disso agora.

Eu passo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador, muito importante essa sua manifestação, Senador Otto, nosso Presidente, de acompanhar essa política pública.

Não vejo problema, Senador Ataídes, de ter uma outra política pública a ser acompanhada, porque, no caso, a gente pode, em relação ao Tocantins, colocar para acompanhar a política de energia, porque nós somos, hoje, um rio lago. Avaliar esse processo.

Na Comissão de Agricultura, nós temos duas políticas sendo avaliadas: a de assistência técnica e extensão rural, que é relatada por mim, e a de defesa agropecuária, que é relatada pelo Senador Dário Berger.

Então, aqui no âmbito desta Comissão, também pode haver duas políticas públicas a serem avaliadas, e, no caso, não vejo problema em apresentar o requerimento e o programa para acompanhar a política pública de construção do sistema elétrico lá no Estado do Tocantins, das barragens, essas coisas, que vai poder avaliar isso.

Por fim, só parabenizar o Senador Otto pela preocupação. No dia da minha posse, no dia 3 de fevereiro, eu chamei atenção, no meu discurso de posse, para essa questão da defesa da água. No âmbito desta Comissão, nós já realizamos duas audiências públicas para discutir a questão do pagamento de serviço ambiental. Duas audiências públicas muito bem frequentadas pela Academia, pelos técnicos, pelo pessoal da política, que têm a preocupação de preparar um projeto de lei para tramitar o mais rápido possível nesta Casa, no sentido de dar conta do pagamento por serviços ambientais daqueles que mantêm a floresta em pé para garantir isso que o Senador Otto bem nos lembrou aqui hoje.

Então eu penso que aqui, no Senado, neste ano – e pode ser até graças ao que aconteceu no Estado de São Paulo, porque isso ganhou repercussão muito maior do que ganharia em outra localidade do País –, a gente está tendo a oportunidade de debater e é preciso que a gente tenha um marco regulatório muito bem definido e com urgência pra tratar dessa questão da água.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois bem, Senador Ataídes Oliveira, Senador Donizeti, V. Exªs podem apresentar um requerimento para que a Comissão possa comparecer ao Estado de Tocantins e fazer a visita lá ao Rio Araguaia, ao Rio Tocantins, ver de perto a situação e, inclusive, mobilizando lá as lideranças, a Secretaria de Meio Ambiente, o próprio Governador que tem se interessado por essa situação. O que eu estou vendo no meu rio – que os índios chamam de Grande Rio, lá na Bahia –, há 50 anos eu vi o Rio São Francisco virgem, quando eu o conheci pela primeira vez eu tinha 15 anos de idade. E eu fui lá com 15 anos de idade, era um rio virgem, sem nenhum problema. E hoje eu vejo um rio morto, 50 anos depois. Pode ser o mesmo destino do Tocantins, do Araguaia, de toda a Amazônia mesmo, com o desmatamento. O senhor pode fazer requerimento que nós vamos lá.

Eu fui questionado, aqui, sobre alguns requerimentos que existem convocando Ministro para comparecer à Comissão de Meio Ambiente. Um deles – eu fiz até um requerimento, demorei muito para fazer esse requerimento –, é um requerimento convocando, ou convidando, se for o caso, a Ministra Kátia Abreu, do Ministério da Agricultura, para comparecer aqui. E esse requerimento se deu em função de eu, como Senador da República, que sou uma pessoa muito humilde, muito simples, não tenho nenhuma vaidade, esses cargos todos pelos quais eu passei em meu Estado: governador, vice-governador, secretário, presidente da Assembleia, nunca passaram aqui do punho, que é o lugar onde a gente segura uma caneta, como político, para assinar alguma coisa que sirva ao povo, nunca passou do ombro para ir para a cabeça, tenho muita humildade, mas ligar dez vezes para um Ministro de Estado, sendo um Senador, e não ser atendido, não passar da secretária, é uma coisa absurda! E o que eu vejo aqui em Brasília, e que me chamou a atenção, e em meu Estado não acontecia isso, é que alguns – não são todos, mas um ou outro Ministro – são Ministros de carteira assinada por partido, só atende às pessoas ligadas ao partido. E deve ser Ministro de Estado! Ninguém pode ser nomeado Ministro para servir a partido. E eu chego ao plenário, digo que não fui atendido, alguém do partido diz: "Olha, você ligou para o Ministério? Se você quiser eu marco a sua audiência". Eu disse: "Não, não quero que você marque, não. Eu não preciso de intermediário para fazer". Então, os requerimentos que eu estou vendo aqui, de alguns Senadores, convocando Ministro, que sirvam de lição para atender. Porque, no caso mesmo da Ministra Kátia Abreu, quem eu respeito muito, reconheço a sua qualidade profissional, a sua história belíssima de vida, de trabalho e de luta, é para falar sobre um assunto que é da maior importância para quem está no campo, que é a questão da sanidade animal. Não se pode ter um Ministério centralizando tudo! Da sanidade animal, aqui.

Há um caso, inclusive, no Estado de São Paulo, de um grande amigo meu, de Bauru, o Dr. Eraldo Rocha, do filho Marcelo.

É um caso em que o haras que tem 480 animais da raça quarto de milha presos dentro haras, esperando a decisão aqui, um diagnóstico sobre o mormo, que poderia ser dado pelo Estado de São Paulo, mas tem que passar por aqui, porque tudo está centralizado aqui.

E é isso que eu digo sempre: ou este Congresso Nacional toma a decisão de descentralizar poder para os Municípios e para os Estados, fazendo o Pacto Federativo e dizendo, como eu resumo sempre, menos Brasília e mais Municípios, menos Brasília e mais Estados, ou então vamos ter tudo centralizado em Brasília, inchando a cada dia que passa, crescendo de forma metastática em poder administrativo, financeiro e político, e os Estados e Municípios minguando a cada momento.

Então, essa é a situação. Os requerimentos estão aqui e acho que os Senadores fizeram exatamente para convocar, porque o Ministro é de Estado. O Ministro não pode ter carteira assinada por partido. Quando faz isso, dá em tantas coisas irregulares, em tantos atos de desvios de recursos e malversação de recursos como aconteceu em vários ministérios aqui no nosso País.

Vou colocar em votação o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que eu li aqui para todos.

O Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aberta a reunião, submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da reunião anterior.

Comunicados da Presidência.

Informo que o Aviso nº 4, de 2015, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, distribuído ao Senador Eduardo Amorim, será arquivado por se tratar de assunto já contido na AMA nº 3, de 2014, conforme alertado na Nota Técnica nº 1.649, de 2015, da Consultoria Legislativa.

Portanto, determino o arquivamento da matéria. E vejo que o Senador Eduardo Amorim concorda.

Comunico também que os RMAs, oriundos da Legislatura anterior, nº 48 e nº 85, de 2009, e nº 7, de 2010, permaneceram tramitando, aguardando providência do TCU.

Tendo determinado a Secretaria desta Comissão a solicitação de informações sobre os mesmos, recebemos comunicação com a relação das providências adotadas por aquela Corte de Contas, com indicação dos acórdãos referentes a cada assunto.

Dessa forma, determinei o encaminhamento dessas informações aos membros da Comissão para conhecimento e providências que entenderem necessárias, bem como o arquivamento dos referidos requerimentos.

Por fim, comunico o recebimento das seguintes propostas de fiscalização e controle do Senado Federal, de autoria do Senador Fernando Collor, que estarão distribuídas para relatoria.

– PFS nº 3, de 2015, que propõe seja investigado o Termo de Contrato nº 55, de 2014, celebrado em 14/10/2014, entre o Ministério Público Federal e a empresa Lúcia Bittar e Filhos Incorporadora Ltda; e o de nº 4, de 2015, que propõe seja investigado o Termo de Contrato nº 83, de 2015, celebrado no dia 26/10/2014, entre o Ministério Público Federal e a empresa Oficina da Palavra Ltda.

Leitura de Avisos, Ofícios S e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que os seguintes avisos e ofícios recebidos na Secretaria da CMA serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados: Ofício nº 71, de 2015, da Aneel; AVS nº 44, de 2015, do TCU; Aviso nº 47, de 2015, do Senado Federal; Ofício nº 564 da Câmara Municipal de Diadema; Ofício nº 524, de 2015, do TCU; Aviso nº 527, de 2015, do TCU.

Informo que a relação dos avisos e ofícios lidos, que serão arquivados caso não haja manifestação de interesse pela relatoria, foi encaminhada para os gabinetes de todos os membros da CMA por *e-mail.*

Comunico que os seguintes documentos recebidos na Secretaria da CMA serão relatados: MSF nº 44, de 2015, da Presidência da República; e Aviso nº 634, de 2015, do TCU.

Passemos à pauta.

O item 1 é do Senador Jorge Viana, que não está presente, e não pode ser lido. O dois também é do Senador Jorge Viana, que não se encontra.

Vou passar ao item 21. O item 21 e o item 22 são terminativos – um é do Senador Eduardo Amorim...

Pois não, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Era essa a sugestão. Temos o item 21, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos aos itens 21 e 22.

Vou aproveitar o quórum para ler os itens terminativos aqui na Comissão de Meio Ambiente.

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2012

– Terminativo –

Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Observações: *-A matéria constou nas pautas dos dias 26/05/2015 e 16/06/2015.*

Passo a palavra ao Relator, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, para economizar nosso tempo, eu queria propor a V. Exª o seguinte: o Senador Flexa Ribeiro acaba de me dizer que pretende pedir vista para fazer algumas sugestões ao meu relatório; pretende apresentar alguma sugestão ao relatório.

Então, se for assim, para ganharmos tempo, peço a retirada de pauta da matéria para ouvir o Senador Flexa e, eventualmente, acrescentar ao meu relatório as observações que S. Exª quiser fazer. Acho que assim ganharemos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Acato a sugestão de V. Exª. Retirado de pauta para...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu espero, então, as sugestões do Senador Flexa Ribeiro, com o maior prazer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, quero agradecer ao Senador Aloysio pelo entendimento e a solicitação para retirar de pauta o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, os nossos gabinetes receberam uma comunicação da Secretaria da nossa Comissão, de ordem de V. Exª, com uma lista de documentos recebidos pela Comissão, com seus respectivos *links*, que serão lidos na próxima reunião da Comissão. Estou lendo aqui o teor: "Tais documentos ficarão à disposição de V. Exª durante sete dias na Secretaria da Comissão, após o que serão arquivados, caso nenhum membro manifeste interesse pela relatoria".

V. Exª encaminha a cada um de nós uma série de documentos que veio do Tribunal de Contas da União. São ofícios e avisos a respeito do acompanhamento pelo Tribunal de vários programas do Governo, várias ações governamentais, contendo sugestões, contendo críticas. Eu, eu me interesso pela relatoria porque...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... penso que é um material interessante para o conhecimento da Comissão. Se V. Exª concordar, e não houver objeção dos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Concordo plenamente. V. Exª tem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Disponho-me a fazer uma apresentação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente. Pode fazer a apresentação e relatar aqui na Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª pode indicar o... São todos os itens ou...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – São todos os itens. Quero fazer um balanço e propor à Comissão os itens que me parecem mais interessantes serem aprofundados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. V. Exª será o Relator, então.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Item 22, terminativo também.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2013

– Terminativo –

Altera o art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, para vedar a utilização de sistemas de cobrança, tais como comandas, cartões eletrônicos ou similares, que submetam o consumidor a confinamento compulsório em locais fechados.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações: O Senador Jorge Viana não está presente.

Mas concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Rocha, para relatar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Nós temos aqui dois relatórios, o 17 e outro que, na semana passada, estava como item 3, mas não está mais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Estou colocando esse terminativo, e, em seguida, colocaremos esse.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o PLS nº 71, de 2013, de autoria do Senador Jorge Viana, tem por fim vedar a utilização de sistemas de cobrança que submetam o consumidor a confinamento compulsório em locais fechados.

Na justificação do projeto, seu autor afirma que a utilização de comandas ou similares para controle e pagamento de despesas em locais fechados dificulta a evacuação das pessoas, como evidencia o incêndio ocorrido em

casa noturna, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Além disso, continua o autor: "Formam-se filas em determinados horários nos quais os consumidores levam mais de uma hora para pagar suas despesas e deixar o local."

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 102-A do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual, compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

No mérito, a alteração proposta visa a garantir mais direitos ao consumidor e representa aperfeiçoamento da legislação consumerista. Somos, assim, pela aprovação do projeto sugerido, com os aperfeiçoamentos constantes das emendas ao final apresentadas.

A prática comercial abusiva que se quer coibir especificamente é a exposição da vida ou da saúde do consumidor a perigo direto e iminente, impedindo-o de sair de ambiente fechado, sob o argumento de cobrar pagamento pelos produtos e serviços consumidos.

Desse modo, apresentamos duas emendas ao final que aperfeiçoam o projeto, sem a necessidade de vedar a utilização de equipamentos tecnológicos que aumentam a produtividade do estabelecimento comercial.

Assim, o voto é pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 71, de 2013, com as seguintes emendas:

Art. 1º Expor a vida ou a saúde do consumidor a perigo direto e iminente, impedindo-o de sair de ambiente fechado, sob o argumento de cobrar pagamento pelos produtos e serviços consumidos.

Esse é o meu voto resumido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação o relatório do nobre Senador Paulo Rocha. Votação nominal.

O Senador Jorge Viana não está presente.

Como vota o Senador Donizeti Nogueira?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Paulo Rocha é o Relator.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Nós temos quórum, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Temos sim: nove.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Acho que está faltando um, Sr. Presidente. Podemos aguardar um pouco.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Ao começar relatar o meu voto, ela estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Lídice da Mata estava presente e o Senador Douglas Cintra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Então, podemos ir para os não terminativos, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas queria, Sr. Presidente, deixar claro que eu voto com o Relator. Só fiz essa colocação com relação ao nosso quórum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, voltamos aos não terminativos.

Vamos ao item 4, um requerimento de minha autoria.

Queria só esclarecer que esse requerimento é a complementação da revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Item 4 da pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 45, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao Ministro Integração sobre o montante aplicado na Transposição do Rio São Francisco e o montante aplicado na Revitalização do mesmo rio, desde o inicio das obras até 31 de dezembro de 2014, bem como o montante aplicado de janeiro a abril do corrente ano.

Autoria: Senador Otto Alencar
Relatoria:
Relatório:
Observações: Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, ouvi a sua vibrante defesa da revitalização do Rio São Francisco como uma preliminar, uma providência prévia, necessária à transposição.

Concordo plenamente com V. Exª. V. Exª conheceu o Walfrido Moraes, que foi meu sogro, originário da Chapada Diamantina como V. Exª, e Walfrido era absolutamente apaixonado pelo Rio São Francisco, o rio que ele percorreu, desde a sua mocidade, como funcionário da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Ele sempre manifestou enorme preocupação com a transposição, sem que houvesse previamente as obras para revitalização do rio. Até mesmo preocupação ele manifestou, com muita ênfase, em relação a grandes projetos de irrigação, no oeste da Bahia, que podiam comprometer alguns afluentes importantes do rio.

Concordo com esse requerimento, queria fazer apenas uma observação a V. Exª e aos colegas. Os nossos requerimentos de informação, aprovados pelas Comissões, ou mesmo requerimentos de informações que nós Senadores apresentamos individualmente e aprovados pelo Plenário, geralmente ficam meses parados na Mesa Diretora, à espera de um Relator. Uma vez designado o Relator, ainda mais tempo para que ele apresente o seu voto. E, depois, temos ainda a reunião da Comissão para deliberar o voto do Relator. É realmente um procedimento que prejudica de uma forma extremamente grave a atividade de fiscalização do Parlamentar e do Congresso.

Eu, que tenho total interesse em receber essas informações, penso que devemos que ficar ali no plenário, pressionando para que as coisas andem na Mesa Diretora. Tenho experiência de frustrações graves de requerimentos meus que ficaram parados, não foram adiante por essas razões. Isso é uma observação.

Outra observação que queria fazer a V. Exª é que seria importante termos uma audiência com Agência Nacional de Águas para tratar desse tema. Que providências a ANA tomou? A ANA, para autorização das obras de transposição, avaliou efetivamente o impacto que essas obras teriam, que a transposição teria sobre o Rio São Francisco?

Enfim, creio que seria importante falarmos com a ANA sobre a situação dos afluentes do São Francisco, que contribuem para o rio.

Minha sugestão é que nós pudéssemos fazer uma reunião com a ANA, para tratar desse tema apresentado por V. Exª com tanta competência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, como nordestino e como sergipano, onde o rio termina, lá na foz, e lá já se atravessa caminhando, mostrando toda essa gravidade. Lembro-me de um sergipano, o atual Prefeito da nossa capital, Dr. João Alves, que foi bravamente um soldado contra essa transposição, defendendo também, antes de mais nada, a revitalização, como V. Exª está defendendo.

Mas aqui, acatando também a sugestão do Senador Aloysio Nunes, juntamente com o seu requerimento, seria interessante que, nesse requerimento, convidássemos o Ministro para, ao invés de trazer os números, que ele mostrasse realmente esses dados. Aí, na mesma audiência, pudéssemos convidar o Presidente da ANA, para que ele pudesse dar as mesmas explicações. Ou seja, na mesma audiência, faríamos as duas coisas. Pessoalmente, seria com certeza muito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Eduardo Amorim, esse requerimento colocando o Ministro Gilberto Occhi, inclusive os Governadores da bacia do rio, já foi aprovado, e é inclusive de minha autoria. Estamos aguardando uma data própria para fazer essa reunião, convidando os Senadores e os Governadores da bacia do rio, além dos Governadores dos Estados receptores das águas da bacia do rio, para uma reunião com o Ministro Occhi, e também convidar o representante da ANA. Vamos definir uma data, vou sugerir uma data aos Srs. e Srªs Senadores, para que possamos fazer essa reunião. O requerimento já foi aprovado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Antes de colocar em votação, eu gostaria de fazer um ligeiro comentário, Senador Aloysio, sobre a sua sugestão. Eu também vejo que as nossas comissões permanentes têm que ter autonomia, principalmente com relação a pedidos de informações. Já estamos montando uma PEC e vamos dar entrada nela ainda esta semana, Senador Aloysio, porque não pode, se não tira a autonomia. Nós ouvimos há poucos minutos o Presidente Otto dizendo que não conseguiu falar com a Ministra, além de Senador, Presidente desta tão conceituada Comissão.

Então, vamos colocar em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a aprovação do Requerimento nº 45 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Um minuto, por favor, para uma questão de ordem.

Eu queria conhecer o teor do requerimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vou lê-lo de novo, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Perdoe-me, mas tive que sair para dar presença na CAE e não gosto de votar sem conhecer o teor completo da matéria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Claro. O requerimento é do Senador Otto, quem lhe ama tanto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – E eu tenho todo o carinho e respeito por ele, um grande parceiro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Item 4, então, ratificando a minha leitura.

Requerimento nº 45, de 2015. Requer, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao Ministro Integração sobre o montante aplicado na Transposição do Rio São Francisco e o montante aplicado na Revitalização do mesmo rio, desde o inicio das obras até 31 de dezembro de 2014, bem como o montante aplicado de janeiro a abril do corrente ano.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada.

Voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovarem permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com o restabelecimento do quórum com a presença do Senador Douglas Cintra, vamos ao item 22, que foi relatado pelo Senador Paulo Rocha.

Vou iniciar a votação nominal.

Como vota o Senador Donizeti Nogueira?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe. (Pausa.)

O Senador Paulo Rocha vota favorável.

O Senador Ataídes Oliveira já declarou aqui o voto.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, está aprovado, por unanimidade.

Vamos ao item 23, de autoria do Senador Vital do Rêgo, sendo Relator o Senador Alvaro Dias, que não está presente. Assim sendo, convido o Senador Eduardo Amorim para relatar, *ad hoc*, o item 23, que trata do projeto de lei do Senado, terminativo, que altera o Código de Defesa do Consumidor.

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2013

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar o fornecedor a notificar previamente o consumidor sobre a cessão do crédito.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela rejeição
Observações: -*A matéria constou nas pautas dos dias 26/05/2015 e 16/06/2015.*

Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, para ganharmos tempo, como o senhor determina sempre, tendo em vista que já foi distribuído previamente o relatório e a análise, trata-se de projeto, em decisão terminativa, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que obriga o Código de Defesa do Consumidor a notificar previamente o consumidor sobre a cessão de crédito.

Cumpre destacar o papel vital que o mercado de cessão de crédito tem para a economia, trazendo benefícios tanto para empresas e instituições financeiras quanto para devedores. A realização de operações de cessão de crédito é, para muitas instituições financeiras, uma forma de manter a liquidez e diminuir os impactos negativos da inadimplência sobre seus balanços. A introdução de regras que dificultem excessivamente ou imponham altos custos para a realização das cessões de crédito pode ter efeitos prejudiciais aos consumidores, como o de levar a redução na oferta de crédito, com aumento do custo de crédito e da seletividade dos clientes.

Esse é o relatório do Senador Alvaro Dias.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer e o voto do Senador Alvaro Dias é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado n° 217, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação o relatório do Senador Eduardo Amorim, que é pela rejeição.

Como vota o Senador Donizeti Nogueira?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE. Fora do microfone.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, o requerimento que V. Exª está colocando...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Trata-se do parecer do item 23, terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, relatado, ad hoc, pelo Senador Eduardo Amorim, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor, para obrigar o fornecedor a notificar previamente o consumidor sobre a cessão de crédito.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Relatório.

Submete-se à análise desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não, não. É só para votar. Já foi relatado. É favorável ou contrário o seu voto? Seu voto é com o Relator? É pela rejeição ou pela aprovação?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Prevaleceu, então...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sou pela aprovação do projeto, conforme o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não. O Relator votou pela rejeição.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, Sr. Presidente, vou ficar com a tese de que... Propõe-se obrigar o fornecedor a notificar previamente o consumidor sobre a cessão do crédito. Não. Vou votar exatamente com o Relator, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela rejeição.

O Senador Reguffe já tinha se manifestado sobre esse tema.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – É favorável.

O Senador Aloysio Nunes também já votou. Então, já completou. Então, pronto!

Foi rejeitado, por unanimidade.

No item 22, que foi aprovado aqui por unanimidade, havia duas emendas. Questiono o Plenário se posso repetir a votação para as duas emendas do Relator.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Proclamo o resultado: foi aprovado por unanimidade.

Vamos ao item 5 agora. O item 5 da pauta trata de um requerimento do Senador Ronaldo Caiado. Antes de passar a esse item, alerto que os Requerimentos nºs 46 e 47, dos itens 5 e 6, diferem apenas quanto à inclusão da convocação do Ministro de Estado de Minas e Energia no item 6.

Vamos ao item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 46, DE 2015

– Não terminativo –

Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam convidados a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização o Presidente da ELETROBRÁS; o Superintendente da ANEEL; a Promotora do Ministério Público de Goiás, Srª Alice de Almeida Freire; o Sr. José Fernando Navarretti Pena, representando a CELGPAR, bem como Marcelo Heleno Coelho de Souza, Maria Lúcia Caciano e Lys Alcântara, a fim de explicarem a passagem de linha de alta tensão por bairros de Goiânia.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado.

Os Senadores que aprovam o requerimento do Senador Ronaldo Caiado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado, o item 6 é idêntico ao item 5.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, o item...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Só que V. Exª aqui acrescenta a convocação do Ministro. Pergunto a V. Exª se há necessidade de aprovação como está, na letra do requerimento de V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Ou V. Exª o dispensa?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, o acordo que estamos construindo é relativo ao item 7, ao Requerimento nº 48. Retiramos o Requerimento nº 49. Mantemos o Requerimento nº 48.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Estou falando do item 6.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente! O item 6 é idêntico ao item 7, Sr. Presidente. Então, nós o estamos retirando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – (É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 47, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja convocado o Ministro de Estado das Minas e Energia, bem como sejam convidados a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização o Presidente da ELETROBRÁS, o Superintendente da ANEEL, a Promotora do Ministério Público de Goiás, Senhora Alice de Almeida Freire, o Senhor José Fernando Navarretti Pena, representado a CELGPAR, bem como Marcelo Heleno Coelho de Souza, Maria Lúcia Caciano e Lys Alcântara, a fim de explicarem a passagem de linha de alta tensão por bairros de Goiânia.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria:

Relatório:

Observações:)

Então, fica prejudicado o item 6 e está retirado de pauta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – O item 6, então, fica prejudicado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Isso.

Vamos ao item...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, os dois são idênticos. Houve uma sobreposição da minha matéria.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Apenas no item 6, há a convocação do Ministro. E, no item 5, não há essa convocação. É a única diferença.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eles não são idênticos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Como?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não são idênticos. O item 6 convoca o Ministro de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Foi isso que falei. Expliquei aqui que o item 6 acrescentava apenas a convocação do Ministro.

Eu perguntei se o Senador Ronaldo Caiado gostaria de manter a convocação do Ministro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, no momento em que foi acolhida a convocação do Presidente da Eletrobras, e que aqui já se faz suficiente para esclarecer o assunto específico da Celg, da linha de transmissão, nesse caso específico não tenho nenhum interesse em convocar o Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Por isso perguntei V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Como tal, estamos retirando o item 6.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A discussão nossa com o Sr. Ministro vai ser em relação à privatização da Celg. Em relação ao assunto da rede da Celg, de estar sendo construída em Goiânia, de alta tensão sobre as residências das pessoas, o presidente da Eletrobras é suficiente para esclarecermos o fato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Entendi perfeitamente. Já havia, inclusive, passado para o item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 48, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita que seja convocado o Ministro Edinho Silva, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para prestar esclarecimentos a respeito do aprofundamento da crise econômica e social.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, antes da votação, eu pediria a V. Exª que pudesse retirar o Requerimento nº 49, ou seja, o item 8.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 49, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita que seja convocado o Ministro Edinho Silva, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria:

Relatório:

Observações:)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Está havendo uma superposição aqui, Sr. Presidente, dos requerimentos apresentados. Então, prevalece o item 7, exatamente o Requerimento nº 48, em relação ao fato específico daquela campanha que foi feita pela paz, em que o Ministro caracteriza para evitar um clima antiPT. Exatamente a convocação, baseada no art. 37, que estabelece que a Administração Pública da Constituição brasileira, direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.

Ou seja, esse é o motivo de podermos dissociar a máquina de governo da máquina partidária. Como essa matéria foi levada ao conhecimento de toda a população e muito bem alavancada pelo Ministro da área de comunicação do Governo da Presidente Dilma, essa é a solicitação que eu faço, para que ele possa explicar exatamente o porquê da sua campanha.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, a Senadora Lídice da Mata. Depois, o Senador Ataídes Oliveira.

Há outro Senador que queira se manifestar? (*Pausa.*)

Senador Paulo Rocha.

Tem a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, minha ponderação, até diante da fundamentação feita pelo autor, é de que seja substituída a convocação pelo convite. Apesar de discordar totalmente de qualquer vinculação entre a função de Estado e a função de partido, eu não vejo razão para que possamos convocar o Ministro, e não convidá-lo, para participar de um debate, de uma audiência pública, em que ele possa esclarecer a questão.

Proponho que o Senador Caiado possa modificar esse texto, para que, dessa forma, tenhamos a possibilidade de aprovar ou com um número maior de apoiamentos, ou mesmo por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, como solicitado, tem a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Excelência, quero tratar do mesmo assunto da intervenção da Senadora. Dialogando aqui com o Senador Caiado, nesse sentido, sem fugir das obrigações de os nossos Ministros virem aqui prestar contas, mas para haver mais maleabilidade na questão de agendas, tanto nossa quanto do Ministro, poderíamos transformar em convite, sem fugir da responsabilidade de vir prestar contas ao Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Consulto o Senador Ronaldo Caiado se concorda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, não tenho nenhuma restrição, apesar de que a norma constitucional e do Regimento não coloca essa tese de convite, isso é um inovação. A única prerrogativa que tem o Parlamentar é convocar. Não há outra.

Agora, eu não vou fazer disso um cavalo de batalha, de maneira alguma. Eu quero saber se nós temos uma previsão, porque dentro da convocação nós temos, ou seja, há um período e um prazo limite para que o Ministro possa vir. Então, é com isso, desde que haja o compromisso do Senador Paulo Rocha para que ele cumpra o mesmo período, como se fosse da convocação, não há problema algum da minha parte, Sr. Presidente. Não vou fazer restrição a isso, de maneira alguma.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O Senador Paulo Rocha, então, se compromete a agir para que o Ministro possa comparecer?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Comprometido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Aceito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação, o item 7 para que o requerimento seja transformando em convite.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 8 está prejudicado, porque versa sobre o mesmo assunto.

Item 9...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Sr. Presidente, o item 12 trata-se, me parece, do mesmo assunto do item 9. Só que ele acrescenta mais um.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O item 9?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Não, o item 9 é relativo ao item 12, também é a mesma coisa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Aqui, agora, é o requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vou ler agora o item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 50, DE 2015

– Não terminativo –

Com fulcro no art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e nos arts. 90, III, do Regimento Interno do Senado Federal, convido a Ministra Izabela Teixeira, do Meio Ambiente, para prestar esclarecimentos, a esta Comissão, sobre o aumento dos níveis de desmatamento da Amazônia, no período de fevereiro a abril do corrente ano, conforme detectado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE e pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia-Imazon.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria:

Relatório:

Observações: É um convite e não uma convocação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim, é um convite, Sr. Presidente. A Ministra Izabella Teixeira é sempre muito atenciosa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Muito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sempre comparece quando convidada. Lembro-me da participação dela quando elaborávamos, aqui no Senado, o Código Florestal. Tenho muita estima por ela.

E essa notícia eu li exatamente quando estava visitando a belíssima e fascinante cidade de Belém. Li nos jornais paraenses essa notícia e me pareceu importante que a Ministra pudesse vir aqui para dizer quais as providências o Ministério está tomando para deter esse processo avassalador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A Ministra Izabella Teixeira já esteve aqui na Comissão de Meio Ambiente e, realmente, é muito diligente e nos recebe e atende com muita presteza.

Portanto, em votação o requerimento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidente, embora as informações deem conta de que em 2014 diminuiu – e a gente não quer se colocar contra o requerimento –, no entanto, eu queria apenas pedir, nos termos do inciso II, art. 90 e inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento do Requerimento nº 50, de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, para que sejam também convidados a prestar esclarecimentos a esta Comissão, sobre os números de desmatamento de florestas na Amazônia, os Drs. Dalton de Morisson Valeriano, Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Carlos Souza Júnior, Pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Então, a gente justifica porque essas duas entidades e essas duas pessoas poderão, também, contribuir muito nessas informações. Queria pedir o aditamento, justificando a importância de eles estarem presentes aqui.

E aí eu solicito ao Senador Aloysio Nunes, se é possível a gente aditar ao requerimento dele mais esses dois nomes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Otto, na mesma linha do Senador Donizeti, até porque é importante o requerimento do Senador Aloysio Nunes, preocupado, como todos nós, em reduzir o desmatamento da Amazônia. Até porque os dados que indicam o aumento do desmatamento são do Inpe e do Imazon. Então, o Senador Donizeti coloca os responsáveis pela informação, um do Inpe, e outro do Imazon.

Voto com o Senador Donizeti pela inclusão, se o Senador Aloysio concordar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Excelente sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Consulto se o Senador Aloysio Nunes Ferreira concorda com a inclusão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Uma excelente sugestão, Senador Donizeti.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

Acatado.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com aditamento dos Senadores Donizeti e Flexa Ribeiro.

Vamos ao item 10, que é um requerimento de minha autoria.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 51, de 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação ao Tribunal de Contas da União, que seja realizada uma auditoria no Postalis, fundo de pensão do Correios e Telégrafos.

Autoria: Senador Otto Alencar.

Relatoria:

Relatório:

Observações: Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para discutir, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, parabenizar V. Exª pela oportunidade deste requerimento.

Considero que nós deveríamos ter, nesta Casa, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os fundos de pensão. Eu, inclusive, assinei o pedido de instalação dessa comissão, que, infelizmente, ainda não foi instalada nesta Casa. Agora, o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Ele tem que cumprir a sua função também. E, com tantas denúncias, eu penso que isso já deveria ter sido tomada alguma providência por parte do Tribunal. Mas, não tendo sido, é muito oportuno e muito salutar o requerimento de V. Exª de provocar o Tribunal para que ele cumpra a sua responsabilidade e proceda a uma auditoria no fundo, que é algo que preocupa muito os servidores dos Correios deste País e isso pode também ensejar uma investigação sobre fundo de pensão, até para se saber ali o que está sendo feito de correto, o que não está sendo feito de correto, separar o joio do trigo. E começar pelo Postalis, que eu considero importante, até porque é algo que vem preocupando muito os funcionários dos Correios.

Quero parabenizar V. Exª e dizer que o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe, nós tivemos aqui uma audiência pública a respeito do Postalis. E como nos outros escândalos que aqui estão acontecendo e pipocando em Brasília, a moeda é a mesma: bilhão. Porque a moeda lá no meu sertão é vintém, ainda é real. Mas a moeda em Brasília é só bilhão, só se desvia aqui bilhão. Portanto, é importante realmente que se faça isso.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, quero também parabenizá-lo. V. Exª fez referência à audiência pública que fizemos aqui, exatamente sobre o rombo no Postalis. É um absurdo, porque a audiência surgiu por eu ter sido procurado, em Belém, por dois amigos, funcionários dos Correios que me mostraram um ofício do Postalis dizendo que, a partir de abril deste ano, eles teriam que completar com 25% do seu salário para cobrir o rombo de R$5,6 bilhões. Durante quinze anos e meio, os funcionários teriam que recolher 25% a mais para o Postalis.

Então, nós fizemos a audiência, que nos trouxe dados preocupantes, em função realmente do desvio dos recursos aplicados de forma não regular. E a Previ, que é o órgão do Ministério da Previdência, teria que fiscalizar os fundos de pensão também não o fez.

Portanto, quero parabenizá-lo pela audiência junto ao Postalis, mas tínhamos que fazer na Funcef e outros mais.

Mas a Comissão Parlamentar de Inquérito já foi aprovada, está aguardando apenas que os Líderes dos Partidos indiquem seus membros para que ela possa ser instalada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 10.

Vamos agora o item 11.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, só para solicitar a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O item 10 já foi colocado em votação e está aprovado.

Pois não, Senador Ronaldo Caiado, V. Exª tem a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Em relação ao item 10 ou em relação à inversão da pauta que solicito a V. Exª para o item 25, que é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O item 10 já foi aprovado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, peço a inversão a V. Exª em relação ao item 25. Trata-se de projeto terminativo na Comissão e, por termos o quórum exigido, solicito a V. Exª a inversão da pauta para que eu possa ler aqui o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª será atendido, Senador Ronaldo Caiado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, vamos ao item 25.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não, Presidente, vamos aos requerimentos, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não. Houve inversão da pauta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas acho que primeiro temos que votar o requerimento para depois chegarmos ao projeto de lei. Não é isso, Sr. Presidente? Não estamos votando o requerimento agora?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos votar projeto de lei terminativo, já que há quórum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sim. Eu me comprometo em ficar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Depois voltaremos para os outros.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu só gostaria, se possível, com o entendimento e a colaboração do Senador Caiado, porque o próximo item da pauta é um requerimento de minha autoria. É apenas uma audiência pública. Será muito rápido Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Tudo bem, quem delibera é a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, vou atender V. Exª, já que é algo rápido.

Vamos ao item 11.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – É o próximo item; item 11.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 52, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para debater sobre o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, sua reestruturação, planejamento e relação com o Polo Industrial de Manaus. Para debater o tema sugerimos os seguintes convidados: senhor Marcos Vinicius de Souza – Secretário de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior – MDIC; representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus– SUFRAMA; representante do Movimento Pró-Centro de Biotecnologia da Amazônia – Pró-CBA; e representante do Sindicato dos Funcionários da Suframa.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria:

Relatório:

Observações: Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente eu também peço a V. Exª o mesmo, porque eu fui um dos primeiros a chegar à Comissão e tenho que ir a outras comissões agora às 11 horas. Portanto, peço a V. Exª para relatar o item 17.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu o colocarei em votação. Vamos ao item 11 e, em seguida, eu colocarei em votação os itens 17 e 25.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Apenas para fazer um esclarecimento. Como recebi uma mensagem de texto de um eleitor de Brasília que disse que V. Exª teria desacatado a cidade na hora em que falou que em Brasília é tudo bilhão. Não foi essa intenção de V. Exª, que apenas falou...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não foi não.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... sobre maus gestores públicos e não sobre a cidade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu coloquei que... Brasília, pelo contrário...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Exatamente.

Apenas fazer esse esclarecimento em sua defesa para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu coloquei que nos escândalos que pipocam em Brasília a moeda é bilhão. Eu só disse isso, só quis dizer isso.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nada a ver com a cidade que tem a maioria da sua população honesta e trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O petrolão é bilhão; o conselho do Carf é bilhão; o Postalis é bilhão. Tudo é bilhão, entendeu? Eu falei sobre isso.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E V. Exª já falou, inclusive para mim, que tem apreço pela cidade de Brasília e pela população.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Tenho apreço pelos brasileiros todos daqui. Pelo contrário. Apenas fiz esse registro porque não há nenhum com mil, não há escândalo em que desviaram mil reais, 10 mil, 100 mil. Em Brasília só se fala de bilhão, a moeda da corrupção, em Brasília é bilhão, infelizmente.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas é importante separar a população de Brasília de agentes públicos que não agiram de forma correta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Claro. Eu só me referi à moeda, nem às pessoas eu me referi.

Em votação o item 11, da Senadora Vanessa Grazziotin.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Presidente, sobre o item 12, eu já conversei com o Senador Ronaldo Caiado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não, mas eu queria sobre este item ainda, Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Não foi aprovado?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sim, aprovamos. Mas eu só gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Já foi aprovado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de solicitar que V. Exª, junto à sua assessoria da Comissão, a Secretaria, visse a possibilidade de realizarmos este debate lá na cidade de Manaus. Isso seria muito importante. Eu estou vindo agora da Comissão de Ciência de Tecnologia, e lá também estamos definindo a importância disso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos adotar, então, as providências necessárias para tanto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – A Senadora tem de fornecer costela de tambaqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Costela de tambaqui?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Tambaqui, pirarucu, tucunaré, matrinxã, tudo terá lá, Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Presidente, eu estava conversando com o Senador Caiado, que, diligente como ele é, apresentou três requerimentos que tratam da preocupação dele em relação à questão da Celg.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Inclusive, o item 12 é sobre esse assunto.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Foi aprovado, então, o convite ao presidente da Eletrobras. Eu estou dando sugestão a ele...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Foi o item 7 que foi aprovado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O item 6 estava prejudicado, porque versava sobre o mesmo assunto. Então, agora, o item 12.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Agregue o item 12 à mesma audiência já aprovada, com um convite ao Ministro de Minas e Energia para estar presente nesta audiência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Perfeito, Sr. Presidente.

O item 12 trata da privatização da Celg.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Já vi aqui.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Com isso, Sr. Presidente, foi feito um entendimento em que nós aqui excluímos a presença, neste momento, do Ministro do Planejamento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – E convidamos o Ministro Eduardo Braga.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... e convidamos o Ministro de Estado de Minas e Energia, para que, conjuntamente, possamos fazer a discussão da construção do linhão sobre as residências, depois sobre a privatização da Celg, que era a maior empresa do Centro-Oeste brasileiro e que, infelizmente, está sendo ameaçada de ser privatizada pelo Governo do meu amigo Senador Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O requerimento foi aprovado – o número 7 – sem a inclusão do Ministro.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – No item 12, há um convite, na audiência já aprovada, junto com o presidente da Eletrobras, para a presença do Ministro de Minas e Energia, para discutir o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Nessa mesma reunião?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – É isso que está no item 12? O Senador Ronaldo Caiado concorda, então, com essa proposição do Senador Paulo Rocha?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Concordo plenamente, Sr. Presidente. Sabedores de que Eletrobras vai discutir o linhão, e o Ministro de Minas e Energia vai discutir a privatização da Celg.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Perfeito.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 53, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita que sejam convocados para prestarem depoimento na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) os Ministros de Estado do Planejamento e o Ministro de Estado das Minas e Energia, bem como convidados o atual presidente da ANEEL, os ex-presidentes da Celg dos últimos quatro anos, além dos presidentes do Conselho Fiscal da referida empresa no mesmo período, a fim de explicarem o processo de deterioração da Celg que acabou culminando com sua federalização e possível privatização.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em votação, nos termos colocados pelos Senadores Paulo Rocha e Ronaldo Caiado.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Eduardo Amorim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Só um esclarecimento. Teremos uma ou duas audiências?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Uma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Uma audiência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Uma audiência, em que nós trataremos dos dois temas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Uma audiência que tratará dos dois temas. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Uma audiência, em que trataremos dos dois temas separadamente; primeiro um assunto, depois o outro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Como já foi feito aqui outras vezes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Procurarei ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos ao item 17, com a compreensão do Senador Ronaldo Caiado. Depois, passarei para o item 25, Senador Ronaldo Caiado.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para definir regras sobre a oferta e a apresentação de produtos ou serviços.

Autoria: Deputada Nilda Gondim

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela rejeição das emendas nºs 1 e 2-PLEN

Observações: *-Em 05/05/2015 foi aprovado parecer favorável à matéria.*

-Autoria das emendas: Sen. José Agripino.

Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, vou direto ao voto.

Foram apresentadas duas emendas de plenário ao projeto, das quais voto pela rejeição. E as razões, Sr. Presidente, passo a expor.

Quanto à Emenda nº 1, ao contrário do que afirma o autor, o dever de emprego de letras e caracteres em tamanho mínimo se dá somente em relação a anúncios veiculados em jornais, revistas e outras mídias impressas. Não há obrigatoriedade de observar tamanho mínimo nos anúncios patrocinados por meio eletrônico ou radiotelevisivo. Ademais, a obrigatoriedade de tamanho mínimo da fonte de informação não é novidade no Código de Defesa do Consumidor (CDC). O §3º do art. 54 do CDC prevê que os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo 12, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. Essa é a justificativa que damos para a rejeição da Emenda nº 1.

Quanto à Emenda nº 2, Sr. Presidente, vale lembrar que o dispositivo que se quer suprimir somente explicita que as informações prestadas mediante comunicações registradas pelos meios disponibilizados pelo fornecedor, em forma gravada ou escrita, mesmo eletronicamente, têm o efeito de servir de meio de prova e vinculam o fornecedor no contrato que vier a ser formalizado.

Não há razão para a retirada do referido dispositivo. É plausível, aceitável, que, por interpretação contratual, como quer o autor da Emenda, mas a nosso ver, é importante deixar expresso no projeto que essa interpretação é a mais correta, conforme redação aprovada pelo conjunto de Parlamentares da Câmara dos Deputados.

Então, o nosso voto é pela rejeição das duas emendas, como já explicamos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação o parecer do nobre Senador Eduardo Amorim.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O item 25 é terminativo, mas vejo que não temos quórum suficiente.

Acaba de chegar o Senador Reguffe. Portanto, há quórum para a votação do item 25, do nobre Senador Ronaldo Caiado.

Como a Senadora Regina Sousa saiu, voltamos, então, aos requerimentos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Como o Senador Aloysio Nunes teve que se ausentar, e sendo S. Exª autor do Requerimento nº 56, item 15 da pauta, pediria a V. Exª para subscrevê-lo juntamente com o Senador Aloysio, exatamente para que possamos aprová-lo ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

Vamos ao item 13, que é da minha autoria.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 54, de 2015

– Não terminativo –

Requer ao Plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do art. nº. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado, combinado com o art. n.º 50 da Constituição Federal, a convocação da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Exma. Sr.ª Kátia Abreu para tratar sobre o tema, Sanidade Animal.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Queria seguir a mesma prerrogativa do convite. Mas em contato com a Ministra, ela chega ao Brasil no dia 15. De qualquer maneira, está difícil de fazer a convocação neste primeiro semestre. Tenho o compromisso de que, na primeira convocação da Comissão, no início de agosto, ela estaria presente. Se for possível transformar em convite, já que ela está fora neste primeiro semestre.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Sem a menor dúvida, Senador Donizeti, transformarei em convite a presença da Ministra Kátia Abreu para falar sobre sanidade animal, sem dúvida alguma, um tema muito importante.

Não teria feito a convocação por requerimento de convocação de maneira alguma, se ela tivesse atendido aos vários telefonemas que fiz, pedindo a audiência para tratar desse tema. Não precisaria sequer ela vir aqui. Eu iria ao gabinete, conversar com o diretor de sanidade animal, que também não me atendeu. Acho isso um absurdo. Servidor público é para atender o público, qualquer que seja a pessoa, uma pessoa de nível elementar, até um Senador, deve se propõe a atender, porque ele está atendendo às necessidades da população.

Na minha vida, eu fui Secretário por três vezes, Governador de Estado, e sempre atende regularmente todas as pessoas que me procuravam por telefone ou marcavam uma audiência, o que é perfeitamente natural. Se a pessoa se propõe a trabalhar, e também é pago para isso, então tem que atender bem as pessoas.

Então, o requerimento não existiria, se, por acaso, os vários telefonemas que dei fossem atendidos. Eu não passei da secretária. Eu não consegui chegar ao diretor de sanidade animal.

Assim, coloco o convite. V. Exª se compromete a trazê-la aqui, para explicar essa situação, pois se trata de algo que aflige o Brasil como um todo.

Em votação o convite formulado à nobre Senadora e agora Ministra da Agricultura, para tratar da questão de sanidade animal.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o convite.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, queria apenas ressaltar a importância dessa discussão. Houve uma pessoa que fez a denúncia sobre a situação do haras a que V. Exª fez referência para nós, os três Senadores da Bahia. Inclusive, pedi que ela falasse com V. Exª, pela intimidade que V. Exª tem com esse tema de rodeio e de leilão de cavalo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com leilão de cavalo não, mas com os animais.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com os animais! Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Tenho uma interação muito grande com o cavalo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Quase fala.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Alguns acham que o melhor amigo do homem é o cão, eu acho que é o cavalo, porque ninguém monta em cão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – No cavalo, você monta. Com ele, você trabalha, ara a terra. Então, tenho, realmente, uma paixão por cavalos desde criancinha. Fui criado, por 17 anos, na roça. Vim conhecer a cidade eu já estava com 17 anos de idade.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Imagine se a tivesse conhecido antes, o perigo que seria!

Apenas quero aproveitar para informar a V. Exª que estive em audiência com a Senadora e Ministra Kátia Abreu na semana passada para tratar da questão do cacau, com uma série de representantes dos produtores de cacau da Bahia. E, na oportunidade, entreguei a ela um documento a respeito desse assunto. Mas acho que é extremamente importante e valioso que V. Exª possa debater essa questão aqui. Estarei presente para contribuir e colaborar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu lhe agradeço.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – No âmbito da CRA, há uma audiência pública que vai debater essa política. De repente, para viabilizar tempo, poderíamos até estudar a possibilidade de uma reunião conjunta. Senão, fica o compromisso que assumimos aqui com o senhor de que, no início do mês de agosto, a Ministra virá aqui para debater a questão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Eu gostaria que a reunião fosse feita aqui, porque, inclusive, pretendo trazer aqui alguns proprietários, para que possam discutir esse tema.

O que a Senadora Lídice falou é uma coisa absurda. Conheço bem essa estrutura de criação de equinos no Brasil inteiro. Vários haras estão com problemas, mas o que ela citou é o Haras Quatro Irmãos, em Bauru, do Dr. Heraldo Pessoa, que é médico, que é meu colega, que é paulista. Ele está com 480 animais presos no haras há dois anos porque depende de um exame de mormo que está em Brasília para ser liberado. Os Estados nem essa autonomia tem para dizer: "Olha, os animais podem ser liberados". Quer dizer, a centralização de decisão em Brasília prejudica por demais o Brasil.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – E com resultados...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Os Estados precisam ter autonomia administrativa, política e financeira.

Pois não, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Nesse caso, Sr. Presidente, há diagnósticos diferentes de laboratórios diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O Ministério da Agricultura não aceita nenhum laudo de laboratório privado. Ele conseguiu laudos de laboratórios americanos e de vários laboratórios daqui, do Brasil, mas só vale se for o laudo do laboratório daqui.

Essa burocracia fez essa família se desfazer de todos os bens que tinha. Ele vive de cavalo. Desfizeram-se de todos os bens que tinham, do carro, da moto, da casa, que teve de ser vendida. Tudo que havia para vender fora do haras foi vendido, porque, em dois anos, não houve uma decisão sobre uma doença conhecida de todos nós, que é o mormo, como é a anemia infecciosa, como é o garrotilho em qualquer animal, cujo exame pode ser feito e deixar isso resolvido.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Considero muito oportuno, então, o seu requerimento, porque, neste exato momento, a Ministra está debatendo toda a reformulação da legislação, que é de 1950, e que tem criado muito transtorno para o setor agropecuário em função de ser uma legislação arcaica. Então, a vinda da Ministra aqui servirá, certamente, para ela colher subsídios e poder aperfeiçoar essa legislação e descentralizar, o que considero muito relevante, como o senhor está defendendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Inclusive, o Diretor de Saúde Animal, o Sr. Guilherme Marques, que é um funcionário público pago com os recursos dos contribuintes e, inclusive, dos criadores de animais, negou-se até a receber ou recebeu de forma muito deseducada as pessoas que foram lá. Então, é uma situação que precisa ser corrigida. Se é servidor público, deve servir com vontade de servir, de resolver o problema, de apresentar solução para o contribuinte, para aquele que mantém e que paga a gestão do Estado.

Vamos ao item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 55, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debate: Elementos para Elaboração da Lei Geral das Agências Reguladoras Federais.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Relatoria:

Relatório:

Observações: O Senador João Capiberibe chega aqui agora.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 13, já havia sido lido e aprovado.

Agora, vamos ao item 15, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que foi subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 56, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para instruir a matéria do PLC nº 34, de 2015, que propõe a extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Para a referida audiência pública, sugiro a participação dos seguintes convidados: Vidal Serrano Nunes Jr., Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor – Idec; José Elaeres Marques Teixeira, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Sr. Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Sra. Kátia Abreu, Ministra da Agricultura; Dra. Ana Cláudia Farranha, Professora da Universidade de Brasília; André Dallagnol, membro da organização Terra de Direitos; Representante da Embrapa; Representante da CTNBio.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatoria:

Relatório:

Observações: Subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro, coloco em votação o item 15.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 16.

ITEM 16

AVISO Nº 8, de 2014

– Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 1.214/2013 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), referente à representação formulada pela então Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimento (Adplan) do TCU com o objetivo de apresentar propostas de melhoria nos procedimentos de contratação e execução de contratos de terceirização de serviços continuados na Administração Pública Federal (TC-006.156/2011-8).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: pelo conhecimento do aviso, para que cópias do relatório e do Acórdão nº 1214/2013-TCU-Plenário, assim como do Relatório e Voto que o acompanham, sejam juntadas ao PLS nº 599, de 2013, e pelo posterior arquivamento.

Observações: *– a matéria constou nas pautas dos dias 26/05/2015 e 16/06/2015.*

O Senador Benedito de Lira não está presente. Portanto, vamos aguardar, para quer S. Exª, presente, possa fazer a relatoria.

O item 17 já foi apreciado.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Se não me engano, o item 17 ou 18...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Já foi aprovado o item 17.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Qual é o número?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O 17 já foi aprovado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Refiro-me ao item 18, o qual eu queria pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não foi lido. O relatório é da Senadora Vanessa Grazziotin. Na próxima reunião, nós o colocaremos em pauta.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu vou pedir vista do item 18 na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Está encerrada a presente reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2015, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e oito minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e quinze, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Lindbergh Farias, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, José Agripino, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Marta Suplicy, Benedito de Lira, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata e Wellington Fagundes. Assina a lista de presença o senador não membro desta Comissão José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Passa-se à PAUTA: ITEM 1) **MENSAGEM (SF)** Nº 64, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) **MENSAGEM (SF)** Nº 5, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores indicados e concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Marta Suplicy, Ana Amélia, Hélio José, Lindbergh Farias e Ronaldo Caiado. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem as questões apresentadas. A reunião é tornada secreta às doze horas e dezesseis minutos e reaberta às doze horas e dezoito minutos. Atua como secretário o Senador Cristovam Buarque e como escrutinadores a Senadora Marta Suplicy e o Senador Antonio Anastasia. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e lhes apresenta seus cumprimentos. EXTRAPAUTA: ITEM 7) REQUERIMENTO Nº 367, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que "Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da casa, no período de 20 a 24 de abril de 2015, com o propósito de participar de missão oficial aos Estados Unidos, a convite da Prefeitura de Los Angeles e do Consulado-Geral do Brasil daquela cidade. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, i, ausência do País no período de 16 a 26 de abril de 2015." É designado Relator o Senador Antonio Anastasia, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Pa-

recer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 3, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun sobre Cooperação no Campo do Turismo, assinado em Brasília, em 4 de agosto de 2010." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Marta Suplicy, que profere o relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 6) **MENSAGEM (SF)** Nº 9, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Marta Suplicy, que profere o relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno. EXTRAPAUTA: ITEM 5) **MENSAGEM (SF)** Nº 10, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CÍCERO MARTINS GARCIA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, que profere o relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 2, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Praga, em 13 de setembro de 2010." É designado Relator ad hoc o Senador Cristovam Buarque, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 29, de 2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a estratégia de construção da presença do Brasil no mundo e a racionalidade para realizar este propósito. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Embaixador Rubens Barbosa 2. Embaixador Celso Amorim". Lido o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Tasso Jereissati,** Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Declaro aberta a 9ª Reunião. Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Convido o Senador Antonio Anastasia para ser o Relator *ad hoc* da matéria.

Item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Convido os Senadores Fernando Bezerra e Antonio Anastasia para encaminharem os senhores Embaixadores a esta sala. (*Pausa.*)

O tempo destinado à exposição será de 15 minutos.

Concedo a palavra ao Embaixador Evaldo Freire.

O SR. EVALDO FREIRE – Muito obrigado, Senador, por esta oportunidade antes de tudo, pois para nós é sempre uma honra cumprir esse rito de passagem importante para assumir uma posição representando o nosso País no exterior.

Queria agradecer, inicialmente, além desta Comissão, que muito me honra por abrir esta oportunidade de me ouvir, à Excelentíssima Senhora Presidenta da República, pela nomeação que faz, neste momento, ao encaminhar o meu nome para ser apreciado por V. Exªs, e também, assim, como aos anteriores, o Chanceler, Luiz Alberto Figueiredo e o atual Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, por confirmarem o meu nome.

A República da Guiné Equatorial, na qual, caso o meu nome seja aprovado, estarei assumindo a posição de Embaixador, como os senhores podem observar, é um país muito pequeno geograficamente. É um país que tem uma área geográfica de 28 mil quilômetros quadrados, aproximadamente à área do Estado de Sergipe, tendo uma capital situada a vários quilômetros de distância da sua parte continental, na Ilha de Bioko, a capital Malabo. É um país, portanto, que está entre a Nigéria, os Camarões e o Gabão.

É um país que tem muito a ver com o nosso País, interessantemente. Nós ouvimos falar da Guiné Equatorial, e há as outras duas Guinés, é sempre bom lembrar: a Guiné-Bissau e a Guiné Portuguesa, que se situam na África Ocidental, a leste e ao sul do Senegal, a leste do continente africano; mais abaixo delas, a Guiné-Conacri, a Guiné Francesa, propriamente dita, e a Guiné Equatorial, com essa particularidade de ser o único país, em todo o continente africano, de língua espanhola. Mas a língua espanhola chegou à Guiné Equatorial de modo muito interessante e muito ligada ao nosso País. E daí essa particularidade, que nos cabe sempre assinalar em um momento de uma troca de impressões a respeito.

É um país que, desde 1471, já estava na trilha dos navegantes portugueses em direção às Índias. Em 1471, Fernando Pó chegou à ilha de Bioko, onde hoje se situa a capital Malabo. E, lá, foram iniciadas as primeiras navegações no Golfo da Guiné. Essas navegações foram incorporando, lentamente, várias ilhas: São Tomé e Príncipe e, finalmente, a ilha de Ano-Bom, que fica ao sul de São Tomé e Príncipe, abaixo ainda da área continental da Guiné Equatorial. E ali, de 1471 a 1473, o Rei D. João II já era considerado o senhor da Guiné Equatorial.

Posteriormente, em 1476, as ilhas que estavam nas adjacências e que hoje também fazem parte da Guiné Equatorial – as ilhas de Corisco, a Ilha de Ano-Bom e, propriamente, a ilha de Bioko – já faziam parte do tráfico negreiro. Era uma região, portanto, importante para Portugal como ponto de reunir os escravos, que eram coletados naquela região e, posteriormente, reembarcados para outros países.

A partir desse tráfico negreiro, que lentamente foi se solidificando, já em 1648 – depois de invasões holandesas, que chegaram àquela região em 1641 –, com a retomada de Bioko pelos portugueses, depois que os holandeses, lá, tinham chegado em 1641, foi feita então uma Companhia de Corisco, que era dedicada exatamente ao comércio negreiro. Essa Companhia de Corisco, certamente, trazia escravos para o nosso País.

Curiosamente, a Guiné Equatorial também se transformou em um dos pontos mais importantes da formação do nosso País, através desse tráfico humano, que foi muito intensificado, exatamente pela nossa cultura de açúcar e pelas necessidades de desenvolvimento da Colônia do Brasil.

A história vai evoluindo até que, em um momento mais ainda significativo da nossa formação territorial, quando os espanhóis ocupam a Ilha de Santa Catarina, em 1777, no começo de 1777, foi feito então um acordo entre as potências ibéricas Portugal e Espanha. Havia uma parte do sul brasileiro, que já estava ocupada pelos

portugueses, e a outra parte, pelos espanhóis; havia uma disputa pela Colônia do Sacramento, por parte dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul. E, nesse questionamento todo entre os dois países, Portugal e Espanha, foi feita, então, a confirmação e, em parte também, a "desconfirmação" do Tratado de Madri, que era de 1750.

Em 1777, foi feita uma confirmação de áreas que deveriam ser ocupadas por portugueses e espanhóis: a Ilha de Santa Catarina, pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, foi devolvida aos portugueses, e, em troca, a Guiné Equatorial deixaria de ser parte da colonização portuguesa. Foi a partir deste momento que a Guiné Equatorial começa a deixar a língua portuguesa, e, lentamente, vai assumindo a língua espanhola. Daí essa particularidade interessante de um país que, apesar de ser de língua espanhola, ter tanto a ver com a formação da nossa nacionalidade e do Território brasileiro.

Aí, com a evolução dos acontecimentos vai-se, lentamente, chegando, finalmente, a 1909 – já vamos dar um salto de uns 200 anos para aproximar um pouco a nossa apresentação. Em 1909, já há, claramente, as colônias espanholas, a Guiné Espanhola já solidificada, pela Convenção de Berlim, de 1885. Enfim, aquelas colônias se solidificam. São colônias e ilhas. Há a parte continental, que é a Guiné Equatorial propriamente dita, ao sul dos Camarões e a noroeste do Gabão, e várias ilhotas. Uma delas é a Ilha de Ano-Bom, essa que, no começo, foi explorada pelos portugueses; há a Ilha de Corisco; as Ilhas de Elobey Norte e Elobey Sul; e, finalmente, a Ilha de Bioko, onde está a capital.

O fato é que essas ilhas foram sendo transformadas em províncias ultramarinas e, efetivamente, já em 1959, pela evolução política espanhola, já estavam com governos autônomos. A Ilha de Bioko era também, juntamente com a Ilha de Ano-Bom, uma província espanhola, e a Guiné Continental ficava – com o nome, então, de Colônia de Rio Muni, como era conhecida – com a Ilha de Corisco e Elobey Norte e Elobey Sul.

O fato é que, em 1963, essas ilhas e a Guiné Continental foram reunidas, finalmente, como Guiné Equatorial. A partir de 1963, passa, então, a existir o nome Guiné Equatorial, ainda como uma província da Espanha franquista.

Com os acontecimentos políticos de descolonização na África cada vez mais marcantes, com o aparecimento de novos países no continente africano independentes, surge também todo o sentimento nacionalista na Guiné Equatorial. Isso faz com que a Espanha, por pressões internacionais, acabasse, finalmente, concordando com a independência da sua ex-colônia, então província ultramarina, Guiné Equatorial. Em 12 de outubro de 1968, é realizada a eleição que consagra o primeiro Presidente da Guiné Equatorial, Francisco Macías Nguema.

O começo do país não foi positivo, porque, efetivamente, foi sucedido por uma situação de ditadura cruel, logo após a sua independência, que perdurou e, finalmente, com pressões internacionais e locais, o país conseguiu livrar-se dessa situação que havia sido imposta pelo seu primeiro presidente. E, em 3 de agosto de 1979, o presidente é deposto, e começa, então, um novo período na República da Guiné Equatorial, sob a liderança do Presidente Teodoro Obiang.

É importante que digamos que a Guiné Equatorial era um país basicamente de quase uma monocultura. Era um país dedicado à exportação de cacau, de açúcar, de madeiras. Basicamente vivia disso.

Com o seu processo de independência, sendo um país em desenvolvimento, passa a buscar fontes de renda, fontes essas que só vieram a transformar-se como produtivas em benefício da própria população quando se descobre, já em 1996, reservas importantes de petróleo. A partir desse momento, eu costumo dizer que há duas Guinés Equatoriais. Uma, essa que vai de 1968 até 1996, e a outra, que começa com um efetivo processo de desenvolvimento econômico com a descoberta de petróleo, que vai de 1996 em diante. É tão impressionante isso, porque, até 1996, a renda *per capita* da Guiné Equatorial era de US$300. A partir de 1996 até 2006, o país cresce 35 vezes. É um crescimento extraordinário. Passa de US$300 para US$16,767 a renda *per capita,* em dez anos.

Houve mesmo um período, em 2003, em que o crescimento da Guiné Equatorial chegou a 34% ao ano. Com números mais do que triplamente maiores dos que os que já foram verificados pela China de crescimento econômico, extraordinariamente pode-se dizer que o país passou a viver um momento diferenciado, que foi bem aproveitado pelas lideranças políticas do país. Por quê? Porque viram aí uma oportunidade de desenvolvimento de infraestrutura no país, já que era um país não tinha infraestrutura. A partir disso, passaram a considerar a possibilidade de um plano que levasse o país, até 2020, a tornar-se potência emergente, um país emergente.

Mas nós temos que também considerar outro aspecto. É um país que tem 750 mil habitantes, segundo alguns dados estatísticos, mas perante outros, um milhão, mais alguns, 1,5 milhão. Na verdade, há que se reconhecer também que as estatísticas não são muito confiáveis – isso dito pelo FMI, pelo Banco Mundial –, não essas estatísticas a que cheguei a me referir de produção de petróleo. O país, hoje, está com uma produção de 260 mil barris de petróleo por dia, já chegou a 340 mil, mas, por falta de desenvolvimento de alguns poços,

houve uma queda recente para 260 mil, mas com grandes perspectivas. O potencial ainda continua grande, e há possibilidade de se retomar essa exploração petrolífera, em breve, para números mais avantajados.

O fato é que houve esse plano de desenvolvimento econômico chamado Plano Horizonte 2020, que o Governo articulou em duas etapas. Uma primeira etapa, de grandes investimentos em obras em infraestrutura – eletricidade, estradas, construção de hospitais, escolas –, e em um segundo momento, voltado para o desenvolvimento de áreas específicas – pesca, turismo, serviços financeiros –, porque há uma ideia governamental de transformar a Guiné Equatorial pela sua localização estratégica, no meio da África e voltada para o Atlântico Sul.

No nosso caso específico, vale também lembrar que a Guiné está entre os nossos principais parceiros africanos. Há um lado interessantíssimo que pode ser muito bem considerado por nós, que é o fato de ela está entre a Nigéria, Angola e África do Sul, os nossos principais parceiros. Só estes quatro países – Guiné Equatorial, Nigéria, África do Sul e Angola – representam 70% de todo o nosso comércio com a África. Exatamente no meio, há um país de área geográfica muito diminuta, mas com a perspectiva de se transformar em um *hub* na região da África Central. Por que eu digo *hub*? Por que eles estão investindo em portos. Hoje em dia a Guiné Continental, interessantemente, foi toda construída com rodovias moderníssimas. Oitenta por cento delas, construídas por empresas de engenharia brasileiras. Esse é um dado também que volta, de novo, a nos aproximar da Guiné Equatorial.

Houve esse primeiro momento histórico, em que a Guiné traz a etnia africana para o Brasil, ajuda também a promover a etnia africana no nosso País, e a troca com Santa Catarina, e agora esse momento posterior de desenvolvimento econômico que vive o país, com a presença de grandes empresas de engenharia brasileiras, e de outros países igualmente, mas com essa importante participação de empresa de engenharia brasileira nesse processo de infraestrutura do país.

Enfim, eu poderia dizer aos senhores: e a nossa Embaixada, o que ela pretende com isso tudo aí? Bem, nós estamos diante de um país que, efetivamente, agora, está em um processo de consolidação, graças a esse impulso importante que lhe foi dado pelo desenvolvimento das jazidas petrolíferas.

O nosso País tem grandes perspectivas de promover exatamente o seu intercâmbio, que já é um intercâmbio elevado. Hoje, nós temos um intercâmbio que já foi de 90 milhões de exportações, há dois anos, em 2012, chegou a 60 milhões ano retrasado e, em 2014, chegou a 56 milhões de exportações brasileiras. Com importações de petróleo, na faixa de US$1 bilhão; ano passado, US$1,1 bilhão; ano retrasado, US$1 bilhão. Portanto, um intercâmbio comum de cerca de US$1,2 bilhão ao ano. E com grandes perspectivas de desenvolvimento com esse lado que está planejado pelas autoridades do país de chegar a uma nação emergente em 2020, com a segunda etapa do Plano Horizonte 2020, esse plano voltado para o desenvolvimento de áreas específicas do país, de maneira a consolidá-lo como o *hub* na África Central.

Diante dessas características, a nossa Embaixada pretende, caso eu tenha a honra de ser confirmado por V. Exªs, desenvolver duas áreas de atuação importantes. Uma na área de promoção comercial, onde, sem dúvida alguma, há um trabalho muito importante a ser desenvolvido. Nós temos um apoio do Ministério das Relações exteriores indiscutível no tocante às empresas brasileiras que estão lá, apoio esse que deverá ser aprofundado, sobretudo no sentido de estimular o comércio, já que a área de serviços está muito bem servida. A área de serviços nossa hoje, lá, tem trabalhos a serem ainda implementados da ordem de US$5 bilhões, só em serviços na área de engenharia, construções, que vão de cidades a infraestruturas da nova capital, que está sendo construída – eles estão também construindo uma nova capital no interior do país. Isso tudo serve de estímulo ao nosso comércio, ao comércio com o Brasil. País que, antes de tudo, é visto com uma simpatia extraordinária pelos equato-guineenses.

Outro aspecto que, sem dúvida, chama atenção é o cultural. Com esses laços étnicos e com, exatamente, a entrada do País em 2010, o português transformou-se língua oficial no país, a despeito de o país ser basicamente um país de língua espanhola e também ter o francês como sua língua oficial. O português também, graças a todo esse estímulo que o governo da Guiné Equatorial tem pelo nosso País, igualmente pelos laços fortes que hoje em dia existem, o português também se transformou em língua oficial e, no ano passado, em 23 de julho de 2014, o país passou também a pertencer à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, um pleito, aliás, que já era perseguido pelos equato-guineenses há dez anos. Finalmente, com apoio dos demais membros africanos e, efetivamente, com o apoio brasileiro, que igualmente teve o consenso português, foi possível, no ano passado, saudar a entrada da Guiné Equatorial como membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Enfim, senhores, era só uma breve apresentação sobre o que pode ser feito nessa área de desenvolvimento entre o Brasil e a Guiné Equatorial.

Portanto, temos muito a desenvolver na área de promoção comercial. Na área cultural, indiscutivelmente um trabalho imenso a ser desenvolvido, com todo esse estímulo que há entre um país de língua portuguesa e outro que acaba de ingressar na Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Encontro-me inteiramente à disposição dos senhores.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Embaixador Evaldo Freire, por sua esclarecedora exposição.

Concedo a palavra ao Embaixador Antônio Carlos de Salles Menezes, informando que o Embaixador dispõe de 15 minutos para sua exposição.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES – Obrigado, Senador Tasso Jereissati, pela oportunidade que me deu.

Gostaria também de agradecer ao Presidente desta eminente Comissão, embora ausente, Senador Aloysio, também ao Vice-Presidente, Senador Luiz Henrique, e a todos os demais integrantes desta Comissão pela oportunidade que me deram de estar aqui hoje.

Um agradecimento especial vai ao meu Relator, com as saudações pernambucanas, Senador Fernando Bezerra Coelho, pela rapidez com que preparou o relatório da minha indicação.

Também não poderia deixar de expressar o meu profundo agradecimento a Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores Mauro Vieira pela minha indicação.

Agora farei um breve enunciado sobre o que pretendo fazer, se V. Exªs me derem a honra de ser o Embaixador do Brasil em Lomé, no Togo, do outro lado do Atlântico.

Como se pode ver no documento que foi distribuído a V. Exªs, o Togo é um país de pequenas dimensões, com aproximadamente 57 mil quilômetros quadrados, sendo mais ou menos do tamanho do Estado da Paraíba. É uma estreita faixa de terra que fica entre Gana e Benin, tendo Burkina Faso ao norte. A etnia majoritária do Togo, a etnia ewe, diga-se de passagem, deu grande contribuição à formação étnica brasileira.

Apesar de ser um país pequeno, o Togo faz parte de uma comunidade bem mais ampla, que é a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, e também faz parte da Comunidade Financeira da África (CFA). É um fato, aliás, pouco conhecido da maioria dos brasileiros que, muito antes da existência do Euro como moeda única de um grupo de países, já existia o Franco CFA, moeda única, criada para os países de expressão francesa, os países que saíram do colonialismo francês nos anos 1960. O Franco CFA é moeda única de vários países da África Ocidental e da África Central e tem uma paridade fixa. Antigamente essa paridade fixa era com o Franco francês. Atualmente é com o Euro. Enfim, é um país que, apesar do seu tamanho, está inserido numa região importante, uma região estratégica para o Brasil.

O Porto de Lomé é extremamente importante, um dos portos mais importantes da região, de águas profundas. E o aeroporto internacional, recentemente inaugurado, em 2014, também é um dos mais importantes e serve atualmente como *hub* regional.

Outro aspecto interessante da República Togolesa que eu gostaria de salientar é o fato de que a sua população professa várias religiões. Segundo as estatísticas, o cristianismo tem a preferência de cerca de metade da população, 50%; o islã, 15%, mas as religiões tradicionais africanas ainda são seguidas por grande parte da população. Varia entre um terço e metade da população que, muitas vezes, se declara cristã, mas ainda segue as religiões tradicionais.

Tenho a informação importante neste momento de que esses povos que professam religiões diferentes no Togo convivem harmonicamente, convivem pacificamente. No momento em que há um lamentável recrudescimento dos fundamentalismos religiosos na região, com o Boko Haram atuando ali próximo, na Nigéria, e os separatistas do Azawad atuando no Mali, ali próximo também, é muito importante mencionar que o Togo é um contraponto naquela região como um país em que convivem pacificamente todas as religiões.

V. Exªs sabem que a política brasileira para a África é muito antiga, ela já tem cerca de 55 anos. Logo depois da independência da maioria das antigas colônias europeias na África, nós estabelecemos relações com vários países. Com o Togo, nós estabelecemos relações logo dois anos depois da independência, em 1962, e, em 1978, nós abrimos nossas embaixadas nas duas capitais.

Na primeira vez em que eu estive na África, V. Exªs receberam o meu currículo e devem ter visto que, mesmo antes de ter postos como Diplomata na África, no início dos anos 1980, eu estive como técnico estagiário – foi a minha primeira experiência africana – em Kinshasa, atual capital da República Democrática do Congo, que, naquela ocasião, chamava-se Zaire. Naquele momento, o Brasil estava com uma ofensiva comercial muito importante para a África e fiquei sabendo, naquele início dos anos 80, que há poucos anos o Brasil tinha vendido seis aeronaves Xavante, fabricação Embraer, justamente para as forças armadas togolesas. Foi exatamente essa

importante exportação de aviões, que mostrou que o nosso País podia ser exportador de produtos de grande valor agregado para o continente africano, que determinou que Lomé seria uma das primeiras capitais em que, naqueles anos de 1970, nós estabelecemos relações, nós estabelecemos residência, embaixada com residência.

É claro que nós sabemos que houve problemas no final do século 20, quando, por razões orçamentárias, tivemos que fechar várias embaixadas. Os togoleses também fecharam a embaixada que tinham aqui em Brasília. Nós a fechamos em 1997, eles, em 1999, mas nós tomamos a iniciativa de reabrir a embaixada logo, em 2006. Atualmente, segundo informações que tivemos quando visitou Brasília e São Paulo o chanceler do Togo, em fevereiro passado, o governo togolês deverá reabrir a embaixada, talvez ainda neste ano.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhoras e senhores, eu gostaria de dizer que, assim como o pintor Cícero Dias, eu vi o mundo. Para mim também ele começava no Recife.

Quando jovem, nas praias pernambucanas...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Não passava nem por Petrolina. (Risos.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES – Petrolina, importante centro do meu Estado, que, lamentavelmente, ainda não conheço, acho que deveria conhecer antes de cruzar o Atlântico, Senador.

É interessante. Quando jovem, brincando nas praias pernambucanas, muitas vezes, entre amigos, eu dizia: "Vamos nadar até a África." Enfim, sabíamos que a África é logo ali, mas, por desconhecimento da parte de muitos africanos e de muitos brasileiros também, muitas vezes não nos lembramos de que estamos tão perto, parece perto, mas é tão longe, porque não há ligações marítimas e aéreas regulares. Realmente é um problema e nós deveremos, se V. Exªs me derem a honra de estar em Lomé, trabalhar também para que haja mais transporte marítimo e aéreo entre essas duas partes do mundo, que são tão próximas geograficamente: o Nordeste do Brasil e aquela região da África Ocidental.

Enfim, quando eu tive a minha última experiência africana – pelo currículo, V. Exªs puderam ver –, que minha última experiência foi em Burkina Faso, quando estive numa missão especial em abrir a embaixada em Uagadugu. Naquele momento, também vi nascer o mais ambicioso projeto de cooperação que o Brasil já teve, que é o Projeto Cotton-4, um projeto de apoio à cultura do algodão em quatro países da África: o Mali, onde está a estação experimental, por coincidência país aonde vai o colega que foi sabatinado aqui por V. Exªs justamente na semana passada, e, nas imediações da capital, está a estação experimental do programa do algodão; esse programa também prevê a disseminação de melhorias genéticas e de técnicas de plantio para Burkina Faso – portanto, vi nascer quando estava em Burkina Faso –, para o Chade e para o Benin.

Para minha alegria, no ano passado o Togo também se juntou a esse projeto, tanto que agora o projeto até já foi rebatizado de Projeto Cotton-4 +Togo. Então, ele será agora destinado não só àqueles quatro países originais, mas também ao Togo. Por isso, caso eu tenha a oportunidade de estar lá, poderei chegar a Lomé já com o projeto em andamento. Além desse projeto do algodão, há também um projeto importante para o Togo na área do cultivo da mandioca. Ambos os projetos, tanto do algodão como o da mandioca, são realizados no Brasil pela Embrapa. Como V. Exªs sabem, a Embrapa é uma instituição de excelência no nosso País tem trabalhado muito para levar Cooperação Sul-Sul para os países africanos.

Durante muito tempo nós mostramos que tínhamos competitividade nessa área de Cooperação Sul-Sul, e graças principalmente às similaridades de clima e de solos, embora nós tenhamos avanços tecnológicos muito maiores do que aqueles países, fomos levando cooperação cada vez mais. E a nossa maior vitrine no continente, justamente neste momento, é o Projeto Cotton-4, agora – para minha alegria –, estendido até o Togo.

Quanto às potencialidades do Togo como fornecedor para o Brasil, é importante dizer que se trata de um país que é um dos maiores produtores de fosfato carbonatado, um insumo importante para a agricultura brasileira.

O país também está numa ebulição econômica muito importante: há várias privatizações em curso e vários investimentos em infraestrutura, estradas, portos e aeroportos.

Eu já mencionei rapidamente o porto, mas é importante dizer que o Porto de Lomé, no ano passado, teve um terceiro cais inaugurado, que é um cais de águas profundas, que já recebe grandes navios da era Post-Panamax, que são principalmente navios que vêm do Oriente. E esse importante Porto de Lomé está muito próximo, a dois ou três dias de navegação do Porto de Pecém, Senador, do Porto de Suape, no nosso Pernambuco.

Enfim, há muitas potencialidades de comércio. Como V. Exªs sabem, no nosso Estado de Pernambuco há um importante polo têxtil na região de Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe.

Um elemento interessante que, por acaso fui buscar nas minhas pesquisas sobre os embaixadores que estiveram anteriormente no Togo, eu descobri, quando esteve aqui nesta mesma Comissão, em 2011, o último Embaixador no Togo, o colega de carreira Miguel Gustavo de Paiva Torres, ele mencionou que tinha ficado muito impressionado com o fato de como havia produtos brasileiros, que ele encontrou não só no Togo, mas em vários países da África por onde viajou – nesse caso, eu também me incluo na mesma situação, eu já viajei

por vários outros países da África – e, muitas vezes, encontram-se produtos brasileiros nos mercados locais. Mas são produtos que não chegaram diretamente à África. Muitas vezes são triangulados. Passam via Europa e pelos comerciantes libaneses, muitas vezes. É um fato. Então, por que não podemos fazer um comércio direto?

Eu estarei, caso V. Exªs me deem a honra de estar lá, trabalhando para receber as missões comerciais, apoiá-las todas, e pelos números que estão no documento distribuído a V. Exªs, dá para ver que nós já chegamos a exportar US$160 milhões há alguns anos, em 2011, e depois esse fluxo veio diminuindo.

Enfim, estarei disposto a trabalhar em Lomé, para que esse patamar de US$160 milhões de exportação, de números de exportações, volte a ser atingido.

Há, naturalmente, como já mencionei, as dificuldades estruturais, as deficiências nos transportes aéreo e marítimo. Mas volto a dizer que a nossa proximidade facilita a passagem dos navios que saem dos nossos portos, principalmente dos portos do Nordeste, para a Europa, que, muitas vezes, têm de fazer uma parada ali naquela região da África Ocidental. O aeroporto de Lomé também se tornou um aeroporto importante e, desde junho de 2013, nós tivemos um voo da companhia etíope, a Ethiopian Airlines,...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES – ...que vinha de Adis Abeba, passava por Lomé e seguia viagem para São Paulo. Esse voo, lamentavelmente, vai ser cancelado a partir de maio. Não existirá mais. A Ethiopian Airlines passa a fazer diretamente o voo da capital etíope Adis Abeba para São Paulo. Isso é lamentável. Mas eu estarei lá também trabalhando, se V. Exªs me permitirem, junto às autoridades aeroportuárias do país e outras autoridades e companhias aéreas, naturalmente também junto às companhias aéreas privadas – a maioria delas na região – para que haja maiores ligações aéreas.

Devo dizer que, quando o Embaixador Robert Dussey, Chanceler do Togo, visitou Brasília e São Paulo, em fevereiro passado, eu acompanhei o Chanceler durante toda a visita. Uma das visitas que nós fizemos foi a São José dos Campos, à Embraer. Posso dizer que o Chanceler Dussey ficou literalmente boquiaberto com o que ele viu em São José dos Campos e até me sugeriu: "Quando o senhor chegar lá, por que não podemos fazer um *airshow*, para o qual seria convidada a Embraer, mas também seriam convidadas todas essas companhias aéreas da África ocidental?" Existe inclusive uma companhia que é subsidiária da Ethiopian Airlines, que tem sede justamente no aeroporto de Lomé.

Estarei lá, se V. Exªs permitirem, para trabalhar em prol deste trinômio, que seria comércio, transportes, na sua vertente aérea e marítima, e Cooperação Sul-Sul, pois eu já chegarei com o Projeto Cotton-4 + Togo em andamento, o projeto da mandioca, e estaremos atentos às demandas do Togo.

Caso aprovado por V. Exªs, devo dizer que serei apenas uma peça no contexto muito mais amplo da política africana do Ministério de Relações Exteriores, que é feita pelo Chanceler Mauro Vieira; pelo Secretário-Geral, Embaixador Sérgio Danese, pelo Sr. Subsecretário de Assuntos Políticos para a África e Oriente Médio, Embaixador Paulo Cordeiro, pelo chefe de departamento da África e pelas divisões. Temos atualmente 37 embaixadas no continente africano.

Finalmente, eu gostaria só de mencionar algumas palavras do Chanceler Mauro Vieira, quando aqui esteve, há algumas semanas nesta mesma Comissão, e é importante mencionar algumas palavras ditas pelo Chanceler naquele dia – abre aspas –: "Fica claro que a dimensão Sul-Sul se consolida em nossa diplomacia. Queremos aprofundar a cooperação com os países em desenvolvimento levada a cabo pela Agência Brasileira de Cooperação. Manteremos e aprofundaremos as relações com os países da África e do Oriente Médio, duas regiões ligadas ao Brasil por laços e interesses concretos."

Enfim, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, espero não ter me estendido muito. Estarei à disposição para as perguntas de V. Exªs e esclarecimentos que se fizerem necessários.

A minha disposição é esta: trabalhar para que esse relacionamento Brasil-África seja cada vez mais estreito.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Agradeço ao Embaixador Antônio Carlos Menezes por sua importante exposição.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, eu gostaria de perguntar se todos concordam que, mesmo antes de iniciar as falas dos Srs. Senadores, nós iniciemos o processo de votação. (*Pausa.*)

Fica aberto, então, o processo de votação.

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Srªs e Srs. Senadores, senhores Embaixadores que nos honram com suas presenças para que possamos estabelecer aqui um diálogo acerca da indicação de Sua Excelência, a Presidente da República, para que os senhores possam coordenar, possam comandar as ações do nosso Governo nesses dois países da África.

Sr. Presidente, eu quero me deter em questões ligadas à Guiné Equatorial, um país que, com apenas 800 mil habitantes, ocupa a 144ª posição no IDH.

A ONU diz que menos da metade da população tem acesso a água potável e que 20% das crianças morrem antes de completar 5 anos.

Antes limitado à produção de cacau, café, madeira, portanto, atividades primárias, extrativistas, o PIB da Guiné Equatorial cresce, exponencialmente, a partir de 1997, em razão das descobertas de petróleo.

Salta aos olhos o PIB da Guiné Equatorial, que é da ordem de US$25,7 mil. Um PIB *per capta* elevadíssimo, mas uma condição de IDH bastante baixa. Ou seja, PIB *per capta* não é sinônimo de desenvolvimento, muito menos de ascensão e prosperidade das pessoas. A concentração de renda é brutal em Guiné Equatorial.

Evidentemente salta aos nossos olhos, até por conta do art. 5º da Constituição Federal, que estabelece, como premissa da nossa política externa, respeito aos direitos humanos. Mas a Guiné Equatorial e os seus governantes têm frequentado as páginas policiais, as páginas mais erodidas das questões relacionadas aos direitos humanos dos vários organismos, das várias Organizações Não Governamentais de elevada credibilidade e reputação.

A Guiné Equatorial foi governada, por 10 anos, por Francisco Nguema, um feiticeiro tribal, que usou do obscurantismo e ignorância para assumir o poder. Ele foi deposto em 1979 pelo seu sobrinho Teodoro Obiang, que está no poder até hoje, e é apontado pela revista *Forbes* como o oitavo governante mais rico do mundo.

Evidentemente que nós ficamos aqui sempre na linha da fronteira para tentar entender qual é o limite de um relacionamento com um estado, considerando o interesse racional, considerando o interesse pragmático, mas considerando também que esse país tem ferido uma das premissas que devem mover e nortear ou presidir a política externa brasileira, que são os direitos humanos; os dados relacionados à violação da liberdade de expressão, da democracia, em quaisquer dos itens que observarmos, na verdade, esse país, de fato, tem tido nota muito baixa.

Mas o Governo brasileiro tem sido muito pragmático nessa questão. E as relações comerciais com Guiné Equatorial são absolutamente desfavoráveis ao nosso País em razão da grande importação de petróleo que nos fazemos desse país.

A primeira pergunta que eu faria ao nosso Embaixador: qual é o seu plano de trabalho para que nós possamos melhorar o nível do favorecimento da balança comercial em relação ao nosso País, considerando a elevada distância entre aquilo que nós exportamos para a Guiné Equatorial e aquilo que nós importamos?

Segundo, eu quero também revelar que essas questões ligadas aos direitos humanos não é uma questão apenas brasileira, outros países também têm tido a mesma postura, e eu preciso fazer referência a isso. Em 2006, por exemplo, a secretaria de estado Condoleezza Write do governo norte-americano chegou a saudar Obiang como um "bom amigo", apesar das críticas relativas aos direitos humanos. Enfim, não é apenas a política externa brasileira que, de alguma forma, faz vista grossa para essas questões ligadas à democracia, à liberdade de expressão e aos direitos humanos.

A segunda pergunta que eu quero fazer a V. Exª – a primeira foi qual é o plano de trabalho para melhorarmos o equilíbrio da balança comercial – é: na avaliação e formação pessoal de V. Exª, qual é o limite dessa fronteira entre o interesse pragmático de um país e o respeito aos direitos humanos e a esses valores institucionais, que são absolutamente importantes para nós como Brasil? Pergunto, ainda, relacionado à formação de V. Exª, qual é o limite dessa fronteira entre o cumprimento da nossa Constituição e o exercício do pragmatismo comercial que tem marcado a nossa política externa?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, senhores Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Srs. Senadores, a ideia seria colocar os questionamentos, as perguntas de V. Exªs em conjunto, para que, posteriormente, os sabatinados respondam.

Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminentes Embaixadores, senhoras e senhores, bom dia.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-los pela exposição, demonstrando sempre o altíssimo nível do nosso corpo diplomático, aliás, ao qual já estamos acostumados. Então, faço esse registro inicial. Peço também escusas porque as observações que farei, por evidente, não têm nenhuma relação com o desempenho profissional de cada qual, mas muito mais com a questão da nossa política externa como um todo.

Iniciarei minha indagação ao eminente Embaixador Antônio Carlos Menezes, designado para a nossa embaixada junto à República Togolesa.

Embaixador, faço, aqui, coro a uma posição que tem sido do nosso Presidente de hoje, o Senador Tasso Jereissati, nesta Comissão, que é exatamente o fato da indagação da pertinência e do sentido de oportunidade de manter o Brasil embaixadas em tantos países do mundo, especialmente no momento atual, em que atravessamos grave crise econômica. Aliás, V. Exª, na sua excelente exposição, bem indicou que, no passado relativamente recente, no momento em que a situação econômica não era tão ruim como a atual, já que foi ao ano de 1997, salvo engano, que V. Exª se referiu, o Brasil fechou a sua embaixada em Lomé, exatamente em virtude dessa circunstância, para reabri-la em 2006. O movimento econômico, evidentemente, por si só não justifica a manutenção dessa embaixada, como, aliás, diversas outras que ocorrem alhures, em diversas outras nações.

Então, essa primeira é mais uma ponderação, porque V. Exª foi designado, a embaixada existe. Então, é um ponto que colocamos aqui de observação, na tentativa, tenho certeza, e V. Exª terá no desempenho de seu mister, para implementar ainda mais essa cooperação, justificando, é claro, a existência da embaixada mormente nesta questão que V. Exª bem coloca sobre a cooperação técnica agrícola, ora de algodão, ora de mandioca, para termos uma posição também mais expressiva. Mas o registro deve ser feito exatamente para indagar, no momento que vivemos hoje, na crise que atravessamos, se de fato o senso de oportunidade e o juízo de conveniência recomendaria, ou ao contrário, em razão da existência de tantos países pequenos na região da África ocidental, a maioria deles de fala francesa, da antiga África Ocidental francesa, se não poderíamos adotar o que já se adota em outras nações, que é exatamente a embaixada cumulativa.

É uma observação, desejando a V. Exª boa sorte na sua missão.

Permita-me, eminente Embaixador Evaldo Freire, seguir a trilha aqui traçada pelo meu par, o Senador Ricardo Ferraço, mas pedindo a ele licença para subir um grauzinho o tom, tendo em vista que a Guiné Equatorial é o pior dos exemplos.

V. Exª, ao iniciar sua abordagem, disse que o início da Guiné Equatorial não foi bem, relatando sua expressão, quando da independência à ditadura de Francisco Nguema. A situação piorou de lá para cá. Não melhorou nada. Melhorou economicamente talvez para a família do presidente, mas, para o povo da Guiné Equatorial, não melhorou. A ditadura é tão sangrenta que o human rights considera que ele é o pior do pior dos ditadores, pior do que Mugabe. Não existe oposição; dos 100 deputados, não há um só da oposição. São 500 exilados. Ele, como lembrava aqui o Senador Ferraço, é o oitavo governante mais rico do mundo pela revista *Forbes*. Essa grande obra de infraestrutura a que V. Exª alude, e é realidade, só Deus sabe o que existe por trás disso. Então, é uma situação constrangedora, sob certo aspecto, o Brasil manter uma relação de certa... as relações diplomáticas formais, mas aparentemente há uma proximidade ainda maior.

Eu não entraria por essa vereda ou por essa trilha, mas gostaria de fato de manifestar aqui – e sei que não o faço sozinho – uma repugnância forte pela ausência de uma posição firme do Brasil em relação à questão dos direitos humanos a esse ponto. Porque é claro que se nós tratarmos questões relativas à democracia ou liberdade já é um problema, mas um País que inclusive tem dentro dele tráfico de mulheres, tráfico de pessoas e de crianças, renomado e apontado por organismos internacionais, é algo muito delicado.

Então, eu queria fazer essa observação, e tenho certeza que V. Exª, pela formação que tem, pela formação que tem o Itamaraty, pela sua tradição, pelo princípio constitucional brasileiro de defesa e observância dos direitos humanos, como as nações mais civilizadas têm colocado essa posição, terá, certamente, uma posição firme de condenação de abusos que, porventura, V. Exª terá conhecimento na Guiné Equatorial, em relação aos direitos humanos, ao tráfico de pessoas, a todo tipo de mordaça que se colocará nas oposições, em um processo democrático minimamente razoável, mesmo para os padrões daquelas nações ainda em desenvolvimento.

Então, faço este registro com certa veemência, pedindo escusas em razão exatamente do Togo, porque o quadro que encontrei na literatura da Guiné Equatorial é tão grave que nos causa essa repugnância. Então, ainda que haja um intercâmbio comercial vigoroso em razão da importação de petróleo, num déficit imenso, como lembrava o Senador Ferraço, contra o Brasil, pois precisamos do petróleo, eu acho que a posição em relação aos direitos humanos precisa ser colocada com muita firmeza, com muita atuação, para demonstrarmos que nós brasileiros não podemos tolerar isso num povo que é praticamente irmão, como V. Exª bem demonstrou aqui na sua exposição, não só pela origem, mas também, agora, pela própria adesão da Guiné Equatorial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa mais um motivo para sermos muito firmes e atuantes nesse pormenor, para dar, inclusive, ao Brasil a dimensão internacional no concerto das nações que ele merece em razão do cumprimento de algo fundamental, que é exatamente o caso dos direitos humanos.

Cumprimento V. Exª pela exposição e lhe desejo boa sorte na sua missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

Passo a palavra agora ao Senador Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, eu queria iniciar dizendo que o meu conterrâneo, o Embaixador Antônio Carlos de Salles Menezes, foi até modesto ao citar a frase de Cícero Dias. Nós pernambucanos costumamos dizer que o Rio Capibaribe se junta ao Beberibe e dá uma grande contribuição para a formação do Oceano Atlântico, que aproxima o Brasil do continente africano.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, quanta modéstia!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu queria, antes de encaminhar as minhas colocações ao Embaixador Evaldo Freire e ao Embaixador Antônio Carlos, fazer um contraponto aos meus colegas Senador Antonio Anastasia e Senador Ricardo Ferraço. Acho que temos que ter uma voz firme condenando os abusos, as arbitrariedades, crimes que, porventura, sejam praticados, como aqui foi colocado o caso do comércio de mulheres, mas eu acho que nós temos que ter uma perspectiva de desenvolvimento de política externa que possa, além de contemplar esses valores, também contemplar o interesse do País, como Nação emergente, que avança rapidamente para ter um papel muito destacado em todos os foros internacionais. Nós somos, hoje, a sétima ou oitava economia do mundo, estamos, evidentemente, vivendo num cenário de grande restrição orçamentária, estamos vivendo um cenário de uma crise econômica, que não vai acabar com o Brasil – ela é dura, é séria, mas nós haveremos de atravessá-la –, e o Brasil precisa perseguir os seus objetivos de quem quer contribuir para uma comunidade internacional mais fraterna, mais solidária, mais justa e, sobretudo, que possa defender e preservar os valores da democracia, os valores da igualdade e da liberdade.

Mas acho que, durante a presença do nosso Chanceler Mauro Vieira aqui, ficou claro que o continente africano é um desafio para a diplomacia brasileira, um desafio para o Estado brasileiro. Tão próximo e tão distante. Tão próximo, com uma contribuição tão forte na etnia do povo brasileiro, e com laços ainda muito frágeis do ponto de vista da relação comercial. Nós não representamos sequer 3% do volume do comércio do continente africano. Para quem é a sétima economia do mundo, isso é quase que uma provocação, pela proximidade e por esses laços culturais e históricos de contribuição do povo africano para a formação da nação brasileira.

Então, acho que, quanto maior for a presença do Brasil no continente africano, tanto melhor para os interesses do Brasil.

A pergunta que me cabe fazer aos dois Embaixadores, primeiro, sublinhando as colocações, as exposições que aqui foram feitas, demonstrando segurança, conhecimento da realidade política, social, econômica dos países em que os senhores irão representar o Estado brasileiro, ao Embaixador Evaldo Freire, em relação à República da Guiné Equatorial, o que me chama a atenção é que importamos US$1 bilhão da Guiné Equatorial e apenas exportamos pouco mais de US$50 milhões. Então, há aí uma grande avenida para ser buscada. Destacamos, aqui, a importação da Guiné, sobretudo, de máquinas e equipamentos; o Brasil exporta máquinas e equipamentos para os Estados Unidos e não consegue exportar para a África. Então, parece-me que há uma chance, uma oportunidade para que possamos ter um comércio mais equilibrado.

Em relação ao Embaixador Antônio Carlos, fica também o desafio de um comércio internacional entre o Brasil e a República Togolesa, que já chegou a mais de US$120 milhões e, hoje, se reduz a menos de US$60 milhões. O desafio é tentar identificar que parcerias poderiam ser buscadas para haver uma presença maior dos produtos brasileiros, ampliar o comércio do Brasil para a África.

Quero, portanto, deixar essas duas perguntas muito focadas em como buscar a ampliação do comércio internacional entre essa duas nações e o Brasil, desejando todo o sucesso no trabalho, certamente com o apoio desta Comissão e o apoio do Senado Federal, V. Exªs vão bem representar o nosso País no continente africano.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Fernando Coelho.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que vai agora, com certeza, repetir a história da formação do Oceano Atlântico, porque, na verdade, a primeira versão que ouvi foi de que "Recife, cidade pequena, porém decente, é onde os Rios Capiberibe e Beberibe, se juntando, vão formar o Oceano Atlântico". (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, vou fazer uma correção ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Foram os pernambucanos que fundaram Nova York.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se o V. Exª, Senador, olhar, para trás, o mapa, verá que todos os oceanos são um só. (*Risos.*)

Não é apenas o Atlântico. Isso é modéstia do Fernando. É tudo um só. Aquele azul inteiro nasce ali no Capiberibe e Beberibe. Mas, indo na linha dele, eu quero dizer que, além de formar o Oceano Atlântico, temos uma

rádio lá, Rádio Jornal do Comércio, que, desde o início, diz que fala para o mundo. E o Fernando aqui é quem mais está falando para o mundo, mostrando que precisamos ter embaixadas em toda parte. Concordo com ele.

Vejam bem, se vamos escolher em que país ter embaixadas, vamos pelo tamanho da população? Assim, vamos deixar a Suíça de fora, Costa Rica, Uruguai, mas do Uruguai se pode dizer: "tem fronteira". Se formos escolher por renda *per capita,* Guiné Equatorial entra, porque é uma das maiores. Mas por que é que tem que ser por renda ou por população? Onde houver um país, um país grande tem que querer estar presente. O que define se deve ou não haver uma embaixada não é o tamanho do país que a recebe, é o tamanho do país que manda o embaixador. E temos que ter pretensões, não só nós que nascemos em Pernambuco, mas todos os brasileiros, de estarmos presentes.

Se o país tem um hino, tem uma bandeira, tem voto nas Nações Unidas – voto é igual ali – cinco têm direito a veto no Conselho –, fora isso, o voto é igual. Então, a gente tem que procurar estar presentes. Se houver restrições orçamentárias, é outra discussão. Mas, mesmo restrições orçamentárias, eu acho que não deveriam pesar sobre embaixadas porque, na verdade, o custo do Ministério das Relações Exteriores é pequeno entre os nossos Ministérios.

Na educação, a que me dedico tanto, R$1 bilhão é nada. No Itamaraty, R$100 milhões já fazem uma diferença imensa na presença do Brasil na eficiência que poderá vir das relações, com o tempo.

Além disso, por cima da geopolítica, de que cada país é um país, e não cabe a nós discutir o tamanho dele, nós temos que ver razões históricas. E esses dois países têm relações históricas, até do DNA da gente. Grande parte da nossa população tem um DNA vindo dali e tem uma história vindo dali.

Desses países têm retornado brasileiros escravos, que voltaram e formaram comunidades, cidades. Então, essas relações históricas têm que ser valorizadas também na decisão de onde ter presença nossa.

Mas, além disso, eu vou fazer uma pergunta igual aos dois e tenho feito aqui a todos os sabatinados: qual é o impacto desses países naquilo que define o futuro do Brasil diante dos problemas mundiais? E aí há país pequeno onde temos que ter embaixada, porque podem criar grandes desastres para gente. Outros que podem trazer benefícios.

Às vezes, eu tenho uma lista muito grande de temas sobre isso, mas eu gostaria de saber de cada como vê, no país para onde vai, a repercussão desse país em, por exemplo, drogas. São países que representam perigo para nós em recebermos drogas? Isso é um ponto: drogas.

Segundo, problemas de contaminação biológica, de doenças. Um pouquinho mais para lá, até pouco tempo atrás, havia o Ebola. É importante ter um embaixador ali para nos alertar dos riscos que isso pode trazer. E para o Brasil ajudar a resolver esses problemas antes que cheguem aqui – até por interesse próprio.

Terceiro, que países desses são perigo para o Brasil por serem ponto de tráfico de ilegalidades? Tanto de moeda, que eu acho que não é o caso, mas há algumas ilhazinhas ali, formadas pelo Capibaribe e Beberibe, que são *offshores* de bancos, que recebem contas dos nossos corruptos. É importante ter um embaixador ali, na hora em que a gente quiser saber quanto os corruptos brasileiros mandaram para lá.

Do ponto de vista do meio ambiente, qual desses países podem trazer problemas para o meio ambiente? Ou, se for o caso, qual deles têm uma boa posição relacionada ao meio ambiente internacional?

Eu gostaria de saber como é que cada um desses países, mesmo dois países pequenos, podem trazer repercussões positivas ou negativas para os grandes problemas do mundo que afetarão o Brasil daqui para frente.

Um paisinho desse que abra uma central nuclear nos traz problema. Aí eu coloco isso dentro do meio ambiente.

Então, a minha pergunta é esta: qual desses países hoje representa ameças para a estabilidade mundial? Terrorismo, por exemplo. Algum dos dois pode ser um ponto de exportação de terrorismo ou não? E outros problemas que os senhores considerem que valem a pena analisar, sobre que impacto eles podem provocar nesse desequilíbrio mundial.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Passo a palavra ao Senador Lasier Martins, seguido pela Senadora Marta. Nós estamos fazendo as perguntas todas em conjunto para que depois...

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Em primeiro lugar, agradeço ao Senador Tasso, confesso a minha admiração pela carreira diplomática, uma carreira bonita. Eu sempre a entendi como o exercício de um sacerdócio. O diplomata, em nome do Brasil, aceita a designação para onde quer que seja. Ora está em uma embaixada pequena, ora está encaminhado para uma grande e significativa embaixada.

Digo isso para louvar a disponibilidade do Embaixador Evaldo em ir para um país de ditadura, um país que fere tantos direitos humanos. E, para não me estender nessas considerações, reportar-me às brilhantes colocações feitas pelos Senadores Ferraço e Anastasia, dizendo que quero encampar por inteiro as considerações

do encaminhamento da pergunta com relação ao limite que se deve ter com relação aos valores pessoais e mesmo patrióticos para enfrentar um país africano como esse, que tem a maior renda *per capita* do continente africano, US$23 mil, graças ao petróleo, mas, ao mesmo tempo, a expectativa de vida é das piores do mundo, é o 183º lugar entre 223 países, a mortalidade infantil é a 14ª do mundo e tem o 8º governante mais rico do Planeta, segundo a revista *Forbes*. É um tirano chamado Teodoro Obiang, que está lá há 36 anos.

Fico pensando qual será o sentimento, como serão as relações do nosso embaixador, do nosso representante com relação a esse tirano? Estou na expectativa do pronunciamento, então, daqui a pouco, do nosso Embaixador Evaldo, a quem elogio pela sua disponibilidade, pelo seu cumprimento do dever, indo para esse país tão injusto.

Minha pergunta fica, então, restrita ao Embaixador Antônio Carlos, porque, de fato, até por um posicionamento muito interessante que tem sustentado aqui o Senador Tasso, nesta época de dificuldades orçamentárias para o Brasil, nós poderíamos, às vezes, quem sabe, cortar algumas embaixadas com o sentido de economizar também, dentro do ajuste fiscal que se procura fazer.

Então, minha curiosidade com relação à ida do Embaixador Antônio Carlos para o Togo é: quanto custa essa nossa embaixada no Togo? Qual é o orçamento anual? Com que dinheiro o senhor vai disponibilizar e com quantos funcionários o senhor vai trabalhar na República do Togo?

São essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Obrigado, Senador Lasier Martins.

Passo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Bom dia, Presidente.

Bom dia, Embaixadores.

Primeiro, eu gostaria de colocar minha admiração pelo trabalho do Itamaraty. Tenho compartilhado, tanto quando fui Ministra do Turismo como quando Ministra da Cultura, mais recentemente, do ótimo trabalho que os embaixadores se esforçam para realizar nas suas embaixadas. Principalmente, na cultura, realizamos ótimas, excelentes parcerias e tenho consciência, percepção vivida da dimensão que isso tem para os países onde nós temos uma boa representação.

Essa ampliação de embaixadas, que foi muito forte no governo Lula, eu acredito que foi um passo importante nesse sentido. E acho que todos que me antecederam colocaram muito bem que, em termos de custo benefício, é ridícula a vantagem que temos com a nossa presença. Mas acredito que, exatamente pela formação dos quadros que o Itamaraty tem, que os resultados sempre são melhores do que não estar, do que a ausência, em termos de custo benefício, Senador Tasso Jereissati. A presença sempre é melhor. Mesmo que, às vezes, com pouco recurso, com pouca possibilidade, consegue-se fazer alguma coisa, e não é alguma coisa pouca, geralmente são coisas importantes, que, às vezes, não dão resultado naquele momento, mas, com o tempo, nós veremos os resultados, e temos visto.

Em relação à África, para onde os dois Embaixadores estão sendo designados, a África é um continente que, para nós brasileiros, tem enorme importância. E vejam, por duas questões: primeiro, a nossa raiz. Quão importante não foi a visita do ex-Presidente Lula a Benim, a reconstituição da travessia de escravos, a nossa raiz. Tudo isso é nosso, é histórico, faz parte do DNA da maioria dos brasileiros, da nossa cultura, da nossa música e, eu diria, da identidade do povo brasileiro. Então, não teria nenhum sentido não estarmos presentes na África só por essas razões. Não há um brasileiro que, quando perguntado sobre o que gosta de comer, a gastronomia não tenha raízes africanas, assim como o que a gente gosta de ouvir e o que a gente gosta de dançar, enfim, está intrínseco no brasileiro. Só por isso já justificaria.

E a outra é a questão comercial. Se no momento nós temos ainda dificuldades em deslanchar, apesar da presença forte de empresas brasileiras na África e tudo mais, esse é um continente aberto. Nós vemos a intensidade com que os chineses se dedicam a entrar na África, e a presença maciça de investimentos.

Eu acredito que estamos em um momento hoje, como já foi lembrado, em que nós não temos essa condição toda, mas nós não podemos não fazer. Então é importante que nós lá estejamos.

A minha pergunta é qual a proposta concreta de ampliação do comércio com a Guiné Equatorial? Porque, ali, nós temos realmente grandes chances de fazer alguma coisa. Uma outra questão, que também vai ao encontro com o que foi colocado brilhantemente pelo Senador Anastasia e por outros Senadores, refere-se aos direitos humanos, aos valores republicanos brasileiros. E uma pergunta talvez um pouco ignorante, mas estratégia: como é que um embaixador faz, numa situação tão delicada, tão esdrúxula ao mesmo tempo, para ter uma interação muito forte, muito habilidosa, mas não pode tolerar nada do que se faz ali contra os direitos humanos? Eu gostaria que o senhor abrisse um pouco o coração para explicar qual é essa habilidade, qual é a estratégia para lidar com situação tão difícil.

Essas são as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Eu não gostaria de polemizar, mas já que estou presidindo esta Mesa, eu gostaria de deixar bem claro, porque saiu, depois de uma pequena polêmica que tivemos, a Senadora Gleisi Hoffmann e eu, em todas as redes sociais do PT que eu tinha preconceito com a África. Eu quero apenas deixar bem claro que a minha posição é no sentido de que aconteça o que está acontecendo aqui neste momento esclarecer que esta Comissão me dá realização por estar participando dela.

Na verdade, eu participei do lado de fora, pois acompanhei o trabalho do Senador Ferraço – eu não era Senador –, pelas leituras, etc., e pude ver que que, à frente desta Comissão – estou pedindo licença para abrir essas aspas – já se estabeleceu uma série de discussões importantes.

Eu já fui Senador e, em determinados momentos esta Comissão se conformava tão somente em sabatinar embaixadores, elogiar currículos, votar, levantarmos e irmos embora.

O papel importantíssimo desta Comissão é discutir a política externa brasileira e não elogiar todos os candidatos e sabatinados, porque quase todos, praticamente todos, são elogiáveis. Então eu diria que o elogio em determinadas circunstâncias é até desnecessário.

É importante que haja essa discussão, como a que está havendo aqui nesse momento. A minha colocação não é em relação à África. A minha colocação é se tem sentido, neste momento em que nós estamos cortando benefícios sociais diretos do povo brasileiro, ou seja, aumentando impostos das empresas brasileiras no sentido de economizar, de fazer economia, corte fiscal, existirem algumas embaixadas e e consulados que não têm nenhum resultado concreto em longo prazo. Podemos até... Eu acho que muitas delas têm sentido no longo prazo, mas, neste momento de sacrifício – em que o próprio Itamaraty, pelo menos, pelo que nós temos lido nos jornais, está atrasando até luz em determinadas embaixadas – se tem sentido o que o próprio Itamaraty não o faça, acumulando, como acontece em vários lugares, as embaixadas. Semana passada tivemos o embaixador da Austrália que acumulava cinco países ao mesmo tempo. Por que não fazer determinadas coisas?

É essa a discussão que eu quero levantar. Absolutamente, assim como V. Exª, é difícil argumentar que eu tenho na família também um negro, porque aqui todo mundo levanta isso, mas acredito que deva haver um negro ou um índio ali, no meio da caminho.

Essa é a minha colocação para esclarecimento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não querendo prolongar o debate, eu não sabia dessa história da África. Acho que há uma posição de fundo mesmo, de divergência. Acredito que custa muito pouco. Aí, vou no exemplo que disse o Senador Cristovam, é muito pouco em relação, mesmo ao sofrimento por que estamos tendo que passar aqui. Essa é uma divergência de fundo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito pouco. Só a última palavra. Muito pouco acho que... Vamos aos números, vamos ver os números.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, permite-me.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu queria fazer uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senadora Ana Amélia.

Só um minuto, Senador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria explicar minha chegada logo após o término dos questionamentos das Srªs e dos Srs. Senadores aos dois sabatinandos, para irem a dois países com perfis muito parecidos, não só na região, mas também na posição política em relação à violação aos direitos humanos.

Mas esse não é o tema, Senador. Eu queria também dizer, e foi uma transmissão de pensamento quando V. Exª começou a falar: "Puxa, perdi o discurso", porque era exatamente minha percepção de que hoje estamos vivendo nesse duro ajuste fiscal, é uma questão de estabelecimento de prioridades. Talvez, nem o fato de não fazer... Esse problema de uma embaixada ter representação de outros países é, do ponto de vista de gestão, uma forma de redução de custos e uma forma inteligente de manter. Claro que os países também, ao seu tempo e à sua hora, têm problemas e vão entender a posição do Brasil em relação a isso. É uma questão apenas de comunicar bem e explicar as razões pelas quais, eventualmente, o nosso embaixador, na Austrália, estar representando cinco ou seis países. Poderia ser feito isso, tudo é a forma como se faz.

Estou lhe falando disso, até porque agora estamos aqui para a escolha do Ministro do Supremo Tribunal Federal, que demorou oito meses. Nós não temos essa emergência, já que temos um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que tem, sim, impacto até no dia a dia do cidadão brasileiro, pois se trata do guardião da Constituição brasileira, que demorou oito meses para uma indicação. Então, que poderia até, se não fosse o caso de

se respeitar essa sugestão de racionalizar os custos, esperar um pouco mais para a ocupação das embaixadas enquanto passa essa área de turbulência de várias dificuldades financeiras.

Deixo de fazer perguntas aos dois Embaixadores, porque os Senadores que me antecederam, de algum modo, já fizeram questionamentos. Cheguei aqui com a reunião em andamento porque preciso a Comissão de Agricultura e tínhamos lá hoje o Vice-Presidente do Banco do Brasil, Osmar Dias, numa exposição muito oportuna sobre a questão do crédito rural. Esse foi o motivo do meu atraso.

Eu queria apenas fazer essa manifestação, Presidente Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Nós temos ainda três Senadores inscritos.

O Senador Cristovam queria fazer uma observação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Queria. Para não perder a oportunidade, eu queria apresentar, talvez, um requerimento. Vamos fazer uma audiência, Senadora Ana Amélia, para debatermos qual a presença que queremos do Brasil no mundo e como fazer isso da maneira mais racional possível. Façamos um debate sobre isso.

Eu quero aqui defender que o Brasil esteja em todas as partes. Deixem-me usar meus argumentos, e aí analisamos outros argumentos. Vamos fazer um debate sobre isso? Eu acho que é importante, em vez de ficarmos levantando isso cada vez.

Segundo...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Cristovam, é exatamente isso que estou propondo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Eu propus, desde o início, que nós façamos um debate sobre isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, mas eu estou propondo uma audiência...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Exato.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... chamando pessoas de fora do Senado, inclusive.

Segundo, sobre o trabalho ir além do que, normalmente, fazemos em sabatina. O Presidente Collor tinha aqui, toda segunda-feira à noite, um debate sobre política externa brasileira. Eram muito ricos esses debates, que ele fez ao longo desses dois anos. Eu gostaria de sugerir que a Comissão voltasse a fazer isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Cristovam, só para esclarecer, o que nós propusemos foi apenas isto: debater essa questão. Infelizmente, há um desentendimento – não por parte da Senadora Marta, não por parte de ninguém –, em determinado momento, de que se tratava de uma questão de política partidária ou coisa...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, nada disso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Já lhe dou a palavra.

Foi só o que nós propusemos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas com audiência, então, específica.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Com audiência, claro.

Por isso, nós fizemos um requerimento pedindo os números do Itamaraty, para que os apresentemos, tragamos alguém do Itamaraty e discutamos, fazendo um debate sobre isso. É apenas isso.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, na linha do que defendeu a Senadora Marta Suplicy, o Senador Cristovam e V. Exª, eu acho que temos todos essa convergência. Eu acho que chegou o momento de avaliarmos não a legitimidade da política expansionista do Presidente Lula, não é disso que se trata, mas chegou o momento de avaliarmos os resultados, o custo-benefício desses resultados.

Nós estamos aqui diante de um Embaixador que tem um extraordinário desafio. Há um déficit na balança comercial com Guiné Equatorial de aproximadamente US$1 bilhão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. *Fora do microfone*.) – Retórico.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não importa, mas há. Por isso, estou chamando o desafio do Embaixador de um desafio extraordinário, porque ele vai lá para, entre outras coisas, estabelecer

um plano de trabalho para que nós possamos ampliar a presença do Brasil, uma vez que isso significa geração de oportunidades para brasileiros.

Eu acho extraordinário fazer uma audiência pública para avaliarmos os resultados dessa política, porque, na prática, é preciso considerar os resultados dessa política expansionista – e eu acho que ela foi positiva –, pois, do ponto de vista proporcional, nós estamos exportando para a África e para o Oriente Médio exatamente a mesma coisa que exportávamos antes da presença firme do Brasil em tantas bases consulares. Eu não me refiro a valor constante, eu me refiro à proporção: aquilo que exportávamos percentualmente e aquilo que exportamos hoje. Então, é muito bem-vindo esse debate, com o estabelecimento desse contraditório sem preconceitos. É isso que dá a esta Comissão o que V. Exª acabou de afirmar: protagonismo na política externa brasileira, sem ser um cartório para simplesmente homologar decisões do Poder Executivo.

É a contribuição que eu gostaria de trazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Eu gostaria, então, agora, de dar sequência aos trabalhos. Os últimos Senadores inscritos, então, dando sequência, são o Senador Hélio José, Senador Lindbergh e Senador Caiado.

Senador Hélio José, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Tasso Jereissati, parabenizo V. Exª pela condução dos trabalhos.

Eu queria falar ao nosso querido Evaldo Freire. Eu acho que você, Evaldo, pega um grande desafio. Eu queria saber como, num país como a Guiné, com os problemas todos que aqui já foram levantados, que eu não vou mais relacionar, você, como nosso Embaixador, poderia colaborar para que o nosso País pudesse investir mais em infraestrutura e, consequentemente, ter melhores negócios na Guiné, que é um país carente de todo tipo de infraestrutura. Como é que você poderia nos ajudar mais também nas exportações de alguns bens da agricultura brasileira, que, com certeza, fazem muita falta ao país da Guiné, que tem a sua economia, basicamente, baseada na questão do petróleo?

Eu acho que a relação entre os povos é muito importante. A Guiné Equatorial, se não me engano, é um país de língua espanhola. Eu acho que a integração entre o Brasil e a Guiné é bastante salutar e sou plenamente favorável à existência da nossa Embaixada. Eu acho que abre oportunidades, e o nosso País precisa de oportunidades de investimentos, oportunidades realmente de relacionamento e de estar, de fato, integrando os povos.

Queria, primeiro, parabenizar também o Sr. Antônio Carlos de Salles Menezes. V. Sª está pegando uma pedreira também, não é? Mas acho que essa é a tarefa do servidor público, que está aí para cumprir missões.

A primeira vez em que ouvi falar em Togo foi quando disputou uma Copa do Mundo, parece-me que há oito anos. É um país pequeno, mas também tem um povo, tem uma cultura, e essa integração cultural entre os povos acho importante, relevante para o país.

E as mesmas perguntas que fiz para o Sr. Evaldo faço a V. Sª, com relação às oportunidades de investimento, tanto em infraestrutura, quanto em exportações de produtos da agricultura brasileira, em produtos agropecuários, sobre o que poderíamos conseguir de oportunidades com essa Embaixada nessa pequena República africana do Togo.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Tasso Jereissati.

E desejo sucesso aos nossos dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Tasso, sou um Senador pelo Rio de Janeiro, mas sou paraibano. E sinto-me no direito também de falar sobre Pernambuco aqui. Gostaria de trazer outra história de Pernambuco, Senador Cristovam.

Na verdade, a cidade de Nova York foi fundada por pernambucanos. – é verdade, é verdade! É a segunda geração de holandeses-judeus que se instalaram em Recife. E foi a segunda geração desses holandeses, portanto, pernambucanos, que saiu e fundou Nova York. É verdade ou não é verdade? (*Risos.*)

É verdade, é verdade! Foi a segunda geração de holandeses-judeus que se instalou em Recife, e a segunda geração desses holandeses, portanto, pernambucanos, saiu e fundou Nova York. É verdade ou não é verdade? (*Risos.*)

Essa história é verdadeira! Foi uma conquista dos nordestinos como um todo.

Mas, Presidente, Senador Tasso Jereissati, na verdade, não vou fazer nenhuma pergunta, até porque vou ter que sair imediatamente. Sou o primeiro inscrito para falar agora no plenário do Senado. Fiz questão de me inscrever rapidamente para me associar um pouco à Senadora Marta, ao Senador Cristovam e ao Senador Fernando Bezerra, neste debate. Acho que vai ser muito importante, Senador Tasso, essa audiência que vai ser realizada aqui, pela importância dessas embaixadas, das embaixadas africanas, dessa política recente do Itamaraty.

Quanto ao ajuste fiscal, Senador Tasso, não podemos fazer um ajuste burro. Temos que fazer um ajuste com muito equilíbrio, neste momento, porque o fundamental para a recuperação da economia brasileira, hoje, passa muito pelas exportações. Essa nova taxa de câmbio, a da desvalorização do real, acho que vai nos dar possibilidades gigantescas para melhorar as nossas exportações. E o papel da nossa diplomacia é decisivo.

Em relação à África mesmo, à nossa corrente de comércio Brasil-África, tínhamos US$4 bilhões de corrente de comércio em 2000; saltamos para US$28 bilhões. E, quando a gente olha para a África, a gente tem que olhar e dizer o seguinte: "Quantas oportunidades estamos perdendo!" A China está entrando com tudo na África, a Índia está entrando com tudo, e o Brasil, pelas relações culturais, como bem falou aqui a Senadora Marta, pela proximidade, tinha que aproveitar mais.

Então, queria deixar registrada aqui esta minha posição. Acho que, em relação aos direitos humanos, temos que ser muito firmes, defender os nossos princípios democráticos. Agora, não é com isolamento que resolveremos e faremos avançar a democracia no continente africano. É pelo caminho oposto, que é, justamente, o da cooperação.

É importante também, na questão de direitos humanos, que a gente não se esqueça dos nossos problemas – não é? –, porque no Brasil, na questão de direitos humanos, há o fato do sistema prisional, da convivência com torturas também.

Agora, acho que a posição brasileira tem que corresponder a uma postura sempre firme, mas não de isolamento. O caminho da democracia africana passa muito pela cooperação e por um novo tipo de diálogo internacional.

Fiz questão de registrar essa minha posição, concordando com o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Fernando Bezerra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, sobre as colocações feitas por V. Exª – não quero ser aqui repetitivo –, como todos os outros também sou concordante, mas um ponto acho que precisa ser levantado. Primeiro, é que o Itamaraty, como até o Senador Lasier colocou, sempre foi uma escola e uma instituição extremamente respeitada por todos nós.

O Itamaraty, hoje, perde a total capacidade de ser elaborador até das suas ideias e de seu pensamento porque, infelizmente, perdeu a prerrogativa de decidir sobre a política externa brasileira. O que nós assistimos no governo do PT é um professor que não tem carreira no Itamaraty, Marco Aurélio Garcia. Esse cidadão se intitula o homem iluminado capaz de decidir que embaixada deve ser criada pelo Executivo, qual é a política externa brasileira que deve ser ditada, desrespeitando as pessoas mais qualificadas no Brasil que compõem os quadros do Itamaraty, que têm o reconhecimento de toda a população brasileira.

Então, eu acho que nós estamos vivendo uma inversão completa da ordem. Aquele órgão, em que todos nós reconhecemos a história de Rio Branco, a história dos diplomatas brasileiros em todos os momentos críticos da política mundial, hoje estamos vendo essa instituição, com a importância que tem, subordinada a um Marco Aurélio Garcia. Eu soube que ele é professor de ciências políticas. Não tem carreira no Itamaraty, não tem carreira diplomática. Esse homem é o que dita as regras, é o que decide que embaixada vai ser criada, como não. Quer dizer, é para tentar conseguir uma cadeira no Conselho da ONU? E aí, sim, nós não temos que medir consequências? Ou é para patrocinar a Beija-Flor? Ou é, amanhã, para levar empreiteiras para fazer uma fórmula de dar condições para o BNDES fazer um empréstimo para voltar em forma de caixa dois para a campanha eleitoral?

Então eu acho, Presidente, que V. Exª colocou corretamente. Nós temos que fazer um grande debate, neste momento, sobre qual é a função do Itamaraty. Lógico que abrir as embaixadas é uma prerrogativa do Executivo.

Nós não temos, de maneira nenhuma, nada contra os senhores embaixadores. Agora, acho que esta Comissão precisa começar a avaliar se nós estamos de acordo com os países que deverão ser priorizados por nós e outros não. Os nobres candidatos aqui, em muitos momentos, poderão, daqui a alguns meses, não serem aprovados não em retaliação a V. Sªs, mas, sim, por ser uma política que não condiz com aquilo que o Brasil, neste momento, está elegendo como prioritária.

É uma ingerência indevida termos exatamente um órgão como o Itamaraty, uma chancelaria, onde vimos vários fatos que foram relatados aqui, até por gravações feitas, em que o Itamaraty, que deveria ser o primeiro a ser consultado, sequer tenha foi consultado e sequer teve conhecimento do fato, porque o assessor da Presidente, o Sr. Marco Aurélio Garcia, decide assim. Então, essa subordinação é que está constrangendo essa instituição e, sem dúvida, está tirando aquela luminosidade e, ao mesmo tempo, o brilho dos nossos embaixadores e da carreira diplomática. Hoje, há um total desinteresse e um desestímulo, porque não é mais aquilo que sempre foi. Na nossa geração, a pessoa poder galgar uma condição de diplomata era algo que, sem dúvida

nenhuma, representava uma honraria enorme. Hoje em dias, as pessoas estão na dependência de saber como vão sobreviver por não terem aí a menor prioridade por parte do Governo.

Então, não é uma pergunta formulada a V. Sªs, objetivamente, mas eu acho que o Presidente colocou bem o tema. Nada contra V. Sªs e, sim, contra uma política de governo, a prioridade que está sendo feita, a busca de um voto no Conselho da ONU, a busca de, amanhã, repassadores de dinheiro para financiar escola de samba ou, se não, para fazer repasse, triangulação de verba do BNDES. Então, são situações que eu acho que precisamos trazer para dentro desta Comissão e debater com muita consistência.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo espaço que V. Exª me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Caiado.

Passo, então, a palavra aos senhores sabatinados. Primeiramente, ao Embaixador Evaldo Freire, candidato a Embaixador da República da Guiné Equatorial.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Pois não, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de pedir uma reflexão para os dois sobre o soft power e essa presença na África.

O SR. EVALDO FREIRE – Muito obrigado, mais uma vez, Senador Jereissati e Srs. Senadores, por esta oportunidade de estar aqui e, ao mesmo tempo, expor um pouco do que pretendo caso tenha a honra de ser aprovado por esta ilustre Comissão.

Respondendo, diretamente e inicialmente, as considerações do Senador Ricardo Ferraço, no tocante a um plano de trabalho, eu diria que o nosso plano de trabalho, caso possa merecer a consideração de V. Exªs de ser aprovado, passa principalmente por duas vertentes. A vertente comercial-econômica, indiscutivelmente, faz parte das considerações de um país como o nosso, com uma presença internacional importante, economicamente e comercialmente importante, embora, no ano passado, tenha perdido posições. Mas, por isso mesmo, por ter perdido essas posições, nós devemos ressaltar a importância de estimular o comércio, e a nossa presença internacional se torna cada vez mais exigida.

Partindo desse ponto inicial, eu diria que a promoção comercial será, sem dúvida, um dos aspectos a que darei máxima prioridade. Para tanto, temos de considerar o ápice do que foram as nossas exportações. Em período recente, chegamos perto de US$100 milhões de produtos exportados, há cerca de dois anos; US$90 milhões aproximadamente. Isso, entretanto, teve uma diminuição nos dois anos seguintes: em 2013 e em 2014, passamos a uma pauta exportadora de US$60 milhões e de US$56 milhões exportados.

Agora, se nós nos detivermos, inicialmente, no que foi exportado, há dois produtos básicos importantes: carnes e açúcar. Isso representa cerca de 30% da pauta exportadora brasileira. Mas 46% são de produtos manufaturados, o que indica, para um país que, basicamente, tem um fundo de produtos básicos – para não dizer, como sua pauta principal de exportação, o petróleo –, um leque de oportunidades que se abre na questão de desenvolvimento de exportação de produtos manufaturados. Isso merecerá, sem dúvida, outras considerações, que, se os senhores me derem mais alguns momentos, terei a oportunidade de aprofundar.

Sem dúvida, eu diria: uma preocupação com a promoção comercial. Para tanto, eu precisaria... E aí eu volto ao que foi até lembrado por um meu colega que esteve há poucas semanas aqui, com a perspectiva de desenvolvimento do nosso intercâmbio com a Guiné Equatorial, por meio das atividades que podem ser desenvolvidas com as confederações de indústria regionais, com as confederações de indústria estaduais.

Lembro que, há cerca de um ano, houve uma missão importante da Câmara de Comércio Afro-Brasileira à Guiné Equatorial. Nessa missão, um dos participantes saiu de lá convicto de que poderia fazer uma fábrica de produtos retrovirais na Guiné Equatorial, e já está fazendo essa fábrica. É uma fábrica de soros, soros hospitalares, e ao mesmo tempo de produtos retrovirais na Guiné Equatorial. Isso foi muito bem-visto pelas autoridades do país, o que vai ao encontro de um dos aspectos do nosso *soft power*, que foi mencionado pela Senadora Suplicy e que permitiu até minha oportunidade de voltar um pouquinho mais adiante.

Do ponto de vista de preocupação com o que fazer para estimular o nosso comércio, acho que cabe, sim, uma atuação até da própria embaixada. Vindo ao País, vindo ao Brasil, se houver essa possibilidade, terei o maior prazer de assim fazer, de apresentar essas oportunidades da Guiné Equatorial para nossas confederações de indústria estaduais, e ao mesmo tempo estimular missões empresariais que venham até o país para ver de perto, *in loco*, o que existe.

É um país que tem entre seus principais fornecedores de produtos os Estados Unidos e a Espanha. E entre seus principais importadores basicamente de petróleo, Japão e China. Este em primeiro e aquele em segundo.

Então, dos Estados Unidos e da Espanha, os supermercados irão dizer o que há de oportunidades. E para esses países, China e Japão, o intercâmbio sem dúvida se transforma em construção civil, em novos investimentos, em interesses posteriores de exportação de maquinarias e de produtos manufaturados, sobretudo.

De nossa parte, por que não perguntar? Se temos uma agenda de comércio de 60 milhões... De US$56 milhões, no ano passado, e de US$1,1 bilhão de importação, há muito o que se fazer, e isso aponta para uma necessidade. Essa necessidade... Diante do que os nossos concorrentes fazem, por que nós não podemos fazer o mesmo?

Para isso, eu vejo que uma das nossas ações será o estímulo a missões empresariais, que eu terei o maior prazer – se tiver a honra de ser aprovado por V. Exªs – de desenvolver, seja por contatos diretos, seja por convites e intermediações com as autoridades locais no sentido de desenvolver o interesse dos equato-guineenses pelas nossas pautas exportadoras.

Igualmente, se houver essa oportunidade, terei o maior prazer de vir aqui expor aos Estados que os senhores representam as oportunidades que eu pude detectar, tendo em conta exatamente as características das economias regionais brasileiras. Esse é um dos pontos.

Outro ponto que se deve considerar é detectando, na própria economia da Guiné Equatorial, perfis de necessidades as mais variadas, como, por exemplo, necessidade de desenvolvimento de mão de obra. O país é ainda subdesenvolvido. Ele é muito, ainda, subdesenvolvido, apesar de ter um índice de alfabetização altíssimo. Tem mais de 92% da sua população alfabetizada. É uma coisa interessante.

A gente ouve falar do IDH baixíssimo em muitas áreas, e com razão, mas em outras áreas como a educação, por exemplo, é interessante. É um país que não tem um índice de analfabetismo elevado. E isso tem história: é pela presença religiosa. O país é católico. Praticamente 95% de toda população é católica, e o católico também entra pelo aspecto das escolas religiosas, que têm uma grande penetração na população, contribuindo, portanto, para esse índice elevado de alfabetização.

Agora, outro aspecto que pode ser considerado exatamente nessa questão do desenvolvimento da mão de obra, porque eles têm muita carência disso, é estimular nossa cooperação, a cooperação para com o governo que possa contribuir para o aprimoramento da mão de obra local, seja pelo aprimoramento técnico via Senai, ou o nosso Sistema S – Sesc, Sesi, Senai e Senac –, seja através da Embrapa.

Um dado interessante: o País... as suas necessidades de subsistência, a agricultura de subsistência da Guiné Equatorial apenas cobre 30% das necessidades do País. Isso aponta para uma demanda de produtos agrícolas elevada e aponta igualmente para a necessidade de desenvolvimento de uma mão de obra e de uma cooperação na área agrícola. Aí o papel da Embrapa se torna relevante para fomentar a agricultura de subsistência, o desenvolvimento de culturas que possam vir em benefício da própria população, diminuindo o custo local e aumentando a qualidade de vida.

Um outro aspecto interessante que cabe ser ressaltado é que a cooperação intergovernos é uma cooperação que contribui também para a elevação da qualidade de vida e esse é um dos papéis.

Por que muitas vezes, quando o Senador levanta a questão dessa fronteira que existiria entre, de um lado pragmático, brasileiros, nossos interesses e as características locais? Como agir diante disso? Respondendo a essa inquietação, com razão muito justa, eu diria, apontando primeiramente como nós superamos os nossos desafios, como temos a superar tantos desafios na área de direitos humanos, na área de elevação de qualidade de vida, que nós temos problemas muito sérios também nesse aspecto. E é claro que o desenvolvimento econômico é um dos fatores mais importantes para a superação desses desafios. Ele vai promover melhor alimentação, ele vai promover melhor saúde, ele vai promover melhores condições de educação, melhores condições de trabalho. E lentamente um desenvolvimento se fará em vários outros níveis. Além do desenvolvimento econômico, sem dúvida, o desenvolvimento social, o desenvolvimento dos direitos humanos.

Antes de voltar exatamente à questão dessa fronteira, levantada pelo Senador Ricardo Ferraço mais uma vez, eu diria que o plano de trabalho da embaixada, além dessa preocupação com o comércio, também deve ser visto sob outro aspecto: nós estamos falando de comércio de bens, agora, o nosso comércio de serviços é muito superavitário. Nós temos US$5 bilhões de serviços de engenharia na Guiné Equatorial hoje, serviços esses que também contribuem para a importação de maquinaria brasileira, que contribuem para a importação de bens de maior valor agregado, coisa em que temos muito a contribuir exatamente tendo em vista o perfil desenvolvimentista na área de infraestrutura ora presente na Guiné Equatorial.

O país, como eu disse há pouco, passa por um planejamento que surge num período muito recente. É um país em desenvolvimento que começou, praticamente, a existir, para efeito de crescimento, de 1996 para cá. Nesse período de 1996 para cá, eles dividiram um planejamento de governo nos seguintes termos: "De 1996 a 2012, vamos investir em infraestrutura, precisamos da base para que a população possa se desenvolver melhor e de 2012 a 2020" – num plano, no horizonte de 2020 deles – "temos de investir, sim, em áreas específicas que nos transformem num *hub* na África." Áreas específicas: desenvolvimento da indústria de pesca, desenvolvimento de mineração. Eles têm ouro, têm tungstênio, têm zinco, têm nióbio, têm diamantes. Então, há toda uma área efetivamente a ser explorada e eu creio que as nossas empresas têm o maior interesse em

poder participar desse desenvolvimento local. Cabe, portanto, nessa perspectiva, o trabalho da embaixada de chamar a atenção, de apontar esses tópicos que podem contar com a parceria brasileira. Esse é um dos pontos.

Um outro ponto que eu acho muito relevante no nosso desenvolvimento de atuação local, caso mereça a consideração de ser aprovado por V. Exªs, seria a área cultural. É um país que acaba de entrar para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que elegeu o português como sua terceira língua oficial, e que não fala português, embora também tenha o francês como língua oficial e também não fala francês. Há muitos imigrantes de outros países, locais vizinhos, que estão lá presentes, que falam francês: Gabão, Camarões etc., que estão muito presentes lá. Mas a população efetivamente equato-guineense, os 750 mil, dizem alguns, outros falam 800 mil, outros 1 milhão – os índices estatísticos são muito precários, não dá para confiar muitas vezes, isso foi levantado pelo FMI, pelo Banco Mundial em recente missão ao país –, eu diria que, se nós passarmos a considerar essa perspectiva de trabalho, de parceria, de inclusão da Guiné Equatorial como membro efetivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, indiscutivelmente, o nosso trabalho vai apostar no desenvolvimento do Centro Cultural da Embaixada do Brasil.

Aí eu faço um pequeno adendo: esta não será a minha primeira missão na África. Eu estive, durante 13 meses, na Guiné Bissau, a outra Guiné, a Guiné portuguesa, de língua portuguesa, onde efetivamente tive também um grande desafio. Entre muitos desafios, encontrei o desafio de estar presente em um país de língua portuguesa e de lutar para que o Português continuasse a sobreviver. Só 20% da população da Guiné-Bissau falam Português. Isso em um país que não tem cinema, não tem teatro – isto é Guiné–Bissau –, não tem galeria de arte, não tem absolutamente nada. A cultura local é um artesanato relativamente pobre, restaurante – a comida é muita boa, diga-se de passagem – e música. Existem danças maravilhosas.

E o que fazer diante de um caso desses? Pretendo repetir, utilizando o exemplo que tive na Guiné-Bissau e, quem sabe, se tiver sorte, contando com a parceria de entidades privadas igualmente, no que for possível, e desenvolver na Guiné Equatorial algo semelhante: fazer com que o Centro Cultural Brasileiro fosse uma alternativa para a cultura local. Isso nós fizemos. Fizemos muito isso na Guiné-Bissau. Chamávamos músicos – quem tivesse com disponibilidade para apresentar música brasileira –, fazíamos apresentações de filmes brasileiros, de capoeira. Isso era feito regularmente. Não era uma vez e só daqui a três meses, não. Semanalmente, havia sempre uma atração para uma cidade de 400 mil habitantes, Bissau, que não tinha cultura, não tinha cinema, não tinha teatro, não tinha nada. E nos rivalizávamos com o centro cultural francês, que era o nosso grande rival local. Para a gente sobreviver, tinha sempre uma atração brasileira para mostrar que o Brasil estava presente lá. O resultado foi realmente muito, muito positivo.

Isso eu pretendo, de certa maneira, desenvolver na Guiné-Bissau também. Ainda temos um centro de estudos brasileiros lá, que, só pelo fato de o Português haver sido escolhido como língua oficial, já tem mais de 300 alunos. Inclusive o próprio presidente tem um professor que vai dar aula para ele de Português semanalmente. Ministros do país, igualmente, comparecem ao Centro Cultural Brasileiro para conhecer, para aprimorar os seus conhecimentos de Português.

Então, vejam senhores, o quanto existe de perspectiva de desenvolvimento, que, sem dúvida, contando com a aprovação dos senhores, eu terei o maior prazer e a maior honra de poder implementar, caso seja aprovado como Embaixador do Brasil naquele país.

Finalmente, retornando ao pragmatismo de como se defrontar com esses valores, com os desafios locais, respondendo ao Senador Ricardo Ferraço, ao Senador Antonio Anastasia, à Senadora Marta Suplicy, ao Senador Ronaldo Caiado e ao Senador Lasier Martins, eu diria, com as considerações de um país com dificuldades, eu diria que o exemplo brasileiro, a inclusão, a presença brasileira e, ao mesmo tempo, apontando para os nossos próprios desafios e como nós os superamos, hoje estamos em via de os superar, já é um começo. É claro que a presença da embaixada local torna-se insubstituível no sentido de mostrar o que pode ser feito, o que deve ser feito e o que poderá ser aprimorado.

E não estou apenas fazendo um proselitismo meramente verbal, eu diria que, em termos práticos, muita coisa nesse sentido já está acontecendo. A própria entrada do país para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa já fez com que instituições importantes fossem criadas no país. O senado da Guiné Equatorial acaba de ser criado. Eleições foram realizadas recentemente. O tribunal de contas do país foi criado. Não havia um tribunal de contas. Também foi criado o cargo de procurador-geral do país. São instituições que levam ao fortalecimento, levam à abertura. Inclusive o fato de eles terem um partido de oposição também presente no congresso, minoritário, é verdade, já é uma oposição real. Essa oposição existe. Isso tudo serve para mostrar que lenta, mas seguramente, há uma abertura, há um caminho, há uma luz no final do túnel que aponta para dias melhores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVALDO FREIRE – Enfim, esses desafios de tráfico, direitos humanos, isso tudo, sem dúvida, são questões que, de perto e apontando para os exemplos e, ao mesmo tempo, vendo o fortalecimento das instituições democráticas, o diálogo, a inclusão... O Brasil sempre aposta na inclusão. Por isso, temos relações com todos os países do mundo. É a partir do diálogo, da comunicação que existirá sempre uma possibilidade de entendimento, de negociações que levarão ao aprimoramento das nossas relações.

Sem dúvida, essas oportunidades de comércio que foram mencionadas já responderiam, acredito, ao Senador Fernando Coelho igualmente.

No que toca ao que o Senador Cristovam Buarque mencionou, a questão de impactos, impactos que, eventualmente, possam existir nesses países com relação ao Brasil, eu diria que, interessantemente, apesar das muitas dificuldades, a Guiné Equatorial não é um país inseguro, não é um país que tenha problemas com drogas, não é um país que tenha problemas de impacto ambiental seriíssimo. É claro, se você tem exploração de petróleo, certamente terá dióxido de carbono, emissões de gases que afetam a camada de ozônio, que afetarão o meio ambiente e que contribuem para alteração climática. Mas, em todos os países que exploram petróleo, igualmente, há sempre presente essa preocupação de aprimoramento, e eles têm isso presente, porque um dos itens do Plano Horizonte 2020, que é o plano de planejamento que eles fizeram para o país, incorpora exatamente a perspectiva do meio ambiente, o desenvolvimento ambiental associado...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Desculpe, Embaixador. Lamento interrompê-lo, mas só pedindo para ser o mais sucinto em função de que temos a expectativa de abrir a Ordem do Dia e talvez sejamos obrigados a encerrar. Seja o mais sucinto possível.

O SR. EVALDO FREIRE – Pois não.

Então, sendo muito sucinto, eu diria que, basicamente, os principais desafios estão equacionados, não estão solucionados, mas, um pouquinho em cima das inquietações levantadas pela Senadora Marta Suplicy, com quem tive o grande prazer de trabalhar em conjunto em uma missão a Tóquio, quando a senhora era Prefeita de São Paulo e eu, na ocasião, tive o grande prazer de poder acompanhá-la, enfim, um pouco nessa linha de direitos humanos apontando para as nossas dificuldades e como podemos fazer para superar isso tudo.

Basicamente, Senador, agradeço por esse tempo, e aos Senadores, pelas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Embaixador Evaldo Freire.

Passo a palavra ao Embaixador Antônio Carlos Menezes, novamente pedindo desculpas, mas pedindo que seja o mais sucinto possível em função do nosso Regimento.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tomei nota aqui de todo debate, aliás, acompanhei com muito interesse o debate. Sei que V. Exªs têm ideias diferentes a respeito da pertinência das embaixadas. Acho que o nosso Legislativo, em particular o nosso Senado, só se abrilhanta com essas ideias diferentes.

Houve aqui um Senador, o Senador Lasier Martins, que disse que o diplomata vai para onde é encaminhado. Enfim, gostaria de pedir licença ao meu Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, para mencionar uma frase famosa do tio de V. Exª, quando disse que presidia o Senado do Brasil, não o Senado do Partido ao qual pertencia. Nós somos diplomatas do Brasil.

O debate é importantíssimo, esse debate sobre a pertinência ou não das embaixadas. De fato, como disse o Senador Antonio Anastasia, a embaixada em Lomé fechou, em 1997, mas reabriu em 2006. Os dados do intercâmbio comercial que foram distribuídos a V. Exªs mostram que, em 2006, tínhamos um intercâmbio comercial de US$35 milhões e passamos a US$167 milhões, em 2011. Nos últimos anos, vem caindo, mas, justamente por aí, temos a segurança de que podemos voltar a esse patamar de US$160 milhões. Apesar de estar em uma região onde temos embaixadas em praticamente todos os países, e todos são pequenos, no meu caso particular, da embaixada em Lomé, eu acho que não há razões que justifiquem o seu fechamento no presente momento. O documento que foi distribuído a V. Exªs na semana passada, logo depois que foi solicitado ao Itamaraty, mostra que o total de gastos mensais com a embaixada em Lomé é US$90 mil, isso daria menos de US$1 milhão por ano, enfim, US$1 milhão de dólares por ano. Um milhão de dólares por ano, quando já chegamos a US$160 milhões de comércio, realmente é muito pouco. Não há razão, pelo menos no caso particular da Embaixada em Lomé, para que venhamos a fechá-la, principalmente porque o país está num processo de ebulição, de muito crescimento econômico, de obras de infraestrutura e nós estamos levando cooperação.

O Senador Cristovam Buarque, há muitos anos, quando o Juliano já estava na UnB, escreveu um tratado sobre a Cooperação Sul-Sul e me ajudou muito quando eu fazia a tese para o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Eu quis recuperar aquele documento e o Senador foi recuperá-lo, um documento antigo, mimeografado, e chegou a mandar entregar para mim em casa esse documento que eu havia encontrado como

mencionado numa obra de outro colega, e ele foi muito útil para fazer um diagnóstico da cooperação brasileira desde os seus primórdios, desde os anos 1980 até hoje.

Nós estamos com esse projeto de cooperação muito importante, que é o Cotton 4, sendo estendido agora ao Togo, temos o projeto da mandioca e, portanto, não acho, no meu caso particular, que haja motivo para fecharmos a embaixada.

O Senador Cristovam Buarque também mencionou o impacto para os grandes problemas mundiais que o Togo pode ter. Em fevereiro passado, o Chanceler Roberto Dussey visitou Brasília, e, na mesa de trabalho com o nosso Chanceler Mauro Vieira, foi perguntado a ele sobre as preocupações do Togo naquela região. Eu mencionei, na minha exposição inicial, que o Togo é um importante contraponto como país onde as religiões convivem pacificamente. Ontem houve mais um ataque dos separatistas do Azauade no Mali, um país próximo, o Boko Haram está instalado na Nigéria e já tem uma atuação estendida para outros países da região, e, no Togo, o Chanceler Roberto Dussey falou que o país tem tomado muitas providências, tem estado atento para evitar o recrudescimento desses extremismos religiosos naquele país em particular. O Togo também tem uma política importante em relação ao meio ambiente e em relação ao tráfico de drogas.

O nosso Chanceler Mauro Vieira chegou a perguntar quais as atitudes tomadas pelo país para evitar a pirataria na região. A pirataria naquela região do Golfo da Guiné não é tão grave quanto é na Somália, do outro lado da África, mas também tem ocorrido, e o Chanceler respondeu que estão trabalhando conjuntamente. O Togo tem um protagonismo importante na região para evitar a pirataria, mas tem trabalhado conjuntamente com a Comunidade Econômica para o Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental.

Enfim, sei que já não terei tempo para mencionar aqui cada um dos dados que V. Exªs mencionaram durante as pertinentes intervenções, mas, em linhas gerais, os desafios são muito importantes, como disse o Senador Lindbergh Farias, e estarei lá para trabalhar em função de mais comércio, em função de mais facilidade de transporte e, principalmente, para que essa cooperação brasileira que agora se estende, com o Cotton 4, para o Togo, seja um motivo de aumentar o nosso *soft power* na região. O Cotton 4 só tem propiciado o aumento desse nosso *soft power* nos outros quatro países nos quais já estava sendo realizado e ele agora se estende ao Togo. Há mais interesse na nossa agricultura, mais interesse nos nossos implementos agrícolas. Com certeza, esse comércio, que baixou de US$160 milhões para US$40 milhões, poderá voltar para os US$160 milhões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado pela cooperação, Embaixador Antônio Carlos Menezes.

Está encerrada a votação.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Designo o Senador Cristovam para atuar como secretário e convido os Senadores Anastasia e Marta Suplicy para atuarem como escrutinadores.

(Iniciada às 10 horas e 8 minutos, tornada secreta às 12 horas e 16 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 18 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – A reunião está reaberta.

Peço aos Embaixadores que se retirem para darmos continuidade à reunião. (*Pausa.*)

Peço autorização aos Srs. Senadores para colocar extrapauta um requerimento, que tem certa urgência, do Senador Fernando Coelho, à frente do... A Senadora Marta Suplicy concorda? (*Pausa.*)

REQUERIMENTO Nº 367, de 2015

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 20 a 24 de abril de 2015, com o propósito de participar de missão oficial aos Estados Unidos, a convite da Prefeitura de Los Angeles e do Consulado-Geral do Brasil daquela cidade. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, ausência do país no período de 16 a 26 de abril de 2015.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Designo o Senador Antonio Anastasia como Relator da matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Sr. Senador, o objetivo da missão é conhecer as políticas públicas na área de gestão hídrica e tecnologias limpas. O itinerário será cumprido por meio de visitas a entidades gestoras do sistema hídrico da Prefeitura, além da visita ao Porto de Los Angeles, para conhecer iniciativas da área de conservação ambiental e sustentabilidade.

Acompanha o requerimento mensagem da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, informando sobre o convite feito pela Prefeitura de Los Angeles a S. Exª, o Senador Fernando Bezerra.

No plano regimental, o pedido está em consonância com o art. 39 do Regimento Interno do Senado, que determina que o Senador deverá comunicar ao Presidente sempre que se ausentar do País, mencionando o prazo de seu afastamento. O art. 40, por sua vez, estipula que a ausência do Senador, no desempenho de missão no País ou no exterior deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo, ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou aquela que tiver pertinência à matéria.

É importante registrar a parceria econômica do Brasil e dos Estados Unidos da América. Cabe ainda salientar que o Senador Fernando Bezerra Coelho é membro titular da Comissão de Serviço e Infraestrutura, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e Suplente na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que possui ligação temática com a visita ao exterior.

Ante o exposto, como voto, opino pela aprovação do Requerimento nº 367, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Em votação o relatório.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, solicito urgência.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Aprovado.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 3, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun sobre Cooperação no Campo do Turismo, assinado em Brasília, em 4 de agosto de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, a Chefe do Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 36, de 7 de fevereiro de 2013, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun sobre Cooperação no Campo do Turismo, firmado em Brasília, em 4 de agosto de 2010.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo, decorrente da mensagem e formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Em seguida, a proposição foi distribuída, também, para as comissões de Turismo e Desporto e de Constituição e Justiça e de Cidadania. A mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 13 de fevereiro de 2013, e o projeto de decreto legislativo dela derivado foi aprovado em 5 de fevereiro de 2015, e tendo entrada no Senado Federal no dia 9 de fevereiro subsequente.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial de 28 de julho de 2011, dentre os principais pontos do Acordo, destacam-se:

a) o desenvolvimento da cooperação entre autoridades de turismo, organizações e empresas, bem como a promoção do investimento no setor turístico de pessoas físicas e jurídicas de ambos os países; e

b) o empenho, dentro das possibilidades de cada país, em prover capacitação profissional no campo do turismo, encorajando o intercâmbio de profissionais e representantes da mídia relacionados a turismo e viagens e promovendo o contato e atividades conjuntas entre as instituições de pesquisa de turismo do Brasil e da República do Cameroun.

ANÁLISE

Cuida-se aqui, sucintamente, de um acordo de cooperação no campo do turismo entre Brasil e Cameroun, que tem por objetivo incrementar as relações bilaterais nessa área, contemplando as seguintes áreas, conforme seu Artigo III:

a) organização administrativa;

b) estratégia de desenvolvimento e de promoção do turismo;

c) gestão descentralizada;

d) formação de quadros;

e) investimentos;

f) estatísticas, estudos e pesquisas;

g) desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável;

h) aplicação do Código Mundial de Ética do turismo e

i) outras áreas acordadas entre as partes que contribuam com o desenvolvimento e a promoção do turismo em ambos os países.

O Artigo VII prevê que o Ministério do Turismo no Brasil e o Ministério do Turismo em Cameroun serão as autoridades competentes para a execução dos programas de cooperação previstos no Acordo, auxiliados em corresponsabilidade com os respectivos Ministérios das Relações Exteriores.

O ato internacional em tela estipula ainda o compartilhamento de conhecimentos por meio do intercâmbio de especialistas e técnicos da área do turismo, da cooperação entre instituições de ensino e de treinamento profissional relacionados ao turismo, bem como o intercâmbio de informações técnicas e material promocional do turismo.

Busca-se também, por meio do presente ato internacional, facilitar o intercâmbio de documentos e materiais relativos ao turismo, à cooperação e ao investimento entre setores empresariais de cada país e, com vistas à implementação do Acordo, prevê-se a realização de reuniões técnicas de funcionários e especialistas e o estabelecimento de um Comitê Conjunto.

O Acordo adquire relevância pelas afinidades culturais entre Brasil e África, pelos vínculos que fazem com que grande parte da população brasileira tenha sua origem naquele continente. Aliado ao interesse cultural, o Brasil vem buscando, desde a política de pragmatismo responsável, ainda na década de 1970, maior articulação política e comercial com a África, fator de fortalecimento do Brasil como protagonista no cenário mundial.

O Acordo representa, assim, uma complementaridade bastante salutar nas relações internacionais.

VOTO

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, concluo pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Agradeço à Senadora Marta Suplicy.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório da Senadora.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Coloco agora o item 6 em discussão.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 9, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatório: diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno.*

Concedo a palavra à Srª Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Relatório.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o *curriculum vitae*, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o Sr. Eduardo dos Santos, filho de Vitto Raphael dos Santos e de Esther da Conceição dos Santos,

nasceu no Rio de Janeiro (RJ), capital, em 29 de dezembro de 1952. Ingressou em 1974 no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Terminou no ano seguinte o curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e, no mesmo ano, tornou-se Terceiro Secretário. Foi promovido a Segundo Secretário em 1978; a Primeiro Secretário em 1982; a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe em 1993; e a Ministro de Primeira Classe em 1999, sempre por merecimento.

Dentre as divisões e departamentos a que serviu no Itamaraty, citamos a Divisão da América Meridional II (1975), a Divisão da América Meridional I (1976 e 1984, quando foi Subchefe) e o Gabinete do Ministro de Estado (1986 e 1993). Serviu ainda junto ao Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda, como Assessor Especial (1993), e à Presidência da República, como Assessor Diplomático (1999). Entre 2013 e 2015, foi Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.

Chefiou as delegações brasileiras à II Reunião da Força Tarefa do G-7/8 ampliado sobre os testes nucleares da Índia e do Paquistão, em 1996; à III Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, em Montevidéu, em 2003; à IV Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, em Porto Alegre, em 2004; à Reunião Plenária da Comissão de Desenvolvimento Fronteiriço (Codefro), em Buenos Aires, em 2013; e à Reunião de Vice-Ministros de Relações Exteriores e Defesa sobre a reconfiguração da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), em Santiago, em 2014, entre muitas outras.

Copresidiu, pelo lado brasileiro, a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Itália no âmbito do Plano de Ação da Parceria Estratégica e a 40ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica.

Serviu nas Embaixadas em Moscou (de 1977 a 1979); em Buenos Aires (de 1979 a 1984); em Londres (1989 a 1992 e de 1994 a 1999); em Montevidéu (2002 a 2006); em Berna, cumulativamente com o Principado de Liechtenstein (2006 a 2008); e em Assunção (2008 a 2013).

Foi condecorado com a Ordem do Mérito Militar, Brasil, grau de Oficial, em 1987; a Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, grau de Comendador, e a Medalha Santos Dumont, Brasil, em 1988; a Ordem do Mérito Tamandaré, Brasil, em 1990; a Royal Victorian Order, Reino Unido, grau de Honorary Commander, em 1997; a Ordem El Sol, Peru, Grã-Cruz, e a Ordem do Mérito, Portugal, Grã-Cruz, 2000; a Ordem do Mérito Naval, Brasil, grau de Grande Oficial, em 2001; a Legião de Honra, França, grau de Comendador, em 2001; a Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grã-Cruz, em 2001; a Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz, em 2001; a Ordem Nacional do Mérito, Equador, Grã-Cruz, a Ordem do Mérito da Polônia, Grã-Cruz, e a Ordem da Águia Azteca, México, Grã-Cruz, também em 2002; a Medalha do Mérito Farroupilha, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em 2004; a Medalha do Pacificador, Brasil, e a Medalha da República Oriental do Uruguai, em 2006; e a Ordem Nacional do Mérito, França, no grau de Grande Oficial, entre outras honrarias.

Sobre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, passamos a expor algumas considerações trazidas pelo informe ministerial no tocante às relações bilaterais, de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão.

O relacionamento político bilateral é fluido. Verifica-se ampla convergência de visões em distintos temas da agenda multilateral, como democracia e Estado de direito, combate à pobreza, desenvolvimento socioeconômico, livre comércio, direitos humanos e justiça social.

Na percepção britânica, o Brasil tem-se firmado no cenário externo como construtor de consensos em fóruns multilaterais e ator de peso específico em eventos e questões regionais e internacionais de relevância.

O informe encaminhado pelo Itamaraty dá conta de que o Reino Unido é um dos principais investidores no País. Suas empresas figuram entre as de maior faturamento no Brasil, tais como as mineradoras Anglo American e Rio Tinto, a multinacional do setor de petróleo e gás BG Group, a companhia aérea British Airways, a empresa de saúde GlaxoSmithKline (GSK), os bancos HSBC e Loyds, a petrolífera BP e a automotiva Rolls-Royce, entre outras. De acordo com os registros do Banco Central, as inversões do Reino Unido no Brasil alcançaram, em 2014, US$1,6 bilhão, fazendo daquele país o 9º maior investidor externo em nosso país.

O comércio bilateral tem se revelado superavitário para o Brasil. Ele se caracteriza por variada pauta de exportações – ouro e pedras preciosas, minérios, preparações de carne, máquinas mecânicas – e importações – máquinas mecânicas, automóveis, produtos farmacêuticos, máquinas elétricas. No ano passado (2014), o intercâmbio comercial bilateral totalizou US$7 bilhões, sendo US$3,8 bilhões de exportações brasileiras e US$3,2 bilhões de vendas britânicas. Entre os membros da União Europeia, o Reino Unido foi o quarto principal destino para os produtos brasileiros, atrás dos Países Baixos, da Alemanha e da Itália, absorvendo 9% do total das vendas brasileiras para esse bloco em 2014.

Outros aspectos de importância nas relações bilaterais que merecem ser citados no âmbito deste relatório são a significativa participação do Reino Unido, no programa Ciência sem Fronteiras, com a oferta de 10 mil vagas a estudantes brasileiros até 2015, bem como o Memorando de Entendimento sobre Cooperação

para Desenvolver os Legados das Olimpíadas, firmado pelos dois países, em 2010, na qualidade de anfitriões dos Jogos Olímpicos de 2012, Reino Unido, e 2016, Brasil.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedido vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedido vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CÍCERO MARTINS GARCIA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Antes de iniciar a leitura do relatório, eu gostaria de fazer um breve registro e cumprimentar, ao mesmo tempo, o Dr. Alexandre, Secretário da nossa Comissão, que, hoje, Dia do Exército, acaba de receber uma belíssima homenagem do Exército Brasileiro. Portanto, eu quero cumprimentá-lo pelo feito.

Vamos lá, Sr. Presidente.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República faz do Senhor Cícero Martins Garcia, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha do Ministro e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) elaborou o *curriculum vitae* do referido diplomata, do qual constam informações importantes.

Filho de Juversino Garcia de Oliveira e Nelly Martins Garcia, nasceu em 11 de outubro de 1953, em Pinhal, São Paulo. Em 1976, graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo. Em 1979, ingressou no Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Já na carreira, defendeu sua tese, cujo tema é "Importância e Formas de Aprimoramento da Atividade de Difusão Cultural como Instrumento da Política Externa Brasileira".

Em 1980 iniciou sua carreira diplomática no cargo de Terceiro-Secretário. Ascendeu a Conselheiro em 2000 e a Ministro de Segunda Classe em 2006, ambas as promoções por merecimento. Em 2013 passou para o Quadro Especial da Carreira.

Dentre os cargos que desempenhou na Secretaria de Estado, destacam-se os de chefia da Divisão de Passaportes; chefia da Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento; da Divisão de Operações de Difusão Cultural; e de Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico da Agência Brasileira de Cooperação.

No exterior, destacam-se os de Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Toronto, entre 1995 e 1997; Conselheiro na Embaixada em Bruxelas, de 2001 a 2005; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Londres, de 2007 a 2010; e Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Madri, de 2010 até o presente.

A Geórgia, Sr. Presidente, conforme os dados constantes no relatório, possui extensão de 69.700 km^2 e população de 4,57 milhões de habitantes. É uma república semipresidencialista, com parlamento unicameral composto por 150 deputados com mandatos de quatro anos. Seu Produto Interno Bruto estava, em 2013, em US$24 bilhões, o que lhe propicia PIB *per capita* também pelo poder de compra em torno de US$5.350.

O Brasil reconheceu a independência da Geórgia em dezembro de 1991 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em 28 de abril de 1993. Em 2010 foi aberta a Embaixada da Geórgia em Brasília e o Brasil inaugurou Embaixada residente em Tbilisi, capital da Geórgia, em junho de 2011. Já está em vigor Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Oficiais e Diplomáticos e foram assinados, ainda sem

ratificação, Acordo para Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns e Acordo Básico sobre Cooperação Técnica.

Sobre o comércio bilateral, desde o início dos registros estatísticos, em 1993, o Brasil jamais assinalou déficit no intercâmbio. Segundo dados oficiais, as exportações brasileiras para a Geórgia teriam alcançado em 2013 US$256,7 milhões, e as importações, US$2,3 milhões. Registre-se também que esse intercâmbio teve incremento de US$90 milhões em 2009 para US$259 milhões em 2013.

Suas relações com a Rússia, rompidas desde 2008, passaram a ocupar lugar importante nos rumos da diplomacia georgiana. Na tentativa de escapar à histórica dependência em relação à Rússia – que já manteve este país sob seu domínio por quase dois séculos, entre 1801 e 1918, e 1921 e 1991 –, a Geórgia busca, tal como fizeram os países bálticos, aderir à União Europeia.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório, que, espero, tenha propiciado elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Agradeço à Senadora Vanessa.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedido vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 2, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Praga, em 13 de setembro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Relatório: Pela aprovação.

Convido o Senador Cristovam Buarque como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2015 (PDC 00836, de 2013, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Praga, em 13 de setembro de 2010.

Recebida na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. A proposição passou, em seguida, pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O ato internacional foi finalmente aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 5 de fevereiro de 2015. Acompanha a proposição a Mensagem nº 60, de 2013, do Poder Executivo, que encaminha o texto do qual cabe destacar o seguinte: "O referido Acordo tem como propósito promover a cooperação em assuntos relativos à defesa, especialmente nas áreas de planejamento, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços".

O Tratado compreende onze artigos, estabelecendo regras gerais para cooperação que vão da realização de visitas mútuas de delegações das Partes à implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa. Há, ainda, cooperação relacionada com materiais e serviços relativos à área de defesa.

O acordo trata, ademais, de questões relacionadas a responsabilidades financeiras, solução de controvérsias e exigências legais.

Análise

O ato internacional em apreço mostra-se de relevância ao promover a cooperação entre Brasil e República Tcheca na área de Defesa. A iniciativa dos dois países em cooperar certamente beneficiará as populações e os interesses nacionais de ambos.

Inegável, portanto, que o presente acordo é instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil e que promoverá diretamente o projeto nacional de Defesa.

Voto

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Faço a leitura agora do Requerimento nº 29, de 2015, do Senador Cristovam Buarque:

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a estratégia de construção da presença do Brasil no mundo e a racionalidade para realizar esse propósito.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Embaixador Rubens Barbosa.

2. Embaixador Celso Amo.

Quer fazer algum comentário, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Apenas para, atendendo até uma conversa que tivemos, solicitar que esperemos para aprovar quando estiver aqui o Senador Aloysio, e, nesse momento, talvez, até discutamos se será ou não conveniente trazermos o atual Ministro, para que ele também faça a sua apresentação. Mas esses dois permitiriam um debate muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam, e vai entrar já em votação na pauta da próxima reunião desta Comissão.

Sobre a presença do Ministro, já existe um requerimento aprovado de minha autoria, só para esclarecimento, em que nós pedimos a presença do Ministro, aqui nesta Comissão, para discutir o voto do Brasil dado numa Resolução da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em que se absteve de votar sobre direitos humanos na Síria e no Irã. Poderia ser complementado esse requerimento com a proposição de V. Exª.

Está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 8 minutos, tornada secreta às 12 horas e 16 minutos e reaberta às 12 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2015, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e quinze, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Antonio Anastasia, Vanessa Grazziotin, Magno Malta, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Benedito de Lira, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Wellington Fagundes. Assinam a lista de presença os Senadores não membros desta Comissão Ataídes Oliveira e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente reitera convite do Comando da Aeronáutica, aos integrantes desta Comissão, a participarem de uma visita institucional ao Comando de Defesa Aeroespacional Brasileiro (COMDABRA) e ao primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I) em Brasília – DF, no dia 28 de abril do corrente ano, de 8h15 às 14h20. Passa-se à PAUTA: ITEM 1) **MENSAGEM (SF)** Nº 9, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) **MENSAGEM (SF)** Nº 10, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CÍCERO MARTINS GARCIA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores indicados e concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para

fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os Senadores Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Ana Amélia, Luiz Henrique, Hélio José e Vanessa Grazziotin. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem as questões apresentadas. Usam a palavra os Senadores Lindbergh Farias e Magno Malta. A reunião é tornada secreta às doze horas e seis minutos e reaberta às doze horas e oito minutos. Atua como secretário o Senador Flexa Ribeiro e como escrutinadores a Senadora Ana Amélia e o Senador Flexa Ribeiro. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e apresenta-lhes seus cumprimentos. ITEM 6) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 35, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné, assinado em Brasília, em 21 de novembro de 2011." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Magno Malta, que faz a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 32, de 2015, de autoria do Senador Magno Malta, que "Requeiro, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2015, que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné, assinado em Brasília, em 21 de novembro de 2011." Aprovado. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014 – Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Flexa Ribeiro, que profere o relatório. Usam a palavra para discutir os Senadores Lindergh Farias, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Magno Malta, Jorge Viana e Hélio José. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria, com as Emendas nº 1, 2 e 3 – CRE; votaram contra a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Lindbergh Farias, o Senador Jorge Viana e o Senador Hélio José. EXTRAPAUTA: ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 33, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno, a realização de audiência pública para debater o PLS nº 26, de 2014. Como convidados sugerimos o Representante do BNDES, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Fazenda. Rejeitado. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às doze horas e cinquenta e três minutos assume a presidência o Senador Ricardo Ferraço. E às doze horas e cinquenta e nove minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 23, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que "Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convocado a prestar depoimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, a fim de explicar a situação dos médicos cubanos inscritos no programa "Mais Médicos"." Aprovado o Requerimento, com alteração textual de "convocado" para "convidado", de "Ideli Salvatti" para "Pepe Vargas"; e com a inclusão de um Representante do Ministério da Saúde e de um Dirigente da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 24, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que "Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional o Senhor Ministro de Minas e Energia, a fim de explicar o por que de o governo brasileiro doar termelétrica para a Bolívia." Prejudicado. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 29, de 2015, de autoria Senador Cristovam Buarque, que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a estratégia de construção da presença do Brasil no mundo e a racionalidade para realizar este propósito. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Embaixador Rubens Barbosa; 2. Embaixador Celso Amorim." Aprovado o Requerimento com a inclusão de mais um Embaixador. EXTRAPAUTA: ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 31, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para debater os desafios para os direitos humanos e a democracia na América Latina, bem como o papel da política externa brasileira nesta pauta. Para discutir sobre esse tema, sugiro sejam convidados representantes das seguintes organizações: – Human Rights Watch; – Conectas; – Anistia Internacional; – CIVICUS." Aprovado. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Quebec, celebrado em Brasília, em 26 de outubro de 2011." Adiado. ITEM 5) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 8, de 2015, de autoria do Senador Luiz Henrique, que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão." Adiado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e vinte e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Declaro aberta a 10ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Srs. Senadores, eu reitero um convite do Comando da Aeronáutica, dirigido aos membros desta Comissão, para participarem de uma visita institucional ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Comdabra) e ao 1º Centro Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo (Sindacta I), em Brasília, no dia 28 de abril do corrente ano, de 8h15 às 14h20. Aqueles que tiverem interesse e desejo de participar, por favor, entrem com contato com a Secretaria da Comissão.

Temos hoje duas sabatinas. A primeira, consta do item 1, que passo a ler:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: *1 – Em 16/04/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

E a segunda, do item 2, que também passo a ler:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CÍCERO MARTINS GARCIA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório, que espero tenha propiciado elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: *1 – Em 16/04/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Já foram lidos os relatórios e concedida vista coletiva das matérias.

Convido para que tomem assento à Mesa o Embaixador Eduardo dos Santos e o Embaixador Cícero Martins Garcia, por favor. (*Pausa.*)

Eu recebo os nossos dois Embaixadores com muito prazer.

Passo a palavra inicialmente ao Embaixador Eduardo dos Santos.

O SR. EDUARDO DOS SANTOS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, é uma grande honra para mim retornar a esta Comissão. Agradeço muito a acolhida.

De antemão, também agradeço as recomendações e orientações que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras desejam formular para que eu possa cumprir a minha missão em Londres se vier a ser honrado com a aprovação pelo Senado Federal.

Eu queria expressar também meus agradecimentos pela indicação à Excelentíssima Senhora Presidenta da República e faço, de forma extensiva, esses agradecimentos também ao Ministro de Estado, Embaixador Mauro Vieira.

Eu desejo expor a V. Exªs minha visão sobre a importância do relacionamento do Brasil com o Reino Unido. Obviamente farei comentários de caráter geral, tendo presente que as informações básicas já são do conhecimento de V. Exªs, constantes do relatório apresentado.

A título introdutório, eu queria comentar breves aspectos de caráter histórico que são bastante conhecidos, estudados, mas que creio útil recordar.

O Reino Unido é onde surgiu, foi o berço da Revolução Industrial, foi onde se estabeleceu o sistema parlamentar ao lado da Monarquia, onde nasceram importantes escolas do pensamento político, econômico e social, um país que formou um império colonial, um país que participou das duas guerras mundiais no século XX.

Falando de Brasil, acho importante ressaltar o caráter histórico do nosso relacionamento. O Reino Unido teve ligações históricas com o Brasil ao longo de todo o século XIX até o começo do século XX e, na verdade, isso faz com que o nosso relacionamento remonte aos primórdios da nossa história como nação independente, basta lembrar o episódio do apoio inglês à transferência da família real portuguesa ao Brasil em 1808. Menciono particularmente a contribuição inglesa para a formação inicial da nossa infraestrutura básica. O marco desse processo foi a construção da São Paulo Railway, ferrovia construída e financiada pelos ingleses para escoar a nossa produção de café no século XIX.

O Reino Unido veio, a partir da segunda metade do século XX, a se retrair um pouco não só do Brasil, como da América Latina em geral. Veio a ordem bipolar Leste-Oeste, veio a descolonização, o império se transformou na Commonwealth, a comunidade de nações, e finalmente, por volta dos anos 70, o país aderiu à obra da integração europeia, que era, inicialmente, uma construção essencialmente franco-alemã.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu tive a oportunidade de servir em Londres nos anos 90 e hoje, mais de 15, 20 anos depois, eu tenho a clara percepção da evolução positiva que teve esse relacionamento, sobretudo a partir do início deste século. Para se ter uma ideia, até 1992, nunca antes um primeiro-ministro inglês tinha pisado solo brasileiro. O ex-Primeiro-Ministro John Major veio, naquele ano, para a conferência do Rio sobre o meio ambiente e desenvolvimento. E a primeira visita efetivamente bilateral de um primeiro-ministro ao Brasil ocorreu em 2001, com o trabalhista Tony Blair. Seus sucessores, o trabalhista Gordon Brown e o conservador, atual Primeiro-Ministro, Cameron, também nos visitaram. Com isso, nosso relacionamento com o Reino Unido, hoje, se coloca em termos de Estado a Estado e Governo a Governo, no seu mais alto nível político.

O que há de novo nesse novo relacionamento, nessa nova fase da relação Brasil-Reino Unido? Eu citaria, em primeiro lugar, uma série de diálogos institucionalizados com aquele país, que mostram que hoje temos uma interlocução renovada e privilegiada com aquele país. Em primeiro lugar, o diálogo estratégico instituído em 2012, entre os chanceleres dos dois países, que já realizaram quatro sessões para discutir e fazer uma abordagem conjunta de toda gama bilateral, regional e multilateral.

Outros tipos de diálogos também institucionalizados existem na área econômica para discutir temas ligados a comércio, investimentos, finanças entre os Ministérios da área econômica e também o Itamaraty. Sobretudo há um diálogo de alto nível instituído em energia, que passou a ser um tema fundamental na agenda de cooperação entre os dois países, tendo em vista os investimentos britânicos nesse setor no Brasil, especialmente em petróleo, gás e mineração, o que faz com que o Reino Unido, hoje, seja o nono maior investidor no Brasil. Esses diálogos de alto nível em energia se realizam anualmente, mas, no ano de 2014, não se realizaram em função das circunstâncias eleitorais, tanto no Brasil, com a nossa eleição presidencial, quanto no Reino Unido, em função do referendo sobre a Escócia.

De novo, particularmente, no relacionamento, situo a cooperação em ciência, tecnologia e inovação. É uma área, hoje, prioritária dessa relação, particularmente com o Programa Ciência Sem Fronteiras, em que o Reino Unido se transformou no segundo principal destino dos bolsistas brasileiros. Hoje, são cerca de 10 mil bolsistas brasileiros.

Também em ciência e inovação, o Brasil desenvolve com o Reino Unido uma série de programas para apoiar empresas brasileiras e britânicas. Há, pelo menos, quatro instrumentos importantes da Finep, que, junto com a sua congênere, financia essas empresas. O Newton Fund, que é uma instituição importante do Reino Unido, destinou 9 milhões de libras por ano ao Brasil, de um orçamento total de 75 milhões, há o laboratório da Embrapa estabelecido em Londres, em um centro de pesquisas, entre outras iniciativas. Também uma na Universidade de Oxford em que os pesquisadores brasileiros participam de um programa de cooperação com uma entidade dedicada à descoberta de novos medicamentos.

Feitos esses comentários, há também não só o novo, mas também o que não é novo, mas relevante. Quero mencionar particularmente a cooperação cultural, que é uma área de grande potencial na relação com o Reino Unido. Me louvo nas orientações da Senadora Marta Suplicy, minha Relatora, que foi Ministra da Cultura e esteve em Londres para prestar sua contribuição para o afiançamento dessas relações.

A Embaixada do Brasil, em Londres, desenvolve um programa regular de difusão cultural em diferentes áreas: artes plásticas, música, cinema, teatro etc. Hoje, está em novas instalações, muito bem localizada no coração da cidade, o que faz da nossa missão diplomática um instrumento potencialmente muito importante na difusão da cultura brasileira. Pretendo, se vier a ser aprovado, dedicar particular atenção a essa área.

Além da cultura, temos a agenda tradicional do comércio e dos investimentos. Os dados são conhecidos e constam do relatório à disposição de V. Exªs. O Reino Unido é hoje o quarto principal destino, na União Europeia, das exportações brasileiras, atrás de Países Baixos, Alemanha e Itália. É o quarto principal parceiro. E o Brasil é superavitário. Tem um superávit entre US$500 milhões e US$600 milhões.

Além desses itens da agenda, que fazem da nossa relação uma relação particularmente importante, eu destacaria resultados muito positivos na agenda multilateral. Aqui, eu cito dois assuntos: a reforma do Conselho de Segurança e as negociações sobre mudança do clima.

Na questão do Conselho de Segurança, da reforma do Conselho, o Reino Unido passou a apoiar o ingresso do Brasil como membro pleno de um conselho que venha a ser reformado. Essa evolução, que é dos últimos anos, dos anos mais recentes, é muito significativa e valoriza enormemente a interlocução, o diálogo e o entendimento entre os dois países.

No que se refere às negociações sobre clima, reconhecemos haver divergências substantivas entre os dois países nessa negociação, não só com o Reino Unido, mas com os países desenvolvidos em geral. Mas, por outro lado, há uma coincidência acentuada entre Brasil e Reino Unido quanto à necessidade de se fortalecer o regime multilateral de mudança climática e, sobretudo, de chegarmos à COP 21 em Paris, no final do ano, com resultados tangíveis e, sobretudo, vinculantes. Esse é um esforço no qual nossos governos estão engajados, e o intercâmbio de opiniões, as consultas, o diálogo entre Brasil e Grã-Bretanha se acentuaram bastante nestes últimos anos.

Além de destacar esses pontos, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, eu gostaria de ressaltar aquilo que eu acho que é peculiar no posto para o qual estou sendo indicado, qual seja, a importância do Reino Unido como centro internacional formador de opinião ou centro formador de conhecimento e cultura.

O Reino Unido abriga um dos maiores centros financeiros do mundo, a Cidade de Londres, onde se consolidam percepções tendentes a influenciar os mercados e as decisões dos agentes econômicos. O Reino Unido abriga os mais prestigiosos e influentes órgãos da mídia internacional. É sede de importantes organizações não governamentais que tratam de direitos humanos e de meio ambiente sobretudo. Além disso, o Reino Unido é sede das mais antigas e tradicionais universidades do mundo e de centros de pesquisa de reconhecida excelência.

Tudo isso faz do Reino Unido uma grande caixa de ressonância na qual a ação do agente diplomático torna-se particularmente desafiadora. É um desafio para o agente diplomático inserir-se nesse ambiente internacional, e, particularmente, é um desafio para um embaixador de um país como o Brasil, que tem participado ativamente dos negócios mundiais, que necessita influir no debate sobre as questões globais e, sobretudo, um país que necessita influir em decisões dos governos com os quais se relaciona.

Sr. Presidente, fui extremamente breve nas minhas considerações. Eu queria ressaltar esses aspectos para mostrar que o relacionamento do Brasil é um relacionamento muito estreito, independentemente de discrepância e diferença de pontos de vista.

Antes de concluir, se V. Exª me permitir, eu ainda dedicaria breves palavras a dois assuntos bastantes atuais. Estamos às vésperas da eleição geral de 7 de maio, na qual, encerrado o mandato parlamentar de cinco anos, serão renovados os membros da Câmara dos Comuns. Considera-se que essa eleição deve ser a de resultados mais imprevisíveis dos últimos tempos. Pesquisas muito equilibradas, quadro partidário mais fragmentado do que antes e a perspectiva de um novo governo de coalização ou mesmo de um governo de minoria, tudo isso tem sido colocado pelos analistas políticos. A nós cabe observar e acompanhar esse processo.

Outro assunto a que quero me referir e que é próprio da relação com o Reino Unido tem a ver com a questão das Malvinas. O Brasil tem uma posição histórica a esse respeito, uma posição conhecida e entendida pelo governo britânico, e nós apenas procuramos zelar para que ela se mantenha dentro da esfera da relação bilateral Argentina e Reino Unido e que não interfira no bom entendimento entre o Brasil e o Reino Unido.

Sr. Presidente, ao concluir, eu gostaria de reiterar meus agradecimentos a V. Exªs pela atenção e pela consideração que dispensam a esta breve apresentação. Eu não quis me aprofundar. Prefiro colocar-me à disposição de V. Exªs para algum questionamento e esclarecimento. Reitero meus agradecimentos, esperançoso de poder contar, se vier a ser aprovado, com o apoio de V. Exªs para cumprir a minha missão para a qual fui indicado junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Agradeço a V. Exªs, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Passo a palavra agora ao Sr. Cícero Martins Garcia, que é Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira Diplomática e foi indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. CÍCERO MARTINS GARCIA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu queria, em primeiro lugar, agradecer aos Ministros Figueiredo e Mauro Vieira, bem como à Presidenta Dilma Rousseff, por haverem indicado o meu nome para a Embaixada do Brasil na Geórgia, e também a esta Comissão de Relações Exteriores, particularmente à Senadora Vanessa Grazziotin, por dar andamento aos procedimentos e permitir que eu esteja agora diante desta Casa expondo meu plano de trabalho para a Embaixada do Brasil em Tbilisi.

Não vou repetir as informações que constam já do papel que foi entregue a V. Exªs pela assessoria do Itamaraty, mas apenas atualizar alguns dados.

Em 2014, o PIB da Geórgia cresceu 4,8%, o que levou o PIB acima da casa dos US$15 bilhões. O maior crescimento foi nos setores de construção e bancário. O crescimento do comércio com o Brasil também cresceu. As exportações brasileiras para a Geórgia, que haviam batido recorde histórico, em 2013, com US$256,7 milhões, aumentaram ainda outros US$20 milhões, em 2014, totalizando US$276,7 milhões.

Outra atualização bastante interessante é no que diz respeito aos acordos bilaterais, porque, de acordo com as informações que V. Exªs receberam, consta que ainda não havia acordo para vistos comuns e de negócios entre o Brasil e a Geórgia. Atualmente – faz mais ou menos um mês –, os brasileiros já podem viajar à Geórgia sem visto, e os georgianos podem viajar ao Brasil sem visto. Aliás, mesmo antes da assinatura do acordo, a Geórgia já vinha permitindo aos brasileiros que entrassem no país sem visto pelo período de até um ano. Atualmente, o acordo não é totalmente recíproco, porque a Geórgia dá um ano para os brasileiros, e os brasileiros dão 90 dias para os georgianos, como é o critério do Brasil para todas as nacionalidades que não necessitam de visto.

As relações entre Brasil e Geórgia são bastante recentes. Foram bastante impulsionadas a partir de 2010 e 2011, com a abertura das respectivas embaixadas, impulso esse que, se meu nome for aprovado por V. Exªs, pretendo continuar seguindo.

As relações do Brasil com a Geórgia se dão no campo político, econômico-comercial, de cooperação, cultural e mesmo interparlamentar. Pretendo falar um pouco sobre cada uma dessas áreas.

Do ponto de vista político, a primeira coisa interessante seria entender a Geórgia. A Geórgia, como se vê, é um país que faz parte da Transcaucásia, que são os três países Geórgia, Armênia e Azerbaijão, que estão localizados entre: Mar Negro, a oeste; Mar Cáspio, a leste; Rússia, ao norte; Turquia e países do Oriente Médio, ao sul. São três países que não são grandes e que estiveram, então, durante quase toda a história, sujeitos a domínios, a hegemonias, a invasões vindas de todos os lados, tanto do ocidente – primeiro, foram os bizantinos e, depois, os turcos-otomanos –, como do lado leste – os persas a invadiram várias vezes – e do sul, de onde vieram os árabes, depois da expansão islâmica. A partir do século XIX, é a Rússia que tem exercido hegemonia sobre a Geórgia e sobre os demais países da região. Esse problema existe ainda, porque a Geórgia ainda tem problemas de hegemonia, ainda não tem a relação com a Rússia totalmente resolvida.

Outro problema constante não só na Geórgia mas em toda a região são as etnias. Por exemplo, a Geórgia tem o problema sério da Abecásia e da Ossétia do Sul, que são regiões de etnia diferente da Geórgia, sobre as quais falarei um pouco mais tarde. E há problemas étnicos que foram mais graves e mais noticiados, que são do conhecimento público, que são os problemas do Nagorno-Karabakh, que é um enclave de etnia armênia localizado dentro do Azerbaijão, e o problema grave da Chechênia, que está na fronteira norte da Geórgia. Esse problema já respingou bastante na Geórgia, porque, às vezes, os russos acusam a Geórgia de abrigar dissidentes chechenos. Inclusive, a Rússia já fez bombardeios e incursões armadas na Geórgia por conta desse problema.

A partir de 2003, que foi o ano da Revolução das Rosas, a Geórgia está procurando, de forma decidida, abrir-se para o ocidente. Essa abertura comercial tem dois vetores principais: um deles é a tentativa de integração à União Europeia, e, já no ano passado, foi assinado o Acordo de Associação com a União Europeia; outro

é a tentativa de integrar a Otan. Como V. Exªs deduzirão, isso não está em sintonia com os interesses da Rússia. De fato, as relações entre a Geórgia e a Rússia são atualmente extremamente complexas e titubeantes: às vezes, estão melhores; às vezes, estão piores. E o ponto do pior relacionamento se deu em 2008, quando houve a intervenção armada da Rússia na Geórgia, o que gerou o rompimento das relações diplomáticas e também a saída da Geórgia da Comunidade dos Estados Independentes.

Por falar na Comunidade dos Estados Independentes, quando ela foi fundada, em dezembro de 1991, onze dos quinze países da ex-União Soviética integraram essa Comunidade, com exceção de quatro: os três países bálticos, que decidiram integrar a União Europeia, e a Geórgia, que acreditava que o fato de eles terem sido integrados à força à União Soviética não credenciava a entrada da Geórgia nessa Comunidade. A Geórgia mudou de ideia em 1993, quando o ex-Presidente Chevardnadze era, de certa forma, aliado da Rússia e, então, resolveu integrar a Geórgia à Comunidade. Mas a Geórgia voltou a sair em 2009, tendo dado um ano de aviso prévio, depois da guerra de 2008 com a Rússia.

Vou discorrer um pouquinho só sobre as relações entre a Geórgia e a Rússia, que são muito importantes no cenário geopolítico local. Eu destacaria os pontos positivos: primeiro, as conversações de Genebra sobre o caso dos deslocados da Abecásia e da Ossétia do Sul e, depois, o fato de que a Rússia não tem relações com a Geórgia, mas tem na embaixada suíça em Tbilisi um setor de interesses russos que trata de vistos e de outros interesses de forma prática. Os dois países, apesar de não terem embaixadores, têm representantes especiais, um alto cargo georgiano e um alto cargo russo, que discutem as relações práticas entre os dois países.

Faz pouco tempo que a Rússia resolveu restaurar a rodovia Rússia-Armênia, que passa pelo território da Abecásia e passa também pelo território georgiano. Eles, então, estão chegando a um acordo, inclusive com a ajuda da Suíça, que é o país que vai controlar as alfândegas nos pontos de fronteiras. Em 2013, apesar do rompimento de relações, foi retomado o comércio bilateral entre os países. A Rússia é um dos grandes parceiros comerciais da Geórgia.

Como pontos negativos do relacionamento, cite-se a recente assinatura do acordo de parceria estratégica Rússia-Abecásia e de outro acordo de acordo de parceria estratégica Rússia-Ossétia do Sul, que os georgianos consideram como verdadeiro passo no sentido da anexação desses territórios pela Rússia. A Rússia, evidentemente, nega que pretenda anexar os territórios. Por outro lado, a Rússia está altamente irritada com a decisão da Geórgia de abrir no seu território um centro de treinamento da Otan. A Otan e a Geórgia negam que esse centro de treinamento seja uma ameaça à Rússia e dizem que ele vai servir simplesmente para treinar as tropas georgianas que fazem parte das tropas internacionais que vão para a República Centro-Africana ou que vão para ao Afeganistão.

Outro problema que existe é o projeto de resolução que a Geórgia apresenta anualmente na Assembleia Geral das Nações Unidas. É um projeto de resolução que a Geórgia diz que é, simplesmente, de âmbito humanitário, que diz respeito às dezenas de milhares de refugiados decorrentes dos conflitos na Abecásia e na Ossétia do Sul, enquanto a Rússia diz que isso está coberto de sentido político, e que a Geórgia quer fazer, de forma subjacente, com que aquelas regiões pertençam à Geórgia, mas a Rússia considera que eles são Estados independentes.

Quanto aos outros vizinhos, a Geórgia tem muito boas relações com a Turquia e com o Azerbaijão e tem também boas relações com a Armênia, apesar de ter alguns pequenos irritantes de cunho histórico e alguns de cunho social. Em geral, isso não chega a afetar a boa relação entre os dois países.

A Geórgia considera o Brasil – tem repetido isso inúmeras vezes – como aliado estratégico na América Latina. Cada vez que uma autoridade georgiana se manifesta sobre o Brasil, ela repete essa percepção georgiana. O Brasil, é claro, recebe muito bem essa postura, ainda mais pelo seu caráter crescente de ator global nas relações internacionais.

Um sintoma da boa relação que o Brasil tem com a Geórgia é o apoio que o Brasil recebe em quase todos os pleitos que faz para cargos em organismos internacionais. O apoio da Geórgia para que o Brasil seja um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas é um apoio permanente, de primeira hora, que prossegue. A Geórgia também apoiou a candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo para a Organização Mundial do Comércio, apoiou a primeira eleição do José Graziano para a FAO e já disse que vai apoiar também o José Graziano na reeleição para a FAO que vai acontecer agora, em junho próximo. Não são só esses. Eu darei, a título exemplificativo, outros apoios. Cada vez que o Brasil pede, quase sempre, a Geórgia diz que "sim": o Comitê dos Direitos da Criança, o Subcomitê de Prevenção da Tortura, Comissão de Direito Internacional, Conselho da União Marítima Internacional, Conselho da Organização da Aviação Civil, Comitê de Eliminação da Discriminação Racial, Tribunal Penal Internacional, Conselho da União Internacional de Telecomunicações, Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O Brasil pede voto para a Geórgia e, quase sempre, é atendido.

Por outro lado, o grande apoio que a Geórgia pede para o Brasil é que, a cada ano, apoie essa resolução que eu já mencionei que a Geórgia coloca na Assembleia Geral das Nações Unidas. O Brasil tem adotado a postura de abstenção pelo fato de que considera que esse problema é melhor tratado na Comissão que existe em Genebra, na qual todos os aspectos são discutidos, não está andando bem, mas que é o foro específico que existe para cuidar desse assunto.

Ainda no âmbito político, o Brasil tem com a Geórgia um memorando de entendimento sobre consultas políticas que tem sido seguido anualmente, seja pela visita de altas autoridades georgianas ao Brasil, seja pela visita de altas autoridades brasileiras à Geórgia, onde eles tratam de assuntos não apenas bilaterais, mas também assuntos regionais e multilaterais de interesse recíproco.

Também existe um memorando de entendimento com as academias diplomáticas que ainda não está implementado e, caso V. Exªs aprovem o meu nome, procurarei implementar, levando autoridades brasileiras para falar na Academia Diplomática georgiana e trazendo especialistas georgianos para falar no Instituto Rio Branco. Mas, acima de tudo, seria mais interessante ter um diplomata ou futuro diplomata georgiano cursando o Instituto Rio Branco.

Quando eu fiz o Instituto Rio Branco há 35 anos, lembro-me muito bem de que havia oito bolsistas estrangeiros da África e da América Latina. São pessoas que estabelecem laços permanentes com o Brasil, são pessoas que depois podem chegar a ser diplomatas importantes dos seus respectivos países e terão sempre um diálogo fluido com o Brasil. Farei um esforço muito grande para ver se é possível trazer um diplomata georgiano para cursar o Instituto Rio Branco.

Do ponto de vista comercial, as relações ainda são pequenas, mas estão crescendo. Em 2013, houve a primeira missão comercial brasileira à Geórgia, isso está na informação que V. Exªs possuem: empresários dos setores de alimento, de infraestrutura e de aviação, setores muito promissores.

Por exemplo, a Geórgia sempre enfatiza o fato de que, sendo um país do Cáucaso, eles têm montanhas muito altas e têm também muitos rios e muitas quedas d'água. Mas eles não têm tecnologia para construir hidrelétricas e o Brasil possui, sim, tecnologia para hidrelétricas. Então, é muito viável que o Brasil venha a investir na Geórgia nesse setor.

Na questão de cooperação técnica, existe um acordo assinado em 2011, imediatamente ratificado pela Geórgia, mas não ratificado ainda pelo Brasil. Faremos, caso tenhamos o nome aprovado, esforços grandes para ver se vai adiante esse processo de ratificação do acordo por parte do Brasil.

Mas isso não impede que haja cooperação técnica. Por exemplo, foi assinado e está em cumprimento um memorando de entendimento entre os Ministérios da Agricultura dos dois países e o Brasil já enviou uma missão conjunta Ministério da Agricultura/Embrapa à Geórgia e eles percorreram vários setores da agricultura e pecuária georgiana vendo a produção de carnes, de leite, de frutas, de vinho, de queijos e de chocolate. Inclusive, uma coisa que eles narram é que quando visitaram um abatedouro da Geórgia, uma *husbandry*, onde se criam animais, encontraram uma missão da Usaid que estava lá naquele momento e os americanos disseram, com toda sinceridade, que eles estavam cooperando com a Geórgia com a condição de que a Geórgia comprasse produtos, especialmente sêmens norte-americanos. O Brasil não tem por que não seguir pelo mesmo caminho.

O campo da educação e cultura também é um campo muito importante. O Embaixador Eduardo dos Santos falou da importância da cultura, com o que concordo plenamente. O Brasil já fez festivais de cinema em 2012, 2013 e em 2014. Pretendo, se aprovado, continuar com esses festivais de cinema, assim como ver se se abre um eleitorado brasileiro em Tbilisi. Já existe, na universidade local, um Instituto Camões, mas que é, digamos, gerido pelos portugueses, e não tem por que o Brasil não se associar e ensinar também o Português do Brasil na Geórgia.

Finalmente, eu gostaria de falar, para encerrar, sobre a cooperação interparlamentar. V. Exªs já receberam aqui, em passado recente, a vice-presidenta do parlamento georgiano. Agora, é o próprio presidente do parlamento que já manifestou à Embaixada o desejo de visitar o Brasil. E esperamos, tendo o nome aprovado, poder receber, em futuro próximo, uma delegação de Parlamentares brasileiros à Geórgia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu agradeço a V. Exª.

Aqui, nós temos vários Senadores que são membros de um grupo de amizade Brasil-Geórgia: Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, Senadora Vanessa, que foi Relatora do seu caso, da sua indicação, eu mesmo, que sou Presidente da Comissão. Então, o País tem muita simpatia, há muita simpatia entre nós, aqui.

Bem, o processo de votação já pode ser aberto e eu passo a palavra aos primeiros Senadores que estão inscritos aqui: o Senador Anastasia, o Senador Tasso Jereissati e a Senadora Ana Amélia.

Senador Anastasia, por favor. V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes.

Cumprimento as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores, os eminentes Embaixadores Eduardo dos Santos e Cícero Martins Garcia. Meus cumprimentos pela exposição clara que fizeram.

Sr. Presidente, as minhas alegações serão céleres. Eu gostaria, em primeiro lugar... Eu comentava, aqui, com o Senador Tasso e com o Senador Delcídio, a feliz coincidência de que, no dia de São Jorge, hoje – inclusive, é feriado no Rio de Janeiro, já que é padroeiro daquela capital –, nós estamos, aqui, discutindo exatamente Reino Unido, que tem como patrono São Jorge, e também a Geórgia, cujo nome vem, também, da presença mítica de São Jorge naquela região do nosso oriente.

Eu gostaria primeiro, Sr. Embaixador Cícero, de dizer que a exposição muito clara de V. Exª demonstra que a região, apesar de estar democrática – eu fico muito feliz com isso, a Revolução Rosa permitiu à Geórgia caminhar numa trilha de democracia, de respeito aos direitos humanos e uma aproximação aos nossos valores, da nossa civilização ocidental –, ainda é uma região que é um barril de pólvora, como V. Exª bem demonstrou, em razão da hegemonia russa e da presença, é claro, daquelas dissidências.

Imagino que o Senador Tasso vá fazer observações, como tem sido de praxe com as questões comerciais, mas eu gostaria tão somente de fazer essa referência de que como, felizmente, a Geórgia, naquele local, naquela região geopolítica, tem hoje essa participação mais democrática, ela pode servir como um farol, especialmente para outras práticas daquela região. Inclusive, pouco ao sul está presente o Estado Islâmico, e nós temos sido, aqui, muito críticos da barbárie daqueles elementos, exatamente pela posição brasileira, que eu defendo sempre muito, em prol dos direitos humanos.

Então, eu queria cumprimentá-lo e desejar boa sorte no exercício das funções junto à República da Geórgia.

Eminente Embaixador Eduardo dos Santos, cumprimentando-o, digo que V. Exª está designado para a Embaixada que considero das mais importantes do Brasil. Eu tenho falado aqui, nas diversas sabatinas, Embaixador Eduardo, que o Brasil, a meu juízo, deve andar sempre ao lado de bons amigos, de pessoas que nos ajudem, de países que nos ajudem, e é exatamente o caso do Reino Unido.

A Inglaterra, como V. Exª bem colocou na sua exposição, tem uma participação fundamental na consolidação dos valores mais sagrados da nossa democracia. Eu relembro aqui que só o efeito da Carta Magna, em 1215, já foi uma herança extraordinária, como também o parlamentarismo.

Aproveito para abrir um parêntese. V. Exª colocou muito bem: nas eleições que se aproximam, Presidente, Senador Aloysio Nunes, de 7 de maio, na Inglaterra, nós estamos com possibilidade de vários partidos. É interessante, então, porque aqui há uma tese política, e abro um parêntese distinto dos nossos temas, de que o voto distrital inibe os partidos, caminhando para um bipartidarismo, o que se vê que não ocorre na Inglaterra, no Reino Unido, onde o voto distrital puro ocorre e está havendo uma pulverização de partidos, o que demonstra que a robustez das ideias também se consagra no sistema distrital puro. Mas fecho o parêntese para reiterar o que me parece fundamental, que é exatamente uma proximidade maior do Brasil com o Reino Unido, como também com as nações mais desenvolvidas, como os Estados Unidos, a França, a Itália, a Alemanha, o Japão, a própria China e nações que têm essa consolidação de bons exemplos.

O Reino Unido, a Inglaterra, no sentido coloquial da expressão, ao longo de séculos, sempre foi uma nação avante de seu tempo. Não só precursora nas questões democráticas, com a Revolução Gloriosa, como V. Exª comentou, mas também na Revolução Industrial, com a consagração de diversos institutos que hoje fazem parte do nosso dia a dia, eu tenho certeza que a influência inglesa é muito positiva.

Em meu Estado, Minas Gerais, como V. Exª bem sabe, a presença inglesa é muito forte e muito tradicional, desde na tradicional exploração do ouro pelos ingleses nas minas em Nova Lima e na região, como em investimentos recentes em várias áreas econômicas, inclusive, de empreendedorismo bastante robusto, até de combustível verde, por exemplo, onde empresários britânicos têm participado de modo muito ativo, além, é claro, da presença fundamental, cultural que é algo imprescindível. Hoje sabemos que o inglês tornou-se, praticamente, uma língua franca em todo o mundo. E é claro que lá está a matriz da questão literária e da língua inglesa.

Então, eminente Embaixador, eu desejo a V. Exª muita sorte.

A minha única ponderação é exatamente esta: aproximar-se ao máximo. Reino Unido é uma nação de que nós devemos ficar juntos. Eu disse aqui, recentemente, uma frase que é coloquial, um ditado em meu Estado: "Diga-me com quem andas e te direi quem és". Eu acho o Reino Unido uma excelente companhia, ao contrário de alguns outros que estão por aí. Devemos estar juntos para, exatamente, trazer, cada vez mais, o processo civilizatório de desenvolvimento de que nós tanto precisamos no Brasil.

Meus cumprimentos, felicidades.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

Senador Tasso Jereissati, V. Exª tem a palavra.

O Senador Anastasia se referiu, várias vezes, ao dia de São Jorge. O Senador Jorge Viana está impaciente para tomar a palavra, mas vai aguardar um pouco a manifestação dos outros colegas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Acredito que o Senador Jorge Viana esteja impaciente porque ninguém lembrou que – apesar de o Senador Anastasia ter lembrado aqui, com sua cultura abrangente, todos os aspectos e coincidências e importâncias históricas do Reino Unido e da Geórgia – a Geórgia também era pátria do Stalin. Talvez seja por conta disso que o Senador Jorge Viana esteja um pouco inquieto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E de Lavrentiy Beria também. (Risos.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Minhas observações vão ser bastante breves, apenas... Claro que é uma das embaixadas mais importantes do mundo. O Embaixador Eduardo Santos, ao falar da Inglaterra, sem dúvida nenhuma, e o Senador Anastasia foram bastante felizes ao levantar tudo aquilo que a Inglaterra representa para o nosso mundo desenvolvido, para a nossa história, para a nossa democracia, para o nosso desenvolvimento.

E eu apenas queria ressaltar duas coisas. Uma, a percepção de que o volume de comércio entre o Brasil e o Reino Unido está praticamente estagnado nos últimos anos. E a minha observação é: por que está estagnado e o que nós podemos fazer, neste momento em que o brasil procura ter uma participação maior no comércio internacional e, evidentemente, o Reino Unido é uma das saídas, um dos mercados mais importantes que o Brasil possa ter?

Segundo, quero dizer da minha alegria, Embaixador Eduardo Santos, em estar aqui para poder não apenas sabatiná-lo, mas aplaudi-lo e ajudar a aprovar seu nome para essa embaixada, o que é uma alegria para mim muito grande.

Quanto à Geórgia, também, já foi dito o bastante aqui, ao contrário do que alguns pensam, não só sobre sua importância comercial, mas evidentemente que a Geórgia hoje é um importantíssimo ponto de observação. Não há nenhuma dúvida sobre o papel que essa embaixada pode ter ao nos colocar nesse ponto privilegiado de observação da evolução da história e da geopolítica naquela região, com consequências para o mundo inteiro.

Gostei muito das suas palavras, da sua exposição.

Gostaria de parabenizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senadora Ana Amélia, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, bom retorno. Temos certeza de que a missão de V. Exª e dos outros colegas foi muito bem-sucedida.

Caros Embaixadores Cícero e Eduardo dos Santos, é muito fácil conversar com profissionais da qualidade e da excelência dos senhores.

Os Senadores Anastasia e Tasso Jereissati já fizeram as referências necessárias do ponto de vista histórico, político, cultural da relação bilateral e da relevância desses países.

Falo, então, pontualmente, ao Embaixador Cícero. Desde que o Brasil reconheceu a independência da Geórgia – e faz muito pouco tempo se considerarmos o tempo que estamos vivendo –, sempre tenho um olhar para a relação comercial, porque é onde acontece com mais dinamismo o processo. É muito incipiente o comércio bilateral. O Brasil é francamente superavitário. São mais de US$300 milhões de dólares, não chegando a US$3 milhões de dólares a importação da Geórgia. Então, gostaria de saber do senhor, primeiro, qual é o espaço e a área que temos, especialmente considerando o meu Estado, o Rio Grande do Sul, na área de carnes, de soja, que podemos ter com a Geórgia, que tem outros problemas, que são a distância e o inverno russo, de forma que o transporte marítimo fica complicado. E quando o senhor imagina que a crise interna do país, provocada por uma mudança conceitual de política econômica, e também a crise política podem ser, digamos... Quando pode-se tornar mais estável a Geórgia, à luz até do que está acontecendo em toda a região, com a questão da Ucrânia e a posição da Rússia em relação às ex-Repúblicas Soviéticas?

Ao Embaixador Eduardo dos Santos vou falar de questões, digamos, um pouco mais atuais. O Brasil está vivendo, hoje, uma crise muito séria numa operação que envolve a principal empresa de petróleo do País, que é a Petrobras, na Operação Lava Jato, e casualmente é no setor de petróleo e gás que o Brasil tem com a Inglaterra as relações mais intensas e dinâmicas, não só em petróleo e gás, mas também as empresas inglesas fizeram investimentos e acreditaram num programa de produção e investimentos na produção de etanol. Então, isso é relevante. A própria Shell entrou na disputa do pré-sal, com investimento de R$3 bilhões. Então, não é pouca coisa. Eu queria saber do senhor – certamente, a primeira questão pela qual será será provocado quando chegar a Londres, depois daquele desfile na carruagem, algo muito do ritual, da liturgia e do poder, que é uma cerimônia muito bonita – como o senhor vai enfrentar essa pedreira desse processo. Minha questão é sobre esse particular.

Uma outra questão tão delicada quanto diz respeito a que temos um embaixador da Inglaterra no Brasil jovem, muito dinâmico, muito atuante e muito ativo. Ele já agiu, inclusive, através de ação diplomática legítima – ele representa os interesses do seu país e tem de defendê-los, a despeito de concordarmos ou não –, em relação às Ilhas Malvinas ou Falklands, como dizem os ingleses. Então, há essa questão que a Argentina tem como de honra, histórica, uma disputa muito complicada. Dentro desse protagonismo que o embaixador está tendo no Brasil e também de um recrudescimento interno na Argentina – cada vez que a Argentina tem um problema interno esse problema se sobressai, digamos assim, como cortina de fumaça para enfrentar os seus problemas, os inimigos internos e buscar um inimigo externo –, queria saber do senhor, nesses dois aspectos, qual é o seu projeto de exercício da diplomacia nesses dois casos.

E, por fim, a Irlanda, país em que o senhor também irá acumular a função, tem uma questão de imigração bastante delicada. No entanto, encontrou algumas alternativas. Então, de que modo nós podemos aplicar algumas alternativas da política de imigração da Irlanda do Norte neste momento, já que o Governador Jorge Viana, do Acre, tem a questão a imigração do haitianos, e nós, no Rio Grande do Sul, temos também a questão da imigração de haitianos e de trabalhadores africanos, e esse processo, em um Estado que tem fronteira com dois países – Uruguai e Argentina –, isso também é de grande relevância.

São essas as minhas questões.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de destacar a excelência dos dois Diplomatas que vão servir ao Brasil em postos tão importantes.

Em segundo lugar, eu gostaria de reiterar aqui aquilo que já foi colocado pelos meus colegas, a importância da relação do Brasil com a Inglaterra, com quem tem um relacionamento bilateral histórico. Há mais de 200 anos que a Inglaterra faz investimentos no Brasil, tem empresas filiais instaladas no Brasil e é importante que esse processo se intensifique, não apenas na área do petróleo, como asseverou a Senadora Ana Amélia, mas em outras áreas estratégicas em que o Brasil pode, por exemplo, contribuir fortemente com o desenvolvimento daquele país e eu citaria a área do *software*.

O Brasil tem hoje uma *expertise* em *software*, principalmente *software* de gerenciamento industrial e gerenciamento financeiro como poucos países do mundo. E é interessante assinalar que essa história começou quando nós compramos uma série de fragatas inglesas. Elas eram dotadas daquilo que se chama de eletrônica embarcada, ou seja, elas já eram movidas por processos digitais. E quando o Brasil adquiriu aquelas fragatas, o País se deu conta de que era preciso criar um programa para desenvolvimento da informática, sob pena de ficarmos na dependência dos fornecedores ingleses na manutenção desses equipamentos militares. Foi quando o governo brasileiro criou o grupo Cobra, no qual surgiu a política de informática. E, dessa política de informática, decorreu um desenvolvimento fantástico do nosso País na área de *software.* Acredito que essa é uma área em que o Brasil pode contribuir lá, como em muitas outras áreas os ingleses podem contribuir aqui.

Então, eu gostaria, tendo a certeza de que o fará, de que V. Exª pontuasse a sua atuação no resgate do relacionamento industrial, comercial e agora na área de serviços comerciais também com a Inglaterra.

Ao Ministro Cícero Martins Garcia eu gostaria de fazer perguntas a respeito dessa questão delicada da Abecásia e da Ossétia do Sul e da dificuldade de relacionamento que se criou entre a Geórgia e a Rússia. Pelo que tenho lido e ouvido, a posição é mais ou menos semelhante à da Ucrânia, com dois vieses. O primeiro viés é que a Rússia sempre teve uma reivindicação de potência mundial, e, após a Perestroika, a Rússia foi perdendo partes do territórios que antes pertenciam à União Soviética, como os países bálticos, a Ucrânia e tantos outros. Essa seria a primeira complexidade da questão, partindo do ponto de vista de que a decisão, seja da Ucrânia, seja da Geórgia, é de transitar de uma comunidade ligada aos russos para a Comunidade Europeia. Parece-me que esta é a primeira questão: vizinhos tão próprios da Rússia integrando a Comunidade Europeia e integrando a Otan. E a segunda questão reside na existência de populações russas em enclaves nesses países. O caso da Crimeia é muito claro, o caso da região do sudoeste na fronteira com a Polônia é muito claro também. E, tanto na Abecásia como na Ossétia do Sul, existem, realmente, populações russas.

A primeira pergunta é como V. Exª acha que o Brasil deve se guiar diante de um quadro tão complexo.

Em segundo lugar, como o Brasil pode fazer disso uma grande oportunidade, já que nós, o Senador Aloysio Nunes, o Senador Jorge Viana e eu, que fomos recebidos pelo Embaixador da Geórgia, sentimos que há uma grande vontade, uma determinada vontade de incrementar parcerias com o Brasil, que hoje são impossíveis com a Rússia e com outros vizinhos? Nesse sentido, como o Brasil pode tirar proveito dessa situação?

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Senador Hélio José, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria cumprimentar o nosso querido Senador Aloysio Nunes pela condução dos trabalhos e cumprimentar os nossos dois Embaixadores, que têm um desafio importante pela frente.

O Sr. Eduardo – eu tive oportunidade de ler aqui – tem uma carreira brilhante na diplomacia brasileira, passando por várias etapas. Com certeza, ele terá uma grande contribuição para o nosso País nessa embaixada tão importante para nós que é a Embaixada da Inglaterra, do Reino Unido. A minha própria filha vai ser usuária, pois ela faz Medicina e, pelo Ciência sem Fronteiras, agora, está indo ficar um ano em Glasgow.

Eu conheço bem Londres e acho Londres uma cidade muito parceira, muito bacana. Acho que o metrô de Londres é um grande exemplo, um metrô antigo que funciona de uma forma muito agradável para a gente que chega à cidade, bem integrado. Eu acho que, para infraestrutura nacional, seria bastante salutar que se pensasse em fazer algo parecido com o metrô de Londres.

Queria saber do nosso querido Eduardo, de V. Exª, como poderíamos contribuir com o Brasil, com as formas alternativas de geração de energia elétrica, com o seu trabalho lá. Sou engenheiro eletricista. Sou inclusive servidor público do MPOG. Trabalho junto ao Ministério de Minas e Energia. Conheço muito e sei que a matriz energética precisa mudar. Acho que a Inglaterra, pelo que eu saiba, com relação à energia solar, é muito pequena, mas a tecnologia da Inglaterra pode colaborar bastante com o Brasil. A energia eólica é bastante desenvolvida. O Brasil, há oito anos, era atrasado na geração eólica, mas, hoje, já está com 4% da sua matriz energética com geração eólica. Então, seria muito importante que o nosso Embaixador nos posicionasse, falando das cooperações que poderemos ter nessa área de infraestrutura com a Inglaterra, o Reino Unido, um dos cinco países que integram o Conselho da ONU com direito a veto. Então, acho que é um país que tem muito a colaborar conosco.

Como os problemas, e temos inúmeros, com brasileiros em Londres – são quase 150 mil brasileiros – podem ser amenizados para evitar violência, como a que ocorreu com nosso brasileiro no metrô?

Então, esse intercâmbio tecnológico, a questão social e a questão...

O senhor passou por Buenos Aires, foi Embaixador no Cone Sul, e sabemos que há uma coisa mal resolvida entre Inglaterra e Argentina com relação a Malvinas, Falklands. Como o Brasil, tendo uma pessoa tão experiente e conhecedora dos dois lados como o senhor, pode contribuir para uma pacificação definitiva dessa questão entre Argentina e Inglaterra das Ilhas Malvinas ou Falkland?

Ao nosso Embaixador na Geórgia. A Geórgia é um país que realmente passou – Cícero, V. Exª vai enfrentar uma situação mais diversificada – por algumas dificuldades políticas, e ainda passa, e são grandes. Como o Brasil, com a sua presença, pode colaborar para uma solução mais pacífica na Geórgia, para que a gente possa fazer essa interação entre os povos? Como o turismo pode atraí-los para o Brasil? E essa pergunta vai para o senhor também, Eduardo: Como podemos atrair mais turistas ingleses para o Brasil, com esse potencial imenso, esse sol todo? A mesma coisa para a Geórgia.

A Geórgia, como grande produtor de *commodities*, petróleo e etc., é um parceiro bastante interessante para o nosso País. O outro Senador que me antecedeu já fez algumas perguntas para o senhor. Como podemos ajudar o empresariado, principalmente do agronegócio e de outras áreas, a vender, a fazer um intercâmbio maior com a Geórgia?

É isso.

Quero desejar aos dois Embaixadores, ao Cícero e ao Eduardo, que tenham um excelente período na Geórgia e no Reino Unido. Estaremos aqui sempre solidários. Admiro muito o Itamaraty por ter profissionais de alta carreira, qualificados, tarimbados. São esses os profissionais enviados para esses países tão importantes para a nossa relação mundial. Creio que V. Exªs contribuirão muito para que o Brasil tenha realmente uma posição de destaque cada vez maior.

Muito obrigado.

Tudo de bom para vocês!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador.

Agora, encerrando as manifestações dos Srs. Senadores, passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar aqui os nossos Embaixadores, Embaixador Cícero Martins e Embaixador Eduardo dos Santos, indicados para a Geórgia e para a Grã-Bretanha, Reino Unido, e dizer que foi um prazer muito grande relatar a sua Mensagem, Embaixador Cícero.

E aqui, em sua presença, e tão somente em sua presença, quero agradecer muitíssimo a deferência que recebi do nosso Presidente, Senador Aloysio, que poderia, perfeitamente, avocar para si a relatoria, uma vez que é o Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia.

Então, muito obrigado pela deferência, Senador Aloysio.

Tive a possibilidade – quero aqui confessar – de me aprofundar um pouquinho mais, não muita coisa, nessa situação extremamente conflituosa, que não envolve apenas, como aqui já disseram os Senadores e as Senadoras que me antecederam, disputas por regiões, como a Abecásia e a Ossétia do Sul, mas que envolve a Rússia, cuja história a gente conhece, sabendo das anexações, das separações em momentos importantes da história, tão importantes que influenciam o resto do mundo.

Então, Embaixador Cícero, eu quero lhe desejar... São muito recentes as relações entre o nosso País e a Geórgia, de 2010, 2011, recentíssimas até, e temos um superávit muito importante, apesar de o comércio não ser grande, de relações comerciais pequenas, relativamente pequenas, com uma vantagem enorme para o Brasil. Creio que, além de V. Sª, representando o nosso País, atuar no sentido de uma maior proximidade cultural entre essas regiões, pode atuar também para ampliar o comércio. Isso seria muito importante, porque, com um mundo cada vez mais globalizado, as distâncias vão se encurtando, assim como as dificuldades culturais também. Então, eu lhe desejo um excelente trabalho.

Embaixador Eduardo, eu gostaria muito de lhe fazer algumas perguntas, mas cheguei por último e, por isso, me inscrevi por último aqui. Estávamos em uma reunião da bancada feminina, mas a Senadora Ana Amélia saiu primeiro para estar aqui e eu não pude estar aqui antes.

Primeiramente, acho que o senhor vai para um país que também é muito importante para as nossas relações, mas diversos são os problemas e diversas são as questões positivas que envolvem as relações dessas duas nações. Está aqui o Senador Ferraço, que relata uma CPI na Casa, que é a CPI que trata daquele problema do HSBC. Nós recebemos, numa das últimas reuniões, o Dr. Everardo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal, e tratamos um pouco com ele dessa questão dos paraísos fiscais, da facilidade que tem muita gente, principalmente aqueles que manipulam recursos de origem ilícita, para guardar esses recursos, para manter esses recursos fora do País. E foi o próprio Secretário que disse que um dos principais problemas está localizado na Grã-Bretanha, que é o país que tem o maior número de paraísos fiscais do mundo e que só quer saber de pegar e obter divisas. Não interessa de onde veio, se do tráfico de drogas, do tráfico de armas, da criminalidade, de corrupção. É um assunto delicado e eu nem quero perguntar para o senhor sobre ele. Não quero fazer... Conversamos sobre isso depois. Mas eu não poderia deixar de fazer este registro, porque foi muito contundente, foi uma manifestação pública. Eu e vários outros Senadores e Senadoras até reforçamos os questionamentos para entender melhor. Mas o fato é que, segundo ele, não há nenhum indicativo de que possa haver mudança nesse procedimento, o que é ruim, não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro, porque eu sou daqueles que acham que temos que ter regras. Não dá para aceitar... O Brasil não aceita qualquer pessoa no nosso território. Uma pessoa envolvida na criminalidade, uma pessoa envolvida em atos de terrorismo não entra facilmente em território brasileiro, como não entra no território de nenhum país. Por que, então, os recursos entrariam? Mas, efetivamente, entram, e a notícia que temos é a de que é exatamente o Reino Unido o país que mais pratica esse tipo de coisa, o que mais se beneficia disso.

Era isso.

No mais, quero desejar, Sr. Eduardo – peço desculpas, porque sei que não levanto um assunto tranquilo, mas é um pouco a nossa obrigação –, a V. Sª um excelente trabalho.

Obrigado.

Obrigado, Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado à senhora.

Vou passar a palavra agora aos nossos embaixadores, aos nossos sabatinados. Em primeiro lugar, ao Embaixador Eduardo dos Santos.

O SR. EDUARDO DOS SANTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer a todos os Senadores e Senadoras pelas perguntas, pedidos de esclarecimento, todos muito relevantes. Tomei nota de todos os pontos e vou procurar reagir a esses comentários da melhor maneira possível.

O Senador Anastasia comentou sobre a importância das eleições que estão próximas, dia 7 de maio, na Grã-Bretanha e falou sobre o voto distrital. Realmente, o sistema político-eleitoral no Reino Unido é baseado no voto distrital, que teoricamente favorece a concentração de partidos políticos. Tradicionalmente, o sistema político britânico era formado por um virtual bipartidarismo: trabalhismo e conservador. No século XIX, eram conservadores e liberais, mas, nos últimos anos, efetivamente passou a haver uma pulverização desse sistema com emergência de partidos menores, um deles chamado UK Independence Party, que é um partido que dá muita atenção aos temas de imigração e ao problema da relação com a União Europeia. Existem os partidos nacionalistas na Escócia, no País de Gales. O partido nacionalista escocês tem hoje a perspectiva de obter alguns assentos, ultrapassando o trabalhista. Os trabalhistas são normalmente fortes na Escócia. Portanto, essa

evolução é algo que nós temos que acompanhar com atenção porque mostra que a relação voto distrital/pulverização de partidos é um novo fenômeno do sistema político inglês.

O Senador Anastasia comentou sobre a presença inglesa em Minas Gerais. Eu comento que há um investimento novo em Minas Gerais na área siderúrgica. Isso confirma a tradição de Minas Gerais como Estado que atrai bem o capital estrangeiro.

O Senador Tasso Jereissati falou do volume de comércio estagnado. Eu diria que, a partir da crise de 2008, o comércio passou a se recuperar apenas em torno de 2011, 2012. Em 2014, voltou a haver uma pequena retração. Mas é um comércio bastante valioso para o Brasil: US$7 bilhões. O Brasil tem um superávit significativo de US$600 milhões, mas estamos evidentemente aquém do potencial que podemos alcançar. As exportações do Brasil para a Grã-Bretanha não se concentram apenas em produtos primários, como é o caso na relação comercial com outros países. Ao contrário, o Brasil exporta aviões.

Aproveitando a pergunta do Senador Luiz Henrique, eu comento que os investimentos brasileiros na Inglaterra têm aumentado significativamente e o *software* é justamente um dos setores em que nós estamos investindo na Inglaterra. Há uma série de empresas brasileiras de diferentes setores, inclusive do setor agropecuário. Portanto, as perspectivas são muito boas.

O Senador Hélio José comentou sobre as formas alternativas de energia. Eu queria comentar que efetivamente energia eólica é um dos setores de ponta em que o Reino Unido tem vantagens comparativas e tem desenvolvido programas muito interessantes. Os ventos na Escócia, no Mar do Norte, favorecem justamente o aproveitamento desse tipo de energia. E o Brasil obviamente tem encaminhado discussões sobre esse assunto no âmbito desse grupo de Diálogo de Alto Nível sobre Energia, que tem sido conduzido pelo Ministério de Minas Energia e pelo órgão congênere do Reino Unido.

Eu realmente, na minha introdução, esqueci de mencionar a importância da comunidade brasileira no Reino Unido e aqui foi mencionado pelo Senador Hélio José também. A comunidade brasileira no Reino Unido é, se não me engano, a maior da Europa, com cerca de 150 mil cidadãos. Os dados não são muito precisos, mas a comunidade é expressiva e está espalhada por todo o território do Reino Unido.

O Brasil tem um diálogo regular com as autoridades britânicas na área consular e migratória, e isso tem ajudado a equacionar problemas de natureza consular, sobretudo procurando evitar que ocorram episódios como os que ocorreram anos atrás com o nosso nacional no metrô de Londres. E também temos nos beneficiado desse diálogo, recebendo informações das autoridades britânicas sobre a imigração brasileira no Reino Unido. O Brasil apoia isso. Através de sua rede consular, que no Reino Unido se limita apenas ao Consulado-Geral em Londres e a uma série de consulados honorários em diferentes cidades, a Embaixada, obviamente, apoia esse trabalho de proteção à nossa comunidade de maneira muito ativa. E pretendo, se vier a ser aprovado, dar continuidade a esse trabalho.

Houve da parte da Senadora Ana Amélia e de outros Senadores referência às Malvinas. Eu tive ocasião de acompanhar muito esse tema desde que servi em Buenos Aires, justamente no ano em que ocorreu o conflito. Acompanhei-o, depois, quando servi em Londres, na fase em que o Brasil representava os interesses da Argentina junto ao Reino Unido, numa fase ainda de rompimento de relações diplomáticas.

O Brasil incentivou muito o reatamento de relações entre os dois países. Foi uma forma que nós encontramos para prestar uma contribuição à pacificação desse problema. Na época, o reatamento entre a Argentina e o Reino Unido, no ano de 1990, foi feito com base numa negociação muito meticulosa em torno da chamada fórmula do guarda-chuva da soberania, em que as partes passariam a tratar de todos os temas, mantendo sob reserva as posições e princípios de cada parte. Quer dizer, não se discutiria soberania, mas cada parte preservaria sua posição. Essa fórmula foi inspirada no Tratado da Antártida, que, no seu art. 4º, estabelece uma espécie de congelamento das reivindicações de soberania. E foi o que aconteceu.

Essa fase do relacionamento anglo-argentino transcorreu muito bem, até que voltaram a se avivar as divergências, como está ocorrendo agora, sobretudo com a iniciativa britânica de exploração de petróleo e de gás na região das Malvinas e com a decisão das autoridades argentinas de processarem judicialmente essas empresas com base na lei argentina, que, obviamente, do ponto de vista britânico, não se aplica ao território das Malvinas e ao território marítimo circundante.

O Brasil tem uma posição histórica de reconhecimento dos direitos argentinos desde 1833, no governo da Regência, quando instruções foram enviadas ao nosso representante em Londres para – abro aspas – "coadjuvar" as gestões e as reclamações que a Argentina já vinha fazendo pela ocupação das ilhas pelos britânicos em 1833. A partir daí, o território foi mantido sob ocupação continuada do governo britânico, até que aconteceu a crise de 1982, que resultou num conflito bélico de trágicas consequências.

A posição do Brasil, como eu disse na minha introdução, é conhecida, respeitada e entendida pelo governo britânico, que nunca nos pediu para mudar de posição, nem isso vem ao caso. Isso nunca veio ao caso.

Nós apenas zelamos para que essa posição de princípios do Brasil, as posições da Inglaterra e da Argentina, que são absolutamente contraditórias... A Argentina defende o princípio da integridade territorial, que teria sido rompido com a possessão inglesa das Malvinas, e a Inglaterra sustenta o princípio da autodeterminação, tanto é que fez referendos sobre esse assunto, nos quais a população da ilha se manifestou.

Devo dizer que, assim como o meu colega Embaixador Ellis aqui é muito ativo, também a embaixadora argentina em Londres é muito ativa na defesa dos interesses e das posições argentinas. Dessa maneira, é um processo que nos cabe acompanhar. Temos de zelar para que ele não se exacerbe, porque é um tema naturalmente muito delicado e juridicamente também muito complicado, que poderíamos, em outra oportunidade, debater com mais detalhes.

Do comentário da Senadora Vanessa Grazziotin sobre o HSBC eu tomei nota e vou procurar acompanhar e estudar esse tema com muita atenção. É um tema para mim novo, apenas o acompanhei pela imprensa. Efetivamente, existem, na Inglaterra, uns territórios, ali no Canal da Mancha, Ilha de Man e Ilha de Wight, onde costumam ter regimes tributários, fiscais diferenciados. Eu vou procurar me informar sobre esse assunto e, obviamente, buscarei orientação das autoridades competentes aqui no Brasil, tanto do Ministério da Justiça quanto do Ministério da Fazenda. Mas é um assunto relativamente delicado.

A Senadora Ana Amélia perguntou sobre etanol e gás e petróleo. Os investimentos britânicos no Brasil são muito importantes nessa área. V. Exª citou a presença da Shell no consórcio que vai trabalhar no pré-sal. Acho que foi uma conquista, um avanço importante. A Shell não é apenas uma empresa inglesa, mas é europeia junto com capital holandês também, e acaba de adquirir uma importante empresa de gás da Argentina, a BG (British Gas), que tem também investimentos programados no Brasil. Portanto, é uma área de grande atenção e prioridade.

Volto a me referir ao diálogo de alto nível em energia que existe entre os dois governos, em que esse assunto tem sido colocado. O nosso interesse é de que mais e mais empresas britânicas invistam no Brasil. A BP, por exemplo, já tem uma experiência na área de biocombustíveis, que é uma área também a ser explorada e incentivada.

Sobre Ilhas Malvinas já respondi.

O Senador Tasso Jereissati comentou sobre comércio. Eu creio que já respondi sobre a parte bilateral. Eu aproveito, aqui, ele ter perguntado sobre a forma de reverter essa estagnação, que não chega a ser propriamente uma estagnação, mas uma pequena retração que houve em 2014. Acho que devemos colocar bastante ênfase no interesse na negociação Mercosul e União Europeia. O Reino Unido é um dos parceiros europeus que mais favorece essa negociação, pela sua própria tradição de ser a favor do livre comércio; menos protecionista, como outros países. Portanto, é uma área que também temos de investigar.

Sr. Presidente, creio ter coberto todas as perguntas. Se ficou alguma pendente, coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O senhor abordou rapidamente, à vol d'oiseau, mas todas elas com muita precisão. Muito obrigado.

Eu passo, agora, a palavra ao Embaixador Cícero Martins Garcia.

O SR. CÍCERO MARTINS GARCIA – Muito obrigado.

Tenho, então, o prazer de responder, na medida do possível, às perguntas e colocações de V. Exªs, começando pelas do Senador Antonio Anastasia, que perguntou sobre a democracia na região, se a Geórgia poderia ser um farol que difundisse a democracia para os demais países.

Eu gostaria de salientar o seguinte, que as eleições que tiveram lugar em 2013, na Geórgia, quando o Presidente Saakashvili foi derrotado pelo Presidente Margvelashvili, que é o atual Presidente... Saakashvili era do Movimento Nacional Unido, enquanto Margvelashvili é do Sonho Georgiano, um partido fundado há muito pouco tempo pelo bilionário georgiano Ivanishvili, um empresário que teve muito sucesso na então União Soviética e depois na Rússia, um bilionário sobre o qual dizem que a fortuna pessoal equivale à metade do PIB do país. Ele resolveu entrar na política há pouco tempo e com sua fortuna pessoal financiou hospitais, escolas. Então, ficou muito popular e conseguiu formar esse partido chamado Sonho Georgiano, o qual atualmente está no poder.

As eleições tiveram lugar em 2013, e foi a primeira vez, desde a Geórgia independente, que a passagem de poder foi totalmente pacífica.

Antes, o primeiro Presidente, o Gamsakhurdia, esteve no poder durante seis meses; nada mais do que isso, mas ele pegou o país recém-independente e não tinha instrumentos para organizar o país. Então, foi uma bagunça completa, desculpe a expressão, mas o país ficou, mais ou menos, um caos. E foi aí que algumas pessoas, alguns militares tiveram a ideia de chamar o Shevardnadze, que tinha sido Ministro do Exterior do Gorbachev, e tinha experiência, tinha relações com a Rússia. Ele conseguiu um governo razoavelmente estável. Mas não foi um governo muito pró-russo e durou até 2003, quando houve a Revolução das Rosas. Como o próprio

nome diz, foi uma revolução não sangrenta, porque o Shevardnadze teve o bom senso de não reprimir militarmente as manifestações. Ele preferiu deixar o poder, e os manifestantes, cujos símbolos eram rosas, tomaram o poder pacificamente. Aí, foi indicado o Saakashvili, que era um dos mentores do movimento. Alguns meses depois, houve eleições, e o Saakashvili foi eleito, mas, digamos, ele assumiu o poder não por eleições, mas por uma revolução. E só agora, em 2013, é que foi totalmente pacífica a eleição, apesar de que, algum tempo antes da eleição, houve bastante turbulência. No entanto, foram eleições pacíficas, e realmente a democracia, então, está se instalando na Geórgia, de forma pacífica.

Quanto aos países vizinhos, não tenho tanta informação para dizer como foi o processo nesses países, mas o que já certo é que, sim, o exemplo georgiano, daqui para frente, pode prevalecer.

Outra colocação do Senador Anastasia foi com relação à barbárie do Estado Islâmico. Aproveito para dizer que, infelizmente, também da Geórgia têm saído algumas pessoas de origem muçulmana para integrar o Estado Islâmico. Agora, ultimamente, há pouco tempo, foi estabelecida lá uma ONG, Woman to Save their Children, digamos, Mães para Salvar suas Crianças, que estão tomando as medidas – não tenho detalhes – que consideram apropriadas para dissuadir os jovens de aderirem a essa catástrofe de se juntar ao Estado Islâmico.

Respondendo ao Senador Jereissati, que mencionou Stalin, que é uma pessoa nascida na Geórgia, lembro brevemente que Stalin, na época da Revolução Russa de 1917, era o principal dos bolcheviques na Geórgia, mas ele não foi vitorioso. Ele perdeu a disputa na Geórgia para os mencheviques. Então, ele foi para a Rússia e, a partir daí, formou o seu exército; depois, voltou para a Geórgia, derrubou os mencheviques, assumiu o poder e fez com que a Geórgia integrasse a União Soviética.

Hoje em dia, existe na cidade de Gori, na Geórgia, uma cidade que está a alguns quilômetros de Tbilisi, um museu Stalin. Apesar de tudo isso, eles resolveram ter o Museu Stalin porque é uma recordação histórica, seja qual for a herança que Stalin deixou para país.

É um importantíssimo ponto de observação, estou totalmente de acordo, faremos lá o possível para, uma vez tendo o nome aprovado, sempre transmitir informações sobre a Geórgia, sobre os países vizinhos.

Respondendo à Senadora Ana Amélia, que perguntou sobre questões agrícolas, foi uma missão da Embrapa e do Ministério da Agricultura na Geórgia. Eles detectaram realmente similaridades entre o tipo de propriedade de agricultura na Geórgia e No Rio Grande do Sul e no Paraná. Apesar de o Rio Grande do Sul e no Paraná estarem muito mais desenvolvidos. Eles esperam, sim, receber cooperação do Brasil.

Eles fizeram um pedido maximalista ao Brasil: eles queriam 60 engenheiros da Embrapa para estarem lá, de seis meses a um ano, ensinando os agricultores georgianos a como proceder, porque eles têm uma agricultura ainda muito atrasada, recebida da ex-União Soviética.

Sobre o que a Geórgia poderia exportar para o Brasil, realmente parece difícil dizer. Só um tempo de vivência lá é que poderá despertar alguma ideia.

O que a Geórgia tem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eles têm excelentes vinhos.

O SR. CÍCERO MARTINS GARCIA – Sim; excelentes vinhos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mas eles podem concorrer com o vinho do Rio Grande do Sul. Então, aí, não é o caso. (*Risos.*)

O SR. CÍCERO MARTINS GARCIA – Concorrer, não; mas investir no Rio Grande do Sul e fazer parcerias...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Poderiam investir; é verdade.

O SR. CÍCERO MARTINS GARCIA – Essa poderia ser uma boa ideia.

Só para dar um exemplo – uma coisa que parece absurda –, a Geórgia também é muito forte em água mineral. Na União Soviética, era o lugar onde se produzia a melhor água mineral. Mas, na época, a União Soviética tinha um sistema político-econômico para desencorajar a emancipação daqueles países que estavam, de certa forma, forçados, e uma forma de desencorajar era fazendo com que nenhuma região, nenhum país, nenhuma república soviética fosse totalmente independente em alguma coisa.

Então, a Geórgia produzia água mineral, mas as garrafas eram feitas no Cazaquistão. Então, para a Geórgia exportar água mineral, dependia de garrafas que vinham do Cazaquistão. E foi apenas no final do século passado, com investimentos da Turquia, que eles passaram a produzir as garrafas de água mineral, que, agora, eles exportam.

Há até uma história interessante: os judeus da Rússia compravam muita água mineral da Geórgia; porém, depois, quando eles saíram da Rússia e foram viver em Israel, a Geórgia passou a exportar água mineral para Israel. Esta, a explicação: os judeus que se mudaram da Rússia para Israel gostavam daquela água mineral, tinham o costume de consumi-la, então, continuaram comprando o produto.

Sobre a questão da estabilidade, realmente, os conflitos, atualmente, são de difícil resolução, mas eles estão congelados. São aquilo que a comunidade internacional chama de "conflitos congelados". Enquanto eles

estiverem congelados, seja qual for a situação, não há derramamento de sangue e o país pode progredir. Então, vamos torcer para que continue assim. Enquanto não cheguem a uma solução definitiva, que não se sabe qual será... Atualmente, vê-se que é muito difícil que saia da órbita russa, mas, em médio prazo, ninguém pode prever. A grande esperança da Geórgia de reconquistar essas regiões é pelo desenvolvimento econômico, isto é, para que eles consigam ter um desenvolvimento econômico tão bom que a Abecásia e a Ossétia do Sul mudem de ideia e resolvam se integrar à Geórgia.

Penso que respondi ao Senador Luiz Henrique, que se referiu a essas questões complicadas, acredito, já quando respondi à Senadora Ana Amélia sobre questões similares.

O posicionamento do Brasil é o posicionamento das Nações Unidas. Apenas dois países, além da União Soviética – a Venezuela, a Nicarágua e também uma república do Pacífico, Nauru –, reconhecem a independência da Abecásia e da Ossétia do Sul; nenhum outro país a reconhece, nem mesmo a Bielo-Rússia.

Eu gostaria de aproveitar para dizer que existem dois eixos, mais ou menos, de alianças na região: um eixo é a UEEA, uma entidade por uma União Econômica Euro-asiática, composta por Rússia, Bielo-Rússia, Cazaquistão e Armênia, que são os países mais afins com a Rússia. Existe outro eixo, que chamam de GUAM, composto pela Geórgia, Ucrânia, Azerbaidjão e Moldávia, que é o eixo mais pró-ocidental.

Hoje mesmo, pesquisando na Internet, eu vi que o Presidente da Bielo-Rússia, Alexander Lukashenko, está fazendo uma visita histórica à Geórgia. É a primeira vez que um presidente bielo-russo visita a Geórgia.

Não faria muito sentido vendo que são opositores, mas faz todo o sentido vendo que eles procuram um entendimento e a aproximação. É um sinal muito positivo para a paz regional essa visita do Presidente bielo-russo à Geórgia, que está acontecendo exatamente no dia de hoje.

Respondendo ao Senador Hélio José, que perguntou como o Brasil pode atuar para ter uma solução pacífica, acredito que realmente só estando lá, conhecendo muito melhor do país, conversando muito com os Embaixadores de todos os países aí representados e analisando se poderia fazer alguma sugestão, para o Itamaraty, de adotar atitude pró-ativa. No momento, é muito prematuro dar uma opinião sobre alguma atuação específica do Brasil.

Finalmente, agradeço as palavras da Senadora Vanessa Grazziotin e de V. Exªs.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Embaixador, apenas uma curiosidade. Vi que a Geórgia é membro observador da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

O SR. CÍCERO MARTINS GARCIA – Sim.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Queria entender como se deu esse processo.

O SR. CÍCERO MARTINS GARCIA – Confesso que não tenho essa informação. Procurarei investigar e responder a V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Li isso e fiquei curioso por saber como se deu esse processo.

O SR. CÍCERO MARTINS GARCIA – Com isso, posso encerrar a minha manifestação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu que agradeço a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Rapidamente, acompanhei todas as inquirições e fiquei aqui calado, até porque seria chover no molhado, pois, do ponto de vista econômico, das transações econômicas, culturais, tudo foi perguntado pelos Srs. Senadores. Até fiquei curioso com a pergunta feita pelo Senador Lindbergh, há pouco,e certamente vamos pedir para a assessoria pesquisar sobre isso, para sabermos o assunto.

Mas quero cumprimentar o Embaixador Eduardo dos Santos, e falei das razões pelas quais não fiz qualquer perguntas. Mas queria fazer só uma pergunta para o nosso Embaixador Cícero. O senhor conhece a Drª Lenise?

O SR. CÍCERO MARTINS GARCIA – É minha irmã.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Então, o senhor está preparado para ser aprovado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem. Vamos passar agora ao escrutínio.

A Reunião vai ser transformada agora em reunião secreta, conforme mandamento constitucional e regimental. Ninguém poderá comentar o que ocorreu aqui durante esse período. Sigilo absoluto.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 6 minutos e é reaberta às 12 horas e 8 minutos.)

(*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ...Garcia, para representar o Brasil na Geórgia, e o Embaixador Eduardo Santos, para representar o Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Essas indicações foram aprovadas, por unanimidade, nesta reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. (*Palmas.*)

Quero desejar a S. Exªs uma estada muito profícua nos países em que vão representar o Brasil. São Embaixadores de grande qualidade, como a nossa Comissão e aqueles que acompanharam a nossa audiência pública pela TV Senado poderão constatar.

Em relação ao Embaixador Eduardo Santos, eu tenho apenas um registro particular, porque tive o privilégio de conviver com ele, muito de perto, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no gabinete do Presidente Fernando Henrique.

Desejo também ao Embaixador Cícero Garcia que tenha lá uma presença forte, marcante e competente, para a qual sua carreira o credencia.

Então, se quiserem acompanhar nossos trabalhos, teremos muito prazer. Senão, vamos passar, agora, às deliberações. (*Pausa.*)

Muito bem, vamos... (*Falha na gravação.*)

O Senador Magno Malta é Relator do item 6 da nossa pauta.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 35, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné, assinado em Brasília, em 21 de novembro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação

Observações: Tem a palavra o Embaixador... o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Quem sabe, V. Exª seja um profeta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu tenho, realmente, dons proféticos. Esses meus dons já foram testados vários vezes. Você já sabe disso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Mas aí precisaria alguém virar Embaixador sem ter estudado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não é problema. V. Exª tem o estudo da vida e a competência da vida.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Então, vou aguardar.

Relatório:

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 31, de 7 de fevereiro de 2013, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné, celebrado em Brasília, em 21 de novembro de 2011. A Mensagem foi recebida na Câmara dos Deputados em 13 de fevereiro de 2013.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

A proposição foi em seguida apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e aprovada, finalmente,em Plenário, em 18 de março de 2015. |

O assunto chegou ao Senado Federal em 23 de março de 2015, onde foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cumpriu prazo para recebimento de emendas, e foi distribuído ao Relator signatário em 6 de abril de 2015.

Análise:

Cuida-se aqui de um acordo-quadro de cooperação técnica entre Brasil e Guiné que visa a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, aperfeiçoar e estimular o progresso técnico e o desenvolvimento socioeconômico dos dois países.

O acordo estabelece os princípios gerais pelos quais os organismos competentes das duas Repúblicas adotarão medidas conjuntas de fomento e estímulo ao setor, assim como regras relativas à remoção de bar-

reiras à entrada e saída de pessoas e aos equipamentos e materiais necessários à implementação do tratado e continuidade de projetos quando envolverem terceiras partes.

Segundo seu art. 3º, o acordo se materializará quando se desdobrar em ajustes complementares, negociados caso a caso, obedecendo ao espírito de cooperação bilateral consagrado no tratado.

Na Exposição de Motivos nº 123, de 9 de abril de 2012, do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem Presidencial, assinala-se a importância do acordo celebrado entre Brasil e Guiné, por atender à disposição de ambos os governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo de forma a estimular o progresso e o desenvolvimento dos dois países e por estar em consonância com a promoção do desenvolvimento por meio da cooperação técnica bilateral e da aproximação com os países em desenvolvimento, em especial com os da África.

Ao longo dos 11 artigos, o acordo dispõe sobre as condições para a cooperação técnica entre os dois países. Pelo art. 2º, estipula-se que as partes contratantes poderão fazer uso de mecanismos trilaterais de cooperação, por meio de parcerias triangulares com outros países, organizações internacionais e agências regionais.

Os ajustes complementares, previstos no art. 3º, indicarão as instituições executoras e os componentes necessários à sua implementação, inclusive com a participação de instituições dos setores público e privado, organismos internacionais e organizações não governamentais. As partes contratantes contribuirão em conjunto ou separadamente para a implementação dos programas e projetos, bem como poderão buscar financiamentos de outras agências.

Segundo o art. 4º, serão realizadas reuniões entre representantes das partes para tratar de assuntos pertinentes aos programas e projetos da cooperação técnica, tais como avaliar e definir áreas comuns prioritárias, examinar e aprovar planos de trabalho e avaliar os resultados dos programas e projetos implementados.

Nos termos do art. 7º, uma parte concederá ao pessoal designado pela outra para exercer funções no seu território: vistos, conforme a regra de cada parte; isenção de taxas aduaneiras e de impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os seis primeiros meses de estada; isenção de impostos sobre a renda, quanto a salários a cargo de instituições da parte que os enviou; e imunidade jurisdicional, no que concerne aos atos de ofício praticados no âmbito do acordo.

O acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda das notificações de ratificação. Terá vigência por um período inicial de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das partes (art. 10).

Ressalte-se, por fim, que a cooperação entre os povos é princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. No caso em apreço, reveste-se de importância especial, porque reforça esse tipo de relacionamento com a República da Guiné, que se espera seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos.

Voto.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão o parecer do Senador Magno Malta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, eu só queria pedir regime de urgência a esta Comissão para que a matéria fosse ao plenário. Do contrário, irão se passar mais quatro, cinco anos para que vá ao plenário. Veja que esse acordo é de 2011. Há uma angústia no coração dessa nação. Eu tenho convivido com o Embaixador da Guiné-Conacri – nem é Guiné; na minha cabeça, num primeiro momento, era Guiné Bissau, mas é Guiné-Conacri –, e eles estão angustiados, desesperados, há muitos anos aguardando. A morosidade é desnecessária porque é algo que pode andar com muita simplicidade. Por isso peço urgência a esta Comissão, para que possamos, de uma vez por todas, encerrar esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Nós vamos formalizar o requerimento de urgência.

Eu quero também lembrar a todos que a demora raramente é do Senado. A demora infinita é na Casa Civil. Depois, quando vem para o Congresso, demora muito na Câmara.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Chegou em 2012 na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois é. Em 2012. Está conosco agora e vai ser aprovada muito rapidamente, graças à diligência e ao competente relatório que V. Exª acaba de ler.

Em votação o requerimento de urgência de V. Exª.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu passo agora a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O Senador Flexa Ribeiro é Relator do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2014, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Esse projeto é não terminativo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014

– Não terminativo –

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros, e não particulares.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: pela aprovação com emendas.

Observações: *1 – em 12/03/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva;*
2 – a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esse relatório já foi lido. Foi concedida vista coletiva. Nesse período de vista coletiva, não foram apresentadas emendas, e até agora não recebi voto em separado. Essa matéria passará ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Pergunto se o Senador Flexa tem alguma observação a aduzir ao seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, o relatório já foi lido. O voto do Senador Alvaro Dias é pela aprovação, com três emendas que foram incluídas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria fazer um apelo ao Senador Flexa Ribeiro.

Nós tivemos a presença, na Comissão de Assuntos Econômicos, do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que explorou muito esse tema. Falou muito sobre essa questão e, ao final, elencou uma série de questões técnicas que existiam, propôs que se formasse uma comissão de Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Relações Exteriores para fazer uma discussão técnica com o BNDES.

Eu acho que é um bom encaminhamento. Houve uma boa acolhida no momento. O Senador Ricardo Ferraço fez indagações nesse sentido, e acho que poderíamos ter essas reuniões técnicas e depois vir para votar esse projeto aqui, no Senado Federal, com os aperfeiçoamentos que podem surgir dessa discussão técnica.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador, esse projeto ainda vai passar por duas outras Comissões: pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que teremos tempo suficiente para, nesse período, fazermos quantas reuniões forem necessárias para esses ajustes.

Senador Ferraço, para discutir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Presidente, estou me inscrevendo para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Ferraço, para discutir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, esse projeto incorpora uma premissa absolutamente necessária quando se trata de coisa pública. Não há como não incorporarmos transparência nessas transações entre Estados nacionais. O que estamos fazendo aqui é dizendo basicamente o seguinte: como dono do capital, eu me proponho a emprestar esse capital desde que o sigilo esteja afastado.

Ora, não estamos tratando aqui de violar sigilo de pessoa física ou de pessoa jurídica. Não. O que nós estamos votando aqui, na Comissão de Relações Exteriores, é um projeto que afasta o sigilo nas transações entre Estados nacionais, ou seja, a partir da aprovação e do afastamento desse tipo de sigilo, nós não estaremos convivendo mais com o constrangimento de um poder constituído que faz um pedido de informação ao BNDES, e o BNDES se escuda em torno da Constituição Federal, dizendo que esse tipo de operação é de interesse estratégico de defesa nacional, Sr. Presidente. Isso não tem pé nem cabeça. É como disse, certa vez, o cantor: é o avesso do avesso do avesso. Não se trata de violar, vou repetir aqui, o sigilo de pessoa física ou de pessoa jurídica. Mas trata, sim, de darmos uma satisfação à opinião pública, ao contribuinte brasileiro daquilo que estamos fazendo com recursos que não pertencem ao governante de plantão; que pertence à sociedade brasileira.

Portanto, a meu juízo, esse projeto corrige uma distorção, porque, nos últimos anos, o Estado brasileiro tem se valido desse sigilo para fazer operações mais que suspeitas. E, quando um Senador da República, com voto popular, pede informações, essas informações não podem ser submetidas, inviabilizando aquilo que é uma de nossas mais importantes prerrogativas, qual seja, o controle social e fazer a fiscalização do Governo Federal.

Sr. Presidente, voto favoravelmente a essa proposta, porque essa é uma proposta que saneia, é uma proposta que coloca luz, é uma excelente vacina para que nós possamos impedir que aberrações continuem acontecendo em transações entre o Estado brasileiro e outros Estados nacionais.

Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A Senadora Vanessa Grazziotin pediu a palavra, depois o Senador Cristovam Buarque. V. Exª pode intervir a qualquer momento como Relator.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu pedi também desde o começo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Desculpe-me.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sem problema, pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, por favor, Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, primeiramente, ouvi a pergunta que o Senador Ricardo Ferraço fez ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho. O Presidente do BNDES esclareceu: aquilo não é empréstimo de país para país.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Claro que é.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não é de país para país, é para empresas. Empresas, no caso, brasileiras.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desculpe-me, quem deve ao Brasil é Cuba.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Apenas para colocar, permitam-me, o seguinte...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não é, V. Exª está equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Lindbergh...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, não estou. Equivocado está V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não estamos discutindo aqui este financiamento para o Porto de Mariel, nós estamos discutindo a tese de submeter ou não...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Empréstimo entre Estados.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A primeira correção. Se V. Exª é o Relator, Senador Flexa Ribeiro...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quando for entre Estados...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... se V. Exª acha que é entre Estados, V. Exª não pode colocar isso em votação, porque não é entre Estados. V. Exª, como Relator, dizer uma barbaridade dessas... Sinceramente!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Veja, dê-me licença. Senador Lindbergh, vamos colocar o ponto que está sendo discutido.

Nós não estamos discutindo o empréstimo do BNDES para o financiamento do Porto de Mariel, nós estamos discutindo a tese: acordos de financiamento que impliquem recursos públicos de Estado para Estado podem ou não ser conhecidos pelo Congresso Nacional? É só isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Está bem, eu queria falar sobre a tese.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, a tese.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu acho, sinceramente... (*Falha na gravação.*)

Na tese, eu vou entrar em casos concretos também, porque, sinceramente, acho que aqui, nesta Comissão de Relações Exteriores, de vez em quando, sinto que a gente ainda vive período de Guerra Fria, alguns falam de Cuba e de Venezuela com a força total, não estão vendo o que está acontecendo no mundo, principalmente agora, depois desse encontro na Cúpula das Américas, do Presidente Obama com o Presidente Raúl Castro.

O caso do Porto de Mariel. Houve um grande acerto no Porto de Mariel. Eu queria que o Senador Ricardo Ferraço levasse em consideração que a obra do Porto de Mariel custou US$957 milhões, sendo US$682 milhões financiados pelo BNDES, mas, em contrapartida, US$802 milhões investidos na obra foram gastos no Brasil, na compra de bens e serviços comprovadamente brasileiros. Estima-se que tal obra gerou 156 mil empregos diretos e indiretos aqui no País. O Porto de Mariel será acompanhado de uma Zona Especial de Desenvolvimento Econômico, criada nos moldes das existentes na China. Nessa zona, ao contrário do que ocorre no resto do país,

as empresas poderão ter capital 100% estrangeiro. Assim, o Brasil está criando as condições para que empresas brasileiras lá se estabeleçam e desfrutem de um regime jurídico privilegiado. Por isso, o Brasil já abriu uma linha de crédito de US$290 milhões para implantação da Zona Especial em Mariel.

Queria também frisar, Senador Ferraço, que a localização de Mariel é absolutamente estratégica e privilegiada. Com efeito, tal porto está a menos de 150km do maior mercado do mundo, os Estados Unidos. O embargo comercial imposto há décadas, como se sabe, está em vias de extinção.

Então, o investimento no Porto de Mariel não tem nada de ideológico, trata-se, na verdade, de um investimento pragmático em comércio, exportação, e na internacionalização de empresas brasileiras. Essa observação sobre o Porto de Mariel também se aplica a outros investimentos feitos pelo Brasil no exterior.

Aqui, eu queria falar muito rapidamente, Senador Aloysio Nunes.

O setor de serviços representa hoje 80% dos PIBs nos países mais desenvolvidos e, ao redor de 25% do comércio mundial, movimentando 6 trilhões ao ano. Somente o mercado mundial de serviços de engenharia movimenta cerca de 400 bilhões anuais e as exportações correspondem a 30% desse mercado. Considerando-se as maiores firmas exportadoras de serviços de engenharia no Brasil, tem oscilado entre US$1 bilhão e US$2,5 bilhões, muito pouco nessa comparação internacional.

E aí, Sr. Presidente, quero dizer aos senhores que é importante entender que essas obras no exterior funcionam como uma espécie de ponta de lança para outros bens e serviços no Brasil, elas criam interesses comuns, fortalecem a presença brasileira no exterior e abrem as portas de mercados externos para a produção nacional.

É por isso que a China e outros países investem cada vez mais nesse mercado, consolidando sua presença no mundo. A China entrou na África com tudo. Está aqui agora querendo financiar investimentos no Uruguai, aqui na América Latina também.

Sr. Presidente, eu estou pulando porque quero ganhar velocidade. Mas quero dizer, aqui, rapidamente,...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu poderia responder para o Senador Lindbergh que somos a favor do que ele está dizendo. Nós só queremos que haja transparência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Lindbergh, veja bem: não há controvérsia sobre isso!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro que há controvérsia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, o problema não é esse. Eu também sou a favor de Mariel.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É transparência. V. Exª não pode ser contra a transparência quando o dinheiro é público.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro que eu sou a favor da transparência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Então pronto!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – E é isso que eu quero mostrar aqui. Porque veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Flexa, vamos ouvir a intervenção do Senador Lindbergh.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ele está com um texto muito longo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quando o Senador Lindbergh terminar, V. Exª terá a palavra, que lhe será facultada em qualquer momento, desde que não interrompa o orador.

Senador Lindbergh, conclua, por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O tema é importante.

O que eu quero dizer é que nós temos um mercado em que há uma grande competição internacional. O BNDES, como banco de desenvolvimento, se comparado às grandes instituições do mundo – banco de desenvolvimento da Alemanha, banco de desenvolvimento do Japão, banco de desenvolvimento do México, banco de desenvolvimento da China – é o que tem os maiores critérios de transparência. Agora, aqui, nós estamos protegendo, porque assim a lei determina, o sigilo para quem vai tomar o empréstimo, que é uma empresa, no caso, brasileira. Não só no porto Mariel, mas em todos esses casos, Sr. Presidente.

Então, na verdade, o BNDES não vai conseguir mais, e as empresas brasileiras, se esse projeto de lei for aprovado, não vai conseguir mais disputar esse mercado internacional. É isso que está em jogo. Foi muito bem explicado pelo Presidente do BNDES Luciano Coutinho.

Volto a dizer – essa transparência foi apresentada pelo Presidente do BNDES Luciano Coutinho em comparação com todos os bancos de desenvolvimento –: o BNDES é o único que é aprovado nos seis itens de transparência. A maior parte desses bancos... O banco de desenvolvimento da Alemanha não faz isso. Não estou falando do banco da China não. O banco de desenvolvimento da Alemanha, o banco de desenvolvimento do Japão não fazem isso!

Então, na verdade, nós estamos prejudicando com esse projeto as empresas brasileiras e estamos prejudicando uma competição internacional em um setor extremamente competitivo.

É isso que eu quero levar em consideração.

O presidente do BNDES fez uma proposta que, em minha avaliação, é bastante razoável. Ele levantou, aqui, questões técnicas e disse que nós poderíamos criar essas comissões para fazer esse debate técnico com a direção do BNDES.

Quero encerrar a minha fala citando aqui o trecho da fala do Presidente do BNDES Luciano Coutinho, quando se refere a esse tema. Ele disse o seguinte:

Deixe-me explicar as razões por isso. Operações, por exemplo, de exportação de equipamentos são operações muito relevantes. O Brasil é um exportador relevante de

tubos geradores, de aeronaves, de materiais elétricos, de vários tipos de bem de capital para material ferroviário, locomotivas etc. Essas exportações em geral de

equipamentos e bens têm uma base de financiamento padronizada. Portanto, não é através do financiamento que se dá a capacidade do exportador competir, mas sim através da sua estratégia de preço. Então, revelar de maneira detalhada informações que possam expor a estratégia comercial dos nossos exportadores, podendo inclusive ter implicações de natureza comercial, é algo que requer cautela. Está certo? Estou explicando aqui muito objetivamente. Da mesma forma, o mercado de engenharia de serviços é um mercado muito disputado.

O que eu sugeriria [aí encerra o presidente do BNDES] é a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Relações montasse uma comissão de Senadores para aprofundar esse debate técnico com o BNDES, porque tem a maior disposição do BNDES em fazer avançar esse assunto.

São essas as minhas considerações.

Volto a afirmar ao Senador Ricardo Ferraço que não existe a modalidade de o empréstimo está prestado nesse caso aqui, nós estamos falando de empresas privadas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em qual caso?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em todos esses casos. Não só o porto de Mariel. Essa discussão sobre todos esses empréstimos são feitos para empresas brasileiras. Os empregos são gerados aqui; não têm empregos gerados fora.

Dou números sobre isso, se quiserem. Então, a discussão está mal colocada, Senador Aloysio. Acho que a gente deveria aqui aprofundar mais esse debate e não votar isso no dia de hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, Sr. Presidente. Pelo art. 14, fui citado, elogiosamente, duas vezes, pelo Senador Lindbergh. É importante fazer o contraponto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª terá a palavra pelo art. 14.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com todo respeito e carinho ao meu querido e estimado Senador Lindbergh, ele está completamente equivocado, além do que o fato de o Sr. Luciano Coutinho sugerir alguma coisa não significa dizer que tenhamos que concordar com ele. Absolutamente! Se ele der uma sugestão, não temos a obrigação de concordar.

Não estamos aqui discutindo questões específicas, nem meritórias, em relação ao Porto de Mariel. O que queremos saber, o que a sociedade brasileira quer saber é em quais condições essas operações se deram. Temos o direito e a obrigação de saber. Além do que, Senador Lindbergh, nenhum desses governos, da Alemanha, da China, está mergulhado em escândalos de corrupção, como está mergulhado este Governo. Este é um governo que não convive apenas com redução de popularidade. Ainda ontem, de forma escandalizada, o Brasil e o mundo assistiram, perplexos, ao balanço da Petrobras, que, aliás, só foi como foi porque a auditora independente impôs que fosse assim. Estamos diante de uma situação em que temos a obrigação de exigir.

Na prática, sobre a questão específica sobre o Porto de Mariel, sim, companhias brasileiras foram financiadas, mas quem deve ao Estado brasileiro é o Estado que recebeu o benefício.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É o Estado... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos disciplinar um pouco essa discussão, Senador Lindbergh.

Conclua, por favor, a sua intervenção com base no art. 14.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É o Estado nacional que foi beneficiado com o investimento. É óbvio que essa operação é devida ao nosso País. Além do que, Sr. Presidente, salta aos olhos que esse investimento que foi feito nessa questão específica, e estamos a debater aqui uma questão conceitual e de princípios que defende o Senador Lindbergh... Na verdade, o operador desse Porto sequer é um operador

brasileiro. Quem vai operar esse Porto é autoridade portuária de Singapura. Não é nenhum dos operadores brasileiros que fará a gestão sobre esse Porto. Volto a afirmar, essa operação será feita pela PSA.

Além do que, Sr. Presidente, trago aqui à Comissão, essa, sim, uma questão de princípio, uma decisão da Drª Adverci Rates Mendes de Abreu, da 20ª Vara do Distrito Federal, dizendo que o banco está sujeito, submetido e subordinado à Lei de Informações e que os contratos da instituição, por envolverem recursos públicos... (*Falha na gravação.*) ...recursos públicos que não são protegidos pelo sigilo fiscal ou bancário. A decisão toma por base o fato de que o BNDES recebe aportes do Tesouro Nacional, recursos públicos, portanto, sujeitando-se às regras de acesso à informação estabelecidas em lei. Há inclusive decisões da Justiça. Obviamente o BNDES sempre recorre das decisões, porque não quer abrir essa caixa-preta ao contribuinte brasileiro. Como se o BNDES fosse um banco de propriedade de plantão de quem governa o Brasil! E estamos tratando de recursos públicos, e recursos públicos têm que ter a premissa da transparência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, como Relator.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O que existe é uma legislação sobre o Sistema Financeiro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Relator tem a palavra. Senador Flexa, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Já ouvi V. Exª, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não estou falando só para V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – A minha inscrição está garantida?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está garantida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Flexa, como Relator, pode intervir na discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Estou de acordo com o Senador Ferraço. Estou preocupado com o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Estou preocupado com V. Exª, que é Relator e não conhece o tema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Estou tratando nesse relatório de algo que é importante para o nosso País, para os brasileiros, que é absoluta transparência do uso de recursos públicos. É exatamente isso...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É uma legislação sobre o Sistema Financeiro Nacional. Todos os bancos, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Lindbergh, semana passada, levantei uma questão de ordem, no plenário do Senado Federal, ao Presidente Renan Calheiros, em que o Plenário do Congresso, Senado e Câmara, tem, pelo nosso Regimento, a capacidade de quebrar qualquer sigilo bancário. Não são só das CPIs.

O Senador Renan Calheiros respondeu afirmativamente à questão de ordem, e já dei entrada no requerimento pedindo as informações, que todos nós Senadores precisamos ter, dos empréstimos do BNDES, que não as fornece. No caso aqui, Senador Lindbergh...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Exatamente por isso que o projeto é desnecessário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não, não é desnecessário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Porque pode quebrar o sigilo o Plenário do Senado. (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Por favor, Senador Lindbergh.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu tenho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Compreendo a sua impaciência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... várias decisões que vão ao encontro da quebra do sigilo, decisões do Supremo Tribunal Federal. Vou ler uma aqui.

Decisão do Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança nº 21.729/DF, em que analisou a possibilidade de o Ministério Público requisitar informações relativas a empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil, subsidiados pelo Tesouro Nacional, a empresas do setor sucroalcooleiro.

No referido julgamento, entendeu a Corte Suprema que os empréstimos realizados pelo Banco do Brasil equiparavam-se a verdadeiros financiamentos públicos e, por tal razão, não estariam abrangidos pela proteção do sigilo bancário.

Aí vem a ementa do Supremo Tribunal Federal.

Então, não há como se manter o sigilo com empréstimo com recursos públicos. E o Senador Ferraço tem razão: o empréstimo, Senador Lindbergh, não é tomado pela empresa que exporta o serviço. Nós somos a favor da exportação de serviços, não somos contra; nós só queremos que haja publicidade do contrato. Só isso. Queremos saber em que termos foram feitos os contratos para poder acompanhar. É obrigação nossa, do Senado Federal, acompanhar o uso dos recursos públicos. É nossa obrigação. Nós não podemos nos furtar a isso. Então, eu continuo dizendo que o projeto do Senador Alvaro Dias é importante. Precisamos dirimir de vez essa dúvida. Ele vai a duas outras Comissões, vai à CAE e à CCJ, e nós poderemos dar continuidade à discussão nas próximas Comissões. Não entendo porque não aprovarmos agora para que o projeto possa ser encaminhado à próxima Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem!

Senador Cristovam Buarque.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu não havia solicitado minha inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A senhora está inscrita. Eu estou acompanhando. Está seguindo escrupulosamente a Comissão. V. Exª falará logo em seguida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A senhora tenha calma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu acho que eu sou a única calma daqui. Acho que a única calma nesta reunião sou eu. A única.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos lá.

Senador Cristovam Buarque, por favor, V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero, em primeiro lugar, dizer que cederei, com prazer, a vez para a Senadora. Não tem nenhum problema.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não. Vai, fala.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É um cavalheiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Minha posição é muito rápida. Eu não sou contra o Brasil fazer empréstimo para projetos que se realizam no exterior, e não é porque vamos ganhar mais dinheiro. Isso se chama *soft power*. É para ganhar influência, prestígio, simpatia, presença nesses países. Então, nesse ponto, sou favorável, embora eu não creio que gere, nem de longe, Senador Lindbergh, 150 mil empregos. Cento e cinquenta mil empregos é uma coisa tão grande, que nem 150 mil empregos por um mês só não seria. Empregos bem provisórios. Mas não importa, eu sou favorável. Agora, de fato, sendo um empréstimo com recursos públicos, e, além disso, recursos públicos com fundos tomados a 12%, que empresta a 6% ou 7%, paga 12% e recebe 6%, que são empréstimos subsidiados, creio que não há razão para justificar sigilo, nem a Estados, nem a empresas. Aí se fala "mas empresa tem direito a sigilo". Então não peça dinheiro subsidiado pelo Tesouro. Tem que acabar com isso de uma empresa querer dinheiro subsidiado e querer esconder o que faz com esse dinheiro ou as suas características. "Ah, para o setor privado..." Aí eu defendo, sim, o sigilo. Aí eu defendo.

Então, eu sou favorável ao projeto, Senador Flexa, e acho que, independentemente de ser a governo ou a empresa, de ser governo estrangeiro ou empresa brasileira, creio que o sigilo não se justifica. E eu disse isso ao Luciano Coutinho quando ele esteve aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu quero registrar algumas questões. Quem impede que seja debatido o mérito do projeto e não temas é exatamente quem procura debater temas. Se a gente for olhar o conteúdo do projeto e a justificativa do empréstimo dado pelo BNDES à Odebrecht, que é quem desenvolveu as obras do Porto de Mariel, vai verificar que é o que foi citado no projeto. Mas eu, Sr. Presidente, acho que aqui não devemos discutir os casos específicos, porque não são só esses. Há muitos outros casos. Eu quero debater o mérito do projeto, porque o mérito do projeto alcançará a todos. O mérito do projeto valerá a partir de agora até que seja revogado. Então, eu quero entrar nessa questão.

Primeiro, acho que é importante não passar com toda essa pressa aqui e muito menos utilizar a justificativa que o projeto irá passar por duas outras Comissões importantes, importantíssimas, a CAE, de economia, e a CCJ. Muito importantes. Mas de igual forma à importância dessas duas Comissões é a nossa Comissão. Seria um demérito, Senador Aloysio Nunes Ferreira, na minha opinião, a esta Comissão aprovar esse projeto sem o mínimo de debate. Eu tenho o mesmo material que o Senador Lindbergh mostrou e que todos aqui temos.

Eu me recordo de todos nós presentes em uma longa audiência pública com o Presidente do BNDES, quando esse assunto veio à mesa.

Engraçado! Algumas coisas são colocadas; outras, não. Por exemplo, a ação liminar na Justiça do DF. Mas, espera lá!, para além disso, há outra decisão, há outra ação, o Mandado de Segurança nº 33340 junto ao Supremo Tribunal Federal, portanto, a matéria está *sub judice*. Então, com um mínimo de compromisso com a verdade, sem manipular os dados é que nós temos que tratar esta matéria aqui. Mas isso serve, Presidente Aloysio, Senadores e Senadoras, apenas para mostrar o quão polêmica é a matéria que estamos debatendo. Serve para isso, porque o tema é judicializado.

O projeto apresentado, relatado pelo Senador Flexa Ribeiro, modifica, pelo que li na nossa pauta, altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros. Mas, espera lá!, não é apenas a Lei Complementar, pelo que eu percebo, não é apenas a Lei Complementar 105 que trata desse problema. Também a Lei Complementar 105 é tratada combinada com a Lei 4.595, de 1964, que trata do Sistema Financeiro Nacional, Senador Cristovam.

Então, do que nós precisamos aqui é formar juízo de valor sobre a matéria. É disso que nós precisamos. É do que eu preciso. Eu preciso de ter os elementos suficientes, porque o que disse o Presidente do BNDES?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Engraçado, depois sou eu que estou nervosa! O Senador autor da matéria parece que não dá a menor importância para o pronunciamento dos demais aqui. Impressionante!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O autor da matéria não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senadora Vanessa, veja bem.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu não estou conseguindo falar, Sr. Presidente, porque está alto aqui. Eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu a estou ouvindo com perfeição.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas ele está aqui ao meu lado, no meu ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Por favor, a Senadora Vanessa, com razão, reclama do zum-zum aí. Então, por favor, façam silêncio para que nós possamos ouvir a Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E de quem é tão rígido e solicita tanta atenção e respeito dos pares quando fala! Eu também gostaria o mínimo disso, não é, Presidente? O mínimo!

Mas, enfim, veja, o Presidente do BNDES, numa audiência que tratou de todos os assuntos relacionados ao banco, tratou disso também. Mas eu não creio que tenha tratado com a profundidade que o assunto merece. Mas os dados que ele trouxe, Senador Cristovam, são muito importantes. Por exemplo – já foi dito aqui e não quero repetir –, o nível de transparência do BNDES em relação aos seus pares, do México, do Canadá, da Alemanha, da Espanha, do Japão; de longe, o BNDES é o mais transparente. As informações disponíveis no *site* também em relação a esses países, de longe, o BNDES é o mais transparente. Mas lá ele abordou a questão do sigilo marco legal e a prática internacional.

Aí que se diz que essa matéria é regida pela Lei Complementar nº 105 combinada com a Lei nº 4.595. Nós vamos mudar só uma lei? A proposta aqui é para mudar uma lei. Eu não vi outro projeto que mude a Lei nº 4.595.

Então, eu apresentei escrito à mão mesmo, Sr. Presidente. Escrito à mão mesmo o requerimento para que a gente faça uma audiência pública sobre a matéria. Eu acho que é o mínimo. A matéria é importante. A matéria é estruturante do Estado brasileiro, mas diz respeito às nossas relações com outras nações; às nossas relações com empresas privadas que atuam em vários países.

Sr. Presidente, temos de nos despir aqui de qualquer problema político momentâneo, conjuntural, e entender que estamos debatendo um problema muito maior. Tem alguns que são contra, discordam da forma como o Brasil vem incentivando indústrias e garantindo incentivos a indústrias para agirem em países africanos, em países como Cuba. Pequenos países pobres e que não acessam outro meio de financiamento.

Eu sou diferente. Acho que isso é importante e faz parte da solidariedade internacional. Eu tenho esse pensamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Já estou concluindo. Eu tenho esse pensamento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vanessa vai concluir. Um minuto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu tenho esse pensamento e essa opinião. Aí, diz-se o seguinte: Não, mas tem que ser tudo aberto porque o dinheiro é subsidiado.

Eu posso trazer, na próxima reunião, Senador Aloysio, um monte de resposta de requerimento que fiz em que se perguntava, por exemplo, onde e como foram investidos os recursos da Sudam. A gente sabe o que é Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). É recurso público de subsídio para a empresa desenvolver o Norte deste País, a Amazônia. Qual a resposta? Sigilo. Não pode. Sigilo.

Ah! Veja bem! Então... (*Ininteligível.*)

Mas não é disso que estamos tratando aqui. O assunto tem que ser debatido no seu todo e não na pequenez, como querem transformá-lo. Então, Sr. Presidente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Então, Sr. Presidente, eu solicito e invoco o equilíbrio de V. Exª. Vamos votar esse requerimento, fazer uma audiência e, a partir daí, analisar melhor a matéria. Essa é a minha proposta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O requerimento será votado oportunamente, quando se encerrar a discussão.

Eu percebo que realmente, Senadora Vanessa, estão todos aqui despidos de qualquer preocupação com a política imediata.

Vamos continuar a discussão nesses termos. Está aqui...

Pois não. Senadora Ana Amélia com a palavra, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria apenas propor. Penso que essa matéria se encaminhou para um lado... O mérito todo... A discussão é para isso, para esclarecer. Mas penso que para todos nós aqui está muito claro o entendimento da proposta do Senador Alvaro Dias. Acho que não tem nenhuma dúvida.

Nós não estamos discutindo nem Porto de Mariel, nem BNDES, nem nada; estamos discutindo uma tese de que onde envolver recurso público tem que ter transparência. Se isso for inconstitucional porque assim se pode entender, o Supremo vai dizer se nós colocamos uma lei inconstitucional. Mas a Comissão de Constituição e Justiça vai se manifestar.

Eu penso que aqui, do que eu ouvi, já existe de cada Senador posição sobre essa matéria. Então, coloca-se em votação...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senadora Ana Amélia, o fato é que há outros Senadores que estão inscritos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ah, desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está inscrito o Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu só queria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Senador Ferraço está inscrito. Desculpe-me. O Senador Magno Malta está inscrito. E o Senador Jorge Viana também está inscrito. Então, nós temos que esgotar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu só queria, Presidente, esclarecer à Senadora Vanessa que os projetos financiados pelos fundos constitucionais são todos sem sigilo. Eles são abertos, na sessão de aprovação; o projeto por inteiro. Então, a Senadora Vanessa pode acessar qualquer um que ela queira e qualquer um dos fundos.

Agora, eu lamento que ela esteja defendendo empréstimos do Tesouro Nacional, dinheiro público, para outros países, e não defenda que esses mesmos recursos sejam aplicados na nossa região, onde os brasileiros que ali habitam não têm a menor condição digna de vida. Não têm água, esgoto, estrada. Ou seja, estão completamente isolados. Lá é que nós deveríamos colocar isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Flexa, vamos prosseguir a discussão.

O Senador Magno Malta pediu a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, eu não vou citar nome de ninguém para que não se evoque o art. 14 e a gente nunca saia desse debate. Quando eu for me referir àquele jovem Senador que faz triatlo no Rio de Janeiro, vou falar do jovem atleta do Rio, entendeu?

O que estamos discutindo aqui é elementar. É um direito do Parlamento fiscalizar. É prerrogativa!

Ora, se o Parlamento existe e a sua prerrogativa lhe é negada por um presidente do BNDES ou pelo presidente de qualquer autarquia de prefeitura ou de qualquer Estado, isso é uma brincadeira! Fechemos, então, o Congresso! Fechem-se as câmaras de vereadores, as assembleias legislativas! Aqui, nós temos ex-governadores que sabem ser obrigatório prestar à assembleia legislativa ou à câmara legislativa as informações pedidas pelos prefeitos. É obrigatório! Isso é elementar, independentemente do Porto de Mariel, que é uma aberração; que é um bicho de sete cabeças para mim!

E tese é tese. Teses têm interpretações diversas. E as interpretações de todos os técnicos a quem eu pedi que fizessem uma análise dessa tese vão na mesma direção do jovem Senador de Cachoeiro do Itapemirim – e para que não peça pelo art. 14 também – filho do Ferração... (*Risos.*)

Terra de Roberto Carlos!

Está correto! O empréstimo foi feito a empresas, mas quem vai pagar é o Estado. É Cuba que tem de pagar ao Brasil. Ora, isso é elementar! Agora, o Presidente do BNDES vir aqui propor reunião, propor audiência pública, fazer uma ação conjunta porque ele não quer dar as informações... Ele é obrigado a dar! Ele pode responder por crime se não o fizer. Ele é obrigado!

Então, essa é uma prerrogativa da qual nós não podemos abrir mão.

Qual é a nossa prerrogativa afinal?

Agora, nós estamos falando de uma tese. Discordo de que esse seja um debate pequeno, ou ainda, que nós estejamos nos apequenando. De maneira nenhuma! Não sou pequeno nem nada nisso aqui! E ainda mais: nós não podemos desassociar a política desse debate. Nós somos político! Nós fomos eleitos e viemos para cá! E uma coisa elementar na vida: na democracia e fora dela, você tem direito a concordar com algo e a discordar de algo. Então, porque eu discordo do Senador lá do Rio, o do triathlon, não significa que eu estou pequeno ou que ele esteja muito menor porque discorda de mim. Isso faz parte da democracia, do debate democrático!

Agora, chamo a atenção para algo elementar. É importante o que já dizia o Senador, ex-governador e Reitor da Universidade de Brasília: "se tu queres sigilo, não mexas com dinheiro público". Se tu queres empréstimo de dinheiro público, não há sigilo. O que vamos dizer nós à sociedade brasileira? O que vou dizer eu aos meus eleitores do Estado do Espírito Santo, que me colocaram aqui com essa prerrogativa de fiscalizar? Que o Presidente do BNDES não quer me dar as informações?

A lei prevê crime para ele. Então, por que não?

Isso é elementar! O que nós estamos discutindo é elementar, e não o bojo do projeto em si, porque neste cada qual vai votar de acordo com a sua consciência e conforme a sua crença. O que é verdade é que, num momento de crise politica como este que vive o governo, não entregar as informações cheira mal – cheira mal! É como se, realmente, estivessem querendo esconder alguma coisa. Ora, se nada tem a esconder, que entregue as informações, porque esta é uma prerrogativa deste Parlamento.

É dessa maneira que eu creio; é essa a maneira que eu faço o meu argumento, Senador do triathlon, do Rio de janeiro...

Ele é atleta. Eu estou falando e não estou de brincadeira não! Eles estão rindo porque não sabem da sua vida de atleta.

E também assim me dirijo ao nosso jovem Senador da querida Cachoeiro do Itapemirim, e ao Reitor da Universidade de Brasília, ex-governador daquele partido de número 12.

V. Exª tem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Da forma como V. Exª se manifesta, fica afastada qualquer eventualidade de demanda em relação ao art. 14. (Risos.)

Mas eu quero chamar a atenção de S. Exªs – e passo a palavra em seguida ao Senador Jorge Viana – para que esse projeto foi apresentado em 6 de fevereiro de 2014 e foi relatado ainda no mês de maio de 2014; portanto, não é por ausência de debate. E esse projeto foi relatado, inclusive, pelo hoje Governador do Mato Grosso, professor de Direito Constitucional, Procurador da República, o ex-Senador Pedro Taques, que não encontrou, em seu relatório, qualquer violação da Constituição. E ele traz, inclusive, adicionado a isso, informações de que organizações multilaterais, como o Banco Mundial, trabalham sem sigilo em torno dessas informações que são amplamente publicizadas.

Então, o princípio que está incorporado na proposta é afastar o sigilo bancário nas operações ativas, quando a contraparte foi Estado estrangeiro ou na hipótese de a operação contar com garantia direta ou indireta do Estado estrangeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª, como Presidente, tem que... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Passo a palavra, para esses esclarecimentos, para que não paire ausência de debate e de democracia nesta Comissão, porque esse tema não é novo, a esse tema, inclusive, está dada vista coletiva, e não cabe mais amparo regimental para se postergar.

Mas passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Senador Ricardo Ferraço aproveitou a Presidência e fez uma defesa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Como, realmente, a Senadora Vanessa Grazziotin tem razão? Esse é um debate desapaixonado, é um debate que não envolve nenhuma implicação política imediata. Sinto isso, sou realmente sensível a esse clima quase platônico em torno desse tema.

O Senador Jorge Viana tem a palavra, uma homenagem a V. Exª, Senador Jorge Viana, porque é dia de São Jorge, dia do seu patronímico.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Acho que esta Comissão ficaria melhor se São Jorge fosse patrono dela. Estamos precisando! Ainda há pouco, tínhamos um indicado para ir para a Geórgia, de que o patrono é São Jorge; para ir para a Inglaterra, de que o patrono é São Jorge.

Enfim, acho que o Senador Aloysio, com a sua competência e com o seu humor ferino, deixou bem claro o que está por trás dessa matéria. Estão por trás convicções, e não há nenhum espaço na composição do plenário. E estou falando isso com muito respeito aos colegas, porque respeito cada um que está aqui, mas acho que não há mais espaço para debatermos sinceramente, porque as convicções já estão postas, e lamento que estejam postas, de uma maneira equivocada.

Faço uma pergunta, com todo o respeito, ao Autor, que está aqui do lado, Senador Alvaro, e é o Relator. Estamos aqui firmando uma posição que não é apenas quando houver só recurso público direta ou indiretamente, mas quando houver, em parte ou no todo, recurso público, não teremos sigilo bancário nas operações que o País venha a fazer. E isso vale para Banco do Brasil, para qualquer outro banco que trabalhe com recurso público.

Estamos aqui rompendo com o aparato legal do Brasil, que estabelece regras claras de quebra de sigilo, quando vem a parte amparada do ponto de vista judicial. Isso está preservado, está garantido, mas acho que esse tema todos nós acompanhamos ao longo desses anos todos, pré-posição nova do Governo dos Estados Unidos, do Presidente Obama. Já vem de lá um debate com a posição de ser contra o Brasil estar ajudando a construir um porto na ilha, em Cuba – essa é a posição.

Como isso não foi possível, está-se trabalhando agora numa busca de alterar a legislação e a conjuntura, que, inclusive, mudou fortemente. Se não houvesse essa carga – não gostaria de usar o termo ideológica – com posição tão arraigada, certamente, se iria dizer: "Poxa, mas então, se os Estados Unidos estão dando sinais concretos de nova relação com o Governo de Cuba, passa a ser importante esse porto, que é o mais próximo da Flórida e dos Estados Unidos que podemos ter."

Queria só fazer esse registro, porque acho que ver esse debate trabalha com a ideia de que há uma caixa-preta, cheia de coisas esquisitas dentro dela, e que é necessário abrir isso e dar transparência. Os mecanismos que o Brasil usa, que o BNDES usa, são mais transparentes do que os mecanismos que os mais importantes países do mundo adotam, quando fazem esse tipo de operação. O Brasil adota mecanismos mais transparentes, e posso citar, do que o próprio Estados Unidos, Reino Unido, a França, para citar a Itália, para citar alguns que têm mecanismo que são muito mais fechados e restritos do que os adotados pelo próprio BNDES.

Mas queria dizer também que, nessa operação – acho que são importantes esses dados, e eu queria concluir com isso –, o setor de serviços hoje envolve mais de seis trilhões por ano. Eu queria só fazer um breve registro. O mercado mundial de serviços de engenharia movimenta cerca de 400 bilhões anuais, e as exportações correspondem a 30% desse mercado. Enquanto, no período de 2008 a 2012, o apoio financeiro do Brasil, as suas empresas exportadoras de serviços, foi em média de 2,2 bilhões por ano – então, o Brasil, um país que quer disputar o mundo, que quer fortalecer a presença de suas empresas mundo afora, em média, estava pondo nesse tipo de operação 2,2 bilhões por ano –, a China gastou, no mesmo período (média anual) 45 bilhões; os Estados Unidos, 18,6 bilhões; a Alemanha, 15 bilhões; a Índia, 10 bilhões. Mas o Brasil não pode.

Com todo o respeito, acho que no fundo, no fundo, temos, sim, aquilo que o Nelson Rodrigues dizia há muito tempo: nós seguimos tendo um complexo de vira-lata. Nós seguimos temos esse complexo de vira-lata. O Brasil não pode ser um país moderno que financia serviços.

Eu queria fazer uma outra leitura, referente às obras de que estamos falando. O valor investido nesse porto envolve um financiamento... A obra, ao todo, tem um investimento – vou achar aqui o valor do investimento global. Ela tem um investimento de perto de US$800 milhões, salvo engano. Estou me referindo ao porto. Esse porto em Mariel – porque, no fundo, se disfarça, mas esse é o debate – custou US$957 milhões, sendo 682 milhões financiados pelo BNDES. Repito: 682 milhões. Mas, em contrapartida, US$802 milhões investidos foram gastos no Brasil. E aí a importância de se colocar. A lei brasileira, o arranjo que o Brasil usa e aplica nesse tipo de investimento é favorável ao nosso País. A empresa brasileira recebe o financiamento, e ela é obrigada a gastar no nosso País, gerando mão de obra aqui, gerando serviços aqui e movimentando a economia do nosso País.

Os discursos que sempre ouvi sobre o porto de Mariel eram de que o Brasil estava financiando, gerando emprego em Cuba, quando havia risco de desempregar aqui. É exatamente o contrário: US$802 milhões, de um valor total de 957 milhões, que é o valor desse porto, foram investidos aqui, dentro do Brasil, gerando emprego, gerando renda e ajudando a economia nacional.

Então, penso, Sr. Presidente, que de fato temos, sim... Eu respeito muito as divergências, inclusive, e as posições dos colegas, mas imagino que a posição, inclusive, do presidente do BNDES, que veio aqui, o Prof. Luciano Coutinho, colocando-se à disposição... Poderia, inclusive... Essa ideia da Senadora Vanessa é uma ideia boa, mas vejo que já existe um ambiente aqui de se decidir sobre essa matéria. Que assim seja, mas eu entendo, sinceramente, que, se não fossem os tempos que estamos vivendo, esse projeto não estaria sendo debatido hoje.

Então, concluo, dizendo que lamento que não tenhamos um espaço para que se mude de posição, para que se aprofunde o debate sobre essa matéria que é tão importante para que o Brasil se firme como uma grande nação, mas uma nação que não se exclui de financiar países que não encontram apoio nas grandes potências mundiais e que podem, sim, ter no Brasil um forte apoio para financiar, dar apoio ao seu desenvolvimento sem que isso implique qualquer prejuízo para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Rapidamente, Sr. Presidente, quero até ler isto aqui. Em conformidade com o disposto no art. 173, §1º, II, da Constituição da República, e Lei Complementar 105, de 2001, em seu abaixo transcrito art. 1º, *caput,* aliás, §1º, afirma que o dever de preservar o sigilo sobre informações cuja divulgação tem o potencial de violar a privacidade de terceiros, notadamente daqueles obtidos no âmbito de uma relação bancária, é imposto a toda e qualquer instituição financeira, abrangendo, portanto, a área pública.

Eu estive, recentemente, em Cuba. Passei lá um mês e pouco, andando por todos os lugares de Cuba, e testemunho o tanto que esse porto já estava pronto, o tanto que esse Porto de Mariel é importante para a vida de Cuba e, acredito, para o Brasil com relação às exportações que faremos e à recepção desses objetos exportados.

A competitividade é necessária em qualquer instância em que o País estiver agindo e de uma forma que garanta possibilidade para que tudo ocorra dentro da normalidade. Acho que, quando um investimento como esse gera US$802 milhões a serem investidos no Brasil, de US$957 milhões investidos, sendo 682 milhões financiados pelo BNDES, e quando há vários aspectos aqui pelos quais podemos quebrar esse sigilo e saber como isso foi gasto lá se tivermos dúvida, não acho necessário que tenhamos que decidir isso tão apressadamente.

Eu queria colaborar com a ideia da nossa Vanessa Grazziotin de fazermos uma audiência pública, trazermos constitucionalistas para discutirmos essa lei que existe, a Lei Complementar 105, e a Constituição, para ver se não prejudicamos nossas relações comerciais. Poderíamos fazer um debate público, trazendo constitucionalistas, e discutiríamos melhor.

Então, Senador Aloysio, eu só queria encaminhar, conforme a solicitação da Senadora Vanessa Grazziotin, que a gente fizesse uma audiência pública, explicasse melhor, discutisse melhor essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem. A discussão está encerrada.

Há um requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com base em que artigo V. Exª está submetendo esse requerimento para postergar a votação, considerando que já foi dado vista, vista coletiva, e o prazo se encerrou?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há um requerimento, apresentado pela Senadora...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu sei, mas é um requerimento que se sobrepõe a um artigo do Regimento. Já foi dado vista, vista coletiva por uma semana, essa vista já transcorreu há meses. Então, esse requerimento é intempestivo, Sr. Presidente. V. Exª não pode acolhê-lo, pela intempestividade dele. Ele contraria o Regimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, V. Exª tem, como Presidente, a prerrogativa de acatar ou não o requerimento.

Esse requerimento é procrastinatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ele é intempestivo!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Apenas para fazer com que não votemos hoje o projeto na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Foi dado vista coletiva! Já se esgotou o prazo da vista.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Vamos fazer essa audiência na CAE e na CCJ, e vamos ao voto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, como autora.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Compreendo inteiramente a motivação da Senadora Vanessa Grazziotin. Todos sabemos o que está ocorrendo. Ela apresentou um requerimento para audiência pública. Não tenho como sonegar ao Plenário a deliberação sobre esse requerimento. Foram opiniões levantadas aqui.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 33, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno, a realização de audiência pública para debater o PLS nº 26, de 2014. Como convidados sugerimos o Representante do BNDES, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria:

Relatório:

Observações: O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vou submetê-lo à votação.

Em votação o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A votação está empatada. Eu, com o voto de minerva, desempato para rejeitar o requerimento.

Em votação a matéria.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer do Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu voto...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Deu empate!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, eu vou votar favoravelmente, mas eu quero manifestar que meu voto não tem nada a ver com preconceito ideológico, como diz o Senador Jorge Viana, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Nem o autor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero transparência, independente do país.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está aprovado o requerimento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, também quero fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Com licença, V. Exª fará o registro em seguida.

Está aprovado o requerimento, o projeto, melhor dizendo, o parecer do Senador Flexa Ribeiro, com os votos contrários do Senador Jorge Viana, do Senador Lindbergh, da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Hélio José.

Quero dizer também que é perfeitamente possível ser a favor do financiamento do Porto de Mariel e ser a favor também da transparência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pela ordem, Senador. Antes de terminar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, só para...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...há um requerimento meu que foi lido na última...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso. Vou colocar em votação o requerimento de V. Exª...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente. Presidente Aloysio, só para responder ao Senador Jorge Viana, que disse que os brasileiros têm preconceito de vira-lata.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu quero dizer a V. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... que vira-lata...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Por favor!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... podem ter alguns brasileiros esse sentimento. Nós, aqui, em hipótese nenhuma!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Temos uma grande honra em sermos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu, às vezes, tenho complexo de rottweiler, mas tudo bem. (Risos.)

Bom, está aqui o item 7, um requerimento do Senador Ronaldo Caiado, que solicita a convocação para prestar depoimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, a fim de explicar a situação dos médicos...

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 23, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convocado a prestar depoimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, a fim de explicar a situação dos médicos cubanos inscritos no programa "Mais Médicos".

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria:

Relatório:

Observações: *1 – Em 26/03/2015, foi lido o Requerimento.*

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Por economia processual...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Apenas quero fazer uma retificação, e posso fazê-lo de ofício, porque o Ministro hoje é o Pepe Vargas, o Deputado Pepe Vargas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O pedido da Senadora Grazziotin é que teríamos maior facilidade, já que é uma rotina aqui na comissão, que se fosse transferido também para convite. Para mim, não teria a menor dificuldade. Eu gostaria que isso realmente não se prorrogasse tanto tempo, porque entre o pedido do dia 26/03, que já foi lido, e até agora nós estamos votando, para que a gente possa explicar essa situação da família dos médicos cubanos aqui no Brasil.

Por isso, agora, já é outro Ministro, o Ministro Pepe Vargas, e, como tal, peço o apoio dos demais colegas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, se for convite, apesar de nós discordarmos dessa obsessão por Cuba que vem dominando esta Comissão de Relações Exteriores, nós estamos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não é por Cuba, é pelos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A Comissão de Relações Exteriores não está dominada por preocupação com Cuba, está...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Agora, Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É regimental essa transformação, aliás, é usual a transformação e...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu perguntaria ao Senador Caiado – primeiro, agradeço a complacência –, se não seria o caso de convidarmos também alguém do Ministério da Saúde – alguém do Ministério da Saúde. Convidar um representante do Ministério da Saúde ou da OPAS.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Senador Caiado não faz objeção. V. Exª, então...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Então, sugiro OPAS e o Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A OPAS e o Ministério da Saúde.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu concordo com a Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente. O Ministro da Saúde e o representante da OPAS.

O item seguinte.

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, desculpe-me. Eu não sei se ainda é tempo sobre isso ou se aumentaria muito ou não, mas eu recomendo a vinda também de um prefeito de cidade beneficiada pelo programa Mais Médicos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Se V. Exª quiser indicar, eu acho que não haveria objeção.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu confesso que não sei quais são os prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, V. Exª proponha e...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Proporei. Proporei.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Encaminhe à Secretaria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu não quero entrar nesse detalhamento. Eu quero discutir problemas de direitos humanos. Em relação se a OPAS quiser vir e o Ministério da Saúde, tudo bem. Agora, se for para transformar essa tese em trazer aqui um prefeito que está bem atendido e outro que não está sendo bem atendido, aí vai ser outra discussão que acho que podemos fazer em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Bom, V. Exª é o autor do requerimento. V. Exª concorda com o adendo proposto pelo Senador Cristovam Buarque?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não, não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não concorda.

Então, vou submeter o requerimento, que ficaria OPAS e o Ministério da Saúde.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Incluído como...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – E o Ministério de...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E, claro, o Pepe Vargas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – De Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem. Perfeitamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, V. Exª vai encerrar a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não não. Tenho mais coisas aqui. Vou encerrar este item.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O item seguinte é um requerimento também do Senador Caiado.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 24, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional o Senhor Ministro de Minas e Energia, a fim de explicar o por que de o governo brasileiro doar termelétrica para a Bolívia.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria:

Relatório:

Observações: O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, eu retiro o requerimento de pauta, porque já tem um requerimento aprovado na audiência conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e também na CAE. E já está marcado, com data, feito pelo Senador Tasso Jereissati. Não teria então sentido que eu mantivesse esse mesmo requerimento prejudicando a oportunidade de discutir...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Caiado, V. Exª poderia fazer em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sim, eu solicitaria se pudéssemos fazer. Já que eu sou autor de um requerimento, nós teríamos um espaço melhor, já que...

Terça-feira às dez horas da manhã será a vinda do Ministro aqui, na Comissão de Infraestrutura e na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Os Senadores que quiserem participar, os Senadores membros da nossa Comissão que quiserem participar serão, é claro, bem-vindos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Gostaria que a Secretaria da Mesa solicitasse, então, a possibilidade de nós estarmos em conjunto nessa audiência que vai ser feita com o Ministro de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu vou enviar um convite para todos os Senadores, Senador Caiado, porque assim nós evitamos uma etapa de deliberação.

O requerimento de V. Exª, então, está prejudicado.

Está na pauta um requerimento do Senador Cristovam Buarque.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 29, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a estratégia de construção da presença do Brasil no mundo e a racionalidade para realizar este propósito. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Embaixador Rubens Barbosa; 2. Embaixador Celso Amorim.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria:

Relatório:

Observações: *1 – Em 16/04/2015, foi lido o Requerimento.*

O requerimento já foi lido. O Senador Cristovam Buarque solicita uma audiência pública com o objetivo de debater a estratégia da construção da presença do Brasil no mundo e a racionalidade para realizar esse propósito.

Ele propõe, então, uma audiência com a presença do Embaixador Rubens Barbosa e do Embaixador Celso Amorim para debater esse tema.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma correção, por favor, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Realmente eu falei com o Ministro de Minas e Energia e o nosso interesse é discutir Petrobras. Então, com isso, a presença será exatamente do Presidente, do Aldemir Bendine e do Diretor Financeiro Ivan de Souza Monteiro. É exatamente isso que nos interessa. Não diretamente o Ministro, mas sim a Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Cada vez que nós temos aqui sabatina de embaixadores, sobretudo dirigidos a países pequenos, há um debate muito grande sobre se se justifica ou não a abertura dessas embaixadas.

Pessoalmente, sou defensor da abertura do máximo de embaixadas para que o Brasil tenha presença lá fora. E essa presença não se mede só em questão de tamanho, não só em questão de comércio. Mas há uma dúvida sobre isso.

Então a minha proposta é uma audiência no sentido de se esclarecer isso: é racional ou não é racional tantas embaixadas e como ter uma presença do Brasil sem abrir embaixadas.

Eu escolhi dois Embaixadores de prestígio. Creio que os dois têm visões diferentes. Nós vamos poder esclarecer bem qual é a melhor posição para que o Brasil tenha presença de uma forma racional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu sugeriria, Senador Cristovam Buarque, que nós convidássemos também para essa audiência um embaixador que tenha representado o Brasil num desses países de menor presença no cenário nacional, mas seria bom para nos dizer qual é a sua experiência dessa representação. Se V. Exª concordar nós veremos depois quem convidaremos.

Concorda?

Então, em discussão o requerimento do Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu queria requerer a V. Exª, se V. Exª me concedesse a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Há um requerimento extrapauta para que nós possamos fazer uma audiência pública, um debate nesta Comissão, trazendo aqui organizações não governamentais de elevada reputação que a cada momento intensificam as suas vozes na defesa da democracia, da liberdade de expressão, dos direitos humanos na América do Sul.

É visível a onda, a tendência de retrocesso em relação a esses valores e a esses princípios que estão ligados a nossa origem. E nós estamos, portanto, defendendo a tese de que possamos trazer aqui algumas instituições com a Human Rights Watch, a Conectas, a Anistia Internacional e a Cívicos, para que, dando voz a essas entidades da sociedade civil, nós possamos debater um pouquinho os rumos da América do Sul nos últimos anos e as escolhas que têm sido feitas na região.

É o encaminhamento que faço a V. Exª para que nós possamos incluir esse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – O requerimento está incluído na pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 31, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para debater os desafios para os direitos humanos e a democracia na América Latina, bem como o papel da política externa brasileira nesta pauta. Para discutir sobre esse tema, sugiro sejam convidados representantes das seguintes organizações: – Human Rights Watch; – Conectas; – Anistia Internacional; – CIVICUS.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria:

Relatório:

Observações: Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Não havendo mais nada a deliberar hoje, depois de uma reunião produtiva, polêmica, vamos então encerrar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, antes de V. Exª encerrar, eu queria dizer – estou me coçando aqui – que eu não tenho complexo de vira-lata. Aliás, há que se respeitar o vira-lata, porque ele é...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Nós estamos muito mais para ter complexo de jumento, neste momento, para andar de cabeça baixa, porque uma série de outros bichos, um amontoado de ratos está nos impondo essa condição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

Embora eu seja um admirador dos jumentos, registro a observação de V. Exª. (*Risos.*)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2015.

Às dez horas e onze minutos do dia trinta de abril de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Valdir Raupp, Hélio José e Flexa Ribeiro. Justifica a ausência o Senador Tasso Jereissati. Presente o Senador não membro Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2013, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "Altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia. Fica retirado de pauta a pedido da relatora para reexame. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2012, de autoria do Senador Paulo Davim, que "Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia, que profere o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para conferir às exportações por conta e ordem tratamento tributário análogo ao das importações por conta e ordem." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia, que profere o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela prejudicialidade da matéria. ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2011, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, que "Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich "menos quatro horas" para o fuso horário Greenwich "menos cinco horas"." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Jorge Viana, que profere o relatório. Adiado. ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Quebec, celebrado em Brasília, em 26 de outubro de 2011." É designado relator ad hoc o Senador Jorge Viana, que profere o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. ITEM 6) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 8, de 2015, de autoria do Senador Luiz Henrique, que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão." É designado relator ad hoc o Senador Lasier Martins, que profere o relatório. Usa a palavra para discutir a Senadora Ana Amélia. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. ITEM 7) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 21, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Flexa Ribeiro, que profere o relatório. Usam a palavra para discutir os Senadores José Agripino, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Jorge Viana e Lasier Martins. Em razão de solicitação da autora da proposição, Senadora Vanessa Grazziotin, o presidente concede o adiamento da discussão. EXTRAPAUTA: ITEM 9) **MENSAGEM (SF)** Nº 21, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 8) **MENSAGEM (SF)** Nº 17, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Cristovam Buarque, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e trinta e oito minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada,

será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Nós temos número regimental para a abertura desta reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Quero, em primeiro lugar, comunicar aos membros desta Comissão que o Sr. Ministro de Estado da Defesa, Jaques Wagner, justificou sua ausência na audiência pública que estava prevista para hoje, para acompanhar a Senhora Presidenta da República em uma cerimônia no Município do Prado, na Bahia.

O Ministro me telefonou, dizendo que essa cerimônia era a da inauguração de um empreendimento importante para o seu Estado, do qual ele havia participado ativamente como Governador, e que, por essa razão, pedia licença para ser dispensado da audiência pública de hoje, para poder acompanhar a Presidenta da República na solenidade.

Eu não vi maior problema, e já marcamos uma próxima data, que será no dia 21 de maio, quando receberemos o Sr. Ministro da Defesa, Jaques Wagner.

Informo também que, hoje, Senadora Ana Amélia, às 14h30, neste plenário, vamos receber o Subsecretário Adjunto de Defesa para Políticas dos Estados Unidos da América, o Sr. Brian Mckeon. Ele é o chefe da delegação dos Estados Unidos da América que está em missão no Brasil para tratar de assuntos relativos à cooperação em matéria de defesa, bem como de acordos internacionais que estão tramitando, atualmente, tanto no Congresso quanto no Poder Executivo.

E comunico também aos membros desta Comissão e a todos aqueles que nos assistem pela TV Senado que realizaremos, na próxima quinta-feira, dia 7 de maio, uma audiência pública com a presença de duas cidadãs venezuelanas, a Srª Lilian Tintori de López e a Srª Mitzi Capriles de Ledezma. São cidadãs venezuelanas cujos maridos estão presos hoje, são prisioneiros políticos do regime bolivariano daquele país.

Elas virão aqui, a nosso convite, para tratar da situação política no seu país, a situação política que culminou com a violação dos direitos humanos e a prisão política de vários oposicionistas ao atual regime venezuelano.

Feitas essas comunicações, passo a palavra à Senadora Ana Amélia, que é relatora de...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Só três projetos, três matérias.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... duas proposições, três proposições, que estão na pauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E serei relatora ad hoc dos demais, se necessário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E será relatora ad hoc nos demais, se necessário, com a habitual diligência da nossa caríssima Senadora Ana Amélia.

Então, Senadora Ana Amélia, V. Exª tem a palavra, para relatar o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2013

– Não terminativo –

Altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senadora Ana Amélia

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Senador Aloysio Nunes Ferreira, nosso Presidente desta Comissão, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela iniciativa do convite da audiência pública da próxima quinta-feira, porque penso que é uma responsabilidade, no âmbito desta Comissão, de conhecermos pelos protagonistas deste sistema de governo que, como lembrou V. Exª, viola direitos humanos com a prisão dos opositores ao regime. É importante. Não é a primeira vez que a Comissão de Relações Exteriores do Senado trata dessas questões. Então, cumprimentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E nem será a última, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não será, porque as coisas estão se agravando, lamentavelmente, em vez de perspectivas de melhora.

Senador Aloysio, o item 1 foi uma iniciativa elogiável da Senadora Kátia Abreu, dado o vazio legislativo em matéria de biodiversidade, aproveitamento da biodiversidade. Ocorre que, ao mesmo tempo em que a iniciativa da Senadora Kátia Abreu vinha a exame desta Comissão, o Congresso Nacional, por meio do PLC nº 2, da Câmara dos Deputados, tratou do assunto como iniciativa do Poder Executivo, e, no dia 29 desta semana, foi encaminhado à sanção presidencial o PLS nº 15, de 2013, tratando exatamente do mesmo tema.

Então, para efeito, eu diria, de agilização legislativa, embora eu tivesse apresentado um relatório pela aprovação com uma emenda, penso e entendo que o mais lógico, Senador, seria retirar de pauta o item 1 para eu preparar um novo relatório pela prejudicialidade, em função da realidade de que agora temos o vazio preenchido por iniciativa do Executivo. Então, penso que esta é a proposta: retirar de pauta. Farei um novo relatório, em função desse novo cenário com iniciativa do Executivo, elogiando o trabalho do Senador Jorge Viana, que foi o relator do PLC e também, aqui, no Senado Federal, do PLS nº 15.

Então, essa é a solicitação que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É regimental a solicitação e, além de tudo, de bom senso, porque realmente, como a senhora observou, esse vazio não existe mais. O Senado trabalhou rapidamente, sob a batuta do nosso caríssimo colega Jorge Viana. A matéria já voltou para a Câmara e foi aprovada. Está nas mãos da Senhora Presidente da República para sanção.

Retirado de pauta, portanto, o item 1.

Então, vamos passar ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2012

– Não terminativo –

Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senadora Ana Amélia

A Relatora já trata desse tema de regularização de diplomas estrangeiros há bastante tempo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente Aloysio Nunes Ferreira, queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Paulo Davim, que já não está mais conosco no exercício do mandato. Ele é do Partido Verde do Rio Grande do Norte, um médico, muito conceituado. Estive, na semana passada, em Natal, e o Senador Paulo Davim orgulha, digamos, a classe política, mas, especialmente, a classe médica, a qual ele pertence.

Evidentemente, essa matéria do exame do Revalida, para efeito de avaliação da habilidade técnica e intelectual daqueles que fizeram curso superior no exterior, tem não só o senso de oportunidade, mas também o senso da chamada reciprocidade.

Vou direto, Presidente, à análise, para também ser econômica regimentalmente e facilitar, porque um tema, penso, sem nenhum tipo de resistência, primeiro, porque não é terminativo aqui nesta Comissão. Será terminativo na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O PLS do Senador Paulo Davim trata da instituição do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras, bem como de suas normas procedimentais gerais, e não afronta princípios ou regras de relações internacionais. Vale dizer que a proposição, acertadamente, não faz distinção entre nacionais e estrangeiros – então, o Revalida será para todos –, uma vez que o que merece atenção das autoridades públicas em nosso País é a formação profissional recebida pelos alunos em instituição estrangeira. A questão é, pois, objetiva, e não subjetiva.

Ademais, o projeto de lei do Senado em exame não prevê normas relativas à migração. Ele não tem especificidade em relação à questão da migração. Não conflita, portanto, com normas dessa natureza, mais especificamente aquelas contidas na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro), que define a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. O candidato não brasileiro ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras, caso obtenha a revalidação, deverá, nesse sentido, também preencher os requisitos que lhe são impostos pela legislação migratória. É uma questão – eu diria – óbvia.

Na mesma linha, a proposição do Senador Paulo Davim faz menção expressa ao §2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o qual prevê

que os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas – sublinho, universidades públicas – que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se – aí é o aspecto relevante – os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação. Nesse caso, uma cláusula contida em acordo internacional entre o Estado brasileiro e outro país precisa respeitar isso. Não seria adequado que o Brasil aceitasse revalidar diplomas de país que não revalida o diploma concedido no Brasil. Essa é a reciprocidade. Isso é absolutamente fundamental e básico.

Quanto ao mérito da iniciativa do Senador Paulo Davim, acreditamos que o projeto acerta em trazer para o plano normativo da lei importante iniciativa já tomada em nível infralegal – por meio da Portaria Interministerial MEC/MS nº 278, de 17 de março de 2011, que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida), como citado na justificação do PLS e no parecer da Comissão de Assuntos Sociais, com o fim de suprir carência de médicos experimentada por várias localidades do território nacional, bem como de padronizar os procedimentos de revalidação de diplomas perante nossas universidades públicas. Além disso, sob o enfoque dos temas afetos à competência desta Comissão, os crescentes fluxos de pessoas verificados num ambiente internacional cada vez mais globalizado exigem medidas estatais como esta, a qual certamente proporcionará ganhos mediante o intercâmbio de experiência entre médicos com formação em instituições de ensino superior nacionais e médicos formados em universidades estrangeiras.

Assim, por achar conveniente e oportuno ao interesse nacional e também dos próprios pacientes, porque estamos revalidando a qualidade, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2012. Este é o meu voto. Lembro aos Srs. Senadores que esta aqui não é matéria terminativa. Será terminativa na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que é onde a matéria está na sua natureza, pois trata de educação.

Este é o voto, pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ainda estamos aguardando o quórum de deliberação, de modo que podemos passar ao Item 3.

Hoje, a Senadora Ana Amélia, para a nossa felicidade, está monopolizando as relatorias, e sempre com competência. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu fico grata, mas a responsabilidade atribui-se a V. Exª, a distribuição das matérias compete ao Presidente, e não à Relatora. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, mas é um monopólio bem-vindo!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, V. Exª precisava ver o desempenho da Senadora Ana Amélia, ontem, no jantar privado, na companhia de autoridades da República, e os encaminhamentos que S. Exª fazia, monopolizando a CRE e monopolizando as opiniões do jantar com autoridades da República.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A autoridade é uma autoridade que está pouco citada no Brasil, o Ministro Joaquim Levy. (Risos.)

Então, é basicamente isso. Obrigada, Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Superministro Joaquim Levy.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim, o Ministro Joaquim Levy tem sido uma pessoa, uma autoridade extremamente aberta a conversar com todos os Parlamentares, sejam de oposição, ou de Governo. Afinal, ele está liderando um processo muito importante para o País, a despeito das divergências ou conflitos que existam quanto aos aspectos políticos. É uma matéria relevante, e ele tem sido extremamente, diria, aberto a esse diálogo, e isso é fundamental no processo político-legislativo.

O Item 3, penso que V. Exª vai fazer a leitura da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para conferir às exportações por conta e ordem tratamento tributário análogo ao das importações por conta e ordem.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

Essa matéria também, depois de passar pela nossa Comissão, vai à consideração da Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguir a tramitação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Na verdade, gostaria muito que o Senador Ricardo Ferraço, que presidiu a Comissão de Relações Exteriores, com grande destaque, evidência e muito compromisso, respeitando os interesses nacionais da nossa política externa, e que apresentou um projeto... E gostaria até de aprovar exatamente, por ser ele a autoridade do projeto. Ocorre que, mesmo que eu vá para análise, é um pouco longo esse projeto, mas penso que, para a compreensão e o entendimento dos caros colegas Senadores, seja importante falar, porque ele trata de tributação, aumentando a tributação em alguns setores de exportação.

O País já vive hoje sob a síndrome da carga tributária muito pesada e também de custo chamado custo Brasil. Então, onerar ainda mais a exportação penso que não seria um caminho adequado. E talvez o objetivo do Senador tenha sido melhorar a receita de um Estado exportador, como é o Estado do Espírito Santo, que ele representa muito bem aqui.

O projeto do Senador Ricardo Ferraço implica, e já vou direto à análise, dizer que as *tradings* que exportem por sua conta e ordem não pagarão IPI e que, quando exportarem por conta e ordem de terceiros, pagarão apenas PIS, Pasep, Cofins, sob a receita bruta do exportador, o que significa sobre os serviços prestados.

Em nosso entendimento, há várias incongruências no projeto em análise. Em primeiro lugar, toda e qualquer operação de exportação é beneficiada por:

a) Não incidência de IPI e ICMS; o exportador tem imunidade de pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a não incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);

b) Manutenção de créditos fiscais de IPI e ICMS – O exportador estará apto a realizar manutenção dos créditos fiscais de IPI e ICMS relativos à compra de matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem, entre outros, que são efetivamente utilizados no processo produtivo de bens destinados à exportação.

c) Isenção do Cofins e PIS – O exportador é isento do pagamento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

d) Crédito presumido do IPI – O exportador poderá receber crédito presumido do IPI quando produzir e exportar mercadorias que utilizem insumos nacionais, que sofreram incidência de PIS e Cofins.

e) Redução da alíquota do Imposto de Renda – Remessas de divisas para o exterior, destinadas exclusivamente ao pagamento de despesas relacionadas com pesquisa de mercado para produtos brasileiros de exportação, bem como aquelas decorrentes de participação em exposições, feiras e eventos semelhantes são dedutíveis do Imposto de Renda. Despesas com aluguéis e arrendamentos de estandes e locais de exposição, vinculadas à promoção de produtos brasileiros, bem como propagandas realizadas no âmbito desses eventos, também possuem este benefício.

f) *Drawback* (Reembolso de Direitos Aduaneiros) – O exportador poderá utilizar-se também do regime aduaneiro especial de *drawback*, que pode ser definido como um instrumento de estímulo às exportações, permitindo às empresas brasileiras o aperfeiçoamento e a modernização de seus produtos. Caracterizado como incentivo, compreende a suspensão ou isenção do recolhimento de taxas e impostos, incidentes sobre a importação de mercadorias utilizadas na industrialização, ou acondicionamento de produtos exportados ou a exportar.

O Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de compra de mercadorias no mercado interno, para o fim específico da exportação, e dá outras providências, é o primeiro documento legal do ordenamento jurídico a reconhecer a figura das *trading companies*.

O Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, reconfigurou o regime aduaneiro especial (RAE) de entreposto aduaneiro (EA), inclusive as suas modalidades de regime aduaneiro comum e extraordinário de exportação. O regime comum permite o depósito das mercadorias com suspensão de impostos internos, enquanto o regime extraordinário permite a utilização dos incentivos fiscais à exportação, previstos na legislação em vigor, por parte do produtor-vendedor.

São beneficiários do RAE de EA na exportação:

a) no tratamento tributário das operações na modalidade comum (suspensão de tributos), toda e qualquer pessoa física ou jurídica que, observando as normas pertinentes, deposite mercadoria, destinada ao mercado externo, em entreposto aduaneiro;

b) na modalidade extraordinária (aplicação de imunidades tributárias), unicamente as empresas comerciais exportadoras de que trata o Decreto-Lei nº 1.248, de 1972, relativamente às mercadorias que adquirirem para o fim específico de exportação, seja depositando-as em entreposto aduaneiro, seja promovendo o seu embarque direto.

O tratamento tributário das operações decorrentes de compra de mercadorias no mercado interno, realizadas por empresa comercial exportadora, para o fim específico de exportação, de que trata o Decreto-Lei nº 1.248, de 1972, continuará válido mesmo que o PLS nº 3, de 2014 – que está em análise –, ou o artigo 11 do

PLV nº 6, de 2014, à MPV 634, de 2013, se converta em lei. Em outras palavras, as modalidades de exportação "compra para o fim específico de exportação" e "exportação por conta e ordem de terceiro" podem conviver sem qualquer conflito.

Significa dizer que as *tradings* já se beneficiam da suspensão de impostos, que se converte em imunidade tributária no ato da efetiva exportação de produtos adquiridos no mercado interno, qualquer que seja o regime: se por sua conta e ordem, ou por conta e ordem de terceiros.

Essa inteligência cuida de tornar a modificação ao art. 79 e 81 da medida provisória inócua, pois verga sobre essas operações de exportação um benefício do qual elas já se aproveitam. Mais ainda, pode até mesmo obscurecer a lógica sistemática da disciplina tributária de exportação, porquanto, mesmo não revogando as demais normas, ressalta uma particularidade (a exportação por sua conta em ordem, para a incidência do IPI; e por conta e ordem de terceiros, para a incidência do PIS/PASEP e Cofins) que, em realidade, parece-nos uma regra.

A derradeira modificação (o acréscimo do art. 11-A à Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006) é tautológica, pois apenas define que a exportação promovida por pessoa jurídica exportadora que adquire mercadorias no mercado interno, com recursos próprios, para posterior exportação, não se configura exportação por conta e ordem de terceiros.

À luz do que o PLS Nº 3, de 2014 não nos parece contribuir efetivamente para o fim colimado (o estímulo ao comércio internacional), mas torna a legislação tributária no aspecto exportador ainda mais labiríntica.

Ademais disso, com sanção da MPV (Medida Provisória de Conversão) nº 634/13, consideramos o Projeto de Lei de Conversão mais benéfico, pelos motivos abaixo:

1. Ele cria a figura do representante comercial, um gênero cuja espécie é a *trading company*.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pediria silêncio Plenário, por favor, para que possamos aproveitar esta, que é uma verdadeira aula de comércio exterior, que está sendo proferida pela Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com o apoio da assessoria legislativa do nosso Senado Federal, que é sempre muito competente, Senador Aloysio Nunes – e agradeço a gentileza de V. Exª.

O primeiro dos motivos para tornar inócua a iniciativa, embora muito interessante, do Senador Ricardo Ferraço já cria na Lei criada a *trading company*.

De fato, nem toda exportação é realizada por *trading* ou mesmo por empresa comercial exportadora;

2. Resolve da jurisdição do Fisco, porquanto prevê que a pessoa jurídica exportadora e o produtor ou revendedor contratante da exportação por conta e ordem ficam solidariamente responsáveis pelos tributos devidos e penalidades aplicáveis;

3. A responsabilidade em caso de não exportação fica ao encargo de todos os envolvidos na operação, sob jurisdição brasileira;

Nada obstante o art. 11 do PLV nº 6, de 2014, à MPV nº 634, de 2013, seja um excelente substituto para o PLS nº 3, de 2014, do Senador Ricardo Ferraço, sua aprovação dará ensejo à cobrança de três tributos, a serem devidos pela pessoa jurídica exportadora por conta e ordem, a saber:

a) a Cofins e a Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre a receita bruta auferida pela prestação do serviço de exportação ao produtor ou revendedor contratante, nos termos das Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Cofins não cumulativa), 10.637, de 30 de dezembro de 2002 (PIS/Pasep não cumulativo), e 9.718, de 27 de novembro de 1988 (PIS/Cofins cumulativos);

b) O Imposto sobre Serviços (ISS) incidente sobre a prestação do serviço de exportação e conexos, nos termos da Lei Complementar (LCP) nº 116, de 31 de julho de 2003.

Nada obstante, entendemos que o Projeto de Lei perdeu a sua oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Queria, por gentileza, pedir a todos que façam silêncio, para que possamos ouvir a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Estou encerrando a análise e o voto também, caro Presidente, agradecendo, novamente a sua gentileza.

Assim, entendemos que o Projeto de Lei em exame perdeu a sua oportunidade, à luz do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), porquanto rege matéria, que é objeto Projeto de Lei de Conversão, sancionado recentemente através da Lei Federal nº 12.995 de 18 de junho de 2014.

Por este motivo, o meu voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2014 e, dessarte, por seu arquivamento.

Com todo o respeito ao Senador Ricardo Ferraço, mas as justificativas técnicas estão bem claras a respeito dessa situação, que é a mesma do primeiro relatório meu, da iniciativa da Senadora Kátia Abreu, sobre biodiversidade.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Indago se há Senadores interessados em discutir a matéria. (Pausa.)

Como não há Senadores inscritos para a discussão, creio que podemos passar à deliberação, uma vez que temos número para tanto.

Eu vou colocar em votação, logo imediatamente, esse item que acaba de ser relatado pela Senadora Ana Amélia.

A discussão está encerrada.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer da Senadora Ana Amélia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Aloysio, será que seria possível nós voltarmos ao item anterior, uma vez que não havia quórum naquele momento?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim, eu farei isso.

Em relação ao item anterior, também já relatado pela Senadora Ana Amélia, não tendo havido discussão, vou passar à deliberação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Só para resumir para os Senadores que agora estão acompanhando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Embora tenha sido transmitido, Senador José...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É o item 2.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim; é o item 2.

O Revalida é uma iniciativa do Senador Paulo Davim, que estabelece o critério da reciprocidade. Para os países, que têm reciprocidade e, com isso, aceitam os diplomas brasileiros, não haverá nenhum problema na concessão do Revalida,

O Revalida é um exame para médicos, nas instituições públicas federais brasileiras, para avaliar a sua habilitação etc. Então, é uma matéria já examinada longamente pelas Comissões, embora não seja terminativa aqui, na Comissão de Relações Exteriores. Será terminativo na Comissão de Educação.

Ele é um projeto sem nenhum óbice, sem nenhuma discussão, porque estabelece uma igualdade. Ele tem uma relevância no sentido da qualificação de uma área muito importante para o Brasil, que é a área médica, e não faz restrição, mas tão somente estabelece o critério da reciprocidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria apenas um esclarecimento, Senadora Ana Amélia, se **O SR. PRESIDENTE** permitir.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Acho que o art. 3º trata... Porque, no Revalida, obrigatoriamente, temos de ter uma prova, no nosso País, a que os candidatos médicos, diplomados em outros países, se submetem.

Eu acho que o art. 3º dispõe: "A prova será de responsabilidade [a elaboração da prova]..."

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Das universidades públicas federais.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Porque eu havia lido o art. 3º... Parece-me que é da União, em colaboração com as universidades públicas e, também, com o Conselho Federal de Medicina. É isso?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, não, Senador. No meu relatório aqui, nós já fizemos uma...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu vou pegar aqui, porque isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Porque esse tem sido um assunto muito debatido.

"O exame nacional de revalidação de diplomas médicos expedidos por universidades estrangeiras será implantado pela União..."

Ah, sim! Está *o.k*! Será implantado pela União com a colaboração das universidades públicas e do Conselho Federal de Medicina.

Porque, aí, eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É, aliás, o sistema atual. Não há nenhuma mudança.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Está resguardado esse...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É dentro, digamos assim, da regra, porque o Conselho é uma autarquia...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E é muito importante que seja assim. A União é a responsável, mas com a participação das universidades públicas e do Conselho Federal de Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não há alteração da sistemática atual do Revalida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, não; ele não muda. É assim também para os médicos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Sr. Presidente, um esclarecimento.

Pela polêmica que tem havido no Brasil, países como Bolívia e Cuba têm esse critério da reciprocidade?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É exatamente por isso que o projeto do Senador Paulo Davim representa uma grande vantagem. É porque não podemos abrir uma exceção de reciprocidade e não acolhermos, porque esse é um preceito de direito internacional. São acordos internacionais que o País faz.

Então, se nós aceitarmos diplomas concedidos por países que não aceitam os diplomas brasileiros, nós estaremos violando, assim, um princípio até do bom relacionamento e do respeito, sobretudo, àqueles brasileiros que vão para os outros países. Então, se nós acolhermos, temos de dar o mesmo tratamento. Essa é a isonomia; não há uma distinção.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E, no caso, não há esse acordo em relação a Cuba nem à Venezuela.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, não há.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vou colocar em...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Nós não queremos... O projeto é regra geral. Não se fulaniza aqui; não se trata de estabelecer preconceitos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Até para não retomarmos o calor da discussão da reunião passada.

Senador Flexa, V. Exª tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr, Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu quero parabenizar o autor, Senador Ricardo Ferraço...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – No caso, é o Senador Paulo Davim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Desculpem, Senador Paulo Davim e Relatora Senadora Ana Amélia.

Esse projeto vem definir, de uma vez por todas, a não permissão para que médicos formados no estrangeiro possam vir atender, clinicar no Brasil sem ter a revalidação do seu diploma pelo Governo brasileiro, como disse a Senadora, "através das universidades públicas e com acompanhamento do Conselho Nacional de Medicina".

Tivemos, há pouco mais de um ano, o fato dos médicos cubanos, que estão clinicando no Brasil e não passaram por esse exame. A justificativa do Governo, àquela altura, era a necessidade de importar esses médicos. Eles passariam – e espero que assim o façam – pelo Revalida ao final do contrato de três anos.

Existem outras questões que não dizem respeito à revalidação do diploma, mas que, no meu entendimento, ferem a relação trabalhista com esses profissionais que vieram de Cuba.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu quero lembrar, Senador Jorge Viana, que agora é uma lei: estamos trabalhando em uma questão, criando um marco legal, uma lei.

Já existe uma iniciativa do Ministério, citada no relatório, mas, aí, seria matéria...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Infralegal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Infralegal, exatamente. Ou seja: abaixo da lei, de iniciativa do Congresso Nacional. É uma portaria, Senador Jorge Viana, interministerial, já adotada pelo MEC, que institui exatamente... É a Portaria Interministerial nº 278, de 2011, instituindo o Exame Nacional de Revalidação. Já é, portanto, uma iniciativa do MEC, estabelecendo a questão. Então, o que o projeto do Senador Paulo Davim faz é, na verdade, dar cobertura, ampliando as questões relacionadas aos médicos estrangeiros e criando essa isonomia, essa reciprocidade. Penso que está esclarecido agora. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

Se não houver mais inscrição para discutir, está encerrada a discussão.

Vamos passar à deliberação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, voltando para o item 1.

A senhora retirou de pauta?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Retirei para refazer o...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, acho que podemos passar para o item 4, cujo Relator é o Senador Jorge Viana.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2011

– Terminativo –

Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich "menos quatro horas" para o fuso horário Greenwich "menos cinco horas".

Autoria: Deputado Pauderney Avelino

Relatoria: Senador Jorge Viana

A matéria já constou da pauta na reunião do dia 12/03/2015.

Tem a palavra o Sr. Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, serei bem rápido.

Essa matéria veio em um momento em que se fazia um debate aqui, no Congresso Nacional, sobre a mudança de fuso horário no Acre, no sul do Amazonas e em outros Estados. O fato é que esse projeto ficou para trás, mas ele está absolutamente prejudicado, porque já tivemos a solução desse assunto.

Então, a proposição tem como intuito restabelecer os fusos horários, tentar um regramento diferenciado do que se tinha, mas o parecer é pela prejudicialidade visto que já foi aprovada e transformada em lei a proposição de iniciativa da Presidência da República, tratando da mesma matéria. Então, pela prejudicialidade, tendo em vista que essa matéria já foi objeto de uma decisão do País, que pacificou o debate sobre essa questão. O meu parecer é pela prejudicialidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Senador Jorge Viana, como V. Exª lembra, já não há mais a polêmica sobre essa melindrosa questão. De modo que, como o projeto é terminativo e não há ainda quórum qualificado para deliberação, vou sobrestar a decisão e mesmo a discussão, para quando tivermos quórum. Aguardaremos a oportunidade do quórum qualificado, porque iremos proceder a uma votação nominal.

Eu vou pedir ao Senador Jorge Viana que relate, se V. Exª aceitar, meu caro Senador, *ad hoc*, o item 5, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2015.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Quebec, celebrado em Brasília, em 26 de outubro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

Observações: *A matéria constou na pauta de 23/04/2015.*

O Senador Eduardo Amorim, que é o Relator, não pôde estar presente na reunião de hoje, e justificou a sua ausência em razão de um compromisso assumido com bastante antecedência, de modo que, se o Senador Jorge Viana concordar, ele poderá funcionar como Relator *ad hoc*.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Este é o meu propósito: sempre colaborar com o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É verdade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Será um prazer.

Conforme decisão do Presidente, é com satisfação que faço a relatoria do projeto.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2015 (nº 1.298, de 2013, na origem), de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da

Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Québec, celebrado em Brasília, em 26 outubro de 2011.

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 50, de 19 de fevereiro de 2013, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Québec, celebrado em Brasília, em 26 de outubro de 2011.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem Presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após exame, também, das Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Redação.

A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 21 de fevereiro de 2013 e o Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a aprovação daquela Casa em 18 de março de 2015.

Nesta Casa, a Proposição em epígrafe foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 24 de março de 2015.

Já que se trata de um acordo de 2011, estamos aqui dando a adequada celeridade. Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tomara que continue célere quando voltar para a Casa Civil.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vejam como as coisas funcionam: nós recebemos no dia 24 de março deste ano e estamos deliberando no dia de hoje. Mas o acordo foi assinado em 2011. Esse tipo de situação já foi objeto aqui de uma iniciativa, inclusive do Senador Luiz Henrique, de que todos os acordos internacionais possam entrar em regime de urgência para não caírem nesses casos clássicos.

Cuida-se de instrumento internacional por meio do qual o Brasil e o Quebec, Província do Canadá, regulamentam suas relações em matéria de previdência social, aplicando-se a todas as pessoas que estiverem ou tenham estado sujeitas à legislação de cada uma ou de ambas as partes contratantes, bem como aos seus dependentes legais.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, faz-se necessário celebrar acordo independente com a Província do Quebec por causa das regras segundo as quais a Previdência canadense se organiza. Embora sejam autônomas para organizar seus sistemas de seguridade, a maior parte das províncias delega sua administração ao governo central. A exceção é Quebec, que administra seu próprio sistema por meio de regras próprias.

Por precaução, o Governo brasileiro teve, desde sempre, presente a necessidade de consultar as autoridades canadenses a respeito da conveniência – política, inclusive – da negociação de acordo dessa natureza com o governo de uma província. Desde a primeira reunião, na cidade de Quebec, em maio de 2009, as conversações contaram com a participação de diplomata brasileiro. Os negociadores do governo central do Canadá manifestaram sua concordância em relação à conveniência de que fosse celebrado um acordo entre Brasil e Quebec. É importante falar isso porque é um acordo com uma província de um país, e aqui fica bem claro que o Itamaraty, como sempre faz, por precaução, tomou o cuidado de ter a concordância do governo central do Canadá.

Então, penso que isso esclarece a motivação e vou diretamente ao voto.

Com base em tudo que foi exposto, da necessidade dos cuidados adotados, o relatório considera a conveniência, oportunidade, adequação técnica, constitucionalidade e regimentalidade do acordo em tela, e o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2015.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 8, de 2015

– Não terminativo –

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *1) A matéria constou na pauta de 23/04/2015;*

2) A matéria vai à Comissão Diretora.

Peço ao Senador Lasier a gentileza de ser o Relator *ad hoc* dessa matéria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Com muito prazer, Sr. Presidente.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Resolução do Senado n° 8, de 2015, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão e dá outras providências.

Relatório do Senador Eduardo Amorim.

Vem a esta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 8, de 2015, de autoria do ilustre Senador Luiz Henrique, que "institui o Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão e dá outras providências".

O projeto em tela foi distribuído a esta Comissão e à Comissão Diretora.

Neste órgão colegiado, a matéria foi-me distribuída para relatar.

A proposição em epígrafe institui, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasil-Cazaquistão, a ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem. Sua finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Dispõe o projeto que a cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de visitas; congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais; permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa; intercâmbio de experiências parlamentares.

O art. 4º determina que o Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento.

Na justificativa, o autor destaca as semelhanças em dimensão territorial e composição multicultural da população de ambos os países.

Análise.

A atuação de grupos interparlamentares na recente prática congressual brasileira tem se demonstrado crescente e exitosa, reflexo do mundo globalizado, cujos problemas já não mais comportam soluções unilaterais e isoladas, e no qual a democratização política e o sentimento republicano exigem que as relações internacionais tenham maior participação popular, por meio de seus representantes políticos.

Portanto, nada mais adequado do que institucionalizar, na forma regimentalmente possível de Grupo Parlamentar, o relacionamento entre membros do Congresso Nacional e do Congresso do Cazaquistão.

A formação de Grupo Parlamentar binacional permitirá maior interação entre membros dos Poderes Legislativos de ambos os países, incentivando também suas relações bilaterais.

Ressalte-se que, do ponto de vista regimental, nada há que obste a criação de grupos Parlamentares de natureza internacional.

Voto.

Pelo exposto, sou favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 8, de 2015.

Relator: Senador Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está em discussão. (Pausa.)

Tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu apenas queria fazer uma referência, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Primeiro desejar que o autor desta proposta, o Senador Luiz Henrique da Silveira, cuja relatoria ad hoc foi feita pelo Senador Lasier Martins, é um dos mais globalizados Senadores. Esperamos que S. Exª se recupere do acidente, em que quebrou o tornozelo. Desejamos que S. Exª esteja bem lá em Santa Catarina. O acidente se deu quando o Senador participava da inauguração de uma instituição, se não me engano um hospital. Mas, agora, ele está de repouso.

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu recebi aqui, em nome de S. Exª, com muita honra, a senadora Birganym Sariyevna Aitimova. Ela preside, lá, uma comissão equivalente à nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no senado do Cazaquistão. É uma senadora extremamente simpática, parecia até uma parlamentar brasileira, com muita informação sobre o Brasil. Trouxe uma mensagem ao Presidente do Senado brasileiro, convidando-o a visitar o Cazaquistão. Portanto, foi extremamente cordial a recepção dada pela Comissão de Relações Exteriores recentemente.

Então, eu que queria reafirmar a relevância e o interesse deles na relação com o Brasil, não só do parlamento, mas também do governo, porque ela também ocupa um cargo no poder executivo, foi vice-ministra e teve encontros com nosso Vice-Presidente Michel Temer.

Então faço esse registro de bom grado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senadora.

Eu também recebi recentemente o embaixador do Cazaquistão no Brasil, manifestando esse mesmo entusiasmo pelo incremento das relações entre o Brasil e o Cazaquistão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E fala Português muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É verdade.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 21, de 2014

– Não terminativo –

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações: *A matéria vai à Comissão Diretora.*

Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Srªs e Srs. Senadores,...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quero dizer que já estava pautada esta matéria antes da execução do brasileiro, nosso compatriota, naquele país.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... vem a esta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014, de autoria da ilustre Senadora Vanessa Grazziotin, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia como serviço de cooperação interparlamentar.

A proposição institui, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia, a ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem. Sua finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos (arts. 1º e 2º).

O projeto elenca as diferentes atividades mediante as quais se dará a cooperação Parlamentar, e dispõe que o Grupo reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no *Diário do Congresso Nacional*.

Na Justificação, a autora destaca que as relações do Brasil com aquele país têm se intensificado. No ano de 2008, houve troca de visitas presidenciais, ocasião em que foram assinados vários acordos bilaterais.

A Justificação lembra também que, abro aspas, "Brasil e Indonésia ocupam posição de destaque dentro do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), respectivamente, de maneira que detêm condições para promover a aproximação entre essas economias", fecho aspas.

Assinala, ademais, que a formação do grupo irá permitir maior interação entre membros dos Poderes Legislativos de ambos os países, incentivando também suas relações bilaterais.

No que diz respeito ao comércio bilateral, este alcançou o montante de pouco mais de US$4 bilhões em 2014, tendo registrado elevação de mais de 500% em relação à década anterior, havendo espaço para maior crescimento.

Análise, Sr. Presidente.

A influência dos Parlamentos nas relações internacionais vem ampliando-se.

A par dessa tendência, é possível identificar também um interesse maior pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil. As decisões concernentes à política internacional vêm produzindo, cada vez mais, maiores e mais profundos impactos no interior dos países, reverberando também, como é de se esperar, no Congresso Nacional.

É, portanto, salutar e natural a crescente atuação de grupos parlamentares, reflexo do mundo globalizado. A interação promove o entendimento entre os povos e facilita soluções comuns.

A iniciativa reveste-se de importância, tendo em vista o estremecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Indonésia em virtude da recente execução de dois brasileiros naquele país, condenados por tráfico de drogas, e a posição da Presidente Dilma Rousseff, ao recusar-se a receber as credenciais do Embaixador da Indonésia.

A atuação do grupo parlamentar poderá contribuir para a superação do mal-estar diplomático e para fortalecer as relações bilaterais.

Portanto, nada mais adequado do que institucionalizar o relacionamento entre membros do Congresso Nacional e do Parlamento da Indonésia.

Ressalte-se que, do ponto de vista regimental, nada há que obste a criação de grupos parlamentares de natureza internacional.

Voto, Sr. Presidente.

Por todo o exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, a diplomacia se faz, em muitos momentos, por simbologia, e a Presidente Dilma Rousseff, por simbologia, reagiu ao fuzilamento de dois brasileiros.

Acho que, neste momento, o foco desta discussão não é exatamente o fuzilamento; é a pena de morte para o uso de droga.

No mundo inteiro, essa questão das drogas é discutida de forma oxigenada. Alguns defendem abertamente a liberação das drogas. É uma discussão.

E um país, pelo qual tenho todo respeito e muita simpatia, um país com uma população enorme, pune o tráfico de drogas, que é condenável, absolutamente condenável, com a pena capital, a pena de morte; elimina. É um procedimento interno do país.

Agora, no contexto internacional, essa é uma questão discutível.

A simbologia de nós, neste momento em que se discute o fuzilamento de dois brasileiros, simbolicamente criarmos um grupo parlamentar, poderia ter o viés positivo de abrir a discussão, mas a simbologia seria a de que nós estaríamos como que admitindo a pena de morte, a pena de morte para a prática de um crime.

Então, eu acho que, pelo menos, sustar esta matéria seria recomendável, pela simbologia que ela poderia ter, inclusive com repercussão internacional. "O Senado brasileiro entra em confronto e admite a pena de morte." Poderia haver um mundo de interpretações.

Então, eu acho que a criação de um grupo parlamentar de discussão poderia ser, neste momento, interpretada de forma equivocada.

A sugestão que eu daria é de que essa matéria fosse sustada até que os fatos ficassem mais decantados e mais bem esclarecidos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senadora Ana Amélia. Em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu penso que...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu conheço bem o Senador Flexa Ribeiro e sei da sua aversão à pena de morte para todos os casos; não apenas para o uso de drogas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Acho que isso é entrar num aspecto que diz respeito à política interna do país, a Indonésia. A despeito, eu diria, do desconforto criado, da situação constrangedora, você pode fazer muitos gestos, na diplomacia, digamos, politicamente corretos e outros nem tanto. E eu acho que essa iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin trata de criar um ambiente de relação legislativa. Se formos olhar tudo isso, não poderemos ter relação com outros países que violam direitos humanos, por exemplo. Então, eu acho que o fato de eles terem pena de morte... Estados americanos têm pena de morte. Então, eu penso que não é o caso de o país ter pena de morte que nos impedirá de ter uma relação respeitosa com o Parlamento da Indonésia.

Eu, sinceramente, acho que a Senadora Vanessa, claro, como foi explicado pelo nosso Relator... Essa iniciativa foi anterior aos episódios. Então, essas coisas têm que ser dessa forma, assim como aconteceu com a espionagem. Seria o fato de você ficar, permanentemente... Falo da espionagem que o governo americano fez à Presidente Dilma, que todo mundo discutiu aqui. E nós continuamos tendo relação com o país.

Então, se formos para esse lado, estaremos entrando num aspecto de soberania do país, pelo que a gente tanto zela nesta Comissão, e penso que seria uma oportunidade de... Lembro que Estados americanos ainda mantém pena de morte. Então, seria o caso de ter uma restrição a ter relações com os Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Senador Cristovam Buarque, V. Exª pediu a palavra?

O Relator quer se manifestar sobre o assunto?

Pode se manifestar a qualquer momento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não seria...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero me manifestar na linha do parecer, na linha da Senadora Ana Amélia e contra o meu amigo Senador José Agripino.

Creio que aqui se trata de relação entre Estados através dos Parlamentares, através dos Congressos, na verdade. Isso está acima de nossas discordâncias com gestos tomados pela Justiça ou pelo governo da Indonésia neste momento.

O Brasil tem uma tradição contra a pena de morte, mas o art. 84 da Constituição prevê pena de morte no Brasil em caso de guerra. Aliás, eu gostaria de saber se não é tempo de mudarmos isso. Nem mesmo em tempo de guerra deveríamos ter pena de morte. Mas eu não sei se não haveria muita dúvida entre Parlamentares em relação a isso. Eu sou radicalmente contra a pena de morte, acho um absurdo pena de morte em qualquer caso, ainda mais no caso de pessoas que estavam cometendo o crime grave de tráfico de drogas, mas a dimensão da pena de morte me parece um exagero muito grande. Mas também acho que foi um equívoco da Presidente Dilma se negar a receber o embaixador de mais de 200 milhões de indonésios. Foi um gesto correto do ponto de vista humanista, do ponto de vista de mãe, do ponto de vista de brasileira, solidarizando-se com brasileiro, mas eu acho que, como Chefe de Estado, foi um equívoco aquele gesto de não receber o embaixador, sobretudo depois de ele ser convidado e estar à porta.

A proposta da Senadora, que é anterior a isso – eu não sabia, mas a Senadora Ana Amélia colocou –, creio que merece ser aprovado, mas, depois daquele gesto, acho que há mais razão ainda para a gente fazer, e diante do mal-estar de todos os brasileiros em relação à pena de morte, que, para mim, é um assassinato... A gente chama de pena de morte, mas, no fundo, é um assassinato cometido pelo Estado. Diante de tudo isso, acho que esse gesto aprovado aqui pode ser positivo nas relações entre povos, entre Estados, mesmo com nossa crítica aos governos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Relator quer se manifestar agora. O Senador Lasier está inscrito e, depois, V. Exª. Mas o Relator pode se manifestar a qualquer momento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Na mesma linha da Senadora Ana Amélia e do Senador Cristovam, que vem ao encontro do relatório, pela aprovação, nós somos contrários à pena capital, à pena de morte, mesmo para crimes hediondos, como é o caso do tráfico de drogas. Agora, não podemos interferir na legislação de um país que tem soberania para isso. O mundo todo conhece a pena capital para o crime de tráfico de drogas na Indonésia. Temos a lamentar que tenhamos tido dois brasileiros executados na Indonésia. Várias outras pessoas de nacionalidades diferentes também sofreram a pena capital.

Agora, como bem colocou a Senadora Vanessa no seu projeto, a relação entre os Parlamentos dos dois países se torna importante para que se estreite não só a troca de informações legislativas, mas também o comércio, a cultura e a amizade entre esses países.

Temos a lamentar: a Presidenta tomou uma posição, como Chefe do Executivo brasileiro, que achou que deveria tomar, mas o Parlamento brasileiro, o Congresso brasileiro não pode se furtar a ter um bloco de amizade com a Indonésia pelo fato que ocorreu.

Lamentamos, mas o voto mantenho, com o parecer pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Srs. Senadores, eu acabo de receber uma comunicação da autora da proposição, Senadora Vanessa Grazziotin, que está numa audiência fora do Senado e me pediu para sustar a discussão, de modo que ela pudesse comparecer. É uma discussão fascinante, suscitada pela intervenção do Senador Agripino. Acho que seria muito bom termos a presença da autora, que pede para sobrestar a discussão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu iria, exatamente, me somar às observações do Senador José Agripino. Não é, no mérito, que seja contra a criação do grupo, mas acho que o momento requer esse tipo de atitude, que eu acho muito prudente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos esperar a Senadora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, é exatamente o que eu propus: a sustação. Eu não entrei no mérito. Pelo contrário. Eu reconheço...

Ban Ki-moon, Secretário-Geral da ONU, manifestou-se – até o Secretário-Geral da ONU manifestou-se – a respeito. Eu sou um pragmático por natureza. Vamos pesar aqui: institui-se o bloco parlamentar e o bloco parlamentar vai exercer a sua influência de interlocução com o parlamentar da Indonésia em torno da discussão de uma questão que envolveu até o Secretário-Geral da ONU. Muito bem. A simbologia é a de que o Congresso

brasileiro estaria, por uma má interpretação, considerando a hipótese da pena de morte para vitimar... Poderia, sim. Poderia. A gente sabe que essas considerações podem... Corre-se o risco.

Daí esse debate ser bom para amadurecer essas questões todas e votarmos conscientemente. É para isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Agripino, o debate estava indo para um rumo muito interessante. É um debate fascinante. Mas eu creio que nós ganharíamos com a presença da Senadora, da autora. De modo que, já há dois inscritos, se o Senador Lasier e o Senador Jorge Viana concordarem, nós sobrestaríamos a discussão da matéria para aguardar a presença da autora. Eu acho que seria...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Eu acho, de todo, conveniente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não tem problema.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Aloysio, Presidente, eu quero me juntar a essa posição, e é o que eu iria propor antes da fluência das outras manifestações, porque os sentimentos estão ainda muito vivos, muito recentes, a sensibilidade por parte das pessoas. Houve milhares de pedidos no sentido de que fossem poupadas as vidas daqueles dois brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador, se me permite uma interrupção.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu queria esclarecer a V. Exª e àqueles que nos ouvem que essa matéria, a proposta da Senadora Vanessa Grazziotin, foi apresentada em junho do ano passado, de modo que não havia essa polêmica no momento em que ela foi apresentada. Desculpe a interrupção, mas era somente para esclarecer.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Perfeito.

Eu me incluo entre aqueles contra a pena de morte. Nesse último caso, foi insistentemente argumentado que se tratava de um doente, com esquizofrenia, mas, apesar de todos os pedidos, não apenas de brasileiros, de várias partes do mundo vieram pedidos para que se mantivesse a prisão perpétua... A pena de morte feriu muito o sentimento dos brasileiros. Então, que, no mínimo, se ganhe mais tempo para aliviar um pouco o sentimento.

Ouvi atentamente a argumentação do meu prezado colega Cristovam, mas estamos em confronto entre a relação diplomática e o sentimento humanitário que os brasileiros estão vivendo. Então, de fato, o mais recomendável é que venhamos a sustar essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Vamos esperar, então, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero dizer também que, ainda ontem, conversei com a Senadora Gleisi Hoffmann, que é relatora do pedido de aprovação do Senado para indicação do novo Embaixador na Indonésia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Queria aproveitar essa discussão e saber se conto com o apoio destes Senadores que aqui estão para uma PEC, acabando com a pena de morte, mesmo em caso de traição.

O traidor, no Brasil, tem é de ficar vivo e preso, para ficarmos apontando a ele, por toda a vida.

Então, quero saber se conto com o apoio de todos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Já pode preparar a proposição, porque todos nós assinaremos.

A matéria pautada para hoje já está esgotada, mas há solicitação do Senador Jorge Viana para a inclusão de uma matéria extrapauta e também do Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a oportunidade para fazer a leitura da indicação do Sr. Guilherme de Aguiar Patriota para ocupar o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA).

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há muito tempo, estamos sem Embaixador por lá.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Se for acolhido por V. Exª, eu o faço com satisfação, só que queria fazer um comentário final, além de concordar com o Senador Cristovam Buarque.

O próprio Governo brasileiro, diante desta situação, pelo que me consta, está imbuído do propósito de colocar em discussão no mundo inteiro, em todos os países, o fim da pena de morte.

Então, penso que seja importante, independente de discutirmos as motivações que levaram dois brasileiros a serem executados, mas acho que podemos encontrar uma maneira de trabalhar e pôr fim a esse mecanismo medieval que alguns países do mundo ainda adotam.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Este é um debate secular, travado mundo afora há muito tempo.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 21, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

V. Exª tem a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA).

O art. 52, IV, da Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

De acordo com o art. 103, III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) emitir parecer sobre indicações.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), atendendo ao preceito do art. 383, I, d, do Regimento Interno do Senado Federal, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos as informações seguintes.

Nascido em Genebra, Suíça, a 22 de março de 1958, brasileiro de acordo com o art. 129, II, da Constituição de 1946, filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota, o Sr. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRB) em 1984 e ingressou na Chancelaria no posto de 3º Secretário em 1985. Ascendeu a 2º Secretário em 1990; a 1º Secretário em 1997; a Conselheiro em 2003; a Ministro de Segunda Classe em 2007; e a Ministro de Primeira Classe em 2011, sendo as quatro últimas promoções por merecimento.

Para a ascensão a Ministro, concluiu o Curso de Altos Estudos do IRB em 2006 e apresentou a tese intitulada "Os Desafios da Diplomacia Científico-Tecnológica Brasileira em um Mundo em Transformação".

Ocupou vários cargos no Brasil em diversos órgãos.

No Exterior, serviu na Missão junto à OEA, de 1990 a 1994; na Delegação do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), de 1994 a 1997; na Embaixada em Wellington, Nova Zelândia, de 1997 a 2000; na Delegação Permanente em Genebra, Suíça, de 2005 a 2008; e na Missão junto às Nações Unidas, de 2008 a 2010, e de 2013 até o momento.

Quanto à OEA, foi fundada em 1948, está sediada em Washington e possui como membros todos os 35 países das Américas, mas Cuba não participa de suas atividades – pelo menos não participava até recentemente.

O Brasil é signatário de inúmeros tratados, convenções e declarações interamericanas nas mais diversas áreas.

Vários brasileiros ocupam importantes cargos junto à OEA.

Um dos principais órgãos da OEA é a Comissão Jurídica Interamericana, que tem sede no Rio de Janeiro.

Em 2015, o Brasil passou a ser o segundo maior contribuinte para a OEA, atrás apenas dos Estados Unidos. No entanto, o Brasil não está em dia, devendo mais de US$18 milhões, o que o impede de sediar reuniões ou outras atividades da OEA.

Estamos, inclusive, sem embaixador.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação da Presidenta da República.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Penso que, quando marcarmos... Sei que V. Exª está procurando fazê-lo, do ponto de vista desta Comissão e do Senado Federal, que tem a prerrogativa da sabatina, da apreciação e da manifestação diante das indicações apresentadas pela Presidência da República. Sei que temos aí alguns feriados e temos também já uma agenda estabelecida.

Eu inclusive gostaria de solicitar, como V. Exª tem feito, que possamos seguir fazendo esse trabalho que V. Exª conduz e lidera, de fazer a apreciação, de fazer a leitura de vários relatórios para que o Brasil possa pôr em dia esse calendário, essa agenda de indicações para a representação brasileira em várias partes do mundo.

Obrigado.

Esse é o meu relatório sobre a indicação do Sr. Guilherme de Aguiar Patriota.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador Jorge Viana. Apenas lembrando que o Brasil está há muito tempo sem embaixador na OEA, e não é por culpa do Senado, nem da Comissão de Relações Exteriores. Há muito tempo o Brasil não tem embaixador nessa organização, cuja importância V. Exª tão bem ressaltou. E está mais do que na hora de acertarmos o passo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vista concedida, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

O próximo item que também será incluído extrapauta é uma mensagem.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.*

Senador Cristovam Buarque, V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer à consultoria, que em poucas horas preparou o relatório, e ao mesmo tempo pedir desculpas, porque eu gosto de dar um toque pessoal, sempre que possível, e desta vez não foi possível.

Estou...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perdão. Durante a sabatina, V. Exª poderá dar esse toque pessoal, que sempre é absolutamente característico das suas intervenções.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Especialmente nesse caso, há uma vantagem e uma desvantagem de eu não ter tido tempo de dar um toque pessoal: uma, porque se trata de uma pessoa tão conhecida, que nem precisaria de nenhum toque pessoal...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone*.) – Posso subscrever...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso. E a outra, porque eu teria muito mais para escrever.

Nós estamos aqui discutindo a indicação do Embaixador Paulo Cesar de Oliveira Campos, que é Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para o cargo de Embaixador na França e no Principado de Mônaco.

O Embaixador Paulo Cesar de Oliveira Campos é certamente um dos mais conhecidos dos nossos diplomatas, mas muitos nem lembram que esse é o nome dele porque ele é conhecido carinhosamente por POC e

já ocupou diversos cargos, inclusive agora, na Espanha, mas tem um papel fundamental junto ao Presidente Lula, durante quase que todos os oito anos de governo em que o Presidente Lula conseguiu ter uma presença tão grande internacional.

De acordo com o *curriculum vitae* elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o Embaixador Paulo Cesar é filho de Jayme de Almeida Campos e Laurentina de Oliveira Campos, ingressou no Instituto Rio Branco em 1975.

Concluiu o curso de Ciências Jurídicas na UnB em 1977.

Foi Segundo Secretário em 1979; Primeiro Secretário em 1983; Conselheiro em 1989; Ministro de Segunda Classe em 1996; e Ministro de Primeira Classe em 2003, sempre por merecimento.

Dentre as divisões e departamentos a que serviu no Itamaraty, cabe citar a Divisão de Agricultura e Produtos de Base, de 1987 a 1988, na condição de subchefe; a Divisão de Visitas, de 1988 a 1990 e de 1995 a 1996, na qualidade de chefe. Foi subchefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores de 1996 a 1999. Tornou-se, ainda, Chefe do Cerimonial da Presidência da República em 2003, exercendo aquela função até 2009.

Serviu na Embaixada do Brasil em Washington, de 1980 a 1983; Tóquio, de 1983 a 1987; Bonn, de 1991 a 1993; novamente em Tóquio, de 1993 a 1995; no Consulado-Geral em Londres, como Cônsul-Geral, entre 1999 e 2003; na Embaixada em Madri, onde está acumulando o cargo de Embaixador em Andorra, desde 2009.

Em 1993, defendeu a tese O Comércio Internacional de Produtos Agrícolas na Rodada Uruguai, aprovada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, condição, como se sabe, para chegar ao cargo e posto de embaixador.

Segundo documento informativo anexado à presente mensagem pelo Ministério das Relações Exteriores, a República Francesa conta com população de mais de 66 milhões. Eu vou evitar falar mais da França, até porque fico encabulado diante do Presidente, que morou tantos anos na França e conhece melhor de que quase qualquer outro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª não fica muito atrás.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Em tempo, um pouquinho, mas, nesse período que coincidimos, tive o privilégio de retomar o velho conhecimento que já tínhamos do tempo de estudante ainda – o senhor, em São Paulo, e eu, em Pernambuco –, mas a gente se encontrou por aí.

As relações políticas entre o Brasil e a França tomaram renovado impulso a partir de 1995, ano em que Jacques Chirac assumiu a Presidência, em seu primeiro mandato. Realizaram-se regularmente, desde então, visitas dos Chefes de Estado recíprocas, cabendo destacar a mais recente da Presidente da República à França. Houve, ainda, encontros entre os Presidentes do Brasil e da França em diversos contextos. Em 2005, durante a realização do "Ano do Brasil na França", houve visita do Presidente. Tivemos a visita do Presidente Jacques Chirac ao Brasil. Têm sido também frequentes as visitas e consultas entre os Ministros das Relações Exteriores.

Ao longo dos últimos anos, Brasil e França vêm trabalhando, com êxito, no aprofundamento de parceria estratégica. É preciso lembrar que essa parceria é das mais antigas que o Brasil tem. A influência da França na formação brasileira é – eu diria – a maior de todas, talvez tirando a influência portuguesa, que foi menos do ponto de vista de formação e mais da criação de uma mente brasileira. Mas a França foi fundamental no início da República, por exemplo, em que todos os nossos republicanos eram tão influenciados pela França que colocaram o positivismo como algo fundamental da nossa Constituição, da nossa Bandeira e de tantos aspectos.

Essa foi uma característica de relação não só durante o período democrático, mesmo a formação dos nossos militares seguiu sempre a influência francesa. Nossas escolas seguiram a influência do período napoleônico. Então, a relação do Brasil com a França é talvez mais forte do que com qualquer outro país. Embora comercialmente possa ser com os Estados Unidos, desde a Segunda Guerra, com a França, é quase que uma relação de fraternidade, diante de um irmão que nós consideramos mais velho. Essa é a verdade do ponto de vista da França.

O Brasil e a França têm em comum participar de operações de paz, particularmente no Haiti, visando à promoção naquele País. Além disso, Brasil e França lançaram ação conjunta na ONU, junto com outros países, de combate à fome e à pobreza, o que resultou na criação de organismo especializado denominado Unitaid.

Eu lembro aqui o papel da França, que não está no texto, que nos recebeu como exilados políticos, a tantos brasileiros, dando apoio a figuras notáveis, como o próprio Arraes, figuras notáveis de Portugal, inclusive o Presidente desta Comissão, que aí se abrigou na hora em que foi preciso deixar o Brasil.

A França teve um papel fundamental na manutenção do espírito da luta democrática no cenário nacional, sendo o marco a presença de Dom Helder Câmara, não morando aí, mas falando para público francês, na denúncia do que aqui acontecia durante o período militar.

No que diz respeito a investimentos franceses no Brasil, esse vem se dando nos setores do comércio varejista, eletricidade, financeiro, telecomunicações. Ademais, praticamente todos os principais grupos franceses

dos setores de defesa e alta tecnologia encontram-se implantados no Brasil. No plano bilateral, os dois países concluíram acordo para a construção de ponte sobre o Rio Oiapoque, onde temos fronteira com a França, coisa que o Amapá gosta muito de citar, Senador Capiberibe, especialmente, empreendimento que permitirá a ligação rodoviária entre Caiena e Macapá, que trará múltiplos benefícios para o Brasil.

Em 2009, foi realizado o Ano da França no Brasil, e, logo em seguida, o Ano do Brasil na França.

Já o Principado de Mônaco conta com população de cerca de apenas 39 mil habitantes, mas a presença do Brasil, não obstante seu escopo modesto, é importante do ponto de vista do simbolismo daquele pequeno país, especialmente para um país, como o Brasil, que dá tanta importância ao esporte automobilístico. É aí que, muitas vezes, moram nossos corredores de automóvel, como o próprio, não sei Ayrton Senna, Nelson Piquet, que, e não sei se até hoje tem, já teve aí moradia.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

E nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório, aqui fica o relatório para que seja levado em conta no momento da sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente. Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Nós vamos deixar, então, sobrestada a discussão, inclusive para que possamos conceder vista coletiva.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2015.

Às dez horas e cinco minutos do dia sete de maio de dois mil e quinze, na sala dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Lindbergh Farias, Lasier Martins, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Delcídio do Amaral, Benedito de Lira, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, José Serra, Antônio Anastasia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores Cristovam Buarque e Hélio José. Presente os Senadores não membros Aécio Neves, Waldemir Moka e Cássio Cunha Lima. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a tomar assento à mesa as convidadas, Senhora Lilian Tintori de Lopez, Senhora Mitzy Capriles de Ledezma e Senhora Rosa Orozco, bem como o Senador Aécio Neves. O Presidente faz comunicado sobre a Audiência Publica. Usa a palavra o Senador Aécio Neves. Tem início a apreciação da PAUTA: Audiência Pública, para tratar da situação política da Venezuela, que culminou com violações de direitos humanos e a prisão política de políticos oposicionistas ao governo nacional. O Presidente concede a palavra à Senhora Lilian Tintori de Lopez, para sua exposição. Em seguida, o Presidente concede a palavra à Senhora Mitzy Capriles de Ledezma, para sua exposição. O Presidente registra a presença dos Deputados Izalci, Pauderney Avelino, Mendonça Filho, Eduardo Barbosa, Nelson Marchezan Junior, Ricardo Tripoli, Luiz Carlos Hauly, Miguel Haddad, Daniel Coelho e Rubens Bueno, das Deputadas Geovania de Sá e Raquel Muniz, e do ex-senador Eduardo Azeredo, e da ex-deputada Moema São Thiago. O Presidente concede a palavra à Senhora Rosa Orozco, para sua exposição. Usam a palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Lasier Martins, José Serra, José Agripino, Tasso Jereissati, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Antônio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Cássio Cunha Lima, Lindbergh Farias e Vanessa Grazziotin. O Presidente registra a presença do Senhor Fernando Tiburcio. O Presidente concede a palavra para considerações finais das Senhoras Lilian Tintori de Lopez, Mitzy Capriles de Ledezma e Rosa Orozco. O Presidente concede a palavra ao Senador Aécio Neves. O Presidente agradece às participantes. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Declaro aberta a 12ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu quero comunicar – agradecendo a presença de todos – que, no Plenário 19, na Ala Alexandre Costa, existe um telão para a transmissão desta reunião, uma vez que nós não temos, no nosso plenário, na nossa galeria, lugares suficientes para abrigar aqueles que desejam esse contato com as nossas convidadas.

Eu tenho a honra insigne de ter na Comissão de Relações Exteriores, conforme requerimento aprovado por esta Comissão, as presenças das cidadãs venezuelanas, lutadores pela liberdade em seu país, militantes, a Srª Lilian Tintori de López, casada com Leopoldo López, líder político democrático, encarcerado nesse momento; a Srª Mitzy Capriles de Ledezma, que é mulher de Antonio Ledezma, Prefeito de Caracas, e a Srª Rosa Orozco, que teve uma filha assassinada naquele país pelas forças da repressão bolivariana.

Também está conosco – fiz questão de tê-lo aqui na nossa Mesa –, o Senador Aécio Neves, porque Aécio e eu estivemos em Lima, em uma reunião promovida pela Fundação Liberdade e Cidadania, com a presença inspiradora e a fala mobilizadora do Prêmio Nobel de Literatura, Mario Vargas Llosa. E, naquela oportunidade, Aécio e eu convidamos as Srªs Lilian e Mitzy para virem ao Senado, para darem seus depoimentos aos Senadores e ao povo brasileiro – e também àqueles que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado –, depoimentos dados naquela reunião, em Lima.

Naquela ocasião, tomamos conhecimento de mais informações sobre um tema que vem preocupando muito o Senado e o povo brasileiro, que é a escalada de violência do regime venezuelano contra os opositores.

A par da gravidade da situação econômica daquele país, essa escalada da violência já foi objeto de uma reunião promovida pelo Senador Ricardo Ferraço, aqui presente, com a presença da Deputada María Corina Machado, que teve, arbitrariamente, o seu mandato popular cassado sem maiores formalidades. María Corina hoje não pode sair da Venezuela, mas estará aqui presente conosco também no calor de sua amizade e na solidariedade à sua luta.

A nossa política, a política do Governo brasileiro em relação à Venezuela, foi o ponto central das indagações feitas por esta Comissão ao Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Mauro Vieira, que compareceu a este plenário no dia 24 de março.

O Ministro Mauro Vieira fez um relato dos trabalhos da comissão de chanceleres da Unasul, integrada pelo Brasil, pela Colômbia e pelo Equador, uma comissão incumbida de promover o diálogo entre o governo e a oposição venezuelanos. Essa comissão já se reuniu duas vezes, em fevereiro e em março deste ano. E o Ministro Mauro Vieira disse acreditar que ela tenha contribuído para diminuir as tensões na sociedade venezuelana. É uma afirmação que foi recebida com cautela por esta Comissão, porque, se, de um lado, há um diálogo num nível bastante elevado, nível de ministros, por outro lado uma sucessão de reuniões sem que se veja resultados concretos pode permitir a protelação indefinida da soltura dos dois presos políticos, esposos dessas senhoras que estão aqui, além de outros presos políticos da Venezuela, dando verniz de legitimidade às ações de um regime que transgride as regras básicas da democracia.

A situação de desrespeito aos direitos humanos se multiplica na Venezuela depois das eleições presidenciais, conforme atestam relatórios insuspeitos de muitas organizações que defendem os direitos humanos e das próprias Nações Unidas.

Lamentavelmente, o Governo brasileiro não tem tomado atitude que o povo brasileiro, amante da liberdade e da democracia espera que ele tome.

O governo Maduro tem usado de violência e intimidação para aplacar manifestações de insatisfação popular. No final de janeiro, o governo venezuelano, o governo Maduro conseguiu editar, chegou ao ponto, ousou editar uma resolução que autoriza o uso de armas letais contra manifestações pacíficas.

A liberdade de imprensa é ameaçada por medidas de cerceamento econômico contra jornais, contra publicações, cassação de licença para emissão de rádio e televisão.

A hegemonia do Executivo se estende sobre o Judiciário venezuelano. Os ministros da corte suprema são escolhidos a dedo pelo chefe do poder Executivo. E chegam, eles mesmos, a desrespeitar o princípio democrático de separação de poderes. Isso tudo ocorre num cenário de ruína econômica, de desabastecimento, de inflação galopante, de corrupção, de nepotismo escandaloso em favor de familiares dos potentados venezuelanos, enquanto o povo passa por dificuldades crescentes.

Venezuela, juntamente com a Argentina e com o Equador são os únicos países membros do FMI, aliás, que não recebem missões técnicas para verificar a qualidade de suas estatísticas.

O direito de fazer oposição, como afirmou ainda há pouco o presidente Aécio Neves, deve ser respeitado aqui ou em qualquer parte da nossa região. Para nossa região, exigir de outro país o respeito à democracia é uma obrigação, obrigação nossa e de países que conosco assinaram, através de decisões soberanas, acordos e convenções internacionais em que o respeito à democracia e aos direitos humanos é uma regra básica.

A Carta Democrática Interamericana da OEA, o Protocolo de Ushuaia, sobre o compromisso democrático, enfim, todas elas afirmam o respeito à plena vigência das instituições democráticas e dos direitos humanos, como condição essencial para o desenvolvimento de processo de integração.

Uma integração entre os nossos países não pode se dar, é inviável, com ditaduras. Integração pressupõe liberdade: liberdade de comércio, liberdade de expressão, liberdade de manifestação. Não pode haver integração entre países livres e países submetidos a uma tirania.

Ninguém pode negar que na Venezuela existem partidos, existe oposição. Mas esses partidos são livres para se manifestarem? São livres para concorrerem a eleições limpas? A oposição pode sair às ruas pacificamente sem se arriscar a levar um tiro na cabeça como aconteceu com a filha dessa senhora?

O Brasil, meus amigos, quer ter peso cada vez maior nas decisões, nos foros internacionais. Nós temos pretensão de ocupar uma cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro permanente. Nós temos a justa pretensão e vocação para influir nos temas internacionais que transcendem a interesses econômicos, que transcendem a compromisso ideológico como a questão climática, por exemplo. Nós temos o desejo de ser peça-chave nas negociações de acordos sobre temas como comércio internacional. Agora, por que o Brasil, que tem essa vocação, esse desejo, o Governo brasileiro não atua, com seu peso próprio, pelo menos nas questões fundamentais, como as que dizem respeito a direitos humanos e à democracia? Essa não é apenas uma expectativa da Comunidade Internacional, mas do povo brasileiro. E não se trata apenas de um desejo da oposição brasileira, mas de Parlamentares, políticos e Partidos que compõem a base e a situação do Governo brasileiro – e eu vejo aqui presentes entre nós o Senador Ciro Nogueira, que é Presidente de um Partido da situação, e que está aqui conosco; o Senador Moka, do PMDB, que é o maior Partido presente no Senado brasileiro, que integra a base de sustentação do Governo, também está aqui presente, com o seu compromisso à liberdade. Por que o Governo brasileiro não age como dever agir?

Esta reunião, como lembrou ainda o Senador Aécio Neves, é um momento importante para que o Governo tome consciência de que um País do nosso tamanho, um País com instituições democráticas ainda recentes, mas felizmente sólidas, não pode se omitir nessa questão porque é o nosso dever moral e é o nosso dever jurídico.

Eu queria encerrar com uma nota pessoal. Eu fui, meus caros amigos, no tempo da ditadura, condenado a três anos de reclusão, com base na Lei de Segurança Nacional, e precisei buscar refúgio na França, assim como companheiros nossos, a exemplo do Senador Serra, que deve chegar logo mais, no Chile. Eu tenho plena consciência, uma consciência nítida da importância da solidariedade internacional para aliviar o peso da repressão sobre aqueles que sofrem sob regimes ditatoriais.

Eu me lembro da mobilização dos exilados brasileiros em consonância com as forças de oposição que lutavam aqui para levar aos foros internacionais denúncias sobre aquilo que ocorria no Brasil. Lembro-me com emoção da presença de uma delegação de Parlamentares brasileiros, chefiada pelo então Deputado Paes de Andrade, presente ao senado francês denunciando perante os senadores franceses, à imprensa francesa e à imprensa mundial aquilo que ocorria no Brasil, o que ocorria contra muitas vítimas, como, por exemplo, a própria Presidente atual, Dilma Rousseff, que sofreu martírios nos cárceres brasileiros. Houve uma solidariedade internacional para com ela também. Por que agora, quando se trata da Venezuela, essa diplomacia de punhos de renda? Nós não podemos terceirizar para a Unasul um dever que é nosso.

Quero dizer aos senhores, e quero que a Comissão de Relações Exteriores registre isto, que o Senador Serra e eu nos dirigimos ao Ministério de Relações Exteriores pedindo que essas senhoras fossem recebidas pelo Ministro. A alegação foi que o assunto Venezuela é tratado no âmbito desta Comissão a que me referi há pouco, e ponto. Não houve sequer alternativa oferecida pelos nossos interlocutores para que o Subsecretário de Assuntos Políticos para América Latina as recebesse. Eu não vou me esquecer disso! E eu quero que a Comissão de Relações Exteriores tampouco se esqueça disso!

O apelo que a Srª Tintori fez nas páginas de o jornal *O Globo* é muito simples: a contribuição do Brasil para que haja uma solução democrática, pacífica para a crise venezuelana. Que possamos chegar às eleições num clima de respeito aos direitos humanos, à liberdade de manifestação, à libertação dos presos políticos, o fim da repressão e da perseguição a quem pensa de forma diferente do regime, e garantia, por meio da presença de organismos especializados imparciais que acompanham normalmente eleições para garantir a lisura do pleito.

É demais pedir isso? Não é.

Antes de passar a palavra às nossas convidadas, eu a concederei ao Senador Aécio Neves, porque, no início de minha fala, lembrei que estivemos juntos em Lima, o Senador Aécio e eu, oportunidade em que fizemos o convite, convite endossado por esta Comissão, para que esses senhores aqui viessem. Então, antes de passar a palavra às nossas convidadas, passo a palavra ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª, Senador Aloysio. Serei bastante breve. Todos queremos ouvir aqui os depoimentos dessas bravas venezuelanas, que têm, contra tudo e contra todos, lutado pela liberdade, pela democracia, em especial pelo respeito aos direitos humanos neste país-irmão .

Cumprimento o Senador Aloysio pela iniciativa de trazê-las a esta Comissão, talvez aqui a trincheira mais visível da oposição no Senado Federal. Cumprimento os inúmeros Senadores que aqui estão, de diversos Par-

tidos políticos e não apenas da oposição. A eles, em especial, a minha saudação, porque a causa que nos traz aqui hoje não é a de um governo, de uma oposição, é a causa da consciência daqueles que, como disse, prezam a democracia e as liberdades.

Saúdo, de forma muito especial e, se me permitam chamá-las assim, minhas amigas Lilian e Mitzy, por meio das quais tive a oportunidade de conhecer um pouco mais a realidade venezuelana num encontro recente que tivemos no Peru. Saúdo também a Srª Rosa Orozco, que sofreu, de forma absolutamente inimaginável, incompreensível, os efeitos da violência naquele País.

Minha primeira palavra – e creio que esse é o sentido maior que nós, Parlamentares, representantes das mais variadas regiões do País, devemos ter neste instante – é que é percebida, de forma absolutamente clara, Senador Fernando, a dimensão e as consequências da omissão do Brasil nesta questão em especial. O Brasil é, por razões que independeram da nossa vontade, a mais importante economia da região, obviamente o País mais populoso também e, naturalmente, deveria exercer uma liderança natural nas questões que, sobretudo, atendam aquilo que é essencial para o desenvolvimento da nossa região, repito: respeito à democracia e aos direitos humanos.

Em todos os depoimentos que ouvimos nesse recente evento, Líder Cássio Cunha Lima, Senador Ricardo Ferraço, em todos eles, sem exceção, a cobrança era enorme por um posicionamento mais claro do Brasil, se não fosse de solidariedade àqueles que, exercendo oposição na Venezuela, hoje estão no cárcere, que fosse em defesa da cláusula democrática do Mercosul, um pressuposto fundamental para alianças que se desdobram em várias outras áreas.

Portanto, a razão maior que fez com que o Senador Aloysio e eu convidássemos as ilustres visitantes para estarem aqui é para que elas pudessem, com a sua palavra, com o testemunho que aqui trarão da realidade daquele país, sensibilizar não apenas a oposição, mas também aqueles que hoje governam o Brasil. E isso, caríssimas Lilian, Mitzy, Rosa, começa a acontecer. A presença aqui hoje – ressalto mais uma vez – de Lideranças da Base do Governo é algo extremamente sinalizador para nós, porque eu percebo que começa a haver constrangimento em setores que, de alguma forma, circundam o Governo central, para que a posição do Brasil deixe de ser a da cômoda omissão para uma posição, essa, sim esperada por todos os brasileiros inclusive, de defesa das liberdades naquele país. Portanto, é importante que tenhamos a noção clara da relevância, do papel e da importância do Brasil nesse processo.

A escalada autoritária na Venezuela é de conhecimento de todos. E essa é uma característica histórica dos governos populistas, sobretudo quando se veem enfraquecidos, que é a radicalização, que é a utilização de parcelas da sociedade como instrumento para a sua manutenção no poder, tratando aqueles que divergem das suas posições como inimigos, levando-os ao limite inimaginável do cárcere, como acontece há mais de um ano e dois meses com Leopoldo López, há cerca de três meses com o Prefeito Ledezma.

Eu, ontem, tive a oportunidade de, no plenário do Senado Federal, fazer de público um último apelo para que a Presidente da República, a Presidente Dilma Rousseff, pudesse, ela que tanto preza as questões de gênero e que, por inúmeras vezes, se manifestou em cadeia de rádio e televisão, quando ainda podia fazê-lo, em favor das mulheres, do respeito à dignidade das mulheres, aos direitos humanos, a uma participação maior das mulheres na vida pública, seria um bom momento para que ela pudesse simplesmente ouvir o relato daquelas que têm vivido as consequências dessa escalada autoritária na Venezuela.

Falei, como outros Líderes da oposição, ao vento. Tampouco a Presidência da República, tampouco o Ministério das Relações Exteriores se dignou a receber aqui as nossas convidadas. O que vem acontecendo? É que outras lideranças não apenas da nossa região, mas, felizmente, de outras regiões do mundo começam a se manifestar e a se mobilizar em defesa daquilo que o Brasil não vem fazendo. No próximo dia 17, antecipa-me a minha amiga Mitzy Capriles Ledezma, o ex-Primeiro-Ministro Felipe González – Senador Tasso, Governador Anastasia – estará em Caracas participando da banca de defesa do opositor Leopoldo López. Uma sinalização extremamente importante para o mundo sobre a realidade daquele país.

O Senador Ricardo Ferraço, cara Lilian, cara Mitzy, cara Rosa, propôs, no plenário do Senado Federal, a criação de uma comissão de Senadores para que possam, de alguma forma, suprir essa omissão que nos constrange a todos do Governo Federal, para, inclusive no momento em que isso for adequado, na visão de vocês, esse grupo de Senadores estar na Venezuela.

Portanto, o testemunho que as senhoras trarão aqui – tenho certeza – haverá de sensibilizar não apenas os ilustres Senadores que aqui hoje participam dessa reunião de enorme repercussão, mas também outras autoridades brasileiras.

E o que eu deixo, ao final, é a palavra que tenho repetido de forma incessante: quando se trata, ilustre Senador Moka, de democracia, de liberdade e de defesa dos direitos humanos não há que se respeitar fronteiras.

Portanto, eu espero que essa histórica visita de Lilian, de Mitzy, de Rosa ao Brasil possa sinalizar para o início de uma nova fase na relação do Governo brasileiro com a Venezuela, no sentido de permitirmos aquilo que é a essência da luta das nossas convidadas, que não é a derrubada de um governo. Ao contrário. É o respeito à democracia; é a possibilidade de que a oposição possa exercer as suas funções fiscalizadoras de contestação das ações do governo em plena liberdade e em plena segurança, que é o que não ocorre lá até hoje.

Portanto, caríssimas amigas, Mitzy, Lilian e Rosa, contem conosco! Estejam certas de que há no Brasil, sim, agora não apenas mais uma oposição vigilante, cobrando ações do Governo Federal, mas há setores importantes – e aqui temos presidentes de Partidos políticos, como o Senador Agripino; como eu disse aqui, representantes de Partidos, como o PSB; Ciro Nogueira, Presidente o PP, um Partido da base governista; Senadores do PMDB extremamente representativos da vida nacional; representantes do PDT, do Rio Grande do Sul, nosso Senador Lasier.

Então, começa a se formar aqui um conjunto inédito de forças políticas de várias vertentes ideológicas e mesmo de posicionamento político em relação ao Governo brasileiro que pode ser, quem sabe, a célula nova, o núcleo novo de uma ação consistente de um país como o Brasil, que também já viveu, lá atrás, as agruras de um regime autoritário e que recebeu, como disse aqui o Senador Aloysio, inclusive com um depoimento pessoal, solidariedade de outros países vizinhos da própria Venezuela e de outras regiões do mundo.

É hora de o Brasil se levantar e, de forma altiva, dizer que, acima de alinhamentos ideológicos, acima de relações comerciais, existe algo que deve conduzir todas as nossas ações: o respeito à democracia, à liberdade, aos direitos humanos.

Sejam muito bem-vindas a esta Casa, que é a Casa do povo brasileiro. Que a nossa palavra aqui, hoje, possa ecoar por todo o País, ultrapassar as nossas fronteiras e, quem sabe, de alguma forma, sensibilizar também as autoridades venezuelanas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Aécio Neves.

Concedo agora a palavra à Srª Lilian Tintori de López.

Antes, porém, quero registrar a presença entre nós do ex-Senador Eduardo Azeredo, que foi Governador de Minas Gerais e presidiu esta Comissão no momento em que se discutia o ingresso da Venezuela no Mercosul; e também a presença do Senador Tasso, que era membro desta Comissão nessa ocasião e teve uma participação importante nesse debate.

Lilian, por favor.

A SRª LILIAN TINTORI DE LOPEZ (Tradução simultânea.) – Obrigada.

É uma honra estar aqui e representar a voz de muitos venezuelanos que hoje sentem, que hoje vivem um descontentamento absoluto pelo que estamos vivendo na Venezuela.

A primeira coisa que eu gostaria de dizer é obrigada pelas manifestações de apoio que recebemos de nosso país-irmão , o Brasil. Obrigada por haver recebido de vocês, líderes democratas, as suas vozes, os seus pronunciamentos.

Estarmos aqui nesta sala, sentadas com vocês, é uma grande honra para nós. Fica claro que há uma preocupação imensa com a situação de violação dos direitos humanos na Venezuela.

Sei que seguem bem de perto tudo aquilo que estamos vivendo. Sim, o nosso país está em crise: uma crise econômica, uma crise social, uma crise política. E estamos dizendo isso com muita responsabilidade. Estamos a ponto de uma crise humanitária, e gostaríamos de evitar isso. Não podemos permitir que o direito à vida, que é o nosso primeiro direito, o mais sagrado de todos, seja violado a cada 20 minutos. A cifra de mortes por violência na Venezuela, no ano passado, foi de 25 mil, e, atrás desse número, há 25 mil famílias, há 25 mil mães iguais à Rosa.

A Venezuela está em crise! Estamos mal há muitos anos. O meu esposo, Leopoldo López, está preso, de forma injusta, há um ano e três meses, por denunciar o regime de Maduro como um regime antidemocrático, corrupto, ineficiente e repressor.

Vivemos essas injustiças e esse regime, que não é democracia, porque tem todas as características de uma ditadura, onde não há autonomia dos poderes públicos. Uma só pessoa lida com os nossos cinco poderes; Maduro controla todos os poderes com a ordem superior. Isso não é democracia. Há 97% de impunidade, segundo a própria ONU. Ou seja, não existe justiça na Venezuela. Isso não pode ser democracia.

Temos um alto custo de vida: filas gigantes para comprar remédio, comprar comida; escassez; inflação de 74%. É um país destruído, economicamente fracassado!

Isso é o que faz com que a mulher venezuelana viva descontente, sem encontrar nem o básico para alimentação, sem encontrar nem remédio, o básico! E sem falar, ainda, dos enfermos, que já não conseguimos

cuidar, porque sequer temos remédio. Um cantor muito reconhecido, Giordano, adoeceu, teve câncer, e ele chorava porque ele não podia ser curado em seu país, ele tinha que viajar para outro país. Mas ele estava chorando porque ele conseguia ir, mas muitos outros venezuelanos não podem ser tratados em seu país e morrem. Por quê? Porque não tem remédio. Existe uma crise de saúde na Venezuela.

Leopoldo denunciou o regime de Maduro. Denunciou na qualidade de líder responsável, como democrata. E é por isso que ele foi preso, por pensar diferente! Há um regime antidemocrático. Por pensar diferente de Maduro! E não é o único! Estão presos dois prefeitos da oposição venezuelana, pessoas eleitas pelo povo, queridas pelo povo. Nosso Prefeito maior, Antonio, está preso por pensar diferente de Maduro, porque ama a Venezuela; Daniel Ceballos, o Prefeito de San Cristóbal está preso há um ano e dois meses, por querer uma Venezuela melhor, por ser um líder do progresso. Estudantes estão presos, porque protestaram! Os prenderam arbitrariamente, por quererem uma Venezuela melhor.

O protesto na Venezuela foi criminalizado. Não nos deixam protestar. Quem protesta vai preso, é perseguido, é ameaçado, é seguido pela polícia nacional. Quem protesta ou quem escreve algo contra Maduro vai preso. Tem twitteiros presos! Pessoas que mandam *twitter* contra o que está acontecendo na Venezuela! Também caricaturistas, simplesmente por pintar a verdade sobre a Venezuela. Lá não tem mais liberdade de expressão, meios livres. Tem poucos espaços onde podemos ler verdades de uma forma imparcial, como é o *Diário Nacional*, *El Nuevo País* e as nossas redes sociais. São os únicos espaços que ainda nos resta, porque, nos últimos anos, compraram os meios de comunicação e dominam as editoras, o que sai nos editorais... O jornal da Venezuela, está bem fininho, porque não tem nem papel.

Então, essa crise nos tem levado a maior repressão. Como disse o nosso amigo Senador Aécio Neves, a repressão aumenta, aumenta e aumenta todos os dias. E é por isso que estamos aqui na região. É por isso que estamos levantando voz para parar essa repressão. Aqui, no Brasil, estamos pedindo: ajudem-nos a parar com essa repressão. Tivemos 3.414 prisões arbitrárias. Mais 200 casos de tortura registrados. Tem muito mais. Tivemos 44 assassinatos nos protestos; essas 44 mortes, esses 44 assassinatos, a maioria deles com tiro na cabeça! Desses 44 assassinatos, apenas sete foram investigados. E hoje apenas uma pessoa está presa. Essa é a Justiça da Venezuela. Entre esses 44 assassinatos, temos o assassinato de Geraldine, a filha de Orozco, que nos motiva a continuar lutando.

Eu vou dizer algo para vocês: a nossa luta é uma luta moral, nossa luta é uma luta espiritual. Isso aqui já não é política; isso é humanidade, gente, é dignidade, defesa de nossos direitos e da nossa democracia.

Hoje, têm 89 presos políticos na Venezuela. Devem ser liberados. Eles são inocentes. Depois de um ano e três meses, não tem nenhuma prova, nenhuma testemunha, não tem nenhuma prova – Demian, Marco – que culpe Leopoldo Lopes, o meu esposo, de nada, ou de nenhum fato violento. Muito pelo contrário. Nesse julgamento injusto, se avaliaram as palavras, as mensagens de Leopoldo Lopes e encontrou palavras firmes, palavras de um líder democrata e sempre chamou para protesto pacífico e não violento.

Nós vamos aos países da região com muito respeito, responsabilidade e humildade, com informes qualificados, quando dizemos que, na Venezuela, não há justiça e que devem ser liberados os presos políticos, não só as esposas dos presos mas as famílias da vítimas. Dissemos isso às Nações Unidas. Quatro vezes as Nações Unidas se pronunciaram, Alto Comissariado dos direitos humanos relatou contra torturas, e comitês contra torturas em seus documentos. Quatro vezes as Nações Unidas já pediram liberdade dos presos políticos na Venezuela. A Anistia Internacional pediu a liberdade de Leopoldo López, o Human Rights Watch pediu a liberdade de Leopoldo López e o estado venezuelano, o governo, não acata essas decisões, que são vinculantes com o nosso país e com os nossos governos.

Violam a constituição, especificamente no art. 23, que é muito claro, e diz que todo ente que a Venezuela representa, como Nações Unidas, Venezuela é parte do Conselho de Segurança, que deve ser acatado imediatamente.

Maduro viola a Constituição e viola os tratados internacionais.

Nós levamos o relatório de impunidade e violação dos direitos humanos na Venezuela. Eu quero ler dois testemunhos de torturados na Venezuela, que sempre me pedem que os nomeie, sempre me pedem que fale deles. Esses são dois testemunhos relatados pela Anistia Internacional: Juan Carrasco, um rapaz jovem, de 23 anos.

Juan Manuel recebeu punhaladas, chutes, socos com armas e foi ameaçado de morte e foi violado, estuprado com um fuzil. "Um dos guardas me salvou", ele disse. "Não batam mais nele porque vão arrebentá-lo." "E deram um chute, até que eu vomitei uma bola de sangue." Esse é Manuel Carrasco.

Outro caso que temos dentro dos 200 registrados – temos muito mais – temos o de uma mulher, que se chama Gloria Tobón, que foi detida junto com sua filha, em 19 de março, pela guarda nacional bolivariana, em estado Táchira, Rubia. E ela contou, assim, de forma textual: "Zombavam da gente. Diziam-nos que iam nos

levar para uma montanha, que iam nos matar lá, que iam nos cortar em pedacinhos, que iam nos jogar numa fossa e que não iam nos encontrar, porque eles iam nos enterrar, e que ninguém ia nos achar."

São são apenas dois casos de torturas. E aqui temos 200 casos. Quarenta e quatro assassinatos e, no ano passado, nos protestos, onde ficou justificado, com números oficiais, com cifras oficiais a violação sistemática dos direitos humanos que há na Venezuela.

Quero, alem disso, lembrar o porquê de Leopoldo haver se entregado. Por que ele se entregou? Leopoldo se entregou por três razões – não e a primeira vez que o atacam –: em 2008, Chávez o inabilitou; em 2014, Maduro o prende. Ele põe as caras e diz que a justiça é falha. Ele ama o seu país e tem um compromisso com todos os venezuelanos. E a terceira, tirar a máscara do Maduro, a máscara de democrata. E pode-se dizer que, depois de um ano e três meses, nós já tiramos essa máscara do Maduro.

O mundo inteiro sabe que na Venezuela não se vive em democracia. Sabe que, na Venezuela, Maduro, junto com sua equipe corrupta que resta, viola os direitos humanos na Venezuela. Sabemos, ainda, que mais de 80% dos venezuelanos pedem uma mudança e buscam uma mudança porque estão descontentes com o regime de Maduro, por isso pedem mudança. E é essa mudança que vamos conseguir, com o apoio da região, porque não é ingerência pedir apoio quando sabemos de direitos humanos.

Nenhum país do mundo, que tem uma crise da dimensão que a Venezuela tem, pôde fazer alguma coisa sozinho. Precisamos de ajuda de nossos países da região. O que acontece na Venezuela atinge a América Latina e em todos os países da região, ecoa em todas as demais regiões.

Precisamos de posicionamentos claros, sem duplos padrões.

Pedimos ao Brasil que se levante. Levante a sua voz, Brasil, e ajude a nós venezuelanos a levantar essa bandeira, a bandeira da democracia e a bandeira dos direitos humanos!

Liberdade!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quero, mais uma vez, registrar que temos, hoje, em um outro plenário, um número muito grande de convidados, que, dada a exiguidade do nosso espaço, não podem estar presentes aqui nesta mesma sala, mas estão nos acompanhando por meio de um telão instalado na sala contígua. Quero agradecer imensamente a presença deles aqui. A TV Senado também está nos transmitindo ao vivo.

Passo a palavra agora à Srª Mitzy Capriles de Ledezma.

A SRª MITZY CAPRILES DE LEDEZMA (Tradução simultânea.) – Muito obrigada, Senador Nunes. Agradeço infinitamente ao Senador Aécio Neves, grandes amigos afetuosos e atentos ao problema que vivemos em nosso país.

Com toda a sinceridade, eu devo dizer-lhes, a Lilian, certamente a Rosa, que todas as vezes que chegamos ao nosso país, a palavra menor de que somos chamadas é: patriotas. Nós respondemos sempre ao governo, quando nos ataca sem misericórdia: "Nós amamos o nosso país. Estamos junto a um homem que podia fugir do seu país faz tempo, e ele não o fez, e hoje eles estão presos, continuam lutando a serviço da democracia e da restituição dela".

Permitam-me, queridos Senadores, de forma breve, compartilhar com vocês parte de um discurso que foi feito aqui no Senado, há alguns anos, por Antonio acompanhado do Senador Tasso, do Senador Azevedo e de outros Senadores que integravam a Comissão de política exterior naquele momento. Permita-me, Presidente –, eu não vou ler tudo isso, não se assustem, porque o tempo corre –, de forma breve, dentro do contexto, há cinco anos, Antonio contou a história.

Tudo isso aqui ainda está vigente, a história recente da democracia que foi escrita nessas últimas décadas. Usou um instrumento petroleiro em nosso país como um elemento para defender a integração, mas nunca como um instrumento para domesticar governos ou governantes que, por uma ou outra circunstância, tenham que lidar com problemas econômicos internos.

Começou a defender essa tese na última administração do presidente Rafael Caldera, que compartilhava essa inquietude com o dignatário presidente, orgulho de homem democrata e estadista, o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com esse espírito, desde a Venezuela, impulsionamos a Unasul, porque vemos essa plataforma como um cenário mais que conveniente para desenvolver políticas não só comerciais, senão que tenham a ver com os protocolos que são importantes, como o Protocolo de Ushuaia. O tema da situação de controvérsias ou conflitos com outros países que não podemos sublinhar.

Esses são países com virtudes da democracia que também se incorporam na agenda do Mercosul. O problema não pode se limitar a ver quantas toneladas de alimentos a Venezuela pode vender à Argentina, ou quanto a Venezuela pode comprar do Brasil, mas lado a lado com isso devemos nos solidarizar e nos preocu-

par, como fizeram os europeus, pela democracia e pelas normas de ouro da própria democracia. Estimo que existam regras, técnicas e protocolos que devem ser privilegiados na hora de tomar uma decisão.

E me dirão, por exemplo, quando me refiro à caracterização do governo da Venezuela, que esse desfruta de legitimidade de origem. E é verdade, porque foi eleito com voto popular em eleições presidenciais; mas assim como é significativa a legitimidade da origem de um governante, também deve ser para aqueles dos direitos humanos.

Essas são algumas palavras mencionadas por Antonio Ledezma, o prefeito, aqui mesmo ele disse isso. Isso é parte do pronunciamento feito perante a Comissão de Relações Exteriores.

Antonio Ledezma, como bem vocês sabem, está preso agora na casa, o que equivale ao mesmo, porque está sendo fortemente custodiado, não pela quantidade de 120 homens contados, foram os que entraram em seu escritório, sendo a primeira autoridade civil da capital da Venezuela, a segunda autoridade civil depois do Presidente da Venezuela, e foi simples assim, arrancado do seu trabalho. Antes já haviam tirado 95% do seu orçamento, quase todas as competências, duas apenas não foram tiradas. Ele fez greve de fome porque não tinha dinheiro para pagar os trabalhadores, que, além de tudo, haviam tomado 2.500 trabalhadores que pertencem ao partido do governo, muitos deles.

Referendamos uma vez mais, diante de vocês, para Lilian, para mim, para Rosa Orozco. Rosa, permita-me dizer o que muitas vezes não te digo na Venezuela, da minha profunda admiração pelo que você significa na nossa vida, como mulheres venezuelanas, que, além de já terem matado a sua filha, você consegue vir aqui, sentar diante da gente. Você é um exemplo para a gente. Desculpem esse comentário que eu tive que fazer.

Sentimos certamente que não deixamos de fazer pontes. E eu quero, com vocês, de coração, com toda seriedade, dizer isto a vocês: nem a Leopoldo López, nem a Daniel Ceballos, nem aos estudantes, nem a Antonio Ledezma, ao prefeito metropolitano, foi negado dialogar; mas como, queridos Senadores, vocês dialogam? Como conseguem dialogar com alguém que te enfrente com uma lata de gasolina na mão e com um fósforo aceso na outra mão? Isso é difícil. É difícil um diálogo desse jeito.

Temos que fazer essas pontes para nos levar a uma Venezuela que contemporize, e olhando nos olhos uns dos outros, possamos dizer: "Você pertence a uma Venezuela que tem 16,5 anos com um modelo econômico fracassado, mas existe". Formam parte da Venezuela. Mas nós também, nós não somos sem pátria. Nós vamos lutar pelo país que nós amamos. Não somos traidores.

Com vocês e o favor de Deus, esperamos, como Senadores desse país irmão que temos no Brasil, esperamos um vital, ou talvez mais do que em qualquer outro país ibero-americano, no caso concreto do Brasil, o que vocês representam para a Venezuela é a diferença, seguramente, entre a manifestação, como bem foi dito aqui por Lilian, há alguns momentos: "Onde o Governo do Brasil está? De que lado ele está? E isso, para os Senadores, os seus Deputados, o seu povo, isso significa do Brasil a diferença entre Venezuela, que está pondo as coisas a perder.

Honráveis Senadores, a palavra agora é com vocês. Esperamos que sejam testemunhas presenciais, que estejam nessas eleições parlamentares, que certamente o governo não marcou a data, mas que para nós, como democratas, é indispensável realizar.

Muito obrigada, Senadores queridos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srªs e Srs. Parlamentares, eu quero assinalar a presença de muitos Deputados Federais, que fizeram questão de participar desta reunião. Eu cito aqui o Deputado Izalci, que trouxe um grande número de convidados, que estão aqui na sala ao lado. aliás, todos eles trouxeram. O Deputado Mendonça Filho, que é Líder do Democratas na Câmara; o Deputado Pauderney, Líder da oposição no Congresso; o Deputado Tripoli, que acaba de chegar; o Eduardo Barbosa, que foi o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, também é um conhecido lutador pelos direitos humanos no País; o Deputado Marchezan; o Deputado Macris, e outros que ainda virão até o final da reunião. Ainda há pouco me ligou o Deputado Roberto Freire, que também esteve em Lima, que teve um compromisso agora, mas virá logo mais à nossa reunião.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, antes de virmos para o plenário da Comissão, eu ouvi um depoimento perturbador da Srª Rosa Orozco, que teve sua filha assassinada, sua única filha, de 23 anos, que participou de uma manifestação com um simples cartaz na mão, e que recebeu um tiro no rosto. Até hoje o assassino está impune, e ela está aqui com energia, transformando a sua dor em energia para lutar. Então, eu a convidei para participar também da reunião e usar da palavra. Eu creio que não haverá nenhuma objeção por parte dos colegas, apesar de não estar previsto originalmente.

Eu peço então à nossa amiga, Rosa Orozco, que faça aqui o seu depoimento.

A SRª ROSA OROZCO (Tradução simultânea.) – Bom dia! Muito obrigada por me atenderem. Aqui estou. Eu me chamo Rosa Orozco, sou a mãe de Geraldine Moreno. Venho aqui com uma tristeza muito grande, por-

que desde que Geraldine morreu, eu estive já em vários parlamentos, e é com muita tristeza que aqui estou, porque a cada vez que entro em um outro parlamento, eu não consigo entrar no meu, porque o Sr. Maduro não nos atende e não atende a nenhuma das vítimas, por diferentes razões.

Lamentavelmente, eu estou aqui por isto: esta é minha filha Geraldine Moreno, foi assassinada por um policial nacional, a queima-roupa. Ela estava na porta de casa. Esse policial atirou nas pernas dela, e quando ela já estava no chão, ele desceu da moto, ela já no chão, e a dez centímetros do rosto dela, ele deu dois tiros, sendo que um desses cartuchos atingiu o rosto da minha filha, no dia 19 de fevereiro de 2014, e a minha filha morreu no dia 21 de fevereiro, às 12h30 da manhã.

Esses dois policiais estão detidos, mas como eu estava explicando ao Senador, o problema não é que esses policiais estejam presos; o problema é que a Venezuela está vivendo essa situação, porque aqui temos dezenove mortos, estudantes que morreram no mês de fevereiro. E dezenove deles, seis receberam tiros na cabeça, pela polícia nacional bolivariana, pela polícia do povo e pelos senhores suseranos.

E esse é o problema que temos na Venezuela.

Nós não podemos permitir que essas coisas continuem acontecendo. Eu sou uma mãe, e por ser mãe é que me dói no meu país. Eu amo a Venezuela, eu vivo na Venezuela e não vou sair da Venezuela, porque eu não posso permitir que isso que está acontecendo, que outra mãe venha a viver também. Eu não posso permitir que o Sr. Leopoldo López, o Sr. Ledezma, o Sr. Ceballos, presos por coisas que eles não cometeram, por coisas que o governo sabe que é por culpa do governo, porque o governo venezuelano, o povo da Venezuela escapou das mãos deles.

Temos uma milícia, que são pessoas civis armadas, que vivem matando todos que pensem diferente do que o governo quer. Em uma entrevista que eu fiz, eu disse a Nicolas Maduro: "Você errou a morta e errou a venezuelana, porque não vou deixar que meu país caia no barranco por culpa sua". Essa é uma violação dos direitos humanos, violação à vida, violação a minha pessoa como mãe. Minha alma, minha vida foi com minha filha, pois eu não vou permitir que nenhuma outra mãe passe por isso. Não vou permitir que a Deputada Maria Corina Machado, porque ela é Deputada e foi eleita democraticamente, e tiraram dela o mandato que ela merecia.

Não quero que matem mais jovens, que nós venezuelanos continuemos morrendo de fome. É isso o que acontece na Venezuela, senhores. Me desculpem, porque a dor que eu sinto por todas as coisas que estão acontecendo, não há como ser explicada. Eu estive em Táchira e vi muitas pessoas... Em Táchira isso foi muito forte. Lá, em Táchira, no dia 24 de fevereiro deste ano, voltou a acontecer o mesmo que aconteceu a Geraldine com uma criança de 14 anos, quando um policial nacional atirou, e a criança pedindo: "Não me mate! Não me mate!". O policial deu um tiro na cabeça dele. A única diferença foi que, em Geraldine, deram no rosto dela e, nessa criança, deram em seu cérebro na parte detrás da cabeça. Depois de um ano, voltou a acontecer a mesma coisa.

Não tem nem um tipo de dor! O presidente da República não sente dor, os Ministros não sentem dor! Geraldine... O Ministro da Defesa da Venezuela faz um decreto em que diz que, quem sair para protestar, a guarda nacional vai contra eles. Será que eu vivo em democracia? Será que eu tenho democracia? Essa não é a democracia que eu vivi quando jovem. Isso não é a democracia em que eu possa expressar o que eu sinto.

Entre as coisas que eu vi em Táchira, um rapaz me disse: "Srª Rosa, vou pedir, encarecidamente, porque não posso fazer, pois eu tenho medo." Esta é outra coisa que o venezuelano tem hoje: medo. Medo de matar os filhos, medo de que o Governo se jogue contra nós. E o rapaz disse-me: "Me deram um tiro nas costas e, graças a Deus, não morri." E me tiraram...

Com isto, senhores, que a guarda nacional dispara contra os estudantes venezuelanos. Com isto! Uma bala deste tamanho nas costas desses rapazes... Como é que podemos continuar permitindo essa violação? Como seguir permitindo que a Venezuela continue passando por isso?

Senhores, com o coração na mão eu dou o meu muito obrigada a vocês por haver me atendido. Dou um muito obrigada por tudo o que vocês podem fazer e por todas essas mães da Venezuela que disseram para mim que falasse com vocês aqui.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu vou, então, agora, conceder a palavra... (Falha na gravação.)

... segundo a ordem de inscrição. O primeiro inscrito é o Senador Ricardo Ferraço, que foi Presidente desta Comissão até ano passado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente; Senador Aécio Neves; Srª Mitzy; Srª Lilian; Srª Rosa, sejam muito bem-vindas ao Brasil! Sejam muito bem-vindas ao Congresso brasileiro e à Co-

missão de Relações Exteriores do Senado da República, que tem sido a trincheira, nos últimos anos, na defesa de valores princípios e conceitos civilizatórios.

Esta Comissão não se curvou à tendência hegemônica do Governo de se mover e se guiar por seus princípios e por suas opções ideológicas. Eu tive o prazer de anteceder o Senador Aloysio Nunes Ferreira, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e, ao longo dos últimos anos, com o apoio da maioria dos Senadores, nós transformamos esta Comissão em uma Comissão que tem exercido o protagonismo que deve e tem de direito na discussão de um tema que tem um impacto direto no dia a dia das pessoas, não apenas do Brasil, mas de toda região, sobretudo pela liderança que nosso País tem, ou deveria ter, na direção de liderar um movimento, um processo em uma região que tivesse como radar o para-brisa e não o retrovisor. Portanto, eu quero cumprimentar o Senador Aloysio Nunes Ferreira pela manutenção deste trabalho na Comissão de Relações Exteriores.

No ano passado, nós recebemos aqui a Deputada María Corina. Eu não a trato como ex-Deputada porque, para mim, ela continua sendo uma Deputada, considerando que foi eleita democraticamente, de forma legítima e direta pela população da Venezuela, e foi afastada de seu mandato sem que lhe fosse dada nenhuma condição de ela se defender.

Também, ao lado do Senador Aloysio Nunes Ferreira, estivemos em Lima, em 2014, no Fórum da Liberdade, presidida pelo insuspeito Prêmio Nobel de Literatura, Dom Mario Vargas Llosa, oportunidade em que nós nos associamos a um movimento da América do Sul em favor e em defesa da democracia, dos direitos humanos, da liberdade de expressão que são valores absolutamente fundamentais.

Sr. Presidente, eu quero, em primeiro plano, manifestar minha solidariedade a V. Exª: é descabida a posição do Itamaraty em não atender a uma solicitação de V. Exª. O Itamaraty não pode ser um órgão de Partido, não pode ser um órgão de Governo, precisa ser um órgão de Estado. E, como órgão de Estado, deveria, sim, ter atendido à solicitação de V. Exª, para que nós pudéssemos ouvir as vozes que se manifestam na defesa e na denúncia das violações que estão acontecendo na Venezuela. Portanto, ao não atender V. Exª, eu quero crer que o Itamaraty não nos atendeu. V. Exª, quando procurou o Itamaraty, não o procurou em seu nome, procurou em nome institucional da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República. Eu quero manifestar a V. Exª minha solidariedade. Por que digo isso, Sr. Presidente? Porque o Senado da República e o Congresso brasileiro são partes na construção da política externa brasileira. Somos nós Parlamentares, é o Senado da República, é a Câmara Federal quem debate, quem dialoga e quem homologa os acordos que o Governo brasileiro faz. Claro, a Constituição estabelece que política externa é da iniciativa do Poder Executivo, e nós não estamos aqui discutindo a legitimidade e a iniciativa. Nós estamos aqui discutindo os resultados, os rumos e as escolhas que a política externa brasileira tem feito.

Fomos nós, Congressistas, que homologamos o acesso da Venezuela ao Mercosul. Para que a Venezuela pudesse ter acesso ao Mercosul, ela teve de consignar um compromisso que é premissa: o cumprimento da cláusula democrática – Protocolo de Ushuaia – que antecede a essas tratativas.

Portanto, esse tema é inerente à atividade Parlamentar de todos nós, e de todos nós que militamos aqui na Comissão de Relações Exteriores de maneira mais direta, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, sinceramente, ouvindo aqui a Srª Mitzy, a Srª Lilian e a Srª Rosa, eu pessoalmente, não me surpreendi. Não me surpreendi porque não há organização de direitos humanos, não há Organização Não Governamental mundo afora que não tenha sinalizado, que não tenha ratificado tudo o que foi dito aqui com todas as letras. Se nós formos ao relatório anual da Human Right Watch, veremos que nele – e essa não é uma entidade que analisa apenas os problemas da Venezuela, analisa os problemas nos cinco continentes, inclusive colocando o dedo em violação aos direitos humanos aqui em nosso País, como, por exemplo, em nosso sistema prisional, em que temos um conjunto de desafios históricos. E nós precisamos fazer o *mea culpa* e olhar também, evidentemente, para os nossos problemas e para os nossos desafios. Mas quando cotejamos esse relatório do balanço anual, aqui vemos confirmar o que as senhoras trazem e compartilham na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, com a presença aqui também de diversos Parlamentares, Deputados Federais, que nos honram com as suas presenças.

A Human Rights Watch sinaliza aqui claramente: "Uso excessivo de força contra manifestantes desarmados", e lista casos e mais casos. Também cita a falta de independência da justiça venezuelana para a apuração dos fatos, de forma imparcial. Liberdade de expressão; marginalização e criminalização das entidades que fazem a defesa dos direitos humanos, sejam nacionais ou não; impunidade em relação aos abusos cometidos pelas forças de segurança, e por aí vai: direitos trabalhistas principais, enfim, e por aí vai alongando uma enorme lista, Sr.Presidente.

Chamo atenção para esse fato, Sr. Presidente, porque acho que já passou da hora de o Congresso brasileiro também ser mais afirmativo em relação a esse tema. O corpo normativo do Mercosul, do qual Brasil e Ve-

nezuela fazem parte, prevê, por meio do Protocolo de Ushuaia, sobre o compromisso democrático no Mercosul, na República da Bolívia e na República do Chile, que toda ruptura da ordem democrática nos Estados-partes implicará a aplicação dos procedimentos que compreendam desde já a suspensão do direito de participar dos diferentes órgãos do Mercosul até a suspensão dos direitos e obrigações do referido Estado-parte. É o que determinam os arts. 3º e 5º, do referido Protocolo, Sr. Presidente.

Veja a contradição da omissão do Governo brasileiro, em relação ao caso da Venezuela, quando comparamos, *vis-à-vis*, com o caso do Paraguai. O Paraguai foi afastado, *ad referendum*, automaticamente, sem que lhe fosse dado o direito de defesa. E o Estado brasileiro, Sr. Presidente, assiste a tudo isso como se não fosse com ele; como se isso não fizesse parte da nossa história, da nossa cultura, do nosso perfil de *soft power*, da nossa estrutura pacífica, do amor que devotamos à democracia, aos direitos humanos e à liberdade de expressão, Sr. Presidente.

Eu estou, portanto, concitando a V. Exª para que possamos dialogar nesta Comissão sobre uma providência, à medida que nós somos parte desse acordo que foi assinado em outro tempo. O Congresso Nacional, devido às competências que lhe são reservadas em matéria de política externa, restam instrumentos menos diretos, menos evidentes tecnicamente, mas polêmicos. Ainda assim não pode este Parlamento manter-se indiferente à profusão e escalada de violações a direitos humanos cometidos pelo governo do Sr. Maduro.

Não podemos nos resignar com o sofrimento alheio.

Por esse motivo, Sr. Presidente, chegou o momento de nós subirmos um pouco o tom para acima dos nossos discursos e das nossas manifestações, Sr. Presidente. V. Exª, na condição de nosso Presidente, tem o dever, julgo eu, de nos convocar para um debate sobre providências objetivas em relação à omissão do Estado brasileiro e em relação à constante violação dos direitos humanos na Venezuela.

É minha manifestação, acolhendo, com muito respeito, com muita humildade, com muita solidariedade humana às circunstâncias a que a população da Venezuela está submetida nesta quadra da sua história.

A minha solidariedade e os meus cumprimentos, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Meus caros colegas, nós temos um grande número de convidados aqui na sala ao lado que deseja confraternizar com as nossas amigas venezuelanas e temos também um compromisso com o Presidente do Senado, que, como anunciou ontem no Plenário, faz questão de recebê-las.

Por isso, e diante do grande número de Senadores inscritos, eu pediríamos que nos limitássemos a intervenções de cinco minutos, para que todos pudessem falar e para que pudessem as nossas convidadas seguirem na sua agenda.

O segundo orador inscrito é o Senador Lasier Martins

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Presidente Aloysio.

Saúdo todos integrantes da Mesa, começando por cumprimentar a iniciativa do Presidente Aloysio de ter trazido até nós as Srªs Mitzy, Lilian e Rosa Orozco, que vieram aqui descrever esse cenário de terror que vive a Venezuela e de que tomamos conhecimento, nunca de maneira tão aprofundada como nos depoimentos trazidos aqui por essas três senhoras, que nos assustam pelo que descrevem.

E como esta audiência pública está sendo transmitida ao Brasil pela TV Senado, estou recebendo, pelo meu celular, várias manifestações de estarrecimento com o que foi contado até aqui e que os nossos noticiários da imprensa não têm sido suficientes e minuciosos, como foram os depoimentos transmitidos aqui.

Procurando ficar dentro do tempo que V. Exª propõe, quero me limitar principalmente ao aspecto da justiça venezuelana, porque se a justiça não funciona, se ela não tem independência, não há justiça.

Então, eu pediria a Srª Lilian Tintori de López que nos falasse um pouquinho mais, por exemplo, se lá não há *habeas corpus*, se não há nenhum instrumento jurídico que questione a situação dos presos políticos e essas violações de direitos que foram aqui reveladas.

Disse-nos ela que Maduro controla todos os poderes públicos na Venezuela. Na justiça, até onde vai a extensão desse autoritarismo do presidente da Venezuela? Igualmente, gostaria, por curiosidade, de saber se as senhoras já têm comunicação de recebimento pela Presidente da República no dia hoje; se já há confirmação desse recebimento, dessa recepção. E também gostaria de saber como está o controle da imprensa. Qual é a liberdade de expressão? Até onde vamos? Embora, já tenhamos, nesse particular, muitas notícias nos últimos tempos.

Em suma, descreveu aqui a Srª Lilian que a inflação está na faixa dos 74%; que lá estão 89 presos políticos. Já temos aqui relatos muito esclarecedores, e indo à política e à economia, parece que não há dúvidas de que o Brasil precisa se posicionar, e o ponto de partida, como disse o Senador Ferraço, tem que ser aqui, da Comissão de Relações Exteriores.

O Brasil não pode ficar omisso em relação a um país que integra o Mercosul.

Nós temos muito a ver, portanto, com o prosseguimento dessa ditadura que impera na Venezuela.

Em resumo, são as questões, Sr. Presidente (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Lasier, que está se comunicando pelo celular.

Informo que nós temos, aqui, o Portal www.senado.gov.br/ecidadania, que está aberto, também, à manifestação dos internautas.

Com a palavra, o Senador Serra, que permutou com o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, primeiro agradecer ao Senador Flexa Ribeiro, porque não é a primeira vez que faz uma troca comigo nas Comissões, sempre generoso. Segundo, Sr. Presidente, reitero, aqui, meus cumprimentos pela iniciativa de V. Exª e do Senador Aécio Neves, e me congratulo com o próprio Senado pela resolução que nós aprovamos no dia de ontem, ou antes de ontem, do Senador Romero Jucá.

Eu quero que a Mitzy, a Lilian e a Rosa saibam que têm aqui, no Senado brasileiro, uma frente de defesa da democracia no seu país; uma frente de solidariedade aos perseguidos políticos na Venezuela; uma frente de solidariedade aos torturados e às famílias dos assassinados.

Sr. Presidente, me chamou a atenção, e nem de longe aqui contestar os direitos de outras Comissões da Casa tomarem a iniciativa de convidar pessoas para fazerem suas apresentações, nem mesmo estrangeiros, mas quero chamar a a atenção, aqui, de todos os meus colegas Senadores e Deputados presentes, porque a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, mais a Comissão de Direitos Humanos do Senado, em reunião conjunta, convidaram para falar, hoje à tarde, um personagem do governo venezuelano, chamado Tarek William Saab, provavelmente, vindo ao Brasil para efeito de exercer uma contrapartida à vinda das senhoras aqui presentes.

Esse cidadão exerce o cargo de "defensor" do governo venezuelano, de defensor da República. E ele foi um dos organizadores da repressão aos protestos de 2014, repressão essa que chegou a provocar o assassinato de 40 venezuelanos, inclusive o da filha da Rosa Orozco.

Esse cidadão vai vir aqui hoje. É, inclusive, alguém corresponsável pela autorização para a polícia venezuelana abrir fogo contra manifestantes, dar tiros nos manifestantes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E ainda é chamado de "defensor do povo".

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É chamado de "defensor" do povo. É um funcionário do governo, na verdade.

Não preciso dizer, também, que dá apoio a essas forças paramilitares de repressão.

A Venezuela tem forças de repressão inspiradas, por que não, nas tropas de assalto nazistas e fascistas, da Itália e da Alemanha, dos anos 20 e anos 30, ou seja, não são forças de repressão organizadas, pagas pelo Estado, mas mantidas pelo Estado e organizadas pelos partidos do poder. A Venezuela tem essa situação. É importante que nós tenhamos tudo isso presente.

Eu quero, além disso, me deter um minuto para abordar outros aspectos do regime venezuelano, associados, inclusive, ao Governo brasileiro.

Não é demais, não estou aqui atribuindo ao ex-Presidente Lula as mesmas características ou condições do ex-ditador Chávez, ou mesmo do atual, Maduro, mas é inegável que há três paralelos interessantes: os governos Lula e Chávez tiveram afinidades eletivas, para usar um termo de Goethe. Afinidades eletivas, e há três questões muito curiosas, ouviu, Senador Caiado, no que se refere à Economia.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Os dois, no Governo, foram beneficiados com a maior bonança externa que se tem de memória na América Latina pela alta dos preços do petróleo e dos produtos agrominerais. Os dois, não obstante essa verdadeira benção, queimaram, torraram essa oportunidade, em função do aumento de consumo, queda de investimentos e aumento da vulnerabilidade das suas economias.

Eu sempre acho engraçado os dois a apresentarem como esquerdistas e aumentaram a dependência das suas economias – Senador Aloysio, é muito curioso! –, desindustrializando, tornando-se mais dependentes não só de importações de matérias-primas, produtos intermediários, mas também de bens de consumo. E mais ainda: os dois também, paralelamente, deixaram uma herança terrível para os seus sucessores. E mais ainda – este é um quarto paralelo –: escolheram sucessores completamente despreparados para governar os seus países. Essa é que é a verdade. É um paralelo interessante.

Já que nós estamos debatendo, Senador Aloysio, a questão venezuelana e a brasileira, é interessante abordar isso no seu contexto mais amplo. Como a economia venezuelana é mais fraca, como o regime, o governo, o Chavismo é muito mais aloprado em matéria de economia, a situação venezuelana inclusive consegue

ser pior do que a brasileira: a inflação, ao redor dos 120% ao ano; o dólar paralelo, de 8 a 20 vezes maior do que o dólar oficial; racionamento de medicamentos – há um desabastecimento de 50% de medicamentos básicos na Venezuela; e o déficit público, na proximidade... O Brasil está hoje...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... com o maior déficit público, desde que nós temos medida, e a Venezuela, agora, com 20% do PIB. Eu cito esses elementos também para fazer uma associação de que esse governo forte, na verdade é muito fraco, muito fraco! E é exatamente a percepção dessa fraqueza que o leva a esse desespero repressivo.

Quanto ao Brasil, eu vou dizer uma coisa para todos aqui: eu tive sempre muita vergonha quando o governo Castelo Branco – o primeiro governo militar –, mandou tropas para ajudar a invasão que os norte-americanos fizeram à República Dominicana. O General Castelo Branco, na época, comportou-se como ajudante de ordens do Presidente Lyndon Johnson, ajudando na invasão de um país pequeno, indefeso.

Mas eu diria que só houve dois episódios vergonhosos tanto quantos esses, na minha opinião. O segundo foi a participação do Brasil na Operação Condor, que raptava exilados para assassiná-los. O terceiro, o comportamento do Brasil diante da Venezuela, quando, no ano passado, não foi capaz de ter uma posição digna com relação a esses massacres de rua. Essa situação me incomoda muito, porque nós estamos em um Governo de regime democrático, nós temos uma maioria, no Congresso, contrária a essa política de solidariedade à ditadura venezuelana, e, Senador Aloysio, Senador Aécio, temos que forçar a mobilização no Brasil, para que o repúdio a esse regime se materialize.

Mesmo que não houvesse a cláusula democrática do Mercosul. E essa cláusula, quando foi aplicada, o foi de maneira vergonhosa, porque o Paraguai afastou um presidente dentro das regras constitucionais; não houve nada, não se machucou ninguém, não aconteceu nada, e o Brasil foi rapidíssimo, junto com a Argentina, para suspender o Paraguai do Mercosul, aproveitou essa suspensão para admitir a Venezuela, e presta solidariedade à Venezuela quando quebra as regras mínimas do jogo democrático e do respeito aos direitos humanos.

Fica isso consignado, Senador Aloysio, para os nossos Senadores, para as nossas mulheres – mulheres de coragem, valorosas – que estão percorrendo outros países, denunciando a situação insustentável, do ponto de vista dos direitos humanos, nos seus países e com seus familiares. Por que não? Isso é legítimo.

Portanto, vamos ter tudo isso presente e vamos forçar a política brasileira a dar uma guinada no que se refere a essa matéria. Eu mesmo, ontem, com o Senador Aloysio, procuramos o Governo, para que recebesse essas nossas mulheres. Depois de um assentimento, houve uma volta atrás. Isso não dificultaria meio por cento do ajuste fiscal, não teria custo nenhum. Eu diria: se o Governo fosse inteligente, teria feito isso, mas nós não temos um Governo inteligente.

Aliás, herança comum do Lula e do Chávez: não souberam fazer os seus sucessores; muito pelo contrário, fizeram o simétrico do recíproco do que os seus países precisariam.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Serra.

Nossas convidadas terão, logo mais, um encontro também no Supremo Tribunal Federal, de modo que careço que possamos nos ater ao tempo.

Eu queria lembrar ao Senador Serra que já havia assinalado o fato de que o senhor, no Chile, teve um papel muito importante na mobilização e nas denúncias contra a ditadura brasileira, os crimes da ditadura brasileira, ao ressaltar a importância da solidariedade internacional para com aqueles que sofrem sob o peso da tirania.

Eu passo a palavra agora ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de cumprimentar – cumprimentar mesmo – a Mitzy Capriles, a Lilian Lopez e Rosa Orozco, que chegam ao Congresso brasileiro, depois da visita da Deputada cassada María Corina Machado.

No Brasil, há um ditado que fala: "Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". Vocês estão fazendo valer essa máxima. E o curioso é que estão vindo aqui as mulheres, esposas de prefeitos presos sem razão,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – ... uma mãe de uma filha assassinada... Eu quero, Rosa, dizer que o seu depoimento e a exposição das fotografias causaram um impacto muito forte a quem lhe assistiu, e me transportou a dois anos atrás, quando o meu Partido... Aqui está o meu Partido, pela sua representação mais legítima. Eu presido um Partido de oposição, e aqui está o Líder do meu Partido, no Senado, o Senador Ronaldo Caiado; aqui atrás está o Líder Mendonça Filho, Líder na Câmara dos Deputados, acompanhado de outros Deputados. E quero dizer que nós fizemos a nossa parte.

Quando a Venezuela e o Brasil viviam um grande momento econômico, foi colocado, em pauta, para a apreciação do Senado, a definição sobre se a Venezuela seria ou não aceita no Mercosul, e a posição do meu

Partido foi claríssima, de não aceitar, por uma razão só: o não cumprimento da cláusula democrática. Quando viviam a bonança econômica, nós ficamos contra. E ficamos contra, por uma razão: a Venezuela – naquela época de Chávez, o todo-poderoso Chávez, da todo-poderosa PDVSA, que, lamentavelmente, já não o é mais hoje – não era aceita, pela nossa opinião. E nós temos legitimidade para falar agora, porque é uma posição de coerência, porque ele não cumpria a cláusula democrática, a começar pela composição.

O Senador Lasier perguntou por *habeas corpus*. *Habeas corpus* na Venezuela? Desculpe-me, mas, com a composição da Suprema Corte da Venezuela, não dá nem para começar a discutir esse assunto, e é essa indignação que traz as senhoras aqui! E a nossa obrigação é cobrir uma lacuna.

Sabem o que mais me preocupa? Não é nem a não posição do Brasil! É o silêncio do Governo brasileiro! O Brasil exerce uma posição de liderança na América do Sul! O silêncio do Brasil estimula que o presidente da Venezuela pratique o que as senhoras estão aqui exibindo com fotografias, estão aqui denunciando. Esse silêncio tem que ser quebrado, e a presença de vocês aqui é muito bem-vinda. Vão visitar o Presidente do Congresso, o Presidente da Suprema Corte, e isso vai ter repercussão, até porque, na Presidência da Comissão de Relações Exteriores está um homem de grande valor: o Senador Aloysio Nunes.

Quero dizer que o Senador Aloysio Nunes vai – porque já era decisão dele e, depois desta reunião, agora é que vai mesmo – liderar uma agenda, para colocar a questão da Venezuela, já que o Governo do Brasil, oficialmente, o Poder Executivo não o faz, o Congresso, o Parlamento vai fazer valer a manifestação de repúdio a tudo aquilo que as senhoras vieram aqui denunciar! O Congresso brasileiro, que responde pela democracia brasileira – aqui estão os contrários! – vai se manifestar.

O silêncio do Governo do Brasil é aquela história: "Quem cala consente". O silêncio do Governo do Brasil coonesta as ações do Presidente Maduro que as senhoras estão vindo aqui denunciar. Mais importante do que falar...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – ...é não permitir que o silêncio fale mais alto!

De modo que a presença das senhoras aqui, podem estar certas – "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura" –, a presença das senhoras aqui no Brasil, que é um país líder na América do Sul, na América Latina, vai ter consequência e vai ter consequência pela ação do Parlamento brasileiro. Podem estar certas.

Parabéns pela coragem e pela altivez de defender, em última análise, mais do que a democracia na Venezuela: a preservação dos princípios democráticos no continente sul-americano.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente Aloysio Nunes, Senador Aécio Neves, Srªs Mitzy Ledezma, Lilian Lopez e Rosa Orozco, primeiramente, quero dar as nossas muito boas-vindas a esta Casa, especificamente a esta Comissão.

Eu, Presidente Aloysio, já tive a honra de ter participado, aqui nesta Casa, de um debate com o então Prefeito Ledezma sobre a entrada da Venezuela no Mercosul, matéria na qual eu era Relator, e relatei contrariamente à entrada da Venezuela no Mercosul. Uma das argumentações, dentre as várias que levantamos, uma das mais relevantes foi o depoimento aqui dado pelo então Prefeito.

Eu queria só ler um pequeno trecho do depoimento do Prefeito Antonio Ledezma, quando, diante de alguns debates com Partidos da situação de então, eu perguntava ao Prefeito Ledezma: Prefeito, pelo que entendi – basicamente a minha pergunta foi essa – V. Exª não é contra a entrada da Venezuela no Mercosul. V. Exª queria apenas que a Venezuela, a Venezuela de Chávez, então, se comprometesse com algumas cláusulas democráticas. E, para se tirar qualquer ideia que se possa ter de um homem radical, de um homem que incitava a violência ou qualquer coisa desse tipo, vejam a resposta:

É exatamente assim. Uma coisa é o Estado venezuelano, outra coisa é o governo venezuelano, que se propugna à incorporação do Estado da Venezuela ao Mercosul e condições ao governo, como figura circunstancial de garantia, de respeito e acatamento ao protocolo. Aqui, como diziam os Senadores, aqui não podemos destacar diferenças políticas. Eu posso ter diferença com o Presidente Chávez, mas não posso ter diferenças com o meu país, não posso me afastar da minha vocação integracionista. A minha proposta, Senador Tasso, é que se admita o Estado venezuelano, mas que há uma preocupação pelas regras de ouro da democracia para garantir a proposta do futuro do Mercosul.

Essa resposta dá uma perfeita ideia da sensibilidade e do tipo de oposição que fazia o Prefeito Ledezma.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Que está preso hoje.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Que está preso hoje.

Sr. Presidente, vou me resguardar aos meus cinco minutos. Apenas quero dizer o seguinte: já há algumas semanas encaminhei um requerimento que solicitava a vinda do Ministro das Relações Exteriores a esta Comis-

são para explicar a abstenção do Brasil na reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU que condenava a falta de respeito aos direitos humanos no Irã e Síria.

O Brasil votou contrário, se absteve, contra todos os países civilizados do mundo, permanecendo apenas na mesma linha, ao lado, justamente, da Venezuela, da Bolívia e de mais alguns quatro ou cinco países.

Eu considerava essa vinda fundamental. No entanto, houve uma conversa no sentido de que o Ministério das Relações Exteriores considerava uma coisa pontual. Não é pontual. Aqui estamos vendo claramente que não é pontual. Estamos falando de uma política externa que não atende aos mais importantes valores fundamentais da Nação Brasileira, da Constituição Brasileira e da alma da Nação Brasileira. Respeito aos direitos humanos, respeito a valores morais, valorização dos princípios de honestidade, de transparência na vida pública.

Não é nossa obrigação, como disse o Senador Ferraço, não é obrigação do Legislativo fazer política externa. Mas se essa política externa está desrespeitando aquilo que é fundamental na alma brasileira, como nós temos ouvido aqui, nesta Comissão, neste momento, nesse depoimento dramático da Srª Rosa... Com esses depoimentos não preciso comentar mais nada. Os depoimentos foram suficientes para eu retratar o que está acontecendo na Venezuela em termos de democracia e direitos humanos.

Se isso está acontecendo, eu quero colocar novamente aqui não mais como um convite, mas, diante do desrespeito do Itamaraty frente a esta Comissão em não atender ao apelo de V. Exª de receber essas importantes pessoas e ouvir os depoimentos que vêm da Venezuela, quero convocar, o mais rápido possível, a presença do Ministro das Relações Exteriores para vir a esta Comissão explicar que política é essa que o Brasil está fazendo em relação ao exterior.

Na linha do Senador Ferraço, quero comentar que essa é a primeira iniciativa prática de realmente sermos protagonistas neste momento, porque não é mais aceitável que nós, brasileiros, venhamos a dizer aos nossos filhos que nós, aqui no Senado Federal, fomos coniventes que esses crimes que estão sendo cometidos na Venezuela. Nós seremos apontados por nossos filhos e netos como coniventes com esse crime, coniventes por omissão.

Este é o apelo: quero transformar aquele meu requerimento em convocação do Ministro para vir a esta Casa. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, Ricardo. Não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas para... Rapidamente, é importante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É muito importante, até porque, Senador Tasso Jereissati, o art. 4º da Constituição Federal estabelece que "a República Federativa do Brasil reger-se-á nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios", e elenca, dentre todos, a prevalência dos direitos humanos. Nós estamos diante de uma violação Constitucional, o que reforça a fala de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Um minuto.

Antes de conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sobre a solicitação do Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Logo mais darei a palavra a V. Exª, pela ordem.

Quero também lembrar a presença aqui de vários Deputados, além dos que eu há havia citado, o Deputado Luiz Carlos Hauly, o Deputado Fábio Souza, o Deputado Pedro Vilela, o Deputado Betinho Gomes, o Deputado Rubens Bueno, o Deputado Miguel Haddad e outros que ainda virão.

Quero também informar às nossas convidadas que recebi, agora há pouco, um telefonema do Senador Romero Jucá, que é um dos Senadores mais influentes e importantes aqui do Senado Federal brasileiro. Ele integra a base de sustentação do Governo...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Apenas como informação sobre o Senador Romero Jucá, que é importante, para que elas saibam, o Senador Romero Jucá, na época, foi quem derrotou a minha proposição da não entrada...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Foi quem batalhou pela entrada da Venezuela no Mercosul e que não pôde estar presente hoje, porque está acompanhando a mulher dele em exames médicos em São Paulo.

Mas ele me telefonou agora, para dizer da sua solidariedade. E mais ainda: lembrar que, por iniciativa dele, Senador Jucá, o Plenário do Senado aprovou um requerimento, nos termos do art. 222 do Regimento In-

terno da nossa Casa, aprovou um voto de censura e repúdio ao governo venezuelano, em razão da não observância, por aquele país, da cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no Mercosul, ao realizar a prisão de opositores ao regime do Presidente Nicolás Maduro. Isso foi aprovado pelo Senado brasileiro dois dias atrás.

Também está pendente de encaminhamento pela Mesa de um requerimento de informações do mesmo Senador Jucá, dirigido ao Governo brasileiro, para saber quais providências o Governo está tomando em relação a essas violações.

Então, mais uma manifestação, mais um exemplo daquilo que, ainda há pouco, disse o Senador Aécio Neves: o sentimento expresso nesta audiência pública é um sentimento que vai muito além das fronteiras da oposição, pois temos aqui importantes Senadores da Base do Governo e Senadores que têm uma posição independente em relação aos conflitos atuais entre situação e oposição que estão conosco na defesa da democracia, em defesa dos direitos humanos da Venezuela.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Senador Aloysio, Senador Flexa, se me permitem apenas dez segundos para que as nossas convidadas tenham noção clara daquilo que V. Exª acaba de retratar, apenas olhando aqui da Mesa, é possível constatar que estão ou estiveram presentes até agora, nesta reunião, Parlamentares – Senadores e Deputados – do PSDB, nosso Partido; do Democratas; do PDT (Base do Governo); do PP (Base do Governo); do PMDB; do PSB; inclusive um Parlamentar que eu saúdo de forma especial, do PT, Senador Lindbergh; e do PPS.

Isso dá uma dimensão clara... Pelo menos oito partidos políticos se fazem presentes aqui, mostrando que esta não é uma causa de oposição, não é contra o Governo; é uma causa da cidadania, uma causa da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Desculpe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira; Senador Aécio, V. Exª pode acrescentar o PCdoB: a Senadora Vanessa acabou de chegar à Comissão.

Eu pediria a V. Exª, Presidente, Senador Aloysio, que, consultado o...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senadora Vanessa que, aliás, muitas vezes, traz a contradição sobre esse tema, mas sempre de forma respeitosa. E eu lamento que, na Venezuela, isso não possa se dar, mas, aqui no Brasil, é possível, com a presença, sempre construtiva, da Senadora Vanessa Grazziotin.

Faça o favor. (*Palmas.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Muito bem observado, Senador Aloysio.

Eu pediria a V. Exª que, consultado o Plenário, nós pudéssemos discutir e votar o requerimento do Senador Tasso. Se aprovado na reunião de agora, que já ficasse convocado o chanceler para vir até a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Flexa, eu vou submeter esse tema na reunião apropriada para isso. Hoje a reunião foi convocada exatamente para ouvirmos o depoimento das nossas convidadas. Não tenha dúvida V. Exª de que a sugestão do Senador Tasso será levada à deliberação da Comissão, se for necessário.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Deputado Hauly, como membro ex-Presidente do Parlamento das Américas por quatro anos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ...com direito a assento ao Comitê Executivo do ParlAmericas.

Também, após esta audiência, levarei ao ParlAmericas a preocupação. Dá para perceber no semblante, no rosto, no olhar das três mulheres, mães, esposas que estão aqui a preocupação, o medo transmitido em sua face. Diante dessa movimentação, ainda hoje, farei um encaminhamento ao Comitê Executivo do ParlAmericas, em Ottawa, relatando esta audiência pública e esta preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Deputado Hauly, pela importante contribuição.

Eu dou a palavra agora à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Presidente Aloysio Nunes Ferreira, Senador Aécio Neves, caros colegas Senadores, até agora só vozes masculinas falaram para se solidarizar com essas bravas, corajosas mulheres venezuelanas.

Eu quero dizer que, domingo, no Brasil, se festeja o Dia da Mães. Não sei se na Venezuela também é o Dia das Mães. Aqui, no Brasil, domingo, muitas mães vão chorar filhos que morrem vítimas do tráfico de drogas.

Muitas mães vão chorar por filhos que morrem no tráfego, num trânsito cada vez mais violento. Muitas mães vão chorar por vários motivos. Mas, numa democracia que felizmente vivemos no nosso País, nenhuma delas vai chorar um filho morto, executado por pensar diferente do regime.

Quando a Rosa mostrou a foto da filha, barbaramente assassinada, eu tive, na mente, o exército islâmico fuzilando pessoas de maneira covarde, vil, brutal porque rezam e têm uma crença diferente. No século XXI, ao lado do nosso País, tão vizinho de nós, nós estamos vendo as frequentes violações aos direitos humanos de uma maneira semelhante, tão brutal e tão covarde quanto essa, que nós vemos na cena de televisão, como se fosse ficção científica.

É exatamente este sentimento doloroso que é expresso na face da Rosa Orozco: dor, sofrimento, perda irreparável! Mas o que conforta, Senador Aloysio, é ver que essas mulheres não perdem a força e a coragem de, com a dor que sentem, fazer dessa dor uma forma de superação e de luta em defesa de outras mães, para que não sofram o mesmo que já estão sofrendo. Mães, e mulheres, e esposas.

Então é isso que, como mulher... Não sou mãe, mas é muito fácil avaliar na face da Mitzy, da Lilian e da Rosa o que estão passando, mais especialmente a Rosa. Então, eu quero apresentar tão somente a minha solidariedade como mulher e dizer que fico muito orgulhosa de ver a bravura de vocês, lutando com tanta altivez, com tanta firmeza, com tanta coragem não só defendendo as pessoas que vocês querem tanto bem, mas, mais do que tudo, defendendo a pátria onde vocês nasceram e defendendo, sobretudo, o sentimento de uma relação humana e respeitosa dentro dos princípios da democracia e dos direitos humanos.

Levem daqui um abraço de uma mulher que respeita e admira muito vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu queria agradecer imensamente a colaboração do advogado Fernando Tibúrcio, que está aqui entre nós, e que teve um papel muito importante, foi muito prestimoso ao fazer a ligação com as nossas convidadas e na organização dessa visita delas ao Brasil. Obrigado, Fernando Tibúrcio, advogado que faz jus à nossa profissão.

Senador Flexa, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente Senador Aécio Neves, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Srª Lilian Lopes, Srª Mitzy Capriles Ledezma, Srª Rosa Orozco – sejam bem-vindas ao Senado Federal –, quero iniciar minhas palavras prestando solidariedade ao depoimento que as senhoras trouxeram até o Senado Federal que já era de conhecimento através da imprensa.

Porém, mais do que solidariedade, eu quero pedir desculpas, em nome do povo brasileiro, que, com absoluta certeza, em quase a sua totalidade, não comunga com o tipo de ação do Executivo do nosso País diante do que acontece com o povo venezuelano. Tenho absoluta certeza disso. Aceitem as desculpas de todos os brasileiros.

Presidente Aloysio Nunes, já foi colocado aqui por Senadores que me antecederam que as senhoras serão recebidas pelo Presidente do Congresso Nacional, que é o Poder Legislativo; serão recebidas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, que é o Poder Judiciário; mas não serão recebidas, porque chegou a informação aqui, pela Presidente da República, que é o Poder Executivo. Lamento muito que a Presidente Dilma, que já passou, tempos atrás, por prisões políticas e que deveria estar solidária à posição que hoje passa o povo da Venezuela, não as receba, para pelo menos ter a delicadeza de ouvi-las e, assim, formar opinião.

A vinda do chanceler proposta pelo Senador Tasso é da maior importância. Mas, hoje, quem dá as definições, lamentavelmente, da ação do Itamaraty nas questões com as relações internacionais, principalmente da América do Sul, é o Sr. Professor, não é diplomata, Marco Aurélio Garcia. É ele quem induz a situação que o Brasil se coloca de acompanhar o governo anterior da Venezuela do ditador Hugo Chávez e continua com o ditador Maduro.

Participava da Comissão de Relações Exteriores quando por aqui passou, e o Senador Tasso foi relator, a entrada da Venezuela no Mercosul. Nunca fomos contra a Venezuela. Nós nos posicionamos contra o regime ditatorial que era imposto à população daquele país. Resistimos enquanto pudemos e, ao final, como disse o Senado Tasso, fomos vencidos, mas...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ...o Paraguai, naquela ocasião, através do Senado, não permitiu a entrada da Venezuela no Mercosul. Ela conseguiu ser acolhida no Mercosul quando o Paraguai foi sacado fora para que ela pudesse, então, ser aceita no Mercosul de forma não correta, porque não pratica o regime democrático.

Para finalizar, Senador Aloysio, eu quero me colocar na mesma posição de outros Senadores que já se pronunciaram. O Congresso brasileiro, já que o Executivo não ocupa esta posição, deve manter uma ação de apoio ao povo venezuelano, através da Comissão de Relações Exteriores, que V. Exª preside, com a Comissão

de Relações Exteriores da Câmara. Que possamos manter, pelo Congresso brasileiro, um grupo que possa dar voz e conhecimento a todas as nações do processo de quebra dos direitos humanos por que passa o povo venezuelano. Se o Executivo não o faz, façamos nós pelo Congresso brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srª Mitzy, Srª Lilian e Srª Rosa, esse fato que vocês denunciam e trazem hoje aqui são relatos que chocam a todos nós. Sabemos da história e da trajetória política do nosso Presidente da Comissão, por vários momentos com os olhos lacrimejando, rememorando talvez momentos difíceis que já passou. Vocês podem saber que, na presidência desta Comissão, tem um Senador da República altamente preparado, conceituado...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...um homem de prestígio nacional. Eu tenho a convicção absoluta de que o Senador Aloysio Nunes, na presidência desta Comissão, fará valer a força e o peso do Senado Federal para que soluções sejam dadas nesse sentido.

Nós sabemos que o Brasil caminha para esse processo bolivariano. Até porque esse processo que foi instalado na Bolívia não foi inaugurado lá. Ele foi inaugurado na cidade de São Paulo pelo Fórum de São Paulo. Essa é a grande verdade. (*Palmas.*)

E, a partir dali, o que ocorreu foi a utilização daquilo que talvez o Brasil tinha mais no momento em que o PT chegou ao Governo, a utilização do dinheiro, principalmente de um banco oficial, o BNDES, para fazer uma vinculação criminosa e corrupta com vários países da América Latina e da África, para poderem, com articulação populista, demagógica, irresponsável, seja pelo viés Bairro Adentro, na Venezuela, e o modelito Mais Médicos no Brasil, sejam às verbas repassadas às empreiteiras, deturpar um processo eleitoral nos países da América Latina. Tudo isso hoje mostra ao povo brasileiro que, se nós não reagirmos e realmente não lutarmos para preservar a democracia, nós amanhã poderemos estar assistindo aqui a mesma situação da Srª Rosa, que traz a situação dramática que passou e que passa até o momento, que é aquela foto que, sem dúvida alguma, não sai da cabeça de nenhum de nós.

Quero deixar claro que o Itamaraty, ou o chanceler, ou o Ministro das Relações Exteriores é apenas uma figura de ficção. Realmente, no Brasil, o Ministro das Relações Exteriores, como diz aqui o Senador Flexa Ribeiro, chama-se Marco Aurélio Garcia, que, política e ideologicamente, é adepto e defensor da tese bolivariana como hoje está instalada na Venezuela. Deixo mais claro: Marco Aurélio Garcia é, no governo brasileiro, exatamente o que o Sr. Tarek Saad é no governo venezuelano. Eles têm a mesma função e as mesmas regalias e prerrogativas.

Para o povo brasileiro ter uma ideia, o Itamaraty sequer foi consultado quando o Ministro venezuelano chamado Jaua entrou neste País para fazer um convênio com uma estrutura semelhante aos Coletivos venezuelanos...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...chamado MST, que propunha acordos que sabemos muito bem que a única tecnologia e capacidade que eles têm é de trazer aquilo que vocês mesmo aqui relataram, que são essas forças civis para atirar e matar todos que protestam contra o governo. Essa é a realidade que nós estamos passando no Brasil.

Esta Comissão tem poderes, sim, para sabatinar os próximos embaixadores. Nós vamos fazer valer esse peso a partir de agora. Esta Comissão tem influência na Comissão de Orçamento. Esta Comissão vai saber dar resposta a esse gesto grosseiro da Presidente da República, por intermédio do Marco Aurélio, que mandou interditar que vocês fossem recepcionadas no Itamaraty. Essa é uma ordem direta da Presidente da República.

Não vamos tergiversar nem apelidar as coisas. A ordem é direta. Eles são coniventes. Eles são associados a essa prática que quer dominar a América Latina com essa tese bolivariana. Cabe a nós aqui resistirmos, darmos respaldo a vocês e trabalharmos para que a democracia volte a respirar e a liberdade volte a ter espaço na Venezuela.

Contem aqui não só com a competência do Presidente, mas também com o nosso Partido Democratas e vários aliados para levarmos não só a plenário como também a toda a população brasileira o respaldo que nós devemos dar a vocês que fazem um trabalho maravilhoso. Sem dúvida alguma, as mulheres não só na Venezuela, mas em vários países do mundo tiveram posições como esta: libertárias. Vocês dão muito orgulho aos maridos presos e à filha, que infelizmente que lhe deixou. Todos saberão reconhecer o trabalho de vocês no momento em que a democracia voltar a viver naquele país.

Muito obrigado e cumprimento a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, eminente Senador Aloysio Nunes, eminente Senador Aécio Neves, Srª Mitzy Ledezma, Srª Lilian Lopez, Srª Rosa Orozco – nossas saudações –, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, é com tristeza que aqui ouvimos, de viva voz, aquilo que já acompanhávamos pela imprensa: a ditadura, o desrespeito aos direitos humanos, o assassinato, a situação caótica por que passa a nação vizinha e irmã, a Venezuela.

Eu queria dizer às senhoras, que são muito bem-vindas, que eu vim de uma terra, aqui no Brasil, juntamente com o Senador Aécio Neves e o Governador Eduardo Azeredo, que presidiu esta Comissão, onde o valor mais alto é a liberdade. O valor da liberdade, para nós, é fundamental. E nos repugna aos brasileiros em geral, e aos mineiros em especial, assistirmos a uma nação irmã, que nasceu conosco no alvorecer do século XIX na luta pela independência – a Venezuela da Espanha e nós de Portugal –, estar agora envolvida em uma ditadura tão cruel e tão grave como esta que ocorre.

É triste ainda mais ver o Brasil, independente das nossas cláusulas formais de compromisso internacional, pela sua posição geográfica e geopolítica, quedar-se silente, inerte e omisso em relação ao seu governo, para apresentar, no Foro Internacional, o descalabro que ocorre agora na Venezuela e que nos leva aqui a todos, estarrecidos, ver uma mãe, a Srª Rosa, como aqui vimos, mostrar a foto de sua filha assassina e, pior, ao dizer que há mais de um ano nada se faz na justiça, ou melhor dizendo, na injustiça que reina na Venezuela.

Desse modo, é interessante observar, Srª Mitzy Ledezma, que, quando o seu marido aqui esteve a anos atrás nesta Comissão falando da adesão da Venezuela ao Mercosul, como aqui já falaram os Senadores que me antecederam, ele foi profeta. Ele defendeu a adesão, mas alertou sobre a importância que seria essa adesão firmando-se o tema dos protocolos, especialmente o de Ushuaia e o dos Direitos Humanos. Ele sabia e conhecia com quem estava lidando. A adesão houve e lamentavelmente o desrespeito chegou a um ponto que, acredito, naquele momento não se podia ainda imaginar da sua prisão mais do que arbitrária e o afastamento da posição que o povo metropolitano de Caracas lhe levou.

É, portanto, com estarrecimento que vemos todo esse quadro. E eu queria concluir, Sr. Presidente, de modo célere, dizendo a essas senhoras corajosas, valentes, dignas, que vieram aqui expor mais, e muito mais, do que a questão de suas famílias, o drama que passa todo o povo venezuelano, que as senhoras e os venezuelanos não estão sozinhos. As senhoras não estão sozinhas. Basta ver, nos noticiários, as multidões que correm para as ruas das cidades de seu país em apoio as suas lutas. E nós aqui também, no Brasil, não só neste Senado, não só no Congresso, não só pelas forças sociais, mas o povo brasileiro – saibam –, todos nós estamos firmes ao lado dessa luta, a luta de todos nós pela liberdade.

Repito e concluo: as senhoras não estão e jamais estarão sozinhas. Continuem a luta, que nós estaremos ao seu lado.

Meus cumprimentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

Eu queria anunciar também a presença da Deputada Geovania de Sá, Deputada Raquel Muniz, Deputado Vitor Lippi, ex-Deputada Moema São Thiago, que está aqui, Deputado Betinho Gomes, Deputado Daniel Coelho e a presença de numerosos amigos, companheiros, militantes políticos, que estão aqui na sala ao lado. Eu queria destacar a presença da organização Libra (Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil), a presença do PSDB Mulher e de muitas outras cidadãs que estão aqui para acompanhar essa audiência pública.

Nós temos ainda três Senadores inscritos para que, em seguida, as nossas convidadas se dirijam à Presidência do Senado e, em seguida, ao Supremo Tribunal Federal.

Então – infelizmente o nosso tempo está se tornando cada vez mais exíguo –, eu dou a palavra agora ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes, eu queria inicialmente solicitar que V. Exª mandasse pesquisar, nos Anais da Comissão de Relações Exteriores, se já ocorreu, na história desta Comissão, uma reunião tão concorrida – com a presença expressiva de Senadores representando diversos partidos políticos, com a presença expressiva de Deputados Federais representando a Câmara dos Deputados –, mostrando, portanto, como foi importante essa iniciativa de V. Exª.

Nós podemos ter divergências no ponto de vista da política interna no Brasil, mas V. Exª travou uma luta aqui, desde que assumiu a Presidência da Comissão de Relações Exteriores, para que o Governo brasileiro e, em especial, o Congresso Nacional pudessem ter um olhar mais atencioso com o que se passa no nosso país vizinho a Venezuela.

Eu queria saudar o Senador Aécio Neves, queria cumprimentar a Srª Mitzy Capriles, queria cumprimentar a Srª Lilian Lopez e queria cumprimentar a Srª Rosa Orozco.

Eu represento, nesta Comissão, o Partido Socialista Brasileiro, que teve, como Presidente, Miguel Arraes de Alencar, que foi Governador de Pernambuco, cassado, exilado, viveu no exterior, na Argélia, por mais de 15 anos. Teve como Presidente também o ex-Governador do meu Estado Eduardo Campos, que, como Deputado Federal – veja que ironia do destino –, representou o Congresso brasileiro quando da deposição do Coronel Chávez, para que pudesse se evitar um golpe de estado na Venezuela.

Agora, nós estamos aqui para poder ouvir um relato que nenhum jornal, nenhum jornalista poderia substituir: a dor de mulheres, de lideranças políticas que estão sendo perseguidas e presas; de mães que estão testemunhando a violência contra os seus filhos e que requerem da principal democracia sul-americana uma posição firme.

A história já nos mostra: se ficarmos calados, os regimes ditatoriais vão entrando e penetrando além das fronteiras da Venezuela e podem se espalhar. Portanto, é importante manter a vigilância permanente, que o Senador Aloysio Nunes tão bem tem reclamado à frente da direção dos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores.

Eu evidentemente discordo quando aqui se fizeram comparações indevidas – no meu ponto de vista – entre o ex-Presidente Lula e o Presidente Chávez. São figuras distintas; são contribuições totalmente diferentes para a história de um e de outro país.

Eu daria apenas um exemplo: aqui ouvimos de Lilian, aqui ouvimos de Mitzy que, após esse período do chavismo, os jornais foram garroteados, os veículos de comunicação foram cooptados, foram censurados. Não existe o espaço para a divergência.

Aqui, no Brasil, nós estamos entrando para o quarto mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores – e o nosso Partido teve a oportunidade de apoiar os governos do Presidente Lula e o primeiro governo da Presidenta Dilma –, e aqui é raro um jornal que apoie o Governo. Só para poder mostrar comportamentos distintos entre uma situação política e outra.

Portanto, eu queria, em nome do Partido Socialista Brasileiro e de toda Bancada – dos seis Senadores – do nosso Partido no Senado Federal, expressar a mais irrestrita solidariedade, para que possamos elevar o tom.

Eu tenho uma esperança. Eu fui ministro da Presidenta Dilma; alegrei-me com o depoimento dela na última viagem dela ao exterior, quando ela disse que não fazia bem as instituições democráticas saírem prendendo líderes da oposição. Espero que, a partir deste momento em que a Comissão de Relações Exteriores dá um novo tom – e, aí, parabenizando, mais uma vez, a iniciativa e a liderança do Senador Aloysio Nunes... Eu tenho a esperança de que hoje nós aqui vamos assinalar um novo momento na posição política não só do Congresso Nacional, não só das instituições brasileiras, mas daquilo que nós desejamos: uma posição mais firme do Governo brasileiro, para que possamos ajudar o país irmão – a Venezuela – a reencontrar-se com o regime da liberdade, com o regime da democracia, para que os venezuelanos, de forma soberana, possam decidir os seus destinos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Fernando.

Cássio Cunha Lima, nosso Líder.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, serei absolutamente disciplinado com a recomendação de V. Exª em relação ao tempo.

De forma que saúdo a Srª Mitzy, a Srª Lilian e a Srª Rosa, o Senador Aécio, todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, para endossar praticamente tudo que foi dito até aqui, com pequenas ressalvas, Senador Fernando Bezerra, e quero trazer também minha palavra de solidariedade, de apoio incondicional, que é o apoio do PSDB, Partido que tenho a honra de liderar no Senado Federal.

E quero testemunhar que meus olhos se deparam com faces de coragem, de altivez, de grandeza, de firmeza nas crenças dos valores da democracia e das liberdades individuais. E o Senador Aloysio Nunes, como Presidente desta Comissão, faz algo muito importante para que possamos inaugurar um tempo novo nessa luta que as senhoras, com tanta grandeza e coragem, vêm enfrentando.

Mas eu quero ser realmente breve. E, na brevidade das palavras, lembro que, por mais longa que seja a noite, amanhecerá – por mais longa que seja a noite, amanhecerá. E, no período em que o nosso povo lutava contra a ditadura militar, o poeta Thiago de Mello escreveu "Faz escuro, mas eu canto". E a minha palavra será a leitura de "Faz escuro, mas eu canto".

Disse, em 1966, o nosso poeta:

Faz escuro mas eu canto,
porque a manhã vai chegar.
Vem ver comigo, companheiro,
a cor do mundo mudar.
Vale a pena não dormir para esperar

a cor do mundo mudar.
Já é madrugada,
vem o sol, quero alegria,
que é para esquecer o que eu sofria.
Quem sofre fica acordado
defendendo o coração.
Vamos juntos, multidão,
trabalhar pela alegria,
amanhã é um novo dia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Cássio. Como esse poema nos animou nesses tempos escuros, Cássio. Muito bem.

Eu ouço agora o Senador Lindbergh Farias, que é membro do Partido dos Trabalhadores e integra a Base do Governo como membro muito influente aqui no Senado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio, eu quero primeiro parabenizar V. Exª e o Senador Aécio por essa reunião. E quero começar manifestando minha profunda solidariedade às Srªs Mitzy Ledezma, Lilian Lopez e Rosa Orozco, senhoras que vêm aqui como esposas, como mães, falando sobre seu país, sobre a situação de suas famílias.

Então, primeiro, queria registrar essa profunda solidariedade, com todos os mortos recentemente, na Venezuela, dos dois lados; alguns que não tinham lado algum.

E começo falando de uma preocupação do Governo brasileiro com a situação da Venezuela. A pior coisa que pode acontecer para a Venezuela, para a América do Sul, para o Brasil, é a situação da Venezuela descambar para uma situação de guerra civil. Isso não interessa a ninguém.

Em relação à posição do Governo brasileiro, é preciso que se diga que o Governo brasileiro está tomando posição em conjunto com todos os países da América do Sul, das mais diferentes matizes ideológicas – Bolívia, Colômbia, Peru, Chile. As posições estão sendo tiradas em conjunto, e o centro de toda essa discussão é forçar a negociação entre situação e oposição na Venezuela; tentar um papel de conciliação.

Eu entendo a posição dos senhores como representantes de partidos de oposição aqui no Senado, mas o Governo brasileiro tem de jogar um papel na conciliação; não pode ficar de braços cruzados. E os países da América do Sul têm atuado em conjunto.

A própria Presidenta Dilma recentemente, agora no dia 9 de abril de 2015, em entrevista à CNN falou abertamente que tem de haver uma liberação, para que soltem os presos, para que não haja violência nas ruas.

Então, para nós é muito importante a questão da legalidade. Vamos ter, agora neste ano, eleições legislativas, e elas precisam ser o mais transparentes possíveis. E há um instrumento na Venezuela, que é o referendo revogatório, que está marcado para abril de 2016.

Por que falo isso, Sr. Presidente? Preciso falar aqui das minhas posições e das minhas preocupações. Acho que há posições extremadas dos dois lados. Não dá para esquecer que houve recentemente, em 2002, um golpe de Estado em que sequestraram um presidente por um dia e meio. Então, falo isso porque sei inclusive que há divisão na oposição venezuelana, mas há um setor majoritariamente legalista, que quer uma saída pelos caminhos constitucionais, e acho que é esse o caminho que o Governo brasileiro e os países da América do Sul têm de fazer.

Conversei com o Ministro Mauro Vieira uma vez, e ele disse que o próprio Ministro está conversando com as duas partes; está conversando com a MUD (Mesa de Unidade Democrática) também – conversa com o governo e conversa com a MUD.

Eu acho que é diferente a posição de partidos e a de um governo.

Queria anunciar, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que acho que esta audiência já teve um efeito, ordenado por V. Exª. Eu queria anunciar já que o Itamaraty, por seu Ministro-Chefe da América do Sul, Embaixador Clemente Baena Soares, vai hoje à tarde receber a delegação; vai receber as senhoras no Itamaraty. Acho que é um avanço importante, fruto desta reunião, Senador Aloysio Nunes, Senador Aécio Neves.

Então, queria deixar aqui essas palavras. Não tenho procuração aqui para defender o Governo brasileiro, mas acho que a posição do nosso Governo tem de ser de diálogo permanente, para forçar um nível de negociação, para que a gente não saia do processo democrático e entre no pior dos mundos, que é esse mundo de uma guerra civil. Quando se entra numa guerra civil, não se sabe como acaba, como se sai.

Então, são essas as minhas palavras, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias. V. Exª traz uma notícia que será submetida agora às nossas convidadas.

Eu creio que o que interessa à oposição venezuelana de todos os matizes é que haja condições de eleições livres, é que haja liberdade, que os presos políticos sejam soltos, que as pessoas possam manifestar-se, que haja observadores isentos para garantir a lisura das eleições e que cesse a repressão – é isso! –, para que se encontre uma saída ordeira, uma saída pacífica, que evite esse cenário que ninguém deseja; pelo menos a oposição não deseja, que é o da guerra civil.

Eu queria simplesmente, agora, passar a palavra por poucos minutos às nossas convidados antes de encerrarmos a reunião, porque, em seguida, temos, ainda...

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Fazer algumas rápidas observações.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Claro, V. Exª estava inscrita, mas o Senador Lindbergh me disse que V. Exª abria mão da palavra. Por isso, não a chamei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente, deixe para lá. Agradeço. Cheguei tarde. Estava em outra reunião, pois estamos debatendo algo muito importante aqui na sala ao lado, debate promovido pela Bancada feminina do Congresso Nacional, que trata da violência obstétrica. É um debate que nós organizamos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aqui ao lado?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Aqui ao lado.

Interessante lá, no debate, Sr. Presidente – temos várias autoridades na área da saúde – o exemplo que nos deram, de que dois países preveem isto no seu arcabouço legal, ou seja, a violência obstétrica. Aqui no nosso continente, a Argentina e a Venezuela. Acho muito importante, e queremos avançar para isso. Isso é algo com que a mulher infelizmente sofre muito no Brasil, e isso é pouco debatido.

Mas, Sr. Presidente, quero cumprimentar as senhoras que aqui estão e dizer que não vou seguir o caminho do Senador Lindbergh. Prefiro seguir o caminho do Senador Cássio Cunha Lima, que leu aqui um poema belíssimo, escrito por Thiago de Mello, um amazonense, meu amigo, que vive até hoje no interior do meu Estado, lá na cidade de Barreirinha, no Rio Andirá. Mas, junto com esse poema, ele escreveu um poema ainda mais famoso, Estatuto do Homem, um poema que fala da justiça social, que fala da luta dos homens pela igualdade entre os homens – entre os homens, entre os homens e as mulheres, entre todos. E eu acho que o fundamental da nossa luta, seja onde for, é exatamente isto: buscar a igualdade e buscar a liberdade.

Quero dizer que fico feliz, Sr. Presidente, com este novo momento que o mundo passa a viver. Quero aqui fazer um paralelo de tudo o que está sendo debatido aqui, exemplificando o caso de Cuba: quem de nós não está satisfeito? Quem de nós não está a comemorar – e falo todos, independente de partido político – os novos rumos por onde estamos avançando internacionalmente no que se refere às relações entre Cuba e os Estados Unidos?

O que vem acontecendo no mundo não é pouca coisa. É muito importante. O reatamento dessas relações é fundamental, porque foram mais de 50 anos de embargo econômico, um embargo econômico, em que não foi um país, uma pequena ilha que sofreu. Não! Foi um conjunto de um povo, um conjunto de uma nação.

Foram mais de 50 anos de atentados terroristas contra um país que partiram sabe-se lá de onde. E exatamente para tentar barrar essas ações terroristas é que cinco cubanos foram presos e ficaram encarcerados por mais de dez anos nos Estados Unidos. Foram condenados a duas prisões perpétuas; foram condenados a três prisões perpétuas. As senhoras sabem a quem me refiro.

E o mundo inteiro se mobilizou para libertar esses cubanos que se encontravam presos nos Estados Unidos, sem direito à visita dos seus familiares. Não sei se esse é o caso dos esposos das senhoras. Não sei se as senhoras podem visitá-los, ou não. Mas esses passaram mais de 12 anos encarcerados sem direito à visita de suas mulheres, de suas esposas, de seus filhos. Foram acusados e condenados por atos de terrorismo, sem nunca terem praticado um ato sequer de terrorismo. A única coisa que esses cubanos fizeram...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ...foi lutar contra o terrorismo. Encaminharam ao presidente norte-americano provas contundentes. Um grande escritor levou ao presidente norte-americano as provas de que os atos de terrorismo partiam de Miami, apontando os responsáveis.

Mas isso ficou na página virada do passado. Eles foram soltos agora. Mediante esse novo acordo feito agora entre Cuba e os Estados Unidos, todos foram soltos e estão em suas casas em Cuba, com suas famílias, com seus filhos mais do que adolescentes, que eles não puderam ver crescer.

Mas veja, Sr. Presidente, estou fazendo este paralelo, porque acho muito importante, sim, que a liberdade seja prestigiada, que a liberdade seja praticada em todo e qualquer lugar do mundo. Esse é o nosso objetivo.

Não quero aqui entrar nos detalhes do que o Prefeito de Caracas fez na sua vida pregressa. Eu não quero. Eu não quero. Porque eu acho importante que ele esteja solto, sim. É importante que ele possa responder. Eu não quero entrar no passado. Eu não quero entrar aqui no fato de que houve eleições na Venezuela, que as eleições foram questionadas e que, a partir daí, manifestações de rua começaram a ocorrer. Manifestações que levaram a mais de 43 mortes, a maioria, segundo relatos, de pessoas ligadas e apoiadoras do próprio governo. Não quero entrar no fato de que a violência parte de todos os lados.

Eu acho que nós precisamos estimular o diálogo. O Senador Lindbergh falou aqui. A Venezuela, que muitos dizem que é um regime ditatorial, tem elementos muito mais frequentes de aferição da democracia do que a nossa própria legislação brasileira. Agora aconteceram eleições parlamentares. No ano que vem vai haver a possibilidade de o Presidente ter o seu mandato reafirmado ou não. Então, eu acho que nos cabe, como brasileiros, como brasileiros que defendem o direito internacional, que defendem a autodeterminação dos povos, neste momento, trabalhar e apoiar o que vem fazendo a Unasul, que busca uma saída para a Venezuela no âmbito da própria democracia venezuelana, porque há instrumentos para isso. Mas, para que isso aconteça, tem que haver boa vontade de ambos os lados, porque, do contrário, a violência só crescerá.

Então, eu quero, Presidente, agradecer ao senhor pela oportunidade de falar e dizer que logo à tarde haverá outra audiência na Comissão de Direitos Humanos com um defensor venezuelano. Seria importante que todos os que querem o debate possam ir lá à tarde também para debater e ver as exposições que lá serão apresentadas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Eu retenho, da intervenção de V. Exª, a saudação à libertação dos presos cubanos que estavam nos Estados Unidos e espero que os presos venezuelanos também sejam soltos, para que a democracia possa viver naquele país. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – No mais, eu não vou participar dessa audiência pública...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E que não seja preciso...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ...porque eu não dialogo com carrascos.

Passo a palavra...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E que não seja preciso de mais de uma década para que isso aconteça, como aconteceu com os cubanos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

Não. Acho que não. Não vai acontecer. Não vai demorar mais uma década, não, especialmente se tivermos a solidariedade forte do Brasil, a força do Brasil, para que volte a liberdade a operar na Venezuela.

Com a palavra... (*Palmas.*)

A SRª LILIAN TINTORI DE LOPEZ (Tradução simultânea.) – Obrigada, Senadora, pelas suas palavras. Das suas palavras eu vou tirar o mais importante: a boa vontade. O testemunho que nós demos aqui como venezuelanas, como esposas de presos políticos, como mães venezuelanas, é de que mataram nossos filhos, com torturas, com o tratamento desumano que tem sido dados aos presos da Venezuela, com a quantidade de vezes que vêm nos insultando, que nos atacam, que os carros do governo nos seguem, tirando fotografias da gente, que buscam acabar com as agendas que nós vamos cumprir em alguns países.

Não estamos trazendo aqui ódio ou rancor. A nossa boa vontade está presente aqui. O que a gente quer é reconciliação. A gente quer união, a gente quer diálogo e perdão. Então, eu resgato as suas palavras e faço valer aqui a sua boa vontade. Isto é o que queremos: paz e bem-estar para a Venezuela, mas justiça, justiça para todos. E respeito aos direitos humanos.

Eu queria responder ao Senador Lindbergh Farias, que saiu... (*Pausa.*)

Quem bom que o senhor está aqui, Senador! Muito obrigado por suas palavras e seus esforços. Sabemos que há sensibilidade diante do desastre que a Venezuela está vivendo. Reconhecemos as palavras da Presidente na Cúpula das Américas, que nos encheram de esperança. E é por isto que a gente vem ao Brasil hoje, porque sabemos que o povo brasileiro e o Governo brasileiro sabem perfeitamente o que está acontecendo na Venezuela.

Temos que detalhar isso, Senadores, e aqui temos os detalhes. Quando falamos de vidas, de torturas, de injustiças e impunidades, entramos em detalhes. A ONU já detalhou isso. Direitos Humanos, a Anistia Internacional também entrou em detalhes. Nossas organizações, o Fórum Penal, o Provea também já entrou em detalhes. Entramos em detalhes, porque temos que entrar em detalhes, sim, quando falamos de direitos humanos.

Senadora, eu queria responder, como vamos entrar em detalhes, falando de Geraldine, falando de Bassil da Costa, falando de Redman, falando de Juan Montoya? Devemos entrar em detalhes por solidariedade. São famílias.

E, Senadora, o que eu queria responder, com muito respeito, é que duas afirmações que você deu não são corretas. A unidade está forte e mais unida do que nunca. A oposição venezuelana está unida. Por anos, quiseram, diante da comunidade internacional, insistir que não estamos unidos. Sim, estamos unidos. E, de fato, representamos a voz de Germán Velado, de Chulo, que nos dão voz para que nós possamos representar essa posição que, quero dizer-lhes, hoje não é somente dos partidos políticos. A oposição é o venezuelano comum, é a sociedade civil, é 80% dos venezuelanos que estão pedindo mudanças.

(*Manifestação da galeria.*)

E não somente estamos fazendo oposição contra o Maduro, que viola direitos humanos. Somos opositores a que nos roubem, que nos sequestrem, que nos matem, somos opositores a não conseguir leite para as crianças, opositores a não conseguir medicamentos básicos e alimentação para nossas casas. É a isso que estamos nos opondo.

Quero reforçar que faz um ano e três que viajo pelo mundo levando essa bandeira democrática e me correspondeu demonstrar essa tese que o regime chavista impôs. E estamos desmontando, Senador, e eu quero explicar com muita responsabilidade. Estamos unidos. Nunca fomos a uma eleição desunidos. À eleição da Assembleia Nacional fomos unidos, fortes, esperando liberdade, democracia. E a saída que propõe a oposição sempre tem sido constitucional e democrática. A Constituição venezuelana nos dá cinco vias para sair do Maduro. Cinco diferentes saídas. E somente assim vemos uma saída do Maduro na Venezuela. Somente assim, constitucionalmente e pacificamente, podemos ter uma saída, que esse tema inconstitucional somente cabe ao Maduro, porque é ele que está violando a Constituição hoje.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Temos o maior prazer em recebê-los aqui, mas o Regimento Interno do Senado, que eu tenho a obrigação de respeitar e fazer respeitar, impede manifestações da galeria. Por gentileza.

Mitzy, por favor.

A SRª MITZY CAPRILES DE LEDEZMA (Tradução simultânea.) – Queridos Senadores que, de uma forma ou outra, têm manifestado solidariedade, vamos, apaixonadamente... Estamos contentes no meio da tragédia que vivemos em nosso país, mas vamos, cheios de amor, com força, continuar mostrando ao mundo o que está acontecendo com o nosso país. De forma breve, em resposta ao que a Senadora Vanessa nos disse...

Vanessa, você começou falando do caso de Cuba. Foi bem pertinente haver nomeado isso aqui. Eu gostaria que você soubesse que você pode constatar, quando puder, o quanto Cuba, por muitas circunstâncias, hoje está se reintegrando à vida que todos vamos ver, na qualidade de vida que vai recuperar. Cuba, durante cinquenta e tantos anos, não teve... Não vamos discutir o que Cuba teve ou o que não teve, mas vamos ver com que alegria já está recebendo países com os quais já está se entendendo.

Você falou, Senadora, dos direitos humanos ou da liberdade ser prestigiada. Não tem liberdade na Venezuela, Senadora. Lá, nós que somos opositores, diariamente vivemos um terror de pensar o que aconteceu com nossos maridos que foram presos. Antonio, a primeira autoridade de Caracas, foi sentenciado por televisão em uma cadeia há alguns meses. Quando saiu, tiraram todas as suas atribuições.

Cuba, você mencionou aqui, entra em nosso país e sugere controlar as redes sociais. Pensamos, Senadora, que não é por caridade, o que corresponde por justiça. Nós venezuelanos estamos vivendo absoluto e total bloqueio, sem conseguir até comida. A Venezuela não está supostamente bloqueada por nenhum país, como Cuba, mas até hoje não se encontra comida livremente e não se consegue comer nem prover sequer saúde necessária.

Diante de todos os seus companheiros Senadores, estou segura – não consultei com Lilian e Rosa – mas, como venezuelana, seria encantador, no marco das próximas eleições, o governo não fixou a data ainda, mas temos que chegar a isso,será um prazer tê-la, vê-la, para que você veja a outra parte da Venezuela que sofre, chora e está angustiada por um país onde a democracia foi embora.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Por favor, Rosa.

A SRª ROSA OROZCO (Tradução simultânea.) – Muito obrigada por haver escutado, Srª Deputada. Eu nunca na minha vida, na democracia que já vivi havia visto tanta brutalidade como a que vemos nesse momento em um governo chamado de democrático.

Quando, na Venezuela, começaram as repressões de todos, da juventude venezuelana, nunca imaginei que iria perder a minha filha, nunca imaginei que iria ser a causa de um governo, pois se num governo democrático se perde isso, já não existe mais nada em um país.

Por isso, quando me falam, Vanessa, primeiro de Cuba e comparam Cuba com Venezuela, sinto uma dor muito grande, porque não sou cubana, sou venezuelana.

(*Manifestação da galeria.*)

(Soa a campainha.)

A SRª ROSA OROZCO (Tradução simultânea.) – Eu, como venezuelana, respeito os outros países e como venezuelana respeito que me respeitem, respeitem o meu país. Não quero nenhuma intervenção cubana, como a que temos na Venezuela agora, porque isso que está aqui vem da cabeça de um cubano. Isso que você está vendo aqui veio da cabeça de um cubano. Então, não posso permitir, como venezuelana. Vou dizer uma coisa, não pertenço a nenhum partido político, ninguém está me pagando para estar aqui, eu vim sozinha, porque amo a Venezuela e sou venezuelana.

Ao outro Deputado ou Senador vou dizer uma coisa: a minha filha estava protestando porque era democrata e queria que o país dela voltasse a ser uma democracia. A mim me ensinaram que o que sabemos dos venezuelanos é uma coisa: um papel onde votei pelo meu presidente, votei pelo meu prefeito, votei pelo meu governador, votei pelo deputado.

Estou de acordo, oxalá todo mundo pudesse ir nas eleições que vamos ter, para que vocês possam ver a outra cara do país que temos lá, porque, quando começarem as eleições, vocês vão ver muita gente dando tiro nos venezuelanos na fila para não votarem.

Era isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Meus amigos, me chegou agora uma nota dizendo que a Bancada Federal do PSDB e de outros Partidos de Oposição que estão presentes aqui vão agora encaminhar um voto de repúdio ao governo da Venezuela pela violação dos direitos humanos, à semelhança do que dissemos aqui no Senado há pouco.

Há pouco vimos um jovem militante do PSDB. Há muitos companheiros da juventude presentes aqui, como também mulheres. E, antes de encerrar, gostaria de conceder a palavra ao Presidente do meu Partido, Aécio Neves, que, como disse no início da audiência, foi comigo – eu com ele, ele comigo, nós dois juntos, também com Roberto Freire – a Lima, quando fizemos o convite para que essas nossas companheiras viessem aqui hoje.

Com a palavra, o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª, Senador Aloysio, aos Srs. Senadores e Deputados que participaram até este momento desta audiência histórica na Comissão de Relações Exteriores do Senado da República. Histórica porque talvez tenha dado a muitos dos Parlamentares brasileiros a oportunidade de, pela primeira vez, ouvir *in loco*, de forma absolutamente clara e, obviamente, não poderia ser diferente, emocionada o testemunho de três mulheres que vivem o dia a dia da realidade venezuelano.

Achei, de certa forma, extremamente marcante aqui a presença de Senadores e Deputados dos Partidos da Base do Governo, de maneira ainda mais especial, de Parlamentares como V. Exª, Senador Lindbergh, a quem cumprimento pela forma com que aqui expôs seu ponto de vista e pelo esforço que – sei – é real na busca da sensibilização cada vez maior do Governo brasileiro para esta causa, que – repito – não poderá jamais ser a causa da oposição brasileira, mas a causa da democracia, das pessoas que prezam pela liberdade.

Permitam-me um rápido registro em relação à fala da Senadora Vanessa. Lamento que ela não tenha podido, por outros compromissos, ouvir aqui os depoimentos de cada uma das nossas convidadas, mas não resisto em dizer que certamente Cuba não é o objeto de desejo para cada um de nós que, em qualquer parte do mundo, não apenas do Brasil – repito –, preze pela democracia, pelas liberdades. Pensei até que a Senadora, quando falava de prisões políticas, referiu-se às prisões políticas em Cuba. Mas fica essa lacuna no seu depoimento.

Contudo, saúdo sua presença, Senadora Vanessa, num tema tão grave como este, porque, acima de alinhamentos ideológicos, acima de quaisquer interesses comerciais que possam estar entre as relações do nosso País com a Venezuela, existe algo que deve se sobrepor a tudo isso, que é o respeito à dignidade das pessoas, aos direitos humanos e aquilo que é mais essencial para a construção de qualquer sociedade mais justa, mais igual: a liberdade, a liberdade de expressão.

Aquilo que hoje o Senado Federal diz e o faz de forma altiva, extremamente clara para o Brasil e para outros países vizinhos é que nós não nos calaremos, caras Mitzy, Lilian e Rosa. Não nos calaremos. Esperem aqui, do Senado da República, não apenas uma solidariedade formal, como as senhoras estão tendo hoje, mas ações objetivas, como a convocação do Ministro das Relações Exteriores, sugerida pelo Senador Tasso, e a discussão seja do orçamento, as discussões que faremos sobre vários outros temas, a busca da introdução da questão

Venezuela no dia a dia das discussões políticas no Brasil. Repito mais uma vez, mesmo correndo o risco de ser cansativo: quando se fala de democracia, de liberdade, de respeito à vida, não há que respeitar fronteiras. O drama que vive hoje a Venezuela é também dos democratas brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Meus amigos, vamos encerrar esta audiência pública.

Quero, em primeiro lugar, agradecer imensamente a presença das nossas convidadas, que vêm fazendo uma pregação em favor dos direitos do seu povo e, mais do que dos direitos do povo venezuelano, dos direitos humanos.

Como disse o Senador Aécio Neves, não há fronteiras para o respeito dos direitos humanos.

Eu me lembro muito, com muito carinho, de um dos grandes construtores da democracia brasileira, o ex-Senador, ex-Governador, ex-Deputado Franco Montoro. Montoro tinha um enorme carinho pela Venezuela. Ele frequentemente organizava comitivas de jovens brasileiros, jovens militantes do MDB para irem à Venezuela conversar com políticos venezuelanos num momento em que a Venezuela vivia um excelente momento, do ponto de vista das suas instituições políticas.

Esse momento, minhas caras amigas, vai voltar. A Venezuela vencerá! (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2015.

Às dez horas e sete minutos do dia catorze de maio de dois mil e quinze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, José Agripino, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, João Capiberibe e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente faz pronunciamento sobre o falecimento do Senador Luiz Henrique e sobre a 51ª edição da Feira de Aviação Le Bourget 2015, em Paris no período de 15 a 21 de junho. Usam a palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro e José Agripino. O Presidente faz leitura de comunicado sobre o Ministro de Estado Mauro Vieira. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil." O Presidente concede a palavra ao Relator, que faz considerações sobre a matéria. Retirado de pauta, a pedido do relator. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica a sugestão de que a Comissão passe a solicitar o Relatório de responsabilidade de Gestão, documento este elaborado pelo embaixador brasileiro que exerceu a representação diplomática permanente, no posto para o qual foi escolhido, ao final do período da representação, atendendo ao item IV, alínea f, do Art. 383, do Regimento Interno. A sugestão dessa solicitação é aprovada pela Comissão e as próximas arguições ficam condicionadas à apresentação dos respectivos relatórios pelo Ministério das Relações Exteriores. ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2011, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, que "Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich "menos quatro horas" para o fuso horário Greenwich "menos cinco horas"." Adiado. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 37, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto da Convenção que Estabelece a Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral, cuja adesão brasileira foi assinada em Brasília, em 29 de dezembro de 2010, e os demais atos internacionais a ela anexados, que especifica." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Lasier, que profere o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 34, de 2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati e outros, que "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Mauro Luiz Icker Vieira, Ministro de Estado do Ministério de Relações Exteriores, para que compareça em audiência pública à Comissão de Relações Exteriores desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre a decisão do Itamaraty de se abster na votação sobre as violações de direitos humanos na Síria e no Irã." Prejudicado. Em seguida, são deliberados, em conjunto, os dois itens da 2ª Parte da Pauta. PAUTA – 2ª

PARTE: ITEM 1) **MENSAGEM (SF)** Nº 17, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) **MENSAGEM (SF)** Nº 21, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores indicados. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e quarenta e quatro minutos assume a presidência a Senadora Ana Amélia. E às onze horas e cinquenta minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usam a palavra os Senadores Ana Amélia, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Ricardo Ferraço, Cristovam Buarque, José Agripino e Ronaldo Caiado. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às treze horas e quatro minutos assume a presidência o Senador José Agripino. E às treze horas e nove minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. É aberto o processo de votação. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às treze horas e trinta e dois minutos assume a presidência o Senador Ricardo Ferraço. E às treze horas e trinta e nove minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem as questões, na ordem que são apresentadas. A reunião é tornada secreta às catorze horas e seis minutos e reaberta às catorze horas e oito minutos. Atua como secretário o Senador José Agripino e como escrutinadores os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e apresenta-lhes seus cumprimentos. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às catorze horas e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Assim que tivermos o quórum para deliberações, vou submeter à Comissão a ata da reunião anterior.

Começo esta reunião, Srs. Senadores, registrando, com imenso pesar, o fato de que nós não contamos mais com o nosso Vice-Presidente, o insubstituível Senador Luiz Henrique. Para esta Comissão de Relações Exteriores, para o Brasil, é uma perda enorme, uma perda incomensurável.

O Senador Luiz Henrique foi um dos políticos que conheci com maior interesse pela política externa, pelas relações internacionais do nosso País. Ele tinha um especial apreço pelo Itamaraty. Compreendia, como poucos, a importância de termos uma boa política externa, para termos uma boa política interna – a relação entre política interna e política externa do nosso País.

Luiz Henrique era um homem culto, de extraordinária cultura histórica, o que seguramente contribuiu para que ele atribuísse a importância que ele atribuía às relações internacionais do nosso País. Cultura histórica, cultura literária, cultura romanesca, cinematográfica, musical. Era um homem de extraordinária experiência política. Um homem que cumpriu um papel importantíssimo na luta pela democratização do nosso País e pela reconstrução das instituições democráticas no Brasil.

Um homem de interesses universais, leitor ávido, infatigável, mas, ao mesmo tempo, muito apegado a sua terra, Santa Catarina, a Joinville. Nós o perdemos neste domingo. Eu estive em Joinville, ao lado de sua família, ao lado da sua esposa Ivete e de seus filhos. Fui acompanhado por muitos Senadores que lá estiveram – e aqui está entre nós o Senador Ricardo Ferraço, amigo fraterno do Senador Luiz Henrique.

Ficamos sem o nosso Vice-Presidente. Eu até fiquei constrangido no dia da eleição da nossa Mesa Diretora, porque o Senador Luiz Henrique é maior do que eu, não cabia na Vice-Presidência. Mas ele sempre tendo comigo a solicitude de irmão mais velho, colaborou comigo e conosco aqui nesta Comissão, e eu sinto imensamente a sua falta, como todos nós.

Quero dizer também que recebi ontem telefonema do Embaixador Danese, que me pediu que transmitisse à Comissão em nome do Ministro e de todo o Ministério das Relações exteriores a expressão da sua consternação pela perda do Senador Luiz Henrique.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Aloysio Nunes, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Associo-me à manifestação que V. Exª faz, porque a falta, o vazio não atinge apenas a nossa Comissão de Relações Exteriores, onde o Senador Luiz Henrique atuou ativamente nos últimos quatro anos.

O Senador Luiz Henrique sempre foi um homem além do seu tempo. Como Prefeito de Joinville, por três ou quatro vezes; por duas vezes Governador de Santa Catarina, com mandato marcado pela inovação, marcado pela visão humanista de um homem que tinha por convicção a necessidade do desenvolvimento ser compartilhado, para que a prosperidade fosse objeto da maioria da população; um homem que trouxe para o Estado de Santa Catarina um ensinamento e um legado, para todos nós, relacionado aos princípios e aos valores da descentralização, do fortalecimento do poder local.

Como Ministro da Ciência e Tecnologia, deu extraordinária contribuição ao nosso País, enfrentando paradigmas, quebrando muros e construindo pontes que pudessem nos mover para um Estado mais eficiente, que pudesse produzir maiores e melhores condições para nossa gente.

O Senador Luiz Henrique deixa muita saudade, deixa um vazio muito grande não apenas nas nossas vidas institucionais, aqui como colegas, mas em nossas vidas pessoais. Como V. Exª, eu tive o prazer e o privilégio de desfrutar da sua amizade, do convívio da sua casa, porque somos seres humanos e, como seres humanos, nos damos também o direito desse convívio, o convívio com o Senador Luiz Henrique, com sua esposa D. Ivete, com o Cláudio, com a Márcia, com os seus familiares.

E assim como V. Exª, eu estive em Joinville, e a demonstração que vimos lá foi de um homem que construiu uma vida pública marcada pela integridade, pela seriedade, até mesmo os seus adversários – ele não era um homem que tinha inimigos, ele tinha adversários porque era um homem de convicções – reconheciam nele essas qualidades como homem público.

E vimos as manifestações das pessoas mais humildes, dos homens e mulheres do dia a dia de Joinville e de Santa Cantarina, expressando ali toda a sua dor, naquele momento, toda a sua saudade desse extraordinário homem público, amigo e pai de família que foi o Senador Luiz Henrique.

Esta Comissão, presidida por V. Exª, vive este momento. O Senador Luiz Henrique era, sobretudo, além de um ativo militante, protagonista do tema da política externa, por ser um homem além do seu tempo e um homem que não cabia nas suas fronteiras, ele sempre compreendeu a importância da política externa como opção, como escolha para produzir avanços para o nosso País.

E ele tinha uma queda, por assim dizer, pelo leste europeu, pela Rússia. Quantas vezes o Senador Luiz Henrique, professou a importância das pontes e alianças com a Rússia! Há um legado cultural extraordinário que ele deixa, que foi ter conseguido trazer para o Brasil, para Joinville a única escola do Balé Bolshoi fora de Moscou. E a forma com que ele era reverenciado, que ele era recebido, que ele era homenageado pelas autoridades da Rússia, daqueles que fazem a cultura da Rússia, que nós sabemos que tem uma história civilizatória extraordinária.

Então, a palavra de V. Exª é a nossa palavra, Sr. Presidente, na direção de também manifestarmos aqui toda a nossa condolência à D. Ivete, ao Cláudio, à Márcia, a Santa Catarina, que perde um grande homem público e ao Brasil, que se despede de uma pessoa que deixou uma extraordinária jornada.

Ainda ontem conversávamos com os nossos amigos de Santa Catarina, conversava com o Alexandre Fernandes, e o Alexandre me dava a grande alegria de que, possivelmente, na semana que vem, D. Ivete estará aqui em Brasília e que nós teremos a oportunidade, aqui, de fazer uma missa pelo 30º dia do falecimento do Senador Luiz Henrique, oportunidade em que todos nós estaremos lá lembrando e refletindo sobre a passagem desse extraordinário homem público e amigo que perdemos.

Muito obrigado a S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Ferraço.

Eu faço agora algumas comunicações.

Em primeiro lugar, Srs. Senadores, comunico que recebi uma comunicação do Chanceler Mauro Viera, fixando a data do próximo dia 28 para o seu comparecimento perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, atendendo a um convite da Comissão a partir da iniciativa do Senador Tasso Jereissati.

Ele virá falar sobre a decisão do Itamaraty de se abster na votação sobre relações de direitos humanos na Síria e no Irã.

E assim como se dispõe a comparecer a esta Comissão todas as vezes que for convidado, também teremos nessa ocasião, no dia 28, um diálogo com ele sobre tema mais amplo dos direitos humanos na política externa brasileira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª me permite? Ainda sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu queria chamar a atenção de V. Exª para dois requerimentos que nós temos aprovados, que julgo da maior importância.

Na reunião passada, nós recebemos aqui três senhoras, bravas senhoras, bravas mulheres venezuelanas, que trouxeram aqui a realidade como ela é da violação dos direitos humanos, da democracia e da liberdade de expressão, entre outras, na Venezuela, Sr. Presidente.

Nós temos um requerimento aprovado, aqui nesta Comissão, para que pudéssemos receber aqui organizações não governamentais de expressão internacional que estão acompanhando esses fatos. Eu me refiro...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Conectas Human Rigths.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...à Organização das Nações Unidas; eu me refiro a esse conjunto de entidades que trarão informações adicionais. São entidades que constroem, em todo o mundo, observações e análises relacionadas à conjuntura dos direitos humanos em todos os países.

Nós temos um requerimento aprovado na Comissão, e eu gostaria de consultar V. Exª para que nós pudéssemos marcar essa audiência pública porque não podemos nos acomodar, Sr. Presidente, diante do que está acontecendo na América do Sul, em especial na Venezuela. São organizações que se transformaram e se consolidaram como verdadeiros observatórios legítimos dessas questões que são civilizatórias.

Há uma outra questão, Sr. Presidente, que diz respeito à presença...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Apenas me permita...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A Secretaria da Comissão já entrou em contato com os dirigentes dessas três organizações citadas no requerimento aprovado por esta Comissão, e estamos agora ajustando a data que convenha a todos para que possam comparecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª.

Mas há também uma outra resolução, na linha do que V. Exª acabou de afirmar com relação à vinda do Chanceler Mauro Vieira, que determina a presença aqui nesta Comissão no princípio do ano não apenas de S. Exª o chanceler, mas também de S. Exª o Ministro da Defesa.

Nós estamos já no quinto mês do ano. Tínhamos uma audiência pública para ouvir o Ministro da Defesa com relação ao balanço do ano anterior e às perspectivas das atividades relacionadas à defesa, aos projetos e programas que são importantes, e eu queria insistir com V. Exª para que nós pudéssemos ultimar a presença aqui do Ministro Jaques Wagner, para debatermos as questões relacionadas à defesa nacional, até porque esta Comissão é como um avião com duas asas: uma asa é a política externa; a outra asa é a política de defesa. E nós temos importantes programas que são tocados pela defesa, como é o caso do Sisfron, que tem sofrido contingenciamento de recursos, que tem sofrido postergação.

Portanto, eu quero solicitar a V. Exª que nós possamos fazer contato com o Ministério para que tenhamos a honra de receber aqui S. Exª o Ministro, e façamos o debate, que é absolutamente pertinente e inadiável, até porque estamos elegendo, como tema prioritário desta Comissão neste ano, as políticas relacionadas à defesa nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Bem lembrado, Senador Ferraço. Essas duas asas andam meio desequilibradas, o senhor tem razão. E não é por culpa desta Comissão.

O Ministro Mauro Vieira, tão logo foi eleita a Mesa Diretora da Comissão, entrou em contato conosco. Eu estive com o Ministro na companhia do Senador Luiz Henrique, e ele se dispôs imediatamente a vir à Comissão. V. Exªs se lembram de que foi uma das nossas primeiras audiências públicas essa com o Ministro Mauro Vieira.

Já o Ministro Jaques Wagner demorou um pouco mais para se manifestar. Quando fixamos uma data, ele precisou cancelá-la, em razão de uma agenda que tinha com a Presidente da República, no Estado da Bahia, mas já marcamos uma nova data de uma audiência pública que acontecerá na próxima quinta-feira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O tema é muito oportuno, mesmo porque houve contingenciamentos draconianos no Ministério da Defesa, e esse tema seguramente será abordado com muita ênfase por muitos dos nossos Senadores da Comissão.

Srs. Senadores, eu quero fazer também uma comunicação, entre as comunicações da paróquia, que recebi uma correspondência da Embaixada da França, informando sobre a 51ª edição da Feira de Aviação Le Bourget 2015, que será realizada em Paris no período de 15 a 21 de junho, que é, como todos sabem, um dos eventos aeronáuticos mais importantes do mundo e que reúne representantes da indústria aeronáutica, expertos em tecnologia da aviação para difundir as últimas novidades do setor.

A Embaixada me pede que comunique aos Senadores a realização dessa feira. E afirma o Embaixador que gostaria muito que houvesse a presença de Senadores da nossa Comissão nesse evento.

Bem, dito isso, eu vou passar ao primeiro item da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Só para fazer um registro. Eu quero parabenizá-lo e a Comissão pelo encontro com as esposas dos políticos venezuelanos que estão presos pelo Presidente Maduro.

Foi muito importante o depoimento que elas prestaram à Comissão de Relações Exteriores, que demonstra efetivamente, como foi dito, que elas, primeiramente, pedem que os seus maridos sejam liberados e pedem o apoio do Brasil nesse sentido. E querem que a mudança na Venezuela se faça pela forma pacífica, pelas eleições que acontecerão proximamente.

Eu tenho certeza de que a Comissão de Relações Exteriores cumpriu o seu papel – e o Senado Federal também – quando trouxe as esposas dos políticos venezuelanos que estão presos como presos políticos, sem nenhum outro dano causado. Não houve nada que justificasse a prisão, a não ser serem oposição ao governo que lá está instalado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço a V. Exª a lembrança.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – O Senador Aloysio, eu acho que é oportuno nós fazermos uma reflexão, se V. Exª me permite, em cima do que o Senador Flexa acaba de dizer.

Veja bem, eu estou no Senado há muitos anos e, se há uma comissão da qual eu tenha participado ao longo de todos os meus mandatos, é a Comissão de Relações Exteriores. Sem demérito às anteriores. Esta Comissão começou a ter um protagonismo mais efetivo quando o Senador Ferraço foi Presidente, naquela viagem que foi comentada e deve ter criado alguns embaraços a S. Exª – a Bolívia naquela questão. Ali, a Comissão de Relações Exteriores começou a ter um protagonismo diferenciado. Ela botou a cabeça do lado de fora e mostrou: "Eu existo e eu vou atuar." Começou aí de forma preeminente. E agora nesse episódio da Venezuela.

Eu tive a oportunidade, há mais ou menos oito anos ou dez anos, de receber o líder de oposição – acho que era o Capriles –, no meu gabinete, lá atrás. Ele esteve comigo longamente, conversou. Eu o levei ao partido. Depois ele se distanciou, e eu tive notícia de que quem me visitou havia sido preso. Agora, nós estamos recebendo a visita, que já é a segunda. A Corina veio aqui a esta Comissão e, agora, a Mitzy – as três, a mãe da filha assassinada, que fez aquele depoimento candente, e as duas esposas dos prefeitos. Elas trazem depoimentos que têm que sensibilizar o Brasil e, se não sensibilizam, nós temos que atuar.

Aquela minha intervenção eu acho que tem que ter consequência e ninguém melhor do que V. Exª para tomar esse protagonismo. Se o que elas querem são eleições isentas, e a gente sente que na Venezuela há uma manifestação crescente de desagrado em relação ao governo que já acabou, é fazer com que as eleições aconteçam limpas, decentes, isentas.

Então, a presença do Brasil, que é um País, queiram ou não queiram, líder nas Américas – e a Comissão de Relações Exteriores e a sua Presidência podem desempenhar esse papel – é uma tarefa dura, evidente. Vai envolver desconforto, algumas provocações. Mas eu acho que aquilo que foi dito na reunião precisa acontecer. E não é só na eleição. É antes, para marcar posição, para dizer que nós estamos presentes.

Se o Governo do Brasil... Há quatro anos, Presidente Aloysio, a OEA está sem representante, sem diplomata, sem embaixador, porque o Brasil fez uma opção pela Unasul, pelo bolivarianismo, porque a OEA manifestou-se contra a construção da Usina Belo Monte e aí o Brasil mandou buscar o embaixador de volta, não pagou mais a OEA, paga a Unasul. Então, o bolivarianismo está em todas, está em todas, nós temos que reagir.

Eu derivei por essa questão da OEA pelo fato de estar falando sobre a questão da Venezuela, que é a semente que irradia todo um espírito de bolivarianismo, na minha opinião, inconveniente aos interesses do Brasil, que é um País muito além dessas questões e que precisamos, com a presença de líder das Américas, desempenhar.

Então, quero aqui apenas dar relevo àquilo que coloquei. A presença de V. Exª na Presidência da Comissão de Relações Exteriores precisará continuar esse protagonismo, que vai envolver um pouco de ousadia, coragem em determinados momentos para se fazer presente na Venezuela em alguns momentos que não apenas o de observador de uma eleição, mas de pontuar posições, para que eles se sintam encorajados, porque, na medida em que eles se sintam apoiados, como já o foram pela manifestação de Obama, do Roy, do próprio Papa Francisco, se sentem amparados e com disposição redobrada para lutar pela isenção política e mudança de um regime que, na minha opinião, não quero aqui falar de fora para dentro, já deu o que tinha que dar à Venezuela.

De modo que a minha palavra de estímulo e aplauso à iniciativa que V. Exª vem, de forma pertinaz, desempenhando em contatos que sei que já fez no Peru, com Vargas Llosa, com líderes que têm respeitabilidade continental, para que a democracia esteja presente, na verdade, na Venezuela; em Cuba, onde as coisas começam a evoluir; na própria Bolívia; enfim, no continente onde estamos situados e onde, queiramos ou não, temos o protagonismo da liderança assegurado pelo que nós significamos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sobre essa questão da OEA, se V. Exª me permitisse, gostaria de me manifestar. Posso também fazê-lo mais à frente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Preferia que V. Exª o fizesse, pois temos aqui a sabatina do Embaixador, indicado pela Presidência da República.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Há uma questão preliminar que gostaria de solicitar a V. Exª, que antecedesse à sabatina, mas posso fazer mais à frente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Logo em seguida.

Quero apenas comentar com o Senador Agripino e com os colegas da Comissão de Relações Exteriores o fato hoje noticiado no jornal *Estado de S. Paulo: m*ais um atentado contra a liberdade de Imprensa na Venezuela. Todos sabem que o jornal *ABC*, da Espanha, divulgou a notícia de que o Presidente do Congresso Bolivariano, da Venezuela – o primeiro nome dele, se não me engano, é Diosdado Cabello – seria um dos chefões do narcotráfico na Venezuela. Essa revelação foi feita pelo ex-guarda-costas desse senhor. Uma notícia publicada num jornal espanhol, que foi repercutida por três jornais venezuelanos.

O jornal *Estado de S. Paulo* traz hoje notícia de que os diretores desses jornais, que estão sendo processados pela justiça da Venezuela, que, como todos sabem, não é independente, estão agora proibidos de deixarem o país, como está proibida de deixar o país a Deputada Corina Machado. É mais uma prova de que a Venezuela desrespeita flagrantemente, abertamente, as cláusulas democráticas que aqui os países que aderiram ao Mercosul subscreveram.

Então, esse tema vai ser forte, evidentemente, no nosso debate com o Ministro Mauro Vieira. Eu já tive a ocasião de conversar com o Secretário-Geral do Itamaraty naquele dia da memorável reunião a que V. Exª se refere, assim como o Senador Flexa, comentar e protestar contra o fato de que, ao mesmo tempo em que organizamos aqui uma audiência pública memorável, com a presença extraordinária de Deputados e Senadores, dos mais diferentes Partidos, inclusive da Base do Governo.

O Ministro das Relações Exteriores recebeu, em seu gabinete, uma pessoa que se intitula Defensor del Pueblo da Venezuela, que é defensor das milícias bolivarianas que atacam as pessoas, que atacam os cidadãos que protestam contra o regime de Nicolás Maduro.

Ao mesmo tempo em que o Ministro recebia esse personagem, essas três senhoras não foram recebidas pelo Ministro. Foram bem recebidas, é verdade, por alto funcionário do Itamaraty, mas o Ministro não pôde recebê-las – essa é que é a verdade – por determinações que, seguramente, não coadunam com os valores humanistas que caracterizam o perfil do Ministro Mauro Vieira.

Eu penso, meu prezado Senador Agripino, que nós temos que insistir nessa linha de pressão, de denúncia, para que o Governo brasileiro assuma a posição de liderança que lhe cabe na defesa dos direitos humanos. Mesmo porque, segundo o artigo 4º, inciso II, da Constituição Federal, a defesa dos direitos é um dos princípios moduladores da política externa brasileira.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Mais do que isso, Senador Aloysio, é produzir evidências. Eu acho que, de ato em ato, de depoimento em depoimento, de visita em visita, a gente vai produzir evidências tão fortes que ficará difícil ao Governo desconhecer essas evidências e se dobrar às evidências.

Eu duvido que o Ministro Mauro não tivesse, no íntimo, a vontade de receber...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu não tinha dúvida.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – As esposas do Prefeito de Caracas e do Prefeito de Chacao, se não me engano – duvido.

Agora, é preciso que as evidências existam para que as pessoas se rendam a essas evidências. Então, cabe a nós esse papel.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O Chanceler já marcou a data para vir aqui?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Já, dia 28 ele virá, acaba de fazer a comunicação.

Eu passo ao primeiro item da primeira parte da reunião, que é uma parte deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013

– Terminativo –

Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Dependendo de Parecer.

Penso que devo deixar a Presidência da Comissão, uma vez que sou o autor. Não preciso. Ótimo.

Então, eu passo a palavra ao Relator, que é o Senador Ricardo Ferraço, que tem o relatório, pela aprovação do projeto, na forma de um Substitutivo que apresentou.

Com a palavra, o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, V. Exª traz a debate e deliberação à Comissão de Relações Exteriores, em caráter terminativo – o que significa dizer que, em função do objeto e do escopo, esta Comissão dará a palavra final em nome do Senado Federal. Este não é um projeto que será submetido ao conjunto das Srªs e dos Srs. Senadores – uma matéria, a meu juízo, da mais importante relevância.

A lei em vigor foi concebida ainda nos anos 80, em período pós-autoritário, autoritário, e com grandes preocupações na área da segurança nacional. Ela é, portanto, uma lei absolutamente desatualizada.

O seu aperfeiçoamento, trazê-la aos dias atuais é absolutamente necessário. Tanto que nós estamos alterando os conceitos: nós não tratamos mais do estrangeiro, e sim do migrante.

O tema da migração está na pauta da sociedade mundial. Ontem, o Parlamento Europeu se reuniu para definir caminhos, estabelecer quotas e diretrizes de como a Europa vai se conduzir ou vai compartilhar o problema da grande imigração que está assistindo.

A Organização das Nações Unidas constituiu um órgão específico para trabalhar a questão da migração.

Em lugar de preocupações com segurança nacional, Senador Cristovam Buarque, nós estamos trabalhando preocupações muito mais adequadas aos dias em que estamos vivendo, que tratam de cooperação, que tratam de questões humanitárias, que tratam de questões trabalhistas, que estão no núcleo dos procedimentos e dos desafios para a pessoa humana migrante que, aliás, está na constituição e na formação do nosso País. Qual dos nossos Estados, o meu, por exemplo, não recebeu ao longo da sua formação migrantes? No nosso caso, nós recebemos uma forte migração italiana, assim como o Estado de V. Exª, assim como Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, alemães e tantas outras comunidades que para lá se dirigiram em busca de um futuro melhor, buscando um porto seguro.

O Brasil, nos últimos anos, tem sido palco de migrações muito fora da curva, sobretudo do Haiti, em função das crises sucessivas que esse país está enfrentando. Nos últimos dois anos, nós recebemos mais migrantes do que nos últimos dez anos, isso exige uma série de providências do Estado brasileiro, para que essas pessoas possam não apenas ser acolhidas, até porque essa é a tradição do nosso País, mas para que essas pessoas possam ter a sua situação regularizada, possam ser encaminhadas a ter trabalho, ter ocupação e possam dar segmento a sua vida na busca da felicidade, da prosperidade.

Esse é um projeto que tangencia, portanto, valores muito importantes, e tangencia também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um conjunto de órgãos do Governo Federal, do Estado brasileiro: Ministério do Trabalho, Ministério da justiça, Polícia Federal, Ministério das Relações Exteriores e, ao longo desse período, nós estamos em pleno e efetivo debate com a Secretaria Nacional de Justiça na direção de produzirmos uma matéria que possa ser pactuada. Nós não estamos aqui diante de um projeto que trate daquilo que interessa ao Governo e não interessa à Oposição. Não. Interessa ao Estado brasileiro que tem uma dívida com essa questão.

Nós trabalhamos muito ao longo das últimas semanas para que pudéssemos apresentar o nosso parecer, mas nós estamos recebendo apelos do Governo Federal, do Ministério da Justiça, do Dr. Beto Vasconcelos, que está fazendo a mediação entre os diversos órgãos do Governo Federal, do Poder Executivo, para a busca de uma convergência. Estamos quase muito próximos disso. E nós gostaríamos, portanto, de solicitar a V. Exª apenas mais uma semana, para que nós pudéssemos oferecer a esta Comissão, pudéssemos oferecer ao Senado e ao Brasil, até porque esse projeto terá que tramitar na Câmara Federal e nós estamos pactuando uma construção em que o Governo se compromete a acompanhar também a tramitação desse projeto na Câmara Federal, para que ele não sofra deformações em relação à excepcional proposta que V.Exª traz a esta Comissão que, ao longo desses meses, sofreu alguns aperfeiçoamentos.

É a solicitação que faço a V.Exª, por mais uma semana, para que nós possamos concluir esses entendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Ferraço, eu quero fazer um comentário, antes de decidir sobre o requerimento de V.Exª, a respeito da tramitação desse projeto.

O projeto tem realmente essas características, que foram resumidas por V.Exª: atualização de uma lei, que já está ultrapassada pela evolução da sociedade brasileira, pela democracia brasileira e o projeto que foi

apresentado por mim, na sequência, materializando uma preocupação que tenho desde o meu tempo de Deputado Federal.

Agora, esse projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça, passou pela Comissão de Assuntos Sociais – se não me engano – e veio a esta Comissão de Relações Exteriores. Foi incluído na pauta desta Comissão no dia 16 de dezembro do ano passado.

Naquela ocasião, houve o pedido de vista do relatório apresentado por V. Exª.

O Líder do Governo, na época, o Senador Eduardo Braga, pediu vista exatamente com o objetivo de ouvir diferentes órgãos do Governo que tinham sugestões a dar para que o projeto pudesse tramitar sem nenhum obstáculo por parte do Governo. Isso no dia 16 de dezembro.

Tão logo se iniciou esta Legislatura e esta Comissão iniciou os seus trabalhos, o projeto voltou para a pauta, dia 12 de março. Naquele momento, novamente, houve um pedido do Governo para que o projeto saísse de pauta, de modo a continuar recebendo contribuições de órgãos do Executivo. Porque, se ele foi retirado de pauta em dezembro, eu não posso imaginar que, de dezembro a março, o Governo tenha se esquecido de que esse projeto estava tramitando aqui. Seguramente não se esqueceu, porque sei que o Ministério da Justiça sempre manifestou um vivo interesse pela aprovação do projeto.

Foi encarregado, então, naquele momento, quando foi retirado de pauta, o Secretário Nacional de Justiça de recolher contribuições de diferentes órgãos governamentais que tinham contribuições a dar, tinham algo a dizer a respeito do projeto – relações exteriores, trabalho e emprego, defesa.

Muito bem. Naquele momento, eu retirei de pauta o projeto com o compromisso do Governo de que essas contribuições seriam recolhidas em 15 dias, porque, afinal de contas, desde dezembro do ano anterior o projeto foi retirado de pauta exatamente para isso. Isso foi em março, e nós estamos em maio. Até agora não se concluiu o processo.

Substancialmente foi concluído. Eu não subestimo o trabalho hercúleo, beneditino do Dr. Beto Vasconcelos para tentar coordenar contribuições de um Governo essencialmente descoordenado.

Mas, finalmente, todas as contribuições chegaram. E nós chegamos a um texto que foi submetido ao senhor, ao qual o senhor deu a forma de um substitutivo, com o objetivo exatamente de fazer com que o projeto tramitasse sem obstáculos. E entendo que será assim.

Ontem ainda, eu recebi a comunicação, e o senhor também, de que faltava um pormenor. O pormenor seria uma tabela de emolumentos consulares que o Itamaraty preparou e que deveria, segundo entendimento imagino que da Casa Civil, ter sido enviado ao Congresso, fazer parte do seu substitutivo uma vez que o seu substitutivo fazia referência a ele – essa tabela de emolumentos. Todos sabem, são vistos, concessão de vistos, atos notariais, documentos de viagem etc, que os nossos consulados emitem.

Essa tabela, embora já tenha sido elaborada pelo Ministério de Relações Exteriores, precisaria, segundo Beto Vasconcelos, ser submetida ainda a autoridades do Ministério da Fazenda.

Diante disso, V. Exª acatando essa ponderação, transmite o pedido de retirada de pauta, com o qual estou de acordo. Mas eu não posso deixar de registrar primeiro a lerdeza; segundo, o fato de que essa tabela de emolumentos consulares é atualizada por portaria do Ministério. De modo que seria perfeitamente possível o projeto tramitar com a tabela atual dos emolumentos que são cobrados atualmente e, depois, como usualmente se faz, ir atualizando por portarias. Mas vamos, então, dar mais este prazo. E o diligente Secretário Nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, se compromete a apresentar essa tabela já revisada em tempo de podermos, na próxima quinta-feira, antes da audiência do Ministro da Defesa, deliberar sobre esse projeto de lei.

Está, portanto, retirado de pauta na reunião de hoje, mas voltará para a pauta na quinta-feira que vem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu me comprometo com V. Exª, na condição de Relator, que este prazo não vá além da próxima semana. Eu tenho também esse compromisso com o Secretário Nacional de Justiça e, impreterivelmente, na próxima reunião desta Comissão, nós estaremos submetendo este projeto, a que, inclusive, não cabe mais vista.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não cabe.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Porque já houve vista coletiva; nós teremos que deliberar sobre ele e votar, ou ao substitutivo cabe nova vista?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Cabe nova vista ao substitutivo, mas eu imagino, Senador Ferraço, que, dado esse laborioso processo de construção de um acordo entre V. Exª e o Governo, sendo um projeto de conhecimento já desta Comissão, uma vez que ele entrou na pauta pela primeira vez em dezembro do ano passado, voltou para a pauta, em março deste ano. Os Senadores todos o conhecem, não houve nenhuma emenda apresentada durante esse período, o longo período em que foi concedida vista. Não posso prejulgar, mas eu imagino que não haverá pedido de vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É importante reiterar, inclusive, que nós nos abrimos à participação de entidades da sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não tenho dúvida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós fizemos audiências púbicas, aqui na Comissão de Relações Exteriores, ouvimos entidades que lidam no dia a dia com o tema, autoridades que, para além da legislação, estão operando a efetividade dela; portanto, é de fato um projeto maduro. Então, impreterivelmente, na próxima semana, nós estaremos submetendo à Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu não diria maduro, mas o projeto está pronto para ser votado. (Risos.)

Obrigado, Senador.

O Senador Cristovam Buarque havia pedido a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Uma falha técnica.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, eu me alegro com a posição do Senador Ricardo Ferraço, porque eu tinha recebido a sugestão de pessoas da Polícia Federal de que deveríamos dedicar um pouco mais de esforço. Eu espero até que usemos o conhecimento deles.

Ao mesmo tempo, pessoalmente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Só esclareço que a Polícia Federal já entregou ao Secretário Nacional de Justiça as contribuições que foram incorporadas no substitutivo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas eles estão interessados em se envolver. Ao mesmo tempo, eu tenho estado muito envolvido no assunto. No próximo semestre, nós vamos fazer uma reunião – e até convido os daqui que quiserem – de uma coisa chamada movimento de Parlamentares sem Fronteiras preocupados com o assunto da migração. Estamos organizando essa reunião, provavelmente no Marrocos, que um país que está no Mediterrâneo, mas não é um dos países que têm migrantes em quantidade, e, ao mesmo tempo, não está do lado da Europa.

Esse, de fato, Senador Ricardo Ferraço, como o senhor disse, é um problema que vai nortear os destinos da humanidade daqui para a frente, porque nós estamos divididos entre dois grupos: um grupo que teve êxito no processo civilizatório, como a Europa, e um grupo que não teve êxito – não vamos analisar razões –, como a África. E o êxito está levando ao fracasso, porque o êxito isolado leva ao fracasso, porque todos querem ir para lá, e não cabem todos. Mas, ao mesmo tempo, barrar fere os valores éticos da sociedade europeia. Então, eles estão num impasse: barra, fazendo do Mediterrâneo um muro deitado – não precisa levantar, mas não deixa passar –, ou quebra a sua qualidade de vida pelo excesso de migração.

Esse é um problema muito difícil, que o Brasil resolve internamente com os condomínios. No fundo, o Brasil hoje é um País cheio de condomínios fechados, o que não deixa de ser uma maneira de impedir – entre aspas – "migração" no sentido de as pessoas poderem circular livremente nos diversos espaços que deveriam ser públicos, muitos deles, que nós temos que fechar para nos proteger. Aliás, há muito anos, publiquei um livrinho chamado *Os Instrangeiros*, que são os estrangeiros dentro do próprio País.

Pois bem, esse é um tema que merece muita reflexão. Não atrasar o projeto, mas termos um espaço para refletir sobre esse problema dos muros que hoje cortam, serpenteando o planeta inteiro, seja ao redor da casa onde a gente vive, em países como Brasil, Venezuela e tantos outros de desigualdade, seja separando os países que deram certo dos que não deram certo, como é o caso dos Estados Unidos com o México e América Latina em geral, e agora o caso da Europa se fechando contra o resto do mundo.

Eu fico feliz e quero, Senador Ricardo, envolver-me e debater com sua equipe se puder, para dar uma contribuição nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem, muito obrigado.

Nós temos número para deliberar, embora não haja número para matérias terminativas.

Eu acho que não deliberamos ainda sobre a ata da reunião anterior, e proponho a dispensa da leitura e proponho que a ata seja aprovada.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Comunico a V. Exªs que, no propósito de aprimorar o procedimento de escolha dos chefes de missão diplomática permanente, solicitarei do Ministério das Relações Exteriores relatório de gestão referente ao local para onde o Presidente da República faz a respectiva indicação, em atendimento ao item IV do art. 383 do Regimento Interno do Senado. É sabido que antes de deixar a embaixada, compete ao chefe da missão diplomática que está de saída elaborar um relatório de responsabilidade, indicando as ações realizadas, as principais dificuldades encontradas e ainda sugestões para o embaixador seguinte. Esse conjunto de informações auxiliará na compreensão dos desafios a serem enfrentados, bem como permitirá aos Srs. Senadores e às Srªs

Senadoras entender as especificidades da atuação diplomática, permitindo questionamentos ainda mais significativos quando das nossas sabatinas. Saber o que fez o anterior para orientar inclusive o trabalho do futuro.

Nesse sentido, submeto à deliberação do Plenário, para que as próximas arguições dos chefes de missão diplomática fiquem condicionadas à apresentação dos referidos relatórios de gestão.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Para discutir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu aproveito o ensejo dessa excepcional iniciativa que V. Exª submete ao Plenário, porque daqui a poucos instantes nós sabatinaremos o indicado para a Organização dos Estados Americanos. A última sabatina – veja V. Exª como faz sentido essa proposição de V. Exª, a meu juízo, pelo menos –, para o representante permanente junto à OEA foi em 2011, o Embaixador Rui Casais, que foi sabatinado por esta Comissão e foi chamado de volta a Brasília prematuramente, apenas dois anos após assumir o cargo em Washington. E nós não temos informação nem conhecimento das razões que levaram o Estado brasileiro a solicitar o retorno de S. Exª o Embaixador Rui Casais. Ou seja, nós sabatinamos... O cargo de representante permanente está vago desde 2011. Esse processo chegou ao Senado no dia 28/4, já foi apresentado seu relatório no dia 30/4, lido e concedida vista. Veja que a forma diligente com que nós estamos trabalhando não é a mesma com que o Poder Executivo trabalha. Nós estamos atuando aqui em velocidade máxima.

Não há documentação recebida para essa sabatina, qualquer referência relacionada às motivações dessa decisão. Com quatro anos de atraso, às vésperas da Assembleia Geral da OEA, em 16 de junho, vem o Governo brasileiro solicitar urgência na aprovação da indicação de um outro representante permanente, Sr. Presidente.

Não cabe aqui, regimentalmente, qualquer postergação em relação a esse fato, porque já foi dada vista coletiva; portanto, não cabe adiamento, não cabe sobrestamento dessa deliberação, Sr. Presidente. Mas a iniciativa que V. Exª toma é importante, porque nós não podemos ser – e não somos – carimbadores das iniciativas do Poder Executivo, que tem a primazia da política externa brasileira. Mas a iniciativa de V. Exª amplia os espaços de protagonismo e debate nesta Comissão. E esse tema será naturalmente aqui questionado ao Embaixador Guilherme Patriota, assim como ao Embaixador Mauro Vieira.

Como é, Sr. Presidente, que uma indicação que demorou quatro anos – nós estamos desde 2011 na OEA sem representante permanente –, até porque essa urgência não faz também muito sentido, porque a chefia da delegação da reunião agora em 16 de junho é exercida e cabe ao Ministro das Relações Exteriores, e não ao representante permanente.

Então eu quero chamar a atenção, porque essa contribuição que V. Exª submete é na direção de ampliar os espaços para o debate, aqui, na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Esse é, exatamente, o objetivo.

Eu submeto à deliberação da Comissão.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 2 é um item terminativo. Trata da melindrosa questão do fuso horário do Estado do Acre. Existe um relatório do Senador Jorge Viana, que já foi lido e é pela prejudicialidade. Mas não há quórum para votar matérias terminativas, portanto, ele fica adiado.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2011

– Terminativo –

Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich "menos quatro horas" para o fuso horário Greenwich "menos cinco horas".

Autoria: Deputado Pauderney Avelino

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações: *1) A matéria constou na Pauta dos dias 12/03/2015 e 30/04/2015.*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Item 3:

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 37, DE 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto da Convenção que Estabelece a Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral, cuja adesão brasileira foi assinada em Brasília, em 29 de dezembro de 2010, e os demais atos internacionais a ela anexados, que especifica.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

Observações: Eu passo a palavra, agora, ao Senador Lasier Martins, que vai apresentar o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Presidente Aloysio.

Esse projeto, Srs. Senadores, é um decreto legislativo que veio da comunidade científica de astrônomos e astrofísicos. É um projeto de grande interesse pela pesquisa do cosmos. Aqui, no caso, mais precisamente da Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral, isto é, o Hemisfério Sul.

Eu recebi uma visita de ilustrados cientistas e recebi um arrazoado escrito muito convincente sobre a conveniência de o Brasil entrar na Organização Europeia de Pesquisas Astronômicas, ESO, como é chamado. É o maior e mais produtivo observatório do planeta. Uma organização bem estrutura, é o chamado European Southern Observatory, constituído de 14 países europeus, e onde o Brasil poderá ser o primeiro a integrar fora do continente europeu.

Essa adesão do Brasil será no sentido de alcançar a importância para a pesquisa, educação, desenvolvimento tecnológico, abrindo espaços para jovens pesquisadores, técnicos e o inegável proveito para a indústria em termos de tecnologia de ponta.

Eu estou fazendo um resumo, Sr. Presidente, porque o relatório é bastante amplo, e para colocar a par os nossos colegas. Esse projeto permitirá que o Brasil se integre ao aproveitamento do ESO, instalado no deserto de Atacama, no Chile, considerado o melhor céu do mundo para observações celestes.

O sistema seria, com a entrada do Brasil, do critério do retorno justo. Cada país se vale das pesquisas e artigos conforme a sua contribuição. O Brasil terá de ingressar com certo volume de euros, até o ano de 2021, para se tornar coproprietário dessa grandiosa infraestrutura do observatório já existente do deserto de Atacama, onde se constrói, agora, o maior telescópio do planeta, o chamado E-ELT.

Esse é um resumo bem apertado do relatório anterior, que já possuía, e se houver necessidade, poderei retornar aos detalhes. Mas passo, de pronto, à analise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado.

Não verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

Tampouco recaem vícios de constitucionalidade sobre a proposição, a qual atende o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Vale lembrar que o art. 4º, inciso IX, da Constituição, prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O texto da Convenção que estabelece a Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral, de 1962, já em seus *consideranda*, deixa claro o atendimento a esse mandamento constitucional. Chamou-se atenção para o descompasso entre o estudo celeste do hemisfério norte, bem mais avançado, e o do hemisfério sul. Desse modo, tornava-se urgente a instalação no hemisfério sul de instrumentos de potência comparável àqueles existentes no hemisfério norte, sendo que, para tanto, fazia-se indispensável a cooperação internacional, na qual a República Federativa do Brasil tem agora a oportunidade de tomar parte como primeiro membro não europeu. A medida mostra-se, assim, salutar, uma vez que o ESO é observatório astronômico com destaque internacional por ser extremamente avançado e produtivo. Sua localização, no Deserto do Atacama, Chile, coloca o Brasil em posição geográfica privilegiada de acesso.

A adesão do Brasil seguramente trará para a comunidade de pesquisa astronômica brasileira a possibilidade de rico intercâmbio de conhecimento. Além disso, abre-se, para vários setores da indústria brasileira (engenharia civil, mecânica, ótica, entre outras), uma gama de oportunidades de desenvolvimento em áreas de alta tecnologia e de ciência de ponta, a exemplo da física, matemática, geofísica etc.

Como já mencionado no relatório, merece destaque o fato de que a assinatura do acordo de adesão já rendeu ao Brasil acesso de nossos pesquisadores aos equipamentos do ESO. A distribuição igualitária do tempo de observação coloca nossos pesquisadores em situação de equivalência com pesquisadores europeus. Isso não ocorre nos demais observatórios astronômicos aos quais o Brasil tem acesso, como Gemini ou GMT. Além

disso, com a assinatura do tratado de adesão, também se permitiu que as empresas e instituições brasileiras participem das licitações do ESO. Contudo, as empresas e instituições brasileiras só poderão firmar contratos resultantes das licitações de que participarem após concluída a adesão da República Federativa do Brasil. Desse modo, enquanto não houver a aprovação no Congresso Nacional e a posterior ratificação – atos que confirmarão o compromisso brasileiro de, inclusive, pagar o valor acordado de 270 (duzentos e setenta) milhões de euros –, as empresas brasileiras, em princípio, terão participação limitada nos processos licitatórios. Ademais, não teremos voz ativa dentro dos processos de tomada de decisões no âmbito da Organização.

Não bastasse isso, estima-se que o consórcio ao qual se atribuirá a construção da cúpula e da estrutura principal do Telescópio Europeu Extremamente Grande, o E-ELT, deverá ser anunciado ainda este ano, de maneira que, se o Brasil não finalizar o processo de adesão o quanto antes, ele poderá ficar fora do empreendimento. Em outras palavras, a demora na conclusão do processo de adesão implica perdas – ou não ganhos – do ponto de vista financeiro e de conhecimento por parte da indústria brasileira e também de nossa comunidade científica.

E é importante tornar claro que o cálculo da contraprestação financeira que nos foi exigida e fixada, quando da negociação, levou em conta as circunstâncias especiais do Brasil, sobretudo o fato de termos um Produto Interno Bruto *per capita* que não é alto comparativamente aos demais Estados-membros da Organização. Com efeito, foi-nos ofertado não apenas o parcelamento do valor devido, mas também isenção da contribuição adicional no valor de 250 (duzentos e cinquenta) milhões de euros cobrada dos demais Estados-membros para a construção do E-ELT.

Pelo exposto, Sr. Presidente, estamos certos de que se trata de um investimento que poderá, sim, dar retorno ao nosso País desde já. Aliás, já existem pesquisas bem-sucedidas cuja realização somente foi possível em virtude das muitas horas de observação franqueadas a nossos astrônomos, além das perspectivas de participação de nossas empresas e instituições na construção do E-ELT. Por outro lado, devemos ter em mente que este é, acima de tudo, um investimento de longo prazo na ciência, tecnologia e educação de nosso País.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2015.

Temos também um pedido de visita ao Ministro Aldo Rebelo, junto com representação da comunidade científica da Associação Astronômica Brasileira, para obtermos, também, a colaboração do Ministro na agilização desse projeto.

Em resumo, é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Lasier. Agradeço o competente relatório de V. Exª, que foi produzido num tempo muito breve que contrasta com o tempo que levou esse processo para chegar até aqui. Vejam, esse acordo foi assinado em dezembro de 2010 – dezembro de 2010! –, um acordo dessa importância para o desenvolvimento científico no nosso País; o Ministro era Sérgio Machado Rezende. Muda o governo, e para. Esse projeto, o pedido de ratificação do acordo, foi enviado à Câmara dos Deputados três anos depois – três anos depois! – e só agora chega à Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Eu queria fazer esse registro, porque é importante que todos saibam, que aqueles que estão mais diretamente interessados na aprovação deste projeto, saibam que a lerdeza, a demora, se deve, em grande parte, à dificuldade do Governo brasileiro em concretizar aquilo que ele propõe, os compromissos que assumiu.

Está em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado. E vamos diligenciar para que o Presidente do Senado coloque na pauta das sessões plenárias o mais cedo possível.

Bem, eu quero informar também à Comissão que o item 4 da pauta foi retirado: eu retiro da pauta porque o considero prejudicado. Esse item 4 era um requerimento do Senador Tasso Jereissati de convocação do Ministro Mauro Vieira. Mas, entre a apresentação deste requerimento e o dia de hoje, o Ministro Mauro Vieira já se dispôs, atendendo ao convite anterior, a comparecer, e a data já está marcada para o próximo dia 28.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 34, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Mauro Luiz Icker Vieira, Ministro de Estado do Ministério de Relações Exteriores, para que compareça em audiência pública à Comissão de Relações Exteriores desta Casa, a fim de prestar esclareci-

mentos sobre a decisão do Itamaraty de se abster na votação sobre as violações de direitos humanos na Síria e no Irã.
Autoria: Senador Tasso Jereissati e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações: *O Requerimento é de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Ronaldo Caiado.*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Bem, agora, creio que nós podemos passar à segunda parte da reunião de hoje que é sabatina. Nós temos duas sabatinas hoje.
Item 1:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações: *1 – Em 30/04/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*
2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.
Item 2:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 21, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações: *1 – Em 30/04/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*
2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Eu quero convidar os sabatinados a comparecerem à Comissão, mas eu queria me reportar a um precedente que foi estabelecido na reunião da Comissão de Constituição e Justiça que sabatinou o nome que se submeteu à deliberação da Comissão, o Prof. Fachin, para ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Todos se lembram de que, naquela ocasião, foi levantada uma questão de ordem pelo Senador Ricardo Ferraço, com o meu apoio, com o apoio do Senador Lasier, com o apoio do Senador Agripino, que questionou o método de perguntas em bloco.

O argumento foi a valorização da sabatina, esse momento muito importante na vida do sabatinados e na vida também do Senado e para que houvesse um aprofundamento, um detalhamento, um exame mais criterioso das respostas a serem oferecidas pelos sabatinados.

Então, atendendo a esse precedente e para me manter coerente com a posição que tomei na reunião de anteontem, nós vamos ouvir as exposições iniciais dos nossos Embaixadores e, em seguida, abrirei a palavra

para os questionamentos, sendo que não haverá perguntas em bloco, cada Senador terá seu tempo para fazer suas perguntas, com a resposta do Embaixador e com a réplica do Senador.

Está aqui presente entre nós o Secretário-Geral da Mesa, Dr. Bandeira, que foi um dos artífices desse painel eletrônico, desse aperfeiçoamento tecnológico dos mecanismos da nossa deliberação, começamos por este plenário e, depois, ele será estendido aos demais plenários.

Bem, concedo inicialmente a palavra ao Embaixador Paulo Cesar de Oliveira Campos, que terá 20 minutos para a sua exposição inicial.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Muito obrigado. Bom dia, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs Senadores, Srs. Senadores, é uma grande honra retornar a esta Comissão, porque, para nós diplomatas, comparecer a esta Comissão é parte do rito de legitimação do mandato que recebemos, se aprovados, para chefiar as representações brasileiras no exterior.

Quero aproveitar a ocasião para expressar meus agradecimentos, pela indicação para Embaixador em Paris, à Excelentíssima Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff e faço de forma ostensiva meus agradecimentos ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira.

Agradeço a presença de colegas e amigos que vejo aqui nesta sessão e saúdo, através deles, pelo Embaixador Pedro Borio, que se enquadram nas duas categorias, colega e amigo.

Vamos ao tema, Sr. Presidente.

A França tem sua principal base territorial na Europa atlântica e mediterrânea, mas também conta com seis territórios e cinco departamentos ultramarinos – um deles é a Guiana Francesa –, e essa circunstância é que faz com que a sua principal fronteira terrestre seja com o Brasil e não com seus vizinhos europeus, como Alemanha, Espanha ou Itália. São 700km que separam o Brasil da Guiana Francesa e, por sua vez, portanto, da França.

A história da França e do Ocidente se confundem. O tema da Revolução Francesa está na base dos princípios filosóficos da democracia como a conhecemos e como a idealizamos.

A cultura e o pensamento francês influenciaram o pensamento brasileiro desde os nossos primeiros passos como nação. A influência francesa é marcada no nosso Direito, nas nossas artes plásticas, na literatura, nas ciências sociais.

A França sempre foi uma referência para o Brasil no continente europeu, assim como o Brasil sempre foi um ponto de contato privilegiado para a França na América Latina. Hoje, temos com esse país uma importante e densa relação, o que torna a atuação do embaixador brasileiro um desafio em múltiplos aspectos.

Mas eu acho, Sr. Presidente, que o primeiro desafio está aqui, hoje, nesta sessão, pois me cabe tentar fazer uma apresentação sobre um país que conheço menos do que pelo menos dois dos Senadores aqui presentes: um deles, V. Exª, que viveu o exílio na França e que exerce a presidência do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-França; e o segundo, meu caro amigo Senador Cristovam Buarque, que também viveu anos de exílio na França e a quem tocou relatar minha indicação – muito obrigado, Senador.

Também é um desafio falar sobre a parte de nossa fronteira com o Amapá no Senado Federal, onde o Amapá tem seus legítimos representantes. Espero estar à altura desses desafios.

Brasil e França são parceiros estratégicos, essa parceria já estava mais ou menos formada, estava em gestação quando foi oficializada pelos Presidentes Lula e Chirac, em 2006. Eu falo que estava em gestação porque desde 1976, desde Giscard d'Estaing, todos os Presidentes franceses visitaram o Brasil. Da parte do Brasil, à exceção do Presidente Collor e do Presidente Itamar Franco, todos os Presidentes, desde Geisel, vêm regularmente visitando a França.

Há também a questão dos encontros na Guiana Francesa que foram importantes na nossa relação bilateral. O primeiro encontro ocorreu entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Jacques Chirac. Mais recentemente, entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy.

Tentando transformar em poucas palavras a nossa relação, eu diria que é uma parceria estratégica que funciona. Ela funciona pela longa história de amizade entre os nossos países, pela madureza de nossas gerações políticas, econômicas e culturais e isso gera uma parceria rica e diversa, que me faz tentar abordar hoje, nesta apresentação, alguns temas apenas. É impossível, numa apresentação, mesmo que longa, abordar toda riqueza da relação entre o Brasil e a França.

Essa parceria estratégica se revela com várias facetas. Uma delas, no campo da política internacional, é o apoio consistente que a França dá à pretensão do Brasil de vir a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em termos empresariais, essa parceria estratégica é perceptível com a presença de numerosas empresas francesas no Brasil que respondem por parcela significativa do investimento estrangeiro em nosso País que gera emprego, renda e induz avanços tecnológicos essenciais para competitividade de nossa economia.

Exemplos recentes são a presença da Total no Campo e Libra, da empresa Areva na conclusão do reator de Angra 3, mas também o grupo francês Casino, o maior empregador privado do Brasil, dada sua participação no capital do Grupo Pão de Açúcar.

Essa nossa parceria estratégica também é palpável em setores sensíveis, em que a cooperação internacional só existe a partir de uma profunda confiança mútua.

Um exemplo se encontra em Itaguaí, no Rio de Janeiro, no estaleiro brasileiro que fabricará submarinos modernos ou no programa de satélites geoestacionários de comunicação e defesa. Nossa parceria se materializa na ponte que construímos sobre o Rio Oiapoque, na obrigação que temos de elaborar conjuntamente estratégias de desenvolvimento para o Amapá e para a Guiana Francesa. Essa parceria também se faz relevante nas experiências de vida, na rede de contatos, na bagagem cultural acumulada pelos milhares de estudantes e pesquisadores brasileiros que chegam à França todos os anos. Mas eu acho que, acima de tudo, a parceria estratégica entre Brasil e França aponta para o futuro, por permitir vislumbrar resultados mutuamente benéficos.

Há um grande potencial econômico e comercial por ser explorado nas relações entre Brasil e França. Entre 2005 e 2014 o comércio bilateral entre os dois países cresceu 65%, passando de US$5,2 bilhões para US$8,6 bilhões. Por sua vez, o estoque de investimentos franceses no Brasil chegou a US$32 bilhões e o estoque de investimentos brasileiros na França alcançou US$1,2 bilhão. Esses números mostram uma realidade que entendo positiva, mas, certamente, aquém do potencial que devemos esperar de uma relação entre a quinta e a sétima economias do mundo. Por isso, acredito que possamos fazer mais. Para transformar esse potencial em realidade, procurei identificar alguns desafios: poucos, dado o tempo, e poucos, dada a importância de cada um deles.

Na área econômica, entendo que o primeiro desafio é a expansão do comércio bilateral. Há um persistente superávit francês, e o Brasil precisa aumentar as suas exportações para a França para obter um maior equilíbrio.

O comércio, como um todo, vem crescendo, mas o volume e o valor das exportações francesas para o Brasil têm crescido num ritmo mais acelerado do que as exportações e os volumes exportados pelo Brasil para a França.

O segundo desafio é a diversificação da nossa pauta de exportação para a França. Hoje, as vendas brasileiras se concentram em produtos de base. Três produtos – soja, minérios de ferro e pasta de madeira – correspondem, em valor, a cerca de 50% do total comprado pela França no Brasil. Entendo que não se trata de exportar menos desses produtos, mas, sim, de procurar incluir novos produtos, expandir para manufaturados e semimanufaturados.

O terceiro desafio está no desequilíbrio dos investimentos. A França é o 5º maior investidor no Brasil, e o Brasil é o 34º investidor na França. As empresas francesas no Brasil são mais de 600, e há cerca de 30 empresas brasileiras na França.

Entendo que esse desequilíbrio tem que ser encarado com uma certa naturalidade, ou com a naturalidade devida, porque a França é um tradicional exportador de capitais, e o Brasil, por nossas condições, ainda está começando a sua expansão na parte de investimentos no exterior. Mas há, justamente nesse segmento, possibilidade de expansão da nossa presença na França.

Todos esses três aspectos que mencionei foram objeto, por exemplo, do comunicado conjunto assinado pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Presidente François Hollande, em dezembro de 2012, em que os países fixaram como meta, até 2020, a duplicação dos fluxos de comércio e de investimentos recíprocos.

Certamente, essa meta, que alguns podem considerar ambiciosa – mas eu considero factível –, exige a formação de parcerias entre empresas brasileiras, entre os governos, e precisamos, a partir desses três desafios, identificar nichos que permitam maior penetração de produtos brasileiros na França.

A interação entre os setores privados e públicos dos dois países permitirá a identificação de novas oportunidades. É certo que precisamos de criatividade, mas é certo também que não podemos abrir mão dos instrumentos de que já dispomos para o fortalecimento das nossas relações econômicas.

Dispomos do Fórum Econômico Brasil-França, que foi inaugurado em 2013 e que, em junho próximo, realizará a sua terceira sessão. Esse fórum reúne representantes de alto nível dos dois governos e um grande número de empresários, com encontros institucionais, rodadas de negócio. O objetivo claro é cumprir a meta de duplicação do fluxo de comércio e de investimentos bilaterais.

Em resumo, Sr. Presidente, se vier a contar com o apoio de V. Exªs, terei, na Embaixada do Brasil em Paris, como prioridade, a promoção e a diversificação das exportações brasileiras para a França, a defesa de nossos interesses comerciais e o apoio à instalação de empresas brasileiras na França.

Outro vetor de estímulo ao aprofundamento dos laços econômicos e tecnológicos entre Brasil e França são nossos projetos estratégicos, que são fatores estruturantes das relações bilaterais, pois envolvem decisões de natureza política, industrial e científica de longo prazo.

Brasil e França desenvolvem, conjuntamente, quatro projetos estratégicos principais, que vinculam governos, Forças Armadas e empresas, por décadas, em função do longo ciclo de produção dos sistemas tecnológicos envolvidos.

Os quatro principais são estes: Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub); programa de helicópteros; programa do supercomputador; e o programa de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações.

Dentre eles, vejo-me obrigado a destacar, por questão de tempo, o Prosub, por ser ele o maior programa de desenvolvimento industrial das Forças Armadas do Brasil e por ser também o maior empreendimento de cooperação internacional na área de defesa, tanto para a França quanto para o Brasil.

O Prosub vai dotar o Brasil de importante instrumento militar: quatro submarinos de propulsão convencional e um submarino de propulsão nuclear.

O Prosub estimula a atividade industrial com seus componentes de nacionalização para a realização de serviços de aquisição de materiais no mercado nacional. Permite, ademais, a capacitação tecnológica. Mais de 200 engenheiros e técnicos da Marinha brasileira já foram treinados na França e lá também passou por treinamento um grupo razoável de pessoas envolvidas no projeto vindas das empresas brasileiras.

Retomando a questão da nossa fronteira, a parceria também se reflete nesse componente territorial. Há o objetivo de transformar a linha demarcatória, a linha que dividia a Guiana Francesa do Brasil, em um elemento de aproximação entre os dois países.

A primeira etapa desse processo de integração fronteiriça foi o estabelecimento da ligação física entre o Brasil e a Guiana e a regulamentação do transito de pessoas e de bens. A ponte sobre o Rio Oiapoque já está concluída. Resta apenas ao Brasil fazer as obras do nosso lado para os postos de controle de migração e da aduana do lado brasileiro. Recentemente, li também que seria necessário asfaltar um trecho adicional, mas a ponte já existe, o quadro jurídico de apoio que regulamenta a circulação de pessoas e bens na faixa imediata de fronteira já foi finalizado. A maior parte dos acordos desse aspecto tramita no Congresso Nacional. O regime de circulação transfronteiriça que acabou por criar a fronteira do fronteiriço, um instrumento que foi assinado no ano passado, formaliza o fluxo fronteiriço, elimina a informalidade, confere maior segurança jurídica aos cidadãos brasileiros e franceses.

Há, entretanto, uma barreira para que brasileiros visitem a Guiana Francesa: a exigência de visto de turismo para estadas de curta duração inferiores a 90 dias. O levantamento da exigência desse visto será uma das tarefas a que tenho que me dedicar com prioridade, caso venha a contar com a aprovação de V. Exªs.

Para além da região da fronteira, também cabe à embaixada apoio aos mais de 60 mil brasileiros que vivem na França. O trabalho da embaixada, como é de conhecimento desta Comissão, não é prestar o apoio cotidiano aos brasileiros, mas, sim, procurar desenvolver junto ao governo francês um diálogo que permita buscar meios de facilitar o intercambio entre os dois países e que tenha como corolário a política migratória.

Um importante passo foi a assinatura, em 2013, do acordo férias trabalho, que aguarda aprovação parlamentar. Esse instrumento permitirá viagem de jovens dos dois países, intercâmbio estudantil, e que vai permitir também realizar atividades remuneradas para seu sustento.

E é justamente neste aspecto, o intercâmbio estudantil, o intercâmbio entre professores e estudantes, onde temos também um importante instrumento da nossa relação. Nele, cabe destaque ao programa Ciência sem Fronteiras, que tem tido impacto positivo na histórica cooperação educacional entre Brasil e França.

Até o momento, quase sete mil estudantes e pesquisadores foram contemplados com bolsas do programa para a França. A embaixada presta apoio a esses estudantes pesquisadores e tem também sido bem sucedida em posicionar bolsistas brasileiros do Ciência sem Fronteiras em estágios e nas multinacionais francesas que têm interesse no Brasil.

Eu acho que é importante também que a embaixada preste apoio aos estudantes que não estejam vinculados ao Ciência sem Fronteiras, uma vez que muitos também se beneficiam de bolsas do próprio Governo e alguns por seus próprios meios ou por instituições privadas. Mas é importante incentivar o caminho inverso: procurar incentivar que pesquisadores e estudantes franceses venham trabalhar e estudar no Brasil.

Dentro do aspecto conhecimento, o caráter estratégico da nossa parceria com a França também permitiu a elaboração, nos últimos anos, de centenas de projetos de pesquisas conjuntos. No biênio 2013-2014, quase duas mil missões foram enviadas a um país ou outro para identificação ou implementação desses projetos.

Esses projetos, que incluem ciências das vidas, matemática, nanomateriais, biologia, meio ambiente, agronomia e muitos deles, são uma forma de facilitação ao Brasil na inserção nas redes internacionais de produção científica.

Eu acho que não se pode falar da relação com a França sem se falar de cultura, inclusive porque neste ano o Brasil foi o País homenageado no Salão do Livro de Paris.

Lembrando, um pouco mais atrás, a tradição da nossa relação, a histórica relação cultural, ressalto que em 2005 realizamos o Ano do Brasil na França, e, em 2009, o Ano da França no Brasil. Esses são exemplos do dinamismo, da importância atenta, da atenção que deve exigir o tema e a atuação que a embaixada deve dar aos temas culturais.

Só para completar o raciocínio e fechar o tema de França, quero lembrar que, em 2011, o produto cultural francês, quer dizer, a riqueza gerada com a cultura na França, foi sete vezes maior do que a cultura gerada pela indústria automobilística. É por isso que a embaixada tem que estar atenta e atuante nesse setor.

Vou procurar rapidamente tratar das questões relacionadas com Mônaco.

Apesar da sua pequena dimensão, o Principado de Mônaco tem uma economia variada. Há uma grande atuação na pesquisa científica, nos serviços financeiros, no turismo.

O Brasil tem um relacionamento com Mônaco bastante recente, mas esse relacionamento tem revelado um potencial positivo para a cooperação, em especial no meio ambiente e, dentro do meio ambiente, em um tema de grande importância para Mônaco, que é o meio ambiente marinho.

Entre 2009 e 2013, nosso intercâmbio comercial com Mônaco cresceu 24%. O nosso principal produto de exportação em 2013 foi a carne bovina, que representou 40% das exportações para aquele país.

O comércio bilateral alcançou 12 milhões. Eu acho que, nas proporções cabíveis, a embaixada em Paris deve também envidar esforços para fomentar a cooperação e o comércio com o Principado de Mônaco.

Sr. Presidente, com base nesses elementos de caráter essencialmente bilateral, mas sem prejuízo de outros que o tempo e a ocasião não me permitiram tratar com a profundidade merecida, nossa embaixada em Paris seguirá a serviço do interesse do Brasil e do interesse dos brasileiros, caso V. Exªs venham me honrar com sua confiança para chefiar aquela embaixada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Embaixador Paulo Cesar de Oliveira Campos.

Eu passo agora a palavra ao Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota, também por 20 minutos.

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado. Em primeiro lugar, eu preciso agradecer a**O SR. PRESIDENTE** da Comissão de Relações Exteriores, Sr. Aloysio Nunes; ao Relator, Senador Jorge Viana; e às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores pela presença, que muito valorizo e pela qual agradeço.

Devo dizer, também, em primeiro lugar, que é uma honra para mim ter tido o meu nome apresentado pela Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff à consideração da Comissão do Senado Federal para o cargo de representante permanente junto à Organização dos Estados Americanos. Sou grato também ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, por haver me recomendado à Senhora Presidenta.

Hoje de manhã, ouvindo a reunião inicial desta Comissão, pude verificar e testemunhar que há um processo em curso de uma participação crescente da Comissão no acompanhamento, inclusive na contribuição de elementos para a formulação, da política externa brasileira.

Sei da sensibilidade do tema que vou tratar hoje porque, se contar com a aprovação de V. Exªs, eu seria o nome do Embaixador que retorna a um posto que, há quatro anos, não tem chefia.

Portanto, eu vou procurar corresponder a esse desejo da Comissão de ser mais ativa, mais atuante, mais presente na política externa brasileira, sendo eu também mais aberto, mais falante, expondo-me. E aqui compareço. Enfim, sei que não posso ser melhor do que aquilo que sou, mas procurarei não ser pior do que aquilo que sou também.

Compareço aqui com a bagagem dos 31 anos de carreira que tenho, como funcionário do Estado brasileiro, diplomata, funcionário público, com a experiência que adquiri, ou não adquiri, ao longo desses anos. Eu espero merecer a confiança e apoio desta Comissão.

Trouxe, na minha preparação para a sabatina, um texto longo, evidentemente, que me levaria meia hora no relógio para ler. Portanto não o lerei, eu saltarei o texto.

Mas vou procurar apresentar uma linha de raciocínio, uma narrativa que complemente a descrição mais factual dos avulsos à disposição de V. Exªs a respeito dos temas da OEA.

Eu dividi em três partes. Há uma parte em que consta uma breve perspectiva histórica, porque acho importante apresentar o Sistema Interamericano em uma perspectiva mais ampla. Eu acho importante, porque, nessa perspectiva ampla, às vezes resgatamos pontos da nossa história, que apenas pincei. Eu não sou historiador, não pretendo fazer uma apresentação histórica profunda.

Depois falarei um pouco sobre a OEA hoje, a sua pauta e um pouquinho sobre as perspectivas para o futuro.

Com relação à OEA, digo que ela está no centro do Sistema Interamericano – chamamos de Sistema Interamericano – e sempre se diz que ela foi estabelecida em 1948. Mas a verdade é que esse Sistema Interame-

ricano surge, sua arquitetura, muito antes; confunde-se com o próprio processo de independência e consolidação das Nações das Américas.

Então, um evento mais remoto, mas que tem uma importância fundamental para a origem desse Sistema, foi o chamado Congresso Anfictiônico, que também é sempre citado, em 1826, convocado por Simón Bolivar.

Ele convocou esse Congresso porque era do fervor independentista da época a ideia de que as Américas deveriam formar um todo para fortalecer as jovens nações independentes e para, inclusive, tornar irreversível o processo de afirmação das jovens nações contra qualquer possibilidade de reversão do processo colonial.

Nesse contexto, o Brasil sempre figurou na sua singularidade, porque o Brasil era ainda império, ao longo desses anos, lusófono, cercado por nações *hispanohablantes*, *hispanoparlantes* ou falantes de espanhol. No entanto, sempre transitou com arte e cautela nesse complexo tabuleiro inicial do pré-Sistema Interamericano.

A ideia da pátria grande é referência recorrente nas manifestações dos próceres da independência nesse período.

Curiosamente surgem, ao mesmo tempo, outros movimentos, como, por exemplo, a Doutrina do Presidente dos Estados Unidos James Monroe, de 1823, anunciada em seu discurso do Estado da União, que é a Doutrina da América para os Americanos.

Então, isso, de certa forma, são dois trilhos: há o fervor independentista, o desejo de afirmação perante o passado colonial de uma autonomia própria das Américas, e há também o momento em que o poder no mundo migrava já da Europa para a América do Norte.

E havia também, da parte da jovem Nação Norte Americana, Estados Unidos, a Doutrina Monroe, que tinha várias dimensões. Evidentemente ela também muda ao longo do tempo, não é sempre exatamente a mesma Doutrina. Mas ela também buscava uma projeção dos Estados Unidos no hemisfério. Inclusive uma projeção tendo presente, após as guerras napoleônicas na Europa, as monarquias, que estavam se recompondo, restaurando-se.

E havia sempre o risco calculado pelos fundadores da Pátria dos Estados Unidos de que o processo colonial pudesse... De que houvesse a tentação da recolonização das Américas pelas monarquias restauradas.

O tempo passa, e eu apenas pinço alguns exemplos históricos, porque acho que a história, no nosso caso, no nosso hemisfério, talvez no mundo, repete-se nem sempre da mesma forma.

Mas eu estou tentando ampliar um pouco a perspectiva, para mim mesmo, para conseguir raciocinar além dos atritos e das questões da Ordem do Dia. Então, é curioso notar como a Doutrina Monroe recebe um aperto.

Anos mais tarde, em 1902, 1903, houve uma questão ocorrida com a Venezuela, o bloqueio naval à Venezuela pelas nações europeias (Reino Unido, Alemanha, Itália), um bloqueio contra o governo Cipriano Castro, que foi um presidente da Venezuela à época, durante oito, nove anos.

Era um presidente controvertido àquela ocasião. Não conheço toda história da presidência dele, mas sei que ela é controvertida, sei que tem elementos pró e contra: alguns o consideram, tratam-no como uma pessoa que não merecesse crédito, outros consideram que ele foi, esteve na origem de uma luta da periferia andina-venezuelana contra os caudilhos regionais e que teria sido responsável pelo primeiro movimento de união nacional da Venezuela, primeira formação de um exército nacional. Ele acabou conjugando também a primeira manifestação de um fervor nacionalista venezuelano, contra potências estrangeiras, evidentemente, após guerras. Houve uma guerra civil de dois anos que estava erodindo a base econômica do país e que o levou a decretar uma moratória na dívida externa da Venezuela naquela ocasião. Bem, o bloqueio naval é uma resposta das potências europeias à moratória, à dívida. Então, elas bloquearam militarmente o país, para que as dívidas fossem pagas. Ele também feriu interesses de empresas estrangeiras sediadas na Venezuela, naquela ocasião, inclusive, americanas.

A América para os americanos, naquela situação, não levou os Estados Unidos a impedir o bloqueio europeu, ao contrário, os Estados Unidos ficaram teoricamente neutros, assistiram a distância, acabaram sendo o mediador de uma solução. Houve acordos em Washington que resolveram essa questão.

O governo de Cipriano Castro recebeu uma redução de 60% da dívida e um sistema de pagamento em parcelas ao longo de vários anos. Eles cobravam 30% de imposto de importação da Venezuela, que ia diretamente para pagar a dívida, mas a consequência disso é que emergiu o Corolário Roosevelt, que foi o endurecimento, na verdade, da política Monroe, da América para os Americanos. É a política do *big stick,* do "grande porrete", como conhecemos, e significava que os americanos não ficariam passivos não só diante de ameaças externas ao hemisfério, mas também não ficariam passivos diante de ameaças aos seus negócios em países das Américas. Então, é uma política dura, intervencionista, militarista, de potência emergente que eram já os Estados Unidos.

Curiosamente, também, suscito apenas mais esse exemplo da história, porque acho que as coisas reaparecem na atualidade. O trauma dessa experiência do caso do bloqueio naval à Venezuela levou o chanceler,

então, da época, argentino, Luis Drago, a formular uma doutrina (Doutrina Drago), que propugnava pela ilegalidade da cobrança violenta de dívidas pelas potências mais fortes do mundo, em detrimento da soberania, estabilidade e dignidade dos Estados mais fracos. E isso, na verdade, é uma tentativa do chanceler argentino, já naquela ocasião, 1903, de encontrar no Direito Internacional e no Estado de direito uma defesa contra a, então, chamada Diplomacia da Canhoneira.

É curioso, porque Venezuela – vejo também pelo debate, que houve no início dessa sessão – continua uma preocupação importante, um tema da atualidade, nesta Comissão, e para o Brasil.

Vejo também como, hoje em dia, temos uma questão importante da reestruturação da dívida da Argentina, que é um tema que ocorre, que foi debatido na ONU, foi debatido na OEA, redebatido bilateralmente e que também está muito presente na atualidade. Vemos como, em 1903, já havia uma questão, uma elaboração jurídica sobre o tema.

Portanto, na história temos o intervencionismo, a reação ao intervencionismo, o fervor independentista, o equilíbrio entre todas essas forças, o recurso ao juridicismo, ao Direito, recurso ao Direito como defesa de uma região em nascimento contra a força das potências, a força militar, sobretudo, e a capacidade de elas se imporem. Essa é a nossa trajetória histórica.

E tudo isso está recolhido, de alguma forma, e depositado num acervo, e é um ativo da OEA, do Sistema Interamericano. Então, a cada passo dado dentro do Sistema, a cada passo da nossa história há uma correspondente reação, que é capturada na OEA.

Um elemento mais recente, por exemplo: foi um fato de grande importância econômica, na época, para a nossa região: o Canal do Panamá. O Canal do Panamá mudou a geoeconomia do mundo uma vez feito, porque encurtou a distância entre o Oceano Atlântico e o Pacífico, como V. Exªs bem sabem, e alterou completamente as rotas comerciais naquela ocasião. Eu me lembro, por exemplo, que em 1977 o então Presidente do Panamá, Torrijos, assinou, com o então Presidente dos Estados Unidos, Carter, um acordo importante para a devolução da soberania do canal ao Panamá.

Esse acordo foi assinado em Washington, na sede da OEA – ele é depositado na OEA, a OEA é testemunha e, portanto, é também seu garante histórico. A OEA esteve presente, portanto, ao longo de toda a nossa história hemisférica, que creio ser uma das mais relevantes para o Brasil.

Também, para tocar em outro tema que é atual, mas é antigo, assinalo esse vai e vem entre o impulso autonomista das nações americanas e o intervencionismo externo, que de certa maneira marca essa nossa História. Relembro que em vários anos alguns instrumentos de assistência recíproca foram negociados e assinados.

É uma História longa: passamos por duas guerras mundiais, passamos pela Guerra Fria, passamos pelo conflito Leste-Oeste, pela distensão etc., mas é importante lembrar, por exemplo, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 1947, o Tiar, assinado no Rio de Janeiro. Ele não foi o único tratado dessa natureza, outros o antecederam. Mas havia a ideia de que a América é dos americanos, então há um acordo de que qualquer ataque a qualquer membro dessa grande América representará um ataque a todos e assim será tratado.

O sistema, no entanto, na sua implementação prática, revelou-se ambivalente porque, quando do ingresso do Reino Unido nas Malvinas em 1833, esse tipo de assistência mútua não foi acionado. Os Estados Unidos não reagiram, não houve, de fato, nenhuma solidariedade regional. Então, eu assinalo aqui também a histórica ambivalência desses tratados. No caso das Malvinas, de novo, em 1982 o Tiar foi novamente invocado mas não teve efeito porque os Estados Unidos não interferiram a favor das Américas naquela ocasião. Pelo contrário, as informações são de que teriam auxiliado o Reino Unido com informações logísticas que tornassem mais efetiva a sua resposta àquele conflito.

O Brasil nunca abandonou o Sistema Interamericano. Nos últimos anos, tivemos uma temporária redução do nível da chefia da representação junto à OEA, em Washington, mas o Governo brasileiro, os diplomatas, o Serviço Exterior – são dez diplomatas lá, chefiados pelo Ministro Breno –, sempre estiveram atuantes em todos esses anos. Elegemos brasileiros ilustres para cargos importantes. Elegemos o Sr. Roberto de Figueiredo Caldas para a Corte Interamericana de Direitos Humanos; elegemos o ex-Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos Paulo de Tarso Vannuchi como membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Fomos atuantes nas Cúpulas das Américas. A Senhora Presidenta Dilma Rousseff, quando da Cúpula das Américas em Cartagena de Índias, declarou que não deveria haver uma cúpula seguinte, três anos depois, se Cuba não estivesse presente nessa seguinte cúpula. Acho que foi uma posição extremamente importante, agregou uma pressão que é hemisférica e da nossa região pelo regresso de Cuba ao sistema.

Eu interpreto que foi um elemento muito relevante nos desdobramentos seguintes que ocorreram nessa reaproximação anunciada no último dia 17 de dezembro do ano passado pelos Presidentes Obama e Raul Castro, de que, agora, está em curso já um processo de reaproximação histórica entre os dois países. E a voz

da nossa Presidente não deixou de ecoar porque, no Panamá, recentemente, tivemos e testemunhamos uma cúpula histórica que permitiu o primeiro aperto de mão entre os Presidentes das duas nações

Como diz o Presidente Obama, ele não era nascido quando do embargo e não via por que a geração dele deveria perpetuar uma situação pela qual não foi responsável. Acho que a maior parte das gerações jovens nem sequer entende as motivações por trás desse cerco a Cuba naquela ocasião.

Continuando o ativo papel e o peso do Brasil no âmbito da OEA – acho que vou ter que cortar, talvez, pela metade minha apresentação, mas lembro...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O senhor terá ocasião durante...

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – Durante as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ...os debates e agregando elementos que, porventura, não pôde...

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – Assinalo, por exemplo, a...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ...expor na sua apresentação inicial.

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – Obrigado, Sr. Senador.

Assinalo a temática da última Assembleia Geral da OEA, a despeito de ainda estarmos, digamos, sem o nosso Embaixador, mas a temática da Assembleia que ocorreu no Paraguai foi o desenvolvimento com inclusão social. Este é um tema claramente brasileiro. O Brasil não é senhor exclusivo da inclusão social, há vários países na região que têm programas similares. Os programas também reproduzem uma história de construção do bem-estar social na Europa, em vários lugares do mundo. Mas este tema, especificamente, é, claramente, um tema brasileiro, é o tema que foi tratado naquela ocasião.

Temos, agora, na OEA, o encerramento de um ciclo porque o Secretário-Geral, o chileno José Miguel Insulza, encerra seu segundo mandato, completa dez anos agora, em maio, e deixa para nós a sua visão estratégica da OEA, em um documento importante que construiu no segundo mandato. Nesse documento, passa em revista o sistema, que considera, quiçá, um pouco envelhecido, necessitando de uma reenergização. Temos a assunção do novo Secretário-Geral, que acaba de ser eleito, com forte apoio brasileiro.

Mesmo que não tivéssemos lá um chefe de missão em nível de embaixador, a verdade é que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o Ministro de Estado brasileiro, com toda a sua rede importante de embaixadas e com o apoio que tem em todo o hemisfério, inclusive, em todas as ilhas do Caribe, apoiou firme e fortemente o ex-Chanceler Luis Almagro, do Uruguai, para o cargo de Secretário-Geral da OEA e, portanto, ele conta com todo o nosso apoio, toda a nossa estima e consideração. E ele, agora, inaugura mais um período, neste momento auspicioso para o hemisfério, momento em que Estados Unidos e Cuba se reaproximam – um fato histórico –, momento em que estamos lidando com as inflexões, em termos dos nossos problemas de desigualdade social, de déficits de desenvolvimento, de várias premências que temos todos, momento em que estamos com uma excepcional perspectiva de um novo futuro para o Sistema Interamericano.

Não quero fazer uma descrição da agenda da OEA, porque acho que isso talvez não seja o mais interessante, mas digo que, hoje em dia, ela gira em torno de quatro pilares, que é a democracia. E, na democracia, o papel da OEA na criação de missões de observação eleitoral é um papel fundamental, porque isso vem no período da reconsolidação das democracias da nossa região. Então, a OEA passa a ter... e devemos isso ao Secretário-Geral brasileiro da OEA, Embaixador João Clemente Baena Soares, que também dirigiu a Organização durante 10 anos.

Temos a área de direitos humanos, que não é problemática, mas apenas sensível, porque toca no nervo de problemas e realidades sociais, que, de fato, existem em todos os países do hemisfério; não é prerrogativa, nem privilégio de nenhum deles. Portanto, temos a oportunidade, mas também, o desafio de estabelecer a melhor relação possível, tanto com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto com a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Acho importante ressaltar aqui que essa relação não é de desnível hierárquico. Ambos os Estados e as Comissões são igualmente soberanas em suas decisões e, portanto, a colaboração e a compreensão mútua é sempre o melhor caminho, e não a imposição ou a tentativa de extrapolar respectivos mandatos. Mas acho que, nesse processo, nessa convivência, o fundamental não é quem tem a última palavra, mas melhorar a situação do cidadão dos nossos países, do Brasil, das Américas.

Então paro por aqui. Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Embaixador. V. Exª seguramente terá ocasião de agregar outros elementos a essa sua exposição ao longo da sabatina.

A primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia, por dez minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Presidente Aloysio Nunes Ferreira.

Eu estava numa audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e fui informada de que V. Exª na abertura mencionou a perda que tivemos irreparável do nosso querido e inesquecível Luiz Henrique, Vice-Presidente desta Comissão, a quem devemos tributar sempre as homenagens merecidas.

Então, meus cumprimentos a V. Exª.

Também cumprimento os dois Embaixadores, candidatos.

Começo pelo Embaixador Guilherme Patriota.

Vou reproduzir um texto, Embaixador, de uma pessoa que está ideologicamente mais alinhada ao Governo do que as minhas posições de independência. Eu pensaria de forma diferente, mas vou fazer como provocação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – De acordo com o nosso procedimento aqui, vamos utilizar, para distribuição do tempo, o tempo de cinco minutos, com a resposta do sabatinado. O mesmo procedimento que fazemos com a presença de Ministro de Estado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Estou entendendo que vai ser pergunta e resposta, como fizemos na sabatina do Prof. Fachin. V. Exª está inovando aqui. Porque sempre fizemos por bloco.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mas é bom inovar, não acha?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Acho. Mas acho que poderíamos fazer por bloco, porque não está tão cheia aqui a Comissão. Nós faremos para os dois, os dois respondem. Por conta do tempo, Presidente, porque a gente tem muitas atividades e, de fato, não dá para ficar aqui 10, 12 horas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A senhora ficará o tempo que for necessário.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Ficarei, mas eu gostaria que a Comissão pudesse também ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Já decidi, Srª Senadora, vamos seguir o mesmo padrão que foi seguido na sabatina do Prof. Fachin. Cinco minutos, então.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Serei breve então.

Reproduzo o que disse o autor Emir Sader:

A Cúpula das Américas, realizada no Panamá, ao invés de ser a abertura de uma nova fase para a OEA, representa mais um passo na direção da sua intranscendência. O mundo que ela expressava não existe mais. Os processos de integração latino-americana foram criando suas próprias instâncias, deixando a OEA como organismo superado pelas novas realidades do continente.

Quando países da América do Sul começaram a organizar espaços de integração regional – Unasul, Conselho Sul-americano de Defesa, Banco do Sul –, a OEA foi perdendo espaço. E quando se constituiu a Celac, agrupando a todos os países da América Latina e do Caribe, a OEA foi perdendo sentido de existir.

Atualmente a estratégia dos países da América Latina é a de que a Celac nos represente a todos, deixando a OEA apenas para as relações entre todos os países do continente, agrupados na Celac, e os EUA e Canadá.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu pediria silêncio por parte do Plenário e da galeria, para que pudéssemos ouvir o questionamento da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Emir Sader foi quem escreveu isso.

Somo isso ao fato de que, com a aproximação de Cuba com os Estados Unidos, todo o contencioso político que havia, a não presença de Cuba na OEA, isso tudo não acaba também dando força a esse argumento do Emir Sader em relação à posição da própria OEA?

O Brasil está fora da OEA desde 2011, quando o Embaixador foi chamado por conta de a Comissão de Direitos Humanos ter pedido a suspensão das obras de Belo Monte.

Esse episódio está superado. O fato de o Brasil ter apoiado intensamente o Luis Almagro, que vai assumir no dia 26 o comando da OEA, atenua? Melhorou a relação? A posição brasileira ficou diferenciada? Porque, naquele momento, não foram os países nossos, mas os próprios movimentos internos do Brasil, da área indígena, que acabaram tendo essa atitude de influenciar um organismo da Organização dos Estados Americanos.

Então, queria de V. Exª saber como fica essa organização a partir desse novo cenário, Estados Unidos e Cuba. Agora, a França esteve lá, o Hollande fez uma visita a Cuba. Então, mudou o cenário. O Papa Francisco prometeu, na visita que o Raul Castro fez ao Vaticano, visitar, até setembro, Cuba. Então, mudou o cenário. São essas duas questões que faço a V. Exª, perguntando se o senhor tomará posse antes do dia 26.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Com a palavra o Embaixador Patriota. (Falha na gravação.)

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – Obrigado pelas perguntas acerca de pessoas que respeito, Emir Sader e de uma que especialmente aprecio, que é o Papa Francisco, um grande líder da atualidade. Se eu

assumirei ou não antes do dia 26, evidentemente, depende da aprovação do meu nome pela Comissão, pelo Plenário, e da possibilidade, caso se confirme, dos trâmites correrem rápido o suficiente para tanto, porque a posse é em 26 de maio, do novo Secretário-Geral.

Eu acho que há um novo contexto. Eu sou diplomata, portanto, a minha função no posto é imaginar um cenário da relevância e não o cenário da irrelevância do Sistema Interamericano. Para que ele seja e continue a ser relevante, é necessário construir esse cenário, o cenário não nos é dado. O desafio é construir o cenário, construir uma nova narrativa a partir desses elementos novos que V. Exª cita.

Então, acho que as mudanças do nosso mundo são muito mais profundas do que a mera reaproximação entre Estados Unidos e Cuba. Quem sabe, essa reaproximação já seja uma consequência das mudanças.

Eu acho que há uma realidade, por exemplo, eu citaria a realidade da China, da emergência sino-asiática econômica, comercial e política no cenário global e na nossa região também. Então, eu mencionaria, por exemplo, a "latino-americanização" dos Estados Unidos. Há um artigo do *New York Times* da semana passada indicando que já são 50 milhões de americanos de origem latina e que não será possível, por exemplo, mais ignorar o impacto do canal Univision nos Estados Unidos, na próxima eleição presidencial, em 2016, porque a força do voto latino nos Estados Unidos poderá definir uma eleição presidencial lá.

Portanto, os Estados Unidos se latinizam. Nós nos afirmamos e tentamos nos consolidar, tentamos cuidar das nossas pendências sociais, econômicas, dentro da democracia, dentro do debate aberto, e, ao mesmo tempo, vimos a emergência de um novo polo de poder, interessado inclusive na nossa região. Então, acho que todos esses fatores amenizam, por exemplo, o problema da relação com os Estados Unidos e o hemisfério, porque acho que teríamos os Estados Unidos mais brandos, mais interessados na cooperação.

Estamos mais fortes, porque também construímos a nossa autonomia e a nossa institucionalidade, inclusive sem os Estados Unidos, porque temos todos esses mecanismos que V. Exª citou: Mercosul, Celac, Caricom, Sica, Arco do Pacífico e a nossa relação especial com a Argentina, que esteve na origem de muito disso. Estamos muito mais fortes como democracias, como países com governos legítimos, lidando com as dificuldades, mas não fugindo delas, e como institucionalidade para ter uma relação muito mais simétrica e mutuamente benéfica, com a potência do norte, que também já não é mais a única potência no mundo, porque a previsão é de que a China, por exemplo, ultrapasse a economia americana em breve tempo e tornar-se-á a maior. Já é o nosso maior parceiro comercial.

Então, acho também que o Sistema Interamericano nos ajuda a moderar nossas relações com esses polos de poder, e também não é nossa pretensão substituir hegemonias. Quer dizer, temos, tivemos, no passado, um problema de hegemonia europeia, depois um problema de hegemonia americana. Não vai querer substituir uma hegemonia por uma hegemonia sino-asiática em nossa região.

Sou diplomata. A meu ver, é possível transformar, repactuar a nossa relação dentro da OEA e revitalizar o sistema interamericano dentro de uma linha muito mais útil para o Brasil e benéfica, porque tem que ser a linha da prosperidade da justiça social, da inclusão, do desenvolvimento comum.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Embaixador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada.

Eu só depois quero, para o Embaixador, já que eu fiz só para ele.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Tem V. Exª a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada.

Eu também serei tão breve quanto fui para o Embaixador. Agradeço, Embaixador Patriota, também pela forma sucinta e didática com que respondeu, e quero perguntar ao Embaixador Paulo Cesar.

A Airbus, que é um consórcio franco-germânico, vai investir R$150 milhões Rio Grande do Sul e em Porto Alegre para a construção de equipamentos de segurança pública. Esses acertos estão sendo anunciados agora. Como sou Senadora do Rio Grande do Sul, essa passa a ser também uma agenda nossa. Eu gostaria que o senhor também desse prioridade a isso. O próprio Governador Sartori fará uma visita à França e à Alemanha por conta dessa iniciativa, junto com o Prefeito José Fortunati, porque a sede da empresa será em Porto Alegre, dadas as condições da capacidade não só produtiva, mas também científica e tecnológica, com o nosso Tecnopuc, como também com um centro de pesquisas da Unisinos, no Rio Grande do Sul.

Embaixador Paulo Cesar, o senhor deu um dado aqui que me chamou atenção falando sobre a presença do produto cultura na economia francesa, que é sete vezes maior que a da indústria automobilística. Esse produto cultura é feito na chamada economia criativa. De que forma essa cultura como produto está no peso econômico da França? De que forma é isso? Por que nós não usamos também esse espaço para essa questão?

A França está vivendo uma situação em que ela deve crescer, neste ano, 1%, o que é um crescimento maior que o da Alemanha. A projeção é de 1%. Estava previsto o crescimento de 0,4% neste semestre e vai crescer 0,6%, reduzindo também o nível de desemprego que é de dois dígitos no país.

Essa melhoria da situação econômica francesa pode dar uma situação de solução de dois outros graves problemas que a Europa está vivendo. Um é a questão da imigração. Todo dia, nós vemos um cenário dramático de embarcações atravessando para chegar à Europa. A União Europeia está criando cotas que estão criando divergências entre os países em relação à aceitação desses imigrantes que chegam do continente africano, em maior número. E há também a questão do terrorismo. Algumas leis invadindo o direito à privacidade acabam acontecendo por conta dos interesses de combate ao terrorismo – no caso da França, especificamente, leis que são violadoras dos direitos individuais. Então, eu queria um comentário de V. Exª sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Com a palavra, o Embaixador Paulo Cesar de Oliveira Campos.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Senadora Ana Amélia, a senhora não fez minha vida muito fácil, não, aqui, com essas perguntas, porque, na verdade, eu procurei, no período curto de tempo que tive para me preparar para este momento, me especializar nos temas Brasil e França diretamente. No entanto, eu vou procurar comentar alguns desses aspectos que V. Exª levantou.

Da questão da Airbus eu não tinha nem conhecimento. Acho muito interessante. Eu tinha conhecimento de outra notícia relativa à cooperação no campo aeronáutico que foi a compra pela Air France KLM de 17 jatos regionais da Embraer, que dá um valor de US$764 milhões, sendo que o próprio contrato já prevê a extensão para mais novos 17 jatos regionais, o que vai um pouco dentro dessa nossa expectativa de diversificação da pauta de exportação. Por outro lado, também vemos esses investimentos importantes, porque eles não são apenas financeiros, eles também têm um aspecto tecnológico importantíssimo. Muitas das empresas francesas se aproximam do Brasil e procuram o mercado brasileiro também como uma plataforma de exportação no mundo em desenvolvimento, por várias razões, seja pela proximidade na América Latina, seja pela capacidade brasileira de exportar para outros continentes como a África.

A senhora não chegou a mencionar a data da visita do Governador, mas eu vou ficar atento e estarei...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Se o senhor chegar lá, é mais ou menos na mesma data do Embaixador do Almagro lá. É dia 26 de maio agora.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Eu lamento, porque não acredito que eu consiga estar lá em tão curto prazo.

Sobre o tema da cultura, o PIB cultural – se convencionou chamar na França de PIB cultural – inclui todas as artes, as artes plásticas, a literatura, o cinema, os museus, ou seja, a arrecadação dos museus. É o aspecto mais amplo com que se pode considerar a cultura. É importante, porque esse peso da cultura na sociedade francesa sempre foi muito grande

E, por exemplo, temos um grande e expressivo número de artistas brasileiros que, em algum momento da sua vida, como Sebastião Salgado, como Piza, tiveram projeção a partir da vida na França. E entra-se um círculo virtuoso, em que você não sabe se foi por morar na França que ele conseguiu a projeção ou se foi a projeção que permitiu que ele tivesse acesso ao mercado francês.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É um catarinense amigo do Senador Luiz Henrique que mora na França e faz grande sucesso.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Então, dentro da economia francesa a ideia, a cultura... (*Falha na gravação.*)

E esse número que citei foi, por acaso, obtido nesses pequenos estudos que fiz. E é impressionante, é sete vezes maior, foi no ano 2011. O peso do PIB cultural é sete vezes maior do que a indústria automotiva, quer dizer, gerou sete vezes mais riqueza do que a indústria automobilística.

A minha observação sobre não fazer a minha vida fácil foi com relação à questão da imigração, porque acho que essa questão, primeiro, refere-se a um momento muito complexo. No momento, vivo na Espanha,...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – ... e também ali vejo a dificuldade da questão da imigração, a dificuldade de haver soluções para o problema de imigração. Por quê? Porque o combate à imigração, da forma mais crua, que é impedir o acesso, não resolve o problema, porque não resolve o problema da origem do problema. São condições de pobreza, são condições de falta de oportunidade, são condições de falta de Estado que acabam gerando algumas situações que geram tragédias ali no Mediterrâneo.

Quanto à questão da privacidade, estamos vivendo momentos muito tumultuados. Estamos vivendo situações: ao mesmo tempo em que a França adota uma legislação mais invasiva ou com possibilidades de ser mais invasiva, ontem, a Câmara americana votou proibindo ao contrário.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Quer dizer, são aqueles movimentos da sociedade em que os valores são questionados e são requestionados. São avanços que se acha que se estão fazendo no momen-

to, e depois se conclui que é um erro, e se volta atrás. E acho que a Espanha, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos foram os países que sofreram atentados mais recentemente. E justamente o ato patriota, a aprovação, foi no calor daquele momento. E um pouco do que está acontecendo na França ocorre no calor do momento, como a tragédia com o jornalista, os cartunistas. Então, vejo isso dentro de um contexto mais amplo de que se avança num sentido, mas se pode recuar no mesmo sentido, ainda mais no país que foi o berço da Revolução Francesa, que apregoa a liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tem a palavra agora o Senador Lasier Martins, por cinco minutos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Queria fazer duas perguntas ao Embaixador Paulo Cesar. Uma propriamente não é uma pergunta, é uma opinião sobre um episódio recente vivido pelo Itamaraty. E gostaria de fazer uma pergunta sobre as parcerias científicas entre Brasil e França.

Lendo o seu currículo, Embaixador, percebi que V. Exª é um especialista em cerimonial público no Itamaraty, porque passou por vários governos. Então, queria saber a opinião de V. Exª sobre aquele rumoroso episódio do "desconvite" da Presidente da República à apresentação das credenciais pelo Embaixador da Indonésia, quando se discutia um pedido de clemência àquele jovem que acabou sendo fuzilado na Indonésia. Não é a regra que V. Exª prega, ou pregou durante o seu longo tempo no cerimonial. Esteve certa a Presidente? Estou lhe pedindo uma avaliação.

E o segundo item que gostaria de lhe perguntar é sobre o avanço da França em termos de tecnologias, inovações científicas, porque, nesse terreno, a França pode nos ajudar, pode nos inspirar, pode nos ensinar muito. A França tem alguns dos mais avançados parques tecnológicos do mundo.

Tive a oportunidade de visitar três deles há pouco tempo – ainda não estava no Senado –, acompanhando uma missão de reitores de universidades do Rio Grande do Sul. Vi de perto a magnitude de centros tecnológicos, como os de Chambéry, Orléans e Troyes, e senti que, nesse terreno, podemos buscar convênios, mais estímulos às nossas universidades, até porque a França caracteriza o ideal da chamada Tríplice Hélice, isto é, a contribuição financeira de governos, a investigação através das universidades e a participação da iniciativa privada.

Então, em que medida V. Exª poderá fazer avançar essa parceria brasileira na França, com acompanhamento de experiências, inovações e a investigação partilhada que possa ser ensinada ao Brasil, com relação a mais verbas para esta exploração científica? Acho que, nesse terreno, se temos uma parceria – e V. Exª mencionou de passagem no seu pronunciamento inicial –, podemos ter em V. Exª uma contribuição muito grande para essa aproximação a este país, que tanto admiramos e que está tão avançado no setor.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Embaixador Oliveira Campos, por favor.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Muito obrigado, Senador Lasier Martins.

A minha carreira realmente foi marcada por passagens em temas de protocolo cerimonial. Tive a oportunidade de trabalhar com o Presidente José Sarney; fui ao exterior; retornei durante o Governo do Presidente Fernando Henrique, quando também fui responsável por suas visitas, e essas circunstâncias me fizeram amigo dos dois, tenho amizade com os dois até hoje; depois, tive oportunidade de trabalhar um ano também com o Presidente Fernando Collor; e retornei, depois de ir ao exterior, quando fiquei seis anos trabalhando, no cerimonial na Presidência da República do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Acho que a questão do cerimonial refere-se a aspectos de organização. O cerimonial não é, nem pode ser – e acho que é por isso, por ter esse entendimento, que consegui trabalhar com diferentes presidentes, com diferentes condições políticas, em diferentes momentos políticos do Brasil –, uma camisa de força. O cerimonial não diz ao chefe, ao beneficiado do cerimonial, o que ele tem que fazer; ele pergunta ao beneficiado o que ele quer que seja feito e, a partir daí, ele organiza.

Então, nunca entendi... Por exemplo, lembro, no governo do Presidente Lula, que ele provocava e, inclusive, dizia: "Vou quebrar o protocolo!" E as pessoas me perguntavam: "Você não fica preocupado?" E eu falava: "Não, ele faz o protocolo, o protocolo é para ele."

Então, não vejo um chefe de Estado, ou um chefe de Governo, fazer uma quebra de protocolo. O protocolo é ele, e ele é que determina como é feito o protocolo. A obrigação do técnico de cerimonial é usar os instrumentos e as técnicas de que dispõe para fazer aquilo acontecer, da forma como deseja o dignitário.

Então, não vejo a questão da quebra do protocolo. Vejo, sim, uma adaptação necessária ao momento que atende a uma exigência colocada pela chefe de Governo, num momento de tensão na relação entre os dois países. Então, não vejo como uma quebra de cerimonial e, diante desse entendimento, vejo o ocorrido.

Na questão da tecnologia com a França, acho que um dado que é pouco divulgado é que a França é o terceiro país em termos de inovação no mundo, depois dos Estados Unidos e do Japão. A França tem o maior número de empresas listadas no Fortune 500 da Europa. Então, o maior número de grandes empresas na Europa está na França.

O dinamismo dessas empresas e a capacidade de inovação dessas empresas certamente, como Embaixador, torna-se tema interessantíssimo, quer dizer, é uma área em que podemos trabalhar, podemos avançar.

E nosso trabalho é identificar exatamente aquelas empresas que permitem oportunidades ou que podem trazer oportunidades para o Brasil.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Para o Embaixador Guilherme Patriota tenho uma única pergunta, Sr. Presidente, sobre um tema muito momentoso, que é o problema da Venezuela, que nos permitiu recepcionar, há poucos dias, mulheres de presos políticos. Queria saber do Embaixador Guilherme que posição ele leva do Brasil para a OEA, com relação à Venezuela, com relação à violação de direitos humanos, com relação à falta de liberdade de expressão e de imprensa. É um tema bastante candente, não demanda maior exposição, porque é sobejamente conhecido de todos. Então, gostaria de saber qual vai ser a conduta do nosso Embaixador na OEA.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Embaixador Patriota.

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – Agradeço, Senador Lasier Martins, pela pergunta, que acho profundamente relevante. É um dos grandes temas do momento, um tema ainda sensível, e acho que, ainda mais, após a aproximação Estados Unidos-Cuba. Então, temos, talvez até em termos relativos, mais foco colocado na situação atual da Venezuela.

Acho que o meu papel, como representante permanente junto à OEA, caso a minha designação seja aprovada por esta Casa, evidentemente será lidar com este tema sensível, dentro dos parâmetros que me são dados na normativa do sistema. Então, cabe a mim zelar pelo correto cumprimento da normativa. Temos uma Comissão de Direitos Humanos, temos relatores especiais, por exemplo, sobre liberdade de expressão, que produzem relatórios, que avaliam; e temos na OEA, que deve ser um parceiro dos países, e não um punidor de países.

Acho que um dos papéis da OEA, a meu ver, é justamente encontrar o caminho da reconciliação entre países e dentro dos países. A OEA não pode ser um exacerbador da polarização nacional dos Estados; acho que deve ser um agente moderador. E a moderação... Eu, pelo menos, por desvio até de profissão, como diplomata, a minha função é sempre a da conciliação entre os extremos.

E, para se conciliar dois extremos, é importante respeitar e entender ambos, senão não é possível. E é fundamental manter o canal de acesso a ambos também, porque, se nós nos desconectamos de um dos lados, não é possível mais a mediação, não é possível mais a interlocução. E o papel, por exemplo, do diplomata – e a OEA também está baseada na diplomacia multilateral, e o papel da organização é um processo que deve ser positivo e construtivo – também se deslegitima.

Então, acho que temos... V. Exª disse que os dois temas não exigem maior apreciação, mas acho que exige um aprofundamento, sim. Acho que a gente deve ser preciso na nossa definição das violações, que têm que ser apreciadas de acordo com o mesmo padrão para todo o mundo, para todos os países, para todas as situações, e tendo presente um arcabouço que foi construído pelos nossos Estados.

Nós construímos a OEA e todo esse sistema interamericano de direitos humanos. Então, temos que respeitar as instâncias. Se as instâncias são claras e condenatórias, acho que não podemos ignorar.

Acho que, no processo de formação da posição brasileira, de uma convicção nacional para a qual contribui esta Casa... E respeitarei o consenso nacional e as instruções que receber do Brasil, em qualquer tema. Então, a formação dessa convicção exige que sejamos capazes de ouvir todas as partes, não só uma parte, mas todas.

Acho importante a liberdade de expressão que, por exemplo, não existe num vácuo. Ela existe para assegurar a pluralidade do pensamento, para evitar o pensamento único. Tivemos uma experiência nefasta de pensamento único que levou à Segunda Guerra Mundial.

Então, acho que a prova dos nove não é apenas uma visão única do que seja a liberdade de expressão. Acho que a prova dos nove é se a liberdade de expressão leva à pluralidade do pensamento e à possibilidade de um diálogo amplo entre todos, em que todas as partes sejam ouvidas.

Então, sempre trabalhei muito bem como diplomata, e claro que dentro das instruções que me foram dadas, com todos os atores, todos: em setor privado, ONGs sempre. Na ONU, em que opero, trabalho sistematicamente com todas as ONGs: as que concordam comigo, ou as que não concordam comigo; as que apoiam e elogiam o Brasil, e as que criticam. E a minha atuação na OEA será idêntica – eu estarei aberto, sob instruções ao diálogo com todas as partes sempre, e respeitarei a convicção do Governo e do Estado brasileiro a respeito do tema.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Senador Ricardo Ferraço, com a palavra por cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, apenas para uma questão de esclarecimento, V. Exª fez analogia ou simetria desta sabatina com a sabatina da Comissão de Justiça, em que nós sabatinamos uma indicação presidencial para o Supremo Tribunal Federal. O tempo é dobrado aqui, porque são dois sabatinados, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É. Eu coloquei cinco minutos para cada um; exato, cinco minutos para cada um.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com direito a réplica?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... réplica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois é, por isso é que é direito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Claro, é verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pode não exercê-lo, mas você tem o direito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Direito e uma faculdade ao mesmo tempo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu primeiramente gostaria de me dirigir à S. Exª o Embaixador Paulo César de Oliveira Campos, cumprimentá-lo pelo longo e largo currículo que tem. Seguramente o habilita, considerando as relevantes atividades que já cumpriu em importantes embaixadas – Washington, Tóquio, Madrid –, e agora indicado para chefiar a nossa missão diplomática na importante embaixada do Brasil na França.

Nós temos, Sr. Embaixador, com a França, alguns dos mais importantes programas de cooperação na área da defesa, que tem uma expansão muito grande, porque, quando se fala em defesa, também se fala em transferência de tecnologia, de inovação, de acesso a todas essas plataformas que são de fundamental importância, até pelo uso dual dessas atividades no dia a dia de uma sociedade – para uso militar e também para uso civil. Sempre lembrando que foi a partir de estudos e pesquisas no campo da defesa que se revelaram alguns dos mais importantes experimentos da civilização, como é o caso da internet, que é alvo e consequência de estudos feitos pela atividade da defesa dos Estados Unidos da América.

E o Brasil tem com a França dois dos mais importantes programas. Nós temos o Prosub, cuja fábrica eu tive a oportunidade de visitar, inclusive, em Cherbourg, na França, onde pude me avistar com mais de 200 brasileiros que lá estavam sendo treinados e capacitados para construção de submarinos de propulsão nuclear. Somente três ou quatro países no mundo tem essa tecnologia, e a França é um desses países.

E, nesse programa de cooperação e transferência, o Brasil tem muito a ganhar com essa perspectiva e essa possibilidade. Não a partir do enriquecimento do urânio, que é desenvolvido aqui no Brasil com eficiência, mas na fabricação do submarino, do casco – por assim dizer –, que exige tecnologia muito avançada.

Então, o Prosub é, de fato, um programa muito importante, na medida em que vai nos dar eficiência para que nós possamos melhorar o monitoramento da nossa atividade costeira, considerando a eficiência de um submarino na propulsão nuclear. E eu pude perceber a eficiência com que a embaixada trabalhou nesses acordos, assim como a Marinha do Brasil pela eficiência e pelos acordos que foram firmados com a França.

Mas há também um outro programa nessa mesma dimensão, que é um programa para a aquisição de 50 helicópteros. E são programas de cooperação que vão para além da responsabilidade de governos; são programas de Estado. Não são programas de presidentes de plantão. São compromissos que Estados nacionais assumem com Estados nacionais. Esse programa pressupõe a aquisição de 50 helicópteros – inclusive um dos helicópteros que é utilizado por Sua Excelência a Presidente da República.

Mas, por conta dos equívocos econômicos dos últimos anos em nosso País, em 2014 o Brasil não pagou o acordo que tinha com a França para a aquisição e transferência de tecnologia desses 50 helicópteros.

O Governo não pagou em 2014. Em função do descontrole dos gastos públicos, houve um calote de aproximadamente R$460 milhões à Helibras, que é uma companhia constituída por capital brasileiro e a subsidiária francesa Eurocopter. Esse valor chega, alcança a quantia de 35% dessa cooperação que foi feita, da ordem de aproximadamente US$1,2 bilhão.

Eu queria fazer uma pergunta a V.Sª, que pôde falar brevemente, superficialmente sobre os importantes acordos, porque a França é hoje seguramente a nossa principal aliança e a nossa principal cooperação na área da Defesa. A cooperação que temos com a França é muito maior do que a cooperação que temos com a Suécia no caso da aquisição dos jatos de quarta geração Gripen NG. Os acordos com a França são muito maiores do que os acordos que temos com a Suécia. Gostaria de saber como V. Exª pretende encaminhar esses assuntos, na medida em que esse é um tema que precisa ser enfrentado.

V. Exª, por assim dizer, fez um sobrevoo por esse tema, mas nós temos problemas nessa área, porque estão em jogo compromissos assumidos pelo Estado brasileiro que V. Exª vai representar junto à República

francesa. Na verdade, não há mar de almirante, muito menos céu de brigadeiro nessa questão, porque é uma questão que bota em risco a continuidade do maior programa de transferência que nós temos de tecnologia.

Eu gostaria de ouvir V. Exª a respeito desses desafios, com a experiência que tem, comprovada, em uma questão delicada. Qual é a orientação que V. Exª tem da Presidência e do chanceler para o encaminhamento dessa questão?

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Como eu vou ter que me retirar, tenho um compromisso agora, em seguida, gostaria de saber se vamos votar agora ou deixar para votar só em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu acho sempre importante a Comissão de Relações Exteriores se pronunciar. Se não houver objeção por parte dos membros da Comissão, eventualmente podemos iniciar o processo de votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, até porque o quórum – já são quase 13 horas – está caindo. É preciso garantir que os sabatinados tenham a oportunidade de serem votados.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu geralmente não costumo discordar do Senador Agripino, muito menos do Senador Lasier Maia, mas eu acho que a sabatina se constitui exatamente dessas questões, para que nós possamos firmar juízo de valor. Então, se os Senadores desejam votar, que exerçam sua opção. Mas acho que o correto, o adequado seria que esgotássemos a sabatina. Se não houver quórum, que a sabatina se inicie outro dia, até para não sermos escravos do relógio permanentemente, como temos sido aqui no Senado. Mas é apenas um juízo pessoal de valor que eu exerço com muita humildade, Presidente, sem qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Se V. Exª fizer objeção...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu faço objeção.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Faz objeção. Então, vamos prosseguir com a sabatina.

Por favor, Embaixador Oliveira Campos.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Senador Ferraço, realmente, o tempo e a importância dos projetos não combinaram. O tempo que teria para tratar apenas da parte de Defesa com a França e a importância do tema foram díspares.

O Prosub é o único dos quatro principais projetos na área de Defesa de que eu procurei rapidamente tratar, porque ele tem uma dimensão muito importante, é um elemento transformador da nossa capacidade militar, e é também um elemento importante na nossa absorção tecnológica. Nós falamos, eu tenho pensado um pouquinho nesse termo que nós usamos: transferência de tecnologia, e eu começo a querer inovar e a achar que nós temos de passar a tratar de absorção de tecnologia. Porque a transferência é do outro. Nós temos de passar a absorver tecnologia. Então, esse projeto é importantíssimo em termos de absorção de tecnologia.

V. Exª mesmo esteve na França, como disse, e teve a oportunidade de estar com duzentos brasileiros que estavam participando desse projeto.

Esse projeto tem uma dimensão de absorção de tecnologia gigantesca. E não é apenas a absorção de tecnologia dos oficiais e dos técnicos que vão à França, mas é a capacidade de reprodução dessa absorção junto aos meios onde eles vêm trabalhar, nas empresas. Ao colega de Mesa, digo que é um processo de melhoramento da nossa capacitação técnica. Vamos ser responsáveis pela construção da ilha, da parte mais importante da propulsão nuclear, e vamos modificar o patamar naval do Brasil a partir do resultado desse projeto.

A questão dos custos dos helicópteros e de todo o projeto de defesa e da cooperação da França tem sido redimensionada. Inclusive, o Ministro Jaques Wagner esteve na França anteontem, e uma das suas missões exitosas foi refazer o processo de financiamento, foi estender todo o processo de concessão de recursos e de pagamento dos financiamentos, para alongar esses projetos, para não colocar em risco a viabilidade dos projetos, porque qualquer projeto precisa de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso já foi repactuado, Embaixador?

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Isso foi repactuado ontem. Li uma notícia num jornal que me entregaram hoje. Aliás, não sei qual é o jornal, mas acho que até o guardei.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Basta repetir.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Deixe-me ver. É o Caderno 2 do jornal *O Estado de S.Paulo*, no qual se diz : "Jaques Wagner e com ele a Marinha brasileira respiraram aliviados." Diz-se ainda "Onda a favor" e "Onda 2". São notícias que achei importante trazer hoje aqui. Acho que é uma notícia importante.

Que possamos desenvolver esses projetos e que tenhamos a capacidade de renegociá-los, para adequá-los às nossas condições financeiras. Mas nós nunca podemos deixar de levá-los adiante, porque eles são transformadores da nossa realidade tecnológica e transformadores da nossa capacidade militar.

Espero ter atendido ao comentário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em parte, porque, na realidade, o que indago a V. Exª... Esses acordos não podem ser acordos improvisados, tampouco podem ser acordos que podem ou devem estar submetidos a conjunturas, porque são acordos de longo prazo. E tanto um como o outro projeto estão vivendo determinadas circunstâncias pela ausência de adimplência do Estado brasileiro, o que compromete os investimentos que foram feitos.

Cumprimento V. Exª pelo conceito. Realmente, não é transferência, mas é absorção de tecnologia, o que é altamente positivo para o Estado brasileiro, porque tanto um como o outro programa estão inadimplentes. V. Exª, ao assumir nossa Embaixada, será indagado pelo Estado francês sobre como nós daremos continuidade a esse programa, que não é um programa secundário, mas que é o mais importante programa que o Brasil desenvolve neste momento de absorção de tecnologia, com enorme capacidade.

O que me salta aos olhos é a permanente improvisação de acordos como esse, o que gera ausência de credibilidade na medida em que eles são improvisados e não têm uma visão de médio e longo prazo.

Então, a pergunta que faço a V. Exª é: qual é a orientação que V. Exª tem da Presidência e do Chanceler para o enfrentamento dessas questões?

Entendo que isso vai constar, creio eu, da agenda de V. Exª à frente da missão diplomática na França.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Com a palavra, o Embaixador.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Sr. Senador, não posso mais do que concordar com o senhor no sentido de que esses acordos são estruturantes para o Brasil não apenas na relação. Eles são estruturantes também em termos de absorção de tecnologia, de capacitação tecnológica e de capacitação militar.

Acho que a questão que o senhor colocou sobre a duração da permanência desses acordos diz respeito à própria existência desses acordos. Não se conseguem fazer esses acordos sem uma relação muito madura, sem uma confiança mútua importante.

A questão da readequação dos projetos é quase tão importante quanto fazer o projeto. A França e o Brasil poderem repactuar constantemente a sua relação, poderem não deixar que circunstâncias ocasionais venham a afetar a qualidade da nossa relação. É isso que eu acho importante nesse momento.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Por isso que eu volto de novo à notícia do jornal, que é uma boa notícia e que vem justamente no sentido da sua preocupação de que o Brasil está procurando repactuar as suas relações financeiras, a questão financeira desses projetos, para permitir que avancemos num projeto fundamental para a Marinha brasileira, que tem tido, aliás, uma atuação muito boa, gerando todos os compromissos necessários, todo o empenho necessário para levarmos esse projeto adiante.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Ferraço, V. Exª continua com a palavra para se dirigir ao Embaixador Patriota.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Embaixador Paulo Cesar.

De qualquer forma, quero cumprimentar o Embaixador Guilherme Patriota, também um experiente quadro da casa do Rio Branco, que está sendo submetido a esta Comissão para representar o Estado brasileiro na Organização dos Estados Americanos.

Eu indagaria de V. Exª, Sr. Embaixador: a democracia é um dos pilares do mandato da Organização dos Estados Americanos. A constituição e a Organização dos Estados Americanos se confundem com a natureza dos valores democráticos. A carta democrática da OEA estabelece no seu art. 4º que são componentes fundamentais do exercício da democracia a liberdade de expressão e a de imprensa. E, fazendo uma pesquisa sobre o trabalho de V. Exª, pude ver aqui uma palestra na Universidade Federal do ABC, em que o senhor declarou, aspas, "que a imprensa é um ator importante na formulação da nossa política externa, pois a opinião pública é formada basicamente por grandes jornais e canais de televisão". Concordo plenamente com V. Exª, adicionando a isso, naturalmente, o valor das redes sociais, que permitem que a informação seja socializada e compartilhada.

Em entrevista ao jornal *El País*, agora, no dia 4 de maio último, o Relator Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, o Sr. Edison Lanza, afirmou o seguinte: "Hoje há um novo fenômeno de censura indireta na América Latina. São empresários que adquirem meios de

comunicação em todo o Continente. Sua prática é mudar a linha editorial dos meios que adquirem, de modo a colocá-los a serviço dos governantes de plantão."

Qual a posição que o Brasil defenderá na Organização dos Estados Americanos, na medida em que V. Exª é candidato a receber essa designação, em relação a essa forma de censura indireta, que parece estar se tornando um fenômeno em países como Bolívia, Equador e Venezuela? Se V. Exª considera esse fato relevante e qual será, portanto, a orientação de V. Exª.

Faço uma outra pergunta ou aguardo?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pode prosseguir nos seus cinco minutos, por gentileza, com as perguntas que tiver que fazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pergunto também ao Embaixador Patriota, que não é o Antonio Patriota, é o Guilherme Patriota.

A Constituição Federal estabelece, como um dos seus fundamentos, o Estado democrático de direito, que confere destaque ao princípio da prevalência dos direitos humanos. O Brasil é signatário de vários tratados, convenções, declarações interamericanas que compõem o sistema interamericano de direitos humanos. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que é um órgão da OEA, criado para promover a observância em defesa dos direitos humanos, além de servir como instância consultiva da organização nessa matéria, é um órgão de peritos, composto por sete juristas, eleitos por mérito e títulos pessoais, e não como representantes de nenhum governo.

Portanto, são pessoas com elevado reconhecimento e militância na questão da defesa dos direitos humanos.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Qual foi o objetivo do Governo brasileiro em retirar seu representante permanente logo após a decisão desfavorável da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e em não pagar suas contribuições à OEA? O Governo brasileiro está também inadimplente com a Organização dos Estados Americanos. Dados recentes revelam que a inadimplência é da ordem de US$18 milhões.

Não há uma contradição no fato de o Brasil lançar a candidatura do ex-Ministro, Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, para integrar essa Comissão e, ao mesmo tempo, agir da forma como agiu diante de decisão desfavorável da Comissão? Ou seja, o Governo mostra efetivas contradições nesse campo, porque há quatro anos, aproximadamente, nós estamos sem representante na OEA e estamos inadimplentes com a OEA, ao mesmo tempo em que V. Exª vai representar o Brasil na OEA.

Essas questões me parecem absolutamente relevantes a esta altura do debate, para tenhamos condições de exercer o nosso voto.

São as indagações que faço por ora, Sr. Presidente, a S. Exª o Embaixador Patriota.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Ferraço.

A respeito da última pergunta, chega-nos agora por *e-mail* uma pergunta enviada pela Conectas: "Quando o Brasil pretende retomar suas contribuições financeiras à Comissão Interamericana de Direitos Humanos?". É a pergunta que chega, estou lendo e passo às mãos de V. Exª, Embaixador Patriota.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como pode ser o sentimento de alguém que chega a uma organização com que o Brasil está completamente inadimplente?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tem a palavra o Embaixador Patriota.

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado. Agradeço também essas perguntas e concordo com o fato de que são absolutamente relevantes no caso em questão, da retomada da participação brasileira com um embaixador junto à OEA. O Brasil nunca saiu da OEA, é importante dizer. Nós sempre estivemos representados junto à OEA, só com um embaixador, mas havia lá uma missão completa e atuante presente. Não houve nenhuma ruptura ou saída do Brasil ou suspensão do Brasil.

Com relação à imprensa, é uma opinião e uma convicção, uma constatação reflexiva minha de que eu acho que, de fato, houve uma concentração brutal da imprensa no mundo, de modo geral, como tendência moderna dos meios, uma concentração dos meios. Eu acho que não é só nesses países que V. Exª citou que o fenômeno ocorre, de empresários que adquirem meios ou são donos de meios, são inclusive proprietários cruzados dos meios. Eles são donos de meios da imprensa escrita, da televisão, do rádio, em vários planos, em âmbito nacional e regional, etc.

Atualmente, eu acho que os meios são instrumentos fundamentais de formação da opinião pública de um país. Evidentemente, eu não recebo instruções dos meios. Eu recebo instruções do Governo, do Estado brasileiro, e há um filtro. Quer dizer, no Ministério das Relações Exteriores, a Presidência da República é responsável pela orientação e define as diretrizes da política externa. Os diferentes Poderes, inclusive esta Casa, cada vez

mais contribuem para isso, e cabe a mim, como embaixador, cumprir as instruções que recebo, mas também tenho as minhas reflexões acadêmicas, filosóficas e pessoais a respeito da questão dos meios.

Os meios, a meu juízo, devem ser plurais. Eles não devem advogar uma opinião única ou majoritária ou chegar ao ponto de se tornar uma entidade monolítica que não permita mais o debate. Eu sou a favor do debate, eu sou a favor do contraditório público. A partir do momento em que a propriedade dos meios se concentra nas mãos de muito poucos, isso influencia negativamente o contraditório e o debate público, há mais espaço para opiniões diversas. Eu acho que, com a evolução dos meios, da imprensa escrita e da televisão para as redes, a internet, esse fenômeno adquire novas dimensões e características.

Entendo que estamos no meio dessa transição. Então, estamos assistindo a um novo mundo.

Então, estamos, assim, assistindo a um novo mundo. Um novo mundo em que os meios digitais, o espaço cibernético permite um outro tipo de interatividade – e eu acho que já sou até objeto dessa nova realidade hoje na sabatina, ao receber perguntas por *e-mail*, em tempo real, da Conectas, sobre um tema ao qual também atribuo grande importância e que é a minha resposta seguinte.

Em relação aos meios, não cabe a mim exercer uma função aqui direta a respeito dos meios. Eu sei que, com relação à relatoria de liberdade de expressão, sim; é importante confiar, e eu acho que o relatório do Relator tem que ser recebido com todo o respeito e ser considerado, como tal, pelo Governo brasileiro. A sua consideração não compete exclusivamente a mim; ela compete ao Governo brasileiro em suas diferentes instâncias. O Itamaraty é o representante externo do Governo brasileiro, mas é também coordenador das posições e reações a todo esse material que é produzido pelo sistema. Então, não é uma opinião pessoal minha, lá em Washington, que vai determinar qualquer pensamento ou uma posição oficial do Governo brasileiro com relação ao relatório. Eu acho importante dizer isso.

Quanto ao não pagamento, eu acho que o não pagamento é muito importante. Isso não é um fenômeno exclusivo da OEA. É uma situação que perpassa diversos organismos internacionais. Nós devemos muito mais à ONU, em termos absolutos, porque também nossa contribuição à ONU é muito maior. Então, o saldo de lá é várias vezes superior a esse que V. Exª citou com relação à OEA, e, na verdade...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – ... em algumas organizações, até o nosso não pagamento remonta há mais anos do que na OEA. Na OEA, são os anos 2014 e 2015, quer dizer, nós devemos já o ano corrente; em outras entidades, possivelmente devemos ainda anos anteriores a 2014; na OEA, não devemos anos anteriores a 2014.

O não pagamento, portanto, é uma questão difícil. É um desafio. Eu farei o que puder, se obtiver o voto e a confiança desta Casa e for designado, eu farei o possível, no que me couber, para interagir com o Ministério do Planejamento, para mobilizar, dentro do Itamaraty, a questão da retomada dos pagamentos, ainda tendo em vista a situação orçamentária difícil por que passa o Governo atualmente, ainda que isso exija uma retomada gradual, uma negociação de um plano de pagamento gradual para que seja retomado esse pagamento junto à OEA.

No tocante à retirada do embaixador em 2011, não cabe a mim julgar essa retirada, porque eu não estava lá, não era meu dossiê. Mas eu entendo que ela ocorreu... Inclusive, houve manifestação do Congresso Nacional a esse respeito também, naquela ocasião; houve uma manifestação do Executivo e também do Legislativo, no sentido de que alguns elementos das medidas cautelares determinadas pela Comissão extrapolavam o seu mandato.

Então, não foi uma rejeição à Comissão, não foi uma confrontação à Comissão, mas houve uma resposta do Governo brasileiro, dizendo: "Eu acho que aqui os respectivos órgãos..." Esses órgãos são integrados por titulares a título pessoal; o Dr. Vannucchi não está como Brasil, ele está a título pessoal, graças ao seu mérito e à eleição que o colocou lá como membro comissionário da Comissão. Naquela ocasião, das várias medidas cautelares apresentadas no relatório da Comissão, havia uma que, a nosso ver, aos olhos do Governo brasileiro naquela época, extrapolou o mandato e a função da Comissão, que foi determinar a suspensão da construção da hidrelétrica.

Então, acho que foi essa decisão que...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – ... tocou no nervo e gerou a resposta.

A resposta brasileira ocasionou um processo de revisão dos métodos de trabalho da própria Comissão, inclusive gerando uma modificação dos parâmetros das suas decisões. A Comissão recuou, inclusive nesse quesito, e hoje, graças à resposta brasileira, nós conseguimos um entendimento mais claro sobre até onde vai o limite de cada um – os limites nossos, como país soberano, e os limites da Comissão, que também tem a sua soberania decisória, mas que não é automática; à soberania dessa decisão cabe questionamento. Quer dizer,

a Comissão também é sujeita ao critério da transparência e da prestação de contas. Ela não é um poder tirano, autônomo. Ela tem que levar em consideração os poderes constituídos dos países onde ela atua.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

V. Exª tem dois minutos para a tréplica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, evidentemente, nós precisamos separar o CPF do CNPJ.

Eu não estou aqui a me referir às opções ideológicas, às convicções intelectuais de V. Exª no campo pessoal. Eu estou a me referir, naturalmente, na condição de mandatário de um mandato, de uma delegação que V. Exª vai receber em nome do Estado brasileiro.

Há uma diferença em termos de concentração de meios. É que, aqui, no Brasil, nós temos o CNPJ de quem responde pelos meios de comunicação, e, na Venezuela, por exemplo, bem como nesses outros países, não se conhece quem são os donos. Essa é a diferença básica. Há uma questão de transparência que diferencia absolutamente em tudo essas questões referentes à concentração existente aqui e à concentração existente na Venezuela. Ou seja, não há como comparar o nível e a excelência, pelo menos na minha visão – V. Exª pode ter outra visão –, dos veículos de comunicação do nosso País com os desses países. Não podemos comparar a liberdade de imprensa existente em nosso País com a liberdade de imprensa existente nestes países que citamos aqui, a Bolívia, a Venezuela e o Equador.

Desse modo, divirjo profundamente de V. Exª com relação a essa afirmação.

Por último, Sr. Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... a pergunta que quero fazer ao Embaixador Patriota é a seguinte: qual será o critério do senhor, caso aprovado por esta Comissão, para chefiar a missão junto à Organização dos Estados Americanos em relação à Venezuela? O senhor pretende também negar-se a receber opositores venezuelanos ao solicitarem audiências para serem recebidos no Conselho Permanente ou na missão brasileira, numa prática que tem sido comum? Como V. Exª, na condição de representante do Estado brasileiro, pretende se conduzir diante dessas questões?

Essas questões estão evidentes pelo menos para mim e para esta Comissão também na medida em que temos debatido escolhas, opções políticas que não são compatíveis com a natureza democrática do nosso País e do nosso Estado.

Era o que eu gostaria de indagar a V. Exª, por fim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Peço-lhe que responda sinteticamente, Embaixador Patriota.

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – Em primeiro lugar, pretendo cumprir instruções. Então, esse é meu primeiro parâmetro. Eu não tomo decisões sozinho. Eu sou a ponta, como eu já disse antes, de todo um conjunto de autoridades constituídas dentro do Governo brasileiro. Eu, então, cumprirei instruções.

Além disso, na medida em que me for concedido espaço para operar em Nova York, em Washington, perdão... Entendo, primeiro, que não é costume que as delegações oficiais brasileiras sejam integradas por pessoas que não são designadas oficialmente pelo Brasil. Isso não é hábito, inclusive, na ONU, por exemplo. Frequentemente, sei que há várias organizações não governamentais que desejam isso, que pedem para integrar a delegação brasileira oficial nas reuniões, porque isso dá outro grau de acesso e capacidade de atuação. E, com frequência, isso não é possível. Não é possível não só pelo lado brasileiro, mas também pelo próprio lado dos regulamentos das conferências e da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que não o permitem. Eles têm estatuto próprio. Seria mais inusual ainda fazer isso com relação a um nacional de outro país. Entendo que incorporá-lo à delegação oficial do Brasil não é um hábito nem algo que ocorra, que tenha ocorrido. Não creio que haja precedentes necessariamente nesse sentido. Não vejo isso como prática estabelecida.

Eu poderia me estender mais. Eu acho também que a questão da Carta Democrática da OEA é uma evolução muito bem-vinda do Sistema Interamericano, mas ele nem sempre foi assim. O passado do Sistema Interamericano nem sempre foi democrático ou foi de apoio às democracias, nem sempre. Essa é uma evolução recente, do pós-período Guerra Fria. Isso evoluiu nesse sentido, inclusive graças à contribuição do Secretário-Geral brasileiro Baena Soares e a tudo mais. Acho que é uma grande evolução. Sou a favor totalmente da democracia, da Carta Democrática e da aplicação dessa Carta a todos, com o mesmo padrão, com o mesmo parâmetro. Acho que o fundamental é assegurar a liberdade de expressão, que é o que todos nós queremos, e a pluralidade de pensamentos. Então, nesse aspecto, acho que não tenho nenhuma divergência com V. Exª.

Com relação a essa questão de incorporar elementos de outras nacionalidades a uma delegação oficial do Brasil, acho que isso aí não tem antecedentes. Considero que isso não é usual, que isso escapa da condução

tradicional das delegações oficiais e dessas entidades. Pode ser que algum país tenha decidido ou definido fazer uma exceção, o que é possível. Mas isso não é usual. Acho que sou representante do Brasil. A minha delegação é oficial, e receberei as pessoas que foram oficialmente designadas para integrar a delegação brasileira em toda reunião ou conferência formal. Há um expediente que é enviado para Brasília indagando quais são os membros da delegação brasileira. Isso é composto aqui.

Seguirei instruções. Agora, na minha convicção pessoal, sou aberto; eu gostaria de poder atuar e interagir com todas as partes sempre.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, em primeiro lugar, quero dizer que foi uma honra para mim ser o autor do relatório do parecer relacionado ao nosso Embaixador para a França. Em segundo lugar, embora isso, talvez, não seja praxe, eu queria prestar uma pequena homenagem ao Embaixador que está saindo de Paris.

O Embaixador José Bustani creio que é um orgulho da carreira diplomática brasileira não apenas por suas funções, representando o Brasil, mas também pelo papel fundamental que ele teve como dirigente da agência de proscrição das armas químicas.

Se o seu trabalho estivesse sido levado adiante naquele momento, o mundo teria evitado, provavelmente, uma guerra de proporções tão catastróficas como foi a guerra no Iraque e todas as suas consequências posteriores. Ele caiu ali por ter se mantido fiel à posição clara, técnica de que não havia armas de destruição em massa no território iraquiano. Como isso se contrapunha aos interesses norte-americanos de declarar guerra, ele terminou sendo obrigado a sair.

Eu estive, recentemente, com o ex-Secretário-Geral das Nações Unidas Boutros-Ghali, que dizia que ele e o Bustani saíram pela mesma razão, por terem enfrentado poderes muito maiores. Eu digo muitas vezes, talvez influenciado por amizade a ele, que o Bustani merecia o Prêmio Nobel da Paz pela paz que não conseguiu fazer.

Então, quero prestar esta homenagem pelos sete anos que ele ficou em Paris.

Entrando na questão e dentro do tempo que eu tenho, eu quero perguntar ao Embaixador: em primeiro lugar, como é que a gente vai ficar, se é que possível uma análise, diante do risco provável de uma mudança radical no estilo francês de poder das últimas décadas com a possível vitória das forças conservadoras – e, quando digo conservadoras, eu digo conservadoras mesmo. Como vai ficar a relação nossa? Não vai mudar nada? Continua tudo igual ou a possível vitória e a ascensão de um governo de extrema direita na França vai trazer alguma consequência para nós? Segundo, se isso vai trazer consequências fundamentais na restrição de liberdade aos imigrantes, na proibição de entrada, nas posições xenófobas do novo governo francês em relação às relações internacionais. Finalmente, se a gente tem condições, a partir da França, de corrigir uma falha dos últimos anos, que é uma prioridade muito grande: a cooperação com o bloco local, esquecendo-se dos novos blocos que se formam, como o do Pacífico, e o bloco das relações do Atlântico na cooperação com a Comunidade Econômica Europeia. Se a França é um ponto para caminharmos na direção de fortalecer a participação do Brasil em um novo bloco. E como isso seria possível fazer sem sacrificar o Mercosul, ou se, quem sabe, teríamos que sacrificar o Mercosul, como alguns países fizeram em suas opções. Cito, no caso, o México, o Chile e a Colômbia, que fizeram opções diferentes.

Então, essas são as questões que tenho para nosso novo Embaixador, provavelmente, na França.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Oposição/DEM – RN) – Com a palavra o Embaixador Paulo Cesar.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Eu compartilho com V. Exª, se posso, a homenagem que o senhor fez ao meu antecessor. Espero que chegue lá, que possa ser efetivamente o meu antecessor em Paris o José Maurício Bustani. Reconheço as suas qualidades e também, se vier a ser aprovado por esta Comissão e pelo Plenário, a dificuldade que representa substituí-lo. Dar segmento a um trabalho tão importante e de qualidade que ele realizou e que vem realizando até muito recentemente na Embaixada do Brasil na França.

Agora, o quadro eleitoral, o quadro da política na França ainda não parece indicar a probabilidade de um avanço ou de uma vitória das forças que o senhor chamou, realmente, de conservadoras.

O aspecto político começa a se recompor e a conter essas forças do partido da extrema-direita dentro de um patamar que não lhe permitirá alcançar a maioria para presidir o país.

Eu acho que o importante desse fenômeno, considerando essa premissa, é a própria evolução por que passa a França, a opinião pública francesa, o eleitor francês, que de uma eleição que levou à presidência François Hollande à esquerda, imediatamente, como reação a um desgaste da política interna, porque o movimento do Hollande, no início de 2014, para a adoção de uma política econômica que se assemelhava totalmente

à política de seu antecessor, gerou uma certa sensação de que um partido ou outro não faz diferença. E esse desencanto com os partidos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Se V. Exª, me permite, só para...

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O falecido e saudoso Leonel Brizola disse a respeito de determinado partido que ele é como uma galinha que cacareja para a esquerda, mas põe ovos para a direita. (Risos.)

É algo bastante conhecido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É típico de Brizola.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Então, a percepção que se obtém pela leitura dos jornais, das revistas, das opiniões, é que o eleitorado deixou de considerar o que era tradicional na política francesa, a esquerda e a direita, centro-esquerda e centro-direita, e colocou os dois partidos tradicionais, as duas forças políticas tradicionais, dentro de um mesmo conjunto, e isso enfraqueceu enormemente as duas posições. A centro-direita começou a se fortalecer nas últimas eleições, nas últimas quatro eleições para o Senado, para os cantões, para os departamentos, e os socialistas tiveram uma queda muito forte. Mas a ascensão da centro-direita conteve um pouco a ascensão da extrema-direita, que estaria por volta dos 20%, 25%, depende do critério usado para contabilizar. Mas a sensação é a de que nós não vamos chegar neste momento a ver, felizmente, esse quadro de ascensão da extrema-direita à presidência.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Certamente, no programa de governo que seus candidatos apregoam vem a proibição da imigração, as dificuldades, a saída do euro, a saída da União Europeia. Isso seria uma revolução. É muito difícil prever as consequências. Imagino que o Brasil também seria afetado por essas circunstâncias.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E a extrema-esquerda também, não é?

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Provavelmente também. Também prevê porque as ideias são as mesmas. Embora viessem por diferentes extremos, acabariam gerando as mesmas consequências.

A questão da cooperação com o Mercosul, eu acho importante que procuremos avançar bilateralmente com os países da União Europeia no convencimento de que precisamos avançar nesse nosso processo de construção de um acordo entre Mercosul e União Europeia. Nós passamos, primeiro, por um processo de construção da nossa proposta. No momento em que a proposta estava concretada, houve a mudança na presidência da União Europeia e todo um processo de reacomodação das forças políticas e de consulta aos países, o que eles agora estão começando. Então, nós, infelizmente, ainda vamos ter que esperar um pouco de tempo até essa proposta.

Mas, certamente, no âmbito bilateral, a União Europeia não é uma entidade abstrata; é uma entidade concreta, com interesses concretos, com países concretos sentados lá. Então, ajudar bilateralmente a construção de uma proposta, apoiar, incentivar para que isso venha rapidamente à tona eu acho que é o papel do embaixador lá – espero que seja eu.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu tenho uma pergunta ao Embaixador Guilherme; creio que é curta, não sei se é simples.

É que, diante...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Essas são as piores. (Risos.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com tanto tempo que se manteve o impasse entre Estados Unidos e muitos países da América Latina depois da redemocratização, por causa da exclusão de Cuba, surgiu a Unasul; agora, Cuba volta para a OEA; a gente vai ficar com essas duas entidades? Essa é a sua opinião? A OEA substitui a Unasul como instrumento ou a OEA ficou obsoleta?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – O senhor jogou um balde de água fria. (*Risos.*)

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – É.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço, Senador Cristovam Buarque, pela pergunta.

A resposta, para mim, é muito simples. A Unasul é a expressão de uma configuração sul-americana; então, ela não abrange a mesma geografia que a OEA; o sistema da OEA são as Américas, é o hemisfério, como eles chamam. Assim, é perfeitamente plausível a coexistência desses mecanismos, assim como, por exemplo,

o Caricom, que é um organismo muito sólido, muito coeso, que se expressa quase sempre em bloco, tanto na ONU, quanto na OEA – aliás, a OEA é extremamente importante para os países do Caribe... Nunca ninguém questionou a relevância do Caricom, à luz da existência de uma organização mais abrangente. Trata-se de uma instância de coordenação própria dos países do Caribe, porque eles têm interesses que são específicos a eles. Assim como imagino que seria fácil defender a tese de que a América do Sul tem interesses que são específicos da América do Sul, uma região muito grande, do tamanho de um continente; interesses em qualquer área: em termos políticos, em termos ambientais, por exemplo, interesses relativos a uma geografia, ao Amazonas, aos desertos, do Atacama, etc., etc., a recursos aquíferos compartilhados. Quer dizer, há toda uma lógica, uma história comum da América do Sul que, a meu ver, inclusive contribui para essa repactuação do sistema interamericano.

Eu acho que pode fortalecer a OEA o fato de que agora a América do Sul tem um âmbito de coordenação própria para aportar uma visão não mais necessariamente de países individuais da América Latina, mas uma visão já pré-coordenada para elevar à instância hemisférica, assim como o fazem o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), como faz o Caricom e outros. Inclusive, dentro da Unasul, há os mecanismos sub-regionais: Arco do Pacífico, Mercosul, relação bilaterais de especial importância, etc.

Eu acho que a multiplicação de geometrias variáveis, como nós dizemos, não são excludentes entre si, e eu acho que elas aportam cada vez mais riqueza ao debate. Além disso, é uma base para uma renovação da OEA o fato de a Unasul ter prosperado, ter sede, estar expandindo, estar crescendo, com um tempo. Já agora, foi criado o Colégio Militar Sul-Americano, por exemplo. Na OEA, temos a Junta Interamericana de Defesa (JID), que é uma das organizações mais antigas, é de 1942.

Então, tudo isso, a meu ver, faz sentido e se encaixa. O importante é fazer a mediação correta e o bom uso de todos esses fóruns. Esses fóruns são instrumentos a serviço dos interesses nacionais do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de cumprimentar os dois indicados. São dois embaixadores de tradição no Itamaraty, são pessoas com experiência, e acho que merecedores das indicações que os trazem aqui para a sabatina que se impõe.

Cumprimento o Embaixador Paulo Cesar de Oliveira Campos, que deve ser uma pessoa meio infeliz, porque está deixando Madri por Paris, mas, de qualquer maneira, são as agruras da vida. (*Risos.*)

E quero colocar para V. Exª a seguinte preocupação: as relações do Brasil com a França são muito mais do que comerciais; elas são educacionais de muita tradição, culturais de muita tradição; elas são muito robustas. Mas o que prevalece, na verdade, do ponto de vista do pragmatismo... Claro que é importante a relação cultural, a relação do intercâmbio educacional, mas as relações comerciais, hoje, no mundo pragmático que a gente vive, são fundamentais.

Quase 100% do que a França exporta para o Brasil são produtos acabados e o que importa do Brasil, hoje, três quartos de produto primário. O déficit, que foi quase zero anos atrás, no ano passado chegou a quase US$3 bilhões, o que pesa principalmente na quadra que nós estamos vivendo de balança comercial deficitária. Isso remete a uma questão política preeminente, que é a questão da relação do Mercosul com a União Europeia.

Eu tenho a opinião: acho que o Mercosul foi uma iniciativa que infelizmente não deu certo e que tem que revista. É a minha opinião. Mas, no momento, o Mercosul cria uma dificuldade que é a impossibilidade... Até hoje, não foi possível o Brasil e a Argentina chegarem a entendimento, porque as decisões sobre acordo bilateral de Mercosul com União Europeia têm que ser tomados por unanimidade de opinião entre os membros. Então, não foi possível até hoje Brasil e Argentina chegarem a entendimento uniforme com relação a um acordo bilateral comercial entre os dois blocos comerciais. Com isso, o Brasil está pagando o preço que os números atestam. São US$3 bilhões de déficit com a França, que é um país que tem uma tradicional política protecionista ao seu setor primário – a agricultura –, haja vista as fotografias que percorrem o mundo dos tratores e seus operadores bloqueando estradas, enfim, defendendo interesses legítimos de agricultores da França, e nós temos que defender os nossos interesses.

Eu gostaria de saber, muito objetivamente, do Embaixador Paulo César qual a sua visão com relação ao desenvolvimento de esforços no sentido de se trabalhar, em sendo possível – e acho que será –, acordos como o Chile fez, como o Peru está fazendo, como a Colômbia está fazendo, um acordo bilateral, Brasil-França, principalmente com vistas à superação de dificuldades no campo sanitário, que é o que impede o avolumamento de exportação de carne bovina, de carne suína, do Brasil para a França. A perseguição de um acordo bilateral Brasil-França, independentemente do acordo que não se vai conseguir fazer, do acordo bilateral de Mercosul com União Europeia.

Do ponto do vista pragmático, essa tarefa, se fosse conseguida, já justificaria a sua presença como embaixador experiente na França. Se as tratativas nesse sentido pudessem gerar um feito, elas já justificariam a sua presença como embaixador na França com a carga que V. Exª traz em experiência em postos e da presença

em palácios de governo, onde, claro, aprendeu a arte da negociação e da habilidade no trato de assuntos que interessam às partes, no caso, a nossa parte, que interessa acho que muitíssimo, haja vista o que fez já o Chile e o que está fazendo neste momento a Colômbia e o que está fazendo o Peru, no sentido de fazer acordos bilaterais. Não esperar os acordos que não vão acontecer dos blocos comerciais.

Essa é a pergunta objetiva que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Com a palavra o Embaixador Oliveira Campos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, permita-me uma breve intervenção.

Eu estou sendo aqui sensibilizado pelo Senador Flexa e pela Senadora Gleisi, aliás, uma convergência aqui do PSDB com o PT, na direção de que eu não me oponha mais a abrir para votação porque os Srs. Senadores têm voo marcado etc. Então eu não quero prejudicar a vida de ninguém.

Assim, se ninguém se opuser, eu também não me oponho, e vamos à votação enquanto os Srs. Embaixadores se apresentam.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente.

Então, temos uma novidade, Senadora Gleisi, a senhora que, no início da reunião, censurou-me por adotar uma novidade – censurou gentilmente, como sempre...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É recíproco!

Nós temos uma novidade aqui hoje, que é o voto eletrônico.

Eu declaro aberto o processo de votação, uma vez que não há objeção mais do Plenário, e informo que o voto se dará pelo processo eletrônico, que é algo de uma complexidade inexplicável para mim. Mas, de qualquer maneira, a Secretaria da Comissão está aqui para orientar os Senadores.

Já há uma cola... (*Risos.*)

Desculpe. V.Exª estava com a palavra.

Por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Podemos votar?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O processo de votação já está aberto.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Sr. Senador Agripino Maia, eu acho que o senhor fez algumas colocações extremamente importantes, não apenas no que diz respeito à relação Brasil/França, mas também no que diz respeito ao conjunto das relações do Brasil com o mundo.

Há um processo de negociações comerciais que envolve vários países, vários blocos e que está tomando corpo em alguns casos. Mas, em alguns casos também, ao se falar sobre esses novos acordos, esquece-se de todo um processo de negociação que já havia sido estabelecido. Eu ouço muito falar do conflito entre...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há certa excitação em relação ao processo de votação eletrônico. Eu pediria, então, que os Senadores se dirigissem à cabine silenciosamente, na medida do possível.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Então, eu vejo que se procura apresentar uma contradição entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico. Na verdade, a maior parte dos países envolvidos no acordo da Aliança do Pacífico já tem com o Brasil acordos negociados no âmbito da Aladi e que fazem com que as tarifas de comércio com esses países, como é o caso do Chile, em que nós não temos basicamente nenhuma tarifa ou nenhuma barreira ao comércio... Há apenas um produto que sofre barreira tarifária. Com o Peru, nós estamos numa faixa de 90% de liberalização do comércio. Então, a novidade da Aliança do Pacífico, na verdade, era muito mais o desenvolvimento de gravação tarifária entre esses próprios países e não com relação ao Brasil especificamente.

Eu acho que a decisão de desvincular o Mercosul da negociação, e esta passar a ser uma negociação unilateral Brasil com a União Europeia ou com a França, não é, vamos dizer assim, uma decisão que o Embaixador possa adotar. Mas o papel do Embaixador certamente é examinar as possibilidades de concretização dos cenários que nós temos adiante: o cenário de prosseguir nas negociações, as possibilidades de vir a concretizar o acordo Mercosul/União Europeia, mas também examinar o cenário, as consequências positivas, consequências negativas de ter uma negociação direta, bilateral com a França ou mesmo do Brasil com o conjunto da União Europeia.

Eu acho que o papel do Embaixador é apresentar ao Governo brasileiro essas possibilidades, fazer estudos para que essas possibilidades sejam examinadas num nível superior para que se possa tomar a decisão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Embaixador, as relações comerciais do Brasil com a França já acontecem normalmente, mas elas são travadas, porque, por exemplo, um acordo bilateral que envolveria a cláusula sanitária facilitaria imensamente a exportação daquilo que é a vocação natural do Brasil. E isso provocaria, é claro, um distensionamento numa relação que é travada por conta do protecionismo francês.

Ou seja, esse assunto não é abordado, porque é travado pela impossibilidade, que não é culpa dos europeus, do acordo bilateral do Mercosul com a União Europeia. E acho que está na hora de quebrarmos os ovos para tentar fazer um omelete novo. E acho que a experiência de V. Exª, que é Embaixador já há bastante tempo e com uma vivência larga na Espanha, e, portanto, na Europa, pode ajudar a fazer com que esse assunto seja abordado, a nós sairmos da mesmice, do conformismo em que o Mercosul nos bloqueia e nos impede de procurar abrir os braços para tentar sobreviver no contexto internacional do mercado do Brasil com o resto do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Um último comentário do Embaixador.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Senador, quando eu comecei a minha locução aqui eu falei que participar desta sabatina legitima a nossa atuação; legitima justamente por poder receber aportes como o seu.

Eu não posso deixar de atuar, se vier a ser aprovado à frente da Embaixada, sem levar em conta a sua orientação, que acho pertinente e que vai permitir ver de uma forma diferente a relação e procurar atuar dentro desse parâmetro em benefício do Brasil e, no caso, do comércio com a França.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Senador Ronaldo Caiado...

(Intervenção fora do microfone.)

Ah, desculpe-me. Eu pensei que V. Exª já não tivesse mais perguntas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Rapidamente, ao Embaixador Guilherme Patriota,que, além do mais, tem raízes familiares com o meu Estado. Eu não poderia deixar, primeiro de tudo, de homenagear a presença dele aqui. Ele, que vem exercendo funções importantes na delegação do Brasil na ONU, e está indicado para, em função até da experiência na ONU, exercer funções de chefia num lugar complicado, porque na OEA, que para nós é uma organização importantíssima, a representação do Brasil está vaga desde 2011.

Há um contencioso inclusive financeiro, pois nós deixamos de pagar US$8 milhões de anuidade à OEA, no ano passado, o que gera um constrangimento. E o Brasil, com a dimensão que tem, estar com a função vaga... Há um interino lá – não sei, deve ser uma pessoa qualificada, não tenho nenhuma dúvida disso – mas que não tem a estatura do titular. E leva a isso, a dever US$8 milhões.

Há coisas curiosas.

Há a versão, Embaixador Guilherme, de que quem provocou a saída ou a chamada do Embaixador Rui Casais, que exercia a função de representante do Brasil na OEA, a chamada pelo Governo Brasileiro para consultas, teria sido o episódio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA ter emitido uma opinião contrária à construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

Ora, a diplomacia pressupõe diálogo. Não é tirando um Embaixador, na minha opinião, da função da OEA, a quem está subordinada a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que deu opinião, não é dessa forma que você resolve o problema.

O que é fato é que as relações do Brasil com a OEA não estão normais. Elas estão meio tumultuadas. É o que eu suponho. E é preciso colocar ordem na casa. E, aí, vai um diplomata com a experiência de alguns anos de função na ONU, que é a catedral da democracia, precisa ser a catedral da democracia do mundo. É lá onde, pela via diplomática, procura-se resolver todo tipo de conflito de Afeganistão com Estados Unidos, de Cuba com Estados Unidos; enfim, de quem quer que seja com quem quer que seja. E se coloca um homem experimentado como V. Exª para exercer as funções.

Primeiro de tudo, colocar a ordem das relações do Brasil com a OEA, que é um organismo importante e que acabou de promover ou patrocinar a discussão da questão cubana e promover a integração Cuba–Estados Unidos, que está dando sinais claros de que é protagonista importante na tessitura do acordo de volta às relações de normalidade entre Cuba e Estados Unidos. A OEA é o órgão importante que está ajudando na tessitura dessa obra importante.

Mas foi na OEA onde a ex-Deputada Corina procurou refúgio e não encontrou. Então, dá-se um cravo, outra na ferradura. É um órgão, portanto, que carece de esclarecimentos, de opiniões.

Eu sei que o Embaixador, quando desempenha funções num organismo ou num País, segue orientações, mas ele tem cabeça própria, tem talento próprio – e V. Exª os tem, como o Embaixador Paulo César também os tem – e tem capacidade negocial.

Na semana passada, nós tivemos aqui a presença de três mulheres: Rosa Orozco, Mitzy Capriles e Lilian Tintori. Duas são esposas de Prefeitos que estão presos e uma, mãe de uma moça que foi assassinada, que exibiu fotografias horríveis e que deixaram na Comissão de Relações Exteriores uma opinião muito marcante. Essas pessoas estão procurando o diálogo e querem ser apenas ouvidas.

A eleição na Venezuela vai ocorrer e o que se quer é que sejam limpas, que haja independência de poderes. O que nós, brasileiros – pelo menos parte dos brasileiros -, temos de informação é que o Poder Judiciário, a Suprema Corte da Venezuela é artificialmente composta. Ela foi aumentada para dar maioria ao regime Chavista. Os meios de comunicação não têm independência nenhuma. O país, do ponto de vista econômico, até pela queda do preço do petróleo, vive um momento de extrema amargura, e essa amargura se transfere para a população, que deseja votar e escolher seus novos caminhos. Pode votar a favor de Maduro e pode votar contra Maduro, mas que a eleição seja limpa, igualitária e democrática, e, para isso, essas senhoras vieram aqui trazer um depoimento que nos causou muito forte impressão. E é possível que elas vão à OEA, assim como Cuba obteve o estabelecimento do diálogo com a OEA.

Eu gostaria de ter a opinião de V. Exª, que eu sei que receberá recomendações, mas que tem cabeça própria, sobre qual será o trabalho. O que V. Exª poderá fazer para, dentro da OEA, já que está voltando num tempo novo, depois de Rui Casais – e, claro, vai providenciar o pagamento dos débitos do Brasil com a OEA –ou ainda, como poderá ajudar no rumo não de que vença "a" ou "b", mas de que a democracia, no plano continental, tenha na OEA audiência aberta para que os argumentos de que os têm possam ser ouvidos e avaliados?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a palavra S. Exª o Embaixador Guilherme Patriota.

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – Obrigado, Senador José Agripino.

De novo, eu acho que o tema é extremamente importante e é o desafio do Embaixador que for que sentar naquela cadeira, quem quer que seja.

Gostaria, agradecendo suas generosas palavras a meu respeito, sobre a minha experiência prévia multilateral, de dizer que, na verdade, ela até é bem mais longa do que minha mera presença hoje como Embaixador alterno do Brasil junto às Nações Unidas, porque já é a segunda vez que sirvo na missão do Brasil junto às Nações Unidas. Servi também com a Embaixadora Maria Luiza Viotti, em 2008/2009. Eu antes servi em, Genebra, junto à OMC – Organização Mundial do Comércio; junto à OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual, à OMS, Unctad e várias organizações por três anos (2005 a té 2008).

Eu, antes disso, havia servido na missão do Brasil junto à Aladi/Mercosul, em Montevidéu, por mais de três anos. O único posto bilateral que tive foi a Nova Zelândia, quando nós abrimos uma embaixada em Wellington, em 1997. Trabalhei com o Embaixador Telles Ribeiro, por três anos, em Wellington, criando a primeira presença formal diplomática brasileira num novo país, do outro lado do globo.

Remontando mais para trás, devo dizer que meu primeiro posto no exterior foi a OEA, onde servi de 1990 a 1994. Pediria até a vênia de V. Exª para poder citar aqui o Embaixador Bernardo Pericás Neto, porque o saudoso embaixador, que faleceu recentemente, foi meu chefe durante todo esse período, quase quatro anos, a quem eu reputo um dos mais valiosos produtos da Casa de Rio Branco, embaixadores e diplomatas da nossa carreira. Então, eu tenho sempre presente ele, agora neste momento em que se coloca a questão da OEA, e tenho sempre presente também o Embaixador Baena Soares, porque ele era o Secretário-Geral da OEA, quando lá servi pela primeira vez. Já lá se vão 25 anos. Então, eu tenho uma carreira quase toda ela dedicada ao multilateralismo econômico, regional, político etc.

A minha vocação, a minha cabeça, como V. Exª invoca – qual seria a minha cabeça, se eu tenho cabeça própria –, é aberta e ecumênica, como eu sempre disse. Meu instinto e vocação é o diálogo com todos. Mas eu também opero dentro de uma formalidade da diplomacia, não posso operar apenas em outro plano, no plano da política, por exemplo, no plano partidário ou no plano acadêmico ou no plano de uma ONG. Eu sou amarrado por uma estrutura mais rígida da formalidade diplomática e que, em um ambiente multilateral como é o da OEA, tem suas regras, tem seu procedimento.

Eu acho que é o interesse brasileiro que a Venezuela seja um país parceiro, amigo, que se desenvolva em regime plenamente democrático, aberto e que ajude, contribua para que nossa região toda se afirme no mundo como um polo dinâmico de produção de riqueza, prosperidade e bem-estar social. Eu acho que isso é claramente do interesse brasileiro, no interesse da nossa região.

Então, é também obrigação do embaixador brasileiro manter boas relações formais e oficiais com os representantes de todas as outras nações que estão em Washington junto à OEA. Eu não posso me desincompatibilizar com ninguém, porque, se isso ocorrer, eu perco, também, um canal importante de atuação diplomática. Sendo assim, eu tenho que ter boas relações com o Embaixador dos Estados Unidos da América, com

o Embaixador do Canadá e com o embaixador de todos os países, inclusive os embaixadores da Alba, porque é um grupo que existe. Eles estão acreditados junto à organização; eles não foram suspensos.

Eu não posso chegar ao ponto de ter atitudes que signifiquem, que sejam interpretadas como intervenção em um assunto interno do país parceiro, porque todos são soberanos. Nós também somos; nós também não íamos desejar que outras nações fizessem política de pressão sobre o Brasil, transgredindo, digamos, as regras gerais da diplomacia, as normas de conduta gerais, aceitas por todos dentro da organização. Então, eu tenho que me pautar por esses parâmetros.

Agora, a minha cabeça, naquilo que eu tiver espaço – já expressei isso anteriormente –, é a da abertura, é a do diálogo com todas as partes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Ronaldo Caiado, V. Exª tem a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, objetivamente, o Senador José Agripino colocou um ponto que é a preocupação que tenho também em relação ao caso específico do nosso próximo embaixador na França, justamente em relação a esse problema dos nossos acordos. Eles têm penalizado enormemente a economia brasileira, principalmente no setor da agropecuária brasileira.

Em relação a outro ponto, é que temos, com sede na França, a Organização Internacional de Epizootias, e, ali, nós sabemos muito bem, as exigências muitas vezes existem, mas, em alguns casos, para preservar um mercado altamente subsidiado pelos europeus e que, não tendo a condição de competitividade nem com a qualidade, nem com produtividade da carne brasileira, se fecha alegando teses sanitárias que, na verdade, o Brasil já vem cumprindo de longa data.

Ora, com esse fato, nós teremos, agora, nos próximos dias ,essa reunião da OIE, e ficamos, muitas vezes, vulneráveis por questões econômicas da União Europeia, de países, principalmente como a Irlanda, que atuam fortemente, como também o setor rural francês, para que haja um bloqueio das importações de carne brasileira.

É fundamental que o embaixador possa ter uma capacidade de articulação e um apoio a esse setor que ainda é o sustentáculo, principalmente nessa competição das exportações brasileiras, que é o setor produtivo primário, especificamente a carne. E, com essa crise que estamos, talvez seja o único segmento superavitário na balança comercial.

Em relação aos acordos na área da educação, eu mesmo me beneficiei quando, por meio da Capes, em acordo com o governo francês, pude fazer minha pós-graduação e minha residência médica na área de especialização na cirurgia de coluna na La Pitié-Salpêtrière, em Paris. Isso, sem dúvida alguma, foi um grande avanço para todos nós, brasileiros, que nos dedicávamos, àquela época, a novas tecnologias na área de cirurgia da coluna vertebral. E sabemos o quanto podemos realmente, com esses convênios que existem com o governo francês, buscar essa sintonia que faz com que, cada vez mais, possamos qualificar os médicos e as técnicas cirúrgicas aqui no Brasil.

Bom; a pergunta especificamente que fica é, do ponto de vista de V. Sª, como poderá atuar diretamente nessa parte da Organização Internacional de Epizootias, no que diz respeito ao setor rural.

Pergunto, primeiramente, ao candidato à Embaixada na França e, depois, eu me dirijo ao candidato à Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Com a palavra S. Exª o Embaixador.

O SR. PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS – Senador Caiado, coincidentemente, esse assunto que V. Exª levanta foi objeto de uma conversa que tive com a Senadora Ana Amélia, que também tem muito interesse no trabalho dessa Organização Internacional de Epizootias. Acho que, de forma geral, o trabalho dessa organização não é muito conhecido, não é muito reconhecido, porque atua num nicho específico, que é sanidade vegetal e animal.

No início da minha carreira, tratei desse assunto, já nos anos 70, e tive oportunidade de ver que o Brasil, ao longo desse tempo, teve uma grande evolução na qualidade das suas propostas e das suas pesquisas, que permitiram gerar certificações sanitárias de grande qualidade. Com isso, de certa forma, deixamos de aceitar com barreiras não tarifárias, elas deixaram de ser aplicadas aos nossos produtos pela melhoria da nossa capacitação agrícola, pela melhoria da nossa produção agrícola e pecuária.

Acho que até por ter, na origem do meu trabalho diplomático, atuado nessa área de alimentação e saúde vegetal e animal, certamente vou dar muita atenção a isso, porque isso foi usado, durante muito tempo contra o Brasil e, em alguns países, ainda é usado contra o Brasil.

Acho que a questão da agricultura com a França, às vezes, é percebida naturalmente pela dualidade das posições nas negociações comerciais. O Brasil, nas negociações comerciais e agrícolas, tem uma atuação mais ofensiva a favor da liberalização, e a França tem uma posição mais defensiva, ligada ao protecionismo. Mas há uma parte bilateral que está crescendo, que está sendo melhorada, que está sendo desenvolvida. Há uma

agenda positiva, que abrange pesquisa, abrange cooperação e capacitação profissional, indicação geográfica, institucionalização de certificados, inclusive sanitários.

Ou seja, essa área aí tem uma conexão direta com a atuação da Organização de Epizootias. E eu acho que também a validade da sabatina é colher as preocupações dos setores brasileiros e dos Estados brasileiros aqui representados e poder induzir, conduzir a minha atuação lá. E eu vou estar atento não só pela minha origem, mas, sobretudo, pela orientação de V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Novamente, com a palavra o Senador Ronaldo Caiado, por cinco minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Dirijo-me, então, ao candidato a representar nosso País na Organização dos Estados Americanos.

Conforme consta até nos acordos que o Brasil tem firmado na construção da Organização dos Estados Americanos, que o Brasil é signatário de vários tratados, entre eles, especialmente, o de direitos humanos do cidadão, o das prerrogativas da liberdade, do respeito ao direito de ir e vir, da liberdade de imprensa; enfim, o Brasil é signatário de todos esses tratados.

O que nós estamos assistindo ultimamente é algo que nos preocupa sobremaneira. Primeiro, porque nós estamos vendo uma certa decadência na independência do Itamaraty nas matérias que dizem respeito à América Latina. Essa situação vem inquietando principalmente a nós, Senadores da República, quando assistimos essa situação sendo totalmente controlada não pela Chancelaria, não pelo Itamaraty, mas por uma posição de ordem pessoal do Professor Marco Aurélio Garcia; e ele aparecendo em situações que chegam a ser até constrangedoras quando nós podemos assistir, aqui, a uma filmagem, que foi feita e publicada pela TV Bandeirantes, onde os assessores do Ministério da Saúde e também um assessor da Opas – Organização Pan-Americana de Saúde diziam que aquele assunto não deveria ser levado ao conhecimento do Itamaraty no momento da assinatura dos contratos com os médicos cubanos, porque o Itamaraty iria atrapalhar; enfim, que vocês são muito burocratas. E o Professor Marco Aurélio Garcia já havia resolvido isso; já havia decidido até o valor do salário que deveria ser pago aos cubanos.

Como se não bastasse isso, nós assistimos também a mídia toda noticiar a presença, no Brasil, do Ministro que comanda os coletivos na Venezuela, se não me engano, Jaua, em que esse cidadão alegou a vinda dele ao Brasil para tratamento de saúde da família e que, no entanto, ao chegar a Caracas, ele faz uma coletiva, está certo, vem com avião da PDVSA, acompanhado de uma babá que carregava armas de calibres proibidos pela Polícia Federal Brasileira e que ficaram retidas por uns dias, e que, depois, chega a Venezuela, convoca a mídia e diz, dá conhecimento, como Ministro de Estado da Venezuela, tendo feito um acordo com o MST, acordo este que seria um tratado de troca de experiência.

Nesse momento, eu me ocupei de encaminhar ao Itamaraty um pedido para saber em que termos se dava esse acordo e sobre a entrada deste ministro aqui, já que vinha em uma função ou com uma responsabilidade de trazer aqui um entendimento do governo venezuelano com uma entidade que não tem CNPJ, não tem figura jurídica, não tem nenhum ato que a torne capaz de fazer esse nível de convênio.

Bom; para surpresa nossa, o Chanceler que aqui esteve – isso, à época, na Câmara dos Deputados – disse a nós, com toda a clareza, acredite se quiser, Sr. Presidente: "Nós não temos conhecimento da vinda deste ministro ao Brasil".

Ele entrou no País sem dar satisfação ao Itamaraty para fazer um acordo com o MST. O que isso mostra é a maneira como a atual política do PT trata o Itamaraty. Aquela frase do acordo do Mais Médicos é um negócio que define, resume exatamente isso. Ou seja: "no Itamaraty, eles são muito burocratas, eles são muito complicados. Eles têm uma liturgia muito difícil. O Marco Aurélio já vai resolver isso lá no Palácio, não precisa deles".

Quer dizer, isso é algo que quebra a história do nosso País. O Brasil cresceu e conviveu...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... pela competência do Itamaraty, da habilidade dos nossos embaixadores. Isso foi uma escola que enalteceu a política externa brasileira.

O embaixador brasileiro, em qualquer país do mundo, sempre foi uma figura respeitada. De repente, nós estamos ouvindo: "Não, a diplomacia brasileira é anã". De repente: "Não; o Itamaraty não precisa ser consultado. Isso aqui o Marco Aurélio resolve. Olha, eu vou entrar no Brasil, não tenho que dar satisfação para o Itamaraty, eu vou fazer acordos lá". E o Itamaraty não tem conhecimento das autoridades de outros países que aqui chegam?

Eu sei que eu estou prolongando um pouco, então, já vou para a pergunta. Então, se nós somos um País que temos todos esses tratados, somos signatários de todos esses tratados, como explicar a vinda de médicos cubanos para o Brasil com total desrespeito aos Direitos Humanos? Total! Esses cidadãos são presos no Brasil, sequestrados. As famílias deles estão em Cuba e a eles não cabe mais nada a não ser aqui ficar submetidos a

uma condição de mercadoria, para que os tiranetes cubanos recebam dinheiro do Governo brasileiro. Lá são recebidos R$2,2 bilhões – R$2,2 bilhões – , enquanto os médicos no Brasil vão receber R$170 milhões.

Então, esse é o quadro danoso a que nós estamos assistindo, e todas as vezes que nós, Deputados – à época eu era Deputado –, recorríamos à Organização dos Estados Americanos, nós não tínhamos resposta. Era um silêncio; ninguém agia, ninguém dizia: "Olha, tudo bem, a situação dos cubanos precisa ser resolvida. Vamos dar a eles a mesma condição que nós estamos dando a outros médicos que fazem parte do Programa Mais Médicos".

Não; eles foram tratados exatamente de acordo com o que o Marco Aurélio decidiu junto com o Lula e junto com os irmãos Castro. Então, onde é que está o tratado de que o Brasil é signatário? Quer dizer que é um tratado seletivo? Ele identifica a quem ele quer fazer aquele atendimento.

Quando o Lugo é destituído da condição de Presidente, conforme norma constitucional do Paraguai, eles impõem a exclusão do Lugo do Mercosul. Agora, quando a Venezuela quebra todas as regras de convivência de um processo democrático, aí não. Fecham-se os olhos porque é um aliado ideológico da linha do Marco Aurélio Garcia e da Presidente da República.

Então, esse é o quadro que nos acompanha. E, como pergunta também, que a Unasul criou um instituto para acompanhar as eleições nos países do Bloco. O Sr. Embaixador acha que o acompanhamento da OEA tornar-se-á obsoleto? Se isso é saudável. Esse é um ponto também que é uma pergunta que eu gostaria de formular.

E, para finalizar, saber qual é a posição da OEA agora para dar dimensão àquilo que o Senador José Agripino colocou sobre as queixas que aqui foram trazidas pelas esposas dos presos políticos, àquilo que o Senador Ferraço colocou em relação à liberdade de imprensa e àquilo que coloco também sobre os médicos cubanos que são tratados como mercadoria pelo Governo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Embaixador Patriota.

O SR. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado. Agradeço, inclusive, a perspectiva positiva que V. Exª aporta em relação ao respeito que os Embaixadores do Brasil sempre desfrutaram historicamente no exterior, que, a meu juízo, continuam a desfrutar.

A respeito do Prof. Marco Aurélio Garcia, eu devo dizer que trabalhei com ele há três anos, fui o seu nº 2, trabalhei no último semestre do Governo Lula e nos primeiros dois anos e meio da atual Presidenta Dilma Rousseff. Eu tenho por ele o maior respeito e o maior carinho. Eu acho que ele é um homem brilhante. Ele tem qualidades de diplomata, embora não seja formalmente do serviço exterior brasileiro, e ocupa um cargo oficial do mais alto nível dentro do Governo. Ele é assessor da Presidenta para assuntos de política externa, um cargo que, no passado, já foi ocupado por pessoas seja da carreira diplomática, seja de fora da carreira diplomática. Não é um cargo cativo da carreira diplomática. É um cargo de nomeação exclusiva pelo Presidente da República. Então, entendo que ele é um oficial do mais alto nível do Governo. Ele não é uma pessoa de fora do Governo. Eu tenho uma relação excepcionalmente boa com ele e o maior respeito por ele.

Ele entende, tem profunda compreensão da dinâmica política da nossa região, que é extremamente positiva para o Brasil e para o Itamaraty. Sua especialização, sua tese acadêmica foi a história dos partidos políticos. Além da história, ele conhece os personagens da história. Ele tem uma memória fabulosa, que é capaz de recapitular eventos do passado e do presente aqui, na Europa, em todos os lugares. Ele tem relações que foram extremamente úteis para o exercício da política externa brasileira em todos os planos, porque o Itamaraty atua no plano da oficialidade diplomática, como disse na minha resposta anterior, que eu teria que atuar não dentro do padrão da formalidade diplomática. O Prof. Marco Aurélio tem contatos que transcendem essa formalidade diplomática. Acho que isso expande o manancial de recursos a serviço da política exterior brasileira, assim como esta Casa expande o manancial de recursos da política exterior brasileira também. Senadores e Deputados também são coadjuvantes e atuam na política exterior.

Na ONU, no final do ano, com frequência, durante a Assembleia-Geral, nós sempre procuramos apoiar as vastas delegações de Deputados e Senadores que participam de vários debates e reuniões oficiais das Nações Unidas. Acho que isso é um ganho para o Brasil. Eu não penso em termos de Ministério setorial *versus* Itamaraty. Eu penso em Governo brasileiro, em Brasil.

Por exemplo, eu acho que, em várias instâncias, é até uma evolução positiva que os Ministérios setoriais passem a ter melhores condições de atuar diretamente no exterior, porque o tabuleiro internacional se multiplicou em termos de temas, instâncias, organizações e também atores, porque a interlocução hoje não é mais apenas com diplomatas de outros países. Temos que atuar com a mídia, com a imprensa, com as ONGs, com o meio acadêmico, com o setor privado. Todos são extremamente influentes. Há toda uma diplomacia que ocorre via setor privado. As pessoas vêm aqui e negociam acordos com o setor privado também. O Itamaraty não co-

nhece todos. Por exemplo, no Mercosul, durante muitos anos, fizemos um grande esforço para delegar e estimular Ministérios a se relacionarem diretamente com seus congêneres nos outros países do Mercosul para ver se se criava uma massa crítica de um Mercosul mais profundo, uma real integração que não fosse apenas uma integração mediada ou imaginada pelo Itamaraty, por um diplomata dentro de um gabinete. Queríamos que fosse uma real integração profunda, onde todos os temas tivessem um tratamento muito além do bom discurso e da boa retórica que um diplomata é capaz de fazer. Para isso, é necessário que os Ministérios se engajem.

Há um elemento positivo nesse engajamento da saúde. A saúde tem um engajamento histórico na política exterior. O meu padrinho, que foi o primeiro diretor-geral da OMS (Organização Mundial da Saúde), Dr. Marcolino Candau, durante quase duas décadas – é um personagem conhecido –, nos anos 50, estabeleceu, desde aquela época, uma marcada presença brasileira no âmbito multilateral, na área da Saúde.

Então, a gente tem, a OPAS igualmente. Há muitos brasileiros, médicos sanitaristas que estão lá, que contribuem.

Então, há uma intimidade de relacionamento com a OMS e com a OPAS em particular, que transcende a diplomacia e o controle do Itamaraty, eventualmente. Isso não é, necessariamente, negativo. Isso ocorre, por exemplo, na área financeira do Ministério da Fazenda, que, historicamente, sempre teve um canal de diálogo direto com as Organizações de Bretton Woods, as instituições financeiras internacionais sediadas em Washington.

Há um diálogo direto na área financeira que é muito comum, é histórico, também, que, aliás, não é só característico do Brasil, é característico da grande maioria dos países, que a área financeira se corresponda e tenha seu próprio canal de diálogo, seu âmbito de atuação externa próprio.

O Itamaraty está sempre, de alguma maneira, presente. Nem tudo vai ser tramitado aguardando-se a decisão de um Diplomata em algum lugar. Eu acho que isso é da vida do País, da expansão do País. Eu acho que, no final das contas, do jeito que o mundo avança para uma globalização muito mais densa, quase todos os atores passarão a ter algum trânsito internacional.

Então, o Itamaraty não se desmoraliza. O Itamaraty precisa, apenas, se modernizar e se adequar aos novos tempos, encontrar novas formas de atuação, novas formas de se tornar mais ágil, certamente. Eu tenho certeza de que essa é uma prioridade do atual Ministro de Estado, da modernização dos métodos de trabalho, dos meios de trabalho e, também, do papel do Itamaraty, que tem que transcender o que se fazia no passado. No passado, por exemplo, na área de promoção comercial, era comum os empresários baterem à porta do Itamaraty, às vezes, porque não falavam inglês.

Então, era necessária a presença de um Diplomata, que falava línguas, para organizar uma missão empresarial a algum país do exterior de interesse, na área agropecuária, em qualquer área, numa feira de exposições. Hoje em dia, ninguém se lembra, sequer, mais disso. Quer dizer, não há mais necessidade alguma de um Diplomata que saiba uma língua ou que saiba em que direção está o aeroporto. Quer dizer, as pessoas viajam, as pessoas atuam, as fronteiras caíram e isso ocorre em todos os cantos.

Agora, se houver alguma ação ou outra que gere uma consequência política doméstica no País, o caso do Mais Médicos é uma polêmica na qual eu também não me sinto na obrigação de entrar como Diplomata. Eu acho que isso aí também extrapola o meu âmbito de atuação e minha formação como agente do Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está encerrada esta sabatina.

Nós vamos passar à apuração dos votos.

Nessa fase, como todos sabem, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Eu designo os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino para atuarem como Secretário e Escrutinador. (*Pausa.*)

(*Suspensa às 14 horas e 6 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 8 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

Eu queria, antes de proclamar o resultado da deliberação, assinalar o fato de que esta urna eletrônica, que foi testada e aprovada nesta primeira votação, foi desenvolvida nesse sistema também de controle da presença, em colaboração com a Câmara dos Deputados, que cedeu a tecnologia e procedeu às adaptações necessárias.

Eu comunico a deliberação, portanto, das indicações dos Embaixadores – do Sr. Paulo Cesar de Oliveira Campos e do Sr. Guilherme de Aguiar Patriota: foram aprovados.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 9 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2015.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Benedito de Lira, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. Assina a lista de presença o Senador não membro desta Comissão Roberto Rocha. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Ricardo Ferraço, que profere o relatório. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, nos termos do Substitutivo (Emenda nº 6-CRE) acatando parcialmente a Emenda nº 5, de autoria do Senador Lasier Martins. A matéria vai a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Usa a palavra o Senador Lasier Martins e o Senador Jorge Viana. ITEM 2) **MENSAGEM (SF)** Nº 18, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru." Usa a palavra o Senador Lindbergh Farias. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do artigo 383 do Regimento Interno. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA destinada a discutir projetos, situação da pasta e perspectivas para o futuro, assim como prestar informações aos membros da Comissão no âmbito da competência do Ministério da Defesa. Convidado: Ministro Jaques Wagner, Ministro de Estado da Defesa. O Presidente convida a compor a mesa o Ministro Jaques Wagner; o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira; o Comandante do Exército, General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas; o Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato; o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, General de Exército José Carlos De Nardi; e a Secretária-Geral do Ministério da Defesa, Sra. Eva Maria Cella Dal Chiavon. O Presidente concede a palavra ao Ministro para sua exposição. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e trinta e cinco minutos assume a presidência a Senadora Ana Amélia. E, às onze horas e cinquenta e seis minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usam a palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque e Hélio José. O Presidente dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento de documento da OAB sobre os Direitos Humanos – Venezuela e Presos Políticos. O Ministro responde os questionamentos apresentados. O Presidente agradece a presença do Ministro e das demais autoridades. Delibera-se, então, o EXTRAPAUTA: ITEM 4) **MENSAGEM (SF)** Nº 20, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ENIO CORDEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Antonio Anastasia, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 5) **MENSAGEM (SF)** Nº 22, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO ABDALLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Catar." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Hélio José, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. PAUTA – 1ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 3) **MENSAGEM (SF)** Nº 19, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador." É designado relator ad hoc o Senador Antonio Anastasia, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regi-

mento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 35, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que "Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que sejam convidados a prestar depoimento, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o Excelentíssimo Senhor José Mujica, ex-Presidente da República Oriental da Uruguai, assim como o ex-vice-Presidente uruguaio, Danilo Astori." Lido. EXTRAPAUTA: ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 36, de 2015, de autoria do Senador Jorge Viana, que "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, de audiência pública para debater o incessante fluxo migratório de haitianos para o Brasil. Desde o terremoto que devastou o Haiti em 2010, imigrantes haitianos têm viajado durante dias, muitas vezes em condições degradantes, para buscar novas oportunidades de emprego no Brasil. A maior parte deles entra no país pela cidade de Brasiléia, no Acre – estado que também não tem infraestrutura para recebê-los. Conforme divulgado pelo site globo.com em sua edição de ontem, o haitiano Obya Jobsillie, 41 anos, recém chegado na Paróquia Nossa Senhora da Paz, região central de São Paulo, local que virou ponto de referência para os haitianos que chegam na cidade, argumentou: "Quero um emprego. Vim para trabalhar e voltar melhor de vida". O padre Paolo Parise, responsável pelo local, declarou: "Eles [haitianos] vêm sempre na esperança de crescer na vida. A informação que eles recebem é de que temos muitos empregos". Afirma, ainda, que a maior parte dos imigrantes sonha em trabalhar na construção civil. Dessa forma, milhares de haitianos têm entrado no Brasil na esperança de uma vida melhor. No entanto, devido à grande quantidade de imigrantes nessa situação que chega pelas nossas fronteiras, os Estados brasileiros não têm estrutura suficiente para dignamente recebê-los. Nesse sentido, no intuito de encontrar soluções para o problema em questão, sem prejuízo da inclusão de outros convidados, indicamos os seguintes: Beto Ferreira Martins Vasconcelos: Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça – MJ e Presidente do Comitê Nacional para os Refugiados – Conare; João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva: Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça; Embaixador Sérgio Danese: Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Tarcíso Dal Maso Jardim: assessor da Presidência do Supremo Tribunal Federal – STF; membro da Comissão de Especialistas do Ministério da Justiça – MJ que apresentou a proposta de Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil; Nilson Mourão: Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Acre." Lido. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e quarenta minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, nós passaremos à parte deliberativa, começando pela Ata da reunião anterior, mas eu queria, em primeiro lugar, para abordarmos o item 1 da pauta de hoje, dar a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O Ministro da Defesa, Jaques Wagner, está nos esperando na sala contígua, e eu peço à Secretaria da Comissão que providencie todas as honras ao Ministro, com cafezinho, bolinho de estudante, tudo o que for necessário para que ele possa aguardar a leitura do parecer do Senador Ricardo Ferraço sobre o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013

– Terminativo –

Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações: O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei de autoria de S. Exª, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, de nº 288, ainda de 2013, pelo qual se pretende instituir a Lei de Migração, regular a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, estabelecendo normas de proteção ao emigrante brasileiro, entre outras tantas detalhadas e necessárias providências à adequação do nosso marco legal.

A proposição, Sr. Presidente, é composta por sete títulos.

O Título I, "Dos Princípios e dos Direitos dos Imigrantes", traz a definição de "imigrante" como "todo estrangeiro que transite, trabalhe ou resida e se estabeleça transitória, temporária ou definitivamente no País". São excluídos, portanto, o turista e outros sem pretensão de se estabelecer em território nacional. O repúdio à xenofobia, a não criminalização da imigração, a acolhida humanitária e a garantia à reunião familiar, entre outros direitos e deveres, estão previstos como princípios da política migratória brasileira. Além disso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o art. 3º prevê uma série de direitos e garantias aos imigrantes, a exemplo do amplo acesso à justiça, bem como as medidas destinadas a promover a integração do imigrante nas respectivas comunidades locais.

O Título II, Sr. Presidente, "Dos Documentos", dispõe sobre os tipos de visto (de trânsito, de turismo e negócios, temporário, permanente, diplomático e oficial e de cortesia). Traz, ainda, dispositivos sobre os institutos do asilo e da reunião familiar.

Os dispositivos sobre repatriação, deportação e expulsão encontram-se no Título III.

Já o Título IV define as regras sobre naturalização, inclusive sobre seus efeitos e sobre a perda da nacionalidade.

O Título V ocupa-se de situações referentes ao emigrante brasileiro.

O Título VI, "Das Sanções", tipifica o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de migração e prevê infrações administrativas, com as respectivas multas, a exemplo da entrada ou estada de estrangeiro sem documentação adequada no território nacional; do exercício de atividade remunerada, no Brasil, por estrangeiro beneficiário de visto de turismo e negócios.

Por fim, Sr. Presidente, o Título VII cuida das "Disposições Finais", com alterações na Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Pretende-se que o brasileiro que tenha trabalhado no exterior possa contribuir, de forma retroativa e como segurado facultativo, para o Regime Geral de Previdência Social. Há, ainda, a cláusula revocatória da Lei nº 6.815, de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro), com exceção dos dispositivos referentes à extradição.

O PLS, Sr. Presidente, foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para, de forma terminativa concluir esse amplo e longo debate que nós fizemos aqui no Senado, não apenas com Senadores, mas um debate que envolveu academia, organizações não governamentais que militam na defesa e promoção dos direitos humanos. De igual forma, envolveu uma ampla negociação com o Poder Executivo.

E eu quero aqui relatar o apoio do ex-Secretário Nacional de Justiça, Dr. Paulo Abrão, e do atual Secretário, Dr. Beto Vasconcelos, que funcionaram como mediadores, como construtores de um amplo consenso nas diversas áreas, nos diversos setores e segmentos do Governo Federal. O Dr. Beto Vasconcelos consegui convergir ações relacionadas ao Ministério da Justiça, à Polícia Federal, de fundamental importância numa atividade como essa.

De igual forma o Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência Social, o Ministério das Relações Exteriores.

Portanto, estamos apresentando um voto substitutivo, um parecer substitutivo que reúne e acolhe todas essas preocupações que, ao longo desses anos todos, tivemos aqui tratando desse importante assunto.

O fato objetivo, Sr. Presidente, por autoria de V. Exª, é que essa é uma proposição que remove todo o entulho do Estatuto do Estrangeiro, que vem ainda da época da ditadura militar, dos anos 80, que colocava inclusive a segurança nacional como imperativo na definição e decisão da política do migrante. Essa lei não só se adéqua à realidade como também dialoga evidentemente com o cumprimento da Constituição Federal, que determina que a nossa política externa, entre outros fundamentos, será presidida pelo respeito absoluta aos direitos humanos.

Então, o nosso relatório, Sr. Presidente, é nessa direção.

Cumprimento V. Exª pela iniciativa.

Trata-se de um relatório que já passou pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Constituição e Justiça. E me parece absolutamente amadurecido, não maduro para que nós possamos deliberar sobre ele, Sr. Presidente, até porque, se concluirmos de maneira terminativa o nosso relatório, teríamos ainda que ouvir naturalmente a Câmara dos Deputados. Quero crer que o tempo será um facilitador para que possamos ofertar à população brasileira uma lei que possa estar adequada, sobretudo, a esse fenômeno, Sr. Presidente, que não está presente apenas no Brasil e na América do Sul, mas é um fenômeno global. Nós assistindo nas últimas semanas e meses aos desafios da migração do norte da África e outras regiões, no Mar Mediterrâneo, para a Europa. Esse é um fenômeno também que está presente em nosso País. Temos uma grande área de

fronteira, fronteira seca. Estamos recebendo, nos últimos dois anos, mais imigrantes do que recebemos nos últimos dez, quinze anos.

Portanto, precisamos de fato aperfeiçoar. E é isso que nós estamos oferecendo, a Comissão de Relações Exteriores, criando, inclusive, Senador Jorge Viana, regras para o migrante fronteiriço, que é aquele que trabalha em alguns dos países que fazem fronteira seca com o nosso, que moram aqui ou moram lá e que precisam estar nesse trânsito.

Procuramos aqui abordar todos os assuntos que fazem parte desse necessário aperfeiçoamento e, diria mais, enquadramento àquilo que está consagrado na nossa Constituição Federal.

De maneira resumida, Sr. Presidente, esse é o nosso relatório, que é de amplo conhecimento de todos que participaram ativamente desse debate que coloca o nosso País em linha inclusive com os acordos internacionais que o nosso País tem, regido pelo princípio da preocupação com os direitos humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu agradeço a V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

Essa é uma matéria que foi longamente estudada não apenas pelas Comissões que se debruçaram sobre ela, a Comissão de Constituição e Justiça e também a Comissão de Assuntos Sociais. Aqui, mesmo na nossa Comissão de Relações Exteriores, começou a tramitar já no ano passado. Por quatro vezes, ela foi incluída na pauta e retirada sempre a pedido do Relator, com o objetivo de colher subsídios das várias áreas do Governo Federal que intervêm nesse processo de migração, de modo que nós tivéssemos uma proposição que refletisse a posição não de um partido, de um Senador ou de um parlamentar, mas do Governo Brasileiro, do Estado brasileiro.

Eu quero, também, como o Senador Ferraço, cumprimentar o Ministério da Justiça, nas pessoas do ex-Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, e do atual, Beto Vasconcelos, que coordenaram essa convergência de opiniões e de sugestões.

Quero enaltecer imensamente o trabalho da Consultoria do Senado, especialmente do Consultor Tarcísio Jardim, que, hoje, está momentaneamente, provisoriamente, servindo no Supremo Tribunal Federal como assessor do Ministro Lewandowski, bem como a todos aqueles que contribuíram para o aprimoramento do projeto sob a batuta e a égide do competente Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, eu penso que esta Comissão tem, agora, a oportunidade de dar uma extraordinária contribuição ao País, pelo que parabenizo, primeiramente, V. Exª, Senador Aloysio Nunes, que teve a iniciativa de buscar debater e apresentar uma proposta de lei de migração, e também o Senador Ricardo Ferraço, pois penso que não poderíamos ter relator melhor em matéria como essa. O Senador Ricardo Ferraço foi Presidente desta Comissão e se envolveu, diretamente, com questões ligadas a esse tema. Aliás, ajudou-nos indo ao Acre tratar da questão dos haitianos.

Aproveito para registrar que esse problema se agravou muito.

Nesta semana, por desinformação, novamente ontem, eu fiz uma fala no plenário, apresentando requerimento para que, imediatamente, se faça uma audiência pública aqui, nesta Comissão, para tratar desse problema, pois já agora chegamos a 40 mil haitianos entrando pelo Acre – 40 mil! E isso em quatro anos! Anteontem, chegaram 200 a Rio Branco.

E, agora, um conflito entre o Governo Federal, o governo de São Paulo, o governo do Rio Grande do Sul e o governo do Acre.

O Acre não recebe nenhum aviso e chegam centenas – como anteontem chegaram 200, de uma vez só –, e o Estado está tendo que, há quatro anos, lidar com isso.

Esse é um tema que o mundo inteiro debate hoje. A Ásia não sabe como fazer; a Europa enfrenta um seriíssimo problema nesse aspecto; e o problema chegou ao nosso País.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – ... Debate no Parlamento Europeu...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu diria que, no mundo, hoje, no âmbito das relações exteriores, é o principal debate. E o Brasil se antecipa, com a iniciativa do Senador Aloysio, com esse relatório, que, no fundo, é um substitutivo, onde se fez questão de envolver os dois Secretários do Ministério da Justiça que tratam do assunto – o Abrão e, agora, o Beto Vasconcelos –, que se envolveram diretamente. E até aproveito para parabenizar por se buscar essa cooperação, porque esta é uma questão de Estado, é uma questão nacional, é uma questão de difícil trato. A gente está vendo esse exemplo.

Houve uma reunião, ontem, entre o Governador Tião Viana e o Ministro da Justiça. Acho que as medidas que o Brasil está adotando sobre o caso, lá no Acre, não vão resolver, são paliativas, porque nós temos uma decisão a tomar: 40 mil já passaram! E está aumentando esse número. No mês de abril passado, foram 1.412 haitianos que chegaram ao Acre, isso em um único mês! Nestes anos, de janeiro para cá, já foram cinco mil!

Então, são situações gravíssimas que já bateram à nossa porta, que já estão dentro do nosso País.

Assim, eu queria concluir dizendo que penso que uma matéria complexa como essa – e por isso queria parabenizar muito o substitutivo do Senador Ricardo Ferraço – só pode ser feita mesmo se nós reunirmos técnicos qualificados, quem tem conhecimento da matéria, quem delibera sobre a matéria, quem convive com ela. E assim foi feito em todas as etapas; e, especialmente, também – algo que é fundamental –, as organizações não governamentais que lidam com essa problemática. É muito complexo; é muito difícil.

Assim, eu queria, mais uma vez, parabenizar o Sr. Relator pelo substitutivo apresentado. A nossa orientação é, de fato, no sentido de estar junto com o Relator nessa matéria, registrando aqui a maneira como ela foi trabalhada, em especial por ser tão complexa, o que deve, inclusive, funcionar como algo pedagógico, isto é, para que se encontrem as soluções para problemas difíceis seguindo o caminho que foi trilhado pelo Senador Aloysio, autor, pelo Senador Ferraço, Relator, reunindo as autoridades do Governo Federal, os representantes da sociedade civil, quem conhece um assunto como esse, para que tenhamos condição de deliberar e fazer com que o Brasil tenha uma lei que possa, inclusive, servir de referência para outros países.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Aloysio...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Lasier, por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Aloysio, o texto foi entregue ontem à noite. Quase não deu para nos inteirarmos. Quero saber da possibilidade de pedir vista para apresentarmos uma emenda ao Substitutivo porque há o Inciso XV com relação às possibilidades para viver no Brasil.

Ainda considerando muito louvável o trabalho apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço, refiro-me à possibilidade de que quem "tenha sido vítima do tráfico de pessoas, de trabalho escravo, de violência a direito agravada por sua condição migratória."

Nesse particular, eu gostaria de oferecer uma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Lasier, pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Não é o Inciso XV: "XV – estar em liberdade provisória ou em cumprimento de prisão cautelar ou de pena criminal." Isso permitiria que criminosos se estabelecessem. É o art. 25.

Então, eu gostaria de ganhar tempo para examinar e apresentar uma emenda substitutiva. Considerando a possibilidade de que, na semana que vem, haja audiência pública, haveria tempo para a outra semana, considerando também que, na semana que vem, estarei em missão no exterior, designado pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, perfeitamente. É regimental o pedido de V. Exª. Concedo vista a V. Exª para que possamos acolher, enfim, examinar a emenda que V. Exª apresentará.

Vista concedida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vista coletiva.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cometi uma falha. Por gentileza, que houvesse uma oportunidade de ler o meu requerimento, que e tão urgente, sobre a questão dos haitianos, de audiência pública, ainda nesta reunião, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Será lido, sem dúvida.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza. Sr, Presidente, por favor.

Eu gostaria de solicitar também a inclusão de um relatório, que eu leria em momento oportuno, sobre a indicação do Embaixador no México, Enio Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Faremos isso.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Passamos, agora, à segunda parte ...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, já falei com V. Exª, e agora falo com o coletivo, que eu gostaria que fosse incluído como extrapauta, a leitura do requerimento do embaixador do Qatar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Qatar? Pois não, será lido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fazendo aqui uma análise muito rápida relacionada à contribuição que, em bom tempo, traz o Senador Lasier, está me parecendo que a preocupação de S. Exª é adequada.

Consulto V. Exª e dos demais Senadores bem como ao Senador Lasier: se acolhermos a supressão, como ele está sugerindo, é possível que avancemos ou, ainda assim, ele deseja vista? Seria uma forma de votarmos aqui. É uma consulta que faço a V. Exª, consultando, naturalmente, o Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Depende do Senador Lasier. Se ele considerar satisfatório...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Suprimindo, teríamos um parágrafo único e estaríamos restabelecendo, Senador Aloysio, o espírito do projeto de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª acolhe a emenda, Senador Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acolho a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Existe alguma objeção quanto a isso?

Não havendo objeção...

Não?

V. Exª retira, e os demais também, o pedido de vista.

Podemos passar à deliberação.

É uma votação nominal. Vou chamar os Senadores para que se pronunciem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Só para finalizar, o parágrafo único ficaria assim: "Não se concederá autorização de residência a estrangeiro condenado criminalmente no Brasil ou no exterior, desde que a conduta esteja tipificada na legislação penal brasileira e ressalvadas as infrações de menor potencial ofensivo."

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É isso, Senador Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – De acordo.

Vamos passar, então... a contribuição, como sempre, vigilante e adequada.

Obrigado, Senador Lasier.

Vamos chamar, então, os Srs. Senadores.

Senador Jorge Viana, como vota?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Penso que, na semana que vem, eu também não estaria na reunião. Fico contente de poder dar meu voto a essa iniciativa. A Constituição de 88, há 27 anos, foi feita. Desde 1980, há o Estatuto do Estrangeiro. E só agora o Brasil está tendo uma lei adequada aos tempos de hoje, aos problemas que o mundo vive e que o Brasil enfrenta.

O meu voto é "sim", com o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vota "sim".

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Do Senador Ricardo Ferraço, voto conhecido.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – "Sim", Excelência. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Com o Relator. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. Fora do microfone.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – "Sim".

Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está aprovada a matéria com dez votos.

Está aprovado o substitutivo ao PLS 288, com a emenda oferecida pelo Senador Lasier.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, c/c com o art. 92 do Regimento Interno.

Na próxima semana, se não houver emendas, faremos o turno suplementar, na próxima reunião. Então, o projeto irá à Câmara, seguirá seu curso.

Senadores, lembro-me de que, quando era Deputado Federal, Senador Ferraço, meus caros colegas, presidi a Comissão de Constituição, Justiça. E na época, o grande Parlamentar Almino Affonso levantou a questão, àquela época, da necessidade de atualização da Lei dos Estrangeiros. Ele iniciou o trabalho, que seguramente seria um trabalho magnífico, como tudo que era da lavra do Almino Affonso, mas, infelizmente, terminou a legislatura e nós não pudemos concluir aquela tarefa. Concluímos hoje aqui, no Senado, graças ao trabalho do Senador Ferraço e de todos nós.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não. Graças a V. Exª, que apresentou a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Bem, agora nós vamos ter a honra de receber entre nós o Ministro Jaques Wagner, Ministro da Defesa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, rapidamente eu queria dar como lido o segundo ponto de pauta. Eu não vou ler o relatório. É um relatório muito bem construído pela assessoria, eu falaria sobre isso na próxima semana, mas eu queria dar como lido.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras têm em mãos o relatório da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 18, de 2015, da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Marcos Leal Raposo Lopes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Então, eu queria dar como lido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª será atendido. Darei vista coletiva para que nós possamos deliberar proximamente.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno.*

Muito bem. Agora, sem mais delongas, nós vamos receber, com muita honra, o Ministro Jaques Wagner, Ministro de Estado da Defesa. (*Pausa.*)

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, meus caros colegas, eu tenho a alegria de dar, em nome de todos, as boas-vindas ao Ministro Jaques Wagner. Tive com o Ministro uma convivência muito prazerosa para mim na Câmara dos Deputados, tenho a melhor das lembranças do Ministro Jaques Wagner, tenho muita estima por ele.

Eu me lembro, Ministro, que o nosso amigo comum, com o qual o senhor tinha uma divergência política e afeto pessoal, o Deputado Luís Eduardo Magalhães, foi quem nos aproximou. E tivemos uma convivência, para mim, muito prazerosa, muito proveitosa. Eu quero cumprimentá-lo.

Cumprimento também os Comandantes das Forças aqui presentes, assim como às suas assessorias, e, ao apresentar as nossas boas-vindas, Ministro, eu quero que V. Exª saiba a importância que esta Comissão atribui ao tema Defesa Nacional, não apenas porque ela se inclui à defesa nacional no âmbito temático da nossa Comissão, como por que compreendemos a exata dimensão da importância da sua tarefa. Tarefa que diz res-

peito ao Estado brasileiro, e que precisa ser tratada com o maior grau possível de consensualidade, de acordo, para que reflita realmente uma visão do País, o Brasil, que todos nós sabemos, tem uma vocação pacífica, mas que precisa estar preparado para enfrentar ameaças externas e que tem também na Defesa Nacional um pilar importante da defesa da soberania e da independência do nosso País.

O Ministro da Defesa esteve, ontem ainda, na Câmara dos Deputados, em audiência pública, perante a comissão homóloga à nossa. Naquela ocasião, ontem ainda, o Ministro pôde afirmar perante aquela comissão, entre outras coisas, que os projetos estratégicos da pasta, e que interessam às Forças, serão mantidos e serão desenvolvidos sem solução de continuidade. Isso, para nós, seguramente será um tema, Ministro, que a nossa Comissão vai se debruçar e será um dos pontos fortes desta audiência pública. Nós nos preocupamos com eventuais cortes, contingenciamentos nesses orçamentos que possam contribuir com os inúmeros projetos estratégicos das Forças. A sua palavra, ontem, de alguma forma, nos anima.

Eu também quero dizer ao senhor que a nossa Comissão escolheu como tema, digamos, de um relatório especial sobre a política pública que cada uma das Comissões do Senado deve estudar durante o ano, atendendo à norma regimental, a política pública que nós escolhemos foi a política industrial de defesa no Brasil, tendo como Relator o Senador Ricardo Ferraço. Isso apenas para ilustrar o que lhe disse, Ministro, da preocupação que nós temos com o tema Defesa Nacional e do apoio que daremos a todas às suas iniciativas que visem exatamente a aprimorar a defesa brasileira, segundo planos e estratégias já estabelecidos e muito amplamente discutidos no Congresso Nacional.

Comunico as Srªs e aos Srs. Senadores que já está aberta a lista de inscrição.

Passo a palavra ao Ministro Jaques Wagner para a sua exposição inicial.

O SR. JAQUES WAGNER – Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Aloysio Nunes, e confirmar suas palavras de que realmente tivemos uma convivência bastante produtiva e positiva ao longo do tempo que convivemos no Parlamento brasileiro que, entendo, serem duas Casas que nos ensinam muito. V. Exª do PSDB e eu do PT, eu sempre dizia que depois que todos passassem pelo papel de governo e de oposição, todos nós iríamos ver a relação com os governos de forma diferente, porque sabemos das dificuldades que é tocar um Executivo em um País com tantas necessidades e limitações orçamentárias.

Eu acho que a convivência destas duas Casas, eu estive ontem na Câmara dos Deputados, onde fui Deputado por 12 anos, realmente é profundamente educadora. O que foi dito pelo Senador Aloysio Nunes, eu diria, é a chave do negócio. Temos a nossa divergência política, sem perdermos o afeto ou, pelo menos, o respeito pessoal no trato da coisa pública. Quando as coisas saem desse eixo, quando via ódio, vira raiva, vira desrespeito, dificilmente, conseguimos ter um bom debate.

Ontem, citei na Câmara, e queria citar aqui, que, quando fui Líder do Partido dos Trabalhadores, então o maior partido de oposição, em 1995, quando Luiz Eduardo era Presidente da Câmara e era o primeiro ano do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu dizia para o lado de cá, na oposição, o seguinte: "Perdemos a eleição, eles ganharam a eleição, e a bandeira da privatização, por exemplo, está incorporada naquilo que foi escolha do povo. Então, a nós, como oposição, cabe, respeitada a decisão, trabalharmos para melhorar o processo de privatização que foi feito." Infelizmente, como pior caminho para a democracia, se criou a dicotomia: dinossauros e modernos. Não sei se V. Exª se lembra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu fui moderno; V. Exª, dinossauro. (Risos.)

O SR. JAQUES WAGNER – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Nem sou tão moderno assim e V. Exª nem dinossauro é. (Risos.)

O SR. JAQUES WAGNER – Mas isso que eu digo. Então, escolhemos o pior caminho, de uma verdade absoluta de um lado e outra, do outro, e tudo aquilo que esta Casa pode produzir, e produz em quantidade, que são consensos progressivos, entendimentos, dentro da divergência, que, graças a Deus, existe, não conseguimos fazer. Então, vejo, hoje, com alegria, por exemplo, algumas peças do ajuste demandado pelo Governo Federal sendo votadas também por membros de oposição, por entenderem, não que estejam concordando com tudo, que essa ou aquela parte é realmente necessária. Acho que esse é o caminho de fortalecimento da democracia brasileira.

Estamos com 30 anos de democracia ininterrupta. Vamos completar 30 anos da Constituição mais longeva da história do Brasil, a de 1988, daqui a pouco. Acho que isso é motivo de comemoração para todos nós. Isso não é obra de uma pessoa, muito menos de um único partido. É obra de vários tijolinhos que cada um de nós foi colocando.

Então, querida dizer, Senador, da minha alegria de estar aqui e agradecer a compreensão de V. Exª quando do meu pedido de adiamento desta reunião por conta de um compromisso que era, para mim, realmente inadiável. Cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço, Relator da Comissão ao qual o Senador Aloysio se referiu.

Quero dizer da importância, e vou mostrar nos eslaides, hoje, da indústria de defesa, que movimenta US$1,5 trilhão no mundo, e precisamos ocupar parte dessa fatia. Não queremos ser compradores. Queremos ser produtores e também compradores, evidentemente. Creio que o parque industrial, e estou vendo aqui o ex-Governador Anastasia, em Minas Gerais, é um exemplo, e temos vários exemplos, do quanto a gente evoluiu na área de defesa a partir da chegada dessa indústria.

Quero cumprimentar também os nossos comandantes: Almirante Leal Ferreira, da Marinha; General Villas Bôas, do Exército; Tenente-Brigadeiro do Ar Rossato, da Aeronáutica; General-de-Exército José Carlos De Nardi, Chefe de Estado Maior Conjunto das Forças Armadas – criação já nossa, não minha, do Ministério da Defesa –; Drª Eva Chiavon, Secretária-Geral do Ministério da Defesa. Em nome dos comandantes, quero cumprimentar todos os militares aqui presentes e, em nome da Drª Eva, todos os funcionários civis do nosso Ministério.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Ministro, me perdoe V. Exª.

Queria sugerir, Presidente, que os nossos comandantes das Forças Armadas pudessem se assentar à mesa, juntamente com nosso Ministro, pela honra que estamos tendo em receber aqui os comandantes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha. Se V. Exª assim entender, queria sugerir a V. Exª que pudessem estar na companhia do nosso Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Excelente sugestão. Claro, por favor.

O SR. JAQUES WAGNER – Eu, só para cuidar dos ciúmes interno, pediria que se colocassem mais duas cadeiras para o General De Nardi, do Estado Maior, e a Drª Eva, que são os cinco em linha que representam a...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sugestão muito bem aceita, Ministro. Por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desculpe, mas acho que...

O SR. JAQUES WAGNER – Está correto. Ontem, na Câmara foi assim também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem lembrado, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não é todo dia que temos aqui a presença honrosa dos nossos comandantes.

O SR. JAQUES WAGNER – A Drª Eva está convocada a sentar à mesa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – A Drª Eva é a garantia de mulher na Mesa.

O SR. JAQUES WAGNER – Ela cuida do orçamento. Então, é indispensável.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aliás, eu queria dizer a V. Exª, Ministro, que as Forças têm uma excelente assessoria parlamentar: sempre presente, sempre vigilante, sempre colaborando com os trabalhos da nossa Comissão.

Quero aproveitar a ocasião para, na sua presença e na presença do Comandante, fazer um elogio, que exprime o consenso da nossa Comissão, à assessoria parlamentar.

O SR. JAQUES WAGNER – Bom, quero cumprimentar os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, a imprensa e os funcionários desta Comissão do Senado.

Eu queria, Senador, começar fazendo... Vou tentar fazer uma breve exposição para deixar o tempo mais para as perguntas, para chegar ao desejo dos Parlamentares.

Próximo, por favor.

Aí é só o organograma do Ministério da Defesa, criado ainda do governo do Presidente Fernando Henrique, em 1999. Estamos com 15 anos de existência. E eu diria que a própria criação do Ministério, Senadores, já apontava para a importância que a sociedade brasileira dá a esse item da defesa e nos colocou nos moldes do que acontece em qualquer grande democracia do mundo. É assim na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Canadá... O mundo inteiro se organiza dessa forma. Nós ainda estávamos na forma antiga, de três ministérios por cada Força.

Então, é essa estrutura, basicamente. É o Ministério e seu Gabinete, a Secretaria-Geral, com suas atribuições, entre elas a de cuidar da Secretaria de Produtos de Defesa e também do orçamento, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, também com sua área estratégica, sua área de logística, e todo o comando das operações conjuntas das Forças. E é evidente que, apesar de o organograma dar impressão contrária, eles, na verdade, estão em linha: a Secretaria-Geral, o Estado-Maior Conjunto e, evidentemente, os três Comandantes das Forças. Eu diria que nós estamos numa linha de cinco caixinhas que representam a nossa estrutura.

Aqui, neste eslaide, eu estou tentando mostrar o tamanho e a dimensão do próprio Ministério. Nesse primeiro quadro, 1366 é o número de funcionários, entre civis e militares, que trabalham, eu diria, na estrutura central do Ministério da Defesa. E, embaixo, o quadro dos efetivos das Forças Armadas. Nós temos 342.738 homens e mulheres na ativa e 148.309 inativos, perfazendo um total de quase de 500 mil. É dos ministérios com maior contingente. Mais adiante nós vamos ver também o número de pensionistas, porque nós separamos, porque inativo é uma condição e pensionista, evidentemente, é outra.

Próximo.

Bom, aqui é só mais uma, em outro formato, e aí nós incluímos também os anistiados, porque as três Forças têm também, em função da Lei da Anistia, militares anistiados, e aí é só uma demonstração. Evidentemente, é claro que o Exército, que é a Força terrestre, eu diria, de maior capilaridade e de maior presença, porque é a Força para a ocupação, tem, basicamente, metade do contingente total das três Forças: de 350 mil, 170 mil são do Exército.

Próximo.

Esta é a missão constitucional do Ministério da Defesa: coordenar o esforço integrado visando à garantia da soberania dos Poderes, da lei e da ordem, do patrimônio nacional e a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.

E aqui eu abro um parêntese, que talvez fosse desnecessário numa comissão de relações exteriores e defesa, para insistir, até repetindo o que o Senador Aloysio já colocou, que nós, por sermos um país de paz, historicamente, por não temos nenhum condão imperialista, por não termos problemas com nossos vizinhos, numa pergunta que é comum: para que um submarino de propulsão nuclear? Para que um caça? E os números são altos, porque, em defesa, toda vez que você vai falar, e eu vou mostrar os números, cada investimento... O programa do submarino é de 30 bilhões, o dos caças roda em torno de 20 bilhões, e por aí vai, porque são equipamentos de altíssimo conteúdo de tecnologia embarcada e, portanto, muito caros.

E eu insisto em repetir: aqui não se trata de se preparar para a guerra, mas para a paz. Hoje, o conceito moderno é de dissuasão. Temos patrimônios naturais incomensuráveis, nós somos dos melhores em patrimônios. Temos 8,5 mil quilômetros de costa, com o pré-sal, com um potencial econômico enorme, e não podemos nos desguarnecer – a palavra eu diria que é essa. Não queremos ir para a briga, mas precisamos que os vizinhos e todos saibam que estamos aqui. Cito o exemplo do sofrimento que foi para o povo argentino, sem entrar no mérito diplomático das Ilhas Malvinas. Se a Argentina possuísse, àquela época, um submarino de propulsão nuclear, seguramente o resultado não sei se não seria o mesmo, mas não seria tão rapidamente ou talvez até...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ou evitasse até o conflito.

O SR. JAQUES WAGNER – Exatamente. Porque você não chama para a briga quem você acha que é do seu tópico, como se diz na rua. E quando você sabe que o cidadão é mais fraquinho, você fica mais corajoso.

Então, essa é a missão do Ministério.

Eu queria insistir e até dizer uma coisa. Todos sabem da minha trajetória política, fui por doze anos Deputado Federal; quatro, Ministro do Presidente Lula; oito, governador; e conseguimos eleger o nosso sucessor. O senso comum, quando a Presidenta Dilma montava o seu segundo Governo, é que eu poderia fazer a escolha que quisesse. E fiz a escolha que quis perante. Efetivamente, fui eu que escolhi, não foi uma designação. Foi um pedido meu o de vir para o Ministério da Defesa, primeiro, pelo que eu descortino de investimento na área de tecnologia, o que pode trazer para nós; segundo, pela importância; terceiro, pela admiração. Fui aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro sem ter nenhum militar na família, por apreço e respeito às Forças, por entender que o Itamaraty e as Forças são duas grandes escolas, mais do que centenárias, de formação de quadros na Nação brasileira. Então, eu vim porque gosto. Fui agora, representando a Presidenta Dilma, na comemoração dos 70 anos dia da vitória da Rússia, e realmente fiquei empolgado de ver uma parada tão bem organizada, um desfile militar daquela qualidade. É algo fantástico. O General Villas Bôas fica me olhando porque...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER – Era ainda mais bonito.

E eu acho que vou ao da China, no dia 3 de setembro. Não sei se vai ser igual.

Mas estou dizendo que estou aqui realmente porque quero, como missão delegada da Presidenta, mas por escolha também.

O próximo.

Aqui, a evolução institucional. A criação, em 1999. É óbvio que isso foi fruto de muito diálogo entre civis e militares, toda a concepção. Havia uma cultura diferenciada. Eu digo sempre que a palavra-chave hoje, Aloysio, é interoperabilidade, porque são trigêmeos a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, mas trigêmeos ciumentos. Se não fizer igual para os três, dá uma briga danada. Então, a interoperabilidade é a palavra-chave hoje de

qualquer operação de defesa. Não se faz nada com uma Força exclusivamente, e eu diria que essa é a tarefa do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Depois, nós demos um outro grande passo na definição do nosso entorno estratégico, que, evidentemente, é a América do Sul. O ano de 2008 eu diria que foi um grande momento, conduzido à época pelo Ministro Nelson Jobim, em que, depois de amplas discussões, finalmente conseguimos obter um documento da sociedade brasileira que define rumos para o que ela quer na defesa nacional.

Esse documento foi extremamente bem recebido nas Forças exatamente porque, pela primeira vez, a sociedade disse às Forças o que pensa sobre e o que quer, ou seja, que as Forças estão incluídas nos anseios nacionais, fazem parte desse esforço desenvolvimentista e de justiça social que realizamos. Esse documento inclusive, é claro, é sempre dado conhecimento, é colocado para o Congresso Nacional, e nós estamos exatamente, no quadriênio, preparando a revisão de todos esses documentos.

Com relação à estratégia política e ao *Livro Branco de Defesa*, eu quero inclusive dizer que, dentro do grupo de trabalho, está prevista, não sei se já está designada, a representação da Comissão de Relações Exteriores tanto do Senado como da Câmara, porque eu considero que são documentos estratégicos, são vários Ministérios e, é evidente, já começamos, estamos fazendo o diálogo com as universidades. E eu até convoco, convido, aliás – vocês é que me convocam, eu convido –, a Comissão a se debruçar sobre o assunto, porque acho que é um documento fundamental, e é muito bem recebido inclusive em outros países. Quando chegamos com o *Livro Branco*, que é um diagnóstico de tudo o que temos na área de defesa, é um sinal – tanto que o nome é *Livro Branco*, porque é o conceito de que branco representa a paz e, portanto, é a apresentação para aquilo a que nos estamos abrindo –, no sentido de que não nos estamos preparando para a guerra.

Em 2010, a criação do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, cujo titular, desde então, é o General José Carlos De Nardi, e o seu conceito é o de interoperabilidade e de parceria das forças, e a Seprod, que é exatamente a responsável pela área dos produtos de defesa.

Depois, em 2012, a Lei que definiu a base da indústria de defesa, com vantagens e as estruturas para definir quem é empresa estratégica de defesa, quem é produto estratégico de defesa, para qualificar aqueles que merecem determinadas vantagens, sejam de financiamento, sejam fiscais. Isso se está desenvolvendo muito. Vou mostrar mais adiante.

Finalmente, em 2013, criamos a Secretaria Geral e o Instituto Pandiá Calógeras, que é um instituto também do pensamento estratégico da defesa no Brasil. Mais adiante, vou dizer que acabamos de criar uma escola sul-americana.

Próximo.

Bem, aqui está a evolução dos três documentos básicos: a defesa, a política, a estratégia e o livro branco, também aquilo que já havia dito: o processo já está em curso, acontecendo eventos em algumas cidades. Dentro do grupo de trabalho, insisto, está a representação desta comissão.

O próximo.

Bem, aqui vem o tema mais palpitante até o dia de amanhã, que é quanto custa a defesa.

Aí, apresento, para a comparação das Srªs e dos Srs. Senadores, os números sem custos de pessoal. Aí, só coloquei o custeio e investimento de cada Pasta, para que vejam a defesa ainda é o sétimo orçamento. Ainda temos um orçamento, vis-à-vis o PIB, inferior à média sul-americana, à recomendação internacional.

Estamos 1,5% do PIB, no caso da defesa, quando, na América do Sul, essa média é de 2.3; no BRICS é de 2.5, ou seja, nós estamos abaixo, e precisaríamos de avançar nisso aí, se quisermos efetivamente fazer o desenvolvimento que queremos.

Então, esses são os números, excetuados o dinheiro de pessoal. Adiante, vamos mostrar o orçamento cheio.

Próximo.

Aqui, é somente para termos uma visibilidade maior dos orçamentos. Nós somos o 7º orçamento da Esplanada, descontado o gasto de pessoal.

O próximo.

Bem, aqui é o crescimento nos últimos anos do orçamento. Aí, é o orçamento cheio. O nosso orçamento previsto para 2015, sem os cortes evidentemente, é da ordem de R$78 bilhões. Se os Senadores se lembram do número que eu dei de quanto é de investimento – 22,23 –, isso significa que 55 são ativos, inativos e pensionistas.

Ou seja, o orçamento, quando mostrado assim, assusta muito mais, não dando a verdadeira dimensão do que temos para custeio e para investimento, porque o nosso Ministério, pela característica particular dos militares, é o único que, no nosso orçamento, vem constando aquilo que é pago para inativos e pensionistas.

Em todos os outros Ministérios, quando alguém se aposenta, o indivíduo vai para a Previdência. No caso do nosso, como é um regime especial, ele aparece, o que onera o orçamento. Vou dar o exemplo da fotografia, que não é a realidade do que o Ministro disponibiliza para custeio e os comandantes.

Então, esta é a evolução que há. Ela é razoável, mas, insisto, ainda está mantendo-se em 1,5% do PIB, que está abaixo daquilo que é recomendado.

O próximo.

É mais ou menos a mesma coisa, só que na forma de gráfico. Aí os senhores poderão ver: a primeira linha, evidentemente, é o geral; e a segunda linha azul é pessoal e encargos sociais. Então, os senhores veem que o que sobra para investimento e custeio está nos dois gráficos abaixo, e, somados, dão aproximadamente R$22 bilhões.

O próximo.

Esse é o quadro de despesa de pessoal, a nossa despesa com ativos, com inativos, com anistiados, num total de praticamente R$56 bilhões. Então, não pode ser de outra forma, porque, quando se fala de Forças Armadas, fala-se de contingente. Particularmente, fala-se do Exército brasileiro, porque é uma Força realmente grande. Talvez chame a atenção o fato de que inativos e pensionistas, hoje, ocupem um volume de pagamento maior, pela longevidade que temos e pela característica também peculiar dos militares na questão das pensões.

Então, estão ali os números de despesa.

Aqui é um gráfico de custeio e investimento. Vem sendo, efetivamente, um esforço. Quero de novo externar a minha opinião, assim como já o fazia quando Governador, no sentido de passamos um período demonizando o custeio, mas nem todo custeio é ruim. Nesse caso, custeio é treinamento, qualificação, combustível na aeronave, no navio. Precisamos treinar os nossos profissionais. Eles não podem ficar em casa. Eles saem para fazer treinamento e fazem operação conjunta.

Vou mostrar adiante as operações de paz da ONU de que participamos.

Sabemos que, dentro do custeio, se abrigam muito custeio nocivo, mas não quer dizer que necessariamente todo custeio seja nocivo, e as forças todas, os comandantes estão fazendo um esforço muito grande para limpar esse custeio, diria, nocivo, para poder se preocupar mais com a atividade-fim.

Próximo.

Já falei um pouco por que entendo que precisamos cuidar. Somos a 7ª ou 8ª economia do mundo. É impossível deixar de pensar, por exemplo, que, do BRICS, nós somos os que menos investem em defesa. Seguramente, China e Rússia, em muitos aspectos, e mesmo a Índia em muitos aspectos adiante de nós nesse investimento e nas conquistas.

Mesmo na África do Sul, temos uma equipe, hoje, neste país, desenvolvendo um míssil, não é mesmo? Quantos temos lá mais ou menos? Quantas pessoas lá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER – Trinta pessoas lá, porque estão adiante na tecnologia desse tipo de míssil. Então, só para dizer, apesar de estarmos em um colegiado do BRICS, mesmo nele, temos uma posição que necessita de avanço.

Bem, aí é a defesa no mundo.

Quero dizer que acabei de retornar de Moscou, mas antes, obrigatoriamente, fui a Pistoia. Quero dizer da minha alegria, do meu orgulho, como brasileiro, de ver o carinho que os italianos de 70, 80 e 85 anos têm com os nossos soldados – como eu ouvi, o General Villas Bôas, que também lá esteve, ouviu: "o soldado brasileiro não só nos libertou, como também nos devolveu o sorriso". Isso tudo, por causa desse jeito nosso brasileiro de ser: o pessoal chegava lá, além do fato de que alguns se casavam evidentemente, e dividia a pouca comida que tinha com o pessoal de outros lugares. E é impressionante. Eles realmente nos chamam de libertadores, por onde passamos. Fui a Pistoia, cemitério dos 454 ou 458 que tombaram na Itália, cujos corpos estão no Aterro do Flamengo, mas há um monumento muito bonito, e fizemos o hasteamento da bandeira.

Mas me remeti às missões na Itália, para falar do respeito que a ONU e todos os países têm, pela nossa presença nas missões de paz. A característica nossa é fantástica. Realmente, são profissionais, que, além de serem disciplinados, são altamente aglutinadores.

Diria que o exemplo mais forte disso é na República Democrática do Congo, onde há uma das maiores missões de paz da ONU – são 20 mil homens. Não há nenhum brasileiro, a não ser o comandante, que é um general, que foi inclusive reconvocado, a pedido das próprias Nações Unidas, pela sua capacidade de dirigir.

Então, trata-se de um general brasileiro, dirigindo uma tropa de diversos países do mundo. Evidentemente, isso é ponto de destaque para nós todos e para as Forças Armadas, porque mostra o reconhecimento.

As duas principais que temos são: a Missão de Paz no Haiti, que está em processo de redução, por decisão das Nações Unidas; e a Missão do Líbano, que é basicamente uma missão da Marinha brasileira – temos também alguns membros do Exército –, mas é fundamentalmente naval.

Próximo.

Aqui, estou só mostrando o nosso entorno estratégico e dizendo que, no âmbito da Unasul, que reúne todos os países sul-americanos, nós criamos a Escola Sul-Americana de Defesa, para ter um pensamento estratégico sobre defesa sul-americana. É evidente que continuamos participando de tudo do ponto de vista da OEA, não é contraposição, é somatório, para haver um pensamento específico desse entorno estratégico.

Registro a minha alegria, porque exatamente o brasileiro que é Presidente do Instituto Pandiá Calógeras, por unanimidade, foi escolhido como primeiro – eles chamam de secretário-geral – diretor dessa escola que está sediada em Quito, mas que vai promover cursos, evidentemente, para o continente inteiro.

Nós estamos fazendo todo esse esforço de fortalecimento, até porque nossas fronteiras aqui são imensas, e acho que quanto mais promovermos essa parceria, para nós, é melhor.

O próximo.

O outro entorno estratégico, evidentemente, é o nosso lado do mar. E aí nós participamos também de várias negociações e de vários programas, como a Zopacas, que é o Atlântico Sul livre de armas nucleares, ou a preocupação com o Golfo da Guiné, onde acontecem várias abordagens dos piratas modernos aos navios mercantes que circulam naquela área e onde os países são muito desestruturados do ponto de vista da sua marinha. Então, há um esforço de colaboração. Não há uma responsabilidade brasileira, eu diria que é uma responsabilidade internacional, mas o Brasil, evidentemente, até pela nossa relação com a África, continua trabalhando nisso.

O próximo.

Aí vem um tema que eu sei que também está na preocupação desta Comissão, pelo requerimento que houve, que é a organização dos Jogos Olímpicos 2016. Nós participamos, com êxito, ao lado do Ministério da Justiça e da Casa Civil, com aporte da Abin e do Ministério do Gabinete de Segurança Institucional, da organização de eventos como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo, a Jornada da Juventude e os próprios Jogos Militares. Portanto, viemos acumulando *expertise* nessa área de grandes eventos. Eu considero que, na Copa do Mundo, no tópico segurança e naquilo que competia às Forças Armadas, o nosso desempenho foi extremamente bem avaliado. É claro que há o que evoluir, mas nós aprendemos muito. É uma convivência, inclusive, com polícia militar e polícia civil do Estado e da cidade onde trabalhamos e com a Polícia Federal, mas acho que conseguimos essa maturidade e estamos replicando o modelo que usamos na Copa do Mundo nos Jogos Olímpicos. Nos Jogos Olímpicos, haverá o envolvimento de 37 mil militares das três forças. É evidente que a nossa tarefa primeira não é propriamente policiamento, que está mais a cargo da polícia militar e da polícia civil do Estado; a nossa é guardar o espaço aéreo, é guardar o espaço naval, é o acompanhamento de autoridades, é a preparação para guerra química, guerra bacteriológica, guerra nuclear. Isso tudo está a cargo das Forças Armadas. Evidentemente, também há o cuidado das chamadas estruturas estratégicas, que são as grandes centrais elétricas que estão no entorno, que estão, portanto, sob o nosso cuidado.

O orçamento total para 2016 ultrapassa R$500 milhões. É evidente que uma parte dele já foi investida, porque nós estamos nessa preparação desde antes. Agora, para 2015, há R$200 milhões e, para 2016, R$107 milhões, que esperamos que sejam mantidos para que possamos fazer a nossa missão com tranquilidade.

Aqui só um pouquinho, porque eu vi que, no requerimento do Senador Ricardo Ferraço, havia essa preocupação de como estamos, *vis-à-vis*, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. Então, nós estamos, nesse eslaide, mostrando um pouco as melhorias que estão sendo buscadas. O modelo de governança funcionou, então, nós o estamos adotando, além de aprimorar os protocolos operacionais conjuntos e de uma análise diária, que é feita por uma série de grupamentos que envolvem desde a prefeitura, no caso do Rio de Janeiro, até o Governo Federal. E estamos trabalhando, evidentemente, com o Centro Nacional Integrado para que possamos ter um cruzamento de todas as informações.

Eu chamo atenção, apesar de que, do ponto de vista numérico, nós vamos ter, talvez, mais turistas concentrados, seguramente muito mais até, porque há muito mais países – acima de 200 países vão participar da Olimpíada; acima de 170 vão participar da Paralimpíada –, para o fato de que tivemos distribuído em 12 sedes na Copa do Mundo. E alguém poderia comparar e perguntar: "Por que na Copa do Mundo vocês trabalharam com cinquenta e poucas mil pessoas e agora vão trabalhar com trinta e sete?" Porque nós tínhamos 50 mil para cuidar de 12 lugares. Nós vamos ter 37 mil, praticamente. Vai haver poucas coisas fora do Rio de Janeiro. A concentração favorece que se monte a estrutura. Eu tinha que ter 12 centros de comando e controle, eu tinha que ter 12 unidades da Marinha, da Aeronáutica, cuidando de 12 espaços aéreos, e hoje estou concentrado. É claro que isso me dá ganho de escala. Falo isso porque já me fizeram esta pergunta: "Foram 50 mil na Copa e agora são 37." Estamos em um Estado. Não estamos em 12 Estados. Eu queria chamar a atenção para isso.

Na área de comando, controle e comunicações, é claro que tudo aquilo que foi adquirido para a Copa do Mundo é legado para os jogos olímpicos, e estamos agregando coisas novas. Por exemplo, todo o credenciamento que será feito dos atletas não será feito pelo sistema, vamos dizer, do Comitê Olímpico apenas. Ele

terá todo o ladeado, toda a área do Ministério da Justiça exatamente pela preocupação, que é fato, porque nós vamos estar num evento que vai ser o mais visto do mundo inteiro. Então, se alguém quiser fazer uma ameaça terrorista, é um palco privilegiado para você ter repercussão na sua ação. Nós não temos esse histórico, mas não podemos deixar, até porque os países que vão estar aqui são países que são objeto de desejo dos terroristas. Então, todo o credenciamento será feito por um critério bastante mais severo, exatamente preocupado com isso.

Bom, aí, os outros dados da unificação do *software* de comando e controle e das novas ferramentas.

O próximo.

Esses são dados entre Copa e jogos olímpicos. Ali está mais ou menos o que falei, a numerologia toda. São 12 cidades, e aqui nós vamos ter 6 cidades, mas, na verdade, são cidades onde vai haver jogos de futebol, alguma coisa assim, ou seja, é um volume muito menor e um prazo muito menor.

Pode passar para o próximo.

É óbvio que o número de dias é um número maior.

Aí é só uma comparação, para mostrar o quanto nós gastamos lá e que estamos gastando muito mais aqui. Aliás, não. Um pouquinho menos. São 709 para 581. Por conta disso, o número de equipamentos que você vai precisar usar é menor, pela concentração.

Vamos lá.

Bom, aqui, estou só mostrando projetos que não são atividades-fim das Forças, mas que acontecem constantemente. Soldado e cidadão, que é uma qualificação daqueles que estão no serviço militar obrigatório. Nós já qualificamos 200 mil jovens, com o objetivo, evidentemente, de que possam sair do serviço militar e possam se encaixar no mundo trabalho melhor.

Força no esporte também é a utilização de estruturas das Forças para qualificar jovens na área do esporte, sempre com aquela preocupação do item de segurança pública.

E atletas de alto rendimento. As Forças também incorporam vários atletas. Por exemplo, nas Olimpíadas de Londres, de 17 medalhas que foram ganhas, 5 foram conquistadas por atletas militares.

Projeto Calha Norte. Os Senadores da Região Amazônica conhecem bem. É um programa que completa 30 anos de idade e que tem presença mercante, inclusive com a participação dos Parlamentares, através de emendas, que tanto se destina a unidades militares quanto se destina a obras que são feitas pelos militares.

Próximo.

Esses são números do PAC, da PLOA. São R$5,725 milhões, distribuídos pelos vários itens do que estamos construindo. Estamos aguardando com a mesma ansiedade o anúncio, amanhã, do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Do Planejamento.

O SR. JAQUES WAGNER – ...do Planejamento.

Eu queria reiterar o que eu disse ontem. A Presidenta da República tem consciência, até porque vários desses projetos foram opções pessoais da Presidenta, como o do Gripen, de que são projetos de longo curso.

Eu diria até, para não parecer que estou fora da realidade, que você pode prever uma eventual redução de velocidade, mas você não pode fazer descontinuidade, porque, se há uma ruptura, você perde toda a inteligência, você descontinua, e, depois, para retomar, o custo vai ser infinitamente maior.

Além disso, registro que todos esses programas que nós temos, como não poderia deixar de ser, estão lastreados em contratos que foram assinados pelo Governo brasileiro. Todos eles preveem multas, algumas delas superonerosas, se a gente não cumpri-los. Cito o exemplo logo do H-X BR. O H-X BR é um programa de compra em Itajubá com a Helibras, que é uma subsidiária, por assim dizer, da Eurocopter antiga, que é a Airbus Helicopters agora. Nós tínhamos um programa de fluxo de 13 helicópteros por ano no quadro que se avizinhava. Já chamamos, já renegociamos. Não é que isso saiu de graça. Isso vai nos custar algo, mas não o que custaria se fosse seguido *stricto sensu* o contrato. Colocamos para saírem sete por ano. É óbvio que se estende isso, mas não se desmonta a linha de produção.

Agora, no retorno de Moscou, estive por dois dias na França, até porque a França participa tanto desse programa quanto do nosso programa aeroespacial e do submarino. Fui lá. Estive com o Ministro da Defesa e com o Presidente da DGA, que é a grande, eu diria, instituição pública do governo francês que, mais do que monitora, controla toda a indústria de defesa. Não se faz nada lá se não há a chancela da DGA. E houve a compreensão. Estive com o Ministro da Defesa, e ele mesmo disse: "Olha, Ministro, a mim o senhor não precisa explicar. Há alternância de governos na democracia, e pode haver um governo que tenha uma compreensão diferenciada."

Por exemplo, o programa do submarino de propulsão nuclear é para 2025. Então, o curso é tão longo, que, é claro, às vezes, a nossa previsibilidade é razoável, mas não é total. E, muitas vezes, há impactos orçamentários, e você tem de ter capacidade. Então, negociamos isso. Estou citando esse exemplo, porque esse já foi negociado. Estamos conversando também com a DCNS, que é a parceira do submarino.

No caso do satélite geoestacionário, não cabe isso, porque o satélite já ficará pronto em janeiro ou em fevereiro do ano que vem. Estamos até adiantados. E, nesse caso, é muito difícil renegociar, porque existe uma janela de oportunidade. Não se lança satélite quando se quer. Há toda uma sistemática internacional, e nós, para lançarmos o nosso satélite, temos exatamente a janela de setembro de 2016 a março de 2017. Então, esse, eu diria, está continuado, mas estamos tratando de negociar para não descontinuar. Essa foi a convicção que passei para a área econômica do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E o Gripen?

O SR. JAQUES WAGNER – O desembolso do Gripen, na verdade, para este primeiro ano, é muito pequeno. Trata-se de um financiamento. Não há um desembolso direto do Orçamento da União. É óbvio que, ao contratar o empréstimo, há impacto no superávit primário.

Ontem, por acaso, estive na Embaixada da Suécia, porque estávamos recebendo a visita do Ministro da Indústria e Comércio de lá, que é uma pessoa com bastante peso. A Presidenta Dilma recebeu, creio que há um mês, o Sr. Wallenberg, que é um empresário de uma família que detém, talvez, 60% de todas as indústrias, inclusive, da Saab, e que esteve aqui. Então, eu diria assim: isso está ajustado.

Rossato, qual é a previsão de mandarmos para lá os mais de 200 engenheiros? Eles já vão logo agora?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Já em agosto.

O SR. JAQUES WAGNER – Em agosto, já há previsão de mandarmos 250 engenheiros aeronáuticos ou de construção aeronáutica para a Suécia. Aqui, chamo a atenção para o fato de que o que pesou na decisão da Presidenta Dilma Rousseff em relação à escolha foi fundamentalmente a chamada transferência de tecnologia, porque não queríamos comprar um equipamento (*Ininteligível.*)

E, para a Suécia, isso interessa – estive discutindo isso ontem com o Ministro da Indústria e Comércio –, porque a gente ganha tecnologia, e ela vai ganhar um parceiro do tamanho que pode ser um construtor e exportador desse equipamento.

O próximo.

Aqui estão os nossos projetos estratégicos. Esse é o nosso satélite geoestacionário. Ele não é um satélite de observação, é um satélite de comunicação. Está compartilhado entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Defesa. A gente vai ficar com a chamada banda X e o Ministério das Comunicações com a banda KU. O investimento total é de 1,7. Nós ficamos com a parte menor, até porque vamos ocupar muito menos o satélite do que a área de comunicações, que tem, inclusive, a questão do Brasil, fibra ótica, em que isso impacta.

Para vocês terem uma ideia, eu fiquei muito alegre de estar lá na Thales, no sul da França, uma multinacional francesa. Vi muitos brasileiros na fase final de construção desse satélite, muitos jovens do ITA, nordestinos, paulistas, mineiros, muita gente lá. O brilho nos olhos da garotada é grande, porque eles estão vivendo uma realidade. Quem faz um satélite desse é uma tecnologia surpreendente. Eu mesmo fiquei impressionado com o grau de precisão, de qualificação que eles têm. No caso do SGCD, nós estamos com um mês de antecipação na conclusão desse satélite. Depois, ele será lançado de uma base na Suécia, da Airbus, uma subsidiária da Airbus que faz lançamento de satélite.

A previsão dele, como eu disse, é entre setembro e março, setembro de 2016 e março de 2017. Ele vai ficar estacionado numa órbita a 36 mil quilômetros da Terra – entre 34 mil e 36 mil. Pela primeira vez, isso que eu queria destacar, pensado numa nação que é a sétima, nós vamos ter comunicações nossas controladas por nós mesmos. Hoje, tudo que a gente faz é alugando espaço no satélite dos outros. É evidente que estão cobertos por contratos, mas, amanhã ou depois, numa guerra comercial ou qualquer coisa, alguém... Não é tão simples como estou falando aqui, mas estou dizendo que é diferente de se ter o próprio controle. Então, pela primeira vez, a gente vai ter um satélite fantástico, a 34 mil ou 35 mil quilômetros de altura. Quando viajamos de avião, são 11 quilômetros. Eles vão a 35 mil quilômetros e ficam lá, em órbita.

Qual é o tempo de duração desse? São 15 anos, Rossato, você sabe?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO (*Fora do microfone.*) – É, do combustível.

O SR. JAQUES WAGNER – Porque o tempo de validade de um satélite desses é o tempo de duração do seu combustível. Hoje, o grande esforço que as empresas fazem é de usar matérias-primas mais leves, de tal forma que a estrutura seja menos pesada e que você possa carregar mais combustível, assim como há o esforço da migração, em alguns casos, de combustível sólido para líquido.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO (*Fora do microfone.*) – O de órbita baixa é de 15 anos.

O SR. JAQUES WAGNER – Esse é de órbita alta. Os que são de acompanhamento são de órbita baixa e são muito mais leves. Só para se ter uma ideia, iguais a esse se lançam 14, 15, 16 por ano no mundo inteiro.

O próximo.

Aqui é o nosso Prosub, programa que está a cargo da Marinha, que é exatamente para a construção de quatro submarinos de propulsão convencional, um submarino de propulsão nuclear, que é o último, eviden-

temente, vai ficar pronto em 2025. Eles estão sendo construídos *pari passu* na França e aqui, exatamente do ponto de vista da transferência de tecnologia. O investimento é muito alto, R$31 bilhões, e eu diria que, se os Senadores se dispuserem, nós podemos pedir para organizar – a visita vale a pena, é em Itaguaí –, para verem o trabalho que está sendo feito lá, o que já está pronto, inclusive, inaugurado, o nosso estaleiro, que está sendo todo programado especificamente para o submarino de propulsão nuclear.

Evidentemente, o material embarcado, quando tem que ser trocado, como qualquer reator, tem um tempo de vida útil. O urânio enriquecido tem toda uma preparação. Aí, chamo a atenção para duas coisas. Erradamente a gente chama de submarino nuclear. Ele não é nuclear porque ele não vai embarcado com armas, é de propulsão nuclear. A vantagem disso é que ele, na verdade, tem um tempo de permanência e um ganho de velocidade grande. Portanto, do ponto de vista de combate, pode ir mais baixo e é muito mais eficiente para qualquer defesa.

Mas chamo atenção de que, na área nuclear, ninguém ensina nada. Aqui é conquista totalmente nossa. Estamos aprendendo com os franceses a construção do casco. O reator, o urânio que estará embarcado é totalmente brasileiro, o esforço é brasileiro, da Marinha. O programa nuclear da Marinha tem 30 anos. Chamo atenção, brinco, esqueço o nome dele, mas a primeira pessoa com obsessão positiva foi o Almirante... Você lembra o nome, Léo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER – Álvaro Alberto, uma figura heroica, que escondeu no meio de um navio de batatas uma primeira centrífuga que ele trouxe da Alemanha, evidentemente totalmente obsoleta hoje. Na verdade, trouxe duas, que estão no programa da Marinha, para começar a estudar isso.

Hoje, posso garantir que estamos num processo de enriquecimento extremamente positivo. É evidente que é para fins pacíficos. Vale à pena visitar também o centro de enriquecimento de urânio. Vocês verão brasileiros, como digo sempre, com coração quente, muito brilho nos olhos, pela empolgação de estarem navegando em uma área totalmente nova. Estamos em uma parceria com a Argentina, e o reator que vamos fazer também servirá para uma outra área em que somos deficientes, que é a área de fármacos, porque todos os fármacos, hoje, que dependem de urânio, de radioisótopos enriquecidos, todos eles importamos. Estamos fazendo um esforço, e sei que conseguiremos chegar lá.

O próximo.

Aqui é o programa nuclear, quando eu estava visitando. Isso é para fazer propaganda do Ministro, que está trabalhando. É o valor do programa específico. Realmente é muito bonito. Quem puder visitar... Estou dizendo, porque estou visitando todas as áreas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. É muito bonito, porque se vê a primeira fila de centrífugas, vê-se a próxima e a próxima e vê-se a evolução: a centrífuga era desse tamanho, vai diminuindo, ficando mais leve e mais eficiente. Ali sentimos que queremos comprar coisas, mas não queremos ser dependentes. É realmente algo emocionante.

O próximo.

Esse é o programa que está a cargo do Exército brasileiro, que é fundamental para gente, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. Aí é mais ou menos um quadro mostrando tudo que vamos usar. Não é novidade que em nossas fronteiras, apesar de não termos ameças de vizinhos do ponto de vista da guerra tradicional, temos uma ameaça cotidiana que é a guerra do tráfico de drogas, a guerra do tráfico de armas. São 18 mil quilômetros de fronteiras mais 8,5 mil de fronteira marítima. Se não evoluirmos no sistema de controle, não vamos chegar lá. Esse é um sistema que está sendo desenvolvido pelo Exército brasileiro, cujo objetivo evidentemente é juntar a outros sistemas que já temos, que estão a cargo da Marinha, da Aeronáutica, do seu controle aéreo, de tal forma que possamos oferecer uma garantia maior ao Território nacional.

O próximo.

Aqui é outro motivo de orgulho para nós, particularmente para o Exército brasileiro. Estou indo, a Presidenta da República também, a Manaus, pois, na segunda-feira, ela vai inaugurar o novo aeroporto de Manaus e vamos inaugurar, logo depois, os primeiros 11 quilômetros de fibra ótica lançada no fundo do Rio Negro. Pode parecer simples, mas esse lançamento passou primeiro por estudos de um produto que pudesse ser a cobertura do cabeamento, na medida em que as águas do Rio Negro são ácidas. Portanto, se jogassem o material convencional, ele não resistiria. Conseguimos desenvolver com uma empresa brasileira, e agora estamos fechando o perímetro de fibra ótica em torno da capital do Amazonas, Manaus. O nosso objetivo geral é lançar 7,8 mil quilômetros, é muita coisa, mas só assim poderemos, primeiro, iluminar os seres humanos que vivem naquela região; segundo, controlar aquela região com informação de qualidade. E ter segurança, porque aí você teria uma comunicação de qualidade.

Eu, por acaso, estive ontem com o Governador de Rondônia, e ele, exatamente, vinha já sabendo do projeto, pedindo, mostrando a preocupação dele com a extensão do projeto. É claro que o projeto prevê toda

essa extensão. Apesar de que a primeira linha foi essa de 11 quilômetros, ela tem importância, porque ela vai recepcionar a fibra ótica que vem, trazida pelo gasoduto Urucu-Manaus e, além disso, nós já estamos com o segundo trecho sendo preparado, que é até Tefé, e depois nós vamos chegar a Tabatinga, que é a fronteira oeste.

Então, essa é a área não iluminada da nossa Amazônia, não iluminada do ponto de vista de fibra ótica, e não teria outra forma de lançar. Não dá para fazer torre – estou vendo aqui o ex-Governador do Acre –, não há como fazer. Então, nós temos que aproveitar aquilo que é próprio da região, que são os seus rios. E estamos fazendo todo esse lançamento com tecnologia – de novo – totalmente brasileira.

O próximo.

Bom, esse é outro programa estratégico nosso, que é o blindado Guarani, uma série de blindados 4x4, 6x6 e 8x8. O que vocês estão vendo aí é o que está sendo desenvolvido, que é um modelo 6x6. O investimento é muito grande, porque o volume que nós demandamos...

Quantos são? Você tem de cabeça o total, o número de Guaranis que está no programa?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Dois mil.

O SR. JAQUES WAGNER – São dois mil. Na verdade, você imagine 8,5 milhões de quilômetros quadrados! Se você quiser cobrir, eles tanto servem para defesa, como também para o transporte de pessoal. Então, é um equipamento, também, bastante avançado. O ex-governador Anastasia sabe que, também, é na Iveco que está sendo desenvolvido, uma subsidiária da Fiat. Os mineiros foram mais rápidos na indústria de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Anastasia é quase um general.

O SR. JAQUES WAGNER – É, parece.

Bom, o próximo.

Esse é o famoso Gripen, e eu me antecipo em dizer, porque já é notícia de jornal, não há porque esconder, um equipamento da família Gripen, – mas não esse, porque esse vai ser desenvolvido. Ontem, em uma operação na Europa, um da família desse, da Força Aérea da Hungria, ao aterrissar, teve um problema, não houve nenhum problema com os pilotos, mas o avião teve algum problema que vai ser estudado. Mas isso não quer dizer que... Como também acontece com *airbus*, mas nem por isso a gente deixa de viajar em *airbus*.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER – Vamos bater na madeira para...

Então, esse eu diria que é um programa que vai nos trazer um volume de tecnologia importantíssimo. Realmente, a escolha da Suécia, que é um parceiro – eu vou dizer assim – de igual tamanho, a gente senta de igual para igual, então, é uma parceria que, realmente, interessa aos dois países e que tem uma provisão de longo curso. E, ao final, daqui nós temos uma base também de produção.

Eu quero chamar a atenção de que, no Gripen, muitos dos equipamentos que estarão embarcados já são produção de empresas nacionais, eu digo nacionais que operam em solo brasileiro, de empresa brasileira, em parceria, por exemplo, com uma empresa israelense. Eu não sei detalhe, aí eu brinco que, se fizerem uma pergunta difícil, por isso que é bom os universitários estarem sentados aqui, mas, por exemplo, há equipamentos de tela em que nós estamos adiante dos americanos, ou seja, nós, em vez de termos três ou quatro telas no console, nós temos uma única que consegue. Isso é desenvolvimento de empresa feita aqui no Brasil. Então, já tem coisa aí que está prevista e já é desenvolvimento nosso aqui. Eu acho que essa vai nos colocar em uma posição bastante boa.

O próximo.

Essa é, eu diria, uma joia da coroa, porque esse equipamento foi desenvolvido ao longo de muitos anos pela Embraer e pela Força Aérea Brasileira. Ele é um equipamento que tem uma expectativa muito grande no comércio internacional. Ele fez seu voo de teste, eu creio, quando ainda era o Brigadeiro Saito, acho que foi em abril. Ou março?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Em fevereiro.

O SR. JAQUES WAGNER – Já era você? Foi quando? Em abril?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Em 3 de fevereiro.

O SR. JAQUES WAGNER – Fevereiro. Foi ótimo o voo.

É evidente que ele volta para a unidade fabril e é todo desmontado, para testar não sei quantos mil itens. Quantos mil itens são? É mais...

Bem, depois ele tem previsão de um voo inaugural para o mês de junho ou julho, e, pelo que já houve de pedido de contato para a Embraer, ele vai ser muito importante para nós. E é claro que ele vai ser importante para a balança comercial brasileira.

Eu chamo a atenção, que, no caso do KC, nós utilizamos uma modalidade nova. O Brasil, o Governo Federal é investidor e depois recebedor de *royalties* na venda desse produto. Ou seja, já aportamos R$3 bilhões, e o

total de aporte chega a perto de R$4 bilhões. É aquilo que foi dito aqui: a importância da indústria de defesa. Não há país no mundo que faça indústria de defesa sem alavancagem governamental, não existe.

Fui à França, e é aquilo que eu disse: o cidadão que é presidente da DAG, que é uma CPROD gigante dele lá... Não passa nada, se não falar. E, em todos os investimentos, há participação acionária das forças ou do governo federal, e eles vendem ou deixam de vender com consulta prévia aos interesses da defesa nacional. Esse foi um exemplo.

Nós investimos, o Brasil, nós, a sociedade brasileira investiu R$3 bilhões; no total, serão R$4 bilhões aproximadamente, algo próximo de R$4 bilhões, e nós seremos detentores de *royalties* na venda desses equipamentos.

Então, esse equipamento é fundamental para transporte de carga, para socorro; supera muito o equivalente dele, produzido pela americana cujo nome não sei, mas é um... Eu diria que hoje... O pessoal está correndo atrás, para nos superar, mas hoje a situação dele é o estado da arte para esse tipo de equipamento.

Próximo.

Bem, aqui é o que a gente tem de expectativa no investimento do PAC. É aquilo que já falamos: incorporação de tecnologia.

É evidente que, em termos de indústria de defesa, todo mundo sabe que a Nasa descobre e joga depois para a indústria convencional produtos, e por aí vai.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Deve ser assim, também...

O SR. JAQUES WAGNER – E é assim que acontece – assim como a nossa Embrapa depois joga para o agronegócio. Você desenvolve aqui, depois a indústria vai tomar conta e vai tocar para outras utilizações.

Então, essa é... Por isso insisto: essa é a importância que esta Comissão já tem. Mas era importante a gente transbordar para a sociedade, porque a pergunta que eu mais ouço é: "Mas, Ministro, pelo amor de Deus, trinta..."

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – "Nós não vamos ter guerra."

O SR. JAQUES WAGNER – "Nós vamos ter guerra? Trinta bilhões? Não era melhor botar em educação?" É uma pergunta que entendo, agora, é importante entender também que isso...

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Isso qualifica a gente, o desenvolvimento em tecnologia.

O SR. JAQUES WAGNER – Bem, o próximo. O próximo.

Essa aí é, segundo o pessoal, eu achei que era mais feia, mas dizem que essa é a centrífuga que o Almirante trouxe embarcada num navio de batata, para começar a pensar na tecnologia nuclear aqui no Brasil.

E não posso deixar de registrar a excelência dos institutos, tanto do IMI quanto do ITA, que hoje são referências, inclusive, fora do Brasil em qualificação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E o de Física da USP também. O de Física da USP também.

O SR. JAQUES WAGNER – Não, aí eu estava citando... Mas lá também é com convênio militar ou não?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tem.

O SR. JAQUES WAGNER – Realmente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há tempos. (Fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER – Há tempos? Então, já aprendi mais uma.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É que sou fanático por esse negócio.

O SR. JAQUES WAGNER – Vamos lá, o próximo.

Aí são os números da 10ª Feira de Defesa e Segurança, que foi no Rio de Janeiro. São números expressivos. Foram muitos ministros da Defesa, vários vice-ministros, e chamo a atenção, porque, das 642 empresas que estavam em exposição, 168 são brasileiras. Então, pode ser um produto mais simples, mas de defesa ou de segurança, até um produto muito complexo. Na minha opinião, é hora de a gente perceber que já são 168 que produzem nessa área.

O próximo é a evolução dos números dessa feira em termos de delegações oficiais de países.

Próximo.

Próximo.

Depois que nós criamos a certificação de empresa estratégica de defesa, produto estratégico de defesa, para aporte de benefícios fiscais e também para crédito – vou chamar assim – subsidiado pelas linhas de Governo, aí são os números que nós temos hoje, distribuídos pelos Estados. Não é muito diferente de outras áreas. São Paulo concentra o maior número; o Rio de Janeiro agora tem todo esse complexo da parte do submarino, mas já é um número que eu considero bastante significativo; e eu insisto, toda empresa como essa, para ser qualificada, passa por uma comissão de alto nível.

Próximo.

Aqui são números que eu já havia colocado, que é o que gera o mercado mundial, US$1,5 trilhão de dólares. No Brasil, nós estamos gerando US$3 bilhões, 30 mil empregos diretos e há expectativa de mais 40 mil nessa indústria.

Então, encerro aqui e fico, evidentemente, à disposição para aquilo que é a parte mais interessante, que é a demanda dos Srs. Senadores e das Srªs Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Nós vamos começar agora, meus caros colegas, a parte da arguição, da interpelação, das questões que serão apresentadas ao Ministro. O nosso Regimento prevê que cada Senador tenha direito a cinco minutos, com igual tempo para o Ministro responder à interpelação, com um pingue-pongue de dois e dois: dois minutos para quem interpelou e dois minutos para o Ministro.

O Ministro fez uma exposição longa, substancial, e uma boa parte, seguramente, algumas questões já foram respondidas na sua própria exposição.

Passo a palavra, inicialmente, ao Senador Ricardo Ferraço, que teve a feliz iniciativa de apresentar esse requerimento de convite ao Ministro.

Eu pediria à Senadora Ana Amélia que me fizesse a gentileza de me substituir, por um momento, aqui, na Presidência da Comissão, porque eu preciso passar no plenário para registrar minha presença.

A lista de inscrição: Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Jorge Viana, Anastasia, Cristovam Buarque, Hélio José e Gleisi Hoffmann.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, cumprimento de maneira muito especial o Ministro da Defesa, experiente homem público da vida brasileira, Ministro Jaques Wagner. E digo para V. Exª da minha enorme expectativa com a sua presença no Ministério da Defesa, entre outras coisas, pelo prestígio que V. Exª tem e, naturalmente, com tudo que esse prestígio poderá alavancar no desenvolvimento dos importantes projetos para a Defesa nacional brasileira.

De igual forma, quero cumprimentar o nosso Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; cumprimentar os nossos comandantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica; cumprimentar também a Drª Eva, Secretária-Geral do Ministério, que foi Secretária-Executiva do Ministério do Planejamento.

E aqui quero fazer uma referência, Srª Presidente, com sua autorização. A Drª Eva foi fundamental na construção de um projeto que o Governo enviou ao Congresso e estamos em via de votar aqui, no Senado, que disciplina novos critérios para terrenos da Marinha, que tanta angústia traz, Sr. ex-Governador da Bahia, não apenas à Bahia, mas também a muitos Estados brasileiros.

Eu aproveito a oportunidade para agradecer a V. Sª o trabalho, o empenho, a articulação que fez, para que nós pudéssemos ter consignado nesse projeto não a totalidade dos nossos avanços, mas avanços importantes que vão facilitar muito a vida da população brasileira, Sr. Comandante da Marinha, porque o instituto enfitêutico de terrenos de Marinha continua desorganizando a vida de muitos brasileiros. Imaginem que a linha do preamar é de 1831. É daí que vem a demarcação dos terrenos de Marinha, porque, à época, um canhão tinha o alcance de apenas 33 metros. É disso que nós estamos tratando, e a Drª Eva foi muito importante nessa construção.

Sr. Ministro, Srs. Comandantes, em 2016, nós vamos revisar a nossa *Política Nacional de Defesa*, a nossa *Estratégia Nacional de Defesa*, e vamos reeditar o *Livro Branco de Defesa*, três importantíssimos documentos que colocam o nosso País em um outro patamar de planejamento das atividades relacionadas à Defesa e que se traduzem em elevados benefícios para a sociedade brasileira.

Eu faço também um comentário. Fico muito entusiasmado, de novo, Sr. Ministro, porque V. Exª é um homem de esquerda, é um homem da luta democrática, e vejo V. Exª falar com muita tranquilidade da importância de nós fortalecermos as Forças Armadas, porque esse é um tema impregnado de algum preconceito, em função de um outro tempo.

Olhando para o mundo, nós precisamos nos espelhar naquilo que deu certo. V. Exª falou muito na França, em que a Defesa representa 15% do Produto Interno Bruto daquele país. É uma atividade da maior relevância, da maior importância na geração de emprego, oportunidade, na geração de riqueza e na transferência e absorção de tecnologia em áreas que são não apenas importantes para a atividade militar, mas para a atividade civil, o emprego dual de tudo aquilo que nós temos nessa atividade para o conjunto da sociedade.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas nós estamos aqui diante de algumas questões que eu preciso indagar a V. Exª.

Um dos programas mais importantes de tantos que nós temos é o Sisfron. Nós temos uma fronteira de aproximadamente 17 mil quilômetros. São 11 Estados e 588 Municípios, uma fronteira complexa, por onde ocorre a multiplicação de crimes transnacionais, dentre eles o tráfico de drogas, o tráfico de armas, e assim por diante. O Exército brasileiro e o Ministério da Defesa têm um programa que é muito importante no combate

à violência e à criminalidade, porque no centro da criminalidade e da violência está o tráfico e o consumo de drogas. De certa forma, historicamente, o Estado brasileiro tem combatido o tráfico e a violência nas cidades, quando poderíamos e deveríamos combatê-los nas fronteiras. Em bom tempo, o Ministério e o Comando do Exército colocaram de pé esse programa, que é um programa extraordinário para o nosso País.

Ocorre que esse programa foi instituído para ser efetivado em dez anos, mas pela forma com que o fluxo orçamentário e financeiro está se desenvolvendo, nós podemos estimar que em cinquenta anos esse programa não será consolidado. Eu sei que V. Exª está chegando agora no Ministério, mas o prestígio de V. Exª no Governo vai ser importante no sentido de fazer um programa central como esse caminhar, porque esse programa atende ao conjunto da sociedade brasileira. Ele tem a ver com o combate das drogas na fronteira.

Eu gostaria que V. Exª pudesse falar sobre a evolução financeira e orçamentária do Sisfron.

Também gostaria de perguntar a V. Exª sobre a missão de paz do Brasil no Haiti, que está completando dez anos. Em algum momento, as nossas Forças Armadas foram designadas para essa importante tarefa, que tem um caráter humanitário fundamental, mas associada a isso, naquele momento, havia a pretensão do Brasil de ter assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu pergunto a V. Exª quanto o Brasil já investiu nesse programa, qual é o efetivo que nós temos e qual é a estratégia de porta de saída, em que pese eu reconhecer o papel estratégico de um país como o nosso, não apenas humanitário. A solidariedade humana tem que nos mover, mas esse é um programa que tem porta de entrada e eu não consigo ver a porta de saída. Quanto o Governo brasileiro já gastou e qual é a estratégia para a presença das nossas Forças no Haiti, dentro da operação Minustah?

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É sempre tão corrido, não é, Presidente? É um negócio de doido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu tenho que obedecer ao que foi acertado: cinco minutos. Já se passaram mais dois minutos. Mesmo tendo direito, por ser o requerente, a dois minutos adicionais, todos os Senadores praticamente estão inscritos. É apenas para dar um ordenamento. O Ministro terá também cinco. Então, V. Exª vai agora ter a resposta.

Obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O tempo aqui não é aliado, é inimigo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Srª Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Todos nós ouvimos uma longa, detalhada, competente explanação do Ministro da Defesa. O Senador Ferraço já colocou que o tempo dos questionamentos é, realmente, muito curto. Eu gostaria de sugerir – nós, usualmente, temos feito isto – que pudéssemos fazer um bloco de pelo menos três intervenções, facilitando a resposta do Ministro e podendo haver condição de mais Senadores falarem. Era uma sugestão. Nós temos mais Senadores. Ele ouviria três intervenções de Senadores de cinco minutos e faria uma resposta. Eu acho que ajudaria a ganhar tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu acolho a proposta de V. Exª. Eu digo apenas que, como o Senador Ferraço é o autor do requerimento, haverá a preferência apenas para essa resposta. Depois, faremos um bloco atendendo à solicitação.

Eu consulto o Plenário – Senador Cristovam, Senador Ferraço, Senador Anastasia, Senador Hélio José, Senadora Gleisi – se concorda com a sugestão do Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Então...

E a posição da Senadora Vanessa também. Concorda com a sugestão?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Aceita.

Então, apenas para essa resposta, em função de ser dele, do requerente, como é a nossa praxe, com a palavra, o Ministro Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER – Senador Ferraço, eu vou começar pela questão da nossa missão no Haiti. A missão já completa dez anos. Ela, efetivamente, requereu um investimento nacional – vou falar números redondos – da ordem de R$2,3 bilhões. Destes R$2,3 bilhões, as Nações Unidas nos retornam, em números aproximados, R$1 bilhão. Então, eu diria que há um investimento líquido de R$1,3 bilhão. Como V. Exª colocou, é uma missão humanitária que já tem porta de saída e data prevista para acabar. A missão no Haiti acaba ano que vem, não por decisão nossa, porque, na medida em que nos incorporamos a um programa desse, ficamos

um pouco submetidos à decisão das Nações Unidas. Neste ano, já houve uma redução. No ano que vem, a previsão é de retirada total das Forças não só do Brasil, mas das Nações Unidas. Neste ano, inclusive, vários oficiais de outros países da América do Sul – o comando é nosso, sou até eu que assino isto – já foram comunicados do seu retorno. Então, está marcado para terminar no ano que vem.

Inclusive, eu quero lhe dizer que participei, em Salvador, de uma rodada do continente sul-americano, designada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, em que se está reavaliando a missão e a forma de todas as missões de paz da ONU. Esse grupo de trabalho está sendo capitaneado pelo ex-Presidente do Timor Leste Ramos-Horta, e algo a respeito deve ser apresentado ao Conselho da ONU em setembro, outubro deste ano. Eu creio que eles migrarão para uma ideia de que não adianta só força de paz, se não houver, ladeado a isso, uma visão de desenvolvimento econômico do país.

A missão no Haiti está marcada para terminar no final do ano que vem. É final do ano que vem, De Nardi?

O SR. JOSÉ CARLOS DE NARDI – Final do ano que vem.

O SR. JAQUES WAGNER – Final do ano que vem.

Neste ano, o efetivo será de quanto?

O SR. JOSÉ CARLOS DE NARDI – O efetivo será de 850 homens...

O SR. JAQUES WAGNER – Não. Agora.

O SR. JOSÉ CARLOS DE NARDI – Do Brasil, 850. E o Brasil será o único em Porto Príncipe. Então, os demais países vão se retirar, ficando só o Brasil em Porto Príncipe, com 850 homens. No ano que vem, acaba tudo.

O SR. JAQUES WAGNER – Já é um processo.

Realmente, é um ônus, é uma participação do País que custa.

Sobre o Sisfron, na verdade, a sua fala lança luzes sobre a seguinte questão: programa de defesa é programa de longo custo. Tem que ser programa de Estado. Não pode ser só programa de governo, que tem interrupção, e tem que ter, não sei se segrega ou não, dinheiro contingenciável. Quem cuida de orçamento detesta que falemos isso, que há dinheiro não contingenciável, mas, se é essa a opção, poderia ser. O que quero dizer é que, se você fica à mercê de cada orçamento, acontece isso. O programa existe. Até hoje já foram empenhados 719 milhões, e, no orçamento de 2015, temos a previsão de 256 milhões. É evidente que estou aguardando o que será anunciado amanhã, para dizer o quanto nós temos com isso.

Eu considero que é estratégico esse programa. Concordo consigo, até porque fui Governador. Depois que a droga entra pela fronteira, ela, aqui, vira um formigueiro. Ficamos enxugando gelo em cada Secretaria de Segurança.

Lembro apenas que não é missão primeira das Forças a questão do combate ao tráfico, mas é missão nossa, e não podemos abrir mão disso, o controle das nossas fronteiras. E aí vale para se vai entrar um contingente armado de outro país ou se vão entrar produtos que vão produzir mortes mais do que numa guerra. No Estado que governei, 75% dos homicídios entre 16 e 28 anos eram diretamente vinculados ao tráfico de drogas.

Então, concordo consigo e estamos trabalhando. Temos, inclusive – não apareceu no eslaide –, a chamada Operação Ágata, que é uma operação conjunta entre as Forças, comandadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Receita Federal, Ibama, ou seja, um conjunto de órgãos com os quais fazemos operações na fronteira, com esse mister, com resultados extremamente positivos, inclusive do ponto de vista da apreensão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – São dois minutos agora que ele tem, pela regra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu chamo a atenção para o Sisfron, mas é evidente que nós temos um conjunto de outros projetos estratégicos, no âmbito da Marinha, como o Prosub, da Aeronáutica, como o FX-2, a aquisição de helicópteros. Para nós, são uma preocupação muito grande, porque são muitos os programas, e vemos que esses programas não cabem na realidade conjuntural e até estrutural da nossa economia.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ou seja, nós temos um conjunto de metas, um conjunto de horizontes, um conjunto de ações, mas, V. Exª já esteve do lado de cá, ficamos preocupados, porque, até certo ponto, em que pese eu reconhecer o que V. Exª disse aqui, estamos diminuindo a velocidade, mas não estamos comprometendo a continuidade.

O espaço, Sr. Ministro, entre aquilo que se planeja, entre aquilo que se cobra do contribuinte e aquilo que se entrega como política efetiva está ficando com uma distância muito grande. O Sisfron foi programado para ser implantado em dez anos, e, com esse fluxo financeiro, ele vai ser implantado em 50 anos. Isso nos preocupa, Sr. Ministro. Isso é fruto, naturalmente, do descontrole financeiro e da desorganização em que o nosso País se encontra. Nós estamos mergulhados numa crise muito profunda.

A nossa preocupação é no sentido de que, à medida que esta Comissão se antecipa a essas revisões que acontecerão em 2016, nós não queremos aguardar essas revisões. Nós queremos nos antecipar e fazer um *cheklist* em tudo o que foi programado e o estado da arte da evolução. Ao longo deste ano, cada Comissão Permanente do Senado define um projeto, que será estudado e tratado de maneira detalhada, e a Defesa será o tema da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Portanto, 2016 é o ano de revisão, e nós precisamos fazer uma reavaliação, para que possamos, perdoe-me a franqueza, colocar a verdade nesse debate que estamos fazendo. Não estou afirmando isto, mas nós não podemos transformar esses projetos em PowerPoint. Precisamos incorporar a verdade, para que tenhamos um realismo neste debate. O realismo é bom. Ainda que seja duro, ainda que cause constrangimento, ele é necessário.

Esperamos contar com essa boa cooperação, esperamos contar com V. Exª e com nossos Comandantes, para que possamos fazer destes debates, desses ciclos que faremos aqui, um encontro em que a verdade possa ser aquilo que vai nos mover e nos presidir.

Agradeço a V. Exª e aos nossos Comandantes.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Ferraço.

Com a palavra, o nosso Ministro.

O SR. JAQUES WAGNER – Senador Ferraço, primeiro, quero me colocar totalmente à disposição, particularmente, de V. Exª, por ser o Relator da matéria pertinente à Defesa, portanto à Pasta que comando.

Quero lhe dizer do meu estilo. Os que me acompanham me conhecem. Sou muito direto. Na vida pública, a gente não vive de fantasia, porque, efetivamente, a realidade é pública. Hoje, nós temos a LAI (Lei de Acesso à Informação), nós temos as publicações.

Então, antecipando-me até à pontuação de V. Exª, falo da primeira coisa que fiz com os Srs. Comandantes. Eu lhes disse: "Zero de programa novo." Era o que eu fazia no meu governo. Ou se completa o que a gente está fazendo, ou não há nada para se lançar.

Vou lhe dar um exemplo. Às vezes, ouve-se muito falar, porque é fato, que, na Marinha – e é verdade –, temos embarcações, navios com 35, 40 ou 50 anos. Aí se fala de sucateamento. São opções que nós fazemos. O Prosuper, que é um programa que está planejado, de aquisição de embarcações de superfície, seguramente, custará muito menos do que o Prosub. Concorda? Ele deve custar R$7 bilhões ou R$8 bilhões para atender aquelas 11 embarcações que estão previstas. O Prosub está projetado em R$30 bilhões. Qual foi a opção? A de apontar para a tecnologia. Está certo ou errado? Um equipamento como um submarino... E olhem que vamos ter o submarino em 2025. Chamo a atenção para o fato de que as coisas são... O programa da Marinha está previsto para 2035.

Mas concordo com V. Exª. Não adianta a gente fazer um portfólio imenso. Sonhar é permitido, desde que se tenha o pé no chão. Então, é claro que a gente vai programando, pelas necessidades que a gente tem.

Cada Força, para além do que está previsto, tem três ou quatro programas além: "Eu queria mais isso." De vez em quando, faço uma reunião mensal com os comandantes, e cada um tem o seu desejo na mala. Quando chega lá, ele a abre e diz: "Olha, isto aqui ainda não foi contemplado." E isso não adianta, porque há essa evolução, como V. Exª colocou.

Eu disse aqui: os países gastam 2,5, e nós estamos gastando 1,5. Para tirar esse atraso, ou vai ser uma decisão de Governo, de Congresso – no Congresso, isso impacta a questão orçamentária –, ou a gente não vai tirando. Se a gente continuar investindo menos do que todo mundo investe, dificilmente a gente vai encostar lá.

Concordo com V. Exª. Pode estar certo de que V. Exª terá toda a informação necessária, até porque a realidade brota. Não adianta ficar segurando isso.

Nós estamos só não deixando descontinuar. Existe um estaleiro montado para o Prosub, existe todo um projeto desenvolvido para o Guarani e para o FX-2. Então, com esses programas que chamo de estratégicos a gente não pode parar, mas concordo com V. Exª que não é hora de criar novos programas e, talvez, de botar alguns na geladeira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu gostaria que o Senador Aloysio assumisse a Presidência, porque sou a próxima a fazer as indagações. Vou voltar ao meu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Estou muito contente, Sr. Presidente Aloysio Nunes Ferreira e caros colegas Senadores e Senadoras, porque a República de Piratini está bem representada nessa Mesa. Estão aqui os três Comandantes. Estão aqui pelo menos três Comandantes. Eu gostaria que aqui estivessem os quatro. O Rio está em minoria na Mesa, com o Ministro Jaques Wagner, que, embora tenha sido

Governador da Bahia, nasceu no Rio, e com o nosso Comandante da Marinha, que é também carioca. Mas o nosso Comandante do Exército, General Villas Bôas, é gaúcho; o nosso Tenente-Brigadeiro do Ar, Comandante Rossato, é gaúcho; e o nosso Comandante Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General do Exército José Carlos De Nardi, também é gaúcho.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – O que V. Exª tem contra os paranaenses? (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, espere aí. A nossa querida Secretária-Executiva, Eva Maria Dal Chiavon, é catarinense, está no meio do caminho. E o nosso Presidente é paulista.

Então, estou muito à vontade, muito contente por estar o Rio Grande tão bem representado nas Forças Armadas, na área da Defesa, meu caro Ministro Jaques Wagner, porque essa é uma área fundamental.

Aqui no Senado, poucos setores de Estado têm uma atenção tão grande, eu diria, unânime de consenso dos Parlamentares em relação à relevância que tem para os interesses nacionais o setor de defesa.

Quando se fala num avião de carga, de tropas, de transporte de tropas ou quando se fala num caça, nós estamos falando em tecnologia, nós estamos falando em desenvolvimento. Nós, que temos a Embraer, não podemos nos dar o luxo de perder toda essa *expertise* que ganhamos, esse respeito internacional, que não é pouca coisa pelas dificuldades que o País tem.

Eu queria insistir em relação, sobretudo, a esse avião que a Embraer está fazendo, o KC-390, um projeto extremamente relevante. São mil engenheiros, dez mil técnicos especializados e parece que esse projeto está comprometido com problema orçamentário, tudo é o orçamento. Isso vai alegrar apenas o concorrente da Embraer nessa área, são empresas estrangeiras. Nós poderíamos, inclusive, não só para atender uma demanda da própria Força Aérea Brasileira, mas especialmente exportar esses aviões disputados internacionalmente, já que a tecnologia desenvolvida no Brasil é extraordinária.

Então, eu queria uma palavra do senhor sobre o KC-390 e qual é a garantia de que a Embraer vai receber os 500 milhões do projeto inicial da encomenda feita.

No final do ano passado, seu antecessor, Ministro Celso Amorim, esteve na Câmara Federal falando sobre a assinatura do contrato do Governo brasileiro com a Saab sobre o FX-2, com a aquisição dos 36 caças Gripen NG, explicando os novos passos que viriam em decorrência daquela decisão, dentre eles o processo de pagamento desse contrato. Acontece que até agora o contrato de financiamento externo que precisa passar por aqui não foi encaminhado ao Sendo para autorização. Deve iniciar a partir do pagamento – ninguém começa um trabalho desse, um projeto dessa envergadura sem pagamento –, então, a fabricação também fica aguardando esse comprometimento.

Eu queria que o senhor explicasse, em termos de valores e prazos de entrega, as condições desse contrato internacional feito pelo Governo brasileiro com a empresa sueca.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E quando este contrato de financiamento externo será encaminhado para apreciação do Senado Federal.

Só para terminar, Senador, é que o Senador Ferraço falou do Sisfron, um projeto extraordinário, o senhor falou ali o número, anotei, 11 bilhões, do projeto Sisfron no conjunto e agora estamos vivendo esse problema de fronteira.

Eu fiz aqui nesta Comissão uma audiência pública sobre drones. Essa é uma área em que o drone – acho que acoplado também com tecnologia para vender – é muito importante. Não há nenhum cenário de regulamentação de drones para fiscalização de fronteira, mas eles não servem só para isso, para acompanhar, fiscalizar linhas de transmissão, mas para várias outras áreas importantes e relevantes nós poderíamos usar, e não está ainda regulamentado. Como a Defesa está trabalhando junto com a Anac, disseram que era competência da Anac, para que essa situação seja resolvida. Pergunto se os 11 bilhões previstos vão ser executados ou terão problemas com o contingenciamento ou com o ajuste fiscal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Aloysio...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Só para lhe explicar, quando o senhor estava fora, houve uma consulta ao Plenário. Então, foi decidido, deliberado. Apenas o Senador Ferraço teve pergunta e resposta, por ser o requerente. Agora serão três Senadores que falarão em bloco. Foi uma proposta do Senador Jorge Viana que submeti à apreciação do Plenário, e foi acordado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Excelência.

Está inscrita para falar, agora, a Senadora Vanessa Grazziotin. Tem a palavra V. Exª, por cinco minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o nosso Ministro da Defesa, ex-Governador e Deputado Federal, com quem tive a alegria de compartilhar o mandato na Câmara dos Deputados, Ministro Jaques Wagner.

Quero cumprimentar os comandantes das três Forças que aqui estão: Comandante da Aeronáutica, Nivaldo Rossato; Comandante do Exército, Villas Bôas; Comandante da Marinha, Eduardo Bacellar Leal Ferreira.

Cumprimento o General José Carlos De Nardi, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Cumprimento a Eva, Secretária-Executiva do Ministério da Defesa.

E quero cumprimentar a nossa querida Deputada Perpétua, que aqui está entre nós, Senadora Ana Amélia, ela que já foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara. E falei, Senadora Ana Amélia, porque ali na mesa tem muito gaúcho, e eu sinto falta de um nortista. E aqui ao meu lado está uma vizinha, do Estado do Acre, que é a Deputada Perpétua. Mas quero dizer que todos esses gaúchos aí são amazônidas, não tenho dúvida nenhuma. Eu conheço todos, em especial o General Villas Bôas, que algumas vezes serviu na Amazônia, Presidente Aloysio, e tem família lá. Eu garanto que ele vai muito mais a Manaus do que a Porto Alegre, porque lá em Manaus ele deixou uma neta. Tem uma neta dele que está lá em Manaus. Enfim, eu também fui de Santa Catarina para lá e de lá eu não saio mais.

Faço essas observações iniciais, mas eu quero, dessa forma figurada, falar que a Defesa brasileira, nesses últimos anos, tem compreendido muito o que é o Brasil, o significado do País, o posicionamento do País diante do mundo, e tem deslocado grande parte das suas forças para a Região Norte e para a Amazônia brasileira, que é onde se concentra não o maior contingente populacional, mas a maior riqueza natural. Eu costumo dizer que o futuro do País passa necessariamente pela Amazônia, não tenho dúvida nenhuma. O Senador Jorge Viana, que governou por duas vezes o Estado do Acre, sabe perfeitamente do que estamos falando.

Creio que, de todos os nossos ministérios, o Ministério da Defesa é aquele que primeiro se voltou e acordou para a importância da Região Amazônica.

Quero destacar algumas observações que já foram feitas aqui pelo Senador Ferraço a respeito da política de defesa nacional e sobre a necessidade e a importância de atrelarmos o desenvolvimento da indústria da defesa ao próprio desenvolvimento nacional.

Conversando aqui com a Deputada Perpétua, uma apaixonada por essa área, me dizia do papel que teve a indústria de defesa em países como a França, Rússia, Estados Unidos. Em tantas outras audiências públicas, tivemos a oportunidade de debater. E não é só a indústria da defesa. Muitos segmentos se desenvolvem a partir do desenvolvimento da indústria da defesa: a inovação, a ciência, a tecnologia.

Vivemos hoje no Brasil um momento de crise, e não é a primeira nem será a última, porque dentro deste sistema, capitalismo, as crises econômicas são cíclicas. Vez ou outra, elas vêm e vão embora. Então, o que fazer para sensibilizar a Nação Brasileira, para que ela apoie projetos como esse?

A Embraer eu vejo que é o exemplo mais significativo. A Embraer nasceu na Aeronáutica. Hoje, é a indústria que mais traz divisas da exportação para o Brasil, e nasceu de lá.

Falamos tanto que vivemos um processo de desindustrialização, o que não é inverdade. Precisamos retomar o processo de industrialização do Brasil, precisamos reindustrializar a nossa Nação, e eu creio que uma parcela importante e significativa esteja exatamente na indústria da defesa.

Enfim, falo dessa questão e falo de uma segunda questão, voltando à Amazônia. Na segunda-feira, a Presidente Dilma estará no meu Estado inaugurando os primeiros quilômetros de um projeto que eu conheço como Infovia, do Programa Amazônia Conectada. São cabos – não são submarinos porque são rios – que vão pela água.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – É um projeto maravilhoso – já concluo, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes –, que pretende ligar mais de 52 Municípios, quase a totalidade dos Municípios da Amazônia, através dos nossos rios: Rio Solimões, Rio Negro e Rio Amazonas.

Então, eu gostaria que o Ministro, se não falou ainda, que falasse um pouco mais sobre esse projeto, que é muito importante para nós.

Para concluir, quero dizer que apresentei um projeto nesta Casa e gostaria de ouvir a opinião do Ministro Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sobre?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Vou falar. Já fiz uma visita ao Comandante do Exército e ouvi sua opinião.

Hoje, as Forças Armadas alistam meninos, homens, para prestar o serviço militar. Meninas, mulheres, ainda não prestam serviço militar. A lei não prevê. Eu não concordo, nunca concordei com esse aspecto. Sei que essa é uma mudança profunda. Estou aqui com um *bottom* que diz: "Mais mulheres na política".

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Na América do Sul, o Brasil é o país que menos mulheres tem no Parlamento. E nas Forças Armadas temos um problema que também precisamos enfrentar. Não é o único, mas é um problema.

Apresentei um projeto de lei colocando como opcional o serviço militar para mulheres, Ministro Jaques Wagner. Opcional. É óbvio que tudo tem que começar com cotas. Não podemos, de uma vez, dar às mulheres tudo que os homens têm, mas podemos pelo menos começar. Para tudo tem um começo.

Então, eu gostaria de ouvir a sua opinião a respeito dessa proposta que tramita no Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Jorge Viana, V. Exª tem a palavra por cinco minutos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Aloysio, colegas, eu queria cumprimentar o bom companheiro Jaques Wagner, Ministro da Defesa, pela exposição, pela vida e pelo compromisso, como bom brasileiro que é.

Para mim é uma satisfação também cumprimentar os Comandantes – foi muito adequada a iniciativa do Senador Ferraço e do Presidente da Comissão de convidá-los para fazer parte da Mesa –, o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, General De Nardi, e o Comandante Bacellar, da Marinha.

Eu queria cumprimentar também a Srª Eva Maria, Vice-Ministra. Nós temos uma mulher Vice-Ministra da Defesa. No caso de ministérios convencionais, normalmente é a Secretária-Executiva que assume; no caso da Defesa, há um tratamento diferenciado.

Eu queria cumprimentar o Comandante Rossato e o General Comandante amigo da Amazônia, com quem tenho o privilégio de ter uma relação mais próxima, familiar, que é o Comandante Villas Bôas.

Sr. Ministro e caros Comandantes, eu tive o privilégio, seguindo um pouco a linha do Governador Jaques Wagner, de sair do governo, pois me foi dada a oportunidade de trabalhar em uma área ligada à Defesa. Três, quatro meses depois que saí do governo, fui convidado pelo Sr. Christian Grass – na época, em vez de Airbus, era a EADS – para fazer parte do Conselho de Administração da Helibras, que é uma empresa que tem sede em Minas Gerais há 36 anos e que produz o helicóptero mais utilizado no Brasil e um dos mais utilizados no mundo desde essa época, o Esquilo. Falei com a Presidência da República, fui me inteirar da situação. Na época, o Presidente Lula me apoiou. O Brasil estava negociando a compra de helicópteros com a Rússia, de helicópteros pesados e outro conjunto de helicópteros. O Ministro Nelson Jobim estava assumindo o Ministério da Defesa, e o governo tomou a decisão de que iria considerar a oferta que havíamos feito pela Helibras, de, em vez de comprar, produzir esses equipamentos no Brasil.

Eu estive, desde o início, no projeto do EC-725. De certa forma, ajudei a fazer com que acontecesse o projeto, já que tinha de fazer a troca entre a compra e a vinda de uma fábrica para o Brasil. O Senador Aloysio chegou a participar de missão comigo em Marignane. Quando tivemos um encontro no congresso de água, nós vimos a fábrica da Eurocopter e vimos brasileiros sendo treinados, o que era consequência desse projeto.

O Governador Anastasia está aqui, e, na época, o Governador Aécio foi um animador do projeto.

A Helibras, que era uma empresa que tinha uma dimensão, passou a ter uma outra muito diferente. O Brasil, que era um endereço de um helicóptero de pequeno porte, passou a ser um endereço de um helicóptero de grande porte.

Esses helicópteros já começaram a ser entregues. V. Exª fez um rápido comentário, eu sei que são muitos assuntos, mas eu acho da maior importância resgatar alguma coisa.

Simulador para pilotos de helicópteros: o Brasil não tinha para esse modelo de helicóptero, mas nós incluímos no projeto. Ele está em fase final de construção no Rio de Janeiro. Nós trabalhamos uma parte do projeto no Rio de Janeiro, uma parte no Rio Grande do Sul. Uma parte da aviônica é feita no Rio Grande do Sul, onde há empresas que trabalham com muita qualificação.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Uma parte é feita em Minas Gerais, outra em São Paulo. E a célula é trabalhada com material composto em Minas.

Nessa fase da minha vida, de que me orgulho muito, trabalhei muito com as Forças, trabalhei com o Ministério da Defesa. Sem merecer, inclusive, recebi a Legião de Honra da França, dada no Palácio de Elysée, por conta da colaboração que dei, estreitando as relações do Brasil com a França, na presença do Presidente Lula e do Presidente Sarkozy.

V. Exª disse que vai manter esse projeto, mas que ele está passando uma reformulação. A ideia era entregar 14 helicópteros por ano, há aí uma redução. Eu queria reforçar que esse é um projeto que equilibrou bem: cada uma das Forças tem uma quantidade determinada do 725, que já receberam, e há outras a serem entregues. O projeto envolvia 50 equipamentos, 3 VIPs para a Presidência, que também estão entregues.

Abre-se um mercado fantástico na versão civil, o 225, desse helicóptero, que é um helicóptero pesado, para vender para todos os países vizinhos, tanto o 725 quanto o 225. É óbvio que isso não estava previsto no projeto original, porque a encomenda primeira era atender – é assim que se trabalha com essa indústria – ao Governo brasileiro.

V. Exª está falando que vai haver uma diminuição. Eu queria que o Governo brasileiro, que foi quem estimulou e que fez um acordo com a França – entraram empresas para trabalhar –, que pudéssemos apreciar, sendo prioridade no Ministério da Defesa, a negociação com os países africanos e com os países vizinhos nossos da América do Sul e da América Latina, para que cada um desses equipamentos de que o Brasil está retardando a entrega ou a encomenda possa ser substituído por um civil.

Toda a base do pré-sal fica a 300 quilômetros do litoral, e esse helicóptero foi feito pensando nisso, pois esse helicóptero tem autonomia de 1.200 quilômetros, dependendo da carga que ele leva. Ele é de transporte, mas também atende muito bem, sendo produzido no Brasil, gerando emprego no Brasil, criando divisas para o Brasil.

Eu vou encerrar. Eu queria um comentário de V. Exª.

Só mais uma questão. Sr. Presidente, desculpe-me, mas eu moro num Estado de fronteira. A querida Perpétua está aqui. A Ana Amélia falou muito sobre isso. Nós estamos vendo um aumento, agora para o Nordeste, de tráfico de drogas, com aviões com 300kg de cocaína, com 400kg de cocaína. Eu sei que nós temos problemas orçamentários, V. Exª já explicou, mas eu não vejo possibilidade, mesmo no Brasil que é pacífico, com a dimensão de território fronteiriço que nós temos, de nós não assumirmos que temos uma guerra a ser enfrentada, a guerra do tráfico de armas e também a guerra da droga. E não encontro nenhuma possibilidade no horizonte de diminuirmos isso se não houver uma colaboração, um fortalecimento do papel das Forças Armadas nessa área de fronteira. Para abate de avião, nós mudamos as leis do Brasil. Isso é fundamental, mas eu acho que tem de ser por terra e por água. Eu sou de um Estado que é passagem de parte da cocaína. Lá, lamentavelmente, pega-se e se prende – eu não queria isto – uma quantidade grande de drogas por ano. Eu acho que o Brasil precisava fazer esse debate, mesmo numa escassez orçamentária.

Como podemos fazer com o que temos – e não temos pouca coisa, em toda a fronteira –, como podemos estreitar a Polícia Federal, as Forças, sem mudar nem as características nem as atribuições, mas tendo as Forças Armadas como auxiliares? Vemos, quando há eventos no Rio de Janeiro, que se cria a excepcionalidade. Por que não criamos uma regra também para que se fortaleça a presença das Forças Armadas no combate a essas duas guerras, que são meio clandestinas, mas são assim mesmo? Temos de assumir que é uma guerra e enfrentar, para dar um pouco de tranquilidade ao povo brasileiro, porque a violência leva à morte 52 mil brasileiros, a violência urbana, rural. São 52 mil brasileiros por ano que morrem por homicídio. Isso é gravíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Três Senadores interpelaram, cada um por cinco minutos.

Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Acho que é um tema relevante. Ao nosso Ministro: a Presidente da República ia aos Estados Unidos fazer uma visita que, do ponto de vista estratégico, é muito importante, sob todos os aspectos. E eu gostaria de saber se existe alguma ação na área da Defesa que vai ser tratada, que está na agenda do encontro da Presidente com o Presidente Barack Obama.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Ministro, o senhor tem agora três...

O SR. JAQUES WAGNER – Não vou usar quinze, não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O senhor teria quinze minutos. A sua capacidade de síntese é fenomenal!

O SR. JAQUES WAGNER – Senadora Ana Amélia, sobre o KC-390, só quero dizer, sem me eximir da responsabilidade, que ele não foi uma compra. Ele é um investimento do Estado brasileiro. Até agora, nós não recebemos nada. Nós botamos dinheiro para poder desenvolver através de uma empresa privada, que é a Embraer, se não ela não desenvolveria. Depois, temos um dinheiro reservado para a compra do KC.

De 2009 a 2014, o orçamento brasileiro já aportou para a Embraer, motivo pelo qual, inclusive, tomamos assento, com o representante do Ministério da Fazenda, no conselho daquela empresa, R$3,4 bilhões. Insisto que esse é um investimento do Estado brasileiro. Não é uma compra que estamos devendo. Nós nos comprometemos, porque achamos que é importante, e aportamos R$3,4 bilhões. Ainda faltam, talvez, 2 bilhões para

concluir esse investimento. Fora o que estamos separando, prevendo de orçamento, para compra, porque, evidentemente, queremos comprar porque ele é importante para nós.

Ele fez o voo, que eu chamaria de estudo primeiro. Está marcado o voo inaugural dele agora para junho ou julho. Nós já pagamos aproximadamente 80%, e evidentemente temos que chegar a uma equação de não interromper, porque ele já está pré-lançado no mercado. A aderência a ele foi incrível. Acho que ele vai nos ajudar muito na balança comercial, na manutenção de emprego.

Não há como fugir disso. É uma decisão que foi tomada, creio, em 2007, 2008. Começou o desembolso em 2009. Ele, como eu disse, teve o estado da arte e foi trabalhado sempre a quatro mãos pela filha da FAB, que é a Embraer, com a própria FAB.

Concordo consigo. Nós temos um mercado enorme. Se demorarmos, os outros, os italianos, os americanos, todo mundo está correndo atrás para nos ultrapassar.

Sobre o FX-2, o que a senhora colocou é absolutamente verdadeiro. Nós assinamos o contrato. Dentro do contrato, há a previsão do financiamento, que é um financiamento todo feito pelo governo sueco, a juros bastante convidativos, bastante interessantes, e esse financiamento ainda não foi assinado. Precisa ser enviado para cá. Está na PGFN, sendo analisado. Ele foi acompanhado, evidentemente, pelo Governo Federal durante todo o processo, porque ninguém ia fazer contrato de financiamento sem acompanhamento do Tesouro. Ele foi acompanhado pelo Tesouro, e estamos pressionando muito. A Drª Eva está pressionando muito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Qual é o prazo... (Fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER – Eu não diria que seria interrompido. Os suecos têm muito interesse nisso. Nós estamos em processo de conversa constante. Devo fazer uma visita à Suécia, para me encontrar com o Ministro da Defesa de lá. Não vejo possibilidade de descontinuidade, porque ele é importantíssimo para a Suécia, é importantíssimo para nós. É público. O mundo inteiro sabe que nós estamos num processo de ajuste fiscal e de dificuldade. Então, não vejo possibilidade de descontinuidade.

Agora, a sua angustia é a minha angústia. Eu estive lá, diante da Presidenta da República, quando o Sr. Wallenberg, que é o acionista, o presidente do conselho da empresa Saab, esteve aqui. E veio à mesa o tema. Eu comuniquei: "Presidente, está na PGFN." Ela precisa enviar ao Senado para que possamos ter a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Permita-me, Ministro...

O SR. JAQUES WAGNER – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O problema mais grave é o seguinte: a tramitação desses acordos passa pela Câmara, e, depois, a matéria vem para cá. Não é isso?

O SR. JAQUES WAGNER – A aprovação de empréstimo não. Ela passa só aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ah, é só empréstimo? Não é um tratado?

Aqui, temos a tradição de trabalhar celeremente. Chegando a matéria aqui, na semana seguinte, ela estará pautada, mesmo porque é um assunto que já conhecemos bastante bem.

O SR. JAQUES WAGNER – Quero esclarecer que nós não estamos na fase de produção, a menos que eu esteja errado, e o Brigadeiro Rossato que me corrija. Nós estamos na fase de desenvolvimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E a assinatura do contrato?

O SR. JAQUES WAGNER – É necessária, mas eu diria que o contrato fundamental está feito. O que nós temos é um suporte financeiro através do contrato de financiamento. Por isso, digo: o contrato está assinado. Não temos como correr disso. Só que a fonte financiadora tem de ser expressa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só o financiamento.

O SR. JAQUES WAGNER – Mas é evidente que, se não sair o financiamento, vai chegar uma hora em que as pessoas vão dizer: "Não vou trabalhar de graça."

Inclusive, já conversei com o Brigadeiro Rossato, e esse tema esteve nas discussões que tivemos.

Só espero que se mande isso rapidamente para cá, para que possa haver a aprovação, para que a gente possa pacificar essa questão, mesmo que haja um desembolso eventualmente menor nesse primeiro ano, até porque já estamos praticamente em junho. Então, é evidente que aquilo que estava previsto para este ano não terá o desembolso.

Mas tem de ser assinado, até porque, se a gente não assinar, não se concretiza isso. Como foi algo que foi decisão da própria Presidente da República, não tenho dúvida de que será assinado. Mas concordo com a Srª Senadora que temos de apressar.

Sobre a questão dos Vants, eu pedi ajuda aos universitários, como brinco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – São bons esses caras.

O SR. JAQUES WAGNER – É.

Na verdade, são duas instâncias diferentes. A Anac certifica o equipamento. Portanto, ela funcionaria como um Detran no solo. E a FAB autorizaria o voo através do Decea. É isso?

Nós já certificamos, desde 2010, mais de 300 voos, com normas que, como entendemos, ainda não estão no seu estado da arte. Em 2005, já foram autorizados mais de 50. E nós – digo nós da FAB e do Decea – pretendemos lançar agora, em 2015, normas mais otimizadas, mais precisas.

Só chamo a atenção para o fato de que, sobre o Decea, paira a ICAO, que é o organismo internacional que regulamenta isso, porque, evidentemente, há drone do bem, mas pode haver drone do mal. Há Vant do bem, mas pode haver Vant do mal. Coloca-se um bicho desses com bomba, e acabou.

Então, na verdade, a norma mais geral que precisamos é a norma que estamos acompanhando dessa instituição internacional.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Ministro, o senhor não acha – desculpe-me, Presidente – que, nesse aspecto, precisamos de uma lei no Brasil?

O SR. JAQUES WAGNER – Mas já há uma norma. A senhora fala de uma lei para drone?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Uma lei que regulamente isso. Vários países do mundo já estão aprovando legislação que trata desse assunto.

O SR. JAQUES WAGNER – Há alguém do Decea aqui? Rossato.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Comandante Rossato, por favor, gostaria que o senhor esclarecesse este ponto, se é necessária uma lei que dê suporte à nossa fiscalização, ao licenciamento etc..

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – O drone é muito comentado em todos os níveis. Há amadores que o utilizam em clubes, e há o uso militar, com voo em até 60 mil pés de altitude. Os drones militares, como os da Força Aérea e da Polícia e como outros que já estão funcionando, não têm problema nenhum. Não há nenhuma restrição por parte do Decea. O problema são esses outros drones sobre os quais tem de haver um controle.

A regra, hoje em dia, já estabelece claramente que, no entorno de aeródromos, não podem existir drones. E se lá houver um drone? Ele está incorrendo em risco de sofrer processos de segurança da polícia etc.. Estão estabelecendo isso, porque é muito difícil controlar esses drones. Qualquer um compra um drone pequeninho por R$1 mil ou por US$1 mil. Ele vem dos Estados Unidos dentro de uma caixinha e é usado para tudo que é coisa, como para invasão de privacidade. E há uma série de outras coisas. Pode-se usá-lo para ficar fotografando festas, para ficar filmando. Fica aquele zumbido em cima, fica aquela porcaria andando em cima. Até tem certo risco isso.

Então, está sendo regulamentado hoje. Difícil é controlar totalmente pela grande proliferação desses pequenos drones. Esse é o desafio no mundo inteiro.

A senhora deve ter visto que, recentemente, na Casa Branca, tentaram invadir o espaço com um drone. Não é tão simples, mas estão trabalhando a Anac e o Decea para um controle mais efetivo desses drones.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Como diz o Ministro, é pior que o Google.

O SR. JAQUES WAGNER – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vou pedir à Consultoria do Senado que prepare um estudo sobre essa questão da Vanessa Grazziotin, se é necessária uma base, digamos, legal para dar suporte a essa fiscalização. E aí, submeterei à Comissão.

Vamos seguir em frente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, posso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sendo indelicado e mal-educado, é que eu tenho uma audiência com o Vice-Presidente, Michel Temer, e serei indelicado em ter que sair. Mas se o nosso Ministro pudesse – já que são blocos de três – fazer algum comentário que fosse sobre as duas questões que abordei, da Helibras e das fronteiras, sem prejuízo, porque são num bloco, para que eu não seja tão indelicado de sair e não estar aqui quando V. Exª comentar.

O SR. JAQUES WAGNER – Não, tudo bem. Vou pedir, então, autorização.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª é um cavalheiro, todos nós sabemos. O Ministro vai chegar lá com...

O SR. JAQUES WAGNER – Como V. Exª é um cavalheiro, vou pedir à Senadora Vanessa Grazziotin para ser uma dama e inverter, vou responder primeiro ao Jorge Viana para ele poder sair.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Fora do microfone.) – Só sobre os Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Estados Unidos, já está registrado.

O SR. JAQUES WAGNER – Ah, sim, vou lhe falar.

Senador Jorge Viana, é fato o que o H-XBR representa para nós. Eu estive com um representante da Airbus, inclusive com um representante da própria Helibras, na França, fui dois dias só para negociar os contratos que nós temos com diversas empresas francesas. Como eu lhe disse, foi acolhido por eles entenderem que é normal – ou, pelo menos, acontece – em programas que têm de dez a doze anos de duração, em que você faz o programa e há um acidente de percurso, um orçamento que caiu, uma crise, alguma coisa desse tipo.

Então, eu diria, assim, que eles acolheram, não estou dizendo que gostaram. Todo mundo que puder entregar mais, quer entregar mais, mas acolheram exatamente para não descontinuar. Assumimos o compromisso de no local... De treze, já foram entregues, se não me engano, doze a quinze até agora, doze para as Forças e três que são os chamados executivos. E o programa está mantido. É claro que ele é fundamental, porque ele vai agregando. Eu, no Governo de Estado, já comprei vários helicópteros com a Helibras, inclusive, helicópteros não iguais a esse, mas já bem acima do Esquilo, para transporte de força, que transportam dez ou doze pessoas.

Então, não há possibilidade... Há um contrato, inclusive, assinado com prejuízos e multas. Todo contrato tem imprevistos. Agora, fui, registrei aqui que, claro que o fato de a Helibras ter atrás de si uma Airbus tem sido fundamental, porque se fosse uma empresa talvez com menos robustez financeira, não sei se conseguiria manter. Mas eles se comprometeram a manter, eu reconheço o elogio. Acho que foi merecida a medalha da Legión de Honor que V. Exª recebeu, porque para nós foi algo importante, para eles também. Eles sabem que a subsidiária deles aqui no Brasil mostra o mercado, apesar de que neste momento houve uma queda, mesmo nos privados. Esse é o problema da Helibras, não é só o problema com a H-XBR. As empresas que servem à Petrobras estão comprando menos, o mercado de aviação civil... Estive várias vezes com o presidente da Helibras. Então, efetivamente, nós estamos num momento apertado.

Mas foi feita essa negociação, foi acolhida por eles e, portanto, eu diria que estamos garantindo a continuidade. É óbvio que V. Exª conhece, como ex-Governador. Naquele item de segurança, comungo da sua ideia, nós discutimos isso. Não é função primeira o combate ao tráfico de drogas, mas é função primeira a proteção da nossa fronteira. A droga entra pela fronteira.

Então, através de ações conjuntas, como já é a Operação Ágata, eu diria que teríamos que aumentar o volume... Aí é o problema. Neste ano, com o Orçamento que está previsto, em vez de aumentar, vou reduzir. Não. Tudo, no fundo, é dinheiro. Não se faz nada se não houver dinheiro para fazer a Operação Ágata. Eu estou colocando isso, porque é o que digo: essas coisas são transparentes. O Orçamento é publicado.

(Soa a campainha.)

O SR. JAQUES WAGNER – Então, acho que nós temos que cuidar, realmente, cada vez mais. Há um programa, agora, que creio que vai ser bastante forte na tríplice fronteira, na parceria, inclusive, com Estados e prefeituras, do ponto de vista de urbanização daquela área, que virou uma peneira, porque toda hora atravessam de barco de um lado para outro com contrabando, com arma, com droga, com tudo.

Eu entendo que temos que cuidar. Já temos 25 PEFs do Exército Brasileiro, que são os Postos Especiais de Fronteira, que são fantásticos – eu diria que os Senadores, se pudessem conhecer, iriam se emocionar –, mas são insuficientes: 25 para 17 mil quilômetros de fronteira. Então, ainda é muito pouco. Daí a importância do Sisfron.

Senadora Ana Amélia, na verdade – eu espero, e terá que vir a esta Casa também –, nós tínhamos dois acordos pré-assinados com os Estados Unidos na área da defesa: um é um acordo convencional, um acordo guarda-chuva; o outro é um acordo já de um grau bastante superior, que é o JSON, um acordo de troca de informações de nível, diria, mais secreto, mais fechado. E, evidentemente, com aquele episódio da invasão, houve todo aquele mal-estar.

Felizmente, no começo do ano, quando eu assumi, falei com a Presidenta e tive a compreensão dela. Ela disse: "Não, continue em toque." Agora, isso está no MRE, já saiu da Defesa. Eu cobrei do Embaixador Mauro Vieira. Creio que já está saindo de lá. Tivemos que adequar também a questão da LAI (Lei de Acesso à Informação), mas já saiu e virá novamente para esta Casa para ser votado.

O que pretendo, e que deverá haver uma missão, eu devo ir, inclusive, dois dias antes da Presidenta, para encontrar com os meus pares dos Estados Unidos, e a ideia é que isso possa ser assinado exatamente durante a visita, que vai marcar algo importante. Eu estou pedindo que o MRE apresse para ir à Casa Civil e ser remetido para cá para ser aprovado, porque a viagem é no dia 30 de junho e há o problema do recesso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O importante era chegar lá...

O SR. JAQUES WAGNER – Para mim era fundamental. Foi uma demanda muito forte da Embaixadora dos Estados Unidos, quando esteve comigo. E quero cumprir porque acho que será um sinal extremamente lógico, extremamente importante. E nós temos uma relação bastante intensa.

Senadora Vanessa, sobre a Amazônia Conectada, eu havia feito uma exposição rápida, mas, efetivamente, é um programa que me emociona por dois motivos: primeiro, pelo fato de que ele vai iluminar, do ponto de vista de fibra óptica, uma região que não está iluminada – todo o oeste do Estado do Amazonas; e, segundo,

porque foi desenvolvido com tecnologia nossa – do Exército e de uma empresa brasileira, que desenvolveram um tipo de cabo e fizeram o lançamento.

(Soa a campainha.)

O SR. JAQUES WAGNER – Agora, nós temos, na verdade, 8 mil quilômetros para lançar nos rios da região pela qual V. Exª é apaixonada. Isso será importante para a segurança na fronteira, mas muito também para a nossa gente que mora lá ter acesso à informação.

Sobre a questão do serviço militar – esse tema foi até debatido na minha preparação para estar aqui –, vou externar aqui, com muita franqueza, a opinião que externei na nossa reunião.

Eu confesso que preferia que fosse obrigatório em vez de voluntário. Por quê? Porque, se for voluntário, eu não tenho como me planejar e, se for obrigatório, vou ter que planejar. Por exemplo, todas as Forças já estão admitindo mulheres nas suas escolas. A Aman vai fazê-lo em 2017. Eu, por exemplo, estudei no Colégio Militar do Rio de Janeiro e saí de lá em 1968, eram só meninos. Hoje tive o prazer de chegar lá, e as mulheres, como V. Exª disse, tomando conta de tudo, porque a Coronel-Aluno é mulher, a Tenente-Coronel-Aluno é mulher. E os homens já estão querendo botar as provas físicas com valor de ponderação muito mais alto para ver se eles conseguem chegar aos primeiros postos. Não vão dar conta. E já houve, deixe-me dizer, no Colégio Militar do Rio de Janeiro, pela primeira vez, uma mulher no panteão do Colégio Militar

E, para se ter uma ideia, no panteão do Colégio Militar do Rio de Janeiro não são colocados só Coronel-Aluno; tem que ter sido Coronel-Aluno, primeiro lugar de todos os anos e nota mínima de nove ponto alguma coisa. Eu passei longe do Panteão, mas já fui Sargento-Aluno, pelo menos. Mas essa foi Coronel-Aluno.

Então, eu acho que é inevitável essa participação. Quando eu digo obrigatório, não é para contraditar com a sua proposição, é que, se for contraditório, eu vou me preparar. Então, neste ano, eu vou admitir, 10% serão recrutas mulheres, 20%... Porque eu tenho que preparar, porque o vestiário é diferente. Se for voluntária, eu não sei quantas vão, então, como é que eu me planejo?

Então, essa questão é que eu queria deixar como contribuição a este debate.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Se o senhor me permite, eu acho que o debate está iniciado. É isto que nós queremos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Iniciar um debate com a concordância do objetivo final.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente.

Bem, agora nós temos três Senadores, e está encerrada a inscrição.

Senadora Gleisi, pela ordem de inscrição, a senhora vai encerrar com chave de ouro nossa audiência pública. Temos, então: Senador Anastasia, Hélio José e Gleisi Hoffmann. Depois eu peço que permaneçam aqui, que nós vamos ter os relatórios que serão lidos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. *Fora do microfone*.) – Só leitura?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Só leitura.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Os Senadores estão fazendo questão de que eu fale; então, vou aproveitar da minha condição feminina aqui para passar à frente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A senhora tem 5 minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

Queria cumprimentar todos da mesa; cumprimentar nosso Ministro Jaques Wagner, cumprimentá-lo pela brilhante exposição que fez; cumprimentar todos os nossos Comandantes das Forças Armadas, o nosso Comandante da Marinha, Almirante Eduardo; nosso Comandante do Exército General Eduardo; nosso Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo; o General De Nardi, Chefe do Estado Maior do Conjunto das Forças Armadas, com quem eu tive o prazer de conviver e trabalhar; a Drª Eva Maria, também nossa Secretária Executiva. É um prazer muito grande tê-los aqui.

Eu, na realidade, não tenho, assim, nenhuma pergunta. Eu queria, primeiro, parabenizá-lo pela exposição. Eu tinha dúvidas sobre essa questão do Sisfron. Acho que já foi bem debatida. Eu venho de um Estado cuja fronteira é uma das mais populosas do Brasil, que é a fronteira do Paraná com o Paraguai e a Argentina, e, com certeza, isso tem feito muita diferença.

Claro que nós gostaríamos de que tivesse mais investimentos, é óbvio. Eu até brincava com a Drª Eva na época em que estava na Casa Civil, ela fazia parte da Junta Financeira e estava do outro lado. Então, nós recebíamos os Ministérios, inclusive os representantes das Forças Armadas para fazermos discussão orçamentária. Cabia a nós fazer com que tudo coubesse dentro daquela previsão. Então, eu sei da dificuldade, mas, mesmo

com essas dificuldades, eu acredito que a área de segurança nacional da defesa tem recebido, por parte do Governo, investimentos, e nós temos conseguido demonstrar aí ações valorosas. O Sisfron, não tenho dúvidas, é uma dessas. E eu queria agradecer, como paranaense, aqui, o empenho da defesa nesse projeto.

A questão dos drones também, que nós debatemos aqui, porque a gente vê drone inclusive aqui na Praça dos Três poderes, sobrevoando. Então, tem também as questões de segurança nacional. E, mesmo sendo instrumentos pequenos, podem provocar danos, podem buscar informações, enfim. Então, essa é uma preocupação que também já foi tratada aqui.

Queria parabenizar também o trabalho que é feito na nossa Amazônia. Eu tive a oportunidade de participar, junto com a Ministra Izabella, também com o General De Nardi, e com o Comandante do Exército, na época, sobre a discussão de controle do desmatamento. Nós conseguimos reduzir muito o desmatamento na Amazônia brasileira, e graças à atuação das Forças Armadas, porque quem está lá, fazendo a defesa, quem está presente, quem está andando na Amazônia são os nossos homens das Forças Armadas. Então, hoje, se o Brasil consegue defender essa riqueza nacional, a gente deve muito aos senhores. Então, eu queria parabenizá-los.

E, no final, Ministro, dizer da importância que tem, claro, a política de defesa nacional na questão da integração regional. A nossa política reconhece que entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, de estar com o seu fortalecimento do processo de integração a partir do Mercosul, da União de Nações Sul-Americanas, o estreito relacionamento entre países Amazônicos, o ambiente da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica, a intensificação da cooperação e do comércio com os países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), facilitada, é claro, pelos laços étnico-culturais e o desenvolvimento de organismos regionais.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Então, dentro dessa situação, e reconhecendo o papel fundamental da integração, eu gostaria apenas que V. Exª nos falasse rapidamente sobre a relevância desse processo de integração, levando em conta o Conselho de Defesa da Unasul.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senadora.

Senador Antonio Anastasia com a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Boa tarde, Sr. Presidente; Srªs Senadoras; Srs. Senadores; eminente Ministro Jaques Wagner; Srs. Comandantes das Forças; Sr. Chefe do Estado-Maior, General De Nardi; Srª Secretária-Geral, primeiro, queria saudar o Ministro, é um prazer revê-lo, lembrando a nossa amistosa convivência, como governadores ao mesmo tempo dos Estados irmãos e vizinhos, Bahia e Minas Gerais. Convivência em todos os aspectos, principalmente no gastronômico, o que muito nos apraz.

Eu gostaria, em primeiro lugar, eminente Ministro Jaques Wagner, dizer que o grande desafio do Brasil, ou um dos grandes desafios, é exatamente agregar valor aos nossos produtos para deixarmos de ser o País exportador de *commodities*. E a exportação de produtos de valor agregado passa necessariamente pela indústria de defesa. Por isso, o grande esforço que o Governo de Minas fez ao longo dos últimos anos, que V. Exª aqui comentou, para atrair para o Estado empresas que pudessem agregar esse valor tecnológico tão importante, que V. Exª, na sua exposição muito clara, deixou demonstrado, que é relevantíssima, no caso da indústria de defesa, para permitir, de fato, que não só Minas, mas o Brasil como um todo, tivesse condições de avançar nessa etapa em que ainda temos muito a fazer.

Desse modo, na sua exposição, V. Exª apresenta dois projetos que, para o meu Estado, têm um grande significado. O primeiro é o da Helibras, como aqui já foi dito, dos helicópteros, lembrando que a Helibras é uma empresa de capital misto, ela pertence 75% à Airbus e 25% ao Estado de Minas Gerais, numa visão muito avançada da época do então Governador Aureliano Chaves, de saudosa memória, que foi o cofundador, com os franceses, dessa empresa que é vital em Itajubá e no sul de Minas. É tão estratégica essa empresa, e o Senador Jorge Viana foi muito feliz na sua intervenção, porque ele foi presidente do Conselho de Administração dessa empresa com o apoio do Governo de Minas, que a questão extrapola muito a fabricação em si dos helicópteros. O próprio laboratório lá previsto, as pessoas envolvidas em pesquisa, isso é importantíssimo, porque somos a única fábrica de helicópteros da América Latina.

Então, esse desenvolvimento é muito importante. E uma das minhas perguntas V. Exª já respondeu. Eu vou só reafirmar isso, pois Minas inteira aguarda a sua confirmação da continuidade do programa, que é vital para o País, para o nosso Estado, especialmente para o sul de Minas. Inclusive, o Estado fez, em parceria com a Universidade Federal de Itajubá, um polo tecnológico específico para fomentar a formação de engenheiros exatamente para essa questão. Da mesma forma, atraímos um núcleo, um grupo de engenheiros da Embraer para trabalhar em Belo Horizonte, onde temos um foco, um embrião já bastante viçoso de estudos da indústria aeronáutica e também de defesa.

O segundo programa, que V. Exª também comentou, e temos recebido algumas notícias, com certo temor, da solução de continuidade, embora V. Exª tenha dito ainda há pouco que não há esse temor, e eu queria só reconfirmar isso, é a questão do Guarani, fabricado, em Sete Alagoas, pela Iveco, subsidiária da FIAT. Lembrando que o Guarani é um veículo fundamental para o Brasil e também uma grande potencialidade de exportação para os países vizinhos. Ficamos tristes ao saber, não sei se é verdade, a notícia de que a Argentina teria preterido o Guarani em prol de um blindado chinês. De todo modo, é o início de um processo. Tenho certeza de que a continuidade dele vai armar bem o Brasil e permitir vendas para a América Latina e para outros países também.

EU gostaria, nesse ponto, portanto, eminente Ministro, de reafirmar o que V. Exª disse a respeito da importância tecnológica desse investimento. A questão da aplicação do PIB do Brasil na indústria de defesa, a defesa como um todo, de fato é menor em relação aos países BRICS, mas também não temos o histórico e a trajetória desses países em termos bélicos.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Mas para a questão tecnológica, é imprescindível essa alocação. E tenho certeza de que V. Exª vai se dedicar muito, como Ministro de prestígio, para que consiga de fato recursos para que esses programas tenham continuidade.

Caminhando já para a conclusão, eu queria colocar para a observação de V. Exª a famosa dicotomia: defesa e segurança pública. V. Exª foi Governador de Estado, como eu fui e vários outros Senadores também, e nós sabemos que não há solução para o problema da segurança pública no Brasil – que sem dúvida, a meu juízo, hoje é o mais grave, ao lado da saúde – se nós não tivermos uma participação muito firme da esfera federal na questão, especialmente no combate às drogas, na proteção das fronteiras, na questão da criminalidade interestadual. Então, a questão da defesa das fronteiras, da vinda de armas e de drogas é imprescindível. Eu queria ouvir, portanto, a opinião de V. Exª sobre o papel exato do Ministério da Defesa. V. Exª já comentou, mas avançando um pouco sobre as operações, como teve o Rio de Janeiro, operações de garantia da lei e da ordem, que acontecem no Estado do Rio de Janeiro e que eventualmente todos os Estados também podem solicitar. Tendo em vista as circunstâncias orçamentárias, queria, portanto, perguntar a posição do Ministério.

E por fim, indagar, com referência – e de fato o tempo é muito exíguo –, mas na questão do lançamento de satélites. A questão com a Ucrânia acabou resultando aparentemente em um grande fracasso. Indago se nós tivemos prejuízo, inclusive financeiro, na parceria com a Ucrânia. E qual é o próximo passo em relação a esse lançador de satélites, porque o Brasil, me parece, pelo que tive informação, que nós estamos um pouco atrasados em relação a outros países, até da Argentina, em relação ao programa dessa natureza.

Quero agradecer a oportunidade e desejar, mais uma vez, boa sorte ao eminente Ministro dessa pasta tão importante para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu, quando anunciei os Senadores que iriam se pronunciar neste último bloco, eu omiti, me perdoe o Senador Cristovam Buarque, omiti a presença do Senador Cristovam Buarque, que estava na outra sala. Então, neste bloco haverá quatro Senadores.

Com a palavra agora, pela ordem de inscrição, o Senador Cristovam Buarque, e logo em seguida, o Senador Hélio José para encerrar.

V. Exª terá cinco minutos, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado. Se o Senador Hélio José tiver alguma urgência... (*Pausa.*)

Não. Muito bem.

Ministro, é um prazer estar aqui com o senhor. Eu quero dizer que fiquei satisfeito de saber que o senhor escolheu ser Ministro da Defesa. Eu acho isso extremamente interessante, positivo, essa vocação, neste momento, para esse cargo. Eu acho que esse é um dos temas mais fundamentais que nós temos. Eu, aliás, sempre falo, meu caro Senador Aloysio, que esta Comissão é conhecida como "Comissão de Relações Exteriores." A gente tende a esquecer da "Defesa Nacional" na própria sigla. E é algo tão importante que, de certa forma, relações externas estão subordinadas à preocupação da defesa. Essa é a realidade.

Mas, quando eu estava ouvindo a fala do senhor, estava me lembrando da vinda aqui do Ministro Nelson Jobim – que já faz algum tempo, eu estava aqui – e de um encontro que tive com pessoas ligadas à área de defesa na Escola Superior de Guerra, em que apresentei um pequeno texto sobre o que eu imaginava que eram dez riscos à defesa brasileira. Eu os recuperei, sem olhar, da minha cabeça, quais são os que eu acho que podem vir a ser, uns grandes, outros não, e gostaria de saber, na visão do Ministério, quais são aqueles que devem nos preocupar. E os outros não nos preocupam.

De qualquer maneira, dentro do tempo, eu vou ler todos.

Um ponto, são as ameaças nas fronteiras; esse é um problema ou não?

O outro, são inimigos do crime internacional, como cibernético, narcotráfico, lavagem de dinheiro.

O outro, seria o nosso desarme, nosso desarmamento, nossa situação de fragilidade de armas nas áreas cibernética, nuclear e mesmo na modernização das armas tradicionais. Nós estamos ou não desarmados? Isso é ou não uma preocupação?

Outro ponto, que eu separo do desarmamento, é a nossa frágil indústria militar e a indústria que não é militar, mas que produz equipamentos necessários também ou peças.

O outro, que eu insisto muito como um ponto grave, Senador Aloysio, da nossa fragilidade, mas estou querendo saber, se o Ministério concorda ou não, é o nosso baixíssimo grau de educação na nossa população. Isso ameaça ou não a defesa nacional? Nossos soldados, muitos, aprendem a ler no quartel, e as armas de hoje exigem que se converse com elas, já não é mais uma questão de olho para acertar o inimigo, é uma questão de saber onde apertar os botões, para que a arma encontre o inimigo.

O outro, é o atraso científico e tecnológico. Apesar de algumas conquistas nossas, ainda somos um País atrasado.

Outro, e estou terminando, é a divisão social e a desorientação política. Isso representa ou não uma crise de defesa nacional? Somos um País dividido, quase que em castas, e com um caos político, que, a meu ver, traz problema.

Outro, é a violência urbana. Isso é ou não uma questão também de defesa nacional essa guerra civil que vemos?

O outro, que sei que o Senador Aloysio e outros aqui vão talvez combinar, é a nossa exclusão dos grandes blocos internacionais, inclusive, comerciais. Hoje, estamos apenas com o Mercosul e com os BRICS, enquanto surge um bloco do Pacífico, surge um bloco do Atlântico Norte e isso cria ou não uma fragilidade nossa?

E, finalmente, o terrorismo; é ou não uma ameaça a nossa defesa?

Eu gostaria de saber quais desses o senhor considera que é ameaça ou não e que é motivo de preocupação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Senador Hélio José, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria cumprimentar V. Exª, Senador Aloysio, pela condução dos trabalhos, cumprimentar o nosso Ministro Jaques Wagner, Ministro da Defesa, oito anos de Governador do Estado da Bahia, importante, cumprimentar nosso Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Comandante da Marinha, nosso General do Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rosato, Comandante da Aeronáutica, General do Exército José Carlos De Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, e a Srª Eva Maria Cella Dal Chiavon, lembro muito bem do Deputado que sai, que é seu amigo de Santa Catarina, antes, você estava lá no MPOG, sou concursado público, sou do MPOG, sou analista de infraestrutura, uma carreira que precisamos resolver, que é a carreira do PAC, mas sou do trabalho e da infraestrutura, falando o nome de todos exatamente para referenciar a importância das Forças Armadas na história do nosso País. Por isso, fiz questão de citar o nome de todos completo.

Tive o prazer de ser convidado pela Marinha do Brasil para conhecer o Prosub, Aramar, Itaguaí, achei de altíssima relevância os trabalhos que ali estão fazendo, e uma das primeiras perguntas que eu queria fazer é como está a questão da tecnologia da hélice, parece que há uma dificuldade em relação àquela hélice traseira. Eu queria que anotasse e me desse uma posição a respeito desta questão.

Sou membro da Comissão Mista de Orçamento, exatamente vou relatar a indústria, o comércio e a micro e pequena empresa, sei o tanto que, com relação à indústria, é fundamental o trabalho que V. Sª estão fazendo perante esses programas.

Então, acho que o Prosub, a questão do Programa Nuclear que conheci lá, em Iperó, é de bastante relevância.

Também aqui estou junto com o Senador Cristovam na Comissão de Ciência, Tecnologia e Telecomunicações, onde sou Vice-Presidente, e precisamos realmente investir bastante nessa área.

Acho, como engenheiro eletricista, técnico da infraestrutra, analista de infraestrutura, servidor de carreira do Governo brasileiro, que esse projeto dos rios, o lançamento das células do cabo de fibra ótica é fundamental. Quero parabenizar por essa questão porque isso interliga os povos, faz com que tenhamos, realmente, condição de melhor aproveitar nossas potencialidades da Amazônia brasileira e esses outros projetos também. Se a gente puder contribuir, a minha presença na CMO, para contribuir para que não haja nenhum tipo de dificuldade para que todos andem a gente vai poder fazer.

Eu, como servidor de carreira e como Senador da República pelo Distrito Federal, não posso fazer uma pergunta aqui que os nossos amigos, o Neivaldo, que é Sargento da Aeronáutica, está me pedindo para fazer, então, eu gostaria de saber do Ministro se tem conhecimento da problemática lá do QESA, porque os Sargentes da Aeronáutica, aqui em Brasília são quase 3 mil pessoas nessa situação. Eu não sei se tem algum problema nas outras áreas, nas outras Forças, mas na Aeronáutica isso inquieta essas famílias. O que V. Sª pretende fazer para corrigir esses mais de 44 anos, segundo a colocação aqui do nosso querido Neivaldo e da associação do QESA, de injustiça contra os Cabos e Sargentos? E se há algum projeto no sentido de verificar essa questão que é importante para esse grupo que me visitou e esteve conversando comigo.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu aceitei o convite da Marinha para conhecer a questão da Antártida. Quem foi, também disse que o programa maravilhoso. Eu conheço Ushuaia e outras questões lá no bico da América do Sul. Portanto, o trabalho que V. Sª, Comandante da Marinha, está desempenhando lá é fantástico. E, com certeza, no próximo ano estarei me agrupando com a missão.

Acho, Jaques, que essa questão de você propor, para que conheçamos melhor cada projeto desse, faz com que o seu trabalho que já é excepcional possa ficar melhor ainda à frente da nossa defesa nacional. Acho que você é um apaixonado por este País, uma pessoa que deu a sua vida na luta sindical lá em Mataripe, na Bahia, e em outras coisas lá, e sabe da importância de defendermos o nosso País.

Inclusive, quando eu fui marcar a minha presença em plenário com o Senador Aloysio, eu estava comentando a importância desses projetos, nós juntos, dialogando, porque a indústria brasileira, o legado para a nossa população é muito significativo.

Por isso, ao parabenizar a todos, vou encerrar fazendo só um protesto, como goiano de nascimento, de Corumbá de Goiás, uma cidade próxima aqui, pela falta de um comandante do nosso querido Centro-Oeste, do nosso Estado de Goiás, ou de Brasília. Brasília já tem toda uma geração bem adulta.

Muito obrigado a todos e conte com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem! Antes de passar a palavra ao Ministro, eu quero apenas, para cumprir uma formalidade, submeter à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Todos concordam? (*Pausa.*)

Está aprovada.

Quero também fazer uma comunicação, Sr. Ministro, é importante a sua presença aqui e a do Líder do Governo, é que recebi uma comunicação, uma correspondência do Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Dr. Marcos Vinicius Furtado Coelho, em que ele me pede para comunicar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que a Ordem dos Advogados do Brasil vai destacar uma comitiva de advogados para ir à Venezuela com o objetivo de pedir o acesso aos políticos que se encontram presos naquele país e analisar os processos judiciais das acusações que há contra eles.

E ao mesmo tempo também esta Comissão procurará se informar sobre a situação dos advogados venezuelanos do ponto de vista do exercício das suas prerrogativas, que são essenciais à defesa das liberdades.

Faço essa comunicação à Comissão porque esse tema, Ministro, tem suscitado muita preocupação entre nós.

Com a palavra o Ministro Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER – Eu começo respondendo à Senadora Gleisi, independentemente de ela ter dito que iria se retirar, quando perguntou sobre a importância da integração da Unasul, que é fundamental, é o nosso entorno estratégico, são os nossos vizinhos, de 17 mil quilômetros. E, para além da questão do bloco comercial do Mercosul, a Unasul tem, efetivamente, buscado essa integração. Na área de defesa, nós temos o Conselho de Defesa Sul-Americano, e, como eu já havia colocado, a criação da Esude – Escola Sul-Americana de Defesa é exatamente a tentativa de ter um pensamento estratégico do continente sul-americano. Então, nós consideramos que é bastante importante essa integração.

Senador Anastasia, em primeiro lugar, quero dizer da minha alegria também de revê-lo. Agora, cada um numa posição não igual, como foi daquela vez, em que estávamos no Rio. Já fui a Minas desfrutar da sua companhia e realmente para mim foi, faço sempre referência a isso, mesmo na sua ausência, da relação que nós tivemos, até porque é uma afirmação de que pensar diferente não quer dizer que não se tenha objetivos comuns. Cada um com o seu caminho. Então, quero dizer da minha alegria em reencontrá-lo.

Da Helibras, como eu coloquei, confesso até que já aprendi mais alguma coisa. Eu não sabia que era o ex-Presidente Aureliano que tinha colocado a fundação. Eu só posso parabenizar o Estado de Minas por ter essa visão.

Alguém pode achar estranho, mas eu insisto. Na França, de onde acabo de chegar, não conheci nenhuma empresa na área da indústria de defesa que não tivesse a participação acionária do Estado francês, não conheci nenhuma. Todas. E não se movem sem a bênção do órgão, vamos dizer, do Governo federal francês. Não se movem. Quando vai perguntar, eles dizem: "Bom, eu vou ter de falar com..." E é uma coisa impressionante o peso que tem o Ministro da Defesa sobre a indústria de defesa e sobre esse organismo que é o DGA, cujo diretor-presidente, além de um peso corpóreo, porque ele é supersimpático, mas é bem gordão, tem um peso político-institucional empresarial fantástico. Estive com ele.

E é assim porque é uma visão do que é estratégico. Então, não pode ficar só a cargo do interesse – do legítimo interesse, é evidente – empresarial. Então, eu acho que isso foi fundamental. E hoje vocês desfrutam isso. E o H-XBR, como eu lhe disse, já foi renegociado, não com alegria, mas acolheram a renegociação. Então, eu posso lhe garantir que a sequência disso está mantida.

Quanto à Iveco, eu até me surpreendi, mas, quando eu vinha para essa reunião, o General Vilas Bôas, do Exército, disse que recebeu uma ligação ansiosa do presidente da Iveco. Eu vou me inteirar do que é. O Projeto do Guarani, eu não tenho aqui o número exato. Você tem o número do que está previsto para este ano? (*Pausa.*)

Mas está previso para este ano? (*Pausa.*)

Duzentos milhões. Vou repetir, porque não adianta ficar se escondendo. Amanhã sai o contingenciamento e, como eu disse, vamos ter de nos reencontrar, não dá para ficar dando volta. O que pode acontecer é, para um fluxo de entrega, você ter um fluxo mais lento de entrega. Cria problema? Cria, mas você não desmonta a linha de produção. Então, não vejo descontinuidade.

O episódio a que V. Exª se referiu, dos chineses, eu estive, inclusive, na Argentina, porque havia a mesma informação sobre outros itens. E, no contato com o Ministro da Defesa, com quem estive antes, há um mês e meio, dois meses, sobre um outro tema, toquei nisso porque também havia em relação ao Gripen posição de que eles iriam comprar dos chineses. Inclusive, o General Vilas Bôas está seguindo para a Argentina também e vai ter um contato. Agora, não podemos desconhecer o poderio de financiamento do governo chinês. Então, às vezes, para vender os seus produtos, eles colocam também o financiamento. Então, não sei se isso modificou. Mas o compromisso existe e, quando estive com o ministro da defesa da Argentina, ele disse-me que estavam mantidos todos os compromissos conosco. Agora, é preciso que fiquemos sequenciando isso, porque o dado do financiamento é importante.

Sobre essa questão que V. Exª também colocou, como ex-Governador e eu também, sobre defesa e segurança, na verdade, existem países – e às vezes, eu sou até surpreendido – que vêm conversar comigo e me demandam coisas que são próprias do Ministério da Justiça, porque há países onde há essa interseção clara. A própria Feira, que eu lhe disse que fizemos no Rio de Janeiro, era uma Feira de Defesa e Segurança. Então, há uma proximidade. Em alguns países, são juntos, vamos dizer assim, esses ministérios.

Nós, aqui, temos a Polícia Federal e o Ministério da Justiça com funções, e a nossa função efetivamente é de soberania nacional. Eu inclusive chamo a atenção para o fato de que nós não podemos banalizar o instituto da chamada GLO. A GLO é uma absoluta excepcionalidade e é aquela operação Garantia da Lei e da Ordem, que tem previsão constitucional, mas ela é tão excepcional que só com a assinatura da própria Presidência da República é que ela é autorizada, por decreto. Eu a requeri quando houve a greve da Polícia Militar no meu Estado. Aí, sim, houve uma falência do sistema estadual, e eu fui obrigado a demandar.

Agora, nós tivemos o episódio do Alemão, em que o investimento do Governo Federal foi altíssimo. Temos o episódio da Maré, que vai ser concluído agora em 30 de junho. E a extensão de GLO por um ano, um ano e pouco, está totalmente fora, porque seria a substituição da segurança pública *stricto sensu* pelas Forças. E hoje todos nós sabemos que aqueles que são estudiosos da segurança pública discutem a questão da desmilitarização das Polícias Militares, no caso do Brasil, porque outros países, nos Estados Unidos, por exemplo, militar é só militar das Forças. Não existe militar em segurança pública. E essa discussão é porque são treinamentos totalmente diferenciados. Quem se prepara para a guerra é uma coisa; quem se prepara para a segurança pública é outra.

Então, eu insisto, ou seja, se está em pauta uma discussão sobre se cabe ou não a desmilitarização, nós não podemos transformar isso em ordinária – eu digo sempre aos Comandantes: "Recebam como elogio"–, porque, no fundo, a credibilidade das Forças, na última inquirição pública, foi a que deu, entre todas as instituições, acima inclusive da Igreja. Ou seja, foi a instituição com a maior credibilidade.

Então, por isso, vai-se fazer o Enem? Pede para o Exército. Vai distribuir cesta básica? Pede para as Forças. Vai distribuir carro-pipa? Pede para as Forças. Isso é sinal de reconhecimento do profissionalismo, da idoneidade, da seriedade. Agora, não é próprio das Forças operar em segurança pública, a não ser em casos excepcionais.

Então, o que eu queria dizer é que nesse caso eu concordo com V. Exª, ou seja, a fronteira é nossa para qualquer coisa, qualquer coisa que traga dano à soberania nacional. E é evidente que a droga, essa sim – e eu

vou abordar agora e que o Senador Cristovam falou –, talvez essa seja o risco maior da quebra da nossa soberania pela via da desintegração social.

Eu fui Governador, V. Exª foi, e eu digo que 75% dos jovens que morreram ou morrem na Bahia, por homicídio, estão diretamente vinculados ao uso ou ao tráfico de drogas. Então, não há como desconhecer isso. Essa guerra que matou, segundo o Senador Jorge Viana, 54 mil por ano, mais do que as guerras convencionais, ou nós a encaramos, e não dá para encarar só, como o Secretário de Segurança de Minas dirá, enxugando o gelo na ponta... Essa é uma responsabilidade do Governo Federal, compartilhada com o Ministério da Justiça e conosco, que somos os responsáveis pelas nossas fronteiras.

Então, com relação a esse conceito, nós temos que evoluir, porque é uma guerra não tradicional. Por isso é que eu digo: eu prefiro investir na fronteira a estar fazendo GLO, porque GLO não é o meu papel. E fronteira é o meu papel.

Então, não adianta ficar gastando... Custa R$1 milhão por dia a minha presença, a nossa presença na Maré – R$1 milhão por dia!

Quanto foi a operação Alemão?

O SR. JOSÉ CARLOS DE NARDI – Foi R$211 milhões. Na Maré, R$574 milhões.

O SR. JAQUES WAGNER – Então, uma coisa é você fazer intercessão emergencial e se retirar. Houve uma greve, houve um... Agora, você ir para ficar um ano, um ano e meio, na minha opinião, aí eu concordo com V. Exª, ou seja, é melhor a gente botar esse dinheiro no Sisfron, botar esse dinheiro em outras coisas e ficar cuidando da fronteira para ver se no macro atende-se o País todo.

Então, eu concordo com V. Exª.

Sobre lançamento de satélites, efetivamente, o convênio com a Ucrânia não prosperou. Não está a meu encargo, até porque o projeto era capitaneado por Ciência, Tecnologia, MRE e Ministério da Defesa, e hoje está a cargo do MRE, vamos dizer, o desfazimento do acordo. A decisão por grupo de trabalho, que até me antecedeu, foi tomada ainda no comecinho do ano, mas como consequência de um trabalho em que as Forças entraram, todo mundo, Ciência e Tecnologia, e chegaram à conclusão de que nada tem a ver, porque às vezes o pessoal começa a ver chifre em cabeça de cavalo, como se diz.

Não tem nada a ver com o conflito Ucrânia-Rússia. Isso foi tomado, porque se viu que não se estava prosperando do ponto de vista tecnológico. Já estão querendo atribuir... Não tem a ver com isso. Foi uma decisão inclusive que se começou a avaliar muito antes de que se abrisse o conflito da Rússia com a Ucrânia.

Não há, por enquanto, uma previsão de substituição, e eu queria só registrar – pelo aprendizado que tive nesses dois dias – que, se nós queremos entrar nesse mercado, acho que era muito mais importante entrarmos no mercado de pequenos veículos lançadores. Por quê? Veículos que lançam satélites como o nosso, o SGDC, lançam 15, 16, 17 por ano. Então, é um nicho cujo volume comercial possível é muito pequeno, ao passo que, quando se tem veículos lançadores para órbita de baixa altura e satélites de baixo peso, lançam-se 600, 700, 800 por ano. Então é possível – pessoalmente, na posição de Ministro – que desenvolvamos aquilo que eu entendo que tem um mercado. Se for para consumo próprio, não se sustenta. Ou nós vamos fazer alguma coisa que vai ser para consumo próprio, como tudo o que estamos fazendo aqui: o Guarani, queremos exportar; o Gripen, queremos depois produzir para... Porque se for para consumo só da nossa Força, não há nenhuma indústria de defesa que se sustente com o consumo interno. O consumo interno é muito importante. Então, nós temos que olhar, senão vamos ficar patinando e não vamos chegar lá, porque é um mercado muito fechado.

Mas nós temos a Base de Alcântara, que tem uma posição privilegiada, temos um convênio com a Alemanha para lançamento de satélites de peso muito pequeno – não chega a ser micro –, e esse projeto está em andamento. E abriu-se uma possibilidade de, com a França, também discutirmos, dentro desse quadro de que falei de veículos lançadores de pequeno porte, assim vou chamá-lo.

Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. Fora do microfone.) – Quiseram fazer com os Estados Unidos, mas disseram que o imperialismo americano que ia tomar conta. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Estava lembrando ao Ministro, nós éramos Deputados à época. Quisemos fazer um convênio com os Estados Unidos, aí houve uma gritaria...

O SR. JAQUES WAGNER – Mas essa possibilidade se abriu de novo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... inclusive dentro da própria Bancada do PSDB na época. Eu me lembro de que havia Deputado do PSDB – inclusive um ilustre conterrâneo seu que hoje é vereador em Salvador –, que levantou o fantasma do imperialismo americano. Aquele projeto acabou morrendo, e fizemos, com a Ucrânia, praticamente nos mesmos moldes. Perdemos muito tempo nisso, infelizmente.

O SR. JAQUES WAGNER – É, e podemos recuperar, porque é possível a reabertura desse diálogo com os Estados Unidos, em função da caducidade do outro.

Eu – graças a Deus – não trabalho com preconceito, então, para mim, o que for bom para nós...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu não me referi ao senhor. (Risos.)

O SR. JAQUES WAGNER – Não. Eu sei que não sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Inclusive até dentro da nossa própria Bancada, quando o Fernando Henrique era Presidente...

O SR. JAQUES WAGNER – Aliás, quanto a esse tema sobre o qual alguém aqui hoje comentou, eu digo sempre: depois que nós todos assistimos, na televisão, com a graça de Deus, ao aperto de mão do Presidente Obama, na Conferência das Américas, com o presidente de Cuba, isso é uma sinalização para que não tenhamos esses preconceitos, esses fantasmas na cabeça.

A época da Guerra Fria se foi já faz tempo. Já caiu o muro do estado absoluto de Berlim. Já caiu o muro do mercado absoluto de Manhattan, com a crise de 2008/2009. Então, na minha opinião, a história está nos apontando que o caminho do equilíbrio e da conciliação é melhor do que esses extremos.

Nós vamos continuar o programa, até porque temos o privilégio de ter Alcântara, em uma posição absolutamente ímpar de lançamento.

Querido Senador Cristovam, eu não sei se fico triste ou alegre em concordar com todos os dez pontos sobre os quais o senhor falou... (*Risos.*)

De maneira diferenciada, vou tentar falar sobre todos eles rapidamente.

As fronteiras, evidentemente, são fundamentais, porque, pela fronteira, podemos ter ameaça de soberania. Felizmente, não temos, mas temos ameaça de soberania por essa via do tráfico. Assim, acho que esse é um cuidado que nós devemos ter.

Quanto à questão do ataque cibernético, sempre vimos espionagem e estamos cuidando disso no nosso programa. Já fizemos a cobertura contra a guerra cibernética na Copa do Mundo e, antes também, no encontro da Rio+20, até com sucesso conseguimos garantir comunicações seguras para todos esses encontros internacionais, mas efetivamente o mundo hoje que se movimenta todo pelas redes é claro que a guerra cibernética é um risco.

O desarmamento, eu diria o seguinte: eu prefiro, no meio copo d'água, dizer que nós estamos com meio copo d'água cheio, nem que seja um terço, estamos com um terço de copo cheio. Tomamos uma decisão, desde a criação do Ministério da Defesa, em 1999, da criação da indústria de defesa, de abraçar esses projetos estratégicos. Então acho que estamos em processo de recuperação da nossa capacidade. E não acho que estejamos hoje desguarnecidos. Não estamos em uma situação boa, mas estamos no caminho de termos uma situação boa.

Da indústria de defesa eu já lhe falei. Acho que a gente está crescendo nessa área. E o Governo brasileiro tem consciência de que precisa investir, porque ela é agregadora de tecnologia, de valor agregado também para os nossos produtos. Então, acho que é fundamental.

Educação. Eu sou aluno seu. Então, é óbvio que uma pátria, um país sem sua formação desde os primeiros anos escolares será uma ameaça. Apesar de que, o que eu quero lhe dizer, ontem, o General Villas Bôas, na Câmara dos Deputados, respondendo a uma pergunta, dizia que, quando a gente começou lá no serviço militar obrigatório, você tinha que ensinar o menino a escovar o dente, a usar sapato e a escrever. E que hoje a gente já teria um perfil, não estou dizendo que ideal, mas teríamos um perfil bem melhor do que esse nos meninos que entram no serviço militar obrigatório. Mas evidente que, se a gente não superar o desafio da educação, nunca seremos um país desenvolvido.

A divisão social, eu quero lhe contar muito rapidamente uma história verídica, Drª Eva foi testemunha. Eu era o coordenador do chamado Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social a pedido do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E ele me encomendou uma Agenda Nacional de Desenvolvimento. E eu, com 90 conselheiros, que iam de A a Z no caleidoscópio brasileiro, do MST ao Presidente da Febraban, passando por universitários, professores, passamos um ano e meio com especialistas discutindo qual era o maior obstáculo ao desenvolvimento integral brasileiro. E, para minha agradável surpresa, por absoluta consciência, depois de um ano e meio de discussão, chegou-se à conclusão de que o obstáculo número um eram as nossas desigualdades, as nossas fissuras sociais e regionais.

Então, eu acho que a gente só será um País em paz, do ponto de vista interno, quando você tiver diminuído essas discrepâncias.

A política. Sem dúvida, apesar do sofrimento com todo o noticiário em torno da política recente, eu continuo dizendo que a mais nobre das atividades humanas é a política. Por ela a gente coloca um país, uma cidade, uma comunidade, ou para cima ou para baixo. Então, tenho a minha vida inteira dedicada à política. E digo sempre aos que criticam: quem sabe você entra e o político que você sonha está dentro de você, porque

eu não conheço outra forma. Nós queremos a democracia e a liberdade. Portanto, vamos sempre conviver com a política. O que acho, eu acho, e aí me permito a ousadia, como ex-Parlamentar, a gente não perde o cacoete, de dizer que nós precisamos, esta Casa e o Congresso, de votar definitivamente, não precisa ser uma reforma política de livro, que sejam quatro ou cinco pontos que possam fazer com que a gente dê passos no sentido de diminuir esse desgaste que está havendo, que se discuta como será feito o financiamento, coligação, tempo de televisão. A gente não pode mais continuar aceitando o comércio do tempo de televisão.

A lei diz: cada partido terá o tempo de televisão proporcional ao número de Deputados Federais, vírgula, desde que tenha candidato ao cargo. Se não tiver candidato ao cargo, o tempo é da cesta comum que será dividido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pelo menos o titular e o vice.

O SR. JAQUES WAGNER – Não, titular e vice. Concordo. Fora isso, o tempo é de quem se dispôs a ser candidato, a ser dividido proporcionalmente. Não são dez coisas, poderiam ser quatro. Se vamos migrar para um distrital, distrital misto, eu acho sempre que a alternância de sistema é bom para a democracia, independente do mérito filosófico.

Eu me lembro de que eu adorava lista, falava sempre de lista. Aí fui para a Alemanha, que é lista. Quando eu disse: "Aqui não, a gente já está em lista há 40 anos, estamos doidos para votar na pessoa." Porque, na verdade, na nossa democracia, o sistema chega, amadurece, daqui a pouco cansa, e você precisa renová-lo. Então, eu acho que nós precisamos melhorar a qualidade.

Em guerra civil, eu confesso que não acredito. A guera civil que o senhor fala é interna? Pode haver, mas eu acho que os recentes episódios, pessoalmente, a rua foi para a rua, mas... Quer dizer, a não ser que eu não tenha entendido exatamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, na verdade, eu chamo de guerra civil o grau de violência, os 54 mil mortos.

O SR. JAQUES WAGNER – Ah, sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nesse figurativo, figurativo.

O SR. JAQUES WAGNER – Não, essa existe, e as pessoas estão se trancando em casa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É.

O SR. JAQUES WAGNER – E eu acho que a gente só vai consertar com educação, com esse controle de fronteiras e polícia eficiente.

A exclusão dos blocos, reparem, nós estamos no Mercosul, estamos nos BRICS, fizemos a Unasul. Eu acho que o Brasil está sempre aberto, mas eu diria assim, os BRICS hoje reúnem um grupo muito forte, acabou de lançar um banco de desenvolvimento, a visita do Primeiro-Ministro aqui foi significativa, então, eu não diria que... Até porque as nossas relações também com as Américas como um todo, mesmo que não seja um bloco comercial, a relação com a União Europeia, mas eu acho que sempre é possível ampliar.

E a questão do terrorismo, eu acho que hoje ninguém, infelizmente, está fora desse risco. Depois do que aconteceu na França contra o jornal, infelizmente está-se chegando a um grau de violência inimaginável e de explicitação da violência com as pessoas sendo mortas. É um problema da intolerância. Eu morro de medo realmente da intolerância, porque eu acho que ela é a antessala da guerra e do terrorismo. Por isso que eu acho que a gente tem que estar sempre disposto a dialogar. Mas o terrorismo, na minha opinião, é o que há de mais odiento, porque ele atinge pessoas que não têm nada a ver, são inocentes, são crianças, são idosos. Então, com essa ameaça nós nos preocupamos. Eu sei que esta Casa está inclusive discutindo legislação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há muito tempo, aliás. Isso é um problema, nós não temos definição legal do terrorismo. Apesar de a Constituição, em um dos seus artigos, dizer que terrorismo é crime hediondo. Mas o que é crime? Ninguém sabe. Esse é um problema sério.

O SR. JAQUES WAGNER – Parece que a Casa aqui, não sei se esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Já houve uma comissão mista de Deputados e Senadores, criada pelos dois Presidentes. Analisou algumas propostas e chegou até a propor um texto, redigido pelo Senador Jucá. Mas aí foi... De todos os lados houve muita resistência, e parou, infelizmente.

Agora, eu concordo, acho que o terrorismo é um risco grande. Nós não estamos, infelizmente, imunes a ele, mas, enfim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, permite-me só um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, caro Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quando eu falo em desarme, desarmamento, talvez eu devesse ter explicitado ou colocado como um novo item a ausência, no Brasil, a fragilidade de um bom sistema de informações de inteligência sobre o que acontece no mundo. Nós estamos bem nisso?

O SR. JAQUES WAGNER – Olha, nós temos um sistema aqui que é coordenado pela Abin, e, na verdade, vários Ministérios, e o nosso, evidentemente, tem a interface com esse sistema, que produz relatórios. Aí eu confesso que eu teria que aprofundar para saber se na área da questão internacional...

O que eu posso lhe garantir, por exemplo, o evento da Olimpíada, nos interfaceamos – via Abin, via Polícia Federal, via nossas Forças Armadas – com os parceiros de outros países. Então, é claro, o banco de dados de terroristas que existem nos Estados Unidos, na França, é compartilhado.

Agora, nós sempre temos o seguinte problema: para explicar no Estado de Israel que é preciso gastar em indústria de defesa não precisa muito argumento. Aqui sempre a gente acha alguém para dizer: "Mas para que vai gastar, que se nós..." Então, é a dificuldade da pasta. Por isso que me atraiu esse desafio, porque ou a gente se prepara... Mas nós temos, não sei se o General De Nardi quer falar alguma coisa, mas a Abin, na verdade, do Gabinete de Segurança Institucional, é o núcleo.

E, na verdade, nós temos vários elementos, porque meio ambiente tem a ver também com esse tipo de informação, vários ambientes e a Defesa evidentemente. E eu posso lhe garantir que há uma parceria de troca de informação na análise da geopolítica que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela oportunidade, Ministro, eu quero saudar aqui a presença da Deputada Jô Moraes, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, assim como a Deputada Perpétua Almeida.

Os Parlamentares do PCdoB, o senhor sabe bem disso, sempre tiveram uma militância, uma atividade muito ampla, muito profunda e atenta ao tema da defesa nacional.

O SR. JAQUES WAGNER – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Inclusive o nosso Ministro Aldo Rebelo.

A Deputada Jô Moraes é Presidente de uma Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Nós tivemos aqui uma reunião dessa Comissão, da qual eu sou Vice-Presidente, com a presença do Sr. General Elito, e vamos agora visitar a Abin – os Senadores que se interessarem por essa visita estão já convidados –, no dia 2 de junho, às 11 horas.

Então, agora eu devolvo a palavra ao Ministro.

O SR. JAQUES WAGNER – Finalmente, Senador Hélio José ...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, só para complementar, porque o senhor vai me responder agora e para ganhar tempo, eu queria que o senhor complementasse com clareza, porque a grande paixão dos brasileiros pelas Forças Armadas é principalmente com relação à questão da segurança pública também, porque aonde as Forças Armadas chegam, o pessoal sente firmeza. Como todo mundo hoje sai de casa e não sabe se volta inteiro, eu queira saber, além das minhas questões, o seu pensamento a respeito do nosso Alto Comando, sobre a atuação das Forças Armadas com relação à segurança pública também.

Obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER – Bom, eu vou pedir primeiro para o Almirante responder à sua primeira pergunta, que é sobre a hélice do submarino, porque eu confesso que para essa pergunta eu preciso dos universitários.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Senador, realmente, uma das partes mais complexas de um submarino é exatamente a hélice, por dois motivos: primeiro pela eficiência da propulsão e, segundo, porque o submarino tem que ser essencialmente silencioso. E a maior fonte de ruídos do submarino é a cavitação produzida pela hélice.

Nós estamos, efetivamente, tentando, no projeto do submarino nuclear, nacionalizar a hélice. No submarino convencional, a hélice já é o projeto. Mas nós estamos tentando aperfeiçoar o projeto inicial que nós recebemos da hélice e produzir uma hélice provavelmente com um número de pás diferentes, que têm uma eficiência maior e uma cavitação menor. Isso é uma tentativa que nós estamos fazendo. Eu acho que daqui para a época da construção nós vamos ser bem-sucedidos nisso.

O SR. JAQUES WAGNER – Bom, o senhor comentou também sobre a Amazônia Conectada, que eu acho que realmente é um programa fundamental.

Sobre o item que o senhor colocou agora é aquilo que eu disse, ou seja, nós temos treinamentos diferenciados. E acho que a melhor contribuição que as Forças e o Ministério da Defesa podem dar para a segurança pública *stricto sensu* é a gente cada vez ter mais eficiência no controle de fronteiras, de tal forma que se minimize o ingresso de contrabando de armas e da entrada de drogas.

Eu não consigo enxergar as Forças tomando conta de segurança. Eu sei que há essa credibilidade. Eu vivi 12 dias de Garantia da Lei e da Ordem ,com a presença dos profissionais das Forças Armadas, e é fato o que o senhor colocou, ou seja, quando há a Força na rua, o pessoal tem a sensação de segurança. Mas nós não podemos, por mais que isso seja recepcionado por nós como uma questão de reconhecimento e, portanto,

elogiosa, misturar as nossas missões. Então, ela é uma missão que emergencialmente pode ser utilizada como tal, mas não, eu diria assim, banalizada ou usada no dia a dia.

Sobre o QESA, esse é um programa sobre o qual aonde eu vou me perguntam a respeito, e que se refere a profissionais que poderiam ser promovidos até a suboficiais ou a subtenentes. Mas no dispositivo legal ficou essa confusão a que o senhor se referiu e que perdura há muitos anos. Eu diria que a Marinha e o Exército conseguiram chegar a uma solução intermediária, em que eles vão, se não me engano, até segundo sargento. É isso? Eles vão para uma solução intermediária. E a Aeronáutica também está migrando. Há um projeto, há um decreto na Casa Civil em que a gente tenta equacionar.

Evidentemente, sempre a preocupação que se tem, mais ainda no momento de ajuste é que, a depender como seja a interpretação, qual é o impacto orçamentário que isso pode produzir nas nossas folhas, que já estão pesadas. Mas este assunto está na nossa agenda, está na nossa preocupação e eu espero que a gente consiga chegar a uma equação inclusive de uma conversa com eles.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Chegamos ao fim dessa audiência pública, e eu só tenho a agradecer, em nome da Comissão, a sua presença, a presença dos Comandantes, a presença da Secretaria-Geral, a presença dessa extraordinária jornalista que é a sua assessora de imprensa, nossa querida Sônia, e agradecer, sobretudo, os esclarecimentos e as informações que V. Exª trouxe. E vamos manter esse contato, cada vez mais estreito entre nós, para que as questões pendentes, as questões que surjam, as cobranças sejam encaminhadas com a franqueza que o senhor demonstrou ter no tratamento dos temas ligados a sua pasta.

Agradeço-lhe.

Vou suspender a reunião por alguns minutos para me despedir do Ministro e, em seguida, retomamos com os relatórios.

(*Suspensa às 13 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 35 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está reaberta a reunião.

Vamos continuar os nossos trabalhos.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 20, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ENIO CORDEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Os Senhores Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estão inteirados dos elementos informativos suficientes e necessários para a apreciação do nome do Senhor ENIO CORDEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Observações: Concedo a palavra ao nobre Senador Anastasia, que vai apresentar o relatório da Mensagem nº 20, que submete à apreciação do Plenário o nome do Sr. Enio Cordeiro para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

Com a palavra V. Exª

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero solicitar que desse por lido o relatório. Como V. Exª mencionou, trata da Mensagem nº 20, indicando o Sr. Enio Cordeiro, Ministro de Primeira Classe.

O relatório está completo. As demais informações ficam à disposição dos Srs. Senadores para a eventual sabatina, que será dada em próxima oportunidade, para o cargo de Embaixador junto aos Estados Unidos Mexicanos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado Senador Anastasia.

Vamos ao item 5, que tem relatoria do Senador Hélio José.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO ABDALLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Catar.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.*

Tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Perfeitamente, Excelência. Também tal qual o nosso nobre Senador Anastasia já esclareceu aqui sobre o nosso outro indicado, para exercer o cargo de Embaixador no México, o nosso querido servidor de carreira, o Sr. Roberto Abdala, está totalmente qualificado, com os dados realmente de uma carreira brilhante e que não há nenhum tipo de "senão" com relação à postulação de assumir a Embaixada no Catar. É uma excelente indicação, e recomendo a esta Casa a aprovação.

Melhores detalhes serão fornecidos quando da oitiva do nosso indicado, Roberto Abdalla.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vista coletiva concedida, nos termos do nosso Regimento.

Finalmente, ainda nessas mensagens, vamos ao item 3.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 19, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Observações: *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno.*

Tem a palavra o Senador Anastasia como Senador *ad hoc* da matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Da mesma forma, trata-se, como V. Exª menciona, da Mensagem nº 19, indicando o Sr. Carlos Alfredo Lazary Teixeira para Embaixador do Brasil junto à República do Equador.

O relatório é completo, trata das condições para o exercício do cargo e das relações com o Equador. Eu solicito que se dê por lido, portanto, o relatório, para vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há também aqui um requerimento do Senador Jorge Viana, que propõe a realização de uma audiência pública para tratarmos da situação dos imigrantes haitianos.

S. Exª propõe, sem prejuízo da inclusão de outros convidados, uma audiência pública em que nós convidaríamos o Sr. Beto Vasconcelos, Secretário Nacional de Justiça; João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva, Diretor do Departamento de Estrangeiros; o Embaixador Sérgio Danese, Secretário-Geral do Itamaraty; Tarciso

Dal Maso Jardim, Consultor do Senado, e o Sr. Nilson Mourão, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Acre.

Nós não vamos deliberar sobre essa matéria. Ela será votada na próxima semana.

Também há o requerimento, que foi proposto pelo Senador Ronaldo Caiado, que propõe que sejam convidados para prestar depoimentos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Exmo Sr. José Mujica, ex-Presidente da República Oriental do Uruguai, assim como o Vice-Presidente uruguaio, Danilo Astori. O tema é a notícia a respeito de informações que teriam o ex-presidente e também o ex-Vice-Presidente a respeito de episódios do mensalão.

Não será submetido à deliberação, apenas dou como lido.

Srs. Senadores, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 40 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2015.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Gleisi Hoffmann, Edison Lobão, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Delibera-se os EXTRAPAUTA: ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 552, de 2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Requer, na qualidade de Vice-Presidente do Parlamento Latino Americano pelo Brasil, e nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 05 a 07 de junho de 2015, para participar, em Cuba, de reuniões que especifica." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, que profere o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 2) REQUERIMENTO Nº 557, de 2015, de autoria do Senador Roberto Rocha, que "Requer, com base no art. 40 do Regimento Interno, autorização para participar, nos dias 3 e 7 de junho, na República de Cuba, a convite do Parlamento Latinoamericano, de Reuniões das Comissões de Igualdade de Gênero, Criança e Juventude; e de Saúde. Comunica, ainda, com base no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 3 a 7 de junho do corrente ano." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, que profere o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 37, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que "Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa, no período de 05 a 12 de junho de 2015, com o propósito de participar de missão oficial à Alemanha, ocasião em que será realizado encontro com representantes do Partido Socialista Alemão, no dia 05, e reunião com autoridades do Parlamento/Governo Alemão no dia 08, ambos na cidade de Berlim. Participarei ainda, a convite da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), da Conferência *Intersolar Europe*, na cidade de Munique, no período de 09 a 12, ocasião em que será apresentado o *Seminário Invest in Brasil – Photovoltaics*, com o objetivo de promover as oportunidades de investimentos no Brasil para o adensamento da cadeia de suprimentos do setor fotovoltaico. Durante a referida Conferência, estão previstas ainda visitas técnicas, apresentação das perspectivas e ambiente de negócios para a energia solar no país, além de encontros entre empresas alemãs e brasileiras com foco em investimento produtivo no Brasil. Comunico, nos termos do artigo 39, inciso I, que estarei ausente do país no período 03 a 12 de junho de 2015." É designado relator o Senador Flexa Ribeiro, que faz a leitura do relatório. Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. EXTRAPAUTA: ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 38, de 2015, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "Requeiro ao Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) , nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar do *Seminário Invest in Brazil-Photovoltaics*, que será realizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – ApexBrasil em parceria com a Associação Brasileira de Energia Solar (ABSOLAR) no período de 09 a 12 de junho de 2015, na conferência Intersolar, na cidade de Munich, na Alemanha, conforme convite e programação anexa. Por oportuno, informo que nos termos do disposto no art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que as despesas referente ao citado

no parágrafo anterior ocorrerão com ônus para esta Casa Legislativa." É designado Relator o Senador Flexa Ribeiro, que faz a leitura do relatório. Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. O Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida o Ministro Mauro Vieira a compor a mesa. O Presidente comunica o recebimento e faz leitura de carta da cidadã venezuelana Lilian Tintori sobre a situação de seu País. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA com o objetivo de esclarecer a decisão do Itamaraty de se abster na votação sobre as violações de direitos humanos na Síria e no Irã. O Conselho de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) adotou no último dia 27 de março, resoluções condenando a violação de direitos humanos na Síria e no Irã. Alegando que as resoluções "não eram equilibradas", o representante do governo brasileiro não apoiou a decisão do Conselho, preferindo abster-se. A posição brasileira provocou imediata repulsa por parte de diversas entidades e personalidades ligadas aos movimentos internacionais de defesa dos direitos humanos. Convidado: Mauro Luiz Icker Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. O Presidente concede a palavra ao Ministro Mauro Vieira para fazer sua exposição. Usa a palavra o Senador Tasso Jereissati. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e vinte e quatro minutos assume a presidência o Senador Flexa Ribeiro. E às onze horas e vinte e nove minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usam a palavra os Senadores Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro. O Presidente concede a palavra ao Ministro e este responde os questionamentos apresentados. Usa a palavra o Senador Ronaldo Caiado. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às doze horas e quinze minutos assume a presidência o Senador Flexa Ribeiro. E às doze horas e vinte e cinco minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usam a palavra os Senadores Gleisi Hoffmann, Ronaldo Caiado e Flexa Ribeiro. O Presidente concede a palavra ao Ministro e este responde os questionamentos apresentados. Então, o Presidente agradece a presença do Ministro. Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Não temos ainda quórum para deliberar sobre a ata.

A presente reunião tem o objetivo de esclarecer a decisão do Itamaraty de se abster na votação sobre as violações de direitos humanos na Síria e no Irã, a partir de um requerimento de autoria do ilustre Senador Tasso Jereissati.

Acaba de chegar o Senador Delcídio do Amaral e, com ele, o quórum. Então, uma rápida deliberação, antes de termos aqui a presença do Ministro.

Eu submeto à Comissão a minha proposta de dispensarmos a leitura da Ata da reunião anterior e aprová-la.

Os Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Nós temos também – lembra-me o Senador Fernando Bezerra Coelho – quatro requerimentos de viagem.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 552, de 2015

– Não terminativo –

Requer, na qualidade de Vice-Presidente do Parlamento Latino-americano pelo Brasil, e nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 05 a 07 de junho de 2015, para participar, em Cuba, de reuniões que especifica.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria:

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 557, de 2015

– Não terminativo –

Requer, com base no art. 40 do Regimento Interno, autorização para participar, nos dias 3 e 7 de junho, na República de Cuba, a convite do Parlamento Latino-americano, de Reuniões das Comissões de Igualdade

de Gênero, Criança e Juventude; e de Saúde. Comunica, ainda, com base no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 3 a 7 de junho do corrente ano.
Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria:

Eu passo a V. Exª a palavra para que V. Exª, sucintamente, com aquela capacidade de síntese extraordinária que todos nós lhe reconhecemos e admiramos, possa fazer, então, o seu relatório, de modo que possamos deliberar antes da chegada do Ministro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Pois não, Sr. Presidente.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre o Requerimento nº 552, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que solicita licença para representar o Senado Federal em reunião do Parlamento Latino-americano em Cuba. Constatamos a existência de plena adequação entre o conteúdo da missão exterior para a qual se pleiteia a autorização e as atribuições do Senado Federal, assim como identificamos plena aptidão e familiaridade do Senador solicitante com os temas a serem tratados.

Por conseguinte, nosso voto, ante o exposto, é pela aprovação do Requerimento nº 552, de 2015.

O próximo requerimento, Sr. Presidente, de nº 557, de autoria do Senador Roberto Rocha, requer autorização para participar, nos dias 3 a 7 de junho, na República de Cuba, a convite do Parlamento Latino-Americano, de Reuniões das Comissões de Igualdade de Gênero, Criança e Juventude; e de Saúde.

A ativa participação de membros do Senado Federal em tal foro propicia-lhe a oportunidade de praticar a chamada diplomacia parlamentar, contribuindo, por meio do mútuo conhecimento, das respectivas realidades nacionais, para aproximação entre os países latino-americanos, com vistas à troca de experiências e adoção de novas políticas públicas.

Assim sendo, a solicitação que ora se examina não esbarra em quaisquer óbices quanto à sua juridicidade, regimentalidade e oportunidade.

Portanto, nosso voto é pela aprovação do Requerimento nº 557.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois relatórios.

ITEM 1

Requerimento Nº , de 2015

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa, no período de 05 a 12 de junho de 2015, com o propósito de participar de missão oficial à Alemanha, ocasião em que será realizado encontro com representantes do Partido Socialista Alemão, no dia 05, e reunião com autoridades do Parlamento/Governo Alemão no dia 08, ambos na cidade de Berlim. Participarei ainda, a convite da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), da Conferência Intersolar Europe, na cidade de Munique, no período de 09 a 12, ocasião em que será apresentado o Seminário Invest in Brasil – Photovoltaics, com o objetivo de promover as oportunidades de investimentos no Brasil para o adensamento da cadeia de suprimentos do setor fotovoltaico. Durante a referida Conferência, estão previstas ainda visitas técnicas, apresentação das perspectivas e ambiente de negócios para a energia solar no país, além de encontros entre empresas alemãs e brasileiras com foco em investimento produtivo no Brasil. Comunico, nos termos do artigo 39, inciso I, que estarei ausente do país no período 03 a 12 de junho de 2015.
Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

ITEM 2

Requerimento Nº , de 2015

Requeiro ao Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) , nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar do Seminário Invest in Brazil-Photovoltaics, que será realizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – ApexBrasil em parceria com a Associação Brasileira de Energia Solar (ABSOLAR) no período de 09 a 12 de junho de 2015, na conferência Intersolar, na cidade de Munich, na Alemanha, conforme convite e programação anexa. Por oportuno, informo que nos termos do disposto no art. 13, do Regimento

Interno do Senado Federal, que as despesas referentes ao citado no parágrafo anterior ocorrerão com ônus para esta Casa Legislativa.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Agora, o Senador Flexa vai relatar ad hoc, também, dois pedidos de autorização para viagem, de Fernando Bezerra Coelho e Walter Pinheiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, primeiro, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos desta Casa no período de 5 a 12 de junho de 2015. Ele irá, em missão oficial, à Alemanha para encontro com representantes do Partido Socialista Alemão, no dia 5, e com autoridades do Parlamento e Governo alemão no dia 8, ambos na cidade de Berlim. O convite é da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), da Conferência Intersolar Europe, na cidade de Munique no período de 9 a 12, ocasião em que será apresentado o Seminário Invest in Brasil.

O parecer é favorável ao requerimento do Senador Fernando Bezerra, que estará ausente do País em missão oficial do dia 5 ao dia 12 de junho de 2015.

É muito importante a participação dos Senadores nesses eventos, porque, além de aproximar os Parlamentos dos dois países, também implica permite a representação do Congresso brasileiro nos dois eventos.

Voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Favorável. Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com relação ao requerimento do Senador Walter Pinheiro, da mesma forma, ele solicita, de acordo com o art. 40 do Regimento, autorização do Congresso para participar do Seminário Invest in Brasil – Photovoltaics, a ser realizado pela Apex em parceria com a Associação Brasileira de Energia Solar no período de 9 a 12 de junho, na cidade de Munique.

É o mesmo que o Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Meritório. Os dois vão juntos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O parecer também é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O. k.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovados os dois relatórios.

Eu peço à Secretaria que introduza no plenário o nosso convidado, que é o Ministro Mauro Vieira, Ministro de Relações Exteriores. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srs. Senadores, como é do conhecimento de todos, hoje, o Presidente do Senado marcou uma sessão extraordinária para a parte da manhã. A princípio, a Ordem do Dia deveria começar às 10h. Eu me entendi com o Senador Renan Calheiros, tendo em vista a presença do Ministro de Relações Exteriores em nossa Comissão hoje, o Ministro que inclusive deu uma pirueta na sua agenda para poder estar aqui, com o sacrifício de outras atribuições também muito relevantes, então, nós teremos que tratar dos temas objeto desta reunião com bastante objetividade.

Antes de passar a palavra ao Ministro, eu quero, ainda no espaço de comunicações, dizer que recebi correspondência de várias entidades representativas dos servidores do Ministério das Relações Exteriores, tais como o Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores, Associação dos Diplomatas Brasileiros, Associação dos Oficiais de Chancelaria, Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores e Associação dos Familiares dos Servidores do MRE, que pretendem agendar conosco uma reunião para discutir questões funcionais visando, sobretudo, ao aprimoramento e modernização dos métodos de trabalho do Itamaraty e também o fortalecimento das carreiras do serviço exterior, que é objetivo comum do Ministro Mauro Vieira.

Recebi também, Srs. Senadores, prezado Ministro, uma correspondência da Srª Lilian Tintori, dirigida a mim, mas que eu gostaria de comunicar à Comissão e também a V. Exª, uma vez que o tema desta audiência pública é o da aplicação do princípio da prevalência dos direitos humanos na nossa Constituição como elemento norteador da nossa política externa, esse é o tema mais geral que será tratado a partir dos casos do Irã e da Síria, suscitados pelo Senador Jereissati, mas também desse tema que nos preocupa a todos – eu até preveni V. Exª – que é o problema dos direitos humanos na Venezuela.

Eu pedi à Secretaria que projetasse a Carta, mas eu vou lê-la.

Diz a carta:

Na sexta, 22 de maio, forças de segurança do Governo da Venezuela conduziram à força o prefeito Daniel Ceballos da prisão militar de Ramo Verde. Isto foi feito de maneira irregular, sem notificar seu advogado; o

procedimento ocorreu de madrugada e não se soube para onde o levaram. Não bastando isso, rasparam-lhe a cabeça e lhe colocaram um macacão amarelo – como a um preso comum. Daniel está em condições subumanas numa cela de dois metros quadrados sem banheiro, com um fosso no chão para fazer suas necessidades e sem ventilação ou luz natural. Meu marido, Leopoldo, está numa cela de castigo, isolado. Ambos estão em greve de fome, e, enquanto escrevo esta carta, nós, suas esposas, não temos podido vê-los; não deixaram passar seus médicos, nem tampouco pode a Igreja visitá-los. Cabe lembrar que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ordenou medidas cautelares em abril para proteger a integridade física e psicológica de ambos.

Essa decisão foi assumida com total responsabilidade em sinal de protesto e indignação, porque os venezuelanos estamos à beira de um colapso humanitário pela violência alarmante, a escassez e crise de saúde a que estamos submetidos.

Apesar de insistentes apelos das Nações Unidas pela libertação de Leopoldo e os demais presos políticos, hoje 79 presos políticos continuam atrás das grades, submetidos a rigores em um país onde 97% dos cidadãos não conseguem justiça – segundo o documento do Comitê contra Torturas das Nações Unidas – e onde não existe separação de poderes.

Neste ano há eleições parlamentares, estamos às vésperas do mês de junho e as autoridades competentes ainda não se pronunciaram sobre a data das eleições. Além disso, as eleições para o Parlamento Latino-Americano foram arbitrariamente sequestradas pela Assembleia Nacional, uma grave afronta à democracia.

Leopoldo acolheu o sofrimento do povo venezuelano e conseguiu transmitir uma mensagem da prisão que diante da negligência do governo de respeitar as leis anuncia que enfrentará o sacrifício de uma greve de fome para pedir:

1) a libertação dos presos políticos; 2) o fim da repressão e censura; 3) que haja uma observação internacional qualificada da OEA e da União Europeia para assegurar a legalidade e imparcialidade das eleições.

Finalmente, Leopoldo convocou os venezuelanos para uma marcha neste sábado, 30 de maio, porque como ele diz: "se a mídia se cala, que fale a rua". Sairemos a marchar em defesa da liberdade vestidos de branco, sinal inequívoco da nossa vontade pacífica e institucional de mudança, pedindo o que qualquer democrata pode pedir: liberdade e justiça. Esta é uma hora que requer maior compromisso de todos os democratas do mundo. Se meu marido e Daniel estão prontos para dar a vida pela Venezuela, estou segura que podemos somar vontades e exigir que se respeitem os valores universais dos direitos humanos e da democracia na Venezuela.

Com esta carta, lhe estendemos convite para que viaje à Venezuela e verifique as condições de prisão e julgamento arbitrário a que estão sujeitos meu marido, Leopoldo López, Daniel Ceballos e os demais presos políticos.

Há poucas horas soubemos que mais presos políticos se juntaram à greve de fome em sinal de solidariedade e protesto. Pedimos que nos ajude a resguardar as garantias legais deles, especialmente durante a greve de fome. Essa visita em pessoa permitirá constatar em primeira mão o estado das liberdades democráticas, a situação da repressão e perseguição contra nossos jovens estudantes e líderes políticos e para que mantenha reuniões com vítimas e familiares, para ter um olhar direto sobre a situação dos direitos humanos na Venezuela.

Penso que a leitura dessa carta é pertinente ao tema da reunião de hoje.

Passo, então, a palavra ao Ministro Mauro Vieira, para suas considerações iniciais, pelo prazo de 30 minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pediria a V. Exª a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Srs. Senadores, queria, em primeiro lugar, renovar a honra que tenho de estar aqui, nesta Comissão e nesta Casa, para manter um diálogo aberto e transparente sobre temas de interesse da política externa brasileira. Como disse anteriormente, considero que esse diálogo com o Congresso e, sobretudo, com esta Comissão é um exercício crucial para enriquecer e tornar mais consistente a formulação e execução de nossa política externa.

Queria pedir permissão a V. Exª para, nesta oportunidade, manifestar também o meu grande pesar pelo falecimento do Vice-Presidente desta Comissão, Senador Luiz Henrique da Silveira, que foi um notável integrante desta Comissão em diferentes mandatos e, atualmente, se desempenhava como Vice-Presidente. Tive o privilégio de conhecer o Senador Luiz Henrique e dele me tornar um amigo, desde meados da década de 80, quando ele, Deputado, assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia, pasta em que eu tinha também atuado nesta ocasião, juntamente com o primeiro Ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer. Ele, já nessa época, era um experimentado político. Havia sido não só Deputado constituinte, mas também Prefeito de sua cidade natal, Joinville, e trouxe ao Ministério toda sua experiência. O Senador Luiz Henrique era um nacionalista no

melhor sentido da palavra, um defensor do Brasil, um autêntico democrata. Sua dedicação à causa pública o alçou posteriormente a cargos importantes, como Governador do seu Estado e Senador, funções de desempenhou com grande dignidade e reconhecimento.

Quero registrar que pessoalmente foi uma perda, e, creio, para esta Casa e para todo Brasil, também uma perda inestimável.

Já tive oportunidade de me dirigir a esta Casa, no dia 24 de março, no início da atual Legislatura. Estive também, em abril, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Em ambas as ocasiões, mantivemos um frutífero diálogo sobre temas relevantes para ação externa do Governo brasileiro.

Não creio ser ocioso enfatizar que a transparência e o diálogo amplo com o Congresso Nacional e os demais órgãos do Governo e da sociedade civil são princípios caros ao Itamaraty. Hoje, os temas de política externa são de interesse dos mais diversos setores da sociedade brasileira.

Hoje, os temas de política externa são de interesse dos mais diversos setores da sociedade brasileira. E, como reflexo disso, nunca houve tanta interlocução do Ministério das Relações Exteriores com outros atores do Estado e da sociedade brasileira.

O interesse despertado pela política externa é uma decorrência da própria consolidação da nossa democracia. Como sabemos, nosso País tem a fortuna de ser conhecido pela diversidade e pela pluralidade de suas perspectivas.

O Itamaraty conta com uma clara definição constitucional dos princípios que regem nossa ação externa. O art. 4º, inciso II, da Constituição estabelece, entre eles, a prevalência dos direitos humanos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e o repúdio ao racismo e ao terrorismo.

A interlocução com o Congresso Nacional nos oferece, portanto, importantes elementos para esse trabalho.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo começar formulando considerações gerais sobre a política externa do Brasil em direitos humanos, parece-me, indispensável para a compreensão de nossas posições em casos específicos, entre eles os relativos ao Irã e à Síria, objetos do requerimento, do Senador Tasso Jereissati, que me traz a esta Casa hoje.

A política externa em direitos humanos é uma ferramenta importante para a projeção dos valores do Brasil no mundo. A promoção e a proteção dos direitos humanos nos planos interno e externo estão associadas. São nossos valores internos que fortalecem o nosso discurso externo. Da mesma forma, nossas posições externas, os compromissos assumidos internacionalmente reforçam o propósito de realizar os direitos humanos internamente.

A imbricação entre essa dimensão externa e interna está consagrada na própria Constituição Federal, cujo art. 5º, §2º, estabelece que os direitos reconhecidos pelo Brasil em tratados de direitos humanos se somam aos direitos e garantias nela consagrados. Nosso Texto Constitucional foi além e possibilitou que os tratados e convenções sobre direitos humanos aprovados pelo Congresso Nacional ganhassem *status* de emenda constitucional.

Para o Brasil, os direitos humanos são universais e devem ser respeitados em sua integralidade. Suas múltiplas dimensões são interdependentes e não podem ser desvinculadas. A própria compreensão dos problemas e obstáculos referentes à plena realização dos direitos humanos depende dessa visão abrangente. O agravamento do problema migratório no mundo é um exemplo claro da indivisibilidade dos direitos humanos. A causa estrutural desse fenômeno é a pobreza e as grandes assimetrias entre os níveis de desenvolvimento entre as nações. Muitos países que empreendem a defesa retórica dos direitos humanos nos fóruns internacionais deixam de fazê-lo quando o drama da pobreza se aproxima de seus territórios.

É justamente por considerar que todos os países do mundo enfrentam desafios em matéria de direitos humanos e que a promoção e a proteção de tais direitos devem visar à efetiva melhora da situação concreta de indivíduos e grupos que o Brasil defende a não seletividade e a não politização do tratamento do tema. Do contrário, seria...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu pediria silêncio, por favor.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Do contrário, seria afetada a credibilidade do próprio sistema internacional nesse assunto, que passaria a ser visto como instrumento a ser utilizado politicamente contra países específicos.

O Brasil também defende a cooperação e o diálogo com outras nações tanto no âmbito bilateral como nos âmbitos regional e multilateral como meios eficazes da promoção e da proteção dos direitos humanos. Assim, recusamos o impulso e a prática, infelizmente comuns, de simplesmente condenar países sem se reconhecerem os progressos e sem que se apoiem ações voltadas à efetiva melhoria da situação dos direitos

humanos em cada país. A aprovação de resoluções sem contrapartidas concretas em termos de cooperação e apoio em geral pouco contribui para melhorar a situação real dos países afetados.

Não é de hoje que tais considerações guiam nossa política externa, em particular no Conselho de Direitos Humanos da ONU, CDH.

Nesse âmbito, tivemos papel ativo na criação do mecanismo de revisão periódica universal, que consiste em instrumento de natureza verdadeiramente universal por meio do qual todos os Estados-membros são objetos de análise pelo Conselho.

O estabelecimento desse mecanismo buscou, e busca, reverter a prática seletiva e politizada existente antes da criação deste Conselho de Direitos Humanos, no âmbito de 2005, de se avaliar a situação dos direitos humanos apenas em países específicos no exercício, muitas vezes, destituído de critérios e, não raro, dotados de motivações políticas alheias à efetiva proteção e promoção de tais direitos. É nesse marco conceitual e político que se devem entender votos recentes do Brasil no Conselho de Direitos Humanos acerca da situação do Irã e da Síria.

Com relação ao Irã, como os senhores sabem, o Brasil se absteve na votação do Projeto de Resolução do Conselho de Direitos Humanos que renovou o mandato do relator especial sobre a situação de direitos humanos no Irã em março passado. O projeto foi aprovado com 20 votos a favor, 11 contra e 16 abstenções. Como se nota, os Estados-membros estavam divididos e o número de votos contrários e de abstenções foi superior aos votos favoráveis.

Cabe aqui uma precisão inicial, que é muito relevante do ponto de vista político e substantivo. Ao contrário do que foi noticiado, o Brasil não se absteve de votar, e, sim, absteve-se na votação do projeto de resolução do Conselho. A abstenção não é ausência de posição; ao contrário, é uma posição formalmente reconhecida como tal entre as três alternativas possíveis. Como as demais, traduz uma avaliação não só do conteúdo, mas também da oportunidade e conveniência de uma resolução e das medidas práticas que a estabelece.

Ao abster-se, normalmente, um país está indicando que, embora possa compartilhar as preocupações e objetivos refletidos na resolução, tem visões distintas quanto aos meios de alcançar tais objetivos ou quanto à conveniência em dado momento ou contexto político. Esse é o caso da abstenção brasileira na votação da mais recente resolução no Conselho de Direitos Humanos sobre o Irã.

O Brasil apoiou resoluções sobre o mesmo tema por quatro anos consecutivos, de 2011 a 2014, o que demonstra não termos qualquer dificuldade de expressar clara e publicamente a preocupação com as violações dos direitos humanos no Irã. Também em 2015, ao abster-se na votação da resolução, o Brasil manifestou sua firme convicção de que o Irã deve fazer progressos importantes na situação de direitos humanos.

Em sua intervenção, a delegação brasileira conclamou o Irã a aprofundar o seu envolvimento com o sistema de direitos humanos, de forma a promover a efetiva melhora da situação dos direitos humanos no país. Manifestou, igualmente, que acompanhará de forma atenta a evolução da situação dos direitos humanos no Irã, particularmente, os direitos humanos das mulheres, a aplicação da pena de morte, a situação da liberdade de associação e de expressão como de imprensa e os direitos de minorias religiosas, inclusive daquelas não reconhecidas pelo governo local, como os Baha'í.

Já no âmbito do exame do Irã pelo Mecanismo de Revisão Periódica Universal, em outubro de 2014, o Brasil já fizera recomendações relativas à promoção dos direitos humanos das mulheres, defensores de direitos humanos, jornalistas e minorias religiosas. Recomendou, ainda, a aceitação de visitas de detentores de mandatos de procedimentos especiais, relatores especiais, peritos e grupos para trabalho do Conselho de Direitos Humanos.

No âmbito multilateral, o Brasil tem sido claro e ativo na promoção dos direitos humanos no Irã e em qualquer outro país. A abstenção na votação da Resolução de 2015 decorreu de várias posições. E cito quatro.

Em primeiro lugar, avaliamos que, neste momento, os esforços internacionais em favor da promoção e proteção dos direitos humanos no Irã serão potencialmente mais eficazes se reconhecermos a existência de desdobramentos positivos no diálogo do governo iraniano com o sistema de direitos humanos das Nações Unidas. Entre eles, destaco a aceitação, por Teerã, da maior parte das recomendações feitas no âmbito do Mecanismo de Revisão Periódica Universal e os convites para que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatores especiais da CDH visitem o país.

No ano passado, o Irã já foi capaz de demonstrar disposição ao diálogo e à cooperação com o sistema internacional de direitos humanos. Em 2002, o país estendeu o convite permanente para receber visita dos relatores especiais da ONU.

De 2003 a 2005, recebeu visitas dos relatores sobre liberdade de opinião e expressão (2003), detenção arbitrária (2003 também), migrantes (2004), violência contra a mulher (2005), e moradia adequada (2005). Acor-

dou ainda a realização de visitas dos relatores sobre desaparecimentos forçados ou involuntários, execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias e liberdade de religião ou crença.

Com base nesse histórico de medidas concretas tomadas no passado pelo Governo do Irã, o Brasil entende que a recente disposição demonstrada pelo país constitui oportunidade para que se estimule a retomada do diálogo e da cooperação com a comunidade internacional, em especial sua participação no sistema de direitos humanos das Nações Unidas. É uma resposta ao fato objetivo de que a adoção de sucessivas resoluções não levou aos resultados por todos desejados, apesar de algum avanço registrado na situação. É o esforço muito prático de buscar uma via mais produtiva e promissora para alcançar o objetivo comum de promover os direitos humanos no Irã.

A segunda razão de nossa abstenção deriva da primeira. Como na negociação não foi possível incorporar ao Projeto de Resolução o reconhecimento daqueles desdobramentos positivos recentes que acabo de mencionar, julgamos que a resolução arriscava e cremos que ainda arrisca fechar uma importante janela de oportunidade para novos avanços no diálogo e na cooperação do Irã com o sistema de direitos humanos das Nações Unidas.

Assim, de acordo com a prática estabelecida nos fóruns internacionais que mencionei antes, manifestamos nossa discordância mediante abstenção.

A terceira consideração na determinação de nos abstermos refere-se à evolução no tempo do quadro de votação dos projetos de resolução sobre o Irã no Conselho de Direitos Humanos.

De 2011 a 2015 – são números muito interessantes de serem registrados –, aumentou não só o número de abstenções, de 13 para 16, mas também o de votos contrários, de 07 para 11, perfazendo um total de 27 votos, e diminuiu o número de apoios a favor, que passaram de 22 votos para 20 votos, portanto, uma maioria entre os países que se abstiveram ou votaram contra. Isso revela apoio decrescente à resolução e mostra que a nossa mudança de voto para abstenção está em linha com a tendência objetiva do conselho como um todo.

A quarta razão e última observação diz respeito à própria criação de relatorias para países específicos, com a criação do mecanismo de revisão universal, que prevê avaliação dos direitos humanos em todos os países, absolutamente todos os países membros do sistema das Nações Unidas. É chegada a hora de refletirmos sobre como conciliar as ideias de universalidade e igualdade entre os Estados com a existência de relatorias sobre países específicos.

Como assinalei, muito frequentemente, a criação de relatorias pode ocultar propósitos políticos, a politização dos elementos que criam desequilíbrios no sistema internacional dos direitos humanos. A prática de se aprovarem resoluções sobre a situação em alguns países, mas não sobre outros problemas igualmente é até mais preocupantes e graves em outros países e regiões e acaba por afetar a credibilidade do sistema como um todo. O sistema de relatorias especiais e resoluções específicas ainda é uma herança do sistema anterior que o Conselho de Direitos Humanos tem o desafio de aperfeiçoar. O Brasil ambiciona um sistema equilibrado em que o sistema internacional de direitos humanos sirva exclusivamente seu propósito de promover mudanças tangíveis que possam beneficiar concretamente todos os indivíduos e grupos afetados, e não a propósitos políticos que lhe sejam estranhos e mesmo nocivos.

Nenhuma dessas considerações implica, em absoluto, indiferença e menos ainda aprovação a violações de direitos humanos no Irã ou em qualquer outro país, nem avaliação negativa do trabalho desenvolvido pelo relator especial Ahmed Shaheed.

Além disso, como declaramos oportunamente em Genebra, vamos seguir acompanhando a situação no Irã e vamos continuar ativos na CDH e na Assembleia Geral da ONU, que também discute projeto de resolução sobre a matéria.

Com base na avaliação que temos feito da cooperação iraniana com a comunidade internacional ao longo de 2015, consideraremos, no momento adequado, como melhor contribuir para melhora objetiva da situação de direitos humanos. Nossos votos refletirão sempre essa avaliação.

Com relação à Síria, eu gostaria de registrar que o conflito interno neste País, iniciado em 2011, tem ocasionado uma das maiores crises humanitárias da humanidade. Os números são trágicos: mais de 220 mil civis mortos, 4 milhões de refugiados, cerca de 8 milhões de deslocados internos.

Desde o início do conflito, o Brasil mantém a posição de que não há saída militar para a crise. E a própria prolongação indefinida do conflito demonstra a correção dessa posição. Trata-se, ademais, de linha que coincide com a conclusão do relatório da comissão de inquérito da ONU sobre a situação na Síria, presidida por um eminente brasileiro, o Prof. Paulo Sérgio Pinheiro, comissão que temos apoiado sistematicamente e ativamente desde o seu estabelecimento.

Eu gostaria apenas de registrar que o Prof. Paulo Sérgio Pinheiro tem respeitada trajetória internacional no campo da promoção e da proteção dos direitos humanos e é reconhecido por sua experiência e pela exce-

lência de seu trabalho. Ele é professor da Universidade de São Paulo, já integrou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e ocupou diferentes funções no sistema das Nações Unidas; no Brasil, foi Secretário Nacional de Direitos Humanos e um dos coordenadores da Comissão Nacional da Verdade. Não se pode ter dúvida, portanto, de sua preocupação pessoal e da comissão de inquérito que presidiu com a situação dos direitos humanos na Síria, tampouco de sua conclusão de que o conflito não poderá ser resolvido por meio de uso da força.

O Brasil sempre favoreceu a mediação diplomática em favor de uma solução duradoura e inclusiva, liderada pelos próprios sírios. Entendemos que eventual transição política deve ser objeto de negociação, sob pena de não trazer a paz e a estabilidade à Síria que todos desejamos.

O exemplo da Líbia evidencia necessidade de grande cautela na Síria e exige, especialmente das potências com influência na região e capacidade militar, grande dose de responsabilidade.

Como é do conhecimento dos senhores, a Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Direitos Humanos têm adotado sucessivas resoluções sobre a situação de direitos humanos. Em ambos os fóruns, o Brasil vinha, até o ano passado, votando sempre a favor de tais resoluções, mas também expressava preocupações cada vez maiores quanto ao fato de que os textos enfatizavam condenação apenas de uma das partes do conflito, o governo, quando sabemos todos – e o atesta a comissão de inquérito da ONU – que todos os lados do conflito cometeram e cometem graves violações de direitos humanos. Em 2015, o projeto de resolução agravou o problema, pois incorporou acusações contra o governo sírio que não são corroboradas pela comissão de inquérito presidida pelo Prof. Paulo Sérgio Pinheiro.

A preocupação do Brasil com tal desequilíbrio não decorre apenas de considerações de justiça. Nossa perspectiva é também política. A postura de condenar, precipuamente, apenas um lado não contribui absolutamente para a busca de uma solução política sustentável e duradoura para a crise; ao contrário, pode tornar ainda mais difícil o entendimento entre as partes, pois tenderá a fortalecer umas em detrimento de outras e, assim, desestimular as negociações e as concessões necessárias a qualquer acordo, podendo, inclusive, incentivar o recrudescimento das violações cometidas por esses grupos, que tenderão a interpretar a ausência de condenação da comunidade internacional a todas as forças envolvidas como garantia de impunidade a determinados grupos. Nossa posição ao evidente desequilíbrio das resoluções deriva também do firme e tradicional apego do Brasil ao imperativo de que todas as partes envolvidas devem respeitar as normas dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, além de se abster de prejudicar o acesso aos serviços de assistência humanitária às vítimas.

Não cabe à Comissão de Direitos Humanos ou a qualquer outro órgão multilateral apoiar qualquer lado do conflito em detrimento de outros.

Cabe, sim, à comunidade internacional e às Nações Unidas favorecer uma solução negociada, liderada pelo povo sírio, que respeite a soberania e a integridade territorial do País, além do direito de autodeterminação do povo sírio em sua diversidade étnica, política e religiosa.

Além do desequilíbrio, o projeto de resolução apresentado na última sessão da CDH, em cuja votação nos abstivemos, apresentava outro problema grave à luz da posição brasileira: diferentemente das resoluções anteriores, não conclamava as partes a buscar uma solução política para o conflito. Ao não insistir em uma solução política, a resolução manda às partes sinal político profundamente equivocado e contribui para enfraquecer o trabalho da comissão de inquérito da ONU, que sustenta não haver solução militar para a crise.

Também relevante na decisão da abstenção na votação do projeto foi o fato de que o texto atribui explicitamente às autoridades sírias o uso de armas químicas. Como é do conhecimento de todos, o Brasil é parte de dois importantes instrumentos internacionais existentes – a Convenção para a Proibição de Armas Químicas e a Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas – e tem credenciais impecáveis na matéria, não tendo, portanto, qualquer dificuldade de condenar o uso de armas químicas por quem quer que seja ou onde quer que seja.

O que não foi aceitável, em nossa avaliação – e isso vale para qualquer país –, é endossar acusação de tal gravidade sem que tenha sido objeto de prova adequada. Noto que a acusação contra o Governo sírio não foi referendada pela Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), inclusive porque prevalece o entendimento de que não lhe cabe atribuir responsabilidades.

Cumpre assinalar que a Opaq foi criada especialmente para velar pela observância da Convenção para a Proibição de Armas Químicas. É a Opaq, e não o Conselho de Direitos Humanos, que tem atribuição legal e recursos técnicos para verificar se há produção, estocagem e utilização de armas dessa natureza.

É necessário, ademais, muita cautela com alegações não comprovadas do emprego por governos de armas químicas. Como os senhores devem lembrar, o Embaixador brasileiro José Maurício Bustani, primeiro diretor-geral da Opaq, foi injustamente destituído do cargo porque a Organização não referendou tese defendida e não comprovada por alguns países da existência de armas químicas no Iraque em 2002. É vital, por

conseguinte, que qualquer acusação esteja respaldada por provas consistentes e que as competências de cada organismo internacional sejam devidamente respeitadas.

Como no caso do Irã, a abstenção brasileira está ainda em linha com a evolução do quadro de votação na CDH. Desde 2012, quando por primeira vez se adotou uma resolução, quadruplicou o número de abstenções (de 3 passaram a 12), dobrou o número de votos contrários (de 3 para 6), diminuiu muito o número de votos a favor (de 41 para 29). Tais números indicam, claramente, a queda no apoio à resolução por parte do conjunto de membros do Conselho.

Durante as negociações da resolução, o Brasil buscou sanar as deficiências do texto. Não tendo sido possível torná-lo mais conforme aos valores e à visão política que entendemos devem presidir o tratamento do tema nos fóruns multilaterais, o Brasil decidiu abster-se da votação da resolução. Como os senhores podem ver, foi decisão bem fundada em sólidas considerações políticas e conceituais, em linha com a tradição diplomática do Brasil.

Quero chamar atenção também para a dinâmica negociadora das resoluções em questão. Não é incomum, nas Nações Unidas, que grupos específicos de países trabalhem em projetos de resolução a portas fechadas e os apresentem como um pacote fechado. A falta de negociação real sobre o texto gera dificuldades sérias, pois conflita com a própria essência do sistema multilateral e revela a intenção de impor um modelo de solução pré-definido por países com interesses específicos no assunto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aqui ocorre a mesma coisa, Ministro. O pacote fechado dificulta discussões específicas sobre temas relevantes. Acontece a mesma coisa.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – A abstenção não significa, em absoluto, que deixamos de reconhecer a responsabilidade primária das autoridades sírias pela proteção dos direitos humanos da população. Tampouco diminui o matiz do vigor de nossa condenação pública em repetidas violações cometidas pelas forças governamentais no conflito.

Permitam-me um derradeiro comentário: devemos sempre ressaltar que não haverá solução militar para o conflito interno na Síria. Intervenções militares externas, muitas vezes sob pretexto de defender os direitos humanos, têm tido resultados não raro desastrosos, como de resto demonstram...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Ministro, posso só esclarecer? A Resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU propõe intervenção militar?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Então, não é isso de que se trata o voto?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – O voto não se refere a isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª terá condição depois de fazer aqui...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone*.) – Era só para esclarecer se tem algum...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... Ah, pois não. No curso da exposição. Pois não.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Claro. Pois não, Ministro.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Finalmente, com relação à Venezuela, julgo importante começar enfatizando que o caso da Venezuela deve ser tratado à luz da prioridade que atribuímos à integração regional, entre outros fatores. Como os senhores bem sabem, o processo de integração tem aportado vários benefícios para o Brasil, tanto do ponto de vista comercial, como, por exemplo, no âmbito da integração física, energética e da coordenação e concertação política. No entanto, a despeito dessas virtudes mais tangíveis da integração, nosso objetivo máximo é outro: é consolidar a democracia e assegurar a plena observância dos direitos humanos em nossa região.

Não por acaso, os dois principais mecanismos de integração de que somos parte – a Unasul e o Mercosul – contam com a chamada cláusula democrática, cuja meta fundamental é a estabilidade política e a observância dos direitos humanos em nosso continente, inclusive no que respeita ao combate às desigualdades sociais.

A chamada cláusula democrática original do Mercosul é o Protocolo de Ushuaia, adotado em 1998. Nos termos do seu art. 3º, será acionada em caso de ruptura da ordem democrática em um dos Estados-partes.

No final de 2011, reforçamos ainda mais a cláusula democrática...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. Fora do microfone.) – É automática.

Quanto tempo o senhor precisa para concluir?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Talvez mais dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Dez minutos? Pois não.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – No final de 2011, reforçamos ainda mais a cláusula democrática com a adoção do Protocolo de Montevidéu, também chamado de Ushuaia II. Segundo seu art. 1º, "o presente Protocolo será aplicado em caso de ruptura ou ameaça de ruptura da ordem democrática, de uma violação da ordem constitucional ou de qualquer situação que ponha em risco o legítimo exercício do poder e a vigência dos valores e princípios democráticos".

O art. 3º do Protocolo de Montevidéu prevê que os Estados-partes, em nível de presidentes e ministros das relações exteriores, devem acionar "bons ofícios e gestões diplomáticas para promover o restabelecimento da democracia no país afetado", por meio de comissões de apoio, cooperação e assistência técnica especializada.

Como se nota, a contribuição da cláusula democrática do Mercosul está em dissuadir rupturas ou ameaças de ruptura da ordem democrática entre os países-membros, como nos casos de tentativa de derrubada, pela força ou por outros meios não constitucionais, de governos democraticamente eleitos.

Procedimentos análogos são previstos num quadro mais amplo da Unasul, por meio do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo, que estabeleceu o compromisso coletivo com a democracia.

Tanto o Protocolo de Montevidéu, do Mercosul, quanto o Protocolo Adicional da Unasul estão em processo de apreciação no Congresso Nacional.

Nesse contexto, de uma compreensão plena de que o projeto de integração regional está voltado também para a paz, a estabilidade, a democracia, o diálogo e o respeito ao pluralismo, gostaria de abordar o tema da situação na Venezuela.

Como tive oportunidade de relatar em minha última visita a esta Comissão, tenho tratado desse tema pessoalmente, com grande atenção. Em 9 de fevereiro, atendi imediatamente ao convite da Presidência *pro tempore* da Unasul, ora exercida pelo Governo do Uruguai, para uma reunião, em Montevidéu, da Comissão reduzida de Chanceleres, ao lado do Secretário-Geral da Unasul, ex-Presidente da Colômbia Ernesto Samper, e dos Chanceleres da Colômbia, do Equador e da Venezuela.

Na ocasião, aprovamos, de forma concertada, medidas destinadas a estimular o mais amplo diálogo político com todas as forças democráticas venezuelanas, com pleno respeito à ordem institucional, aos direitos humanos e aos direitos, e ao Estado de direito. E, durante a visita de 6 de março, a que também já tive ocasião de me referir aqui nesta Comissão, mantive reuniões com o Presidente venezuelano; com a Presidenta do Conselho Nacional de Eleições (CNE), que é o órgão encarregado constitucionalmente de organizar as eleições; com a Presidenta da Suprema Corte da Venezuela; com a Procuradora-Geral da República; e com o representante de sete partidos da oposição que compõem a chamada MUD – Mesa da Unidade Democrática, entre os quais o Governador do Estado de Miranda Henrique Capriles. E o diálogo da Comissão de chanceleres se deu com todos os atores envolvidos do governo e da oposição.

Nossa atuação tem como objetivo precípuo facilitar o diálogo e o entendimento entre as partes, e evitar o acirramento de conflitos. Numa conjuntura política complexa, como a venezuelana, temos de atuar sempre de forma a evitar que o trabalho de facilitação do diálogo não seja visto com interferência indevida ou considerado tendencioso. De todos aqueles com quem conversamos, os três chanceleres e o Secretário-Geral da Unasul, em Caracas, ouvimos apoio unânime pela realização das eleições parlamentares no segundo semestre deste ano; das autoridades venezuelanas recebemos extensas garantias de pronta convocação dessas eleições, nos termos da legislação local.

Desde então, foram realizadas, no dia 17 de maio, as eleições primárias da coalizão de oposição, representada pela Mesa da Unidade Democrática, organizada pelo Conselho Nacional Eleitoral. O fato de a oposição ter solicitado a organização das prévias pelo Conselho Nacional Eleitoral foi interpretado como um gesto positivo de confiança no sistema. As eleições internas do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), partido do Governo, estão marcadas para o dia 28 de junho.

O Brasil tem apoiado a mais efetiva participação da Unasul, por meio do seu Conselho Eleitoral, na observação e acompanhamento dos processos eleitorais na região. Na Venezuela, em particular, muito me alegra que o Tribunal Superior Eleitoral brasileiro esteja também integrando às comissões eleitorais. E desejo registrar aqui o meu agradecimento ao TSE, cuja elevada competência e solidez dos princípios reforçam a capacidade de o Brasil contribuir de maneira construtiva e cooperativa com os nossos vizinhos para o fortalecimento da democracia.

Diante do fato de que as autoridades eleitorais ainda não terem precisado uma data para as eleições, tenho mantido constantes contatos com autoridades venezuelanas, do que são exemplos reuniões com a própria Chanceler da Venezuela Delcy Rodríguez, à margem tanto da Cúpula das Américas, no Panamá, em abril passado, como da reunião de chanceleres da Celac, em Quito, em 5 de maio último. Nessas e em outras ocasiões, tenho gestionado pelo diálogo, pela conciliação, pela estabilidade democrática e pela maneira mais

concreta para que o poder eleitoral possa fixar, o quanto antes, a data das eleições e que o pleito possa se dar em condições de pleno respeito às normas condicionais venezuelanas.

Em nenhum momento, a Comissão de Chanceleres da Unasul atuou para beneficiar uma das partes ou desconsiderar as legítimas demandas de que as garantias democráticas e os direitos individuais e políticos sejam plenamente observados. Quando foi criada, no ano passado, a comissão teve um trabalho muito intenso, o que permitiu, através do diálogo promovido, diminuir as tensões e praticamente eliminar os enfrentamentos dos distúrbios de rua.

E o contexto que se apresenta à Comissão de Chanceleres este ano, entretanto, é bastante distinto. Se, por um lado, os enfrentamentos de rua cessaram, por outro a prisão do Prefeito metropolitano de caracas, Antonio Ledezma, elevou as pressões sobre o Governo da Venezuela, por parte dos setores da sociedade venezuelana e da comunidade internacional.

A visita ao Brasil, entre 5 e 7 de maio, das Srªs Lilian Tintori e Mitzy Capriles de Ledezma, esposas de Leopoldo López e Antonio Ledezma, insere-se nesse contexto. A visita não se limitou ao Brasil, elas estiveram em diversos outros países, com propósitos similares.

No Brasil, as Srªs Tintori e de Ledezma foram recebidas no Congresso Nacional, no Tribunal Superior Eleitoral e também oficialmente no Ministério das Relações Exteriores pelo Diretor do Departamento da América do Sul, quem, há anos, acompanha as relações com a Venezuela.

A meu pedido, Diretor do Departamento da América do Sul apresentou extenso relato sobre a reunião realizada. A esse respeito, gostaria de destacar um ponto importante: a postura de não indiferença do Brasil se estende à questão de direitos humanos... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O que está acontecendo aí? Que barulho é esse, por favor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É o som da sessão plenária do Senado.

Pensei que fosse uma sabotagem ao nosso trabalho, o que seria algo inadmissível.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Bem, continuo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Por favor.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – No ano passado, durante uma de suas visitas a Venezuela, a Comissão de Chanceleres da Unasul manteve ampla reunião com entidades não governamentais de direitos humanos, bem como com movimento estudantil.

Durante a reunião com essas diversas entidades, essas mesmas entidades puderam apresentar não apenas à Comissão de Chanceleres, mas também às autoridades venezuelanas lá presentes, diversos casos de denúncias de violações de direitos humanos. Após a reunião, a comissão levou o tema ao Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, que determinou a criação da Comissão da Verdade para investigar esses casos. Em nossos frequentes contatos com interlocutores venezuelanos, defendemos sempre o respeito aos direitos humanos, como preconizamos, de resto, em toda a região. Em nenhum momento, nos furtamos de explicar essa preocupação que, como disse, é um princípio reitor da política externa brasileira.

O estreito acompanhamento pelo Brasil da situação política na Venezuela tem se refletido nas notas oficiais emitidas pelo Governo brasileiro. Em 20 de fevereiro, registramos nossa grande preocupação com a situação na Venezuela e instamos os atores envolvidos a trabalhar pela paz e pela democracia.

Em 24 de fevereiro, nos referimos publicamente a dois fatos novos: a prisão do Prefeito de Caracas e iniciativas que visassem abreviar o mandato presidencial. Em 10 de março, relatamos os resultados da visita a Caracas da Comissão de Chanceleres da Unasul, com uma série de pontos importantes. A mensagem transmitida de que a Unasul...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – ... de que não são admissíveis soluções que signifiquem ruptura institucional democrática, o nosso interesse na situação dos opositores detidos, as garantias das mais altas autoridades venezuelanas de que as eleições legislativas de 2015 serão convocadas em breve, no último trimestre deste ano, e serão observadas e acompanhadas pela Unasul.

Em 14 de março, o Itamaraty voltou a emitir nota para reiterar que a celebração das eleições é essencial para a ordem constitucional democrática e recordou o compromisso venezuelano de convocá-las em breve. Na mesma nota, diante das sanções adotadas pelos Estados Unidos contra Caracas, o Governo brasileiro expressou sua posição, compartilhada com os demais países sul-americanos, de defesa dos princípios de não intervenção e incentivou o diálogo entre a Venezuela e os Estados Unidos.

O contexto político na Venezuela e os desafios que se apresentam à consecução do diálogo político mudaram bastante no prazo de um ano. O formato e o eixo da atuação da Unasul e da Comissão de Chanceleres precisam, dessa forma, se adaptar a um novo cenário. Um exemplo dessa adaptação ocorreu na última reunião de Chanceleres da Unasul em Quito, em 14 de março, em que foram aprovados, por unanimidade, inclusive pela Venezuela presente, dois comunicados separados a respeito da situação da Venezuela. Um que rejeitou o decreto executivo dos Estados Unidos que declarava a Venezuela uma ameaça à segurança nacional norte-americana; e outro sobre a continuação do diálogo político na Venezuela. O segundo comunicado renovou o mandato da Comissão de Chanceleres da Unasul, a pedido do próprio Governo venezuelano para seguir acompanhando o mais amplo diálogo.

A atuação da Unasul e da Comissão de Chanceleres está voltada, neste momento, portanto, para a realização das eleições parlamentares, que devem renovar o Parlamento em sua integridade. A atual legislatura assumiu em 2011 e seu mandato expira no início de 2016. São 164 assentos, dos quais, hoje, 99 são ocupados pela base do Governo – PSUV e comunistas –, e 65 pela coalizão de oposição...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Já estou terminando, Sr. Presidente.

A legislatura atual assumiu, em janeiro de 2011, seu mandato acaba em janeiro de 2016. Segundo declarações da presidenta da Comissão Nacional Eleitoral, as eleições devem se realizar no último trimestre deste ano. Uma vez marcada a data das eleições, a Unasul deverá estabelecer uma missão de observação e acompanhamento.

Em síntese, defendemos o diálogo, inclusive transparência em todos os atores políticos e a realização de eleições dentro da normalidade constitucional.

Agradeço muito, Sr. Presidente, e me desculpo por haver me excedido no tempo. Queria só terminar dizendo que não interessa ao Brasil que a situação evolua de forma que a Unasul deixe de contribuir para a estabilidade, para o diálogo na Venezuela.

Poucos países, hoje, poderiam ocupar o lugar que os países da América do Sul, por meio da Unasul, desempenham de forma consensuada na Venezuela. Perder essa condição não é bom nem para o Brasil, nem para o governo venezuelano, nem para a sociedade venezuelana, nem para toda a América do Sul.

Agradeço mais uma vez o convite e me desculpo por haver me excedido no tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Ministro.

O Ministro trouxe esclarecimentos extensos.

Eu queria apenas esclarecer à Comissão que o Ministro Mauro Vieira havia se proposto a vir semana passada, quando nós tínhamos a audiência com o Ministro da Defesa, e mesmo na semana anterior, em uma reunião extraordinária, mas eu preferi marcar para hoje para termos tranquilidade para trabalharmos com o Ministro. Acontece que o Presidente do Senado marcou uma sessão deliberativa para às 10h, atropelando o trabalho da Comissão, dada a premência do Governo em votar a última matéria do ajuste fiscal, e a dificuldade em manter os Parlamentares da sua base no Senado na quinta-feira à tarde.

Ministro, eu quero lhe esclarecer que estamos, agora, com a discussão da matéria já iniciada lá no plenário, mas a nossa Comissão pode continuar com o trabalho, uma vez que não haverá deliberação. De modo que, no momento da votação, vamos votar, interrompemos alguns minutos a reunião, para voltarmos aqui. Acho que seria razoável marcarmos o encerramento para às 13h.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Então, vamos dar início às interpelações ao Ministro, concedendo a palavra, inicialmente, ao autor do requerimento, o Senador Tasso Jereissati, que terá dez minutos para fazer a sua interpelação. Depois, nós faremos nos moldes como procedemos com o Ministro da Defesa: cinco minutos; cinco minutos; dois minutos. Tasso, autor do requerimento, dez minutos, cinco e réplica de mais cinco minutos.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, eu gostaria de saber quantos estão inscritos e a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, José Agripino, Cristovam Buarque.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Senador Aloysio, Ministro Mauro Vieira, a quem agradecemos a gentileza de atender ao nosso convite, eu tenho várias questões a serem colocadas. Vou tentar, diante das circunstâncias, ser o mais sucinto possível.

Sobre a questão do Irã, o voto do Irã e o voto da Síria, eu tenho aqui uma longa lista de razões e porquês, mas não vou falar a esse respeito, vou comentar apenas alguns fatos que mostram claramente, a meu ver, a incoerência e a inconsistência do voto brasileiro em relação à nossa tradição de respeito aos direitos humanos. Acho que foi um claro retrocesso na nossa política externa em relação a exigir, em todas as partes do mundo, em todas as nações, sejam de direita ou de esquerda, seja de qualquer tipo, o direito fundamental aos direitos humanos.

Vou ler algumas coisas: votaram a favor da resolução praticamente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos os países democráticos do mundo. Para dar o exemplo, Estados Unidos, México e Canadá, na América do Norte; aqui na América do Sul, o Chile; e todos os países europeus; e votaram com o Brasil: Bolívia, China, Cuba e Venezuela – nenhuma democracia. .

Fica claro esse tipo de alinhamento, que, a meu ver, é absolutamente inconsistente com a tradicional posição brasileira.

Vou ler também aqui a repercussão do voto do Brasil.

O *New York Times*, do dia 21 de março, em editorial intitulado – tentando traduzir: "A Imperceptível voz do Brasil no cenário mundial".

Retrata o quão decepcionante tem se revelado a política externa da Presidente Dilma Rousseff, de quem se esperava muito mais como chefe do Estado. De novo, o título, em tradução livre da matéria: "A Imperceptível voz do Brasil no cenário mundial".

A prêmio Nobel iraniana Shirin Ebadi criticou veementemente a posição brasileira. Ela tem denunciado o governo iraniano por aumento das execuções desde a assunção no poder de Rohani, apesar de reconhecer alguns avanços. Ela afirma também que o governo iraniano mente em relação à libertação de presos políticos.

A minha pergunta é a seguinte, e a mesma coisa se repete no... Me desculpe, Ministro, mas não posso aceitar essa relação de que estamos de um lado ou outro. Não estamos falando de lado. Se tem alguém assumindo algum lado, me parece ser, neste momento, o Governo brasileiro, na medida em que acha que é um lado, que não pode ser um lado.

Evidentemente, não existe coisa mais exuberante, na mídia mundial, nos últimos tempos, do que a evolução cruel dos desrespeitos dos direitos humanos na Síria, com massacres, decapitações públicas de pessoas, etc. Simplesmente sermos omissos em função de uma posição que ninguém entende bem o porquê e que me parece, me desculpe, Ministro, inteiramente dúbia, não fica clara, não dá para entender o porquê disso, a não ser isto, que fica claro: com o Brasil, está Bolívia, China, Cuba e Venezuela. O Brasil e esses países sabem alguma coisa que os países europeus, Estados Unidos, Canadá, México e Chile não sabem? Talvez seja a hora de declarar, aqui, que talvez haja alguma informação secreta de que as coisas estão evoluindo melhor e que esses outros países, democráticos, não sabem.

Quanto à situação dos direitos humanos na Venezuela, eu fui o relator, e, por isso, estou tentando ser muito rápido, e tenho aqui um relatório de acontecimentos na Venezuela, há cinco ou seis anos, da entrada no Brasil da Venezuela em que fazíamos já todos esses alertas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Entrada da Venezuela no Mercosul.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Entrada no Mercosul.

Fizemos todos esses alertas que estamos fazendo hoje. O Governo, na sua defesa feita à época pelo Senador Romero Jucá, que hoje é o mais intransigente crítico da política na Venezuela, veio com uma série de argumentos muito parecidos com esses que V. Exª disse e usou aqui. Praticamente os mesmos argumentos.

De lá para cá, a situação só piorou. Temos aqui, foi lida aqui uma carta da esposa de um líder venezuelano preso. Estivemos com três delas aqui, uma delas mãe de uma garota assassinada. Ela mostrou uma fotografia absolutamente chocante da menina com o rosto todo metralhado. A situação só piorou. Há líderes políticos presos por todas as partes. E continuamos com a mesma argumentação de cinco ou seis anos atrás, teimando em não reconhecer e tomar uma liderança, o que é nossa obrigação, é o nosso espaço, apenas novamente se omitindo em nome, não sei, de uma aliança, de um alinhamento automático com a tal da política bolivariana.

É preciso uma explicação mais objetiva. Nós não estamos vendo o que está acontecendo? Nós não estamos tendo uma ação política mais objetiva, uma condenação mais clara.

Evidentemente, hoje o que sustenta ainda esse governo ditatorial, não democrático, na Venezuela é a posição brasileira. É o único país de algum peso no mundo que ainda sustenta a Venezuela. Por que nós estamos sustentando isso? Em cima de quê? Em nome de quê? Em nome de que na nossa história? Em nome de que princípio nós estamos sustentando essa situação na Venezuela? Em nome da não intervenção, porque seria intervir?

Então, eu gostaria de ler – e aí V. Exª me daria licença, porque eu gostaria de ler, acho que a maioria das pessoas já leram – uma matéria que traz uma coisa que, para mim, é absolutamente chocante em relação a

tudo isso que V. Exª disse. Não sei se tiveram oportunidade de ler este livro do ex-Presidente do Uruguai Pepe Mujica, chamado *Uma Ovelha Negra no Poder*. É dele o livro; não é da imprensa golpista e burguesa, não é da grande imprensa mundial.

Nos eu relator, ele revela, quando Lugo foi destituído pelo Senado paraguaio e antes que se celebrasse a cúpula do Mercosul, que suspendeu aquele país, uma das pessoas de maior confiança do mandatário uruguaio recebeu telefonema do Prof. Marco Aurélio Garcia. Atenção, não foi do Ministro das Relações Exteriores, foi do Marco Aurélio Garcia. Aí, sim, mais uma vez, nunca antes na história do País, um Ministro das Relações Exteriores teve um papel relegado a segundo plano como agora, exercido, não sei em nome de quê, por Marco Aurélio Garcia.

No telefonema, o professor teria dito que desejava transmitir mensagem muito importante para o Presidente Mujica. Seu interlocutor teria dito: "Não tem problema, vamos estabelecer uma comunicação entre os dois presidentes". O professor teria retrucado que não poderia haver comunicação nem por telefone nem por *e-mail,* pois o encontro repentino entre presidentes levantaria suspeitas.

O Governo brasileiro resolveu enviar um avião – atenção: um avião! – a Montevidéu para transportar o emissário de Mujica ao Palácio da Alvorada, em Brasília. Quando o Uruguaio chegou, a Presidente o estaria esperando em seu escritório.

Segundo reproduziu artigo da *Veja* o que está neste livro, a conversa formal sobre questões gerais durou apenas poucos minutos, porque não havia muito tempo."Vamos ao que interessa", interrompeu Dilma e o emissário tomou uma caderneta e começou a anotar o que a presidente brasileira informava. "Sem anotações", disse na sua habitual gentileza e cordialidade a Presidente Dilma ela, e fez com que ele rasgasse o papel. "Esta reunião nunca existiu", disse ela ao interlocutor. Isso foi narrado pelo Mujica.

Durante a conversa, Dilma mostrou a ele fotos, gravações e informes dos serviços de inteligência brasileiros, venezuelanos e cubanos, que registravam como foi gestado um golpe de estado contra Lugo por um grupo de mafiosos que, a partir da queda do presidente, assumiram o poder. Abre aspas – "O Brasil, disse a Presidente necessita que o Paraguai fique de fora do Mercosul para, dessa forma, acelerar as eleições no país".

Na semana seguinte, no início do julho de 2012, todos os presidentes do Mercosul votavam, em uma cúpula na cidade argentina de Mendoza, a suspensão do Paraguai.

Esse relato se coloca por si mesmo.

Mais uma pergunta, e eu gostaria de uma explicação sobre isto: está o ex-presidente mentindo nesse livro? Vamos fazer uma interpelação até judicial se ele está mentindo nesse livro.

Outro assunto que vem à tona e nos preocupa a todos aqui: o Brasil tem se colocado historicamente contra a instalação de bases militares na América do Sul.

Recentemente, a Argentina autorizou a instalação, em nome de um acordo que a China financiava e emprestava bilhões de dólares à Argentina, a instalação de uma base chinesa em seu território, alegadamente para o monitoramento de satélites chineses, mas que também podem ter fins militares como o rastreamento de mísseis e foguetes. O Brasil não reagiu contra essa instalação. A Argentina comunicou a instalação dessas bases? Por que o Brasil não reagiu à instalação dessas bases? Essa base chinesa em território sul-americano não pode criar um conflito com outros países que sempre tiveram problemas ao tentar implantar bases? A instalação dessa base não pode competir com o Programa Espacial Brasileiro?

Os problemas e os malefícios e a gravidade das consequências desse acordo – eu tenho aqui também toda argumentação à qual não vou me delongar em ler. Ficam esses questionamentos e espero que sejam respondidos com objetividade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ministro.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente; obrigado Senador Tasso Jereissati, com suas perguntas e seus comentários.

Eu queria começar respondendo à parte relativa ao Irã, explicando, talvez, com mais detalhes que nós acreditamos que o corpo da Resolução e a linguagem como foi vazada não reconhecem os avanços que foram importantes e foram substantivos. Não quer dizer que toda situação esteja sanada, mas quer dizer, sim, que houve um avanço e houve uma melhora e que o governo iraniano aceitou receber e tem recebido, regularmente, os relatores especiais, modalidade essa que está sendo desativada desde o princípio da revisão universal, que foi criado e estabelecido com o apoio decisivo do Brasil, que é um sistema mais aberto e mais democrático e que coloca todos os países no mesmo pé de igualdade e que tem de apresentar, periodicamente, a discussão aberta dos direitos humanos.

No caso específico do Irã, houve avanços registrados, como mencionei – e posso fornecer depois a V. Exª por escrito, se for seu desejo –, todas as conquistas e todos os avanços foram realizados. Agora, sobretudo, registrar que houve uma evolução na posição do governo iraniano: uma demonstração de boa vontade para

cumprir com as recomendações, tanto da revisão universal como do relator especial – e não podíamos deixar de levar em conta essa disposição, essa abertura.

É importante ter também presente que nós tentamos produzir um documento, uma resolução – negociamos um texto – que fosse mais equilibrado e que reconhecesse também os avanços feitos. Não foi possível. Houve uma pressão muito forte e não se pôde chegar a esse texto. Nós, ao votarmos – como eu disse inicialmente – pela abstenção, não quer dizer que tenhamos esquecido ou que sejamos indiferentes ou que tentemos não reconhecer os problemas. O voto de abstenção é um voto de chamada de atenção. É um voto que sinaliza uma posição de que não estamos totalmente de acordo com o texto, mas também não nos opomos e não votamos contra. Nós fazemos um chamamento a todas as partes para que se possa chegar a um texto mais equilibrado.

Ainda com relação à votação, eu queria lembrar que nós não votamos contra o projeto. V. Exª mencionou os países que tinham votado contra. Inclusive, nesse grupo está também a Índia – país que é uma das maiores democracias do mundo. O Brasil se absteve, não está nesse grupo. Contando apenas os votos contra e as abstenções, que evoluíram muito a um grande número de abstenções, mostra um padrão de evolução na votação no Conselho e também uma evolução na percepção da situação dos direitos humanos. É o reconhecimento, de certa forma, de que houve uma melhora, mas que não está consubstanciado no texto dessa resolução. O Brasil continua atento – e vai continuar atento –, examinando e seguindo com toda atenção, e não teve dificuldade de votar contra no passado.

Agora, neste ano, nossa compreensão é de que o texto não refletia a verdadeira realidade no local. E também temos que levar em conta o fato de que nós tentamos já, no passado, muitas vezes, facilitar o entendimento entre o Irã e o Ocidente, inclusive tivemos uma iniciativa, em 2010, junto ao governo da Turquia, para trazer de volta o Irã à mesa de negociação com respeito a outro aspecto que era o da questão nuclear e que hoje é central para os Estados Unidos, para os países do chamado P5+1, que é uma questão fundamental e onde houve uma grande evolução e um grande avanço. No final deste mês será o prazo final para se chegar a um acordo. Os aspectos preliminares já foram acordados e estão sendo cumpridos, o que mostra uma evolução do governo iraniano em todos os aspectos e em todas suas áreas de interesse.

A questão dos direitos humanos, associada também a essa nova postura de muitos países em relação ao tema da Comissão de Direitos Humanos e também às negociações do P5+1, tenho certeza de que trarão e cumprirão com o objetivo de trazer o Irã ao convívio internacional em sua plenitude, em todos os diferentes órgãos do sistema das Nações Unidas.

Eu volto a repetir: o voto brasileiro de abstenção, de forma alguma, é uma oposição do Brasil ao fato de registrar e criticar aspectos dos direitos humanos, é apenas uma posição independente e muito clara no sentido de continuar reconhecendo que há necessidade de avanços, mas também reconhecer que não foram levados em conta, no texto que critica, no texto que condena, todos os avanços feitos em um espaço de tempo de um ano, que foi muito substantivo. Então, queria deixar registrado.

Com relação à Venezuela, eu queria – respondendo a V. Exª – dizer que o Brasil tem, evidentemente, interesse na estabilidade de todos os seus vizinhos, de todo o continente. O Brasil sempre defendeu a paz e as negociações pacíficas, as diferenças. E, particularmente, sendo um país com dez vizinhos, nosso interesse é total que reine a paz e que haja o desenvolvimento e o progresso nos seus vizinhos. Nós temos uma relação política intensa, de muitos anos, desde o estabelecimento de nossas relações diplomáticas, com a Venezuela. Acolhemos no Brasil muitos cidadãos venezuelanos. Há cerca de 30 mil brasileiros vivendo na Venezuela. Temos uma presença econômica e comercial também muito importante no país e queremos manter os canais de comunicação abertos com a Venezuela.

O Brasil foi chamado a integrar a Comissão da Unasul, constituída por Colômbia, Equador e Brasil, no ano passado, em um momento de crise e de muitas dificuldades, com muitos movimentos de rua, que levaram, inclusive, a muitas mortes e muitos feridos. O Brasil participou, nesse primeiro momento, intensamente monopolizando o nosso Ministério, junto com as outras chancelarias. E a Unasul, na figura de seu Secretário-Geral, ex-Presidente Ernesto Samper, e com resultados muito positivos.

Nesse canal que foi criado, e o Brasil dele participou pelo seu tamanho, pelo seu peso, pelos interesses que tem e que eu acabei de mencionar, com a Venezuela, pela longa fronteira de 2,2 mil quilômetros aproximadamente que temos com a Venezuela, em uma região tão importante e que necessita tanto de atenção, como é a região amazônica, o Brasil teve condição de atuar e de integrar essa comissão, pelo seu tamanho, pelo seu interesse, pelas suas posições. Eu acho que é absolutamente indispensável manter esse canal de comunicação aberto e acho que é absolutamente importante para o bem-estar inclusive da população venezuelana...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – ...que o canal fique aberto e que haja possibilidade de se conversar.

Nesse contexto, a comissão da Unasul que foi criada acho que desempenha um papel fundamental. O fato de ter havido tantas reuniões no ano passado das quais não participei... Mas, desde que tomei posse no Ministério, em janeiro deste ano, estive em duas reuniões importantes, uma em território neutro, que foi no Uruguai, a convite da Presidência Pro Tempore do Uruguai, e, posteriormente, a visita à Venezuela, onde, acho que é importante destacar, nós ouvimos todos os atores. Nós ouvimos desde o Presidente da República, Presidente da Comissão Nacional Eleitoral, Presidente do Supremo Tribunal venezuelano, Tribunal de Justiça, ouvimos também a Procuradora-Geral da República e, sobretudo, tivemos um longo e extenso diálogo com os partidos de oposição, reunidos na Nunciatura Apostólica, para um diálogo muito amplo. Nessa ocasião, estavam presentes oito representantes dos partidos, não eram todos os partidos que estavam presentes, mas os que, convidados, aceitaram participaram desse diálogo, em que agradeceram a participação do Brasil e dos outros dois países nesse esforço de promover e de apoiar o desenvolvimento do diálogo entre as partes, reconheceram o papel importante que desempenha o Brasil especificamente pelo seu peso e pela sua presença na região para esse diálogo. E todos manifestaram total apoio ao processo eleitoral e manifestaram sua crença de que só pelo processo eleitoral poderá a situação social e política na Venezuela chegar a uma solução, todos levando e registrando que não desejavam interferências externas, partidos de oposição, e que a solução eleitoral era a única possível. E nisso agradeciam muito aos três países presentes na comissão, especialmente ao Brasil e, depois, particularmente, o Governador Capriles agradeceu muito o papel do Brasil na comissão.

Eu acho que é absolutamente indispensável manter esse canal aberto. Isso não quer dizer que se desconheçam as dificuldades. Nas notas que o Ministério tem emitido, há, registra-se, uma evolução na forma em que as nossas afirmações com relação à questão na Venezuela são feitas. Tal posição, tal evolução na posição, tal mudança de posição foi inclusive reconhecida pelas Srªs Tintori e De Ledezma no encontro que tiveram com o Diretor do Departamento da América do Sul no Itamaraty, reconheceram essa mudança de posição e críticas à questão dos direitos humanos, à questão política na Venezuela.

É fundamental entender, ter presente que a manutenção desse canal é importante para, inclusive, o povo venezuelano. É importante que se possa chegar e que essa comissão possa dar condições para um diálogo que nos leve até o momento da realização dessas eleições. São eleições legislativas importantíssimas, eu mencionei os números que vão ser...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Mas os líderes de oposição presos...

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Mas, Senador, existem também muitos líderes da oposição que participam dessas eleições. Há mais de um terço...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Os principais.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – O principal é o Governador Capriles, o principal líder, que teve 49% de votos na última eleição e que apoiou e apoia publicamente as eleições, inclusive seu partido reconheceu a legitimidade da Comissão Nacional Eleitoral para fazer, para organizar essas eleições. Não estou defendendo de forma alguma...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Ministro, o que o senhor acharia de uma eleição no Brasil que tivesse o Lula e a Dilma presos e o Mercadante solto?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Senador, é uma situação totalmente distinta a dos dois países, a comparação fica difícil de ser feita. Mas o que eu gostaria de dizer é que a reunião que mantivemos na Nunciatura Apostólica foi muito representativa. Não estavam todos, mas foi muito representativa, inclusive eu declarei à imprensa em seguida, quando me perguntaram se era representativo aquele grupo, eu disse: sem dúvida, por ter o Governador do Estado de Miranda, que obteve 49% dos votos na eleição presidencial e que manifestou o apoio ao trabalho da comissão e a esperança e a fé na realização das eleições no último trimestre deste ano, como já foi declarado pela autoridade que é a responsável pela convocação das eleições. O Conselho Nacional Eleitoral na Venezuela é um órgão independente, é um poder independente.

O fato de que eu esteja defendendo a importância e o canal privilegiado criado pela comissão não quer dizer um apoio incondicional. De forma alguma. As próprias notas são claras nisso. Nós manifestamos, a delegação, os três Ministros do Exterior manifestaram, em uníssono, que a Unasul não aceitará nenhuma ruptura da ordem constitucional e estará atenta à realização das eleições e ao cumprimento dos deveres do poder eleitoral de acordo com a legislação.

É importante destacar que não há uma data fixa para essa eleição. A Comissão Nacional Eleitoral mantém uma série de registros e tem que tomar uma série de passos e, num determinado momento, que, creio eu, termine proximamente, no final deste mês ou no mês seguinte, fixa a data das eleições, e a Presidente da Comissão Nacional já declarou que isso acontecerá no último trimestre do ano, o que está dentro dos prazos previstos.

Portanto, acho que é muito importante manter um canal. Acho que é do interesse da sociedade venezuelana, da oposição venezuelana, de todo o governo e, inclusive, do Governo brasileiro e de toda a região.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu não sei mais a quantas anda aqui a audiência em matéria de prazos, tempo, falas? Creio que já...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ah, sim, há mais uma questão.

O Senador Tasso Jereissati não fará réplica, mas insiste no esclarecimento de duas perguntas.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Pois não. Eu ia continuar, já havia anotado.

Com relação à Argentina, Senador – nós recentemente tivemos a visita do Primeiro-Ministro da China ao Brasil, assinamos 38 acordos das mais variadas natureza –, o governo argentino também, a Presidente da República argentina visitou, se não me engano, em fevereiro, final de fevereiro ou início de março, a China e assinou também uma quantidade, cerca de 20 acordos. São todos acordos públicos, não há nada de secreto. Foi o que nos foi manifestado tanto pelo governo argentino – eu estive na Argentina, numa visita bilateral, dois dias depois do retorno da Presidente, da delegação argentina da visita à China todos me disseram que eram públicos. Inclusive, as minhas perguntas se referiam também a questões que eram levantadas pela imprensa de que contrariaria o Mercosul e tudo mais. São acordos públicos e que não afetam o Mercosul. São acordos comerciais comuns, com financiamento em diferentes áreas.

Este acordo a que V. Exª se referiu é um acordo de cooperação científica e tecnológica voltado... Eu não li o texto integral, mas não é, até onde eu entendo, não é uma base militar. É uma estação de pesquisa astronômica, astrofísica. É um acordo importante. Inclusive, o texto do acordo franquia a países da região e que estejam interessados em participar nas atividades científicas, na exploração espacial, na observação de corpos celestes. Enfim, é um acordo, entendemos nós e tivemos essas explicações de ambas as partes, de cunho científico em que está aberta a participação. Desconhecemos que seja uma base militar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone*.) – Não, ela pode ser transformada em uma base de lançamento de mísseis, de rastreamento de mísseis e de foguetes.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Como também temos acordos já firmados com outros países para a mesma atividade na Base de Alcântara.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone*.) – Não, mas aí é base chinesa, não é base argentina.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – É uma base construída em cooperação. A Argentina tem também controle. E há outras bases dessa natureza, de observação, e tudo construído, projetos binacionais, em outros países. No Chile, se não me engano, existe uma também.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone*.) – Se não me engano, corresponde à base chinesa, e não à argentina.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Eu também prometo a V. Exª examinar mais profundamente, mas, pelas informações que tenho, são esses os aspectos.

Com relação ao livro, devo dizer ao senhor que conheço, estive várias com o Presidente Mujica...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Conhece o livro?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – O livro, não o conheço.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Vou lhe dar de presente.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Não o conheço, não li, não conheço o total do texto e não posso me manifestar sobre um fato acontecido. (*Pausa.*)

Agradeço muito ao senhor. Muito obrigado pelo livro, vou ler. Sem dúvida, acho que o Presidente Mujica é uma personalidade muito conhecida na região, mas não conheço o teor e não posso me manifestar sobre esse fato ocorrido há três anos e o qual realmente desconheço. E me surpreende, inclusive, porque já tinha havido menções na imprensa sobre o livro, mas nunca menção a esse aspecto. Mas agradeço a oferta do livro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Tasso Jereissati, se puder também arranjar um exemplar para mim, teria muito interesse em recebê-lo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Podemos dividir. Leio e, depois, passo para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Podemos. (Risos.)

V. Exª tem prioridade. Lê e, depois, passa para mim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, tanto V. Exª quanto o Ministro não estão bem atualizados, porque este livro é da Comissão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Diligente Comissão de Relações Exteriores! Cumprimento a nossa operosa Secretaria.

Sr. Ministro, recebemos aqui, através da internet, várias perguntas que, infelizmente, dado o atropelo desta audiência pela Ordem do Dia, transmitirei ao senhor. São perguntas que vêm da Conectas e também do cidadão Jefferson Nascimento. Peço a V. Exª que, em seguida, possa, depois, pela sua assessoria, transmitir a resposta.

A Senadora Vanessa Grazziotin pede a palavra. Estava inscrito o Senador Flexa Ribeiro, que é um cavalheiro, evidentemente, tinha precedência, mas cedeu a palavra a V. Exª. Passo a palavra a V. Exª, para fazer a sua pergunta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Na realidade, não é bem assim, não. O Senador Flexa Ribeiro me consultou sobre se eu poderia abrir mão da minha intervenção, até porque estamos tendo sessão no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim, eu queria esclarecer isso. Temos uma sessão do plenário, e não quero fazer com o Ministro a descortesia de fazê-lo esperar aqui, porque, afinal de contas, ele se dispôs a vir, com disse, na semana passada, na semana anterior e, hoje, por razões que escapam ao nosso controle, a audiência não poderá se estender até a hora que desejávamos. Mas quero também dizer aos senhores o seguinte: juntamente com o Ministro – logo quando fui, na companhia do Senador Luiz Henrique, visitá-lo, logo após a posse nesta Comissão da Mesa Diretora da Comissão – combinamos uma reunião no Itamaraty com os membros da Comissão, para que pudéssemos ter uma conversa longa, sem os entraves regimentais, de modo a que pudéssemos continuar o diálogo ao qual o Ministro sempre se dispôs. Quero comunicar que vamos agendar uma data que convenha ao Ministro e a todos nós para esse encontro, que será, seguramente, muito proveitoso.

V. Exª tem a palavra Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, não seria melhor todas as perguntas juntas?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, vamos lá, mas, sabendo que, quando começar a votação, teremos que nos afastar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Teremos que... Até porque eu quero me pronunciar lá sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Claro, pois não.

Então, vamos fazer o seguinte: atendendo à sugestão do Senador Cristovam Buarque, haverá intervenções da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Cristovam Buarque e, depois, passo a palavra ao Ministro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não haveria problema nenhum em abrir mão da minha intervenção, Sr. Presidente. Entretanto, sinto-me muito mais do que no direito, na obrigação de expressar minhas opiniões...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Claro, todos nós!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... que são muito divergentes das colocadas pelo autor do requerimento. Respeito todas as opiniões aqui apresentadas, mas reafirmo que tenho uma opinião completamente divergente.

Em relação, Sr. Presidente, à sessão da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas que votou tais resoluções, primeiro, de acordo com os dados que tenho, não foram votadas apenas essas duas moções. Foram apreciadas 34 resoluções – 34 resoluções! –, sendo que, das 34 resoluções apreciadas, 20 foram adotadas sem necessidade de votação, por unanimidade, por todos os países presentes, e 14 foram a voto. Das 14 moções que foram a voto, o Brasil, Sr. Presidente, votou favoravelmente a 12, e se absteve em 2, que são exatamente estas: da Síria e do Irã. Então, repetindo: o Brasil votou favoravelmente a 12, e se absteve em 2; não votou contra, se absteve!

Os Estados Unidos, por sua vez, que são uma democracia decantada – e aqui isso foi dito, não sou eu que estou dizendo...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Os Estados Unidos votaram contra 10, só votaram favoravelmente a 2, exatamente essas.

Então, acho que o Brasil tem uma posição reconhecida e respeitada mundialmente, e costumo dizer isso aqui, onde quer que eu esteja. Na sua diplomacia, é respeitado perante o mundo, porque o Brasil nunca utilizou do critério seletivo para analisar o que quer que seja internacionalmente, muito menos questões relativas aos direitos humanos – nunca! –, nem na época de Fernando Henrique, nem na época do Presidente Lula, diferentemente do que fazem muitos outros países. Os Estados Unidos, inclusive, fecham os olhos para alguns países

que são seus aliados quando esses desrespeitam os direitos humanos e querem a condenação de países pelas mesmas razões a que eles são hostis.

Foi aqui citada pelo meu colega Senador a Prêmio Nobel da Paz, também não sei dizer o nome dela, Shirin Ebadi, que teria feito uma crítica e, inclusive, alertado a Presidenta Dilma – na condição de mulher que é ela, e na condição de mulher que é a Presidenta Dilma, e agora falo na condição de mulher, como Senadora do meu País –, teria alertado para a quebra dos direitos humanos e desrespeito aos direitos das mulheres no Irã, dizendo que, se a Presidenta Dilma não sabia, um homem lá pode ter várias mulheres. Quero dizer que condenamos, nós mulheres principalmente, a discriminação sofrida em todos os países do mundo, em alguns em maior e, em outros, em menor grau.

Mas não é só no Irã que a poligamia existe como lei. Na Arábia Saudita também existe, mas, quanto à Arábia Saudita – que eu conheço, o Senador Flexa conhece; aliás, lá existe há um parlamento que é do faz de conta, porque ninguém é eleito, todos são indicados –, nunca vi nenhuma crítica à Arábia Saudita, nenhuma crítica ao desrespeito aos direitos humanos das mulheres, da democracia. E, agora, ouvi aqui: "Olha, do lado do Brasil ficaram Bolívia, China, Cuba e Venezuela, todos os países que não são democráticos?" Ouvi que a Bolívia, que é um país pluri, multinacional, não é um país democrático? Acabou de haver eleição, há menos de um ano! O Presidente Evo foi reeleito com 60% dos votos, e houve lá a assistência que acompanhou as eleições, membros da União Europeia, do Parlamento europeu, que aplaudiram e reconheceram aquela democracia.

Então, acho que estamos diante de uma questão e de um problema que é ideológico. Os países que votaram contra, de acordo com o que foi citado aqui, não tenho essa lista, mas foram citados México, Canadá e Estados Unidos – Nafta, Nafta, Nafta –, e aqueles que são contra: Bolívia, China, Cuba e Venezuela.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Todos europeus. Mas aonde queremos chegar? Acho que está clara a política externa brasileira.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O que precisamos fazer não é termos uma aliança de qualquer jeito, de qualquer forma, apressada, como a com os Estados Unidos, como se queria fazer no passado – quem não se lembra da Alca? –, e sem nenhum critério, porque aí não é uma aliança, é a submissão de um ao outro.

O que precisamos fazer é ter aliança com o mundo inteiro, é ter aliança com a África, é ter aliança com as Américas, é ter aliança com a Europa. É isso que se pretende. Então, quero dizer que a resolução em relação à qual o Brasil, repito, não votou contra, absteve-se de votar, obteve... Foram 47 países que votaram nessa resolução do Irã, sendo que 20 o fizeram favoravelmente e outros 27 votaram contra ou se abstiveram, a maioria.

Então, estranha não penso ser a posição do Brasil. Estranha penso ser a posição da minoria, que oferece moção condenando pela prática de desrespeito aos direitos humanos alguns países, enquanto outros que também desrespeitam direitos humanos pela mesma razão, esses não são alvo de qualquer moção apresentada perante as Nações Unidas.

Então eu quero, Ministro, cumprimentar V. Exª. E assim o faço, cumprimentando todo o trabalho da diplomacia brasileira, que tem, nesses últimos anos, feito com que esse respeito só tenha se ampliado, porque o Brasil está entre aqueles que não se utilizam da diplomacia internacional, desses fóruns internacionais para fazer represália a quem quer que seja.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senadora.

Só observo que pode haver divergência entre a senhora e o Senador Tasso Jereissati, mas acho que no fundo ambos concordam que há questões ideológicas profundas a esclarecer essas posições.

Ministro, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – A Senadora só confirmou que existe um alinhamento claro bolivariano, ideológico.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ministro, por gentileza.

Vamos fazer a sequência.

Senador Cristovam Buarque, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ministro, eu quero dizer ao senhor, e aos outros também, já me pronunciei aqui uma vez, que nesse período em que eu estou aqui, nesta Comissão, eu olhava para esse mapa e às vezes me dava a impressão de que o tamanho do Brasil no mapa crescia.

Ultimamente, eu tenho tido a sensação de que o tamanho do Brasil no mapa diminuiu, no sentido de que cresceu a presença do Brasil internacionalmente, ao longo do Governo Fernando Henrique Cardoso e muito especialmente do Governo Lula, junto com o Ministro Celso Amorim, mas ultimamente a sensação que a

gente tem é de uma diminuição. Diminuição talvez porque a Presidente não tenha grande vocação, interesse, motivação para esse lado internacional.

Não vou pedir ao senhor, de jeito nenhum, que julgue se essa minha opinião é verdadeira ou não, primeiro, em respeito ao fato de ser diplomata e também ao fato, sobretudo, de ser Ministro.O que eu quero perguntar é qual é a estratégia do Ministério, agora sob a sua condução. E eu quero parabenizar a Presidente pela escolha, pelo seu passado, pela sua experiência, pela sua contribuição até hoje. Qual é a estratégia do Ministério para fazer com que – pelo menos para mim – venha a sensação de que a presença do Brasil ali no mapa-múndi está crescendo?

Para não ficar muito genérica a pergunta, eu quero citar alguns temas acerca dos quais eu gostaria de ver como é que nós vamos aumentar a nossa presença internacional. Por exemplo, a luta teórica e prática contra o terrorismo, que é um problema que fará o Brasil se mostrar maior ou menor; os direitos humanos, também, mas chamando a atenção, porque eu creio que nós temos que defender direitos humanos sem a tendência imperialista de impor a nossa visão de mundo. Existe aí uma nuance difícil muitas vezes, embora outras vezes, não, de se respeitar. Acho que pena de morte fere os direitos humanos, mas não é por isso que vou propor romper relações com os Estados Unidos, que provavelmente é o país, ao lado da China, que mais usa esse instrumento, nem com a China também nem com outros países. O problema do tráfico, que está crescendo cada vez mais, tráfico de seres humanos, tráfico de dentro de seres humanos, muito especialmente de crianças, mulheres. O problema da pobreza. E juntando pobreza e tráfico eu coloco migração. Qual é a posição que o Brasil vai ter diante do que acontece no Mediterrâneo para estarmos mais presentes internacionalmente? O que a gente vê é o Mediterrâneo transformado em um muro deitado. A Cortina de Ferro era vertical em relação ao Equador, agora a gente tem uma horizontal, paralela ao Equador. Qual é a posição que a gente vai assumir diante dos direitos dos migrantes do mundo? O outro é o problema do comércio e da cooperação. E vou separar os dois: comércio do ponto de vista de produtos econômicos e cooperação incluindo ciência, tecnologia e cultura.

E, finalmente, qual é a posição que a gente vai ter em relação aos blocos, tanto os blocos que existem, como o Mercosul, o bloco do Pacífico, o bloco do Atlântico Norte, os BRICS obviamente e outros blocos que surgirem. A nossa estratégia continuará sendo de nos concentrarmos quase entre Mercosul e BRICS ou, durante o seu período no Ministério, nós podemos imaginar que o Brasil vai descobrir que não pode ficar de fora de pactos outros, como o do Pacífico e o do Atlântico Norte?

Essas são as perguntas resumidas em uma: qual é a estratégia para aumenta a presença do Brasil durante o seu período, que eu espero longo, de Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Aloysio, Ministro Mauro Vieira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu serei bastante objetivo, até porque a maioria dos questionamentos que eu ia fazer, Ministro, o Senador Tasso já fez.

A fala da Senadora Vanessa, em discordância com o que disse o Senador Tasso, é facilmente explicável: ela é ideológica. A Senadora Vanessa é, no Parlamento, uma representante do PCdoB. Isso já deixa claro como é que ela pensa em relação às liberdades.

Eu só pediria a V. Exª que, quando fizesse a leitura da biografia do ex-Presidente Mujica, também ficasse atento à parte em que ele relata uma conversa que teve com o ex-Presidente Lula, em que este diz ao ex-Presidente Mujica que teve que criar o Mensalão no Brasil para ter governabilidade. Está escrito aí também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu fico feliz em ver que o Senador Flexa reconhece o quão democrático é o meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Disso todos nós sabemos. E nas relações internacionais, também.

Ministro Mauro Vieira, por favor.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu queria agradecer os comentários da Senadora Vanessa Grazziotin, que trouxe à discussão uma série de dados e informações sobre o resultado das eleições que achei que não me cabia mencionar na minha posição, sobretudo porque estava defendendo a posição que nós assumimos de abstenção não como ausência, não como retração, mas sim como uma posição marcada muito claramente.

Acrescentando aos comentários de V. Exª, eu gostaria de dizer que, pelas razões que V. Exª enumerou, o Brasil defendeu,propôs e foi importante na criação do sistema de mecanismo revisão periódica universal dos direitos humanos, mudando uma sistemática antiga que havia na Comissão, criando a revisão periódica e universal.

Portanto, sistematicamente, todos os anos, todos os países são submetidos ao exame e têm que fazer uma apresentação da situação dos direitos humanos, sem discriminação, sem levar em conta o tamanho, o

poder ou posições. E creio que esse sistema é mais democrático, porque por esse sistema todos os países têm que vir, apresentar e expor as suas medidas, as suas políticas. E todos os países têm, invariavelmente, sempre algum ponto a esclarecer na questão dos direitos humanos. É dificílimo, seja nas mais avançadas e ricas economias, seja nos países mais pobres, encontrar uma situação em que um país não tenha nada que assumir de críticas ou que não possa receber e ouvir críticas. E acredito que todos, seria o ideal que tivessem fatos muito positivos a relatar e a apresentar, porque a promoção dos direitos humanos é importantíssima, é fundamental – direitos humanos em todos os aspectos –, e é o desejo do Brasil, a política do Brasil que sejam valorizados, que estejam sempre muito altos na lista das nossas prioridades de atuação externa.

Portanto, acho que a contribuição do Brasil na criação desse mecanismo é muito importante, é não discriminatória, é aberta e leva em conta, sempre, a posição do Brasil, de um País de diálogo, de consensos, de acordos e que jamais teve qualquer atitude discriminatória contra qualquer um que seja, um País aberto ao diálogo e à concertação.

Com relação às perguntas – e agradeço, mais uma vez, a V. Exª seus comentários – do Senador Cristovam Buarque, gostaria de dizer que todos os aspectos que V. Exª mencionou são importantes e prioritários para Governo brasileiro e para a elaboração e execução da nossa política externa. Eu, de forma alguma, não acredito que o Brasil tenha diminuído o seu papel, sua atuação internacional. É prova absoluta dessa presença do Brasil a nossa atuação, nos últimos anos, e há muitos anos também, nas Nações Unidas, no sistema das Nações Unidas e em todos os órgãos. E em discursos importantes o Brasil sempre levou a sua contribuição, a sua visão do mundo, num momento muito importante das relações internacionais, que é a abertura do Debate Geral das Nações Unidas que ocorre sempre em setembro, na terceira terça-feira de setembro, em Nova York. O Brasil nunca deixou de levar um depoimento e um discurso muito forte pela defesa do multilateralismo, pela valorização dos seus princípios básicos de relações externas, como mencionei, previstos na nossa Constituição, mas, sobretudo, a nossa contribuição à compreensão do mundo.

O Brasil, como País multiétnico, multicultural, um País que recebeu imigrantes, e que recebe até hoje, tem uma contribuição importantíssima ao diálogo e às discussões das grandes questões internacionais. Nós estamos, sem dúvida nenhuma, muito atentos a todos os aspectos que V. Exª mencionou. V. Exª mencionou a luta contra o terrorismo, os direitos humanos. Não há dúvida, estamos engajados, estamos presentes.

Quanto a tráfico de drogas e de pessoas, como também na questão de direitos humanos e terrorismo, o Brasil é membro signatário de todos os atos internacionais que foram negociados e concluídos na ONU, ou regionalmente, em defesa da integridade física dos cidadãos e combate ao tráfico de drogas, ao tráfico de pessoas, à defesa dos direitos humanos. Temos uma participação atuante em todas essas áreas, uma das provas é a nossa participação com grande frequência no Conselho de Direitos Humanos, que também, desde a sua criação, possibilitou um mecanismo mais democrático em que todos os países são eleitos para compor esse Conselho e não há membros permanentes, sem uma rotação.

Gostaria de dizer que a questão da migração internacional é grave, nos preocupa, estamos sempre atentos e assistindo aos grandes problemas que afligem o mundo nesse aspecto. A nossa legislação interna é que tem que ser aplicada e o Ministério a defende, aplica em nível internacional, é testemunha de que o Brasil é um País que tem, na sua legislação de migração, incluídos seus preceitos e suas posições de um país aberto à presença de migrações de outros países, como foi o caso, ao longo do século IX e do século XX, e que recebe todos os estrangeiros que aqui vierem buscar proteção, abrigo ou condições de trabalho.

Com relação ao comércio, à cooperação e aos grandes blocos, também a nossa atuação, como membro fundador do Mercosul, é óbvia e conhecida, é importantíssima, é a nossa primeira inserção, primeira plataforma de inserção internacional e temos trabalhado intensamente no diálogo entre o Mercosul e outros órgãos.

A Aliança do Pacífico, que tem sido muito discutida ultimamente, o Mercosul com total apoio do Brasil estabeleceu um fórum de diálogo entre os dois blocos para aprofundar a sua aproximação e a sua integração. Um exemplo claro e importante dessa iniciativa, desse aspecto, foi a recente visita concluída ontem pela Srª Presidenta Dilma Rousseff, ao México. Foi uma visita muito importante em que celebramos acordos da maior relevância, um acordo de cooperação e facilitação de investimentos que já tínhamos concluído com países de fora da região, mas é o primeiro país grande, a segunda maior economia do continente latino-americano, com o qual celebramos esse acordo, que é um acordo fundamental e que esperamos que possa servir de modelo para outras negociações com outros países da região. Acho que teremos muito a lucrar, porque esse acordo vai possibilitar, facilitar e estimular investimentos de outros países no Brasil, como é o caso do México, que tem um importante volume de mais de US$22 bilhões investidos no Brasil, mas também importantes investimentos do Brasil em outros países da região, vários dos quais já temos um importante fluxo de investimentos externos.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – E esse acordo, sobretudo quando se transformar numa rede, que esperamos todos que se transforme em breve numa rede com vários países, vai facilitar também a questão de solução de controvérsias, acabando com cláusulas importantes que havia em outros modelos oriundos de outras regiões e que criavam a possibilidade da cláusula Investidor-Estado, em que um investidor privado tinha diretamente possibilidade de acionar, em fóruns internacionais, os Estados onde tinham seus investimentos e se sentiam prejudicados.

O novo mecanismo estabelece um sistema de cooperação e uma comissão, um ponto focal em cada país, que examina as dificuldades, examina as disputas que eventualmente surgirem e cria também uma espécie de ombudsman em cada país para ouvir e discutir quais são os problemas criados eventualmente com esse fluxo de investimento.

É, sem dúvida nenhuma, uma contribuição importante, nova, para o ambiente, para o clima de negócios internacionais, foi amplamente festejada e acolhida não só pelo governo mexicano como pelo empresariado mexicano, e tenho certeza de que será um instrumento muito importante para estimular os negócios entre os dois países.

Também outro acordo muito importante é o acordo de complementação econômica que já existe, mas que tem uma cobertura reduzida entre 10% e 12% do comércio, todas as linhas tarifárias do comércio bilateral. Os dois países manifestaram a intenção de aprofundá-lo e de forma mais inclusiva, mais abrangente. Os dois chefes de Estado declararam publicamente que, a partir de julho, vamos começar negociações para ampliar a cobertura desse acordo para chegar, na medida do possível, à totalidade do comércio bilateral, com desgravação de até 100%, mas, sobretudo, criando preferências bilaterais.

Creio que isso será um importantíssimo passo. Brasil e México têm um comércio bilateral elevado, importante, mas ainda aquém do tamanho das duas economias. Acho que é um importantíssimo sinal de abertura, de aproximação com a Aliança do Pacífico, e os outros países da Aliança do Pacífico já têm com o Brasil e com o Mercosul importantíssima acordos bilaterais, tanto Chile como Peru e Colômbia; acordos que preveem a desgravação tarifária de mais de 80% da pauta bilateral a zero por cento até 2019. Acho que isso mostra que o Brasil não está voltado de costas para nenhum grupo regional, acho que é uma prova cabal desse interesse.

Temos uma atuação importante também no conjunto dos BRICS. Inclusive, sei que, nesta semana, vai haver uma reunião importante de Parlamentos dos BRICS, dos países integrantes do grupo BRICS, em que o Congresso brasileiro e o Senado estarão representados pelo seu Presidente. É importante, porque esses grupos promovem justamente discussões não só de política internacional ou só de aspectos de comércio, mas permitem um maior diálogo entre todos os setores da sociedade, dos governos e das sociedades civis.

Para lembrar que a inserção do Brasil é grande, nós estamos negociando um acordo com a União Europeia, o Mercosul e a União Europeia. O Brasil tem liderado essas discussões, e foi, mais uma vez, manifestado o nosso interesse total na realização desse acordo na recente visita do Presidente Tabaré Vázquez, do Uruguai, ao Brasil. E nós declaramos que é prioritário para o Brasil, e acreditamos prioritário para o Mercosul, avançar nessa negociação e pretendemos fazê-lo agora proximamente.

Nos dias 9, 10 e 11 de junho, vai se realizar em Bruxelas, na sede da União Europeia, a reunião, a Conferência Celac-União Europeia, em que a Presidente Dilma Rousseff estará presente e vai levar essa posição, essa palavra. Creio que poderemos propor, em curto prazo, em nome do Mercosul, o Mercosul unido, a oferta, a oportunidade de começarmos concretamente as negociações a partir das ofertas dos dois blocos.

Eu creio que isso é um sinal também da presença do Brasil, do interesse do Brasil nos grandes blocos e no comércio, mas também na concertação política.

Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço a V. Exª.

Nós vamos prosseguindo com esta audiência pública até começar a votação no plenário. Sabemos que teremos que encerrar nesse momento.

Está inscrita a Senadora Gleisi Hoffmann.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu, lamentavelmente, não registrei.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Está bom, Presidente.

Então, gostaria de que V. Exª me incluísse. Eu me ausentei para fazer um encaminhamento. Por isso, eu aguardo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, até porque o Senador já estava aqui antes, pode passar a palavra a ele.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

V. Exª tem a palavra, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Senador, eu peço desculpas, porque eu realmente gostaria até de poder argumentar em cima das ideias da nobre Senadora, mas, já que ela me concede a palavra, eu vou falar.

Em primeiro lugar, cumprimento pela presença o nosso Ministro das Relações Exteriores. Ao mesmo tempo, Ministro, quanto àquilo que é formulado a V. Exª, entendo a dificuldade de poder responder, em parte, por desconhecimento, já que, à época, V. Exª não era Chanceler, e entendo também que o Itamaraty é um órgão composto por uma estrutura de cargo de Estado, de carreira de Estado, então é diferente de outros órgãos do Governo. São pessoas altamente qualificadas, são pessoas que se dedicam a fazer uma política diplomática, uma carreira diplomática e são pessoas altamente preparadas para debater os assuntos mais delicados do País no cenário internacional.

Eu percebo que os fatos nos levam a concluir que o Governo, ao não conseguir implantar uma ideologia bolivariana dentro do Itamaraty, trabalhou na tese de excluir o Itamaraty, do ponto de vista orçamentário, causando uma situação cada vez mais debilitada aos consulados e às embaixadas. As pessoas hoje estão até desestimuladas. Algo que era sempre uma referência no Brasil era seguir a carreira do Itamaraty, a Escola Rio Branco e, de repente, isso está sendo deteriorado completamente, a um verdadeiro desmonte nós estamos assistindo na estrutura do Itamaraty.

Bom, com isso, nós podemos presenciar fatos que são grosseiros por parte da Presidente da República e também do ex-Presidente com o Itamaraty. Primeiro, quando esta Casa aqui reprovou, na semana passada, o nome do Embaixador Guilherme Patriota, o que a Casa falou? A Casa disse: "Olha, aquilo que ele veio aqui defender não é o pensamento da Casa." A política bolivariana – ele veio dizer, alto e bom som, que era da linha do Marco Aurélio Garcia, que essa tese é defensável e que o governo venezuelano estava agindo corretamente – foi reprovada. Então, existe um total descasamento entre o que a Presidente e o responsável pela área internacional, Marco Aurélio Garcia, pensam e o que realmente o povo brasileiro e o Congresso Nacional pensam, o que é totalmente distinto, tanto é que a política internacional da Presidência na OEA foi reprovada na Casa, foi derrotada na Casa. Isso é um atestado claro. Olha, quem você pensa que vai falar por você não leva o sentimento do Congresso Nacional, por quê? Porque as atitudes são afrontosas. É um desrespeito ao Itamaraty que é inadmissível, inaceitável.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Nós vemos em todas as operações – acredito que até o Senador Tasso Jereissati já leu –, quer dizer, que ao tratar da expulsão de um Presidente do Paraguai, da expulsão do Paraguai do Mercosul, não consulta o Itamaraty, manda um avião trazer um porta-voz para dizer a ele o que ele deve falar ao Mujica, que o Mujica tem que mudar de opinião. Isso é política do Itamaraty? Até porque o Itamaraty não se dá a fazer esse jogo. Primeira coisa que o chanceler ia dizer à Presidente: "Sinto muito, Presidente, nós não podemos fazer esse estilo de jogo, isso não é ético, isso não está dentro da linha doutrinária do Itamaraty nem da diplomacia brasileira." Isso é jogo subterrâneo, isso é o que existe de pior. E nós estamos assistindo ao fato de o Brasil caminhar para o subterrâneo da diplomacia mundial. Isso é algo deprimente.

Então, eu pergunto: sobre esse fato específico, V. Exª não tinha conhecimento, não havia lido o livro; em relação ao Jaua, que esteve aqui fazendo convênio com o MST, também, V. Exª não era o Chanceler à época; em relação ao Mais Médicos, V. Exª também não era; o Itamaraty nem sequer participou de qualquer construção de um projeto que teria objetividade se atendendo vários países, mas, na verdade, como ficou relatado aqui pela própria assessora da OEA, era específico para fazer um convênio para manter os tiranetes cubanos com R$2,4 bilhões por ano. E depois, agora, nós estamos vivendo essa situação da verdadeira asfixia orçamentária do Itamaraty e também nós estamos vivendo a situação, eu pergunto a V. Exª, da entrada dos haitianos no Brasil.

A entrada dos haitianos no Brasil é interessante, porque – chamaram-me a atenção – não se vê nenhuma mulher e criança entrarem no Brasil do Haiti, só jovens, pessoas, mais ou menos, naquela situação definida pelo Lula, que é para estruturar, cada vez mais, o seu exército, o exército do Stédile. Então, essas pessoas são, mais ou menos, qualificadas para virem para cá como refugiados, deslocados para São Paulo e para outras regiões, dentro de uma seleção, para que possam amanhã engrossar o exército Lula-Stédile, já bem identificado nas marchas, nas invasões, seja nos movimentos de invasão urbana, seja nos movimentos de invasão rural.

Então, o Itamaraty já conseguiu identificar essa migração que está sendo feita, direcionada para esse objetivo? Eles já estão sendo mantidos também pelo Bolsa Família e já estão recebendo qualquer atendimento da parte social do Governo? O Itamaraty é chamado na hora em que o Governo decide fazer os empréstimos do BNDES a esses países?

A Senadora que me antecedeu disse: "Olha, esses países ganham eleições, mas é no jogo democrático", o jogo democrático, nós sabemos, com a presença do BNDES, com bilhões de reais repassados. Sem dúvida

alguma, se, no Brasil, é um escândalo o da Petrobras, que ultrapassa R$80 bilhões, imagine o que é isso nesses países que recebem esse dinheiro do BNDES e o utilizam muito mais com a finalidade de fazer campanhas eleitorais, desestabilizando o resultado da campanha?

Finalizando, em relação à Venezuela, Chanceler, esse quadro de querer comparar o que estamos assistindo na Venezuela com a legislação de um país que aceita a poligamia ou outro que não admite o tráfico de drogas, essas situações nós não podemos comparar. Estamos trazendo para esta Casa a situação afrontosa com que este Presidente Maduro dirige toda a população, onde as manifestações são tratadas pelo coletivo como sendo ato de guerra. Eles entram atirando e matando as pessoas. Isso aí já seria mais do que suficiente para que o Brasil já se posicionasse, dando um tempo, um período máximo para que a Venezuela se pronunciasse em relação a isso, ou, senão, o Brasil não teria mais como admiti-la. Ou seja, ao admiti-la no Mercosul praticando tudo isso, é possível estar dizendo: "Não há problema em matar as pessoas." Agora, se cumpriu a constituição no Paraguai e destituiu o Presidente, aí não, aí não se pode tirar o Lugo, porque ele é, ideologicamente, igual à Dilma e ao Lula. Quer dizer, não podemos comparar essas situações. A comparação fica insustentável. Dizer que, por um país praticar a poligamia, ele é igual a um país que mata crianças e jovens nas ruas. Ora, há uma distinção enorme de um país que prende presos políticos, porque não comungam com as mesmas ideias do governo.

Então, a pergunta que faço objetivamente a V. Exª, já que vários fatos citados são anteriores à oposição do Chanceler é: em relação ao BNDES, se o Itamaraty é consultado; e a relativa aos haitianos, que estão entrando e sendo deslocados para os movimentos do exército Lula-Stédile.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desculpe-me. Quero também saber quanto à situação dos funcionários do Itamaraty, que hoje estão passando fome e, daqui a pouco, vão ter de ser incluídos no Bolsa Família do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Vamos ouvir o questionamento da Senadora Gleisi Hoffmann. E depois o Sr. Ministro responde aos dois.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Exª, também o Presidente Aloysio Nunes, o nosso Ministro Mauro Vieira, que, mais uma vez, está aqui, nesta Comissão, sempre disposto a prestar esclarecimentos, a conversar, mostrando o seu espírito democrático e também os seus serviços prestados.

Acho que esta audiência, as suas colocações foram muito esclarecedoras. Fico aqui um pouco constrangida com a teoria da conspiração de que estamos montando um exército haitiano no Brasil. Pudera recebermos os haitianos, pessoas pobres, vindos de um país destruído, onde mostramos verdadeiramente o nosso compromisso com os direitos humanos, e não darmos nenhuma assistência, deixando-os ao relento.

Os haitianos estão encontrando emprego no Brasil. Se precisarem, terão o Bolsa Família. Aliás, a nossa história é de defesa dos direitos humanos, do direito das pessoas, da dignidade humana. Nunca pactuamos com a exploração, nem com o trabalho escravo. Sempre fomos defensores dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana.

Queria, Sr. Presidente, Sr. Ministro, dizer que, na semana passada, fiz um pronunciamento no plenário da Casa em defesa da comunidade Bahá'í, que está no Irã. Naquele pronunciamento, disse que não havia justificativa para termos sete dirigentes Bahá'ís presos no Irã, até porque a comunidade Bahá'í é pacífica, prega a unidade da humanidade e a paz. Tenho grandes amigos Bahá'ís no Paraná. Pedi sinceramente, é claro, para nos posicionarmos pela libertação dos Bahá'ís no Irã. Continuo defendendo essa posição, defendendo que nós nos coloquemos a favor da libertação dos dirigentes Bahá'ís e do respeito dos Bahá'ís no Irã. Eu disse que não era justificada essa posição, assim como também nunca encontrou justificativa a prisão de Guantánamo, como nunca encontrou justificativa, na nossa visão, a pena de morte, que vários países adotam, com os quais temos relações, como não é justificada a posição da Europa em relação ao tratamento que dá aos migrantes africanos, a desumanidade com que aquela população vem sendo tratada. Nunca. Nem de perto, o Brasil, este País, tratou quem quer que seja, que aqui quisesse entrar, da maneira como os europeus estão tratando os irmãos africanos.

Então, o que eu vejo no posicionamento do Brasil em relação à resolução é uma postura que tem a ver com a história do Brasil na Organização das Nações Unidas. Não podem os direitos humanos servir a uma política menor.

Penso que a Senadora Vanessa Grazziotin disse aqui muito bem que, dos 47 países que votaram a resolução contra o Irã, apenas 20 o fizeram favoravelmente. Os outros 27 ou votaram contra, ou se abstiveram. Portanto, o Brasil não ficou isolado nessa situação. Isso evidencia que essa resolução tinha desequilíbrios, que não era uma resolução com foco precípuo na questão dos direitos humanos, mas que servia também, com certeza, de muleta política para um determinado interesse. Aliás, em outras situações em que o Brasil votou favoravelmente à resolução pelos direitos humanos, os Estados Unidos e outros países votaram contra.

Então, é importante termos clareza quanto a isso, para não colocarmos tudo num pacote, dizendo que o Brasil é contra os direitos humanos. Não. Um País que incluiu 30 milhões de pessoas que estavam na miséria, morrendo de fome, em seu mercado de consumo, um País que ampliou programas sociais, um País que acabou com a miséria não pode ser considerado um País que não tenha respeito e não defenda os direitos humanos.

Quero ressaltar aqui o papel propositivo que o Brasil tem tido na Comissão de Direitos Humanos, especificamente na 28ª Sessão do Conselho dos Direitos Humanos, em que o Brasil foi um dos patrocinadores da resolução que determinou que instâncias de direitos humanos devem participar ativamente do debate global sobre drogas previsto para 2016.

Também foi iniciativa do Brasil, aprovada por consenso, a resolução que prevê a criação da relatoria especial sobre direitos à privacidade, que deverá monitorar, investigar e relatar tópicos sobre privacidade e violação desse direito em todo o mundo. Tal iniciativa foi exitosa e inspirada exatamente nos desafios surgidos como espionagem digital e representa um importante passo para usufruto dos direitos humanos na era da informática e das redes sociais.

Então queria parabenizar V. Exª e o Itamaraty pela atuação que têm tido na Organização das Nações Unidas.

Sabemos da dificuldade por que passam todos os orçamentos que temos hoje no País, a nossa política fiscal. Acabamos de aprovar um ajuste. Obviamente, o Itamaraty, como é comum dos Ministérios, Governo, Estado, não estaria isento também de fazer ajustes. Não é a primeira vez. Acompanho o Orçamento da União há muitos anos, desde a década de 90, quando tive a oportunidade de trabalhar na Câmara dos Deputados. Sempre acompanhei orçamentos com contingenciamentos, apertados, inclusive difíceis para o próprio Itamaraty.

Temos de sempre viver em equilíbrio. Mesmo assim, gostaria de parabenizar V. Exª, pelo trabalho que vem fazendo, principalmente pelo espírito democrático e pela maneira como tem-se relacionado com esta Comissão e com o Congresso Nacional.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, antes do Sr. Ministro responder, gostaria de me aliar à nobre Senadora nesse trabalho, até porque é de minha autoria, o trabalho sobre o escravo urbano. Têm-me chegado muitas denúncias, Sr. Presidente, em relação à construção de uma casa do ex-Presidente Lula, com 2.000 funcionários, em Atibaia, sem carteira assinada, num trabalho muito exigido, durante madrugadas a fio, sem dar a eles a condição mínima exigida pelo Ministério do Trabalho. Quero incorporar-me a essa luta, sem dúvida alguma.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos dar a palavra ao Ministro, a não ser que seja alguma questão de ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É que eu tinha aceitado não fazer as perguntas em função da sessão deliberativa. Se puder, pelo menos, fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então faça, por favor. Em seguida, o Ministro encerrará a sua participação.

Agradeço, Senador Flexa Ribeiro, por ter presidido a reunião temporariamente, pois tive de me retirar.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Ministro, o Itamaraty, em seu discurso no Conselho de Direitos Humanos da ONU, argumentou que as resoluções contra a Síria e o Irã não eram equilibradas e que, por esse motivo, não poderia apoiá-las. Essa posição representa uma mudança no comportamento do Governo brasileiro, que vinha, por pelo menos quatro anos, apoiando resoluções envolvendo esses governos. A pergunta é: a que se deve essa mudança de postura?

A explicação de voto do Brasil também foi bastante confusa. O Brasil reconheceu que a situação dos direitos humanos continua ruim? Então, por que a mudança de voto?

Uma última pergunta: qual o papel que o Prof. Marco Aurélio Garcia tem no Ministério de Relações Exteriores?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª tem a palavra, Ministro Mauro Vieira.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Muito obrigado.

Começo respondendo ao Senador Flexa Ribeiro, que se tinha abstido de fazer suas perguntas.

Com relação à questão das duas únicas resoluções nas quais o Governo brasileiro se absteve no Conselho de Direitos Humanos, contra o Irã e a Síria, emitimos declarações de voto, como é de hábito nos organismos internacionais, sobretudo em votos de abstenção. Também, em outros votos positivos ou negativos, pode ser feita a declaração de voto. Nós nos abstivemos, porque acreditamos, no caso específico do Irã, que havia um reconhecimento internacional de que passos importantes foram dados e houve uma melhora na situação dos direitos humanos no Irã. Sobretudo, isso foi refletido na evolução da votação ao longo desses anos. V. Exª tem toda razão. Até 2014, o Governo brasileiro não se absteve; votou a favor da resolução. Mas, no último ano, como mencionei durante a minha exposição, também acoplado à abertura das negociações entre o Irã e o P5+1 sobre a questão nuclear, houve uma série de avanços nas políticas iranianas com relação à questão dos direitos humanos.

Aí, já antecipando um pouco a resposta à Senadora Gleisi Hoffmann, digo que, na nossa declaração de voto, defendemos a liberdade de expressão religiosa dos Bahá'is. Agora, se o nosso voto, por um lado, reconhece que houve avanços e melhorias, por outro, isso não quer dizer que estamos totalmente de acordo e que, com o nosso voto, demos por encerrada toda a discussão da questão. Ao contrário, reconhecemos que há ainda avanços e medidas que devem, esperamos, ser tomadas pelo Governo.

No entanto, o texto era desequilibrado, o texto da resolução. Por uma questão de justiça e de equilíbrio, o que é característico da posição do Brasil em suas relações exteriores, não podíamos deixar de também reconhecer que houve avanços e, sobretudo, uma questão que nos pareceu muito grave: o texto da resolução atribuía ao governo iraniano – e devo dizer que posso fazer, depois, a mesma observação com relação à Síria –, mas atribuía só ao governo iraniano as violações, sem reconhecer, e isso é muito importante, sem reconhecer que houve avanços, que passos importantes foram dados e eram expressos pela evolução dos votos ao longo dos últimos cinco ou seis anos. Ficaria um texto totalmente desequilibrado, que também não reconhecia que importantes passos foram dados. Manter o equilíbrio é muito importante para não se perder a ocasião e a possibilidade de continuar a evoluir no diálogo.

Da mesma forma, a argumentação foi usada com relação à segunda resolução, da qual nos abstivemos, com relação à Síria – e reconhecemos a gravidade humanitária. A resolução só impunha as responsabilidades e as críticas ao governo, sem reconhecer que há muitos grupos envolvidos, muitos grupos de oposição com influência externa – exército islâmico –, o que tem desestabilizado tremendamente, sem haver uma crítica e uma condenação à atuação desses grupos. Colocar unicamente a responsabilidade no governo sírio é grave. Não há dúvida que o governo sírio é responsável, mas, sobretudo, uma das acusações, especificamente, era de que o governo sírio havia usado armas químicas.

Mecanismos internacionais, eu já me referi a isso, como a OPAQ, que já foi dirigida por um brasileiro distinguido e reconhecido internacionalmente, o Dr. José Maurício Bustani não reconheceu que o uso tenha sido feito por quem. Há sérias dúvidas, e não foi possível determinar, de que tenha sido o governo que tenha usado. Há impressões e indícios de que foram usadas armas químicas, mas há fortes indícios também de que tenham sido feitos por esses grupos terroristas, o que dá espaço a uma situação de caos total no país e a uma situação humanitária terrível.

Acreditamos que a acusação unicamente do lado do governo, sem uma prova cabal, poderia criar uma situação de estímulo a que esses grupos continuassem ou até aumentassem suas ações e provocassem ainda maiores danos humanitários às populações da Síria. Não podemos esquecer também o grande contingente de brasileiros de origem síria, que estão interessados e preocupados com suas famílias, seus próximos e amigos envolvidos.

Essa foi a questão que nos fez votar dessa forma. É uma posição muito clara, seguindo também, nesta resolução especificamente, um movimento, uma tendência dos outros países. Houve um aumento das abstenções, um aumento importante, significativo, uma diminuição dos votos a favor, e um aumento também dos votos contra a resolução, o que leva, somando os que se abstiveram e os que votaram contra, a uma maioria. Eu queria deixar isso registrado.

Espero ter respondido à pergunta de V. Exª.

Com relação à pergunta do Senador Caiado, queria agradecer primeiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ministro, com licença.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Perguntei a V. Exª também qual o papel do Prof. Marco Aurélio Garcia no Ministério das Relações Exteriores. Qual a função que ele desempenha para ter uma influência tão grande na política externa do nosso País?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Desculpe. Não tinha anotado essa pergunta. Volto a responder. Na ocasião anterior em que aqui estive, respondi à mesma pergunta. O Prof. Marco Aurélio Garcia não tem ne-

nhuma função no Itamaraty. Ele é Assessor Especial da Presidência da República, cargo que ele desempenha há muitos anos com muita dedicação. Ele é um assessor da Presidenta. Ele leva assuntos à Presidenta, como fez também no período do Presidente Lula. Ele é um importante canal de comunicação.

Eu já mencionei aqui, no passado, que esse cargo foi criado há muitos anos. Já houve importantes e distinguidos brasileiros que o ocuparam no passado. O primeiro de todos foi Cleanto de Paiva Leite. Depois, ele também foi ocupado por outros grandes intelectuais e personalidades. Em alguns governos, o cargo, sim, foi desempenhado por diplomatas de carreira.

Esse cargo é muito importante, porque tem por função, entre outros temas, levar à Presidenta da República temas que são necessários no despacho, no conhecimento. Seria impossível que o Ministro titular da Pasta estivesse sempre, constantemente, diariamente, com a Presidenta, levando-lhe esses assuntos.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Então, é o chamado despacho indireto, que é levado à Presidenta através da Assessoria Especial para Assuntos Exteriores.

Também tem um papel muito importante na preparação dos pronunciamentos, dos discursos, e na preparação da participação da Presidenta da República em eventos internacionais, em conferências internacionais, em viagens ao exterior. Recebe as contribuições, os subsídios do Ministério e elabora os pronunciamentos.

É uma função muito importante que é realizada pelo Professor. Ele desempenha essas funções em constante contato com o Itamaraty, como eu já disse na ocasião anterior, ouvindo, recebendo explicações e subsídios e encaminhando-os à Presidenta. Essa é a função que ele desempenha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ministro, fico mais preocupado do que estava com a resposta que V. Exª deu. O Governo da Presidente Dilma já terceirizou a política e a economia e, pelo que V. Exª respondeu, terceirizou também a política externa do nosso País. Acredito eu que a assessoria dada à Presidente para questões de política externa teria de ser dada pelo Ministro de Relações Exteriores, e não por um assessor.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª é que deveria assessorar a Presidente.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Sem dúvida, se **O SR. PRESIDENTE** me permite, o Ministro do Exterior é o principal assessor de política externa da Presidente, e assim está contido na legislação, assim é. Eu apenas me referi...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – ...ao fato de que o Prof. Marco Aurélio, o Assessor Especial, é o canal de comunicação. Eu despacho, vejo a Presidenta com frequência, mas há momentos em que os documentos têm de ser tramitados pelo canal da Assessoria Especial, que é muito antiga, que existe desde os anos 50, como eu disse ao senhor. E, se formos fazer um levantamento, veremos que, na maior parte das vezes, foi ocupada, em todos os governos anteriores, por funcionários não membros da carreira diplomática.

De forma alguma, não é uma terceirização. Ele é o intérprete, é o portador de documentos e de informações e assessora a Presidência da República como um todo – e já o fez no governo anterior – sobre questões da atualidade, leva notícias de grandes acontecimentos internacionais, imediatamente, à Presidenta. Seria complexo para o Ministro do Exterior, em todos os momentos, em todos os dias, fazer esse tipo de comunicação. Mas, de forma alguma, eu não concordo que seja uma terceirização. O Itamaraty é, como órgão, o principal assessor de política externa da Presidenta da República.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Falta mais alguém? O Senador Caiado?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Sim. Falta responder à Senadora Gleisi Hoffmann, que se ausentou. Era só para dizer que o compromisso do Brasil com o mecanismo de direitos humanos está baseado, evidentemente, em questões de migrações, como ela se referiu, em questões de direito humanitário e na aplicação da legislação brasileira em vigor para questões migratórias.

Agora, com relação às perguntas do Senador Caiado, eu queria agradecer as referências elogiosas que o senhor fez ao Itamaraty, ao serviço exterior brasileiro como corpo de Estado, e dizer que, quando recebi o honroso convite da Presidenta Dilma para assumir o Ministério das Relações Exteriores, ela me deu todas as garantias e todo o apoio para o exercício das minhas funções dentro das linhas tradicionais da política externa brasileira e me deu sobretudo o apoio de que a questão orçamentária seria cuidada com a necessária atenção.

Eu queria declarar de público que sou grato pelo apoio recebido da Presidenta e dos órgãos diretamente envolvidos, do Governo Federal, na elaboração do nosso orçamento, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, porque, dentro do espírito de esforço que todos os órgãos estão tendo que fazer para adequação do orçamento às necessidades do País, o Ministério das Relações Exteriores foi preservado nas suas necessidades primeiras. O nosso orçamento não faltará para as atividades-fim que nos são confiadas. Nós teremos os

recursos para cobrir os nossos compromissos de manutenção dos nossos postos, manutenção das residências e salários dos funcionários, inclusive porque esses não estão dentro da mesma rubrica orçamentária; são pagos automaticamente pelo Tesouro Nacional, e não são sujeitos a contingenciamento. Tenho certeza de que saberemos também nos adaptar e fazer os esforços necessários para desempenharmos as funções constitucionais que nos são confiadas, respeitando também as orientações da Lei Orçamentária, que, pelo momento em que nós vivemos, é necessário que sejam adaptadas. Tenho plena confiança de que vamos poder executar as nossas tarefas e também o nosso orçamento dentro dos limites que recebemos.

Com relação às perguntas do senhor, Senador, eu já me referi brevemente à questão dos haitianos e de outras nacionalidades que chegam ao Brasil. Eles são tratados e recebidos de acordo com a legislação vigente. A legislação brasileira estabelece o instituto do refúgio, e aos estrangeiros que chegarem ao Brasil em situação legal ou ilegal e solicitarem o refúgio ele será dado pela legislação vigente. Aliás, há projetos na Casa, no Senado e na Câmara, de modificação da legislação de migração, mas a legislação vigente estabelece essa atuação. Isso é o que é feito.

No caso dos haitianos especificamente e de algumas outras nacionalidades, mas sobretudo dos haitianos, que é um volume maior, a Embaixada do Brasil, em Porto Príncipe, tem dado um número grande de vistos mensais e está atuando também dentro das suas possibilidades para ampliar esses vistos. Eles são sempre dados baseados em questões humanitárias e reunião familiar. Eu não tenho todos os dados a que o senhor se referiu, mas grande parte dos vistos dados em Porto Príncipe, pessoas que chegam, portanto, legalmente por via aérea ao Brasil, são familiares, são esposas e filhos de cidadãos que já estão no Brasil. É o princípio previsto em lei da reunião familiar. Esse é um princípio também previsto na nossa legislação, e o Ministério cumpre com a obrigação que está na lei de fornecer os vistos, mas sempre baseados em questões humanitárias.

Não sei se deixo de responder a algumas das questões de V. Exª, mas tenho a impressão de que me referi a todas elas.

V. Exª fez também menção à Venezuela. Eu só posso reiterar que, do nosso ponto de vista, é muito importante manter, no interesse da sociedade venezuelana também, um canal aberto. Nossas posições não são incondicionais e não são posições de apoio total.

Eu queria agradecer a V. Exª os comentários e dizer que estou sempre à disposição para responder a essas e a outras questões, presente aqui na Comissão ou por escrito, quando V. Exª desejar.

Muito obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Ministro, mais uma vez quero agradecer a solicitude de V. Exª, a disposição já demonstrada na prática de um diálogo permanente com esta Comissão. O Ministro chegou...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Por favor, minha senhora, ainda não terminou a reunião.

O Ministro veio praticamente direto do aeroporto para o plenário da Comissão, depois de acompanhar a Presidente da República ao México.

Na próxima quinta-feira não haverá trabalho no Senado, porque é feriado de *Corpus Christi*, portanto vou marcar uma reunião extraordinária para quarta-feira, às 9 horas, porque há matéria legislativa remanescente, inclusive a lei sobre o novo estatuto da imigração, que já foi aprovada em primeiro turno e tem que ser submetida ao segundo turno de votação por ser lei complementar.

Sr. Ministro, mais uma vez, muito obrigado por sua presença.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2015.

Às nove horas e catorze minutos do dia três de junho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Ana Amélia, Edison Lobão, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz pronunciamento sobre a coordenação de grupos parlamentares. Passa-se à PAUTA: ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGIS-

LATIVO (SF) Nº 155, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, celebrado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Delcídio do Amaral, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 156, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), celebrado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Delcídio do Amaral, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013, autoria do Projeto: Senador Aloysio Nunes Ferreira, cuja Ementa é "Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil." Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 2) **MENSAGEM (SF)** Nº 15, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária, celebrado em Sófia, em 5 de outubro de 2011." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 39, de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Embaixador José Alfredo Graça Lima, destinada a debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China." Lido o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 40, de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater o atual estágio das relações bilaterais Brasil/EUA e seu potencial de adensamento, com a presença de representante do Itamaraty a ser designado por aquele ministério." Lido o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 41, de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater as perspectivas do Mercosul e sua importância para o Brasil, com foco principal no atual estágio das negociações entre esse bloco e a União Europeia. Sugerimos a participação da Consultora do Senado Federal, Maria Cláudia Drummond, da Professora de Direito Internacional e Livre-Docente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), Deisy Ventura, e de representante do Itamaraty a ser indicado por aquele Ministério." Lido o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 42, de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater a situação no Grande Oriente Médio, suas consequências sobre a ordem mundial e sua incidência na política externa do Brasil, com a presença do pesquisador Salem Hikmat Nasser, professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, do Professor Reginaldo Mattar Nasser, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e de representante do Itamaraty a ser designado por aquele ministério." Lido o Requerimento. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 36, de 2015, de autoria do Senador Jorge Viana, que "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, de audiência pública para debater o incessante fluxo migratório de haitianos para o Brasil. (...) Nesse sentido, no intuito de encontrar soluções para o problema em questão, sem prejuízo da inclusão de outros convidados, indicamos os seguintes: • Beto Ferreira Martins Vanconcelos: Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça – MJ e Presidente do Comitê Nacional para os Refugiados – Conare; • João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva: Diretor do Departamento

de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça; • Embaixador Sérgio Danese: Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores – MRE; • Tarcíso Dal Maso Jardim: assessor da Presidência do Supremo Tribunal Federal – STF; membro da Comissão de Especialistas do Ministério da Justiça – MJ que apresentou a proposta de Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil; • Nilson Mourão: Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Acre. Aprovado. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 35, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que "Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que sejam convidados a prestar depoimento, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o Excelentíssimo Senhor José Mujica, ex-Presidente da República Oriental da Uruguai, assim como o ex-vice-Presidente uruguaio, Danilo Astori." Aprovado o Requerimento, com votos contrários da Senadora Gleisi Hoffmann e dos Senadores Delcídio do Amaral e Fernando Bezerra Coelho. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e seis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srs. Senadores, ainda não há número para deliberar, mas há número regimental para abrir a reunião.

Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Quero, inicialmente, Srs. Senadores, fazer uma comunicação ao colegiado a respeito do tema grupos parlamentares.

Nesta Casa, há 14 grupos parlamentares que tratam de assuntos internacionais, que são instituídos por meio de resoluções do Senado, como todos nós sabemos, e que começaram a ser aprovados a partir de 1979. Essa conta de 14 grupos vai até o final de 2014. Tramitam na Casa 15 projetos de resolução referentes à instituição de outros grupos parlamentares.

É necessário – todos nós concordamos com isto – que haja a coordenação desses grupos parlamentares a cargo de um órgão desta Casa. Está tramitando no Senado um projeto de resolução de autoria do Senador Fernando Collor, para atribuir essa competência – aliás, o Senador vai apresentar esse projeto de resolução – à Secretaria-Geral da Mesa. Mas, enquanto o projeto não tramita, enquanto o Senado não delibera sobre isso, pretendo, se os senhores estiverem de acordo, fazer com que, na ausência de uma previsão expressa do Regimento Interno, nós possamos, nesta Comissão, formalmente, assumir essa coordenação, para que, enfim, haja um mínimo de coerência na atividade dos grupos, na organização de calendários, nas visitas de Parlamentares. Aqui, há servidores que têm condições de assumir essa responsabilidade. Desse modo, na ausência de disposição interna, nós mesmos faremos isso, se não houver objeção dos senhores.

Penso que, enquanto aguardamos a formação do número, podemos passar a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, que é o Relator das duas proposições que estão na Ordem do Dia desta nossa reunião extraordinária.

Vamos passar ao item 4, em primeiro lugar, já que o Senador Delcídio está armado com todos os argumentos para relatar essa proposição.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 155, DE 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, celebrado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral.

Relatório: dependendo de Relatório.

Acabo de receber uma manifestação da Conectas, que, como todos sabem, é uma organização que participa da sociedade civil, que participa muito intensamente dos nossos trabalhos, sempre trazendo sugestões, colaborações, críticas, às vezes, e que pede a realização de uma audiência pública sobre esse tema.

Passei a correspondência que recebi ao Senador Delcídio do Amaral, que é o Relator da matéria, para que ele pudesse se pronunciar a respeito, como preliminar à apresentação do seu relatório, para, depois, passarmos ao relatório propriamente dito.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exª e os Senadores aqui presentes, quero dizer que compreendo até a legitimidade da solicitação da Conectas,

mas que, em função da nossa própria agenda, seria muito difícil que tivéssemos as condições necessárias ou que viabilizássemos as condições necessárias para fazer as audiências públicas conforme a Conectas propõe.

Então, lamentavelmente, até em função da importância desses dois temas – isso também é fruto do processo legislativo que se iniciou na Câmara e agora no Senado –, compreendendo a legitimidade da solicitação, fica muito difícil nós mudarmos essa agenda, inclusive promovendo audiências públicas, o que delongaria essa decisão, que é uma decisão muito importante em função até da inovação que está sendo proposta e que, de certa maneira, reflete essa nova geopolítica ou geoeconomia mundial.

Portanto, apesar de entender como muito legítima a solicitação da Conectas, fica muito difícil, Sr. Presidente, que a gente faça uma audiência pública para debater esse tema. Esse tema já foi bastante discutido. É um tema importante, relevante, de iniciativa dos BRICS – Brasil, China, Rússia, Índia, África do Sul.

Portanto, na minha opinião, se todos os Senadores estiverem de acordo, acho que nós deveríamos deliberar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª, então, poderá proferir o seu relatório.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu posso falar sobre os dois relatórios, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há uma conexão evidente entre os dois temas. V. Exª poderá falar sobre os dois.

O outro item é o Projeto Legislativo nº 156, de 2015, igualmente não terminativo.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 156, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), celebrado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral.

Relatório: dependendo de relatório.

Observações:

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que esses dois projetos surgiram desse encontro de cúpula, de Chefes de Governo, Ministros da Fazenda, Presidentes do Banco Central. Esse evento se realizou em Fortaleza.

No meu ponto de vista, trata-se de um avanço extremamente relevante, extremamente importante, sob o ponto de vista do novo cenário que se apresenta. Acho que a economia mundial, que vem de Bretton Woods, com o FMI, com o Banco Mundial, exatamente pela dinâmica que hoje existe no comércio internacional, no protagonismo de países que não tinham uma importância nas trocas comerciais relevantes ao longo dessas últimas décadas, acho que, com a ascendência dos BRICS, que tinham uma participação menor na economia mundial, hoje eles representam nas transações comerciais quase 50% dessas transações. Portanto, têm uma importância relevante na economia mundial. A China, hoje, tem um papel fundamental no concerto das Nações; a Índia, a própria Rússia, a África do Sul e o Brasil, mesmo passando por momentos de dificuldade, são mercados extremamente importantes. Claro, a própria criação dos BRICS sinaliza para um novo movimento e para uma nova realidade geopolítica e geoeconômica.

Desse encontro, lá, em Fortaleza, foram feitas duas proposições. Se V. Exª e os demais Senadores me permitirem, vou fazer observações muito rápidas aqui, até para não cansá-los.

Foi estabelecido esse arranjo contingente de reservas, nesse mesmo encontro celebrado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014. E o que isso proporciona? Um acordo entre os países dos BRICS, entre os países que compõem os BRICS, para se criar uma reserva de US$100 bilhões. E por que isso, Sr. Presidente? A despeito de o Brasil, hoje, ter reservas de US$370 bilhões, o fato de dispor de reservas de US$100 bilhões, compostas por China, Rússia, Índia, África do Sul e Brasil, dá muita tranquilidade a este País, principalmente nos solavancos mundiais. Nós fomos, inclusive, vítimas de crises profundas que o Brasil enfrentou em função dos impactos da economia mundial. Uma lembrança que está aqui nos corações e mentes: a crise cambial. Todos nós nos lembramos bem aqui, impactada, inclusive, por outros países que trouxeram reflexos fortes na economia brasileira.

Então, esse processo, na verdade, é uma blindagem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É um FMI do B.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É um FMI do B, ou seja, é Bretton Woods dentro de uma outra leitura e de uma composição de forças no mundo. São US$100 bilhões, através das reservas internacionais dos cinco países, sendo que US$41 bilhões vão ser oriundos da China; US$54 bilhões vão vir do Brasil, da Índia e da Rússia, US$18 bilhões cada um; e US$5 bilhões, da África do Sul.

Esse arranjo contingente de reservas dispõe de dois instrumentos: de liquidez, exatamente para prover apoio aos países.

Esse arranjo contingente de reservas dispõe de dois instrumentos: de liquidez, exatamente para prover apoio aos países, nessas pressões de curto prazo no balanço de pagamentos; e também tem uma ação preventiva. Mostrando o quê? Um compromisso de apoio diante de pressões potenciais, que acabamos de aqui citar.

É importante também registrar, Sr. Presidente e demais Senadores e Senadoras, que o acesso e a concessão desses recursos serão feitos mediante aprovação – claro, consenso – e de operações de *swap* envolvendo reservas internacionais. Há um registro aqui muito importante: essas transferências de recursos para capitalização do banco não alteram a posição fiscal brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não é recurso orçamentário. São reservas.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não é recurso orçamentário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso. E as reservas nossas continuam sendo de propriedade do Brasil.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Elas estão depositadas lá, mas continuam sendo...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas as reservas de propriedade do Brasil.

E é importante também que, nessas operações, o país solicitante recebe em dólares, por um período preestabelecido, e, em contrapartida, fornecerá sua moeda aos países provedores, dentro dos limites de acesso previamente estabelecidos.

Em outras palavras, Sr. Presidente, o país que precisa de dólares paga com sua própria moeda. Esse mecanismo de proteção mútua dos BRICS – é importante registrar – é muito diferente dos instrumentos de socorro disponíveis, por exemplo, no FMI e em outras instituições semelhantes, porque não exige condicionalidades draconianas e frequentemente recessivas para a concessão de ajuda. O país beneficiário não precisa contrair sua demanda interna e fazer saldos comerciais volumosos para conseguir pagar a dívida.

Portanto, é uma operação diferente, que reflete, sem dúvida alguma, a nova realidade mundial. Essa iniciativa, Sr. Presidente, a meu ver, é extremamente relevante, fortalece a nossa posição e a posição dos demais países dos BRICS.

O meu relatório é pela aprovação do ACR (Arranjo Contingente de Reservas). Acredito que isso cria uma nova realidade sob o ponto de vista geoeconômico. E ninguém está inventando moda. Na Ásia, esse procedimento já existe. Não é uma iniciativa única e exclusiva dos BRICS; é uma iniciativa atualmente utilizada principalmente na Ásia, com os mesmos objetivos.

Esse é o Projeto de Decreto Legislativo nº 155, que eu aqui rapidamente resumi.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Delcídio, Srs. Senadores, eu acho melhor nós deliberarmos sobre esse projeto e depois passarmos ao seguinte.

Vou apenas pedir uma informação. V. Exª se referiu aos condicionantes da utilização dessas reservas. Pelo menos as informações estatísticas sobre o comportamento da economia desse país devem ser exigidas, senão seria uma operação de altíssimo risco.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Essa é uma ótima pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Refiro-me a isso, porque V. Exª se lembra da ideia de se criar o Banco do Sul, acordo importante, celebrado. Depois, a Argentina, o Equador e, acho, a Venezuela não se dispuseram a informar minimamente as estatísticas sobre a sua economia. Penso que, desta vez, o acordo tomará essa cautela. Prevê-se essa cautela no acordo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, ótima pergunta. É importante registrar que, desses recursos, 30% representam parcela desvinculada, e os outros 70% só serão concedidos ante a evidência de um acordo entre o FMI e a parte requerente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Portanto, nós não nos livramos de Bretton Woods.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ainda bem.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas isso é absolutamente necessário. Evidentemente, é uma proposta inovadora.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Porque é uma chancela, de qualquer maneira.

Muito bem. E o acordo também prevê o seguinte: a liberação das parcelas só ocorrerá por consenso entre todos os participantes. Existe uma governança muito segura.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos passar ao item seguinte, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, o item seguinte é o Projeto de Decreto Legislativo nº 156. É um acordo também que passou por essa reunião de cúpula de Fortaleza, que cria um novo Banco de Desenvolvimento.

E é importante, Sr. Presidente, que, na proposta de criação desse Banco de Desenvolvimento, ele contará com capital inicial autorizado de US$100 bilhões, sendo que US$50 bilhões são subscritos inicialmente, dos quais US$10 bilhões, integralizados.

Essa integralização vai ser feita mensalmente em sete parcelas. Perdão. Esse capital inicial vai se integralizado pelos membros fundadores em sete parcelas anuais crescentes. No projeto, inclusive, há a previsão, parcela por parcela, do valor que vai ser integralizado.

E é importante fazer algumas observações, Presidente.

Primeiro, o poder de voto de cada membro é proporcional ao seu respectivo capital subscrito.

Algumas coisas que vou citar são óbvias, mas é importante registrá-las exatamente pela preocupação de V. Exª aqui, quando vieram outras teses, Banco do Sul, enfim, mostrando o cuidado que os países, que os BRICS estão tendo para não deixar que essas coisas levem inadimplências e prejuízos aos países.

Esse banco é aberto à participação de todos. Quer dizer, qualquer membro das Nações Unidas pode vir a ser membro do banco. Agora, com um porém: os BRICS manterão conjuntamente 55% dos votos. Portanto, nós temos uma estrutura de controle muito forte, independentemente se outros países vierem a participar desse Banco de Desenvolvimento.

É importante registrar também, Sr. Presidente, que o banco aplicará sólidos princípios bancários, assegurando remuneração adequada e a questão dos riscos envolvidos.

O terceiro ponto importante é que esse banco vai ser utilizado especialmente para investimento em infraestrutura, em logística especialmente. É uma das suas principais finalidades. Fundamentalmente, ele nunca vai promover investimentos desequilibrados, ou seja, com um país predominando ou, de certa maneira, capturando todos os recursos disponíveis por esse Banco de Desenvolvimento. Isso vai ser feito dentro de uma diversificação e não tendenciando esse investimento para qualquer um dos BRICS ou, eventualmente, outros países que venham participar.

Uma outra coisa também que é importante é que esse banco não vai impor restrições sobre aquisição de bens e serviços de qualquer país membro, com os recursos de qualquer empréstimo e investimento ou outro financiamento realizado. E condicionará, em todos os casos adequados, seus empréstimos e outras operações a convite a todos os membros para apresentação de propostas.

Evidentemente, ele priorizará bens produzidos nos países membros, mas, quando for necessário, e nas condições que assim o exigirem, ele autorizará inclusive aquisição de bens em outros países. Isso é um debate também muito intenso aqui no Congresso, no Senado, um dos temas que a gente tem debatido muito, principalmente a questão do conteúdo nacional. Então, esse banco também tem uma preocupação grande com essa questão.

Um outro ponto também é que esse banco tomará as medidas necessárias para assegurar que os recursos de qualquer empréstimo feito, garantido ou com participação do banco, ou qualquer investimento em ações, sejam utilizados apenas para as finalidades para as quais foram concedidos, e com a devida atenção para considerações de economia e eficiência. Até para não gastar em outras coisas.

A sede do banco vai ser em Xangai. Já existe um presidente indicado pela Índia, que é o banqueiro K. V. Kamath. Ele foi nomeado como primeiro chefe do novo Banco de Desenvolvimento. A Rússia vai ser o primeiro país a presidir o conselho de governadores, e o Brasil, o conselho de diretores.

É importante também registrar, Sr. Presidente, que os investimentos desse novo Banco de Desenvolvimento servem tanto para investimentos privados quanto para investimentos públicos.

Eu já registrei aqui que esse banco também é uma inovação e é um reflexo dessa nova economia que nós vivemos. É um avanço, apesar de não termos rompido com Bretton Woods, mas, na verdade, são variantes que vão surgindo em função da dinâmica econômica e dessa necessidade de proteção e de investimentos que especialmente os BRICS exigem.

Em poucas linhas, Sr. Presidente, esse é o resumo do relatório, que encaminho para aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Anastasia, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é tão somente para registrar meus cumprimentos ao Relator e para registrar minha posição pessoal favorável aos organismos multilaterais. A experiência tem demonstrado, desde a Segunda Guerra Mundial, como esses organismos foram importantes para a recuperação econômica. E eu acredito que a criação desse banco – claro que é um processo que ainda será longo – permitirá, focando na infraestrutura, condições para que nós, no Brasil, tenhamos mais uma fonte de financiamento importante para avançarmos na questão tão delicada que nos aflige, que é exatamente o grande *gap* de infraestrutura que temos no Brasil, tanto no âmbito federal, quanto no dos Estados e Municípios.

Então, é só para manifestar a minha simpatia por esses organismos. Tendo boa governança, como se supõe no tratado original mencionado aqui pelo Relator, dará uma contribuição muito grande para a economia dessas nações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Meus cumprimentos ao ilustre Relator, com um trabalho célere e competente como sempre.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para que seja submetida à deliberação do Plenário, numa manifestação de que a Oposição também e o Governo são capazes de dialogar em termos elevados, com objetivos construtivos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, eu só gostaria de me candidatar à presidência desse banco. Xangai é uma cidade muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Inicialmente, eu quero começar pelo começo, agora que temos número, para leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Se V. Exªs concordarem, poderemos dispensar a leitura e submetê-la a aprovação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, está aprovada.

Comunico também que vou retirar de pauta o Item 1, Projeto de Lei da Migração, porque o Relator está ausente do Brasil. Está numa missão no exterior e pediu que o retirasse de pauta para que deliberássemos na presença dele. Ele precisa inclusive dar parecer sobre algumas emendas que foram apresentadas ao projeto.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013

– Terminativo –

Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório:

Observações:

1. Em 21/05/2015, foi aprovada a Emenda n. 6/2015-CRE, Substitutivo Integral ao Projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar;

2. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão em Turno Suplementar; e

3. Até a presente data, 02/06/2015, foram apresentadas 7 (sete)emendas.

Passamos ao item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 15, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

V. Exª tem a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é o relatório apresentando o nome do Sr. Flávio Hugo Lima Rocha Junior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia, como já disse V. Exª.

Nascido em Recife (PE) em 30 de janeiro de 1962, filho de Flávio Hugo Lima Rocha e Nair Souza Lima Rocha, o Sr. Flávio Hugo Lima Rocha ingressou no Instituto Rio Branco em 1984.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1985, Segundo-Secretário em 1990, Primeiro-Secretário, promovido por merecimento, em 1997, e Conselheiro, por merecimento, em 2004. Também foi promovido a Ministro de Segunda Classe da carreira diplomática em 2009.

Na Chancelaria, desempenhou entre outras, as funções de assistente na Divisão de Visitas, de assessor do Departamento Econômico, de subchefe e de chefe substituto na Divisão de Informática e de chefe substituto na Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico.

No exterior, desempenhou, entre outras, as funções de Terceiro e Segundo-Secretário na Embaixada em Varsóvia. Foi Segundo-Secretário na Embaixada em Londres, Segundo e Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Argel, Encarregado de Negócios na Embaixada em Argel e Conselheiro na Embaixada em Paris. Atualmente, desde 2010, exerce a função de Embaixador na Embaixada em Nuaquechote, na Mauritânia.

Quanto à República do Senegal, importa registrar neste relatório, para subsidiar a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

A República do Senegal ocupa território de 196.720 km^2, tem 14,1 milhões de habitantes, possui um Produto Interno Bruto (PIB), em valores calculados pelo poder de compra (PPP), em 2014, equivalente a US$29,4 bilhões, o que representa um PIB *per capita* (PPP) de US$2.131. O PIB do país teve crescimento de 4% em 2013 e de 4,5%, em estimativa, em 2014.

Trata-se de uma república semipresidencialista com Poder Legislativo unicameral, com 90% da população de religião muçulmana. A capital é Dacar.

O Brasil instalou Embaixada em Dacar em 1961, um ano após a independência do país africano. Dois anos depois, em 1963, o Senegal instalou Embaixada no Brasil. O atual Presidente senegalês, Macky Sall, é grande admirador do Brasil. Em carta endereçada à Presidenta Dilma, classificou o Brasil como um "grande parceiro" e solicitou apoio em diversas áreas. Os dois chefes de Estado já mantiveram encontro à margem da Rio+20 e da Cúpula ASA.

Entre 2002 e em 2011, o intercâmbio bilateral elevou-se de US$29 milhões para US$240 milhões. Em 2013, o comércio entre os dois países somou US$133 milhões. Em 2014, as trocas caíram para US$102 milhões.

Na área de investimentos, destaca-se a atuação da companhia brasileira Nutriplus Alimentação, uma das líderes no mercado nacional para a produção de refeições coletivas, integrando a Thiagar Aliments, primeira *joint venture* senegalo-brasileira, que iniciou suas operações em maio de 2014. A companhia brasileira detém 70% do capital da *joint venture* Thiagar Aliments. Os restantes 30% estão divididos entre investidores locais.

As atividades iniciais da Thiagar Aliments se concentram na produção e comercialização de arroz, perfumado e ordinário. Serão acrescidos, gradualmente, investimentos em outros produtos alimentares, assim como no ramo do fornecimento de refeições. O principal objetivo desta primeira fase será obter, a partir de 2022/23, o equilíbrio entre demanda interna e produção de arroz, assim como a geração de saldos exportáveis.

A cooperação educacional do Brasil com o Senegal é antiga, amparada por Acordo Cultural firmado entre os dois países em 1964 e em vigor desde 1967. O Senegal passou a enviar candidaturas aos Programas Estudantes-Convênio (PEC) a partir de 2005.

O Embaixador foi indicado ainda para, cumulativamente – isto é, de forma não residente –, desempenhar também a função de Embaixador do Brasil na República da Gâmbia. A representação, feita de forma não presencial, sem instalações físicas, é responsável pelo acompanhamento também dos temas desse país de mais de 11 mil quilômetros quadrados e de 1,850 milhão de habitantes, cuja língua oficial é o inglês, e 90% de sua população segue o islamismo. O comércio bilateral com a Gâmbia, embora ainda pouco expressivo, tem crescido na última década, tendo passado de US$42 milhões em 2006 para mais de US$100 milhões em 2011, quase inteiramente superavitários para o Brasil.

Em abril de 2006, por ocasião de visita de missão da Embrapa a Banjul, a capital gambiana, o governo gambiano demonstrou interesse em atrair o empresariado brasileiro para se instalar em seu território, oferecendo vantagens especiais e facultando-lhe acesso ao mercado europeu. Em maio de 2010, o Ministro gambiano do Planejamento Econômico e Desenvolvimento Industrial veio ao Brasil para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Está concedida vista coletiva, nos termos do Regimento.

Novamente, com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann, para proferir o seu relatório, que é pela aprovação, sobre o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, DE 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária, celebrado em Sófia, em 5 de outubro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: pela aprovação.

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – A mensagem presidencial, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é acompanhada de exposição de motivos. Na referida mensagem, destaca-se que o principal dispositivo do Acordo é o que trata da criação de Comissão Intergovernamental Búlgaro-Brasileira de Cooperação Econômica. Ao constituir moldura institucional que estrutura as relações bilaterais na área, o novo mecanismo contribuirá para a dinamização do comércio e dos investimentos entre agentes econômicos dos dois países.

O Acordo em exame é composto por nove 9 (nove) artigos e conta com 3 (três) anexos.

A cooperação econômica deverá pautar-se em bases mutuamente vantajosas. O Anexo nº 1 especifica, sem exclusão de outras, as áreas em que se dará a cooperação (indústria; agricultura; engenharia florestal; cooperação econômica militar; setor energético; pesquisa e desenvolvimento; indústria de construção; telecomunicações, computação e informática; transporte e logística; proteção do meio ambiente; turismo; promoção de investimentos; cooperação entre pequenas e médias empresas; educação; saúde; e ciência e tecnologia).

O Anexo nº 2, por sua vez, prevê medidas para expandir e intensificar a cooperação econômica. Já o Anexo nº 3 traz as atividades, estrutura e regulamentos da Comissão Intergovernamental. O Anexo nº 4 trata também da cooperação econômica.

O Artigo V deixa claro que seus dispositivos não prevalecerão sobre outros acordos internacionais que obriguem as duas partes.

A vigência, que será por prazo indeterminado, tem seu início previsto para a data da última notificação por escrito de uma parte a outra, com informação sobre o cumprimento dos requisitos para a entrada em vigor.

Após ser aprovado no plenário da Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2015, a matéria seguiu para esta Casa e foi encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual me coube a relatoria.

No âmbito desta Comissão, não foram oferecidas emendas ao projeto.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal. Além disso, não constatamos vícios quanto à sua juridicidade.

No mérito, o Acordo em exame está em consonância com o disposto no art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, o qual prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Certamente a dimensão econômica assume papel de extrema relevância nas ações de cooperação entre os povos, sobretudo por vivermos numa sociedade internacional cada vez mais globalizada.

Essa é, portanto, a análise resumida.

Quanto ao voto, Sr. Presidente, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Fernando Bezerra, por favor, atendendo a V. Exª, há uma expectativa muito grande aqui entre os Senadores, principalmente entre o Senador Fernando Bezerra e o Senador Anastasia, sobre o seu pronunciamento com referência à Armênia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A matéria já foi aprovada pelo Plenário do Senado ontem, por unanimidade, com o apoiamento de 55 Senadores de todos os partidos. De modo que não há nada mais a dizer, além do voto que foi proferido por unanimidade no plenário.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois, não. V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu gostaria de apresentar a V. Exª e solicitar que fossem lidos, até para que pudéssemos deliberar na próxima reunião, quatro requerimentos. São requerimentos que se referem a audiências públicas.

Primeiro, quero fazer aqui um reconhecimento pelo trabalho de V. Exª em relação às oitivas dos nossos indicados para as embaixadas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – De fato, estávamos com um número grande de indicados, já represados aqui, e V. Exª tem dinamizado muito essas indicações, inclusive já pautando sabatinas. Ontem falei com V. Exª até da possibilidade de fazermos sessões extraordinárias para ajudar nessas deliberações.

V. Exª também tem pautado temas importantes de debate nesta Comissão. Claro que temos que aprovar os embaixadores e também fazer debates sobre as relações do País, sobre o cenário internacional. Teremos uma audiência pública na próxima semana, que, julgo, será importante.

E eu queria apresentar quatro requerimentos que considero muito importantes.

O primeiro, em relação à audiência pública com a presença do Embaixador José Alfredo Graça Lima, para debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China. Creio que é de grande relevância esta Comissão se inteirar do assunto, conversar sobre isso. O Primeiro-Ministro chinês esteve aqui, assinamos acordos da ordem de US$53 bilhões, existem muitos interesses, e seria um bom esclarecimento a esta Comissão. Estou sugerindo o Embaixador José Alfredo, mas sem prejuízo de que os membros da Comissão sugiram outras pessoas que possam vir debater o assunto.

O segundo requerimento que apresento a V. Exª é no sentido de debatermos o atual estágio das relações bilaterais Brasil/Estados Unidos. A Presidenta fará uma viagem aos Estados Unidos agora, 30 de junho, se não me engano, e penso que é de grande importância...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Já tem aprovado? Então, eu me somo ao requerimento. E, na volta,...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O que V. Exª está querendo sugerir? Na volta da Presidente?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Isso. Na volta da Presidente, que o representante do Itamaraty responsável por essa área faça um balanço. Assim como faremos em relação à China. É importante. Brasil e Estados Unidos, com certeza, têm um histórico de relações, e nós temos que adensar cada vez mais essas relações.

Em terceiro lugar, eu gostaria também de apresentar um requerimento para que haja um debate aqui sobre a perspectiva do Mercosul, sua importância para o Brasil, com foco principalmente no atual estágio das negociações desse bloco com a União Europeia. É um tema que tem gerado bastante debate, com críticas. Sei que há posições controversas, pessoas que defendem o Mercosul, outras que atacam o Mercosul. Dentro do Governo também há posições controversas. Seria um bom momento para fazermos uma discussão a esse respeito, colocarmos o que está em jogo, quais são os saldos das negociações, se isso foi positivo ou não. E principalmente com a União Europeia, porque sentimos que há uma trava no encaminhamento das relações, e pode ser por parte do Mercosul, mas pode ser também por parte da União Europeia.

Estou sugerindo para esse debate a participação, primeiro, de uma consultora do Senado que se tem debruçado sobre o assunto, que é a Maria Cláudia Drummond; da Professora de Direito Internacional e Livre-Docente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, Profª Deisy Ventura; e de representante do Itamaraty a ser indicado por aquele ministério.

Finalizando, Sr. Presidente, o quarto requerimento é para que possamos debater a situação no Grande Oriente Médio, suas consequências sobre a ordem mundial e sua incidência na política externa do Brasil. Recentemente realizamos um debate aqui, inclusive com o nosso Ministro de Relações Exteriores, sobre as votações em relação à Síria e em relação ao Irã. Temos também interesses comerciais importantes com esses países, e a situação é controversa. Seria importante fazermos um debate sobre essa realidade do Grande Oriente Médio.

Estou sugerindo – digo novamente à Comissão: sem prejuízo de sugestões de outros nomes que acho que serão muito bem-vindos para que façamos um debate plural – a presença do pesquisador Salem Hikmat Nasser, Professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; do Prof. Reginaldo Mattar Nasser, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; e de representante do Itamaraty a ser designado por aquele ministério.

Penso que teremos condições de fazer bons debates na Comissão, sem prejuízo, é claro, Sr. Presidente, das sabatinas que temos de fazer. Quero reiterar o meu reconhecimento a V. Exª pela condução do processo de sabatinas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senadora. São sugestões, todas elas, muito interessantes. Nós vamos deliberar na próxima semana. Vou incluí-las na pauta da próxima reunião, para que os Senadores possam sugerir eventualmente novos nomes, com parcimônia; do contrário, teremos audiências públicas pouco produtivas, quando há muita gente.

(São os seguintes os requerimentos apresentados pela Srª Senadora Gleisi Hoffmann:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 39, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Embaixador José Alfredo Graça Lima, destinada a debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria:

Relatório:

Observações:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 40, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater o atual estágio

das relações bilaterais Brasil/EUA e seu potencial de adensamento, com a presença de representante do Itamaraty a ser designado por aquele ministério.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria:
Relatório:
Observações:

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 41, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater as perspectivas do Mercosul e sua importância para o Brasil, com foco principal no atual estágio das negociações entre esse bloco e a União Europeia. Sugerimos a participação da Consultora do Senado Federal, Maria Cláudia Drummond, da Professora de Direito Internacional e Livre-Docente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), Deisy Ventura, e de representante do Itamaraty a ser indicado por aquele Ministério.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria:
Relatório:
Observações:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 42, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater a situação no Grande Oriente Médio, suas consequências sobre a ordem mundial e sua incidência na política externa do Brasil, com a presença do pesquisador Salem Hikmat Nasser, professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, do Professor Reginaldo Mattar Nasser, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e de representante do Itamaraty a ser designado por aquele ministério.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria:
Relatório:
Observações:)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu gostaria de incluir o meu nome no primeiro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Perfeitamente. V. Exª é coautor.

Dou como lidos os requerimentos para que possamos deliberar na próxima semana.

Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Líder, por favor.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Gostaria apenas de fazer uma observação na pauta em relação aos requerimentos apresentados pela Senadora Gleisi.

A Comissão de Relações Exteriores já tem efetuado várias audiências públicas com temas muito importantes, mas eu não poderia deixar de registrar a questão do Oriente Médio.

O Oriente Médio hoje, talvez, sob o ponto de vista internacional, seja um dos temas que mais preocupam, um dos temas mais importantes e multifacetados sobre o qual eu acho que esta Comissão deveria refletir. É um região que foi praticamente desenhada por europeus pós-guerra, pelos países que venceram as grandes guerras, que não consideraram questões históricas, culturais, tribais da região. E hoje nós estamos vendo o reflexo dessas decisões todas, especialmente a questão religiosa, que hoje preocupa todo o mundo.

A consolidação de grupos que fazem uma leitura do Islã de uma forma muito mais dura, muito mais rigorosa, e as consequências disso, principalmente em guerras que ocorrem no Oriente Médio, entre as quais a Síria. O Iraque, que é um problema mal resolvido. E essas dissensões também tomando conta de vários países da África.

Portanto, eu acho que este tema Oriente Médio é muito relevante para o nosso País e para a Comissão de Relações Exteriores. Acho que merece uma atenção absolutamente especial, evidentemente não desconsiderando outros temas que foram aqui listados, que são absolutamente fundamentais para o País. Mas acho que o Oriente Médio, por tudo que temos visto... Acho que, no Senado e na Comissão de Relações Exteriores, tão competentemente comandada por V. Exª, deveríamos discutir isso com intensidade, até pelas implicações desses temas na política, na economia mundial e, especificamente, no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente.

Quero registrar que o Chanceler iraquiano esteve no Brasil. Não sei se já saiu, mas esteve ontem em Brasília e, inclusive, pediu apoio do Governo brasileiro para o combate à expansão do chamado Estado Islâmico naquela região. E nós estamos tendo, ainda, um reflexo da crise na Síria, que é o aumento da imigração de sírios com destino ao Brasil; têm vindo para o Brasil, fugindo da catástrofe humanitária, e muitos deles já têm parentes aqui há várias gerações e mantêm contato com esses parentes. Estão chegando, em grande número, refugiados sírios aqui no Brasil, o que torna urgente a aprovação da atualização da Lei de Imigração, por essa razão também.

Então, nós vamos deliberar, na próxima semana, sobre esses requerimentos. E há um requerimento que já foi lido na reunião anterior, de autoria do Senador Jorge Viana. Acho que temos condições de deliberar sobre ele, que tem como tema o fluxo migratório de haitianos para o Brasil.

Lembro à Comissão que ele estava sugerindo, como participante dessa audiência pública, o Embaixador Danese, dois representantes do Ministério da Justiça, que são o Sr. Beto Vasconcelos, Secretário Nacional de Justiça, e o Diretor de Departamento de Estrangeiros, que é o João Guilherme Granja.

Ele sugere também o Nilson Mourão, que é o Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre, e o Consultor do Senado Tarcísio Jardim, que é hoje assessor do Presidente do Supremo Tribunal Federal e que trabalhou muito intensamente no projeto de lei de imigração, que será submetido à deliberação da Comissão na próxima semana.

Então, se não houver objeção...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador. É sobre o tema?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não, é sobre outro tema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, está em votação o requerimento...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Não sei se é oportuno, mas eu gostaria de sugerir a possibilidade de a própria Comissão – já temos haitianos há algum tempo no Brasil, que vieram para cá, inclusive, a convite – convidar uma das lideranças dos haitianos, para que eles pudessem mostrar um pouco o que eles vivem, a visão deles do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Nós temos contato com alguns, no caso do Mato Grosso, mas poderia ser...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim, sugerir...

Agora, eu tenho a intenção – vou conversar com o Senador Jorge Viana – de ir ao Acre para visitar *in loco*, para verificar as condições em que estão sendo acolhidos, como estão chegando essas pessoas, os problemas que essa chegada está acarretando, as soluções que estão sendo apresentadas, tanto pelo Estado do Acre, quanto pelo Governo brasileiro. Eu acho que seria muito útil irmos lá, *in loco*, para verificar as condições especialmente da fronteira por onde chegam os haitianos.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 36, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, de audiência pública para debater o incessante fluxo migratório de haitianos para o Brasil. (...) Nesse sentido, no intuito de encontrar soluções para o problema em questão, sem prejuízo da inclusão de outros convidados, indicamos os seguintes: • Beto Ferreira Martins Vanconcelos: Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça – MJ e Presidente do Comitê Nacional para os Refugiados – Conare; • João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva: Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça; • Embaixador Sérgio Danese: Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores – MRE; • Tarcíso Dal Maso Jardim: assessor da Presidência do Supremo Tribunal Federal – STF; membro da Comissão de Especialistas do Ministério da Justiça – MJ que apresentou a proposta de Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil; • Nilson Mourão: Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Acre.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em 21/05/2015, foi lido o Requerimento.)

Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Antes de solicitar a votação de requerimento de minha autoria que foi lido no dia 21 de maio, explico que o convite seria feito, até porque a matéria foi longamente discutida aqui na Casa, na Comissão. Eu acho que nada mais justo que seja formulado o requerimento e que a Comissão aprove o convite ao ex-Presidente do Uruguai, Sr. José Mujica, e também ao Vice-Presidente Danilo Astori. Todos já têm conhecimento da justificação, e acho que é importante que possamos concluir essa matéria, para não ficar apenas como sendo uma interpretação nossa, como Parlamentar de oposição, mas exatamente a interpretação daquilo que foi colocado pelos dois biógrafos, Andrés Danza e Ernesto Tulbovitz, no livro *Uma Ovelha Negra no Poder*.

Com isso, solicito seja colocado em votação esse Requerimento nº 35, que já cumpriu aquilo que o Regimento determina, que foi a leitura no dia 21 de maio.

Em segundo lugar, em relação a esse ponto levantado pelo Senador Wellington, eu concordo plenamente com V. Exª e acho que nós precisamos ver a maneira como isso tem acontecido no Brasil: essa chegada dos haitianos, para onde eles estão migrando, qual tem sido a atividade deles e de que maneira eles estão sobrevivendo, matéria que formulei na vinda do Chanceler aqui à Casa, e ele realmente disse não ter conhecimento.

As informações que se tem, Sr. Presidente, são em relação à faixa etária desses que estão chegando no Brasil. Segundo informação que tive, normalmente são pessoas de uma faixa etária até o máximo de 30 anos, 40 anos de idade, não vêm acompanhadas de suas famílias, e, com isso, um direcionamento teria sido feito para que eles ampliassem o movimento do MST ou também os movimentos urbanos.

Eu acho que o objetivo que esta Comissão tem é de esclarecer todos esses fatos que são trazidos ao nosso conhecimento.

Então, eu não só apoio, como reforço a tese levantada pelo Senador Wellington e por V. Exª, de fazer essa visita diretamente ao Estado do Acre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, há uma matéria submetida a deliberação, que é o requerimento de convite ao ex-Presidente do Uruguai e ao ex-Vice-Presidente.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 35, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que sejam convidados a prestar depoimento, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE),

o Excelentíssimo Senhor José Mujica, ex-Presidente da República Oriental da Uruguai, assim como o ex--Vice-Presidente uruguaio, Danilo Astori.
Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Está em discussão a matéria.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, eu queria fazer só uma observação: o próprio ex-Presidente Mujica desmentiu versões que foram amplamente divulgadas na imprensa nacional. Até por razões práticas, eu acho que é muito difícil que o Presidente Mujica venha ao Brasil para uma audiência pública com esse tema, acho até que por uma questão de economicidade de procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Trata-se de um convite, que ele aceitará ou não, evidentemente.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com os votos contrários do Senador Fernando Bezerra, do Senador Delcídio do Amaral e da Senadora Gleisi Hoffmann.

Srs. Senadores, eu agradeço a presença de todos e lembro que, na próxima semana, teremos uma audiência pública com a participação A iniciativa foi do Senador Tasso Jereissati. Teremos aqui, entre nós, para um debate sobre a política externa brasileira, o jornalista William Waack e o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães.

Será às 11h da manhã, mas, antes da audiência pública, vamos, finalmente, concluir a deliberação sobre a Lei de Imigração e, eventualmente, alguma sabatina que possamos encaixar agora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, eu até queria perguntar se V. Exª já tem um calendário das sabatinas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos fazer isso agora com a Secretaria da Comissão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Ah, está bem. Na próxima, V. Exª coloca.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, está encerrada a reunião. Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 6 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 2015.

Às catorze horas e trinta e oito minutos do dia nove de junho de dois mil e quinze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Marcelo Crivella. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Passa-se à deliberação conjunta dos itens 1 e 2 da PAUTA: ITEM 1) **MENSAGEM (SF)** Nº 20, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ENIO CORDEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) **MENSAGEM (SF)** Nº 22, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO ABDALLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Catar." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores indicados. O Presidente comunica o recebimento de convite da Aeronáutica a visitar a EMBRAER em São José dos Campos – SP e, também, que o MRE publicou nota a respeito do governo da Turquia. O Pre-

sidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às quinze horas e seis minutos assume a Presidência o Senador Tasso Jereissati. E às quinze horas e onze minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usa a palavra o Senador Tasso Jereissati. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os Senadores Hélio José, Cristovam Buarque e Ana Amélia. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às quinze horas e trinta e oito minutos assume a Presidência a Senadora Ana Amélia. E às quinze horas e quarenta minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usam, também, a palavra os Senadores Gleisi Hoffmann e Marcelo Crivella. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem os questionamentos apresentados. A reunião é tornada secreta às dezesseis horas e vinte e sete minutos e reaberta às dezesseis horas e vinte e oito minutos. Atua como secretário o Senador Cristovam Buarque. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e lhes apresenta seus cumprimentos. ITEM 3) **MENSAGEM (SF)** Nº 14, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Marcelo Crivella, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4) **MENSAGEM (SF)** Nº 37, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A nossa reunião de hoje destina-se a sabatinas de diplomatas que foram indicados pela Senhora Presidente da República para representar o nosso País, ocupando o cargo de Embaixador nos Estados Unidos Mexicanos, no Estado do Catar. São esses dois Embaixadores. Haverá também hoje duas leituras de relatórios mais à frente, que são a indicação de Embaixador na Dinamarca e na Mauritânia.

Muito bem. Eu pediria, então, à Secretaria da Comissão que conduzisse os Embaixadores aqui ao nosso plenário: o Sr. Enio Cordeiro e o Sr. Roberto Abdalla – Enio Cordeiro, para o México; e Roberto Abdalla, para o Catar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Comunico à Comissão que recebi correspondência do Comandante da Aeronáutica, através de sua assessoria parlamentar, que nos convida, convida os membros da Comissão, para uma visita institucional ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e à Empresa Brasileira Aeronáutica (Embraer), na cidade de São José dos Campos, uma; e de Gavião Peixoto, outra.

O objetivo da visita é apresentar à Comissão uma visão do trabalho desenvolvido na área da ciência e tecnologia aeronáutica, com a apresentação do Programa Aeroespacial Brasileiro e do programa de desenvolvimento da construção da nova aeronave de transporte táctico militar, o projeto KC-390, e de modernização das aeronaves de combate, F-5 e A-1.

Ele pede que nós, aqueles que estejam interessados em participar dessa atividade, comuniquem ao comandante com um prazo de duas semanas para que possam preparar a nossa visita.

Queria também comunicar aos senhores que o Ministério das Relações Exteriores faz publicar hoje uma nota a respeito da decisão do governo da Turquia, Senador Tasso, de chamar para a consulta o seu embaixador no Brasil. Esse comunicado do Governo brasileiro é embasado nos seguintes termos:

O Governo brasileiro lamenta a decisão do Governo turco de chamar para consultas seu Embaixador no Brasil. Lamenta, igualmente, os termos da nota à imprensa divulgada pelo Governo turco a propósito da adoção, pelo Senado Federal, do Requerimento nº 550, que contém "Moção de Solidariedade ao povo armênio pelo transcurso do Centenário da Campanha de extermínio de sua população".

No último dia 1º de junho, o Embaixador turco foi chamado ao Itamaraty e recebeu do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sergio Danese, amplas explicações sobre os procedimentos então em curso no Senado, sobre o sentido do Requerimento e sobre a tradicional posição do Brasil na matéria, que permanece inalterada. As mesmas explicações foram transmitidas pelo Secretário-Geral ao Embaixador da Armênia.

O Senado Federal agiu dentro de suas prerrogativas constitucionais e em consonância com o princípio da independência de Poderes consagrada pela Constituição brasileira.

O Governo brasileiro mantém a expectativa de que as relações bilaterais com a Turquia, formalmente definidas como estratégicas pelos dois países, possam retornar em breve à plena normalidade.

No que diz respeito a nós, foi uma moção aprovada, por unanimidade, com o apoiamento de 55 Srs. Senadores e uma nota que foi classificada pelo governo turco, uma moção que foi classificada pelo governo turco – vejam os senhores – de irresponsável. Uma nota infeliz e insolente por parte do governo turco que, talvez, não entenda perfeitamente as regras de um País que funciona constitucionalmente com base na separação de Poderes.

Passo a palavra, em primeiro lugar, ao Embaixador Enio Cordeiro, por vinte minutos, Sr. Embaixador.

O SR. ENIO CORDEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, é uma honra submeter-me, pela segunda vez, ao exame dos membros desta Comissão, com a indicação de meu nome para exercer a função de Embaixador nos Estados Unidos Mexicanos.

Agradeço ao Senador Antonio Anastasia, que vê-se incumbido da relatoria de minha indicação. Sou muito grato por suas palavras no relatório, Senador.

Ao completar quarenta anos de serviço no Itamaraty, sinto-me profundamente honrado com essa designação e, merecedor da aprovação do Senado Federal, saberei desempenhar essa função com dignidade, com empenho e dedicação, no propósito de contribuir para a projeção, no Brasil e no exterior, dessa visão de grandeza que devem ter as relações bilaterais.

Sr. Presidente, o México não é um território desconhecido na minha experiência profissional. Antes de assumir a embaixada em Buenos Aires, em 2010, exerci por vários anos a função de Subsecretário-Geral para Assuntos da América do Sul, Central e Caribe. Tive, nessa condição, a oportunidade de trabalhar intensamente com a qualificada diplomacia mexicana nos assuntos, nas questões da relação bilateral e da integração regional.

O México é importante parceiro do Brasil não apenas em razão da densidade do valor intrínseco da própria relação. Mas é também o país que é um dos grandes pilares da integração latino-americana e caribenha. Há ventos favoráveis, Sr. Presidente, que sopram na relação bilateral. E esses sinais novos se expressaram de maneira bastante clara na visita de Estado que a Senhora Presidente da República fez ao México no mês passado.

Sr. Presidente, a exemplo do que fez o Senador Anastasia em seu relatório, gostaria também de enfatizar a importância da relação econômica bilateral. O Brasil e o México são as duas maiores economias na América Latina. Somadas, as economias do Brasil e do México representam 64% do PIB da América Latina.

O México tem uma população de 120 milhões de habitantes. Com um Produto Interno Bruto de US$1,3 trilhão, o México avançou, neste ano, à posição de 14ª maior economia do mundo.

As projeções mais recentes do FMI indicam que a economia mexicana crescerá 3% neste ano. Para o ano que vem deverá crescer 3,3%.

O comércio exterior mexicano representa 64% do PIB e chegou, no ano passado, à cifra de US$800 bilhões.

O comércio bilateral alcançou, no ano passado, o valor de US$9 bilhões, com exportações brasileiras de US$3,6 bilhões e exportações mexicanas de US$5,3 bilhões, gerando, assim, um déficit para o Brasil de US$1,7 bilhão. Há, no entanto, uma grande disparidade entre as estatísticas brasileiras e as estatísticas mexicanas. Segundo as estatísticas brasileiras, o déficit foi de US$1,7 bilhão. E segundo as estatísticas mexicanas, esse déficit teria sido sete vezes menor, de US$250 milhões.

Sr. Presidente, um dado importante a destacar na relação econômica bilateral são os investimentos recíprocos. Os investimentos de empresas mexicanas no Brasil alcançam a cifra de US$30 bilhões. E, entre as empresas brasileiras que são controladas por investimentos mexicanos, citam-se a Embratel, a NET, a Claro, a Mabe, o Banco Standard de Investimentos, as cadeias Bimbo e Femsa, de produção e distribuição de pães e de refrigerantes, a Rede Cinépolis de salas de exibição. Há também uma grande empresa de distribuição de eletrodomésticos, uma financiadora de vendas a varejo e também um investimento mexicano no Brasil constitui a segunda maior empresa produtora de tubos e conexões.

A forte presença dos investimentos privados mexicanos é, assim, bastante visível na vida cotidiana de todos os brasileiros. Por sua vez, os investimentos privados brasileiros no México somam US$2 bilhões, com capitais que estão distribuídos em 650 empresas.

Os números do Banco Central do Brasil indicam investimento menor ainda do que US$2 bilhões. Mas, na verdade, trata-se de números claramente subestimados já que, por exemplo, a Braskem está participando de um investimento conjunto de mais de US$4,5 bilhões no projeto Etileno XXI, que é o maior investimento na área de petroquímicos no México dos últimos anos. E o braço brasileiro da InBev adquiriu em 2013 o grupo da Cervejaria Modelo numa operação por um valor de mais de US$13 bilhões. Isso indica que certamente os investimentos de empresas brasileiras no México são bastante mais substanciais do que está registrado no Banco Central.

Estão presentes no México muitas empresas brasileiras de primeira linha, que trabalham e que atuam em setores como químico e petroquímico, setor de siderurgia, setor automotivo e de autopartes, setor de bancos e de financiamento. Há empresas no setor de *software* e de tecnologia de informação. Há duas empresas produtoras de chapas acrílicas e uma empresa produtora de insumos para calçados, fabricação de calçados.

O BNDES também é um grande parceiro nessa relação. O BNDES financiou, nos últimos anos, parte dos investimentos da Braskem, por um valor de US$700 milhões, e tem financiado também as exportações brasileiras de aviões para o México. Essas exportações se realizaram ao longo dos dois últimos anos no valor de US$300 milhões. O financiamento já foi desembolsado. As aeronaves já foram entregues.

As relações econômicas com o México são, portanto, Sr. Presidente, muito mais densas e significativas do que os números de comércio exterior à primeira vista deixam transparecer.

Os acordos comerciais em vigor entre o Brasil e o México são o Acordo de Complementação Econômica nº 53 e o Acordo de Complementação Econômica nº 55.

O ACE 53 é um acordo de preferências fixas, que incorpora um número bastante limitado de produtos. Na verdade, não são mais do que 800 linhas tarifárias que têm preferência dentro desse acordo. No encontro presidencial do mês passado, decidiu-se, no entanto, promover a ampliação do universo tarifário e um aprofundamento das margens de preferência concedidas no âmbito do ACE 53, com o propósito de transformá-lo progressivamente num acordo de livre comércio entre Brasil e México.

Há, por isso, uma grande expectativa com relação a essas negociações de um acordo de livre comércio, que deverão iniciar, na verdade, no próximo mês. Mas nós devemos lembrar como uma nota de cautela que, poucos anos atrás, em 2012, frustrou-se, por resistência mexicana, a tentativa de levar adiante um acordo estratégico de integração econômica entre o Brasil e o México que tinha precisamente por objetivo estabelecer o livre comércio de bens entre os dois países.

Para o Brasil, sempre causou estranheza, nos últimos anos, essa curiosa resistência do setor industrial e, sobretudo, do setor agrícola no México, contrário à negociação de um acordo de livre comércio com o Brasil. Com efeito, o senso comum dificilmente explica que o empresariado mexicano possa ser refratário a um acordo de livre comércio com o Brasil, quando não encontra nenhuma dificuldade com os acordos de livre comércio que o México tem com os Estados Unidos e outros países desenvolvidos.

Outro acordo comercial que nós temos com o México é o ACE 55, que é um acordo que estabeleceu um regime de livre comércio mais restrito ao setor automotivo. Até o ano 2010, o comércio do setor automotivo entre Brasil e México gerava superávits para o Brasil. A partir de 2011, essa situação se reverteu bruscamente no entanto, em função, sobretudo, do aumento da competitividade das montadoras no México.

Mas além desse aumento da competitividade exportadora das montadoras no México, há outro fator que contribuiu para a diminuição das exportações brasileiras: é que o México passou a receber, por força das normas do NAFTA, um número impressionante de carros usados, de autos de segunda mão dos Estados Unidos. São esses autos de segunda mão que vêm dos Estados Unidos que deslocaram, na verdade, as exportações brasileiras de automóveis para o México. Esses autos de segunda mão representam hoje 50% de tudo o que é vendido no mercado mexicano de automóveis no mercado interno.

Diante dessa situação, diante do aumento das exportações mexicanas para o Brasil e da diminuição substancial das exportações de automóveis brasileiros para o México, o Brasil negociou com o México, em 2012, a introdução do sistema de cotas no acordo automotivo. Esse sistema de cotas foi prorrogado há poucos meses, no ano de 2015, e deverá se estender até o ano de 2019.

Cabe notar, Sr. Presidente, que a produção mexicana de automóveis ultrapassou a produção brasileira em 2014. No ano passado, a produção brasileira de automóveis, do parque automotivo brasileiro, ficou abaixo de 3 milhões de unidades e, no México, passou de 3,2 milhões unidades no ano passado.

Uma última nota sobre acordos comerciais: o México faz parte da Aliança do Pacífico, juntamente com a Colômbia, o Peru e o Chile. Desde o ano passado, existe um diálogo institucional estabelecido entre os países do Mercosul como bloco e os países da Aliança o Pacífico como bloco. Já houve duas reuniões no ano passado: uma em Cartagena e outra em Santiago. E no próximo mês, vamos realizar aqui em Brasília uma terceira reunião.

O Mercosul está apresentando um plano de ação nesse esforço de maior cooperação e densificação das relações econômicas entre países do Mercosul e da Aliança do Pacífico. Esse plano de ação estará baseado em dois eixos, radicado em dois eixos centrais: primeiro, a aceleração, o aprofundamento e a ampliação dos acordos de livre comércio que os países do Mercosul já têm com os países da Aliança do Pacífico. Na verdade, nós temos acordos de livre comércio já com o Chile, totalmente desgravado; com o Peru, que estará totalmente desgravado em 2019; com a Colômbia, que estará próximo de 90% desgravado até 2018. O único país da Aliança do Pacífico com quem nós temos apenas uma cobertura de 7,5% em desgravação comercial é o México. Por isso é tão importante que essas negociações, que vão iniciar no mês que vem, não se frustrem novamente.

O outro eixo dessas negociações propostas pelo Mercosul é em termos de facilitação de comércio. Mas o Brasil também já tomou iniciativa, já negociou com o México e assinou, no mês passado, um acordo de facilitação e cooperação em investimentos. E estamos negociando com os outros três países também da Aliança do Pacífico acordos da mesma natureza.

Sr. Presidente, passo agora a destacar rapidamente alguns aspectos políticos.

O primeiro aspecto que queria mencionar é a relação do México com os Estados Unidos. Todos sabem que a história política e a economia mexicana estão fortemente marcadas pela vizinhança com os Estados Unidos da América. E não é difícil imaginar o que significa para os mexicanos conviver com esse enorme poder de influência, com esse enorme poder de atração que vem do norte e que se reflete também na presença de 35 milhões de mexicanos e descendentes diretos de mexicanos que vivem hoje nos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, convivem no etos político mexicano as marcas de uma relação historicamente sempre conflitiva, de que é exemplo a perda de metade do território original do México, que foi anexada pelos Estados Unidos na primeira metade do século XIX.

Nos últimos 30 anos, com a incorporação ao NAFTA, consolidou-se a forte dependência da economia mexicana com relação aos Estados Unidos. A tal ponto que hoje se pode dizer que a economia mexicana pulsa e respira em função dos Estados Unidos. Os Estados Unidos absorvem nada menos do que 80% das exportações do México. E dos Estados Unidos provêm 50% das importações que o México realiza.

É interessante notar, contudo, que o México desenvolveu, no caráter autônomo e independente de sua política externa, um mecanismo de compensação dessa forte dependência econômica. E essa consideração me leva ao segundo ponto que eu desejo salientar: é a relação do México com o Brasil na agenda internacional.

O México e o Brasil, os senhores sabem, sustentam posições contrárias, no que se refere à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Brasil sustenta a necessidade de ampliação e de atualização da composição do Conselho com o acréscimo de novos membros na categoria de membros permanentes do Conselho e de novos membros na categoria de membros não permanentes do Conselho. O México faz parte de um grupo de países que dizem que a ampliação do Conselho de Segurança deve ser feita exclusivamente na categoria de membros não permanentes. Mas devo dizer que as divergências substanciais em matéria de agenda internacional param por aí. Na verdade os dois países, Brasil e México, são defensores do multilateralismo e são defensores da democratização da governança das instituições internacionais.

Brasil e México também são parceiros no Grupo dos 20 (G-20) e, como membros do G-20, têm posições coincidentes no que diz respeito à reforma do FMI, à necessidade de regras multilaterais equilibradas no comércio internacional e à retomada das negociações da Rodada Doha no âmbito da OMC.

O terceiro e último ponto, Sr. Presidente, que desejo mencionar brevemente, diz respeito à situação política interna no México. Como todos sabem, o México foi às urnas nesse fim de semana, e o Presidente Peña Nieto se defronta com importantes desafios na metade do seu mandato.

O retorno do PRI ao poder em 2012 foi marcado por uma mensagem de renovação modernizadora, e o Governo demonstrou inicialmente uma importante capacidade de mobilização, de concertação, de articulação política na promoção do chamado Pacto pelo México, que resultou na aprovação de um conjunto impressionante de reformas estruturais.

Na verdade, nos dois primeiros anos de governo, foram aprovadas nada menos do que onze importantes reformas constitucionais. No entanto, esse capital político se diluiu fortemente, ao longo de 2014, e o Presidente Peña Nieto enfrenta, neste momento, seus piores índices de popularidade e de aprovação.

Sr. Presidente, o México continua enfrentando importantes desafios na área de segurança pública, com o aumento da violência ligada ao narcotráfico, além da ocorrência frequente de desaparecimentos forçados e de execuções sumárias, com a participação de integrantes das forças públicas.

Outro grave problema que é um grande desafio de toda a sociedade do Estado mexicano está na área de inclusão social. O México apresenta índices elevadíssimos de pobreza e de indigência. Na verdade, mais da metade da população mexicana está abaixo da linha de pobreza. Isso significa que, no México, mais de 60 milhões de pessoas não logram prover diariamente as suas necessidades de sobrevivência.

Sr. Presidente, os brasileiros e os mexicanos sentem uma forte atração recíproca pelo que representam as suas tradições, a sua história, a sua cultura, a culinária, as riquezas naturais, as riquezas turísticas e, não menos importante do que isso, as conquistas futebolísticas e os infortúnios futebolísticos de cada um.

Esse sentimento de empatia se expressa também no impressionante aumento do fluxo de turismo entre os dois países. No ano passado, mais de 310 mil brasileiros visitaram o México. Assim como os cidadãos brasileiros e mexicanos buscam espontaneamente maior aproximação e conhecimento recíprocos, os dois governos desejam reforçar os laços de amizade e de cooperação também.

Se contar com a aprovação do Senado Federal, terei o prazer e o orgulho de contribuir para isto: contribuir para a projeção de uma relação que espelha essa vontade de maior cooperação e aproximação. E espelhando sempre essa visão de relevância, de importância estratégica, visão de grandeza que deve constituir a marca da relação bilateral tanto nos aspectos políticos quanto na sua dimensão econômica.

Quero terminar esta exposição inicial, Sr. Presidente, passando às suas mãos e, por seu intermédio, a todos os membros da Comissão um programa inicial de tarefas que pretendo cumprir no exercício dessa importante e elevada missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Embaixador. Muitíssimo obrigado.

Temos aqui um programa de trabalho alentado. Quero lembrar que essa é a primeira sabatina em que os sabatinados se apresentam aqui tendo já a Comissão recebido relatório de gestão dos seus predecessores nos postos que vão ocupar. E agora o Sr. Embaixador Enio Cordeiro traz também uma inovação que considero importante, quer dizer, um programa de trabalho sobre aquilo que constitui o sentido da sua missão.

O SR. ENIO CORDEIRO – E que reflete as sugestões do meu predecessor.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E que reflete também as sugestões do seu predecessor no posto.

Muito obrigado, Embaixador.

Eu passo a palavra, agora, ao Embaixador Roberto Abdalla, designado para o Estado do Catar.

O SR. ROBERTO ABDALLA – Exm**O SR. PRESIDENTE** da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Aloysio Nunes Ferreira; Exmo Sr. Senador Hélio José, que gentilmente se encarregou da relatoria dessa proposição, a quem muito agradeço; Srªs e Srs. Senadores membros desta Comissão, permitam-me inicialmente agradecer-lhes a oportunidade de estar aqui nesta tarde com V. Exªs, para submeter-lhes minha indicação a Embaixador do Brasil no Estado do Catar.

Agradeço igualmente à Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, e extensivamente ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, pela proposição de meu nome.

É um prazer voltar a esta Comissão quase seis anos depois de ter sido por ela aprovado para exercer as funções de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e cumulativamente no Reino do Bahrein.

Srªs e Srs. Senadores, nas últimas décadas, os países do Golfo Arábico emergiram como um novo centro de gravidade no Oriente Médio. Isso se deve a um grande dinamismo econômico decorrente de suas vastas reservas energéticas e também de seus abundantes recursos financeiros.

Dentre os países do Golfo, o Catar se distingue dos demais por apresentar certas vantagens comparativas. O Catar é dono das terceiras maiores reservas mundiais de gás, logo após a Rússia e o Irã – são 27,6 trilhões de metros cúbicos de gás –; é o maior exportador mundial de gás natural liquefeito, desde 2007; apresenta uma riqueza infinitamente superior ao tamanho de sua população, que é de apenas 2,2 milhões de habitantes; goza de uma comparativa coesão social – não há registros significativos de sectarismo ou tensões políticas internas –; e, não menos importante, conta com a liderança visionária, que tem guiado o país pelo caminho do desenvolvimento.

Ao longo dos últimos 20 anos, o Catar tem-se consolidado como um importante ator regional e também internacional. Conta, para tanto, com o uso estratégico do seu fundo soberano de investimentos, estimado em US$170 bilhões, sendo, por isso mesmo, um dos maiores do mundo, e também com uma política de exposição e riscos diplomáticos cuidadosamente calculados.

Insere-se nesse contexto a sua exitosa atuação como mediador de crises internacionais e também na libertação de reféns. Como exemplo, houve a troca recente, ocorrida no ano passado, de cinco prisioneiros do talibã, que se encontravam na prisão de Guantánamo, por um oficial norte-americano.

O Catar tem atuado também como organizador de grandes eventos internacionais, dos quais se destacam a 4ª Reunião Interministerial da Organização Mundial do Comércio, em 2001, que deu início à chamada Rodada Doha de negociações; e também a Copa do Mundo da FIFA, que deverá se realizar naquele país em 2022.

O país tem implementado...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Existem controvérsias.

O SR. ROBERTO ABDALLA – Controvérsias. Já vamos falar sobre elas.

O país tem implementado, ainda, uma estratégia de difusão bem-sucedida de sua imagem como emirado moderno e eficiente. Podemos citar, como expressão dessa imagem de sucesso, a Catar Airways, empresa que, desde 2010, realiza voos diários para o Brasil, sem escalas, para São Paulo, e que, por vários anos consecutivos, arrebanhou o prêmio de melhor companhia aérea de mundo e também a rede de televisão Al Jazeera, que conta com grande penetração e prestígio não só nas suas emissões em língua árabe, mas também em língua inglesa.

O Catar se distingue também por sua opção de investimentos na área de educação e cultura.

Ciente de que seus recursos energéticos não durarão para sempre, o emirado estabeleceu uma plataforma para capacitar sua população de acordo com os altos padrões internacionais vigentes e para se tornar também um avançado centro mundial de pesquisa e desenvolvimento. Assim sendo, o país ambiciona se tornar não somente uma potência regional, mas também um centro mundial de conhecimento e saber. Para tanto, foi criada a Qatar Foundation para educação, ciência e desenvolvimento comunitário e também a cidade educacional.

A cidade educacional é uma área que abrange, em seus domínios, oito universidades de renome internacional, dentre elas, seis norte-americanas e duas europeias, além da Qatar Academy para jovens com deficiência de aprendizado e o Qatar Science and Technology Park, que é uma área de 45 mil metros quadrados, dedicado à instalação de laboratórios e escritórios de pesquisa.

A Qatar Foundation patrocina ainda a Cúpula Mundial de Inovação para a Educação, mais conhecida como Cúpula Wise, evento que, no próximo mês de novembro, deverá contar com a participação da Senhora Presidente da República a convite da Sheikha Mozah Al-Missned, que é a Presidente da Qatar Foundation, mãe do atual emir e segunda esposa do emir pai.

Complementando esse projeto na área de educação e cultura, foi criado um centro cultural de ponta, a Katara Cultural Village, e diversos museus e galerias de arte que se espalham por toda a cidade de Doha.

Do ponto de vista econômico, o Catar é o que se convencionou chamar de Estado rentista, ou seja, sua economia depende basicamente de um único setor, no caso o de hidrocarbonetos.

Com efeito, 65% da renda nacional *catarí* advêm do setor de hidrocarbonetos; 35% do PIB advêm do gás; e o petróleo responde por 27% do PIB. Para que se tenha uma ideia, o segundo setor mais importante da economia catariana é o setor de serviços financeiros, que reponde apenas por 9% do Produto Interno Bruto.

O Catar registrou ainda, no ano passado, a maior renda *per capita* do mundo, de acordo com o The Economist Intelligence Unit. Aos padrões de poder e paridade de compra de 2014, essa renda atingiu US$144 mil.

Entre 2009 e 2014 o PIB catariano dobrou de valor, tendo atingido 212 milhões no ano passado. Na última década, o PIB cresceu a taxas mais ou menos constantes de 7%, muito embora nos anos de 2010 e 2011 tenha conhecido taxas de crescimento acima dos 10%. A previsão para 2015 é de um crescimento um pouco menor, na faixa dos 5,5%.

No atual momento, o segmento de construção civil representa o maior motor da economia catariana, porque é o setor responsável pelas obras de estrutura que estão sendo feitas no País e pela construção dos estádios em preparação à Copa de 2022. Para que tenhamos uma ideia, foram alocados US$65 bilhões para a realização desses investimentos, dos quais US$4 bilhões apenas na construção e reforma de três estádios, ao todo.

Mas é preciso ter em mente que o ciclo atual de crescimento no Catar se encerrará em 2018, com a finalização dessas obras; que a renda do petróleo se encontra, no momento, em declínio, e deverá continuar nessa tendência; e que a renda gerada pelas exportações do gás já está no limite de sua plena capacidade, mantida a atual faixa de produção, que é de 77 milhões de toneladas ao ano.

Srªs e Srs. Senadores, o Catar tem grande interesse no Brasil e o considera primordial para sua inserção na América Latina. Este ano celebramos 41 anos do relacionamento bilateral, ao mesmo tempo em que comemoramos 10 anos da instalação da Embaixada residente em Doha. O relacionamento bilateral encontra-se em seu melhor momento, com uma agenda de trabalho promissora que procurarei defender e desenvolver caso conte com a aprovação de V. Exªs.

O Catar é o país do Oriente Médio com o qual mantemos o diálogo mais fluido em nível de chefes de Estado. Em 2010, o então Emir Hamad al Thani visitou o Brasil e teve sua visita reciprocada pelo Presidente Lula no mesmo ano. Em setembro de 2013, a Xeica Mozah al Misnad, Presidente da Qatar Foundation, visitou o Brasil, quando pôde conhecer de perto os resultados de seus projetos na área de educação no Rio de Janeiro, e viajou ainda ao Pará, para explorar possibilidades na área de educação. Afigura-se aí, portanto, a possibilidade de multiplicação desses projetos junto com o Catar.

Em novembro de 2014, a Presidente Dilma Rousseff visitou o Catar. Os resultados da visita apontam para um adensamento marcante das relações bilaterais. São inúmeros os projetos que se delineiam e que prescrevem uma agenda de trabalho rica, que procurarei desenvolver como Embaixador em Doha.

Dentre as deliberações da visita da Senhora Presidente da República, merecem destaque as iniciativas que elenco a seguir.

A primeira delas foi o estabelecimento de um mecanismo de alto nível para intensificar o relacionamento bilateral em temas estratégicos. Foram definidas como temas estratégicos as áreas de comércio, investimento, energia, esportes e educação. No próximo dia 9 de outubro deverá ser realizada em Brasília a reunião do Comitê Interministerial Bilateral, que dará forma e seguimento a essa iniciativa.

Durante a visita da Senhora Presidente da República se expressou também a disposição de se firmar um contrato de médio prazo para fornecimento de gás natural liquefeito ao Brasil. Proximamente, será conformado um comitê bilateral para determinar de que forma será feito esse fornecimento e o prazo de sua validade.

Houve também a disposição de verificar a possibilidade de se incluírem as grandes universidades internacionais presentes em Doha no programa Ciência sem Fronteiras. Para isso, deverá ser agendada proximamente a visita do Presidente da Capes a Doha.

Conversou-se igualmente sobre o estabelecimento de um mecanismo formal para o intercâmbio de experiências relativas à organização da Copa do Mundo e, não menos importante, a disposição de firmar um acordo entre a Qatar Foundation e a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro para digitalização de documentos relativos à herança árabe no Brasil, a exemplo de projetos já semelhantes que a Qatar Foundation tem com a British Library em Londres e com a biblioteca do Congresso, em Washington.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. Fora do microfone.) – Com a Biblioteca Nacional?

O SR. ROBERTO ABDALLA – Com a Biblioteca Nacional ainda não, ainda não. Foi decidido na visita de novembro com a Presidente da República.

Nos planos comercial e de investimento, o relacionamento bilateral também poderá intensificar-se sobremaneira. Como V. Exªs poderão ter visto pelo avulso, as pautas de exportação e importação para o Catar e do Catar são concentradas em pouquíssimos produtos. Há, portanto, oportunidades de ampliação em diversos segmentos.

Muito embora o comercio bilateral tenha crescido 766% entre 2005 e 2014 e atingido, no ano passado, um pouco mais de US$1 bilhão, a partir de 2012, esse comércio passou a ser deficitário para o Brasil. No ano passado, nós compramos US$664 milhões do Catar, basicamente ureia, combustíveis e lubrificantes e plásticos. Por outro lado, exportamos para o Catar apenas US$370 milhões, basicamente, carnes, alumina e minério de ferro. A balança comercial, no ano passado, apresentou um déficit de US$295 milhões para o Brasil.

As exportações brasileiras para o Catar representam apenas 1,3% das importações cataris, o Brasil ocupando não mais que a 18ª posição dos fornecedores para o Catar. É preciso, portanto, identificar nichos e envidar esforços para aumentar a presença brasileira na pauta catariana de importações.

Na área de investimentos, a diversificação é não somente uma prioridade, mas também uma necessidade do governo catari, de forma a dar sustentabilidade à manutenção do programa de modernização ora em curso no País. Há portanto, diversas oportunidade de negócios e investimentos a serem exploradas para o Brasil. Do lado catariano, há um contínuo interesse em alta tecnologia relacionada a biocombustíveis e ao beneficiamento de gás natural. Do nosso lado, empresas brasileiras têm demonstrado interesse constante no mercado catari.

De fato, em 2013, a BRF adquiriu 49% da empresa Federal Foods, responsável pela distribuição dos produtos Sadia tanto no Catar quanto dos Emirados Árabes Unidos. Em 2014, a Progen, que é uma empresa de consultoria em construção civil, abriu escritório do Doha e conseguiu pré-qualificar-se para dois projetos na área de infraestrutura. Ao mesmo tempo, algumas construtoras brasileiras, entre elas a Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, também abriram escritório em Doha, mas, infelizmente, não tiveram seus planos concretizados na pré-qualificação de obras de infraestrutura no país.

No que concerne aos investimentos catarianos no Brasil, há um contínuo interesse da Qatar Investment Authority, que a administra o fundo soberano catariano no mercado brasileiro. A presença do fundo soberano catari no Brasil, entretanto, ainda é modesta. Os registram indicam investimentos da ordem de US$4 bilhões, dos quais US$2 bilhões em títulos do Santander Brasil, que representam apenas 5% do capital social do banco. Há, também, uma participação menor no setor agroindustrial e na propriedade do World Trade Center São Paulo. Registra-se ainda uma presença da Qatar Petroleum International no investimento junto com a Shell em uma plataforma de exploração no Parque das Conchas nas Bacia de Campos.

Srªs e Srs. Senadores, antes de terminar, eu gostaria de dar uma palavra sobre a comunidade brasileira. Cerca de mil brasileiros residem no Catar. São profissionais liberais, profissionais do futebol e de outros esportes, membros da aviação que trabalham para a Qatar Airways, contratados por empresas multinacionais, algumas delas na área de petróleo e gás.

A assistência consultar, como V. Exªs o sabem, é a tarefa fundamental da ação diplomática no exterior, e não envidarei esforços para cumpri-la caso minha indicação conte com a aprovação desta Comissão.

Em linhas gerais, Sr. Presidente, era o que eu teria a dizer.

Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Está aberta a lista de inscrição.

Senador Tasso Jereissati, Senador Hélio José, Senador Cristovam.

Senador Tasso, V. Exª tem a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Aloysio, Presidente desta Comissão; Embaixador Enio Cordeiro, Embaixador Roberto Abdalla, eu primeiramente queria sugerir ao Presidente que pudesse já abrir a votação, em função de que alguns membros da Comissão têm compromissos e o nosso horário marcado ficou um pouco apertado, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há alguma objeção quanto a isso?

Nenhuma objeção.

Então está aberto o processo de votação.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Excelentes apresentações hoje, Senador Aloysio, de todos os dois Embaixadores. Bastante claras, bastante até pedagógicas e objetivas. Eu só tenho a agradecer e parabenizar os dois Embaixadores, desejando sucesso nas suas missões.

E faço ao Embaixador Enio Cordeiro uma questão que tem sido quase constante: para uma maior integração comercial, que, pelo que V. Sª aqui relatou, é bastante pequena entre o Brasil e o México, de uma maneira bastante objetiva, o Mercosul ajuda ou atrapalha?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Aloysio, parabéns pela condução dos trabalhos.

Embaixador Enio Cordeiro, Embaixador Abdalla, foi com muita alegria que eu tive a oportunidade de relatar, em outra reunião, a indicação do Embaixador Roberto Abdalla. Eu acho que tanto o Enio quanto o Roberto vão para dois países muito importantes para as relações comerciais do Brasil. Tanto o México quanto o Catar, com desafios um pouco distintos, mas tão importantes quanto.

Acho que ao Enio Cordeiro cabe muito divulgar um pouco mais o turismo brasileiro no México. Porque a diferença é muito grande entre mexicanos que vêm para o Brasil e brasileiros que vão para o México. Acredito que o Brasil, com esse potencial imenso de belezas naturais, se for melhor demonstrado no México, vai mudar essa realidade. É menos da metade: 76 mil mexicanos vieram para o Brasil em 2013, e 267 mil foram para o México.

Acho também, Enio, que poderia ver a possibilidade de melhores investimentos brasileiros no México, abrir um pouco o mercado para que as empresas brasileiras que têm condições de investir possam fazê-lo.

Ao Roberto Abdalla, que é uma pessoa superexperiente na área de Oriente Médio, um *expert,* na verdade, quero desejar que você consiga contribuir de uma forma ou de outra, como Embaixador no Catar, para a paz nessa região tão importante, para que a gente possa algum dia ver que Israel e Palestina estão em paz, que aquela região toda está em paz.

Com relação a Brasil e Catar, acho que valeria a pena aumentar talvez o intercâmbio entre pessoas, o turismo mesmo. Muito poucas pessoas do Catar vêm para o Brasil. Por ser um país tão rico, com a maior renda *per capita* do mundo, na área do turismo, nós poderíamos ter bastantes divisas para o nosso País dentro do Catar. E as oportunidades também de fazer o contrário, incentivar o Catar a investir no Brasil os petrodólares deles. Hoje, a Presidenta Dilma acabou de lançar o Plano de Investimento e Logística com uma série de concessões que vão ser feitas tanto em rodovias, quanto em ferrovias, quanto em portos e aeroportos. Então esses petrodólares e milhões de dólares do Catar poderiam muito bem, dependendo da situação, e serve também para o México que é rico, investir no Brasil em algumas dessas concessões.

Quero desejar sucesso tanto ao Enio quanto ao Roberto. Que Deus esteja com vocês e que corra tudo bem lá no Catar e no México!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, eu tenho tido o costume aqui, nas sabatinas com os Senadores, de apresentar uma lista dos grande problemas que nós estamos enfrentando no mundo para saber como é que, na posição que vão ocupar, vocês podem trazer contribuições para o Brasil entender o que está acontecendo. Desta vez eu não vou fazer isso, porque eu acho que os dois países são tão simbólicos desses problemas que eu vou especificar claramente, Senador Aloysio.

Por exemplo, no caso do México, é um lugar fundamental para a gente avaliar, observar como é que vamos enfrentar essa praga da humanidade hoje, que é a droga e o tráfico, e que não são a mesma coisa; estão

vinculados. A droga é a degradação da pessoa que usa, o tráfico é o resultado da proibição, que termina levando, na tentativa de defender para que não haja usuário, à criminalidade. O México deve ser o melhor País do mundo para se observar como é que está ocorrendo essa guerra do tráfico – talvez nenhum lugar seja igual. Aliás, talvez não, nenhum país está passando por aquilo que estão passando ali. Então, é o lugar para saber o que se está pensando, para que nós aqui enfrentemos, também, esse assunto da droga e até do tráfico, que, mais dia, menos dia, pode chegar a dimensões catastróficas, se é que já não podemos chamar de catastróficas.

A outra coisa é a ideia dos novos blocos comerciais, que nós deixamos de lado no Brasil ao ficarmos muito presos no Mercosul – e fala alguém aqui que ainda acredita no Mercosul, que sou eu. Não podemos ficar presos a um bloco, sobretudo de países pequenos.

O México é um bom lugar para observar: quais as vantagens e desvantagens do livre comércio com os Estado Unidos; como caminhar, embora não tenhamos costas no Pacífico, mas como caminhar para tirar proveito desse bloco do Pacífico; como tirar proveito do bloco do Atlântico Norte. O México é o lugar positivo para observar essa nova formulação de blocos comerciais.

Ao mesmo tempo, é um País que tradicionalmente pode nos trazer muito em cooperação científica, tecnológica e cultural. Está na hora, já temos feito bastante, sobretudo em cultura, mas eu creio que ainda há um espaço imenso para aumentar a contribuição, a cooperação cultural e uma que a gente não tem usado muito, que é a ciência e tecnologia, basta ver que, no programa Ciências Sem Fronteiras, o México não tem sido um dos países de maior destino de brasileiros e pode, sim, ser um país de muito destino.

No que se refere a Doha, Catar, a gente sempre que fala em Catar fala em petróleo, mas há tantas outras coisas importantes para a gente observar a partir do Catar, a partir de Doha! Por exemplo, essa terceira guerra, seja mundial ou não, de que forma está acontecendo naquela região. O Catar é um lugar importante para observar o que está acontecendo em situações que para nós, de fora, parecem tão esquisitas, como o exército islâmico, como as irmandades muçulmanas, como as ditaduras que se formam em nome de defender liberdades contra o que seria uma opressão religiosa.

Ali, Embaixador, o Senhor vai estar no lugar, talvez, mais privilegiado que a gente tenha, junto com outros na proximidade, para observar a complexidade da geopolítica naquela região inteira. O Senador Hélio tocou nisso. Eu creio que o senhor vai ter um lugar fundamental para observar e nos ajudar a entender o que pode passar no mundo.

Como é que se errou tanto para deixar que essa região chegasse a esse ponto? Porque não há dúvidas que foram erros de política externa, especialmente dos Estados Unidos, mas também, de países europeus. Como é que se errou tanto para chegar a esse ponto?

Outro assunto é a experiência educacional que o Catar tem, que poucos conhecem. O Catar hoje é um centro importante universitário, graças a importação em bloco de universidades inteiras dos Estados Unidos e da Europa. Abrem ali *campi* universitários como se abrem indústrias de automóveis aqui no Brasil. E aí é a experiência de um país que sabe que seus recursos se esgotarão e está procurando outro caminho. Isso é algo que vale a pena ver.

Outro ponto que eu sempre ponho nos grandes problemas do mundo de hoje é a migração, que está trazendo as tragédias que a gente vê, como no Mediterrâneo, como o muro separando o México dos Estados Unidos etc. O Catar é um país de imigrantes, ao mesmo tempo em condições muito negativas, pela vida que eles levam, mas também, de certa maneira, abrigados da miséria de onde eles estavam. Até que ponto a gente pode combinar uma forma de aceitação de imigrantes, abrigo de imigrantes, sem quebrar o tecido social local, que é a preocupação da Europa, mas também sem cair na exclusão dos imigrantes dentro do próprio País?

E finalmente, não vou falar de energia, porque não é só petróleo, o Catar é um ponto importante para imaginar petróleo. Aliás, uma outra coisa importante: água. Água é um grande problema do mundo. E eles estão resolvendo com água dessalinizada. É verdade que têm gás suficiente para produzir a água dessalinizada, o que exige muita energia.

Mas, finalmente, um problema que a mim me interessa muito é o problema da filantropia. Poucos países hoje têm um grau de apoio a políticas no exterior, políticas de atendimento, sobretudo na área de educação, quanto o Catar, inclusive o Brasil. Há programas no Brasil financiados pelo Emir e sobretudo pela Fundação Catar. E são programas muito interessantes, que, se forem parados, vão trazer prejuízo grande para a educação, pelo menos em alguns Estados brasileiros. Então lá o senhor vai ter a oportunidade não só de tentar incentivar essa cooperação... Enquanto a Fundação financia, é que a gente sempre vê, o Barcelona, financia também programas sociais extremamente importantes, inclusive no Brasil.

Então eu fico satisfeito de ver dois profissionais da maior qualidade indo representar o Brasil e fico na expectativa de que nós tenhamos em vocês não apenas os representantes, mas nossos observadores.

E eu concluo, Senador Aloysio, Presidente, dizendo que eu acho que a gente deveria encontrar uma maneira de fazer com que os nossos embaixadores lá fora mandassem relatórios para nós. Pode ser até cópia dos relatórios que mandam para o Ministério. Não vamos querer os sigilosos, não, porque aqui vazaria na mesma hora. E há informações relativas aos países que exigem um sigilo de Estado a Estado. Mas problemas como esses que eu coloquei, eu gostaria de não voltar a colocar daqui a três, quatro anos, na próxima sabatina. Eu gostaria, até lá, de ter uma participação de relação da nossa Comissão, Senador Aloysio, com os nossos embaixadores no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito boa sugestão, Senador Cristovam Buarque. Eu vou conversar com o Ministro, ouvi-lo, para ver como é que se pode implementar essa sugestão. Excelente.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu nem iria fazer perguntas, até porque, imaginem, com esse sobrenome, o do Embaixador Roberto Abdalla, poderia abrir mão de perguntas para ele, porque vai ao lugar certo, é o homem certo no lugar certo. Pelo menos o nome também ajuda, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E tem uma grande experiência em Oriente Médio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – No Kuwait, não é? Esteve no Kuwait.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Excelente experiência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, diante disso, eu queria levantar duas ou três questõezinhas para o senhor.

Qual é a estratégia que o Governo brasileiro tem para ajudar o Catar a organizar a Copa do Mundo de 2022, como prometeu a Presidente Dilma Rousseff em novembro do ano passado, em visita ao Emir do Catar, Tamim bin Hamad Al Thani, em Doha?

Sobre essa questão, agora nós estamos vivendo momentos de muita turbulência e perplexidade, porque as copas de 2018, na Rússia, e 2022, no Catar, podem sofrer alterações em suas sedes, porque o Presidente do Comitê de Auditoria da FIFA, Domenico Scala, disse, em entrevista a um jornal suíço, que os países podem perder o direito de receber o mundial caso haja evidência de suborno nos processos de seleção das sedes.

Considerando esse cenário, qual é a atuação eventual da embaixada ou do Governo brasileiro em relação aos episódios de corrupção no futebol, especialmente na Copa do Mundo, assunto que interessa tanto ao Brasil?

Eu achei interessante aqui que o comércio bilateral aumentou muito no período de 2007 a 2014, alcançando US$1 bilhão. Claro, pode não ser muito, mas, considerando o tamanho do Catar, é muito: um crescimento de quase 419%. E isso, claro, deve estar concentrado muito em petróleo, pode ser petróleo. E é superavitário para o Brasil. Então, o que pode haver nesse comércio para melhorar?

Qual é a posição do Catar em relação aos conflitos no Oriente Médio, envolvendo, sobretudo, uma questão gravíssima que é o Estado Islâmico?

Para o Embaixador do México, que ontem eu tive a honra de receber, como eu sou do Rio Grande do Sul, sempre dirijo as perguntas com interesses focados no Estado. O setor coureiro-calçadista sempre teve um papel importante no México, porque estava com exportação, fazendo alguns tipos de acordos comerciais – as feiras de calçados que existem no México têm muita participação brasileira. No setor automotivo, também havia um acordo bilateral, mesmo que o NAFTA tenha algumas limitações, porque os acordos não são entre países. Então, queria uma opinião do senhor sobre isto: que espaço nós temos, especialmente no Rio Grande do Sul, para a questão relacionada aos calçados ou outros produtos, como máquinas agrícolas eventualmente.

Uma indagação para o senhor. O Senador Cristovam já abordou a questão do tráfico de drogas, nós falamos ontem sobre isso. A Polícia Federal pediu ao Presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, uma cópia de todos os contratos e aditivos de navios-sonda fretados ou de titularidade da estatal petrolífera junto ao Golfo do México desde 2007. O Requerimento nº 3.220, do dia 4 de junho, foi feito no âmbito de um inquérito específico sobre sondas da Petrobras. A investigação é conduzida pelo Delegado Eduardo Mauat da Silva, que integra a força-tarefa da Operação Lava Jato. Que tipo de contribuição a Embaixada do Brasil no México poderá trazer para as investigações nesse episódio da conhecida Operação Lava Jato?

Essas são minhas indagações, desejando sucesso aos dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Finalmente, a Senadora Gleisi Hoffmann.

Peço à Senadora Ana Amélia que presida por um instante para que eu possa votar.

Por cinco minutos, V. Exª tem a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Na realidade, eu não quero aqui fazer nenhuma pergunta, apenas cumprimentar nossos Embaixadores, desejar muita sorte ao Embaixador Roberto Abdala, que vai representar o Brasil no Catar, e também ao Embaixador Enio Cordeiro, que eu tive a grata satisfação de saber, hoje pela manhã, que é paranaense, sua família é do Paraná. Também quero parabenizá-lo pela indicação e desejar-lhe muita sorte.

Fiquei, entretanto, muito impactada com um dado que o senhor passou para nós sobre a pobreza no México. Cinquenta por cento da população mexicana está abaixo da linha da pobreza. Isso é muito expressivo, porque a gente sempre vê aqui...

Claro, é importante essa relação com o México, tanto é que a Presidenta esteve lá, assinou nove atos bilaterais, se eu não me engano, ampliando relações comerciais. Queremos ter essa relação, mas se exalta muito a inserção mexicana no cenário internacional, o modelo que o México usa para essa inserção, e, na realidade, os dados sociais que nós temos, resultados dessa inserção, não são dados que comprovam que é a melhor forma. Ter uma população tão expressiva pobre é muito significativo.

Agora tive a informação que a Cepal soltou um relatório, mostrando que o México teve seu salário mínimo em queda de mais de 77% nos últimos 35 anos, enquanto, no Brasil, nós tivemos, praticamente, esse índice de aumento nos últimos doze anos. Não estou aqui fazendo uma crítica à política mexicana, nem é meu objetivo, mas apenas deixando claro que a gente tem de ter, quando se faz análise sobre inserção no mercado global, essa análise crítica dos resultados sociais que nós temos, não apenas dos resultados econômicos que, muitas vezes, são rápidos.

Eu queria cumprimentar V. Exª, desejar sucesso e dizer que esta Casa vai estar sempre à disposição para que a gente possa avançar, tanto com o México como com o Catar, em acordos que sejam importantes para o desenvolvimento em ambos os países.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Senador Crivella gostaria também de fazer uma intervenção.

V. Exª tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, é apenas para parabenizar os Srs. Embaixadores, mas pedir ao Embaixador Enio uma atenção especial com relação à imigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos via México.

Fui Presidente de uma CPI, há oito anos, e nós fizemos o mapa da imigração ilegal. O coração da operação eram os coiotes, que, da Cidade do México, levavam de ônibus os brasileiros até a fronteira dos Estados Unidos com o Rio Grande – Texas, Arizona e Califórnia –, e ali os brasileiros eram lançados naqueles desertos, muitos deles eram presos, poucos tinham sucesso. Chegou-se ao ponto de haver 10 mil brasileiros na cadeia.

Nós conseguimos desbaratar essas quadrilhas, o FBI trabalhou com a Polícia Federal, quebramos sigilos bancários, telefônicos, graças a Deus... Fizemos também um setor no Itamaraty para cuidar dos brasileiros na diáspora. Chegamos a um momento em que os brasileiros ilegais nos Estados Unidos, nas cadeias, não chegavam a mil pessoas, aliás, não chegavam a 300 pessoas.

Naquela ocasião também adotamos a necessidade de vistos, a obrigatoriedade de visto digital. O México exigia visto brasileiro, e o Brasil exigia visto de mexicanos, pelos nossos acordos de reciprocidade.

Essas coisas foram se afrouxando com o tempo, e já começamos a ver novamente brasileiros entupindo as prisões do Arizona, do Texas e da Califórnia.

Eu gostaria apenas de pedir a V. Exª que cuidasse desse assunto. É uma desumanidade. Os coiotes convencem senhoras pobres de Goiás, de Minas, do interior de São Paulo, de Rondônia a venderem o pouco que têm, para se aventurarem, com a promessa de que vão ser empregadas domésticas, ganhando R$5 mil, R$10 mil. Eu encontrei pessoas na cadeia que tinham filhos deficientes e que me disseram: "Estou chegando aos 55, 60 anos de idade, e a única coisa que tenho para deixar para o meu filho é o que eu puder acumular aqui nos Estados Unidos". Então, o fim delas era dramático: a prisão. E voltavam envergonhadas, depois de três, quatro meses naquela cadeia. Queria apenas pedir ao senhor uma atenção muito especial com relação a esse problema, que volta a se agravar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Crivella.

Agora, passo a palavra ao Embaixador Enio Cordeiro.

O SR. ENIO CORDEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente. E obrigado a todos os Senadores que participaram do debate pelas perguntas que me dirigiram.

Começarei, se o senhor me permitir, pela Senadora Gleisi Hoffmann, minha conterrânea.

Senadora, a senhora fez referência a algumas citações que fiz com relação à situação de pobreza. Não estamos em competição sobre qual é a situação social mais grave ou menos grave. O México tem seus problemas, e o Estado mexicano tratará de enfrentá-lo, como tenta enfrentá-lo. E nós temos também uma situação

social no Brasil que merece muita atenção. Bolsões de pobreza são bolsões de pobreza, seja no Brasil, seja nos Estados Unidos ou na Europa. Bolsões de pobreza precisam ser tratados.

Os desafios no México são, na verdade, desafios muito importantes. E queria compartilhar com a senhora e com os Srs. Senadores alguns dados – e não se trata de uma comparação – que refletem a situação social num país tão importante como é o México.

Eu já havia dito que 51% da população vive abaixo da linha da pobreza, dos quais 37%, na verdade, estão em situação de pobreza e 14% em situação de indigência. O México é o único país da América Latina e Caribe onde a pobreza tem aumentado nos últimos anos. Na população indígena, que é uma população de 11 milhões, 8 milhões vivem na pobreza, e, desses, 3,5 vivem em indigência.

O salário mínimo, é verdade, perdeu 80% do seu poder de compra nos últimos 30 anos, o que coincide exatamente – coincide exatamente – com o período de vigência do NAFTA. Durante esse período de vigência do NAFTA, desde 1994 até agora, o salário mínimo no México perdeu 80% de valor.

A taxa de informalidade no mercado de trabalho é de 60%, e 26% do PIB do México é gerado a partir de atividades informais.

Setenta e dois milhões de pessoas não têm acesso ao seguro social, que é assistência médica, e dois terços da população com mais de 65 anos não têm acesso a pensão.

Um milhão e meio de crianças sofre de desnutrição crônica, 23% da população infantil padece de anemia.

Trinta milhões de mexicanos são menores de 14 anos, dos quais 12 milhões de não frequentam a escola. A taxa de evasão escolar no ensino fundamental é de 50%.

O déficit habitacional é de 15 milhões de residências e 25 milhões de mexicanos, que são 20% da população, não têm acesso aos serviços básicos de saneamento, de água, de luz e fogão em casa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É o filme de Buñuel: Os Deserdados.

O SR. ENIO CORDEIRO – Isso dá uma dimensão do quanto nós temos em oportunidade de aprender reciprocamente, brasileiros e mexicanos, no intercâmbio de informações sobre o desempenho de políticas sociais. E no programa de trabalho que entreguei durante a minha exposição a**O SR. PRESIDENTE**, é um dos pontos que eu saliento a oportunidade de podermos compartilhar informações e desenvolver um intercâmbio de experiências. Na verdade, isso já ocorre com alguma frequência. Muitos funcionários do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) têm participado de visitas ao México e muitos funcionários mexicanos têm participado de visitas ao Brasil. Mas há nessa área social, na verdade, um área muito fértil de aprendizado recíproco e comum.

A senhora se referia a modelos econômicos e o Senador Cristovam Buarque também fez uma referência a esse aspecto. O senhor perguntava, Senador, se o Brasil deve continuar preso a um único grupo. Na verdade, não significa, de novo, comparar modelos. O modelo econômico mexicano é bastante distinto do que nós perseguimos. De uma certa forma, a tônica da economia brasileira está centrada na fortaleza do mercado interno, que é muito poderoso. E quando o consumo no mercado interno brasileiro diminui, nós temos fraqueza e diminuição da atividade produtiva.

O México é uma economia que está voltada para o exterior. No México se produz muito mais para fora do que para dentro. Por exemplo, o mercado automotivo no México tem uma produção de 3,2 milhões de unidades de automóveis, teve no ano passado, mas o mercado interno consome 1 milhão por ano. Desses 2 milhões, na verdade, de tudo o que o México produz, 75% são exportados no setor automotivo. Mas a lógica industrial no México é uma lógica industrial de participação em cadeias globais de valor, que não está centrada na valorização do mercado consumidor interno como um motor do desenvolvimento da economia, e, sim, na demanda que vem do exterior.

Assim, os acordos comerciais todos que o México firmou: NAFTA, para exportar para os Estados Unidos, e os outros acordos são com asiáticos e europeus, para importar produtos intermediários e insumos de produção. O México faz com os Estados Unidos um superávit de US$120 bilhões por ano, que é todo esvaído na compra de produtos intermediários e de insumos e produção que vêm da Ásia e de outros países. Apenas com a China há um déficit de US$60 bilhões por ano.

A agregação de valor interno, em um modelo assim e em todos os modelos diretamente associados a essa nova forma de distribuição de localização de produção das grandes empresas internacionais, é muitas vezes baseada na agregação de pouco valor de trabalho ou de pouco valor interno. E esse é um dos dados que eu estava mencionando anteriormente. O valor do salário mínimo no México caiu 80% em 30 anos. Não se trata de dizer que esse modelo é melhor que o outro. Na verdade, as economias hoje são tão sofisticadas que precisam ter um pouco de cada coisa, precisam integrar-se de todas as formas. Mas o custo social de uma economia às vezes integrada, dependente excessivamente do mercado exterior pode ser esse de um retrato social que comprometa um pouco os dados de desempenho.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. Fora do microfone.) – Sobretudo em um país com essa população, não é?

O SR. ENIO CORDEIRO – Sobretudo. Na valorização do mercado interno, países que têm uma população muito menor, às vezes, fecham a economia, para valorizar a geração de emprego e renda interna.

A escolha dos países é soberana, e não se trata de buscar elogios internos ou externos com relação às opções que se tomam. Na verdade, o modelo mexicano e o modelo brasileiro têm muitos pontos de contato, mas têm muitas diferenças essenciais, dentre as quais, essas que acabei de salientar.

O Senador Cristovam, nas suas observações, também centrou-se bastante em cooperação cultural, e, Senador, eu queria só fazer uma leitura rápida para o senhor de algumas propostas que apresentei no plano de trabalho que entreguei a**O SR. PRESIDENTE**. Na parte cultural, o que se está propondo é ampliar a participação em festivais culturais e feiras de livro, onde existe uma grande receptividade no ambiente cultural mexicano com relação ao Brasil; desenvolver parcerias culturais com as empresas brasileiras, as grandes empresas brasileiras que estão presentes no mercado mexicano e que podem também contribuir com programas de divulgação cultural e de intensificação das relações culturais.

Acho importante um ponto relativo ao intercâmbio de conteúdos entre televisões públicas, e isso é uma coisa que me escandalizava, de certa forma, quando fui Embaixador em Buenos Aires. Em um país vizinho e tão próximo, quando se liga a televisão pública aqui no Brasil e a televisão a cabo, sobretudo, vemos programas em japonês, vemos programas em coreano, vemos programas em servo-croata, mas não se vê um programa argentino! E na Argentina sucede-se a mesma coisa: liga-se a televisão e há programas do mundo inteiro, mas não existe um canal que diga: esta é a realidade brasileira. Os brasileiros conhecem a Argentina, e os argentinos conhecem o Brasil, muito mais mediados em termos de informação pela CNN de Atlanta do que, na verdade, pelas informações da televisão pública de cada país, e acho que isso nós devemos desenvolver também.

O Senador Hélio José fazia referência a investimentos e à divulgação maior de eventos de turismo no Brasil. Existe um programa com a Embratur, e, na verdade, esse programa alimenta muito do que se faz em termos de divulgação cultural na Embaixada. Os números estão crescendo, e isso é muito bom. Os brasileiros e mexicanos estão se conhecendo cada vez mais, cada vez melhor. Os grandes eventos realizados no Brasil têm contribuído muito para isso. O México foi um dos países que mais mandou, na verdade, cidadãos e torcedores para a Copa do Mundo no ano passado. No ano passado, estivemos muito próximos da marca de 100 mil visitantes mexicanos no Brasil, e essas atividades vamos, certamente, continuar na Embaixada.

A Senadora Ana Amélia fez perguntas específicas sobre oportunidades para o setor de couro e calçados. Aí está uma das tarifas mais elevadas que existem no México. Eu vou arriscar um número, porque não o tenho de memória, mas acho que a tarifa para calçados é de 60%, e é uma tarifa proibitiva. Daí a importância daquilo sobre o que estávamos conversando no início: o México é o único país da Aliança do Pacífico com o qual nós ainda não temos um acordo de livre comércio. O nosso acordo só tem uma cobertura desgravada, em termos tarifários, até hoje, de 7,5%. Além disso...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Desculpe-me. A que o senhor atribui esse fato? O senhor disse que há um contraste entre a relação do Brasil com o México e do México com os Estados Unidos, desse ponto de vista. Por que, na sua opinião, há esse fechamento recíproco?

O SR. ENIO CORDEIRO – Eu acho que há razões, tanto na área agrícola, como na área industrial, que um pouco explicam essa atitude, que teremos que ir superando. Chegar a uma situação de livre comércio com México não será uma negociação de dois, nem de três ou quatro meses. Nós teremos que construir isso através de associações produtivas e de associações comerciais entre os empresariados do Brasil e do México. Essa será uma tarefa para de dez a quinze anos.

Nós poderemos ampliar o acordo existente para que a cobertura suba do nível em que está para um terço, depois, 40%, digamos, de cobertura das linhas tarifárias. E chegar a 100% poderia ser, como se dizia antigamente, comendo a sopa pelas bordas na medida em que seja possível.

Na área da agricultura, o que aconteceu, o senhor sabe, é que metade das terras agricultáveis no México são terras de *ejidos*, terras comunais. Essa é uma herança da revolução mexicana, é uma herança da distribuição de terras na década de 30, na época dos primeiros presidentes que assumiram a condução do México logo depois da revolução mexicana, especialmente do Presidente Lázaro Cárdenas, já na década de 30. O fato é que no México existe uma concentração de produção agrícola em agricultura familiar.

Um dado comparativo: o agronegócio no Brasil faz 40% das exportações, o agronegócio no Brasil ocupa 20% da força de trabalho, o agronegócio no Brasil faz 23% do PIB. No México, o agronegócio faz apenas 3%, a agricultura faz 3% do PIB e emprega 15% da população, o que demonstra que está muito, muito centrada em produção familiar.

Com o estabelecimento do NAFTA, uma das coisas que aconteceram foi que a grande produção agrícola passou a centrar-se nos Estados Unidos. O México é o berço do milho. No entanto, praticamente todo o milho que se consome hoje no México, que é base da alimentação, é importado dos Estados Unidos, são US$2 bilhões por ano. A soja também vem praticamente toda de lá.

Um país que, pelas circunstâncias da sua relação econômica com o vizinho do norte, já cedeu grande parte do espaço da agricultura para o vizinho do norte, onde a agricultura familiar tem o peso e a importância que têm, onde se concentra, além da importância que tem, uma grande parte da pobreza que precisa ser tratada no país, tem dificuldade, naturalmente, esse país em ceder mais espaço em agricultura para uma economia agrícola tão produtiva e tão competitiva como é a brasileira, como é a Argentina e como são outras.

Do lado da indústria, existe uma lógica diferente, quer dizer, o modelo econômico mexicano é um modelo exportador para os Estados Unidos, 80% das exportações vão para os Estados Unidos, US$320 bilhões por ano são produzidos no México e exportados para os Estados Unidos.

Para que o México fez, ou se envolveu, ou se engajou até hoje em negociações de acordos comerciais de livre comércio? Foi para, a partir de centros de provisão de matéria-prima, de bens intermediários de países asiáticos e de países europeus, importar com tarifa zero, ao menor custo, aquilo que é transformado a um salário que não é o melhor do mundo – como o do brasileiro tampouco é o melhor salário do mundo –, mas exportado com essa agregação de valor para os Estados Unidos. Esses insumos de produção tanto no setor automotivo, quer dizer, 50% do que entra num automóvel fabricado no México é importado, 75% do que entra num produto eletrônico do México é importado, a agregação de valor é menor em função do valor total do bem, mas o modelo econômico é o modelo que faz acordos de livre comércio para importar, e para importar o que o Brasil não vende, porque nós também importamos isso: telas planas, insumos eletrônicos de automóveis.

Então, buscar espaço para uma integração e complementação econômica com o México é um esforço que devemos fazer, em termos de integração econômica e de afirmação na integração comercial, econômica, industrial na América Latina e Caribe, é muito importante. Agora, há interesses, e é isso o que dizia o Senador Hélio José, é preciso investir mais, e as empresas brasileiras estão investindo lá. É preciso o México investir mais no Brasil, e investe, é um dos principais investidores do Brasil. Criar confiança entre os dois empresariados, gerar parcerias e gerar uma integração produtiva maior é o grande desafio; é o grande desafio.

Se o senhor me permitir, o Senador Crivella solicitava a atenção do próximo embaixador no México para a questão da imigração. Eu, nos anos 90, fui Cônsul-Geral em Houston e vi o drama de tantos brasileiros que assistimos nas prisões mexicanas e que assistimos no momento da deportação. Isso há que se evitar por todas as formas. Não quer dizer que devamos reintroduzir o sistema de vistos obrigatórios com o México. Eu acho que a liberdade de movimento é uma das grandes conquistas que a gente tem com o passaporte, é fazer uma cidadania regional ter valor. O fenômeno voltou a aparecer. Desde o ano passado nós temos notado – na verdade, nós temos um consulado-geral no México além da Embaixada –, temos detectado um aumento de casos de imigração irregular para os Estados Unidos usando a Guatemala e o México como rota de chegada. Isso vai exigir não só de parte de nossas autoridades e das autoridades migratórias do Brasil, como das do México, uma cooperação cada vez mais intensa e campanhas de esclarecimento também para que se possa advertir e detectar onde estão os principais centros de exploração, através dos coiotes, desse tipo de atividade, e como nós podemos prevenir o envolvimento de brasileiros nesse tipo de ação.

Eu acho que nós temos um acordo de visto que é do ano 2000. Esse acordo foi unilateralmente suspenso em 2005 e, em 2013, foi novamente colocado em vigor. Faremos tudo para que essa situação possa se manter, o que vai exigir maior cooperação e ação de inteligência de parte das autoridades policiais. Por isso é que nós temos também uma aditância policial, que é uma adição bastante importante que a Embaixada recebeu nos últimos anos.

Sr. Presidente, eu não quero abusar do tempo. Acho que cobri, de maneira geral, as perguntas que me foram feitas, mas, se por acaso algum aspecto foi negligenciado, que me chame a atenção, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Aloysio. É que, Embaixador Enio, a questão dos calçados, na verdade, não é a exportação do calçado. O que estava interessando aos empreendedores do setor, no caso do Rio Grande do Sul, é exatamente fazer a lógica do automóvel. Na verdade, o automóvel no México é montagem, uma montagem que eles fazem com peças: montam ali e mandam para os Estados Unidos, a globalização fez esse processo. É fazer também com o calçado um pouco desse sistema, as empresas brasileiras lá fazendo e produzindo para o mercado americano, porque o mercado americano foi sempre o grande importador do produto. Com a entrada da China no setor, aí arrasou com tudo, mas a ideia era exatamente essa. E, pela concentração de que o senhor falou aí, que 80% da produção industrial exportada é para os Estados Unidos, lembra o Porfirio Diaz, o Diaz: pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos. É o que dá a dependência. E o mesmo problema sofre o Canadá. O Canadá tem as mesmas

queixas em relação à presença do irmão rico, maior, que é o que, no caso brasileiro, sofrem Estados e Municípios em relação à União. Então é um pouco essa a lógica.

O SR. ENIO CORDEIRO – Senadora, a senhora sabe que, em Israel, dizia-se o contrário: pobre Israel, tão perto de Deus e tão longe dos Estados Unidos. (*Risos.*)

Com relação ao calçado, na verdade eu não sei quantas empresas brasileiras existem lá nesse setor, mas uma das grandes empresas que está lá é a Artecola, que eu tampouco sei se é uma empresa gaúcha.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É lá do Rio Grande do Sul.

O SR. ENIO CORDEIRO – A Artecola está produzindo insumos para a fabricação de calçados, e isso é o que eu vi também acontecer na Argentina. Diante das dificuldades de exportar o produto finalizado, muitas empresas gaúchas de produção de calçados se estabeleceram na Argentina para produzir diretamente lá para o mercado interno. No caso do México, eu tenho certeza de que a Artecola e outros grupos estarão também iniciando essa atividade, que é muito importante.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Embaixador Roberto Abdalla, por favor.

O SR. ROBERTO ABDALLA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou começar respondendo às perguntas e comentários do Senador Cristovam Buarque e vou me permitir comentar de trás para frente, se o senhor me permite, Senador. Primeiramente em relação à atividade filantrópica realizada pelo Catar. É importante frisar que a filantropia é um dos valores básicos, um dos pilares básicos do mundo muçulmano, da religião muçulmana. Então, nesse ponto o Catar representa não apenas um bom muçulmano, mas ele usa todos os seus recursos para fazer investimentos estratégicos em todo o mundo. Então, o Brasil se insere nesse plano estratégico do Catar. O Catar tem um interesse imenso pelo Brasil, acha o Brasil primordial para sua inserção na América Latina e, além disso, tem uma simpatia grande pelo que nós somos. Não é de hoje a admiração que o Catar nutre pela diplomacia brasileira e pelo Brasil como um todo.

A Qatar Foundation, como o senhor mencionou, Senador, tem importantes projetos na área de educação básica no Rio de Janeiro. Algumas escolas da rede pública carioca ensinam a língua árabe, têm a língua árabe no seu currículo, e a Sheikha Mozah, Presidente da Qatar Foundation, visitou também o Estado do Pará no ano de 2013, onde pretende desenvolver projetos semelhantes. Ainda não está confirmada, mas se comenta, que a Sheikha Mozah voltará ao Brasil agora em setembro, outubro, onde deverá dar continuidade a essa experiência de apoio à educação no Brasil.

Há também um projeto muito interessante que é mantido pela Sheikha Mozah, que é um projeto de educação para todos. Educação Antes de Tudo é o nome desse projeto que se insere no programa do Secretário-Geral da ONU, educação global primeiramente. Há, inclusive, um interesse do Catar de que o Governo brasileiro apoie esse projeto, apoio político mesmo, com vistas a tornar a prioridade em educação, que é uma das metas do milênio, desenvolvimento sustentável, como um método prioritário, como elemento prioritário, como um objetivo prioritário.

Na área educacional, realmente é formidável o investimento que o Catar tem feito na área. O senhor mencionou a criação da Cidade Educacional, que são oito universidades estrangeiras, e é uma opção muito clara para se tornar um centro do conhecimento e do saber. É bem verdade que as reservas de petróleo do Catar podem durar, nos níveis atuais de extração, mais 100 anos, e as de gás mais 200 anos. Mas, enfim, tudo termina, tudo tem um fim. Então, essa opção em se tornar um centro mundial de conhecimento, ela é curiosa, eu entendo que ela é única no mundo, quer dizer, não existe um país que seja tão rico e que faça um investimento tão maciço nessa área de educação e desenvolvimento econômico.

Os recursos. No momento, o Catar tem: maior renda *per capita* do mundo, quintuplicou as suas reservas em cinco, seis anos, e conta com uma população muito diminuta. Quer dizer, são só 250 mil cataris. Isso, na verdade, pode ser até um elemento de dificuldade. É preciso que o resto do mundo venha às suas universidades. Mas, sem dúvida, é uma opção de desenvolvimento e transformação da renda do gás em renda financeira e como caminhos de desenvolvimento muito interessantes.

A questão da imigração: o Catar tem sido, desde que foi eleito para sediar a Copa do Mundo de 2022, o Catar tem sido muito criticado na imprensa internacional pela questão de direitos humanos em relação a seus trabalhadores. Para que a gente tenha uma ideia, só 12% da população que vive no Catar é catari. Os outros 88% são de trabalhadores imigrantes. Na área da construção civil nós temos cerca de 600 mil indianos e 400 mil nepaleses. O Catar tem sido constantemente criticado na imprensa internacional e também nos órgãos internacionais de direitos humanos pelas condições pouco humanitárias como trata essa população.

O que tem sido feito? O senhor me perguntava onde estaria o equilíbrio para combinar essa exploração, livrar as pessoas da exploração ao mesmo tempo em que estão livres da miséria. O que tem de ser feito nos

organismos internacionais é apoiar o Catar a adotar mecanismos e medidas que visem a criar uma legislação interna que proteja esses trabalhadores. O Catar avançou um pouco nessa área, mas não avançou de todo. Existe no Catar um coisa que se chama kafala, que é um método de patrocínio para o trabalho estrangeiro e todo trabalhador estrangeiro só pode trabalhar no Catar se tiver um contrato de trabalho. Durante a vigência desse contrato de trabalho, ele não pode mudar de emprego, a não ser que o próprio empregador lhe dê autorização para tal. E para deixar o país, ele precisa obter das autoridades estrangeiras um visto de saída, que nem sempre lhe é concedido.

Então, o que a comunidade internacional tem feito é apoiar o Catar, reconhecer que o Catar está dando passos, tem progredido nessa área, muito embora muito lentamente, porque há uma dificuldade, um problema de cultura em relação a isso. Já morei no Kuwait por quatro anos e pude testemunhar isso. É uma questão cultural, há uma enorme resistência das elites, da iniciativa privada e do próprio governo em dar tratamento que consideramos no Ocidente como digno a essa mão de obra que é considerada, tem que ser dito, cidadãos de segunda ou terceira categoria.

O Catar tem procurado agir para quebrar essas resistências, e o Brasil, entre outras coisas, tem solicitado que o Catar estude urgentemente uma maneira de acabar com esse visto de saída e que aplique de imediato legislação que altere a questão do sistema de co-patrocínio da kafala.

O seu terceiro comentário, Senador, é o mais difícil dos três, quer dizer, como se errou tanto na política do Oriente Médio? Na verdade, erra-se no Oriente Médio desde que o império otomano foi desfeito. Há um livro muito interessante do David Froman, que fala: há paz para terminar com toda a paz. Na verdade, os países do Oriente Médio, na sua grande maioria, integravam o império otomano e não tinham fronteiras físicas delimitadas muito claras. Quer dizer, os Estados que conhecemos como tal no Oriente Médio hoje em dia foram criados muito tardiamente e, até certo ponto, de forma arbitrária. Não respeitaram, em muitos aspectos, características de cada região e sobretudo não consideraram as etnias, que são mais importantes. Há, por exemplo, colchas de retalho como o Iraque. Os países do Golfo são mais uniformes, todos eles, com exceção do Bahrein, têm uma maioria sunita, o que causa menos problemas, mas há uma série de erros ali. E mais recentemente há uma multiplicação de crises que se sucedem simultaneamente no Oriente Médio. Tem a Líbia, o Egito, todos os países que sofreram a Primavera Árabe, que começou na Tunísia, a crise síria já atinge proporções alarmantes, o Iraque na situação em que se encontra e o Yemen, que também sofre problemas internos. Enfim, não menos importante, talvez o mais importante de tudo isso, o surgimento do Estado Islâmico a partir do ano passado, quando foi decretado o califado. Aparentemente, o Estado Islâmico teria surgido a partir da invasão americana do Iraque. Ele tem suas origens na Al-Qaeda para o Iraque. O braço, digamos, iraquiano que deu origem ao Estado Islâmico era a Al-Qaeda no Iraque.

Eu li recentemente um artigo norte-americano que diz que, durante a invasão americana no Iraque, numa prisão de Camp Bucca no interior do Iraque, houve um encontro que, na verdade, não foi um encontro feliz. Por quê? Porque foi a primeira vez que os baathistas, que apoiavam Saddam Hussein e que foram destituídos de poder, encontraram-se, nas prisões, com os representantes da Al-Qaeda no Iraque. Então, isso levou a uma proliferação da mentalidade jihadista e que atualmente se consolida na presença do Estado Islâmico.

Como se sabe, o Estado Islâmico é um movimento de maioria sunita, salafista e que, na verdade, muito embora tenha decretado um califado, assemelha-se muito mais aos movimentos árabes nacionalistas dos anos 40 e 50 do que ao próprio califado do século XII. Então, ele é um movimento autoritário, jihadista, sunita, fundamentalista, que faz uso impiedoso das leis islâmicas da Sharia.

O que aconteceu para dar importância e espaço para esse exército islâmico? Como o senhor mesmo mencionou, a invasão do Iraque foi determinante, porque a invasão do Iraque esfacelou um país que tinha uma maioria xiita governada por uma minoria sunita. Com a ascensão dos xiitas ao poder, após a invasão americana, os sunitas e as outras minorias passaram a ser perseguidas. Aí temos toda a situação do Oriente Médio, que é muito delicada. Por exemplo, o Irã, que tradicionalmente é uma potência regional, é majoritariamente, maciçamente, xiita. Então, começa toda essa briga pelo poder interno ali, no Oriente Médio, entre as duas confissões majoritárias: o xiismo e o sunismo.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ABDALLA – Os xiistas, muito embora sejam apenas 16% dos islâmicos, têm 78 milhões de pessoas no Irã, enquanto todo o Golfo tem 43 milhões de habitantes. É quase a metade.

Então, a invasão americana, o apoio de todos eles em relação aos xiitas... Perdão. O apoio iraniano em relação aos xiitas no Iraque, certamente, trouxe um poder de desestabilização muito grande na região.

Eu não sei se respondi a suas perguntas, Senador. Eu gostaria de passar, então, aos comentários e perguntas da Senadora Ana Amélia.

Em relação à realização da Copa do Mundo no Catar, ainda é cedo. A senhora citou os comentários que foram feitos pela FIFA ontem, mas ainda é um pouco cedo para sabermos que rumo isso tudo vai tomar. O que sabemos é que o Ministério Público suíço, assim como o FBI, está fazendo investigações independentes em relação à escolha dos processos da Rússia e do Catar como sede para as Copas de 2018 e 2022.

Qual a atuação do Governo brasileiro em relação a isso? Nós temos obviamente que esperar qual vai ser a conclusão desses relatórios. Não sabemos como o governo catari e a própria FIFA irão se posicionar em relação a isso.

Obviamente, nós não temos muito o que ensinar ao Catar em termos de organização de eventos internacionais. O Catar é mestre nisso, se especializou nessa área. Mas há uma área que é importantíssima para os cataris, que é a área de segurança. Para dar uma ideia, o Catar foi o país que enviou a maior equipe de observação para a Copa de 2014 no Brasil. Então, certamente, uma cooperação do Brasil com o Catar em relação à Copa do Mundo verterá sobre a área de segurança pública.

No comércio bilateral, o Catar compra basicamente tudo do mundo inteiro, porque o Catar produz basicamente petróleo e gás. Há um elemento que contribui para que a balança comercial do Brasil com o Catar não seja tão significativa: muitos produtos que se destinam ao Catar são exportados para os Emirados Árabes Unidos. Os Emirados se consolidaram como um entreposto. Então, se formos analisar a balança comercial com os Emirados em relação aos demais países do Oriente Médio, ela é infinitamente superior ao que é individualmente com os outros países. Então, isso é uma dificuldade.

Agora, o que teríamos que fazer seria criar uma política de exportação em relação àquela área mais ofensiva. Durante o meu período como Embaixador no Kuwait, percebi que fazemos movimentos nessa direção, mas que não são movimentos contínuos. Então, vai uma missão de prospecção em um ano. Passam-se outros cinco anos e nada acontece. Volta dali há cinco anos. Não é assim que se faz negócios com os árabes. Fazer negócios com os árabes, a senhora sabe, sempre uso essa imagem, é como casar. Primeiro tem que paquerar, depois pegar na mão, depois inovar e, um dia, casar.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ABDALLA – Então, é isso que falta. Falta constância na nossa atuação em relação ao Oriente Médio.

A posição do Catar em relação aos conflitos é muito simples. O Catar é um país que tem ambições regionais, é o único país na região que, digamos assim, coloca-se como alternativa à liderança regional da Arábia Saudita. O Catar tem constantemente declarado ser contra qualquer movimento terrorista, muito embora sejam inegáveis as ligações do Catar com a irmandade muçulmana no Egito, mas essa ligação do Catar com a irmandade muçulmana no Egito é sobretudo para fazer face à opção salafistas-wahhabistas da Arábia Saudita.

É evidente que há uma falta de liderança no Oriente Médio nos dias de hoje. O Egito, que tradicionalmente foi um líder no Oriente Médio, está afogado em crise; o Iraque, nem se fala; o Irã, sob sanções internacionais há muito tempo. Então, o Catar tenta um pouco se aproveitar desse espaço para se impor e tentar conseguir um papel de liderança regional.

O Catar participa da coalizão contra o estado islâmico, da coalizão internacional contra o Estado Islâmico, e participa também da coalizão contra os houthis no Iêmen. Então, é muito clara a posição do Catar nesses dois conflitos. E também, na Síria, ele apoia a oposição moderada e não a oposição radical e é radicalmente contra o governo Assad.

Não sei se respondi às perguntas de V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Um pequeno comentário antes de V. Exª terminar. Os partidos políticos radicais no mundo árabe estão perdendo apoio popular, estão perdendo eleições? Porque havia uma tendência dessa.

O SR. ROBERTO ABDALLA – Senador, precisamos fazer uma diferença. Por exemplo, no Golfo, não há partidos políticos, simplesmente. São todas monarquias absolutas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Egito, Arábia...

O SR. ROBERTO ABDALLA – Na Arábia Saudita não há, no Catar não há...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Jordânia, Egito, Síria, Líbano...

O SR. ROBERTO ABDALLA – Egito, Síria, Líbano, sim. Isso é o chamamos de Levante. Nessa área do Levante, sim, há partidos políticos. No Golfo, em geral, não há partidos políticos, porque são todos monarquias absolutistas.

Os partidos radicais tendem sim a perder apoio, mas não se pode perder de vista que há um movimento de islamização crescente no mundo árabe. Isso até é uma reação natural em relação ao ocidente. O senhor sabe que o mundo árabe jamais deixou de se ressentir da perda de espaço e de importância do mundo árabe no mundo. Se virmos, na cultura árabe, o que o mundo árabe foi na Idade Média, na Idade Moderna e até

no início da Idade Contemporânea, ele perdeu muito espaço, e a sociedade árabe como um todo se ressente muito disso. Então, o islamismo, o jihadismo propriamente dito, é, na verdade, uma expressão desse descontentamento. Há, sim, uma tendência a um radicalismo crescente em todo o Oriente Médio.

Um comentário, o Senador Hélio José já não se encontra, diz respeito à questão dos investimentos. Na verdade, temos uma dificuldade com os países do Golfo, que é a nossa postura de não favorecer a assinatura de acordos, para evitar bitributação, com os países que não tributam a renda, os paraísos fiscais, porque a taxa de importação é de 5%. Isso é uma dificuldade que agora está se estudando, para as nossas empresas instaladas lá. Era só um comentário que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem, vamos passar agora à apuração dos votos. Antes, quero perguntar aos Senadores se existe alguma objeção a darmos por lida e aprovada a ata da reunião anterior. (Pausa.)

Não havendo objeção, aprovada.

De acordo com as nossas regras de funcionamento, a reunião agora será transformada, Srs. Embaixadores, em secreta. Imaginem os senhores, coisa da mais alta confidencialidade, mas é a determinação constitucional e regimental.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é tornada secreta às 16 horas e 27 minutos e é reaberta às 16 horas e 28 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, depois dessa excelente sabatina, estão aprovados os nomes dos dois Embaixadores para representar o nosso País no México e no Catar.

Muito obrigado.

Os senhores estão dispensados. Se quiserem ficar conosco, será um prazer.

Vamos dar prosseguimento aos nossos trabalhos, com a apresentação do relatório do Sr. Senador Marcelo Crivella.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 14, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

O Senador Crivella tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, de acordo com o art. 52 da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal o exame prévio dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidenta da República deseja fazer do Sr. Arthur Henrique Villanova Nogueira, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

O indicado nasceu em Belo Horizonte em 30 de outubro de 1956, é filho de Edward Nogueira Junior e Maria Regina Euler Villanova Nogueira. Ingressou na carreira diplomática em 1980, por concurso, tornando-se Terceiro-Secretário no ano seguinte; Segundo-Secretário em 1984; Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1990; Conselheiro do quadro especial em 2002; Ministro de Segunda Classe em 2014.

Entre as funções desempenhadas na Administração Pública, destaca-se a de assessor de Ministro de Estado, entre 1991 e 1993, e de assessor do Prefeito do Rio, em 1993. A maior parte de sua carreira deu-se em postos no exterior, tendo exercido, entre outros, os cargos de Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Montreal; Assessor de Governança Sênior no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Nairóbi; e Ministro-Conselheiro nas embaixadas em Abu Dhabi e em Belgrado.

No que concerne ao posto para o qual é atualmente indicado, o Ministério das Relações Exteriores preparou relatório no qual cabe aduzir que o Brasil reconheceu a independência da Mauritânia em 28 de novembro de 1960, e os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 1961.

O relacionamento, destaca o relatório, "que era incipiente até o início deste século, registrou, em anos recentes, notável fortalecimento: houve visitas de autoridades de alto nível, abertura recíproca de embaixadas residentes, assinatura de acordos – entre eles o de cooperação técnica – e incremento das relações comerciais".

Assinala-se, ainda, que a decisão de abrir embaixadas residentes foi anunciada em 2007 e, no início do ano seguinte, o governo mauritano inaugurou sua representação permanente em Brasília. A abertura da Embaixada do Brasil na capital da Mauritânia, Nuaquechote, deu-se em 2010, após a Mauritânia ter restabelecido a normalidade institucional, rompida com o golpe de Estado de agosto de 2008. A abertura de embaixadas residentes, completa o documento do Itamaraty, entre outras consequências positivas, "contribuiu para tornar mais fluida a negociação de acordos bilaterais".

Em 2012, por ocasião da visita do Ministro de Estado a Nuaquechote, foram assinados três acordos entre o Brasil e a Mauritânia, com destaque para o Acordo Sobre Trabalho Remunerado por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

Em relação ao comércio bilateral, o relatório destaca o crescimento observado desde 2003, em torno de 400%. Embora o Brasil já seja um dos principais exportadores para a Mauritânia, há potencial para o incremento. O Brasil tem amplo superávit (em 2014, ano passado, as vendas à Mauritânia somaram US$106 milhões, enquanto as compras totalizaram apenas US$137 mil). Açúcares e carnes são, tradicionalmente, os principais bens exportados pelo Brasil.

O relatório assevera, ademais, que, desde 2011, "tem havido maior aproximação entre os Ministérios da Defesa do Brasil e da Mauritânia, com intensa troca de visitas de altas autoridades".

Por último, convém observar que a comunidade brasileira residente na Mauritânia é estimada em 20 pessoas. Destes brasileiros residentes no país, uma pequena parte é constituída por cônjuges em casamentos binacionais; a outra é de funcionários de organismos internacionais ou de empresas estrangeiras instaladas no país.

Um terceiro grupo de brasileiros é constituído por funcionários a serviço da Embraer, que participam, durante curto período de tempo, de programas de formação e treinamento de profissionais mauritanos.

Ante o exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 37, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pendente de relatório.

Observações: *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Com a palavra, agora, a Senadora Gleisi Hoffmann, para proferir o seu parecer.

V. Exª tem a palavra, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Nascido no Rio de Janeiro, filho de Antonio Carlos Azevedo da Rocha Paranhos e Maria Thereza Calazans da Rocha Paranhos, o Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1971. No ano seguinte, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também no Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Altos Estudos em 1988.

Ocupou vários cargos e funções no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

No exterior, serviu na Embaixada em Roma como Ministro-Conselheiro e Representante Alterno do Brasil junto à FAO (1993); serviu também na Delegação Permanente em Genebra; foi Embaixador em Moscou e, cumulativamente, em Belarus, Geórgia e Uzbequistão.

Chefiou a Delegação Brasileira à 10ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção contra a Tortura; foi Chefe Alterno da Delegação às Conferências Internacionais do Trabalho; foi membro do Conselho de Administração do Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa. Foi ainda agraciado com diversas condecorações nacionais e estrangeiras.

Consta do processado, além do *curriculum* relatado, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo dados referentes às relações bilaterais do Brasil com o Reino da Dinamarca e com a República da Lituânia.

A Dinamarca e o Brasil mantêm relações bilaterais tradicionalmente cordiais, visto que ambos os países compartilham os mesmos valores no plano internacional, como os ideais de coexistência e cooperação internacional e a solução pacífica das controvérsias. A Dinamarca tem apoiado candidaturas brasileiras em vários organismos internacionais, inclusive apoiando a aspiração brasileira a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Com vistas ao aprofundamento da cooperação entre os dois países nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, a Primeira-Ministra manteve encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, à margem da Conferência Rio+20, em junho de 2012. Na ocasião, a Primeira-Ministra ressaltou o interesse dinamarquês no envolvimento do Brasil no Fórum Global, voltado para parcerias no âmbito da "economia verde".

A Dinamarca e o Brasil celebraram vários acordos de cooperação científica e tecnológica, com destaque para a área de Ciência de Alimentos, onde a Embrapa exerce um papel relevante. E, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, a Dinamarca recebe bolsistas de doutorado, tendo sido concedidas, até o momento, 182 bolsas para estudantes e pesquisadores brasileiros em universidades dinamarquesas.

No tocante aos aspectos econômico-comerciais da relação bilateral, verifica-se claro interesse por parte dos setores empresariais dinamarqueses na exportação de seus produtos para a classe média brasileira. Aquele país vem dando prioridade ao relacionamento com os países dos BRICS como forma de abrir novos mercados e equilibrar as contas do país, que sofre o impacto da crise da zona do euro.

Entre 2005 e 2014, o intercâmbio comercial brasileiro com a Dinamarca cresceu 248%. Porém, o saldo tem sido desfavorável ao nosso País, com déficit, em 2014, da ordem de R$321 milhões.

Em 2014, 77% das exportações brasileiras para a Dinamarca foram compostas de produtos manufaturados, seguidos dos básicos, com 22%, e dos semimanufaturados, com 1%. Produtos farmacêuticos e resíduos das indústrias alimentares são os principais grupos de produtos importados.

Em 2014, as exportações brasileiras para a Dinamarca cresceram 9,43% em relação a 2013, e as importações brasileiras originárias da Dinamarca decresceram 7,25% em relação a 2013.

No que diz respeito aos investimentos, cabe assinalar que, em 2013, o estoque de investimento direto da Dinamarca no Brasil somou US$995 milhões, sendo as principais investidoras no País as seguintes empresas: Moller-Maersk; Exact Invest e Brazilian Development; Leo Pharma; GN Netcom; Vestas; e uma série de outras empresas aqui relacionadas. Na Dinamarca, a brasileira Metalfrio Solutions, empresa do setor de refrigeração comercial, mantém escritório de vendas e centro de distribuição desde 2006.

Sobre o momento atual de negociações entre Mercosul e União Europeia, seguindo a sua forte tradição de apoio à liberação dos mercados, a Dinamarca, em sua condição de membro da Comunidade Europeia, atribui importância política à negociação de acordos bilaterais ou regionais entre a União Europeia e outros países ou blocos, a exemplo das negociações Mercosul-União Europeia. Acredita, no que tange a produtos agrícolas, que uma melhor oferta europeia estaria na dependência de melhor oferta do Mercosul em outras áreas, notadamente produtos industriais.

A comunidade brasileira residente atualmente na Dinamarca está estimada em cerca de 3 mil cidadãos.

A República da Lituânia teve sua independência reconhecida pelo Brasil em 1921. Até 1961, o Rio de Janeiro abrigou uma das poucas embaixadas lituanas no exterior. No presente, o Consulado-Geral da Lituânia em São Paulo, em funcionamento desde 2012, acumula as funções de representação, na medida em que a Embaixada em Buenos Aires, cumulativa com o Brasil, encerrou suas atividades em 31 de dezembro de 2012.

O comércio bilateral Brasil/Lituânia apresenta números oscilantes, e demonstra inexistir um padrão estável de trocas comerciais entre os dois países. Após haver atingido, em 2009, alta histórica de US$180 milhões, o fluxo comercial entre os dois países passou por forte retração de mais de 50% em 2011, ascendendo em 2012 e 2013 para US$150 milhões. Em 2014 houve nova queda, alcançando o intercâmbio total pouco menos de US$77 milhões, em razão do decréscimo das exportações brasileiras, que caíram no ano.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Lituânia em 2014 foram fumo, carnes e café. A maior parte das exportações lituanas para o nosso País compõem-se de ferro ou aço, e os demais produtos não alcançam, cada um, 2,5%, em sua maioria manufaturas ou semimanufaturas.

O Brasil mantém um Consulado honorário em Vílnius. A comunidade brasileira no país é composta de cerca de dez pessoas, em sua maioria dedicada ao futebol.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir, está encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva, nos termos do Regimento Interno.

Eu agradeço a presença dos senhores e das senhoras e dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 42 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2015.

Às dez horas e quinze minutos do dia onze de junho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Benedito de Lira, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente registra a presença dos senhores Alex Fernandes e Antônio Lúcio. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013, Projeto de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço, que faz a leitura do relatório referente às Emendas oferecidas, em turno suplementar, ao Substitutivo. Usam a palavra para discutir os Senadores José Agripino e Lasier Martins. Fica concedida vista ao Senador José Agripino. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dez horas e dezenove minutos assume a presidência o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente registra a presença do senhor Sérgio Danese, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores. EXTRAPAUTA: ITEM 2) **MENSAGEM (SF)** Nº 41, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador José Agripino, que faz a leitura do relatório. Fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) **MENSAGEM (SF)** Nº 39, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Ricardo Ferraço, que faz a leitura do relatório. Fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 41, de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater as perspectivas do Mercosul e sua importância para o Brasil, com foco principal no atual estágio das negociações entre esse bloco e a União Europeia. Sugerimos a participação da Consultora do Senado Federal, Maria Cláudia Drummond, da Professora de Direito Internacional e Livre-Docente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), Deisy Ventura, e de representante do Itamaraty a ser indicado por aquele Ministério." Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 46, de 2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216, do RISF, que sejam prestadas pelo

Ministro de Estado da Defesa, as seguintes informações: 1 – Qual o procedimento, nos termos dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, especialmente em relação à UNASUL, no que se refere à prévia comunicação ou informação acerca da instalação de bases estrangeiras em seu território? 2 – Em relação a estes acordos internacionais, que procedimentos foram adotados pelos governos de Argentina e China, acerca da anunciada instalação de base chinesa em território Argentino? O governo brasileiro foi de alguma forma comunicado ou consultado? 3 – Que informações o governo brasileiro tem a respeito desta base? Qual a finalidade desta base? A base poderia ser utilizada com fins militares, como o rastreamento de mísseis e foguetes? 4 – Quem operará efetivamente esta base? Qual o percentual de funcionários e técnicos de nacionalidade chinesa / argentina? 5 – Que consequências a instalação desta base traria ao projeto espacial brasileiro? 6 – Que consequências poderá trazer, por exemplo, à relação com outros países como EUA e Reino Unido?" Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 45, de 2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216, do RISF, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, as seguintes informações: 1 – Qual o procedimento, nos termos dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, especialmente em relação à UNASUL, no que se refere à prévia comunicação ou informação acerca da instalação de bases estrangeiras em seu território? 2 – Em relação a estes acordos internacionais, que procedimentos foram adotados pelos governos de Argentina e China, acerca da anunciada instalação de base chinesa em território Argentino? O governo brasileiro foi de alguma forma comunicado ou consultado? 3 – Que informações o governo brasileiro tem a respeito desta base? Qual a finalidade desta base? A base poderia ser utilizada com fins militares, como o rastreamento de mísseis e foguetes? 4 – Quem operará efetivamente esta base? Qual o percentual de funcionários e técnicos de nacionalidade chinesa / argentina? 5 – Que consequências a instalação desta base traria ao projeto espacial brasileiro? 6 – Que consequências poderá trazer, por exemplo, à relação com outros países como EUA e Reino Unido?" Aprovado. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 42, de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater a situação no Grande Oriente Médio, suas consequências sobre a ordem mundial e sua incidência na política externa do Brasil, com a presença do pesquisador Salem Hikmat Nasser, professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, do Professor Reginaldo Mattar Nasser, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e de representante do Itamaraty a ser designado por aquele ministério." Aprovado. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 40, de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater o atual estágio das relações bilaterais Brasil/EUA e seu potencial de adensamento, com a presença de representante do Itamaraty a ser designado por aquele ministério." Aprovado. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 39, de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Embaixador José Alfredo Graça Lima, destinada a debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China." Aprovado. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 43, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes e da Senadora Gleisi Hoffmann, que "Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II e 113, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Relações Exteriores (CRE), para tratar da Ferrovia Transcontinental, com a participação de representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: – Casa Civil da Presidência da República; – Ministério dos Transportes; – Ministério das Relações Exteriores; – Conselho de Estado da República Popular da China; – Governo do Peru; – Conselho Empresarial Brasil-China – CEBC; – Grupo de Trabalho Brasil-China-Peru." Adiado. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 44, de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para debater a questão da Amazônia. O Exército Brasileiro exerce papel relevante na Amazônia, na proteção da unidade nacional, das diversidades e das riquezas, naquela extensa área de nosso território. A Audiência Pública será oportunidade de conhecermos a situação do controle de fronteiras, as ameaças do tráfico de drogas, armas e diversidade, a coordenação com as forças dos países limítrofes. Nesse sentido, convidamos o General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro, sem prejuízo da inclusão de outros convidados." Aprovado. A reunião é suspensa às onze horas e

doze minutos. E reaberta às onze horas e dezoito minutos. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA para tratar sobre os rumos da atual política externa brasileira. Convidados: Jornalista William Waack e Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. O Presidente convida a compor a mesa o Jornalista William Waack e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. O Presidente concede a palavra ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães para sua exposição. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e trinta e dois minutos assume a presidência o Senador Roberto Requião. É às onze horas e quarenta e seis minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra ao Jornalista William Waack para sua exposição. Usam a palavra os Senadores Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Roberto Requião, Ronaldo Caiado e Ricardo Ferraço. O Presidente faz a leitura de material recebido via e-cidadania. O Presidente concede a palavra aos expositores para responderem os questionamentos apresentados pelos Senadores. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às treze horas e vinte e nove minutos assume a presidência o Senador Roberto Requião. O Presidente agradece a presença do Jornalista William Waack e do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e trinta e seis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Esta é a 18ª Reunião. Desculpe, faço a correção. Há um erro de grafia aqui.

Como ainda vamos esperar um pouquinho para termos o quórum adequado para deliberação e no sentido de também colaborarmos com uma sessão muito especial hoje, às 10h30, uma sessão em respeito à memória do Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Luiz Henrique da Silveira – a sessão é por conta dos trinta dias da sua morte e certamente, haverá um número grande de Senadores no plenário –, nós devemos iniciar, imediatamente, esta reunião, porque, inclusive, o nosso amigo de vida toda, Luiz Henrique, era o Vice-Presidente desta Comissão.

Eu vou passar, então, a palavra para o Senador Ricardo Ferraço, para que ele possa iniciar os trabalhos da apreciação do primeiro item da pauta, não sem antes agradecer a presença de muitos convidados, especialmente dois bons amigos do Senador Luiz Henrique e bons amigos nossos também: o Alexandre Fernandes e o Antônio Luz, que vieram especialmente para esta sessão em homenagem ao Senador Luiz Henrique.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013

– Terminativo –

Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: É pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações: *1. Em 21/05/2015, foi aprovada a Emenda n. 6/2015-CRE, substitutivo integral ao projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria é submetida a turno suplementar;*

2. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão em Turno Suplementar;

3. Até a presente data, 03/06/2015, foram apresentadas 7 (sete)emendas; e

4. A matéria constou na pauta de 03/06/2015.

Estamos apreciando a matéria nesta reunião em turno suplementar.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço, para que se possa dar início aos trabalhos desta 18ª Reunião apreciando o item 1 da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Dando sequência, Sr. Presidente, a este relato que já apresentamos à Comissão em primeiro turno, nós estamos consolidando o nosso parecer em turno suplementar. Recebemos algumas emendas ao longo desses dias que aperfeiçoaram o projeto. Nós, portanto, passaremos à leitura do nosso relatório, para que possamos concluir o nosso trabalho.

De autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, que pretende instituir a Lei de Migração, regular a entrada e a estada de estrangeiros no Brasil, estabelecer normas de proteção ao emigrante brasileiro, entre outras providências, foi aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na forma de substitutivo em decisão de natureza terminativa tomada na 14ª Reunião, ordinária, ocorrida no dia 21 de maio.

Submetido a turno suplementar nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo aprovado mereceu a apresentação de dez emendas de iniciativa dos Senadores Lasier Martins, Humberto Costa, Jorge Viana e Romero Jucá.

O Senador Lasier Martins apresentou quatro emendas com os seguintes propósitos: suprimir o inciso XVI do art. 25 do substitutivo, a fim de eliminar a possibilidade de outras hipóteses de concessão de residência serem dispostas por regulamento; suprimir o §2º do art. 1º, eliminando a garantia dos direitos originários dos povos indígenas e das populações tradicionais, em especial o seu direito à livre circulação nas terras tradicionalmente ocupadas; modificar a alínea "d" do art. 53, elevando a idade mínima de 60 anos para 70 anos a partir da qual uma pessoa não pode ser expulsa do País; e – o último – modificar o §4º do art. 82, acrescentando o terrorismo no conjunto de atividades que o Supremo Tribunal Federal poderá desconsiderar como crimes políticos.

A emenda apresentada pelo Senador Humberto Costa possui como objetivo alterar a redação do art. 51 do substitutivo que, ao invés de "a autoridade policial competente" sugere "o Delegado de Polícia Federal", argumentando ser este o sujeito adequado para representar perante juízo federal as medidas necessárias para efetivar a deportação ou a expulsão.

O Senador Jorge Viana apresentou emenda com a finalidade de alterar a redação do parágrafo único do art. 6º, a fim de incluir que "o visto poderá ser aposto a qualquer documento de viagem emitido nos padrões estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional – OACI".

As emendas do Senador Romero Jucá possuem dois objetivos. Um, o de incluir no artigo 13, que trata de vistos de visita, parágrafo determinando que os Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e do Turismo poderão, por portaria conjunta, dispensar a exigência do visto de visita para nacionais de determinado país, quando o interesse nacional o recomendar. As demais emendas propõem, de forma geral, que não se exigirá o visto ao marítimo que ingressar no Brasil, bastando a apresentação da carteira internacional de marítimo ou documento de viagem válido.

Análise.

Os requisitos formais e materiais para a apresentação das emendas encontram-se atendidos. No entanto, no mérito, consideramos que apenas as alterações propostas pelas emendas de nºs 2, 3 e 9 – CRE, de autoria dos Senadores Humberto Costa, Jorge Viana e Lasier Martins, respectivamente, encontraram não apenas aperfeiçoamento, mas, no diálogo com as autoridades que cuidam da efetividade dessas questões, razoabilidade no seu acolhimento e compatibilidade com o escopo, em que pese, naturalmente, a excepcional relevância, intenção e legitimidade das emendas que foram apresentadas. Mas, nos contatos que nós estabelecemos com as autoridades relacionadas ao Ministério das Relações federal, à Polícia, enfim, a quem na prática está atuando, houve consideração no sentido de nós não acolhermos essas emendas. Foi também o nosso convencimento de que passaríamos a debater, evidentemente, ouvindo os Senadores, para que possamos fazer o debate aqui e o convencimento possa ser alvo do conjunto.

A alteração proposta pelo Senador Humberto Costa visa tão somente alterar a redação, a fim de colocar o artigo em consonância com o novo Código de Processo Penal já aprovado pelo Senado, bem como às Leis 12.683/12, 12.830/13 e 12.850/2013.

A emenda do Senador Jorge Viana objetiva a manutenção de mudança recentemente aprovada pelo Senado Federal. Mais precisamente, cuida-se do art. 4º da Lei nº 12.968, de 6 de maio de 2014, e sua manutenção representaria tanto coerência do Poder Legislativo quanto a preservação de importante conquista para os cidadãos de países que experimentavam algum tipo de constrangimento ou mesmo dificuldade na obtenção de visto para ingresso em Território nacional, considerando, inclusive, práticas e protocolos que são acolhidos em todas as partes do mundo civilizado.

Optamos por rejeitar as emendas apresentadas pelo nobre Senador Romero Jucá. A emenda de nº 4 – CRE, em nossa opinião, incorre em vício de iniciativa, além de consideramos a expressão "interesse nacional" muito vaga, remetendo-nos ao Estatuto do Estrangeiro, o qual desejamos eliminar por completo em nosso substitutivo, considerando que o Estatuto do Estrangeiro não faz mais nenhum sentido nos dias atuais, até porque o Estatuto do Estrangeiro era presidido pela Lei de Segurança Nacional, o que não encontra qualquer eco na realidade democrática do nosso País.

As Emendas nºs 5 e 6 isentam de visto de trabalho o marítimo em viagem de longo curso possuidor de carteira de identidade emitida por país que tenha ratificado a Convenção nº 108 da Organização Internacional

do Trabalho. Para ingressar no Brasil, bastaria uma carteira de marítimo emitida pelo país de nacionalidade ou da bandeira do navio, independentemente de ter ou não ratificado a Convenção.

A questão aqui está ligada para nós à perda de reciprocidade em relação aos marítimos brasileiros, que não terão seus documentos de identidade emitidos no Brasil aceitos por outros países, que não oferecem esse mesmo tipo de facilidade e reciprocidade.

A Emenda nº 7 nos parece mais gravosa, na medida em que, além de pretender eliminar qualquer tipo de visto para o marítimo que ingressar no Brasil, estende a facilidade para marítimos que venham ao nosso País em qualquer tipo de navegação, não somente a de longo curso. Isso atingiria diretamente a capacidade de estabelecimento de políticas para a contratação de tripulantes brasileiros para navios de bandeiras estrangeiras, afetando diretamente o emprego de milhares de brasileiros. Ressalte-se que pouquíssimos países do mundo abrem sua navegação, em sua totalidade, a embarcações de bandeira estrangeira, sendo assim uma medida comum de proteger a sua própria frota.

Embora louvável o argumento do Exmo Sr. Senador Lasier Martins, louvável e legítimo, para apresentar suas emendas, optamos pela rejeição das Emendas nºs 1, 8 e 10.

Consideramos que a supressão proposta na Emenda nº 1 compromete a efetividade das instituições e a implementação das políticas públicas brasileiras para migração, uma vez que inviabiliza a existência de órgãos, inclusive alguns já existentes, que desempenham função de execução e de regulação das hipóteses migratórias, como o Conselho Nacional de Imigração. Essa função é exercida mensalmente pelo CNIg e, constantemente, por órgãos do Ministério da Justiça, com o enfrentamento de questões imprevisíveis que demandam agilidade. Hoje, essa dinâmica é uma das poucas coisas que funcionam em nossa política migratória. Ademais, em todos os sistemas migratórios desenhados durante os períodos democráticos, existem mecanismos que permitem a atualização de hipóteses normativas dentro do quadro geral de princípios e do regime jurídico definido pela moldura legal sob a forma de orientações programáticas ou de vedações e impedimentos. Ou seja, os regulamentos, de forma alguma, podem transgredir, a nosso juízo, os princípios delineados na lei.

A Emenda nº 8 propõe alterar o núcleo do artigo onde estão definições fundamentais da legislação migratória proposta. Além de abarcar uma realidade social extremamente difícil de captar, pensamos que o mecanismo, ao contrário da opinião do eminente Senador Lasier Martins, dá amparo legal e efetivo para uma importante atuação do policiamento da fronteira, a cargo da Polícia Federal, sobre o controle e o acompanhamento fronteiriço dos povos tradicionais. A redação, inclusive, foi trabalhada com absoluto diálogo com o Departamento de Polícia Federal, garantindo segurança jurídica a esse tipo de mobilidade transfronteiriça. Ou seja, nós dialogamos com o Departamento de Polícia Federal sobre essa questão, e fomos convencidos de que a permanência desse texto dá segurança jurídica para a atuação da nossa Polícia Federal.

A última emenda do Senador Lasier Martins, a de nº 10, propõe o acréscimo do terrorismo no conjunto de atividades do Supremo Tribunal Federal, que poderá desconsiderar como crime político para fins de extradição. O grande problema e, consequentemente, a principal razão para rejeitarmos essa louvável iniciativa reside na constatação de que o terrorismo não é um conceito definido no ordenamento jurídico brasileiro, ou seja, o ordenamento jurídico brasileiro – pasmem! – não tipifica, não considera terrorismo um crime político. Há, inclusive, iniciativas no Senado Federal tratando desse tema. Se nós acolhêssemos essa emenda, nós estaríamos criando não apenas insegurança jurídica, mas estaríamos criando uma afronta ao ordenamento, porque não há na nossa lei questões relacionadas ao terrorismo, enfim, englobando atualmente um núcleo criminoso que se realiza por atos que encontram outra tipificação no Brasil. Ou seja, o Senador Lasier Martins nos chama a atenção, evidentemente, para que o Senado da República possa evoluir em relação aos crimes tipificados como terrorismo, até porque nós estamos na antessala de eventos internacionais e esses eventos internacionais demandam que o nosso País possa fazer compatibilidade com legislação internacional.

Acatamos a Emenda de nº 9 do Senador Lasier Martins por concordarmos que o estimado Senador encontrou um melhor parâmetro para a idade a fim de se proibir a expulsão, seja mesmo o nosso Código Penal e não o Estatuto do Idoso, como estávamos considerando. Ou seja, em lugar do Estatuto do Idoso, que considera o idade de 60 anos, nós estamos, portanto, acolhendo a emenda de S. Exª, o que está escrito no Código Penal, para que a idade vá de 60 para 70 anos em caso de proibição de extradição.

Em face do exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, voto pela rejeição das Emendas de nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 pela exposição que apresentamos, evidentemente, pedindo vênia aos colegas, não me colocando, absolutamente, como dono da verdade, mas como sentido do diálogo que nós fizemos, do juízo que nós firmamos e do relacionamento que nós estabelecemos nessa construção coletiva com o Ministério da Justiça, com o Ministério das Relações Exteriores e com o Ministério do Trabalho, que são, na prática, as autoridades que estão trabalhando a efetividade deste novo marco legal para o migrante, e pela aprovação das Emendas

de nºs 2, 3 e 9, apresentadas em turno suplementar ao substitutivo ao PLS de nº 288, com a seguinte emenda. Concluindo, Sr. Presidente, em turno suplementar, ao substitutivo ao PLS nº 288.

Ainda registro, Sr. Presidente, que recebemos, já na antevéspera desta reunião, um conjunto de iniciativas do Ministério Público Federal, propostas relevantes, propostas importantes, mas que chegaram sem que nós tivéssemos, efetivamente, não digo tempo para avaliar, mas a nossa consideração é de que essas iniciativas abririam todo um debate na Comissão, porque são temas que vêm carregados de alguma polêmica e nós já tínhamos acertado que concluiríamos o nosso relatório e, possivelmente, a nossa votação em turno suplementar.

Todavia, queremos nos colocar à disposição do Ministério Público Federal para que nós possamos cuidar dessas matérias e que elas possam ser, inclusive, alvo de iniciativas legislativas, considerando a experiência, a *expertise* e a importância do Ministério Público Federal na sua atuação.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – É só para discutir. Eu queria, inicialmente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Apenas antes de V. Exª ter a palavra para discutir, Senador Agripino...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – É que vou pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu, antes disso, gostaria apenas de salientar, de registrar a presença muito honrosa entre nós do Embaixador Sérgio Danese, que é Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.

Nós vamos abrir a discussão sobre as emendas que foram apresentadas. Neste momento, meu prezado colega, não se pode pedir vista, está encerrada já essa fase.

Está em discussão o relatório do Senador Ferraço a respeito das emendas que foram apresentadas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. V. Exª tem a palavra para discutir.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Eu pediria desculpas. Eu não sabia que a matéria já não comportava pedido de vista, mas quero me reportar, primeiro de tudo, ao competente relatório do Senador Ferraço. É uma prática dele: a qualquer tarefa que se entregue a ele, ele se dedica com redobrado interesse, com profundidade, e faz a coisa bem feita. É sempre assim. Mas ele, ao final do relatório, manifestou um posicionamento relativo às propostas apresentadas pelo Ministério Público Federal. E reportou-se à intempestividade com que a matéria, ou com que as propostas do MPF foram apresentadas a ele como Relator e disse que não teria tido tempo de apreciar ou de acolher as sugestões.

Eu acho que o Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores, Polícia Federal e Ministério Público têm contribuições importantes a dar a uma matéria como esta, que trata de extradição, que é uma matéria importantíssima.

Eu queria fazer uma consideração ao Senador Ferraço: se ele não teria a oportunidade, se ele não concordaria em ouvir as manifestações – já que ouviu as de todos os órgãos, acolheu ou não acolheu, mas ouviu –, se ele não teria a disposição de ouvir, por mais uma semana, até a próxima reunião, as manifestações ou as sugestões, que deverão ser de boa lavra, do Ministério Público Federal para que a gente pudesse chegar a uma conclusão, olhadas todas as sugestões, de todos os ângulos, para que a matéria que V. Exª relatou atinja se não a perfeição, pelo menos os retoques finais de uma matéria que estaria infensa a mudanças no curso da apreciação até o plenário.

É o apelo que faço a V. Exª: uma semana a mais, para que pelo menos seja dada a oportunidade ao MPF de apresentar suas sugestões, serem ouvidas e serem consideradas ou não por S. Exª o Relator. É o apelo que faço, já que já se extinguiu o prazo de solicitação de vista.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A rigor, refletindo melhor sobre a questão que V. Exª coloca, trata-se de um parecer sobre as emendas, e não um parecer que foi apresentado na votação em primeiro turno. Então, nesse sentido, é possível a concessão de vista a V. Exª. Acho que é uma oportunidade até para ouvirmos.

Eu só queria ressaltar o seguinte, caro Senador Agripino, esse projeto tramitou longamente aqui no Senado, foi submetido ao exame de duas Comissões já, recebeu emendas, houve audiências públicas sobre ele, houve consulta pela internet,...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Ministério Público Federal participou da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... o Ministério Público Federal participou e agora, na vigésima quinta hora, apresenta sugestões. Quer dizer, faço esse registro para que não fique a ideia de que nós estamos, de que a Comissão não está levando em devida conta as sugestões do Ministério Público Federal.

Apenas chamo a atenção dessa instituição, que é tão zelosa pelo cumprimento das leis, que ela deve acompanhar também a tramitação de matéria do seu interesse.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – V. Exª tem toda a razão. Toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tiveram amplas oportunidades de apresentar as suas sugestões. Agora, depois de colocada e votada a matéria em primeiro turno, do intervalo longo que precedeu esta reunião, o Ministério Público acorda para a necessidade de apresentar emendas ou sugestões de aperfeiçoamento de texto.

Eu concordo, acho que é preciso levar em conta. De qualquer maneira, o pedido de vista de V. Exª é regimental, mas eu queria fazer esse registro. Nós temos o nosso calendário, nós temos o nosso tempo, o tempo do nosso trabalho, que é regido pelo Regimento desta Casa, e o Ministério Público tem obrigação de pelo menos tomar conhecimento das regras de funcionamento do Senado.

Feito esse registro, está concedida vista do projeto a V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Agradeço a V. Exª e tomo o compromisso de, na próxima reunião, haver uma manifestação definitiva sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu não tenho dúvida nenhuma. V. Exª é sempre zeloso pelo cumprimento de seus deveres parlamentares.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – Não há como não atender pedido de vista de um Senador da qualidade do nosso decano, Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Decano já, José Agripino? (Risos.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas quero acrescentar exatamente isto: esse projeto tramita no Senado desde 2013, passou por várias Comissões e, nesta Comissão, nós fizemos exaustivas audiências públicas, ouvindo a academia, ouvindo o próprio Ministério Público, que participou conosco, as diversas áreas do Governo Federal, enfim, foi um amplo debate, para que não fique a impressão de que nós não abrimos espaço para que as contribuições pudessem fazer parte do nosso escopo.

Evidentemente, pela relevância do Ministério Público Federal, uma semana a mais, uma semana a menos não vai fazer diferença.

Então, como Relator, Sr. Presidente, se não houver óbice de V. Exª e dos Srs. Senadores, eu posso, perfeitamente, abrir mais uma semana, para que nós possamos dialogar com o Ministério Público Federal, repito, pela relevância e pela importância do Ministério Público, na linha de encontrarmos, quem sabe, contribuições que possam aperfeiçoar esse texto, que não é um texto de minha lavra, é um texto coletivo.

De modo que, de minha parte, eu não tenho óbice em acatar a recomendação, a sugestão do Senador Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O pedido de vista do Senador Agripino é importante para que nós possamos, em mais um semana, eliminar qualquer tipo de controvérsia que pudesse obstaculizar as etapas posteriores da tramitação do projeto. Então, é o tempo necessário para que o nosso Relator tome conhecimento e analise essas sugestões, para que possamos deliberar já na próxima reunião.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – E possa incorporar ou não as sugestões, para que a matéria seja debatida na Comissão de Relações Exteriores, e a tramitação dela não sofra óbice, por parte de quem quer que seja que não tenha tido as suas preocupações consideradas na análise da CRE. É uma espécie de acordo de procedimento para que a matéria evolua até mais rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente.

Hoje, nós vamos homenagear a memória do nosso queridíssimo e saudoso amigo Senador Luiz Henrique, porque, se o Luiz Henrique estivesse aqui, seguramente ele concordaria com esse procedimento. Vamos dar mais uma semana para que nós possamos harmonizar ainda todas as divergências que possam ser harmonizadas.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, quero fazer uma solicitação a V. Exª. Eu já encaminhei à Mesa relatório da indicação de S. Exª, o Embaixador José Luiz Machado e Costa, indicado pelo Governo para exercer a função de representante do Brasil junto a OEA. Se V. Exª puder incluí-lo como extrapauta, para que eu pudesse fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na mesma linha, também fui designado por S. Exª para relatar a indicação do Embaixador Roberto Jaguaribe, nosso atual Embaixador no Reino Unido, para a República da China. Se V. Exª considerar oportuno, também estou pronto para apresentar o nosso parecer nesta reunião como extrapauta, visando à agilização processual.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente.

Vamos, então, aos dois itens extrapauta.

Antes, porém, solicito à Comissão que considere lida e aprovada a ata da reunião anterior.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Ainda em tempo, com relação à prudência com que V. Exª age ao conceder vista por mais uma semana, como autor de quatro emendas, sendo que uma já está sendo acolhida pelo nosso ilustre Senador Ferraço, eu só queria registrar que, a meu juízo, o Ministério Público se atrasou um pouco, poderia ter agido antes. De qualquer maneira, antes tarde do que nunca, vem bem, porque se trata, de fato, de uma legislação que já era para existir há muito tempo – a revogação do Estatuto do Estrangeiro –, em nome da Lei de Imigração, em que V. Exª teve a iniciativa, com o seu projeto original.

Eu li todo o projeto, gostei, acho que nós vamos produzir uma legislação moderna e que será, seguramente, aprimorada, pela participação do Ministério Público, embora entenda que já poderia ter sido apresentada antes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Lasier.

Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz ao nome do Sr. José Luiz Machado e Costa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

A Mensagem Presidencial nº 190, de 28 de maio de 2015, que submete as referências do indicado, é encaminhada pela Exposição de Motivos nº 00233/2015, do MRE.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha de chefes dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o indicado ingressou no Instituto Rio Branco em 1981 por concurso direto, tendo ingressado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, do mesmo Instituto, em 1992 e no Curso de Altos Estudos (CAE) em 2000, onde defendeu a tese "O Papel do Brasil na Construção de uma Visão Sul Americana de Defesa".

Destacam-se, entre os importantes cargos ocupados junto à burocracia no Itamaraty na Esplanada, os cargos de assistente da Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica (1983-1984); de assessor do Departamento de Promoção Comercial (1984-1985); de Chefe do Setor de Controle de Exportação de Material de Emprego Militar (1985-1987); de Subchefe da Divisão de Visitas (1993-1995); e de Assessor Especial do Ministro da Defesa (1995-2000).

Nas missões permanentes no exterior, destacam-se a missão junto à OEA (1987-1990 e 2002-2006); a Embaixada em Bogotá (1990-1993); a Embaixada em Assunção (2006-2008); a Embaixada em Paramaribo (2008-2012); e a Embaixada em Porto Príncipe, onde se encontra lotado até o momento.

Em razão de sua destacada atuação, foi laureado com a Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, grau de Oficial; a Ordem do Libertador, Venezuela, grau de Oficial; a Ordem ao Mérito, Itália, grau de Oficial; a Ordem Nacional do Mérito, França, grau de Cavaleiro; a Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, grau de Comendador; a Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, grau de Comendador; a Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, grau de Comendador; a Ordem do Mérito Militar, Brasil, grau de Grande-Oficial; a Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz; a Ordem da Palma, Suriname, grau de Grande-Colar; e a Ordem do Mérito Naval, grau de Grande Oficial.

A OEA é a sucessora das Conferências Pan-Americanas e da União Pan-Americana, sendo a mais antiga organização regional em operação na atualidade. Sua finalidade é a construção de uma ordem de paz e de justiça no continente americano, promover a solidariedade e a cooperação mútua entre os Estados da região e defender a soberania, a integridade territorial e a independência entre seus membros. A Organização congrega hoje 35 Estados independentes, 67 Estados Observadores e 1 Bloco Observador, a União Europeia. A OEA se constitui, de acordo com o Relatório encaminhado a esta Casa Parlamentar pela Chancelaria, no principal fórum governamental político, jurídico e social do hemisfério, com destaque para o seu sistema regional de proteção da pessoa humana, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Brasil é membro ativo da Organização e signatário da quase totalidade de seus acordos.

Encontra-se em pauta o tema da reforma da OEA, encaminhado por documento consignado pelo seu Secretário-Geral, o qual reitera os pilares da Organização: democracia, direitos humanos, desenvolvimento integral e segurança multidimensional. A avaliação, todavia, é de que o escopo variado e amplo de seus mandatos, em contradição com o esgotamento de seus recursos orçamentários, indica a inviabilização da Organização, que passa a não cumprir suas tarefas essenciais. A próxima Assembleia Geral da OEA, a ocorrer dias 15 e 16 de junho do corrente ano, pautará o presente e o futuro da Organização.

É o que cabe aduzir no âmbito deste Relatório, que encaminho à Presidência da Comissão de Relações Exteriores.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Nos termos do nosso Regimento, vamos conceder vista coletiva.

(É concedida vista coletiva do seguinte item:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pronto para deliberação. Os integrantes da Comissão dispõem dos elementos necessários à deliberação da indicação presidencial.

Observações:)

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

Depois temos deliberações de requerimentos que já foram lidos e pedido de informação do Senador Tasso Jereissati.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Senado é chamado a deliberar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na Mongólia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto as escolhas dos chefes.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos é filho de Helio Jaguaribe Gomes de Mattos e Maria Lucia Charnaux Jaguaribe Gomes de Mattos. Nasceu no Rio de Janeiro em 1952. Graduou-se em Engenharia de Sistemas em 1979 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro Secretário em 1979. Ascendeu a Conselheiro, em 1992; a Ministro de Segunda Classe, em 1998; e a Ministro de Primeira Classe, em 2005, todas as promoções por merecimento. Em 1997, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada sua tese intitulada "O Brasil e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de Chefe de Coordenadoria Técnica do Departamento Geral de Administração, entre 1982 e 1983; de Chefe Substituto da Divisão de Comércio Internacional de Produtos Avançados, de 1990 a 1992; de Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis, de 1992 a 1993; de Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, de 1995 a 1998; de Diretor-Geral do Departamento de Promoção Comercial, de 1998 a 2000; de Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, de 2003 a 2005; de Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, de 2005 a 2006; e, finalmente, de Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral Política II, de 2007 a 2010.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra, de 1993 a 1995; de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, de 2000 a 2003; e de Embaixador do Brasil em Londres, de 2010 até a presente data.

Desempenhou, ainda, importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações, constituindo-se o ilustre embaixador em um dos nossos mais preparados e hábeis negociadores diplomáticos, mormente em assuntos comerciais, econômicos e de propriedade intelectual, agenda que, sem dúvida, ocupará um lugar de relevo nas relações Brasil-China.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty faz constar na Mensagem informações gerais sobre a República Popular da China em Mongólia, suas políticas externas e seus relacionamentos com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

É de se assinalar, de antemão, no tocante ao sistema político chinês, a continuidade do papel de preponderância exercido pelo Partido Comunista Chinês, que adota, por assim dizer, um sistema de socialismo de mercado com características chinesas com pouca tolerância a críticas ou contestações. No entanto, a Constituição do país, de 1999, introduziu os conceitos de Estado de direito e de império da lei.

O documento contém ainda indicadores socioeconômicos, entre os quais se destaca a população, de 1,36 bilhão de habitantes, com crescimento populacional mínimo, ao passo que o PIB tem mantido acentuada e continuada expansão nos últimos anos. Em 2013, o PIB calculado em poder de compra foi de US$16,16 trilhões.

A partir do fim da era de Mao Tsé-Tung e do fim da Guerra Fria, a política externa chinesa vem repousando sobre dois grandes pilares: a defesa do sistema multipolar e a manutenção de um cenário regional desanuviado de tensões políticas e militares que possibilitem concentrar recursos nas tarefas de desenvolvimento do país e na reforma do Estado. No plano regional, um dos temas presentes é a chamada Questão de Taiwan. A República Popular reivindica o privilégio de ser a única China e busca apoio internacional para sua pretensão, que é corroborada pelo Brasil.

Brasil e China, desde o estabelecimento das relações diplomáticas em 1974, acumularam mais de 40 anos de um relacionamento positivo, balizado por dezenas de instrumentos bilaterais, ampla convergência de posições nos fóruns internacionais e produtivo diálogo político, bem como frequentes visitas de alto nível. Esse relacionamento está sendo coroado em recente visita do Primeiro-Ministro chinês Li Keqiang ao Brasil, quando foram anunciados investimentos de expressiva ordem.

Em 1993, os dois países celebraram uma parceria estratégica, cujo primeiro produto foi o Programa Conjunto de Satélites, o mais bem-sucedido programa de cooperação científica entre países em desenvolvimento.

As visitas presidenciais deram considerável impulso às relações bilaterais, destacando-se nesse âmbito a iniciativa brasileira de considerar a China como economia de mercado em troca de concessões comerciais chinesas.

A notável trajetória do comércio bilateral com a China está diretamente associada à valorização dos produtos básicos, notadamente aos complexos de soja, minérios e petróleo.

A Embraer está presente na China desde 2000, quando inaugurou seu escritório de representação em Pequim. A Embraer mantém liderança no mercado de jatos regionais na China, ao passo que na aviação executiva o mercado tem sido dominado pelas concorrentes Gulfstream e Bombardier.

A crescente importância dos temas de propriedade intelectual no relacionamento bilateral, sobre os quais o Embaixador Roberto Jaguaribe tem notório saber, motivou o estabelecimento, em 2009, por iniciativa brasileira, do Grupo de Trabalho Brasil-China sobre Propriedade Intelectual, com reuniões de frequência anual. O Brasil é um dos seis parceiros com os quais a China mantém mecanismo de diálogo dedicado à propriedade intelectual. Os demais são EUA, União Europeia, Japão, Suíça e Rússia.

Cabe assinalar também que o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China constitui importante instância de diálogo e aproximação. Do lado brasileiro, coexistem dois grupos parlamentares de amizade Brasil-China.

Ressalte-se, por fim, como tema importante da agenda sino-brasileira a recente visita do Primeiro-Ministro, quando anunciou importantes investimentos em infraestrutura em nosso País. Essa cooperação, por certo, demandará ainda mais esforços de nossa diplomacia para concretizar as promessas em projetos concretos em benefício da Nação.

Sobre a Mongólia, retiramos do documento do Ministério das Relações Exteriores as seguintes informações sobre o relacionamento bilateral.

A Mongólia é um país de vasto território e escassa população, circundado por grandes potências e com interesses econômicos ligados ao seu entorno regional, tendo poucos laços com países extra-asiáticos. Sua economia é fortemente baseada no setor mineral.

Não obstante, o Brasil tem figurado crescentemente nas atuações do governo mongol. Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas desde 1987. Em janeiro daquele mesmo ano, a Mongólia estabelecera

relações diplomáticas com os Estados Unidos. Desde então, tem procurado consolidar um regime político na linha das democracias ocidentais e um sistema de economia de mercado.

A Mongólia vê no Brasil um país em desenvolvimento com importante projeção no plano regional e internacional, dotado de setores industriais e tecnológicos de vanguarda e com potencial para realizar investimentos em seu território.

De acordo com os dados brasileiros, entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre o Brasil e a Mongólia decresceu 5,1%, passando de US$ 1,869 milhão para US$ 1,774 milhão. Os fluxos comerciais são, basicamente, os valores registrados das exportações, uma vez que as importações brasileiras da Mongólia são pouco expressivas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não nos cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Ferraço.

Está aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e, nos termos do Regimento, concedo vista coletiva.

(É concedida vista coletiva do seguinte item:

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pronto para deliberação. Os integrantes da Comissão dispõem dos elementos necessários à deliberação da indicação presidencial.

Observações:)

Vamos promover a audiência pública tanto para o Embaixador indicado para a OEA quanto para o indicado para a China o mais rapidamente possível e em horário nobre, pois são postos da mais alta relevância para a nossa política externa.

Srs. Senadores, há aqui algumas deliberações que quero propor aos senhores.

A Senadora Gleisi Hoffmann apresentou, já leu, uma série de requerimentos com propostas de audiência pública. Todos são temas muito interessantes. Os requerimentos já foram lidos nesta Comissão.

O primeiro tema é uma audiência pública a respeito das perspectivas do Mercosul, sua importância para o Brasil, com foco principal no atual estágio das negociações entre o Mercosul e a União Europeia. A Senadora sugere como participantes a Consultora do Senado Maria Cláudia Drummond, a Professora de Direito Internacional e Livre-Docente de Relações Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Deisy Ventura, e de um representante a ser indicado pelo Itamaraty.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 41, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater as perspectivas do Mercosul e sua importância para o Brasil, com foco principal no atual estágio das negociações entre esse bloco e a União Europeia. Sugerimos a participação da Consultora do Senado Federal, Maria Cláudia Drummond, da Professora de Direito Internacional e Livre-Docente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), Deisy Ventura, e de representante do Itamaraty a ser indicado por aquele Ministério.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria:
Relatório:
Observações: Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.
Há também um requerimento de informações, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 46, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216, do RISF, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa, as seguintes informações:
1– Qual o procedimento, nos termos dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, especialmente em relação à UNASUL, no que se refere à prévia comunicação ou informação acerca da instalação de bases estrangeiras em seu território?
2– Em relação a estes acordos internacionais, que procedimentos foram adotados pelos governos de Argentina e China, acerca da anunciada instalação de base chinesa em território Argentino? O governo brasileiro foi de alguma forma comunicado ou consultado?
3– Que informações o governo brasileiro tem a respeito desta base? Qual a finalidade desta base? A base poderia ser utilizada com fins militares, como o rastreamento de mísseis e foguetes?
4– Quem operará efetivamente esta base? Qual o percentual de funcionários e técnicos de nacionalidade chinesa / argentina?
5– Que consequências a instalação desta base traria ao projeto espacial brasileiro?
6– Que consequências poderá trazer, por exemplo, à relação com outros países como EUA e Reino Unido?
Autoria: Senador Tasso Jereissati
Relatoria:
Relatório:
Observações: Esse é um requerimento de informações a ser endereçado pela Comissão ao Ministro da Defesa.

(Intervenção fora do microfone.)
O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Primeiro, passa para a Mesa, que indica um relator e, em seguida, submete ao Plenário.
Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Há outro requerimento de informações do Senador Tasso Jereissati, composto das mesmas indagações, endereçadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. Terá o mesmo procedimento.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 45, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216, do RISF, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, as seguintes informações:
1– Qual o procedimento, nos termos dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, especialmente em relação à UNASUL, no que se refere à prévia comunicação ou informação acerca da instalação de bases estrangeiras em seu território?
2– Em relação a estes acordos internacionais, que procedimentos foram adotados pelos governos de Argentina e China, acerca da anunciada instalação de base chinesa em território Argentino? O governo brasileiro foi de alguma forma comunicado ou consultado?
3– Que informações o governo brasileiro tem a respeito desta base? Qual a finalidade desta base? A base poderia ser utilizada com fins militares, como o rastreamento de mísseis e foguetes?
4– Quem operará efetivamente esta base? Qual o percentual de funcionários e técnicos de nacionalidade chinesa / argentina?
5– Que consequências a instalação desta base traria ao projeto espacial brasileiro?
6– Que consequências poderá trazer, por exemplo, à relação com outros países como EUA e Reino Unido?

Autoria: Senador Tasso Jereissati
Relatoria:
Relatório:
Observações: Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.
A Senadora Gleisi Hoffmann propõe mais uma audiência pública.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 42, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater a situação no Grande Oriente Médio, suas consequências sobre a ordem mundial e sua incidência na política externa do Brasil, com a presença do pesquisador Salem Hikmat Nasser, professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, do Professor Reginaldo Mattar Nasser, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e de representante do Itamaraty a ser designado por aquele ministério.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria:
Relatório:
Observações: Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Há mais dois requerimentos, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim, Senadora, estou vendo aqui.
Outra audiência pública, também de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que nos propõe temas muito instigantes para debate na nossa Comissão.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 40, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater o atual estágio das relações bilaterais Brasil/EUA e seu potencial de adensamento, com a presença de representante do Itamaraty a ser designado por aquele ministério.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria:
Relatório:
Observações: Penso, Senadora, que essa audiência seria mais produtiva se realizada depois da visita da Presidente da República àquele país.

Em todo caso, está submetida à deliberação.
Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mais um, também da Senadora Gleisi Hoffmann.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 39, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Embaixador José Alfredo Graça Lima, destinada a debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Havendo concordância dos Senadores, está aprovado.

Há um outro requerimento, também da Senadora Gleisi Hoffmann e do Senador Wellington Fagundes, sobre uma audiência pública conjunto com a CAE para tratar da Ferrovia Transcontinental.

Acho melhor tratarmos disso no âmbito do debate sobre os acordos com a China, uma vez que essa ferrovia seria parte desses acordos.

Se V. Exª concordar, Senador, vamos sobrestar, por enquanto, a deliberação desse requerimento.

(É o seguinte o item sobrestado:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 43, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II e 113, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Relações Exteriores (CRE), para tratar da Ferrovia Transcontinental, com a participação de representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir:

• Casa Civil da Presidência da República;

• Ministério dos Transportes;

• Ministério das Relações Exteriores;

• Conselho de Estado da República Popular da China;

• Governo do Peru;

• Conselho Empresarial Brasil-China – CEBC;

• Grupo de Trabalho Brasil-China-Peru.

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agora, é um requerimento de minha autoria.

Estive visitando o Comandante do Exército. Numa conversa longa e produtiva, ele manifestou preocupação em relação à situação da Amazônia, especialmente pela presença de grupos de criminosos organizados, essas grandes organizações criminosas que assolam já a vida do País em outras regiões e que estariam entrando na Amazônia, praticando tráfico de drogas. Esse é um dos temas que ele sugeriu. E ele gostaria de vir à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater esse tema. Acho que é um tema que tem incidência tanto sobre defesa quanto sobre relações exteriores.

Submeto, se os Senadores concordarem, extrapauta, esse requerimento, para que possamos ouvir aqui o Sr. Comandante do Exército.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 44, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para debater a questão da Amazônia.

O Exército Brasileiro exerce papel relevante na Amazônia, na proteção da unidade nacional, das diversidades e das riquezas, naquela extensa área de nosso território.

A Audiência Pública será oportunidade de conhecermos a situação do controle de fronteiras, as ameaças do tráfico de drogas, armas e diversidade, a coordenação com as forças dos países limítrofes.

Nesse sentido, convidamos o General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro, sem prejuízo da inclusão de outros convidados.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, é importantíssima a vinda do Comandante do Exército, General Villas Bôas, para tratar dessa questão do narcotráfico e segurança na Região Amazônica.

O General Villas Bôas foi Comandante Militar da Amazônia e tem conhecimento por ter atuado na região e ter podido conhecer toda essa problemática e vai, com certeza absoluta, trazer informações importantes sobre não apenas o narcotráfico, mas com relação à segurança nas nossas fronteiras.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E também um balanço da criação de dois comandos, agora, na Amazônia...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Foi mantido o Comando Militar da Amazônia, com sede em Manaus, e foi criado o Comando Militar no Norte, com sede em Belém, cujo comendante será o General Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sorte dele que vai morar numa cidade maravilhosa, que é a cidade de Belém, que eu visitei ainda recentemente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Vai morar em Belém e a área de abrangência desse comando é o Pará, Amapá e Tocantins.

Quero parabenizá-lo por essa sugestão, pela conversa que V. Exª teve com o General Villas Bôas. Podemos marcar, o mais rápido possível, a vinda dele aqui, para que traga as informações. Lamentavelmente, hoje, o Brasil é o maior consumidor de drogas do mundo. Precisamos ter, realmente, uma ação do Governo Federal, porque essa é uma questão federal e não dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Não havendo objeção, está aprovado o requerimento.

Agora, vamos passar à segunda parte desta reunião, que é a audiência pública em que ouviremos o jornalista William Waack, que está no táxi, a caminho do Senado, e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Esta audiência terá caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Portanto, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários e perguntas poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e no Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu vou suspender a reunião por alguns minutos para cumprimentar os nossos palestrantes.

Comunico também que vamos ter que nos revezar nesta Comissão, porque está transcorrendo agora a homenagem ao nosso colega Luiz Henrique. Então, vamos organizar um rodízio com os Senadores presentes no plenário da Comissão.

Está suspensa a reunião, por cinco minutos.

(*Suspensa às 11 horas e 12 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 18 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srs. Senadores, está reaberta a nossa reunião.

É com muito prazer e muita honra que recebemos os nossos convidados, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e jornalista William Waack, atendendo a requerimento do Senador Tasso Jereissati e do Senador Roberto Requião, para eles nos exporem suas visões sobre a política externa brasileira, para fazerem um balanço sobre o que foi realizado, para falarem sobre os desafios que temos pela frente.

Cada um terá vinte minutos. É um tema complexo, mas, depois, a exposição poderá ser completada na fase dos debates.

Passo a palavra, inicialmente, ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

A lista de inscrição já está aberta e o primeiro inscrito é o Senador Anastasia.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Bom dia, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite do Senador Aloysio Nunes e da Comissão de Relações Exteriores para estar presente nesta audiência. Para mim, é um prazer muito grande estar aqui mais uma vez.

Como eu disse ao Senador Aloysio Nunes, o tema é pequeno. Assim, vinte minutos é tempo mais que suficiente. Então, serei breve e telegráfico.

Em primeiro lugar, quanto à política externa brasileira, para compreendê-la melhor, é preciso levar em conta um fator essencial e primordial, que é a questão da localização geográfica do País. Como dizia Napoleão, a geografia explica a política das nações. Então, o fato de o Brasil ter essa localização geográfica explica, em grande parte, a sua política externa.

Em segundo lugar, a questão das suas condições geoeconômicas, em termos de população, de território, de recursos naturais e de capital acumulado, por isso, condições. O fato de o Brasil ser um grande produtor, digamos, de *commodities* gera certas condições no cenário da política externa, gera certos interesses, certos objetivos e certas alianças, naturalmente, e assim por diante. O fato de o Brasil ter uma extensa área tropical, de florestas tropicais, também faz com que o Brasil tenha uma participação importante nas questões relativas a meio ambiente, por exemplo. Então, são condições que, de certa forma, estabelecem parâmetros e situações para a política externa brasileira, e são, digamos, necessárias e quase inevitáveis para qualquer governo. Qual-

quer governo terá que levar em conta questões relativas ao meio ambiente, por exemplo, ou relativas à produção agrícola, à produção industrial, resultado do processo de acumulação de capital na sociedade brasileira.

Depois, temos os condicionantes jurídicos, que estão definidos na Constituição, no seu art. 4º, que estabelece os princípios gerais a que a política externa brasileira deve obedecer. São vários princípios, e os senhores conhecem: a autodeterminação, a não intervenção, o direito de asilo, o repúdio ao terrorismo e assim por diante. São vários princípios. É uma lista de princípios, entre eles, o parágrafo único, que determina a integração, que o Brasil deve promover a integração da América Latina. Está na Constituição Federal. São condições, portanto, jurídicas.

Por outro lado, o próprio processo de desenvolvimento político, econômico e social da sociedade brasileira, da economia brasileira, do sistema político brasileiro leva também a determinadas condicionantes e características da política externa brasileira. O primeiro deles é que o Brasil é um país subdesenvolvido. Essa é uma questão que temos que tomar por princípio. Não podemos acreditar que o Pais seja um país desenvolvido. Isso contraria não só todo o conhecimento, tudo o que se sabe sobre desenvolvimento econômico, como também a própria visão da realidade. Podemos verificar que o País é subdesenvolvido até diretamente, por apreciação do que nos cerca: as populações abaixo do nível de pobreza, as populações favelizadas, as questões relativas a saneamento básico, educação, saúde, alimentação e assim por diante. Então, o Brasil é um país subdesenvolvido, resultado de um processo histórico, da formação histórica da sociedade, da economia e do sistema político brasileiro.

Essas sendo algumas das condições, digamos, que estabelecem certos parâmetros para a política externa brasileira, podemos passar à questão das condicionantes internacionais, quer dizer, como é o sistema mundial hoje em dia, no atual momento histórico.

A primeira questão, digamos, se pudermos começar por aí, é a econômica. O sistema econômico mundial é um sistema capitalista. Os países são todos capitalistas, com raríssimas exceções. E o que varia no capitalismo é o grau de intervenção do Estado na economia. Isso é o que varia. Para dar um exemplo não muito óbvio, não muito falado, cito o orçamento militar dos Estados Unidos. O orçamento militar dos Estados Unidos, que atinge cerca de US$700 bilhões ou US$800 bilhões, na realidade, é um processo de financiamento do desenvolvimento tecnológico industrial daquele País, chamado complexo industrial militar por uma pessoa insuspeita, o Presidente Eisenhower, que, no seu discurso de despedida, quando deixou a Presidência, disse que a sociedade americana deveria se preocupar com a existência, com a formação de um complexo industrial militar.

Essa dotação pública para programas militares, na realidade, é um estímulo direto à indústria e ao desenvolvimento tecnológico. Naturalmente, quando se contratam novos aviões de caça a uma grande empresa produtora de aviões, a tecnologia que se desenvolve, depois, passará para os aviões civis, naturalmente, e assim por diante.

Então, o grau de intervenção do Estado – e há várias formas de intervenção – varia de uma sociedade para outra. O grau de intervenção, por exemplo, da União Europeia no setor agrícola: altíssimo grau de intervenção, subsídios de toda ordem, sistemas de preços que protegem uma agricultura menos eficiente, o que também ocorre em outros países desenvolvidos, como é o caso do Japão, dos Estados Unidos, assim por diante.

Então, pode-se dizer que essa é a característica do sistema econômico mundial, um sistema econômico capitalista, que passa, no momento, por dois fenômenos. Um fenômeno é a globalização, em curso, um processo que vem já... A globalização é um fenômeno intrínseco ao capitalismo. O capitalismo tende a expandir-se por novas áreas, e, ao mesmo tempo, com o surgimento das enormes empresas multinacionais, isso recebeu um novo ímpeto.

Bem, a outra característica do sistema econômico mundial, no momento, que também nos afeta e afeta a política externa, é a questão da crise, que começou como uma crise financeira, transformou-se numa crise econômica e transforma-se, agora, numa crise social, com efeitos importantes em muitos países – situação de relativa estagnação, pequenas recuperações, retornos.

Então, são as duas características desse sistema econômico.

O sistema político tem também... Essa situação econômica condiciona a política externa, cria certos interesses para a política externa. O sistema político tem como base, desde 1945, o sistema das Nações Unidas, porque não se pensa em criar um novo sistema. Há alguns princípios: a ideia de Estados nacionais iguais e soberanos, a ideia de respeito à autodeterminação e à não intervenção e o respeito às fronteiras.

Não que esses princípios não sejam desrespeitados com grande frequência, principalmente pelos países mais poderosos, que exigem obediência aos princípios, mas, de sua parte, se consideram... Inclusive um deles se considera um país excepcional. É a palavra que usa: excepcional, que está acima dos demais países.

Mas esse é o sistema político, com todo o seu sistema de acordos e agências, as mais diferentes, onde se negociam tratados, que, no final, direi, afetam profundamente a atividade do sistema político brasileiro e do seu próprio Legislativo.

Muito bem. E uma outra característica do sistema econômico internacional, que não mencionei, é a questão da aceleração tecnológica. É um processo de permanente transformação tecnológica e de aceleração dessa transformação. A sua última etapa talvez não seja nem mais a tecnologia da informação, mas a nanotecnologia. Então, um progresso extraordinário que se verifica com grande rapidez e que condiciona a competitividade das empresas, a competitividade civil, e a competitividade, se assim podemos chamá-la, militar, porque o progresso tecnológico se verifica na área militar também, em grande medida na área militar. A biotecnologia, a informática, tudo isso foi gerado nos programas militares inicialmente; não em programas civis.

Muito bem, então, só para completar, passamos para a questão do sistema militar mundial. No sistema militar mundial existe extraordinária hiperpotência, que são os Estados Unidos da América, cujas despesas militares são superiores às despesas militares dos dez países seguintes somados. Pode-se ter uma ideia, cumulativamente, do que isso não significa! É uma diferença militar, de poderio militar extraordinário, extraordinário, com tendências à robotização, automação, como a questão dos *drones*. Há outros tipos de *drones*, inclusive terrestres, equipamentos terrestres controlados à distância, e assim por diante. Essas são características do mundo.

Então, dentro dessas características: a localização brasileira, a situação econômica, social e política brasileira, nós temos – em minha opinião – como base da política externa brasileira, base necessária, a sua situação geográfica e o fato de o Brasil ser o um dos países do mundo que tem o maior número de vizinhos. Depois da Rússia e da China, o Brasil é o país com o maior número de vizinhos no mundo. Então, são relações inescapáveis, quer dizer, não se pode deixar de ter relações com os vizinhos simplesmente, por várias razões, mas essa própria situação. Então, as relações com os vizinhos têm enorme importância: as relações de natureza econômica, as de natureza política e as de natureza militar têm grande importância.

E isso, digamos, é algo que independerá de qualquer governo. Isso independe de qualquer governo. As relações com os países vizinhos independem. Elas podem variar de ênfase, de modo, de tática. Mas se os senhores considerarem a existência da represa de Itaipu, que não é brasileira, ela é de propriedade binacional, e que abastece cerca de, creio, 30%,40% da energia do Sudeste brasileiro, vemos aí que as relações com o Paraguai são de extraordinária importância. Se considerarmos a existência do gasoduto entre a Bolívia e o Brasil, as relações do Brasil com a Bolívia são de extraordinária importância, inclusive com relação a outros países, como a possibilidade de cooperação no âmbito da energia elétrica com o Peru, por exemplo, e assim por diante.

Então, esse ponto da política externa é de grande importância. Eu acho que nós avançamos muito nesse área. Eu acho que o Brasil avançou, aliás, diga-se de passagem, por uma iniciativa inicial do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que convidou para a primeira reunião de presidentes sul-americanos no Brasil. Essa reunião de presidentes, mais tarde, veio a se tornar a Unasul. E a Unasul é algo interessante. Ela é um instrumento, uma organização que permite que as questões políticas que surjam na região da América do Sul sejam resolvidas pelos países da América do Sul, sem influência de outros países, coisa que não ocorria.

Depois, os acordos todos, que foram celebrados não só no âmbito do Mercosul, tiveram extraordinária importância para a nossa indústria, assim como os acordos celebrados entre o Mercosul e os demais países da América do Sul, que fazem com que em 2018/2019 praticamente não haja mais tarifas na região, por causa dos acordos que foram celebrados entre os países do Mercosul e o Chile. O Chile é um país que tem um comércio com o Brasil praticamente sem tarifas, assim como a Bolívia, o Peru, a Colômbia, todos os países da América do Sul. Isso é de extraordinária importância para a indústria brasileira.

A indústria brasileira tem na América do Sul e nos países do Mercosul o seu principal mercado. O principal mercado para indústria brasileira não é a China. O mercado americano também é importante para a indústria brasileira. Eu não mencionei porque o tempo é curto, mas a importância do comércio intrafirma explica muito dos fluxos do comércio internacional.

A segunda questão importante para a política externa brasileira são as relações com os países africanos, que são os nossos vizinhos, digamos, através do Atlântico. Estão ali. Tiveram participação importantíssima na formação social brasileira em todos os seus aspectos. Inclusive foram eles os responsáveis, os que vieram da África, pela construção do capital inicial no Brasil. Em todo período escravocrata, foram eles, os escravos, que trabalhavam de fato. E depois, porque temos uma imagem, em relação aos países africanos, extremamente positiva, como um País – não quero dizer sem discriminação racial porque seria um equívoco – com baixos níveis comparativos de discriminação racial, país que, digamos, que não tem um passado colonialista na África, quer dizer, não foi uma potência colonial na África e, ao mesmo tempo, um país que tem um passado colonial, que foi uma colônia. Então, tem um grau de simpatia na África extraordinário.

Ao mesmo tempo, tendo em vista a questão do desnível de desenvolvimento econômico entre o Brasil e os países africanos, são mercados extremamente importantes para as empresas brasileiras em geral, não só na área de construção, mas também para o comércio exterior brasileiro. Não mencionei ainda, mas deriva da situação geográfica, em parte, do histórico da formação econômica brasileira, a importância das relações com os países desenvolvidos, naturalmente.

Isto não é preciso dizer para ninguém, mas às vezes não é dito: certamente, o país mais importante para as relações diplomáticas brasileiras são os Estados Unidos da América, não só por seu protagonismo mundial, por sua participação em todo tipo de negociação – nas negociações de meio ambiente, de qualquer tipo, de direitos humanos, econômicas, comerciais, financeiras e assim por diante –, os Estados Unidos têm uma posição protagônica. Além disso, suas relações com o Brasil não só são tradicionais, como são extremamente importantes na área da economia, na área dos investimentos estrangeiros no Brasil. Há grande participação americana na área do comércio exterior, participação menor do que já foi no passado, inclusive devido ao processo de diversificação do comércio exterior brasileiro.

Eu queria, rapidamente, se **O SR. PRESIDENTE** me permitir, dizer o seguinte: o objetivo da política externa, tendo em vista todas essas condições, na minha opinião, é contribuir para o processo de desenvolvimento econômico, social e político da sociedade brasileira. Este é o objetivo da política externa: contribuir para o desenvolvimento brasileiro. Então, em cada negociação internacional, o que deve estar em vista, o que deve ser levado em conta é, acima de tudo, o interesse nacional brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Devia estar programado para 20 minutos, porque faltam 49 segundos.

Enfim, o desenvolvimento da sociedade brasileira deve ser o objetivo da política externa sempre. Aí, naturalmente, na medida em que variam as concepções sobre o que é o desenvolvimento econômico da sociedade, o desenvolvimento social e político, há variações na política externa.

Só para terminar e deixar, talvez, para a parte das perguntas, quando desenvolveremos mais certos aspectos não mencionados, queria falar da importância do Parlamento e do processo de transferência de competências que ocorre não só no Brasil como no mundo.

É um processo de transferência de competência: à medida que se vão verificando as negociações, muitas das competências dos Parlamentos nacionais passam para os Executivos, que celebram acordos, que, depois, são submetidos ao Congresso Nacional, para sua aprovação, e sobre temas que antes eram de competência exclusiva dos Parlamentos, do Congresso Nacional. Então, geram-se normas jurídicas, consolidadas em acordos negociados pelos Executivos, sem que tenha havido a necessária discussão pelo Parlamento, que é o representante do povo brasileiro, segundo a Constituição.

É algo de extrema importância, na minha opinião, a participação do Congresso, dos Congressistas na questão das negociações dos acordos internacionais, porque muitas vezes eles geram obrigações de grande alcance, sem que tenha havido, nessas negociações, a participação dos Parlamentares, o que permitiria uma discussão e, digamos, um exame mais acurado daquelas normas que vão ser consagradas. Eu diria até que, muitas vezes, isso é colocado como se o Brasil tivesse assumido um compromisso, e, portanto, o Parlamento não poderia deixar de aprovar. É um grave engano. É um grave engano, não é? É um grave engano, porque o Parlamento representa o povo brasileiro. Há o fato de a Constituição prever que ao Executivo cabem as relações com os outros países, mas a Constituição prevê também a aprovação pelo Senado. Mas, muitas vezes, essa aprovação é feita sem o tempo necessário para a discussão de todas as implicações desses acordos.

Vou dar logo um exemplo: o que ocorreu com a Rodada Uruguai, que levou à criação da Organização Mundial do Comércio, que levou a uma série de restrições no campo de serviços, de propriedade intelectual, de investimentos, sem que tenha havido uma discussão no Congresso Nacional aprofundada sobre as normas que estavam ali sendo aprovadas e que retiraram da competência do Congresso Nacional e, portanto, da sociedade brasileira o direito de estabelecer as melhores políticas nesses setores, que passaram a ficar manietados. Isso é o que pode ocorrer com a eventual celebração de certos tipos de acordos de livre comércio e com a negociação desses acordos, sem que haja o conhecimento do Congresso Nacional.

Já passei meu tempo em vários minutos, de modo que eu queria muito agradecer a atenção das senhoras e dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Por 20 minutos, com a necessária flexibilidade para completar suas ideias e raciocínios, com a palavra, William Waack.

O SR. WILLIAM WAACK – Bom dia a todos!

Tenho, em primeiro lugar, de dar dois recados pessoais. Primeiro, quero dizer que tudo que eu pronunciar aqui é dito em meu nome pessoal. Não tenho mandado nem procuração para falar em nome da emissora para a qual vendo meus serviços. Então, tudo que eu disser é absolutamente do meu caráter pessoa física, como jornalista interessado em assuntos internacionais, muito por conta da minha biografia. Passei 21 anos fora do Brasil como correspondente de vários órgãos de imprensa brasileiros.

O meu segundo recado pessoal é um elogio aos Srs. Senadores, porque, como profissional de comunicação, eu me ressinto muito do desinteresse geral da sociedade brasileira por assuntos que envolvam a política externa, o que acho um grave defeito nosso no Brasil. Talvez, pelo nosso tamanho e pela distância que estamos de vários conflitos internacionais, nós pensemos que podemos não nos interessar por assuntos internacionais. Então, eu queria muito deixar aqui registrado meu elogio a essa iniciativa e solicitar que mais destes tipos de encontros sejam realizados, porque acho essencial que este trabalho parta de vocês, que foram eleitos para estar aqui representando a população brasileira.

Eu assinalei com muito carinho algumas das coisas óbvias que disse o Samuel Pinheiro Guimarães, cujos raciocínio e trabalho acompanho há muito anos com admiração e com atenção. E digo que são óbvias não com tom irônico, mas porque, muitas vezes, olhando para o óbvio, a gente percebe a situação; de outra maneira, ignorando o óbvio, a gente tropeça, cai de quatro e dificilmente levanta, dependendo do tamanho da queda.

É óbvio que a geografia é o destino. Esse é um dogma básico das relações internacionais. Determina, em boa parte, o que os países podem fazer ou, em boa parte, até onde eles podem chegar. Isso é óbvio. Agora, o problema é quando a gente ignora os óbvios, como eu ia dizer.

O que eu gostaria de assinalar aqui brevemente, por treino profissional – o tempo de 20 minutos é maior do que o do jornal que apresento toda noite, em termos líquidos; se eu tivesse um jornal só para mim, seria uma delícia, mas ninguém aguentaria –, é que ignoramos várias coisas óbvias. Nesses últimos anos, o Brasil está muito aquém da posição que poderia ocupar no cenário internacional.

É óbvio que as relações internacionais e as maneiras como os Estados se relacionam entre si precedem capitalismo, socialismo, feudalismo, o que se quiser. A maneira como Estados se relacionam entre si, como buscam segurança um em relação ao outro, como buscam vantagens ou como buscam diminuir desvantagens uns em relação aos outros precede, e muito, os tipos de sistema e de organização de sociedade que a gente queira definir como a gente quiser. E, quando a gente tropeça nesse óbvio, a gente perde.

O primeiro óbvio no qual a gente tropeçou – eu acho que não fomos capazes de reconhecer – foi nas profundas transformações do sistema internacional, particularmente depois do fim da guerra fria. O mundo no qual vivemos hoje é extraordinariamente mais perigoso do que o mundo no qual vivíamos até 20 anos atrás. Por quê? Porque num mundo multipolar as decisões tomadas em organizações multilaterais são muito mais difíceis de serem implementadas e alcançadas, simplesmente porque estamos passando por uma fase extraordinariamente instável, na qual a posição relativa de cada Estado, de cada potência, se vocês quiserem, ainda está em jogo. Qual é a nossa?

Se a nossa posição geográfica nos dá, a nós, brasileiros, essa, digamos, tranquilidade e paz de espírito de que hoje à noite, provavelmente... Não sei se alguém ainda tem aqui alguém em alguma missão militar, o que está diminuindo no Brasil. Nós não temos esta preocupação hoje à noite: se parentes nossos vão ser mortos ou se vão ter que matar alguém. Mas essa é a realidade comum para muitos outros países, e não estou falando apenas de Estados Unidos ou das grandes potências. Essa é a realidade para espanhóis, essa é a realidade para alemães e essa é a realidade de muitos outros países que vivem em situações de conflito.

Então, se a nossa posição geográfica nos dá, por um lado, essa tranquilidade de paz de espírito de que hoje à noite não há brasileiros que vão dormir preocupados se vão matar ou morrer – a não ser na nossa guerra interna, mas essa é outra questão –, isso nos tira, como sociedade, boa parte da sensibilidade para a abrangência, profundidade, alcance e importância dos principais conflitos internacionais. Nós não somos parte de nenhum, seja ele religioso, seja ele étnico, mesmo comercial, porque a nossa importância no comércio mundial não vem crescendo, ou está muito longe do tamanho que este País tem e do que essa economia poderia gerar. Nós somos pequenos por opção geográfica, se vocês quiserem, apesar do tamanho do nosso Território. A geografia deste Planeta nos colocou, de certa maneira, longe desses conflitos. Por outro lado, se nos deu essa tranquilidade de paz de espírito, tirou-nos, em boa maneira, a capacidade de entendimento de absorção do que está em jogo.

O que está em jogo hoje é o reordenamento, sim, do poder internacional, no qual o nosso papel, para citar um óbvio no qual nos tropeçamos, eu não o vejo bem definido. Não o vejo bem definido porque nós ignoramos outros óbvios também, e eles é que nos fazem sofrer o que nós estamos sofrendo hoje, que é um crescente isolamento e apequenamento em relação ao que a gente poderia ser. Toda vez que a gente fala e usa uma categoria relativa como esta, de que o Brasil está menor, nós estamos menores em relação ao quê?

Em primeiro lugar, nós estamos menores em relação ao que poderíamos ser. Ponto. Eu detesto, eu estou absolutamente farto da descrição do Brasil como país do futuro. Eu gostaria que o nosso futuro já estivesse para trás, e não que a gente estivesse esperando sempre o que é que a gente vai poder ser.

Nós não entendemos a natureza dessa transformação internacional. Nós a consideramos simplesmente o declínio relativo de uma hiperpotência, ou superpotência, ou megapotência, não importa a palavra com a qual vocês queiram definir os Estados Unidos, e celebramos isso como se fosse o nascer de uma nova era na qual as afiliações, sobretudo, ou as afinidades, sobretudo político... Eu não diria ideológicas, porque não é bem o caso. É difícil entender qual é a afinidade político-ideológica de um país como a Índia, por exemplo, com o qual estamos associados em um determinado tipo de bloco, ou entender qual é a afinidade político-ideológica de um país como a Rússia, por exemplo, onde estamos, de alguma maneira, ligados a um tipo de bloco. Nós não entendemos que a transformação internacional relevante é o surgimento de uma potência, que não sabemos se será pacífica ou não. Esse é o desafio das novas gerações, do pessoal que não tem mais cabelo branco como eu. Vejo muita gente jovem aqui, na plateia. Vocês é que vão poder... Eu vou estar morto já. Não vou saber se a China subirá como uma potência pacífica ou não.

E o desafio que ela apresenta para as relações internacionais é um desafio que pode ser resolvido dentro do que se convencionou chamar de governança global e que nunca chegamos a ela. Quanto mais falamos em governança global, quanto mais atribuímos nossos destinos a organizações multilaterais, sejam elas de comércio, sejam elas Nações Unidas, menos chegamos próximos a isso. É óbvio que nós ignoramos.

É óbvio que um país numa transformação profunda e perigosa, como é profunda e perigosa a transformação que estamos vendo nas relações internacionais, como o Brasil, quando confrontado com essa mudança, prefere ser fornecedor de matérias-primas de um dos poderes ascendentes e perde aquilo que no óbvio clássico de definição de projeção de poder é o poderio econômico, e ele está associado, nos Estados modernos, à indústria, e a nossa indústria está andando para trás. Nós estamos perdendo, como país, a possibilidade de sermos mais poderosos do ponto de vista clássico das relações internacionais, muito mais geoestratégico do que econômico. Nós estamos assumindo o papel que já tivemos em outras fases da nossa história, de sermos, sim, associados a focos de poder importante. E esse foco de poder internacional se move para o Pacífico, para as nossas costas, portanto.

Somos um país com 500 anos de Atlântico e começamos de novo. Vocês, jovens, é que vão ver essa mudança. Vocês estão vendo uma mudança internacional extraordinária. Vocês são testemunhas de uma época incrível. Como transformação de grandes eixos, eixos de séculos, eixos daquilo que os historiadores franceses usavam – eu sei que o Samuel tem uma forte formação nessa área francesa; é *la longue durée*, Samuel –, a ideia de que há grandes fluxos históricos que passam por baixo dos acontecimentos quotidianos que às vezes nós nem somos capazes de interpretar nem no seu alcance nem na sua profundidade.

Este é um acontecimento que conseguimos interpretar no momento. E neste grande mundo virando, nós somos, de novo, fornecedores de matéria-prima para um grande foco de poder. Estamos perdendo aquilo que seria essencial para a nossa projeção de poder, seja ela qual for, seja ela como for definida: uma potência regional, com interesses ao redor; uma potência eventualmente hemisférica, do Equador para baixo, de uma determinada parte do mundo; etc. Não interessa. Jamais seremos qualquer coisa à altura do destino que nós brasileiros achamos que merecemos, um destino melhor, maior e mais importante do que aquilo que exercemos hoje nas relações internacionais. Jamais o seremos sem uma economia forte, baseada em conhecimento, inovação e tecnologia. Isso significa indústria. É um óbvio em cima do qual nós tropeçamos.

É óbvio, olhando um pouco para o que aconteceu ao redor do Brasil nos últimos anos, que não interessa a ninguém ter vizinhos que causam problemas. A ninguém. Eu não consigo pensar em nenhuma potência que se encare como potência, é óbvio, que concorde que seus vizinhos criem-lhe problemas. A mim não interessa qual é a religião, a cor, o time de futebol, a afinidade política do meu vizinho.

Aliás, citando intelectuais franceses, que o Samuel conhece tão bem, Raymond Aron tem uma frase fantástica: a divisão não é entre esquerda e direita, entre preferível e detestável. Eu exerço opções por aquilo que eu acho que é preferível e evito aquilo que eu acho que é detestável. Não me importa se chamam isso de esquerda ou de direita, não tem a mínima relevância nesse contexto. Não pode interessar a uma potência como o Brasil ter vizinhos que lhe criem problemas.

Como eu vou resolver isso é tarefa de um corpo profissional e mais um óbvio em cima do qual nós tropeçamos, chamado Itamaraty, que nos últimos anos foi desprezado. Eu acho um grave erro por parte do Estado brasileiro – não estou falando nem do Governo – desprezar uma das suas instituições de maior tradição, mérito, preparo profissional e capacidade de formulação de políticas em torno da formulação de postulados de política externa ligados a um grupo privado.

Quando falamos em um partido político, nós estamos falando, por definição, de um grupo privado. Política externa não é o território de grupo privado. É o território de interesses de um país, de um Estado, da sua sociedade, da sua população, do seu futuro. Quando estamos falando em política externa, nós estamos falando em decisões que afetam a vida das gerações que virão. Poucas decisões de política externa têm impacto imediato, catastrófico e decisivo sobre as gerações presentes, salvo casos, óbvio, de guerras, situações de conflitos e calamidade, que não é a nossa situação.

Como eu disse inicialmente, nós somos um país abençoado pela distância e, ao mesmo tempo, digamos, prejudicado pelo que essa distância nos retira da capacidade de entender quais são as opções que nós temos que tomar para que as nossas gerações futuras tenham possibilidade de gerar prosperidade e viver melhor do que a geração presente. Esse, eu acho, é o grande dilema e o grande problema da nossa política externa atual. Porque ela se pautou pela ideia e tropeçou no óbvio. Mais uma vez, ela tropeça no óbvio.

Política externa não se faz por amizade. Isso é algo que a gente vai ler nos clássicos da Guerra do Peloponeso, na Grécia, três, quatro séculos antes de Cristo. É extraordinário como a gente percebe que lições que estão quase que junto da natureza humana ou da condição humana, se vocês quiserem, são ignoradas a próprio risco. E o próprio risco é que as nossas opções vão sendo cada vez mais fechadas.

A nossa situação internacional vai se tornando uma situação que é sempre relativa. Portanto, relativa ao que os outros fazem, as nossas oportunidades vão se fechando, que é o momento que nós estamos vivendo atualmente.

Nós fizemos uma opção política por vizinhos que nos causam problemas e achamos que esses problemas fazem parte do relacionamento entre amigos.

Com um desses países vizinhos, porque ali estava um amigo cuja afinidade política era ressaltada, nós modificamos tratados internacionais em favor de uma amizade política. O amigo político não está mais lá, mas os favores prestados ao amigo político continuam a um outro ente estatal.

Eu não estou fazendo um julgamento moral ou de valor, se esse amigo é bom, positivo; eu estou apenas constatando o fato de que política externa feita na base de amizade política não funciona. O que existe, em primeiro lugar, é o meu interesse, é o meu país, é a minha população, é o futuro dos meus filhos. É isso que define a minha política externa, não as minhas amizades políticas à direita ou à esquerda. Não estou falando aqui de direita e esquerda com significado político, mas como leste e oeste, simplesmente como localização geográfica no mapa. Não me interessa.

Eu acho que o Brasil tem perdido, nos últimos anos, uma oportunidade muito, muito, muito decisiva, de ser um país mais ouvidos nos fóruns internacionais por conta de dois aspectos, da nossa geografia e da nossa realidade, que eram fortemente a nosso favor e deixaram de ser. Um é a política ambiental.

O Brasil tinha tudo para ser o país referência em todas as discussões de meio ambiente. Nós deixamos isso de lado – não vou entrar nessa discussão agora, tem muito a ver com o que acreditamos que pode ser o futuro ou não de combustíveis fósseis e tudo o que se desenvolveu a partir daí. Essa é uma outra questão, e duvido que seja aqui o caso de abordá-la nesse fórum.

A outra questão que me preocupa mais ainda é a ideia de que a reformulação do ambiente internacional nos deixou isolados na medida em que entendemos que chutar as canelas dos Estados Unidos nos torna mais soberanos, nos torna mais respeitados, nos torna mais ouvidos.

Eu acho, como velho profissional que sou de reportagem e de jornalismo, que ser antialguma coisa, ser antiamericano é tão burro como ser antissenagelês, antichinês, antirrusso, ou antiportuguês ou antiqualquer coisa; é de novo o pecado de ignorar o óbvio. Quando aquilo que pretendo fazer, quando aquilo que pretendo levar adiante, do ponto de vista das relações internacionais, está de uma maneira ou de outra a serviço do "antialgo", eu estou esquecendo o que eu quero.

Para finalizar, digo do que tenho visto ao longo de muito tempo cobrindo situações de conflito, particularmente no Oriente Médio, onde marquei minha presença – digo presença como um modo de falar –, onde, por mais vezes, participei do relato de situações conflituosas. É sempre extraordinário ver como o relato da história, como a percepção dos fatos históricos – e a percepção dos fatos históricos, sem querer ser filosófico, é pura imaginação; a memória é pura imaginação – condiciona decisões presentes, algumas delas de consequências fatais. E a nossa percepção disseminada, não só em termos de relações internacionais, mas também em termos de que país nós somos, é a de que alguém sempre impediu que fôssemos aquilo que gostaríamos de ser, é a de que o foco das nossas mazelas e a origem das nossas dificuldades estão neles, nas potências externas que se articulam de alguma maneira para impedir que o Brasil seja o que gostaria de ser, o que é profundamente equivocado.

Ultimamente, tenho me cansado de dar má notícia. Esta é a boa notícia que eu gostaria de dar a vocês: está tudo na nossa mão, não há ninguém, potência alguma, situação alguma que nos impeça de chegar aonde queremos chegar.

(Soa a campainha.)

O SR. WILLIAM WAACK – É absolutamente uma decisão nossa, desde que tomemos as decisões corretas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Atendendo à sugestão do Senador Tasso Jereissati e do Senador Anastasia, vamos dar mais dez minutos para cada um dos nossos convidados, para, depois, abrirmos, então, o debate.

Então, estão concedidos mais dez minutos ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Por favor, o senhor tem a palavra.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Muito obrigado.

Rapidamente, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o William por sua exposição, que tornou tudo fácil, porque tudo é óbvio. A repetição da palavra "óbvio" ao longo do discurso foi notável.

Mas, enfim, eu me esqueci de mencionar – ele o fez em relação a ele mesmo – de que não falo em nome do Itamaraty, naturalmente. Eu não sou mais funcionário do Itamaraty, de modo que minhas opiniões aqui são pessoais. Não tenho nenhum compromisso com a política que está sendo feita. Eu o tive com a política que foi feita principalmente no período do Presidente Lula, quando fui Secretário-Geral do Itamaraty durante sete anos. Desse modo, tive esse compromisso e participei diretamente daquilo que foi feito.

Eu queria mencionar também que concordo com o William quando ele fala da importância da indústria como um fator de poder não apenas geopolítico mas também econômico. A indústria é o grande setor de transformação da economia. Inclusive, o dinamismo da agroindústria depende da indústria. As colheitadeiras, as ceifadeiras, as sementes são todas produzidas pelo setor industrial, não são produzidas pelo próprio setor agrícola. Isso é feito pelo setor industrial. Desse modo, concordo com isso plenamente.

Eu queria também agradecer a defesa que ele fez do Itamaraty. Acho que, realmente, é extremamente importante para qualquer país ter um serviço diplomático fortalecido, com dotações adequadas, que possa participar das negociações internacionais e das relações com os demais países.

Eu também queria acrescentar ao que disse antes que, dentro do cenário não só econômico, como também político e internacional, a emergência da China é o fator, talvez, mais importante, que afeta profundamente todo o sistema econômico e todo o sistema político e militar também, mais do que se poderia perceber hoje.

Muito bem, vou fazer alguns comentários tópicos sobre questões referentes à perda de oportunidades. Vou fazer alguns comentários tópicos.

O primeiro deles é a mudança de posição, por exemplo, do Brasil no Fundo Monetário Internacional, quer dizer, a mudança do sistema de votação. O Brasil passou a ter um número de votos muito maior. Passou, se não me engano, de 17º para 10º. Isso graças a uma atuação em conjunto com outros países, em conjunto principalmente com os BRICS. Eduardo Saboia, que está aqui e que trabalhou lá, na delegação do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional, sabe da importância disso.

É preciso lembrar, por exemplo, o "chutar as canelas". Foi uma expressão, digamos, que o William Waack utilizou. Não foi propriamente um caso no socorro que os BRICS prestaram ao Fundo Monetário Internacional no valor de US$75 bilhões, o que, naturalmente, foi um alívio para os países desenvolvidos, porque, se os BRICS contribuíram com US$75 bilhões – bilhões de dólares – para atender aos países em dificuldade de balanço de pagamentos, essa não é uma contribuição desprezível.

Não acho que a política externa tenha como objetivo agredir nenhum país, inclusive ela se revelou,como ele menciona, visando ao interesse nacional. O Brasil tem relações importantes com a China, tem relações importantes com a Rússia, com os Estados Unidos, e assim por diante. Não me lembro de nenhuma situação em que houve agressões gratuitas no Brasil aos Estados Unidos. Não me lembro. Isso é dito, mas eu não me lembro. Eu gostaria até de ser lembrado. Pode ser que o Brasil tenha discordado de posições dos Estados Unidos em relação a muitos temas. Essa é outra questão. Não é a mesma questão. Então, por exemplo, a posição de equidade que o Brasil tem em relação ao conflito no Oriente próximo, entre Israel, Autoridade Palestina e os países árabes, é uma posição reconhecida; reconhecida por Israel, reconhecida pelos países árabes em geral e pelos palestinos. Talvez não tenha agradado muito o reconhecimento da Autoridade Palestina, mas isso foi feito por muitos outros países. Nem foi feito com o objetivo de contrariar os Estados Unidos de forma alguma.

Muito bem. Acho que o Brasil não preferiu ser fornecedor de matérias-primas. Nossas escolhas não são feitas assim, dessa forma. O Brasil, de repente, pode escolher ser fornecedor de produtos manufaturados, e assim por diante. Não funciona assim, quer dizer, na medida em que há, digamos, competitividade, lucratividade na produção agrícola, nas exportações agrícolas, elas tendem a ocorrer. Na medida em que há dificuldades na

indústria, elas diminuem a sua importância. Mas acho que é de grande importância o fortalecimento no setor industrial. Quanto isso não há a menor dúvida.

Um outro aspecto pontual. O Brasil se associou ao Japão, à Alemanha e à Índia, no chamado G4, que propunha a reforma da carta das Nações Unidas quanto à composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para que fossem incluídos novos membros permanentes. Não creio que seja uma atitude agressiva em relação a potências como Alemanha, como Japão, o que mostra o prestígio brasileiro. Ninguém se associa a um país que você acha que não tem prestígio. Não é lógico isso. Esse fracasso todo, quando vem o primeiro-ministro da China ao Brasil e propõe um número grande de acordos importantes, se vierem a ser concluídos, isso significa a importância que a China atribui ao Brasil, a não ser se consideramos que os chineses, que vêm crescendo, desde mais ou menos 1979, a 10% ao ano, sejam pessoas desinformadas, que resolveram vir aqui por nada.

Acho que acreditam no potencial brasileiro, acreditam que é interessante para eles fazer negócios com o Brasil, ter uma presença importante na economia brasileira.

Por exemplo, quando o Brasil patrocinou a reunião entre a América do Sul e os países árabes, na época sofreu grande oposição de certos países. Vamos deixar claro, sofreu grande oposição de Israel e dos Estados Unidos. Disseram que o Brasil não poderia organizar uma reunião desse tipo. Mas como o Brasil não pode organizar uma reunião desse tipo? É óbvio que pode. É óbvio. Isso é muito óbvio. No entanto, isso foi contestado, e acabou se realizando, com grande êxito, e assim por diante.

Enfim, creio que não há nenhuma apropriação da política externa do ponto de vista partidário. Muitas das iniciativas que depois viriam a ser desenvolvidas, como foi o caso da Unasul, vêm de períodos anteriores, de um partido anterior, vêm da época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que...

(Soa a campainha.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – ... por exemplo, na Assembleia Nacional francesa, denunciou a globalização e divulgou a globalização solidária, e pediu um imposto sobre os fluxos internacionais de capital. O Presidente Fernando Henrique Cardoso! Isso é algo que interessa ao Brasil.

Depende de nós muita coisa, mas existe um sistema internacional que tem seus interesses e que necessariamente não são sempre coincidentes com os brasileiros. Não há por que ser coincidente. Naturalmente, a emergência de qualquer país, na medida em que o Brasil realmente emergisse como grande potência, porque teria condições para isso, desloca outros interesses, que passam a ter que levar em conta o Brasil.

Muitos dos esquemas internacionais foram construídos, como o sistema de voto no Fundo Monetário Internacional, em que pequenos países europeus tinham mais voto do que a China, por exemplo. Ou do que o Brasil. Pequenos países europeus. E assim por diante.

Então, é preciso lembrar que não é uma derrota para o Brasil. O aumento das exportações nos últimos anos, o esforço feito para aumentar suas exportações para todos os países foi extraordinário. Eu acho que temos que ter, talvez, maior cuidado.

Eu não quero estabelecer nenhuma comparação, mas entrei para o Itamaraty em 1961. Faz muito tempo. Uma certa experiência nessa área eu acho que adquiri. Fui Secretário-Geral durante sete anos, tempo mais longo do que qualquer outro secretário-geral na história do Itamaraty. De modo que adquiri certa experiência.

(Soa a campainha.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Vi muita coisa.

Poderia ir enumerando fatos positivos e fatos negativos. Na política ambiental, eu queria mencionar isto: o Brasil participa das negociações ambientais em posição de grande destaque, junto com um grupo de países que são semelhantes ao Brasil. Não são países que têm afinidade política e ideológica. Não se trata de afinidade política, mas de interesses, como é o caso chamado do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China). A Rússia não participa porque tem outras visões de política ambiental. E nós temos que defender os nossos interesses, certamente, como já foi dito aqui pelo William Waack.

E os nossos interesses nessa questão, em resumo, são que os grandes responsáveis pelo acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera foram os países industriais. Porque os gases de efeito estufa derivam da queima de combustíveis fósseis. E os países industriais têm interesse em passar parte dessa conta para os novos países, que têm uma emissão *per capita* muito menor do que eles, e têm uma emissão histórica muito menor. Passar essa conta não é uma boa expressão diplomática.

Eles querem que os custos da mitigação e da atenuação passem para os países desenvolvidos grandes, como é o caso do Brasil. Não é do nosso interesse aceitar isso. Eu acredito que o Brasil se tem colocado nessa questão de forma muito positiva, não deixando de procurar ter metas na área de redução das emissões, mas também sem aceitar uma posição que leve a metas indesejáveis para o País. E nisso, naturalmente, o Brasil tem que ter a companhia dos grandes Estados subdesenvolvidos, que são os Estados que contam na esfera inter-

nacional. Queiramos ou não queiramos, achemos o que achemos desses Estados, mas a China conta, a Índia conta, a Rússia conta e a África do Sul conta. Então, grandes Estados são para nós aliados importantes nos processos de negociação internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Willian Waack, por favor.

Vai fazer uma intervenção de *longue durée*?

O SR. WILLIAM WAACK – De quê?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – De longue durée.

O SR. WILLIAM WAACK – Não, é muito rápida, realmente.

Eu acho que há um dado importante que situa o nosso atraso relativo, que é o fato de que os países desenvolvidos entraram numa crise sem precedentes desde 1929, 30, 31, e o PIB *per capita* do Brasil está ficando cada vez menor em relação ao PIB *per capita* dos Estados Unidos.

Eu gostaria que o meu País, em termos de PIB *per capita*, ficasse mais próximo do PIB *per capita* americano e não se distanciasse, como está acontecendo. Alguma coisa está dando errado. Se eles estão em crise e o PIB *per capita* deles hoje, relativo ao PIB *per capita* do Brasil, é maior ainda, alguma coisa deu errado para nós. Em termos relativos, somos mais pobres do que éramos um tempo atrás, apesar do crescimento das exportações. Isso é função também das opções de política externa.

Quando nós nos consideramos, vamos dizer, de certa maneira, dispostos a corrigir passados criados por potências coloniais, nós estamos desprezando basicamente a defesa dos nossos interesses. Não existe isso em política internacional. Ponto.

Outro ponto que eu gostaria de ressaltar é que o Brasil, em relação a alguns conflitos, particularmente do Oriente Médio, acabou tendo menos o que dizer hoje do que tinha antes.

Será que nós entendemos a natureza religiosa desse conflito e o subordinamos à leitura antiquada dos interesses das potências de fora, no Oriente Médio? Como é que fica a nossa visão do Oriente Médio agora que os Estados Unidos produzem mais energia do que a Arábia Saudita, por exemplo, ou que os americanos estão possivelmente próximos de um acordo com o Irã, um ponto nevrálgico da nossa política recente? Porque, se há um ponto no qual o Brasil teve um papel extraordinariamente importante nas relações internacionais, foi no regime de não proliferação e no regime de controle de tecnologia de mísseis, em que fizemos opções de política externa. Nós achamos que era, num determinado momento, melhor aderir a um regime assimétrico de manutenção do poder, que é basicamente o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Resolvemos aderir ao regime de controle de tecnologia de mísseis, porque achávamos que por aí poderíamos chegar às tecnologias que queríamos, basicamente a de foguetes balísticos. E, num determinado momento, nós deixamos o mundo confuso sobre se queríamos manter esse regime de não proliferação, que, em determinado momento nos interessava. Porque nós sempre batemos no art. 4º do TNP, dizendo: "Nós temos direito a desenvolver tecnologias para uso pacífico", e elas incluem as tecnologias sensitivas". E, num determinado momento da nossa política externa, nós passamos a dar apoio, claro, a alguém que está interessado em solapar. Então, eu acho que era mais claro para a comunidade internacional que o Brasil se declarasse: "Olha, esse TNP não deu certo. Eu vou cair fora disso daí e vou tocar o que eu quero em tecnologia nuclear".

O que nós fizemos, o *double game*, o jogo duplo, nesse tipo de negociação, nunca dá certo, e nós fomos massacrados no Conselho de Segurança na ONU na votação subsequente. Fomos massacrados pelos nossos parceiros: China, Rússia votaram contra nós.

Então, eu queria abrir a oportunidade para que outras pessoas pudessem falar também, não vou monopolizar o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Agora, eu vou dar a palavra aos Senadores, e vou propor cinco minutos para cada um e, em seguida, a resposta aos nossos convidados, sem prejuízo de novas inscrições.

Então, estão inscritos os Senadores Antonio Anastasia e também Tasso Jereissati, Lasier e Requião.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Aloysio Nunes, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminente Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, eminente Jornalista William Waack, é com grande prazer que nós, na Comissão de Relações Exteriores, recebemos as duas autoridades reconhecidas pela atuação na área.

Sr. Presidente, eu vou fazer perguntas bem objetivas e mais singelas exatamente para que o tempo flua melhor. Primeiro, eu me dirijo ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães colocando um fato bem objetivo e indagando a sua posição sobre o episódio. V. Sª, em sua exposição, foi muito claro e acho que corretamente, demonstrando a moldura da nossa política externa, com fulcro na Constituição Federal, e mostrando também a nossa prevalência geográfica. Já se dizia que basta olhar o mapa da América do Sul para se ver a posição de

força do Brasil. E o Brasil, ao longo dos últimos anos, teve nessa posição e na política de integração um dos fatores mais relevantes. E de fato isso me parece positivo. Todavia, talvez por critérios ideológicos ou por critérios partidários, nós tivemos uma afinidade específica com a Venezuela, que é um país que sofre hoje quase que uma guerra civil na prática.

Mas o episódio a que eu me refiro se deu alguns anos atrás e me pareceu, a meu modo de ver, um episódio pequeno na nossa diplomacia e até, se me permite a expressão, um pouco sórdido, que foi a expulsão ou pelo menos a suspensão do Paraguai, que resistia a adesão da Venezuela ao Mercosul pelo seu Senado. E aproveitando essa "suspensão" – entre aspas –, em razão da alegada destituição do governo paraguaio e não adotando nesse momento a cláusula da autodeterminação, o Brasil, juntamente com a Argentina e o Uruguai, resolveu aceitar a Venezuela, ainda que em desrespeito às cláusulas de direitos humanos que todos conhecemos do Tratado de Ushuaia.

Não teria sido esse episódio um episódio pequeno? Nós não devíamos aguardar, se fosse o caso, o restabelecimento da democracia no Paraguai, logo que acontecessem as eleições diretas, para que se ouvisse o parlamento daquele país e se indagasse, de modo claro, se a Venezuela deveria ou não pertencer ao Mercosul? Foi correto, portanto, o compromisso ou o comportamento brasileiro, volto a dizer, num ato que me pareceu uma esperteza, aproveitando esse momento, para incluir a Venezuela no Mercosul?

Esta é a indagação que eu dirijo, portanto, a V. Sª, ou seja, se a diplomacia se faz com ato de grandeza e não com atos que me pareceram, como esse, um ato pequeno?

Ao eminente Jornalista William Waack, aproveitando a observação que fez há pouco sobre a questão do Oriente Médio, eu tenho, nesta Comissão, nas sabatinas feitas, especialmente aos eminentes embaixadores designados para o Oriente Médio, falando de modo claro, uma ressalva que me parece abominável, que acompanhamos hoje pela imprensa, que é a figura do Estado Islâmico. Nada, em nenhuma hipótese, pode justificar as barbáries que assistimos pela televisão cometidas pelo Estado Islâmico contra os seus – entre aspas – "inimigos religiosos", execuções, decapitações. Tudo isso agravado ainda pelo horror que eles manifestam à cultura e à civilização, com a destruição do patrimônio não só da região, mas também universal. Agora as ruínas de Palmira, herança romana, estão sendo igualmente ameaçadas.

Eu queria indagar, portanto, de V.Sª qual a sua opinião sobre a posição brasileira, que me parece tíbia, tímida, completamente timorata em relação exatamente ao comportamento do Estado Islâmico, ausente de uma condenação e, se fosse o caso, até de uma presença firme, como a Aliança Internacional tem feito em relação a esses descalabros que ocorrem lá e que nos afetam, nos afetam como cidadãos, à medida que, como lembrou o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, no art. 4º da nossa Constituição, no que se refere à política externa, está lá o respeito aos direitos humanos e preconizar...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – ... os direitos humanos em relação às demais nações.

Então, formulo essa indagação a V. Sª, e cumprimento a ambos pela bela exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Embaixador... Senador Tasso Jereissati, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Quem me dera! Chamou-me de embaixador! Quem me dera!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Depende da onde.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Em Bali... (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – ... porque é mais ou menos do tamanho de Quixadá, onde eu passo minhas férias.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente. Eu sei. Todos nós sabemos disso.

V. Exª tem a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – O Embaixador conhece, porque ele é descendente de cearenses ou tem uma ligação com cearenses.

Presidente, Embaixador, jornalista, primeiro, eu queria parabenizar a excelente palestra e discussão feita por V. Sªs aqui, que realmente foram altamente enriquecedoras e bastante importante para esta Comissão, que vê, neste momento, uma oportunidade muito grande, Embaixador, jornalista William Waack, de que nós possamos ter neste Senado, como V. Sª aqui indicou, um papel mais preponderante, mais ativo do Parlamento brasileiro, em termos de política externa.

Eu, particularmente, sou bastante crítico em relação à política externa brasileira nos últimos anos. Também não tenho nenhum tipo de preocupação ideológica, etc. Mas vi realmente uma visão que me preocupou desde o início. E a minha observação eu gostaria que fosse para ambos.

Desde o início do Governo Lula me preocupou a aparente relevância do papel de um ideólogo do PT, no caso o Sr. Marco Aurélio, tendo um papel fundamental, quase dando as diretrizes fundamentais da política externa brasileira. E, ao contrário do que tem sido dito, tendo uma visão, além de puramente ideológica, não necessariamente ligada aos maiores interesses nacionais, mas uma visão ideológica em que claras ligações do PT com outros partidos de países estrangeiros davam a relevância e a ênfase desse tipo de aliança que o Brasil ia fazer durante esses anos.

Para mim, essa preponderância e essa relevância da presença do Dr. Marco Aurélio, que é um dos teóricos do PT, e não é um diplomata, ao longo dos anos, essa desconfiança só veio se confirmar. Ela veio se confirmando, ao longo de todos os anos, não só pelas consequências das ações e pelas ações em si, mas pelas declarações, pelas entrevistas. Houve uma série de acontecimentos que vieram confirmando essa minha opinião e essa minha visão, confirmando que o Brasil estava praticamente relegando a sua política externa a uma política ideológica que tinha, como fator básico, a interligação histórica do PT com outros partidos trabalhistas, ou de esquerda ou socialista, na América Latina e em outras partes do mundo.

Hoje, isso é muito claro, parece-me muito clara essa visão com relação à política com a Venezuela e outros países.

Ao longo desse tempo, ao longo desse período, floresceu também, ao lado dessa política, um certo momento de glória, em que houve um deslumbramento na nossa política externa a partir do sucesso econômico que nós tínhamos em função da alta das *commodities* internacionais, que fazia com que...

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – ...o Brasil tivesse um momento de extrema felicidade e pujança, na sua política econômica, que coincidiu com a crise nos países desenvolvidos da Europa, dos Estados Unidos, etc.

Nesse mesmo momento, nós ouvimos várias declarações não só do Presidente Lula, mas de outros membros da política brasileira, falando que nós deveríamos ensinar os Estados Unidos, por exemplo, a como lidar com crise econômica; deveríamos ensinar a Angela Merkel como fazer para a retomada do crescimento econômico, e que hoje o Brasil era exemplo para o mundo inteiro de políticas e de desenvolvimento, de crescimento econômico, de desenvolvimento de uma maneira geral, de política energética, etc.

Isso me levou à percepção que também, ao lado dessa aliança ideológico-partidária, havia uma profunda falta de entendimento do que estava acontecendo no mundo e as mudanças profundas que estavam acontecendo no mundo, que foram aqui ressaltadas pelo Sr. Jornalista William Waack.

Mais recentemente, pegando carona na pergunta do Senador Anastasia, nós lemos – e apareceu em vários jornais brasileiros também – a quase que reprovação mundial em relação ao Brasil por causa do seu voto no Conselho de Direitos Humanos da ONU, sua falta de voto, sua abstenção de votar em relação a uma moção que repudiava as violações dos direitos humanos na Síria e no Irã e que acompanhava, básica e novamente, Venezuela, Equador – se não me engano, Argentina, Bolívia, etc. – e que deu margem até a um editorial de um jornal, se não me engano *New York Times,* que dizia justamente que a política externa brasileira é um sopro, um sussurro no mundo, sussurra para o mundo, justamente criticando o potencial de presença internacional que o Brasil podia ter, mas, infelizmente, estava ligado, vinculado a essa política antiquada e desligada dos interesses nacionais, regida pela coalizão de partidos da linha do PT na América Latina e em outras regiões do mundo.

Essas observações eu queria fazer, inclusive pedindo opinião sobre esse último voto do Brasil nessa questão específica a que o Senador Anastasia se referiu tão bem, voltando também à questão de que houve, dentro dessa política, apesar do crescimento econômico do Brasil naqueles dias, uma diminuição enorme da participação de negócios internacionais, importações e exportações de produtos manufaturados do Brasil com o resto do mundo.

Isso me lembra muito – eu estou encerrando, Presidente –, me deu a sensação de que eu voltava à década de 50, quando era garoto ainda, mas já lia alguma coisa, em que havia uma discussão entre Eugênio Gudin, que dizia que o Brasil devia ser um país que se especializasse em agricultura e matérias-primas e os países seriam se especializariam em produtos mais sofisticados, industriais e manufaturados, o que me dava a sensação de estar vendo um filme antigo que eu pensei que já havia acabado há muito tempo.

Com esta observação, estas minhas palavras, eu queria que fossem comentadas por ambos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Senador Lasier, por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Presidente Aloysio, aproveito a oportunidade para saudar a vinda de duas personalidades com tão vasta experiência em suas respectivas áreas.

Eu tenho uma pergunta bem objetiva a cada um dos nossos ilustres convidados. Começo pelo jornalista William, que admiro por sua história como profissional que dignifica muito a comunicação social no Brasil.

Eu gostaria de ouvir a sua opinião, jornalista William, no terreno das relações comerciais que deveriam desencadear o melhor resultado econômico para o Brasil e estimular mais os processos produtivos que estão estagnados, principalmente na área industrial do País.

Há poucos dias estivemos numa pequena comitiva, visitando o Parlamento europeu e o Comissariado europeu e vendo de perto o quanto o bloco da comunidade é resistente à entrada dos nossos produtos e onde leva uma grande vantagem sobre nós, brasileiros, em razão da oferta de subsídios aos seus produtos.

É um grande desejo do Brasil entrar na Comunidade Europeia.

Ouvíamos uma crítica que me marcou muito – estava lá também o Senador Antonio Anastasia –, durante uma sabatina que foi feita com a Ministra Kátia Abreu, que chefiava a comitiva, em razão da abertura de espaço para a carne suína, livre de doenças a partir de agora, mas ouvimos de vários Deputados do Parlamento uma crítica muito repetida e candente: a dificuldade para se sedimentar o Mercosul.

Ouvimos de alguns Deputados as afirmações de que seria muito mais fácil para o Brasil negociar de bloco para bloco, de Mercosul para bloco da comunidade em procedimentos individualizados, como o Brasil tem repetido várias vezes. Mas nós não conseguimos formar esse bloco de maneira prática, viável, respeitável por uma série de motivos.

Então, porque o Brasil tem os seus interesses, sua fala ressaltou muito que o interesse está acima de tudo a cada país. E nós defendemos interesses. E certamente é por isso que essa grande dificuldade de organizarmos esse bloco do Mercosul. Então, a minha pergunta é bem simples e bem objetiva. Na sua opinião, com a experiência que tem, de longa vivência na Europa, principalmente na Alemanha, pelo que sei, por que nós não conseguimos avançar ou avançamos quase nada no Mercosul? Essa é a minha primeira pergunta a V. Sª.

Com relação ao embaixador Samuel Guimarães, eu queria ouvir sua opinião, Embaixador, no que vai dar lá adiante a nossa relação com a China? Porque a China vem engolindo os nossos mercados há bastante tempo, liquidando com o mercado calçadista e, principalmente no meu Estado, que era muito forte, o Estado do Rio Grande do Sul, o mercado têxtil, brinquedos. As nossas indústrias vem perdendo terreno para os produtos chineses há muito tempo. Então, até quando vamos continuar sendo reféns desse comércio onde nós vendemos para lá, somos os provedores de matérias-primas, de *commodities?*

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Mas não avançamos em agregação de valor. Então, lá adiante, qual é a sua perspectiva? Vamos continuar do mesmo modo que estamos, mandando o que é elementar, o que é produto básico e comprando os produtos baratíssimos e, com isso, depredando a nossa economia, principalmente a industrialização?

São as duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agora o Senador Requião.

Primeiramente, cumprimento a Comissão e duas exposições. Eu vi um elo de comunicação entre a posição do Samuel e do William Waack. É o interesse nacional acima de tudo, cada um sob a sua perspectiva. Isso é fundamental. Mas eu quero ir um pouco atrás e lembrar o dia que eu visitava Nova York e, em uma das ruas principais, eu vi o Tsongas, que disputava a candidatura à Presidência dos Estados Unidos pelo Partido Democrata, com uma marreta na mão, com um grupo de operários quebrando um carro japonês, que estabelecia a concorrência com a indústria americana, que já àquela época começava a ceder espaço para a política financeira, que tomou conta da economia norte-americana.

Os Estados Unidos recuavam com a inovação tecnológica, recuava com os investimentos em planejamento de médio e longo prazo e apostava tudo no mercado financeiro. E aí surgiram os derivativos, surgiram essas moedas todas que antecipavam e resolviam o problema dos salários baixíssimos e garantiam a manutenção do poder de renda do povo americano, estabelecendo os pressupostos da crise, que acabou explodindo em 2008/2009.

Eu vejo a situação um pouco além da situação geográfica, do interesse localizado de alguns setores da indústria. Vejo, na verdade, uma ameaça não ao Brasil, não a uma competição com países próximos ou distantes, mas uma retomada, através de uma reação violenta, do capital diante dos avanços sociais que o Estado social viabilizou no pós-guerra: garantias trabalhistas na Europa, avanços importantíssimos nos direitos civis, nos direitos humanos, preocupação com a natureza. Tudo isso agora é enfrentado pelo capital financeiro de forma brutal.

A tendência é a precarização do trabalho, a precarização do parlamento e assunção do comando da economia por tecnocratas designados pelos detentores do capital financeiro. Isso não deu certo. É só dar uma olhada no que acontece na Europa hoje. Na Itália, na Grécia, em Portugal, você vê economias totalmente destruídas.

Em 2010, a Grécia mergulhou nesse liberalismo econômico. O seu déficit era de 104% do Produto Interno Bruto; cinco anos depois, com desemprego da ordem de 25%, o déficit vai a 180% do Produto Interno Bruto. Essa política é a verdadeira ameaça ao mundo hoje. Vejo isso muito além dos problemas comerciais do Brasil com a Argentina, da crise da nossa indústria de sapatos, vejo um avanço brutal e a tentativa da transformação dos países em gendarmes da sua própria segurança interna.

De certa forma, foi o que aconteceu no Governo do PT. O Lula pacificou a população com as políticas compensatórias, mas fez uma política econômica através do Meirelles, que foi a mais pródiga da história recente da humanidade com a banca e com os rentistas. Os lucros bateram todos os recordes do *Guinness*, da lucratividade financeira.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Então, a minha preocupação básica é que estamos cedendo, por exemplo, no Brasil, às exigências do capital financeiro e estamos esquecendo do projeto nacional. Estamos sem projeto e a queda da industrialização do Brasil tem 30 anos, não foi uma obra do PT, ela vem já de muito tempo. Não é um problema da indústria de sapatos com a China, é o problema de uma submissão, da falta de planejamento nacional e de uma absoluta falta de consciência e resistência ao avanço do capital financeiro contra o Estado social. É uma tese que avança no mundo.

Eu me elegi Presidente da EuroLat, em Bruxelas, no fim da semana passada, defendendo esse tipo de posição, porque grupos do Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana propunham impostos mundiais, governo mundial, nas mãos dos famosos tecnocratas e a resistência é a valorização do parlamento, que é o que o Aloysio e a Comissão estão fazendo hoje, trazendo esse debate para dentro do Senado Federal, mesmo que com essa pouca presença e interesse de Parlamentares. Temos que insistir na retomada da opinião dos Parlamentares que se ligam ao povo.

O Tasso me chamava atenção de outra barbaridade que aconteceu na mesma linha de raciocínio na Câmara Federal, que foi o estabelecimento de eleição de cinco em cinco anos, eliminação do debate político, o que acaba significando a prevalência da tecnocracia e dos interesses econômicos, que não dizem respeito aos interesses do Brasil, da Venezuela, da Bolívia, da Argentina...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ...mas exclusivamente do capital financeiro.

É essa a questão que ponho aos nossos dois debatedores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião.

Tem a palavra agora o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, nossos convidados que tanto acrescentaram nesse debate da Comissão de Relações Exteriores, Embaixador Samuel, ao William Waack, jornalista reconhecido internacionalmente, aos colegas que já formularam as questões, vou ser bem rápido, Sr. Presidente.

A pergunta que fica é: como pensar a política externa brasileira, como foi aqui bem colocado pelo jornalista William Waack? Concordo em tese de que essa política tem de visar ao interesse do País e da sua população, e não pode ser uma política de interesse pessoal, ideológico e partidário.

Saindo desse viés, e aí repito e incluo, Embaixador Samuel, no óbvio, e sendo óbvio, pergunto como nós sobreviveremos diante do quadro a que estamos assistindo no Itamaraty? Não vejo outra ferramenta que não seja essa. Todos nós concordamos com o que V. Sª disse sobre a importância de um Itamaraty forte. Esse Itamaraty foi a grande referência, sem dúvida nenhuma, das maiores escolas do país, motivo de orgulho para qualquer família que tivesse alguém cursando a Escola Rio Branco.

V. Sª disse que esteve à frente da Secretaria-Geral do Itamaraty por sete anos, a mais longa gestão. O Itamaraty, hoje, foi reduzido a uma condição assessória, ele não é consultado em matérias que são diretamente ligadas a ele. O Itamaraty, hoje, dentro do pensamento da atual Presidente, Dilma Rousseff, é um órgão extremamente burocrático e pouco capaz de produzir resultados. Essas declarações nós ouvimos em gravações que foram trazidas aqui quando se discutiu o problema do Mais Médicos, em que o próprio representante da OEA dizia: "Vamos fazer a contratação dos médicos cubanos, forjando uma imagem de que a contratação seria genérica para todos os países, mas com o objetivo de convalidar esse contrato com Cuba."

E aí, um dos membros do Ministério da Saúde disse da necessidade de se consultar o Itamaraty. E ela foi direta: " Não precisa, isso o Marco Aurélio resolve."

Nós assistimos a esse assunto específico da Venezuela, agora há pouco, quando um Ministro do Governo da Venezuela chegou ao Brasil, o Jaua, e fez um convênio com o MST, que não tem sequer CNPJ ou registro, e, no entanto, o Itamaraty, ao convocá-lo, nos disse, na Câmara dos Deputados, que não foi sequer consultado sobre a presença desse Ministro do Governo venezuelano no Brasil fazendo convênios com o MST.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Só para concluir rapidamente, Sr. Presidente.

Essa tese do Itamaraty de não conviver, não aceitar, por ter boas cabeças que ainda mantêm aquela Escola de Rio Branco, a tese do bolivarianismo excluiu o Itamaraty das decisões, já que as decisões de Governo são tomadas pelo ímpeto da vontade, iniciada pelo Presidente Lula, de querer, a partir daí, na tese de Hugo Chávez, progredir com o foro de São Paulo e implantar esse sentimento do bolivarianismo em toda a América Latina.

Então, são as preocupações que ficam. Por várias vezes, o nobre Presidente trouxe aqui outros tantos queixosos da situação calamitosa das nossas embaixadas hoje, a situação de desestruturação completa das nossas embaixadas, da capacidade de sequer poder fazer, na sede das embaixadas, os eventos para recepcionar os empresários brasileiros que querem abrir fronteiras ou negócios com outros países.

Enfim, diante desse caos todo, o Itamaraty direcionou a sua linha para o bolivarianismo. E, não aceitando o Brasil, então, se concentra no pensamento do Marco Aurélio Garcia para decidir a política internacional nossa. O nobre colega Requião falou sobre o capital financeiro. Será que esse capital financeiro está trazendo tanto mal como a Venezuela tem trazido à sua população?

O Presidente Lula recebe, hoje, o Presidente da Câmara dos Deputados, da Assembleia da Venezuela...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... denunciado no processo de narcotráfico!

Enfim, essa intimidade nos preocupa, Embaixador Samuel. E este é o momento em que nós brasileiros precisamos nos inteirar. E venho aqui como aprendiz, interessado que estou nesta área, porque realmente isso mostra o momento delicado da vida política brasileira, que, na tese populista e demagógica, caminhando no viés venezuelano, enganou a população por esses anos. E agora vem exatamente para tentar se socorrer desse colapso da economia brasileira, buscar metodologias que foram aplicadas anteriormente em que nós resgatamos a moeda brasileira, e o atual Governo destruiu o Plano Real, implantou de volta a inflação e não tem resposta a dar a população brasileira.

Encerro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Caiado.

Finalmente, o Senado Ferraço.

Antes de passar a palavra ao Senador Ferraço, eu queria dizer que recebemos pela internet três indagações, duas da Comunidade Bahá'í e outra da Anna Flávia Schmitt Baranski.

As perguntas da Comunidade Bahá'í no Brasil: como o Brasil pode avançar em suas responsabilidades para a prevalência dos direitos humanos na política externa e também atuar para que os demais países cumpram os compromissos internacionais de direitos humanos sem manchar suas relações bilaterais, a exemplo Síria e Irã?

Outra pergunta: a política externa é uma política pública que deve ser parte dos debates da sociedade civil. Quais os mecanismo de transparência e canais de participação cidadã implementados nos últimos anos mais eficazes para a consolidação desse controle democrático?

E, finalmente, da Anna Flávia: os rumos da política externa brasileira andam caríssimos para o povo brasileiro. Está na hora de fazer ajustes fiscais nesses rumos.

Então, com a palavra, o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento os nossos convidados, o jornalista William Waack, mais uma vez nos honrando e nos brindando aqui na Comissão de Relações Exteriores e de igual forma o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que não é a primeira vez, não é a segunda vez e não será a última vez que o senhor estará conosco aqui nos ajudando a refletir sobre os rumos da política externa brasileira.

Eu tenho visto constatar que aquilo que foi dito por um Secretário de Estado norte-americano, se o Mediterrâneo foi o oceano do passado, o Atlântico é do presente, o Pacífico se configura como o oceano do futuro. Nesse contexto, eu sou um dos que também não questionam – a frase não é minha, é do Prof. Celso Lafer – de que o Mercosul é opção, o Mercosul é destino, uma vez que nós precisamos considerar não apenas os nossos interesses comerciais, mas toda convergência cultural, toda convergência histórica e a necessidade de nós buscarmos relações e agendas que possam fortalecer a nossa região.

Também não questiono a legitimidade de um Governo que se elege com o voto da população e faz as escolhas que tem feito nos últimos anos em relação aos rumos da política externa. Mas o questionamento que

se faz é em relação aos resultados dessa política e à capacidade de essa política integrar o nosso País ou não nos principais arranjos, sejam econômicos, sejam de qualquer outra natureza mundo afora.

O que eu tenho constatado é que, na prática, nós estamos mergulhados em um profundo isolamento. Agora mesmo, a Presidente Dilma fez uma visita ao México e o México tem acordo comercial, bilateral com quase quarenta países.

Se nós buscarmos mundo afora outras experiências, nós também identificaremos que países da dimensão do nosso País têm feito um esforço grande na direção de buscarmos essa integração. O Mercosul continua, à mercê da sua importância já dita aqui, patinando, não conseguindo firmar alianças para além de nós mesmos.

É como se nós chegássemos à conclusão de que nós nos bastamos e de que nós não temos necessidade de integração com outras regiões do mundo. E é como se nós olhássemos para o que está acontecendo no panorama geopolítico e não considerássemos as alianças dos Estados Unidos com países da Ásia ou dos Estados Unidos com a União Europeia. Nós continuamos limitados a três acordos com Israel, com a Autoridade Palestina...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...e com o Egito, que são incapazes de sustentar o crescimento e a presença do nosso País mundo afora.

Enfim, olhando para esses aspectos que eu estou aqui considerando, eu queria ouvir a opinião do jornalista William Waack e do professor e embaixador. Para onde nós estamos indo? Porque, se nós observarmos até mesmo o esforço, que não foi pequeno e louvável, do Governo nos últimos anos para expansão de novas embaixadas, postos consulares e assim por diante, em torno da política sul-sul...

O objetivo é que, se nós considerarmos, do ponto de vista econômico, o que representaram esses esforços, não do ponto de vista do crescimento, mas do ponto de vista da proporção. Ou seja, o que exportávamos para o Oriente Médio muito antes dos esforços e aberturas de embaixadas, o que exportávamos para a África, e assim por diante, continua sendo proporcionalmente aquilo que nós exportávamos antes desse esforço extraordinário, que fez, na verdade não o Governo, mas o contribuinte brasileiro em suportar essa expansão extraordinária da presença brasileira.

Eu gostaria de ouvir a opinião do William Waack e do nosso embaixador a respeito...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...dessas percepções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço ao Senador Ferraço.

Há mais uma última pergunta que chega pela internet que indaga sobre a possibilidade de o Parlamento brasileiro estar mais envolvido nas discussões que geram as recomendações para o Relatório de Revisão Periódica das Nações Unidas.

Bem, eu dou a palavra agora, dez minutos, ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. E mais dez minutos para o nosso convidado e, depois, podemos encerrar a reunião, porque podemos ser alvo de alguma representação no órgão que defende os Direitos Humanos das Nações Unidas. Estamos prendendo aqui por tanto tempo os nossos convidados e não seria correto.

Pois não. Podemos falar sobre a Armênia. V. Exª quer falar?

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Eu queria agradecer a todas as perguntas. Vou tentar respondê-las de forma breve. A primeira do Senador Anastasia, que se refere à questão da suspensão do Paraguai.

Houve unanimidade em todos os países da América do Sul de que tinha ocorrido um golpe de Estado no Paraguai.

Isso foi aprovado por resolução da Unasul, unânime. Muito bem.

A admissão da Venezuela no Mercosul estava sendo obstada por cerca de quatro Senadores paraguaios e já tinha sido aprovada por todos os outros países. De modo que, na medida em que o Paraguai foi suspenso, deixou de participar, de acordo com a cláusula democrática, os países que estavam participando decidiram pelo ingresso da Venezuela. E, hoje em dia, inclusive, o atual governo paraguaio aceitou a participação da Venezuela.

De modo que isso foi, digamos, o ocorrido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Perdão?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ...a participação da Venezuela, onde, todos sabemos, se respeita escrupulosamente à cláusula democrática. É do conhecimento óbvio.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Bem, isso é uma outra pergunta. Vamos aqui, pela ordem, tentar responder com tão pouco tempo.

Mas, enfim, em relação à pergunta do Senador Tasso, a quem agradeço, só para comentar, estou perfeitamente de acordo com a ideia de que é muito preocupante o fato de que o Brasil, digamos, esteja voltando a uma situação de um passado distante – o senhor mencionou o Ministro Gudin –, em que o Brasil se concentra, cada vez mais, na... Quando digo Brasil, queria dizer que o Brasil não exporta, quem exporta são as empresas. As condições surgem e permitem ou não exportar. Isso tem tudo a ver com a política das grandes empresas multinacionais, de divisão de mercados e assim por diante.

Por exemplo, a Fiat do Brasil exporta automóveis Fiat para a Itália e não exporta automóveis Fiat para a China. Que coisa curiosa! Exporta automóveis para a Itália e não exporta para outros países. É competitiva no mercado italiano, porque é uma questão do comércio intrafirma. Mais ou menos 60% do comércio mundial, hoje em dia, são comércio intrafirma.

Só para dizer, acho que foi interessante o *The New York Times* ter dedicado um editorial à política externa brasileira. É uma certa prova de reconhecimento – não de que é um sussurro, mas de que tem importância de alguma forma. Eles podem não concordar. Se fosse totalmente irrelevante, não fariam um editorial. Se fosse um país qualquer, não iriam fazer um editorial no *The New York Times*.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Não, não. Eu digo: eles disseram que era um sussurro a política externa. É sussurro, mas, digamos, se preocupam com ela.

Se não me engano, aqui o senhor havia falado da abstenção no Conselho de Direitos Humanos. Acho que esse era o centro, talvez, da questão. O senhor mencionou vários outros aspectos, deslumbramentos e assim por diante, a função do Prof. Marco Aurélio Garcia. Eu posso dizer o seguinte: durante o período em que estive no Itamaraty, o Prof. Marco Aurélio Garcia nunca ditou as regras da política externa – nunca, nunca! Podia haver até a coincidência de opiniões, mas que ele ditasse as regras da política externa não era, na realidade, o que acontecia. Muito bem.

Quanto à questão da abstenção no Conselho de Direitos Humanos, o Brasil tem defendido, na questão de direitos humanos, que é necessária uma situação de aproximação, de diálogo para que os países reformem as suas posições. Antes, o antigo Conselho de Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos, aprovava relatores e investigações sobre países específicos, certos países. Então, no Conselho de Direitos Humanos, passou-se a aprovar o chamado Relatório Universal sobre Direitos Humanos, em que todos os países têm que, digamos, justificar as suas políticas. De modo que, no caso do Brasil, eu creio – eu não acompanhei de perto, não estava lá – que a abstenção era fundada nisso, quer dizer, não condenar países específicos, tentar intervir naqueles países e não intervir em outros.

Eu vou dar aqui um exemplo interessante para os senhores, porque víamos a questão de direitos humanos como muito seletiva.

Toda semana, são assinadas autorizações de ataques por *drones* em vários países, o que é uma ruptura da questão da não intervenção. São aviões que vão e atacam indivíduos supostamente terroristas, e, muitas vezes, famílias inteiras são dizimadas, que não têm nada a ver. Recentemente, atacaram um cortejo que era para um casamento.

O Presidente dos Estados Unidos assina essa autorização. Não é interessante em termos de violação dos direitos humanos? É interessante, não é? Imagina, aqui, o Presidente do Brasil assinando autorização para um ataque informal, sem nenhuma aprovação das Nações Unidas, sem coisa alguma!

Há populações que, às vezes, são terroristas, eventualmente, pelo menos assim se dizem. É algo extraordinário. Essa questão de direitos humanos é extremamente utilizada nuns casos, não é utilizada noutros. Então, eu acho que o Brasil tem o dever, na sua política externa, de, primeiro, obedecer ao Princípio da Autodeterminação, da não intervenção. O princípio da prevalência dos Direitos Humanos não é superior aos outros princípios. Aliás, é um dos últimos na lista, se é que a lista significa alguma coisa, aquela ordem significa... Mas eu acho que a gente deve tomar muito cuidado com a questão de direitos humanos, muito cuidado, porque é muito utilizado seletivamente.

O que ocorreu, por exemplo, na Líbia, é algo extraordinário. O país foi destruído. O que ocorreu no Iraque, são centenas de milhares de mortos. O regime de Saddam Hussein não tinha conseguido matar centenas de milhares de pessoas. A intervenção e a situação de instabilidade social levaram à morte centenas de milhares de pessoas!

É algo extraordinário. Ninguém é condenado nesse caso. Ninguém...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Não, o senhor é contra. O senhor é contra – o senhor é contra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muita gente se manifestou contra a guerra...

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Eu acredito que o senhor seja contra, mas eu digo, de uma forma geral, se dá ênfase a certos casos e a outros não se dá.

O Senador, desculpe, talvez pudesse continuar mais, mas é que eu preciso tentar atender a cada um dos Srs. Senadores nas suas indagações. Desculpe, por ter levantado outros temas, mas, de toda forma, a preocupação do Senador, sobre até quando, *quousque tandem*, até quando ficaremos reféns na questão do comércio.

Eu estou, perfeitamente, de acordo. É necessária uma política, para resumir, porque, no Estado brasileiro, hoje em dia, há uma enorme prevalência na economia brasileira de megaempresas multinacionais. O setor automobilístico é apenas um deles, mas, hoje em dia, há uma prevalência enorme. Não tenho nada contra. O capital estrangeiro tem sido importante fator de desenvolvimento, mas há um problema no balanço de pagamentos. É necessário que o capital estrangeiro instalado no Brasil contribua para a expansão das exportações, para que não tenhamos uma crise. Ela já existe, a crise de balanço de pagamentos já existe, tem reflexo sobre a taxa de juros e assim por diante. Há necessidade de atrair capital de qualquer forma, para equilibrar o balanço de pagamentos.

(Soa a campainha.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – É necessário que o Governo, na minha opinião, use o seu poder financeiro e use o seu poder de compra para estimular as exportações de produtos industriais.

Para dar só um exemplo, recentemente, foi inaugurada, se eu não me engano, uma fábrica da Jeep – Jeep, hoje em dia, eu creio que é Fiat, inclusive –, em Pernambuco, para produzir veículos Jeep. Cinco bilhões, creio que de reais ou de dólares, enfim, de qualquer forma é um número gigantesco, dois terços financiados pelo BNDES.

Uma megaempresa multinacional, que não tem nenhuma necessidade, porque tem acesso aos mercados internacionais de capital e os seus próprios recursos. No entanto, recebeu. Não sei se ela vai exportar. Pode ser que sim, pode ser que não.

Então, é preciso que o Estado brasileiro exerça a sua capacidade de induzir as empresas multinacionais e brasileiras a exportar. Agora, vou dizer logo: não vai ser com exportação de pequena empresa, não é? Não vai ser, não é? Não vai ser a padaria da minha quadra que vai exportar, não é? Não vai ser.

Já as pequenas, muito difícil.

Sim, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

(*Risos.*)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Mas eu estou de acordo, Senador Requião.

Eu acho que, realmente, é uma questão muito grave a questão da crise. Num primeiro momento da crise, só para fazer um comentário, há um artigo do economista Jeffrey Sachs no *Valor Econômico* de dois ou três dias atrás, em que ele comenta que um dos candidatos americanos agora à eleição está, na sua campanha, dizendo que ninguém foi punido em Wall Street pela crise econômica, nenhum executivo foi punido, sendo que o Citibank, se eu não estou enganado, teve uma multa de US$20 bilhões. O senhor imagina uma multa de US$20 bilhões, quanto é que não ganharam?

(Soa a campainha.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – E um executivo do Citibank, naquele ano, recebeu uma gratificação de US$20 milhões. Não só não foi punido, como recebeu um bônus de US$20 milhões. Quer melhor prova de que o poder financeiro... Enfim, nessa questão, eu estou de acordo com as outras observações.

Senador Caiado, eu queria fazer uma observação, Senador, de que, de uma certa forma, em qualquer governo, a política externa tende a ser compatível com a visão do governo, política externa não segue caminhos etéreos. De uma certa forma, na época em que outros partidos estiveram no governo, a política externa naturalmente era conduzida por pessoas que estavam ligadas. O Prof. Celso Lafer, o Ministro Luiz Felipe Lampreia eram pessoas, inclusive, bastante ligadas ao PSDB. É naturalmente que assim seja. As pessoas têm visões do mundo diferentes, interpretam o mundo de maneiras diferentes, especialmente de onde estão sentadas, de onde a pessoa está dá uma certa visão do mundo. Eu vejo aqui o Senador Tasso, ele me vê, mas são visões diferentes. Isso é natural. Eu acho que a gente não pode e não deve pretender que a política externa estivesse acima dos partidos, acima de tudo, é muito difícil isso, porque ela tem que ser conduzida por pessoas, e as pessoas têm visões do mundo que decorrem das suas experiências, da sua vida. É difícil.

(Soa a campainha.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Então, eu só queria mencionar que, quanto à questão da falta de prestígio do Brasil, às vezes, a gente esquece de alguns fatos. Nessa semana, o Diretor-Geral da FAO, que é um brasileiro, José Graziano, foi reeleito. Ele teve 179 votos a favor, 4 abstenções e 1 voto contra. Então, eu creio que se pode considerar como um certo prestígio do Brasil, assim como a eleição do Embaixador Rober-

to Azevêdo para a Organização Mundial do Comércio, competindo com vários outros. São demonstrações de diferentes tipos, mas são demonstração de que havia apoio internacional para as candidaturas de brasileiros.

A sua pergunta é sobre a questão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Eu digo a colocação de lado do Itamaraty.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Desculpe-me, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Se há a visão bolivariana?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Eu acho que a Presidenta também não é muito bolivariana não. Não acredito nisso não. Eu acho que não. Eu acho – é a impressão que eu tenho – sobre a questão da Venezuela, e aproveito para responder agora, se é que não existe uma questão específica, a questão da Venezuela é uma questão que levaria uma nova audiência pública talvez aqui debatendo, mas, na questão da Venezuela, é que o Brasil teve e tem ainda negócios extremamente importantes na Venezuela.

Durante muito tempo o principal ou o segundo superávit comercial do Brasil foi com a Venezuela, a presença das firmas brasileiras na construção de obras de infraestrutura e assim por diante, em competição com firmas que têm um apoio enorme de seus bancos de exportação, do Exim Bank e assim por diante.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. *Fora do microfone*.) – Com apoio do BNDES?

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – O BNDES financiou firmas brasileiras. O BNDES não financiou nem o porto de Mariel, nem as obras da Venezuela. O BNDES sempre financiou firmas brasileiras que ganharam concorrências nesses países e que, muitas vezes, contratam centenas de firmas brasileiras de fornecedores. Há uma entrevista interessante recente do presidente do BNDES no *Valor*, o total dos financiamentos brasileiros para operações no exterior do BNDES foi de 2%. Dois por cento do total de todos os empréstimos é algo bastante limitado. Outros países empregam bilhões de dólares. A Índia, a China, os Estados Unidos empregam bilhões de dólares no financiamento de suas empresas no exterior. Desculpe-me. Acho que cabe ao Congresso brasileiro, ao votar o Orçamento, aí vou entrar na discussão do contingenciamento e de outras coisas, é outra esfera.

(Soa a campainha.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Não respondi ainda ao Senador Ferraço.

Acho que a visita da Presidenta aos Estados Unidos mostra que não há...O próprio relacionamento do Presidente Lula com o Presidente Bush era muito próximo. Às vezes, há opiniões diferentes sobre temas distintos. Não vi nenhuma reclamação nos jornais de nenhuma discriminação contra os Estados Unidos em nenhuma questão comercial de investimentos, de investimentos americanos estariam sendo prejudicados no Brasil. Nunca vi essa reclamação nos últimos anos. Eu nunca vi, pode ter me escapado, naturalmente, mas eu não me lembro. Pelo contrário, as firmas americanas compraram recentemente a rede Copa D'Or, os grupos de ensino como o Kroton, o Anhanguera e assim por diante. Enfim, não há nenhuma restrição à atividade deles. Entram aqui e compram títulos do Tesouro em grande escala, em grande escala. De modo que, se há um bolivarianismo, não está assustando muito os investidores americanos, eles estão tranquilos quanto ao bolivarianismo. Acho eu.

Senador Ferraço, desculpe-me eu ter feito comentários além da pergunta, mas é inevitável. Acho que, quando houver contingenciamento das verbas de política externa, será uma questão muito grave.

Outra questão que queria chamar atenção dos Srs. Senadores é que cerca de 90% do orçamento do Itamaraty é no exterior. O orçamento atual foi calculado a um dólar de 2,5 e o dólar está três e pouco. Obviamente, que não dá. O orçamento, na época, o dólar era 2,5. Era transformado de dólares em reais, entra no orçamento aquele valor, só que esse valor não dá mais para pagar as contas pela própria flutuação do dólar. Então, era importante que, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, houvesse um dispositivo prevendo que as despesas no exterior pudessem ser corrigidas quando houvesse uma flutuação significativa do dólar, quer dizer, superior a 15%, não sei.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. *Fora do microfone*.) – O senhor acha que o problema foi só esse?

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Não, esse é um problema. Quando o senhor mencionou, não sei se foi o senhor quem mencionou a situação difícil das embaixadas, em parte é isso. Em parte, é isso, em grande parte é isto, a ausência de recursos e o contingenciamento. Cabe à Comissão de Relações Exteriores do Senado, digamos, lutar para que não haja contingenciamento nessa área. Se houver, o orçamento já é pequeno...

Eu queria dizer o seguinte: sobre a exposição do Senador Ferraço sobre a questão do Mercosul não firmar acordos. Bem, o Mercosul firmou acordos com todos os países da América do Sul, além daqueles três.

São acordos de comércio com o Chile, com a Bolívia, com a Colômbia, com o Peru, e assim por diante. Firmou acordo com todos esses países.

O Mercosul, no momento, tem a sua proposta pronta para apresentar à União Europeia. Quem não tem a proposta é a União Europeia, e nós ficamos aqui nos culpando de que não sai o acordo. Não sai o acordo por culpa da União Europeia – quero deixar isso registrado na TV Senado. É por culpa da União Europeia!

Agora, se é bom o acordo ou não, isso é uma outra discussão. Se ele vai ajudar a indústria no Brasil, isso é outra discussão. Agora, este atual acordo, com o qual eu não concordo... Eu, como cidadão brasileiro, não concordo. Eu acho que ele é prejudicial à economia brasileira se for feito nos termos que estão colocados, não posso concordar. Agora, quem não está querendo o atual acordo, felizmente, porque é ruim para o Brasil, é a União Europeia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas na avaliação do senhor, qual é o futuro do Mercosul? O futuro do Mercosul é auspicioso, é um futuro com capacidade para sustentar as necessidades brasileiras?

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Não, as necessidades brasileiras não se limitam ao Mercosul, naturalmente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Brasil não pode fazer acordo se não houver convergência, se não houver unanimidade.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Mas não está ocorrendo isso. Não está havendo o acordo não é por causa disso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, eu não me refiro ao acordo com a União Europeia. Eu me refiro ao seguinte: o Brasil não pode firmar qualquer tipo de acordo; portanto, a nossa soberania comercial não existe se não houver unanimidade dos países partes do Mercosul.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Se não houver uma posição conjunta, não é?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Exatamente.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – O Brasil, ao assinar o Tratado de Assunção, aceitou a criação de uma tarifa externa comum.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perfeito.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Então, não pode. Quando se fala em velocidades diferentes, isso é um equívoco.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Qual é o futuro do Mercosul com essas regras que engessam e bloqueiam? Porque as necessidades do Brasil, o senhor há de convir, são diferentes das necessidades da Argentina, Venezuela, e assim por diante.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – E do Paraguai e do Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A pergunta está colocada. Vamos dar tempo ao nosso expositor para concluir a sua exposição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desculpe, estou tomando...

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Não, mas eu tive a sorte ou o azar de responder primeiro, de modo que o William vai lutar contra a fome. É a iniciativa contra a fome. (*Risos.*)

De toda forma, eu acho o seguinte: o futuro de um processo de integração regional depende muito da situação das economias, naturalmente. É óbvio, o crescimento de um bloco de países depende da situação da economia. Se as economias estão em recessão, é óbvio que isso afeta o comércio entre elas. É natural que afete o comércio entre elas, com economias em recessão. Sem contar o problema da China e tudo isso, que são problemas maiores.

Eu acho que o futuro do Mercosul depende muito do que o Mercosul conseguir fazer em relação à China, se nós conseguirmos, em nossas relações com a China, engajar a China no processo de apoio à industrialização no Brasil, e não ser apenas o Brasil um exportador de matérias-primas para a China, como hoje ocorre no caso dos trilhos, por exemplo. O Brasil exporta minério de ferro para a China e importa trilho. Trilho é o produto mais simples na área da siderurgia, um dos mais simples.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Nós exportamos parte da celulose e importamos papel, por exemplo.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Pois é, e assim todos os outros exemplos que o senhor quiser, há um número enorme de exemplos.

Desculpe, porque essa é uma questão tão difícil de responder, digamos, de forma breve, também. O Mercosul foi um instrumento comercial, principalmente. Mesmo assim, ele elevou muito à expansão os investimentos brasileiros. Na Argentina, o Banco Patagônia, hoje em dia, é um banco brasileiro, e assim outros investimentos. Então, houve um aumento grande.

Do ponto de vista do Paraguai, houve algo extraordinário. O Brasil financiou a construção da linha de transmissão entre Itaipu e Assunção – não é Assunção, mas o local vizinho, Villa Reyes –, o que permitirá a industrialização do Paraguai. Isso é um salto qualitativo extraordinário para o Paraguai, portanto, para o Mercosul, porque quanto mais forem desenvolvidos os países do Mercosul, maior a sua possibilidade de comércio e de desenvolvimento.

Agora, eu acho que o futuro do Mercosul tem muito a ver com a China.

Desculpe-me mas eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Já estamos ultrapassando. É que haverá também uma sessão deliberativa, logo mais, no plenário do Senado. É por isso que eu estou preocupado com isso.

Com a a palavra agora William Waack.

O SR. WILLIAM WAACK – Não se preocupem porque, por treinamento profissional, eu sou breve.

Eu vou agrupar as perguntas em grupos temáticos, porque não vou ter tempo de responder a cada um. Peço desculpas inicialmente.

São três grupos temáticos aqui. Primeiro, por que o Brasil vota do jeito que vota diante de situações que o senso comum indica? Temos que chamar as coisas pelo nome. Terrorista, bárbaro, assassino, estuprador, adversários de qualquer convívio civilizado, por que não são chamados pelo Brasil como tais? Em outras palavras, por que o Brasil tem, em se tratando de votações em organismos multilaterais sobre questões de direitos humanos, um comportamento cínico? Esta é a primeira pergunta. A segunda tem a ver com as nossas opções de política comercial externa. Por que elas parecem sugerir que os nossos caminhos se fecham em vez de se abrirem? A terceira tem a ver com a nossa aposta geral. Como é que o mundo funciona e como é que esse mundo pode funcionar melhor para nós?

É fácil responder às três perguntas se partirmos de um princípio simples. As nossas decisões de políticas externas são tomadas, evidentemente, por uma percepção da realidade. E a percepção que os nossos responsáveis por política externa têm tido é a de que a realidade nunca é aquilo que parece quando estamos falando das grandes potências.

Vamos lá, o caso dos terroristas: por que não chamamos os terroristas do Estado Islâmico de assassinos, condenáveis, sem o menor tipo de desculpa? Porque eles são uma criação de potências coloniais que ali se estabeleceram para defender os seus interesses. Criaram uma tremenda de uma bagunça e eles que resolvam. Não vamos nós, brasileiros, agora emprestar o nosso solene e sagrado voto para potências que são as responsáveis pelas situações criadas no Oriente Médio. Essa é a nossa visão de mundo. É profunda e totalmente equivocada. Remete ao que eu disse inicialmente: a nossa incapacidade de entender a natureza de alguns conflitos, particularmente o do Oriente Médio, especialmente o do Oriente Médio.

Achar que o Estado Islâmico é uma criação da invasão americana de 2003 é uma bobagem, do ponto de vista histórico, que não resiste a fatos. Julgar que o comportamento de terroristas, tais como os vemos hoje, é simplesmente a manifestação de uma repulsa ao colonialismo tradicional de potências que dividiram o Oriente Médio, ao seu gosto e prazer – e fizeram isto mesmo: dividiram o Oriente Médio, ao seu gosto e prazer, em 1918, 1919 e as consequências vemos hoje.

Porém, por cínico que seja o comportamento de grandes potências nessa ou naquela região, há potências que defendem os valores que são os nossos e há potências que desprezam os valores que são os nossos. É aí que a prática cínica do Brasil em dizer "eu não vou ajudar quem criou essa situação" acaba se revertendo contra a nossa própria posição internacional e passamos a ser vistos não como um país que usa oportunidades, em organismos multilaterais, para fixar, inclusive quando for necessário, uma posição de caráter moral, uma posição de caráter ético, mas acabamos sendo vistos como subcínicos, como gente pouco séria, quando se trata de assuntos como derramamento de sangue, decapitação de reféns, ocupação e genocídio em cidades.

O nosso critério, quando ele é seletivo nesse ponto, torna-nos menos sério, menos levados a sério. Em relações internacionais existem, sim, critérios subjetivos, caracterizados por vários estudiosos, como *soft power* ou *hard power*, como vocês quiserem dar o nome. O fato é que a nossa posição, ao ser subcínica, transforma-nos, sim, em atores menos ouvidos, menos respeitados, por culpa qualquer que as grandes potências tenham nessa ou naquela situação histórica.

Segundo ponto, de novo da nossa visão da realidade equivocada surgem as nossas opções em matéria de política comercial. Nós achamos que, no mundo que tinha perdido a bipolaridade e onde uma só potência não era mais capaz de fazer valer os seus interesses, todas as fichas foram colocadas em instituições multilaterais, e nenhuma deu certo.

Parabenizo a eleição do Paulo, extraordinário quadro na OMC. Ele está tratando praticamente para que ela ainda sobreviva. Os interesses de todos levaram a que os acordos fossem feitos por cima, por baixo, pelo

lado, pela OMC. Nós continuamos achando que a OMC ia resolver a nossa vida. Não resolveu. Aliás, eu gostaria de prestar homenagem a outro grande quadro brasileiro, que foi morto, por uma bomba terrorista, em Bagdá.

Foi um ataque contra o Brasil? Não. Por isso, quando a gente vê um brasileiro à testa de uma organização multilateral, a gente tem que prestar atenção. Não é o Brasil, é um quadro importante do sistema diplomático internacional. Cuidado com essa confusão, senão nós somos obrigados a dizer que a bomba que matou o nosso representante, o da ONU, em Bagdá, era uma bomba contra o Brasil.

A nossa escolha preferencial por organizações multilaterais deu pra trás. Nós perdemos espaço em relação aos outros países. Todos os países comparáveis ao Brasil adotaram políticas muito mais abertas, muito mais voltadas para maximizar as suas possibilidades e não diminuí-las. O que que isso tem a ver com o Mercosul? Eu me lembro bem quando o Mercosul começou. É difícil separar o nascimento do Mercosul daquele momento político de Brasil e Argentina, que saíam de ditaduras militares, estabeleciam regimes civis e foram capazes de dar uma demonstração extraordinária, inclusive na questão nuclear, de capacidade de entendimento, criação de confiança e cooperação.

O Mercosul nunca foi, desde o seu início, apenas uma instituição dedicada a facilitar tratados comerciais. Foi um projeto político e esse projeto político, hoje, foi transformado em outro projeto político.

Eu me lembro, como apresentador de televisão, da festa que foi – se não me engano em Mar Del Plata –, quando o já falecido Hugo Chávez, que deu esse impulso forte a esse bloco anti-imperialista, pelo socialismo do século XXI e bolivarianista, não importa qual seja a definição que a gente der a isso, há o intuito claro, que foi obtido no Mercosul, que era tirá-lo de um tipo de postura política e levá-lo a outro. E Hugo Chávez – nós não podíamos traduzir isso na televisão – dizia para uma plateia, ao lado do Maradona, uma plateia incendiada, na Argentina: "Alca, Alca al carajo!" Eu não vou traduzir, ficará em espanhol. Colocamos todos no ar, porque era divertidíssimo, mas era o espírito de uma época, na qual se transformou o Mercosul.

Então, se hoje nós temos dificuldades internacionais que vêm porque achamos que o mundo é povoado por potências cínicas, que agem de acordo com os seus interesses, e nós não podemos ser bobos e emprestar a elas os nossos votos aqui, da mesma maneira, nós achamos que essa configuração de países de afinidades políticas, que são as de mandar a Alca al carajo, elas nos pautaram nos nossos acordos e nas opções.

Esse é o resultado de uma visão de mundo. Esse é o resultado de uma opção política. Eu não estou julgando se elas são boas ou ruins, isso daí abrace qualquer um e faça o seu próprio juízo de valor. O que eu quero deixar claro ao público é que essas decisões não são o resultado de uma influência meteorológica, elas são o resultado de uma visão de mundo, visão de mundo baseada na percepção da realidade internacional, na minha opinião, equivocada.

E quando as pessoas se equivocam em relações internacionais, elas pagam um preço; quando elas tomam decisões por países, os países pagam um preço. Nós estamos pagando um preço alto. Nós estamos pagando um preço que é tirar do livro de cheques do nosso futuro, nós estamos tirando esses cheques fora. O tempo está correndo contra nós. Ou nós mudamos essa maneira de perceber essa realidade e tomamos as decisões...

(Soa a campainha.)

O SR. WILLIAM WAACK – ... consequentes ou o dano significa que, pelo menos, uma geração de brasileiros vai ter que pagar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu consulto ao plenário que nós temos quatro perguntas que vieram pela internet: três da comunidade do Bahá'í do Brasil e uma da Srª Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski. Fazemos essas perguntas ou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Ah já? Então, não deu tempo para eu responder.

Então, passamos a cópia para eles e eles responderão, dentro das suas possibilidades.

Agradecemos a presença dos Srs. Senadores e encerramos a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2015.

Às catorze horas e quarenta e seis minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e quinze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Eduardo Amorim,

José Pimentel, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Raimundo Lira, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Passa-se à deliberação conjunta dos itens 1 e 2 da PAUTA: ITEM 1) **MENSAGEM (SF)** Nº 18, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) **MENSAGEM (SF)** Nº 37, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores indicados. Usam a palavra os Senadores Ronaldo Caiado, que apresenta o item EXTRAPAUTA: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 47, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que requer o adiamento da votação das MSF nº 18 e 37, de 2015, por sete dias. Lido o Requerimento, é retirado pelo autor. Usam a palavra os Senadores Ana Amélia e Lindbergh Farias. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem suas exposições. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às quinze horas e cinquenta minutos assume a Presidência o Senador Tasso Jereissati. E às quinze horas e cinquenta e cinco minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usa a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os Senadores Cristovam Buarque, Tasso Jereissati, Antonio Anastasia, Hélio José, Tasso Jereissati e José Agripino. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dezesseis horas e doze minutos assume a Presidência o Senador José Agripino. E às dezesseis horas e catorze minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem os questionamentos apresentados. A reunião é tornada secreta às dezesseis horas e quarenta e sete minutos e reaberta às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. Atua como secretário o Senador José Agripino. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e lhes apresenta seus cumprimentos. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezesseis horas e cinquenta minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srs. Senadores, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Mas, antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Srs. Senadores, temos hoje, nesta reunião extraordinária, a incumbência de proceder à sabatina de dois nomes, dois diplomatas que foram indicados, respectivamente, para as Embaixadas em Lima e em Copenhague. Cada um deles terá, como de hábito, 20 minutos para uma exposição inicial.

O Embaixador Marcos Leal Raposo Lopes, indicado para a Embaixada em Lima, ocupa o posto de Embaixador no México desde 2011 e será sucedido pelo Embaixador Enio Cordeiro, que já foi sabatinado aqui, em nossa Comissão, na reunião anterior.

No Peru, caso seu nome seja aprovado por esta Comissão e pelo Plenário, ele vai enfrentar desafios importantes também, não menos importantes do que os que enfrentou, anteriormente, no México, e com a característica de o Peru ser um país fronteiriço. Essa vizinhança nos traz benefícios, nós temos projetos importantes de integração física, de integração energética, mas também implica em desafios importantes, porque essa fronteira se dá, em grande parte, na região da Amazônia, e todos sabemos que a Amazônia é ameaçada não apenas pelo desmatamento, mas também pela atuação de grupos criminosos que se dedicam ao tráfico de drogas, temos ali imigração ilegal, biopirataria, e é muito importante que haja uma cooperação entre o Brasil e o Peru para fazer face a esses desafios. No campo diplomático, nós também temos muito, digamos, a nos beneficiar de um diálogo cada vez mais produtivo com o Peru.

O Governo brasileiro tem falhado, na minha opinião, na sua obrigação, no meu entender, para cumprir os preceitos básicos da nossa Constituição, em se manifestar com mais firmeza em relação à situação da Venezuela. Nesse contexto, o Peru parece ser um contraponto importante a algumas tendências mal chamadas de bolivarianas, presentes na nossa América do Sul.

O Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos foi indicado para a Embaixada em Copenhague e, cumulativamente, para a Lituânia e ele deixa o cargo de Subsecretário-Geral de Política, que é a área responsável pelas relações com a Europa, os Estados Unidos e também com organismos internacionais como as Nações Unidas e a OEA. Nessa função atual, o Embaixador Paranhos é o encarregado de transmitir às nossas delegações de Genebra, em Nova York, as instruções do Governo brasileiro sobre as votações de que participam.

Ele já foi Embaixador na Rússia e agora ele é indicado para chefiar nossa representação diplomática em um país europeu, a Dinamarca, que tem posições bastante distintas da posição da Rússia em relação a uma série de questões internacionais, especialmente quanto à Ucrânia. A Dinamarca tem visões muito semelhantes à brasileira em relação às questões de governança global, ela apoia as iniciativas do G4 e a reforma do Conselho de Segurança, sediou a mais importante cúpula sobre mudanças do clima e tem interesse na promoção, como nós brasileiros, da agenda ambiental e climática.

Peço, então, aos nossos sabatinados que ocupem o seu lugar à mesa diretora dos nossos trabalhos.

Quero também registrar a presença entre nós do Embaixador Carlos Alfredo Lazari Teixeira, que é nosso atual embaixador no Peru e que nos recebeu com muita fidalguia nas duas vezes em que estivemos presentes em Lima, uma vez na companhia do Senador Ferraço e outra vez na companhia do Senador Aécio Neves, participando de dois encontros importantes organizados pela Fundação pela Liberdade, patrocinada intelectualmente pelo Prêmio Nobel Mario Vargas Lhosa.

Senador Caiado, V. Exª tem a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu apresentei um requerimento à Mesa, com base no Regimento Interno do Senado, no art. 315:

O adiamento da votação obedecerá aos mesmos princípios estabelecidos para o adiamento da discussão.

§1º O requerimento deverá ser apresentado e votado como preliminar ao ser anunciada a matéria.

§2º Não havendo número para a votação, o requerimento ficará sobrestado.

Qual é a justificativa de utilizar o art. 315 do Regimento do Senado Federal? Sr. Presidente, nós fomos surpreendidos com uma situação que ocorreu na data de ontem. Esta Comissão definiu o número de Senadores e Senadoras que compõem uma missão oficial para ir à Venezuela, a fim de constatar as várias denúncias que vêm chegando aqui, ao Senado Federal, em relação aos presos políticos.

É algo inimaginável e inaceitável nós convivermos com países que têm relação diplomática e comercial com o Brasil e que ainda se dão à tese de aprisionar as pessoas por terem posições políticas contrárias, além do total desrespeito aos direitos humanos, no momento das manifestações ocorridas em Caracas e no interior da Venezuela, onde os coletivos, que são as milícias armadas do Presidente Maduro, saem assassinando pessoas e atirando contra os manifestantes.

Diante disso, Sr. Presidente, por iniciativa desta Comissão, foi aprovada esta viagem oficial – é importante que seja dito que essa é uma viagem oficial –, da qual o Presidente do Senado Federal têm total conhecimento. As autoridades do Governo brasileiro foram também comunicadas. Esse deslocamento seria feito em um avião da Força Aérea Brasileira, até para garantir a condição de representatividade desta Comissão em território venezuelano.

Porém, na tarde de ontem, fomos informados de que o governo venezuelano negou o acesso a essa comitiva, que impedirá o pouso da aeronave em solo venezuelano.

As tentativas foram buscadas por V. Exª, Presidente da Comissão, que imediatamente entrou em contato com todas as autoridades, principalmente o Ministro da Defesa, já que se tratava de um assunto ligado ao Ministério da Aeronáutica da Venezuela, e até agora não foi dada nenhuma resposta.

O compromisso que todos nós Senadores temos em território venezuelano será na quinta-feira, e nós sabemos muito bem que a tese está sendo da procrastinação para que, só depois de quinta-feira, venham dizer que estão analisando, que vão autorizar depois do descumprimento do acordo da reunião que nós participaremos lá na Venezuela.

Como tal, Sr. Presidente, eu solicito a todos os pares que, em um momento tão importante e ao mesmo tempo delicado como este, já que nós brasileiros jamais fizemos essas restrições às autoridades venezuelanas... Vejam os senhores que o Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela esteve no Brasil durante uma semana toda e deve ter estado aqui em avião oficial do Governo. Ele veio fazer uma visita ao ex-Presidente Lula. O prestígio é tamanho que esteve extraoficialmente, extra-agenda com a Presidente Dilma, despachando com

ela. O Jaua há poucos dias esteve no Brasil também, acompanhado da sua babá muito bem armada, que aqui esteve também. E nós nunca negamos o espaço aéreo brasileiro e muito menos a condição de pouso.

Como tal, Sr. Presidente, eu acho extremamente delicada para esta Comissão, que é importante e relevante, que continuemos a apreciar ou sabatinar os próximos indicados, a mensagem que foi enviada aqui a esta Casa, a mensagem do Senado Federal, que é o item 1 e o item 2 da pauta, sem que esta Comissão tenha por parte do Governo, da Presidente Dilma, uma resposta. Porque, do contrário, ela vai dar uma de Pôncio Pilatos, vai lavar as mãos; isso é um assunto, um problema que está ocorrendo entre o Senado Federal e o Maduro e, como tal, não vai se meter no assunto. Simplesmente, lava as mãos.

Então, a posição minha, com todo o respeito ao Sr. Marcos Leal Raposo Lopes e também ao Sr. Carlos Antonio da Rocha Paranhos, é que possamos adiar essa sabatina de hoje para uma data oportuna, momento em que o Governo da Presidente Dilma, aí sim, por intermédio do seu Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Defesa, Jaques Wagner, der uma resposta a esta Comissão, aí sim, dando uma solução para esse impasse que foi criado e essa total desconsideração com a atuação desta comissão.

Então, Sr. Presidente, eu peço o apoio dos demais Pares.nada de ordem pessoal contra os Srs. Embaixadores, com a competência e o currículo que têm. Que S. Exªs entendam que esse requerimento da minha parte tem como objetivo, a partir do momento que esta Comissão passe a não sabatinar e não dar continuidade a essas mensagens recebidas, que o Governo brasileiro possa nos tratar com o respeito que nós merecemos e, ao mesmo tempo, fazer uma opção: se vai ficar vinculado à prática do governo venezuelano ou se vai optar por aquilo que a Presidente Dilma tanto cobrou do governo do Paraguai no momento em que o Presidente daquele país estava descumprindo regras democráticas.

Esse país tem que ser duramente penalizado e sofrer as sanções de quem descumpre regras de democracia. E, se hoje esta Casa não tem como aterrizar, não têm como chegar a solo venezuelano, por uma retaliação direta àqueles que desejam ver as condições de vida daqueles que estão lá como presos políticos e também o grau de violência que está sendo praticado nas movimentações ou nas mobilizações...

Sr. Presidente, eu peço o apoio de todos, para que possamos, na próxima semana, já com a resposta da Presidente Dilma, caminhar para essa sabatina que será extremamente importante para todos nós.

É a questão de ordem que faço a V. Exª e o requerimento que apresentei à Mesa.

Agradeço desde já, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Meus caros Senadores, prezado Senador Caiado, V. Exª sabe que eu tenho o mais total e perfeito alinhamento com o ponto de vista de V. Exª em relação à Venezuela. Todas as vezes que houve reuniões aqui com a presença de líderes da oposição venezuelana, V. Exª sempre foi presente, com a voz firme, sem nenhuma hesitação na solidariedade àqueles que vêm ao Senado para pedir acolhida, uma vez que a política externa brasileira, como todos nós sabemos, é conduzida pelo Presidente da República, mas o Senado, evidentemente, tem uma voz importante, tem atribuições importantes na área da política externa e é uma grande Casa de representação popular.

Nós temos feito gestões, pressão junto ao Governo brasileiro e à opinião pública. Por duas vezes, o Ministro de Relações Exteriores esteve aqui, na nossa Comissão. E nas duas vezes o tema central das interpelações ao Ministro Mauro Vieira foi exatamente a Venezuela.

Na legislatura passada, nós recebemos aqui, ainda sob a presidência do Senador Ferraço, a Deputada Maria Corina Machado, que veio em busca do apoio e da solidariedade dos Senadores brasileiros.

Foi exatamente na sequência dessa luta, que é suprapartidária, envolvendo representantes de todos os partidos, que o Senado, além de ter aprovado uma moção de repúdio à orientação autoritária do governo venezuelano, aprovou também a formação de uma comissão de representação para se dirigir à Venezuela com o objetivo de prestar solidariedade aos presos políticos, uma missão com o caráter eminentemente humanitário, uma vez que muitos deles hoje estão em greve de fome rigorosíssima, correndo inclusive perigo de vida.

Quero salientar que o primeiro subscritor dessa moção foi um Senador da Base do Governo, o eminente Senador Romero Jucá. E foi aprovada sem qualquer contestação.

Uma vez tomada essa deliberação pelo Plenário, o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, ouvindo os Senadores interessados em fazer parte dessa missão, achou por bem solicitar um avião da Força Aérea Brasileira para levar os Senadores até Caracas, por todas as razões, inclusive pelo peso político simbólico de um avião da Força Aérea Brasileira aterrissar em Caracas levando Senadores para cumprir uma missão dessa natureza. Ele se dirigiu ao Ministro da Defesa, o Ministro Jaques Wagner.

Eu quero ressaltar aqui, porque é preciso fazer justiça. O Ministro Jaques Wagner concordou imediatamente em tomar as providências para que esse avião fosse cedido, baseado na lei que regulamenta viagens nessas aeronaves, que, como os senhores sabem, elenca um certo número de autoridades que têm direito de

requisitar essa aeronave, mas permite também ao Ministro da Defesa, extraordinariamente, a indicação de autoridades para viajar nessas aeronaves.

O Ministro Wagner, na última sexta-feira, telefonou para mim, dizendo que ia entrar em contato com o seu homólogo venezuelano, uma vez que, em se tratando de um avião militar, era necessária autorização de sobrevoo e de pouso no aeroporto de Caracas.

Quero dizer também que antes de falar com o Ministro Wagner eu conversei com o Embaixador Sérgio Danese, que estava respondendo pelo Ministério de Relações Exteriores na ausência do Ministro Mauro Vieira. E o Ministro Danese também me disse que, da parte do Itamaraty, não oporia qualquer obstáculo, não faria qualquer objeção à cessão desse avião, uma vez que era natural que, dada a delicadeza das relações entre o Brasil e a Venezuela e o caráter, digamos, melindroso dessa viagem, seguramente o Itamaraty seria consultado pelo Ministro da Defesa.

Acontece, meu caro Senador Caiado, que depois dessa comunicação que se deu na sexta-feira, o Ministro Wagner não teve condições de conversar com o ministro venezuelano no fim de semana, mas, já na segunda-feira, disse-me que faria uma solicitação formal, via Estado-Maior da Força Aérea Brasileira, para o Estado-Maior da Força Aérea venezuelana, uma vez que ele tinha sentido da parte das autoridades venezuelanas um certo mal-estar. Não houve uma negativa, mas considerações, ponderações sobre talvez a eventual inconveniência da viagem sob o ponto de vista das relações.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas houve alguma negativa oficial, Senador Aloysio?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Já chego lá.

Isso ocorreu ontem, minha primeira conversa com o Jaques Wagner foi ontem pela manhã e a minha última conversa foi ontem à noite, às 19h. O Ministro me telefonou dizendo que até aquele momento não tinha obtido uma resposta da Venezuela.

Agora, V. Exª tem razão. Nós temos um compromisso já agendado com as pessoas que nos estão esperando na quinta-feira.

Então, diante dessa demora que tem todo cheiro de procrastinação para inviabilizar a viagem é que nós tomamos a iniciativa – V. Exª participou da reunião hoje pela manhã com o Presidente Agripino e o Presidente Aécio – de irmos por outros meios, pelos nossos próprios meios. Não haverá necessidade de pedir autorização, uma vez que não iremos num avião oficial.

Mas eu queria apenas ponderar, meu caro Senador Caiado, que concordando em gênero, número e grau com toda a indignação de V. Exª, penso que neste momento o nosso foco não há de ser o Governo brasileiro, mas o governo venezuelano, uma vez que eu senti da parte do Ministro Wagner – digo isso honestamente, não tenho nenhum problema em criticar acerbamente o Governo, V. Exª sabe disso – uma disposição muito positiva em relação a essa viagem.

Quero dizer também que o fato me parece um sinal importante que deve ser registrado, deve ficar aqui no pé da página essa história, que o Ministro Wagner pediu autorização – depois de ter se disposto a ceder um avião da Força Aérea –, pediu autorização do governo venezuelano. Ainda que venha a nos negar, é algo que deve ficar como um registro, esperando que, a partir desse sinal ainda muito tímido, a posição brasileira possa evoluir no sentido daquilo que todos nós esperamos, uma posição mais firme, mais contundente, em relação às violações de direitos humanos na Venezuela.

Faço um apelo a V. Exª, meu caro Líder Caiado, vamos deixar esse requerimento ainda um pouco de lado para que, se porventura as coisas evoluírem de uma maneira que nós não desejamos que evoluam, a gente possa, então, levar adiante o seu propósito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio... Senador...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria, Senador, ao ouvir o requerimento do Senador Caiado, fazer a reflexão sobre o episódio. Nós estamos diante de dois diplomatas da melhor qualidade, já aqui prontos para uma sabatina. Com todo o direito do Senador – eu concordo que nós precisamos – queria apenas dizer a V. Exª que eu fico muito feliz, como membro desta Comissão, de ver um Presidente com este grau de altivez, de defesa, com equilíbrio, ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu sou apenas um reflexo do Plenário. Agradeço muito, obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Depois dessa, posso me retirar. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Presidente, acho que há momentos para tudo e o benefício e o registro feitos por V. Exª desse empenho da própria CRE nesse processo todo... A posição de V. Exª

dignifica a Comissão de Relações Exteriores, com todo respeito ao Senador Caiado, a política e a diplomacia – aqui há muito de diplomacia, mas há mais de política – têm um time certo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mas eu acho que – se a senhora me permite – a atitude do Senador Caiado é uma atitude eminentemente política no bom sentido, no sentido de dizer: olha, nós estamos vigilantes...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O exercício correto. Claro, é a hora aguda de uma sabatina importante como a que estamos tendo para firmar uma posição. Dessa nós não abrimos mão, queremos que haja uma posição mais protagonista do Poder Executivo na liberação e no contato dos Senadores com os oposicionistas.

Democracia nós entendemos dessa forma, Senador.

Parabéns, Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Se os Senadores concordarem...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, Senador Aloysio, eu quero falar.

V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª quer falar?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro, claro que eu quero. Estou pedindo há várias...

Estou me sentindo, aqui, preterido por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não faça isso, pelo amor de Deus.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer aqui uma ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, depois eu...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Senador Caiado eu estava com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Porque V. Exª sabe muito bem que o Regimento...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu estava com a palavra, Senador Caiado. Eu tinha pedido a palavra neste momento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Desculpe-me.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pelo amor de Deus!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu só queria fazer um registro, Senador Aloysio, porque eu, quando acordo hoje, vejo em todos os jornais, nos meios de comunicação, como se tivesse havido uma negativa já da Venezuela.

Então, V. Exª diz que não houve a negativa ainda do governo da Venezuela. Houve um pedido oficial do Governo Brasileiro, que chegou à Venezuela...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Uma demora que tem cheiro de negativa, mas não houve negativa formal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, então, essa é uma correção importante a ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Claro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Porque nós acordamos todos com essa posição.

Em relação ao Senador Caiado, eu entendo as posições do Senador Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E V. Exª imagine que eu fui dormir com essa posição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Quando o Senador Caiado fala parece que eu me sinto voltando à Guerra Fria novamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, que é isso?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, eu sinto, concretamente, falo isso abertamente. É Cuba, Venezuela, 24 horas. É impressionante como se trata dessa forma.

Eu quero só fazer um parênteses aqui, essa é uma posição do Governo brasileiro que eu não estou aqui... V. Exª sabe que eu tenho independência, voto contra o Governo, quando é o caso, mas, neste caso, a posição do Governo brasileiro está sendo uma posição muito equilibrada, de negociação com as duas partes.

É falso, Senador Cristovam? Dizer que o Governo brasileiro não está negociando? Está negociando, está conversando, sim, com a oposição.

Nós temos um compromisso central, que é a manutenção do calendário eleitoral. Tem que ter eleição no prazo certo. E aqui é preciso dizer, tem violência dos dois lados. Tem golpismo dos dois lados, não vamos com essa. Tratar alguns como heróis, democratas, a gente lembra que tem um presidente eleito lá em 2002 que foi afastado do poder, em um assalto ao poder, com a participação de alguns desses.

Então, estou só querendo baixar a bola aqui. Dizer que a pior coisa para o Brasil, só concluindo, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu registro principalmente o seu esforço para baixar a bola. Registro com alegria. (Risos.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É porque eu estava aqui na minha, entendeu Senador Aloysio, mas de fato foi...

Eu só quero registrar que a pior coisa que pode acontecer para o Brasil, para a América Latina, é a situação da Venezuela descambar para a guerra civil. Isso é pior coisa que pode acontecer. Então, acho que a posição do Governo brasileiro tem que ser essa.

Acho, sinceramente, que a posição dos Parlamentares também tinha que ser essa, as dos Senhores que vão lá. Não é só incensar um lado, é conversar, tentar ver, tentar contribuir.

Então, só queria fazer essa...

Eu estava aqui, não ia fazer uso da palavra, mas é que, de certa forma, me senti um pouco provocado. E eu queria, então, deixar aqui esta minha fala, Senador Aloysio, o compromisso do Governo brasileiro e nosso, o meu também como Parlamentar, é com o calendário eleitoral, que a institucionalidade seja preservada.

E uma coisa que tem na Venezuela, referendo revogatório, que é um instrumento altamente democrático. Nós vamos ter eleição legislativa este ano e no próximo ano vamos ter referendo revogatório.

Então, é necessário, também, que setores da oposição da Venezuela acalmem os setores mais inconsequentes para cumprirem esse prazo, que beneficiem a própria oposição venezuelana.

Então, é este o meu registro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É duro ficar calmo quando tem gente presa, gente em greve de fome, tem gente sendo massacrada nas ruas, mas V. Exª...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas V. Exª sabe que têm as guarimbas também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu ficaria fascinado em discutir sobre a Venezuela.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não é só de um lado, viu, Senador? Não é só de um lado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Veja bem, eu ficaria fascinado em discutir sobre a Venezuela com o senhor em outra oportunidade, mas creio que não é agora o momento.

Quero apenas ressaltar o seguinte, o Senador Caiado tem sido um dos Senadores mais atuantes em nossa Comissão. Quero ressaltar, também, que a Comissão está funcionando por causa dos Senadores da oposição e de Senadores independentes, porque, realmente, a Base do Governo não aparece nesta Comissão. E quando aparece, aparece raramente.

Não digo que seja o caso de V. Exª, que tem sempre sido uma exceção a essa regra, mas quero dizer e registrar isso.

Senador Caiado, por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, V. Exª, que conhece profundamente o regimento, sabe que a prerrogativa utilizada foi exatamente aquilo que está previsto.

Como os Srs. Embaixadores Marcos Leal Raposo Lopes e Carlos Antonio da Rocha não foram avisados desta situação e foram convidados para a sabatina de hoje, e diante das ponderações feitas por V. Exª, eu quero deixar claro, está certo, que, ao retirar o meu requerimento hoje, eu vou fazê-lo em homenagem a V. Exª e aos dois embaixadores que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas, Sr. Presidente, quero deixar claro também que V. Exª já informe aos próximos sabatinados que uma coisa que eu sei é Regimento. E outra coisa que eu sei é obstruir reunião. E que a partir da próxima reunião de sabatina eu usufruirei de todas as minhas ferramentas regimentais para derrubar a reunião da Comissão de Relações Exteriores até que o Governo da Presidente Dilma se pronuncie e tenha respeito para com esta Comissão e para com o Senado Federal.

Essa tese simplista, trazida pelo Senador Lindbergh, em que ele acha que lá eles podem tratar desta maneira as pessoas que contestam oposição e que não podem ser rotulados de tiranetes, é diferente daquela quando o nobre Senador Lindbergh apoiou a exclusão do Paraguai do Mercosul por terem, os Senadores ali, retirado o Lugo, cumprindo uma regra constitucional. A Constituição do Paraguai prevê, à não boa gestão, a exclusão, ou seja, o afastamento do mandato. E, no entanto, por esse fato só, a Presidente Dilma agiu direta-

mente, mandou pressionar o Presidente do Uruguai, fez pressões em todos os outros membros, para que o Paraguai fosse excluído do assento à mesa do Mercosul.

Com isso, Sr. Presidente, essa tese de achar que o Ministro Jaques Wagner está atuando, mas que ainda não teve resposta, que o Itamaraty brasileiro, mais uma vez, não precisa ser acionado e que as coisas não passam de um problema de alguns Senadores de oposição, da Comissão de Relações Exteriores, com o governo venezuelano, e o governo brasileiro não tem nada a ver com isso... Como se nós, apenas, estivéssemos preocupados com a situação que existe lá.

A prisão, lá, é em forma de tumba. É isso lá. As pessoas não têm acesso, sequer, ao sol. Não têm condições de receber familiares. E qual é o crime que se cometeu? Crime por ser oposição à política do presidente. Quer dizer, nós imaginávamos, em 2015, prisão, porque o cidadão é opositor politicamente? Isso é inédito. Então, é até inimaginável ver realmente a tese de que isso ainda é defensável e que outros também estão agindo de uma maneira agressiva, como diz aqui o nobre Senador Lindbergh.

Nada tem como, colega, explicar a violência do Maduro aos seus opositores.

E, para finalizar, V. Exª sabe me dizer como é que foi que o Presidente da Assembleia veio ao Brasil? O Cabello, da base do governo? Quer dizer, se foi em avião oficial, se nós fomos consultados se ele deveria ter ou não acesso, aqui, ao solo brasileiro? Da mesma o Jaua, quando esteve aqui?

Então, quanto a essa política, nós sempre fomos respeitosos e sempre fizemos uma política de boa vizinhança. Agora, qual é a boa vizinhança que estamos tendo aqui? Qual é a resposta que nós estamos tendo aqui? Será que o William Waack tem razão? Quer dizer que nós vamos fazer a política de cultivar os maus vizinhos? É isso. Porque, de repente, nós, brasileiros, não temos acesso... Provavelmente, se nós quisermos ir à Bolívia, não vamos ter condição de descer em solo boliviano. Nem na Venezuela.

Então, essa situação, Sr. Presidente, para mim, é política de governo. Não é do Senado Federal. O Governo tem que dar uma resposta. Eu cobrei isso ao Presidente Renan, e ele ficou de dar uma resposta a nós, hoje, no plenário. Porque, se não for dada, Sr. Presidente, antecipadamente, eu já quero dizer: eu, na próxima reunião de sabatina, vou promover toda e qualquer ação regimental para obstruir e impedir a sabatina dos demais...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Isso se o governo da Venezuela não permitir o pouso. É isso?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – E dizer, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Com licença, eu queria encerrar agora...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – E dizer, Sr. Presidente, que eu entendo bem o apoio do PT ao Estado islâmico e ao Estado bolivariano.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pelo amor de Deus! Olha a que nível nós estamos chegando! Olha a que nível nós estamos chegando!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu vou começar as sabatinas.

Com a palavra, o Embaixador Marcos Leal Raposo Lopes, que é o indicado para a República do Peru.

V. Exª tem a palavra por 20 minutos.

O SR. MARCOS LEAL RAPOSO LOPES – Exm**O SR. PRESIDENTE** da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Aloysio Nunes Ferreira; Exmo Sr. Senador Lindbergh Farias, Relator de minha mensagem, a quem eu queria agradecer especialmente; Srªs Senadoras; Srs. Senadores; meu caro colega e ex-chefe Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos; senhoras e senhores, antes de tudo, gostaria de dizer que é uma honra voltar e comparecer a esta Comissão de Relações Exteriores do Senado. Este é, sem dúvida, um dos momentos mais importantes na carreira de um diplomata.

Desejo também registrar o meu agradecimento à Senhora Presidente, Dilma Rousseff, por ter submetido à apreciação do Senado a escolha do meu nome para exercer o cargo de Embaixador no Peru. Da mesma forma, eu gostaria de agradecer ao Ministro Mauro Vieira por ter levado à Senhora Presidente o meu nome.

Não pretendo tomar o tempo desta Comissão repetindo uma série de dados que sei que os senhores e as senhoras têm diante de si. Não posso, no entanto, deixar de sublinhar, mesmo correndo o risco de ser repetitivo, um dado que, na minha opinião, condiciona em grande medida a relação do Brasil com o Peru.

Compartilhamos com o nosso vizinho aproximadamente 2.900 quilômetros de fronteira. A segunda maior fronteira terrestre do Brasil e a décima primeira maior fronteira internacional no mundo.

Essa realidade geográfica, ao mesmo tempo desafiadora e auspiciosa, sublinha a importância de alguns dos temas sobre o relacionamento bilateral que eu gostaria de tratar nesta ocasião, em torno dos quais antevejo boa parte da atuação da Embaixada em Lima, num futuro próximo.

Estes temas, que podem ser agrupados sobre uma denominação genérica de cooperação transfronteiriça, abrangem, dentre outros, o estabelecimento de zonas de integração fronteiriça, a integração física, a co-

operação na luta contra o narcotráfico e demais ilícitos transnacionais e, não menos importantes, as questões consulares, principalmente migratórias, em particular a imigração de cidadãos haitianos que usam a fronteira com o Peru como porta de entrada ao Brasil.

Em 2009, durante visita que o ex-Presidente Lula da Silva realizou ao Peru, foi assinada a criação da Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru. Foi estabelecido um acordo que prevê o funcionamento da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça e também prevê a colaboração conjunta para a realização de planos operativos para o desenvolvimento da região de fronteira.

Cabe, nesse particular, à Embaixada, a meu ver, incentivar e retomar as reuniões da Comissão Vice-Ministerial a fim de que sejam tratados temas prioritários, como, por exemplo, a negociação do acordo aéreo transfronteiriço, para estimular voos na região de fronteira, e a implementação, após a aprovação pelos Parlamentos dos dois países, do acordo de telecomunicações, que procura evitar, por exemplo, a cobrança de *roaming* internacional nos telefones celulares que circulam na área.

O processo de integração física dos dois países, por sua vez, conta com diversos projetos que devem ser incentivados e acompanhados pela Embaixada.

A Rodovia Interoceânica Sul talvez seja o mais importante desses projetos, já concluído. É uma das principais obras rodoviárias do Peru, que, além de beneficiar o incremento do comércio bilateral, constitui alternativa de transporte em situações de emergência, como ficou caracterizado durante as enchentes no Estado do Acre, em 2014.

Outro projeto de especial importância na integração física Brasil e Peru é a conexão ferroviária. A ferrovia, que no momento está em fase de estudo de viabilidade, permitiria o escoamento de grãos e minérios brasileiros pelo Pacífico. Diante do interesse da China em participar da construção do projeto, este, que era anteriormente bilateral, passou a incluir a China também. O assunto foi especialmente tratado durante a visita do Primeiro-Ministro da China, agora em maio, ao Brasil e ao Peru.

Outros projetos para a integração física são o Eixo Multimodal Amazonas e o Eixo Multimodal Amazonas Centro.

A cooperação na luta contra o narcotráfico é mais um dos temas da cooperação transfronteiriça que gostaria de mencionar e que certamente constituirá uma das principais preocupações da Embaixada. O Peru ultrapassou a Colômbia como o principal produtor mundial de coca.

O Brasil se insere na problemática do narcotráfico com o Peru como rota para o fluxo de cocaína que tem destino os mercados europeus e os Estados Unidos e também como destino final dos entorpecentes. A cooperação com o Peru é fundamental para atacar o problema da cocaína e do *crack* no Brasil. Quero, nesse particular, destacar a importância, na Embaixada em Lima, de uma adidância da Polícia Federal.

Estimativas da polícia peruana indicam que parte importante da cocaína produzida no Peru entra, no território brasileiro, diretamente ou pela Bolívia, num tráfico de avionetas que vai para a Bolívia. Então, a cooperação do Brasil e Peru com a Bolívia também é essencial para que nós possamos atacar esse problema.

Questões consulares. Eu queria falar de outro tema sensível da relação bilateral que gira em torno da nossa fronteira. É o ingresso de cidadãos haitianos em situação irregular pela fronteira do Estado do Peru com o Estado do Acre. O Equador não exige visto para entrada de estrangeiros no seu território. Os imigrantes entram pelo Equador, por via aérea, e deslocam-se ao Peru por terra. As autoridades peruanas exigem, a pedido do Brasil inclusive, desde 2012, visto para os cidadãos haitianos, mas essa barreira, digamos, não foi eficiente para evitar o trânsito de haitianos para o Brasil por causa da porosidade das fronteiras internacionais naquela região.

O Governo brasileiro tem implementado medidas que visam a facilitar que o fluxo de imigrantes do Haiti para o Brasil ocorra por canais regulares. O Brasil tem procurado ademais fortalecer a cooperação com os demais países da região para combater o tráfico de pessoas e, assim, combater os famosos coiotes que atuam na região. Um diálogo mais fluido com o Governo do Peru é imprescindível para encaminhar a solução que ademais de ser um problema humanitário é também um problema que sobrecarrega seriamente a infraestrutura social do Estado do Acre.

Mas nem só nas questões de fronteira estão centradas as relações entre os nossos dois países. Outro aspecto do relacionamento bilateral também deve merecer especial atenção por parte de nossa Embaixada. Refiro-me, entre outros, ao comércio bilateral, aos investimentos, à diplomacia cultural, ao relacionamento entre os Parlamentos e a temas específicos, como, por exemplo, a participação do Peru na Aliança do Pacífico e suas repercussões para o relacionamento bilateral com o Brasil.

O Peru tem uma população de pouco mais de 30 milhões de habitantes, é a quarta população da América do Sul, tem um PIB por volta de US$371 bilhões e um PIB *per capita* de 11.800. Se somarmos esse dados com o fato de que temos quase 3 mil quilômetros de fronteira, temos uma real dimensão do potencial do mercado peruano e, principalmente, do potencial de crescimento do comércio bilateral entre os dois países.

Infelizmente, no ano de 2014, o que houve foi uma retração do comércio bilateral. As exportações brasileiras diminuíram por volta de 15,3%; as importações, em 3,4%. Esse declínio reforça ainda mais a necessidade de robustecer os instrumentos comerciais entre os dois países, para reverter esse quadro de retração na corrente comercial.

Existe hoje um clima de bastante confiança entre as partes. Os dois governos têm se reunido regularmente. E, na última reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio, que foi agora no dia 22 de abril, procurou-se avançar em diversos temas. Eles explicitaram muito bem quais são os interesses primordiais das duas partes. O Brasil, por exemplo, tem interesse em discutir a aceleração do cronograma de desgravação do Acordo de Complementação Econômica nº 58. O ACE nº 58 é o nosso principal acordo, na área comercial, com o Peru. Isso adiantaria a conformação da área de livre comércio entre o Brasil e o Peru de 2019 para 2016. Outro exemplo do interesse brasileiro tem a ver com o tratamento outorgado pelo Peru a produtos da Zona Franca de Manaus. O Peru resiste em estender aos produtos da Zona Franca as preferências do ACE nº 58, tal como negociadas.

Pelo lado peruano, os principais pleitos centram-se no pedido de aceleração da análise de risco de pragas por parte das autoridades sanitárias brasileiras. O governo peruano alega que o Brasil e as autoridades do Ministério da Agricultura demoram demasiadamente em aprovar a importação de produtos agrícolas peruanos.

Agora, na questão do comércio, eu quero crer que esses problemas são importantes, ou seja, temos que tratar desses programas específicos. Mas podemos, a curto prazo, já ir além disso e fazer como fizemos, e aí trago um exemplo do México, porque onde eu estava, onde a exemplo do que fizemos no México, incluir em nossa pauta, negociações sobre, por exemplo, compras governamentais, serviços e facilitação do comércio.

Ainda na área econômica, também, despontam com grande importância a questão dos investimentos. Estima-se que o estoque de investimentos brasileiros no Peru hoje seja por volta de US$6 bilhões, algumas das principais investidoras brasileiras no Peru são a Construtora Norberto Odebrecht; a Votorantim, é a maior investidora no país, atua desde 2004 na produção de cobre, zinco e chumbo; temos a Gerdau, que é a maior produtora de aço; temos a Vale, que explora fosfato, em Bayovar. E diversas outras empresas brasileiras, Camil, AmBev, Tigre, Engevix, Andrade Gutierrez, OAS, Marcopolo, H.Stern, Natura, a lista é interminável de empresas brasileiras que têm interesses no Peru.

Os investimentos peruanos, no Brasil, por sua vez são bem menores, são por volta de 600 milhões, estão concentrados em bebidas gasosas não alcoólicas, explosivos para fins civis e produção de estanho, em uma mina comprada pela Mina Minsur, da Paranapanema, em 2008.

Sem querer voltar sempre para o meu atual posto, aqui eu também acho que nós podíamos caminhar para o que foi feito, recentemente, com o México, que é assinatura de um acordo de cooperação e facilitação de investimentos, especificamente na área de investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. Fora do microfone.) – Já há negociação feita?

O SR. MARCOS LEAL RAPOSO LOPES – Já se apresentou à negociação, só que ainda não se sentou à mesa para discutir, mas já é um dos pontos que está na pauta dos dois países para chegar a algo a que nós chegamos, agora, no México, recém-assinado agora, durante a visita presidencial ao México.

Bom, outro assunto que eu queria tratar, especialmente porque estou no Senado, é a diplomacia – digamos – a diplomacia parlamentar. O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Peru já foi criado, mas ainda não definiu a sua mesa diretora, nem os seus integrantes. Pelo lado peruano, a Liga Parlamentar pelo Brasil conta atualmente com 23 membros.

Tanto a Liga Parlamentar, que é o lado peruano, quanto o Grupo de Amizade, podem ter papel importante como instrumento efetivo de fortalecimento das relações bilaterais e parlamentares. Eu sou exemplo disso, pelas inúmeras visitas parlamentares que tivemos, também, no México, por parte de Parlamentares brasileiros e mexicanos que vieram ao Brasil.

Cabe mencionar ainda a criação, por iniciativa do Deputado Luiz Cláudio, de Roraima, em 8 de maio passado, da Frente Parlamentar Mista Brasil, Peru e Bolívia, a ata de criação contou com a assinatura de 200 Parlamentares brasileiros. Não sei se alguns estão aqui.

No caso específico do Peru, na cooperação com os Parlamentos, eles demonstraram um grande interesse na área de comunicação social do Parlamento Brasileiro; eles gostariam de trocar experiências e aprender com a experiência brasileira da TV Senado e da TV Câmara.

Outro assunto que eu queria tratar é a questão da diplomacia cultural. Considero das grandes atribuições das nossas embaixadas atuar na divulgação da cultura e da cooperação educacional. Os peruanos se interessam pelo Brasil, cabe à Embaixada contribuir para que os peruanos conheçam o Brasil e a Língua Portuguesa.

O Peru, só como dado, detalhe, já é a segunda maior origem de estudantes de pós-graduação estrangeiros no Brasil. Em Lima, o setor de cooperação educacional atende diariamente jovens que querem estudar no Brasil, em média mais de 1.600 atendimentos por ano.

O Centro Cultural Brasil-Peru, também da Embaixada, tem 900 alunos regularmente inscritos a cada semestre, nos cursos de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira. Eu acho isso muito importante porque o aluno de cooperação de hoje pode ser o profissional amigo do Brasil muito em breve, no dia de amanhã.

Agora, por fim, antes de terminar essa exposição, eu queria abordar um dos temas que mais tem atraído a atenção da política externa do Peru e de outros países latino-americanos, que é a Aliança do Pacífico. Lançada em abril de 2011, pelo então Presidente Alan García, a Aliança foi abraçada pelo governo do atual Presidente Ollanta Humala, o Presidente peruano endossa a tese de que a Aliança é um avanço na integração latino-americana e que o país tem uma posição geoestratégica para a região do Pacífico.

Ainda que as autoridades peruanas e a dos demais países, membros da Aliança – no caso, de novo, experiência minha, com o fato de estar no México – ressaltem que a iniciativa tem um caráter primordialmente comercial, a coordenação política entre os membros do bloco tem se revelado uma preocupação desses governos e talvez seja a principal vocação realmente do projeto.

Ainda que as autoridades peruanas tentem ressaltar que a iniciativa tem um caráter primordialmente comercial, é importante saber que um dos pré-requisitos para fazer parte da Aliança do Pacífico é que o país já tenha acordos comerciais com os demais países da Aliança. E a própria parte comercial da Aliança do Pacífico ainda sequer está em vigor. E com um detalhe mais importante: desde 2011, quando a Aliança do Pacífico foi criada, até hoje o comércio entre seus membros diminuiu, e não aumentou. Ou seja, a Aliança do Pacífico tem uma vertente, sem dúvida, comercial, mas ela tem muito, por trás do comercial, de uma organização também com fins de coordenação política.

Acho também importante ressaltar aqui que, no âmbito da Aladi, o Brasil possui acordos comerciais com todos os países da Aliança do Pacífico. Com o Peru, como eu já disse, em 2019, teremos livre comércio. Com o Chile, já existe o livre comércio. Da Colômbia, em 2018, vamos receber 100% de preferência para 86% do universo tarifário. Com o México, com quem temos um acordo menos ambicioso, acertamos agora, durante a visita presidencial, reiniciar em agosto – já temos data marcada, inclusive – a negociação do aprofundamento do CE 53, que é o acordo com o México.

Para finalizar, não é possível deixar de mencionar a promissora aproximação entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul. Em novembro de 2014, os Ministros das Relações Exteriores dos dois blocos se reuniram já para dar início aos primeiros entendimentos.

É possível vislumbrar ações comuns na área, como aprofundamento de acordos, facilitação de comércio, cooperação aduaneira, intercâmbio de informações, simplificação de procedimentos e agilização de despacho de mercadorias.

Eu espero, agora, no decorrer da arguição, poder dar mais algum detalhe a respeito de algum assunto que não tenha ficado...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Como é a situação política lá?

O SR. MARCOS LEAL RAPOSO LOPES – A situação política é que o Peru vai passar agora, no próximo ano, por eleições. A situação do Presidente Humala não é confortável. As últimas pesquisas dão a ele apenas 16% de preferência. Ele vem enfrentando problemas de acusações inclusive de corrupção, de problemas de financiamento de campanha, problemas desagradáveis. E também problemas com questões de meio ambiente, de desmatamento, de desenvolvimento de indústria de minas em regiões de população indígena e de mata nativa, que está criando muita controvérsia no país. Ele, hoje em dia, tem apenas 16% de preferência.

Eu pediria perdão por ter lido muito do que eu disse, mas é que os embaixadores tendem a ficar empolgados demais com seus assuntos. Se não lemos, acabamos falando demais, e eu já tenho medo de ter tomado tempo demais dos senhores. Se eu não lesse, ainda seria pior.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu agradeço a sua excelente exposição, mas é claro que o senhor poderá completá-la depois nas respostas.

Eu passo a palavra agora ao Embaixador Carlos Antonio Paranhos, que está indicado para a Dinamarca, acumulando com a Lituânia.

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – Muito obrigado.

Exm**O SR. PRESIDENTE** da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Exmos Srªs e Srs. Senadores membros da Comissão, eu queria inicialmente assinalar a satisfação e a honra que tenho em retornar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa para solicitar a aprovação de V. Exªs à indicação do meu nome pela Excelentíssima Senhora Presidenta para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Eu queria também deixar o registro do meu agradecimento à Senhora Presidenta da República e ao Sr. Ministro das Relações Exteriores pela honrosa indicação.

E num registro mais pessoal, eu queria também prestar uma homenagem à memória do saudoso e querido amigo Senador Luiz Henrique, com quem eu tive oportunidade de manter um excelente laço de amizade e acolher em mais de uma ocasião durante a minha anterior experiência à frente da Embaixada do Brasil em Moscou.

À primeira vista, a Dinamarca se mostra um país relativamente distante, fortemente inserido em um contexto da região escandinava e de sua adesão à União Europeia. Contudo, um exame do relacionamento diplomático bilateral e da presença econômico-financeira do país nórdico no Brasil revelam possibilidades de ampliação do relacionamento em áreas muito relevantes tanto para o desenvolvimento nacional quanto para a política externa brasileira.

Nos últimos anos, setores do governo e do empresariado dinamarqueses têm demonstrado maior consciência da atuação do Brasil nos contextos regional e internacional. O crescente interesse da Dinamarca pelo País explica-se em boa parte pela importância de seus investimentos diretos no mercado brasileiro em setores como construção naval, serviços marítimos, energia de fontes renováveis, alimentação, saúde e tecnologias de informação.

Ao mesmo tempo, reconhecemos o importante papel que os capitais e tecnologia dinamarqueses podem desempenhar na superação de desafios ao desenvolvimento econômico-social em parceria com nossas empresas, universidades e centros de pesquisa.

A Dinamarca, como os senhores sabem, é uma monarquia parlamentarista. É considerada a monarquia mais antiga da Europa, datando, em sucessão ininterrupta, do século X. Antes de ascender ao trono, em 72, a atual monarca, Margrethe, visitou o Brasil em 1966. Já na condição de Rainha, realizou visita de Estado ao Brasil em 1999, ocasião em que além de Brasília, visitou Foz do Iguaçu, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

O Parlamento dinamarquês é unicameral e integrado por 179 membros, com representantes também das ilhas Féroe e da Groenlândia. A Dinamarca integra a União Europeia desde 1973, mas tem reservas ao Tratado de Maastricht, de modo que não é parte da moeda comum, do euro, nem faz parte do sistema de Justiça comum ou de defesa. Integra o espaço Schengen e é também membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Durante a segunda metade do século XX, a Dinamarca criou as condições para a implantação de um modelo de bem-estar social alicerçado na prestação universal de serviços sociais, em saúde, educação e benefícios previdenciários e na distribuição de renda pela via de elevados impostos. O modelo social-democrata dinamarquês tem sido progressivamente adaptado às novas circunstâncias de inserção do País no mercado único europeu e na economia globalizada, mas sem ter se enfraquecido significativamente.

Eu queria dar alguns dados que dão a indicação do que é a Dinamarca hoje. É um país pequeno, com uma população de 5,6 milhões, mas com um PIB nominal da ordem de US$347 bilhões, o que dá um PIB *per capta* de US$61,8 mil, com uma expectativa média de vida de 79 anos, com uma alfabetização da ordem de 99% e ocupa o 10º lugar na Índice de Desenvolvimento Humano.

Após sofrer forte depressão em 2009, a economia dinamarquesa vem conseguindo superar os efeitos recessivos da crise no continente europeu. Registrou o crescimento de 1,5% em 2014, que foi a mais alta taxa de expansão nos últimos anos e deverá continuar a registrar crescimento em torno de 1,8% ao longo do biênio 2015/2016.

Em cenário de baixa inflação – a inflação na Dinamarca é só de 0,6% – e desemprego crescente tendem a estimular o consumo privado. Para restringir a apreciação da moeda local, a coroa dinamarquesa, o Banco Central dinamarquês tem mantido os juros negativos e abaixo dos praticados na zona do euro.

O principal desafio para a Dinamarca hoje é dar sustentabilidade ao crescimento econômico, em um cenário de recessão continental, ao mesmo tempo em que procura manter o modelo de Estado de Bem-Estar social, que os ingleses chamam de *Welfare State,* com altos salários, pesadíssima carga tributária em um contesto de envelhecimento da população.

A Primeira-Ministra atual, Helle Thorning Schmidt, social– democrata, anunciou, em maio, a antecipação das eleições parlamentares de setembro para depois de amanhã, dia 18 de junho. Sua decisão denota a estratégia de valer-se de seu prestígio pessoal junto ao eleitorado para buscar impedir que a ligeira maioria de 2 pontos percentuais nas pesquisas eleitorais em favor do bloco da oposição, cresça até setembro quando estava originalmente marcado o pleito.

A popularidade da aliança governista, chamada Bloco Vermelho, que inclui o Partido Social-Democrata, Partido Social– Liberal e o Partido Socialista Popular, sofreu abalos ao longo do mandato da Primeira-Ministra em razão de algumas modificações na política do *Welfare State*, como a redução do tempo do seguro-desem-

prego, bem como o descumprimento de algumas promessas de campanha, como o aumento de gastos em educação e saúde.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Desculpe interromper o senhor.

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – Tendo em vista pesquisas que apontam uma recuperação da popularidade social-democrata, agora no primeiro semestre de 2015, e o virtual empate técnico com o bloco conservador, a Primeira-Ministra considerou que o momento de dar o salto adiante, em termos eleitorais, seria agora, contando com seu prestígio pessoal em contraste com a relativa impopularidade do líder da base de oposição, Lars Lokke Rasmussen, acusado de falta de ética no uso de recurso do seu partido.

Agora, a campanha eleitoral tem, como foco, duas visões absolutamente irreconciliáveis sobre a melhor política para o país. De um lado, o bloco do governo e a Primeira-Ministra advogam pela preservação do *Welfare State*, por meio da preservação de uma carga de impostos da ordem 47%, uma das mais elevadas do mundo; ajuste fiscal nas despesas do Estado; racionalização – não eliminação – de alguns benefícios sociais, como redução do tempo de usufruto do seguro-desemprego; adoção de ajuste na política imigratória, em benefício, sobretudo, de refugiados selecionados da Líbia, Síria, Iraque.

Por outro lado, o bloco de oposição advoga pela redução de impostos, aperto significativo nas políticas imigratórias com a criação inclusive de um canal diferenciado para imigrantes de países de PIB mais elevado e um canal restritivo para outros tipos de imigrantes; redução dos benefícios do *Welfare State,* que considera hoje inchado e prejudicial à competitividade da Dinamarca e, também, uma maior independência do país em relação às normas e regulamentos da União Europeia.

A corrida eleitoral hoje está empatada tecnicamente, embora o bloco conservador ainda conte com dois pontos percentuais de vantagem, que seriam, em princípio, suficiente para formar uma maioria governamental.

Em termos de política externa, tradicionalmente, as linhas mestres da política externa dinamarquesa se baseiam em participação ativa, no âmbito da União Europeia, ênfase nos laços de segurança transatlântico, sobretudo por sua presença na Otan; dinâmica participação da Dinamarca como doadora na área de ajuda e cooperação internacional, tanto em bases humanitárias, quanto em termos de ajuda ao desenvolvimento. Observo, aliás, que a Dinamarca é um dos poucos países que cumprem a meta de ajuda ao desenvolvimento da ordem de mais de 0,7% do PIB. Um protagonismo bastante ativo na diplomacia de clima e meio ambiente e, nos últimos anos, um maior envolvimento em ações militares externas.

No atual governo social-democrata da Primeira–Ministra Helle Thorning-Schmidt, foram concluídas as missões da Dinamarca no Afeganistão e no Iraque, conforme calendário previamente acordado, mas a Dinamarca se voluntariou para participar de ações militares na Líbia, na costa da Somália e no Mali; e, mais recentemente, na coalizão de países que combatem o grupo autodenominado Estado Islâmico.

A participação ativa da Dinamarca em operações militares recebe apoio da maioria da população e é consensual entre os partidos com representação no Parlamento. Registro, aliás, que o ex-Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen foi Secretário-Geral da Otan, de 2009 a 2014. Os desdobramentos da crise entre a Rússia e a Ucrânia, a crescente desestabilização do Oriente Médio, com a emergência de entidades que recrutam, com sucesso, seguidores na Europa, têm constituído duas principais preocupações de segurança da Dinamarca. Vale recordar, e os senhores todos certamente se recordarão, do terrível episódio dos *cartoons* críticos à religião muçulmana, em 2005, o que gerou uma séria crise interna e internacional envolvendo a Dinamarca.

A decisão dinamarquesa de se juntar ao sistema antimíssil desenvolvido pelos Estados Unidos com parceiros europeus vem gerando crescentes atritos na relação com a Rússia, como bem salientou aqui o nosso Presidente, a despeito dos esforços do Ministro da Defesa dinamarquês no sentido de insistir que a adesão ao esquema antimíssil não teria por objetivo a Rússia, e, sim, estados párias e organizações terroristas.

Relações bilaterais. As relações entre o Brasil e a Dinamarca têm tradicionalmente sido muito cordiais e se desenvolvem sem problemas. A Dinamarca tem apoiado várias candidaturas brasileiras a organismos internacionais, inclusive nosso pleito a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Ao longo dos últimos anos, verificaram-se visitas importantes nos dois sentidos. Em 2007, o Primeiro-Ministro, Lars Rasmussen, visitou o Brasil. Também em 2007, o então Presidente Lula realizou visita oficial à Dinamarca. Em 2009, ele repetiu, esteve por duas vezes na Dinamarca: em outubro, para a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sede dos Jogos Olímpicos de 2016; em dezembro, para participar da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em 2011, a Ministra da Ciência e Tecnologia visitou o Brasil. Em 2012, o Príncipe Herdeiro Frederik visitou o Brasil, acompanhado de uma expressiva delegação empresarial. Mais recentemente a Ministra de Comércio e Investimentos visitou o Brasil etc.

Durante a Rio+20, a Presidenta Dilma Rousseff manteve um encontro bilateral com a Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt, em que foi ressaltado o interesse mútuo em aprofundar a cooperação científica, tec-

nológica e educacional. Aliás, a cooperação nos campos de ciência, tecnologia e inovação constituiu um dos campos mais promissores para a intensificação das nossas relações com a Dinamarca. Ao amparo do Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação do Brasil e o Ministério da Ciência, Inovação e Educação Superior da Dinamarca, pretendem envidar esforços para que se realize, proximamente, a segunda reunião do comitê conjunto bilateral para a identificação de projetos nas áreas de energia renovável, meio ambiente, ciências agrárias, saúde, alimentos, nanociência, biotecnologia, tecnologias de informação e políticas públicas de inovação.

Os principais instrumentos em vigor, entre Brasil e Dinamarca hoje, nas áreas mais importantes, são o Memorando de Entendimentos de Cooperação nas áreas de energias renováveis e eficiência energética, nas áreas de mudança de clima e desenvolvimento de projetos do mecanismo do desenvolvimento limpo; Memorando de Entendimento entre a Capes e o Conselho das Universidades da Dinamarca; cooperação entre a Embrapa e a Agência Dinamarquesa de Ciência, Tecnologia e Inovação, entre a Fapesp e o Conselho Dinamarquês de Pesquisa Estratégica; cooperação entre a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e a Universidade de Copenhague no campo de controle de pragas; e, em junho de 2013, foi inaugurado, em São Paulo, o Centro de Inovação da Dinamarca no Brasil, que tem, por objetivo, promover parcerias entre centros de pesquisa e desenvolvimento, entre empresas dos dois países, em áreas como ciências agrárias e biocombustíveis.

Por outro lado, a Embaixada do Brasil em Copenhague criou o Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação, para, em conjunto com o Setor de Promoção Comercial, funcionar como uma incubadora de projetos para empreendedores brasileiros interessados no mercado dinamarquês.

No âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, a Dinamarca recebe principalmente bolsistas de doutorado. Até o momento, 182 bolsas foram concedidas para pesquisadores brasileiros em universidades dinamarquesas.

O setor privado dinamarquês está interessado em receber bolsistas para estágios em empresas ligadas às áreas farmacêutica e de energias renováveis. Entre 2005 e 2014, o intercâmbio comercial bilateral cresceu 248%, elevando-se, no ano passado, a US$1,4 bilhões.

Queria registrar que nós exportamos, em 2014, mais para a Dinamarca do que para a Suécia e para a Finlândia. No entanto, o Brasil tem tido déficit no intercâmbio com a Dinamarca. Nos últimos três anos, os déficits foram de 275 milhões, 433 milhões e 321 milhões. O mesmo ocorre no balanço de serviços em razão de gastos com transporte marítimo.

A pauta bilateral ainda é muito concentrada no comércio intrafirmas, com as exportações dinamarquesas muito concentradas em insulina, produtos farmacêuticos, máquinas mecânicas, etc., e as exportações brasileiras em insumos para a indústria farmacêutica, produtos do complexo soja, madeira compensada, café, tabaco, carnes, frutas e couro.

Verifica-se, pois, a necessidade de buscar diversificar a nossa pauta exportadora, identificando novos nichos de oportunidades, sobretudo para produtos de maior intensidade tecnológica. Já foram identificados interesses de empresas dinamarquesas em adquirir equipamentos hospitalares fabricados no Brasil. E creio que será útil explorar perspectivas de colocação de outros produtos industriais.

Na área de investimentos diretos, em 2013, o estoque de investimentos da Dinamarca no Brasil se elevou a quase US$1 bilhão, pelo critério de investidor final. O país tem 87 empresas instaladas no Brasil, operando nos setores de indústria naval, transportes marítimos, energia e meio ambiente, pesca, indústria alimentícia, lácteos, saúde, aparelhos auditivos, brinquedos, etc. As principais empresas, já muito conhecidas aqui, são a Moller Maersk, a Novo Nordisk, Novozymes, LEO Pharma, a Vestas, que produz equipamentos para a área de energia eólica, a Tarkett Brasil, etc.

Eu gostaria de ressaltar também que a Dinamarca encontra-se estreitamente vinculada ao mais robusto setor produtor exportador brasileiro, a agropecuária, seja por intermédio do fornecimento de insumos básicos para a indústria de laticínios e de carnes, seja na fabricação de máquinas e equipamentos, e ainda também pela realização de testes e análises bioquímicas. As instalações de capital dinamarquês no Brasil contribuem para a produtividade da agroindústria do País.

É igualmente notória a posição da Dinamarca como tradicional potência marítima. Ela não apenas possui uma das dez maiores marinhas mercantes do mundo, como também domina tecnologias avançadas de construção naval, inclusive, de embarcação de apoio para exploração de petróleo *offshore* e serviços correlatos. Na nossa perspectiva, o pleno aproveitamento do potencial da plataforma continental brasileira exigirá o desenvolvimento de mais e novas parcerias dentro da cadeia fornecedora de peças e equipamentos, com impacto positivo em termos de geração de empregos qualificados e capacidade inovadora.

O Brasil e a Dinamarca também têm dado passos firmes na construção de uma cooperação em energia limpa em meio ambiente, em especial, no campo de geração de energia de fonte eólica, em que aquele país se posiciona entre os líderes mundiais.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – Então, no campo cultural, temos uma programação que, em razões de restrições, está limitada a atividades com baixo custo. Mas, mesmo assim, o Brasil tem participado de importantes festivais de cinema e literatura na Dinamarca, tem um Programa de Leitorado na Universidade de Aarhus.

A população brasileira na Dinamarca é em torno de 3 mil cidadãos, sendo 1.980 brasileiros portadores somente da cidadania brasileira e o restante detentores de dupla nacionalidade.

Estarei à disposição de V. Exª na arguição para falar um pouco de possíveis ações à frente da Embaixada de Copenhague, caso possa merecer a aprovação de V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Embaixador.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Estou aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

V. Exª tem a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada. Eu só queria, primeiro, cumprimentar os nossos Embaixadores, cumprimentar V. Exª e comunicar que, agora, às 16h, nós teremos a posse do Ministro Fachin.

Eu, por razões óbvias, até por ser do Paraná o indicado, precisaria estar no Supremo Tribunal Federal. Então, pergunto a V. Exª se podemos, terminada a exposição dos Embaixadores, proceder à abertura da votação para que eu pudesse votar e ir até o Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. É perfeitamente possível.

V. Exª até teria preferência, como Relatora, para iniciar as indagações.

Agora, cada Senador disporá de cinco minutos. Só não vale perguntar ao Embaixador Paranhos se há algo de podre no Reino da Dinamarca.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. *Fora do microfone*.) – Eu ia fazer essa pergunta. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Estão abertas as inscrições.

Os Senadores que desejarem já podem votar.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quero, inicialmente, pedir desculpas porque vou ter que me ausentar por um momento, mas tentarei voltar a tempo das respostas.

A primeira pergunta é para o Embaixador Marcos. Ele falou que a popularidade do Presidente está muito baixa. Quais são as forças que estão surgindo como alternativas?

Embora não seja o seu papel de Embaixador, peço que nos informe sua opinião sobre o que levou o Presidente a essa baixa de popularidade, embora na sua fala, o senhor disse que há problema de desflorestamento, problema de corrupção. Existem outros valores?

No que se refere à política externa brasileira, como está sendo vista, no Peru – e qual é a sua opinião também –, a ideia de se fazer uma ferrovia pelos Andes até...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Conhecida como Transperu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Transperu. Como está repercutindo isso no Peru? Isso é fruto de um acordo? Existem trabalhos sérios sobre o assunto? Não passa de simples especulação, para não chamar de factoide, talvez? É isso que eu queria saber. Existe realmente uma análise envolvendo os dois países para a viabilidade de um projeto tão ambicioso como esse?

Embaixador Paranhos, o que me interessaria saber de V. Exª é que tipo de cooperação, na área cultural, científica e tecnológica, o senhor acredita que nós poderíamos incentivar na relação com a Dinamarca.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Senador Anastasia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Eu só queria ilustrar a pergunta do Senador Cristovam.

Hoje de manhã, na CAE, o Ministro Armando Monteiro, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Que estará no dia 25 na nossa Comissão.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Estará aqui no dia 25.

Eu fiz uma pergunta semelhante, com relação ao lado brasileiro – só para ilustrar a pergunta –, e disse que não havia o menor estudo de viabilidade, de engenharia. Tudo não passa de uma intenção, e sobre viabilidade, inclusive, não existe o menor estudo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Senador Anastasia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só um detalhe. Eu não posso fugir a fazer uma brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. V. Exª pode fazê-la.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós temos a Pátria Transandina e a Pátria Educadora, talvez as duas, lamentavelmente, com a mesma viabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A esperança é a última que morre.

Senador Anastasia, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes, Srªs e Srs. Senadores, eminentes Embaixadores Carlos Antonio Paranhos e Marcos Raposo, em primeiro lugar, quero cumprimentá-los pela apresentação.

Eu acho, Sr. Presidente, que nós visitamos, hoje, duas nações muito distintas pela sua história, pela sua posição geopolítica, pela sua economia e pelas suas características.

Em relação à Dinamarca, Embaixador Carlos Antonio Paranhos, é uma nação em que nós devemos sempre nos espelhar. Oxalá o Brasil alcance, o mais breve possível, uma renda *per capita* e um grau de desenvolvimento humano tão grande quanto os do Dinamarca, com padrões de comportamento, de civilidade, sendo uma sociedade aberta, como é o caso da Dinamarca, em termos de desenvolvimento econômico e social. Eu comentava isso com V. Exª, recentemente, na visita do Príncipe Frederik a Minas Gerais, meu Estado, na inauguração do Museu Lund, algo muito positivo para o nosso turismo e para a cooperação cultural e científica.

Então, gostaria tão somente de desejar a V. Exª felicidade, na certeza de que vamos estreitar, cada vez mais, as relações com a Dinamarca. Eu sou daquela teoria de um velho ditado, em meu Estado, que já disse aqui: "Olha com quem andas que te direi quem és." Se ficarmos mais próximos da Dinamarca, certamente vamos nos inspirar melhor para nos desenvolver de maneira mais avançada, até porque não há atrito; ao contrário. É uma nação muito pacífica, extremamente civilizada.

No caso do Peru, Embaixador Marcos Raposo, temos, ao contrário, uma proximidade muito grande, não só geográfica, mas até pela trajetória cultura, pela nossa colonização e pelos nossos problemas. V. Exª, que deixa o posto no México, onde agiu com grande garbo e denodo, aproveito para informar a V. Exª que, na semana passada, foi inaugurada em meu Estado a fábrica da Coca-Cola que, há dois anos, iniciarmos as tratativas. É a fábrica mais moderna de refrigerante da Coca-Cola no Brasil e de todo o mundo. É uma fábrica muito grande, V. Exª também participou e quero agradecer, em nome do meu Estado, essa participação.

A fábrica do Ceará está há alguns anos luz atrás, eminente Senador Jereissati, dessa nova, aliás convido V. Exª para ir a Itabirito conhecer essa modernidade. Tenho certeza de que fará uma melhor no Ceará.

Embaixador, queria indagar o seguinte: dentre esses vários temas que V. Exª abordou um deles preocupa muito o Senado, preocupa muito a sociedade brasileira: segurança pública. Se indagar aqui em uma enquete entre os Senadores segurança pública é a política pública que mais nos assusta à população brasileira também.

V. Exª, na sua exposição, cita a produção de cocaína no Peru, que ultrapassou a da Colômbia, e a fronteira, que é uma fronteira terrestre imensa, nós sabemos das dificuldades, não vou aqui relatar novamente os problemas fronteiriços que temos, a facilidade de ingresso, inclusive pelos rios, que são hidrovias abertas de drogas, dos nossos vizinhos produtores, Bolívia, Peru, Colômbia, para o Brasil.

Não há dúvida alguma de que hoje a violência no Brasil, 70% a 80%, é em razão do tráfico de drogas, homicídios, roubos, assaltos à mão armada, criminalidade violenta, quadrilhas, estão radicados na questão da droga, que não é produzida no Brasil.

Então, queria indagar como V. Exª, como Embaixador do Brasil no Peru, terá condições de ajudar o Brasil num efeito de ações proativas, concretas, objetivas, para ajudar o Peru a inibir esse tráfico de drogas para o Brasil, que, para nós, é uma calamidade. Isso está inclusive ligado à perdição de vidas de jovens brasileiros, de 15, 18 a 25 anos, em grau imenso.

Tenho certeza de que a posição política do Brasil, a nossa liderança na comunidade latino-americana permitirá uma posição mais firme nesse sentido. V. Exª, até pela experiência que teve no México, que atravessa um problema semelhante, aliás muito pior do que o nosso, vê o que as drogas podem fazer com um país. Então, queria só indagar isso e saber da disposição de V. Exª de nos ajudar a enfrentar esse grande problema,

desejando felicidades no exercício da sua missão em Lima, que será certamente tão exitosa quanto aquela que foi no Cidade do México.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Anastasia.

Não sei se já disse à Comissão que já agendamos uma audiência publica com o Comandante-Geral do Exército, que virá falar aqui sobre um tema, que, no caso, é uma confluência entre o tema das relações exteriores e defesa nacional, que é a Amazônia, no próximo dia 16.

Uma das principais preocupações do Comandante é exatamente o narcotráfico, que começa a penetrar na Amazônia através dos braços mais organizados desse tipo de banditismo, que são as grandes facções criminosas que atuam no Rio de Janeiro e em São Paulo, PCC, Comando Vermelho, etc., que começam agora a atuar na Amazônia inclusive. Evidentemente, há necessidade de um reforço muito grande de cooperação entre os países que têm fronteira com o Brasil na Amazônia e com o Brasil, para ações conjuntas em prol ao combate a essa e outras modalidades de crime que ocorrem na região.

Senador Hélio José, por favor, V. Exª está inscrito.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria cumprimentar V. Exª, Senador Aloysio Nunes, pela direção dos trabalhos, cumprimentar também o nosso Embaixador Carlos Antonio Paranhos, Dinamarca e Lituânia, e o Marcos Leal Raposo Lopes, do Peru, pelos esclarecimentos e exposição.

Ao nosso Embaixador na Dinamarca seria muito importante sabermos sobre a experiência da Dinamarca, que é um país onde as energias alternativas são altamente utilizadas, principalmente a eólica e, acredito, que alguma coisa de fotovoltaica e de biomassa.

Como o senhor acha que, com essa experiência toda da Dinamarca, que tem sua matriz energética muito voltada para esses setores, pode colaborar com o Brasil, por exemplo, que tem algumas limitações tecnológicas com relação à questão principalmente da fotovoltaica e da eólica, que hoje no Brasil já está bem mais avançada, mas podemos trocar algumas experiências?

Como V. Exª percebe o relacionamento bilateral no plano econômico entre Brasil e Dinamarca e entre Brasil e Lituânia também? Eu queria saber se as pessoas pró – porque Dinamarca vai estar na Lituânia, não é isso? –, se porque pessoas pró-Rússia vivem na Lituânia vocês acham que pode haver um conflito na Lituânia, por causa dessa questão.

Há perspectiva de intensificação das trocas comerciais entre os dois países? O senhor acha que é possível? Que áreas poderiam ser mais bem exploradas sobretudo pelo setor industrial brasileiro na relação Dinamarca-Lituânia? Essa mesma pergunta serve para o indicado ao Peru, bem como todas as demais perguntas: relacionamento bilateral e econômico entre os países, a perspectiva de intensificação de trocas comerciais entre os países e que áreas poderiam ser mais exploradas, sobretudo pelo setor industrial brasileiro.

No Peru, temos tido um grande investimento em infraestrutura, inclusive com o BNDES financiando construção de usinas hidrelétricas e outras obras. E o Brasil, basicamente, exporta para o Peru máquinas, tratores e outros equipamentos e importa algumas matérias-primas, como zinco, cobre, fosfato. Como, então, a gente poderia estar intensificando esse trabalho Brasil-Peru? E também sobre a questão do turismo, para fechar, tanto para os indicados à Lituânia, à Dinamarca e ao Peru: como poderíamos estar aumentando o fluxo turístico entre Brasil e esses países?

Eu queria só, para terminar, perguntar ao nosso querido Embaixador da Dinamarca, porque a Lituânia é um país pequeno, mas um país pujante, se há estrutura suficiente para poder fazer essa dupla representação Dinamarca-Lituânia e como vai funcionar essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Oposição/DEM – RN) – Com a palavra os Embaixadores.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Agripino, pela ordem.

Não seria bom completar aqui o bloco que vai fazer perguntas? Aí já encerrava, porque acho que só falta eu.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Oposição/DEM – RN) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Muito obrigado.

Ao Embaixador Marcos Lopes faço duas perguntas, sendo bem rápido e objetivo. A primeira, sobre a questão de como o Brasil vê o acordo do Pacífico, a Aliança do Pacífico, qual é a visão do Brasil sobre todos os pontos de vista sob o ângulo brasileiro e a possível ou provável evolução dessa Aliança do Pacífico em torno dos grandes acordos comerciais que estão sendo feitos entre Ásia e Estados Unidos.

A segunda: qual é o quadro consequência da alta produção, maior produtor, segundo entendi hoje, de cocaína, ultrapassando a Bolívia? A gente sabe da promiscuidade, pelo menos ouve-se falar, entre os produtores e governos na Bolívia, do quadro terrível de organizações criminosas no México, altamente sofisticadas e com ligações internacionais. Como isso se reflete no Peru hoje?

Ao Embaixador da Dinamarca, apenas o que já foi dito aqui por vários: as possibilidades de aproximação e de troca de informações, principalmente em tecnologia e cultura, são fantásticas. Há um campo aberto entre o Brasil – até pelos números que V. Sª citou aqui –, um campo aberto a ser explorado entre Brasil e Dinamarca.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agora, dez minutos para cada um dos senhores para as respostas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Uma manifestação muito rápida.

Primeiro de tudo, quero desejar sucesso ao Embaixador indicado para a Dinamarca e Lituânia, e, igualmente, ao Embaixador Marcos Leal, a quem desejo dirigir uma indagação que é produto de preocupação minha.

Eu estive na Colômbia e estive no Peru, em Bogotá e Lima, há pouco tempo. Eu não conhecia nem Bogotá, nem Lima, e conheci os dois. E sabia que ia encontrar uma realidade econômica vigorosa em ambos. Bogotá é uma cidade em obras e Lima é uma cidade onde se respira progresso, crescimento. Grandes diferenças de renda justapostas, uma ao lado da outra, monumentais áreas de baixa renda com habitação subnormal quase convivendo com edifícios com fachada de vidro espelhado da melhor qualidade, o que mostra a realidade latino-americana.

Mas o que é fato é que o Peru, que é exemplo para o Brasil em algumas coisas, a começar pela lei de concorrência, pela aplicação de dispositivos institucionais para estabelecimento de concorrências públicas e de obras públicas, é um país que está crescendo e que aproveitou, de forma particular, a relação com a Colômbia e acordos bilaterais, a Aliança do Pacífico. Eles se entendem bem e se distanciaram, de certa forma acho que até por culpa nossa, daqueles que fazem o Mercosul.

E eu acho que é tarefa do Brasil, que é país líder na América do Sul, procurar robustecer a relação, desculpe-me o fato de ser tópico, tanto com a Colômbia como com o Peru, que são países que, ao lado do Chile, demonstram, de forma exuberante, uma perspectiva alvissareira de crescimento mais rápido que o de outros países da América do Sul ou da América Latina.

De modo que eu gostaria de perguntar ao Embaixador: qual é a sua visão com relação a isso? O que pretende fazer para robustecer as relações do Brasil com o Pacto Andino, com a Aliança do Pacífico e, particularmente, com o Peru?

É uma preocupação que tenho, porque, na medida em que o Brasil robusteça as relações com aquela dupla Colômbia-Peru, o eixo muda e, mudando, uma coisa vem atrás da outra. Tudo começa com o começo, e, na minha opinião, esse começo está ainda muito incipiente e precisa ser robustecido. É a pergunta que lhe faço e a preocupação que transmito.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – É só para complementar um ponto importante que me escapou na minha pergunta. Consta que o Embaixador Paranhos era o Embaixador que conduz os votos do Brasil no Conselho de Segurança Nacional e no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Esta Comissão tem sido bastante crítica, a Comissão tem sido polêmica, com alguns Senadores, e eu me incluo, bastante críticos, principalmente do último voto que foi dado, ou não voto que foi dado pelo Brasil numa resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que condenava a Síria e o Irã sobre violação dos direitos humanos também, não só criticada por nós, mas houve críticas veementes feitas pela imprensa de primeira linha mundial, com títulos e condenações veementes à posição do Brasil. Queria, respeitosamente, que V. Sª pudesse explicar esse voto, que eu, por exemplo, não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª tem a a palavra, Embaixador, por dez minutos.

O SR. MARCOS LEAL RAPOSO LOPES – Senadores, vou tratar de ser também tópico nas respostas.

A primeira pergunta, que foi feita pelo Senador Cristovam Buarque, foi a respeito das possíveis alternativas políticas. De fato, a popularidade do Presidente Ollanta Humala é muito baixa no momento, está por volta de 16%, enfrenta diversos problemas. Mas as opções, os principais nomes que nós vemos como possíveis sucessores a ele, são a Srtª Fujimori, a volta do Presidente Toledo e a própria volta do Presidente Alan García. Ou seja, o único nome, digamos, novo é Fujimori – que não é exatamente novo em termos de família, Keiko. Mas seriam candidatos também o presidente Toledo e o Alan García. Alan García com menos chances, mas poderia indicar alguém.

É bem sabido que os últimos presidentes que deixaram o governo do Peru o deixaram com uma popularidade muito baixa no final do governo. Então, não é uma novidade o que vem acontecendo agora. Mas os nomes que estão aí, muitos deles, já foram presidentes antes.

Quanto à questão da ferrovia Brasil/Peru, com financiamento chinês e com participação chinesa no seu desenho, a questão está, de fato, somente nos primeiros passos. Estamos em estudos de viabilidade ainda. Eu estive conversando com pessoas, inclusive engenheiros. Ela é uma obra de muita dificuldade, principalmente porque é uma ferrovia que terá que ultrapassar a Cordilheira dos Andes. Foi escolhido, em princípio, esse trajeto pelo Peru, porque é onde a Cordilheira é mais baixa. A parte a ultrapassar da Cordilheira teria apenas 2.200m, o que é uma barbaridade se pensarmos em termos de trem, porque enquanto uma estrada, uma rodovia pode ter um gradiente de subida muito maior, até de 8%, e pode ter curvas mais fechadas, uma ferrovia exige um raio de curvas muito maior, exige que o gradiente de subida não passe de 2% ou 3% – eu não sou engenheiro, tudo isso é o que eu ouvi dizer. Ou seja, é de fato um obra muito difícil, muito cara, que vai exigir obras de arte e túneis. Além do mais, passa por uma região de floresta, de terras indígenas. Ou seja, é um projeto ainda bastante difícil, mas é um projeto muito promissor se nós pudermos chegar a ter uma maneira de acesso rápido e eficiente para exportação por portos do Pacífico de produtos como soja e minérios, que exigem transporte em trem, porque não podem ser transportados de caminhão. A rodovia finalmente já existe, mas não supre esse tipo de transporte para esse tipo de exportação.

Depois, a questão do Senador Anastasia. De fato, a nossa segurança está muito ligada ao que acontece na fronteira do Brasil com o Peru. E aí eu queria juntar também, porque essa não foi a única pergunta feita a respeito disso, o Senador Jereissati também mencionou, outra questão. A solução do problema da cocaína e do *crack* no Brasil eu acho que passa por uma cooperação com o Peru. E atenção: não só com o Peru, também com a Bolívia. Hoje em dia, nós vemos que boa parte do tóxico, por mais que nós tenhamos uma fronteira de quase 3.000km com o Peru, boa parte do tóxico entra no Brasil através da Bolívia. Ele vai de avião à Bolívia e cruza a fronteira da Bolívia com o Brasil. Ou seja, a solução desse problema passa por acordos de cooperação entre as polícias dos três países, não só dos dois países.

No caso da Embaixada do Brasil em Lima, nós contamos com uma adidança policial – um adido da Polícia Federal – e com diversos acordos entre a Polícia Federal brasileira e a polícia peruana, que já resultaram em operações conjuntas de ataques a plantações e a laboratórios de cocaína na selva. Uma das coisas que mais assusta atualmente é que a coca era uma cultura, digamos assim, que era plantada só na montanha. Era uma questão dos Andes. E hoje em dia já há plantação de coca na Amazônia, na terra, embaixo. A tecnologia chegou e nós já temos produção. E esse é um passo muito preocupante, porque nós podemos ter a cocaína, de fato, já plantada na fronteira. Antes ela era plantada só em altitude, na Cordilheira.

Então, talvez seja, de fato, o maior problema que tenha que ser enfrentado em conjunto entre o Brasil e o Peru. De fato, o Brasil não pode fazer nada sem o Peru. Nós temos que contar com a colaboração do Peru e temos que trabalhar juntos, porque sozinhos não vamos poder fazer muito, já que a coca é produzida do lado de lá. Então, nós precisamos dessa cooperação de qualquer maneira.

O Senador Hélio José falou sobre a questão econômica, o que nós podemos fazer em termos de economia. Eu queria ressaltar justamente o que nós podemos fazer, e aí eu volto justamente à experiência do que nós conseguimos fazer recentemente no acordo com o México.

O nosso comércio com o Peru é baseado, o arcabouço legal é o Acordo de Complementação Econômica 58, da Aladi. Esse acordo vai chegar a livre comércio entre os dois países em 2019. Uma das nossas propostas é antecipar esse cronograma e aumentar a cobertura do Acordo 58, se possível, para 100% ainda em 2016. Esse seria o primeiro e principal passo.

Outra coisa a se colocar na pauta – e a isso se junta um pouco a questão da Aliança do Pacífico, o que podemos fazer com a Aliança do Pacífico, aí, especificamente, o que podemos fazer com o Peru – são coisas que vão além da simples desgravação comercial ou de questões tarifárias. Nós podemos colocar na pauta compras governamentais, facilitação de comércio. Há diversas coisas que podem ser incluídas no acordo. O acordo são basicamente acordos de tarifas, e nós podemos ir além das tarifas nas negociações. Podemos, inclusive, na questão de investimentos, ir para um acordo de facilitação de investimentos como nós recentemente assinamos com o México.

E aí caímos de novo na Aliança do Pacífico. Sobre Aliança do Pacífico, o que o Brasil pode fazer com a Aliança do Pacífico? De novo, é isto: um bloco mais. Agora, a Aliança do Pacífico é sempre muito tratada em termos comerciais. Em termos comerciais, a Aliança do Pacífico sequer existe, porque a parte de comércio que foi assinada entre os países ainda não entrou em vigor. Então, a Aliança do Pacífico, hoje, ainda funciona à base dos acordos de complementação econômica, igualmente como o Brasil tem com o México, com Colômbia, com o Chile e com o Peru acordos de complementação econômica e esses países também têm entre eles, essas coisas, ou seja, o comércio entre os quatro países diminuiu desde a formação da Aliança do Pacífico, de 2011 para cá.

Nós temos que continuar, inclusive, como fazemos com o Peru, como estou sugerindo que se faça com o Peru, a aprofundar os acordos com o Peru. É o que nós podemos fazer com os países. Podemos fazer em bloco,

podermos fazer com o Mercosul ou podemos fazer o Brasil com cada um dos países. Temos que aprofundar esses acordos, temos que ir além da simples negociação tarifária, mesmo porque, com a negociação tarifária, até 2019, já teremos a área de livre comércio. Nós temos que seguir, coisa que eles estão fazendo entre eles, ou seja, vamos passar para a facilitação de comércio, vamos passar para compras governamentais, vamos passar para serviços. Há muito o que explorar além da simples tarifa.

Quanto à tarifa, no fundo, o que nós temos com esses países é mais ou menos o que eles têm entre eles e nós temos entre todos, são todos acordos da época da Aladi ainda, são os acordos de complementação econômica, que são tarifários. Nós podemos – e acho que é o que temos que fazer com os países da Aliança do Pacífico – ir além dos acordos tarifários.

A Aliança do Pacífico junta-se com o Mercosul. Mercosul e Aliança do Pacífico são praticamente 90% da economia da região. Então, eu acho que – e em inglês chamariam de *building blocks* – é uma grande oportunidade. Agora, temos que ver a Aliança do Pacífico também, porque muito é vendido, às vezes, que a Aliança do Pacífico é contra o Brasil, é contra o Mercosul, e não é bem o caso. Eu acho, acima de tudo, que a Aliança do Pacífico é um movimento dos países do Pacífico com suas pretensões para o Pacífico, ou seja, todos esses países agora estão negociando o TPP e acordos na área do Pacífico e se juntaram muito em função disso.

Agora, foi uma grande novidade, foi uma grande novidade na política e na economia da América Latina, e ganhou um destaque enorme, com muito valor. Mas infelizmente ganhou um destaque pela parte comercial e eu acho que a parte comercial talvez seja a menos importante da Aliança do Pacífico. Há muitas outras áreas. E é mais um bloco a ser colocado.

Acho que é uma oportunidade para o Brasil e para o Mercosul de nos aproximarmos da Aliança do Pacífico. Nós temos muito que ganhar ao nos aproximarmos cada vez mais destes países: Peru, Colômbia, Chile e México – eu não quero falar do México, minha tendência é sempre voltar ao México porque é o País onde estou, mas o acordo menor que nós temos com os países da Aliança do Pacífico é justamente o acordo com o México e ficou agora acertado, na última visita presidencial, que vamos aprofundar esse acordo, para tentar chegar ao livre comércio tarifário com o México também.

Já tocou a campainha. Eu não sei se já tratei do assunto de todos, mas, se alguma coisa ficou, por favor, posso voltar a falar.

Obrigado.

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer os Srs. Senadores pelos comentários e perguntas feitas e de começar pela questão levantada pelo Senador Cristovam.

O Senador pediu para eu identificar que áreas, em matéria de cooperação científica, tecnológica, cultural, poderíamos procurar desenvolver ainda mais com a Dinamarca. Como eu disse durante a minha exposição, eu acho que a área científica e tecnológica é uma das áreas que tem maior potencial para o desenvolvimento das nossas relações, a começar pelo fato de que a Dinamarca tem uma excelente tradição na área de indústria farmacêutica, pesquisa em matéria de utilização de insumos para a indústria farmacêutica, pesquisa e produção na área de energia limpa, sobretudo na área de energia eólica, mas também, agora, em tempos mais recentes, na área de produção de enzimas para a produção, por exemplo, de etanol de segunda geração a partir de resíduos. Gostaria de citar inclusive que há uma empresa estabelecida no Paraná chamada Novozymes, dinamarquesa, que produz precisamente enzimas para a produção de etanol de segunda geração. E acho que o fato de que temos um número grande, crescente de estudantes em pós-graduação em universidades dinamarquesas permite que possamos vislumbrar, cada vez mais, não só mostras de cooperação bilateral como também – e isso é um projeto que gostaria de desenvolver – de formação de uma espécie de incubadora de projetos para jovens empresários que, obviamente, veem a Dinamarca como um mercado difícil, em função dos altos custos, em função dos impostos etc. Mas é necessário conhecer *in loco* para poder explorar a capacidade de desenvolvimento de projetos conjuntos.

O Senador Anastasia falou de maneira muito gentil a respeito da importância do país e da necessidade de nos espelharmos. Eu gostaria de não só agradecer seu comentário, mas também de lhe dizer que a Dinamarca tem uma presença, apesar de discreta, bastante antiga no Brasil. A Dinamarca mandou aqui pesquisadores desde o século XIX. O mais conhecido de todos eles foi Peter Lund, um grande paleontólogo e pesquisador, que pesquisou todas as principais grutas do Estado de Minas Gerais, inclusive na Serra do Espinhaço.

Tenho a satisfação de registrar a nossa conversa de outro dia, em que o senhor mencionava o fato da criação do Museu Peter Lund em Lagoa Santa. E uma das coisas que eu gostaria de explorar com o lado dinamarquês, com as autoridades culturais da Dinamarca, é precisamente a possibilidade de uma grande exposição sobre toda a questão da contribuição científica dinamarquesa no século XIX, dos grandes pesquisadores, especialmente na pessoa de Peter Lund e seus associados, para trazer aqui parte das coleções dos museus da

Dinamarca, que são riquíssimas em matérias de pesquisas realizadas no Brasil. Isso poderia ser objeto de uma grande exposição muito importante. Marcaria, digamos, a relação dos dois países desde o século XIX.

Em tempos mais recentes, em matéria de cooperação científica e tecnológica, nós temos alguns acordos e memorandos de entendimento que eu mencionei na minha exposição. E acho que é muito importante que nós mantenhamos essas reuniões, esses vínculos, para identificar, cada vez mais, novos nichos de atuação e que não estejamos simplesmente numa posição de fornecedores de insumos para a indústria dinamarquesa ou que mantenhamos uma comércio simplesmente intrafirmas, mas possamos cada vez mais atuar em novos nichos de atividade.

O Senador Hélio José perguntava justamente a respeito de energias alternativas, biomassa, resíduos. Eu já me referi parcialmente a isso, mas queria dizer também que, sendo a Dinamarca um dos países onde mais se utiliza energia eólica e onde mais se produzem equipamentos, inclusive aqueles pás para os gigantescos moinhos de energia eólica, a Dinamarca está muito ativa aqui no Brasil, inclusive com a presença de uma grande empresa chamada Vestas, que produz aquelas gigantescas pás para moinhos de energia eólica etc., e tem participado ativamente da expansão do parque de produção de energia eólica no Brasil.

Ele fez também uma pergunta interessante a respeito da questão da cumulatividade. É óbvio que a cumulatividade implica necessariamente dar atenção, digamos assim, a mais de um senhor. Estarei baseado em Copenhague, mas evidentemente com a perspectiva de me deslocar com certa frequência a Vilnius, capital da Lituânia. Isso, para mim, não será novidade, porque, quando eu fui designado, alguns anos atrás, Embaixador na Rússia, à época, eu tive a responsabilidade de ter também cumulatividade como Embaixador do Brasil junto à Bielorrúsia, à Geórgia e ao Uzbequistão, o que implicava alguns deslocamentos interessantes e muito distintos entre eles. Depois, com a criação de Embaixadas da Geórgia e da Bielorrúsia no Brasil, o Brasil, em reciprocidade, abriu Embaixadas em Tbilisi, em Minsk e eu fiquei apenas com a cumulatividade junto ao Uzbequistão. Mas isso nunca representou um problema maior em termos de atuação diplomática.

O Senador Hélio José também perguntou a respeito da questão da Lituânia. É evidente que a nossa relação com a Lituânia é mais moderna. Embora remonte aos anos 20, porque o Brasil reconheceu a independência da Lituânia nos anos 20, depois interrompeu esse relacionamento durante o período soviético, voltou o relacionamento no início dos anos 90, mas é uma relação mais, digamos assim, modesta, comparada com a Dinamarca. Assim mesmo a Lituânia tem demonstrado um grande interesse em relação ao Brasil. Inclusive, recentemente, o Ministro das Relações Exteriores da Lituânia esteve aqui para reuniões com o Ministro Mauro Vieira, reuniões no âmbito do Governo, e também trouxe uma delegação empresarial para participar de uma feira industrial em São Paulo.

Os lituanos têm um grande interesse em explorar o mercado brasileiro para alguns produtos processados agrícolas da Lituânia e também na área de pescados. Eles já conseguiram, à mercê de algumas negociações, autorização para abertura do mercado brasileiro para importação de certos pescados de águas frias e estão interessados também em embutidos, enfim, na abertura do mercado brasileiro para isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Nós temos uma comunidade lituana, em São Paulo, importante.

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – Era nisso que eu ia chegar. Eles também têm uma comunidade, estimada por eles próprios, de cerca de 200 a 250 mil lituanos, com nomes ilustres como o do ex-Ministro Celso Lafer. A família Klabin e Lafer, todos são oriundos da cidade de Vilnius. Esse Chanceler da Lituânia, quando esteve aqui em abril passado,e fez questão de, nessa visita a São Paulo, ter encontros com a comunidade lituana. Ele sempre valorizou a contribuição dessa importante comunidade lituana.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em um bairro de São Paulo, Vila Zelina , há uma grande concentração de lituanos.

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – É verdade.

Ao Senador Tasso Jereissati eu queria agradecer a pergunta, sobretudo a referência ao fato de que efetivamente a minha subsecretaria se ocupa, para o senhor ter uma ideia, Senador, de uma área que cobre não só as relações com os Estados Unidos, Canadá, OEA, 52 países europeus, e mais: ilícitos transnacionais e toda a área de nações unidas, conselho de segurança, desarmamento, direitos humanos. Enfim, o senhor pode imaginar que é uma área bastante vasta e desafiadora.

Para responder à pergunta específica que o senhor colocou, eu estava presente aqui na apresentação do Ministro Mauro Vieira, em resposta ao requerimento que o senhor apresentou. E efetivamente a chamada mudança de voto em relação à Síria e ao Irã derivou exclusivamente de sinalizações. No caso do Irã, feitas pelo governo do Irã, porque o que talvez não tenha ficado claro na exposição que o Ministro Mauro fez naquela ocasião é o seguinte: o Irã, durante todo o tempo da Presidência Ahmadinejad, se fechou completamente a qualquer diálogo com Conselho de Direitos Humanos, completamente. Agora, sob a Presidência do Rohani,

eles têm sinalizado uma disposição. Pode não ser exatamente aquela esperada pela maior parte dos países ocidentais, mas eles têm sinalizado uma disposição de diálogo. Eles convidaram não só o Alto Comissariado para Direitos Humanos, mas também vários Relatores Especiais para visitarem o Irã. O que eles têm muita dificuldade é com a figura do Relator Especial para o Irã, porque eles consideram que é uma invenção para criar permanentemente uma crítica ao Irã, etc. Eu acho que, no caso, e o Ministro Mauro Vieira tentou apontar isso, o importante é não deixar de registrar essa disposição iraniana de dialogar, coisa que não aconteceu durante todo o período da Presidência Ahmadinejad.

E no caso da Síria, a nossa avaliação foi de que o projeto de resolução sobre a Síria era um projeto ainda muito desequilibrado, porque colocava toda a responsabilidade em termos de violações dos direitos humanos basicamente em cima do governo do Assad, sem fazer qualquer referência às violências e atrocidades praticadas pelos diferentes grupos que estão lutando naquele país. Agora, a situação na Síria é uma situação de tal maneira complexa e que se degrada, não a cada dia, mas a cada hora, que é realmente muito difícil imputar a responsabilidade apenas ao governo. A visão que muitos países têm é de que é necessário apertar sempre o Governo Assad. E muito possivelmente na nova sessão do Conselho de Direitos Humanos, Reino Unido e outros quererão apresentar um novo projeto sobre a Síria. Quer dizer, não bastou o de abril, querem apresentar um novo projeto em junho como se isso fosse resolver a situação que é terrível no terreno, uma situação cada vez mais difícil.

Então, eu gostaria de dizer que há uma clara percepção de que, em relação ao Irã, nós temos que testar – não que estejamos simplesmente achando que o Irã mudou, ou que não há violação de direitos humanos – essa disponibilidade, essa disposição do Irã de diálogo. E vamos testar e vamos insistir em que o Irã realmente não fique no plano retórico, declaratório, mas efetivamente adote medidas concretas e práticas, inclusive com a visita de várias autoridades e relatores do sistema de direitos humanos da ONU ao Irã.

Com relação à Síria, nesse contexto de situação cada vez mais grave, mais difícil, vamos sempre batalhar para que haja soluções equilibradas, que não signifiquem, necessariamente, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, a culpabilização exclusiva do governo Assad como se isso fosse a solução da questão da Síria.

Não sei se estamos em sessão pública ou não, enfim, mas o fato é que eu gostaria de comentar que, em Moscou, tínhamos um grupo de embaixadores que se reuniam, de diferentes regiões, diferentes países. Fui convidado a participar desse grupo, foi muito interessante. Tínhamos embaixadores de vários países importantes. E eu me lembro de que, quando começou a crise na Síria, o moto de todos os embaixadores era: "Assad tem que sair, Assad tem que ir embora, Assad tem que partir." E eu sempre dizia: olha, o que vem depois? Não se falava de Estado Islâmico naquela época, nem se discutia o assunto. Falavam: "*Assad must go, Assad must go.*" Isso durou muito tempo, depois a situação evoluiu bastante. Quando eu estava para sair, tive várias despedidas, um dia, o então embaixador da França, que foi inclusive embaixador aqui no Brasil, disse assim: "Você tinha razão, hoje em dia até o meu presidente reconhece que nós fomos muito exagerados nesse discurso de que Assad tem que sair a qualquer preço, porque o país está realmente entrando numa espiral de violência absolutamente inacreditável."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Senador, nós vamos agora... Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Continuo, só me permita, discordando profundamente desse voto do Brasil.

O SR. CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos apurar os votos que já foram registrados eletronicamente.

Agora, de acordo com a nossa Constituição e com o Regimento, esta reunião será transformada em reunião secreta. Só os Senadores poderão permanecer e a Secretaria da Comissão.

Pode apurar.

Os indicados, os sabatinados podem permanecer com o coração na mão para verificar o resultado.

(*Suspensa às 16 horas e 47 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 49 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Peço à Secretaria que publique o resultado.

A indicação dos Srs. Embaixadores, fazendo jus, aliás, à excelência não apenas da exposição, mas de toda a vida profissional, ao retrospecto da atuação em outros postos, foi unanimemente aprovada por esta Comissão.

Agora, vamos ao plenário.

Muito obrigado, Srs. Embaixadores.

Srs. Senadores, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 50 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2015.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia dezoito de junho de dois mil e quinze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Ana Amélia, Edison Lobão, Roberto Requião, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Benedito de Lira, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra Coelho, José Agripino, Ricardo Ferraço e Ronaldo Caiado. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013, Projeto de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil." Adiado. Passa-se à deliberação conjunta dos dois itens da PAUTA – 2ª PARTE: ITEM 1) **MENSAGEM (SF)** Nº 14, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) **MENSAGEM (SF)** Nº 19, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores indicados. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, o Tasso Jereissati e Jorge Viana. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e cinco minutos assume a presidência o Senador Antonio Anastasia. E às onze horas e oito minutos reassume-a o Senador Lasier Martins. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem os questionamentos apresentados. A reunião é tornada secreta às onze horas e trinta e sete minutos e reaberta às onze horas e quarenta minutos. Atua como secretário o Senador Tasso Jereissati. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e lhes apresenta seus cumprimentos. EXTRAPAUTA: ITEM 3) **MENSAGEM (SF)** Nº 35, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 4) **MENSAGEM (SF)** Nº 16, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Lasier Martins, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e cinquenta e nove minutos assume a presidência o Senador Antonio Anastasia. E às doze horas e cinco minutos reassume-a o Senador Lasier Martins. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lasier Martins,** Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores assessores, senhoras e senhores da imprensa.

Declaro aberta a 20ª Reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Como ainda não temos número, faremos isso daqui a pouco.

Hoje, tínhamos como item primeiro da pauta o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, terminativo, que institui a Lei de Migração e regula a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, mas como estão ausentes tanto o autor, Senador Aloysio, como o Relator, o Senado Ricardo, por acordo, nós vamos adiar o prosseguimento dessa discussão.

Nós vamos, hoje, avaliar a indicação de dois embaixadores.

Passemos, desde logo, à apreciação do nome do Sr. Arthur Henrique Villanova Nogueira, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

A **Autoria:** Presidência da República.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Depois, adotaremos o mesmo procedimento em relação à indicação para a República do Equador, de autoria da Presidente da República e cuja relatoria é do Senador Telmário Mota, substituído, *ad hoc*, pelo Senador Antonio Anastasia.

Como já houve a leitura dos relatórios e concedida a vista coletiva para a matéria, nós vamos pedir que tomem assento à mesa o Embaixador Arthur Henrique Villanova Nogueira, indicado para a República Islâmica da Mauritânia, e o Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira, indicado para a República do Equador.

Tenham a bondade.

Prazer em recebê-los.

Vamos conceder, como de praxe, o prazo de 20 minutos para que os Srs. Embaixadores façam as suas considerações e, mais tarde, vamos para as perguntas dos nossos Senadores que, pouco a pouco, vão se inscrevendo.

Concedo a palavra ao Embaixador Arthur Henrique Villanova Nogueira.

O SR. ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exm**O SR. PRESIDENTE** da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Lasier Martins, Exmos Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhoras e senhores, Exmo Sr. Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira, colega, querido amigo de muitos anos, senhoras e senhores, em primeiro lugar, gostaria de apresentar os pêsames pessoais a esta Casa e ao Congresso Nacional pelo falecimento, que deixa um grande vazio, do Deputado Eduardo Paes de Andrade.

Para nós, diplomatas, é sempre uma oportunidade muito honrosa nos apresentarmos diante da Comissão, quando podemos esclarecer a natureza, a densidade e o aprofundamento das relações com o pais para o qual nós estamos designados e para o qual nós esperamos contar com aprovação de V. Exªs.

E eu gostaria de fazer o uso da palavra, hoje, de uma maneira relativamente curta, sem tomar em demasiado, nas circunstâncias excepcionais de hoje, o tempo de V. Exªs. Farei uma pequena apresentação sobre a Mauritânia, que se pode ver ali na África, na costa africana, um pouco sobre as relações bilaterais do Brasil até este momento e de algumas ideias sobre como desenvolver e aprofundar essas relações.

A Mauritânia, como se vê, está em pleno Deserto do Saara, com temperaturas altíssimas, seca, quente, e apenas na parte Sul, onde passa ali o Rio Senegal, que faz a fronteira justamente entre a Mauritânia e o Senegal, existe uma zona úmida, com o único rio perene da região, o Rio Senegal.

A Mauritânia tem uma história muito longa, mas, a partir do começo do século XX, tornou-se uma colônia francesa, tanto que uma das línguas oficiais do país é o francês. E, em 1960, tornou-se independente, vindo a se constituir em uma república, como bem disse S. Exª o Presidente, a República Islâmica da Mauritânia. Já houve então uma sucessão de presidentes, o último eleito em 2009 e que foi reeleito agora em 2014, o Presidente Abdel Aziz, que tem mandato até 2018.

Essa é uma história breve da Mauritânia, para nos situamos.

Como economia, nós sabemos todos que a África é o continente mais pobre do nosso Planeta, e a Mauritânia é um dos países mais pobres da África. O PIB da Mauritânia, em números de paridade de câmbio oficial é de US$4,1 bilhões de dólares; em paridade PPP, poder de aquisição, é de US$8,2 bilhões. É, pois,um PIB muito pequenininho. A população é de 3,5 milhões de habitantes – uma população também muito limitada –, com uma renda *per capita* de, mais ou menos, US$1,1 mil, mas muito mal distribuídos. É um país onde uma das questões principais é exatamente a distribuição da riqueza.

Portanto, é um país interessante; é um país rico como posto de observação e tem algumas características que o tornam, para nós, particularmente, oportuna a presença brasileira com uma embaixada residente.

A sociedade mauritana, como podemos ver exatamente no mapa, é composta, de um lado, dos árabes e berberes, do norte da África, e dos africanos da África negra, que começa ali naquela zona verde, que é a zona equatorial da África. A Mauritânia está exatamente no encontro dessas duas culturas, dessas duas etnias, o que causa, internamente, conflitos e tensões na sociedade mauritana. Isso também se reflete nas posições políticas do país em termos de relações exteriores.

A Mauritânia se equilibra, ou busca se equilibrar, entre uma política africana em direção ao Equador e uma política árabe-berbere em direção ao Norte, em direção ao Magrebe, ao norte da África. É cercada por dois inimigos, duas potências localmente muito importantes, regionalmente muito significativas, que são, de um lado, o Marrocos e, por outro, a Argélia, com quem tem relações, com muita frequência, muito tensas.

A Mauritânia já esteve associada mais ao Marrocos, durante um certo período. Quando o Marrocos invadiu o Saara Ocidental, a Mauritânia também tomou uma porção, entre 1976 e 1979, mas, depois, sentiu que o colonialismo não era exatamente a vocação nacional, tanto que a Mauritânia hoje está restrita ao seu próprio território nacional e convive muito bem tanto com o Marrocos quanto com a Argélia.

Um dos problemas principais da Mauritânia, naturalmente, é a questão do terrorismo do Al-Qaeda islâmico nessa região e outras subfacções que ali operam, como Boko Haram e outras que todos nós conhecemos. A Mauritânia conseguiu, a partir, sobretudo, de 2009, controlar as incursões e os ataques dos grupos terroristas no seu território. O Mali, que é logo ao lado, como sabemos, até o ano passado, teve problemas e ainda há bombas explodindo etc. A Mauritânia tem vivido desde 2009 um período de paz, de acalmia, e, internamente, o país está pacificado. Esperamos que continue assim, sobretudo a partir do momento em que, com o beneplácito de V. Exªs, eu chegue lá. Seria o melhor.

Há problemas de refugiados. Houve refugiados mauritanos que foram parar no Mali; há refugiados mauritanos no Senegal. há refugiados do Mali na Mauritânia; há refugiados do Saara Ocidental vivendo na Mauritânia.

O que eu queria, em conclusão, é dizer que se trata de um país complexo, mas que vem conseguindo se administrar diante das dificuldades, e é um posto de observação para o Brasil do maior interesse.

As relações bilaterais entre o Brasil e a Mauritânia ganharam um grande impulso a partir de 2010, quando se abriu a Embaixada brasileira na Mauritânia. Esse impulso, inclusive, se nota na própria curva de crescimento das exportações brasileiras para a Mauritânia, que aumentaram a partir de 2010 – tenho os números, mas não vou ficar lendo números para não cansar V. Exªs, mas com o maior prazer posso informar no momento das perguntas.

Houve uma grande quantidade de visitas bilaterais; houve autoridades brasileiras, o Ministro da Defesa, o Ministro das Relações Exteriores, o ex-Ministro Patriota. A Agência Brasileira de Cooperação esteve na Mauritânia; a Universidade de Pernambuco esteve na Mauritânia identificando projetos de desenvolvimento rural etc. Na área de pesca, o Ministério também esteve lá para ver se desenvolvia uma das grandes bases da economia mauritana, que é a pesca – aliás, a pesca e a exploração do minério de ferro. De maneira que a relação é muito densa, é muito intensa.

Vou, sobretudo, sublinhar, destacar um aspecto, que é o aspecto da defesa. O Ministro da Defesa da Mauritânia já esteve no Brasil mais de uma vez. A Mauritânia comprou dois Super Tucanos brasileiros, quer comprar mais, e quer comprar um sistema de vigilância de fronteiras exatamente para controlar o problema do terrorismo. A maior parte da fronteira está no deserto, onde não há ninguém; é muito difícil controlar a passagem de grupos terroristas. Eles querem comprar o sistema brasileiro, uma versão simplificada e mais barata do Cindacta que nós temos na Amazônia. Assim, é uma cooperação na área de defesa que já existe e que tende a se adensar cada vez mais.

Nós temos uma pequena discussão com a Mauritânia neste momento. O Brasil decidiu, já há alguns anos, perdoar 98% da dívida externa de vários países africanos, inclusive a Mauritânia. Esse é um problema do qual nós estamos tratando bilateralmente – Brasil e Mauritânia –, porque há um problema de data de contagem dos juros. Nós achamos que é em 2014 que se para de contar; eles acham que é 2012 que para de contar. Assim, nós temos que acertar exatamente quando é que a contagem dos juros vai se suspender e, portanto, qual é o valor exato do que será perdoado e do que a Mauritânia terá, portanto, em seguida, até seis meses para pagar.

Nós temos também oferecido à Mauritânia muita ajuda humanitária em momentos de seca, em campos de refugiados. Já mandamos 15 mil toneladas de arroz numa certa ocasião, bem como dinheiro por intermédio de agências internacionais, inclusive da Unicef. De maneira que é uma relação muito intensa, muito viva, muito real.

Tenho muita satisfação e orgulho em dizer que o meu predecessor, que ainda lá está, fez um trabalho, como primeiro embaixador... Eu, se V. Exªs estiverem de acordo, serei o segundo. O primeiro fez um grande trabalho de montagem da embaixada e de estabelecimento dessas relações.

O Presidente Abdel Aziz já indicou que gostaria de visitar o Brasil. Tenho a impressão de que será uma das atividades que vão me ocupar, caso vá para Nouakchott. Acho que seria, em função dessa agenda bilateral de defesa, interessante que o nosso Ministro da Defesa, Jaques Wagner, visitasse a Mauritânia, para dar continuidade a isso; e levar também a Câmara Árabe Brasileira de Comércio a visitar a Mauritânia.

Seria interessante também, para adensar nossas relações comerciais, que houvesse um reconhecimento bilateral dos certificados sanitários, que é uma coisa que está tramitando no Ministério aqui. E vamos ver em que medida a minha atuação poderia facilitar e acelerar esse problema.

Ainda: continuar a atividade de cooperação e procurar, sobretudo, observar o desenvolvimento político regional a partir de um posto privilegiado como é Nouakchott.

Eu vou encerrar aqui minhas palavras. Sei que fui bastante resumido; porém, tenho todas as informações necessárias, caso V. Exª considerem preciso aprofundar ainda mais um desses temas.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Srs. Senadores, muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Embaixador Arthur Henrique Villanova Nogueira.

Nós vamos também submeter à apreciação das senhoras e dos senhores o nome do Sr. Carlos Alfredo Lazary Teixeira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Embaixador Carlos Alfredo Lazary, o senhor tem a palavra.

O SR. CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer inicialmente o seu esforço por realizar esta reunião; agradeço aos Srs. Senadores presentes, tendo em vista o falecimento do Deputado Paes de Andrade, a cuja família e membros deste Congresso estendo as minhas condolências pelo acontecido.

Eu queria agradecer ao Presidente da Comissão e também ao meu Relator, ao meu relator *ad hoc*, Senador Anastasia, ao Sr. Secretário da Comissão por facilitar esta reunião.

Queria agradecer aos colegas da área geográfica do Ministério que estão aqui presentes e que me honram com as suas presenças; e também dos colegas da assessoria federativa do Itamaraty, que, enfim, com seu trabalho constante, nos ajudam aqui a realizar essas sessões e nos preparar, da melhor maneira possível, para nos apresentarmos perante V. Exªs.

Eu queria também, Sr. Presidente, pedir vênia para fazer uma menção aos meus colegas da Embaixada do Brasil em Quito, especialmente ao Embaixador Fernando Simas Magalhães e à sua equipe, pela ajuda que prestaram na preparação para esta apresentação perante a Comissão, especialmente preparando um relatório de gestão impecável, que facilitou e facilita, em muito, a atualização das informações sobre o país.

E, sobre essa apresentação do relatório de gestão, quero me congratular com a Comissão, porque é uma boa iniciativa; eu acho que facilita muito, sobretudo a quem está se apresentando para se submeter ao crivo de V. Exª para algum novo posto.

O Equador, apesar de não ter mais fronteira conosco – e a teve até 1922, quando Peru e Colômbia se acertaram, e, através do Trapézio Amazônico, o Equador deixou de ter fronteira conosco –, é muito importante; tem uma importância geopolítica por várias razões. São três vertentes que eu identifico, como a vertente amazônica, a vertente andina e a vertente do Oceano Pacífico.

A vertente amazônica. Como vocês podem ver, o Equador está com o Peru e a Colômbia à montante nos rios. Portanto, ali nasce a qualidade da água que vem para a nossa Amazônia. O Rio Napo, que é o principal rio de conexão, é um grande afluente do Amazonas, ou, no caso do Brasil, entra no Brasil como Solimões, mas sai do Peru como Amazonas. E ele se junta justamente na altura da cidade de Iquitos, a que vou me referir em seguida. E agradeço o fato de ter esse mapa, porque nos permite ter uma visão mais clara dessa posição geográfica e dessa vertente amazônica.

O recurso água, pela qualidade da água. Nós temos cooperação em matéria de mineração ilegal e questões gerais da qualidade do recurso água. E a água também é importante como meio de transporte, porque foi a Bacia Amazônia e seus rios que permitiram a ocupação de toda essa área e a formação do território brasileiro.

Nessa questão do transporte, há um avanço importante em termos de navegação fluvial. Nós estamos na expectativa de uma definição do regulamento de navegação fluvial no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Teremos, proximamente, uma reunião de chanceleres aqui em Brasília. E, no caso do Equador, pelo rio, há o eixo bimodal Manta-Manaus, que é um dos eixos priorizados no âmbito da Unasul, que recupera e que herda as prioridades do programa Iirsa, apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. São 31 projetos, e esse projeto que consiste no Porto de Manta é um deles.

Os senhores e as senhoras estão vendo ali, na Costa Pacífica: é uma estrada que vai até o Porto de Providência, no Rio Napo, e dali, então, muda de modal; é outro modal, o hidroviário. Então, entra no Peru e vem se juntar à hidrovia do Amazonas que vai até Manaus. A ideia desse eixo é justamente permitir a aproximação comercial e econômica e a aproximação das populações do Equador, do norte do Peru, do sul da Colômbia, mas, sobretudo, no caso presente, do Equador com a Amazônia ocidental, onde há uma complementaridade importante em matéria de comércio.

Há uma perspectiva de dragagem do Rio Napo até a fronteira, e aí também há uma oportunidade para empresas brasileiras. O Peru está concessionando obras de hidrovias e, nesse eixo Manta-Manaus, existe a perspectiva de construção do Porto de Providência e também da dragagem, o que vai representar, como disse, uma oportunidade.

A segunda vertente que eu identifico é a vertente andina, que permite, justamente, essa integração física também, de novo, pelo eixo Manta-Manaus, mas também ligando o Equador ao Brasil através do Peru, que, como os senhores e as senhoras sabem, está ligado ao Brasil pela Rodovia Interoceânica. Nisso aí nós estamos trabalhando. Há uma perspectiva de que o Equador se torne membro do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre, o que permitiria a exportação por terra, mais facilitada, para o Equador a partir do Brasil. Um exemplo disso é que, para exportarmos ônibus articulados do Brasil para o Equador, não sendo o Equador membro do acordo, ao passar pelo Peru, eles têm que ser transportados ou operados por peruanos. Então, isso permitiria essa facilitação de comércio.

Na vertente andina, também é importante que a gente tenha presente que o futuro vai nos levar a uma integração física e também integração elétrica. E, através do Peru, se pode permitir a conexão elétrica com o Equador. O Equador já manifestou interesse em acessar o mercado brasileiro, de ser um exportador de energia, isso terá que ser feito através dos seus dois vizinhos diretos, e a maior probabilidade é justamente com o Peru. E isso também é um objetivo da Cosiplan no âmbito do Iirsa.

Eu falaria, também, sobre a questão da ferrovia que está em discussão, que permitiria um ramal para o Equador. Os equatorianos estariam interessados em se juntar a essa ferrovia para permitir mais um eixo de transporte terrestre para o Brasil.

E outra coisa que é preciso também ter em conta, é que há uma perspectiva de um aumento da cabotagem, assim como no Brasil – é uma coisa que está sendo discutida aqui –, do lado do Pacífico também. Nós enxergamos como uma grande oportunidade, estando o Brasil ligado ao Pacífico por terra, que o lado Pacífico tenha uma cabotagem que inclua o Chile, o Peru, o Equador e a Colômbia, o que permitiria, então, chegarmos a um porto do Pacífico e daí o comércio se faria de maneira mais competitiva e mais fácil com todos os países da costa pacífica da América do Sul.

Duas outras coisas importantes: a interação por fibra ótica – e o Equador já manifestou interesse. Isso foi um assunto, agora, da reunião da Celac com a União Europeia, na Europa. Essa integração por fibra ótica permitirá a conexão de centros de pesquisa, de redes de pesquisa, mas também vai permitir uma comunicação direta entre os Países Andinos e o Brasil sem passar pelos Estados Unidos. A conexão por fibra ótica nos permitiria, justamente, a Embaixada em Quito se relacionar diretamente com Brasília sem passar lá por cima. E isso vai permitir a esses países – Equador e Peru – também se conectarem com o cabo de fibra ótica que o Brasil está liberando entre Fortaleza e Portugal, que também é uma alternativa direta de comunicações, sobretudo de comunicações de dados mais pesados.

O outro ponto que eu gostaria de mencionar é a questão dos voos transfronteiriços, que é uma das coisas importantes para garantir a conectividade. Existe um acordo entre o Peru e a Colômbia, e uma ideia seria facilitar também voos entre o Equador e a Amazônia brasileira. É uma das coisas em que eu pretendo trabalhar caso conte com o beneplácito de V. Exªs e desta Casa.

E eu mencionaria, ainda, a terceira vertente – a vertente pacífica – que é a conexão com os países asiáticos através, de novo, desse eixo Manta-Manaus. E aí, também, relembro a questão da cabotagem. O mercado da Amazônia Ocidental, centralizado no Polo Industrial de Manaus, permite aos equatorianos a oportunidade de explorar a complementaridade para a entrega de insumos de que o polo poderia ter.

Sr. Presidente, eu gostaria de mencionar algumas outras coisas importantes, mas eu não gostaria de tomar muito tempo de V. Exªs. Eu queria mencionar um tema importante na relação entre o Brasil e o Equador, que é a questão da cooperação técnica. Nós temos um trabalho importante na área social. Tivemos agora, recentemente, uma reunião da Agência Brasileira de Cooperação. E há uma agenda extensíssima na área social, TV digital, gestão pública, meio ambiente, telecomunicações, desenvolvimento social. E há novos projetos que eu acho importante que essa Casa conheça, que é a cooperação em matéria de erradicação do trabalho infantil. De novo, a questão dos recursos hídricos, porque é um interesse estratégico do Brasil que os nossos vizinhos andinos, que têm a vertente amazônica dos rios, cuidem da qualidade da água – nós termos proble-

mas de mercúrio na água. Então isso é uma coisa importante. E, também, que se faça, com mais cuidado, o transporte de combustíveis.

Uma das oportunidades de integração de cadeias produtivas nós temos é justamente a obrigatoriedade de transporte de combustíveis por chatas com fundo duplo. Grande parte do transporte de combustível hoje, na Amazônia, faz-se com barcaças de fundo único, apenas um. E o Brasil, através do estaleiro de Manaus, tem condições de fabricar barcaças de fundo duplo. Então, essa questão de cooperação em matéria de recursos hídricos e de meio ambiente leva à perspectiva de aumento do comércio e também de integração dessas cadeias produtivas.

Na área de saúde, há uma perspectiva grande, específica: o Equador quer montar uma agência de controle como é a Anvisa, e estamos colaborando com eles em matéria desse aperfeiçoamento institucional.

E uma coisa que eu gostaria de mencionar como uma das minhas metas, caso, de novo, receba aqui a confiança de V. Exªs, é trabalhar na aproximação entre os dois Congressos. Uma das coisas que acho que é importante e que é um exemplo – e venho de quatro anos no Peru e posso atestar – é que há um desejo muito grande de usar, nesses países, os avanços em matéria de comunicação social desta Casa. A TV Senado, que, aliás, permite que os meus colegas estejam assistindo no mundo inteiro, principalmente os colegas em Quito, apesar de ser oito e meia da manhã, lá, mas espero que estejam assistindo. Acho que há um interesse muito grande em comunicação, sobretudo quando lembramos que o Equador adotou o padrão brasileiro de TV digital, que, como as senhoras e os senhores sabem, é um padrão que permite a interatividade e que, portanto, permite uma comunicação na ponta da linha.

Não quero me estender mais. Eu só queria mencionar uma questão que sei que está presente, que é a questão dos haitianos, a imigração haitiana, que tanto preocupa o Acre, que tantas questões causou ao nosso querido Governador Tião Viana, no Acre, com quem tive um grande contato nestes últimos quatro anos. O que quero lhes dizer é que a visita do nosso Ministro da Justiça, recentemente, ao Equador e ao Peru nos deixou muito otimistas em relação a que isso possa equacionar essa questão, para que nos livremos da atividade dos coiotes que tanto mal causa e que, digamos assim, direciona essa imigração irregular para o Acre e não diretamente, como é o nosso desejo de Porto Príncipe diretamente para o Brasil.

Então, eu não queria me alongar, digo de novo, mas uma das coisa pela qual vamos trabalhar é para que haja, além das visitas que já houve de chanceleres, mas também que haja visitas presidenciais. Esse é um dado importante para fortalecer as agendas e gera um empuxo muito grande para o trabalho das embaixadas.

E eu queria dizer, por último, que olho e vejo a minha possível, caso V. Exªs me aprovem, gestão no Equador, meu trabalho lá, com um mote que temos com o Chile, com o qual dizemos que temos uma amizade sem limites. Com o Equador, quero trabalhar para que tenhamos uma amizade sem fronteiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito bem.

Procedidas, então, as exposições dos eminentes Embaixadores indicados para a Mauritânia e para o Equador, declaro aberto o processo de votação eletrônica e vamos abrir o espaço para os questionamentos dos nossos Senadores e Senadoras que quiserem arguir os dois indicados.

Pela ordem de inscrição, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Presidente Lasier Martins.

Caros colegas Senadoras e Senadores, Srs. Embaixadores sabatinados, eu começo com o Embaixador Carlos Alfredo.

A exposição de cada um dos candidatos indicados para as Embaixadas da Mauritânia e do Equador, respectivamente, foi muito completa, até poderia abdicar de perguntas, já que os temas cruciais foram abordados, mas apenas lembro ao Embaixador Carlos Alfredo que, como Senadora gaúcha, tenho que sempre defender os interesses do meu Estado.

O Rio Grande do Sul é o terceiro no *ranking* das exportações dos estados exportadores para o Equador. Em alguns setores, tem uma posição muito tímida. E os 20 primeiros produtos da pauta respondem por 73% das exportações do Estado. Então, eu queria saber... Normalmente, os países desenvolvidos, e, no Brasil, também, o Itamaraty tem se, digamos, aperfeiçoado em um protagonismo um pouco maior na área comercial. E, nesse aspecto, de que maneira nós podemos, pela distância que há, pois o Equador não faz fronteira com o Brasil, ampliar a participação no comércio?

Também V. Exª mencionou a questão do interesse em outras áreas de cooperação que são bastante visíveis. E uma coisa que, agora, também, na última parte da sua fala, V. Exª diz que fará um esforço de aproximação dos Parlamentos. Eu tive a oportunidade, como integrante da União Internacional Parlamentar, de participar de um encontro, de uma cúpula, que se realizou em Quito, capital do Equador, e o discurso do Presidente Rafael Correa, foi um discurso de clara desvalorização dos parlamentos, dos legislativos. Tanto foi assim que a

plateia ali, naquele prédio novo do Congresso Nacional... Aliás, muito moderno em tecnologia, com câmeras tridimensionais, uma tecnologia que eles nos têm de ensinar, fazendo *travelling* no plenário... É extraordinariamente moderno, com várias imagens no mesmo telão. E, nesse discurso, ele, que regressava da cerimônia do Papa Francisco, onde esteve com a Presidente Dilma Rousseff, que também estava presente, claramente minimizou, digamos assim, na abertura desse evento, o papel dos parlamentos, ao ponto de que muitas das delegações – eu, em particular – retiraram-se antes do encerramento da cerimônia.

Ora, se era um evento em que estavam presentes representantes de parlamentos de mais de 100 países que integram as Nações Unidas, não era hora de um presidente da república, ao saudar os participantes... Primeiro, alterando inteiramente o protocolo quanto ao tempo que ele falaria; em segundo, pela forma como se referiu aos parlamentos. Ele é favorável, francamente, à democracia direta, que dispensa o parlamento.

Então, eu gostaria de questionar exatamente nessa perspectiva: como é que nós vamos... Eu saúdo sua iniciativa na direção de que, juntos, nos tornarmos mais fortes. Então, queria fazer esse registro.

Ao Embaixador que nos vai representar na Mauritânia, o Brasil terá uma representação... Aliás, o senhor deveria ter um salário extra por ser essa uma área de alto risco. A Mauritânia, exceto esse interesse na questão de comprar aviões da Embraer, é um país que está em conflito, semelhante ao que aconteceu no Sudão: numa guerra civil com claras violações dos direitos humanos.

Então, eu queria saber de V. Exª: tendo em vista o esforço do Brasil, ainda nessa expansão, qual o objetivo básico de o Brasil estar hoje na Mauritânia? Porque, no Oriente Médio, nós não temos nenhuma condição, eu penso. Não é complexo de inferioridade, não; mas é um caso tão complexo a crise no Oriente Médio, os fundamentos do que acontece naquela região, que nós não temos, digamos, em nossa cultura e em nossa sensibilidade política, a compreensão da profundidade do que seja aquilo e de que algum dia... Estava agora há pouco ouvindo o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que esteve com os líderes da Palestina e de Israel, e ele me falava sobre a forma como eles, claramente, demonstram – sem a nossa retórica latina – a situação de gravidade da região, com a naturalidade de líderes de muita responsabilidade.

É por isso que eu pergunto a V. Exª se não há preocupação e qual é a força do chamado Estado Islâmico de conturbar ainda mais os problemas que já são grandes na região.

Essas são as minhas questões para o senhor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Embaixador Carlos Alfredo, o senhor quer começar respondendo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Os outros Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Eu sempre tive preferência por pergunta e resposta, então, eu sou tentado sempre a proceder assim, mas, realmente, é uma praxe aqui da Casa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Desculpe, Presidente. O Presidente Aloysio, muito apropriadamente, depois da sabatina do Ministro Fachin, que foi no estilo pergunta e resposta, foi muito didático e se viu melhor, mas, dada a circunstância que estamos vivendo hoje, na Casa, e – digamos –, por economia processual, como se fala, somos aqui poucos Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Vamos seguir a tradição.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É a minha proposta. Eu não sei se os Senadores concordam.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Bom dia, eminente Presidente Senador Lasier Martins, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ilustres embaixadores que aqui estão indicados para postos do Brasil no exterior – Embaixador Arthur Henrique, Embaixador Carlos Alfredo –, meus comprimentos.

Nós estamos diante, Sr. Presidente, de dois países muito distintos na sua história, na sua conformação e, até mesmo, na sua relação com o Brasil.

Dirigindo-me, em primeiro lugar, ao Embaixador Arthur Henrique, eu gostaria de aproveitar o ensejo para agradecer V. Exª pela recepção tão gentil que nos fez, alguns anos atrás, em Dubai, Abu Dhabi, quando integrava a comitiva do Governo de Minas, e V. Exª lá servia. Aliás, havia chegado há poucos meses. Foram as primeiras atividades que V. Exª conduziu naquele momento.

Na sua vida funcional, agora, cabe-lhe o destino da Embaixada do Brasil na Mauritânia, que, como V. Exª bem colocou no seu relato, é um país complexo, muito pobre ainda e com muitas dificuldades. Lembro-me, por meus estudos passados, da presença brasileira na Mauritânia em obras rodoviárias expressivas no passado – salvo engano, da construtora Mendes Júnior –, inclusive com problemas, depois, em razão, até mesmo,

de atentados terroristas, quando tivemos famílias mineiras em dificuldades lá. Felizmente, isso se deu no passado, como V. Exª mencionou.

Por outro lado, a história da Mauritânia, muito tumultuada, inclusive com a menção de V. Exª ao Saara Ocidental, antiga província de Rio de Oro espanhol, quando o Rei Hassan, do Marrocos, resolveu fazer a sua famosa "Marcha Verde" sobre aquela província, anexando-a. A Mauritânia reagiu, mas isso também ficou, felizmente, no passado.

O que nos leva agora a observar com relação à Mauritânia é, exatamente, a tentativa que V. Exª terá de aproximar o Brasil em termos econômicos, porque, de fato, a identidade cultural e identidade – vamos dizer assim – histórica são muito pequenas. Então, temos de ver as oportunidades. E V. Exª menciona um ponto muito importante, a indústria da defesa, em uma região do mundo em que há essa necessidade.

Felizmente, não há guerra lá, mas é um país que tem vizinhos problemáticos. Recebemos, outro dia, o Embaixador do Mali. E eu também pronuncio Mali (paroxítono), como V. Exª, enquanto ele pronuncia Mali (oxítono), por conta do francês. Ele vai a Bamako, mas ia mostrando as dificuldades que tem o Mali, inclusive delicadíssimas, com o terrorismo, que podem chegar também à Mauritânia. Então, a indústria de defesa brasileira tem ali, certamente, um campo fértil.

Como lembrava a Senadora Ana Amélia, ela representa o Rio Grande do Sul; eu represento Minas Gerais. E Minas tem hoje uma indústria de defesa bem situada, não só aeronáutica,mas também com os blindados. Então, eu queria somente fazer aqui uma solicitação a V. Exª que, no exercício da função, caso venha a ser aprovado – eu acredito que sim –, tenha sempre essa possibilidade de abrir os negócios, a despeito das dificuldades que tem a Mauritânia, para os empreendimentos que teremos, certamente, do Brasil, como um todo, lembrando sempre, claro, dos Estados brasileiros. Eu, claro, evoco o meu Estado, Minas Gerais.

O senhor terá lá, certamente, algumas dificuldades – imagino. Aproveitando para lhe perguntar com quantos servidores o senhor vai contar, na Embaixada da Mauritânia, ao mesmo tempo, desejo a V. Exª felicidades no desempenho do posto que – eu sei –será complexo.

Ao eminente Embaixador Carlos Alfredo, quero cumprimentá-lo, saudá-lo pelo seu desempenho na Embaixada do Peru, uma nação fundamental para o Brasil.

O Equador, ao contrário da Mauritânia, tem conosco identidades muito próximas, culturais, de formação étnica e até linguística, e quase fronteiriça, e é uma Nação que tem, apesar de ser das menores da América Latina, um papel importante.

V. Exª, pelo seu currículo, eu percebo, tem uma experiência muito grande nas Américas como um todo, especialmente na América Latina, e, certamente, vai desempenhar no Equador, com brilho e denodo próprios, a função de Embaixador.

O Equador, igualmente, é um parceiro comercial importante do Brasil. V. Exª, na exposição, demonstra questões de ordem hídrica, que são fundamentais, questões de ordem tecnológica, que são importantes, e, é claro, de investimentos brasileiros.

Na conversa que tivemos aqui, alguns instantes antes, V. Exª rememorava as missões comerciais de meu Estado ao Peru, exitosas, que, certamente, são reproduzidas, agora, em relação, também, ao Equador.

A menção que fez a eminente Senadora Ana Amélia ao discurso do Presidente Rafael Correa no Parlamento, de fato, é algo que nos preocupa, porque conhecemos a tendência política do Governo equatoriano.

Esperamos que se mantenha, sempre, o regime democrático, que, aliás, é a cláusula, sempre, que defendemos aqui, nessa Comissão, em todos os outros pontos.

E queria aproveitar, tão somente, para manifestar uma preocupação a V. Exª, que, aliás, V. Exª mencionou no final de sua abordagem, que é a questão da imigração. Eu li, recentemente, que nós estamos recebendo muitos imigrantes inclusive da África, do Senegal, Bangladesh, que entram pelo Equador, porque, interessantemente, não sei por que motivo, parece que o Equador não cobra nenhum tipo de taxa e os voos também têm algum tipo de facilidade, e não só os haitianos, mas também africanos e asiáticos têm vindo ao Brasil em grande número, entrando pelo Equador, e, é claro, criando algumas dificuldades.

Então, gostaria de saber de V. Exª qual seria a possibilidade de ação da Embaixada, claro, sempre, dentro daquilo que é possível, porque é bom lembrar que nós todos somos, aqui, descendentes, também, de imigrantes. O Brasil é um país formado por uma migração, mas, por outro lado, temos, também, de ter as nossas cautelas e defesas necessárias para ter um controle, para evitar sobrecarga nos nossos serviços públicos e nas questões de defesa e estratégia nacionais.

Desejo, eminente Embaixador Carlos Alfredo, muitas felicidades na função no Equador, na certeza de que vai aproximar, ainda mais, as relações, especialmente comerciais e, certamente, culturais, com uma Nação que tem a mesma origem que a nossa dentro da nossa formação latino-americana.

Muito obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Lasier, Presidente dessa Comissão, Embaixadores Arthur Henrique e Carlos Alfredo, nessa Comissão, às vezes, nós temos um problema. Quando nós temos Senadores competentes, a Comissão se orgulha deles, mas, às vezes, é um problema. A Senadora Ana Amélia e o Senador Anastasia já fizeram todas as perguntas possíveis que eu poderia fazer.

Então, eu só acompanho a pergunta deles. Só mais um pequeno detalhe: o volume de comércio Mauritânia/Brasil, em dólares ou reais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Vamos às respostas.

Como a Senadora Ana Amélia começou perguntando ao Embaixador Carlos Alfredo, vamos começar por ele.

Eu peço a gentileza de o Senador Antonio Anastasia me substituir aqui, por instantes, para que eu possa votar, enquanto o Embaixador Carlos Alfredo começa as respostas.

Por favor.

O SR. CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA – Muito obrigado, Presidente.

Eu começaria fazendo os comentários que me pede a Senadora Ana Amélia.

Uma das atividades importantes que nós temos no Itamaraty é, justamente, trabalhar com o fato de que uma relação que tende ao equilíbrio é mais sustentável. Então, nós temos que, por definição, trabalhar para diminuirmos os déficits de um lado e de outro na relação.

Eu me lembro que nós trabalhamos, muitos anos atrás, para diminuir o déficit com a Argélia, por exemplo, porque nós exportávamos US$1 bilhão e importávamos US$100 milhões.

Então, nós fizemos uma missão à Argélia para, justamente, tratar de equalizar isso, porque sabíamos que não havia possibilidade de crescer a relação bilateral de comércio se não tivesse aí uma tendência ao equilíbrio.

A mesma coisa funciona com o Peru e funciona, agora, com o Equador. Nós temos uma relação desequilibrada de comércio entre Brasil e Equador. Um total de comércio de US$964 milhões. O Equador exporta para o Brasil US$143, e o Brasil exporta o restante. Então, é quase seis vezes. Mas isso não quer dizer que nós não tenhamos possibilidade de fazer crescer.

Há, no registro da balança comercial entre os dois países, uma pequena tendência à diminuição do déficit. E nós queremos trabalhar nas duas vertentes, nas duas direções, por isso que eu mencionei aqui esse Eixo Manta-Manaus, que vai permitir uma comunicação com a Amazônia Ocidental.

Na outra ponta da linha, a Embaixada em Quito acabou de terminar e vai ser publicado o guia intitulado *Como Exportar para o Equador*, que está muito bem feito, por sinal. E lá são mostradas todas as condições e todas as possibilidades decorrentes do trabalho de inteligência comercial que foi feito. E, aí, Senadora, eu acho importante que os empresários do Rio Grande do Sul, bem como os de todo o Brasil, tenham presente as missões que a Apex e o Itamaraty fazem para os países vizinhos.

Nós temos um programa que se chama, no Itamaraty, Programa de Substituição Competitiva ou Estratégica das Importações, que trabalha na capacitação de exportadores para os países vizinhos e, também, que faz um contato direto entre as comunidades empresariais.

O Equador é um país que está crescendo, cuja economia continua crescendo, e, portanto, por definição, apresenta cada vez mais oportunidades de negócios. Nós temos aí algumas questões na agenda bilateral que devem ser destravadas, mas eu acho que, no caso, nós podemos trabalhar para, constantemente, com denodo, aproximar as comunidades empresariais dos dois países.

A senhora tem toda a razão. Na prioridade que eu quero dar à diplomacia legislativa, – digamos assim – diplomacia de aproximação dos Congressos, eu acho que quanto mais aproximação e integração entre os Congressos, mais nós estaremos trabalhando em cima da convergência de valores civilizatórios, que é a marca dos dois países, como mencionou aqui o Senador Anastasia.

Então, eu mantenho o meu plano de fortalecer o Grupo Parlamentar Brasil-Peru, a dar todo o apoio. Já houve visitas no passado; eu quero fazer novas visitas e quero fazer com que esse diálogo entre os grupos parlamentares possa gerar cooperação e intercâmbio entre os Congressos dos dois países.

Eu creio, estou convencido de que a excelência do corpo permanente de funcionários das duas Casas do Congresso brasileiro é uma referência muito importante e é um vetor e um instrumento fundamental de possibilidade de cooperação com os Congressos do Equador e de vários países. Então, isso aí é um instrumento que nós deveríamos e deveremos utilizar, cada vez mais, como um vetor de aproximação e de integração.

Eu apenas mencionaria, Senadora, que há um evento, que acontecerá dentro de duas ou três semanas, que é a visita do Papa ao Equador. Isso está gerando lá um movimento muito grande, muito importante, inclusive, de uma certa trégua no acirrado debate político. Então, as pessoas estão lá pegando um pouco do es-

pírito do Papa Francisco para poderem acalmar os ânimos. E, inclusive, de ambos os lados. Eu sei que isso aí, na ponta da linha, vai gerar, fora do discurso, mas na prática... O Presidente Rafael Correa, na prática, tem um trabalho muito grande com a Assembleia Nacional Equatoriana.

E o prédio, esse que a senhora menciona, com todas essas parafernálias eletrônicas, o que eu quero é que, justamente, isso aí, essa parafernália eletrônica, toda essa possibilidade, com eixo na questão da TV digital, possa gerar transparência e ajudar, assim como nós temos no Brasil, em que a atividade do Congresso chega a todos os rincões do País, através da TV Senado, da TV Câmara, Rádio Senado, Rádio Câmara, e agora pela internet, enfim, que isso possa também ser um vetor na aproximação entre os Congressos. Isso é uma coisa fácil, porque, tendo um produto de excelência, fica fácil trabalhar como vendedor. Não é isso?

Em relação aos comentários e à pergunta do Senador Anastasia: Senador, eu concordo plenamente com V. Exª em relação à convergência de valores civilizatórios. Acho que temos uma base fundamental, que é essa proximidade cultural e o desejo de aproximação entre os dois países.

Acho que temos um grande obstáculo. Eu não mencionei, mas quero mencionar agora, que um dos trabalhos importantes é justamente trabalhar com as novas gerações, sobretudo com o meio acadêmico, a aproximação com o meio acadêmico.

Um dos grandes obstáculos que temos é o desconhecimento, a visão que os equatorianos têm do Brasil, assim como nós, no Brasil, do Equador. Temos uma visão muitas vezes superficial, baseada em clichês. Então, havendo cada vez mais equatorianos – é uma das coisas a que eu quero me dedicar – fazendo mestrado e doutorado em temas brasileiros, pode-se elevar a qualidade do debate sobre o Brasil, tirando de lado os clichês e fazendo com que as pessoas, os formadores de opinião e as pessoas em nível de decisão nas políticas públicas possam, efetivamente, usar as referências corretas, os dados atualizados e uma visão mais realística do que é o Brasil na região.

Essa é uma coisa que vale para o Equador, vale também para os outros países, sobretudo os andinos, que sempre, pela dificuldade da Amazônia e pela dificuldade dos Andes, estiveram de costas para o Brasil, voltados para a Europa, voltados para a América do Norte, menos para o Brasil. Então, este é um grande esforço que fazemos, de aumentar o conhecimento dos dois lados.

De novo a questão das missões comerciais, a que eu acabei de me referir. Nós temos a possibilidade de aumentar esse comércio através do contato entre as comunidades empresariais. Eu tenho feito no Peru, e pretendo fazer no Equador, justamente emular, incentivar os empresários, no caso, equatorianos, a que venham participar das feiras no Brasil. Quem participa de feira comercial nunca volta o mesmo, é outra coisa; o empresário passa a ter uma outra visão e uma outra cabeça. Então, eu creio que participando de feiras no Brasil – o Brasil hoje é um dos grandes países em termos de movimento feirístico no mundo –, eu acho que isso pode representar um movimento importante.

Com relação à imigração, a que o senhor se referiu, e eu também me referi na minha fala, o que há é o que nós chamamos de imigração oportunística. Tendo em vista a, digamos assim, proliferação do trabalho de coiotes na vinda de haitianos de maneira irregular para o Brasil através do Equador e do Peru, e se valendo também do fato de que o Equador tem na sua Constituição o preceito de cidadania universal, o que o impede de estabelecer a exigência de visto para o país, então o que nós fizemos... Essa missão do Ministro José Eduardo Cardozo ao Equador, que aconteceu recentemente, acho que vai permitir o bloqueio, vai permitir a eliminação do que se chama imigração oportunística.

Então, há uma perspectiva de que no Equador se estabeleça uma exigência de visto para os senegaleses, que formam a segunda maior corrente que chega ao Brasil pelo Acre, pelo Equador para o Acre, que é uma das coisas que queremos evitar – eu queria saudar o nosso querido Senador Jorge Viana –, e pretendo trabalhar nisso, chegando lá. A Embaixada, hoje, com o Embaixador Fernando Simas Magalhães, tem feito um trabalho extraordinário; ingentes e repetidas gestões para fazer valer esse combate efetivo aos coiotes – porque disso se trata, o Brasil não está impedindo a entrada de haitianos, o que não quer é que eles venham pelas mãos dos coiotes. É nisso que nós vamos continuar trabalhando.

Então é isso, Presidente.

Eu agradeço muito, de novo, as perguntas e comentários dos Srs. e Srªs Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Embaixador Carlos Alfredo.

Com a palavra o Embaixador Arthur Henrique.

O SR. ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer também as palavras de encorajamento, estímulo, apoio, recebidas da Senadora Ana Amélia, do Senador Antonio Anastasia e do Senador Tasso Jereissati. Procurarei, então, responder às preocupações expressas por V. Exªs.

Como disse muito bem a Senadora Ana Amélia, trata-se de uma área de alto risco. Felizmente, dentro daquela região, é talvez a área de menor risco; o Mali é mais arriscado e há outros países, outras zonas de outros países, onde o risco é maior. O Estado, o Governo da Mauritânia, tem conseguido debelar a ameaça terrorista. O último ataque terrorista foi em 2009; já estamos, portanto, com seis anos de inteira pacificação no país. Eles estão se dotando de mecanismos militares, policiais, técnicos, financeiros, equipamentos, para enfrentar essa dificuldade, que é real. Eu tenho aqui – se eu puder encontrar, mas vou dizer um pouco de memória – uma estatística interessante: em 1960, quando a Mauritânia se tornou independente, não havia nenhuma mesquita em Nouakchott, havia mais ou menos 500 ou 600 no país inteiro. Hoje, são 7,8 mil mesquitas no país, mais de sete mil madraças, escolas islâmicas no país. Isso é financiado em grande parte pela Arábia Saudita e pelos países do Golfo, pelo Qatar, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, que trazem uma versão do Islã.

Nós sabemos que o Islã, como o Cristianismo, tem suas correntes, uma versão mais combativa do Islã. Na tradição da Mauritânia, o que é muito interessante, a versão islâmica predominante é o sunita sufista. Sufista, lembrando um pouco da Turquia, são aqueles que dançam com aquela saia grande. Os dervixes são os sufistas, Senador, e é uma tradição muito tolerante. Os mauritanos têm uma história de islamismo tolerante, aberto, sem radicalismos. Isso contribui muito para a resistência natural, cultural, do povo mauritano ao ingresso de versões mais agressivas e mais desestabilizadoras.

Nós temos na Mauritânia, por exemplo, um Partido Islamita que se chama Tawassul, que concorre a eleições, é um partido do tipo salafista, portanto, mais radical, mas que tem concorrido a eleições democráticas e não consegue passar de um pequeno percentual. A população não vota neles, há uma resistência natural do povo mauritano ao radicalismo, o que dá certa segurança geral ao país, que o Governo tem procurado sustentar por meios técnicos, militares. O próprio Presidente Abdelaziz, que esta lá desde que foi eleito, em 2009, fez uma reforma no Exército e organizou as forças militares de segurança e policiais do país de maneira a dar prioridade ao combate ao terrorismo. Com isso, com muito apoio dos Estados Unidos, da Europa e um entendimento da Comunidade Internacional nesse sentido...

Portanto, eu acredito que a Mauritânia tem sido um país que representa resistência à expansão do radicalismo islâmico, é um país com tendências razoáveis, muito aceitas na comunidade internacional.

A senhora mencionou, Senadora – e é um fato que na apresentação não mencionei, mas a senhora o fez com muita propriedade, certamente com conhecimento de causa –, é a violação dos direitos humanos. A Mauritânia, efetivamente, tem algumas características de violação dos direitos humanos, que causam preocupação em vários níveis, tanto na ONU quanto em organizações não governamentais.

A Mauritânia foi o último país do mundo a abolir a escravidão, em 1981. Acredita-se que até hoje 20% da população ainda é escrava. Portanto, estamos falando de 500 a 700 mil escravos no país, um número muito significativo. O que aprendemos, nós brasileiros, com muitos anos de acertos e erros, inclusive em matéria de política externa, e falo como diplomata, é que a melhor coisa é integrar os países, trazê-los para a comunidade. É pelo exemplo, pela cooperação, que essas coisas vão mudando.

Uma coisa que, evidentemente, toca muito às mulheres, é o fato de que é um país onde se pratica a mutilação genital feminina em grande escala.

E se faz outra coisa, que é extraordinária – eu não sabia – se faz uma coisa que, em francês, se chama *le gavage,* que é alimentar as meninas de maneira que elas fiquem obesas. O nível de obesidade feminino na Mauritânia é altíssimo. Tudo isso está se transformando. O governo tem preocupação e procura se integrar à comunidade internacional e sofre naturalmente pressões dos países ocidentais que são grandes fornecedores de capitais, de cooperação, de dinheiro, de ajuda etc e que colocam como pré-condição a modificação desses comportamentos considerados inaceitáveis no século XXI.

Portanto, há uma evolução. É uma preocupação, a senhora tem toda razão, Senadora, mas acho que é um país multiétnico como o nosso. Acho que a presença, a cooperação, o exemplo e a amizade diplomática e a presença brasileira podem ser um exemplo e um incentivo, para que esse tipo de prática ou essas práticas em geral vão gradualmente caindo em desuso.

A senhora perguntou sobre a força do Estado Islâmico na Mauritânia. No momento, não há sinais ainda de presença ou atividade do Estado Islâmico, falando do Estado Islâmico como organização específica. Há uma quantidade de organizações, entre elas, como sabemos, Boko Haram, Estado Islâmico, Al Qaeda. O Estado Islâmico especificamente não parece estar muito ativo na Mauritânia, tanto quanto se sabe.

Espero ter, mais ou menos, respondido às perguntas. Naturalmente, estou a sua disposição, Senadora.

Agora me volto ao Senador Antonio Anastasia, acerca da indústria de defesa. Certamente, Minas Gerais estará muito presente. O Senador há de se lembrar que somos conterrâneos e não vou esquecer minhas origens em Belo Horizonte, Itaúna e Divinópolis, minha terra.

Acho que a cooperação certamente irá se desenvolver, há espaço para isso. Gostaria, caso V. Exªs me deem a honra de aprovar meu nome para essa embaixada, de desenvolver maior cooperação na área de defesa. E a palavra é muito bem colocada, é defesa. A Mauritânia quer se defender justamente de incursões, como disse a Senadora, de terroristas. Ela não tem nenhuma veleidade guerreira, militar, de ataque, de invasão, de nada, é defesa exatamente. E temos hoje uma indústria muito adequada à demanda local, porque é uma indústria de razoável grau de sofisticação, mas que não é também a um custo inabordável, como a indústria americana ou mesmo a francesa e outras indústrias europeias que estão muito além da capacidade financeira desses países. Certamente, o Brasil tem nessa área um grande campo de cooperação, e, caso chegue a ser embaixador na Mauritânia, tenho a impressão de que poderei desenvolver com muita ênfase.

O senhor perguntou quantos servidores terei lá. Tivemos durantes estes quatro anos, o embaixador, um conselheiro e um ou dois, variava um pouco, funcionários do quadro do Itamaraty, oficiais de chancelaria, assistentes de chancelaria. No momento, sai o embaixador, o colega conselheiro deve sair também daqui a uns seis meses e o oficial de chancelaria foi embora. Exatamente a minha resposta: estive com a chefe da administração ontem, a Embaixadora Maria-Theresa Lazaro, ela falou: estou muito atenta a isso, o importante é você me escrever, não deixe de mandar "estou precisando de gente"; se você não me disser, não saberei. Ela continuou: mandei agora para lá dois serviços provisórios, dois oficiais de chancelaria neste momento, a embaixada está com quatro funcionários no quadro novamente. Ainda que não consigamos de imediato uma remoção permanente por dois anos, três anos, você terá os funcionários necessários para desenvolver sua missão. De maneira que me sinto muito respaldado pelo Itamaraty e, sob esse aspecto, embarcarei para a Mauritânia, com o beneplácito de V. Exªs, sem preocupação. Acho que vai dar tudo muito certo.

Senador Tasso Jereissati, muito obrigado por sua pergunta, o senhor mencionou volume de comércio. Tenho aqui uma pequena tabela, que naturalmente não vou lê-la toda, porque seria fastigioso, seria um pouco enfadonho, mas o comércio do Brasil com a Mauritânia é, como disse meu colega o embaixador Carlos Alfredo, extremamente desequilibrado. É um comércio que, aliás, me surpreendeu quando vi pela primeira vez. Moro atualmente na Sérvia, onde temos embaixada desde 1938 e ninguém questiona a presença brasileira na Sérvia, a antiga lugoslávia, atualmente Sérvia.

O comércio bilateral com a Mauritânia é maior, bem maior, de dezenas de milhões de dólares a mais do que com a Sérvia. A Sérvia é de US$100 milhões, US$$110 milhões; com a Mauritânia chegou quase a US$200 milhões as exportações brasileiras, sobretudo na área de alimentos: carne, açúcar, trigo, etc. E a demanda tem crescido: em 2010, US$105; em 2011, US$160; em 2012, caiu um pouco, para US$107; 2013, US$180 milhões de exportação brasileira, em 2014 – mas aí é só o começo do ano, nós não tínhamos estatísticas completas ainda –, US$70 milhões, mas deve ter chegado aí a uns US$140 facilmente.

Como o Embaixador Carlos Alfredo realmente já assinalou muito bem, o que é preciso é procurar equilibrar, porque as exportações deles para nós – eu poderia comprar com o dinheiro do meu salário – às vezes chegam, assim, a US$1.000 de exportações mauritanas para o Brasil. É difícil a gente expandir o comércio, tirando a área de defesa, que é muito específica e, inclusive, que é desigual, como o senhor sabe: um ano compra avião, a exportação vai lá em cima; no ano seguinte não compra, ela cai. Ninguém compra avião todo dia, mas, para continuar a expansão desse comércio, sobretudo na área alimentar, seria preciso que oferecêssemos também aos mauritanos oportunidades comerciais no Brasil.

A Mauritânia tem – e esse é um dos problemas do país – uma base econômica muito estreita. Eles exportam ferro e pescado. Ferro nós não precisamos, o Senador sabe perfeitamente. No nosso Estado, e também outras áreas do País, Carajás, temos ferro; mas já houve interesse de empresários brasileiros que querem comprar peixe, sardinhas em lata, etc., da Mauritânia. Mas o Brasil até hoje não reconheceu certificados sanitários da Mauritânia. E a Europa reconhece. Quer dizer, não é um problema mauritano, é um problema, talvez, burocrático nosso, e, caso V. Exªs apoiem meu nome para a Mauritânia, vou procurar resolver e facilitar, talvez, um pequeno movimento em direção a um equilíbrio maior da balança comercial bilateral. Eu tenho impressão, Srs. Senadores, de que respondi, pelo menos em parte, às suas perguntas. Talvez, Senador Tasso Jereissati, quem sabe coco ralado a gente possa vender lá, porque lá acho que não tem palmeira nem coco. (*Risos.*)

Como já trabalhei na questão do coco ralado há 20 anos, lá na OMC, talvez a gente consiga também fazer alguma coisa nessa área, diversificar a nossa pauta exportadora para a Mauritânia.

Srs. Senadores, muito obrigado, fico muito honrado pelas perguntas. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Embaixador Arthur Henrique. Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, caros colegas, sei que o tempo de arguição já está concluído.

Eu só quero cumprimentar o Embaixador Arthur Henrique, desejar sucesso, já fizemos, inclusive, a votação e, com todo o respeito ao Embaixador Arthur Henrique, temos uma relação tão próxima com o Embaixador Carlos Lazary, que é um amigo do Acre, nos ajudou e sofreu conosco esse drama que estamos vivendo ainda, dos haitianos. Ele tem sido um grande parceiro da Amazônia, do Brasil, especialmente ali no nosso Estado. Eu queria cumprimentar e dizer que eu não podia faltar aqui nem com o voto nem com os agradecimentos. Inclusive, eu tenho agora retomado fortemente com o Governador Tião Viana para ver se nós vamos concluir – eu sei que alguns colegas fizeram essa pergunta – a busca de uma solução para o caso dos haitianos.

Para que se tenha uma ideia, uma delegação de altíssimo nível do Brasil passou no Peru, na Bolívia, no Equador e está no Haiti agora, tratando de desfazer essa rota, que começa, no fundo, Senadora Ana Amélia, na fila da Embaixada em Porto Príncipe. Quando está lá um haitiano ou os familiares tentando um visto para vir para o Brasil, chega o coiote e começa uma negociação, estabelecendo, então, um negócio que passa pelo Panamá, depois Equador, Peru e entra... Então, não é uma situação fácil. O Governo brasileiro agora resolveu tomar uma atitude que eu penso que pode ser definitiva, no sentido de manter aberto o Brasil para a vinda de haitianos, mas não por esse caminho ilegal, de exploração, que sacrifica ainda mais aqueles que não têm nenhuma condição, e aí eu não estou falando de dez, vinte nem de mil: já foram mais de 40 mil haitianos que passaram de 2010 para cá no Acre, passaram no Acre. E não tem como.

Qual o Governo de Estado no Brasil que tem condição de bancar, de administrar um campo de refugiados desse tamanho, com mil, mil e duzentos homens, mulheres, grávidas, crianças? Não há nenhuma hipótese. E só não aconteceram algumas tragédias por puro milagre. Como se administram 1,2 mil, 1,5 mil pessoas num único espaço – agora é numa chácara em Rio Branco; antes, era lá em Brasileia, quase um depósito de gente, com todo respeito, um colchão do lado do outro. E por que não aconteceram os crimes? Como não aconteceu algo muito mais grave ainda? Então, foi por um milagre. E ainda bem que, agora, estamos na fase final.

Apresentei um requerimento aqui, Presidente, Senador Lasier Martins, para que fizéssemos nova audiência pública sobre o caso dos haitianos para que, primeiro, não fique um jogo de empurra-empurra. Agora, o Brasil está vivendo uma situação econômica um pouco pior. Antes, as empresas do sul iam lá para Rio Branco, fretavam cinco, seis ônibus e levavam os haitianos de Rio Branco e de Brasileia, no Acre, até às indústrias no sul. Isso aconteceu durante dois, três anos. Agora, como não há uma procura tão grande, eles querem sair – nunca quiseram ficar no Acre – e vão para São Paulo, que é o ponto para pensar para que lugar vão. E aí criou-se essa celeuma toda, como se o Governador Tião estivesse mandando. Ele não está mandando nada. Eles não vieram para o Acre. Eles passam pelo Acre para chegar ao centro-sul do País. Mas, de qualquer maneira, agora, há uma luz, há uma possibilidade com o agravamento da situação.

E peço ao Presidente que, na primeira oportunidade, se aprove, já que não é tema polêmico...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ah, já foi aprovado no dia 03/6. Nós vamos tentar agendar essa audiência pública.

Era isso. Parabenizo V. Exª, Senador Lasier, pela condução dos trabalhos. O nosso Presidente, Senador Aloysio Nunes, está numa missão, hoje, na Venezuela. Ele está compondo uma delegação de Senadores.

Nós também estamos em situação bastante delicada, porque há um velório na Casa e, em caráter excepcional, estamos fazendo esta audiência. Eu, inclusive, cancelei a sessão que teríamos pela manhã, que sempre estamos fazendo na quinta-feira, em respeito às homenagens que estamos prestando ao ex-Deputado Federal e ex-Presidente da Câmara Paes de Andrade, que está sendo velado aqui. Já as fizemos na tribuna. Todos nós, certamente, já estivemos lá. Haverá uma missão daqui a pouco e, logo após, a saída para o enterro. Nós transferimos a reunião da Mesa Diretora e a sessão para logo após essas homenagens que estamos fazendo, inclusive velando o corpo do ex-Deputado Paes de Andrade aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Pois não.

Inclusive, Senador Jorge Viana, vivemos esse dilema hoje pela manhã com relação à suspensão ou não da reunião. V. Exª foi, inclusive, consultado sobre isso. Mas, depois, como já estavam aqui os embaixadores e os demais representantes do Itamaraty, mesmo reconhecendo o luto que a Casa está vivendo, resolvemos realizar, em caráter excepcional, esta reunião.

Com relação às boas relações entre V. Exª e o Embaixador Carlos Alfredo, antes da reunião, ele já nos havia relatado as boas relações e a colaboração com o Estado do Acre e com o Governador Tião Viana.

A propósito das considerações que V. Exª fez, o Embaixador Carlos Alfredo gostaria também de uma consideração.

O SR. CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA – Muito obrigado.

Eu queria agradecer, Senador Jorge Viana, e dizer, enfim, que sou quase um cidadão acriano. Tenho a estrela do Acre, fui condecorado pelo nobre Governador Tião Viana.

Eu queria só acrescentar um dado importante a essa questão dos haitianos. Para que haja um combate efetivo aos coiotes, o Itamaraty tomou uma providência fundamental, que é aumentar a capacidade de emissão de vistos, na nossa Embaixada em Porto Príncipe, de 500 para 2 mil, o que vai ser um grande reforço a essas ações em relação a esse tema.

Eu queria, mais uma vez, agradecer o seu apoio ao longo desses últimos quatro anos. O senhor sabe que visitei o Acre antes de ir para o Peru. E, agora, eu estava dizendo à Senadora Vanessa Grazziotin que quero visitar o Amazonas antes de ir para o Equador.

Sr. Presidente, vou-me permitir um toque pessoal antes de agradecer, mais uma vez, a gentileza. Eu queria registrar a presença aqui dos meus dois filhos, Gabriela e Eduardo, que me honram com a presença. Sempre é bom ter a família junto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Pedimos que levantem para que os conheçamos. (Pausa.)

Sejam bem-vindos.

O SR. CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA – Agradeço aos dois, aqui. Muito obrigado.

A mãe vai ficar muito orgulhosa de eles estarem aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Não havendo mais questionamentos aos embaixadores, de acordo com o disposto no Inciso IV, do art. 52, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo primeiro do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será, agora, transformada em secreta para a apuração dos votos.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é tornada secreta às 11 horas e 37 minutos e é reaberta às 11 horas e 40 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – A reunião está reaberta.

Quero comunicar o resultado dessa deliberação das indicação dos embaixadores.

E vamos ao resultado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Doze votos favoráveis. Todos. Unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Unânime, então.

E, com muita honra e votos de muito êxito na nobre missão, o Embaixador Arthur Henrique Villanova Nogueira para a Mauritânia e Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira para o Equador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sr. Presidente, estamos numa fila, eu gostaria até de fazer a relatoria do Embaixador Baena, Rodrigo Baena Soares – sou relatora – mas penso que poderíamos pedir urgência para o Plenário para a votação dos embaixadores. Isso daria celeridade maior ao processo, já que há outros embaixadores que temos que sabatinar na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – A informação que tenho é que não há necessidade dessa urgência, porque eles entram na Ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Melhor. Melhorou bastante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Os ilustres embaixadores estão dispensados. Foi um prazer recebê-los.

E vamos seguir a reunião, porque a Senadora Ana Amélia tem um relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu tenho um relatório, sim, e gostaria de apresentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Pois não.

Então, tem a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria apenas cumprimentá-los.

Os embaixadores poderiam ficar o tempo todo, mas penso que eles estão dispensados da parte protocolar ou, digamos, da parte mais burocrática da nossa reunião.

Desejo sucesso ao Embaixador Arthur Henrique e ao Embaixador Carlos Alfredo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) –

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Mi-

nistério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, antes de apresentar meu relatório, eu gostaria de ressaltar a iniciativa da Comissão de Relações Exteriores, na figura do Presidente Aloysio Nunes Ferreira, e, sobretudo, o apoio que o Presidente da Casa, Renan Calheiros, ofereceu, na cobertura e no apoio logístico, para que um grupo de 10 Senadores tivesse no dia de hoje, às 8h30, iniciado uma viagem até Caracas, capital da Venezuela, para uma visita e um contato direto e pessoal com as esposas das líderes oposicionistas que foram presos, e continuam presos, na Venezuela.

A viagem começou às 8h30 da manhã de hoje. São 10 Senadores presentes, e a previsão é a de que às 13h30, horário de Brasília, 12h30, horário de Caracas, a comitiva brasileira de Senadores, de vários partidos, chegue à capital venezuelana.

Faço este registro porque gostaria muito de ter integrado essa comitiva, mas, por conta da agenda na Comissão de Agricultura, em que fizemos também uma breve reunião, a despeito do fato de estarmos com a cerimônia do funeral do ex-Presidente da Câmara Paes de Andrade, reduzimos a questão deliberativa, adiando uma audiência pública.

Também penso que tenha sido oportuno que se tenha mantido na CRE a realização desses procedimentos, mesmo que V. Exª tenha dito que agora é praxe a apreciação dos nomes, numa espécie de *fast track*, que era o que sempre pretendíamos e queríamos aqui, na Comissão de Relações Exteriores. Nem sempre foi assim. Por isso o meu pedido de apreciação, no plenário do Senado, dos embaixadores aprovados por unanimidade na manhã de hoje.

Volto à questão da visita dos Parlamentares à Venezuela, destacando a atuação exemplar do Presidente, Renan Calheiros, na obtenção de uma aeronave oficial da Força Aérea Brasileira; o próprio apoio do Ministro da Defesa, Jaques Wagner, que é o chefe das Forças Armadas, da própria Força Aérea Brasileira.

Tenho convicção de que essa missão será bem-sucedida, quanto mais não seja para dar visibilidade a uma questão crucial, que são as limitações democráticas na Venezuela, com o silêncio imposto por um regime duro aos líderes da oposição. A Venezuela, que está no Mercosul, deveria respeitar uma das cláusulas mais importantes do Mercosul, que é a cláusula democrática.

Faço este registro como um apelo até das autoridades brasileiras e dos outros países integrantes do Mercosul, para que o cumprimento dessa cláusula democrática seja respeitado pela Venezuela.

Renovo os cumprimentos ao Senador Aloysio Nunes Ferreira e ao Presidente do Senado, Renan Calheiros.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Vou limitar o relatório. É um relatório longo, de sete páginas.

Eu conheço o Embaixador, candidato, Rodrigo Baena Soares. Ele tem uma formação acadêmica exemplar, do ponto de vista da formação acadêmica na área diplomática das relações exteriores, e também desempenhou funções relevantes não só nas Nações Unidas, mas também em Assunção, na Embaixada, na Embaixada em Paris e na Embaixada em Buenos Aires. Também desempenhou uma função importantíssima chefiando delegações como a delegação brasileira na IX Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-Americano, ano passado, entre outras.

Recebeu várias condecorações de uma carreira que sempre foi, na ascensão, por merecimento, por dedicação.

Ele servirá o Brasil na República de Moçambique, que conta com uma população de 25,8 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto da ordem de US$16,5 bilhões, dados de 2014 fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional.

No que diz repeito às relações bilaterais com o Brasil, cabe destacar que nosso País reconheceu a independência de Moçambique em 15 de novembro de 1975, no mesmo ano de sua proclamação.

A partir do ano 2000, iniciou-se uma série de visitas de alto nível, como as visitas do Presidente Lula, que visitou Moçambique três vezes, em 2003, 2008 e 2010.

Quando da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em julho de 2012, o Vice-Presidente Michel Temer esteve em Maputo, capital de Moçambique, para participar de encontros no âmbito da CPLP, tendo também cumprido extensa agenda bilateral. Em 2013, a Presidente Dilma Rousseff encontrou-se com seu homólogo moçambicano às margens da V Cúpula dos Brics, que teve lugar em Durban, cidade da África do Sul.

No tocante à cooperação entre os dois países, Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A cooperação bilateral envolve projetos como o Projeto da Universidade Aberta em Moçambique e a Fábrica de Antirretrovirais e outros Medicamentos. Há também diversos outros projetos nas áreas de saúde e educação; desenvolvimento urbano, previdência social, entre outros.

No âmbito dos projetos regionais, cabe destacar o programa regional de fortalecimento do setor algodoeiro em Moçambique e Malauí, desenvolvido com recursos originários da resolução do contencioso Brasil contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Existem também programas trilaterais, desenvolvidos com organismos multilaterais ou com outros países, como o apoio ao desenvolvimento do programa de alimentação escolar do país, implementado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), bem como outros programas desenvolvidos em parceria com os Estados Unidos, Alemanha e Japão.

Cabe destaque para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). O PEC-PG oferece bolsas de estudo para estrangeiros de países em desenvolvimento no Brasil para a formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* oferecidos no sistema educacional brasileiro. Entre os países participantes, Moçambique submete o maior número de candidaturas. Desde 2005, 260 moçambicanos foram contemplados.

Quanto à comunidade brasileira vivendo em Moçambique, ela vem crescendo em função da intensificação das atividades das empresas brasileira instaladas naquele país. O Ministério das Relações Exteriores estima que cerca de 3.500 brasileiros vivem em Moçambique. Eles se concentram na capital, Maputo, em Tete, em torno da mineração da Vale do Rio Doce, em Moatize, e, mais recentemente, em Nacala, em função das obras no Aeroporto de Nacala, executadas pela Odebrecht. Cabe destacar que, além do aeroporto, há três outros projetos em Moçambique com financiamento oficial brasileiro aprovado: Transportes Públicos Maputo-Matola – BRT; Zona Franca Industrial de Nacala e Barragem de Moamba Major. O Programa Mais Alimentos Internacional também conta com financiamento oficial brasileiro aprovado.

Na África, os principais parceiros de Moçambique são a África do Sul, que faz fronteira e ocupa posição de destaque nas relações diplomáticas e econômicas daquele país; e o Zimbábue, parceiro e aliado histórico de Moçambique.

Membro fundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Moçambique confere prioridade à organização, que é sempre citada como critério de preferência em apoios a candidaturas brasileiras em foros internacionais. Ademais da CPLP, Moçambique valoriza as suas relações com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

No que diz respeito à economia e ao comércio moçambicanos, é importante destacar que em 2014 o país cresceu 8,3% – bom seria se no Brasil fosse assim também –, e prevê-se que continuará a crescer em ritmo acelerado, oferecendo interessante oportunidade para investimentos brasileiros no setor de produção e transmissão de energia. Encontra-se entre os países de maior potencial energético da África.

Entre os setores da indústria em que se estima ter havido maior crescimento em 2014 e que, portanto poderão significar oportunidade para investimentos brasileiros, estão: fabricação de cimento; fabricação de produtos metálicos, máquinas e equipamentos; indústrias alimentares e de bebidas; indústria do tabaco; fabricação de mobiliário; indústria metalúrgica de base, entre outras.

No tocante ao comércio bilateral, o País foi o 15º destino das exportações moçambicanas. Em 2014, Moçambique exportou para o Brasil, principalmente combustíveis e tabaco e sucedâneos. Importou do Brasil carnes, obras de ferro ou aço, máquinas elétricas e mecânicas, e farelo de soja, entre outros. O intercâmbio comercial entre o Brasil e Moçambique alcançou, em 2014, US$74 milhões, com saldo favorável ao Brasil da ordem de US$53 milhões.

O Reino da Suazilândia – que será cumulativo à Embaixada em Maputo – conta com cerca de 1,2 milhões de habitantes. Embora já tenha havido visitas de delegações suazis em nível ministerial ao Brasil, ainda não se registrou a presença de mandatários brasileiros em visita oficial à Suazilândia.

Em junho de 2014, por ocasião da apresentação de credenciais da então Embaixadora do Brasil em Mbabane ao Rei Mswati III, esse manifestou interesse em estabelecer cooperação com o Brasil nos setores de turismo e esportes, tendo mencionado a possibilidade de treinamento de técnicos de futebol suazis no Brasil.

Entretanto, nenhum projeto de cooperação está em andamento, encontrando-se o Acordo de Cooperação Técnica assinado em 2008 por Brasil e Suazilândia ainda em processo de ratificação. Não obstante, está prevista a realização de visita de estudos ao Brasil de missão do Ministério dos Recursos Naturais e Energia para conhecer a experiência brasileira no processo de produção, mistura, distribuição, controle de qualidade e aspectos comerciais relativos a biocombustíveis.

Em matéria de política externa a Suazilândia mantém bom relacionamento com a África do Sul, Estados Unidos e Taiwan, um dos principais investidores no país. É membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e da União Aduaneira da África Austral.

O intercâmbio bilateral entre o Brasil e a Suazilândia cresceu 12,4% entre 2005 e 2014. Contudo, em comparação com o ano de 2013, as trocas sofreram forte retração em 2014, da ordem de 53,3%. O recuo deveu-se principalmente pela diminuição das exportações brasileiras para aquele mercado. No primeiro bimestre deste ano, o déficit brasileiro foi de US$19 mil, ante superávit de US$143 mil, ocorrido no mesmo bimestre do ano de 2014. O Brasil exporta para a Suazilândia químicos inorgânicos, calçados, instrumentos de precisão, cerâmicos e máquinas mecânicas e importa açúcar, máquinas mecânicas, instrumentos de precisão e máquinas elétricas.

Segundo informa o documento encaminhado pelo Itamaraty, não há registro de brasileiros na Suazilândia, assim como não há registro de investimentos brasileiros, segundo o Banco Central.

A República de Madagascar – que é outra responsabilidade de cobertura da Embaixada do Embaixador Rodrigo Baena Soares – conta com 22,9 milhões de habitantes e PIB de US$11 bilhões. As relações diplomáticas entre o Brasil e Madagascar foram estabelecidas em 1996. Em 2008, delegação de seis profissionais de saúde de Madagascar participou de treinamento em saúde materno-infantil aqui no Brasil.

Posteriormente, a crise política vivida por Madagascar impediu a concretização de outro projeto de cooperação, programado para ocorrer em 2009.

Não há registros de cidadãos brasileiros vivendo em Madagascar ou de empréstimos e financiamentos oficiais brasileiros para essa região. No que diz respeito ao comércio bilateral, as trocas evoluíram de US$12,7 milhões para US$24,6 milhões entre 2005 e 2014. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil, com superávits de US$31 milhões, em 2012; US$17 milhões, em 2013; e US$23 milhões, em 2014.

O Brasil vende açúcar, farelo de soja, pneus novos de borracha, caramelos – balas –, confeitos, dropes, pastilhas e tratores para Madagascar e compra vestuário, produtos químicos orgânicos, óleos essenciais e resinoides, pedras preciosas e obras de couro.

A informação enviada pelo Itamaraty aponta oportunidades para as exportações brasileiras em diversos segmentos, tais como: arroz – olha que boa notícia para o Rio Grande –, medicamentos, açúcar, automóveis para transporte de mercadorias, barras de ferro ou de aço, óleo de dendê, torneiras e válvulas para canalizações, massas alimentícias, óleo de soja e preparações alimentícias ou rações para animais.

Esse é o meu voto ao competente Embaixador Rodrigo Baena Soares, o que é da genética: o pai era embaixador e a mãe, Gláucia, era pelotense, gaúcha de Pelotas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – É um nome muito conhecido.

Em discussão a matéria referente à indicação do Embaixador Baena Soares, para a República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedido vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Para encerrar, passamos ao item 4.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Como sou o Relator desta indicação, peço a gentileza do nosso eminente Senador Antonio Anastasia para presidir, por instantes, esta reunião. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com a palavra, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. José Borges dos Santos Júnior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

A Mensagem Presidencial nº 16, de 23 de abril de 2015, que submete as referências do Indicado, é encaminhada pela Exposição de Motivos Nº 00144/2015 MRE, de 8 de abril de 2015.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Indicado ingressou no Instituto Rio Branco (IRBr) em 1979, tendo concluído o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), do mesmo Instituto, em 1985 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2003, onde defendeu a tese Colômbia: Perspectivas de Resolução do Conflito Interno.

Destacam-se, entre os importantes cargos ocupados junto à burocracia no Itamaraty na Esplanada: Coordenador-Executivo substituto do Departamento do Serviço Exterior (1991-1992); assistente da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço (1992-1993); Diretor do Departamento de Administração Geral da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) (2002-2003); Chefe da Divisão de Serviços Gerais (2003-2005); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (2009-2010); Diretor do Departamento do Serviço Exterior (2010-2013); e Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, cargo que ocupa desde 2013.

Entre as missões permanentes no exterior, destacam-se o Consulado-Geral em Londres (1983-1986); a Embaixada em Camberra (1986-1989); o Consulado-Geral em São Francisco (1991-1991); a Embaixada em Bruxelas (1993-1996); a Embaixada em Bogotá (1998-2002); o Consulado-Geral em Los Angeles (2005-2006); e o Escritório Financeiro em Nova Iorque (2006-2008).

Em razão de sua destacada atuação, foi laureado com a Ordem do Mérito da República Italiana, grau Oficial (1997); a Medalha Mérito Tamandaré, Brasil (1997); a Ordem da Coroa, Bélgica, grau Oficial (2000); e a Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz (2014).

Cumpre destacar que o Relatório encaminhado pela Chancelaria menciona que as relações bilaterais entre Brasil e Suíça foram densificadas em 2008, com a assinatura de um memorando de entendimento para parceria estratégica e que a cooperação é destacada em áreas como ciência e tecnologia, saúde, energia, meio ambiente, sendo aí potencial a cooperação em nanotecnologia e tecnologia da informação e das comunicações.

O Brasil é considerado o principal parceiro comercial da Suíça na América Latina e o 19º maior parceiro na escala geral. A Suíça, por sua vez, é o 25º parceiro econômico mais importante do Brasil, segundo dados de 2013.

Na última década, o crescimento do comércio bilateral ficou em quase 270%, tendo as exportações brasileiras aumentado aproximadamente sete vezes. Constam da pauta exportadora ouro, alumínio, suco de laranja e carne. As importações oriundas da Suíça concentram-se em medicamentos, máquinas e produtos químicos.

Há presença de importantes empresas brasileiras na Suíça: Vale, Suzano, Safra Sarasin; e há o reverso: Nestlé, Roche, Novartis.

Os investimentos suíços no Brasil concentram-se em bens de baixo valor agregado, embora a Suíça seja um dos maiores centros de inovação tecnológica do mundo.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito desse relatório.

Quanto ao relacionamento bilateral com Liechtenstein, destaca-se o valor global das exportações brasileiras, totalizando US$1.037.094, tendo aumentado em 70,76% em relação a 2012, concentrando-se, mormente, em "outras partes para motores de explosão" e "outras obras de ferro e aço". No que tange às importações provenientes do principado, o total registrado em 2013 foi de US$12 milhões e decresceu 29% em relação a 2012. A pauta ora se concentra em dois itens: "outros artigos e aparelhos de prótese dentária" e "outros produtos para obturação dentária".

O Banco Central do Brasil registra que os investimentos bilaterais não se traduziram em instalação efetiva de empresas, configurando-se operações de triangulação de investimentos.

Vige com o principado acordo para a isenção de vistos.

É o que cabe aduzir no âmbito desta Relatoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Lasier.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Devolvo a Presidência ao Senador Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado.

Estamos, então, com os temas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu não mencionei algo – e preciso corrigir, por questão de justiça – no relatório sobre a visita dos nossos colegas Senadores à Venezuela. Não só o Ministério da Defesa, através do Ministro Jaques Wagner, e o Presidente Renan Calheiros, na intercedência, para que essa missão fosse desempenhada com êxito no que tange à logística e no que tange ao comportamento e ao desempenho dos nossos Parlamentares – registre-se –, quero também mencionar o apoio que o Itamaraty, na pessoa do Embaixador brasileiro em Caracas, Ruy Pereira, que, até pouco antes de assumir essa missão, estava no Mercosul, em Montevidéu, está desempenhando também no apoio logístico à comitiva brasileira, aos Senadores brasileiros. Então, registro, por uma questão de justiça, também essa colaboração que é muito importante nessa missão, que tem uma relevância mais que bilateral, uma relevância multilateral na região e fora dela também.

Muito obrigada pela oportunidade.

Era essa a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Muito oportuno o seu registro. Estamos aqui na expectativa de êxito. Que tenhamos bons resultados com essa comitiva que, neste momento, já está quase chegando a Caracas.

Dito isso, podemos encerrar a reunião de hoje, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2015.

Às dez horas e catorze minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Cristovam Buarque, Ana Amélia, José Agripino, Tasso Jereissati, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Romero Jucá, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Assina a lista de presença o Senador não membro desta Comissão Davi Alcolumbre. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das duas Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente consulta a comissão sobre a inclusão de três itens extrapauta. Usa a palavra o Senador José Agripino e a Senadora Ana Amélia. A inclusão dos três itens é aprovada. EXTRAPAUTA: ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA, celebrado em Brasília, em 23 de setembro de 2014." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 258, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América relativo a Medidas de Segurança para a Proteção de Informações Militares Sigilosas, assinado em Santa Cruz, Bolívia, em 21 de novembro de 2010, e Emenda, assinada em Brasília, em 9 de junho de 2015." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador José Agripino, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. ITEM 6) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Washington, em 12 de abril de 2010." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Jorge Viana, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. PAUTA – 1ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 51, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, subscrito pelos Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, que "Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, a fim de explicar, perante esta Comissão, os lamentáveis episódios ocorridos com os Senadores brasileiros em visita oficial à Venezuela." Lido o Requerimento. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 52, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, subscrito pelos Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, que "Requeiro, nos ter-

mos regimentais, seja solicitado ao Ministro das Relações Exteriores, Senhor Embaixador Mauro Vieira, a convocação do Embaixador do Brasil na Venezuela para consultas." Lido o Requerimento. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 53, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, subscrito pelos Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, que "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Embaixador do Brasil na Venezuela, Senhor Ruy Carlos Pereira, com o objetivo de prestar esclarecimentos, perante esta Comissão, sobre os lamentáveis episódios ocorridos com os Senadores brasileiros em visita oficial à Venezuela." Lido o Requerimento. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA para debater o estreitamento dos laços entre o Brasil e os Estados Unidos da América e verificar quais oportunidades de ampliação do comércio bilateral podem ser implantadas. Convidado: Armando Monteiro, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Presidente convida a compor a mesa o Ministro Armando Monteiro. Usa a palavra o Senador Tasso Jereissati. O Presidente concede a palavra ao Ministro para fazer sua exposição. Usam a palavra os Senadores Hélio José, Antonio Anastasia, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Ronaldo Caiado e Tasso Jereissati. MUDANÇAS NA PRESIDÊNCIA: 1) Às doze horas e oito minutos assume a presidência o Senador Tasso Jereissati; e às doze horas e nove minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. 2) As doze horas e trinta e dois minutos assume a presidência o Senador Antonio Anastasia; e às doze horas e trinta e quatro minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra ao Ministro e este responde os questionamentos apresentados. O Presidente agradece a presença do Ministro. Audiência Pública realizada. É deliberado o EXTRAPAUTA: ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 54, de 2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216, do RISF, que sejam prestadas pelo Sr. Carlos Eduardo de Souza Braga, Ministro de Minas e Energia, as seguintes informações: 1. Qual foi o valor total do empréstimo já contratado da Petrobrás junto ao Banco de Fomento da China, o prazo e a taxa de juros? 2. De que forma se dará o pagamento desse empréstimo se com recursos financeiros ou integralmente com barris de petróleo? 3. Em caso de inadimplência, esse tipo de financiamento com o pagamento em barris de petróleo tem preferência em relação aos demais credores da empresa? 4. Há nesses empréstimos da Petrobras junto ao Banco de Fomento da China algum tipo de condicionalidade, especialmente com relação a privilégios na contratação de trabalhadores estrangeiros e importação de produtos e serviços de empresas baseadas em outros países?" Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e oito minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Eu consulto os meus colegas se podemos incluir, extrapauta, três projetos que tratam de acordos do Brasil com os Estados Unidos da América. Um deles é o PDS nº 236, de 2015, sobre cooperação em matéria de defesa; o outro é o PDS nº 257, de 2015, para a melhoria da observância tributária internacional e implementação do FATCA; e o outro é o PDS nº 258, de 2015, relativo à medida de segurança para proteção de informações militares sigilosas.

Se não houver objeção...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, acho que é mais do que recomendável. Tendo em vista a viajem anunciada da Presidente Dilma para o encontro com o Presidente Obama, acho que esse tipo de acordo, se puder ser aprovado e ela levar o resultado, é mais do que conveniente ao interesse do País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria ratificar a manifestação do Senador Agripino e renovar aquilo que, no Plenário do Senado, ontem, eu reafirmei, destacando a iniciativa de V. Exª, que, a despeito de qualquer divergência política com o Governo, assumiu, como Presidente desta Comissão, uma atitude de Estado.

E, tomando por fundamento essa visita que a Presidente da República fará aos Estados Unidos, em compromisso com o Presidente Barack Obama, V. Exª empenhou-se em tratar dessas matérias que estavam

em tramitação já há muito tempo no Senado Federal, o que a Comissão prontamente fará, atendendo a uma responsabilidade institucional. E pedindo novamente que o Executivo seja mais célere no envio à Comissão de Relações Exteriores desses acordos para que tenhamos também uma produtividade adequada ao que se espera de nós o cidadão, o País e os países com quem o Brasil tem firmado os respectivos acordos.

Cumprimentos a V. Exª pela iniciativa e pela atitude.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Não havendo objeção, estão incluídos esses itens extrapauta.

Eu concordo e creio que entre nós, Senador Agripino e Senadora Ana Amélia, não há discrepância. Há determinadas questões, e eu penso que a política externa e a política de defesa comportam inúmeras dessas questões, sobre as quais é preciso que busquemos um grau mais amplo possível de consenso.

Na nossa Comissão de Relações Exteriores, desde o início dos nossos trabalhos, verificou-se uma opinião largamente predominante da necessidade, digamos, de que em nossa política externa nós, cada vez mais, procuremos inserir o Brasil nas relações internacionais com os países onde há maior dinamismo econômico, maiores afinidades culturais, sem prejuízo evidentemente da linha tradicional que vem sendo seguido pelo Itamaraty.

Eu sinto que há inegavelmente movimentos nesse sentido – é preciso constatar. A viagem da Presidente Dilma ao México é um deles; a ida aos Estados Unidos é outro; temos uma visita programada da Presidente ao Japão; vamos receber o Presidente do Peru proximamente; o Primeiro Ministro da China. Enfim, as coisas começam a mudar no sentido que eu considero – e, aliás, a maioria da Comissão de Relações Exteriores também – positivo. E cabe a nós estimularmos esse movimento positivo.

Por essa razão, incluímos hoje, para que a visita da Presidente Dilma aos Estados Unidos tenha condições de ter o maior êxito possível, a apreciação aqui desses acordos, esperando que tenhamos hoje quorum no Plenário para poder votá-los ainda hoje à tarde.

Passo inicialmente a palavra ao Senador José Agripino, para apresentar o seu relatório...

Desculpe, primeiramente, a Senadora Ana Amélia.

A Senadora Ana Amélia é Relatora do Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2015.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 257, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA, celebrado em Brasília, em 23 de setembro de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Para agilizar, Senador, vou direto à análise, dispensando a leitura do relatório.

O ato internacional sob análise é composto de 10 artigos e dois anexos. Ele objetiva, como o nome indica, melhorar a observância tributária internacional, bem como a implementação da Lei de Conformidade Fiscal de Contas Estrangeiras, *Foreign Account Tax Compliance Act* (FATCA). Cuida-se de diploma legislativo estadunidense que entrou em vigor em 2010 e que prevê efeitos para instituições financeiras brasileiras a partir de 2015.

Nesse sentido, é oportuno destacar da exposição de motivos mencionada a seguinte passagem:

O FATCA [sigla desse Acordo] busca combater a evasão fiscal de cidadãos e de empresas norte-americanas, por meio da coleta de informações de correntistas/investidores norte-americanos que apliquem recursos em instituições financeiras localizadas em outros países. As instituições financeiras estrangeiras que não cumprirem as regras do FATCA serão taxadas em 30% sobre valores recebidos de transações financeiras com os EUA; 44 países já assinaram acordos com os EUA semelhantes ao que foi assinado pelo Brasil. Outros 58 rubricaram o texto final e assinarão acordos até dezembro de 2014 [aqui, no caso, não é "assinarão", mas "assinaram", porque esse Acordo já é do ano anterior], data limite para que as instituições financeiras desses países não sejam afetadas pelas multas previstas no FATCA.

Brasil e EUA já possuem acordo em vigor para intercâmbio de informações tributárias (Tax Information Exchange Agreement – TIEA), compatível com a modalidade de intercâmbio automático, o qual será comple-

mentado pelo presente Acordo. Pela sistemática prevista, as informações prestadas pelas instituições financeiras brasileiras serão encaminhadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e, posteriormente, intercambiadas com o Internal Revenue Service – IRS, órgão de administração tributária do Governo dos Estados Unidos. Como o acordo exige a reciprocidade, a RFB também receberá informações sobre movimentações financeiras de cidadãos brasileiros em instituições financeiras estabelecidas nos Estados Unidos, dotando a Receita Federal de instrumento valioso para as ações de combate à elisão fiscal.

Vale lembrar, ainda, que o Acordo em apreciação está em consonância com o atual cenário internacional de busca por maior transparência tributária, de maior cooperação entre as administrações tributárias e de combate à prática da elisão fiscal. O documento em análise busca, por igual, combater o planejamento tributário abusivo, considerado pelos países do G-20 como um dos agravantes da crise financeira global. Essa percepção se dá por conta da erosão da base tributária dos Estados e de seu impacto nos orçamentos nacionais.

Trata-se, em síntese, de moderno instrumento de combate a essas formas de proceder. Ele, por certo, haverá de contribuir na luta contra a fraude e a evasão fiscal, práticas que subtraem dos governos receitas necessárias à recuperação do crescimento econômico. O tratado consolida, também, a confiança dos contribuintes na higidez do sistema tributário e na justiça fiscal. O texto, por fim, é compatível com as diretrizes nacionais de cooperação com a transparência e com o combate a ilícitos em âmbito global.

Vê-se, pois, que o ato internacional em análise é conveniente aos interesses nacionais dos dois países.

Voto.

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2015.

Esse é o voto, com os meus agradecimentos, Senador Aloysio, à Consultoria Legislativa do Senado Federal, que, em curto e exíguo espaço de tempo, conseguiu elaborar esse relatório, graças à compreensão deles da urgência e da importância e relevância do assunto.

Então, com os meus agradecimentos, o voto é pela aprovação desse Acordo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigada, Senadora.

Em verdade, com os agradecimentos de todos nós.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a votação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Vamos agora ao próximo item, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2015.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 258, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América relativo a Medidas de Segurança para a Proteção de Informações Militares Sigilosas, assinado em Santa Cruz, Bolívia, em 21 de novembro de 2010, e Emenda, assinada em Brasília, em 9 de junho de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador José Agripino.

Relatório: Pela aprovação.

V. Exª tem a palavra, Sr. Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a matéria que me é entregue para relatar tem origem num acordo assinado em Santa Cruz, na Bolívia, em 2011.

Ocorre que, para adequação a dispositivos da Lei nº 12.527, de 2011, a Lei de Acesso à Informação, a eficácia desse acordo foi sustada para que os dois países – Brasil e Estados Unidos – pudessem discutir a Lei de Acesso à Informação e fazer adequações e produzir o texto que ao final foi produzido e cujo relatório eu apresento com as recomendações.

O texto do Tratado contempla 24 artigos. O primeiro artigo dispõe que "as informações militares sigilosas transmitidas direta ou indiretamente por uma Parte à outra, ou a um funcionário ou outro representante da outra Parte", serão protegidas nos termos do Acordo e em conformidade com as leis e os regulamentos do país da Parte destinatária.

Já o art. 2º estabelece que "cada Parte informará prontamente a outra sobre quaisquer alterações nas suas leis e regulamentos que possam afetar a proteção de informações militares sigilosas no âmbito deste Acordo". Nesses casos, as Partes realizarão consultas, como dispõe o Artigo 24, a fim de considerar eventuais emendas ao Acordo. Enquanto isso, assinala o texto, "as informações militares sigilosas continuarão a ser protegidas nos termos dispostos neste Acordo, salvo acordado ao contrário, por escrito, pela Parte transmissora".

No art. 3º começam a surgir as emendas. Os artigos que foram objeto de maior discussão e emendas que foram apostas são os art. 3º, 6º, 16 e 17.

O art. 3º refere-se à classificação das informações sigilosas, graus de sigilo e sua equivalência. Esse artigo foi emendado em 2012 para adequar-se à Lei de Acesso à Informação, que suprimiu o grau de sigilo "confidencial" do ordenamento jurídico brasileiro.

Assim, de acordo com o novo texto submetido ao Congresso Nacional, para o Governo da República Federativa do Brasil, informações militares sigilosas são classificadas como RESERVADO, SECRETO ou ULTRASSECRETO. Já para o Governo dos Estados Unidos da América, as informações militares sigilosas são classificadas como *CONFIDENTIAL, SECRET ou TOP SECRET*.

A Emenda ao art. 3 estabelece que as informações militares sigilosas deverão seguir as seguintes equivalências:

a) Informações militares sigilosas classificadas como RESERVADO pelo Governo da República Federativa do Brasil deverão ser tratadas como CONFIDENTIAL pelo Governo dos Estados Unidos da América.

b) Informações classificadas como CONFIDENTIAL pelo Governo dos Estados Unidos da América deverão ser tratadas como "SECRETO" pelo Governo da República Federativa do Brasil.

c) As classificações SECRETO e SECRET terão o mesmo grau de equivalência.

d) As classificações TOP SECRET e ULTRASSECRETO terão o mesmo grau de equivalência.

É estabelecido no art. 4º que os entendimentos de implementação no âmbito do Acordo poderão ser desenvolvidos pelos agentes executivos das Partes, sendo o Ministério da Defesa pelo Brasil e o Departamento de Defesa pelos Estados Unidos da América.

De acordo com o art. 5º, "nenhum indivíduo terá direito de acesso a informações militares sigilosas exclusivamente em virtude da patente, nomeação ou credencial de segurança". Esse acesso será concedido apenas àqueles "cujas funções oficiais exijam tal acesso e aos quais tenha sido concedida uma credencial de segurança, em conformidade com as normas prescritas pela Parte destinatária".

Também se encontra no art. 5º que "as Partes assegurarão que: a) a Parte destinatária não revelará as informações a governo, pessoa, firma, instituição, organização ou outra entidade de um terceiro país sem autorização prévia, por escrito, da Parte transmissora; b) a Parte destinatária tratará as informações com um grau de proteção equivalente ao fornecido pela Parte transmissora; c) a Parte destinatária não usará as informações para nenhum outro artigo, além daquele para o qual foram transmitidas, sem a prévia autorização escrita da Parte transmissora; d) a Parte destinatária respeitará direitos privados como patentes, direitos autorais ou sigilo comercial que incidam sobre as informações; e) cada instalação ou estabelecimento que manuseia informações militares sigilosas manterá um registro das credenciais de segurança dos indivíduos naquela instalação ou estabelecimentos, os quais serão autorizados a ter acesso a tais informações; f) ao remeter informações militares sigilosas orais, serão usados recursos de criptografia correspondentes ao grau de classificação; e g) as informações não terão seu grau de sigilo reclassificado, nem serão desclassificadas sem autorização escrita da Parte transmissora".

O art. 6º que sofreu emendas em 2012 refere-se à credencial de segurança fornecida aos indivíduos para que estes tenham acesso às informações sigilosas. Assim é que o novo texto dispõe que cada país deverá conduzir investigação apropriada e suficientemente detalhada com vistas a determinar a adequabilidade de um indivíduo para acessar informação militar sigilosa; e que, de acordo com art. 1º do Acordo, a decisão de conceder uma credencial de segurança ao indivíduo basear-se-á nas leis e nos regulamentos nacionais da Parte.

O art. 7º dispõe sobre a necessidade de uma investigação apropriada, suficientemente detalhada, para garantir o atendimento aos critérios do tratado, a qual será conduzida pelas Partes em relação a qualquer indivíduo a quem se pretenda conceder acesso às informações militares sigilosas abrangidas por este Acordo.

E o art. 8º assinala que a Parte destinatária dará à Parte transmissora garantias de que o funcionário ou o representante tenha o nível necessário de credenciamento em segurança e requer acesso para fins oficiais;

assim como as informações serão protegidas pela Parte destinatária conforme exigido pela Parte transmissora antes que lhes sejam reveladas informações militares sigilosas da outra Parte.

Na forma do art. 9º, haverá autorizações para visitas de representantes de uma Parte a instalações e a estabelecimentos da outra Parte e em que se requeira acesso a informações militares sigilosas, limitando-se às que se façam necessárias para fins oficiais. Essa autorização de visita será concedida apenas pela Parte em cujo território esteja localizada a instalação ou o estabelecimento, ou por autoridades governamentais designadas por tal Parte, ou a Parte visitada ou a pessoa designada será responsável por informar a instalação ou o estabelecimento sobre a visita proposta, assim como sobre o escopo e nível mais elevado de informações militares sigilosas que poderão ser reveladas ao visitante.

Eu estou sendo minudente, Sr. Presidente, porque se trata de um acordo sobre matérias que envolvem sigilo entre corporações militares do Brasil e dos Estados Unidos. Então, a Consultoria fez um trabalho muito bem feito, olhando com lupa cada detalhe, e acho que, como V. Exª coloca essas matérias como extrapauta e o relatório não foi distribuído com a devida antecedência, eu estou fazendo questão de ler com minudência... (*Falha na gravação.*)... os dispositivos para que os membros da Comissão possam se assenhorar daquilo que foi proposto e daquilo que foi *(Fora do microfone.)* objeto de emenda. (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu louvo a (Fora do microfone.) cautela e o zelo de V. Exª, que são habituais no exercício do seu mandato.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Segundo os art. 10 e 11, cada Parte será responsável pela salvaguarda de todas as informações militares sigilosas de outra Parte enquanto estas estiverem em trânsito ou armazenadas em seu território, e pela segurança de todas instalações e estabelecimentos governamentais e privados em que se mantenham informações da outra Parte, garantido que indivíduos qualificados sejam designados para cada instalação ou estabelecimento, os quais terão a responsabilidade e a autoridade para o controle e a proteção das informações.

O art. 12 dispõe que as informações serão armazenadas de forma a restringir o acesso apenas aos indivíduos autorizados; enquanto o art. 13 estabelece que as informações militares sigilosas serão transmitidas entre as Partes por meio de canais de governo a governo, assinalando os requisitos mínimos de segurança para as informações durante a transmissão.

O art. 14 assevera que "serão instituídos procedimentos de responsabilização e controle para gerir a distribuição de informações militares sigilosas e o respectivo acesso".

Também emendado em 2012, o art. 16 refere-se à destinação dos documentos e outros meios de comunicação contendo a informação militar sigilosa compartilhada no escopo do acordo. Tais informações militares sigilosas deverão, a critério e a expensas da parte receptora, ser devolvidos à parte de origem ou destruídos por incineração, trituração, redução a pasta ou outros meios que impeçam a reconstrução das informações militares sigilosas neles contidos.

O último artigo emendado em 2012 foi o 17. Também se refere à destinação dos equipamentos sigilosos compartilhados no escopo desse acordo: "Tais equipamentos sigilosos deverão, a critério e a expensas da parte receptora, ser restituídos à parte remetente ou destruídos para além do reconhecimento ou modificados de modo a impedir a reconstrução das informações militares sigilosas no todo ou em parte".

O art. 18 dispõe que "em caso de reprodução de documentos ou outros meios de comunicação sigilosos, todas as respectivas classificações originais de segurança também serão reproduzidas ou marcadas em cada cópia", e que "as reproduções de tais documentos ou meios de comunicação serão mantidas sob os mesmos controles impostos aos documentos ou meios de comunicação originais". Também estabelece que o número de cópias será limitado ao necessário para os fins oficiais requeridos.

O que estabelece o art. 19: "Todas as traduções de informações militares sigilosas serão feitas por indivíduos com credenciamento de segurança", nos termos do acordo, limitando-se o número de cópias ao mínimo e controlando-se a respectiva distribuição.

O art. 20 refere-se a procedimentos preliminares à transmissão de quaisquer informações militares sigilosas recebidas da outra parte a uma empresa contratada pelo Governo, ou com a perspectiva de ser contratada pelo Governo, enquanto o art. 21 assevera que "a parte transmissora será informada imediatamente sobre todos os efetivos ou possíveis extravios ou comprometimentos de suas informações militares sigilosas, e a parte destinatária iniciará uma investigação para determinar as suas circunstâncias", com a parte responsável pela investigação obrigando-se a enviar à parte transmissora os resultados da investigação e as informações referentes às medidas tomadas para prevenir a recorrência dos fatos. Os requisitos de segurança dispostos nos artigos anteriores serão implementados "por meio de visitas recíprocas do pessoal de segurança das partes". É o que diz o art. 22.

Na forma do art. 23, "qualquer controvérsia relacionada com a interpretação ou aplicação deste acordo será resolvida mediante consultas e negociações diretas entre as partes, por via diplomática".

Finalmente, o art. 24 refere-se à entrada em vigor do tratado ao processo de emendas e a sua vigência, bem como à denúncia e seus efeitos.

Análise do projeto.

O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade. Sua tramitação observou o disposto nos arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal. Com as emendas de 2012, o Tratado não conflita com a Lei de Acesso à Informação.

O acordo em apreço vem em muito boa hora, uma vez que é premente a necessidade de melhor tratamento das informações sigilosas no âmbito da Administração Pública brasileira. Ainda que tenhamos legislação específica tratando da matéria, iniciativa como a que ora analisamos complementa as regras pátrias.

Sempre é bom lembrar que informação é poder. O Estado e a sociedade, na era da informação, não podem ficar alheios à necessidade de salvaguarda de dados, em especial dos referentes à Defesa Nacional. Nossa cultura costuma ser displicente com o sigilo e com a proteção ao conhecimento. Com isso, aumentam as vulnerabilidades nacionais. Nesse sentido, o ato internacional em análise soma aos esforços internos de proteção da informação.

Aspecto outro importante é o fato de este acordo contribuir para o fomento das boas relações com os Estados Unidos da América, parceiro tradicional do Brasil. Nesse sentido, o contexto bilateral que envolve o país com o qual guardamos significativos laços de amizade e cooperação há de dar o tom para o mesmo relacionamento com outros países.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno à segurança interna, à defesa nacional e às boas relações com um parceiro tradicional do Brasil, e por ser constitucional e legal, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2015.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão o voto do Senador Agripino. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado. Vai ao plenário.

Agora, o próximo item...

Pois não, Sr. Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, tanto o Senador José Agripino quanto eu, somos subscritores, aqui, dos Requerimentos, do Senador Ricardo Ferraço, nºs 51, 52, 53. Assim, eu gostaria de saber de V. Exª se poderei, como subscritor desses requerimentos, defendê-los aqui, na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É o tema logo em seguida, Sr. Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Passo a palavra, agora, ao nosso colega, Senador Jorge Viana, que é o Relator do item seguinte,

EXTRAPAUTA

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 256, de 2015

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Washington, em 12 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, como bem externou o Presidente, Senador Aloysio, a mensagem veio acompanhada da Exposição de Motivos nº 91, de 12 de março de 2015, do Ministro de Estado das Relações Exteriores e da Defesa.

O referido acordo tem como objetivo fortalecer a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos no campo da defesa, com ênfase nas áreas de tecnologia, sistemas, equipamentos de defesa, aquisição de material de defesa, troca de informações e experiências, e exercícios e treinamentos conjuntos.

O acordo estabelece que a cooperação em defesa, entre os dois países signatários, poderá incluir visitas de delegações de alto nível, entidades civis, militares, contatos de nível técnico, encontros entre instituições de defesa, troca de cooperação de pessoal, participação em eventos, enfim. E também cada signatário será responsável por custear as suas próprias despesas no âmbito do acordo.

O acordo deverá constituir um marco importante na cooperação bilateral na área da defesa. Contribuirá, ademais, para o estabelecimento de um novo patamar de relacionamento entre os dois países.

Ressalto que o acordo inclui cláusula expressa que dá garantia com respeito aos princípios de igualdade na soberania dos Estados.

Análise.

De acordo com o inciso I do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão emitir parecer sobre "proposições referentes aos atos e relações internacionais". O objetivo do acordo é promover a cooperação na área da defesa entre Brasil e Estados Unidos.

O acordo não viola a soberania nacional, fundamento da República Federativa do Brasil, como estabelece a Constituição; e contribui para garantir o desenvolvimento nacional, objetivo fundamental do Brasil.

Ele observa vários princípios das relações internacionais, como a independência nacional, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Assim, Sr. Presidente, o acordo é conveniente e oportuno para os interesses nacionais e merece ser, no meu juízo, aprovado.

Já o projeto de decreto legislativo não apresenta vícios de qualquer natureza.

Voto.

Em face do exposto, manifesto-me pela aprovação, já que são atendidos, conforme requer o Regimento do Senado e a Constituição, os preceitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e há a adequação à técnica legislativa.

Meu voto, então, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 256, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está em discussão o relatório do Senador Jorge Viana. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Nós estamos ainda aguardando a presença do Ministro Armando Monteiro, que, convidado para participar de uma reunião conosco, vai falar sobre o tema da política comercial brasileira.

O Ministro publicou, aliás, um bom artigo na *Folha de S.Paulo* de ontem, com o título sugestivo: "Mais Brasil no mundo".

Vamos esperar o Ministro, mas, enquanto ele não chega, eu queria abordar o tema levantado agora há pouco pelo Senador Ronaldo Caiado. São três requerimentos que constam da nossa pauta hoje, requerimentos subscritos inicialmente pelo Senador Ricardo Ferraço.

Lembro aos senhores o teor desses requerimentos.

O primeiro requerimento é de convocação do Ministro de Estado e Relações Exteriores a fim de explicar, perante esta Comissão, os lamentáveis episódios ocorridos com os Senadores brasileiros em visita oficial à Venezuela.

O segundo requerimento é, na verdade, uma sugestão ao Ministro, para que convoque o Embaixador do Brasil na Venezuela para consultas.

E o terceiro requerimento é de convite ao Embaixador do Brasil na Venezuela, Ruy Carlos Pereira, com o objetivo de prestar esclarecimentos, perante esta Comissão, sobre os lamentáveis episódios ocorridos com os Senadores brasileiros – entre os quais José Agripino, Ronaldo Caiado e Aloysio Nunes Ferreira – em visita oficial à Venezuela.

Eu queria fazer uma ponderação aos meus queridos colegas sobre a oportunidade de votarmos hoje esse requerimento. O Senador Ferraço está ausente, por uma agenda inescapável no seu Estado, a retomada de uma obra de Santa Engrácia, do aeroporto de Vitória.

Eu gostaria de conversar com o Senador Ferraço sobre os termos do requerimento, por uma razão simples. É claro que os lamentáveis episódios ocorridos na Venezuela estão registrados e deverão ser explicados convenientemente, tanto pelo Governo brasileiro quanto pelo governo venezuelano. Agora, da apresentação do requerimento até hoje, houve fatos novos em relação à Venezuela, fatos importantes, reconhecidos pelos opositores do regime Maduro, conhecidos pelo Governo brasileiro, reconhecidos por nós todos e pela comunidade internacional. O fato importante foi a marcação da data das eleições.

Outro fato muito importante foi o fim da greve de fome dos líderes políticos da oposição que estavam ali, naquela situação que suscitou, inclusive, a nossa visita, o caráter humanitário da nossa visita.

Um terceiro fato é a manifestação do Chanceler brasileiro e também dos demais chanceleres da Unasul sobre a importância de que a missão da Unasul, a missão de mediação, possa trabalhar desde já no acompanhamento da preparação das eleições, uma vez que o processo eleitoral começa agora, em agosto, com a escolha de candidatos, e há uma série de eventos que marcam esse processo, até o início da campanha e, depois, a campanha propriamente dita. De modo que uma comissão que vise assegurar aquilo que os venezuelanos querem, que são eleições limpas, livres, com todos em condições de participar, sem presos políticos, isso não pode ocorrer na véspera.

Então, penso, meus caros colegas, que o teor do convite ao Ministro deveria ser voltado, sem esquecer os episódios passados, para a prospecção da ação no futuro: como o Brasil pode exercer o seu protagonismo, a sua liderança, no âmbito dessa comissão, para garantir, efetivamente, aquilo que todos nós queremos, que são eleições livres capazes de reconciliar os venezuelanos com a democracia.

Portanto, para que possamos discutir, calibrar melhor esse requerimento, à luz dos fatos novos que ocorreram, eu gostaria de conversar com o Senador Ferraço, e não tive essa oportunidade.

Quanto aos demais requerimentos, um é uma sugestão, uma mera sugestão, e o outro é um convite ao Embaixador brasileiro na Venezuela. Acredito que, se o Ministro vier, o objetivo estará satisfeito. Então, é apenas uma questão de oportunidade. Peço a compreensão dos colegas para, se possível, votarmos essa matéria na próxima semana já, na presença do autor, eventualmente tendo calibrado o teor do requerimento para atentar às novas circunstâncias que ocorreram nesse país.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Era só no sentido de, primeiro, cumprimentar V. Exª, e também acho que seria bastante razoável que não se perdesse o conteúdo dos requerimentos, mas que, na próxima semana, pudéssemos ter uma conversa com o Senador Ricardo Ferraço e com os demais colegas que os subscrevem...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E, se me permite, com o próprio Ministro, que, como todos sabemos, está vivendo uma circunstância de luto pessoal. Eu gostaria de conversar com o Ministro também, para que possamos, aos poucos, alinhar o nosso discurso sobre o assunto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu acho que, de fato, o episódio que ocorreu com os colegas Senadores requer uma discussão aqui na nossa Comissão, com autoridades que possam externar a visão do próprio Governo. Não há desacordo sobre isso. O Ministro Mauro, quero dizer de pronto que ele está sempre aberto a vir quantas vezes forem necessárias. Então, qualquer convite que a Comissão lhe faça, ele certamente agendará e virá aqui. Então, já ponho de pronto que essa é a informação que eu tenho do Ministro; ele se coloca à disposição para tratar desse assunto. E V. Exª acerta quando fala, porque nós não temos casos de embaixadores, só se for uma situação... Quando o Ministro vem, certamente, ele é o chefe dos que nos representam no exterior.

Agora, eu queria, seguindo essa linha de V. Exª de que temos episódios novos, inclusive, já deixar aqui uma sugestão. Nós estamos com as eleições marcadas, e eu acho que uma das ideias, por exemplo, é ter... Nós sempre acompanhamos as eleições nos países vizinhos ou em outras partes do mundo. Certamente, inclusive, Senadores que compunham essa missão que não teve condições de poder acontecer em Caracas... Por exemplo, uma ideia é ter uma comissão com membros da oposição que estavam nessa missão para acompanhar as eleições; não desistir de estarmos presentes, de termos os diferentes pensamentos do Senado acompanhando o que acontece na Venezuela. Acho que isso é importante.

Nós não vamos deixar o Senado Federal dizendo: uma parte do Senado não pode cumprir missão na Venezuela. Acho que temos de levar isso adiante, e nisso estou de acordo, mas acho muito ponderado por parte de V. Exª levarmos em conta os episódios e, na semana que vem, nos posicionarmos, botando algumas condicionantes. E uma delas eu acho que é isto: ter um acompanhamento, por parte de Senadores que estavam nessa missão, do processo eleitoral da Venezuela, acompanhando a transparência, acompanhando a posição, inclusive, da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente. Muito obrigado.

Eu colocaria essa matéria...

Pois não, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Veja bem: o autor do requerimento não está aqui, ele que havia solicitado. Mas eu entendo a posição de V. Exª, respeito a decisão da Comissão. Não estou aqui para polemizar, mas apenas para levantar mais um fato que eu gostaria que fosse também elencado entre as preocupações de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Quando nós chegamos aqui, no Brasil, a informação que nós recebemos do Deputado Jungmann é que passou a me preocupar enormemente; ou seja, é como se o Itamaraty fosse apenas um órgão que pudesse tomar decisões e, ao mesmo tempo, dar cobertura, nas embaixadas, à figura da Presidente da República, e que o Legislativo e o Judiciário não gozariam das ações do Itamaraty.

Ou seja, o Itamaraty, sendo uma ação da Presidente da República, ele acompanha; sendo uma missão oficial do Senado Federal, ele pode ou não acompanhar.

Então, sobre essa decisão é que nós precisamos saber, porque, no momento em que nós saímos daqui, fomos num avião da FAB, aterrissamos em Caracas, o embaixador nos recebeu na pista, disse que tinha outros compromissos, e de repente nós entramos numa armadilha daquela...

Ora, se o Itamaraty, se o embaixador não pode nos receber, qual é a mensagem que o Governo brasileiro passou ao governo venezuelano? "Olha, isso é problema de vocês. Eles estão aí, e vocês se virem com eles." Porque, se nós não tínhamos aqui, como missão oficial, a presença do Itamaraty, ou seja, a presença do embaixador brasileiro acompanhando-nos...

A condição dele não era defender o que nós íamos falar; a condição dele era exigir que nós fôssemos tratados, num país que tem acordo bilateral com o País, de acordo com aquilo que são as regras de uma missão oficial em um país. É só isso que nós estamos cumprindo. Nós não estamos pedindo dele declarações a favor ou contra; o que nós estamos pedindo é que cumpra aquela liturgia que é exatamente do acompanhamento de uma missão oficial, porque, senão, o sinal dado é como se nós fôssemos intrusos; como se nós estivéssemos ali exatamente o quê? Intervindo em ações internas do país, sendo que nós nunca fomos lá para isso.

Nós fomos tratar, como V. Exª colocou, como Presidente da Comissão, de uma ação humanitária e, ao mesmo tempo, de um acordo em termos das regras de democracia. Era isso o que V. Exª colocou muito bem em todos os momentos.

Então, apesar de nós termos sido vitoriosos – concordo com V. Exª que foi um resultado que nós obtivemos –, nós precisamos, a partir de agora, saber se uma comissão, ao sair daqui, com missão oficial, terá lá as condições de apoio da Embaixada, do acompanhamento e, ao mesmo tempo, das garantias, para saber se aquela agenda previamente elaborada por V. Exª, muito detalhada, poderá ser cumprida ou não. Então é esse o adendo que faço.

E peço então, na chegada do Senador Ferraço, que possamos colocar a matéria em votação, como V. Exª solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Agradeço a V. Exª.

E realmente essa é uma das questões mais importantes que nós teremos de debater com o Ministro. E, aliás, já foi objeto de vários pronunciamentos nossos tanto lá na Venezuela quanto aqui no plenário do Senado. Há uma nota que eu mesmo divulguei, exatamente externando as mesmas preocupações que V. Exª acaba de externar.

Srs. Senadores, eu tenho a notícia de que o nosso convidado já está presente. Eu pediria, então, que ele pudesse ser conduzido ao plenário da Comissão, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Pela ordem. Eu tenho um requerimento já aprovado nesta Comissão, pedindo informações ao Itamaraty sobre o acordo entre a China e a Argentina, de instalação de uma plataforma de monitoramento de foguetes...

Está chegando o Ministro aí.

Eu gostaria de saber se essas informações já chegaram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Antes de começar a nossa audiência pública, quero tratar agora, Ministro Armando, de uma questão de ordem levantada pelo Senador Tasso Jereissati. Vou tratar na sua presença, porque V. Exª é da Casa.

O ritual, essa tramitação do pedido de informação, Senador Tasso Jereissati, é algo que nós devemos modificar. É urgente, porque um requerimento de informações, seja de um Senador isoladamente, seja um requerimento de informações endossado pela Comissão, por uma das comissões do Senado, como é o caso desse requerimento, tem uma tramitação torturante, longa.

Ele vai para a Mesa Diretora, e o Presidente da Mesa Diretora, então, designa um Relator. Esse Relator não tem prazo para apresentar o seu voto. Esse voto é submetido a uma decisão da Mesa Diretora – é incluído na Ordem do Dia em uma dessas reuniões que a gente não sabe quando vão acontecer. E, depois, é que o Presidente do Senado envia o pedido de informações à autoridade a qual as informações foram solicitadas. Perde-se um tempo enorme com isso, fica-se ao sabor das circunstâncias políticas, do interesse desse ou daquele.

Então, é realmente algo que precisa ser resolvido em um projeto de resolução, com prazos definidos ou, se possível, até saltarmos uma etapa do oferecimento do parecer de um relator no âmbito da Comissão Diretora, para que o próprio Presidente do Senado tenha a função de exercer um filtro da razoabilidade do pedido de informação.

Mas o fato é que está tramitando. Acho que teremos ocasião de fazer essa indagação hoje ao Presidente Renan Calheiros na sessão plenária do Senado. Muito oportuna a lembrança de V. Exª.

Meus caros colegas, nós temos hoje a presença, entre nós, do nosso colega Armando Monteiro. Se, de um lado, a convivência com o senhor nos faz falta, pela sua lucidez, pela sua ponderação, pelo seu espírito público, pela profundidade com que V. Exª sempre, como Senador, examinou os problemas sobre os quais teve que se pronunciar, por outro lado, eu penso que foi muito positiva – do ponto de vista do Brasil – a sua ida para o Ministério.

Eu comentava, antes de o senhor chegar, o seu artigo – o artigo publicado ontem na *Folha de S. Paulo* –, que poderia ser o título da sua exposição hoje: "Mais Brasil no Mundo". É o título da sua exposição. E corresponde este título "Mais Brasil no Mundo" à necessidade de integrarmos a economia brasileira às correntes mais dinâmicas, ao comércio internacional, à troca de tecnologias, de cooperação.

É algo que, há muito tempo, essa Comissão reclama. E eu vejo, na atitude de V. Exª à frente do Ministério, sinais positivos – sempre muito em cooperação com o Itamaraty – de que poderemos seguir esse rumo, para colocar "Mais Brasil no Mundo". Nesse tema, os interesses internos do Brasil, a política econômica, a geração de empregos e o progresso do nosso País exigem uma decisão muito dinâmica do Governo brasileiro, do Itamaraty, dos demais ministros que integram o Governo – porque não há de ser uma ação isolada –, para que nós possamos superar uma situação que V. Exª aponta em seu artigo. Nós somos a sétima economia do mundo, mas ocupamos apenas o vigésimo quinto lugar no *ranking* global das exportações.

Então, isso, para que nós possamos abrir mais a economia, torná-la mais competitiva, participar com maior dinamismo das exportações – inclusive, Ministro, das exportações de mandioca, uma vez que o Brasil hoje é o segundo colocado; o primeiro colocado é a Tailândia.

Com a palavra, então, o nosso querido colega, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Meu caro Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, eu quero expressar a minha satisfação de poder estar aqui e voltar a esta Casa, que eu considero a minha casa. E devo dizer a V. Exª que, apesar de estar motivado no exercício da missão que me foi confiada pela Presidente Dilma, eu sinto muita falta desse convívio. Tive aqui, em quatro anos, a oportunidade de um aprendizado extraordinário, sobretudo podendo usufruir da experiência de vários colegas aqui, que puderam, ao longo desse tempo, me honrar com a sua amizade e a sua confiança.

Então, eu sinto muita falta desta Casa, do debate que aqui se trava. E creio que o Parlamento é essencialmente isto, quer dizer, a convivência das diferentes opiniões, a pluralidade de expressão, que é algo tão importante.

Mas agora, na nova missão, nós estamos em meio a esse cenário desafiador, procurando encontrar caminhos para orientar a ação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Eu quero cumprimentar aqui todos os Senadores presentes a esta reunião, saudando o Senador Caiado, o Senador Hélio, o Senador José Agripino, a minha colega Senadora Ana Amélia, o Senador Tasso, o Senador Antonio Anastasia, o Senador Cristovam e o nosso Relator permanente, o Senador Romero Jucá, meu conterrâneo, que foi emprestado à Região Norte, mas que espero que, um dia, se reintegre para ajudar Pernambuco.

Eu quero dizer que o Senador Fernando Bezerra, meu conterrâneo, que eu acho que ainda deve chegar, foi autor do requerimento que ensejou esta nossa presença. E o requerimento foca a questão da relação com os Estados Unidos, mas eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para discorrer um pouco também sobre a nossa visão em relação à política comercial brasileira, que, a meu ver, deve ser reposicionada – e esse reposicionamento está em curso –, sobretudo na perspectiva de ampliar o processo de maior integração do Brasil aos fluxos de comércio no mundo, integrando-nos, especialmente, às regiões de maior dinamismo.

Como o marco primeiro é o tema da relação com os Estados Unidos, eu gostaria de dizer que os Estados Unidos têm de estar no centro da estratégia comercial brasileira, por todas as razões: a dimensão do mercado, os laços que historicamente temos com os Estados Unidos, os valores que partilhamos, a circunstância de que há no nosso comércio com os Estados Unidos um elemento muito importante, que é a questão de que a nossa corrente de comércio é de produtos de alto valor agregado. Por exemplo, diferentemente do que ocorre com a China, 75% dos bens que nós transacionamos com os Estados Unidos são manufaturados ou semimanufaturados. No ano passado, o Brasil teve uma corrente de comércio com os Estados Unidos que alcançou US$62 bilhões, sendo US$27 bilhões de exportação e US$17 bilhões de produtos manufaturados. Portanto, o Brasil tem no mercado americano uma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Nós temos uma corrente de comércio com os Estados Unidos de US$62 bilhões. Nós exportamos US$27 bilhões no conjunto dos bens, entre básicos, manufaturados e semimanufaturados. Desses US$27 bilhões, US$17 bilhões são bens manufaturados de maior densidade econômica, de maior valor agregado. Os Estados Unidos são o nosso segundo maior parceiro comercial, e o mercado americano é o primeiro destino das manufaturas brasileiras. Portanto, é um comércio que tem um interesse que representa para o Brasil algo muito importante.

E aí eu gostaria, logo, de dizer que, com essa compreensão, a primeira viagem que fiz como Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio foi aos Estados Unidos. Em fevereiro, no âmbito da relação MDIC e Departamento de Comércio dos Estados Unidos, nós fizemos uma proposta de agenda. Essa agenda nasce da compreensão de que a nova geração de acordos comerciais não se centra unicamente na questão tarifária e de que, com os Estados Unidos, especialmente, as barreiras que mais dificultam hoje a ampliação do comércio não são barreiras tarifárias. A tarifa média de entrada de bens industriais nos Estados Unidos, salvo exceções, é de 3,5%. Portanto, o nosso problema não são as barreiras tarifárias, mas as chamadas barreiras não tarifárias, que, nesse caso, se situam muito no plano da harmonização de normas técnicas. Por isso, a proposta que fizemos em fevereiro foi a de trabalharmos numa agenda de convergência regulatória, de harmonização de normas técnicas, para que, dessa forma, nós pudéssemos ampliar o acesso de produtos brasileiros a esse mercado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – As barreiras são especificações de produtos?

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Especificações, normas, padrões.

Eu quero até lembrar que, como resultado dessa nossa viagem, nós pudemos fazer já um diálogo estruturado entre o INMETRO, a nossa ABNT e os órgãos correspondentes nos Estados Unidos, o NIST (National Institute of Standards and Technology), que é o órgão equivalente ao INMETRO, e a ANSI (American National Standards Institute), que é a agência que define os padrões.

Portanto, essa agenda de convergência regulatória é uma agenda absolutamente prioritária para ampliarmos o acesso de produtos brasileiros a esse mercado, e nós já estamos, neste momento, com um resultado concreto dessa proposta, que é o entendimento do setor cerâmico, sobretudo a área de revestimento, louça sanitária e porcelanato. Já fizeram um acordo nessa área de convergência regulatória, e vamos estender a têxteis, a máquinas e equipamentos e ao setor de luminárias.

Até vi com muita alegria a Secretária de Comércio dos Estados Unidos, na recente entrevista que concedeu à revista *Veja*. A Secretária Penny disse que essa questão de convergência regulatória, no que ela chama de padrões métricos que precisam ser correspondentes, reconhece que esse ponto é muito importante para ampliar a relação, o intercâmbio com os Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. Fora do microfone.) – Porque o nosso sistema métrico nem sempre tem nos Estados Unidos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Então, nós procuramos dar, dessa forma, um sinal de que a relação com os Estados Unidos é absolutamente prioritária para o Brasil. Quero até lembrar uma circunstância interessante: que o fluxo de investimentos tem crescido de maneira muito significativa nesses anos, e o que é curioso é que os investimentos do Brasil nos Estados Unidos têm crescido mais.

No início dos anos 2000 para cada US$1 que o Brasil investia nos Estados Unidos, os Estados Unidos investiam US$47 no Brasil. No ano passado, essa relação era de um para três; ou seja, os Estados Unidos investiram US$9 bilhões no Brasil e o Brasil investiu quase US$3 bilhões lá. Portanto, em termos relativos, nós estamos investindo mais nos Estados Unidos que os Estados Unidos no Brasil, sobretudo se levarmos em conta a diferença do PIB dos dois países. Mas, ainda assim, o estoque de investimentos americanos no Brasil, chamado investimentos estrangeiros diretos, o maior estoque de investimentos no Brasil é exatamente de investimentos americanos. Nós temos US$130 bilhões de estoque de investimentos diretos no Brasil. Portanto, essa relação, sem dúvida nenhuma, é uma relação fundamental.

Eu vejo agora, com satisfação, a visita que a Presidente Dilma vai realizar na próxima semana aos Estados Unidos, e teremos lá uma agenda densa, que envolve contatos com investidores, com a comunidade financeira americana, com investidores interessados na área de infraestrutura no Brasil. Haverá um grande encontro que vamos promover na U.S. Chamber com a comunidade empresarial americana, e, depois, temos uma agenda em São Francisco focada nos contatos na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação, na Universidade de Stanford, na área de pesquisa, e em algumas empresas, como, por exemplo, a visita à Google que faremos também. Portanto, essa é uma agenda densa.

Eu gostaria de sublinhar um mecanismo importante para que essa relação, cada vez mais, se consolide, que é o Fórum de CEOs. Sua nona reunião ocorreu na semana passada aqui no Brasil, e 11 representantes de grandes companhias americanas e 11 representantes de grandes empresas brasileiras fizeram, ao longo de dois dias, um alinhamento sobre os temas que são hoje mais importantes no plano da relação bilateral. Há seis áreas temáticas que representam o grande interesse na visão do setor privado: as áreas de energia; o setor de convergência regulatória e facilitação de comércio – que é uma outra dimensão que gostaria depois de trazer; as áreas de infraestrutura, educação, saúde, aviação e tributação, que é sempre uma área que lembrada na perspectiva dessa relação bilateral.

Na área de energia, temos de criar um ambiente regulatório mais favorável aos investimentos, na área de gás especialmente. Os americanos podem e devem... Nessa coisa de infraestrutura da chamada indústria do gás, eles têm muito a nos oferecer. Temos um especial interesse no tema de eficiência energética, sobretudo porque o Brasil está desafiado a avançar muito nessa questão da eficiência energética.

Vendo o meu Senador e querido amigo Cristovam Buarque, a área de educação esteve muito presente, curiosamente, nesse diálogo. Aí, representantes dessa área do lado do Brasil têm uma proposta muito interessante de poder estreitar essa cooperação, focando quatro questões: gestão de escola pública, formação de professores, currículo – a estrutura curricular – e a questão de tecnologias educacionais que podem também ser traduzidas na ideia de conectividade, que é algo muito importante hoje nessa agenda.

Na área de saúde, ficamos muito surpreendidos com o grande interesse que empresas americanas têm com o tal sistema de diagnóstico precoce, que representa um enorme salto para detectar doenças, de modo a orientar as ações de políticas públicas, sobretudo focando aquelas que têm maior impacto no orçamento da saúde. Há uma perspectiva de que cinco projetos-pilotos possam já ser desenvolvidos nas diferentes regiões do País e bancados por empresas americanas.

Portanto, creio que representa também algo interessante nessa perspectiva.

Na área de infraestrutura, que é muito importante para o Brasil, os Estados Unidos promovem, neste momento, um amplo estudo para fazer uma espécie de grande inventário e mapeamento dos projetos mais importantes hoje para os Estados Unidos. É um projeto que aponta para um horizonte de 2025.

E temos muito o que trocar de experiência e de cooperação nessa área, lembrando que o nosso desafio agora, na área de infraestrutura, é trazer o setor privado para investir nessa área. E, para trazer o setor privado para investir nessa área, temos não apenas o desafio ainda de completar alguns marcos regulatórios que são ainda imprecisos no Brasil, mas também de criar instrumentos de financiamento adequados. E, aí, sem o sistema robusto de garantias, de seguros e garantias, é muito difícil estabelecer um processo em que se possa estimular verdadeiramente a participação do investidor privado, tendo em vista que os investimentos nessa área são investimentos de maior risco devido ao prazo de maturação dos projetos e às próprias características dos projetos.

Portanto, acho, meu caro Senador Aloysio, que há aí uma agenda densa, uma agenda rica, que temos de explorar, e tenho certeza de que o Brasil pode obter ganhos extraordinários.

Quero aproveitar essa oportunidade extraordinária para falar um pouco da visão do que representa esse canal do comércio exterior para o Brasil. Estamos vivendo um momento difícil de transição. Estamos submetidos a um ajuste fiscal severo, com fortíssimo impacto na atividade econômica, que já se faz sentir em várias direções, e a questão que se coloca é a seguinte: que canais, neste momento, podemos ativar para tentar animar e reanimar a atividade econômica do Brasil, em meio essa conjuntura?

E o nosso Ministério entendeu que, dada a estreita margem de manobra que temos, o comércio exterior é, indiscutivelmente, um canal absolutamente prioritário neste momento.

Vi, na mesma entrevista da Secretária de Comércio americano, Penny Pritzker, uma avaliação de que, a partir da crise de 2008, ela credita ao comércio exterior um terço do crescimento dos Estados Unidos, de 2009 pra cá, um terço de crescimento. E o Brasil está desafiado a aproveitar esse canal de maneira mais intensa. Temos a oportunidade que o câmbio está nos oferecendo. Nós tivemos, em um ano, uma desvalorização cambial que alcança quase 40%.

Eu quero frisar que o câmbio não é um elemento suficiente, mas o câmbio mitiga, atenua as desvantagens comparativas que o Brasil tem e os custos sistêmicos da economia brasileira, que ainda são muito elevados. Então, há uma oportunidade que se coloca para o canal de exportação e de comércio exterior no Brasil.

O Brasil tem muito o que fazer nessa área. Nós somos uma economia fechada ainda. A corrente de comércio do Brasil alcança 20% do PIB, o que é muito pouco para os padrões internacionais. Mesmo em economias que têm um mercado doméstico maior, essa relação alcança 40, 45%. Portanto, há um espaço imenso para que o Brasil ocupe um lugar de maior protagonismo, de maior importância no comércio mundial.

Nós somos a sétima economia, mas somos o vigésimo quinto no *ranking* das exportações. E se tomarmos, Senador Aloysio, só as exportações de manufaturados, nós somos o trigésimo país no mundo. Temos uma participação de apenas 0,7% no comércio mundial de manufaturados. Portanto, temos muito o que fazer nessa agenda. E, agora, desafiados também por essa conjuntura nova, em que o superciclo das *commodities*, ao que parece, está no fim, basta ver que, nesse mesmo período em que o dólar se desvaloriza 38%, o preço médio das *commodities* agrícolas minerais, e incluindo o petróleo, cai 31% nesse período.

Só o minério de ferro, em 2001, alcançou uma cotação de U$138. O nosso Governador Antonio Anastasia conhece bem essa questão, e nós estamos hoje com cotações inferiores a U$40. Portanto, temos um grande desafio, hoje no Brasil, que é o de reorientar a nossa própria política comercial, não significando que não tenhamos, ainda nas *commodities*, um importantíssimo vetor de crescimento do comércio exterior, até porque temos aí uma competitividade inquestionável, sobretudo em função dos ganhos que tivemos de produtividade, no caso das *commodities* agrícolas, da incorporação de tecnologia.

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Portanto, o Brasil vai ser e será ainda um grande exportador de *commodities*, mas, se não recuperarmos a nossa posição na área das manufaturas, se o Brasil não tiver claramente uma agenda com o foco na maior integração, sobretudo, da indústria, as tais cadeias de valor do mundo, nós vamos perder esse trem e aí, sim, nós estaremos condenados a ter, cada vez mais, uma indústria menor no Brasil, a viver um processo regressivo, por assim dizer. E eu acho que o Brasil pode e deve ter a justa ambição de ainda ser uma importante plataforma manufatureira no mundo.

Então, eu acho que temos, portanto, uma agenda no comércio que nos desafia, e, para mim, um elemento muito importante dessa agenda é a política comercial. Acho que, diferentemente do que percebo no debate, não há propriamente uma contraposição entre atuar no plano bilateral, no plano regional ou mesmo no multilateral. Eu acho que essas não são, a rigor, dimensões excludentes. Eu acho que nós podemos fazer ações, em todos esses níveis, que possam ser complementares e, portanto, podem ser, de certo modo, até sinérgicas, levando em conta o interesse estratégico do País.

Quando falamos da dimensão multilateral, a OMC, por exemplo, nos aponta hoje um caminho extraordinário que é uma agenda focada na questão da facilitação de comércio.

O mundo pode construir padrões em relação a trânsito aduaneiro, a processos aduaneiros, muito mais ágeis, muito mais simples. E, nesse sentido, o Brasil desenvolve uma experiência interessante, que é o Portal Único de Comércio Exterior, que é uma espécie de guichê único de todos os órgãos públicos intervenientes no processo de exportação. Nós fazemos isso numa única janela, para que o usuário possa colocar os dados no sistema uma única vez.

O portal está em curso, vamos acabar com os papéis no processo da exportação neste ano. Vamos ter tudo isso digitalizado, e espero que, até 2017, se complete esse processo de implantação do Portal Único.

Essa agenda está sendo muito impulsionada pela OMC. E, há pouco, o Brasil recebeu 23 países aqui que discutiam essa agenda da facilitação. Na viagem aos Estados Unidos – este era um ponto a que eu gostaria de referir-me –, nós vamos fazer uma proposta de interoperabilidade dos dois sistemas: o Portal Único de Comércio Exterior do Brasil e a Janela Única de Comércio Exterior dos Estados Unidos, para simplificar os processos de exportação, sobretudo levando em conta as exportações brasileiras para o mercado americano.

Quero reconhecer que temos o desafio com o Mercosul e com a união aduaneira que construímos de poder encontrar mecanismos que permitam conferir ao Brasil, sem nós nos descasarmos... Tenho dito que o Mercosul é uma espécie de casamento indissolúvel, mas isso não significa dizer que nós não possamos e devamos discutir a relação permanentemente. E aí a arte que temos é de preservar esse entendimento e podermos construir para o futuro um certo grau de liberdade, para que o Mercosul não se constitua numa amarra que possa dificultar a inserção do Brasil em outros blocos econômicos.

Mas há alguns espaços que podemos ocupar no curto prazo, sem nenhum problema, em relação ao Mercosul. Por exemplo, com o México, onde nós estamos construindo um acordo que vai ampliar extraordinariamente os produtos que estão colocados em margem de preferência tarifária com aquele país, dentro de

um acordo que é o ACE 53, nós temos liberdade de ampliar extraordinariamente esse acordo, sem nenhum problema em relação ao Mercosul.

Por outro lado, em relação aos países da Bacia do Pacífico, aqui da América do Sul – Chile, Colômbia e Peru –, nós temos já comércio livre com o Chile, ou seja, alíquota zero, e temos a antecipação de um cronograma de desgravação com a Colômbia e com o Peru. Até 2017, nós estaremos praticamente com tarifa zero também nesses dois países.

Portanto, podemos, nos países do Pacífico, da América Latina, fazer muito em relação a um maior processo de integração e de intercâmbio.

Nós temos tido também a satisfação de termos já assinado vários acordos na área de cooperação e facilitação de investimentos.

Um dado muito importante é que as empresas brasileiras estão se internacionalizando.

E esse movimento de internacionalização tem que corresponder à existência de marcos jurídicos adequados, para que elas possam ter segurança, instrumentos para mitigar riscos e garantir a solução de controvérsias; e, mais do que a solução, a prevenção de controvérsias. Nesse sentido, há uma nova geração de acordos de facilitação de investimentos que nós já assinamos com o México, com Angola, com Moçambique, neste ano, e que vamos replicar com o Chile, com a Colômbia e com o Peru.

Em relação ao Mercosul, não temos nenhuma amarra em tratar temas como serviços, investimentos e compras governamentais.

Portanto, temos uma agenda que nos oferece a perspectiva de trabalharmos concretamente em várias direções. Creio que o sentido maior dessa agenda, como por exemplo a que foi proposta nos Estados Unidos, é atuar em meio à circunstância que temos. Não ficarmos apenas fazendo discurso na perspectiva de um livre comércio amplo, porque temos, devemos e podemos trabalhar numa agenda pragmática, numa agenda que gere resultados para o Brasil a curto prazo.

Ainda sobre o Plano Nacional de Exportações, que foi lançado ontem, um outro pilar importante do plano diz respeito à questão de financiamento, seguro e garantias. O Brasil tem de construir mecanismos, sobretudo de seguro e garantia para exportação, muito mais robustos do que o que nós temos. Na realidade, sem ter um sistema de seguro e garantias o Brasil não vai poder, efetivamente, ampliar essa ação, especialmente quando o importador se localiza em áreas de maior risco político.

Portanto, o Brasil precisa construir um sistema de garantias, e pode construí-lo. Nesse sentido eu gostaria de destacar uma das medidas que foram anunciadas ontem, que é a de aumentarmos o limite do FGE, o Fundo de Garantia à Exportação. Há um espaço novo, equivalente a US$15 bilhões, para ocuparmos com as operações novas que serão feitas nos próximos anos.

Quero também destacar que, em relação ao financiamento, em que pese as limitações que temos, aquele instrumento do Proex Equalização, que é um instrumento importante... Sei que há uma sensibilidade em relação ao tema da exportação de serviços, mas eu gostaria de dizer que há determinados bens e serviços...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO – ... que nós não exportaríamos se não tivéssemos um mecanismo de equalização de taxa de juros. Em alguns bens e serviços, o financiamento é mais importante do que os preços. Não conseguimos vender bens de capital, vender equipamentos e vender serviços de engenharia sem ter mecanismos de equalização de taxa de juros, por uma razão simples: os nossos concorrentes oferecem um padrão de financiamento que traz claramente vantagens em relação àquilo que o Brasil apresenta.

Então, o Proex, de forma transparente, oferece recursos para garantir a equalização da taxa de juros. Seria algo que separa a *Libor* pura, uma operação com custo puro da *Libor*, e isso podendo representar um *spread* de até 2,5% para fazer a equalização, mas alcançando 2,5% quando isso é absolutamente necessário. As operações médias ficam entre 1,5% e 2% na equalização.

Estamos garantindo um orçamento, mesmo em meio a essa crise, maior do que o do ano passado, que, na nossa avaliação, vai poder atender à demanda que já corresponde a operações aprovadas e a operações que foram prospectadas até o final do ano. Então, acho um elemento importante para que o plano possa oferecer, sobretudo ao setor exportador, essa condição que me parece tão necessária.

Gostaria também de destacar que tivemos a oportunidade, ontem, de anunciar algumas medidas para aperfeiçoar os regimes tributários que são oferecidos ao ambiente da exportação. Isso não implica nenhuma desoneração ou, ainda, não oferece nenhum custo fiscal ao País, mas são aperfeiçoamentos que vão permitir, por exemplo, que as operações de fiscalização e de acompanhamento sejam simplificadas em benefício do exportador. Exemplo: o sistema do *drawback*, que hoje abriga 1,7 mil exportadores no Brasil, que respondem por quase 25% das nossas exportações.

O processo de fiscalização do *drawback* é composto de atos concessórios a cada operação, a cada produto, etc. Nós fizemos uma proposta de criar uma espécie de cadastro positivo no *drawback*. Ou seja, é perfeitamente possível identificar empresas que exportam com habitualidade, que não oferecem nenhum risco do ponto de vista de trânsito, de procedimentos aduaneiros, e que poderiam ter simplificadas as operações de fiscalização e de acompanhamento, em linha com o que representa a figura do operador econômico autorizado ou do regime Recof (Regime Aduaneiro de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado), que é uma espécie de linha azul, para que os exportadores que têm mais peso e que oferecem procedimentos em absoluta conformidade com os padrões exigidos possam ter um processo muito mais simples na exportação.

Então, em resumo, para não cansá-los mais, eu gostaria de dizer que o Brasil não pode deixar de construir um novo padrão de inserção na economia internacional. Eu diria mesmo que, se não apostarmos no canal do comércio exterior, o Brasil estará condenado a uma situação não apenas de isolamento econômico, mas o Brasil vai assistir a uma perda progressiva de espaço da indústria, no próprio mercado doméstico. Isso porque o comércio exterior é uma espécie de tribunal da competitividade: quem exporta é competitivo. Portanto, ou as empresas brasileiras se engajam nesse processo – evidentemente, sei que há muitas dificuldades ainda –, mas a experiência demonstra que o Brasil pode, mesmo com essas dificuldades, integrar-se, de forma muito mais efetiva, a esses fluxos de comércio no mundo.

Assim, eu queria deixar, ao final, esta mensagem de que o comércio exterior representa um grande canal de crescimento, de geração de emprego e de oportunidades para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado ao senhor, meu caro Ministro.

Vamos dar início, então, a esta parte de questionamentos e observações dos Senadores. Eu vou fazer de dois em dois, se estiverem de acordo. O primeiro é o Senador Hélio José, que, pela madrugada, chegou aqui à Comissão de Relações Exteriores, para se inscrever, e foi o primeiro a abrir a porta. Em seguida, o Senador Anastasia. Serão cinco minutos para cada um.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria cumprimentar nosso Presidente da Comissão, o Senador Aloysio; cumprimentar nosso Ministro Armando Monteiro, sempre tão solícito com nosso Senado Federal, um amigo de todos nós; cumprimentar os demais Senadores presentes, os convidados e os servidores do Senado que aqui estão.

Ministro, realmente é de alta relevância esse Plano Nacional de Exportações que ontem o senhor lançou no Palácio do Planalto e sobre o qual hoje nos explicou bastante. Acredito que nos vai ajudar muito neste momento de dificuldade.

Eu queria perguntar para o senhor se há, nesse plano, mais algumas ações e metas que possam nos ajudar, por exemplo, a tornar as concessões previstas no PIL uma realidade. Como é que nós podemos atrair, de forma mais precisa, para a infraestrutura nacional, o capital chinês, japonês, americano e europeu, com as experiências que têm, principalmente no setor de ferrovias, que é o maior investimento, e no setor de portos, para investirem mais o nosso País? Isso porque o *know-how*, lá fora, é muito grande nessas duas áreas. Eu acho que, no setor de rodovias, o Brasil já está bastante avançado, mas também há alguma coisa; no setor de aeroportos, o Brasil teve sucesso no processo de concessão, e acredito que os quatro aeroportos colocados no PIL não terão problema.

Outra coisa que eu queria ver com o senhor é o seguinte: o Brasil é um país lindo por natureza, maravilhoso. Por onde andamos, a beleza do Brasil é inconteste.

Em um Estado como Santa Catarina – não há nenhum Senador de Santa Catarina neste momento –, passa-se o mês inteiro indo a um lugar mais bonito do que outro. Estou dando um exemplo. No meu Goiás, a mesma coisa. Na nossa Brasília, também.

Então, como está essa questão da indústria do turismo? Qual é a relação, hoje, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e o Comércio com o turismo no sentido de ampliar o PIB brasileiro nessa área e realmente vender, lá fora, a imagem de como o Brasil é, de uma forma mais precisa e mais comercial? É importante sabermos isso, porque na Espanha, por exemplo, grande parte do seu PIB é oriunda do turismo, já que o turismo é muito grande.

Eu também queria saber do senhor o seguinte: como houve o Fórum Brasil-Estados Unidos, recentemente, e um dos temas da discussão desse fórum, do qual o senhor participou, foi exatamente a questão da energia, de que forma podemos aumentar o dinamismo de nosso relacionamento econômico e comercial, tendo em vista que as três maiores usinas de energia solar estão localizadas exatamente nos Estados Unidos? Os Estados Unidos têm um *know-how* muito bom nessa área, e o Brasil precisa sair da marca do traço, principalmente com

as grandes usinas feitas com espelhos, heliotérmicas, o que poderia ser uma experiência muito boa, se adotada nas nossas terras devolutas. Então, como podemos aumentar isso?

Outra questão também diz respeito à diferença entre importação e exportação do Brasil e Estados Unidos. Como estamos geralmente importando dos Estados Unidos muito produtos altamente manufaturados...

(Soa a campainha.)

... e com alto valor agregado e exportando para eles produtos agrícolas e outros, como podemos ampliar essa relação tecnológica com os Estados Unidos? Por exemplo, estamos precisando de investimentos na área de construção dos painéis fotovoltaicos, dos espelhos, nessa área de tecnologia, e os Estados Unidos têm um bom controle disso. Então, como vamos atrair esse investimento para cá de forma melhor?

Vou ficar por aqui. Teria outras perguntas a fazer, mas acho que outros colegas as farão mais à frente.

Fico contemplado por aqui, Senador Aloysio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, meu caro colega.

Tem a palavra, agora, o Senador Anastasia, por favor.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Eminente Ministro, Senador Armando Monteiro, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, distintas autoridades que nos acompanham, como era de se esperar, Sr. Ministro, a sua exposição foi muito clara e muito lúcida. Aliás, com a sua trajetória como homem público, Presidente da CNI, líder empresarial renomado, nós não esperávamos uma exposição distinta daquela que V. Exª fez, com muita clarividência.

A sua exposição, basicamente, V. Exª dividiu em dois grandes grupos. O segundo – refiro-me primeiro a ele – é sobre a questão das exportações em geral. V. Exª tem toda a razão. Dizem os especialistas que, no momento em que vivemos no Brasil, a atual crise teria duas saídas: investimentos em infraestrutura, ponto em que temos dificuldades exatamente pela situação fiscal, e exportação. Então, V. Exª, que é responsável pelas exportações, certamente tem uma grande tarefa e, como disse, uma grande oportunidade, uma grande avenida, um bulevar, para caminhar em prol das nossas exportações.

Mas, na minha pergunta, vou me cingir ao primeiro tema, que é exatamente a relação com os Estados Unidos.

Fiquei muito feliz com a exposição de V. Exª sobre a demonstração da nossa identidade, com a potencialidade do comércio que temos com os Estados Unidos da América e, sobretudo, com a robustez do comércio, dada a sua qualidade em razão dos produtos de valor agregado. Tem sido uma obsessão e um mantra de todos nós aqui no Brasil conseguirmos uma cadeia produtiva que, de fato, incorpore, agregue valor aos nossos produtos primários e permita, na cadeia produtiva completa, a exportação de aviões, computadores, automóveis, manufaturados, de modo geral, como tem acontecido com os Estados Unidos.

Pela demonstração que V. Exª bem fez aqui dessa identidade, dessa potencialidade, da realidade desse comércio, a minha indagação é singela. A esta altura – o senhor só menciona algumas questões de natureza burocrática, procedimental, que me parecem de fácil operação, porque a questão tarifária mais delicada já está praticamente equacionada –, o que nos impede, à semelhança de outras nações sul-americanas, latino-americanas, de termos um acordo bilateral pleno com os Estados Unidos da América, que nos permita uma posição privilegiada naquela grande nação e trazendo benefícios para o Brasil?

Eu sei que V. Exª tem uma posição muito clara em relação ao Mercosul, às dificuldades que temos, à posição da Argentina, que lamentavelmente incorre amiúde em desrespeito às cláusulas do Mercosul e da própria OMC. Mas o que nos impede, de fato, de fazermos um acordo bilateral pleno, verdadeiro, que, tenho certeza, seria uma grande saída para as exportações brasileiras, que V. Exª bem coloca como o bote de salvação que temos na nossa economia em médio prazo?

É essa a minha dúvida, a minha única indagação.

Parabéns pela exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ministro Armando Monteiro, por favor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – O Senador Hélio eu sei que tem revelado isto, um grande interesse no tema energia, especialmente a questão da energia solar, fotovoltaica. Eu acho que, olhando esse tema e a questão de infraestrutura, que V. Exª suscitava, eu quero lhe dizer que o nosso Ministério pode ajudar na articulação com investidores, potencialmente, mas a coordenação do programa, do PIL, está localizada no Ministério do Planejamento. Portanto, o Ministério do Planejamento é quem tem hoje a tarefa de coordenar todas essas

ações do Plano de Investimentos em Logística, mas o nosso Ministério tem particular interesse, especialmente naquela parte da logística, que também está associada à chamada logística de exportação.

Portanto, há o sistema portuário brasileiro, os grandes eixos, vamos dizer, de integração, que são tão importantes também no sistema viário; o modal ferroviário, cujo modal o Brasil tem de expandir como condição inclusive para ter custos compatíveis de transferência e de transporte. Assim, esse é um tema de interesse. Nós olhamos mais no sentido de indicar ao Ministério do Planejamento aquelas áreas que nós entendemos mais críticas ou mais importantes do ponto de vista da repercussão na economia, e dos corredores também de exportação, mas a nossa ação se dá muito mais no plano de ajudar na articulação com potenciais investidores.

Por isso, agora, nos Estados Unidos, nós vamos estar todos com investidores interessados nessa área da infraestrutura.

V. Exª falou do turismo. Evidentemente, a política do turismo também se situa no Ministério, numa pasta específica. Mas eu considero que, quando V. Exª fez a pergunta, talvez estivesse aludindo à questão das ações de promoção, em que o MDIC tem um papel efetivamente através da Apex, que é uma agência voltada para a promoção comercial. Um dos pilares desse plano é a promoção comercial, em que estamos defendendo a necessidade de maior coordenação intragovernamental com essas ações de promoção. Há muita dispersão às vezes na ação de promoção.

Nós precisamos fazer um calendário unificado, integrado, de missões, de ações, para que elas possam ter mais resultados e menor dispersão. Então, eu creio que, nesse processo de promoção, a questão do turismo é sempre um elemento muito importante, porque é uma indústria *lato sensu,* e o incremento do turismo tem um impacto extraordinariamente importante na economia e, por isso mesmo, é um tema que não pode ser estranho à Pasta do Desenvolvimento.

E finalmente, não sei havia outro tema ou se completamos com o turismo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – O outro tema é como é que a gente vai superar esse crescimento grande dos Estados Unidos, que têm uma balança muito favorável para eles, porque vendem para nós produtos com alto valor agregado, e nós, só manufaturados. Como é que a gente pode aproveitar isso?

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Pronto. Eu entendi.

Veja bem, nós estamos – quero lhe dizer – com uma posição na balança que tende a uma posição de maior equilíbrio. E o Brasil, diferentemente do que se imagina, exporta bens de alto valor agregado para os Estados Unidos, porque o nosso comércio tem uma característica interessante, que é um comércio intrafirma. Há muitas empresas multinacionais americanas instaladas no Brasil que fazem intercâmbio, trocas e exportação com as estruturas nos Estados Unidos.

Portanto, nós exportamos geradores, transformadores, componentes para indústria aeronáutica. Nós exportamos máquinas e equipamentos para os Estados Unidos. Por exemplo, no ano passado, nós exportamos US$2,7 bilhões de máquinas e equipamentos para o mercado americano. É surpreendente isso.

Quando a Abimaq divulga o resultado do ano passado, vemos que a única área que experimentou crescimento foi exatamente a de vendas para o mercado americano, mas é evidente que precisamos cada vez mais fazer uma ação não apenas que olhe, que tenha... Precisamos fazer uma ação de inteligência comercial. Nessas cadeias de valor, como é que nós podemos nos integrar e de que forma?

Esse é um desafio importante que nós temos. Quando se faz a análise dos principais países exportadores, há o que se chama valor adicionado de importação nas exportações. E os principais *players* do comércio internacionais são exatamente os que adicionam mais valor de importação às exportações.

E nós temos um belo exemplo no Brasil disso, da importância disso, que é a Embraer. A Embraer é um modelo, é uma empresa muito bem sucedida, porque ela usa, ela se integra, ela importa componentes, tanto que ela é uma exportadora líquida, relativamente pequena. Mas ela é uma empresa que tem grande sucesso, porque tem a capacidade de se utilizar de componentes, de bens e de insumos que ajudam a dar competitividade ao produto dela.

Então, hoje, com essa fragmentação da estrutura produtiva no mundo, os países que não tiverem essa capacidade se integrar às cadeias globais vão ficando para trás. E o Brasil adiciona hoje pouco valor de importação às exportações.

Então, meu caro Senador, esse é um desafio que temos para nos integrarmos nesse processo e compreender a natureza das mudanças e das transformações que estão ocorrendo no comércio internacional.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria, Excelência, agradecer a presteza das respostas, a competência.

Quero só comunicar que, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo, com certeza, a colocação que o senhor nos traz aqui é de alta relevância. E devemos levar para lá, inclusive chamando talvez a Apex para fazer uma exposição para nós nessa área.

Muito obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Muito bem.

O nosso Governador e Senador Anastasia coloca bem, e eu agradeço essa manifestação que V. Exª traz, de identificar realmente na exportação um canal importante neste momento em que o Brasil tem de apostar. E V. Exª indaga, então, por que o Brasil já não promove ou já não faz um acordo amplo, um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. Eu creio que nós temos de caminhar nessa direção, Senador.

Eu quero expressar esta minha visão de que nós devemos caminhar nessa direção. Mas V. Exª sabe que, vis-à-vis da união aduaneira, dos compromissos que temos com tarifa externa comum, há ainda sensibilidades em relação a essa questão no Mercosul. Portanto, ao mesmo tempo em que temos, como eu disse, o desafio de, no futuro, reformarmos por assim dizer o processo do Mercosul, quero deixar muito clara a importância fundamental da preservação desse acordo regional, ainda que, necessariamente, como todo processo vivo, tenha de sofrer ajustes no curso da própria trajetória do comércio internacional e da realidade dos países que integram o bloco, que também vão experimentando mudanças importantes.

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Eu acho que temos de caminhar nessa direção, Senador.

Mas, até que isso aconteça, nós temos uma agenda, e me parece que, com os Estados Unidos, nós temos muito a fazer, mesmo sem um acordo de livre comércio ainda.

Eu queria até aproveitar a oportunidade que V. Exª me proporciona para dizer o que a Secretária de Comércio dos Estados Unidos pôde dizer há poucos dias sobre esse tema, quando era instada a falar sobre a questão do acordo de livre comércio com os Estados Unidos. Eu quero literalmente reproduzir a expressão dela. Ela diz:

Nos [...] anos que passei no setor privado, aprendi que podemos resolver muitos impedimentos sem necessariamente ter um acordo de livre comércio. Quando há muito desejo de fazer negócios, as coisas podem ser resolvidas. Como representante de um governo, entendo que as autoridades devem trabalhar para facilitar as trocas comerciais. Com certas medidas, alguns resultados já poderiam ser alcançados a curto prazo.

Então, nós estamos trabalhando focados exatamente em uma agenda que possa produzir resultados a curto prazo. Mas quero dizer a V. Exª que entendo que, pelo que o Brasil e os Estados Unidos representam, e pelo papel que nos está reservado aqui no plano hemisférico, o Brasil e os Estados Unidos têm, sim, de construir um acordo em um marco muito mais amplo, para que isso represente uma moldura adequada ao tamanho da relação que nós queremos construir.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aliás, nós precisamos ter várias frentes de negociação abertas ao mesmo tempo, não é, Ministro? Acho que nós devemos ter várias frentes de negociação abertas ao mesmo tempo, porque uma mão lava a outra. Você está negociando de um lado, e você está pressionando de outro.

Agora, estão inscritos a Senadora Ana Amélia e o Senador Cristovam Buarque.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Serei breve, mas antes não posso – talvez até pelo velho espírito da jornalista, caro Presidente Aloysio – deixar de mencionar um assunto que perturba o ambiente político. O Senado, independente de estarmos em uma comissão técnica, está em um ambiente político.

Há notícia de que o ex-Presidente Lula pediu à Justiça para não ser preso, ou um *habeas corpus* preventivo à Justiça Federal no Paraná. A informação já está nas redes. Então, essa é uma situação importante, é uma informação importante, que causa perplexidade a todos nós. É claro que *habeas corpus* preventivo é quando há o risco de prisão, por exemplo. O ex-Presidente Lula entrou com o pedido na Justiça Federal do Paraná ontem à tarde, às 16h20min, com um *habeas corpus* preventivo, caso o juiz Sérgio Moro tome uma decisão nesse sentido. O pedido de *habeas corpus* foi feito ontem à tarde e se refere a um possível pedido de prisão preventiva. A assessoria de imprensa do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou a notícia. Realmente, é uma notícia relevante. Como esta audiência tem transmissão ao vivo, não podemos omitir uma matéria que nos está preocupando muito.

O Ministro Armando Monteiro, como sempre, fez uma exposição didática. É profundo conhecedor do comércio exterior. Sobre a questão do programa lançado ontem – lamentei não ter podido estar presente, caro Ministro, na cerimônia de lançamento –, eu diria que chegou tarde o programa. Mas, como diz o velho Deng Xiaoping, não importa que o gato seja preto ou pardo, desde que ele cace o rato. Ou seja, não importa se chegou cedo ou tarde; a questão é que o senhor fez o programa.

O que eu questiono é o seguinte: as políticas de governo, nessa área específica, me parecem dar com uma mão, criando uma linha de crédito com equalização das taxas linha de crédito, com equalização das taxas de juros para exportar, e tirar com a outra, quando se acaba com o Reintegra, quando, por exemplo, se oneram as empresas altamente empregadoras de mão de obra, como a calçadista, que é um setor exportador.

Então é, digamos, uma contradição, no meu modesto modo de entender essa questão, que V. Exª conhece bem.

Eu queria, além de fazer essa observação, fazer uma solicitação a V. Exª, já que falamos em comércio exterior, e V. Exª mesmo também abordou na sua exposição a questão do câmbio. O câmbio favorável hoje resolve não só o problema da dificuldade interna para o estímulo, mas também o do carnaval da entrada, em avalanche, de produtos de tudo que é preço e tamanho com um dólar favorecido para a importação. Quando o dólar é valorizado, beneficia-se a exportação.

Então, o mercado brasileiro foi, digamos, invadido, no sentido figurado...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (*Fora do microfone*.) – V. Exª me permite. Quando o dólar se desvaloriza, a importação fica parada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É isso que eu estou falando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – É que V. Exª falou de valorização.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, a valorização do dólar favorece a exportação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – A exportação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E a desvalorização, como estava até há pouco, favoreceu a importação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – A importação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, hoje, é melhor produzir aqui dentro, inclusive produtos de consumo da cesta básica como arroz, por exemplo,...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... do que importar o arroz, porque ele sai mais caro. Então, antes era mais fácil, e o Governo até prejudicava, na hora da safra, porque comprava na hora da comercialização. Esse é só um detalhe.

Eu queria fazer um pedido ao caro Ministro Armando Monteiro, mesmo não sendo da sua área, sendo da Receita Federal, do Ministério da Fazenda, de seu colega e amigo Joaquim Levy.

O Governo está por regulamentar – e aí entra em outra área, que é a área fiscal – zonas de *free shops* na fronteira, um projeto do Marco Maia em que nós trabalhamos muito, e essa regulamentação dos *free shops* está praticamente pronta.

Eu falo isto porque sou do Rio Grande do Sul e o Uruguai adotou essa política como forma de desenvolver uma região debilitada, que é a da fronteira. Então, Livramento, Jaguarão, Aceguá, Quaraí, Chuí e Barra do Quaraí têm, do lado uruguaio, *free shops*.

O comércio do outro lado pediu que a gente trabalhasse na permissão para que houvesse *free shops* do lado brasileiro e foi atendido. Aprovamos aqui, no Congresso, uma iniciativa do Marco Maia de que eu fui Relatora. Agora, está dependendo da regulamentação.

A cota para compra nesses *free shops*, como lá há um trânsito de automóveis, não de avião ou de navio, é de US$300.00. E o Governo está anunciando para 1º de julho reduzir para US$150.00. Ora, não vindo isso acompanhado da questão relacionada à regulamentação, fica muito complicado, porque o comércio local de lá também precisa disso como forma de sobreviver, porque é o serviço – hotelaria, turismo, restaurante, farmácia, supermercado – do lado brasileiro que é beneficiado.

Então, eu faço um pedido em nome desses Municípios da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai para que o Governo tenha a sensibilidade... Se quer reduzir, que venha junto a regulamentação para isso. Independentemente disso, deveria haver um prazo até para que não haja essa resolução. Esse é um pedido.

O senhor tem toda a razão. Quando estivemos nos Estados Unidos, Ministro Armando Monteiro, foi dito lá que 70% dos voos que chegam ao Aeroporto Reagan são aviões da Embraer. Foi uma forma de os americanos argumentarem que os produtos brasileiros que estão lá são de alto valor agregado. Como disse V. Exª, foi uma hábil engenharia de inteligência de produção desses aviões.

O Vietnã, que eu tive o privilégio de conhecer em abril, quer comprar aviões da Embraer. Mas alguns países de economia centralizada, como é o caso do Vietnã, da China e de outros países, têm uma forma, digamos, política de Presidentes se encontrarem e darem um aspecto político maior nessas relações. Eles tinham a expectativa de que a Presidente da República visitasse o Vietnã para, a partir daí, haver esse processo. Isso depende muito dessa coisa da relação, da diplomacia, de negócios, o que, vamos ser justos, Lula fez muito quando esteve na Presidência.

O México quer importar arroz, mas nós temos problemas com os detalhes dos acordos. É a velha burocracia.

O Senador Anastasia mencionou a questão do Mercosul, que me toca, como Senadora gaúcha, do Rio Grande. Nós estamos amarrados a um bloco que – desculpem-me – mais tem atrapalhado do que ajudado o

Brasil. Nós nos sentimos limitados. Queremos fazer um acordo entre União Europeia e Mercosul há 10 ou 15 anos e isso não sai do papel.

O Brasil também deveria ter um pouco mais de protagonismo. O Uruguai, por exemplo, está no Mercosul, mas fez acordos bilaterais com os Estados Unidos e com outros países. Eu acho que estamos muito amarrados nisso.

Quero saber do senhor com relação a essa questão relacionada à possibilidade de abrirmos um pouco mais.

No mais, cumprimento V. Exª e quero dizer que estamos à sua disposição aqui para ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Cristovam Buarque, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Caro Senador e Ministro Armando Monteiro, sua fala me trouxe tanta concordância que a minha pergunta vai ser fora da sua fala. Inclusive, ela tem a ver com a relação com os Estados Unidos e com o mundo inteiro.

A minha pergunta é no sentido de um ponto que o senhor colocou, com o qual concordo, que não contesto. É que a competitividade é fundamental para o mercado interno, porque, no mundo aberto de hoje, o país que não tem competitividade vai ser inundado pela importação, uma espécie de antiexportação. É o contrário: a gente importa por deficiência. A minha pergunta é no sentido de saber como vamos obter competitividade e produtividade se a própria CNI tem mostrado que nós somos um dos países com menor produtividade e competitividade. Ou seja, no cenário, se não me engano, de um grupo de 14 países, nós estamos em 13º lugar. Não teremos futuro, se continuarmos assim, não só porque não exportamos, mas porque importamos. A desvalorização cambial vai ter que ser tão forte, para compensarmos as baixas competitividade e produtividade, que vai trazer uma tragédia também para cá. É uma espécie menor da Grécia, que, para ter competitividade e produtividade, vai ter que sair do euro e voltar ao dracma. Vai ter que desvalorizar tanto que vai desmoralizar, a moeda não tem valor. É uma desvalorização predadora, a partir de um certo momento, embora, num primeiro momento, seja positiva, como está sendo.

Então, a minha pergunta é sobre o papel do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio em duas coisas. Uma delas é no pensamento. Qual a formulação intelectual do Ministério para que ganhemos competitividade e produtividade? E já me adianto dizendo que isso passa, necessariamente, por uma boa infraestrutura científica e tecnológica e por um investimento sério, não investimento de jogar dinheiro, mas de um investimento correto na educação. Cada cérebro não educado é uma competitividade, uma inovação e uma produtividade perdida. Sabemos que, no Brasil, hoje, só 5% terminam o ensino médio com o mínimo de condições de ser um bom engenheiro ou cientista. Pode até ser outras coisas importantes, mas de apenas 5%. Isto segundo o Cláudio Haddad, uma figura respeitada como Cláudio Haddad. Eu diria que se esse número seria de 20%, mas ele diz que são 5%. Então, o que pensa o Ministério que deve ser feito com relação a isso?

Segunda: o que o Ministério pode fazer, e não apenas pensar, para adquirirmos competitividade, criatividade, inovatividade no Brasil desenvolvendo esse capital fundamental, que é o capital do conhecimento. O que pensa e o que pode fazer?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ministro, por favor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Bom, a nossa Senadora Ana Amélia aponta uma contradição aparente entre o fato de que a gente lança o plano de exportação e o Governo promove reonerações ou, ainda, diminui o subsídio de alguns mecanismos.

Eu queria dizer à Senadora que, no que diz respeito à questão da folha, passa a haver agora, com essa reoneração, um incentivo adicional à exportação. É que a receita de exportação não é onerada pela contribuição. Ou seja, quando o Governo eleva os percentuais no faturamento para reonerar, a receita de exportação é desonerada.

Então, eu diria o seguinte: passamos a ter agora um incentivo adicional à exportação, que eu não gostaria que fosse dado dessa forma. Eu não gostaria que fosse dessa forma, mas o fato é que a empresa que exporta mais tem, desse lado, um ganho em relação a quem vende apenas no mercado interno.

Com relação ao Reintegra, havia setores que defendiam a ideia de que o Reintegra tinha que acabar, porque o câmbio estava ajudando, etc., e, então, nós poderíamos prescindir. Quero dizer a V. Exª que a nossa luta foi para manter o mecanismo. E qual foi a posição que conseguimos que, ao final, triunfasse? De que esse mecanismo fosse preservado. Nós vamos dar uma contribuição ao ajuste fiscal, porque, em 2015 e em 2006, ele é e será de 1%, mas, ontem, na solenidade de lançamento do plano, nós afirmamos o compromisso com a recomposição do Reintegra. Ou seja, ele passará para 2% em 2017 e alcançará, finalmente, o patamar anterior em 2018, quando voltará a ser de 3%. Por quê? Porque o Reintegra não é um bônus, pura e simplesmente, ao exportador. O Reintegra é uma compensação parcial dos resíduos tributários que ainda ficam na cadeia exportadora, dadas as características do sistema tributário brasileiro, que tem cumulatividade, que tem impos-

tos que não se desoneram ao longo da cadeia e que se traduzem numa fotografia muito preocupante, que é a do brutal acúmulo de créditos que o setor exportador tem, um estoque de créditos que representa um custo para as empresas. Crédito não realizado é custo. Estou falando de crédito tributário, sobretudo nas áreas de PIS/Cofins e ICMS, uma montanha de créditos.

Eu queria dizer que transmiti, ontem, no lançamento, duas mensagens. A primeira é de que a tal reforma do PIS/Cofins que está em curso – e o Governo está comprometido a, no começo de 2016, iniciar efetivamente a mudança no PIS/Cofins – vai ensejar um benefício nessa questão do acúmulo de créditos ao ampliar as hipóteses de crédito. Quer dizer, o crédito financeiro no conceito novo, nós vamos tornar muito mais automático esse processo de creditamento para o exportador.

Então, temos agora o desafio do lado do ICMS. Evidentemente, essa não é uma questão que o Governo Federal possa resolver, mas creio que o Congresso Nacional, especialmente o Senado... E os Senadores Aloysio e Cristovam se lembram do debate que se travava aqui. Nós fizemos um primeiro movimento importante, que foi aquele da convergência das alíquotas interestaduais na importação, e hoje temos uma alíquota uniforme de 4%. E agora temos o desafio agora de construir a convergência das alíquotas interestaduais nas operações internas. Evidentemente, não é algo fácil, não é algo trivial. Os Estados, legitimamente, se utilizaram em grande medida desse espaço que a diferença das alíquotas oferece para fazer suas políticas de incentivo e de atração de investimento, mas me parece que o processo está esgotado claramente, porque, agora, todos os Estados passaram a conceder. É algo em que todos perdem.

Então, temos o desafio de construir também um ambiente no ICMS mais amigável ao setor exportador, porque há uma contradição: o Estado que sedia o empreendimento exportador perde com a exportação porque é obrigado – os Governadores Anastasia e Tasso Jereissati sabem disso – a reconhecer créditos e operações realizadas em outro Estado. Vejam a contradição: a exportação é uma prioridade nacional? É. Mas o sistema tributário tem um viés antiexportador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Federativo, não é?

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Federativo.

Então, precisamos também cuidar dessa questão do ambiente do ICMS, porque há esse problema.

V. Exª falou do câmbio. Acho que V. Exª tem toda razão. Um motivo que contribui muito fortemente para essa perda de posição relativa da indústria é os longos anos de apreciação cambial. Todos os especialistas apontam isso de maneira clara. Há até uma expressão, que não sei se era do Gudin, dizendo que o juro aleija e o câmbio mata. Quer dizer, o câmbio é um preço macroeconômico importantíssimo que esteve fora do lugar muito tempo. Aí, a indústria padeceu muito, especialmente a indústria, porque, nesse mesmo período, as *commodities* se valorizaram em dólar, mas a indústria teve um prejuízo, com o processo de valorização cambial, muito grande.

V. Exª também fala da questão da Zona Franca. Fui até Relator aqui de um projeto para aumentar essa cota, salvo engano, para U$1.200,00. Mas eu já tenho conhecimento desse assunto porque, inclusive, em Foz do Iguaçu está havendo também um problema muito sério com relação a essa questão.

Então, vou levar esse assunto à Receita, entendendo que há uma repercussão social e que afeta a economia dessas regiões de fronteira, além de ter o problema de estimular, por assim dizer, práticas que, de resto, então, se colocam à margem do controle, como acontece nas regiões de fronteira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Como V. Exª falou em Foz do Iguaçu, certamente, a Senadora Gleisi Hoffmann também será atendida.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Também.

O nosso Senador Cristovam Buarque, como sempre, nos remete a questões muito importantes.

Aí, volto a dizer que não sei se tenho condições de dar uma resposta, assim, como V. Exª deseja, mas o fato é que temos o desafio: primeiramente, de compreender que há uma heterogeneidade no tecido industrial brasileiro. Não há essa noção de que, definitivamente, não temos competitividade num lugar. Há áreas da indústria que são competitivas. E esse teste se dá até na exportação. Por exemplo, na área de geração de energia elétrica, os equipamentos produzidos no Brasil são competitivos no mundo. Com relação aos carros de metrô, por exemplo, o Brasil concorre até com a China. Então, há setores em que temos competitividade.

V. Exª alude à questão da produtividade. É verdade que houve, porque aí há três componentes: salário real, câmbio e produtividade, ou do conjunto dos fatores, ou de mão de obra.

Então, é verdade que houve um descompasso, nos últimos anos, entre o aumento do salário real da indústria e os ganhos de produtividade. Então, numa avaliação de mais de 20 países, o Brasil foi o País que teve o maior descompasso entre a elevação do custo unitário do trabalho *vis-à-vis* da produtividade. Esse é um desafio muito grande.

No que diz respeito à política industrial... V. Exª fala da pesquisa básica, do desafio da inovação. A política industrial tem de compreender que a inovação é uma dimensão dela. Mas acho que o nosso desafio agora, olhando a política industrial, é verificar a experiência recente que tivemos. Eu defendo política industrial.

Houve um momento em que havia, na discussão e no debate, a compreensão de que bastava oferecer um ambiente macroeconômico equilibrado para não se precisar de política industrial. Na minha avaliação, política industrial é necessário. Os países que tiveram melhor desempenho nos últimos anos são os que construíram uma aliança do setor privado com o Governo, não uma aliança para pactuar com a ineficiência ou para produzir proteção a qualquer custo – o viés protetivo que tínhamos –, mas para promover a competitividade, porque, em grande medida, quando se fala em competitividade sistêmica, há questões fora da empresa, que a empresa não controla.

Então, é por isso que precisamos atuar em estreita aliança, para elevar a competitividade. Na nossa avaliação, as últimas gerações de política industrial – tivemos três de 12 anos pra cá – produziram resultados em algumas áreas, mas essa própria experiência nos aponta a necessidade de fazer correções.

Olhando a produtividade a que V. Exª se referia, penso que devemos sair dos grandes agregados conceituais para, por assim dizer, focar a política industrial de maneira mais microeconômica. Ou seja, o que, no ambiente da média empresa brasileira, da empresa industrial média – não falo das grandes –, se pode fazer para elevar a produtividade?

Aí, temos programas de extensão industrial e tecnológica que podem e devem ser mais bem articulados. Há muita gente que atua nessa área, mas precisamos ter uma abordagem metodológica comum, um foco comum. Isso passa pela questão da capacitação *stricto sensu* de processos na indústria, de modernização do parque industrial, porque os grandes programas de financiamento não chegaram à média empresa industrial brasileira em grande medida. Não chegaram porque, no sistema financeiro, evidentemente, há questões que não podem... Isso não é dinheiro do OGU. Ou seja, essa é uma relação da empresa, que precisa ter cadastro, que precisa ter certidão...

Temos de construir um modelo de financiamento que possa permitir uma renovação do parque. Há estudos que demonstram que a idade média dos equipamentos no Brasil já é, em alguns casos, de 25 anos em algumas áreas mais tradicionais, e a média, nos países que têm mais competitividade, é de oito anos. Então, como montar um programa de modernização industrial no Brasil que seja acessível à pequena e à média empresa industrial? É um desafio. Criar um modelo de garantia adequado, uma espécie de *leasing* operacional, em que se vinculem claramente os bens financiados...

Em suma, acho que precisamos ter um foco mais microeconômico na política industrial, porque a competitividade se faz efetivamente na fábrica, e cuidar dos custos sistêmicos e da eficiência que se constrói fora. Aí, trata-se de logística, de infraestrutura, algo que, evidentemente, a empresa não resolve.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Estão inscritos os Senadores Ronaldo Caiado e Tasso Jereissati.

Por favor, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, reconhecido pelo seu conhecimento profundo na área, sempre uma liderança respeitada nesta área, as perguntas que formulo a V. Exª dizem respeito, em primeiro lugar, ao lançamento do plano da Presidente Dilma, o Plano Nacional de Exportações.

A informação que temos é de que foi um plano que não motivou a presença dos empresários. Ou seja, havia a expectativa de houvesse o dobro de presentes no Palácio. E as informações que chegam são de que o clima de desconfiança e de desânimo abate muito os empresários brasileiros neste momento. Há falta de segurança nas regras do Governo, como é o caso específico da taxa de energia elétrica. No período pré-eleitoral, desenhou-se uma realidade, e hoje os empresários convivem com outra realidade.

Tive oportunidade, há poucos dias, de conversar com alguns empresários da área têxtil. Eles me disseram: "Olha, Caiado, com toda a vontade de continuar no Brasil e de continuar trabalhando naquilo em que nós acreditamos, tivemos que ceder e realmente nos instalar em Xangai." E falaram assim mesmo, sentidos por não poderem manter a estrutura deles como sempre mantiveram no Brasil.

Com relação ao pessoal da metalurgia pesada, esses, então, estão, em marcha batida, indo para os Estados Unidos. Já estão se instalando lá, com indústrias montadas, por causa do preço de energia elétrica, que teve um aumento aqui, no Brasil, de uma ordem que extrapola qualquer percentual compatível com a produção.

Em relação à parte trabalhista – posso errar aqui, mas tenho certeza de que me aproximo do número, Sr. Ministro –, são 200 mil ações trabalhistas por ano nos Estados Unidos, são 100 mil no Japão e 3 milhões no Brasil, se não me engano. São esses os dados que nós temos no Brasil. Esse também é outro fator que está fazendo com que as empresas brasileiras migrem muito para o Paraguai. É um fluxo grande. Na minha região do

Centro-Oeste, as maiores estruturas da área do agronegócio, principalmente os frigoríficos, estão se voltando para o Paraguai.

Então, com essas informações, preocupa-me como o MDIC vai realmente conseguir avançar, pois o empresário, que é o responsável por se encorajar e mostrar capacidade competitiva, está desencorajado pelo fato de que alguns quebraram e outros estão extremamente endividados.

E o terceiro ponto é que falta confiança, não em V. Exª. V. Exª sabe que as ações de um Ministro são mais setorizadas. V. Exª não pode responder pelo ajuste fiscal, V. Exª não pode responder por mudanças que nós teremos na economia nos próximos dias.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, para concluir, objetivamente, seria com esse sentido.

Eu também gostaria de perguntar, para finalizar, como o MDIC tem atuado para que a Venezuela possa pagar vários empresários que estão quebrando por terem feito exportações e o governo venezuelano não estar cumprindo os acordos, nem o acordo de regra democrática, nem acordos comerciais.

Então, são exatamente essas perguntas que formulo a V. Exª, Sr. Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Tasso Jereissati, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Ministro Armando Monteiro, eu gostaria, primeiro, de, mais uma vez, elogiar a atuação do Ministro, já que, há pouco mais de uma semana, estivemos, na CAE, assistindo a uma exposição do Ministro. Até fico um pouco constrangido, Ministro, porque, depois de 12 anos discordando profundamente da política industrial, da política de exportação, da política externa brasileira, a gente, de repente, é obrigado a dizer que V. Exª está seguindo um caminho absolutamente correto. Quase todas as colocações estão absolutamente de acordo com aquilo que nós entendemos como o caminho correto, o que é razão até para comemorar, Senador Aloysio, porque, finalmente, temos condições de ter boas notícias, não tanto em relação ao que vai acontecer, porque tenho dúvida sobre se o Governo, como um todo, concorda com o Ministro, porque, pelo que sabemos e ouvimos falar em algumas discussões aqui no Senado, fica bem claro que existe um viés ideológico que não consegue conviver com suas ideias e seu plano de trabalho. Espero estar errado e que se dissipe essa minha dúvida sobre se o restante do Governo concorda, se a alma do Governo está de acordo com as suas propostas e a sua política.

Então, era isto que eu queria dizer, fazendo um adendo à pergunta do Senador Anastasia e à do Senador Caiado sobre a relação comercial Brasil/Estados Unidos e Brasil/Comunidade Europeia, porque, pelo menos no noticiário, para quem está assistindo e acompanhando, sempre aparece a questão do Mercosul como um empecilho fundamental à evolução das negociações e, dentro do Mercosul, a questão da Argentina como principal empecilho à evolução dessas negociações.

Qual a expectativa concreta que V. Exª tem na negociação e na superação desse empecilho? Ou seja, a Argentina, qual é o ponto principal que ela coloca como empecilho?

A segunda questão, colocada também pelo Senador Caiado, diz respeito à área trabalhista.

Realmente, se V. Exª observar dez balanços de empresas brasileiras, grandes, pequenas, médias – não digo pequenas, mas médias para grandes e grandes –, vai ver que existe um volume enorme, gigantesco de recursos de contingências trabalhistas. Tem alguma coisa errada nisso. Qual é o encaminhamento que o seu Ministério está dando a essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – O Senador Caiado colocava a sua informação de que a comunidade empresarial não esteve muito presente no lançamento do plano, ou seja, de que o quórum empresarial, de certo modo, traduziria uma situação de desânimo.

Eu queria dizer ao Senador que tivemos uma presença muito expressiva e muito qualificada lá, inclusive com algumas vozes, Senador, que são até críticas. Por exemplo, tivemos a presença do Presidente do Iedi, Pedro Passos, dos presidentes das confederações e das mais expressivas federações de indústria do País e de entidades setoriais as mais importantes. Eu iria discorrer sobre 40 ou 45 entidades setoriais que estiveram presentes. E, olhando a mídia, eu constato que, de uma maneira geral, o plano foi bem recebido, muito bem recebido por essas entidades setoriais.

Agora, eu quero concordar com V. Exª que o momento não é de muita euforia. Pelo contrário. As empresas estão confrontadas com um momento difícil, de grande queda na atividade econômica. Isso é verdade. Isso não pode ser desconhecido. Nós estamos em meio a um momento difícil do próprio processo de ajuste, porque

já percebemos as dores, mas ainda não vislumbramos devidamente os benefícios. Mas V. Exª há de concordar que não há outro caminho senão o de buscar o reequilíbrio macroeconômico.

Eu sei que, no debate político, a questão que fica sempre muito saliente é a que identifica algo que representa uma contradição entre o que foi dito e o que está sendo feito, etc.

Como a minha tarefa no Ministério foi inaugurada no dia 1º de janeiro, eu estou com a missão de trabalhar a partir daí, quer dizer, de, objetivamente, atuar dentro da realidade atual da economia brasileira para tentar encontrar caminhos, encontrar espaços para, em meio a esse processo severo de ajuste, encontrar canais que possam estimular a atividade econômica. E quero dizer a V. Exª que não tenho nenhuma dúvida de que esse canal do comércio exterior é um canal em que temos que apostar. Eu parto de uma constatação simples: se não há demanda doméstica ou se ela caiu, nós temos que contratar a demanda externa. A exportação nada mais é do que uma forma de contratar a demanda externa.

Para também não ficar uma coisa muito abstrata, V. Exª deve lembrar, por exemplo, que a indústria automobilística brasileira já exportou quase um milhão de unidades, 900 mil unidades. De repente, ao longo do tempo, nosso mercado doméstico cresceu muito – vinte e tantas bandeiras de empresas estão presentes no mercado brasileiro – e esse mercado agora ficou menor. É um mercado que ficou menor. Nós temos, então, que indagar: "Pode a indústria automobilística, neste momento, reorientar um pouco o seu foco para exportação?" Eu acho que sim. Por que não? Os produtos são de padrão mundial, a qualidade dos produtos melhorou, as plantas industriais são novas... Eu tenho, no meu Estado, uma planta nova que foi instalada pela Fiat que é, em termos de automação, Senador Tasso, o que há de mais atualizado no mundo.

Então, eu acho que nós temos que estimular esse movimento, porque é a forma, inclusive, de garantir a manutenção do emprego em algumas áreas mais ligadas à indústria.

V. Exª lembrou essa questão da energia. V. Exª tem toda razão: a energia é um insumo básico, não existe política industrial que não tenha a clareza de que a energia é um elemento fundamental de qualquer estratégia de desenvolvimento industrial.

Houve, sim, um grande aumento de custos na área de energia. Uma parte do benefício que tivemos com o processo da desvalorização cambial, alguma coisa, olhando do lado da indústria, é anulada à medida que um insumo fundamental como a energia encarece. Mas o Brasil teve que promover um profundo realinhamento tarifário, e agora estamos sofrendo esse processo da chamada inflação corretiva. Quer dizer, o Brasil foi obrigado a promover um realinhamento, um choque, eu reconheço, um choque de preços que impacta o custo da atividade produtiva.

Olhando para frente, o Brasil tem que ter uma política de energia para a indústria, e uma das áreas mais importantes, Senador, é a questão do gás. Eu creio que, quanto ao pré-sal, quanto aos investimentos que estão sendo feitos, há muita descoberta em que há gás associado. Vamos ter uma ampliação extraordinária da oferta de gás. E eu acho que nós temos que ter uma política para a indústria. Veja que grande parte do renascimento da indústria nos Estados Unidos, que o relançamento da indústria americana, a ponto de ela estar recuperando espaços no mundo, se deu pelo gás de xisto, que deu uma competitividade que a economia americana não tinha, um ganho de competitividade.

Então, V. Exª tem razão na afirmação de que nós tivemos um grande impacto na questão do custo da energia, mas precisamos ter uma política para a indústria, oferecendo uma energia a custos compatíveis com aqueles que temos no mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Permite-me uma breve interrupção, Ministro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É sobre a questão da energia suscitada pelo Senador Caiado.

Faço votos de que o senhor, no concerto do Ministério, possa, em relação a um tema que me parece muito delicado, ser a voz do realismo. Nós estamos desperdiçando capacidade de produção de energia hidrelétrica no Brasil em razão do dogma de que usina hidrelétrica só pode ser construída a fio d'água, sem reservatório. Isso é um fator de encarecimento da energia no Brasil. Nós temos que romper com esse dogma, evidentemente tomando todas as cautelas ambientais, mas não podemos ficar presos a esse dogma que, de repente, acaba sendo um ônus pesadíssimo sobre o futuro. Nós não temos nenhuma razão para arcar com ele.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Permite-me, Ministro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Quero cumprimentá-lo, pois V. Exª é Senador... Se o Presidente nos permitir quebrar...

(Interrupção do som.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – ... fora isso, ontem mesmo nós tivemos uma discussão sobre a questão do pré-sal. Inclusive, o Senador Aloysio esteve no plenário. Ao mesmo tempo, estamos desperdiçando a possibilidade de produzir óleo do pré-sal. Enquanto o Governo – e aí vai já na linha da minha pergunta – insistir na tese de que a Petrobras tem que participar com 30% de cada poço e operacionalizar todos os poços e conteúdo nacional...

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – ..., isso será impossível em curto prazo. Isso não é nenhuma avaliação; isso é matemático. Ontem, nós chegamos a fazer as contas dos recursos que a Petrobras já tem que investir, obrigatoriamente, nos próximos cinco ou seis anos, sem contar com nenhum investimento no pré-sal, mais a sua dívida. É absolutamente impossível, a não ser que a política do Governo venha a ser a de protelar os leilões do pré-sal, no sentido de que a Petrobras, na medida em que o seu caixa venha a ser reforçado, possa fazer frente a essa obrigação que tem.

Então, nós estamos condenados, hoje, a postergar – já que a realidade de hoje é essa – a produção desse gás que V. Exª sonha para, talvez, daqui a somente oito ou dez anos. E olhe lá!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem. Realismo versus pragmatismo. Pragmatismo versus realismo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Eu fiquei devendo ao Senador Caiado um comentário sobre a questão trabalhista.

Essa questão, a meu ver, nos remete muito mais ao Parlamento, a algo que decorre do marco da legislação, e, evidentemente, nós sempre tivemos uma grande dificuldade para, nesse ambiente da legislação trabalhista, promover reformas mais substantivas. Por exemplo, V. Exª sabe que a nossa legislação é, em certa medida, estimuladora do conflito, do contencioso. Há uma coisa relativa – o Senador Aloysio, com o conhecimento jurídico que tem, sabe disso – à questão do poder normativo da Justiça do Trabalho no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – De o juiz definir qual é a produtividade, com a decisão judicial...

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Ou seja, uma decisão judicial dizendo qual é a produtividade que deve ser paga.

Então, Senador, essa é uma questão que o Congresso Nacional precisa rever, com o sentido de urgência que V. Exª aponta, porque, ao final, se constitui em uma desvantagem competitiva do Brasil, sem que isso se traduza, Senador, na ideia de qualquer precarização, o que eu nunca defendi.

Quero dizer a V. Exª que, quando em 2000, quando eu ainda era Deputado, ainda no governo do Presidente Fernando Henrique, eu me alinhei naquela defesa da flexibilização e tal. E até hoje, Senador Tasso, quando eu disputo eleição em Pernambuco, ...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Lá vem o cartaz....

O SR. ARMANDO MONTEIRO – ... eu estou lá numa lista negra de quem estava defendendo a precarização, etc., etc. Então, enquanto eu não perder a eleição... Então,...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E agora vem o tema da terceirização da atividade-meio e da atividade-fim, o que é uma coisa absolutamente delirante.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Agora é o tema da terceirização.

Então, é um debate que é interditado, em certa medida, pela prevalência de algumas posições, eu diria, falsamente progressistas – está certo? – que, de algum modo, ao final, impõem ao Brasil uma situação que não nos faz reconhecer que esse ambiente do trabalho mudou muito no mundo inteiro e que há relações, hoje, por exemplo... A lei cristaliza a dinâmica das relações do trabalho. Quer dizer, você não pode acompanhá-la com a coisa da lei, que se cristaliza, O marco é um marco cada vez mais contratual, um marco de autocomposição das partes.

Então, a questão é a seguinte: temos espaço para avançar do ponto de vista da construção das reformas nessa direção? Aí, eu acho que o Parlamento nacional tem um papel, evidentemente, fundamental nesse processo. Mas a avaliação que V. Exª fez é verdadeira: há um contencioso imenso, nós temos milhões de processos na Justiça, e há países em que não há esse quadro rígido que nós temos, e não são países que precarizam ou que deixam de oferecer ao trabalhador as garantias necessárias. Na realidade, a experiência lá fora nos aponta uma situação distinta, não é verdade?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria só de cumprimentar o Senador Armando Monteiro. Todos somos sabedores do seu conhecimento profundo sobre a matéria, que ele é um homem estudioso, extremamente preparado, com quem nós concordamos, e não podemos colocar sobre seus ombros a responsabilidade, neste momento, de um sistema presidencialista que não tem muita sustentação do ponto de vista de popularidade.

No mais, encerro dizendo que fiquei contente com a resposta de V. Exª e que, assim como V. Exª faz parte de um quadro do governo deste País, V. Exª faria parte também de um do nosso governo. V. Exª pode ter certeza de que estará à frente dessa política de exportação, porque eu acredito nessa tese profundamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Senador Tasso, eu quero insistir que tenho muita satisfação de vê-lo novamente no Senado. Eu disse isto na CAE, mas queria repetir porque é possível que alguns companheiros não estivessem lá. Eu acho que V. Exª fez muita falta durante o tempo em que... E eu tive o prejuízo desse desencontro com V. Exª aqui, no Senado. Quando eu cheguei, V. Exª não estava e, quando eu saí,para cumprir essa missão, V. Exª voltou. Então, houve esse desencontro, que espero que possa ser remediado de alguma forma. Mas eu estou lá com essa missão.

Então, o Senador Tasso coloca a questão do Mercosul...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Como disse o Senador Caiado, vai ser difícil, porque, nas próximas eleições, nós vamos voltar ao poder e V. Exª, provavelmente, estará nessa posição novamente. (*Risos.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Então, o Senador Tasso colocou a questão do Mercosul. É verdade o que houve em relação a esse acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Já faz 16 anos que nós ensaiamos esse processo de construção do acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Mas eu vou fazer aqui uma afirmação que pode ser vista como temerária: eu estou com a firme convicção de que a gente inicia as trocas de oferta este ano.

Nós estivermos em Bruxelas agora, no último dia 11, onde houve um comunicado, expedido e subscrito pela Comissária Europeia, Cecilia Malmström, de que, depois da reunião dos representantes do Bloco Mercosul e União Europeia, há uma indicação de que vamos trocar as ofertas até o último trimestre deste ano.

E o processo de harmonização das ofertas dentro do próprio Bloco, que é o desafio que tivemos para avançar... Mas temos, de resto, que reconhecer que há algumas situações que não podem deixar de ser compreendidas. Por exemplo, a Argentina tem um tecido industrial que o Uruguai e o Paraguai não têm. Portanto, é evidente que, quando olhamos a perspectiva de um acordo amplo de livre comércio com a União Europeia, há uma sensibilidade maior nos países que têm mais indústrias, o que não ocorre em relação ao Paraguai e ao Uruguai, que não têm muita sensibilidade nessas áreas. Mas já estamos praticamente concluindo uma harmonização da proposta do Bloco, de modo que o núcleo comum da oferta alcance o universo mínimo de produtos que justificam, do ponto de vista dos dois Blocos...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Mas, no caso, nós temos mais indústrias do que a Argentina e temos interesse.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Mas, como a indústria argentina teve problemas, como ela foi, por assim dizer, relançada – do ponto de vista político, esse relançamento da indústria tem um apelo muito grande –, ela não é uma indústria que possa ser comparada à indústria brasileira em muitas áreas.

No Brasil, quando se faz o balanço da questão de como a indústria brasileira estaria preparada, há setores que ganham no curto prazo e há setores que perdem. Então, há um balanceamento que precisa ser sempre considerado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Permite-me o diálogo?

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Claro, Senador! Claro!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Todos esses grandes acordos comerciais não são feitos no sentido de proteger qualquer indústria ineficiente. Ao contrário, são feitos no sentido de aumentar o comércio internacional, aumentando, com isso, a competitividade e o comércio internacional, que vai gerar riqueza para todo mundo. No momento em que existe uma posição de proteção à indústria não competitiva, o acordo não está valendo para nada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Eu deixei clara para V. Exª, quando fiz a defesa na exposição anterior, a necessidade de haver mais importação do que exportação. Ou seja, eu tenho a compreensão que V. Exª expressa de que o comércio internacional é um canal importante para que você possa fazer... Mas V. Exª há de entender que, para construir, objetivamente, essa posição, considerando que há visões de governo, que há visões distintas, estou só dizendo que a dificuldade que tivemos para construir a oferta comum do Bloco decorre de algumas sensibilidades que existem nesse processo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Entendo perfeitamente a sua posição. O que eu estou querendo é radicalizar um pouco. Então, pensando alto, questiono o seguinte: se determinado acordo, tipo o do Mercosul, está nos puxando para trás, esse acordo vale a pena? Eu sei que V. Exª, como Ministro, não pode dar uma opinião tão clara quanto a minha, mas coloquei para discussão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Mas não sei se V. Exª percebeu que expressei a posição de otimismo de poder fazer, finalmente, a troca de ofertas este ano, sem que isso corresponda a nenhuma ideia de velocidades distintas. Nós vamos poder fazer com o Bloco. É o sentimento que temos de que vamos, finalmente, fazer a troca de ofertas. Acho que vai ser um ganho para o Brasil e um ganho para o Mercosul e espero que isso possa realmente se concluir, como ficou previsto nessa manifestação em Bruxelas, agora, no dia 11 deste mês.

E V. Exª coloca uma questão, a questão trabalhista, do que o Ministério... É claro que, olhando essa agenda de reformas que o País precisa fazer, na nossa visão, temos que fazer e enfrentar essa agenda de reformas inconclusas ou reformas que não foram feitas. E foi por isso, Senador, que eu expressei, naquele dia em que estive na CAE, uma visão, que é menos a visão do Ministro e mais a visão de um Parlamentar que está licenciado, de que o debate político, no Brasil, em meio a questões conjunturais, etc, não pode perder de vista a necessidade de construirmos uma visão minimamente convergente sobre uma agenda de reformas que, de resto, o País precisa promover, porque o tempo econômico é diferente do tempo político. Ou seja, o mundo não vai esperar que o Brasil resolva as suas contradições internas. É por isso que eu acho – perdoem-me a pretensão – que deveríamos ter uma pauta, uma agenda ligada à questão das reformas, porque o tempo que perdermos poderá ser um tempo fatal.

No que diz respeito à questão trabalhista, é evidente é importante uma posição do Governo, mas acho que o papel do Congresso é fundamental. E nessa questão, Senador, também com essa visão mais realista, nós estamos focando mais em algumas NRs, em algumas coisas que o próprio Ministério do Trabalho, no ambiente infralegal, que hoje perturbam imensamente a operação das empresas... V. Exª sabe que há uma questão ligada à chamada NR-12, que está criando um problema nesse ambiente. Então, nós estamos procurando, no Ministério, ter um foco nessas questões que, de alguma maneira, contribuem para que o ambiente de operação das empresas possa ser mais prejudicado. Mas acho que o tema da reforma trabalhista não pode escapar à agenda de reformas do País.

Finalmente, V. Exª falou na questão da Petrobras, na perspectiva da manutenção dessa figura do operador exclusivo, no pré-sal, e V. Exª ainda fez referência à questão do conteúdo local, das regras de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO – ...conteúdo local, operador e investidor.

Eu acho que essa questão está posta, está aí colocada. É evidente que a Petrobras agora está reprogramando e redimensionando os seus investimentos, mas, ao mesmo tempo, há algumas coisas que nos colocam uma perspectiva de esperança. Por exemplo, ontem, o *Board* da Shell reunido no Brasil, todos os conselheiros da Shell, o Presidente do Conselho, o *CEO* mundial... Eles colocam uma visão de muita confiança com relação ao programa de investimentos. Eles já são, hoje, o segundo produtor de óleo e gás no Brasil e colocam uma perspectiva de muito compromisso com um programa importante de investimentos nos campos em que já participam com a Petrobras, inclusive no Campo de Libra, etc.

Então, nós já estamos produzindo 800 mil barris na área do pré-sal, mas essa questão que V. Exª coloca é uma questão que está no debate, que está presente, e, de resto, o Brasil precisa ter sempre a capacidade de verificar, por exemplo, o que mais consulta o interesse nacional, tendo em vista as limitações e circunstâncias que vivemos. Ou seja, não há nada que me pareça imutável. Nessas questões, não pode haver dogmas. Não são, a rigor, questões religiosas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente. É preciso ser prático, não dogmático.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Não são questões religiosas.

Eu lembro uma expressão muito interessante do Roberto Campos. Ele dizia que, no Brasil, o petróleo não era um bem econômico, mas um artigo teológico.

Evidentemente, isto foi dito em um momento lá atrás, quando ainda se discutia essa questão da Petrobras.

Então, a gente precisa ter sempre a compreensão de que o petróleo, em última instância, é um bem econômico – não é verdade? – e que, às vezes, posições que parecem ser mais de vanguarda podem, eventualmente, não ser.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Meu caro, Ministro, quero agradecer imensamente a sua presença aqui hoje.

Foi uma memorável audiência pública, muito esclarecedora, que mostrou que é possível, sim, encontrarmos pontos de convergência em torno de uma agenda de reformas que possam concretizar algo que o senhor diz no seu artigo, que é afirmar a centralidade do comércio exterior como fator de dinamização e de aumento de competitividade da nossa economia.

Uma agenda de reformas, Sr. Ministro, é algo que nos faz falta. Mas faz falta também quem proponha uma agenda de reformas em condições de ser implementada. O senhor nos faz descortinar um universo, um

horizonte de mais profundidade, de mais longo prazo em relação aos problemas conjunturais do ajuste econômico, do ajuste financeiro que estamos vivendo. Mas, eu diria, se todos fossem iguais a você, lembrando aquela canção... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ..., é preciso realmente que haja esse fôlego de mais longo alcance. Esteja certo V. Exª aqui, em relação às posições que o senhor expressou hoje na nossa Comissão, que o senhor tem muito mais receptividade na oposição do que em setores muito fortes da situação no Senado. Não peço nenhum comentário seu, mas pode estar disto. Esteja certo disto!

Quando se fala em reforma trabalhista, imediatamente, já há a tendência de se colocar um cartaz com a cara do sujeito dizendo que ele é a favor da terceirização, como se ele fosse a favor do trabalho escravo, quando o que se fala é da necessidade de se ser mais realista em relação às regras atuais. Quanto ao marco atual jurídico de exploração do pré-sal, diz-se que lá vêm os vende-pátrias. Mas esses 800 mil barris que estão sendo extraídos hoje do pré-sal são extraídos por poços de petróleo que só se concretizaram no regime de concessão. Então, quando se propõe dar à Petrobras, em função de cada caso concreto, saber se vai ser operador exclusivo ou não, tirá-la dessa obrigatoriedade, "ah, lá vêm os vende-pátrias outra vez".

Então, o senhor pode estar certo de que, entre nós, se o Governo que V. Exª integra tivesse, como um elemento que nos faz ser otimistas, moderadamente otimistas em relação ao conjunto da obra do Governo, mas absolutamente conscientes do valor do que o senhor está empreendendo, dos seus projetos, se o Governo tivesse um mínimo de sensibilidade para abrir o diálogo sobre as reformas necessárias, creio que nós, o sistema político, poderíamos dar ao Brasil um recado muito mais positivo do que damos hoje.

A minha palavra, Sr. Ministro, é de agradecer imensamente sua presença e dizer que o senhor pode contar conosco para sustentar o programa que o senhor propõe, endossado pela Presidente da República.

Antes de passar a palavra ao senhor, quero, a pedido do Senador Tasso Jereissati, ler aqui um requerimento que foi enviado. É um requerimento de informações ao Sr. Ministro Carlos Eduardo de Souza Braga, Ministro de Minas e Energia.

Eu não sabia que ele se chamava Carlos Eduardo, eu achava que era só Eduardo Braga.

É o seguinte o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 54, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requeridas ao Sr. Carlos Eduardo de Souza Braga, Ministro de Estado de Minas e Energia, as seguintes informações:

1. Se existe e qual foi o valor total do empréstimo contratado pela Petrobras junto ao Banco de Fomento da China, bem como o prazo e a taxa de juros contratada?

2. O pagamento desse empréstimo se dará com recursos financeiros ou integralmente com barris de petróleo?

3. Em caso de inadimplência, se a forma de pagamento for em barris de petróleo, este contrato de financiamento tem preferência em relação aos demais credores da empresa?

4. Há nesses empréstimos da Petrobras junto ao Banco de Fomento da China algum tipo de condicionalidade, especialmente com relação a privilégios na contratação de trabalhadores estrangeiros ou importação de produtos e serviços de empresas baseadas em outros países?

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Relatoria:

Relatório:

Observações: O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Li aqui para cumprirmos a etapa regimental, que o senhor conhece bem, da leitura para posterior deliberação.

Passo a palavra, então, agora a...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – V. Exª vai submeter à apreciação? Vai ler e vai votar?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Se não houver objeção...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Nenhuma objeção?

Então, os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Presidente, antes, duas frases. Como tomei a liberdade de dar uma informação a respeito de um habeas corpus que teria o Presidente Lula impetrado na Justiça Federal, cabe-me a responsabilidade, também institucional, de esclarecer que o Instituto Lula se manifesta dizendo que o advogado que o fez não tinha nem procuração nem autorização para fazê-lo. Qualquer pessoa, qualquer cidadão pode impetrar habeas corpus em nome de terceiro. Esta informação é importante.

Então, eu queria, para complementar, dizer que talvez seja até um desserviço o que uma pessoa sem essa autoridade e competência fez.

Este esclarecimento me parece necessário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Muito obrigado, Senadora.

O SR. ARMANDO MONTEIRO – Bom, eu quero agradecer muito ao Senador Aloysio pela condução, quero agradecer muito aos Senadores por esta oportunidade que tive de poder, mais uma vez, estar aqui debatendo esses temas, quero saudar os Senadores Wellington e Davi Alcolumbre, que não estavam presentes no início desta reunião, e dizer que fico sempre à disposição.

Creio, Senador, que nós precisamos, sim, cuidar do que eu podia chamar uma espécie de agenda do bom senso, e que, assim, portanto, deve haver sempre espaço para que a gente discuta e possa construir algo nessa direção.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2015.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Angela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha, Waldemir Moka, Douglas Cintra e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **MENSAGEM (SF)** nº 26, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Sérgio de Assis Lobo, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT". Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: matéria pronta para deliberação. Resultado: sabatina realizada com indicação aprovada, sendo 18 (dezoito) votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 30, de 2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz e outros, que "requeiro nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, para debater o pacote de concessões e investimentos em infraestrutura e logística que está sendo concluído no âmbito do Poder Executivo Federal, o qual define os novos parâmetros e modelos das concessões, valores envolvidos, fontes de recursos, áreas estratégicas e regiões beneficiadas; com a presença de representantes dos seguintes órgãos: Ministério dos Transportes; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; Agência Nacional de Transportes Terrestres; Empresa de Planejamento e Logística". Resultado: aprovado o requerimento. Subscrito pelos Senadores Valdir Raupp e Wellington Fagundes. Acrescentados, na lista de convidados, os representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, da Secretaria de Portos da Presidência da República, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e do Tribunal de Contas da União – TCU. Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 33, de 2015, de autoria do Senador Hélio José, que requer "requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) com a finalidade de debater a importância da energia elétrica na educação contemporânea. Como sugestão, que sejam convidadas as seguintes autoridades para participação da referida audiência pública: 1. Representante do Ministério de Minas e Energia (MME); 2. Representante do Ministério da Educação (MEC); 3. Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); 4. Júlio

Gregório, Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal; 5. Professor Jordenes Ferreira da Silva, Centro de Ensino Fundamental de Arapoanga/DF; 6. Sr. Marco Antônio Galdino, do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL); 7. Dr. Rafael Amaral Shayani, Professor da Universidade de Brasília; 8. Engº Ércio Muniz Lima, Engenheiro da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletrobras-Eletronorte; 9. Engº. Assiz Ramos de Souza, Engenheiro Agrônomo". Resultado: aprovado o requerimento. Incluídos e apreciados os itens extrapauta 4 e 5. Item 4 – **MENSAGEM (SF)** nº 27, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT". Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: matéria pronta para deliberação. Resultado: lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 5 – **MENSAGEM (SF)** nº 28, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT". Relatoria: Senadora Sandra Braga. Relatório: matéria pronta para deliberação. Resultado: lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Ricardo Ferraço, Walter Pinheiro, Paulo Bauer e Sandra Braga. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e onze minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Declaro aberta a 12ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O item 1 da pauta...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de pedir inclusão de item extrapauta, pois tenho um relatório para ler sobre a indicação do Sr. Marcelo Bruto da Costa Correia para a ANTT.

Se V. Exª me permitir, eu farei a leitura desse relatório, para que possamos marcar, então, a sabatina na próxima semana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos ao relatório.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 27, de 2015 (Mensagem nº 133, de 5 de maio de 2015, na origem), da Presidente da República, submetendo à consideração do Senado Federal o

nome do Sr. Marcelo Bruto da Costa Correia para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Nos termos do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, combinado com o art. 52, inciso III, alínea *d*, da Constituição Federal, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 27, de 2015, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Marcelo Bruto da Costa Correia, para ser conduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Nos termos do disposto no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores da ANTT. Ainda nos termos do art. 383 do RISF, a CI deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

De acordo com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, que criou a ANTT, seus diretores serão "brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos".

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Marcelo Bruto da Costa Correia, que passo a resumir.

O candidato é natural de Recife e tem 33 anos de idade. É bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e bacharel em Administração pela Universidade de Pernambuco. Obteve os graus de Mestre e Doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas, respectivamente, em 2008 e 2011.

Tendo sido aprovado no concurso público para o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – notoriamente um dos mais difíceis e concorridos dos certames promovidos pela União –, é servidor público efetivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desde 2009. Desde sua posse, atuou na Casa Civil da Presidência da República e na Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do próprio Ministério. Foi ainda representante do Ministério no Conselho de Administração da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

Em fevereiro de 2015, foi cedido ao Governo do Estado de Pernambuco para exercer o cargo de Secretário Executivo Especial de Mobilidade Urbana na Secretaria das Cidades.

Constam no currículo apresentado numerosas participações em palestras e apresentações, especialmente sobre o PAC e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

O candidato ainda relata atividades de docência, participação em bancas de dissertação e diversas publicações em periódicos especializados em Direito Administrativo.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

Fica, assim, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Marcelo Bruto da Costa Correia para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

É esse o relatório, Sr. Presidente, que termino de ler neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi.

Agora, vamos passar ao item 1 da pauta.

Quero destacar a presença, em nosso plenário, do Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral da ANTT.

V. Sª é muito bem-vindo à nossa Comissão.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor SÉRGIO DE ASSIS LOBO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à sabatina do indicado, conforme artigo 383 do RISF.

No dia 20 de maio foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos temos do art. 383 do Regimento Interno do Senado.

Convido para que tome assento à mesa o Sr. Sérgio de Assis Lobo, indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao indicado, Dr. Sérgio de Assis Lobo.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Garibaldi Alves Filho; Srs. Senadores, senhoras e senhores, bom dia.

Gostaria de iniciar minha locução agradecendo a indicação da Presidente, do Ministro dos Transportes, e ao meu Relator, Senador Wellington Fagundes.

Nesta primeira fase, eu gostaria de apresentar-me sob o aspecto curricular, técnico. Minha formação é engenheiro civil, com especialização no ramo de transportes.

Tive atividades desde o início de carreira, formado em 1977, num ambiente econômico-financeiro bem semelhante ao que nós estamos vivendo hoje em dia. Com a formação de engenheiro civil, meu sonho seria construir, mas tive que derivar para a infraestrutura na época.

Trabalhei com o Senador Delcídio em Tucuruí, no início da formação, no tempo em que usina hidrelétrica ainda era construída em uma grande quantidade. Participei de Itaipu, Tucuruí e, na sequência, tive experiências no ramo rodoviário, um pouco no ferroviário, no caso da CPTM, no Estado de São Paulo.

Na formação, também fiz pós-graduação em Administração de Empresas, tive experiência internacional nos Estados Unidos com mestrado e, na sequência, tive algumas oportunidades de me aprofundar no ramo rodoviário principalmente, um pouco no ferroviário, além das usinas hidroelétricas.

Além disso, também tive oportunidade de trabalhar no segmento de concessão, inicialmente no Estado de São Paulo, nas concessões rodoviárias.

Na sequência, participei também, no Município de São Paulo, na concessão do lixo, dos resíduos, na cidade de São Paulo, onde fizemos a primeira concessão da cidade, dividindo-a em dois lotes e transferindo para a iniciativa privada toda a coleta, o processamento e o tratamento de resíduo.

Passei pela ANTT, na assessoria da diretoria, por cinco anos – já tenho uma certa experiência, no caso da ANTT –, e hoje em dia atuo na Valec, engenharia ferroviária, onde tive o orgulho de participar da inauguração do último trecho entre Palmas e Anápolis, ocorrida no ano passado, de certa forma complementando a Ferrovia Norte-Sul, participando, ainda agora, na extensão sul da Ferrovia Norte-Sul, que ligará, finalmente, a Norte-Sul com o Estado de São Paulo. Acredito que, daqui a um ano, ocorrerá a ligação com o Porto de Santos, aí, sim, dando real vida a nossa Ferrovia Norte-Sul. Basicamente, seria essa a experiência técnica.

Gostaria de ressaltar a minha disposição em participar da agência, com essa experiência bem breve que eu relatei, tendo plena consciência de que, neste momento político e econômico, principalmente, as concessões são o mote principal do Governo, e a iniciativa privada poderá contribuir, de forma bem forte, no desenvolvimento da Nação e na aplicação de recursos financeiros para a melhoria do sistema intermodal.

Tenho plena consciência da necessidade técnica de desenvolvimento da agência, mas nunca esquecendo a questão geopolítica interligada à técnica. Essa é uma questão primordial. A importância desta Casa em avaliar essa questão toda que eu coloquei é primordial, para que consigamos desenvolver toda essa tecnologia para o desenvolvimento da Nação.

Fico à disposição dos Srs. Senadores para perguntas, questionamentos e até para qualquer tipo de apuração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Dr. Sérgio Lobo.

Informo a todos os presentes e a quem nos acompanha pelos canais de divulgação do Senado Federal que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Os cidadãos que têm interesse de participar com comentários podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço que todos já conhecem, ou através do Alô Senado.

Concedo a palavra, neste início da sabatina, após a exposição do Dr. Sérgio Lobo, ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia a todos os colegas, Senadora Sandra, Senadores, nosso sabatinado, Sr. Sérgio de Assis Lobo, e também o nosso Presidente Garibaldi.

Hoje deu certo, Presidente. Eu me inscrevi como primeiro e cheguei para ser o primeiro na Comissão. Cheguei aqui, e nem V. Exª tinha chegado ainda. Então, para demonstrar que essa forma de dar a palavra a quem chega primeiro é justa, não, é Senador Moka? Nós defendemos esta tese aqui: Deus ajuda quem cedo madruga.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN. Fora do microfone.) – ...ditado popular, não vou dizer. (Risos.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu prometo não ficar brabo, porque é conhecimento geral. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Na minha terra, diz-se que quem é coxo parte cedo. Mas V. Exª não é. Não cabe.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É tão nordestino que eu não conheço essa expressão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quem é coxo parte cedo. Manco. Será que vocês não entendem de mancada? (Risos.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Está bom, Presidente. Obrigado. Este é o Brasil.

Eu queria fazer algumas considerações ao Dr. Sérgio, que, obviamente, vai ficar para as considerações, e, também, algumas perguntas.

Eu passei pelo Governo do Estado do Mato Grosso, de 2003 a 2008, e fizemos lá um programa de construção de rodovias em que a participação dos proprietários rurais daquela determinada região em que iria passar, ou estava passando a rodovia, ou em que havia a intenção da construção dessa rodovia... Era a construção de uma rodovia que atendia àquelas necessidades locais. Não era uma super-rodovia – nem acostamento havia –, porque ela tinha o objetivo de, com a carga, facilitar a vida daquelas pessoas, dos trabalhadores e dos proprietários daquela região.

Ao terminarem essas construções, boa parte dessas rodovias foram concessionadas. Foram entregues aos consórcios rodoviários que se estabeleceram para a construção e o financiamento dessas rodovias. Isso, porque ali o Governo entrava com uma parte dos recursos, e os produtores rurais daquela região, com outra parte dos recursos, em torno de 50 para 50, ou com 70 para 30, dependendo da situação.

Muito bem. As concessões realizadas tinham como objetivo uma única coisa: a manutenção das rodovias. E, passados, já 10 anos, 12 anos, da construção das primeiras rodovias e da cessão das primeiras rodovias, tive a oportunidade de, há alguns dias, ir de Ipiranga do Norte, na região do Itanhangá, a Tapurah, e passei a uns 100km, mais ou menos, das rodovias que foram construídas há 10 anos, e todas elas se encontravam em perfeitas condições. A manutenção é feita pela cobrança de um pedágio mínimo na região, e o movimento –V. Sª há de concordar – não é o mesmo de uma BR em que passam 10 mil, 15 mil veículos por dia.

Muito bem. Mas aquilo só foi possível ser construído, porque as exigências do Poder Público foram mínimas naquela rodovia: era só para manter, sinalizar e roçar as beiras das rodovias. E, quando olhamos o que se faz nas concessões das rodovias brasileiras... E aí estou tentando explicar isso para dizer que, na minha avaliação, todas as rodovias brasileiras podem ser concessionadas. Isso vai depender do que o Poder Público vai exigir dela em troca do pagamento do pedágio.

Então, essas nossas rodovias grandes, que suportam um atendimento de emergência médica, de guincho, enfim, de todo tipo de atendimento, têm um preço – não há almoço de graça! E o que gostaria de colocar na consideração, para, depois, V. Sª me dizer, é se podemos ter, e se V. Sª é simpático a esse tipo de coisa, concessões de rodovias por classes: um, dois, três, quatro, quantas classes houver. E isso seria com as exigências específicas para cada uma, porque o objetivo final de uma rodovia é que ela esteja em perfeitas condições de uso de tráfego.

Às vezes, a quantidade de caminhões e de automóveis que passam pelas rodovias não suportam o pedágio grande, e o pequeno não resolve. Mas, se as exigências forem menores, pela experiência que temos em Mato Grosso – e eu gostaria de convidar o nosso Diretor-Presidente da ANTT para que possa conhecer; aliás, acho que já conhece, já esteve conosco lá, em alguma oportunidade, para ver que funciona –, se as exigências forem mínimas, com preços baratos, com baixo volume de tráfego, funcionará. As estradas construídas, na mesma época, em Mato Grosso, mas que não foram concessionadas, não existem mais – há buraco para tudo quanto é lado; há buraco no acostamento, esperando para entrar na rodovia, porque não há mais lugar para ele dentro da rodovia. Acabou; acabaram-se as rodovias!

Então, gostaria, depois, que V. Sª pudesse me falar um pouco sobre esse assunto.

E outro assunto também é a questão das ferrovias. O Governo fez uma opção, lá atrás, de privatizá-las, e o que aconteceu foi que saímos de um monopólio público para um monopólio privado. Na realidade, hoje o que acontece é isso: temos um monopólio privado. Depois de algum tempo, começou-se uma discussão – a ANTT também participou dessa questão toda –, em que se tentou um modelo horizontal, no qual o Governo entrava bancando a quantidade de carga, e a Valec depois renegociava essas coisas todas.

Não tivemos a oportunidade de ter obra alguma licitada dessa forma.

Eu, particularmente, gosto do modelo, porque é um modelo aberto, onde todos podem transitar. Porém, há, sim, uma preocupação com as garantias, e os empreendedores têm receio de que, na hora de executar essas garantias, eles não tenham onde e a quem recorrer, e o prejuízo seja certo.

Então, o próprio Governo começa a analisar. A ANTT também está olhando isso. O Jorge Bastos participa efetivamente dessa discussão, em que se começam a olhar novamente os modelos verticais, nos quais o

empreendedor é o próprio operador, e ele mesmo abre para carga de terceiros à medida em que tenha disponibilidade na linha ou que ele faça uma política para isso. Enfim, é uma política de cada uma dessas ferrovias.

A minha pergunta, na questão das ferrovias, é no sentido de como o Dr. Sérgio vê esta questão das ferrovias: se há o pensamento também de concessionar. Particularmente, defendo, como disse antes, na primeira parte, quando falei das rodovias, que todas as rodovias, todas as ferrovias e os serviços públicos hoje feitos pelo Governo que tiverem condições de ser pagos pela iniciativa privada – em que o usuário pague e receba um bom serviço – que assim seja feito. Não é o tema aqui.

Por exemplo: não sei por que o Governo tem de ser dono de aeroporto. Se ele é dono de aeroporto, ele também teria de ser dono de rodoviária. Não cabe isso! Às vezes, as pessoas dizem que o capital estrangeiro virá e ganhará as rodovias e ferrovias, assim como os aeroportos. Qual é o problema? Ele vai trazer dinheiro de fora para fazer! O aeroporto está aqui! A rodovia está aqui! A ferrovia está aqui! Ninguém vai poder levar nada embora. O poder concedente tem, a qualquer momento, a possibilidade da intervenção, da modificação, da notificação. É dele! Está concessionado.

O serviço de energia no Brasil, hoje, todo ele é concessionado; usinas elétricas, 100% dele são. E funciona e tem sistema para regular isso.

Então, sou um entusiasta de que devemos passar para a iniciativa privada tudo aquilo que é possível a preços regulados. Como disse antes, é preciso esclarecer qual é a regra do jogo: "Olha, aqui, eu só vou fazer tapa-buraco; ali, eu só vou cuidar da rodovia". Então, custo baixo; volume baixo. Não há problema. "Aqui vai haver um médico a cada 10km na rodovia". Então, se vai haver um médico a cada 10km numa rodovia, é necessário um pedágio para pagar isso.

Dependendo do serviço que se pedir, o consumidor vai ter de pagar. Temos formas de se fazer isso, e quero, então, a sua opinião sobre esses dois assuntos, que, na minha opinião, vão encaminhar o seu pensamento: se é favorável à concessão dos serviços de rodovias, de ferrovias, referentes à sua agência. Outras coisas não são da sua agência, mas, pelo menos, fica aqui a impressão de que uma agência de governo defende esse tipo de situação.

Que possamos contaminar positivamente o Governo como um todo, pois não há qualquer óbice para que a iniciativa privada cuide desses serviços, dessas obras, prestando um bom serviço dentro de preços justos e de atitudes reguladas pelas agências, como deve ser.

Seriam essas as minhas considerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Gostaria de sugerir ao Presidente a possibilidade de começarmos a votação, porque temos outras comissões. Isso permite que o Parlamentar que já se sentir contemplado com as informações possa fazer a sua votação, e continuarmos na sabatina com mais tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª e declaro aberto o processo de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem já podem votar.

Concedo a palavra ao Dr. Sérgio Lobo.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Senador Blairo Maggi, as suas colocações são perfeitas e têm a total concordância. Gostaria de começar pelo fim.

Quanto aos aeroportos, tive uma breve experiência na SAC (Secretaria de Aviação Civil), nesse projeto de Governo de construção de aeroportos regionais, a princípio sem concessão, mas com transferência para a prefeitura ou para alguma autoridade local. Isso é um desenvolvimento na questão de aeroportos, tendendo à concessão.

No caso de rodoviária, já tivemos a experiência de rodoviária concedida. Basta simplesmente ter demanda. No Estado de São Paulo, não existe uma, mas existem algumas rodoviárias concedidas,e com pleno sucesso.

Agora, passando à primeira questão de V. Exª, que seria colocar pedágio ou conceder qualquer tipo de rodovia, isso é plenamente factível. É só uma questão de regular e balancear o aspecto econômico para a atratividade.

Existe um sistema em outros países que se chama "pedágio-sombra", em que o Poder Público banca alguma parte; o concedido, outra. E há uma regulação menor, com menor necessidade de serviço, menor qualidade, porém, com uma situação financeira diferenciada, e com uma manutenção principalmente avaliada e

obrigatória. Com isso, há redução de custo de governo na operação e manutenção das rodovias, que, a princípio, não têm atratividade para uma concessão de grande porte.

No caso de ferrovia, Senador, não temos a menor dúvida de que a verticalização é um projeto benéfico para o País. Ela tende a aumentar concorrência e, por consequência, reduzir custo operacional. Porém, a questão econômica e financeira momentânea do País nos leva a refletir se a verticalização total é factível neste momento.

Sob o aspecto técnico, não existe dúvida alguma quanto à verticalização. Essa é a nossa opinião. E a agência, com certeza, está totalmente preparada para atender tanto a questão de verticalização quanto uma situação híbrida para desenvolvimento do processo, e não paralisação das novas concessões ferroviárias.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Tenho a direito a...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Claro. Tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

Faltou algo aqui, no meu raciocínio, e quero deixar registrado em relação a essas classes de rodovias que sugeri. Aí, é uma questão de a agência fazer uma política um pouco diferente. É claro que toda a concessão ou licitação será nacional. Não vamos discutir isso. Em alguns trechos dessas rodovias esparramadas por este Brasil – lá no Piauí, no Maranhão, na Paraíba, no Rio Grande do Norte –, que eu não conheço... Mas, em determinada região de Mato Grosso, que eu conheço, talvez não vá uma empresa grande. Talvez ela não tenha interesse de ir, porque o trecho não é compensador; só com os custos de cuidar da estrutura de trabalho, isso já não compensa. No entanto, localmente, lá, compensa.

Então, talvez, nesses estudos, para cada uma dessas regiões, seja necessário ir uma equipe da ANTT, Dr. Jorge Bastos, com a finalidade de fomentar isso entre empresários locais, menores, que tenham um único objetivo. Na verdade, é isso que quero dizer.

As concessões que temos em Mato Grosso não foram feitas para os empresários ganharem dinheiro com estrada. O que os empresários querem são as estradas em condições de transportar suas mercadorias, para que possam ganhar dinheiro com a sua atividade principal.

Então, este é o ponto: focar em cada uma dessas regiões e saber qual é a atividade econômica principal daquela região, quanto ela depende daquela rodovia e estimular esse empresariado local, para que ele possa minimamente cuidar disso, sem tirar dinheiro do bolso, mas também sem ter que colocar dinheiro no bolso sobre esse assunto.

Essa é a minha observação final. As duas coisas têm de ser assim, porque, caso se faça uma concessão dessas, num trecho de rodovia lá em Rondônia, por exemplo, que as pessoas não conhecem e não vão nem olhar, mas os empresários locais de Rondônia vão olhar, pois, como disse, eles têm um objetivo principal: o de poder andar em condições nessas rodovias, sem pagar um frete caro ou uma passagem de ônibus, alguma coisa, que saia do seu orçamento, porque há muito buraco ou a estrada não os deixa andar nessas regiões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra o Sr. Sérgio de Assis Lobo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente, para pedir a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Já era esperado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª estava sentindo a minha falta. Eu notei quando o cumprimentei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quem é que não sente?

Concedo a palavra ao Dr. Sérgio de Assis Lobo.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Senador Blairo, quanto à colocação, a única coisa seria um complemento. No Estado de São Paulo, em um programa de estradas vicinais, já foi feita uma coisa bem semelhante a isso com os usineiros, na questão de estradas vicinais, para a melhoria das estradas, numa parceria entre Estado e iniciativa privada. Não seria bem esse tipo de concessão, mas existe um termo de cooperação com participação da iniciativa privada e do Estado. Isso poderia ser, perfeitamente, transferido para qualquer Estado e para qualquer localidade. É factível.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu quero dizer que tem que estimular.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Tem que estimular.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu lembro que, quando o Governador Alckmin foi fazer a implantação disso, ele conversou conosco, de Mato Grosso, porque a nossa experiência era mais antiga. E é esse o caminho. É preciso focar e estimular o empresariado do local a participar disso. Você tira das costas da União e tem uma rodovia em condições. Os preços dos fretes e das mercadorias caem, e todos ganham.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Se me permite complementar, a única coisa que faltou nessa situação específica foi a regulação para a continuidade.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Por isso, o senhor está indo para a ANTT.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Meus cumprimentos ao nosso Presidente, ao nosso sabatinado, Dr. Sérgio, aos Senadores, à Senadora Sandra.

Dr. Sérgio, com relação às nossas estradas brasileiras, como bem disse o nosso Senador Blairo Maggi, as estradas que estão sendo concessionadas têm uma qualidade superior. Infelizmente é o que estamos vendo na prática hoje. Grande exemplo é o que acontece na restauração da BR-364. Nós estamos lá trabalhando há vários anos, e não conseguimos uma restauração de qualidade, como é necessário, nem como é o contrato entre as empreiteiras e o DNIT.

Nós já pedimos aqui, na audiência pública com o Ministro, que se coloque também a BR-364 como concessionária. Não existe ainda esse estudo definitivo; não foi feito, não está incluído.

Então, eu peço a V. Sª que analise essa questão – acredito que V. Sª seja aprovado nesta Comissão – e, em fazendo parte da agência, que defenda a concessão da BR-364 também, para que nós possamos ter uma BR que atenda à necessidade do transporte não só de cargas, como de passageiros; enfim, todo o transporte de Rondônia e de Mato Grosso depende da BR-364.

Uma pergunta que lhe faço é com relação à Transoceânica. Recentemente, recebemos o Primeiro-Ministro da China. A China se dispõe a investir mais de US$30 bilhões na construção dessa ferrovia. Que tipo de concessão poderia ser feita nesse caso, com investimento chinês? Uma concessão? Uma concorrência? Qual a sua opinião em relação a que tipo de concessão poderia ou poderá ser feita com relação a essa intenção do governo chinês de investir na construção dessa ferrovia que, para nós, é muito importante? E é claro que, para a China, também é muito importante, porque vai chegar até o Peru, até o Pacífico.

Então, essa é a minha pergunta.

Eu o cumprimento pela indicação. Entendo que, quanto mais técnicos nós colocarmos nas agências, melhor será a administração dessas agências. Meus cumprimentos pela indicação.

Muito obrigad**O SR. PRESIDENTE**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Dr. Sérgio de Assis Lobo.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Obrigado.

Senador, quanto à BR-364, a agência tem plena condição de avaliar a sua colocação. Poderia até afirmar que, em curto espaço de tempo, a gente teria, na agência, condições de oferecer alternativas para isso. Não tenho a menor dúvida quanto a isso.

Quanto ao aspecto ferroviário, por coincidência, eu participei da reunião na Casa Civil com o Ministro da Casa Civil e representantes do governo chinês – não o Primeiro-Ministro, mas a representação técnica.

Naquela ocasião, foi citada a intenção do governo chinês de desenvolver estudos, num primeiro momento, para a viabilidade dessa ferrovia, a princípio, ligando-a à Ferrovia Norte-Sul ou até o Atlântico, na divisa do Brasil com o Peru. Mas o que foi colocado naquele momento é que seria feito um estudo.

Neste momento, como técnico, eu enxergo que o programa, o PIL, desenvolveu, ou está desenvolvendo com algum sucesso, já bem adiantado, a Ferrovia Sinop-Mirituba e Água Boa-Porto Velho. Naquela reunião na Casa Civil, foi enfatizada essa questão para o representante do governo chinês: que, além desse estudo, poderiam ser incluídas essas duas pernas ferroviárias, o que, neste momento, seria mais interessante ao País.

Houve até certa concordância, não explícita, mas uma concordância por parte do representante chinês. Todavia, o tipo de concessão, ou o tipo de cooperação, ou o tipo de desenvolvimento é um assunto que vamos ter de estudar bastante para formatar a questão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O próximo Senador a fazer suas perguntas é o Senador Wellington Fagundes, que inclusive tem prioridade por ser o Relator da matéria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, lá no Mato Grosso, nós costumamos respeitar os caciques. Como o Blairo é nosso cacique, eu entendo que ele deveria falar primeiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone*.) – ...chegar mais cedo para falar. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, na verdade, na qualidade de Relator, eu gostaria de falar aqui mais do conhecimento pessoal que tenho do Dr. Sérgio Lobo e da experiência de trabalho quando eu o procurei nos órgãos do Governo Federal. Eu quero registrar que ele sempre me

atendeu com muita prestatividade, com cuidado, dando satisfação e procurando a solução. Eu penso que isso é o mais importante no serviço público. Às vezes, chegamos com a angústia de um problema, e, para aquele problema no serviço público, não há solução. Em vez de se buscar a facilidade, há apenas dificuldades. Eu penso que essa é uma característica do Dr. Sérgio Lobo. E, de acordo com a sua fala aqui, ele demonstrou sua compreensão da geopolítica, ou seja, o entendimento de que quem vive nas bases é que conhece realmente as maiores necessidades e, às vezes, até a forma de encontrar a melhor solução.

Eu gostaria de sugerir inclusive à Diretoria da ANTT como um todo essa prática.

Também tenho procurado o Dr. Jorge Bastos constantemente, porque, lá no Mato Grosso, nós vivemos a angústia da concessão da BR-163. Quando se estudou essa concessão, entendíamos que seria uma grande sacada para o Estado a concessão da divisa de Mato Grosso do Sul, até a cidade de Sinop, sendo que a construção da metade do trecho de Rondonópolis até Posto Gil seria de responsabilidade do Ministério dos Transportes, do DNIT. Com isso, nós também teríamos praticamente a metade da tarifa do Mato Grosso do Sul. Inicialmente, essa parecia ser uma fórmula muito boa para o nosso Estado, visto que em Rondonópolis temos o terminal da ferrovia, assim como nas cidades de Alto Araguaia e Alto Taquari.

Todo o volume produzido no Estado utiliza basicamente a BR-163, que é a estrada troncal do Estado. Consequentemente, o número de acidentes é muito alto, e o custo do frete acaba sendo muito maior, porque há uma perda grande do produto. Como já disse, os acidentes são frontais em grande parte, porque é um trem de pneus. Há um volume de carretas, e, quando um veículo pequeno vai ultrapassar, a possibilidade de acidente é muito grande. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, esse é o trecho em que há mais acidentes com mortes no Brasil.

Mas o que acontece na realidade de hoje?

Hoje, de modo geral, enquanto a concessionária faz a sua parte, o trecho do Ministério dos Transportes está quase parando. Aliás, quase parando não: o trecho de Cuiabá a Serra de São Vicente está completamente parado desde o ano passado; o trecho de Serra de São Vicente a Jaciara está sendo tocado a passos lentos; e, de Jaciara a Rondonópolis, praticamente parado também. Por quê? Porque o Ministério dos Transportes está atrasado nos pagamentos.

A indagação que eu faço – já fiz, está aqui presente o Dr. Jorge Bastos – é exatamente como se vai proceder na relação contratual. A concessionária tem prazo para executar suas obras e construir os pedágios. Daqui a pouco, vai chegar o momento em que a concessionária vai querer cobrar os pedágios, e com uma estrada extremamente precária.

Eu gostaria de aproveitar o mau exemplo que está acontecendo em nosso Estado para fazer uma sugestão. Não é uma indagação, mas uma sugestão, porque agora, provavelmente, haverá uma diretoria completa. Com uma diretoria incompleta ou interina eu sei como foi difícil para o Dr. Jorge Bastos tomar decisões, pois é difícil ter que tomar decisões sem o respaldo necessário de uma diretoria completa.

Portanto, eu queria fazer uma sugestão. E quero parabenizar também o Presidente, porque montou uma comissão externa para conversar com a Casa Civil, a fim de cobrar do Governo que envie para o Congresso a indicação de todos os nomes. Estamos tentando fazer isso com a maior brevidade. Tanto é que o Presidente me repassou o relatório e pediu: "Olha, Senador, entregue logo na próxima reunião, para que haja rapidez nesse assunto". É claro que não estamos fazendo nada de forma assoberbada, mas de acordo com a necessidade que o assunto requer e que a Comissão compreende, no sentido de formar logo essa diretoria.

Em relação ao caso específico desse mau exemplo de Mato Grosso, precisamos encontrar uma solução. A agência tem que tomar uma decisão de pressão junto ao Governo. Não pode permanecer uma situação como essa, com a inconsistência do projeto. Para nós, não há muitos argumentos para justificar por que não está sendo cumprido por parte do Governo.

Também quero aproveitar, já que estamos na sabatina, para sugerir que, em nossos Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que têm 1,6 mil km de concessão, haja uma estrutura melhor também da ANTT, para que esteja lá no dia a dia, presenciando os problemas que acontecem, descentralizando a sua estrutura a fim de que haja também celeridade em algumas decisões. Essa é outra sugestão.

Como o Senador Blairo disse, há essa questão da classificação das novas concessões. Vemos o Governo preocupado em fazer grandes concessões. Há inclusive uma preocupação muito grande em lançar uma concessão e não haver interessados e ela ser frustrada. Principalmente em nosso Estado, o Estado de Mato Grosso, que tem 900 mil Km^2, com áreas de fronteiras agrícolas sendo abertas. No Araguaia, por exemplo, há milhões de hectares que podem responder em produção rapidamente, sem nenhum impacto ambiental. No entanto, temos uma adversidade: nós estamos no centro do Brasil e no centro da América do Sul. Portanto, precisamos de infraestrutura de logística.

Hoje, o produtor do Mato Grosso, do Centro-Oeste, tem capacidade tecnológica de pesquisa e tem alta produtividade – ele é recordista em produtividade no mundo –, mas todo aquele suor, todo aquele esforço do produtor às vezes se esvai exatamente no custo do frete.

Essas concessões, seja de hidrovias ou de ferrovias, enfim, são fundamentais para o nosso Estado. Nós praticamente não aproveitamos as hidrovias no Mato Grosso. Como nós diríamos, a "concessão caipira" é perfeitamente adaptável ao nosso Estado, que, por ser muito grande, tem uma malha viária federal pequena.

Então, a sugestão seria, inclusive, concessiona uma e amplia a malha rodoviária federal, porque se estará dando mais condições de desenvolvimento ao Estado. Nós vamos aliviar o Governo Federal, tendo oportunidade de abrir novas estradas.

Inclusive quero lembrar aqui o ex-Ministro Eliseu, que fez um trabalho de três anos na nova malha viária, no PNV brasileiro, e aquilo foi vetado 100%; ou seja, um trabalho sobre o qual o Congresso se debruçou por muitos anos, simplesmente, à época, foi vetado 100%.

Então, nós temos lá um exemplo. Na rodovia BR-163, que atravessa todo o Estado, nós já temos outra concessão, de Primavera do Leste, uma MT que a liga até Rondonópolis, já concessionada e que melhorou muito. Seria perfeitamente possível fazer de Primavera a Campo Verde a BR-163, um trecho menor rodoviário, sobre o que empresários locais, com certeza, já se manifestaram e inclusive nos cobram: "Mas o que vocês estão fazendo lá? Estão deixando as pessoas morrerem aqui, se nós temos condições de fazer a manutenção dessas estradas?" Numa "concessão caipira", enfim, como disse aqui o Senador Blairo Maggi.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sertaneja.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sertaneja, é.

E há outro aspecto também. Inclusive, eu apresentei uma PEC, a PEC 39, Sr. Presidente, exatamente para trazer mais segurança jurídica a essas concessões, porque hoje o Governo pode mudar uma concessão por uma medida provisória. Então, de uma forma ou de outra, de repente, muda isso. E a nossa PEC 39 traz isso, com o objetivo de que toda mudança seja apenas por lei complementar; ou seja, só por quórum qualificado é que se poderia fazer uma modificação.

Hoje, o grande problema – e nós temos discutido com várias agências – é exatamente a insegurança jurídica, que traz essas dificuldades de se fazerem mais concessões no Brasil.

Eu gostaria, aqui, concluindo a minha fala, Sr. Presidente, já que estamos aqui realizando uma sabatina – e na semana que vem provavelmente vamos sabatinar outros diretores –, que exatamente essa agência tenha esta Comissão como grande parceira, para encontrarmos soluções em comum.

V. Sª vai observar, aqui, que todos os Senadores estão falando e vão falar, sugerindo alternativas para fazer com que a ANTT solucione esse gargalo brasileiro que é a logística. Então, vocês são nossos parceiros. Nós queremos isso com a ANTT. E, aí, queríamos inclusive pedir: quando vamos lá discutir com um técnico, com seus assessores, que tenham essa visão de que o Parlamentar vai à agência com o objetivo de buscar a solução para a sua região.

E a gente tem visto, Sr. Presidente, que, às vezes, na agência, o técnico coloca como uma dificuldade atender uma assessoria política ou atender até, às vezes, o Parlamentar.

Há agências – e eu já disse isso aqui na Comissão de Agricultura – em que foi solicitada uma audiência há três meses, e essa audiência não ocorreu.

Então, espero que realmente essa visão... Pelo menos com o Dr. Jorges Bastos a gente tem tido uma rapidez nesses atendimentos, mas a gente compreende que, com a diretoria da agência incompleta, isso realmente traz dificuldades. Então, eu espero que V. Exª tenha aqui a aprovação e que, com a sua experiência, a gente posa fazer esse trabalho conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu quero dizer que, devido à interatividade da nossa reunião, chegaram aqui duas perguntas da Srª Ana Flávia, que serão colocadas. Elas vieram de Santa Catarina, e serão colocadas depois da intervenção dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

Em seguida, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria cumprimentar nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, sempre presente aqui, às 8h30min em ponto. Se a gente demorar cinco minutos, já começou a reunião.

Queria cumprimentar o nosso querido Jorge Bastos, Presidente da ANTT, que está aqui acompanhando os nossos trabalhos; também o Sr. Sérgio de Assis Lobo. Estive verificando suas andanças, e realmente é uma andança muito animadora, uma experiência bastante vasta e grande. É muito boa essa questão, porque, com certeza, o Sérgio vai ganhar um parceiro com um currículo, realmente, de bastante qualidade, para poder aju-

dar o Brasil . Aí, Sérgio, inclusive, com toda a tranquilidade, até votei antes de fazer a minha pergunta, porque eu sei que V. Sª não nos decepcionará.

Eu vejo aqui que você passou pela Valec. A Valec é uma empresa, que, na minha visão, está um tanto quanto estagnada, meio parada com aquelas questões que houve, tempos atrás – eu não vou aqui falar sobre o assunto, o senhor sabe das dificuldades que houve. Há uma parcela de pessoas que defende que a Valec, ou seja extinta, ou repasse todas as atividades para o Ministério dos Transportes, ou permaneça como Valec. Queria saber agora, como nosso diretor, qual você acha que seria o melhor caminho para a Valec nos ajudar. Num modal tão importante que é esse modal ferroviário, se seria essa incorporação ao Ministério dos Transportes ou a permanência dela como tal? E como nós poderíamos ajudar, de fato, a Valec a cumprir suas prerrogativas como empresa, que, hoje, está assim um tanto quanto tímida?

Acho eu que – até fiz questão de encontrar com o Sérgio; não sei se você estava lá na posse da Abifer – precisamos investir muito na ferrovia. A situação da ferrovia brasileira está estagnada há muito tempo. Nossa disponibilidade está até menor hoje do que tínhamos em tempos anteriores.

O que nós temos que fazer, além das concessões, para que, de fato, se torne realidade o transporte ferroviário tanto de carga quanto de pessoas neste País nosso, tão imenso, tão continental? É o transporte mais em conta.

Por exemplo, é inconcebível nós termos as 11 capitais do Nordeste, que poderiam estar ligadas por um trem de alta velocidade ou de média velocidade, que fosse mais em conta e rápido, talvez até interligando-se com os grandes centros – São Paulo, Rio, Brasília, Belo Horizonte... É o transporte mais barato, ágil, eficiente e ajudaria a população brasileira a melhor se locomover...

Nas grandes cidades, inclusive naquele dia da posse da Abifer até...

Está difícil, Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Naquele dia da posse da Abifer, eu conversei bastante com o Clodoaldo, que é o Secretário Metropolitano de Transportes de São Paulo, que carrega 7 milhões de pessoas por dia, e ele até se comprometeu comigo em participar do ciclo de debates sobre mobilidade urbana e transporte que eu vou promover como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura.

Eu estava até conversando com a Sandra aqui. Em Manaus, por exemplo, em Brasília e em outros lugares, a vida está muito difícil de manhã e de tarde para a nossa população. A grande possibilidade de a gente desafogar o grande número de veículos, de carros na rua é realmente investindo em metrô, investindo em trens de interligação metropolitana, porque realmente está muito difícil.

Aqui em Brasília, por exemplo, a gente tem essa proposta de fazer o trem metropolitano, o que eu defendo, entre Luziânia e Brasília, passando por algumas cidades – Santa Maria, Gama e algumas áreas do entorno, Valparaíso, Jardim Ingá e a própria Luziânia –, com uma previsão de transportar, dependendo da situação, até 500 mil pessoas. Isso, com certeza, tiraria muitos desses veículos da estrada aqui, que, todo dia de manhã, tornam muito difícil a nossa vida.

Como é que V. Sª agora, assumindo esse posto, com esse currículo todo de conhecimento e experiência internacional, vai poder ajudar a gente, todo mundo e o nosso querido Presidente Jorge Bastos, a sair dessa crise?

Outra coisa é sobre o TAV. Estou vendo aqui que o senhor teve um trabalho bastante intenso com relação ao TAV, o Trem de Alta Velocidade, e o TAV está assim um tanto quanto estagnado, parado; o projeto deu uma parada. Falo até porque meus colegas de profissão, analistas de estrutura, a mão de obra existente do Ministério do Transportes, eram as pessoas que tocavam esse projeto. E há outros detalhes também da mobilidade urbana – na Semob, no Ministério das Cidades; e também na Secretaria de Transporte, lá no Ministério do Transportes.

Como poderíamos, de fato, acelerar e ver preços mais em conta e tornar realidade, para algumas interligações, esses TAVs ou espécies de TAVs? Não precisa ser obrigatoriamente TAV. Acho que podemos fazer uma coisa, talvez, com velocidade mediana e, talvez, mais em conta. Agora do lado de cá do balcão, que é a agência reguladora, que realmente pode estar nos ajudando na questão, como é que o senhor verificaria isso?

Teria de fazer algumas perguntas também sobre rios, mas isso é com a Antaq – não é com vocês, não é isso? –, que também faz parte da mobilidade urbana.

Quero agradecer, dizer que estamos juntos aqui, Sérgio. Estou aqui junto com o nosso Presidente, sempre pontual e na hora aqui para trabalhar, o nosso querido Garibaldi, na área de infraestrutura; com nosso querido Fagundes, que vai inclusive fazer um relatório para nós da política pública que definimos aqui, que é mobilidade urbana.

E quero dizer para você que, como engenheiro e como colega de profissão de vários que estão trabalhando nessa área, tanto do DNIT como no Ministério dos Transportes, de pessoas que estão na ANTT, quem puder ajudar, conte conosco. Vamos trabalhar em prol desse Brasil e do melhor transporte urbano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, porque estamos encerrando um bloco de três.

Cumprimento o Vice-Presidente da Comissão, Senador Ricardo Ferraço.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone*.) – ...aproveitando para falar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Sérgio, indicado para a ANTT, Srªs e Srs. Senadores, toda vez que vem alguém, que há uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura, ou alguém é sabatinado para uma diretoria nessa área do DNIT, da ANTT ou da Antaq, nessas áreas todas aí, vira um desabafo de Senadores nesta Comissão, porque a infraestrutura de transportes do nosso País, Sr. Presidente, não anda. Não anda!

Lembro quando outros presidentes passaram por aqui, e o Presidente Collor, que diligenciou também muito bem esta Comissão, assim como V. Exª está fazendo, toda semana era aquele desabafo de ponta a ponta do Brasil. E sei que outros Senadores já se manifestaram aqui a respeito da BR-364. A 364 não tem conserto. O DNIT faz Crema, faz restauração, faz isso, faz aquele outro, e ela continua sempre na mesma situação.

Fui de Presidente Médici a Porto Velho de carro no último domingo à tarde. Eu tinha uma previsão de chegar a Porto Velho por volta de 6h da tarde, e cheguei quase às 9h da noite. Demorei umas duas horas a mais do que o previsto, porque havia filas de caminhões, e o estado de conservação da rodovia não está bom. Inclusive, houve um acidente com três mortes, perto de Ariquemes, e aí houve filas quilométricas, filas de 20km, 30km, atrasando em duas horas praticamente a viagem. O trânsito é muito intenso.

Sei que já foi pedida aqui hoje a concessão dessa rodovia de Comodoro do Mato Grosso, de onde saem as estradas da soja, até Porto Velho. Dá em torno dos 700km, 800km mais ou menos. Então, essa rodovia tem que ser concessionada, porque o DNIT não dá conta mais. Perdi as esperanças, porque as empresas pegam um serviço de restauração, antes de terminar o trecho... Por exemplo, agora, há quatro lotes de 200km – Vilhena-Pimenta Bueno, Pimenta Bueno-Ouro Preto, Ouro Preto-Ariquemes, Ariquemes-Porto Velho –, a primeira que terminou seu lote foi de Ouro Preto a Pimenta Bueno.

Já está todo arrebentado. Os caminhões, os treminhões da soja, as balanças também não funcionam. Aqueles treminhões de 19 eixos vão arrebentando tudo. Os carros pequenos têm que sair para o acostamento por causa daqueles murundus no meio do asfalto, porque afunda o leito de rolamento e não há como os carros pequenos passarem. E é buraco em cima de buraco também. O DNIT não dá conta mais de conservar aquela rodovia. É melhor fazer uma concessão em partes e duplicar, talvez de Pimenta Bueno a Ariquemes, que é o trecho do tráfico mais intenso, e o outro vai tocando na concessão.

Você anda no Brasil nas rodovias que são concessionadas, que são privatizadas, e elas estão boas, mesmo onde é pista simples. Não tem buraco, está bem sinalizada, está bem cuidadinha. Onde é o DNIT que cuida, ele não dá conta.

Era esse apelo que eu queria fazer. Pena que o Presidente Jorge Bastos teve que sair, mas eu queria fazer esse apelo. Acho que eu vou ter uma audiência com ele amanhã para tratar desse assunto, às 11h. Então, eu peço ao Sérgio, que passou pela Valec, que tem experiência na área de ferrovia, e esse é o segundo assunto que eu queria abordar, para concluir, Sr. Presidente.

Eu fui Relator há mais ou menos oito ou dez anos do Plano Ferroviário Nacional aqui e pude ampliar trecho dessa ferrovia, chamada de Bioceânica, que pode ir até o Pacífico. Eu pude ampliar trecho dela no meu relatório, que foi sancionado pelo Presidente Lula. Hoje, é essa ferrovia Bioceânica, que sai do Rio de Janeiro e vai até o Oceano Pacífico. Mas eu não vou brigar por ela, não. Eu posso até brigar por ela, mas não com entusiasmo, porque eu não acredito que isso saia dentro de 20 anos. Isso é coisa para 30, 40 anos.

Na China, faz-se uma ferrovia de 1,3 mil km em três anos. Eu vi, eu visitei as obras e eu sei que ela foi concluída em três anos, de trem-bala, trem de alta velocidade. O Brasil discute há 30 anos. O Wellington Fagundes estava lá com a gente. Rodamos lá, estivemos no trecho, estivemos na obra, rodamos em outras ferrovias também, e essa de Xangai a Pequim é um trecho de 1,3 mil km, um trem de alta velocidade, que eles fizeram em três anos. O Brasil discute há 30 anos um trecho de 300km do Rio de Janeiro a São Paulo, que não sai do papel. A gente discute trechos aqui de carga, não de trem-bala, de carga, que são obras simples, mais rápidas, que não saem do papel também.

Existe a Valec tocando área de ferrovia e uma secretaria do Ministério dos Transportes tocando área de ferrovia. Criaram a EPL, o Bernardo Figueiredo esteve lá não sei se há três ou quatro anos, disse que ia resolver o problema de ferrovia do Brasil, e não saiu do papel. Então, papel e mapa de ferrovia têm em tudo que é lugar, mas isso não sai do papel.

Então, eu vou brigar agora por uma ferrovia de Sapezal a Porto Velho, que é um trecho de 700km, que, quem sabe, pode sair daqui a cinco ou dez anos. Porque a outra, a binacional, os chineses chegaram com US$53 bilhões para investir, mas eu nunca vi o dinheiro dos chineses. Quem já viu aqui o dinheiro dos chineses? Eles entraram num estudo do trem de alta velocidade de São Paulo a Rio de Janeiro e saíram. Chegaram até a montar escritório no Brasil, acho que até gastaram algum dinheirinho em logística, escritório, mas foram embora, desapareceram. Agora, voltaram de novo com o anúncio de US$53 bilhões para investir em infraestrutura no Brasil. Mas cadê o dinheiro? Quando é que isso vai sair do papel?

Era esse apelo, esse desabafo, Sr. Presidente, que eu queria fazer neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas o dinheiro eles têm.

Bem, o nosso Dr. Sérgio Lobo vai responder agora ao Senador Wellington Fagundes, ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Hélio José. Em seguida, nós vamos ter a intervenção, depois da fala do nosso expositor, do Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Dr. Sérgio Lobo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, eu queria registrar que já estou ficando com ciúmes aqui, porque, quando o senhor fala do Flexa Ribeiro, é com todo um carinho especial, o que deixa a gente em segunda linha.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas é com medo da flechada. (Risos.)

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Na ordem, Senador Wellington, meu Relator.

Nós já conversamos e nos aprofundamos e acordamos sobre todos os pontos que foram colocados pelo Senador Wellington Fagundes, pela prerrogativa da relatoria, com a qual eu concordo.

Principalmente na questão da BR-364, não existe dúvida alguma quanto a isso, como já foi enfatizado pelo meu Relator, pelo Senador Valdir Raupp, pelo Senador Blairo Maggi, enfim, eu acredito que por toda a população de Mato Grosso.

E, como o Dr. Jorge Bastos, Diretor-Geral da ANTT, já tem desenvolvido conversações sobre o assunto, simplesmente eu vou agregar esse ponto naquilo estilo que o senhor já conhece. Pode ficar tranquilo: promessa registrada.

Se me permite, agora, passar as respostas ao Senador Hélio, cujas palavras agradeço... Senador Hélio, vamos falar da minha paixão atual: a Valec. O senhor gostaria de saber a minha opinião pessoal sobre a situação atual da Valec. Posso dizer com propriedade que a Valec tem uma missão primordial para a questão do desenvolvimento do País, que seria a conclusão, no menor tempo possível, da extensão sul da Ferrovia Norte-Sul, e isso demandaria, no máximo – acredito –, um ano. Dependendo do orçamento, poderia ser até antecipado ou, com certeza, postergado, mas seria uma questão de meses.

Concluída essa ligação da extensão sul da Ferrovia Norte-Sul, ligando com a malha da ALL e, portanto, ligando ao Porto de Santos, nós teríamos no País a ligação completa entre Açailândia e o Porto de Santos. Não há a menor dúvida de que isso é uma missão primordial da Valec. A Valec tem ainda a conclusão da Fiol, que não poderia ser interrompida de forma nenhuma, independentemente das questões que são elencadas do Porto de Ilhéus. Eu posso afirmar textualmente que, com ou sem porto, a Fiol é viável; permanece pendente a ligação da Fiol com a Ferrovia Norte-Sul, que privilegiaria e demandaria o oeste baiano e o sul do Estado do Tocantins e viabilizaria a Fiol.

Ainda com o trecho Ilhéus-Catité/Catité-Barreiras a ser concluído, já em construção, a própria mineradora, a Bahia Mineração poderia viabilizar essa ferrovia independentemente do porto. Então, na minha opinião de técnico, é irreversível. Questões financeiras existem. Isso é público e notório.

O próprio Ministro Antonio Carlos esteve aqui há pouco tempo e já se posicionou de forma clara, como ele diz. Além disso, a Fiol tem todo o estudo da Fico e já iniciou a licença ambiental, disponibilizando, a qualquer momento, a licitação para a construção da Fico, ou mediante concessão, ou mediante a própria construção contratada. Vai depender, aí sim, de estudos da própria agência para viabilizar ou não a concessão, mas ela está preparada para, de imediato, desenvolver a Fico, com o licenciamento ambiental.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Sérgio, a ferrovia é viável. O.K.! Mas essa carga que ela vai trazer do oeste baiano, ela vai trazer para embarcar por que porto?

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Pelo norte e pelo sul num primeiro momento e, na sequência, por Ilhéus, a partir do momento em que o porto se conclua.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim, mas a ferrovia está ficando pronta, e o porto não saiu do papel. Eu estou tentando entender a concatenação entre os dois objetivos.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – O que eu estou dizendo é o seguinte: independentemente da conclusão do porto, que tem que ser construído – vamos deixar bem claro isso...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Porque a ferrovia sem o porto é inviável.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Mas, jogando para a ferrovia Norte-Sul, você tem a opção de Norte e Sudeste, com a ligação ao Porto de Santos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Onde no Sudeste?

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Porto de Santos, através da conclusão da extensão sul da Ferrovia Norte-Sul.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas é da Fiol?

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Não, não, a conclusão da Fiol, ligando com a Norte-Sul, poderia levar o Porto de Santos ou ao norte.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com que porto ao norte?

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Pode ser Vila do Conde, Barcarena eventualmente. Não vamos falar sobre o assunto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Alternativa há.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Alternativa sempre há. A necessidade do País é imensa. Qualquer coisa que se faça neste País é necessária. Logicamente tem que se mensurar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Garibaldi, eu queria só perguntar sobre aquela questão dos trens metropolitanos, a mobilidade urbana. O senhor teria condições de falar alguma coisa para mim, Sr. Sérgio?

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Senador, em complemento a... A questão de mobilidade no entorno é extremamente complexa, a começar pelo aspecto jurídico. Sobre isso, eu teria que me aprofundar mais na agência.

Eu tenho pleno conhecimento disso por já estar estabelecido em Brasília desde 2008, com um interregno, voltando a São Paulo em 2013. Conheço bastante os problemas, mas não a solução ainda. Conheço bem a complexidade jurídica do assunto. Técnica é fácil resolver; a questão jurídica é complexa, na minha opinião.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF. *Fora do microfone*.) – E o TAV?

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – O TAV, em algum momento, o Brasil vai implantar. Eu não sei ainda em que momento. Agora, tenho plena certeza, por ter participado do projeto, por ter visitado a Coreia, a Alemanha...

Não estive na China, mas tenho conhecimento de como foi desenvolvido o projeto na China. Eu tenho certeza de que o Brasil terá um TAV. Não sei em que momento. Vai depender muito da questão econômico-financeira e do equilíbrio entre participação de Estado e iniciativa privada. Essa seria a maior questão.

Basicamente é isso. Eu poderia até falar um pouquinho mais da Valec, mas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes da palavra do Senador Flexa, eu comunico que a Senadora Sandra solicitou extrapauta a leitura do seu relatório sobre o indicado para a ANTT, Sr. Carlos Fernando do Nascimento, que se fará, com a permissão da Senadora, após a intervenção dos Senadores.

Se o nosso indicado estiver disposto, dentro dessa interatividade, chegaram mais algumas perguntas do Adalberto Tomazini, do Rio Grande do Sul, e do Fernando, do Mato Grosso.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Acho que o Dr. Sérgio esqueceu de responder... Eu o vi acenando ali que ele iria voltar a falar para responder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não.

Tem a palavra o Dr. Sérgio Lobo para responder ao Senador Valdir Raupp.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Senador Raupp, obrigado pela presença. Sei da sua agenda e que não deveria estar aqui neste momento.

Enfatizo, mais uma vez, a questão primordial da BR-364 – como já dito pelos dois Senadores anteriores, Blairo Maggi e Wellington Fagundes –, já com aval do nosso Diretor-Geral Jorge Bastos.

Quanto à ferrovia, também já foi dito que a questão dos chineses também tem que ser estudada. Mas a questão primordial de Sinop– Mirituba e Água Boa-Porto Velho, já está num grande andamento, pelo que me consta – os estudos e o desenvolvimento.

A questão da ferrovia entre Sinop e Mirituba e Sapezal a Porto Velho já está sendo desenvolvida pelo ministério, com avanço relativo. Essa questão ferroviária que envolve Mato Grosso é prioridade, na minha opinião.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu falei com o Dr. Daniel ontem, que é quem está tocando esse assunto lá no Ministério dos Transportes, e ele falou que está tudo atrasado. O problema é esse: tudo atrasa. Estabelece-se um cronograma, e não sai. Ele diz que apenas está começando. O que era para estar terminando, está apenas...

Se V. Sª pudesse dar uma focada, dar uma olhada nisso para nós depois.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Por coincidência, troquei alguma ideia com o Senador Blairo Maggi. Na questão de Sinop e Mirituba, não existe dúvida. Na questão Sapezal a Porto Velho, há um ligeiro atraso, mas plenamente acelerado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Ninguém viu ninguém até hoje. No estudo de uma obra, sempre há gente andando, medindo, topografando...

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Interessado...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Ninguém viu nada em Rondônia até hoje. O trecho maior é de Vilhena a Porto Velho. Ninguém viu... Quando se faz o estudo de uma usina... Nas usinas de Santo Antônio e de Jirau, havia centenas de pessoas trabalhando nesses estudos. Na usina de Machadinho do Oeste – vai licitar agora no segundo semestre, Tabajara, 350MB – ficaram lá umas 100, 150 pessoas trabalhando durante três, quatro anos.

Eu não vi ninguém, ninguém viu ninguém ainda desses estudos da ferrovia dentro do Estado de Rondônia.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – A questão do transporte fluvial atrai a ferrovia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srª Senadora, Srs. Senadores, Dr. Sérgio Lobo, ouvindo o Senador Raupp, fico numa dúvida. O Senador Raupp fala como um Senador de oposição, corretamente cobrando do Governo respostas às ações que foram midiaticamente levadas ao conhecimento público e que lamentavelmente ficam engavetadas.

Eu não sei, Senador Garibaldi Alves. Talvez o Líder do Governo no Senado possa responder. Eu não sei se foi concessão ou se foi terceirização do Governo que o PT fez para o PMDB. Estou na dúvida se foi concessão ou terceirização. Mas quem está no Governo hoje é o PMDB.

Quero parabenizar o Senador Delcídio que, ontem, durante a votação da Medida Provisória nº 665, pelo celular, operava com o Presidente em exercício junto aos Senadores. E operava de forma bastante eficiente, tanto que conseguiu reverter votos importantes para que pudéssemos fazer justiça aos trabalhadores brasileiros, enquanto a nossa...A nossa, não, a sua Presidente estava no México para não receber os prefeitos que estão maciçamente aqui e vieram para ter encontro com a Presidente e não receber também o movimento das ruas, que está chegando hoje a Brasília.

Mas era só um questionamento. Depois, converso com o Senador Delcídio e ele vai me dizer se foi terceirização ou concessão do Governo do PT ao PMDB.

Quanto ao Dr. Sérgio Lobo, eu votei pela aprovação. O voto é secreto, mas estou declarando o voto, por que...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O Delcídio está com uma força danada. Eu pensei que era só com a Presidente. Ele declarou até o seu voto aqui. (*Risos.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É que o Senador Flexa e eu temos laços muito fortes no Estado do Pará.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Então, V. Exª é o arco, e ele é a flecha. (*Risos.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Por isso é que há essa aliança sistemática e permanente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Há uma empatia, Senador.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Uma empatia muito grande.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acho bom vocês pararem por aí, viu?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Mas, Dr. Lobo, a função de uma agência reguladora é defender o usuário, é fiscalizar as concessões e fazer valer o melhor benefício para o usuário.

Eu espero que V. Sª, quando aprovado e empossado como Diretor da ANTT, faça jus ao seu sobrenome: que V. Exª seja um lobo em defesa dos brasileiros e que não seja um lobo com capa de cordeiro, submisso ao Governo, ao Executivo, fazendo, lá na ANTT, só o que o Executivo manda fazer.

Eu lamento que o Presidente Jorge Bastos já tenha saído, porque eu gostaria que ele, junto com V. Sª, que está chegando agora, pudesse responder às questões que dizem respeito ao meu Estado, o Estado do Pará.

Acreditar na ANTT e acreditar nesse Governo que aí está é a mesma coisa que acreditar em Papai Noel e em cegonha. É a mesma coisa. Os dois não existem: o Governo não existe, e a ANTT também não existe.

Há um ano e meio, a ANTT foi ao Pará, fez duas audiências públicas para lançar o edital do trecho ferroviário que liga Açailândia a Vila do Conde.

Ainda há pouco, respondendo ao Senador Raupp, parece-me, V. Sª disse – não, respondendo ao Wellington – por onde iria escoar, Ferraço, a soja transportada pela Fico. V. Sª disse que seria pelo norte.

Está provado que a saída do Brasil, para ter competitividade, tem que ser pelo porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. Está provado isso.

A CNT fez um estudo – fiz um pronunciamento ontem me referindo a isto – sobre essa ferrovia transcontinental, que os chineses, quando vieram aqui, disseram que vão fazer, ligando o Atlântico ao Pacífico, que teria um custo, calculado pela CNT, por tonelada de soja transportada, de R$325,00, enquanto que, saindo pela ferrovia em Vila do Conde, teria um custo de R$135,00. O que representa, Senador Delcídio, quase R$200,00 de diferença por tonelada? Competitividade para o produtor brasileiro. Mas não há como o Governo colocar em concessão, em licitação o trecho ferroviário.

É hoje, é amanhã, faz-se audiência pública... O Governo lançou uma... Primeiro, não era privatização, mas concessão. Segundo, o Governo ia bancar toda a carga do trecho, bancar 100% da carga. Quer dizer, o investidor não tinha risco nenhum de ter ou não a carga, porque o Governo bancava. Mas se chegou à conclusão de que ele não tem como bancar nada. Então, vai ter que mudar o modelo.

Esse trecho tem carga garantida, porque, além do minério de ferro, vai haver a soja e dois projetos ao longo da ferrovia de exploração de bauxita: um do grupo Votorantim, em Rondon do Pará, e outro da Hydro, em Paragominas. Então, não há estudo.

Ontem, conversando com o Dr. Jorge, ele me disse, para surpresa – lamento –, que vão ter que fazer novas audiências públicas, porque o modelo vai mudar e a expectativa de lançamento da nova concessão é apenas para julho do ano que vem. Não é possível esperar tanto!

Este Governo olha para o Pará de costas não só quanto à questão da ferrovia. Vai sair a ferrovia – é uma pena que o Senador Blairo tenha saído – que os empresários estão estudando. Está praticamente fechada uma ferrovia que liga Sinop a Miritituba, paralela à 163. Essa ferrovia vai sair antes da do Governo. E o Estado do Pará está estudando também uma ferrovia privada, que vai de Santana do Araguaia, no limite do Pará com Tocantins e Mato Grosso, a Vila do Conde. Então, tenho a impressão de que as duas, que serão privadas, sairão antes da Açailândia-Vila do Conde.

Farei uma pergunta. V. Sª não vai poder responder a essas questões, que deveriam ser feitas ao Presidente, porque sei que está entrando agora. Só quero lhe fazer uma pergunta: como Diretor da ANTT, V. Sª vai ter liberdade para votar em favor dos brasileiros, ou vai se submeter ao regime autoritário deste Governo que aí está?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Delcídio.

Peço a compreensão do Senador Walter Pinheiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, só se ele pedir pelo art. 14...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pelo art. 14...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... porque a pergunta foi para o Sr. Lobo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... porque o Senador Flexa fez referência a mim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – E faço novamente para V. Exª usar duas vezes o art. 14, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, eu queria registrar, primeiro, que o Senador Flexa é uma pessoa que eu admiro muito, um grande Senador que representa um Estado que me recebeu como um filho. Portanto, tenho laços muito fortes, profundos com o Estado do Pará, e o Senador Flexa sabe muito bem disso. Eu...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Delcídio, eu sou o seu representante no Estado do Pará.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ele é meu delegado, tem delegação minha para falar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Só não delegue para cá.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, para cá, não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Para votar aqui, não.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Para cá, não.

Quero registrar, Presidente, que essas questões que o Senador Flexa apresentou aqui são muito pertinentes. Eu vivi lá em Abaeté, em Abaetetuba, próximo de Barcarena, e sei que, sem dúvida nenhuma, a melhor alternativa de escoamento hoje é por Barcarena, lá pelo Pará, sem dúvida nenhuma. É um Estado onde vivi muitos anos, conheço muito bem o Pará, andei em todas as regiões daquele Estado, e sei que é um Estado com um potencial extraordinário, mas que precisa ter logística, e a logística mais competitiva hoje, principalmente para escoamento de produção, está no Estado do Pará. Não tenho dúvida nenhuma disto. A gente já via isto, Senador Flexa, lá atrás.

Eu queria só, Senador Flexa e demais Senadores aqui presentes, Senador Raupp, Senador Paulo, querido, Senadora Sandra, Senador Hélio José... Eu pedi para falar antes, Senador Flexa, porque eu continuo na batalha de ontem. Então, vou ter que andar em vários lugares hoje pela manhã, ainda, trabalhando duro, porque temos mais dois desafios pela frente: a MP 664 hoje e a 668 amanhã.

Mas eu só queria fazer um registro que não poderia deixar de fazer nesta oportunidade.

O Sérgio é uma pessoa que trabalhou comigo, Flexa, lá no Pará, lá em Tucuruí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ele conversou comigo e falou que trabalharam juntos na hidrelétrica.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não sei se ele tem raízes tão profundas como eu tenho no Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É, acho que ele ficou sem raízes lá.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sem raízes. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sem raízes. Mas ele vai poder provar isso quando assumir a direção da ANTT lá.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O Sérgio é um engenheiro, e o Brasil precisa de engenheiros – não é, Hélio? –, o Brasil precisa de muitos engenheiros, e eu não tenho dúvida nenhuma de que o Sérgio, por tudo que convivemos e enfrentamos lá no Pará, lá em Tucuruí, aqueles que começaram Tucuruí, que não era fácil, não, naquela época... Hoje mudou bastante.

Mas sou testemunha do trabalho e do espírito público, principalmente, que o Sérgio Lobo tem, porque, naquela época, enfrentar o que nós enfrentamos e fazer o que fizemos, que orgulha a todos nós, brasileiros, exigia muita determinação, acreditando no Brasil e trabalhando intensamente por uma vida melhor para todos os nossos irmãos não só paraenses, mas brasileiros também.

Então, eu só queria fazer... Muito obrigado pela maneira sempre querida, meu caro Senador Garibaldi, com relação a mim, mas eu não poderia deixar de fazer este registro na sabatina do Sérgio, hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente. Eu queria perguntar ao Senador Delcídio se ele poderia me emprestar o celular dele. (Risos.)

Eu gostaria de fazer umas ligações e precisava do celular de V. Exª

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa, nem minha mulher consegue acessar meu celular. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Dr. Sérgio.

O Senador Walter Pinheiro está sendo prejudicado no encaminhamento, mas o Dr. Sérgio pediu para falar neste momento, certamente para se referir ao que disse o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sobre o celular?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não, celular é especialidade de V. Exª.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Senador Delcídio, ex-companheiro de batalha no Estado do Pará, obrigado pelas palavras, obrigado pela presença. Sei do seu trabalho intenso nos últimos dias. Muito obrigado, de coração. Continuo devendo.

Agora, se o Senador Flexa me permite, eu gostaria de declarar meu voto também. Se eu puder declarar que a minha prioridade número um dentro da ANTT é Açailandia-Barcarena ou Vila do Conde, o que seja, esse é meu voto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Flexa, ganhou mais uma, hein! (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Sª, quando diretor, só precisará convencer o governo de plantão, não sei se o terceirizado ou o titular.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Acho que vou ter de ir para a oposição mesmo, viu? Porque o Flexa, fazendo oposição, vai ganhar prioridade... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Chegou mais uma pergunta interativa da Kelen Souza.

Com a palavra, finalmente, pedindo desculpas, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sem problema, Sr. Presidente. O problema de Flexa é que ele foi procurar o conde ao invés de procurar a rainha. Esse é que é o problema. É por isso que não saiu o projeto dele ainda.

Mas, Dr. Sérgio, o que me chama a atenção nesse processo é que, às vezes, a gente... Até muito da minha sinceridade eu vou lhe colocar aqui. Na sabatina, a gente encontra aqui umas pessoas até extremamente preparadas, eu diria que até com um grau de experiência... V. Exª trata da estrada e vai até TI. Portanto, além de discutir estrada de asfalto, foi discutir infovia. Portanto, tem uma larga experiência para ocupar um cargo na ANTT.

Mas o que me deixa mais abismado, meu caro Presidente Garibaldi, é que aqui a gente está falando, por exemplo, de diversos órgãos e a gente não conhece um planejamento. Aqui, agora, estamos discutindo se a melhor saída é pelo Conde, por Ilhéus, pelo Porto Sul, por São Paulo, por não sei onde, por Pecém.

Ainda agora, de novo... Aliás, essa história do Pacífico foi escrita, no Brasil, por um sujeito, um mineiro, que viveu na Bahia, chamado Vasco Neto, que botou no papel, naquela época... Raupp, você estava falando que não tinha ninguém na estrada; naquela época, não tinha nem Google, porque essa estrada que tem fantasma alguém deve ter vista aí por cima, sem ir lá. Então, imagina, Vasco Neto fez isso na década de 1960! Fez o traçado de Campinhos, portanto em Maraú, o chamado Porto Brasília, o desejo de consumo da época de Juscelino Kubitschek – está lá, inclusive, o porto pronto, com profundidade superior a 12m. Hoje, é impossível fazer um porto lá por questões ambientais. Portanto, é uma área de turismo e uma área riquíssima, ali no Município de Maraú. Portanto, aquilo foi feito, e, além de ter feito a projeção do porto e da ferrovia, projetaram a BR-030, como alguém que pensava exatamente o processo adiante.

Na época do debate sobre a Fiol, Dr. Sérgio, eu me joguei nisso. Eu era Secretário de Planejamento do Estado da Bahia e vim aqui, no Senado, pesquisar. E encontrei coisas produzidas em 1800. Imaginem como era possível fazer alguma neste País em 1800 para pensar em estrada.

Depois, nós encontramos uma série de levantamentos feitos nessa região por um engenheiro pernambucano chamado Rebouças, que pensou, muito antes até de Vasco Neto, em como era possível mover as cargas do oeste brasileiro, quando nós não tínhamos o celeiro que temos hoje. Você veja que estou colocando a diferença do planejamento. Hoje, todo mundo fala em logística, logística, logística... Eu não vejo nada! Absolutamente nada! Há uma série de discursos, e ninguém tem nada aprofundado, o que é inacreditável. Um período em que acumulamos boas ferramentas, bons profissionais, e a gente não consegue transformar isso em uma proposta que possa pensar, em um país continental como o Brasil, quais são os melhores fluxos e a melhor rota para você estabelecer essa questão de logística.

Na época da seca, Dr. Sérgio, eu corri este País atrás de armazém porque eu estava atrás de milho para levar para a Bahia. Esse é outro problema. No Brasil, se armazenam grãos em caminhões. É por isso que as filas na entrada dos portos são quilométricas, porque o caminhão é o armazém. Tirou do chão, Raupp, você bota ali na carroceria de caminhões.

O Ferraço lhe fez a pergunta aqui porque eu falei com ele. A ferrovia vai chegar em Ilhéus, e o Porto Sul, até hoje, estamos engasgados com essa história. Então, esse é um problema. Eu caminhei o Brasil inteiro atrás de grãos.

Cheguei ao interior, no Centro-Oeste, e achei um armazém cheio de carros. Aí o pessoal da Caoa até me ligou e disse "rapaz, você está...". Aí eu disse "não, não estou fiscalizando a vida de vocês, não. Estou atrás de milho, não estou atrás de carro."

E, depois, foi um parto para levar esse milho para a Bahia, porque coincidia com a época da safra da soja e os caminhões, obviamente, estavam contratados. Aí os caras me diziam: "Senador, eu não posso pegar a carga de milho para levar para a Bahia por conta da seca porque é sazonal. Meu contrato com o povo da soja tem todo ano. Então, se eu tirar meus caminhões para levar o milho, eu perco o meu contrato com a soja, ainda que o senhor me pague o dobro." E foi um parto pra gente fazer isso. Eu não tinha estrutura de logística, eu não tinha onde armazenar, não tinha onde ir colocando pra fazer baldeação, numa linguagem que se usa muito em trem – eu sou filho de ferroviário.

Eu conheço, como a palma da minha mão, o trecho da FCA de Montes Claros até Salvador que cruza a Fiol em Brumado. Eu o desenhei para o Ferraço aqui, porque ele não só está na minha mente como está na minha vida. Meu pai trabalhava exatamente nesse trecho. Essa ferrovia está completamente inutilizada. Essa ferrovia levava passageiros e carga de Salvador até Montes Claros e trazia de Montes Claros para Salvador inclusive cimento, além de pegar toda a produção daquela região.

Brumado é um centro, ainda, de minério. Aquela região é uma região fortíssima. A Fiol nasceu exatamente para tentar pegar uma carga do Centro-Oeste e resolver o problema do minério naquela região. Ali no trecho de Montes Claros há exatamente uma outra área de minério que é operada pela Salinas, hoje um grupo chinês.

Portanto, fico abismado. Aí, o Vasco Neto vai lá em 1965... O material produzido por ele está aqui, no Senado. Ele fez livro mostrando detalhadamente o traçado. A proposta dele, inclusive, era fazer a ferrovia chegar em Porto Bayovar, no Peru, saindo de Campinhos. Na minha opinião, hoje, até detalhadamente, não é o melhor traçado.

Agora, eu pergunto: será que é possível? Eu não consigo terminar a Fiol. Aí o Governo vem e fala que vai fazer uma ferrovia para ligar o Atlântico ao Pacífico. Termina a Fiol, cara-pálida! Pelo amor de Deus! Até para, um dia, a Fiol entroncar nesse trecho aí também, receber alguma coisa.

Será que o melhor fluxo de carga é esse? É por isso que o Flexa vem aqui e reclama pelo Conde dele. Aí o outro, daqui a pouco, vai querer o seu barão. Aí, cada um vai buscar o seu quinhão. Está errado isto, a ausência de uma política que enxergue a necessidade, inclusive, de resolver os problemas das regiões do ponto de vista de logística e a rota de integração.

Quando o Bernardo Figueiredo chegou na EPL, fruto até de uma desautorização desta Casa para ele para a ANTT... Ele foi reprovado aqui na sua recondução para a ANTT, mas ganhou de presente a EPL. Aí, na Bahia começou "ah, agora vai ter uma rota Salvador–Recife". Era o trecho Belo Horizonte–Recife. Eu perguntava todo dia ao Governador Jacques Wagner: "Governador, o pessoal da EPL entregou ao senhor..." "O seu fluxo de carga é esse aí, de Belo Horizonte para Recife, passando por Salvador, passando pela Bahia?" Retomar o trecho de Feira a Lagoinhas, que é outro trecho importante, que é outro ramal da FCA, que sai de Juazeiro e vai até o Porto de Aratu. De Juazeiro até Suape, indo para Petrolina, são 700km. De Juazeiro, pegando a região de Petrolina até o Porto de Aratu, são 500km. Em logística, 200km a menos são 200 mil motivos pra gente repensar, por conta de custo de carga. E estamos fazendo ali a Transnordestina! Tem um trecho lá de Missão Velha à histórica Salgueiro. Eu participei ativamente disso como secretário de planejamento. Fizemos uma reunião em Montes Claros, num aniversário até de José de Alencar. E disseram: "a Transnordestina, para o ano, estará pronta." E eu dizia: "mas, rapaz, está errado. Nós estamos pegando um fluxo de carga de um lugar e levando para outro. Não é possível que a gente não pegue alguém que entenda disso!" Eu ainda disse assim: "olha, a minha praia não é essa. Tem alguém que está estudando isso e não custa nada a gente juntar." É essa a minha reclamação à ANTT. A ANTT tem que parar de pensar as coisas na forma de fazer, fazer, fazer; a ANTT precisa juntar os dados disso.

Então, um homem com uma experiência como a do senhor, que passou em diversos lugares, na minha opinião, tem que contribuir para isso, para a gente construir, neste Brasil, um plano para a gente ter a capacidade de entender, mesmo que desagrade o Flexa, que desagrade o Pinheiro, que desagrade fulano... Não importa. Temos é que encontrar um caminho que seja capaz de ser útil a diversas regiões e seja a melhor alternativa.

Às vezes, fico perplexo quando alguém diz que o vento... Que os caras se perderam e vieram bater aqui por conta disso. Chegaram aqui, no Brasil... Vento não erra caminho, não conheço. Só há corrente de vento se abrirmos uma porta e uma janela. Se abrir a porta de casa e a janela estiver fechada, o vento não passa. Não conheço.

Então, se as caravelas bateram aqui, foi porque o corredor de vento era aquele. Aquela era a melhor rota, era ali que estava o melhor tráfego, a melhor possibilidade de navegar.

Por que Dubai está bombando do ponto de vista da logística? Porque Dubai é o meio do caminho entre a Ásia e a Europa. É o caminho mais curto. E os caras souberam aproveitar isso, meu caro Garibaldi. Essa é a visão.

E qual o melhor ponto do Brasil onde eu faço a disputa? O que está acontecendo com Mariel, em Cuba? Por que os Estados Unidos começam a namorar... Os Estados Unidos, agora, de um instante para outro, começaram a dizer que Raúl Castro é uma figura maravilhosa. Fidel não prestava, mas Raúl é uma beleza! Raul é uma beleza coisa nenhuma! Mariel tem uma posição estratégica, do ponto de vista dos negócios, para os Estados Unidos. Vai ser o melhor porto americano, "de frente para o crime", como se diz, aberto ao mundo.

Precisamos fazer este debate no Brasil. Na minha opinião, temos que contribuir com isso.

Venho de um Estado que produziu gente como Rômulo Almeida, ou, antes, como Vasco Neto, que se preocuparam em dizer que dá para se pensar as coisas um pouco adiante. O Celso Furtado nos deu essa lição no Brasil, de como é possível planejar as coisas. Aí, constituímos alguns órgãos desses e, na realidade, ficamos enxugando gelo. Resolve um problema de dez quilômetros de trilhos, um problema aqui e acolá, o problema de um armazém ali, o problema de um porto não sei onde, enfim... A minha angústia é essa.

Um homem como o senhor, que passou por diversos lugares, tinha que ser meais bem utilizado. Temos que rever esse planejamento. Pode ser que alguém diga que o senhor não vai fazer nada até o dia 31 de dezembro de 2018, quando acaba o mandato do atual Governo. Mas essa é a desgraça do Brasil. Por isso que tenho combatido tanto a reeleição, porque todo o governante, quando entra, só pensa na próxima eleição, não na próxima geração. Não trabalhamos com o planejamento. Isso é um absurdo. Um órgão como esse, que tem técnicos... Hélio, a gente fala que o Brasil precisa de engenheiros... Há muitos técnicos. O problema do Brasil é que não sabe aproveitar os seus potenciais. Então, estes ainda são os lugares onde ainda existe gente boa, que poderia contribuir, na Aneel, na Anatel, na ANTT, na Antaq, na ANA. O problema é que... Temos que pegar essa turma, sentar com eles e pensar. Tudo bem que o papel pode ser o de regulador... A ANTT, na minha opinião, tem uma tarefa para além da regulação.

Tenho feito críticas às agências reguladoras porque, às vezes, elas se confundem com caixas registradoras. Só pensam em multar, multar, multar, multar, e essas multas, normalmente, não entram, mas não regulam absolutamente nada e nem projetam absolutamente nada. O papel tem que ser outro. Temos uma agência que

tem uma característica de reguladora, mas há agências que têm características mais de agências executivas. Temos que começar a trabalhar essas coisas.

Não acredito que Ministério tenha tempo de trabalhar isso. Os Ministérios não elaboram a política, de certa forma até pelo próprio esvaziamento do corpo técnico no Brasil, o que é outra porcaria que tem acontecido, consequência dos baixos salários e até de lugares que não são priorizados. Às vezes, incha-se o Ministério, meu caro Garibaldi, com gente que vai para lá e não vai contribuir com nada, quando, na verdade, deveríamos preparar corpo técnico nesses Ministérios. O Ministro pode ser político, mas daí para baixo tem que ser gente técnica.

Estive com o Primeiro-Ministro britânico para discutir a agência reguladora. Foi uma área que discuti muito quando era Deputado Federal. Muito! Fui à Inglaterra ver a modelagem que eles tinham feito em algumas agências, como eles tinham agregado.Estive agora, recentemente, no Reino Unido para ver um "baita" projeto de eficiência, uma licitação que o Reino Unido fez agora, de £6,5 bilhões. Eu fui lá conversar e tive a oportunidade de conhecer o Primeiro-Ministro. E uma das perguntas que fiz para ele foi: "Ministro, o que o senhor ganhou de lá para cá?" Agora, inclusive, houve mudança no Reino Unido novamente. E o "cara" foi me dando um dado do que aconteceu lá de Margareth Thatcher até John Major, até chegar ao Gordon, foi me dizendo como eles faziam as mudanças de pessoal e como era o aproveitamento do pessoal técnico. E o "cara" na época me disse assim: "Meu partido, o Partido Trabalhista, indicou pouca gente. Poucas pessoas. Nós aproveitamos gente da estrutura do Estado, do Reino Unido, do Estado inglês." Então, é isso.

É mais do que uma sabatina, mais do que um voto... E aí eu quero dizer ao senhor, muito sinceramente, que a minha tristeza é esta: depois, não por incompetência, mas, às vezes, até por certa acomodação, as pessoas que são mandadas para as agências entram no trivial, na coisa do dia a dia, vai fazendo só o corriqueiro, e acontecem coisas como essa, que o Senador Raupp disse aqui, de ninguém planejar nada lá. Quer dizer, não é possível que alguém possa planejar uma rota dessas simplesmente olhando através do Google, fazendo uma "cola", ou do PowerPoint.

Eu fiquei abismado no dia em que vi uma apresentação de PowerPoint aqui nesta Comissão. Apresentou, e quando vi, na mesma hora liguei para o meu Governador, na época o Jacques Wagner, e disse: "Governador, a proposta aqui é uma ferrovia que vai pegar aqui... Nós vamos pegar o trecho de Alagoinhas, corta Salvador, sai por Feira, vem de Aratu, faz um novo ramal, e nós vamos embora para Recife, vindo de Belo Horizonte. É esse o fluxo de carga?" E eu tinha na mão lá o estudo de fluxo de carga do Nordeste, elaborado por gente boa, que nós contratamos lá na Seplan. Por exemplo, Juazeiro é o meio do Nordeste e Feira de Santana é um dos pontos principais de entroncamento. Aí, eu disse: "Eu vou pegar um ponto principal de entroncamento desse e vou passar uma ferrovia para trazer carga de Belo Horizonte para Recife? Há esse fluxo de carga?" Pelo amor de Deus! Será que esse é o fluxo de carga?

Estou falando para o senhor de eficiência... Por exemplo, na Bahia, há um terminal, no Porto de Aratu, que é operado por uma grande empresa chamada M. Dias Branco, que é um moinho... Aliás, eu costumo brincar com eles dizendo que o cearense é o nosso judeu. O cearense roda o mundo inteiro. Se eu pegar o Estado desse moço aí, Rondônia, Roraima, está cheio de cearense. Romero Jucá é pernambucano, mas a minha amiga Ângela, na realidade, é cearense, e está lá em Roraima.

Uma vez, em 1995, eu desci numa estação de trem, a estação Atocha, vindo de Lisboa e brinquei com a minha mulher. Havia um sujeito trabalhando, e eu disse: "Ih, a cabeça daquele cara parece cabeça de cearense." Aí o "cara" virou para mim e disse assim: "E sou do Ipu, meu bichinho." Aí, minha mulher disse: "Está vendo? Você fica fazendo gozação com o povo..." O "cara" disse: "Não, eu sou cearense e estou aqui em Madri já não sei há quanto tempo..."

Então, o Dias Branco chegou a Salvador e montou um "baita" moinho num terminal privado, Raupp, no porto. Um negócio enxuto, pequenininho. Esse terminal opera 500 caminhões por dia, Dr. Sérgio. Quinhentos caminhões por dia, com uma eficiência brutal! Agora, sabe onde é que está o problema? A gente tem que reter os caminhões lá em Feira de Santana. E aí fica ali, pelo rádio: "Venha! Venha! Venha!" Porque nenhum trilho chega ali perto. E esses caras rodam o terminal com 500 caminhões. Na época da alta safra chega a bater 600 caminhões por dia. Foi esse terminal que me socorreu na época do milho. Nós arranjamos milho para vir de navio, 40 mil toneladas. Esse milho chegou ao terminal da M. Dias Branco, e a M. Dias Branco botou isso nos caminhões, para a gente distribuir para o interior da Bahia. Então por que essa pequena experiência a gente não pode ter em larga escala? Temos que pensar isso.

Então, eu acho que o papel do senhor na ANTT tem que ser para isso. O senhor passou até pela área de telecomunicações, que é a minha área, porque eu não sou da área de logística. Minha área é TI, meu negócio é fazer aplicativo, é entrar com soluções, o que faço até hoje ali. É óbvio que eu não uso mais as ferramentas que usava quando era mais jovem. Portanto, estou numa fase... Por isso que procuro me atualizar. Mas o senhor tem que ir para um lugar desses para fazer isso. A minha esperança é que essa experiência do senhor possa ser

utilizada nisso, para ver se eu consigo, e estou sendo muito sincero, Dr. Sérgio... Eu votei a favor do senhor aqui e vou votar a favor no Plenário. Até porque tenho tido uma postura aqui... Nas sabatinas, eu costumo até dizer que este é um momento que temos para apertar as pessoas e, se sentirmos que o cara não tem condições, ter a coragem de dizer "o senhor não tem a menor condição de ser dirigente de um órgão desses".

É óbvio que estou falando sem conhecê-lo, o senhor é amigo do Delcídio e, portanto, tem um bom aval, mas eu estou partindo do princípio de que o senhor escreveu uma série de coisas por onde o senhor passou e de que pelo menos oportunidade de aprender e de contribuir o senhor teve.

A minha esperança é de que, algum dia, alguém possa pegar essas experiências e levar para um órgão como esse da ANTT.

Não se acomode, nem entre em uma lógica, que é uma lógica perversa, de chegar as esses lugares e buscar atendimentos pontuais ou dar pressão política. Faça seu trabalho pensando nisso! O senhor está indo para um lugar que é, inclusive, do serviço público.

Uma vez, ouvi o depoimento de alguém aqui que foi para um órgão e disse "a minha obrigação é de fazer isso lá como a contribuição de alguém que vai para uma instituição que vai servir à população".

Então, imagine que, nesse período em que o senhor vai estar lá, diferentemente da contribuição que o senhor deu em diversas empresas privadas aqui, agora o senhor vai contribuir para mudar o conceito e, portanto, apresentar uma contribuição para a economia e para o povo do Brasil. Então, fique imbuído disso!

Eu, de vez em quando, fico meio decepcionado, mas, de vez em quando, aparece uma esperança no fundo do poço. Eu não acredito que exista o fundo do fundo. Portanto, quando a gente bate no fundo, a expectativa é de que qualquer gota d'água já nos leve, pelo menos, a boiar e a sair desse fundo de poço.

Pense nisto! Use a sua experiência para fazer isso! Se for o caso – não custa nada –, faça uma pesquisa para ver o que homens, no passado, com dificuldades muito maiores do que as do senhor, tiveram coragem de apontar para o futuro.

Eu sempre recomendo que as pessoas leiam material de Vasco Neto, para ver com que dificuldade e, principalmente, com que espírito público um homem ousou apontar desafios. Temos de fazer correções em vários trechos que ele apontou. Mas é isso que é importante, é para isso que a gente serve.

Uma coisa eu sempre tenho dito: é preciso mudar, transformar, alterar as práticas, as ferramentas, mas o princípio a gente tem que preservar. É o princípio de planejar, de pensar adiante, de pensar o futuro. Esta é a minha esperança. Se o senhor vai contribuir com isso... E me restará acompanhar daqui, do Senado, até porque há um projeto, de minha autoria, que nunca foi votado aqui, em que proponho que os dirigentes de agências voltem aqui para prestar contas do que fizeram. Não quero ressabatina, não, mas pelo que menos que voltem aqui para prestar contas. Eu posso convocar um Ministro, mas não tenho o direito de convocar um dirigente de agência, que é eleito. Diferentemente do Ministro, ele é eleito por mim aqui, na sabatina; o Ministro o é pela Presidenta. Eu posso convocar um "cara" desses, mas um "cara" de agência eu não posso.

É isto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Paulo Bauer, último Senador inscrito.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Sr. Presidente, Srs Senadores e Srªs Senadoras, eu poderia, aqui, me referir a problemas pontuais, que conheço muito bem, em meu Estado, o Estado de Santa Catarina.

Muitos Senadores e Senadoras conhecem o meu Estado e se admiram com o que temos lá em termos de progresso, de desenvolvimento, de qualidade de vida, mas, certamente, não têm a condição e o tempo suficiente para transitar em nossas rodovias e ver o que nós temos de vivenciar e enfrentar diariamente para nos deslocarmos de um ponto para outro do Estado.

Temos obras importantes aguardando por décadas para que possamos ter um fluxo normal de veículos. Rodovias precisam ser duplicadas, e já foram várias as solenidades públicas, realizadas principalmente pelo Ministério dos Transportes, normalmente em véspera de eleição presidencial, com a edição de licitações, com entrega de ordens de serviço e com anúncios festivos de início de obras.

Se o senhor, Dr. Sérgio, visitar Santa Catarina, o senhor vai verificar que obras anunciadas pelo Governo Federal como de duplicação de rodovia, na verdade, não passam de obras de roçada e de terraplenagem. A BR-470, entre Navegantes e Blumenau, é um exemplo do que lhe falo. E olha que a Presidente da República, Dilma Rousseff, esteve em Santa Catarina no primeiro ano de seu mandato e, na minha presença, anunciou, para mais de cinco mil pessoas, que essa era a obra dela e que ela seria feita porque deveríamos chamá-la de "obra da Presidente." Como ela, naturalmente, não governa bem o Brasil, não poderíamos imaginar que aquela obra fosse se transformar em uma realidade, depois de cinco anos.

Se eu fosse falar de questões pontuais, eu falaria da BR-280, que também tem obras de duplicação resumidas, hoje, à execução e à construção de um túnel. Na verdade, é uma obra que se divide em três etapas. Esse túnel está na etapa 1, na etapa 2 deveríamos ver obras consistentes, mas vemos apenas essas terraplenagens e roçadas, e a licitação para a etapa 3 já foi feita, duas ou três vezes, e agora, parece, pelo que a gente sabe, vai acontecer a entrega da ordem de serviço. Porém, há a transposição de um canal, chamado Canal do Linguado, que ainda não tem projeto, porque o Ministério dos Transportes e o DNIT ainda não sabem como fazer a transposição e a duplicação daquele canal, que hoje é cruzado por um aterro feito há uns 100 anos. Se for duplicado, obviamente, o problema ambiental se ampliará e não se verá mais a perspectiva de um dia abri-lo para que, outra vez, a água marítima faça o curso natural que sempre fez antes dessa obra e torne, outra vez, São Francisco do Sul uma ilha. Hoje, ela, evidentemente, é ilha só no nome, já que um aterro no canal tirou dela essa condição.

Eu poderia falar aqui do sonho dos catarinenses, que é a Ferrovia de Interligação Oeste-Leste, que tem seus estudos em andamento, graças a uma licitação, também feita no âmbito do Governo Federal, que tem uma grande polêmica, porque, em Santa Catarina – e esse é um problema quase que nosso –, não há um consenso sobre que traçado exato a rodovia deve seguir a partir do momento em que termina seu trajeto no planalto e passa a estar presente no litoral, onde o acesso aos portos se faz necessário.

E eu poderia, finalmente, falar do problema da BR-101, que tem sua obra de duplicação da capital, Florianópolis, até a divisa com o Rio Grande do Sul em obras há 12 anos. Desde o segundo ano do primeiro governo do Presidente Lula, essa obra anda, ou melhor, se arrasta.

E posso dizer ao senhor que anunciado está que, em poucos dias, teremos a conclusão da famosa Ponte Anita Garibaldi, na cidade de Laguna, que é, sem dúvida nenhuma, uma grande obra da engenharia brasileira. Mas, quando ela estiver pronta, ainda não teremos a definição e a decisão sobre a transposição do Morro dos Cavalos, onde vivem cerca de 40 famílias indígenas que retornaram àquela localidade há algumas décadas e que, por uma decisão da Funai, não permitem que a rodovia, que hoje cruza a reserva, seja duplicada.

Parece que vão solucionar o problema fazendo-se um túnel. Ou seja, em vez de duplicar, Senador Garibaldi, a rodovia por R$100 milhões, vão fazer um túnel por R$1 bilhão. Eu tenho certeza de que, se disséssemos aos índios de que eles vão ganhar 500, eles fariam negócio, porque até índio sabe como fazer bom negócio. Pode ter certeza. É só ir aos Estados Unidos para você ver. E se quiséssemos dar aos índios qualidade, educação, saúde e condições de preservação ambiental, etc, que lá poderiam ser viabilizadas, nós teríamos o problema resolvido e custaria mais barato. Assim, vamos fazer um túnel, todo mundo passa por baixo, e os índios continuam passando fome lá em cima. Coisas de Brasil.

Aliás, é muito diferente o indígena da Amazônia do indígena do sul. O indígena do sul não tem necessidade de áreas tão grandes, como o indígena da Amazônia, para sua subsistência, porque ele não sabe mais caçar lá no sul. Se se perguntar para o índio o que ele come, ele vai lhe contar que há um, dois ou três anos que não se alimenta de absolutamente nada que seja resultante da caça ou da pesca, porque não há mais onde caçar e pescar. Então, ele fabrica cestos, sobrevive do artesanato, faz outras atividades, até na agricultura, e mantém sua vida com isso.

Então, é um contrassenso haver, no Brasil, uma única legislação indígena que valha para o indígena lá de Roraima e para o indígena de Santa Catarina. Nós precisaríamos rever isto.

Mas o problema da estrada é que me incomoda e me preocupa. Obviamente, já estivemos aqui com o Ministro dos Transportes, que disse que não há dinheiro e que, até o dia em que aqui esteve, não sabia quanto dinheiro ia ter. Criou-se até uma polêmica em torno da visita do Ministro aqui. Mas me chamou a atenção, quando o Ministro dos Transportes esteve aqui e, depois, também quando o Ministro da Aviação esteve aqui, que o convite foi para o Ministro, mas quem veio junto foi a agência reguladora, além do DNIT e de outros órgãos.

Ou seja, no Brasil, nós temos – e aí é que quero questionar V. Sª – uma figura curiosa: a agência reguladora parece ser subordinada ao Ministério. Parece. E, na verdade, muitas vezes o é. Agência reguladora não deveria ter absolutamente nenhuma subordinação ao Ministério. Nenhuma! É por isso que são eleitos os seus dirigentes, que seu quadro de funcionários efetivos tem autonomia, que sua condição orçamentária é individual e que ela tanto age sobre o governo como pode agir sobre a iniciativa privada.

Na verdade, observamos que a desconstrução e a falta de apoio político-institucional para o funcionamento de agências no governo petista fez com que as agências fraquejassem na sua missão constitucional e legal.

Em outros países, agências reguladoras são respeitadíssimas. Elas não dão opinião, mas determinam; elas não recebem ordens, dão ordens. O Brasil precisa acordar para isto.

Em todas as agências reguladoras, nós, representantes da sociedade, vamos lá, ouvimos uma série de informações e, depois, quando vamos falar com o Poder Executivo – no caso, com os Ministérios ou com órgãos a ele vinculados –, vemos que não há, da parte deles, uma subordinação às normas.

E, se eu quisesse falar de aspectos pontuais ainda, eu diria que, em Santa Catarina, Senadoras e Senadores, existem, por exemplo, duas rodovias importantíssimas, a BR-101 e a BR-470.

Sabem os senhores e as senhoras como se acessa a BR-470, quando se sai da BR-101 no sentido sul? Passa-se por dentro de um posto de gasolina. É assim que funciona.

Deve-se tomar um cuidado – e conheço bem o Estado –, porque, se se está na BR-101, rodovia duplicada, e se converge à direita para acessar a BR-470, existe uma árvore a menos de um metro do canteiro, do meio-fio, do ponto de estacionamento – ou melhor, não há ponto de estacionamento, é da pista de rolagem. Eu não consigo entender isto, porque a BR-101 é uma pista concedida. Existe uma empresa que explora a BR-101, já duplicada, e cobra pedágio e que, portanto, obedece a regras, no meu ponto de vista, que são determinadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres. A BR-470, ainda não. A BR-470 é gerenciada e administrada pelo DNIT.

Eu não sei se a árvore está no lado de cá ou no lado de lá. Fica a dúvida. Mas alguém deveria tomar uma providência. Ou talvez a árvore não possa ser cortada porque o Ibama não deixa. Agora, se o Ibama não deixa cortar a árvore, eu pergunto: quem é responsável pelas vidas que se perdem numa condição terrível, descuidada e irresponsável como essa?

Eu queria apenas uma resposta de V. Sª, já que o senhor vai assumir uma função de diretor – e eu vi que seu currículo é um currículo consistente; parabenizo-o pela sua formação e pela sua história... Ao contrário da maioria dos nomes que nós sabatinamos aqui, que o Governo indica para as agência reguladoras, o seu me parece acima, muito acima, da média dos nomes que nós temos visto aqui, porque o que nós vimos aqui são nomes de pessoas que foram diretores interinos e se formaram lá não sei aonde... Tudo muito frágil. E eu vi, pelo seu currículo, que V. Sª tem experiência.

Uma vez eleito e assumindo a posição numa agência que passou dois ou três anos sem diretoria completa, qual vai ser seu posicionamento dentro da ANTT? Ela deve ser subordinada ao Ministério dos Transportes? Ou ela deve exercer, de fato, seu papel constitucional de órgão fiscalizador e regulador, tanto da atividade privada do transporte terrestre do Brasil, como da atividade pública?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Sr. Presidente, eu gostaria de comentar as colocações do Senador Walter Pinheiro.

Comentei com o Presidente, Senador Garibaldi Alves, que não teria nada a acrescentar a todas as suas informações, colocações, histórico... Estou totalmente de acordo com a história, com o planejamento, com a questão ferroviária. O único ponto que eu gostaria de acrescentar pouco, não muito, seria quanto à questão da Inglaterra. Além de tudo o que V. Exª falou, os melhores índices comparativos para efeito de obra, de concessão ou de qualquer tipo de projeto estão na própria Inglaterra. Lá, quando se faz um projeto ferroviário, quando alguma entidade ou alguma agência que seja propõe algum projeto, o pessoal técnico do Ministério de lá – não é bem Ministério; lá tem outro nome, que seria Secretaria de Transporte da Grã-Bretanha – analisa alguns índices. Por exemplo, quando você faz um projeto de ferrovia de mil quilômetros com um tempo estimado, com um prazo de execução de três anos, já existe um fator de correção desenvolvido por eles com histórico. Foi a melhor coisa que eu aprendi com essa agência de transportes da Inglaterra. Seria a única colocação complementar às que V. Exª colocou.

Na sequência, Senador Paulo Bauer, eu tenho plena consciência dos deveres e obrigações que, se conduzido for para a Agência, terei que cumprir, inclusive essa questão da Agência: autonomia e definições. Só quero ressaltar que, dentro de um governo, existe pouco, mas existe, planejamento. E nós temos, além da autonomia, que respeitar o planejamento do Ministério dos Transportes, o planejamento do Ministério da Fazenda e de outros. Autonomia existe, mas dentro de um respeito a um planejamento total de Governo. Esta seria a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Deveríamos, agora, encerrar a votação, mas temos duas matérias extrapauta.

Pedimos permissão ao Dr. Sérgio para que possamos analisá-las.

A primeira delas é a votação de um Requerimento do Senador Valdir Raupp e do Senador Acir Gurgacz.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 30, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, para debater o pacote de concessões e investimentos em infraestrutura e logística que está sendo concluído no âmbito do Poder Executivo Federal, o qual define os novos parâ-

metros e modelos das concessões, valores envolvidos, fontes de recursos, áreas estratégicas e regiões beneficiadas; com a presença de representantes dos seguintes órgãos:
Ministério dos Transportes
Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
Ministério da Fazenda
Agência Nacional de Transportes Terrestres
Empresa de Planejamento e Logística
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria:
Relatório:
Observações:

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O requerimento está em discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, se o Senador Raupp me permite – ele é um dos subscritores –, eu acho que esse requerimento é muito importante. Então, eu proporia, Raupp, que a Comissão tomasse uma espécie de providência, como nós fizemos há dois anos, se não me engano, de marcar em dois blocos esse debate, porque o tema não é uma coisa qualquer, pois nosso objetivo, inclusive, é nos anteciparmos a esse processo de planejamento, e que nós fizéssemos isso, Presidente, com fôlego mesmo. Poderíamos reservar duas manhãs de quarta-feira para ouvirmos o Governo quanto a isso, receber a apresentação e fazer um debate detalhado sobre essa questão, até porque isso é a essência do que vamos discutir aqui nesta Comissão até o final da gestão de V. Exª. Como não pode haver reeleição, V. Exª teria de concluir nesse período.

O requerimento do Senador Valdir Raupp e do Senador Acir Gurgacz vem em boa hora. Os Senadores tiveram uma ótima ideia para que possamos contribuir com essa estrutura de planejamento e com esse pacote de coisas que, efetivamente, estão por vir como proposta do Governo.

Eu faria essa proposta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – De nossa parte, ficaria a critério da Mesa, Presidente Senador Garibaldi.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu gostaria de acrescentar algo, da mesma forma que o Senador Walter. Eu queria ser subscritor também, mas penso que, nessa linha, poderíamos colocar a Antaq, a Secretaria de Portos e até o BNDES, porque são as entidades que têm essa responsabilidade. Principalmente, com essa sugestão de dividirmos em dois blocos, eu acho que nós atenderíamos de forma completa aqueles que estão na responsabilidade dessas concessões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vamos submeter o requerimento, com os acréscimos, e, depois, vamos nos reunir para então adotarmos um planejamento – já que se falou tanto em planejamento – a respeito desse requerimento.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Senadora Sandra esperou pacientemente para ler o seu relatório. Eu vou dar a palavra a ela lembrando que ainda temos aqui algumas perguntas interativas,– podemos dizer assim. O nosso Dr. Sérgio Lobo vai ter de se submeter a isso também.

Com a palavra a Senadora.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes, eu gostaria de fazer uma observação e, na verdade, um elogio. Eu quero parabenizar V. Exª, Sr. Presidente, pela forma como V. Exª conduz a Comissão, deixando um ambiente leve, harmonioso e produtivo. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço à Senadora. Eu não sabia que ela era tão bondosa assim. Sabia que ela era, mas não tanto.

Obrigado, Senadora.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Não é bondade, é realidade, Sr. Presidente.

A Senhora Presidenta da República, por meio da Mensagem nº 28, de 2015 (Mensagem nº 134, de 5 de maio de 2015, na origem), submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. CARLOS FERNANDO DO

NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga do Sr. Wagner de Carvalho Garcia.

Criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a ANTT é entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, vinculada ao Ministério dos Transportes.

De acordo com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, os membros da Diretoria da ANTT deverão ser brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos. O art. 54 da mesma lei estabelece que os membros da Diretoria cumprirão mandato de quatro anos, não coincidentes, admitida uma recondução.

Carlos Fernando do Nascimento é cidadão brasileiro, advogado graduado pela Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, em 2004, especialista em Regulação de Transportes Terrestres pela Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2006.

Sua formação acadêmica registra, além do curso de graduação e da especialização, já mencionados, o Curso de Especialização em Direito Administrativo e Processo Administrativo na Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, entre 2007 e 2008. Ele é também, desde 2011, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Regulação e Gestão de Negócios da Universidade de Brasília.

O candidato cita, como Formação Complementar, dezenove cursos de curta duração e de extensão realizados entre 2006 e 2014. Os cursos envolvem matérias de Direito, Economia, Administração e Matemática.

Quanto à atuação profissional, ele é vinculado institucionalmente à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) desde 2006, onde é servidor estatutário e trabalha em regime de dedicação integral, com carga horária de 40 horas por semana. Ele ocupa na ANTT o cargo de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, desempenhando diversas atividades, especialmente na área do transporte terrestre de cargas, onde participa da regulamentação do transporte rodoviário de cargas, do projeto de revisão dos marcos regulatórios dos transportes terrestres, e da modelagem dos novos contratos de concessão de infraestrutura ferroviária.

Desde março de 2012, ocupa interinamente o cargo de Diretor na ANTT.

Entre 2006 e 2012, foi membro nomeado do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), onde trabalhou em tempo parcial.

Em 2011, foi nomeado pela Portaria Interministerial nº 1, de 15 de julho de 2011, que trata do Sistema Nacional de Viação, para participar de grupo de trabalho incumbido de analisar, avaliar e propor aprimoramento e regulamentação da Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que trata do Sistema Nacional de Viação.

Entre 2009 e 2010, ele foi pesquisador discente do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), como aluno especial do mestrado em Direito, em regime parcial.

Trabalhou, também em regime parcial, na Associação Nacional dos Especialistas em Regulação, onde foi Diretor entre 2009 e 2010.

O indicado informa ter domínio de duas línguas estrangeiras, inglês e espanhol.

Por último devemos mencionar sua produção bibliográfica. Ele lista, em seu currículo, três artigos completos, publicados em periódicos, além de quatro textos de sua autoria redigidos como material didático para cursos de curta duração.

A análise do *curriculum vitae* mostra que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam plenamente para o desempenho das atividades do cargo de Diretor da ANTT, para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

O indicado, ademais, apresentou as declarações e as informações exigidas pelo Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura" do Senado Federal.

Em vista do exposto, e em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, III, alínea "f", combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submetemos à apreciação e julgamento desta Comissão a indicação do Sr. Carlos Fernando do Nascimento, constante da Mensagem Presidencial referida.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Sandra Braga.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

Consta ainda da nossa pauta, com a tolerância do Dr. Sérgio, aqui presente desde às 8h30, um requerimento de autoria do Senador Hélio José.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 33, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) com a finalidade de debater a importância da energia elétrica na educação contemporânea. Como sugestão, que sejam convidadas as seguintes autoridades para participação da referida audiência pública:

1. Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);

2. Representante do Ministério da Educação (MEC);

3. Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);

4. Sr. Júlio Gregório, Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal;

5. Professor Jordenes Ferreira da Silva, do Centro de Ensino Fundamental de Arapoanga/DF;

6. Sr. Marco Antônio Galdino, do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL);

7. Dr. Rafael Amaral Shayani, Professor da Universidade de Brasília;

8. Engº. Ércio Muniz Lima, Engenheiro da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletrobras-Eletronorte);

9. Engº. Assiz Ramos de Souza, Engenheiro Agrônomo.

Autoria: Senador Hélio José.

A apreciação do requerimento será feita agora.

Consulto os Senadores se estão em acordo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de proceder à tão esperada apuração, nós temos aqui uma nova modalidade de participação nessas sabatinas, que é a interativa. Então, concedo a palavra ao Dr. Sérgio de Assis Lobo, para que possa responder às perguntas daqueles que se dirigiram a esta Comissão através da internet ou mesmo pela televisão.

Com a palavra o Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Presidente, nós tivemos aqui quatro questões, focadas no Estado de Mato Grosso, de mesmo teor. A primeira, de Kelly Magalhães, a segunda, de Marco Antônio Garcia, a terceira, de Fernando, e a quarta, de Marco Antonio Garcia, todos do Estado de Mato Grosso. Todas versam, basicamente – e peço a dispensa de lê-las – sobre a questão da BR-163 no que tange à parte da concessionária e às obrigações do DNIT, preocupação que já foi dissertada pelos dois Senadores do Estado, Wellington Fagundes e Blairo Maggi, e acredito que já estejam respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O senhor não teria nada a acrescentar?

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Eu me comprometo a considerar esse tema de alta relevância e de primeira prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Porque nós não queremos frustrar a participação dos que acompanharam a nossa audiência, mas compreendo que as perguntas já foram respondidas. Acho até que a ansiedade delas já foi contida, espero.

Continua com a palavra o Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – A próxima questão vem de Ana Flávia Baranski, do Estado de Santa Catarina: "O que ele pretende fazer para melhorar o atendimento ao público, pois se sabe que fazer uma queixa na ANTT é uma embromação."

O que eu posso responder, apesar de não estar na ANTT ainda, mas de já ter passado por lá há alguns anos, é que existe a ouvidoria da ANTT, que, no tempo em que estive por lá, atendia com toda presteza.

Quanto à resposta ou às respostas que são dadas, não havendo a concordância ou a satisfação do usuário, ele ainda pode apresentar a mesma questão para uma instância superior administrativa dentro da Agência.

A próxima questão também vem de Ana Flávia Baranski, do Estado de Santa Catarina: "Outra coisa: o que ele pretende fazer para melhorar o transporte intermunicipal das pequenas cidades catarinenses? O transporte intermunicipal aqui está, a cada dia, mais escasso."

A atribuição da Agência Nacional é na questão de transporte estadual e internacional, não municipal.

A próxima pergunta é de Adalberto Tomazini, do Rio Grande do Sul: "Acho que deve haver um cuidado maior com as estradas brasileiras, para que o caminhoneiro possa ter um pouco mais de lucro e menos desperdício. Acho também que é essencial arrumar as estradas."

Concordo na totalidade com a colocação do Sr. Adalberto Tomazini, alertando que o Ministério dos Transportes, através do DNIT, mantém a malha rodoviária do País. Quanto à malha concedida, aí, sim, é função da ANTT fiscalizar todas as obrigações, de construção, manutenção e demais.

A última pergunta vem de Eliezer Afonso, do Rio de Janeiro: "O Brasil é refém de caminhões. Isto está errado? Um país em que caminhoneiros param o País? Um país da indústria de pneus, por que não de trilhos?"

Posso afirmar, neste momento, por ser da Valec, que esta está prestando esse serviço ao País, concluindo a extensão sul da Ferrovia Norte-Sul, desenvolvendo a Fiol, desenvolvendo estudos, no Estado de Santa Catarina, na Ferrovia Oeste-Leste, e mais pontos que poderíamos passar um bom tempo aqui relacionando, além do Ministério do Transporte, através do PIL, estar desenvolvendo estudos e outras demandas na questão ferroviária.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Dr. Sérgio de Assis Lobo, que fez uma exposição das mais esclarecedoras, respondeu a todos os Senadores e ainda se submeteu a essa saraivada de perguntas interativas.

Mas, agora, Srªs e Srs. Senadores, vamos encerrar a votação.

Convido a Srª Senadora Sandra Braga, por gentileza, e o Senador... O Senador Wellington Fagundes foi o Relator. É melhor deixar de lado o Senador Wellington. (*Risos.*)

Não há nenhum caráter de suspeição.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador, se possível, para aproveitar a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – ..., eu queria que o nosso querido Sérgio me ajudasse em duas perguntas aqui, que não têm nada a ver, mas que são importantes para o nosso Brasil, se não houver problema. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Podemos proceder à apuração.

Senador Wellington Fagundes, V. Exª vai ser, além de Relator, o escrutinador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Bem, então, foi suspensa a suspeição.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Dr. Sérgio, um dos problemas para a conservação das estradas é o sobrepeso na carga dos caminhões. Ao invés de aplicar multa, não seria mais eficaz a cobrança de pedágio crescente, em proporção geométrica, a ser revertida imediatamente aos cofres dos órgãos de conservação – no caso o DNIT – e aos departamentos estaduais de estradas e rodagens?

Outra pergunta: no Amazonas, não seria mais produtiva a construção de ferrovias do que rodovias, posto que os impactos pela ocupação antrópica seriam concentrados ao redor das estações ao invés de uma devastação ao longo de toda a estrada?

São estas as duas perguntas que queria fazer, só para aproveitar a oportunidade da sua presença aqui, Dr. Sérgio. O senhor tem aqui o nosso aval, está tranquilo, não há problema. Se você puder me ajudar, para as pessoas que me fizeram aqui, eu fico agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ele já votou, não é? Então, não tem problema. O voto está garantido. (Risos.)

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – A questão de sobrepeso do transporte em rodovias é um fato. O que eu posso dizer da experiência passada que eu tive é que a regulamentação não pode ser questionada. Algum tempo atrás, houve a liberação de um peso maior, na questão de fiscalização, houve a questão do eixo suspenso. Enfim, estão tentando modelar alguma coisa diferente. Nós podemos partir, vamos dizer, para efeitos que existem em outros países.

Há um país – eu não me recordo qual –, se não me engano a Itália, que chegou à conclusão de que, se fosse feito um superdimensionamento de piso de pavimento, que ultrapassaria qualquer sobrepreço, esse custo na execução da obra seria menor do que toda a estrutura de pesagem. É uma questão a se pensar. É uma inovação tecnológica. Existe. E parece que já existe comprovação de que é mais eficaz e menos oneroso fazer um projeto superdimensionado do que toda a estrutura de fiscalização de eventual sobrepeso.

A segunda pergunta seria sobre a questão ferroviária ou rodoviária.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Na Amazônia.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Na Amazônia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Exato. Por quê? Porque, na visão da minha assessoria – é por isso que estou fazendo esta pergunta, que me chegou aqui *a posteriori* –, a ocupação antrópica seria concentrada ao redor das estações, em vez de uma devastação ao longo de toda a estrada, com aquela dificuldade toda de conservação e coisa e tal, por causa da chuva, de temperatura, etc.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – A colocação está correta, sobre a questão ambiental, sobre a questão de desenvolvimento econômico em região, que a estrada desenvolve ao longo de toda ela e a ferrovia é pontual... Enfim, há um série de variáveis que teriam que ser calculadas, dependendo da região. Pode ser – não posso afirmar textualmente – que o melhor caminho fosse esse. Exemplo: Sinop-Mirituba, até Porto Velho, no caso... A tendência ferroviária pode ser muito mais saudável, muito mais eficaz e muito menos devastadora, em termos ambientais, do que a rodoviária. Agora, é preciso ver interesse econômico, questões pontuais, necessidade de desenvolvimento. Enfim, há certo número de variáveis, e, neste momento, não poderíamos afirmar nada. São casos específicos para estudo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF. *Fora do microfone*.) – Vamos nos reunir depois.

O SR. SÉRGIO DE ASSIS LOBO – Não escorreguei, não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF. *Fora do microfone*.) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo, agora, a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que, juntamente com a Senadora Sandra Braga, cuidaram agora de contar os votos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, de 23 membros com direito a voto, nós tivemos 19 votos. Portanto, um alto quórum na eleição. De 19 votos, 18 votos SIM e um voto NÃO. Este é o resultado da apuração que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Há de se assinalar... (Palmas.)

Há de se assinalar que foi, primeiro, um quórum expressivo e, segundo, um resultado expressivo em favor do indicado, Dr. Sérgio de Assis Lobo, que realmente foi muito convincente – agora eu posso dizer.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone*.) – Foi com Vicente ou com o Garibaldi? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, foi aprovada a indicação do Sr. Sérgio de Assis Lobo para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, com...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Com 18 votos favoráveis e um voto NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Dezoito votos favoráveis e um voto NÃO.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Toda unanimidade é burra, não é? Então, a gente pediu para ter um voto contrário para, amanhã, podermos cobrar ainda mais do Sr. Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Há um temor de Nelson Rodrigues aí.

Eu tenho que agradecer agora a presença das Srªs e dos Srs. Senadores e convocá-los para a próxima reunião, a realizar-se no dia 3 de junho, quarta-feira próxima. Temos, no dia 4 de junho, feriado de Corpus Christi, mas isso vai depender de uma questão de fé. Há aqueles que acreditam que nós teremos a reunião de quarta-feira, dia 3. Então, homens e mulheres de boa-fé, até quarta-feira. (*Risos.*)

Obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2015.

Às oito horas e quarenta e sete minutos do dia três de junho de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, José Pimentel, Paulo Rocha, Edison Lobão, Waldemir Moka e Douglas Cintra. Registra presença como não-membro o Senhor Senador José Medeiros. Justifica a ausência o Senhor Senador Hélio José. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura de comunicados da Presidência, tem início a Parte I da Reunião, com apreciação de matérias. Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2011, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, para vincular a construção de eclusas previstas no planejamento do Sistema Nacional de Viação à de usinas hidroelétricas previstas nas políticas nacionais para a expansão da oferta de energia, e dá outras providências". **Relatoria:** Senador Blairo Maggi. Resultado: retirado de pauta.

Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e

dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear – CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima – NUCLEBRAS, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas". **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. Resultado: retirado de pauta. Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 34, de 2015, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "solicita realização de Audiência Pública para discussão sobre a Portaria da SPU nº 404, de 2012, que cria um complexo processo de outorga para o uso do espaço físico sobre águas públicas e também uma cobrança sobre os atuais e futuros portos, bem como o artigo 6º da Portaria da SEP nº 110, de 2013, que limita os investimentos em terminais portuários". Resultado: aprovado o requerimento. O Senador Fernando Bezerra Coelho apresentou proposta de plano de trabalho para avaliação de políticas públicas para a gestão de recursos hídricos, saneamento e energia. Tem início a Parte II da Reunião, com o Lançamento da 25ª Edição da Revista Em Discussão!, com o tema "O desafio da energia: saídas para a geração de eletricidade". Resultado: lançamento da revista realizado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Fernando Bezerra Coelho, Waldemir Moka, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Sendo assim, as Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Presidência comunica o recebimento da Nota Informativa nº 1.357/2015, da Consultoria Legislativa, produzida a partir de demanda formulada pela Comissão em razão do recebimento do Aviso nº 422-GP/TCU, do Tribunal de Contas da União.

O Aviso trata de auditoria realizada para avaliar a gestão das obras do Programa Federal 0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto, financiadas com recursos repassados pela União, por intermédio do Ministério das Cidades, com a interveniência da Caixa Econômica Federal, por meio de contratos de repasses e termos de compromisso celebrados com unidades da federação.

Cópias do Acórdão do Tribunal de Contas da União, bem como da Nota Informativa da Consultoria Legislativa, encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Pauta de hoje.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, para vincular a construção de eclusas previstas no planejamento do Sistema Nacional de Viação à de usinas hidroelétricas previstas nas políticas nacionais para a expansão da oferta de energia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações: O relatório é pela prejudicialidade do projeto em função da Lei nº 13.081, de 2 de janeiro de 2015.

Não se encontrando presente o Relator, o Senador Blairo Maggi, e também tendo em vista que não temos quórum ainda, eu consulto a Comissão se retiraremos de pauta esse item pura e simplesmente ou se faremos a designação de um relator *ad hoc.* (*Pausa.*)

A despeito de o quórum estar me surpreendendo, os senhores me entendem, não precisam entrar em detalhes, ainda assim, não teríamos o quórum desejado. Por isso, vou retirar de pauta o item 1.

Retirado de pauta o item 1.

Vamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear – CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima – NUCLEBRAS, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação

Observações: Acho que teremos que adotar o mesmo procedimento do projeto anterior. Sendo assim, fica retirado de pauta.

Item 3.

Leio o requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente, requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para discutir se a Portaria da SPU nº 404, de 2012, exorbita seu poder regulador ao criar um complexo processo de outorga para o uso do espaço físico sobre águas públicas e para verificar os efeitos da criação de uma cobrança sobre os atuais e futuros portos, bem como a discussão do artigo 6º da Portaria da SEP nº 110, de 2013, que limita os investimentos em terminais portuários. [...]

Solicito, ademais, que a audiência seja realizada em duas partes, primeiramente para discutir a Portaria da SPU nº 404, de 2012, e posteriormente para discutir o artigo 6º da Portaria da SEP nº 110, de 2013, ambas com a presença dos seguintes convidados: Maria Aparecida Cardoso, Coordenadora Geral de Administração da Secretaria de Patrimônio da União; Mário Povia, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Fernando José de Pádua Costa Fonseca, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Guilherme Penin Santos de Lima, Secretário Executivo da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR); Wilen Manteli, Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABPT); Luiz Antônio Pagot, Vice-Presidente, Secretário da Associação dos Terminais Portuários de Uso Privado e das Estações de Transbordo de Cargas da Hidrovia Tapajós (ATAP); Murillo Barbosa, Diretor-Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP).

A autoria é do Senador Blairo Maggi.

Lido o requerimento, consulto se o Senador ou algum dos Senadores presentes gostaria de se manifestar sobre a matéria. Consulto se vamos dar por lido ou se vamos passar a apreciá-lo. (*Pausa.*)

Vamos apreciá-lo, tratando-se de uma iniciativa do nosso colega Blairo Maggi.

Então, está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(*É o seguinte o item aprovado:*

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 34, de 2015

– Não terminativo –

Solicita realização de Audiência Pública para discussão sobre a Portaria da SPU nº 404, de 2012, que cria um complexo processo de outorga para o uso do espaço físico sobre águas públicas e também uma co-

brança sobre os atuais e futuros portos, bem como o artigo 6º da Portaria da SEP nº 110, de 2013, que limita os investimentos em terminais portuários.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria:
Relatório:
Observações:)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Salvou-se pelo menos esse. (Risos.) (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srªs e Srs. Senadores, eu estou apresentando, para apreciação desta Comissão, a proposta de plano de trabalho para avaliação de políticas públicas para a gestão de recursos hídricos, saneamento e energia, conforme nos foi solicitado pelo nobre Presidente, Senador Garibaldi Alves, em cumprimento ao Requerimento nº 31, de 2015.

Na realidade, nós tivemos a incumbência de fazer a avaliação das políticas públicas relativas ao setor de recursos hídricos, saneamento e energia.

Eu vou dar entrada da proposta integral na Secretaria da Comissão e disponibilizá-la para os Srs. Senadores. Mas a proposta, de forma resumida, para que possamos ganhar tempo e avançar na nossa agenda de trabalho de hoje, é de que essa avaliação seja realizada pela consolidação e análise de informações que serão coletadas por diversos meios.

Inicialmente, Sr. Presidente, nós estamos requisitando informações ao Ministério da Integração Nacional, ao Ministério das Cidades, ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério do Meio Ambiente. Também vamos encaminhar ofícios solicitando dados às agências ANA e Aneel.

Na sequência, nossa proposta seria de realização de três audiências públicas, a serem realizadas no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, uma sobre cada tema específico: recursos hídricos, saneamento e energia. Cada reunião contaria com representantes de órgãos públicos, dos agentes setoriais e representantes de entidades nacionais.

Para coletar ainda maiores dados sobre o setor energético brasileiro, nós estamos sugerindo a realização, na cidade do Rio de Janeiro, de um painel para o qual serão convidados a participar do debate acadêmicos do setor, consultores especializados e representantes de usuários e da iniciativa privada.

Ao término da coleta dessas informações, será elaborado um relatório preliminar, que será submetido à apreciação desta Comissão. Esse relatório seria apreciado pelos Parlamentares para que apresentem sugestões que serão incorporadas ao relatório. E o relatório será, finalmente, apresentado na sua versão final no final do mês de outubro, em data a ser definida pel**O SR. PRESIDENTE** para votação e aprovação na Comissão.

Então, de forma resumida, agora, em junho, nós estamos expedindo os ofícios referentes aos requerimentos de informação a todas essas instituições que acabei de nominar e, até o final de junho, realizaríamos a primeira audiência pública, que seria para avaliação da gestão dos recursos hídricos do Brasil; em julho, seria a segunda audiência pública, referente à política pública de saneamento; no mês de setembro, nós faríamos um painel preparatório, que seria aquele painel no Rio de Janeiro, a que aqui me referi, e, mais para o final de setembro, teríamos aqui a terceira audiência pública sobre a área de energia; em outubro, estaríamos apresentando o nosso relatório na sua versão preliminar para os aditamentos, as sugestões, os aprimoramentos, que poderiam ser feitos pelos membros da Comissão; e, entre final de outubro e início de novembro, estaríamos com a nossa versão final desse relatório sobre a avaliação das políticas públicas na área de recursos hídricos, saneamento e energia.

Eram essas as informações que queria trazer à apreciação da Comissão e ouvir a manifestação dos nobres companheiros, para darmos sequência neste plano de trabalho que ora estamos sugerindo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Queria agradecer ao Senador Fernando Bezerra.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A título de contribuição, evidentemente passando pelo crivo do nosso Relator, quando se expedisse pedido de informações aos Ministérios, que fizéssemos também aos usuários, para que estes também tivessem tempo de fazer um preparativo.

Acho que, na verdade, é necessário trazer o órgão público e o contraditório; o contraditório é o usuário.

Então, a audiência pública, com a presença de usuário – já tivemos experiência – enriquece muito o debate.

Como sugestão ao Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – A sugestão está aceita. Vamos trabalhar nessa direção. Não só nos painéis teremos representantes do setor público, mas também do setor privado, dos produtores, dos consumidores, de organizações não governamentais, de representantes da academia, de consultores especializados, para que possamos enriquecer o debate e ter uma visão crítica do que foi realizado nos últimos dez anos, sobretudo uma visão propositiva sobre o aperfeiçoamento dessas políticas públicas para vencermos os desafios postos nessas três grandes áreas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Só me resta agradecer ao Senador Fernando Bezerra e fazer um apelo não apenas aos Senadores aqui presentes – Senadores Wilder Morais, Paulo Rocha, Waldemir Moka e Douglas Cintra –, mas, na verdade, a todos os Senadores componentes desta Comissão, para que possamos ajudar o trabalho do Relator em todos os momentos, tendo em vista que esta é uma determinação até constitucional, no sentido de que as Comissões possam realizar este trabalho sobretudo de fiscalização dos programas do Executivo.

Vou encerrar a presente reunião fazendo um apelo aos Senadores, para que possam prestigiar agora o lançamento da revista *Em Discussão!*.

Está encerrada a reunião.

Vamos agora ao lançamento da revista *Em Discussão!*.

Trata-se do lançamento da 25ª edição da revista *Em Discussão!*, dedicada ao Tema "O Desafio da Energia: Saídas para a Geração de Eletricidade".

Convido para que tome assento à mesa a Srª Virgínia Malheiros Galvez, Diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, o Sr. Nélson Luiz de Oliveira, Editor da revista *Em Discussão!*, a Srª Andréa Alves, Editora do programa *Em Discussão!* e o Diretor de Editoração e Publicação do Senado Federal, Sr. Florian Madruga.

Registro ainda a presença da Diretora de Jornalismo do Senado Federal, Srª Ester Monteiro da Silva; da Diretora da Secretaria da TV Senado, Srª Júnia Cláudia Gondim Melo; e representando o Ministério da Integração Nacional, o Assessor Especial, Sr. Marco Antônio Cardoso.

Comunico ainda o recebimento de correspondência da parte do Governador do Estado do Paraná, Sr. Beto Richa, e do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sr. Og Fernandes, que agradecem o convite para o lançamento da revista e lamentam a impossibilidade de comparecimento.

Gostaria, agora, de conceder a palavra à Srª Virgínia Malheiros Galvez, Diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal. Com a palavra a senhora.

A SRª VIRGÍNIA MALHEIROS GALVEZ – Bom dia a todos.

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Sr. Senador Garibaldi Alves Filho; Editor da revista *Em Discussão!*, Sr. Nelson Luiz de Oliveira; Editora do Programa *Em Discussão!*, da TV Senado, Srª Andrea Paula Farias Alves; Srs. Senadores Douglas Cintra, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Waldemir Moka; demais convidados; nosso Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado, Florian Madruga; Diretora de Jornalismo, Ester Monteiro da Silva; Diretora da Secretaria da TV Senado, Júnia Melo; nosso Diretor-Adjunto da Agência do Jornal do Senado, Flávio Faria; e nosso representante do Ministério da Integração Nacional, o Assessor Especial, Sr. Marco Antônio Cardoso.

Eu gostaria de começar fazendo um agradecimento especial ao Presidente da Comissão, Senador Garibaldi, onde lançamos hoje a revista *Em Discussão!* sobre o desafio da energia no País. A revista é elaborada pela Secretaria de Comunicação Social, com base nos debates promovidos pelas Comissões do Senado, e nas alternativas em debate no Senado sobre os temas da pauta nacional.

Eu quero agradecer também à Consultoria Legislativa, que sempre contribui com as nossas edições, e à Gráfica do Senado, que nos apoia nas nossas iniciativas de publicação.

A revista *Em Discussão!* nasceu em 2010, pelas mãos do então Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando César Mesquita.

A estrutura de comunicação que o Senado montou busca compensar o fato de que a mídia comercial faz seu próprio filtro dos assuntos que preocupam o Senado e os Senadores em suas atividades política e legislativa. Com a revista não foi diferente. O objetivo original da publicação foi dar destaque aos debates de alto nível que acontecem nas Comissões do Senado. São debates que contam muitas vezes com a presença dos maiores especialistas, que vêm aqui auxiliar os Senadores a aperfeiçoar as instituições e a realidade brasileira em setores vitais do País.

Desde então, a revista já tratou de assuntos mais diversos, como dependência química, adoção, mobilidade urbana, financiamento da saúde, resíduos sólidos, aviação, banda larga e, mais recentemente, reforma política, que foi a nossa última edição.

Em cada edição, a equipe da revista prepara textos jornalísticos, agrega fotografias, ilustrações, infográficos, para que a leitura seja agradável e didática, e ao mesmo tempo completa.

A revista apresenta, em primeiro lugar, uma visão geral do tema, muitas vezes com a contribuição da nossa Consultoria, e concentra-se, em seguida, na apresentação da realidade brasileira naquele assunto. Também são feitas comparações com práticas em outros países, inclusive com análise do quadro legal e institucional que envolve o tema.

Por fim – e o mais importante –, são apresentadas as propostas que podem fazer com que a legislação – e em última instância a nossa realidade brasileira – seja aperfeiçoada por meio dos projetos de lei que os Srs. Senadores apresentam ou que venham da Câmara dos Deputados, e os debates realizados aqui no fórum adequado, que é o nosso Parlamento.

Como não tem uma tiragem numerosa – no nosso caso, até, desta vez, são 6 mil exemplares –, a distribuição é cuidadosa e dirigida a multiplicadores de informação. Bibliotecas, universidades, órgãos públicos, organizações internacionais da sociedade civil, além da própria mídia comercial, compõem o nosso público-alvo da revista.

Todo o material é publicado ainda na internet, onde fica disponível, e os registros da leitura da revista são animadores. Por ser uma publicação que aborda um só assunto de maneira aprofundada, o conteúdo torna-se mais perene e recebe visitações de internautas não apenas quando a revista é lançada, mas ao longo do tempo também. As medições demonstram que os conteúdos continuam a ser visualizados por muito tempo.

Para se ter uma ideia, entre outubro de 2010 e fevereiro de 2013, a revista era responsável por cerca de 20% dos mais de 2 milhões de acessos às páginas que estão sob a responsabilidade do *Jornal do Senado*. As revistas sobre banda larga, trabalho escravo, dependência química, por exemplo, já contabilizaram mais de 100 mil visitas cada uma. A gente tem muito orgulho desse trabalho.

Além desses quantitativos, com grande satisfação, recebemos a cada edição o reconhecimento de leitores do Brasil e de fora do Brasil. São comuns os pedidos de reprodução do conteúdo da revista por outras publicações, como no caso da revista sobre mineração e terras raras. Infográficos sobre o trabalho escravo produzidos pelo pessoal da editoria de arte foram traduzidos para inglês e para uso em seminário internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Washington. Não são raros os casos de pedidos de utilização do material em livros didáticos ou em salas de aula das universidades.

Um dos maiores reconhecimentos veio no final do ano passado, quando da Edição nº 22, sobre o debate da avaliação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que teve como editor o nosso querido colega João Carlos Teixeira, aqui presente. Hoje, o responsável é o Nelson, mas o João tocou por muitos anos a revista. Foi a terceira colocada no Prêmio Abrelpe de jornalismo. Entre centenas de trabalhos inscritos, a revista ficou atrás apenas de duas reportagens da Revista *National Geographic* e colocou seu nome na lista de vencedores junto com matérias jornalísticas de órgãos como Globo News e CBN.

Portanto, é com muita satisfação que passamos às mãos dos Senadores e da sociedade mais uma edição da nossa revista. O local escolhido para o lançamento não poderia ser melhor. Afinal, foi nesta Comissão que os subsídios para elaboração da publicação foram colhidos. A revista é apenas mais um fruto dos debates protagonizados pelos Srs. Senadores, pela nossa Comissão e pelo Senado Federal no desempenho de sua função institucional de debater as instituições brasileiras, a nossa realidade, aperfeiçoando-a através do trabalho legislativo.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço à Srª Virgínia Malheiros Galvez.

Concedo a palavra, para suas considerações, ao Sr. Nelson Luiz de Oliveira.

O SR. NELSON LUIZ DE OLIVEIRA – Bom dia.

Obrigado, Senador Garibaldi. Obrigado aos demais Senadores.

Vou falar brevemente, apenas fazendo alguns agradecimentos: à Virgínia, que nos deu todo apoio nesta nova empreitada, que assumi depois do brilhante trabalho do João; ao Ricardo Icassati Hermano, Diretor da Agência Senado; ao Diretor-Adjunto, Flávio Faria; à Ester Monteiro, Diretora de Jornalismo.

Queria dizer que esse é um trabalho de equipe. Estou aqui representando uma equipe muito competente, que faz essa apuração rigorosa, composta pela Tâmara, pelo Sílvio, pela Janaína Josiana; equipe de arte composta por Bruno, Priscila e Cássio; pessoal da foto, Leonardo e Brás; pessoal da revisão, que é muito importante, Fernanda e sua equipe. E há também outras pessoas que apoiam a revista, como a área de publicidade, a Comap, a Relações Públicas, a Gráfica.

Eu só gostaria de finalizar aqui, antes de passarmos à exibição de um vídeo, dizendo que realmente este trabalho existe em função do Senado e do trabalho dos Parlamentares, que é muito importante. Temos aqui, no Senado, um rico manancial de debates, de participação de especialistas, pessoas da sociedade civil que vêm aqui contribuir com a melhoria das políticas públicas. Isso tem que ficar cada vez mais visível. Assim, é um rico manancial, e a sociedade, muitas vezes, não tem acesso, e o nosso objetivo é fazer com que isso seja de conhecimento público o máximo possível.

Fecho, aqui, lembrando que o filósofo alemão, Goethe, pronunciou uma frase muito importante nesse sentido, dizendo que quem não pode se aproveitar de 9 mil anos de história vive da mão para a boca. E nós não precisamos viver da mão para a boca. O Brasil não precisa. Nós temos esse rico manancial que é preciso ser aproveitado.

Então, nós vamos passar um vídeo agora, com o extrato das entrevistas da revista.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Registro a presença, nesta reunião, do Diretor da Secretaria, Agência e Jornal do Senado, Sr. Ricardo Hermano. Agradeço a sua presença.

Concedo a palavra para suas considerações à Srª Andréa Alves.

A SRª ANDRÉA ALVES – Bom dia, Senador Garibaldi. Bom dia a todos.

Eu queria agradecer, primeiramente, a oportunidade de estar aqui falando sobre o nosso programa. É um programa que resume, que usa as audiências públicas, assim como a revista *Em Discussão!*, usa um material rico das audiências públicas, as falas das autoridades, dos especialistas e resume debates que chegam, às vezes, a até cinco horas, resume em até 20 minutos. Não é um trabalho fácil, é um trabalho muito preciso de tentar equilibrar opiniões, equilibrar os diversos pontos de vista, mas é muito prazeroso também e a gente aprende bastante.

Ao contrário da revista, que tem mais fontes, recorre a mais fontes, as mais audiências públicas, a gente usa uma audiência pública apenas e a nossa equipe é bastante enxuta: o editor, a equipe de gravação, que geralmente são duas pessoas mais um diretor, e o editor de imagens. Somos cinco pessoas fazendo um programa, que tem uma periodicidade semanal, sendo que cada um faz um programa a cada duas semanas. O meu amigo Fábio Guimarães, que começou esse programa, em 2011, está de licença capacitação e, infelizmente, não pode estar aqui.

A gente procura escolher as audiências públicas, que são muitas, dentro dos temas que estão em maior destaque na sociedade, os temas em discussão no Congresso Nacional. Os últimos que a gente fez foram sobre a reforma política, que foi muito legal, em cima do debate que houve no Plenário, sobre a terceirização, de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, sobre o aborto, que veio de uma sugestão popular para legalização do aborto, sobre o Programa Mais Médicos, sobre as agências reguladoras, de uma audiência pública aqui na Comissão de Infraestrutura, e todos esses programas estão disponíveis no *site* da TV Senado, *senado.leg.br/tv*, no *site* da TV Senado Youtube e também, agora, no *site* da revista *Em Discussão!*.

Esse programa "Energia em tempos de seca" foi uma parceria com a revista. Procuramos fazer o mesmo assunto, o mesmo tema. A gente usou a audiência pública do Ministro Eduardo Braga, uma audiência muito longa, de cinco horas, bastante difícil, mas, como a gente procurou trabalhar em conjunto com a revista, a gente teve que tirar muitos assuntos que foram debatidos na reunião, mas que não podiam entrar no programa, como mineração, a questão da partilha ou concessão do petróleo. Então, nós focamos precisamente na questão da energia elétrica.

Essa parceria com a Agência é parte de um esforço de integração da Secretaria de Comunicação, que está sendo muito bacana. A gente que fica mais no chão de fábrica, mais na produção, está vendo o esforço da Virgínia, o esforço da Júnia na televisão, da Isabela, da Glauciene, o pessoal da Agência, da Rádio... Todo mundo está trabalhando com muito afinco para tentar integrar os veículos do Senado. A gente trabalha aqui com muita dedicação, Senador, e com muito orgulho de trabalhar no Senado.

E esse programa é dividido em três blocos. Um deles é a explicação do Ministro sobre o que o Governo tem feito para evitar o racionamento, outro fala da questão dos licenciamentos, dos atrasos nas obras, que foi uma questão levantada por todos os Senadores, e o outro, especificamente, que eu achei, é sobre a questão da inovação do Governo na área de energia solar, porque há muitos programas, muitos projetos interessantes para viabilizar a microgeração distribuída, que é uma coisa legal e que pode ajudar muito a gente a fornecer energia nesses tempos de escassez.

A gente tem uma chamadinha do programa, uma coisa de um minuto.

Fora isso, muito obrigada pela oportunidade de apresentar o nosso programa, Senador. (*Palmas.*)

(Interrupção do som.)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se ainda querem fazer uso da palavra nesta reunião especial de lançamento da 25ª edição da revista Em Discussão!.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Gostaria, principalmente, de elogiar o trabalho dos profissionais da Casa: a Virgínia e todos vocês. Não vamos especificar, porque na retaguarda há muita gente. Em nome da Virgínia, vou, então, cumprimentar a todos.

Acredito ser importante toda iniciativa no sentido de promover o trabalho que às vezes não é visto aqui.

V. Exª mesmo, com toda experiência de vida, está aqui em todas as quartas-feiras às 8h, presente, e em reuniões intermináveis que vão até muito tarde da noite, mas essa é a nossa missão. Quem assume a missão sabe também dos compromissos. Como meu pai dizia "quem arruma a sua sarna tem que também saber se coçar" ou "quem põe a rodilha na cabeça tem que saber o peso que vai carregar".

De qualquer forma, é preciso ter uma divulgação, principalmente de forma imparcial como faz a Comunicação aqui do Senado. Quero cumprimentá-los por esse trabalho, porque, andando também junto à população, a gente percebe, apesar de a TV Cidade estar em poucas cidades em canal aberto, a audiência é muito grande.

Aqui, já se discutiu muito inclusive a possibilidade de se acabar com a Voz do Brasil, liberar o horário da Voz do Brasil e outros instrumentos que a gente tem. Creio que isso é fundamental para que a população valorize o papel do Legislativo, porque muitos perguntam: "O que esse povo faz lá em Brasília?". "A vida de Deputado, de Senador é uma vida das melhores possíveis, nos grandes gabinetes." E quem vem aqui viver a realidade sabe que, na verdade, não é isso.

Há, inclusive, alguns programas feitos pela Comunicação da Casa, desde os jovens, até às visitas técnicas. Creio que tudo isso é fundamental. Quanto mais pudéssemos fazer, até porque precisamos criar uma nova geração política brasileira, porque, depois da ditadura, claro, são poucas lideranças expoentes hoje, e não é no Brasil, mas em qualquer cidade. Para se arrumar um candidato a prefeito, um candidato a governador, de repente, tem-se dificuldade. E nada melhor do que essa conscientização por parte da população. Sou entusiasta da Comunicação, porque acho que ela ajuda a construir muito a nossa democracia.

Então, quero parabenizar em seu nome, Virgínia, aqui a todos da Comunicação da Casa e, mais uma vez, Senador Garibaldi, elogiar também a sua sempre prestimosa atenção a todos, mas principalmente a direção aqui nesta Comissão, da forma democrática como V. Exª sempre age, mas também de uma forma espontânea e alegre. Isso nos anima a acordar mais cedo e chegar aqui às 8h da manhã. (*Risos.*)

Então, acho que é mais um passo que estamos dando aqui dentro da Casa para consolidar o nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Primeiro, Presidente, quero fazer um registro aqui do seu trabalho, lembrando que ontem à noite, pelo menos, um dos últimos Senadores que vi sair daqui foi V. Exª. E, como bem disse nosso Senador, sempre traz uma palavra de apoio, sempre nos ensina aqui nesta Casa, com essa alegria e com esse carinho que lhe são tão peculiares e reconhecidos por todos.

Quero dizer que estamos precisando de estruturas como esta, de informação, daquilo que nos foi mostrado hoje, de forma transparente, de forma propositiva, para que os brasileiros possam conhecer a realidade do Brasil e não só aquilo que há de ruim, porque estamos acostumados na imprensa a só ver o lado negativo das coisas. E aqui posso dizer que não vemos só lado positivo, nem negativo. Vemos o lado real das coisas.

Então, a equipe competente que forma esse grupo dá uma demonstração de jornalismo sério, de informação ampla, da forma que toda população possa entender e conhecer. Isso, evidentemente, tem contribuído para que as pessoas gostem de ouvir, de ler, de participar.

Eu fico surpreso, quando faço qualquer observação aqui nos órgãos do Senado, pela quantidade de pessoas que fazem, via Facebook, via WhatsApp, via telefonema, o registro do quanto nos acompanham. Eu, sinceramente, não tinha noção, antes de chegar aqui, da quantidade de pessoas que acompanham, em função dessa qualidade, desse nível de informação que é feita por essa equipe.

Eu deixo aqui meu registro, de forma que possamos dar o apoio necessário e reconhecer, porque esse reconhecimento também é uma demonstração do trabalho correto que deve ser feito por todos aqueles que vivem jornalismo.

Parabéns, principalmente à Virgínia, mas à toda equipe que faz esse belo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Garibaldi, V. Exª sabe que os meios de comunicação são maravilhosos, porque você pode não estar aqui fisicamente, mas vem no carro ouvindo o pronunciamento. É isso que acontece. E quando eu cheguei ali, pensei: acho que o Senador Garibaldi, hoje, está tipo o Sílvio Santos, está oferecendo alguma coisa, porque os elogios estão muito grandes.

Eu vim aqui, Senador, prestar testemunho de alguma coisa e vou ficar muito mais à vontade, porque o Senador Garibaldi é meu vizinho. Então, eu sei o horário que ele chega, bem tarde, porque trabalha. Com isso, eu estou perdoado pelo meu horário de atraso, não estou, Senador?

Quero parabenizar V. Exª, sem nenhuma dúvida. Já conduziu esta Casa como Presidente, Ministro, com uma folha de serviços prestados a este País, a esta Nação, à democracia, sobretudo.

Eu sempre digo que o Senado... Antes de vir para o Senado, porque sou novato aqui, a gente tem uma visão. Ao chegar aqui, a gente percebe o quanto a experiência de Senador, como a de V. Exª, é importante para o País, principalmente num momento desse, de crise, de tensão, em que as pessoas não estão vendo o norte bem definido. E, lentamente, a Casa vai buscando o caminho, vai mostrando. Aqui a Comissão tem feito isso e V. Exª se tem posicionado.

Na votação da Medida Provisória nº 664, o discurso de V. Exª foi determinante. Acho que a Presidente Dilma deveria convidar V. Exª para um café da manhã, porque com tudo o que foi feito nas Comissões, nos debates, nas composições, V. Exª, do alto da sua credibilidade, subiu àquela tribuna e fez um depoimento de uma forma que eu vi a Oposição se sentar para ouvi-lo e ter vontade de votar. Acho que faltou somente a grandeza, na Oposição, para acompanhá-lo. Mas a distância da votação foi tamanha que acho que votaram, pois foi cinquenta e tantos a dezoito.

V. Exª sempre, onde está presente, leva essa segurança, essa transparência, e isso só engrandece o trabalho desta Casa.

Quero também parabenizar todos que aqui contribuíram para esse material e mais uma vez dar meus parabéns.

Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – O senhor revelou para o Brasil como as mulheres gostam de tirar foto com V. Exª. Mas eu quero registrar que lá no Mato Grosso algumas mocinhas têm me pedido também para tirar foto, querem vir aqui em Brasília. Quem sabe a Comunicação possa também fazer essa ligação, para que as moças do meu Estado estejam aqui para conhecê-lo. É importante que causos como esse a Nação conheça.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – É preciso explicar. Naquela hora em que ele vai falando, ele vai discursando, diz: "Olha, na minha cidade, as mocinhas chegam e pedem muito autógrafo. Aí eu pergunto: para que é isso, minha filhinha? É para a minha avó".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não é autógrafo, não, é foto.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – É foto. "É para a minha avó". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ao encerrar esta reunião especial da Comissão de Serviços de Infraestrutura, eu quero agradecer a presença dos Senadores, agradecer os elogios que foram dirigidos a mim, mas, na verdade, o que eu queria dizer a todos é que todos nós aqui estamos empenhados num trabalho coletivo, num trabalho da Comissão como um todo. E só me resta agora agradecer a presença daqueles que participaram do lançamento, à Diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Srª Virgínia Malheiros Galvez, ao editor Sr. Nelson Luiz de Oliveira, à Srª Andréa Alves, editora do programa Em Discussão!, da TV Senado, ao Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações, Sr. Florian Madruga, à editora de jornalismo do Senado, Srª Ester Monteiro da Silva, à Diretora de Secretaria da TV Senado, Srª Júnia Cláudia Gondim Melo, ao Diretor da Secretaria da Agência e do Jornal do Senado, Sr. Ricardo Icassatti Hermano, e ao representante do Ministério da Integração Nacional, o assessor especial Sr. Marco Antônio Cardoso.

A revista, como em todas as outras edições, ficou primorosa. E, segundo informações que recebi, a tiragem foi de seis mil exemplares, o que significa que tudo que foi debatido aqui e contido nessa revista estará chegando, certamente, a todos aqueles que desejam que o Brasil tenha, na verdade, um melhor futuro com relação ao panorama energético. Todos nós lamentamos que o Brasil já não esteja em outro patamar no que toca ao fornecimento de energia, mas novas opções estão surgindo dentro de uma nova matriz energética.

Eu queria agradecer e dizer que a próxima edição da revista *Em Discussão!* tratará do pacto federativo, como a edição anterior tratou da reforma política. E quero, finalmente, dizer a todos, meu conterrâneo Sena-

dor José Medeiros, a quem agradeço a presença, da alegria que todos nos deram vindo até aqui lançar essa revista e dizer que a Comissão vai continuar, junto aos órgãos de comunicação do Senado, querendo prestar os melhores e mais relevantes serviços a este País.

Agradeço, portanto, a presença de todos e convoco a nossa próxima reunião, que será realizada no dia 10 de junho, próxima quarta-feira, às 8h30, como alguns dizem, da madrugada... (*Risos.*)

... que será uma audiência pública com o Sr. Nelson Barbosa, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Quem sabe se não teremos aí elementos, matéria para uma próxima revista *Em Discussão!*

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 44 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI (14ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (21ª REUNIÃO), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 10 DE JUNHO DE 2015, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e trinta e nove minutos do dia dez de junho de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Blairo Maggi, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Delcídio do Amaral, Donizeti Nogueira, Elmano Férrer, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Lasier Martins, Lídice da Mata, Otto Alencar, Paulo Bauer, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão, Telmário Mota, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Wellington Fagundes e Wider Morais. Registram presença como não membros as Senhoras Senadoras Fátima Bezerra, Lúcia Vânia e Gleisi Hoffmann. Justificam ausência os Senhores Senadores Walter Pinheiro e Ciro Nogueira. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, em atendimento ao Requerimento nº 18/2015-CI, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que requer "com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro que seja convidado o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, para participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de tratar de assuntos ligados àquela Pasta."; e ao Requerimento nº 35/2015-CMA, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "nos termos do inciso III do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno, que seja enviado convite às autoridades abaixo nomeadas, para discutir, em audiência pública nesta Comissão, as 'pedaladas fiscais' do Governo Federal, que atingem bancos públicos e municípios: • Ministro de Estado do Planejamento, o Exmo. Senhor Nelson Barbosa; • Presidente do TCU, o Exmo. Senhor Aroldo Cedraz". O Presidente convida a compor a Mesa os senhores Nelson Barbosa, Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Maurício Muniz Barreto de Carvalho, Secretário do Plano de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fazem uso da palavra as Senhoras e os Senhores Senadores Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Wilder Morais, Valdir Raupp, Dário Berger, Donizeti Nogueira, Sérgio Petecão, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Jorge Viana, Hélio José, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lídice da Mata, Lúcia Vania, Blairo Maggi e Ataídes Oliveira . Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e dezoito minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Declaro aberta a 8ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura e a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunico a V. Exªs que já se encontra em nossa Comissão o Ministro Nelson Barbosa, em atendimento ao nosso convite, para que possamos realizar aqui mais uma audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 18 e 35, de 2015. O primeiro requerimento, o de número 18, é de minha autoria, aprovado em 22 de abril, e o segundo requerimento, o de número 35, é de autoria do Senador Flexa Ribeiro, portanto, oriundo da Comissão de Meio Ambiente, aprovado em 5 de maio.

Antes de convidar o Sr. Ministro Nelson Barbosa para que ocupe o seu lugar em nossa mesa de trabalho, eu gostaria de solicitar o comparecimento das Srªs e dos Srs. Senadores, que, aliás, já se encontram presentes

em número suficiente para abrirmos nossa reunião – acontece que eu sou da tese do quanto mais melhor; todos nós somos.

Convido, portanto, o Ministro Nelson Barbosa para tomar assento à Mesa. (*Pausa.*)

Ministro Nelson Barbosa, é uma satisfação receber V. Exª nesta Comissão.

Registro as presenças dos Senadores Wilder, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, José Pimentel, Donizeti, Elmano e, em breve, acredito que muitos outros. Por ora, eu sei que o senhor está aliviado porque só tem essa Frente Parlamentar aqui. (*Risos.*)

Vou aqui dizer do que apurei sobre a vida do Ministro Nelson Barbosa, o que é uma contribuição muito modesta desta Comissão sobre o que ele fez em sua vida pública e o que ele realmente construiu, ele que concluiu o curso de Economia, em 1992, e o mestrado, em 1995, ambos na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 2001, terminou o doutorado na New School of Social Research, em Nova York.

Exerceu vários cargos acadêmicos e, na Administração Pública Federal foi, por exemplo, Chefe Adjunto da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, coisa que já é do conhecimento de todos os Senadores, mas que voltamos a enfatizar aqui.

Entre 2005 a 2006, o Ministro Nelson Barbosa assumiu o cargo de Assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômica e Social (BNDES).

Ocupou diferentes cargos no Ministério da Fazenda: Secretário-Adjunto de Política Macroeconômica e Análise de Conjuntura (2006-2007), Secretário de Acompanhamento Econômico (2007) e Secretário de Política Econômica (2008– 2010).

Em 2011, foi nomeado pela Presidenta Dilma Rousseff Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, cargo que ocupou até 2012.

O Ministro Nelson Barbosa também foi Presidente do Conselho do Banco do Brasil (2009 a 2013) e integrou o Conselho de Administração da Vale (2011 a 2013).

Retornou ao Governo, no início do ano, para ocupar o cargo de Ministro do Planejamento.

Como Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, sugeriu algumas das ideias que contribuíram para o Brasil superar a crise financeira internacional de 2008 e 2009, e esperamos que contribua, agora, para superarmos essa.

Participou da equipe que formulou iniciativas de sucesso do governo, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida.

Segundo texto publicado no *Valor Econômico*, em 2010, o Ministro Nelson Barbosa disse: "Economista tem que saber muita matemática. Mas não basta. Tem, também, que saber de política." Confirma?

O SR. NELSON BARBOSA (*Fora do microfone*.) – Confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ontem, o Ministro Nelson Barbosa esteve ao lado da Presidenta Dilma Rousseff anunciando a nova fase do Programa de Investimento em Logística (PIL), que transfere para a iniciativa privada a administração de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos. Estão previstos investimentos da ordem de R$198,4 bilhões nos próximos anos.

Gostaria de dizer da imensa satisfação que temos, inclusive o privilégio que o Ministro Barbosa nos confere, de vir um dia após o lançamento desse Plano a esta Comissão de Infraestrutura.

Dizendo isso e agradecendo a presença de todos que estão aqui, consultores do Senado, membros da nossa imprensa, informo que os trabalhos vão se iniciar com a exposição que será feita pelo nosso Ministro Nelson Barbosa e que, em seguida, a palavra será concedida às Srªs e aos Srs. Senadores.

Então, concedo a palavra ao nosso Ministro do Planejamento, Dr. Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado, Senador Garibaldi.

Quero agradecer o convite desta Comissão. Quero agradecer, especialmente, ao Senador Garibaldi por ter concordado em marcar essa audiência para o dia seguinte do lançamento do nosso Plano de Investimento em Logística.

Quero também relembrar aqui que é sempre um prazer estar com o senhor. Trabalhamos muito juntos na época em que o senhor era Ministro da Previdência. Conseguimos aprovar reformas importantes para o Brasil. Para nós, é muito satisfatório, é muito tranquilizador saber que o senhor vai trabalhar conosco também na execução de todas essas iniciativas de infraestrutura. Várias delas vão também requerer a participação do Congresso.

Cumprimento todos os Senadores aqui presentes e demais membros desta audiência.

Como o Senador Garibaldi falou, ontem nós apresentamos a nova etapa do Programa de Investimento em Logística, o chamado PIL. É um programa que começou em 2012 e vem avançando desde então. Algumas coisas avançaram mais, outras, menos. Mas ele vem avançando.

Então, nós, agora, apresentamos uma espécie de balanço do que foi feito e apresentamos, ontem, os novos objetivos para 2015/2018, principalmente quais são os investimentos previstos, digamos, as novas rodadas de concessões nas diversas áreas de infraestrutura.

O nosso objetivo é fazer, na área de infraestrutura alvo de logística, algo similar ao que já ocorre, por exemplo, na área de energia, onde você tem aquelas licitações programadas todo ano, leilão A-3, A-5. E todo ano você tem rodadas. Então, nós estamos querendo fazer algo parecido, com que todos os anos a gente apresente um novo lote de projetos que começam seus estudos e se licitem os projetos iniciados no ano anterior.

Ontem, eu fiz uma longa apresentação, que está disponível neste material que os senhores receberam. O que eu vou fazer aqui hoje é um breve resumo, porque sei que vários dos senhores estiveram lá ontem. Vou fazer só um breve resumo para que a gente possa responder mais perguntas ou esclarecer detalhes de alguns investimentos que entraram e, eventualmente, perguntas sobre algum investimento que não entrou, dizendo porque não entrou e quando pode entrar. Acho que esta seria a maneira, se todos estiverem de acordo, mais produtiva para esta audiência.

Então, eu vou diretamente à questão da taxa de investimento.

O Brasil, de 2010 a 2014, teve uma taxa de investimento de cerca de 20%, de 20,3%. Se a gente compara com as principais economias do mundo, é uma taxa de investimento que está na média. Só que na média de países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Ou seja, a gente está com uma taxa de investimento próxima à que se vê no México, na Espanha, na Alemanha... Só que o Brasil ainda é um país em desenvolvimento e tem uma renda *per capita* mais baixa. E, para o Brasil crescer mais rapidamente, é preciso elevar essa taxa de investimento. Então, uma das maneiras de a gente crescer mais rapidamente é elevando o nosso investimento, aumentando a produtividade.

E aumentar essa taxa de investimento não é só aumentar o número como um todo, mas a composição dessa taxa de investimento. Quando a gente pega os principais componentes... A taxa de investimento tem três principais componentes: investimento em máquinas e equipamentos, investimento em construção civil e investimento em outros itens, como informática e outros tipos de equipamentos.

Quando a gente vê investimento em máquinas e equipamentos, o Brasil não está tão mal assim. Ele está num nível de investimento próximo ao da Alemanha, próximo ao do Japão, de 7,4% do PIB. Agora, quando nós vamos para a construção civil, nós estamos mais abaixo. Nosso investimento em construção civil é um investimento que ainda está abaixo, bem abaixo da média, sobretudo da média de países que têm de investir mais. Então, nós precisamos aumentar principalmente investimento em construção civil, em infraestrutura.

Foi com essa visão em mente que elaboramos um trabalho conjunto, de vários ministérios; além dos Ministérios de Infraestrutura, de Transportes, das Secretarias de Aviação Civil, de Portos, também os ministérios da área econômica, da Fazenda, do Planejamento, e Casa Civil.

O objetivo é aumentar a competitividade da economia, melhorando sobretudo a eficiência no escoamento da produção agrícola e reduzindo o custo da logística para a indústria.

Além disso, com essas iniciativas, a gente espera que melhore o transporte de passageiros no Brasil, tanto por aviões como pelas estradas, melhorando a eficiência da economia e as condições de vida da população.

Aqui é só para ilustrar porque nós acreditamos que esse programa de investimento é um programa realista e viável.

Como V. Exªs sabem, o fator crucial para qualquer investimento é haver demanda. Se há demanda, há investimento. Você tem que fazer com que o projeto seja atrativo para o setor privado e que, ao mesmo tempo, seja por um preço que o consumidor possa pagar. Então, para mostrar porque há demanda para infraestrutura no Brasil, apresentamos alguns números.

A produção de grãos cresceu quase 130% desde o ano 2000. Então, são mais grãos circulando pelas nossas ferrovias e nossas estradas, mais grãos que demandam uma melhor infraestrutura.

Passageiros em voos: aumento de 154% desde o ano 2000. Mais pessoas viajando, utilizando os aeroportos. Há demanda por aeroportos maiores e melhores no Brasil.

Frota de veículos: subiu quase 185%, de 2000 a 2014. Mais carros, caminhões e ônibus circulando pelas nossas estradas; logo, há demanda por melhorar, duplicar, ampliar, sinalizar melhor as nossas estradas.

Transporte de portos: crescimento de quase 100%, desde o ano 2000, principalmente nos terminais de uso privado, ou seja, há mais carga, logo há mais demanda por melhorar os terminais portuários no Brasil. Ou seja, há demanda.

O nosso desafio como Governo é transformar essa demanda em projetos viáveis de investimento a serem executados principalmente pelo setor privado. Por se tratar de investimentos de longo prazo, isso requer uma participação do Governo.

Nesse processo, procuramos construir essa nova rodada de concessões em diálogo com os Governadores para ver quais projetos podem apoiar melhor o desenvolvimento regional, consultando o setor privado para ver quais os projetos que eliminam os principais gargalos e recuperam o crescimento da economia mais rapidamente.

Além disso, estamos fazendo algumas mudanças infralegais nos marco regulatórios, aqueles aperfeiçoamentos por portaria, por decreto, para melhorar a licitação. E vamos adotar, em todas as concessões, o que nós já estamos fazendo em várias áreas da política econômica. Uma remuneração compatível com os custos e os riscos de cada projeto. Haverá possibilidade de financiamento de longo prazo, com participação do BNDES, mas nós queremos, cada vez mais, uma participação maior do setor privado.

O valor total anunciado ontem é de quase R$200 bilhões – são R$198,4 bilhões –, a maior parte a partir de 2019 porque são projetos de longo prazo. Nós esperamos iniciar todos esses investimentos nesses quatro anos. Mas, como esses investimentos são de cinco, seis, sete, oito anos, uma parte desses investimentos, mesmo iniciados até 2018, uma parte grande deles, principalmente em ferrovias, que é um investimento maior, acontece depois de 2019.

Neste mandato, a expectativa é de que esses projetos resultem num investimento de quase R$70 bilhões – R$69,2 bilhões. Esse investimento está distribuído nos quatro modais: rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. A maior parte é de rodovias e ferrovias, principalmente ferrovias porque ferrovias são mais intensivas em capital, exigem investimento maior na sua construção.

Nos aeroportos é um pouco menos, porque se trata basicamente de ampliar ou construir novos terminais. Então, é importante para o setor aeroportuário, mas não é um volume de investimento tão elevado.

Aí o que nós apresentamos em linhas gerais e que eu vou falar rapidamente, não vou detalhar projeto por projeto, vou apresentar só os grandes mapas, para que a gente possa discutir os projetos que V. Exªs acharem mais adequado discutir. Só para dar um panorama.

Primeiro, processo de concessão de rodovias não é uma invenção deste Governo, é um processo que já vem desde os anos 1990, desde o governo Fernando Henrique. Foram concedidos 1.316 km, de 1995 a 2002; 3.300 km, de 2003 a 2010, quando o governo Lula retomou e continuou as concessões. E, nos últimos quatro anos, foram concedidos mais do que nos 16 anos anteriores, aí as concessões se aceleraram. Foram concedidos 5.359 km de rodovias federais. Para mostrar que vem num crescendo o volume de concessões.

Agora, nesses novos investimentos, é preciso obviamente fazer mais; e, para fazer mais, nós planejamos um conjunto de investimentos de R$66 bilhões, distribuídos em três grupos. Há cinco leilões programados para este ano; 11 leilões programados para o ano que vem; e, além de leilões de concessões de novas rodovias que até agora não foram concedidas, há também um conjunto de negociações com as concessões existentes para ampliar investimentos.

Então, esses são os cinco grupos. O primeiro grupo é de 2.600 km de estradas, com R$19,6 bilhões de investimentos. Essas cinco estradas foram estudos lançados no início de 2014 pela Ministra Gleisi Hoffmann, pelo Ministro César Borges, ainda pelo Ministro Mantega. São estudos que começaram no passado, nós recebemos esses estudos no início deste ano, e agora estamos analisando para publicar a audiência pública, mandar para o TCU e fazer a licitação até o final do ano.

São cinco rodovias, uma delas já foi licitada, que é a ponte Rio-Niterói, licitada em março. Quem ganhou, ganhou com um deságio de 36%; a tarifa, com isso, já caiu 30%, e vai haver investimentos de cerca de R$1,3 bilhão na Ponte Rio-Niterói.

Agora, faltam mais quatro: a Rodovia 163, ligando Mato Grosso ao Porto de Miritituba; uma rodovia que liga o interior de Mato Grosso ao interior de Goiás, juntando em Jataí; outra rodovia que liga Jataí até o Triângulo Mineiro; e uma rodovia em Santa Catarina, que liga o interior de Santa Catarina e o interior do Paraná à região metropolitana de Curitiba, melhorando o acesso ao Porto de Paranaguá.

Esses são os projetos da rodada de estudos de 2014 para licitação em 2015.

E ontem, seguindo essa lógica, lançamos a rodada de estudos de 2015 para licitação em 2016. Aí, são 11 projetos, estando cada uma dessas rodovias detalhada nesse material, a que podemos retornar depois, se V. Exªs assim o desejarem.

Seguindo a mesma lógica, lançamos agora mais 11 rodovias para começar seu estudo agora e fazer a licitação no ano que vem. São 4.371km em dez Estados. Segundo nossos cálculos, isso deve proporcionar um investimento total de R$31 bilhões, melhorando a integração da malha rodoviária a ser concedida com a malha que já foi concedida.

São 11 rodovias que vou tentar citar aqui, de memória, rapidamente.

O primeiro caso é uma rodovia em Pernambuco, cuja concessão inclui a construção do Arco Metropolitano de Pernambuco, melhorando o acesso ao Porto de Suape, e também a ligação de Recife ao interior do

Estado. Quem ganhar essa concessão vai construir o Arco Metropolitano de Recife, assumir a rodovia até Caruaru e duplicar a rodovia de Caruaru até Cruzeiro do Nordeste.

A segunda concessão no Nordeste é de Feira de Santana até Gandu, em que se prevê a duplicação de parte desse trecho, onde há mais tráfico, e a construção de terceira pista e melhora de vias de acesso, onde isso for necessário. Então, são duas no Nordeste.

No Sudeste, também são duas concessões: uma vai de Belo Horizonte até a divisa do Espírito Santo, em que está prevista a duplicação dessa rodovia. Ontem nos foi solicitado que essa concessão seja estendida até Vitória. Então, isso vai ser incluído. Os representantes do Espírito Santo, Parlamentares, sugeriram que se estude também a extensão até Vitória e, depois, se decida, uma vez realizado o estudo, qual vai ser a extensão total dessa concessão.

A segunda concessão no Sudeste é a do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, em conjunto com a duplicação da Rio-Santos até Ubatuba; é uma rodovia também bem movimentada, que, além de carga – há o Porto de Itaguaí – é também uma rodovia de turismo. Então, são duas concessões no Sudeste.

Na Região Sul, são quatro concessões. Por que quatro concessões, sendo três em Santa Catarina?

Porque a malha rodoviária federal de Santa Catarina, até bem pouco tempo, não havia sido objeto de concessões. Por isso, ainda há muitas rodovias federais a serem concedidas nesse Estado. Então, nessa primeira rodada, estamos incluindo três rodovias: uma liga o interior de Santa Catarina ao Porto de São Francisco do Sul; outra liga também o interior de Santa Catarina ao Porto de Itajaí; e a terceira é parcela da BR-101, aquela rodovia que liga o norte e o sul do Brasil pela costa, que ainda não tinha sido concedida – a parte de cima está concedida, a parte de baixo está concedida, mas ainda não havia concessão desse trecho. Assim, para completar a concessão da BR-101, incluímos isso nessa rodada de concessões. Portanto, são quatro concessões na Região Sul, sendo três em Santa Catarina, porque a maior parte da malha rodoviária federal desse Estado ainda não foi concedida.

No Rio Grande do Sul, são três trechos, mas apenas uma concessão. É uma concessão que vai melhorar a ligação de Porto Alegre com o norte do Estado, com o litoral do Estado e com o sul do Estado. Essa concessão prevê a duplicação da chamada "rodovia da produção", de Porto Alegre até Carazinho; inclui também a Free Way, cuja concessão vence em 2017. Ou seja, quem ganhar a concessão no ano que vem vai assumir essa parte a partir de 2017 e assumir a concessão da BR-101 aqui para cima.

Ela inclui também a ligação de Porto Alegre até Camaquã, que é a parte que falta duplicar da ligação de Porto Alegre até Rio Grande. Então, vai melhorar a ligação com Rio Grande.

As três rodovias restantes são no Centro-Oeste e no Norte. São duas rodovias em Mato Grosso, que ligam o interior de Mato Grosso à divisa com o Estado de São Paulo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON BARBOSA – É em Mato Grosso do Sul. Isso. Ligando o interior do Mato Grosso do Sul à divisa do Estado de São Paulo. Chegando a São Paulo, a partir daqui, as rodovias já estão concedidas, são rodovias estaduais já concedidas. Então, vamos melhorar essa ligação facilitando o escoamento da produção agrícola, agroindustrial de Mato Grosso do Sul pelos portos do Arco Sul.

Aqui é a cidade de Três Lagoas, que vamos ver logo em seguida. Nós vamos trazer a Ferrovia Norte-Sul até aqui, para a cidade de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, também melhorando a integração rodoviária e ferroviária.

A 11ª rodovia para estudo e concessão no ano que vem é a rodovia que liga Comodoro e Mato Grosso até Porto Velho. Essa já é a rota de escoamento de grãos de Mato Grosso até Porto Velho e daqui para a hidrovia do Rio Madeira, vai até o Amazonas, faz o transbordo e sai para exportação. Então, nós vamos agora incluir a concessão dessa rodovia de Comodoro até Porto Velho. Nesse caso, é basicamente criação de terceira pista, para melhorar o tráfego de caminhões, e, com isso, reduzir os custos e melhorar o escoamento da produção até a hidrovia do Rio Madeira.

Então, são 11 projetos, seguindo aquela lógica: lançamos os projetos agora e esperamos que esses estudos estejam concluídos até o final do ano. Em janeiro, vamos receber os estudos, analisar, aprimorar, mais de um estudo pode ser feito... Neste momento, vou fazer uma pausa para explicar essa metodologia, esse chamado PMI (Pedido de Manifestação de Interesse). Como é feito isso?

O Governo publica uma portaria e anuncia: setor privado, o Governo está interessado em conceder a rodovia de Comodoro até Porto Velho de tantos quilômetros de extensão. Estamos pedindo estudos. Quem fizer esses estudos será remunerado em até tantos milhões e terá esse prazo de entrega para os estudos. Aí, mais de uma consultoria, mais de uma firma pode se credenciar a fazer esse estudo, pode ser uma ou mais. Quando uma ou duas firmas dizem que querem fazer o estudo, a gente analisa as firmas, vê se elas têm tradição ou competência para fazer o estudo e dá o o.k., a autorização para o estudo. No final, se houver mais

de um estudo, o Governo escolhe uma, escolhe o que ele achar melhor. E, com base nesse estudo, o Governo aperfeiçoa e faz a licitação. Quem ganhar a licitação vai pagar o estudo. Ou seja, o estudo não é o Estado que paga. Quem ganhar a licitação, paga o estudo, que é um custo pequeno perto do investimento a ser feito. Então, essa é a metodologia.

A gente espera receber os estudos até o final do ano ou no máximo em janeiro de 2016 e fazer a análise em janeiro, fevereiro, para colocar audiência pública em março, mandar para o TCU em abril. Se os trâmites normais, os tempos usuais forem seguidos, essas licitações podem começar a partir do meio do ano que vem. Então, no meio do ano que vem, lança-se uma nova rodada de estudos para licitação de 2017. No meio de 2017, lança-se uma nova rodada de estudos para licitação de 2018 e assim faz-se esse processo contínuo enquanto houver rodovias federais que justifiquem concessão. Essa é a lógica desse grupo.

Mas, como eu falei, o pacote de rodovias são três grupos: o primeiro, os leilões que começaram o ano passado; o segundo são esses leilões para o ano que vem; e o terceiro grupo, que deve começar mais rápido, será a negociação e a viabilização de novos investimentos em concessões existentes. O que é isso?

Como eu mostrei, desde 1995, já foram concedidas várias rodovias no Brasil. Essas rodovias tinham investimentos previstos, foram realizados esses investimentos, mas, como todas as senhoras e os senhores sabem, o Brasil cresceu, o volume de transporte de passageiros e de grãos cresceu. Então, investimentos que antes não estavam previstos no modelo de concessão hoje se tornam necessários. Mas eles não estavam previstos no contrato de concessão.

Portanto, para realizar esses novos investimentos é preciso fazer um acordo com os concessionários de reequilíbrio econômico-financeiro, para que eles façam esses investimentos em troca de alguma remuneração. Essa remuneração pode ser: mais tarifa, mais prazo na concessão ou um pagamento por parte do Governo, no final da concessão, ou, ainda, uma combinação desses três. Cada caso é um caso. Há casos em que a tarifa está baixa, pode ser até um pouco na tarifa.

Na maior parte dos casos, queremos fazer isso com extensão de prazo, mas estamos negociando caso a caso. E aí a agência reguladora e o Ministério dos Transportes analisam os projetos que os concessionários têm apresentado.

Só para dar um exemplo, há duas iniciativas nesse sentido. Uma é a duplicação da subida e descida da serra da BR-040, do Rio para Minas Gerais, e a outra é a criação de uma faixa adicional da Free Way que liga Porto Alegre ao litoral.

Além desses dois, o Ministério dos Transportes e a ANTT já identificaram mais nove novos investimentos em concessões existentes que podem ser feitos, como, por exemplo, a concessionária assumir a duplicação que falta da BR-163; como, por exemplo, criar uma faixa adicional na BR-324/116, que liga o interior de Minas Gerais à Bahia. Então, são nove novos investimentos, nove grupos de novos investimentos em concessões existentes que estão sendo objeto de acordo entre Ministério dos Transportes, ANTT e o concessionário. Nós esperamos realizar esses acordos até o final do ano. Uma vez feito isso, esses investimentos começam já, rapidamente, porque aí se trata de concessionário que tem receita – então ele já pode começar o investimento –, conhece a obra, tem acesso ao mercado de crédito mais fácil do que uma nova rodovia. Então, esses investimentos – no total, são R$15 bilhões de investimentos – podem começar mais rapidamente e ajudar na recuperação do crescimento da economia.

Passando para a ferrovia, assim como fizemos, mostraremos como vem crescendo a construção de ferrovias no Brasil. Foram 512km, de 1995 a 2002; 909km, de 2003 a 2010; mais de mil quilômetros nos últimos quatro anos. É um crescimento, mas ainda abaixo do que precisamos. Precisamos construir mais rápido. Para construir mais rápido, além de apresentar um projeto de investimento, nós estamos aprimorando o modelo de concessão de ferrovia.

O que vamos fazer? Nós vamos adotar o modelo chamado de modelo de concessão verticalizado. O que é esse modelo? Quem ganhar a concessão constrói, mantém e opera a ferrovia. Só que, para que ele não tenha o monopólio de quem vai passar naquela ferrovia, também vai ser garantido o direito de passagem. Uma parcela da carga a ser transportada naquela ferrovia tem que ser oferecida, obrigatoriamente, para outras empresas que não só do controlador da ferrovia. É o chamado direito de passagem, direito de tráfego mútuo. Então, são dois desafios: viabilizar o investimento e fazer uma regulação que garanta direito de passagem, para que tenha concorrência no transporte de cargas.

Nós vamos adotar o mesmo procedimento de pedido de manifestação de interesse. Alguém faz o estudo, depois nós licitamos. Aquele estudo vencedor vai ser remunerado por quem ganhar a ferrovia. E vamos adotar o modelo de licitação, ou por outorga, na qual ganha quem pagar mais para o Governo, no caso de ferrovias que já estão prontas ou quase prontas, que eu vou mostrar, ou ganha quem pedir menos do Governo. Aí é o modelo de compartilhamento do investimento. Uma ferrovia tem um investimento de dez, o Governo se dis-

põe a colocar, por exemplo, três. Quem pedir menos do Governo ganha a ferrovia. Por quê? Porque ferrovias são bem diferentes umas das outras. Há ferrovias que já estão quase construídas. Então, o risco é pequeno e você pode fazer a licitação por outorga.

Há ferrovias que chamamos de *greenfield*, vão ter que começar do zero. É um grande investimento. Nesse caso, pode haver o compartilhamento do investimento entre o Governo e o construtor.

Vou falar um pouco de cada um desses blocos. São seis blocos – R$86,4 bilhões –, a maior parte na Ferrovia Bioceânica; mas são seis blocos e cada uma das ferrovias tem a sua importância.

O primeiro bloco é concluir o corredor norte da Ferrovia Norte-Sul. O trecho de Anápolis até Palmas já está construído. Quem ganhar essa concessão já pega um trecho pronto, vai operar esse trecho pronto e vai construir o trecho de Açailândia a Barcarena, para criar uma rota alternativa de escoamento da Norte-Sul, porque hoje sai por Itaqui, sai pelo Maranhão. Então, quem ganhar essa concessão, vai operar esse trecho que já está pronto e vai construir Açailândia até Barcarena.

O segundo é o trecho sul da Norte-Sul. Quem ganhar vai pegar o trecho de Anápolis até Estrela d'Oeste,que está quase pronto. O que é quase pronto? 85% das obras já estão concluídas, faltam 15%.

A gente espera chegar ao final do ano com um percentual ainda menor. A gente espera chegar ao final do ano com mais de 90% de obras concluídas. Então, quem ganhar essa ferrovia já pegará um trecho quase pronto e vai construir o trecho de Estrela D'Oeste, em São Paulo, até Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, completando o trecho sul da Ferrovia Norte-Sul.

O terceiro é a chamada Ferrovia dos Grãos. Inclusive, existe um estudo em andamento, que liga Sinop até Miritituba, ligando novamente o interior de Mato Grosso à hidrovia do Tapajós, local em que os produtos são colocados nas barcaças, nos navios e depois seguem pelo Amazonas. Nós vamos estender essa concessão até Lucas do Rio Verde. Esse estudo já está em andamento. O prazo de entrega desse estudo é agosto deste ano. Uma vez que a gente receba o estudo, vamos analisá-lo para – esperamos – fazer a licitação dessa ferrovia no primeiro semestre do ano que vem.

O quarto é uma ferrovia que nos foi proposta pelos Governadores Paulo Hartung e Luiz Eduardo Pezão, uma ferrovia que liga os portos do Rio de Janeiro aos portos de Vitória. Para essa ferrovia foram feitos estudos pelos Governos Estaduais que foram entregues ao Governo Federal no ano passado; e nós os estamos analisando, esperando colocar em audiência pública a concessão dessa ferrovia nos próximos meses.

Os estudos realizados pelos Governos Estaduais indicaram um investimento de R$7,8 bilhões. Nós estamos avaliando esse número para ver se é isso ou se é um pouco menos, para depois submetê-los ao TCU.

Qual a importância dessa ferrovia? Ela não só liga Rio de Janeiro a Vitória, mas liga principalmente o Rio de Janeiro aos portos, aos terminais privados aqui no norte da costa do Rio, e aos terminais privados no sul da costa do Espírito Santo. Então, ela vai viabilizar polos industriais no sul do Espírito Santo e no litoral norte do Rio de Janeiro.

O quinto bloco, um bloco que tem atraído mais discussão, inclusive ontem na imprensa, é a chamada Ferrovia Bioceânica. Aqui eu gostaria de me ater um pouco mais.

O que é isso? Em primeiro lugar, é um acordo internacional, um Memorando de Entendimento feito pelos governos do Brasil-China-Peru para estudos acerca dessa rodovia, assinado em maio. Os estudos já começaram, e o objetivo é que em maio do próximo ano já tenhamos um estudo dizendo qual é o melhor traçado, quanto custa construir essa ferrovia, qual é o potencial de demanda dessa ferrovia e, se ela for construída, qual é a ordem? Ela começará do Brasil para o Peru, ou do Peru para o Brasil, ou se começa das duas pontas para o meio, ou se começa só o trecho do Peru? Esse estudo vai dizer isso tudo.

Então, o que nós estamos colocando agora é o início dos estudos da Ferrovia Bioceânica. No caso do trecho do Brasil, alguns estudos já existem, porque o trecho brasileiro tem uma extensão de 3,5 mil quilômetros. Esse trecho de Lucas do Rio Verde a Campinorte é a chamada Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, a Fico. Esse estudo foi feito, foi submetido ao TCU, depois os investidores, o mercado achou que o custo da obra estava muito baixo, então esse estudo vai ser atualizado, mas já existe um estudo para esse trecho de Sapezal a Porto Velho, cujo estudo teve início no ano passado, e quem o está realizando é uma firma chinesa chamada CREC, com prazo de entrega em agosto. Então, para esses dois estudos a gente já tem algum detalhe, mas precisa ser atualizado. O que falta estudar é o trecho de Lucas do Rio Verde a Sapezal, que só tem o traçado original, feito pela Valec, e o trecho do Porto Velho até a fronteira com o Peru, que também tem o traçado original da Valec, mas ainda precisa de maiores estudos.

Então, essa é uma ferrovia bem extensa, com 3,5 mil quilômetros. Com certeza esse trecho até Porto Velho se justifica somente pelo lado brasileiro, porque ele melhora a interligação da região produtora de grãos do Brasil, seja com a ferrovia até Miritituba, seja com a Norte-Sul, e o trecho até a fronteira com o Peru, obviamente dependerá da viabilização, pelo governo peruano, do trecho daqui até o Pacífico.

Essa é uma ferrovia que, além da importância econômica, tem uma importância estratégia, por isso foi objeto de acordo entre três governos, ou seja, para criar uma rota alternativa de escoamento da produção agrícola do Brasil, pelo Pacífico, sem passar pelo Canal do Panamá.

É uma ferrovia cuja construção se dará por etapas e levará algum tempo. Mas o nosso objetivo é, uma vez concluído e analisado esse estudo, começar a construção dessa ferrovia até 2018. Obviamente, a conclusão dela vai levar mais do que quatro anos.

Além disso, o sexto e último bloco de ferrovias, segue a mesma lógica que falei de rodovias. Que lógica é essa? Além de novas ferrovias, há uma série de investimentos que podem ser feitos em ferrovias já concedidas, investimentos esses que não estavam previstos no contrato de concessão, mas, hoje, com o aumento do volume de carga, os próprios concessionários já procuraram o Governo solicitando algum reequilíbrio econômico financeiro para que eles possam fazer esses investimentos. Quais são esses investimentos? Ampliar a capacidade, construir novos pátios e, principalmente, reduzir o que os técnicos chamam de interferência urbana, ou seja, reduzir os efeitos de uma ferrovia passando por dentro de uma cidade, porque acaba causando acidentes, piorando o tráfego dentro da cidade. Então, é fazer um viaduto ou um anel ferroviário para que a ferrovia passe por fora dos centros urbanos. Duplicar, construir novos ramais e também aplicar e melhorar os equipamentos.

Passando para os portos, a nova lei dos portos permitiu um avanço considerável, desde a sua aprovação em 2013, um avanço que já se concretizou. No caso de terminais de uso privado, a partir da autorização de construção de terminais de uso privado sem necessidade de movimentação de carga própria, houve uma expansão na construção de terminais de uso privado no Brasil, tanto os que já existiam foram ampliados como novas autorizações. Desde 2013, já foi autorizada a construção ou a expansão de 40 terminais, com investimento de quase R$11 bilhões. Além disso, foram prorrogados três contratos de arrendamento, com investimento de R$400 milhões. Então, só a prorrogação de arrendamento já existente ou a construção e autorização de novos terminais de uso privado já viabilizaram quase R$ 12 bilhões de investimentos no Brasil.

Para fazer mais, estamos anunciando, agora, um novo conjunto de investimentos, que dá quase R$40 bilhões, R$37,4 bilhões, divididos em três grupos: 50 novos arrendamentos em portos públicos, 63 autorizações para novos terminais de uso privado e 24 pedidos de renovação de arrendamentos em portos públicos, totalizando R$37 bilhões.

No caso dos novos arrendamentos, o TCU aprovou e vamos colocar em licitação, os 29 terminais previstos no chamado Bloco 1. São 9 terminais em Santos e 20 terminais no Pará, tanto em Vila do Conde como em Santarém. Essa licitação será feita em duas etapas: primeiro, terminais de grãos e celulose, seguindo a liderança do Ministro Edinho Araújo e a ordem indicada por S. Exª, e, depois, o demais terminais.

Isso é para dar um exemplo de terminal, Terminal de Vila do Conde, em Barcarena, com arrendamento de 25 anos. Esperamos um investimento de R$500 milhões.

Para a licitação do Bloco 1, estamos trabalhando para fazer, com certeza, a etapa 1 nos próximos meses e tentar fazer e etapa 2 até o final do ano. Essa é uma licitação que trabalhamos para que seja feita neste ano.

Além disso, estamos lançando o Bloco 2, Portos. O que significa, na prática, lançar o Bloco 2, Portos? Atualizar os estudos, refazer as estimativas e submeter esse Bloco ao TCU para licitação no ano que vem. São 21 terminais, como vocês podem ver, distribuídos por todo Brasil. Tem terminal no Norte, no Nordeste, no Sudeste, no Sul. São terminais das mais diversas cargas, contêineres, graneis minerais e graneis líquidos, grãos e celulose. Esperamos que esses terminais gerem investimentos de R$7,2 bilhões. Esperamos fazer essa licitação até o meio do ano que vem. Nesse ponto, há uma modificação importante.

Foi publicado, ontem, um decreto, seguindo o que a lei já prevê, incluindo que a licitação pode ser por valor de outorga. A licitação anterior era por tarifa ou por volume de carga. Incluímos, no decreto, agora, que a licitação dos terminais de portos pode ser por valor de outorga: ganha quem pagar mais para o Governo. E nós vamos usar este como principal critério para o bloco 2.

No caso do bloco 1, como já foi autorizado ao TCU, estamos em consulta ao TCU para saber se é possível usar também valor de outorga no bloco 1, porque os estudos de demandas de custos são os mesmos, o que muda é o cálculo para se fazer a licitação. Então, vamos fazer essa consulta ao TCU. Se o TCU aprovar essa adaptação, podemos também usar valor de outorga no bloco 1 e, se não for possível, vamos fazer o bloco 1 de acordo com o modelo anterior e fazer o bloco 2 com valor de outorga.

Aí é um exemplo de um porto, de um terminal que estamos incluindo no bloco 2, o terminal de contêineres em Suape, no Município de Ipojuca, um arrendamento de 25 anos com investimento de quase R$1 bilhão: 981. Todos esses terminais, Senadores e Senadoras, detalhes de todos esses terminais estão disponíveis no *site* do Planejamento, no *site* da Secretaria de Portos. Como falei, são sessenta e poucos terminais. Eu não vou colocar todos aqui, porque senão a audiência durará o dia inteiro. Então, como falei, licitação dos arrendamentos.

Além disso, o Governo vai continuar o que já está fazendo, autorizando novos terminais de uso privado. Há 63 pedidos em análise, por parte da Secretaria de Portos da Antaq. São 63 pedidos com investimento manifestado por quem pediu de quase 15 bilhões. São 63 terminais, novamente, no Brasil inteiro, terminais no Norte, no Nordeste, no Sudeste, no Sul e também no Centro-Oeste, aqui nessa hidrovia.

Além disso, há também 24 pedidos de análise de prorrogação de arrendamento, aquelas prorrogações que foram permitidas pela Lei dos Portos. Há 24 pedidos, nesse caso, no Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, e muitos deles aqui no Porto de Santos, Porto do Rio, Porto de Paranaguá. São 24 pedidos em análise. Achamos que todos eles devem ser aprovados com algumas modificações, e eles devem viabilizar quase 11 bilhões de investimento.

Quanto ao caso de aeroportos, é o quarto bloco de logística, já estou quase terminando. Foram concedidos, como os senhores sabem, seis aeroportos desde 2011. Começou a concessão de aeroportos no Governo Dilma, com o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, lá no Rio Grande do Norte; depois, foram concedidos mais cinco aeroportos, e isso vai possibilitar 26 bilhões de investimentos nesses seis aeroportos, e já temos cinco operadores internacionais no Brasil. Agora vamos ampliar isso, vamos fazer concessões de mais quatro aeroportos de capitais: Fortaleza, Salvador, Florianópolis e Porto Alegre, e vamos estender esse modelo de concessão não só para aeroportos de capitais, mas também para aeroportos regionais.

E quais são os quatro principais aeroportos? Começando do Norte para o Sul: o aeroporto de Fortaleza, é o 12º mais movimentado do Brasil e o terceiro da Região Nordeste, 6,5 milhões de pessoas passaram pelo aeroporto de Fortaleza no ano passado. Essa concessão prevê ampliação do pátio e do terminal de passageiros. Esse terminal vai ser ampliado para cá e para cá; aí tem que ampliar esse pátio para cá, com previsão de investimentos de 1,8 bilhão.

Salvador é o oitavo aeroporto do País, primeiro da Região Nordeste. Pelo aeroporto de Salvador passaram 9,2 milhões de pessoas no ano passado. Qual o principal investimento? Construir uma segunda pista, principalmente aqui, e ampliar o terminal de passageiros. O investimento total, neste caso, é o mais elevado, cerca de R$ 3 bilhões, principalmente devido à construção da terceira pista aqui nessa área.

Florianópolis é o 14º aeroporto, terceiro da Região Sul. Por Florianópolis passaram 3,6 milhões de passageiros no ano passado. O aeroporto é muito importante não só para viagens de negócios, mas, sobretudo, de turismo. O objetivo aqui é construir um novo terminal e um novo pátio. Esse aqui é o terminal, vai-se construir um novo terminal aqui e um novo pátio. Desculpem, o terminal está aqui, vai-se construir um novo terminal aqui e um novo pátio. A previsão de investimentos é de cerca de R$1 bilhão.

O aeroporto de Porto Alegre, Salgado Filho, é o nono mais movimentado do País. No ano passado passaram 8,4 milhões de pessoas pelo aeroporto de Porto Alegre. O principal investimento é ampliar essa pista para cá e também ampliar o terminal; ampliar esse terminal para cá.

A previsão de investimento, nesse caso, é de R$2,5 bilhões. É o segundo maior investimento em aeroportos, depois de Salvador.

Qual o cronograma disso? Nós estamos publicando agora os pedidos de manifestação de interesse, chamando os estudos para esses aeroportos. A gente espera receber esses estudos até o final do ano. Lá para o final de outubro ou início de novembro os estudos devem ser entregues. Uma vez entregues esses estudos, nós vamos trabalhar rapidamente para avaliar e melhorar, e submeter isso à análise do TCU no primeiro trimestre, no início do ano que vem, de modo que, se o TCU aprovar, seja possível fazer a licitação desses aeroportos até março do ano que vem. É um cronograma ambicioso, mas é um cronograma que a gente acha possível, porque são aeroportos em que será feita, basicamente, como os senhores e as senhoras viram, a expansão de capacidade de terminal ou de pista. Então, os cálculos podem ser feitos mais rapidamente.

Além disso, no caso de aeroportos, nós estamos ampliando o modelo de concessões para aeroportos regionais. Nós estamos fazendo isto, inicialmente, para sete aeroportos, seis no Estado de São Paulo e um no Estado de Goiás. É um investimento que parece modesto, de R$78 milhões, porque são aeroportos pequenos, mas é uma mudança importante. Por quê? É uma mudança que demonstra que, além dos aeroportos das capitais do Brasil, aeroportos regionais também são viáveis no modelo de concessão. Há vários aeroportos regionais no Brasil que são viáveis comercialmente via modelo de concessão.

Então, já foi apresentado ao Governo Federal o pedido para que o Governo autorize a concessão desses aeroportos, que hoje estão delegados. Então, nesse caso, a tarefa do Governo é dar anuência para a prefeitura ou o governo estadual que tem aquele aeroporto fazer a concessão. Já foram pedidos seis em São Paulo e um em Goiás. Há mais pedidos em linha. Depois que a gente começou a fazer, já apareceram outros pedidos. A análise ainda não está pronta, mas o Ministro Eliseu Padilha espera que, nos próximos meses, esse número de aeroportos regionais a serem concedidos aumente cada vez mais, sobretudo no Sul e no Sudeste.

Para terminar, das condições de financiamento, parte que o Ministro Levy apresentou ontem, vou fazer um breve resumo aqui. (*Pausa.*)

O BNDES vai continuar a ter um papel relevante no financiamento. Só que nós queremos utilizar o BNDES como um agente que incentive o aumento do financiamento privado de longo prazo.

Como a gente vai fazer isso? Qual a fórmula para fazer isso? A fórmula para fazer isso é dizer o seguinte: quanto mais você emitir de títulos privados em reais, mais acesso você vai ter a financiamento em TJLP. Se você não emitir títulos privados em reais no mercado brasileiro, seu acesso a recursos TJLP será menor. Se você emitir mais títulos privados em reais no mercado doméstico, você vai ter mais acesso à TJLP.

Com isso, a gente quer acabar com aquela visão de que o crédito direcionado bloqueia ou inviabiliza o crédito livre. É o contrário. A gente quer que o crédito direcionado estimule e alavanque a expansão do crédito livre.

Como isso vai ser feito? No caso de rodovias, para os concessionários de rodovias, o BNDES pode ir a até 70%. Se ele não emitir nada de título de mercado de capitais, o BNDES pode ir a até 35% referenciado em TJLP e 35% a taxas de mercado. Se o agente emitir títulos de mercado de capitais, a participação de recursos de TJLP saltará dez pontos, de 35 para 45. Ou seja, se o concessionário optar por emitir títulos no mercado doméstico, ele aumentará o acesso dele a recursos em TJLP.

Isso aqui são as chamadas debêntures de infraestrutura, que estão sendo emitidas a um custo normalmente atrelado ao IPCA. Normalmente, é IPCA mais alguma coisa. As últimas debêntures têm saído a IPCA mais 5, IPCA mais 5,5, porque agora a taxa de juros está alta. Mas, como nós estamos falando de um projeto de 20 ou 30 anos, na medida em que as taxas de juros voltem a cair, essas debêntures podem ser trocadas, podem ser refinanciadas a taxas mais baixas.

No caso de portos, o mesmo princípio. Se o concessionário não recorrer ao mercado de capitais, o BNDES pode colocar até 70%, mas somente 25% atrelados a TJLP. Se o concessionário recorrer ao mercado de capitais, o BNDES eleva a participação dele para 35% em TJLP. Ou seja, quanto mais emitir de mercado de capitais, maior o acesso em TJLP.

A mesma coisa vale para aeroportos. Sem usar mercado de capitais, o concessionário de aeroporto terá acesso somente até 15% do valor do projeto em TJLP. Se ele usar o mercado de capitais e emitir até 15% em debêntures de infraestrutura, a parcela em TJLP sobe para 30%.

Em ferrovias, nós adotamos um modelo diferente. Não está condicionada a participação do BNDES a emitir títulos do mercado de capitais. Em ferrovias, independentemente da emissão de debêntures de infraestrutura, o BNDES pode financiar até 70% referenciado em TJLP. Por que isso? Porque ferrovia é o projeto que exige mais investimentos no início e cujo retorno está mais à frente no tempo. Quem assumiu, por exemplo, uma concessão de aeroporto, já vai assumir o aeroporto, já vai assumir as lojas, o estacionamento, já tem receita. Quem for fazer uma nova ferrovia, vai primeiro construir essa ferrovia, vai levar alguns anos construindo essa ferrovia, só vai começar a ter receita lá pelo 5º, 6º, 7º ano dessa ferrovia. Por isso que, no caso de ferrovias, foi feita essa exceção: o BNDES pode ir até 70% em TJLP, independentemente de se emitir ou não debêntures de infraestrutura.

Essas condições de financiamento que cabem no orçamento do BNDES; com essas condições de financiamento, a gente espera que não seja necessário nenhum novo aporte do Tesouro no BNDES. O fluxo de caixa planejado, esperado pelo BNDES para os próximos anos dá conta de financiar isso sem necessidade de novos aportes por parte do Tesouro. Com isso, vamos atender à demanda de financiamento de infraestrutura e também desenvolver o mercado de capitais no Brasil.

É isso que eu queria colocar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Ministro Nelson Barbosa e queria pedir desculpas por uma omissão no início desta reunião. Deixei de registrar a presença ao nosso lado do Sr. Maurício Muniz Barreto de Carvalho, que é Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A segunda omissão é que realmente eu tive a oportunidade de ser colega do Ministro Nelson Barbosa quando ocupava o Ministério do Planejamento e fizemos algo que considero importante para o País e ele fez questão de registrar, que foi a criação da Previdência Complementar, que vai permitir um desafogo nas contas da Previdência, mas em longo prazo.

Por outro lado, eu também fui ao Ministro Nelson Barbosa fazer aqueles pedidos clássicos de reforço para o Ministério da Previdência. Dou graças a Deus, ter sido naquele tempo, porque, já no tempo de hoje, pode ser que o Ministro não me atendesse como fez muito generosamente. Mas eu agradeço.

Já que o Ministro falou tanto em bloco de concessão, eu vou começar aqui também fazendo uma concessão, mas em bloco de dois Senadores. Começar com os dois para dar agilidade.

Concedo a palavra aos dois Senadores inicialmente inscritos: primeiro o Senador Acir Gurgacz e, em seguida, o Senador Wilder Morais.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, pela ordem. V. Exª poderia dizer os que estão inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não. Estão inscritos os Senadores... Desculpe, eu o interrompi.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É a mesma pergunta do Senador Caiado. Eu queria me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Estão inscritos os Senadores Acir Gurgacz, Wilder Morais, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Hélio José, Flexa Ribeiro e Valdir Raupp, pela ordem aqui.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente, quero me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Como se deu a forma de inscrição, Sr. Presidente? O senhor pode me... Foi por ordem de chegada ou...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Para incentivar o comparecimento, foi por ordem de chegada. Em homenagem aos madrugadores. (Risos.)

Mas eu cometi alguma injustiça?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Alguma injustiça o senhor cometeu, então, porque eu não cheguei tão tarde assim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É? Então, meu critério...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mas concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O meu critério já está apresentando falhas. (Risos.)

Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Minha saudação, Sr. Presidente, Senador Garibaldi, ao Ministro Nelson Barbosa e ao Dr. Maurício Muniz.

Entendo que a ordem de chegada seja importante, Sr. Presidente, e isso estimula todos a chegarem mais cedo e acompanharem... Quando cheguei, a primeira coisa que fiz foi preencher a presença e a lista de inscrição, para que não houvesse nenhuma falha, nenhuma dúvida.

Mas vamos ao tema. Saúdo o Ministro Nelson Barbosa e o cumprimento pelo trabalho que faz à frente do Ministério. É uma função importante, de fato, com decisões ainda mais importantes num momento como este que atravessamos no País.

Entendo que concessões sejam a melhor maneira que temos para ampliar a infraestrutura brasileira.

Quero citar somente um exemplo, Ministro: a questão da restauração da BR-364, que está acontecendo neste momento.

O Governo brasileiro gasta aproximadamente R$700 milhões em obras do PAC para restauração da BR, de Vilhena, ou desse trecho, podemos colocar, de Comodoro a Porto Velho. Foram feitas as licitações, a obra está sendo executada em alguns pontos. Não se iniciou em outros, não em função do Governo, mas a empresa Cavalca, que ganhou a licitação do trecho número um, de Vilhena a Pimenta Bueno, recebeu a ordem de serviço e até agora não iniciou a obra.

Mas são R$700 milhões que o Governo vai aplicar, vai desembolsar. Se tivéssemos feito uma concessão, poderia o BNDES emprestar o dinheiro para a concessionária, que a executaria, com certeza, mais rapidamente, porque teria interesse, com melhor qualidade, e ainda pagaria de volta esses R$700 milhões, corrigidos, aos cofres públicos.

Então, a concessão, de fato, é a melhor maneira.

Continuando na BR-364, Ministro, fizemos uma medição...

Aliás, essa rodovia não estava incluída anteriormente. Em uma audiência pública aqui, realizada na Comissão de Infraestrutura, pedimos ao Ministro e ao Dr. Jorge, da ANTT, que incluísse essa rodovia na concessão. Isso foi feito. E agradeço a todos, tanto ao Ministro dos Transportes com a V. Exª, por terem incluído a BR-364 no modelo de concessões.

A medição hoje é de 20 mil veículos/mês nesta rodovia. Não seria o caso de já prevermos a duplicação dessa rodovia em função de estarmos iniciando o estudo para o ano que vem, e a execução levará dois, três,

quatro anos? Quando da sua conclusão, acontecerá como as outras concessões que estão sendo revistas para duplicação.

Então, sugiro já seja feito o estudo para a duplicação da BR-364 neste trecho, que é exatamente o de maior movimento, de Comodoro a Porto Velho, para que, ao final do estudo, não tenhamos de fazer outro estudo para a duplicação: 20 mil veículos/mês é a última conta feita, número que nos diz que já é possível passarmos para a duplicação.

Então, fica aqui a minha pergunta e a nossa sugestão.

Com relação à Ferrovia Transoceânica ou Interoceânica, entendo ser muito importante principalmente para nós do Estado de Rondônia.

Nesse final de semana, eu e o Senador Valdir Raupp recepcionamos o Embaixador da China em Rondônia, com vários empresários da construção civil, representantes de bancos – o BNDES chinês também participou dessa visita, em que 23 empresários estiveram conosco – percorrendo a BR-364, que vai ladear essa nova ferrovia. Imaginamos que essa obra realmente aconteça. Fizemos uma reunião importante em Ji-Paraná com os Governadores do Acre, Rondônia e Mato Grosso.

Hoje, essa reunião ocorre em Lucas do Rio Verde – deve estar ocorrendo neste momento –, e houve um termo de cooperação, assinado pelos três governadores, para facilitar, naquilo que couber aos Estados, evidentemente que dentro da legislação, para que essa obra aconteça no tempo mais curto possível. E nós ouvimos dos empresários e do embaixador chinês que há o interesse claro do governo chinês em ajudar a executar essa obra, toda ela, do Peru até a ligação à malha ferroviária brasileira. Eles expuseram, inclusive, anteprojetos já bem avançados lá no Peru, porque há um convênio, há uma parceria muito forte entre o governo chinês e o governo peruano.

E, como muito bem colocou V. Exª, foi assinado em maio um termo de compromisso entre o Brasil, o Peru e a China. E nós ouvimos claramente do governo chinês essa intenção, por uma questão, como dizem eles, política. Talvez agora, neste momento, esse trecho de Porto Velho até o Peru não seja economicamente viável, mas, politicamente, há um interesse muito grande do governo chinês em ter uma rota que ligue direto o Brasil ao Pacífico, já que o Canal do Panamá está com uma taxa grande. Também tentaram executar um novo canal, pela Nicarágua, mas, conforme disseram os empresários que estiveram conosco e que estão tentando executar esse canal, não está dando certo. A pressão está sendo muito grande para que não seja construído esse canal. Portanto, a alternativa que eles têm para levar alimentos mais baratos à China é exatamente essa ferrovia.

Mas a pergunta é a seguinte: como é que nós podemos tirar essas diferenças? Como é que nós poderemos fazer esse modelo? Qual seria esse modelo? Seria concessão? Como é que nós vamos recepcionar esses empresários chineses? E como o investimento da China pode ser feito? Talvez, como foi discutido, esse banco que está sendo criado, o banco dos Brics, seja uma alternativa, como também a parceria de empresários brasileiros e chineses para a construção e a administração dessa ferrovia.

O fato é que nós ouvimos, pela primeira vez, diretamente do embaixador chinês e dos empresários, que há um interesse muito grande deles em participar na execução da obra e também no financiamento dessa obra perante o Governo brasileiro – talvez pelo BNDES chinês, junto com o BNDES brasileiro, até porque esteve lá o presidente do BNDES, o banco chinês, aqui no Brasil, junto conosco. Fizemos, Ministro, todo o traçado, por terra, por estrada. Eles queriam conhecer o potencial de produção agrícola do Estado de Rondônia e do Estado do Mato Grosso. Nós começamos a viagem em Porto Velho (RO), pernoitamos em Ji-Paraná (RO), fizemos a reunião em Ji-Paraná (RO); depois fomos a Vilhena (RO), onde pernoitamos; ontem, nós entregamos o bastão ao Governador Pedro Taques em Comodoro (MT), onde foi feita uma reunião, e depois para Lucas do Rio Verde (MT), onde eles estão reunidos hoje.

Então, minha pergunta parece simples, mas é claro que não é tão simples assim. A questão é que diminuir as diferenças entre as leis brasileiras, peruanas e chinesas é realmente um desafio a ser perseguido; então, qual seria essa forma para que pudéssemos realmente ter essa ferrovia concluída? Essa ferrovia, inclusive, já foi pensada há mais de 200 anos, não é coisa nova, todos nós sabemos, mas agora têm sido dados os primeiros passos efetivos. É uma questão política, de fato, e muito importante para o Brasil, para que possamos levar os produtos brasileiros para a Ásia.

Eram essas as minhas duas colocações, e, mais vez, cumprimento V. Exª, Ministro Nelson Barbosa, pelo trabalho e pelo lançamento dessas concessões. É o caminho para que possamos realmente avançar na infraestrutura, já que, como foi muito bem colocado aqui, o aumento da produção agrícola no Brasil foi muito grande, e é claro que a infraestrutura não acompanhou. Enfim, o crescimento da produção de grãos vai continuar ocorrendo, e nós precisamos dessas obras.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Acir Gurgacz e concedo a palavra ao Senador Wilder Morais,

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente Garibaldi Alves.

Cumprimento o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e toda a sua equipe.

Presidente e Ministro, eu fico encantado com as nossas audiências públicas e nós estamos achando a solução para o País agora. Eu acredito que seja uma agenda positiva.

Ministro, todos esses lançamentos que estão acontecendo, com certeza, estão no Orçamento de 2014, no PPA, na LDO, porque esses assuntos são criados agora. Então, a pergunta é se já está planejado isso no Orçamento deste ano?

O que me impressiona muito é o seguinte: e as obras do PAC, começadas e muitas paralisadas? Dessas eu não ouvi falar aqui e há uma pergunta sobre o que está acontecendo com elas. Notamos que há muitos lançamentos e, paralelamente, as obras não estão andando. Observamos que as rodovias, em Goiás, estão todas paralisadas. Sobrevoei agora, esta semana, e não vi nada andando, não sei o porquê, e estamos lançando novas.

O que me impressiona é que acho que vi essa lista todinha. Eu acho que o Governo tem visitado os Estados. Acho que foi importante, Ministro, a sua trajetória, com a sua capacidade. Eu só vejo uma coisa: qual é a principal obra do País? Já que é grãos, qual é o Estado principal? Então, acho que deveríamos ter essa prioridade. O principal é Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Centro-Oeste? Vejo que o Governo se perde nessas prioridades, lança muitas coisas e, na verdade, não tem um critério.

Falamos da concessão ou da continuidade da concessão da Ponte Rio-Niterói. Ela estava lá, já existia. Tudo bem que é melhora, mas se hoje estamos falando em economia, em baixar o Custo Brasil, nós tínhamos de ter nessa lista que V. Exª apresentou, muito bem feita, qual é a prioridade. Em relação ao PIB nosso, o que representa o agronegócio? Onde está o agronegócio?

Então, eu acho que o Governo tinha que pensar assim. É assim que a iniciativa privada faz. É importante lançar isso tudo? É como você diz: "Vamos fazer uma parceria público-privada, uma PMI." Isso é bacana. Agora, o Governo tinha que começar a dizer quais são as principais obras, fazer um planejamento de longo prazo e dizer: eu quero fazer essa primeiro, por conta disso e disso.

Como se tem falado aqui, em outras reuniões, quem faz muito não faz nada. Então, Ministro, esses conceitos têm que ser revistos. Vai haver leilões, vai haver interessados, mas isso não vai acontecer ao longo do tempo porque não há recursos para isso. Todas as rodovias que foram feitas estavam atreladas ao BNDES. Se não tem esse dinheiro, que dinheiro vai ter? Já foram chamadas as empresas internacionais? Há recursos internacionais?

Eu vejo isso assim: precisamos fazer uma agenda positiva, chamar os ministros de cada departamento e ver o que é preciso fazer. Ora, vem aqui o ministro da área da aviação civil e cita um monte de dígitos. E aí vem o pessoal do transporte. A minha preocupação é que esse número de lançamentos se transforme em uma agenda positiva para o Governo, dá um alívio na mídia, mas, infelizmente, vamos chegar de novo, talvez no final do ano, chamando os Parlamentares para revisar o superávit primário.

Então, essa é a minha pergunta. O senhor, como profissional, tinha que avaliar. Apesar de ter lançado isso tudo, criar um critério: qual é a obra prioritária para o Brasil? E ter foco. Quem não tem foco não tem objetivo.

Noto que é muita coisa para nada acontecer. Vejo os aeroportos, a Ferrovia Norte-Sul, que há vinte anos está sendo feita. Agora, sobre o trecho que está pronto, tenho uma informação: não tem demanda. E os estudos de demanda? Então, é importante um PMI, porque a iniciativa privada não faz obra se não há demanda; ela não analisa politicamente. Então, não precisa mentir no Sul, mentir no Norte. Ela não faz isso. Só entra se houver retorno financeiro. E assim é o mundo.

Acho que o Governo tinha de rever, analisar com calma e ter prioridade. Isso não acontece no nosso País. Fico indignado porque a iniciativa privada, a cada dia que passa, tem mais carga tributária. É a que produz, é a que gera emprego, é a que divide renda. Eu não vejo isso acontecer.

Ministro, acho que dá para recebermos a sua resposta. O que você acha da prioridade no Governo, que aqui não temos visto?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer os comentários do Senador Acir.

Respondendo especificamente à pergunta de V. Exª, o PMI que vamos fazer da rodovia de Comodoro até Porto Velho vai prever a duplicação. A questão é quanto tempo vai levar para essa duplicação, como o senhor mesmo falou, e quais são os trechos. Às vezes, a duplicação é mais necessária em alguns trechos e, em outros trechos, você pode ter a terceira pista, que já alivia; mas, em todos os estudos que pedimos no setor privado,

pedimos que eles considerassem a adequabilidade e o custo de duplicação, e alternativas a isso, se isso não fosse viável – haverá essa informação nos estudos.

O senhor mesmo destacou, e eu concordo, que o modelo, nesse caso dessas rodovias estruturantes, é um modelo de concessão, porque alivia o orçamento público de um lado. De outro lado, é importante também ressaltar que por serem empreendimentos privados, empreendimentos lucrativos, esses empreendimentos vão não só gerar empregos, gerar contribuição para a Previdência, como também vão, de forma permanente, gerar lucros sobre os quais vai incidir o Imposto de Renda que é partilhado com Estados e Municípios. Então, se for uma rodovia somente federal, o Governo só tem o custo de manter essa ferrovia, e sendo uma rodovia submetida à concessão, haverá o lucro de operação dessa rodovia; o Governo vai ter a ferrovia mantida e ainda vai ter a arrecadação de Imposto de Renda, de contribuição social, o lucro líquido dessas concessões.

O senhor destacou a questão da Ferrovia Bioceânica, que é realmente muito importante para Rondônia, e acho que a colaboração dos Estados e das prefeituras é fundamental. O acordo assinado entre Brasil, China e Peru prevê que o Governo brasileiro, o Estado brasileiro, principalmente o Governo Federal, e o Estado como um todo, vão fornecer informações públicas necessárias de traçado, prazos para emissão de licença ambiental ou demais licenças. Então, acho que, com certeza, os governos estaduais e os governos municipais, no traçado dessa ferrovia, terão um papel crucial para fazer esse estudo.

O senhor pergunta qual é o modelo de concessão, construção e financiamento, e aí aproveito também para já responder parte da pergunta do Senador Wilder. Temos que separar as diferentes etapas. Vamos fazer um estudo e, no caso brasileiro, feito esse estudo, isso vai para um modelo de concessão. Então, ganha quem ganhar essa concessão.

Não sabemos de antemão se essa concessão da Bioceânica vai ser uma concessão por outorga, uma concessão por compartilhamento de investimento, ou vai ser dividida: uma parte pode ter outorga, uma parte pode ter compartilhamento de investimento. Sobre tudo isso, só vamos ter informações mais precisas quando concluirmos. Como o senhor mesmo falou, como se trata de uma ferrovia bem extensa, com trechos bem diferentes, por exemplo, talvez o trecho de Sapezal até Porto Velho possa ser uma concessão comum com pequeno valor de outorga; já o trecho de Porto Velho até a fronteira com o Peru talvez tenha que ser uma concessão com compartilhamento de investimento.

O que procuramos adotar aqui é um modelo flexível que seja adaptado às diferentes características de cada ferrovia. É o mesmo negócio? É o mesmo negócio, é uma ferrovia, mas as características são diferentes. Como o senhor mesmo falou, em um trecho, temos certeza de que há bastante carga, independentemente de a saída ser para o Pacífico; só a saída pelo Rio Madeira já dá bastante carga.

Então, uma vez feito o estudo, o nosso objetivo é colocar isso em concessão. Neste momento, antes de ter o estudo, não sabemos se vamos fazer uma concessão de todo o trecho ou vamos segmentar essas concessões. Independentemente de ser uma concessão única ou uma concessão de vários trechos segmentados, como o senhor mesmo colocou, já é público que vários investidores chineses manifestaram interesse de participar, de fazer o lance, seja numa concessão do trecho como um todo, seja em todos os trechos a serem concedidos. Já existe um interesse do Governo chinês em participar do consórcio que vai fazer – a gente espera – um dos lances para essas ferrovias.

A outra coisa é a participação do Governo chinês na construção. Qualquer obra... Obra é um bem que os economistas chamam de não comerciável. Obra não é importada. Você não importa uma ferrovia para o Brasil; tem que construí-la aqui.

Então, pode ser uma associação de firmas de construção chinesa com firmas de construção brasileira, usando mão de obra brasileira e projeto brasileiro, para fazer a ferrovia no Brasil. É a segunda possibilidade de participação. Uma é ele como acionista do consórcio e a segunda é ele participando, em conjunto com as firmas brasileiras, da construção.

E a terceira participação, como o senhor colocou e o Senador Wilder perguntou também, indiretamente, é no financiamento. O BNDES está disposto a financiar, mas o governo chinês já se dispôs a financiar obras de infraestrutura no Brasil. Nesse caso, talvez a maior parte do financiamento seja feita com fontes internacionais, mas em reais.

Então, são três formas de participação. Dessas três formas de participação nós só teremos maiores detalhes quando houver o estudo. Mas será um modelo de concessão, ou seja, o Governo não vai pré-selecionar quem vai ganhar essa concessão, vai ser uma licitação pública. Agora, já há indicação, por parte dos investidores chineses, de que eles têm grande interesse em participar, e vão fazer lances competitivos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Esse estudo se encerra em maio do ano que vem? É esta a previsão: maio de 2016?

O SR. NELSON BARBOSA – A previsão é maio do ano que vem. Já começou. Como o senhor falou, o trecho de Sapezal até Porto Velho já está em estudo, até por uma firma chinesa. E no caso de Lucas do Rio Verde a Campinorte, existe um estudo, mas temos que atualizá-lo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Até por economia processual, porque minhas perguntas já estão parcialmente contempladas pelas do Senador Acir Gurgacz, a linha é a mesma, então, como estou no final da fila, eu já ganharia tempo e V. Exª também.

Eu queria acrescentar o seguinte: o Senador Acir Gurgacz perguntou sobre prazo, tanto da rodovia como da ferrovia. Qual é a minha preocupação? Estive no Ministério dos Transportes, com o Daniel, que está conversando com os chineses no projeto do estudo de Sapezal a Porto Velho, e com o Giroto, que é o Secretário Executivo. E eles sentiram uma certa demora nesse primeiro estudo de Sapezal a Porto Velho, um atraso, porque os chineses cresceram o olho – eles têm o olho um pouco apertado, mas cresceram o olho – em toda a rodovia do Pacífico. Eles querem pegar todos os estudos e projetos da Rodovia Bioceânica.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas eles conseguiram crescer o olho?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Cresceram o olho. Cresceram o olho. E eu estou preocupado porque para nós – para mim, para o Senador Acir e para Rondônia – interessa o trecho de Sapezal a Porto Velho. Lucas do Rio Verde-Sapezal-Porto Velho também, mas o prioritário é Sapezal-Porto Velho, que é o trecho que o Governo já lançou e a empresa chinesa, a tal de CRC, já ganhou a concessão. Concessão não, ganhou para fazer os estudos. Já está trabalhando nos estudos. Estão com o mapa, com o estudo completo de Campinorte à divisa com o Peru.

Eu sei que nós sonhamos muito, mas esse sonho é um pouco distante. O sonho até Porto Velho é possível, é real, isso pode acontecer talvez em cinco, seis anos. Um ano e meio, dois para começar, mais cinco, seis para construir, que sejam oito anos. Agora, para levar à divisa com o Peru, como disse o Senador Acir, com as licenças ambientais e toda a burocracia que nós enfrentamos, vai demorar quinze, vinte anos, ou mais. Portanto, eu queria sugerir ao Ministro que pedisse à equipe dos Transportes que focasse no trecho de Sapezal a Porto Velho. Já que vai sair uma ferrovia de Lucas do Rio Verde a Mirituba, atendendo àquela outra região do Mato Grosso e do Pará, que saia logo a ferrovia de Sapezal até Porto Velho.

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Valdir Raupp, já estou contemplado nas perguntas do Senador Acir Gurgacz, eu só queria saber por onde vai entrar a rodovia para o Peru. Em que região do Acre: Assis Brasil ou Cruzeiro do Sul?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Para que haja aqui um funcionamento harmônico, eu peço desculpas aos Senadores, mas agora vou conceder a palavra apenas pela ordem na lista.

O SR. NELSON BARBOSA – Completando a resposta à pergunta do Senador Acir, entrando na pergunta do Senador Wilder e esclarecendo as perguntas dos demais Senadores,...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Porque a inscrição não é por bancada não.

O SR. NELSON BARBOSA – Eu concordo que é importante definir o que é prioritário, como o senhor mesmo e o Senador Valdir Raupp disseram muito bem. Em relação a esse trecho da Ferrovia Bioceânica, com certeza, alguns subtrechos são mais viáveis imediatamente. Consideramos dois trechos mais viáveis imediatamente: um é o de Sapezal a Porto Velho e o outro é o de Campinorte até Água Boa, que liga a linha, ainda em Mato Grosso, à Norte-Sul.

Esses dois trechos já podem começar, independentemente do que vai acontecer depois, por dentro do Acre e do Peru; mas esses dois trechos já têm carga. Podem ter certeza de que o Governo brasileiro está transmitindo isso ao governo chinês e ao governo peruano. Ou seja, vamos fazer o estudo como um todo, mas não vamos começar só para fazer tudo.

A Ferrovia Bioceânica não é o trem-bala. Em que sentido? O trem-bala só faz sentido se for feito todo o seu traçado. Não adianta fazer somente 50 km de trem de alta velocidade. Se ele é de alta velocidade, é necessário que se faça o traçado como um todo.

A Ferrovia Bioceânica pode ser feita em partes, começando pelas partes mais viáveis comercialmente hoje, que, sem dúvida, é essa que o senhor mencionou. Eu queria acrescentar também o trecho que liga com a Norte-Sul, que não vai exatamente de Lucas do Rio Verde, mas de Água Boa até Campinorte.

Ali também os investidores mostraram para nós que há uma possibilidade de construção mais rápida, inclusive com valor de outorga.

Voltando à pergunta do Senador Wilder Morais, esse trecho aí é o eixo de escoamento de grãos, como os senhores sabem melhor do que eu, para a hidrovia do rio Madeira.

Por isso, disse que o estudo vai calcular o custo como um todo, e o estudo vai calcular também a ordem de como devemos começar a construir. Por incrível que pareça, talvez seja melhor começar a construir pelo meio.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com certeza, de Porto Velho pra baixo, ele vai ter uma rentabilidade mais rápida.

O SR. NELSON BARBOSA – Isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Porque, senão, só vai poder utilizar essa ferrovia quando chegar a Porto Velho.

O SR. NELSON BARBOSA – Para os jornalistas aqui presentes, não estou antecipando intenção do Governo. Estou fazendo comentários sobre essa ferrovia, que vai ser objeto de um estudo, e vamos poder dar respostas concretas quando este estudo estiver completo, em maio do ano que vem, mas, pelo que os especialistas e os Senadores desses Estados, que conhecem melhor do que ninguém isso, falam, esse trecho já poderia começar mais rapidamente, e o trecho de Água Boa até Campinorte também poderia começar mais rapidamente. Depois, os outros trechos seguem o seu caminho.

Isso, Senador Valdir Raupp, é o que estamos manifestando nesse processo com o governo chinês. Vamos estudar tudo? Vamos estudar tudo. Mas este estudo aqui queremos que seja entregue no prazo proposto: agosto deste ano. Esperamos ter o estudo de Sapezal a Porto Velho até este prazo para podermos começar.

O Senador Wilder Morais até nos perguntou quais são as prioridades. Neste caso de ferrovia, as nossas prioridades são melhorar o escoamento da safra do Centro-Oeste.

Então, as prioridades são esse trecho Sapezal-Porto Velho, o trecho de Lucas do Rio Verde a Sinop até Miritituba e a saída norte da Norte-Sul, melhorando a saída para o Corredor Norte, porque a saída para o Corredor Sul...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON BARBOSA – A duplicação da rodovia, de Comodoro até Porto Velho, também está nas concessões a serem feitas.

Então, nesse caso, as prioridades são melhorar o escoamento, nesse caso do Centro-Oeste, para o Arco Norte. Essa é a grande prioridade. Por isso focamos nisso. Aí algumas outras ferrovias não foram consideradas prioritárias.

Agora, esse é um processo, como falei, em que essas prioridades são reavaliadas. Queremos fazer várias rodadas. Estamos procurando começar com essas rodovias e ferrovias estruturantes, para criar polos de integração de carga.

No caso de concessão – Senador, V. Exª perguntou sobre o PAC – é justamente o contrário: vai tirar peso do orçamento. A partir do momento em que passar isso para a concessão, a obra vai ser realizada pelo setor privado e vai requerer financiamento.

Então, onde entram os recursos públicos aí? Na parte em que o BNDES vai financiar. Como coloquei ali, aquela parte de recursos públicos é principalmente aquela atrelada à TJLP; e calculamos alguns percentuais de modo a que isso caiba no planejamento financeiro do BNDES, sem necessidade de aportes adicionais do Tesouro Nacional.

Então, não esperamos que isso pressione o Tesouro a colocar mais recursos no BNDES. Com os recursos que estão no BNDES, vai ser possível. Achamos que o mercado de capitais vai financiar isso mais, inclusive e principalmente por investidores internacionais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ministro, então, só para contribuir, acho que já tínhamos de deixar o banco preparado para essas prioridades, porque se as concessões saem e todas acontecem, com certeza pode haver problema de caixa lá na frente.

O SR. NELSON BARBOSA – Mas elas são bem graduais. Como falei, o leilão começa em 2016. É um desembolso grande, mas é um desembolso ao longo do tempo.

O Senador perguntou sobre a saída pelo Acre. O traçado original da Valec é a saída por Cruzeiro do Sul, mas isso não está definido. O estudo vai analisar qual é o melhor ponto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Fora do microfone.) – Não está definido?

O SR. NELSON BARBOSA – Não está definido. O traçado inicial, preliminar, que temos saía por lá, mas não está definido ainda. O estudo vai definir isso. Não está definido ainda. O traçado no Acre – o Senador Jorge até está aqui – ainda está a ser definido, inclusive em consulta com o Governo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Fora do microfone.) – Isso está sendo dito na imprensa. Lá no meu Estado não...

O SR. NELSON BARBOSA – Não. Então, V. Exª pode... Estou assegurando a V. Exª: o traçado no Acre não está definido; o que há é um traçado preliminar, feito pela Valec, que utilizamos como referência para começar os estudos. Agora, esses estudos podem mudar esse traçado. Aliás, é por isso que estamos fazendo esses estudos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Mas o que tem é bom que fique claro. Existe um traçado definido pelo Acre, pela Valec. Agora, o estudo vai reavaliar, inclusive, se mantém esse traçado ou se faz outro.

O SR. NELSON BARBOSA – Existe um traçado da Valec que vai ser objeto do estudo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Só para colaborar, quem é o comprador das debêntures?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Peço a colaboração dos Senadores, porque há um traçado da Presidência. (Risos.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, vai haver chance de voltar à lista? Ou vai ser pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não. Vai voltar agora. É porque o Senador Jorge Viana está na Presidência da Casa. Então, manda quem pode, e obedece quem tem juízo. Se ele quiser assumir aqui...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone*.) – Só vim prestigiar o Ministro, colaborar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Só para colaborar, Sr. Ministro, quanto à questão das debêntures, quem são os compradores das debêntures?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vamos seguir aqui a ordem dos Senadores inscritos. Vamos conceder a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Às vezes, sou eu que tenho a fama de tumultuar a reunião. Hoje, fiquei aqui ordeiramente aguardando o meu momento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Há um ditado que diz: quem tem fama deita na cama.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A fama já pegou, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Vou transferi-la para o Senador Valdir Raupp, Sr. Presidente.

Bem, Sr. Presidente, senhoras e senhores colegas, Sr. Ministro Nelson Barbosa, Dr. Maurício, Secretário do PAC, do Ministério do Planejamento, quero discutir neste momento, Sr. Ministro e Sr. Secretário, a visão que me preocupa – até o Senado Wilder colocou na sua fala –, esse projeto, que confunde a cabeça do brasileiro.

Em que momento, o Ministério do Planejamento e a Presidente Dilma vão sair do plano de maquetagem e entrar no plano de planejamento? Qual é o momento em que o Governo vai dar ao Ministro João Santana a função apenas de publicitário? Isso é importante, porque o ilusionismo, ou essas teses virtuais que o Governo coloca, isso faz com que haja um desvio completo do foco.

Qual é a preocupação do brasileiro hoje? O cidadão não tem como ir à escola, porque não tem dinheiro para o Fies – há 178 mil jovens, hoje, sem bolsa –, milhões de brasileiros sem atendimento na área de saúde, o Brasil com epidemia de dengue e maior número de óbitos, disputando o meu Estado com o Acre o primeiro lugar. Estamos assistindo a uma situação na segurança pública que é o caos: a droga e a criminalidade atingindo proporções inimagináveis, uma inflação galopante, um desemprego ascendente, 9 milhões de desempregados, com a previsão de atingir 15% da população ativa desempregada, e, diante desse quadro, nós recebemos ontem o projeto de privatização do Governo.

Mas o projeto de privatização do Governo iniciou-se com, exatamente – V. Exª é o Secretário do PAC... A Presidente propôs 10.116 quadras esportivas. Até 2014, no final, ela construiu 3.384, um terço. A Presidente propôs implantar 500 unidades de UPA; apenas 230, menos da metade. A Presidente propôs modernizar 21 portos e aplicar R$5 bilhões. Aplicou apenas 2,048 bilhões, menos da metade. A Presidente, no PAC, prometeu investir 22,1 bilhões em obras de saneamento. E, com isso, ela apenas investiu 5,038 bilhões, um quarto. A Presidente se comprometeu a construir 4.696 quilômetros de ferrovias; construiu 227 – de 4.109 quilômetros de ferrovias, construiu 227. Quilômetros de rodovia construídos: 7.917 prometidos, 4.323 entregues. De 2.883

postos da polícia comunitária, nenhum foi entregue. Nenhum! Construção de 800 praças do PAC; construiu apenas 219, menos de um terço. Creches. Prometeu 6 mil creches, depois ampliou para 8 mil. Vamos voltar aos 6 mil. Apenas 2.011 creches, um terço do prometido.

Agora vem o leilão de Libra, fala em fazer a licitação do leilão de Libra. Que licitação? Que leilão que houve? Não houve leilão em Libra. Só teve um candidato montado a martelo e a machado na última hora para juntar os chineses e virou a PetroChina. Juntou com a Total mais a Shell. E, de última hora, só houve um candidato. É o leilão que o Governo fez.

O pré-sal está blefado e hoje passou a ser um grande problema, porque a Petrobras não tem 30% para investir nos leilões que serão feitos. Por isso está estancado o pré-sal, que era a menina dos olhos do Governo. Hoje ninguém fala em pré-sal mais.

Acabou com o Proálcool, destruiu as usinas, quebrou os produtores de álcool no Brasil e não se fala mais em Proálcool.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN. *Fora do microfone*.) – (*Inaudível*.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pois é. E quebrou. E quebrou o Proálcool.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senadora Fátima, vamos ouvir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – No Estado de V. Exª, o Rio Grande do Norte, está todo quebrado. Estão aí, numa audiência pública hoje. Então essa é a realidade...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Ronaldo Caiado...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, V. Exª foi tão contemplativo com todos os outros que me antecederam, Sr. Presidente! Eu estou aqui desde as 8 horas da manhã, Presidente, aguardando a fala de todos aqui. Para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Se eu for contemplativo com V. Exª...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...só um raciocínio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – ...V. Exª não vai ser comigo aqui na Presidência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu sei, Sr. Presidente, eu sei que combater o ilusionismo é duro! Mas V. Exª sabe, eu não sei fazer mágica. Eu sou um cirurgião. E, como tal, eu tenho que relatar dados concretos.

Então, vejam bem: transporte coletivo. Não sei quantos milhões de carros foram vendidos. Onde é que está o transporte coletivo no Brasil? Não tem projeto de transporte coletivo, mas um *marketing* no momento em que se fez a proposição de vender carros. Agora nós vemos exatamente o que está acontecendo.

As privatizações. O BNDES, agora, assume a responsabilidade de arcar com 70% em ferrovias e 40% ou 60% para transportes em rodovias e portos. Ora, onde é que o BNDES vai ter condições de arcar com essa situação?

De repente estou vendo aqui colegas meus discutindo a Bioceânica. Cadê o trem-bala? Do trem-bala, havia um projeto para ser entregue. Nós já estávamos andando. Pode ser que eu esteja desatualizado, Senadora, mas eu não tenho notícia de que o trem-bala foi inaugurado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Ronaldo Caiado...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pegue o trem-bala para acabar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu gostaria de dizer o seguinte, Sr. Presidente, qual é a realidade disso tudo? Para desviar o foco, tudo bem. Agora, não tem dinheiro, não tem condições. O Orçamento foi cortado para educação, para saúde, para segurança e para investimentos.

O que se propõe no Governo Dilma – e eu gostaria que o Ministro me dissesse o contrário – é que, desse projeto, apenas R$69 bilhões estão projetados para os próximos quatro anos. Dos R$180 bilhões, somente R$64 bilhões estão projetados para os próximos quatro anos, 0,3% do PIB. É irrisório. É irrisório! Para tirar o Brasil da crise, teria de ser 25% do PIB em investimentos. O que se propõe aqui é 0,3% do PIB.

Nós estamos no Senado Federal. A nossa responsabilidade é a de tratar de assuntos que não podem ser trazidos a conta-gotas para esta Casa.

Sr. Presidente, V. Exª é Presidente da Comissão de Infraestrutura. Nós precisamos saber a realidade em que está o Brasil. Não adianta maquiar situações e trazer aqui teses ilusionistas, pois nós não vamos resgatar o índice de desemprego, que cada vez é mais galopante. Isso compromete cada vez mais a credibilidade do Governo, que está altamente fragilizado.

Estamos agora votando para derrotar a medida que o Ministro apresentou, que foi a desoneração para empresários. Está na pauta agora para ser derrubada. São situações difíceis de o cidadão entender, quer dizer, por que não há dinheiro para esses setores e há dinheiro para privatizar todas essas empresas do Brasil e todas as rodovias. Essa metodologia foi tão criticada pelo PT, eu quero saber como o PT vai explicar, no 5º Congresso,

em Salvador – conforme a crítica do PT –, que o que vai ser aplicado agora é um governo modelo Fernando Henrique Cardoso e que o Levy é o grande orientador do Governo do PT nessa nova convenção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Essas são as perguntas que eu faço, Sr. Presidente.

Para concluir, quero dizer que recebi agora os aprovados no concurso da Anvisa. Eles perguntam ao Sr. Ministro se há alguma possibilidade de nomeação dos 27 aprovados, já que há 120 cargos na Anvisa para técnicos administrativos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Srªs e Srs. Senadores, peço agora compreensão para o chamado efeito tempo. Eu vou ter que dar um tempo aqui porque senão poderemos prolongar muito a audiência.

Agradeço a contribuição do Senador Ronaldo Caiado e acho, meu caro Ministro, que se o Senador Ronaldo Caiado continuar nesse tom, quem vai ser o Cristo da vez, numa disputa no Evangelho, vai terminar sendo o Ministro Nelson Barbosa.

Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Cumprimento o Sr. Ministro; o nosso Presidente; o Presidente em exercício na Casa, Senador Jorge Viana; e todos os nossos companheiros Senadores.

Inicialmente, vou ler três perguntas que havíamos preparado com a assessoria, de forma bem rápida. Apesar de o Ministro já ter abordado alguns aspectos, ainda há dúvida em relação à verticalização, de que forma ocorrerá, principalmente se o Governo está pensando na possibilidade de um operador nacional para o sistema de ferrovias ou se participarão empresas diferentes. Qual é o pensamento do Governo?

Estivemos conversando com setores do Governo, como a EPL. Eu queria saber se V. Exª, Ministro, tem visto o trabalho da EPL, nessa participação inclusive. Eu, pessoalmente, estive acompanhando alguns estudos que eles realizaram, vi as críticas ontem, e penso que a EPL é um grande instrumento que o Governo tem, inclusive com informações mais fidedignas, de acompanhamento de todo esse programa. Gostaria de saber se o Governo pensa em estruturar melhor a própria EPL.

O Governo autorizou novos arrendamentos no programa lançado ontem, Bloco 1 e Bloco 2, gerando investimentos da ordem de R$11,9 bilhões, incluindo os portos de Santos, Santarém, Vila do Conde e outros. Também mencionou novos arrendamentos em Suape, Aratu e Rio de Janeiro. E foram anunciados ainda novos investimentos em arrendamentos já existentes que, na verdade, são prorrogação dos contratos de arrendamentos de terminais nos portos públicos em nove Estados, totalizando 24 pedidos em análise, com investimento previsto da ordem de 10,8 bilhões.

Considerando que, nesse caso, não haverá licitação e que, dessa forma, os investimentos ocorrerão de forma mais rápida, o que é uma grande preocupação – o programa vai ter atendimento, vai ter resultado imediato e, nesse caso aqui, a nosso ver, teria – e, sendo eles também estratégicos para alavancar a economia, neste primeiro momento, gostaríamos de saber se V. Sª poderia citar quais seriam os principais pedidos de terminais já arrendados em análise – se não for possível passar agora, diga se vai estar disponível já, imediatamente, na internet –, uma vez que há necessidade premente de recapacitação, principalmente em razão de o Governo já estar tomando providências necessárias ao aprofundamento dos canais de acesso aos portos, o que objetiva receber navios de maior porte e com menor custo, tornando, assim, fundamental investimentos na melhora da infraestrutura desses terminais.

Tivemos, inclusive, um encontro em São Paulo, em que estava o Ministro Edinho, a primeira audiência pública sobre esse aspecto. E a gente percebeu muito também o interesse do empresariado de participar dessa dragagem. E também não havia, e até agora, pelo menos que eu saiba, não sei se já há, uma definição de como seriam feitas essas dragagens, de que forma seriam cobradas e de que forma serão.

Outro aspecto de que a gente ouviu falar muito, Ministro, foi a questão da insegurança jurídica, porque, depois vou falar aqui, inclusive, o senhor colocou isso, em relação a concessões já feitas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Wellington, queria que V. Exª colaborasse no tempo, senão vou ser cobrado pelo Senador Ronaldo Caiado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Então, como ele é...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – E quem termina sendo Cristo hoje sou eu.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – ... como ele é cirurgião médico, humano, e eu sou veterinário, então eu também preciso fazer algumas incisões precisas. (*Risos.*)

Só quero colocar também, sobre essa questão da insegurança jurídica, que fizemos uma emenda, a Emenda nº 39, de 2015, que altera o art. 175 da Constituição Federal, para determinar que as concessões e permissões do serviço público sejam normatizadas por lei complementar, porque hoje, também, pode-se mudar, e essas concessões são muito longas, com investimentos altos. E isso, a nosso ver, tem trazido também essa situação de insegurança jurídica.

O senhor falou ainda sobre os trechos que ligam Mato Grosso a Rondônia, ao Acre. Quero aqui concordar com o Senador Valdir Raupp, inclusive quanto a começar de lá para cá. Se começar, por exemplo, de Porto Velho para cá, de Mirituba para Mato Grosso, claro, já se vai aproveitar a própria ferrovia para chegar ao porto. Então, na parte de Mato Grosso, não temos concorrência nesse aspecto, muito pelo contrário. E, da forma que o senhor colocou, também, em relação à Água Boa, fazer inversamente facilita com que seja feita a integração.

Concluindo, Presidente, quero aqui ainda cobrar algo do Governo. No Mato Grosso, por exemplo, temos um aeroporto extremamente viável, com um movimento muito maior do que outros aeroportos que foram colocados. Estivemos lá com o Ministro Padilha, já tivemos reuniões com a Casa Civil e nos causou estranhamento o aeroporto de Cuiabá não estar colocado pelo menos no estudo. Gostaria de fazer aqui a reivindicação em nome da população de Mato Grosso.

E ainda, o senhor falou da questão da duplicação da BR-163, da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, em que estamos tendo um problema e é uma coisa que causa descrédito a situação das concessões, porque metade do trecho é para ser construído pelo próprio Ministério dos Transportes e metade, pela concessionária. A concessionária está agindo, trabalhando com rapidez. Quanto ao trecho do Ministério dos Transportes, por falta de pagamento, a empresa está parada, inclusive, não estão pagando a praça, causando uma desmoralização e um descrédito para todo o Governo.

Eu gostaria de saber de que forma vocês pretendem fazer essa assunção por parte da concessionária, se seria só na manutenção do trecho ou assumindo o trecho que já está em construção e licitação. Aliás, em relação ao trecho de Cuiabá a Rosário, a licitação está em curso. Nós estamos trabalhando nisso há um ano, e o Governo não resolveu assumir essa posição.

E, para finalizar, o trecho do anel viário de Barra do Garças, que compreende Barra do Garças, Aragarças e Pontal do Araguaia, ligando Goiás e Mato Grosso. É o trecho mais crítico do Estado de Mato Grosso e da Região Centro-Oeste, e nós não conseguimos – aí está o Maurício – colocar essa obra até hoje no PAC. A obra está lá, neste momento, parada também, e é um gargalo para os dois Estados.

Eu gostaria de pedir atenção e de saber por que o Ministério não resolve realizar uma obra naquele que é o maior ponto crítico do Estado em prioridade.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Se as Srªs e os Srs. Senadores concordarem, vamos dar cinco minutos para cada Senador.

Concordam? Cinco minutos para cada Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Dez minutos? Eu sabia que o Senador Flexa ia pedir isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª está mudando as regras do jogo do primeiro tempo para o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas o senhor me escolheu juiz, foi votar em mim, agora o mal está feito, Senador. Agora são cinco mesmo.

Eu quero registrar a presença do Senador Otto Alencar. Na verdade, esta audiência...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN. Fazendo soar a campainha.) – Peço silêncio.

Esta audiência pública é compartilhada por duas Comissões: uma é a nossa, de Infraestrutura, e a outra é a do Senador Otto Alencar.

Eu até pergunto se ele concorda com os cinco minutos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Plenamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Obrigado.

Então, concedo a palavra ao Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado, Senador.

O Senador Acir Gurgacz perguntou quem poderia ser o comprador dessas debêntures. Os investidores como um todo, investidores institucionais, tanto brasileiros como internacionais. Basta lembrar que as taxas

de juros no mundo ainda estão bem baixas. Mesmo que eventualmente ocorra uma elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, ainda assim, tudo indica que o mundo vai conviver com taxas de juros baixas, em termos reais, por muito tempo. Então, esses investimentos, como para o Brasil, em relação ao financiamento que havia antes, as taxas de juros oferecidas são baixas, mas para o mundo são elevadas, devem atrair bastante financiamento internacional e também de investidores de longo prazo no Brasil, como fundos de pensão. Essas debêntures de infraestrutura, em geral, são remuneradas atreladas ao IPCA. É o IPCA mais um percentual. E, quando colocadas, têm tido uma boa aceitação no mercado.

O Senador Caiado abordou várias questões. Sobre os resultados, o que é só *marketing* e o que é resultado, eu respeitosamente discordo do Senador. Mostramos alguns números aqui de como o volume de extensão de concessões vem aumentando. Começou no governo de Fernando Henrique e vem aumentando, depois aumentou no governo do Presidente Lula e aumentou ainda mais no Governo da Presidente Dilma. A construção de ferrovias vem aumentando. Está abaixo do que precisamos, sem dúvida está abaixo do que precisamos, está abaixo das metas iniciais apontadas pelo Governo, mas vem crescendo. Então, o que temos tentado trazer agora são metas bem realistas de execução dos programas.

V. Exª apontou vários programas em que a realização do Governo ficou abaixo das metas inicialmente anunciadas, mas, ainda assim, é uma realização que eu considero substancial. Construir mais de 2 mil creches é uma realização substancial, ainda que abaixo do que foi inicialmente anunciado pelo Governo.

Sobre a questão de concessão *versus* privatização, para mim, concessão não é privatização. E eu não tenho nenhum problema com privatização, quero deixar claro, até para destacar que o Governo da Presidente Dilma fez privatização. Fez a privatização do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), uma empresa estatal privatizada no Governo da Presidente Dilma, porque depois da abertura do mercado de resseguros, o IRB estava tendo várias dificuldades. Se continuasse do jeito que estava, provavelmente seria uma empresa falida hoje. Essa empresa foi privatizada, hoje tem o controle de um grupo de bancos, e está indo muito bem, é uma das principais operadoras do mercado de resseguros do Brasil. Não tenho nenhum problema com privatização.

Agora, concessão não é privatização. Concessão é a diferença entre alugar e vender o imóvel. Quando você aluga um imóvel, alguém usa aquilo e depois devolve. Isso é concessão. Vendeu o imóvel, passou o imóvel, recebeu o dinheiro, nunca mais é seu. É essa a diferença.

Privatizações também podem acontecer. Inclusive, o Governo está prevendo – já é fato, Senador, o senhor sabe, é do seu Estado – a desestatização da Celg. É uma coisa que esperamos fazer este ano, trabalhando junto com o Governador Marconi Perillo. É uma privatização.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – E eu vou derrotá-la aqui na Casa.

O SR. NELSON BARBOSA – Parece que é interesse do Governo do Estado de Goiás.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É um golpe a Goiás.

O SR. NELSON BARBOSA – Bom, o senhor perguntou sobre a questão do valor. Sim, a maior parte dos valores depois de 2019, porque são projetos de longo prazo; projetos de longo prazo iniciados em 2018, e a maior parte da execução vai ser a partir de 2019. Eu quero reiterar: esperamos iniciar todos esses projetos até 2018, mas, como estamos falando de ferrovias, de algumas estradas bem longas, o investimento vai durar cinco, seis, sete anos. Então, vai se estender para além de 2018.

O valor de R$69 bilhões dá um pouco mais de 1% do PIB projetado para este ano. Distribuído em quatro anos, é o que o senhor colocou: 0,25%. Só que isso é o valor inicial. Esse investimento alavanca outros, aquilo que os economistas chamam de efeito e encadeamento. Ao construir uma ferrovia, você vai contratar mais produção de máquinas, vai mobilizar aquelas cidades e regiões por onde passar a ferrovia. Então, tem um efeito. Esperamos que esses investimentos adicionem cerca de 0,5% ao crescimento do PIB por ano nos próximos anos, começando, principalmente, a partir de 2016. Então, não é um efeito muito elevado, mas é um efeito considerável.

O senhor mencionou a taxa de investimento. Eu havia mostrado, no início, que a nossa taxa de investimento médio foi de 20% do PIB. Ela caiu em 2013 e 2014, está em cerca de 19% agora. Com esse programa e as outras iniciativas, esperamos elevar isso gradualmente para 21% do PIB. Achamos que, elevando para 21% do PIB, é o suficiente para sustentar um crescimento de cerca de 3% do PIB, em média, procurando fazer com que o Brasil volte a crescer mais rápido. O que é mais rápido? Três por cento do PIB. Como a população brasileira está crescendo menos, crescer 3% do PIB é aumentar a renda por habitante em cerca de 2,3%, 2,4% ao ano, o que, no mundo de hoje, é um ritmo acelerado. Não é um ritmo chinês – a própria China está desacelerando –, mas, quando comparamos com países da América Latina assim como com outros países mais avançados, é um ritmo adequado.

Então, respondendo especificamente a sua pergunta, esses R$69 bilhões geram um efeito direto de 0,25% por ano. Se botarmos o efeito indireto, pode chegar a 0,5% por ano. Com isso, vai elevar o PIB e o investimento.

Espero elevar mais o investimento que o PIB, para atingir uma taxa de investimento de 21%, que calculamos conseguir sustentar um crescimento de 3% em longo prazo, com o controle da inflação.

Passando para a pergunta do Senador Wellington, foram várias perguntas, vamos adotar o modelo verticalizado, porque as consultas com os investidores e órgãos reguladores de várias partes do mundo revelaram o melhor modelo. O modelo horizontal normalmente funciona quando já há uma rede ferroviária estabelecida, porque não tem investimento, é só manter. Quando tem que construir a rede ferroviária, é melhor o modelo verticalizado, mas com garantia de direito de passagem. Então, o Governo vai adotar as medidas necessárias para garantir, com mais veemência, esse direito de passagem, para ter mais concorrência.

Não sou uma autoridade na área, neste momento não estamos pensando no operador nacional, mas, com certeza, a operação dessa malha vai ter que ter um supervisor nacional, digamos assim, para verificar: que esse direito de passagem está sendo garantido, que cada componente da malha está permitindo um percentual mínimo de tráfego de outros concessionários. Então, eu trocaria a palavra.

Está sendo pensado, sim, um supervisor nacional para garantir o direito de passagem. Como isso vai ser feito? Aí, provavelmente, a ANTT e o Ministério dos Transportes estão formulando isso.

A EPL...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Não seria mais fácil agora, no investimento, provocar a construção dessa operacionalização?

O SR. NELSON BARBOSA – Sim, nós estamos pensando em fazer isso. Acho que o órgão para fazer isso é a ANTT, mas, assim como há o Operador Nacional do Sistema no setor elétrico, tem que se criar algum ente, algum fórum com representante do setor público e privado para garantir esse direito de passagem na malha ferroviária.

A EPL é fundamental e pode ser mais bem aproveitada. O Ministro Antonio Carlos já tem medidas para fortalecer e melhorar a EPL, que acreditamos que será cada vez mais crucial na execução disso, inclusive para analisar os projetos.

Estamos partindo de uma posição bem humilde e pragmatista ao começar pedindo estudos ao setor privado, porque algumas coisas achamos que são viáveis, mas queremos ouvir o outro lado, de quem vai comprar isso. Esses estudos, depois, têm que ser analisados pelo Governo. Por quem? Provavelmente pela EPL e também pelas equipes de planejamento e fazenda, mas a empresa para fazer isso é a EPL, como a EPE faz no lado da energia.

O Ministro Antonio Carlos tem medidas, já tem um plano em mente para fortalecer cada vez mais a EPL, mas eu não me sinto confortável em falar disso. Creio que ele é a melhor autoridade para falar sobre isso.

Nos portos, os pedidos de prorrogação são públicos e submetidos à SEP. Ainda não tenho essa lista, mas ela está disponível na Secretaria dos Portos e também na Antaq. Posteriormente a minha equipe pode passar para o senhor os pedidos já feitos e como eles são. Prorrogações são atos públicos que têm que ser assinados e depois analisados pelo TCU, pela CGU. São todos atos públicos. Esses pedidos de prorrogação, todos eles estão listados tanto na Antaq quanto na SEP.

Sobre a questão do canal de acesso que o senhor colocou, houve uma audiência. Inicialmente, nós estávamos pensando em fazer a concessão da dragagem. Nessas discussões das audiências públicas, o próprio setor sugeriu que não se fizesse concessão, mas um consórcio. Falaram: "É melhor não fazer concessão. Nesse caso, pegue os terminais que estão nos portos, junte com a Companhia Docas, faça um consórcio público-privado com mais participação, porque o público é minoritário". Os terminais dos portos de Santos e Paranaguá participam desse consórcio. E esse consórcio privado com participação estatal contrata a dragagem. É isso que agora a Secretaria de Portos está estudando.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E cobraria também o serviço prestado?

O SR. NELSON BARBOSA – Cobraria o serviço que hoje é pago à Docas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu digo para não misturar com o do Governo, não é?

O SR. NELSON BARBOSA – Isso. Cobraria, cobraria. E substituiria a tarifa que hoje é paga à Docas, entendeu? A Docas entraria nesse consórcio. Isso está definido? Não. É isso que está sendo estudado. Nós começamos com uma proposta de concessão, conceder a dragagem a um determinado operador. O que os usuários, os terminais dos portos falaram? É melhor você fazer um consórcio. Faça um contrato com quem está no porto e com a Companhia Docas. É isso que o Ministro Edinho Araújo está estudando e deve apresentar a sua conclusão em breve.

O senhor falou da insegurança jurídica. Nós estamos trabalhando para minorar, mas, com todo o respeito, Senador, eu não acho que a melhor maneira seria colocar numa lei complementar, até porque, se for para colocar numa lei complementar, é melhor que ela seja bem geral, pois, uma vez que as concessões variam

muito, dependendo do modal e também da característica... Uma coisa é o leilão da Ponte Rio-Niterói, que já existe, tem tráfego, quem entra já tem receita no primeiro dia; outra coisa é o leilão de uma rodovia que não existe na Amazônia, caso em que o edital e as condições de concessão têm que ser adaptadas. Então, se for para colocar numa lei complementar, têm que ser as condições gerais, diretrizes gerais que devem ser seguidas num modelo de concessão, mas sem amarrar muito, para dar essa flexibilidade que tem que ser adotada.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Ficou aberto então para discutirmos o assunto.

O SR. NELSON BARBOSA – Podemos discutir.

A duplicação da 163 é uma preocupação do Governo. Por isto nós estamos estudando, para o concessionário assumir a realização dessa duplicação. Esperamos fazer isso rapidamente, assinar esse aditivo. Nós estamos em negociação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Da construção ou da manutenção?

O SR. NELSON BARBOSA – Da construção.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E os contratos existentes? O que se faria?

O SR. NELSON BARBOSA – Nós vamos ver como fazer isso, porque, se há contratos existentes, ele tem que assumir esses contratos. Vamos ver em que condições o concessionário pode assumir. Essa é uma negociação que não está concluída, mas nós esperamos que o concessionário possa assumir a duplicação e, depois, a manutenção.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Ministro, eu tenho que repetir isto aqui: esse trecho de Rondonópolis a Cuiabá/Posto Gil é o trecho que, segundo a Polícia Rodoviária Federal, tem o maior número de acidentes frontais do Brasil. Portanto, a maior incidência de mortes. Daí essa demora. Estamos falando nisso há um ano e tanto, quase dois anos com o Governo. Aqui tanto eu quanto o Senador Blairo já abordamos isso, porque a tarifa em Mato Grosso teria espaço para a absorção, aquilo que foi bom no começo, mas, em Mato Grosso do Sul, como toda ela vai ser feita pela concessionária, a diferença da tarifa é grande. Agora, é preciso tomar decisão rápido, porque lá as obras estão paradas e as pessoas estão morrendo. Essa é a preocupação.

O SR. NELSON BARBOSA – Nós estamos tentando, obviamente dentro da nossa limitação, acelerar essas obras, mas também estamos discutindo com o concessionário para ele assumir a duplicação e a manutenção.

Quanto à questão de Cuiabá, Cuiabá foi um dos aeroportos analisados, e decidimos não colocar nessa primeira rodada. Pode ser colocado na rodada do ano que vem. Como eu disse, nossa intenção é fazer várias rodadas de concessões de aeroportos, principalmente aeroportos das capitais. Se forem considerados outros aeroportos... Até para sermos realistas, para não anunciarmos uma coisa muito ambiciosa, nós decidimos começar com quatro aeroportos, fazer essa licitação até o meio do próximo ano, e, nessa época, anunciar mais um conjunto de aeroportos e fazer disso um processo contínuo. Então, o aeroporto de Cuiabá está sendo estudado, não só para dar tempo para o setor se preparar e absorver, mas também para dar tempo para a Infraero se adaptar; a Infraero precisa se adaptar a essa nova realidade de mercado aeroportuário, em que ela vai ser acionista de aeroportos concedidos; ela não vai ser o principal operador desses grandes aeroportos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E como provocarmos para apenas se fazer o estudo?

O SR. NELSON BARBOSA – O decreto de PMI que nós publicamos prevê um processo de mão dupla. Ele disciplina como devem ser feitos os pedidos de manifestação de interesse, que critérios o Governo tem que seguir, seja qual for o modal – ferrovia, rodovia, aeroporto. O Governo tem que divulgar com determinado prazo, chamar o pedido; quem ganhar vai ser remunerado depois e tal; e, além de o Governo iniciar o processo, há um artigo de que não me lembro do número – depois vou passar o número do decreto a V. Exª – que pode ser na mão inversa. O setor privado pode provocar o Governo. O setor privado pode dizer: "Vocês não colocaram esse aeroporto, essa rodovia, essa ferrovia, mas há investidor interessado; há as firmas X, Y, Z que querem estudar o aeroporto de Cuiabá". E pedem autorização do Governo para estudar o aeroporto de Cuiabá, e, eventualmente, se esse aeroporto for concedido, a empresa será remunerada por esse estudo. Está previsto no decreto, pode ser feito.

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON BARBOSA – Eu não quero aqui divulgar, mas nós já fomos procurados por vários investidores com outros projetos além desses que anunciamos. E agora nós estamos esperando que eles apresentem os estudos, porque nós queremos fazer uma via de mão dupla. O Governo não é dono da verdade. Em consultas com governadores e o setor privado, nós identificamos o que nós achamos que é mais viável no curto prazo. Mas há possibilidade de o setor privado apresentar também.

Acho que é isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou ser bem rápido, e agradeço o direito à réplica.

Sr. Presidente, pergunto diretamente ao Sr. Ministro Nelson Barbosa. Nós fomos duramente demonizados na tese de concessão da exploração de poços da Petrobras pelo Governo de V. Exª. E aí passaram a adotar o sistema de partilha. Hoje, o próprio Ministro de Minas e Energia já disse que é inviável e vai trabalhar para que volte o sistema anterior.

Nós vimos o que aconteceu na área de energia elétrica. A mudança que a Presidente propôs na medida provisória quebrou todas as distribuidoras. Hoje, o Tesouro arca com mais de R$10 bilhões, por uma atitude demagógica de dizer que haveria uma tarifa menor.

Quando V. Exª diz que a privatização já foi feita no Instituto de Resseguros do Brasil, e também essas concessões por 30 anos, adiáveis por mais 30 anos, elas são realmente privatizações; essas empresas, logicamente, vão continuar com elas. Então, não precisamos apelidar as palavras: são privatizações mesmo. Qual era a diferença? Era que a concessão da época do PT dizia o seguinte: "Vou fazer uma concessão em que o preço ao consumidor será menor." E, na época do Fernando Henrique, o preço da outorga era aquele que pagava mais. Com isso, o consumidor não era beneficiado.

Qual é o modelo que V. Exªs mostraram ontem para o Brasil? É exatamente o da outorga, ou seja, quem pagar mais leva. Então, é igualzinho! Agora, acho que se esqueceram de incluir no plano o pagamento dos direitos autorais ao Fernando Henrique Cardoso. Isso é que eu acho que faltou nesse plano de ontem que V. Exªs apresentaram.

Para finalizar, Sr. Presidente, em relação ao problema da Celg, eu gostaria depois de fazer levar a V. Exª dados que são substantivos. É importante que nós tenhamos a noção de que está sendo retirada do meu Estado a maior empresa do Centro-Oeste. V. Exª pode dizer: "Isso é assunto do Estado". Concordo. A privatização da Celg é a maneira de enterrar a maior caixa-preta que já existiu no meu Estado.

Ao mesmo tempo em que uma empresa tinha o maior valor no Centro-Oeste, o Estado teve que assumir bilhões de reais do passivo dela, contrair outros empréstimos para que a Eletrobras assumisse, no entanto, a Eletrobras não fez nada em Goiás. Nada! Zero! Goiás hoje tem o pior índice de distribuição de energia. Nós passamos por 40 horas sem energia no Estado, sendo que a média são 16 horas. É o colapso total. Qualquer empresa de Goiás, por menor que seja, tem um gerador na porta. Nós não temos energia de qualidade no nosso Estado. Além do mais, basta o Governo Federal, agora, renovar a concessão da Celg e ela, de uma empresa falida, quebrada, que custou R$1,00 para a Eletrobras, passa a ter um preço de mercado, Sr. Presidente, de R$6 bilhões. Veja bem a que ponto nós chegamos hoje, como Goiás está sendo penalizado neste momento!

Essa privatização, Sr. Ministro, eu que sempre defendi...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... porque vejo a capacidade e sei das áreas em que o Governo deve se meter – saúde, educação, segurança, controle da área de transporte, de segurança, como é o entorno de Brasília, que não anda, mas quero dizer a V. Exª que, nessa parte específica da Celg, eu vou me opor e fazer chegar a V. Exª dados consistentes, para que V. Exªs reflitam, porque Goiás não pode assumir um prejuízo dessa proporção e a inviabilização completa das nossas áreas de fronteira, de desenvolvimento.

Então, Sr. Presidente, era isso que eu gostaria de dizer.

E insisto: os amigos da Anvisa pedem que V. Exª diga a eles se há alguma alternativa; lógico, não se esqueça da minha Celg; muito menos, também, que inclua aí os direitos autorais de Fernando Henrique.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BARBOSA – Agradeço as informações que o senhor vai passar sobre a Celg.

Sobre a questão da Anvisa, nós estamos agora avaliando não só os concursos da Anvisa, mas também de várias agências reguladoras, porque, para ter um programa de investimento eficiente como esse, é preciso também uma atuação mais e mais eficiente por parte da regulação do Estado. Então, planejamos, ao longo deste mês, começar a soltar as posses, principalmente dos concursos que já foram feitos. Para concursos que já foram feitos e a previsão de vagas ainda não foi chamada, com certeza será chamada, até porque a lei assim o determina. Eu não sei se esse é exatamente o caso da Anvisa, mas há casos de algumas agências reguladoras cujo concurso foi feito, mas ainda não foi chamada a quantidade total prevista no concurso. Então, isso vai ser feito, ao longo dos próximos anos.

Como eu falei, o Governo está querendo um modelo combinado, com outorga em alguns casos, sem outorga em outros casos. No caso das rodovias, é leilão e por menor tarifa, porque esse modelo se verificou bem adequado. No caso dos aeroportos, já há outorga desde o primeiro.

Então, não é uma posição ideológica, é uma posição de resolver o problema. Queremos resolver o problema da melhor maneira possível, gerando oportunidade de investimentos que sejam atraentes para o setor privado, mas que também atendam os interesses dos consumidores. É esse balanço que procuramos fazer no nosso dia a dia. Às vezes, vai um pouco mais para um lado, às vezes vai um pouco mais para o outro, e vai-se aprendendo nesse processo e acertando cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria só saber quantos inscritos há ainda, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu não quero atropelar minha colega, mas queria pedir desculpas, Sr. Presidente, porque nós temos acumulado a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, onde sou membro titular. Tenho uma sabatina e vou me deslocar para lá.

Agradeço e vou levar os dados da nossa Celg a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço também ao Senador Ronaldo.

Temos inscritos, Senadora Gleisi, a partir de agora, o Senador... Vamos fazer três agora para acelerar. Não vamos acelerar o PIL, mas vamos acelerar a audiência, não é? É PIL? (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Programa de Investimentos em Logística.

Aliás, temos o Senador Hélio José, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Blairo Maggi, que se ausentou momentaneamente, a Senadora Fátima Bezerra, a Senadora Gleisi, a Senadora Lúcia Vânia e a Senadora Lídice.

A senhora já havia pedido?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. Fora do microfone.) – ... paciência.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A paciência é uma virtude das mulheres.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, por favor, me inscreva também. Senador Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Presidente em exercício da Casa, Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só queria cumprimentar V. Exª e dizer que é uma satisfação ter aqui essa lenda presidindo uma reunião, porque a gente, além de tudo, trata de coisas muito sérias, mas de um jeito que só V. Exª consegue fazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Jorge Viana, eu estou velho, mas não virei lenda ainda, não. (Risos.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não! O senhor é uma lenda aqui no Senado.

Eu queria só pedir licença, porque estou saindo, para cumprimentar o Ministro e agradecer por estar aqui nos ajudando a compreender melhor esse programa que eu penso que é da maior importância para o País e também por ser o responsável pelo PAC do nosso Governo.

Era isso.

Peço licença a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço a presença do nosso Presidente, que muito nos prestigiou.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Hélio José, por cinco minutos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Prorrogáveis por mais dez.

Bom dia a todos!

Presidente, queria cumprimentá-lo sempre pela simpatia na condução dos trabalhos; lamentar a saída do nosso amigo, Engenheiro Florestal Jorge Viana, que é o nosso Presidente em exercício; cumprimentar nosso Ministro Nelson Barbosa, e cumprimentar o Maurício Muniz, Coordenador da Secretaria do PAC.

Acredito que o Governo acerta quando propõe essa série de pacotes de concessões na área de infraestrutura. Não há como fazer milagres. É preciso dinheiro para investir. Precisamos dar alternativas a quem quer investir em nosso País. E acredito que o Governo está fazendo o seu papel neste momento.

Eu acho muito importante, por exemplo, a questão das ferrovias. O Brasil é um país com poucas ferrovias, inclusive tem menos ferrovias hoje do que tinha tempos atrás. Foi bastante ousada essa proposta.

Só estava faltando, Nelson, tentar verificar a questão de passageiros, talvez uma ligação entre as capitais do Nordeste, e aquela questão de Brasília-Goiânia-São Paulo-Rio. Brasília-Anápolis-Goiânia é muito importante. Então, se pudéssemos fazer um estudo sobre a possibilidade de ver se há pessoas interessadas nessa concessão, eu acho que seria muito interessante para a nossa população carente, que teria um transporte um pouco mais barato, rápido, eficiente, igual ao que há na Europa.

Com relação aos aeroportos, eu acho que quatro é um número bastante razoável. A minha preocupação, Ministro, é que o Governo possa conceder agora a joia da coroa e ficar com os aeroportos deficitários, que o Governo tenha que assumir o ônus de administrá-los porque não vão aparecer pessoas interessadas nessas concessões.

Lembro que, quando da construção de Brasília, foi feito um grande investimento para a mesma empresa. Quer dizer, o aeroporto de Brasília é um aeroporto que ainda vai ser rentável, mas não é ainda. E assim eu acho que foi com os outros. Então, eu acredito que precisaríamos contrabalancear as joias da coroa.

Com relação aos portos, o Brasil é um país litorâneo e que não tem a mínima condição de continuar como está. Então, eu acho isso importantíssimo. Parabenizo-o por essa atitude. Acho que o Brasil tem que aproveitar melhor a questão dos portos.

Com relação às rodovias, isso é necessário, para evitar as mortes, embora não me seja simpático investir tanto em rodovias, porque acho que já temos bastantes rodovias. Precisamos é duplicar as rodovias que há aí. Acho que temos que investir em ferrovias, em portos, para termos um transporte mais barato.

Com relação às hidrovias, o Governo não ousou. E eu queria saber o que o Governo pensa sobre as hidrovias possíveis em nosso País, se pensa em política de concessão, como é que o Governo pensa com relação às hidrovias, transporte muito usado também na Europa, e o Brasil tem bons rios e poderia utilizá-los.

Sr. Ministro, o PAC gastou por volta de R$1 trilhão. Este foi o investimento do PAC: um pouquinho mais de R$1 trilhão para o PAC 1 e PAC 2. A categoria responsável pelo PAC é a minha categoria, a categoria de analista de infraestrutura, que está lá no MME, no MPOG, no Ministério dos Transportes, na Secretaria dos Portos, no Ministério das Cidades, no Ministério da Integração, na Secretaria de Aviação Civil, em todas essas secretarias aqui. Essa categoria é penalizada, porque entrou em exercício três meses depois da MP nº 440, que resolveu o problema dos analistas no governo público. Ficam aí todos os engenheiros e arquitetos contratados para destravar o PAC, para destravar as obras de infraestrutura. Tiveram que estudar para passar em concurso público de APO (Analista de Planejamento e Orçamento)...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – ... é ineficiente, metade da gratificação, o que desanima a maioria do pessoal.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

O valor previsto de investimentos, de 198 bilhões, significa que, se nós pegarmos e resolvermos o problema da evasão dos 30%, 35% dos analistas de infraestrutura, pondo-os para realmente fazer a questão, isso representará menos de 3% desse valor e a gente vai resolver a questão da carreira, porque a Constituição prevê tratar desiguais de forma desigual. Não tem como os analistas de infraestrutura entrarem no bolo da questão da discussão das carreiras, porque o nosso Governo vai estar no contrassenso. Nós precisamos resolver, como resolvemos a questão dos delegados da Polícia Federal. Há uma emenda na MP nº 675 para resolver essa questão dessa equiparação. Eu espero que isso venha, que o Governo nos apoie nessa questão e tenha, realmente, uma categoria valorizada, que são os analistas de infraestrutura, para fazer as grandes obras de infraestrutura andarem.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, a Senadora Gleisi Hoffmann.

Agora teremos um bloco de três.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; Ministro Nelson Barbosa, Sr. Maurício Carvalho, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiro, uma questão de ordem. Eu fiz um requerimento na CMA, que depois foi feito aqui também na CI em uma reunião conjunta da CMA com a CI, e eu pergunto se esta audiência é, pelo menos na pauta assim está, em função do requerimento que eu entreguei. Eu entreguei e foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Está sendo conjunta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Então eu pediria a V. Exª que nós pudéssemos remarcar a audiência, porque o meu Requerimento nº 35, que consta da pauta, diz respeito a convite ao Ministro Nelson Barbosa e ao Presidente do TCU, Sr. Aroldo Cedraz, para que possamos tratar da questão das pedaladas fiscais. E o objeto desta reunião – e ela é importante – é o programa de investimentos que foi ontem lançado no Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu quero responder ao Senador Flexa dizendo o seguinte: esta reunião realmente é uma reunião conjunta das duas Comissões, mas não para tratar desse item proposto por V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Mas a pauta da CI/CMA fala do Requerimento nº 35.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Realmente eu peço desculpas a V. Exª, porque não foi incluído esse item. Poderemos ter, como V. Exª disse, uma nova audiência pública que trate disso com o Presidente do Tribunal de Contas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ficou prejudicado, porque o Presidente do Tribunal de Contas da União não pôde estar presente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu agradeço a V. Exª e peço isso para que a gente possa fazer cumprir o Requerimento que foi aprovado, de nº 35, que está na pauta de hoje, em outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ministro Nelson Barbosa, o senhor tem que fechar o corpo, porque estão empurrando a sua cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não, foi nada com a cadeira. Foi uma flechada do Flexa. (Risos.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Primeiro, eu quero iniciar a contagem do meu tempo a partir de agora e dizer do respeito que tenho...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN. Fora do microfone.) – ... arrumou a cadeira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É verdade.

Quero dizer do respeito que tenho por V. Exª, Ministro Nelson Barbosa, e pelo Ministro Levy. O Senador Garibaldi Alves, há pouco, disse que seriam dois Cristos. Ministro Levy já foi chamado de Cristo e, agora, o Ministro Barbosa. Preocupa-me porque...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN. Fora do microfone.) – A partir de agora, por V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pois é. Preocupa-me porque Pilatos, quando fez o julgamento, tinha Barrabás ao lado. O povo escolheu crucificar o Cristo e soltar o Barrabás. Então, precisamos saber quem é o Barrabás deste Governo, que está solto por aí.

Ministro, as considerações do Senador Caiado eu iria fazer, mas não farei mais porque V. Exª já até respondeu. Mas é correto, é verdadeiro que todos os programas lançados nunca foram cumpridos. Eu gostaria que V. Exª nos dissesse uma obra estruturante, uma obra estruturante que tenha se iniciado e terminado no Governo do PT, uma obra estruturante, não falo de fazer uma creche ou uma unidade básica de saúde, apesar de a quantidade, como foi dito, ter sido um terço daquilo que foi prometido, mas não vou entrar nesse mérito.

O programa lançado ontem é uma *overdose* sobre a população brasileira. A *Folha de S.Paulo* de hoje, na sua manchete de capa, diz: "Governo Dilma lança lista de intenções para infraestrutura". Diz mais aqui: "Entre os projetos, há 66 que já faziam parte do primeiro programa de Dilma". Ou seja, estamos requentando aquilo que já foi lançado e relançando agora como novidade.

Mas vou me ater só à questão, para que eu possa cumprir o horário do Presidente, que diz respeito ao Estado do Pará. Há uma frase aqui, Ministro Barbosa: "No século XXI, reconstruiremos o Brasil ao reinventar a Amazônia". V. Exª sabe de quem é esta frase? Do Ministro Mangabeira Unger, seu colega de Ministério. Então, não há dúvida de que o novo Brasil tem que passar obrigatoriamente pela Amazônia, não há dúvida disso.

Aí, lamento que, nesse programa que ontem foi lançado... E desde o Governo Militar se fala na Rodovia BR-163 como Rodovia Cuiabá-Santarém. Essa é a rodovia. E o Governo da Presidente Dilma oferece concessão à Rodovia Sinop-Mirituba.

Para o Estado do Pará, Ministro Nelson Barbosa, essa rodovia, como tinha sido programada há mais de trinta anos, tem que ir a Santarém. Então, eu pediria a V. Exª que pudesse estender essa concessão não só até Mirituba, porque essa atende uma parte do Estado do Pará, mas temos um polo de soja se desenvolvendo em Santarém com empresas já instaladas no Porto de Santarém e a rodovia precisa ir até lá. Então...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ...Então, pediria que o Governo pudesse fazer esse estudo para levar a concessão da Rodovia 163 até Santarém, e não até Miritituba, porque não atende, repito, os interesses do Estado do Pará, e os interesses do Estado estão acima dos interesses comerciais.

Uma outra questão, Ministro Nelson Barbosa, é a Ferrovia Norte-Sul. Estamos esperando há três anos que o Governo leve a concessão ou a PMI do trecho que liga Açailândia, da Norte-Sul, até Barcarena, por onde vão ser exportados os grãos que virão de Miritituba, que virão de Santarém, que estão vindo pela hidrovia do Madeira. Todos sairão em Barcarena. Então, esse trecho da Norte-Sul é da maior importância.

Para nossa surpresa, já foram feitas audiências públicas em Belém e aqui em Brasília, com tudo pronto, edital encaminhado ao TCU para aprovação e, para surpresa nossa, no lançamento de ontem, colocaram um rabo, eu diria, um apêndice na Ferrovia Açailândia-Barcarena, um trecho entre Palmas e Anápolis. Não tem nada ver. Não sou contra Palmas-Anápolis, acho que tem que ser feito. Está aqui embaixo; Açailândia e Barcarena, aqui em cima; e tem um trecho no meio.

Então, pediria também que o Governo, que o seu Ministério pudesse estudar a forma de separar os dois trechos, porque Açailândia-Barcarena está pronto para ir a leilão. É outro pedido que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Flexa, V. Exª já está na prorrogação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É porque a Amazônia corresponde a 60% do Brasil e ela nunca é respeitada como deve ser. Então, pediria a V. Exª, que é um líder do Nordeste, do Rio Grande do Norte, que deixe a Amazônia falar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Nem tanto. Vou conceder uma prorrogação de três minutos em homenagem a V. Exª e à Amazônia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Obrigado.

Terceiro ponto, Ministro: o Governo do Estado do Pará tem um projeto para fazer uma ferrovia ligando o extremo sul do Estado, Santana do Araguaia, a Barcarena, uma ferrovia estadual. Então, pediria a V. Exª também que pudéssemos fazer em conjunto esse estudo, porque, feita essa ferrovia, o trecho Açailândia-Barcarena poderia ser uma interligação, e não o trecho todo. Acho importante o Estado ser chamado para poder fazer, junto com o Governo Federal, as intervenções que estão previstas no programa de investimento do Governo Federal.

Pergunto a V. Exª: toda medida provisória que chega ao Congresso tem como princípio a urgência e a emergência, não é assim? Todas têm que cumprir esse princípio. Várias medidas provisórias vieram aqui. A do trem-bala foi uma delas. Era preciso aprovar em duas semanas...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ...porque senão o Brasil teria prejuízo. Há anos não se fala em trem-bala. A própria Folha diz que o trem para o Peru é maluco, um articulista da Folha, ou seja, vai ser outro trem-bala. Deus queira que eu esteja errado!

A CNT, Ministro, a Confederação Nacional do Transporte, coloca o preço do transporte por essa Ferrovia Transoceânica em R$ 364,00 por tonelada transportada. O preço da tonelada transportada, saindo por Vila do Conde, é de cento e trinta e poucos reais, quase R$ 200,00 de diferença. Então, quem vai transportar não vai sair por aqui, podendo sair por Barcarena, que é, sem sombra de dúvida, o porto mais bem localizado geograficamente para exportar tanto para a Ásia quanto para os Estados Unidos e para a Europa.

Finalizando, diria a V. Exª que, há pouco tempo, ainda este ano, aprovamos aqui, e foi lançado midiaticamente, como todos os lançamentos são feitos, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aviação Regional e também a construção de duzentos e tantos aeródromos, no meu Estado seriam vinte e quatro. Nada mais se ouviu falar sobre isso. Inclusive, o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, pelo que se sabe, foi colocado de lado pela Presidente porque tinha de se fazer uma regulamentação para que ele funcionasse. Essa regulamentação não foi feita e, pelo que se sabe, não será feita. Ou seja, é importante para o Brasil todo a aviação regional, mas é mais importante para a Amazônia, onde as estradas são os nossos rios. A aviação regional salva vidas.

Então, eu pediria a V. Exª que dissesse como se encontra a questão do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aviação Regional e a construção dos aeródromos. Houve também lançamento, por parte do Palácio do Planalto, e até hoje, pelo que se sabe, nenhum aeródromo, daqueles duzentos e tantos, foi iniciado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi, que deu, inclusive, uma contribuição importante desde o lançamento do Plano de Logística na Casa Civil.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Queria agradecer o convite para participar desta audiência. Eu não sou da Comissão de Infraestrutura, mas agradeço o convite.

Quero trazer uma saudação ao nosso Ministro Nelson Barbosa, também uma saudação ao Maurício Muniz, que coordena o PAC, os programas de investimentos do Governo Federal, e dizer, Ministro, que achei muito positivo o programa. Primeiro porque ele corrige aspectos importantes, que travavam ou causavam dificuldades à evolução do programa que lançamos em 2012. Claro que a gente sempre busca o aperfeiçoamento. Foi assim no PAC, está sendo assim no PIL. Acho que vamos ter um avanço importante nos investimentos no País.

Segundo, pelo balanço que a Presidente fez, porque foram muitos investimentos feitos nesse curto espaço de tempo. Nós estamos trabalhando com quatro modais de transportes: rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Ter licitado, ter concedido mais de 5 mil quilômetros de rodovias não é pouca coisa, e com uma tarifa muito barata, muito baixa.

Por isso que concordo com V. Exª: nós não temos aqui uma discussão ideológica sobre essa questão da outorga ou da tarifa por menor preço, a gente faz aquilo que pode ter um resultado melhor para a Nação. Se não precisamos pôr outorga em rodovias, por que vamos pôr? Queremos que haja mais investimentos. Então, obviamente, isso barateia o custo da passagem.

No caso dos aeroportos, é diferente, porque os aeroportos têm um ganho muito grande para o operador privado. Não é justo ele não partilhar com o setor público esse ganho que ele vai ter. E a maioria dos nossos aeroportos tinha infraestrutura já pronta, nós não estávamos concedendo uma planta *greenfield*. Com exceção no Rio Grande do Norte, que foi essa concessão, os demais estavam construídos. Então, não é justo também o privado entrar sem dar nenhuma contribuição ou pagar ao Erário o que ele já fez de despesas e gastos. E tiveram sucesso as concessões de aeroportos.

Eu entro no aeroporto de Brasília e me lembro de que, quando eu era Ministra da Casa Civil, o aeroporto de Brasília estava com muitos problemas. Nós estávamos ainda no início das concessões. Todo mundo criticava. Quando me encontravam, diziam assim: "Ministra, isso aqui está uma bagunça, uma barbaridade!". Agora, sabe, Presidente Senador Garibaldi, eu chego lá, mas ninguém elogia, não! Todo mundo está feliz, contente, sentado nas cadeiras, comendo lá nos restaurantes, e ninguém elogia. O investimento que foi feito nesse aeroporto foi uma coisa muito grande. Hoje é considerado o quarto melhor aeroporto do Brasil. Assim como o aeroporto, em São Paulo, de Guarulhos. Campinas melhorou bastante. Vamos ter melhora em Confins, vamos ter melhora no Rio de Janeiro. Então, isso está mudando. Nós não vemos mais as matérias nos jornais sobre os aeroportos brasileiros.

Eu lembro que, quando eu entrei na Casa Civil, uma das principais coisas que a Presidenta me pediu, em 2011, foi: "Nós temos que melhorar os aeroportos do Brasil. Não é possível que todos os anos a gente tenha essas matérias negativas de fila em aeroporto, atraso de avião. Temos que fazer uma ação para melhorar os aeroportos". Hoje, os aeroportos não são mais notícia, não há mais notícia negativa de aeroporto. Inclusive, na regulamentação, a Anac trabalhou muito bem. Hoje dificilmente se tem atraso em companhias aéreas.

Acho que nós temos que nos debruçar, nesta Casa, sobre o preço das passagens. E aí é uma questão de mercado. Mas nós temos que pensar alguma coisa, porque não pode uma companhia vender uma passagem por R$180,00 em um dia e, três dias depois, vender por R$1.500,00.

Eu não tenho dúvida de que avançamos muito, como avançamos em portos. Não é pouca coisa...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... ter R$11 bilhões – eu já vou terminar, Sr. Presidente – em investimentos em terminais de uso privado em três anos. São R$11 bilhões! E nós só não temos mais investimentos em portos, nos portos organizados, por conta do Tribunal de Contas da União.

Aliás, eu acho que o Presidente tem que vir aqui, sim, mas não é para falar de pedalada fiscal. Ele tem que vir aqui para prestar contas e dizer para nós por que o TCU demorou dois anos para liberar a concessão dos portos de Santos e do Pará; agora é que vai entrar Paranaguá. É um escândalo isso! Por que dois anos? E outra: a questão de cobrar que não seja por menor tarifa nos portos foi quase uma imposição do Tribunal de Contas da União, que mandou de novo os projetos para que se cobrasse o recurso como era feito antes. Então, o Tribunal de Contas tem que explicar. O Tribunal de Contas está para verificar os processos, não para tomar decisão em nome do Governo. O Governo foi eleito para fazer isso. Então, eu acho que é bom que o Presidente do Tribunal de Contas venha aqui e justifique a esta Casa, à qual o Tribunal de Contas é ligado, por que está demorando dois anos, como tem demorado em muitos outros processos, assim também no de ferrovias.

Eu não tenho dúvidas de que vai ser um sucesso esse plano, a continuidade. Nós vamos ter muitos investimentos.

Queria parabenizar V. Exª, parabenizar toda a equipe. Eu sei o quanto é difícil coordenar um plano nessa dimensão, soltar isso, coordenar a realidade do País, as possibilidades, o interesse da iniciativa privada, porque

não adianta você lançar uma obra e a iniciativa privada não ter interesse em disputar essa obra. Quer dizer, a iniciativa privada tem que ter interesse. Então, não é uma coisa fácil. Queria parabenizar V. Exª.

E, por último, queria só perguntar a V. Exª, quanto à questão dos aeroportos – porque eu sei que foram quatro agora, mas há a previsão de serem outros aeroportos também colocados no processo –, qual é a avaliação que o Governo tem da concessão do aeroporto internacional de Curitiba. Em que fase da lista ele estaria para ser concedido?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de dar a palavra ao Ministro Nelson Barbosa, eu quero assinalar, e a Senadora Fátima pode também dar esse mesmo testemunho, que a concessão do aeroporto Aluízio Alves, em São Gonçalo do Amarante, vem se constituindo um êxito. Apenas nós estamos enfrentando o problema dos acessos ao aeroporto, cuja efetivação cabe ao Governo do Estado. Os acessos realmente estão muito precários, têm sido alvo de muitas críticas. A Senadora Fátima ainda vai falar, pode dar um testemunho sobre isso, mas...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza, Senador. Como eu estou inscrita, esse é um dos temas exatamente da minha participação junto ao Ministro Nelson Barbosa e ao nosso Secretário-Geral do PAC, Dr. Maurício Muniz.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Ministro Nelson Barbosa, que vai responder as perguntas do Senador Hélio, do Senador Flexa e da Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador, só para nos prepararmos, como está a sequência dos outros blocos?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agora, finalmente, chegou a vez de V. Exª, minha conterrânea. Eu andei adiando isso. (Risos.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Mas o senhor adiou, inclusive, dando uma deferência à nossa Senadora Gleisi Hoffmann, nossa ex-Ministra-Chefe da Casa Civil. Portanto, mais do que justo.

O SR. NELSON BARBOSA – Bom, vou tentar ser breve na resposta.

O Senador Hélio José pergunta sobre ferrovias de passageiros. Ferrovia de passageiros também é uma frente de expansão. Como o senhor mesmo colocou aqui, no Centro-Oeste, há um projeto que está sendo feito pela Sudeco: a interligação Brasília-Anápolis-Goiânia. É um projeto que ainda está bem preliminar, mas é, digamos, um trem de média velocidade, aquele tipo de trem que há na Inglaterra e nos Estados Unidos. É um estudo que está na Sudeco, que ainda não está concluído e depende também do interesse do setor privado. Então, acho que esse é um caso que pode cair como uma luva para esse procedimento que temos adotado de pedir manifestação de interesse, se há algum agente ou um grupo de agentes do setor privado para fazer isso.

No caso de São Paulo, já há vários investidores fazendo projetos para uma melhor interligação de trens de passageiros entre São Paulo e o interior do Estado: São Paulo, Jundiaí, Campinas. Nesse eixo já há investidores nacionais e internacionais se organizando para apresentar isso ao Governo, mas, neste momento, não há algo concreto.

No modelo de aeroportos, acho que o caminho é a concessão. A concessão pode viabilizar. A Infraero continua sendo uma empresa 100% do Governo. Ela vai participar dos aeroportos. Os aeroportos, como se diz, não são 100% do Governo. Há uma participação da Infraero, mas essa participação nesses aeroportos, o retorno que ela tem serve para fazer um subsídio cruzado na manutenção dos outros aeroportos.

No modelo de concessão de aeroportos, temos cobrado outorga desde o início. Essa outorga tem sido parcelada. Não é um pagamento que se faz no primeiro ano, tipo um bônus, como no petróleo, em que se paga no primeiro ano e não se paga mais. É um pagamento ao longo de toda a concessão. Por exemplo: concessão de um aeroporto durante 30 anos. Então, durante 30 anos, vai-se pagar um valor corrigido pela inflação ao Governo. E esse valor vai para o Fundo Nacional de Aviação para sustentar os aeroportos regionais deficitários. Então, foi pensada já essa estrutura que o senhor, corretamente, apresentou.

Outra coisa é que, nessa nova rodada de licitação de aeroportos, a participação da Infraero não deve ficar nos 49%. Agora, já evoluímos e vimos como foi a licitação dos outros. Deve ser algo menor. Isso vai ser decidido lá na frente. As pessoas perguntam: "Mas vai ser quando? Vai ser 49%, vai ser 40%, vai ser 35%?". Isso é para ser decidido no momento do edital. Nós estamos no momento de fazer o estudo. O estudo vai dar o volume do investimento, o volume de demanda, e, em cada aeroporto, vamos decidir qual vai ser a participação da Infraero, mas, se ela tiver uma participação menor de 49%, isso significa que o privado vai pagar mais. Logo, vai colocar mais recursos no Fundo Nacional de Aviação, que pode apoiar a aviação regional.

Na questão das hidrovias, nós começamos a estudar a aplicabilidade do modelo de concessão. Não tem se mostrado muito viável em algumas hidrovias neste momento. Então, vamos concentrar e melhorar as principais hidrovias existentes. O Madeira já está funcionando bem, só precisa de melhor sinalização, que pode ser feita pelo Governo. A Hidrovia do Tapajós funciona a partir de Miritituba. Para fazer para cima, é um

investimento muito grande. Neste momento, não temos condições de fazê-lo, mas está nos planos do Governo, assim que tivermos recursos, começar isso. E a Hidrovia do Tocantins depende basicamente de quebrar ali o Pedral de Marabá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Era isso que eu ia lhe perguntar: por que o derrocamento do Pedral do Lourenço não entrou no plano?

O SR. NELSON BARBOSA – Ele é uma das obras. É uma obra pública. Nós estamos vendo como podemos trazer o setor privado para participar disso, que espécie de remuneração pode ser dada ao setor privado, porque não é assumir uma hidrovia, mas ter ali alguma receita que justifique um agente privado fazer o derrocamento do Pedral de Marabá.

Concordo com o senhor: a carreira de analista de infraestrutura é importante para isso. Nós estamos tratando da carreira de analista de infraestrutura junto com as demais carreiras. Neste momento, já está em processo uma negociação com todos os servidores públicos, negociação que envolve tanto reajuste salarial, quanto ajustes pontuais em algumas carreiras. Uma delas, a demanda já histórica da carreira de infraestrutura, está sendo conduzida pelos Secretários do Ministério do Planejamento: Secretário Sérgio Mendonça, de Relações de Trabalho; e Secretário Genildo Lins, de Gestão. Uma das carreiras que eles estão avaliando, justamente, é a carreira de analista de infraestrutura.

Aí o senhor colocou uma sugestão por emenda. Com todo o respeito, eu acho que isso é melhor ser tratado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária. Isso é um assunto que, normalmente, não se trata por emenda. Nós vamos incluir isso na nossa Proposta de Lei Orçamentária para 2016, no Anexo V, que vai prever os reajustes para as carreiras e os ajustes nas carreiras que nós acharmos adequados. A carreira de infraestrutura é uma das que estão em discussão.

O Senador...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Ministro...

O SR. NELSON BARBOSA – Sim.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Posso contradizer? Agora, minha réplica.

Com relação ao colocado, eu estou de pleno acordo com o senhor com relação às rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, hidrovias, que são fundamentais para a gente, e não estou de acordo com relação à questão dos analistas de infraestrutura. Nós, aqui, nesta Casa, já tratamos algumas carreiras importantes e fundamentais, pela importância e fundamento que elas têm. Citei aqui o exemplo dos delegados de Polícia Federal, que foi resolvido com MP, e outros que foram resolvidos com MP. Inclusive, para os servidores públicos, foi resolvido com MP, que foi a MP nº 440. Demos azar, eu era do PT na época, era membro da Executiva do Partido, a Dilma sentou com a gente para discutir, mas nossa carreira só entrou depois que a MP nº 440 foi aprovada, três meses depois. Então, o que é que acontece? Ou o Governo reconhece que a engenharia, que a arquitetura, que as pessoas que mexem com infraestrutura são importantes para o Governo ou vai ficar difícil.

Eu quero dizer para o senhor o seguinte: eu já falei com o Vice-Presidente da República, já falei com os emissários, Ministro, próximos do senhor, com o Levy, com o Aloizio Mercadante. A gente precisa diferenciar essa categoria. O Sérgio Mendonça estava convencido da solução, e não pôde resolver porque estava no bolo das outras carreiras.

Então, se nós estamos investindo no Brasil R$200 bilhões em infraestrutura, se investimos R$1 trilhão no PAC, agora, esse investimento previsto representa menos para resolver o problema dos analistas de infraestrutura – eu não estou falando de especialista, não, que é um cargo isolado, estou falando de analista de infraestrutura, que é uma carreira que precisa estar no Ministério, trabalhando com tranquilidade –, menos de 3%, Ministro.

Eu queria ponderar que a gente pensasse bem. Eu tenho uma audiência marcada com V. Exª. A gente vai sentar, vai conversar, eu vou voltar à Presidência da República para conversar sobre esse assunto e a gente ver se consegue chegar a um meio-termo, por causa do sofrimento dessa carreira, que já está, há oito anos e meio, no serviço público. Não dá para a gente continuar tendo 15% de aumento parcelado em três vezes, sem resolver o problema, como foi da vez passada. E o Sérgio sabia que tinha que resolver, ponderou para resolver, mas não foi possível o Ministério resolver, e não porque o Sérgio não queria, nem porque o Ministério não queria, mas porque estava no bolo das carreiras. Então, a gente vai precisar analisar essa coisa de forma separada.

O SR. NELSON BARBOSA – No mérito, Senador, eu acho que nós temos que analisar. É uma questão de iniciativa. Essa é uma iniciativa que tem que partir do Executivo. Nós vamos ter a nossa conversa. Nós vamos mandar, novamente, nós vamos mandar para o Congresso Nacional, junto com a nossa Proposta de Lei Orçamentária, até o final de agosto, a nossa previsão de gastos, inclusive a previsão do Anexo V, com reajustes e carreiras. Nós estamos em meados de junho. O que eu peço ao senhor é que nos dê esse tempo. Eu acho que nós vamos fazer essa avaliação da questão de salários, esperamos fazer isso até o final de junho, e vamos discutir as carreiras, para fazer essa avaliação completa até meados de agosto. Então, nada mais do que dois meses

para o Governo, que é quem tem que tomar essa iniciativa, mas, obviamente, conversando. Porque quem tem que aprovar a iniciativa são V. Exªs, mas quem tem que tomar a iniciativa, tem que partir do Executivo. É nesse sentido que eu peço ao senhor que aguarde, não apresente uma emenda neste momento, enquanto nós estamos discutindo esse assunto das carreiras.

O Senador Flexa Ribeiro me fez, como sempre, vários questionamentos, várias perguntas, muito pertinentes. Vou levar algum tempo para responder todas.

Em primeiro lugar, sobre essa questão do questionamento do TCU, já falei sobre isso na Comissão de Finanças e Tributação, já falei sobre isso na Comissão Mista de Orçamento. O Ministro Adams e o Ministro Cardozo, junto com o Procurador-Chefe do Banco Central, Dr. Isaac, também já se pronunciaram. Eventualmente, podemos fazer isso aqui quando o senhor achar necessário.

Vou responder às suas perguntas, depois falo sobre as obras estruturantes. Apresentamos vários projetos. O senhor está correto: há projetos que foram apresentados que faziam parte do Programa de Investimentos em Logística. Há projetos que são apresentados que originariamente eram obras do PAC, que estamos querendo fazer como concessão. Nosso objetivo ao apresentar tudo isso, juntar e apresentar esse valor é ser transparente. E até transparente na nossa mudança de opinião sobre obras que antes achávamos que deveriam ser obras públicas e agora achamos melhor fazer por concessão. E mais importante: não nesta apresentação, porque ela está bem resumida, mas no *site* todas as obras estão detalhadas, de modo que é possível retirar obras que já estavam em programas anteriores, para que a imprensa possa fazer essa conta a que o senhor se referiu. Cada um faz a sua conta. Há obras que já estavam em outros programas? Há. E elas estão incluídas agora justamente porque não foram realizadas; a sua realização é um novo investimento para o Brasil. É por isso que colocamos no valor total.

Concordo com o senhor que o desenvolvimento do Brasil passa também pela Amazônia. Como falei, sobre o escoamento da produção do Centro-Oeste, já está provado pelos especialistas e analistas que, a partir de uma determinada área do Centro-Oeste, do meio para o norte do Mato Grosso, é melhor escoar para o norte. Aí são as hidrovias, as rodovias e as ferrovias.

Já recebemos o estudo da rodovia de Sinop a Miritituba e estamos analisando. Eventualmente, podemos incluir de Miritituba até Santarém. É uma questão que pode ser objeto de um pedido de manifestação de interesse se houver agentes privados interessados em fazer isso. Como eu havia mencionado para o Senador Wellington, nosso decreto de PMI prevê que o Governo pode propor, mas o setor privado ou os governos estaduais, os prefeitos também podem propor ao Governo a realização de viabilidade de algum projeto. Nesse caso, podemos fazer uma reunião, avaliar esse trecho, se há interessados nesse trecho, e eventualmente colocá-lo em estudo. O decreto assinado pela Presidente prevê essa possibilidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ministro, esse trecho é de interesse do Estado. O Pará não pode ser, e não será, um corredor de exportação para o Brasil. O Pará contribui, talvez seja um dos Estados que mais contribuem para a balança comercial e para o superávit primário. Só no ano passado foram exportados US$15 bilhões pelo Estado do Pará, praticamente de minério, o que não deixa para a receita do Estado nem um real, porque não é tributado e não é recompensado como deveria ser pela Lei Kandir pela União.

Então, pediria a V. Exª que o Ministério do Planejamento com o Governador do Estado e sua equipe pudessem discutir essas intervenções no Estado do Pará, para que elas possam vir a atender também os projetos de desenvolvimento do Estado não apenas como corredor de exportação, mas que o Estado possa vir a ter seu desenvolvimento ancorado em obras que são importantes para o Pará.

O SR. NELSON BARBOSA – Minha sugestão, neste caso, Senador, tanto dessa rodovia de Miritituba a Santarém como da ferrovia que o senhor mencionou e que vi pelos jornais que já foi apresentada ao Ministério da Fazenda, de Santana do Araguaia até Barcarena, é que são projetos que podem seguir, por exemplo, o modelo adotado pelos governos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Eles propuseram o traçado da Ferrovia Rio-Vitória, fizeram o estudo com apoio, se não me engano, do Banco Mundial, e propuseram esse estudo que hoje está em análise no Governo para ser colocado em audiência pública. Acho que esse é um modelo a seguir.

Como falei, o Governo, já prevendo que novos projetos podem surgir de iniciativas que não são federais, previu isso no decreto. Conversarei com o Ministro Antonio Carlos, e o Secretário Maurício pode orientar. Sugiro que ele receba as pessoas que o senhor indicar para discutir como avançar com esses dois estudos no nosso plano.

Na questão da Ferrovia Açailândia-Barcarena, na verdade, queremos aumentar a atratividade disso. O senhor falou em colocar um rabo. Na verdade, é uma ferrovia que já está construída. Como Açailândia-Barcarena é uma ferrovia que será construída, tem que começar do zero, incluímos o trecho já construído de Palmas até Anápolis. Então, quem ganhar isso já pode ter receita operando Palmas-Anápolis. Então, na verdade, eu não acho que é um rabo; eu acho que é um prêmio, uma cereja. Quem ganhar essa concessão vai ganhar uma fer-

rovia pronta, com obrigação de construir a saída para o norte. É até necessário fazer a saída para Barcarena, para não congestionar a saída por Itaqui, no Maranhão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Por falar nisso, vocês vão dar prazo, não é?

O SR. NELSON BARBOSA – Vamos dar prazo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Porque já aconteceu, no caso da Ferronorte, uma concessão por 99 anos.

O SR. NELSON BARBOSA – Não, está toda a concessão com prazo. Então, acho que vai aumentar a atratividade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Estou dizendo prazo para a construção do outro trecho, porque já vai pegar um trecho pronto.

O SR. NELSON BARBOSA – Sim, sim, há um prazo. Eu acho que isso vai aumentar a atratividade.

No caso da Ferrovia Bioceânica, como já expliquei, eu acho que é um projeto, sim, ambicioso. É um projeto que não é só econômico, é estratégico, para criar uma saída alternativa para o Pacífico. Mas ele também é um projeto realista, porque, como foi colocado aqui pelos Senadores de Rondônia e Mato Grosso, ele pode ser começado por partes. Ele pode ser começado por aquele trecho Sapezal-Porto Velho, que tem carga. Ele pode começar pelo trecho Água Boa-Campinorte, que tem carga, e por partes ir sendo construído. Então, é uma ferrovia que, diferentemente de um trem de alta velocidade... No trem de alta velocidade, você não faz uma parte e depois faz outra parte, porque senão ele vai ter que ficar freando o tempo todo. O trem de alta velocidade você tem que fazer inteiro, de uma vez só. Essa Ferrovia Bioceânica pode ser feita em trechos e tem, de cara, dois trechos que os investidores, os Senadores, os Governadores dos Estados já apontam: "Esse trecho tem carga, começa por esse."

Então, eu estou ciente das manchetes que foram publicadas hoje nos jornais. Eu respeito as opiniões, mas eu acho que há um estudo contratado, em andamento, por parte de três governos, e acho que é cedo para decretar que essa ferrovia é inviável ou viável. Vamos aguardar o estudo. Nós achamos que essa ferrovia é viável. Pelo menos dois trechos já são claramente viáveis, a ferrovia que vai até Porto Velho e a ferrovia que liga Água Boa até Campinorte. Com certeza esses trechos são viáveis. O estudo vai dizer se a integração desses trechos como um todo também vai ser viável. Eu acho que é preliminar qualquer avaliação dessa ferrovia de um lado e de outro.

O que nós anunciamos? Anunciamos que fizemos um acordo para realizar os estudos. Antes desses estudos, a nossa estimativa era de R$40 bilhões. Como nós chegamos a essa estimativa? Nós pegamos o custo médio de construção de quilômetros ferroviários na Norte-Sul, na Transnordestina e em outras ferrovias privadas e usamos como referência para 3,5 mil quilômetros. Nós pegamos o volume de material rodante utilizado por quilômetro de ferrovia, em outras ferrovias, e colocamos aqui, só para ter uma estimativa inicial. O estudo é que vai dar a estimativa final. Então, nós estamos no primeiro passo de avaliar a viabilidade dessa ferrovia. Nós não estamos no passo de começar a construir. E esse estudo vai ser feito por firmas chinesas, consultorias contratadas, não só chinesas, como também brasileiras. E aí esse estudo é feito pelo risco dessas empresas. Se o Governo conceder, quem ganhar a concessão vai remunerar esse estudo, ou seja, não estamos gastando dinheiro para fazer esse estudo, estamos contratando um estudo no modelo de PMI. Quem faz o estudo o faz por risco e conta própria. Se a ferrovia for viável, quem ganhar a concessão remunera o estudo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ministro, a informação é que eu encontrei o número da CNT. O número correto da CNT, saindo pela Ferrovia Transcontinental: a tonelada de soja para os portos chineses sairia por R$325 e, saindo por Vila do Conde e Barcarena, por R$135. Então, é uma diferença de R$190 por tonelada no transporte.

O SR. NELSON BARBOSA – Sim. Vamos ter informações melhores sobre esse número mais à frente.

O senhor tinha perguntado, por último, sobre Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional. Nós estamos trabalhando com o Ministro Eliseu Padilha para começar esse Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, dada a nossa restrição orçamentária, somente pela Região Amazônica. Então, esperamos começar isso nos próximos meses, somente na Região Amazônica, que é o que nós temos recursos para começar neste ano.

A Senadora Gleisi fez várias colocações. Eu só quero concordar com ela, porque eu acho que é importante que nós tenhamos a autocrítica e que nos cobremos bastante. Mas isso não deve impedir que reconheçamos os avanços dos últimos anos. Nos últimos quatro anos, foi concedida uma extensão total de rodovias maior do que a que foi feita nos últimos 16 anos. Nos últimos quatro anos, foi construída uma extensão de ferrovias maior do que a que foi feita nos últimos 8 anos. É muito? É muito! É menos do que precisávamos.

Por isso, precisamos fazer mais, mas temos que reconhecer também que as coisas estão avançando. A nova Lei dos Portos viabilizou vários investimentos em terminais de uso privado, quase 12 bilhões, e foram concedidos seis aeroportos, com grande sucesso. E agora serão concedidos mais.

Eu quero destacar aqui também a participação. Os leilões que estamos procurando viabilizar neste ano... Foram lançados cinco estudos no ano passado: a Ponte Rio-Niterói e mais quatro. A Ponte Rio-Niterói já foi feita; faltam quatro. Foram estudos que começaram na gestão da Ministra Gleisi. Quando ela era Chefe da Casa Civil e administrava o PIL, foram lançados esses estudos que agora estão sendo completados. Um trabalho que a Ministra fez, junto com o Ministro César Borges, naquele momento, e que, agora, estão gerando leilões.

Infraestrutura leva um tempo. Começou-se um estudo no ano passado e se faz o leilão este ano. Estamos começando a fazer o estudo neste ano para fazer o leilão no ano que vem. É um trabalho em equipe e é um trabalho gradual, que começou sob a gestão da Ministra Gleisi, quando ela era Chefe da Casa Civil.

A senhora perguntou sobre aeroportos. Curitiba está sendo considerada para uma próxima rodada. É um dos aeroportos para a próxima rodada.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agora, nós vamos ter um "blocão" final, que é o bloco das Senadoras, com exceção do Senador Blairo Maggi, que chegou agora para fazer valer seus direitos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Ele gosta de se misturar também com as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Hein?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Ele gosta de se misturar com as mulheres. Então, por isso, ele fez questão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ele tem razão. Ele é um privilegiado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, aproveitando aqui a posição da Senadora Gleisi...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Está falando mais do que Flexa Ribeiro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – ... já está apresentado e aprovado aqui, na Comissão, requerimento de minha autoria para a vinda do Presidente do Tribunal de Contas, exatamente para fazer essas explicações. Eu gostaria de aproveitar, já com o apoio da Senadora, para que pudéssemos marcar logo que possível.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O "blocão" é formado pela Senadora Fátima Bezerra, pelo Senador Blairo Maggi, mas a Senadora Lídice está apelando para o cavalheirismo de V. Exª...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Não, não, não, Excelência. Eu já estava inscrita antes, anunciada pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Estava inscrita antes dele. Tem razão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mesmo assim, eu cedo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, temos a Senadora Lídice da Mata e vamos encerrar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu não disse Lúcia Vânia não?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Eu fui aí.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não. Eu estou dizendo: eu não já divulguei...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Desculpe Senadora. Perdão. Mil perdões. E a Senadora Lúcia Vânia.

Antes da Senadora Fátima, que vai falar pelo Rio Grande do Norte, porque eu vou... O Presidente tem algumas prerrogativas, mas, às vezes, ele tem que dar a oportunidade aos Senadores. Não quero, de maneira nenhuma, deixar de fazer fluir, porque o Ministro tem seus compromissos também e já fez um apelo aqui pelo encerramento.

Então, eu queria dizer que, no Rio Grande do Norte, nós temos o aeroporto, que, inclusive, está concorrendo a um *hub*.

Em matéria de pronúncia, eu sou...

Então, o Rio Grande do Norte está concorrendo, junto com outros Estados, por conta desse aeroporto, e nós temos um potencial também imenso. Não sei se os estudos de viabilidade concluíram por maiores investimentos, nessa área de concessões, e outros investimentos no Estado do Rio Grande do Norte.

A Senadora Fátima Bezerra vai falar e eu faria um apelo a V. Exª para que o nosso Estado, que não foi esquecido, já há a concessão desse aeroporto, não pudesse ser esquecido.

Concedo, portanto, a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Presidente, Senador Garibaldi; Ministro Nelson Barbosa; Dr. Maurício Muniz, Secretário-Geral do PAC, Senadores e Senadoras aqui presentes, primeiramente, Ministro Nelson, eu quero aqui saudar a iniciativa do Governo. Eu acho que a solenidade de ontem tem um simbolismo bastante importante, que é exatamente o Governo, enfim, adotando a chamada Agenda Desenvolvimentista, em busca de investimentos para o nosso País. E é disso que mais o Brasil precisa nesse momento. Esse plano de concessões significa exatamente isso, mobilizar a cadeia produtiva da economia em áreas estratégicas, essenciais para promover o desenvolvimento econômico e social de nosso País, que são exatamente as áreas de infraestrutura e a área de logística: ferrovia, porto, aeroporto etc.

Daí, Senador Garibaldi Filho, permita-me aqui dizer que por isso que há alguns setores da oposição que ficam tão, digamos assim, desapontados quando o Governo Federal anuncia medidas como essa. Eu estou dizendo setores porque eu não vou generalizar. Setores da oposição porque, infelizmente, há setores da oposição que insistem em enveredar por aquele caminho do quanto pior melhor. E, de repente, por exemplo, essa agenda que vocês lançaram ontem, repito, é uma agenda fundamental, uma agenda muito, muito importante mesmo, porque é uma agenda que significa cuidar das bases para fundamentar, para fomentar, para promover o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Segundo, eu quero aqui dar o testemunho dos esforços que o Governo fez no PAC 1 e no PAC 2. Claro que há muitas metas que não foram realizadas plenamente, mas a gente não pode aqui deixar de reconhecer, de maneira nenhuma, que o PAC plantou raízes por este Brasil afora, na Região Nordeste e em várias regiões. Em nosso Estado mesmo – o Senador Garibaldi Filho sabe disso –, nós temos hoje, por exemplo, em andamento, a Barragem de Oiticica. E nós queremos aqui, inclusive, aproveitar a oportunidade para solicitar ao Ministro Nelson Barbosa e ao Dr. Maurício Muniz uma atenção maior no que diz respeito à questão da liberação dos recursos porque, em matéria de infraestrutura hídrica, é um dos investimentos mais importantes, Ministro Nelson Barbosa, para o nosso Estado, para a Região do Seridó; faz parte, inclusive, do chamado complexo de transposição das águas do São Francisco.

Mas quero lembrar aqui, por exemplo, os investimentos no Aeroporto Internacional Governador Aluízio Alves, conforme o Senador Garibaldi Filho já mencionou, bem como outros investimentos importantes na infraestrutura rodoviária lá em nosso Estado; investimentos importantes, por exemplo, na infraestrutura ferroviária. Eu me refiro, exatamente, ao projeto de ampliação e modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal. Uma luta nossa que o Dr. Maurício acompanhou. Desde o primeiro governo do Presidente Lula; uma luta da qual eu não desistia, de maneira nenhuma, para que Natal fosse contemplada também com o VLT. E, finalmente, nós tivemos a primeira etapa, Ministro Nelson...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... da ordem de R$311 milhões, que já está em curso. Os vagões já chegaram. Nós estamos agora, exatamente, na fase da modernização, que são as reformas e as construções das estações de passageiros. E eu quero agora – inclusive vou entregar a V. Exª um ofício que seguramente será também aqui assinado pelo Presidente da nossa comissão, o nosso conterrâneo, Senador Garibaldi Filho – pedir a V. Exª a inclusão, na fase 3 do PAC, da ampliação do sistema do VLT da região metropolitana de Natal.

O que é essa ampliação que nós queremos que seja incluída na fase 3? É para permitir, Ministro Nelson Barbosa, a ampliação em 17km. Portanto, incluindo o trecho que a CBTU, lá do Rio Grande do Norte, denominou de linha roxa, que é, exatamente, o tramo norte, que ligará o Aeroporto Internacional Governador Aluízio Alves e o Município de São Gonçalo do Amarante, possibilitando a integração da Região Metropolitana de Natal.

Esse projeto é composto de dez estações a serem construídas. E a aquisição, no caso, seria de mais cinco composições do VLT. Entendemos que, claro, é um projeto essencial para o nosso Estado, dialoga, exatamente, com o que o Senador Garibaldi Filho está colocando, que é a acessibilidade ao Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante. Isso porque, além dos acessos pela via terrestre, nós teríamos o acesso, também, pela via ferroviária, Maurício, dando, exatamente, continuidade ao que já está em andamento, que é primeira fase da expansão e modernização do Sistema de Trens Urbano de Natal. Esse é um pedido do Governador Robinson Faria, de toda a classe política, enfim, do nosso Estado, isto é, a ampliação do VLT.

E, por fim, a questão aqui, exatamente, do porto, Ministro.

Conforme o Senador Garibaldi Filho colocou, o Rio Grande do Norte só faz parte desse plano de concessões na área, exatamente, aeroportuária, com o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Um investimento

muito importante, mas eu quero aqui reforçar o que ele já colocou: precisamos concluir os acessos, e o Governador do Estado está cuidando disso, ainda ontem nós estivemos com o Ministro da Fazenda Joaquim Levy.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senadora Fátima...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não; não é para concluir, não; é para lhe ajudar. Calma! (Risos.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não. Então, eu agradeço e muito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É apenas para assinalar que, realmente, o Governo, agora, retomou um dos acessos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O litoral norte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O litoral norte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O Governador já deu a ordem de serviço e já está operando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Já. Exatamente!

Além do litoral norte, nós tínhamos, também, o litoral sul.

A acessibilidade de que estamos falando aqui, Ministro Nelson Barbosa, é pela via terrestre.

Mas, ontem, nós estivemos com o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, juntamente com o Governador, e, portanto, quero renovar aqui o apelo a V. Exª, como Ministro do Planejamento, sobre a necessidade que o Governo do Rio Grande do Norte tem de que as operações de crédito que estão em curso, já finalizadas junto ao Governo Federal, que esses recursos sejam liberados, uma vez que são decisivos para que o Rio Grande do Norte assegure a contrapartida necessária e nós possamos ter concluído, exatamente, os acessos ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante por via terrestre. Até porque é inconcebível a gente continuar convivendo com a situação que temos hoje, Ministro.

Por força do ofício, eu, o Senador Garibaldi Filho e muita gente lá no Rio Grande do Norte, toda semana, temos que fazer a ponte aérea. E é inconcebível isso, é inaceitável que, de repente, o acesso para chegar ao famoso Aeroporto Internacional Governador Aluízio Alves, em São Gonçalo do Amarante, nós tenhamos que passar por rodovia, enfim, com lama, buraco.

É verdade ou não é, Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A rodovia é municipal, em precárias condições. É verdade!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza.

E, evidentemente, esses investimentos, claro, adquirem um significado ainda mais importante também na medida em que, conforme disse o Senador Garibaldi Filho, o Estado está disputando, com reais chances – e, se Deus quiser, sairemos vencedores –, o *hub* da TAM, o centro de conexões de voos que a TAM vai instalar, exatamente, na Região Nordeste.

Portanto, tanto a questão da ampliação do VLT, o tramo norte, ligando, ampliando até o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, passando por São Gonçalo, bem como concluir a acessibilidade por via terrestre, que é o acesso sul e o acesso norte, são fundamentais, são muito importantes para posicionar o Rio Grande do Norte, do ponto de vista da competitividade, para conseguir o *hub* da TAM, mas, para além disso, Ministro Nelson Barbosa, isso é fundamental porque diz respeito ao povo do Rio Grande do Norte e aos que nos visitam.

É inadmissível a gente ter um aeroporto com toda a capacidade que ele tem de crescimento, de alavancar o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, e, até o presente momento, os acessos não terem sido construídos. O Governo tem só cinco meses de atuação, está superempenhado, mas precisa da parceria com o Governo Federal para concluir esses acessos.

E, por fim, Senador Garibaldi Alves Filho, quero, aqui, também, fazer uma solicitação ao Ministro, considerando que ele aqui falou que está aberta ainda a possibilidade de apresentação de novos projetos; pois bem, queria aqui, sem dúvida nenhuma, em nome do povo lá do Rio Grande do Norte, falando aqui em nome do Governador, e, com certeza, falamos aqui eu e o Senador Garibaldi Alves Filho em nome de toda a bancada, fazer...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Inclusive do Ministro Henrique Eduardo Alves, que é Ministro hoje do turismo, que está empenhado nisso também.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois é; então, o que eu quero formalizar aqui, neste momento, é que o Rio Grande do Norte seja inserido no plano de concessões. Em que áreas? Na área portuária e na área ferroviária. Por que isso, Ministro Nelson Barbosa? Porque o porto lá de Natal, em que pese ter sido contemplado no PAC 1 – o Maurício sabe disso – e no PAC 2, quando nós tivemos investimentos importantes na ampliação do Porto Ilha, do nosso porto lá de Natal, o fato é que nós não temos mais como ampliar

a capacidade do porto de Natal, de maneira nenhuma, porque o porto é confinado por terra, abraçado pela cidade. Não é, Senador Garibaldi Alves Filho? O Senador foi Governador e conhece bem a realidade.

Então, não há condições, repito, de ampliação do porto existente, e, daí, exatamente a necessidade de termos um novo porto para atender as demandas, presentes e futuras, no que diz respeito a promover o Rio Grande do Norte.

Nós precisamos, portanto, de um novo porto, na medida em que nós temos a questão do petróleo, do sal, de minérios, enfim de muita riqueza que o Rio Grande do Norte tem, e, portanto, repito, para que o Estado desengarrafe o seu escoamento, é necessário, é fundamental a construção de um novo porto, assim como também a questão da ferrovia.

Então, concluindo, fica aqui o nosso apelo para que o Rio Grande do Norte seja inserido, já há estudos em andamento, Ministro Nelson Barbosa, já há, inclusive, empresas interessadas. Uma das alternativas seria um novo porto – e já vou concluir, Senador Garibaldi Alves Filho –, ali às margens do Rio Potengi. Já há estudos em curso...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – E há também uma opção, que depois nós levaríamos ao Ministro, pois não é o caso de detalhar agora, do porto do mangue.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – É uma opção também que já foi colocada, como essa que eu estou colocando aqui também. Inclusive, esse estudo foi feito pela CODERN, a Companhia de Docas lá do Rio Grande do Norte, indicando essa alternativa, ou seja, o novo porto seria às margens do Rio Potengi. Já há estudos concluídos sobre esse novo porto às margens do Rio Potengi, bem como, também, repito, o Rio Grande do Norte se inserir no projeto de ferrovia.

Mas é isso, Ministro. Queremos só ter a garantia de V. Exª de que o Rio Grande do Norte, além de já ter sido incluído através do aeroporto, tenha a oportunidade, agora, de se inserir também nesse plano de concessões, apresentando um projeto na área de construção de um novo porto e na área de ferrovia.

Desculpe, Senador Garibaldi Alves Filho, eu me alonguei, mas também com a participação importante de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª está puxando a brasa para a nossa sardinha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas não poderia ser diferente, Senador Blairo Maggi.

Na verdade, o Deputado Henrique, que passou 11 mandatos na Câmara, até me pediu para fazer ecoar esse apelo que a Senadora Fátima acaba de transmitir.

Bem, agora, vou me render ao protagonismo das mulheres, com a permissão do Senador Blairo Maggi, e conceder a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada, Sr. Presidente e nosso Ministro da Previdência.

Eu vou tentar não me demorar muito, até porque nós já estamos no final da audiência, e não vou repetir o destaque dos investimentos feitos através do PAC pelo Governo Federal, ou mesmo nas concessões dos aeroportos, que melhoraram bastante, como é o caso de Brasília, entre esses o de maior destaque.

E é por isso, Presidente, que eu não posso deixar de falar sobre o Aeroporto Internacional de Salvador, que é o maior aeroporto, a principal porta de entrada do turismo para o Nordeste, do turismo internacional para o Nordeste. É o terceiro em entrada de turistas no Brasil – disputamos o terceiro e o quarto lugar com Santa Catarina, em função da articulação e da proximidade da América do Sul – e vem padecendo, nesses cinco últimos anos, de uma coisa terrível. Nós estamos com uma obra realizada pela Infraero que se alonga há mais de três anos. Nós já perdemos a Copa na melhoria do aeroporto; nós já perdemos o Carnaval passado, aliás, os dois últimos carnavais, e perdemos agora o São João, porque a situação em que se encontra o aeroporto é de transtorno em relação àqueles que precisam de por ali passar.

Ninguém deixa de viajar – e o argumento é sempre esse – porque o aeroporto está ruim; mas deixa de levar uma boa imagem da nossa cidade e deixa, portanto, de potencializar o desenvolvimento turístico daquele Estado e do nosso País, já que o aeroporto é um aeroporto internacional dos mais importantes do Estado.

Então, eu quero saudar a decisão de entrada do aeroporto nas concessões, embora queira dizer da urgência e da prioridade que o Aeroporto de Salvador deve ter em relação aos demais, em função disso tudo que já falei aqui. A Bahia está sendo penalizada duramente na sua potencialidade turística e na potencialidade turística do Nordeste, porque, volto a dizer, é a principal porta de entrada do turismo do Nordeste o Aeroporto de Salvador, que nós gostaríamos de que voltasse a ser Aeroporto Dois de Julho.

No entanto, eu também gostaria, meu caro Ministro, de dizer que, em relação às ferrovias, nós temos a enorme alegria de ver retomada a centralidade, desde o Governo do Presidente Lula, em investimentos em ferrovia, mas não posso também deixar de dizer que o PAC tem uma importância fundamental. A Bahia teve uma prioridade na definição da Fiol, uma ferrovia que ligasse o Porto de Ilhéus, atravessando todo o Oeste da Bahia, chagando até o Tocantins, para também servir de escoamento da nossa produção mineral, da produção de ferro, mas também, dependendo do nosso tipo de articulação no Tocantins, servir também à grande produção de soja do nosso Estado.

Contudo, eu queria fazer um apelo. Nós estamos com a Fiol onde já tivemos cerca de 2.500 demissões; o Lote 2 de Jequié praticamente parado. De 1.100 trabalhadores, hoje temos 117. O Lote 5-B, de Bom Jesus da Lapa, parado. Ali se iniciaram as atividades com 150 trabalhadores e, hoje, todos foram demitidos. No Lote 5-A, os funcionários estão sem pagamento de salário neste mês, com previsão de demissão de cerca de 500 trabalhadores na próxima semana. O Lote 6, de Santa Maria da Vitória, parado. E o Lote 7, de São Desidério, próximo a Barreiras, praticamente parado: de 400 trabalhadores, hoje nós temos 50!

Então, é importante que nós possamos atrair investimentos privados para as ferrovias novas que se abram no País, mas é fundamental que nós possamos garantir os investimentos iniciados em ferrovias, especialmente a Fiol, a Ferrovia Oeste Leste, na Bahia, que tem toda uma expectativa. Nós não podemos ter um porto sem ferrovia, nem podemos ter a ferrovia sem porto. Então, os investimentos têm que se dar.

O nosso porto, no caso, é um porto privado, e os investimentos não podem ser paralisados, porque isso significa uma paralisia imensa de atividade econômica no nosso Estado, que tem 69% do seu território em área do Semiárido, que vive não apenas as consequências da seca passada, mas da seca que prossegue, e que tem na Ferrovia Oeste-Leste uma grande expectativa. Nós temos também o traçado para ligar o Oceano Atlântico ao Pacífico, via Ferrovia Oeste-Leste; então, não é por falta de projeto nem de discussão a respeito desse assunto.

Por último, eu queria fazer um apelo ao Ministro do Planejamento, a quem admiro muito, Ministro Nelson Barbosa, sei da sua sensibilidade desenvolvimentista e social. Nós somos produtores de cacau; a Ceplac foi fundamental para a retomada, junto com a Embrapa, dos seus estudos, para que pudéssemos, através de novas tecnologias, voltar à produção de cacau na Bahia e no Brasil. A Bahia e o Pará, especialmente, não podem ter sua produção de cacau sem que a gente possa manter a Ceplac. E a Ceplac se encontra com mais de 30 anos sem concurso público. Temos mais de 50% dos funcionários da Ceplac em idade de se aposentar. Quero fazer um apelo. Nós fizemos, através da Comissão de Agricultura, uma audiência pública, no auditório da Ceplac, com mais de 500 pessoas, para discutir a situação da produção de cacau e da produção de chocolate no nosso Estado, inclusive com a participação do Pará. Não é possível decretarmos o fim da Ceplac porque não decidimos por um concurso mínimo em relação à Ceplac. Hoje, com a Universidade do Sul da Bahia, podemos dividir até as responsabilidades, usando uma parte dos funcionários que podem vir da Universidade do Sul da Bahia, mas não podemos ficar mais sem um concurso, mesmo que seja para 50, 100 funcionários da Ceplac, para que ela sobreviva. Eu gostaria de fazer esse apelo: não é possível o posicionamento pelo fim da Ceplac; este é um posicionamento incorreto, do ponto de vista da pesquisa, do ponto de vista da sobrevivência, do ponto de vista da melhoria do tipo de amêndoa que podemos produzir no Brasil.

Acabei de participar, por uma decisão do Senado, de uma reunião na Bélgica, considerada a produtora do melhor chocolate do mundo, onde não produz um pé de cacau. Nós produzimos cacau; podemos melhorar a qualidade da nossa produção de cacau e viabilizar o Brasil também como um grande produtor de chocolate, que já somos hoje, mas podemos melhorar muito. Nesse fim de semana, teremos, em Ilhéus, mais um evento do Festival Internacional de Chocolate, que acontece naquele Estado. Mas não podemos, Ministro, ficar sem a Ceplac ou permitir o fim da Ceplac. Assim, quero lhe fazer um apelo em nome de toda a Bahia e de todos os produtores de cacau do Brasil.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Concluindo, vamos agora imediatamente passar a palavra à Senadora Lúcia Vânia, depois, ao Senador Blairo Maggi e ao Senador Ataídes.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Srª Presidente, Sr. Ministro, Dr. Maurício, Coordenador do PAC, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-los e dizer da satisfação dos Parlamentares do Centro-Oeste em ver que o Governo se preocupa com a integração da Região. Embora algumas das rodovias e a ferrovia estivessem no PAC, acho que o processo de concessão vai abrir novos horizontes para aquela região.

A gente tem lutado muito por essa integração na região: Goiás com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Estamos separados pelo Rio Araguaia. A duplicação da BR-364 é de fundamental importância para nós. A concessão da BR-060, a extensão da Ferrovia Norte-Sul até Estrela d'Oeste, a ferrovia ligando Campinorte a Lucas do Rio Verde e a Água Boa, em Mato Grosso, sem dúvida alguma, são obras de extrema importância.

Eu só acrescentaria o seguinte, Ministro: primeiro, acho que a nova modelação favorece. No entanto, no meu Estado, sinto que há uma grande dúvida em relação aos financiamentos.

Em relação a essa integração de que eu disse, acho que estamos com uma dificuldade quanto a uma rodovia que faltou, não sei por que razão. Ela faz parte do Circuito da Soja, como chamamos lá. É a BR-452, que liga a cidade de Rio Verde a Itumbiara e que se estende até Xapetuba, em Minas Gerais. Essa rodovia é de extrema importância para formar toda essa ligação, essa integração a que me referi.

Como eu disse, há certa inquietação em relação ao financiamento, que não está ainda muito claro. Eu diria até mesmo que falta também uma motivação não só entre os governadores, como também entre as instituições regionais. Acho que a Sudeco está muito ausente em tudo isso. Temos um fundo de infraestrutura que poderia servir não para essa modelagem que demanda um volume maior de recursos, mas para ligações internas na região que pudessem favorecer o acesso. Então, acho que falta essa motivação, um engajamento real dos governadores nessa proposta, porque acredito que não é uma proposta do Governo Federal. Ela precisa de parceria com os governos estaduais, ela precisa do envolvimento do setor privado e de motivação. Acho que essa motivação é fundamental para que venhamos a atingir os objetivos propostos.

Em relação à Ferrovia Norte-Sul, eu gostaria de perguntar a V. Exª se já existe algum sinal de alguma empresa que se propõe a utilizar aquele trecho ligando Palmas à cidade de Anápolis. Estamos com essa ferrovia parada há muito tempo. Temos uma grande expectativa de que ela venha a funcionar. Já houve uma inauguração, mas ela não sai do lugar.

Outra preocupação é referente à BR-153, que é paralela à ferrovia. Ela foi concedida a uma empresa, mas está inteiramente paralisada. Parece-me que a empresa tem problemas de ordem financeira. Ela paralisou toda aquela expectativa que tínhamos de...

(Soa a campainha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – ... fazer com que ela pudesse ser duplicada e, posteriormente, concedida.

Por fim, eu gostaria só de fazer uma observação em relação às Centrais Elétricas de Goiás. Foi feita a federalização da empresa. Essa federalização foi feita através de um acordo que durou cerca de dois anos. Foi o melhor para o Estado na situação em que se encontrava a empresa. A Eletrobras aportou um recurso que permitiu, posteriormente, a renovação da concessão. E, com a renovação da concessão, obviamente, o Estado e a União ganham, porque a empresa passa a ter um valor de mercado.

Portanto, o Governo de Goiás trabalha com o Governo Federal essa privatização. Ela está sendo feita com muito cuidado; ela, hoje, é uma necessidade para o Estado, uma vez que o Estado se desenvolve, cresce acima da média nacional, mas tem uma deficiência enorme na área de energia. Portanto, essa privatização é fundamental para que haja o crescimento e o desenvolvimento do Estado.

No mais, eu gostaria de agradecer a V. Exª e dizer que nós temos participado intensamente dessa discussão.

Uma vez que recriamos a Sudeco, eu gostaria que a Sudeco tivesse um papel mais importante nessa motivação e nessa integração da Região Centro-Oeste.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não, Ministro. Claro!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com todo direito!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Como V. Exª sabe, os trabalhos desta Casa são muitos. Eu me inscrevi e tive que me ausentar, mas o nosso assessor, aqui presente, chamou-me a tempo para falar após a Senadora Lídice da Mata. E V. Exª, agora, anuncia o nome da Senadora Lúcia Vânia, o do nosso querido Senador Blairo, a quem tenho o maior respeito, mas cheguei a tempo, na minha ordem. Eu gostaria que V. Exª olhasse com carinho essa nossa sequência.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não. Senador. Na verdade, claro, o Senador Garibaldi Filho teve que se ausentar, em função de um compromisso...

Acabou exatamente de chegar. Pronto! (*Risos.*)

O compromisso foi rápido! Mas, como ia dizendo, vou passar...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Para tristeza dela, que ela estava gostando!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Não, não. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – É porque ela está se sentindo apertada. Então, passa o aperto para o Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Exatamente.

Vou passar a palavra para o Senador Garibaldi Alves Filho. Todavia, eu apenas estava dizendo ao Senador Ataídes que eu segui aqui exatamente o roteiro que o Senador Garibaldi Filho deixou, ou seja, a Senadora Lúcia Vânia, que já falou, a Senadora Lídice. Só restam agora, com todo respeito, o Senador Blairo Maggi e V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – (*Fora do microfone*.) Vamos ouvir o Senador Blairo, então.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Só Deus sabe a essa altura! (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pela ordem alfabética, está em ordem decrescente, Senador Blairo. O senhor está em primeiro, o B; o Senador Ataídes está depois.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Estou primeiro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Tudo bem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Nós vamos terminar tirando par ou ímpar aqui!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas eu cedo, com todo prazer.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não tem problema, não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – O grande problema agora é que o Ministro tem um compromisso. Ele fez um apelo, porque ele tem um compromisso daqui a um certo tempo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Exato. Senador, vou passar a palavra...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ele tem muito pouco tempo, mas confio no poder de síntese.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vou devolver os trabalhos ao Senador Garibaldi Filho.

Senador, só quero entregar aqui formalmente um ofício, pedindo a inclusão, no PAC 3, da ampliação do VLT da região metropolitana de Natal, conforme eu havia mencionado, o tramo norte, que vai ligar até São Gonçalo, o Aeroporto Internacional.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Chegue! (*Risos.*)

Claro, essa é uma luta da qual o senhor faz parte também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Blairo Maggi, o Senador Ataídes entrou em acordo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado. Presidente.

Quero saudar o Ministro Nelson Barbosa, também o Dr. Maurício, que está conosco.

Eu saí para caminhar pela manhã, e vocês já estavam aqui. Fui caminhar, voltei, fui ao Banco do Brasil, e vocês continuam aqui.

Só quero fazer uma referência ao Ministro Nelson Barbosa e dizer que ficamos ouvindo aqui os Parlamentares, como por exemplo agora, a Senadora Fátima, o Presidente Garibaldi, de Estados mais distantes da minha Região, como é o Rio Grande do Norte. Eu nem conheço o Rio Grande do Norte, então não conheço os problemas do Rio Grande do Norte. Imagine cada um desses Estados, com seus Parlamentares defendendo suas bandeiras, seus pontos de vista, e o quanto é difícil para o Governo coordenar tudo isso e resolver todos os problemas que estão aí colocados. Todos eles muito justos, cada um na sua visão, na sua particularidade.

Outro dia o meu secretário aqui, chefe de gabinete, o Castilho, foi ao Rio Grande do Norte, e o Presidente Garibaldi falou assim: "não deixe o Senador Blairo Maggi vir aqui, porque a estrada está muito feia, está muito esburacada para se chegar ao aeroporto". Foi esse o recado que chegou: tem primeiro que arrumar a estrada para depois ir lá visitar. Mas isso é para vermos como são as coisas e a particularidade de cada um.

Então, de todo o plano apresentado ontem, quero ater-me aqui a alguns comentários com respeito ao Estado de Mato Grosso, e não para questioná-lo, Ministro Nelson, mas mais para dar uma satisfação para a minha região, a região do Estado de Mato Grosso, Rondônia, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul – é a nossa Região Centro-Oeste ligada um pouco com o Norte. Esse plano que foi apresentado pelo Governo ontem, trabalhado pelo Ministério do Planejamento e pelos demais Ministérios, traz na sua concepção obras extremamente importantes para essa região de Mato Grosso e para a Região Centro-Oeste, já que essa região vem puxando o Brasil nos últimos anos e, agora, tem que empurrar o Brasil também na questão das obras de infraestrutura.

Especificamente para o nosso Estado – o Senador Wellington falou antes de mim, e eu não pude acompanhar porque saí –, por exemplo, nós temos uma duplicação entre Rondonópolis e Goiânia. São quase 600km, 700km de uma estrada extremamente importante, que vai mudar a vida das pessoas e que tem fluxo de carga,

de veículos. Quer dizer, é uma obra que tem atratividade para o setor público. Uma vez feita a concessão, tenho certeza absoluta de que alguém vai participar ali.

Também há a duplicação que já estamos realizando, de Sinop até Itiquira, passando por Rondonópolis – depois quero voltar um pouco a essa rodovia, que está sendo duplicada. Ela foi concessionada, já em 2010 ou 2011, algo assim, mas está em andamento.

Também há a BR lá para Sinop e Miritituba, outra obra importante.

Há a duplicação ou a adequação de Comodoro, no oeste de Mato Grosso, até Rondônia, que vai atingir o Rio Madeira, e há uma grande exportação por aquela região.

Estamos falando também da ferrovia de Miritituba até Sinop e, depois, Lucas do Rio Verde, que é outra ferrovia. E, de todas as ferrovias aqui colocadas, eu diria que esta é a ferrovia que também tem uma atratividade muito grande, porque está no seio, no centro nervoso da maior produção de soja e de milho do Estado do Mato Grosso. Há hoje 15, 20 milhões de toneladas de grãos prontas a embarcar nessa ferrovia, uma vez concluída. Então, ela tem atratividade.

E também estamos falando um pouco da Fico e da Bioceânica. Aparentemente – e eu ouvi os comentários ontem da imprensa – eu concordo com as coisas que são colocadas, de que, neste momento, se olharmos a construção dessa ferrovia como um todo, ela não faz sentido econômico hoje. Não faz hoje. Mas há um sentido político, geoeconômico, do Brasil, do Peru e da própria China, que ultrapassa muitas vezes as decisões econômicas. São decisões importantes, e tenho certeza de que a China, que está olhando isso, não está olhando o resultado econômico agora desse negócio; está olhando, para daqui a 50 anos, daqui a 100 anos, a importância dela no continente sul-americano, como ela se compõe com esses governos. Então, não quero discutir muito a validade dela.

Hoje, conta por conta, é mais fácil sairmos por qualquer lugar do Brasil, seja por Norte, seja por Santos, seja por Itacoatiara, seja por Porto Velho, seja pela Fico; é mais barato sair por qualquer uma dessas alternativas do que sair pela futura Bioceânica, que está sendo pensada, gestada. Como falei, em política, tudo é possível; em geopolítica, tudo é possível. Então, nós não temos que ficar muito discutindo essa questão.

Mas olhando essa ferrovia... Eu ouvi o Ministro Anderson falando rapidamente que elas, separadamente, têm grandes atratividades econômicas. No trecho Sapezal-Porto Velho, nós temos alguns milhões de toneladas de grãos prontos para embarcar nessa ferrovia. Portanto, economicamente, ela faz sentido. Tecnicamente, faz sentido. O outro lado, o lado leste do Estado do Mato Grosso, Campinorte, Água Boa, naquela região ali, também temos alguns milhões de toneladas a serem embarcados e que faz todo o sentido separar todo esse conjunto pensado hoje em algumas partes, licitar isso separadamente e, no futuro, nós juntamos tudo isso.

No sul do Estado de Mato Grosso – eu fico pensando aqui no Presidente Garibaldi, que, como eu não entendo do Rio Grande do Norte, ele não entende muito do Mato Grosso também –, olhando para essa região, nós temos uma ferrovia que liga Rondonópolis a Santos. Então, pensem bem, no futuro, Lucas do Rio Verde, Miritituba para o norte; Rondonópolis para o sul, Sapezal-Porto Velho; Água Boa vindo para Campinorte e, lá no futuro, juntar essas ferrovias, nós vamos dar um presente para as futuras gerações de Mato Grosso igual os americanos deram há 50 anos, 100 anos para aqueles que vivem no meio oeste americano. A gente vai lá hoje e vê ferrovia, vê hidrovia, vê estradas duplicadas, e nós sonhamos muito com isso, desejamos muito isso.

O que o Governo propõe hoje, ou seja, ligar as áreas de produção de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Mato Grosso do Sul com os rios navegáveis, foi o que o americano fez no passado. Eles estão um pouco mais perto dos rios do que nós estamos, mas é possível ligar rodoviário, ferroviário, hidroviário e, depois, além-mar, para levar essas mercadorias com muita competitividade. Então, o Governo está fazendo uma coisa que nós olhamos e falamos: "É muito projeto, só uma parte será feita neste Governo e, portanto, não vale". Não, ao contrário, vale, porque eu, como agricultor, e sou engenheiro agrônomo, nasci na agricultura e sei que, se você não preparar o solo, Ministro, não semear, não cuidar, não vai colher nunca.

O que vocês, Governo, estão fazendo neste momento é plantando alguma coisa para, no futuro, podermos colher, para termos direção para onde ir nesses macroprojetos. Temos muitos outros projetos que devem ser colocados também que muitas vezes não passam na cabeça das grandes políticas nacionais, das grandes questões. Por exemplo, eu defendo, Ministro Nelson Barbosa, e quero uma hora com tempo para sentar e conversar com V. Exª... Nós temos alguns trechos de rodovia no meu Estado, em Goiás e nos outros Estados, como há no Rio Grande do Norte com certeza, que não são essas grandes rodovias de 700km, 500km, 800km para duplicação, para cuidar da malha rodoviária, mas são trechos importantes de 100km, 50km, que não recebem hoje a atenção do Governo Federal, do DNIT, e muitas vezes aquele Município, aquela região não tem força política para colocar esses problemas na mesa, mas essas concessões poderiam ser feitas de forma muito mais simples, muito mais "caipira" – entre aspas –, como nós temos em Mato Grosso. Faz-se uma concessão regional, para quem mora naquela região, uma proposta para quem mora lá, uma pequena empreiteira, um empresá-

rio daquela região, que tem interesse não só de cuidar da rodovia e ganhar algum dinheiro, porque ninguém faz nada se não ganhar dinheiro, mas que também tenha interesse que aquilo permaneça uma via trafegável em boas condições. Não precisamos fazer uma concessão para autopista, em que tenha médico, ambulância, guincho, não. Uma concessão simples para manutenção da via. E nós temos isso em Mato Grosso, Ministro Nelson. Quando fui Governador, fizemos lá uns quatro mil e poucos quilômetros de rodovia e metade delas foram concessionadas aos agricultores que vivem na região. Aquelas concessionadas estão em perfeitas condições. Andei há poucos dias por lá. As que não foram concessionadas, são buracos em cima de buracos, e buraco esperando para poder entrar na via.

Há um outro trabalho a ser feito bem mais simples, que traz um resultado enorme para a Nação, de não se preocupar com aquele negócio, e um pedágio simples, barato, que vai resolver essa situação. Então, uma hora dessas, eu quero sentar-me com V. Exª para conversar um pouco sobre isso e mostrar como pode ser feita essa questão.

Para finalizar – desculpem-me, sei que o Ministro Nelson está com o tempo escasso, mas eu queria falar um pouquinho da BR-163-364 entre Rondonópolis e Cuiabá.

Ela é uma pista concessionada; eu vi aqui que há 800 milhões previstos dentro dessa área que está aí concessionada, mas nós temos uma enorme dificuldade: o Tesouro Nacional tem dificuldades hoje de colocar dinheiro. Nós temos ali três empreiteiras no trecho que, se chamadas a conversar – eu e o Senador Wellington podemos intermediar isso –, podemos nos sentar todos juntos e vermos a possibilidade de transferir esses contratos, parte desses contratos para a iniciativa privada, para que eles possam colocar ânimo na obra, colocar gente, colocar dinheiro e fazer com que esse negócio aconteça num prazo mais curto. Porque as partes concessionadas, das quais a iniciativa privada está tomando conta, dá gosto de ver, sabe, Nelson, dá gosto de ver. Lá há 100 quilômetros de rodovias e mais de mil máquinas trabalhando, mais de dois, três mil homens. É é uma festa; é a coisa mais linda de ver se a pessoa gosta de ver obra. Quando se vai à obra de comando do Dnit, dos contratos, não está acontecendo nada, está tudo parado, com muita dificuldade. Uma das empreiteiras, a que é mais forte economicamente, está fazendo os investimentos certamente para receber no futuro.

Então, acho que há um espaço para a gente negociar e fazer com que esse trecho...

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ... entre Rondonópolis e Cuiabá, que vai ficar para trás, vai dificultar, inclusive, a Concessionária Rota do Oeste a começar a cobrar os pedágios... Sei que em Rondonópolis e Rosário, passando por Cuiabá, ela terá uma enorme dificuldade de cobrar o pedágio em função do não cumprimento dos prazos que o DNIT deu para entregar essas obras para essas empresas.

Então, eu gostaria de me colocar à disposição – tenho certeza de que o Senador Wellington também e o Senador Medeiros, a nossa Bancada toda do Mato Grosso – para politicamente acertarmos como poderíamos flexibilizar essa alternativa para que essas obras realmente possam sair.

Então, Ministro, não tenho nenhuma pergunta a fazer, somente reconhecer que para o Estado de Mato Grosso, para a Região Centro-Oeste esse pacote foi um grande presente, um desejo antigo que nós temos, uma necessidade antiga. Sei, como disse, que não será resolvido de um dia para o outro, mas tenho a consciência absoluta de que se nós não iniciarmos, se nós não plantarmos, se nós não semearmos, não vamos colher nunca. Para mim, esse é o início do preparo, é um plantio, temos que perseguir e fazer isso. A classe política de Mato Grosso, com toda certeza, acompanhará tudo isso de perto e dará todo apoio necessário para que essas obras possam efetivamente sair do papel, ir à realidade e transformar o setor produtivo de Mato Grosso, principalmente o agrícola, em condições de que ele possa ter rentabilidade suficiente para a manutenção dessas atividades para daqui a vinte, trinta ou cinquenta anos, quando outros continentes – como africanos – virão para competir com o Brasil nessas áreas.

Então, precisamos pensar bem lá na frente, porque aqui estamos mais ou menos acomodados, mas no futuro nós não sabemos bem o que vem.

Presidente, muito obrigado pelo tempo, pois me excedi aqui.

Cumprimento o Dr. Maurício e o Ministro Nelson pela presença na nossa Comissão. Tenho certeza de que tudo que foi dito aqui foi esclarecedor para quem nos está ouvindo e para quem vai escrever as matérias aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Ataídes.

Em seguida, o Senador Donizeti.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Presidente, pela ordem, só um instantinho, só para pedir licença, pois tenho que me ausentar.

Queria dizer ao Ministro Nelson Barbosa que meus assessores estão aqui, vão ouvir as respostas e me passam.

Acho que na hora em que V. Exª responder ao Blairo, contempla-me também.

Obrigada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Presidente, preocupa-me que fizemos um bloco muito grande que vai terminar sendo também difícil para o Ministro responder a tudo. Se ele pudesse responder logo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas ele anotou tudo. O Ministro aqui não deixa passar nada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Eu sei. Mas ele poderia responder logo agora e ficar só com os outros três, porque os outros três, inclusive, acabaram de chegar agora. Aí, fica ruim. Eu sei, meus companheiros, mas nós ficamos aqui o tempo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senadora Lídice, aqui as mulheres mandam.

Com a palavra...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vamos terminar, Presidente. Vamos terminar. Só faltam três oradores aqui. Acho que é muito rápido.

Vamos tentar ser breves porque liberamos também o Ministro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Senador, eu queria fazer um encaminhamento pedindo a compreensão dos dois Senadores. Nós fizemos uma audiência durante todo o tempo. Alguns Senadores se inscreveram, saíram e foram a outras Comissões.

Acho legítimo, só que outros ficaram aqui todo o tempo. E o Ministro mais ainda e está com atividades etc. Por que eu sugiro isso? Porque, ao responder, o Ministro pode fazer isso de forma muito rápida até – pelo que eu ouvi das colocações, ele poderia fazer isso rapidamente –, depois, pode-se passar a este último bloco e encerrar, liberando também aqueles que tiveram a paciência de ficar aqui e não foram a outras comissões.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas como foi acertado, Ministro? Como foi acertado no início dos trabalhos?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Não é justo com quem ficou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Ataídes...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Foi de dois em dois, no início dos trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Já foi de dois em dois, já passou para três em três, já passou para quatro em quatro. E, agora, só Deus sabe.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – V. Exª, então, determina, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Ministro.

O SR. NELSON BARBOSA – Vou responder, então, rapidamente.

A Senadora Fátima perguntou sobre a barragem de Oiticica. Ela está nas prioridades do Ministério da Integração, ou seja, mesmo com o contingenciamento, ela está preservada, é uma das obras que estão preservadas. Já há cerca de 30% concluídos. E nós esperamos concluir essa obra dentro do prazo inicialmente previsto.

Sobre o VLT de Natal, a senhora entregou o pedido para inclusão no PAC 3. Vamos analisar isso, vamos analisar também a melhora da ligação com o aeroporto de São Gonçalo do Amarante.

Sobre as operações de crédito, V. Exª já mencionou na reunião com o Ministro Levy. Os pedidos de operações de crédito por parte de prefeituras e governos estaduais dependem da autorização do Ministério da Fazenda. Eu sei que a intenção do Ministério da Fazenda é começar a liberar essas autorizações de financiamento nesse segundo semestre, até porque, liberando agora, isso vai começar a ser efetivado lá para o final do ano, no início do ano que vem, pois leva um tempo.

Na questão de inserir o Rio Grande do Norte nas concessões, acho que é possível. Como eu falei em outras respostas, nós temos adotado este modelo de fazer um pedido de manifestação de interesse. Se houver uma rodovia, um porto ou uma estação ferroviária no Rio Grande do Norte em que há agentes privados interessados em estudar e, posteriormente, construir e assumir essa concessão, existe um caminho para apresentar isso, dependendo do ativo: se for um porto, com a Secretaria de Portos; se for rodovia ou ferrovia, com o Ministro Antonio Carlos. E nós participamos de todo esse processo. Então, é usar isso, e nós estamos à disposição para receber essas sugestões.

A Senadora Lídice fala da urgência e da prioridade para o aeroporto de Salvador, com o que eu concordo. É um dos aeroportos que necessitam de expansão. Tivemos conversas ontem com o Governador Rui Costa, em que ele manifestou isso e manifestou também a preocupação com a Fiol. A Fiol é uma das obras cuja execução nós estamos tendo que diluir devido à restrição orçamentária. Estamos em contato com o Governador e também com alguns investidores que manifestaram interesse em assumir essa construção, para verificar se

ela pode ser também uma ferrovia a ser concedida, a princípio, transportando produtos petroquímicos do Sudeste para o Polo Petroquímico de Aratu.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Seria uma ótima saída.

O SR. NELSON BARBOSA – Isso é algo preliminar, mas já foram começados os entendimentos para ver se é possível adequar essa ferrovia ao modelo que estamos adotando para outras ferrovias.

Sobre a questão da Ceplac, eu não tenho conhecimento detalhado que V. Exª tem, mas prometo que vou colocar o Secretário Genildo, que é o encarregado de todas as carreiras e contratações, para analisar isso e dar uma resposta a V. Exª.

A Senadora Lúcia Vânia mencionou várias rodovias que ainda não estão no plano de concessões. Eu quero aproveitar um comentário do Senador Blairo Maggi para ver se ele se aplica aqui. Nós estamos dispostos a estudar também essas concessões regionais, concessões de manutenção, que não implicam, necessariamente, duplicação ou ampliação de capacidade, mas é uma concessão de manutenção. É algo que nós temos estudado há bastante tempo. O Governo Federal, até agora, não fez isso. Seria uma concessão do chamado Crema. É uma coisa que, recorrentemente, aparece. Queremos, sim, ver quais são as experiências bem-sucedidas em Mato Grosso para ver se isso pode ser adotado em outras áreas. Eu acho que isso se aplica às rodovias BR-364 e BR-452, mencionadas pela Senadora Lúcia Vânia.

Na questão da BR-153, é uma empresa que está com problemas de caixa, que está tentando ou arrumar sócios ou, eventualmente, vender a sua participação nessa concessão, para que outra empresa assuma. Esse é um negócio privado.

O Governo, obviamente, tem interesse de que isso seja concluído e solucionado o mais rápido possível, para retomar as obras da BR-153. Mas, neste momento, são os entendimentos entre a empresa que ganhou essa concessão, que tem problemas de caixa, e vários agentes financeiros para passar o negócio ou atrair novos sócios e continuar a obra.

Quanto à questão da Celg, a Senadora apoiou a iniciativa já em curso do Governo Federal. Temos exemplos bem-sucedidos de privatização de distribuidoras elétricas no Maranhão que, depois da privatização, aumentaram muito sua eficiência e melhoraram os serviços aos consumidores. Nós queremos ampliar isso para outras distribuidoras que, hoje, estão sob o controle da Eletrobras, e a principal e a primeira delas é a Celg.

No caso da Norte-Sul, já há interessados, mas esse é um assunto privado. Prefiro que a gente o discuta no momento em que a gente apresentar o edital. Já há interesse de concessionários no Brasil, e há também interessados internacionais em assumir essa concessão.

Senador Blairo, só agradeço seus comentários. Acho que o senhor entendeu perfeitamente: nós vivemos num sistema político que acho correto, com mandatos de quatro em quatro anos e com reeleição, mas isso não implica que não tenhamos de fazer projetos de longo prazo. Então, a crítica de que estou fazendo um projeto hoje que vai durar mais de quatro anos, para mim, não é uma crítica, é um elogio. Estou pensando no longo prazo. Há projetos de infraestrutura que não duram quatro, oito ou dez anos. Não é por que o mandato é de quatro anos que vamos nos limitar a fazer projetos que só podem ser concluídos em quatro anos.

O senhor entendeu perfeitamente a lógica da Ferrovia Bioceânica. Como o senhor falou, há uma saída para o norte de Mato Grosso, para o oeste de Mato Grosso, para o leste de Mato Grosso e para o sul de Mato Grosso. No futuro, com certeza, tudo isso vai ser integrado. É a isso que a Ferrovia Bioceânica se propõe, e, para isso, temos de começar a planejar agora.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E vamos estar vivos ainda, não é, Ministro?

O SR. NELSON BARBOSA – Como?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Vamos estar vivos.

O SR. NELSON BARBOSA – Vamos estar vivos, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O Senador Ataídes tem a palavra. Depois, falará o Senador Donizeti.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Ministro, não tive tempo de montar um trabalho para este debate, mas, como o Ministério do Planejamento é de extrema importância para a economia deste País, eu não poderia deixar de vir aqui pelo menos para fazer um registro.

Percebo, Ministro, que esse plano de concessão é mais um engodo dado ao povo brasileiro. Em 2012, Ministro, foi lançado o mesmo plano de concessão, designando R$241 bilhões a essas concessões. Lamentavelmente, R$186 bilhões não saíram do papel, ou seja, somente R$55 bilhões foram efetivamente usados. Isso se deu na época em que nossa taxa Selic estava em 7,25%, com um juro extremamente baixo para os dias de hoje, de 13,75%. Então, percebo que, lamentavelmente, esse plano de concessão é mais uma pauta política

para mudar o foco e desviar a crise econômica do nosso País. Espero eu estar errado, enganado, que, assim, o Brasil ganha, e eu reconheço depois o meu erro por colocar aqui essas palavras.

Nós sabemos, Ministro, que, hoje, o cenário político do nosso País é um dos piores do mundo. É um dos piores do mundo! Só para mostrar o tamanho da irresponsabilidade desse Governo em administrar a coisa pública, quero dar aqui só um exemplo, muito rapidamente: o Fies, em 2013, gastou R$7,5 bilhões. Isso tem a ver com V. Exª, que é um homem que também tem dinheiro, ou melhor, que paga. Em 2013, o Fies gastou R$7,5 bilhões e, em 2014, R$13,7 bilhões. O Pronatec gastou, em 2013, R$4,4 bilhões e, em 2014, R$5,2 bilhões. Com o seguro-defeso, gastaram-se R$598 milhões em 2013 e, em 2014, R$2,117 bilhões. Com o seguro-desemprego, gastaram-se R$22 bilhões em 2013 e, em 2014, R$32 bilhões.

Esse é só um retrato do tamanho da irresponsabilidade com que foram administrados esses programas, com um só intuito: o de ganhar as eleições. E aí, sim, ganharam as eleições, obtiveram êxito. Mas esse é só um detalhe. O nosso País, hoje, beira a casa dos R$5 trilhões de dívida bruta interna e externa.

Ministro, eu percebo que o País está na contramão do crescimento. Inflação: a inflação é o bicho-papão do Governo. Eu vejo, como empresário, como contador que fui, como tributarista que fui, que a lei de mercado, por si só, no meu entendimento, salvo melhor juízo, equilibra essa inflação, ela domina essa inflação.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas o Governo só tem um remédio a aplicar à inflação no Brasil – não estou me referindo só ao Governo do PT, não; a outros governos –: aumentar taxa de juros. Aumenta-se taxa de juros para combater inflação. O.k.. Com isso, então, vem a danada da recessão. Com essa recessão, ninguém compra, ninguém vende, ninguém produz, nossos empresários estão desmotivados, desacreditados, e por aí afora. Com esse aumento da recessão, com esse aumento da taxa de juros, quero voltar à perda de poupança popular. Essa perda de poupança chegou agora, só este ano, a R$32 bilhões. Nós sabemos a consequência dessa perda de poupança: o mercado imobiliário, que não está em crise, parou no País, e esse é um dos segmentos que mais empregam, Ministro.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com essa recessão, com essa perda de poupança, vem, então, o dragão, chamado desemprego. O Brasil, hoje, está com 8,72%. Mas, na verdade, esse desemprego, hoje, no Brasil, quando se vai para o jovem de 18 a 29 anos, mais o seguro-desemprego, e, mudando essa metodologia do PNAD Contínua, chega a 20,67%, e não a 8%, Ministro. Essa é a verdade. Então, vem esse desemprego. Depois desse desemprego, a criminalidade.

Ministro Barbosa – eu disse isto para o Ministro Levy –, não seria muito mais aconselhável, em vez de trilhar nesse caminho tão danoso para o País, investir na produtividade? Foi o que fizeram os Estados Unidos. Em 2008, quando explodiu a crise, em dezembro de 2007, a taxa de juros dos Estados Unidos era 4,25%. Quando chegou ao final do ano, estava em 0,50%, e o desemprego era o bicho-papão, mas passaram a crescer, então, os empregos, e a economia começou a funcionar.

Pergunto a V. Exª: por que não investir na produtividade? Por que não chamar os nossos empresários, mas muito rapidamente, para uma conversa? Sentar todos esses empresários a uma mesa e incentivá-los, porque estão todos desmotivados, sem esperança.

Enfim, eu queira colocar isso a V. Exª.

A Senadora Lúcia Vânia falou sobre a BR-153, que tem a ver com o nosso Estado do Tocantins – está aqui o Senador Donizeti. Essa concessão foi dada à empresa da Lava Jato, que é a Galvão Engenharia. Participei desse leilão tão bem-sucedido à época, com 46% de deságio. Seria a duplicação de Anápolis a Aliança, no Tocantins. De repente, agora, o BNDES não tem o dinheiro para fornecer a essa empresa, e essa empresa também está com problema.

Quanto à Ferrovia Norte-Sul, quero ratificar aqui as palavras da Senadora, está paralisado um grande trecho dela.

Nós temos a BR-010, no Tocantins, que é a espinha dorsal, e nós estamos, logisticamente, no centro deste País. Até hoje essa rodovia, Ministro, não foi pavimentada. Nós fizemos diversas ações políticas pedindo, inclusive está na LOA. Eu gostaria que V. Exª olhasse com carinho essa BR-010 e também a BR-235, que é outra BR muito importante para nós.

Estou encerrando, Sr. Presidente.

Quanto às obras inacabadas, a que o Senador Blairo se referiu, nós acabamos de criar uma subcomissão na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... uma subcomissão para verificar as obras inacabadas Brasil afora, o que é gravíssimo. E não só as inacabadas, mas empenhadas e não iniciadas.

Por derradeiro, Ministro, eu gostaria só de fazer um comentário sobre o Sistema S, que qualifica a nossa mão de obra, o que também tem muito a ver com a pasta de V. Exª. Nós sabemos que a nossa mão de obra é desqualificada e a produtividade dos nossos trabalhadores é uma das mais baixas do Planeta Terra. E esse Sistema S, composto por Sesi, Senai e companhia limitada, recebe contribuições sociais que já estão mais que consagradas como tributo – está lá criado, através da nossa Carta Maior, no art. 149; é tributo. Hoje, eles têm 15 bilhões aplicados no mercado financeiro. Isso eleva o custo Brasil em 3,1.

Eu pergunto a V. Exª: se isso é tributo, por que até hoje essas receitas do Sistema S, que não está sendo usado para qualificar a nossa mão de obra, e assim o nosso País não vai crescer mesmo, se não tiver mão de obra qualificada – e hoje eles estão no mercado financeiro –, por que essas receitas não compõem o Orçamento da União? Isso é um crime, e eu pergunto por que elas não compõem o Orçamento da União.

Eu só queria fazer esse registro, Ministro, e dizer que tenho uma admiração especial por V. Exª, pelo Ministro Levy, pelo Ministro Gabas; tenho uma admiração muito grande. Espero que a Presidente Dilma venha a dar autonomia a V. Exªs para que os senhores consertem toda essa balbúrdia que esse Governo fez ao longo dos anos, não só a Presidente Dilma, mas também o Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Disse o poeta e compositor Raul Seixas: "Eu não preciso ler jornais. Mentir sozinho eu sou capaz."

Quando vejo os jornais, a TV, as revistas e, às vezes, quando vejo os meus colegas da oposição falarem, eu fico mais adepto desses dois versos do Raul Seixas do que nunca. Porque um país que cresceu a sua produção de grãos em 130%, um país que cresceu o transporte de passageiros aéreo em 154%, um país que cresceu a produção de veículos em 185%, um país que cresceu a movimentação portuária em 100%, nos últimos 12 anos, não pode ser um país que é uma balbúrdia e nem pode ser um país que não cresceu e que está destruído.

E aí fico pensando, e devo dizer, Senador Garibaldi, nosso Presidente, que estou apresentando uma proposta de emenda à Constituição, no art. 165, que obrigue o Poder Executivo a planejar o País em um horizonte de 30 anos; sair do que fazemos, do PPA, e pensar em 30 anos.

Ontem, quando vi a exposição do Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, no Palácio do Planalto, vi que estamos no rumo certo. Estamos pensando o País não só para agora. Eu disse, na reunião dos Senadores com os governadores, que nós não podemos ficar só resolvendo o urgente; temos que antecipar, temos que resolver coisas que são importantes pensando no longo prazo. Assim, quero parabenizar a Presidenta Dilma e o Ministro Nelson Barbosa pelo programa de logística que foi apresentado e que está em curso, porque ele tem uma visão de longo prazo; não é uma visão só de curto prazo e de superar problemas imediatos.

Ministro, eu tive que me ausentar e quero justificar. Eu fui presidir a Comissão de Meio Ambiente e Controle numa audiência pública para a qual eu tinha feito um requerimento, sobre PSA – Pagamento de Serviços Ambientais. Tivemos um debate muito importante lá, colocando a necessidade de o Governo e o Legislativo debaterem sobre o assunto, que tem muita importância. E não pode só a União arcar com isso e ficar com a responsabilidade de debater, mas, sim, devemos envolver toda a sociedade.

A minha pergunta aqui é: a Ferrovia Leste-Oeste está em curso até Luís Eduardo Magalhães e não aparece. Nós estamos abandonando a ferrovia ou ela já está dentro de outra programação? Existe uma discussão também sobre a Leste-Oeste de que não chegaria mais a Figueirópolis, que ela teria outro traçado, chegando a Campinorte. Na verdade, a Leste-Oeste estava prevista, nos traçados iniciais, chegando a Figueirópolis, aí subiria para Campinorte para continuar o destino dela. Então, a minha pergunta é nesse sentido.

A outra parece que já foi respondida, mas ainda não ficou muito clara, que é a questão da concessão da BR-153. No Brasil, nós estamos com um defeito muito grande, Senador Garibaldi, ou seja, a gente mata o cavalo para matar o carrapato. A gente está querendo destruir as empresas nacionais, que inclusive são empresas que exportam serviços, trazem divisas para o País, em função de algumas pessoas cometerem erros. Isso está errado. Acho que o Governo tem que agir muito mais rápido do que já agiu, no sentido de garantir que essas empresas possam continuar cumprindo a sua função de empregar, de gerar riqueza para o nosso País, não permitindo que elas fiquem inabilitadas. E aí há que se fazer um discurso com os órgãos de controle, com o Judiciário para poder salvar isso.

Do meu ponto de vista, há uma tentativa – e o Senador Ataídes certamente não participa disso, eu tenho certeza que não – de que o Brasil se desestruture, de que o Brasil quebre de fato, porque ele não está quebrado, isso é uma falácia. Uma tentativa de que o Brasil quebre de fato, de que o Brasil não tenha condição de persistir nessa questão da composição do BRICS para poder viabilizar esse novo polo econômico, essa questão do banco, que é importante, para que se mantenha a hegemonia econômica norte-americana através dos seus

bancos, através do FMI, para impor para o resto do mundo. O BRICS é uma contraposição a isso. E aí interessa que o Brasil se desestruture, que quebre, infelizmente.

Ontem, eu disse, respondendo ao Senador Caiado e ao Senador Aécio, que falaram que depois virá o desalento, que isso é só um engodo, que eles realmente vão ficar desalentados, porque isso vai dar certo e eles continuarão chorando as pitangas nos corredores porque a Presidenta Dilma sabe o que está fazendo e vai conduzir o País, junto com sua equipe econômica, sua equipe de gestão, na retomada do crescimento, e eu não vejo dificuldade para isso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, art. 14, por favor, porque o Donizeti citou o meu nome. V. Exª me permitiria?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, o que eu coloquei aqui para o Ministro foi com a experiência que tenho aos meus 55 anos de idade, vindo da contabilidade de porta aberta por 14 anos, como tributarista que fui, como professor durante 5 anos e administrando empresa por 30 anos. Portanto, não é uma pessoa qualquer que vem aqui fazer as suas colocações e dizer que o País está na contramão do sucesso.

O nosso Senador Donizeti, com toda a vênia, ao longo da sua vida foi tão somente um militante, um militante do PT, por quem tenho o maior respeito, e de outros partidos, e acaba de chegar a este Senado Federal, através de uma suplência da Senadora.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu acho, com toda vênia, Senador, que pato novo tem que mergulhar um pouco mais raso. Nós temos conhecimento...

Senador Caiado, um homem com uma belíssima história profissional e parlamentar, como também o Senador Aécio Neves, que V. Exª colocou que também é merecedor. Nós não estamos aqui a torcer pelo pior. Acabei aqui a minha palavra dizendo que eu estou torcendo para que a Presidente da República dê aos Ministros... Eu me referi ao Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa – tão competente, conforme a sua biografia, está aí para todos verem – como ao Ministro Levy, como o Ministro Gabas, que V. Exª...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... tem a autonomia para tirar este País do local, do momento e da situação em que ele se encontra. Quem está dizendo isso agora não é só um Senador da República, são as ruas, são mais de 70 milhões de brasileiros dizendo que o PT quebrou o Brasil, não sou eu. Não vai ser aqui um versículo de Raul Seixas escrito por um bruxo que virá desfazer a palavra desses três Senadores da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Não vou polemizar com o Senador Ataídes, porque tenho um carinho muito grande por ele, tal como eu, ele chegou aqui também via suplência, nós dois temos histórias diferentes. Ele não conhece a minha história, não sabe por onde eu passei, então, ele pode dizer o que ele disse. Mas nós dois certamente vamos conversar mais.

Agora, quanto ao desenvolvimento do País, com o que tem falado o Senador Caiado, o Senador Aécio e o próprio Senador Ataídes eu não concordo, o País não quebrou, o País está bem, é preciso ler em outras cartilhas, infelizmente. O que eu posso fazer? A do neoliberal não vai resolver.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Bom, respondendo às colocações do Senador Ataídes.

Como eu tinha já colocado por ocasião das perguntas do Senador Caiado, o Governo acho que avançou bastante. Acho que os números que a gente apresentou aqui podem ter ficado abaixo do que o Governo tinha planejado inicialmente, mas, ainda assim, é um crescimento. Nos últimos quatro anos foi concedida uma extensão de rodovias maior do que nos últimos 16 anos. No primeiro mandato da Presidente Dilma, o volume de concessão de rodovias foi maior do que nos mandatos dos Presidentes Lula e Fernando Henrique combinados.

Já na área de ferrovias, a gente construiu mais de mil quilômetros. Deveríamos ter construído mais, por isso estamos com uma proposta para acelerar isso. Nos últimos quatro anos, foram construídos mais de mil quilômetros de ferrovias, mais do que nos oito anos anteriores. Até a Presidente ontem fez uma autocrítica: "Estou me comparando a mim mesma", porque no Governo Lula ela era a Chefe da Casa Civil e administrava o PAC.

Então, acho que é importante termos uma autocrítica, é importante cobrarmos mais, mas é importante também reconhecer o que avançou, principalmente ter muita calma. Eu não acho que o Brasil está quebrado, eu não acho que o Brasil está numa situação fora de controle, eu acho que estamos enfrentando algumas dificuldades que já enfrentamos na nossa história. Já enfrentamos dificuldades como essa no início dos anos 80,

já enfrentamos dificuldades como essa no final dos anos 90. Essas dificuldades requerem que a gente adote algumas medidas que são restritivas no curto prazo, mas que viabilizam a recuperação do crescimento mais à frente. Então, é uma questão de perspectiva. Uma medida que pode ter um impacto restritivo nos próximos meses, mas vai viabilizar o crescimento mais rápido no próximo ano.

Agora, há medidas que podem recuperar o crescimento da economia nos próximos meses e inviabilizar o crescimento da economia nos próximos anos. Então, agora estamos tomando os remédios necessários para curar os problemas que apareceram, que são fruto tanto da própria evolução da economia brasileira, como de mudanças no cenário internacional.

Concordo integralmente com o Senador Ataídes, acho que também é a opinião do Senador Donizeti: a chave agora é aumentar a produtividade. O senhor mesmo colocou que o trabalhador brasileiro relativamente tem uma produtividade mais baixa, mas é importante colocar que não é uma falha do trabalhador brasileiro. O trabalhador brasileiro trabalha um volume de horas igual ou maior do que é trabalhado nos países desenvolvidos. A produtividade no trabalho é resultado de várias coisas. Uma das coisas é ter uma melhor infraestrutura: estrada melhor, aeroporto melhor, telefone mais rápido, internet banda larga mais rápida...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Transporte, essas coisas...

O SR. NELSON BARBOSA – Então, é por isso que nosso foco é aumentar a produtividade e a qualificação. Então, estamos tentando fazer isso em quatro eixos.

Um é melhorar o capital por trabalhador, principalmente capital de infraestrutura. É nisso que esse plano se insere, mas não é só logística. É também energia, que vai ser objeto depois de um anúncio de novas iniciativas por parte do Ministro Eduardo Braga. E é também a parte de telecomunicações e informações, que o Ministro Berzoini está liderando.

Além da infraestrutura, educação e qualificação, como os senhores colocaram. E aí entra o Fies, entra o Pronatec. Respondendo a sua pergunta, Senador Ataídes, uma das maneiras de fazer com que o recurso do Sistema S, que é um recurso tributário, seja aplicado em prol da população é justamente o Pronatec, que tem cobrado, cada vez mais, que aqueles recursos sejam direcionados para cursos técnicos com percentual maior de cursos gratuitos. O Governo tem tentando fazer isso através do Pronatec, cada vez mais, para que esses recursos, que são fiscais, sejam aplicados na educação, principalmente na educação das pessoas de renda menor, que não podem pagar pelos cursos.

Além de melhorar a educação e a infraestrutura, há uma terceira via de aumentar a produtividade, que os senhores conhecem muito bem, que não custa dinheiro, mas é bem difícil: simplificar o sistema tributário, simplificar e reduzir a burocracia no Brasil. Estamos tentando fazer isso. O Ministro Afif está liderando o Programa Bem Mais Simples Brasil, para simplificar o dia a dia das empresas e das famílias brasileiras. O Ministro Levy está fazendo as propostas de simplificação tributária e deve apresentar em breve uma nova melhoria no sistema do Supersimples, uma melhoria no PIS/Cofins, que são medidas institucionais que vão resultar em menos horas trabalhadas por parte das empresas e por parte do próprio Governo para arrecadar os seus tributos. Isso é como aumentamos a produtividade.

Em quarto lugar, e não menos importante, inovação. Aumentamos a produtividade inovando. Está aí a Embrapa, está aí a Embraer, está aí a WEG, que fabrica motores elétricos e é uma das principais do mundo, está aí a Marcopolo, uma das principais empresas de produção de ônibus do mundo. É trazer mais inovação.

O foco de tudo é produtividade. E temos várias iniciativas. Esse plano, além de ser uma coisa que esperamos que vai gerar investimento e emprego, vai gerar, sobretudo, aumento de produtividade nos próximos anos.

Ao Senador Donizeti agradeço os seus comentários. Concordo que é preciso estimular mais esse planejamento. Já fazemos isso na Previdência. Na Previdência, por lei, tem de se fazer projeção de 30 anos. No caso do planejamento orçamentário, o horizonte adotado é o horizonte de quatro anos, que é o Plano Plurianual. Todo primeiro ano de mandato, tem de se fazer um Plano Plurianual para os próximos quatro anos. Então, agora, nós estamos preparando o Plano Plurianual que vai ser enviado a esta Casa até agosto, com o plano até 2019.

Na questão da Fiol, ela é uma obra pública. Então, ela está sendo executada dentro do PAC. Devido à restrição orçamentária, essa execução está num ritmo menor do que o inicialmente planejado. Já há alguns setores empresariais que nos procuraram para perguntar a possibilidade de fazer ali também uma iniciativa via concessão. E eu respondi isso à Senadora Lídice da Mata. Segundo esses, haveria a possibilidade de transportar carga do Sudeste, principalmente produtos químicos, para o Polo de Aratu, também integrando com a Fiol. Nós estamos avaliando isso. Neste momento, a Fiol é uma obra pública, e a execução dela continua, mas num ritmo mais devagar, porque estamos nessa fase de restrição fiscal, como todos os senhores sabem.

No caso da BR-153, é uma empresa que está enfrentando problemas de financiamento. Ela está procurando resolver esse problema junto aos bancos, bancos públicos e bancos privados. O Governo espera que isso seja resolvido, mas é um assunto privado. O Governo, obviamente, espera e trabalha para que isso seja

resolvido da forma mais rápida possível, seja com essa empresa obtendo o seu financiamento, seja com essa empresa trazendo novos sócios, para continuar as obras. Eu concordo integralmente com o senhor que nós devemos corrigir o problema e punir quem tem de ser punido, mas não punir os trabalhadores e os empreendimentos. Tem de punir as pessoas físicas que, eventualmente, ao final do processo, seja constatado que cometeram alguns erros.

É isso que eu tenho a colocar.

Muito obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, só uma perguntinha muito rápida. Ministro, não me leve a mal.

V. Exª colocou que esses trinta e tantos bilhões recebidos pelo Sistema S através de contribuições são tributos. Eu ouvi isso de V. Exª. Eu pergunto: todo esse dinheiro não teria de compor as receitas da União, Ministro? Eu gostaria de ouvir essa palavra do senhor. Não deveria?

O SR. NELSON BARBOSA – É contado como carga tributária, tanto que é contado como carga tributária pela própria Receita Federal e também pelos institutos que analisam isso. A nossa Constituição não indica que esse recurso deve ser um recurso da União, assim como, por exemplo, a contribuição para o FGTS é contada com uma arrecadação tributária, mas é um fundo apartado que pertence aos trabalhadores. E há lá um patrimônio cujo excesso, então, é administrado pela União.

A Constituição indica que esses recursos do Sistema S devem ser administrados por essas associações. Prefiro não tecer comentários sobre isso, porque a Constituição já é clara, e o Governo não tem nenhuma iniciativa de mudar esse direcionamento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO. *Fora do microfone*.) – Mesmo sendo tributo?

O SR. NELSON BARBOSA – Há vários recursos que são arrecadados como tributo, mas há o direcionamento dado pela Constituição Federal. Não faz parte das nossas ações mudar esse direcionamento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ministro, só quero sanar uma dúvida minha. *(Soa a campainha.)*

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – O PIB brasileiro retraiu 0,2% no último trimestre. Não é isso? O PIB americano, parece-me, retraiu 0,7%. É isso?

O SR. NELSON BARBOSA – Houve uma retração nos dois países, e acho que a dos Estados Unidos foi maior que a nossa nesse primeiro trimestre.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quero agradecer ao Ministro Nelson Barbosa, que, desde as 8h30min, está aqui conosco. Quero agradecer seu desempenho, que, para nós, não foi surpresa. Respondeu todas as perguntas com brilhantismo e nos deixou plenamente informados, sobretudo, a respeito do PIL.

Quero agradecer ao Maurício Muniz Barreto, que, aqui, também esteve pacientemente ouvindo todos e participando desta audiência pública.

Quero agradecer a todos os que estiveram aqui presentes.

Peço apenas um minuto ao Ministro Nelson Barbosa, antes de encerrar a reunião, para comunicar às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que, na data de hoje, neste plenário, às 15 horas, será instalada a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração.

Peço desculpas àqueles que, pela internet, pela participação interativa popular, fizeram perguntas que não puderam ser respondidas hoje: Anna Flávia, de Santa Catarina; Walter Júnior e Daniel José Alves Fernandes, de Brasília; Isabel Cristina Gregório, de São Paulo; Robson Oliveira, do Rio de Janeiro.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2015.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia dezessete de junho de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Ciro Nogueira, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, José Pimentel, Paulo Rocha, Waldemir

Moka, Sérgio Petecão, Roberto Rocha, Douglas Cintra e Vicentinho Alves. Registra presença como não membro o Senhor Senador Humberto Costa. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação das atas das 13ª e 14ª reuniões da Comissão, que são dadas como lidas e aprovadas. Lidos os comunicados pela Presidência. tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **MENSAGEM (SF)** nº 27, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III,alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Marcelo Bruto da Costa Correia, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT". Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: matéria pronta para deliberação. Resultado: sabatina realizada com indicação aprovada, sendo 20 (vinte) votos favoráveis, dois votos contrários e nenhuma abstenção. Item 2 – **MENSAGEM (SF)** nº 28, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III,alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 dejunho de 2001, o nome do Senhor Carlos Fernando do Nascimento, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT". Relatoria: Senadora Sandra Braga. Relatório: matéria pronta para deliberação. Resultado: sabatina realizada com indicação aprovada, sendo 20 (vinte) votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção. Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 35, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts.90, inciso II, 93, inciso II e 113, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Relações Exteriores (CRE), para tratar da Ferrovia Transcontinental, com a participação de representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: • Casa Civil da Presidência da República; • Ministério dos Transportes; • Ministério das Relações Exteriores; • Conselho de Estado da República Popular da China; • Governo do Peru; • Conselho Empresarial Brasil-China – CEBC; • Grupo de Trabalho Brasil-China-Peru". Resultado: aprovado o requerimento. Item 4 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 36, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar dos investimentos em infraestrutura de logística em andamento no chamado Complexo Industrial do Porto do Açu. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Diretor Presidente da empresa Prumo Logística Global, Eduardo Parente.". Resultado: aprovado o requerimento. Incluídos e apreciados os itens extrapauta 5, 6 e 7. Item 5 – **MENSAGEM (SF)** nº 43, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Marcelo Vinaud Prado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT". Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatoria ad hoc: Senador Acir Gurgacz. Relatório: matéria pronta para deliberação. Resultado: lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 37, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e outros, que requer "nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Infraestrutura, para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica do Estado do Amazonas. Como convidados, sugerimos os nomes do Diretor-Geral da ANELL, Senhor Romeu Rufino e o Presidente da Amazonas Energia, Senhor Antonio Carlos Faria de Paiva". Resultado: aprovado o requerimento. Item 7 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 38, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar das alterações propostas na Lei n º 12.351, de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobrás no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela condução e execução das atividades de exploração e produção. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados: 1. Senador José Serra; 2. Presidente do Conselho Nacional de Política Energética, Ministro Carlos Eduardo de Souza Braga; 3. Presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Sr. Jorge Marques de Toledo Camargo; 4. Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Sr. Adriano Pires". Resultado: aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Blairo Maggi, Waldemir Moka, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Sandra Braga, Ronaldo Caiado, Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro, Hélio José e Ricardo Ferraço – completar a lista. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, inclusive a da última reunião, realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunicado.

A Presidência comunica o recebimento do relatório da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABRACEEL) referente ao ano de 2014 e do encarte Transporte & Desenvolvimento – Entraves Logísticos ao Escoamento de Soja e Milho, publicado pela Confederação Nacional do Transporte.

As publicações estão disponíveis para consulta das Srªs e dos Srs. Senadores.

Informo a todos os presentes e a quem nos acompanha pelos canais de divulgação do Senado Federal que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Portanto, os cidadãos que tiverem interesse de participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por intermédio do Portal e-Cidadania ou através do Alô Senado.

Vamos à pauta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento os colegas aqui presentes, o Senador Acir, o Senador Moka, o Senador Ciro, e quero, aqui, na Comissão de Infraestrutura, mais uma vez, homenagear e relembrar o nosso querido amigo, que partiu ontem, Dr. Olacyr de Moraes.

Ontem, no Plenário, várias homenagens foram feitas a ele lembrando o homem ligado à agricultura, ao agronegócio. Mas quero, aqui, dizer que ele também foi um homem que pode ser homenageado em vários segmentos. Assim sendo, eu gostaria de deixar registrado, nesta Comissão de Infraestrutura, minha homenagem pelos feitos deixados pelo Dr. Olacyr na área da infraestrutura. Além de ele ter sido proprietário e diretor fundador de uma grande empresa, a Constran, que hoje está na mão de terceiros, ele, não só pelas obras públicas, mas também pelas privadas, também, por iniciativa própria, construiu e deu sequência a uma ferrovia que sai de Santos, atravessa todo o Estado de São Paulo, adentra o Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Senador Moka –, passa pelo Estado de Mato Grosso e chega a Rondonópolis. Hoje, a principal via de escoamento da soja do Estado de Mato Grosso e de parte dos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás e do Entorno de São Paulo é feita por essa ferrovia, a chamada Ferronorte, ou Ferrovia Senador Vuolo, como é conhecida também.

Então, eu gostaria de deixar registrado esse fato na Comissão de Infraestrutura, local correto para fazê-lo, para lembrar de um empresário que, como eu disse, atuou em vários setores da economia brasileira. Portanto, é aqui, na Comissão de Infraestrutura, onde debatemos, todos os dias, o que deve ser feito para melhorar a economia e o transporte no País, que esse grande brasileiro, que morreu ontem, já pensava e fazia isso há mais de 30 anos.

Deixo registrado, na Comissão de Infraestrutura do Senado, o meu voto de pesar pelo passamento do Dr. Olacyr, mas também de alegria por um homem que andou sempre à frente do seu tempo. Eu até arriscaria dizer que ele era o que foi o Visconde de Mauá no período de 1850/1860, talvez o maior empresário brasileiro de todos os tempos, maior do que o próprio Império, pelas suas decisões e por aquilo em que ele acreditava e aquilo que ele queria fazer e empreendia, porque tem muita gente que tem recurso, tem dinheiro, tem posição, mas não arrisca empreender, e esses homens é que fazem a diferença. Eles não estão preocupados ou não ficam preocupados só com o que vai retornar ao seu bolso, mas, sim, com aquilo que pode deixar delegado para a Nação.

O Dr. Olacyr de Moraes perdeu muito dinheiro com a Ferronorte, porque o Governo não cumpriu o compromisso que assumiu com ele de construção da ponte. Ele fez uma ferrovia, ficou com a ferrovia pronta em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, e não conseguia transpor o Rio Paraná para chegar até os portos. Portanto, pagou um preço muito alto e praticamente quebrou a sua grande companhia. Ele não teve o dinheiro no bolso, mas seu legado está aí, e estamos usando-o hoje.

Por isso, a minha homenagem, o meu respeito e a minha consideração nesta Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Bem, na qualidade de Presidente da Comissão, quero associar-me e receber essa homenagem e fazer com que, claro – a proposta do Senador

Blairo Maggi foi neste sentido –, a sua palavra se transforme numa manifestação da própria Comissão de reconhecimento a esse grande brasileiro que foi Olacyr de Moraes.

Na verdade, ele foi um protagonista da nossa história econômica com uma verdadeira visão de futuro. Tudo isso que o Brasil reclama hoje, que o Brasil vive hoje, penso eu, em termos de possibilidade de se efetivar uma parceria público-privada, foi proposto por ele há muitos anos, e ele pagou por isso. V. Exª mesmo assinalou aí que ele pagou um alto preço porque acreditou, investiu, e o Governo não fez a sua parte.

Não resta aqui tentar procurar saber o que aconteceu, porque, na verdade, os governos passam, e nós precisamos ter a visão dos problemas do Estado. E eu, na verdade, quero prestar esta homenagem em nome da Comissão, fazendo com que as palavras do nosso Senador Blairo Maggi possam ser devidamente registradas nos Anais desta Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Serei muito objetivo.

Talvez a Comissão, em nosso nome – não sei se os Senadores aqui presentes, o Senador Ciro e o Senador Acir Gurgacz, nos darão essa permissão –, pudesse mesmo fazer um documento, uma moção, registrando as palavras do Senador Blairo Maggi, que endosso totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Se o Senador Blairo Maggi permitir, poderíamos editar essa fala ao lado de outros dados e prestar uma homenagem a ele.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeitamente, Presidente. Muito justo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vamos ao Item 1 da pauta.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, temos um parecer de um novo indicado, também para a ANTT, que tem como Relator o Senador Romero Jucá. Como ele não está presente, peço autorização para fazer o relatório *ad hoc* e pedir a inversão de pauta.

Hoje, o dia vai ser longo com relação aos debates na CCJ. E, também me antecipando, enquanto estivermos ouvindo a sabatina dos dois indicados, se for possível, poderíamos deixar a votação em aberto, já no início, Sr. Presidente, para facilitar o dia de todos nós, até porque a história de ambos eu, particularmente, já conheço. Já fiz o debate com eles.

Então, se possível, estas duas questões: fazer a inversão da pauta e nós iniciarmos o debate com a votação também, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu submeto ao Plenário da Comissão essas duas sugestões do Senador Acir Gurgacz.

Se os Senadores presentes concordam... Eu consulto aqui o universitário...

Então, vamos adotá-las, Senador Acir Gurgacz.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCELO VINAUD PRADO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra, logo de início, atendendo já, a esta altura, a uma determinação aprovada em plenário da Comissão, ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Senhora Presidente da República, por meio da Mensagem nº 43, de 2015, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Marcelo Vinaud Prado para ser conduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal e no § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores da ANTT. De acordo com o art. 383 do RISF, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Marcelo Vinaud Prado, que passo a resumir.

O indicado, natural de Goiás, nasceu em 1971. Completou curso superior em Tecnologia de Processamento de dados na Universidade Paulista (Unip) e cursa Bacharelado em Ciências da Computação na Universidade Federal de Goiás (UFG). É especialista em Regulação em Transportes Terrestres pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Transportes Urbanos pela Universidade de Brasília (UnB), e em Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos pela Universidade Católica de Goiás (UCB). Também obteve o grau de Mestre em Engenharia de Transportes pela UnB.

Tendo sido aprovado no concurso público para o cargo de Especialista em Regulação, é servidor público efetivo da ANTT desde 2005, quando atuou para estruturar o Registro Nacional de Transportes de Carga (RNTC), organizando o cadastramento dos transportadores por meio de cooperação com entidades do setor. Posteriormente, em 2009, passou a atuar como assessor técnico da Diretoria-geral. Em 2011, foi nomeado Gerente de Fiscalização da Superintendência de Fiscalização e em 2013 passou a ocupar o cargo de Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas, cargo que ocupa atualmente.

Antes de ingressar no serviço público, atuou como gerente de planejamento na empresa Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda., entre os anos de 1999 a 2005, onde era responsável pelo planejamento operacional de mais de dois mil veículos. Entre os anos de 1996 e 1999, foi analista de logística na Agrifood Comercial e Industrial Ltda. Tais atividades, em suas palavras, lhe propiciaram "visão prática dos problemas de infraestrutura de transportes do País e de como fazer gestão logística apesar desses desafios".

O candidato relata, também, ocupar a função de coordenador do grupo permanente para integração das informações de transporte no âmbito do Mercosul, desde 2010, e de representante da ANTT no Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Constam, também, do currículo apresentado, a autoria e coautoria de diversos artigos nas áreas de planejamento e economia de transportes apresentados em congressos da área de transportes e/ou publicados em periódicos especializados.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alínea "a", "b" e "c", do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do caput do mesmo artigo.

São esses os elementos disponíveis para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere sobre a indicação do Sr. Marcelo Vinaud Prado para ser conduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Esse é o relatório, Sr. Presidente, já agradecendo a atenção de V. Exª e dos demais colegas Senadores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, fica concedido vista coletiva, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

Depois de termos o cumprimento dessa matéria extrapauta, voltamos ao Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pronto para deliberação
Observações: – *Reunião destinada à sabatina do indicado.*

No dia 25, foi lido o relatório e concedido vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de passarmos ao Item 2 da pauta, eu queria registrar a presença do Presidente da ANTT, Dr. Jorge Bastos, dizendo da nossa satisfação de contarmos com sua presença nesta nossa reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 28, de 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Sandra Braga
Relatório: Pronto para deliberação
Observações: – *Reunião destinada à sabatina do indicado.*

No dia 27, foi lido o relatório da Senadora Sandra Braga e concedido vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sendo assim, convido para que tomem assento à mesa os Srs. Marcelo Bruto da Costa Correia e Carlos Fernando do Nascimento, indicados ao cargo de diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Ao lado de dois indicados para o cargo de diretores, devo dizer, na minha condição, hoje, de idade, que estou ao lado de dois meninos. (*Risos.*)

Concedo, portanto, a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Marcelo Bruto da Costa Correira, para fazer a sua exposição.

Com a palavra o Sr. Marcelo Bruto da Costa Correia.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Bom dia a todos.

Eu queria, primeiramente, cumprimentar o Presidente Garibaldi Alves, o Relator da minha indicação, Senador Blairo, na pessoa de quem saúdo todos os Senadores aqui presentes.

É com muita honra que eu tenho o meu nome submetido à apreciação desta Casa. Para mim, além da honra, é uma responsabilidade muito grande, ciente que estou da importância da Agência no atual momento em que temos tão grande necessidade, para o País, da atração de mais investimentos privados em infraestrutura e de que, para isso, a estabilidade regulatória, o bom funcionamento da instituições ocupa um papel essencial.

Em minha fala, começarei relatando um pouco a minha trajetória e, depois, dizendo como eu vejo os principais desafios da Agência nos próximos anos.

Em relação à minha trajetória, toda a minha vida acadêmica tem sido centrada em pesquisa e estudo sobre a gestão do investimento em infraestrutura. A minha formação é jurídica e administrativa. Fiz mestrado e doutorado em Administração Pública e Governo na Fundação Getúlio Vargas, onde tive o prazer de pesquisar sobre reformas regulatórias e parcerias público-privadas em diferentes setores, e sempre tenho, em minha vida acadêmica, nos artigos que eu tenho publicados, buscado estudar e conhecer novas experiências e estimular a importância de aprimoramento da regulação que seja votada a melhoria dos inventivos para o investimento em infraestrutura, que seja voltada a contratos de mais longo prazo, com foco em resultados.

Na minha trajetória profissional, eu tive o prazer e a satisfação de ingressar no serviço público em 2009, através da Carreira de Especialista em Política Pública e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, por todo esse período, tive a honra de acompanhar o esforço que tem sido feito nos últimos anos e de participar de todo o debate em torno dos desafios que têm sido enfrentados pelo País para a retomada e ampliação de investimentos em infraestrutura.

Participei, sobretudo nos últimos anos, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Diretoria de Logística do Programa de Aceleração do Crescimento, onde pude participar de debates sobre reformas na área de regulação nas áreas de portos, aeroportos, ferrovias e rodovias e também acompanhei os processos de alterações em marcos institucionais relevantes, como licenciamento ambiental, contratações e aprimora-

mentos dos processos de licitações e contratos, e estou ciente também, sei que é um desafio permanente do País essa necessidade não só de ampliar o investimento em infraestrutura, mas, junto com isso, aprimorar a gestão, porque o desafio do investimento não passa apenas pela questão da disponibilidade de recurso, mas também no aprimoramento das instituições, no aprimoramento da regulação do sistema de contratação e de licenciamento.

Recentemente, estou tendo a experiência, no Governo do meu Estado, Pernambuco, com muita honra, de atuar na área de mobilidade urbana, um desafio grande e presente nas maiores regiões metropolitanas brasileiras, mas também uma experiência muito rica, dessa vez na ponta, nesse desafio de aprimorar a gestão do investimento em infraestrutura.

E aqui, já finalizando a minha fala, quero falar um pouco de como eu enxergo os desafios da ANTT para os próximos anos– se esta Casa me conceder a oportunidade de lá trabalhar –, do que eu vejo como os principais desafios.

Acho que um grande desafio que temos que ter em mente é que temos um crescimento da responsabilidade da ANTT com a ampliação substantiva da malha regulada, e o Programa de Concessões, lançado na semana passada, tende a ampliar ainda mais essa responsabilidade. Então, tenho plena consciência de que será um trabalho desafiador. O Diretor Jorge Bastos já tem tomado iniciativas importantes, mas é muito grande esse desafio da ampliação da qualidade da Agência na sua atividade regulatória, de fiscalização dos contratos de concessão.

Acho que o segundo grande desafio é a Agência, com o quadro de técnicos que tem – e testemunhei, no Ministério do Planejamento, sempre que tive relação com a Agência, essa qualidade –, contribuir para o aprimoramento do planejamento e das modelagens das novas concessões de rodovias e ferrovias. Acho que é um papel importante, e a Agência vai ter um papel muito ativo nos procedimentos de manifestação de interesse, na análise dos estudos e também na formatação das modelagens que estão por vir. E, finalmente, na consolidação de marcos regulatórios. Eu acho que, na área de rodovias, teremos a consolidação do marco regulatório, mas também uma ampliação para novos trechos rodoviários, o que nos demanda imaginar novos modelos de contratação de concessão, para além dos modelos que hoje temos utilizado, e o marco regulatório de ferrovias, porque é outro grande desafio acharmos um caminho que equilibre a necessidade de atrair investimentos em ferrovias com a necessidade de o usuário ter ferrovias com acesso livre, com custos adequados para o atual estágio de desenvolvimento do País.

Mas é um pouco isso. Minha trajetória e os desafios que eu enxergo, assim, de imediato, na Agência são vários outros, mas é assim que me apresento, e fico à disposição desta Casa para mais perguntas e mais debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço a V. Sª.

Para dar melhor andamento aos trabalhos, vamos ouvir logo os dois indicados.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Fernando do Nascimento para fazer a sua exposição.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Agradeço ao Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores aqui presentes, cumprimento aqui o meu Diretor-Geral, Dr. Jorge Bastos, com quem tenho o prazer de dividir a bancada da Agência desde 2012, cumprimento minhas colegas diretoras da Agência Ana Patrizia e Natália Marcassa, os colegas da Agência que estão aqui e também os que não conseguiram desincumbir-se desse trabalho, mas que estão, certamente, na Agência acompanhando esta reunião, e cumprimento as empresas reguladas, os setores regulados pela ANTT que também estão aqui para prestigiar o trabalho desta Comissão.

Eu gostaria de iniciar me colocando à disposição desta Comissão e dizendo que sou servidor da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Fui aprovado no primeiro concurso da Agência, em 2005, e, desde então, tenho trabalhado para tentar garantir o serviço de transporte terrestre adequado, à altura do que a população espera e do que o Brasil precisa.

Minha formação é jurídica. Apesar de ter passado três anos ganhando conhecimentos técnicos nos bancos de uma faculdade de Engenharia, decidi-me por cursar a faculdade de Direito. Finalizei minha graduação em Direito com um trabalho sobre agências reguladoras e tenho, desde então, seguido esse caminho.

O trabalho de final de curso de graduação em agências reguladoras me fez perceber como instituições como a que hoje dirijo são importantes para o crescimento do País. Elas são responsáveis por moldar a política pública da melhor forma a atender o interesse da população, por pegar aquela diretriz política e transformá-la, com a melhor técnica possível, naquilo que vai entregar o melhor resultado na sua área de atuação.

Iniciei na Agência numa superintendência de transporte rodoviário de cargas, trabalhei com a regulamentação de temas importantes que os senhores conhecem, Senadores, como o Vale-Pedágio, o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas, regulamentação do pagamento do frete, medidas que também fo-

ram tratadas aqui, nesta Casa, e que servem para elevar o nível de profissionalização desse setor que carrega, hoje, mais de 50% da carga deste País.

Após esse período na área de regulação do transporte rodoviário de cargas, pude me dedicar um pouco mais à área jurídica num breve passeio na Procuradoria-Geral da Agência, onde pude ter contato com as questões jurídicas que afetam a atuação da agência reguladora para, imediatamente antes de me tornar diretor, passar por uma área de regulação que trata da regulação geral da Agência, uma área que permite que os profissionais que nela trabalham tenham uma visão do contexto geral regulatório do transporte terrestre no Brasil.

Em 2012, como forma de não impactar as decisões da Agência, porque houve uma vacância de diretores, fui conduzido ao cargo de diretor interino, juntamente com as diretoras que citei, que hoje são minhas colegas de bancada. E, de 2012 para cá, a Agência, capitaneada pelo nosso Diretor-Geral, conseguiu estabelecer um ambiente técnico favorável para uma série de avanços que permitiram um cenário, hoje, em 2015, muito mais alinhado com os desafios que se apresentam para a ANTT.

Nossos desafios diários são enormes, mas nós conseguimos avanços nesses últimos três anos.

Na área de transporte de passageiros, nós conseguimos fazer a primeira licitação para uma permissão no Entorno de Brasília, ainda estamos em processo de consolidação do vencedor de um dos lotes, estamos trabalhando na regulamentação do que será a autorização para o transporte interestadual de passageiros, que será, certamente, um grande marco nesse setor, e estamos em processo de implantação do aprimoramento da nossa fiscalização, o que vai permitir não só um acompanhamento muito mais presente da Agência no transporte rodoviário de passageiros, como também vai fornecer, para a população, dados, em tempo real, das viagens, e isso vai trazer transparência e conforto para a população.

Na fiscalização, nós, otimizando nossos recursos humanos e usando de instrumentos tecnológicos mais adequados, conseguimos nos fazer mais presentes nas estradas, na fiscalização do serviço tanto rodoviário de passageiros quanto rodoviário de cargas, e essa fiscalização mostrou um cenário interessante porque, logo no início da nossa investida na fiscalização, houve um aumento do número de autos de infração aplicados para, no ano de 2014, ocorrer um declínio significante, o que indica que nós estamos conseguindo fazer com que esse prestador de serviço caminhe para prestar o serviço de forma adequada e evita que a nossa fiscalização atue de forma muito contundente, aplicando multas, porque não é nosso interesse transformar a Agência numa fábrica de multas, mas, sim, conduzir o setor de forma saudável para prestar o serviço adequado para a população.

No transporte ferroviário, nós iniciamos, em 2013, um processo de reestruturação da área. O transporte de cargas como um todo, tanto o rodoviário quanto o ferroviário, era tratado numa única superintendência da Agência, e nós separamos em duas superintendências, uma de transporte rodoviário de cargas e uma de transporte ferroviário de cargas. Isso fez com que nós conseguíssemos dar maior atenção para esse setor tão importante para o País.

Nós estamos passando, agora, por um processo de estruturação interna de conceitos e padronizações que vai, certamente, levar a uma maior eficiência na atuação da Agência.

Tenho certeza de que isso vai acontecer porque esse mesmo processo de estruturação ocorreu na área de exploração da infraestrutura rodoviária. Foi feito um processo de estruturação da área para atender melhor a população, os anseios da população e a missão da Agência e nós conseguimos, de 2012 para cá, reverter um quadro de 80% de inexecuções contratuais nos contratos da segunda etapa para um cenário, hoje, que indica para um cumprimento total daqueles que eram as inexecuções das concessões da segunda etapa de concessões rodoviárias.

Essas realizações não são minhas, Srs. Senadores, mas indicam aquilo que ajudei a equipe da Agência a construir e também dão um sinal daquilo que é o compromisso que faço perante V. Exªs de que, se legitimado por esta Casa, continuarei empreendendo, ajudando a diretoria da Agência e os servidores a entregar um serviço de transporte terrestre adequado aos anseios da população e às necessidades deste País.

Muito obrigado.

Coloco-me à disposição de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Sr. Carlos Fernando do Nascimento.

E, agora, vamos conceder a palavra, por ordem de inscrição e de chegada também. Vamos premiar... Acredito que o Senador Blairo Maggi seja merecedor de outros prêmios, mas, agora, ele está sendo premiado pela ordem de chegada. Ele foi o primeiro a chegar aqui, ou um dos primeiros.

Então, concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente.

Na verdade, chegamos três no mesmo instante: eu, o Senador Acir e o Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Em seguida, o Presidente, mais atrasado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – E o Presidente chegou e já abriu quente a reunião, não deixou nem a gente falar nada fora da pauta aqui.

Bom, Presidente, quero cumprimentar V. Exª e também os colegas aqui presentes, o Dr. Carlos e o Dr. Marcelo, nossos sabatinados.

Presidente, já devemos fazer as perguntas para os dois, né? Fazemos em bloco e eles já vão respondendo, para não termos que voltar a fazer uso da palavra.

Então, eu já gostaria de iniciar as minhas considerações e as perguntas, no caso, para nossos dois sabatinados.

Há poucos dias, o Governo lançou um plano PIL, um plano, enfim, de concessão de ferrovias, rodovias e aeroportos. Sou muito entusiasmado com esse tipo de lançamento que ocorreu, e muitas pessoas dizem que é mais um plano, isso e aquilo. Sim, é mais um plano, mais isso e mais aquilo, mas, pela primeira vez, é um plano em que a iniciativa privada será responsável por 100% da construção. Então, é aquela velha história: do couro vem a correia. Se essas rodovias, ferrovias e aeroportos que estão aí colocados têm carga suficiente, têm volume de tráfego suficiente e se tudo aquilo que for investido tiver condições de ser devolvido, sendo pagos os empréstimos e as manutenções, enfim, se for um bom negócio para a iniciativa privada, teremos essas obras em andamento. É óbvio que não vamos ter isso para dois ou três anos, pois temos um processo burocrático enorme pela frente para tirar isso do papel, e creio que não teremos condições de iniciar efetivamente e de ver as obras antes de um ano e meio ou dois anos. Mas, enfim, é como sempre digo: quem não semeia não colhe, quem não planta não colhe. Tem que plantar para colher. Portanto, esse é um plantio que está sendo feito e vem para a frente.

Então, as regras para essas concessões que estão sendo propostas já estão definidas. Foram discutidas pela Agência, pelo Governo, e talvez muito pouco possa ser feito daqui para a frente para alterar o curso do que está aí colocado. Ajustes pequenos serão feitos.

Eu gostaria de pedir aos dois nossos sabatinados uma opinião sobre um segundo momento, um segundo passo dessas concessões ou privatizações, chamem como quiserem. As grandes rodovias federais e os grandes empreendimentos têm, sempre, uma predileção do Governo, que sempre quer fazer os maiores. E faz sentido, pois são os grandes gargalos. Mas também em rodovias federais temos gargalos que não aparecem aos olhos do grande público e que, muitas vezes, nem chegam a esta Comissão também. Temos centenas, milhares de quilômetros de rodovias federais que podem ser concessionadas para empresários locais. Seria uma concessão regionalizada. Nós fizemos isso em Mato Grosso e chamamos de "concessão caipira". Os próprios produtores ajudaram a construir as rodovias do Estado e eles mesmos as administram. E eles têm dois objetivos. Um, é óbvio, é ganhar alguma coisa com aquilo a fim de manter o negócio de pé. Mas a principal atividade desses concessionários é manter as rodovias em funcionamento, pois, do contrário, a perda de recursos de caixa dos produtores dessas regiões é muito grande, já que o preço do frete sobe imediatamente se começar a haver buracos nas rodovias. Você perde eficiência e tem que subir o preço do frete, Portanto, quem paga a conta novamente é o dono da carga.

Eu gostaria de saber a opinião de vocês no sentido de a Agência efetivamente criar e apresentar ao Governo um programa de concessão de rodovias de menor fluxo que têm problemas e que precisam ser arrumadas, mas essas concessões, esses arranjos que deverão ser construídos não podem ter as mesmas exigências que têm as de grande fluxo.

Vou citar o exemplo de uma rodovia de Mato Grosso, a BR-158. Até a cidade de Querência são 60km ou 70km. A rodovia está com problemas, tem buracos, e o DNIT vai demorar muito para cuidar daquilo. Provavelmente, a população vai perder a rodovia e nós não conseguiremos fazer com que a obras avancem. É o mesmo caso de outros trechos, no Estado de Mato Grosso, na BR-364, na BR-158, na BR-080 e em várias outras. Se colocados em concessão esses pequenos trechos, empresários locais poderão fazer isso, com exigências muito menores.

Eu gostaria de saber se isso é possível e se vocês se comprometem a trabalhar num projeto como esse.

O que é essa concessão mais simples de que eu falo? É uma concessão de manutenção, puramente de manutenção: tapar os buracos, roçar as beiras e cuidar da sinalização da rodovia. Uma estrutura simples, que alguém local possa fazer. Se, para isso, forem contratadas grandes empresas concessionárias, uma rodovia dessas não paga o salário de um executivo durante o ano, mas pode pagar, sim, localmente, a manutenção, e esse empresário ainda ganha alguma coisa, porque a empresa é local, a sede está lá, sua família está lá e seu interesse é cuidar da rodovia, inclusive porque seus amigos e colegas empresários estarão lá cobrando, no dia a dia, se as coisas acontecem.

Além da pergunta, eu gostaria de ter o compromisso dos dois que estão aqui sendo sabatinados de que é possível construirmos isso.

Quem já passou pelo Governo – o Garibaldi já passou, assim como eu e outros – sabe que há ideias. Vocês têm ideias, mas precisam ser cutucados, demandados pela situação, e acho que o papel desta Comissão é estimular isso. Eu gostaria de estimular isso dentro da Agência. Já conversei com o Jorge Bastos e com o Ministro do Planejamento sobre o assunto, ficamos de fazer uma viagem ao Mato Grosso para ver a experiência, porque as rodovias concessionadas no sistema "PPP caipira", como as chamamos lá, têm dez anos de construção e não têm um buraco. Em algumas delas até uma camadinha de CBUQ já foi aplicada. As irmãs delas construídas no mesmo período não existem mais; é um buraco atrás do outro, e há buracos no acostamento esperando a vez de vir para dentro porque não há lugar para eles.

Era essa a minha pergunta. E fica a sugestão.

Eu gostaria de ouvi-los também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Consulto a Comissão...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, permita-me apenas fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – O nosso querido ex-Senador e ex-Governador Jarbas, hoje Deputado Federal, me ligou ontem pedindo apoio...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Jarbas Vasconcelos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ..., fez *lobby* e pediu apoio. Eu falei: "Ele já é meu. Eu sou o Relator do seu projeto". Ele pediu: "Cuide bem dele!". Então, eu gostaria de enviar um abraço ao ex-Governador Jarbas Vasconcelos, que foi muito importante como Senador também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Os pernambucanos são vigilantes. O Senador Fernando Bezerra Coelho também está aqui com essas e outras intenções.

Eu consulto a Comissão se faremos, logo de início, um bloco de dois...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Não, todo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Todo? Não. Aí dispersa um pouco...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, eu sugiro que os Relatores, eu e, depois, a Senadora Sandra Braga, que não está aqui, sejamos respondidos separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – São os privilégios do Relator.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Senão, a gente trabalha e não tem privilégio nenhum aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, tendo em vista isto, concedo a palavra...

Quem quer falar primeiro?

Pela ordem, Sr. Marcelo Bruto, que foi o primeiro expositor.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Senador, eu acho que a gente tem uma oportunidade muito boa, agora, de institucionalizar, na área de logística, a ideia de rodadas de leilões, como já vem sendo feito...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Desculpe-me. É que a votação continua aberta. Só quero comunicar isto às Srªs e aos Srs. Senadores.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Então, acho que agora nós temos uma oportunidade muito boa de institucionalizar a ideia de leilões na área de logística. Inclusive, o pacote anunciado na semana passada sinaliza um pouco isso, quando os primeiros leilões que são anunciados para 2015 são baseados em procedimentos de manifestação de interesse iniciados em 2014. Aí se anuncia uma nova carteira de projetos a serem estudados neste ano para fazerem parte de uma carteira de leilões. Acho que temos a oportunidade, de fato, de ampliar o uso do mecanismo de concessões para os próximos anos.

Especificamente em relação a concessões para a área de manutenção, eu acho que, no que se refere à manutenção rodoviária, um aprendizado que a gente tem com o DNIT, com os CREMAs do DNIT, é que contratos de mais longo prazo nessa área são, de fato, contratos mais interessantes para levar a uma melhoria da condição da manutenção das rodovias. Então, eu vejo com bons olhos que a gente de fato amplie o uso do mecanismo de concessão e que não nos concentremos somente em grandes projetos de duplicação. Acho plenamente cabível a utilização de concessão para investimentos de adequação de faixa, restauração e manutenção, sobretudo porque o ganho que você tem com ela é, de fato, por ser um contrato com mais incentivos para a melhoria da qualidade das rodovias num prazo longo.

Sobre a proposta de V. Exª, eu me comprometo, tranquilamente, a defender, no âmbito da agência, na interação com o Governo e quero chamar a atenção para um outro aspecto nessa questão. Além da ideia de rodadas de leilões na área de logística, a gente tem, a partir deste ano, a institucionalização da figura das PMIs, no Decreto nº 8.428, que permite não apenas que o Governo provoque a sociedade e o setor privado, a apresentarem propostas de estudos de modelagem, mas também que o setor privado, os Estados e os Municípios tragam propostas, manifestem interesse de estudos para o Governo, que acho que é outra janela de oportunidades, além do nosso compromisso, que...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Dr. Marcelo, então, V. Sª está dizendo que, a qualquer momento, sobre qualquer assunto, se houver interesse da iniciativa privada, ele pode procurar o Governo e fazer uma manifestação de interesse?

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Exatamente.

Saiu um decreto, este ano, o Decreto nº 8.428, de 2015, que disciplina o procedimento de manifestação de interesse por iniciativa do Governo, mas que prevê também que esse procedimento se aplica quando a iniciativa privada ou Estados e Municípios, pessoas físicas ou jurídicas, apresentem propostas de estudos a serem iniciados pelo Governo. Então, acho que é uma oportunidade boa também...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Ou seja, a concessão "caipira" pode ser proposta pelo setor privado.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Exatamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – O Ministro do Planejamento já falou sobre esse assunto. Mas quero registrar que já procurei o Ministério dos Transportes para falar sobre esse assunto no passado, assim como o Ministério do Planejamento, inclusive quando V. Exª estava lá, no Ministério do Planejamento, só que isso não caminhou. Então, o Ministro do Planejamento colocou isso aqui. O que o Senador Blairo colocou é uma nova atitude, porque, há pouco tempo, o Governo entendia que tinha recursos para fazer as coisas. Agora mudou a posição do Governo. É importante que esta Comissão, Sr. Presidente, e a própria ANTT, o Ministério do Planejamento, passem a adotar isso verdadeiramente, porque é um compromisso que a gente está querendo, principalmente em Estados muito grandes, continentais, como é o caso de Mato Grosso e de toda a Amazônia, de modo geral.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Wellington.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Fernando do Nascimento.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Senador Blairo, dado que o colega Marcelo já se aprofundou no assunto, a minha resposta é bastante simples: a Agência tem compromisso com um serviço adequado. Serviço adequado é aquele que é interessante para o usuário daquela ferrovia.

Nossa pesquisa de satisfação indicou que pavimento, que está ligado à segurança e à sinalização, é um elemento entendido pelo usuário da rodovia como essencial. Então, nós temos que ter compromisso com aquilo que é interesse do usuário. E, se é interesse do usuário ter aquela entrega, nós temos condições de construir uma concessão que tenha viabilidade econômica para aquela entrega que é desejada pelo usuário em pequenos trechos de rodovia.

Esse é um compromisso da Agência, e eu o assumo aqui, em harmonia com meu colega de sabatina.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado. Mas que fique bem entendido: as regras, as exigências não podem ser as mesmas para a BR-101...

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Claro!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ..., Rio-São Paulo, porque, senão, não paga. É outra coisa.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – É outro tipo de concessão, é outro modelo, é outra exigência.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra à Relatora.

Estamos, claro, concedendo, em primeiro lugar, a palavra aos Relatores. A Senadora Sandra Braga é a segunda a indagar, pelo fato de ser Relatora.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

A minha pergunta é voltada para a minha região.

A Região Amazônica depende do modal de transportes entre as rodovias e as hidrovias, por observação do que fazem os países com mais competitividade nos transportes de grandes volume de carga. O transporte com custo mais competitivo é realizado por rodovias, ferrovias e hidrovias. No Brasil, temos uma divisão de

atividade entre a ANTT e a Antaq, com vinculação até mesmo a estruturas ministeriais diferentes, respectivamente o Ministério dos Transportes e a Secretaria Especial de Portos.

Como podemos obter ações coordenadas de planejamento e execução relativas aos diferentes modais de transportes?

Posso fazer mais uma pergunta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A palavra é da senhora.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – A BR-319, maior rodovia federal, que corta o Amazonas, foi construída na década de 70, pelo governo militar, para integrar a Amazônia ao restante do Brasil, mas ainda não conseguiu eliminar o isolamento terrestre entre parte do Norte e o País. Após décadas de espera, a população que reside à margem das rodovias, em cidades influenciadas por ela, mantém o sonho de ver essa rodovia totalmente recuperada e trafegável.

O que podemos esperar em relação à ANTT para solucionar essa questão, que se arrasta há décadas e que já consumiu dezenas de milhões de reais?

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Senadora, a respeito da coordenação de ações entre as agências, esse, de fato, é um desafio do setor de transportes. Nos últimos anos, tem-se tentado fazer um esforço de aproximação dessa coordenação, através, por exemplo, da instituição do Plano Nacional de Logística Integrada, tentando aproximar mais as agências e até mesmo o Ministério do Transportes com a Secretaria de Portos, por exemplo, e, mais recentemente, com a Empresa de Planejamento e Logística, criada recentemente também para reforçar o planejamento logístico no setor de transportes, mas concordo que é algo que temos que intensificar. Essa aproximação entre as agências e entre os órgãos do setor de logística é essencial. Acho que foram dados passos, através de comissões, da criação da empresa e até da aproximação a instâncias informais, mesmo entre os Ministérios, até para formulação do PNLI, mas concordo que é algo em relação a que temos que estar diligentes desde o início, desde a etapa do planejamento, dos planos, das modelagens, para, ao se fazer um estudo de cargas, considerarem-se os diferentes modais, e acredito que, com o reforço dessas instâncias de planejamento e a atuação entrosada entre elas, a gente pode avançar em relação a isso.

Quanto ao segundo ponto, da BR-319, é um assunto que não é do domínio direto da agência, é uma obra de responsabilidade do DNIT. Eu, pela época em que estive no Ministério do Planejamento, sei do esforço que tem sido feito no Ministério dos Transportes junto ao Ministério do Meio Ambiente para tentar construir uma solução de licenciamento. E vi, mais recentemente, aqui, o testemunho do Ministro dos Transportes de se retomar esse esforço, de se procurar achar uma saída de fato. Foram reconstruídos alguns trechos recentemente, mas ainda há um seguimento relativamente grande pendente de licenciamento.

É essa a resposta que eu tenho para lhe dar.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Na verdade, ele propôs um encontro nosso, com toda a Bancada, para que pudéssemos ouvi-lo a respeito do que eles estão pretendendo fazer ou retomar, mas ainda estamos no aguardo desse convite.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Dr. Carlos Fernando.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Senadora Sandra, minha especial deferência, minha Relatora, pela celeridade com que tratou a relatoria da mensagem do meu nome.

A coordenação entre os órgãos é bastante importante e já estava no radar da Agência Nacional de Transportes Terrestres há algum tempo, assim como no da Antaq. Essa necessidade de coordenação se converteu em um convênio de cooperação entre as duas agências. Hoje, a Antaq e a ANTT têm um convênio de cooperação para atuação conjunta naquela zona cinzenta, especialmente no porto, onde se dá a chegada do transporte terrestre e a saída ou chegada do transporte aquaviário, que são áreas de atuação das duas agências. Então, nós fizemos um convênio de cooperação técnica.

Nesse convênio de cooperação técnica, está previsto tanto a fiscalização conjunta quanto o treinamento mútuo dos seus servidores. A Antaq treina servidores da ANTT, e a ANTT treina servidores da Antaq, cada uma na sua área de especialização. E um fruto dessa parceria, não só da Antaq e da ANTT, mas também de outros órgãos envolvidos, como a própria SEP e o Ministério dos Transportes, foi a redução significativa da fila no Porto de Santos para o escoamento da safra de 2014, o que vem caminhando de forma consistente para, de fato, haver essa integração e a gente conseguir trabalhar de forma coordenada, unindo esforços para resolver os problemas no transporte.

Quanto à BR-319, eu diria para a senhora que ela não é área de atuação da agência, como já foi dito, mas, se ela vier a ser, algum dia, uma rodovia concedida, a Agência vai cobrar dessa concessionária o cumprimento do contrato e, certamente, o serviço adequado para os usuários que necessitam dessa infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o objetivo desta reunião, no momento em que sabatinamos os dois candidatos, é também trazer um assunto que é único no Pais e com que só nós, do Estado de Goiás, convivemos. Ou seja, como o Distrito Federal fica 100% dentro do território do Estado de Goiás e, como V. Exª sabe, com a experiência que tem, como onde está concentrado o poder é para onde temos a maior migração de pessoas, na expectativa de uma melhor qualidade de vida... A capital sempre tem o maior índice de renda *per capita*, como também o maior PIB por pessoa física. Essa é a realidade também de Brasília. Brasília tem essa característica, tem benefícios que outros Estados da Federação não têm, como o repasse a fundo perdido da União para arcar com despesas de saúde, educação, segurança pública, e, com isso, passa a ser um local atrativo para que milhares de pessoas de classes mais humildes desloquem-se para a região na expectativa de ter melhor qualidade de vida.

Ao chegar a Brasília, é impossível a pessoa poder viver aqui, morar aqui. Os preços são altos, o aluguel é alto... E, com isso, Sr. Presidente, passamos a viver uma realidade em que precisamos assumir uma mudança substantiva de como a região do Entorno de Brasília deve ser tratada.

Primeiro, porque são brasileiros dos mais distintos Estados – e para nós, goianos, é um orgulho enorme tê-los aqui. Goiás sempre foi um Estado aberto a receber todas as pessoas que querem aqui ter uma oportunidade de vida, de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, essas cidades tiveram um crescimento desproporcional. As cidades que mais crescem hoje no País são as cidades do entorno de Brasília. Águas Lindas hoje... É algo impressionante o crescimento desorganizado, desordenado daquela cidade. E cresce, junto com isso, a criminalidade, a droga, a falta de atendimento em saúde.

Mas vamos lá, não vamos ser amplos, já que estamos aqui sabatinando dois candidatos que pretendem assumir a diretoria da ANTT. O que acontece? Brasília é uma unidade da Federação, Goiás é outra unidade da Federação. Os Municípios goianos também têm suas independências. A ANTT tem de deliberar sobre o transporte de Brasília para o Estado de Goiás, mas não pode interferir na ação municipal, nem pode deliberar sozinha, porque tem a área que é especificamente de Goiás e a do Distrito Federal. Ou seja, criou-se uma situação em que é impossível decidir. Não se resolve. Então, reúnem-se a ANTT, reúnem-se os governadores, reúnem-se os prefeitos, e um joga a culpa no outro. Hoje, o cidadão que mora no entorno de Brasília gasta oito horas dentro do ônibus por dia. Por dia! Ele sai às 4 ou 5 horas da manhã, a pé, para ter acesso a um ponto onde pegará o ônibus. De lá, ele é deslocado para um ponto onde o transporte da ANTT vai passar e, depois, é deslocado para Brasília.

Então, Sr. Presidente, é desumano o que se pratica com as pessoas para terem acesso dos Municípios de Goiás até Brasília, já que 80% dessas pessoas se deslocam para a região comercial e a Esplanada dos Ministérios. Em cidades como, por exemplo, Santo Antônio do Descoberto, a migração chega a ser em torno de 45 mil pessoas por dia, não é, Senador Hélio?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF. *Fora do microfone*.) – Isso mesmo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É algo inimaginável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quarenta e cinco mil pessoas por dia?!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A pergunta seria, exatamente, Sr. Presidente... Está em tramitação na Casa uma PEC para que possamos, amanhã, ter essa independência da ANTT para tratar desse assunto, e vamos precisar muito da anuência e do apoio dos Senadores e das Senadoras e também da sensibilidade da ANTT para resolver esse assunto. É fundamental!

E o segundo ponto é sobre a BR-153, a famosa Belém-Brasília, uma BR que foi totalmente recapeada e em que se fez uma terceira pista em alguns lugares. É impressionante a deterioração dessas obras que foram feitas lá. Em poucos anos – poucos anos, não, porque essa última reforma dela deve ter, no máximo, três anos – ela estará esburacada novamente.

É uma das regiões com maior incidência de acidentes que nós temos, acompanhados de óbitos, porque, normalmente, a carga pesada que vem de todo o norte do País transita exatamente pela BR-153.

Essa região aí está sendo extremamente penalizada pela dificuldade que os motoristas têm para trafegar, dada a situação calamitosa do recapeamento, de péssima qualidade. Com isso, não há sobrevivência alguma.

Rodovias federais, antigamente, eram referência: bons acostamentos, bem sinalizadas. Hoje em dia, nós estamos vendo que as rodovias federais estão perdendo, longe, para as rodovias de São Paulo.

Então, é impressionante a perda da qualidade; e o que a ANTT pensa em relação à situação do entorno e à situação especificamente dessas rodovias, cujo eixo principal é a famosa Belém-Brasília, a 153.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra – bloco de dois – ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, Sr. Presidente, para registrar a nossa satisfação com a indicação do Carlos Fernando e do Marcelo Bruto. Na análise que realizamos do currículo, das experiências, tudo indica que os dois estão preparados para o desafio de exercer a função de diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Eu queria dar aqui um testemunho pessoal em relação ao Marcelo Bruto, porque com ele convivi durante alguns anos no primeiro mandato da Presidenta Dilma, quando eu era Ministro da Integração Nacional. Marcelo trabalhava no Ministério do Planejamento sob a liderança da Ministra Miriam Belchior e sob a coordenação de Marcelo Muniz, Coordenador do PAC. Posso dar o testemunho da excelência da sua formação, do seu preparo técnico e da experiência que ele conquistou no serviço público.

E, mais recentemente, ele aceitou o desafio de também colaborar com a administração estadual do Governo de Pernambuco, do Governador Paulo Câmara, como Secretário Executivo da Secretaria das Cidades no nosso Estado, e o seu trabalho foi reconhecido pela área política do Governo Federal para que ele pudesse ser merecedor dessa indicação.

Portanto, estou muito feliz com essa indicação e tenho certeza de que os meus Pares aqui, nessa Comissão, haverão de homologar essas duas indicações encaminhadas pela Presidenta da República.

Mas a pergunta que eu dirijo aos dois indicados é no que diz respeito à preocupação com a malha ferroviária do nosso País. O Governo tem, desde muito tempo, falado que tem a ambição de mudar a matriz de transportes com a ampliação de investimentos em ferrovias. Pode ser que, em outras regiões, o programa ferroviário esteja avançando, mas, no Nordeste, de onde eu sou, nós estamos com desafios a serem vencidos.

Na realidade, o Nordeste tem três grandes portos: Pecém, Suape e, ainda, o Porto de Salvador e o novo Porto Sul, na Bahia. Para fazer a integração econômica do Nordeste, é absolutamente indispensável a conclusão da ferrovia Transnordestina e a conclusão da Fiol, e essas duas estradas ferroviárias ou esses empreendimentos ferroviários parecem ter caveira de burro: eles não conseguem sinalizar com a sua conclusão.

Então, eu queria saber de vocês que estão na iminência de serem designados com a responsabilidade de dirigir essa importante Agência Nacional de Transportes: o que de fato se passa para que a Transnordestina não possa ser concluída? O que está faltando? É a estruturação? É a modelagem? É a falta de disposição do investidor? Do concessionário? Como aproveitar esse momento em que o Governo está renovando a sua ambição de ampliar os investimentos no setor ferroviário?

Como aplicar as novas diretrizes, as novas normas, para que pudéssemos ver concluídos esses dois empreendimentos, Fiol e Transnordestina?

E mais. Concluídos esses dois empreendimentos, para o horizonte dos próximos dois anos, é importante, também, a integração ferroviária do Nordeste, porque essas duas ferrovias correm de forma paralela, uma vindo do oeste da Bahia para o litoral; a outra vindo de Eliseu Martins, no Piauí, para Recife, em Pernambuco e Suape e subindo para Fortaleza, Pecém, no Ceará.

Mas há um projeto ferroviário de que cuidamos no primeiro Governo da Presidenta Dilma. Eu gostaria de ouvir dos senhores como se encontra esse projeto de viabilidade, que ficou de ser contratado? Ficou de ser feito para ser lançado numa eventual rodada de novas concessões ferroviárias, que é o trecho ferroviário, que sai de Parnamirim, passa por Petrolina e Juazeiro e vai até Feira de Santana, e, de lá, aproveita a malha antiga da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica), para fazer a integração do Nordeste com o Sudeste.

Então, eu gostaria que esses diretores, que, certamente, terão o meu apoio e o apoio desta Comissão, possam assumir compromisso com a Região Nordeste. A Região Nordeste precisa da ferrovia para gerar carga, a ferrovia precisa ser implantada antes das cargas, porque, tendo a ferrovia, podemos fazer a exploração do minério de ferro no Piauí, no Ceará, em Pernambuco, na Bahia.

Então, é importante que a ferrovia seja feita e é importante que haja modelagens que atentem para isso, porque, no Centro-Oeste e no Sudeste, já há carga, mas, no Nordeste, a infraestrutura antecede a carga, e é importante que o Governo tenha essa visão na modelagem que for feita para as ferrovias que são tão importantes e necessárias para a integração econômica do Nordeste brasileiro.

Portanto, eu queria ouvir dos dois qual é a visão que têm, as informações que podem ter sobre esses dois empreendimentos, Transnordestina, Fiol e a ferrovia de integração nordestina, que é Parnamirim, Petrolina, Juazeiro e Feira de Santana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de dar a palavra ao Sr. Marcelo Bruto, eu queria dar vez aqui à participação popular, ao debate interativo, porque o Sr. Alexandre Alves dos Santos, de Goiás, faz a seguinte indagação:

O País necessita urgentemente de investimentos mais pesados no modal ferroviário, visto que grande parte das nossas rodovias estão em péssimo estado de conservação (...)

Aproveito aí a observação e a pergunta feita pelo Senador Fernando Bezerra Coelho para também divulgar essa pergunta do cidadão Alexandre Alves dos Santos, de Goiás.

Agora, concedo a palavra...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...só para incluir nas minhas perguntas o fato muito bem lembrado aqui pelo Senador Fernando, que esqueci de colocar, que é a proposta da ANTT de que a ferrovia que passa nessa região do Entorno serviria para o transporte também de todas as pessoas que habitam o Entorno de Brasília.

Então, que resposta teria a ANTT em relação a essa matéria que é sempre levada em períodos de campanhas eleitorais, e nunca o cidadão é lá atendido com essa outra alternativa?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, só uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, só quero saber o seguinte: vamos, na sequência, devolver para a Mesa, depois, ou vamos fazer bloco maior?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Estamos fazendo bloco de dois pelo seguinte: é porque estão inscritos...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Bloco é uma multidão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não, estão inscritos ainda os seguintes Senadores:

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Também quero entrar nesse trem aí...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – ...Flexa Ribeiro, Hélio José, Wellington Fagundes e Ricardo Ferraço, que é o nosso Vice-Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Então, inclua-me nesse trem aí, ou nesse bloco aí, sei lá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – E continua sem querer usar as prerrogativas do cargo, de vir sentar aqui à Mesa. Fico um pouco aliviado por isso, porque todo Vice tem suas pretensões. (Risos.)

Para inverter um pouco aqui a ordem, eu vou dar, primeiro, a palavra ao Dr. Carlos Fernando do Nascimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – V. Exª me inscreveu no último vagão desse trem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu inscrevi.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Está bom, então.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Senador Ronaldo Caiado, de fato, o problema do Entorno tem como um dos maiores entraves, senão o maior entrave, o problema de coordenação entre o Governo Federal, as prefeituras dos Municípios, os governos estaduais, porque a ANTT tem uma propensão a trabalhar com o transporte ponto a ponto, que é o interestadual. E nós estamos vivenciando, nesse caso especial do Entorno, um transporte que tem características urbanas. É um problema de solução difícil concatenar esses interesses, e a população sofre.

Eu não tenho conhecimento da sua proposta de trazer essa coordenação mais para o Governo Federal...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. *Fora do microfone*.) – Cem por cento.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Que seja de cem por cento, mas eu tenho certeza de que isso reduziria muito o número de conflitos e estancaria essa ausência de coordenação, centralizando isso num órgão que poderia tomar uma decisão, ainda que ouvindo, como é próprio da agência, a população, as unidades da Federação e os Municípios interessados. Assim, sairíamos com uma solução única, e o processo de construção dessa solução única seria mais célere, muito provavelmente.

Aproveito para pegar o seu último ponto e dizer que, sim, nós estamos fazendo um estudo de trem de passageiros para Brasília/Luziânia. Há um outro estudo para Brasília/Anápolis/Goiânia. Ainda estão em elaboração os estudos de viabilidade. Não temos um resultado ainda, mas acreditamos que essa, sim, é uma alternativa razoável para o transporte de passageiros aqui no Entorno.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Sim, mas, de qualquer forma, como é uma prestação de serviço, nós temos de fazer um estudo de viabilidade para que se estabeleça qual é o melhor modelo de delegação desses serviços, para que, como foi dito anteriormente pelo Senador Blairo Maggi, seja possível estabelecer uma modelagem tal que entregue aquilo que o usuário deseja e seja atrativa para o empresário que se vai interessar por esse empreendimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas isso não está apresentado como sendo um dos projetos da ANTT. Isso não está em lugar algum, ou seja, esse estudo de viabilidade ou essa licitação específica.

Por exemplo, eu mandei a assessoria levantar, e não existe isso. Só existe discurso, mas não existe na prática dentro da ANTT. Eu posso estar enganado.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Eu me comprometo...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente o trajeto da ferrovia que atende às pessoas dessa região de Luziânia, Valparaíso, Novo Gama para Brasília.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA (*Fora do microfone*.) – ... a ANTT trabalha em parceria para a avaliação desse estudo. Ele ainda não está finalizado, pelo que eu sei, mas a ANTT tem esse compromisso... para avaliar esse estudo do trem de passageiros.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Exatamente. De qualquer forma, Senador, nós nos comprometemos a atualizá-lo ainda hoje sobre o andamento dos dois estudos.

Com relação à BR-153, há uma parte de responsabilidade do DNIT, que tem de ser resolvida. Ainda não há uma solução para o caso. Nós estamos trabalhando e avaliando qual a solução que será dada, mas ela tem que ser dada num curto espaço de tempo, porque a condição da rodovia não pode permanecer do jeito que está. Então, ainda não temos uma conformação clara de que solução exata será dada para a BR-153, mas ela já está nos planos de curto prazo da agência para uma solução definitiva.

Senador Fernando Bezerra, a malha ferroviária do Nordeste, de fato, tem a característica que o senhor citou, o dilema acadêmico se transporte gera desenvolvimento ou se é preciso ter o desenvolvimento para se ter o transporte.

No caso específico da Transnordestina, nós tínhamos um cenário de administração do contrato de concessão muito desajustado, digamos assim. Nós estudamos esse caso junto com a concessionária, junto com o Ministério dos Transportes, para garantir financiabilidade ao projeto e garantir que, de fato, o Nordeste pudesse contar com uma infraestrutura adequada, aquela que se pretendeu quando se estabeleceu o projeto da Transnordestina. Esse projeto está ainda no PAC, e o fato de estar no PAC o coloca numa situação de destaque dentre as prioridades do Governo Federal.

Ajustamos uma estrutura de financiamento de saúde tal qual seria necessário para essa concessionária. Cindimos a concessionária em duas para dar maior fôlego para esse trecho que vem do Estado do Piauí ao Porto de Suape e chega ao Porto de Pecém. Estabelecemos um cronograma claro, que não existia no passado. Esse cronograma hoje de entrega para obra está fixado em um contrato de concessão, com uma série de penalidades, multas. E a agência tem acompanhado esse processo da Transnordestina com lupa.

Nós temos reuniões quinzenais. A fiscalização das obras da ferrovia é feita com servidores da agência; não utilizamos servidores terceirizados. E nós achamos que, neste momento, nós estamos caminhando para uma boa solução da Transnordestina.

Problemas vão surgir – questões de licenciamento ambiental e desapropriações são próprias do vulto desse tipo de investimento –, mas nós temos hoje um cenário muito mais favorável à entrega e ao cumprimento dos prazos que estão no contrato da Transnordestina do que nós tínhamos três anos atrás.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Qual é o prazo que está fixado para entregar a chegada até Suape e até Pecém?

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – São vários marcos, Senador. Eu posso lhe passar depois o detalhamento de cada um deles, mas a previsão é de que o trecho esteja completo até 2018. A nossa previsão contratual é essa, mas eu posso lhe detalhar, ainda hoje, todos os marcos intermediários até a entrega do empreendimento completo.

A Fiol. A Valec é uma concessionária. Sim, ela está sob a gestão da agência, embora tenha uma característica diferente, porque segue diretrizes do Ministério dos Transportes, como nós seguimos também. E, por ser uma empresa pública, ela conta com um cenário de estruturação de projetos diferente. Ela tem que respeitar todos os ritos processuais próprios de licitações, que vão gerar problemas, vão gerar atrasos, e isso ocasionou um atraso na entrega da ferrovia. Ela vem-se desenvolvendo, certamente não a contento, não do jeito que nós esperávamos e não do jeito que o Governo Federal esperava, mas ela vem caminhando.

Nós estamos hoje com um projeto executivo com a Valec para a ligação da Fiol com a Norte-Sul, e o trecho que vai até o Porto de Ilhéus também está em andamento. Existem os problemas de licenciamento, mas eles estão sendo gerenciadas pela Valec.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Mas há datas também? Há marcos de entrega para a Fiol? Já é possível estabelecer essas datas?

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Existiam marcos de entrega. Eu posso confirmar isso com a Valec e exatamente lhe passar a informação no dia de hoje.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – E o projeto da integração dessas duas ferrovias?

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – O projeto de integração que vai a Juazeiro fazia parte do PIL, que foi lançado em 2012 pela Presidente. Ele incluía um trecho que hoje está sob a gestão da FCA, que é o trecho que vem de Belo Horizonte até Salvador. Estava sendo feito um estudo. Parte desse estudo estava sendo feito pelo próprio DNIT, que ligava até a Transnordestina. Esse estudo ainda não foi concluído, o estudo de viabilidade para mostrar para a agência qual é o modelo de concessão e a viabilidade...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Mas existe prazo para o encerramento desse estudo? Quando isso estará pronto?

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Esse estudo deve ser entregue ainda no final deste semestre. Estamos terminando o mês aí...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – A Comissão pode receber o resultado?

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Não tenha dúvida disso. Entrarei em contato com o DNIT para verificar se essa data se confirma, e o senhor receberá essa informação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Dr. Marcelo Bruto para responder aos Senadores Ronaldo Caiado e Fernando Bezerra Coelho.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Eu não vou repetir aqui todas as respostas do Carlos, pois ele já foi bem detalhado. Só vou pontuar alguns aspectos que acho que posso agregar.

Em relação ao trem de passageiros, eu queria só chamar a atenção de que, além do estudo específico lá de Goiânia, faz parte da agenda regulatória da ANTT – é algo que está na agenda para ser priorizado nesses próximos dois anos – a modelagem justamente de concessões para trens de passageiro, que é algo que tem tido uma demanda crescente – não só aqui do Entorno, mas São Paulo tem uma demanda, e há outros Estados que têm aparecido com demanda. É algo que acho essencial também para a gente priorizar nessa agenda regulatória dos próximos dois anos.

Em relação às ferrovias, eu queria fazer uma observação sobre a Transnordestina aqui.

Acho que o Carlos falou bem aqui sobre a situação atual, mas eu acho que boa parte do desafio da Transnordestina é um desafio, assim, em que a agência tem um papel enorme, porque hoje ela tem realmente instrumento contratual para cobrar prazos e cronogramas. No entanto, é um projeto que envolve certa complexidade pelo próprio momento em que ele foi modelado. Ele foi modelado antes das outras concessões, com uma concessionária que já estava implantada no trecho, em que se obtiveram fontes de financiamento diversas – BNDES, Finor, o FNDE e com uma participação ainda do DNIT e dos Estados na parte de desapropriação.

Então, é um projeto que, de fato, tem uma governança complexa, em que a ANTT tem um papel muito importante, mas que tem de trabalhar em conjunto com o Governo – e isso eu sei bem, porque eu estava lá no Planejamento, e a gente trabalhava muito em parceria até com o Ministério da Integração Nacional, porque é, de fato, uma tarefa de que a agência participa, mas que tem de estar em interação permanente com o Governo, porque há tarefas para além da ANTT.

Finalmente, sobre a Fiol, só destacar aqui que ela evidentemente sofre hoje com as dificuldades e os constrangimentos orçamentários que o País tem sofrido, mas eu vi também que, para as próximas rodadas, na audiência do Ministro Nelson, ele mencionou que estava também estudando algumas alternativas para ver se a Fiol pode, numa próxima rodada de ferrovia, entrar como entrou a Norte-Sul. Ele até mencionou algumas hipóteses aqui, na audiência da semana passada, que estariam sendo estudadas. Espero que o Governo consiga avançar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; indicados como diretores da ANTT, Sr. Carlos Fernando do Nascimento e Sr. Marcelo Bruto Correia; Srªs Senadoras e Srs. Senadores, primeiro, eu acredito que todo plano ou todo projeto lançado pelo Governo, desde que começou, tem sempre uma sigla, como o Minha Casa, Minha Vida e o Mais Médicos. Eu acho que o problema

aqui mostra a fraqueza em que o Governo se encontra, denominando o pacote que foi lançado de PIL (Programa de Investimentos em Logística). PIL é muito fraco, não dá para a sociedade escutar. Eu sugiro trocar logo o nome do plano, para que pudesse surtir efeito, senão, o Governo vai ficar "piando" aí e não vamos conseguir nada, Senador Garibaldi Alves. V. Exª poderia sugerir alguma outra denominação para o programa, com a inteligência que V. Exª tem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª dê uma sugestão. Pode ser até que o Governo a acolha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pode ser o gorjeio de um pássaro, do Uirapuru, da Amazônia.

Mas eu quero fazer algumas considerações.

O Carlos Fernando do Nascimento já é conhecido nosso. Esteve em Belém em uma audiência pública para o lançamento do trecho ferroviário de Açailândia até Belém. Isso está para sair há muito tempo.

Eu faço uma pergunta a ele e também ao Dr. Marcelo. Ao fazer aquela audiência pública, o Governo tira um modelo de concessão. O modelo era que a Valec se responsabilizaria por 100% da carga; ou seja, a empresa que ganhasse a concessão estaria sem nenhum risco, porque a carga seria bancada pelo Governo via Valec.

Esta é a pergunta: por que houve a mudança do modelo?

Foi feita uma audiência pública em Belém, outra audiência pública aqui em Brasília, chegou a ser lançado o edital, e, depois, foi retirado para que pudesse ser avaliado pelo TCU; tinha um problema também junto ao TCU.

Mas eu perguntaria: mudou o modelo porque o Governo não tinha recursos para bancar a carga ou porque transferiu para os empresários o risco de ter a carga?

Nesse trecho Açailândia/Barcarena, não há dúvida de que essa ferrovia tem carga plena, além do minério de ferro de Carajás. Hoje há uma estrada de ferro privativa da Vale, por onde só passa quem ela quer, quando quer e por quanto quer. Então, inviabiliza qualquer negócio, porque ela é regulada pela própria Vale. Então, temos o minério de ferro.

Além disso, temos um projeto da Votorantim, de uma mina de bauxita em Rondon do Pará. Em seguida, na cadeia do alumínio, alumina e alumínio. E um outro projeto em Paragominas, já implantado, de bauxita da Hydro, e grãos, porque hoje a área de Paragominas é uma grande produtora e o será; aumentará sempre a sua produção.

Essa estrada é importante. É tão importante que o Governador Simão Jatene, com empresários interessados – daí por que carga não é problema –, está estudando uma ferrovia paraense denominada Fepasa, que vai ligar o Pará do sul, lá no limite com Tocantins e Mato Grosso, Santana do Araguaia, a Barcarena. O primeiro trecho, de Marabá a Barcarena e, em seguida, de Marabá a Santana do Araguaia.

Esse trecho de Marabá a Barcarena é quase paralelo a Açailândia/Barcarena. Bastaria fazer um ramal de 53km mais ou menos para que se interligassem as duas. Se a do Pará se viabilizar mais rápido do que a outra, de Açailândia e Barcarena, eu tenho a impressão de que não caberá fazer as duas. Devem-se unir esforços para que se tenha uma única ferrovia.

Com relação à concessão da BR-163, sempre se falou, desde que ela foi iniciada, no governo militar, em Santarém/Cuiabá. Essa era a estrada 163. E, agora, para a surpresa nossa, a concessão saiu de Sinop a Mirituba.

O Governo Federal não pode ou não deve fazer o planejamento em um Estado sem ouvir o governador ou a sociedade desse Estado para incluir o projeto de desenvolvimento que está sendo pensado para determinado Estado.

Então, eu pediria – e já fiz isso aqui várias vezes – que a concessão da estrada 163 não pare em Mirituba, porque não é esse o projeto de Estado. O projeto que interessa ao Estado do Pará é que esta concessão vá até Santarém e não só até Mirituba. Por quê? Porque Santarém é um polo de desenvolvimento do oeste do Estado do Pará, produtor de grãos, tem um porto. Então, tem todas as condições para ter também carga para ser levada por esse trecho da rodovia.

Está sendo pensado pela iniciativa privada – o Senador Blairo Maggi está capitaneando o grupo – fazer uma ferrovia que vá de Sinop até Mirituba, também em termos ferroviários. Também pediria que fosse feito esse estudo levando a ferrovia até Santarém. Tanto a rodovia quanto a ferrovia, as duas não podem parar em Mirituba; elas têm, por interesse do Estado, de ir até Santarém.

Por último, eu perguntaria: qual a previsão que a ANTT tem de liberar o PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse) para o trecho da ferrovia Açailândia-Barcarena.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Flexa, V. Exª perguntou exclusivamente a ele ou aos dois?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Aos dois. Perguntei também ao Presidente. Se o Presidente tiver alguma informação...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não, eu...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... pode transferir para mim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria cumprimentar o nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves, sempre muito solícito; cumprimentar Jorge Bastos, Presidente da ANTT; o Sérgio Lobo, cuja oitiva fizemos recentemente; e cumprimentar o Carlos Fernando e o Marcelo Bruto. São dois servidores de carreira. Eu acho isso muito importante; são pessoas que têm compromisso com o Estado, porque são servidores regidos pela lei do servidor público. Alegra-me bastante, como falei aqui quando da inquisição do Sérgio, quando o Palácio do Planalto manda técnicos capacitados e testados no dia a dia do serviço público para que nós possamos avaliar.

Tenho a esperança muito grande com essa juventude – viu, meu querido Senador Garibaldi? – de que se possa realmente inovar e tirar o Brasil de algumas situações vexatórias em que ele se encontra nesse setor de investimento em logística, etc. e tal.

Queria saber de vocês o seguinte: com esse importante Programa de Investimentos em Logística, o PIL, em que a gente colocou várias propostas com relação a ferrovias e rodovias, como vocês entendem que a ANTT pode buscar mais investidores para realmente não ficar só no papel esse plano? É importante. O que se poderia fazer para trazer realmente investidores?

Quanto à questão do transporte do Entorno, concordo com o Senador Caiado, é muito ruim todo dia de manhã cedo as pessoas que vêm a Brasília enfrentarem um engarrafamento enorme, perderem quase metade do seu dia para poderem chegar a Brasília para trabalhar. É muito importante que a gente agilize esse estudo que está na mão da Sudeco, em relação a essa ligação Brasília-Anápolis-Goiânia e com relação a Brasília-Luziânia. Acho que Brasília-Luziânia, passando por Valparaíso ou outras cidades, vai resolver bastante essa questão dos engarrafamentos.

Seria interessante demais que a gente fosse proativo... Aí, eu queria saber como é que poderíamos sê-lo nós, a ANTT e servidores públicos. Porque eu sou servidor público do MPOG, sou analista de Infraestrutura. Como é que nós, servidores públicos, poderíamos colaborar, sendo proativos naquela proposta que o Senador Blairo fez.

Por exemplo, o Senador Caiado, muito corretamente, falou do deslocamento de 45 mil pessoas de Santo Antônio para cá. Há uma pista que não é duplicada que liga BR-060, que já é duplicada, até Santo Antônio do Descoberto. É uma pista que, razoavelmente, não é tão longa, é uma pista de 40km, no máximo, em que há um grande número de acidentes.

Será que, sendo proativos e fazendo realmente um modo mais simplificado, de forma que o empresário pudesse investir nessa questão da concessão de um pequeno trecho como esse, nós não ajudaríamos a evitar essas questões? E assim ocorre em Formosa, aqui pertinho de Brasília.

Há essa questão toda urbana que a gente poderia fazer e a questão do anel, porque, pegando, por exemplo, a DF-206, caso se ligue depois de Brazlândia a Sobradinho dos Melos, o que vai acontecer? Se ligar Sobradinho Oeste, vão-se retirar todos esses caminhões que ficam lotando a Epia, ficam lotando o Distrito Federal, que passarão por fora, que vêm do Nordeste para o Norte. Então, a gente precisava ver regras, sendo proativos nessa questão.

Eu quero crer que o DF... Eu concordo com o Senador Caiado, com quem inclusive estivemos conversando, de que a questão do Entorno é grave. Precisamos discutir. Vamos fazer primeiro uma reunião da Bancada dos Senadores do DF com os de Goiás, para discutirmos uma alternativa.

Uma das saídas é a criação de uma zona de desenvolvimento econômico nessa área, para que o Governo Federal possa assumir essa questão. Temos que discutir a questão de um fundo, de alguma coisa, para operar essa questão. E também vamos, depois, fazer uma reunião com as Bancadas de Deputados Federais, para discutirmos essa questão Goiás-Brasília.

Eu queria saber de vocês o seguinte: o Brasil, lamentavelmente, abandonou o transporte ferroviário como o principal meio de levar e trazer pessoas. Como poderia ser criado incentivo para atrair investimento para o setor?

Eu fiz uma pergunta clara aqui para o nosso Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, sobre a questão, por exemplo, da interligação das capitais do Nordeste com o Rio de Janeiro, depois de uma ponte Rio-São Paulo, e talvez até uma Brasília-Goiânia-Uberlândia-São Paulo, para fazer uma interligação global. Se na Europa é rentável fazer esse transporte com trens de média velocidade, por que no Brasil, que tem tantas planícies, não será rentável? Então, o que nós poderíamos fazer para, de fato, darmos uma mudança nessa questão desse modal de transporte para o pessoal?

E, na última pergunta, eu queria falar sobre a questão das bitolas. No Brasil, houve algumas dificuldades com bitolas diferentes de ferrovias. Por isso, o Brasil, que já teve uma malha ferroviária muito maior do que a que tem hoje, teve algumas ferrovias que foram abandonadas.

Nós sabemos das bitolas estreitas com menos de 1.435mm, em que há a bitola métrica com mil milímetros. E eu pergunto o seguinte: a bitola padrão ou internacional é com 1.435mm; a bitola larga é com mais de 1.435mm, incluindo a bitola irlandesa de 1.600mm e a bitola ibérica, de 1.668mm. Como vocês acham que podem resolver essa questão das bitolas para termos uma integração maior, até aproveitando a malha ferroviária já existente em nosso País?

Fico por aqui. Havia mais coisas para a gente falar, mas são tantas coisas...

O Jorge já falou comigo aqui. Eu vou lá visitar o Sérgio, vocês, o Jorge.

Eu quero desejar muito sucesso a vocês. Eu acho que vocês têm toda a condição de nos ajudar muito nesta área importantíssima que é a do transporte. Contem com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vamos estender o bloco, porque há possibilidade de encerrarmos a nossa reunião.

Então, tendo em vista esse objetivo, eu concedo agora a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, eu quero saudar aqui os dois sabatinados: primeiro, o Marcelo Bruto, que acho que já tem uma experiência muito grande lá no Ministério do Planejamento e, mesmo jovem, conhece bastante a problemática do Brasil; e, segundo, o Carlos Fernando, que já está na ANTT e, portanto, também tem profundo conhecimento da área.

Aqui, muitos falaram sobre o papel da ANTT. Cobramos isso, muitas vezes aqui, inclusive o Presidente Garibaldi também, e chegamos a formar uma comissão externa para cobrar da Casa Civil a definição da nomeação das agências, dada a importância que entendemos que essas agências têm para o Brasil nesse papel de modernização do Brasil, de funcionamento e de criatividade também.

Agora, o próprio Governo, nas suas dificuldades econômicas e financeiras, lança o pacote da infraestrutura, um pacote que tem muita necessidade de acontecer e, claro, exigirá muita criatividade e agilidade dos envolvidos, tanto no caso, principalmente, do Ministério dos Transportes, como de todos os órgãos, todos os ministérios envolvidos. No Brasil, hoje, a gente vê muitos ministérios fazendo quase que um atropelo de ações. Um ministério, de repente, quer fazer o trabalho de outro ministério, e fica muita gente perdendo tempo e, no País, às vezes, as coisas demorando a acontecer.

Por isso, acreditamos muito nessa sabatina e, claro, no sucesso dela, e na nomeação o mais rápido possível, que é o objetivo da Comissão. Porque eu já disse aqui, Presidente – o senhor estava atendendo outra pessoa – que nós queremos exatamente essa parceria da Comissão de Infraestrutura, do Congresso Nacional, de apoio às agências, dada a importância dessas agências nesse papel a que já me referi aqui.

Então, praticamente, eu não tenho muitas perguntas. O voto é secreto, mas, da mesma forma, meu voto é claro e aberto, porque estávamos e estamos perseguindo isto, que é ter as agências completas para tomarem decisões mais maduras, já que tudo é feito em colegiado.

Está aqui presente também o Presidente Jorge Bastos. Eu acredito que ele, como presidente, estando aqui presente, é também uma demonstração de autoconfiança e de confiança em vocês que estão aqui como sabatinados. E, claro, aí vamos ter muito mais condições de cobrar essa agilidade depois, porque o que todos nós queremos é fazer com que as agências funcionem na sua plenitude.

Aliás, quero, inclusive, aqui cobrar, Presidente – e vocês que, depois, vão estar lá –, porque, no meu Estado, temos Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a concessão da BR-163, que atravessa todo o Estado; agora, anunciaram também já a 163, que hoje é concessionária em Mato Grosso, da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, e agora mais duas concessões que poderão acontecer, de Rondonópolis até a cidade de Alto Araguaia, Jataí e Goiânia, e também de Sinop até Mirituba.

Portanto, no nosso Estado, as estradas troncais estarão concessionadas. Então, a responsabilidade da ANTT para com o nosso Estado será tanto quanto do Ministério dos Transportes. Claro que há muitas outras estradas que ainda são de responsabilidade do DNIT. Aliás, já conversei com o Marcelo Bruto. Vocês todos, da diretoria, sabem dessa questão de Rondonópolis, da concessão da 163, em que metade do trecho é de responsabilidade do DNIT e metade da concessionária, na sua construção. Enquanto a concessionária está fazendo as obras de forma bastante acelerada – o que é positivo – também está construindo as praças de pedágio de forma muito acelerada. E, claro, contratualmente, vai chegar o momento em que ela vai querer cobrar, e isso a população não vai aceita. Eu estou colocando isso aqui porque lutei muito por essa concessão. Não tem sentido a população aceitar a cobrança de pedágio de uma estrada que está em condições precaríssimas.

Eu já disse e volto a repetir, porque aqui a população está nos acompanhando, está nos ouvindo, está a cobrar da gente também. Quando sabem de uma sabatina como esta, Presidente, é *e-mail*, são as pessoas ligando, para que tomem providências.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Tem a interativa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Há a interativa ainda. Quando V. Exª abriu os trabalhos da Comissão aqui, já anunciou a possibilidade de os internautas estarem se comunicando conosco.

Então, nesse caso lá, é o trecho entre Rondonópolis e Posto Gil, com maior número de acidentes frontais do Brasil, segundo a Polícia Rodoviária Federal, e isso representa, normalmente, acidente com perda de vida – e sempre tenho dito que, com a vida, a gente não pode brincar.

Há mais de um ano, eu venho discutindo com o Ministério dos Transportes e com a Casa Civil a possibilidade de darmos celeridade a esse trabalho. Inclusive acabou de ser realizada a licitação do trecho Cuiabá-Rosário. Ainda não foi assinado o contrato, e acredito que não deveria ser assinado, porque existe a possibilidade de a concessionária assumir esse trecho. São 108km, e é muito importante que se dê celeridade. Já estive no Tribunal de Contas pedindo opinião, mas, claro, o Tribunal de Contas tem que ser provocado para que exponha o seu posicionamento.

Eu nem quero aqui fazer perguntas. São dois técnicos competentes e experientes. Desejo a vocês mais força de trabalho, principalmente com a agência estando completa agora. Estaremos lá presentes. Além disso, queremos ser recebidos e ter respostas para as nossas indagações.

Quero também fazer uma reivindicação, e vamos apoiá-los neste sentido, para que a agência busque uma maior estruturação em seu quadro de funcionários. Por exemplo, hoje, eu acho que é necessário haver uma estrutura da agência em meu Estado, com definições e com o acompanhamento do que lá acontece. Atender a população só pelo 0800 é complicado. Chega de telefone, em que ficamos pendurados nos 0800 para sermos atendidos.

Sr. Presidente, quero parabenizar V. Exª, que também atuou nesse aspecto, cumprindo o papel da Comissão de pressionar para que fosse possível esta sabatina. Lembro-me que inclusive tive a oportunidade de assinar, como Presidente em exercício, a remessa dos primeiros sabatinados, e V. Exª distribuiu na hora, cobrando a apresentação do relatório. Eu acho que isso demonstra para vocês o interesse, a boa vontade e a parceria que esta Comissão de Infraestrutura tem e quer ter com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, dada a sua importância, como eu já disse.

Então, Sr. Presidente, não farei perguntas. Tenho algumas aqui, produzidas por minha assessoria, e vou entregá-las para que as respondam depois, até porque o tempo é muito curto, e há muitas perguntas a serem feitas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Os sabatinados é que agradecem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Isso mesmo.

Não, quem agradece é V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu acho que eles ficam aliviados.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, eu só queria complementar com uma última pergunta, já que o Senador Wellington não o fez.

Eu queria saber o seguinte: com o aumento do transporte de carga em trens no Brasil hoje, que medidas vocês acham que podem ser adotadas em relação aos acidentes com trens e combustíveis, que é uma coisa muito perigosa? Que medidas podem ser adotadas para minorar essas questões?

Obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Complementando, já que fui rápido, eu queria também pedir à agência que, a partir de agora, esta Comissão seja oficialmente convidada para as audiências públicas realizadas para novas concessões; que nós possamos oficialmente representar a Comissão onde as audiências forem realizadas. Eu acho que a nossa presença levará mais força política a essas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Para encerrar, concedo a palavra a dois Senadores: ao Senador Ricardo Ferraço, inicialmente, Vice-Presidente da Comissão; e ao último Senador inscrito, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, permita-me, de maneira preliminar, valendo-me da oportunidade, da condescendência de V. Exª e do quórum ampliado nesta Comissão, fazer uma consulta a V. Exª e aos nossos pares aqui na Comissão.

Ontem, nós votamos no plenário um projeto importantíssimo, que é o projeto que subtrai a prerrogativa da Petrobras de ser a operadora exclusiva do processo de pré-sal, assim como a Petrobras deixa de ter a obrigação de ser sócia em 30% de qualquer consórcio de exploração da camada pré-sal. Esse é um projeto importantíssimo.

A consulta que faço a V. Exª, para que possamos deliberar adiante, é se não seria oportuno que esta Comissão, sendo a Comissão de Infraestrutura, considerando que nós teremos uma sessão temática no plenário do Senado no dia 30, na próxima semana, se debruçasse em torno desse tema. Poderíamos fazer aqui uma audiência pública, de modo que pudéssemos criar uma massa crítica, trazendo a indústria brasileira do petróleo, trazendo eventualmente alguma autoridade do Ministério de Minas e Energia, da própria Petrobras, da ANP, para que fizéssemos, por assim dizer, um alongamento aqui, na Comissão de Infraestrutura, de modo a nos preparar para esse grande debate no plenário...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ou uma avant-première do debate do dia 30.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Uma *avant-première*, porque esta Comissão tem, fundamentalmente, esse papel. Se V. Exª assim entender,...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª me permite?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...eu pediria à assessoria para fazer um requerimento, de modo que pudéssemos deliberar hoje, ainda, dada a importância e a relevância deste tema para o País e para a Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu queria só dar uma informação. Nós temos um obstáculo. É que o Ministro Edinho confirmou a presença na próxima reunião da Comissão, que será na quarta-feira próxima, no dia 24. Nós teríamos que pedir ao Ministro Edinho, dos Portos, que marcasse outra data. Está na dependência do que a Comissão deliberar, porque quórum aqui existe para isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A sugestão que eu estou dando, entendendo, naturalmente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não, eu a submeto à Comissão. Eu acho a sua sugestão altamente válida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A presença do nosso Ministro da Secretaria Especial de Portos é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O universitário aqui está sugerindo, o Dr. Tales... (Risos.)

Eu tenho dito "universitário", mas ele presta, claro, uma importante contribuição, como os universitários prestam mesmo. O que ele sugere é que possamos fazer na terça-feira. Eu, realmente, não fico muito seguro, porque nós não temos o *know-how*, a experiência de fazer reuniões extraordinárias na terça-feira.

Bem, o Ministro Edinho, tenho certeza de que ele colaboraria e marcaria outra data. A Comissão faria a opção por essa outra audiência pública.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu queria apenas dar uma sugestão. Há uma série de divergências nesse tema. Ontem, cheguei a propor ao Presidente Renan, assim como fizemos com o Pacto Federativo, tratar esse tema com a principalidade que ele merece. Eu acho que isso pode ser feito até nesta própria Comissão. Portanto, nós pautaríamos. Acho que esse é um tema decisivo para o Brasil.

Concordo em gênero, número e grau que juntemos todos os projetos, mas que discutamos isso sem a celeridade de um plenário, que pode votar sem esse debate. Fico até feliz aqui, porque o Senador Ricardo Ferraço está propondo ampliar o foro de debates. Esse é um tema que eu diria dos mais importantes para a atualidade.

Então, Senador, se há essa dificuldade – vamos ter a Comissão Geral no dia 30 –,quem sabe já abriríamos depois do dia 30. Faríamos isso já na semana seguinte, já adentrando o mês de julho. Faríamos, nesta Comissão, a primeira série de debates sobre esse tema. A Comissão abraçaria esse tema, faria o primeiro debate nessa mesma linha que o Senador Ferraço está propondo, na quarta-feira seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A única dificuldade é que nós temos um fato concreto: ontem, aprovamos um requerimento em regime de urgência. Esse regime de urgência dá a esse projeto uma prioridade de pauta sobre os demais, sobrestando toda a pauta do Plenário. Então, a urgência e relevância de nós, eventualmente, fazermos esse debate na próxima semana é que nós anteciparíamos à reunião temática do Plenário. Como nós bem sabemos, a reunião temática do Plenário não é uma reunião que

permite um diálogo e um debate mais direto com aqueles que nós convidaríamos para estar conosco aqui, de modo a socializar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – No plenário é mais discursivo, não há dúvida quanto a isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É mais discursivo. O que considero é que esta Comissão se anteciparia ao dia 30, nós traríamos aqui segmentos que nós poderíamos combinar, e os segmentos estão disponíveis, como, por exemplo, a Indústria Brasileira do Petróleo, o Ministério das Minas e Energia, a Agência Nacional do Petróleo, e nós fizéssemos aqui um debate exaustivo.

Eu acho que esta Comissão, após essa votação de ontem – permita-me, Presidente, e falo isso com humildade –, tem a obrigação de ser a protagonista desse tema, pelo papel determinante que esse projeto terá, poderá ter, dependendo da sua decisão, como desdobramento nessa proposta que nós estaremos deliberando.

Então...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vamos ganhar uma...

Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Só para contribuir, concordando com o Senador Ferraço. Nós poderíamos fazer essa audiência pública, aqui, na próxima semana, que seria preparatória à do plenário, a sessão de plenário temática. Até porque a Comissão de Infraestrutura seria ou é a comissão de mérito em relação a essa questão.

Como ontem já se entrou, inclusive, no mérito do tema, quando o que votamos ontem foi só o requerimento do apensamento dos projetos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Do apensamento mais o regime de urgência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ...e a urgência. Quer dizer, não era para se ter entrado no mérito ontem. O mérito vai ser discutido na terça-feira.

Concordo com o Senador Ferraço e Walter Pinheiro. Acho que poderíamos, se o Ministro Edinho se dispõe a dar sua...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O mérito vai ser discutido no dia 30.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Dia 30. Se o Ministro Edinho se dispuser a vir em uma outra data, nós poderíamos fazer a discussão sobre...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu não tenho dúvida de que o Ministro Edinho pode perfeitamente remarcar.

Então, vamos fazer o seguinte: a Comissão delibera agora, tem número para isso. Vamos fazer até informalmente – pode ser, universitário?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, com um tema tão relevante, eu acho que a gente pode fazer uma reunião extraordinária na terça-feira, como foi sugerido...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em que horário? E há outras comissões.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O Ministro das Comunicações vai estar na Comissão de...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É o conflito com as outras comissões.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A Senadora Sandra Braga está com a palavra. Peço a colaboração dos Senadores.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Eu concordo com o Senador Ferraço. Sinceramente, na terça-feira vai ficar difícil, porque eu tenho CAE, todo mundo tem outra comissão. Dada a importância do tema, eu concordo com o Senador Ferraço em colocar na quarta-feira, se o Ministro Edinho concordar, porque nós precisamos, sim, discutir... Ontem, nessa discussão, eu não estava no plenário, foram colocadas as posições do Ministro de Minas e Energia. Na verdade, a gente precisaria esclarecer melhor, e a oportunidade será nessa audiência pública.

Portanto, por mim, voto para quarta-feira próxima, dia 24, a audiência...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Inclusive nós poderíamos convidar o autor da proposta, que é o Senador José Serra, para que ele pudesse fazer uma ampla exposição...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pudesse comparecer e fazer uma...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...sobre os fundamentos que motivaram a apresentação e a sustentação dessa proposta, que acho uma proposta importantíssima para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Submeto ao Plenário da Comissão a sugestão do Senador Ricardo Ferraço.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu vou realmente procurar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Aprovo com discordância só da data, porque minha proposta é que fosse dia 1º, mas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Dia 1º?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ele aprova. Ele aprova. Ele aprova com ressalva, mas aprova. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, está aprovada.

Vou, então, procurar o Ministro Edinho, para remarcar.

Agora, eu pediria ao Senador Ricardo Ferraço para ser mais objetivo, a proposta ganhar uma objetividade, que ele agora fizesse um requerimento por escrito e fizesse, assim, um planejamento, propusesse um planejamento da reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, manda quem pode, obedece quem tem juízo. Assim será.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu estou preocupado, porque V. Exª está assumindo um certo protagonismo agora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, a ordem será cumprida. Em seguida, nós faremos esse ajustamento.

Eu peço escusas a V. Exª por ter desviado um pouquinho o foco do nosso tema aqui...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não. V. Exª agora, inclusive, está com a palavra para continuarmos a sabatina.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...a pertinência desta reunião em que a Comissão de Infraestrutura, cumprindo o papel constitucional, regimental, sabatina os indicados pela Presidente da República para a ocupação dos cargos na ANTT.

Percorrendo a avaliação do currículo do Dr. Marcelo Bruto da Costa Correia, assim como do Dr. Carlos Fernando do Nascimento, nós ficamos com a convicção e a constatação de que tanto o Dr. Marcelo quanto o Dr. Carlos Fernando são profissionais e especialistas com larga experiência no tema. Um deles inclusive já trabalha na ANTT, o outro trabalha em outro órgão do Governo, mas reúnem essas que, a meu juízo, são precondições para o mérito do exercício dessa atividade na ANTT, até porque, Sr. Presidente, é sob a presidência de V. Exª que, finalmente, a ANTT está cumprindo plenamente a condição de termos todos os diretores efetivos cumprindo o importante papel da agência.

Há quase três anos, estamos transitando entre diretorias efetivas, titulares, provisórias e interinas. Isso, de fato, estava prejudicando, creio eu, a *performance* e a capacidade de trabalho e produção, em que pese o esforço de coordenação do Dr. Jorge Bastos, que nos honra com a sua presença nesta Comissão. A impressão que havia era de um determinado esvaziamento por parte da ANTT. Nós já havíamos reclamado dessa questão aqui, em relação ao papel das agências reguladoras. E essas indicações cumprem esse papel.

Então a indicação me parece adequada, apropriada. E nós gostaríamos de obter, por parte dos nossos indicados, uma impressão sobre os programas que foram editados pelo Governo Federal nos últimos anos, tanto o PIL quanto o PAC, até porque o PIL 1 foi reeditado, e o Governo solicita renovação de expectativa e confiança em relação a essa proposta, a esse projeto de fundamental importância para se resolver um conjunto de gargalos da infraestrutura brasileira, sobretudo no campo rodoviário e no campo ferroviário, que é o que estamos aqui discutindo.

Eu queria obter a seguinte impressão de V. Sªs: do PIL 1 para o PIL 2, há uma mudança muito grande de conceito e visão. Eu pergunto isso na convicção, inclusive, de que não é a ANTT que formula esse modelo. A ANTT é uma executora dos modelos que são constituídos em outras áreas de governo, como Ministério dos Transportes, Casa Civil e assim por diante. Cabe à ANTT executar aquilo que é formulado pelo Poder Central – a Presidência da República, a Casa Civil e assim por diante.

Mas, no PIL 1, nós observamos que havia um intervencionismo exacerbado por parte do Governo Federal. Havia até mesmo o sentimento de um modelo que já foi experimentado em nosso País, nos anos 70, pelo então Presidente Ernesto Geisel, o chamado "nacional desenvolvimentismo", em que o Estado tinha um papel além do que devia. E, intervindo nesse modelo, o Estado acabou não produzindo os resultados tanto no campo rodoviário quanto no campo ferroviário.

No PIL 1, na questão rodoviária, creio que fomos razoavelmente bem.

Porque, dos 7 mil quilômetros previstos de concessionar, 5 mil quilômetros aproximadamente, 4,8 mil quilômetros foram cumpridos, Mas, no modelo ferroviário, foi um desastre, porque nada foi concessionado por conta do conceito doutrinário, ideológico na implementação desse modelo que pressupunha que toda demanda seria ofertada e seria adquirida pela Valec, portanto, pelo Governo Federal. Desejar que o setor privado faça um investimento tendo como único cliente o Governo Federal parece-me uma coisa absolutamente inviável, como se estivéssemos aqui tentando inventar a roda e tivéssemos o desejo utópico de implantar um modelo que já foi testado mundo afora e não deu certo.

O que eu gostaria de merecer de V. Sªs é uma avaliação conceitual da avaliação desses projetos. O que não deu certo? O que poderá dar certo? Que tipo de expectativa nós podemos transmitir à sociedade brasileira que naquele primeiro momento não o foi, mas agora vai, até porque há um aperfeiçoamento desse modelo. Qual é a visão de V. Sªs em relação a isso, para que nós possamos evoluir de programas que não sejam sistematicamente PowerPoint, papel tem aceitado tudo e apresentação também, mas a prática tem revelado que os gargalos não se têm resolvido e isso tem impingido à economia brasileira fortes elos de desorganização da nossa infraestrutura.

Eu gostaria de merecer uma avaliação de V. Sªs a respeito desses programas e projetos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o último Senador inscrito, o Senador Walter Pinheiro. Em seguida, teremos as respostas dos dois indicados.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, fiz questão de me inscrever, porque, há duas semanas, se não me falha a memória, nós fizemos aqui a sabatina de um outro membro da Agência e uma das questões que a gente tem levantado insistentemente nessas sabatinas é exatamente como é que os sabatinados enxergam o papel desses órgãos.

Aqui a gente vê uma confusão danada: temos Valec, DNIT, ANTT e Antaq. Na fala do Sr. Carlos do Nascimento, ele chegou a falar até que tinha uma relação de treinamento, treinava os funcionários da ANTT, treinava os funcionários da Antaq para interação, etc. Em qual das vezes, por exemplo, nesses órgãos vocês já tiveram oportunidade de sentar com os dirigentes desses quatro órgãos que eu já citei aqui, sem contar, inclusive, Ministério dos Transportes nessa brincadeira? Até porque os dois faziam parte já da ANTT.

Eu poderia até ir numa linha um pouco mais dura, meu caro Marcelo, vocês estavam lá, por que não fizeram? Você, inclusive, participou do PAC. Senão, fica parecendo que agora, na sabatina, estamos descortinando uma trajetória de que tudo vai mudar. Estou dizendo aqui muito minha percepção sobre esse processo de sabatina. Aqui, na sabatina, é como se a gente tivesse... Até brinquei com o Senador Ferraço de que, nas sabatinas, nós deveríamos mudar o nome desta Comissão para Centro de Diagnóstico. A gente faz um bocado de diagnósticos das coisas e depois a esperança nossa de que os sabatinados possam executar nessas agências... E não é planejar, as agências reguladoras não foram projetadas, não foram apreciadas no Congresso Nacional para serem proponentes de política pública, o nome dela, inclusive, é bem claro. Esse é um debate que eu fiz ao longo de toda minha vida na Câmara dos Deputados. Vi aqui, inclusive, que o Carlos fez opção pelo Direito até para se dedicar mais à parte do papel das agências.

Uma das grandes lacunas nesses órgãos é gente que possa trabalhar com planejamento. Pegar o que foi projetado como política pública e tentar planejar a execução dessas agências, como se vai acompanhar isso. Nós vimos aqui, por exemplo, a citação de Fernando Bezerra sobre as duas ferrovias, as quais tive oportunidade de acompanhar de duas formas: como Deputado, brigando, inclusive, para elas entrarem no PAC. A Fiol, por exemplo, entrou no PAC depois de uma luta ferrenha dos Deputados Federais da Bahia, ela não estava no PAC.

Entrou no PAC, inclusive, a partir de um ato com a presença do Ministro à época Alfredo Nascimento, em frente à governadoria lá em Salvador. Uma festa bonita, com um bocado de toldo! Havia um bocado de toldo, mas faltava tudo. E de lá para cá, eu participei dela como Secretário de Planejamento do Estado, uma reunião grande em Montes Claros, num dia até de festa, porque era aniversário do Vice-Presidente da República José Alencar.

E por que essa reunião foi em Montes Claros? Porque de Montes Claros, Marcelo e Carlos, sai uma ferrovia que aqui foi citada por Fernando Bezerra, que cruza a Fiol exatamente num ponto de minério, na cidade chamada Brumado, no interior da Bahia.

Essa ferrovia levava passageiros e cargas, há muito tempo. E, quando a gente discute agora como vamos botar passageiros, essas coisas... Essa ferrovia, tanto a de Juazeiro quanto essa que sai de Montes Claros, Monte Azul, deveria chegar a Salvador, e nenhum trilho mais chega a Salvador, Carlos. Você falou das duas FCAs; elas não chegam mais a Salvador. Coincidentemente, roubaram 10km de trilho na ligação de Mapele até Paripe. Não sei como alguém rouba 10km de trilhos sem ninguém ver. Provavelmente, colocaram num Fusca e tiraram com alicate de unha.

Estou falando dessas duas ferrovias porque as conheço como a palma da minha mão. Meu pai trabalhava nesses dois trechos. Nessa ferrovia, inclusive, eu aprendi a operar telégrafo, ainda quando criança.

Portanto, esses dois trechos poderiam ser mais bem utilizados. Aí eu não quero tocar no meu quintal, tratar do meu umbigo, discutir as coisas da Bahia, mas esses dois trechos seriam importantes para resolver diversos problemas de fluxo de cargas e de logística no Nordeste brasileiro.

Juazeiro e Petrolina, citadas aqui pelo meu amigo Fernando Bezerra, são o centro do Nordeste. De Petrolina para Suape são 700km. De Petrolina e Juazeiro para Salvador, para o Porto de Aratu, são 500km. Portanto, em logística – e vocês conhecem isso mais do que eu –, 200km são 200 mil motivos a mais para a gente pensar exatamente numa baita redução de custo. No entanto, isso nunca foi pensado.

Os problemas de Eliseu Martins, para chegar à linha de entroncamento da Norte-Sul, os problemas para chegar a Pecém, as dificuldades em Salgueiro, exatamente para poder fazer a ponderação ali daquele ponto, Petrolina e chegar a Suape. O debate depois levantado por Bernardo Figueiredo, quando saiu da ANTT e foi para a EPL, que eu não sei de onde tirou... Esta é outra pergunta minha: quais são os estudos que a ANTT toma como referência? O que é elaborado para a ANTT depois ter que atuar num processo de acompanhamento disso? Porque, na época, Bernardo Figueiredo inventou, Jorge, um tal de Belo Horizonte-Recife. O fluxo de carga no Brasil está nessa rota aí? Eu desconheço. Por isso que, quando inventaram essa história de ir a Feira de Santana, sair de Feira, pegar Alagoinhas, ir embora para Aracaju e depois chegar a Recife – inclusive trecho existente... Nós tínhamos trens de passageiros de Salvador para Aracaju e tínhamos trem de passageiros de Salvador a Montes Claros, Monte Azul. Ou melhor, o trem misto, passageiros e cargas. Assim como havia também trem de passageiros de Salvador até Juazeiro, também durante a semana, dois trens que faziam o chamado misto, que levavam cargas e passageiros.

O trem exclusivo de passageiros chamava-se Rápido – talvez, o trem de alta velocidade, Hélio, deste nosso novo tempo –, naquela época, mesmo com a bitola, em alguns casos conduzidos por máquinas a diesel, e nós tínhamos o sistema com máquinas elétricas até Alagoinhas.

Como é que a gente trabalha isso? Estou falando do setor ferroviário. Mas aí você deu o exemplo aqui da questão do porto. Como é que interage a ANTT com a Antaq? O grave problema nossos nas estradas e nos portos é que a gente não tem armazenamento no Brasil. A gente armazena carga em caminhão, Jorge. O caminhão chega à boca do porto como um grande armazém: tirou da terra, meteu no caminhão e vai para a estrada. Não existe armazenamento.

Então, onde é que vocês entram nesse planejamento? Onde é que no PAC, por exemplo, quando foi lançado aquele... Não em PowerPoint, na verdade, foi produzido em caderno, uns quatro ou cinco cadernos, mais do que PowerPoint, negócio até detalhado. Mas, quando se pensou nisso, agora para se lançar outro PIL – ou o rePIL, sei lá, porque aí é requentado –, o que foi feito para ajustar exatamente? Porque, para lançar um plano novo era necessário olhar o que estava parado. A ANTT foi chamada? Vocês, como técnicos lá de dentro, foram chamados? Para chegarem e falarem assim: "Aqui nós acompanhamos isso, estamos fiscalizando aquilo, aquilo outro e tal, e está faltando isso".

Então, não adianta eu falar nessa Bioceânica ou na Transperu, sei lá com estão chamando aí, sem conseguir, inclusive, dar conta do que está rodando aqui, ou melhor, do que não está rodando. Então, como é que vocês imaginam, por exemplo, o trabalho de vocês agora, saindo de uma esfera de dentro da ANTT, para assumir, inclusive parte expressiva do seu conselho? Porque eu acho importante fazermos isso. Aliás, ainda falta um para ser nomeado, para ser sabatinado, melhor dizendo, para depois ser integrante para dar à direção da ANTT condição de trabalhar.

Então, qual é o desafio de vocês para isso? Porque essa é a minha angústia na questão das agências reguladoras, nas agências executivas. A gente monta essas estruturas e, de repente, depois, as agências ou são capturadas pelos diversos atores dessas áreas, ou, às vezes são, eu diria, subjugadas, ou melhor, colocadas num subplano pelos ministérios.

Eu acho que a chamada independência, autonomia das agências não pode eliminar a interação, principalmente com o órgão planejador. Não funciona.

Na realidade, até a gente faz confusão aqui e faz perguntas sobre ferrovia. Obra de ferrovia não tem nada a ver com a ANTT! Foi responsabilidade da Valec. Aí, de repente, a gente diz ao sabatinado aqui: meu irmão, eu quero botar a Fiol para rodar. Aí vem o problema: não adianta eu botar a Fiol para chegar, meu caro, ao Porto Sul se não há Porto Sul. A Fiol vai chegar e vai fazer o quê? Aí nós vamos reformular o projeto, levar a Fiol para o Porto de Ilhéus, dentro da cidade de Ilhéus? É o melhor lugar? O Porto de Ilhéus é o melhor porto para isso?

O Porto de Ilhéus tem que ser dragado quase todos os dias, pelo movimento de maré, diferente do Porto de Aratu e do Porto de Salvador, que são portos que estão numa baía e, portanto, o movimento de maré...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Exatamente. É um movimento que não existe, falando na linguagem que o povo entende. A baía recebe água do Paraguaçu e do Atlântico. Portanto, o sobe e desce da maré, como diz Gilberto Gil, é um movimento que dá uma certa tranquilidade, é um movimento mais lento. Então, a gente tem pouca movimentação de areia. Por isso, o Porto de Aratu é um dos melhores portos: 60% por cento de todas as transações dos três portos da Bahia passam por Aratu. O melhor sistema de porto em Aratu é o sistema privado, operado por uma empresa chamada Dias Branco, que tem um terminalzinho lá que opera, meu caro Ciro, 500 caminhões por dia, numa eficiência brutal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Cearense.

Por que essa eficiência não está do outro lado do porto, onde nós temos ali a Ford etc.?

É a ausência – eu disse isso aqui ao nosso sabatinado –, é um negocinho simples, rapaz. Um veio da área do planejamento, o outro tem uma formação que, de certa forma, caminha para isso. Quer dizer, é possível a gente planejar ou não é possível?

Mas isso é o que estou dizendo, é a história de como se trabalha algo, apontar para adiante e poder chegar para a ANTT e dar tarefa: isso aqui está planejado, isso aqui tem um cronograma. Qual é a tarefa da ANTT nisso? É viabilizar, é fazer valer, é ir para cima, é tentar criar as condições? Nesse debate de PMI, por exemplo, a Bahia foi o primeiro Estado do Brasil, aliás, uma das primeiras unidades do mundo a fazer uma PPP na área de saúde, e acabamos de ser premiados aqui internacionalmente – PPP na área de saúde, um hospital.

A melhor concessão de rodovia na Bahia é um hospital de Salvador, hospital do subúrbio. Acabou de ser premiado com uma das grandes experiências PPP na área da saúde. Eu, na época, era Secretário de Planejamento do Estado da Bahia.

A melhor concessão que nós fizemos é uma concessão numa rodovia estadual, o sistema 093, que fizemos com PMI, fizemos com participação do EFC, do Banco Mundial, e está lá, funcionando, redondo, melhor do que a Via Bahia, que só nos dá dor de cabeça. E a Via Bahia pega o filé *mignon*! A Via Bahia opera a principal rota de saída, aliás, a principal não, a única rota de saída de Salvador, que é a BR-324, que liga com Feira. Ter aquela concessão ali é melhor do que pescar de bomba num aquário, porque obrigatoriamente é o fluxo de entrada e saída em Salvador. No entanto, o serviço é muito ruim.

Então, o que vocês esperam disso? Qual é o...? Vocês vêm, ainda jovens, mas com larga experiência, pelo menos aí... Acho que o mais novo aí entrou em 2009. Alguns já estão desde 2006 nessa estrutura. Então... Como é possível fazer?

E como é possível fazer também para não se curvar diante dessa coisa? Porque entra o problema da pressão orçamentária de ministério, uma série de coisas. Isso para que vocês cumpram o papel para o qual os estamos sabatinando. Vocês não estão indo para lá para fazer o jogo de Governo. Vocês estão indo para a ANTT para defender os interesses da sociedade, esse é o papel de agência reguladora. Isso aí não é caixa registradora, é agência reguladora. Não é para arrecadar, não é para multar. Se tiver que multar, tem que multar, mas é para regular, para garantir o serviço. A tarefa de uma agência é se antecipar para que o fato ruim não aconteça. Porque chegar depois do fato consumado e aplicar multa... Ninguém vai me devolver, por exemplo, o fato de eu ter perdido a oportunidade de chegar com uma carga em algum lugar porque a estrada não funcionou. Se eu não conseguir chegar na casa de minha mãe, meu caro Garibaldi, no dia do aniversário dela porque a estrada não está funcionando, eu vou recorrer para a agência, mas acabou, no dia do aniversário de minha mãe eu não dei um abraço a ela. Não tem multa que me restitua isso! Então, a agência tem que se antecipar para garantir os serviços, esse é o papel da agência reguladora, regular para que as coisas aconteçam, e não chegar e depois criticar o que não aconteceu.

É nesse cenário que eu gostaria muito de ouvir vocês. Qual é o desafio de vocês? Vocês dois vêm de uma estrutura de concurso. Acho que é bom a gente começar a botar gente nas agências que às vezes já está dentro da própria agência, alguém que se submeteu a concurso, é melhor do que indicação política de alguém que não conhece nada do ramo, não sabe nem para onde vai. Já fiz, inclusive, campanha aqui contra gente para indicar, fui a público fazer campanha para não reconduzir dirigente de agência porque acho um absurdo. Essa é uma área que não é... Já basta a indicação da política. Para esses cargos, tem que ir gente que tenha nível de comprometimento e conhecimento da área, para que a gente tenha condições de cobrar.

A outra coisa, meu Presidente, e já falei na reunião passada e quero repetir aqui para encerrar, é que precisamos ter aqui, através de resolução... Tenho um projeto nessa linha. Jorge está aqui.

Gente boa, o Jorge, mas de gente boa o inferno está cheio, Jorge, de vez em quando a gente tem que dar umas sacolejadas. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não é o Céu não?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – De gente boa o inferno está cheio?!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu pensei que fosse o Céu! (Risos.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O Céu... Dizem que ali o tapete é azul, não precisa morrer para chegar, é melhor do que o Céu.

Mas vamos lá. A gente tem que cobrar de vez em quando, as agências têm que mandar relatórios para cá. Em vez de refazer sabatina, a gente poderia, de vez em quando, trazer aqui os cinco dirigentes da agência para prestarem contas aqui, na Comissão de Infraestrutura, do que fizeram. Isso é importante, para a gente chegar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª poderia propor.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Lógico! Tenho um projeto, inclusive, sobre isso há muito tempo. Desde que fui Deputado, tenho projeto sobre isso. Aí não passa porque um bocado de gente não quer. Há uma série de resoluções que garantem isso. A gente precisa apertar mais, porque na hora da sabatina, sabatinado carrega água no cesto! Visita Senador, vai ali, "Senador!" Aí vem até telefonema de fora: "Fulano é meu amigo, pelo amor de Deus, não o maltrate!" "O menino é bom que é danado!" Depois que vai para lá, pega o mandato, aí, só Jesus. Estou falando isso aqui muito numa boa, como alguém que acompanha essa área de agências. Sou um crítico contumaz desse processo. Esses órgãos foram constituídos para defender interesse do cidadão, da sociedade, e não do Governo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, na linha do que está propondo o Senador Walter Pinheiro, eu acho que V. Exª, na condição de nosso timoneiro, nosso tocador, aqui na Comissão, poderia propor uma resolução, uma comissão. Nós fizemos isso na Comissão de Relações Exteriores, criando um conjunto de obrigações, por exemplo, para o Chanceler e para o Ministro da Defesa. Nós poderíamos criar esse mesmo tipo de condições aqui na Comissão de Infraestrutura, de modo que, além de sabatinar, nós pudéssemos, anualmente, antes do exercício se findar, possibilitar que os dirigentes das agências reguladoras prestem contas. "Escuta, os senhores vieram aqui e apresentaram esse plano de trabalho. É hora de retornar para afirmar aquilo que foi implantado, aquilo que não foi implantado, por que é que não foi e de que maneira esta Comissão pode contribuir para o exercício e o fortalecimento da agência reguladora...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas isso está aqui no Regimento Interno do Senado, no art. 96-A: "Os dirigentes máximos das agências reguladoras comparecerão ao Senado Federal, em periodicidade anual..."

Essa periodicidade é que poderia ser modificada, porque, senão, fica aquela coisa de relatório. De relatório anual. Não seria isso. Estou vendo que V. Exª não quer exatamente isso. Quer, realmente, uma prestação de contas mais eficiente.

Vocês resolveram apertar, o Líder do Governo já chegou aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª poderia submeter à Comissão, na linha do que está propondo o Senador Walter...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Delcídio.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... em convergência com V. Exª, uma resolução para que nós pudéssemos disciplinar. Isso é autonomia, é prerrogativa da Comissão. A Comissão pode estabelecer. Eu acho que as agências reguladoras terão prazer em fazer esse debate.

O Dr. Jorge Bastos, Presidente da ANTT, está aqui sinalizando positivamente para a necessidade de um diálogo mais permanente e presente, desta Comissão, com as agências, para que nós possamos entender, inclusive, Sr. Presidente, as dificuldades da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Da agência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... porque, eventualmente, nós podemos estar cobrando das agências reguladoras atividades e respostas, e lhes faltam autonomia e meio para que elas possam fazer o papel que nós esperamos que elas façam, que é o papel de fiscal da sociedade, para que os serviços possam sair a contento, com qualidade e em condições compatíveis com o usuário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de dar a palavra aos sabatinados que vão, realmente, fazer as considerações finais diante das últimas perguntas feitas, eu queria dizer que o debate interativo, aqui, ganhou força, porque o Sr. João Carlos Moraes está solicitando a atenção da ANTT a respeito dos veículos de transporte que trazem cargas para o porto de Santos e regiões. O Sr. Arthur Geraldo está pedindo: "Se o Brasil necessita de tantos investimentos do modal ferroviário, por que, então, os Parlamentares não permitem que seja mantida toda a malha ferroviária, que já existe, sucateada?" O Sr. Getúlio Mateus das Neves, do Ceará, envereda pela Transamazônica: "Quando, enfim, a Transamazônica ficará completa e em pleno estado de uso?" E a catarinense Anna Flávia Schmitt faz um apelo pela melhoria do transporte rodoviário em Santa Catarina. E o Thiago Barros faz um lobby: "Parabéns aos postulantes à Diretoria da ANTT".

Com a palavra o Sr. Marcelo Bruto da Costa Correia, para suas respostas finais.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Eu vou recapitulando, aqui, alguns assuntos que foram tratados em comum e vou tentar abordar em comum.

O Senador Flexa e, depois, o Senador Ricardo Ferraço abordaram um modelo de ferrovias.

Especificamente de ferrovias, porque eu acho que a avaliação sobre rodovias do PIL de 2012 é mais positiva, no sentido de que houve uma significativa realização de concessões até o ano passado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – No caso do PIL, para as rodovias foram propostos sete mil...

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Chegou-se a quase cinco mil.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... 4.800, cinco mil...

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Isso. Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... foi alcançado. Mas, na ferrovia, foram propostos, salvo melhor juízo, dez ou onze mil quilômetros?

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Quase 11 mil quilômetros.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dez, 11 mil quilômetros, e nada foi feito.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Isso.

No caso de rodovias também não há uma mudança significativa, também, de modelo, mas há uma lógica de continuidade, eu até acho, agora, nesses novos leilões que foram lançados.

Mas, especificamente, sobre o modelo de ferrovias, qual é a minha avaliação pessoal? Por que aquele modelo nasceu e por que, agora, está se partindo com a ideia de definir caso a caso o modelo de ferrovias? (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Está sem som.

Cadê o universitário?

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Está aqui. Alô?

A concepção que orientou o modelo de concessão de ferrovias dos anos 90, que está muito vinculada ao momento histórico que a gente vivia, era uma ideia de se transferir ao setor privado aquelas concessões que a rede ferroviária tinha imensa dificuldade de manter, tinha um déficit enorme... Então, era preciso atrair investidores para aquilo e se adotou uma ideia de mínimo regulatório, uma regulação de contratos de concessão mais leves, com transferência de toda a cadeia verticalizada para o setor privado, com vista a atrair, mesmo, quem fosse assumir aquilo e fazer uma manutenção mínima, retomar o mínimo daquelas ferrovias.

Acho que esse modelo de concessão cumpriu um papel. E, quando nós chegamos aos anos 2000, que foi quando se começou a discutir mudança de modelo – o Carlos vai poder me completar até com mais propriedade –, havia uma nova questão na agenda, porque, quanto àquelas ferrovias, embora tenham sido retomadas com maior eficiência, tenham se ampliado bastante, sobretudo nos trechos com maior viabilidade, com um nível muito maior de transportes, tenham reduzido acidentes e tal, se chegou a um entendimento – e acho que não era só do governo – de que havia um problema de acesso, de expansão, de aquele modelo ser suficiente para expandir a malha ferroviária e integrá-la, e um segundo problema, que era uma questão de acesso àquelas ferrovias verticalizadas.

O modelo que foi lançado em 2011 atacava diretamente isso e vinha muito com base, inspirado, num modelo europeu, na experiência de alguns países europeus que tinham adotado a ideia de desverticalização e separação da propriedade da infraestrutura da operação ferroviária.

O que é que se viu? Acho que isso explica um pouco essa mudança de 2012 para cá, com a tentativa de implantação desse modelo. Acho que dois fatores justificam um pouco a mudança de modelo, e o fato de não terem saído as ferrovias.

Um fator mais técnico, porque eu acho que as primeiras ferrovias que foram lançadas nesse novo modelo eram ferrovias *greenfield*, e o nível de detalhamento de projetos, que foi sendo identificado durante o debate com o setor privado, precisava ser maior. Precisava ir mais longe para o nível de risco que estava sendo assumido. Prova maior disso é o debate e a diferença que existe, até hoje, na interpretação dos custos da Fico, pelo Tribunal de Contas da União, pela agência e pelo setor privado. Há uma distância na interpretação de quanto custa aquela ferrovia.

Então, essa é uma questão: o aprofundamento e um detalhamento melhor dos projetos. E, por isso, já antes desse pacote da semana passada, se partiu para a ideia de aprofundamento dos projetos mediante as PMIs lançadas em meados do ano passado.

E a segunda questão que eu acho que foi sendo identificada é uma questão de atratividade. Foi sendo percebido que havia, ainda, uma resistência do setor privado de entrar nesse modelo, na forma como estava, mesmo com a estruturação de garantias que estava sendo montada com a Valec. Acho que são os dois grandes

motivos que fizeram com que o Governo reavaliasse e pensasse agora, na verdade, não uma volta para trás, mas eu acho que é quase uma busca de uma síntese, um caminho meio-termo, em que a gente, caso a caso, defina se é verticalizado ou não, e, mesmo quando for verticalizado, que a gente tenha garantias maiores de acesso a uma regulação mais efetiva, saindo um pouco da ideia de mínimo regulatório, que eu acho que estava por trás, lá, do modelo dos anos 90, para uma ideia de regulação mais voltada para garantir um acesso e um compartilhamento maior do uso pelas ferrovias.

Então, eu acho que foi um processo de aprendizado. Se perdeu tempo? Acredito que não. Acho que nós fomos aprendendo, o setor privado também tem se aprofundado sobre os estudos.

E acredito que, na próxima rodada, vai se chegar a um grau de maturidade, seja do modelo, seja dos projetos que têm mais condições de funcionar do que anteriormente. Essa é a minha avaliação pessoal. Não sei se o Carlos quer complementar nesse aspecto do modelo.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Na realidade, eu acho que o senhor foi perfeito, Marcelo.

Isso vai em linha até com a observação que o Senador Flexa Ribeiro fez aqui, com a preocupação dele com relação ao modo como alguns projetos foram colocados. O senhor levantou aqui o fato de não ter sido adequadamente ouvido, o Governo não ouviu adequadamente a sociedade na hora de definir as suas prioridades, e a agência fará essa oitiva.

O senhor perguntou da PMI de Açailândia-Barcarena. Agora, no início do segundo semestre, a agência deve receber a PMI e vai, sim, levar isso ao debate público, como foi feito, da primeira vez, em Açailândia e Barcarena. Tanto é que, a primeira proposta que nós levamos a Açailândia foi discutida numa linha da audiência pública que o senhor nos ajudou a promover lá em Belém. Nós tínhamos uma percepção de traçado que não estava alinhada com o interesse do Estado. Essa audiência pública levou a uma alteração de traçado, para atender tanto à planta industrial, em Rondon do Pará, quanto à demanda por transporte ferroviário em Paragominas. E nós saímos com uma proposta de traçado muito mais adequada àquilo que o Estado do Pará esperava.

Acreditamos que, nesse processo de discussão que acontecerá no segundo semestre, essa tônica também será identificada, e nós vamos discuti-la exaustivamente com a sociedade, com os interessados, com esta Comissão, que é de extrema relevância, para que a gente consiga absorver a percepção que vocês têm, melhor do que ninguém, das necessidades de cada Estado.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Vou indo para outros pontos. Só reforçar o ponto do Senador Flexa, que o Carlos já falou: em relação ao aprimoramento dos projetos, eu acho que, nos projetos anteriores, desenvolvidos pela agência, ou por órgãos do Governo, já existia esse processo de intensa participação social, que permite um ajuste e um aprimoramento de traçados e incorporação de novos trechos. Eu acho que todo esse processo de tomada de subsídio, audiência, é para isso mesmo. Nem o Governo nem quem prepara os estudos é dono da verdade, e é exatamente com esse objetivo que já se fazia e se vai intensificar ainda mais esse processo de participação social.

Mas eu queria só reforçar aqui que a estratégia de PMI abre mais ainda alternativa para isso, porque ela antecipa um pouco esse processo de debate, na medida em que já envolve, antes, mais atores na elaboração dos projetos, já no momento de modelagem mesmo e de montagem de projetos; além do fato de estar aberta, pelo decreto que saiu esse ano, não só para a iniciativa, para o chamamento que é feito pelo Governo, mas também para propostas de Estados, de Municípios e até de pessoas físicas. Eu acho até que é uma agenda, Senador, que eu queria destacar aqui, que eu julgo muito importante para essa parte de elaboração de projetos. A gente está apostando muito, e eu acho que é um modelo muito bom de PMI, mas eu acho que o modelo de contratação de estudos e projetos que nós temos aqui está muito defasado para os Estados, para os Municípios e mesmo para o Governo Federal. E eu acho que se deve até pensar num modelo mais parecido com o que se faz no Exterior, no Banco Mundial, num modelo de seleção e de elaboração de projetos que dê mais agilidade não só para a União, mas para os Estados.

É um desafio muito importante, até para poder casar PMI com uma maior agilidade e capacidade dos governos estaduais, e da União, de ela também desenvolver aqueles projetos que são de sua iniciativa.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Marcelo, é importante citar um exemplo disso que você colocou.

Nós vamos colocar em audiência pública, agora, no início de julho, um projeto de uma ferrovia que liga o Rio de Janeiro ao Espírito Santo, que foi produzido por iniciativa dos Estados, foi doado, entregue à Agência Nacional dos Transportes Terrestres, ao Ministério dos Transportes, e nós vamos colocar em audiência pública. É um trecho que estava, inicialmente, no conjunto de ferrovias que seria...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vitória-Rio, não é?

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – ... Vitória-Rio.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Qual o nível de detalhamento desse projeto que foi apresentado?

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Ele não chega a ser um projeto executivo, mas é um projeto básico, tem um nível de detalhamento razoável, foram feitas sondagens, estudos de solo e de traçado e, se necessário for, essa necessidade de complementação será apresentada...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E os estudos de fluxo de carga?

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Os estudos de demanda. Também compõem parte do estudo que levaria à compreensão da viabilidade econômica dessa ferrovia, ou não. Mas também será...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Os estudos encaminham em alguma direção? Em alguma conclusão da viabilidade econômica?

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Esse é um trecho que vai ligar os portos da Região Sudeste, porque ele entronca numa via, hoje, que é concessionada da MRS, que liga o Porto de Santos. Então, ele liga vários portos, de São Paulo até o Espírito Santo, ligando, ali, no Rio de Janeiro, e na própria Vitória, com as ferrovias que sobem para o interior.

Então, a perspectiva de geração, de interesse de carga, é, sim, relevante. O estudo de demanda não está concluído. Será concluído ainda nesse processo de construção dessa concessão, mas nós acreditamos que sim, que esse é um traçado viável economicamente.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Eu vou agora passar pelas observações do Senador Hélio. Por um dos pontos até a gente já passou: como é que a gente faz para melhorar a atratividade desses projetos, para os resultados serem melhores?

Eu acho que alguns passos estão sendo dados. Eu acho, como eu já falei várias vezes aqui, que o procedimento de PMI garante uma antecipação da participação de atores privados, cuja participação já sinaliza um interesse da iniciativa privada nesses projetos. Eu acho que é uma iniciativa interessante, mas eu acho que, na modelagem, é se garantir a aderência das obrigações de investimentos à realidade do fluxo de carga, do fluxo de transporte que existe naqueles trechos. Às vezes, não precisa – e o Senador Wellington Fagundes mencionou aqui – ter uma rodovia que precisa duplicar integralmente, mas que precisa atender ao fluxo daquela rodovia e fazer adequações de capacidade. E eu acho que é importante ter atenção a esse realismo na obrigação de investimento, para garantir a atratividade dos projetos.

Acho que outro passo a gente tem dado aqui, tentar garantir mais estabilidade regulatória, bom funcionamento das agências, desde a participação e modelagem dos projetos até a efetiva regulação, e fazer um pouco do que o Governo começou a fazer agora também, que é vender um pouco essa alternativa.

Aqui no Brasil há muita demanda pelo investimento em infraestrutura. Nós precisamos ampliar as fontes de financiamento. Então, eu acho que vender esses projetos, criar alternativas como debêntures de infraestrutura, buscar investidores institucionais externos e mostrar um pouco essa demanda que existe pela infraestrutura, no Brasil, são passos importantes que precisariam ser dados.

Passando rápido pelos outros pontos que V. Exª mencionou, alguns eu precisaria me aprofundar mais e até conversar mais com V. Exª, mas, sobre o entorno, aqui, a informação que eu tenho é que a ANTT está discutindo, aqui, ativamente, com o Governo do Distrito Federal, as obras necessárias na BR-040, inclusive para ter a adequada compatibilização das obras da BR com a implantação do BRT, que é um projeto também do PAC. Então, esse debate está andando e esse cuidado está sendo tomado.

Em relação ao transporte ferroviário de produtos perigosos, existe hoje um decreto, dos anos 90, que trata do assunto. Eu acho que a gente precisaria ver se está atualizado, se precisa atualizar. Na agenda regulatória da ANTT há também uma parte relativa à segurança na circulação de trens. Então, eu acho que é algo que pode entrar na agenda. E, se V. Exª tiver alguma opinião, acho que pode tranquilamente participar e debater aqui conosco.

Sobre as bitolas, acho que todos os projetos que eu tenho acompanhado, novos, têm tido essa preocupação – o Carlos pode até detalhar mais...

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Sim.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – De integração das malhas. Os projetos têm sempre previsto bitola larga ou bitola mista.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – É, exatamente.

A ideia da bitola mista é justamente tentar integrar com aquilo que hoje é a bitola estreita ou a métrica, que já existe, que já existe, que permanece, e não se pode desprezar a infraestrutura que está colocada, mas a diretriz é de caminharmos para um sistema ferroviário baseado na bitola larga de 1,60. Isso já está colocado como política pública. A Valec constrói ferrovias com a bitola de 1,60, e a perspectiva é esta, caminharmos

para um bitola única, sem desprezar o investimento já realizado, porque, enquanto estiver operacional, ele é interessante, mas caminharmos, no futuro, para unificação de bitola na bitola larga.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu só precisaria saber qual é o incentivo sobre a questão do trem de média velocidade das capitais do Nordeste, Rio e São Paulo vindo para Brasília.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Existe um estudo, a Agência promoveu um estudo no passado bastante detalhado sobre trens regionais. Esse estudo foi entregue ao Ministro dos Transportes, a Agência está disposta a levar adiante os estudos, mas precisamos de uma diretriz de política pública. A Agência não tem competência para agir de vontade própria, nós temos que ter um direcionamento, mas, se houver esse direcionamento, estamos preparados para aprofundar esses estudos que já são indicativos de que há uma demanda por esse tipo de transporte. Seguiremos na direção que o Governo Federal indicar.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Lembrando que está na nossa agenda regulatória, na agenda regulatória da Agência... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Podemos encerrar? Senador Walter Pinheiro, chegou a sua hora aqui.

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA (*Fora do microfone*.) – Senador, abordando a questão do planejamento e coordenação, que eu vejo é uma preocupação grande sua....

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Só não dá para assumir a Presidência, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O meu está ligado, mas eu temo ceder a Presidência a alguém.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) –

O SR. MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA – Voltou.

Senador Walter, desde que entrei no PAC, tenho participado de várias iniciativas que tentam realmente focar, fortalecer não só planejamento como a melhoria da coordenação entre os órgãos. Entendo a angústia de quem olha de fora, com um olhar crítico que tem que ter mesmo em relação à nossa atuação, porque também temos essa angústia, é uma reconstrução que não é fácil, que não é do dia para noite.

Lembro que, quando entrei, por exemplo, o Ministério dos Transportes tinha começado, no final 2006, o Plano Nacional de Logística de Transportes, que era um plano pensado até pelo Dr. Marcelo Perrupato, que é histórico do Geipot, planejador da área de transporte, que já foi um orientador inicial das primeiras ações selecionadas no PAC. Precisava ser feito em conjunto com o Exército – na época não tinha EPL –, salvo engano, um processo que foi, por algum período, renovado, atualizado a carteira de projetos e orientou o planejamento de fato, de seleção de projetos, no PAC, no período que estive lá.

De 2011 pra cá, houve outras iniciativas que achei interessantes. Estou falando assim, porque realmente acho importante falar. Caminhou-se para reconhecer os pontos que precisamos avançar. De 2012 para cá, houve outras iniciativas. Então, esse PNLT, que era uma iniciativa isolada e muito meritória do Ministério dos Transportes, passou a ser objeto de uma atuação em conjunto com a Secretaria de Portos e virou PNLI, que está sendo hoje objeto de trabalho da EPL, que é outro resultado desse trabalho de conhecimento de que precisávamos mesmo, na área de transportes, retomar planejamento, retomar a coordenação entre os órgãos. O PNLU está sendo feito, a última conversa que eu tive com Dr. Josias, que é o Presidente da EPL, era no sentido que ele já tinha os primeiros levantamentos de fluxo de carga.

Então, eu acho que há várias iniciativas. Outra iniciativa foi mencionada pelo Carlos de coordenação entre os órgãos pelos comitês como Conaportos, não é nem o caso de envolver a ANTT, mas o Conaportos, onde, por exemplo, foi tratado, no ano passado, uma iniciativa muito importante de coordenação do corredor multimodal para Santos, que teve um resultado muito interessante na diminuição de filas e foi uma experiência brotada no âmbito do Conaportos, com atuação da Antaq, da ANTT, Ministério do Planejamento, Ministério dos Transportes, SEP.

Agora, reconheço que a nossa demanda é tão grande, a nossa necessidade de aprimorar os mecanismos nas instituições são tão grandes que de fato sempre corremos atrás para dar uma resposta, mas podemos estar devendo e acontecer fatores como os que os senhores apontam aqui, como um projeto que precise de mais aprimoramento, que não capta necessariamente um maior fluxo de carga de uma determinada região.

Acho que as medidas corretivas têm sido buscadas com mais participação social, com adoção de PMI, para que de fato os projetos sejam os que têm maior viabilidade, ao mesmo tempo em que tentamos construir, fortalecer, as instâncias de planejamento, porque sabemos que não será do dia para a noite, por exemplo, que EPL vai ter um PNLI pronto aqui para gente. Então, você seleciona, debate com os diferentes setores da socie-

dade, com todos os órgãos de governo e tenta fazer o processo mais aberto possível. Às vezes vai dar certo e funcionar. O PIL de 2012, na parte de rodovias, avançou, na parte de aeroportos avançou bem e teve outros que mostraram que precisamos avançar e amadurecer o modelo, como foi o caso de ferrovias.

O SR. CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO – Complementando, porque acho que o Marcelo esgotou quase que integralmente as perguntas aqui, mas seria interessante ressaltar, Senador Walter, como a Agência pretende avançar. Acho que temos que nos antecipar. Já é uma diretriz da Agência estar mais presente junto a essas concessões, não deixar a coisa se tornar irregular, se tornar inadequada, para que possamos agir porque será tarde. A carga não chegou. Não adianta ação da Agência se não retorna o prejuízo à sociedade a ação posterior da Agência.

Então, temos que ser proativos, temos que nos antecipar aos problemas. Vamos ouvir e, independentemente da previsão regimental, a Agência e seus diretores estão à disposição desta Comissão para estar aqui sempre que formos convidados. Acho que é um dever de prestação de contas que temos, porque somos eleitos nesta Comissão. É parte da nossa função ouvir a sociedade, nos antecipar e dar a resposta antes que o problema aconteça.

Acho que parte do planejamento... Hoje o Ministério dos Transportes tem um grupo técnico, formalizado, para construir algo que é até uma demanda do próprio TCU, que é construir a formatação da governança na área de transporte, que inclui dar a resposta à cadeia decisória, como se chegou a determinadas decisões. Isso vai levar necessariamente a um melhor estabelecimento do planejamento do setor de transportes, porque talvez haja uma falha também na comunicação desse planejamento, na forma como o sistema transportes mostra para a sociedade que ele planeja sistemas e o PNLI que está sendo gestado pela EPL é um desses produtos. Gestamos esse planejamento, sim, a Agência participa desses grupos de trabalho mas, em algum momento, há uma falha e o sistema de transportes não consegue comunicar adequadamente que existiu um planejamento, que existiu uma cadeia decisória e que essa cadeia decisória fez sentido e vai ao encontro do que é interesse público.

Na Agência – aproveitando só para abordar um ponto que foi colocado nas perguntas que foram apresentadas por escrito do Senador Wellington – é um processo semelhante ao que hoje nós temos na Agência de análise de impacto regulatório, que é antever o que se quer, seus objetivos, como chegar lá e os resultados que você espera daquele objetivo para depois conseguir retornar à base, olhar o que se implantou, olhar o resultado daquilo e verificar se a sua ação foi, de fato, no sentido daquilo que se pretendia.

Então, há um ambiente no sistema transporte que caminha no sentido de explicitar mais esse planejamento, explicitar melhor as suas decisões e deixar que a sociedade consiga compreender e participar também dessa tomada de decisão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Bem, quero agradecer ao Dr. Marcelo Bruto da Costa Correia, agradecer ao Dr. Carlos Fernando do Nascimento, que demonstraram aqui um perfeito conhecimento sobre as indagações feitas.

Quero encerrar o processo de votação, antes consultando se algum Senador ainda não votou. (*Pausa.*)

Todos votaram.

Convido o Senador Wellington Fagundes e o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª perguntou tanto que...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente. O senhor já tinha encerrado o processo de votação. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Os últimos serão os primeiros, já dizia o Evangelho.

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP – PI) – Acho que, pela fala de todos os Senadores, nós devemos aprovar, apesar de a votação ser secreta, esses dois nomes. Acho que seria possível nós aprovarmos também a urgência para que pudesse ser votado hoje ainda no plenário, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O universitário aqui informa que já vai automaticamente para o plenário, segundo ele, o que atende ao desejo de V. Exª.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP – PI) – Então, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, os escrutinadores, Senador Walter Pinheiro e Senador Ciro Nogueira, poderiam fazer a contagem dos votos? O Senador Elmano, se quiser, também para ter maior segurança.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, está à mesa um requerimento assinado pela Senadora Vanessa Grazziotin, juntamente com vários outros Senadores, que propõe uma audiência pública com a vinda do Sr. Romeu Rufino, Diretor-Geral da Aneel. Eu gostaria que o senhor apreciasse para que fosse aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª será atendida logo após o anúncio sobre a votação.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Isso.

Eu gostaria como Relatora da indicação do Sr. Carlos Fernando do Nascimento, parabenizá-lo, não só pelo seu currículo, mas também pelo seu desempenho; como o Sr. Marcelo também, que está aqui hoje à disposição desta Comissão.

Eu gostaria de dizer que foi uma indicação técnica. Portanto, antes de sair o resultado da votação, já quero lhe dar os parabéns, porque tenho certeza de que a sua *performance* foi bem o que nós todos estávamos esperando.

Portanto, quero parabenizá-los e desejar-lhes boa sorte. Que vocês possam desenvolver um trabalho que seja de grande valia para o nosso País, porque, neste momento, nós estamos precisando muito. Então, eu gostaria de parabenizá-los e, ao mesmo tempo, desejar-lhes boa sorte. Que vocês possam nos ajudar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Trabalho concluído. Agradeço os Senadores.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Está conferido aí. São 22 votantes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Wellington Fagundes anuncie.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – São 22 votantes no total. Desses 22 votantes, 20 votaram SIM no Marcelo Bruto da Costa Correia e também no Carlos Fernando do Nascimento. Dois votaram NÃO em ambos.

Vamos repetir aqui. Foram 22 votantes no total.

Vinte votaram SIM no Marcelo Bruto da Costa Correia. Dois votaram NÃO no Marcelo Bruto da Costa Correia.

Vinte votaram SIM em Carlos Fernando do Nascimento. Um votou NÃO para o Carlos Fernando do Nascimento. E tivemos também uma abstenção para o Carlos Fernando do Nascimento.

Portanto, Sr. Presidente, está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço o Senador Wellington Fagundes.

Está aprovada a indicação do Sr. Marcelo Bruto da Costa Correia para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Também está aprovada, de acordo com o resultado já divulgado, a indicação do Sr. Carlos Fernando do Nascimento para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Parabenizo os dois.

As mensagens seguem à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Agradeço a presença dos dois indicados.

Vamos dar continuidade à nossa reunião dentro de poucos instantes. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Temos um requerimento extrapauta e dois requerimentos pautados para hoje.

Há um requerimento que, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Infraestrutura, para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica do Estado do Amazonas.

Como convidados, sugerimos os nomes do Diretor-Geral da Aneel, Sr. Romeu Rufino, e o Presidente da Amazonas Energia, Sr. Antonio Carlos Faria de Paiva.

O requerimento é assinado pelas Senadoras Vanessa Grazziotin e Sandra Braga.

Submeto à consideração da Comissão se poderíamos votar o requerimento. (*Pausa.*)

Os Senadores realmente estão de acordo e eu submeto à votação esse requerimento.

Submeto à votação o requerimento.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 37, de 2015
– Não terminativo –

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Infraestrutura, para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica do Estado do Amazonas.
Como convidados, sugerimos os nomes do Diretor-Geral da ANEEL, Senhor Romeu Rufino e o Presidente da Amazonas Energia, Senhor Antonio Carlos Faria de Paiva.
Autoria: Senadora Sandra Braga e outros

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado.
Item 3:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 35, de 2015
– Não terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts.90, inciso II, 93, inciso II e 113, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Relações Exteriores (CRE), para tratar da Ferrovia Transcontinental, com a participação de representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir:
• Casa Civil da Presidência da República;
• Ministério dos Transportes;
• Ministério das Relações Exteriores;
• Conselho de Estado da República Popular da China;
• Governo do Peru;
• Conselho Empresarial Brasil-China – CEBC;
• Grupo de Trabalho Brasil-China-Peru.
Autoria: Senador Wellington Fagundes
Relatoria:
Relatório:
Observações: Consulto se algum Senador ou se o próprio autor, claro, gostaria de se manifestar sobre a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria se manifestar, submeto o requerimento à votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
Item 4:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 36, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar dos investimentos em infraestrutura de logística em andamento no chamado Complexo Industrial do Porto do Açú. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Diretor Presidente da empresa Prumo Logística Global, Eduardo Parente.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

O Senador Ricardo Ferraço pede a palavra para uma manifestação.
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, muito rapidamente, o Complexo do Açu é ponta de um conjunto de investimentos que estão relacionados em todos esses programas, sejam PAC, sejam PIL, inclusive, este requerimento que acaba de ser aprovado, do Senador Wellington Fagundes, que

propõe a discussão da Ferrovia Bioceânica. A Ferrovia Bioceânica tem como destino exatamente o Porto do Açu. A ferrovia ligando os portos do Sudeste também tem como ponto de saída o Complexo do Açu.

Nós estivemos conversando com o Dr. Eduardo Parente, que é o Presidente da Prumo, e ele se colocou à disposição para que nós pudéssemos fazer um debate aqui, na Comissão de Infraestrutura, relacionado ao estado da arte, dos investimentos que estão acontecendo no Complexo do Açu e os desafios que se apresentam para que esse Complexo do Açu possa produzir os resultados adequados à expectativa que o País tem.

Portanto, o convite é para que nós pudéssemos debater infraestrutura, tendo como ponto o Complexo do Açu, que é o maior investimento que está acontecendo na América Latina, relacionado à infraestrutura e logística. Portanto, parece-me adequado, e há da parte do Dr. Eduardo Parente enorme interesse, disposição e prazer em estar conosco.

Para tanto, eu peço o apoio na aprovação desse requerimento. E, oportunamente, vamos marcar uma data que possa ser conveniente para a Comissão, para os Senadores e para o próprio executivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN. Fora do microfone.) – O requerimento está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Outro requerimento:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 38, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar das alterações propostas na Lei n º 12.351, de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobrás no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela condução e execução das atividades de exploração e produção. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados:

1. Senador José Serra;

2. Presidente do Conselho Nacional de Política Energética, Ministro Carlos Eduardo de Souza Braga;

3. Presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Sr. Jorge Marques de Toledo Camargo;

4. Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Sr. Adriano Pires.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Essa audiência já tem data para ser realizada; será dia 24, data da nossa próxima reunião, na próxima semana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradecendo a celeridade com que V. Exª conduz um tema dessa envergadura, nós queríamos fazer apenas duas observações. A primeira é que nós estamos convidando o Ministro Eduardo Braga por ele ser o Presidente do Conselho Nacional de Política Energética, mas não sabemos se a agenda do Ministro está compatível com a nossa necessidade. Portanto, nós vamos consultá-lo. Se o Ministro desejar vir, o Ministro vem. Senão, ele pode naturalmente indicar alguém do Conselho Nacional de Política Energética para que possa dar a impressão, enfim, a opinião do Ministério das Minas e Energia.

E nós estamos propondo também a inclusão do Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o Dr. Adriano Pires. Eu estou aditando aqui essa sugestão e, evidentemente, a partir dessa aprovação, se assim for, nós vamos cuidar da operacionalização desses nomes.

Eu espero, ainda entre hoje e amanhã, confirmar com V. Exª todos esses nomes e, aí sim, antes mesmo da reunião temática que o Plenário fará, a Comissão de Infraestrutura fará uma *avant-première*, como assim V. Exª adequadamente conceituou, para que possamos fazer um nivelamento, ouvir os expositores e partir para um debate muito franco acerca desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço a sua manifestação e confio que o Senador Ricardo Ferraço vá apoiar a Presidência da Comissão no sentido de que tenhamos a realização dessa audiência pública, no dia 24 de junho, próxima quarta-feira, quando lá, no Nordeste, as fogueiras estarão acesas no dia de São João.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E aqui também, pela temperatura do tema, estarão bem quentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2015.

Às oito horas e trinta e nove minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Ciro Nogueira, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, José Pimentel, Waldemir Moka, Romero Jucá e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura de comunicados pela Presidência, os Senadores Wilder Morais, Ronaldo Caiado, Garibaldi Alves Filho e Acir Gurgacz registram voto de pesar pelo falecimento do cantor Cristiano Araújo, ocorrido nesta data. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **MENSAGEM (SF)** nº 43, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Marcelo Vinaud Prado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.". Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatoria ad hoc: Senador Acir Gurgacz. Relatório: matéria pronta para deliberação. Resultado: sabatina realizada com indicação aprovada, sendo 17 (dezessete) votos favoráveis, dois votos contrários e nenhuma abstenção. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 39, de 2015, de autoria do Senador Jorge Viana e outros, que "nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, "requeiro seja aditado ao Requerimento nº 37, de 2015 – CI, o nome do Sr. Joaquim Caldas Rolim de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletrobras Distribuição Acre, para figurar entre os convidados da audiência pública. Em razão da inclusão pretendida, ainda requeiro seja ampliado o objeto da audiência pública para 'debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica nos Estados do Amazonas, do Acre e demais da Região Norte', tendo em vista os preços abusivos cobrados da população mais carente e a ausência de interligação de boa parte dos municípios dessa região ao Sistema Interligado Nacional – SIN". Resultado: aprovado o requerimento. Subscrito e aditado pelo Senador Telmário Mota para inclusão do Estado de Roraima na ementa da matéria. Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 40, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que requer "com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V; 93, inciso II; e 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para tratar da viabilidade técnica e econômica da hidrovia Paranaíba-Paraná-Tietê, com a presença das seguintes autoridades: Ministério de Minas e Energia – MME; Ministério dos Transportes – MT; Representante do Grupo G6+1 da área privada – Dr. Carlos Riva • Diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, Sr. Vicente Andreu Guillo; Representante da Administração da Hidrovia do Paraná – AHRANA; Diretor da Companhia Docas de São Sebastião, Sr. Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho; Presidente do Sindicato dos Armadores e Navegação Fluvial do Estado de São Paulo – SINDASP, Sr. Luiz Fernando Horta de Siqueira". Resultado: aprovado o requerimento. Incluídos e apreciados os itens extrapauta 4, 5 e 6. Item 4 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 41, de 2015, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com as presenças dos senhores Eduardo Braga, Ministro de Minas e Enegia; José Múcio, Ministro do TCU; Romeu Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia elétrica (Aneel); Maurício Tolmasquim, Presidente da EPE-Empresa de Pesquisa Energética; Max Nagl Carcez, Advogado e Consultor do setor elétrico; e, Nelson Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) para debater acerca da renovação das concessões de 42 distribuidoras de energia elétrica que expiram até 2017". Resultado: aprovado o requerimento. Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 42, de 2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "em aditamento ao Requerimento nº 40/2015 – CI, requeiro seja ampliado o escopo da Audiência Pública para incluir na discussão a viabilidade das hidrovias Teles Pires–Tapajos e Araguaia-Tocantins e para acrescentar, como convidado, o nome do Presidente do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre e das Agências de Navegação no Estado do

Pará, Sr. JOSE REBELO". Resultado: aprovado o requerimento. Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 43, de 2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "em aditamento ao Requerimento nº 37/2015 – CI, requeiro seja incluído entre os convidados o Sr. Raimundo Nonato Alencar de Castro, Diretor Presidente da CELPA". Resultado: aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Wilder Morais, Lasier Martins, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Sandra Braga, Flexa Ribeiro, Telmário Mota, Hélio José, Wellington Fagundes, Blairo Maggi e Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e oito minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício GP/DL/0054/2015, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com cópia da Moção nº 0009.2/2015, aprovada na Sessão Plenária do dia 3 de março deste ano, de autoria do Senhor Deputado Antonio Aguiar, apelando pela manutenção do único posto de fiscalização de ferrovias no Estado, localizado no Município de Itapema.

Cópias desses documentos estão à disposição das Senhoras e Senhores Senadores na Secretaria da Comissão.

Comunico a quem nos acompanha pelos canais de divulgação do Senado Federal que esta reunião tem caráter interativo. Os cidadãos que tiverem interesse podem participar com comentários ou perguntas. É uma forma de dar maior transparência às atividades do Poder Legislativo.

Vamos ao Item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCELO VINAUD PRADO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *1. Em 17.06.2015 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria*

2. Reunião destinada à sabatina do indicado

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A Relatoria ad hoc coube, na última reunião, em razão de o Relator não poder estar presente, ao Senador Acir Gurgacz, que já está presente.

O relatório está pronto para deliberação.

No dia 17 último foi lido o relatório e concedido vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Marcelo Vinaud Prado, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Aliás, ele é o quarto indicado submetido aqui a uma sabatina nesta Comissão. Os outros três, para sua tranquilidade, foram aprovados. (*Risos.*)

Temos, então, que conceder a palavra ao Sr. Marcelo Vinaud Prado para fazer sua exposição perante as Srªs e os Srs. Senadores.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, os Senadores, as senhoras e os senhores aqui presentes e gostaria de agradecer, fazendo uma deferência especial a S. Exª, ao Relator da minha indicação, o Senador Romero Jucá, e também ao Senador Acir Gurgacz, pela relatoria *ad hoc*.

Bem, tratando da minha formação acadêmica, tenho formação na área de tecnologia da informação, sempre voltada à área profissional e à aplicação dos meus estudos na área de transporte. Sempre que pude, evoluí nesse sentido: tenho duas especializações na área de transporte, além de mestrado em Engenharia dos Transportes pela UnB.

Na parte profissional, iniciei meu trabalho com transporte em empresa de transporte urbano, sendo que logo comecei a trabalhar na área de logística. Na década de 1990, tive oportunidade de trabalhar numa grande *trading* industrial e tratar de processos de contratação de frete marítimo, transporte ferroviário nacional e internacional, bem como de transporte internacional de cargas, e passei a vivenciar a dificuldade de lidar com uma logística deficitária do País e ter de inovar nesse trabalho.

Logo no final da década de 90, tive oportunidade de trabalhar numa grande empresa de transporte rodoviário de cargas e passageiros que cobria mais de 11 Estados, com 228 linhas de transporte de passageiros e de combustíveis e pude conhecer bem a malha rodoviária do Norte e do Nordeste do País, bem como do Sudeste. Cuidei do planejamento operacional de toda essa operação rodoviária. E em 2005, quando do final do meu mestrado, prestei concurso para a ANTT.

Estou na Agência há dez anos. Comecei na Superintendência de Logística e Transporte Rodoviário de Cargas, quando tive oportunidade de trabalhar com o RNTRC, o Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas. Trabalhei ativamente na formalização do registro, que hoje, podemos dizer, nem pertence mais à ANTT, porque ele consta de duas legislações importantes. É um registro hoje aplicado em nível nacional por diversos outros órgãos públicos.

Também tive muita experiência no Transporte Rodoviário Internacional de Cargas, participando da delegação brasileira em várias oportunidades. Trabalhei na assessoria da Diretoria-Geral, onde tive condição de conhecer todo o conjunto de trabalho da Agência, bem como os contratos de serviços outorgados, de concessões de rodovia, de concessões de ferrovia, passando a conviver com o dia a dia, com a lida de toda supervisão desses contratos.

Na sequência, fui trabalhar na Gerência de Fiscalização em nível nacional no momento em que a ANTT estava passando por uma fase de adaptação e de governança regulatória muito forte. Então, tivemos oportunidade de implementar várias mudanças, principalmente na padronização da fiscalização, na padronização dos manuais de fiscalização, na organização dos postos de pesagem veicular, para funcionar 24 horas, sete dias na semana. Com isso, a ANTT conseguiu ser mais eficaz na fiscalização durante essa etapa.

Atualmente, exerço o cargo de Superintendente de Transporte Rodoviário de Cargas e Multimodal na Agência, onde estamos implementando, além do recadastramento do RNTRC, para melhoria do registro, outros elementos que vão apoiar a fiscalização eletrônica em outros projetos da ANTT.

Bem, em termos de futuro, vejo a ANTT como um órgão regulador muito importante, posso até dizer essencial, para o transporte no País. Estamos passando por um momento, na gestão do Diretor-Geral, Dr. Jorge Bastos, de reestruturação em busca da melhoria contínua dos novos modelos de ferrovia, bem como dos modelos de concessão, do aprimoramento dos modelos de concessão, e essa governança, na minha visão, tem trazido resultados positivos em toda a nossa atividade.

Eu creio que, se agraciado for com o cargo de Diretor na Agência, nós temos um trabalho muito grande pela frente, principalmente por causa desse contexto de novas concessões que se está desenhando no País.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, na Comissão, podendo submeter minha experiência técnica, acadêmica e de gestor e fico à inteira disposição de V. Exªs a partir deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao indicado, Sr. Marcelo Vinaud Prado.

Comunico que está aberta a votação.

Vamos, agora, conceder a palavra ao Senador Acir Gurgacz, que foi o Relator da matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Meus cumprimentos ao nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves, e ao nosso sabatinado, Dr. Marcelo Vinaud Prado, a quem desejo sucesso nessa nova função, se aqui, na nossa Comissão e também no Plenário, for aprovado o seu nome.

Só para pontuar, eu estava muito preocupado com que essas indicações fossem políticas. Mas fico muito satisfeito, porque todas as indicações que vieram, principalmente para a ANTT, são indicações técnicas, de pessoas que têm conhecimento em transporte, em concessões. É exatamente dessa forma que eu entendo que nós vamos conseguir melhorar todo o sistema de concessões de rodovias, ferrovias e, principalmente, o sistema de transporte rodoviário em nosso País.

Eu lhe desejo sucesso e o cumprimento e espero que V. Sª realmente ponha o interesse público, o interesse da população à frente do seu trabalho, como meta. Isso é que é importante e é assim que nós esperamos que seja o seu trabalho.

Desejo sucesso ao futuro novo integrante da ANTT e cumprimento também o Dr. Jorge, Presidente da ANTT, que faz um trabalho importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu peço perdão ao Dr. Jorge, Diretor-Geral da ANTT, porque, no início da nossa reunião, não fiz o registro de sua presença.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar o Marcelo Vinaud Prado, indicado para a diretoria da ANTT, e de dizer que é uma grande indicação. A gente conhece o seu talento, a sua competência. Com certeza, vai ajudar muito a ANTT.

De antemão, meu voto é pela aprovação do seu nome.

Parabéns!

Que Deus o ilumine nessa nova trajetória!

É isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito...

Nós acabamos de receber, agora, das mãos do Senador Walter Pinheiro, um requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 41, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com as presenças dos senhores Eduardo Braga, Ministro de Minas e Energia; José Múcio, Ministro do TCU; Romeu Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia elétrica (Aneel); Maurício Tolmasquim, Presidente da EPE-Empresa de Pesquisa Energética; Max Nagl Carcez, Advogado e Consultor do setor elétrico; e, Nelson Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) para debater acerca da renovação das concessões de 42 distribuidoras de energia elétrica que expiram até 2017.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Relatoria:

Relatório:

Observações: O Tribunal de Contas da União (TCU) expediu, segundo o Senador Walter Pinheiro, medida cautelar obstaculizando o Poder Executivo em seu intento de renovar as concessões de 42 distribuidoras de energia elétrica que expiram – o prazo de concessão – até 2017, ao determinar que o governo se abstenha de assinar a renovação dos contratos até o julgamento do mérito pelo tribunal. (*Pausa.*)

O Senador Walter Pinheiro, entretanto, não solicitou que fôssemos...

Votaremos só na próxima.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, consulto o Senador Lasier se gostaria de usar a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Agradeço sua gentileza, Senador Garibaldi.

Não tive oportunidade de chegar a tempo de ouvir a primeira manifestação do Dr. Marcelo, mas quero dizer que estou recebendo aqui manifestos de muitos elogios a ele: da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, com sede em Curitiba, e da Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Carga em Geral do Estado de São Paulo, com fartos elogios e recomendações a sua aprovação.

Eu gostaria de saber que notícias o senhor nos dá com relação às concessões para as rodovias no Rio Grande do Sul, se é que o senhor tem de memória.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Bem, de acordo com o novo projeto do PIL 2, estão previstas melhorias nas concessões hoje já existentes, principalmente ali no acesso ao Porto de Rio Grande, bem como ampliações e benfeitorias na BR-290. Eu não me recordo agora exatamente de expansões de novas rodovias, mas eu sei que estão planejados, para este ano e para o próximo, investimentos de em torno de R$1,5 bilhão para o Estado, na parte de rodovias. É o que eu teria para descrever neste momento. O que a gente consegue observar no Estado do Rio Grande do Sul efetivamente é uma necessidade de ampliação da capacidade, ten-

do em vista as fronteiras do transporte rodoviário internacional e o crescente aumento da movimentação no Porto de Rio Grande, principalmente de *commodities* como arroz e também de contêineres.

A gente acredita que é um Estado importante em termos de rodovias e também de expansão ferroviária porque compõe o Arco Sul de escoamento e exportação de grãos e produtos.

Sendo aprovado para diretor, é um Estado a que a gente pretende dar uma atenção adequada nesse quesito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Então, vamos esperar sua posse para, depois, procurá-lo, porque o senhor sabe muito bem as grandes carências viárias que tem o Rio Grande do Sul.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quero dar conhecimento ao Plenário de que nós, desta Comissão, recebemos uma comunicação da Associação das Administradoras de Meio de Pagamento Eletrônico de Fretes, Ampef.

A Associação das Administradoras de Meios de Pagamento Eletrônico de Frete – Ampef congrega e representa as empresas dedicadas à administração de meios de pagamento eletrônico de frete, que estejam regularmente habilitadas como tal pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e também pelo Banco Central tendo sido criadas para garantir o correto pagamento do Contratante ao Transportador Autônomo de Cargas conforme disposto na Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007, que regulamenta o transporte rodoviário de cargas, cuja responsabilidade de regulá-lo é da ANTT.

Em virtude disso temos acompanhado de perto o excelente trabalho desenvolvido pelo Sr. Marcelo Vinaud Prado em cumprir e fazer cumprir a legislação dessa atividade econômica que dará ao Governo imprescindíveis informações para o planejamento e implementação de uma política de transporte e de segurança, que trará benefícios para todo o setor e para o aperfeiçoamento das ações de fiscalização da Receita Federal, Confaz, Policias Federal e Rodoviária, Denatran, e para o Ministério Público do Trabalho.

Por todos esses motivos, Senhor Presidente, é que nos sentimos incentivados a dar o nosso testemunho a Vossa Excelência e a todos os Senadores Membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre a pessoa do Dr. Marcelo Vinaud Prado que consideramos ser merecedor da aprovação de Vossas Excelências para o exercício do cargo de Diretor da ANTT – Agencia Nacional de Transportes Terrestres.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Marcelo Prado, não sei se por felicidade ou infelicidade de V. Sª, hoje, no Mato Grosso do Sul, nós estamos com um enorme problema. A Rumo, uma empresa do setor ferroviário, acabou de adquirir a ALL, o que foi um desastre para o Mato Grosso do Sul. Ela pegou uma rede ferroviária, que não era das melhores, como nós sabemos, e simplesmente acabou com ela. Para vocês terem uma ideia, havia rede que funcionava e não funciona mais.

Ontem, nós estivemos reunidos com o Governador e o representante da Rumo, Sr. Júlio, que prometeu, num prazo de 60 dias, apresentar um plano de trabalho. E ficou muito claro para mim que a ANTT não cumpriu a finalidade, porque, durante esse período de concessão, a responsabilidade de fiscalizar... Afinal de contas, é uma concessão. E eu não consigo entender como é que pôde chegar àquele nível de deterioração.

Então, pergunto a V. Sª se, num caso como esse, nós não poderíamos denunciar o convênio ou a fiscalização na época? A Agência tem que ter esse papel de fiscalizadora, para punir, para que não aconteça o que aconteceu com a antiga rede ferroviária Noroeste, que era o nosso orgulho lá, que virou um chapéu velho, como dizemos lá. Quem a comprou mostrou os trilhos deteriorados, os dormentes apodrecidos. Uma lástima!

Então, eu queria questionar de V. Sª o que se pretende fazer com relação a isso.

É certo que houve, acredito, uma fusão entre a Rumo e a ALL, mas alguém tem que ser responsável pelo prejuízo que foi causado na ferrovia do Mato Grosso do Sul. É um questionamento que tenho para V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Sr. Marcelo Vinaud Prado.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Senador Waldemir Moka, obrigado pela pergunta. Realmente, V. Exª está coberto de razão. Diante do abandono de alguns trechos por algumas concessionárias de rodovias ao longo dos anos, incorreu-se em problemas de deterioração da malha, e o Mato Grosso do Sul é um Estado onde isso ocorreu em alguns trechos.

O que eu tenho a dizer em relação à fusão entre a ALL e a Rumo, sem fazer juízo de valor da fusão econômica, é que a ANTT está acompanhando isso de perto. A concessionária, independentemente da fusão, é a ALL, que tem que dar conta dos compromissos de manter os trechos viáveis operantes.

Em relação à problemática do Mato Grosso do Sul, já foi feita uma reunião com o Governador e a participação da ANTT. Não se concretizou um termo de ajustamento de conduta, mas há um memorando de en-

tendimento de melhoria da malha em curto espaço de tempo. Não sei precisar exatamente esse espaço, mas posso informá-lo disso prontamente. E a ANTT vai acompanhar isso de perto.

Nós, recentemente, de dois anos para cá, alteramos nossos procedimentos de fiscalização dentro daquela governança regulatória que colocamos e estamos com procedimentos de fiscalização bem mais transparentes. Estamos acompanhando mais de perto.

Então, acreditamos que esse quadro no Mato Grosso do Sul vai ser revertido. No caso de eu ser aceito como Diretor da ANTT, vou focar nesse assunto com bastante cuidado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com licença, Sr. Presidente,

O que todos esperamos é que essas agências, com autonomia, exerçam esse papel, porque, senão... Ora, se há uma concessão – a empresa é privada – e a Agência não exerce esse papel, eles não dão bola para ninguém. Não dão bola em relação à carga, não dão bola em relação à manutenção dos trilhos... Então, quero crer...

Vou votar favoravelmente. V. Sª está entrando agora, embora já seja da ANTT, mas eu não poderia deixar de passar esta oportunidade sem dizer isto, até porque ontem, diante de toda a Bancada federal do Mato Grosso do Sul, da Bancada estadual, ouvimos de quem assumiu lá, que fez questão de projetar, as condições em que a ALL... Acho que a ALL não pode sair ilesa dessa concessão, dessa fusão. Ela tem que ser responsabilizada por isso. Quer dizer, você pega, usa e, depois, entrega em condições lamentáveis? O que é isso?

Espero de V. Sª que tenha essa atenção, esse vigor e esse rigor para com as empresas concessionárias.

Não quero saber dessa questão de que não está dando lucro, que não é viável, porque, quando se faz uma fusão, sabe-se que é um negócio. É preciso pensar. O mínimo que se deveria fazer era deixar a ferrovia nas condições em que ela foi encontrada. Mas o trecho está abandonado lá.

É apenas uma constatação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Isto é verdade, Senador.

Notadamente, a ALL parou alguns fluxos, principalmente fluxos de combustível, no Estado.

Nós estamos acompanhando de perto e, com certeza, agora, com a diretoria completa, vamos conseguir trabalhar melhor esses temas. Prometo uma atenção especial nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento o Sr. Marcelo, indicado, o Sr. Jorge, Presidente da ANTT, que sempre saúdo dizendo "Salve, Jorge!", e os demais diretores da ANTT.

O Senador Moka já fez aqui um apelo dramático em relação à questão das ferrovias. Eu queria seguir na mesma linha, Sr. Presidente, não só no que diz respeito à conservação e à fiscalização, mas também com relação à celeridade dos processos quando se vai lançar um processo licitatório.

Antes de ontem eu fiz um discurso e ontem fiz um aparte ao Senador Blairo Maggi falando da burocracia. O Brasil está sendo engolido pela burocracia.

Na época do governo militar, criaram o Ministério da Desburocratização, uma pasta para desburocratizar. Quem tem um pouco mais de idade, como eu, lembra-se muito bem do Ministro Beltrão, que queimava pilhas e pilhas de carimbos. Havia propagandas na televisão e cartazes com montes de carimbos sendo queimados, mostrando-se a intenção de desburocratização no Brasil. E nós estamos entrando nessa fase novamente... Hoje, graças a Deus, a Presidente lança, no Palácio do Planalto, às 11h – eu não poderei estar lá devido aos compromissos aqui –, um programa para facilitar as exportações, o que é muito louvável. Eu, inclusive, outro dia, lembrei que, para se exportar, são necessários 33 documentos. São 33 licenças, 33 carimbos para se fazer uma exportação. O caso que ficou mais conhecido no Brasil foi o da fábrica da BMW, em Santa Catarina, que precisou de mais de 400 documentos. Entre licenças e requerimento, enfim, foram 400 documentos. Então, a burocracia está engolindo o Brasil.

Nós não conseguimos avançar. Está tudo emperrado. As ferrovias não andam. Faz cerca de dez anos que a gente discute a ferrovia Mato Grosso-Rondônia, e não há nem projeto ainda. Agora que começaram os estudos, mas ninguém sabe quando ficarão prontos ou quando isso vai para leilão. Está previsto para 2016. Eu duvido! Se não houver o empenho do Ministério dos Transportes, da ANTT e do Congresso Nacional, cobrando, duvido que esse leilão acontecerá em 2016. Então, a burocracia está emperrando tudo neste País.

Então, o apelo que faço, além de ser pela fiscalização das nossas ferrovias e rodovias, é pela celeridade nos processos licitatórios, em todos os processos que venham a estartar o início das obras de ferrovias e concessões de rodovias no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sr. Marcelo.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Senador Raupp, obrigado pela pergunta.

Realmente, hoje, em relação à ferrovia Sapezal-Porto Velho, que entrou agora em PMI, que está sendo conduzida pelo Ministério dos Transportes, efetivamente, seu processo seguindo adiante, a ANTT pretende dar celeridade no sentido de analisar o melhor modelo de operação, se verticalizado ou com operadores ferroviários independentes.

Ela é uma ferrovia muito importante, porque compõe o Arco Norte, um corredor logístico onde se foca uma melhor expectativa de exportações, dadas as obras do Canal do Panamá, que estão ficando prontas, diminuindo o tempo para acessar a Ásia em até quatro dias, e, ainda, o potencial que a hidrovia do Rio Madeira e do Tapajós tem de complementar e escoar a produção de grãos, dando uma alternativa ao Arco Sul.

Na ANTT, nós vimos com bastante otimismo a questão da concessão, que está sendo proposta no novo PIL 2, da BR-364, porque, conforme o Senador Blairo já disse várias vezes, talvez possamos fazer um tipo de concessão mais simples do que o que nós estamos fazendo hoje, visando realmente ao escoamento produtivo.

Então, a hidrovia do Madeira é muito importante para complementar o Arco Norte. Nós temos, hoje, a visão de que não adianta olhar só para a concessão isoladamente. Nós temos que olhar para todo o corredor, e Rondônia é um Estado essencial, para não dizer estratégico, para compor esse corredor. Estamos cientes dessa situação e vamos acompanhar de perto e dar notícia para a Comissão de Infraestrutura sobre o andamento desses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de dar a palavra ao Senador Acir Gurgacz, quero ler o que diz a Srª Ana Flávia, de Santa Catarina: "Espero que haja um plano para ampliar o acesso ao transporte público municipal e intermunicipal aqui, no interior do Estado de Santa Catarina, e que o interior do Brasil tenha a mesma necessidade atendida."

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não.

Com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, eu queria só registrar aqui uma nota de pesar. Nós perdemos agora, há poucos minutos, um cantor sertanejo de Goiás conhecido de vocês, Cristiano Araújo, e sua namorada num acidente nesta madrugada. Então, queríamos registrar aqui. Muito triste a morte, em Goiás, desse amigo, companheiro e tão talentoso jovem. Que Deus dê conforto a toda a família!

Era isto, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Quero me solidarizar com a colocação feita pelo Senador Wilder Morais. Realmente, o Estado de Goiás hoje está de luto pela morte de um jovem cantor muito querido no nosso Estado, num acidente de carro. Isso realmente chocou toda a população. É uma grande perda para o nosso Estado. Era um jovem criativo, inteligente.

Sem dúvida nenhuma, essas pessoas que conseguem trazer alegria para a população, para esquecer um pouco a vida, o dia a dia e as dificuldades por que o Brasil está passando nos dão grande alegria.

Goiás perde uma figura importante, uma pessoa querida. Meus sentimentos e nosso pesar pela falta desse jovem tão promissor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu também quero me associar aqui aos Senadores Wilder Morais e Ronaldo Caiado pelo desaparecimento desse jovem cantor, que, como disseram os dois Senadores, era uma figura promissora no meio de tantos outros cantores sertanejos que encantam, principalmente pela televisão, todo o Brasil. É lamentável que tenhamos hoje o desaparecimento desse cantor e de sua namorada.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Também me solidarizo com os nobres Senadores Wilder e Ronaldo Caiado pela colocação que fazem pela perda do cantor Cristiano. De fato, era um jovem que tinha pela frente um futuro brilhante, infelizmente interrompido por um acidente. Então, ficam também as nossas condolências a todos os seus familiares.

Sr. Presidente, quero fazer um agradecimento ao Dr. Jorge, Presidente da ANTT, pois, na última audiência pública que tivemos aqui, nesta Comissão, que contou com a presença do Dr. Jorge na mesa, ao seu lado, assim como, do outro lado, do Ministro dos Transportes, fiz um pedido para incluir a BR-364 nas obras de concessões que estavam sendo estudadas. Naquele momento, a BR-364 não estava incluída no processo de concessões que viria a ser, como foi, anunciado pela Presidenta Dilma.

O trabalho da ANTT foi rápido e conseguiu incluir a BR-364, para que ela possa ser uma BR concessionária. E o grande exemplo é o que está acontecendo hoje na restauração da BR, Marcelo. Houve um processo licitatório, no qual quatro empresas foram vencedoras, quatro lotes. Estão sendo gastos, aproximadamente, R$700 milhões na restauração da BR-364. E isso é um gasto, é um investimento, vamos dizer assim, que faz o Brasil.

Se fosse uma concessão, o BNDES, por sua vez, poderia ter emprestado esses R$700 milhões para as empresas concessionárias, e elas fariam a restauração, por sua conta e risco. Não tenho dúvida de que seria um serviço muito mais rápido e muito mais bem feito. E o Brasil, o Governo brasileiro ainda teria esse dinheiro de volta, porque seria um empréstimo. Não importaria se fosse em 20, 30 ou 50 anos, mas ele teria esse dinheiro de volta novamente.

Assim, como não é uma concessão, nós estamos investindo R$700 milhões em um serviço mal feito, que começou e não terminou, foi interrompido... Houve aumento de custo dos insumos derivados do petróleo, que aumentaram em algo em torno de 40%, alguns trechos das obras foram paralisados, outros não foram executados de acordo com o projeto... Estamos em uma discussão grande. Já fizemos diligências na BR-364, junto com o Senador Raupp e diretores do DNIT, e as coisas não foram resolvidas.

Entendo que é através das concessões que nós vamos resolver as questões de má conservação das estradas brasileiras.

Para pontuar, fica aqui meu agradecimento pelo fato de a ANTT ter incluído a BR– 364 na lista das obras de concessões brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não há mais oradores inscritos, mas, agora, com a chegada do Flexa Ribeiro...

Ah, a Senadora Vanessa Grazziotin tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª e cumprimentar o Dr. Marcelo, que aqui está indicado para a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Tenho pouquíssimas questões a fazer.

A nova etapa do Programa de Investimento em Logística do Governo Federal prevê a concessão de diversos trechos rodoviários, entretanto nenhum no meu Estado do Amazonas. Ao que parece, não há, nas rodovias amazonenses, demanda firme para sustentar contratos de concessão. Ao mesmo tempo, ao verificarmos o orçamento da União para este ano, a gente observa que houve uma redução drástica dos recursos disponíveis para a manutenção das rodovias federais. Enquanto, em 2014, foram empenhados R$4,7 bilhões com essa finalidade, em 2015, a dotação orçamentária deste programa é de apenas R$1,2 bilhão. Todos nós sabemos que a manutenção adequada não é realizada, que as rodovias se degradam rapidamente e que o conserto desses trechos acaba por custar muito mais do que se houvesse uma manutenção permanente.

Diante do que considero um ato de antieconomicidade, que é abandonar a manutenção e, assim, permitir que as rodovias se degradem por completo – e isso ocorre diante da escassez de recursos orçamentários e da impossibilidade de se fazer a concessão para os trechos sem viabilidade econômico-financeira para se sustentar mediante pagamento de tarifas –, mediante essa análise, eu lhe pergunto: qual sua opinião acerca da execução dos serviços de manutenção e de conservação de rodovias por meio de contratos de parceria público-privada na modalidade de concessão patrocinada ou administrada?

Esse é o questionamento que faço.

Mas quero apenas dar um exemplo concreto disso. A Senadora Sandra Braga acaba de chegar aqui e o Senador Acir Gurgacz está aqui desde o início. O Senador Acir, como Senador por Rondônia, e nós, como Senadoras pelo Amazonas, somos lutadores permanentes, frequentes – e espero que essa luta termine, porque eu não aguento mais falar de BR-319 –, a favor da recuperação da BR-319. Essa política de falta de manutenção, que faz com que as estradas fiquem degradadas, fez com que a BR-319, em determinado trecho, quase que sumisse, o que permitiu ao Ministério do Meio Ambiente exigir todos os procedimentos para recuperação como se fosse uma nova estrada a ser aberta. O Ministério do Meio Ambiente impôs essa condição, e foi isto que prevaleceu e prevalece até hoje. Por falta de cumprimento de alguns itens ambientais é que a BR ainda não foi concluída, o que faz com que parte importante do Brasil fique isolada do ponto de vista terrestre. Então, esse é um exemplo daquilo que falei, da falta de manutenção.

Fica o questionamento.

E outro questionamento que faço diz respeito a um problema de que tenho falado muito aqui. Eu não sou contra a parceria público-privada, sou a favor. Eu acho que o Estado brasileiro não dispõe de recursos suficientes para fazer tudo, para desenvolver todos os projetos, todos os programas, para fazer todos os investimentos que precisam ser feitos, mas a forma como isso vem sendo encaminhado não é correta, na minha opi-

nião. Concede-se uma estrada lucrativa, e as que não são lucrativas não vão. Por que não vai junto com uma lucrativa uma que não seja? É o exemplo do meu Estado: nós nunca vamos ter uma estrada possível, viável economicamente, para ser concedida, porque nós não temos volume.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A 174, por exemplo, lá em Boa Vista.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sim, a 174, Manaus-Boa Vista! E todas as outras que nós temos, inclusive as estaduais. Então, não há essa possibilidade.

Assim, eu lhe pergunto também: o senhor não acha que está na hora de mudar esse modelo? E não é só para as estradas. A mesma coisa para aeroportos. A Infraero está com problema sério de caixa, e, mais uma vez, quem ajuda? Os cofres públicos, o Orçamento Geral da União.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não, a advertência não foi para a senhora, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ah, muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Foi por causa do barulho.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Obrigada, Presidente.

Então, a Infraero está vivendo um problema grave, porque os aeroportos concedidos – não é privatização, é concessão para exploração por determinado tempo – foram os mais lucrativos. Agora, o nosso aeroporto de Manaus, numa primeira proposta, figurava na lista dos aeroportos passíveis de concessão, mas, em bom tempo, foi retirado, pois é o segundo ou o terceiro em lucratividade para o País, em decorrência da movimentação de cargas. Imagine V. Sª: concede-se o aeroporto de Manaus, no Estado do Amazonas, mas quem mantém os do interior? Com que recursos?

Eu gostaria que o senhor falasse sobre isso. Acho que está na hora, e acho que a Agência pode cumprir um grande papel, no que diz respeito ao transporte terrestre, no sentido de rever essa modelagem das concessões e das parcerias público-privadas.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Sr. Marcelo.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Senadora Vanessa Grazziotin, obrigado pela pergunta.

As considerações de V. Exª são extremamente pertinentes, assim como a colocação sobre as parcerias público-privadas. Já me colocando como técnico, pois a ANTT, em princípio, é demandada para fazer as concessões, e nós trabalhamos com a gestão e a supervisão dos contratos que vêm pelas políticas públicas, eu entendo que as parcerias público-privadas vêm exatamente preencher uma lacuna em que o interesse econômico não é a única política pública a ser atendida, pois elas são um mecanismo para fazer fomento e, em consequência, trazer desenvolvimento e estrutura que levem à viabilidade econômica tão almejada.

No tocante à BR-319, eu tenho conhecimento, como técnico, de sua situação, assim como sei da importância BR-174 na ligação inclusive internacional – nós cuidamos do transporte internacional na ANTT – tanto com a Venezuela quanto com as outras fronteiras, e temos também demandas nesse sentido.

Concordo plenamente que as parcerias público-privadas têm que ser incentivadas. No que concerne à ANTT, nós cumprimos, mediante decreto, projetos para manifestação pública de interesse, e, nesse caso, pode haver propostas, diretamente de empresários ou até do Governo, e manifestações para estudos de concessão de novas rodovias que não estão nos planos atuais do Governo. Essa possibilidade existe, e a ANTT está aberta a receber propostas e até, mesmo não sendo exatamente da nossa competência, a fazer os encaminhamentos que entender pertinentes.

V. Exª está coberta de razão, as parcerias público-privadas são um instrumento realmente indutor desse tipo de desenvolvimento e para quebrar esse tipo de ciclo onde não se consegue, a princípio, uma eficiência econômica que pode ser alcançada a partir de um contrato mais bem elaborado.

Essas seriam as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, temos aqui mais um sabatinado da ANTT. Eu não vou ficar discorrendo sobre trajetórias, problemas de ferrovias, hidrovias e rodovias do Entorno de Brasília. Eu gostaria de ouvir do sabatinado o que ele pensa, qual é a sua convicção.

V. Sª é mais ligado, do ponto de vista de princípios, à tese de que o empresário é figura demonizada e que o Estado tem que se ocupar de tudo ou de que o modelo imposto pelo PT durante esses doze anos causou, sem dúvida alguma, atraso, principalmente na condição de competitividade do Brasil, na área de infraestrutu-

ra, já que ficamos, entre os países em desenvolvimento, com essa tese de que o Estado pode tudo e consegue resolver todas as demandas, com total restrição aos investimentos internacionais e aos convênios?

A minha pergunta é bem objetiva, não quero aqui ficar discutindo uma rodovia ou uma ferrovia. O importante em relação à ANTT é nós sabermos qual é a ideia, qual é o princípio de vocês.

Por exemplo, hoje, o Ministério da Saúde tem fobia a hospitais privados, acha que devem ser fechados, que só pode haver hospital público. Esse é o pensamento de muitos do PT e de seus aliados.

Então, o importante é nós termos noção do que pensa a ANTT hoje, porque é onde há uma das maiores demandas, é onde nós estamos perdendo competitividade, e, na verdade, o que sentimos é que existe um processo de exclusão de novas...

Apesar de o Governo estar fazendo privatizações agora, ele reagiu duramente a isso. Àqueles do PT que contestam a privatização eu pergunto: baseado em que lei eles fazem a concessão? Na lei da privatização. Não há outra. Então, é claro que esse modelo está falido.

Eu quero saber se a ANTT tem outra cabeça hoje ou se vamos continuar convivendo com a tese de que, cada vez mais, o Estado achar que pode resolver todos os problemas e abrir mão daquilo que é fundamental, como saúde, educação e segurança, e querer se dispor a fazer também todas as obras no País, os portos, as hidrovias, as rodovias.

Como as coisas serão realmente implantadas quando V. Sª ocupar o novo cargo, caso seja aprovado para a ANTT? Qual a linha de defesa de V. Sª em relação ao pensamento atual, no geral, sobre a logística brasileira? Qual é a ideia de V. Sª em relação a isso? Se é refratário a esses acordos, a essas concessões e privatizações, se pensa que o Governo tem que ter a função, como agência, de regular, de fiscalizar, de saber se o consumidor está realmente sendo atendido dentro dos critérios previamente publicados no edital e no contrato ou se, do contrário, eles serão duramente punidos...

Ou seja, pergunto se terá a coragem de realmente cumprir contratos ou se os contratos da ANTT vão depender do dia da eleição, como o preço da gasolina, como a inflação, pois, dependendo do ano eleitoral, pode ocorrer a retenção daqueles reajustes previstos para os empresários, que, com isso, ficam totalmente sem recursos, pois, ao recorrerem à Justiça, eles vão à falência.

Então, é importante sabermos se a ANTT comunga com a segurança jurídica ou se está muito mais subordinada à segurança da campanha eleitoral do mandatário de plantão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Tem a palavra o Sr. Marcelo Vinaud Prado.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Senador Ronaldo Caiado, muito obrigado pela pergunta.

Vou começar a responder fazendo uma comparação com o momento atual que estamos vivendo, de baixa demanda interna, pelas dificuldades da economia, em que uma saída econômica quase natural é contratar demanda externa, ou seja, exportar.

Até onde eu sei, na altura dos meus 44 anos, o Estado e o governo não exportam; quem exporta é o empresário. Precisamos estar juntos, ouvindo o empresário, vendo as necessidades dele, porque é ele que sabe dos seus custos, da condição que tem para exportar, é o empresariado que faz o Brasil crescer.

Então, entendo que, hoje, a Agência tem consciência disso e de que o respeito aos contratos é que dá segurança jurídica para que possa haver os investimentos, essa demanda externa possa ser contratada e um ciclo de economia volte a ser virtuoso. Tenho essa convicção.

Da parte da ANTT, eu largaria até a minha formação profissional se entendesse que o investimento privado não deve ser contemplado na questão de concessão de serviços outorgados, não só em transporte de passageiros como em todo tipo de infraestrutura, de aeroportos, ferrovias e hidrovias.

Entendo que hoje há um consenso de que esse é o melhor caminho apresentado agora. Na minha visão técnica e de formação, eu respeito aos contratos. Ter uma atenção, ter um contato direto com os empresários de todos os setores é que vai fazer a ANTT ter o espaço para cumprir o seu papel principal, que é, como o senhor mesmo colocou, o de regulamentar e fiscalizar esses contratos da maneira mais transparente possível. E a Agência tem trabalhado nesse sentido. Temos agora uma agenda regulatória positiva aberta à sociedade, que pode ser consultada e acompanhada.

Então, essa seria a minha visão geral.

Eu queria fazer um aparte sobre a morte do cantor Cristiano Araújo. Também sou de Goiás. Infelizmente, ele morreu em uma das nossas rodovias, a BR-153. Espero eu que não tenha sido um acidente causado por algum problema físico na estrada. Ficam aqui minhas condolências, aproveitando a fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, estamos hoje cumprindo mais uma etapa, aliás, o último capítulo das sabatinas, para que a Agência Nacional de Transportes Terrestres tenha o seu corpo diretivo completo e constituído, porque, ao longo dos últimos meses, a Agência funcionou sem o conjunto efetivo dos seus diretores, o que vinha sinalizando grande preocupação desta Comissão, considerando-se a importância e a responsabilidade, cada vez mais ampliada, pelo nível de responsabilidade que tem a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que não é, por assim dizer, um anexo do Governo. Ela é uma agência que cumpre um papel na defesa do interesse do contribuinte, do usuário, na direção de que as coisas possam se dar com qualidade, com velocidade e com conforto para que os empreendedores brasileiros possam fazer a movimentação da sua atividade econômica.

Nos últimos anos, tem sido grande a nossa preocupação aqui, na Comissão de Infraestrutura, porque, de certa forma, durante um período, nós percebemos um determinado esvaziamento das nossas agências reguladoras. Isso sinalizava uma profunda contradição à medida que o Governo apresentava metas ambiciosas e ousadas de construção de concessões no âmbito rodoviário e no âmbito ferroviário, que são os objetos e os escopos da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Faço esta observação porque, da mesma forma que nós chamamos atenção para esse fato ao longo desses meses e anos, nós também precisamos reconhecer que, com a indicação do Dr. Marcelo Prado, a Agência está com seu corpo completo e, assim, terá melhor e maior capacidade de oferecer respostas à sociedade brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª me permite?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não. Com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Ricardo Ferraço, eu queria informar, com relação às outras agências reguladoras, que a Aneel, por exemplo, está com a sua diretoria colegiada completa, que faltam duas diretorias para a ANP – elas estão com diretores interinos –, que falta apenas uma diretoria para a Anatel, que faltam três diretorias para a Anac e que a Antaq está com a sua diretoria completa, assim como, agora, com a indicação do Sr. Marcelo Vinaud, a ANTT. Eu pensei que apenas o Diretor-Geral do DNIT seria sabatinado, mas o universitário aqui me surpreendeu dizendo que todos os diretores do DNIT terão que ser sabatinados.

É só para concluir aqui...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse universitário da Comissão de Infraestrutura está sempre surpreendendo V. Exª e a Comissão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Para melhor, não é?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para muito melhor.

Mas eu faço essas observações, Sr. Presidente, porque julgo importante, por honestidade de exercício parlamentar, fazer esse reconhecimento considerando a importância da agência reguladora na estruturação do Estado brasileiro, na sua modernização.

Durante algum período, era pecado falar em concessão, era pecado falar em privatização, mas, no tempo, olhando para as boas experiências internacionais, em que pese uma inclinação do atual Governo em razão do nacional desenvolvimentismo, em que pese o atual Governo insistir em teses e conceitos que já foram experimentados no Brasil e deram errado, exatamente por questões que foram aqui relacionadas pelo Senador Ronaldo Caiado de nós demonizarmos o empreendedor brasileiro como se ele não fosse elo fundamental na construção e na solução de um conjunto de intervenções, sobretudo no campo da infraestrutura, que continua sendo um gargalo para a competitividade da economia brasileira.

Sr. Presidente, eu também tenho sido um crítico contumaz do chamado aparelhamento do Estado brasileiro, porque o Estado brasileiro foi apropriado por forças pontuais e partidárias, mas, no caso específico do Dr. Marcelo Prado, eu quero fazer justiça, porque, na verdade, nós estamos sabatinando um quadro concursado da Agência Nacional de Transportes Terrestres, membro da carreira de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, que tem formação em Processamento de Dados e mestrado em Engenharia de Transportes.

Atua na ANTT desde 2005, tendo exercido, ao longo desses anos, um conjunto de cargos e funções na Agência, como de Gerente de Fiscalização e de Superintendente de Serviços de Transportes Rodoviário e Multimodal de Cargas. Portanto, tem toda uma carga de atividade profissional e de conhecimento intelectual e profissional para contribuir com as responsabilidades cada vez mais demandadas por parte da ANTT.

Com base na experiência vivida por V. Sª nesse período, considerando que, de novo, o País vive as expectativas de metas ousadas de planos e projetos de infraestrutura e logística, que avaliação V. Sª faz da ANTT até aqui e de que modo a ANTT poderá estar aperfeiçoando o seu trabalho de modo a responder adequadamente

para que essas metas que foram lançadas pelo Governo Federal possam, na prática, representar entregas para a sociedade brasileira?

Na próxima quarta-feira, por exemplo, nós estaremos recebendo aqui, na Comissão, o Diretor-Presidente do Complexo Portuário do Açu. Ele estará abordando o estado da arte do Complexo Portuário do Açu, o maior investimento que o País está fazendo, que o setor privado está fazendo, e que tem uma importante e estratégica conexão com uma das mais importantes diretrizes ferroviárias em nosso País, que é a ferrovia ligando o Espírito Santo ao Rio de Janeiro, conectando a Região Sudeste em torno desse empreendimento, que é um empreendimento que nós teremos a oportunidade de conhecer na semana que vem, já em fase de conclusão.

Enfim, eu gostaria de merecer de V. Sª que pudesse falar um pouco daquilo que V. Sª viu ao longo desses cinco anos que já trabalha na ANTT e de como nós poderemos preparar a Agência para que ela possa aperfeiçoar os seus esforços na direção de fazer com que essas metas que o Governo Federal está apresentando à sociedade brasileira possam ser efetivas.

É esse o questionamento que eu gostaria de fazer a V. Sª, a quem cumprimento, pois, evidentemente, trata-se de um quadro profissional técnico concursado que precisa merecer toda a atenção e o respeito desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Sr. Marcelo.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Senador Ferraço, obrigado pela pergunta.

Em relação ao papel da ANTT ao longo do tempo, as agências no Brasil são relativamente novas, e a ANTT não é diferente. Embora, na academia e na iniciativa privada, eu tenha acompanhado o fim do DNER e o nascimento da ANTT e do DNIT, na iniciativa privada, já submetido às regras da Agência, a gente sentia uma melhoria do setor. A ANTT vem crescendo muito nestes últimos anos. Posso dizer que a Agência se implantou física e institucionalmente de 2002 a 2006, que começou a rever os marcos regulatórios antigos a partir daí e que vem num processo que eu posso dizer profícuo de melhoria regulatória e de transparência nos seus procedimentos de 2010 para cá.

Entendo que agora, se eu for aprovado, com a diretoria da Agência se completando com diretores com mandato, nós vamos buscar mais agilidade no sentido das aprovações e de atender as demandas que nos foram colocadas por esses novos projetos.

Os desafios são muitos, porque os recursos são poucos. De 2008 para cá, a quilometragem concedida nas rodovias federais simplesmente triplicou, mas o quadro de pessoal não chegou nem perto disso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Triplicou de quanto para quanto a concessão de quilometragem de rodovias?

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – De 3,8 mil quilômetros para, aproximadamente, 11 mil quilômetros.

Então, o que a Agência vem fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – E qual é a malha total hoje?

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Concedida?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – São 11 mil quilômetros concedidos de uma malha total de quanto?

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – No que tange às BRs, são 60 mil quilômetros concedidos, mas temos de considerar que existem rodovias de ligação, que são as BRs-400, e algumas outras que talvez nunca entrem nesse processo. Agora, com os novos projetos, temos perto de 3 mil quilômetros para serem concedidos, para serem adicionados.

Então, estamos investindo em parcerias com outros órgãos, para que possamos aumentar a fiscalização, notadamente, no Governo, com a EPL (Empresa de Planejamento e Logística S.A.), e uma própria cooperação com o Ministério dos Transportes e universidades, no sentido de promover os estudos à medida que somos demandados. Também estamos investindo em tecnologia de fiscalização, para não termos uma dependência tão grande do capital humano, que entendemos que, no serviço público, é escasso dada a atual demanda.

Em relação à Vitória-Rio, está em PMI. Inclusive, se não me engano, temos uma audiência pública em seu Estado nesta semana, na próxima sexta, para verificar os aspectos de engenharia. Estamos bastante otimistas com esse projeto.

Seriam as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Bom dia, Sr. Presidente.

Bom dia, Sr. Marcelo Prado.

Sr. Marcelo, a falta de harmonia entre os modais rodoviários e hidroviários de transporte tem causado um prejuízo enorme à economia do País. Em audiências públicas nesta Comissão, temos ouvido que a ANTT está buscando uma parceria maior com a Antaq. Insisto nesse tema, pois a minha região depende muito do transporte hidroviário, e ficamos ansiosos para ver o progresso, cada vez maior, da nossa Região Amazônica.

Portanto, Sr. Marcelo, pergunto ao senhor: o que podemos esperar dessa parceria entre a ANTT e a Antaq?

Quando, efetivamente, a população amazônica poderá ser alcançada no atendimento a esse pleito e ter seus anseios de progresso atendidos?

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Senadora Sandra Braga, obrigado pela pergunta.

Posso informar que, hoje, a parceria da ANTT com a Antaq é profícua em diversos aspectos.

Nos aspectos operacionais, temos um termo de cooperação para fiscalização conjunta e treinamento de pessoal. Isso já uma realidade no Porto de Santos. A Antaq fiscaliza as operações ferroviárias da Portofer dentro do porto, o que, inclusive, gerou uma melhora significativa da organização do transporte ferroviário no porto, e nos apoia na fiscalização rodoviária da movimentação dos estacionamentos para os terminais no Porto de Santos. E nós estamos buscando expandir essa parceria para todos os portos que estão sob os cuidados da Secretaria Especial de Portos.

Em relação às hidrovias do Amazonas, eu, pessoalmente, sou um entusiasta do corredor do Arco Norte. Nós temos um convênio, um memorando de entendimento entre o Ministério dos Transportes, a Secretaria Especial de Portos, a Antaq e a ANTT e o Governo da Holanda – agora expandido para a União Europeia, por um termo de cooperação – para estudo e expansão do Arco Norte, que envolve as hidrovias do Rio Madeira, a própria hidrovia do Amazonas, com os Portos de Itacoatiara, Miritituba, Porto Velho e Vila do Conde.

E, agora, na minha opinião, foi merecidamente contemplada a PMI da Ferrovia Açailândia-Vila do Conde, um porto extremamente importante. Nós entendemos que é caminho natural a evolução da exportação de grãos pelo Arco Norte. Pelo que tudo indica, os projetos que serão entregues para a agência conceder e fazer a gestão da concessionária vão melhorar por demasiado a logística no Estado, permitindo inclusive a interação do transporte multimodal, o que hoje é complicado em razão do único acesso por rodovia até esses portos.

Então, eu acho que as perspectivas são boas e os desafios são muitos. Há muitos projetos ainda no papel, embora os portos da Região Norte tenham melhorado consideravelmente. Acompanhamos isso de perto, sem contar que o Porto de Miritituba vem crescendo, assim como o de Itacoatiara e o de Vila do Conde também, como já disse. A perspectiva é boa, mas nós temos muito trabalho pela frente.

Seriam essas as minhas considerações.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Obrigada.

Sr. Marcelo, como o senhor falou, no Porto de Santos, essa parceria já está em plena execução.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Sim, está em plena execução.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Para nós, para a nossa região, porque esperamos isso, o senhor tem uma previsão, ou esse é apenas um projeto que ainda está sendo estudado para que seja implantado na nossa região?

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Exatamente, em se tratando de operação, nós temos acompanhado o trabalho da Antaq, especificamente da Diretoria de Navegação Interior, sobre o trabalho para a concessão das hidrovias. Acompanhamos isso de perto, e não existem ainda um cronograma e projetos definidos.

À medida que o encontro das infraestruturas geridas pela ANTT e pela Antaq se firmarem, como é o caso agora da PMI da BR-163, que vai ligar ao Porto de Miritituba, nós vamos utilizar o *know-how* que criamos no Porto de Santos para que, nesses novos portos, não tenhamos os problemas que ocorreram em Santos durante várias décadas, como filas de caminhões e toda essa situação por falta de infraestrutura e de organização. Aprendemos bastante e estamos prevendo que não vão ocorrer nesses portos.

Infelizmente, não tenho prazos nem um cronograma, mas estamos acompanhando isso de perto.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

Em seguida, ao Senador Telmário e ao Senador Hélio José. São os três últimos oradores para encerrarmos a votação.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srª Senadora, Srs. Senadores, Dr. Marcelo Prado; quero saudar também o Diretor-Geral da ANTT, Jorge Bastos.

Eu comungo de algumas posições ditas por Senadores que me antecederam. Lamento muito que o Governo Federal não considere a Amazônia como parte do Território brasileiro. Eu espero que chegue o tempo em que o Governo Federal entenda que a Amazônia é Brasil. Todos os olhares do Governo Federal para a nos-

sa região são no sentido de usar a região, as riquezas da região para o restante do Brasil, ou então para serem exportadas.

Nada contra ajudar o Brasil a se desenvolver. Já fizemos isso há séculos, quando Belém era economicamente mais forte do que São Paulo, à época da borracha. São Paulo se desenvolveu com a ajuda de todas as regiões e de todos os Estados brasileiros.

Então, hoje é preciso fazer com que essa região possa desenvolver-se para ajudar mais ainda o desenvolvimento do nosso País.

As agências reguladoras foram criadas no governo Fernando Henrique Cardoso por conta da necessidade, àquela altura, da transferência de setores, de serviços da União para a iniciativa privada. Ou seja, a União saindo das áreas em que ela não precisava estar, porque a iniciativa privada poderia suprir, para se preocupar com onde a iniciativa privada não ia, e ela teria que atender aos brasileiros: saúde, segurança, educação.

No Governo do PT, em especial nos últimos dez anos, houve uma inversão. Os petistas entenderam que agência reguladora era concorrente dos ministérios. A ANTT iria concorrer com o Ministério dos Transportes; então, teria que ser esvaziada. E aí, Senador Garibaldi Alves, foram indicadas pessoas para as agências reguladoras que tinham, no currículo, o cargo de secretários ou de membros de algum sindicato no Brasil. E deu no que deu: as agências reguladoras foram esvaziadas, não prestaram o serviço para os quais foram criadas, que era o de fiscalizar e atender ao usuário, dar melhor condição de atendimento ao usuário, ficando nesse inércia ao longo de pelo menos dez anos.

Parece-me que o PT levou 12 anos para entender que não tinha como o Brasil se desenvolver se não fosse chamada a iniciativa privada para que, juntos, pudessem criar a infraestrutura logística, que é o que impede sobremaneira o desenvolvimento do nosso País. Então, começou a dar atenção, colocando pessoas na diretoria das agências reguladoras que tinham, ou que têm, competência para a função.

Agência reguladora não pode, e não deve, nunca ficar sob o comando do Executivo. Ela é independente. Tem que ser independente. Ela não pode concordar com o que o Executivo lhe diga para fazer. Ela tem que fiscalizar, como eu disse, e defender os interesses dos usuários. E, para isso, ela precisa ser independente. Por isso, ao serem criadas as agências reguladoras, também lhes foram dados os meios financeiros para que elas pudessem realizar seu trabalho. Mas, lamentavelmente, mais uma vez, o Governo Federal retém os meios financeiros das agências reguladoras, que são as taxas cobradas pelos serviços prestados e que são utilizadas pelo Governo Federal para superávit primário.

Então, não acredito que haja uma agência reguladora, seja Anatel, seja ANTT, seja ANA, que tenha liberado das suas receitas mais de 15%, 20% do total. Elas trabalham... Ou as taxas cobradas estão exageradas, o que está penalizando a sociedade, e, portanto, precisam ser reduzidas, ou as agências não estão com o orçamento compatível com suas obrigações.

Esse é um comentário sobre as agências reguladoras.

Mas, especificamente, eu perguntaria ao Dr. Marcelo...

Acho que foi a Senadora Sandra que fez esta observação, de que é necessário, quando forem oferecidas concessões, que se agregue a uma concessão que seja economicamente viável, rentável, algo, alguma outra, na Amazônia, em que a economia privada não terá interesse em fazer. Ou o Governo assume isso, ou então agrega, para que, de tal forma, ao juntar as duas, possa o empresariado ter interesse em disputá-la.

Eu já disse aqui inúmeras vezes e vou repetir: a concessão da BR-163, lançada no programa do Governo pela Presidente, mais uma vez, faz referência até Miritituba. Tenho dito que o interesse do Estado tem de ser respeitado pela União. Não pode a União dizer que isso vai ser feito sem que seja ouvido o Estado, se é do interesse do Estado ou se está no programa de desenvolvimento do Estado. Então, para o Estado do Pará, é importante que a BR-163 vá até Santarém. Ainda há tempo para se alterar a concessão da BR-163, para que vá de Sinop até Santarém e não até Miritituba.

Então, eu pediria a V. Sª, Dr. Marcelo, e ao Presidente da ANTT que trabalhassem nesse sentido, para que não penalizassem mais uma vez o Pará fazendo com que a concessão da BR-163 não atenda ao projeto de desenvolvimento do nosso Estado.

Por último, perguntaria se está confirmado o lançamento da PMI da Ferrovia Açailândia-Barcarena para agora junho ou julho? Isso está confirmado? O Estado do Pará está tentando fazer uma ferrovia que vai de Santana do Araguaia até Barcarena. E haverá um trecho que vai correr paralelo a Açailândia-Barcarena.

Então, é preciso que a União entre em contato com o Estado, porque não há a necessidade de se fazer duas ferrovias. Basta interligá-las por meio de um ramal de 53km para resolver o problema, diminuindo o custo para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Tem a palavra o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Senador Flexa Ribeiro, obrigado pelas observações e pela pergunta.

A resposta é sim. A PMI está confirmada, não agora para julho, mas a nossa expectativa é fazê-la entre setembro e novembro – acredito que nós teremos essa data no início de agosto –, e a previsão da concessão é fazer o leilão no início de 2016.

Entendemos que é um trecho da Norte-Sul extremamente importante, e que vai fazer ligação a um porto estratégico, dada a sua capacidade de receber embarcações de grande calado, que vão, na realidade, viabilizar as exportações do Arco Norte.

Quanto à BR-163, eu anotei a observação. Vou verificar e vou fazer o possível para levar essa demanda. Eu tenho certeza de que o Dr. Jorge é comprometido com essas questões e nos deve apoiar nesse sentido, se a minha indicação for aceita. E é extremamente pertinente, porque eu trabalhei muitos anos com transporte rodoviário de passageiros no Pará; portanto, conheço a 163, conheço a Transamazônica. Enfim, conheço toda região e sei da dificuldade que é transitar por ali, seja o transporte de passageiro, seja o de carga. Na minha opinião técnica, é importante fazer essa expansão.

Então, seriam essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – **O SR. PRESIDENTE**, Senador Garibaldi, é o síndico do nosso prédio. Então, antes de sair, ele liga uma sirene e nos obriga a vir cedo para a Comissão.

Mas, Srªs e Srs. Senadores, eu queria Marcelo, primeiramente, parabenizá-lo pelo seu currículo, pelo seu conhecimento e pelo seu trabalho.

Mas eu estava vendo alguns dados aqui e, por exemplo, um pouco mais de 10% das estradas brasileiras são asfaltadas. A situação é pior nas estradas municipais: 92,2% sem pavimentação. Se é vítima Mato Grosso, imaginem o meu Estado de Roraima.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – É porque o Rio Grande do Norte tem essa mesma dificuldade. Por isso, o Senador Garilbaldi está fazendo essa observação – aproveite e responda junto.

Então, veja você, o Estado de Roraima, hoje... Se não me falha a memória, você vai ser um dos coordenadores do grupo permanente para a integração das informações sobre o transporte no âmbito do Mercosul.

Então, veja você, embora com toda essa confusão na Venezuela, a BR-174 interliga Santa Helena, que é o último Município brasileiro no meu Estado, vindo até o Amazonas. Essa BR anualmente, ou três ou quatro vezes por ano, vive em reforma, uma eterna reforma. São os chamados asfaltos "sonrisal", aqueles em que a chuva bate e eles já derretem.

Então, é importante que a gente se aprofunde na fiscalização disto, que virou um sumidouro: esses cartéis permanentes, as mesmas empresas, os mesmos hábitos, os mesmo costumes, e a gente fazendo essas constantes recuperações. É um retalho absoluto. As BRs parecem festa junina, aquela calça cheia de retalhos. E é assim que está acontecendo hoje em nosso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Hoje eu estou aproveitando o momento festivo para a gente ir por esse lado.

E, com isso, o meu Estado é vítima permanente, porque, com o dinheiro que já foi colocado na BR-174, nós poderíamos ter pavimentado outras tantas BRs que não estão pavimentadas em meu Estado. Eu queria citá-las, aqui, Marcelo, e gostaria que você anotasse, por favor.

Deixe-me colocá-las aqui. A BR-210 é uma da perimetral norte. Essa BR, hoje, interliga do Município de Rorainópolis, que é um Município que faz fronteira com o Amazonas, aos Municípios São Luiz, Baliza, Caroebe e Entre Rios, que é o último distrito, já indo para o rumo do Pará, onde nós poderíamos nos encontrar com o Flexa, varando aquela perimetral toda.

Essa BR-210, Marcelo, não tem pavimentação; não está pavimentada. E não é só ela. Em meu Estado, infelizmente, não é só privilégio da BR-210.

As BRs 401, 431, 432 e 433 também não são pavimentadas. E elas são de fundamental importância ao nosso Estado, porque são BRs que interligam os Municípios e que dão o escoamento da nossa produção. E o pior: além de não serem pavimentadas, as pontes são de madeira e de péssima qualidade. Inclusive na época de períodos de inverno, elas impedem a trafegabilidade na área. Fica totalmente impossível.

Então, eu queria fazer esse foco, para a gente ver a expansão desse segmento e ter esse cuidado, porque a gente percebe que – eu sempre observava isso – o que já foi gasto na BR...

Por exemplo, na Venezuela, onde nos encontramos, de Santa Helena para lá, há um asfalto, talvez 15 anos mais velho do que o nosso, que nunca passou por uma reforma; nunca passou e nem precisa. Asfalto de alta qualidade.

No Brasil, faz-se com uma espessura, talvez, tão insignificante, com uma qualidade tão ruim, que elas vivem em eternas reformas, e há um eterno dinheiro ali sumindo quando a gente poderia já estar pavimentando outras estradas, outras BRs.

Então, eu queria ouvi-lo nesse sentido. Qual é a perspectiva, qual é o projeto, qual é o planejamento para que a gente mude esse quadro, que é um quadro extremamente ruim?

Obrigado.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Senador, muito obrigado pela pergunta e pelas observações.

Bem, a manutenção, hoje, dessas BRs, que não estão sob concessão, é de competência do DNIT, e eu não tenho exatamente informações sobre como o Crema (Contrato de Restauração e Manutenção), a metodologia utilizada para a manutenção destas estradas, está sendo executado lá no Amazonas.

Mas conheço a BR-174. Nós cuidamos do transporte internacional e da negociação, tanto que é uma reclamação constante das empresas de transporte de passageiros, que atuam tanto da Venezuela para o Brasil quanto do Brasil para a Venezuela. Entendemos que isso também atrapalha o fluxo de transporte rodoviário internacional de cargas.

Volto a dizer que a agência está aberta também ao Ministério dos Transportes à proposta de manifestação de interesse de grupos privados para conceder essas rodovias federais. Entendemos que, em sendo proposto, será analisado com todo cuidado, porque há interesse de que a logística flua da melhor maneira possível, ainda mais numa rodovia que tem limites fronteiriços com outro país. E o raciocínio vale para todas as outras BRs.

Entendemos que, talvez, não sejam necessárias concessões tão completas, como são as do Sul e do Sudeste; pode haver projetos mais simples e que sejam, assim, mais viáveis economicamente ao longo de um contrato de maior tempo.

Seriam essas as observações.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria cumprimentar nosso Presidente Garibaldi Alves, sempre tão solícito e alegre. Isso é muito bom. Isso faz com que a gente tenha mais satisfação de estar aqui, tão cedo. (*Risos.*)

Queria cumprimentar o nosso querido Marcelo Prado e cumprimentar também o Sr. Jorge Bastos, nosso Diretor-Geral da ANTT.

Marcelo, você é mais um dos nossos orgulhos da UnB. Sou ex-aluno da UnB também, onde me formei em Engenharia Elétrica em 1982. Você se formou na UnB e, depois, fez uma série de outros estudos – pós-graduação, mestrado. É um concursado público federal. Eu também sou um concursado público federal.

Quero parabenizar mais uma vez o Palácio do Planalto e as pessoas – o Jorge, entre outros – pela indicação de pessoas com preparo e condições, realmente, de fazer o trabalho técnico que precisa ser feito nessas agências. Acho que você tem um currículo altamente qualificado e em condições realmente de nos ajudar a fazer uma série de intervenções necessárias para evitar mortes, por exemplo, como deste jovem, Cristiano Araújo, um artista do meu Estado de Goiás, que acabou de falecer de forma drástica.

Vamos às perguntas.

Como a ANTT pode ajudar-nos a evitar o asfalto "sonrisal", por exemplo, para ficar na pergunta que meu amigo Telmário colocou ali? Como podemos fazer para fiscalizar, exigir – o DNIT e outras empresas que o fazem – para não ficar dessa forma?

Essa é uma delas.

Outra, por exemplo: você não acha que esse transporte de cargas no Brasil, via rodovias e coisa e tal, contribui muito para acidentes como esse que acabou de vitimar o Cristiano Araújo, por exemplo? Não deveríamos estar investindo muito mais em outros modais de transporte, mais baratos, economicamente mais viáveis?

Eu queria perguntar sobre um trabalho seu chamado "Ações Regulatórias para Promoção do Multimodalismo no Brasil – diretrizes em benefício do desenvolvimento sustentável". Por exemplo, sobre esse trabalho que você fez, um trabalho interessante em que discute o multimodalismo, quais seriam as ideias importantes para o Brasil aplicar e evitar, por exemplo, esse grande número de caminhões de carga estragando os asfaltos, dificultando e causando acidentes?

Você fez outro trabalho importante: "Análise do Ambiente Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas: a experiência brasileira comparada ao cenário mundial". A gente verifica no mundo afora, na Europa, nos Estados Unidos e outros lugares, que o transporte de cargas muitas vezes é feito por via ferroviária ou hidroviária. No Brasil, há essa proliferação de transporte rodoviário. Como fazer, de fato, de verdade, para mudar isso? O que você compreende disso, no seu trabalho?

Outro trabalho seu, para fechar aqui, os questionamentos: "Concorrência por Diferenciação de Serviços no Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros". Por que, no Brasil, a questão do transporte de passa-

geiros é tão tímida? Inclusive agora no PIL não demos nenhuma concessão de transporte de trem de média velocidade, por exemplo, vamos supor, ligando as capitais do Nordeste ao Rio, a São Paulo.

Quebrando a questão da ponte Rio-São Paulo, por que não ter um transporte ferroviário de média velocidade ali, depois abrangendo Campinas, Uberlândia, Goiânia, Brasília e Belo Horizonte? Por que não fizemos isso? Por que não se está oferecendo esse tipo de coisa?

Outras perguntas, rapidamente, aproveitando já que sou o último mesmo: quais...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª é que pensa...

Ainda falta o Senador Wellington.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Ah, o Senador Wellington também?

A quais riscos estão sujeitas as outorgas realizadas pela ANTT? Quais são as variáveis críticas? Os concessionários estão sendo devidamente remunerados pelos riscos assumidos? Isso é importante sabermos, porque, aí, haverá maior atratividade. Espero que haja mesmo.

Os elementos de projetos constantes dos estudos de viabilidade já realizados pela ANTT são suficientes? Precisamos realizar mais? Como serão harmonizadas, na medida do possível, as necessidades da agência reguladora, as limitações de mercado, as expectativas do Governo e o conjunto de elementos que, ao final, poderão fornecer a melhor relação custo/benefício para o usuário? Como podemos compatibilizar isto, custo/benefício para o usuário, para que, de fato, o capital internacional e o do grande empresário brasileiro venham para o PIL? Alguns falam que é fictício. Eu não acho que seja fictício. Eu, como engenheiro, acho que se trata de uma grande possibilidade de investimento do País que estamos propiciando via PIL.

Para terminar, qual deveria ser a metodologia para melhor avaliar o desempenho autorizatório dos serviços regulatórios de passageiro? Quero saber qual a metodologia exatamente para que possamos começar a fazer isso.

Como se poderia incentivar a melhoria contínua da qualidade da prestação do serviço público de transporte rodoviário de passageiros?

Quero agradecer, Marcelo, por sua competência e dizer que fico muito satisfeito em tê-lo na ANTT. Espero que as respostas a essas perguntas possam contribuir para que o brasileiro melhor entenda o trabalho da ANTT e nós tenhamos melhores condições para acompanhá-lo e ajudá-lo no que for preciso – você, o Jorge e os demais diretores da ANTT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o último Senador inscrito, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Os últimos serão os primeiros, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Já dizia o Evangelho. (Risos.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom, primeiramente, cumprimento o nosso Presidente, até por sua persistência em fazer com que as nossas agências tenham as suas diretorias completas. É importante registrar esse trabalho feito aqui, pela Comissão, através do nosso Presidente. Inclusive ontem, Marcelo, ele ligou para todos os membros da Comissão, pedindo a presença aqui. E isso para que cumpríssemos o nosso papel.

Quero registrar, Sr. Presidente, que, de todos os indicados, o Marcelo foi aquele de quem mais recebi *e-mails* de apoiamento. Ou ele é muito competente na sua ação de buscar o apoio... (*Risos.*)

Mas, com certeza, está aqui o currículo. Eu não só já o li, como também acompanhei o seu trabalho, como concursado, na ANTT, desempenhando seu papel. Aqui, inclusive, como está relatado pelo Senador Romero Jucá, V. Sª foi aprovado em concurso público para o cargo de especialista em regulação. Esse é exatamente um aspecto com o qual temos uma preocupação muito grande, principalmente com a questão da segurança jurídica, hoje, das concessões. Sou autor de uma PEC que discute, que pretende implantar que as concessões sejam regulamentadas através de quórum qualificado.

Aqui esteve o Ministro do Planejamento. A princípio, ele colocou que isso poderia engessar. Não sei se V. Sª pode fazer algum comentário sobre o assunto, mas percebemos muito no mercado essa questão da insegurança.

Já discutimos aqui, Sr. Presidente, em outras audiências, tanto eu como o Senador Blairo e o Senador Medeiros, e hoje ouvi aqui, também pelo rádio, alguns que me antecederam, e todos clamam por novas concessões.

E é claro que as concessões demonstraram que têm uma capacidade de conservação muito maior das nossas rodovias e ferrovias, enfim.

Aliás, sobre as ferrovias, a gente não pode dizer bem isso, não.

Vamos falar das rodovias, mas V. Sª poderia até fazer também um comentário sobre esse aspecto da questão das ferrovias. Mas, de qualquer forma, isso impacta no custo, principalmente em Estados de produção de *commodities,* como é o caso do Centro-Oeste brasileiro de um modo geral, em que há distâncias muito longas sendo, às vezes, necessário atravessar vários Estados para chegar principalmente aos portos, porque as *commodities* são exportadas basicamente pelo transporte marítimo – claro, pelo transporte fluvial até chegar ao marítimo. E isso também causa certa preocupação no setor produtivo, porque é pedágio mais pedágio, mais pedágio, mais pedágio. E quanto vai custar isso?

Aqui, o Senador Blairo Maggi inclusive sugeriu a possibilidade para o Ministro do Planejamento também de implementar pedágios no Brasil, concessões no Brasil e principalmente nesses Estados do interior, no Centro-Oeste, para a conservação e manutenção das nossas rodovias. Hoje, o DNIT, para fazer a manutenção da malha, faz licitações, às vezes, de 500km, por conta de uma empresa só, e inclusive com pregões. Eu, pessoalmente, sou muito contra isso, porque um pregão faz com que muitas empresas que não tenham capacidade de atuar na construção e na manutenção de estradas ganhem, e, depois, abandonem.

E o que tem acontecido muito são principalmente licitações que são feitas, e não só isso, mas acontecem muitas licitações desertas. E aí fica lá uma estrada de 500km sem manutenção, às vezes, por quatro, cinco anos. Sei que não é papel da ANTT fazer essa fiscalização; esse é um papel do DNIT, mas eu gostaria que V. Sª, que tem a experiência, abordasse aqui com a gente o que V. Sª pensa sobre essas concessões a serem feitas; o critério...

Todos nós estamos sufocados em estradas de má conservação, com um volume de acidentes muito grande. O Brasil perde vidas mais do que em muitas guerras no mundo, a cada ano. Então, a gente fica aqui angustiado.

É a mesma situação da que estava aqui vendo, quanto à defesa do PSDB em relação à imputabilidade do jovem: "Hoje temos crimes; então, vamos colocar mais gente na cadeia." E, às vezes, isso não resolve – esse é um comentário à parte; não tem nada a ver com a nossa audiência.

Então, eu quero apenas colocar essa pergunta que ficou aí. E gostaria também de que, além da questão da regulação, V. Sª fizesse um comentário sobre essas concessões que estão sendo feitas, no que se refere à responsabilidade do DNIT de parte da obra e parte da concessionária. O DNIT não executa, e a concessionária vai querer cobrar o pedágio, que é o que ocorre principalmente no caso do Mato Grosso.

E continuamos, Presidente, aqui... Já falamos isso há dois, três meses, e as obras continuam lá, em ritmo de tartaruga. Não sei se a ANTT pode atuar de forma a pressionar. Como a ANTT é um órgão de Estado, e não é órgão de governo, não sei de que forma a ANTT pode pressionar para que não aconteça um desestímulo às nossas licitações.

Então, é isso que eu gostaria de colocar. E, mais uma vez aqui, queria parabenizar o Presidente. Tenho certeza de que, quanto ao currículo de V. Sª, não há nenhuma dúvida, até pela experiência que V. Sª já tem na ANTT. E é importante o que ouvi aqui também sobre o fato de V. Sª ter atuado nos dois lados do balcão. Conhece também a realidade da iniciativa privada e hoje, com a responsabilidade de atuação junto à ANTT, como órgão público, eu tenho certeza de que V. Sª vai contribuir muito para dar celeridade a tudo isso que é o trabalho principal de regulação da ANTT.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O Sr. Marcelo agora responderá ao Senador Hélio José, ao Senador Telmário, ao Senador Flexa Ribeiro e ao Senador Wellington Fagundes.

Em seguida, vamos apurar os votos.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Vou começar pelas observações do Senador Hélio José.

Senador, o comentário a fazer em relação à questão de manutenções recorrentes nas rodovias. No âmbito da ANTT, os nossos contratos hoje, principalmente os da segunda e terceira etapas, possuem fatores que limitam as intervenções recorrentes na via. Isso é feito através de monitoramento permanente. Caso se verifique um baixo índice de qualidade na manutenção que está sendo feita, as concessionárias são penalizadas. Isso inibe, digamos assim, uma manutenção inadequada.

Fazendo um comentário geral sobre os modelos de concessão implementados pela ANTT, é uma área em que somos bastante otimistas, porque temos aprendido muito, desde as concessões da primeira etapa, na década de 90, que tinham um fator de risco maior, por serem as primeiras concessões que estavam sendo feitas. Hoje, com as novas PMIs, nós estamos num processo contínuo de melhoria e de controle desses modelos, inclusive com elementos importantes, como a conversão de penalidade em obras que possam impactar diretamente na melhoria econômico-social das populações lindeiras e a redução e o desconto de valores de tarifas. Então, nós temos evoluído bastante.

Acredito que, nas próximas etapas, tenhamos cada vez mais melhoria dos contratos. Isso nos traz segurança para receber mais concessões e trabalhá-las da melhor forma possível.

Sobre a questão do transporte rodoviário de carga no contexto da logística brasileira, com as melhorias que nós estamos alcançando tanto na parte de construção rodoviária quanto ferroviária, já se nota um certo

desequilíbrio, principalmente no transporte rodoviário de carga que trabalha com *commodity,* do preço de equilíbrio do frete. Essa é uma realidade que o País vai ter de enfrentar à medida que a matriz de transporte no Brasil se equalize.

É notório que os caminhões, por trafegarem em rodovias de denso fluxo, até provocado por eles mesmos, estão envolvidos em pelo menos 36% dos acidentes no País. E ter um caminhão envolvido não quer dizer que ele tenha dado causa ao acidente. Esse é um motivo de preocupação geral, porque o custo disso para a sociedade é elevado.

Por parte da ANTT, o que nós estamos fazendo? Nós vamos promover agora o recadastramento dos transportadores do RNTRC com requisitos técnicos mais rigorosos, no sentido de obter um cadastro mais apurado e de promover melhor qualidade desse transporte, inclusive com fiscalização eletrônica, com a finalidade de também liberar o fluxo de transporte da fiscalização ostensiva, que é essa que para na rodovia e gera prejuízo de tempo para a logística do País em termos gerais.

Em relação à multimodalidade, vou fazer um comentário sobre os dois artigos.

Nós apostamos na multimodalidade e a defendemos como um modo de transporte que traz sustentabilidade por um motivo quase natural: ela racionaliza o uso dos modos de transporte. Isso permite retirar tantos caminhões da estrada e fazer com que cargas como as *commodities* sejam transportadas pelos meios adequados, como a hidrovia e a ferrovia.

A ANTT tem essa visão e procura, dentro das suas competências, imprimi-la tanto na gestão dos contratos quanto nos serviços autorizados de carga.

Acreditamos que o fomento à multimodalidade passa por diversas questões, entre elas questões fiscais, que precisam ser ajustadas entre os Estados, no sentido de que, na troca dos modos de transporte, haja um acordo fiscal para não provocar uma cascata de impostos sobre essas operações. Para isso, foi criada a Lei do Operador do Transporte Multimodal.

Também faz parte disso uma maior especialização do operador logístico e dos transportadores, no sentido de racionalizar os usos dos modos de transporte, porque alguns setores ainda veem o caminhão como única alternativa, sendo que hoje já existem condições de utilizar outros modos. Isso até fomenta que os modos sejam implantados e move toda uma cadeia de concessões novas, infraestrutura.

Em relação ao transporte interestadual de passageiros, eu não faço um juízo de valor específico sobre qual o melhor modo de conceder, até porque isso está previsto em legislação. Recentemente, o modo de permissão foi alterado para o modo de autorização. O que a agência tem feito, com base na experiência legada do DNER e na que ela tem adquirido nos últimos 14 anos, é prover um modelo sustentável em que a população possa ser atendida; que possamos manter os níveis de atendimento que vínhamos tendo com a permissão e conseguir agora, com a maior abertura do mercado, provocar maior concorrência e melhoria de qualidade na prestação desse serviço.

Quanto à questão do transporte ferroviário de passageiros, o Brasil, no século passado, retrocedeu de um modelo que já existia, de transporte rodoviário para ferroviário, em detrimento do transporte rodoviário. Não é um transporte de fácil implementação, tendo em vista que as linhas de transporte de passageiros são deficitárias no mundo inteiro; exigem, em geral, subsídios.

Mas há de se verificar que as políticas públicas não tratam de questões puramente econômicas. Nesse sentido, a ANTT apoia as iniciativas de transporte ferroviário, está acompanhando o estudo para retomada da linha Luziânia a Brasília, que está sendo feito pela Sudeco. A ANTT tem apoiado esse trabalho em termos de parceria.

Sobre a ligação de trem entre Goiânia e Anápolis, o grupo de Brasília está bastante avançado. Esse comitê gestor que foi montado tem trabalhado, e a ANTT tem participado nisso. Esperamos já ter, para o ano que vem, resultados desse estudo, para que possa ser mais bem discutida a implementação.

Dentro das propostas existentes dos trens ferroviários, claro, de competência da ANTT, estaremos sempre atuando no sentido de dar o nosso melhor parecer técnico, para verificar não só a viabilidade econômica, mas também outros aspectos.

Em relação aos riscos das concessões, no âmbito da ANTT, das concessões rodoviárias, a princípio, hoje, como eu disse, nós estamos chegando a um nível de experiência em que conseguimos apontar para o Poder Público qual o nível de risco que aquela proposta que nos foi encaminhada vai gerar, tanto considerando a Taxa Mínima de Atratividade proposta quanto o prazo de concessão.

Hoje nós temos, sim, a condição e a liberdade de fornecer subsídios para o Poder Público, no sentido de sugerir o melhor modelo em termos de prazo, Taxa Mínima de Atratividade e até de cronograma de implementação de obras. Então, temos feito essas sugestões.

No âmbito da ANTT, nós estamos sempre vigilantes e mostrando isso, sempre que demandados, sobre essa viabilidade dos projetos.

Nós entendemos que, com base nessas questões, as novas PMIs de rodoviárias que estão aí estão bem desenhadas. É claro que muitos projetos ainda carecem de uma série de estudos e de serem submetidos à participação social. Nós recebemos várias PMIs e estamos analisando-as para tomar essas providências, mas estamos confiantes de que vamos conseguir implementar todas essas rodovias que foram para a PMI.

Seriam esses os comentários gerais. Não sei se esqueci algum.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Presidente, eu queria só parabenizar o Marcelo pela competência das respostas. Quero dizer que nós temos muita confiança no seu trabalho, Marcelo.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Muito obrigado, muito grato.

Então, já em relação às questões do Senador Wellington Fagundes, eu gostaria de dizer que a ANTT se manifestou, na PEC que V. Exª propôs, de maneira favorável, porque nós entendemos que isso traz maior segurança para os contratos de concessão. Essa é a nossa posição, como técnicos, porque nós, que somos servidores da agência, vamos conviver com contratos durante muitos anos; ou seja, o acordo tem que ser feito antes. Então, quanto maior a participação social, principalmente envolvendo o Poder Legislativo, maior a confiança de o órgão regulador, realmente, trabalhar no que ele tem que trabalhar, que é fiscalizar, regularizar e fazer a gestão dos contratos.

Essa seria a questão.

E também, em relação a novas concessões, como respondi ao Senador Hélio José, nós estamos confiantes de que as PMIs que hoje estamos analisando lá vão ser devidamente implementadas e de que vamos ter o maior cuidado na acurácia de verificar a viabilidade operacional e financeira dessas concessões.

Seriam essas as colocações.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente.

Já no final da reunião – acho que sou o último inscrito –, quero cumprimentá-lo, Dr. Marcelo, desejando-lhe uma boa continuidade do seu mandato na ANTT, e que possamos avançar numa série de coisas que vimos discutindo aqui nesta Comissão.

Há poucos dias, passaram aqui dois ou três colegas seus, incluindo o Dr. Jorge, aqui presente. Perguntei-lhes, então... Na verdade, não é uma pergunta, mas uma sugestão – o Dr. Jorge e a ANTT já sabem – para reforçar de público a vontade que temos de ver a ANTT criando regras mais simplificadas para que determinadas rodovias no Brasil possam ser colocadas também sob concessão em um modelo mais simples. Em Mato Grosso chamamos esse modelo de PPP caipira ou concessão caipira, cujo objetivo principal é o trecho concessionado da malha rodoviária fique na mão – possa ficar, porque vai ser público obviamente – dos empresários regionais ou locais nessas concessões.

É claro que uma rodovia com baixo trânsito, que tem um faturamento não muito grande, não vai chamar a atenção de grandes conglomerados, empreiteiras ou grandes concessionários, porque eles têm uma estrutura muito pesada para administrar. E essas concessões regionais poderão liberar o Governo, o Ministério dos Transportes, liberar o DNIT de ficar cuidando dessas rodovias e deixar que esses empresários ou um grupo local possa tomar conta disso, porque ele mora ali, vive ali, tem seus negócios naquela região, e os custos para administrar uma concessão dessas serão muito menores.

Agora, para que isso funcione, como disse, a ANTT, o Governo, tem de criar regras mais simples. Por exemplo, numa dessas concessões grandes, é exigida a presença de guincho, de médico, uma estrutura toda de apoio. No caso de acidente, o concessionário da via tem de dar respaldo.

Nessa situação, a proposta ou sugestão para se estudar é a de que essas coisas não teriam, como não têm hoje. Uma coisa é o que temos e outra, o que se quer para o futuro. Hoje, seria uma coisa mais simples, de manutenção, de piso bem cuidado, de placas bem posicionadas, roçadas – fazer um toalete nas rodovias, limpando-se os bueiros, as calhas e deixar tudo funcionando.

Isso dá uma segurança muito grande. Os preços dos fretes caem bastante, assim como o custo para quem vive na região. Com toda certeza, fica mais barato pagar um pedágio dessa forma do que enfrentar buraqueiras, estradas ruins, falta de previsão para arrumar. A briga local é muito grande.

Então, gostaria de deixar essa sugestão, para que o Dr. Marcelo possa também, junto com os demais, com o Dr. Jorge, que está aqui, efetivamente trabalhar isso, e levar isso adiante. O Ministério dos Transportes entende que pode ser assim também. O Governo entende da mesma forma. É uma questão de convencimento.

Quero deixar mais uma vez aqui, em meu nome e do Senador Wellington, o convite ao Ministro do Planejamento para fazermos uma visita – ele já se propôs a ir a uma visita dessa conosco – a Mato Grosso também e ver *in loco* como as coisas funcionam.

As nossas rodovias, que foram construídas há 10, 12 anos, que não têm essa concessão, esse modelo de cuidar, simplesmente acabaram; não existem mais – é muito buraco –, porque o Governo, ao longo desse tempo, não conseguiu dar manutenção, não teve recursos para dar essa manutenção.

As demais rodovias, que foram concessionadas, onde grupos locais produtores tomam conta, estão uma maravilha. Andei há pouco tempo por lá, e elas nos dão muito gosto. Ficamos muito orgulhosos de ver como aquele modelo funciona. É uma coisa simples: uma rodovia estadual. Não é de grande movimento, mas ele paga as suas despesas e consegue colocar uma camada de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), que eram de TSD (Tratamento Superficial Duplo).

Então, é algo que tem muita vantagem. É preciso explorar isso. Conheço bem Mato Grosso. Disse, outro dia, aqui, que, com certeza, lá no Rio Grande do Norte, do Presidente Garibaldi, há rodovias que servem para isso. No Paraná, em Minas Gerais, também existem. Descentralizando e fazendo isso, vamos avançar muito na questão das rodovias no Estado.

Além da observação, desejo-lhe um bom mandato: que a agência seja profícua, que a agência consiga dar as respostas para a população que está abaixo das suas ordens e dos seus comandos. E que as coisas, Dr. Jorge, possam ser um pouco simplificadas. Tenho brigado tanto aqui com a questão da burocracia. É tanto papel, é tanta licença, é tanta coisa, que não damos mais conta. Estamos perdendo muito tempo para controles e estamos tendo pouco tempo para efetivamente trabalhar e gerar riqueza para o País.

A burocracia não gera nada e não consegue colocar um centavo no caixa do Estado. Quem coloca é quem produz e trabalha, aqueles que pagam seus impostos, sejam os profissionais liberais, sejam os caminhoneiros; todo mundo que está na luta e na lida é que gera a riqueza.

Então, é para esses que o Estado tem de trabalhar, mas tem de olhar de forma mais clara, dizendo assim: "Olha, o que tem, no meio de tanta burocracia, que eu possa eliminar algumas tarefas?" Não perder o controle, mas eliminar etapas que, muitas vezes, na burocracia, são realimentadas e colocadas de forma sobreposta uma à outra, em que um portal de acesso na ANTT, um dado lá colocado, abastece todo mundo, não sendo necessário ficar mandando vários documentos.

É nesse sentido que gostaria de fazer a minha intervenção e desejar-lhe um bom mandato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Dr. Marcelo, primeiramente, queria parabenizá-lo e desejar sucesso na sua empreitada.

Gostaria de saber se, no momento, o senhor está podendo falar a respeito da ponte sobre o Rio Madeira, que liga o Estado de Rondônia ao meu Estado, que é o Estado do Acre.

Gostaria de saber se o senhor tem algumas informações que possa acrescentar, porque aquela ponte é de fundamental importância não só para o Acre, mas também para a interligação do Brasil com o Peru, até porque nós já temos uma estrada que liga o Brasil àquele nosso país vizinho. Eu gostaria que o senhor me dissesse, se puder, em que pé está, quais são as perspectivas da conclusão daquela ponte de fundamental importância não só para nós, de Rondônia, como também para o Acre.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Tem a palavra o Sr. Marcelo Vinaud Prado.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Senador Blairo, obrigado pelos comentários e pela sugestão.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que, na realidade, as sugestões de V. Exª já estão surtindo frutos dentro da agência. Na semana passada, eu estava comentando com a nossa Superintendente de Infraestrutura, Drª Viviane Esse, sobre essas questões – como o senhor mesmo colocou –, sobre rodovias que poderiam, em princípio, dizendo aqui informalmente, ser classificadas em nível de que serviços seriam concedidos. Toda a equipe técnica da ANTT entende que essa é uma proposta bastante factível, como também é factível que sejam lançadas propostas de manifestação de interesse. Inclusive, agora, nós temos um exercício interessante para fazer, que foi previsto no PIL II: a concessão da BR-364, saindo de Comodoro (MT) até Rondônia, ligando com a Hidrovia do Rio Madeira.

Então, concordo com esse tipo de modelagem, até porque hoje já estamos começamos a vivenciar certos problemas. À medida que nós vamos concedendo, nós temos de gerir contratos em regiões, vou chamar assim, menos habitadas. Por exemplo, serviços de atendimento médico. Às vezes, o paciente é acidentado, e não há, na região, hospital que tenha condição de receber aquele paciente naquele momento. Assim, fica um impasse entre efetivamente ter um atendimento extremamente especializado, em vez de, por exemplo, uma UTI móvel, o que, em geral, custa muito caro – já divagando um pouco na ideia de que a concessão ajudasse na infraestrutura de saúde dos Municípios lindeiros, a fim de que pudessem, talvez, receber diretamente um

acidentado. Essa questão deveria ser analisada, cada uma, dentro da sua realidade, em cada concessão. Nós vemos isso com muito bons olhos e entendemos que é um assunto que pode, sim, prosperar, pelo menos no âmbito da ANTT.

Em relação à pergunta do Senador Sérgio, sobre a continuidade da BR-364, onde se localiza a ponte, essa ponte está sob os cuidados do DNIT, Sr. Senador, e eu não tenho agora a resposta para V. Exª; mas eu vou verificar isso e prometo informá-lo, por meio de sua assessoria, o mais rápido possível, sobre o andamento em que está.

Nós temos sempre uma preocupação com essa região, visto que, por dois anos seguidos, houve enchentes – este ano, graças a Deus, menos graves –, e nós precisamos até contar com o apoio do vizinho Peru em relação ao abastecimento de itens essenciais, para manter a economia funcionando e atender a população.

Então, com certeza, é uma rodovia que está sob o foco de vigilância da ANTT, e nós temos interesse também em que essas infraestruturas fiquem prontas o mais rápido possível.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Dr. Marcelo, é por isso que perguntei se o senhor estava podendo me responder. Eu vou aguardar a resposta, e eu gostaria que o senhor pudesse me ajudar e também me passasse informações sobre a BR-364, referente ao trecho que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Essa é uma estrada em que foram gastos bilhões de reais, e hoje está praticamente intrafegável. Comenta-se muito, lá no meu Estado, que o DNIT estaria recebendo essa estrada, que ela ficaria sob a manutenção do DNIT, mas a verdade é que é uma estrada que sequer foi concluída e está hoje em situação precária. Então, eu gostaria que o senhor me desse informações sobre a BR-364, no trecho Rio Branco-Cruzeiro do Sul.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Encerramos, então, a fase de indagações dos Srs. Senadores.

Temos aqui, Dr. Marcelo, uma indagação, via internet, da Srª Maria de Fátima Anselmo, de Brasília, que diz que espera que o senhor tenha compromisso com a sociedade, fundamentando-se no respeito e na igualdade. Isso posto, deveremos ter uma verdadeira autonomia por parte das sociedades reguladoras frente ao Governo.

A outra, que já foi lida, da Ana Flávia, de Santa Catarina, querendo que se desenvolva um plano de concessões que permita, realmente, uma melhor ligação com o interior do Estado de Santa Catarina.

O senhor poderia fazer aqui algum comentário ligeiro?

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Sim. Em relação às observações da Srª Maria de Fátima, da nossa parte, até como servidor público, eu tenho a obrigação de proceder dentro dos parâmetros e fundamentos que a Srª Maria de Fátima considerou em seu *e-mail*.

Considerando ainda que, em sendo aprovado, cumprido o meu mandato de diretor, eu volto a ser um servidor da casa e lá estarei arcando com todas as consequências dos meus atos como diretor. Isso redobra o compromisso em relação à questão do compromisso com uma data e com o cargo.

Em relação à Srª Ana Flávia Schmitt, a ANTT, em princípio, tem competência sobre o transporte interestadual. Realmente, eu não conheço a realidade do transporte público intermunicipal do Estado de Santa Catarina. Então, eu não teria como agregar muito valor a uma resposta para a Srª Ana Flávia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quero pedir a atenção da Comissão – isso já foi colocado antes aqui pelo Senador Ricardo Ferraço.

No dia 1º de julho, nós vamos ter a realização de audiência pública aqui, na Comissão, para tratar dos investimentos em infraestrutura de logística em andamento no chamado Complexo Industrial do Porto do Açu. O chamado Complexo Industrial do Porto do Açu, segundo a justificativa do Senador Ferraço, que motivou a aprovação do requerimento, é situado no norte do Estado do Rio de Janeiro. É um dos maiores investimentos em logística em andamento, no Brasil. Ele adianta, claro, que isso será estratégico para o desenvolvimento do setor. O Porto do Açu está no eixo de influência da Ferrovia Rio de Janeiro-Vitória, que prevê investimentos da ordem de R$7,8 bilhões em mais de 572km de extensão.

Portanto, teremos essa audiência na outra quarta-feira, no próximo dia 1º de julho, com a presença do Sr. Eduardo Parente, a convite do Senador Ricardo Ferraço, o que já foi aprovado nesta Comissão.

No dia 8 de julho, teremos uma nova audiência pública ligada à avaliação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Atendendo à solicitação do Relator da comissão dessa política pública na Comissão de Infraestrutura, Senador Fernando Bezerra Coelho, serão ouvidos, entre outras autoridades, o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o Prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda.

Vamos iniciar, portanto, agora, o processo de apuração dos votos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, a audiência com o Ministro Edinho foi remarcada?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Está quase, segundo o universitário aqui... (Risos.)

O universitário não teve, desta vez, condições de confirmar: quase, no dia 15 de julho, com o Ministro Edinho Araújo, Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República, atendendo ao requerimento do Senador Wellington Fagundes.

Vamos proceder à apuração.

Convido o Senador Wellington e o Senador Hélio José para procederem à apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, nomeado por V. Exª como apurador oficial, declaro o resultado: foram 19 votantes; 17 SIM e apenas 02 NÃO.

Está, portanto, aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Está, então, aprovada a indicação do Sr. Marcelo Vinaud Prado para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres. (Pausa.)

O Senador Romero Jucá só chegou agora para o abraço.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu confio no Presidente. Quem tem um Presidente deste não precisa...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É muita confiança; é um homem de muita fé. (Risos.)

Ainda temos, aqui, para submeter à votação o Requerimento nº 41, que requer a realização de audiência pública, com a Comissão de Assuntos Econômicos, portanto, conjuntamente. Foi lido hoje e enumera os convidados para debater acerca da renovação das concessões de 42 distribuidoras de energia elétrica, cujo prazo expira até 2017, de autoria do Senador Walter Pinheiro.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos também outro requerimento para que seja aditado ao Requerimento nº 37 o nome do Sr. Joaquim Caldas Rolim de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletrobras Distribuição Acre. Ele figurará entre os convidados da audiência pública que será realizada para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica dos Estados do Amazonas, do Acre e demais da Região Norte, tendo em vista os preços abusivos cobrados da população mais carente.

O requerimento de aditamento é de autoria do Senador Jorge Viana.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 39, de 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja aditado ao Requerimento nº 37, de 2015 – CI, o nome do Sr. Joaquim Caldas Rolim de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletrobras Distribuição Acre, para figurar entre os convidados da audiência pública. Em razão da inclusão pretendida, ainda requeiro seja ampliado o objeto da audiência pública para "debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica nos Estados do Amazonas, do Acre, de Roraima e demais da Região Norte", tendo em vista os preços abusivos cobrados da população mais carente e a ausência de interligação de boa parte dos municípios dessa região ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Autoria: Senador Telmário Mota e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações: A audiência, entretanto, ainda não está marcada; depende aqui dos esforços dos universitários.

Está, portanto, em discussão o requerimento do Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos ainda o requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer seja ampliado o escopo da audiência pública para incluir na discussão a viabilidade das Indústrias Teles Pires/Tapajós e Araguaia-Tocantins e para acrescentar, como convidado, o nome do Presidente do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre e das Agências de Navegação do Estado do Pará, Sr. José Rebelo.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 42, de 2015

– Não terminativo –

Em aditamento ao Requerimento nº 40/2015 – CI, requeiro seja ampliado o escopo da Audiência Pública para incluir na discussão a viabilidade das hidrovias Teles Pires-Tapajos e Araguaia-Tocantins e para acrescentar, como convidado, o nome do Presidente do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre e das Agências de Navegação no Estado do Pará, Sr. JOSE REBELO.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria:

Relatório:

Observações: Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também pede o Senador Flexa Ribeiro que seja incluído entre os convidados dessa mesma audiência pública o Sr. Raimundo Nonato Alencar, Diretor-Presidente da Celpa.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 43, de 2015

– Não terminativo –

Em aditamento ao Requerimento nº 37/2015 – CI, requeiro seja incluído entre os convidados o Sr. Raimundo Nonato Alencar de Castro, Diretor Presidente da CELPA.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria:

Relatório:

Observações: Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado.

O último requerimento é de autoria do Senador Wellington Fagundes. Ele requer a realização de audiência pública para tratar da viabilidade técnica e econômica da Hidrovia Paranaíba-Paraná-Tietê.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 40, de 2015

– Não terminativo –

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V; 93, inciso II; e 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para tratar da viabilidade técnica e econômica da hidrovia Paranaíba-Paraná-Tietê, com a presença das seguintes autoridades:

• Ministério de Minas e Energia – MME;

• Ministério dos Transportes – MT;

• Representante do Grupo G6+1 da área privada – Dr. Carlos Riva

• Diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ;

• Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, Sr. Vicente Andreu Guillo;

• Representante da Administração da Hidrovia do Paraná – AHRANA;

• Diretor da Companhia Docas de São Sebastião, Sr. Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho;

• Presidente do Sindicato dos Armadores e Navegação Fluvial do Estado de São Paulo – SINDASP, Sr. Luiz Fernando Horta de Siqueira.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria:
Relatório:
Observações: Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está encerrada a presente reunião, lembrando que na próxima reunião, a ser realizada no dia 1º de julho, quarta-feira da próxima semana, a audiência pública que ouvirá o Sr. Eduardo Parente, Diretor-Presidente da empresa Prumo Logística.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Simone Tebet, João Alberto Souza, José Medeiros, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra, Sandra Braga, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. Conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à Deliberação de Matérias. – ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 20, de 2015 – CDR, "que requer ao Plenário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), nos termos do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater o pagamento de indenizações pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF nas desapropriações ocorridas no ano de 1976 pela construção da Barragem de Sobradinho – Bahia, segundo Processos Administrativos NUP 00063.001093/2013-88 e 00063.002363/2013-78, com os seguintes convidados: – Advogado-Geral da União (AGU), Dr. Luís Inácio Lucena Adams; – Presidente da OAB/BA, Dr. Luiz Viana de Queiroz; – Presidente da FETAG/BA, Sr. Cláudio Sílvio Basto – Presidente da CONTAG/DF, Sr. Alberto Ercílio Broch; e, – Presidente da AMOPOABS, Sr. José Gomes de Souza. **Autoria:** Senador Walter Pinheiro e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 24, de 2015 – CDR, "que requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR para discutir a demarcação de terrenos de marinha. Para a realização da Audiência Pública sugere a participação dos seguintes convidados: • Sr Nelson Barbosa– Ministro de Estado do Planejamento • Exma. Sra Cassandra Maroni Nunes – Secretária Nacional do Patrimônio da União. **Autoria:** Senador Dário Berger. Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Autor. ITEM 03 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2014 – Não Terminativo – Torna obrigatória a presença de profissionais salva-vidas em todos os estabelecimentos que explorem balneários ou outros locais aquáticos abertos ao uso do público". **Autoria:** Deputado Vander loubet. Relatoria: Senador Dário Berger, Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Relator. ITEM 04 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, de 2014 – Não Terminativo – Dispõe sobre a adoção de providências visando a economizar ou a otimizar o uso da água nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à administração pública federal. **Autoria:** Deputado José Carlos Vieira, Relatoria: Senador Romero Jucá, Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 05 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2014 – Não Terminativo – Institui no âmbito do Senado Federal a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal.**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin, Relatoria: Senador Paulo Rocha, Relatório: Pela Rejeição da Matéria, Resultado: Vista Concedida ao Senador Donizeti Nogueira. ITEM 06 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2014 – Não Terminativo – Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz, Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela Aprovação da Matéria. Resultado: Aprovado relatório. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2014 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas re-

giões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. **Autoria:** Senador: Anibal Diniz, Relatoria: Senador Romero Jucá, Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Relator. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2015 – Não Terminativo – Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso. **Autoria:** Senador José Medeiros, Relatoria: Senador Wellington Fagundes, Relatório Pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado o Relatório. ITEM 09 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, de 2015 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, para dispor sobre a concessão de benefício às famílias durante os períodos de eventuais calamidades. **Autoria:** Senador Sérgio Petecão, Relatoria: Senador Gladson Cameli, Relatório: Pela aprovação da Matéria, Resultado: Adiado. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg, Relatoria: Senadora Lídice da Mata, Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Eendas nºs 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para dispor sobre os convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim, Relatoria; Senador José Medeiros, Relatório: Pela Prejudicialidade do Projeto, Resultado: Adiado. ITEM 12 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2013 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para limitar a multa no caso de resilição ou alteração do contrato de hospedagem. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela Rejeição do Projeto, Resultado: Adiado. ITEM 13 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o vale dos rios Paraíba, Mundaú e Jequiá na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). **Autoria:** Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação do Projeto com 2 (duas) emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Davi Alcolumbre,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Bom dia a todos e a todas, Senadores e Senadoras, servidores e o público aqui presente.

Havendo número regimental declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião da Comissão.

Os Senadores e as Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Alguns comunicados.

O Senador Antonio Anastasia deixou de integrar esta Comissão como titular.

Recebemos, na Secretaria de apoio da Comissão, o relatório com os dados consolidados dos indicadores econômicos do setor de agenciamento turístico nacional de 2014, feito pelo Ipeturis (Instituto de Pesquisa, Estudos e Capacitação em Turismo), a pedido do Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de São Paulo (Sindetur-SP).

A cópia do relatório encaminhado pelo Instituto encontra-se disponível na Secretaria da nossa Comissão.

Feitos esses comunicados, vamos iniciar a pauta.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de proposições.

Há um requerimento do Senador Randolfe, que não está presente.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 20, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro ao Plenário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), nos termos do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater o pagamento de indenizações pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF nas desapropriações ocorridas no ano de 1976 pela construção da Barragem de Sobradinho – Bahia, segundo Processos Administrativos NUP 00063.001093/2013-88 e 00063.002363/2013-78, com os seguintes convidados:

– Advogado-Geral da União (AGU), Dr. Luís Inácio Lucena Adams;

– Presidente da OAB/BA, Dr. Luiz Viana de Queiroz;

– Presidente da FETAG/BA, Sr. Cláudio Sílvio Basto;

– Presidente da CONTAG/DF, Sr. Alberto Ercílio Broch; e,

– Presidente da AMOPOABS, Sr. José Gomes de Souza.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e Senadora Lídice da Mata, subscrito pelo Senador Donizeti.

Peço ao Senador Donizeti para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Senadora Tebet, este requerimento visa discutir um assunto ocorrido há cerca de 40 anos, que trata da construção da barragem da Chesf para a implantação de projeto de irrigação no Rio São Francisco que atingiu mais de 12 mil famílias, cerca de 72 mil pessoas, implicou uma desocupação violenta, sem ter promovido os devidos reparos em função da indenização pelo afastamento das famílias.

Pretende-se com este requerimento discutir esse assunto e, se houver mesmo a injustiça, buscar reparar a injustiça cometida àquela época. Para isso a gente pede a aprovação, no âmbito desta Comissão, dessa audiência pública que consideramos muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir o Requerimento nº 20, do item 1 da pauta, submetemos à votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 2 da pauta era um requerimento de autoria do Senador Dário Berger, e ele mesmo, como autor do requerimento, solicitou a retirada.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 24, de 2015

– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR para discutir a demarcação de terrenos de marinha.

Para a realização da Audiência Pública sugiro a participação dos seguintes convidados:

• Sr Nelson Barbosa– Ministro de Estado do Planejamento

• Exma. Sra Cassandra Maroni Nunes – Secretária Nacional do Patrimônio da União

Autoria: Senador Dário Berger)

Da mesma forma o item 3, também de autoria do Senador Dário Berger, foi retirado de ofício, a pedido do autor.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2014

– Não terminativo –

Torna obrigatória a presença de profissionais salva-vidas em todos os estabelecimentos que explorem balneários ou outros locais aquáticos abertos ao uso do público.

Autoria: Deputado Vander Loubet

Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação da Matéria com a Emenda que apresenta.
Observações: *-A matéria constou na pauta da 10ª Reunião em 06/05/2015 da CDR.*
-A matéria segue à Comissão de Assuntos Sociais.

Gostaria de solicitar à Senadora Simone Tebet que fizesse a leitura, haja vista que nós já temos como Relator desse projeto, que é da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado José Carlos Vieira, o Senador Romero Jucá. Como o projeto é pela aprovação, então regimentalmente posso pedir que a Senadora Simone faça a leitura *ad hoc* do relatório do Senador Romero Jucá.

Vamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, de 2014
– Não terminativo –

Dispõe sobre a adoção de providências visando a economizar ou a otimizar o uso da água nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à administração pública federal.
Autoria: Deputado José Carlos Vieira
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação da Matéria.
Observações: *-A matéria constou na pauta da 6ª Reunião em 08/04/2015 e na 10ª Reunião em 06/05/2015 da CDR.*
-Ainda segue à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet para proferir o voto do Senador Romero Jucá.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se, como foi mencionado, de um projeto de lei da Câmara dos Deputados, não terminativo, de autoria do Deputado José Carlos Vieira.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 84, de 2014, tem o propósito de determinar a adoção de providências com vistas a racionalizar o uso da água nas edificações da administração pública federal.

Nos termos da proposição, os órgãos da administração pública federal deverão adotar todas as providências consideradas técnica e economicamente viáveis para economizar ou otimizar o uso da água nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações sob sua responsabilidade.

Para tanto, dentre outras providências julgadas pertinentes, deverá ser considerada a implantação de equipamentos tais como torneiras para pias, registros para chuveiros e válvulas para mictórios acionados manualmente e com ciclo de fechamento automático ou acionados por sensor de proximidade; torneiras com arejadores; torneiras de acionamento restrito para áreas externas e de serviços; e bacias sanitárias com volume máximo de fluxo de seis litros com sistemas de descarga de duplo fluxo.

Os projetos para construção de novos edifícios da Administração Pública Federal aprovados após a vigência da norma proposta deverão prever, pelo menos, a adoção dos mencionados equipamentos.

A seu turno, os projetos para a construção de novos edifícios aprovados antes da entrada em vigor da proposta em pauta, cujas obras ainda não tenham sido iniciadas, deverão proceder às devidas adaptações no prazo de noventa dias.

Por fim, os edifícios com obras iniciadas, ou já construídos, terão o prazo de um ano para serem adaptados às novas regras.

Como medida coercitiva, o projeto determina que os dirigentes dos órgãos responsáveis por edifícios da Administração Pública Federal que deixarem de tomar as providências para o cumprimento da lei proposta incorrerão em crime contra a administração ambiental, nos termos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, independentemente da aplicação de outras sanções de natureza administrativa.

O autor da iniciativa, em sua justificação, alega que diversos Municípios têm adotado normas para racionalizar o uso de água. Nesse passo, com o escopo de dar o exemplo e sensibilizar as administrações municipais que ainda não aprovaram normas nesse sentido, Sua Excelência considera relevante que os órgãos da Administração Pública Federal adotem providências para otimizar o uso de água nas edificações sob sua responsabilidade.

Na Casa de origem, o PLC nº 84, de 2014, foi sucessivamente submetido à Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e, por fim, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que o aprovaram com ligeiras alterações.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída a esta Comissão e à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Análise.

Nos termos do art. 104-A do Regimento Interno, compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre a matéria.

A iniciativa em pauta é da competência legislativa privativa da União por tratar de bens imóveis a ela pertencentes ou sob sua responsabilidade, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria com a sanção do Presidente da República, como requer o art.48 da Constituição Federal.

A economia de água potável impõe-se como diretriz indispensável da gestão pública, seja porque o desperdício desse insumo essencial à vida implica o esgotamento precoce dos mananciais disponíveis, seja porque a utilização de novos mananciais, cada vez mais raros e distantes dos centros urbanos, demanda onerosos investimentos em sistemas de captação, bombeamento, adução e tratamento, recursos que poderiam ser empregados no atendimento a outras carências sociais.

Em face das competências atribuídas aos Municípios pela Constituição Federal, medidas destinadas a disciplinar o uso da água em edificações urbanas não podem ser estabelecidas por lei federal, território normativo que deve limitar-se ao estabelecimento de diretrizes gerais. Assim, no resguardo desse ordenamento, a proposição sob exame limita-se a impor medidas a serem adotadas nas edificações da Administração Federal.

Entretanto, pelo conteúdo pedagógico que encerra, a iniciativa constitui contribuição relevante para adoção de políticas públicas de racionalização do uso da água no âmbito municipal.

Diante do exposto, o Relator vota pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2014.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Passamos para a votação.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação do projeto.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização para as providências cabíveis.

Item 5:

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 23, de 2014

– Não terminativo –

Institui no âmbito do Senado Federal a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela rejeição da Matéria.

Observações: *-A matéria segue à Comissão Diretora.*

A autora não se encontra.

Concedo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira, que pediu para se manifestar sobre esse projeto.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Dada a minha discordância preliminar com o voto do Relator, gostaria de apreciar melhor o assunto. Por isso, Presidente, Senador Davi Alcolumbre, queria pedir vista desse projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O pedido de vista de V. Exª é regimental. Está concedido o pedido de vista a V. Exª.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Gostaria de solicitar ao Senador Elmano Férrer que fizesse, da mesma forma como fizemos no projeto anterior, a leitura do parecer do Senador Romero Jucá, haja vista que é uma forma de darmos celeridade à pauta da Comissão e é um projeto que o Re-

lator também sugere aprovação. Como ele é não terminativo também, solicito ao Senador Elmano Férrer que faça a leitura do voto do Relator, o Senador Romero Jucá.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2014

– Não terminativo –

Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Romero Jucá

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – A proposição em análise altera o Estatuto da Terra e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no parcelamento do solo urbano.

No Estatuto da Terra, alteram-se o inciso II do art. 64 e o §7º do art. 65, para determinar, respectivamente, a observância da legislação de parcelamento do solo urbano na formação de núcleos de colonização urbanos, e para caracterizar, como parcelamento do solo urbano, a divisão de imóvel rural que resulte em imóveis de área inferior à do módulo rural. Revoga-se, ainda, o §2º do art. 61, que autoriza o loteamento de imóveis rurais para fins de urbanização ou formação de sítios de recreio, mediante aprovação do Incra.

A Lei de Parcelamento do Solo Urbano, por sua vez, é alterada para vedar o parcelamento do solo urbano em zona rural e definir como zona rural a porção do território municipal não abrangida pelas zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica. Reitera-se, ainda, a caracterização como urbano do parcelamento de imóvel rural que resulte em imóvel de área inferior à do módulo rural, em substituição à exigência, atualmente vigente, de audiência do Incra em todas as alterações de uso do solo rural para fins urbanos.

O autor, Senador Acir Gurgacz, considera que não cabe à União aprovar qualquer tipo de parcelamento do solo destinado à formação de núcleos urbanos. Nesse sentido, seria inconstitucional a competência atualmente exercida pelo Incra de aprovar o parcelamento para fins urbanos de imóvel rural. Em seu entender, tal competência seria exclusivamente municipal. Nesse sentido, o projeto apresentado propõe-se a corrigir uma impropriedade da legislação ordinária, editada anteriormente à promulgação da Constituição de 1988.

O afastamento do Incra dessa temática fortaleceria a controle do Município sobre a ocupação de seu território e contribuiria para agilizar a análise de projetos de loteamento, coibindo, assim, a ocupação irregular do solo urbano.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria. A análise de constitucionalidade e juridicidade será feita pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a quem compete decidir terminativamente sobre o projeto.

Assiste razão ao Senador Acir Gurgacz, autor da proposição.

Com efeito, não se pode admitir uma dualidade institucional na ordenação do processo de urbanização. A formação de núcleos urbanos em zonas rurais, à margem da política municipal de ordenamento territorial, representa uma anomalia que pode colocar em risco o planejamento urbano.

Os chamados "núcleos de colonização" e "sítios de recreio" não deixam de ser formas de urbanização, ainda que situados em zona rural. Em realidade, a "zona de expansão urbana", prevista na legislação de parcelamento do solo urbano, nada mais é que uma área rural programada pelo plano diretor municipal para posterior urbanização.

A confusão legal vigente tem propiciado a urbanização de amplas parcelas do Território à margem do controle urbanístico do Poder Público, produzindo uma urbanização dispersa e de baixa qualidade urbanística, com custos de provisão de serviços públicos proibitivos. O urbanismo contemporâneo busca promover exatamente o contrário, ou seja, cidades compactas e com densidade suficiente para viabilizar deslocamentos a pé ou por transporte coletivo.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2014.

Sala da Comissão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

Antes de colocar em votação o relatório do Senador Romero Jucá, gostaria de fazer um esclarecimento à Comissão. A Presidência apenas solicitou ao Senador Elmano Férrer, da mesma forma à Senadora Simone Tebet, que fizesse a leitura do relatório do Senador Romero Jucá, em virtude da participação de S. Exª no encontro da Marcha dos Prefeitos que se realiza hoje. O Senador Romero Jucá participará do evento representando o Senado Federal, e lá inclusive fará uso da palavra. Portanto, não está sendo designado um relator *ad hoc* da matéria, o que está sendo feito é a leitura por um Senador presente na Comissão do voto proferido pelo Relator da matéria, Senador Romero Jucá.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação do projeto.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, a matéria será encaminhada para a Comissão de Reforma Agrária para as providências cabíveis.

O item 7 é um Projeto de Lei do Senado Federal, cujo Relator é o Senador Romero Jucá e ele pediu que o projeto fosse retirado da pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Autoria: Senador Anibal Diniz

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação da Matéria.

Observações: *-A matéria segue às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.*)

Passamos ao item 8:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2015

– Não terminativo –

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação da Matéria.

Observações: *-A matéria constou na pauta da 10ª Reunião em 06/05/2015 da CDR.*

-A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Wellington Fagundes, para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 21, de 2015, de autoria do Senador José Medeiros, que dispõe acerca da criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.

O art. 1º do PLS autoriza o Poder Executivo a criar a ZPE supracitada, e seu parágrafo único prevê que a criação, características, objetivos e funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação pertinente.

Por sua vez, o art. 2º estabelece que, em caso de aprovação deste, a Lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Ao justificar o projeto, o autor argumentou que as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, e 11.732, de 30 de junho de 2008, atualizaram o marco regulatório das ZPE, aumentando a possibilidade de que essas áreas aduaneiras especiais possam entrar em operação e contribuir para a dinamização econômica das áreas sob sua influência. Especificamente no caso do Município de Sorriso, localizado na mesorregião geográfica norte mato-

-grossense, destaca-se a produção agrícola, tendo sido o Município que apresentou a maior produção de soja em todo o Território nacional em 2008, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, continua o autor, uma vez que é reconhecida a importância das exportações do setor para a balança comercial do País, a instalação de uma ZPE no Município de Sorriso contribuiria para dinamizar a economia de toda a região e estimularia a agregação de valor a uma produção já consolidada.

Quanto à tramitação, o projeto foi despachado, inicialmente, para esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde se abriu prazo de cinco dias úteis para oferecimento de emendas, após publicação e distribuição em avulsos do PLS, as quais não foram propostas.

Em seguida, a matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à qual caberá decisão terminativa, conforme inciso I do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Análise...

Eu acho que nós podemos ficar só com o relatório e com o voto, não é, Sr. Presidente?

Voto.

Diante do exposto, recomendo a aprovação do PLS nº 21, de 2015, de autoria do Senador José Medeiros, até para valorizar a iniciativa do parlamentar, ainda que, lá na frente, possa haver alguma arguição sobre a questão da constitucionalidade.

Então, o nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação do projeto.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, para as providências cabíveis.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Como o próximo projeto, o item 9, nem o autor nem o Relator se encontram presentes; o item 10 é terminativo, e nós não temos quórum; assim com o item 11, eu proponho a V. Exª a inversão da ordem de apreciação dos projetos para imediatamente passarmos para o item 12, do qual eu sou Relatora.

Ah, ele é terminativo também. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Na verdade, como o item 9 é não terminativo, o Relator não se encontra presente e nós não mantivemos contato com nenhum dos assessores dele para que pudéssemos designar um Senador para fazer a leitura do relatório, eu solicito que seja retirado de pauta o projeto de lei e que seja inserido como primeiro item da próxima reunião da Comissão.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, de 2015

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, para dispor sobre a concessão de benefício às famílias durante os períodos de eventuais calamidades.

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pela aprovação da Matéria.

Observações: *-A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – E nós, então, ficaremos com quatro projetos terminativos para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Como V. Exª colocou ainda há pouco, nós não teríamos quórum para deliberar os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE MAIO DE 2015.

Às oito horas e quatro minutos do dia sete de maio de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Lasier Martins, Benedito de Lira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o recebimento do Ofício nº 3, de 2015, subscrito pelo Vereador Francisco Valdeni Vieira da Silva, Primeiro-Secretário da Câmara Municipal de Boa Viagem, que encaminha solicitação sobre a viabilidade de anistia do custeio dos pequenos e médios agricultores e "pronafianos" e os empréstimos e custeio dos agricultores até R$ 50 mil; comunica também, o envio do Ofício nº 114/2015-SACRA ao Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para que informe as consequências do ajuste fiscal anunciado pelo Governo em 2015 para o sistema agropecuário, toda a cadeia agropecuária brasileira; e comunica ainda, que a Presidente da República, Sra. Dilma Rousseff, e a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Kátia Abreu, lançaram o novo Plano de Defesa Agropecuária 2015-2020, ontem no Palácio do Planalto, que além de medidas de desburocratização, avaliação de risco, auditorias e controle interno do setor agropecuário, um ato para regulamentar medicamentos genéricos veterinários, para uso rural e também doméstico. A Senhora Presidente, por solicitação do Senador Blairo Maggi, comunica que a Comissão oficiará ao Sr. Osmar Dias, Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil S.A., para que informe sobre as consequências da aprovação do Projeto de Lei da Câmara Federal n° 15, de 2015 – complementar – para a agropecuária brasileira, os impactos que poderão ocorrer nas regras vigentes da Política de Crédito Rural no País. Após as comunicações, inicia-se a 1ª PARTE da Reunião referente à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 23, de 2015, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes e Benedito de Lira, com a finalidade de debater o tema: Medicamentos Genéricos para a Agropecuária, com a participação do Sr. Ivo Bucaresky – Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Sra. Maria Angélica Ribeiro de Oliveira – Fiscal Federal Agropecuária da Divisão de Material Genético do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (representante de: Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA); Sr. Ricardo Pinto – Presidente do Sindicado Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN; Sra. Tânia Lyra – Consultora em Defesa Agropecuária da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (representante de: João Martins da Silva Júnior, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA). Os Senhores Senadores Blairo Maggi, Benedito de Lira, Wellington Fagundes, Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Dário Berger e Ana Amélia fazem uso da palavra. A Senhora Presidente, por solicitação do Senador Ricardo Ferraço, comunica que agendará uma audiência dos senadores membros da Comissão com a Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para tratar da decisão adotada pelo Ministério de autorizar a importação de café verde, que traz grandes preocupações por questões fitossanitárias e por questões de conjuntura de mercado. Após as considerações finais, dá-se início à 2ª PARTE da Reunião com a finalidade de apreciar o Plano de Trabalho apresentado ao Requerimento n° 14, de 2015, que estabelece procedimento de avaliação, no âmbito do Senado Federal, no exercício de 2015, da Política Pública de Defesa Agropecuária no País. Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho referente ao RRA n° 14, de 2015 (Relator: Senador Dário Berger). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, comunico à Comissão o recebimento do Ofício nº 3, de 2015, subscrito pelo Vereador Francisco Valdeni Vieira da Silva, Primeiro-Secretário da Câmara Municipal de Boa Viagem, o qual encaminha solicitação aprovada naquela Câmara sobre a viabilidade de anistia do custeio dos pequenos e médios agricultores e "pronafianos" e os empréstimos e custeio dos agricultores até R$50 mil.

Também comunico aos caros colegas Senadores que estamos encaminhando, atendendo a uma solicitação do Senador Ronaldo Caiado, uma correspondência ao Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para que ele nos avalie por escrito ou por comunicação verbal, da maneira que lhe convier, avaliando as consequências do ajuste fiscal anunciado pelo Governo em 2015 para o sistema agropecuário, toda a cadeia agropecuária brasileira. A correspondência será encaminhada pela Presidência desta Comissão.

Também ontem a Presidente da República, a Presidente Dilma Rousseff, e a Ministra da Agricultura Kátia Abreu lançaram o novo Plano de Defesa Agropecuária 2015-2020. O lançamento foi no Palácio do Planalto e envolve, além de medidas de desburocratização, avaliação de risco, auditorias e controle interno do setor agropecuário, um ato para regulamentar medicamentos genéricos veterinários, para uso rural e também doméstico. De acordo com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nossa colega, Senadora Kátia Abreu, a exemplo do que ocorreu com medicamentos para uso humano, os chamados medicamentos genéricos, espera-se uma redução do preço, e ela estima numa média de 70%.

Essa matéria já foi motivo de um decreto, publicado ontem pelo Governo, informando, entre outros itens, que a comercialização ou exposição à venda de produtos de uso veterinário sob prescrição obrigatória de médico veterinário requer a apresentação de receita veterinária, com ou sem arquivamento, segundo ato do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A comercialização e emprego dos produtos de uso veterinário, sob o regime do controle especial, de acordo com sua classificação, serão definidos em ato do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As empresas titulares – é outro item do decreto – do registro do produto de uso veterinário devem dispor do serviço de farmacovigilância, na forma disposta em ato do Ministério da Agricultura.

Também um item importante é que o Ministério da Agricultura, no âmbito do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, criado pela Lei nº 11.913, de 14 de janeiro de 2009, exercerá o controle da produção, da comercialização e da prescrição de produtos de uso veterinário mediante rastreamento por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.

Então, com isso, eu já, de início, informo que a presente reunião se destina, exatamente, a esta audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de autoria dos Senadores: Wellington Fagundes e Benedito de Lira, com a finalidade de tratar do uso de medicamentos genéricos para a agropecuária.

Eu queria agradecer, de antemão, a presença do Dr. Ivo Bucaresky, que é o Presidente substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – agradeço sua presença; da Drª Janaína Gonçalves de Moura, Fiscal Federal de Agropecuária, Coordenadora de Produtos para Alimentação Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Dr. Ricardo Pinto, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal; Tânia Lyra, Consultora da Área de Defesa Agropecuária da Confederação da Agricultura e Pecuária.

Eu queria dizer que nós vamos propor um procedimento facilitador. Os Senadores Moka e Blairo Maggi, assim como o Dr. Ivo, já têm um compromisso, uma reunião, previamente acertada, na própria Anvisa, que é do Colegiado, uma espécie de Assembleia Geral...

Então, eu queria, de antemão, para fazer o adiantamento do tema, que o Senador Moka e o Senador Blairo apresentem já as questões que, eventualmente, tenham para o Dr. Ivo, em relação ao assunto ou a outro assunto, aproveitando a gentileza da presença do Dr. Ivo, que é o Presidente da Anvisa, para que ele, já na exposição, encaminhe as questões que foram levantadas.

Então, dessa forma, nós já damos um passo importante e damos também, pela atenção que ele dispensou a esta Comissão, a preferência para falar. Então, se os Senadores tiverem algum questionamento ao Dr. Ivo ou à Anvisa, de modo geral, seria o momento oportuno.

Enquanto os Senadores... Vejam – eu queria lembrar isto , Dr. Ivo – que um dos debates que aqui foram feitos, há mais tempo, era uma matéria da própria Senadora Kátia Abreu no sentido de que nas patentes – o Senador Moka deve lembrar-se bem disso – e em muitos dos registros de produtos de defensivos agrícolas, havia, digamos, a chamada reserva de mercado.

O que era isso?

Uma empresa, em geral multinacional, pede um registro de determinado produto, e aquele produto fica registrado *ad aeternum,* e, claro, isso é uma reserva de mercado, porque outra empresa que queira entrar e produzir, com preço menor ou em outras condições, fica impossibilitada, porque aquele produto já está ali.

Lembro que a Senadora Kátia Abreu fez um projeto de que, digamos, haveria um tempo de duração ou de validade, melhor dizendo, desse registro que a Anvisa concederia. Eu queria uma informação sobre isso. Penso que seja pertinente, a menos que os Senadores também queiram fazer.

Senador Blairo Maggi, Senador Moka...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Primeiro, ele tem direito...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É, tem. Ele chegou antes da Presidente aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não há um critério por idade? (Risos.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Os mais novos falarão primeiro aqui. (*Risos.*)

Obrigado, Senador Moka.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Aqui, quem menos corre voa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia, Presidente Ana Amélia; bom dia aos nossos convidados, Dr. Ivo, Dr. Ricardo; Maria Angélica e Tânia Lyra.

Presidente, primeiro, antes de um questionamento ou de um comentário sobre a questão Anvisa, eu gostaria de fazer um comentário com a Presidente e com o colega Moka para ver como a gente pode posicionar-se nesse assunto.

Na semana passada, nós votamos aqui no nosso Plenário uma questão de liberação de recursos dos fundos judiciais para auxílio aos Estados, onde esses recursos poderão ser utilizados no pagamento de precatórios e também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Depósitos judiciais e administrativos. Precatórios e outros compromissos que têm os Estados com a União.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Isso, perfeito.

Então, naquele dia foi dita alguma coisa de que o Banco do Brasil estaria reticente quanto a isso. Ontem, participei de uma reunião na Casa Civil, e o Ministro Aloizio colocou algo que me deixou preocupado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Aloizio Mercadante.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sim, Mercadante.

Eu não havia feito esse raciocínio, ninguém nos alertou também de uma consequência como essa. Ele me disse ontem que os recursos depositados no Banco do Brasil – em torno de R$20 bilhões mais ou menos – faltarão ao custeio agrícola. É compreensível. Se é um *funding* do Banco do Brasil, e o Banco do Brasil vai ter de tirar esse dinheiro e passar para os Estados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, vamos estar concentrando recursos na mão de dois grandes Estados em detrimento de maiores recursos para a safra agrícola, o plano agrícola.

Bom. Não sei se isso é apenas uma choradeira política, ou não, mas a minha sugestão à presidência da nossa Comissão é de que fizesse uma solicitação ao Banco do Brasil e que se pudesse dar uma explicação do que efetivamente afeta...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O impacto.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ...e o impacto que isso traz para o setor agrícola, de forma oficial.

O projeto ainda não foi aprovado na Câmara. Passou no Senado, mas está na Câmara. Dependendo de como isso se comporta e, vamos chamar assim, o dano efetivo sobre o agronegócio, temos de nos posicionar, lá, junto com os nossos Deputados – tentar orientá-los ou dizer-lhes dos malefícios que isso vem trazer.

É um negócio bem complicado, mas vale a pena olharmos esse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Na verdade, uma parte dos recursos é dos depósitos compulsórios dos bancos, que formam o recurso da agricultura, e recursos orçamentários. O impacto, Senador Blairo, é maior do que nós imaginamos.

No caso do Rio Grande do Sul, o Governo do Estado já dispunha de uma legislação estadual, permitida pela assembleia, do uso do recurso dos depósitos judiciais.

Qual é o impacto disso também lá, do ponto de vista da função?

Muito do custeio ou de outros investimentos do próprio Poder Judiciário é feito com a rentabilidade da aplicação desse recurso. Quando se tira o recurso, também se tira a rentabilidade daquele valor e, portanto, afeta o planejamento orçamentário do órgão, no caso o Poder Judiciário, e outras finalidades.

Então, de fato, V. Exª traz à discussão tema relevante, que é a questão do impacto no crédito rural, sabendo que o Banco do Brasil é o principal agente financeiro do crédito rural em nosso País.

Então, a Comissão encaminhará o seu pedido, em nome da Comissão, ao Dr. Osmar Dias, Vice-Presidente, que cuida dessa área – tem sido sempre muito solícito – para que nos informe ou eventualmente compareça à Comissão, se assim o desejar, para fazer uma análise maior a respeito desse tema.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não tenho dúvida de que a resposta do Banco do Brasil será no sentido do que o Senador Blairo falou, até porque eu participei de almoço na frente parlamentar de agricultura com a presença do Ministro Joaquim Levy e do Osmar Dias, o ex-Senador Osmar Dias e hoje Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil. E ele foi muito incisivo.

Eu disse isso. Esse é o tipo da coisa em que... O Governo não tem ninguém aqui para dizer que isso pode afetar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ao contrário, tentaram propor uma emenda de 60, 40...

Evidentemente, ninguém aqui tem..., mas, se for desse jeito, aqui no Senado não há mais o que fazer, porque foi aprovado. Aí, vamos ter de conversar com o pessoal da frente parlamentar de agricultura na Câmara dos Deputados.

Agora, o importante da iniciativa da Comissão é que, diante de uma manifestação oficial do Banco do Brasil, nós podemos passar isso para o Presidente da frente parlamentar de agricultura, além de cada um dos nossos partidos, dos nossos Líderes, que terão de ser convencidos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – As soluções...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A solução é uma solução engenhosa. Só que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Às vezes, a engenhosidade acaba não sendo a mais adequada para a necessidade do País ou do sistema. Nesse aspecto, o que o Senador Blairo apresenta seguramente não foi avaliado na hora, porque se pensou apenas no Estado, na relação dos seus compromissos; dos Estados que têm dívidas ou contratos com a União. Não se pensou na consequência ou nas chamadas sequelas decorrentes dessa decisão dele...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agora, o Banco do Brasil também podia pegar um pouco dessa aplicação que eles têm e diminuir juros do setor. Também vamos cobrar isso deles. (Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agora, entrou em um terreno mais... Senador Moka , essa parte vai ser interessante.

Senador Blairo, será encaminhada ao Dr. Osmar Dias essa solicitação, para que esclareça à Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Está bem.

Dizem que, em Economia, sempre há as soluções mais simples, parecem as melhores, mas são sempre equivocadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Há coisas piores...

Presidente, não é bem do tema da audiência pública, porque conheço muito pouco da questão animal – terei de ouvir primeiro as apresentações para, depois, ter uma opinião ou se ficar com dúvidas a respeito de alguns assuntos. Mas às 9h vou precisar sair – vou fazer uma viagem para uma outra região que não a minha – e ir para o aeroporto.

Mas eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Ivo. Aliás, não é bem perguntar, mas fazer um comentário, e caberia, depois, uma resposta. Nós temos ouvido muito, no setor agrícola principalmente – não sei se no setor da veterinária, que é o caso de que tratamos hoje aqui, isso também acontece. Mas tem-se procurado substituir algumas moléculas, alguns produtos mais antigos que há no mercado, por várias recomendações que vêm dos relatórios e coisa parecida.

Há alguns produtos que são ainda extremamente eficientes na agricultura, no combate a algumas pragas e enfermidades, e que, ao longo do tempo, ficaram muito baratos também. O tempo passa e, daqui a pouco, retira-se o produto que está barato, que já é do conhecimento, por algum motivo – e o motivo normalmente é por ser cancerígeno ou por fazer mal ao meio ambiente. Alguns pontos são colocados e, depois de grande luta, de vários anos, vem uma nova molécula que faz a mesma coisa. Muda um princípio ativo, mas faz outra coisa. E o produtor rural acaba pagando lá em cima de novo e passam-se vários anos até que esse preço se desgaste, e há uma mudança.

Então, me parece um jogo bem combinado. E aí eu vejo algumas vezes recomendações, e eu estou dando um exemplo, não sei se é exatamente o caso. Retira-se o Endosulfan porque foi comprovado que em Cingapura ele fez mal, ou em outros países.

Quando você vai ver esses países, eles não têm agricultura; eles não manejam grande volumes desses produtos como nós o fazemos aqui no Brasil. Então, essas coisas nos deixam dúvidas se é só a parte técnica ou se há uma parte política, uma parte comercial...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Concorrencial...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Pressão das empresas, concorrência, possibilidade de novos ganhos, com novas moléculas.

Então, fica esse comentário com uma pergunta: quem toma a decisão? Como começa? Quem provoca? E quem, no final, retira isso? Quem diz: "Os óculos do Blairo não servem mais; agora, têm de ser os óculos do Moka!" Quem diz isso?

Aliás, os meus estão ruim mesmo. Preciso trocá-los.

Essas são as minhas considerações e a minha pergunta. E também: por que demoramos tantos anos para ter uma molécula nova aprovada? Se não há coisa semelhante na saúde humana? Por exemplo, um produto novo sai lá nos Estados Unidos para impotência sexual, e, puxa vida, três meses depois está sendo vendido no Brasil, quando ninguém fez teste de nada aqui!

Surge alguma coisa nova na área de saúde – é muito rápido; a gente percebe que é muito rápido –, já está no mercado brasileiro.

Os nossos produtos agrícolas são...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Contrabandeados ou...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É, contrabandeado entra mais fácil, Ana Amélia. Contrabandeado vem do Paraguai e vem bem mais fácil, o que, aliás, é um outro problema sério que nós temos. Ninguém tem controle de nada.

Então, eu gostaria, depois, de uma avaliação do Dr. Ivo sobre esse assunto.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada. Muito bem pontuado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Acho que a chegada do Senador Benedito de Lira dá prioridade. É que eu sou um homem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, Senador.

Senador Moka, veja só o que é um Senador atento: o Senador Benedito de Lira junto com o Senador Wellington Fagundes são os requerentes desta audiência pública.

O Dr. Ivo Bucaresky, que é o nosso Presidente da Anvisa, Senador Benedito, tem uma assembleia, uma reunião do colegiado da Anvisa, e precisa sair para atender essa agenda.

Como a Anvisa sempre tem dado muita atenção ao relacionamento com o Congresso, é extremamente pertinente que ele seja o primeiro a falar.

Então, para adiantar, Senador Benedito, eu queria que V. Exª já apresentasse a ele as dúvidas que tem, até porque V. Exª, ontem, esteve na reunião, no Palácio do Planalto, da oficialização do lançamento e do decreto que regula os medicamentos veterinários.

Consulto, também, o Senador Donizeti, depois do Senador Benedito, se também tem algum questionamento.

Então, vamos fazer direto. Logo, ele fará a exposição em cima dos questionamentos dos Srs. Senadores.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Srª Presidenta, senhores debatedores, meus caros companheiros Senadores, a bem da verdade, num determinado momento da tramitação desse processo de regulamentação dos genéricos para produtos veterinários, conversávamos com a direção da Anvisa, anterior, e me parece, pelas informações que eu recebi naquela oportunidade, que a Anvisa não tem, segundo eles me disseram, responsabilidade no que diz respeito a produtos veterinários. Ela não cuida disso.

É lógico que as dúvidas que eu tenho, como todos os colegas têm, são porque um processo desse tipo demorou 12 anos para que pudesse tornar-se lei. Consequentemente, ontem, a Presidenta Dilma assinou o decreto de regulamentação.

Eu perguntava aos ministros anteriores, da Agricultura, o que era, o que acontecia que não havia qualquer possibilidade de andamento do decreto de regulamentação, que é de responsabilidade do Ministério da Agricultura.

As informações que me davam, na época, eram de que isso era uma nova molécula e que não estava havendo interesse por parte dos laboratórios; enfim, criavam uma série de dificuldades para que as coisas não acontecessem.

Isso não era novidade, meu caro Blairo, meu caro Moka, porque isso aconteceu desde o momento, em maio de 2003, em que nós protocolizamos projeto de lei junto à Comissão de Agricultura da Câmara. Mais ou menos 15 ou 20 dias após o processo começar a tramitar – não havia, ainda, nem se designado o Relator –, eu já fui procurado por empresários de laboratórios de medicamentos.

Eu me perguntava o que é que eles desejavam. Eu imaginei até, no momento, que eles poderiam querer oferecer alguma sugestão para melhorar o projeto, alguma coisa que não estava no bojo do projeto, que seria, logicamente, disciplinado e cuidado, no decorrer de sua tramitação – o próprio Relator iria decidindo as dúvidas –, mas não era. Era exatamente para que nós pudéssemos não dar muita crença ao projeto, para que ele pudesse parar, não andar.

Eu pensei: o projeto, quando nós o estamos propondo, é para atender à pecuária brasileira; não é para fazer negócio com laboratório. Resultado: o processo passou, mais ou menos, seis anos na Câmara e três anos aqui, no Senado Federal, para que pudesse ser objeto de aprovação nos plenários das duas Casas.

Eu fiquei animado com aquilo. "Foi aprovado? Foi aprovado. Então isso vai ser rápido". Completar-se-iam três anos, agora em julho, desde que o projeto fora encaminhado para o Ministério da Agricultura. E não era porque nós não estivéssemos cobrando – tanto eu quanto o Moka e outros companheiros interessados no setor. Era porque havia dificuldades dos técnicos para que a coisa pudesse andar. E foi quando, nessa oportunidade, nós então consultamos a Anvisa, e a informação que nos deram foi de que a agência nada tinha a ver com regulamentação no que diz respeito a medicamentos veterinários.

Pois bem, a Kátia assumiu o Ministério da Agricultura, e eu lhe pedi uma audiência, porque já havia estado com os dois ministros anteriores, que não criaram dificuldades – a parte técnica foi que não andou. Ela, então, chamou os técnicos e procurou saber o porquê. Aí cada um apresentou uma dificuldade. A área jurídica, por exemplo, achava que... Ela, então, determinou; deu um prazo, para que as coisas pudessem acontecer. Recentemente, ligou para mim, e eu comuniquei à Comissão que ela levou o caso à Presidenta Dilma, que estranhou e chamou seus assessores – parece que inclusive teve uma conversa com o Ministro da Saúde –, e disse que iria assinar o decreto ontem. Na verdade, assinou. Eu ainda não sei se já foi publicado no *Diário Oficial da União*, porque não passei no gabinete.

Então, em boa hora, está acontecendo esta audiência pública, coincidentemente, já com o decreto de regulamentação. Eu gostaria apenas de procurar saber, se alguém tiver como informar, quais são os próximos passos, para que possamos ter produtos genéricos na prateleira das casas que vendem produtos veterinários.

Eu vou dar um exemplo. Nós vamos à farmácia comprar genéricos para humanos. Eu, recentemente, precisei comprar uma medicação para uso pessoal, trouxeram-me o remédio que eu queria – de marca; deram-me o preço de R$368,00, e a prateleira estava cheia de genéricos. Eu perguntei: "Este mesmo medicamento tem genérico?" "Tem, sim, senhor." "Traga". A diferença era a de que o remédio de marca tinha 30 comprimidos, e o genérico – parece-me – tinha 24. A diferença de comprimidos era pequena; quando terminasse, eu compraria outra caixa. "E qual é o custo deste aqui?" Eu não quis acreditar que estava ouvindo aquilo. Eu paguei R$68,54. Quer dizer, vejam que coisa!

Por isso, é que esse tipo de medicamento, Presidente, levado para o produtor rural, o criador, o pecuarista, vai ajudar consideravelmente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Além do mais é o seguinte...

Vou encerrar, Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Estou preocupada com...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Eu sei que ele precisa retirar-se.

Então, obrigado.

O decreto já foi publicado no *Diário Oficial* de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Nós temos aqui a cópia.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Foi publicado.

Queria dar essas informações preliminares e, lógico, considerando a necessidade de todos se retirarem da audiência, voltaremos a tratar do assunto no momento em que os outros debatedores possam dar as informações, e aí vou tirar as dúvidas.

Mas quero, na oportunidade, agradecer à Ministra Kátia Abreu, que determinadamente chamou seus técnicos e marcou data. E saiu. Então, agradeço também à Presidenta Dilma que, ao mesmo tempo em que a Ministra Kátia levou o problema para ela, estranhou, ficou abismada por conta dos três anos. E o ministério tinha, de acordo com a lei, 120 dias para fazer a regulamentação.

Por isso, Presidente, queria agradecer a V. Exª por esse preâmbulo e ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Benedito, eu...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Dizer ao Dr. Ivo que agora, já que a Anvisa não tem a responsabilidade técnica de fazer a análise para ....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Então, qual a orientação que o senhor pode nos oferecer no que diz respeito aos primeiros e próximos passos que podemos dar para continuarmos cobrando?

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Quero passar a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que, junto com o Senador Benedito, é o requerente também desta audiência pública.

Como já falei, o Dr. Ivo Bucaresky tem um compromisso e será o primeiro expositor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia, Senadora, bom dia a todos os palestrantes – Dr. Ivo Bucaresky, Dr. Ricardo Pinto, Drª Maria Angélica e Tânia Lyra – e a todos os companheiros.

A nossa intervenção penso que seja bem objetiva. Gostaríamos de saber como o ministério pode fazer, a partir de agora, para estimular as empresas e, também, de que forma as empresas poderão estar oferecendo isso de forma mais rápida ao mercado. E também, claro, o ministério na análise dos registros, porque a reclamação que temos é de que, principalmente na Anvisa, a demora é muito grande.

Há poucos dias, nessa semana, eu conversava, inclusive, com o próprio Ricardo Pinto, indagando-lhe se o Ministério da Agricultura tem corpo técnico ou estrutura para fazer os exames, enfim, fazer as provas, para oferecer um produto em que o consumidor possa confiar. Ele me garantia, para minha surpresa, que o Ministério da Agricultura tem até mais condições do que a própria Anvisa. Isso é importante que vocês falem aqui também, porque tudo o que é novo tem que ter credibilidade.

Para minha surpresa, um médico, aqui do Senado, prescreveu um remédio para mim e disse: "Olha, compre o de marca. Com relação ao genérico, temos dúvidas". Isso não é bom para o consumidor, porque comprar um produto sem ter a certeza... Se o próprio médico coloca dessa forma, isso deixa de estimular nos a acreditar e comprar aquele produto. Como disse aqui o Senador Benedito Lira, claro que o genérico, de modo geral, é mais barato; de modo geral, é mais barato.

É mais ou menos sobre isso que eu gostaria que fosse falado, para trazer tranquilidade se vamos ter a implantação mesmo; quanto tempo aproximadamente; e o que vai representar isso, no seu ponto de vista, em relação à economia. Existem parâmetros realmente em que isso possa ser colocado?

Então, Presidente, quero ser bem sucinto, até porque estou vendo sua angústia em atender logo o nosso palestrante. Acho que é importante que eles falem.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço muito a colaboração valiosa, Senador Wellington.

Senador Donizeti, eu queria, então, que a colaboração fosse, assim como fez o Senador Wellington, para a gente permitir que ele...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Penso que o que a Anvisa acumulou no processo de implantação do genérico para o tratamento humano pode colaborar com esse processo agora de implantação.

Eu queria saber, Dr. Ivo, se essas questões já estão sendo tratadas? Se a Anvisa acompanhou essa questão do decreto que foi publicado ontem? Só.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Donizeti. Falou como jornalista.

Senador Moka e Senador Dário Berger, se tiverem questionamentos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bom, Presidente, eu penso que eu vou me dirigir à Maria Angélica, que é a fiscal federal da agropecuária do Mapa. Por quê? Porque esse processo todo é desencadeado no Ministério da Agricultura. A Anvisa pode até ajudar, colaborar, não é?

Vou começar dizendo que essa história do médico que prescreve e diz: Não, é melhor a medicação que tem..."...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Claro, a de marca...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... isso é uma balela, não é?

É uma balela, porque o genérico, em si, para ele ser genérico, ele tem que ter a mesma dosagem, a mesma composição química; senão, ele não é aprovado. Então, isso não tem...

E aí, Wellington, além de médico, eu dei aula de Química muito tempo. Então, isso eu conheço. Não é de ouvir dizer. Eu conheço mesmo isso. Então, é uma desinformação que se presta.

Agora, se o médico está acostumado a prescrever determinado medicamento e acredita nele, é uma coisa, é diferente. Agora, dizer que o genérico... A não ser... Porque, para ser genérico, a denominação "genérico" implica ser exatamente a mesma molécula. Então, não tem por que...

Mas o que eu queria ser objetivo no seguinte: por que um processo como esse demorou três anos no Ministério da Agricultura?

Com isso, evidentemente, eu não estou querendo insinuar nada, acusar nada, mas não é possível um negócio desses. As coisas não têm limite. Quer dizer, e olha que o Benedito, eu e o Benedito... O Benedito é autor do projeto, não é?

Então, eu me lembro da discussão na ocasião de se implantar o genérico. Olha, um cidadão foi lá e começou a entrar numa discussão sobre essa estrutura molecular: "Mas a reação é diferente." Aí, eu falei: "O senhor vai me desculpar...". Entrou numa área que não dava para eu engolir aquilo, não é?

Então, não existe isso. O que existe é o seguinte: se há uma forma de se colocar um genérico, nós temos que colocá-lo. Nós estamos falando da economia. Não é possível isso. Não é possível que possa ter algum tipo de interferência – eu não quero acreditar nisso – que possa evitar...

E veja como é uma questão de decisão política. A Senadora Kátia Abreu foi para lá, o Benedito foi lá e falou: "Como é que é?". Chamou a turma e disse: "Olha, você vai voltar e, daqui a um mês, a Presidente vai assinar o decreto".

E está aí publicado.

Quando o Ministro da Saúde era o hoje Senador José Serra, foi a mesma coisa. Entrou-se numa guerra de patente, mas liberou-se o genérico também aqui para consumo humano. Quer dizer, eu acho que o Senado pode ajudar nessas coisas. E nós temos o dever de contribuir, porque nós estamos falando de medicamento, principalmente em se tratando de vidas humanas. E claro, de vida animal também, porque isso nós estamos falando de tudo, não é?

Então, tudo bem, existe a parte comercial, mas também há os animais de pequeno porte que são, em alguns casos, tão importantes, pois parecem fazer parte de uma família. Há casos nesse sentido também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Cachorros e gatos – os PETs, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aí, a questão emocional.

O envolvimento das pessoas.

Então eu diria para a Drª Maria Angélica: afinal de contas, o que faz com que um processo desses possa demorar três anos para ser aprovado?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Moka.

Passo a palavra, para encerrar os questionamentos, ao Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, Presidente Ana Amélia, preliminarmente, quero cumprimentar mais uma vez V. Exª pelo desempenho que teve ontem à frente da PEC dos empregados e das empregadas domésticas, que teve uma repercussão muito importante na mídia nacional. V. Exª realmente demonstrou muita capacidade de articulação e competência. Eu quero aproveitar para começar a quinta-feira parabenizando-a.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada. Eu agradeço muito, mas eu aprendo com os colegas aqui, com todos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Dando sequência, ato contínuo, aqui, à minha participação, senhores convidados, eu sou portador, vamos dizer assim, da proposta difícil, porém honrosa, de elaborar, aqui, uma proposta de trabalho sobre política de defesa da agropecuária para este exercício. Estou dando continuidade a um trabalho que vem sendo feito por esta Comissão.

Discutiremos esse assunto durante o ano de 2015 e, ao final, teremos de apresentar um relatório, e, evidentemente, os senhores e as senhoras terão uma participação importante e fundamental para a elaboração desse relatório.

Eu sou de Santa Catarina, e Santa Catarina é um celeiro de produção do agronegócio. E a sanidade, lá, atingiu índices bastantes consideráveis. Eu fui contemplado e premiado pela Presidente para ser o Relator, então, dessa matéria, para tentar buscar, através de Santa Catarina, também, alguns encaminhamentos, alguns exemplos, alguns procedimentos que possam contribuir para uma política de defesa agropecuária para o País inteiro.

Dessa maneira, nós estamos iniciando ainda, praticamente, um trabalho e, evidentemente, no decorrer do mandato, nós vamos dar continuidade a esse trabalho e fazer uma exposição mais objetiva de todos os nossos objetivos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Dário Berger, eu queria informar aos colegas Senadores: o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, fez uma reunião com os presidentes das comissões temáticas, exatamente, para avaliar – trata-se do tema do Senador Dário Berger – as políticas públicas em alguns setores.

A maioria das comissões escolheu apenas um tema, e nós, aqui, escolhemos dois temas. Um tema, relacionado à extensão rural, cujo relatório já foi aprovado, sob a responsabilidade e coordenação do Senador Donizeti Nogueira, para toda a área de agricultura e extensão rural, especialmente agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária.

E eu pediria o apoio dos Srs. Senadores, para, logo em seguida, após a exposição, nós apreciarmos o relatório do Senador Dário Berger, que faz o cronograma de trabalhos ao longo do ano. Nós temos de encerrar, porque é o exame de políticas públicas nacionais nestas duas áreas: extensão rural e defesa sanitária – animal e vegetal.

Então, eu agradeço muito a relatoria estar pronta, porque, aí, nós adiantamos o trabalho em relação à Comissão.

Obrigado, Senador.

E eu passo a palavra ao Dr. Ivo Bucaresky para responder aos questionamentos e fazer alguma adição que tiver a respeito do tema.

O SR. IVO BUCARESKY – Primeiramente, bom dia, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, colegas da Mesa. Eu quero, em nome da Anvisa, agradecer o convite para vir falar aqui na Comissão de Agricultura do Senado, e pedir desculpas porque vou ter de me retirar em seguida, pois vamos ter reunião pública da diretoria colegiada da Anvisa. E, como nós estamos agora com apenas três diretores, se qualquer um de nós faltar, não há quórum para a reunião, e existem várias decisões importantes que nós temos de tomar no dia de hoje.

Segundo, a Anvisa não trata de medicamentos veterinários: nós tratamos de medicamentos de uso humano. Porém, nós já temos uma política de genéricos – já faz 18 anos que o Brasil a tem. E, até por conta disso, inclusive a pedido do Ministro Arthur Chioro, nós já estamos nos reunindo com a equipe do Ministério da Agricultura para dar o apoio e explicar como foi a política de medicamentos genéricos no País, para ver o que pode ser ajudado e ser usado na política de medicamentos genéricos veterinários.

Antes de entrar na questão dos genéricos, eu vou aproveitar para responder às perguntas sobre defensivos agrícolas, que aí, sim, é algo que a Anvisa registra, primeiro, para lembrar que isso é uma análise de três órgãos do Governo. Nós analisamos do ponto de vista da questão sanitária humana; o Ibama, do ponto de vista ambiental, e a Agricultura, do ponto de vista do uso como insumo agrícola.

Portanto, qualquer molécula nova, ou mesmo um genérico ou uma cópia de outra molécula, tem que passar pelos três órgãos para ser registrada.

Quanto à patente, não somos nós que fazemos. Existe uma lei, existe o INPI, mas, tanto para medicamento genérico quanto para defensivo, para determinada patente, pode-se registrar cópia de genérico de qualquer produto.

Quanto à questão das moléculas antigas e de serem substituídas, nós temos o seguinte: no Brasil, é importante dizer, diferente de outros produtos registrados na Anvisa, os defensivos agrícolas não têm prazo de registro. Feito o registro, eles são registrados *ad aeternum*.

Por exemplo, nós revisamos o registro de medicamentos a cada cinco anos. Agora, com a nova lei, nos casos de medicamentos menos complexos, nós poderemos revê-los em até dez anos. Mas, hoje, cinco anos, assim como cosméticos e todos os outros produtos que nós registramos, menos os defensivos agrícolas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVO BUCARESKY – Como é feito? Se houver, em algum caso, um pedido, se começa a haver provas de que há problemas para a saúde humana de determinada molécula, cria-se um painel de revisão, formado por especialistas da área, por técnicos nossos, acompanhados também do Ministério da Agricultura, do Ibama, que reanalisam a molécula. São estudos que levam alguns anos.

A partir desse painel de revisão,se houver uma avaliação técnica de que deveria ser substituído, isso, depois, vai ser analisado pela diretoria colegiada da Anvisa, e aí tomamos a decisão avaliando o parecer científico, se devemos ou não retirar a molécula.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dr. Ivo, eu acho que a Anvisa precisava ter também uma política, com os mesmos critérios para retirar e conceder a patente. Porque pode ser coincidência, mas, no momento em que começam a criar problema com determinado defensivo, logo em seguida, vem outro novo, claro, três vezes mais caro. O antigo some. Então, o critério de por que tirar... De repente, começa o negócio, descobre-se um caso aqui, outro ali.

Eu sou do tempo em que se usava organofosforado e organoclorado, que eram terríveis, porque a meia-vida deles é muito longa. Hoje, não me parece... A estrutura molecular é um radical ali e vira outro produto. São estranhas essas retiradas.

Outra coisa: dizer que o produtor rural usa aquilo dá até a impressão de que aquilo é uma coisa barata e que o produtor rural faz aquilo de maldade, que coloca um monte de veneno, como eles dizem. Não é. Nós temos um clima tropical, e, em função desse clima, há o aparecimento de muito mais pragas nas plantas do que em outros lugares de clima temperado.

Eu não estou fazendo defesa, nem teria por que fazer – nem produtor rural eu sou. Aqui tem gente com mais condições de fazer essa análise.

Eu gostaria de saber se é técnico ou não, e por que está saindo. Isso é uma garantia. Tem que tirar mesmo, se alguma coisa está prejudicando.

Agora, essa coisa de dizer "essa molécula...", isso é que é difícil para nós, leigos, assumirmos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Só para complementar. Há produtos, por exemplo, que se recomenda sejam tirados aqui do Brasil e que continuam sendo comercializados na Europa e nos Estados Unidos – e são proibidos em Cingapura, em Taiwan.

Então, não fica bem claro que é uma coisa só técnica. Dá a impressão de que há assuntos comerciais no meio disso. E é essa a observação que a Bancada aqui está fazendo; a Bancada da comissão, não...

O SR. IVO BUCARESKY – Não, estou entendendo.

Na verdade, eu sei, e é óbvio, que em todas as áreas existem movimentos comerciais, interesses comerciais sempre envolvidos em qualquer coisa, na concorrência. Nós tentamos fazer uma revisão bastante técnica. E, no Brasil, nós somos bem demorados na nossa análise. O Brasil faz uma análise muito técnica, com muita calma. Nós temos uma diferença, sim, dos Estados Unidos e da Europa. A nossa lei é muito mais rígida do que a deles sobre isso aqui, na Europa e nos Estados Unidos. Aqui, no Brasil, se for considerado cancerígeno, tem que ser retirado. Nos Estados Unidos e na Europa, se é considerado cancerígeno, mas se existem modos de que sejam considerados passíveis de mitigação e de ter políticas, eles mantêm. A nossa lei é rígida nisso aqui: se é, tem de retirar. E nós temos que cumprir a lei. Se a lei diz: pode-se ter, se houver mitigação, nós trabalhamos nisso aqui. Se não, nós temos que, infelizmente, cumprir a lei – infelizmente não, felizmente. A lei nós temos de cumprir. Esse é o nosso papel.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas aí tem que retirar mesmo. Um produto desses que pode causar um câncer em uma pessoa, ele precisa ser retirado. Não tenho dúvida disso daí.

O SR. IVO BUCARESKY – Sim, claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – O que me preocupa é o seguinte: foi usado durante cinco anos, dez anos, e, de repente, descobre-se uma coisa que foi patenteada; quer dizer, que passou por todos os testes, e, aí, logo em seguida, quase que de imediato, já tem outra molécula três vezes mais cara, um outro produto para ser colocado no lugar daquele. Aí vai demorar uns quatro, cinco anos, e vai surgir uma insinuação.

Por isso, estou falando, quando há um critério de "esse produto é capaz de fazer com que as pessoas possam contrair isso", isso para mim acabou: tem de ser retirado, e eu sou um dos primeiros a sair em defesa disso.

O SR. IVO BUCARESKY – Bom, então, a forma é a seguinte: há o painel de revisão. Em relação a muitos produtos, em todas as áreas de segurança sanitária, muitas vezes a gente só descobre problemas que ocorrem... Isso também ocorre em medicamentos. Por exemplo, há medicamentos antigos que, de repente, nós descobrimos que têm problemas, que têm risco de segurança depois de muito tempo de uso, e são retirados, às vezes, pelos próprios laboratórios. Aqui, no Brasil, no caso de defensivos, existe o painel de revisão, existe toda essa discussão.

Sobre o tempo de registro de molécula nova, as nossas avaliações, a parte que é da Anvisa, nós avaliamos mais ou menos na velocidade da Europa e dos Estados Unidos. Nós temos outra questão, porque isso também tem de ser avaliado por outros órgãos, aprovados pelo CTA.

Nós temos problema, muitas vezes, na fila. Primeiro, e aí não é só na nossa área, na gerência de agrotóxico, mas em todas as nossas áreas, de falta de pessoal.

Os senhores não sabem, mas a lei que criou a Anvisa, há 15 anos, só nos permite ter 1,4 mil funcionários. Nós temos 2,2 mil, porque ainda temos 800 herdados dos quadros anteriores, que são quadros em extinção: quando o funcionário se aposenta, a vaga é extinta. E nós somos a agência sanitária com o maior escopo de trabalho do mundo. Com 1,4 mil a 2,2 mil pessoas, não dá para a gente fazer tudo o que precisamos no tempo necessário. Também demora, para medicamento; também demora, para cosméticos – cosmético até menos – também demora para a saúde. E muito por conta da falta de pessoal.

Nós temos outro problema: nessa área de defensivo, 50% do que registramos jamais vão para as prateleiras, não são vendidos; vários registros nunca são utilizados. Também há esse problema em medicamentos, por exemplo. E isso são coisas que aumentam a nossa fila, o que é uma discussão que até estamos fazendo no Governo, de como discutir com o setor produtivo por que há essa...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quer dizer, eles pedem o registro, é autorizado, mas eles nunca são produzidos – é isso o que o senhor está dizendo?

O SR. IVO BUCARESKY – Isso, exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É só para emperrar ali, para não entrar outro.

O SR. IVO BUCARESKY – É, ou para fazer portfólio. Até porque, não sei se o senhor sabe, nossa taxa de registro de defensivos agrícolas é a mais barata do mundo. Custa R$1,8 mil uma molécula nova aqui, no Brasil,

contra US$3 milhões, nos Estados Unidos; e R$80 mil para registrar um medicamento novo. E isso também facilita. É muito barato registrar defensivo agrícola na Anvisa.

Existe um projeto de lei para aumentar o valor da taxa de registro, que – não sei se está no Senado ou na Câmara... Está na Câmara neste momento.

Bom, acho que, sobre a questão dos defensivos, foi isso.

Sobre a questão dos genéricos, vou fazer uma breve apresentação para os senhores de como foi a política. Existem algumas questões sobre as quais podem trabalhar em conjunto a Anvisa e o MAPA.

Os medicamentos genéricos foram aprovados em 1998, com o objetivo de garantir a segurança, a eficácia e a qualidade dos medicamentos, o uso racional e a melhoria do acesso à população. Ali foi adotada uma Relação Nacional de Medicamentos, mais devida regulamentação sanitária de medicamentos, a promoção do uso racional, avaliação do desenvolvimento científico. Essas eram as diretrizes gerais.

Até 1999, o Brasil só tinha dois tipos de medicamentos, os inovadores – chamados medicamentos novos –, e os similares, que são as cópias, mas que, na época, não tinham toda uma série de regras e de testes feitos para serem cópias. Então, muitas vezes, tinham fórmulas farmacêuticas e dosagens diferentes dos medicamentos referência, que são os inovadores.

A partir de 1999, nós fizemos a publicação da Lei dos Genéricos – também foi o ano de criação da Anvisa –, introduzindo os conceitos que não eram antes empregados para registrar medicamentos: equivalência farmacêutica, bioequivalência e intercambialidade. Na frente eu explico o significado desses casos.

Nós estabelecemos, então, um novo padrão para o desenvolvimento e o registro de medicamentos no Brasil. Contribuiu também para o acesso da população brasileira porque, pela lei, o medicamento genérico tem que ter preço, no mínimo, 35% menor que o preço do medicamento novo, garantindo qualidade, segurança e eficácia. É importante dizer por que 35%. Esse é o cálculo que se faz de que é o custo que um laboratório inovador teve para criar uma molécula nova. Como o genérico não teve esse custo de quem fez, pode vender abaixo. Lembro que, no Brasil, preço de medicamento é controlado: a CMED, que é um órgão interministerial, mas que está dentro da Anvisa, é quem define o preço de medicamento no Brasil. A partir do preço do medicamento referência, nós definimos os preços dos genéricos.

Esta é a definição do medicamento referência:

Produto inovador registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária e comercializado no País, cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente junto ao órgão federal competente, por ocasião do registro.

Medicamento genérico:

Medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança [...], e designado pela DCB [Denominação Comum Brasileira] ou, na sua ausência, pela DCI [Denominação Comum Internacional].

O Produto Farmacêutico Intercambiável:

Equivalente terapêutico de um medicamento de referência, comprovados, essencialmente, os mesmos efeitos de eficácia e segurança. [Isso inclui tanto os genéricos quanto os chamados similares. Eles] são considerados terapeuticamente equivalentes se eles são equivalentes farmacêuticos e, após administração na mesma dose molar, seus efeitos em relação à eficácia e segurança são essencialmente os mesmos, o que se avalia por meio de estudos de bioequivalência apropriados.

Os conceitos.

Equivalentes farmacêuticos:

Medicamentos que possuem mesma forma farmacêutica, mesma via de administração e mesma quantidade da mesma substância ativa, isto é, mesmo sal ou éster da molécula terapêutica [...]

Bioequivalência. São conceitos importantes também para os medicamentos genéricos trabalharem:

Consiste na demonstração de biodisponibilidades equivalentes entre produtos, quando estudados sob um mesmo desenho experimental.

Biodisponibilidade indica a velocidade e a extensão de absorção de um princípio ativo proveniente de uma forma farmacêutica, a partir de sua curva concentração/tempo na circulação sistêmica ou sua excreção na urina, medida com base no pico de exposição e na magnitude de exposição ou exposição parcial.

Ou seja, que, quando nós consumimos o medicamento, ele tem que ter equivalentemente toda vida útil e o uso que tem o medicamento referência.

Aqui há um breve histórico das resoluções que nós fizemos ao longo dos anos. Fomos evoluindo a regulamentação técnica de genéricos. Hoje, inclusive, nós já temos uma resolução específica de genéricos similares, que são conjuntas e algumas coisas também conjuntas com os medicamentos novos.

Nós agora fizemos uma nova publicação sobre os critérios de concessão e renovação dos registros. Isso é importante destacar. A cada cinco anos eles têm que ser reavaliados, tanto para os novos quanto para genéricos e similares.

E harmonizou os requisitos técnicos dos medicamentos genéricos, similares e novos.

Os pontos que diferenciam medicamento genérico dos de marca, sejam os similares, sejam os novos. Ele não pode usar o nome comercial, devendo ser adotada apenas a denominação genérica de cada princípio ativo, usando a denominação comum brasileira. Então, ela tem que ser vendida como "dipirona" e não como uma marca x, por exemplo.

Os rótulos de todas as embalagens de medicamentos genéricos devem ter o tamanho de 30% da altura do maior caractere da denominação genérica, localizada imediatamente abaixo dessa e com o mesmo destaque a frase "Medicamento genérico, segundo a Lei nº 9.787, de 99".

Todos os rótulos têm que levar o logotipo da letra G impressa dentro de uma faixa amarela, disposta em sua face principal e nas faces laterais, para o público saber que aquele é um medicamento genérico.

Aqui é um exemplo de como é uma caixa de medicamento genérico segundo as regras da Anvisa. E aqui é só um breve histórico de como está o mercado de genéricos no País. Hoje, já representa algo em torno de 28% das vendas de medicamentos e da quantidade de medicamentos no País.

Então, basicamente em resumo, essa é a política. Considero interessante destacar duas coisas em que nós temos, sim, um trabalho comum.

A primeira é que, no período em que nós fizemos a política de genéricos, foi incentivada no Brasil a criação de uma série de laboratórios para fazer os testes de bioequivalência, de equivalência farmacêutica, até para não termos que mandar para fora e demorar. Há uma rede. Eu não me lembro agora. São cerca de 18 a 20 laboratórios credenciados. Inclusive com a vinda dos medicamentos genéricos veterinários, esses laboratórios também são capacitados para fazer os medicamentos veterinários. Então, já existe uma estrutura técnica capaz de fazer esses testes. Inclusive, é interessante para nós, porque agora esses laboratórios estão precisando de mais demanda, pois os laboratórios internacionais começaram a entrar no mercado brasileiro e a tirar do nosso mercado. Então, vai ser até interessante para esses laboratórios a criação de um novo mercado.

Outra coisa importante que eu vi que estava no decreto, e isso está previsto na lei, é a questão da rastreabilidade de medicamentos. A lei de rastreabilidade tanto fala de medicamentos humanos quanto veterinários.

Nós estamos trabalhando com a questão da rastreabilidade de medicamentos humanos. Existem algumas questões para serem implementadas ainda fortemente. Há até uma discussão sendo feita agora no Senado sobre a ampliação do prazo para se implementar a política, mas isso certamente será algo que nós vamos conversar com o MAPA, porque poderá ser utilizado em muitas questões em comum. Inclusive uma coisa que nós sabemos que já acontece, especialmente com animais domésticos, é que existem alguns medicamentos de uso humano que também são utilizados em animais domésticos. Então, é muito comum o dono do cachorro comprar alguns medicamentos com o princípio ativo na farmácia de uso humano. Os médicos veterinários podem receitar, por exemplo, ansiolíticos. Nós fizemos um estudo. Algo em torno de 30% dos ansiolíticos vendidos no Brasil, de que nós temos controle, são prescritos por médicos veterinários. Obviamente não são só para animais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVO BUCARESKY – Exatamente. (*Risos.*)

Para terminar, nós temos em discussão uma outra lei, Senadora, que vai ser muito importante para isso também. É o que a gente chama de uso compartilhado na produção de medicamentos. A lei brasileira, como na maioria dos países, não permitia que se fizessem medicamentos humanos e medicamentos genéricos na mesma planta. Então, mesmo que tivessem o mesmo princípio ativo, você teria que fazê-los em plantas diferentes.

Com a evolução dos controles de contaminação cruzada no mundo, já está passando – e nós também estamos discutindo a possibilidade de permitir, segundo uma série de regras, é claro –, que se possa compartilhar a produção. Isso está em discussão. Nós devemos votar a regra nos próximos meses. Isso vai permitir que um laboratório farmacêutico humano possa produzir também um medicamento veterinário na mesma planta, especialmente se ele tiver o mesmo princípio ativo, o que hoje não pode ser feito, seguindo as regras, obviamente, do medicamento humano, como certificado de boas práticas farmacêuticas e todas as regras que nós usamos para medicamentos humanos. Isso também vai facilitar e baratear a produção de medicamentos no País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Consulto se algum Senador...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Dr. Ivo, só para complementação... Permite, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Dr. Ivo, há a possibilidade de, de um mesmo produto ou de uma mesma molécula, com o mesmo princípio ativo, duas empresas requerendo esse registro, um ter aprovado o registro, e o outro não ter aprovado o registro? Com a mesma molécula?

O SR. IVO BUCARESKY – Em tese, é possível, se algum deles tiver algum erro no seu dossiê, porque ele pode estar pedindo a mesma molécula, mas pode ter, por exemplo, problemas... Apesar da mesma molécula, existem algumas diferenças: os excipientes podem ser diferentes, na hora em que ele produz, na produção dele; o processo produtivo pode ser diferente, o que pode gerar um medicamento, por exemplo, que tenha uma dissolução diferente do outro. Isso pode fazer com que determinado medicamento não receba o registro porque há uma falha, apesar de a molécula ser a mesma. Aconteceu algumas vezes.

Mas, se ele tiver todas as regras de CBPF, se efetivamente todas as questões de biodisponibilidade, de processo produtivo, de excipiente forem dentro do registro, as duas são aprovadas. Mas já aconteceu quando alguma delas tinha algum problema: apesar de a molécula ser a mesma, algumas outras questões da produção eram diferentes e mudavam a qualidade do produto, e a gente considerava que aquela qualidade não era o suficiente para ser aprovado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – E, no final, se – vamos imaginar – um é reprovado e o outro é aprovado, o reprovado pode rever o circuito e voltar a requisitar?

O SR. IVO BUCARESKY – Pode. Ele pode refazer tudo e, se ele mostrar que está tudo dentro das normas, ele é aprovado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – E outra coisa: quando você faz um teste de um determinado produto em uma planta ou em – no caso aqui não é – um animal... Aquele mesmo dado pode ser utilizado pelo concorrente ou tem que se fazer novamente?

O SR. IVO BUCARESKY – Existem alguns dados que você utiliza um do outro. Mas esses testes, que nós temos de fazer de biodisponibilidade e de bioequivalência, cada um tem que fazer o seu. Se o laboratório x quer fazer seu próprio genérico, ele tem que fazer todos os testes para provar que a forma como ele está produzindo está dentro dos critérios que o tornam um genérico que tem a eficácia e a segurança exigidas pela Anvisa. Então, cada um tem que fazer o seu próprio teste dentro desses testes que nós exigimos para genéricos, que são testes menos exigentes – vamos chamar assim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVO BUCARESKY – ... menos complexos – obrigado – do que para um medicamento novo. Por isso, inclusive, tornam-se mais baratos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Está o.k., muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Outro detalhe que eu gostaria de abordar aqui é sobre a questão de as agências, de um modo geral, hoje, não terem o seu corpo todo completo. V. Sª está aqui como Diretor-Presidente substituto, não é?

Eu pedi a informação já aqui à sua assessoria: faltam dois diretores na Anvisa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Um deles está tendo indicação, que é o Dr. Jarbas Barbosa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas hoje, Srª Presidente, eu penso que só a Antaq – me parece – está com a diretoria completa.

Eu gostaria de perguntar como o senhor vê isso na Anvisa, um órgão tão importante; se isso tem sido também dificultador para o processo, o andamento de vocês; se isso traz instabilidade no dia a dia de vocês.

Porque eu acho que é uma pressão de todas as comissões – e temos que fazer. Nós aprovamos até, na Comissão de Infraestrutura, uma comissão externa, para ir à Casa Civil cobrar esse posicionamento, porque nós achamos isso extremamente grave. Não só a questão da Anvisa, mas de todas as agências com o seu papel, cada um extremamente importante.

Outra pergunta que eu faria também é: qual é a média – não sei se vocês têm isso – em termos de atendimento, principalmente, aos Parlamentares? Porque eu pedi uma audiência ao Presidente da Anvisa no ano passado e, passou o ano inteiro, e não foi marcada – o ano inteiro. E eu tive, inclusive, a oportunidade de falar com ele pessoalmente em um jantar festivo: "Não; pode ligar lá para minha assessora que vai marcar." E, até hoje, não marcou. E isso eu acho que é uma relação muito ruim da agência com o Parlamento.

Então, eu gostaria de saber quais as suas considerações e se isso ainda é prática – porque isso foi no ano passado; portanto, era outro Presidente.

Diretor é Superintendente ou Presidente?

O SR. IVO BUCARESKY – Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, não é?

Então, como é a relação? Como é a preocupação de vocês hoje no atendimento àqueles que buscam a Anvisa? Inclusive, assessor de gabinete, parece que vocês têm regra de não os atender, se não forem acompanhados do Parlamentar.

Eu queria que fosse explicado um pouco melhor como é essa relação.

O SR. IVO BUCARESKY – Primeiro, sobre a composição da diretoria, não posso falar de outras agências. A Anvisa, na verdade, até outubro, estava com a diretoria completa. O Presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, terminou seu segundo mandato no meio de outubro, entre o primeiro e o segundo turno, e obviamente, devido a questões políticas, demorou. O Dr. Jaime, que estava como Diretor Presidente substituto, renunciou há duas semanas. E, no momento, já estão aqui no Senado os dois nomes apresentados: Dr. Jarbas e Dr. Fernando. Tiveram seus nomes enviados na semana passada. Nesta semana, foram para a Câmara. Nesta semana, foram enviados para o Senado os nomes dos dois para serem discutidos.

É óbvio que o ideal, para nós, sempre, é ter uma diretoria completa, até para nós pessoas físicas, porque vira um rolo compressor ficar em uma agência como a Anvisa só com três diretores. A nossa vida pessoal é afetada, porque não dá tempo para fazer todos os procedimentos.

Quanto à recepção de Parlamentares, não posso responder pelos outros diretores nem pelos outros presidentes. Quando eu não era Diretor Presidente, a demanda de Parlamentares era muito maior para os outros diretores do que para o presidente. No meu caso, sempre recebi todas as demandas de Parlamentares em meu gabinete. E aqueles que tenho recebido como Diretor Presidente, estou recebendo e marcando. Inclusive, terei o maior prazer em receber o senhor lá na agência. Não existe nenhuma regra para não receber assessores. Eventualmente, os diretores mandam um assessor dele para conversar com um assessor.

A única questão que temos hoje, uma regra colocada, é de que, no parlatório, recebemos todos os pedidos de reuniões externas da Anvisa. Temos recebido os Parlamentares no parlatório, a partir de um problema que houve de acusações sobre Parlamentares fazendo pressões indevidas na Anvisa. Até para proteger tanto a nós quanto aos Parlamentares, temos feito no parlatório as reuniões, para demonstrar que é uma reunião pública, tudo transparente. Essa é a única mudança que houve no nosso processo de reunião, há um ano ou dois anos, ainda na gestão do Dr. Dirceu Barbano.

Mas terei o maior prazer em receber o senhor na Anvisa. Só marcar, o Marcos Paulo, nosso chefe de assessoria parlamentar, está aqui. Eu, pelo menos, tenho a política de sempre tentar receber todos os Parlamentares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Imagino que os Senadores estejam satisfeitos com as respostas e a posição do Dr. Ivo Bucaresky.

Quero dizer que o Marcos Paulo, eu tenho no gabinete, Senador Wellington, eles são atenciosos e têm dado andamento quando se pede; às vezes, até o próprio dirigente da Anvisa vem ao Senado. Às vezes, é um problema de comunicação. Não sou advogada da Anvisa aqui. Já tivemos problemas de relacionamento também, mas, quando houve uma fluidez na comunicação, o que se quer, como se quer, qual é o tema, sempre foi facilitado. Sou testemunha, o Marcos Paulo está aqui. Com as outras assessorias de outras agências também acontece da mesma forma.

Então, gostaria de fazer, em nome da Comissão, em nome do Senador Wellington Fagundes... Tenho certeza de que o Dr. Ivo, que está como Presidente substituto da presidência da Anvisa, tem essa responsabilidade.

Houve um episódio, Senador Wellington, que faço questão de reafirmar. Houve um concurso público para a Anvisa, para nível técnico, e houve um problema na Fundação Getúlio Vargas, o órgão que foi contratado para fazer o concurso. O problema prejudicou vários participantes do concurso. Problemas sérios, de identificação da prova, horário.

E eu fui demandada por pessoas do Brasil inteiro. Recorri ao Dr. Ivo que, à época, estava na gestão administrativa do certame, e ele, prontamente, na Comissão de Assuntos Sociais, onde foi levado o assunto, tomou as providências, e o concurso foi suspenso.

Isso me marcou muito, Dr. Ivo, e acho que é importante ressaltar que foi um ato, primeiro, correto e, segundo, democrático, em defesa do direito de todos que estavam ali, porque uns seriam prejudicados e outros, beneficiados.

Então, eu quero dar este testemunho, porque, às vezes, a memória apaga as coisas boas e deixa só as negativas. Eu faço este depoimento pessoal, porque foi na Comissão de Assuntos Sociais, e o Senador Moka é testemunha disso também, quando foi suspenso o concurso da Anvisa, porque houve uns erros. Então, era o Dr. Ivo o responsável. Estou falando do relacionamento que tivemos.

Mesmo que nós tenhamos tido, em muitos momentos, problemas de enfrentamento, quando da questão daquele medicamento para obesidade...

O SR. IVO BUCARESKY – Os anorexígenos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É, os anorexígenos. Mas havia um medicamento especificamente de que se falava mais em discussões com os cardiologistas, com toda a área medica, que defendia, porque era uma forma de controlar o peso. Mas chegou-se, depois de um embate grande, à conclusão de liberação de alguns só, moderadamente. Então, eu acho que esse diálogo é maduro.

Eu agradeço ao Senador Wellington por ter levantado a questão. Vamos trabalhar também para ajudar as agências reguladoras. Agora, é claro que o Poder Executivo tem a responsabilidade pela indicação. E nós sempre fazemos à toque de caixa a sabatina dos indicados na Comissão de Assuntos Sociais, que é o caso da Anvisa.

Mas eu, em nome de todos os Senadores, do Senador Lasier Martins, do Senador Benedito de Lira e do Senador Wellington Fagundes, que são os dois requerentes, do Senador Blairo Maggi, do Senador Moka, do Senador Donizeti e do Senador Dário Berger, agradeço a presença do senhor. O senhor está liberado para a reunião.

O que esta Comissão pensa é que, quanto mais ágil for, melhor para o Brasil, para o cidadão brasileiro.

Esteja à vontade.

Obrigado, Dr. Ivo, mais uma vez.

Eu queria já, então, convidar agora a Drª Maria Angélica, porque ontem foi o dia, e o Mapa definiu o decreto – o Senador Benedito é o autor, o pai dessa criança – dos chamados medicamentos genéricos de uso veterinário.

Então, passo a palavra para a senhora por dez minutos. Imagino que seja possível explicar.

A SRª MARIA ANGÉLICA RIBEIRO DE OLIVEIRA – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, eu gostaria de pedir desculpas por não ter uma apresentação.

De início, eu gostaria de informar, quanto à preocupação do Senador Benedito com relação ao tempo que se levou para estabelecer e elaborar um regulamento, que, normalmente, o público externo desconhece como funciona uma estrutura governamental. Nós temos, na realidade, as dificuldades, que são gerais, de pessoal e também mudanças estruturais que ocorrem dentro de um curto tempo, porque todo o trabalho que vem sendo feito é postergado em função de algumas mudanças.

Quando a lei foi editada, em julho de 2012, a diretoria que estava respondendo naquele momento foi instada a preparar a proposta de regulamentação. A despeito de a lei não ter estabelecido um prazo específico para a regulamentação, houve uma solicitação do Ministro, naquele momento, para que se agilizasse, por haver interesse em ter disponível no mercado produtos genéricos. Não havia, na realidade, dentro da nossa legislação vigente, a previsão dessa categoria.

Então, trabalhou-se num projeto, mas houve alterações da administração, e esse projeto ficou dentro de um patamar de prioridade em função de outras funcionalidades. Dentro do Ministério, fica muito difícil em função de demandas. Mas o projeto estava pré-elaborado, para ser submetido à apreciação e à aprovação.

Essa demora é em função realmente da estrutura, porque o corpo técnico do nosso departamento, que é o Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários, responsável pelo registro dos produtos de uso veterinários, para a área de produtos veterinários, só dispõe de quatro técnicos para analisar uma demanda semanal de 50 a 60 pedidos de registro. E isso dificulta muito para agilizar ou dar prioridade a qualquer tipo de atendimento de demanda de que a sociedade necessita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Drª Maria Angélica, qual é a média de pedidos?

A SRª MARIA ANGÉLICA RIBEIRO DE OLIVEIRA – De 50 a 60 por semana, e não só de pedido de registros novos, mas também de alterações de variáveis, que têm que ser analisadas e cada uma tem a sua...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Especificidade.

A SRª MARIA ANGÉLICA RIBEIRO DE OLIVEIRA – Especificidade, não. E o interesse que esse processo seja rapidamente analisado. É difícil para a gente, para os técnicos, atender a demanda no tempo de que a sociedade precisa.

O Senador Moka perguntou por que é que se leva três anos para analisar um processo. Não é nem por má vontade dos técnicos, mas pela dificuldade que se tem de ter pessoal suficiente para que se possa analisar um processo.

Uma molécula, para ser analisada, sofre as exigências de eficácia e segurança. Elas não são diferentes de uma molécula inovadora, de um produto similar, ou mesmo agora, com o genérico, porque, na realidade, são requisitos adicionais às exigências de eficácia e segurança a que os produtos de uso veterinário hoje são submetidos para serem registrados.

Nenhum produto de uso veterinário hoje é disponibilizado no mercado sem que se faça uma avaliação de eficácia e segurança. Ele não é registrado dentro do Ministério. Então, as dificuldades não vão ser diferentes para um genérico.

Evidentemente, a gente terá que administrar de uma forma que dê preferência para que se analise esses produtos à medida em que eles sejam solicitados ao Ministério. A despeito de a lei ter sido editada em 2012, os pré-requisitos que foram estabelecidos permitiriam que a indústria interessada apresentasse um pedido de registro. Mas, na realidade, não houve nenhuma demanda, até a presente data, de que houvesse um interesse do setor para submissão, ao Ministério, dos produtos genéricos.

Em nenhum momento o corpo técnico criou qualquer tipo de dificuldade para se agilizar esses processos, ou essa elaboração, ou regulamentação. Houve, realmente, uma predisposição para se trabalhar, mas não há disponibilidade de tempo e de pessoal para fazer isso, para se agilizar qualquer tipo de processo. Entendeu?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Benedito, na sua exposição, quando indagou ao Dr. Ivo Bucaresky, V. Exª falou sobre o interesse do laboratório e citou o exemplo do preço do seu medicamento para o seu consumo, de R$320,00 para R$60,00, o que dá para perceber exatamente as questões da rentabilidade e da questão comercial do setor.

A Drª Maria Angélica afirmou, colocando a chave do problema, que "não houve, no momento, interesse de fazer". Então, agora, eu pergunto, e peço a sua concordância, porque aqui está a indústria, e ele é o representante da indústria, ao Dr. Ricardo Pinto, com essa constatação e essa informação relevante da Drª Maria Angélica, por que a indústria dos medicamentos veterinários não se interessou em apresentar os registros, já se preparando para uma lei que, mais cedo ou mais tarde, seria regulamentada.

Então, agradeço a sua presença aqui e passo a palavra para esse questionamento, que é endossado pelo Presidente.

O SR. RICARDO PINTO – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui. Agradeço bastante, Senadora.

Na verdade, desde que foi aprovada a lei, há cerca de três anos, a indústria ficou, mais ou menos, em compasso de espera, esperando a regulamentação para que isso venha a acontecer.

O mercado é bastante suprido, vamos dizer assim, por produtos similares e produtos inovadores, mas nós temos que considerar também que moléculas novas não têm aparecido ultimamente dentro do mercado veterinário, por dificuldades que existem a respeito de custos de uma descoberta, de uma pesquisa e desenvolvimentismo de uma nova molécula. Entretanto, a indústria também nunca rechaçou e nunca rejeitou a existência de genéricos. Pelo contrário. O Brasil é um país que detém, hoje, em torno de 210 a 220 milhões de cabeças, sendo que 20% desse rebanho é representado por animais de características leiteiras e os demais são bovinos de corte.

Na parte de leite, nós já temos um bom andamento em termos de utilização dos insumos, etc, mas na parte de corte, nós temos ainda diferenciações muito grandes. A tecnificação está simplesmente em pleno andamento agora, nesses últimos tempos, mas nós temos mercado pra todo mundo em relação a isso.

Então, algumas das empresas nacionais, inclusive a empresa em que eu próprio trabalho, que é a Vallée, têm eventuais interesses em ter produtos genéricos e outras grandes empresas, tipo a Ourofino ou a Hertape, também gostariam de ter uma segunda marca, mas não houve essa premência e mesmo um interesse econômico para que isso viesse a acontecer. Eu imagino que também outras empresas de genéricos humanos gostariam de ter uma linha de genéricos veterinários também.

Então, agora, sendo regulamentada a lei, que foi assinada ontem pela Presidente Dilma, eu acho que nós podemos dar andamento e termos mais uma munição de mercado para que seja trabalhado o campo e para que haja diferenciação em termos de marcas genéricas para poder ser utilizado, porque ainda o campo é carente na utilização de insumos.

Falou-se, ontem, de preço, de talvez termos até uns 70% de economia. Não sei se isso pode ser feito, porque, pela quantidade de similares também que acontece no campo, ela é bastante grande e a competição é bastante acirrada também. Não sei se vai acontecer um patamar tão exuberante quanto 70%, mas, sem dúvida alguma, são opções a serem comercializadas. E aí vai ficar pela preferência do próprio consumidor, porque nós temos, também, problemas de alcance em termos de logística de distribuição, no canal de distribuição, de onde se encontra a concentração de lojas e cooperativas.

Acho que o mercado está aberto para todos e nós temos só oportunidades se acontecer com os genéricos, a gente tendo uma marca equivalente, assim como aconteceu com o genérico humano também, com o farmacêutico humano. Muitas grandes empresas, mesmo multinacionais, tiveram uma segunda marca, que eles chamam de *second brand,* que fosse trabalhada nos mercados e atendesse uma vasta população com características diferentes em termos de aquisição de produto e etc.

Agora, também nós sabemos que o Ministério de Agricultura, Abastecimento e Pecuária é bastante rigoroso, muito severo com relação a todo produto registrado. Todos eles passam, assim como passa o farmacêutico humano, por questões de bioequivalência, por questões de biodisponibilidade, por questões de equivalência

farmacêutica. Com tudo isso, com certeza, o genérico, indo para o campo, vai ter a mesma eficiência e a mesma eficácia que um produto de marca, tanto um similar quanto um inovador.

Então, acho que nós não temos nenhum problema em relação e que isso simplesmente amplia o mercado e a possibilidade de poder atender diferentes categorias de usuários.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Dr. Ricardo, o senhor mencionou, e esse dado foi apresentado pela Ministra Kátia Abreu ontem – pelo menos é o que está na imprensa... Ela faz referência a uma estimativa, Senador Benedito, autor da matéria, de redução de 70%, na média, dos preços dos genéricos de uso veterinário.

O Dr. Ricardo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É o que está nos jornais hoje, atribuído a ela.

Não sei se o Dr. Ricardo agora foi muito prudente, moderado ou cauteloso. Ele falou que a diferença não é uma diferença que possa chegar aos 70%. Então, eu lhe pergunto – e acho que também é a curiosidade dos Senadores proponentes, do Senador Benedito, do Senador Wellington e do Senador Moka – qual a média previsível de diferença de preço entre o produto da marca e o genérico veterinário, se é que há uma estimativa de fazer isso.

O SR. RICARDO PINTO – Eu não teria nenhuma possibilidade de falar o que poderia acontecer em termos... Eu acho que pode haver, sim, economia.

Por exemplo, nós temos um produto que é o endectocida. O endectocida é aquele vermífugo que atua tanto no exterior quanto no interior do animal. Esses endectocidas, muitas vezes, são a base de avermectinas, ou, praticamente, de ivermectina, que foi aquele lançamento do Ivomec, que aconteceu há 15 anos, um pouquinho mais, ainda pela Merck. Aquilo era uma molécula inovadora, até hoje é uma molécula que determina produtividade, e é muito bom. Entretanto, depois que caiu a patente e ela pôde ser utilizada pelos demais, hoje nós temos em torno de 110 marcas de ivermectinas no mercado, com preços diferentes, que vão de A a Z.

Então, eu só estou dando esse exemplo de endectocida porque, como o Brasil é um país tropical e a gente tem temperatura e calor, os vermes grassam no campo, não tem jeito. Então, é quase que obrigatório para que tenha endectocida em animais de produção, na parte de bovinos de corte. Dou esse exemplo para mostrar o quanto nós temos de marcas por aí.

Então, obviamente, ele vai fazer parte dessa gama de produtos que estão sendo oferecidos para o mercado, mas eu não poderia dizer o quanto poderia haver de economia, não tem uma média. Há alguns outros produtos que, se conseguirem, vão poder ter uma melhor atratividade, mas não se tem, com certeza, uma média para que isso venha a acontecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pergunto se os Senadores têm mais algum questionamento a fazer ao Dr. Ricardo, que representa aqui a indústria.

Eu queria agradecer muito a presença honrosa do nosso Senador Ricardo Ferraço e da Senadora Rose de Freitas, os dois do PMDB do Espírito Santo. Também tivemos aqui a presença do Senador Delcídio do Amaral, do Mato Grosso do Sul, Líder do Governo no Senado, e do Senador Moka. Eu fico muito honrada, todos ficamos, com a presença de todos os Senadores.

Eu, então, passo a palavra à Drª Tânia Lyra, que representa a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil.

Hoje, nós teremos uma manhã muito especial porque o Presidente do Senado receberá as esposas de dois líderes venezuelanos que estão presos e, em seguida, às 10h, na Comissão de Relações Exteriores, nós teremos também o compromisso de receber essas duas mulheres que representam... E temos também, às 11h, a promulgação, no Congresso, no Senado Federal, da chamada PEC da Bengala. O Senador Benedito tem grande interesse na matéria, Senador Benedito, pelo entusiasmo com que falou da promulgação da PEC da Bengala.

Pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pelo art. 14, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Foi citado. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fui citado

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Mas não pela bengala, não é?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ainda não, mas eu espero, felizmente, ser citado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Que bom!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu gostaria, cumprimentando V. Exª e os nossos convidados, de, em algum momento que nós pudéssemos, em razão do inimigo tempo, que hoje está a nos disciplinar, fazer algumas observações relacionadas a uma preocupação que eu trago a esta Comissão não ape-

nas em relação aos cafeicultores do Espírito Santo, mas aos cafeicultores brasileiros, por uma decisão adotada pelo Ministério da Agricultura, que, historicamente, resolveu autorizar a importação de café verde. Esse tema traz grandes preocupações por questões fitossanitárias e por questões, também, de conjuntura de mercado.

Então, eu gostaria, oportunamente, de uma breve possibilidade e oportunidade de me manifestar, até porque gostaria, com isso, de ensejar a possibilidade de nós convidarmos a nossa colega Senadora e Ministra Kátia Abreu para debater esse assunto na Comissão de Agricultura, de trazer aqui as lideranças do arranjo econômico do café, da produção, da indústria. Já há manifestação do Conselho Nacional do Café com elevada preocupação em relação a esse tema, que é de fundamental importância para a economia do meu Estado, do Estado de Minas Gerais, do Estado de Rondônia, enfim, de tantos Estados que fazem da cafeicultura uma base econômica e social muito importante.

Eu gostaria de, em algum momento...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Ricardo Ferraço, esse tema é fundamental. O nosso País é um dos grandes produtores e exportadores de café. Em uma economia em depressão ou em desaceleração, maior cuidado teremos de proteger os interesses dos produtores nacionais.

A Presidência desta Comissão de Agricultura consulta V. Exª... Teremos duas alternativas. Eu me disponho a entrar em contato com a Ministra da Agricultura, em nome da Comissão de Agricultura, para lhe levar o problema e consultar se ela marcaria ou agendaria um encontro no gabinete dela, eu estaria disposta a acompanhar a representação do Espírito Santo, com V. Exª e a Senadora Rose...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não apenas do Espírito Santo, mas do Espírito Santo, de Minas Gerais, da Bahia, dos Estados brasileiros e das entidades.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – De todos os Estados. De São Paulo, de Minas Gerais, de todos os Estados produtores. Convidaríamos os Senadores desses Estados e iríamos ao encontro da Ministra. Esse seria o caminho, eu diria assim, mais rápido para equacionar.

Uma audiência pública também poderia ser agendada aqui, porque nós também estamos trabalhando com a agenda das políticas públicas da Comissão, e V. Exª tem o encargo na Comissão de Relações Exteriores.

Então, eu consulto como V. Exª considera melhor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se nós pudermos nos valer do prestígio que V. Exª tem com a Ministra, que eu, infelizmente, para ter essa audiência com a Ministra Kátia Abreu para debater esse assunto, seria um primeiro passo muito importante. Nós traríamos as nossas Lideranças e as nossas entidades, que estão preocupadíssimas com essa questão, e aí seria um primeiro passo na busca de um nivelamento acerca dessa decisão adotada pelo Ministério da Agricultura, porque é uma decisão histórica, até porque o Brasil produz 40 milhões de sacas de café e consome 20 milhões. Nós temos um excedente para o mercado interno da ordem de 20 milhões de sacas de café. Quais são as razões e os fundamentos que levam o Governo brasileiro, historicamente, a admitir a importação do café verde?

Eu acho que esse é um tema relevante e eu me subordino à liderança de V. Exª para irmos à Ministra estabelecer esse diálogo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu farei isto ainda hoje, Senador. Se houver resposta, comunicarei a V. Exª e à Senadora Rose de Freitas, em nome dos produtores de café brasileiros, não apenas do seu Estado do Espírito Santo, mas das outras regiões produtoras. Então, tomarei e informarei a V. Exª imediatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É um prazer atendê-lo.

Eu queria registrar também a presença do Dr. Josélio Andrade Moura, que é da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, que está assistindo a esta audiência.

Passo a palavra à Drª Tânia Lyra, representante da CNA.

A SRª TÂNIA LYRA – Bom dia, Senadora, que conheço como grande lutadora desde a época em que eu fui Secretária Nacional de Produção, com o Senador Pedro Simon. Ela sempre estava lá na Agricultura lutando por isso.

Parabenizo os Senadores Benedito de Lira e Wellington Fagundes pela iniciativa e cumprimento os demais Senadores e o Dr. Josélio, que nos honra com sua presença.

Fui convidada pela Senadora Kátia Abreu para ficar na CNA escrevendo o Plano de Defesa Agropecuária, o que faço desde 2011. Entre os aspectos do Plano, uma preocupação que existia era com demoras no registro de produtos veterinários e de insumos.

Em relação a genéricos, num breve histórico que a Anvisa já comentou, o grande objetivo, na criação de genéricos na Anvisa, foi estimular a concorrência comercial e melhorar a qualidade dos medicamentos, facilitando o acesso da população a um tratamento medicamentoso. Houve o reconhecimento de que as denomi-

nações genéricas constituem o mecanismo de regulação de preço dos medicamentos. Então, a adoção de genéricos é uma política do setor da saúde e da economia, não apenas da saúde do Governo, mas simplesmente dos dois setores das políticas públicas, ou seja, saúde e economia.

Houve, nesse breve histórico, o obrigatório uso da Denominação Comum Brasileira (DCB) ou da Denominação Comum Internacional (DCI). Criou-se, já nessa lei da Anvisa, a Denominação Comum do Mercosul. E houve a regulamentação da Lei de Genéricos, já considerando alguns aspectos fundamentais na tecnologia de controle de registro: a equivalência farmacêutica, por ensaios *in vitro*, laboratorial – você consegue verificar –, e a bioequivalência, que eram os ensaios *in vivo*. Então, a Lei dos Genéricos já contribuiu para a melhoria da qualidade. Existe uma definição do que é genérico, mas nós não vamos entrar em maiores detalhes.

A possibilidade de registros foi já implantada pelo Ministro José Serra, na Saúde, e com muito sucesso.

Na área veterinária... (*Pausa.*)

O Ministério da Agricultura fez um decreto para a área vegetal, o Decreto nº 5.981, verificando a parte dos registros de insumos utilizados na agropecuária, os agrotóxicos e afins, e teve sucesso com isso. Ou seja, colocou uma nova redação e realmente já tem registrada uma série de produtos. Acho que em torno de 500 produtos genéricos foram registrados, fungicidas, herbicidas, para diversas culturas agrícolas. Esse registro é mais simplificado, trabalha também junto com a Anvisa, que olha a parte de risco para a saúde humana, em relação ao meio ambiente, que é o impacto ambiental, e a agricultura e a eficiência agronômica. Mas o registro é bem mais rápido.

Surgiu, então, a Lei Veterinária, para os registros de produtos genéricos veterinários, em 2012, já colocando todos os produtos que poderiam ser registrados para uso em animal. Esses produtos seriam para proteger, restaurar ou modificar as funções orgânicas e fisiológicas, e mesmo os produtos utilizados para o embelezamento do animal, os famosos pets, com xampus e outros produtos.

Esse licenciamento do medicamento de referência de uso veterinário seria com base, da mesma forma que o humano, num medicamento inovador, já registrado e comercializado, tendo um medicamento similar de uso veterinário, que tem que seguir aqueles parâmetros de ter os mesmos princípios de bioequivalência, de eficácia e de segurança e sendo sempre designado pela Denominação Comum Brasileira ou pela Denominação Comum Internacional, quando aquela não existir.

A biodisponibilidade indica, então, a veracidade e o grau com que uma substância ativa ou a sua forma molecular terapêutica é absorvida. Então, isso é muito importante para que o produto realmente funcione, para que ele seja efetivo.

A bioequivalência é a equivalência farmacêutica, ou seja, é um produto que tem a mesma equivalência que uma outra molécula. A bioequivalência seria a equivalência qualitativa e quantitativa e a equivalência terapêutica é em relação, quando administrado na mesma dose, a eles terem que ter a mesma função.

Para efeitos de registro, já está tudo estabelecido nessa lei. Então, estabelecer as normas que deram origem ao decreto seria um ponto relativamente fácil. E esse medicamento tem que ostentar, obrigatoriamente, da mesma forma que os humanos, o caráter de que ele é um genérico. E o Ministério da Agricultura sempre faria a análise fiscal desses produtos.

O Ministério da Agricultura – um item muito importante – vai promover programas de apoio ao desenvolvimento técnico-científico aplicado à melhoria de qualidade desses produtos.

Então, o regulamento dessa lei coloca todos esses aspectos.

O que eu acho importante citar é essa demora de que o Senador Benedito falou e que a Senadora Ana Amélia citou.

Realmente, existem vários aspectos, mas um deles é a mudança constante de dirigentes, o que é normal. Muda o número um, o Ministro da Agricultura, mas não precisa mudar toda a escala. Infelizmente, vai aos diferentes níveis.

Agora, está sendo indicada a Drª Maria Angélica – não sei se já saiu a nomeação –, que é uma pessoa que conhece a área. Ela trabalha lá há mais de 30 anos – nós a chamávamos de nosso computador – e sabe onde está cada processo. Então, ela vai agilizar. Mas, nesse intervalo, houve muitas trocas.

A outra é a ideia que todo ministro tem de chegar à agricultura e fazer uma reforma. Chega de reforma. Vamos tocar e fazer com que as coisas funcionem rapidamente.

Nas considerações finais, que eu acho que o tempo aqui é uma coisa que temos que controlar, nós verificamos o seguinte: a evolução dos aspectos técnicos da regulamentação brasileira na área de medicamentos, tendo como base os princípios científicos, é inquestionável. Houve uma evolução, o que é fantástico. Agora, a implantação dos medicamentos genéricos levou ao aprimoramento da fabricação e à garantia da qualidade desses medicamentos no País, introduzindo estes conceitos de equivalência farmacêutica, de biodisponibilidade e de bioequivalência.

As respectivas regras de consolidação desses mecanismos fizeram uma transformação no mercado farmacêutico nacional, o que garante à população acesso a medicamentos de qualidade e a custos mais compatíveis.

Então, o custo menor do que os de medicamentos de referência é a grande meta, e espero que se consiga. O Dr. Ricardo tem suas preocupações, mas vamos tentar chegar a esse ponto.

As características da indústria farmacêutica no mundo e os aspectos mercadológicos desse segmento no Brasil deixam evidente a dependência externa em muitas moléculas e uma certa oligopolização, com o predomínio de empresas de caráter multinacional. Então, isso não é só no Brasil, não, mas é uma tendência mundial, porque é difícil estudar uma molécula. É difícil chegar àquela conclusão, pois eu preciso de dinheiro, e quem tem esse dinheiro para investir são os grandes países. Então, não vamos criticar também...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas me permita fazer só um comentário sobre algo que eu sempre ouço, O problema é que, à medida que a gente permite que as nossas indústrias comecem também a produzir, elas vão se capitalizar e, em algum tempo, vão fazer também pesquisa.

Eu acho isto importante, mas o argumento de que pesquisa custa caro – e ela é cara, mas precisa haver pesquisa... Nós não não podemos também acabar com a pesquisa, porque nós acabaremos com a inovação. Isso é uma coisa que me preocupa. É a mesma coisa da semente, a semente cabocla. A semente custa caro para quem investe, para quem cria.

Mas o problema é que as nossas indústrias brasileiras, lamentavelmente, têm dificuldade para furar esse bloqueio. Então, se elas também não conseguirem acessar esse mercado, dificilmente elas vão se capitalizar para poder também fazer pesquisa nesse campo.

Então, eu acho que é um comentário que eu gostaria de...

Porque, senão, nós vamos acabar nos convencendo de que nós não podemos abrir esse espaço para as nossas indústrias brasileiras e só as multinacionais terão condição de pesquisar. Eu penso que não.

A SRª TÂNIA LYRA – O senhor tem toda razão. Elas financiam teses de mestrado, financiam pesquisas da Embrapa... Temos que ser bastante coerentes: infelizmente, isso acontece. Algumas sementes que chegam aqui não têm nada a ver com o Brasil e acabam ficando mais dependentes de certos insumos.

Então, são coisas a que a Senadora Ana Amélia, acho, vai ficar atenta. Mas realmente o senhor tem toda razão: uma pesquisa nacional é necessária. Até porque veria na condição do Brasil.

Eu confesso que trabalhei sempre em políticas públicas dentro do Ministério e procurei, no meu mestrado e no doutorado, especializar-me em políticas públicas. E uma delas foi testar vacinas aqui no Brasil.

Em uma, conseguimos erradicar a peste suína clássica; na outra, na minha tese de doutorado sobre a febre aftosa, nós mostramos toda a tecnologia do Brasil. Fizemos uma vacina, no início, pelo Ministério, mostrando a importância de a vacina ser oleosa. Depois, os laboratórios utilizaram essa tecnologia, sem registro de patente, sem nada. O mundo não tem uma vacina tão boa contra febre aftosa como a nossa.

Então, o senhor tem razão em insistir nesse ponto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu e a Senadora Ana Amélia estamos comprando uma briga, porque fazer pesquisa clínica aqui, no Brasil, é um negócio de maluco também.

A SRª TÂNIA LYRA – É.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Os investimentos acabam procurando outros países, em função da nossa burocracia e da nossa dificuldade.

A SRª TÂNIA LYRA – O senhor tem toda razão.

Os medicamentos genéricos, então, seriam uma alternativa viável para o mercado brasileiro e para a realização dessas pesquisas e reduziriam o superfaturamento de algumas matérias-primas evidenciadas pelos denominados preços de transferência.

Então, o grande objetivo – nós parabenizamos os Senadores Benedito de Lira e Wellington Fagundes, pela audácia de propor, e a Senadora Ana Amélia, por levantar esse problema – é o mecanismo de regulação do mercado brasileiro de medicamentos e insumos.

Acredito que o grande avanço foi dado ontem, quando a Senadora... Trabalhei com ela desde 2011 e vi como ela... Ela, que sempre pede coisas para ontem, deve ter chegado e falado "eu quero esse regulamento para amanhã". E o regulamento saiu. Quer dizer, ele estava praticamente pronto. Usaram a competência e a experiência de profissionais para agilizá-lo... Então, é muito importante essa pressão também daqui para que as coisas caminhem.

Então, como Confederação, nós estamos às ordens para esse e outros assuntos relacionados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Drª Tânia Lyra, eu agradeço imensamente. A senhora foi muito didática. É uma especialista, uma estudiosa, o que se revelou pelo conteúdo apresentado.

A Drª Tânia Lyra acabou concluindo com o começo de tudo nesta audiência, que é a demora nos processos para que as leis entrem em vigor.

A Drª Maria Angélica, quando disse que o Ministério da Agricultura tem quatro técnicos na área especializada e recebe, por semana, de 50 a 60 pedidos de registro de produtos e o Presidente da Anvisa declarou que há três diretores na agência reguladora. Nós estamos diante, Senador Dário Berger – e eu faço a sugestão para incluir nas políticas públicas essa questão de recursos humanos para o setor. Mas a Drª Tânia Lyra deu, digamos, uma deixa mais precisa sobre o que o Senador Benedito de Lira e o Senador Moka falaram, do porquê de tanta demora, do porquê de três anos para regulamentar uma lei, quando ela falou da questão de haver uma troca de comando e a casa virar totalmente, começando tudo do zero. Aí fica difícil realmente.

É por isso que, quando se defende parlamentarismo, nessa medida, se diz que só se troca a cabeça e o corpo fica funcionando normalmente. A estrutura de gestão administrativa são os servidores todos concursados que ficam trabalhando. Muda apenas o cabeça.

Então, eu penso que isso é um pouco o retrato do nosso País e daquilo que, quando o contribuinte não é atendido pelo médico ou quando o produtor não é atendido pelo veterinário, por falta da vacina contra a aftosa, como reclamou aqui o Senador Wellington Fagundes, é exatamente a disfunção ou a ineficiência do setor público determinada pela falta de uma organização, e quem paga a conta são esses quatro, que, no Ministério da Agricultura, têm de responder a uma demanda a que, humanamente, não têm condição de atender. Então, é muito importante esse ponto.

Nós constatamos, na reunião de hoje, que, primeiro, não é tão fácil, Senador Benedito, entrar medicamento veterinário genérico no mercado. Ponto. Não é tão fácil por tudo que foi dito aqui. Começa pelo setor público, pelo tempo de demora na regulação e também pelo próprio interesse comercial de quem detém patentes. E também a empresa brasileira ou mesmo multinacional da questão de pesquisa, mas a pesquisa só é feita quando você tem uma receita na comercialização dos produtos que o Senador Moka levantou.

E a questão relacionada à estrutura de gestão no setor agropecuário. Nós estamos precisando fazer uma verdadeira revolução.

Já encaminhamos, Senadora Rose de Freitas, ao Gabinete da Ministra, a assessoria parlamentar da Ministra já encaminhou a solicitação de audiência. Assim que estiver confirmada essa audiência, eu informo à senhora e ao Senador Ricardo Ferraço.

Eu queria aproveitar para consultar os Senadores se há mais alguma questão, porque temos essa matéria e, em seguida, passaremos a uma sessão deliberativa exclusivamente para votar o relatório do Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente, eu só queria colaborar com V. Exª porque tenho batido numa tecla aqui de que um dos maiores problemas que nós enfrentamos hoje na Federação – isto é tanto na União quanto nos Estados e nos Municípios – é a falta de continuidade administrativa. Muda o Governo e projetos que estão amplamente adiantados, quase consolidados, voltam à estaca zero. Perde-se muito tempo, gasta-se muito dinheiro, e as coisas não têm continuidade. Realmente, eu acho que a questão dos recursos humanos é importante e fundamental, porque as obras, os projetos são importantes, mas as pessoas, acredito, são mais importantes do que obras, do que máquinas, do que projetos. E nós, como seres humanos, devemos zelar por isto. Acho que a senhora dá uma grande contribuição para que atinjamos esse objetivo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Dário Berger.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Presidenta, eu queria, aproveitando o final desta audiência pública, agradecer aos nossos convidados e dizer à Drª Maria Angélica, primeiramente, que, ao longo desses 12 anos, eu fiz um processo de peregrinação. Num determinado momento, vamos dizer assim, praticamente estava faltando fôlego porque, sempre que eu estava em uma audiência com um ministro ou com os técnicos da área de defesa animal, eu ouvia, primeiro, um deles me falando que precisava aparecer uma nova molécula. Como não entendo disso, como não sou técnico nisso, eu ia lá para cobrar exatamente o andamento e a agilidade do processo.

Ao estar com a Ministra Kátia Abreu, no começo de abril, ela me disse, ao término da audiência, que teria uma solução até o dia 30 de abril. Ela chamou o pessoal da área. Quando chegou ao Ministério, havia mais de 3.500 processos pendentes de solução; no final de março, restavam apenas 400 processos, de pedido de registro, de inspeção, uma série de demandas que a senhora explicou aqui. Saí com 50% querendo acreditar e 50% considerando a mesma hipótese do passado.

No final do mês, ela me ligou e me disse que tinha estado com a Presidenta, que também ficou muito sobressaltada, por conta desse período de praticamente três anos dentro do Ministério sem sair o decreto de regulamentação e determinou, e que desejava assinar o decreto no dia 6.

Eu estava presente na solenidade. A Kátia fez o histórico e nada de o decreto do genérico aparecer. Eu pensei: "É outra conversa". No final, então, ela fez a alusão.

Resta-nos, agora, Drª Tânia, Drª Angélica e Dr. Ricardo, continuar na peregrinação, a fim de que possamos ter isso agora. Fiquei animado quando o Ricardo disse que, com a regulamentação, agora pode haver interesse dos produtores de medicamentos, dos laboratórios e das indústrias para poder exatamente cuidar disso.

Primeiro, porque a clientela é grandiosíssima, mais de 200 milhões de cabeças de animais que precisam estar sempre tomando medicamentos. Por quê? Porque somos o maior exportador de carne do mundo e ninguém compra carne se não tiver sanidade. Já temos tidos alguns embargos. Então, é um mercado extraordinário para ganhar dinheiro, lógico, porque a iniciativa privada não faz investimento pelos olhos azuis de quem quer que seja.

Mas eu queria, Presidenta, agradecer, lógico... Eu conversava com o Senador Moka e, preocupado com a estrutura técnica do Ministério, perguntei se ele estava apto, capaz de viabilizar agora esses pedidos de registro de patentes que deverão acontecer com toda essa tecnologia científica. Ele, então, me disse que o Ministério está muito mais preparado tecnicamente do que a Anvisa. Bom, isso me alegra muito.

Agora senti que a Drª Angélica fez certa... Exatamente como ela acabou de dizer, preocupa a falta de pessoal técnico qualificado para cuidar dessa ações.

Vamos continuar, agora, cobrando, vamos cobrar da Ministra, que vai ajudar muito nisso, e, evidentemente, o setor produtivo tem uma responsabilidade e acredito que deva ter interesses comerciais no que diz respeito a esse assunto.

No resto, eu queria agradecer a Presidenta.

A senhora está dando uma dinâmica extraordinária à Comissão.

Tenho a certeza absoluta de que alcançaremos nosso objetivo, até porque tem muita gente que pode comprar o medicamento a qualquer preço, mas há quem não compre porque não pode. Aí, consequentemente, o rebanhozinho fica sem a sanidade necessária para que ele possa comercializar os seus produtos.

Ouvi quando a Ministra disse que três Estados estão ainda fora do contexto nacional no que diz respeito à aftosa. Qual é a próxima meta? É cuidar da aftosa sem vacinação. Acabou! É fazer aquilo que é feito, que existe hoje em Santa Catarina, único Estado que não precisa vacinar os seus animais para poder fazer o processo de exportação internacional.

Por isto, Presidenta, muito obrigado.

Muito obrigado aos nossos convidados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço muito ao Senador Benedito, que foi, junto com o Senador Wellington Dias, o responsável pelo requerimento.

Drª Maria Angélica, tenha certeza de que nós vamos trabalhar muito aqui para...

A SRª MARIA ANGÉLICA RIBEIRO DE OLIVEIRA – Eu só queria dar uma palavrinha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Dois minutos, então, Drª Maria Angélica.

A SRª MARIA ANGÉLICA RIBEIRO DE OLIVEIRA – Senador, eu só queria deixá-lo um pouco despreocupado, porque, a despeito do corpo técnico ser tão diminuto, a gente buscará realmente agilizar esses processos, essas avaliações.

Quanto à qualidade da avaliação, o senhor pode ficar tranquilo, porque isso sempre foi feito com conhecimento técnico, com base científica, para que os produtos realmente tenham qualidade, eficácia e segurança. Não se preocupe, porque, a despeito dos quatro técnicos que temos no departamento, isso não será empecilho para que se agilize esse tipo de demanda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Maria Angélica.

Eu queria agradecer muito a presença do Dr. Ricardo Pinto, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal, da Drª Maria Angélica, Fiscal Federal Agropecuária, que aqui representou o Ministério da Agricultura, e da Drª Tânia Lyra, que aqui representou a CNA.

Agradeço a todos e também ao Dr. Ivo Bucaresky, da Anvisa, que, gentilmente, veio aqui mesmo sem ser a Anvisa hoje a responsável e nem tenha competência para isso.

Eu agradeço a todos.

Estão dispensados.

Quero comunicar aos colegas Senadores – já lhe darei um aparte, Senador José Medeiros – que a segunda parte que estamos iniciando agora é para a apreciação do plano de trabalho apresentado ao Requerimento 14, de 2015, que estabelece procedimento de avaliação, no âmbito do Senado Federal, da Política Pública de Defesa Agropecuária no País.

Com a palavra, o Relator da matéria, Senador Dário Berger, para proferir o seu parecer e a sua proposta do plano de trabalho.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Obrigado, Srª Presidente.

Dando seguimento à proposta para avaliação das Políticas Públicas de Defesa Agropecuária para o País por mim apresentada e já aprovada por esta Comissão, apresento agora a proposta do plano de trabalho a ser desenvolvido durante todo o ano de 2015 para análise e aprovação, evidentemente, desta Comissão, observando que se trata de um planejamento inicial para uma sistematização dos trabalhos, Srª Presidente, podendo, no seu percurso, sofrer alterações, desde que não prejudique o objetivo principal, qual seja, o relatório ao final do exercício de 2015, a fim de que possa ser dada ao País a situação real do setor agropecuário no que diz respeito à atividade das populações vegetais, à saúde dos rebanhos animais, à idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária e à identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais.

Minha preocupação, Srª Presidente, com esse assunto está diretamente ligada às conquistas já alcançadas pelo meu Estado nessas importantes áreas reconhecidas como modelo de segurança agropecuária para o País – como bem falou, inclusive, o Senador Benedito de Lira –, mas que merecem todo o nosso empenho e também o dos nossos governantes para que as metas sejam efetivamente atingidas em todo o País.

Passo, então, Excelência, a fazer, de pronto, a leitura das atividades propostas.

Para levar a contento a avaliação das Políticas Públicas de Defesa Agropecuária no País, sugiro que a CRA realize as seguintes atividades:

– Requisição de informações ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

– Requisição de informações à Controladoria-Geral da União (CGU);

– Requisição de informações ao Tribunal de Contas da União (TCU);

– Identificação de atores sociais relacionados ao tema;

– Análise da legislação correlata;

– Realização de audiências públicas;

– Realização de seminário;

– Ações pelo e-Cidadania (opiniões espontâneas e pesquisa de opinião por meio do DataSenado).

Após os primeiros meses dos trabalhos, deverá ser apresentado à CRA um relatório preliminar, a ser avaliado em outubro de 2015, ao passo que o relatório final deverá ser apreciado e votado por esta Comissão em dezembro deste ano.

Passo ao cronograma.

Propomos a seguinte programação para as próximas reuniões:

Mês de maio.

Requerimento de informações ao Mapa ao TCU e à CGU. Dados acerca da execução de atividades de defesa agropecuária.

Nos meses de maio e junho, a audiência pública proposta seria com a Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária, com o Sindicato Nacional de Fiscais Federais Agropecuários, com a CGU e com o TCU.

Os temas seriam "Panorama da defesa agropecuária brasileira e internacional; perspectivas da estrutura federal de defesa agropecuária; evolução e execução orçamentária, achados de auditorias, recomendações e determinações dos órgãos de controle".

Também no mês de junho ou no mês de maio, dependendo da pauta que V. Exª estabelecer, está prevista audiência pública com os representantes da Secretaria Estadual de Agricultura, a escolher – acho interessante escolher a de Santa Catarina, que seria um privilégio para mim –, a Confederação Nacional dos Municípios, o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade e Agropecuária, a União Nacional de Fiscais Agropecuários. O tema seria "Defesa agropecuária e integração dos entes da Federação; Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária".

No mês de junho ou de julho, audiência pública também direcionada aos convidados que passo a relatar: Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários; Associação Brasileira de Proteína Animal; Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne; Associação Nacional dos Exportadores de Cereais; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. O tema seria "Interação dos órgãos de defesa agropecuária e o setor produtivo agropecuário".

Também nos meses de junho e julho, dependendo da pauta desta Comissão, sugiro audiência pública com o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal, a Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos e a Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários..

O tema seria "O papel do setor privado na defesa agropecuária: desafios para a segurança alimentar e ambiental do País".

Nos meses de julho e agosto, audiência pública também, com a Embrapa, a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e também com o MDA, o MPA e a Contag.

O tema seria "O papel da vigilância sanitária agropecuária quanto à inserção mercadológica da produção agrícola familiar".

No mês de agosto ou no mês de setembro, audiência pública para a qual convidaríamos a Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca de Santa Catarina, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina, a Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Estado de Santa Catarina (Fetaesc).

O tema seria "A defesa agropecuária em Santa Catarina e a construção de um padrão de excelência: experiência e desafios".

Em outubro, Excelência, a minha proposta é fazer um seminário aqui, no Congresso Nacional, com Parlamentares e servidores que tenham, evidentemente, interesse na área.

Esse é o relatório, que é preliminar, susceptível a sugestões e alterações ao longo do percurso, que submeto a V. Exª e aos demais Parlamentares desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço muito ao Senador Dário Berger pelo substancioso relatório e coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, vamos aguardar os requerimentos necessários, Senador Dário Berger, para esse plano de trabalho.

Como esse cronograma estava previsto para abril e já estamos no mês de maio, minha sugestão a V. Exª, se aceitar, é que a Comissão já encaminhe, com sua assessoria, o pedido de informações ao Tribunal de Contas da União e à CGU, para que, com isso, tenhamos as informações, e a consultoria do Senado, que está acompanhando a elaboração desse tema... Seria isso. Acho que um ponto relevante foi aqui muito definido: a questão dos recursos humanos, das estruturas para esse setor, que é fundamental.

Quero dizer a V. Exª também que vamos agendar, o mais breve possível, para o mês de junho... Faço questão de estar lá com V. Exª para fazermos aquela audiência que é um ciclo de debates, numa sexta-feira, a partir das 14h, para podermos ficar até as 17h ou 18h, com transmissão ao vivo para todo o País. Essa audiência pública, esse ciclo de debates serve de referência para consubstanciar o relatório final das políticas públicas para defesa sanitária e agropecuária do nosso País. Então, acho que vamos trabalhar muito.

Agradeço a V. Exª pelo trabalho, pelo relatório feito.

Não havendo quem queira discutir... Já não houve.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório.

Então, aprovado esse Requerimento nº 14, de 2015, para o plano de trabalho para a questão da defesa agropecuária, sob responsabilidade do Senador Dário Berger, que será o Relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Antes de terminar, Senador Donizeti, já fiz uma consulta à Secretaria, com o Marcelo Varella e a equipe, e também ao meu gabinete da nossa disponibilidade. Seria muito oportuno se pudermos fazer o ciclo de debates lá em Palmas, no dia 29 de maio. Se essa data for conveniente, isso adiantaria toda a nossa agenda. Logo em seguida, faremos a primeira em Santa Catarina em relação a esse tema. A Comissão também se comprometeu com o Senador Ricardo Ferraço, com a Senadora Rose de Freitas e com Senadores de outros Estados que são produtores de café a agendar com a Ministra Kátia Abreu uma audiência em relação a essa medida do Governo brasileiro de autorizar a importação de café verde do Vietnã.

Então, eu queria compartilhar com os senhores as providências que a Comissão está tomando.

Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Acho que a data é viável.

Eu vou agora ao Estado para acertar com o Presidente da Assembleia Legislativa para nos ceder o espaço e a estrutura de comunicação necessários e trago o resultado na quinta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E o requerimento também ao Presidente Renan Calheiros para que haja liberação da equipe técnica do Senado Federal, que são os operadores técnicos, a equipe da TV Senado, para fazer o *link* da transmissão do recinto da Assembleia para o satélite, para alcançar a TV Senado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Esse requerimento a gente faria na próxima reunião?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Comissão prepara para V. Exª, e V. Exª apenas assina. Eles são muito eficientes.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bacana.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço, Senador.

Eu queria agradecer muito a todos os Senadores, pois nossa Comissão tem tido uma atuação exemplar. Isso me gratifica muito, porque todos estão comprometidos. Mas quero agradecer hoje especialmente ao Senador Benedito de Lira e ao Senador Wellington Fagundes, que permitiram o debate de um tema atualíssimo, porque ontem foi assinado, na cerimônia no Palácio, e hoje – aqui tudo conspira para o bem, Senador Benedito –, V. Exª que presidiu a Comissão sabe dos temas. Agradeço muito ao Senador Dário pela conclusão do relatório.

Estaremos, então, Senador Donizeti, no dia 29, se Deus quiser, lá em Palmas. Quero conhecer o seu Estado e sua capital.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Está combinado com a Universidade a visita à usina de etanol de batata-doce.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Faço questão, se possível for, de participar dessa importante reunião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ótimo. O senhor está convidado. Depois, eu quero que ele vá ao Rio Grande do Sul também.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Vamos pedir à Presidenta para convocá-lo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade. Estão todos convidados e convocados.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE MAIO DE 2015.

Às oito horas e quatro minutos do dia quatorze de maio de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Lasier Martins e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, dá inicio à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 22, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, e Requerimento (RRA) nº 24, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, consoante o Requerimento (RRA) nº 13, de 2015, que trata da avaliação da Política Pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, com a finalidade de expor o contexto histórico, situação atual e metas de curto e longo prazo para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, com a participação do Sr. Luiz Rangel – Diretor do Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – MAPA (representante de: Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA); Sr. Alexandre Luís Giehl – Coordenador-Geral de Assistência Técnica, Capacitação e Cooperativismo da Pesca e Aquicultura – MPA (representante de: Helder Barbalho, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura – MPA); Sr. Hur Ben Corrêa da Silva – Coordenador-Geral de Relações Institucionais – MDA (representante de: Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA); Sr. César Aldrighi – Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos – INCRA (representante de: Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA). Os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Wellington Fagundes, Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Lasier Martins, José Medeiros, Blairo Maggi e Ana Amélia fazem uso da palavra. A Senhora Presidente, cumprindo decisão firmada na 16ª Reunião da Comissão realizada no dia 07.05.2015, comunica o encaminhamento do Ofício nº 125/2015-SACRA, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao Sr. Osmar Dias, Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil S.A., para que informe sobre as consequências da aprovação do Projeto de Lei da Câmara Federal n° 15, de 2015 – complementar – para a agropecuária brasileira, os impactos que poderão ocorrer nas regras vigentes da Política de Crédito Rural no País. A Senhora Presidente solicita que o Sr. Hur Ben Corrêa da Silva encaminhe as respostas aos questionamentos do Senador Wellington Fagundes acerca da fiscalização da aplicação do recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário em convênio com a Prefeitura de Rondonópolis e acerca da existência de um levantamento sobre as máquinas agrícolas, como retroescavadeiras, distribuídas no país e sobre o que está sendo produzido, que, para o Senador, a distribuição se dá mais para estimular a indústria do

que para atender o pequeno produtor, haja vista a ausência de assistência técnica e de pessoas capacitadas para o manuseio das máquinas, que mal utilizadas são danificadas e abandonadas ou desviadas para outras finalidades diversas a da produção e, consequentemente, os recursos aplicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário não encontram utilidade; como ainda, que o Sr. Hur Ben Corrêa da Silva encaminhe a resposta ao questionamento do Senador José Medeiros acerca do problema do endividamento dos pequenos agricultores que captaram recursos do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa, aos colegas Senadores, da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A reunião de hoje se destina à realização de uma audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 22, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, e ao Requerimento nº 24, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, com a finalidade de expor o contexto histórico, situação atual e metas de curto e longo prazos para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Comunico que esta audiência pública é parte do processo de avaliação da política pública referente ao Requerimento nº 13, de 2015, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no exercício de 2015.

Eu queria convidar os senhores representantes dos Ministérios que integram o setor: Dr. Luiz Rangel, Diretor do Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (MAPA); Hur Ben Corrêa da Silva, Coordenador-Geral de Relações Institucionais do MDA – obrigada pela presença! –; Dr. Alexandre Luís Giehl, Coordenador-Geral de Assistência Técnica, Capacitação e Cooperativismo de Pesca e Aquicultura do MDA; e Dr. César Aldrighi, Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, que é representante do Incra.

Eu queria, antes de mais nada, agradecer a presença dos senhores convidados, dos caros colegas Senadores e saber se têm algum questionamento, antes de iniciarmos a exposição, relacionado a este tema que vai ser a fundamentação do estabelecimento desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para a política pública nacional que interessa a todo o País numa área extremamente importante, relevante que é a extensão rural.

Tanto o Senador Moka quanto o Senador Donizeti sabe da relevância desse tema para os agricultores em qualquer nível. A gente sempre fala que os pequenos e médios precisam mais, pelas carências, pelas necessidades. Hoje a produção empresarial, assim chamada, dispõe de mecanismos de assistência, porque contrata profissionais especializados nessas áreas ou mesmo cria, através das suas organizações, das suas entidades, um grupo técnico para prestar esse esclarecimento. O sistema cooperativista também tem cuidado com a extensão rural, com seus cooperativados. São sistemas distintos. Então, penso que não é demais sempre salientar a relevância disso.

Queria consultar o Senador Donizeti Nogueira, que é autor do requerimento, se tem alguma observação a fazer antes que os nossos convidados iniciem as suas exposições.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom dia, Presidenta; bom dia, Alexandre, Luiz.

Quero só agradecer a presença – esperamos que os demais compareçam – e lembrar que é uma determinação do nosso Regimento aqui do Senado que anualmente cada Comissão Permanente acompanhe políticas públicas no âmbito do Governo Federal. E o que nós estamos iniciando aqui hoje, a partir deste momento, como já disse a Senadora Presidenta Ana Amélia, é o começo desse processo de avaliação da política de assistência técnica e extensão rural.

Ao longo dos debates aqui na Comissão uma coisa tem ficado patente: que a assistência técnica é um gargalo para a ascensão, elevação da qualidade de vida, melhoria da produção, da produtividade da agricultura familiar. Então, a assistência técnica e a extensão rural estão em debate durante todo o ano aqui na Comissão de Agricultura.

Esta é a primeira audiência pública e a gente agradece a presença de vocês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Donizeti.

Vale lembrar também que nós temos investimentos aqui. A Comissão tem cuidado muito da manutenção do orçamento para a Embrapa, que é a nossa, digamos, principal empresa pública de pesquisa agropecuária.

A Embrapa, através dos seus cientistas e pesquisadores, tem feito um trabalho extraordinário na evolução genética, no campo vegetal e no campo animal, e esses conhecimentos gerados no âmbito da pesquisa pela Embrapa nem sempre são transmitidos ou levados à ponta, que é a terra. Então, é exatamente também nesses aspectos que nós estamos tentando ajustar para que aquele conhecimento gerado pelos pesquisadores seja aplicado no campo. Porém, para isso, precisa-se exatamente da extensão rural.

Com muito prazer, convido para fazer uso da palavra o Dr. Luiz Rangel, que representa o Ministério da Agricultura e Pecuária do País, para, em dez minutos, fazer sua exposição.

O SR. LUIZ RANGEL – Bom dia, Senadora, a quem agradecemos o convite.

Bom dia, Senadores presentes e todos os demais, colega Giehl, colegas de governo.

O Ministério da Agricultura se sente muito honrado com o convite.

A Ministra Kátia Abreu e o Secretário Caio Rocha pediram que a gente viesse aqui para tratar deste importante assunto, um assunto que, embora já seja, pela lei, atribuição do Ministério da Agricultura, ganhou muito corpo com a criação da Anater. E o Ministério da Agricultura vem se preparando para essa nova missão.

Nós já temos, na Presidência da República, um decreto de alteração de estrutura do Ministério da Agricultura, que deve ser publicado nos próximos dias, já com uma estrutura de uma coordenação geral para tratar da questão da assistência técnica e também da questão da capacitação.

Agora, na discussão do PPA 2016-2019 a gente também fez questão de deixar um objetivo específico dentro do Ministério da Agricultura, um objetivo, Senadora, em que a gente está no mesmo programa da Embrapa. Nós fizemos questão, por entender a importância da difusão dessas pesquisas... O Programa 2042, que era um programa de inovação para a agropecuária agora passa a ser de pesquisa e inovação, virá, depois para cá junto com o PPA. Mas a gente já está colocando lá dentro um objetivo junto com a inovação, um objetivo junto justamente com a questão da extensão rural. Nós estamos procurando, dentro desse objetivo, inclusive, abranger todas as ações de extensão que a gente tem dentro da questão da irrigação, tudo que está nas atribuições do Ministério dentro desse mesmo objetivo. Então, o Ministério tem se preparado, a gente está aguardando que o decreto seja republicado.

Pelas atribuições do decreto, a gente tem bastante definidos os públicos de cada um dos ministérios em relação ao MDA e ao MAPA. Mas aguardamos, logicamente, a forma que... No nosso entendimento, a gente deveria ter tratado isso com contratos de gestão a parte, com um contrato de gestão para cada ministério, se fosse o caso, em vez de... Acho que isso tem causado um pouco de atraso na forma como vai ser implementada essa questão.

Mas, da nossa parte, do Ministério, há uma expectativa muito grande de que a gente tenha isso regulamentado. Nós iniciamos algumas atividades. Já ao final de 2013, a gente teve uma expansão no limite de movimentação de empenho de R$5 milhões, quando a Presidenta lançou o Plano Safra Semiárido. Fizemos algumas ações já, com algumas EMATERs, na questão do Semiárido, já no final de 2013.

No ano passado, também ampliamos com alguns convênios. Tivemos, depois, uma série de problemas na questão do orçamento e acabamos não conseguindo implementar a totalidade, que ficou que ficou para este ano, mas também muitas ações na questão do pessoal do leite, de bacias leiteiras.

Então, o Ministério está se preparando, está preparado, está ansioso para essa política. Acho que a Anater é uma ferramenta muito importante. A sua construção foi muito sábia porque ela consegue, para o Ministério da Agricultura, dar agilidade e a possibilidade de fazer uma extensão diferenciada para o médio produtor, cuja produtividade já é acima da média, mas que tem que melhorar. Então é outra formação, outra difusão, outra tecnologia que tem que ser levada. Com certeza, com a ferramenta da Anater, com a agilidade que vamos poder ter, o que temos feito agora é nos preparar para poder demandar a Anater.

Temos colocado, dentro do PPA, iniciativas de monitoramento das ações, para podermos realmente avaliar o impacto que vamos ter. Acho que é uma ação muito importante, não podemos perder esse foco, mas temos de avaliar e monitorar, para que possamos ter certeza de que essas ações estão dando resultados. A coisa não pode simplesmente se reduzir em quatro visitas anuais. Isso é algo que sabemos que temos de enxergar lá na frente.

Paralelamente a isso, uma série de ações da Anater e da própria extensão rural acabam casando muito com a política que a Ministra Kátia Abreu está propondo, que é a questão da classe média no campo. Com certeza, uma parte desse público, que é uma parte comum, logicamente, será uma fatia importante que vamos atender dentro desse programa.

Se quisermos evoluir um pouco mais, podemos ter depois outras apresentações, se acharem necessário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço muito a sua gentileza, Dr. Luiz Rangel, que foi econômico no tempo, mas que agora, no debate, pode ampliar os questionamentos a respeito disso.

Eu convido agora, para fazer uso da palavra, o Dr. Alexandre Luís Giehl, Coordenador-Geral de Assistência Técnica, Capacitação e Cooperativismo da Pesca e Aquicultura.

O SR. ALEXANDRE LUÍS GIEHL – Bom dia, Senadora Ana Amélia; bom dia aos demais Senadores, aos demais presentes.

Primeiramente, gostaria de ressaltar que, para o Ministério da Pesca e Aquicultura, é um prazer ter sido convidado para esse evento. Avaliamos que é um tema de extrema relevância e que todo debate feito sobre esse tema contribui na qualificação do mesmo.

Farei uma breve apresentação, para conduzir um pouco a minha fala. A ideia aqui é tratar um pouquinho da trajetória, dos desafios e perspectivas da assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola.

Para falarmos de extensão, é sempre importante retomar um pouquinho do histórico. Embora muitos de vocês já tenham ouvido falar, já tenham intimidade com esse tema, sempre é bom retomar o histórico de como é que se deu o processo de estruturação da extensão como um todo e, em especial, que queremos ressaltar aqui, é a extensão pesqueira e aquícola.

Na década de 40, se implantam os primeiros serviços de extensão no Brasil. Em 56, cria-se a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), que é um órgão não estatal, mas que tem por objetivo organizar o serviço que já havia surgido em vários Estados.

Nas décadas de 60 e 70, cria-se e estrutura-se esse sistema de extensão rural na maioria dos Estados do País. Paralelo a isso, em 1962, é criada a Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), que é o órgão do Governo Federal responsável por fomentar o setor pesqueiro e aquícola.

No âmbito da Sudepe, cria-se, já no final da década de 60, início da década de 70, o Pescart, que é o projeto destinado a construir meios de viabilizar assistência técnica para pescadores principalmente; pescadores e aquicultores, mas o foco central era os pescadores.

Esse processo vai-se desenvolvendo até que, em 1974, cria-se a Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), aí, sim, o órgão estatal responsável por organizar, articular e fomentar o serviço de extensão, abrangendo inclusive alguns serviços estaduais de extensão, pesqueira e aquícola. E, na década de 70, por sua vez, esse sistema entra numa crise, muito por conta do seu perfil de atuação, das suas finalidades, e passa a sofrer uma desestruturação.

Até que, por fim, no período de 1989, extingue-se a Sudepe e, em 1990, a Embrater. Isso acarreta um desmantelamento dos serviços estaduais de assistência técnica e extensão rural e principalmente na extensão pesqueira e aquícola. Costumo dizer que, se a extensão rural como um todo foi desmantelada, depois disso, pela falta de uma política federal de apoio a esse setor, a extensão pesqueira e aquícola praticamente foi extinta. Havia alguns serviços estaduais que, em sua maioria, ou foram fundidos aos órgãos de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) geral ou simplesmente foram extintos.

Do início dos anos 90 até o início do ano 2000, o Estado passa sem ter uma política mais organizada, estruturada para a extensão rural e também, da mesma forma, para o setor pesqueiro. O setor pesqueiro e aquícola fica carente de uma política que fomente, que organize o setor. Então, a partir de 2003, começa o que a gente poderia chamar de um processo de reconstrução tanto do sistema de extensão rural quanto da política pesqueira. E isso se dá através da reestruturação do Dater, o Dater passa para o MDA até o momento que acontece o MAPA, e passa por um processo de reestruturação de efetivamente ter corpo para tocar suas ações. E cria-se a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), vinculada à Presidência da República, que passa a gerir ou a dar os primeiros passos para organizar a política pesqueira e aquícola.

Em 2004, tem-se então a construção e o lançamento da Política Nacional de Ater, que define as diretrizes e princípios e linhas de ação da assistência técnica e extensão rural. Consonante a isso, em 2008, a Seap debate com a sociedade e constrói o Plano Nacional de Atepa, de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola, que tem vinculação com a PNATER, que tem vinculação com grande parte dos princípios da PNATER.

Em 2009, então, tem-se a criação do Ministério, a transformação da Seap em ministério e, nesse processo de transformação, já foi previsto na estrutura do MPA a criação de uma coordenação geral responsável por esse tema, por entender que seria necessário que o MPA abordasse também esse tema, que qualquer processo de desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola passava necessariamente pela disponibilização de serviço de Ater e de extensão pesqueira e aquícola.

Em 2010, então, a gente tem a promulgação da lei de Ater, que reorganiza a execução do serviço de Ater por parte do Governo Federal e, finalmente, em 2013, a criação da Agência Nacional de Ater, que o meu colega Rangel já comentou anteriormente.

Bom, por assistência técnica, extensão pesqueira e aquícola, o MPA entende como sendo o serviço de educação não formal, ou seja, é um serviço de educação, mas não é uma educação formal feita nos bancos escolares, de caráter continuado, necessariamente tem que ser um serviço que tenha continuidade, não pode ser algo pontual, não bastam as visitas pontuais, como foi comentado, não basta uma capacitação pontual, é um serviço continuado, que busca qualificar os processos de organização, gestão, produção, beneficiamento e comercialização desenvolvidos pelos pescadores e aquicultores. Então, ele atua em todas as etapas da cadeia produtiva, no caso da extensão pesqueira aquícola, na cadeia produtiva da pesca, do pescado, e tem por finalidade melhorar os sistemas produtivos, aumentar a produção, melhorar a qualidade do produto, e principalmente melhorar a qualidade de vida do público atendido.

Entendemos, o MPA entende e tem feito investimentos na extensão pesqueira e aquícola nos últimos anos por entender que ela resulta em ações positivas para o público, para a sociedade.

Uma das ações é a melhoria do processo de organização desse público; o acesso a novas tecnologias, a novas atividades, como tem sido feito ultimamente com o estímulo e o fomento à produção do pescado via aquicultura, então isso se dá por meio do trabalho da Ater também; o acesso a políticas públicas; a facilitação do acesso ao mercado; o acesso ao crédito de forma qualificada, não basta acessar o crédito, é necessário que seja de forma qualificada; a inclusão produtiva das comunidades rurais e, com o benefício para a sociedade, a Ater tem impacto sobre a questão ambiental, a produção de alimentos, equidade social e outros que a gente poderia citar aqui.

Uma compilação de dados feita a partir do censo agropecuários de 2006 demonstra que os agricultores que recebem a Ater com relativa frequência têm uma renda média por hectare cultivado até três vezes maior do que os produtores que declararam não haver recebido nenhum tipo de Ater. Então, isso demonstra que a Ater tem um potencial de melhoria das condições de renda e, por consequência, das condições de vida desse público atendido.

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) tem atuado de 2012 a 2015, no período de vigência do Plano Plano Safra da Pesca e Aquicultura, que é o plano que organizou grande parte das ações do MPA, basicamente com três estratégias de disponibilização de assistência técnica e extensão: através de convênios, articulação de parcerias e a realização de chamadas públicas de Ater. Vou falar rapidamente sobre cada uma delas.

A primeira estratégia, que, na verdade, já vinha sendo usada desde 2003, é a celebração de convênios com entidades públicas e privadas que atuam nesse meio. Então, é um mecanismo, um instrumento usado pelos demais órgãos também, até porque o MPA não realiza ações diretas de extensão pesqueira aquícola, não tem corpo técnico para isso, mas celebra convênios para a realização desse tipo de serviço.

Outra estratégia tem sido a articulação de parcerias, principalmente com os órgãos estaduais que trabalham com o serviço de Ater, e as parcerias dão-se por meio da capacitação de técnicos vinculados a essas instituições, por meio também do apoio à estruturação dessas entidades que, por sua vez, em contrapartida, prestam serviços para o público para o qual o MPA atende e executa suas funções.

Por fim, após praticamente dez anos de execução de ações via convênios e via parcerias, mas o principal mecanismo eram os convênios, nos deparamos com a dificuldade de ampliar esses serviços pelos entraves burocráticos, pela dificuldade de operacionalizar esse mecanismo convênio. Ele é bom para uma série de ações, mas a avaliação que se fazia era de que ele era inadequado para esse tipo de serviço. A Ater é um serviço dinâmico, descentralizado, pulverizado, eventualmente você tem técnicos atendendo comunidades que sequer têm um supermercado registrado, formalizado que possa emitir uma nota fiscal, por exemplo, que é um documento que se exige para prestação de contas de convênios.

Então, muito por conta disso, se criou a lei de Ater, em 2010, que estabelecia que os executores desta lei eram o MDA e o Incra. Por meio de um acordo de cooperação celebrado em 2012, esse mecanismo passou também a ser acessível ao MPA; celebramos uma parceria com o MDA para que pudéssemos também usar esse mecanismo das chamadas de Ater, que geram contrato que, no nosso entender, tem muito mais agilidade na implementação do serviço.

Aqui, brevemente, não vou me Ater, porque é só um fluxograma de como é que se dá a execução dessas chamadas de Ater da parceria MDA/MPA. A definição das ações é feita pelo MPA. A execução da chamada, MDA e após isso, o acompanhamento novamente, de responsabilidade do Ministério da Pesca.

Então, as estratégias de disponibilização de assistência técnica e extensão para o PPA 2016 a 2019 levam em conta três linhas básicas. Uma é a continuidade de estabelecimento de parcerias, com instituições de Ater, principalmente para estruturação e formação de extensionistas em pesca e aquicultura; a outra é qualificação do acesso ao crédito, fortalecendo o mecanismo do Pronaf Produtivo Orientado, ou seja, um mecanismo que já existe e que possibilita o acesso à assistência técnica para quem acessa o crédito, e a contratação de serviços de Ater por meio da Anater.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE LUÍS GIEHL – A Anater é formada por Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Assessor. O MPA faz parte do Conselho Assessor, em que os pescadores têm uma representação de suas comunidades e faz parte do Conselho de Administração dessa entidade. Por isso, entendemos que ela deve ser estratégia prioritária para o próximo período.

Já indo para a conclusão da minha fala, percebemos que a Anater traz alguns avanços para o setor, principalmente a possibilidade de articulações dos vários ministérios e de realizar uma execução centralizada. Hoje em dia, há regiões, há casos em que há sobreposição de ações de mais de uma instituição. E, por outro lado, há muitas regiões que são descobertas de serviços de extensão. Isso se dá também por uma dificuldade de planejamento centralizado desse serviço. Esse é um dos avanços que, certamente, a Anater nos trará.

Outro avanço que eu gostaria de destacar é a possibilidade de fazer planejamento de médio e longo prazo para o setor, o que possibilita, obviamente, resultados mais efetivos.

Alguns desafios para a pesca ante a Anater: um deles é construir dinâmicas, métodos, serviços adequados para esse público, que passou longo período sem nenhum tipo de serviço mais estruturante e massivo, já que há carência de métodos e dinâmicas adequadas; e promover a inclusão produtiva de pescadores artesanais principalmente. É um público que tem grande parcela em situação de vulnerabilidade social.

Para finalizar, as notas metas para esse PPA. Com recursos próprios do MPA, temos a perspectiva de atender a 60 mil famílias de pescadores e aquicultores. Esse é o atendimento com recursos do MPA, recurso bastante restrito diante da demanda. Há expectativa de que consigamos, com a articulação de algumas parcerias, chegar a um número próximo a cem mil parcerias, principalmente com outros órgãos de governo. Outra meta é a formação de extensionistas, obviamente, como já foi comentado; e também, por meio da Ater, apoiar e fomentar o extrativismo e cooperativismo nesse setor.

Era isso. Meu muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Sr. Alexandre Luís Giehl.

Informo aos Srs. Senadores que tanto a exposição do Dr. Luiz Rangel quanto a do Dr. Alexandre Luís Giehl estão disponibilizadas, em cópias, para os senhores.

Convido, agora, para fazer uso da palavra o representante do MDA, o Dr. Hur Ben Corrêa da Silva, Coordenador-Geral de Relações Institucionais, que também, como os demais expositores, terá dez minutos.

Agradecemos ao Senador nosso Vice-Presidente, Acir Gurgacz, aos Senadores Donizeti e Moka pelo prestigio à nossa audiência pública.

O SR. HUR BEN CORRÊA DA SILVA – Bom dia a todos e a todas. Saudações à Senadora e aos colegas.

Nós, no MDA, estamos fazendo a gestão, na verdade, da política de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar a partir de 2003. Na verdade, trabalhamos juntos, o Incra e o Ministério da Pesca, e, então, muitas informações que o Alexandre nos passou são válidas também para o MDA.

Eu gostaria de projetar um PowerPoint, por favor.

Eu gostaria de dividir em três partes essa fala. Inicialmente, falo um pouco da perspectiva histórica da extensão rural, o que é muito importante para entendermos o estágio em que se encontra hoje essa política no Brasil. Depois, vou discorrer sobre o que está sendo feito e sobre as expectativas e desafios que temos pela frente na nossa percepção.

Sabemos que a extensão rural é antiga no Brasil, tem mais de 60 anos. Esse serviço teve papel fundamental para alavancar a modernização da agricultura no País juntamente com a pesquisa agropecuária, o crédito subsidiado, o cooperativismo, a agroindústria. Enfim, a extensão é um pilar importante de politica pública para fazer com que o Brasil seja o que é hoje a agricultura.

Como disse o Alexandre, tivemos o nascimento do Sistema ABCAR na perspectiva da aliança para o progresso, modernização no campo, desenvolvimento comunitário. Ele se transformou, na década de 70, junto com a pesquisa agropecuária, quando nasce a Embrater ao lado da Embrapa, num serviço essencial para a modernização, efetivamente, da agricultura.

Agora, nisso houve um declínio. Nós tivemos, em 1990, a extinção da Embrater, o que significou um processo progressivo de desmonte da estrutura que foi criada e consolidada até a década de 70. Então, nos anos 80, começa haver crise econômica, mudança do panorama mundial de políticas para o desenvolvimento, mudança no Estado, nos países, culminando com a extinção da Embrater, o que levou a uma desaceleração e ao chamado desmonte da extensão rural.

Em 2003, temos um marco importante, porque, com o governo Lula, há uma retomada dessa política por parte do Governo Federal. Então, o Departamento de Extensão Rural, que estava no Ministério da Agricultura e que tinha um orçamento irrisório, pois era uma política que o Governo Federal não vinha tocando há mais de uma década, vai, então, para o MDA, que fez um movimento com a sua base, com os seus clientes no

sentido de criar então a Política Nacional de Extensão Rural, uma política contemporânea, muito diferente da política da modernização.

Essa política progrediu, e, em 2010, o Congresso aprovou uma lei que consolidou essa política, criando outros instrumentos, como as chamadas públicas para operacionalização dos serviços.

E, agora, em 2013, nós tivemos, por força de lei, a criação da Agência Nacional, que está regulamentada.

A política nacional – e vou dizer rapidamente – tem conceitos, como eu disse, contemporâneos, que divergem muito, ou seja, são muito diversos, diferentes daquilo que foi a extensão rural dos anos 60, 70 e 80. Sim; mas que política de extensão é essa? É que foram introduzidos elementos conceituais, estratégicos e metodológicos e, essencialmente, a visão de desenvolvimento sustentável, que vem sendo construída ao longo das décadas e que culmina, na década de 90, com a consolidação dessa política. E, a partir de 2003, passa a ser uma política que permeia todas as políticas públicas brasileiras.

Um elemento importante para o qual eu gostaria de chamar a atenção é que a PNAter traz um pluralismo que não existia antes, pois se trabalha com instituições estatais e privadas, com ou sem fins lucrativos, e alguns outros elementos que estão aí – e não preciso repetir o que está no eslaide –, que mostram que mudou muito a extensão com a política nacional de Ater a partir de 2003.

Também, como houve o desaparecimento da Embrater, o MDA tem feito um esforço muito grande de fazer com que a gestão dessa política se dê através de uma visão republicana. Então, os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável têm um papel importante no credenciamento, inclusive, das instituições que podem vir a se candidatar as recursos do MDA, do Ministério da Pesca e do Incra, para fazer extensão rural, portanto, com recursos públicos. E essa política está vinculada também ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável, que tem um comitê específico, desde 2004, para tratar e subsidiar a questão da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Alguns elementos para ter uma visão atual.

Nós temos um sistema, a partir da lei que eu já mencionei, de credenciamento das instituições; e nós temos algo próximo a 700 instituições de extensão rural, sendo 52 públicas e o restante privadas, credenciadas para se candidatar e concorrer aos certames para acessar os recursos públicos da Ater, para fazer a Ater; e temos, nesse sistema, em torno de 13 mil técnicos registrados e atendendo. Temos, atualmente, mais de 230 mil famílias em contrato vigente, mas, desde 2010, nós temos registradas mais de 435 mil famílias.

É importante dizer que, em relação a esse número de famílias, mais da metade está na Região Nordeste. E aqueles 57% ali referem-se ao item abaixo: 57% do público são mulheres.

Isso demonstra uma mudança muito substancial no público da extensão rural, tendo em vista que a extensão rural anterior tinha a mulher muito no serviço social, como dona de casa, que cuidava da nutrição, da higiene, da educação das crianças. E nós temos uma perspectiva muito diferente de uma mulher que é produtiva e em igualdade de condições com o homem. Ela está, inclusive, em maioria no público da extensão rural hoje. As nossas chamadas têm como regra que pelo menos 50% do público sejam mulheres.

Um elemento importante é que a extensão rural passou a ser um instrumento importante de implementação de políticas públicas, porque as políticas para o rural cresceram muito a partir de 2003 – Pronaf é um exemplo –, seguro, mercado institucional. Com esse crescimento da política, a extensão assumiu um papel muito importante na implementação de política pública. Ela também se afastou um pouco da questão da tecnologia. Ou seja, com a estrutura que a extensão tem e tinha na década passada, ela foi muito absorvida para fazer a implementação de política pública e o fez muito intensamente – mais de 80% do Pronaf, por exemplo, é implementado pelas instituições públicas de Ater.

Aqui uma visão um pouco do BSM, 180 mil famílias de 2011 a 2014. O mapa mostra onde estão situados os Municípios que foram atendidos no BSM: 1.557 Municípios. A cor mais escura é onde há mais famílias. E uma projeção agora para 2015 do Brasil sem Miséria, numa perspectiva de incluir famílias que não estão somente na extrema pobreza, que estão na pobreza – que seria de R$70 a R$140 por mês por pessoa. A extrema pobreza é abaixo de R$70. Então, a perspectiva é de 116 mil famílias, agregando 502 Municípios nessa perspectiva do Brasil sem Miséria.

Aqui e uma situação nossa de 2004, em que os recursos do MDA ...

(Soa a campainha.)

O SR. HUR BEN CORRÊA DA SILVA – ...estão chegando a esse número de famílias da agricultura familiar, indígenas quilombolas, mulheres. E temos uma perspectiva para 2015 desses novos contratos. Mas, agregando mais 50 mil famílias, continuam aquelas 230 mil, agregando mais indígenas. Aí uma perspectiva de atender aos jovens, 22 mil jovens. Na área do Garantia Safra, basicamente Semiárido, agregar 50 mil famílias, que estão no Garantia Safra com assistência técnica, então. Uma chamada para fortalecer a transição agroecológica,

apoiando o Plano Nacional e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. E uma chamada específica para o Norte.

É a primeira vez e vem vindo na perspectiva de um Plano Safra que tenha foco regional. Então, nós teremos essa do Garantia Safra, que é Semiárido; e teremos uma chamada na Região Norte.

A Anater, como Alexandre já falou, a grande expectativa, uma conquista importante a aprovação da lei, sua regulamentação. O MDA é responsável pelo contrato de gestão com a interveniência do MAPA. E esse contrato de gestão, então, vai albergar os recursos dos Ministérios que quiserem operar com a Anater.

Também o MDA está como Presidente do Conselho de Administração da Anater e a expectativa é a nomeação da diretoria e o início dos serviços da Anater para apoiar os Ministérios. A nossa expectativa é que, com a Anater, realmente esse sistema de extensão rural público se consolide no País.

Um dos desafios que nós percebemos muito importante com a Anater é que, então, consolide o sistema público de Ater, que significa um sistema plural com todos os segmentos e capacidades que fazem a extensão, organizados e coordenados com diretrizes "consensadas" numa visão federativa, republicana, digo, na perspectiva de que cheguemos à universalização dos serviços, seja nos médios agricultores, seja na agricultura familiar.

Hoje, na agricultura familiar, a nossa abrangência está em um pouco mais de 40%. Temos um desafio enorme pela frente, em que a Anater poderá ser muito importante nesse avanço da abrangência da extensão.

Como mencionei aqui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, é um desafio para todos nós é fazer uma matriz produtiva limpa e, para isso, o esforço não envolve só extensão, mas também educação. Obviamente, a extensão sendo melhor, nós qualificaremos as políticas públicas.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada ao Dr. Hur Ben pela exposição bastante clara.

Agora, para encerrar a parte das exposições, convido o Dr. César Aldrighi, Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do Incra.

Com a palavra, também por dez minutos, como os demais expositores.

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – Bom dia, Senadora Ana Amélia; bom dia, representantes do Ministério da Agricultura, Alexandre e o Hur Ben, que me antecederam.

A atuação da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária vem muito articulada com a política de assistência, já relatada aqui pelo Alexandre e pelo Hur Ben. Então, em algumas lâminas, certamente vou passar com um pouco mais de agilidade.

Por gentileza, próxima lâmina.

A assistência técnica nos assentamentos evolui conforme evoluiu a reforma agrária no Brasil e o número de assentamentos. O Incra é que organiza. Nós temos uma sede, aqui em Brasília, com 30 superintendências regionais e 40 unidades avançadas. Então, quem opera as políticas de assistência técnica são as superintendências regionais, supervisionadas e orientadas por nós aqui, na sede, em Brasília.

Pode passar.

Aqui, um pouco a evolução da reforma agrária, de forma muito breve. Esse quadro é de 1985. Tínhamos 61 Municípios com assentamentos, 67 projetos de assentamento em 1985, com 9,8 milhões de hectares.

Aqui, o quadro em 2003: 1.512 Municípios com assentamentos, 4.800 projetos; em 2014, com 2.027 Municípios, 9.109 projetos de assentamentos, 88 milhões de hectares, 957 mil famílias, aproximadamente, a um milhão.

Estes são os números gerais da reforma agrária: temos 9 mil assentamentos, no primeiro gráfico de *pizza*, a grande maioria dos assentamentos na Região Nordeste. No segundo gráfico de *pizza,* esses assentamentos em número de famílias. Então, nós temos no Nordeste a grande maioria dos assentamentos com número pequeno de famílias e, na Região Norte, maior número de famílias – 44% da reforma agrária do Brasil está na Região Norte; 35%, aproximadamente, na Região Nordeste; demais, nas outras regiões.

Um pouco da assistência técnica na reforma agrária – foi solicitado, no pedido, um pouco do histórico –, os assentamentos evoluíram. De 1985 a 1995, a assistência técnica era prestada por articulações do Incra com os governos estaduais, com as empresas estaduais. Em alguns casos, não aconteceu assistência técnica no período e anterior ao projeto Contacap, que foi financiado pelo BNB. Foi uma experiência inicial que deu origem ao projeto Lumiar em 1996/1999, que foi extinto no ano 2000. De 2000 a 2003 ,seguindo o histórico que o Hur Ben colocou, nós não tivemos assistência técnica.

Retomando, em 2003, temos três grandes ciclos da assistência técnica nos assentamentos. Em 2003 e 2007, com instrumentos de convênios, foi sendo esgotado. Não é um instrumento de contratação dos serviços adequados à complexidade e à diversidade da necessidade de contratação.

Em 2008/2009, com a entrada do Siconv, já se começa também a desenhar alguns contratos. Em 2010, já começa a Lei de Ater, relatada pelo Hur Ben. O Incra é um dos executores da Política Nacional de Assistência Técnica e operamos da mesma forma que o Hur Ben relatou; e, em 2015, a Anater.

O que está previsto na nossa ação é a viabilização de assistência técnica, lá no PPA, para as famílias assentadas, além da formação e capacitação, por meio de contratos com entidades públicas, privadas ou entidades sem fins lucrativos. Também temos apoio, com acordos de cooperação, com instituições públicas federais, que são as universidades, para aproximar o ensino e a pesquisa da nossa extensão na reforma agrária.

Assistência técnica na reforma agrária. O assentamento é uma comunidade em implantação. Então, o técnico da assistência técnica passa a ser um articulador das políticas públicas.

Na base ali, os créditos de instalação do Incra, previstos na Lei nº 13.001, aprovada no ano passado; a política de microcrédito, de agroindustrialização, de mercados institucionais, dos créditos como Pronaf, Bolsa Verde nos assentamentos da Região Norte, em especial; e uma das ações que tomam muita importância, do trabalho dos técnicos nos assentamentos, é o Cadastro Ambiental Rural, com vista à gestão ambiental dos assentamentos.

Aqui, de forma muito protocolar, o Alexandre já se referiu ao fluxo, mas a gente tem um Programa Nacional de Assistência Técnica, com instrumentos da política do PNATER (Política Nacional de Ater). O fluxo de contratação e a operacionalização têm o credenciamento das entidades feitos pelo MDA. O instrumento de contratação são as chamadas públicas, que contratam aquelas entidades que apresentam propostas àquelas entidades credenciadas; é feita uma comissão, com critérios objetivos, publicados no edital, seleciona as entidades.

Na base, contratam-se os serviços, que são executados. Está previsto na lei e no decreto o acompanhamento e o monitoramento por sistema eletrônico, com laudo, com ateste dos beneficiários de que receberam o serviço, liquidação das despesas e finalização do fluxo.

Esse é o quadro atual da assistência técnica no Brasil. A gente atende hoje aproximadamente 400 mil famílias, que estão distribuídas nesses percentuais. A gente tem uma cobertura maior nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em torno de 86% no Sul; 57%, Sudeste; 47% Centro-Oeste; 39% na Região Nordeste; e 26% na Região Norte, onde a gente tem o maior número de assentamentos. Esse percentual é feito dentro de cada região.

Em nível de Brasil, a gente tem 31% dos técnicos contratados – em torno de 4 mil técnicos – na Região Norte; 37%, no Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste como colocado.

Os grandes desafios solicitados para 2015: assistência técnica, pelo Decreto nº 8.256, a partir da Lei nº 13.001, do ano de 2014 – os créditos de instalação para as famílias assentadas são operados pela assistência técnica. Então, a gente tem em torno de 120 mil famílias sem receber os créditos de instalação e que necessitam da contratação de assistência técnica. Então, para este ano, de acordo, obviamente, com os limites orçamentários que forem disponibilizados, nosso desafio é ampliar para essas famílias que necessitam do crédito.

Estamos num processo de construção do PPA 2016/2019, onde buscamos a universalização dos serviços para as famílias assentadas.

Aqui, a nossa equipe, meu *e-mail*.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. César Aldrighi, Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento dentro do foco, do tema que abordamos aqui, que se destina a fundamentar o desenho do Plano de Políticas Públicas da Comissão de Agricultura e Reforma e Agrária, específicos para extensão rural, cuja relatoria está confiada ao Senador Donizeti Nogueira, que, como Relator do Requerimento nº 13, de 2015, que tratou deste tema, tem a preferência, seguido do Senador Wellington Fagundes, autor do Requerimento nº 22, de 2015. Em seguida, os demais Senadores, nosso Senador Acir Gurgacz, Senador Moka, Senador Dário Berger.

Concedo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Agradeço as exposições, muito esclarecedoras.

Quero dirigir algumas perguntas a cada um, com o objetivo de clarear algumas coisas que considero, assim como nossa consultoria, que não estão muito claras.

Primeiro, Dr. Luiz Rangel, conforme expresso na Lei nº 12.188, o Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural é uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural voltada apenas para a agricultura familiar e reforma agrária.

E os pequenos agricultores que não se enquadrarem como agricultores familiares? E os médios produtores? Como atenderemos a esse público que em tese não está enquadrado no plano nacional? Que montante de recursos estão destinados a essas ações? Que percentual, do total de médios produtores hoje existentes, tem sido atendido? E quais resultados temos alcançado?

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário é Hur Ben ou Ben Hur?

O SR. HUR BEN CORRÊA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Hur Ben.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Hur Ben.

Em 2002, Dr. Hur Ben, o MDE conduziu a ampla e inédita pesquisa sobre o perfil das instituições prestadoras de serviço de Ater. Considerando que não foram previstos recursos no Orçamento da União para o senso agropecuário... Porque já faz nove anos e certamente no ano que vem teria que ser refeito, mas parece que não tem esse recurso previsto ainda para execução do senso, o MDA está pensando em fazer novamente essa pesquisa?

A Lei 12.188 estabelece o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) como instrumento de implantação do plano nacional. O art. 24 da lei dispõe que a metodologia e os mecanismos de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados obtidos com a execução de cada serviço contratado serão objeto de regulamento. Entretanto, o Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010, que regulamenta a lei, prevê a avaliação dos resultados somente pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável. O MDA tem acesso a essas avaliações dos conselhos estaduais? Essas avaliações são tornadas públicas?

O art. 25 da lei que estabelece os relatórios de execução do Pronater, incluindo toda essa qualificação das empresas, tais como CNPJ, endereço, entidade executora, serão disponibilizados nas páginas do MDA e do Incra, na internet. Entretanto, somente são disponibilizados, na página do sistema informatizado de Ater, a razão social e o CNPJ da unidade, a federação e a situação de credenciamento das entidades executoras. Os relatórios de execução, o valor dos contratos e o número de beneficiados não são disponibilizados. O que tem dificultado o cumprimento do art. 25, nesse caso?

Ao Alexandre Luís Giehl, do Ministério da Pesca. A Lei 11.959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, mas pouco trata de assistência técnica a pescadores e aquicultores. Em seu art. 29, dispõe que a capacitação da mão de obra será orientada para o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira e cabe ao Poder Público e à iniciativa privada a promoção e o incentivo à pesquisa e à capacitação da mão de obra.

A Lei do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural enquadra os aquicultores e os pescadores também como beneficiários. Nesse sentido, quais são os programas e políticas do MPA que contenham ações de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola? Qual o volume dos recursos disponibilizado para esse fim, no orçamento do MPA para 2015? Quais beneficiários serão atendidos em 2015? Quais indicadores de resultados e metas de atendimentos foram estabelecidos para este ano?

Bem, como eu disse no início – ainda tem aqui o Incra, o César Aldrighi, vou aprendendo esses nomes difíceis, viu, César? –, a pergunta principal que eu ia lhe fazer você já respondeu, que é sobre o número de famílias, quantas são assistidas. Essas já estão respondidas. Há algumas que fiz aqui também que já foram respondidas.

Que percentuais do total de assentamentos e do total de famílias assentadas que hoje estão sob a responsabilidade do Incra recebem os serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates)?

Qual o montante dos recursos orçamentários previsto para a safra e qual foi o executado?

Na verdade, acho que a gente precisa saber aqui os que não estão sendo atendidos e por que não estão sendo atendidos. Porque, como a gente acompanha isso – eu acompanho bastante isso lá no meu Estado –, há uma parte boa que não está sendo atendida. E, como para nós, e nesta Comissão, tem sido debatido permanentemente que a assistência técnica é um gargalo que impede o desenvolvimento e o crescimento da renda, da ascensão social das famílias que estão assentadas, o que precisamos fazer para que todas as famílias sejam alcançadas?

Outra coisa relacionada à assistência técnica é que ela não tem conseguido ser dinâmica como ela precisa ser. Aí talvez esteja explicado este processo de licitação problemático, demorado, etc. Com a expectativa de que, agora, com a Ates, a gente supere isso, a gente vai poder em que período chegar a atender a todas as famílias?

Basicamente, é isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Donizeti Nogueira, autor do primeiro requerimento.

Passo, imediatamente, a palavra ao Senador Wellington Fagundes, informando aos colegas Senadores que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado. O Brasil inteiro está nos acompanhando. Eu queria apenas lembrar aos caros colegas Senadores esses aspectos da comunicação e também aos nossos expositores.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia, Senadora Ana Amélia, nossa Presidente, e aqui cumprimento também os companheiros Senadores.

Bom, inicialmente, eu queria aqui me dirigir ao Incra, dizer que, principalmente lá no nosso Estado, a gente tem repetido que o Incra tem o nome de "incravado", porque as coisas não acontecem ou, quando acontecem, acontecem muito de forma atabalhoada.

Os assentamentos, a grande maioria... E eu já queria fazer uma pergunta: quais são, percentualmente, os assentamentos, no Brasil e, em especial, no Mato Grosso, que têm sua emancipação definida? Principalmente no caso de Mato Grosso, que tem um número muito grande de assentados, eu gostaria de ter essa informação.

E também, sobre essa questão dos assentamentos que não foram ainda documentados, ou seja, que não tiveram sua conclusão, qual é o critério que vocês estão tomando ou tomarão para regularizar esses assentamentos? Vou ser bem claro. Muitos assentamentos, a maioria dos assentados, já não são mais, digamos, do primeiro ato de assentamento. Foram vendidos, foram passados etc. e tal. Além disso, muitos desses assentamentos hoje estão próximos a cidades, se transformaram em chácaras de lazer ou investimentos privados os mais variados possíveis. Portanto, muitos deles não são da clientela da reforma agrária. Eu gostaria de um exemplo específico de que vocês retomaram ou tiveram a ação... Porque a gente tem informação de que o Incra prefere não mexer nisso, porque é uma caixa de abelhas. E vai deixando passar o tempo.

Mas, deixando passar o tempo, vão se consolidando mais ainda os investimentos daqueles que compraram de boa-fé ou de má-fé. Aí, qual é realmente a linha do Incra nesse aspecto?

Em relação também a novos assentamentos, qual é a programação do Incra? V. Sª falou aí da questão da dotação orçamentária. Muitos desses assentamentos geraram uma expectativa para os que não foram assentados, famílias que estão na beira das rodovias. Enfim, foi prometido, o Incra já foi lá, já levantou a área, já definiu que essas famílias seriam assentadas, ficam lá à espera, num compasso de espera, e isso não acontece.

Também a gente vê uma certa desarmonia, ou seja, a atuação do Governo não é conjunta – os organismos, inclusive, estão aqui à Mesa. De repente, vai lá o Incra e faz, mas falta assistência técnica. A gente procura o Incra e ele diz: "Esse não é nosso papel, a assistência técnica é das EMPAERs da vida." Chega lá, falta gasolina; tem técnico, mas não tem gasolina. Enfim, a gente percebe que são muitos organismos para fazerem, digamos, a mesma finalística, mas não existe a finalística, porque ficam no meio, há falta de condições de órgãos. Às vezes, um tem até a condição de fazer a medição, mas o outro não tem a condição de acompanhar. Enfim, há toda essa dificuldade. Eu gostaria de uma análise de V. Sª sobre este aspecto: o que poderia ser feito para a gente unificar esse trabalho?

Sobre o fato de haver vários agentes, às vezes, até Ministérios com outra linha, principalmente, por conta do Ministro – por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, às vezes, os Ministros não falam a mesma língua, um Ministro tem uma prioridade num momento e o outro tem outra –, eu gostaria de saber de vocês, essa pergunta pode ser geral, que vocês dissessem qual é a angústia de vocês, o que a gente poderia fazer para que esse recurso público, que não é pouco, efetivamente atenda o cidadão.

Na questão da saúde também, e isso vale para todos, porque hoje, com saúde indígena, a gente vê o volume de recursos que é gasto. É muito dinheiro, principalmente na área da saúde, e, efetivamente, a gente não vê, lá na ponta, a atenção, esse dinheiro chegando à atenção. Da mesma forma, isso vale para os assentamentos. Então, é uma pergunta também sobre esse aspecto.

Especificamente para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o Hur Ben: também muitos financiamentos do Banco da Terra, ou seja, do crédito fundiário foram feitos, foram assentadas as pessoas, mas não foi dada continuidade. Às vezes, compraram a terra, foram assentadas as pessoas, mas não tiveram os recursos complementares para infraestrutura. Foram atendidos alguns, na questão de energia, pelo Luz para Todos, mas, enfim, e a infraestrutura completa? Quando vão lá fazer um assentamento pelo crédito fundiário, o que se promete é fazer assentamento com começo, meio e fim. Mas a gente percebe que isso também tem acontecido pelo crédito fundiário: muitos que foram feitos não foram concluídos.

Eu vou especificar um caso lá de Mato Grosso, da minha cidade, que eu gostaria que o senhor anotasse, que é o da Fazenda Esperança, no Município de Rondonópolis, na MT-270, saída de Rondonópolis para Guiratinga. Esse assentamento tem 14 anos e até hoje as pessoas estão lá. Esta semana mesmo, no final de semana, tivemos uma reunião em que os assentados vieram me cobrar, porque muitos deles pagaram.

E o Banco do Brasil alega que esse recurso, na verdade, está lá no banco, mas não se sabe onde ele está, porque ele não foi pago efetivamente, não houve a conclusão do pagamento dos assentados. E não tem nem a infraestrutura concluída... Inclusive, a água que foi colocada lá foi contratada, na época, por um convênio com a prefeitura. A empresa – eu me lembro bem – fez o serviço, mas não pôde pagar, e, até hoje, essas pessoas estão sem concluir, sem ter documento, muitos pagaram, alguns não pagaram, e o banco não consegue dar uma resposta. E o Ministério do Desenvolvimento Agrário também diz que não, não é com o banco.

Na minha cidade, Rondonópolis, eu trabalhei um recurso junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. Acho que foi o primeiro ou um dos primeiros centros de apoio da agricultura familiar. Foi liberado um recurso,

à época, de R$2 milhões, na cidade de Rondonópolis, um convênio com a prefeitura. Inclusive, esse projeto envolveu a Universidade Federal e o Instituto de Pesquisa do Estado. No início da construção, foi comprada uma área ao lado do campus da Universidade Federal. E faz, aproximadamente, 12 ou 15 anos que essa obra começou, foram comprados equipamentos, mas estão todos lá abandonados.

E nós já fizemos muitas visitas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário para cobrar uma fiscalização, para cobrar uma decisão, para que aquilo sirva para a Universidade, como pesquisa, porque tem laboratórios, tem toda uma estrutura, para que sirva também à extensão, para que possa servir à sociedade, mas não conseguimos fazer com que o recurso público seja aproveitado pela sociedade. É um projeto muito bem feito. À época, o Ministro atendeu prontamente à liberação do recurso.

Para nós, Senadora, a coisa mais difícil é a gente trabalhar e conseguir os recursos, o que não é fácil. Aí o recurso vai, e não há fiscalização para, efetivamente, termos o resultado. Eu já fui ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para cobrar muitas vezes, inclusive por escrito, porque depois, lá na ponta, como a gente já falou em entrevista, as pessoas cobram: quem desviou o dinheiro? Por que isso não está sendo atendido? E, nesse caso, mais forte ainda, porque a intenção era de um convênio com a Universidade para servir de base para o curso de Zootecnia daquela Universidade Federal.

Eu poderia continuar falando... Acho que vamos ter mais tempo. Vejo a angústia da Presidente com o tempo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Então, eu vou deixar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, não é angústia. É que as questões são realmente relevantes, Senador Wellington, e essa é a preocupação de todos os Senadores, que querem, democraticamente, também participar do debate.

Eu queria informar, antes de passar a palavra ao Senador Moka, por que fizemos a inscrição, pela ordem de chegada, para a manifestação dos Senadores Moka, Acir Gurgacz, Dário Berger e Lasier Martins. Eu gostaria de dizer, numa correspondência que encaminharemos ao Dr. Osmar Dias, que ele tem sido sempre muito atento a todas as demandas desta Comissão de Agricultura. Isto aconteceu na gestão do Presidente Acir Gurgacz, na gestão passada, do Senador Benedito de Lira, e acontece agora, para todas as demandas. Ele está sempre presente, sempre responde na hora, atende ao telefone. Então, eu queria destacar que, talvez pelo fato de ele ter sido Senador, ele tenha mais sensibilidade ainda de saber que, quando um Senador procura o Presidente, é porque uma causa legítima e justa está em curso.

Então, estamos encaminhando aqui, até a pedido dos Senadores, uma solicitação de informação para avaliar o impacto que a aprovação do PLC nº 15 pode determinar, uma vez que houve a inclusão, no PLC nº 15, que tratou do indexador da dívida dos Estados e dos Municípios com a União, de uma emenda que é, na verdade, um projeto de lei inteiro do Senador Serra, acolhido pela Relatora *ad hoc*, Senadora Marta Suplicy, que teve como Relator original o nosso inesquecível Luiz Henrique. Esse projeto permitiu que fossem aplicados 70% dos depósitos judiciais e administrativos usados pelos Estados para fazer frente aos compromissos com a União ou a outros compromissos.

E isso, claro, vai impactar os depósitos compulsórios dos bancos, especialmente do Banco do Brasil, que é o depositário desses recursos, e isso tem a ver com o recurso para o crédito rural.

Então, a informação que temos é que há uma avaliação do Banco do Brasil sobre os efeitos sobre o crédito rural dessa medida aprovada pelo Senado Federal. Gostaria muito – já fiz a assinatura – que o Marcello Varella, que é o Secretário Executivo da Comissão, passasse para pedir a assinatura dos demais Senadores, para dar uma validade realmente democratizada nessa correspondência.

Com isso, passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Dr. Alexandre, Dr. Hur Ben, Dr. Luiz Rangel e Dr. César, eu quero lembrar – e é importante que eu diga isso – que as comissões permanentes, como é o caso, escolham um ou dois temas para fazerem uma avaliação da política pública. Então, os senhores estão aqui, e nós estamos iniciando. O Relator é o Donizete e também o Wellington...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, é o Donizete só.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só o Donizete.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Senador Dario Berger é sobre defesa sanitária. São dois temas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, a Comissão vai ter que fazer uma análise da política pública que é a extensão rural. E, aí, eu não sei, Senadora, porque, pode ser muito tranquilo, mas precisamos aprofundar, porque, senão, nós vamos sair daqui sem que o Relator possa perceber. Então, nós temos que avaliar a política.

Eu percebi que, no MAPA, não existe extensão rural. A expectativa do MAPA é, após a Anater, vocês adotarem uma política de extensão rural. Quer dizer, ele falou no PPA, na implantação, no decreto que vai regulamentar a Anater, mas a impressão que o senhor me passou, Dr. Rangel, é que especificamente o Ministério da Agricultura não tem a chamada extensão rural.

Eu ouvi aqui o Dr. Alexandre fazendo o histórico. Eu sou desta geração da Embrater e tal. Eu acho que o senhor é muito novo. Evidentemente, o senhor foi buscar a história. Agora, a Embrater era uma coisa que funcionava, tinha a extensão rural. Eu ouvi, por exemplo, o Dr. Hur Ben falando da extensão rural. Mas é basicamente o quê? Administração de contrato e de convênio. Não é o técnico, o chamado extensionista, aquele que está lá orientando como plantar ou melhorando o manejo do gado, o custeio. Isso é extensão rural, e não você ter técnicos, não sei se o número... Estão preocupados em formalizar o convênio, orientar como se faz isso. Não estou criticando, mas estou dizendo que os técnicos estão muito absorvidos, Senadora Ana Amélia, na parte administrativa da operacionalização do crédito. Mas não tem ninguém.

Por exemplo, eu não ouvi em momento algum. Parece que, em uma ou em outra citação, alguém falou da Embrapa. A parceria da Embrapa com a extensão rural é fundamental. A Embrapa gera pesquisa. E essa pesquisa gerada pela Embrapa, aliás, nos últimos anos, tem beneficiado muito o pequeno agricultor, mas, se não tiver o extensionista que conheça, que absorva essa pesquisa e que a leve lá para a ponta, não adianta. Quem a pesquisa acaba sempre beneficiando? Aquele produtor que já tem acesso, porque ele já tem acesso.

E aqui nós estamos tratando de uma política pública que teria, em tese, o objetivo de beneficiar exatamente o papel do extensionista. Não sei se ainda há, mas havia um vício. Ficavam essas empresas de extensão rural, com a cabeçona grande na capital e, nos Municípios, não havia técnico. Cheio de gente pós-graduada, com pós-graduação e não sei o quê, só que lá, com o pequeno, não tinha ninguém, nenhum técnico agrícola.

Havia o chamado extensionista, que não era um técnico. Acho que a verdadeira extensão rural... Lembro-me de que, na Câmara, votamos isso. O pessoal dizia isso, participou disso, e fiz um esforço porque ali era uma briga, uma – acho uma coisa absurda – polarização entre a grande agricultura e a agricultura familiar. Sempre achei isso um desperdício de tempo.

Quando presidi, naquela época, tinha a figura do João, o João Grandão, e fizemos um pacto: "Vamos fazer o seguinte, vamos parar com isso e fazer o que é bom para a extensão rural". Acho que não tem como se falar em agricultura pequena ou média sem falar na figura do extensionista. A extensão rural é a coisa mais importante que há. Lembro-me da Ministra Kátia Abreu falando da Anater, dessa agência, e houve tanta disputa sobre se ficava no MAPA ou no MDA que acabou ficando diretamente ligada à Presidência da República. Corrija-me se eu estiver errado.

Então, essas coisas temos que... Gente, isso é importante, porque o pequeno, se tiver um técnico agrícola, está bem. Imaginem se tiver um engenheiro agrônomo mesmo, ali, na ponta, ou ainda um técnico agrícola experiente, capaz.

Ana Amélia, conheço uma, da minha geração, que ensinava a fazer doces, comida, a aproveitar tudo, além de dar toda a parte da orientação técnica. Então, quero ouvir dos senhores a preocupação, porque, ao final, Senador Donizeti, nós vamos ter que votar um relatório para avaliarmos o desempenho, o dinheiro que se gasta ou que já se gastou com isso, qual o retorno disso e se essas politicas públicas estão funcionando e se estão chegando ao público-alvo, que é exatamente o pequeno agricultor. Porque, senão, faz-se o assentamento, o agricultor fica recebendo o Pronaf, mas não evolui do ponto de vista do agricultor, porque dez hectares com técnica, com tudo...

Vou dar só um exemplo: erva-mate. Estamos importando erva-mate no Mato Grosso do Sul. Um hectare de erva-mate rende, lá dentro – a indústria vai pegar lá na propriedade –, dez a doze mil hectares por ano. Um hectare!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Dez mil reais.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – De R$10 mil a R$12 mil. Um hectare! Olha a proporção.

Então, é claro que a erva-mate vai demorar cinco anos para a primeira poda, a primeira coleta, mas se poderia fazer exatamente o papel de extensionista: durante esses três ou quatro anos, fazer com que o produtor tivesse um custeio para plantar outra coisa até que possa ter realmente o retorno disso que seria, entre aspas, um "investimento".

Fica aqui essa minha preocupação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Acho fundamental colocarmos para eles, que estão aqui hoje, e isto será colocado no **Relatório:** qual é a extensão rural? Para mim, quando se fala em exten-

são rural, penso na figura do extensionista, aquele que ia lá, que ficava na propriedade, às vezes, chegava até a dormir, ficava ali, junto. Seria uma coisa continuada.

Quero, depois, especificamente, perguntar para o Dr. Hur Ben: como é essa chamada pública? Como é isso? É contratação de identidade, de pessoas? Sempre são as mesmas? Porque, quando se faz uma chamada pública – eu queria entender melhor isso –, depois, isso é contínuo? A extensão rural pressupõe uma orientação técnica que tenha continuidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Moka.

Passo a palavra ao Senador Acir e, depois, ao Senador Lasier.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senadora, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Lasier.

Pela ordem, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Moka, agradeço a preocupação. Lembro que vamos ter, no mínimo, mais cinco ou seis audiências públicas dessas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É, vamos ter que fazer uma racionalização delas, Senador, porque isso tem que ser feito até o final do ano, e a gente precisa compatibilizar com sessões deliberativas desta Comissão.

Então, hoje, eu acho que foi dada por eles uma visão muito clara da extensão rural no Brasil: como é a estrutura e como ela vai ser desenhada e está sendo desenhada a partir da criação da Anater. É a institucionalização em cada área. E, nesse aspecto, o fundamental é se vamos ter de fato funcionando a Anater, se vamos ter no orçamento o recurso assegurado para isso. O ponto é que estamos diante de uma situação de ajuste fiscal em que estão cortando tudo, estão cortando o Fies para os estudantes – 100 mil estudantes sem Fies! Uma questão imediata porque vai ser o estudante quem fazer extensão rural eventualmente, Senador.

Estamos diante de um dilema grave que se resume a crise financeira e orçamento. Aqui estaremos discutindo o ideal, os projetos que já foram feitos, muito importantes, relevantes, mas nós vamos ter que, depois, com o nosso Relator, fazer uma racionalização dessas audiências para o esclarecimento completo sobre o que é. E a relevância disso, como disse não só o Senador Donizeti, mas o Senador Wellington, sobre os assentamentos do Mato Grosso. Não adianta se fazer um assentamento se não se der o preparo técnico – isso foi salientado também pelo Senador Moka. Isso é fundamental.

Não adianta pensar em agricultura sem dar assistência técnica. O Senador deu o exemplo da erva-mate. Outras culturas e a diversificação da agricultura também vão propiciar, mas isso só acontece com uma boa extensão rural, com uma boa assistência técnica no campo. Não há o que discutir em relação a isso, do ponto de vista da necessidade e da importância. Não é, Senador?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Claro. E certamente a gente vai conciliar. É óbvio que precisamos ter a visão dos dois lados do balcão. Hoje, a gente está conversando com os executores da política; e temos que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ouvir os que recebem, se estão satisfeitos – a chamada clientela.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ouvir os que recebem, os pesquisadores que estão na área. E, ao final, termos uma avaliação de forma a contribuir com o Governo e com aqueles que demandam a política.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Que são a fonte principal, que é a clientela que vai receber.

Senador Acir Gurgacz, com a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Srª Presidente, nossos convidados, já aqui nominados, colegas Senadores que participam desta audiência pública, ouvi atentamente aqui a explanação de todos os senhores. Eu não vou particularizar Ministérios, mas colocar de uma forma genérica a questão da assistência rural. Entendo que nós já debatemos isso, Senador Moka, aqui nesta Comissão muitas e muitas vezes, assim como se fez também lá na Câmara dos Deputados, junto com os demais Deputados.

Em outubro de 2013, nós debatemos e aprovamos a Anater, e criou-se uma expectativa muito grande com relação à assistência técnica rural para os nossos agricultores. No meu entendimento, já muito tarde, porque os assentamentos acontecem há muitos anos. Eu não sei lá no seu Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Sul do nosso amigo Lasier, como é a assistência técnica aos assentamentos e aos agricultores, principalmente os pequenos. Mas, lá no meu Estado de Rondônia, essa assistência técnica nunca aconteceu, nunca chegou. Não acontece.

Infelizmente, a gente diz que são um depósito de famílias esses assentamentos. Colocam-se as famílias nos assentamentos, e não se dá assistência técnica, não se faz nenhum acompanhamento, e as pessoas que

se virem. E aí acontece o que vem acontecendo nos assentamentos mais antigos: as pessoas vendem as suas terras, fazem um dinheiro ali, voltam para as cidades, e as pessoas acabam por não produzir.

Então, há uma diferença muito grande do que nós ouvimos aqui nas explanações, nos números muito bem colocados... As pessoas que nos assistem pela TV Senado e que não conhecem a zona rural ficaram maravilhadas. Eu sugiro, Senador Donizeti, que haja uma diligência em alguns assentamentos – pelo menos uma – para ver, de fato, como é que essa assistência técnica acontece. Entendo que isso é importante.

Não houve uma aproximação do Governo com nossos agricultores. Eu tenho acompanhado muito a agricultura familiar no Estado de Rondônia, e o que mais tem ajudado a agricultura familiar é a Escola da Família Agrícola (EFA). Em Rondônia, temos várias EFAs, que dão assistência, ensinando os filhos de agricultores e, automaticamente, dando assistência aos agricultores.

Mas nem a EFA tem tido o apoio do Governo, seja através do MDA, do Incra. Não há essa preocupação de dar continuidade à formação de técnicos específicos daquela região, porque o que se planta – V. Exª não conhece o meu Estado –, por exemplo, em Colorado do Oeste, é diferente do que se planta em Nova Mamoré, em Guajará-Mirim, que são do outro lado do Estado. Quem sabe disso? São os agricultores. As Escolas da Família Agrícola vivenciam isso no dia a dia. Isto eu não vejo acontecer: essa assistência aos nossos agricultores.

É importante o nosso Ministério da Pesca, mas não somente para a entrega de tratores. Não seria necessário o Ministério da Pesca para fazer isso. Onde nós vimos um técnico junto com os nossos agricultores, ensinando, dando direções, qualificando nosso produtor para ver como podemos aumentar a produção de pescado do País?

Nosso Estado de Rondônia passou de 5 mil toneladas para 80 mil toneladas/ano de produção de pescado. O pescado está lá, mas não há como industrializá-lo.Infelizmente, até hoje, nós transportamos para Goiás, e ali ele é beneficiado, uma parte em Mato Grosso também, e aí distribuído para o País.

Então, não há um acompanhamento do Ministério com relação a toda a cadeia da produção. Há uma preocupação de, talvez, fazer com que o financiamento chegue até o agricultor.

De todas as colocações que o senhor fez aqui, eu queria só perguntar o que é acesso ao crédito de forma qualificada? O que é eu sei. Mas como se faz isso?

Eu nunca vi, no Estado de Rondônia, alguém fazer uma qualificação, porque, de fato, Srª Presidente, o técnico agrícola que vai estar com o agricultor tem de estar junto no dia a dia. Não adianta ficar aqui em Brasília. Ele tem de sujar a botina junto com o agricultor. É desse técnico agrícola que o Brasil precisa. Nós precisamos. E não adianta continuarmos a fazer reforma agrária sem assistência técnica funcionando.

Há uma expectativa grande dos agricultores, e a cobrança é grande conosco, porque nós, aqui, discutimos, debatemos. Aqui, na Comissão, fizemos audiências públicas em várias localidades, mas as coisas não acontecem; não chegam até o agricultor.

Entendo que este momento de fazer essa avaliação é da maior importância. Agora, é importante ir até o local, Srª Presidente e Senador Donizeti, para saber de que forma isso está acontecendo; se está chegando.

No meu Estado de Rondônia, assistência técnica é algo que o Município tenta fazer, o Estado tenta fazer, mas alguém do Ministério ou do MDA, ou da Agricultura, ou da Pesca, o Incra...

Como é no Mato Grosso? "Incravado"?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – "Incravado". (*Risos.*)

É uma situação delicada, e há o sentimento de toda a população.

Então, só para registrar nosso pensamento com relação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Penso que sua sugestão, Senador, é extremamente prática, objetiva e dá um retrato daquilo para o que o Senador Donizeti havia alertado: que não basta ouvirmos aqui os planos, os técnicos, as autoridades, mas ouvir a clientela lá na ponta.

Então, o Senador Wellington abordou o caso específico de um assentamento no Mato Grosso que não está recebendo. Então, esse seria um caso bom. No Estado de Rondônia, V. Exª poderia nos ajudar e poderia cada um dos Senadores trazer com uma avaliação técnica, talvez, solicitando o apoio do Tribunal de Contas da União, digamos, uma participação junto com o técnico do próprio Senado Federal.

Penso que assim teríamos a segurança de um trabalho sem nenhum contágio de qualquer tipo de interesse, mas uma avaliação objetiva e prática desse ponto de vista, claro que isso depende também do Relator, que tem autoridade para o encaminhamento.

Queria também fazer um esclarecimento, Senador. O Rio Grande do Sul, que eu tenho a honra de representar juntamente com o Senador Lasier Martins, tem uma empresa muito bem estruturada chamada Emater/RS, que atende a praticamente todos os 497 Municípios – quase todos eles.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Numa parceria com os Municípios.

Eu tive a oportunidade de conhecê-la, e ela esteve em risco – está em iminência – por uma questão judicial, há o risco de se retirar a filantropia da Emater.

A Emater não faz apenas extensão rural; faz também a distribuição de todos os programas sociais do Governo, inclusive Bolsa Família. Então, ela dá uma assistência mais ampla porque já estava estruturada, já conhece a realidade.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sem dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E eu estive, como o Senador Moka falou, assistindo a uma feira no Município de Frederico Westphalen, na região noroeste do Rio Grande do Sul. E, lá, numa parceria da prefeitura com a Emater do Município, criaram um programa de aproveitamento de resíduos plásticos, de resíduos de lixo para fazer objetos de uso de casa: tapetes, vassouras etc.

Então, há uma questão que aqui foi dada pelo Dr. Hur Ben – é tão incomum a inversão do nome do mitológico Ben Hur – sobre a sustentabilidade. E é sustentabilidade quando se faz um aproveitamento daquilo que contamina o ambiente, transformando em utilidade – um tapete ou uma vassoura. Então, existe a Emater no Rio Grande do Sul com um excelente trabalho.

Há o risco daquela ação judicial, cujo valor é de R$2 bilhões, praticamente todo o patrimônio existente na empresa que funciona muito bem. E, felizmente, agora, o Advogado-Geral da União, Ministro Luís Adams, encontrou um caminho jurídico para que a empresa possa respirar e continuar o seu trabalho. Então, nós anularíamos isso.

Eu fico grata pela provocação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Só para encerrar, Srª Presidente, em Rondônia, também nós temos a Emater, que de fato é um órgão muito importante. É um órgão estadual. Todos os Estados têm a sua Emater.

Eu me refiro à atuação do Governo Federal, seja através do MDA, seja através do Ministério da Pesca, da Agricultura, com relação à Anater, a assistência técnica e a extensão rural diretamente com o nosso agricultor, o qual precisa da atuação do Governo Federal.

Se formos fazer através das Emater, o.k. Então, vamos fazer um convênio dos Ministérios todos com a Emater. De repente é uma saída utilizarmos a Embrapa junto à Emater, e vamos direcionar as verbas todas via Emater.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Pelo menos lá no Tocantins já existe isso. O que está acontecendo no Tocantins é que a empresa, que é a Ruraltins, tem devolvido o dinheiro, pois não tem conseguido executar o dinheiro dos convênios com o Ministério. Desestruturaram a empresa de tal forma... E ela tem uma capilaridade de praticamente 100% dos Municípios. Mas os governos que passaram desestruturaram a empresa, que está praticamente inanimada.

Agora, esse Governo que assumiu está tentando recuperá-la, porque é uma saída muito positiva. É o que restou daquilo que foi destruído com o fechamento da Embrater. Sobraram as Emater, que no meu Estado chama-se Ruraltins. E acho que é um caminho excelente para a reestruturarmos.

Nós temos um diálogo com o Ministro Patrus Ananias sobre a questão do Ruraltins nos próximos dias, para ver se recuperamos logo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Peço a palavra para concluir. Depois, o senhor dá continuidade, Senador Donizeti.

É importante que se faça um detalhamento, Srª Presidente e Senador Donizeti, de todas essas ações, para que não passemos aqui como avalistas das ações que o Governo está fazendo e não estão chegando até os nossos agricultores. E peço mais uma vez – eu não sei qual Ministério, mas talvez o MDA – para assumirmos a Escola Família Agrícola. A EFA tem dado um retorno muito grande aos nossos agricultores no Estado de Rondônia. Creio que em outros Estados também, mas Rondônia é um Estado novo, um Estado jovem, e precisa desses técnicos.

Então, fica aqui essa minha preocupação de que nós não apenas façamos um bate-bola, aqui, um bate-papo. Não é esse o ponto. Temos que ir a fundo, porque temos responsabilidade com os nossos agricultores, com a população dos nossos Estados, para que possamos fazer com que esses programas que são importantes realmente aconteçam e façam a diferença na agricultura brasileira.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Acir.

Só para informar que, em março de 2014, Senador Moka, no ano passado, em uma audiência pública do ciclo de debates, às sextas-feiras, na Cotrijal, em Não-Me-Toque, dedicamos o debate sobre o problema da

extensão rural dando foco à Anater e também ao problema da Emater, no Rio Grande do Sul, que poderia se estender aos outros Estados.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu estava falando exatamente da política nacional, e V. Exª falou especificamente. No Mato Grosso do Sul, graças a Deus, tem a Agraer, que é o pessoal que faz extensão rural, com pouca estrutura, com pouco recurso, nos limites orçamentários de cada Estado. Então, quero ressalvar, aqui, assim como V. Exª fez, o que tem funcionado. Disse bem o Senador Donizeti, foi desestruturada a Embrater, que, na verdade, mantinha e pagava os funcionários, e ficou a herança. No Mato Grosso do Sul, era a Empaer, que foi extinta, e, depois, a Agraer, que é o que funciona hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – No Mato Grosso do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – No Mato Grosso do Sul.

Mas o que estou dizendo, e volto a repetir, é que o papel de extensionista é pegar as pesquisas, o que tem de bom, principalmente envolver a Embrapa, e levar isso ao pequeno agricultor, para aumentar a produtividade e melhorar o custeio e o manejo, enfim, o que se chama técnica agrícola.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigado, Senador Moka.

Passo a palavra para o último questionamento ao Senador Lasier Martins e, em seguida, para as respostas dos nossos palestrantes.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado.

Presidente Ana Amélia, quero invocar para nós, desta Comissão, o mérito da persistência, para esta Comissão e para os nossos convidados que com tão boa vontade vêm aqui, porque, neste início de Legislatura do Senado, temos acompanhado uma procissão de lamúrias em todas as Comissões em que trabalhamos, mas não vamos desistir. No setor da agricultura, como disse aqui o Senador Acir, temos que documentar, requerer, insistir e, apesar de nos conformarmos com a lentidão dos atendimentos, buscar soluções.

No momento que estamos atravessando nessas últimas três semanas, nas várias Comissões, só vimos dificuldades. Faltam recursos. Sempre o tema gira em torno deste problema: contingenciamento. No que tange ao nosso Estado, as estradas não podem ser atendidas. Esteve na Comissão de Infraestrutura o Ministro dos Transportes. Tudo parado. Na Saúde, também é o que se vê. Anteontem, tivemos uma reunião aqui, e está para ser reduzido pela metade o maior complexo hospitalar de Porto Alegre das Santas Casas, por falta de recursos. O Fies está pela metade. Os aeroportos regionais não podem ser levados adiante, porque a verba das taxas aeroportuárias tem que ser recolhida para o superávit primário.

Na agricultura, que é a base da economia brasileira, muito particularmente do nosso Estado do Rio Grande do Sul, ressalvada a Emater, que realmente tem prestado um trabalho muito bom, não vemos aquele atendimento necessário. Vivemos situações constrangedoras no Rio Grande do Sul. Por exemplo, aquele acampamento dos sem-terra, próximo de Charqueadas, enorme, miserável, constrangedor, há anos, continua a mesma coisa. Visitei dois assentamentos em Charrua e em Tupanciretã, e é algo de se chorar a pobreza, a tristeza, que se vive por lá.

Então, temos de persistir na nossa luta, buscando onde der para consertar uma palavra de esperança, também nesse atendimento a essa área da assistência, especialmente a agricultura familiar, a assistência técnica etc.

Vou limitar-me a uma única pergunta, já foi abordada por alto, que veio da nossa liderança na área da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, do Elton Weber, que pede informações sobre a implantação imediata da Anater, conjugando recursos humanos e financeiros, entre eles federados e a sociedade civil, contribuindo para a implementação das políticas públicas e melhoria da qualidade de vida dos agricultores e da agricultura familiar.

Era o que tinha a ponderar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É uma boa questão do nosso agora Deputado Estadual Elton Weber, que teve uma grande atuação em defesa da agricultura familiar.

Agora, já que os Senadores Wellington Fagundes e Donizeti Nogueira falaram, passo a palavra ao representante do Incra e, em seguida, ao representante do MPA, ao Dr. Alexandre e ao Dr. Luiz Rangel.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Pela ordem. Eu tenho uma consideração rápida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu tenho uma leitura em relação à reforma agrária. Queria colocar essa consideração antes.

Lá atrás, via essa questão da reforma agrária da seguinte forma: pegava aqueles que estavam aqui, criando problema, colocava na terra e deixava lá *ad infinitum*, sem nenhum tipo de apoio. Ou seja, vamos tirá-lo da nossa frente, porque o que os olhos não veem o coração não sente.

Tenho de reconhecer que melhorou – e ninguém é mais governista do que eu –, mas preciso dizer para os companheiros do nosso Governo que, em relação à assistência técnica, estamos devendo muito. É o gargalo principal. Se superarmos isso... E a Ministra Kátia Abreu anunciou ontem, lá no Tocantins, que o MAPA vai fazer um trabalho com 100 mil famílias este ano, em relação à assistência técnica, um trabalho que envolve um investimento muito grande.

Aí, Dr. Rangel, gostaria que o senhor falasse sobre isso aqui. Então, a minha visão é a de que melhorou, mas estamos devendo muito. E a experiência dos locais onde as prefeituras assumiram a assistência técnica é extremamente positiva. Em diligência, podemos até fazer esse balanço, Senadora Ana Amélia, de visitar onde deu certo e onde não está dando certo, para ver o que contribuiu para as duas coisas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Donizeti Nogueira.

Passo a palavra ao Dr. César Aldrighi para os questionamentos. Vamos tentar fazê-los com cinco minutos para cada um nas respostas.

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Começando, Senador Donizeti, qual é o percentual? Mostrei ali. Acho que a apresentação vai ser disponibilizada. Temos, hoje, em torno de 40% das famílias, no Brasil, com assistência técnica, com cobertura maior nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enquanto, no Nordeste e Norte, esse percentual diminui.

Certamente, o Hur Ben vai abordar a questão de como são feitas as chamadas públicas, mas essa cobertura, como V. Exª comentou, aumentou muito, nestes últimos anos, mas ainda precisa aumentar.

Primeiro, os recursos são insuficientes para 100%. Temos, hoje, em torno de 352 milhões para serem gastos com contratação de assistência técnica para os assentamentos no Brasil todo. As chamadas públicas são processos públicos, abertos, e as Emater citadas aqui, todas elas, disputam os chamamentos.

Então, temos participação das Emater na assessoria técnica aos assentamentos no Rio Grande do Sul – a Emater do Rio Grande do Sul trabalha com os assentamentos –, no Mato Grosso do Sul, a Agraer, em Rondônia.

As entidades que prestam serviços – o Hur Ben, certamente, falará com mais propriedade – são credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário a partir do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Então, é este conselho que credencia as entidades que conhecem a realidade local. E essas entidades, ali credenciadas, é que disputam o chamamento.

Os recursos não são suficientes – os que estão disponibilizados – para que nós possamos universalizar. A gente tem o pleito, agora na discussão do PPA, de ampliação dos recursos.

Há algumas regiões, Senador Donizeti, onde a oferta das entidades credenciadas é pequena, e os profissionais que saem das universidades para entrar no mercado e prestar o serviço na assistência técnica são profissionais que ainda precisam de formação.

No caso de Tocantins, o seu Estado, Senador, nós tínhamos convênios e contratos com a Ruraltins; tínhamos convênios com cooperativas e associações, mas nós tivemos sérios problemas de execução, com ação do Tribunal de Contas, o TCU. E, lá, há um problema sério de instituições para acessarem as chamadas públicas. Nós passamos três, quatro anos sem abrir chamadas públicas por conta desse histórico.

Então, são dificuldades que a gente precisa superar: diálogo com as prestadoras, maior volume de recursos. Certamente, um diálogo das Superintendências do Incra com as instituições, mas a dinâmica dos assentamentos precisa do técnico presente, do início até o final.

O processo de contratação.

Eu tentei, brevemente, fazer o histórico de 2003 a 2008, via convênios, o que demonstrou não ser um instrumento que permitisse a continuidade dos serviços. Havia muita descontinuidade de pagamento, e os técnicos acabavam achando outro trabalho. E havia, ainda, muitas instituições também com problemas de execução.

Então, esse processo de 2003 a 2010 foi de um aprendizado muito grande. Em relação às chamadas públicas e à sua forma de executar, Senador, embora possa parecer bastante burocrática, com a prestação de relatórios, a gente foi caminhando para isso.

Acho que precisamos avançar muito na desburocratização do serviço. Acho que esse é um dos grandes desafios da Anater para que a gente possa ter um serviço contratado com uma boa e regular aplicação dos recursos públicos, que possa ser devidamente fiscalizada pelos órgãos de controle e que, ao mesmo tempo, permita a flexibilidade que o serviço exige: um profissional presente, no momento que o assentamento precisa e de forma contínua, com as condições de carro e combustível para poder se deslocar. São desafios!

A gente tem belíssimas experiências no Brasil. Poderia citar aqui inúmeras delas, em vários Estados. Temos, contudo, ainda outras que precisam amadurecer e fazem parte da relação que o Incra, o Governo Federal trava com os governos estaduais e com as prestadoras de serviços. É um serviço complexo, e a gente só vai melhorá-lo com o processo, avaliando os processos, avaliando a execução, avaliando os recursos aplicados e tentando melhorar para o passo seguinte.

A nossa execução procura fazer, quando fecha o exercício, um processo de avaliação para planejar o próximo exercício, para que a assistência técnica seja contínua. Nem sempre isso é possível, mas é isso que a gente busca.

Com relação à sua última questão, é tentar fazer com que esse técnico contratado realmente viva a dinâmica necessária para o desenvolvimento do assentamento.

Com relação à indagação do Senador Wellington Fagundes, posso dizer que, hoje, algo em torno de 11% dos assentamentos já passaram pela consolidação...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone*.) – No Brasil?

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – Sim; no Brasil.

Os assentamentos.

É um normativo antigo que prevê a sua regulamentação. Os critérios eu não os tenho aqui, Senadora, mas me disponho a encaminhar ao seu gabinete e aqui à Mesa todos os critérios exigidos para a regularização de uma família em um assentamento.

Todas as regulamentações para a consolidação, Senadora, devem, brevemente, ser reorganizadas. Eu acho que a Presidenta do Incra, Drª Lúcia Falcón, está disposta a fazer o diálogo sobre a regulamentação da Lei nº 13.001 no que tange à titulação e à consolidação dos assentamentos. Está previsto esse debate.

A lei é do ano de 2014, e esses aspectos da consolidação e titulação carecem, neste momento, da regulamentação, que vai rever os critérios de consolidação. Muitos assentamentos estão consolidados.

O critério é, basicamente, que o Incra tenha concluído a aplicação dos recursos de estrada, água, energia elétrica e créditos. Tivemos, por uma série de situações...

Senador, tentei mostrar no mapa que havia algumas pintinhas vermelhas e, depois, ele foi ficando todo vermelho. Tivemos um grande número de assentamentos criados, especialmente nos últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso e, depois, no governo Lula.

E a velocidade com que as famílias chegaram ao assentamento não foi a mesma da necessidade dos recursos para o desenvolvimento. Então, temos, de um período longo, um passivo de infraestrutura. Transformar uma área de uma grande propriedade em uma área de agricultura familiar exige que se faça investimentos basicamente em estradas, energia elétrica e água para que aquelas famílias tenham condições de vida digna. Nem sempre conseguimos chegar no tempo que se necessitaria.

No Mato Grosso, temos 90 mil famílias assentadas. É um Estado grande, temos, desde próximo a Cuiabá até Confresa, Peixoto de Azevedo, no norte, muitos assentamentos com situação que o senhor certamente conhece mais do que nós, de carências. Precisamos, com recursos organizados, planejar as ações.

Estive no Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger – corro o risco de falar o nome errado –, onde há um assentamento que eu gostaria que... A Lei nº 13.001 organiza os ciclos de aplicação dos créditos para que o agricultor do assentamento, quando pega o Pronaf A, que é para investir no seu projeto produtivo, tenha tido as condições e não precise usar o recurso do Pronaf A (que é para o apoio produtivo) para comer. Às vezes, não há uma correta implantação. Em muitos casos, não conseguimos tê-la, e poderíamos avaliar, em outro momento, o porquê, ora por falta de recurso... Por exemplo, neste ano, estamos com o orçamento sendo liberado no mês de maio para trabalharmos

Então, há um conjunto de situações que levaram a que o crédito não chegasse no momento correto. Falo do crédito de implantação. A família chega ao assentamento, para ser corretamente implantada, deve ter créditos para sua cidadania, créditos para iniciar um processo produtivo, créditos para organizar onde vai investir o Pronaf, recurso que vai existir para o investimento. Na Lei nº 13.001, isso está devidamente organizado.

Nesses assentamentos, Em Santo Antônio do Leverger e no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade há também oito assentamentos onde fizemos a correta aplicação. Acho que é um exemplo para não deixarmos o passivo acontecer.

E a dinâmica dos assentamentos – a venda e tal – é um tema sobre o qual podemos conversar. Ora acontece porque a infraestrutura não chegou no tempo correto, ora por uma dinâmica normal das famílias, de não querer ficar mais ali, de querer sair. Temos, por exemplo, nos programas habitacionais urbanos, o fato de que nem todo mundo fica no apartamento. Então, há uma dinâmica local. Há também um assédio. O assentamento, digamos assim, reflete o entorno daquilo que se produz. Então, quando o assentado não consegue se inserir na dinâmica produtiva local, também representa um desses fatores. Se não tem infraestrutura, não consegue se inserir na produção, é um fator que o faz buscar outra atividade.

No Mato Grosso, os dados de rotatividade são maiores que nos outros Estados, chegam a 30%, 40%. Em São Paulo, a presença da assistência técnica nos dá esses números.

Então, nos Estados em que temos universalizada a assistência técnica, Senadora Ana Amélia, temos um levantamento mensal da situação dos assentamentos. Essa dinâmica não passa de 5% ou 7%. Temos isso tabu-

lado. Não conseguimos chegar: no caso, Tocantins, Mato Grosso, onde tivemos assistência técnica com o Empaer, mas hoje não temos mais. A Empaer teve também os seus problemas. A presença da assistência técnica ajuda muito na gestão dos assentamentos. Então, apostamos muito na política de extensão rural para fazer melhor gestão dos assentamentos.

Há uma série de questões levantadas, que nos dispomos, Senadora, a responder. Sei que o tempo é curto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Senador Wellington pontuou uma questão, se ele está satisfeito com...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Difícil estar satisfeito, não é, Presidente, porque existe muita complexidade aí. Quero deixar a pergunta mesmo que não dê tempo de responder. Temos a questão da Operação Terra Prometida.

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Até agora, não temos nenhuma solução. Muita gente foi presa, e está uma certa confusão criada na região. As pessoas vêm nos perguntar também. Acho que o Incra precisaria... Se bem que isso é uma ação do Ministério Público...

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – E da Polícia Federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E da Polícia Federal, mas o que a gente pode fazer também para resolver aquilo lá.

Ainda a gleba Coqueiral, lá no Município de Nobres, que é como Bonito, há todo um potencial, mas, como é um assentamento do Incra e ele não tem a emancipação, as pessoas não têm como ter a documentação e aí vira toda essa complexidade. Município de Nobres. Aceito uma resposta depois, com o tempo.

Como ficou claro aqui, Presidente, há muita gente assentada, mas não há a conclusão. Então, do que adianta assentar novas áreas e ficar essa situação de comercialização e sem produção – o que é pior –, como o Senador Moka colocou? Para a economia do pequeno, o que precisa é eles terem condições de produzir e comercializar a sua produção. Daí o papel da assistência técnica.

No Mato Grosso, temos orgulho de dizer que somos o maior produtor de soja, o maior rebanho, o maior produtor de algodão, só que, na verdade, o Mato Grosso importa hortifrutigranjeiros. Isso é um absurdo! Por quê? Porque falta assistência técnica. Porque falta uma política unificada no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Integrada.

Como a gente está discutindo a questão da extensão no âmbito de políticas públicas, as questões pontuais de V. Exª, Senador Wellington Fagundes, para o Mato Grosso, nos problemas de assentamentos, eu gostaria de pedir ao Dr. César Aldrighi que fizesse uma análise das questões levantadas por ele e até, eventualmente, num encontro no Incra com o Senador Wellington, para apresentar o que está acontecendo. Isso pode ajudar muito na compreensão e no que o Senado, esta Comissão, provocada pelo Senador, podem fazer para ajudar o Incra na solução e no encaminhamento desse tema.

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – Faço uma pergunta: a nossa assessoria parlamentar pode entrar em contato com o senhor, Senador, e a gente ir passando as informações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E como a assessoria está presente nesta sessão...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Se o senhor puder voltar aqui e V. Exª, Presidente, dizer que a nossa audiência teve sucesso porque o Incra me deu resposta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como aconteceu com a Ministra da Agricultura em relação às vacinas, lá no seu Estado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Exatamente. Que foi muito bem, ótimo, prontamente a Ministra Kátia Abreu atendeu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Nós teremos mais gosto ainda de anunciar o atendimento, Senador Wellington.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Hur Ben Corrêa da Silva, do MAPA. Em seguida, ao Dr. Alexandre e ao Dr. Luiz Rangel.

O SR. HUR BEN CORRÊA DA SILVA – Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Antes, Dr. Hur Ben, o Senador Moka parece que poderia ter assinado um artigo e peço licença apenas para ver a sintonia fina.

V. Exª sublinhou aqui e aí quando eu fiz a advertência sobre a Emater, são os Estados que fazem isso. E no seu Estado, também, como a Emater, eu falei da excelência.

O senhor deve conhecer, e sem dúvida conhece, o Presidente do Sistema de Cooperativas do Rio Grande do Sul, do Sescoop do Rio Grande do Sul, Prof. Vergílio Perius. Ele escreveu um artigo hoje no *Jornal do Commercio* em que faz uma análise desse tema tocando exatamente no que disse V. Exª.

Eu vou ler uma parte só:

Cabe ao Congresso legislar sobre a Política Agrícola, que integra o capítulo III, do Título VII (Ordem Econômica e Financeira). O inciso IV, do art. 187, legislou sobre a Ater, como reza o Texto Constitucional, art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta a assistência técnica e extensão rural. A Lei Maior, no art. 23, confere à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios competência comum. Esse artigo não delegou a matéria da Ater, o que significa que os serviços de assistência técnica e extensão rural são da competência da União, e cabe a esta [a União] o custeio. [É exatamente o que disse V. Exª.] O Governo Federal, em 1992, não entendeu o dever da União, relativamente ao inciso IV, quando extinguiu a Embrater, empresa estatal responsável nacionalmente pela Ater. Quanto à pesquisa, a Embrapa até hoje cumpre sua função, mas ao dissolver a Embrater, a União não seguiu a CF.

Não importa a extinção da Embrater, pois a União continua vinculada e obrigada a manter o custeio da Ater, inclusive nos Estados. Assim, só resta uma conclusão sobre a matéria: o Estado deve exigir da União [no caso, os Estados] não só a filantropia [para essas entidades], mas todo custeio da Ater, fixado no Orçamento para o ano de 2015 em R$202 milhões.

Então, aqui está consubstanciado num texto, digamos, objetivo do Prof. Frederico Perius, que é Presidente do Sistema Ocergs-Sescoop do Rio Grande do Sul, aquilo que o Senador Moka, com muito senso de oportunidade, pontuou, quer dizer, continua a Constituição rezando.

Assim, passo a palavra ao Dr. Hur Ben.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É que eu sou da velha guarda. Eu conheço isso, e não de ouvir dizer. Eu vivi isso daí. Conheço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Está com a lição na ponta da língua, Senador Moka.

Está com a palavra o Dr. Hur Ben.

O SR. HUR BEN CORRÊA DA SILVA – Obrigado, Senadora.

Eu vou me permitir iniciar pelo Senador Wellington, que trouxe para nós essas duas questões: uma, do assentamento, do crédito fundiário; e a outra, do Centro de Apoio à Agricultura Familiar ligado à universidade, que provavelmente foi fruto do Pronaf-Infraestrutura, na questão territorial na época em que foi criado.

Senador, como eu não estou nesse campo de implementação dessas políticas, eu gostaria de contar com sua compreensão de que eu vou levar essas preocupações e nós vamos retornar a V. Exª com uma resposta do MDA, talvez, da mesma forma, através do nosso assessor parlamentar, para que possamos tratar essas duas questões.

Eu fiquei com alguma dúvida sobre essa questão do Centro de Apoio à Agricultura Familiar em relação a qual é o papel do MDA após a criação, construção, colocar os equipamentos lá. Quer dizer, isso requer um convênio com o Governo, com a Prefeitura, com a universidade. É o MDA que ficou, digamos assim, responsável? Qual é o papel do MDA? Qual é a expectativa e qual seria a responsabilidade do MDA para dar continuidade a esse centro, que me parece de suma importância, junto com a universidade, que faz pesquisa e pode fazer extensão, pelo que entendi?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Senador, eu vou responder, na verdade, a pergunta para a qual eu quero a resposta. O Centro de Apoio à Agricultura Familiar foi um recurso aportado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário num convênio com a Prefeitura de Rondonópolis. O Ministério repassou o recurso, faz mais de 7 anos, R$2 milhões à época – hoje daria R$5 milhões, R$6 milhões, corrigidos –, e a responsabilidade de execução da obra é da Prefeitura. Só que a fiscalização da aplicação do recurso é do Ministério. Eu já fui ao Ministério inúmeras vezes, a vários Ministros, cobrar essa fiscalização para que conclua a obra, inclusive, há dinheiro na conta do Município. Ou seja, o Ministério fez a parte de repassar o recurso. O Ministério não fez a parte de fiscalização, mas já foram a técnicos e não me dão resposta, não cobram, não finalizam. Ou seja, vocês têm instrumentos, num convênio, para exigir do órgão conveniado a responsabilidade.

Presidenta, eu gostaria de colocar mais um assunto em relação ao MDA: a distribuição das máquinas. Foram distribuídas muitas máquinas no Brasil, retroescavadeiras, enfim, todo tipo de equipamento, a gente percebe, hoje, muito mais para estimular a indústria do que para atender o pequeno. Por quê? Porque a gente percebe que não há, também, um acompanhamento pelo órgão. O MAPA faz também essa distribuição e esses equipamentos vão para lá sem a tecnologia, sem os técnicos para acompanhar. E aí, talvez, a própria assistência técnica, que poderia ser feita pelas próprias empaers da vida, não sei, porque as máquinas vão lá, e não há pessoas capacitadas para fazerem funcionar uma máquina com a tecnologia que existe hoje. Aí, mal tocada, aquilo já estraga o equipamento, já fica abandonado. Então, milhões de reais aplicados tanto pelo Ministério da

Agricultura como pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário não estão tendo utilidade. É mais um exemplo de dinheiro público que, se não tiver um acompanhamento, uma fiscalização, acaba-se perdendo.

Então, eu gostaria de saber, também, se já há um levantamento desses equipamentos: o que está sendo produzido?

Penso que esta Comissão poderia debruçar-se sobre isso também, porque, afinal de contas, o dinheiro público tem de ser utilizado.

Porque o pequeno, não adianta; se ele não tiver assistência e condições para ir lá fazer com que a máquina funcione... E isso acontece muito com as prefeituras; elas são desviadas para outras finalidades que não aquela fim, que é o de que estamos falando, a produção.

Para o meu Estado, como disse, a gente não pode dizer hoje que tem orgulho de assistência ao pequeno. O pequeno até recebeu o equipamento, pelas prefeituras ou por outro modelo, mas não consegue produzir, porque não tem assistência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Se o Dr. Hur Ben estiver com as informações... Senão, da mesma forma, com relação aos outros dados solicitados pelo Senador Wellington, o senhor pode preparar esses dados, pois são dados técnicos específicos de uma outra área, a questão da distribuição das máquinas agrícolas, e peço que informe o mais rápido possível ao Senador, à Comissão...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – É o Brasil inteiro, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Comissão está interessada e dará divulgação a essas informações. Agradeço ao Senador Wellington pela contribuição valiosa.

O Senador Moka queria...

O senhor concluiu as suas respostas?

O SR. HUR BEN CORRÊA DA SILVA – Não, ainda não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Por favor.

O SR. HUR BEN CORRÊA DA SILVA – O. K., Senadora Ana Amélia. Então, assumimos esse compromisso e vamos conversar com essas áreas. Vamos encaminhar às áreas e faremos chegar essas informações.

Eu sei que as máquinas se defrontam com esse problema e sei que o ministério tomou algumas atitudes em relação a fazer com que as máquinas cheguem à agricultura familiar. Vamos levantar isso e vamos trazer os dados para o senhor.

Senador Donizeti, suas perguntas, aqui, foram sobre fiscalização, sobre controle, sobre o censo, sobre o perfil das instituições. O tema "Anater" é central aqui no debate, obviamente, e acho que muitas perguntas se respondem justamente na perspectiva da implementação da Anater.

A Anater surge efetivamente como um ente que vem solucionar limites e gargalos com que a extensão rural está se defrontando. É importante a fala do Senador Moka. Eu tive a felicidade... Quando a gente vai ganhando algum tempo de idade, a gente vai passando por muitos lugares. Tive a felicidade de estar numa audiência com o então Deputado Moka, com o Asbraer em 2003. Viemos a esta Casa buscar apoio para a extensão rural. E o senhor nos recebeu muito bem, discutimos, vimos a sua visão.

Esta Casa tem sido muito importante nesse processo de evolução e reconstrução da extensão rural, porque, sem esta Casa, não teríamos os avanços que tivemos no Orçamento, certamente. Quer dizer, o Governo foi sentindo-se seguro para colocar recursos na extensão em função de o marco legal ter avançado, não só na extensão, mas em outras: na segurança alimentar, na agricultura familiar – não me recordo outros. São importantes marcos legais que esta Casa proporcionou, e a extensão está calcada nesse avanço.

O Governo aumentou os recursos consideravelmente. Hoje, temos próximo de R$1 bilhão, Incra e MDA, contando ainda com o MPA, e começamos com R$5 milhões em 2003, porque não era uma política importante, como a Senadora acabou de ler o artigo.

Então, a Anater é uma evolução da reconstrução. A questão das Ematers é fundamental. Muitas Ematers avançaram, algumas Ematers, melhor dizendo, avançaram nessa pareceria com o MDA; outras já eram fortes e ficaram mais fortalecidas. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais são instituições fortes, e continuaram fortes. Inclusive, a cabeça grande da Emater na capital, a Epagri, fez, e acho que este é o caminho, recentemente, uma reestruturação... O meu colega Alexandre é funcionário da Epagri e eu sou funcionário da Emater do Paraná. Somos funcionários de carreira. Então, a cabeça grande da extensão em Santa Catarina fez uma aposentadoria incentivada e saíram justamente os seniores, e a reposição do quadro foi descentralizada. Isto em Santa Catarina. É um ótimo caminho.

As Ematers são centrais. Então, o MDA sempre trabalhou em parceria com as Ematers, até chegar a lei, em 2010. O MDA dizia assim: "Você põe um real na extensão e o governo estadual, nós colocamos outro. Então, nós damos carro, computador, gasolina, custeio, e você contrata a gente. Nós ajudamos a construir escritório..." E isso, de fato, aconteceu em muitos Estados. Houve uma minoria que não conseguiu avançar porque a exten-

são disputa recursos com outras áreas: segurança, educação, saúde. Por isso a importância de esta Casa trazer este tema, de avaliar essa política. Eu acho que este é um momento importante para nós. No que nós pudermos contribuir enquanto governo, Senadora Ana Amélia, a gente faz por prazer, por dever de ofício, porque é uma política importante, sem a qual as outras políticas no campo não chegam, como disse o Senador Moka.

Quando chegou a lei da Ater, o Estado passou a participar desses certames, que é a chamada de extensão rural. Ele é um certame que a lei proporcionou sem... Não é contratado pelo menor valor, mas por capacidade técnica. É isso que a Lei da Ater diferenciou da Lei nº 8.666. Aí a Emater também compete nesse certame com o setor privado, o que a Anater já mudou. A Anater vai operar com recursos dos ministérios e vai contratar o Estado por um termo de adesão do Estado. O Estado não vai competir com a iniciativa privada. E a iniciativa privada vai continuar participando dos certames. Essa é uma inovação importantíssima da Anater, porque não tem sentido o Estado disputar recurso público com a iniciativa privada. Aquilo foi uma deformação que aconteceu em função do desaparecimento da Embrater.

A Embrater, em alguns Estados, especialmente no Nordeste, financiava 80% dos serviços de extensão rural. Então, houve uma derrocada nessas regiões, que dependiam muito do Governo Federal, mas vocês viram aqui – eu apresentei – que 53% do nosso povo assistido com o nosso recurso de extensão está justamente no Nordeste, o que significa que há um esforço de estruturação importante do serviço de extensão no Nordeste. Mas a Anater também vem trazer um alento para nós dos limites que nós temos hoje, Senador Donizeti, na fiscalização, por exemplo. Na lei da Ater, a fiscalização tem que ser feita por servidor do MDA. Como os contratos e os recursos cresceram, nós precisamos de mais fiscais, e esse é um gargalo. Nós sabemos das dificuldades de ampliar quadros no Estado. Então, a Anater vem poder contratar fiscalização. A sua flexibilidade de contratação vai nos permitir sair do processo, como falou o César, da burocracia que hoje nós encontramos em cada contrato. Aumenta o contrato, aumenta a burocracia, e o Ministério não está preparado para essa burocracia. Então, a Anater vai ter essa flexibilidade.

As chamadas também trouxeram um elemento muito importante. Levaram de volta a contratação da pessoa jurídica de extensão. Para o extensionista executar o serviço no campo, levou o extensionista de volta para a propriedade do agricultor, porque o contrato diz quantas visitas ele tem que fazer para a família, quantas reuniões ele tem que realizar na comunidade e diz o teor dessas visitas, se é diagnóstico, se é orientação técnica... Ele elege os sistemas que ele vai assistir... Então, trouxe de volta o extensionista para o campo. É suficiente? Ainda não. Porque a chamada também elevou o custo da extensão, porque, como nós o fazemos ir ao campo, várias vezes durante o ano na mesma propriedade, como ele tem que ir ao campo para fazer reunião, aumentou o custo por família. Está em torno de R$1.200,00 por ano. Antes, sem a chamada, nós fazíamos um convênio e contávamos com um esforço da conveniada, digamos assim, de poder realizar um serviço que nós não tínhamos muito controle dos indicadores de esforço que ela ia realizar. Então, a chamada trouxe esse elemento muito importante, que é voltar o extensionista para o campo.

Outro elemento que a Anater nos traz é a possibilidade de coordenarmos – isso é fundamental para nós hoje, na extensão – as capacidades existentes de extensão rural.

Nós temos o Senar, o Sebrae, temos as Ematers, temos as cooperativas e temos as empresas de extensão rural com fins lucrativos e as ONGs. Metade dos recursos nossos hoje vão para o setor privado, desde sempre, desde 2003. Foi um acordo com as Braer, com os Estados: meio a meio, vamos fortalecer os dois setores.

A Anater vai possibilitar a esse universo, a essa capacidade que existe, que os recursos que existem nos governos federal, estadual e municipal sejam organizados em torno de diretrizes. E partiremos, certamente, para um sistema em que nós teremos uma mesa de conversação para fazer um plano de extensão rural para o Estado, porque hoje cada um se esforça como pode. Essa é a grande realidade.

Então a Anater tem uma função importante de fazer parte de um sistema em que os Ministérios terão um papel muito importante de negociação federativa com o Estado e com o Município. E a Anater será a operadora dessa negociação. Ela vai contratar aquilo que for acordado por esses entes, incluindo a iniciativa privada.

Então é um grande alento a expectativa da Agência, porque nos dá, no nosso entendimento, a perspectiva de consolidarmos um sistema que não é mais o sistema da Embrater, que era estatal, único. Será um sistema plural e muito amplo.

Vou dar só uma ideia. Nós colocamos, só no ano passado, nas universidades públicas, 17 milhões via edital do CNPq para fortalecer a ação de pesquisa, ensino e extensão e agroecologia. Nós temos mais de 100 núcleos no País com dinheiro do MDA, tem outros núcleos em parceria com o MAPA, com o Ministério de Ciência e Tecnologia e com o MEC. Esses núcleos estão sendo ligados com a pesquisa e com a extensão.

Colocamos, só no ano passado, R$8 milhões na Embrapa para construir um plano de inovação Embrapa, extensão rural e ensino na perspectiva da agricultura familiar. Por que a gente está fazendo isso com a Embra-

pa? No alento do nascimento da Anater, porque a Embrapa está na Anater junto com a extensão, junto com os Ministérios e a sociedade civil. OCB, CNA, Contag e Fetraf estão na Anater.

O MDA tomou uma iniciativa, temos um plano de inovação com a Embrapa e estamos fazendo nos Estados – é bom dizer isso nesta Casa – reuniões de concertação entre Embrapa, ensino, Emater, organizações estaduais de pesquisa na perspectiva de criarmos um ambiente de construção de um plano de extensão rural conectado à pesquisa, com o ensino participando, para a agricultura. Agora então com a Anater para a agricultura familiar e para os médios agricultores.

Eu não vou me alongar muito aqui. Deixe-me ver se não esqueci nada assim muito relevante.

Rondônia. É importante o que o Senador Acir levanta. As Efas têm sido um esforço muito grande do MDA em fortalecer a pedagogia da alternância. Elas têm um papel fundamental junto aos jovens rurais, mas as Efas carecem de uma... É bom dizer isso aqui. Ela precisa ser reconhecida pelo MEC como uma instituição de ensino. E ela teria um crescimento enorme no País, inclusive participando do Pronatec, do qual ela não pode participar hoje como ofertante.

O censo. Eu não posso lhe informar, Senador, se a gente tem esse recurso alocado para o censo, perfil das instituições, mas a Anater certamente fará esse papel no sentido de levantarmos a capacidade de extensão no Brasil.

Nós temos recursos significativos de extensão rural no Brasil. É o país que mais tem recursos em extensão rural no mundo, sem sombra de dúvida. Também temos o serviço de extensão rural mais consistente, público, no mundo.

É importante dizer isso, porque é fruto, como eu disse, de esforços múltiplos de governo e sociedade. E deste Legislativo, porque nós temos um serviço de extensão... Com a Anater, a nossa expectativa, de todos nós, no Governo, e creio que da sociedade, é consolidar um sistema de extensão rural público no País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Hur Ben, pela sua participação.

Eu vou passar a palavra ao Dr. Alexandre e, em seguida, ao Senador José Medeiros.

O SR. ALEXANDRE LUÍS GIEHL – Certamente é um desafio muito grande responder a esse grande número de questões no...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O senhor me desculpa, Dr. Alexandre. Eu só queria saudar a presença do Prefeito de Colniza, do Estado do Mato Grosso, e também do Senador Wellington Fagundes, do Senador José Medeiros e do Senador Blairo Maggi, que não está aqui porque está participando de um painel em outro ambiente aqui de Brasília, também relacionado à produção sustentável. O Prefeito Assis Raupp, desse Município de Colniza, do Mato Grosso, é muito bem-vindo aqui. Aliás, essa família Raupp se estende do Mato Grosso a Rondônia e ao Rio Grande do Sul e a outros Estados. Tem até craque de futebol? Ah, olhe aí, mais um. Essa família Raupp está...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidenta, é um imperialismo. Ele foi para Mato Grosso, o Raupp o levou para lá, e no mesmo ano já foi eleito prefeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É, veja só.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Lá tem o maior assentamento do Mato Grosso. São 400 e poucos mil hectares de assentamento. São 45 mil pessoas assentadas nesse Município de Colniza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – No cartão de apresentação está a sede do Município de Colniza. Há um distrito de Colniza chamado Guariba. Fica a 150 quilômetros da sede. E o distrito de Três Fronteiras fica a 320 quilômetros da sede. Isso é para dar uma ideia do tamanho, da extensão de área territorial do Município de 32 mil habitantes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Desculpe, Senadora. Eu ouvi bem? Quatrocentos mil hectares é o assentamento?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Dá no Município. São vários assentamentos no mesmo Município.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ah, é no mesmo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – São sete assentamentos que contêm 450 mil hectares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Em Colniza?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Em Colniza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Nossa! Então...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Quarenta e cinco mil pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Justificada a razão do Prefeito aqui, acompanhando este debate.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – É maior do que o Estado de Sergipe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É. E é impressionante.

Então seja bem-vindo, Prefeito Assis Raupp.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidenta, eu queria acrescentar uma pergunta ao Alexandre.

Lá no Mato Grosso, hoje nós já somos o maior produtor de peixe de cativeiro. E o Ministério da Pesca desenvolveu, em parceria com os Municípios do Médio Norte, que é uma região garimpeira em Nortelândia... Temos lá o Presidente da AMM atual, o Prefeito Neurilan, que inclusive está nos assistindo. Ele me ligou agora e pediu... Ele está junto com os prefeitos, vários prefeitos da região. É uma região bastante empobrecida, porque era um garimpo de diamantes em Nortelândia, Arenápolis e Alto Paraguai. E o garimpo de diamantes praticamente acabou. A senhora sabe que o garimpo deixa o rastro, principalmente das doenças, o rastro das complicações sociais. E lá foi feito um grande projeto com o Ministério da Pesca, que é um grande projeto de piscicultura para aproveitar exatamente as áreas degradadas de onde foi retirado o material, criando vários lagos que se tornam naturais e podem muito bem ser aproveitados para a piscicultura.

Esse projeto já está aprovado no Ministério da Pesca com toda a complexidade da fábrica de ração, enfim. E, claro, é importante que tenha toda a cadeia, um frigorífico médio, porque hoje, Presidenta, grande parte do nosso pescado vai para o Estado de Tocantins, para ser beneficiado no Estado de Tocantins. Não que a gente não queira valorizar o Estado de Tocantins, mas o passeio do produto acaba tornando-o mais caro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Senador Raupp também falou que vinha lá de Rondônia para ser beneficiado no seu Estado ou em Tocantins também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Então eu gostaria também que o senhor respondesse a essa questão específica. Se não tiver a informação, o senhor pode também marcar. E os prefeitos do Médio Norte cobram, inclusive aqui, que marque essa audiência com o Ministro ou com a área técnica, porque os projetos já estavam desde o ano passado, foi criada uma grande expectativa, o Ministro anterior, o nosso Ministro Crivella foi lá, lançou o programa, mas ainda está nessa situação. E eu gostaria de um posicionamento, porque foi criada realmente muita expectativa na região.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só para aproveitar a carona, nessa questão específica, o Ministro nosso colega, o Crivella, fez um grande trabalho, nunca ouvi se falar tanto em pescado e em pesca. Ele foi aos Estados, desenvolveu convênio, fez aprovar nas câmaras municipais para que os Municípios pudessem receber o que chamavam de kit. No final do ano, ele não teve recurso. Isso criou uma expectativa tão grande e não aconteceu. Na hora em que ele for responder ao Wellington, quanto a Mato Grosso, eu também queria receber, porque nós estamos na mesma situação. E o pior é que nós apostamos nisso, nós estimulamos também o Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Ministro Helder Barbalho esteve aqui, eu lamentei não estar, porque estava numa missão no Vietnã. Pelas informações que recebi, ele foi muito bem também, continua esse trabalho do Ministro Crivella. Eu queria que o Dr. Alexandre levasse essa mensagem e um retorno dessas questões. Já que nós interrompemos as respostas, eu passo a palavra ao Senador José Medeiros para a colocação que faz. Em seguida, a resposta do Dr. Alexandre.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Srª Presidente, palestrantes, eu estava aqui no dia em que o Ministro esteve aqui. Realmente, ele está bem intencionado, quer continuar o programa, mas o que me parece é que ele está sofrendo do mesmo problema que o Ministro Crivella sofreu, falta de dinheiro. Ficaram bem claras aqui as boas intenções, mas é o que o Senador Moka está dizendo aqui. Criou-se uma grande expectativa com aquele programa, ele acabou não se concretizando, assim como outros programas no País inteiro. Ontem eu até falei na tribuna, Senadora Ana Amélia, sobre a expectativa nossa no Mato Grosso, da abertura das vias. Criou-se uma expectativa grande que agora é extremamente frustrada. Essas coisas...

Mas eu queria aproveitar, nós estamos falando da...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Extensão rural.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – ... da extensão rural e, obviamente, eu queria colocar um tema aqui para a gente refletir e talvez tomar algumas ações.

Eu estive andando no Estado de Mato Grosso e em algumas reuniões com pequenos agricultores. Eu diagnostiquei um problema, com certeza, talvez já de conhecimento de vocês, o endividamento desses pequenos, Senadora Ana Amélia, principalmente de pessoas que pegaram recursos do Pronaf e não houve o se-

gundo momento disso. Essas pessoas estão... Há gente que deve 70 mil, outros devem 80 mil, outros devem 100 mil. Parece pequeno, mas essas pessoas não têm a mínima condição, elas têm, no máximo, um galinheiro. Tudo aquilo que tinha sido projetado não aconteceu. Penso – e queria deixar como sugestão – em propormos aqui, começarmos alguma coisa no estilo de securitização. Às vezes nos preocupamos com o agricultor maior, mas esse degrau de baixo fica... Eles não têm nem muita voz, é muito grave o problema. Eu queria propor de, num dado momento, fazermos em conjunto todos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador, para ajudá-lo, penso que esse tema é vital, é muito importante. Ele se agrava à medida que a renda cai por motivos de desaceleração econômica, perda de poder aquisitivo do consumidor e aumento dos custos da sua produção. Aí, também resulta um pouco da falta da extensão rural, que estamos discutindo aqui, que dá a ele uma produtividade menor. Eu gostaria que sua questão fosse assumida pela Comissão, encaminhada Hur Ben Corrêa da Silva, que é do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), para que o Ministério veja já que é o Ministério que cuida do Pronaf, onde está o grande problema, para fazer uma avaliação, um levantamento e que forneça ao Ministério. Vamos oficializar isso diretamente ao MDA. Deixamos que o Dr. Hur Ben informe que nós encaminharemos essa solicitação de V. Exª para uma informação. Não sendo suficiente, faremos uma audiência aqui para debatermos essa questão do endividamento da agricultura familiar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Isso. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Penso que esse é um tema muito importante. Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra ao Dr. Alexandre para as conclusões e para as respostas que foram dadas. Depois, ao Dr. Luiz Rangel.

O SR. ALEXANDRE LUÍS GIEHL – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Bom, se o desafio de responder esse número de questões em cinco minutos já era grande, aumentou ainda com algumas questões a mais, mas vamos lá.

Senador Donizeti, V. Exª perguntou em relação aos programas e políticas que o MPA tem para essa questão da Ater. Especificamente, temos um programa ação orçamentária de extensão pesqueira aquícola, que tem um orçamento, como falei, bastante modesto, diante da necessidade, mas é um orçamento de aproximadamente R$20 milhões para este ano.

Então, temos uma programação de crescimento para os próximos quatro anos. Estamos trabalhando com isso, mas o orçamento atual é de aproximadamente R$20 milhões, com uma meta de atendimento direto de em torno de 15 mil famílias de pescadores e aquicultores. Esse é basicamente o nosso público, que é atendido com essas ações, com esses recursos.

Obviamente, temos também outros convênios e contratos já em vigência, que vêm de anos anteriores, que aumentam um pouco o número total de pessoas de famílias que estão sendo atendidas. Esse é o número que vai entrar novo para esse sistema.

A meta para os próximos 4 anos é de R$60 mil. Então, é mais ou menos isto: aproximadamente R$15 mil por ano, embora saibamos que haja uma demanda maior. E, para isso, temos articulado parcerias com outros órgãos federais e também com instituições estaduais.

O Senador Wellington Fagundes, primeiramente, levantou a questão da existência de vários órgãos com essa atribuição, podendo caracterizar-se exatamente numa sobreposição de ações em alguns momentos.

Esse talvez seja um dos modos da criação da Anater. Um dos fatores de criação da Anater foi justamente a percepção de que vários órgãos operam políticas de Ater, no entanto não havia um diálogo prévio sobre isso.

A Anater vai possibilitar por centralizar esse caminho de execução. Ela vai centralizar as ações desses vários ministérios. A maioria deles estará reunida no Conselho de Administração e no Conselho Assessor da Anater, onde haverá um espaço, para que possa evitar sobreposições.

Vou citar um exemplo. Temos fomentado a piscicultura em regiões de concentração de assentamentos, por exemplo, que, por sua vez, são de responsabilidade do Incra. A Anater possibilitará que, em vez de o Ministério da Pesca e Aquicultura alocar recursos para a Ater nessas regiões, e o Incra também alocar recursos para a Ater com outras finalidades, somemos os esforços e, com um único recurso, atendamos tantos as demandas que o Incra já desenvolve quanto as demandas do MPA de fomento à piscicultura nessas regiões.

Em relação ao caso de Nortelândia, esse talvez seja um exemplo de como temos buscado questionamento, se não me engano, apontado pelo Senador Acir Gurgacz, no sentido de que há um descolamento, muitas vezes, das ações de infraestrutura e das demais ações dos órgãos federais, no caso do MPA, principalmente de assistência técnica.

A região de Nortelândia, do Alto Araguaia, é um exemplo de como pretendemos mudar um pouco esse enfoque. A partir do momento em que se definiu que haveria esse investimento, estruturação desse sistema

de produção, naquela região, também definimos que aquela região deveria ser atendida na chamada de Ater. Assim o foi em 2013. O contrato foi celebrado com a Inpaer, no ano passado, que está começando as primeiras etapas da execução. Então, a perspectiva é a de que consigamos articular isso para as demais áreas também.

Em relação específica à situação da deliberação de recursos, infelizmente, não tenho a situação, mas me comprometo, se V. Exª puder, o contato de sua assessoria depois, verificar isso, inclusive ajudando a intermediar o diálogo dos prefeitos com as áreas consideradas do Ministério.

O Senador Waldemir Moka levantou também o questionamento em relação às máquinas, podemos nos comprometer da mesma forma, no sentido de buscar essa informação e repassá-la à assessoria do Senador, assim que possível.

O Senador apontou a questão de que tipo de Ater o Governo Federal apoia e relata a importância tanto da Embrapa quanto das Emateres. Gostaria de ressaltar que, de forma alguma, desconsideramos isso; muito pelo contrário. Inclusive, no caso da Embrapa e da pesquisa, é entendido como elemento fundamental no trabalho da Ater a sua articulação com a pesquisa.

No nosso caso, no caso da MPA, também é entendido como fundamental o fomento à pesquisa no setor pesqueiro aquícola. Tanto é que a Lei que cria o MPA também autoriza a criação da Embrapa, Pesca e Aquicultura. A Lei, assinada em 2009, além de criar o Ministério da Pesca e Aquicultura, autoriza a criação da Embrapa, Pesca e Aquicultura, e assim o foi.

Atualmente, no Estado de Tocantins, Senador Donizeti, temos, lá, em fase ainda de estruturação a Embrapa, Pesca e Aquicultura, que tende a ser um dos grandes centros de geração de tecnologias para esta área. E, no caso das Emateres, temos o entendimento de que são fundamentais para a execução da política da Ater, até porque o Governo Federal não executa diretamente as ações de extensões. Ele o faz através de parcerias com os órgãos estaduais de Ater, ou via contratação em entidades privadas ou empresas executoras de Ater.

No nosso caso, há convênios e parcerias com várias instituições de Ater. Algumas delas são contratadas via chamadas de Ater e com outras temos convênios, como é o caso, por exemplo, Senadora Ana Amélia, da Amater-RS. Um dos maiores convênios de estruturação atualmente vigente é justamente com a Emater, porque entendemos que esta tem ampla capacidade de atender ao nosso público. Faltavam algumas estruturas adicionais, que foram viabilizadas via convênio.

Para finalizar, quanto aos questionados encaminhados diretamente ao MPA, o Senador Acir Gurgacz questiona sobre o entendimento do que seria acesso ao crédito de forma qualificada. Quando falamos em acesso ao crédito, normalmente, entende-se que há, por trás disso, a elaboração de um projeto técnico, que, às vezes, só permanece como tal, o que se quer, tanto por meio das chamadas de Ater quanto outros mecanismos viabilizados, é que o agricultor com acesso ao crédito vá ter um acompanhamento constante da assistência técnica e não apenas na elaboração do projeto.

Então, espero ter respondido a todas as questões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Aliás, todos responderam muito bem.

Agora, para finalizar, Dr. Luiz Rangel, que foi o primeiro a abrir a nossa audiência pública.

O SR. LUIZ RANGEL – Está certo. Senadora, penso que o Senador Donizeti iniciou com uma pergunta importante, porque, na verdade, havia um dilema quanto à questão do público.

Temos o entendimento de que o Decreto que regulamentou a Lei da Anater, de nº 8.252, deixou isso bem pacificado. No nosso entendimento, lá no Ministério da Agricultura, estamos falando de trabalhar com os médios, que são o familiar não "pronafiano" e o pessoal do módulo fiscal, que é a classe média e o produtor.

V. Exª deve receber uma apresentação um pouco extensa, que deixamos de fazer, mas estamos entendendo em termos de 22% da área, o que equivale à mesma área da agricultura familiar. Estamos falando de um público que tem 10% do número de estabelecimentos, aproximadamente 520 mil estabelecimentos, que é mais ou menos o mesmo número dos estabelecimentos da agricultura profissional, o tal do agronegócio, alguma coisa que soma, no valor da produção, a 19%, equivalente também ao valor da produção da agricultura familiar.

Então, neste ano, o Ministério tem alguma coisa na faixa de 45 milhões, e também temos uma ação específica, que não tínhamos até então. Penso que o resultado de alguns convênios que fizemos, ainda em 2013, ainda não poderíamos apontar, mas poderíamos encaminhar, depois, para o Gabinete do Senador, todos os convênios públicos firmados, a expectativa ou exatamente o objetivo de todos eles.

Penso que, assim como estamos aqui, esta Comissão, de uma maneira muito oportuna, está trabalhando e fazendo uma avaliação do sistema da Ater. Acho que o Hur Ben colocou muito a nossa expectativa quanto à questão.

Finalmente, o Governo enxergou, criou e fez a figura da Anater, com a importante presença de todo o Congresso, colocando bem essa questão da articulação que esperamos.

Acho que o Alexandre também colocou bem a questão da expectativa que temos, no sentido de organizar melhor, não haver uma sobreposição dos próprios órgãos federais, para estar fazendo essa extensão.

Vamos ter uma condição de avaliar, monitorar. Algo muito importante na questão da Anater é que ela vai propiciar, principalmente ao pessoal da Embrapa, que consigamos captar a real demanda e orientar a pesquisa.

Hoje, temos muita pesquisa de prateleira de que não temos certeza se passou por uma unidade demonstrativa ou colocada em prática. A Anater vai ter essa grande possibilidade de fazermos nascer dali a real necessidade, para podermos direcionar parte das nossas pesquisas feita hoje pela Embrapa.

Isso é de grande valia. Fizemos questão, agora no PPA 2016-2019, de ficar com um objetivo colado na Embrapa, porque, através da extensão, conseguiremos fazer toda essa riqueza de que estamos falando aqui. Coincidentemente a isso, a Anater foi um catalisador muito importante dentro do Ministério da Agricultura. Nós, funcionários de carreiro do Ministério, com 30 e tantos anos de Ministério da Agricultura, enxergamos, pela própria Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, que a área de fomento do Ministério da Agricultura sempre foi muito esquecida.

O Ministério da Agricultura sempre foi muito voltado à questão só da defesa, da fiscalização, daquele poder de Polícia. Hoje, o Ministério da Agricultura, com a Anater, embora regimentalmente esteja atribuída ao Ministério da Agricultura, realmente é uma área em que o nosso Ministério estava carente de atenção.

É muito oportuno o que esta Comissão tem feito. Gostaríamos de acompanhar todo o trabalho desta Comissão, porque ele vai ser muito importante para direcionar as políticas que vamos ter de desenhar ao longo desses próximos anos.

Agradeço o convite em nome do Ministério da Agricultura, do Secretário Caio Rocha e da Ministra Kátia Abreu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Dr. Luiz Rangel, muito obrigada pela sua manifestação. Consulto o Senador Donizeti Nogueira se está satisfeito.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Estou muito satisfeito. Como o Ciro está aqui, ele fica incumbido, depois, de fazer contato com os senhores...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito importante a iniciativa na construção.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Para ajudar-me a receber essas informações. Só queria aproveitar para dizer aos Senadores aqui presentes que, no dia 29, vamos ter audiência pública sobre agricultura de baixo carbono, aquicultura e pesca, em Palmas, e visita à unidade de etanol da batata doce, na Universidade Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Mas, antes disso, Senador, aqui, no dia 21, teremos a Embrapa, numa audiência pública nossa, na próxima 5ª feira. No dia 28, estará aqui o Ministro Patrus Ananias e, no dia 29, estaremos lá em Palmas, em Tocantins, por um requerimento do Senador Donizeti Nogueira.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi, que nos dá a alegria da presença, porque, como já tinha antecipado aqui aos colegas e aos convidados, o Senador estava num Painel, debatendo agricultura sustentável e questões relacionadas a clima e a meio ambiente.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigada, Presidente Ana Amélia. Queria saudar também ao Alexandre Luiz, que é da Coordenador-Geral de Assistência Técnica do MPA, ao Hur Ben Corrêa da Silva, e o César Aldrighi, do Incra.

Na verdade, só para cumprimentá-los e saudar e agradecer a presença de V. Sªs aqui, na nossa Comissão, uma comissão que está sendo presidida pela Senadora Ana Amélia, com muita competência. Temos feito bons debates e bons embates também, aqui, nesta Comissão, procurando atender a todas as demandas, desde agricultura familiar, agricultura empresarial, enfim, porque nós entendemos, eu entendo que todos os setores da agricultura são importantes porque o alimento que chega ao nosso prato, a nossa mesa, não tem carimbo de onde ele veio. Ele é alimento. Produzido ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – São muitas mãos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – São muitas mãos, são vários sistemas. Eles são complementares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muitas cabeças.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Então, gostaria de cumprimentar vocês pela presença. Não pude acompanhar, infelizmente. Tenho sido frequentador assíduo da Comissão, mas infelizmente hoje não deu porque fui convidado a participar, Senadora Ana Amélia, de uma...

Na verdade, quando chego cinco minutos atrasado, eles já estranham porque sou pontual.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Na verdade, quando chego cinco minutos atrasado, eles já estranham porque sou pontual.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É muito pontual.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Então, fui convidado para a abertura de um evento e um simpósio de etanol de milho. Acabei de vir de lá, da CNA, onde estamos discutindo a possibilidade, como a da batata no Tocantins, também de dar uma nova dimensão à produção de milho no Brasil, que é bastante grande, tem um superávit enorme. Vendemos 20 milhões de toneladas de milho para o exterior. É bom vender, é bom exportar ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Mas etanol dá mais valor agregado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É, mais valor agregado porque você faz etanol e deixa de trazer gasolina, e deixa de vender milho barato para outros países que competem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E melhora o meio ambiente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ...com o nosso sistema de produção de frangos, de suínos, e basicamente quem faz é o pequeno produtor, é o integrado. E me lembra o Senador Medeiros de que ele é muito mais sustentável ambiental e socialmente, porque, se você conseguir colocar toda essa cadeia a funcionar, a gente consegue inclusive aumentar a produção de aves e suínos, pois vamos deixar de vender o milho barato para o exterior, para os competidores nossos que não têm milho para fazer. Então, é um negócio muito bacana que, se bem trabalhado, vai embora.

As primeiras experiências com o etanol de milho foram feitas em Mato Grosso a partir das usinas que chamamos de flex, ou seja, a mesma usina de etanol de milho, desculpem-me, de etanol de cana é complementada com etanol de milho nos períodos. Então, você trabalha 330 dias por ano, em vez de 120, 130 dias. É um negócio...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Na entressafra de uma faz a outra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Exatamente. Uma e outra usam o mesmo equipamento, só mudando, em vez de entrar cana, entra milho. É claro que tem um processo industrial diferente, mas de fermentação, as mesmas dornas, os mesmos tanques, os mesmos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muda alguns parafusos. (*Risos.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É, muda alguns parafusos.

Então, nesse sentido que nós estamos trabalhando e fazendo isso, também desmistificando essa história de que o alimento compete com o combustível ou vice-versa. Essas coisas não são assim porque nós temos um excedente muito grande.

É claro que nenhum de nós que está aqui ou que está nos ouvindo vai concordar, se tivermos uma tonelada de milho, em fazer combustível em lugar de dar alimento para animais ou para as pessoas. É óbvio que você vai dar alimento e não vai fazer combustível. O problema é que está sobrando, e, como disse, quando sobra aqui, a gente vende barato para quem vem concorrer com a gente nas outras atividades. Então, é uma coisa sobre a qual devemos, inclusive, fazer um debate aqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – De novo. Isso é importante, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ...nesta Comissão para sensibilizar as pessoas, criar um ambiente favorável no Governo, para que a gente possa levar adiante. Por isso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito valioso, Senador Blairo Maggi, o seu depoimento por, de novo, narrar isso e sublinhar que o integrado na produção de aves e de suínos é o pequeno produtor, o médio agricultor. Na raiz de tudo, está aquilo que nós debatemos aqui: a extensão rural, que é levar o conhecimento para aumentar a produtividade e, dentro dela, os processos de diversificação econômica na lavoura. Essa é uma alternativa superinteligente, ambientalmente sustentável e com reflexos sociais muito importantes, e na economia, nem se fala. Estamos aqui com a autoridade de um grande conhecedor da matéria, o Senador Blairo Maggi, que é um ativo participante desta Comissão.

Eu queria, Senador, em nome do Donizeti e do Senador Wellington, que foram os requerentes desta audiência pública, do Senador Blairo, do Senador José Medeiros, mas também em nome do Senador Waldemir Moka, Senador Acir Gurgacz, Senador Dário Berger e Senador Lasier Martins e em nome da Presidência desta Comissão, agradecer ao Dr. Luiz Rangel, que é Diretor do Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura; ao Dr. Hur Ben Corrêa da Silva, Coordenador-Geral de Relações Institucionais do MDA; ao Dr. Alexandre Luís Giehl, Coordenador-Geral de Assistência Técnica, Capacitação e Cooperativismo da Pesca e Aquicultura do MPA; e ao Dr. César Aldrigui, Diretor de Desenvolvimento de Projetos e de Assentamentos do Incra, que aqui falaram

sobre as políticas públicas para a extensão rural em nosso País, por requerimento do Senador Donizeti Nogueira, aqui responsável pela relatoria da política pública para o ano de 2016 até 2019 em relação à extensão rural.

Agradeço muito ao Senador e a todos os expositores.

Estão dispensados.

Queria, antes de encerrar, informar que, como disse, no dia 21 de maio, teremos aqui o Presidente da Embrapa; no dia 28 de maio, o Ministro Patrus Ananias, do MDA; no dia 16 de junho, uma audiência pública sobre florestas plantadas, por requerimento do Senador Waldemir Moka; no dia 18 de junho, uma deliberativa; e, no dia 25 de junho, políticas públicas em defesa sanitária. Esta é a agenda para o final de maio e também o mês de junho.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 8 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 57 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 21 DE MAIO DE 2015.

Às oito horas e dois minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Lasier Martins, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Elmano Férrer. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, cumprindo decisão firmada na 16ª Reunião da Comissão realizada no dia 07.05.2015, comunica que juntamente com o Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) e o Senador Douglas Cintra (PTB/PE) se reuniram com a Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para tratar de problemas enfrentados na produção do café, e que, no encontro, a Sra. Ministra assumiu o compromisso de publicar portaria para suspender a importação de café em grão do tipo arábica, como também, informou sobre o acordo firmado com a China para habilitação de unidades de abate de bovinos, suínos e frangos para exportação ao país asiático, beneficiando especialmente a Região Sul do País, como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Senadora Ana Amélia comunica ainda que a Ministra Kátia Abreu acolheu sua solicitação encaminhada em nome do Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Sr. Ernani Polo, e do Presidente da Companhia Estadual de Silos e Armazéns do Rio Grande do Sul, Sr. Carlos Kercher, para que a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab alugue ou use os silos da Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA que estão ociosos para armazenar os estoques do Governo, no caso, estoques de milho e de outros grãos. Após as comunicações, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, dá inicio à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 4, de 2015, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi, com a finalidade de conhecer e divulgar as atividades realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e os seus impactos na agricultura e pecuária brasileira, com a participação do Sr. Maurício Antônio Lopes – Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Sr. João Flávio Veloso Silva – Chefe-Geral da Embrapa Agrossilvipastoril. Os Senhores Senadores Blairo Maggi, Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Donizeti Nogueira, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Elmano Férrer, José Medeiros, Valdir Raupp e Ana Amélia fazem uso da palavra. Por sugestão do Senador Donizeti Nogueira, a Comissão acompanhará com a Embrapa a evolução do processo referente ao empréstimo de R$ 70 milhões de Reais junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como poderá agendar audiência com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para tratar do assunto. A Senhora Presidente comunica ainda o recebimento do ofício encaminhado pelo Sindicato Nacional dos Procuradores e Advogados das Empresas Estatais – Sinape, solicitando uma audiência pública com a presença do Presidente da Embrapa para prestar esclarecimentos quanto a procedimentos administrativos considerados inadequados do Chefe da Assessoria Jurídica do órgão. Em resposta, a Comissão oficiará o Sindicato, instruído da Nota Técnica da Consultoria Legislativa do Senado Federal, para colocar-se à disposição em acompanhar à Presidência da Empresa, um grupo de dois ou três Senadores, como ação política, em razão de ser um assunto corporativo dos servidores da Embrapa, dos sindicalizados, com uma demanda que é interna, do ponto de vista do funcionamento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Conforme foi acertado na reunião desta Comissão, no dia 07 de maio, comunico que, juntamente com o Senador Ricardo Ferraço, do PMDB, do Espírito Santo, e o Senador, do PTB, de Pernambuco, fomos recebidos pela Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senadora Kátia Abreu, com o objetivo de tratar de problemas enfrentados na produção do café.

O requerimento, como se sabe, foi apresentado aqui publicamente pelo Senador Ricardo Ferraço e pela Senadora Rose de Freitas, e a Comissão encaminhou à Ministra, pela sua assessoria, que nos atendeu nesta semana.

A Comissão recebeu também o Ofício nº 02, de 2015, subscrito pelo Vereador Valdemir Baú, Presidente da Câmara Municipal de Coronel Vivida, no Estado do Paraná, relatando dificuldades enfrentadas pelos produtores de leite daquele Estado e daquela região.

A reunião de hoje se destina à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 04, de 2015, aprovado no dia 12 de março, de autoria do Senador Wellington Fagundes e do Senador Blairo Maggi, e tem por finalidade conhecer e divulgar as atividades realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e seus impactos na agricultura e na pecuária brasileira.

Antes de convidar os nossos ilustres palestrantes de hoje, eu queria acrescentar, ainda sobre a audiência com a Ministra Kátia Abreu, já antecipando publicamente aqui os agradecimentos – o Senador Ricardo Ferraço já o fez ontem no plenário do Senado –, que, naquela reunião, a Ministra Kátia Abreu informou a suspensão da importação de café em grão do tipo arábica.

A Ministra garantiu que publicará portaria suspendendo a importação, atendendo ao pedido da Comissão de Agricultura e particularmente do Senador Ricardo Ferraço, conforme produtores do Espírito Santo, Estado do Senador que solicitou a audiência, o segundo maior produtor de café do País, o Espírito Santo.

No encontro, a Ministra também informou sobre o compromisso firmado com a China, horas antes, para habilitação de unidades de abate de bovinos, suínos e frangos para exportação ao país asiático, beneficiando especialmente a Região Sul do País, como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O acordo foi firmado durante a visita do 1º Ministro chinês. Também encaminhei, em nome do Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Ernani Polo, e do Presidente da Companhia Estadual de Silos e Armazéns do Rio Grande do Sul, Carlos Kercher, para que a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), alugue ou use os silos da Cesa que estão ociosos para armazenar os estoques do Governo, no caso, estoques de milho e de outros grãos.

A Ministra acolheu a solicitação encaminhada.

Assim, convido, com muito prazer, o Presidente da Embrapa, Dr. Maurício Antônio Lopes, para que esteja conosco, para fazer a sua exposição, e o Dr. João Flávio Veloso Silva, Chefe Geral da Embrapa Agrossilvipastoril.

Queria, primeiramente, agradecer a presença do nosso Presidente, Dr. Maurício, e passar a palavra ao Senador Blairo Maggi, requerente desta audiência, para esclarecer aos nossos telespectadores e também aos que nos acompanham a respeito dos interesses desta audiência pública com o Presidente da Embrapa.

Queria também informar aos ouvintes da nossa Rádio Senado e telespectadores da TV Senado que eles poderão participar deste debate, fazendo perguntas e sugestões nos seguintes contatos virtuais: pela internet, no endereço www.senado.gov.br/ecidadania; por telefone 0800-612211, ligação gratuita, que pode ser por um telefone fixo, por um telefone celular ou por um telefone público.

Vou repetir: 0800-612211.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente Senadora Ana Amélia. Estamos de luto hoje, porque nosso time perdeu ontem de um a zero. Fazer o quê?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Nem fale isso que aumenta a minha dor de cabeça, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas tem volta. Aqui no Beira-Rio, nós pegamos ele. Foi só um a zero. Nos 47 minutos é ruim demais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Foi o que aconteceu com o Atlético Mineiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu quero cumprimentar V. Exª e também o Presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes; o João Flávio Veloso Silva, Chefe da Embrapa Agropastoril lá no meu Estado de Mato Grosso. Agradeço as suas presenças.

E o requerimento aqui assinado foi encabeçado pelo Senador Wellington Fagundes, mas, infelizmente, ele não está presente ainda. Aqui, Presidente, tem uma turma que é a turma que tira o leite, que chega um pouco mais cedo. E tem outra turma que vai levar o leite para vender e que chega um pouco mais tarde.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E tem uma turma que chega mais cedo ainda, que vai buscar a vaca, como diz o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Que vai buscar a vaca. Então, nós estamos aqui em poucos, mas eu espero que o Senador Wellington possa chegar e fazer aqui os questionamentos que ele acha pertinente.

Mas eu gostaria de, inicialmente, dizer sempre do nosso carinho e do reconhecimento da importância que a Embrapa teve até agora, até recentemente, na agricultura e na pecuária brasileira. Certamente, poderíamos estar no mesmo patamar hoje sem a presença da Embrapa, mas teríamos demorado mais e, com certeza, teria custado mais para o País. Então, a Embrapa foi muito importante, principalmente na ocupação do Centro-Oeste e no desenvolvimento de novas variedades, e não só de variedades, como de tecnologia, levando conhecimento e adquirindo conhecimento ao longo desses anos.

Já tive oportunidade de dizer isso e direi novamente neste momento na Comissão que, além do conhecimento e da importância que a Embrapa tem, com reconhecimento de todos os brasileiros, na minha avaliação, neste momento, a Embrapa passa por uma dificuldade de não ter uma priorização nas suas pesquisas.

Bom dia, Senador Moka.

Ultimamente, não tem conseguido apresentar muitos resultados ou resultados convincentes ou resultados que modifiquem, que ajudem a modificar fortemente a economia agrícola do País. E não quero crer que nós não tenhamos técnicos conhecedores, que tenham conhecimento dentro dessa empresa para fazer isso. Se fez até agora, tem capacidade de fazê-lo atualmente e no futuro também.

E quero crer que são dois fatores: um pode ser falta de foco; e o segundo certamente é a falta de recursos financeiros para fazer frente a pelo menos àquilo que eu acho que deveria ser o papel da Embrapa.

Qual o papel da Embrapa neste momento para mim? O papel da Embrapa é dar ao Brasil uma carta de alforria, é dar ao Brasil a tranquilidade e a liberdade de poder continuar a ser o grande país agrícola que ele é até hoje. E de onde virá isso ou de onde vem isso? Ele não virá mais do conhecimento na terra, dos equipamentos, das pessoas que estão envolvidas na operação do dia a dia. Isso é uma coisa que muda muito rapidamente. As pessoas estão sempre abertas às novas tecnologias e inovações e incorporam muito rapidamente, Senador Moka, no campo essa situação, tanto na pecuária como na agricultura.

Mas o que me preocupa é a dependência tecnológica que nós temos em relação a outros países. Por exemplo, a questão da transgenia, da biotecnologia e tantas coisas que existem aí. Nós estamos a reboque. A Embrapa está a reboque. As nossas instituições privadas estão a reboque. Se nós não temos o apoiamento das multinacionais nos acordos que são feitos de...

Não é nem praticamente de desenvolver novas tecnologias, mas é de trazer essa nova tecnologia e colocar à disposição dos produtores. Isso pode ser feito pela Embrapa ou pelas outras pesquisadoras que existem.

Então, na minha avaliação, a Embrapa deveria receber por parte do Governo – e quando falo Governo, eu falo em sociedade brasileira – uma atenção toda especial de grandes aportes de recursos, com mentalidade de poder fazer a diferença para frente e competir de igual para igual com os grandes *players* mundiais, a ponto de – a gente nunca espera este tipo de situação – chegar algum dia, num conflito, numa discussão comercial, num impedimento qualquer, e dizerem que não vão transferir mais tecnologias mais para o Brasil por questões políticas etc. Com toda certeza, de três a cinco anos, nós ficaremos, de um dos primeiros na fila dessa produção, de competitividade, nós voltamos lá para o final, porque a nossa dependência tecnológica é total.

Além disso, dessa tecnologia a que me refiro, nós somos dependentes também da questão dos fertilizantes. Temos uma produção local de fosfato com que dá para se virar, mas ainda importamos muita coisa. Os nitrogenados a gente também consegue fazer aqui, mas também importamos muito. Na questão do potássio, nós somos totalmente dependentes. E não é que não tenhamos também jazidas e potenciais a serem explorados. Temos, mas não temos tipo por parte do Governo a prioridade e a solicitação para que empresas estatais ou mesmo as empresas privadas que se dedicam a isso consigam fazer. Por exemplo, lá no Amazonas, nós temos a silvinita, que está na confluência do Rio Madeira com o Rio Amazonas, a 600 metros, a 1.000 metros de profundidade. Segundo os estudos, são jazidas com grandes potenciais, que, uma vez iniciada sua explora-

ção, seria assim geograficamente, de logística, excepcional porque está em cima do Rio Amazonas. Você pode descer para resto do Brasil, para o Sul, para o Sudeste, em navios com 50, 60 mil toneladas. Quer dizer, navega como qualquer outro navio que venha da Europa para cá. Nós teríamos a possibilidade de subir com as embarcações para o Rio Madeira, atender ao noroeste do Estado do Mato Grosso, subir pela hidrovia do Tapajós, atender ao norte do Mato Grosso, o Pará e também chegando em Belém, subir por Açailândia, onde pode haver um trem no futuro, e atender a todo o Tocantins, o outro lado do Pará, o Piauí, o Maranhão. Então, quando a gente vê essas iniciativas, que estão fugindo um pouquinho da responsabilidade da Embrapa, não são dela, mas do Governo, o sacrifício que essas empresas de lá têm para enfrentar aquele velho desafio das questões ambientais. Um terror. E lá se vão anos e anos.

Então, para voltar ao assunto, nós, o Brasil, somos de fato grandes produtores mundiais. Poderíamos ser muito mais. Temos aumentado muito a produtividade. Mas essa dependência tecnológica e essa dependência dos fertilizantes me preocupa muito. Enquanto estiver tudo bem, está tudo bem. Aí tem um velho ditado, Senadora Ana Amélia, de que "em casa que falta pão, todo mundo grita e ninguém tem razão". Quer dizer, qualquer desavença diplomática, qualquer coisa que possa nos atrapalhar, o resultado nosso aqui será quase imediato.

Então, eu gostaria aqui, nesta introdução, de ouvir do Presidente da Embrapa e depois do João Flávio, uma questão mais nacional e uma questão mais estadual, como é que a Embrapa está dentro de Mato Grosso. Já temos lá alguns anos; eu ainda era Governador quando inauguramos aquilo. Aliás, eu já tinha saído quando inauguramos, mas iniciou quando eu estava lá. Gostaria de saber como avançou a Embrapa, o que tem sido feito e qual a contribuição hoje da Embrapa no novo sistema de produção agrícola, pecuária, nos manejos que estão sendo feitos e nas florestas. A velha bandeira do uso dos recursos naturais no chão diminuiu muito, a maneira, o extrativismo. E tem que produzir, produzir sustentadamente, o que significa que, amanhã, você tem que fazer a mesma coisa que já fez hoje e melhor ainda.

Então, eram essas as minhas considerações, além de dar as boas-vindas ao Presidente e também ao João Flávio, e o meu questionamento. Eu não discuto a importância da Embrapa até aqui. Eu tenho um ponto de interrogação com relação à Embrapa daqui para frente. Se essa estrutura que nós temos, essa grande história da Embrapa, nós vamos continuar a tê-la ou vamos ter que abrir mão de tudo isso e deixar só com o que os de fora façam ou se a iniciativa privada brasileira puder fazer.

São essas as colocações.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço muito ao Senador Blairo Maggi, que foi, junto com o Senador Wellington Fagundes, requerente desta audiência.

Consulto o Senador Moka se quer fazer alguma manifestação. Enquanto o Senador Moka não se manifesta, eu queria agradecer a presença aqui também, honradamente, da Diretora Executiva de Administração e Finanças, Drª Vania Beatriz Castiglioni, da Embrapa; do Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento, Dr. Ladislau Martin Neto; e do Diretor Executivo de Transferência de Tecnologia, tema esse citado pelo Senador Blairo Maggi, Dr. Waldyr Stumpf Júnior. A proposta do Senador, apenas para complementar o Senador Blairo Maggi, referiu à questão tecnológica da dependência que o Brasil tem como protagonista mundial na produção e no mercado globalizado da produção rural, especialmente agrícola. O principal item da pauta de exportação do Brasil é a cadeia produtiva da soja na nossa balança comercial. E o Senador, ao falar da excessiva dependência tecnológica do Brasil ao setor especialmente de tecnologias de produtos modificados geneticamente, a Ministra da Agricultura, no encontro que tivemos, Senador Blairo, estava extremamente entusiasmada com os acordos que a Embrapa, a partir de agora, intensificará na relação com a China.

A China é um país muito desenvolvido na área tecnológica. É uma país que investe anualmente muito e dispõe de um grande grupo de pesquisadores e cientistas nesse setor. E a China é também o grande comprador de soja do Brasil. Então, penso que talvez aí abra um espaço gigantesco para que essa dependência a que o Senador Blairo Maggi se refere possa ser mitigada em benefício da economia brasileira e da chinesa, que não dispõe de área para o cultivo da soja. Mas nós temos e podemos fazer uma boa cooperação.

Senador Moka, se V. Exª não quiser fazer alguma observação, eu já passo a palavra ao Presidente da Embrapa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou ser muito breve.

Primeiramente, cumprimento o Presidente da Embrapa, Dr. Maurício, meu amigo já, e o Dr. João Flávio Veloso Silva, pela presença aqui. Eu vou ser objetivo.

Eu ouvi uma frase aqui na Comissão de que a Embrapa vive do passado, do que ela fez, do que ela criou. Mas, de algum tempo para cá, ela estagnou. Essa não é uma opinião pessoal. Mas eu ouvi aqui na Comissão de Agricultura. E me lembro de que, na época, o Senador Figueiró, que é um apaixonado pela Embrapa...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim. E tem um filho lá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Assim como eu. Não nego isso, não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ele até tem uma questão familiar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas eu não tenho essa ligação tão direta como tem o Blairo como produtor mesmo. Não só produtor, mas uma grande empresário com uma visão diferenciada de todos nós aqui. O que eu tenho é um contato com produtores rurais no meu Estado. E hoje, deixando a modéstia um pouco de lado, com o conjunto do País. Às vezes eu até me surpreendo que as pessoas dos outros Estados vêm muito e a gente conversa muito.

Eu queria saber – e não é uma provocação – que a gente percebe nitidamente que o Governo, em vários segmentos é muito ambíguo. Só para dar um exemplo. Ontem, havia uma medida provisória para votar e havia 13 Senadores aqui da base aliada, mas que se colocaram até pedindo a saída do Ministro da Fazenda. Está hoje na imprensa.

E a Embrapa lá no meu Estado ficou um tempo dividida entre se faz pesquisa para o pequeno produtor ou se faz pesquisa para a agricultura de média e grande escala. Essa é uma coisa que, para mim, parece ser uma besteira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Superada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por quê? Porque a Embrapa tem que produzir pesquisa visando, na minha avaliação, com a prioridade que o mercado exige.

É claro que nós temos que produzir. E aí, eu sempre digo, além de produzir – é algo que estamos discutindo aqui –, quando acabaram com a extensão rural, a Embrapa continuou produzindo pesquisa, mas essa pesquisa não chega à ponta, principalmente para o pequeno.

Então, eu me lembro dessa discussão dentro da Embrapa; de servidores da Embrapa, com pós-graduação, gente conhecedora do assunto, preocupados com o rumo que se estava tomando. Eu insisto em dizer: acho que a Embrapa tem que produzir pesquisas, gerar tecnologia capaz de manter o Brasil como um grande exportador de *commodities*, trazer toda essa tecnologia aqui e gerar, fazer com que possamos continuar a desenvolver. Foi isso que fez... Foi a Embrapa, entre o produtor, mas a Embrapa, principalmente, teve um papel prioritário para que o Brasil se tornasse uma potência na produção de alimentos como é hoje.

Agora, como fazer isso se há um lado quer uma coisa e outro lado que quer outra? Conversando com franqueza, estabelecendo: vamos fazer pesquisa aqui, aqui e aqui e vamos fazer pesquisa para atender também o mercado internacional, o grande produtor, até porque são coisas diferentes mesmo. Nós vamos ter sempre produtores que vão produzir em grande escala – e isso é diferente, até porque eles têm uma preocupação com a exportação – e outros que vão produzir e gerar alimentos do dia a dia. Mas isso é a coisa mais importante, em termos de segurança alimentar, para um país que quer também ter independência sobre isso.

Eu queria ouvir a opinião do presidente e do chefe-geral da Embrapa Agrossilvipastoril e se isso tem realmente alguma implicação ou é besteira.

A verdade é que, por exemplo, há muito tempo, nós já discutimos aqui: não se pode contingenciar recursos para a Embrapa. Nós não podemos deixar contingenciarem-se recursos para quem faz pesquisa. Isso é algo também em que nós podemos ajudar. Está bem, o contingenciamento é importante, tal, tal e tal, mas, na hora de contingenciar, vamos priorizar. Da mesma forma, acho que não se pode contingenciar também para a defesa sanitária. É bobagem isso, porque sempre o prejuízo é maior.

Então, eu ficaria, Presidente, nessas duas colocações, mas é algo que eu gostaria de ouvir dos dois, e já antecipo. Não sei também se podem falar. E, se não puderem e quiserem mandar alguma resposta ou alguma coisa também, para mim é indiferente.

Quero finalizar dizendo o seguinte, Blairo e Donizeti: nós aqui, na Comissão de Agricultura, somos e sempre seremos parceiros da Embrapa. É unânime isso aqui. Agora, nós precisamos saber em que é que a Comissão pode ajudar. É claro que esta Comissão tem, como está sendo feito hoje, também o papel de cobrar, de fiscalizar, e, se a empresa está com algum tipo de problema, é importante que possamos encaminhar soluções. O que não podemos é ver, como disse o Senador Blairo Maggi, que até aqui é uma coisa; daqui para frente, como vai ser isso? E se a empresa vive algum tipo de problema.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra V. Exª, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É para complementar. Depois que o Senador Moka começou a falar, eu me lembrei de alguma coisa que também deixei sem fazer o questionamento. Ouvi – não foi, assim, uma afirmação – que nesse "pacote chinês", vamos chamar assim, desses recursos que poderão ser investidos no Brasil, há algo de um acordo mais portentoso entre o Brasil e a própria China para desenvolvimento de biotecnologia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu mencionei.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – A senhora mencionou. Então, se depois puder fazer algum comentário sobre esse assunto, agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Foi fruto da conversa com a Ministra. Estava muito entusiasmada a Ministra da Agricultura, Senadora Kátia Abreu.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ah, foi V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Falei também para o presidente, o Dr. Maurício, sobre o que pode acontecer a partir dessa cooperação com a China, que é não só grande importadora de soja, no caso da soja, que hoje é o produto de maior dependência tecnológica, pela relevância econômica que tem e lá não tem área para produzir soja, mas nós temos.

Ela está comprando, inclusive, na África, está produzindo, a China está com acordos na África, porque precisa atender à população.

Eu queria passar a palavra ao Presidente da Embrapa, Dr. Maurício, para sua exposição, já encaminhando dentro dessas colocações feitas, embora o senhor tenha, certamente, trazido alguma informação adicional.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Muito bem.

Meu bom-dia à Senadora Ana Amélia, que preside a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, também cumprimento o Senador Blairo Maggi, o Senador Waldemir Moka, o Senador Donizeti Nogueira, já agradecendo aos Senadores pelas considerações iniciais, pelas questões colocadas que serão muito úteis para nos orientar na nossa apresentação aqui.

Agradeço ao Senador Blairo Maggi pelo destaque aos pontos que ele julga relevantes e importantes em relação à agenda, às prioridades, ao foco da nossa organização.

Eu vou procurar, ao longo da minha breve apresentação, Senador, endereçar as questões que o senhor nos coloca; da mesma forma, Senador Moka, vou procurar também, ao longo da apresentação, responder às questões e às preocupações que o senhor nos traz. Eu agradeço, acho que é assim que a gente avança, a partir da visão de pessoas que detêm experiência substancial, como o Senador Blairo, um grande empresário, um grande líder. Os seus comentários, as suas referências são extremamente relevantes. A gente agradece, Senador, pela crítica sempre muito construtiva que o senhor nos traz. Isso é extremamente positivo para nossa empresa.

Eu gostaria de cumprimentar também os nossos diretores: Diretor Waldyr, Diretora Vania e o Diretor Ladislau. Estamos aqui com todos os diretores executivos da empresa. Os demais colegas da Embrapa: estamos aqui com o Marcos, que é um parceiro importante da Unipasto, uma grande rede que comercializa os produtos desenvolvidos pela Embrapa. A Embrapa é líder no desenvolvimento de forrageiras, de pastagens no Brasil, o Brasil se tornou até um grande exportador de sementes de pastagens em função dessa excelente parceria que temos com a Unipasto. Saúdo o nosso parceiro aqui presente. E todos os demais presentes, não posso deixar de saudar os que nos acompanharam pela Rádio e pela TV Senado em todo o Brasil.

Obviamente, minha saudação ao colega João Flávio, que lidera tão bem a nossa unidade Embrapa Agrossilvipastoril, em Sinop, no Mato Grosso.

Bem, Senadora, o que eu gostaria de fazer é passar rapidamente por um conjunto de transparências que eu acho que, em grande medida, endereçam às questões que nos foram colocadas e apresentam algumas outras informações que nós julgamos importante e relevante trazer a esta Comissão.

Se a senhora me permite, eu vou rapidamente apresentar o que é a agenda que eu trouxe para discussão com V. Exªs hoje e fazer uma brevíssima introdução à Embrapa. Todos já conhecem a nossa organização, mas vou falar um pouquinho mais sobre os pilares da organização, como ela está ordenada.

A Embrapa é uma instituição relativamente jovem. Completamos 42 anos agora, no dia 26 de abril, mas uma instituição muito consolidada em função do grande investimento que ela fez em pessoas, estruturas e processos.

Eu gostaria de dar uma passada rapidinha, só para mostrar a V. Exªs quão estruturada e consolidada está a nossa organização, e falar um pouco também em planejamento, endereçando, em grande medida, às colocações e às preocupações do Senador Blairo, o que a Embrapa tem feito para ler e entender o seu entorno, a realidade na qual ela está inserida e definir prioridades, fazer escolhas, aquelas escolhas que tragam maior possibilidade de resultados relevantes e, mais importante do que isso, esses resultados que geram impactos para a sociedade que, afinal de contas, paga a conta.

E, no fim, obviamente, nós vamos poder, com base no que vou apresentar, fazer as discussões e o debate necessário.

A Embrapa é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura. Nós estamos ali no mesmo nível do Conab. A Embrapa e a Conab são empresas vinculadas ao nosso Ministério da Agricultura. Nós somos a maior organização de pesquisa agropecuária na América Latina, uma das maiores do mundo. Nós temos hoje

9.800 empregados, 2.480 pesquisadores, 2.500 analistas; o orçamento executado no ano que passou, 2014, foi em torno de R$ 2,7 bilhões. A empresa é, na verdade, uma grande rede distribuída; nós estamos em todo o Brasil, em praticamente todos os Estados brasileiros, com centros temáticos, com centros de produtos e com centros ecorregionais e agroflorestais.

A Embrapa também é uma das poucas instituições do Brasil que têm uma grande rede de cooperação internacional. Nós estamos em praticamente todos os continentes. A Embrapa se tornou, ao longo dos anos, praticamente uma multinacional da ciência agropecuária. Nós temos presença nos Estados Unidos da América e na Europa e, mais recentemente, também uma presença forte na Ásia, na Coreia do Sul, na China e no Japão. Uma plataforma de cooperação técnica sul-sul, com uma presença também muito forte, especialmente, na África, mas em alguns países também da América Latina.

Um pouco da nossa estrutura. Como eu disse, a Embrapa é uma empresa com um modelo muito estruturado e muito consolidado de gestão e governança. Uma das razões do sucesso da empresa ao longo desses 40 anos é o investimento que ela fez em pessoas, em recursos humanos. Nós tínhamos, no início, um foco muito grande na agronomia, na veterinária e na zootecnia ; ao longo dos anos, incorporamos um conjunto bem mais amplo de competências. Hoje, a Embrapa tem profissionais da física, da geologia, da química, da bioquímica. Obviamente, agrônomos e veterinários são maioria, mas a empresa ampliou muito o seu quadro de competências, em função mesmo dos desafios que nós temos hoje, que vão muito além dos limites da produção primária, da fazenda. Nós lidamos com dimensões outras, importantes: mudanças de clima, relação com a sociedade... Então, ampliamos muito nosso quadro de capacitação.

Um programa forte de capacitação. Renovação. A empresa renovou os seus quadros a partir de 2009. Uma coisa inusitada: a Embrapa contratou, desde 2009, mil novos pesquisadores, que trazem uma força nova para a empresa. Com ela completando 40 anos e fechando um ciclo, felizmente, conseguimos fazer um trabalho importante de renovação.

São poucas as instituições de pesquisa e inovação no Brasil que têm 2.400 pesquisadores e 2.500 analistas. Aqui, a distribuição dos empregados da Embrapa: 1.700 técnicos, 3.014 assistentes. Com esse perfil, nós temos 2.000 doutores, 1.000 mestres. Eu creio que talvez só o ARS americano e a CAAS chinesa tenham um quadro profissional tão habilitado e com esses números de profissionais. Então, estamos muito bem em termos de competência e de capacidade na empresa. São 3.000 profissionais de nível superior, sendo 2.000 doutores. Pouquíssimas instituições de pesquisa e inovação para a agricultura no mundo tem um quadro tão habilitado e tão treinado como a nossa empresa.

Nós temos feito um esforço muito grande para atualizar a nossa estrutura, a nossa infraestrutura. Como o Senador Blairo bem colocou, o mundo está mudando com uma rapidez muito grande. Os paradigmas estão mudando com muita rapidez, a ciência está avançando com uma rapidez muito grande. O grande desafio para nós é nos mantermos atualizados, como é que nós vamos os nossos centros de pesquisas e os nossos laboratórios atuais, em condições de responder aos desafios que nos apresenta o setor produtivo, o ambiente de inovação tecnológica. Esta é uma preocupação muito grande: como a Embrapa vai dinamizar a sua grande rede de pesquisa e inovação. Como eu disse, somos uma grande rede distribuída. Estamos presentes em praticamente todos os Estados brasileiros, com centros ecorregionais, centros de produtos, centros temáticos, centros de serviços importantes.

Estamos inaugurando agora, em Brasília, um centro de serviços que é uma unidade quarentenária, que vai garantir ao Brasil a importação de material genético vegetal com segurança, para que possamos acessar diversidade genética em diferentes partes do mundo. Somos muito dependentes disso. Estamos inaugurando agora, em Palmas, a Unidade de Pesca e Aquicultura, Aquicultura 1, com potencial fantástico para o Brasil.

E, como disse, nós nos tornamos ao longo dos anos uma multinacional da inovação tropical. Estamos com laboratórios em três continentes: América do Norte; Europa, com três países, França, Alemanha e Reino Unido; na China, no Japão e na Coreia do Sul.

É importante esse movimento da Embrapa em direção à Ásia, em função da importância da Ásia, como grande mercado, como grande produtor de conhecimento e inovação.

Foi mencionado aqui que recentemente conversamos, eu e a Ministra Kátia Abreu, com o Ministro da Agricultura chinês. Nós já temos uma cooperação com a China, já temos uma presença na Embrapa chinesa, que é a Chinese Academy of Agriculture Science. Estamos fortalecendo esse projeto com os chineses. Como todos sabem, os chineses têm feito um esforço monumental em ciência, tecnologia e inovação, incluindo a área de biologia avançada, a genômica e a transgenia. Nós já cooperamos com os chineses nessa área. E nesse diálogo entre a nossa Ministra e o Ministro chinês, ficou acertado que vamos intensificar a nossa cooperação, a troca de informações, e a possibilidade de fazermos o que se chama de inovação aberta, combinarmos

ativos nossos com ativos da instituição chinesa para desenvolvermos juntos novos produtos, especialmente produtos biotecnológicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Dr. Maurício, certamente ela cativou e conquistou o Ministro da Agricultura chinês porque ela ofereceu curau, ofereceu canjica, ofereceu bolo de milho. Ela fez tudo o que podia. Eles saíram carregando arroz doce e todas essas iguarias bem brasileiras da produção que a Embrapa ajuda a fazer.

Apenas um detalhe porque casualmente na hora em que chegamos estava saindo o Ministro da Agricultura.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Exato. Eu estive lá e eu testemunhei. A nossa Ministra foi realmente muito hábil em mostrar as delícias do Brasil, as coisas maravilhosas que fazemos aqui. Isso animou muito o Ministro chinês que saiu exultante da reunião.

Nós não estamos iniciando uma parceria com os chineses. Nós já temos uma parceria com os chineses, nós já temos pesquisadores da Embrapa trabalhando na CAAS (Chinese Academy of Agriculture Science). Queremos intensificar essa cooperação. E ficou acertado que, a partir desse diálogo entre os Ministros, vamos intensificar essa colaboração.

Um pouco da distribuição da empresa no Brasil, eu acho que essa é grande fortaleza da Embrapa. Em vez de ser um prédio enorme aqui em Brasília, cheio de gente, aqui na capital do País, nós fomos redistribuídos. A Embrapa optou por levar ciência aos diferentes rincões do Brasil, aproximar os pesquisadores dos problemas do mundo real. Isso acho que é um aspecto muito importante da nossa organização.

E temos, e posso assegurar a V. Exªs, uma infraestrutura que é estado da arte. Poucos países no mundo, poucas instituições de pesquisa e inovação no mundo têm a infraestrutura de pesquisa e inovação para a agropecuária que a Embrapa tem. Aqui o nosso centro de soja em Londrina, uma unidade que teve um papel importantíssimo na tropicalização desse leguminosa e que cumpre um papel importantíssimo em trazer e adaptar variabilidade, para que possamos enfrentar os problemas que estão vindo aí: pragas, doenças contaminantes. Então, é uma unidade extremamente importante, com um conjunto de laboratórios inigualável. Realmente estado da arte. A Embrapa Instrumentação Agropecuária, nós quebramos paradigmas, de investir em instrumentação avançada, informação tecnológica aplicada à agricultura. Esse centro está trabalhando na fronteira da nanotecnologia. É um centro da Embrapa que está recheado de físicos. O nosso Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento é físico, foi chefe dessa unidade. Então, é uma certa quebra de paradigma. Que instituição de pesquisa para agricultura contratou físicos para estudar nanotecnologia, instrumentação, automação avançada? É o que esse centro faz em São Carlos.

Embrapa Agroenergia trabalhando agora em tecnologia de biomassa. Nós temos que pensar que, daqui a pouco, a nossa agricultura vai fazer interface com a nova bioeconomia, com as novas bioindústrias.

Ontem, nós estivemos a sanção pela Presidente Dilma da Lei de Biodiversidade, que facilita o acesso e uso da diversidade genética no Brasil.

Isso vai abrir um espaço gigantesco para o Brasil criar novas oportunidades para a sua agricultura e para a sua agropecuária.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Embrapa Uva e Vinho. E nós estamos, cada vez mais, trabalhando a chamada estrutura multiuso, para evitar a disseminação de estruturas caras e complexas em todas as unidades, sediando em alguns lugares estruturas poderosas, por exemplo, para agricultura de precisão. Esse é o centro mais avançado que tem no Brasil para a agricultura de precisão, localizado em São Carlos, em São Paulo.

Um centro de bioeficiência e sustentabilidade na pecuária, um laboratório dos mais avançados no Brasil para testar qualidade de alimentos, para avaliar eficiência de alimentos, emissão de gases na pecuária, uma base, não só para a Embrapa, mas para as universidades, para o setor privado.

O laboratório de química de produtos naturais mais sofisticados na América Latina, sem dúvida alguma, com instrumentação de última geração, localizado em Fortaleza, no Ceará. E uma das unidades mais novas que nós temos na Embrapa, esse é um conceito novo de unidade, que foi criada no Mato Grosso, em Sinop, a Embrapa Agrossilvipastoril, a ideia que no futuro as unidades de pesquisas vão se tornar como que unidades *hub*. Uma unidade hub é aquela que congrega pesquisadores das várias unidades especializadas da Embrapa. Estamos levando para o Mato Grosso pesquisadores da Embrapa Soja, da Embrapa Gado de Corte, da Embrapa Gado de Leite, da Embrapa Instrumentação.

Então, congregando ali um conjunto de profissionais que vão trabalhar o conceito dos sistemas integrados. Então, nós construímos essa unidade que eu diria é algo inusitado. Eu acho que poucos países têm uma unidade como essa, além de ser uma estrutura maravilhosa, muito bem concebida. Parabéns, aqui de público, ao João Flávio, que liderou esse processo. É uma unidade plenamente funcional, trabalhando um conceito que vai ter que se consolidar no Brasil, que é o conceito da intensificação sustentável na nossa agropecuária. Com

o Código Florestal, nós vamos ter que elevar a produtividade da nossa agropecuária na vertical e não mais na horizontal, ampliando área. Nós vamos ter que aumentar a eficiência, aumentar a efetividade.

Então, é um modelo de experimentação em outra escala. Nós não estamos fazendo aqui mais experimentação em pequenos *plots*, nem em pequenos campos experimentais. É experimentação na escala do produtor, na escala das fazendas, uma coisa inusitada para pesquisa e inovação, não só no Brasil, no mundo. Usando automação avançada, uso de drones para sensoriamento remoto. Essa unidade está fazendo algo inusitado. Nós já estamos iniciando o uso dos VANTs (Veículos Aéreos Não Tripulados), para fazer o acompanhamento sistemático dos nossos experimentos no campo.

A Embrapa Agrossilvipastoril aqui já visualizada como uma imagem a partir de um *drone*, nós estamos adaptando os *drones* para fazer o acompanhamento sistemático dos nossos experimentos a campo.

A empresa tem também lançado mão de parcerias com o setor privado para aumentar sua capacidade, a sua efetividade, para que a gente possa acessar estrutura e competência de outras empresas. Hoje a Embrapa tem cooperação com 160 parceiros públicos e privados, nacionais e internacionais. Dou um exemplo: a Rede de Fomento ILPF. Essas empresas todas se uniram à Embrapa e nós formamos uma grande rede para promover as tecnologias chamadas ILPF (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta), que entendemos vai ser a próxima grande fronteira da agricultura brasileira no futuro.

Essas empresas nos apoiam num grande programa de disseminação das tecnologias que a Embrapa está gerando, para correção do solo, para integrar a lavoura à pecuária, à lavoura-pecuária-floresta, trabalhar diferentes alternativas, diferentes modelos. Então, um trabalho maravilhoso feito em grande sintonia com o setor privado nesses lugares todos do Brasil, onde tem um pontinho ali, tem uma grande base, uma grande unidade de referência tecnológica baseada nos conceitos de ILPF em todo o Brasil. Uma rede poderosa feita junto com o setor produtivo, com fazendeiros, nas propriedades rurais, adaptando tecnologia para diferentes realidades do nosso País.

Estamos também trabalhando um conceito de Núcleo Territorial de Inovação e Referência Tecnológica para aproximar a Embrapa do setor produtivo. Estamos fazendo isso com as universidades, com o setor privado. Por exemplo, queremos discutir com o setor privado. Não é momento de o Brasil começar a pensar em erradicar o bicudo? Essa praga terrível, os americanos conseguiram erradicar o Bicudo, porque nós não podemos erradicar?

Estamos agora discutindo com o setor algodoeiro, que é extremamente organizado, extremamente um setor muito informado, nós podemos perfeitamente trabalhar esse conceito.

E aqui, Senador Blairo, eu acho que essa informação aqui tem muita relevância para que o senhor nos coloque. Nós temos uma preocupação enorme em relação à dependência tecnológica, em relação à biologia avançada, a transgenia, aos novos genes, às novas funções biológicas que a nossa agricultura vai precisar.

Eu tenho inclusive falado publicamente da nossa preocupação com a dependência talvez muito exagerada em relação às empresas, em especial as multinacionais. Não temos nada contra elas, somos parceiros das grandes multinacionais, queremos continuar sendo parceiros, mas não gostamos da ideia de uma dependência exacerbada, extrema, do Brasil em relação a essas tecnologias.

Estamos criando para isso esse conceito de Unidade Mista de Pesquisa. A Embrapa está desenvolvendo juntamente com a Unicamp uma plataforma voltada para o desenvolvimento de ativos de base biológica para adaptação à mudança de clima. Essa unidade mista entre a Embrapa e a Unicamp é uma coisa inusitada, uma empresa tecnológica com uma universidade. Nós teremos um espaço no parque tecnológico da Unicamp para desenvolver um *pipeline* de P&D para o desenvolvimento de ativo, os transgenes que o Senador Blairo tão bem coloca que nós precisamos dominar. Esse *pipeline* já está organizado, já iniciamos esse projeto com a Unicamp, um projeto de R$ 70 milhões. Nós não ficamos a dever nada para as grandes empresas em termos de conhecimento e competência. Agora, precisamos ter investimento e capacitar as nossas organizações para montar os *pipelines* à semelhança que as empresas montam.

Esse programa com a Unicamp está montado, estruturado, todo o planejamento feito, inclusive com a infraestrutura necessária. Ele custará R$ 70 milhões. Eu já conversei e tenho conversado com o BNDES e estive falando com o Presidente do BNDES, o Presidente Coutinho, mostrando a importância de o Brasil ter o domínio dessa tecnologia, a nossa capacidade de desenvolver esse tipo de *pipeline* aqui. É um investimento relativamente baixo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – É no parque tecnológico da Unicamp, em São Paulo. É interessante a combinação porque nós temos na Unicamp a nossa unidade Embrapa e Informática Agropecuária. E temos...

Cumprimento o Senador Wellington Fagundes, autor do requerimento pela nossa presença aqui. Bom dia, Senador!

Senador Blairo, vai ficar aqui exatamente nessa área da Unicamp onde está sendo criado um grande parque tecnológico, é um projeto de custo relativamente baixo, R$ 70 milhões, nós já mobilizamos para lá os pesquisadores da Embrapa, os pesquisadores da Unicamp. Então, já temos o *pipeline* para desenvolvimento dos nossos transgênicos, dos nossos organismos geneticamente modificado e estruturado lá.

Eu queria rapidamente, Senadora, também falar um pouquinho, obviamente que não vou passar por todos os processos importantes para a gestão e governança na nossa empresa. Mas eu gostaria de destacar alguns: o Senador Blairo manifestou uma certa preocupação em relação a focos, em relação a escolhas e nós estamos fazendo algo que eu diria também é um pouco inédito para organizações públicas no Brasil.

Nós, desde 2012, eu vivi na Coreia do Sul, me impressionou muito o trabalho que se faz na Coreia do Sul em termos de inteligência estratégica. Os coreanos investem muito nos processos de inteligência estratégica competitiva, tem muitos, tem tanques para olhar par o futuro, para modelar futuros possíveis.

Então, tão logo assumi a presidência da empresa uma das primeiras coisas que fiz foi criar uma base de reflexão, de analise, de formulação estratégica para a empresa, chamado Agropensa. Aqui mostramos de maneira muito simplificada como a nossa organização funciona. Nós temos que olhar para o futuro, para os demandas na sociedade, para o mercado de inovação, trabalhar um processo de inteligência que nos ajude a construir a visão, que direções a empresa vai tomar daqui para o futuro. E essa visão orientar o nosso processo de produção.

É exatamente isso que nós estamos fazendo com o nosso sistema de inteligência estratégico, o Agropensa, que é um caminho que acho necessário e inevitável para as instituições brasileiras, investir mais em antecipação e antevisão do que simplesmente em reagir aos desafios que estão postos.

Essa rede Agropensa, a base Agropensa já nos permitiu produzir o documento de visão da Embrapa para os próximos 20 anos, este documento está pronto, está disponível na internet e mostra qualquer visão da Embrapa e seus parceiros de desafios, de riscos, de oportunidades para os próximos 20 anos.

E foi esse trabalho de visão que nos orientou na revisão do plano estratégico da Empresa.

Se a senhora me permite, Senadora, eu gostaria de colocar um vídeo curtinho de dois minutos, que mostra o que é a rede Agropensa, que acho que é uma iniciativa importante da Embrapa. Pela primeira vez, estamos trazendo o conceito de inteligência estratégica e inteligência competitiva para a pesquisa agropecuária.

Peço a paciência para esse vídeo curtinho de dois minutos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – A Senadora Ana Amélia informa que o meu tempo já expirou. Peço, Senadora três, quatro minutinhos para passar, muito rapidamente, eu gostaria que retornasse.

Enquanto isso, cumprimento o Senador Ronaldo Caiado e também o Senador José Medeiros, que chegaram.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Bancada do Mato Grosso, hoje, inteiramente presente porque também está aqui uma questão fundamental para o Estado. Então, queremos cumprimentar a assiduidade da Bancada do Mato Grosso do Sul, viu, Senador Moka?

Enquanto ele coloca o *Power Point,* o senhor fez uma referência à questão da aquicultura e pesca, quero renovar o convite aos nossos telespectadores, porque, por requerimento do Senador Donizeti Nogueira e do Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, vamos realizar, no dia 29, a partir das 14h, em Palmas, Tocantins, uma audiência pública, um debate sobre exatamente os desafios desse setor, os gargalos e o desenvolvimento do setor. E a Embrapa é peça fundamental. Só renovando o convite, então.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Certamente, a nossa unidade estará presente, Senadora, e posso garantir que estamos desenvolvendo em Tocantins o que será o centro mais avançado de pesquisa e inovação para a pesca e aquicultura, talvez, na América Latina. É, realmente, uma unidade extraordinária com desenho extremamente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Até agradeço ao Senador Donizeti por nos propiciar essa oportunidade para esse debate.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Eu não tenho mais tempo. Eu trouxe uma apresentação bastante completa falando agora do plano estratégico da empresa, a partir desse trabalho de inteligência, como revisamos o nosso plano estratégico. A Embrapa está com o seu plano estratégico revisado, definiu, redefiniu os seus grandes eixos de impacto, podemos discutir isso durante o debate, as escolhas que a empresa está fazendo, levando em conta que vamos ter uma agricultura mais multifuncional daqui para o futuro, olhar alimento, nutrição e saúde, olhar os serviços ambientais, os serviços ecossistêmicos, biomassa, biomateriais, interface da agricultura com a indústria da química verde, enfim, um conjunto amplo de prioridades.

Os projetos que a Embrapa executa... Hoje temos 1.354 projetos organizados em grandes portfólios. A Embrapa não gerencia mais seus projetos de forma individualizada, estamos ordenando nossos projetos em grandes portfólios de pesquisa, por exemplo, um grande portfólio para defesa agropecuária, que é um grande desafio do nosso Brasil. São milhares de pesquisadores, não só da Embrapa, mas da Embrapa e parceiros,

universidades envolvidas nesse portfólio. Portfólio de mudança de clima. Nós estamos olhando o impacto de mudança de clima nos sistemas produtivos de grãos, de floresta, de pecuária. Nossa pecuária poderá sofrer muito em função de mudança de clima e emissão de gases. Infelizmente, não tenho tempo de mostrar tudo.

Vou falar um pouquinho de resultado. Ficou muito marcada a presença da Embrapa no mercado de cultivares. Fomos os grandes provedores de novas variedades, no final dos anos 90 até o início da década passada, mas a Embrapa produz muito mais do que isso. A quantidade de produto, processo, serviço, informação que a nossa empresa produz é desconhecida, infelizmente, da grande maioria do público. Tivemos um papel importante na tropicalização de cultivos, fixação biológica de nitrogênio, por exemplo, é uma tecnologia que só este ano vai economizar R$12,4 bilhões para agricultura brasileira, porque não precisaremos usar mais adubos nitrogenados.

Os avanços na pecuária. Falei aqui das forrageiras, os ganhos no zoneamento de risco climático, que é uma tecnologia importante, que foi desenvolvida pela Embrapa; a tropicalização de cultivos. Nós temos o terceiro maior banco genético do planeta. Isso é uma riqueza sem valor para nós, localizada em Brasília, uma das maiores bases de recursos genéticos que temos. A Embrapa tem 80 programas de melhoramento. Muitos pensam que só produzimos soja, milho e algodão. São mercados competitivos, que as empresas vieram e fizeram investimento muito forte, mas a Embrapa produz muito mais que soja. Continuamos sendo competitivos em soja, temos uma presença no mercado de soja, obviamente não será a presença dos anos 90 ou início da década passada, porque tem muitas empresas hoje com capacidade de investimento muito forte, mas é preciso saber que a Embrapa é a produtora de genético de banana, mandioca, enfim, todas essas coisas, amora preta... Se temos amora preta no Brasil – pode parecer insignificante –, mas é importante no sul, porque a Embrapa faz o melhoramento, trouxe o material genético, está fazendo esforço.

Novas forrageiras. Os programas de forrageiras estão na base dos avanços da pecuária brasileira. Citei aqui a nossa parceria com a Unipasto, que nos ajuda a levar essas inovações e novas forragens para todo o Brasil. Algodão colorido, tropicalização do trigo, um grande esforço que estamos fazendo agora para tropicalizar o trigo, com avanços significativos. Temos materiais cada vez mais competitivos no Cerrado, no trigo irrigado no Centro-Oeste. Esse é um caminho, talvez a última fronteira, para a agricultura brasileira.

Produtos da biodiversidade brasileira na mesa do consumidor, como o maracujá, produto desenvolvido pela Embrapa recentemente; integrar alimento, nutrição, saúde, um tomate com melhor qualidade nutricional, alimentos biofortificados, extremamente importantes na merenda escolar, para os pequenos produtos; a integração com os povos indígenas, as comunidades tradicionais, em função mesmo da legislação que foi aprovada ontem.

Talvez, para finalizar, um programa, Senador Blairo, extremamente importante: a Embrapa está fazendo um grande investimento para estruturar o que chamamos de programa nacional de melhoramento preventivo. Estamos monitorando e mapeando quais são as pragas e as doenças que estão circulando ao redor do mundo e que, se chegarem ao Brasil, vão causar um grande problema para nós.

Minha saudação ao Senador Elmano Férrer, que acaba de chegar.

Então, esse programa de melhoramento preventivo poderá ser extremamente importante para nós no futuro, para não passarmos os apertos que passamos com a ferrugem da soja. Estamos monitorando pragas e doenças da soja, do algodão, do milho, do cacau, que estão se aproximando de nós.

Estamos indo para esses países, fazendo melhoramentos nesses países, para que, quando o problema aqui chegar, nós estejamos preparados. Aqui está um caso de *xanthomonas* em arroz, uma doença extremamente danosa ao arroz, que já está presente no Panamá, na América Central. Estamos indo ao Panamá fazer teste nos nossos materiais genéticos lá para descobrir aqueles que são resistentes e trazê-los para cá, porque, se essa doença chegar ao Brasil um dia, vamos ter como enfrentá-la.

Então, é muito importante a Embrapa ter essa visão de antecipação, de preparo, para que a gente não tenha de reagir quando a coisa já tiver acontecido.

A despeito da crítica construtiva, Senador, com a qual eu concordo, da pouca presença da Embrapa no mercado de inovação biotecnológica de transgenia, é importante ressaltar que a Embrapa, com quase 100% de certeza, é praticamente a única instituição pública de pesquisa agropecuária no mundo que consegue ter presença nesse mercado, que, como todos sabem, é um mercado extremamente intensivo em capital, em investimento. Estão aqui os *players* nesse mercado no Brasil, as grandes empresas detentoras de ativos biotecnológicos que participam do mercado. A única instituição pública que está presente ali é a Embrapa. Nós estamos fazendo inovação aberta com a *BASF* alemã; este ano vamos lançar a soja *cultivance,* que acaba de ser aprovada na União Europeia. No ano que vem, vamos lançar o primeiro produto inteiramente desenvolvido pela Embrapa, o feijão transgênico resistente ao mosaico dourado.

Olhando ao redor do mundo, nós somos a única empresa pública que conseguiu se segurar e ter presença nesse mercado. Talvez na China, a Chinese Academy Agricultural Sciences está tentando manter uma presença pública, mas a China é diferente, o Estado está pesadamente por trás da CAAS. Então, temos presença nesse mercado. Com o programa que estamos desenvolvendo com a Unicamp, e aí eu peço o apoio dos Senadores, das lideranças, para que a gente consolide esse programa da unidade Embrapa/Unicamp.

Eu acho, Senador, que é a última chance de termos uma iniciativa autóctone, brasileira, para marcamos presença nesse mercado. A Embrapa tem competência, a Unicamp tem competência. Juntando essas competências, nós podemos desenvolver uma base poderosa para produção de ativos de base biológica a um custo relativamente baixo. Eu tenho conversado muito esse assunto com a Senadora Kátia Abreu e ela está sensibilizada para a necessidade de levarmos esse projeto adiante. Temos experiência de trabalhar com inovação aberta, e a lógica é esta: nós não podemos mais resistir às mudanças que rolam pelo mundo, nós vamos ter de trabalhar num sistema de interdependência. Nós não vamos ser inteiramente independentes numa área como essa, extremamente intensiva em capital e conhecimento; nós vamos ter de fazer inovação aberta como a Embrapa está fazendo, um belíssimo trabalho de combinação de ativos da Embrapa com ativos da *BASF* alemã, para desenvolver um novo produto. Nós podemos dinamizar muito essa capacidade se tivermos a estrutura e os investimentos necessários.

É o caminho para o Brasil colocar um pé nesse mercado, que é extremamente importante para o futuro e para a competitividade da nossa agropecuária. Um exemplo, Senador – isso é muito interessante –, é um projeto que já estamos desenvolvendo, a soja Areb, estamos focando muito mudança de clima, adaptação de planta a condições de estresse, especialmente estresse abiótico. Aqui é uma soja que recebeu um gene de um parceiro nosso japonês, o Riken, é resultado da nossa cooperação internacional. Esse gene dá à planta uma capacidade muito grande de suportar períodos longos de seca, de pouca água no solo. Aqui está, à direita, a soja não transformada; à esquerda, a soja transformada com esse gene Areb. Os resultados são extraordinários! Isso pode trazer um diferencial incrível para nós em pouco tempo, desde que tenhamos a capacidade de investimento, os parceiros privados, que vão se juntar a nós e fazer com que isso siga em frente.

Temos grande liderança em seleção genômica de eucalipto. Eu vejo que V. Exª está um pouco ansiosa com o tempo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É que nós temos a exposição do Dr. Flávio também.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Claro. Eu vou terminar. Eu vou deixar com V. Exªs cópias. Por exemplo, acabamos de chegar a um resultado extremamente importante, a possibilidade de produzir uma proteína que desponta como uma grande promessa para a prevenção da Aids.

É uma proteína que inativa o vírus da Aids. Isso foi feito por uma unidade nossa aqui em Brasília. Conseguimos transformar soja para produzir esse peptídeo em grande quantidade. Abre-se um espaço grande nessa vertente da agricultura com a bioindústria.

Da mesma forma no genoma do café, nós estamos discutindo coisas interessantes como a molécula similar à morfina, filmes comestíveis, um trabalho da nossa unidade em São Carlos para novos materiais.

Na clonagem animal, a Embrapa é líder. Na questão da água, tão importante, nós temos um programa poderoso para produção de água nas propriedades, baseado nessas barragens que já estão amplamente disseminadas no Brasil, essas pequenas barragens que recompõem o lençol freático e nos permitem produzir água nas propriedades. Já temos 500 mil dessas barragens em todo o Brasil, no momento em que a gente está falando de crise hídrica.

As geotecnologias é um outro investimento muito forte nosso, como usar monitoramento por satélite, mapeamentos e modelagens avançadas.

Enfim, infelizmente, eu não tenho tempo, mas vou deixar cópia desta apresentação. Recentemente, a Ministra lançou o programa de desenvolvimento do Matopiba, inteiramente baseado em modelagens que nós fizemos de inteligência territorial estratégica, usando imagens de satélite, modelagem avançada. A Embrapa tem uma presença forte já no Matopiba.

O mapeamento da agricultura irrigada no Brasil, para V. Exªs terem uma ideia, nós já fomos capazes de mapear todos os pivôs centrais no Brasil, usando imagens de satélites e usando geotecnologias. Isso é um instrumento poderoso para a gente fazer a gestão dos recursos hídricos das nossas bacias hidrográficas onde a água é demandada. Aproveitamento de resíduos, modelagem de sistemas produtivos para os pequenos produtores, coisas inusitadas que a Embrapa faz.

A fossa séptica biodigestora é uma modelagem simples, de baixo custo, que deu uma importância grande na conservação e na qualidade da água no meio rural.

Campanhas. A Embrapa fez uma campanha importantíssima que foi a Caravana Embrapa por ocasião da ocorrência de *helicoverpa*, essa praga que nos deixou em pânico. Rapidamente nós mobilizamos todos os nossos pesquisadores que circularam este País todo, orientando no manejo integrado de pragas, trabalhando junto com o setor produtivo e com os consultores privados, para que a gente pudesse rapidamente fazer frente a este desafio.

Água na agricultura. Nós temos um grande portal. Estamos entrando na era dos aplicativos móveis. A Embrapa já tem vários aplicativos que podem ser baixados no celular, facilitando a chegada da informação e do conhecimento que a gente desenvolve para os nossos produtores, para os técnicos, para os capacitadores no campo; enfim, a comunicação digital, a quantidade de material técnico que a empresa produz.

E a última coisa que eu quero falar, que eu acho muito importante, é a forma determinada como a Embrapa participa, se envolve e contribui para a construção e melhoria de política pública no Brasil.

Nós temos várias políticas públicas no Brasil que são basicamente conhecimento e informação gerados nos campos experimentais da Embrapa que se tornaram políticas públicas importantes. O zoneamento de risco climático é um deles, o zoneamento agroecológico da cana é outro, o plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono) é quase que inteiramente baseada e sustentada em conhecimento que saiu dos campos experimentais da Embrapa, dos nossos parceiros públicos e privados. Estamos participando na construção de uma série de outras políticas públicas importantes. Eu acho que é importante destacar essa contribuição que a nossa empresa dá. A construção e melhoria de políticas públicas no nosso País.

Eu peço desculpas, Senadora, por ter passado tanto o tempo que me foi alocado, mas achei importante a gente fazer esta síntese muito rápida, muito breve e nos colocamos à disposição para destacar outros pontos que V. Exªs julguem necessários destacar e, enfim, dialogar sobre o que for necessário.

Muitíssimo obrigado pela atenção de todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Presidente Maurício Lopes.

Isso justifica a demora com que o convite desta comissão a V. Exª aconteceu. Agora se justifica, pelo volume de informações prestadas em relação ao convite formulado para estar presente aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Srª Presidente, eu só queria rapidinho...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria passar a palavra...

Pela ordem, Senador Wellington Fagundes, que foi requerente junto com o Senador Blairo Maggi desta audiência.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Exatamente. Eu queria fazer a justificativa, porque eu vou ter que sair e eu gostaria muito de acompanhar esta exposição na sua íntegra, mas, como eu estou relatando um projeto sobre aquela questão da guerra fiscal, me chamaram para uma reunião lá e tenho que ir.

Então, eu quero pedir desculpa aqui à Presidente e a todos por ter apresentado o requerimento e não poder ficar, mas isso aqui tudo vai ser gravado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Tem a nossa agenda...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – ...e a gente vai ter acesso. Mas eu quero, de qualquer forma, parabenizar a Embrapa pela sua tradição.

Eu penso que a gente precisa fazer com que a Embrapa esteja mais próxima do conhecimento da população sobre seu potencial. Eu acho que esse é um aspecto que talvez, pela falta da base, das EMPAERs, enfim, daqueles que eram os parceiros principalmente na extensão, eu acho que está sendo um dificultador para que a Embrapa chegue principalmente no pequeno, em acesso a todas essas pesquisas que hoje V. Sª já demonstrou aqui.

Mas eu só quero registrar que reconheço e entendo que a Embrapa realmente prestou um grande serviço ao Brasil e pode prestar muito mais ainda, principalmente com o nosso banco genético aqui, abundante, que é pirateado, enfim, que é explorado por outros países, inclusive. A gente não pode perder. E muito do que a Embrapa tem ainda é exatamente esse banco genético que V. Sª colocou.

Então, eu acho que esse é um patrimônio muito grande do Brasil e a gente tem que buscar os caminhos para fortalecer mais ainda a Embrapa. Mas é aquela história do ovo da pata e da galinha. Com certeza, o da galinha é muito mais comercializado porque ela faz a propaganda.

Então, eu penso que a gente tem que criar mecanismos para que a Embrapa seja mais reconhecida e conhecida pela população brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Wellington. Entendemos a nossa agenda...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E elogiar a presença da Embrapa lá em Sinop, que foi o último implantado, e com certeza com toda a tecnologia em uma região extremamente importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Presidente deu um destaque especial à rapidez com que foi implantada essa unidade no Mato Grosso, com a ação do Dr. João Flávio.

Eu passo a palavra, então, ao Chefe Geral da Embrapa Agrossilvipastoril, lá do Mato Grosso, Dr. João Flávio Veloso Silva.

O SR. JOÃO FLÁVIO VELOSO SILVA – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Ana Amélia. Bom dia, Senadores, especialmente os Senadores do Mato Grosso, José Medeiros, Blairo, Wellington, Moka. E ainda ao Elmano, Caiado, enfim. Agradeço a todos. Vou tentar falar rapidamente.

A Senadora Ana Amélia me deu dez minutos, então eu vou tentar... Eu vou avançar um pouco na apresentação e não a farei até o final.

Bom, vamos falar um pouquinho da história que realmente foi muito interessante da Embrapa Agrossilvipastoril, que eu preciso mencionar que foi construída a várias mãos, muita gente ajudou.

E eu quero falar um pouquinho de algo a que o Senador Moka se referiu, a questão do foco. Como é que feito isso? No Mato Grosso, nós fizemos um planejamento estratégico olhando várias questões e essas duas aqui que eu vou mostrar acho que são importantes.

O Mato Grosso tem uma estrutura fundiária que realmente nos mostra que temos que focar nos vários segmentos dos agricultores, tanto os pequenos, como os médios, como os grandes produtores, porque, do ponto de vista fundiário, há uma representatividade bastante grande desses segmentos. E, do ponto de vista econômico, o agronegócio, setor de carnes, complexo soja, enfim, é que fazem a maior parte do PIB agrícola do Estado.

Então, sabendo da questão fundiária, sabendo da questão econômica do Estado e o que o mundo nos mostra pela frente, nós fizemos um planejamento estratégico e começamos a desenvolver o trabalho no Mato Grosso.

Então, é um trabalho, Senador Moka, extremamente pragmático. Nós sabemos por que nós temos que olhar para o grande, nós sabemos por que nós temos que olhar para o pequeno e sabemos por que nós temos que olhar para o médio no Mato Grosso. E escolhemos as cadeias produtivas, e mãos à obra porque a gente tinha bastante coisa para fazer.

O Mato Grosso já demandava uma presença da Embrapa há muito tempo e, realmente, nós nos colocamos a serviço. Definimos a missão, que tem um foco em sistemas integrados. É uma questão que o Senador Blairo menciona e é uma questão que se verifica no mundo inteiro, que é essa diminuição da velocidade e ganho de produtividade.

Isso ocorre no mundo inteiro e eu acho que no Mato Grosso nós temos um olhar que pode ser bastante diferente, Senador, que é o ganho no sistema agrícola.

Muitas vezes, a gente não tem um ganho muito específico e expressivo na soja ou no milho, mas, enfim, quando nós somamos todos os componentes do sistema agrícola, vemos que o Mato Grosso tem, sim, melhorado muito o rendimento. E este é o foco dessa unidade: olhar para sistemas integrados.

Nós fizemos um trabalho muito acelerado. E eu volto a mencionar aqui a importância – na época, o Senador Blairo era Governador do Estado – e a ajuda também das prefeituras municipais, do Estado de Mato Grosso, da população de Mato Grosso, que nos ajudaram muito de forma a que a gente pudesse chegar a 2012 e inaugurar a unidade. Foram dois anos de construção, 8.400m^2.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ressaltar a coragem do Prefeito, não é?

O SR. JOÃO FLÁVIO VELOSO SILVA – Sem falar a coragem do prefeito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – O Prefeito Juarez que foi lá, comprou a área, doou a área. Coisas assim que a gente nem acreditava que conseguiria fazer, a persistência e a determinação.

O SR. JOÃO FLÁVIO VELOSO SILVA – Como ele falou? A noiva é bonita, mas é cara?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É, a noiva é bonita, mas é cara. Mas ele acabou levando para casa.

O SR. JOÃO FLÁVIO VELOSO SILVA – E deu certo.

Se olhar a área, essa área que é a primeira imagem de 2009, em 2012, estávamos assim; hoje, em 2015, todas essas áreas que não estavam ainda ocupadas, hoje já estão com experimentos. Então, foi realmente muito rápido e a ajuda foi fantástica.

Os empregados que nós temos lá, também o Presidente Maurício falou um pouco da Embrapa. Nós temos mais ou menos um retrato do que a Embrapa tem, mas aqui nós temos algo interessante.

O Mato Grosso demorou muito a ter uma unidade da Embrapa, mas, quando recebeu uma, recebeu uma unidade que o Presidente chama de unidade *hub*. O que é isso? Nós temos ali um conjunto de outras unidades trabalhando conosco. Temos dez outras unidades em Mato Grosso: Embrapa Algodão; Embrapa Arroz e Feijão; Embrapa Floresta; Embrapa Informática ; Embrapa Mandioca e Fruticultura; Embrapa Milho e Sorgo; Embrapa Meio Norte; Embrapa Produtos e Mercado; Embrapa Soja; e Embrapa Solos; além de outras instituições.

Por exemplo, Blairo, o Imea está conosco lá, fisicamente e trabalhando. Então, é um arranjo que eu acho muito interessante, dá uma dinâmica muito boa.

Aqui são os parceiros. Dezenas de universidades, órgãos patronais, organizações não governamentais, associações, setor público-privado, enfim, nós temos um dinamismo grande mesmo porque o Estado do Mato Grosso é muito dinâmico e nós já, nesse curto espaço de tempo, estabelecemos boa parceria, estabelecemos uma ótima instrumentação científica, o Senador Wellington esteve lá, verificou *in loco*. Hoje, a Embrapa Agrossilvipastoril tem alguns equipamentos que são difíceis de se ver em centro de pesquisas. São 23 laboratórios em 5 blocos. Bloco I, Sanidade Animal e Vegetal; Bloco II, Microbiologia e Fitoquímica; Bloco III, Solos e Água; Bloco IV, Biomassa; Bloco V, Sementes e Mudas.

Isso nos permitiu, hoje, Senador Blairo, que liderássemos uma carteira de projetos com 38 projetos; hoje a Embrapa Agrossilvipastoril já tem um portfólio e uma captação de recursos típica de uma unidade de média para grande. Então, realmente, aquela semente que o senhor nos ajudou a plantar, hoje, já tem uma carteira de projetos muito grandes.

E eu vou focar em alguma coisa relacionada especialmente a grãos. Não vou mostrar tudo, mas vou falar aqui um pouco dos grandes experimentos de integração lavoura-pecuária-floresta que nós conduzimos, o Presidente Maurício já mencionou este, é um experimento de 104 hectares; esse também, um experimento de 57 hectares, em que trabalhamos com indicadores de sustentabilidade.

Enfim, o Mato Grosso hoje é muito temido do ponto de vista de competitividade. O que nós precisamos mostrar? Precisamos mostrar que nossa agricultura é sustentável. Então, nós trabalhamos com vários parâmetros de indicadores de sustentabilidade, desde atributo químico, atributo físico de solo, atributos biológicos de solo, mais – isso é da minha área, de nematologia –, dinâmica de insetos/praga. Isso tudo nós estamos fazendo, este aí é uma flutuação populacional dessa lagarta, das lagartas que estão presentes, *anticarsia*, *spodoptera*, também com relação à *helicoverpa*, temos um trabalho muito forte também de flutuação populacional.

Também os atributos econômicos, temos muita preocupação com isso, não basta ser somente sustentável do ponto de vista ambiental, mas também econômico, é fundamental que seja.

Na questão de água, Senadores, estamos com um foco muito grande na questão da água na agricultura e no impacto que essa agricultura promove com relação aos recursos hídricos dos córregos.

Fazemos um trabalho de monitoração de rios da região, com vários parâmetros, e nisso aí a gente está ligado.

Outra questão importante é a questão de plantas daninhas resistentes. Sabemos do impacto disso no Paraná, no Centro-Sul. Estamos monitorando em diversos locais no Mato Grosso.

Da mesma forma, a resistência a percevejos, a inseticidas, Senador Blairo, que é uma queixa recorrente no Estado. Então, estamos monitorando as populações de percevejo no Estado inteiro. A gente está avaliando isso, criando.

Estamos, também, mapeando. Isso aí é um trabalho de biologia molecular. Gênese de resistência, ou seja, apoiando o desenvolvimento de cultivares com resistência aos percevejos, enfim, para que a gente reduza os danos.

Nematóides, o Senador sabe que é uma reclamação constante. Estamos trabalhando, muito fortemente, com a questão de *pratylenchus*. Estamos trabalhando com a parte de sensoriamento remoto. A unidade já tem, já fez aquisição de *drones*. Estamos trabalhando, aí, com vários comprimentos de onda, para a gente poder conseguir fazer o monitoramento mais perfeito da lavoura.

E, finalmente, eu só trouxe tecnologias ligadas a grãos, mas estamos trabalhando com várias outras cadeias produtivas na pesquisa. E na transferência de tecnologia, nós temos um trabalho fantástico feito com as instituições estaduais.

A gente está focando em mais ou menos 12 cadeias produtivas relevantes para o Mato Grosso – fruticultura, piscicultura, leite, mandioca, pecuária de corte, grãos e fibras, olericultura, enfim...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO FLÁVIO VELOSO SILVA – Eu vou mostrar, rapidamente, aqui, como é que funciona isso. A rede de integração lavoura-pecuária-floresta o Presidente Maurício já falou que é uma rede nacional; e, no Mato Grosso, nós temos aqui 11 unidades de referência tecnológica no Estado.

Só estou falando de uma cadeia produtiva – nós fazemos isso para todas as outras – e são vários técnicos que estão espalhados no Estado. Somente para essa cadeia produtiva nós trabalhamos com cerca de 285 técnicos multiplicadores que estão cadastrados em vários Estados.

Aqui, é um eslaide um pouco confuso, mas mostrando onde estão esses técnicos, quantos módulos de capacitação cada região já fez. Temos 11, então, unidades referenciais de tecnologia e estamos implantando mais duas.

Então, a Embrapa Agrossilvipastoril trabalha na capacitação de técnicos das empresas públicas, como a Empaer, das associações, como a Aprosoja, enfim, vários desses parceiros trabalham conosco nisso.

Além desses problemas pontuais, por exemplo, quando surgiu a questão da *helicoverpa*, nós já tínhamos um trabalho muito forte sobre manejo integrado de praga, que, depois, pôde ser ampliado com a questão da Caravana, dos vários encontros que nós fizemos junto com canal rural, junto com a Aprosoja.

Enfim, no Mato Grosso, nós temos procurado ampliar bastante nosso leque de parceria, para que a gente possa, então, atender aos diversos segmentos, Senador Moka, não deixando de reconhecer a relevância e a importância da pequena, da média e da grande agricultura.

Sabemos que todos são importantes, logicamente, dentro de cada contexto, e a Embrapa procura levar um pouco da sua contribuição para essas várias cadeias.

Senadora, eu acho que eu vou parar por aqui. Eu acho que é suficiente, do que a gente já está fazendo e estarei aberto, então, para perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Dr. João Flávio Veloso Silva, muito obrigada pela sua exposição, muito didática e clara. Mas, como esta audiência está sendo transmitida ao vivo, podemos imaginar que muitas pessoas que estão lá nos confins deste Brasil grande não entenderam algumas expressões aqui citadas, como nós mesmos., Ele falou uma palavra que vai ser muito usada, mas quem é do Sul não sabe: Matopiba. Matopiba é o conjunto da sigla de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Então, Matopiba, Senador Lasier Martins, para nós, sulistas, é uma coisa nova.

Matopiba é, realmente, um projeto muito ambicioso para revolucionar o setor da produção e do desenvolvimento sustentável.

Ele falou uma outra palavra aqui, também, que é muito usual aos técnicos, mas não é: *pipeline*. Explique, Dr. Maurício, o que é que é esse tal *pipeline*, para as pessoas a quem nós estamos levando a informação saberem o que é essa terminologia que o senhor usou aqui, *pipeline*.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Uma descrição mais simples de *pipeline* é uma linha de montagem. O que nós estamos desenvolvendo em Campinas é uma linha onde vamos, a partir da descoberta de novos genes, da caracterização desses genes, da inserção desses genes em plantas de interesse agronômico, como a soja e o milho, até a viabilização comercial. Então, essa linha de montagem é o *pipeline*.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E a outra palavrinha inglesa, também, é o famoso *hub,* que o senhor a utilizou aqui também. As pessoas devem estar pensando se isso é de comer, se isso é uma coisa saborosa. Então, explique para nós o que é o *hub*. (*Risos.*)

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Muito bem. Esse termo *hub* tem sido muito usado para aeroportos. Fala-se que o aeroporto de Brasília está se tornando um *hub*, ou seja, é um centro de distribuição, para onde todos vão e de onde todos se distribuem. Então, é um centro de convergência, ligado a um centro de distribuição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É importante e penso que nós temos essa obrigação, porque senão as pessoas não estarão... Exatamente porque nós estamos com esta transmissão ao vivo.

Há uma palavra aqui que o senhor usou, em relação à definição da soja. O senhor disse que a soja é uma leguminosa. Ela não é uma oleaginosa?

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – É uma leguminosa e também oleaginosa. A soja é da família leguminosa, porque ela produz aquele fruto, a vagem, que tem o nome técnico de legume, onde estão os grãos, e esse grão é muito rico em óleo. Por isso, ela é também uma oleaginosa. A soja tem um teor de óleo alto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Lá no Mato Grosso do Sul, nós temos uma festa do pé de soja solteiro. O recorde é de um pé de soja que dá mais de 21 mil vagens. Os caras acham que é mentira isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Grãos. São grãos.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Não, são vagens.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Moka, lá no Rio Grande do Sul deu mais. Deu mais.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não tem, é recorde mundial.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Gostaria de lembrar que nós estamos na Comissão de Agricultura, e não de pesca.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Lá no Rio Grande do Sul, houve uma celebração lá em Santa Rosa...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É do Mato Grosso o recorde. Eu trouxe uma fotografia para mostrar para o Blairo. As pessoas não acreditam porque em média é 80 ou 60. É claro que é um concurso. Isso aí é o ano inteiro adubado. Mas é uma coisa impressionante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu peço até a minha assessoria, Senador Moka. Eu peço a minha assessoria aqui... Essa, em Santa Rosa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A tecnologia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual é o nosso recorde de Mato Grosso?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Quero que informe quantos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Blairo não sabe, mas o produtor que ganhou lá é um produtor do Mato Grosso. Ele disputa lá. O nome da cidade é Laguna Carapã. E é pé de soja solteiro. Eu costumo dizer que solteiro é só eu e o pé de soja. (Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Olha, a propaganda é a alma do negócio!

Queria dizer que, de fato, entregamos os pontos para o Mato Grosso do Sul, para o pé de soja solteiro, porque, no concurso lá na Fenasoja, em Santa Rosa, a planta que ganhou tinha 9 mil vagens. Olha só!

E em Mato Grosso tinha 21 mil.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – O produtor é do Mato Grosso! Eu estou dizendo, não é do Mato Grosso do Sul. O cara que ganhou lá é do Mato Grosso!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Então, é verdade!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agora houve consenso aqui! Obrigada, Senador Caiado, pela tecnologia, com a foto do campeão.

A última palavra que o senhor usou aqui é uma palavra também muito importante na revolução tecnológica, que é a nanotecnologia. Então, para as pessoas também entenderem o que significa essa nanotecnologia, exemplarmente, na vida real do agricultor, o que a nanotecnologia pode oferecer?

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Muito bem. Antes, quero dizer da importância desse banco genético para a gente chegar a esse pé de soja com essa quantidade de vagens. Sem uma base genética, a gente não continua avançando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Aumenta a produtividade.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Nanotecnologia. A gente costuma dizer que nanotecnologia é inovação na escala do bilionésimo do metro. A ciência da Física avançou a ponto de nós dominarmos essa escala. São elementos muito minúsculos, muito pequenos, que têm propriedades extremamente importantes.

Dou um exemplo. A Embrapa está usando partículas nanotecnológicas para encapsular medicamentos veterinários, de modo que se possa, por exemplo, para curar a mamite de uma vaca, medicamentos que não usam esse encapsulamento muitas vezes têm um impacto ruim na qualidade do leite. Com o encapsulamento em uma partícula nanotecnológica, levamos o medicamento exatamente onde é necessário agir. E ali na interação com a célula doente, a partícula se rompe e o produto é liberado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E para o meio ambiente também é importante.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Para o meio ambiente é extremamente importante, porque podemos usar quantidades cada vez menores de princípios ativos, reduzindo o impacto no meio ambiente. São tecnologias que estão sendo muito usadas na área da medicina, para cura, por exemplo, de câncer. Esse tipo de partícula pode direcionar medicamentos diretamente ao tumor. O componente nanotecnológico interage com o tumor e libera o medicamento só naquele lugar, reduzindo o impacto de quimioterapia na saúde das pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Maurício.

Acho que isso é relevante, pode parecer para quem já sabe, mas acho que estamos dando uma contribuição também para as pessoas que estão acompanhando-nos, especialmente aquele agricultor que não tem acesso a todas essas informações tão relevantes. Esta transmissão é ao vivo, como eu estava falando, pela internet: www.senado.gov.br/ecidadania. Por telefone, a ligação é gratuita, 0800-612211. Pode ser por um telefone fixo, por um celular ou por um telefone público.

Agora, passo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Blairo Maggi, que junto com o Wellington fez a colocação. V. Exª está satisfeito ou quer fazer mais uma alguma indagação aos nossos expositores? Pela ordem de chegada, vou chamando os Senadores para os questionamentos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Cumprimento tanto o presidente Maurício quanto o João Flávio, pelas colocações e explanações.

Quando faço os questionamentos ou observações que fiz no início, não preciso voltar a fazê-los agora, é sempre no sentido de estimular, de provocar, de dizer: não queremos ficar brincando com o próprio rabo, quer dizer, uma empresa deste tamanho, com 9 mil funcionários, com 3 mil pesquisadores e tantos técnicos e auxiliares, não pode se dar por satisfeita de chegar ao final do ano, do período, de ter quatro ou cinco produtos na prateleira a serem ocupados pelos produtores ou que possam ser vendidos ou que possam ser comercializados.

É uma empresa que precisa olhar a produtividade. Ela custa, se não me engano, um pouco mais de R$2 bilhões por ano, R$2,4 bilhões por ano para os cofres públicos. No final do ano, o que temos na mesa, o que temos de produtos, além das políticas públicas que foram colocadas, que são muito bem-vindas, mas efetivamente de produtos a serem comercializados, a serem utilizados, a serem transformados, com esse conhecimento, em benefício, gerando riqueza, lucro, que gera impostos, que movimenta a economia. Essa sempre é a preocupação.

As mudanças de fato no mundo ocorrem com muita rapidez. Nos nossos próprios negócios, quer seja na agricultura ou na indústria brasileira, nos serviços, se não estivermos atentos às mudanças que ocorrem, quando acordarmos, já foi, o nosso espaço já não está mais aí. Então, sempre minha preocupação com a Embrapa é esta, de que ela não viva sob os louros do passado, que todos nós reconhecemos. Ninguém neste solo brasileiro deixa de reconhece o que a Embrapa fez no passado, mas não podemos aceitar que, por R$2,4 bilhões por ano, para dar o custo dela, que não tenhamos um foco no futuro. O futuro deve ser perseguido. Quando me refiro à biotecnologia da liderança mundial e sei que não serão com esses recursos que temos aí que serão feitos, esses dois teriam que passar para quatro, para cinco, para seis, porque são investigações de longo prazo que custam muitos recursos, que têm que trazer novas parcerias, novos técnicos, reciclar os técnicos. Não é uma tarefa fácil. Mas acho que para um país que é agrícola, pecuário, que tem quase todo seu saldo da balança comercial, sua estabilidade econômica baseada na agricultura e na pecuária, não pode ficar dependendo de outras coisas de fora.

Então, sempre é essa a minha preocupação, de estimular a Embrapa, para que ela pense no futuro, que tenha foco, que tenha produtividade.

Por último, depois de mais uma vez fazer essas observações, eu gostaria de perguntar ao Presidente Maurício. Nós trabalhamos juntos num projeto, e me parece que não conseguimos avançar ainda. Mas a Embrapa precisa também ajudar a própria Embrapa. As tecnologias que são desenvolvidas e que são construídas precisam gerar recursos. Elas têm que gerar dinheiro para a própria companhia, para reinvestir. Há coisas que já estão públicas, e a Embrapa não consegue arrecadar *royalties*, não consegue vender. E há outras coisas que estão vindo aqui e que não sei como serão captados os *royalties*. Então, a pergunta é: vamos dar andamento àquele modelo não da nova Embrapa, mas de uma Embrapa que possa ser competitiva neste mundo novo, na forma nova como está aí? Quer dizer: "Ah, eu tenho produtos na prateleira, mas eu também quero faturar com esses produtos". O País financia pesquisa, mas o País precisa recuperar o dinheiro dessas pesquisas através dos *royalties* que são utilizados por todos nós produtores ou até de tecnologias que são mandadas para fora.

Eu conheço alguns centros ou escritórios que a Embrapa tem no exterior que levam conhecimento para fora. Quer dizer, como é que nós captamos isso aqui? Ou é simplesmente um favor que o Brasil está fazendo?

Eu sou um pouco crítico na questão, por exemplo, de levar essa tecnologia que nós temos para a África, porque a África está no meio do caminho entre nós e a Ásia. Daqui a 50 anos, o que nós estamos dando de graça hoje para a África será o nosso grande concorrente. Eu certamente não estarei mais aqui produzindo, mas os meus filhos, os meus netos, o Brasil estará aqui criando um novo concorrente entre o Brasil e a Ásia.

Como é que nós fazer isso no futuro? Vamos vender essa tecnologia ou vamos entregar a tecnologia? E amanhã ou depois teremos um grande concorrente entre nós, na metade do nosso caminho.

Então são essas preocupações geopolíticas e geoeconômicas que nós temos que ter. Eu vi nesta semana que o chinês vem aqui e quer fazer uma ferrovia ligando Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre, para sair no Peru e ir para Ásia. Se ele fizer isso, por que ele quer fazer isso? É para ficar independente das coisas que estão aí colocadas – Canal do Panamá, 30 dias menos de navegação do que saindo pelo cabo no sul. Quer dizer, é uma questão estratégica de país. E quando me refiro à Embrapa, também me refiro à questão estratégica para o nosso País, de agora, daqui a 50 anos, daqui a 100 anos, daqui a 200 anos. O que nós fizermos agora tem reflexo no nosso futuro. Isso é inegável.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Blairo Maggi.

Eu queria aproveitar, já que esta Comissão está sendo transmitida ao vivo até às 10h, depois começa a Comissão de Relações Exteriores. Então, eu acho que seria bom que os Senadores se manifestassem, e aí o Presidente, Dr. Maurício, responderia.

Então, eu convido o Senador Moka, o Senador Caiado e o Senador Lasier Martins, se quiserem fazer as suas ponderações ou indagações. E o Senador Elmano Férrer é o seguinte.

Obrigada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu confesso que fiquei surpreso, mas positivamente, com o que foi colocado aqui.

Eu acho que foi fundamental a vinda aqui, Maurício e João, porque é importante que a gente possa ter uma ideia. Eu confesso que há algum tempo já não tenho ido à Embrapa. Quando eu era Presidente da Comissão de Agricultura, eu estava ali com muita frequência.

Mas eu acho, Senadora Ana Amélia, porque aqui o tempo é sempre pouco, que seria importante que em algum momento esta Comissão pudesse fazer uma visita à Embrapa e que a gente tivesse mais tempo para ver tudo isso. Então, essa é uma coisa.

Estimula-me muito ver a contratação de outros técnicos que não só agrônomos e veterinários. Mas ter físicos, químicos, esse pessoal é fundamental, porque é o que vai gerar pesquisa mesmo. É um pessoal pesquisador, mas com uma formação específica, principalmente nessa área de física e química, que é onde há essa inovação. É uma coisa que eu sei, porque eu dei aula a minha vida inteira de química e física também. Então, é claro que não tenho essa formação, nem essa pretensão de ter.

Mas eu tenho uma avaliação do que é ter um físico pós-graduado, um doutor em Física fazendo pesquisa ou orientando uma pesquisa. Isso é fundamental.

Então, eu confesso que eu fiquei satisfeito. Acho que o João Flávio respondeu a uma questão que, para mim, é importante, porque nós temos que, assim como o Blairo está dizendo, fazer essa tecnologia e vender. E esse recurso tem que servir exatamente para que possamos gerar pesquisa e subvencionar o que chega ao pequeno agricultor.

Eu só vejo dessa forma.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Parabéns.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tem que haver alguém que pague a conta. E, como nós temos à disposição esses técnicos, vamos gerar, vamos vender, mas parte desse lucro ou dessa receita tem que fazer chegar ao pequeno. É a única coisa que eu queria que fosse respondido. No caso da extensão, gera-se uma pesquisa e ele me diz se estão trabalhando diretamente com as EMATERs – no caso do Mato Grosso do Sul é a Agraer –, mas é uma coisa importante. Quer dizer, não só gerar pesquisa, fazer com que a pesquisa chegue à ponta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Moka, nós vamos acolher a sua sugestão da visita à sede da Embrapa, em agenda que marcaremos conforme a disposição do tempo dos Senadores.

Senador Donizeti Nogueira, algum questionamento aos palestrantes?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia; Maurício Antônio Lopes, Presidente da Embrapa; João Flávio, Chefe Geral da Embrapa Agrossilvipastoril; eu, na verdade, só quero manifestar a minha surpresa positiva em relação a tudo o que eu ouvi das exposições.

Infelizmente, eu tive que cumprir outra agenda e não ouvi a Agrossilvipastoril. Fico impressionado positivamente pelo que tem sido feito. E olha que também fico impressionado como se faz tanto com pouco. Nós precisamos de mais recurso para a Embrapa. Isto é estratégico para o nosso País: a pesquisa, o conhecimento.

Os filósofos diziam que a terra era produtora da riqueza, depois Adam Smith veio dizer que era o trabalho, mas hoje terra e trabalho só não são suficientes. Precisa-se de conhecimento. Há o conhecimento acumulado e há o conhecimento que vem sendo desenvolvido.

Para mim é uma surpresa agradável. Eu fui a Almas e vi, nós ali no Tocantins, com aquele pontinho, na unidade de referência da Embrapa, o trabalho extraordinário que estão fazendo lá no Tocantins.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Parabéns, Senador. Muito obrigada.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Srª Presidente; nossos convidados; Presidente da Embrapa, Dr. Maurício; Dr. João Flávio; realmente, ao assistir à exposição feita pel**O SR. PRESIDENTE** da Embrapa, eu gostaria de saber por que esse descasamento entre as imagens e as telas que foram aqui projetadas e as informações que chegam a nós da desestruturação da Embrapa em relação à perda dos melhores

pesquisadores, cientistas, que se sentiram inibidos em continuar, principalmente na área da transgenia, por uma postura que talvez tivesse um viés ideológico em constrangê-los, no avanço de tão importante momento, quando a demanda de alimentos é hoje algo prioritário para nós que teremos uma previsão em torno de 9 bilhões de pessoas sobre o globo terrestre, em 2050, e como nós daremos conta de superar essa demanda com o aumento da produtividade. Realmente existe essa restrição por parte da Embrapa nessa área da pesquisa? Realmente é verdade que vários pesquisadores e cientistas migraram para outros países por não terem aqui ambiente para continuar o seu trabalho?

Outra pergunta que formulo é: há necessidade de fazermos com que essas informações possam chegar ao produtor, para que ele tenha o menor gasto na sua atividade agropecuária.

Nós sabemos hoje o que aumentou, por exemplo, na pecuária, o gasto no dia a dia para o cidadão combater hoje a mosca de chifre. É uma realidade que nós ficamos na mão dos laboratórios e cada vez aumentando mais a incidência.

E cada dia mais o que nós assistimos é que nós não vemos aí nenhum trabalho sendo desenvolvido para que haja um combate capaz e eficaz, capaz de, realmente, produzir um resultado para o setor primário. Ao mesmo tempo, isso já não é diretamente ligado à Embrapa, mas o Governo, a Anvisa impedindo, cada vez mais dificultando o genérico, para que possamos ter um custo menor para o setor.

Em relação à cigarrinha, é algo que vem dizimando milhões de hectares plantados e V. Sª disse da produção de novas forrageiras. Isso tem sido um fator extremamente limitante para nós do Centro-Oeste, as variedades não são resistentes a essas pragas. O custo dessas novas forrageiras estão vindo muito mais dentro de empresas privadas, do que, realmente, da Embrapa.

Então, é lógico que não se pode exigir de uma empresa, também, quando tem um orçamento nesse valor. Mas é importante que tenhamos, primeiro, aqui, uma visão da Embrapa, sobre esse casamento, essa vinculação ideológica que possa estar comprometendo a Embrapa a ser apenas o que foi e passe a ser aquilo que é fundamental para nós hoje disputar.

V. Sª dizia sobre a China, estivemos lá, e nós vimos uma pesquisadora brasileira, chorosa, dizendo que era a única ali naquela entidade e que a China já tinha 140 centros de pesquisas na África, um deslocamento de milhares de pesquisadores.

A preocupação do Senador Blairo Maggi procede. Hoje, o avanço dos chineses na África é uma realidade, e o Brasil precisa buscar, não só uma tecnologia, mas, também, uma capacidade de interagir e, ao mesmo tempo, ter uma visão de geopolítica capaz de dar a nós pelo menos a sustentação nesse último segmento em que nós ainda somos competitivos: prestação de serviços, indústria, biotecnologia, nós já estamos, realmente, defasados há muitos anos.

Então, eu entendo que é uma posição que nós podemos, de uma certa maneira, cobrar, porque desde a época que nós estávamos na Câmara dos Deputados – eis aqui o Senador Moka, que se lembra –, toda emenda nossa de bancada, na comissão, era para a Embrapa. Sempre houve um direcionamento nosso em respeito à Embrapa, e um apoio nosso convergente para a Embrapa.

Então, se tem uma empresa que sempre gozou de credibilidade, até de uma postura suprapartidária na Casa, foi a Embrapa. E como tal eu não vejo por que esse órgão – se é que procede – estar hoje convivendo com essa situação que sai do meio da Embrapa. Eu sou médico, sou um cirurgião e sei a importância da pesquisa, e lógico que, também, a Embrapa não poderia ter viés político, ideológico. Teria que ter o viés, exatamente, da pesquisa e da ciência.

Era o que eu tinha a dizer e as perguntas que eu formulava.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Caiado.

Passo a palavra ao Senador Lasier Martins. E o Senador, depois, é o Elmano Férrer.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senadora Ana Amélia, Dr. Maurício, Dr. João Flávio, eu quero dizer que fiquei, também, muito bem impressionado com a ampla descrição das atividades de hoje da Embrapa.

Realmente, nos dá uma impressão, da qual não devemos duvidar, devemos acreditar, de que a Embrapa vem fazendo um trabalho extraordinário nessa área tão importante para o Brasil, que é a produção agropastoril.

Agora, ao lado de orgulho como brasileiro desse trabalho que é feito, eu quero confessar que fico com uma pontinha de inveja, uma inveja positiva, diríamos assim, como gaúcho, porque há uma centralização impressionante no Centro-Oeste, investimentos extraordinários...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Pois é, os gaúchos foram para lá.

Esse desenvolvimento do Centro-Oeste tem muito de débito aos gaúchos, porque houve um êxodo muito grande daquele Estado que um dia foi o celeiro de alimentos no Brasil e que vem perdendo espaço há algum tempo.

Então, em relação à produtividade, Mato Grosso, principalmente, Goiás, Tocantins, nos tranquilizam, porque é o Brasil produzindo. Agora, eu fico preocupado: e lá no Sul a quantas andamos? A Embrapa tem algum realce lá no setor do vinho, no setor do trigo, que por sinal sofreu adversidades muito grandes, com excesso de chuvas no ano passado, o arroz, em que somos os grandes produtores brasileiros. Então, a minha pergunta, Dr. Maurício, é bem simples: o que o senhor nos diz, onde é que nós estamos nas atenções da Embrapa lá no Rio Grande do Sul?

E, se não for abuso aos meus colegas, porque em seguida vou ter que me retirar, vou participar do item primeiro, da Comissão de Relações Exteriores, mesmo que seja uma sucinta resposta, para que eu possa ouvir, se o senhor pudesse responder a minha pergunta em primeiro lugar, com todo respeito aos demais colegas. Como é que nós estamos? O que a Embrapa está fazendo com prioridade pelo Rio Grande do Sul? É essa a questão?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu consulto se os Senadores concordam? (*Pausa.*)

O plenário concordou, então o senhor pode, brevemente, porque também os outros Senadores querem falar.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Muito obrigado, Senador Lasier Martins.

A Embrapa tem uma presença forte no Sul. Temos quatro unidades no Rio Grande do Sul, unidades em Santa Catarina, no Paraná, enfim, a Embrapa dá uma atenção muito especial ao Sul. Temos o nosso centro de referência em trigo, que vem fazendo um trabalho extraordinário para o trigo, tanto de clima temperado quanto no Brasil central, em Passo Fundo, é a unidade líder para o Brasil de pesquisa em trigo, fazendo um trabalho extraordinário agora em trazer o trigo para o Cerrado brasileiro, mas com a base de inovação localizada em Passo Fundo.

Temos a Embrapa Pecuária Sul, localizada em Bagé, com uma atenção muito grande para os desafios da pecuária da produção leiteira, da produção de carne no Sul, muita atenção à questão das pastagens, do manejo das áreas de produção no Sul, com um trabalho excelente também muito significativo.

Temos a Embrapa Clima Temperado, localizada em Pelotas. É um centro ecorregional, com uma agenda extremamente ampla. Melhoramento genético, desenvolvendo novas fruteiras de clima temperado, novos sistemas agropastoris para a região de clima temperado, um trabalho muito grande com os pequenos produtores, com a agricultura familiar a partir daquela unidade.

E a Embrapa Uva e Vinho, na serra gaúcha, em Bento Gonçalves, que é uma unidade de referência da Embrapa para vitivinicultura, mas não trabalhando só no Sul, está trabalhando lá no Vale do São Francisco, levando a uva para Petrolina, uma unidade que teve um papel importante no desenvolvimento da vitivinicultura em Petrolina.

Estamos olhando a questão da qualidade não só da uva, nós também trabalhamos um pouco com a maçã, que é também um produto muito importante do Sul, para o qual a gente dá uma atenção. Essas unidades não trabalham só, elas também levam outras unidades da Embrapa; recursos genéticos e biotecnologia, a Embrapa Meio Ambiente, todas operam a partir das bases que nós temos no Rio Grande do Sul.

É um desafio grande, mas estamos muito presentes. Podemos conversar mais, Senador, sobre a nossa presença e as realizações da Embrapa no Sul.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Queremos mais lá, ainda, mais e mais, ampliar.

Muito obrigado, Dr. Maurício.

Nosso Senador Elmano Férrer, do Piauí.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Presidente Ana Amélia, nossos convidados, queria cumprimentá-los e aos Senadores, também.

Eu não queria fazer propriamente um pergunta, mas uma colocação, e, em seguida, talvez um questionamento.

Nós sabemos que a Embrapa nasceu em 1972, 1973, juntamente com a Embrater.

E, como nesses países, historicamente, instituições nascem, crescem, depois fenecem, a Embrater foi uma instituição em que, parece-me, deveria estar sempre a pesquisa e a extensão, sempre atreladas.

O nosso Senador Blairo Maggi disse aqui que a Embrapa, hoje, tem um custo para a sociedade no orçamento de 2 bilhões e pouco mais, em termos de reais, e gera tecnologia. É uma grande instituição, um exemplo para o Brasil. Quando eu me refiro à área pública, quer seja federal, a União, os Estados, as instituições nascem e desaparecem. Por que a Embrapa, ao longo desses 42 anos, vem sempre crescendo? Será fruto disso...

Um pequeno comentário muito rápido, mas a realidade é que a Embrapa tem gerado muitas tecnologias, e isso é inquestionável, inclusive os acordos de cooperação internacional, sobretudo com a África. Nós conhecemos isso, temos informações, mas nós temos um problema de que muita tecnologia gerada não chega ao produtor, a não ser o agronegócio – e os representantes do agronegócio saíram todos, o Blairo Maggi –, porque a Embrapa tem feito grandes trabalhos e tem sido absorvida por esse setor dinâmico da nossa economia. É inegável a ocupação dos nossos cerrados, sobretudo o Matopiba, que, se existe hoje, foi concebido, deveu-se a uma tecnologia gerada pela Embrapa, em que o Piauí, através de sua unidade à época, na década de 80, e o Centro Nacional de Soja, em Petrolina, geraram uma tecnologia, uma variedade que pôde ser, está sendo adaptada, aliás, à produção dos cerrados do Piauí, do Maranhão e da Bahia, incluindo agora o Tocantins. São negócios fantásticos.

Mas, na realidade, o meu questionamento é que, ao longo desses 40 anos, morreu uma instituição importantíssima na transferência da tecnologia gerada que foi o sistema de extensão rural e transferência da tecnologia. A minha pergunta é exatamente em cima disso. Até onde o desaparecimento da Embrater do sistema de extensão rural no Brasil prejudicou a incorporação da tecnologia gerada pela Embrapa pela pequena porção, pelo pequeno e médio produtor rural do Brasil?

A segunda coisa que eu queria ressaltar aqui, que eu acho importante: quando nascia a Embrapa, foi o grande investimento que a instituição fez nos seres humanos, no corpo técnico que estava sendo agregado à instituição. Foi o maior programa de capacitação contínua e permanente de uma instituição de pesquisa no mundo. Foi aquele esforço da Embrapa na década de 70 e de 80.

E o segundo e o fundamental, a isso eu queria me reportar: a gestão. A Embrapa tem, parece–me, mais de 42 centros nacionais nos Estados, e esses cargos são privativos e técnicos, com concurso, hoje, de doutorado e a feitura de um plano de gestão para dois anos prorrogados por mais dois. Ou seja, a política, permitam-me os Senadores aqui presentes, não chegou ainda a influenciar a escolha de um gestor de pesquisa em nenhum Estado, em nenhuma unidade da Federação. É um concurso público, no qual, além da parte curricular, etc., há o plano de gestão.

Então, isso é importante na perenidade das instituições do nosso País. A Embrapa é o que é, realizou o que realizou, primeiro, por investimento nos seus pesquisadores e, sobretudo, por recrutar todos, parece-me. Eu pergunto aqui ao João e ao Maurício se eles são da instituição. O Maurício eu sei que é da Embrapa; o João eu não tenho todo... (*Pausa.*)

Da própria instituição. Ou seja, as instituições são permanentes. O que nós vemos hoje, neste País? São pessoas sendo convidadas para ocupar cargos, quer seja no âmbito do Estado ou da própria União, que não têm capacidade e conhecimento técnico para ocupar esses cargos dentro da sua especificidade.

São esses os questionamentos que faço.

Eu queria fazer só uma pergunta. Até onde a extinção, o desaparecimento, a morte da Embrater prejudicou a transferência de tecnologia, consequentemente, os produtores, sobretudo, os pequenos produtores da agricultura familiar, pela não existência do serviço de extensão rural? Hoje, o que existe nos Estados é uma lástima. Por isso, a colocação e as perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador, duas informações para o senhor, antes de passar... Esta Comissão debateu, em uma audiência pública, a extensão rural, todo o processo. O Senador Donizeti Nogueira foi incumbido pela Comissão para a relatoria. Nós elegemos extensão rural como prioridade de políticas públicas. Regimentalmente, há uma definição da Mesa do Senado para elegermos uma prioridade. Nós elegemos duas prioridades: a extensão rural, em primeiro lugar, cuja responsabilidade para entregar é do Senador Donizeti Nogueira, há uma agenda de audiências públicas sobre o tema, já fizemos uma; em segundo lugar – todas as outras Comissões só têm uma prioridade, nós elegemos duas –, a defesa sanitária agropecuária, que são temas cruciais para o nosso País. O Dr. Maurício deixou muito claro aqui os riscos que corremos, os avanços, na questão do feijão. Nós temos uma tecnologia criada para o feijão, resistente à praga do mosaico. Então, a defesa sanitária é fundamental e vai exigir também investimentos. Apenas para esclarecimento do que esta Comissão já fez a respeito da extensão rural.

O Senador José Medeiros tem preferência, a não ser que seja o mesmo tema, porque o senhor já tinha feito as perguntas, Senador.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Eu quero fazer uma pergunta, mas vamos ouvir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Vou passar ao Senador José Medeiros, daí voltamos ao senhor, então.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Srª Presidente, Srs. Senadores, todos que nos ouvem e nos assistem pela TV Senado, Presidente Maurício, João, mato-grossense, conterrâneo, e Senadora Ana Amélia.

Senadora, tive o prazer de visitar o campo da Embrapa em Sinop. Aquele campo é uma prova de que o Brasil não conhece o Brasil, essa é a verdade. Creio que, em Brasília, nós, nesses gabinetes, a grande maioria não sabe ainda a potência que é este País. O centro de pesquisa da Embrapa é uma joia no meio do Cerrado. Visitei os campos experimentais agropastoris e os campos de experimento de dendê e pude ver o quanto a gente pode avançar na produção de conhecimento neste País. Quem dera tivéssemos em outras áreas, Senadora Ana Amélia, a preocupação em produzir conhecimento! O Cerrado brasileiro, há alguns anos, parece chover no molhado, mas só produzia mandioca, na verdade. Dizia-se que, ali, em se plantando, nada dava, mas, hoje, somos expoentes internacionais em termos de produtividade.

Mas eu queria ir nessa linha da extensão e fazer uma pergunta, porque sei que se falou aqui em valores que a Embrapa, os custos, precisa para manter esse programa e manter a Embrapa. Ao mesmo tempo, a gente tem uma preocupação, porque temos diversos programas no País, outros programas em outras áreas. Fico preocupado, cada vez mais, porque, de repente, vêm os ajustes, é preciso fazer cortes e vão cortando essas coisas, sem muito critério. Por isso, sempre me preocupo, com todas as áreas que vêm aqui, em saber se o órgão está fazendo um trabalho de metrificar, de fazer essa relação custo/benefício, em saber medir a eficiência dos programas. Acho que isso serve até como defesa para o próprio órgão justificar os gastos e para a população ter clareza. Isso está sendo eficiente? Isso está chegando à ponta? Como está sendo? Então, eu queria justamente deixar esta pergunta: se existe, qual a métrica para que isso seja feito?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador.

O Senador Donizeti, para encerrarmos os questionamentos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Maurício, eu não gosto muito de cair na provocação, mas existem algumas coisas que parecem que são uma nota só. Agora, eu vou fazer uma pergunta contrária. O Senador Caiado falou da ideologização da Embrapa, etc. Eu quero perguntar: o que é ideologização? Desestruturar todo o sistema de assistência técnica, acabando com a Embrater, o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, para deixar à vontade da voracidade do mercado, que é a linha neoliberal que os governos que participaram e defenderam fizeram? Não investir na Embrapa, como foi feito naqueles anos? O que é que é ideológico? É ideológico investir, contratar mais mil técnicos? Essa é uma pergunta – o que é o ideológico nisso aí? O ideológico é o que foi feito para desestruturar o sistema ou o ideológico é a ideologização que restringe, não sei o quê, que reestrutura o sistema, investe no sistema para recuperar o tempo perdido?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Donizeti.

Também uma pergunta da Regina, que veio pela nossa comunicação do Senado. A pergunta da Regina, aqui de Brasília, é: "A Embrapa tem alguma pesquisa que avalia o efeito que terá no nosso agronegócio a entrada do Corredor de Nacala, como *player* importante no mercado mundial de *commodities* agrícolas? É vantajoso para o Brasil financiar e doar a tecnologia para quem será nosso concorrente?" Então, é a pergunta da Regina. Obrigada já à Regina pela sua participação, encaminhando aqui esta pergunta.

Eu passo a palavra imediatamente ao Dr. Maurício para as respostas, preferencialmente aos Senadores que estão presentes aqui.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Muito bem. De maneira rápida então, eu gostaria de cumprimentar o Senador Elmano Férrer e rapidamente responder às questões que o senhor colocou em relação ao desaparecimento da Embrater e à desestruturação do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Eu vou dar um número, que eu acho que é importante: a CNA fez, há cerca de dois anos, um levantamento que mostra que, pelo tamanho e complexidade da agricultura que temos no Brasil, provavelmente, nós precisaremos ter cerca de 70 mil técnicos no campo, provendo suporte, apoio, capacitação, fazendo fluir o conhecimento, a tecnologia, a informação para os nossos produtores de forma adequada. Infelizmente, hoje, nós temos algo em torno de 18 a 20 mil técnicos. Então, essa realidade mostra o passivo que nós temos nessa conexão entre a ciência, a inovação, a produção de conhecimento e de tecnologia e o produtor, os sistemas produtivos, as cadeias do outro lado do espectro que, muitas vezes, não têm o apoio e o suporte de um bom sistema de assistência técnica e extensão. Acho que a Anater foi criada exatamente em função dessa constatação, desse passivo que nós temos no Brasil. Eu acredito que, superado esse passivo, nós, da Embrapa, vamos trabalhar com muito mais celeridade, com muito mais capacidade de chegar à ponta, de chegar aos produtores. Acho que a Anater e um bom sistema de assistência técnica e extensão viriam para um extremo benefício para nós, da pesquisa e inovação, porque o conhecimento que a gente gera estaria chegando lá, de forma mais rápida.

O senhor perguntou sobre a nossa vinculação: eu sou pesquisador de carreira da Embrapa, no próximo mês de julho completam-se 32 anos que eu me vinculei à Embrapa como estagiário. Fiz toda a minha carreira

na Embrapa, muito embora tenha uma passagem rápida por duas empresas privadas. Igualmente, o João Flávio também é pesquisador profissional de carreira da nossa empresa.

Eu passo, então, agradecendo ao Senador José Medeiros pelos seus comentários, a sua referência a nossa unidade em Sinop. Agradeço a sua manifestação, a sua preocupação com custo, com critérios para os cortes. Obviamente, num momento como este, nós estamos dialogando intensamente com o Ministério da Agricultura, através do Ministério, com o Planejamento. Nós temos uma gestão extremamente cuidadosa do nosso orçamento, dos fluxos financeiros. Num momento de aperto, a Embrapa tem mecanismos para orientar e para dar suporte às suas unidades na priorização daquelas coisas que não podem sofrer descontinuidade, esperando um pouco para muitas coisas que podem aguardar um pouco. Então, fazemos uma gestão bastante cuidadosa num momento como esse.

O senhor perguntou sobre métricas.

A Embrapa tem um sistema bastante sofisticado de gestão de desempenho. Ele é chamado Integro. É um sistema que conecta a visão estratégica da empresa, no plano estratégico que eu tentei mostrar rapidamente aqui, com o trabalho de cada empregado da Embrapa. Cada empregado da Embrapa tem o seu plano de trabalho, o seu plano de metas vinculado ao plano estratégico da empresa, e nós fazemos regularmente uma avaliação dos resultados que todo esse sistema gera.

A Embrapa é uma empresa que já usa há vários anos o conceito do balanço social, e estamos migrando agora para o conceito do balanço de sustentabilidade, onde a empresa avalia os recursos que ela recebe da sociedade e o retorno que está dando para a sociedade em termos de tecnologia, de conhecimento, de emprego.

Nós temos um amplo trabalho de avaliação de impacto das nossas tecnologias, desenvolvendo métricas adequadas para fazermos esse acompanhamento sistemático, e ela publica todo ano, no seu aniversário, o seu balanço social. Temos aqui o balanço social de 2000, referente ao ano de 2014, que foi lançado agora, no aniversário da empresa, e estamos dispostos a conversar com o senhor e dar-lhe mais informação sobre o nosso balanço social.

Senador Donizeti, Palmas não constava no mapa. A unidade vai ser inaugurada agora; esperamos, em agosto. Em agosto, vamos ter uma estrutura física em Palmas, a unidade pesca e aquicultura, que tenho certeza vai ser uma das bases e plataformas de pesquisa e inovação para pesca e aquicultura das mais avançadas no Brasil e certamente na América Latina. Então, pode ficar tranquilo que Palmas, no Tocantins, está no mapa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Esse é o dever do Senador: brigar por sua terra.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Exato. Está certo, mas estará lá.

Com respeito a toda essa questão relacionada à ideologia, eu acho que é importante talvez eu comentar os pontos que o Senador Caiado colocou.

Não há, absolutamente não há evasão de perda de competência e perdas de cérebros da Embrapa; pelo contrário, nós temos uma demanda imensa para que a Embrapa abra concurso. Nós temos hoje profissionais muito capacitados e habilitados disponíveis no mercado, as universidades formando. A Embrapa não perdeu ao longo do... Óbvio, muitas vezes, você perde um ou outro profissional que vai para o setor privado, mas nada como evasão de cérebros, uma evasão de competência. Não existe isso em hipótese alguma, assim como não existe qualquer cerceamento da liberdade de se trabalhar, em especial tecnologias que estão na fronteira do conhecimento. A Embrapa não cerceia, não limita a criatividade dos seus pesquisadores dedicados especialmente à biologia avançada. Nós entendemos que esse é um caminho inevitável, inexorável para o avanço da agropecuária no mundo. Nós não podemos fechar as portas ao conhecimento.

Tivemos, sim – talvez daí a razão de uma certa confusão –, em meados da década passada, uma dificuldade no Brasil de entendimento e do próprio arcabouço legal de biossegurança uma limitação. As instituições ficaram tolhidas da sua liberdade para fazer pesquisa nessa área em função de uma legislação que não nos dava os comandos adequados, nós não tínhamos os comandos adequados. Portanto, para garantir a segurança da empresa, nós, muitas vezes, não entramos em algumas vertentes importantes, assim como, antes da legislação que foi aprovada ontem, da biodiversidade, também não tínhamos comandos claros para acessar e usar a biodiversidade brasileira. A partir da lei que foi aprovada – passou pelo Senado, passou pela Câmara, sancionada ontem –, nós vamos ter comandos mais claros: "Sigam por aqui que é um caminho seguro."

Então, não houve absolutamente nenhum cerceamento de natureza ideológica. Em absoluto. A Embrapa é uma empresa de ciência e inovação. Nós acreditamos que ciência é o motor do desenvolvimento. Fechar as portas ao conhecimento e à ciência é um erro grave que a nossa empresa não comete, não cometeu e não cometerá, estejam absolutamente certos disso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada.

Mais alguma coisa?

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Talvez mais um último comentário.

Senador Blairo, muito preocupado com as questões de futuro, eu costumo dizer: futuro é o nosso principal insumo, isso eu digo o tempo todo para os nossos pesquisadores. Futuro é o principal insumo de uma instituição de pesquisa e inovação, e a nossa preocupação também com a produção da empresa. Nós recebemos R$2,7 bilhões todo ano da Sociedade Brasileira. Estamos sempre preocupados em devolver isso para a sociedade em conhecimento, em informação e em tecnologia.

É por isso que fazemos todo ano nosso balanço social, mostrando os resultados que estamos gerando. Estamos gerando novas pastagens, novas cultivares. A Embrapa não gera coisa só cristalizada, produto que você pode olhar, medir e pesar. Boa parte da nossa produção é conhecimento, é informação, que ajuda os produtores a gerirem melhor seus sistemas produtivos, a tomarem decisão de maneira mais precisa.

Então, eu gostaria, Senadora, de enfatizar a nossa atenção, o nosso cuidado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com o futuro.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – ...com a produção, com a produtividade da empresa, com a resposta à sociedade, que paga a conta, e com o futuro. O futuro é nosso principal insumo, eu gostaria de enfatizar isso. Estaremos preparados, Senadora, para voltar aqui e falar sobre a agenda de futuro ou sobre qualquer outro aspecto que seja necessário, para esclarecer a Comissão e para esclarecer os Senadores.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Presidente Maurício, o senhor fez referência ao Senador Moka sobre a prioridade. Também a emenda da Comissão sempre foi destinada à Embrapa.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Nós também, um grupo de Senadores e esta Comissão, tivemos um grande trabalho para que aquela área que a Embrapa tem aqui, em Brasília...

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Em Planaltina.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Aquela área em Planaltina estava correndo sérios riscos de sair da Embrapa para um projeto imobiliário. Nós trabalhamos intensamente e conseguimos resolver o problema. Não permitimos que aquela área fosse, digamos, tirada do uso que ela estava tendo, que era muito, muito relevante para a Embrapa. Nós trabalhamos nisso.

Isso serve para reafirmar o compromisso que a Comissão tem com a Embrapa. Nós também temos esta visão que V. Sª expressa: que País nós queremos? Um País que chegou a esse patamar ficar parado no mesmo lugar seria, digamos, dar uma resposta negativa às expectativas brasileiras de continuar sendo, talvez, um grande exemplo, como já é hoje, em matéria de sustentabilidade.

Então, eu também renovo para o senhor essa questão.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com a palavra, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Maurício, quando estive com você... Hoje, você disse aqui sobre os R$70 milhões, que é um dinheiro emprestado pelo BNDES. Já foi resolvido aquilo? Ou ainda está pendente?

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Nós estamos dialogando com o BNDES. Temos vários projetos em interação com o BNDES. O BNDES está estudando um apoio grande para que a gente possa estruturar nossa pesquisa em pesca e em aquicultura. Estamos participando do Fundo Amazônia.

Há essa discussão sobre a base da nossa unidade mista Embrapa/Unicamp, em Campinas. É um projeto de R$70 milhões, fundamental para o futuro e para a competitividade da nossa agricultura. Talvez, seja a última chance de a gente ter um pé de maneira firme no desenvolvimento de biotecnologias avançadas no Brasil. Estamos discutindo isso com o BNDES, mas ainda não há uma definição.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Nesse caso, se você concordar, bem como, é lógico, os colegas Senadores e a nossa Presidenta, se você achar necessário, talvez, a gente possa dar uma investida no BNDES e uma pressionada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Podemos fazê-lo. A Comissão acolhe.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Essa questão que você apresenta de Campinas, essa parceria é...

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – É fundamental.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – É fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador, a Comissão acolhe a sugestão de V. Exª e tomará as providências. Vamos acompanhar com a Embrapa a evolução desse processo. Se isso for feito nesta semana ou na próxima, aí, então, invalida-se. Senão, faremos isso, e V. Exª será convidado para

integrar a audiência com o Presidente do BNDES aqui, em Brasília – ele tem um escritório aqui –, dependendo da agenda dele.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia; Sr. Presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes; Dr. João Flávio Veloso; Srªs e Srs. Senadores, a Embrapa tem sido um órgão muito importante para o Brasil e para parte do mundo. Estive em Moçambique há três anos, e a Embrapa estava lá cooperando. Está ajudando alguns países da África. Isso tem sido muito importante, para levar o nome do agronegócio, da agricultura e da pecuária do Brasil para fora do Brasil também. O Brasil exporta muito, e, hoje, o que tem sustentado a balança comercial do Brasil é o agronegócio. Acho que a Embrapa tem tido uma participação muito forte nesse segmento.

No meu Estado mesmo, se não fossem vários outros projetos de desenvolvimento e de pesquisa da Embrapa... Ultimamente, a Embrapa desenvolveu uma variedade de café, que é o BRS Ouro Preto, no Centro de Pesquisas da Embrapa em Ouro Preto do Oeste, em Rondônia. Isso está sendo um sucesso, um *show*. Outros Estados já estão procurando, lá em Rondônia, pegar as mudas, as sementes desse café. Saímos de uma produção de 20, 30 sacas por hectare para até 160 sacas por hectare. Ele começa a produzir com dois, três anos. Aliás, com um ano ele já começa a dar os primeiros frutos, mas começa a produzir, para valer mesmo, de três anos em diante.

Então, está havendo o Dia de Campo da Emater, da Secretaria de Agricultura em várias cidades de Rondônia. Eu tenho ido a alguns. É uma loucura! Todo mundo está querendo plantar esse café. Saímos de uma produção de 800 mil sacas. Quando fui Governador, chegamos a até 4 milhões de sacas. Depois foi caindo, caindo, caindo e chegou a 800 mil sacas de café. Agora já está em aproximadamente 2 milhões de sacas, e o Governador, nos próximos três anos, quer chegar novamente a 4 milhões de sacas. E deve passar, porque está havendo uma febre por causa dessa nova variedade que a Embrapa desenvolveu.

Mas estou preocupado, Sr. Presidente, porque, recentemente, um grupo da Embrapa – eu não marquei, até pelo acúmulo de agenda – procurou-me, dizendo que queria conversar comigo, com alguns Senadores, porque estava havendo um desmonte na Embrapa. Eu queria saber qual é esse desmonte. Eu não entendi. "A Embrapa está sendo desmontada, está perdendo muita gente, há falta de recursos, de investimentos." Eu não estava aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Foi mencionado aqui.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu não estava aqui. Cheguei agora há pouco. Mas ouvi muito falar nesse desmonte da Embrapa. Eu queria ouvir o que está acontecendo, se falta investimento, se está faltando pessoal, o que está acontecendo na Embrapa.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Valdir Raupp.

Quando V. Exª respondeu ao Senador, pensava que o Senador Caiado estivesse levantado essa questão. Ele respondeu, mas poderá repetir para o senhor.

Vamos responder à pergunta da nossa internauta, Regina, sobre a questão do Corredor de Nacala.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Muito obrigado, Senadora.

Agradeço a manifestação do Senador Valdir Raupp, o depoimento sobre o trabalho da Embrapa Café, com o lançamento da variedade BRS Ouro Preto, juntamente com a nossa unidade em Rondônia.

Em relação a esse suposto desmonte, não há desmonte algum na Embrapa. Pelo contrário, desde 2009, nós contratamos 1.000 novos pesquisadores. É óbvio que a empresa, ao fazer ajustes para se adaptar à realidade, aos desafios que estão à nossa frente, muitas vezes tem que fazer ajustes nos seus processos internos; Ela tem que aprimorar os seus processos internos. Não é incomum, Senador, em uma ou outra situação, as pessoas às vezes não compreenderem bem essa fase de mudanças e de ajustes e interpretarem mal. Acharem que a empresa está passando por algum desmonte ou por alguma mudança muito drástica. Eu posso lhe assegurar que estamos dando toda a atenção tanto ao aprimoramento da infraestrutura, da capacidade da nossa empresa para ela estar sempre na fronteira do conhecimento, como tentei mostrar aqui na minha apresentação, quanto no contínuo aprimoramento dos nossos processos gerenciais, para que a Embrapa tenha uma governança adequada, um modelo de gestão adequado, um sistema de gestão de desempenho adequado, voltando ao ponto que o Senador José Medeiros colocou: métricas para avaliar a eficiência, a produtividade, o engajamento de todos com a agenda da empresa. Nós temos feito isso de maneira muito determinada. É importantíssimo que todo trabalhador da Embrapa esteja perfeitamente engajado com a agenda da empresa, porque nós temos a grande responsabilidade para com a sociedade brasileira e para com a agricultura brasileira de dar retornos para a sociedade em relação ao que recebemos.

Então, estamos trabalhando um processo bastante sofisticado de gestão de desempenho. Isso, às vezes, desagrada um ou outro, infelizmente, mas seguimos em frente muito tranquilos, Senador, de que a empresa está bem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Isso também complementa a pergunta do Senador Elmano, que focou muito sobre a questão.

Eu queria agora que o senhor respondesse, então, à pergunta da Regina, sobre o Corredor.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Sim. Foi falado aqui sobre a nossa presença na África. A Embrapa tem uma participação muito forte neste Programa de Cooperação Sul-Sul, um programa de cooperação técnica com países africanos. Temos uma presença muito forte na África hoje e uma presença forte no projeto chamado Corredor de Nacala, que é um projeto tripartite, entre Brasil, Moçambique e o governo japonês.

A ideia desse projeto é adaptar às regiões do Cerrado de Moçambique, que é muito parecido com os Cerrados do Brasil central, tecnologias e conhecimentos gerados no Brasil.

Muitos percebem aí um risco potencial – o Senador Blairo mencionou – de, eventualmente, estarmos alimentando uma futura competição contra o Brasil.

Nós trabalhamos em uma outra lógica. Nós trabalhamos na lógica de que um país inserido num mundo que é aberto, em mercados que são abertos, onde o conhecimento flui, as capacidades fluem com muita celeridade, é muito melhor o Brasil ser partícipe desse processo de desenvolvimento na África, porque uma coisa inexorável eu sei que ocorrerá: uma revolução agrícola na África terá que ocorrer, e muitos países estão mobilizados para que essa revolução ocorra. Ela não vai ocorrer no curto prazo; ela vai ocorrer no médio e longo prazo. E eu acho importante que o Brasil tenha uma presença lá para nós entendermos que ambiente é aquele, criarmos novas oportunidades para as nossas empresas, para os nossos produtores, que precisam ir para a África. Empresários brasileiros já estão indo para a África. É um mercado importante para as máquinas, para os equipamentos, para as cultivares no Brasil. Se vai haver uma revolução agrícola na África, por que o Brasil não vai participar dela? E tanto melhor participaremos se nós formos conhecer que realidade é essa, com que estamos lidando, com que limitações. E tanto melhor nós, que somos os líderes em conhecimento e tecnologia para os trópicos. Nós temos condições de participar dessa revolução de uma maneira muito mais determinada.

Então, acho que é um caminho mais seguro, Senadora, o Brasil participar, envolver-se, conhecer essa realidade, aprender a lidar com essa realidade, do que nós nos retrairmos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Do ponto de vista estratégico.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – ... e ficarmos aqui sentados, esperando que outros venham, apropriem-se da tecnologia e do conhecimento brasileiro e vão para lá ocupar o espaço que deveria ser o espaço e a liderança e o protagonismo nosso.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Acho que o Brasil, Presidenta, tinha que ser premiado pela Organização das Nações Unidas por estar ajudando a matar a fome do povo da África. Se a Embrapa puder ajudar a desenvolver a produção de alimentos na África... Porque nós assistimos a reportagens do povo africano, e é de chorar. São de chorar as dificuldades por que aquele povo passa, de miséria e de fome.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Bem apontado, Senador Valdir Raupp. Bem lembrado.

Eu queria...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Só um comentário sobre isso. Fico pensando assim: nós estamos precisando produzir mais 40% de alimentos para o mundo. Então, essa preocupação da concorrência da África ou não, acho que não devemos tê-la, porque não vamos dar conta de alimentar o mundo sozinhos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Donizeti.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senadora, só para tirar mais uma dúvida.

Eu gostaria de perguntar ao presidente se, em uma avaliação, sem levar em conta o Governo atual – não quero colocá-lo em dificuldades com o Governo –; eu queria que o senhor avaliasse pra nós se o Brasil, como um ator exportador e produtor de *commodities*, notadamente nessa área em que a empresa atua, e que tem sua balança comercial praticamente ancorada por essa produção, pela agricultura; eu queria que V. Sª nos dissesse se, proporcionalmente falando, a Embrapa está tendo essa importância... Deixe-me ser mais claro: se o País está dando as condições necessárias para que a Embrapa faça frente a tudo isso; se o Brasil, com essa participação econômica que o setor tem, se a empresa tem a mesma importância, é vista com a mesma importância, proporcionalmente falando, para que faça frente e continue produzindo mais, ou se não está sendo dada essa

importância. E aí, eu digo, na história da Embrapa. Se nós poderíamos... O objetivo da pergunta é: se nós poderíamos estar bem mais à frente, se tivéssemos investido mais, ou se investimos menos. Essa é a minha dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Medeiros.

Passo a palavra ao Dr. Maurício, lembrando que estamos chegando à finalização da apresentação.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Muito bem. Serei rápido, Senadora.

Levando em conta a trajetória, as circunstâncias que nós vivemos nos últimos 40 anos, eu tenho que reconhecer que o Brasil fez algo diferenciado no mundo. O Brasil, nos anos 70, fez a opção por desenvolver um modelo de agricultura baseado em ciência e investiu na ciência: investiu na criação da Embrapa, na melhoria das universidades, enviar pesquisadores para o mundo. Ao longo do tempo, nós tivemos um crescimento da nossa estrutura, nós chegamos a essa rede posta aí, uma rede, eu diria, na fronteira do conhecimento, em função do reconhecimento do Estado brasileiro e do apoio do suporte que a ciência recebeu nas últimas décadas. Se o senhor me perguntar: "Isso é suficiente?" Eu vou dizer que não. Quando a gente analisa a ciência no mundo, uma empresa como a Toyota aplica US$12 bilhões no seu programa de pesquisa e desenvolvimento por ano.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sete por cento do capital.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Se nós formos verificar os países, os nossos competidores estão aplicando cerca de 3,5% do PIB agrícola na sua ciência e nós ainda estamos aplicando cerca de 1,5% do PIB agrícola na ciência para agricultura.

Então, nós avançamos? Sim. Temos uma estrutura extraordinária? Sim. Temos muita competência? Sim. Mas, levando em conta os desafios que estão no horizonte, mudança de clima, mercados muito dinâmicos e competitivos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A água...

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – ... quebras de paradigmas na ciência, a água, as questões de rastreabilidade e certificação da nossa produção, defesa agropecuária – um país tão grande com uma fronteira tão grande, defesa agropecuária vai ser um grande desafio para o futuro –, mão de obra no campo mais rarefeita, vamos ter que ter mais automação, significa que nós vamos ter que investir cada vez mais em conhecimento e em ciência. Isso é inexorável, precisamos dar cada vez mais atenção para o sistema de pesquisa e inovação no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E, para encerrar, já que...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Um momentinho só, Senador. Que o Senador pontuou do Orçamento de 2014 da Embrapa de 2,6 bilhões, esse valor foi executado? Quanto faltou eventualmente e se no ajuste fiscal o edital que a Embrapa está abrindo para iniciação científica em algumas unidades como a Embrapa Pecuária, em Bagé, para as áreas específicas de inovação, se pode haver comprometimento de implementação dessa iniciação científica.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Nós estamos diuturnamente ligados na discussão orçamentária com a Secretaria-Executiva do MAPA, com o Ministério do Planejamento. Nosso esforço, Senadora, é para que a gente consiga pelo menos executar neste ano o mesmo orçamento que executamos no ano passado, um orçamento em torno de R$2,7 bilhões. Nós estamos fazendo um esforço muito grande para sensibilizar. A nossa Ministra está muito sensível da importância da pesquisa. Aliás, devo reconhecer que nós, da Embrapa, nunca nos sentimos tão parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como agora. Nós temos recebido uma atenção muito especial, um apoio muito grande da nossa Ministra Kátia Abreu, que está sensível e tem, como ninguém, a percepção e o entendimento da importância de pesquisa e inovação para a nossa agropecuária.

É difícil antecipar, Senadora, com que orçamento teremos de passar o ano de 2015. Nós estamos fazendo um esforço enorme para não haver comprometimento de atividades importantes – Senador Raupp, muito obrigado – para que não haja descontinuidade em atividades importantes. As bolsas que garantam a continuidade do trabalho dos nossos bolsistas, dos estudantes que estão conosco nos nossos programas são extremamente importantes. A última coisa, Senadora, apesar de sermos muito dependentes do Orçamento do Tesouro, a Embrapa tem, ao longo do tempo, feito crescer a sua captação. Como eu disse, nós temos acordo hoje com 160 parceiros públicos e privados. Nós estamos gerando cada vez mais ou buscando recursos de parceiros importantes, que nos dão uma certa resiliência num momento difícil como este que estamos atravessando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Isso aí é gestão.

Senador Elmano, o senhor pediu a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Pedi.

O maior patrimônio da Embrapa e de muitas outras instituições – da Embrapa, especificamente – são seus pesquisadores, seus cientistas, como das universidades também. Eu tenho tido uma preocupação, fruto de observações com companheiros de universidades, de instituições de pesquisa, e sei o quanto é difícil formar

um cérebro, um cientista, um pesquisador. Falou-se aqui em evasão de pesquisadores, demanda de pesquisadores pelo mercado, permita que eu me expresse dessa forma.

Entretanto, eu vi e vejo sempre que muitos desses pesquisadores que têm um custo para a sociedade – mandar um pesquisador fazer um mestrado, um doutorado, um pós-doutorado nos Estados Unidos ou na Europa etc. – voltam, passam dois anos e, muitas vezes, deixam a instituição por força de uma aposentadoria e não por atração do mercado. Eu vi muitos cérebros deste País, na minha região, de companheiros de universidades pendurarem a chuteira, quando poderiam e queriam dar uma contribuição ao País, à região e a essas instituições.

Eu tenho essa preocupação. Eu sei o patrimônio intelectual e científico que a Embrapa e as universidades têm, mas vejo que muitos são forçados a se recolherem, a deixarem a instituição. Muitos deles especialistas em determinadas áreas não deixam um substituto. Muitos deles deixam a pesquisa em andamento, e falta aquele cérebro. E todos nós somos responsáveis por isso. E eu pergunto aqui se não há uma fórmula... E essa é uma questão nossa, minha incansável e dinâmica Presidente, Senadora Ana Amélia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não muito incansável.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – A minha Senadora chega aqui às 8h da manhã e saí às 23h, trabalhando com amor e muita dedicação.

Pois bem. Muitas instituições desaparecem e perdem o seu sentido, exatamente, porque elas são feitas não pelos equipamentos, mas pelos cérebros. Eu sei o quanto é difícil, pela experiência vivida, formar um pesquisador, um mestre, um professor. Então, meus companheiros Senadores, minha Presidente, João e Maurício, eu vejo que muitos querem permanecer ou na Embrapa ou nas universidades, continuando o seu trabalho de pesquisa, e não podem, pois a legislação não permite. Então, não haveria uma fórmula...?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Qual é a proposta que...?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – A proposta seria nós estudarmos uma fórmula no sentido de que... Eu vejo o Eliseu Roberto de Andrade Alves, que é a expressão maior da Embrapa. Parece-me que ele se aposentou há 20 anos ou 15 anos, mas continua lá com seus oitenta e tantos anos, sendo uma referência e consultado por todos. Então, isso é uma preocupação que nós temos. Creio que isso é importante para a permanência das instituições. Eu falei aqui anteriormente de instituições que morrem por outros motivos, mas elas podem morrer por falta de cérebro. Há uma preocupação na Embrapa em formar os substitutos, ou seja, preparar aquelas equipes, aquele pessoal, para que haja solução de continuidade em determinados trabalhos científicos? Essa é uma preocupação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Elmano.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Srª Presidente, só para complementar a pergunta que a senhora fez: a execução do orçamento está sendo total?

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Respondendo, primeiro, ao Senador Elmano Férrer.

Senador, gestão de pessoas e, mais que isso, gestão de competências é um dos processos para os quais damos mais atenção. Isso é o centro, é o pilar principal de uma instituição de pesquisa e conhecimento como a nossa. São as pessoas. A Embrapa tem plano de carreira. Nós estamos, neste momento, aprimorando nosso plano de carreira, até mesmo para adaptarmos à realidade da empresa a realidade do ambiente de inovação tecnológica. Nós temos mecanismos de estímulo e de premiação daqueles que têm uma participação destacada na vida da empresa. Como eu mencionei, o sistema de gestão de desempenho é muito importante para nós. Nós estamos implementando um sistema de gestão de desempenho que reconheça o mérito e a dedicação das pessoas. Então, o senhor fique absolutamente certo de que essa é uma preocupação nossa. Existe a possibilidade de os profissionais permanecerem na empresa depois da sua aposentadoria. O senhor citou o caso do Dr. Eliseu Alves, criador da Embrapa, que está lá conosco dando grandes contribuições para a empresa. Nós entendemos que as pessoas, muitas vezes, estão maduras e prontas depois que passam dos 50 anos para um trabalho como este. E temos de criar no plano de carreira estímulos e meios de reter as melhores competências, os melhores talentos, os seniores. É muito importante para a empresa. Nós damos uma atenção muito grande para isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O senhor me respondeu sobre a questão do orçamento dos 2,6 bilhões do que foi executado. Foi isso que foi perguntado. Eu perguntei se tinha sido executado todo. O Presidente respondeu que "sim" e que, além do orçamento, a Embrapa conta também com uma fonte de receitas própria das suas atividades na venda de produtos.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E a tentativa agora...

Na Comissão, Senador, só para esclarecer: reforçaremos a necessidade de manutenção do orçamento da Embrapa porque ele é mínimo, ele é pequeno para o tamanho dessa gigante.

Para encerrar, eu quero fazer um agradecimento especial ao Dr. João Flávio Veloso Silva, que veio aqui a convite para falar de um projeto também fundamental, que é na área da agrosilvopastoril, que é consorciar a lavoura, a silvicultura e a pecuária, mas, especialmente, ao Dr. Maurício Lopes, Presidente da Embrapa, que veio aqui.

Nós temos que respeitar o Regimento. O Regimento, nesta audiência, foi respeitado. Há um requerimento dos dois Senadores – então, a finalidade foi essa –, mas, aproveitando a presença do Presidente, de forma, como penso, democrática de agir, caros colegas Senadores, informo que a Comissão recebeu um ofício encaminhado pelo Sindicato Nacional dos Procuradores e Advogados das Empresas Estatais (Sinape), solicitando uma audiência pública com a presença do Presidente para prestar esclarecimentos quanto a procedimentos administrativos considerados inadequados do chefe da assessoria jurídica do órgão. Acolhemos e fizemos o pedido de uma nota técnica à Consultoria Legislativa do Senado, que deu, do ponto de vista legal, quais são as atribuições: a escolha do comando da Embrapa como empresa pública é exclusiva do Poder Executivo. Também cabe ao Poder Executivo toda a análise da avaliação e do julgamento. Não é de interesse da população, mesmo que esses fatos reclamados pela categoria sejam públicos, e isso foi encaminhado aos órgãos competentes, ao Ministério da Agricultura, à Casa Civil. O que esta Comissão se dispõe a fazer a esse sindicato, se assim o entender, é agir politicamente. E a Comissão, em um grupo de dois ou três Senadores que assim o desejarem, pode ir, junto com o Sindicato à Presidência da Empresa, e marcaremos oportunamente, para tratar do assunto. Penso que esse seja um assunto corporativo dos servidores da Embrapa, dos sindicalizados, com uma demanda que é interna, do ponto de vista do funcionamento. Então, a Comissão se dispõe a isso. E quero que se oficie o Sindicato, com a nota técnica da área legislativa do Senado. A disposição da Comissão é exatamente essa. Eu penso que, dessa forma, nós não só cumprimos o Regimento, mas atendemos politicamente uma demanda que é justa. Podemos não concordar com ela, mas esse é o encaminhamento que penso seja adequado numa questão dessa natureza. Então, é o nosso posicionamento.

Consulto os Senadores se têm uma posição diferente dessa a respeito desse tema. (*Pausa.*)

Concordando, então, eu agradeço muito aos Senadores.

Quero lhe dizer também, Presidente, que o quórum desta Comissão tem sido extraordinário, dez Senadores, quórum superior à necessidade para a votação de matéria terminativa, o que dá também a expressão da relevância que a própria Embrapa tem no conceito dos Senadores que integram a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, que tenho a honra de presidir.

Renovo também o convite a todos, na próxima sexta-feira, dia 29. Antes, nós teremos uma reunião de audiência pública com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, que estará aqui, na Comissão. Eu integro uma missão oficial liderada pela Ministra Kátia Abreu, Senadora Kátia Abreu, uma delegação que vai acompanhar a Assembleia-Geral da OIE (Organização Internacional de Epizootias), que se realiza em Paris, em que se vão discutir questões sanitárias – aqui muito bem abordadas pelo Dr. Maurício – e também a questão de que o Brasil venceu, já erradicou a peste suína no rebanho brasileiro, o que é um ganho, um avanço sanitário, considerando que, nessa semana mesmo, a China fez acordos ampliando o número de compra de carne bovina, suína e de frangos. Então, isso é uma questão crucial e prioritária. Como estarei lá, eu vou pedir ao nosso Vice-Presidente, o Senador Acir Gurgacz, que presida a audiência com o Ministro Patrus Ananias, mas, no dia 29, eu vou sair direto da Europa para Tocantins. Informe ao Senador Donizeti que estarei saindo direto da Europa para Palmas, para presidir a audiência sobre aquicultura e pesca e também sobre a questão relacionada à produção ABC, Agricultura de Baixo Carbono, que é o termo agora usual.

Então, eu agradeço muito, Senador, todos os Senadores que vieram aqui. Faço questão de fazer referência a todos eles: Senador Wellington Fagundes e Blairo Maggi, autores do requerimento, Senador Waldemir Moka, Senador Donizeti Nogueira, Senador Ronaldo Caiado, Senador José Medeiros, Senador Lasier Martins, Senador Elmano Férrer, Senador Valdir Raupp e a Presidente que está aqui.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Srª Presidente, só para informar que, dentro daquele entendimento e do objetivo desta Comissão de priorizar a extensão, encaminhei requerimento solicitando também uma reunião do ciclo de debate no Estado de Mato Grosso, para a qual já está, desde estão, convidado o Sr. João.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pois não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Vai chegar para V. Exª esse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Na próxima reunião deliberativa, Senador José Medeiros, apreciaremos o requerimento e providenciaremos o agendamento o mais breve possível.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Parabéns também pela iniciativa, mostrando que a extensão rural é o braço necessário para o *pipeline*, mais ou menos o *pipeline*, para levar o que a Embrapa desenvolve, descobre, porque é um descobrimento isso, é um descobrimento a pesquisa feita, até o campo, e, nesse ponto, estará completo o ciclo.

Mais uma vez, Dr. Maurício, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, muito obrigada pela sua presença aqui. Dr. João Flávio, também muito obrigada. E agradeço aos Senadores, aos nossos telespectadores e aos que participaram, aos diretores da Embrapa que deram o prestígio das suas presenças aqui. Agradecemos muito a presença de todos que vieram acompanhando: Drª Vania Beatriz Castiglioni, o Dr. Ladislau Martin Neto e o Dr. Waldyr Stumpf Junior.

Muito obrigada. Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2015.

Às nove horas e dez minutos do dia dois de junho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, José Medeiros, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral, Telmário Mota e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro e Randolfe Rodrigues. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a tratar da transição para o sistema de TV digital terrestre e apresentar as formas de garantia de acesso da população em geral, especialmente dos segmentos de menor renda, aos equipamentos necessários ao uso das ferramentas de interatividade e de ingresso nos sistemas de atendimento público que serão oferecidos por meio da TV digital, atendendo aos Requerimentos nº. 22/2015-CCT, de autoria do Senador Hélio José, nº. 28/2015-CCT, de autoria do Senador Valdir Raupp, e nº. 32/2015-CCT, de autoria do Senador Hélio José. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Emiliano José da Silva Filho, Secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações – MiniCom; Rodrigo Zerbone Loureiro, Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED; Nelson Breve, Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC; Antônio Carlos Martelleto, Diretor da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV – EAD; Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABRATEL; Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT e Representante da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Faz uso da palavra o Senhor Senador Walter Pinheiro. Neste momento, o Senhor Vice-Presidente requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 33, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio José, que requer "..., nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 22, de 2015, aprovado na 12ª Reunião, Extraordinária, em 05 de maio de 2015, nesta Comissão, para promover a inclusão do nome do Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, Senhor João Carlos Saad". O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 2: Requerimento n.º 34, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Hélio José, que requer "... nos termos regimentais que a Audiência Pública aprovada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT por meio do Requerimento n.º 16/2015, que convida o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro Neto, para a realização de debates em torno do tema: "AGENDA E PRIORIDADES DO MDIC ASSOCIADAS ÀS POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE, NO BRASIL, PARA O BIÊNIO 2015-2016, seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, no próximo dia 9 de junho, terça-feira, às 10horas". O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 3: Requerimento n.º 35, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio José, que requer "..., nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, para debater a má qualidade dos serviços de telefonia móvel no Brasil e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclama-

dos pela população. Para tanto, requeiro que sejam convidados: o Sr. João Batista de Rezende, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); • Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; • Sr. Paulo Marcio Sampaio, Diretor-Geral do Instituto de Defesa do Consumidor – Procon-DF; a Sra. Maria Inês Dolci, Coordenadora do Departamento de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTESTE; • Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL". O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 4: Requerimento n.º 36, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer "... ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do Regimento Interno do Senado e em aditamento ao Requerimento n.º 24, de 2015 – CCT, que versa sobre a realização de Audiência Pública para debater a política de Universalização da Banda Larga no País, a inclusão do seguinte convidado: Senhor Carlos José de Almeida, Ilustríssimo Prefeito do Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo". O requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Hélio José,** Vice-Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria desejar um bom-dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 02 de junho de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Agora vamos chamar o pessoal?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Está bom.

Srªs e Srs. Senadores, iniciando os trabalhos da reunião e informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 22 e 32, de 2015, da CCT, de minha autoria, e nº 28, de 2015, da CCT, de autoria do Senador Valdir Raupp, todos aprovados pelo Plenário da CCT.

Pessoal, vamos fazer silêncio um pouquinho.

Destina-se esta audiência pública a tratar da transição para o sistema de TV digital terrestre...

Pessoal, vamos ter calma, por favor.

Destina-se esta audiência pública a tratar da transição para o sistema de TV digital terrestre e apresentar as formas de garantia de acesso da população em geral, especialmente do segmento de menor renda, aos equipamentos necessários ao uso das ferramentas de interatividade e de ingresso ao sistema de atendimento público que serão oferecidos por meio da TV digital.

Para tal, temos a honra de convidar, para compor a mesa de expositores, os seguintes convidados: o Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro, Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV, RTV (Gired); o Sr. Nelson Breve, Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação S.A (EBC); o Sr. Antônio Carlos Martelleto, Diretor da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV (EAD); o Sr. Emiliano José da Silva Filho, Secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações (MiniCom), representando o Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações Ricardo Berzoini; e o Sr. Luís Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Sejam todos bem-vindos.

Eu gostaria de informar que o nosso convidado, o Sr. Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), está a caminho, ele já se comunicou conosco, informando que está para chegar.

Informa a Presidência que contaremos com o serviço de interatividade do Senado Federal para participação popular pelos cidadãos que estão nos assistindo ao vivo pelo portal e-Cidadania, no endereço www. senado.leg. br/ecidadania ou pela TV Senado; e também pelo Alô Senado, no número 0800-612211, poderá o cidadão enviar comentários ou perguntas que serão repassadas aos nossos convidados.

Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem, conforme definido nos termos de uso do portal, não com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas, sim, quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do debate.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, as Srªs e os Srs. Senadores presentes, por ordem de inscrição, poderão fazer suas perguntas.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem. Cada expositor terá o tempo de cinco a dez minutos para sua apresentação e, se for necessário, prorroga-se para mais cinco minutos.

Antes de passar a palavra ao Sr. Emiliano, que seria o primeiro a se pronunciar, quero dizer breves palavras.

Nós iniciamos, agora, os trabalhos da Comissão de Ciência e Tecnologia e, na pauta, é uma audiência pública que debaterá a implantação da TV digital no País, altamente relevante e que hoje está causando – bom dia, Senador Medeiros, seja muito bem-vindo! – muitas dúvidas nas pessoas sobre essa questão. E o grande objetivo nosso aqui, hoje, é exatamente tirar algumas dúvidas importantes com relação a essa implantação da TV digital.

A partir do próximo ano, teremos o início do desligamento do sinal analógico de TV no Brasil.

Este passo importante é significativo para o Brasil, mas também gera preocupações pois temos que garantir que todas as famílias brasileiras continuem recebendo a programação de todas as emissoras, de forma aberta, livre e gratuita.

Esta audiência pública tem o objetivo de analisar como está o processo de transição e, principalmente, como as famílias de baixa renda, hoje atendidas pelo programa Bolsa Família, serão incluídas nesse processo.

Nossa preocupação se baseia no fato de que a Portaria nº 481 do Ministério das Comunicações estabelece a distribuição gratuita dos equipamentos para essas famílias, mas não prevê a sua instalação, o que pode inviabilizar o seu acesso – quer dizer, a portaria garantiu a distribuição gratuita, mas a pessoa não sabe instalar! Então, temos que discutir isso aqui. Por isso, convidamos representantes das emissoras de TV e do Governo Federal. É de extrema importância que o Brasil, que criou um sistema inovador, proporcione a inclusão de todas as famílias. Sabemos dos desafios, e este é o melhor lugar para todas as partes se posicionarem a respeito do tema.

Neste momento, gostaria de convidar para compor a Mesa todos os convidados que já convidei.

Já chegou o nosso representante da Abratel? Não? O.k..

Pessoal, quero fazer aqui breves perguntas para que, durante a exposição, vocês possam elucidar algumas dúvidas que chegaram para nós, na Comissão. Seria importante.

Outro tema que vem gerando preocupação é o canal de retorno, que irá viabilizar a interatividade. Eu queria um esclarecimento sobre isso.

Hoje temos a opção da rede móvel 3G e, futuramente, a 4G. Então, seria importante que os nossos telespectadores compreendessem o que isso vai mudar na vida deles.

Eu gostaria de perguntar para o Sr. Rodrigo Zerbone, que também é conselheiro da Anatel, estas questões: essa rede tem uma cobertura ampla, capaz de alcançar todas as residências que terão aparelho de televisão? Será que alcançará, Zerbone? Todo mundo deveria ser esclarecido quanto a isso. Em caso positivo, qual será o custo do cidadão ao utilizar essa rede? Para os representantes das emissoras, podemos ter a certeza de que a cobertura digital será a mesma da analógica que temos hoje? Todas as repetidoras já estão aptas a transmitir o sinal digital?

Essas pequenas provocações são importantes, porque são alguns dos questionamentos que têm sido encaminhados a nós, e precisamos tentar dirimir essas dúvidas.

Vou passar a palavra agora ao Sr. Emiliano José da Silva Filho, Secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, que representa o Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, nosso Ministro Ricardo Berzoini, para suas exposições.

Fique à vontade, Emiliano.

Só um instantinho, Emiliano. Eu queria comunicar que acaba de chegar o nosso representante da Abratel, o Sr. Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel).

Seja bem-vindo, Luiz!

Por favor, Emiliano.

O SR. EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO – Caríssimo Senador Hélio José, que preside esta reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado; meus companheiros de Mesa; nosso querido Rodrigo Zerbone, Presidente do Gired, sobre o qual nós vamos falar muito aqui; Srs. Senadores, Senador José Medeiros, Senador Valdir Raupp, quero agradecer, em nome do Ministro Ricardo Berzoini, pelo convite, pela possibilidade de trocar ideias com os Srs. Senadores, com todos que nos assistem e com aqueles que estão aqui conosco presentes.

Eu queria começar dizendo da importância da TV digital. Ela não é um raio, caído num dia de céu azul.

Ela surge como consequência desse impressionante desenvolvimento da tecnologia no mundo, é parte da revolução midiática a que o mundo todo assiste, é parte do acúmulo tecnológico do mundo, particularmente de alguns países centrais, como Japão, Estados Unidos e os países europeus, que acumularam conhecimento e tecnologia em torno de um novo modelo de televisão, com muito mais qualidade. É parte, portanto, de algo muito mais amplo e que já há algum tempo chegou ao Brasil, em sua fase inicial, e nós estamos num processo intenso agora, de implantação da TV digital no País.

A nós resta perguntar, e creio que a população brasileira pergunta, o que ela pode significar para todos nós, para a população brasileira. Seguramente, ela significará uma televisão com uma interatividade intensa, quer dizer, com possibilidade de diálogo permanente entre aquilo que chamamos de recepção e o emissor, com possibilidade de diálogo muito maior da população, se os mecanismos forem propiciados à maior parte ou à população brasileira. A interatividade é uma das características da televisão digital.

Ela possibilitará também uma efetiva inclusão digital e social a partir – obviamente, nós vamos evidenciar isto aqui – das políticas governamentais, da política do Governo, que tem uma preocupação essencial de que não haja duas TVs, uma para aqueles que têm mais poder aquisitivo, outra para os mais pobres. Nós temos a clara noção, o Governo tem a clara noção de que a conquista da televisão digital deve servir a todos, e não apenas a uma parte da população.

A acessibilidade é outra característica da televisão digital. Garantidos os mecanismos tecnológicos, ela possibilitará a acessibilidade àquelas pessoas com deficiência.

Nós também vamos saudar o Senador Walter Pinheiro, que está chegando agora. Companheiro, amigo, e da minha terra, a Bahia. Para a minha alegria, nós o estamos recebendo aqui, não é, Senador Hélio José? É um pouco de bairrismo, mas creio que vale a pena. Walter Pinheiro é daqueles estudiosos da área de comunicação há muito tempo. Portanto, é um prazer tê-lo aqui, como é um prazer ter os outros Senadores.

A televisão digital também possibilita o desenvolvimento, o incremento de políticas públicas por conta mesmo da interatividade a que me referi. Pode ser também, sempre a depender do uso que se faça dela, um estímulo à educação, à adversidade cultural, porque possibilita efetivamente isso, e a estudos técnicos. Ela possibilita também a utilização do espectro, sem dúvida nenhuma, pela nova tecnologia que traz, e, não é preciso dizer, a qualidade da televisão digital comparativamente à analógica é muito maior, em todos os sentidos.

Como eu rapidamente havia dito, ela se baseia em três sistemas que foram desenvolvidos em diferentes regiões do mundo: o americano, o europeu e o japonês. No Brasil, estudos técnicos sobre a digitalização dos serviços de radiodifusão de sons e imagens começaram em 1994, mas seu desenvolvimento efetivo teve início em 2003. E sua implantação começou em 2006.

O padrão brasileiro, sabemos nós, é baseado no japonês, de sinais de TV digital, o ISDB-T.

O SBTVD é o conjunto de padrões tecnológicos adotados para transmissão e recepção de sinais digitais terrestres e de radiodifusão de sons e imagens no Brasil.

A TV digital aberta, de acesso público e gratuito requer uma TV com conversor de sinal digital e uma antena UHF/VHF.

Aproveito – já o disse rapidamente – para dizer que nós estamos discutindo isso há algum tempo no Gired e na EAD. O nosso companheiro Zerbone vai falar com muito mais propriedade, é o maior presidente do Gired, mas, considerando a disparidade de renda ainda existente no Brasil e considerando a necessidade de atender à população mais pobre do Brasil, a decisão do Gired já tomada e desde o início já fixada pelo Ministério das Comunicações é que cada integrante do cadastro do Bolsa Família, cada pessoa beneficiada do Bolsa Família, cada família melhor dito, receberá um conversor de sinal digital e uma antena que garanta a ele, mesmo tendo uma TV analógica, a possibilidade de uma TV digital com a mesma qualidade. Isso será mais detalhado e desenvolvido pelo Rodrigo Zerbone, que tem acompanhado isso desde o início.

É sabido também, é de senso quase comum já, que a transmissão digital em alta definição propicia imagem sem chuviscos, fantasmas e um som sem chiados. Ela funcionando de maneira ideal.

Eu já disse isso um pouco também, mas é bom insistir, que, usando qualquer aparelho de TV, mesmo os mais antigos, um conversor digital com interatividade permitirá consultar vagas de emprego, fazer cursos profissionalizantes produzidos em vídeo, obter orientações de serviços públicos. Há, portanto, uma possibilidade muito maior de diálogo e de facilitação da vida para a população.

(Soa a campainha.)

O SR. EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO – Mais cinco minutos e creio que concluo. Como já tive experiência parlamentar, eu respeito o tempo porque é fundamental aqui na Casa.

Aplicativos poderão ser desenvolvidos e distribuídos via TV, por emissoras públicas e privadas.

As condições para o desligamento.

É sabido – nós não chegamos a detalhar as datas, mas ainda vou falar um pouquinho, mesmo que rapidamente – que entre 2015 – começa agora o desligamento, a partir da experiência piloto de Rio Verde – e 2018, nós deveremos completar o desligamento do sinal analógico, passando o País todo para o digital.

As condições para que isso aconteça é que 93% dos domicílios dos Municípios que acessem o serviço livre, aberto e gratuito por transmissão terrestre devem estar aptos à recepção da televisão digital terrestre.

Eu também já me referi aqui ao fato da distribuição de um conversor de TV digital terrestre com ginga e uma antena de recepção de TV digital para cada família cadastrada no Programa Bolsa Família

Atualmente, sabemos todos nós, são aproximadamente 14 milhões de famílias cadastradas.

Hoje, em muitos Municípios, a veiculação de programação com tecnologia digital convive com a analógica tradicional. Contudo, o objetivo é desligar o sinal analógico em todo o Território nacional. O desligamento começa em 2015 e termina em 2018 – isso já dito também.

Justificativas:

Melhorar a qualidade técnica da TV aberta brasileira;

Possibilitar a interatividade;

Assegurar o desenvolvimento mais acelerado do acesso à banda larga móvel 4G.

O cronograma de desligamento – indo para a etapa final da minha fala, Presidente:

O projeto piloto Rio Verde, em 29 de novembro de 2015. Estamos às portas, portanto, de Rio Verde.

Em 2016:

Brasília, abril; São Paulo, maio; Belo Horizonte, junho; Goiânia, agosto; Rio de Janeiro, novembro.

Em 2017: Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, junho; Salvador, Fortaleza e Recife, julho; Campinas e Ribeirão Preto, agosto; Vale do Paraíba – onde nasci, aliás, eu nasci em Jacareí – e Santos, setembro; Vitória e interior do Rio de Janeiro, outubro; São José do Rio Preto, Bauru e Presidente Prudente, novembro.

Em 2018, aí não estão os números, o Zerbone dará de maneira mais completa, serão mais de cinco mil Municípios, em 2018, se a minha memória estiver boa: Manaus, Belém, São Luís, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Teresina, julho; Campo Grande, Cuiabá e Palmas em agosto; Porto Velho, Macapá, Rio Branco, Boa Vista e demais cidades em novembro.

Creio que cumpri o determinado pelo Presidente e agradeço a chance deste diálogo com a sociedade brasileira e com os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado Emiliano.

Queria passar a palavra agora ao Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro, Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired), por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – O.k.

Obrigado, Senador Hélio José, que preside a reunião. Quero saudar também os Senadores Walter Pinheiro, Valdir Raupp e José Medeiros.

Srs. Senadores, vou me esforçar aqui para colocar todas as informações no tempo. Eu queria começar contando um pouquinho, colocando aqui a linha do tempo dessa decisão. Como o Emiliano já colocou, o início da transição começa em 2006, com a decisão do padrão brasileiro de TV digital e, a partir de 2013, a gente entra especificamente na fase final dessa transição, com a portaria do Ministério das Comunicações que determina que o processo de digitalização brasileiro seja acelerado por meio da disponibilização da subfaixa de 700MHz para o Programa Nacional de Banda Larga e com os recursos advindos do leilão que esse processo possa ser acelerado e a gente chegar à fase final de transição, prevista também em portaria do Ministério para 2018, começando em 2015.

Como colocado, a TV digital tem uma qualidade muito melhor de som e imagem e também tem a capacidade de multiprogramação, de recepção móvel, de interatividade, o que dá uma experiência mais adequada para o telespectador.

Por sua vez, a subfaixa de 700MHz para as telecomunicações traz uma cobertura maior de regiões mais periféricas, ela tem uma capacidade de propagação maior e também uma capacidade de recepção *indoor* maior. O 4G atual que a gente usa na faixa de 2,5GHz tem mais capacidade, mas tem uma dificuldade de adentrar a cobertura *indoor*, edifícios e casas. Isso acontece pelas características da faixa. A faixa de 700MHz já possui uma capacidade maior de propagação e isso facilita a cobertura de áreas que hoje têm um baixo nível de atendimento, principalmente do 4G. Então, foi licitado em 2014 para exploração do 4G. Vou falar um pouquinho melhor.

Esse gráfico representa bem. Se os senhores virem a parte de baixo do gráfico, o primeiro cenário, que é a bola totalmente vermelha, é a cobertura de 700MHz. A imediatamente ao lado é a cobertura da parte de 1,9, que é de 3G. Depois, na última, é o nosso atual 4G, que é a faixa de 2,5GHz, que dá uma diferenciação cla-

ra da capacidade de propagação de 700 e de como a faixa de 700 é importante para conseguirmos, de fato, massificar o 4G no Brasil.

Aqui é um estágio da digitalização no mundo. Esse é um processo que está sendo feito no mundo inteiro, e o Brasil também está seguindo o que o mundo inteiro está fazendo, que é completar o processo de digitalização e, com o dividendo digital, com a faixa de radiofrequência que é liberada pelo processo de digitalização, ser alocada, então, essa faixa para a telefonia móvel de quarta geração.

Os senhores podem ver que Europa, Japão, Austrália já completaram o processo. Alguns países, como os Estados Unidos, já concluíram grande parte do processo; as maiores estações americanas já foram digitalizadas, e faltam agora as pequenas estações, mais regionais, que precisam ser digitalizadas ainda. E o Brasil está nesse meio termo, ainda com a transmissão analógica e digital, o chamado *simulcast*, sendo feito – isso também se reflete em outras partes do mundo –, e vamos passar agora para a fase final, que é chegar ao *swicht-off*; apagar e ficar com 100% digital.

A partir dessas portarias, a Anatel então iniciou o trabalho de convivência, de testes para identificar quais seriam os melhores cenários de convivência entre a banda larga móvel e a TV digital. Isso foi feito em laboratório, no Inatel, e também em Pirenópolis.

O edital de 700 previu – o leilão foi feito em 2014 – a criação de duas entidades fundamentais para o processo: a EAD, que vai atuar no foco mais operacional; e o Gired, com as decisões estratégicas.

A EAD tem a previsão de orçamento do edital de R$3,6 bilhões – esse é um valor atualizado e também está sendo investido – e é incumbida da parte mais operacional, de divulgação do processo, distribuição de conversores, lidar com interferências, distribuir antenas e conversores para o Bolsa Família, dentre outras coisas.

Já o Gired tem a função mais estratégica. Ele é composto por Anatel, Ministério das Comunicações, teles e radiodifusores; é incumbido de disciplinar, fiscalizar e avaliar o processo de remanejamento e as atividades da EAD também; e também avalia e decide sobre a antecipação do uso da faixa de 700 pelas empresas de telecomunicações.

O Gired tem como membros, então, Anatel, Ministério, teles e radiodifusores e conta com três grupos de apoio, três grupos técnicos: de recepção, que trata principalmente da parte de conversores, filtros, interferências; de remanejamento, que trata de toda a parte de transmissão, remanejamento das transmissoras de televisão; e o GT de comunicação, todo o processo de comunicação do desligamento. Os GTs são sempre coordenados por membros da Anatel e contam com a participação de todos os membros do Gired.

O Gired funciona com reuniões mensais ordinárias; todas as decisões por consenso. Até agora, todas as decisões foram mesmo tomadas por consenso. Contudo, em caso de divergência, prevalece o voto, então, do presidente do Gired ou do representante do Ministério das Comunicações, a depender da competência, e o recurso cabe ao Conselho Diretor da Anatel ou ao Ministro das Comunicações também, a depender da competência para a matéria.

As principais decisões do Gired, nas suas sete primeiras reuniões – já fizemos sete reuniões do Gired –, são: orientações para a página da internet, no *call center* da EAD; orientações para o plano de comunicação da EAD; orientações para pesquisa e validação do atingimento das condições de desligamento; orientações para a definição de entrada em operação; avaliação do cronograma de desligamento; especificação dos filtros para lidar com interferências; especificação técnica das antenas e do conversor que vai ser distribuído para o Bolsa Família; distribuição de *kits*; enfim, uma série de decisões importantes.

Temos também algumas decisões colocadas, como especificação de equipamentos e infraestrutura a serem ressarcidos e demais decisões mais técnicas, que ainda temos e já está programado.

Algo fundamental no processo, que temos colocado sempre, é a parte de planejamento. Ele fundamental, para que o processo dê bom resultado.

O cronograma, como já colocado pelo Emiliano, temos Rio Verde, Brasília e São Paulo, como as três primeiras localidades e extremamente críticas, em que a atenção tem de ser máxima, até porque vamos começar o processo com uma série de aprendizados.

Rio Verde, como um projeto-piloto, mas como uma cidade menor, de 200 mil habitantes, vai servir para muita coisa de aprendizado, mas colocamos sempre que Brasília vai ser, de fato, o grande teste, por ser a primeira grande metrópole brasileira a ser desligada, com 3 milhões de habitantes – Brasília e entorno – e, em seguida, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia e Rio de Janeiro, em 2016.

A nossa expectativa é a de que, com o tempo, consigamos ter um aprendizado maior, e as questões serem resolvidas mais facilmente.

O restante do cronograma, com um *switch-off* final em 25 de novembro de 2018, conforme colocado pelo Emiliano.

Para o desligamento, é preciso necessariamente que certas questões sejam endereçadas. Um ano antes, as televisões já começam a divulgar a logomarca e a tarja com um texto, informando a data de desligamento, o *site*, o número do *call center*, para que a população já vá inteirando-se.

Inclusive, muitas emissoras já estão fazendo mais do que isso, colocando símbolos quase permanentes, durante a programação, que facilitam para o telespectador identificar se ele está vendo, de fato, uma programação analógica ou digital.

Dois meses antes começa a contagem regressiva – em dias faltam tantos dias para o desligamento – até o desligamento final. Nesse período também, há uma divulgação em TV aberta, *call center,* página em Internet e outros mecanismos de divulgação que podem ser detalhados melhor pela EAD, de forma a informar bem o consumidor e o telespectador de como vai ser esse processo, o que ele precisa fazer para estar preparado.

O remanejamento dos canais de ressarcimento ocorre um pouco depois do desligamento. É muito importante o atingimento da condição de desligamento: 93% das residências do Município que vão ser desligadas, que recebem a TV aberta, devem estar aptas à recepção da TV digital. Isso vai ser aferido a uma pesquisa baseada na PNAD, e a distribuição do receptor e antena para as famílias cadastradas no Bolsa Família é um elemento também fundamental para conseguirmos atingir os 93%, que é a população mais pobre do Brasil, para que recebam o receptor e a antena distribuídas pela EAD, formada pelas empresas de telecomunicações.

Uma decisão já importante para esse processo foi a especificação técnica do conversor que vai ser distribuído pelo Bolsa Família. Ele possui suporte, a interatividade plena, por meio da Interface IP e USB. Ele tem capacidade de receber *modem* 3G, para que possa ter acesso à internet e ter todas as funcionalidades que a internet propicia e a própria TV digital permite.

É otimizado para a convivência com 4G LTE. Ele possui o chamado perfil C do Ginga, que é um perfil mais avançado no Brasil que possuímos do Ginga. É um importante passo para a consolidação desse desenvolvimento tecnológico feito no Brasil, que atende também aos requisitos essenciais e funções obrigatórias de compatibilidade previstos nas diversas normas e especificações técnicas tanto do Fórum Brasileiro da TV Digital, quanto da ABNT.

Temos aí mais ou menos a lógica de distribuição desses *set up boxes*. Em grande número, temos 11% das famílias do Bolsa Família localizadas nas regiões que vão ser desligadas em 2015/2016; 12%, em 2017; e 75%, em 2018. Ou seja, há uma concentração muito grande dessa distribuição de conversor no último ano de 2018.

Como disse, 360 dias antes, começa a campanha de divulgação na TV aberta de símbolo e tarja, começa com três em inserções diárias, vai avançando, até chegar a 18 inserções, e a contagem regressiva fica fixa. Faltando dois meses, então, essa contagem fica fixa na maior parte do tempo no canto superior da tela, permitindo que o consumidor saiba exatamente.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Senador, já estou concluindo.

A Central de Atendimento já está funcionando, com ligação gratuita, funciona 24 horas, sete dias por semana. O número é 147. O *site* também está funcionando, onde há uma série de informações importantes, que podem ser acessadas por qualquer pessoa: vocenatvdigital.com.br.

Como eu disse, a condição para o desligamento é o de que 93% dos domicílios da localidade tenham acesso à TV digital, o que significa ter uma televisão capaz de receber essa TV digital, principalmente essas televisões de tela mais fina, com uma antena UHF principalmente. Em algumas localidades, para pegar todos os canais, precisamos de uma antena UHF e VHF ou uma televisão mais antiga com um aparelho de conversor à parte também, com uma antena. Isso vai propiciar a esses telespectadores assistirem à TV digital.

Como elementos críticos finais, como mensagem final, queria colocar que são dois elementos os que enxergamos como muito críticos para o processo que precisam ser bem endereçados: um é o planejamento bem-feito. Temos nos esforçado para fazer um planejamento em todos os níveis tanto no Gired quanto na própria EAD, o Ministério das Comunicações também e a Anatel também, nas competências específicas, que lhe competem; e um processo de comunicação muito bem-feito. De todas as experiências internacionais que tivemos oportunidade de conhecer profundamente – conversamos com o México, o Japão, os Estados Unidos e a Europa –, nas de sucesso, existe uma comunicação bem-feita. Em todas as experiências que não foram bem– sucedidas, houve alguns problemas graves de comunicação.

Temos exemplos de experiências muito bem-sucedidas o Japão principalmente e o Reino Unido, e temos experiências não tão bem-sucedidas, como a dos Estados Unidos, e a primeira tentativa de desligamento do México, que também foi problemática. Depois, eles tiveram que rever todo o processo e reformularam toda a estratégia, também baseada nestes dois itens: planejamento e comunicação.

Bem, Senadores, era o que tinha a dizer e aguardo o debate.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito obrigado, Zerbone.

Queria passar a palavra agora para o nosso próximo orador, que é o nosso querido Nelson Breve, Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação, a nossa EBC.

Com a palavra, Sr. Nelson Breve.

O SR. NELSON BREVE – Bom dia. Quero agradecer ao Senador Hélio José pelo convite e cumprimentar todos da Mesa, Emiliano, Zerbone, Antonik, Martelleto, Luiz Cláudio, assim como os Senadores Walter Pinheiro, José Medeiros, Valdir Raupp, que se ausentou por um momento, senhoras e senhores.

Enquanto a apresentação não aparece, queria começar dizendo que a Empresa Brasil de Comunicação foi criada, primeiro para atender à regulamentação do art. 223 da Constituição, que previa a complementariedade entre os sistemas estatal, público e privado de radiodifusão.

Sempre tivemos o entendimento, ao longo dos anos, que o estatal e o público eram mais ou menos a mesma coisa, que o privado também prestava um serviço público, inclusive desde a regulamentação da radiodifusão de 1931 até 1962, a última, previa finalidades de acordo com o interesse nacional e a finalidade educativa.

Depois, a Constituição flexibilizou um pouco isso e previu essa modalidade de complementariedade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON BREVE – O.k. Obrigado.

Da complementariedade daquilo que é uma comunicação privada, que tem um interesse comercial, voltado para um telespectador, ao mesmo tempo, público, consumidor, de um modelo de negócio financiado prioritariamente pela publicidade, portanto, pelos negócios do consumo. Também para um telespectador que é um cidadão, para o qual os poderes públicos precisam prestar contas, sem filtros daquilo que estão fazendo de suas políticas públicas, a comunicação dita estatal ou governamental, mas há necessidade de termos, entre um modelo e outro, uma comunicação que não tivesse nem o peso do poder governamental, nem o peso do poder econômico das empresas comerciais, que oferecesse um serviço público ao cidadão em que ele pudesse ter uma comunicação plural, diversa, voltada especialmente para as finalidades educativas, culturais, científicas, formadoras da cidadania.

Aqui, uma das responsabilidades que a Lei da EBC, da qual o Senador Walter Pinheiro foi Relator, quando Deputado, é a formação de uma rede nacional pública de comunicação, que é o que a empresa está buscando construir desde a sua criação em 2007.

Aí, temos um mapa com o quadro atual do alcance da TV Brasil das geradoras próprias geridas diretamente pela EBC. São quatro geradoras, sendo três digitais – no Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo –, elas também são analógicas, e uma analógica no Maranhão, apenas analógica, e as retransmissoras, sendo as duas digitais – em Belo Horizonte, Minas Gerais, e em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul – e as demais analógicas nesses Estados.

Agora é o quadro com as nossas parceiras. Conseguimos constituir, nesses sete anos, parcerias, com 48 geradoras, a maioria só analógica. Apenas um quarto tem também transmissão digital, e elas têm também 728 retransmissoras.

Este aqui é o mapa completo com todas as emissoras e retransmissoras da rede nacional pública de comunicação. Vocês podem ver que há muitos buracos nesse mapa e, mesmo nas áreas verdes, não temos a segurança que ela alcança a totalidade do Município, muitas vezes por equipamentos deteriorados, pela potência não tão boa de transmissores e, às vezes, também, por problemas com satélites que dificultam a propagação das retransmissoras.

Aqui, é um pouco daquilo que imaginamos, porque, desde o início, a estratégia de implementação da comunicação pública está muito relacionada com a migração para a tecnologia digital, porque a comunicação pública, que começou muito atrasada em relação à comunicação comercial, sempre teve dificuldade de investimentos, para poder competir em igualdade de condições com a comunicação comercial. Com isso, sempre teve grande dificuldade em termos de audiência, seja pela qualidade dos sinais de transmissão, seja por não conseguir acessar a maioria da população em muitos lugares, por faltar retransmissoras em muitos lugares.

Aí, com a oportunidade do apagão da TV analógica, nesse curto espaço de tempo, há uma grande chance de podermos efetivamente responder àquela questão: a população assiste pouco a comunicação pública porque ela não é boa ou assiste pouco a comunicação pública porque não conhece a comunicação pública, porque não tem acesso a um bom sinal de comunicação pública?

Para isto, para que possamos estar em igualdade de condições, é preciso implementar, pelo menos, esse quantitativo de canais públicos entre a rede nacional de comunicação pública e o canal da cidadania, para que possamos, inclusive, levar os serviços daquilo – do que vou falar daqui a pouco – que é o serviço do Brasil 4D aos beneficiários do Bolsa Família.

Isso aí, imaginando que o custo estimado por cada transmissor de 6MHZ, entre R$1,5 milhão e R$2 milhões, tudo fica acima da casa de R$1,5 bilhões, para implementarmos esses 820 canais Brasil afora. Depois vou dizer onde está o dinheiro, porque ele existe, mesmo em tempo de contingenciamento.

Assim, temos a questão dos conversores digitais para as famílias terem acesso à TV digital interativa, porque ter acesso à TV digital apenas – vamos mostrar depois com o projeto Brasil 4D – é pouco para a potencialidade que temos de poder levar a cidadania a essas pessoas.

Com isso, já conseguimos viabilizar dentro do Gired, um conversor que já permite esse acesso. No entanto, ainda dependemos, para rodar, de mais aplicativos, a fim de proporcionarmos mais cidadania aos nossos cidadãos e, para que tenha o canal de retorno, para que a interatividade possa ser plena, para que eles possam ter acesso à mesma rede de internet pela TV digital que vai ter acesso à população mais rica e à classe média do País nos próximos anos, com o avanço das novas tecnologias, ainda estão faltando cerca de R$15,00 por caixinhas, ou seja, cerca de R$200 milhões.

Queria falar desse projeto Brasil 4D. Ele surgiu quando a Telebras nos disse que seria inviável a parceria com a EBC para a constituição do Sistema Nacional de TV Pública Digital. Ao não conseguir essa parceria, a dificuldade de recursos, também os problemas financeiros, resultantes da crise internacional, buscamos comprovar que a tecnologia Ginga tinha viabilidade e uma utilidade muito grande, para que se pudesse fazer esse diálogo entre o Estado e a sociedade dentro da casa das pessoas por intermédio da radiodifusão digital.

Então, reduzir a exclusão sociodigital da população de baixa renda, que vai ter mais dificuldade de acesso, portanto, aumentando a simetria de acesso ao conhecimento; oferecer informações de serviços, a partir de conteúdos e aplicações interativas acessíveis na linguagem televisiva, porque muitas dessas pessoas dessa faixa de renda da população não consegue entender outro tipo de comunicação, esse é o tipo de comunicação que ela entende melhor; integração e comunicação das políticas públicas; aplicar a interatividade do Ginga; explorar as possibilidades do uso e implementação do operador da Rede Nacional Pública de TV e da Cidadania.

Conseguimos comprovar isso e fazer transmissões para um grupo de 100 famílias em João Pessoa, que eram do Cadastro Único num bairro, em que, há pouco, as pessoas morriam de fome, e tivemos, inclusive, grande dificuldade de fazer a implementação, no entanto, conseguimos comprovar a viabilidade da transmissão desses conteúdos interativos, por intermédio da própria radiodifusão, e conseguimos, com estudo de impacto socioeconômico patrocinado pelo Banco Mundial, mostrar que a TV digital supre demanda por informações da população de baixa renda de forma fácil, amigável e confortável.

A tecnologia social, inclusive, é eficaz para a comunicação de políticas públicas: 72% dos entrevistados aprenderam a usar a TV; 64% tiveram redução de despesas e tempo para obter informações; 2% tiveram aumento de renda após um mês de uso; crianças e adolescentes atuaram como facilitadores para o acesso das famílias, comprovando a eficácia do Ginga, como falei anteriormente.

E com o estudo dos economistas da Unicamp demonstrou-se o valor do impacto econômico, se fosse projetado para 14 milhões de famílias, o que daria, ali, um total de mais de 7 bilhões, com o aumento da renda domiciliar, a redução do tempo de procura de emprego e a economia com informação.

Esse foi o resultado que, inclusive, deu sustentação, penso eu, para as decisões que foram tomadas de fazer a inclusão dessas famílias para facilitar o processo de migração para a TV digital.

Tinha um filme? Um vídeo.

Ele é rapidinho, dois minutos e pouquinho só.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. NELSON BREVE – Com dois minutos eu concluo, Presidente.

Eu queria dizer o seguinte, esse nome, Brasil 4D, surge de uma ideia de se transformar o Brasil, se ter o eixo nas tecnologias digitais para um modelo de desenvolvimento com democracia e diversidade para que a gente possa avançar mais em relação a esse mercado, que é aquele que mais cresce no mundo, o das indústrias criativas e das indústrias que dão acesso ao conhecimento, o chamado capitalismo cognitivo.

E aí a questão, o que nós precisamos? Viabilizar a migração, recursos para proporcionar conectividade aos *memory cards*, levar interatividade com plena conexão de 3G a essas famílias.

Perspectivas: levar os conteúdos e serviços interativos a toda população de baixa renda, diversificar a oferta de conteúdos do Brasil 4D em parceria com emissoras públicas, incremento e fortalecimento da cadeia produtiva do audiovisual com perspectivas de desenvolvimento local sustentável e em parceria público-privada.

Aí nós temos um exemplo de como uma parceria público-privada pode potencializar e economizar recursos da sociedade.

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON BREVE – Mais um minuto.

O Luiz Cláudio está aqui, ele acompanhou esse processo. Nós, comunicação pública, mais cinco emissoras privadas, compramos a mesma antena para transmitir lá da torre da TV digital em Brasília, todos nós por uma única antena. Uma única antena!

E isso é que pode viabilizar, aqui até falo com o Martelleto também, que a gente imagina que, de repente, a EAD possa ser um grande operador público-privado para poder viabilizar o serviço de distribuição dos sinais, depois que ela fizer todo o processo que ela tem que fazer e pelo qual ela foi criada, ela possa avançar para ser também um distribuidor dos sinais públicos e privados.

Eu queria terminar aqui, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: a Pátria Educadora, que é o nosso lema, no segundo mandato da Presidenta Dilma, já foi sonhada há mais de 90 anos, na criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, quando o antropólogo Edgard Roquette-Pinto percebeu na tecnologia da radiodifusão o potencial que ela tinha para popularizar a educação, a cultura e a ciência. Ele que era da Academia Brasileira de Ciências fez com que a academia comprasse o transmissor da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro para a qual ele começou... Ele ficou conhecido como o pai da radiodifusão no Brasil.

O Roquette-Pinto costumava tentar traduzir para popularizar o que era tecnologia de rádio difusão, traduziu o *broadcast* dizendo que *to cast* é semear e *broad*, ao largo, ao longe. Então, nós, com uma livre tradução do seu pensamento, trouxemos como propósito da comunicação pública semear as boas sementes do conhecimento para germinar e florescer cidadania e colher democracia e desenvolvimento em benefício de toda a humanidade.

É para isso que nós gostaríamos de contar, inclusive aqui eu peço a ajuda do Fábio Andrade, da Claro, porque os recursos existem, Fábio, os recursos estão depositados em juízo pelas empresas de Telecom, é mais de R$1,5 bilhão que estão na Caixa Econômica Federal e, portanto, não integram as contas públicas neste momento.

E esses recursos, dessa contribuição, que foi a ideia do Senador Walter Pinheiro, que colocou a possibilidade de termos esses recursos na nossa lei, para o financiamento da comunicação pública. E eu faço um apelo às empresas de Telecom para que elas possam abrir mão dessa questão judicial, que nós já vencemos em primeira instância e temos certeza que venceremos nas demais, para que a gente possa viabilizar, neste momento, a construção desse modelo de radiodifusão pública com interatividade para todas as famílias do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria agradecer ao Sr. Nelson Breve.

Comunicar aqui a presença da nossa Diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Drª Virgínia Malheiros Galvez. Muito obrigado pela presença.

Quero agradecer também ao Diretor da Claro, ao Diretor da Tim, e outras autoridades que aqui se encontram presentes.

Queria comentar aqui que o nosso portal e-Cidadania está bombando. Algumas breves intervenções, por exemplo:

Da Flávia Oliveira Machado, de São Paulo: "Prezado Sr. Rodrigo Zerbone, o controle remoto do *set-top box* que será disponibilizado possui uma tecla para ativação da legenda oculta, *closed caption*, e outra tecla para alteração do canal de áudio para ativação da áudio descrição?"

Isso é uma pergunta que ela fez, depois, nas suas considerações, você poderia dar uma fala sobre isso.

Ainda a Flávia: "Prezado Zerbone, os *set-top boxes* estão preparados para transmitir a legenda oculta, *closed caption*, e a autodescrição de acordo com as normas da ABNT NBR 15610-1 e 15610-2?"

E ainda, também, a última aqui, cidadão via Alô Senado. O Adaílson Raimundo sugere que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) nos Estados seja responsável pela entrega dos receptores digitais às famílias de baixa renda, pois não acredita que as prefeituras desenvolvam esse pedido com excelência.

Depois, se puderem comentar.

Quero aproveitar que temos quórum para ler esse Requerimento aqui da inclusão do Sr. João Carlos Saad para falar também sobre a Abra.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 33, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 22, de 2015, aprovado na 12ª Reunião, Extraordinária, em 05 de maio de 2015, nesta Comissão, para promover a inclusão do nome do Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, Senhor João Carlos Saad.

Autoria: Senador Hélio José

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Não havendo quem queira discutir, considera-se aprovado este Requerimento.

Eu queria passar a palavra, agora...

Na verdade, quem vai estar representando a Abra é o Sr. Antonik, mas primeiro quero passar a palavra ao nosso querido Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Televisão (Abratel).

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Senador Hélio José, cumprimentando V. Exª, eu cumprimento todas as autoridades presentes a esta audiência pública.

E acho que serei o primeiro que vai usar apenas os 10 minutos iniciais, porque eu queria apenas fazer algumas provocações com relação ao tema.

Já há algum tempo, eu venho, nas minhas exposições, nas reuniões de que eu participo, chamando a atenção para a necessidade de que não haja um apagão real, que a gente não apague a TV analógica no Brasil, que a gente tome cuidado para não apagar a televisão do Brasil.

Nós temos planos bem traçados, o Zerbone falou muito claro aqui que existem pontos críticos que são o planejamento e a execução e eu digo mais, a logística também é um ponto muito crítico com relação a garantir que, no mínimo, 93% da população brasileira tenham acesso à TV digital.

Hoje, muita gente – e a gente não está falando aqui apenas da faixa de população incluída no Bolsa Família, principalmente uma faixa que está entre o Bolsa Família e a classe média –, não tem noção do que é uma televisão em alta definição. E por culpa do radiodifusor, eu falava aqui agora com o Antonik, por culpa nossa, nós falhamos muito em divulgar, nós temos falhado e temos que fazer algo mais por isso. Porque basta que se conecte uma antena na sua televisão, em algumas cidades do Brasil que já contam com a tecnologia digital, que se vai ver uma TV em alta definição, livre, aberta e gratuita. Não precisa assinar, não precisa pagar mensalidade para ter uma televisão em alta definição.

E, é óbvio, se aproveitando dessa lacuna de informação, a publicidade que tem permeado a mídia brasileira em todos os seus formatos, é que HDTV é assinando a empresa X, e que TV digital é assinando a empresa Y. Muitas pessoas têm a noção de que só veem TV em alta definição se colocarem lá uma miniparabólica na sua televisão, pagarem mensalidade ou se colocarem um cabo num conversor na sua televisão e pagarem mensalidade.

Isso não é verdade. Mas isso não é verdade por ação dolosa de alguém, não, isso é ação de oportunidade.

Então, é um mea-culpa que a radiodifusão brasileira – e eu tenho certeza de que fala por todos –, de que nós precisamos divulgar mais. Todo mundo, em algumas cidades do Brasil que já contam com a transmissão digital, basta que tenha uma antena, de preferência externa, para evitar interferências, coloca lá e vai ter uma televisão em alta definição sem interferência, sem chuvisco e sem fantasma. E muita gente não sabe disso.

O que nos preocupa é que mais da metade da população brasileira ainda, ainda tem TV de tubo em casa. Muita gente ainda não tem uma TV nem daquelas primeiras televisões de tela plana, que também não têm um conversor digital, não, eu estou falando de TV de tubo.

Aliás, aqui, quero até fazer um comentário. Há cerca de dois anos, dois anos e meio, cada vez que chegava à sala de espera do Ministério das Comunicações, eu ficava um pouco ruborizado porque na sala de espera do Ministério das Comunicações a TV era de tubo. Então, se no Ministério das Comunicações ainda existe TV de tubo, imagina na casa de 200 milhões de brasileiros quantos contam com uma TV em alta definição. Nós precisamos acelerar, nós precisamos trabalhar mais.

O Gired tem feito um trabalho sensacional, a EAD tem feito também a sua parte, todos nós temos trabalhado, mas a importância desse dia, aqui, hoje é chamar a atenção para a necessidade de se fazer algo mais.

Existe uma faixa da população que não está contemplada com o Bolsa Família, mas também está fora da população que tem condições de trocar a televisão da sua casa, porque, senão, metade da população brasileira ou pouco mais de 60% mais precisamente não teriam uma TV de tubo ainda em casa. Essas pessoas não vão ter, ou não tem dinheiro ou não consta da lista de prioridades do que têm que fazer com seu dinheiro, condições para comprar um conversor digital ou para comprar uma nova televisão e elas não serão atingidas.

E eu gostaria, nessa minha provocação, não é uma exposição, de dizer uma coisa: em 2016, nós teremos eleições municipais no nosso Brasil, e, antes das eleições, nós teremos o *switch-off*, pelo cronograma, das regiões metropolitanas de São Paulo, de Belo Horizonte e, se não me engano, de Goiânia, também Goiânia está antes da eleição.

Nós corremos o risco não é de haver um apagão da televisão analógica no Brasil, nós corremos o risco de haver um apagão eleitoral, é verdade, porque os partidos hoje sabem disso, os senhores que militam na vida pública, na política, sabem o quanto é importante a utilização da propaganda política na televisão, o quão é valoroso aquele tempo de televisão. Os partidos fazem alianças aqui e acolá e se juntam e juntam os seus objetivos e as suas plataformas, para poder aumentar o seu tempo de exposição na propaganda política. Nós

corremos um risco muito grande de, na eleição de 2016, algumas grandes regiões do Brasil sofrerem um apagão eleitoral, as pessoas não terem acesso à propaganda política, porque elas assistem pela TV. Em São Paulo, em Belo Horizonte, em algumas outras grandes cidades, nós não teremos TV analógica, nós não teremos, na casa de muitas pessoas, uma televisão funcionando. Eu queria chamar a atenção para isso.

Eu acho que nós, radiodifusores, temos mais a fazer, mas eu acho que, mais do isso, a sociedade brasileira tem mais a fazer. Precisamos garantir, com toda a nossa força, que a população brasileira – não 93%, 93% é um número base, é um número que serve de base para as nossas metas –, nós precisamos garantir que 100% da população brasileira tenham televisão em casa, televisão livre, gratuita, democrática. Se ela quer assinar um outro conteúdo, se ela quer destinar uma parte dos seus recursos para assinar e para ter acesso a um outro recurso, ótimo, mas ela precisa ter acesso a uma televisão livre, gratuita e democrática.

Mais uma vez, eu quero parabenizar os órgãos responsáveis por administrar e gerir essa migração da televisão analógica para a televisão digital. Todos, juntos, têm feito – até porque esses órgãos são formados por radiodifusores também, por membros das telecomunicações – feito um grande esforço no sentido de prover essa transição da maneira mais eficiente possível, mas acho que temos que fazer mais.

Eu falava recentemente com a Presidenta Dilma, ainda no outro mandato, no final do outro mandato, junto com alguns radiodifusores, que, se todos os radiodifusores resolverem hoje procurar os fornecedores, os fabricantes de equipamentos de transmissão digital em alta definição e fizerem compras dos seus transmissores para digitalizar toda a sua planta, a indústria não tem condições de fornecer. Não há dinheiro para financiar isso. Não, mas há o dinheiro que está preso, está na Caixa Econômica. Eu não falo de acesso público à televisão digital, eu falo dos equipamentos que os radiodifusores precisam comprar. Se todos nós juntos dermos entradas com pedidos de transmissores digitais hoje, a indústria nacional não fornece, ela não tem condição de atender à demanda. Nós precisamos pensar isso. Nós queremos ter televisão digital para uma fatia da população, ou nós queremos ter televisão digital aberta, gratuita, livre para toda a população brasileira?

Nós, radiodifusores, não vivemos de assinatura, nós vivemos de publicidade, e nós vivemos da publicidade que se reverte em benefício para nós, os radiodifusores, quando essa publicidade é assistida, quando existe um sinal bom chegando à casa das pessoas; sem esse sinal, sem essa emissora tendo a sua difusão completa, até a casa do telespectador, nós, radiodifusores, não sobreviveremos, nós vamos sucumbir, e a televisão brasileira vai retroceder no Brasil, mesmo com alta tecnologia.

Era com isso que eu queria contribuir, com essa provocação. Acho importante refletirmos isso.

Quero agradecer a oportunidade de participar e dizer que a Abratel, a Abert e a Abra – permita-me, viu, Antonik, mais uma vez, usar o nome das nossas outras associações –, nesses últimos tempos, em processo de digitalização, as três associações estão unidas, estão sabendo do seu dever, da sua consciência, dos seus objetivos, estão unidas em prol de termos uma televisão digital ampla, democrática e, assim como sempre foi a televisão brasileira, livre e gratuita no Brasil.

Muito obrigado.

Era com isso que eu queria contribuir, com essa provocação e com essa reflexão para todos os senhores e senhoras aqui presentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria agradecer as palavras da Abratel e passar a palavra ao nosso próximo orador – deixe-me localizar aqui, na papelada aqui –, que é o nosso querido responsável pela implantação do sistema de antena digital, Dr. Antônio Carlos Martelleto, da EAD.

Com a palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MARTELLETO – Bom dia, Senador Hélio José, Senador Walter Pinheiro.

Eu vou começar pelo fim aqui, como o Zerbone falou aqui, quer dizer, o mais crítico, nesse projeto, é exatamente a parte de planejamento e comunicação, então eu trouxe uma apresentação aqui, mas não vou fazer, porque tudo que eu queria falar sobre televisão digital já foi falado, sobre os benefícios que vão ser implantados.

Então, vou começar economizando tempo aqui também.

Dentro do planejamento, há certamente a questão do orçamento, embora um orçamento grande, mas depende do que a gente planejar, isso aí pode ter alguma consequência para o objetivo final, que é o desligamento da televisão analógica até o final de 2018.

Então, a EAD foi construída agora em março de 2015, fruto do edital do ano passado dos 700MHz, e ficou, como obrigação das empresas que venceram a licitação, ser o operador do que está sendo definido para a digitalização. Então, esse é o objetivo da EAD.

Cinco principais objetivos.

O primeiro é promover a campanha de divulgação e também fazer as pesquisas que vão aferir os 93%. Então, esse aí é um objetivo, porque essa é uma condição, para que haja o desligamento, de que a gente al-

cance, no mínimo, 93%. Obviamente, o objetivo é alcançar 100%, embora a gente saiba que sempre há uma parcela que, no final, só toma a decisão de levantar e fazer a troca depois que o sinal é desligado. Então, esse é o objetivo número um.

O segundo objetivo é atender à população, para esclarecer eventuais dúvidas. Então, já existe um número 147 para já ir esclarecendo, está 24 por 7, como foi citado aqui; também existe um *site*, e há atendimento via *chat*. Então, esses já são elementos já implementados.

O terceiro ponto aqui é a distribuição do *set-top box*, algo bastante crítico, houve até agora um comentário de alguém que enviou uma sugestão. Então, além da definição do *set-top box*, cuja especificação técnica ainda está para sair, há toda uma questão envolvendo logística também, que vai ser definida, o que é crítico para uma boa implementação do projeto. Então, isso aí também é um outro elemento.

Como já foi citado, distribuímos as caixas, mas, mesmo que a faixa de 700MHz esteja livre, existem alguns canais de televisão que estão dentro dessa faixa de 700MHz. Então, é preciso haver o remanejamento desses canais. Então, também é obrigação da nossa empresa, a EAD, fazer esse remanejamento.

Por último, é a questão de eventuais interferência. Nós também vamos tratar isso aí para evitar problemas para os usuários da TV digital.

Então, basicamente é isso aí que é o escopo geral da EAD.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria agradecer ao Sr. Antônio Carlos Martelleto pela brevidade da exposição, colaborando com o nosso tempo.

Gostaríamos de chamar agora o Sr. Luís Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, falando pela Abert e pela Abra.

Com a palavra, Dr. Antonik, por favor.

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Eu queria cumprimentar o Senador Walter Pinheiro, meu ex-colega do sistema Telebras, pessoa pela qual tenho profundo respeito e é um dos grandes especialistas, e, em nome do Senador Walter Pinheiro, cumprimentar os demais.

Eu acredito que praticamente todos os pontos aqui com relação ao *switch-off* da TV analógica foram muito bem colocados por sinal.

Então, eu me preparei para mostrar a importância do que nós estamos fazendo.

Eu diria o seguinte: todos nós aqui nesta sala, alguns mais, outros menos, mas todos nós, nesta sala, estamos tratando talvez do maior projeto de alcance social que já aconteceu no Brasil: A TV alcança 98% dos domicílios, apenas o fogão a gás tem mais presença no domicílio do Brasil do que a televisão. A televisão é muito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – É, e então, nós estamos tratando aqui de um projeto de alcance social espetacular.

A televisão, até uns dois anos atrás, ocupava todo esse espectro aqui, nós tínhamos do canal 2 até o 69. Depois, com a definição da faixa de frequência da televisão, acabou que a televisão ficou com essa faixa aqui do meio, ou seja, dos 67 a televisão ficou com 37 canais.

Eu estou mostrando isso, para dizer aos senhores da complexidade do que nós estamos tratando. Por quê? Vamos ter que arrumar todas essas emissoras que estão aqui e aqui dentro dessa faixa. Já existem estudos para nós usarmos esses canais aqui: do 7 ao 13, mas, por enquanto, estamos nos concentrando aqui nessa faixa.

De que número estamos falando? Estamos falando de mais de 540 geradoras e mais de 13 mil retransmissoras de televisão espalhadas em todo o País. Dessas retransmissoras de televisão, cerca de 5 mil são secundárias, não são canais primários. Esses canais primários serão pareados apenas na frente. Alguns deles foram concedidos, recentemente, nos mutirões que foram realizados no Estado do Paraná, de Minas Gerais, na Bahia e em alguns Estados do Nordeste.

Então, o Ministério das Comunicações, por exemplo, tem um desafio enorme a sua frente para compatibilizar toda essa questão e conseguir que essas emissoras aqui possam ocupar esse espaço e possam se readequar dentro desses canais aqui que restaram.

Portanto, nós, radiodifusores, basicamente trouxemos para o Governo quatro grandes preocupações. A primeira delas, naturalmente, é a manutenção do serviço de televisão, quer dizer, as pessoas que estão vendo televisão têm que continuar assistindo à televisão.

Isso é uma coisa muito complicada. Por quê? O alcance do sinal digital não é tão bom quanto o do sinal analógico. Há uma emissora de televisão, por exemplo, na cidade de Curitiba, que atendia a região metropolitana de Curitiba com um *site* apenas, ou seja, ela tinha uma antena apenas e atendia, cobria toda a região metropolitana de Curitiba. No digital, ela cobre essa mesma área agora com oito *sites*, ou seja, além daquele *site* principal que ela tinha, ela instalou mais sete *sites* que reforçam o sinal.

Então, essa manutenção da cobertura é um fator fundamental. Por isso, os 93%. Mas pensem só: 93%, se eu fizer uma conta, sem muita ciência, na região metropolitana de São Paulo significa que um milhão e meio de pessoas ficará sem o sinal. Não é pouca coisa.

Como segundo ponto, a cobertura dos custos e readequação das TVs e das RTVs. Nós temos feito um grande apelo ao Ministério das Comunicações para que o Ministério das Comunicações desenvolvesse um programa de desburocratização. Esse programa está em curso, recebeu contribuições das empresas. Nós temos notícia de que o Ministério deverá publicar, em breve, esse programa de desburocratização.

O que acontece é que muitas medidas legais são necessárias para que as emissoras possam se readequar. Imaginem os senhores que, num exemplo hipotético aqui, numa pequena cidade no interior do Estado de Goiás, a população estava reclamando com o prefeito que não conseguia assistir ao futebol lá na Band.

O que o prefeito fez? Ele foi e comprou um retransmissor, procurou um canal vago no plano e instalou aquele negócio lá, na maior da inocência, sem maldade nenhuma. Mas o que acontece hoje? Aquela retransmissora daquela emissora, da Band, da Record, da Globo, da SBT, da CNT, aquela retransmissora não está burocratizada, ela não está registrada em lugar nenhum. Como que vamos digitalizar essa emissora? Então, o Ministério das Comunicações tem feito um trabalho aqui espetacular no sentido de criar condições para que essas retransmissoras de entidades públicas possam também ser digitalizadas.

O terceiro grande desafio é o acesso da população aos serviços: antenas, receptores e conversores. Para isso, o edital que vendeu a faixa prevê uma série de providências dentre as quais a distribuição de conversores de TV digital para aquelas famílias que fazem parte do programa Bolsa Família, mas o desafio é que vamos distribuir os conversores, não vamos instalar.

O edital não prevê a possibilidade de instalação – e não estou fazendo nenhuma crítica aqui ao edital –, mas vamos distribuir. Então, vamos ter que fazer uma campanha muito intensa, muito competente, para que as pessoas instalem essas antenas, receptores e conversores. Esse terceiro ponto me leva ao quarto, que é a proteção de serviço de TV digital.

A TV digital, no mundo inteiro, é interferida pelo LTE 4G. Se você aproximar o seu telefone celular da antena interna, sabe, quando você chega em casa, por exemplo, joga a chave em cima de um balcãozinho e põe o telefone em cima do balcãozinho, se você fizer isso junto a uma antena interna, o que vai acontecer é que o sinal da televisão vai desaparecer.

Então, nós temos aqui um megadesafio, que é dotar os domicílios tanto quanto possível... As emissoras têm feito propaganda espontânea na televisão todos os dias aqui, martelando, para que as pessoas instalem antenas externas, que são menos suscetíveis à interferência do LTE 4G na Televisão Digital.

Então, a proteção aqui passa também por uma série de outros fatores, mas um que é muito preocupante é esse quadrinho que eu estou mostrando para os senhores aqui. É um quadrinho, eu confesso que ele está bastante poluído, mas as informações são bem interessantes. Essas informações, aqui, do ano de 2015, são uma estimativa que o setor de radiodifusão fez para o setor.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Vejam só, nós vendemos 15 milhões de aparelhos novos por ano. Com acesso à TV digital, segundo as nossas estimativas, no final de 2015, nós teremos 55%. Então, está faltando ainda uma parcela muito grande. Como é que vamos fazer isso? Vamos distribuir o conversor e isso já vai fazer uma diferença enorme aqui. Mas vejam só que os números aqui são números muito importantes. E nós temos São Paulo, temos Brasília que é para amanhã.

O Presidente Luiz Cláudio Costa falou aqui que no ano que vem nós temos eleição, não é? No ano que vem a gente tem eleição e a gente tem Olimpíada. Então, desligar esse sistema realmente não vai ser alguma coisa fácil.

Eu sempre brinco com o pessoal das teles aqui, eu quero aproveitar e fazer a mesma brincadeira com o Martelleto: compre o Sonrisal, porque realmente vai ser um estresse, a responsabilidade que nós temos nas mãos aqui não é pequena.

Presidente, muito obrigado pela oportunidade de participar da audiência pública em nome da Abert e da Abra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., Sr. Luís Antonik, é com muita alegria que ouvimos V. Sª aqui.

Mais três perguntas importantes dos nossos internautas.

A Bia Barbosa, aqui do Distrito Federal pergunta: "Os beneficiários do Bolsa Família, como disse o Sr. Breve, caso queiram usar o conversor para interatividade plena terão que comprar o *modem*, conectá-lo ao conversor e contratar, pagar uma conexão banda larga? Isso não exclui a maior parte da população da interatividade prometida na TVD?" Só para consideração, quando for fazer suas respostas.

Ainda a Bia, de Brasília, diz o seguinte: "Sem a compra de *modem* e a contratação de uma conexão paga, que tipo de serviços serão disponíveis sem canal de retorno? Quão interativos eles são? Faltou convidar alguma representação da sociedade civil para a audiência, visto que os usuários são os mais interessados nisso."

Queria dizer a Bia que, com certeza, esse assunto continuará a ser debatido e vamos ouvir todas as pessoas envolvidas.

O Samuel da Silva Jesus, da Bahia – terra do nosso querido Senador Walter Pinheiro –, diz o seguinte: "É isso aí, o povo quer uma TV livre, gratuita e principalmente democrática". Samuel da Silva e Jesus Euclides da Cunha, Bahia, querido Walter.

Uma contribuição também aqui da nossa Diretora de Comunicação aqui do Senado Federal:

As emissoras públicas só chegarão ao cidadão de todo o País se for viabilizado o operador nacional de TV Digital a ser constituído com a finalidade de distribuir o sinal digital dessas emissoras: EBC, TV Câmara, TV Senado e outras. Uma fonte de recursos poderia ser os recursos de contribuição pagos para o fomento de radiodifusão, que precisa ser regulamentado.

Nós fizemos essa proposta de regulamento junto com o Ministério das Comunicações, em 2013, e o Governo ainda não regulamentou, [acho que essa é mais para você, Emiliano]. A TV Senado teria 5% desses recursos, assim como a TV Câmara. Os recursos do contribuinte estão bloqueados na Justiça, porque os operadores de telefonia entenderam que os recursos do Fistel não devem ser utilizados em televisão, mas isso não impede a regulamentação.

Hoje, estima-se que a contribuição terá, por ano, cerca de um bilhão e meio. Esses recursos poderiam ser usados para contratar uma empresa especializada, o operador, a distribuição dos nossos sinais e o Governo precisa regulamentar...

É porque a nossa querida Diretora é meio médica, sabe? (*Risos.*)

Gente, vamos ouvir o nosso Senador Walter Pinheiro e, depois, a gente vai retornar aos nossos palestrantes para as considerações e respostas.

Por favor, Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Hélio, primeiro, eu quero registrar o quão importante é esse debate, não só pelas exposições, mas, até, pela expectativa que a sociedade tem desse processo e por aquilo que foi largamente anunciado no País.

Eu me recordo, viu, Luis Roberto?, que, no ano 2000 – as pessoas falam muito de 2006 e tal, mas foi em 2000 –, eu participei de um debate em São Paulo, representando a Comissão de Ciências e Tecnologia da Câmara dos Deputados – eu era Deputado –, com os operadores no Brasil, com fabricantes do resto do mundo. Desde aquela época, a gente já tinha uma leitura clara do que era necessário, até pelo uso racional dos espectros de frequência, porque acho que esse que é o grande debate – é importante a gente lembrar isso.

Então, a introdução de diversas tecnologias, desenvolvidas principalmente ao longo das duas últimas décadas, todas elas foram trabalhadas na expectativa de a gente ver como usar algo que é o bem maior e que é finito. Esse é o drama. Não conseguimos ainda acertar a mão no rádio e, consequentemente, com a chegada do celular, isso se tornou ainda mais, eu diria, rígido, do ponto de vista da necessidade de um critério que pudesse trabalhar isso, aproveitando até o desenvolvimento, porque aí você tem um contrassenso, você avança tecnologicamente e começa a conviver com coisas ainda do passado.

Quando você falou da interferência, eu me lembrei que eu morei, Emiliano, logo assim que casei – eu era um jovem ainda de 18, 19 anos e entrei no sistema Telebras com essa idade –, lá no Caminho de Areia – o Emiliano sabe onde é, na Cidade Baixa, na cidade de Salvador. Atrás do Sesi, tinha uma torre da Rádio Excelsior, na rua Mário Augusto de Freitas. Lembro-me como hoje, ainda, o nome da rua.

É interessante porque, junto da torre da Rádio Excelsior – eu até ganhei um negócio de graça, porque bastava tirar o telefone do gancho e a gente ouvia a Rádio Excelsior –, o *drops*, como a gente chamava o fio *drops*, que chegava até a casa dos assinantes – ou seja, o par de fios, que naquela época era batizado de fio *drop*, um fio com um cabo, um plástico um pouco mais rígido, um PVC "imitation", para proteger mais o chamado fio rígido – funcionava literalmente como uma antena. Portanto, a ligação do seu ponto do telefone até a caixa de passagem no poste era, exatamente, a antena.

E eu ouvia, naquela época, os programas esportivos pelo telefone. Bastava tirar ali. Meio-dia, a gente ouvia Milton Nogueira, na Rádio Excelsior. E, para resolver o problema – o pessoal lá de casa reclamava, dizendo: "Você não dá jeito nesse negócio, não?" E eu disse: dou –, eu peguei um capacitor velho e botei ali. Pronto. Aí o telefone ficou livre. Na hora que eu queria ouvir a Rádio, eu tirava esse filtro, pois nada mais era do que um filtro, e ouvia minha rádio sem, necessariamente, gastar a pilha do meu rádio de cabeceira.

Portanto, essa mesma interferência... Eu me lembro que uma determinada vez, Emiliano, eu saí para ir ao trabalho e tinha uma família inteira de vizinhos me esperando na porta de casa para conversar, para reclamar

comigo. "Rapaz, toda noite a gente lhe vê aqui pelo menos com a sua voz. A gente não vê sua imagem, mas a sua voz aparece na TV da gente." Como eu era rádio amador, era PX naquela época, tinha também meu rádio em casa, então, todo dia que eu chegava em casa de noite eu ficava ali tentando me comunicar, não sei o quê. A antena do meu vizinho, que não era uma antena assim tão boa, não era nenhuma coca-cola, me pegava inteiro, ao vivo, só não em cores, porque não aparecia imagem, mas pegava o áudio. Então, eu tive que dar um jeito. Disse: no final de semana, eu subo e vou fazer uma antena para vocês. Comprei uns alumínios, serrei e tal, fiz a antena para o vizinho, dei uma antena de presente para ele para ele não ficar todo dia reclamando que eu estava empatando ele ver o Jornal Nacional ou ver a novela deles. (*Risos.*)

Isso não é por acaso. Estou dando esses dois exemplos para chegar exatamente neste momento de agora, que é o grande desafio. Vários testes foram feitos para a gente discutir principalmente uma das coisas que estava na Ordem do Dia, que era a liberação da faixa de 700 para o celular. Até que ponto essa interferência...

Nos dias de hoje, ouvir que, se eu colocar meu telefone junto da tevê, eu vou ter problema... Aí o cara imagina: "A gente avançou tanto e não conseguiu superar esse problema!" É aquela mesma lógica que a gente ouve sobre avião. Uma coisa que mais me espantava é que todo mundo dizia, fazia-se uma campanha enorme: rádio comunitária derruba avião. Se uma rádio comunitária...

Na época em que a gente aprovou o projeto aqui, eu fiz as contas: com R$10 mil você monta um bom transmissor de rádio comunitária, com uma boa estrutura e tal. Aí eu fiquei imaginando.

Os Estados Unidos gastavam, em média, US$10 milhões para produzir o Exocet para derrubar avião. Para derrubar avião, eles fazem um míssil, que é o Exocet, que custa US$10 milhões, e rádio comunitária custa R$10 mil! Vamos, então, vender rádio comunitária para os Estados Unidos com um transmissorzinho... Resolve o problema, entendeu?

Então, isso é fruto da interferência, que não é um debate qualquer. Nós avançamos tecnologicamente, mas a política de filtros... Nós estamos falando de algo – um filtro que eu produzi artesanalmente, na minha casa, usando um capacitor para escoar a interferência via radiofrequência que chegava no meu telefone – que não dá para fazer amadoristicamente com milhões de milhões de tevês no Brasil, que vão conviver com milhões e milhões de celulares. Se a gente fala que tem uma tevê em cada casa, hoje, é bem capaz de, em cada casa, cada membro da família ter mais de um celular.

Portanto, esse não é um debate qualquer. Esse é o debate que está no centro da proposta do que nós dissemos aqui. O que nós falávamos em 2002, em 2003, em 2005 e exaustivamente em 2006 é que nós íamos entrar com uma tevê digital no Brasil com alta qualidade. Aí vai para uma outra questão que é fundamental para as pessoas: que alta qualidade é essa que eu vou conviver como dilema de, em determinados momentos, não poder experimentar o que de melhor tem nessa qualidade da chamada TV digital?

A TV digital não foi só para esse negócio, mas vamos pegar por essa parte. No passado, quando a gente queria melhorar a qualidade da nossa imagem, muita gente colocava um Bombril na antena para tirar o chuvisco e a sombra. Não servia absolutamente para nada. Não sei quem disse às pessoas que aquele Bombril resolvia alguma coisa na antena. Nunca resolveu. Como a fé move montanhas, portanto, o sujeito não era um bule, como a gente chama, "homem de por café", então, se ele tinha fé de que colocando Bombril ia resolver o problema dele...

Esta é outra promessa: a promessa da qualidade. Então, nós temos que trabalhar para entregar às pessoas algo que elas vão ter efetivamente: a sua imagem sem chuvisco e sem sombra. Agora, o grande problema da TV digital, meu caro Zerbone, é que, na hora que eu conseguir resolver esse problema, eu não vou ter chuvisco nenhum, mas, na TV digital, ou eu tenho ou eu não tenho. Não existe imagem sem chuvisco. Ou melhor, imagem com chuvisco ou com sombra. É um ou zero, ou eu vou ter imagem ou não vou ter imagem.

Portanto, na hora em que chega a interferência... Alguém já deve ter visto, por exemplo, quando dá problema em uma dessas transmissões, principalmente em um jogo de futebol, no momento do ataque, aí, tchá! Depois, dizem, na tevê: "Deu um problema no satélite, não sei o que e tal..." Ou congela a última imagem ou você não vê absolutamente nada, porque aquilo não é nem sombra; são falhas.

No jogo de sábado, por sinal, um jogaço", Barcelona e Athletic Bilbao, num dos momentos de Daniel Alves, nosso craque da Bahia, aconteceu exatamente isso, em uma das transmissões de uma dessas tevês por assinatura. "Deu problema no satélite". Como você explica isso?

Outro aspecto importante. A TV digital não veio só para resolver o problema do chuvisco e da sombra, porque seria muito pouco. Isso feito, vamos voltar, de novo, para o exemplo. As pessoas que podem comprar um bom aparelho, não a tubo, mas um aparelho dos mais modernos... Estamos chegando no momento em que, em diversas etapas de produção, estão jogando fora agora... É muito comum, quando se vai comprar uma tevê, o sujeito dizer: "Esse modelo aqui é novo." O próprio fabricante, na mesma sequência, fabrica modelos diferentes, um melhor que o outro, na mesma semana!

Então, o debate hoje sobre a questão do plasma, por exemplo, é uma questão extremamente delicada. Aí todo mundo aprendeu agora, LED, LED, LED, e ainda tem o *all* LED. Portanto, nós vamos entrando em uma seara cada vez maior.

Se era para isso, a pessoa pega uma boa tevê dessas, faz um bom contrato, que ele pode pagar com uma empresa dessas o serviço de tevê por assinatura, e passaria a ter em alta resolução, não necessariamente com a TV digital, o serviço em casa, garantido por esse tipo de coisa.

O papel da TV digital era trazer outras coisas. Por exemplo, a interatividade. Portanto, no passado, nós dissemos que ia chegar a digitalização, ou a mexida no espectro de frequência. Melhorar o sinal de tevê era permitir que a tevê, que, até então, era unidirecional, passasse a ter a capacidade de ser algo interativo e desse o caminho de volta.

Portanto, Cid Moreira continuaria entrando em nossas casas e eu continuaria utilizando, Nelson Breve, um pouco, não tão breve, daquilo que vocês fizeram na Paraíba. Permitir ao sujeito que a televisão dele pudesse interagir com ele e ele interagir com a tevê. Ele ir buscar algo, ele mandar algo, ele enviar algo. Por exemplo, não só consultar serviço, mas pagar pela tevê; usar a tevê como muita gente hoje já usa o computador e o celular. A ideia era, nessa interatividade, caminhar para essa questão.

A terceira questão que eu quero chamar a atenção é que o outro aspecto da tevê tinha a ver com cobertura. Então, eu precisaria ter alguma coisa com qualidade, com interatividade e que continuasse chegando para todo mundo. Aliás, a tevê no Brasil tem essa proeza. Quando nós fomos fazer o debate no Congresso Nacional sobre essa questão da TV digital, eu e o Jorge Bittar, que hoje é o Presidente da Telebras... Eu brinco com ele, porque Jorge é mais velho do que eu. Chegou no Sistema Telebras antes de mim. Não sei se antes de Roberto, mas antes de mim ele chegou.

Na época, a Europa estava discutindo tevê sem fronteiras, um grande projeto patrocinado pela comunidade europeia, e o Parlamento europeu discutia isso. Nós somos ver qual era a experiência disso, assim como a própria experiência da tevê e do rádio digital na Europa. Eu fui com Jorge Bittar. Depois, até voltamos para discutir essa questão, que resultou em um dos projetos que apresentamos na Casa e que é lei hoje, a Lei do Audiovisual. Foi um projeto de lei de minha autoria e de Paulo Teixeira, e que Bittar ficou fora da autoria para ser o relator. Foi o famoso PL 116, que resultou na Lei do Audiovisual. Aliás, a SKY dizia que a gente estava fazendo um mal danado, querendo tirar sua liberdade de escolha, não sei o quê. Agora, estão faturando horrores. Precisaria fazer autocrítica, pedir desculpas a gente e tal sobre essa questão.

Quando nós tivemos lá, o grande debate... Eu estou falando da Europa; para chegar ao Brasil tem que juntar, pelo menos, ir a Portugal, Rússia, para tentar chegar num Brasil. Estou falando do ponto de vista da extensão e, ao mesmo tempo, somando-se a população. Nós temos um sistema que é robusto, um sistema relativamente eficiente, um sistema que funcionou, na tevê aberta, bancado pela publicidade, ou seja, não saiu do bolso do cidadão, apesar de ele pagar isso de outra forma – era ele quem comprava, enfim –, mas pode-se dizer que ele diretamente não pagava assinatura.

Como é que a gente fazia essa mudança? Qualidade, interatividade, cobertura. Garantindo isso, Roberto, ou seja, em cada casa, se encontra – em alguns lugares não se vai encontrar fogão – televisão. Eu me lembro que eu fiz essa brincadeira, na campanha de 2010, com o nosso Governador Jaques Wagner. A gente estava fazendo campanha em Caravelas, na Bahia. Em todo lugar que eu passava, eu chamava a atenção do governador: "Olhe para os telhados." Era parabólica para todo lado.

Na Bahia, inclusive, tem um povoado que se chama povoado da parabólica, que é Tracupá, em Tucano, onde as pessoas vivem da atividade laboral de fabrico de artefatos de couro, cinto, carteira. Eu uso uma que foi fabricada lá.

Para essa coisa da parabólica, eu chamei a atenção, na época, do Governador Jaques Wagner, candidato à reeleição, e eu candidato ao Senado. Eu mostrei a ele uma casa, Roberto, que não tinha nem todas as paredes, que tinha problemas sérios, o telhado meio que despencando, uma parede com aqueles blocos aparentes, sem reboco, uma parte comida. O sujeito teve que fazer um reforço de cimento e concreto para prender a parabólica dele. A casa não tinha nem parede ao todo, completando a lateral, mas a parabolicazinha estava lá...

Então, essa coisa da cobertura, como a gente faz para assegurar isso? Você tem essa coisa da campanha, vamos entregar *set-top box* e tal. Esta era uma outra coisa importante para a qual eu queria chamar a atenção: a cobertura.

A outra é a questão da mobilidade. O que nos foi vendido é que nós íamos mudar a faixa de frequência, nós íamos ganhar qualidade, interatividade, etc. e tal. E eu ia levar a minha TV digital na mão!

Mobilidade. Ajustar isso a este novo tempo, obviamente, com outras intenções, que eu quero depois tocar, pois não cabe a este painel aqui, o que significaria que mercado abre, por exemplo. Mas é a questão da

mobilidade. Como é que eu posso fazer isso de maneira que todo e qualquer celular, não só o *smartphone* – os recém-lançados, os mais baratos custam em torno de R$3 mil. Então, como vou ter mobilidade?

Há 280 milhões de celulares no Brasil, dos quais 80% são pré-pagos. Portanto, é um usuário que paga a sua conta, fazendo uma operação de crédito, controlando, ligando a cobrar para um, para outro. Tem sujeito que tem dois celulares exatamente por isto, para não ligar para números de operadora diferentes, para diminuir custos, enfim, esse é o um outro elemento que foi prometido.

Como é que nesse contexto, meu caro Zerbone, tanto o Ministério, como a Anatel, enfim, como é que essas coisas estão sendo trabalhadas de maneira que se possa garantir, entregar isso que foi prometido?

Ainda há uma outra questão importante. A TV digital – e foi por isso até que a gente terminou fazendo o projeto do audiovisual brasileiro, tentando estabelecer uma obrigatoriedade, meu caro Emiliano, para a produção cultural no Brasil – veio com uma característica importante: também induzir um aspecto fundamental de fomento à produção aqui no Brasil, produção de conteúdo. Tanto do conteúdo para essa mobilidade, que é um conteúdo diferente...

Por exemplo, ninguém fica assistindo uma hora e meia, por mais plástica que exista, ao futebol do Barcelona no celular. Passar uma hora e meia olhando pelo celular é brabo! Mas três, quatro, cinco gols de uma partida dessas você assiste pelo celular. Portanto, essa é uma produção de conteúdo novo. É uma outra mídia.

Eu conversava isso, Emiliano, outro dia com Nizan Guanaes. Eu disse: "Vocês foram os caras que, muito antes, na publicidade se acostumaram a isso." Uma publicidade no intervalo do Jornal Nacional não podia ser de cinco minutos. Era de segundos. Caro para caramba! Então, eles se acostumaram a colocar mensagens incisivas, contundentes e comunicantes em segundos. A mesma coisa nessa nova mídia por celular: coisas que o sujeito veja rapidamente etc. e tal. Portanto, essa é outra etapa fundamental, que combina tanto com essa etapa de produção do conteúdo como com a etapa de indução para a indústria.

O que da indústria nacional, meu caro Hélio, a gente pode absorver? A fabricação de *set-top box*? Espero que o *set-top box* possa ser vendido como é vendido o inversor trifásico para a gente tirar lá da Solar, como diz o outro, e ligar na casa do sujeito. Nos Estados Unidos, inversor trifásico vende-se como se vende *pen drive* na internet. Você entrou, comprou. Quero ver se a gente vai ter a capacidade para isso. E outra: para isso ser vendido dessa forma, precisa ser a um custo, a um preço acessível a essa massa que tem televisão em casa, que é uma parcela muito grande, mas que não tem a capacidade de ter ou a outra banda, como o Governo fez, pegou o pessoal que está no Bolsa Família, efetivamente esse pessoal vai ter a questão...

Aliás, do *set-up box* nós inclusive aprovamos aqui diversas medidas para trabalharmos o incentivo à indústria. Assim como o Padis, que é um programa que nós iniciamos em 2007, eu era Deputado ainda, inclusive está vencendo agora e estamos querendo renovar. Porque a grande promessa que os japoneses fizeram – e foi uma briga minha, a Ministra da época era Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil, e eu me coloquei contra os japoneses e fiz o debate. Participei ativamente da origem de recursos para surgir o Ginga, fizemos o debate da importância do sistema brasileiro de TV digital –, nada contra os japoneses, mas eu queria dizer que a promessa dos japoneses não ia se configurar. Eu disse isso à Ministra da Casa Civil, conversando com ela em uma reunião, eu e o Jorge Bittar.

Os japoneses prometeram uma fábrica de semicondutores para o Brasil. Eu fiz uma pergunta, na época, à Ministra da Casa Civil: onde tem fábrica de LCD e plasma no mundo? Foi essa a pergunta que eu fiz a ela. E já fui respondendo dizendo assim: não tem na Europa nem nos Estados Unidos, e só tem em quatro lugares na Ásia. Aí os japoneses prometem fazer isso aqui? Eles estão de olho fechado e a gente de ouvido tapado?

Essa banda é uma banda que aproveitamos pouco. Nós aproveitamos pouco a história do Ginga, que é hoje um dos instrumentos mais festejados no mundo, é um *software*, é um elemento capaz de casar qualquer coisa com outra coisa. Portanto, dá essa qualidade. E falo numa linguagem para que as pessoas nos entendam. A gente fica só falando em *middleware*. Não estou chamando ninguém de ignorante, mas esse é um defeito nessa área. A linguagem vai ficando permanentemente inacessível para qualquer um.

Esse é outro elemento para o qual quero chamar a atenção. Como é que eu caso isso para tirar exatamente oportunidades. Não estou dizendo com isso que vamos montar uma unidade para concorrer com os grandes no mundo nessa área de semicondutores. Mas o que fizemos? No Padis, no ano passado, conseguimos empurrar na lista a célula para energia fotovoltaica. Nós precisaríamos ampliar isso para você ter a capacidade de trabalhar essas coisas.

Na medida em que vou fazendo isso, eu também vou ajudando o surgimento de uma indústria periférica para atender as emissoras. Consequentemente, eu vou criando um mercado importante para o Brasil, para diversos equipamentos para essa área da TV digital.

Estamos falando de algo que é extremamente complexo, que é necessário, que mexe numa cadeia como um todo, mexe nos costumes e se encaixará em uma das pautas desse atual momento.

Outra coisa que é importante responder, eu vi aqui você falar muito na questão México, Estados Unidos, eu cheguei a viajar com o Ministro Hélio Costa, Julio Semeghini, que na época era Deputado Federal, o próprio Bittar, e fomos conversar com diversos países da América Latina para ganharmos escala ou parceiros: Argentina, Chile, Peru. Nas outras viagens com o Hélio eu acabei não participando, não podia ir.

Conversamos com a Colômbia, num encontro da UIT em Genebra, para tentarmos discutir uma posição em relação ao satélite, já que os colombianos estavam abrindo mão. Hoje até mais facilitado, porque o Ministro de Comunicações da Colômbia é alguém que já tem um certo nível de trato com o Brasil, era funcionário da Telefónica de Espanha, que opera no Brasil. Isso é importante porque precisaríamos para essa indústria, para essa escala ganhar os parceiros aqui no nosso continente.

Eu até me lembro que Hélio brincou comigo: "Você ficou contra e agora você tem que..." Sim, mas vocês passaram goela abaixo essa questão do padrão japonês. Eu só não posso é mentir para os chilenos, mas vou ver se eles vêm com a gente.

Então, assim, nós fizemos essa caminhada exatamente para buscar essa parceria para além do Brasil. E olha que estamos falando, volto a dizer, de um país que tem 95%, 96%, até algumas pessoas arriscam dizer 98% de domicílios com TV. Mesmo assim era importante que pudéssemos inserir uma Argentina, um Chile. Enfim, ganharíamos nessa escala e ganharíamos também nas outras questões, na produção de conteúdo. Todo o aspecto que ronda e que orbita nessa área da produção, nessa área da radiodifusão é importante para nós, para o Brasil não só entrar como líder, mas ao mesmo tempo fazer disso uma escala de negócio.

Por último, meu caro Nelson Breve, acho que seria importante o debate. Eu não falei das antenas, mas acho que essa experiência feita por vocês tinha que sair do eixo da TV Brasil e ganhar a política. Ser uma política pública patrocinada pelo Governo na TV digital.

Eu virei Relator da TV Brasil por um simples motivo, eu era autor do projeto de radiodifusão pública. Aí o Governo enfiou uma medida provisória, e quase eu mato o Governo. E disse: além de copiarem parte do meu projeto ainda vêm atropelando.

A medida provisória é assim: o Governo pega um projeto daqui de dentro, enfia uma medida provisória goela abaixo e nem cita que existe projeto de alguém aqui de dentro.

A ideia era exatamente muito mais ampla. O projeto nosso era de radiodifusão pública, envolvia, além da TV Brasil, outros aspectos. Dentre eles, pautar na TV digital outros serviços. Serviços de e-Gov, serviços de um modo geral, serviços de utilidade pública, que é uma coisa que todo mundo reclama. Nós aqui mesmo discutimos na semana passada como é que se usa.

Os radiodifusores inclusive se pelam nesse negócio: nós vamos pegar a programação e fatiar em pedaços. E tome informação! O debate envolvendo a nossa A Voz do Brasil. Portanto, como você faria isso. Discutir até a possibilidade de você fatiar A Voz do Brasil em três, quatro tempos durante o dia na programação: uma de manhã, uma meio dia, uma à tarde e uma à noite. A gente foi fazendo uma série de debates sobre isso e os chamados serviços que agora começam a entrar no grande debate do mundo.

Se eu vou chegar na casa do sujeito com um sinal digital com qualidade, então, eu posso também chegar na casa desse sujeito com serviços de qualidade desse novo tempo, que é o tempo do *smart*. Só que aí um vai para o *smart grid*, outro vai para o *smart silk*, outro para o *smart meeting*, o *smart health*. Na realidade, esse é um debate para o qual o mundo inteiro tem se voltado. E o setor de radiodifusão precisa entrar nesse debate. Essa é uma das lacunas que temos no setor de telecomunicações. Ou seja, o grande debate que estejamos hoje no setor de telecomunicações usando fibra é a última milha, é chegar à casa do sujeito. A TV chega por radiofrequência, mas chega. Esse é o problema.

Se a gente fizer uma conta aqui, o maior operador nacional que tem talvez o maior volume, ou melhor, a maior quantidade de última milha com fibra está em São Paulo. Mas não atende. Não sei se a Telefónica de Espanha tem isso. Vamos pegar a capital de São Paulo. Se hoje ela pode dizer que tem 25% da capital atendida. Não existe a menor possibilidade disso, não só pelo custo como também por outras dificuldades.

Portanto, esse é um elemento com que a TV Digital tinha que entrar no circuito. Até porque boa parte desse debate de banda larga nós estamos fazendo na combinação de fibra com rádio. A ideia de jogar os setecentos para cá é exatamente para permitir aquilo que foi mostrado ali bem claramente pelo Zerbone, ou seja, eu ganho um raio de cobertura muito maior, reduzo o meu custo.

Aliás, o pessoal tem insistido muito num dado interessante. A cidade de Tóquio tem mais antenas que o Brasil inteiro. A cidade de Tóquio, não estou falando do Japão.

Então, é óbvio que a utilização de 700 vai me permitir ampliar a minha cobertura e consequentemente reduzir a minha infraestrutura. Agora, eu preciso fazer esse *link*. Eu preciso dar efetivamente essa condição.

Esse é outro debate para chegar, Nelson, ao que vocês conseguiram montar ali com uma operação simples. Podem dizer: mas não sabem fazer. Não sabem o quê? Viram ali, todo mundo aprendeu rapidinho.

Essa é a mesma história de quando começamos a discutir aqui no Congresso Nacional pagamento com celular. Diziam que não iriam saber. Todo mundo que tem pré-pago faz uma operação de crédito. É um pagamento de celular.

Esse é um debate em que acho que a TV digital tinha que entrar de cabeça. Porque ela pode ser exatamente a porta de entrada.

Nós vamos ter um evento em Londres e no ano passado o Reino Unido fez uma grande licitação para serviços na casa do cidadão, que eles estão chamando de a medição inteligente. Vão medir gás, água e energia. Fazendo essa medição da eficiência nesse serviços, estão fazendo o caminho de volta, entregando às pessoas, no Reino Unido, não é em Londres.

Esse é um elemento, Hélio, por isso quero insistir contigo, é um debate importante, para sairmos... É bonito a beleza em *full* HD, você vai ver agora nitidamente se a sobrancelha foi mal cortada, mas esse é um detalhe à parte. É bonito assistir a um jogo de futebol com uma transmissão desse tipo. Mas acho que temos que aproveitar essa tecnologia e levar muito mais para a casa do cidadão que uma imagem em *full* HD.

Para mim, esse é o debate importante desse novo tempo. Isso cria mercado de negócios para os radiodifusores, amplia a nossa capacidade de gerar outro tipo de serviço. Olha o comércio eletrônico o que gerou no Brasil? O ano passado nós vamos bater a marca de 35 bilhões. Já imaginou se o sujeito que não tem uma loja puder fazer o comércio eletrônico pela TV dele? Qual é o problema? Pela própria TV, esse é o esquema. Nós não temos lá o *shopping* TV. Só que a pessoa vê, mas não pode interagir. Ele não tem como interagir. Ele pega o telefone para depois ligar ou ele pega a referência para entrar depois na internet naquele *shopping* que aparece na TV. Por que aquele *shopping* TV não é interativo, usando a TV digital?

Esse é o benefício maior. Superar os problemas técnicos, apontar a excelência do serviço, mas chegar com a ponta do tripé, que é importante, para transformar a vida das pessoas usando a TV digital.

Esse é o instrumento fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria agradecer as palavras do nosso querido Senador Walter Pinheiro, uma pessoa profundamente conhecedora do tema, pela relevância das palavras aqui colocadas. Representa muito bem os nossos 81 Senadores.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Presidente, peço licença para ir até à CAE registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu também tenho que dar a minha presença lá.

De qualquer forma, até o Senador Walter Pinheiro chegar, quero aproveitar e recordar as perguntas que aqui fizemos no início.

O tema que vem gerando preocupação é o canal de retorno que irá viabilizar a interatividade, que é o que o Senador Walter acabou de dizer.

Hoje temos a opção da rede móvel 3G e futuramente a 4G. Eu gostaria de perguntar para o Sr. Rodrigo Zerbone que também é conselheiro da Anatel: essa rede tem uma cobertura ampla, capaz de alcançar todas as residências que terão aparelho de televisão? Para ficar bem claro para os nossos telespectadores. No caso positivo, qual o custo que o cidadão deverá arcar para utilizar essa rede?

Para os representantes das emissoras, eu gostaria de perguntar o seguinte: podemos ter a certeza de que a cobertura digital será a mesma da analógica que temos hoje?

Todas as repetidoras já estão aptas a transmitir o sinal digital?

É bom que o nosso telespectador tenha clareza sobre esses fatos.

Há aqui também uma pergunta um pouco dura do e-Cidadania, da Srª Isabel Cristina Gregório – não vamos fugir da polêmica, deixem-na perguntar da forma até meio grosseira, mas vamos fazer aqui:

"Sério isso? Por que todos são obrigados a gastar dinheiro para ter esse sistema? Na minha modesta opinião, alguém está levando grana com esse *lobby*, porque não existe motivo para isso. Quanta urgência, que assunto seríssimo."

Essa é a afirmação da Srª Isabel Cristina, de São Paulo.

Ela vem falando aqui: "Me poupem, me economizem. Dinheiro de imposto pelo ralo."

Essa é afirmação que ela fez. Até em respeito ao cidadão que está nos assistindo no e-Cidadania, embora eu tenha achado a afirmação um tanto quanto dura, resolvi lê-la porque acho que nos ajuda.

Senador Crivella, seja bem-vindo.

Aqui no Senado, eu estava até mostrando para o meu amigo Emiliano o meu caso. Eu tinha que estar aqui às 9h presidindo a CCT, 10h na CAE – não sei nem quantas horas já são –, 11h na CE, 11h na CPI do Carf, 13h na CMO – sou Relator na CMO –, e à tarde no plenário. Então, a correria é muito grande. Por isso eu queria que vocês compreendessem, porque temos efetivamente terça, quarta e quinta uma grande programação simultânea.

Acho que poderíamos inverter a situação do início, para que as considerações fossem feitas, as afirmações fossem colocadas, as perguntas fossem consideradas.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso querido Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), falando aqui em nome da Abert e em nome da Abra, sobre tudo o que foi exposto, fazendo as suas considerações finais nesta audiência pública.

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Obrigado, Presidente.

Na verdade, eu queria reforçar a todos aqui a importância desse processo de que estamos participando.

Esta Mesa aqui, especialmente o Dr. Zerbone, o Dr. Emiliano e o Martelleto têm uma responsabilidade enorme. A responsabilidade é de todos nós, radiodifusores, fabricantes, mas os três têm um papel fundamental nesse processo todo.

O Dr. Zerbone vem conduzindo o Gired de forma muito eficiente. Se bem que ainda estamos no começo, mas grandes polêmicas já foram colocadas dentro do Gired. O Dr. Zerbone levou todas até o final de uma forma muito correta e muito boa.

Queria reforçar com o Dr. Emiliano e parabenizá-lo também por essa iniciativa do Ministério da Desburocratização. Por favor, acreditem, a questão das retransmissoras de televisão não é uma coisa trivial, especialmente das retransmissoras de entidades públicas, notadamente as ligadas às prefeituras.

É um assunto muito importante. Então, esse processo, Dr. Emiliano, que o Ministério vem fazendo de desburocratização vai ser fundamental. Veja só, não adianta nem eu ter o aparelho lá na casa do sujeito, uma anteninha externa, tudo instaladinho, se a retransmissora não puder funcionar. E também pedir que o senhor desse uma atenção bastante especial dentro desse processo todo, junto com a equipe para as RTVs secundárias. Milhares delas já estão instaladas e ainda nós precisamos pareá-las e legalizá-las para que elas possam entrar em funcionamento. Muitas delas já poderiam entrar em funcionamento.

Senador Hélio José, muito obrigado pela oportunidade de participar nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado, Antonik, seja sempre bem-vindo.

Eu queria passar a palavra agora ao nosso querido representante da Abratel, o nosso Luiz Cláudio Costa, presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel).

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Eu queria agradecer a oportunidade de estar presente aqui e aproveitar também para me dirigir ao Emiliano, que eu ainda não tinha tido o prazer de conhecer.

Quando falei da televisão, do Ministério das Comunicações era apenas para mostrar o quão distante estamos de chegar toda essa tecnologia que é oferecida. Isso foi em governo passado, recente, mas quero deixar claro que tão logo levei a reclamação ao Ministro, na outra semana já tinha uma TV digital funcionando.

Acho importante o que colocou o Antonik, mostrando toda a afinação das associações, essa questão dos canais secundários, das RTVs secundárias, que é extremamente importante. Se não encontrarmos uma solução legal para poder parear essas RTVs secundárias com canais digitais, vamos ter realmente um apagão da TV no Brasil. Existem milhares de canais de RTVs secundárias que estão no limbo, estão aí sem previsibilidade legal para continuar existindo. Então, esse é o alerta que nós juntos fazemos ao Ministério das Comunicações, alerta dotado de boas intenções, de preservar o acesso das pessoas à TV digital no Brasil, mais uma vez repetindo, livre, gratuita e democrática.

Mais uma vez agradeço a grande oportunidade de poder expor nossas preocupações, fazer nossas provocações e deixar claro o seguinte: Senador Hélio José, a iniciativa da audiência pública é louvável, mas infelizmente o tempo é curto e temos muito que discutir. Faço aqui uma humilde sugestão para que possamos repetir isso em outras ocasiões, ampliando o tema com a presença de representantes da sociedade civil, como bem foi reivindicado por um participante, parabenizá-lo pela iniciativa, parabenizar a Comissão de Ciência e Tecnologia por toda essa iniciativa, deixar um abraço carinho para o Senador Crivella, amigo de muito tempo, desde outros idos, agradecer o Senador Walter Pinheiro pela excepcional contribuição nos questionamentos, muito importantes de alguém que tem *know-how*, pelo menos alguém que sabe eliminar interferência. Acho que podemos consultá-lo para eliminar interferência, porque o seu capacitor funcionou naquela época e o senhor deve ter alguma carta na manga para eliminar interferência.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade. Para nós é sempre um aprendizado poder estar aqui. Agradeço aos companheiros que fizeram parte da Mesa. Estamos todos juntos aprendendo e superando obstáculos rumo à TV digital plena no nosso País.

Muito obrigado e até uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito obrigado, Luiz Cláudio. A Abratel sempre solícita conosco. Agradecemos.

Passo agora a palavra para o Sr. Antônio Carlos Martelleto, Diretor da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV (EAD). É uma importante função. Acho que está com você ajudar a descascar uma boa parte do pepino.

Vamos lá Martelleto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MARTELLETO – Agradeço a possibilidade de estar aqui conversando. Já vimos que existem n variáveis, estamos muito focados em questões técnicas, questões que conhecemos como os canais mapeados, questões de *set-top box* e questões que não conhecemos como algumas radiodifusoras que não têm uma licença oficial, pelo menos não está registrado. Então, tem várias questões envolvidas nas questões técnicas, que vão influenciar bastante nesse processo.

Acho que estamos bastante cientes do alcance deste projeto e temos que focar bastante todos juntos no processo de comunicação, com radiodifusores, com todo mundo, para que possamos fazer algo efetivo.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Sempre breve o nosso querido Martelleto, mas bastante contundente e realista.

Quero pedir licença para ler três requerimentos e depois os nossos três últimos oradores da parte do Governo irão concluir nossa palestra.

Sobre a mesa, tem o requerimento do nosso Presidente, Senador Cristovam Buarque.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 34, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro nos termos regimentais que a Audiência Pública aprovada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT por meio do Requerimento n.º 16/2015, que convida o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro Neto, para a realização de debates em torno do tema: "AGENDA E PRIORIDADES DO MDIC ASSOCIADAS ÀS POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE, NO BRASIL, PARA O BIÊNIO 2015-2016, seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, no próximo dia 9 de junho, terça-feira, às 10 horas.

Autoria: Senador Hélio José e outros

Gostaria de saber se algum dos Senadores e Senadoras gostariam de discutir o tema.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Só quero lembrar que dia 9 será impossível. Parece que a CAE já tem uma programação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Já está combinado com a CAE.

Não havendo mais quem queira discutir o tema, coloco em votação.

Os que concordam com a aprovação do requerimento fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 35, de 2015

– Não terminativo –

REQUEIRO, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, para debater a má qualidade dos serviços de telefonia móvel no Brasil e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pela população. Para tanto, requeiro que sejam convidados:

• Sr. João Batista de Rezende, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);

• Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações;

• Sr. Paulo Marcio Sampaio, Diretor-Geral do Instituto de Defesa do Consumidor – Procon-DF;

• Sra. Maria Inês Dolci, Coordenadora do Departamento de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTESTE;

• Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; e

Autoria: Senador Hélio José

Em data previamente definida poderemos realizar essa audiência pública.

Queria saber de V. Exªs, Srs. Senadores, se tem alguém que queira discutir o referido tema. (*Pausa.*)

Na ausência de alguém que queira discutir, fiquem como estão quem aprova o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado.

Último requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 36, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do Regimento Interno do Senado e em aditamento ao Requerimento n.º 24, de 2015 – CCT, que versa sobre a realização de Audiência Pública para debater a política de Universalização da Banda Larga no País, a inclusão do seguinte convidado:

– Senhor Carlos José de Almeida, Ilustríssimo Prefeito do Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o referido requerimento fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Gostaria agora de ouvir os nossos representantes dos órgãos governamentais, começando pelo nosso querido Nelson Breve, Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação S. A. (EBC).

O SR. NELSON BREVE – Bom, primeiro gostaria de responder a questão colocada pela Bia, sei que há outras questões envolvidas, mas é verdade. Da maneira como está configurado, não temos ainda um canal de retorno para esses equipamentos. Aliás, quem quiser depois dar uma olhada como funcionaria a interatividade na TV digital estamos disponibilizando equipamento nessa televisão.

Estamos tentando – e vamos ainda negociar com setor de telecom, porque também há interesse da parte deles, creio eu, de ter o canal de retorno em todos esses 14 milhões de domicílios – pretendemos negociar, acho que há interesse também do Poder Executivo, que essa janela de diálogo seja aberta com esses 14 milhões nos Municípios.

Creio que essa pequena diferença de R$200 milhões, R$15,00 por caixinha, vai ser resolvida ainda em tempo hábil para que possamos implementar esse projeto.

Só corrigindo um pouquinho a Virgínia, na verdade, são 400 milhões por ano, hoje. É verdade que há potencial de crescimento, mais antenas, mais dispositivos de comunicação por rádio. Com tudo isso, pode ser que a contribuição de fomento à radiodifusão pública possa crescer mais, sempre lembrando que há 20% da desvinculação de receitas da União. No caso da EBC, ainda há mais o Imposto de Renda atrelado a essa contribuição, já que ela foi considerada pela Receita Federal como receita própria da empresa e não como subvenção do Tesouro.

Eu queria só lembrar, a propósito do que disse o Senador Walter Pinheiro, que, quando fizemos aquele projeto lá em João Pessoa, tivemos vários parceiros: a Universidade Federal da Paraíba contribuiu bastante, a Câmara dos Deputados e a Câmara Municipal de João Pessoa, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e vários parceiros da iniciativa privada, das telecons e das empresas de tecnologia.

Senador Walter Pinheiro, depois do nosso piloto, a Câmara Municipal fez um piloto também, inclusive demonstrando a possibilidade de haver interatividade em relação às questões do Parlamento, ou seja, a possibilidade de o Parlamento ouvir mais a sociedade em relação às questões. Então, além das questões do Poder Executivo, também há democratização por intermédio da participação social na discussão do Parlamento.

Então, é isso. Acho que o nosso ponto de vista ficou claro. Estamos negociando para avançar e implementar o nosso projeto e tenho certeza de que há um grande consenso, tanto do ponto de vista do Governo quanto do ponto de vista dos setores que estão envolvidos nesse processo, da importância que é incluir essa possibilidade da interatividade para todas as famílias brasileiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria agradecer aqui o nosso querido Nelson Breve, pelas suas palavras e esclarecimentos, ao mesmo tempo em que passo a palavra agora ao Sr.

Rodrigo Zerbone Loureiro, Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired).

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Obrigado, Presidente. Primeiro, eu queria saudar o Senador Crivella.

Vou tentar responder a todas as questões colocadas. Eu queria começar com a questão colocada pelo Presidente, Senador Hélio José, sobre a cobertura do 3G e do 4G. Se eu entendi bem a pergunta, a questão é focada nesse canal de retorno e na abrangência dessa rede de 3G, 4G, se é compatível com a cobertura da televisão.

As coberturas são diferentes. Em alguns locais, você pode ter a cobertura 3G e não ter a cobertura da televisão. O contrário é até mais comum: você ter a cobertura da televisão e não ter a cobertura 3G ou 4G. Na maior parte das vezes, pelo menos nos distritos sérios das cidades, há ambas as coberturas. O 3G hoje está presente em todos os Municípios brasileiros. O 4G está em expansão e vai precisar dessa faixa de radiofrequência para se expandir ainda mais e chegar com uma cobertura próxima a do 3G e também a da televisão.

Aí eu venho para outra pergunta, colocada pela internauta: por que esse processo e por que o processo neste momento? É algo que eu coloquei *en passant* na minha apresentação, mas que precisa ser bem reforçado e esclarecido. Não estamos fazendo esse processo só pelo benefício de você ter uma imagem melhor, um som melhor, ou, como muito bem colocado pelo Senador Walter Pinheiro, todas as questões adicionais de interatividade, mobilidade e de multiprogramação colocados, que são possíveis de serem prestadas pela TV digital, mas, principalmente, também com a possibilidade que a liberação da faixa de radiofrequência traz para a ampliação do serviço de banda larga móvel de quarta geração no Brasil.

Como eu coloquei na apresentação, essa é uma faixa que propicia uma cobertura muito maior do que a cobertura que temos hoje, com a faixa de 2,5, que é o atual 4G, que está muito limitado aos grandes centros urbanos, por enquanto. Essa faixa de radiofrequência, pelas suas características, que vai ser liberada somente com o desligamento da TV analógica, não é liberada antes do desligamento da TV analógica. Então, precisamos desligar a TV analógica, para que essa faixa possa ser utilizada para a ampliação da cobertura de banda larga de quarta geração no Brasil, indo para o interior do Brasil e indo, inclusive, para algumas áreas rurais.

Mas não é só. Temos também, com essa liberação de espectro, a possibilidade de fazer a migração do rádio AM para o rádio FM, em grande parte do território nacional, principalmente nas grandes cidades brasileiras, onde o espectro é muito congestionado. Então, só com o desligamento da TV analógica é que conseguimos fazer essa migração da rádio AM para FM, nesses grandes centros, trazendo mais opção para os ouvintes e maior diversidade de informação e diversidade cultural no rádio brasileiro. Então, o benefício que temos dessa transmissão vai muito além do que uma imagem melhor e um som melhor a que a população vai ter acesso com o desligamento da TV analógica, com o sinal 100% digital.

Sobre as questões que o Senador Walter Pinheiro colocou, eu vou tentar falar de uma forma geral, passando item por item. Senador, a questão da interferência do celular na televisão, que é uma das possibilidades de interferência que nós temos, na verdade, a mais comum, até pela potência dos equipamentos, é da radiodifusão no celular, na transmissão do celular. Mas todas as hipóteses de interferência foram testadas, tanto em laboratório quanto em campo, e essa possibilidade, hipótese de interferência do aparelho celular na televisão também foi testada.

Até temos um vídeo, na Anatel, desse teste feito. Eu não o trouxe, mas, quando aprovamos o regulamento de convivência dos dois serviços, que trata das medidas de mitigação, das medidas que devem ser tomadas para que essa interferência não ocorra, na votação do conselho diretor, eu passei esse vídeo e ficou muito claro que essa é uma interferência é limitada. Por quê? Primeiro, precisa-se de uma antena interna; segundo, tem que ficar bem próximo para que ocorra a interferência; e terceiro, se você colocar um filtro que está na previsão da EAD de aquisição e de instalação, caso seja necessário, e que pode ser adquirido também no mercado com um preço muito baixo, fica praticamente sem interferência.

Você tem que encostar o celular na televisão, para que ocorra qualquer tipo de interferência, e é algo absolutamente inusual. Ninguém encosta o celular na televisão, na hora do uso do celular e da televisão ao mesmo tempo. Então, são hipóteses muito restritas e que têm previsão, inclusive, em regulamentos da agência, baseado em teste de convivência, de como lidar com esse tipo de situação.

Uma questão importante, colocada pelo Senador, é a questão da cobertura da TV digital. Isso tem relação direta com a questão das características da TV digital, comparadas com as características da TV analógica. Como o Senador colocou muito bem, na TV analógica, o sujeito pode receber com chuvisco, com fantasmas e, na TV digital, ou você recebe ou não recebe, não existe um meio-termo.

Essa questão da cobertura é um desafio e há dois lados. O primeiro lado é o desafio da recepção e capacitação, é fazer com que a população inteira tenha acesso aos equipamentos necessários para receber, mas

principalmente também pelo lado da transmissão, ou seja, as redes de televisão, as emissoras, as geradoras e as retransmissoras terem não a cobertura teórica, mas a cobertura real, equivalente à cobertura analógica.

Isso ultrapassa muito, inclusive, a competência e a capacidade do Governo. Isso depende de investimentos privados também das empresas geradoras e retransmissoras de televisão. Mas sobre isso tanto o Ministério quanto a Anatel estão trabalhando em conjunto com as emissoras de televisão para que possa ser instalada uma rede complementar para atingir a totalidade da cobertura atual da TV digital, lembrando que, como foi citado pelo Senador, a parabólica não vai ser afetada por esse processo, e aqui estamos falando apenas da recepção terrestre e a migração do analógico para o digital. A recepção por parabólica continuará naturalmente, sem nenhuma interferência desse processo assim como aquelas pessoas que só assistem a TV aberta por TV por assinatura também não serão impactadas por esse processo.

A interatividade também foi um ponto central na discussão do Gired e nas portarias dos ministérios que dão indicação da atuação do Gired com a escolha de um conversor, de um *set-top box* que será distribuído para o bolsa família que tem todas as características e condições de receber essa interatividade, lembrando que a interatividade – e isso foi questionado também – existe em dois níveis: a interatividade local, que é aquela mais restrita em que o telespectador só tem acesso àquilo que a própria emissora coloca na sua programação.

Então, por exemplo, está havendo um jogo de futebol e a emissora coloca também... Fica oculto, o telespectador consegue acessar pelo controle remoto, pelas funções do aparelho de televisão, a escalação do time; ele pode participar de algum tipo de votação, ou de algum tipo de informação adicional daquela programação que está sendo transmitida.

Entretanto, a interatividade plena depende do chamado canal de retorno. Isso só é alcançado por algum serviço de telecomunicações. Pode ser internet fixa, uma internet móvel e isso foi pensado como uma questão complementar, devido à limitação dos recursos alocados para o projeto, um projeto, nos recursos orçamentários da EAD, foram preparados todos os conversores para a possibilidade de receber essa interatividade plena, mas o serviço de acesso à internet, tanto fixo quanto móvel, tem que ser adquirido pelo usuário ou fazer parte de algum programa, de alguma política governamental ou de algum programa privado com empresas que tenham interesse em explorar esse mercado.

A questão também da indústria nacional faz parte de todo esse processo desde o edital de 700 mega-hertz, que tem, como no edital de 2,5, que foi o outro edital de 4G tem a previsão de limite de conteúdo local, que precisa ser investido, e isso tem até 70% de produção no Brasil e 20% de desenvolvimento de tecnologia nacional e pode ser usado para inclusive os equipamentos de recepção e, portanto, essa *set-top box* ser colocada aqui, que serão distribuídos para o Bolsa Família.

Nessa linha, a decisão do Gired de utilizar o Ginga C é algo fundamental também para a consolidação do desenvolvimento tecnológico brasileiro, já que o Ginga C é o padrão mais desenvolvido pela indústria nacional, isso foi garantido e essa decisão do Gired destravou todo o processo de decisão dentro do Fórum Brasileiro de TV Digital, que está correndo para fazer todas as padronizações e mandar isso para a ABNT, mas a utilização do Ginga C está garantida, o que devolve o Brasil para a liderança desse processo do Ginga dentro da América Latina, porque estávamos correndo o risco, e muitos achavam que estávamos sendo ultrapassados por outros países da América do Sul no que muito bem colocou o Senador sobre o esforço brasileiro de integração desse padrão brasileiro de TV Digital na América Latina.

A escolha agora do Ginga C e a massificação disso nos conversores e a tendência de levar isso também para os televisores, isso traz, devolve o Brasil para a liderança da interatividade no desenvolvimento do padrão Ginga na América Latina. Isso, obviamente, conversa com toda essa posição brasileira com os seus parceiros latino-americanos na condução dessa pesquisa e na implementação efetiva disso tanto no mercado brasileiro como no restante do mercado latino-americano.

As outras questões, principalmente sobre as que ficaram faltando, que foram colocadas no início, sobre a questão da acessibilidade, tanto o *closed caption* quanto a audiodescrição e todos os recursos de interatividade previstos em normas técnicas, tudo isso está garantido pela especificação colocada e decidida pelo Gired, e todas as previsões que estão nas diversas portarias ministeriais sobre a interatividade, recursos de acessibilidade estão previstos para o conversor e para o set top box que vai ser alocado para o público do Bolsa Família, e esse foi um tema central também de decisão do Gired.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria agradecer o Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro. Eu, como servidor público concursado, me orgulho de ver um jovem como esse da nossa Anatel, especialista em regulação, não é isso?

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Eu sou especialista em políticas pública e gestão governamental.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – EPPGG?

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero parabenizá-lo pela exposição e por honrar tanto nós, servidores públicos – eu também sou servidor do Unipoc.

Muito obrigado.

Eu queria passar a palavra ao Sr. Emiliano José da Silva Filho, Secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, representando o Exmo Sr. Ministro de Estado das Telecomunicações Ricardo Berzoini, para as suas considerações e colocações, para podermos nos encaminhar para o encerramento da nossa audiência pública.

O SR. EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO – Senador Hélio José, o Ministério se sente muito honrado de estar participando desse debate junto com a Anatel e todos os diretores de radiodifusão aqui presentes e destaca que tem sido uma preocupação constante do Ministério e da Anatel o debate com a sociedade brasileira sobre essa superação da TV analógica e a passagem para a TV digital.

Tem sido uma preocupação constante o debate com a sociedade brasileira e com o Legislativo. O Ministro Ricardo Berzoini tem vindo a esta Casa seguidamente. Hoje, por razões imperiosas, não pôde estar presente e me delegou a tarefa de estar aqui, representando o Ministério. Mas não foram poucas as vezes... Recentemente, o Ministro esteve aqui, nesta Comissão, inclusive, e na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Federal também e na Comissão Geral o Ministro Ricardo Berzoini esteve presente.

Ele tem atendido a quaisquer solicitações do Legislativo, por obrigação da tarefa pública do Ministério, e também porque tem a tradição de participação, como Deputado Federal, e o respeito que tem pelo Legislativo e pelo papel que o Legislativo tem no desenvolvimento de políticas públicas, e, nesse caso específico, da migração, da passagem do reino analógico para o reino digital.

Quero agradecer profundamente a iniciativa desta Comissão e dizer da alegria de estar aqui e de ouvir tudo o que ouvimos. Não há pergunta ruim, pergunta boa. É muito importante que a sociedade se manifeste e que desenvolva, inclusive, a crítica. Não há qualquer preocupação nossa. Ao contrário, ruim é se não houver a crítica. A crítica é sempre positiva, ela nos alerta seguidamente para os nossos erros eventuais. As críticas nos permitem correção de rumos, quando for o caso.

Nós estamos atentos a isso e queremos que isso se reproduza. Não queremos ficar escondidos dentro de uma redoma tecnocrática para decidir as coisas. Queremos é seguir adiante com essa interlocução permanente com a sociedade, e o Legislativo é essencial nessa interlocução.

Nós, entre 2013 e 2014, foram realizadas 25 reuniões técnicas e replanejamento em diferentes regiões do País. Foram 21 consultas públicas. Nasceram 524 contribuições decorrentes disso e resultaram na alteração de 1.195 canais digitais, 178 canais analógicos e na inclusão de 4.252 canais no plano básico de televisão digital.

Então, estamos trabalhando em uma perspectiva de intenso debate, capacidade executiva e debate permanente, e o Gired tem feito isso, tem articulado esse debate de maneira muito competente. Digo da competência do Gired enquanto um todo, e da particular competência do Rodrigo Zerbone, que, como disse o Senador – e vou usar uma expressão antiga –, é dos nossos melhores quadros. Tem sensibilidade técnica e tem também uma imensa capacidade política, que é essencial para dirigir um órgão como o Gired.

Não é uma tarefa simples. Nós ouvimos atentamente todos os que falaram aqui. Ouvi atentamente o Senador Walter Pinheiro, que sempre dá, sem qualquer diminuição dos demais Senadores, uma contribuição excepcional à área porque conhece, porque nasceu lá, porque veio lá do telefone rádio de que ele falou aqui. Até isso ele inventou. Um telefone rádio! Ele economizava o rádio em um telefone.

É meu conterrâneo, meu companheiro e tudo, mas sempre ouvi, além das outras contribuições...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É que fabricava o meu radiozinho. Você se lembra daquela garrafa de Qboa?

O SR. EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO – Ahã.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O velho rádio galeno.

O SR. EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO – Desde menino.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O velho rádio galeno.

O SR. EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO – Ali, quando você estava no subúrbio.

Ouvi atentamente a fala dele, as preocupações importantes. Zerbone já tentou e conseguiu, creio, responder a elas. É uma preocupação nossa.

Como ouvi atentamente as preocupações da radiodifusão em relação ao pareamento, é uma coisa que nos preocupa. A radiodifusão inventou uma terminologia muito positiva: as emissoras "não burocratizadas". Eu estou também querendo que isso seja aplicado às rádios comunitárias. As rádio comunitárias "não burocratizadas", tem de haver paridade nessa formulação. Isso vamos ver uma forma de acertar, são emissoras não burocratizadas que teremos de resolver. Está certíssimo! Já estamos trabalhando nisso, na minha secretaria estamos trabalhando na perspectiva de uma normativa que oriente isso. Temos sentido da urgência. O Jovino,

que é nosso diretor da área comercial, já está trabalhando com a equipe com essa preocupação mais do que justa, que o Luís Roberto Antonik, manifestou aqui.

Essa operação gigantesca em um país de 200 milhões de habitantes possibilita também coisas, e vai possibilitar... Porque não é uma operação tecnológica pura e simplesmente. O Pinheiro chegou a dizer isso – Pinheiro é intimidade –, o Senador Walter Pinheiro chegou a dizer isso muito claramente. Não é uma operação de natureza puramente tecnológica. "Estamos dando um salto tecnológico." É verdade que estamos dando um salto tecnológico, mas é muito mais do que isso.

Consideramos muito importante aquilo que foi dito pelo nosso dirigente da EBC, o companheiro Nelson Breve, e acho que esse apelo deveria ser ouvido com atenção pela radiodifusão, que esse dinheiro, que está judicializado, poderia perfeitamente ser utilizado para a ampliação e o fortalecimento da radiodifusão pública.

Creio que a radiodifusão vai ouvir com atenção isso e pensar nessa possibilidade para facilitar a vida da ampliação da radiodifusão pública no Brasil, que, creio, é interesse de todo mundo. É disposição constitucional a complementariedade entre o setor público, o setor privado e o setor estatal. É da nossa Constituição.

Penso que vamos resolver por esse caminho de uma atenção da radiodifusão com esse problema.

Há um recurso, que foi disponibilizado pelo Governo. O Governo não recolheu o dinheiro, este montante de 3,6 bilhões que garantirão ou pretendem garantir que este processo seja finalizado em 2018 com sucesso. Não temos certeza, para dizer muito francamente, se esse dinheiro vai garantir, mas a nossa expectativa é de que, sim, garanta todos os procedimentos que temos de adotar, sejam aqueles referentes ao conversor, que garantam ao beneficiários do Bolsa Família a antena, que nós também vamos disponibilizar; sejam esses recursos para garantir que a população mais pobre do Brasil tenha direito à televisão digital, sejam as outras operações que a EAD, que agora tem um diretor-presidente e que nomeado e que já está ultimando o conjunto da proposta para viabilizar o processo todo. Creio que esses 3,6 bilhões devem garantir todo o processo ou, então, na linha do que disse o nosso Nelson Breve, consigamos garantir que haja os recursos e acabar com essa judicialização dos recursos do Fistel.

Então, creio que foi uma reunião importante para nós, de aprendizado – para nós do Ministério e da Anatel –, e nós estaremos sempre à disposição do Legislativo, do Congresso Nacional, do Senado Federal, a qualquer chamado que recebamos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero agradecer o Sr. Emiliano José da Silva Filho; quero agradecer também nossa Diretora Virgínia Galvez, nosso Senador Walter Pinheiro e os demais Senadores que aqui passaram, a todos os presentes. Quero agradecer também à Égli e a toda a equipe da CCT, pelos trabalhos que vêm fazendo.

Quero falar que o Ivônio, nós querido servidor aqui da CCT, tem feito um relato de tudo o que se passa aqui e que fica disponível na próxima reunião. Com certeza, será divulgado o da audiência de hoje. E quero dizer a todos que têm interesse que, na página da CCT, pode-se obter as transparências, verificar tudo que foi aqui debatido.

Quero agradecer a todos e, não tendo mais o que encaminhar; nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2015.

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de junho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Angela Portela, Omar Aziz, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Delcidio do Amaral e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Comparece à reunião o Senhor Senador José Pimentel, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ivo Cassol, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, e Randolfe Rodrigues. Justifica a ausência o Senador Walter Pinheiro. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 336, de 2013**, de caráter não terminativo,

de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Autoriza a criação do Fundo de Aval para Investimentos em Inovação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (InovaMPES), e dá outras providências." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque designa o Senador Eduardo Amorim Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 429, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz , que "Dispõe sobre o subsídio para o serviço de banda larga e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 433, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo n.º 174, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FRATERNIDADE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 12, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PONTE ALTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA EDUCATIVA E CULTURAL ALTER-NATIVA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santarém, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE MONTE ALTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO ANTÔNIO GOMES DOS SANTOS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Hélio José Relator "ad hoc", em substituição ao Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 178, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GETSÊMANI DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata Verde, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cris-

tovam Buarque, designa o Senador Hélio José Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CENTENÁRIO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Omar Aziz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 21, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DIVULGAÇÃO DE NOVA LUZITÂNIA – FM (ACDNL-FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Luzitânia, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 168, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCADORA E CULTURAL DE EXTREMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Lasier Martins Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 119, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA CAMBUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Lasier Martins Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e onze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada um e a cada uma.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 09 de junho de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal juntamente com as notas taquigráficas.

Nós, hoje, tínhamos previsto uma audiência conjunta com a CAE para ouvir o Ministro Armando Monteiro. Ontem ele nos ligou – para mim e para o Senador Delcídio –, pedindo para seu pronunciamento ser adiado porque ele viajou com a Presidente para a Europa. A Presidente o convidou na última hora e é óbvio que ele tinha obrigação de ir.

Então, nós decidimos manter a reunião. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não o Delcídio; o Ministro Armando Monteiro que era pra ter vindo.

Então, nós combinamos de adiar, por uma semana, o pronunciamento dele aqui, a presença dele. E, em e vez de suspender a audiência em cima da hora, preferimos manter essa reunião, fazendo uma reunião ordinária, rápida, porque nós temos o Ministro Janine aqui ao lado, a partir das 10h, e, obviamente, alguns de nós vão querer estar lá, e a pauta é bem curta.

Em primeiro lugar, temos um não terminativo, cujo Relator é o Senador Perrella: o PLS nº 336.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, de 2013

– Não terminativo –

Autoriza a criação do Fundo de Aval para Investimentos em Inovação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (InovaMPES), e dá outras providências.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;*

2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 14/04/2015, 05/05/2015 e 19/05/2015.

Creio que vale a pena pedir a algum dos senhores que seja um relator *ad hoc* para não deixar esse projeto mais tempo aqui parado.

Algum se anima?

Com o maior prazer, Senador Eduardo Amorim; então é o item 1.

Temos mais um, do Senador Walter Pinheiro, que não está aqui, e outro também. Depois entraríamos na leitura dos projetos de autorização de rádio – só para leitura, sem votação porque não há quórum para terminativos.

Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, como já foi distribuído previamente o relatório, o parecer, vamos direto à análise.

Conforme disposto nos termos dos incisos I e II do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar acerca de proposições que tratem sobre desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica; e política nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Verifica-se que a matéria constante do projeto em tela está inclusa no rol de competências da CCT.

Inicialmente, cabe destacar que a Constituição Federal de 1988 prevê, entre os princípios gerais da atividade econômica elencados no art. 170, o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. Além disso, o texto constitucional traz, em seu art. 179, a determinação de que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensem às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado. O PLS nº 366, de 2013, coaduna-se, portanto, com a Carta Magna, em seu propósito de facilitar o acesso ao crédito por parte de empresas individuais e de pequeno porte.

Quanto ao mérito, o projeto preenche importante lacuna na política de apoio à inovação do País. Como bem diagnosticado pelo autor, a dificuldade de acesso aos programas de financiamento do Governo Federal por parte das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPEs) está entre os principais obstáculos para inovar. Essa dificuldade decorre da obrigatoriedade do oferecimento de garantias, sendo que, essas MPEs, em geral, não possuem ativos suficientes para avalizar o acesso a esses recursos em instituições financeiras e agências de fomento.

Para sanar esse problema, a proposição autoriza a criação do Fundo InovaMPEs, cujo principal objetivo será, justamente, a concessão de aval para financiamento de investimentos em inovação realizados por MPEs e empresas individuais.

Devemos notar que o Governo Federal já possui outros programas de estímulo à inovação voltados às MPEs, tais como o INOVACRED da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o BNDES-Inovação, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O principal objetivo do INOVACRED é oferecer financiamento às MPEs (empresas de receita operacional bruta anual ou anualizada de até R$90 milhões) para aplicação no desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços ou no aprimoramento dos já existentes.

Já o BNDES-Inovação tem como finalidade apoiar o aumento da competitividade das empresas brasileiras por meio de investimentos em inovação, auxiliando no financiamento a ações contínuas ou estruturadas de inovações em produtos, processos e/ou marketing.

Contudo, em ambos os programas não há previsão para concessão de aval aos financiamentos oferecidos, o que acaba por dificultar, ou até, excluir parte significativa das micro e pequenas empresas com potencial inovador. Logo, o Fundo InovaMPEs tem potencial para desempenhar o importante papel de complementação aos programas de estímulo à inovação já existentes.

O voto, Sr. Presidente, então, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Entramos nos projetos terminativos – para leitura enquanto não há quórum – relacionados à autorização.

O primeiro, Senador Eduardo Amorim, dos Senadores presentes, é o senhor na lista...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... para ler o PDS nº 12, de 2015.

Depois, Senador José Medeiros; depois, Senador Omar Aziz.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como o senhor ordena, vou procurar ser sucinto, já que o relatório é de nossa autoria também.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PONTE ALTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

O ato outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Ponte Alta, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos.

E, portanto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2015, Sr. Presidente.

Então, seguindo suas orientações, sendo sucinto no nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra ao Senador José Medeiros, para fazer leitura do Parecer do PDS nº 178, de 2014.

Havendo quórum, depois votaremos em bloco.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Que item é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 178, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação

Observações: O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, também já passo direto para a análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223, da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 178, de 2014, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Passo ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 178, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação da Radiodifusão Comunitária de São José dos Quatro Marcos para executar serviço de radiodifusão comunitária, no Município de São José dos Quatro Marcos, Estado do Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, poremos em votação posteriormente.

Senador Omar Aziz, o item 11 é o PDS nº 31, de 2015.

E eu queria solicitar, Senador, se o senhor estiver de acordo, que o senhor já faça a leitura *ad hoc* dos itens 12 e 13, pode ser?

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 31, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CENTENÁRIO FM ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação

Observações: O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Pode ser, sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dos Senadores Petecão e Valdir Raupp.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – A análise é pela aprovação; eu vou ao voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ótimo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 31, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Rádio Centenário FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – O senhor me pediu outro. É o item 12, do Senador Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É o PDS nº 21, de 2015.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 21, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DIVULGAÇÃO DE NOVA LUZITÂNIA – FM (ACDNL-FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Luzitânia, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Observações: O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 21, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Divulgação de Nova Luzitânia – FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Nova Luzitânia, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação também, Sr. Presidente.

E o item 13.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É o PDS nº 168, de 2014.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 168, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCADORA E CULTURAL DE EXTREMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações: O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 168, de 2014, não evidenciou a violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Educadora e Cultural de Extrema para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, na forma comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Em discussão os três pareceres. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, solicitando que ele faça a leitura do item 6, PDS nº 171, de 2014, de que ele é Relator. E aproveitaria para pedir que leia também *ad hoc* o item 4, cujo Relator é o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 171, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA EDUCATIVA E CULTURAL ALTER-NATIVA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santarém, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 174, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FRATERNIDADE ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações: Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pois não, Presidente, Senador Cristovam Buarque, Senador Hélio José, Vice-Presidente da CCT, Srs. Senadores, o item 6 trata sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 171, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Educativa e Cultural Alter-Nativa FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Santarém, Estado do Pará.

O voto é pela aprovação da Rádio Comunitária Educativa e Cultural Alter-Nativa. "Alter", aí, porque, em Santarém, a pérola do Tapajós, há a praia que foi considerada uma das dez mais bonitas do mundo por uma revista de turismo inglesa, a praia Alter do Chão. E eles aproveitaram aqui uma boa ideia de chamar a rádio comunitária de Alter-Nativa, em homenagem a Alter do Chão.

É pela aprovação, Sr. Presidente.

O item 4, cuja relatoria é do Senador Aloysio Nunes Ferreira, trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2014, que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

Da mesma forma, como o item anterior, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador. E agradeço a explicação do "Alter-Nativa".

Passo a palavra, agora, ao nosso Vice-Presidente, Senador Hélio José, a quem eu peço a leitura de um PDS de que ele é Relator – item 7 – e, depois, peço que faça a leitura *ad hoc* dos itens 8 e 10, por favor, Senador.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 17, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE MONTE ALTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 56, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO ANTÔNIO GOMES DOS SANTOS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 14, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GETSÊMANI DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata Verde, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações: O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2015 (nº 938, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Cultura de Monte Alto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo.

Relator: Hélio José.

Relatório.

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 17, de 2015 (nº 938, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Cultura de Monte Alto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sr. Presidente, eu dispensarei a leitura desses itens nos votos 8 e 9 porque são iguais. Agora, vou ao voto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 17, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova concessão outorgada à Rádio Cultura de Monte Alto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Agora, lerei o preâmbulo do relatório do item 8.

Da comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2015 (nº 1.548, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Antônio Gomes dos Santos para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador José Agripino.

Vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 56, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Antônio Gomes dos Santos para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Vamos, agora, ao parecer do item 10.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2015 (nº 849, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Getsêmani de Radiodifusão, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mata Verde, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Marcelo Crivella.

Sendo a parte inicial igual à já lida, vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 14, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Getsêmani de Radiodifusão, para executar serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Mata Verde, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos, Sr. Presidente, dos itens 7, 8 e 10.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador. Estamos quase concluindo.

Peço ao Senador Lasier que faça a gentileza de ler *ad hoc* os pareceres dos itens 14 e 15:

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 38, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 119, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA CAMBUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações: O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Pois não.

Sr. Presidente Cristovam, o item 14 trata da outorga de autorização à Associação de Proteção à Infância e à Adolescência para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia. A relatoria esteve com o Senador Walter Pinheiro.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 38, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Proteção à Infância e à Adolescência para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E o item 15 diz respeito à outorga de permissão à Empresa Cambuiense de Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. A relatoria esteve com o Senador Zezé Perrella.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 119, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à empresa Cambuiense de Comunicação Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador. Nós fizemos a leitura de todos os itens e estamos em condições de começar a votação nominal. Enquanto esperamos que alguns Senadores que estão na Casa e que pediram para serem avisados do momento da votação estejam aqui, se votarmos bem devagar, provavelmente conseguiremos ter os votos necessários. Caso contrário, suspenderemos os votos no meio.

Antes disso, até para ganhar tempo também, algum pronunciamento dos Senadores sobre algum assunto?

Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Srs. e Srªs Senadores e Senadoras aqui da Comissão de Ciência e Tecnologia, é com bastante tristeza que eu quero comentar aqui sobre os fatos ocorridos na última parada gay, de escárnio contra imagens, contra a cruz, contra desígnios religiosos, sabe, professor. Eu acho que o direito das pessoas à liberdade de escolha não pode partir para a agressão a símbolos religiosos, agressão a entidades, agressão a preceitos de igrejas. Eu me somo aqui aos protestos das igrejas – eu sou católico – evangélicas, católicas, espíritas, a todas as igrejas deste País e de todas as pessoas de bem deste País que estão realmente horrorizadas com o ocorrido.

Eu acho que as pessoas têm a liberdade de manifestação, mas não podem fazer esse tipo de situação que não colabora com nada, só tende a desgastar as relações, a desgastar eles próprios, que têm o direito de manifestar, que têm o direito de ter suas opiniões, mas que não poderiam ficar fazendo isso com os símbolos religiosos.

Era isso o que eu queria registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Algum posicionamento, Senador, sobre o assunto? Porque eu também quero comentar o assunto.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Ontem houve algumas manifestações já no plenário a respeito do tema, porque me parece que o objetivo da marcha era pedir respeito; falava sobre respeito. E eu vi ali um contrassenso, porque as igrejas geralmente fazem o seu trabalho de evangelização, e, principalmente a igreja Católica... Eu não vejo a igreja Católica partindo para o ataque; ela faz o seu trabalho. E eu diria que as igrejas, Senador – V. Exª citou todas aí –, fazem um trabalho neste País que, por vezes, o Estado não faz. Nas penitenciárias, por exemplo, vemos os índices de pessoas que são reeducadas e reinseridas na sociedade; as igrejas conseguem mais reinserir cidadãos do sistema penitenciário na sociedade do que propriamente o Estado.

Nos morros, eu já li uma matéria, se não me engano foi na *Folha de São Paulo*, em que houve um estudo de uma cientista, não sei se da Unicamp, falha-me agora o nome da universidade, mas ela falando justamente que, aonde o Estado não conseguia ir, as igrejas ali estavam, fazendo um trabalho social e tal.

Então, parece-me um contrassenso, uma coisa muito mais de baderneiros – aquilo lá para mim é baderna –, eu não creio que todas as pessoas do movimento que estivessem ali concordassem com aquilo. Inclusive, o Presidente do Conselho de Atenção à Diversidade Sexual do Estado de Mato Grosso, Sr. Valdomiro Arruda, que esteve na marcha, protestou e se mostrou contrário àquele tipo de comportamento. E eu até o elogiei na minha página da rede social porque é justamente esse o sentimento, a ressaca depois daquela marcha foi assim, a sociedade inteira torceu o nariz para aquela atitude, porque eu não sei em que contribui para o debate ofender a religião dos outros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador. Eu acho que o tema pode merecer muitos debates, mas para ganhar tempo da votação, eu vou começar a chamar os Senadores que aqui estão presentes.

Vou voltar a dizer que nós vamos votar em bloco todas as autorizações, porque todos os pareceres foram favoráveis; então vamos votar em bloco os pareceres.

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Pela aprovação do bloco.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, pela aprovação.

E, como V. Exª tinha aberto para que a gente falasse, eu tinha alguma coisa para falar, mas o mais importante é a votação agora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas falaremos; depois da votação, continuaremos aqui.

Senador Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Pela aprovação, Excelência, do bloco.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com os relatores, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Pela aprovação também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Vicentinho. Ele não está aqui, não?

Senador Edison.

Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com os relatores, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Voto com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, com todos os presentes e o meu voto também favorável, nós precisamos...

Pronto, chegou o Senador Marcelo Crivella, que provavelmente vai querer se manifestar sobre o assunto que estávamos conversando. Senador Marcelo Crivella, estamos votando em bloco autorização de rádios.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu estava assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Estava assistindo, então como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o relator. Então, está fechado, tivemos quórum. Agradeço muito aos Senadores que estiveram aqui presentes.

O Senador Medeiros terminou o que tinha a falar, e o Senador Aziz pediu a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Por favor, Sr. Presidente, até porque é pertinente a esta Comissão. Hoje um jornal de grande circulação, o jornal *A Crítica,* da cidade de Manaus, faz uma denúncia muito séria. Eu venho falando desde o primeiro dia, da primeira reunião, sobre o Centro de Biotecnologia da Amazônia, já discutimos sobre o CBA aqui, porque é um importante centro de conhecimento para a nossa região e para a nossa biodiversidade. Veja bem, o descaso do Governo é tão grande que até hoje não se avançou para se dar juridicamente o que o CBA representa.

A Suframa, que é o órgão responsável pela Zona Franca de Manaus, tinha um convênio até 2014. E, com as querelas políticas e sem orçamento, havia um convênio assinado com bolsistas, está se encerrando esse convênio, e eles não podem renovar, e o serviço e o trabalho ainda não foram feitos.

Eu faço um apelo aqui à Comissão para que seja encaminhado imediatamente ao Ministro da Indústria e Comércio, ao Ministro da Ciência e Tecnologia uma resposta; faço um apelo ao Governo Federal para que olhe com carinho. Nós estamos falando sobre um centro de pesquisa. Nós já estamos com um problema sério, porque a Presidenta Dilma vetou a Medida Provisória nº 660, que dava condições para os trabalhadores da Zona Franca de Manaus, da Superintendência da Zona Franca trabalhar com dignidade, repondo uma realidade que durante anos eles vêm reivindicando, e isso foi vetado.

E eu vou tentar de todas as formas... Quero contar com o apoio dos meus pares aqui no Senado para que a gente derrube o veto de uma grande injustiça que foi feita com os servidores da Zona Franca de Manaus; uma injustiça que há anos teria que ter sido corrigida e até hoje não foi corrigida.

E o Senado, Senador Cristovam Buarque, aprovou esta medida provisória à unanimidade. A Presidenta Dilma não vetou algo contra o Omar ou contra um Senador, votou contra o Senado todo, contra os 81 Senadores que ali representam o Brasil dentro daquela Casa.

Por isso, eu faço esse apelo. Estou solidário a estes pesquisadores que são tratados como pessoas de segunda e terceira categoria, não são respeitados pelo trabalho que fazem neste País e, principalmente, o conhecimento que eles poderiam dar sobre a nossa biodiversidade.

É este o apelo que faço a esta Comissão: encaminhe ao Ministro da Indústria e Comércio e ao Ministro da Ciência e Tecnologia uma resposta imediata para que a gente não deixe esses pesquisadores na mão, porque estão deixando estes pesquisadores neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, a Mesa acha muito pertinente a sua proposta e eu vou querer conversar com algum dos seus assessores para prepararmos os termos desta carta, que eu farei em nome da Comissão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem?

Hoje mesmo procuraremos alguém de sua assessoria para falar sobre o assunto.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quer ainda fazer algum pronunciamento? Continuar o assunto?

Estão aprovados todos os PDS que estavam em discussão.

Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu estava vendo do meu gabinete uma manifestação do Senador Hélio José, e eu gostaria de somar-me a ele.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Foi por ocasião da marcha daquela parada, da parada gay, em São Paulo, na qual houve um vilipêndio aos símbolos religiosos.

E eu, Sr. Presidente, recomendaria até um fascículo que saiu junto com a *Folha de S.Paulo*, domingo passado, que é de Voltaire.

A *Folha*, agora, a cada domingo, ela traz um livrinho sobre os pensadores. Semana passada foi Voltaire. E ele fala ali sobre o Tratado da Tolerância. Eu acho que estamos precisando ler isso. As guerras religiosas na Europa do século XVI foram uma tragédia que até hoje marcam a história da humanidade com sangue, desnecessariamente, porque a religião nada mais é do que o amor, é absolutamente contra a violência. Esporadicamente existe o fanatismo, a inquisição, a Igreja Católica já pediu perdão por isso. Nazismo, perseguição contra judeus, considerados, na época, assassinos de Cristo. E os judeus diziam que o pior momento dos doze anos de nazismo deles foi o dia em que os obrigaram a colocar a estrela de Davi, a usar a estrela de Davi. Eles que diziam isto. A partir daquele momento não tiveram mais paz: o sujeito saía na rua, o motorista passava e gritava; uma mãe com uma criança, humilhava. Eles tinham que ser identificados como judeus.

Uma coisa absurda: em uma universidade pública, agora, também querem identificá-los. Obrigar o sujeito a dizer, de ofício, "informe quem são os judeus que estão aí". É como se tivessem novamente colocando a estrela de Davi no uniforme, que, segundo os judeus, foi o momento mais triste dos doze anos de nazismo, daquelas piras ensanguentadas de Auschwitz-Birkenau, Lotz, etc. e tal.

Eu faço esta pequena reminiscência para dizer do alcance que tem quando católicos, evangélicos, o povo cristão do Brasil vê uma cena como aquela na parada gay.

Olha, eu confesso que, quando eu vi aquilo, eu até troquei do site, eu fechei os olhos porque me magoa, me machuca tanto de ver ali o desrespeito.

Nós somos uma civilização ocidental cristã e que precisa aprender a tolerância. São coisas que nós não podemos permitir que voltem.

Aliás, a história mostra, Senador Cristovam Buarque e meu companheiro José Medeiros, que o passado tende a voltar quando não há vigilância e a vigilância é essa. É a denúncia, é a tribuna, são os artigos, essas são as manifestações civilizatórias que nós podemos ter. Nós que somos, vamos dizer assim, as vítimas de uma agressão dolorosa, como foi aquela.

E eu associo-me ao Senador no repúdio que ele manifestou.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem, Senador, ao ouvir isso me vem a ideia de que a falta de respeito é um forma de intolerância também.

Intolerância não é só proibir a pessoa da prática de uma religião, é ofender também.

Então, nesse sentido, eu creio que foi um ato de absurda intolerância. Só que a gente não pode, também, em função disso, dizer que todos os que estavam naquela marcha, de que todos os gays, os homoafetivos, são responsáveis por aquele gesto.

Daí a importância, como o Senador Medeiros citou, de um dos líderes, no Mato Grosso, que denunciou e criticou. Eu espero que muitos deles façam críticas a esses gestos, pelo lado ofensivo que foi, e que reconhe-

çam que não é desrespeitando crenças que vai se ganhar um debate sobre preconceitos que agem algumas pessoas, também, das religiões.

Eu não generalizo, mas deixo também o meu protesto e espero que eles próprios isolem aqueles que fizeram este ato de desrespeito e, portanto, de intolerância.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Parafraseando o José Medeiros, eu citei aqui que cristãos, ao longo da história, praticaram crimes absurdos, no caso da inquisição e no caso do nazismo, uma civilização cristã.

Na ocasião da inquisição, a reconquista de Jerusalém, mas no nazismo consideraram os judeus como os assassinos de Cristo. Quer dizer, há, também, por parte de religiosos, no fanatismo, absurdos que mancham a história com sangue.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – E só para contribuir com o debate, Senador, é importante o que V. Exª citou aqui, que os próprios organizadores da marcha, nas próximas, tenham cuidado, por quê?

Ontem, o Senador Magno Malta mostrou um encarte, e essa marcha foi patrocinada pela Petrobras, um dos patrocinadores foi a Petrobras, que é dinheiro do País inteiro.

E a continuar esse tipo de comportamento, com certeza vai ficar difícil, a sociedade não vai aceitar dar dinheiro para aquele tipo de comportamento. Sem falar que aquilo ali se enquadrou em um crime, aquilo ali é injúria religiosa, um crime pesado; inclusive, a pena é de 1 a 3 anos, regime fechado e mais multa.

Então, é um tema sério, que os próprios organizadores – eu creio, não acredito que eles coadunem com aquilo, que eles concordem com aquilo – possam levar a sério esse alerta que V. Exª colocou aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado a todos.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2015.

Às dezesseis horas e oito minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Hélio José e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Vicentinho Alves. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, para tratar do tema "Marco Legal para o Desenvolvimento de um Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação (SNCI) no Brasil: Projetos em Andamento e Lacunas a Preencher", atendendo ao Requerimento nº. 17/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Emília Maria Silva Ribeiro Curi, Secretária Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Naomar Monteiro de Almeida Filho, Reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB; Rafael Lucchesi Ramacciotti, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria – CNI; e José Eduardo Krieger, Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo – USP. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às dezoito horas e um minuto, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Boa tarde para cada uma e para cada um.

Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de junho de 2015.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que hoje realizaremos uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2015, de minha autoria e de outros Senadores, que se destina a tratar do tema

"Marco Legal para o desenvolvimento de um Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação no Brasil: Projetos em Andamento e Lacunas a Preencher." O propósito é tentar ajuda naquilo a que esta Comissão se propõe nesses dois anos.

Secretária, como podemos abrir a porta ao Brasil para o mundo da inovação? Há um mundo dinâmico de inovação lá fora, e estamos acanhados do lado de cá. É preciso abrir essa porta. É preciso abrir essa porta por meio do envolvimento do setor privado, do setor universitário, dos institutos tecnológicos e científicos e da própria educação de base, sem o que aqueles de que falei antes não funcionarão bem.

Então, nós sabemos, do ponto de vista genérico, abstrato, o que é preciso fazer, mas estamos procurando luzes para transformar essas ideias em projetos legislativos, projetos de leis do Senado, talvez até incentivando para que surjam projetos também na Câmara dos Deputados.

Para isso, convidamos personalidades como a Srª Emília Maria Silva Ribeiro Curi, Secretária Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Sr. Naomar Monteiro de Almeida Filho, Reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia, o Sr. Rafael Lucchesi Ramacciotti, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria, e o Sr. José Eduardo Krieger, Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação da população. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou do Alô Senado, pelo número 0800612211.

Vamos passar às exposições dos convidados e, ao final, as Srªs e os Srs. Senadores presentes poderão fazer uso da palavra.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que assistem a esta reunião.

Cada expositor terá quantos minutos? Dez minutos? Quinze minutos?

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Quantos forem determinados. Se deixar, eu falo aqui até...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vocês que dizem. Quinze minutos? Não se preocupem, que eu não vou cortar a palavra.

Nesse sentido, então, passo a palavra primeiro à Emília Maria Silva Ribeiro Curi, a quem agradeço muito pela presença, pois sei que ela tem muito trabalho no Ministério, e, ao mesmo tempo, peço que transmita ao Ministro Aldo os meus agradecimentos por haver liberado sua presença nesta audiência.

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Obrigada, Presidente Cristovam, é com prazer que eu estou aqui.

Boa tarde a todos os meus colegas de Mesa.

Presidente Cristovam, quero deixar registrado que o Ministro Aldo gostaria de estar aqui, nesta audiência, mas, infelizmente, pela coincidência com a agenda da Presidência da República, ele não teve a oportunidade de estar presente.

É importante frisar que esta pauta é a pauta do ministério para o ano de 2015. O senhor acertou. A Comissão vai bem dentro do que nós estamos programando no nosso dia a dia.

A parte de inovação, desenvolvimento e conhecimento já foi contemplada na emenda constitucional que foi promulgada em fevereiro, aqui, no Congresso Nacional, com uma grande festa no plenário, onde nós tivemos a oportunidade de colocar alguns pontos importantes.

A comunidade científica e todo o setor produtivo do País receberam, com muito prazer, muita honra e muita alegria, a emenda constitucional, porque ela incluiu a palavra "inovação", porque o que mais buscamos hoje no País é inovar, tanto transversalmente, como verticalmente. A transversal é o grande objetivo. Queremos atingir a maior população possível com a criatividade que temos hoje, represada já há muitos anos, e a emenda constitucional veio nos favorecer.

Depois da aprovação dessa emenda constitucional, Presidente Cristovam e demais membros, nós já estamos revendo uma série de legislações, algumas dentro do próprio Ministério e outras em andamento aqui, no próprio Congresso Nacional. Essa revisão do marco legal no Ministério será constante de agora em diante, dada a iniciativa da emenda constitucional.

É importante frisar que uma parcela dessa revisão trata da questão da inovação para atingirmos um objetivo que nós ainda não conseguimos.

Presidente, esses dados são muito importantes porque são recentes.

Aqui está o valor de investimento do Governo e da empresa no nosso País com base em 2012, porque nós temos uma defasagem em *campi* que dá na questão do PIB, mas, se o senhor observar, o Estado e o empresariado vêm fazendo o seu papel com muita dificuldade. O nosso País ainda não tem a cultura de investimento do nosso empresariado em pesquisa, inovação. Investir em pesquisa e inovação ainda é muito difícil.

Então, esses dados do Ministério da Ciência e Tecnologia são de agora. Nós os compilamos e os colocamos hoje à disposição. É um dos dados da nossa página, que mostra que tanto o Governo Federal quanto os governos estaduais vêm investindo e que os recursos públicos são muito superiores em gastos para se atingirem objetivos de pesquisa, de P&D, e a empresa ainda não está engajada nesse porte.

Dentre esses entraves, não só a emenda constitucional, Presidente Cristovam e demais membros, nós fizemos, a pedido do Ministro Aldo... Aliás, isso virou histórico: todos os Ministros da Ciência e Tecnologia que ingressam no Ministério ficam preocupados com os entraves legais, os marcos que estão impedindo de avançarmos.

Dado o assunto, o Ministro foi além e pediu a contribuição não só de instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Letras, mas também da CNI, da Fiocruz... Depois, nós pegamos os nossos órgãos internos do Ministério e fomos a outros Ministérios e fizemos um apurado enorme com relação aos entraves burocráticos e vimos que o regime jurídico de compra e contratação é um entrave grande.

Importação de insumo para a pesquisa é outro grande entrave grande. Hoje, uma empresa de grande porte, uma multinacional que quer trazer um equipamento para o País paga todos os impostos como se fosse uma empresa do setor produtivo. Isso não deveria acontecer. Mas também há uma série de discussões que o Ministro está promovendo agora com o Ministério da Fazenda.

Recursos humanos para ciência. A parte do conhecimento e recursos humanos também é um grande estrangulamento, é um fator de suma necessidade.

Vemos aí o setor de energia nuclear. Nós não temos mão de obra para o setor de energia nuclear e também não temos mão de obra para segurança cibernética. Estamos buscando essas mãos de obra fora do País.

E o acesso à biodiversidade. Recentemente, foi aprovada, pelo Congresso Nacional, a Lei da Biodiversidade – festejamos sua aprovação com muita alegria –, que trouxe várias formas de destravar processos de pesquisa que já vinham sendo reivindicados há muito tempo, Presidente.

Como falei, a Emenda à Constituição nº 85 promoveu um avanço gigantesco na área de ciência e tecnologia. A meu ver, este ano de 2015 é um renascer na área de ciência e tecnologia no País, porque o Congresso Nacional tem participado ativamente das reivindicações do setor e o setor tem participado ativamente dentro do Congresso Nacional. A Emenda foi aprovada de uma forma muito rápida e com um nível de discussão muito elevado.

A Lei de Inovação que temos hoje, a Lei nº 10.973, que é de 2004, está sendo atualizada pelo PL 2.177 que virá aqui ao Senado Federal, provavelmente a esta Comissão, e estamos trabalhando nessa legislação, Presidente, há muitos anos. É uma legislação que já vem sendo debatida na Câmara há bastante tempo. O Deputado Sibá apresentou o texto final na semana passada e ela contempla um pedido... O senhor, que foi acadêmico, que foi das universidades, e o nosso acadêmico e pesquisador que está aqui ao lado sabem da grande dificuldade para se fazer pesquisa e comprar insumos, comprar equipamentos e, ao mesmo tempo, fazer uma obra. A dificuldade está que na Lei de Licitação só é permitido comprar, sem a exigência de licitação, até R$8 mil. Isto há anos. E com R$8 mil não se faz pesquisa com facilidade. E há dificuldade do setor de fazer licitação... Isso é dispendioso. Às vezes, é preciso fazer licitação para comprar um equipamento que custa R$10 mil. Isso não está nos nossos planos de desenvolvimento, porque não é possível expandir com esses entraves.

O projeto de lei esta contemplando esse tema colocando um *budget* de R$300 mil para comprar insumos, produtos, reagentes, equipamentos, obras, o que facilita muito, muito, muito as universidades federais e as instituições de ensino, as Ifes. O projeto também tem outro destrave que o Ministério da Ciência e Tecnologia apoia que é a dedicação dos professores, a DE, a dedicação exclusiva dos professores universitários nas empresas privadas, para contarem mais horas. Isso também precisa ser revisto. O que nós temos hoje de professores universitários e pesquisadores... O nosso núcleo pensante está nas universidades. Não há que se procurar em outro lugar. É natural que qualquer empresa que tenha algum entrave, que necessite que se estude algum ponto procure a universidade. E, hoje, os professores, nas universidades, têm uma grande dificuldade na parte da legislação para atuar nas iniciativas privadas. Isso é comum no mundo inteiro. Aliás, faz parte do processo da inovação a participação do professor.

Em São Paulo – não vou muito longe –, o professor se afasta por um período de tempo, ganha x de salário, volta e traz o conhecimento para a universidade. No Brasil, nós temos dificuldade com relação a esse aceite, mas o PL 2.177 está contemplando isso, e o Ministério apoia plenamente.

Já falei da lei de acesso ao patrimônio genético, que é a Lei de Biodiversidade, que foi aprovada e está destravando uma série de pesquisas que, antes, levavam muito tempo para serem aprovadas no Ministério. E nós também temos outras leis que são conhecidas de todos, como o FNDCT, a Lei do Bem, a Lei de Informática.

Nós também estamos mais dedicados à propriedade intelectual. Nós temos, no Congresso Nacional, alguns PLs em tramitação, que coloquei ali e que o Ministério vem acompanhando de perto. São projetos fragmentados, mas muito importantes também para o destrave no setor. Porém, é preciso melhor avaliá-los, melhor acompanhá-los no processo como um todo. Se pudéssemos debatê-los mais à frente neste plenário, nesta Comissão, isso seria muito importante para o País.

O que está sendo feito no Ministério é a atualização da parte de inovação, do termo de inovação que está na Constituição. Nós temos uma legislação para rever, a fim de fazer o nosso Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para os próximos 20 anos. Há uma preocupação do Ministro Aldo em mandar esse projeto de lei para o Congresso Nacional o mais rápido possível, para que possamos ter uma perspectiva futura de inovação, e não um entrave, sem distorcer as situações que ficam estanques, porque a inovação, a pesquisa, a ciência é muito dinâmica. Ela não é fruto de uma situação estanque. Muito pelo contrário, ela é mutante. Por conta disso, nós temos o desafio de fazer essa norma geral dentro do Ministério, com um debate com a sociedade, é claro. Pretendemos abrir acesso a uma consulta pública dessa proposta de legislação para que todos participem. Ela é muito importante. Em breve, nós vamos debatê-la no Ministério.

Eu já havia falado do Marco Legal da Lei de Biodiversidade. A atualização da Lei de Inovação, que está no 2.177, para as indústrias, é muito importante.

Nós temos uma interação enorme com uma empresa, uma organização social criada pelo Ministério, que se chama Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial). Essa empresa tem 66 projetos pilotos já em andamento e faz contato com duas empresas, das quais participa injetando recursos.

Nós temos investimentos de 100 milhões, ainda neste ano, para gastar em inovação, e esses recursos contam com a participação da Finep. Os recursos da empresa também já estão dentro do nosso contrato de gestão e estão vinculados a um termo aditivo para este ano, somente este ano. Para o ano que vem, nós estamos discutindo, porque, no ano que vem, vai ocorrer a assinatura do contrato de gestão da empresa para os próximos cinco anos. Essa é uma empresa muito importante que só tem obtido sucesso na área de inovação com as empresas. Nós acreditamos que essa organização social vai nos auxiliar muito no encaminhamento da inovação dentro das empresas, além de nos ajudar a sair daquele foco baixo de investimento e inovação, pesquisa e desenvolvimento nas empresas. Ela está nos auxiliando. É uma consultora, um braço para que possa ser feita uma interação mais próxima.

Aqui estão algumas instituições que fazem parte, que estão em conjunto com ela, e que nós também vamos acompanhando no dia a dia.

A expansão das universidades federais também está prevista no Pró-Infra, um programa muito importante de infraestrutura para os processos de pesquisa. A evolução de 2002 para 2014 é considerável, e pretendemos fazer com que elas avancem. Mesmo com a crise que temos no País hoje, com a nossa situação econômica em fase de revisão e avaliação, acreditamos – este é o nosso pensamento, não é, Prof. Milioni? – que é com as crises que crescemos. É na crise que se cresce.

Se alguém vai aos Estados Unidos e visita a Califórnia, percebe que aquelas empresas, para chegarem aos monstros que são hoje, tiveram inúmeras falências e passaram por inúmeras dificuldades para se inovarem. E a inovação também vem da dificuldade. E dessas dificuldades que vamos ter agora para frente, de recursos, nós teremos a criatividade para crescermos mais na área de inovação. A ideia é de 63 – estamos com essa previsão –, mas vamos passar, para 2016 ou 2017, para muito mais do que isso. É uma prioridade do Ministério.

Agora, dados que interessam ao nosso Cristovam, nosso educador.

A evolução dos programas de pós-graduação no País é considerável, a dedicação em recursos humanos, o programa Ciência sem Fronteiras e o interesse em fazer uma evolução de mestres e doutores na pós-graduação é enorme. Sabemos que ainda temos déficit de mão de obra nessa área de pós-graduação, que ainda há o que crescer, mas nossos números são consideráveis.

(Soa a campainha.)

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – A regulamentação... Como falei, vamos fazer uma audiência pública para que a sociedade participe.

Quero agradecer a oportunidade. Falei rapidamente. Daria para falar muito mais, dos polos tecnológicos, dos parques tecnológicos, mas ficamos voltados aqui para a questão legal, legislativa, porque o Congresso Nacional tem dado um suporte imenso, tem sido um local de debate muito importante para o Ministério, e pretendemos estar mais aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu que agradeço. O tempo foi curto, mas, no final, vamos ter tempo para continuar esse debate.

Passo a palavra agora ao Sr. Naomar Monteiro de Almeida Filho, Reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia.

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Boa tarde a todos e todas.

Eu queria agradecer ao Prof. Cristovam, parceiro, desde o começo, em uma experiência que está em andamento. Minha contribuição será justamente... Ao revisar o conceito do Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação, apresentado neste pequeno documento, descobrimos, com satisfação, que, há bastante tempo, a gente já vem trilhando caminhos convergentes.

Tenho a satisfação de mostrar um experimento em progresso muito dentro da linha aqui incorporada: a Universidade Federal do Sul da Bahia, que tem como proposta enfrentar os quatro grandes desafios da universidade brasileira, que são desconstruir a educação como fator de exclusão social, superar conceitos elitistas de excelência e autonomia, que tanto têm prejudicado o avanço da inteligência nacional, integrar sistemicamente a universidade ao campo social da educação e recriar a universidade pública no protagonismo de novos modelos de desenvolvimento.

Evidentemente, os inspiradores são Paulo Freire, Milton Santos e Anísio Teixeira, que, há muitos anos, já desenhou essa universidade com esses temas ousadamente antecipados, mas, em especial, com a integração plena ao sistema de educação, que talvez seja a principal lacuna, que também é objeto desta nossa discussão hoje, em relação a conhecimento e inovação na sociedade brasileira.

Em se tratando de instituições interiorizadas, acrescem-se ainda alguns elementos de dificuldades. Um deles é o fracasso no sucesso: a exclusão de jovens do território onde uma instituição se instala pelo fato de ser excelente. Abundam exemplos de grandes iniciativas que trazem pouca contribuição para o território no entorno. Os grandes cursos em áreas tecnológicas que estão no interior do Brasil, pode-se procurar, não tem jovens do entorno. Nesse caso, o Plano Nacional de Educação tem metas muito claras que chamam a universidade para contribuir.

E toda a discussão em curso sobre a Pátria Educadora já define uma linha de ação: mudanças curriculares, educação em tempo integral e formação de professores tendo como foco, principalmente, o ensino médio, que é o grande gargalo na formação no Brasil. E, dentro desse gargalo, a questão da formação do docente. Aqui é o dado baiano, Estado brasileiro campeão na função docente sem licenciatura. Quer dizer, há uma proporção insuportável de docentes sem formação.

Nossa universidade situa-se exatamente na parte média da costa brasileira.

Aqui é o mapa do Brasil numa perspectiva sul-sul, onde a costa brasileira tem uma enorme lacuna e onde havia uma lacuna bastante intensa na oferta de educação superior, zero vagas em educação superior até o ano passado.

A nossa base principal, a Reitoria, fica em Itabuna, temos *campus* em Porto Seguro e em Teixeira de Freitas, mas cobrimos todo um território de 48 Municípios, com 1,5 milhão de habitantes e meio milhão de jovens na população escolar.

Iniciamos a instituição discutindo valores, que são estes quatro, com especial destaque para compromisso com a educação básica. Isso faz parte de uma carta de fundação, um documento que as universidades brasileiras deveriam se esforçar para formular.

Nosso modelo é simples, de regime letivo quadrimestral, em vez do semestre ficção, que a maioria das universidades adota e que faz com que a instituição fique ociosa cinco meses e meio.

O modelo é de ciclos de formação, currículos modulares e flexíveis. Vou mostrar o exemplo de cobertura territorial num modelo já consagrado em muitas partes do mundo, em especial naqueles locais que tem alta concentração de produção científica e tecnológica, uma estrutura organizacional superleve e a distribuição geográfica no território das unidades.

O modelo de ciclos de formação é por bacharelados e licenciaturas interdisciplinares já adotados por 18 universidades brasileiras, com pioneirismo na Federal do ABC. A nossa universidade oferece esse modelo em uma expansão para as licenciaturas e os bacharelados.

O modelo é simples: um primeiro ciclo, de três anos, onde os jovens podem escolher bacharelados já definidos por grandes áreas ou uma área básica de ingresso, e a escolha pode ser feita em seguida, promovendo-se uma permeabilidade entre os cursos de primeiro ciclo.

Esses cursos são oferecidos em colégios universitários, numa rede municipalizada, ou, então, nos três *campi*, sendo que o segundo ciclo, a formação profissional, e o terceiro ciclo completam esta formação, só que se dá ao jovem o poder da escolha. Essas unidades centralizadas estão sendo implantadas em Municípios com mais de 20 mil habitantes, mais de 300 egressos do ensino médio público, em periferia urbana, quilombos, assentamentos, aldeias indígenas, usando tecnologia: uma rede digital com programas metapresenciais de formação geral.

A estrutura geral é uma rede de colégios universitários, coordenada por um instituto de humanidades, artes e ciências – implantamos três –, como passagem para centros de formação específica.

Essa é a nossa estrutura. São seis centros de formação, em três campi, e 36 colégios universitários como projeto. O acesso é pelo Enem, todos. Com relação a cotas, conseguimos ler a legislação que diz que é um mínimo de 50% para alunos de escola pública, praticamos acima deste mínimo nas sedes, e 85% nos Municípios, sendo que a entrada para o segundo ciclo também se dá sob a forma de convênios com universidades com estrutura similar à daquelas 18 instituições que trabalhamos.

Assim, os alunos têm certificação intermediária de formação geral universitária, diploma de bacharelado e licenciatura e passam a cursos de segundo ciclo com uma incentivada mobilidade entre esses cursos, de modo que é possível termos uma formação de professores no primeiro ciclo, aplicando as quatro áreas do Enem e acrescentando-se artes e suas tecnologias e algumas inovações na pós-graduação, em especial a residência pedagógica, que faz parte de todo um leque de residências em todas as áreas: residência empresarial, ambiental, rural, até de residência médica.

Modelo pedagógico baseado em equipes docentes, aprendizagem ativa, baseada em problemas e em projetos, e um sistema de tutorias.

E aqui está o perfil do egresso das licenciaturas interdisciplinares.

Não é possível o Brasil avançar formando de modo disciplinar e fragmentado os docentes que vão compor os quadros científicos, técnicos e artísticos do futuro.

Essa é a estrutura simples e direta da formação geral, com muita escolha, de modo que o aluno pode entrar com a intenção e descobre sua vocação, inclusive a vocação na educação.

O sistema de aprendizagem compartilhada em equipes de aprendizagem com residentes supervisionados por tutores, e a universidade destina, dos seus quadros, a orientação e a coordenação de práticas pedagógicas, levando a sério aquela ideia de que educar é uma gestão dos processos de ensino e aprendizagem.

A carga horária é a mais leve possível, com modelos modulares, grandes blocos, formas mais integradas e mais holísticas de definição.

No momento, estamos com 1.610 alunos, começamos em setembro do ano passado. A previsão para este ano, se os cortes e contingenciamentos não nos abaterem, é de 2.160 alunos, com 163 professores já trabalhando. E notem a proporção: se completamos as 90 vagas do concurso, teremos duzentos e poucos professores para 2.160 alunos ingressantes. É a razão aluno/professor mais elevada de todas as instituições públicas ou privadas nesse formato. E um detalhe: 100% de doutores neste momento. Nós e a Federal do ABC somos as únicas universidades do plano federal que têm essa proporção de doutores. As estaduais paulistas não contam, porque já fizeram esse dever de casa há 15 anos.

A estrutura organizacional é supersimples. São quatro pró-reitorias, contrastando com as até 12 ou 13 de outras instituições, uma pró-reitoria de TI e uma de sustentabilidade, um conselho estratégico social, que participa inclusive da eleição de reitor.

Aqui é o Conselho atuando.

Nós usamos a telepresença o máximo possível. Os conselhos trabalham em todos os *campi*. Temos uma redefinição, em estatuto, de um quadro complementar, de modo que nós credenciamos professores para o ensino de graduação, inclusive mestres de artes, saberes e ofícios, que não são somente os tradicionais, mas também os tecnológicos.

Esse senhor sabe fazer barcos. Engenheiros navais não conseguem fazer barcos.

Uma mestra oleira.

Os alunos participam intensamente dos trabalhos.

Nossa Reitoria, em Itabuna.

Reciclamos um centro de treinamento.

Este é o nosso *campus* em Porto Seguro.

Aqui, em Teixeira de Freitas.

O investimento em tecnologia chega a ponto de aplicarmos um computador por aluno. Todos os alunos são fieis depositários de *notebook*.

Este é o Colégio Universitário de Ibicaraí.

Este é o de Coaraci.

De Itamaraju.

De Teixeira de Freitas.

De Cabrália.

De Porto Seguro.

E temos, em Teixeira de Freitas e em Itabuna, mais especialmente em Porto Seguro, um fenômeno. Este é o contingente de alunos que querem ser professores. Uma manchete da região. Os estudantes aprovam muito esse modelo.

E, finalmente, nós estamos avançando para um programa interdisciplinar de formação de professores, transformando todas as escolas de ensino médio onde os nossos colégios universitários estão instalados em centros de ensino médio integral, com centros noturnos de educação e programas de formação docente continuada, simplesmente habilitando as escolas como campos de prática para a pesquisa educacional e à formação docente. Aí, a universidade assume a gestão pedagógica e a Secretaria Estadual de Educação mantém a gestão administrativa.

Esses são os seis colégios universitários em processo de adesão. E neste momento estamos implantando o Pibid.

Aqui, só para dar uma ideia aos senhores, seis docentes no quadro central de formação, seis coordenadores de práticas pedagógicas seis e doze no quadro de componentes curriculares. Isso implica que, com apenas 24 professores, nós vamos atingir 4.714 alunos da rede média de educação.

O projeto para o ano 2020 é de conclusão da etapa de implantação, cobrindo todos os 36 colégios universitários em 29 localidades, com 28 mil alunos.

Este é o mapa da região, com os institutos de humanidades, artes e ciências localizados nos três *campi*. Os colégios universitários estão aqui em amarelo, previstos, mas já foram implantados em 2015 esses em vermelho, sendo que seis deles já aderiram ao processo de se tornarem centros de educação integral, nesse caso, sob a gestão da universidade.

(Soa a campainha.)

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Eu agradeço a oportunidade de apresentar o modelo aos senhores e às senhoras presentes.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu agradeço a pontualidade do professor, que fez o sino tocar.

Eu passo a palavra agora ao Rafael Lucchesi Ramacciotti.

O SR. RAFAEL LUCCHESI RAMACCIOTTI – Obrigado, Senador. Obrigado pelo convite e pelo trabalho que o senhor, um entusiasta dessa agenda, tão bem lidera nessa área.

Eu também quero fazer referência aos colegas de Mesa que me precederam, por suas excelentes apresentações, aos colegas de Mesa, aos senhores e às senhoras.

Indo direto ao ponto, até por haver muito a falar em pouco tempo, na agenda de inovação, o *locus* principal da inovação é sempre as empresas – isso é um consenso na literatura –, mas a inovação é um processo complexo e envolve um ambiente externo à empresa, todo um ecossistema de conhecimento que envolve as universidades, os laboratórios, os centros de P&D, e tudo isso é decisivo.

No Brasil, há um grande problema. O nosso cenário econômico hoje é desafiador. Nos anos 80, a indústria brasileira era responsável por metade do PIB, e hoje o é por um quarto do nosso PIB, e a indústria de transformação é responsável por 13%. A indústria tem declinado. Tem havido uma tendência de retração.

E há uma diferença. Os Estados Unidos têm se desindustrializado, mas ele mantém marcas, mantém uma enorme liderança nas fronteiras técnicas. Quando ele deixa de industrializar a Barbie nos Estados Unidos, com uma Barbie a US$20, US$19,50 continuam nos Estados Unidos, saindo apenas US$0,50. No nosso caso, nós fomos inteiramente removidos das cadeias em que deixamos de atuar.

O Brasil está perdendo competitividade. Nós ocupamos, hoje, a 57ª posição. Quando se decompõe isso, vemos uma série de elementos, mas estamos perdendo competitividade relativa. Os países ricos têm investido mais em inovação, têm investido mais em ativos intangíveis, como conhecimento, e nós estamos ficando para trás, investindo menos em capital humano, o que, na sociedade do conhecimento, é decisivo.

Nós estamos tendo uma série de problemas na nossa balança comercial. Até 2005, mais ou menos, a nossa balança comercial era superavitária – tinha um superávit na faixa de US$5 bilhões/ano – e deve fechar este ano com mais de US$120 bilhões em déficit na balança comercial de produtos industriais e, mais intensamente, na área de média e alta tecnologias, exatamente função e expressão do custo Brasil e das dificuldades competitivas.

Temos embalado sol e água na forma de soja, minérios e outras *commodities*. E sabemos que isso não vai sustentar um país, não vai sustentar uma moderna economia de serviços, até porque esse processo de retração de nossa matriz industrial vai expor muito mais o Brasil aos ciclos econômicos internacionais.

Precisamos avançar na agenda de inovação.

Essa lâmina aqui e a seguinte, Emília, meio que desmontam essa construção, indo mais a fundo e qualificando melhor o debate. Durante muito tempo, eu ouvia o Ministro Sérgio Rezende usar uma expressão que

eu acho que não expressa adequadamente. O setor público faz a sua parte, e as empresas brasileiras têm de fazer mais, porque, para fazer face ao dispêndio do setor público, quando examinamos mais profundamente, sofisticando mais o processo, nós vamos ver que nossa agenda está nesse quadrante aqui, que é liderado pelo dispêndio na universidade e também pelo sistema de inovação orientado para a pesquisa pública. Os países desenvolvidos têm uma liderança maior nas instituições de ciência e tecnologia e com foco na lógica empresarial.

Em outras palavras, o que acontece é o seguinte: quando você encaixa bem a estrutura de dispêndio público, ela alavanca muito mais o dispêndio privado. E nós ainda temos uma distância, temos um dever de casa para fazer nessa direção.

Há avanços inegáveis – eu vou falar disso –, há uma construção em processo – a MEI é um processo importante –, e temos um enorme dever de casa também para o setor empresarial.

Então, poderíamos dizer que fica mais razoável descrever o nosso Sistema Nacional de Inovação com um duplo problema: temos um problema de oferta e um problema de demanda. Temos um problema de oferta por causa da natureza dos instrumentos de política pública, que são muito burocratizados, muito distantes do mundo empresarial, muito focados na lógica acadêmica. E temos, ainda, um problema de intensidade das estratégias empresariais, que ainda são insuficientes do ponto de vista de maior densidade de dispêndio na área de inovação. E os dados refletem isso de maneira inequívoca.

Vemos aí o Japão, a Coreia, a China, a Alemanha e os Estados Unidos, que estão exatamente naquele quadrante mais moderno que consegue alavancar de maneira mais clara o dispêndio público com um dispêndio privado muito maior. Isso vai assegurar a participação de empresas nas cadeias globais de valor e construção de marca, liderando o comércio internacional e conseguindo, inclusive, maior alavancagem no Sistema Nacional de Inovação, estabelecendo uma rede cooperativa sistêmica entre esses atores, o que vai gerar um círculo virtuoso de desenvolvimento econômico e social para este País.

Inovar é, certamente, uma agenda central no Brasil. Se nós olharmos todas as principais agendas, nós não vamos conseguir avançar rapidamente na agenda macroeconômica. O tripé vai continuar existindo, as relações de trabalho não vão ter tanta velocidade... A agenda educacional está avançando, mas está avançando lentamente – isso é geracional.

Quanto à infraestrutura, temos modernizado o marco legal, há uma nova postura do Governo, mas esse processo ainda será muito lento. Onde podemos fazer a diferença rapidamente é na inovação. Por isso, nós defendemos inclusive que se dê maior carga ao orçamento de ministérios, como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que haja uma relação mais seletiva no equilíbrio fiscal, algo importante para toda a sociedade, mas entendendo a importância dessa agenda.

Há avanços claros, como a criação dos fundos setoriais, os esforços de conexão de uma política industrial, que é algo importante, afirmativo, dessa agenda, a Lei de Inovação, que agora está sendo revista e modernizada, a Lei do Bem, instrumentos fiscais automáticos, as várias etapas do processo da nossa política industrial, o Plano Inova Empresa, com volume de recursos significativo, o advento da Embrapii, que tem um elemento extremamente importante, porque sai da lógica "ofertista" e vai para a lógica de demanda, tem uma via rápida, o modelo *fast track,* com elevada alavancagem de dispêndio privado... E a experiência da Embrapii – a Secretária Executiva falou muito bem sobre isso – tem sido muito exitosa, muito bem liderada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nós avançamos no nosso Sistema de Inovação. Há um número maior de empresas. Ou seja, as estratégias estão convergindo, há um esforço de modernização da agenda de políticas públicas e de resposta empresarial. Só que ele ainda é absolutamente insuficiente para as necessidades de conexão disso com um sistema de desenvolvimento econômico, um círculo virtuoso que poderíamos implementar, estabelecendo, claro, o diálogo de que temos um duplo problema de oferta e demanda dentro desse sistema.

Mas temos que registrar que hoje nós temos 64% ou mais no número de empresas, na sua grande maioria empresas industriais, e que nós temos um número que hoje é 200% maior em empresas que têm, efetivamente, o apoio de instrumentos de política pública, e isso é relevante. Estamos crescendo. As pessoas de P&D, a comunidade de P&D que está nas empresas e no sistema público mais que dobrou. Isto é algo importante a se registrar. Nós temos de avançar no Brasil, que tem de saltar na agenda de inovação, como eu falei há pouco.

Vou falar um pouco do que nós temos feito.

A CNI tem um mapa estratégico que tem como elemento fundamental a educação. Em uma pesquisa que nós fizemos, as principais lideranças empresariais brasileiras apontaram a educação como pilar fundamental. A agenda para a competitividade é centrada em inovação e produtividade. Então, achamos aqui... Neste *score board* nós temos essa estrutura de causalidade baseada na educação, buscando a competitividade por meio da inovação tecnológica.

A mobilização empresarial pela inovação pode ser descrita como a mais bem sucedida plataforma de cooperação público e privada. Nós temos aí mais de 100 lideranças empresariais. As principais lideranças empresariais sentam-se à mesa com o Ministro da Ciência e Tecnologia, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministro da Educação e com outras áreas públicas necessárias em suas agendas para avançar no marco legal, aumentar a competitividade empresarial por meio da inovação, desenvolver a proposta de expandir o financiamento privado e público à inovação e aperfeiçoar o quadro legal e desenvolver uma cultura de inovação no País, à semelhança das iniciativas nacionais de inovação que acontecem nos Estados Unidos, Inglaterra e nos países desenvolvidos.

Há um planejamento estratégico com toda relação de causa e efeito. Há prioridade da agenda da MEI, que vai desde a modernização do marco legal, aperfeiçoamento do sistema financeiro, projetos estruturantes, entre outros. Isso é todo um quadrante e muito mais do que o que ora apresento no PowerPoint. Essas propostas se materializam no Word, sem fazer aqui uma propaganda, mas em um editor de texto, vamos dizer assim, colocando, claramente, a que tipo de legislação seja ela legal ou com base em portaria, ou seja, infralegal, para fazer avançar nossa agenda, bem como a constituição de uma plataforma privada de mobilização empresarial, como nós fizemos, nos anos 90, na Agenda de Qualidade e Produtividade para o País. Há um conjunto de conteúdo, hoje, disponível às empresas e a quem esteja participando.

No Senai, estamos avançando muito. O Senai é um dos maiores sistemas de educação profissional do mundo e o maior do Brasil e da América Latina. Nós temos esse nível de capilaridade. Hoje, há, no Brasil, estudantes matriculados em 2.600 Municípios do Brasil fazendo cursos de educação profissional no Senai. Atuamos em todos os setores. Fechamos 2014 com quase quatro milhões de matrículas. Somos o principal parceiro do maior programa de educação profissional da história deste País, o Pronatec, algo decisivo para mudar a matriz educacional brasileira, e estamos avançando na criação de 62 Institutos Senai de Inovação do Senai. Se o Senai foi uma organização decisiva para o Brasil fazer a revolução industrial que fez na segunda metade do século XX, com a intensidade com que a fez, nós estamos nos colocando – já somos – como a maior instituição de apoio a serviço tecnológico da indústria, com a constituição desses 61 Institutos Senai de Inovação do Senai, com abordagem setorial distribuída regionalmente com aderência à distribuição do tecido industrial, inclusive pelas especialidades a que eles atendem. Os institutos de tecnologia são setoriais e os institutos de inovação...

O Senai é uma instituição com DNA alemão, pois ele se constituiu, em 1942, fundado nas séries metódicas. Se a USP nasceu com a atração de uma plêiade de intelectuais franceses para montá-lo, o Senai nasceu com a atração de *her professors* alemães e suíços, trazendo as sedes metódicas para o Brasil. Mas, novamente, nossos modelos inspiradores, que são os parceiros na montagem dessa estrutura, são o Instituto Frau Wolf e o MIT. O MIT nasceu em Boston como o Senai. Era um instituto voltado para a educação profissional em mecanização agrícola e hoje é o que é. E nós, nos Institutos Senai de Inovação, temos 26 principais tecnologias transversais, que vão desde a automação e a manufatura até a tecnologia a laser ou micromanufatura, distribuídas também nas principais tecnologias demandadas pelo tecido industrial brasileiro.

Temos, para finalizar, um conjunto de propostas voltadas para a construção do Sistema Nacional de Inovação que vão desde a participação maior do setor industrial nas propostas desta Comissão de avaliar o nosso sistema educacional, bem com a participação do Senai na agenda de conhecimento, na criação dos institutos dessa área, melhorar a qualidade e aumentar as vagas dos cursos de Engenharia. Temos todo um conjunto de agendas voltado para o aprofundamento e o aperfeiçoamento dos cursos de Engenharia.

A CNI e a MEI têm defendido equalizar o tratamento das ICTs e das empresas na agenda brasileira, dar preferência para os produtos das empresas que investem em PD&I, maior flexibilidade, mais segurança jurídica para o incentivo, permitir que os professores das universidades – a Emília falou muito bem – tenham uma atuação mais forte na agenda de inovação... O *locus* da inovação é a empresa, mas, certamente, a forma como nós restringimos isso é prejudicial.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL LUCCHESI RAMACCIOTTI – Política Nacional de Nanotecnologia. Temos que aperfeiçoar o marco em discussão no Congresso.

Com isso, termino a minha apresentação, respeitando o tempo, como os anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Estou impressionado com a pontualidade de todos até aqui!

Eu passo a palavra agora ao Sr. José Eduardo Krieger, Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo, dizendo que não se preocupe em cumprir o tempo. Aproveite que os outros cumpriram para falar um pouco mais, se quiser. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO KRIEGER – Boa tarde a todos.

Primeiro, eu gostaria de agradecer ao Prof. Cristovam Buarque e cumprimentá-lo pela iniciativa.

É um prazer estar aqui com todos vocês da Mesa.

O ingrediente – eu vou procurar trazer alguns elementos para a nossa discussão – diz respeito a um dos papéis da universidade na formação de recursos nesse sistema.

Então, tradicionalmente, as nossas universidades foram bastante influenciadas pelo modelo humboldtiano, em que a integração das artes e ciência com a pesquisa é o principal vetor para se atingir um conhecimento amplo e profundo.

Agora, o que caracteriza o quadro brasileiro de ensino superior? Eu acho que é um sistema complexo e heterogêneo. É complexo porque nós somos 200 milhões de habitantes, temos cerca de 7,3 milhões de alunos na educação superior, formam-se cerca de um milhão de alunos por ano – queremos atingir, a curto prazo, 1,5 milhão por ano –, existem mais de duas mil instituições de ensino superior, sendo que 195 são universidades, de tal sorte que nós assistimos ao significante crescimento de, mais ou menos, 25 vezes esse sistema nos últimos 50 anos.

Por um lado, isso é um crescimento espetacular; por outro, é insuficiente. Um dos elementos para dizer que ele é insuficiente, conforme já foi mencionado aqui, é que há um déficit, não só de formação de profissionais... Nós temos só cerca de 15% dos nossos jovens de 18 a 25 anos na universidade, no ensino superior, *versus* cerca de 80% nos países da OCDE.

Essa expansão significativa do sistema não é particular do Brasil, mas aconteceu também com os nossos parceiros da América Latina, com expansão no acesso a universidades na Argentina, no Chile e no México, que aumentaram entre 220% e 470% o número de matriculados entre os anos 70 e 90, ainda que existam diferentes regras de entrada nesses diversos países. Por exemplo, nós temos, aqui, o vestibular, mas na Argentina e no México todos eles entram e, depois, quando você vai afunilando , vão saindo do sistema.

A expansão do Brasil, entretanto, a mais recente, é, predominantemente, feita pelo crescimento do segmento privado, que visa lucro – seria o *private for-profit* –, que representa, hoje, cerca de 75% dos alunos, uma frontal diferença em relação ao sistema americano, onde cerca de 75% do ensino superior é público. Os indicadores, entretanto, mostram que os alunos formados nesse sistema privado têm desempenho inferior àqueles formados no sistema público, isto com base em resultados dos exames da OAB e, mais recentemente, da área médica.

Esse sistema, além de complexo, é bastante heterogêneo, e esse é um ponto a se levar em consideração nas proposições futuras. Se nós considerarmos que, entre as quase 200 universidades, a USP, sozinha, é responsável por quase 23% de toda a produção científica em revistas especializadas e forma cerca de 22% de todos os doutores, é um número anacrônico. Isso não pode acontecer num país de dimensões quase continentais, com 200 milhões de habitantes. Essa é uma fonte de preocupação.

Por um lado, gestores da Universidade de São Paulo poderiam se sentir honrados, mas esse é um quadro que não faz sentido nenhum. Ele está mudando, mas precisa mudar numa velocidade mais rápida para que tenhamos sucesso no País.

Frente a essas características, os desafios da educação superior no Brasil representam um enorme dilema. Como vamos garantir a expansão e o acesso, que ainda são necessários, com a necessidade de começarmos a focar no aumento, na qualidade e na relevância das nossas instituições? Esse é o grande dilema. De maneira geral, para atacarmos qualquer um desses problemas, precisamos ser focados, precisamos dirigir recursos e temos que fazer as duas coisas. Então, o sistema ainda requer expansão tanto em números como em entrada de pessoas, mas, por outro lado, o nosso grande desafio hoje é com a qualidade, com, mais ainda, a relevância do que é produzido nas universidades e a relação das universidades com a sociedade em geral, o setor público e o setor privado.

Isso requer um sistema integrado e hierarquizado de educação superior, amplo e diversificado. Esse é o grande desafio que temos. Espero que o Congresso, especialmente esta Comissão, possa trazer esses elementos e, principalmente, oportunidades de soluções para esse problema.

Tivemos, recentemente, o lançamento da Carta Universitária do Rio, que aconteceu no ano passado, em 2014. Mais de mil reitores e presidentes de universidades se reuniram. Evidentemente, alguns pontos são convergentes, não são problemas exclusivos do Brasil, mas especialmente dos países ibero-americanos. Quer dizer, ênfase em aumentar a responsabilidade social e o contato com a sociedade das universidades, engajamento na melhora da qualidade de vida da população, no desenvolvimento sustentável, igualdade de sexo e o acesso de crianças oriundas de famílias de baixa renda ao ensino superior.

Esses são alguns dos elementos comuns fundamentais, especialmente na nossa realidade. Isso exige a transformação, Portanto, devemos cumprimentar a ação do Senador Professor Cristovam, nosso colega, desta Comissão e, consequentemente, do Senado.

Quer dizer, há necessidade de uma reforma da governança: padrões de qualidade de ensino, diversificação nas fontes de financiamento das nossas universidades, massiva incorporação de tecnologia da informação nas atividades-meio e fim da universidade – não é só na gestão que hoje temos, mas, fundamentalmente, na atividade-fim –, na pesquisa, que é facilmente reconhecida, e, principalmente, na revolução da maneira de ensinar, de proporcionar o ensino continuado aos seus egressos, elemento fundamental para qualquer sociedade que almeja entrar e se manter na chamada era do conhecimento, na sociedade do conhecimento, para ser competitiva nesse setor. Isso é uma exigência. Temos que procurar a forma de transformar as nossas universidades.

Quais os elementos fundamentais a serem incorporados às nossas instituições? Essa questão das novas tecnologias da informação e a internet, especialmente no quesito de novas formas de ensino, tantos os presenciais como à distância, é fundamental, e não só para o aluno que está hoje ligado á universidade, mas também para o egresso. A educação continuada é um elemento fundamental. Quer dizer, o trabalho da universidade não para quando se dá um diploma a alguém. Muito pelo contrário, precisamos de uma regulamentação que exija daquele egresso portador de um diploma que, para que continue sendo portador desse diploma, ele tenha que passar pela chamada educação continuada. E é um grande desafio para as nossas universidades, para as nossas instituições garantir meios para que isso possa acontecer e ter, consequentemente, uma regulação que exija que isso aconteça.

O segundo aspecto é a construção de um sistema integrado e hierarquizado de educação superior, amplo e diversificado.

Este, talvez, seja o ponto fundamental que eu gostaria de trazer para discussão com vocês: um sistema que seja flexível e que inclua diversidade de modelos complementares e necessários para satisfazer as necessidades da sociedade no ensino, na pesquisa e, fundamentalmente, na chamada terceira missão. Intensificar as relações com a sociedade. Isso está na ordem do dia, ou seja, a ideia da torre de marfim acabou. Nós, hoje, conforme a apresentação do Prof. Naomar, estamos derrubando, inclusive, muros de departamentos, muros de unidades, para que possamos executar essas ações que a universidade requer, de maneira nova, aproveitando novas tecnologias, para nos integrar a esse novo mundo.

Isso pressupõe, primeiro, um pequeno número de universidades do tipo humboldtiano, como a USP, por exemplo, e várias outras, em cada região do País, para garantir a competitividade do País nas áreas de conhecimento especializado e produção de conhecimento.

Isso não basta. Nós precisamos também de um grande número de instituições cuja principal missão seja ensinar, acompanhada de alguma atividade de pesquisa e extensão dirigida a pequenos nichos de excelência. Essas outras unidades, sim, também precisam encontrar seus nichos de extensão e de pesquisa, mas, fundamentalmente, a sua missão é ensinar, ao lado daquelas outras universidades, em pequeno número, cujo papel fundamental é gerar conhecimento, fazer pesquisa e ter essa interlocução muito maior com o sistema público e, fundamentalmente, com o sistema privado na geração do conhecimento e da inovação.

Para atingir esses objetivos, serão necessárias alterações profundas na governança. É claro que é tentador perguntar para o Prof. Naomar – e eu tenho certeza de que isso vai acontecer no debate – se esse novo modelo que ele propõe – e eu acho que ele já está na versão 3.0 ou 4.0, não sei – tem de ser feito do zero ou se nós podemos fazer o *retrofit* de algumas das nossas instituições. Essa é uma questão fundamental. Isso é um modelo de sucesso, eu acho que ele está sendo copiado, mas, até aqui, eu acho que ele vem sendo aplicado fundamentalmente em novas entidades. No entanto, nós vamos precisar ter o *retrofit* de algumas das nossas instituições. A reengenharia de algumas das unidades que estão aí nesse sistema que precisa ser organizado vai ser fundamental. Eu acho que essas alterações na governança, nas organizações das instituições, vão refletir-se no desafio de haver currículos arrojados, novas formas de ensinar, de acesso e de recrutamento e de promoção de professores que vão fugir da mesmice que há hoje. É necessário que haja essa inovação e que haja a regulamentação.

Eu acho que a Emília foi muito feliz em mostrar o número de marcos regulatórios que se vêm acompanhando. E nós ansiamos por uma atividade ainda maior deste Congresso nesse sentido; senão, não é viável. Aqui, é aquela situação onde há dúvida se é o cachorro que balança o rabo ou se é o rabo que balança o cachorro. Frequentemente, essas mudanças requerem que o rabo balance o cachorro. Os marcos regulatórios são essenciais para mostrar a direção, para onde temos de ir. Senão, não adianta ter muito recurso para investir, não adianta mobilização. Nós precisamos ter o marco regulatório que dá um norte para as nossas instituições, para a nossa sociedade, para a nossa atividade em sociedade.

Finalmente, imagina-se algum tipo de associação formal ou informal de instituições, com diferentes características, em um sistema que seja integrado de educação superior regional. Evidentemente, isso impactará, em alguma medida, na liberdade acadêmica e até financeira desses participantes, que serão partes de um sistema hierarquizado.

Eu acho que esses são os desafios que nós temos pela frente, Prof. Buarque. E eu acho fundamental a contribuição desta Comissão, especialmente em trazer alguns novos marcos regulatórios, para que possamos ter essa convergência de interesses do setor privado e do setor público, especialmente representado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Eu fico feliz que tenhamos ganhado bem do tempo, até porque quero explorar mais vocês. As falas de vocês vão nos agregar bastante na transcrição para divulgar entre outros Senadores e na sociedade em geral, sobretudo quando esta reunião passar na televisão.

Para elaborar o que nós queremos, projetos de lei que possam ajudar a mudar a realidade, eu anotei quatro perguntas. Se não houver tempo de respondê-las aqui, eu gostaria de ter outra ocasião, outra oportunidade, para dialogar. Eu vou ler as quatro, e podem escolher uma ou outra para responder.

A primeira é: como vocês imaginam o Brasil daqui a 20, 30 anos se não dermos um salto na ciência e na tecnologia como país criador e inovador de ciência e tecnologia? Estou partindo do pressuposto de que, hoje, não estamos entre os principais países geradores de ciência e tecnologia.

Dois: o que tem impedido o Brasil de ser um país de ponta na inovação científica e tecnológica?

Três: o que fazer para criar uma sólida infraestrutura científica e tecnológica? Onde agir?

Quatro: onde investir prioritariamente para criar essa infraestrutura?

Eu vou colocar na ordem em que falaram, mas fique à vontade, Emília, para escolher qual pergunta, para falar das quatro ou para colocar outras, como eu coloquei também.

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Na verdade, são um conjunto as quatro, Presidente. As perguntas são muito importantes, porque, realmente, são essas perguntas que nós nos fazemos no Ministério todos os dias. Estas perguntas são feitas todas as terças-feiras nas reuniões com o Ministro, sobre projeto. Para onde nós vamos? De que projeto precisamos? Do que o País precisa?

Então, isso é um conjunto de realizações.

Eu falei da emenda constitucional que foi aprovada para a inovação neste País, que, na realidade, é um conjunto de ciência, políticas e tudo o mais que virá daqui para a frente. Ela é muito importante, porque ela desenha as respostas que o Senador Cristovam está colocando, o que é nossa obrigação compor, neste ano, com a sociedade, com o Congresso Nacional, com todos participando. Trata-se de elaborar, Presidente Cristovam, um projeto consistente, que é o que a emenda constitucional pede, de regulamentação para os próximos 20 anos.

E não só isso, pois o Ministério ainda tem por obrigação se rever. O Ministério da Ciência e Tecnologia não foi protagonista de uma série de questões na área de inovação e pesquisa neste País. É muito recente o destaque ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Aliás, o Ministério está fazendo 30 anos neste ano. Ele foi criado em 1985. Neste ano, nós estamos fazendo 30 anos de Ministério de Ciência e Tecnologia e estamos nos perguntando o que nós fizemos nesses 30 anos e o que vamos fazer daqui para frente.

Então, a necessidade de revisão do marco legal é urgente! Quando o Ministro pediu e eu avisei a todos que nós estávamos fazendo um apurado dos estrangulamentos, isso é para acontecer. Dentro do Ministério, na nossa jurídica, nós estamos revendo portarias do próprio Ministério, portarias de editais que nós publicamos – editais que, às vezes, pensamos que estão atendendo à sociedade e não estão, pois atendem uma mesma sociedade sempre, não abrangendo o que precisa ser atendido. Há muitas legislações pequenas, de instruções normativas desnecessárias, e há legislações que precisam ser revistas, pois são arcaicas, velhas e já não nos atendem mais. Há uma série de entraves desnecessários hoje, porque não se trata só de dinheiro, não se trata só de conjuntura financeira; não é financeiro.

Eu citei aqui a nossa regra de descompasso com as empresas e o órgão público investindo em inovação, e esse descompasso se dá também por falta de espaço de investimento e de conhecimento – muito mais de conhecimento do que financeiro.

As empresas, na sua maior parte, têm dificuldade em implantar um laboratório de desenvolvimento de pesquisa; elas têm dificuldade de saber onde procurar, e, quando batem à porta, o setor das universidades não pode ajudar, porque a nossa legislação não permite essa confusão. Para a cabeça de universidade e empresa, é difícil entender: de um lado, quer; do outro, quer; mas não pode haver, porque a legislação não permite. Isso é um entrave gravíssimo para nós.

E recursos humanos também não há do que se falar. A área de recursos humanos no País vem crescendo gradativamente, como eu mostrei na nossa apresentação, mas não é suficiente. O Nordeste, que era tão excluído no nosso País, hoje produz 17% dos pós-graduandos. É uma informação importante? É, mas não é o suficiente, dada a nossa população.

Hoje, nós conseguimos equiparar, com investimentos que houve na área de ciência e tecnologia, o País quase como um todo. Não há tanta diferença mais do Nordeste para o Sul e o Sudeste; para o Norte e o Centro-Oeste, sim. No Norte e no Centro-Oeste, hoje identificamos que há uma carência em que precisamos investir.

Então, acerca desses dados, também, no Ministério é preciso avançar. Nós precisamos ter, no Ministério, credenciamento, cadastro, avaliação, avaliação daquilo em que investimentos, para sabermos se temos um resultado satisfatório. Para isso, o Ministério está se organizando, Presidente Cristovam.

E acredito, não, mas tenho certeza de que, no próximo ano, já vai haver diferença e, nos anos seguintes, também, porque, no Governo atual da Presidenta Dilma e do Ministro Aldo, existe a prioridade em inovação. O Ministro Aldo conversa com a Presidenta Dilma, todas as semanas, sobre para onde nós vamos com relação à inovação. E isso ele traz para o Ministério, o que estamos elaborando.

Sobre os entraves com relação à ciência, pesquisa e inovação, mais ou menos em setembro, os projetos de lei estarão aqui no Congresso. E o que não for possível ser enviado ainda em setembro discutiremos com esta Comissão. E isso nós vamos ainda debater sobre alguns pontos que precisamos renovar.

Temos um monte de entraves da legislação para vencer, principalmente no que diz respeito às indústrias. O Dr. Lucchesi tem razão: há um descompasso entre o público e o privado, mas também o público tem que dar mais apoio ao privado, para ele se desenvolver. Nós estamos distantes, e temos de estar mais próximos das iniciativas privadas. Para isso, o Ministério tem a Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial), tem a MEI (Mobilização Empresarial pela Inovação) e outros meios e recursos para conversar; estamos falando diariamente com a CNI e com outras instituições privadas; temos polos e parques tecnológicos sendo criados; temos laboratórios sendo fomentados.

Então, os recursos que nós temos disponíveis estão sendo investidos nos laboratórios existentes para alavancar. Temos que ver as questões vocacionais de cada região para podermos desenvolvê-las, para que o nosso País se torne competitivo no mundo. Temos de abraçar algumas questões sobre as quais estamos fazendo acordos internacionais, para avançarmos também, como no caso de terras-raras; temos várias parcerias que podemos fazer pelo mundo.

Então, o Brasil é muito amplo, muito rico, muito próspero. Temos dificuldades? Muitas, mas elas já estão identificadas, e vamos investir contra elas – a área de recursos humanos, em que o Ciência sem Fronteiras tem ajudado muito, mas não é o suficiente.

Precisamos trazer as empresas também para essa área de investimento, e n outras parcelas de atividades que foram deixadas e que agora precisam avançar. O Ministério está-se reestruturando, inclusive, para isso. Estamos nos atualizando: as nossas secretarias estão sendo atualizadas; o nosso sistema interno está sendo atualizado, com uma comissão de governança; e, na área externa, o Ministro nomeou uma comissão para rever todos os nossos institutos – nós temos institutos históricos que são mais velhos que o Ministério da Ciência e Tecnologia e que precisam hoje definir claramente para o nosso País qual é a contribuição deles para o nosso futuro.

Todas essas instituições estão passando por avaliação. Há uma comissão de avaliação externa que o Ministro nomeou, para, em prazo determinado, dar-nos dados consistentes sobre o que e para que nós estamos investindo. E contamos com o trabalho do Congresso Nacional bem próximo para isso, viu, Presidente Cristovam?

Esta comissão vai ter uma agenda bem apurada com relação à ciência e tecnologia neste ano, porque é o ano da inovação: a inovação do Ministério, a inovação das propostas, a inovação com as empresas, a inovação do dinheiro público – para onde vai, para que vai e por que vai. É a forma de agora desenharmos a política de para onde vai o País para daqui a 20 anos. Então, o momento é este.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo à palavra ao Prof. Naomar.

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Realmente, eu concordo que as quatro questões estão articuladas. Eu vou fazer um comentário muito rápido sobre a primeira.

Se, em 20, 30 anos, e talvez até em 10 anos, o Brasil não superar sua dívida histórica com a educação e, com o modelo de desenvolvimento que faz com que tenhamos uma dependência tecnológica – não que não esteja sendo resolvida, mas que se está acentuando, porque o avanço tecnológico no mundo ocorre numa velocidade maior do que os avanços tecnológicos que estamos experimentando –, eu diria que, se isso não for resolvido muito rapidamente, em 30 anos teremos, realmente, sérias dificuldades em nos constituir como Nação e como País. Acho que é um tema de urgente debate nacional.

Com esse comentário, vou ater-me a alguns entraves que eu identificaria, é claro, como proposta, como hipótese, de certa forma até como interpretação. Nós temos uma desigualdade estrutural na educação brasileira que é inacreditável como se mantém; um sistema em que a desigualdade social herdada do colonialismo escravocrata – o que o Prof. Cristovam Buarque tem assinalado em vários momentos – manifesta-se de uma forma extremamente perversa: uma minoria social consegue que o Estado financie a preparação das suas futu-

ras gerações, pagando, mas tendo uma renúncia fiscal de tal porte que é claro que quase que garante o acesso dessas gerações à educação superior pública gratuita, cara e de melhor qualidade, reservando para aqueles que não puderam efetuar esse investimento – porque isso é um investimento – vagas em um setor público socialmente desvalorizado e que não é capaz de preparar suficientemente essas gerações para entrarem nessas instituições. Mas aqueles que superam essas barreiras e concluem, por exemplo, a etapa média de formação entram em instituições que são pagas. Então, os pobres pagam, e os ricos têm... Estou dizendo "ricos" só para esse contraste, mas todos aqueles que conseguem ter acesso a uma educação de qualidade no nível básico entram na educação superior em uma vantagem enorme. E as políticas públicas atualmente vigentes não contestam a estrutura perversa do sistema, como, por exemplo, cotas, Reuni, ProUni. O ProUni, por exemplo, faz com que o acesso dos pobres ou dos que têm menor acesso a recursos econômicos e financeiros tenham o Estado subsidiando a sua educação, mas não nas instituições de melhor qualidade.

Por outro lado, essa desigualdade estrutural encontra um sistema educacional que não é apenas fragmentado, mas é muito isolado em termo de setores. Um exemplo simples: antes, era o vestibular; agora, é o Enem. São formas de a universidade continuar apartada da educação básica em geral e da educação profissional também. É como se as universidades não tivessem organicidade a cumprir em um sistema mais amplo. É claro que, na retórica, no discurso, é fácil dizer que precisamos de uma concepção sistêmica de educação, mas, na prática, o que acontece são setores com dinâmicas e desenvolvimentos distintos.

Isso leva, acredito, a um entrave no papel das universidades no momento contemporâneo brasileiro, porque são instituições com um modelo muito antigo. São modelos e propostas antigas, superadas e que não são mais usadas nem onde foram geradas. E, como a universidade, não só simbolicamente, desempenha um papel de farol, o que a universidade define, por exemplo, como forma de entrada termina chapando todo o ensino médio, por exemplo. E, é claro, as camadas socialmente mais favorecidas no Brasil rapidamente se ajustam a essas formas. Agora é o Enem, e os preparatórios já estão todos prontos para fazer Enem.

Um quarto entrave é o tema de nós termos – acho que a Secretária Emília menciona isso – um sistema estatal que não é público. Ele pertence ao Estado, mas não é público, porque não atende, não acolhe, não incorpora o que podemos dizer que seja representativo da sociedade brasileira.

Nesse sentido, acho que tivemos um processo constitucional historicamente importante, só que isso resultou, na legislação brasileira, em como se o mundo fosse somente Estado ou mercado, como se não houvesse sociedade envolvendo tudo isso. As universidades, sendo do Estado, submetem-se às mesmas regras. Todo o aparelho de Estado é destinado a outras missões, a outras finalidades, que, muitas vezes, são incompatíveis com as da própria universidade.

E dou como exemplo, só para ilustrar esse tema importantíssimo, a questão da licitação. Do ponto de vista descritivo, inclusive instrumental, um dispositivo como um robô, por exemplo, para ser descrito em um processo licitatório, vai praticamente impedir que se compre pelo menor preço o que existe de tecnologia mais avançada, porque aquele robozinho que é a vanguarda, o Asimov, vanguarda da pesquisa em robótica, faz a mesma coisa que um desses brinquedos chineses que se compram por aí e que se movimentam.

As tecnologias avançadas são mais caras e, muitas vezes, são mais caras no momento inicial do seu desenvolvimento. São mais caras por causa disso. Para algum pesquisador, na vanguarda do seu campo de pesquisa, é impossível comprar alguma coisa pelo menor preço. E mesmo a definição do que seja técnica, nesse caso não se aplica, porque vanguarda não é o que é conhecido; vanguarda, inclusive, é o que seja definido.

Finalizo esta análise dos entraves com a questão do conceito que predomina, de qualidade ou de mérito, na universidade, que é um conceito que praticamente impede massificação. Os exemplos de sucesso no mundo implicam massificação. Os Estados Unidos investem, realmente, bilhões de dólares para terem a formação de uma base enorme. Dessa base, vai resultar um conjunto de sujeitos que poderão produzir a inovação.

O sistema brasileiro praticamente impede que as instituições mais engajadas na produção do conhecimento e inovação sejam de massa. E até eu tenho um bom debate com o Eduardo. Essa hierarquização pode resultar em uma manutenção das pautas restritas. Talvez seja muito interessante termos uma discussão sobre como fazer com que tenhamos muito mais universidades humboldtianas no Brasil do que sempre tivemos e que sempre foram muito restritas, muito pequenas.

A expansão que o Brasil tem experimentado na educação superior recente não é nessa direção. Se fizermos qualquer verificação, nós vamos encontrar que uma certa periferia do sistema universitário se está ampliando. E está-se ampliando porque é barato ampliar-se nesse espaço, mas é socialmente caro isso. É como se estivéssemos desinvestindo nos 30 anos do futuro em que o Senador Cristovam nos desafia a pensar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu peço, agora, ao Rafael que responda.

O SR. RAFAEL LUCCHESI RAMACCIOTTI – Bom, Senador, seguindo o roteiro que o senhor propôs, se nós não conseguirmos nos conectar à agenda do conhecimento, vamos ter um retrocesso econômico, um retrocesso industrial. A bem da verdade, isso já vem acontecendo. Essa especialização regressiva vai significar um enorme esvaziamento do tecido econômico.

Se nós nos inserirmos nas cadeias de valor internacional, na divisão internacional de trabalho, como exportadores de *commodities* agrícolas ou minerais, a economia de serviço vai ter muito baixa complexidade, a natureza dos empregos para as futuras gerações vai ser de um enorme esvaziamento econômico. Estaremos muito mais sujeitos às oscilações das crises internacionais.

A indústria é uma base industrial. Além de ela assegurar maior sofisticação de todo o tecido econômico, da economia de serviços, ela assegura muito maior estabilidade dos ciclos econômicos, porque elas têm uma lógica contracíclica voltada para o mercado doméstico e para o mercado internacional, e não tão sujeita às variações internacionais das *commodities*.

Por não estarmos na fronteira, somos um País de capitalismo tardio, conectamos o nosso desenvolvimento como substituição de importação, temos um atraso institucional e um atraso educacional. A estatística mais antiga: a população adulta brasileira tinha seis meses de escolaridade, em 1870, contra 5,4 anos de escolaridade da população dos Estados Unidos; no início do século XX, os Estados Unidos tinham sete anos e meio, e nós tínhamos um ano e meio; no início do século XXI, nós estamos com sete anos e meio de escolaridade média da população adulta contra 13 anos dos Estados Unidos ou da Europa Ocidental. Estamos muito mais perto hoje do que no passado, mas, como eu falei antes, os Estados Unidos atingiram o que temos hoje há 100 anos.

Temos 100 anos de atraso na dimensão educacional, e daí tudo deriva para a maturidade que temos na nossa democracia, nas nossas instituições, na nossa cidadania e, evidentemente, nós temos um problema adicional: a ordem constitucional e institucional do Brasil nascida na Constituição de 1988 é de elevada rigidez, o que prejudica muito um país emergente. Nós temos uma lógica de enorme rigidez institucional para um país que tem que fazer o *catching up.* Nós não conseguimos, e o fosso tem-se ampliado.

O que precisamos fazer, especificamente, nessa agenda de ciência, tecnologia e inovação?

Precisamos de uma agenda superior. Precisamos deixar de ser uma agenda incremental para partir para uma agenda superior tanto do ponto de vista do volume de recurso quanto do crédito, do marco legal, da capacidade de conexão com a inovação. Precisamos ser seletivos na alocação de projetos estratégicos, ter menos uma lógica de pulverização de recursos. Precisamos ter maior capacidade de construir uma agenda voltada para o País e menos uma agenda voltada para os grupos de interesse que estão em torno da agenda do Ministério da Ciência e Tecnologia, do ambiente pulverizado de pesquisa no País.

Então, é preciso haver uma subordinação, e o Brasil tem que se livrar da hierarquia da hegemonia de políticas públicas baseadas única e exclusivamente na estabilidade macroeconômica. Isso é uma condição dada, importante, mas haver uma hierarquia entre política macroeconômica de estabilização com política industrial, em que o principal componente seja de inovação tecnológica. Do contrário, não vamos estar no futuro. E são decisivas algumas iniciativas que o Ministério está pensando. Estamos discutindo em fóruns como a MEI, de modernização institucional, de darmos um salto, fazer coisas como a Secretária acabou de fazer. Fazer uma avaliação do nosso sistema é mandatório, para saber onde estamos alocando recursos, e não alocar cegamente pelo efeito da inércia.

Quais as prioridades?

Avançar no sentido de um sistema pontuado na demanda, com modernização do marco legal, com projetos estruturantes de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), com fortalecimento das engenharias, com modernização da estrutura de propriedade intelectual – é inimaginável que você demore 14 anos na fila para ter uma patente reconhecida no Brasil. Você diz: "A gente não vai sair do lugar". Imagine nós pensarmos em um telefone: o Brasil é um telefone, na área de ciência, tecnologia e inovação, para as empresas, 14 anos atrás.

Então, as próprias empresas brasileiras depositam patentes no resto do mundo, porque o nosso sistema é arqueológico nisso. E o INPI é superavitário, mas é regido a partir do sistema de orçamento único e é preso na lógica do sistema geral. Precisamos ter uma lógica voltada para a conexão das nossas universidades, com *startups;* temos que resolver agenda de crédito e financiamento. Não é possível não haver uma capitalização da Finep. A Finep está com um volume de recursos absolutamente insuficiente para fazer frente à necessidade de investimento. Depositamos na fronteira pública financiamentos da ordem de centenas de bilhões e, para o financiamento para a agenda de inovação, dois, três, quatro bilhões. É absolutamente insuficiente. Não vamos ter uma agenda superior se continuarmos com essa administração inercial da escassez, mantendo como tudo antes. Vamos ficar enxugando gelo e vamos perder o bonde da história.

Precisamos avançar em iniciativas ousadas, como eu vi aqui apresentadas pelo Naomar e pelo Eduardo Krieger, de repensar a universidade, desconectando-a da lógica inercial da nossa torre de marfim e conectan-

do-a numa agenda superior de desenvolvimento brasileiro. Temos que deixar uma lógica paroquial de ocupar o Estado, numa constelação de interesses menores, e ter um interesse superior presidindo a nossa agenda.

O Brasil perdeu uma enorme oportunidade no período recente de expansão, mas a nossa tradição social, como já havia previsto Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil,* é a de se mover em cima dos choques adversos. Então, mais uma vez diante de um desafio, perdemos oportunidades. Quiçá possamos fazer dessa agenda dos choques adversos uma reflexão sobre a necessidade de modernização institucional com uma agenda superior conectada com a necessidade de fazermos isso, senão a grande resposta à primeira questão levantada pelo Senador será que, daqui a 30 anos, nós não vamos manter as conquistas sociais do ciclo democrático. Se nós não conseguirmos resolver o problema de geração de riqueza, a agenda de distribuição, de cidadania, de desenvolvimento econômico e social vai regredir persistentemente, porque nós não conseguimos conectar a capacidade de geração de riqueza e o desenvolvimento econômico e social, decorrendo daí uma série de problemas sociais.

As manifestações de junho de 2013 dão claro sentido de que a exclusão não é um caminho. Precisamos pensar uma sociedade que seja capaz de avançar na agenda de equidade, mas que isso seja sustentável do ponto de vista econômico. Uma democracia de demandas vai parar na estação Grécia, não vai reproduzir-se, ou seremos capturados, como vários documentos do Banco Mundial e de outros autores dizem, na captura da renda média. Vamos ficar parados, estagnados, enquanto as outras sociedades que são capazes de construir uma agenda conectada com o futuro vão avançar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Agora, o José Eduardo Krieger.

O SR. JOSÉ EDUARDO KRIEGER – A questão sobre se o gigante vai continuar adormecido ou se vai, em algum momento, resolver levantar-se é desafiadora.

Chegou a hora. O tempo *per se* não é um problema para nós. Vimos que, enquanto sociedades como a norte-americana ou a europeia tiveram quatro, cinco décadas para acomodar o crescimento e o envelhecimento da população, no Brasil, um *catching up* feio, nós fizemos em três décadas o que aconteceu lá, e estamos com as dificuldades que nós temos. Então, há várias maneiras de ver como o tempo nos vai afetar.

O que eu considero fundamental experimentar para saber quando vamos quebrar esse ciclo são questões mais profundas da nossa sociedade.

Como vocês todos sabem, é que eu venho da área médica. Eu sou Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo, mas sou da Faculdade de Medicina. E há uma questão que está no nosso DNA, e faz tempo: é o problema da nossa incapacidade de ver coisas diferentes como diferentes. Sem avançar nesse quesito, nós não vamos fazer muita coisa, porque, por inércia, somos meio arrastados. O mundo se levanta, e às vezes discutimos se foi o mar que se levantou ou se fomos nós que subimos, mas a coisa acaba acontecendo. A minha preocupação é saber como nós vamos quebrar esse ciclo.

De novo, acredito que um dos vetores é esta Casa, talvez por marcos regulatórios mais ousados, em que a sociedade brasileira vai perceber que não precisa se chamar de sociedade igualitária se as regras são todas iguais. Elas não têm que ser iguais. Nós temos que ver o que é diferente ser diferente. Se eu vou alocar mais recurso e concentrá-lo, isso é uma dificuldade. Se eu colocar os meus colegas pesquisadores, nós não vamos chegar a essa conclusão. Nós já vamos sair contentes se houver isonomia no salário e no que cada um vai ganhar. Isso é contrário a qualquer medida, especialmente quando o cobertor é curto, de alocação de recursos, de definição de prioridades. Então esse vírus tem que ser eliminado, e eu não sei como.

Eu acho que um pouco talvez pela ousadia do regramento. De novo, retomo a esta Casa e faço um apelo: é necessário que nós tenhamos condições... São vários os exemplos.

Como é que hoje, em 2015, vou pensar... Um dos nossos maiores projetos de sucesso, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), nos últimos 30 anos, formação de doutores... Quer dizer, saímos de 0,4% da produção mundial para 2,5%. Espetacular, não vamos entrar na questão da relevância, mas esse avanço em número foi muito grande, e mais ou menos foi da formação de doutores.

Hoje, o mesmo regramento da Universidade de São Paulo é igual para a Universidade Federal do Acre, e não há a questão se ela é igual, melhor ou pior do que a Universidade de São Paulo. Elas são diferentes, elas vivem realidades diferentes, elas estão em situações diferentes, e nós temos um regramento igual! O que acontece dentro da Universidade de São Paulo hoje tem que acontecer dentro da Universidade do Acre, e eu acho que coisas assim estão atrasando as duas.

Eu acho que nenhuma está podendo atingir o seu papel vocacional, porque estão presas a regramentos que nós julgamos democráticos, porque são iguais para todo mundo, mas que são a maior âncora que nós temos neste País.

Quer dizer, não é possível. Nós não vamos falar em prioridade, em definir prioridades. Nós podemos ter, às vezes, alguém mais ou menos político que consegue fazer as coisas, mas é muito difícil. Quer dizer, como é que nós conseguimos entender que, na América do Norte, eles têm instituições democráticas, instituições em que você constrói consensos, mas há as alternativas?

Eu vou contar uma historinha para vocês sobre Projeto Genoma Humano, do qual todo mundo já ouviu falar, sequenciamento. Começou no final da década de 80. Fizeram uma reunião em uma das universidades da Califórnia, em Santa Cruz, na costa oeste dos Estados Unidos. Sentaram-se lá várias pessoas e começaram a discutir: "Vamos fazer? Não vamos? US$3 bilhões de dólares; não temos nem equipamento ainda para fazer isso..." Os dois pesquisadores do NIAID ficaram discutindo se o bom era fazer *big science*, *small science*, ou seja, investir muito num grande projeto, pouco num projeto pequeno.

Dali a pouco, o pessoal do departamento de energia e o pessoal de defesa disseram: "Opa, isso aí nós sabemos fazer, grande investimento...". Dali a pouco, o maior beneficiário, que é o NIAID (National Institute of Allergy and Infectious Diseases), o Ministério da Saúde americano, foi puxado, porque há esses outros instrumentos na sociedade.

Todos podem pegar e amaciar o seu instrumento que está aqui no bolso, e você pensa só a partir do Steve Jobs, que fez um negócio espetacular, de empacotar uma série de tecnologias. Ninguém pergunta de onde saíram as principais patentes que estão atrás desse instrumento. Quer dizer, quem foram os aceleradores dessa tecnologia? Foram agências que estão ligadas ao sistema de defesa americano e ao departamento de energia. Não foi da NSF (National Science Foundation) ou do NIAID, que são os nossos agentes de financiamento, onde há as regras mais democráticas; foi onde se podem fazer coisas com agilidade, onde se pode ter um programa, porque nós frequentemente queremos aplicar a regra dos investimentos, por exemplo, do Ministério, etc. à regra geral. Nós temos que fazer essa aplicação, nós temos que ter esses meios, mas nós temos que também ter as alternativas, com regramento. Quer dizer, ninguém fugiu da lei, essas agências americanas que estão no departamento de energia e no departamento de defesa, mas há outra lógica. Quer dizer, o sistema tem que ter esse conjunto de atores em que um pode ir mais rápido, e outro pode ir mais lentamente; do contrário, vamos continuar definindo se vamos ter aquele gigante adormecido ou se ele vai acordar.

E já se passam 54 anos, no meu caso. Desde que eu nasci, desde bem pequeno, eu ouço que o gigante adormecido está acordando, o País do futuro, assim por diante.

Evidentemente, a inércia acabou nos levando, e temos vários exemplos em que pudemos dar contribuições importantes, mas é difícil imaginar um país de dimensões continentais, a oitava economia mundial, e, mesmo que eu pegue só números de publicações, que é o indicador, nós somos o décimo terceiro. Foi um avanço tremendo nos últimos 30 anos, mas não é compatível com a nossa economia.

Se eu for falar agora em relevância, vamos para o vigésimo quarto. Quer dizer, há necessidade de mudança, e essa mudança, especialmente num país com as nossas características, requer regramentos que desde o dia 1 comecem a mostrar que coisas diferentes têm que ser vistas de maneira diferente. Isso é uma incapacidade nossa, de brasileiros, de observar. Nós temos dificuldade com isso. Nós temos aquele problema da isonomia: tudo tem que ser igual. Nós temos de falar que precisamos ter igualdade de oportunidades, mas não continuidade em qualquer das nossas atividades.

Então, acho que esse é o desafio: quando cada uma das leis sair desta Casa, termos esse pensamento. Quer dizer, como é que isso começa a entrar não na matriz do País, mas na matriz de cada um de nós? Como é que o brasileiro vai começar a entender que coisas diferentes podem ser diferentes? E outra: temos esse exemplo dentro de casa. Quando uma pessoa tem dois filhos, eles são expostos às mesmas coisas e são diferentes.

Já temos os exemplos, mas, por alguma razão inexplicável, temos essa dificuldade, como sociedade, para atuar. Aí, vai ser complicado definir prioridades, alocação de recursos de uma maneira diferente, permitir um regramento para novos experimentos, como esse em que o Prof. Naomar Monteiro está envolvido, desde que o fez, na Bahia, depois lá em São Paulo e, agora, no sul da Bahia. Isso é fundamental.

Por regras uniformes, nunca se faria isso. Quer dizer, não dá. Aquela minha pergunta: é possível fazer o *retrofit,* algumas reengenharias de algumas de nossas instituições? Ou vamos ter de criar do novo, *from the scratch*, do zero?

Muito bem, essas eram algumas das minhas considerações. São mais provocações, para que possamos continuar nesta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vou encerrar, tentando responder as perguntas, como eu responderia.

Aliás, antes, há uma pergunta de fora. Na verdade, trata-se apenas de uma afirmação de Anna Flavia Schmitt: "Infelizmente, percebe-se que a inovação dos países é pura platitude de quem faz a Educação como palanque, porque sabe-se que só 'os filhos de' terão acesso a esses incentivos".

Esse é um dos problemas. Vemos a ciência para beneficiar os alunos que vão fazer ciência e não para que os formados na ciência sirvam ao povo inteiro. O mesmo acontece com a universidade, Naomar. Costumamos vê-la como algo a beneficiar quem entra na universidade, quando, na verdade, quem entra na universidade é para beneficiar o País, como quem entra no Exército, como quem entra no serviço diplomático.

Mas vou tentar analisar rapidamente como é que eu veria as perguntas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vou falar em você aqui.

A primeira pergunta: como vocês imaginam o Brasil, daqui a 20 ou 30 anos, se não dermos um salto na ciência e na tecnologia?

Um desastre completo de dependência. Hoje, só vivemos se, lá de fora, mandarem remédios e equipamentos médicos. Os remédios que tomamos foram inventados fora, salvo exceções. Os equipamentos que os médicos usam vêm de fora. Só falamos ao telefone, porque alguém o inventou lá fora. As coisas vão continuar a ser assim, no ritmo em que as coisas estão indo.

Aliás, gostaria, Emília, de ver se há alguém trabalhando na análise do que foi feito, nesses 30 anos, na ciência e na tecnologia, graças ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Qual o salto que demos em pesquisas espaciais, em pesquisas nucleares, em energias alternativas?

Aqui, falo do Senador Hélio José, um defensor das energias alternativas, sobretudo a solar.

Então, a situação é trágica.

Segunda questão. O que tem impedido o Brasil ser um país de ponta na inovação científica e tecnológica?

Creio que alguns fatores: primeiro, um empresariado que não gosta de inovação, a não ser nas máquinas que compra lá fora, mas que ele não inventa aqui dentro, salvo raras exceções; um empresariado que não gosta de inventar produtos novos, mas produzir produtos inventados lá fora.

Quais são os produtos inventados aqui dentro? Produtos novos, que a gente compre? Automóvel não é! Computador não é! E por aí vai.

Um outro fator é que a universidade tem horror a empresário, portanto não vai inovar. Pode até descobrir coisas, mas não inova. Uma coisa é descobrir a vacina contra a poliomielite; outra é fazer a campanha de vacinação. O cientista é capaz de inventar a fórmula da vacina, mas ele, sozinho, não resolve o problema; só quando convive com o setor empresarial e governamental, e as nossas universidades têm horror ao setor empresarial.

Outro fator, que considero o mais grave, é o sistema de educação de base que exclui, porque não dá educação para todos, e mesmo aqueles que têm educação não se formam para ciência e tecnologia, salvo raras exceções.

Aí, vou para o que fazer. A primeira coisa, para mim, é não jogar fora nenhum cérebro.

Se quisermos ter ciência e tecnologia, a primeira coisa é não queimar os cérebros, como o fazemos, negando a educação. São 13 milhões de analfabetos! Ou seja, se colocarmos somente 1% de pessoas capazes, são 130 mil cérebros. Jogamos fora 130 mil cérebros.

Só 40% terminam o ensino médio. Desses, eu dizia que a metade era de boa qualidade, mas, nesta semana, eu ouvi uma figura muito séria, como Claudio Haddad, dizendo que não há mais de 5% dos nossos alunos que terminem o ensino médio com qualidade – eu diria 20%, metade de 40. Ele diz 5% dos 100, ou seja, pouco mais de 10% dos que terminam.

Penso que a primeira questão é esta: não desperdiçarmos nenhum cérebro. Aí, para mim, a solução é federalizar a educação de base. Não vou querer discutir isso aqui, mas não vejo como fazer isso com a educação de base, ou nas mãos do setor apenas privado de quem pode pagar a escola, que são poucos os que podem pagar uma boa escola – tem que ser pública –, ou nas mãos dos Municípios, que são todos pobres e desiguais.

O outro aspecto de não desperdiçar nenhum cérebro é dar ênfase ao lado científico do cérebro, o que não costumamos fazer. Além de desperdiçar a educação, ela é bacharelesca. Não ensinamos matemática; não ensinamos as bases científicas às nossas crianças.

Outro fator é colocar as universidades em associação com o setor empresarial e governamental, para que as invenções e os pensamentos virem inovação; inovação passa pela realidade e não pode ser apenas uma questão do intelectual trancado em casa. Ele pode até inventar, mas só inova quando aquilo chega lá fora e se transforma em algo concreto.

Onde investir prioritariamente? Por exemplo, para fazer o empresário brasileiro envolver-se mais na inovação, o BNDES deveria financiar os setores empresariais inovadores, o que ele não faz. Já disse até que, por mim, o BNDES ficaria dentro do Ministério de Ciência e Tecnologia e não dentro do Ministério de Indústria e Comércio, porque se trata todas as indústrias como merecedoras de financiamento. Isso não vai gerar inovação se todas forem tratadas igualmente.

Aí vem o que foi dito sobre diferença. É preciso diferenciar. O que a gente financia? Caso se queira um País inovador, deve-se financiar o setor inovador. Deixe o setor que não é inovador se virar e buscar recursos em outros lugares. A Coreia fez isso. Na Finlândia, a Nokia era uma fábrica de papel higiênico, e eles canalizaram recursos para que ela se tornasse uma indústria geradora de alta tecnologia.

Creio que universidade e setor empresarial, este é um setor que eu colocaria como prioritário na infraestrutura, obviamente depois de não desperdiçar nenhum cérebro pela educação de base. Investiria nas universidades, mas orientando-as, se quisermos inovação.

Bem, dito isso, fica o meu agradecimento a todos. Antes de terminar, passo a palavra ao Senador Hélio José para concluir, porque foi por mim citado.

Nos próximos 30 anos, se não investirmos em ecologia, vamos ser um País absolutamente dependente em energia. Já o fomos de petróleo; conseguimos ter petróleo hoje, mas petróleo acaba.

O grande poço de energia é este aqui. Não é o petróleo. É aqui que vamos inventar novas formas. E, com o sol que temos, precisamos, hoje em dia, importar as placas. É um absurdo.

Então, eu passo a palavra a você, que é o nosso Senador da energia eólica... Desculpe, da energia solar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – As alternativas, eólica e solar, eu acho que a gente tem que defender, para variar nossa matriz energética.

Eu queria primeiro, Cristovam, cumprimentá-lo pela oportunidade de trazer aqui esses pensadores para discutir assunto tão importante. A gente discute tanta coisa aqui, e de repente alguns assuntos que alguns não acham importante passam. E você está sempre enxergando lá na frente. Eu acho que aqui, na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, na qual tenho a honra de ser seu Vice-Presidente, você traz essa discussão do Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação, que é muito importante.

Eu queria parabenizar cada um dos que estiveram aqui: a minha querida Emília, por conhecer tão bem esta Casa, por ter trabalhado tanto tempo aqui, sabe como se dá o dia a dia desta Casa. E você lá, na Secretaria Executiva do MCTI, acho que é um acerto, Emília.

Nessa linha, a gente pode colaborar muito, porque boa vontade do Senador Cristovam, minha, do Senador Omar, vocês vão encontrar aqui; e de outros também, nessa linha.

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Senador, reforçando o que o senhor falou, realmente nós vamos precisar muito, porque a revisão do marco neste ano é fundamental para a continuidade dos trabalhos e para destravar o que já vem sendo feito há tantos anos. O Congresso Nacional é de suma importância.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Com certeza, o Senador Cristovam deve colocar, e a gente vai apoiar, porque essa renovação é fundamental mesmo.

O Naomar Monteiro de Almeida Filho traz essa experiência baiana. O Brasil é continental. A gente tem tantas pessoas, com tanta capacidade, espalhadas, e de repente não são aproveitadas por causa dessa falta de investimento, dessa falta de priorização. O Brasil foi âncora em tempos passados, com Carlos Chagas, com Santos Dumont. Em tantas coisas o Brasil esteve na frente, e depois a gente deu uma freada por causa dessa dificuldade de investimento. Então, quando vejo uma universidade como essa do sul da Bahia, que é uma universidade nova, preocupada com esse processo, é muito bom.

Eu estive com o Robson esses dias na CNI. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura aqui no Congresso Nacional, e discuto muito essa questão da indústria, porque inclusive vou fazer o relatório da CMO (Comissão Mista de Orçamento) sobre a indústria, o comércio e a micro e pequena empresa. Coube a mim essa responsabilidade.

Então, até quero voltar para discutir mais amiúde essas questões com os industriários, com os comerciantes e com os micro e pequenos empresários, para, juntos, termos uma posição um pouco melhor, mais avançada. Quero parabenizá-lo sobre a colocação a respeito da necessidade de priorização, porque se não há tantos recursos, temos de priorizar aquilo que nos vai trazer algum resultado, sem nos esquecer dos demais, mas dar algumas priorizações.

O Krieger, da USP... A USP é ponta no Brasil, a USP sempre está na frente. Eu acho, Krieger, que você trouxe coisas importantes para esta discussão, e, juntos, aqui, podemos construir muito. A USP, com todas aquelas cabeças pensantes... A minha filha até passou para Direito na USP, mas a fiz fazer na UnB; não foi fazer lá no Largo do São Francisco. Foi um erro meu. Mas a UnB é nossa universidade, não é, Cristovam? Eu e você estivemos lá tanto tempo. Então, nós tínhamos de prestigiar a UnB. Mas a USP é a USP. A gente fica muito feliz com as suas colocações.

Então, Cristovam, só queria registrar que lamento ter chegado um pouco *a posteriori*, mas vou pegar as notas taquigráficas, vou compreender o colocado aqui por vocês. Esse livro que o Cristovam elabora é de altíssima qualidade. Essa questão da revolução da educação, essa questão que o Cristovam está discutindo agora, da federalização, que ainda não está bem compreendida por todos... Tenho até a preocupação de algumas

pessoas votarem apressadamente, sem compreender a proposta, e até prejudicar o encaminhamento dessa proposta de alcance tão grande.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É amanhã. Conto com você lá na hora do voto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Com certeza, Senador! Não sei se vamos ganhar, mas estamos juntos! Quero que o senhor convença alguns que eu vi que estavam meio resistentes.

Então, quero dar um abraço em todos, pedir desculpas por ter chegado atrasado, e parabenizá-los.

Estamos aqui nesta Comissão, de que sou o Vice-Presidente, com todo o carinho, para trabalhar juntos – viu, Emília? Eu falei aqui com o seu ministro que ele precisava nos ajudar, Brasília, a tornar realidade uma coisa que o Cristovam começou quando foi governador, que era a cidade digital, essa vocação de Brasília de ter uma indústria não poluente.

Já faz 12 anos que estamos tentando... (*Falha na gravação.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – ... tornar isso realidade, e ele foi muito solícito aqui conosco. Acho que poderíamos discutir também alguns avanços nessa linha.

Muito obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

E agradecendo a todos os presentes, a quem assistiu a esta reunião,a quem participou, encerro esta audiência.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 16 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 01 minuto.)

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2015.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral, Telmário Mota, Gladson Cameli e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Hélio José, Davi Alcolumbre e José Medeiros. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 486, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Altera a Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012, para dispor sobre providências necessárias em investigações policiais de delitos informáticos." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pela prejudicialidade do Projeto. Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 429, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria Senador Anibal Diniz, que "Dispõe sobre o subsídio para o serviço de banda larga e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 61, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios." O relator designado é o Senador Telmário Mota, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Marcelo Crivella. É concedida Vista ao Senador Cristovam Buarque, nos termos regimentais. Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 433, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. Item 5: Requerimento n.º 37, de 2015, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Angela Portela, Lasier Martins e Telmário Mota, que requerem "....nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Con-

stituição da República e dos arts 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática– CCT, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de audiência pública para discutir Programa de Produção de Etanol Social da Amazônia. Para tanto peço o convite do Dr. Márcio Silveira, reitor da Universidade Federal do Tocantins e Djalma Bezerra Mello, titular da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)." Durante a discussão, foi incluído convite ao Presidente da EMBRAPA Nacional. O requerimento é aprovado. Item 6: Requerimento n.º 38, de 2015, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Marcelo Crivella, que Requerem, "...nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 6, de 2015 – CCT: Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; Representante da Casa Civil; Representante do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA." O requerimento é aprovado. Item 7: Requerimento n.º 40, de 2015, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Omar Aziz e Marcelo Crivella, que Requerem, "...nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 6, de 2015 – CCT, a inclusão dos representantes abaixo relacionados, para participarem, como convidados, da audiência pública que irá debater a situação da Biotecnologia do Brasil, em especial do Centro de Biotecnologia da Amazônia. Representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; e, Representante do movimento pró-CBA." O requerimento é aprovado. Item 8: Requerimento n.º 41, de 2015, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Sandra Braga e do Senador Marcelo Crivella, que Requerem, "...nos termos do art. 93 do RISF, a inclusão do nome do Professor da Universidade Federal do Amazonas, Dr. Spartaco Astolfi Filho, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a que trata o Requerimento nº 6, de 2015 – CCT." O requerimento é aprovado. Item 9: Requerimento n.º 42, de 2015, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque e Aloysio Nunes Ferreira, que Requerem, "...de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, para instruir a matéria do PLC nº 34, de 2015, que propõe a extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado. Para a referida audiência pública, sugiro a participação dos seguintes convidados: Vidal Serrano Nunes Jr., Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor – Idec; José Elaeres Marques Teixeira, Subprocurador-geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Sr. Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Dra. Ana Cláudia Farranha, Professora da Universidade de Brasília. André Dallagnol, membro da organização Terra de Direitos." Após a leitura do Requerimento, faz uso da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Durante a discussão, foram incluídos os nomes de três convidados: Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura; Representante da EMBRAPA e Representante do CNTBio. O requerimento é aprovado e a Audiência Pública será realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Item 10: Requerimento n.º 43, de 2015, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que Requer, "...nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do Ensino de Ciências na Educação Básica, os fundamentos, os desafios, as ações imediatas, para tanto devem ser convidados: Rejane Lira, Coordenadora do Projeto Ciência, Arte e Magia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Gisele Oliveira, Professora do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Moisés Nussensweig Coordenador do Projeto Aventuras na Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Dora Montenegro, Diretora dos Centros de Educação Científica em Macaíba e Natal do IINN-ELS; Isaac Roitman, Coordenador do Programa n-Futuros da Universidade de Brasília (UnB); Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão." O requerimento é aprovado. Item 11: Requerimento n.º 44, de 2015, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que Requer "...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento de tecnologias de informação no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Virgílio Almeida, secretário de Política de Informática do MCTI; Sergio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom); Sergio Cavalcanti, Diretor Geral do Centro de Estudos Avançado do Recife (CESAR); Lucas Veiga, Assessor de Relações Governamentais da P&D BRASIL; Fabio Gandur, Pesquisador Chefe da IBM no Brasil; Sergio Serio Filho, Diretor de Relações Institucionais da Totvs; Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão." O requerimento é aprovado. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 182, de 2001, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL PAUTILA JORDÃO – FUSASO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do

Senado Federal, e pela aprovação de Requerimentos de Informações dirigidos ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, ao Juízo de Direito da Comarca de Bonito e ao Ministério das Comunicações. A deliberação da Matéria é adiada. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 184, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO A VOZ DE SÃO PEDRO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 188, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE RIO CLARO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 177, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RADIODIFUSÃO DE CACHOEIRA DO PIRIÁ – ASDECAP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira do Piriá, Estado do Pará." O Presidente da Comissão designa o Senador Aloysio Nunes Ferreira Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 192, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ALFA CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marudá, Município de Marapanim, Estado do Pará." O Presidente da Comissão designa o Senador Aloysio Nunes Ferreira Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 71, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PIÇARRA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré do Piauí, Estado do Piauí." O Presidente da Comissão designa o Senador Randolfe Rodrigues Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Hélio Jose, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 112, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LITE FM LTDA., originariamente Rádio Antena Um Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão designa o Senador Randolfe Rodrigues Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 19: PDS n.º 143, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES INTERATIVA DE PARANAGUÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão designa o Senador Randolfe Rodrigues Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 46, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL, ARTÍSTICA, DESPORTIVA E DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO DE GUARIZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão designa o Senador Randolfe Rodrigues Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 39, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA ARTÍSTICA DE JUSSIAPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussiape, Estado da Bahia." O Presidente da Comissão designa o Senador Lasier Martins Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 120, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão designa o Senador Lasier Martins Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella,

que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 23: PDS n.º 125, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIODIFUSÃO DOS MORADORES DO ALTO DA COLINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guiricema, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão designa o Senador Lasier Martins Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 131, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à SM RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão designa o Senador Lasier Martins Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 137, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ONDAS DE PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão designa o Senador Lasier Martins Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 380, de 2012, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás." A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e quarenta minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de junho de 2015.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados da Presidência:

1) Esta Presidência recebeu o Ofício nº 296 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, de 8 de maio de 2015, pelo qual o Exmº Ministro Aldo Rebelo informa o recebimento do relatório desta Comissão sobre o Programa Nacional de Banda Larga, reconhecendo a importância do mesmo e das recomendações que apresenta.

2) Também foi recebido o Ofício nº 204, de 13 de maio de 2015, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Educação que encaminha considerações do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao relatório desta Comissão sobre o Programa Nacional de Banda Larga.

3) Informa o recebimento do Ofício nº 115, de 26 de março de 2015, do Vereador Marco Andrei Guimarães, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Porto Murtinho – MS, que encaminha cópia de Moção de Repúdio aprovada por aquela Câmara à qualidade do serviço de telefonia móvel oferecido ao povo murtinhense.

Os documentos encontram-se à disposição das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Item 1, de relatoria do Senador Valdir Raupp.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 486, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012, para dispor sobre providências necessárias em investigações policiais de delitos informáticos.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela prejudicialidade
Observações: *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Eu passo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Srªs e Srs. Senadores, vou direto à análise aqui.

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como sobre assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

A questão da remoção de conteúdo publicado na internet foi recentemente tratada pelo Senado Federal nas votações do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2014, que veio a se converter na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Lei do Marco Civil da Internet. O citado projeto foi aprovado pelo Plenário do Senado em 22 de abril de 2014, portanto, em data posterior à propositura da proposição sob exame.

Nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ficam prejudicadas as matérias dependentes de deliberação em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

Do Voto.

Diante do exposto, somos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado n° 486, de 2013.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 2, de relatoria do Senador Walter Pinheiro, que eu gostaria de pedir... É uma pena que a gente não...

Vamos ver se chega, porque é um projeto muito interessante do Senador Anibal Diniz, que facilita o acesso ao serviço de banda larga para as camadas mais pobres da população.

O Senador Telmário estará aqui de volta em breve.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, de 2014
– Não terminativo –

Dispõe sobre o subsídio para o serviço de banda larga e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.
Autoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações: *1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;*
2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 09/06/2015.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos esperar o quórum necessário à votação de projeto terminativo, enquanto isso vamos ler alguns requerimentos.

Um requerimento da Senadora Angela Portela.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 37, de 2015
– Não terminativo –

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática– CCT, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA,

de audiência pública para discutir Programa de Produção de Etanol Social da Amazônia. Para tanto peço o convite do Dr. Márcio Silveira, reitor da Universidade Federal do Tocantins e Djalma Bezerra Mello, titular da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria:

Relatório:

Observações: Eu ponho o requerimento em discussão, passando a palavra ao Senador Lasier, que subscreveu apenas para dizer...

Basta eu comunicar que o Senador Lasier aqui está presente e subscreveu.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

Por favor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – O senhor poderia esclarecer, eu estava ligado aqui com a minha assessoria, qual é o teor do item?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É o item 5. Um requerimento para uma audiência que permita discutir o Programa de Produção de Etanol Social da Amazônia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ah, perfeitamente. Meritório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem?

Então, eu ponho em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Senador Telmário, como grande representante, aqui, da Amazônia, e a Senadora do seu Estado...

É um requerimento, então não é necessário quórum.

Eu vou voltar para o senhor.

Então, em votação o requerimento da Senadora Angela Portela. (*Pausa.*)

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu volto ao item 3, com relatoria do Senador Telmário. É um projeto terminativo. Vamos fazer a leitura apenas.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela rejeição

Observações: *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer pela rejeição do Projeto.*

E eu passo a palavra ao Relator, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vou ler o relatório, Sr. Presidente, e, em seguida, vamos ao voto.

Submete-se ao crivo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2012, que pretende isentar do pagamento de direitos autorais as entidades filantrópicas, escolas, creches e entidades religiosas que utilizem obras artísticas e culturais em eventos beneficentes promovidos com a finalidade de angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios.

Para tanto, a proposição, de autoria do Senador Paulo Bauer, acrescenta um inciso IX ao art. 46 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que elenca as modalidades de utilização de obras artísticas, literárias e científicas que não estão sujeitas ao pagamento de direitos autorais.

A cláusula de vigência estabelece que a lei proposta entra em vigor na data de sua publicação.

O projeto foi apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que concluiu pela rejeição da matéria, e vem agora para decisão da CCT em caráter terminativo.

Não foi apresentada, Srs. Senadores e Senadoras, nenhuma emenda.

Vamos à análise.

A matéria vem ao exame desta Comissão, nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal. Do ponto de vista da técnica legislativa não se verifica a necessidade de fazer reparos ao PLS nº 61, de 2012, já que a proposição se mostra em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Do mesmo modo, não se identificam vícios de constitucionalidade formal, pois a matéria situa-se no âmbito da competência legislativa da União e das atribuições do Congresso Nacional, nos termos, respectivamente, dos arts. 22, inciso IV, e 48, inciso XII, da Lei Maior. Tampouco ultrapassa os limites da iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 61, § 1º, da Constituição.

Com relação ao mérito, no entanto, consideramos haver restrições importantes à aprovação do PLS nº 61, de 2012, pelas razões que passamos a expor, Srs. Senadores e Senadoras.

Preliminarmente, registre-se que a proteção ao direito autoral está prevista no inciso XXVII do art. 5º da Constituição de 1998, que assegura, como garantia fundamental, que "aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras". Do ponto de vista infralegal, a matéria é regida pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

No que se refere ao objeto da proposição em exame, ressalte-se que o diploma legal revogou a exigência do fim lucrativo para a proteção do direito autoral em representações e execuções públicas, presente na lei anterior.

Com efeito, o art. 73 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, trazia expressamente a necessidade de verificação da finalidade de lucro para a proteção do direito autoral. No entanto, algumas decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entenderam dispensável o fim lucrativo, dando prevalência à garantia constitucional sobre a letra da lei hoje revogada.

Cite-se, por exemplo, o julgamento do REsp nº 471.110 – DF, DJ de 19/05/2003, onde o Relator, Ministro Ari Pargendler, afirmou que "o trabalho artístico deve ser remunerado por quem dele aproveita, tenha ou não o empreendimento intuito de lucro, direto ou indireto". Acompanhando o relator, o Ministro Castro Filho consignou seu entendimento de que "a ninguém é lícito fazer cortesia com bem alheio".

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou o Recurso Especial nº 8973 – SP, publicado no Diário da Justiça de 05/08/1991, constando da ementa do acórdão que "o pagamento dessa verba decorre não apenas do lucro, indireto ou potencial, pela captação e predisposição da clientela em consequência da sonorização do ambiente, mas pela opção legislativa em valorizar o trabalho e o talento do artista" e que "a reprodução dos sons não pode ensejar a apropriação do labor alheio e da criação intelectual, merecedores da proteção jurídica".

Na mesma linha, consideramos que a imposição, pelo Estado, de nova hipótese para isenção ao direito autoral acaba por acarretar prejuízo exclusivo ao autor das obras culturais, com inadmissível violação ao seu direito constitucionalmente protegido.

Por fim, ressalte-se que, conforme entendemos, o direito autoral não é uma barreira ao acesso dos indivíduos aos bens artísticos e culturais. Pelo contrário, ao proteger os autores, ele estimula a produção de obras artísticas e culturais, ampliando o acesso da sociedade a esses bens.

Por essas razões, Srs. Senadores, Senadoras, Sr. Presidente, público presente, entendemos que a proposição em exame não deve prosperar. Assim, em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 61/2012.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Eu queria dizer que esse projeto já foi também rejeitado na Comissão de Educação. Entretanto, por uma questão até de gentileza com o Senador Paulo Bauer, eu vou pedir vista para conversar com ele e ver que argumentos ele pode apresentar no sentido de justificar o projeto.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Presidente, eu ouvi e li o parecer e o voto do nosso colega Telmário Mota e considero absolutamente irrespondível a argumentação que ele apresenta. Se essa matéria não fosse terminativa aqui na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, ela iria para a Comissão de Justiça e lá seria fulminada, porque não há como se contestar um direito que é assegurado pela Constituição aos autores.

V. Exª é autor, sabe o quanto lhe custa escrever um livro, o tempo, a dedicação, a concentração espiritual. Isso não quer dizer o senhor, necessariamente, venda os seus direitos autorais, monetarize os seus direitos autorais, mas o senhor é o proprietário da sua obra. Não há trabalho, digamos assim, que decorra mais profun-

damente da personalidade humana do que o trabalho de criação intelectual. Então cabe ao senhor, ao autor, decidir a forma de utilização. Ninguém pode expropriá-lo, sob qualquer argumentação.

Então, o meu apelo ao senhor, Senador Cristovam, é que na conversa que o senhor se propõe a ter com o meu queridíssimo colega Paulo Bauer, que o senhor possa convencê-lo, à luz dos argumentos trazidos pelo eminente Relator, a retirar o projeto ou encontrar uma solução, enfim, uma modificação eventual do projeto, embora eu considere que essa matéria não comporta, digamos assim, novas discussões. Ela está, no meu entender, decidida definitivamente na Constituição brasileira, uma vez que aí está o dispositivo mencionado pelo Relator Telmário Mota, que é uma cláusula pétrea da nossa Constituição.

Agradeço V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu agradeço e entendo que... Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – É verdade, é uma cláusula pétrea, agora é uma abstração também a gente imaginar que, por ser uma cláusula pétrea, seja cumprida. Não é cumprida. Você sabe que a maior emissora de mídia do nosso País, a Rede Globo, cujo faturamento alcança R$12 bilhões a organização, não paga direito autoral. Eu digo que não paga, e fui uma vez rebatido por um concessionário, na época Senador, o filho do falecido Senador Antônio Carlos Magalhães, e ele foi veemente e disse: "O senhor está mentindo; paga, sim." Não paga. Não paga pelo seguinte: arbitra um valor e deposita em juízo. E, infelizmente, o STJ demora a julgar. As demais emissoras pagam o valor de tabela; lá, não.

Hora, imagine se o senhor vai ao supermercado e resolve comprar o leite depositando o valor que lhe acha justo em juízo, e leva o leite, não discute. Assim se tocam as músicas lá.

Em relação ao direito autoral, eu acho que esta Comissão deveria fazer um projeto, mudar o nosso Regimento e fazer o seguinte: quem não paga direito autoral, não pode ter essas renovações quase que automáticas que nós fazemos aqui. Isso deveria ser cobrado por um nada consta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – É uma boa ideia.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – A ideia é boa, não prosperou quando eu apresentei na época porque nós tínhamos tantos Senadores donos de rádio que eles não queriam...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Seria o caso de desenterrar essa proposta.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – V. Exª podia ser até o autor e eu o relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não quero tirar-lhe a primazia. V. Exª dá uma ideia excelente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu abro mão do direito autoral. Mas V. Exª tem muito mais conhecimento de Direito do que eu e vai defender melhor que eu.

Mas o fato é que a maioria das rádios, das televisões, etc, não pagam, atrasam, é uma correria, fazem *shows*, são hotéis que tocam, são lojas, e os autores... Uma vez nós fizemos uma reunião nesta Comissão mesmo, a senhora deve lembrar, quando vieram os autores aqui e choraram. Autores, compositores importantes como Jamelão, eles vieram pra cá, e ficou cheia esta nossa Comissão, e ele disse: "Olha, eu estou recebendo menos de um salário mínimo", autores de hinos extraordinários que estão gravados na consciência do nosso povo e na gratidão nacional, e ganhando menos que um salário mínimo, mostrando pra gente. Grandes autores!

Então, eu acho que o Senador Telmário tem toda a razão, e todo respeito que temos ao Senador Paulo Bauer, são vários projetos, já vi apresentação aqui de vários. Por exemplo, época de São João, então, o sujeito vem aqui e apresenta o projeto: "São João está liberado de pagar Ecad". E, então, tem as festas do Sul: "As festas do Sul não pagam Ecad". E vem o outro: "Aqui no *rock* também não paga". E a gente fica fazendo bonito com o chapéu do outro, como foi o Senador Telmário, que disse bem: "Nós ficamos doando o que não é nosso".

Então, Sr. Presidente, eu acho que nós daremos um grande passo em respeito aos artistas brasileiros. Não precisa ir à Câmara, não vai à sanção da Presidente. É mudar o nosso Regimento: a partir de hoje nós vamos renovar todas as concessões, as concessionárias tem todo o direito, serão aplaudidos, mas passa no Ecad e pega lá um Nada Consta. Está em dia? Então, renova. Não está em dia? Resolve lá e depois vem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Esse projeto está aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Uma determinação da nossa Comissão. Nós não exigimos alguns documentos comprobatórios para a renovação das concessões? Que se exija mais um.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos trabalhar isso, Senador Crivella. Eu acho que é uma ideia interessante. Vamos ver como é que faz isso legalmente.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, primeiramente, agradeço ao Senador Aloysio e ao Senador Crivella. O Senador Crivella tem assim muita propriedade para falar disso, porque, além de autor, é cantor. E essa Casa, hoje, tem Senadores muito ligados à mídia, porque o Senador Cristovam só não é cantor, ator, mas, sem nenhuma dúvida, é um homem da mídia pelas suas posições, o grande autor de livros.

Eu cansei de entrar na fila, quando eu era estudante na Bahia, mas eu sempre fui estudante velho, ele não é muito velho mais do que eu... Então, o Senador Cristovam ia ali autografar os seus livros e vender, e me lembro de uma parada em que o Waldir Pires tinha ganhado o Governo da Bahia e, com aquela humildade dele, estava na fila, nós estávamos na fila, e, numa conversa, vi quando o Waldir Pires disse – eu não tinha tanto conhecimento sobre a vida do Senador Cristovam –: "Vale a pena ficar nessa fila, porque o Cristovam merece e eu tenho muita admiração por ele".

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas, em matéria de música, Deus concentrou todo o talento no meu primo Chico. (Risos.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Ele aproveita. Não sei quem aproveita um do outro esse parentesco de nome.

Mas só a título de informação, sendo que o Senador Crivella falou, por exemplo, sobre as rádios comunitárias, eu recebi informação que ela paga 388 de direitos autorais, enquanto as outras, 147. Ou seja, sempre o mais fraco paga mais que os mais ricos. Então, é um critério de justiça, o que não tem nada a ver com a lei que nós estamos em foco.

E também eu entendo o seguinte, Senador Cristovam e Senadores presentes, se você é autor de uma música ou de qualquer uma arte e esse instrumento vai ser usado em benefício, sem nenhuma dúvida, consultado, o autor quer participar. Como é que ele não vai participar desse omelete ou dessa limonada?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ele pode autorizar, simplesmente abrindo mão do pagamento de seus direitos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Então, vejo muito isso no mundo artístico, em todo seguimento, quando a causa é nobre, quando a causa realmente tem essa finalidade de angariar fundos, seja para uma instituição filantrópica, seja qual for a instituição, eles participam efetivamente. Se for artista, se for autor de uma livro ou de uma frase, ou de qualquer outra coisa, enfim, é da maior importância ele contribuir com isso.

Eu analisei muito, fiz muitas visitas com relação a esse projeto, uns contra, outros a favor. E eu analisei bem e segui a Constituição e decisões circulantes do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Quero dizer que concordo totalmente com o pedido de vista, primeiro porque não afeta nada se não for aprovado agora,e, segunda, uma questão de gentileza da Comissão com o Senador Bauer.

Eu gostaria que fizesse isso comigo toda vez que se rejeitar um projeto.

Foi lido, fica em suspenso para a votação na próxima semana, quando trarei o resultado da conversa com o Senador Bauer.

O item 4, o Senador Walter Pinheiro não está aqui.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2013

– Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações: *1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CMA (Substitutivo);*

2) Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal;
3) A matéria constou na pauta da reunião do dia 09/06/2015.)

O item 5 da Senadora Angela Portela já aprovamos.

O item 7 é não terminativo.

Vou passar esses três requerimentos, um de autoria do Senador Omar Aziz, o outro do Senador Randolfe Rodrigues...

O item 6 é do Senador Valdir Raupp.

Vamos aos itens 6, 7 e 8.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 38, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 6, de 2015 – CCT:
• Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC;
• Representante da Casa Civil;
• Representante do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA.
Autoria: Senador Valdir Raupp e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 40, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 6, de 2015 – CCT, a inclusão dos representantes abaixo relacionados, para participarem, como convidados, da audiência pública que irá debater a situação da Biotecnologia do Brasil, em especial do Centro de Biotecnologia da Amazônia.
1) Representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; e,
2) Representante do movimento pró-CBA.
Autoria: Senador Marcelo Crivella e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 41, de 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93 do RISF, a inclusão do nome do Professor da Universidade Federal do Amazonas, Dr. SPARTACO ASTOLFI FILHO, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a que trata o Requerimento nº 6, de 2015 – CCT.
Autoria: Senador Marcelo Crivella e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações: Eu passo a palavra ao Senador Crivella, que subscreveu para...

São simples requerimentos, Senador Crivella, eu até pediria que também ...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Ilustre Presidente Cristovam Buarque, o requerimento é para que nós convidemos o representante do Ministério do Desenvolvimento e Indústria e Comércio Exterior (MDIC), já esteve aqui conosco recentemente; um representante da Casa Civil e um represen-

tante do Centro de Biotecnologia da Amazônia, para discutirmos sobre as questões ambientais na Amazônia Legal e saber porque ficou de fora do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar lançado pelo Embrapa em 2009. A produção de etanol na Amazônia a partir da cana sofre diversas restrições ambientais...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, esse é o seguinte a esse.

O erro não foi seu, Senador, foi meu. Eu coloquei esse quando falei, mas eu estava errado. Peço desculpas.

O da Senadora Ângela, já aprovamos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Ah, desculpe, Presidente.

É do Senador Omar Aziz, do Senador Valdir Raupp e da Sandra Braga, nós também subscrevemos para tratar sobre o Centro de Biotecnologia da Amazônia.

E os convidados são esses que citei.

E há também aqui outro que pede para chamar alguém da Suframa e um do movimento Pró-CBA.

Finalmente a inclusão do nome do Prof. da Universidade Federal do Amazonas, Dr. Spartaco Astolfi Filho.

São esses os convidados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Em discussão os três requerimentos.

Não havendo quem queira se pronunciar, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Passamos aos itens 9, 10 e 11.

O item 9 é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, mas subscrevi também.

Então, passo a ler rapidamente.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 42, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, para instruir a matéria do PLC nº 34, de 2015, que propõe a extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado.

Para a referida audiência pública, sugiro a participação dos seguintes convidados:

– Vidal Serrano Nunes Jr., Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor – Idec;

– José Elaeres Marques Teixeira, Subprocurador-geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

– Sr. Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Agrário

– Dra. Ana Cláudia Farranha, Professora da Universidade de Brasília.

_ André Dallagnol, membro da organização Terra de Direitos.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações: Está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu penso que o assunto é da maior relevância, mas eu sugeriria que, para a composição dessa Mesa, pudesse haver o contraditório.

Eu não sei qual é o pensamento de todos esses convidados, todos aqueles nomes que são sugeridos, mas, se pudesse haver gente a favor e gente contra, isso nos esclareceria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Totalmente de acordo.

Eu subscrevi aqui, então, não sei qual é a posição deste, mas vou trabalhar e eu mesmo colocarei nomes de pessoas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ótimo. Aí seria realmente sensacional.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... pelo menos duas, que defendam o fim do rótulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos fazer dois e dois, porque, senão, também, fica uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fica muito grande. Eu cuidarei disso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não havendo mais discussão, está em votação.

Senador Randolfe, o seu requerimento eu subscrevi, eu defendi.

Estamos no processo final da discussão.

O Senador Aloysio fez uma sugestão, que eu aceitei, como Presidente e, agora, como coautor, que é a de colocar pessoas nessa audiência que sejam defensores da extinção do rótulo.

O senhor tem alguma posição, sabe se os que estão aqui têm posição definida ou não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, vou pedir aqui emprestado do Senador Lasier, primeiro agradeço a V. Exª a generosidade de também subscrever esse requerimento.

Acho que os nomes que o Senador Aloysio acrescenta são importantíssimos para o debate.

Eu quero só fazer uma indagação a V. Exª sobre o trâmite deste projeto, como está, se ele vem primeiro para a Comissão de Ciência e Tecnologia ou se essa Comissão será a última.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ele está aqui na Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Então, perfeito.

A ideia deste requerimento é que nós façamos uma audiência em conjunto com a CCT e a Comissão de Meio Ambiente.

Nada a opor, a acrescentar.

Bom, os nomes aqui apresentados já têm posições distintas, mas nada quanto a opor aos nomes propostos e a serem incluídos pelo Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O Senador Aloysio pediu e eu quero dizer que, Senador Randolfe, o senhor solicitou a relatoria e eu concedi a relatoria.

Talvez o senhor não tenha sido informado ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Presidente, já me ocorre aqui, por sugestão da minha assessoria, convidar representantes de dois órgãos, duas instituições importantes, da Embrapa e da CNTBio, que é o órgão licenciador dos transgênicos. Parece que, pelo menos, os representantes dessas duas instituições poderiam trazer uma visão, digamos assim, alicerçada em estudos longamente amadurecidos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem.

Vamos tomar nota e depois a gente vê o tamanho que fica, até porque eu pensei agora, Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tem que moldar uma coisa, para não ficar...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu pensei também, Senador Randolfe, Senador Aloysio, que tal a gente chamar também a Ministra da Agricultura, Senadora Kátia Abreu, que, ao meu ver, tem uma posição contrária à posição do Patrus Ananias?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – De pleno acordo, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – De pleno acordo?

Então, depois sentamos e vemos, desses nomes, quais são os que chamamos para ter uma audiência viável no número.

Senador, eu peço que coloque que seria conjunta com a CMA e entraremos em contato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Estou acrescentando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

Então, já podemos votar.

Os que estiverem de acordo...

Senador Telmário, com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Presidente, nada pertinente a esse requerimento, mas, em seguida, ou se eu já posso colocar, eu queria, me passou desapercebido aqui, o requerimento da Senadora Ângela, em que ela pede a presença, como Roraima e alguns Estados do Amazonas ficaram de fora sobre a questão da cana-de-açúcar.

Há um estudo da Universidade de Tocantins sobre batata-doce para fazer o etanol.

Eu queria subscrever esse Requerimento e pedir a presença do Presidente da Embrapa, porque eu acho importante.

Então, após a gente votar o Requerimento do Senador Randolfe, a gente queria colocar em votação essa nossa proposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A Mesa aceita sua sugestão.

Eu ponho em votação.

Os que estiverem de acordo com a sugestão do Senador Telmário, que diz respeito a um projeto anterior, fiquem como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado, Senador.

Colocamos agora em votação o Requerimento do Senador Randolfe.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 10:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 43, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do "Ensino de Ciências na Educação Básica, os fundamentos, os desafios, as ações imediatas", para tanto devem ser convidados:

1. Rejane Lira, Coordenadora do Projeto Ciência, Arte e Magia da Universidade Federal da Bahia (UFBA);

2. Gisele Oliveira, Professora do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);

3. Moisés Nussensweig Coordenador do Projeto Aventuras na Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

4. Dora Montenegro, Diretora dos Centros de Educação Científica em Macaíba e Natal do IINN-ELS;

5. Isaac Roitman, Coordenador do Programa n-Futuros da Universidade de Brasília (UnB);

6. Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Mais um requerimento, de minha autoria, que pede uma audiência para discutir algo que eu considero extremamente importante, que é o ensino de ciência na Educação de Base, que é um ponto, a meu ver, dos mais frágeis, Senador Aloysio, da transformação do Brasil em um país inovativo, criador, científico tecnologicamente.

Porque ou a gente começa a ensinar ciência lá cedinho ou dificilmente vão haver gênios. É como piano, como futebol. Então, a minha ideia é fazer um debate sobre como incluir ciência na educação de base.

Se alguém tiver outras sugestões de nomes, desde que a gente enxugue, para que seja um número pertinente.

Está em discussão.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 11:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 44, de 2015

– Não terminativo –

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento de tecnologias de informação no Brasil, com a presença dos seguintes convidados:

1. Virgílio Almeida, secretário de Política de Informática do MCTI;

2. Sergio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom);

3. Sergio Cavalcanti, Diretor Geral do Centro de Estudos Avançado do Recife (CESAR);

4. Lucas Veiga, Assessor de Relações Governamentais da P&D BRASIL;

5. Fabio Gandur, Pesquisador Chefe da IBM no Brasil;

6. Sergio Serio Filho, Diretor de Relações Institucionais da Totvs;
7. Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão.
Autoria: Senador Cristovam Buarque

Mais um requerimento, também de minha autoria, dentro dessa linha de fazer esta Comissão ser um centro produtor de ideias para o Brasil dar entrada do mundo da inovação.

Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Com isso, nós temos agora aqueles quatro projetos de inovação, que eu peço que sejam lidos logo – Senador Aloysio, o senhor tem dois – , se não for incômodo. Basta ler o voto.

São os Itens nºs 13, 14, 15 e 16. O senhor é Relator de dois. Eu peço que o Senador Flexa Ribeiro seja Relator *ad hoc* dos outros dois.

Não vamos votar, vamos apenas ler o parecer.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 184, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO A VOZ DE SÃO PEDRO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 188, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE RIO CLARO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 177, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RADIODIFUSÃO DE CACHOEIRA DO PIRIÁ – ASDECAP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira do Piriá, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 192, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ALFA CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marudá, Município de Marapanim, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação, com a Emenda que apresenta
Observações: *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda.*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – O primeiro é o item 13.

Trata-se de um projeto de decreto legislativo da Câmara dos Deputados que aprova do ato que renova a permissão outorgada à Rádio A Voz de São Pedro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro – que merece a visita de todos aqueles que estão nos vendo e ouvindo –, no Estado de São Paulo.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos da Constituição.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente, em razão de todos os elementos de informação que estão incluídos no processo.

O item nº 14 é também um projeto de decreto legislativo da Câmara dos Deputados que aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Rio Claro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Claro, no Estado de São Paulo.

O ato é oriundo de uma mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional, nos termos da Constituição.

O relatório é favorável em face dos elementos de análise que constam do processado.

Quanto ao item 15, o Senador Flexa Ribeiro é o Relator e eu faço o papel aqui de Relator *ad hoc*, atendendo à solicitação de V. Exª, para submeter a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Radiodifusão de Cachoeira do Piriá, para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira do Piriá, no Estado do Pará. Também, a autoria é a Presidência da República. E o voto do Senador Flexa, que eu subscrevo, é pela aprovação, face aos elementos que constam do processo.

Quanto ao item 16, é um Projeto de Decreto Legislativo, oriundo da Câmara, caráter terminativo, aqui nesta Comissão, que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Distrito de Marudá, Município de Marapanim, no Estado do Pará.

Também, o voto do Relator, neste caso, é favorável. Subscrevo esse voto, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Os pareceres, depois de lidos, virão à próxima reunião para discussão.

Eu peço agora ao Senador Randolfe, também como *ad hoc*, – e depois eu pedirei ao Senador Lasier – para que se prepare, para que leia os pareceres do Senador Hélio José, Marcelo Crivella, Valdir Raupp e Vicentinho.

Depois o Senador Lasier, os seguintes: do Walter Pinheiro e quatro do Zeze Perrella.

Deixamos assim suspenso o último que é um parecer de rejeição da Senadora Rose.

Então, com a palavra o Senador Randolfe, para os quatro seguintes, dos itens 17 ao 20.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, de 2015
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PIÇARRA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré do Piauí, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 112, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LITE FM ltda., originariamente Rádio Antena Um Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 143, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES INTERATIVA DE PARANAGUÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, de 2015
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL, ARTÍSTICA, DESPORTIVA E DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO DE GUARIZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pela aprovação
Observações: O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Agradeço V. Exª, Presidente.

O item 17 é Projeto de Lei, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2015, nº 1.528, de 2014, na Câmara dos Deputados, aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Piçarra Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré do Piauí, Estado do Piauí. Relator é o Senador Hélio José.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 71, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Piçarra Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Nazaré do Piauí, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Passo logo para o item 18, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Fora do microfone.) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – O item 18, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, em caráter terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2014, nº 456, de 2011, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Lite FM Ltda, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Relator é o Senador Marcelo Crivella.

O relatório do Senador Marcelo Crivella, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 112, de 2014, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Lite FM Ltda, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto do item 18, Sr. Presidente.

E passo já para o item 19, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sob o nº 1.398, de 2013, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores Interativa de Paranaguá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

O Relator é o Senador Valdir Raupp.

Voto:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 143, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Moradores Interativa de Paranaguá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá.

Passando já para o item 20, Sr. Presidente.

É o Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural, Artística, Desportiva e de Comunicação do Distrito de Guarizinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo.

O relator é o Senador Vicentinho Alves e tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 46, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação.

Dessa forma, Sr. Presidente, itens 17 a 20, pela aprovação e autorizando outorga às associações referidas para serviços de radiodifusão e radiodifusão comunitária.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador Randolfe.

Passo a palavra ao Senador Lasier, repetindo o pedido dele de leitura dos pareceres dos Senadores Walter Pinheiro, um e quatro do Zezé Perrella.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 39, de 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA ARTÍSTICA DE JUSSIAPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussiape, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 120, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIODIFUSÃO DOS MORADORES DO ALTO DA COLINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guiricema, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 131, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à SM RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ONDAS DE PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações: O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O item 21, diz respeito à outorga de autorização à Associação Educativa Artística de Jussiape para executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Jussiape, Estado da Bahia. Tendo como relator o Senador Walter Pinheiro.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 39, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 39, de 2015, não evidenciou a violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Educativa Artística de Jussiape para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Jussiape, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 22 diz respeito à outorga de permissão à Tipuana FM Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais. Relator, o Senador Zeze Perrella.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processo, que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato que outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 120, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Tipuana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 23 diz respeito a outorga autorização à Associação Comunitária Radiodifusão dos Moradores do Alto da Colina para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Guiricema, Estado de Minas Gerais.

Senador relator, Zeze Perrella. O exame da documentação que acompanha o PDS n° 125, de 2014, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

E vem o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 125, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária

Radiodifusão dos Moradores do Alto da Colina para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Guiricema, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 24 é sobre a outorga de concessão à SM Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais. O Relator é o Senador Zeze Perrella.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 131, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à SM Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 25 é sobre a outorga autorização à Associação Cultural Ondas de Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais. O Relator é o Senador Zeze Perrella.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 137, de 2014, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 137, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Ondas de Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E quanto ao item 26?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, este fica para a próxima sessão.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 380, de 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela rejeição

Observações: E já agradeço muito o seu trabalho, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Foi um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com isso, fizemos o nosso dever de casa. E acho que, para um Dia de São João, foi uma reunião muito produtiva.

Está encerrada a reunião.

E os Senadores sabem que há outras reuniões de Comissões em andamento, sobretudo a da Comissão de Assuntos Econômicos e a da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.)

Edição de hoje: 1.216 páginas

(O.S. 12881/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL